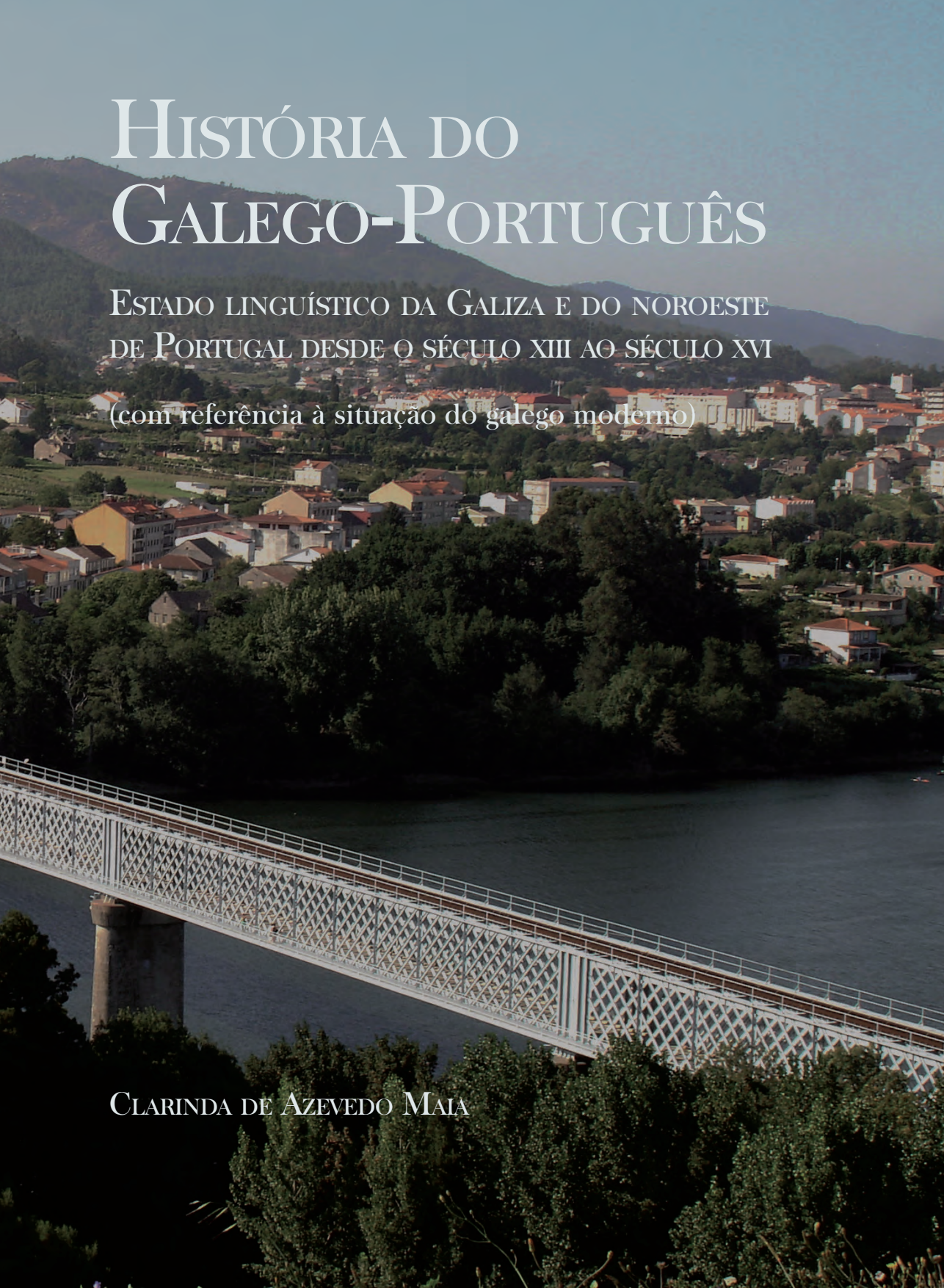


História do Galego-Português

Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI

(com referência à situação do galego moderno)

Clarinda de Azevedo Maia

HISTÓRIA DO GALEGO-PORTUGUÊS

(Página deixada propositadamente em branco)

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http//www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA
António Barros

IMAGEM DA CAPA
[Public domain], via Wikimedia Commons

INFOGRAFIA
Mickael Silva

ISBN DIGITAL
978-989-26-1203-4

DOI
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1203-4

© AGOSTO 2017, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Clarinda de Azevedo Maia

HISTÓRIA DO GALEGO-PORTUGUÊS

Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI

(Com referência à situação do galego moderno)

Reimpressão da edição do INIC (1986)

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Título – HISTÓRIA DO GALEGO-PORTUGUÊS

Autor – CLARINDA DE AZEVEDO MAIA

Edição – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Tiragem – 1 000 exemplares

Composição, impressão e acabamento – G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Distribuição – DINALIVRO • AUDIL

© Fundação Calouste Gulbenkian
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Depósito Legal n.º 107658/97

ISBN 972-31-0746-5

NOTA PREAMBULAR

A obra *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. (*Com referência à situação do galego moderno*) foi inicialmente publicada em 1986 na Série «Linguística» do então Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), tendo-se esgotado em poucos anos. Reimpressa em 1997, incluída na Série «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas» da Fundação Calouste Gulbenkian e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), a obra encontra-se igualmente, desde há vários anos, esgotada.

As frequentes solicitações de investigadores de vários países, às vezes distantes, que continuam a manifestar a necessidade de consulta da obra levaram a equacionar a possibilidade de uma segunda reimpressão, agora no âmbito das Publicações da Imprensa da Universidade de Coimbra: a inviabilidade de uma nova edição de um trabalho desta natureza e, além disso, tecnicamente muito complexo, e a inexistência de um outro estudo com os mesmos ou idênticos objetivos aos que orientaram a sua conceção original levaram a autora a decidir disponibilizar novamente a obra, esperando que ela continue a prestar serviços aos estudiosos de história da língua portuguesa e de história da língua galega.

Clarinda de Azevedo Maia
Coimbra, fevereiro de 2017

(Página deixada propositadamente em branco)

«Ahora bien ¿hasta qué punto divergían, ya en este primer período, gallego y portugués? Resulta un poco pronto para decirlo. Faltan estudios sobre documentos de las dos zonas que nos aseguren una visión de la realidad idiomática más auténtica que la que los Cancioneros galaico-portugueses dejan transparentar».

PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), p. 196.

«(...) falta un estudio sistemático de los textos y documentos arcaicos, que podría darnos una visión real de los hechos. Habría que disponer de trabajos que recogiesen las peculiaridades lingüísticas de todas las zonas y de esta manera podríamos llegar a trazar el dominio aproximado de las peculiaridades regionales. En cuanto no se haga esto los cálculos serán provisionales».

RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 157.

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

A renovação dos estudos de História da língua portuguesa, sobretudo no que se refere ao período medieval, apoia-se necessariamente na publicação de novas fontes documentais, até ao momento inéditas, e no seu aproveitamento linguístico. De outro modo, corre-se o risco de manejar constantemente os mesmos materiais, continuando a deixar sem solução uma série de problemas extraordinariamente importantes, como são os que dizem respeito à cronologia e difusão de alguns dos fenómenos mais expressivos da história linguística do português.

Contrariamente ao que acontece com outras regiões peninsulares, são muitas as lacunas que ainda subsistem relativamente à história do domínio linguístico galego-português, quer no que se refere à remota época das origens, quer no que diz respeito ao período de relativa unidade linguística em toda a área que, desde o rio Douro, se estendia até ao mar Cantábrico, assim como à posterior evolução do português e do galego. Ao tentar fixar e delimitar o tema que viria a conduzir à obra que agora vem a público, atraiu-me um período particularmente interessante da história linguística do Noroeste peninsular, ou seja, o período compreendido entre os séculos XIII e XVI. Longo e árduo foi, porém, o percurso que, desde o interesse inicial por essa época, verdadeiramente decisiva para a história do galego e do português, conduziu à estruturação final deste trabalho. O primeiro e o mais difícil problema a resolver foi o do estabelecimento da edição de documentos da Galiza e do Noroeste português, a qual forneceria os materiais sobre que está alicerçado o estudo linguístico. Dada a delicadeza de certas questões a tratar — muito particularmente tudo o que se refere à interpretação grafemática dos documentos medievais, a qual se apoia fundamentalmente sobre o estabelecimento de relações entre os sistemas grafemáticos e o sistema fonológico-fonético da época a que os documentos dizem respeito — impunha-se tomar como base uma edição elaborada com toda a meticulosidade possível. Consciente de

que a reconstrução de estados pretéritos da língua é uma questão altamente problemática e só em parte possível, foi meu desejo proporcionar, através do estabelecimento de textos fidedignos, as condições favoráveis para a análise e a interpretação do material grafemático e para a determinação das relações grafema / fonema na língua medieval.

Durante a estadia de dois anos em Espanha — desde Outubro de 1971 a Julho de 1973 — como bolseira do então Instituto de Alta Cultura, foi-me possível adquirir a conveniente formação metodológica sobre edições de textos antigos elaborados com a finalidade de servirem de base a estudos de carácter linguístico do tipo da que me propunha realizar. Depois de obtida a necessária formação científica nesse domínio, foram feitas pesquisas sistemáticas em vários arquivos — "Archivo Histórico Nacional" (Madrid), "Archivo Regional de Galicia" (La Coruña), "Archivo Histórico Provincial de Orense" e "Archivo Histórico y Universitario de Santiago de Compostela" —, havendo podido seleccionar, entre os fundos respeitantes à Galiza, cento e trinta e seis documentos notariais de carácter particular, na sua quase totalidade inéditos, correspondentes às quatro províncias galegas. Completariam a colecção trinta e dois documentos de idêntica natureza, na maior parte também inéditos, relativos às províncias portuguesas do Minho e do Douro Litoral, cujos pergaminhos originais fazem parte dos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) e do Arquivo Distrital de Braga.

Se é certo que a transcrição de textos medievais é sempre uma operação sobremaneira delicada, neste caso concreto o facto de os documentos seleccionados corresponderem a uma zona muito vasta e a um período muito amplo — entre 1255 e 1516 — e, ainda, o facto de terem sido escritos por diferentes notários ou escribas acentuaram as dificuldades de interpretação e apresentação. Impôs-se, além disso, a prévia identificação dos topónimos referidos nesses documentos, a fim de poder não só apresentar uma transcrição digna de confiança e de poder aproveitar com segurança essas formas no estudo de carácter linguístico, mas também de localizar o mais rigorosamente possível cada um dos documentos inseridos na referida colecção.

Era meu desejo que o presente trabalho pudesse simultaneamente proporcionar uma edição de textos medievais galego-portugueses, não literários, e, além disso, contribuir, através de uma minuciosa análise e de uma cuidada interpretação dos materiais neles contidos, para o conhecimento do estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal durante o período indicado. Essa dupla finalidade determinou a estrutura deste estudo. O corpo principal do trabalho, constituído pelos capítulos I e II, vai precedido de uma introdução, onde são apresentados algumas questões que ajudam a situar a investigação realizada. Nela se põe o problema de saber se, no período de que me ocupo,

haveria distinção entre a língua falada a norte e a sul do Minho. Essa questão concreta, respeitante à zona estudada, é inserida numa problemática mais vasta e muito actual: o problema das relações entre a língua escrita de documentos medievais não literários e a língua falada nas regiões a que se referem.

No capítulo I, depois de apresentar as normas de transcrição aplicadas, de descrever os critérios seguidos na localização dos documentos e de formular algumas observações críticas sobre anteriores edições de documentos não literários da Galiza e de Portugal, apresenta-se uma edição de cento e sessenta e oito documentos da área galego-portuguesa, cronologicamente seriados entre 1255 e 1516, e que constituem o núcleo do presente estudo. Segue-se o capítulo II, intitulado Estudo linguístico, *que abarca três partes fundamentais, correspondentes aos domínios abrangidos: o estudo da grafia, feito através da determinação do valor dos diferentes grafemas utilizados, a fonética histórica e a morfo-sintaxe* (1). *Através da discussão suscitada pelos problemas postos, procurou reconstruir-se, na medida do possível, a situação linguística do Noroeste peninsular durante o referido período, estabelecendo-se, com essa finalidade, frequentes confrontos com outros textos publicados correspondentes a várias regiões peninsulares. Além disso, a propósito das particularidades mais expressivas reveladas por uma exploração sistemática dos documentos medievais, estabeleceram-se, com frequência, comparações com a situação do galego actual* (2) *e com as modernas variedades regionais de Entre-Douro-e-Minho.*

---

(1) Seria interessante — mas não comportável nos limites do presente trabalho — elaborar um glossário de todas as formas registadas nos documentos publicados neste livro; a multiplicidade de variantes fonéticas ou simplesmente gráficas e a sua seriação cronológica tornariam a sua organização extremamente morosa. Acresce ainda que, para fazer a história de algumas palavras, era inevitável estabelecer confrontos com outras formas registadas em textos medievais da Galiza ou de Portugal ou de outras regiões peninsulares. Todas essas circunstâncias fariam com que o resultado desse trabalho fosse extremamente volumoso. Uma vez que não foi possível inserir um estudo do vocabulário, era minha intenção proporcionar ao leitor um índice de todas as formas comentadas ou simplesmente citadas no estudo linguístico, de modo a permitir o máximo aproveitamento das páginas deste livro. Contudo, dificuldades de carácter orçamental não permitiram a concretização deste propósito: a abundância de variantes acima referida tornaria esse índice muito extenso e não compatível com a verba atribuída à publicação desta obra. Por esse motivo, para facilitar ao leitor a sua consulta, apresentou-se um índice geral o mais completo e pormenorizado possível.

(2) Com a finalidade de conhecer o galego moderno, não só foi intensamente manuseada a mais importante bibliografia dialectal da Galiza como se fizeram algumas explorações *in loco* em várias povoações galegas, a fim de proporcionar um contacto directo com a linguagem falada nessa região.

Finalmente, nas Conclusões, *que constituem o capítulo III, procurou fazer-se a sistematização de todas as afirmações e aspectos interessantes que ficaram dispersos ao longo do capítulo anterior, de feição marcadamente descritiva e analítica. Essa síntese final, ao mesmo tempo que pretende dar uma visão global dos problemas tratados a partir da análise dos materiais contidos nos textos estudados, é também uma contribuição para o estudo das relações entre a língua dos documentos medievais não literários e a língua falada na região a que estes se referem, assim como para o problema das relações entre os sistemas grafemáticos dos textos da Idade Média e o sistema fonológico-fonético da época.*

Acompanham o trabalho, além de um mapa esquemático do Noroeste peninsular, que pretende apenas servir de orientação ao leitor na localização dos documentos ou dos materiais linguísticos estudados, duas reproduções de documentos que permitem a comparação dos manuscritos originais com a transcrição apresentada.

Concebido deste modo, o trabalho teria que ser forçosamente extenso: as suas proporções devem-se aos objectivos fixados e à metodologia adoptada. O exame pormenorizado dos materiais linguísticos, a minuciosa e subtil interpretação dos elementos de carácter grafemático contidos nos documentos assim como o confronto sistemático com outros textos medievais galego-portugueses ou mesmo peninsulares explicam não só o carácter marcadamente analítico de vários parágrafos do capítulo II, mas também a sua extensão. Creio, contudo, que, sem prejudicar a confiança e a solidez das conclusões a tirar, não seria possível construí-lo de outro modo.

Não obstante o contributo que o presente estudo representa para a história linguística do português e do galego, seria altamente importante que viesse a realizar-se um trabalho similar e com uma metodologia idêntica à aqui adoptada, com base em documentos de outras grandes áreas linguísticas portuguesas, muito particularmente do Centro e do Sul de Portugal. Perspectivado desse modo, esse estudo — que, oxalá, alguém venha a empreender — representaria um importante complemento da obra agora publicada: não só permitiria completar o quadro da formação histórica do português e dos falares portugueses da Idade Média, mas também ampliaria os elementos necessários para o estudo da história da ortografia portuguesa e das suas variantes regionais.

Antes de terminar, desejo exprimir os meus sentimentos de gratidão para várias pessoas e entidades que, de algum modo, contribuíram para a elaboração ou publicação desta obra.

É dever de justiça que manifeste um particular reconhecimento ao Senhor Professor Doutor Manuel de Paiva Boléo: ao seu exemplo, à sua exigência, ao rigor do seu método científico devo a minha formação linguística. Quero

agradecer-lhe o ter incentivado a minha estadia durante dois anos em Espanha, anos verdadeiramente decisivos para a construção deste trabalho, assim como o interesse e a dedicação com que acompanhou e orientou a sua elaboração. Dele recebi preciosas sugestões e úteis indicações de carácter bibliográfico que muito valorizaram este estudo.

A minha gratidão vai também para o Professor Doutor Alonso Zamora Vicente, da Universidade Complutense de Madrid, a quem devo a esclarecida orientação que me deu durante os dois anos de estadia em Espanha. Os seus conselhos, a sua dedicação e o seu apoio representaram para mim um grande estímulo para prosseguir a investigação iniciada. Durante curtas estadias nessa cidade, que tiveram lugar posteriormente, tive ocasião de verificar o interesse e o empenho com que acompanha o prosseguimento da minha investigação.

Desejo exprimir também um sincero agradecimento ao Senhor Professor Doutor Luís F. Lindley Cintra, da Faculdade de Letras de Lisboa, a quem pude recorrer inúmeras vezes durante a elaboração deste trabalho, para solucionar algumas dúvidas ou resolver algumas dificuldades: dele pude receber sempre o conselho experiente, a palavra oportuna, o apoio seguro e esclarecedor.

Ao Senhor Professor Doutor José Luís Pensado, da Universidade de Salamanca, bom conhecedor da problemática do galego e com grande experiência no âmbito das edições de textos da Galiza, agradeço os valiosos esclarecimentos e sugestões metodológicas que, no início da minha investigação, em momentos particularmente difíceis, me ajudaram a encontrar um rumo mais seguro.

Uma palavra de agradecimento também para o Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa, a quem recorri várias vezes para esclarecer algumas dúvidas de carácter paleográfico.

Contraí também uma grande dívida de reconhecimento com o então Instituto de Alta Cultura e com o actual Instituto Nacional de Investigação Científica, pela concessão de bolsas de estudo que me permitiram realizar uma demorada investigação nos arquivos e bibliotecas de Portugal e de Espanha, assim como alguns inquéritos linguísticos na Galiza. É-me grato salientar que, entre Outubro de 1971 e Julho de 1973, me foi concedida uma bolsa de estudo que me proporcionou uma estadia de dois anos em Madrid e na Galiza e que, em Dezembro de 1981, me foi novamente atribuída uma bolsa de estudo de curta duração a fim de, com base nos pergaminhos manuscritos, comprovar e rever a transcrição feita alguns anos antes, esclarecer ou confirmar alguns pormenores de leitura ou para deles extrair os elementos necessários à descrição que, na edição de textos, figura depois de cada documento. Além de ter subsidiado os meus estudos, acolheu ainda favoravelmente a publicação do meu

trabalho, incluindo-o numa das suas colecções, não obstante o elevado custo da sua edição.

Recordarei ainda a gentileza e a cordialidade com que fui atendida nas bibliotecas e arquivos de Espanha e de Portugal, onde procedi respectivamente a pesquisas de carácter bibliográfico, ou à consulta de fundos documentais.

Finalmente, desejaria dirigir uma palavra de muito apreço e reconhecimento à Imprensa de Coimbra *pelo interesse e pelos cuidados postos na composição e impressão do texto, tendo garantido para este volume, tecnicamente difícil, uma apresentação de boa qualidade.*

Coimbra, Julho de 1986.

ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

O alfabeto fonético utilizado neste livro é o que se emprega nos trabalhos de Linguística Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e que tem sido usado em dissertações de licenciatura ou artigos publicados na *Revista Portuguesa de Filologia*. Esse mesmo sistema de transcrição foi utilizado pela Autora noutros trabalhos anteriormente publicados.

Cada forma medieval citada vai seguida de uma referência ao documento em que se encontra: indica-se em primeiro lugar a data do documento, a abreviatura da província a que este se refere e o número de ordem na edição publicada neste livro.

PRINCIPAIS ABREVIATURAS

A.D.B. — Arquivo Distrital de Braga
A.N.T.T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
A.H.N. — Archivo Histórico Nacional (Madrid)
A.R.G. — Archivo Regional de Galicia (La Coruña)
A.H.P.O. — Archivo Histórico Provincial de Orense
A.H.U.S. — Archivo Histórico y Universitario de Santiago de Compostela
D.L. — Província do Douro Litoral (Portugal)
M. — Província do Minho (Portugal)
C. — Província de La Coruña (Galiza)
L. — Província de Lugo (Galiza)
O. — Província de Orense (Galiza)
P. — Província de Pontevedra (Galiza)

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

1. Um dos aspectos mais interessantes da dialectologia portuguesa antiga consiste, sem dúvida, no estudo das diferenças entre a língua falada na Galiza e em Portugal, e do processo evolutivo das duas variedades desde o período de relativa unidade linguística. É fundamental para a história das duas línguas o conhecimento, com a maior aproximação possível, da língua falada a norte e a sul do Minho, quer durante o período galego-português, quer nos séculos seguintes, muito especialmente entre os séculos XIV e XVI, quando, devido a diferentes causas circunstanciais, em grande parte de carácter histórico e político, se acentuam as divergências entre as duas variedades que, seguindo cada uma o seu destino próprio, acabam por fixar-se e constituir duas línguas independentes, ainda que ligadas por estreitos laços de parentesco.

É certo que há enormes lacunas no que diz respeito ao conhecimento da diferenciação dialectal do português, sobretudo no período compreendido entre fins do século XII ou início do século XIII e o século XVI, época a partir da qual surgem os primeiros gramáticos e ortógrafos da língua portuguesa que, sobre algumas das variedades regionais, fornecem dados, alguns bastante sugestivos. Estou, porém, convencida de que um estudo de documentos antigos das diferentes regiões portuguesas não trará resultados tão claros e expressivos como os que um estudo comparativo de documentos linguísticos da Galiza e de Portugal, sobretudo a partir de meados do século XIV, poderá vir a fornecer. Efectivamente, a escassa diferenciação regional que caracteriza o português actual deve ser antiga, tornando-se, portanto, pouco sensíveis as divergências entre as diferentes variedades. Desse modo, o estudo, através de textos não literários, dos falares portugueses é tarefa mais delicada e ainda menos promissora em resultados do que relativamente a outras línguas românicas (1). Por outro lado, a constituição, desde cedo, no domí-

(1) Sobre os resultados de alguns estudos feitos sobre documentos antigos correspondentes a diferentes línguas românicas tendo em vista o conhecimento dos respectivos dialectos antigos, veja-se o que será dito adiante, p. 11 e segs.

nio português, de um gosto linguístico relativamente estabilizado de que os notários teriam conhecimento e do qual, em diferentes graus, procuravam aproximar-se, faz crer que os documentos antigos deixarão transparecer relativamente poucas particularidades dos falares das regiões em que foram redigidos ou donde eram naturais os respectivos notários.

2. Constitui o objectivo fundamental do presente trabalho o estudo do antigo galego-português durante o período de relativa unidade linguística e durante os séculos seguintes em que se acentuam as divergências e se vão a pouco e pouco plasmando e configurando as línguas galega e portuguesa. Neste estudo, feito com base em documentos linguísticos — na quase totalidade inéditos — da Galiza e da região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, procura determinar-se até que ponto divergiam, durante o lapso de tempo abrangido, as variedades correspondentes às duas grandes regiões situadas a norte e a sul do Minho. Transcendendo o período em que era substancialmente a mesma a língua de galegos e portugueses, acompanha-se a sua evolução em cada uma das duas regiões num período particularmente importante para a história de ambas as línguas.

O conhecimento que até ao momento se possui sobre a língua falada na referida região durante o período galego-português é insuficiente e talvez pouco real: ele baseia-se essencialmente no estudo da linguagem das poesias dos cancioneiros trovadorescos; só o trabalho de Rudolf Rübecamp, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio* (1), além da comparação da linguagem do cancioneiro mariano com a dos cancioneiros profanos, procede também a um confronto da linguagem daquele cancioneiro com a de alguns documentos galegos anteriormente publicados (2). Con-

---

(1) RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo I, 1932-1933 e tomo II, 1933-1934. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1933, 96 p. Nesse estudo chegou o A. às seguintes conclusões: a linguagem das Cantigas de Santa Maria diverge da dos cancioneiros profanos pela presença de algumas características próprias do galego; por outro lado, a linguagem dos documentos oferece diferenças bastante sensíveis relativamente à do cancioneiro mariano. Se é verdade que algumas dessas particularidades diferenciadoras se encontram já nos documentos do século XIII, elas acentuam-se durante os séculos XIV e XV. Vejam-se também, do mesmo autor, o artigo *Satzphonetische Erscheinungen aus den Cantigas de Santa Maria von Alfons dem Weisen* incluído em *Homenaje a Fritz Krüger*, tomo II, Mendoza, 1954, p. 283-303 e a recensão crítica ao trabalho de JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, publicada no *Boletim de Filologia* (Lisboa, tomo III, 1934-1935, sobretudo p. 187-188.

(2) Foram utilizados principalmente os *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* coligidos por Andrés Martínez Salazar. La Coruña, 1911. Além disso, aproveitou

tudo, no que se refere a este último aspecto, o estudo foi elaborado com base em textos de natureza diferente, ou seja, textos de carácter poético e documentos linguísticos. Convém, por outro lado, observar que as composições poéticas dos cancioneiros não são os textos ideais para o conhecimento do galego-português: trata-se de uma linguagem literária, de feição artística, que resulta de uma estilização e não de uma reprodução da linguagem falada na Galiza e na zona de Entre-Douro-e-Minho (1). Muito bem caracterizou esse tipo de linguagem Carolina Michaëlis quando, na introdução ao Cancioneiro da Ajuda, afirmou: «A linguagem dos trovadores é um *português ilustre*, selecto, convencionalmente unitário e arcaico, mas perfeitamente orgânico e coerente (...)» (2). Não surpreende, portanto, que dos textos literários, quer poéticos quer mesmo em prosa, se depreenda uma imagem de relativa unidade, de quase completa homogeneidade linguística. É, contudo, altamente provável que nas regiões situadas nas duas margens do Minho — do Minho até ao Cantábrico e do mesmo rio até ao Douro — existissem variações regionais quer de uma zona relativamente à outra, quer no interior de cada uma delas (3). As particularidades linguís-

---

também o Autor alguns documentos contidos nos *Fueros Municipales de Santiago y de su tierra*, publicados por Antonio López Ferreiro. Santiago de Compostela, 1895, vol. I e II.

(1) É difícil saber se, de início, a linguagem dos cancioneiros se baseou na língua falada de alguma zona concreta da área galego-portuguesa; porém, mesmo que tal tivesse acontecido, cedo o seu carácter artístico teria feito superar as particularidades regionais. Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA y MARÍA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), 1971, vol. I, p. 196-197: «Porque la lengua de los Cancioneros (...) como todo lenguaje literario, no era una reproducción de la hablada sino una estilización y, si dentro del mosaico dialectal gallego-portugués se basó en un principio en las características regionales de alguna comarca concreta (punto hoy por hoy aún no aclarado), su carácter artístico la hizo pronto superar localismos en pro de la comunicabilidad». Afirmação idêntica é feita por M. Rodrigues Lapa nas *Lições de literatura portuguesa. (Época medieval)*. 7.ª edição, revista. Coimbra (Coimbra Editora), 1970, p. 215: «Efectivamente, o instrumento de que se serviam os trovadores era uma língua estilizada, que pairava por cima das variações dialectais».

(2) *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, vol. I, Halle, 1904, p. XVIII-XIX.

(3) Idêntica opinião é defendida por CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*, segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913, seguidas das *Lições práticas de português arcaico*. Lisboa, 1956, p. 274-275: «Unidade completa, ou quase completa, quanto à linguagem culta, empregada com admirável destreza por todos os poetas líricos da península, que fossem realmente Galegos e Portugueses, quer nascessem no centro, no oriente ou no sul da península, ou poetassem en Jaen ou Sevilha no período trovadoresco. *Unidade* também quanto a textos em prosa, elaborados

ticas diferenciadoras porventura existentes não afectariam, contudo, a unidade essencial do galego-português que, aliás, foi reconhecida desde os gramáticos do século XVI: «& a lingoa (...) de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciaçaõ que as outras partes de Hespanha naõ tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quanto na copia & na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjãõ, & pulem, & donde manaõ pera os outros homẽs, o que nunqua houue em Galliza»; «(...) os Gallegos, cuja lingoa & a nossa era toda quasi hũa» (1).

---

no mesmo período, mas esses somente, se eram redigidos por verdadeiros Galizianos ou Portugalenses. (...)

Nos dialectos vulgares, regionais e locais, é possível, teoricamente é certo mesmo, ter havido divergências. Dessas divergências, algumas se reflectem mesmo em textos literários».

É possível, porém, encontrar defendidas opiniões totalmente opostas, em grande parte pelo facto de não se ter em conta que há uma diferença essencial entre a linguagem literária e a linguagem falada; não falta também, por vezes, um certo patriotismo que prejudica a objectividade do espírito científico. A propósito do códice da "Legenda Aurea", afirma Fr. Atanasio López: «¿ por qué, pues, no se ha de poder llamar códice gallego al que nosotros hemos publicado? ¿ Quiérese llamarlo también portugués? Llámeselo enhorabuena, que nosotros no reclamaremos por ello; sin embargo, escribiendo en Galicia, nos ha parecido muy puesto en razón bautizar a dicho códice con el calificativo de *gallego, y a esto nos ha inducido la razón de que no admitimos distinción entre el gallego y portugués hasta el siglo XV*, y además el amor grande que profesamos a la tierra gallega, que, con la conquista, llevó a Portugal su propia habla. Originariamente, pues, el idioma portugués ha partido de Galicia, como de Cataluña partió el valenciano y mallorquín». Cf. Fr. Atanasio López, *Gallego y portugués. (Observaciones sobre el códice gallego de la "Legenda Aurea")*. In: *Boletín de la Real Academia Gallega*, vol. IX, 1915-1916, p. 146. Exceptuando a palavra "*gallego*", que já no texto se encontra em itálico, os restantes sublinhados são da minha responsabilidade.

Analogamente, afirma uma completa uniformidade entre a língua das duas zonas galego-portuguesas E. González López, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 109: «(...) Era la lengua del Condado de Portugal y de la antigua Galicia, *que, en los dos paises, vivió por siglos sin diferenciarse la de una parte de la otra.* En el *Cancioneiro de Ajuda* — quizás de poesías de los siglos XII y XIII y, por lo tanto, de los tiempos en que empezó sus primeros pasos la nación portuguesa — en el que abundan los poemas anónimos, es imposible distinguir qué poeta es gallego y cual es portugués por la lengua que emplea. Y en los *Cancioneiros da Vaticana y Colocci-Brancuti*, en los que predominan las poesías de poetas ya individualizados, tampoco se puede colegir por la lengua el lugar de procedencia del escritor; y sólo por otros datos ajenos a ella, como el lugar del nacimiento o sobre el que escriben, podemos adivinar su origen». São da minha responsabilidade os sublinhados do primeiro período do texto transcrito.

(1) Duarte Nunes de Leão, *Origem da lingua portuguesa*. In: *Origem e ortografia da lingua portuguesa*. Nova edição, correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 20-21 e 84.

Contudo, com os elementos até ao momento disponíveis não era possível ultrapassar o campo das conjecturas e das afirmações de carácter mais ou menos vago e genérico. Para conseguir dar uma visão o mais possível real e autêntica do que era a língua falada nas duas zonas da área galego-portuguesa afigurou-se-me necessário o estudo de um outro tipo de textos, não literários, ou seja, documentos linguísticos medievais de carácter particular da Galiza e da zona de Entre-Douro-e-Minho. As lacunas existentes nesse domínio tinham já, por mais de uma vez, sido evidenciadas e lamentadas por linguistas e filólogos portugueses e espanhóis. Assim, Pilar Vázquez Cuesta na *Gramática portuguesa*, ao tratar do período galego-português, põe a seguinte questão: «Ahora bien ¿hasta qué punto divergían, ya en este primer período, gallego y portugués? Resulta un poco pronto para decirlo. Faltan estudios sobre documentos de las dos zonas que nos aseguren una visión de la realidad idiomática más auténtica que la que los Cancioneros galaico-portugueses dejan transparentar (...)» (1). E, mais recentemente, Ramón Lorenzo, ao mesmo tempo que salienta o carácter provisório de quanto até ao momento se tem dito sobre esse problema, afirma: «(...) Falta un estudio sistemático de los textos y documentos arcaicos, que podría darnos una visión real de los hechos. Habría que disponer de trabajos que recogiesen las peculiaridades lingüísticas de todas las zonas y de esta manera podríamos llegar a trazar el dominio aproximado de las peculiaridades regionales. En cuanto no se haga esto los cálculos serán provisionales» (2).

A necessidade desse tipo de estudos tem-se também feito sentir ao proceder à localização em Portugal ou na Galiza de textos arcaicos de carácter historiográfico ou literário. A insuficiência de conhecimentos seguros sobre a língua da Galiza e de Portugal durante o período arcaico é tão notória que mesmo pessoas de grande cultura filológica, como Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis ou Lindley Cintra, revelaram hesitações e dificuldades na localização de antigos textos numa ou noutra região (3), surgindo, nalguns casos concretos, opiniões divergentes e opostas, conforme os autores (4).

---

(1) PILAR VÁZQUEZ CUESTA y MARÍA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), 1971, vol. I, p. 196.

(2) RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 157.

(3) DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, sobretudo p. 223, n. 15.

(4) Assim aconteceu relativamente à Crónica de 1404 e aos mss. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid e 910 da Biblioteca Real da mesma cidade. A divergência de opiniões

3. Deixando de parte os textos literários e especialmente os de carácter poético que, para um estudo do género daquele que me proponho realizar, só em muito pequena medida poderão fornecer alguns dados de certa consistência, foi-me necessário recorrer a outro tipo de fontes (1). Entre as chamadas fontes jurídicas (2) se inserem os Foros (*Fueros extensos*, segundo a ter-

---

é apresentada e sintetizada por Lindley Cintra, ao tentar determinar a origem da tradução que serviu de fonte imediata da Crónica de 1344. Transcrevemos a seguir a síntese feita pelo autor: «está esta *Tradução* numa língua a que tenho chamado galego-portuguesa, evitando propositadamente as designações: galego e português. A escolha entre elas implica a solução de um problema: o da localização exacta do falar em que está escrita a *Tradução*. E é dessa localização que depende a resposta a dar às seguintes perguntas, que não podemos deixar de formular: Foi a versão da *Variante Ampliada* já realizada em Portugal? É esse primeiro passo na imitação em língua portuguesa dos trabalhos historiográficos da escola afonsina já um passo *português?*

Sobre o assunto pronunciaram-se Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis. O primeiro, numa nota da terceira edição dos seus *Textos arcaicos*, afirma categoricamente que a língua em que estão escritos os mss. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid e 910 da Biblioteca Real é, como aquela em que está escrita a *Crónica de 1404*, galega e não portuguesa. Menéndez Pidal que, na primeira edição das suas *Crónicas Generales*, chamava portugueses aos códices 910 e 8817, assim como, no seu artigo sobre *La Crónica de* 1404, supunha essa obra escrita por um português, modificou a sua opinião e passou, na terceira edição, a considerá-los galegos, certamente por observar neles as características salientadas por Leite de Vasconcelos na linguagem da *Crónica de 1404*.

Carolina Michaëlis, nas suas *Lições práticas de português arcaico* (...) incluíu comentários a um trecho do ms. 910 e a outro da *Crónica de 1404*. A ambos chama galego-portugueses (...)». E, mais adiante, afirma o A.: «Sigo neste estudo o exemplo de Carolina Michaëlis, porque creio que só um estudo sistemático, ainda por realizar, da língua dos documentos medievais galegos e portugueses distribuídos segundo a sua origem permitirá dar solução definitiva a este tipo de problemas. (...)». Cf. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís F. Lindley Cintra, vol. I, Lisboa (Academia Portuguesa de História), 1951, p. CCCXXV-CCCXXVII. Veja-se também a síntese feita por Ramón Lorenzo das opiniões divergentes a propósito dos textos que estuda: RAMON LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, Orense (Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo»), 1975, p. XXVI-XXVII. Vejam-se também nas páginas seguintes (p. XXVII-XXXVI) as conclusões a que chegou o autor sobre a procedência galega do texto.

(1) Isso não significa que, para certos aspectos especiais, o recurso aos textos poéticos não possa ser especialmente útil. Refiro-me, concretamente, às formas em rima. Para confirmar o timbre de certas vogais tónicas durante o período arcaico o estudo das rimas das composições trovadorescas é, em muitos casos, imprescindível.

(2) Ao valor desse tipo de fontes não só para a história do direito e da cultura, mas também para estudos de carácter filológico se referiu Gunnar Tilander num artigo incluído no vol. II da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Cf. GUNNAR TILANDER, *Fuentes jurídicas*. In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. II, Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1967, p. 447-460.

minologia espanhola) e os documentos notariais — documentos de doações, compras. vendas, testamentos, inventários de pessoas falecidas etc. — que oferecem um grande interesse não só para os historiadores como também para os filólogos. Foram já publicados alguns foros hispânicos, tendo merecido alguns deles a atenção dos linguistas. Entre os do último tipo — aqueles que mais directamente interessam — necessário se torna salientar o estudo levado a cabo por Lindley Cintra com base nos foros de Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates e Castelo Bom, povoações situadas na antiga região de Riba-Coa (1). O estudo comparativo realizado pelo Autor estendeu-se igualmente a outros foros pertencentes à mesma família e correspondentes às povoações de Coria, Cáceres e Usagre, na Estremadura leonesa. A minuciosa análise linguística a que o A. submeteu os textos contribuiu para um melhor e mais aprofundado conhecimento do galego-português do século XIII e do antigo leonês. Mas outros foros medievais da Península Ibérica mereceram a atenção dos filólogos. Esses trabalhos constam, de uma edição do texto a que se segue um estudo linguístico ou, por vezes, somente um glossário. Dos estudos dessa natureza sobre literatura foral hispânica destacarei o de Max Gorosch sobre o foral de Teruel (2), os de Gunnar Tilander sobre os foros de Aragón (3) e da Novenera, concedidos estes últimos aos concelhos de Mendigorría, Artajona, Lárraga e Miranda, situado entre 30 a 50 kms. de Pamplona (4), e os de Jean Roudil sobre o

---

(1) Luis F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959. O trabalho foi apresentado pelo autor nas provas de concurso para professor extraordinário da Faculdade de Letras de Lisboa. A crítica do professor arguente — aliás, francamente positiva — foi publicada no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira.* Cf. Manuel de Paiva Boléo, *Recensão crítica* a Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo.* Separ. do *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira,* vol. 1, n.º 2. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 1960. (Esta recensão foi incluída na colectânea de trabalhos do Prof. Paiva Boléo, *Estudos de linguística portuguesa e românica,* vol. I, tomo II, Coimbra, 1975, p. 32-51.

(2) Max Gorosch, *El fuero de Teruel.* Stockholm (Leges Hispanicae Medii Aevi), 1950. A língua dos dois manuscritos dos foros é essencialmente a mesma e apresenta muitas particularidades aragonesas.

(3) Gunnar Tilander, *Los fueros de Aragón.* Según el Manuscrito 458 de la Biblioteca Nacional de Madrid. Lund (Acta Reg. Societatis Humaniorum Litterarum Lundensis), 1937. O manuscrito referido é de princípios do século XIV e foi escrito em dialecto aragonês.

(4) Gunnar Tilander, *Los fueros de la Novenera.* Uppsala (Leges Hispanicae Medii Aevi), 1951. Segundo salienta o A. na p. 18, o manuscrito está escrito em dialecto navarro-aragonês, apresentando muitos traços característicos.

foro de Baeza, no limite de Castela e de Andaluzia (1) e sobre os foros de Alcaraz e Alarcón, cidades situadas respectivamente nas províncias de Albacete e de Cuenca (2). Obra de conjunto, fruto da colaboração de especialistas no domínio da paleografia e diplomática, da história do direito e da linguística é o estudo sobre os foros de Sepúlveda (3).

Para além do interesse histórico e jurídico, têm os foros um enorme e inegável valor linguístico. Ao mesmo tempo que reflectem a vida das vilas e aldeias medievais, oferecem um vocabulário riquíssimo e variado, em geral não registado em textos de outra natureza. Contudo, como muito bem observou Lindley Cintra, «o seu valor como fontes de informação sobre a linguagem local é (...) muito variável. Tanto podem reflectir essa linguagem, como ser-lhe mais ou menos, ou completamente, estranhos. O seu valor, deste ponto de vista, depende da coincidência, que nem sempre se verifica, entre a linguagem que falava o copista e a da localidade para a qual escreveu o texto» (4). No modo de deixar transparecer os falares locais da época em que o texto dos foros foi redigido o seu valor é, portanto, muito desigual. Poderão ser valiosíssimas fontes de informação sobre a linguagem viva da região, embora sem esperar nunca — julgo ser conveniente, desde já, acentuá-lo — que sejam uma reprodução fiel da mesma, ou podem, noutros casos — aqueles em que os copistas não tinham a mesma língua das vilas para as quais escreviam —, não reflectir de modo algum traços da linguagem da localidade. Foi talvez por não ter em conta que cada texto foral é um caso singular, que Manuel Alvar, no estudo da linguagem dos Foros de Sepúlveda, afirmou a superioridade dos foros sobre os documentos notariais: «El valor lingüístico de los Fueros es indudablemente superior al de los documentos notariales. El de estos es muy relativo, como senaló hace tiempo Navarro Tomás, pero los fueros, escritos lejos del *aula regis*, tienen una mayor libertad de lengua, aunque estén redactados por notarios cultos.

---

(1) JEAN M. VICTOR ROUDIL, *El fuero de Baeza*. Edición, estudio y vocabulario. La Haya (Publicaciones del Instituto de Estudios Hispánicos Portugueses e Iberoamericanos de la Universidad Estatal de Utrecht), 1962.

(2) JEAN ROUDIL, *Los fueros d'Alcaraz et d'Alarcón*. Édition synoptique avec les variantes du Fuero d'Alcázar, introduction, notes et glossaire. 2 tomos, Paris (Klincksieck), 1968.

(3) *Los fueros de Sepúlveda*. Edición crítica y apéndice documental por Emilio Sáez. Estudio histórico-jurídico por Rafael Gibert. Estudio lingüístico y vocabulario por Manuel Alvar. Los términos antiguos de Sepúlveda por Atilano G. Ruiz-Zorilla. Segovia, 1953.

(4) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 541. Sobre o valor linguístico dos foros, veja-se também do mesmo A., *Langue parlée et traditions écrites au moyen-âge (Péninsule Ibérique)*. Separ. de *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Napoli, 15-20 Aprile 1974), vol. I, p. 463-472.

Además la variedad de temas tratados permite identificar una abundancia de fenómenos que dificilmente se hallarían en las cartas; por otra parte, la alusión a necesidades locales muy concretas hace respetar algunas de las formas características del dialecto» (1). Em casos concretos e especiais, pode o texto de alguns foros ter um valor linguístico superior ao de alguns documentos notariais; mas é perigoso generalizar. Tenha-se presente, porém, que na época em que a referida afirmação foi escrita poucas experiências haviam sido feitas relativamente a documentos notariais de algumas línguas e dialectos românicos (2). Conforme o autor declara expressamente no texto transcrito, a sua visão um tanto negativa do valor linguístico dos textos notariais baseia-se nas conclusões a que havia chegado Tomás Navarro Tomás ao estudar, através de textos desse tipo, os perfeitos de verbos em *-ar* em aragonês antigo (3). Mais tarde, porém, haveria o autor de introduzir rectificações à sua maneira de pensar, salientando as vantagens dos documentos notariais sobre textos escritos de outra natureza: aqueles deixam entrever, em maior grau, a linguagem viva dos locais onde foram redigidos (4). Além disso — e voltando aos foros medievais —, só excepcionalmente são conhecidas a data de redacção, a naturalidade do escriba, o local onde habitualmente exercia o seu cargo, a sua inserção ou não na população local, etc., dados extraordinariamente importantes para confirmar a validez de uma interpretação feita com base numa análise linguística. Ora, sob este aspecto, os documentos notariais são, regra geral, documentos datados e localizados (5).

---

(1) *Los fueros de Sepúlveda.* Ed. crítica y apéndice documental de Emilio Sáez. Estudio histórico-jurídico por Rafael Gibert. Estudio lingüístico y vocabulario por Manuel Alvar. Los términos antiguos de Sepúlveda por Atilano G. Ruiz-Zorilla. Segovia, 1953, p. 580-581.

(2) Referirei adiante algumas das mais importantes experiências feitas com documentos de várias línguas e dialectos românicos e os resultados a que foi possível chegar. Veja-se, adiante, p. 11 e segs.

(3) Tomás Navarro Tomás, *El perfecto de los verbos -ar en aragonés antiguo. Observaciones sobre el valor dialectal de los documentos notariales.* In: *Revue de Dialectologie Romane*, (Bruxelles), vol. I, 1909, p. 110-121.

(4) Idem, *Documentos lingüísticos del Alto Aragón.* Syracuse, New York, 1957. Neste trabalho, elaborado quarenta e oito anos após o citado na nota anterior, o A. situa no seu justo ponto o problema dos documentos notariais como fontes de informação da linguagem falada nos locais onde foram escritos. Adiante (p. 12-13) faremos referência mais pormenorizada ao pensamento de Navarro Tomás.

(5) Também no que se refere aos aspectos indicados, os documentos notariais oferecem vantagens sobre os textos literários. Cf., por exemplo, Charles Théodore Gossen, *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du Moyen Âge.* In: *Revue de Linguistique Romane*, (Paris), tomo XXXII, 1968, p. 3; Idem, *Französische Skriptastudien. Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters.* Wien, 1967, p. 13-14; Idem, *La scripta des chartes picardes.* Separ. das Actas do Colóquio

No que se refere à data, os documentos originais não oferecem qualquer dificuldade; o problema da localização é já bastante mais complexo (1). Por vezes, indicam os documentos o local de redacção, mas não me parece ser este o elemento mais importante para proceder à sua localização; também não creio que esta deva ser feita de acordo com os cartórios donde provêm os documentos. Os dados mais importantes são os referentes ao escriba do texto. Com efeito, como de maneira bem sugestiva referiu Jacques Monfrin, professor na École des Charles de Paris, «le personnage important, en toute cette affaire, est *celui qui a tenu la plume*» (2). Mas, embora em muitos casos os textos façam uma alusão directa aos respectivos escribas e indiquem, com frequência, o local onde exerciam o seu cargo e, por vezes, o local de residência ou a naturalidade, elementos indiscutivelmente importantes, o certo é que desconhecemos todo um outro tipo de dados como sejam: viagens, residências anteriores, o número de anos a partir dos quais se fixou no local indicado, leituras, grau de cultura, etc. Na sequência da afirmação acima transcrita, continua J. Monfrin: «Et celui-là, quels que soient nos renseignements sur l'élaboration de l'acte, nous ne le connaissons pour ainsi dire jamais» (3). Todos os elementos referidos que, em termos muito gerais, poderemos englobar na educação do escriba ou do notário podem fazer com que os documentos deixem transparecer, de diferentes modos e em diferentes graus, a linguagem falada da época. O valor dos documentos como fontes de informação sobre a linguagem falada é desigual, variando de acordo com o grau de cultura e a educação do notário.

Concluindo: os documentos medievais, especialmente os de carácter particular, os chamados documentos notariais, oferecem sobre os foros algumas vantagens que consistem sobretudo no facto de se tratar de documentos data-

---

organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge* (= *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962), sobretudo p. 299. A concluir a comunicação, afirma o A.: «L'avantage que les textes non littéraires, particulièrement les actes datés et localisés, offrent sur les textes littéraires consiste en ce qu'ils sont littéralement «matière première». Nous n'avons pas besoin de leur chercher une origine moyennant des arguments linguistiques et extra-linguistiques. Je crois que cet avantage compense dans une certaine mesure leurs défauts, tels que l'aridité formaliste du style et la pauvreté relative du vocabulaire».

(1) Veja-se o que será dito adiante (p. 33-35) sobre os critérios utilizados para a localização dos cento e sessenta e oito documentos publicados no capítulo I do presente trabalho.

(2) J. MONFRIN, *Le mode de tradition des actes écrits et les études de dialectologie*. In: *Revue de Linguistique Romane*, vol. XXXII, 1968, p. 33. São meus os sublinhados.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 33.

dos, localizados e que, além disso, fornecem alguns dados — embora não todos os que seriam necessários para uma rigorosa interpretação dos materiais neles contidos — sobre os respectivos notários.

4. O problema das relações entre a língua dos documentos notariais e a dialectologia medieval tem suscitado nos nossos dias um enorme interesse; depois do trabalho já tornado clássico e modelar para estudos congéneres de L. Remacle, *Le problème de l'ancien wallon* (1), esse tipo de estudos tem feito progressos decisivos, sendo muitas as experiências feitas relativamente aos antigos dialectos de algumas línguas românicas (2). Através das conclusões a que se chegou nesses estudos tem sido possível fazer algumas rectificações aos conhecimentos que anteriormente se possuía sobre esses antigos dialectos, e ao mesmo tempo esclarecer sobre a verdadeira relação da língua dos documentos notariais com as variedades regionais da época a que os documentos estudados se referem.

O problema central posto por este tipo de trabalhos consiste em saber se os documentos reflectem diferenças linguísticas locais e, caso positivo, em que grau, em que medida, através do seu estudo, se pode conhecer a verdadeira natureza dos dialectos e falares locais da época em que os referidos textos foram escritos.

---

(1) Louis Remacle, *Le problème de l'ancien wallon.* Liège (Faculté de Philosophie et Lettres), 1948. Além deste estudo a que faço referência no texto, Remacle é autor de outros trabalhos sobre o valão: entre os mais recentes destaco *Documents lexicaux extraits des archives scabinales de Roanne (La Gleize). 1492-1794.* Paris (Société d'Édition «Les Belles Lettres»), 1967 e *Documents lexicaux extraits des archives de Stoumont, Rahier et Francorchamps.* Paris (Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1972).

(2) Devem destacar-se sobretudo os trabalhos de Charles Théodore Gossen relativos ao franco-picardo, em particular, ou ao estudo das "scriptae" do domínio galo-românico, em geral. Entre os primeiros saliento *Die Pikardie als Sprachlandschaft des Mittelalters auf Grund der Urkunden.* Bienne, 1942; *Petite grammaire de l'ancien picard.* Paris (Librairie Klincksieck), 1951; *Considérations sur le franco-picard, langue littéraire du moyen âge.* In: *Les Dialectes Belgo-Romans,* n.º 13, 1956, p. 97-121; *La scripta des chartes picardes.* Separ. das Actas do Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge* (= *Revue de Linguistique Romane,* tomo XXVI, 1962). Entre os trabalhos do segundo tipo se incluem *De l'histoire des langues écrites régionales du domaine d'oïl.* Trata-se, como o trabalho anteriormente citado, de uma comunicação apresentada ao colóquio realizado em 1961 em Estrasburgo, cujas actas foram publicadas sob o título *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue du moyen âge.* Paris (Librairie Klincksieck), 1963; ou, o mais recente, *Französische Skriptastudien. Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters.* Wien (Österreichische Akademie der Wissenschaften), 1967. A todos esses trabalhos far-se-ão frequentes referências no decorrer do presente estudo.

As afirmações feitas por vários autores que se têm ocupado deste tipo de problemas são, por vezes, diametralmente opostas e até contraditórias. «(...) Los documentos notariales escritos en lengua romance representan un dialecto artificial, producto del choque entre normas varias de bien hablar; no reflejan con exactitud el dialecto que se hablaba en la localidad donde fueron redactados, sino más bien una tradición cultural extra-local que el escribano se sentía inclinado a seguir», escrevia há alguns anos Diego Catalán Menéndez Pidal, ao estudar as relações entre 'dialecto escrito" e "bable local" no trabalho intitulado *La escuela lingüística española y su concepción del lenguaje* (1). Depois de salientar reiteradamente a infidelidade dos antigos documentos escritos à linguagem quotidiana local, refere o seu interesse no que diz respeito à criação de um dialecto literário e de uma língua de cultura.

E T. Navarro Tomás, no trabalho *El perfecto de los verbos -ar en aragonés antiguo. Observaciones sobre el valor dialectal de los documentos notariales* (2), afirma de modo radical e peremptório: «Es opinión general atribuirles [aos documentos notariais] grandes ventajas sobre los textos literarios, si se trata de conocer el habla corriente de la localidad en que esos documentos están fechados. (...). Voy á atreverme á exponer muy distinta opinión, pues creo por mi parte que los antiguos escritos notariales no reflejan exactamente el habla local, ni se apartan mucho del lenguaje de las obras literarias». Esta negação do valor dialectal desse tipo de documentos resulta da convicção anteriormente mantida pelo A. de que, por um lado, eles eram uma «auténtica expresión de dialectos hablados» (3) e, por outro, de que havia uma perfeita coincidência na localização geográfica de certos factos antigos e seus correspondentes modernos (4).

Mais recentemente, na introdução à publicação dos documentos alto-aragoneses a que já fizera referência no trabalho anteriormente citado, o mesmo autor, depois de distinguir o que é artificial e o que correspondia à linguagem falada da época, revela uma opinião mais exacta do problema. Embora salientando que «ni el mismo aragonés que los notarios escribían puede ser considerado como propia imagen del dialecto hablado», afirma

---

(1) DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, *La escuela lingüística española y su concepción del lenguaje*. Madrid (Editorial Gredos), 1955, p. 158-161. O texto transcrito encontra-se nas p. 160-161.

(2) O artigo foi publicado na *Revue de Dialectologie Romane*, (Bruxelles), vol. I, 1909, p. 110-121.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 110.

(4) Tenham-se presentes, entre outras, as seguintes palavras do A.: «Basta lo dicho para comprender que con los datos contenidos en los documentos es inútil intentar una localización dialectal antigua» (p. 120).

que «respondían sin duda a la realidad de tal habla ciertos rasgos que aparecen en las escrituras notariales con carácter regular y permanente». E, mais adiante, conclui: «En todo caso, el lenguaje de estos ciento cincuenta diplomas, salidos de las manos de más de setenta personas residentes en unos cincuenta lugares del Alto Aragón y relativos a asuntos de la vida ordinaria de cada comunidad, ofrece materia considerablemente abundante, sobre todo desde el punto de vista fonético y morfológico, para completar la pálida representación que el viejo dialecto aragonés dejó en otros textos antiguos de estilo más elaborado y menos local» (1).

E nas notas preliminares à exemplar colecção de *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla*, afirmaria o grande Mestre da Filologia Hispânica: «Los documentos notariales tienen una importancia especial para el estudio de las variaciones del lenguaje en el espacio y en el tiempo, a causa de expresarse comúnmente en el texto de los mismos el año en que fueron otorgados, y por contener indicaciones más o menos concretas acerca del lugar en que se escribieron» (2).

E para referir outras opiniões, fruto de experiências feitas com documentos relativos a outras línguas românicas, citarei algumas afirmações de Charles Théodore Gossen, que muito se tem debruçado sobre as relações entre os antigos dialectos franceses e as línguas escritas regionais do domínio d'oïl. À maneira de conclusão, afirma o autor, numa das comunicações apresentadas ao Colóquio realizado em Estrasburgo em 1961, cujas actas foram publicadas sob o título *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue du moyen âge:* «En guise de conclusion, il est permis de dire que — quand on a une fois compris le vrai caractère de la scripta, c.-à-d., qu'il est faux de voir en elle le dialecte pur de la région en question — l'étude de cette scripta peut néanmoins nous fournir indirectement des indices précieux sur la nature des dialectes du moyen âge» (3).

E num artigo consagrado ao problema das relações entre grafemas e fonemas, a propósito do estudo de antigos documentos, Gossen, depois de referir o carácter artificial e compósito da língua escrita dos diplomas medievais,

---

(1) Cf. Tomás Navarro Tomás, *Documentos lingüísticos del Alto Aragón*. Syracuse, New York, 1957, p. VIII-IX.

(2) R. Menéndez Pidal, *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla*. Reimpresión. Anejo LXXXIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1966, p. V.

(3) Charles Théodore Gossen, *Explication de quelques spécimens de scripta lorraine, picarde et normande*. Separ. das Actas do Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasbourgo [sob a epígrafe] *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue du moyen âge* (= *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962), p. 308.

afirmaria que «les langues écrites régionales de la France du Nord laissent entrevoir, à des degrès très différents, les dialectes du moyen âge, mais elles ne sont nullement identiques avec ces dialectes, ce qui n'exclut pas la connaissance de traditions graphiques régionales» (1).

Já anteriormente, ao referir-se à tradição escrita picarda, (ou, mais rigorosamente, franco-picarda), prevenia o mesmo autor de que ela é «une création artificielle d'une certaine couche sociale, une langue composite et hybride qu'il faut se garder d'identifier avec le dialecte *parlé* de cette époque. Elle en reflète bien les principaux traits dialectaux, mais elle n'est nullement le miroir fidèle de la langue parlée (...)» (2).

A disparidade de opiniões contidas nos textos citados resulta, em parte, de se esperar que os documentos sejam uma "reprodução", uma imagem "fiel" dos dialectos e falares locais e, em parte, da diferente natureza da língua escrita dos documentos não literários nas várias regiões consideradas. Assim, ao lado de zonas onde existia uma tradição gráfica consolidada, uma verdadeira *scripta*, ou seja, uma tradição escrita regional (3), noutras zonas não tinham chegado a formar-se essas variedades regionais da língua escrita. Os trabalhos de Gossen (4) e de Remacle (5) tornaram claro que, na França do Norte, isto é, no domínio da *langue d'oïl*, se constituíram tradições gráficas regionais, como a tradição franciana (ou francesa da Île de France), a tradição normanda, a tradição picarda, a tradição valã e a tradição lorena. Na Península Ibérica, pelo contrário, a não ser no reino de Leão e sobretudo no que se refere aos documentos latinos, parece que não se formaram tradições gráficas regionais bem definidas (6). Quer num caso quer noutro, nunca poderá esperar-se que os documentos antigos reproduzam fielmente a língua falada com as suas diferentes variedades regionais. As divergências entre os falares e dialectos seria sempre, sem excepção, mais acentuada

---

(1) Charles Théodore Gossen, *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du Moyen Âge*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tome XXXII, 1968, p. 4.

(2) Idem, *Considérations sur le franco-picard, langue littéraire du moyen âge*. In: *Les Dialectes Belgo-Romans*, tomo XIII, n.º 2, Julho-Dezembro de 1956, p. 100-101.

(3) Sobre o conceito de *scripta*, veja-se Louis Remacle, *Le problème de l'ancien wallon*. Liège (Faculté de Philosophie et Lettres), 1948, p. 179 e Carl Theodor Gossen, *Französische Skriptastudien. Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters*. Wien, 1967, p. 5, n. 1.

(4) Vejam-se os trabalhos citados na n. 2 da p. 11, especialmente os dois últimos.

(5) Cf. n. 1 da p. 11.

(6) Luis F. Lindley Cintra, *Langue parlée et traditions écrites au moyen-âge (Péninsule Ibérique)*. Separ. de *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Napoli, 15-20 Aprile 1974), vol. I, p. 464.

do que revelam os textos antigos, uma vez que estes deixam apenas transparecer algumas particularidades das variedades regionais. No caso das regiões onde se constituíram *scriptae* bem definidas só raramente escapariam aos notários alguns traços da língua falada; nas outras zonas, apesar da pressão da tradição latina notarial que se fez sentir sobretudo nos primeiros séculos de fixação escrita em língua românica, os traços mais característicos das variedades locais aflorarão com uma frequência provavelmente mais acentuada. No entanto, no que se refere ao domínio linguístico galego-português, as variedades geográficas são, em geral, pouco originais, distanciando-se relativamente pouco umas das outras, em grande parte em virtude do fenómeno da Reconquista e dos posteriores movimentos de população que participou no repovoamento e na colonização dos territórios do Centro e Sul do País. Sendo muito provável que esta escassa diferenciação regional do português seja antiga, é natural que, também devido a este aspecto, os antigos documentos notariais não apresentem vestígios dialectais muito acentuados.

Por outro lado, condicionam também o valor dos documentos antigos, sob o ponto de vista considerado, a existência ou a ausência, na zona abrangida por esse estudo, de um tipo de linguagem dotado de maior prestígio, e com suficiente força de irradiação para sobrepor-se aos falares locais que iam sendo progressivamente assimilados. Além disso, os vários níveis de cultura dos notários e os diferentes graus de conhecimento desse tipo de linguagem socialmente mais prestigiada fazem com que os documentos notariais reflictam, com diferente intensidade, alguns traços dos dialectos e falares locais. Assim, os notários mais cultos só escassamente deixariam transparecer nos textos que escreviam particularidades da linguagem falada da região, ao passo que os notários pouco cultos, com muito maior facilidade, deixarão escapar traços da sua própria linguagem falada e da linguagem da região. Pelo contrário, naquelas zonas onde nunca existiu uma relativa unidade linguística, resultante da acção de um centro irradiador, os documentos notariais reflectem mais claramente particularidades da língua viva, falada, da região.

Mas convém não esquecer — nunca será demais acentuá-lo — que se trata de língua escrita que, portanto, nunca será expressão fiel da língua falada. Contudo, como «dos dialectos falados na Idade Média não conhecemos praticamente nada» (1), são extraordinariamente preciosos todos os

---

(1) A afirmação de Gossen relativamente aos dialectos franceses da Idade Média — «des dialectes parlés au moyen âge nous ne savons pratiquement rien» — pode aplicar-se igualmente ao português. Cf. CHARLES THÉODORE GOSSEN, *Considérations sur le franco-*

elementos, ainda que fragmentários e dispersos, que a análise dos textos antigos e, concretamente dos textos notariais, nos possa fornecer. É através de algumas particularidades que os documentos medievais deixam transparecer em maior ou menor grau que se pode entrever, à distância de vários séculos, a verdadeira natureza das antigas variedades locais. E, quando os documentos interpretados são em número suficientemente grande e correspondem a diferentes notários e a diferentes regiões, os resultados são, naturalmente, mais expressivos. Se é certo que cada documento estudado não deixa transparecer necessariamente a língua falada de um lugar determinado (1) — o lugar onde o documento é localizado —, mas antes particularidades de uma zona mais ou menos ampla (2), a análise de um número considerável de documentos da mesma natureza permite, em muitos casos, chegar à configuração, à delimitação de grandes regiões relativamente bem definidas (3). A repetição dos mesmos traços linguísticos em vários documentos escritos por diferentes notários não pode deixar de ser significativa (4). E se essas particularidades se mantêm ainda actualmente, se bem que numa área não totalmente coincidente (5), não podem restar dúvidas de que já na época a que se referem os documentos em questão elas caracterizavam a linguagem falada da região.

Em face do que fica exposto, creio ter ficado claro que os antigos documentos notariais fornecem, em diferentes graus, alguns elementos das variedades regionais da época em que foram escritos. A única atitude verdadeiramente perigosa é aquela que consiste em pedir a esses documentos mais do que

---

-picard, langue littéraire du moyen âge. In: *Les Dialectes Belgo-Romans,* tomo XIII, n.º 2, Julho-Dezembro de 1956, p. 101.

(1) Essa circunstância só se verificará quando ocorrer a coincidência entre a linguagem falada pelo notário e a da localidade onde o documento diz ter sido escrito.

(2) Esse facto depende, em parte, da extensão da área onde cada notário exercia o seu cargo. No caso concreto da Galiza, as zonas de exercício do notário raras vezes ultrapassa um raio de 10 a 15 kms. Cf. WOLFGANG BÖRNER, *Schriftstruktur und Lautstruktur. Studien zur altgalicischen Skripta.* Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1976, p. 6.

(3) Creio ser esta uma vantagem considerável dos documentos notariais sobre os foros.

(4) O Professor Jacques Monfrin refere também que «ce n'est que le très large consensus des documents d'une région donnée qui est significatif. Il conviendra de ne pas attacher trop d' importance au détail». Cf. JACQUES MONFRIN, *ob. cit.*, p. 47.

(5) Não pode, evidentemente, esperar-se que um determinado facto linguístico registado em documentos antigos tenha exactamente a mesma localização geográfica que na actualidade.

eles podem dar: uma imagem fiel da linguagem falada nos locais onde foram redigidos (1).

A tarefa do investigador que se dedica a este tipo de estudos é, sem dúvida, delicada e árdua; são muitas as dificuldades de interpretação que oferece a análise de textos antigos. Mas creio que, quando interpretados com a prudência e as precauções necessárias, podem fornecer dados valiosíssimos referentes à língua falada da época e às suas diferentes variedades. O essencial será, em cada caso particular, distinguir o que é artificial e o que é reflexo da língua viva da época.

(1) Sobre a questão das relações entre a grafia de antigos textos medievais e a pronúncia, a linguagem falada da época, veja-se a recensão crítica de MANUEL DE PAIVA BOLÉO a: LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Separ. do *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), vol. I, n.º 2, 1960. (Esta recensão foi incluída na colectânea de trabalhos do Prof. Paiva Boléo, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo II, Coimbra, 1975, p. 32-51). A propósito dessa questão, aliás bastante delicada, que constitui o problema central, quer do trabalho que foi objecto dessa recensão crítica, quer do presente estudo, afirma o autor na p. 11 da referida separata: «É evidente que, para podermos saber alguma coisa da variedade dialectal dos primeiros séculos da nossa língua, teremos de aproveitar todas as variantes gráficas e confrontá-las com as características regionais de nossos dias».

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo I

EDIÇÃO DE ANTIGOS TEXTOS GALEGO-PORTUGUESES

1. NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

A transcrição de textos antigos, sobretudo quando anteriores ao século XV (1), exige cuidados especiais da parte do editor, muito especialmente quando eles se destinam a estudos de carácter linguístico. Só uma transcrição extremamente fidedigna e cuidadosa permitirá deixar transparecer todos os traços fónicos ou fonológicos visíveis nos originais manuscritos. O êxito do trabalho e a solidez dos resultados obtidos estão fortemente condicionados pela qualidade da edição de textos que está na base desse estudo. No caso presente, o facto de se proceder não só a um estudo de carácter filológico-linguístico, mas também a uma análise sistemática das grafias nas suas relações com a pronúncia e com a estrutura fonológica da língua da época, tornou necessária uma extrema delicadeza no tratamento dos textos e uma fidelidade a certos aspectos que, para estudos doutra índole, poderiam não ser tidos em conta. A natureza dos textos e sobretudo a finalidade da edição determinaram, em grande parte, os métodos de transcrição adoptados. No entanto, necessário se torna salientar que constituíram um excelente ponto de partida as regras de transcrição indicadas em manuais de paleografia ou propostas por alguns autores ou instituições científicas. Entre os tratados de paleografia, devem destacar-se o de García Villada (2), o de

---

(1) A esse respeito, já Serafim da Silva Neto advertia, ao propor algumas normas para edição de textos arcaicos, que «tais normas dizem respeito, apenas, aos manuscritos de até o séc. XV, inclusive, ou seja do chamado *período fonético* da ortografia portuguesa, no qual se procurava espelhar na escrita a pronúncia. Daí os cuidados extremos que deve tomar o editor de tais textos, a fim de que a sua transcrição não turve nem perturbe os traços fónicos ou fonológicos acaso visíveis». Cf. Serafim da Silva Neto, *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro (Casa de Rui Barbosa), 1956, p. 24.

(2) Zacarías García Villada, *Paleografía española*. 2 vols. I Texto; II. Album. Madrid (Publicaciones de la *Revista de Filología Española*), 1923.

Millares Carlo (1), o de Muñoz y Rivero (2) e, finalmente, o de Eduardo Nunes (3). Foram também de grande utilidade as normas propostas ou aplicadas por alguns autores e que, por essa razão, foram objecto de atenta e demorada reflexão. Devem distinguir-se, de modo particular, os trabalhos de Carolina Michaëlis (4), Serafim da Silva Neto (5), M. de Paiva Boléo (6), Luís F. Lindley Cintra (7), José Luís Pensado (8) e Margot Sponer (9). Apesar de num ou noutro aspecto os critérios por mim estabelecidos não terem vindo a coincidir totalmente com as "*Normas de transcripción y edición de textos y documentos*» (10) propostas pela Escuela de Estudios Medievales do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, não será demais realçar a importância que o referido trabalho teve na fase inicial do meu estudo no que se refere à orientação metodológica no domínio da transcrição dos textos antigos reunidos na presente edição. Ainda que publicadas em data bastante recente e quando estava já feita a transcrição dos documentos, pude ainda colher algumas sugestões ou encontrar a confirmação de alguns critérios

---

(1) AGUSTÍN MILLARES CARLO, *Tratado de paleografía española.* 2.ª ed., 2 vols.: I Texto; II. Láminas. Madrid (Librería y Casa Editorial Hernando, S.A.), 1932.

(2) JESÚS MUÑOZ Y RIVERO, *Manual de paleografía diplomática española de los siglos XII al XVII.* 2.ª ed., Madrid (Daniel Jorro, Editor), 1917.

(3) EDUARDO NUNES, *Album de paleografia portuguesa.* Lisboa (Instituto de Alta Cultura: Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1969.

(4) CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa.* Segundo as prelecções feitas nos cursos de 1911-12 e de 1912-13 seguidas das lições práticas de Português arcaico. Lisboa, 1956, p. 349-350.

(5) SERAFIM DA SILVA NETO, *Textos medievais portugueses e seus problemas.* Rio de Janeiro (Casa de Rui Barbosa), 1956, sobretudo p. 21-25.

(6) MANUEL DE PAIVA BOLÉO, *Introdução ao estudo da filologia portuguesa.* Lisboa (Edição da "Revista de Portugal"), 1946, p. 70-72 e 121-124.

(7) *Crónica Geral de Espanha de 1344.* Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. I, Lisboa (Academia Portuguesa de História), 1951, p. DXLV--DXLVI. O mesmo A. adopta critérios diferentes, dadas as diferentes finalidades do trabalho, em *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, sobretudo p. 14-20.

(8) *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-português.* Edición y estudio por José Luís Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos.* Santiago de Compostela, 1962, especialmente p. 14-18.

(9) MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia.* In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura,* vol. VII, 1934, p. 113-192. Veja-se o comentário crítico que adiante (p. 36-37 e n. 3 da p. 37) faço desta colecção de documentos da Galiza.

(10) *Normas de transcripción y edición de textos y documentos.* Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1944.

por mim adoptados nas normas propostas por Avelino de Jesus da Costa (1) e por Jean Roudil (2).

Depois de contactar com um grande número de textos galego-portugueses e de reflectir demoradamente sobre os critérios de transcrição a adoptar, decidi proceder na transcrição e edição dos textos de acordo com alguns princípios que passo a expor.

a) *Indicações genéricas*

Na união e separação de palavras procedi, em geral, de acordo com o critério moderno, a não ser nalguns casos especiais. Desse modo, foram separadas as palavras que nos manuscritos apareciam unidas. Respeitou-se, porém, a grafia dos manuscritos no caso das enclíticas que aparecem, em geral, ligadas à palavra anterior: *uẽdellos* 'vendê-los', *rrematallos*, *poſãno fazer*, *torneſe* 'torne-se', *vẽdemoſlo* 'vendemo-lo', *doulle* 'dou-lhe'. Paralelamente, manteve-se a grafia dos escribas quando, relativamente a este pormenor, a enclítica aparece separada da forma de que depende: *damos lhj*. Mantive igualmente os artigos ligados às preposições sempre que isso ocorria nos documentos manuscritos: *coo* 'com o', *porlas* 'pelas', *sobrela* 'sobre a', *cõlo* 'com o', *ſoa* 'sob a', *ſúó* 'sob o', etc. Separei, contudo, por apóstrofo, a preposição *ante* quando ligada a formas de artigo definido: *ant'a porta*. Quando, porém, a uma preposição está ligado um pronome, tendo aquela perdido a vogal final devido a um fenómeno de elisão, separei as duas formas ligando-as por um apóstrofo: *ſobr'eſta*. Somente no caso da preposição *de* a mantive unida à forma pronominal ou a um numeral: *deſte*, *duna*, *daquella*, *dambоſ*, *dãboſ*, etc. Respeitei a grafia dos documentos manuscritos sempre que o artigo definido ia ligado ao pronome indefinido: *todóó preço*, *todóó*

---

(1) P.e Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga, 1977. As normas propostas pelo A. têm em vista contribuir para a normalização dos métodos de transcrição e de publicação de textos medievais e modernos. Ainda que essa normalização ofereça muitas vantagens, não creio, contudo, que ela possa vir a verificar-se, uma vez que os métodos de transcrição dependem, em parte, das finalidades da publicação. Quando a edição de textos tem em vista um estudo de carácter linguístico e grafemático, os métodos de transcrição terão que ser inevitavelmente diferentes dos que são, em geral, aceites quando o estudo a efectuar é de carácter histórico ou jurídico.

(2) Jean Roudil, *Édition de texte, analyse textuelle et ponctuation*. In: *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, n.º 3, Março de 1978, Paris (Librairie Klincksieck), p. 269-299.

herdamẽto, todáá ſa uoz, etc. Também conservei a união de duas formas átonas do pronome pessoal: *nolos, uolas,* etc. Em certos casos em que a separação de palavras unidas nos manuscritos conduziria a uma interpretação pouco fiel da pronúncia transmitida através dessas formas, preferiu manter-se a união das duas formas: *Donafõſo, Donaffonſo, Domnabade, emente* ('em mente': cf. «que me aiã *emente* en ſſuas oraçõeſ», 1302 O 61). No caso de se tratar de um nome próprio e um apelido, separaram-se os dois elementos por apóstrofo: *Johãn'Aluo.* De modo absolutamente esporádico, o documento 1348 O 72 apresenta alguns exemplos de um *h* isolado entre a copulativa ⁊ e a palavra seguinte começada por vogal: o valor do *h* é simplesmente o de indicar, na grafia, o hiato. Nestes casos, na transcrição, juntei-o à palavra seguinte: ⁊ *hao dia do juyσo; ⁊ haos clerigos; ⁊ ha parte del rey; ⁊ Hafonſo Pereσ,* etc.

Mantive separados os elementos constitutivos de determinadas palavras sempre que nos manuscritos ainda aparecem desunidos: *tã bem, firme mente, bẽ feyto, sobre dito, bem feytorias, em quanto,* etc.

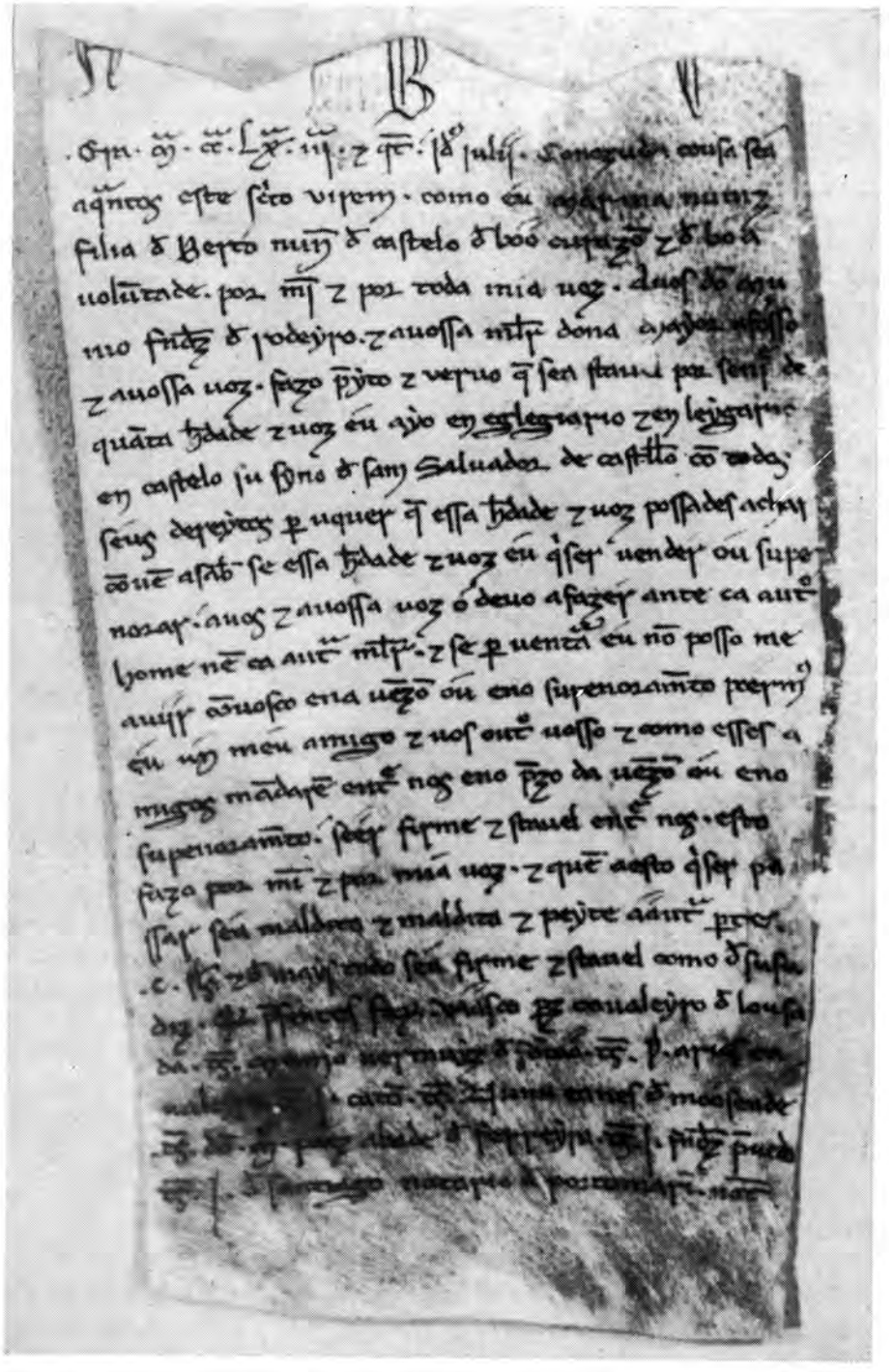
Foram separadas por apóstrofo formas que nos originais manuscritos apareciam unidas e com elisão da vogal final da primeira das formas: *Gõzalu'Eaneſ, leyra d'arrotea, d'antr'anbos* (cf. hũu filho ou filha *d'antr' anbos*), *tod'iſto, cad'al* 'cada outra coisa', *ll'eu,* etc.

O artigo definido forma de feminino ou a preposição *a* foram separados da palavra seguinte de que dependem e a que andam, por vezes, ligados. Ao proceder a este tipo de transcrição, tive sobretudo em vista facilitar a leitura dos textos, pois a ligação da preposição ou do artigo à palavra seguinte reproduziria melhor a dependência da proclítica ao acento da palavra seguinte. Se aquelas formas, assim como a vogal inicial da palavra seguinte, aparecem assinaladas com *ápex,* mantive esse sinal sobre cada uma das vogais. Exs.: *deuẽ á áuer; á águardar; deue á áuer; ⁊ á áueença; ⁊ á áuer deuemos.*

As letras ou palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos, mas que são exigidas pelo sentido, são apresentadas entre parênteses rectos e em itálico. Pode tratar-se de um salto do copista e, no caso da falta de letras, por lapso, pode não se ter indicado o sinal de abreviatura. Exs.: «Conuzuda [*couſa*] ſegia a quantos eſte ſcripto uirẽ (...)»; «(...) damos a foro a uos, Afonſo Garçia d'Anbas Meſtas, et a uoſa muller Maria Afomſo et a dous uoſos [*fillos*] que uos anbos ajades de conſuu».

Quando, pelo sentido, se nota a falta de qualquer palavra que, por lapso ou descuido, o escriba não registou, não sendo, porém, possível indicá-la com segurança, assinalou-se a lacuna por meio de reticências entre parênteses rectos: [...].

(Página deixada propositadamente em branco)



Ano de 1255. A.H.N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa María. Pasta 1087, n.º 8. (Doc. n.º 19, p. 68 desta edição)

No caso de nalgumas partes o documento se apresentar roto, deteriorado ou ilegível, põem-se entre parênteses tantos pontos quantas as letras que se presume faltarem. Se parte da palavra estiver legível e, portanto, for possível reconstituir, sem probabilidade de erro, as letras que faltam, fez-se a restituição, assinalando em itálico essas letras e usando igualmente o parêntese. Seguiu-se idêntico critério quando o documento apresenta palavras ou letras raspadas.

As letras ou palavras inutilizadas pelo copista serão omitidas na transcrição, mas indicam-se, nas notas do aparato crítico, quais as formas canceladas. Para anular alguma forma os copistas usam, em geral, um ponto debaixo de cada letra, embora as formas nessas circunstâncias possam aparecer também riscadas por uma linha horizontal.

Os entrelinhados são incorporados no texto sempre que sejam da mão que escreveu o documento, indicando-se, ao mesmo tempo, nas notas finais a sua extensão. Nos textos transcritos não encontrei entrelinhados escritos por mão diferente da que escreveu o documento.

Na cópia dos textos, sempre que deparei com erros evidentes de repetição de uma ou mais palavras por descuido ou por lapso, suprimi-as na transcrição e indiquei, nas notas do aparato crítico, as correcções feitas.

As leituras duvidosas são assinaladas pelo sinal de interrogação entre parênteses.

As mudanças de linha dos originais manuscritos indicam-se mediante traços verticais seguidos, em expoente, do número da linha. Quando se trata de documentos extraídos de códices, a mudança de fólio indica-se colocando entre colchetes o número do fólio seguinte.

Para maior facilidade de leitura e interpretação dos textos, empregaram-se as maiúsculas e minúsculas de acordo com o uso actual. No início de período e nos nomes próprios usei sempre letra maiúscula, contrariando muitas vezes os hábitos dos copistas medievais.

Após a transcrição de cada documento, inserem-se, num tipo de letra menor que o do texto, algumas notas com várias observações. Em primeiro lugar, indica-se o tipo de documento utilizado, ou seja, pergaminho ou códice. Tratando-se de pergaminho, indica-se o arquivo a cujos fundos pertence e respectiva cota. Se um determinado documento foi extraído de um códice, indica-se o nome, o arquivo e o fólio em que se encontra.

Seguem-se algumas indicações com a descrição sumária do original e algumas notas de carácter paleográfico. Aí se chama a atenção, entre outras coisas, para as omissões, acrescentamentos, rasuras, inutilizações de letras ou palavras e para o uso de sinais de abreviatura de carácter inútil ou supérfluo.

Nalguns casos, incluem-se também algumas notas de carácter toponímico: sempre que surgem formas toponímicas com uma configuração fonética muito diferente da actual ou com interesse para a localização dos respectivos documentos, procurou fazer-se a identificação desses topónimos, estabelecendo-se a correspondência com a forma moderna.

A fim de facilitar a leitura e compreensão dos textos incluídos no presente estudo, era minha intenção apresentar também o sentido de algumas palavras raras ou pouco frequentes noutros antigos textos galego-portugueses (1). Como, porém, em muitos casos, não era possível indicar simplesmente o valor de algumas formas registadas, uma vez que havia que resolver problemas de carácter etimológico ou discutir explicações controversas e divergentes, preferi omitir esse tipo de indicações nas notas explicativas que acompanham cada documento.

b) *Elementos de carácter paleográfico*

A conjunção copulativa aparece, nos textos transcritos, muito frequentemente representada pela nota tironiana ⁊; muito mais raros são os casos em que aparece por extenso, quer na forma *et* quer nas formas *e, i* ou *y*. Procurando manter as peculiaridades características dos pergaminhos manuscritos, conservei diferenciados os vários tipos de grafia dessa conjunção.

No que se refere à representação das sibilantes (2), oferecem os textos algumas particularidades de carácter paleográfico que, tanto quanto possível, procurei manter. Conservei na transcrição a distinção entre *ſ* alto e *s* com dupla curva. Procurei distinguir *ſ* alto simples e geminado, nos casos em que a distinção nem sempre é fácil e clara. De acordo com os critérios

---

(1) Esse processo foi, aliás, posto em prática por alguns editores de textos antigos. Assim acontece com a edição das *Cantigas d' escarnho e de mal dizer* elaborada por M. Rodrigues Lapa, apesar de o trabalho ser acompanhado de um glossário final. Cf. *Cantigas d' escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2.ª edição revista e acrescentada pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. Editorial Galaxia, 1970.

(2) No capítulo II. Parte I. Fonética e fonologia, § 3 . B — c), indicam-se os diferentes grafemas usados para a transcrição de cada um dos fonemas sibilantes, de acordo com as épocas e a regiões a que pertencem os documentos. Aí se procura, ao mesmo tempo, enquadrar o estudo dos referidos grafemas na história da grafia da Península Ibérica.

utilizados por A. Millares Carlo (1) e Z. García Villada (2), transcreveu-se por *ſ* simples quando apresentava a base unida e por *ſſ* geminado quando oferecia base dupla.

Sempre que surje a letra *σ*, semelhante ao sigma grego, transcrevi-a como *s* quando o seu valor é o de sibilante surda e mantive-a quando representa a sibilante sonora. Ao optar por este tipo de transcrição, adoptei o critério proposto por A. Millares Carlo no seu *Tratado de paleografía española* (3).

Na cópia dos textos, respeitou-se a distinção entre ȿ e *z*. Relativamente à primeira letra, o *z* visigótico, convém observar que a partir de certa altura, não se distingue claramente se se trata de ȿ visigótico ou se já havia a intenção de fazer da parte inferior da letra um simples apêndice de *c*. Nos textos em que a distinção entre as duas representações gráficas não era muito clara, transcreveu-se por *ç* quando o *z* era menos acentuado que a parte superior da letra, tornando-se um elemento secundário (4).

Por dificuldades de carácter tipográfico, não foi possível distinguir na transcrição dois tipos diferentes de *z:* por um lado, uma forma semelhante a *s* com um traço horizontal tangente à curva superior e que apresenta uma configuração gráfica parecida com 5; por outro lado, um tipo de carácter mais cursivo, semelhante a *s*, mas com um prolongamento recto na curva

---

(1) Sobre a maneira de distinguir, nos casos em que há alguma dificuldade, *ſ* simples e geminado, veja-se AGUSTÍN MILLARES CARLO, *Tratado de paleografía española.* Segunda edición corregida y aumentada. Madrid (Librería y Casa Editorial Hernando, S.A.), 1932, facsímiles LXXIII e LXXV e vol. I, p. 278.

(2) Cf. ZACARÍAS GARCÍA VILLADA, *Paleografía española.* Madrid (Publicaciones de la *Revista de Filología Española*), 1923, por ex., facsímile 105, l. 9 e 16.

(3) Cf. A MILLARES CARLO, *ob. cit.*, vol. I, p. 272-273: «La *s* final toma en la segunda mitade del siglo XIII, y cuando la escritura se hace más cursiva, una forma semejante a la *sigma* griega medial (*σ*), uniéndose a la letra anterior». Cf. também facsímiles LXXII e LXXIII.

(4) Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario.* 4.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1964, vol. I, p. 217-218. A origem da cedilha remonta exactamente a essa evolução do *z* visigótico (ȿ), quando o *z* se tornou menos acentuado do que *c*, acabando por ser um elemento secundário relativamente à parte superior da letra. Ainda que, por vezes, a distinção entre os dois tipos de letra não seja muito fácil, Menéndez Pidal, na transcrição do texto do Cantar de Mio Cid, propõe o uso de *ç* apenas quando «se manifieste en el amanuense la intención de hacer del rasgueo inferior de la letra un mero apéndice de la *c*, sea trazándolo con líneas más finas, sea haciéndolo casi recto con ziszás muy estrecho, sea dejándolo desligado de la *c*, sea dándole menor tamaño que á la *c*» (p. 218). Foi com base nesses pormenores de carácter gráfico, por vezes de distinção bastante delicada, que transcrevi de modo distinto ȿ e *ç*.

superior (1). Apesar disso, houve o cuidado de os representar sempre por *z*. Devido à semelhança gráfica do último signo referido com *s*, alguns editores de textos antigos têm confundido os dois tipos de letra, transcrevendo-os sempre por *s*. Essa confusão faz com que apareçam nos textos particularidades linguísticas como o sesseio que eles, de modo nenhum, apresentam (2).

Nalguns casos em que os escribas omitiram a cedilha de *c* antes de *a, o, u*, marquei-a na transcrição, mas assinalei a correcção nas notas do aparato crítico. Embora não se trate de uma omissão por lapso ou descuido, mas de um uso gráfico bastante difundido em Espanha e um tanto utilizado também em Itália e França (3), mesmo assim preferiu-se acrescentar a cedilha, a fim de tornar a leitura dos textos mais fácil e agradável.

Aparece com bastante frequência nos textos transcritos *R* maiúsculo com valor de *r* múltiplo. Sempre que isso acontece substituí aquele signo gráfico por *rr* (4). Esporadicamente, a mesma letra surge em posição inter-

---

(1) Na *Paleografía española*, Millares Carlo descreve os dois tipos de *z* e mostra o carácter inconfundível, quer de um relativamente ao outro, quer de ambos relativamente a *s*. Uma vez que o valor dos dois signos gráficos referidos é o de *z*, o A. transcreve-os por essa letra. Cf. A. MILLARES CARLO, *ob. cit.*, vol. I, p. 301-302. Veja-se, porém, a sugestão de Menéndez Pidal no sentido de transcrever os dois signos gráficos por um tipo especial de *z*, o de carácter menos cursivo, ou seja 5. A esse propósito, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Recensão crítica a Juan Ruiz, Arcipreste de Hita, Libro de Buen Amor*. Texte du XVIe siècle publié pour la première fois avec les leçons des trois manuscrits connus par Jean Ducamin (...). Toulouse, 1901. In: *Romania*, tomo XXX, 1901, p. 434-440. Veja-se também do mesmo Autor *Necesidad de una z especial para imprimir el castellano antiguo*. In: *Gutenberg*, vol. I, 1904, p. 9.

(2) FRANCISCO LÓPEZ-ESTRADA, *Fuentes literarias*. In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo II. Madrid, 1967, Lâmina II. No verso da lâmina inserem-se alguns comentários de que destaco os seguintes passos: «La escritura de los siglos XIV y XV requiere una transcripción paleográfica especial si se pretende reflejar en el texto impreso de una manera directa el manuscrito. (....) Este signo S fue confundido por algunos editores poco cuidadosos por el de *s*, y al transcribirlo así, como *s*, hizo que apareciese en los textos un seseo, que no era en estos casos sino una confusa lección». Também A. Millares Carlo, depois de fazer a descrição paleográfica de cada um dos tipos de letra, chama a atenção para o facto de que muitos editores de textos antigos, por não repararem no «aspecto genuíno» das duas formas referidas de *z*, as transcreveram inexactamente como *s*. Veja-se A. MILLARES CARLO, *ob. cit.*, vol. I, p. 301-302.

(3) Veja-se o que sobre esse tipo de grafia será dito adiante, Capítulo II, Parte I, 3. B., alínea c).

(4) Esse emprego de *R* maiúsculo em vez de *rr* geminado é bastante frequente em textos medievais. Cf. P.^e AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga, 1977, p. 25.

vocálica com o valor de vibrante simples (1). Neste caso, transcrevi-o por *r*, mas indiquei nas notas do aparato crítico a situação do manuscrito relativamente a este pormenor de grafia.

As letras *f* e *r* apresentam, por vezes, dois traços verticais dando, à primeira vista, a impressão de uma consoante geminada. Esse tipo de letra que, em posição intervocálica, aparece sobretudo durante os séculos XIV e XV embora surjam também alguns exemplos durante o século XIII (2), foi, transcrito pelas correspondentes consoantes simples. Percorrendo alguns dos facsímiles que ilustram o *Tratado de paleografía española* de A. Millares Carlo, verifiquei que esse mesmo critério foi praticado pelo autor (3).

As vogais em hiato aparecem, por vezes, assinaladas por dois signos gráficos, dois *ápex*, semelhantes a dois acentos agudos muito finos, um sobre cada vogal; outras vezes, porém, sobre as duas vogais existe um sinal parecido com um til ondulado e que, provavelmente resulta da união dos dois sinais anteriormente referidos. Em ambos os casos, na transcrição dos textos, foi assinalado o hiato, através de uma espécie de acento agudo sobre cada vogal (4). Com os mesmos sinais se assinala, por vezes, o hiato formado entre a vogal final de palavra e a que inicia a palavra seguinte. Também neste aspecto decidi manter a grafia dos textos, conservando esses signos gráficos nos casos em que se apresentam nos manuscritos.

No que se refere à geminação vocálica sem fundamento fonético, procurei respeitar a grafia dos originais manuscritos. Muito particularmente

---

(1) É o que acontece no documento 1282 C 6, l. 6-7: «(...) da |7 eRa defta carta (...)». Na cópia do texto transcrevi por «(...) da |7 era defta carta (...)».

(2) Cf. Jesús Muñoz y Rivero, *Manual de paleografía diplomática española de los siglos XII al XVII*. Madrid (Daniel Jorro, Editor), 1917, p. 57-58 e p. 61.

(3) Confrontem-se, entre outros, o facsímile LXXV onde aparecem casos de *f* com duplo traço transcrito por consoante simples. Veja-se A. Millares Carlo, *ob. cit.*, vol. I, p. 278 e vol. II, Láminas.

(4) O mesmo critério tem sido usado na transcrição de outros textos galego-portugueses. Veja-se, por exemplo, *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, especialmente p. 20, 22 e p. 43, n. 18. (Veja-se também a bibliografia citada nesta nota); Margot Sponer, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 113-192. Noutras edições de textos, esses traços oblíquos colocados sobre as duas vogais em hiato foram omitidos na transcrição. Assim acontece com a edição do texto da *Primeyra Partida* de Afonso X realizada por José de Azevedo Ferreira: *Alphonse X, Primeyra Partida. Édition et étude*. Braga (Publicações do Instituto Nacional de Investigação Científica), 1980, p. CXXVI. Também José Luís Pensado, na edição dos *Miragres de Santiago* omite esses sinais que aparecem sobre as vogais em hiato, mas indica, nas notas de rodapé, os casos em que se apresentam no manuscrito. Cf. *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1958, p. XXVI.

nos séculos XIV e XV, surgem com alguma frequência vogais geminadas sem qualquer fundamento fonético e histórico. Excepcionalmente, algumas vogais apresentam-se triplicadas. Dado o interesse dessas grafias que denunciam que na época a que essas formas dizem respeito já se tinha perdido o valor fonético das duas vogais iguais em hiato, isto é, que o hiato já se tinha resolvido, decidi manter, neste aspecto, as características dos documentos manuscritos. É o facto de o hiato já não existir na pronúncia dos copistas que explica a geminação irregular e sem fundamento fonético de algumas vogais.

Nos casos em que uma vogal que precedia -N- latino aparece geminada ou triplicada, coloquei o til respectivamente sobre a segunda ou terceira vogal: *mãõo, San Giaãõ, Colinbraaãõs.* Se, pelo contrário, a vogal geminada é aquela que seguia -N- latino, colocou-se o til apenas sobre a vogal que antecedia aquela consoante, ainda que no manuscrito ele incida sobre as três vogais: *condiçõ̃ees, condiçiõ̃ees.*

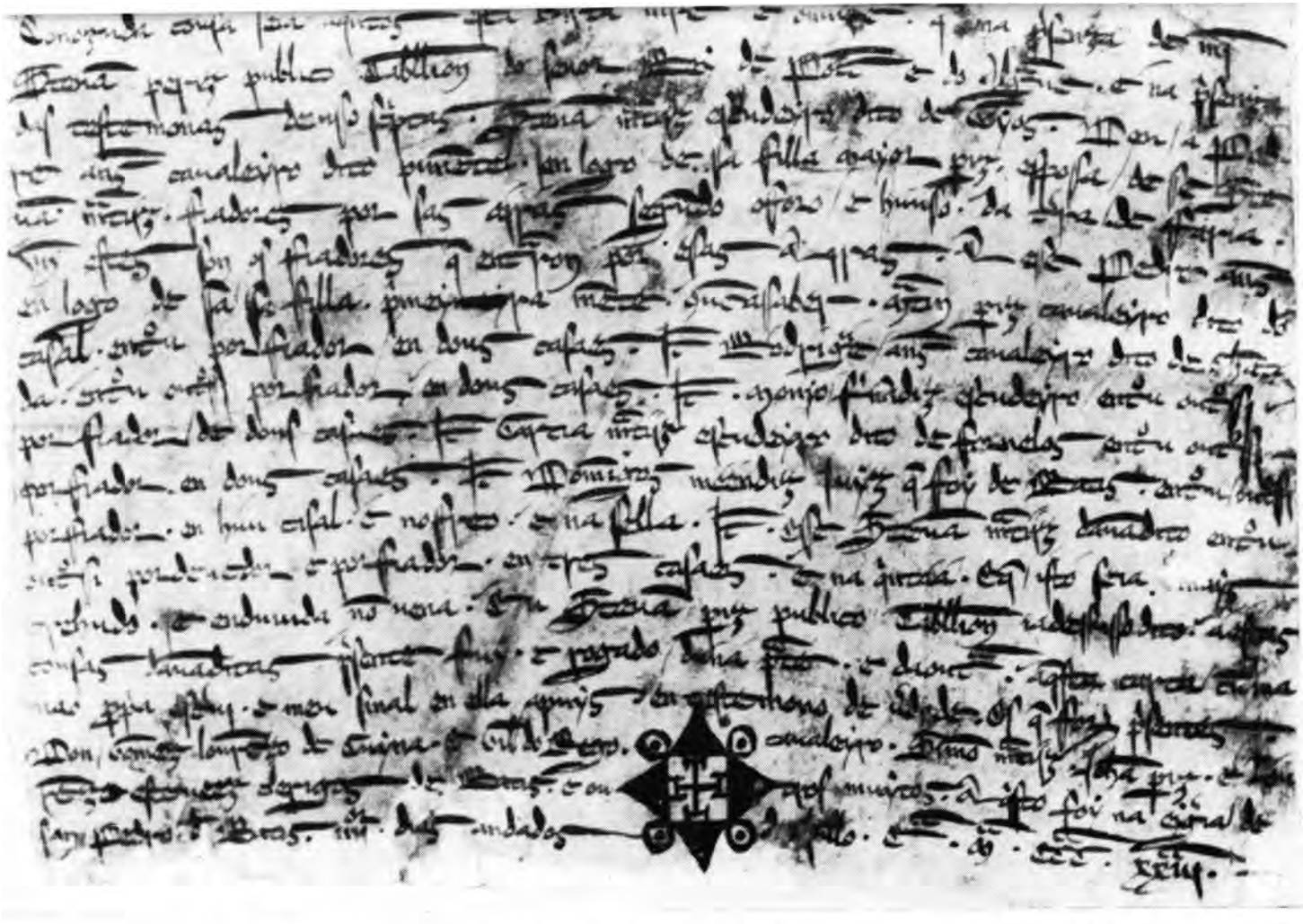
Em certos casos, é, por vezes, difícil distinguir *y* e o duplo *ij*, em que o segundo tem a forma alongada. Procurou estabelecer-se essa distinção, com base nas características paleográficas de um e outro tipo de letra indicadas pelo Prof. Avelino de Jesus da Costa: «(...) o *y* costumava levar ponto e tem a forma de *v*, cujo traço da direita desce, prolongando-se acentuadamente para a esquerda, enquanto o duplo *ij* não leva ponto (mas pode levar dois tracinhos finos semelhantes a acentos agudos) e assemelha-se a um *u*, cujo traço da direita desce quase verticalmente como se fosse um *j*» (1). Na transcrição de *y* omitiu-se o ponto que, por vezes, aparece sobre essa vogal, quer quando faz parte de ditongos decrescentes, quer noutros casos. Desse modo, formas como *Maÿa* e *Lÿanor* são transcritas por *Maya* e *Lyanor*.

No que se refere às vogais nasais, procurou respeitar-se escrupulosamente a grafia dos textos medievais estudados, mantendo o til nos casos em que ele aparece. Qualquer outro tipo de transcrição que substituísse esse signo por *n* ou *m* desvirtuaria o sistema ortográfico da época (2). Desse

---

(1) P.e AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga, 1977, p. 23-24.

(2) Seguiu-se, neste aspecto, o critério proposto por SERAFIM DA SILVA NETO, *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro (Casa de Rui Barbosa), 1956, p. 23: «no tocante às vogais nasais — caso muito melindroso e complexo — somos de opinião que, nos textos anteriores ao século XV, deve respeitar-se rigorosamente a grafia medieval e manter-se, portanto, o til, em escritas como *tẽpo, vĩho, testemõ̃iho*, etc.». Analogamente, José L. Pensado na edição de *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués* conserva o til sempre que ele é um signo gráfico com valor de nasal. Nas normas de transcrição que antecedem a edição do texto, afirma o A.: «Respetamos la tilde en todos los



Ano de 1285. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 5. (Doc. n.º 139, p. 248-249 desta edição)

(Página deixada propositadamente em branco)

modo, na representação das vogais nasais usou-se ora o til, ora *m* ou *n* após vogal de acordo com a grafia oferecida pelos manuscritos (1).

Conservei igualmente o til sempre que ele existia sobre uma vogal que precedia -N- latino que se perdeu na evolução para português, ainda que, por vezes, subsista na grafia: *ṽna, pẽna.* Pretenderiam os copistas representar através do til a nasalidade resultante da perda de -N- intervocálico? Mas essa nasalidade não era já assinalada pelo *n?* Pelo facto de não ser muito claro o valor desse signo gráfico em formas deste tipo, resolvi mantê-lo na transcrição.

c) *Abreviaturas*

Dadas as finalidades da presente edição, pareceu-me absolutamente imprescindível distinguir graficamente as letras originais das que resultaram do desdobramento de abreviaturas. Por esse motivo, recorri ao itálico para indicar as letras desenvolvidas. Parece-me ser este um princípio do qual um editor de textos antigos que se destinam a estudos de carácter linguístico não pode, sob qualquer pretexto, abdicar (2). Perante a trans-

---

casos en que tenga valor de nasal» (p. 14). E, mais adiante: «En resumen, la tilde es un signo más de un sistema ortográfico que conviene respetar siempre y cuando sea posible» (p. 15).

(1) A posição dos paléografos é, no que se refere à transcrição das nasais, diferente da dos filólogos. Pelo facto de considerarem o "til" um sinal de abreviatura, e não um signo gráfico que representa de modo directo o carácter nasal da vogal, propõem a sua substituição pelas nasais *m* ou *n*. A este propósito, veja-se a posição de Eduardo Nunes: «Resta o problema das *nasais* («m» ou «n») abreviadas. Necessário se torna advertir que a minha posição teórica, nascida da evidência paleográfica, difere da posição unânime dos nossos filólogos num ponto básico. Eles falam do «til», desde o século XII, como de um sinal directo de nasalização, em alternativa e igualdade com o «m» e o «n». Eu considero-o, durante todo o âmbito cronológico deste Album, [século XI a XVIII], como um simples sinal geral de abreviatura (...)». Cf. EDUARDO NUNES, *Album de paleografia portuguesa.* Lisboa (Instituto de Alta Cultura), vol. I, 1969, p. 9. Veja-se também P.e AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 29: «O til das abreviaturas nasais desdobra-se por *m* ou *n*, segundo o critério seguido pelo respectivo texto, quando as palavras estão por extenso. Na falta destas, deve usar-se *m* ou *n*, de acordo com os textos congéneres da mesma época».

(2) Não me parece muito aceitável que em normas de transcrição para textos medievais portugueses propostas por filólogos se considere dispensável a indicação, através de qualquer processo gráfico, das letras restituídas em consequência do desdobramento de formas abreviadas. A esse propósito, veja-se MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, ISABEL VILARES CEPEDA, VIRGÍLIO MADUREIRA, IVO JOSÉ DE CASTRO, *Normas de transcrição para textos medievais portugueses.* In: *Boletim de Filologia,* tomo XXII. Lisboa, 1973, p. 424.

Quando se trata de edições de textos destinados a estudos de carácter histórico ou jurídico, poderá não ser absolutamente indispensável a indicação das letras desdobradas. O Prof. Avelino de Jesus da Costa nas *Normas gerais de transcrição e publicação de documen-*

crição de um texto, deve o leitor ter a possibilidade de saber o que está no original.

O desdobramento das formas abreviadas fez-se com base nas formas plenas usadas pelo copista do documento em que surge a abreviatura; se, porventura, a forma plena oferecer no mesmo texto diferentes variantes gráficas, usar-se-á a mais frequente. Sempre que no mesmo documento não se registem exemplos da forma plena, procurou-se em documentos do mesmo notário alguma abonação que pudesse orientar o desdobramento de determinada abreviatura. No caso dos nomes próprios, foi-me muito útil a comparação com outros documentos do mesmo notário ou, por vezes, proveniente do mesmo mosteiro: aí se referem por extenso, com alguma frequência, as mesmas pessoas, as mesmas testemunhas. Alguns desses documentos, estão incluídos na presente edição, outros não; foram, no entanto, consultados nos arquivos de cujos fundos uns e outros fazem parte.

A resolução de algumas abreviaturas de natureza especial, como são, por exemplo, as abreviaturas de palavras latinas para reproduzir palavras do galego-português suscitou algumas dúvidas. Destaco muito particularmente as formas abreviadas *dco.*, *fco.*, que foram desdobradas de acordo com as formas por extenso usadas no mesmo documento ou noutros documentos do mesmo escriba. De harmonia com esse critério, e tendo também em conta que as letras *c* e *t* tinham, por vezes, formas muito próximas, o que tornava muito difícil a sua distinção, usaram-se, em geral, na transcrição as formas *dito*, *fanto*, embora, naqueles casos em que o mesmo documento ou outros do mesmo notário oferecem as formas completas com grafias do tipo *dicto*, *fancto*, se tenha optado por este tipo de apresentação.

Em princípio, todas as formas abreviadas foram resolvidas. Decidi, contudo, manter as abreviaturas *mor.* *mors.*, *mar.*, *mars.*, *morb.*, *morbt.*, *mbr.*, *m.* e *ms.* sempre que no mesmo documento não está registada a forma completa. Só excepcionalmente no interior do mesmo texto registei as duas formas, a forma abreviada e a forma por extenso. Assim acontece nos documentos 1516 C 18, 1274 O 53 e 1454 DL 148, onde as abreviaturas *mr.* e *mrs.* foram desdobradas de acordo com as formas plenas registadas no interior de cada texto.

Como, porém, durante o âmbito cronológico do presente estudo são conhecidas muitas variantes gráficas, pareceu-me que seria arbitrário optar por uma delas, o que daria aos documentos transcritos uma uniformidade que a língua escrita da época — e, porventura, também a língua falada — não

---

tos e textos medievais e modernos já várias vezes citadas refere que «não é preciso indicar graficamente as letras restituídas, excepto nos textos publicados com fins didácticos, filológicos e linguísticos» (p. 27).

conhecia. Por essa razão, decidi manter as referidas abreviaturas tais como se encontram nos pergaminhos manuscritos.

Os processos de abreviação mais utilizados nos documentos transcritos são, em geral, comuns a outros textos e documentos. Consideraremos apenas as formas mais importantes:

o til é usado muito frequentemente como sinal de abreviatura. Embora quando o til aparece sobre uma vogal o tenha interpretado como um signo gráfico que representa directamente o carácter nasal da vogal (1), parece-me relativamente seguro considerá-lo um sinal de abreviatura de *n* em formas como *dõa* por *dona*, *San Hoãe* por *San Hoane*, *cõhoçuda* por *conhoçuda*, *eaẽſ* por *Eaneſ*.

Em documentos galegos do século XV surge, por vezes, o til sobre uma vogal muito provavelmente para indicar que se trata de vogal geminada. Formas que nos pergaminhos manuscritos aparecem registadas como *geerãs*, *eſpeçiãs*, *rrayãs* foram transcritas por *geeraas*, *eſpeçiaas*, *rrayaas*, uma vez que nesse século são frequentes formas gráficas com vogal geminada resultante da assimilação da vogal final à vogal tónica (2).

Os representantes do latim HOMĬNEM aparecem, por vezes, de forma abreviada tanto nos documentos da Galiza como de Portugal: *om̃e*, *om̃es*, *hom̃eſ*, *hom̃es*. Desdobrei essas abreviaturas transcrevendo essas formas respectivamente por *omme*, *ommes*, *hommeſ* e *hommes*. Decidi-me por esse tipo de desdobramento em face da ocorrência de formas registadas por extenso com idêntica configuração, ou seja, *homme*, *home* e outras variantes gráficas análogas (3).

Quando o til aparece sobre *n*, mantive esse tipo de transcrição se o som assim representado era a nasal palatal (4): *ſeñor*, *moyños*, *uiña*. Só excep-

---

(1) Veja-se o que escrevi atrás (p. 28-29 e notas 2 da p. 28 e 1 da p. 29) sobre o emprego do til como signo gráfico indicador do carácter nasal da vogal sobre que incide.

(2) Cfr. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed. Vigo (Galaxia), 1970, p. 107, n. 7. Veja-se também o que será dito no Capítulo II, Parte III, § 2. A. Substantivo.

(3) Veja-se o que será dito adiante (Capítulo II. Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 11), sobre a evolução de palavras latinas terminadas em *-mĭnem*. Conforme aí será salientado, essas formas tiveram em galego-português dois tipos de evolução: por um lado, a síncope da vogal postónica e a assimilação do grupo secundário *m'n*. Assim, por exemplo: HOMĬNEM → *hom'ne* → *homme*; por outro lado, a evolução de *ĭ* em *e* e a síncope de -N- que nasala a vogal anterior. Posteriormente verificou-se a redução do hiato. Nos textos estudados aparecem registadas por extenso formas de um e outro tipo, isto é, representativas de uma e outra solução.

(4) Sobre os diferentes processos gráficos utilizados para representar a nasal palatal, veja-se Capítulo II. Parte I, 3. B, alínea f).

cionalmente, em documentos da região portuguesa de carácter relativamente tardio, desdobrei *n* com sinal de abreviatura sobreposto por *nh* por ser essa a grafia habitual nos documentos dessa zona. Assim procedi com as abreviaturas *snor*, *senor*, registadas no documento proveniente do mosteiro de Vairão, 1484 DL 150: desdobrei essas formas em *senhor* pelo facto de nesse documento as formas por extenso revelarem sistematicamente *nh: senhor, Aranha, penhorarã, senhora* etc. Se, pelo contrário, o valor de *n̄* era o de nasal alveolar desdobrou-se em *nn:* por ex., *anno, enno, panno, donna.*

O mesmo sinal de abreviatura surge ainda com outros empregos, de valor muito diverso. Assim, quando colocado sobre as letras *p* e *q*, representa respectivamente as grafias *re* e *ue: p̄yto = preyto; q̄ = que.* Na forma *h̄dade* representa a grafia *er: herdade.* As formas *aq̄* e *ts*ª valem respectivamente por *aqui* e *teſtemuñas.* Por vezes, surgem também, nalguns documentos, exemplos do emprego supérfluo desse sinal de abreviatura. Nesses casos, indicam-se nas notas do aparato crítico as formas em que isso acontece.

Além do sinal indicado, oferecem os documentos estudados outros processos de abreviação. Um desses recursos consiste no emprego de letras ou sinais sobrepostos, de que apresentaremos apenas alguns exemplos: *ω = ar; ra* (cf. *Gωçia* = Garçia; *autω = autra; outω = outra; cõtω = cõtra*). Contudo, o *M* com o mesmo sinal sobreposto foi transcrito por *Maria.*

d) *Pontuação*

Uma vez que a pontuação medieval tinha uma função diferente da actual (1), na transcrição dos documentos procurou pontuar-se de acordo com os critérios hoje correntes, a fim de facilitar a sua leitura e compreensão por um leitor moderno.

Manteve-se, porém, o costume, muito corrente entre os escribas medievais, de usar um ponto antes e outro depois de cada numeral (2). Contudo,

---

(1) Cf. P.e Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais.* Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses.* Braga, 1977, p. 30; Jean Roudil, *Édition de texte, analyse textuelle et ponctuation. (Brèves réflexions sur les écrits en prose).* In: *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale,* n.º 3, Março de 1978, Paris, p. 269-299.

(2) Este mesmo critério tem sido usado noutras edições de textos: cf., por exemplo, Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 18. R. Menéndez Pidal, *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla.* Anejo lxxxiv da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1966, passim; Margot Sponer, *Documentos antigos de Galicia.* In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura,* vol. VII, 1934, passim. No entanto, recentemente, o Prof. P.e Avelino de Jesus da Costa no trabalho citado na n. 1 desta página propôs a supressão dos dois pontos (p. 32).

naqueles casos em que o escriba usou um ponto antes e outro depois de um numeral registado por extenso, suprimiram-se na transcrição.

Por outro lado, conservaram-se os caldeirões dos originais manuscritos.

e) *Acentuação*

Para evitar a ambiguidade e facilitar a leitura dos textos, acentuei com acento agudo algumas formas, distinguindo-as, assim, de outras homógrafas. Desse modo, foram acentuadas, entre outras, as formas *dé, eſtá, eſté* 'esteja', *receberá* e *é* para as distinguir de *de, eſta, eſte, recebera* e *e* (1).

2. LOCALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Para um estudo do género do que me propus realizar era absolutamente imprescindível associar à ordenação dos documentos segundo um critério cronológico uma classificação geográfica baseada na localização dos mesmos. Para que as conclusões que viessem a ser formuladas sobre o valor linguístico dos documentos notariais apresentassem segurança e consistência, tornou-se totalmente necessário trabalhar com textos o melhor possível localizados.

Embora sem esperar que cada documento deixe transparecer a língua falada de uma povoação determinada, mas antes traços da língua de uma região mais ou menos vasta, procurou localizar-se o mais rigorosamente possível cada documento inserido na presente colecção. Ao proceder a essa localização deparei com bastantes dificuldades (2): o estabelecimento dos critérios que permitem uma rigorosa classificação geográfica dos documentos é, de facto, uma tarefa complexa; nem todos os textos fornecem os mesmos dados que permitam a sua localização e das informações eventualmente fornecidas nem todas têm a mesma importância. Considerei, portanto, como prioritários todos os dados referentes ao escriba de cada um dos documentos. Para o linguista é menos importante conhecer o local de outorgamento de um diploma — informação que, aliás, nem sempre é for-

---

(1) A este propósito, veja-se P.e AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 31; MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, ISABEL VILARES CEPEDA, VIRGÍLIO MADUREIRA, IVO JOSÉ DE CASTRO, *Normas de transcrição para textos medievais portugueses*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXII (1964-1973). Lisboa, 1973, p. 424.

(2) Já outros editores de antigos documentos linguísticos salientaram que a tarefa de localização geográfica dos mesmos encerra grandes dificuldades e alguns riscos. Veja-se, por exemplo, RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla*. Anejo LXXXIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1966, p. VI-IX; MARGOT SPONER, *ob. cit.*, p. 113-114.

necida — do que a naturalidade do notário, o local onde exerce o seu cargo, dados frequentemente oferecidos pelos próprios documentos. A localização que interessa ao linguista é aquela que permite atribuir a cada localidade e sobretudo a cada região determinadas variações de carácter linguístico ou grafemático reveladas pelos documentos estudados. Por esse motivo, parece-me que vem a propósito recordar uma vez mais (1) a expressiva afirmação de Jacques Monfrin, professor na École des Chartes de Paris: «En effet, le personnage important, en toute cette affaire, est *celui qui a tenu la plume*» (2). Desse modo, sempre que um documento fornece a indicação da naturalidade do notário ou do local onde exerce a sua actividade, consideraram-se estes aspectos mais importantes do que a informação do local de outorgamento. No que se refere ao primeiro aspecto, são poucos os documentos que indicam a naturalidade do notário; mas mesmo que essa indicação fosse mais frequente, nada saberíamos das suas diferentes residências, viagens, leituras e outras circunstâncias que poderiam condicionar a sua maneira de falar ou escrever (3).

Bastante mais frequente é a informação sobre o local onde o notário exerce o seu cargo. Quando se indicam vários locais e todos eles se situam na mesma região, assinala-se apenas o primeiro. Assim, o doc. 1274 O 53, que foi lavrado por «Ffernan Eanes, notario publico jurado del Rey en Monte Rey ȝ en Barõcelly ȝ en Souty Vermuy», aparece, na presente edição, localizado em Monterrey. Observe-se ainda que, nalguns casos, se trata de uma região, de uma antiga jurisdição mais ou menos ampla, e não de uma localidade determinada.

Quando os documentos são omissos quanto aos dois aspectos enunciados referentes ao notário, a localização fez-se, então, de acordo com o local de outorgamento. Esta indicação não é, porém, muito frequente e, assim, em muitos casos, houve que deduzir a localização a partir dos lugares donde procedem as testemunhas ou do local onde reside o outorgante que, no documento, fala na primeira pessoa. Quanto ao primeiro aspecto, referiu Menéndez Pidal que «los lugares varios de donde proceden los testigos, cuando esos lugares van expresados, señalan bastante bien la región donde se otorga la escritura» (4).

---

(1) Veja-se p. 10 da *Introdução*.

(2) J. MONFRIN, *Le mode de tradition des actes écrits et les études de dialectologie*. In: *Revue de Linguistique Romane*, vol. XXXII, 1968, p. 33. São meus os sublinhados.

(3) TOMÁS NAVARRO TOMÁS, *El perfecto de los verbos -ar en aragonés antiguo. Observaciones sobre el valor dialectal de los documentos notariales*. In: *Revue de Dialectologie Romane*, (Bruxelles), vol. I, 1909, p. 119-120.

(4) RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla*. Anejo LXXXIV da *Revista de Filologia Española*. Madrid, 1966, p. VII.

MAPA GERAL DA REGIÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

Apesar de estabelecidos estes critérios que se procuraram ter em conta pela ordem pela qual foram enumerados, mesmo assim deparei com algumas dificuldades que, em cada caso concreto, procurei resolver do modo que me pareceu mais seguro e adequado. Não se pode pôr de parte, porém, a possibilidade de, num ou noutro caso, existir uma certa margem de erro. Por exemplo, o doc. 1285 O 56 indica o notário, mas não a sua naturalidade nem o local onde exerce o seu cargo; também não se indica o local de outorgamento e as testemunhas são de locais muito variados. As duas partes intervenientes são o mosteiro de Oseira e Ffernã Perez e sua mulher, moradores em «San Miguel d'Olleyros». Localizei, portanto, o referido documento em Oseira.

No que diz respeito a documentos extraídos de códices, partiu-se do princípio de que as cópias se fizeram no local a que o respectivo códice pertence, mas nos casos em que se indica expressamente quem fez a cópia e qual o seu local de actividade teve-se em conta prioritariamente esta indicação.

Depois de localizados todos os documentos reunidos na presente edição, distribuiram-se pelas quatro províncias galegas — La Coruña, Lugo, Pontevedra e Orense — e pelas duas províncias portuguesas da região compreendida entre o Minho e o Douro, ou seja, o Minho e o Douro Litoral. Uma só dificuldade surgiu em relação àqueles documentos lavrados na Terra de Faria que, na época, abrangia uma parte da actual província do Minho e outra do Douro Litoral (1). Como os documentos nestas circunstâncias referiam o local onde foram outorgados, foi tendo em conta essa indicação que se situaram numa das duas províncias.

3. A PRESENTE EDIÇÃO

Ao contactar com os textos não literários da Galiza e de Portugal já publicados, senti claramente a necessidade de organizar uma colecção de documentos linguísticos (segundo a terminologia de Menéndez Pidal) (2), que servissem de base ao meu estudo. É certo que tinham sido publicados alguns textos desta natureza relativos à Galiza ou a Portugal, sobretudo nos primeiros anos deste século. Faltava, porém, uma colecção de documentos de toda a área galego-portuguesa, publicados de acordo com os mesmos critérios de transcrição. Algumas das colecções já existentes, devido ao

(1) Cf. P.e Avelino de Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra, 1959, vol. I, mapa 2.

(2) R. Menéndez Pidal, *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla*. Anejo LXXXIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1966.

carácter heterogéneo de métodos e processos de transcrição, não poderiam, de modo algum, ser tomados como base de um estudo com as finalidades do que me propus realizar. Nalguns casos, faltava, também, o rigor e a prudência científica imprescindíveis em trabalhos desta natureza. A fim de poder utilizar alguns dos materiais contidos nessas edições de textos para estudos de carácter comparativo ou para enriquecer as abonações de alguns factos linguísticos mais expressivos, foi-me absolutamente necessário conhecer o grau de fidelidade dessas publicações de antigos documentos. Fizeram-se, assim, vários confrontos com os respectivos pergaminhos manuscritos pertencentes aos fundos de vários arquivos de Espanha e Portugal. Através dessa comparação foram sujeitos a uma análise crítica os documentos publicados por Andrés Martínez Salazar, Margot Sponer e Xesús Ferro Couselo, no que se refere à Galiza, e os documentos editados por Pedro de Azevedo relativamente a várias regiões portuguesas. Os *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* transcritos por A. Martínez Salazar (1), de uma maneira geral, devem ser utilizados, com algumas reservas, pelos linguistas, uma vez que a transcrição de algumas formas é deficiente (2). Os setenta e dois documentos publicados, compreendidos entre os anos 1234 (-1236?) e 1516, fazem parte dos fundos do "Archivo Regional de Galicia" (La Coruña). Prejudica, além disso, o valor da colecção o facto de o A. ter desdobrado as abreviaturas sem indicar, através de qualquer processo gráfico, quais foram as letras restituídas, dando ao leitor a possibilidade de saber o que está no original. Pude verificar ainda que nem sempre desdobra do mesmo modo as formas abreviadas, sendo, por vezes, discutível o processo de resolver algumas abreviaturas. A não separação de palavras que nos manuscritos aparecem unidas assim como a conservação da pontuação original, prejudicam e dificultam a leitura dos textos coligidos e transcritos pelo autor.

Os *Documentos antiguos de Galicia* publicados por Margot Sponer (3) foram transcritos com grande minúcia e atendendo aos mais pequenos pormenores dos manuscritos. A autora desta colecção, que infelizmente ficou

---

(1) ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911.

(2) Na comunicação apresentada no Colóquio de Tréveris (Abril de 1981), o Prof. Ramón Lorenzo afirma, relativamente à edição da *Crónica Troyana* elaborada por Martínez Salazar, que ela apresenta bastantes erros e deficiências de transcrição. Veja-se RAMÓN LORENZO, *Proxecto dun dicionario histórico galego*. In: *Actas do Colóquio de Tréveris* [sob a epigrafe] *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia), 1982, p. 113-123, mas principalmente p. 117-118.

(3) MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, p. 113-192.

incompleta (1), seguiu de perto o método aplicado por Menéndez Pidal nos *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla* (2). Dos confrontos feitos da maior parte dos documentos editados com os pergaminhos pertencentes aos fundos do "Archivo Histórico Nacional" (Madrid) ressalta o grande rigor e método científico com que foi feita a transcrição. Trata-se, portanto, de uma boa edição de textos da Galiza, muito fidedigna relativamente aos originais manuscritos. A sua utilização pelos linguistas merece apenas algumas reservas relativamente a alguns pormenores (3).

De valor muito diferente é a colecção de documentos organizada por Xesús Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros* (4) que contém seiscentos e quatro documentos orensanos de grande interesse para a história

---

(1) A colecção projectada pela Autora abarcaria «156 documentos ordenados según las provincias actuales: 55 de la prov. de Lugo, 49 de la de Coruña, 20 de la de Pontevedra y 29 de la de Orense». Infelizmente, porém, só foram editados cinquenta e quatro correspondentes à província de Lugo, quatro da província de Orense e três da região fronteiriça da Galiza e Leão. Exceptuando um documento em latim do ano 942, todos os demais são em galego-português e situam-se entre 1254 e 1494. (A citação encontra-se na p. 113 da introdução à edição indicada na nota anterior).

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla*. Anejo LXXXIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1966.

(3) Só de modo excepcional uma ou outra abreviatura é desdobrada imperfeitamente; absolutamente esporádica e isolada é também a deficiente interpretação de algumas formas dos pergaminhos manuscritos. Relativamente ao primeiro aspecto, citarei as abreviaturas *ũúo* desdobrada em *únúo* em L3 e *ũbo* resolvida em *unbo* (cf. p. 151), quando se trata de *ueruo* e *uerbo*, formas registadas por extenso em vários documentos transcritos pela autora. Quanto ao segundo ponto, o doc. L 12 apresenta *oſuſ* (l. 27) em vez da forma *sous* 'seus' contida no original, ao mesmo tempo que no doc. L 50 se regista *parides* (cf. «(...) a tal pleito ȝ condiçion que façedes dos ditos caſarellos caſas que ſejan cubertas ȝ ben reparadas de *parides* ȝ de tella ȝ madeyra (...)», l. 24-26), em face da forma *paredes* do manuscrito. É certo que a letra *e* está um pouco descorada, mas, com o auxílio da lupa, percebe-se claramente um *e*. A forma *parides* apresentada pela autora tem algo de insólito e dificilmente se explicaria a alteração fonética da vogal tónica. São também resultado de má leitura as formas *albade* e *albad* registadas pela autora em vários documentos: cf., por exemplo, p. 118, l. 11 *(albade)*, p. 123, l. 21 *(albade)*, p. 157, l. 4 *(albad)* e p. 163, doc. 41, l. 8, *(albade)*. A autora interpretou como *lb* o que no original era simplesmente *bb* geminado: a argola inferior da primeira consoante torna-se pouco clara ao ser, em parte, recoberta pela haste vertical da segunda. Em documentos de Galiza do século XIII, verifica-se com bastante frequência esta particularidade. Essa leitura deficiente deu origem a um breve artigo de José Luís Pensado incluído nos *Estudios etimológicos galaico-portugueses*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1965, p. 9-11.

De qualquer modo, estes e outros pormenores não anulam a impressão favorável que o conjunto de documentos coligidos e transcritos deixa ao linguista.

(4) XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI. I. Terras de Ourense*. 2 vols., Vigo (Editorial Galaxia), 1967.

da região. No entanto, os materiais contidos nos textos desta colecção só parcialmente e com bastantes reservas podem ser aproveitados para estudos de carácter linguístico, por ex., para trabalhos relativos à morfo-sintaxe e ao vocabulário. Infelizmente, porém, não podem esses textos ser tomados como base para estudos que tenham por finalidade a descrição da grafia nas suas relações com a pronúncia da época. Eefctivamente, através dos confrontos que tive oportunidade de fazer de vários documentos desta colecção com os pergaminhos manuscritos que fazem parte dos fundos do "Archivo Histórico Nacional" (Madrid) e do "Archivo Histórico Provincial" de Orense, verifiquei que não respeita o A. as particularidades gráficas dos manuscritos e as alterações feitas dão, por vezes, uma falsa e deformada imagem da língua da época a que os respectivos documentos dizem respeito. Sob o ponto de vista linguístico, são muito discutíveis os critérios de transcrição aplicados pelo autor: não se indica, através do recurso ao itálico ou de qualquer outro processo gráfico, como foram resolvidas as abreviaturas. Ocorrem também, com alguma frequência, deficiências provenientes de má leitura ou de má interpretação de algumas formas, assim como a alteração de outras formas de acordo com as correspondentes actuais (1).

Devido ao particular interesse linguístico que apresentavam alguns manuscritos e tendo em conta que as transcrições de Xesús Ferro Couselo não podiam ser tomadas, sem reservas, como base de um estudo linguístico do teor do que me propus realizar, decidi propor uma nova leitura que pudesse satisfazer às finalidades em vista. Trata-se dos documentos 1276 O 54, 1287 O 57, 1302 O 61, 1473 O 80 e 1473 O 81 a 84 (2).

Em relação a Portugal, embora não disponhamos de colecções de documentos do mesmo tipo das anteriormente indicadas para a Galiza, podem ser tomados como base de estudos linguísticos os documentos referentes a várias regiões publicados pelo historiador e paleógrafo Pedro de

---

(1) Recentemente, em comunicação apresentada no Colóquio de Tréveris sobre *Tradición, actualidade e futuro do Galego* em Abril de 1981, o Prof. Ramón Lorenzo exprimiu opinião idêntica sobre o valor dessa edição de documentos galegos: «Na obra *A vida e a fala dos devanceiros*, de Ferro Couselo (2 vols., Vigo 1967) hai lecturas pouco seguras e erros graves por descoñecemento do valor das grafías medievais». Além disso, o A. aponta exemplos concretos de leituras deficientes ou erróneas encontrados nalguns documentos dessa colecção. Veja-se RAMÓN LORENZO, *Proxecto dun dicionario histórico galego*. In: *Actas do Colóquio de Treveris* [sob a epígrafe] *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia), 1982, p. 113-123, mas especialmente p. 117.

(2) Correspondem esses documentos respectivamente aos seguintes do vol. I de *A vida e a fala dos devanceiros:* n.os 23, 28, 41, 88 e 89. Poderá o leitor comparar os dois tipos de transcrição e tirar as suas conclusões sobre o valor linguístico da referida colecção.

Azevedo (1), por Leite de Vasconcelos (2) e por José Joaquim Nunes (3). Relativamente aos documentos publicados pelo primeiro dos autores em várias revistas, mas sobretudo na *Revista Lusitana* e no *Arquivo Histórico Português*, pelo facto de necessitar servir-me deles para estudos de carácter comparativo, fiz vários confrontos com os pergaminhos manuscritos pertencentes aos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desse exame pude concluir que se trata de transcrições, de uma maneira geral, fidedignas que respeitam as características dos textos medievais (4). Os materiais contidos nesses documentos podem ser utilizados pelos linguistas. No entanto, para estudos relativos aos sistemas de escrita medievais não deve o estudioso tomar por base essas edições, porque o A., no caso de processos gráficos equivalentes, introduziu algumas alterações que modificam a fisionomia dos primitivos textos. Além disso, surge também excepcionalmente uma ou outra deficiência de leitura. Mas a principal reserva que um linguista pode fazer às edições de Pedro de Azevedo consiste no facto de não indicar em itálico ou em notas do aparato crítico quais as letras restituídas nas formas que nos manuscritos aparecem abreviadas. Uma ou outra vez é discutível o modo do desdobramento das formas abreviadas.

Relativamente ao galego-português é, portanto, bastante escassa a produção linguística no âmbito das edições e estudos de antigos documentos não literários. Essa escassez contrasta com a abundante produção no domí-

---

(1) Sobre a bibliografia de Pedro de Azevedo neste domínio, veja-se Luís F. Lindley Cintra, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie.* In: *Actas do Colóquio* organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge.* Paris (Klincksieck), 1963, p. 170.

(2) Entre a multifacetada obra de José Leite de Vasconcelos contam-se também algumas edições e comentários de antigos textos portugueses. A esse propósito, veja-se Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 171.

(3) Refiro-me, concretamente, a um interessante documento algarvio de meados do séc. XV publicado pelo A. como apêndice ao artigo *Dialectos algarvios* inserido na *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 33-55, 104-125 e 244-264. O texto e respectivo comentário encontram-se nas p. 260-264. Nele se registam alguns dos factos linguísticos mais expressivos do português meridional. Várias vezes faremos referência a esse documento no decorrer no presente trabalho.

(4) Opinião mais ou menos coincidente com a do Prof. Lindley Cintra no trabalho citado na nota (1) desta página. Aí afirma o A. «Bien que ces éditions ne soient faites, quant à la reproduction des détails, avec les mêmes soins que les publications de documents dues à Staaff ou à Menéndez Pidal, elles méritent une grande confiance et peuvent en général être utilisées comme base d'études linguistiques» (p. 170).

nio da filologia espanhola: no que se refere ao castelhano (1), ao leonês (2) e ao aragonês (3) foram publicadas boas edições de textos, algumas delas acompanhadas de um estudo linguístico.

A presente edição, ao mesmo tempo que fornece os materiais que servem de base ao estudo linguístico sobre o antigo galego-português, vem preencher uma lacuna no domínio da filologia portuguesa.

Compõem esta colecção cento e sessenta e oito documentos de proveniência diversa, seleccionados entre os fundos de vários arquivos portugueses e espanhóis: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Distrital de Braga, "Archivo Histórico Nacional" (Madrid), "Archivo Regional de Galicia" (La Coruña), "Archivo Histórico Provincial" de Orense e "Archivo Histórico y Universitario de Santiago de Compostela".

Os documentos da Galiza apresentam-se agrupados pelas quatro províncias galegas — La Coruña, Pontevedra, Lugo e Orense; os portugueses encontram-se igualmente distribuídos pelas duas províncias actuais integradas na região abrangida pelo presente estudo. No interior de cada província os textos são ordenados cronologicamente, apresentando-se agrupados do seguinte modo:

GALIZA

Prov. de La Coruña — Documentos 1-18;
» de Lugo — » 19-51;
» de Orense — » 52-90;
» de Pontevedra — » 91-136;

PORTUGAL (região de Entre-Douro-e-Minho)

Prov. do Douro Litoral — Documentos 137-150;
» do Minho — » 151-168.

---

(1) Relativamente ao castelhano, existe a exemplar colecção de documentos elaborada por Menéndez Pidal: *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla.* Anejo LXXXIV da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1966.

(2) Quanto ao leonês, destacarei a edição de ERIK STAAFF, *Étude de l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle.* Upsala, 1907. Trata-se de uma boa edição de textos baseada numa transcrição muito cuidada que tem em conta os mais pequenos pormenores.

(3) Para o aragonês referirei a colecção de documentos publicada por TOMÁS NAVARRO TOMÁS, *Documentos lingüísticos del Alto Aragón.* Syracuse, New York, 1957.

GALIZA

PROVÍNCIA DE LA CORUÑA

1

1262. Nendos.

Aras Dias e Marina Rodrigues doam ao convento de Sobrado todas as herdades e direitos que possuem em Santa María de Chantada.

Inno nome de Deus, amen. Conoſzuda couſa ſegia a todos aquelles que eſte ſcripto uirẽ y oyrẽ commo eu |[2] Aras Diaz, filo de Diago Láá, por mĩ ⁊ por miña uoz ⁊ eu Marina Rodriguit, fila de Marina Diaz |[3] que foy da Regueyra, por nos ⁊ por nosſas uozeſ, a uos, ffrey Páayo, veſtiaro de Subrado ĩ uoz ⁊ ĩ nome |[4] de Don Johan Perez, abbade de Subrado, ⁊ du conuẽto deſſe meeſmo lugar, damos ⁊ offeremos au dito |[5] abbade ⁊ conuento ⁊ a Deus ⁊ ad Santa Maria ⁊ ad ſuas uirtudeſ ⁊ áás outras que ſam dus outros ſantos ⁊ ſantas |[6] eno ſubredito moeſteyro quanta herdade ⁊ uoz ⁊ iur ⁊ poſſiſſom ⁊ ſinurio nos auemos ⁊ á áuer deuemos ena |[7] igrigia de Santa Maria de Chãtada ⁊ ſom duaſ ſeptimaſ de huna noa. Quaeſ ſeptimaſ ia ditaſ |[8] agiam o dito abbade ⁊ conuẽto cũ todas ſuas directuras ⁊ pertinzaſ [...] iur herdadeyro ad mõteſ ⁊ ad |[9] fonteſ ⁊ ĩ todolos outros que a dita herdade poſſa achar adſi ĩ homes como ĩ lugareſ por la dita igrigia |[10] ⁊ toda ſua uoomtade por ia mayſ dela fazam. Ca noſ la teſtamos a Deus ⁊ ad Santa Maria ⁊ au dito abba|[11]de ⁊ conuento du moeſteiro de Subrado per mão do dito ffrey Paayo que Deus por ẽ nos agia merȩéé |[12] aa carne ⁊ ááſ almas ⁊ ſegianos amparamento contra oſ pecados ⁊ remíjmento de noſſas almaſ. In ſubr'eſto |[13] confeſſamos ⁊ conoſzemos que nos dou ffrey Paayo ueſtiaro ia dito .LXV. ſoldoſ por rouorazõ.

|[14] Si alguẽ da noſſa parte ou da extraya contra eſte teſtamento que de boamente fezemos fazer ad britamento |[15] quiſer uíjnr, peyte áá uoz del Rey ⁊ aa uoſſa .C. morb. ⁊ a carta ſte firme en ſou rouor .Feyta |[16] a carta .vi. dias de Julio en era de Mill ⁊ .ccc.oſ annos.

|17 Diſtu teſtimoniaſ ſom: Pedro Perez de Crugna; Paay Perez de Senor; Pedro Frãco de Carrezeda; Johan Perez de Rodeyro |18 ⁊ Pedro Mãzebo; Pedro Alegre de Auelanedo; Miguel de Vioneſ.

|19Eu Johã Perez, dito Gallo, notario del Rey publico ĩ terra de Nendos, preſente fuj |20 ⁊ eſcriuj (⁊) pono meu ſignal. *(Signo).*

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 543, n.º 3. — 205 × 103 mm.

O documento está um pouco manchado, sobretudo na extremidade do lado esquerdo. Contudo, só em poucos casos essa deterioração prejudica a leitura. Na l. 8 parece ter havido salto de alguma palavra, entre *pertinzaſ* e *iur.*

Neste como nos restantes documentos da presente colecção, a abreviatura *p̄* foi resolvida como equivalente a *per.* Observe-se, porém, que há indícios de que, pelo menos desde o século XV, se tinha iniciado o processo de fusão das preposições *por* e *per.*

Nendos, l. 19: sobre a localização do topónimo Nendos na província de La Coruña, veja-se J. C. BERMEJO, M. C. PALLARES, J. M. PEREZ, E. PORTELA, J. M. VÁZQUEZ e R. VILLARES, *Historia de Galicia.* Madrid (Editorial Alhambra), 1980, p. 95.

2

1262. Betanzos.

D. João, abade do mosteiro de Sobrado, e Maria Perez, de Oza, fazem um acordo sobre o casal que vai desde Ponte Pedrina *até Silva Redonda e sobre outras propriedades.*

In nome de Deus, amen. Conuzuda couſa ſegia a todoſ que como entenciõ foſſe na|2da vntre Don Johanne, abbade do moenſteyro de Santa Maria de Subrado et |3 ſeu conuento da vna parte ⁊ vntre Maria Petrez de Oza, dita de Midam, muler |4 que fuy de Froya Suariz, fazente por ſi ⁊ por toda a uoz deſte ſeu marido et |5 fazente por ſa filla Thareygia Froyaz ⁊ por filloſ ⁊ fillaſ quaeſ ha de Ruy |6 (...)guez do (.....) subre queyxumeſ que auia ho moeſteyro de Subrado deſtaſ parteſ ſu|7(*fo*) ditaſ, cõuen a ſſaber: de Luys, de Bellurinoſ ⁊ de Miraz ⁊ de mandaſ de Crixeme|8na Rodriguez ⁊ de Vrracha Gunzaluez, muler que fuy de Froya Suariz ⁊ de herdade que |9 foy de Froya Suariz ⁊ de Joham Suariz, ſeu yrmão, ⁊ de auer deſſe Froya Suariz ⁊ ou|10(*tro*)ſſi de manda de Ruy Gunzaluez ia dito ⁊ de caſaeſ de Reuoredo ⁊ de Pena de Prazoſ que |11 *(au)*yam vntre Froya Suariz ia dito ⁊ Maria Perez que fuy ſa muler. Et ſubre todaſ queyxumes |12 que auja Maria Perez por ſi ⁊ por

ſaſ *par*teſ ja ditaſ do moeſteyro ſubredito ⁊ quaeſ deu en ſcri|[13]pto ⁊ ja per encima auenerom ſe aſ parteſ ſubreditaſ ſubre todoſ loſ queyxumeſ ia |[14] deſuſo ditos en aruidros poſtoſ a prazer de ambaſ laſ *par*teſ, *con*uen a ſſab*er*, Ariaſ Nunez, |[15] mongeſ de Subrado, Pedro Suariz ⁊ Pedro Perez, *di*to boſom, de Betanzoſ, *que* eſteſſẽ |[16] end' a ſeu mando ⁊ aſ parteſ *pre*ſentadaſ ante noſ, aruidroſ de ſuſo nomeadoſ, ⁊ dadaſ |[17] laſ queyxumeſ de ambaſ laſ *par*teſ en ſcripto ⁊ viudaſ laſ cartaſ ⁊ leudaſ y oydaſ laſ |[18] razoneſ ⁊ ſabuda a uerdade p*er* (?) ouuemoſ *con*ſelo cũ eſſaſ mííſmaſ *par*teſ ⁊ a praz*er* |[19] dillaſ difinimuſ ⁊ mandamo*ſ* vntre illaſ, aſſi *con*uẽ a ſſab*er*: q*ue* deſ aq*uel* caſal de Põte |[20] Pedrina, aſſi como he diuiſado ááſuſo *con*tra Silua Redunda, eſſa Maria P*er*ez por |[21] ſi nem ſuaſ p*ar*teſ ia ditaſ nõ demandem jur nen herdade. Outroſſi en Sam Laurẽ|[22]cio, en Villar a que dizem Pineyro, ⁊ outroſſi en Villarino, en lugar a q*ue* dizẽ |[23] Diaz; mayſ fiquem as voſeſ d*e* eſteſ lugareſ· ditos q*ue* eſtaſ p*ar*teſ ia ditaſ hy deuẽ |[24] a auer por ſemp*re* a eſſe ia dito moeſteyro. Outroſſi mãdamo*ſ* q*ue* ho moeſteyro de Subrado |[25] dé en ap*re*ſtamo vno agro q*ue* eſt en Feruenzaſ q*ue* fuy de Pay Rodriguez, q*ue* chamã do |[26] Pino, a eſſa Maria P*er*ez ⁊ a ſua neta Vrracha Rodriguez p*er* la *con*dictiom q*ue* tem oſ |[27] outroſ treſ caſareſ en Veegio por Subrado ⁊ eſſe mõeſte*iro* deue a ellaſ faz*er* eſſe agro |[28] de paz ⁊ ellaſ ajudandooſ aa bona fe. Et outroſſi mãdamo*ſ* q*ue* ho prazo q*ue* he feyto da |[29] herdade de Miraz ⁊ de Luyſ ⁊ de Bellurinoſ valla. Outroſſi enpoemoſ ſeenzo |[30] a eſſe dito mõeſte*iro* ſubre laſ demãdaſ q*ue* fazia a eſſaſ mííſmaſ p*ar*teſ ſubre demanda |[31] daſ mandaſ q*ue* fazia ho moeſteyro a eſſaſ p*ar*teſ de ſuſo nomẽadaſ de Froya Suariz |[32] ⁊ de Crix*em*ẽa Rodriguez ⁊ de Vrracha Gunzaluez ⁊ de Ruy Gunzaluez que aſ quite |[33] ho mõeſte*iro*. Et p*er* eſte mando fiquẽ eſtaſ p*ar*teſ ſubreditaſ apacificadaſ ⁊ amigaſ |[34] de todoſ eſteſ queyxumeſ ſubreditoſ ja por ſemp*re* ⁊ Maria P*er*ez, d*e* ſuſo dita, ou|[35]torga p*er* ſi ⁊ p*er* ſaſ bonaſ haſ q*ue* ora ha ⁊ ha por auer q*ue* faza téénr ⁊ *con*p*r*ir |[36] eſtaſ couſaſ deſuſo ditaſ a todo tempo. Et noſ, abbade de ſuſo dito, por nos et |[37] por noſſo *con*uentu, ⁊ eu, Maria P*er*ez, outroſſi por mj̃ ⁊ por miñaſ p*ar*teſ ſubreditaſ, re|[38]ſebemo*ſ* ⁊ outorgamo*ſ* eſte mando. Et se alguna daſ p*ar*teſ *con*tra eſte mando qui|[39]ſer venir ou nõ q*ui*ſer *con*p*r*ir, peite ááutra p*ar*te q*ue* ho gardar de pena .L.ª morbt. |[40] ⁊ ho mando valla. Eſte mando fuj dado, p*re*ſenteſ aſ p*ar*teſ, en dia de ſ*an*to Thome ĩ |[41] octauaſ de Nadal. En era de mill ⁊ trezentoſ an*n*oſ. Q*ui* p*re*ſente*ſ* ff*orum*:

|[42] Don Pedro Payz, q*ue* fuj abbade de Mõfero. } te*ſtes* ⁊ *confirma-*
|[43] Joham Mar*t*inez, mõgeſ d*e* Subrado } *dore*ſ
|[44] frey Luppo ⁊ frey Fernãdo, *con*feſſoſ d*e* Subrado }

|[45] Guilelme Eaneſ, cl*er*igo d*e* Prado. } te*ſtes* ⁊ *confir-*
|[46] Mart*(ĩ)* Pelaez de Rodeyro, cl*er*igo } *madore*ſ
|[47] Domĩgo Iohaniſ ⁊ Iohaneſ Mar*t*inz, cl*er*igoſ d*e* Feruenzaſ }

|48 Pedro Perez de Carrezeda | caualeyroſ, teſtes ꝛ
|49 Miguéél Iohaniſ, Martī Perez ꝛ Pedro Martin de Feruenzaſ | confirmadoreſ

|50 Eu, Martim Payz de Betanzoſ, publico notario ꝛ jurado ī terra de Nendiſ del |51 Rey dado, ſcriuj ꝛ pono meu ſigno. *(Signo).*

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 543, n.º 4. — 150 × 415 mm. Carta partida por a b c d e f.

O documento está um pouco deteriorado e roto na parte superior, do lado esquerdo. Por esse motivo, no início de cada linha há várias letras restituídas, usando-se também, por vezes, entre parênteses, tantos pontos quantas as letras que se presume faltarem. — Linha 14, *prazer:* o *r* final tem um prolongamento superior de forma arredondada análoga a *o.* — Linha 18: entre a preposição *per* e *ouuemoſ* existe uma abreviatura, *J.*, de difícil interpretação, que poderá eventualmente representar *juízes* ou *juízo.* — Linha 26, *Vrracha:* da letra *c* vê-se apenas uma pequena parte; o *h,* que deve ter sido acrescentado posteriormente, recobriu em parte a letra anterior. — Linha 29, *enpoemoſ, ſeenzo:* não é totalmente clara a existência de dois *ápex* sobre as duas vogais em hiato. — Linha 46, *Marī(ī):* a última letra está apagada; restituiu-se, porém, como *ī,* assinalando-a entre parênteses.

3

1265. Betanzos.

D. Diogo Gomes renuncia ao couto de Bejo a favor do mosteiro de Sobrado.

Ea de mill et ccc. ꝛ treſ annoſ ꝛ quotum douſ diaſ ante kaendaſ (....). |2 Conuzuda couſa segia a quantoſ virem ꝛ oyrem como eu Diego Gomez |3 de bom cor ꝛ de boa uoomtade ffazo pleyto ꝛ plazo ꝛ carta firme de quitaſ̃ō |4 que ſempre ualla. Aſſi eſt que quito ꝛ nūpzo ad uoſ, dom Johanne, abbade de |5 Subraddo, ꝛ ao comuento deſſe méémo moeſteyro quanta demanda eu ad uoſ |6 fazia ꝛ fazer queria ſobre eſſe uoſſo couto de Véégio cū todaſ ſuaſ direc|7turaſ ꝛ cū ſuaſ diuiſoeſ ca eu meti cō uoſco ad plazer enqueredoreſ |8 que o eſquereſſem ꝛ achey por enquiſa que era uoſſo ꝛ de uoſſo moeſteyro ꝛ eu |9 que nō auia hy por ffazer a uoſ nulla demanda de rem que ſegia de noſ |10 abbade ꝛ noſſo moeſteyro de ſumoſ teudoſ a uoſ dom Diego de uoſ amar |11 ꝛ de uoſ ſeruir aſſi como ffazemoſ aquelleſ que forom uoſſoſ entreceſſoreſ que |12 ueerom ante de uoſ ꝛ eu Diego Gomez amparar uoſ ꝛ deffemder uoſ ꝛ o |13 moeſteyro de Subraddo ꝛ ſuaſ couſaſ do dicto moeſteyro o melor que |14 eu poder ꝛ deuedeſ uoſ mī amar bem ꝛ fielmente ꝛ eu uoſ aſſi como amigoſ |15 ꝛ por eſto ſéér certo eu outorgo ꝛ prometo eſto a téér ꝛ guar-

dar ad uoſ ⁊ uoſ |16 a mĩ fielm*en*te. Et se algun hom*m*o de ma p*ar*te ou de eſtráá contra uoſ |17 ſobr'eſta rrazom paſſar pey (.. . .)oſ ou ao dicto moeſteyro ou a uoz deſſe |18 meeſmo .D. *ſoldo ſ* de p*re*indra (?) ⁊ a uoz del Rey peyte mill *ſoldoſ* de pẽna ⁊ o p*la*zo |19 eſté firme en rrouor; ⁊ que eſto nõ vena en dulta, en p*reſẽ*za deſtaſ |20 teſtemoyaſ q*ue* ſom en eſta carta ſc*ri*ptaſ ⁊ pera aqueſto ſpecialm*en*te cha|21madaſ, ffezemoſ eſta carta aſeellar do ſéello do Comcello de Betãz*o ſ*, |22 oſ quaeſ forom p*reſenteſ*. Teſteſ: dom Ffernã P*erez* d'Amdrade; Lopo Garzia |23 *de* Mandiae; Pedro Ffern*andez* d'Amdrade; Ioham Ioh*aneſ* de Colantr*eſ*; |24 dom M*ar*tin Caſtellaáo; Joham Dom*in*guez; ſou filo Ffernã Eaneſ; M*ar*tin |25 Ioh*aneſ*, cl*eri*go de San Giao de Mar; Rodrigo Rodriguiz; Dom*in*go Marcuz de |26 Miíno; P*elayo* P*erez* de terra de Subraddo; Ffernã Suarez, not*ario*; Joham P*erez*, cape|27llam; Joham P*erez*, Fiuza; Pedro Ffroaz da porta de Betanz*o ſ*; maeſ[*t*]re Gu*i*llen |28 ⁊ outroſ muytoſ q*ue* oyrom ⁊ o uirom.

|29 ⁊ eu Diego Gom*ez* en eſta carta, por ſeér certo, pono |30 meu seello. *(Signo)*.

|31 Eu Pááy d'Arriba, not*ario* del Rey dado em Betanzoſ, p*reſente* ffui ⁊ eſc*reui* ⁊ pono |32 meu signo.

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa Maria. Pasta 546, n.º 6. — 135 × 245 mm.

O documento apresenta os orifícios donde pendia o selo. Quanto ao estado de conservação, o pergaminho está um pouco roto, do lado direito, ao alto e ao fundo. Há, além disso, um pequeno orifício no centro do documento. — Linha 18, *plazo:* falta o sinal de abreviatura correspondente à letra *a*. — Linha 27, *maeſtre*, com esquecimento da letra *t*. — Linha 31, *eſcreui:* falta sinal de abreviatura correspondente às letras *re*.

Linha 6, *Véégio*, actualmente *Bejo*, lugar na provincia de La Coruña, ayunt. Dodro, freg. de San Juan de Laiño.

4

1269. Trasancos.

João Eanes de Seselle e seus irmãos vendem ao mosteiro de Santa Maria de Monfero os bens que possuem na vila de Fondõe, *freguesia de Santiago de Franza, e em San Juan de Piñeiro.*

En no nome de D*eu*s ſſeya, amẽ. Conoſzuda couſa ſeya a tod|2oſ q*uan*toſ eſta carta virẽ ⁊ oyrẽ como eu Joh*an* Ean*n*eſ de Seſe|3lle, fillo q*ue* ffuy de Joh*an* Pariſ ⁊ de Eluira Moníiz en un cũ |4 meuſ yrmãoſ ⁊ yrmááſ Rod*r*ig' Eaneſ ⁊ Martĩ Ioh*aneſ* ⁊ M*aria* |5 Ioh*aneſ* ⁊ Orraca Ioh*aneſ* ⁊ Eluira Ioh*aneſ*, todoſ

ꝛ todaſ pre*ſ*enteſ |[6] ꝛ outorgãteſ por noſ ꝛ por todaſ noſſas uozeſ, a uoſ frey |[7] Pedro Merchã do moeſteyro de Santa Maria de Mõfero ꝛ a dõ |[8] Pedro Pelaez, abbade do deuã dicto moeſteyro, ꝛ ao conuẽto |[9] deſſe mííſmo lugar vendemoſ ꝛ firmemẽte outorgamoſ |[10] quanta herdade auemoſ ꝛ á áuer deuemoſ en todáá uila de Fon|[11]dõe, feeygregia de Santiago de Franza, ꝛ de San Yohanne |[12] de Pineyro que iaz en terra de Besoucoſ por çento ꝛ çĩcoẽta ſol|[13]doſ moeda d'alfonſííſ de que noſ ſomoſ bẽ pagadoſ, a qual |[14] herdade noſ auemoſ de parte de noſſa madre ia dicta |[15] ꝛ eu Johan Eanes ia dicto per eſta mya ꝛ de meuſ yrmãoſ |[16] ꝛ per outra que ey conprada eu ꝛ meu yrmão Roy Iohaneſ ia dicto |[17] de noſoſ tioſ Paay Moníiz d'Anca ꝛ de ſouſ yrmãoſ Martĩ |[18] Moniiz ꝛ Johan Moníiz vendemoſ a uoſ ia dictoſ ꝛ ao moeſtey|[19]ro ia dicto ũna mea oytaua de todáá uila ia dicta de Fo|[20]ndõe ꝛ outorgamoſ per noſ ꝛ per todaſ noſaſ bõaſ tã bẽ |[21] pelaſ que gãármoſ daqi adeãte que ſenpre uoſ fazamoſ de paz |[22] eſta ia dicta mea octaua da vila ia dicta ꝛ eſta ia dicta |[23] herdade uendemoſ a uoſ cũ todoſ ſeuſ iureſ ꝛ pertéénzaſ ꝛ |[24] cũ entradaſ ꝛ cũ ixidoſ ꝛ cũ paſcaſ ꝛ cũ lenaſ ꝛ cũ ma|[25]deyraſ ꝛ cũ paſcaſ ꝛ cũ pedraſ mouiliſ ꝛ nõ mouiliſ |[26] ꝛ cũ quanto preſtamẽto d'ome é que a ayadeſ ꝛ peſſuyadeſ |[27] en iur d'erdade ꝛ dela toda uoſſa uóóntade fazadeſ por |[28] ſenpre ia mayſ; aſi que ſe algẽ de noſſa parte ou da eſt|[29]raya uẽér a britar ou a contradizer eſta noſa uẽzõ que per |[30] noſo prazer é feyta, ſeya maldito de Deus uerdadeyro |[31] ꝛ áá uoz do Rey ꝛ áá uoſa per meo peyte trezẽtoſ ſoldoſ |[32] ꝛ eſta carta remãna ſenpre firme. Feyta eſta carta era |[33] de mill ccc vij. anoſ ꝛ douſ diaſ andadoſ de Janeyro en tẽpo |[34] de Rey noſſo don Affonſſo, ricome ſou fillo dõ Affonſſo, ende|[35]antado del Rey en Galliza, don Eſteuão, adeuagazõ de dõ |[36] Egaſ, arꝯibiſpo de Santiago, arꝯidiagóó de Nẽdoſ, Garcia Rodriguez. |[37] Oſ que preſenteſ forum ꝛ uogadoſ por teſtemoyaſ deſta car|[38]ta: Rodrigo Iohaneſ ꝛ Pedro Garꝯia de Uoado; Johã Doze ꝛ Johã Eſcu|[39]deyro ꝛ Martĩ Iohaneſ, todoſ moradoreſ en Uoado. Martĩ Fromyo.

|[40] Et eu Johã Rodriguez, notario publico del Rey no julgado de Traſan|[41]cos ꝛ de Beſoucoſ, fuy preſente ꝛ per rogo ꝛ cũ outorga|[42]mẽto daſ parteſ fix eſta carta ꝛ conffirmo ꝛ meu ſignal hy |[43] pono en teſtemoyo de uerdade. *(Signo)*.

A. R. G. — Monfero (La Coruña), n.º 120. — 105 × 230 mm.

(Publicado por ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña, 1911, n.º XXI, p. 55-57).

Nalguns casos não é fácil distinguir se se trata de ç ou ꝯ.

Linha 35, *adeuagazõ:* provavelmente por *ad uagazõ*.

Linha 2-3, *Seſelle*, lugar da freguesia de Santiago de Franza, ayunt. de Mugardos, província de La Coruña. Linha 40-41, *Traſancos*, jurisdição da antiga província de Betanzos.

5

1281. Sobrado.

Pedro Pais doa ao mosteiro de Santa Maria de Sobrado todas as herdades que possui em Seselle.

Era .M.ª CCC.ª XViiij.ª ȝ o quodo .Xiij. diaſ andados de Julyo. Conuzuda couſa ſeya a todos |2 como eu Pedro Paez d'Arregeyro por mj̃ ȝ por todos meus fillos ȝ por toda mina uoz de |3 bõ corazũ ȝ de boa uóóntade dou ȝ firmemẽte outorgo por min'alma aó moeſteyro de Santa |4 Maria de Sobrado ȝ a uos, dõ Domĩgo Perez, abade de Sobrado, quanta herdade eu ey ȝ á áuer |5 deuo ẽ todo o vilar de Seſelle per u quer que eſſe herdamẽto uáá ȝ deſ oye eſte dia do meu |6 iur ſeya tirada ȝ no uoſſo ſeya metuda ȝ confirmada. E ſe algẽ de mina parte contra eſto qui|7ſer paſſar ſeya maldito atra .Vij.ª gẽerazũ ȝ peyte áá uoz do moeſteyro de Sobrado |8 .CC.os mor. ȝ a carta ſte ẽ ſeu reuor firme. Eu, Martĩ Ordonez, mõge de Sobrado, |9 dou por min' alma a eſſe moeſteyro de Sobrado ȝ a uos, dõ Domingo Perez, abade ia dito, quanta |10 herdade eu ey ȝ deuo por auer ẽ eſſe vylar de Seſelle de parte de mina madre Gõtrode |11 Mart(ĩ), neta de Johã Paez, ȝ quanto herdamẽto eu ey de parte deſſa myna madre ia dita enna |12 igreyia de Santa Maria de Chãtada e todo home que cõtra eſta mina dõazũ quiſer paſſar |13 peyte áá uoz do moeſteyro de Sobrado .C. mor. ȝ a carta ſte ẽ ſeu reuor firme.

|14 Oſ que forum preſentes: Johan Martĩ, clerigo de Mirõferral; Pedro Paez Doys; Pay Rodrigez de Geſtre|15mir; dõ Aras Nunez; dõ Johan Anriquez; Nuno Perez; Johan Martĩ; Pedro Aras, mõgeſ teſtes.

|16 Eu Johã Perez, notario de terra de Sobrado, preſente foy ȝ eſcriuj |17 eſta carta per mãdado deſteſ de ſuſo ditos ȝ fiz y meu ſinal. *(Signo).*

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 543, n.º 21. — 195 × 170 mm.

Na linha 8, o copista escreve *mõgeſ* em vez de *mõge*. — Linha 11, *Mart(ĩ)*: a última letra está apagada.

6

1282. La Coruña.

O abade e o convento de Sobrado arrendam várias vinhas a Martim Perez de Santiago, vizinho e morador de La Coruña, e a sua mulher Urraca Eanes.

En no nome de Deuſ, amẽ. Connuſzuda couſa ſeia a quantos eſta carta uirẽ |2 ȝ oyrem como noſ frey Domĩgo Perez, abade do moeſteiro de Sancta

Ma|[3]ria de Sobrado, enſembla cõ no conuento deſſe míjſme lugar por noſ ꝛ |[4] por toda a uoz do dito moeſteiro, a uos Martim Perez de Santiago, vizino ꝛ |[5] morador da Cruña, ꝛ a uoſſa moller donna Orraca Eanes ꝛ a toda uoſſa uoz |[6] damos ꝛ arrendamos per eſpazo de vijnte ꝛ noue annoſ primeiros que ueem da |[7] era deſta carta toda uoz, dereitura, fruyto ꝛ renda que noſ ꝛ o dito moeſ|[8]teiro de Sancta Maria de Sobrado a ꝛ auer deue en aquella vina que chamã |[9] da Pedra daſ Chaendaſ, qual de noſ ouue ꝛ tomou para poer viña Fernã |[10] Eaneſ Gallego, uoſſo cunado, per carta. Et en aquella outra vinna que |[11] chamã do Romeu, qual noſ deramos, para poer vinna, a Martim Far|[12]del ꝛ a ſeu fillo ꝛ Pedro Diaz da Cruña. Et en naſ duaſ partes daquella |[13] outra viña de Janrozo que noſ deramos a uos Martin Perez en duaſ parteſ |[14] e a Afonſo Perez Uello, notario que fuy de Betanzoſ, en terza, para poer ui|[15]na. Daſ quaeſ ſobreditas vinnaſ noſ ꝛ o dito moeſteiro deuemos a auer ꝛ leuar |[16] para ſempre o quarto do vinno ꝛ de todo outro fruyto que Deuſ en ellaſ der. |[17] Et eſte quarto do vino ꝛ de todoſ oſ outroſ fruytoſ ꝛ dereituraſ que Deus |[18] en ellaſ der no termino dos ditos XXViiij. annos damos a uoſ ꝛ arrendamos |[19] ꝛ doſ quaeſ fazadeſ uoſſa uoontade. Et cõ noſ quaeſ deuemos a defender |[20] uoſ per noſ ꝛ per laſ couſaſ do moeſteiro de todo empezo. E noſ, Martin Perez |[21] ꝛ miña moller, donna Orraca Eaneſ, ꝛ noſſa uoz deuemos a dar cada ano por |[22] renda do dito vino ꝛ fruytos ꝛ dereituraſ que uoſ auedeſ naſ ditaſ viñaſ ſeſa|[23]enta liuraſ doſ dineyroſ alfonſijnſ brancoſ da primeira guerra de Graanda |[24] pagadeiraſ en na villa de Betanzoſ pola feſta de todoſ loſ ſanctos. E todaſ |[25] eſtaſ couſaſ ꝛ arrendamento ſon ontre noſ ꝛ uoſ feytaſ ꝛ outorgadaſ a boa fe |[26] ſen todo mao engano ꝛ qual daſ parteſ que contra ellaſ uéér ꝛ aſ nõ quiſer |[27] téér, aguardar ꝛ comprir aſſi como ontre noſ ꝛ uoſ ſom diuiſadas et |[28] paradas que peyte a outra parte que aſ conprir mill mor. ꝛ o arrendamento |[29] ꝛ aſ conueenzaſ compriren ſe en todo. Et por eſto ſéer certo, fezemos ende |[30] fazer duaſ cartaſ partidaſ per a. b. c. feitaſ per Martin Perez, notario da Cruña, |[31] ꝛ a mayor firmedũe poſemos na carta de Martin Perez o ſéello de nos, o |[32] abade. Et en na noſſa carta, uoſ, Martin Perez, poedeſ uoſſo ſeello. Feyta |[33] a carta no moeſteiro de Sobrado en dia de todoſ loſ ſanctos. Era de mill ꝛ |[34] trezentoſ ꝛ vijnte annos. Eu Martin Perez, notario publico |[35] del Rey na Cruña, en eſto fuy preſente ꝛ eſcriuj ꝛ confirmo ꝛ pono |[36] meu ſignal. *(Signo).*

A. R. G. Sobrado (La Coruña). Santa María. N.º 343. — 160 × 310 mm. Carta partida por a b c.

(Publicado por ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI.* La Coruña, 1911, n.º XL, p. 86-88).

Linha 7 e l. 33, *era: r* maiúsculo. — Linha 9, *Chaendaſ:* a primeira consoante está incompleta e pouco visível. Contudo, no verso do documento cita-se esse topónimo. — Linha 26, *uéér:* o *-r* foi escrito sobre um *e* não totalmente coberto por aquela letra.

7

1282. Puentedeume.

João Martins e seus irmãos vendem ao abade e ao convento de Monfero os bens que têm na vila de Santa Giáá e no vilar de Seuille.

En Dey nomine, amẽ. Conoſzuda couſa ſeya a todoſ quantuſ eſta carta uirẽ como |2 noſ Johã Martins ⁊ Migel Martins ⁊ Mayor Martins, hermaoſ, fazendo por noſ ⁊ por noſſa hermáá |3 Maria Martins por que a todo tenpo outorgamoſ ⁊ conuijmoſ a fazer paz per noſ ⁊ per todaſ |4 noſſaſ bóáſ gáánadaſ ⁊ por gáánar ⁊ filloſ ⁊ fillaſ que ſomoſ de Martin Perez, dito Redondo, |5 ⁊ de Marina Perez por noſ ⁊ por toda noſſa uoz vendemoſ a uoſ, don Johã Perez, aba|6de ⁊ conuento de Santa Maria de Monfferro quanta herdade noſ auemoſ ⁊ a auer de|7uemoſ aſſi chantada como por chantar por uoz deſta noſſa madre ſobredita |8 en toda a villa de Santa Giáá ⁊ eno villar de Seuill a monteſ ⁊ a fonteſ, |9 jurreſ ⁊ pertinenzaſ ⁊ maenfeſtamoſ ⁊ conoſzemoſ que rezibemoſ de uoſ por prezu |10 do ſobredito herdamentu dozentuſ ⁊ cinquaenta ſoldoſ, moeda d'alffonſiiſ da gerra de |11 Grááda, ⁊ ſe mays ual ca eſte prezu ſobredito damoſ uolla por Deuſ ⁊ por noſſ|12aſ almaſ ⁊ de noſſoſ parenteſ que mereſcamoſ a auer vida perduráuil en para|13yſo ⁊ deſ oge eſte dia a uoſ damoſ o ſenorio ⁊ o podirio deſta ſobredita her|14dade ⁊ todo omne nj̃ muller de noſſa parte quer d'eſtráá que a uoſ o ſobredito herda|15mentu demãdar nj̃ uoſ ſobre el contrariar o que noſ créémoſ ſe Deuſ quiſer que nõca |16 ſira ſiga malditu ou maldita atroeſ la ſetima giarazũ ⁊ ao moeſteyro ya |17 dito quanto le demãdar ou enbargar le peyte doblado ⁊ mays adiante |18 aa uoz do moeſteyro ⁊ aa uoz del Rey peyte de perméó cento mor. da bóá móé|19da ⁊ a carta de todo en todo permeyſza firme ⁊ en ſua reuor por ya|20mays. Ffeyta eſta carta xxiiij diaſ andadoſ do meſ d' Agoſto, era de mill ⁊ CCC.oſ| 21 ⁊ XX anoſ. Os que forũ preſenteſ ⁊ rogadoſ por teſtes: Johã Gotherrez ⁊ Johã Rodriguez, |22 alcaydeſ daſ Monteſ d'Eume; Pelayo Iohaneſ, morador daſ Uaquarizaſ; Johã Bóó, mercha|23dor, Pedro Fferreyro, moradoreſ daſ Monteſ d'Eume ⁊ outros muytuſ uíjdoreſ ⁊ oydo|24reſ. Et eu Vidal Martins, notario publico dado del Rey enaſ Monteſ d'Eume, |25 preſente fuy ⁊ per mãdado |26 daſ parteſ eſta ſcriuj ⁊ meu |27 ſinal y pono ⁊ conffirmo. *(Signo).*

A. R. G. Monfero (La Coruña). Santa María. N.º 139. — 150 × 180 mm.

(Publicado por ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña, 1911, n.º XXXIX, p. 84-86).

Seuill, l. 8: provavelmente, *Seville*, lugar da freguesia de Santa Eulalia de Agrón, ayunt. de Mellid, prov. La Coruña. *Monteſ d'Eume*, l. 22 e 23: jurisdição da antiga província de Betanzos.

8

1300. Sobrado.

O abade e o convento de Sobrado arrendam a Lopo Rodrigues, de Caldelas, a granja de Quiroga com todos os seus casais.

Era de mil ⁊ trezentos ⁊ trí̃nta ⁊ oyto anos. Dez dias de F*(e)*uereyro. Cognoçuda |[2] couſa ſeia a todos q*ue* nos don Domīgo Perez, abbade do moeſteyro de S*an*ta Maria de So|[3]brado de Gallizia, ⁊ o conuento deſſe míj̃ſ-m*(o)* lugar arrendamos a uos, Loppo |[4] Rro*driguez* de Caldelas, caualeyro, por en uoſſos dias tan ſola*(m)en*te a noſſa grania de Q*ue*yrogáá |[5] a q*ue* dizẽ S*an*ta Maria cũ todolos h*er*dam*en*tos ⁊ dereyturas ⁊ p*er*tẽẽças q*ue* nos y auemos |[6] e deuemos á áuer ⁊ cũ lo noſſo caſal de Lumeares ⁊ cũ lo de Cambela ⁊ cũ lo de |[7] Vilar ⁊ cũ todolos out*r*os noſſos h*er*dam*en*tos ⁊ caſas ⁊ p*er*feytos q*ue* nos auemos ⁊ |[8] á áuer deuemos en todo t*er*mino de Q*ue*yrogáá q*ue* o teñades de nos ⁊ por nos en uoſſ*(o)*s |[9] d*(i)*as tan ſolam*en*te ⁊ nõ mays ⁊ q*ue* pobledes y lauredes ⁊ chantedes ⁊ ap*r*oueyt*(e)*d*(ef)* |[10] ben ⁊ com-pridam*en*te todos eſſes lugares ⁊ eſſes h*er*dam*en*tos ſobr*e*d*i*tos en g*u*iſa q*ue* *(n)*õ |[11] defaleſcã cõ mīgua de lauor ⁊ dedes ende a nos cada hũ an*n*o en ſaluo ena vila |[12] de Milide cento ⁊ çincoenta mrs. d'alffonſíj̃ns ou a valia deles deſ dia de S*an*ta |[13] Maria de Feuereyro ata dia de Paſcoa p*ar*a pitança p*ar*a o convento p*ar*a dia de ſa(..)|[14]ne p*ar*a q*ue* fforum dados eſſes lugares ⁊ h*er*dam*en*tos ia d*i*tos ⁊ q*ue* os teñades toda uia |[15] (..) n*(o)*ſſo frade ⁊ nõ p*er* outro ⁊ a dia de uoſſo paſſam*en*to deſte mundo q*ue* fiquẽ a nos |[16] (....) ſſo moeſt*eyro* eſteſ lugares ⁊ h*er*dam*en*tos ia d*i*tos liures ⁊ deſempeçados de |[17](....) *(o)*me ⁊ de toda m*(o)*ller ⁊ a uoz do moeſt*eyro* ia d*i*to entreos ⁊ reçebaos p*er* |[18] ſua autoridade cũ todos los p*er*feytos ⁊ lauoreſ ⁊ aruoreſ ⁊ chantados ⁊ caſas |[19] *(.....)*as ⁊ pã uerde ⁊ ſeco ⁊ cũ todo viño colleyto ⁊ por coller cũ toda poblança |[20] ⁊ cũ viñas ⁊ cubas chẽas ⁊ uazias ⁊ cũ tinallas ⁊ cũ todalas out*r*as couſa*(s)* q*ue* y |[21] uos comprardes ⁊ gáánardes ⁊ ap*r*oueytarde*(s)* (..) q*ue* y ouuer ááq*u*el tẽpo (.....)s o *(mo)*|[22]eſteyro ia d*i*to ou ſua uoz entre ⁊ reçeba (⁊) poſſuya ſen chamo (⁊) ſen coim*m*ia de nẽ|[23]guẽ; ⁊ eu Loppo Rro*driguez* ſobr*e*d*i*to reçebo de uos don abade ⁊ conuento ſobr*e*-d*i*tos eſtes |[24] lugares ſobr*e*d*i*tos cũ todas ſuas p*er*téénças com*m*o ſobr*e*d*i*to é ⁊ o*(ut)*orgo ⁊ p*r*ometo |[25] a comp*l*ir ⁊ guardar todas eſtas condições com*m*o ſobr*e*d*i*to é p*er* mj̃ ⁊ p*er* todas mias |[26] bõas a todo tẽpo ⁊ de mays obligo q*u*anto h*er*dam*en*to ey en Auyancos p*ar*a *(c)*omp*l*ilo (..) |[27] ⁊ rogo ⁊ mando a Ffernã Ffern*andez* de Auyancos q*ue* pr*e*ſente ſé q*ue* o compla, ſe o eu nõ com|[28]plir; ⁊ eu Ffernã Ffern*andez* aſſi o outorgo ⁊ a parte q*ue* contra iſto paſſar peyte áá outra |[29] parte q*u*inentos mrs. de bõa moeda ⁊ os plazos uallã ſemp*r*e en ſeu reuor; ⁊ q*ue* iſto |[30] ſeia firme ⁊ nõ ueña en dulda, nos

as partes de conſúú mandamos (.....) |31 dous plazos partidos *per* .a. b. c. a Pe*dro* Mar*tins*, notario del Rey don Ffernã*(do)* (.)os |32 coutos de Sobrado. Teſtemoyas *para* aq*uiſ*to ſpeçialm*en*te chamadas ȝ rogad*(a)*s: |33 Ffernã Ffern*andez* de Auyancos ȝ Nuno Eane*s*, dito ſa*(n)*deu, ȝ Garçia Affonſ*(o)* ȝ |34 Joh*an* Reuel ȝ Pe*dro* Loures, caualle*yros*, ȝ Joh*an* Rro*driguez* ȝ Roy Nune*z*, cle*r*igos, ȝ outros |35 moytos; ȝ ſobr*e* todo iſto nos, as partes, a mayor firmedũe fezemos ſéé|36lar eſtes plazos con noſſos ſee*(l)*os.

|37 Eu Pe*dro* Mar*tins*, not*ar*io del Rey don Fferrnãdo en nos coutos |38 de Sobrado, en mina p*re*ciẽcia ffize eſcr*i*uir a Joh*an* Paryſ ȝ ffize y |39 meu sinal.

|40 Eu Joh*an* Paris eſcreuj eſtes plazos p*er* mandado de Pe*dro* Mar*tins*, not*ario* ſobred*i*to.

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 544, n.º 17. — 155 × 285 mm. Carta partida por a b c.

O documento apresenta ainda os orifícios donde pendiam os selos.

Linha 1: as três primeiras palavras estão bastante apagadas, mas não totalmente ilegíveis. Há no documento outras letras completamente apagadas que, por esse motivo, são reconstituídas em itálico e colocadas entre parênteses. — Linha 20, *tinallas*; linha 22, *chamo:* há sobre estas formas um til supérfluo. — Linha 24, *outorgo:* há uma mancha de tinta sobre a segunda e terceira letras.

Milide, l. 12: Mellide, vila na província de La Coruña, capital do ayunt. do mesmo nome.

9

1329. Sobrado.

Maria Peres e seus primos vendem ao abade e ao convento de Sobrado todas as propriedades da freguesia de San Jorge de Nogueira que eram de seu avô Pai Moniz.

Era de mill ȝ CCC.oſ ȝ ſſeſſenta ȝ vij. an*n*os, viij.º dias d'Abril. |2 Conoſçuda couſſa ſſeia a todos com*m*o eu Maria Pe*r*ez, filla q*ue* |3 fuy de Pe*dro* Leal de San Lo*urenço* de Carelle ȝ neta de Pay |4 Monijz; et eu Joh*an* Ffer*nandes* de Boymir por mj̃ ȝ por Ma*r*ia Eanez, |5 mjna moler, filla q*ue* foy de Joh*an* Leal; et eu, Lo*urenço* Eanez, |6 ſſeu he*r*maóó, fillo q*ue* foy de Joh*an* Leal; et eu, Ma*r*ia Sſanch*ez*; et |7 Dom̃ga Sſanch*ez*, netos ȝ netas q*ue* ſſomos do dito Pay Monijz, |8 (..)os todos ſſobreditos por nos ȝ por todas noſſas uozes |9 uendemos ȝ firmemẽte outorga*mos* p*ara* dias de ſſemp*re* a uos |10

dõ Fernã Eanez, abbat de Sſobrado ⁊ ao *con*uẽto deſſe méeſmo |[11] lugar todo quanto herdamẽto nos auemos ⁊ auer deuem*os* |[12] por uoz de noſſo auóó, Pay Monjz en toda a frigigia |[13] de Sſan Jurgo de Nugueyra p*er* hu q*uer* q*ue* o vos y poder|[14]des achar en caſſas ⁊ en cortinaſ, a mõtes ⁊ a fontes por |[15] trezẽtos ſ*oldo*ſ deſta moeda del Rey dõ Fernãdo q*ue* de uos |[16] reçebemos de q*ue* ſſomos bẽ pagados. Et ſſe mays val, |[17] damos uollo por noſſas almas ⁊ daq*ue*lles de q*ue* o nos auem*os* |[18] ⁊ obrigamos todos noſſos bẽs a faz*er* uollo de paz. Et ſſe uollo |[19] alguẽ enbargar, noſſa uoz lle tollemos ⁊ ſſeia maldito de |[20] De*us* poderoſſo et peyte a uos por pea ſſeys çentos ſ*oldo*ſ ⁊ |[21] a carta eſté en reuor. Te*ſtes* q*ue* fo*rum* rogadas ⁊ chamadas: M*artin* Perez |[22] de Sſabegode; Mig*uel* Froytoſſo d'Auellaedo; Ruy de Cardeyro; Ffernã |[23] G*arcia* de Sſan L*ourenço*; Johan Domĩguez da Ygleia Noua ⁊ outros.

|[24] Eu P*edro* M*artinz*, not*ario* publico j*urado* del Rey en Sſobrado ⁊ en |[25] ſeus coutos, a eſto foy p*reſſente* ⁊ eſcriuy ⁊ *conſirmey* ⁊ meu |[26] nom*e* ⁊ ſſignal y pono q*ue* tal he. *(Signo).*

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa Maria. Pasta 547, n.º 4. — 125 × 195 mm.

Linha 10, *méeſmo:* a segunda letra parece um *i;* mas deve tratar-se de um *e* em parte apagado. — Linha 21, *chamadas:* sobre a palavra há um sinal de abreviatura supérfluo.

Sſabegode, l. 22: ald. do município de Sobrado.

10

1333. Santiago de Compostela.

Pedro Domingues, chamado Sobrinho, morador em Vilachá, freguesia de San Miguel de Pereira, em seu nome e de sua filha Teresa e com autorização do juiz ordinário da Igreja de Santiago, vende a Pay Fagundes e a sua mulher as propriedades que a filha herdou de sua mãe na freguesia de San Miguel de Pereira.

In nomine Dominj, amẽ. Era M.ª CCC.ª ſeptuageſima prima ⁊ quotum tres dias de Março. Eu P*edro* Domĩguez, dito Sobrino, morador en Uilla Chãa, na frjgueſia de San Miguel de Pereyra, por mj̃ ⁊ |[2] en nom*e* de mĩa filla Thareyia q*ue* ouue de mĩa moller q*ue* fuy Mayor Pereσ ⁊ p*er* hũa carta ⁊ p*er* aut*or*idade de dom Bernal de la Roca, juyσ de Luou na igleia de San-tiago, da q*ual* o |[3] tenor tal he: Sabeã todos q*ue* ante mj̃ Bernal de la Roq*ua*,

juyσ ordinario de Santiago, uẽo Pedro Domĩgueσ, dito Sobrino, diſſome que ſſua moller Mayor Pereσ que era finada ⁊ que lle |4 ficara della hũa ſua filla pequena ⁊ ſen ydade, conuẽ a ſaber, Thareyia, ⁊ que ſe temya por que eſte anno era muy graue cõ mingoa de que as gentes nõ tíjñã de comer |5 ⁊ elle nõ tíjña que lle dar de comer aa dita ſua filla Thareyia ⁊ que pereçia cõ mĩgoa de nõ auer que comer ⁊ que nõ auya y auer mouil nẽ lle ficara de parte |6 da dita ſua madre nẽ el nõ tíjna per que a mãtéér en eſte anno ⁊ pedia a mj̃ que eu de meu ofiçio lle deſſe outoridade per que el podeſſe vender tãto do herdamento |7 ⁊ chantado que aa dita Thareyia pertéééçe ⁊ pertéééçer deue por parte da dita ſua madre enna villa de Uilla Chãa que he enna frjgueſia de San Miguel de Pereyra per que ſe |8 a dita moça podeſſe mãtéér en eſte anno et eu por que ſoube per uerdade do dito ſeu padre, Pedro Domingueσ, que lle nõ ficara auer mouil de parte da dita ſua madre per que ſſe a dita |9 moça podeſſe mãtéér et por que eſte anno he muy graue ⁊ as gentes ouueſen cõ mĩgoa que nõ tẽẽ de comer ⁊ por que a dita Thareyia nõ deſpereçer en eſte |10 anno cõ mĩgoa de nõ auer que comer dou liure ⁊ conprido poder ao dito Pedro Domingueσ, ſeu padre, que el poſa vender tãto do herdamento ⁊ chãtado que aa dita Thareyia |11 pertéééçe ⁊ pertéééçer deue en Villa Chãa por parte da dita ſua madre Mayor Pereσ ata quantia de doσe libras pequenas deſta moneda del Rey dom Fernãdo para mãteemento |12 ⁊ gouerno da dita Thareyia en eſte anno et a venda que aſſy for feyta do dito herdamẽto ⁊ chantado que aa dita Thareyia pertéééçe ⁊ perteeçer deue enna dita villa |13 por parte da dita ſua madre ata a dita quantia das ditas doσe libras eu outorgo ⁊ ey por firme ⁊ doulle outoridade que ualla a quen quer que a conprar cõlo traſlado deſta mĩa carta; |14 et que eſto ſeia çerto, eſta carta mãdey ende fazer ⁊ aſééllar de meu ſééllo. Dada en Santiago dous dias de Março, era M.ª CCC.ª LXX.ª prima. ¶ Vendo a uos Pay Fagũdez |15 por uos ⁊ por uoſſa moller Mayor Afonſo ⁊ a uoſa uoz ⁊ ſua quanto herdamento pertéééçe aa dita mĩa filla por parte da dita ſua madre na frjgueſia de San Miguel de Pereyra |16 cõ caſas, caſaes, chãtados ⁊ dereyturas u quer que for a mõtes ⁊ a fontes por libras doze pequenas deſta moneda del Rey dom Afonſo, das quaes me outorgo por ben pagado ⁊ |17 rrenũço a toda exçepçõ que nũca ende diga o contrario et d'aquj endeante façades della uoſa uoõtade para ſenpre. Et ſſe mays ual, douuola ⁊ dõo en dõaçõ et deuo uos ⁊ |18 uoſſa uoz anparar ⁊ defender cõla dita herdade per mj̃ ⁊ per meus bẽes.

|19 Se alguẽ contra eſta venda uéér peyte a uos ou a uoſa uoz o dito preço dobrado ⁊ a carta fique firme. Teſtemoyas: Gonçaluo Eanes, alfayate; Loppo Pelaes ⁊ Fernã Pelaes, yrmãos, fillos |20 do dito Pay Fagũdez; Pedro Migueles; Johan Andres, ſcriuães.

|21 Eu, Gomez Aras, notario publico do conçello de Santiago, jurado porlla igleia de Santiago, eſta carta da nota feyta per Fernã Abril, notario

que foy de Santiago, |22 en mĩa preſença fiz ſacar ⁊ ſcriuir per outoridade do ſeñor arçibiſpo de Santiago, dom Johan, ⁊ meu nome ⁊ ſinal poño.

|23 Eu, Johan Eanes, de mãdado do dito notario, ſcriuj. *(Signo).*

A. H. U. S. Archivo del Hospital de los Reyes Católicos de Santiago de Compostela. Apeos y heredades. Maço 58, n.º 13. — 200 × 305 mm.

No documento copia-se a autorização concedida pelo juíz ordinário da Igreja de Santiago, em dois de Março do mesmo ano, a Pedro Domingues para vender as propriedades da filha, a fim de poder sustentá-la, devido à escassez de recursos e às dificuldades económicas do ano.

11

1334. Sobrado

Vasco Fernandes de Parga e o abade e o convento de Sobrado recorrem a alguns homens bons para solucionar algumas questões surgidas entre eles.

Era de mill ⁊ CCC ⁊ Lxxíj.ª annos, XV diaſ an[*da*]dos do mez de Mayo. Conoſçuda couſſa ſeia |2 a todos commo foſſen queyxumes ⁊ errãças ontre Vaaſco Fernandes de Parrega da hua parte et |3 dõ frey Fernãdo, abbat de Sſobrado ⁊ o conuẽto deſſe meſmo lugar da outra parte. Eſtas |4 parteſ ſſobreditaſ meterõſſe en poder de ommes bóós aruydos, aruidores, auydores, conpoe|5dores, conuẽ a ſſaber, da parte do abbade ⁊ do conuẽto Afonſo Eanes, viſtiaro de Sſobrado ⁊ |6 da parte de Vaaſco Fernandes, Johan Vaaſquez de San Viçẽço en tal maneyra que eſtes ommes |7 bóós ſſoubeſſẽ a uerdat d'anbas las partes. Et a uerdat ſſabuda, auyndo ⁊ conpoendo mãdado |8 julgado en dia ferial nõ ferial, a ordẽ do dereyto guardada ou nõ, partes preſſentes |9 nõ preſentes eſteueſſẽ ⁊ conpliſẽ aquanto eſtes ommes bóós en eſte pleyto mãdaſſen. Et mays |10 jurarõ aos ſantos auãgios que eſteſſẽ a elle. Et eſtes ommes bóós, eſte pleyte rrecebude, |11 aſſy ſſouberõ a uerdat en quantos eſtaſ partes mãdarõ. Et ha verdat ſabuda, áſ partes |12 preſentes eſtes omes bóós derõ por mãde que dõ abbade ⁊ todo o conuẽto perdoaaſſe ao |13 dito Vaaſco Fernandes ⁊ a ſſeus vaſſallos nomeados quaes Johan de Sayone dos Villares, A|14fonſo Nouo et a Gonçaluo Rapote ⁊ a Martin de Bayon ⁊ a Fernã Sſanches todas las errãças |15 ⁊ queyxumes que a eſte moeſteyro ſſobredito fezerã. Et por eſto mãdarõ ao dito Vaaſco |16 Fernandes que deſſe ao dito moeſteyro de Santa Maria de Sſobrado tres caſſares de herd(a)de no |17

couto de Forca Fita *que* he en frigigia de Santa Marína d'Alueçóó dos ſſeys *(caſſar)*es |[18] *que* o dite Vaaſco Fern*andes* ⁊ ſeus fillos y am; et mays *que* o dito Vaaſco *(Fer)*n*(ande)*s |[19] mãde ao tẽpo da ſſua morte o ſſeu corpo deytar |[20] en eſte moeſt*eyro* ſſobredito. Et dos ditos ſſeys caſſares *que* eſcolla o *con*uẽto os |[21] tres. Et logo y no pr*e*ſſente Vááſco Fern*andes* por *con*plir eſte mãde deu a Pedro Arras |[22] ⁊ a Fernã Arras ⁊ a Fern*ã* Perez *que* eſtauã pr*e*ſſentes por *con*cãbio deſtes tres caſſares |[23] *que* ſſom da ſſua pr*opriedade* *que* el ao moeſt*eyro* dá dá a eſteſ ſſeus fillos ſobreditoſ dous caſaes |[24] *de* her*dade* en Parega nomeados *q*uaes hũ caſſal en Sſaa ⁊ outro en Sisulfe. Et uo*(s)* |[25] Pedro Arras ⁊ Fernã Arras ⁊ Fernã Perez ya ditos recebemos eſte *con*cãbio ⁊ (.....)|[26]mos ⁊ outorgamos eſta doaçõ *que* o dito Vaaſco Fern*an*des, noſſo padre, faz ao di*(to mo)*|[27]eſt*eyro*. Et nos, partes ſſobreditaſ, reçebemos eſte mãdo ⁊ outorgamos a *conp(lir)* |[28] aſſy commo ſſobredito he. Et qual daſ partes a eſto paſſar caya na pena do (.....) |[29] ⁊ peyte por pena mill ⁊ q*u*inẽtos mor. da moeda *que* andar, os meos aa (.....), |[30] os meos aa uoz del Rey ⁊ o plazo ⁊ o mãdo fiq*ue* firme ⁊ deſto mãdamos fa*(zer)* |[31] dous plazos en hũ tenor .Te*ſtes*: Lopo Eanes d' Anſirijs; Martin Perez d' Anafreyta, cl*e*rigo; Joh*an* |[32] Magõ, om*m*es do dito Vaaſco Fern*andes*; frey Sſueyro, Pedro Afon*ſo*, mõyes de Sſobra[*do*]; Afon*ſo* |[33] Rod*riguez*, prior de Sſobrado ⁊ frey Fernãdo ⁊ outros. Eu Pedro Mart*ins*, not*ario* dito (...) nos coutos |[34] de Sſobrado, eſcr*iuy* ⁊ foy pr*e*ſente ⁊ meu nom*e* ⁊ ſignal y pono *que* tal he. *(Signo)*.

|[35] Et eu Lop*p*o Pel*aez*, en lug*ar* de Roy Perez, not*ario* en Parrega, a iſto pr*e*ſente foy |[36] ⁊ eſcr*iuj* y meu nom*e* fiz y eſte ſinal ſemel*lante* ao de Roy Perez *que* tall |[37] he en t*estimonio* de v*er*dade. *(Signo)*.

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 547, n.º 13. — 190 × 330 mm.

O pergaminho apresenta-se um pouco deteriorado do lado direito: além de um orifício na parte central, está um pouco roto na metade inferior.

Conoſçuda, l. 1; *errãças*, l. 2 e l. 14: ausência de cedilha. — Linha 4, *en poder de ommes bóós:* por lapso, no documento, em vez de *de* ocorre *do*. — Linha 6, *San Viçẽço:* falta a cedilha sob o segundo *c*. — Linha 10, *elle:* não é muito claro se se trata de *-e* ou *-o*. — Linha 13, *Sayone dos Villares*, sic. — Linha 17, *Alveçóó:* não é totalmente clara a leitura da última letra; pode interpretar-se também como *-e*. — Linha 18, *ſeus: u* escrito sobre um *y*. — Linha 18-19: o notário repetiu, por distracção, a frase «⁊ mays que o dito Vaaſco Fernandes». — Linha 23: falta sinal de abreviatura sobre a forma que desdobrei em *propriedade*. — Linha 28, *ſſobredito:* ausência do sinal de abreviatura sobre a forma assim desdobrada. — Linha 31, *hũ:* falta o til. — Linha 32, *mõyes:* ausência de til sobre a vogal da primeira sílaba.

12

1344. Santiago de Compostela.

Rodrigo Afonso, prior do mosteiro de San Justo de Tojos Outos, em nome do abade e do convento, deu a Lopo Pais, despenseiro do Cabido de Santiago, o casal de Fradega, situado na vila do mesmo nome e na freguesia de San Tomás de Amés, opondo-se a isso Vasco Marinho, filho de Maior Peres do Campo.

Sabean todos q*ue* en pr*e*ſença de mj̃ Afonſo Mouro, not*a*rio de S*an*tiago, ⁊ das teſtemoyas aq*ui* |[2] eſcr*i*ptas, eſtando en*n*a villa q*ue* chamã de Fradega en frjgu*e*ſia de Sam Thomé de Yames, R*odrig*o |[3] Afon*ſo*, prior do moeſt*eyro* de Sam Juſto de Toios Outos, en nome do abbade ⁊ conuẽto do |[4] d*i*to moeſt*eyro*, diſſo q*ue* el metya en jur ⁊ en mão ⁊ poſiſſom a Loppo Payz, deſpenſeyro do |[5] cabidóó de S*an*tiago por ſy ⁊ por ſua moller T*are*ya Uááſquez o caſal q*ue* chamã de Fradega q*ue* he |[6] na d*i*ta villa q*ue* era do d*i*to moeſt*eyro* cõ ſuas caſas, chantados ⁊ ſuas dereyt*ur*as ſegũdo |[7] q*ue* o y auya ⁊ poſſuya o d*i*to moeſt*eyro* p*er* ſy ⁊ p*er* outros por el ⁊ ſegũdo q*ue* o teuera Fernã M*artins*, |[8] yrmão de dõ P*edro* Mart*ins*, abbade do d*i*to moeſt*eyro* q*ue* foy et ſegũdo q*ue* o teuera ⁊ huſara R*odrig*o |[9] Afon*ſo* de Seares porlo d*i*to moeſt*eyro* et o qual lle metya en jur ⁊ en mão ⁊ poſiſſom |[10] por razõ de hũu *con*cãbeo q*ue* o d*i*to p*r*ior fez*er*a en nome dos d*i*tos abbade ⁊ conuẽto cõlo |[11] d*i*to Loppo Pay*σ*. Et entõ eſſe Loppo Pay*σ*, q*ue*rendo aſſy reçeber o d*i*to caſal, Vááſco |[12] Marino, fillo de Mayor Pere*σ* do Cãpo ⁊ ſeu home Ruy Fern*andeσ*, q*ue* y p*re*ſentes eſtauam, |[13] diſſ*er*om q*ue* elles, en nome da d*i*ta M*aio*r Pere*σ*, anp*ar*auã ⁊ defendiã ⁊ *cont*radeziã o d*i*to reçebem*en*to |[14] ⁊ o d*i*to caſal q*ue* deziã q*ue* era da d*i*ta Mayor Pere*σ* ⁊ q*ue* o teuera ⁊ tijna ⁊ huſaua p*er* ſy |[15] ⁊ p*er* outros por ella p*er* eſpaço de dez an*n*os ⁊ de vijnte an*n*os erã paſſados. Et logo o d*i*to |[16] Rodrigo Afon*ſo*, p*r*ior, diſſo q*ue* anp*ar*aua ⁊ defendia o d*i*to caſal ⁊ herdamẽtos del et q*ue* en |[17] nome do d*i*to moeſt*eyro* daua fiador p*ar*a dereyto cõ q*ue* alçou mão, *con*uẽ a ſſab*er*, Fernã Lope*σ*, |[18] cãbeador de S*an*tiago, q*ue* o d*i*to caſal era do d*i*to moeſt*eyro* et q*ue* a d*i*ta M*aio*r Pere*σ* nõ auya en |[19] el de auoẽça nẽ de gaança nẽ dout*r*a man*eyra* nehũa et q*ue* a eſtengia del. Et o d*i*to |[20] Vááſco Marino diſſo q*ue* ſſe nõ q*ue*ria agora en fiar cõ el, mays q*ue* *con*tradezia ⁊ defen|[21]dia o d*i*to reçebemẽto et o d*i*to p*r*ior diſſo com*m*o de ſuſo.

|[22] Eſto foy en*n*o d*i*to lugar, ſtafeyra, noue dias de Janeyro, era de mill .CCC. LXXX. ⁊ dous |[23] an*n*os. Te*ſtes*: Fernã Lope*σ*, cãbeador, Afon*ſo* Juyz, Gom*eσ* Suare*σ*, homes de Lopo Pays; Fernã Gon*çalueσ*, |[24] Johan Creſpo ⁊ Afon*ſo* de Carreyra, homes de M*aio*r Pere*σ* do Cãpo ⁊ outros moytos.

|25 Eu Afon*ſo* Mouro, notario ſobred*i*to cõllas d*i*tas te*ſtemoyas* chamado ⁊ rrogado a |26 eſtas couſas ſobred*i*tas, pr*e*ſente foy ⁊ meu nome ⁊ ſinal poño et de |27 meu mandado Joh*an* Fern*andeꝯ* ſcr*i*ujo.

|28 Eu Joh*an* Fern*andeꝯ* de mãdado do d*i*to not*ar*io ſcr*i*uy. *(Signo).*

A. H. U. S. Archivo del Hospital de los Reyes Católicos de Santiago de Compostela. Apeos y heredades. Maço 58, n.º 21. — 170 × 250 mm.

Fradega, lugar da freguesia de Santa María de Sendelle, ayunt. de Boimorto, prov. de La Coruña. *Sam Thomé de Yames*, actualmente Santo Tomás de Amés, freg. do ayunt. de Amés, prov. de La Coruña. *Sam Juſto de Toios Outos*, freg. do ayunt. de Lousame, prov. de La Coruña. *Seares*, lugar da freguesia acima citada de Santo Tomás de Amés.

13

1351. Santiago de Compostela.

Afonso Pais, filho de Pay Fagundes, notário de Santiago, vende a Lopo Pais, "cambeador", morador na Rua da Moeda Velha, e a sua mulher toda a herança que lhe corresponde da parte de seu pai e irmãos na freguesia de San Pedro de Benza e no lugar de Vilacoba, na freguesia de Santa María de Restande.

In Dej nomine, amẽ. Era de mill ⁊ trezentos oytéénta ⁊ noue annos, vijnte ⁊ quatro dias de Mayo. Conuſçuda couſa ſeia a todos q*ue* eu Afonſſo Pel*aez*, fillo de |2 Pay Fagũdez, not*ar*io q*ue* fuy de S*an*tiago por mj̃ ⁊ por toda mĩa uoz vendo ⁊ firmeme*n*te outorgo p*ar*a ſenp*re* a uos Loppo Pel*aeꝯ*, canbeador, morador na rua da Moeda |3 Uella ⁊ a uoſſa moll*er* Coſtança Uaaſq*uez* ⁊ a uoſſas uozes todolos herdamẽtos, caſas, caſar*es* de herdad*es*, caſaes chantados, cõ todas ſuas p*er*tẽẽças ⁊ d*er*eyturas |4 q*ue* a mj̃ p*er*tẽẽçẽ ⁊ p*er*teeç*er* deuẽ por p*ar*te do d*i*to meu padre ⁊ por p*ar*te de ſeus fillos, meus yrmãos, Ruy Pel*aeꝯ* ⁊ Martĩ Pel*aez* q*ue* forõ, cuio her*éé* eu ſóó p*er* ſubſte-5|tuyçon do d*i*to Pay Fagũdez contiuda no ſeu teſtamẽto, en todáá frijgueſia de S*an* Pedro de Vença ⁊ en Uilla Coua q*ue* he na frijgueſia de S*an*ta Maria de Reſtã|6de cõ todáás pobranças de gáándos ⁊ ueruos ⁊ t*en*po q*ue* hã de ſſeruyr os hom*es* q*ue* morã nos d*i*tos herdam*en*tos ⁊ caſſar*es* ⁊ cõlas deuedas de d*i*neyros ⁊ outr*as* couſas |7 q*ue* ao d*i*to Pay Fagũdez deuya ⁊ del tyña, quaes q*uer* hom*es* na d*i*ta frijgueſia de San Pedro ⁊ no d*i*to lugar de Uilla Coua ſſegũdo q*ue* a mj̃ caerõ eſtas couſſas ſobre|8d*i*tas en mĩa p*ar*tiçõ feyta entre mj̃ ⁊ uos oie eſte dia per Pedro Afonſſo, not*ar*io de S*an*tiago dos her-

damẽtos, caſſas, caſares ⁊ chantados *que* o *dito* Pay Fagũdez |[9] auya nas *ditas* frijgue*ſ*ias de S*ſ*am P*edro* de Bença ⁊ de *San*ta Maria de Reſtande et vendo, ſſegũdo *dito* he, cõ todas ſſuas *per*tẽẽças ⁊ *dereytu*ras hu q*uer* q*ue* uã |[10] a mõt*es* ⁊ a font*es* por oytoçentas *libras* peq*uen*as deſta moeda q*ue* ora corre de Rey dom Afon*ſo*, das q*uae*s confeſſo ⁊ out*or*go q*ue* ſóó entr*ego* ⁊ bẽ pagado |[11] et renũçio a toda excepçõ q*ue* nũca ende diga o *contrario*; et ſe mays uallẽ os *dit*os herdamẽtos, caſas, caſar*es* ⁊ chantados ⁊ couſas ſſobr*e dit*as q*ue* |[12] uos uendo q*ue* a *dita qu*antia douuoſſo ⁊ dóó en doaçõ p*ara* ſenp*re*. Et deuo uos ⁊ uoſſas uozes anp*ar*ar ⁊ defender a todo t*en*po cõ eſta venda p*er* mj̃ ⁊ p*er* |[13] meus bẽes; et daq*ui* endeãte uos ⁊ uoſſas uozes façad*es* de todalas ſobr*e dit*as couſſas ⁊ cada hũa d*e*las toda uoſa uoõtade p*ara* ſenp*re* et todo |[14] jur, ſeñorio, d*ere*yto, auçõ, poſiſon ⁊ p*ro*piedade q*ue* eu ey nos *dit*os herdam*en*tos, caſas, caſar*es* ⁊ chantados ⁊ out*ra*s couſſas ſobr*e dit*as de mj̃ ⁊ de mĩa uoz o tiro |[15] ⁊ tollo ⁊ en uos ⁊ en uoſa uoz o poño ⁊ remouo p*er* eſta p*reſente* carta. Se eu en mĩa uoz ou out*ro* algũu da mĩa p*ar*te ou da eſtraya *contra* eſta |[16] venda uẽer quẽ q*uer* q*ue* for peyte a uos ou a uoſſas uozes por pẽna o dobro da *dita qu*antia; todauya eſta carta ⁊ uenda fiquẽ firm*es* ⁊ uallã |[17] p*ara* ſenp*re*. Teſtemoyas: Johan Do*mingues*, hom*e* d'Aras Ean*es*, deſpenſ*eyro* de don Fernã Ruyz de Caſt*ro* Martĩ, M*artin* Ruy de Gonçar, hom*es* do *dit*o Loppo P*elaeo*, Afon|[18]*ſo* Ean*es*, ſcriuã.

|[19] Eu P*edro* Afon*ſo*, not*ar*io publico da çidade de *San*tiago, jurado, p*reſente* foy ⁊ meu nom*e* ⁊ ſſinal poño |[20] ⁊ de meu mandado Rodrigo Afon*ſo* ſcr*iu*jo. *(Signo)*. |[21] Eu R*odrigo* Afonſſo a mãdado do *dit*o not*ar*io ſcriuj.

A. H. U. S. Archivo del Hospital de los Reyes Católicos. Apeos y heredades. Maço 58, n.º 25. — 255 × 170 mm.

Sſan Pedro de Vença, l. 5: San Pedro de Benza, freg. do ayunt. de Trazo, prov. La Coruña. *Santa Maria de Reſtãde*, l. 5-6: freg. do ayunt. de Trazo, prov. La Coruña.

14

1367. Monfero.

O mosteiro de Monfero outorga a Inês Peres do lugar de Tineo um foro do lugar de Geteriz *da freguesia de San Felix de Monfero.*

Sabbeam q*uan*tos eſta carta virẽ comm*o* nos Don frey P*edro* M*artins*, abbade do moeſt*eyro* de *San*ta M*aria* de Mõfero, ⁊ o *con*uẽto do *dit*o lugar

ſeendo to|[2]dos ajũtados enno cabidóó do dito moeſteyro per cãpãa tanguda ſegũdo noſſa regra ⁊ auemos de huſo ⁊ de cuſtume, damos ⁊ enprazamos a |[3] uos Ynes Pereꝯ de Tjneu ⁊ a uoſſos fillos ⁊ fillas que óóra auedes ⁊ aos netos ⁊ netas que deles ſeyrẽ por en todas uoſſas vidas ata |[4] a morte do poſtremeyro de uos ⁊ dos ditos uoſſos fillas ⁊ fillas ⁊ netos ⁊ netas; enprazamos uos por lo dito tenpo aquel noſſo caſſal de Gete|[5]riz, fijgle*ſ*ia de San Fijz, enno qual morou Maior Barallega ⁊ ſeu fillo Domĵgon cõ todos ſeus jures ⁊ herdamentos de nouo ⁊ de uedro que ſe porlo |[6] dito caſſal huſan ⁊ huſarõ ata aqui ⁊ cõ todos los foros ⁊ dereytos que y ha o dito moeſteyro per tal pleito ⁊ condiçõ que o moredes ⁊ huſedes per uos |[7] ⁊ per quen uos quiſerdes. Et que dedes del a nos ⁊ ao dito moeſteyro por renda en cada hũ anno çinquo téégas de pan per la tééga do mallar |[8] ⁊ trijnta ſoldo*ſ* aos omes da dita fijgle*ſ*ia por tallas. Et per eſto ſeerdes ljures ⁊ quitos, uos ⁊ os omes que y morarẽ, de todo dezemo de pan ⁊ de |[9] millo ⁊ de trijgo ⁊ de gããdo ⁊ de todo o al que laurardes ⁊ criardes ⁊ gáánardes en qual quer maneyra ⁊ do quiñõ ⁊ da taboa da obidiencia ⁊ do |[10] dia da ſeytura ⁊ de todas las outras tallas ⁊ peytas ⁊ pedidos que acaeſçerẽ ao dito moeſteyro ⁊ a ſeu couto ⁊ que y forẽ poſtas ⁊ que os omes da dita |[11] fijgle*ſ*ia entre ſy apadroarẽ ⁊ repararẽ ⁊ que y forẽ demãdadas en qual quer maneyra. Et ſe uos ou cada hũ de uos ou os que y moraren |[12] por uos laurarẽ terreos nouos enna herdade do çeleyro que uos uenades a ſaluo cada que os laurardes per eſta renda ⁊ que uos lo nõ tolla o abbade |[13] nẽ o conuẽto nẽ outro nehũ cada que os quiſerdes laurar ⁊ nos fazermos uos lo de paz enno dito tenpo per nos ⁊ per los bens do dito moeſteyro |[14] que uos para ello obligamos. Et eu, a dita Ynes Pereꝯ, por mĵ ⁊ por los ditos meus fillos ⁊ fillas ⁊ netos ⁊ netas aſy o reçebo. Et prome|[15]to ⁊ outorgo d'abreger ⁊ gardar ⁊ conprir todo eſto ſegũdo de ſuſo dito he. Et por eſte bẽ ⁊ amor ⁊ graça que reçebo de uos os ditos |[16] don abbade ⁊ conuẽto dou ⁊ outorgo a uos ⁊ ao dito moeſteyro por jur d'erdade para ſenpre toda quanta herdade eu aio ⁊ a auer deuo en toda a vi|[17]lla de San Fijz que he enna dita fijgle*ſ*ia aſy de cõpra commo de gããça ⁊ de patrimonjo ⁊ d'outra maneyra qual quer aſy chantada commo por |[18] chantar, caſſas ⁊ caſſaes ⁊ formaes per hu quer que uaã. Et quero ⁊ outorgo que a tome ⁊ entre o dito moeſteyro ao tenpo de meu fjnamento ⁊ que a |[19] leue ⁊ huſſe por ſua propia para ſenpre. Et eu nẽ outro por mĵ nõ aiamos uoz nẽ ouçõ de lla tomar nẽ tirar nẽ contradizer nẽ |[20] enbargar por nehũa razõ que ſeia ⁊ obligo mĵ ⁊ meus bens a uos fazer eſta herdade de paz a todo tenpo de todo enbargo ſo pẽna |[21] do dobro. Et áá morte do poſtremeyro de mĵ ⁊ dos ditos meus fillos ⁊ fillas ⁊ netos ⁊ netas, o dito caſſal ⁊ herdamento deue a ficar |[22] ao dito moeſteyro liure ⁊ quito de nos ⁊ de noſſas uozes. Et que eſto ſeia çerto mãdamos nos as ditas partes dello fazer duas cartas en |[23] hũ tenor tal hũa commo outra feytas per notario. Et qual quer de nos,

partes ſobreditas, que contra eſto paſſar ⁊ o aſy nõ conprir peyte aa outra parte |[24] ⁊ aa uoz del Rey de permeo por pẽna çẽ mr. de huſal moneda ⁊ eſto fique firme enno dito tenpo commo dito he. Feytas enno dito moeſteyro |[25] vijnte dias de Juyo, era de mill ⁊ quatroçẽtos ⁊ çjnquo annos. Teſtes: frey Domj̃go Rabjna, frey Johan Mjguelez, frades do dito moeſteyro, Johan Vẽa, for|[26]neyro, Johan Martins, mãçebo do forno, ⁊ outros.

|[27] Eu Johan Eanes, notario publico del Rey nos coutos de Mõfero ⁊ de Pruços ⁊ de Mjñorferral ⁊ de Feães, a eſto |[28] fuj preſente ⁊ eſcriuj ⁊ poño y meu signo. *(Signo).*

A. H. N. Monfero (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 507, n.º 7. — 240 × 165 mm. O mesmo pergaminho contém um outro documento, datado de 1 de Maio de 1370, escrito pelo mesmo notário.

Linha 7, *do* (sic!) *mallar.* — Linhas 13 e 20, *bens:* sobre a palavra há um til supérfluo. — Linha 15, *abreger:* falta possivelmente o til sobre a segunda vogal. Deve tratar-se de uma variante de *abranger.* O *Diccionario enciclopédico gallego-castellano* de Eladio Rodríguez González regista a forma *abrenguer* como variante de *abranguer* 'conseguir, alcanzar, obter'. — Linha 16: a forma abreviada de *herdade* encontra-se na entrelinha. — Ao fundo do documento, em letra posterior, está escrito o seguinte: «era 1405: ano 1367: a 20 de Junio».

15

1385. Anca.

A abadessa e as freiras do mosteiro de San Estéban de Chouzán arrendam a Estêvão Peres, capelão do mosteiro de San Juan de Acoba, o foro do Salgueiral.

Sabeã quantos eſta carta ujrẽ commo eu donna Mor Lourença, abbadeſa do moeſteyro de Santo Eſteuo de |[2] Chouçã e o cõbento deſe lugar damos a foro a bos Eſteuo Pereσ, clerigo capelã do moeſteyro de |[3] Sſeoanne d'Acoba, por en toda uoſa vida e apus voſa morte a tres vozes; |[4] eſtas uozes nõ ſſeiã de moor giſa ca uos ⁊ quaes forẽ nomeadas; ⁊ ſſe nõ foren |[5] nomeadas, que ſſeiã peſõas os que erdarẽ os uoſos bẽs de dereyto, conben a ſaber que uos |[6] aforamos o foro do Sſalgeyral que he do dito moeſteyro commo ſſenpre andou en foro que iaσ en|[7]tre o foro da Regoa ⁊ o de ſu a pena en terra arriande ao foro de Pedro Lopeσ atal cõdjson |[8] que o labredes et tyredes de mõte ⁊ ponades de vina en eſtes quatro annos primeyros |[9] que ſſe ſſygyrẽ et nos

dedes del p*er* moordomo do d*i*to m*oeſteyr*o, uos ⁊ a^s^ peſõas ſſobr*edi*tas, |[10] q*u*arta de vino q*ue*r na vina q*ue*r a bica do lagar et dardes da agoa do pe, ſſ*egund*o q*ue* é d'uſu |[11] ⁊ de cuſtume, et dardes cada an*n*o por dereytura, por dia de Sſan M*ar*t*i*no, dez ſ*oldo*ſ de brãcos. |[12] E ſſe q*uiſſer*des bender, *con*frõtedes o d*i*to m*oeſteyr*o; e ſſe o do m*oeſteyr*o nõ q*uiſſer*ẽ cõp*rar*, enton dadeo a |[13] tal om*me* q*ue* ſſeia ſſemelabal de vos et do m*oeſteyr*o anparẽuos a d*ere*y*to con o d*i*to foro. Et víj|[14]do ynorãça entre uos, o d*i*to m*oeſteyr*o q*ue* ſſe corega a mãdado de dous om*m*es bõs poſtos a p*r*azer |[15] das partes ſſen pẽa nyhũa. Eu, o d*i*to Eſt*eu*o P*ere*σ, q*ue* eſtou p*re*ſent*e*, aſy reçebo de uos, a d*i*ta aba|[16]deſa ⁊ *con*uẽto, o d*i*to foro p*ar*a mj ⁊ p*ar*a as d*i*tas vozes e obrido mj̃ ⁊ meus bẽs ⁊ das d*i*tas peſõas |[17] de o cõp*ri*r et atender no tẽpo ſſobr*edi*to; poſto he entre nos q*ue* q*ua*l q*ue*r das partes q*ue* *con*tra eſto |[18] q*ue* d*i*to he q*uiſſer* paſar peyte en pẽa a uoσ del rey ⁊ a part*e* q*ue* o ag*ua*rdar de p*er*meo q*u*inẽtos |[19] m. ⁊ a pẽa lebada ou non, a c*ar*ta ⁊ o foro ſſeia firme ⁊ vala en ſſeu tẽpo. Feita a c*ar*ta |[20] no d*i*to m*oeſteyr*o, trez dias de Março, an*n*o D*omi*ni N*oſtr*' Ihe*s*u *Chriſti* era de mjll, CCC LXXXV an*n*os. T*eſte*s q*ue* |[21] p*re*ſſentes forõ: Gil P*ere*σ da Regoa ⁊ P*edr*o Vidal, om*m*e da d*i*ta abadeſa; F*er*nã R*odrigue*σ, cl*er*igo capelã do d*i*to |[22] m*oeſteyr*o, Joh*a*n F*ernande*σ ⁊ G*onçalu*o R*odrigue*σ, morador*e*s en Paradela, e out*r*os. Eu Joh*a*n P*ere*σ, cl*er*igo d'Ãca, en lug*ar* de |[23] P*edr*o F*ernande*σ, not*ario* pp*ubli*co na P*r*oba de Ch*a*ntada en ſſeu alfoz por V*aſ*co Gomez das Sſeygas, a todo eſto |[24] q*ue* d*i*to he foy p*re*ſent*e* ⁊ p*er* mãdado das d*i*tas partes duas c*ar*tas feytas en hũ tenor, partydas |[25] p*er* a b c eſc*ri*uy e fyrmey de meu nome e ſõo t*eſtemuy*a. Eu, Joh*a*n P*ere*σ, cl*er*igo.

|[26] Eu P*edr*o F*ernande*σ, not*ario* de Chãtada ⁊ do ſeu alfoz, polo d*i*to Vaſco Gom*e*z en eſta |[27] carta q*ue* o d*i*to Joh*a*n P*ere*σ eſc*ri*puyo en meu lugar ⁊ p*er* meu mãdado eſte |[28] meu ſignal y figy en teſtemuyo de u*er*dade. *(Signo)*.

A. H. N. Santiago (La Coruña). Benedictinos. San Payo. Pasta 523, n.º 3. — 195 × 200 mm. Carta partida por a b c.

Em várias palavras o *r* apresenta dois traços verticais, dando a impressão de uma consoante geminada: cf. l. 1, *ujrẽ;* l. 8, *tyredes;* l. 15, *reçebo.* Sobre essa particularidade de carácter paleográfico, veja-se p. 27 do presente trabalho. — Linha 1, *Lourença:* ausência de cedilha. — Linha 21: na frase «Pedro Vidal, omme da dita abadeſa», em vez da forma *da*, o escriba repete *dta*. — Linha 21, *Fernã:* a última letra está bastante manchada. — Linha 27: as primeiras palavras desta linha estão bastante apagadas. — Linha 27, *mãdado:* falta o til sobre a vogal da primeira sílaba.

Santo Eſteuo de Chouçã, l. 1-2: San Estéban de Chouzan, freg. no ayunt. de Carballedo, prov. de Lugo. *Sſeoanne d'Acoba*, l. 3: freg. no ayunt. de Carballeda, prov. Lugo. Actualmente San Xuan d'Acoba. *Ãca*, l. 22. antiga jurisdição na província chamada de *Betanzos*.

16

1399. Monfero.

Inês Peres doa ao mosteiro de Santa Maria de Monfero todas as propriedades que possui nas freguesias de San Martiño de Ladrela e de San Pedro de Miraz.

Dia quinta feyra, doσe dias de Juyo, anno do naſçemento de noſo Señor |2 Saluador Ihesu *Chriſto* de mjll ⁊ treσentos ⁊ nouenta ⁊ noue |3 annos. Sabeã quantos eſta carta de doaçõ virẽ commo eu, Ines |4 *Pereσ*, morador em primeyro figle*ſ*ia de Sam Martino de Ladrella, filla de |5 Pedro do Caſtro ⁊ de ſua moller Sancha Rodrigueσ, nõ ſendo coſtrẽgida per força |6 nẽ deçebuda per engano mays de mj̃na propria liure vontade, dou |7 em pura doaçõ para ſenpre commo doaçõ mjllor pode ſeer ⁊ mays valler |8 ao moeſteyro de Santa Maria de Mõfero por amor de Deus ⁊ por la mj̃na al|9ma ⁊ por la alma da dita mj̃na madre Sancha Rodrigueσ toda quanta herda|10de eu ey y me perteſçe d'aveer por parte da dita mj̃na madre Sancha Rodrigueσ |11 que jaz nas frigle*ſ*ias de Sam Martino de Ladrela ⁊ em Sam Pedro de |12 Mjraz todo o dereyto ⁊ uoσ ⁊ propriadade que eu ajo ⁊ me perteſçe d'auer |13 em todas las herdades caluas ⁊ chantadas ⁊ lauradas ⁊ por laurar, |14 caſas ⁊ caſaes ⁊ formaes delles ⁊ mõteſyas per hu quen quiſerẽ (..) |15 em todas las ditas frigle*ſ*ias que a mj̃ perteſçẽ d'auer por la dita mj̃na |16 madre Sancha Rodrigueσ et a qual ditas herdades ⁊ caſas ⁊ caſaes ⁊ jures |17 ſobre ditos eu quero ⁊ outorgo que ajades ⁊ leuedes en hũa doaçõ para |18 ſenpre o dito moeſteyro de Santa Maria de Mõfero ⁊ o abbade ⁊ conuẽto del des oje |19 eſte dito dja em deante para ſenpre por la mj̃na alma ⁊ da dita mjna ma|20dre ⁊ daquelles que eu ſoo tiuda; et que aja o dito moeſteyro ⁊ abbade ⁊ conuẽto |21 del ſem embargo de mj̃ ⁊ de toda mj̃na uoσ et que façades das ditas herda-|22des ⁊ caſas ⁊ caſaes ⁊ jures ſobre ditos daqui em deante toda voſa |23 vontade aſy commo de uoſas couſas proprias et de meu poder et jaz |24 a tyro as ditas a herdades ⁊ caſas ⁊ caſaes ⁊ jures ſobreditos et ao dito moe|25ſteyro ⁊ abbade ⁊ conuẽto del em ellas aſento que ajam ⁊ leuẽ daqui em |26 deante ſem meu embargo ⁊ em xegundo de mj̃ ⁊ de toda mj̃na uoz ⁊ prometo |27 ⁊ outorgo de nõ reuogar eſta dita doaçõ por yra nẽ por ſana nẽ per cod|28eçillo que faça nẽ per outra raσom que poſa dizer nẽ per emgano nẽ por le|29ſſõ nẽ danjficado a que me poſa chamar. Et ſe o diſer ou outro por mj̃ que me |30 (..) valla nẽ ſega ſobre ello oydo nẽ reçebudo em juyσo nẽ fora del. Et |31 demays que peyte por pena dous mjll mor. de huſal moneda. Eſta carta ⁊ doa|32çõ fiquy firme ⁊ dom frey Joham Lourenço, abbade do dito mõeſteyro de Mõfero que pre|33ſente eſtá, aſy reçebe a dita doaçõ et promete o dito abbade a dita Ines |34 Pereσ em todo o tenpo da ſua vida que ella vier topar

ao dito moeſteyro de Mõ|[35]fero que uos dem y hua raçõ em quanto y eſteuerdes ⁊ que uos façã ajuda ⁊ |[36] defendemento quando uos conplir ⁊ eu a dita Ines Pereo todaſ y outorgo. Feyta |[37] a dita carta ⁊ doaçõ enos dias ⁊ mes ⁊ era ſobre dito eno lugar do |[38] Freyxo que he couto de Mõfero. Teſtes: Lourenço Eanes, clerigo de Santa Maria de Mõfero|[39][...]ſo ⁊ Lopo Carneyro, morador no alfoz de Villalua ⁊ Joham do Couto ⁊ |[40] Joham Lopeo do Freyxo ⁊ Pedro Xarmẽto ⁊ Afomſo Fuſtes, hommes do dito abba|[41]de, ⁊ outros.

|[42] Eu Afonſo Eanes, notario ppublico del rey nos |[43] coutos de Mõfero a eſto preſente fuj |[44] ⁊ eſcripuj ⁊ pono y meu nome ⁊ ſynal. *(Signo).*

A. H. N. Monfero (La Coruña). Bernardos. Santa María. Pasta 508, n.º 4. 150 × 270 mm.

Sobre algumas palavras há um til supérfluo. — Linha 5, *Pedro:* o *-o* parece estar escrito sobre um *o*. — Linha 14: está pouco legível a última palavra; parece tratar-se da forma adverbial *ay*. — Linha 20: «*abbade ⁊ conuẽto*»: repetição da conjunção copulativa ⁊; a segunda forma está manchada, possivelmente para indicar que foi inutilizada. — Linha 25, *conuẽto:* falta o til sobre a segunda vogal. — Linha 29, *outo* por *outro:* também não existe qualquer sinal de abreviatura. — Linha 36, «todaſ y outorgo» (sic!). — Linha 38-39: não é muito clara a leitura da última forma. Parece ler-se *Gẽforo*|[39]*ſo*, topónimo que não consegui identificar. Também poderia pensar-se em *Mõfero*, forma que se adapta bem ao sentido geral do documento; contudo, neste caso, ser-se-ia levado a pensar que houve salto de uma linha, sendo a sílaba *ſo* inicial da linha 39 a terminação da forma final da linha omitida. — Linha 39, *Lopo:* sobre o *p* existe um traço horizontal. — Linha 40, *Xarmẽto:* falta sinal de abreviatura. — Linha 44, *pono:* a última letra está bastante apagada.

Sam Pedro de Mjraz, l. 11-12: freg. do ayunt. de Germade, prov. Lugo.

17

1434. Barracido.

Catarina Domingues, de Puentedeume, doa ao mosteiro de San Juan de Cabeiro uma vinha do lugar de Riocobo e várias casas que possuía naquela vila.

Saban quantos eſta carta de doaçon virẽ commo eu Catalinna Domjngueo, vioña da Ponte |[2] d'Eume, nõ ſeendo coſtrengida per força nj̃ deçebjda per engano mays de meu moto |[3] propio ⁊ livre voontade, outorgo ⁊ connoſco que dou en pura ⁊ juſta doaçõ para todo ſe*(n)*pre, |[4] *(.)* vos, d(o)n Fernã Pereo, prior do moeſteyro de Caaueyro que preſente ſodes ⁊ para a voz do dito voſſo moeſteyro |[5] hũa mjña leyra de vjña branca que jaz en Rio Couo, figleſia de Santo Eſteuóó de Yréés commo |[6] teſta en fondo enno comaro ⁊

da outra parte teſta en hũa vjña que ſoya leuar Pero Vello ⁊ da |7 outra parte teſta en outra vjña que leuaua o dito Pero Vello que era do dito moeſteiro ⁊ da outra |8 parte en outras vjñas que foron do dito Pero Vello ⁊ per ſuas deuiſões. Iten mays vos dou enna dita |9 doaçon as mjñas caſas da Ponte d'Eume cõ ſuas plaças que jazen enna figle/ia de Santiago |10 da dita villa commo teſtan de hũa parte ennas caſas que foron de Vaaſco Tenreiro que ſon herdade do |11 moeſteyro de Caaueyro ⁊ de Pedroſo ⁊ da outra parte teſtã ennas caſas de Lopo Rodrigueo ⁊ de Maria Gaança, ſua |12 moller, ⁊ ennas caſas que foron de Diego d'Eſteyro ⁊ fazen teſta enna rrua antiga en dereyto as caſas de |13 Juan Vellaque ⁊ da outra parte teſtã enna rrua antiga que ven das caſas de Rodrigo Eſquio para a ribeyra |14 ⁊ per ſuas deuiſões; a qual dita vjña ⁊ caſas ſobre ditas vos dou para todo ſenpre por juſta ⁊ pura doaçon |15 ⁊ firme ſtipulaçon cõ todos ſeus jures ⁊ dereytos quantos oje eſte dia an ⁊ aver deuẽ aſi de feyto |16 como de dereyto ⁊ con todas ſuas entradas ⁊ ſaydas alto ⁊ baixo do ço aa terra cõ todos los |17 edifiçios que en elas ſon feytos a tal pleito ⁊ condiçon que digades depoys mjña morte en cada hũ anno |18 h(ũ)a miſſa cantada depos dia de San Juan ⁊ façades vniuerſario para todo ſenpre por la alma |19 de Domingo Eanes, meu primeyro marido que foy, ⁊ por la mjña ⁊ daqueles a que el ⁊ eu |20 somos teudos dentro enno dito moeſteyro enno altar de Sã Juã, a qual doaçon quero ⁊ outorgo que a entre|21des logo cõ juſtiça ou ſen juſtiça commo quiſerdes ⁊ por ben touerdes ⁊ façades delas ⁊ en elas |22 toda propia ⁊ liure voõtade vos ⁊ o dito voſo moeſteyro ⁊ prometo et outorgo de nũca yr |23 nj̃ vijr contra eſta dita doaçon en juyzo nj̃ fora del nj̃ contra parte dela per mj̃ nj̃ per outro ⁊ ſe contra |24 ela for en algũa maneyra que me nõ valla ⁊ demays que vos peyte por pena ⁊ poſtur(..... ...)|25diçional ⁊ ao dito voſo moeſteyro ⁊ convento del tres mjll mrs. da bõa moneda vſal que vos pey(te) |26 por pẽna ⁊ nomme de jntereſe por cada hũa vez que contra elo paſar ⁊ o nõ conplir ⁊ guardar eu |27 ou outro por mj̃ ⁊ a pena pagada ou nõ pagada, a carta fique firme ⁊ valla para senpre ſobre lo qual |28 rrenũcio ⁊ parto de mj̃ toda ley ⁊ todo dereyto aſi canonjco commo çeujll ⁊ a ley do Valiano que he en ajuda |29 das molleres ⁊ a ley que dis que geeral rrenunciaçõ nõ valla ⁊ todas las outras bõas rrazões |30 ⁊ d(e)fenſões que por mj̃ podeſe dizer ⁊ alegar en contrario deſto que dito he ⁊ en eſta carta ſe |31 cont(ẽ); et por que eſto ſeja firme outorgo delo eſta carta per Roy Fernandes de Barraçido, notario del Rey. |32 (...) foy feyta ⁊ outorgada en Cabanas, couto de San Juan de Caaueyro, figle/ia de Santo Eſteuóó de |33 Yrees, vijnte ⁊ ſeys dias de Janeyro, anno do naſçemento de noſo Señor Ihe/u Chri/to de mjll |34 ⁊ quatro çentos ⁊ trijnta ⁊ quatro annos. Te/temoyas que foron presentes: Afonſo da Graña ⁊ Pedro Lou|35çao ⁊ Nuno da Curuja ⁊ Pedro Rico, moradores enno dito couto, ⁊ Garçia Jngles, criado de |36 Pedro Fernandes d' Andrade, e outros. E depoys deſto, eſte

dito dia ꝛ mes ꝛ anno ſobre ditos, dentro |37 enna dita figleſia de Santo Eſteuóó de Yréés, Pedro Rico, mordomo enno dito couto, por lo dito prior a con-|38 ſintemẽto da dita Cataljnna Domingues, aſentou ꝛ apoderou ao dito prior enna dita vjña ficando |39 a ſaluo algũa parte o ſeu dereyto. Teſtemoyas: Juã de Pigara, clerigo, ꝛ Afonſo Peres ꝛ Juã do Caſal, fillo |40 de Afonſo do Caſal ꝛ outros. E deſpois en eſte dito dia ꝛ mes ꝛ anno ſobre ditos dentro |41 enna dita villa da Ponte d'Eume, Rodrigo Eſquio, alcallde da dita villa por Pedro Fernandes d' Andrade |42 aſentou et apoderou ao dito prior ennas ditas caſas a conſintemento da dita Cataljnna Domingueꝯ |43 que presente eſtaua ꝛ entregou as chaues da dita caſa ao dito prior en preſença do dito |44 alcallde e diſo que conſintia o dito aſẽtamento; et o dito alcallde diſſo que aſentaua ꝛ aſentou |45 ao dito prior ennas caſas ꝛ plaça fuſo eſcriptas, ficando a ſaluo algũa parte o ſeu dereyto. Teſtemoyas: |46 Afonſo da Graña ꝛ Pedro Rico et Diego Eſquio, fillo do dito Rodrigo Eſquio ꝛ Afonſo do Barro, ſeu |47 criado, ꝛ outros. Et de todo commo paſou o dito prior diſſo que o pedia todo para guarda |48 de ſeu dereyto en publica forma. Teſtemoyas as sobre ditas. Et eu Roy Fernandeꝯ de Barraçido, eſcrip|49uano de noſſo señor el Rey ꝛ ſeu notario publico enna ſua corte ꝛ en todos los ſeus |50 rregnos, a eſto que dito he con as ditas teſtemoyas preſente foy ꝛ por outorgamento da dita Ca|51taljnna Domingueꝯ ꝛ por pedjmẽto do dito prior eſta carta eſcripuj ꝛ poño aquí meu nomme ꝛ ſignal |52 que he tal en testemoyo de verdade. Et vay eſcripto ontre rreglas en hũ lugar onde diz dou, |53 en outro lugar onde diz mjña ꝛ en outro lugar onde diz vez que et en outro lugar onde diz dito. |54 Nõ enpéésca. *(Signo)*.

Vay eſcripto ontre rreglas en outro lugar onde diz çeujll. Nõ enpéésca.

A. R. G. Mosteiro de San Juan de Caabeiro (La Coruña), n.º 44. — 210 × 420 mm. (Publicado por ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña, 1911, p. 145-148).

Estão escritas nas entrelinhas as formas seguintes: *dou*, l. 14; *mjña*, l. 17; *vez que*, l. 26; *çeujll*, l. 28; *dito*, l. 37. — Linha 18, *hũa:* a segunda letra está bastante raspada. — Linha 19: repetição de «ꝛ *por la mjña*». — Linha 27, *ou:* a primeira letra encontra-se bastante raspada. — Linha 30, *defenſões:* completamente apagada a segunda letra. — Linha 31, *contẽ:* não está visível a última letra.

18

1516. Padrín.

João Espiga, morador em Vigo, na freguesia de San Pedro de Cervás, vende a Frei Lopo Espiga, «mjnjstro» do mosteiro de Santa Catalina de Montefaro, uma casa e metade de um celeiro situado na referida freguesia.

Sepan q*ua*ntos eſta car*t*a de venda vieren como eu Ju*an* Espiga, v*ezin*o ȝ morador que foy en Vigo, f*rjgisja* de San Pedro |[2] de Cerbaas, que estou preſente, por el tenor de la preſente car*t*a otorgo et conoſco que yo bendo fyrme|[3]mente pera todo tenpo de ſenpre jamas por jur d'erdade a vos frey Lopo Eſpiga, mjnjſtro del moneſte|[4]rio de Sſanta Cataljna de Montefaro et a todas voſas vozes et heredeyros que despoys de vos vieren ȝ |[5] ſobçederen, conben a ſaber que vos aſy bendo aquela mjna caſa q*ue* foy de Ju*an* Eſpiga ſyta en el dicho lu|[6]gar de Vigo que es en la dita frjgisja de San P*e*dro de Çerbaas se*gund*o q*ue* foy do dito Ju*an* Espiga, meu abóó, la qual |[7] vos bendo con mays la metade do çeleyro q*ue* eu teño cun bos, o dito mjnjſtro, el qual djto çeleyro et caſa |[8] vos bendo con todas ſuas entradas et ſaydas et cortes et curraas et eyras ȝ boticas et heredades et arbores como |[9] teſta porla parte de çima en la eredade dos flayres de Santa Catalina et por la parte do camjno de pees que bay |[10] da djta caſa pera Çerual et como teſta en la herdade dos fyllos de Marja Manſa et como bay (.....) en*n*o penal de dẽ|[11]tro da caſa que foy de Aluaro de Mayobre et como ben topar en lo antigóó da dita caſa et celeyro q*ue* bay pera la caſa de |[12] Barbora Nun*n*es et da parte do cural de fora como teſta en lo penal da pardjneyra da caſa en que morou F*rancisc*o Eſ|[13]piga en lo que eſtá mays chegado bia da fonte et por outras ſuas devjſoos lo qual todo ſeg*und*o et como aquj en |[14] eſta car*t*a bay ljmjtado et desljndado et declarado, vos bendo todo por precio et contia de ſeys mjll m*aravjdi*s pares |[15] de brancas deſta moneda vſal eneſte Reyno de Galjzia que dos brancas viejas fazen vn maravjdi los |[16] que lles luego de vos rresçebjn en djneyros feytos et contados ant'el eſcribano ȝ teſtigos deſta car*t*a de los |[17] quales dichos ſeys mjll m*aravjdi*s eu, el eſcrjbano ynfra eſcrjto, dou fe que fueron pagos en mjna preſen|[18]çia en ſete ducados de oro et en nobenta et nobe rreales de plata de los quales dichos ſeys mjll m*aravjdi*s |[19] eu, o dito Ju*an* Eſpiga, me dou et otorgo por contento et pago a todo meu plazer et vontade et en rrazon de la pa|[20]ga rrenunçio la exçibçion et ley q*ue* fala en rrazon do engaño do aber nõbrado nõ viſto nj dado nj contado |[21] njn rresçebjdo et vna ley que dize que los teſtigos de la car*t*a deben v*er* fazer la paga en djneyros o en oro o |[22] en plata o en couſa que lo valga et vna ley que dize que fasta dos anos conpljdos el conprador es obliga|[23]do demoſtrar en como

fizo la paga al bendedor et obligome con todos meus béés mobeles et rrayzes avjdos |[24] et por aver donde quera que yo los aya ȝ tenga de vos fazer todo lo que ſobre dicho es et eneſta dita |[25] carta ſe contiene ſano ȝ de paz a todo tenpo ȝ de todo enbargo de qual quer perſona que vos la demandar o en-|[26]bargar en qual quer manera que ſea ſo pena del dobro de la dita contia et do valor da dita fazenda que |[27] vos dé et page por pena lo contrarjo fazendo la metade de la dita pena pera la juſtiçia que la executare |[28] et la outra metade pera la parte de vos, o dito frey Lopo, mjnjſtro en ſe ȝ fyrmeza de lo qual otorgé ende |[29] dello la preſente carta de venda en la manera que dita es ante Juan Garcia de Padrjn, eſcrjbano de ſu Alteza, et rro|[30]gé a Juan de Pumar et a frey Franciſco Manſo que la fyrmaſe por mj de ſeu nome; que foy feyta ȝ otorgada en la |[31] frjgisja de Santa Maria de Mjno en el prjmeyro dja del mes de Mayo de mjll et qujnẽtos ȝ dezeſeys annos. |[32] Teſtigos que foron preſentes: el dicho Juan de Pumar et frey Franciſco Manſo et Juan Pita ȝ Gonçaluo de Mjno, o moço, e outros |[33] vezinos del dicho lugar e frjgisja de Santa Marja de Mjno.

|[34] Et eu Juan Garcia de Padrjn, eſcribano de camara de la Reyna dona Joanna, nueſtra señora, et ſu notario publico |[35] en la su corte et en todos los sus rreynos et señorios en vno con los dichos teſtigos al otor|[36]gamẽto deſta dita carta preſente fue et lo escrjbjn ſegundo que paſo et otrotanto como eſto deyo en |[37] mj rregiſtro fjrmado de los dichos Juan de Pumar e frey Franciſco Manſo e por ende puſe aquj eſte mj nõbre |[38] et syno en teſtemonjo de verdade que tal es. *(Signo).*

|[39] Dize entre rrenglones que bay; nõ enpeça que aſy a de dizer. (*Segue-se a assinatura:* |[40] Joan Garcia de Padrjn, |[41] escribano publico.)

A. R. G. Mosteiro de Santa Catalina de Montefaro (La Coruña), n.º 226. — 270 × × 335 mm.

(Publicado por ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *ob. cit.*, n.º LXXII, p. 165-168).

Linha 10: assinalam-se com reticências e parênteses algumas letras emendadas e ilegíveis. Na mesma linha, as duas primeiras letras da forma *dẽtro* estão bastante apagadas. — Linha 11: as formas *que bay* estão escritas na entrelinha. — Linha 20, *nõbrado:* sem til sobre a primeira vogal.

Padrjn, l. 29, l. 34, l. 40: lugar da freg. de Santo Tomé de Bemantes, ayunt. Castro, prov. La Coruña.

19

1255. Portomarín.

Marina Nunes faz um compromisso a favor de D. Munio Fernandes de Rodeiro.

Era .M.ª CC.ª LXL.ª iij.ª ꝛ q*uotum* jd*us* Julíj. Conozuda couſa ſéa |[2] a q*u*antos eſte ſcrito virem como eu Marina Nuniz, |[3] filia de Berto Nun*iz* de Caſtelo, de bóó curazõ ꝛ de boa |[4] uolũtade por mj̃ ꝛ por toda mia uoz a uoſ dõ Mu|[5]nio Fern*an*dez de Rodeyro ꝛ a uoſſa mo*le*r, dona Mayor Afõſſo |[6] ꝛ a uoſſa uoz fazo p*re*yto ꝛ veruo q*ue* ſea ſtauel por ſenp*re* de |[7] quãta h*er*dade ꝛ uoz eu ayo en eglegiario ꝛ en leygario |[8] en Caſtelo ſu ſyno de Sam Saluador de Caſtello cõ todos |[9] ſeus dereytos p*er* u quer q*ue* eſſa h*er*dade ꝛ uoz poſſadeſ achar, |[10] cõuẽ a ſab*er* ſe eſſa h*er*dade ꝛ uoz eu q*uiſer* uender ou ſupe|[11]norar a uos ꝛ a uoſſa uoz o deuo a fazer ante ca aut*ro* |[12] home nẽ ca aut*ra* mo*le*r; ꝛ ſe p*er* uentu*ra* eu nõ poſſo me |[13] auíjr cõuoſco ena uẽzõ ou eno ſupenoram*en*to, póérm*os* |[14] eu un meu amigo ꝛ uoſ out*ro* uoſſo; ꝛ como eſſeſ a|[15]migos mãdarẽ entre nos eno p*re*zo da uẽzõ ou eno |[16] ſupenoram*en*to ſéér firme ꝛ ſtauel entre nos; eſto |[17] fazo por mĩ ꝛ por mia uoz; ꝛ quẽ a eſto q*uiſer* pa|[18]ſſar ſéa maldito ꝛ maldita ꝛ peyte á áut*ra* p*ar*te |[19] .C. ſol*dos* ꝛ de mayſ todo ſéa firme ꝛ ſtauel como de ſuſu |[20] diz. Que pre-ſenteſ fo*rum*: Vááſco P*erez*, cavaleyro de Louſa|[21]da, te*ſtis*; Munjo Uermuyz de Fõtáó, te*ſtis*; P*edro* Ariaſ, ca|[22]ualeyro, te*ſtis*; Joh*ã* Catõ, te*ſtis*; Nunu Eaneſ de Móóſende, |[23] te*ſtis*; dõ Mu*n*io Páéz, abade de Ferreyra, te*ſtis*; Joh*ã* Fern*an*dez, p*re*uedo, |[24] te*ſtis*; Joh*ã* de Santiago, notario de Portomarĩ, not*uit*.

A. H. N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa María. Pasta 1087, n.º 8. — 100 × 170 mm. — Carta partida por a b c.

Na indicação da era que aparece na l. 1 em numeração romana, o X aparece aspado, ou seja, coroado por um sinal parecido com L no traço superior do lado direito, equivalendo a XL. Cf. ZACARÍAS GARCÍA VILLADA, *Paleografía española*, vol. I, Madrid (Publicaciones de la *Revista de Filología Española*), 1923, p. 316.

20

1257. Monforte.

Don Munio Fernandes de Rodeiro e Arias Nunes trocam entre si algumas propriedades.

Conuzuda couſa ſea a quantos eſta carta uirẽ como eu dõ Munio Fernandiz de Rodeyro por mj̃ ⁊ por |[2] toda mia uoz por ſenpre ⁊ eu Arias Nuniz por mj̃ ⁊ por meu hermano Ffernando Nuniz ⁊ por |[3] toda noſſa uoz ya por ſempre fazemos atal concãbazõ entre nos que eu dõ Munio Fernandiz dou a uos |[4] Arias Nuniz ⁊ a uos Ffernando Nuniz quanta herdade ey por uoz de dõna Conſtanza, mya moler que foy, a |[5] qual ha ella pertinezia de parte de ſou padre dõ Martĩ Fernandiz ⁊ de ſou tyo dõ Joham Fernandiz en Guyl-|[6]aney aſſi uoz como herdade ⁊ aſſi eno coutu como en eglegiario como en leygaryo ⁊ quan|[7]ta herdade ⁊ uoz ey en Tebra ⁊ en Miñor ⁊ en todo Toronio por eſta uoz a uos ⁊ a uoſſa |[8] uoz ⁊ eu Arias Nuniz por mj̃ ⁊ por meu hermano Ffernando Nuniz ⁊ por toda noſſa uoz |[9] dou a uos dõ Munio Fernandiz ⁊ a toda uoſa uoz quanta herdade ⁊ quanta uoz auemos ena Pou|[10]ſa da Pena ⁊ en Lemos de parte de noſſo padre dõ Nunu Ffernandiz ⁊ en toda Aſma ⁊ eno |[11] caſar da Coſta ⁊ en Biones ⁊ ĩ Leyro ⁊ en todo Nendos; ⁊ eu, dõ Munio Fernandiz, outorgo |[12] por mj̃ ⁊ por toda mia bona ad defender ⁊ á ámparar a uos Arias Nuniz ⁊ a uoſſo |[13] hermano Ffernando Nuniz ⁊ a uoſſas uozes ſempre en todo tẽpo cũ eſſas herdades ya |[14] ditas que uoſ dou en cãbyo; ⁊ eu Arias Nuniz por mj̃ ⁊ por meu hermano Ffernando |[15] Nuniz outorgo a defender ⁊ á ámparar per mj̃ ⁊ per toda mia bona a uos ⁊ a uoſſa |[16] uoz ſempre en todo tẽpo cõ enſtas herdades que uoſ dey en cãbyo. Si algũ omme |[17] aſſi da noſſa parte como da uoſſa como da eſtranea cõtra eſta carta de cõcanbiazõ |[18] quiſer uijr, ſea maldito ⁊ quantu demãdar peite otro tanto ááquel a que demãdar dõ |[19] prelato ⁊ áá uoz del rey peite .d. mbr. ⁊ la carta eſtia en ſua reuor. Feyta |[20] carta .iij.ef dias andados d' Agoſto. In E.ª M.ª CC.ª LXL.ª V.ª Regnante en Leon |[21] ⁊ ĩ Galliza ⁊ in Caſtella rey dõ Afonſo, Lucenſe epiſcopo dõ Martin, tenẽte Lemos dõ Mi|[22]gil, maiorino maor en Galliza dõ Roy Garſia; ⁊ en tal que eſta carta ſea mayſ |[23] firme ⁊ maiſ ualedeira, fazemos la aféélar de noſſos féélos de dõ Monio |[24] Fernandiz ⁊ de dõ Arias Nuniz. Que preſentes furũ: dõ Martin Uelasquiz; |[25] dõ Lupu Nuniz; Aluar Fernandiz ⁊ alij multj. Petrus Iohanis, publicus notarius |[26] Montis Fortjs, qui notauit.

A. H. N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa María. Pasta 1087, n.º 16. — 160 × 185 mm.

À semelhança do que foi indicado no documento anterior, também aqui na numeração romana da era surge o X aspado, equivalente a XL.

Nas linhas 5 e 6, ao centro, há uma mancha, que não torna totalmente ilegíveis as palavras.

Linha 12, *por* (mj̃), *por* (toda mia bona): por lapso, o *p* apresenta-se cortado por um traço horizontal, apesar de a forma estar registada por extenso. — Linha 15, *uoffa*: no manuscrito aparece apenas *uffa*, faltando a vogal da primeira sílaba ou qualquer sinal de abreviatura. — Linha 24, *Arias Nuniz*: entre as duas palavras há um intervalo com algumas letras apagadas. Parece que o escriba ia repetir a forma *Arias*. — Linha 26: entre as formas *qui* e *notauit* há um espaço em branco.

21

1258. San Cibrao.

Fernão Nunes, de San Cibrao, faz testamento de todos os seus bens.

Sub era M.ª CCª LXLª vjª ⁊ q*uotum* vj id*uſ* Aprilíſ. |2 Sabuda couſa ſeia como eu, Ff*er*nam Nun*e*z de San Ci|3brão, agr*a*uado p*er* gr*a*ue ĩfirmidade, p*e*ro podero[*ſo*] d*e* meu |4 ſíſo, fazo mia mãda: mãdo mia carne a *Sancta Maria* de Fer|5reyra ⁊ mãdo y *con*migo un leyto ⁊ j.ª cozedra ⁊ un |6 feltro ⁊ j.ª colcha ⁊ ij. fazeyróóſ ⁊ ij lenzóóſ ⁊ Lª ſ*oldoſ* p*a*ra |7 pitãza; ⁊ mãdo a eſſa obra d*e* y XX ſ*oldo*ſ, áá obra d*e* Lugo XX |8 ſ*oldoſ*, ááſ albergariaſ d*e* Lugo X. ſ*oldo*ſ; mãdo *con*p*r*ir un liuro bri|9uial ĩ San Cibrão ⁊ faz*er* un caliz d*e* arẽto d*e* un uaſo de |10 arẽto q*ue* ten un marco aoſ malateſ d*e* Lugo; V ſ*oldoſ* a Johã |11 U*er*mũez, cl*er*igo d*e* San M*ar*tinno; XXX.ª ſ*oldo*ſ q*ue* dé ĩ un lugar q*ue* lle |12 eu dizi ⁊ ij ſ*oldo*ſ ĩ outro ⁊ V d*ineyro*ſ ⁊ de eſteſ deuẽ ſe a dar iiij |13 ſ*oldoſ* ĩ algũa obra u el q*uiſer*; ĩ outro lugar j. ouella; a Diego |14 P*erez* d*e* Treylan .j. ſ*oldo*; a P*edro* Mũtouto iij t*erza*ſ d*e* pan; a parteſ |15 d*e* Martĩ Caſado .vij. ſ*oldoſ*; a F*er*nam Paez do Outeyro .vij. ſ*oldoſ*; a San |16 Saluador d'Ouedo .j. ſ*oldo*; a San Tiago .j. ſ*oldo*; a *Sancta* Mar*i*na d'Ag*ua*ſ *Sanctas* |17 j ſ*oldo*; áá ponte d'Ourééſ .j. ſ*oldo*; pan*os* d*e* meu corpo, oſ meoſ |18 ao arci-pr*eſ*te ⁊ oſ meoſ ĩtre Johã U*er*mũez ⁊ Martĩ Ioh*anis*, meu ca|19pelan. ¶ Et ſabã oſ q*ue* ſũ herdeyr*os* ĩ San Cibrão q*ue* eſto q*ue* |20 eu mãdo todo é d*e* meu patr*i*monio: mãdo toda mia h*e*redade |21 a Sancha U*er*mũez ſu tal *con*-dizũ q*ue* lle dẽ ſe*uſ* filloſ ſẽp*re* |22 p*er* ela g*ua*rim*en*to ĩ ſe*uſ* diaſ ⁊ eſto por ſeu auer q*ue* lle eu deſpedi.

|23 ¶ Eſta é *con*ta do gáádo ⁊ do auer q*ue* é da caſa d*e* San Cibrão: .ij. ua|24caſ *con* ij fillo*ſ* ⁊ j. jouẽca d*e* .iij. ano*ſ* ⁊ j. boy ⁊ mea d*e* .j. jouẽca j. |25 Johã Mourã ⁊ ouellaſ ⁊ porcoſ q*uan*toſ y ſum.

|26 ¶ Eſtaſ ſũ deuedaſ *que* deuo: a Nuno Rod*riguez* j. *terza* ⁊ mea oct*aua* de cib*eyra*; |27 a Nicolao Paez .iij. oc*tauas* de cib*eyra*; a Araſ Fern*ãdez* .iiij. *terza*ſ ⁊ ij. oct*auaſ*; a Joh*ã* |28 Guerra por Martĩ Ioh*aniſ* j. *terza* ⁊ mea de pan. Mãdo *cõpra*ſ ⁊ gáázaſ |20 q*uan*taſ fiz de h*e*redade a Sancha U*e*rmũez ⁊ a ſe*uſ* filloſ.

|30 ¶ Ffazo departim*en*to ĩtre me*uſ* filloſ. Mando a filloſ de Nuno |31 Fernãdez o ſeu q*uiñũ* p*er* cabezaſ cada lugar q*uan*to é ĩ herdade de |32 ſeus auóóſ; q*ue* partã tamano q*uiñũ* como un de ſe*uſ* tioſ. Mãdo |33 a fillo*ſ* de Guillelma Fernãdez o ſeu q*uiñũ* p*er* cabeza ĩ Liz. Mãdo a fillo |34 de Tereyſa Nunez outroſſi o ſeu q*uiñũ* p*er* cabeza ĩ P*e*raredo.

| ¶ Mãdo a Abril Fernãdez q*ue* *con*pra eſta mãda aſſi como a eu mãdo |36 ⁊ fazóó eu poderoſo do meu auer ⁊ da mia h*e*redade p*ara* *con*prila ⁊ |37 leyxóó p*er* meu p*er*ſueyro ĩ todo. Oſ q*uae*ſ p*re*ſenteſ fo*rum*: Joh*ã* U*e*rmũez, |38 cl*er*igo de San Martĵo, te*ſtis*; P*e*dro Rod*riguez* Traueſſo, te*ſtis*; Martĩ Mar*tins* d'Outeyro, te*ſtis*; |39 Martĩ Ioh*aniſ*, capelã, te*ſtis*; Joh*ã* Mar*tins* de Creende, te*ſtis*; Joh*ã* Mourã, te*ſtis*; |40 Mar*tin* Fernãdez de Liz, te*ſtis*; P*e*dro Ioh*aniſ*, cãpeſĩo, te*ſtis*; Martĩ Ioh*an*iſ d' Outey|41ro, te*ſtis*.

|42 Diego Mar*tins* q*ue* fez eſta carta.

A. H. N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa María. Pasta 1088, n.º 1. — 105 × 245 mm.

Na indicação da era, o X não apresenta a forma corrente; na extremidade superior do lado direito revela uma aspa semelhante a *L*, equivalendo, neste caso, a XL. O mesmo sinal surge nos dois documentos anteriores.

Linha 3, *poderoſo:* não foi registada a última sílaba. — Linha 24-25: na mudança de linha deve ter havido um salto do copista; não há ligação de sentido entre as duas linhas. — Falta o til sobre a vogal *a* da forma *Fernãdez*, l. 27, 31, 33, 35 e 40. — Linha 40, *cãpeſĩo:* o til sobre a primeira vogal não aparece no original.

San Cibrão, l. 2-3: actualmente San Cibrao, lug. da freg. de Castro, ayunt. Carballedo, prov. Lugo.

22

1258. Zolle.

D. Munio Fernandes, de Rodeiro, dá pela casa que fez em Negralle *vinte soldos.*

In Dej no*mine*, am*en*. Cunuçuda couſa sega ad q*uan*toſ iſta carta uirĩ q*ue* eu Don |2 M*unio* Fern*andez* de Rodeiro dou p*or* mia allma ⁊ de mia moler Donna Coſtancia q*ue* fuy |3 XX.^{ti} ſ*oldoſ* p*er*la mia caſa q*ue* eu fix no burgo de Negralle *contra* o rio; ⁊ quẽ *contra* iſta carta |4 uéér ⁊ nũ créér ſega

maldito ꝛ pectet alt*er*a part*e* C.^{m} ſ*oldo*ſ ꝛ iſta carta ſenpre |[5] ualla. Ff*ey*ta carta d*e* doazũ ĩ era M.^{a} CC.^{a} LXL.^{a} vj^{a} ꝛ q*uotum* nonaſ Juníj. Q*ui* p*reſenteſ* ſſ*uerunt*: |[6] Don R*odrigo* Fern*andez* de Rodeiro; Vaſquo Ouequ*iz*, t*eſtiſ*; Vaſquo Pet*ri*, t*eſtiſ*; P*edro* Oarez, t*eſtiſ*, |[7] caualeyroſ. Mich*ael* Ioh*aniſ*, cl*eri*co de Zolle j de Leiro, scripſit de mãdatũ Don |[8] Muñio.

A. H. N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa Maria. Pasta 1088, n.º 5. — 140 × 65 mm.

As letras estão já um pouco esbatidas, mas tal facto não prejudica a leitura.

Na numeração romana referente à era surge o X aspado, com valor equivalente a XL.

Linha 1, *cunuçuda:* ausência de cedilha. — Linha 2, *mia moler:* a primeira forma encontra-se abreviada, ou seja, *ma*.

Zolle, l. 7: provavelmente Santa Maria de Zolle, paróquia do ayunt. de Guntin, prov. Lugo. *Leiro*, município correspondente ao part. jud. de Ribadavia, prov. Orense.

23

1258. Freán.

O convento de Santa Maria de Freán, por um lado, e Pai Rúbio e sua mulher Marina Nunes, por outro, trocam entre si algumas propriedades.

E*ra* .M.^{a} CC.^{a} LXL^{a} VI^{a} ꝛ q*uotum* X^{o} K*alendas* Oct*o*bbrjs. Cognuzuda coſa |[2] ſeya aoſ quj ſum p*reſ*ẽteſ, aos q*ue* am de uiir q*ue* ey dom M*ichael* Pelaez, abbade |[3] de S*ancta* M*aria* de Ffriã, ꝛ o *con*uẽtu de jp*s*j miſmu lugar, a tj Pay |[4] Rubju ꝛ a tua muler Marina Nuniz fazim*os* cãbiã do t*er*reo daſ |[5] q*u*artaſ do caſal da Pereyra, da eyra uedra de Q*ui*ntáá q*ue* iaz ſubulu |[6] celeyro de M*art*im Froyaz de Q*ui*ntáá pula q*u*arta q*ue* uoſ cõpraſ|[7]teſ a uoſſo padre Pero Rubiu ꝛ a uoſſa madre Maria Nuniz ꝛ |[8] noſ recebem*os* a uoſſa q*u*arta por ſemp*re* ꝛ dam*os* u*os* a noſſa p*or* ſemp*re*. |[9] Si algũ uieri de úa p*ar*te u*el* de aut*ra* a b*ri*tar iſta carta, pete |[10] aut*ra* p*ar*te a q*ue* b*ri*tar a carta XXX.^{a} ſ*oldos* ꝛ ſemp*re* a carta ſeya firme. |[11] Fac*ta* carta j̃ tẽpe Rey dõ Alfõſo, rregnãte ĩ Leõ ꝛ en Caſtela, |[12] M*ichaele* luc*emse* epi*ſcopo*, merino Rey ẽ Galliza R*oy* G*arc*ia, rricome ĩ Mõteroſo dõ R*oy* Gum*iz*, |[13] mayordomo J*ohã* Caluo. Q*ui* p*reſ*ẽteſ fuer*unt*: abb*as* ꝛ *con*uẽtu; Ff*ernã* Nuniz, |[14] cl*ericus* de Sam Cip*r*ianj, t*eſtis*; P*edro* Pel*aiz*, cl*erigus* de Pradaeda, t*eſtis*, ꝛ autr*os* muyt*os* |[15] q*ue* uirũ ꝛ ayrõ, t*eſtes*. Ff*ernã* Ioh*anis* q*ue* not*uit*.

A. H. N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa Maria. Pasta 1088, n.º 8. — 120 × 135 mm. — Carta partida por a b c d e f.

Na numeração romana da era ocorre o X aspado com valor de XL. Recorde-se o que foi dito na p. 68.

Linha 2, *preſẽteſ*: palavra escrita na entrelinha. — Linha 4, *cãbiã*, sic. — Linha 7, *Maria*: a vogal final encontra-se na entrelinha, substituindo a terminação *na* que foi inutilizada. A forma primitivamente escrita foi *Marina*. — Linha 8: no início da linha repete-se ⁊ já registado no fim da linha anterior. — Nas expressões *j tẽpe Rey dõ Alfõſo* (l. 11) e *merino Rey ẽ Galliza* nota-se a ausência da preposição *de*, possivelmente por influência da sintaxe latina. A influência do latim, em que o notário parecia estar habituado a redigir, é bastante evidente neste documento. — Linha 14, *de*: apesar de uma pequena mancha no início da linha, consegue ler-se a forma *de*.

Ffriã, l. 3: actualmente Freán, lug. da freg. de Santa Maria de Servián, ayunt. Guntín, prov. Lugo. *Mõteroſo*, l. 12: antiga jurisdição na província de Lugo. *Sam Ciprianj*, l. 14: hoje, *San Cibrao*, lugar da freg. de San Cristóbal de Castro, ayunt. Carballeda prov. Lugo. *Pradaeda*, l. 14: deve tratar-se da freguesia de Santa Eulalia de Pradaeda, freg. do ayunt. de Carballeda, prov. Lugo. Situada em Terra de Pallares.

24

1274. Portomarín.

Maria Miguéis vende a Maior Afonso e a seus filhos todas as propriedades de Santa María de Mougán que herdou de seus pais.

In Dej nomine, amen. Notum ſit omnibuſ preſentibuſ ⁊ futuris como eu Maria Miguelez, filla de |[2] Miguel Iohanes ⁊ de Azẽda Moniz ⁊ omnis uox mea, a uoſ donna Mayor Affonſſo ⁊ |[3] a uoſſoſ fillos ⁊ fillas quaeſ auedeſ de don Monio Fernandez ⁊ a toda uoſſa uoz ffazo carta de |[4] uendetion de toda erdade ⁊ uoz que ayo de parte de meu padre ⁊ de mia nana ſobreditos |[5] ĩ Mougã ſub ſigno de Santa Maria, cõuẽ a ſaber en caſal de Fonteelo ⁊ daſ Orcoaaſ o que en eleſ |[6] cõprou Miguel Eaneſ ⁊ Azẽda Moniz ⁊ do caſal de Caſela fazẽſe .viij.º ⁊ deſteſ .viij.º ſon |[7] ende oſ douſ quinoeſ ⁊ meo doutro de Miguel Iohanes ⁊ de Ariaſ Eaneſ ⁊ de Garcia Eaneſ ⁊ da outra |[8] quarta fazẽſe .vj. ⁊ deſteſ .vj. leua Miguel Eaneſ .i.ª ſeſma ⁊ mea por ſy ⁊ por Ariaſ Eaneſ |[9] ⁊ da outra ſeſma de Garcia Eaneſ gaanou Miguel Eaneſ a quarta ⁊ aſy como ſe parte a Caſela parteſe |[10] aſy a quarta de Rana que é gaancia do caſal de Caſela ⁊ no Vilar de Dõ Senĩ quanto y auia Martin |[11] Eaneſ ⁊ Azẽda Moniz aſy d'auóó como de conpras ⁊ de gaanciaſ, mõteſ, fonteſ, terraſ, domoſ, |[12] aruoreſ uẽdemoſ a uoſ cũ todaſ ſuaſ dereyturaſ ⁊ perteenciaſ. Recebemoſ de uoſ en precio .Dcc.ºſ ſoldoſ, |[13] precio que a mj̃ ⁊ a uoſ ben plougo; ⁊ outro ſy dou a uoſ ⁊ outorgo en doacion o meu ygleſa|[14]rio de Pineyraſ ⁊ o de San Croyo; ⁊ ſe alguu for aſy de mia parte como d'eſtraya

que a uoſ |15 queyra cõtraſtar ſeya maldito ⁊ peyte a uoſ mil y CCCC.oſ ſoldoſ ⁊ ditaſ herdadeſ ĩ duple ⁊ per to|16daſ aſ outras miaſ boaſ que ayo ⁊ deuo por auer deuo a uoſ a anparar ⁊ a defender en todo tẽpo. |17 Ffacta carta era .Mª. CCCª xij. ⁊ quotum .xij. diaſ de Octubro en tẽpo del Rey dõ Alffõſſo; biſpo en Lu|18go dõ Ffernã Ariaſ, prelado Pedro Perez. Que preſẽteſ forõ: Pedro Uilar, clerigo preuedo; Joã Uello, clerigo |19 preuedo; Joã Fernandez, boſon; Pedro Fernandez, eſcudeyro de Parteme; Pedro Moogo, preuedo; Martiñ Perez d'Erada; Pedro Ariaſ, |20 caualeiro; Ffernã Iohanes, eſcudeyro; outros ueedoreſ ⁊ oydoreſ, teſtes ⁊ confirmantes .(Signo). Miguel Fernandez, nota|21rio iurado del Rey ⁊ de Portomarĩ, notuit.

A. H. N. Ferreira de Pallares (Lugo). Benedictinos. Santa María. Pasta 1092, n.º 13. — 190 × 135 mm.

25

1278. Temes.

Maria Iohanis vende ao mosteiro de Oseira todas as propriedades que tem em Pielas.

(.) ua(.....)
|2 Sanch(.....) uoſ (.....)
|3 meſtiaſ en nume e en uoz do abade ⁊ do cõuẽto d'Oſeira tod(a) |4 a mia erdade enteira que ei ⁊ deuo á áuer na uilla de Pielaſ |5 cõ toda ſua uoz ⁊ cõ todoſ ſeus iureſ, mõteſ ⁊ fonteſ ⁊ |6 paſcoſ e yxidoſ e intramẽtoſ ⁊ quamto pertéiſze a eſta erdade |7 tã bem noſ lugareſ que é lauorada como noſ que é por lauo|8rar per tal preito ⁊ per tal cõdizom que a aya o moeſteiro |9 d'Oseira por enperdurauil; a qual erdade eu, Maria Johaniſ |10 ſobre dita, ei de parte de mia nana Maria Fernãdez. O prezo |11 deſta erdade fuj .c. ſoldoſ da moeda brãca, do qual prezo noſ |12 noſ outorgamoſ por bem pagadaſ en paz ⁊ de que prou|13uo a noſ e a uoſ; ⁊ eu Maria Johaniſ ſobre dita ⁊ noſ iam |14 dictaſ ſuaſ filaſ outorgamoſ de ſempre amparar uoſ e o |15 moeſteiro d'Oſeira cõ eſta erdade ſobre dita per todalaſ no|16ſaſ bóáſ per u quer que aſ noſ ayamoſ. Eſta erdade sobre |17 dita iaz na uilla de Pielaſ ſúó ſigno de Sam Michael d'Olei|18roſ, diſcurrẽte o rio do Buual no couto d'Oleiroſ. Sobre todo |19 eſto, ſe peruẽtura algũ omẽ uéér contra eſta uẽzom ⁊ cõ|20tra eſta carta que noſ fazemoſ, aya a noſa maldizõ ⁊ a mal|21dizõ de Deuſ ⁊ peite áá uoz del Rej .L. mor. e a noſ dubre |22 a erdade ⁊ quamto en ela for melorado e o

preito e a car|[23]ta fique ſempre en ſeu reuor permáécente. Feita a carta |[24] ſub era .M.ª CCC.ªXVI.ª, dez ⁊ ſex diaſ andadoſ do meſ d'Oytubro. |[25] Reinaua en Leom e en Caſtella e en Toledo ⁊ e(*n*) Cordoba |[26] ⁊ in Jaéém ⁊ Siuilla ⁊ in Algaraue rej don Alfonſo. Viga|[27]rioſ ĩ Lugo, o archidiagóó don Ffernã Martiz ⁊ don Pedro |[28] Eaneſ, iuyz; Don Alfonſo Fernãdez tẽ Mõte Roſo; Don Eſte|[29]uáó Fernãdez, meirino del Rej en Galiza. Oſ que preſenteſ forum |[30] deſta carta fazer: Tomé Perez, clerigo d'Oleiroſ, teſtiſ; ffrej Pedro eſ|[31]taleiro, teſtiſ; ffrej Payo de Sequeira, teſtiſ; Domĩgo Martiz de Lama, teſtiſ; |[32] Pedro Eaneſ do Burgo, teſtiſ; Johã do Fontáó, teſtiſ; Martino Johaniſ, clerigo |[33] de Louſada, teſtiſ; Pedro Diaz do Burgo, teſtiſ; Martj̃ Martj̃z filo de Mar|[34]tj̃ Domĩguez de Pineiro, teſtiſ; Garſia Domĩguez d'Oleiroſ, filo de |[35] Sancha Paiz, teſtiſ, ⁊ outroſ muytoſ que o uirõ e o oyron fazer eſta car|[36]ta: Pedro Lopez, maiordomo en eſte couto; ⁊ eu, ffrei Fernãdo, grã|[37]yeiro d'Ãbaſ Meſtaſ cõprador ⁊ pagador daqueſta erdade per mãdado |[38] do abade ⁊ do conuẽto de Santa Maria d'Oseira.

|[39] ⁊ eu Johã de Caſtro, notario en terra de Temeſ ⁊ deſ Uilouxi a|[40]tra a Barra en lugar de Ruj Perez, notario del Rej na or |[41] de Mõteroſo, fuj preſente e eſcriuj eſta carta per mãdado |[42] daſ parteſ ⁊ puge y meu ſinal en teſtimúío de uerdade. *(Signo).*

A. H. P. O. Mosteiro de Santa Maria de Oseira (Orense), n.º 26. — 135 × 230 mm.

O documento encontra-se roto na extremidade superior, o que destruiu quase por completo as primeiras linhas.

Linha 12: no inicio da linha o notário escreve duas vezes a forma pronominal *noſ.* — Linha 19: repetição da forma *eſto.* — Linha 25, *Cordoba:* repetição da última sílaba. — Linha 27, *Ffernã:* ausência de sinal de abreviatura na primeira sílaba. — Linha 33, *Martj̃z:* a última letra está escrita sobre um *j.* — Linha 40, *lugar:* repetição de *-ar:* o copista escreveu *lugarar.*

Buual, l. 18: riacho da província de Lugo que tem a sua origem na montanha de Oseira. Actualmente *Bubal. Sam Michael d'Oleiroſ,* l. 17-18: actualmente San Miguel de Oleiros, freg. do ayunt. de Chapa, prov. Pontevedra. *Temeſ,* l. 39: Santa María de Temes, freg. do ayunt. de Carballedo, prov. Lugo.

26

1281. Quiroga.

Teresa Vasques recebe do mosteiro de Sobrado o casal de Limiares em terra de Caldelas e a granja de Quiroga.

Era .M.ª CCC.ª XIX., Viij diaſ andadoſ de Juljo. Conuſuda couſa ſeya a quantoſ eſ|[2]ta carta virẽ como eu dona Tereyga Uaſquez, moler que

foy de don Aſſonſſo Lo|[3]pez de Lemoſ, reʒebyo de uoſ, dõ Domj̃go Perez, abade, ⁊ do *con*uẽto do mooſtey|[4]ro de Santa Maria de Sſobrado de Galjza pra téér de uoſ ⁊ por uoſ en mja |[5] vida tã ſſolamẽte a uoſſa *gr*ana de Queyroga cõ todaſ ſſuaſ p*er*tenẽʒaſ ⁊ cõ aquel |[6] caſar q*ue* uoſ eu dy en t*er*ra de Caldelaſ en lugar que dizẽ Ljmjareſ. O q*u*al |[7] caſar reʒebio o uoſſo frade frey Johã Sſauaſchaez por jur de uoſ ⁊ |[8] p*ro*meto ⁊ cõueno en boa ffe de fazer bẽ laurar aſ vjnaſ ⁊ acreʒẽtar ene|[9]laſ ⁊ eno al que eu de uoſ teuer a meu poder ⁊ por eſto dar a uoſ ca|[10]d'ano pra pitãçya por dia de Sſan Johã Bautjſta .C. mr. da moeda peq*ue*|[11]na q*ue* foy ffeyta en tẽpo da guerra p*r*imeyra de Granada ou a q*u*antja deleſ; |[12] ⁊ demayſ outorgo d'ajudar a uoſ p*er* todalaſ gujſaſ que eu poder arecobrar|[13]deſ aqueleſ outroſ uoſſ*oſ* treſ caſareſ que de uoſ teuo dõ R*odrigo* R*odriguez* cõ eſſa |[14] meneſma *gr*ana, p*er*o que oſ tena eu de uoſ p*er* eſta meneſma cõdiʒõ que ſob*redj*ta |[15] eſt; ⁊ eſta grana ſobredjta more ſenp*re* un noſſo frade por jur do moſteyro; ⁊ a mja morte tod'aqueſto ſob*re*djto que eu de uoſ teno cõ q*u*anto eu y al |[16] ap*ro*ueytar ⁊ y ouuer ááquel tẽpo fique todo liure ⁊ deſenbargado por eſte |[17] p*re*ſtamo ⁊ por mja alma a Sſanta Maria de Sſobrado hu eu mãdo meu corpo ſſu|[18]terrar ⁊ a uoz deſſe *(mo)*oſteyro ſob*re*djto p*er* ſua autoridade entre ⁊ puſſuya ⁊ apo|[19]dere todoſ ſobr'eſto cõ q*u*anto al eu y mãdar ſſen cõtraſta ⁊ ſſen enpeʒo d'ome |[20] que ſeya; ⁊ ſſe alguẽ da mja ljnagẽ ⁊ que do meu aya d'auer cõtra algua |[21] daſ couſaſ ſob*re*djtaſ uéér aya a maldiʒõ de Dyos ⁊ a mjna ⁊ q*u*anto do meu auia|[22] d'auer torneſe todo en uoz del Rey ⁊ de mayſ áá uoz do móóſteyro q*u*anto |[23] enbargar peyteo dobrado ⁊ q*u*inẽtoſ mr. de pea ⁊ por eſto ſſéér mayſ ʒerto|[24] ⁊ que nõ uena en dulta, noſ, dõ Domj̃go, abade do móóſteyro ſob*re*djto, ⁊ lo *con*uẽto |[25] ſob*re*djto mãdamoſ a P*edro* Móógo, notario de Queyroga, que fezeſſe eſta carta |[26] partjda p*er* a.b.c. ⁊ eu dona Tereyga Vaſquez outorgola ⁊ *con*firmoa. Oſ q*ue* |[27] for*um* p*re*ſenteſ ⁊ ſſon teſtemuyaſ: Méén R*odriguez*, juyz de Caldelaſ; P*edro* Joh*anes*, cl*er*igo |[28] da h*er*mjda de Santa Maria; Johã Ujlarino; P*edro* Eſcriuã; Johã Sſen; R*odrigo* Azar; eu P*edro* |[29] Móógo, notario ſob*re*djto, fiz eſta carta a p*r*azer daſ parteſ ſob*re*djtaſ ⁊ pono |[30] enela meu ſſigno (+) en testimonjo de uerdade.

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Nuestra Señora. Pasta 543, n.º 20. — 165 × 245 mm. Carta partida por a b c.

Linha 3: antes da forma *reʒebyo* há um pequeno borrão de tinta. — Linha 15: desde ⁊ *eſta grana* até *moſteyro* escrito na entrelinha. — Linha 18, *mooſteyro*: o documento está um pouco deteriorado neste sítio; vê-se, todavia, parte do primeiro *o*. — Linha 20, *mja*: nesta zona o documento está em mau estado; mesmo assim, é legível a forma *mja*.

Não é muito clara neste documento a distinção entre ʒ e ç.

Queyroga, l. 25: antiga jurisdição na província de Orense. As paróquias que pertenciam a esta jurisdição integram-se actualmente na província de Lugo. Há actualmente nesta província um ayunt. com esse nome.

27

1283. Temes.

Dona Sancha Peres, prioresa do mosteiro de San Estéban de Chouzán, outorga a João Domingues e a sua mulher o foro e a herdade de Camseyda.

(.. ..)j no*m*i*n*e, am*e*n. Conozuda couſa ſeya a q*u*amtoſ eſta carta uirẽ que eu dona Sancha |[2] P*e*rez, p*r*ior do moeſteyro de S*a*nto Eſteuáó de Chouzã, *con* cõſelo e *con* outo*r*gamẽto do *con*uen|[3](*to*) daſ donaſ deſſe méémo lugar damoſ e outorgamoſ a uoſ Johã Do*m*inguez e a uoſſa |[4] moler Sancha Rodriguez ⁊ depuſ uoſſa morte de uoſ amboſ a uoſoſ filoſ e fi|[5]laſ e a uoſoſ netoſ e netaſ de uoſ amboſ ſobred*i*toſ a meadade do foro ⁊ da er|[6]dade de Camſeyda aſſy como ſe dep*a*rte pelo foro da Cela e vay ferir áó rio do Mi|[7](*n*)o ⁊ da outra parte como uay a agua de Toqueſ e intra áó rio do Mino e ĩ|[8]de como ſe uay afeſto e uay ferir áó foro doſ Condeſ e inde como ſe uay a ay|[9]ra de Munio Diaz e inde como ſe uem a dereyto ao foro da Cela, p*er* tal prey|[10]to e p*er* tal *con*dizõ q*ue* tenadeſ eſte foro e eſta erdade in toda uoſſa uida de uoſ |[11] amboſ deſuſo d*i*toſ ⁊ depuſ uoſſa morte de uoſ amboſ téérena uoſoſ fi|[12]loſ e filaſ ⁊ uoſoſ netoſ e netaſ in toda ſa uida ⁊ q*ue* a lauoredeſ ⁊ pare|[13]deſ bem ⁊ q*ue* ſeyadeſ uaſſaloſ do moeſteyro de Chouzã ſeruenteſ e obe|[14]dienteſ ⁊ q*ue* dedeſ ende ĩ cada un ano áó moeſteyro de Chouzã p*er* ſeu ma|[15]ordomo meadade de uino no lagar ⁊ meadade de todo pam q*ue* y lauorar|[16]deſ na eyra, poſta a ſemente de cõſúó, ⁊ meaſ de caſtanaſ ⁊ de nozeſ ſe|[17]caſ e limpiaſ aſſi comó áſ arendarẽ oſ outroſ omééſ do móéſteyro ⁊ de toda|[18]laſ outraſ couſaſ q*ue* y lauorardeſ e chamtardeſ dardeſ inde meo ſaluo ĩ|[19]de q*ue* nõ dedeſ nũca do nabal q*ue* y lauorardeſ ⁊ dardeſ ĩ cada un ano un |[20] toucino no meſ de Yaneyro q*ue* uala .xvj. ſ*o*ldoſ da móéda da guerra ⁊ q*u*atro ga|[21]linaſ; ⁊ dou uoſ y demaiſ a uoſ ſobred*i*toſ e a uoſoſ filoſ e a uoſoſ netoſ to|[22]dalaſ peſqueyraſ q*ue* ſom feitaſ ⁊ q*u*amtaſ mayſ y poderdeſ fazer in eſte fo|[23]ro e in eſte t*er*mio de ſuſo dito q*ue* aſ fazadeſ ⁊ q*ue* dedeſ delaſ ſempre áó moeſtey|[24]ro iam dito p*er* ſeu máórdomo méó e dizemo do peſcado q*ue* y filarẽ; ⁊ ſe p*er*uẽ|[25]tura ĩ eſte foro q*ui*ſerdeſ fazer caſaſ in eſte foro ſobred*i*to e morar in elaſ |[26] fazerdelaſ e nõ uoſ ſéér refertado do móéſteyro. Et de todalaſ outraſ cou|[27]ſaſ q*ue* uoſ y ouuerdeſ e criardeſ e gáánardeſ nũcaſ ĩde a uoſ maiſ demã|[28]dem do moeſteyro de Chouzã por razõ deſte foro ⁊ deſta erdade ſobre todo |[29] eſto; ſe p*er*uẽtura ouuerdeſ algua mingua ou neceſſidade q*ue* eſte foro q*ue*yra|[30]deſ uender ou ſopinorar, uenderdeſ ou ſupinorardeſ áó moeſteyro de Cho|[31]uzam; ⁊ ſe do moeſteyro *con*parar nõ q*ui*ſerẽ, entom uenderdeſ áátal hom*m*e q*ue* |[32] ſeya ſemelauel de uoſ *con* cõſelo e *con* outorgamẽto do moeſteyro ⁊ q*ue* ſempre |[33] in paz faza o foro áó moeſteiro qual

de ſuſo dito é; ſobre todo eſto ſe peruentu|[34]ra uéér intre uoſ e o moeſteyro algua ignorãza ou queixida que ſeya de |[35] melorar ou de correyer corregaſe a mãdado de douſ omééſ bóóſ comuna|[36]eſ poſtoſ a prazer daſ parteſ e a parte que nõ quiſer conprir o mãdado doſ omééſ bóóſ e non |[37] guardar o prazo peite áá outra parte pela auctoridade del rey .c. mor. de |[38] pea da moeda que corer e o preito e a carta eſtando ſempre ĩ ſeu reuor permae|[39]cente. Feyta a carta .X. diaſ por andar de Marzo ſub era .Mª. CCC.ª xxj.ª Reg|[40]naua ĩ Léóm e ĩ Caſtella ȝ na Andaluzia rey dom Affonſo. Oſ que preſenteſ |[41] forõ: Domĩgo Iohaniſ, capelam do moeſteyro, teſtiſ, ȝ Pedro Sancij, peuedro, teſtiſ, ȝ Pedro |[42] Uelo, teſtiſ ȝ Ruy Gũſaluez, capelam de Chouzã, teſtiſ, ȝ Pedro Muniz de Greyóá, teſtiſ, |[43] ȝ Pedro Martiz de Páázoſ ȝ Ffernã Garſia, alij teſteſ. Et outroſ muytoſ que o |[44] uirom e o oyrom. Eu Johã de Caſtro, notario iurado ĩ terra de Temééſ |[45] ȝ téénte aſ uezeſ de Ruy Perez, notario publico del Rey ĩ Mõteroſo que fuy preſente |[46] ȝ eſcriuj eſta carta per mandado daſ parteſ e puye y meu ſinal ĩ teſtemuyo de |[47] uerdade. *(Signo)*. Johan Perez.

(Ao fundo, do lado esquerdo, acrescenta-se o seguinte:)

|[48] ſobre todo eſto ſempre amparẽ a uoſ do moeſ|[49]teyro aſſy como oſ outroſ ſeuſ omééſ |[50] que bem defeſoſ forem.

A. H. N. Santiago de Compostela (La Coruña). Benedictinos. San Payo. Pasta 522, n.º 7. — 190 × 280 mm. Pergaminho partido por a b c d.

No canto superior do lado esquerdo, o pergaminho está um pouco roto.

Linha 32: repetição no inicio da linha, da forma *que* já registada no final da linha anterior. — Linha 36, *bóóſ*: escrito na entrelinha.

Santo Eſteuáó de Chouzã, l. 2: San Estéban de Chouzán, freg. do ayunt. de Carballedo, prov. e dioc. de Lugo. *Cela*, l. 6: lugar da freg. de San Estéban de Chouzán. *Temééſ*, l. 44: para a localização deste topónimo, veja-se p. 75.

28

1286. Monterroso.

O mosteiro de Chantada doa a Salvador Eanes uma herdade junto de Souto Voado.

Era .M.ª CCC.ª XX.ª iiij.ª ȝ *quotum* .vj. diaſ andadoſ de Kalendas Mayaſ. Conu|[2]zuda couſa ſeia a quantoſ eſta carta virẽ como noſ Gõzalu' Eaneſ, abbade, |[3] ȝ o cõuẽto do moeſteyro de Chãtada damoſ a uoſ Saluador

Eanes ⁊ a uoſſa |[4] moler Mayor Paez ⁊ a todoſ oſ fillos *que* auedeſ de cõſúú a noſſa *he*redade |[5] de Souto Uoado cõ todaſ ſuaſ *per*téénzaſ a mõte ⁊ a fõte ſu ſino de Sabadelle. |[6] Su tal cõdizõ uoſ damoſ eſſa *he*redade *que* a tenadeſ en todoſ uoſſoſ diaſ |[7] oſ *que* eſſe lugar fordeſ moradoreſ ⁊ *que* a lauredeſ ⁊ bẽ paredeſ ⁊ ſeiadeſ noſſoſ ſer|[8]uizaeſ ſeruẽteſ ⁊ obedienteſ ⁊ *que* noſ diadeſ cada un ano por cad'al deſſaſ |[9] *he*redadeſ .XXX. ⁊ iii. *ſoldoſ* ⁊ iij. *ſoldoſ* ⁊ .viij. *dineyroſ* por *cr*ianzaſ doſ gáádoſ *que* y criardeſ |[10]⁊ ſeer eſt' auer ſ*obredi*to pagado da moeda noua a .xij. *dineyroſ* por *ſoldoſ* por dia |[11] de Samartino de Nouẽbro ⁊ por ſalua e por enq*uiſſa* a morte de cada un de |[12] uoſ dardeſ .V. *ſoldoſ* da moeda peq*ue*na da gerra; ⁊ ſe eſta moeda ſ*obredi*ta pogar |[13] ou mĩgar, dardeſ a q*u*antia della ⁊ dardeſ loytoſſaſ cada un de uoſ ap*uſ* uoſſaſ |[14] morteſ aſi como eſt uſado da terra; ⁊ eu Saluador Eaneſ pono *que* apuſ mia |[15] morte ⁊ de meuſ filloſ *que* fiq*ue* a mia *he*redade *que* eu ey pella careyra uella *que* ſol |[16] entrar de Sabadelle *para* Souto Uoado ⁊ q*u*omo ſe eyxe de Souto Uoado pella pena *que* |[17] chamã de Couello ⁊ pelo caril *que* uẽ ferir na careyra uella cõ todoſ ſeus ter|[18]mioſ, doua ⁊ outorgoa ao moeſteyro ſ*obredi*to por mia alma ⁊ por |[19] o amor *que* rezibi do abbade ⁊ do cõuento ſ*obredi*to. Quẽ ááq*ueſ*to q*uiſ*er paſſar |[20] áá outra *parte* .C. mr. peyte de pea ⁊ a carta ualla en ſeu (*r*)euor. Dõ Sancho |[21], Rey de Leon ⁊ de Caſtella; dõ Joã Ff*er*nãdez, endeantado mayor en Gallizia; dõ (..)|[22]uaro téénte Mõterroſſo; dõ ffrey Araſ, biſpo de Lugo. *Que* preſſenteſ fo*rum*: Gõ|[23]zalu' Eaneſ, cl*er*igo do moeſteyro de Chãtada, te*ſtis*; Pedro Perez de Ualuerde, te*ſtis*; Pedro Sauaſ|[24]chaez de Uilla Noua, te*ſtis*; Joã Chaco de Sabadel*le*, te*ſtis*; eu Ff*er*nã Domĩgez, teente aſ |[25] uezeſ de Joã Domĩgez, not*ario* poblico del Rey en terra de Mõteroſſo, *que* preſſente |[26] foy ⁊ eſta carta eſcriuj p*er* mãdado daſ p*ar*teſ ⁊ do not*ario* ſ*obredi*to.

|[27] Eu Joã Domĩgez, not*ario* ſ*obredi*to *que* eſta carta mãdej eſcriuir a Ff*er*nã Domĩgez |[28] ⁊ meu ſino y puge en teſtemoio de uerdade. *(Signo)*.

A. H. N. Chantada (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1067, n.º 8. — 135 × 170 mm. — Pergaminho partido por a b c d.

Linha 6: repetição da forma *diaſ* com outra grafia da consoante final: *dias*. — Linha 21, *Ffernãdez*: ausência de til sobre a vogal da segunda sílaba. — Linha 22: as primeiras letras estão um pouco danificadas, sendo, por esse motivo, pouco segura a leitura apresentada.

29

1298. Monforte.

Sancha Rodrigues doa a Andreu Iohanes «o caſarello da carneçaria».

Sabeã quantos eſta carta virẽ commo eu Sancha Rodrigez da rua Falageyra por mj̃ ⁊ por toda mja |[2] uoz a uos Andreu Iohanes ⁊ a voſa muller Tereyga Oares ⁊ a toda uoſa uoz dou en doaçõ por uoſo herdamẽto |[3] liure ⁊ quito o caſarello da carneçaria que yaz agora en terra que ſſuya ſſéér o forno de Fernã Vaſſalo cõ ſeu |[4] ſeydo ⁊ cõ todas ſuas dereyturas do çééo aa terra ⁊ eſtá cabo d'outras uoſas caſas en que uos agora morades, |[5] da hua parte; ⁊ da outra parte eſtá a caſa de Johã Martinz Rabo de Gaano en que agora mora Iohã Perez do |[6] Pie ⁊ eſte caſarello uos dou por uoſo liure ⁊ quito para uender ⁊ dar ⁊ doar ⁊ ſopinorar ⁊ para fazerdes |[7] del ⁊ en el toda uoſa vontade aſſi commo fariades do uoſo herdamẽto mjſmo. Et ſe eu ou outre da mja parte |[8] ou da eſtraia uos eſte caſarello ſobre dito quiſſermos demandar ou enbargar, deſ aqui endeante que uos peyte|[9]mos de pẽa çien mrs. ⁊ aa uoz del Rey outros çien mrs. ⁊ a carta fiqui en ſeu reuor. Et que eſto ſeia |[10] firme ⁊ nõ uena en dulta, rrogey a Fernã Garçia, notario jurado do conçelo de Mõforte que mandaſſe fazer |[11] eſta carta ⁊ poſeſſe en ella ſeu ſinno en teſtemuyo de verdade. Feyta Xij. dias andados de Deçenbro, era |[12] de mill ⁊ ccc. ⁊ trinta ⁊ vj. annos. Os que forõ preſentes ⁊ ſon teſtes de Mõforte: Johã de Deus, clerigo; Pedro Iohanes |[13] do Ualle de Noçeda; Rodrigo, fillo de Pedro Rodrigez de Santa Coonba; Alfonſo Eanes, fillo d' Andreu Iohanes. Et eu Martin Domj̃gez |[14] a fiz per mandado de Fernã Garçia, notario ſobre dito ⁊ foy preſente; eu Fernã Garçia, notario ſobre dito |[15] en eſta carta que Martỹ Domj̃gez fezo per meu mandado pono meu ſino en |[16] teſtimoyo de verdade que tall é. *(Signo).*

A. H. N. Acoba (Lugo). San Martin. Pasta 1065, n.º 1 — 195 × 140 mm.
Linha 13, *Coonba:* o segundo *o* na entrelinha.

30

1302. Lugo.

Fernão Fernandes, cónego de Lugo, analisa e julga as contendas surgidas entre Rui Pais e seu cunhado João Peres.

Conuſ̧uda couſa ſeia que como contenda de juy̧o foſſe entre |[2] Ruy Pelaez por ſi ⁊ por ſa muler Maria Perez da una parte ⁊ Johã |[3] Perez, cunado

deſte Ruy Pelaez da outra parte ſobre raʒõ de vna ley|[4]ra que demandaua eſte Johã Perez a Ruy Pelaez que diʒia que era do caſal |[5] de Coyna que ſeu padre ⁊ ſa madre deſte Johã Perez, ſogros deſte |[6] Ruy Pelaez, aduerуarã ao biſpo ⁊ que a diuia teer eſte Johã Perez. Et |[7] ſobre demanda de pã que diʒia eſte Ruy Pelaez que diuia a auer per |[8] aquel caſal do ueruo ſegundo a mãda que diʒia que feʒera Pedro Perez ⁊ ſua |[9] muler Marina Martinz, ſeuſ ſogros, ⁊ ſobre outraſ demandaſ de |[10] cuſtaſ ⁊ outraſ couſas que ſſe demandauã elleſ de ſeu plaʒer |[11] meterõſe ĩ mao de mj̃ Fernã Fernandez, coego de Lugo, que eu |[12] que uiſſe aſ demãdaſ que ſſe faʒiã vuſ a outroſ ⁊ aſ defẽſſoeſ que cada |[13] una daſ parteſ por ſi poynã ⁊ o dereyto que por ſi auiã ⁊ ſe oſ |[14] podeſſe auíir ſe nõ que mandaſſe entre eleſ o que l'achaſſe por de|[15]reyto ⁊ o que nõ eſteſe ao meu mandado peytaſſe aa outra parte |[16] L.ta mor. ⁊ o mandado que eu deſſe ficaſſe valioſſo. Et eu Fernã |[17] Fernandez, o ſobredito, recibj ĩ mj̃ o preyto ⁊ vj aſ demandaſ que faci|[18]ã ⁊ aſ raʒoeſ que por ſi poynã ⁊ o dereyto que por ſi auiã |[19] ⁊ a plaʒer deleſ mandey ⁊ perla pea que parарã entre ſi: que Johã |[20] Perez dé una terʒa de ceueyra de pã cada ano a Ruy Pelaez ⁊ a |[21] ſua muler por raʒõ de manda de ſeuſ ſogroſ de boo pã |[22] cumunalmẽte como o ouuer(em) no caſal ⁊ treſ oytauaſ de |[23] milo; ⁊ Ruy Pelaez que le entrege aquella leyra ſobre que contendiã ⁊ |[24] eſtaſ treſ oytauaſ de milo outroſi que laſ dé cada ano ⁊ ſe nõ |[25] ueer milo, que laſ dé de ceueyra cumunal que lla ouuer ĩno |[26] caſal do ueruo ⁊ aſ cuſtaſ que eſtẽ uaſ por outraſ ⁊ aſ parteſ |[27] preſenteſ receberõ eſte mandado. Era de mill ⁊ CCC ⁊ |[28] XXXX anoſ ĩ dia de Kalendas feuereyraſ.

A. H. N. Lugo. Catedral. Pasta 1332A, n.º 1. — 125 × 205 mm.

O pergaminho apresenta dois orifícios com cordel para os selos pendentes.

Linha 1, *conuſʒuda:* o segundo *u* está um pouco apagado e manchado. — Linha 7, *diʒia*: a parte inferior do ʒ visigótico está bastante apagada. — Linha 22, *ouuerem:* as duas últimas letras estão bastante apagadas. — Linha 24, *milo:* há um borrão de tinta sobre as letras da primeira sílaba.

31

1306. Lugo.

D. Rodrigo, bispo de Lugo, concede a Aras Afonso carta de foro do casal de Brétegos.

Sabeam quantos eſta carta uirẽ commo nos don Rodrigo por la graça de Deus, biſpo |[2] de Lugo, cõ outorgamento do cabidoo deſſe míjſmo lugar, fazemos tal ueruo |[3] cõ uoſco Aras Afonſo, fillo de Afonſo Perez de Mõtouto

d'Eſtiriz, do noſſo caſal de Bre|[4]tẽos *que* é na fijg*re*gia de S*an*ta M*ar*ina de Lamela, *con*uẽ a ſſab*er*, *que* uos damos o d*i*to |[5] caſal áátal *con*diçõ cõ todaſ ſuas p*er*tenẽças ⁊ dereyt*ur*as por en todoſ uoſſos dias |[6] ⁊ da p*r*imeyra moll*er* *que* ouuerdes ⁊ duna peſſõa ſim*ell*au*el* de uos q*ue* nomeardes |[7] en uida ou en uoſſo paſſam*en*to q*ue* uos q*ue* o lauredes ⁊ moredes p*er* uos ou p*er* |[8] outro ⁊ o paredes bẽ ⁊ façades y duas caſas pallaças ſegũdo oſ formaes |[9] *que* y eſtam, ⁊ o noſſo móórdomo q*ue* uos dé y da noſſa madeyra ⁊ uos aiude cõ |[10] oſ boys ⁊ cõ os carros da t*er*ra ⁊ uos pobredes p*er* uos ſaluo da ſeſma da |[11] pobrãça q*ue* uos nos auemos de pobrar ⁊ nos dedes a meatade do q*ue* laurar-|[12]des ⁊ c*r*iardes ſaluo doſ porcos ⁊ ſaluo dizimo ⁊ ſemẽte; ⁊ nos façades os |[13] foros ſegũdo oſ noſſos ſ*er*uiçaes da t*er*raria de S*er*uiã. Et áá mort*e* daq*ue*lla |[14]peſſõa q*ue* uos nomeardes q*ue* eſte caſal noſ fiq*ue* liu*re* ⁊ q*uit*o cõ todoſloſ bóós pa|[15]ram*en*tos q*ue* en el forẽ feytos ⁊ cõ a meatad*e* da pobrãça ⁊ das out*r*as couſas q*ue* |[16] y ouuer. Et eu, Afon*ſo* P*er*ez, padre do d*i*to Aras Afon*ſo*, me obligo p*er* mj̃ ⁊ |[17] p*er* todos meu*s* béés mouelles ⁊ rayz d*e* *con*-p*r*ir eſtas couſas ſobred*i*tas. Et q*ue* |[18] eſto ſeia çerto ⁊ nõ veña en dulta, nos, o bi*ſ*po ⁊ cabidóó ſobred*i*tos, mãda|[19]mos ſééllar eſta carta de noſſos ſééllos colgados. Dada en Lugo .XXij. |[20] dias d'Abrill, era d*e* mill ⁊ CCC. ⁊ XLiiij an*n*os.

A. H. N. Lugo. Catedral. Pasta 1332A, n.º 14. — 135 × 200 mm.

Vêem-se ainda os orifícios para as correias do selo. Do lado esquerdo, há vestígios de o pergaminho ter estado cosido.

Linha 15, *couſas:* na entrelinha.

Bretẽos, l. 3-4: provavelmente *Brétegos*, casal na freg. de Santa María de Servián, ayunt. de Guntín, prov. Lugo. *Seruiã*, l. 13: actualmente Santa María de Servián, freguesia situada em Terra de Pallares, no ayunt. de Guntín, prov. Lugo.

32

1307. Lugo.

O cabido de Lugo dá a João Domingues do Burgo Novo e esposa, a Fernão Martins e esposa e a Teresa Peres, irmã das anteriores, três quartos de uma casa na rua de Batitalas em troca da metade de uma casa na rua do Burgo Novo.

Sabeam q*u*antos eſta carta uirẽ com*m*o nos o cabidóó de Lugo cõ outo*r*-gam*en*to de noſſo ſeñor don Rod*r*igo, por la gra*ça* de D*eu*s, bi*ſ*po de Lugo, faze|[2]mos tal p*er*mudaçõ ⁊ tal eſcãbio cõuoſco Joh*an* Domj̃g*uez* de Burgo

Nouo ꝛ cõ uoſſa moller Marina Perez ꝛ cõ uoſco Fernã Martinz ꝛ cõ uoſſa moller Maria Perez |[3] ꝛ cõ Tereyga Perez, yrmáás, fillas que forom de Pedro Iohanis, dito Boſon, ꝛ de Maria Iohanis, valedeyro por ſempre, conuẽ a ſaber que nos, o cabidóó ſobredito, uos da|[4]mos aquellas noſſas tres quartas minus a nouima que auemos en aquella caſa que eſtá na rrua de Batitalas, cabo a caſa que foy de Pedro Iohanis, dito Boſon, ſobre|[5]dito, da vna parte ꝛ a outra caſa en que nos auemos a meatade ꝛ uos a outra meatade da outra parte, cõ todaſ ſuas pertenẽças ꝛ dereyturas por iur d'er|[6]damento por ſempre ꝛ que façades en eſtas tres quartas minus a nouima ꝛ delas toda uoſſa vóóntade ꝛ uoſſa uoz toda pus uos. Et obligamoſ nos per todos |[7] noſſos béés mouelles ꝛ rayz de uolas fazer ſempre de paz. Et outroſi nos, Johan Dominguez ꝛ myna moller Marina Perez ꝛ Fernã Martinz ꝛ myna moller Maria Perez ꝛ Tereyga Perez ſobre|[8]ditas por eſtas tres quartas minus a nouima da caſa ſobredita que noſ uos o cabidóó ſobredito dades, damoſuos a noſſa meatade daquella caſa que eſtá na rua |[9] de Burgo Nouo entre la outra uoſſa caſa que uoſ y auedes da vna parte ꝛ a caſa de Andreu Perez, clerigo, da outra cõ todaſ ſuas pertenẽças ꝛ dereyturas a qual |[10] caſa auemoſ de permeo cõ Pay Rodriguez ꝛ cõ ſua moller Maior Iohanis que uos que aiades eſta meatade ſobredita por iur d' erdamento por ſempre ꝛ façades en ella ꝛ |[11] dela toda uoſſa vóóntade daqui en deante. Et obligamoſ nos per todoſ noſſos béés mouelles ꝛ rayz de uola fazermos ſempre de paz. Et conuẽ a ſſaber que nos, o |[12] cabidóó ia dito, recebemoſ en nos o anniuerſario que nos auíamos en eſta meatade ſobredita deſta caſa. Et que eſto foſſe çerto ꝛ nõ vééſſe en dulta, nos |[13] o cabidóó ſobredito mãdamos ende fazer eſta carta ꝛ ſééllar la cõ noſſo ſééllo colgado. Et noſ, don Rodrigo, perla graça de Deus biſpo ſobredito, entendendo que |[14] eſte eſcãbio é proueytoſo ꝛ bõ paramento do dito cabidóó outorgamollo ꝛ auemoslo por firme. Et mãdamos ſééllar eſta carta de noſſo ſééllo col|[15]gado en teſtemoyo de uerdade. Feyto foy eſto en Lugo, .XXj. dia de Janeyro. Era de mill ꝛ CCC. ꝛ XLV.ª annos.

|[16]Domingos Petrez

A. H. N. Lugo. Catedral. Pasta 1332A, n.º 17. — 240 × 140 mm. — Pergaminho partido por a b c d e f g.

O pergaminho apresenta os orifícios para as correias donde pendia o selo. Do lado direito o documento encontra-se manchado. A mancha da parte inferior impede ler com clareza e segurança a assinatura; parece tratar-se de *Domingos Petrez*.

33

1308. Lugo.

D. frei João, bispo de Lugo, concede foro do casal de Carvallal a Mem Peres de Francos.

Sabeam quantos eſta carta uirem commo nos Don frey Johan, por la graça de Deus biſpo de Lugo, fazemos tal |2 ueruo ⁊ tal emprazamento cõ uoſco Méén Perez de Frãcos ⁊ cõ uoſſa moller Tereyga Afonſo por uoſſos dias d'ambos |3 ⁊ dun uoſſo fillo ou filla ou outra perſſõa qual o poſtrimeyro de uos nomẽar en uida ou en morte, conuẽ a ſſaber que uos da|4moſ o noſſo caſal do Caruallal que he ſu ſigno de San Saluador de Martim enno qual ora mora Pedro Fernandez Loriga cõ todas |5 ſuas pertenẽças ⁊ dereyturas ⁊ uos auedes a morar en eſte caſal per uos ou per uoſſo ome ⁊ laurardelo ⁊ parardelo bẽ |6 ⁊ fazerdes y hũa caſa de pedra ⁊ cuberta de palla ⁊ auedes de meter de pobrãça duas uacas ⁊ vn boy ⁊ doze |7 rexellos ⁊ nos metermos y hũ boy ⁊ una uaca. Et uos auedeſ nos a dar a meatade de quanto laurardes ſaluo nabal |8 ⁊ orto ⁊ fruyta ⁊ a ſemente deue ſéér de permeo; ⁊ auedeſ nos a dar por foros cada anno çento ⁊ quaraenta ſoldoſ deſta |9 moneda que ora anda del Rey don Fernando ou a ualor por eles ⁊ vna galina ⁊ vn cabrito ⁊ vna marráá ⁊ nõ auedes a fazer |10 outros foros, ſaluo d'enuiardes o pã áá tulla do noſſo pááço de Frãcos. Et da criança que y trouuerdes nõ auedes a dar |11 dela ningũa couſa. Et eu Méén Perez ſobredito por razõ deſte bẽ ⁊ deſta merçéé que me uos o biſpo ſobredito fazedes dou |12 a uos o biſpo ſobredito en doaçõ por iur d'erdamento por ſempre a meatade de quanta herdade eu aio ⁊ deuo á áuer ſu ſigno de |13 San Saluador de Martim cõ todaſ ſuas pertenẽças ⁊ dereyturas ⁊ a outra meatade vendo uola cõ ſuas pertenẽças ⁊ |14 dereyturas de bóó coraçõ ⁊ de bõa vóóntade por çen mor. deſta moneda ſobredita, os quaes reçibi ⁊ de que me outorgo |15 por bẽ pagado ⁊ eſta herdade aſſi a que uos eu dou commo a que uos vendo conuẽ a ſſaber que a aio de trager ⁊ laurar |16 de uoſſa mão cõ eſta outra herdade do caſal ſobredito ⁊ dar uos dela a meatade do que en ela laurar ⁊ meto uos logo |17 no iur ⁊ na poſſiſſom deſta herdade ſobredita. Et áá morte daquel fillo ou peſſõa que for nomeada deue a leyxar eſte |18 caſal pobrado de çinquo armẽtios ⁊ de doze rexellos ⁊ ficar liure ⁊ quito ao biſpo de Lugo cõ todo o herdamento ſobredito que |19 uos eu dou ⁊ uos uẽdo ⁊ cõ todoſlos bóós paramentos que en el forẽ feytos. Et eu Méén Perez ſobredito por mj̃ ⁊ por myña |20 moller ⁊ por aquela perſoa que for nomẽada me obligo per mj̃ ⁊ per todos meus béés mouelles ⁊ rayz de conplir todo eſto |21 que ſobredito he. Et que eſto foſe çerto, nos o biſpo, ⁊ Méén Perez ſobreditos rrogamos a Frãçiſco Lopez, notario publico de Lugo, |22 que fezeſſe ende duas cartas partidas per .a.b.c.

Feyto foy eſto en Lugo .vij.e dias d'Octubro, era de mill ⁊ CCC. |23 ⁊ XLVj. annos. Et nos, o biſpo ſobredito, a mayor firmidũe mãdamos ſeellar eſta carta de noſſo ſééllo colgado. Teſtes: |24 Aras Pelaez, capellam do biſpo; Johan Perez, clerigo do biſpo; Martim Perez, móórdomo de Gomiã; Johan Dominguez de |25 Louoriz, teſtis, ⁊ outros. Et eu Frãçiſco Lopez, notario ſobredito, a eſto fuy preſente ⁊ per mãdado do biſpo ⁊ |26 de Méén Perez ſobreditos eſta carta eſcriuj (+) ⁊ puge en ella meu ſignal.

A. H. N. Lugo. Catedral. Pasta 1332A, n.º 24. — 175 × 170 mm. — Pergaminho partido por a b c.

O pergaminho apresenta os orifícios e o cordel donde pendia o selo.

Linha 23, *de:* na entrelinha.

Frãcos, l. 10: provavelmente San Salvador de Francos, freguesia situada em Terra de Pallares, ayunt. Guntin. *Gomiã*, l. 24: lugar da freg. de Santiago de Gomeán, ayunt. Corgo, prov. Lugo. *Louoriz*, l. 25: Leboriz, um dos lugares da freguesia de San Salvador de Francos.

34

1310. Lorenzana.

O abade do mosteiro de Lorenzana dá a Clemente Eanes, de Mondoñedo, os terrenos que o mosteiro tinha em Rivadeo em troca de algumas herdades em Santa Cristina de Cillero de Muriñaos e em San Miguel de Vila Chá.

Sabiam quantos eſta carta uirẽ commo nos don Fernã Perez, abbade do moeſteyro de Vilanoua de Lourẽçáá, e o conuẽto |2 deſſe mijſmo lugar da hũa parte ⁊ Clemẽte Yanes, raçoeyro de Mendoñedo da outra, fazemos concãbia entre nos de noſſos her|3damẽtos en eſta guiſa que nos abbade ⁊ conuento damos a uos Clemẽte Yanes ⁊ a uoſſa uoz por ſempre jur herdeyro o |4 noſſo terreo que iaz çerca a malataria do Burgo de Ribadeu que ora tiñamos dado a Jacome Perez ⁊ a ſua muller Maria Afonſo |5 a lauor de uiña cõllo orto que tem de nos Johãniño, o alfagime, commo ſe determina da hũa parte perlo camiño del |6 Rey que entra aa Vila de Ribadeu ⁊ da outra parte perlo camiño que uay para o muyño ⁊ da outra parte perla teſtada da uiña |7 de Johan Ballon ⁊ en çima ſobrela uiña de Johan Ballõ uiña de Mayor Sarga ⁊ ſobrela uiña de Mayor Sarga uiña |8 de Domĩgo Mourã ⁊ ſobrela de Domingo Mourã carreyra que uay per meo do agro ⁊ ſobre aquela herdade de Ruy Perez de |9 Ouue ⁊ deſy commo uay ferir ao camiño aa uiña de Johan Neto ena teſtada ⁊ uos, Clemẽte Yanes, façadeſ que lle |10 aplaga

aos ditos Jacome Perez ⁊ ſua muller ca llo tiñamos nos ia dado a lauor. Et eu Clemẽte Yanes, ſobredito dou a uoſ |11 don abbade ⁊ conuento ⁊ a uoſſo moeſteyro por ſempre iur herdeyro en cõcambia por eſte herdamento que me dades, conuẽ |12 a ſſaber, toda a uiña do Outeyro cõ ſeu lagar ⁊ cõ ſua caſa ⁊ ſeſſego que iaz en Çeleyro de Muriñãos que foy de miña |13 madre ⁊ de meuſ auóós, a qual uiña eſſa miña madre a mj̃ mandou en ſeu teſtamento ⁊ que he miña ſen outro yrmao |14 ⁊ yrmáá que aia commo ſe departe da herdade do moeſteyro en çima ⁊ ſe departe d'outro terreo meu ⁊ de meus yrma|15os ⁊ perlo camiño que uay para a ponte de Muriñãos ⁊ commo uem ferir ena herdade que ten Pedro Rodriguez de Çeleyro ⁊ ſua |16 yrmaydade aſſy commo eſtá ſarrada cõllo lagar, heyra ⁊ caſa ⁊ cõ ſua ſayda ⁊ entrada. Itẽ uos dou por iur de |17 herdade cõ eſta uiña as duas partes do agro de Pumariño que iaz a par deſta uiña ſobredita commo ſe departe |18 da herdade do moeſteyro en çima ⁊ da outra parte outroſſy herdade do moeſteyro ⁊ uen ferir ao camiño ſobredito en |19 ſondo. ¶ Itẽ uos dou por jur de herdade cõ eſta en cãbia as duas partes do terreo que chamã do Peſſegueyro que iaz |20 entre la herdade do moeſteyro commo departe de todaſlas partes da herdade do moeſteyro ⁊ do rio. Itẽ uos dou cõ |21 eſto as duas partes doutro agro que iaz alende o rio que chamã Xauariga commo departe da herdade do moeſteyro |22 ⁊ da outra da de Pedro Rodriguez ⁊ de ſeus yrmaos ⁊ da que tiña Pedro Bauoſo ⁊ uay ferir ao rio. Itẽ uos dou cõ eſto aſ |23 duas partes de dous terreos que iazẽ aas Figueyras de Tortores ⁊ hum deles chamã a Seuellada ⁊ ho |24 outro as Figueyras ⁊ parteſſe o da Seuellada commo ſe departe da herdade de Pedro Rodriguez ⁊ de ſeuſ yrmaos ⁊ da que tem |25 Eluira Rodriguez ⁊ da outra parte da da ſéé ⁊ o das Figueyras commo ſe departe da herdade de Pedro Rodriguez ⁊ de Eluira Ro|26driguez ⁊ de çima da de Domingo Martins. Itẽ uos dou cõ iſto as duas partes do quarto do ſouto de Gogido que me perteeſ|27çe porlo caſal de Paaços. Itẽ uos dou cõ eſto as duas partes do ſouto da Ueyga eno quarto del que me perteeſçe |28 porlo caſal de Paaços o qual ſouto chamã da Ueyga da Nogueyra. Itẽ uos dou cõ iſto as duas parteſ do quarto do ſouto de |29 Tortores que me perteeſçe porlo caſal de Pááços. Itẽ uos dou cõ iſto as duas partes daſ caſtineyras de ſobrelos paa|30ços de Pedro Rodriguez quanto eno quarto delas que me perteeſce porlo dito caſal. Itẽ uos dou as duas partes do quarto da pu|31marega donega que departe toda a pumarega da hũa parte da herdade que tem Fernã Preto porlo moeſteyro ⁊ da outra |32 da uoz de Johãn Leyte Coyto ⁊ da do rio que uem ferir ao caſal. Itẽ uos dou cõ iſto as duas parteſ do quarto da pu|33marega que dizẽ das quartas que iaz cabo a uiña de Pedro Rodriguez da qual teño cõ meuſ yrmaos fillos de Maior Gonçaluez a |34 metade do terrẽo por adra da pumarega donega, a qual ſe departe do caſal de Sante que he do moeſteyro ⁊ doutro |35 caſal de Johãn de Deus outroſſy do moeſ-

teyro ⁊ do outro cabo do caſal dos Barbas otroſſy do moeſteyro; ⁊ da outra teſ|[36]tada do preſtamo que tem Fernã Preto do moeſteyro. Itẽ uos dou cõ eſto a meatade da herdade en que eſteuo a viña que iaz |[37] ſub carreyra que ſe determina da hũa parte uiña de Pedro Rodriguez ⁊ de ſua yrmaydade ⁊ da outra uiña de fillos de Sâcho |[38] Fernandez que fuy ⁊ uiña do moeſteyro que tem Fernã Preto ⁊ ena hũa teſtada bacelar que laura eſte Fernã Preto porlo moeſtey|[39]ro ⁊ da outra teſtada perla uya publica; eſta herdade commo he departida dou a uos a meatade que perteeſçe a mj̃ ⁊ a meus |[40] yrmaos, ſaluo o ſemo que he de miña yrmáá Thereyia. Itẽ uos dou as duaſ partes do quarto de todoſlos outros her|[41]damẽtos ⁊ lugares tan ben eno mõte commo ena vila ⁊ en Lourido que perteeſçẽ ⁊ deuẽ perteeſçer ao dito caſal de |[42] Pááços de que miña madre Mayor Gonçaluez auya o quarto per ſua cabeça por que nõ teño adra; o qual caſal ⁊ herdamentos |[43] ſobreditos iazẽ ſub ſigno de Santa Criſtina de Çeleyro ⁊ en ſeus terminos. Itẽ uos dou cõ iſto todo quanto dereyto hey |[44] ⁊ deuo por auer por razõ deſta miña madre en San Miguel de Uila Cháá ⁊ en ſeus terminos por mj̃ ⁊ por meus |[45] yrmaos Domingo Fernandez, Marina Fernandez, Dominga Peres, as quaes duas partes dos terreos, ſoutos ⁊ pumaregas ⁊ de toda outra uoz |[46] que he do dito caſal en qual maneyra quer a mj̃ perteeſçe por mj̃ ⁊ por Domingo Fernandez, Marina Fernandez, Dominga Peres, meus yrmaos, de que o teño |[47] conprado ⁊ gaanado ⁊ per poder que hey ⁊ que o teño de jur ⁊ de poder dou a uos dom abbade ⁊ conuẽto ⁊ moeſteyro ſobre|[48]ditos por jur de herdade en cãbia por eſte terreo da malataria que me dadeſ ⁊ dou uolo cõ toda a dita uiña do Outey|[49]ro commo he determinada que aio ſen outro yrmao ⁊ yrmáá, commo dito he ⁊ cõlla dita uoz de San Miguel a qual uiña, terre|[50]os, ſoutos ⁊ pumaregas ⁊ uoz do caſal ſobredito uos outorgo a fazer de paz a dereyto per mj̃ ⁊ per meus béél mo|[51]ueles ⁊ rayz eccleſiaſticos ⁊ leygarioſ ⁊ eſpecialmẽte perlo dito terreo que me dades ⁊ para ſeerdes diſto mays certos, |[52] dou uos por fiador Jacome Peres de Ribadeu, que o conpra todo aſſy, que he preſente ⁊ outorgãte ⁊ ſe obligou a iſto eſpe|[53]cialmẽte perla ſua uiña ⁊ caſa que ha en Vilanoua de Lourẽçáá ⁊ per todoſlos outros ſeus beeſ moueles ⁊ rayz. Et |[54] ſe os yrmaos deſte caſal demãdar quiſerẽ partilla en eſtes herdamentos ⁊ uiña que uos eu dou ⁊ meter os ſeus que perteeſ|[55]çẽ a eſte caſal a partilla, uos, dom abbade ⁊ conuento, partirdes cõ eles ⁊ leuardes as duas partes do quarto de todo o |[56] caſal por mj̃ ⁊ por eſtes meuſ yrmaos a que conprey ⁊ eu fazer uolo de paz commo dito he ⁊ porlo fiador ſobredito ⁊ |[57] dou uos o traſlado do teſtamento de miña madre ⁊ as cartas das conpras per que o conprey aos ditos meus yrmaos |[58] ⁊ a procuraçõ que teño d'Afonſo, fillo de Marina Fernandez ſobredita; ⁊ ſe per uentura acaeſçer que os ditos meuſ yrmáos queyrã meter |[59] a juyzo a uos don abbade ⁊ conuẽto ſobre eſtes herdamentos ou a mj̃ que me dedes o traſlado das cartas para ſeguyr |[60] o juyzo

ȝ me defender. Et outroſſy uos, don abbade ȝ *con*uẽto, deuedeſ teer ȝ guardar os plazos q*ue* eu hey cõ Martĩ |[61] Perez do Outeyro da uiña do Outeyro ȝ da herdade q*ue* lle dy a chantar a meas por jur herdeyro ena herdade do caſal de |[62] Paaços, ſegũdo q*ue* determina deſuſo, do qual uer*uo* uoſ dou as cartas ȝ demays cubas ȝ arcas q*ue* ten Martĩ Perez de Ce|[63]leyro, ſaluo o quiñõ de Maria ȝ de Thereyia, miñas yrmaas, ȝ toda outra madeyra ȝ perfeas q*ue* y ha. Itẽ uos dou a obliga|[64]çõ q*ue* teño ſobre Johã Aras ȝ ſobre ſua muller Maria Peres, miña yrmáá, de quinẽtos ſol*dos* q*ue* me deuẽ ſobre q*uan*ta herdade hã |[65] en Çeleyro q*ue* reçebades os dineyros en meu lugar ȝ os a(*iade*)ſ ȝ dou uos a carta da obligaçõ ȝ q*uan*to dereyto en ela ey |[66] cõ eſto al q*ue* uos dou porlo terreo ſobred*i*to. Et nos, abbade ȝ *con*uẽto, por iſto q*ue* nos dadeſ ȝ noſ auedeſ a fazer de paz |[67] comm*o* d*i*to he, outorgam*oſ* a fazer ſempre a uos de paz a dereyto o d*i*to terreo aſſy comm*o* he de ſuſo determinado. Et |[68] ambalas p*ar*tes outorgam*oſ* a eſtar ȝ *con*plir iſto todo aſſy comm*o* d*i*to he aa boa fe, sub pẽa de quinẽtos mor. deſta|[69] moeda del Rey don Fernãdo q*ue* ora corre, q*ue* a p*ar*te q*ue* o nõ *con*plir q*ue* os peyte aa outra p*ar*te ȝ o uer*uo* ſeia ualioſo por ſẽ|[70]pre. Et q*ue* iſto ſeia çerto ȝ nõ ueña en dulta rogam*os* ȝ mãdamos a Aras Peres, not*ario* pub*li*co de Vila Noua de Louren|[71]çáá, q*ue* fezeſſe ende entre nos duas cartas feytas en hũ tenor p*er* teſtemoyas q*ue* eſterõ p*re*ſenteſ: Fernam |[72] Suares, capellam do d*i*to moeſteyro; Johan Paſqual; Nicolao Froyas; Saluador Peres; Ruy Peres, Johan Frãco, moradoreſ |[73] en Vila Noua de Lourẽçáá; Johan Mart*ins*, Fern*ã* Mart*ins*; Johan Domĩgues de Çeleyro ȝ outros. Feyta eſta carta douſ dias por an|[74]dar do meſ de Abril. Era de mill ȝ CCC.[os] XL.[a] y oyto an*nos*.

|[75] Et eu Ares Perez, not*ario* pub*li*co en Villa Noua de Lourẽçaa a todo iſto fuy p*re*ſente ȝ p*er* rogo ȝ p*er* |[76] mãdado das p*ar*tes eſta carta en mia p*re*ſença fige eſcriuir ȝ en ella ſſueſcriuj ȝ puge meu |[77] ſſignal q*ue* tal he (+). P*er* las teſtemoyas ſſobred*i*taſ. Eſta he a carta do |[78] abbade ȝ do moeſt*eyro*.

A. H. N. Lorenzana (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1109, n.º 8. — 200 × 450 mm.

Ocorrem bastantes exemplos de sinais de abreviatura supérfluos.

Linha 42, *Pááços:* ausência de cedilha. — Linha 65, *aiadeſ*: só são totalmente legíveis a primeira e última letra.

Ribadeu, l. 4, 6: actualmente Rivadeo, part. jud. na prov. de Lugo, dioc. de Mondoñedo. *Çeleyro de Muriñãos*, l. 12, etc.: freg. de Santa Cristina de Cillero de Muriñaos, freg. do ayunt. de Cabarcos, prov. Lugo.

1310. Lorenzana.

Maria Peres outorga a favor do abade de Lorenzana carta de venda de todas as herdades que possuía em Santa Cristina de Cillero de Muriñaos e em San Miguel de Vila Chá.

Sabiã quantos eſta carta virẽ commo yo Maria Pereꝯ, hermáá de Clemente Yaneꝯ, raçoeyro |[2] de Mendoñedo cõ outorgamento de meu marido Johã Areꝯ que he preſente, moradores en Çeleyro |[3] de Moriñãos, vendo a uos don Fernã Pereꝯ, abbade do moeſteyro de Villa Noua de Lou|[4]rençaa ⁊ a uoſo moeſteyro todo quanto herdamento ⁊ uoz eu ajo ⁊ deuo por auer en na fijgle/ia de Santa |[5] Criſtina de Çeleyro de Morinaos de montes a fontes chantada ⁊ por chantar que ajo por uoz de |[6] mjna madre Maria Gonçalueꝯ que ſſe faꝯ ho ſeſmo do quarto do caſal de Pááços dos Caualeyros |[7] cõ ſſeus dereytos ⁊ dereyto algũ ſe o ajo na vina que uos Clemente Yaneꝯ concanbiou por lo |[8] qual quarto do caſal eu ⁊ meus hermãos téémos en concanbia ho quarto que chamã de Pumarino que |[9] eſtá cabo da vina que uos Clemente Yaneꝯ deu ⁊ o terreo do Peſegeyro ⁊ ho terreo que jaꝯ alende ho rrio |[10] que chamã Xauariga ⁊ os dos terreos que jaçen aas Figeyras de Tortores ⁊ as duas partes do ſſou|[11]to de Gogido ⁊ ho quarto do ſſouto da Ueyga da Nogeyra ⁊ ho quarto do ſouto de Tortores ⁊ ho quarto |[12] das caſtiñeyras que eſtan ſſobello pááço de Pedro Rodrigeꝯ ⁊ ho quarto da pumarega donega ⁊ ho quarto |[13] da pumarega que diçen das quartas ⁊ ha herdade en que eſteuo a vina que jaꝯ ſſu careyra; outroſi uos |[14] uendo toda quanta uoꝯ ajo por uoz deſta mina nana Maria Gonçalues na fijgle/ia de Sſan Migel de |[15] Villa Cháá ⁊ en ſſeus terminos que pertéécę a eſte caſal de Paaços ⁊ açebj de uos por preço que a mj̃ |[16] muyto prougo, cõuẽ a ſſaber: noue çentos ſoldoſ de moneda leal del Rey don Fernando, .L mor. en dineyros |[17] francos ⁊ quinentos ſoldoſ que eu deuia a Clemente Yaneꝯ, meu hermão, que uos el en mj̃ deu ⁊ duas |[18] fanegas de pan preçadas en çento ⁊ XX ſoldoſ ⁊ ṽua arca preçada en çen ſoldoſ do qual preço me outorgo |[19] por ben pagada ⁊ ſſe mays ual eſta uençõ ca eſte preço doua en doaçõ ao moeſteyro ſobre|[20]dito por mina alma ⁊ renoço a eyceyçõ da pecunia nõ cõtada ⁊ todo outro dereyto eſcrito ⁊ nõ |[21] eſcrito que cõtra iſto podeſe ⁊ tiro a mj̃ do jur da poſiſon deſtes herdamentos ⁊ couſas ſſobreditas |[22] ⁊ meto y a uos ⁊ a uoſo moeſteyro ⁊ outorgo per mj̃ ⁊ per meus bees faꝯer uos ſſenpre eſta uen|[23]çõ de paꝯ. Et eu Johã Areꝯ, marido da dita Maria Pereꝯ, outorgo eſta uençõ ⁊ outroſi outorgo per |[24] mj̃ ⁊ per meus bees faꝯer uolla ſſenpre de paꝯ. Et que iſto ſſeia çerto ⁊ nõ uena en dulta, mãda|[25]mos uos en faꝯer eſta carta deſta uençõ feyta per Ares Pereꝯ, notario publico en Villa Noua de |[26] Lourẽzãa, per

teſtemoyas q*ue* forõ p*re*ſent*e*s: Nicolao G*arci*a, mong*e*s; Cl*e*m*e*nt*e* Yan*e*σ, raçoeyro |[27] de Mendoñ*edo*; Jacome P*ere*σ de Ribadeu; Romeu P*ere*σ, abade de Villa Noua; Domĩgo F*ernande*σ, |[28] juyσ deſe lugar, ⁊ out*r*os. F*ey*ta X dias de Mayo. Era de mill CCC^os^ XL^a^ ⁊ oyto an*n*os |[29]. Et eu Ares P*ere*σ, not*ario* ſſobr*edi*to, a todo iſto fuy p*re*ſent*e* ⁊ p*er* mãdado das p*ar*t*e*s eſta carta |[30] eſc*ri*uj ⁊ en ella puge meu nome ⁊ meu ſſignal q*ue* tal he (+). P*er* |[31] las t*eſte*s ſſobr*edi*tas.

A. H. N. Lorenzana (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1109, n.º 9. — 185 × 290 mm.

Linha 29, *mãdado:* ausência de til sobre a vogal da primeira sílaba.

36

1316. Monforte.

D. Diego Garcia, abade do mosteiro de Monforte, outorga a Rui Gonçalves foro do terreno situado onde esteve a Rua dos Ferreiros e dos «casarellos» que anteriormente foram lagares e estão junto de uma vinha do mosteiro.

Era de mill ⁊ CCC Liiij.º an*n*os, .xij. dias de Mayo. Sabeã q*u*antos eſta carta virẽ com*m*o nos don Diego Garçia, |[2] abbade do moſt*eyr*o de Mõfort*e*, cõ outorgam*en*to do *con*uẽto deſſe míjſſmo lugar a uos Roy Gonçaluez ⁊ a dous amigos ou |[3] amigas húús de pus úús a uoſſo paſſamẽto o hũ q*u*al uos nomeardes ⁊ out*r*o amigo q*u*al nomear aq*ue*l (.....) leyxar|[4]des façemos carta ⁊ damos a foro o noſſo terrẽo q*ue* é das vniu*er*ſarias q*ue* jaz hu eſteuo a Rua dos Ferreyros cõ todas |[5] ſuas dereyt*ur*as ⁊ p*er*tenẽças, o q*u*al terrẽo teuo Johã P*ere*σ, ferreyro, fillo q*ue* foy de P*edr*o U*er*muez ⁊ ſua moll*er* M*ari*a M*artin*z ⁊ jaz |[6] cabo o terrẽo q*ue* uos ora téédes aforado de M*ari*a Ean*e*s, moll*er* q*ue* foy de Diego Gom*e*s, aatal pl*e*ito q*ue* o laur*e*des ⁊ o paredeſ bẽ |[7] et diades ende cada an*n*o áá ovéénça das vniu*er*ſarias dous ſ*oldo*ſ da mon*eda* del Rey don F*er*nãdo ou a cõtia dell*e*s p*er* out*r*a mon*eda* |[8] q*u*al andar cháá en*n*a terra. Out*r*oſſy uos aforamos a uos ⁊ a dous amigos ap*us* uoſſo finamẽto húús de p*us* úús en*n*a man*eyr*a |[9] com*m*o d*i*to é os noſſos caſarellos q*ue* forõ lagares q*ue* eſtã áá peña yndo p*ar*a os moyños de mão deſtra cabo hũa viña |[10] do moſt*eyr*o d*i*to aſſy com*m*o ora eſtã con todas ſuas dereyt*ur*as ⁊ p*er*tenẽças aatal pl*e*ito q*ue* os laur*e*des ⁊ os paredes bẽ et dia|[11]des delles cada an*n*o de rrenda quat*r*o ſ*oldo*ſ da mon*eda* ſob*re* d*i*ta áá

ovéénça da enfermaria por dia de Paſcoa. Et ſe |[12] en eſtes caſarellos feçerdes lagar q*ue* as huuas q*ue* ouuer a ouéença da enfermaria q*ue* ſaquẽ en el o vino dellas ſen a|[13]lugeyro. Et nos q*ue* uos anparemos a dereyto cõ eſto q*ue* uos damos. Et a p*ar*te q*ue* cont*r*a eſto paſſar ⁊ o nõ conp*r*ir peit*e* |[14] áá out*r*a p*ar*te de pẽa çẽ mrs. ⁊ a carta fiq*ue* en ſeu rreuor. Et q*ue* eſto ſeia firme ⁊ nõ veña en dulta mãdamos ende |[15] façer eſta carta p*ar*tida p*er* .a.b.c. T*eſtes*: o abbade ⁊ todóó conuẽto, nomeados D*omingo* P*er*es, p*r*ior, ⁊ Areas F*ernandes* ⁊ Afon*ſo* P*er*es |[16] ⁊ Johã de Bẽ ⁊ Areas M*artins* ⁊ Johã Areas ⁊ Johã Mééndez ⁊ Mig*uel* Ean*es* ⁊ F*er*nã M*artins*, cõfeſſo. Et eu, |[17] Vicẽ*te* P*er*es, frade q*ue* eſc*r*iuy eſta carta p*er* mãdado do abbade ⁊ do conuẽto ⁊ das p*ar*teſ ſob*re* d*i*tas ⁊ foy p*r*eſſent*e*.

A. H. N. Monforte (Lugo). Benedictinos. San Vicente del Pino. Pasta 1197, n.º 7. — 180 × 125 mm. — Carta partida por a b c.

Do lado direito, o documento está manchado, mas tal facto só num ou noutro caso prejudica ou impede a leitura.

Linha 16: no início da linha repete-se ⁊ *Afonſo Peres* já escrito no final da linha anterior.

37

1335. Chantada.

D. João Peres, abade do mosteiro de S. Salvador de Chantada, afora a Lourenço Eanes dois casais situados em Cusanca.

Era de mill ⁊ CCC LXX^a ⁊ tres anos, XXV dias d'Abryl. Sabeam q*u*antos eſta carta virẽ com*m*o nos don Johã P*ereσ*, abbade do moſt*eyr*o de San Saluador de Chãtada, de cõſſúú cõ |[2] o cõuẽto deſe mééſmo lugar, damos a foro a uos L*ourenç*o Yan*n*es, fillo de Johã Payz de Barro, ⁊ a prim*eyr*a moll*er* q*ue* ouu*er*des de dereyt*ur*a ⁊ ha hũ fillo ou filla q*ue* anbos ouu*er*des de ſſúú |[3] ⁊ ſe nõ ouu*er*d*es* fillo ou filla a hũa peſõa q*u*al nomear o poſtrem*eyr*o de uos a ſeu paſamẽto q*ue* ſeia ſemeldue de uos dous caſares de h*er*dade q*ue* o d*i*to moſt*eyr*o a ena villa |[4] de Coſãca no lugar hu chamã as Q*u*intáás os q*u*aes de nos teuerõ aforados Johã F*ernandeσ* ⁊ M*ari*a Oan*n*es a mõt*es* ⁊ a font*es* cõ ſſuas p*er*tééças ⁊ dereyt*ur*as p*er* u q*uer* q*ue* uáá ſo ſigno de San |[5] (*C*)oſmede áátal p*r*eyto ⁊ áátal foro damos a uos os d*i*tos caſares q*ue* os laure-d*es* ⁊ pared*es* bẽ a todas partes en man*eyr*a q*ue* ſe nõ p*er*cã os nouos deſſas h*er*dad*es* cõ m̃jgoa de lauor |[6] (. ..) bõa parãça ⁊ q*ue* tenad*es* as caſas dell*es* feytas ⁊ cobertas ⁊ bẽ paradas ⁊ q*ue* moredes en ellas ⁊ ſeiad*es* noſos vaſallos

chãos, ſſeruẽtes ⁊ obediẽtes ſen outro ſſenorio njhũ |[7] (.) nos que uos anparemos a dereito cõ eſtes caſares commo a cada ũ dos outros noſos vaſallos et que nos rendades cada ano en renda dos ditos caſares dous moyos de pan |[8] (. .) ſſaluo ena noſa jgleia de Santa Maria do Cãpo as duas partes de çentẽo ⁊ a hũa de ſerodeo: o çentẽo en Agoſto ⁊ o ſerodeo en Setẽbro; ⁊ quanto do ſerodeo for orio, ſſeer o meo |[9] corrẽte ⁊ o meo arregoado per tallega dereita da fjgleſia de Santa Maria do Cãpo; ⁊ ſſe ver grãdo ou jeada — do que nos Deus garde — que tolla os nouos das herdades dos ditos caſares que |[10] aquel ano en que for que ſe eſtyme entre nos ⁊ uos commo for dereito ⁊ que nos dedes cada ano por foros dos ditos caſares por dia de San Martin de Nouẽbro çent ſoldoſ da moneda |[11] brãca del Rey don Afonſo ou en outra moneda a cõtia delles ⁊ pagardes de mays cada ano ao comẽdador d'Aſtoreſes quarééta ſoldoſ da dita moneda; et auedes a prouéér hũ dia de cada ano de |[12] comer ⁊ de beuer ao noſo ouéécal que allo andar ſegũdo que o prouéén en cada ũ dos outros noſos caſares que allo teemos aforados en eſa terra, alçãdo força que por nos façã de rrey ou |[13] de ryco ome ou de jnfãçõ. Et eſto uos faɔemos per condiçõ que frey Pedre Pays, tyo de uos o dito Lourenço Yanes, que ſſeia ſſenpre amjgo de nos ⁊ de noſo moſteyro ⁊ das noſas couſas bẽ |[14] ⁊ leal mente cõ ſe ⁊ cõ uerdade ⁊ que nos cũpra da ſſua parte as noſas cartas ⁊ os noſos priuyllegios ⁊ que nollos ajude a mãtéér aos outros en quanto el poder ⁊ que nos nõ faça |[15] deſaforamẽto nẽ deſagiſado a nos nẽ aos noſos omẽes. Et aa morte da poſtremeyra peſõa deſtas tres, os ditos caſares fiquen ao dito moſteyro liures ⁊ quites ⁊ bẽ pagados ⁊ aaquel |[16] tẽpo do dito moſteyro os poſam entrar ⁊ reçeber per ſſua autoridat ſen cõtradizemẽto de n̄jgũ. Et uos, os ditos Lourenço Yanes ⁊ uoſſa moller ⁊ a dita peſſoa, que façades ſeruiço |[17] ao abbade do dito moſteyro cada que for allo a eſſa terra ſegũdo lo fezerẽ cada hũ dos outros ſſeus omẽes que y morarẽ en eſſa terra nas herdades do dito moſteyro. Eu o dito Lourenço |[18] Yanes aſſy reçebo de uos, os ditos abbade ⁊ cõuẽto, os ditos caſſares para m̄j ⁊ para a dita mia moller ⁊ para a dita peſſõa commo dito he. Et obrigo per m̄j ⁊ per todos meus bẽes para o |[19] cõpryr aſſy en todo commo dito he. Et quen a eſto paſſar peyte en pẽa aa voz del Rey ⁊ autra parte que o agardar quiſſer çent mor. da bõa moneda ⁊ a carta ⁊ o foro |[20] fique firme ⁊ valla en ſſeu tẽpo. Et que eſto ſeia çerto ⁊ nõ vena en dulta nos, as ditas partes, rogamos ⁊ mãdamos a Pedro Fernandeɔ, notario en Chãtada, que faça ende |[21] entre nos duas carta[s] partidas per a. b. c. d. anbas en hũ tenor. Teſtes que eſtauã preſentes: Roy Garcia, clerigo de Beeſteyros; Johã Pereɔ de Paderne; Martin Fernandeɔ de Quinteella; |[22] Dom̄jgo de Vaſſcoj; Afonſo Lourenço de Sſorrybas; Lourenço de Mõqỹ; Claudio Martins da Pera Chãa ⁊ outros. Eu Pedro Fernandeɔ, notario en lugar d'Afonſo Fernandeɔ, notario publico del Rey en Chãtada |[23] ⁊ en ſſeu alfoz, a eſto preſente foy ⁊ a rogo ⁊ pidemẽto

das partes eſta carta eſcriuy, eſte sjg(+)nal y fiσ en teſtemoyo de uerdade que tal he.

A. H. N. Chantada (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1069, n.º 14. — 305 × 200 mm. — Carta partida por a b c d.

Na extremidade superior do lado esquerdo, o documento está um pouco danificado, tendo-se perdido, assim, algumas letras no início de algumas das primeiras linhas.

Linhas 8 e 9: sobre a forma *meo* há um til; como, porém, a forma *meo* está bastante representada na Galiza, é difícil saber se se trata de um til supérfluo ou se, pelo contrário, deve ser interpretado como sinal de abreviatura da forma plena *medeo* ou *medio*, também registada em documentos dessa região. — Linha 11, *cõtia*, linha 12, *ſegũdo:* com esquecimento do til. — Linha 12, *alçãdo:* pelo sentido parece faltar o til sobre a vogal da segunda sílaba; *nos* na entrelinha. — Linha 13, *ou:* repetição desta forma já registada no final da linha anterior. — Linha 14, *uerdade:* repetição da segunda sílaba, *uerdadade.* — Linha 16, *autoridat:* til inútil. — Linha 19, *autra:* resultado da contracção da preposição *a* + *autra*. — Linha 21, *cartas:* esquecimento evidente da letra *s*. Na mesma linha, falta ponto depois de *d* «cartas partidas per a. b. c. d.(...).». Assinalei-o de acordo com o critério usado pelo notário nas formas anteriores.

Chãtada, l. 1, l. 20, l. 22: antiga jurisdição da província de Lugo. *Coſãca*, l. 4: deve tratar-se de San Cosme de Cusanca, freg. do ayunt. Frijo, prov. Orense. *Santa Maria do Cãpo*, l. 8: freg. do ayunt. de Irijó, prov. Orense. *Aſtoreſes*, l. 11: San Julián de Aſtureſes, freg. do ayunt. de Boborás, prov. Orense. Compreende vários lugares, um dos quais Astureses.

38

1404. Monforte.

D. Afonso Lopes, abade do mosteiro de Monforte, outorga a Ares Gomes foro do casal de Pacio, na freguesia de San Cosme de Liñares.

Sabeam quantos eſta carta uyrẽ commo nos don Afonſo Lopeσ, abade do moſteyro de Mõforte, |2 con outorgamento do prior ⁊ conuẽto de eſe meeſmo lugar aforamos a vos Ares Gomeσ, morador en |3 Villa Chãa de Saluadur ⁊ a duas perſoas apus uos hũa qual uos nomeardes ⁊ outra qual |4 nomear aquela que de uos for nomeada, conuẽ a ſaber, o noſo caſar a que chamã do Paa|5çeo que he enna freygueſia de Sant Coſmede de Lyñares, a montes ⁊ a fontes per u quer |6 que uáá ſub o dito ſynno a atal pleito ⁊ condiçõos que o lauredes ⁊ paredes ben ⁊ o moredes |7 per uos ou per outro ⁊ diades del en cada hũ anno per lo noſo moordomo de Villa Chãa |8 enno meſ d'Agoſto deσ teegas de grãa lynpia de póó ⁊ de palla en eſta maneyra: |9 as duas terças de tẽporão ⁊ a hũa de ſerodeo per teega dereyta de Mõforte; et a ſegunda |10 perſoa que dia eſa meeſma rrenda segundo dito he ⁊ a terçeyra

perſoa que dia treſ quarteyros |11 enna maneyra que ſobredita he. Et daredes mays de rrenda en cada hũ anno uos |12 et a ſegũda perſõa dous mrs. longos d'oyto en ſoldo o mor. ⁊ a terçeyra perſõa que dia treſ |13 mrs. da dita moneda por dia de Sant Martino de Nouẽbro en paz ⁊ en ſaluo no dito moſteyro; |14 et que poñades no dito lugar dooe aruores preſas de garfos ⁊ de reyσ et |15 seiades vaſalos ſeruẽtes ⁊ obidientes uos ⁊ as ditas perſoas et pagaredes por |16 loytoſa uos aa uoſa morte dooe mrs. et as outras segundo vſo ⁊ cuſtume da terra. |17 Et eu, o dito Ares Gomeσ, por mj̃ ⁊ por las ditas perſõas aſy o rreçebo enna maneyra et |18 condiçõos que sobre dito he et a parte que contra eſto paſar ⁊ o nõ conprir peyte aa outra parte |19 de pena çent mrs. et a carta fique en seu reuor. Que foy feyta enno dito moſteyro, quatro dias |20 do meſ de Janeyro, anno do naçemento de noſo Saluador Ihesu Chriſto de mjll ⁊ quatro çentos ⁊ quatro |21 annos. Teſtemoyas que forõ preſentes: Gonçaluo Fernandeσ, morador en Villa Chãa, ⁊ Ruy Çapateyro, morador enna |22 Peçyña, Afonſo Gonçalueσ, fillo do dito Gonçaluo Fernandeσ, ⁊ Juã Areσ, clerygo de Villa Chãa. Et por que |23 eſto seia çerto et nõ veña en dulta, mãdamos faσer duas cartas en hũ tenor partidas |24 per .a.b.c. Et por mayor firmjdũe eſcripuyo aqui o dito don abade seu nome. Et eu Afonſo |25 Gonçalueσ, prior ⁊ eſcripuã do dito moſteyro as fiσ eſcripuyr en mjña preſença et a paſamento da puſtrimeyra |26 perſõa fique o dito caſar liure ⁊ quito ao dito moſteyro ⁊ en bõo paramento.

|27 Nos, Alfonſſuſ Lupi, abbas.

A. H. N. Monforte (Lugo). Benedictinos. San Vicente del Pino. Pasta 1198, n.º 7. — 190 × 250 mm. — Carta partida por a b c.

Linha 2, *Ares Gomeσ*: escrito na entrelinha. — Linha 9, *teega:* há um til inútil sobre a palavra.

Sant Coſmede de Lyñares, l. 5: freg. do ayunt. de Puebla de Brollón, prov. Lugo. Uma das aldeias chama-se Liñares. — *Peçina*, l. 21: aldeia do município de Monforte, prov. Lugo.

39

1405. Lugo.

D. frei João, bispo de Lugo, outorga a Rui Martins foro de todas as herdades que a Igreja de Lugo tinha no couto de Soñar assim como dos três quartos do senhorio do mesmo couto.

Sabean quantos eſſta carta byren commo nos don frey Iohã do Freyxo da Orden dos Preigadores, por la graçia |2 de Deus et de Santa Igleia de

Roma obiſpo de Lugo, aujdo noſo acordo de ljuraçon, beẽdo que he prol et proueito dos bẽes |3 de noſa igleia, aforamos a uos Ruy Martinꝺ de Soñar por en uoſa bida et de outras duas peſõas depus uos algũa |4 qual uos nomeardes ȝ declarardes en uoſa bida ou a tẽpo de uoſo finamento et a outra qual nomear ȝ declarar aquela que |5 per uos for nomeada ȝ declarada; et nõ ha[uendo] declarado uos en uoſa bida ou a tẽpo de uoſo finamento que ſeia aquela que de dereyto |6 ſuçeder en uoſos bẽes conuẽ a ſauer todas llas noſas erdades que nos auemos ȝ nos perteſçen en qual quer maneyra |7 por nome da dita noſa igleia et biſpado en todo o couto de Soñar cõ os tres quartos do senorio do dito couto as quaes ditas |8 erdades et ſſenorijo do dito couto uos aſſy aforamos cõ todos ſeus dereytos et pertenẽças, jures ȝ poſſysões, a mõtes et a fontes |9 per u quer que bãa sub o signo de Sſan Pedro de Soñar cõ tal condiçõ que uos et as ditas peſoas dedes et pagedes de cada hũ ano |10 a nos et aqueles que depoys de nos vierẽ, aa dita igleia ȝ biſpado deꝺ oytauas de çentẽo linpo de poo et de palla per teega |11 dereyta en paꝺ, en ſaluo, eno dito couto polo meſ de Agoſto et que façades laurar et parar ben todas llas ditas erdades ȝ as tire |12 des donde jazẽ aſcondidas et negadas ȝ as tornedes ȝ ajũtedes con as que ora andan ſabudas ȝ juntadas et que cubra|13des et coregades todos llos formaas de caſas perteſçentes a eſtas ditas erdades que agora jaꝺen derribados et por cobrir |14 et que façades mays ennas ditas herdades doze aruores de froyta que ſeiã feytas bõas et sen malljsja; et a paſamento da puſtru|15meyra peſõa, que as ditas herdades et couto fiquen ljures et quytas ȝ deſenbargadas a dita noſa igleia ȝ biſpado cõ todos llos bõos |16 paramentos que en ellas forẽ feytos ȝ cõ as caſas et aruores feytas ſegundo ſobre dito he. Et eu, o dito Roy Martinꝺ, por mj̃ et por |17 llas ditas peſõas aſy reçebo de uos, o dito ſeñor obiſpo, o dito foro das ditas herdades et ſeñorio do dito couto cõ todas llas clau|18ſolas ȝ condiçõos per uos ſobre ditas; et prometo por mj̃ ȝ por llas ditas peſſõas de as teer et gardar et conprir en todo et dem|19ays por eſta grã merçee que me uos o dito señor obiſpo façedes dou a uos ȝ a uoſa igleia para senpre et por jur de herdade a mjna |20 herdade que eu aio eno meu couto de Vilalurte a que chamã a erdade que foy de Roy Cão, a qual dita erdade uos aſy dou cõ to|21das ſuas caſas et aruores et chantados et dereyturas et pertenẽças, jures ȝ poſysões a mõtes et a fontes per u quer que vaa enno dito |22 couto sub o signo de Santa Maria Madanella de Coeſes et de Sſayoane de Pena et obrigo de uola faꝺer de paz a todo tẽpo pe|23los outros meus bẽes, pero que eu tena eſta dita erdade en eſte dito foro por eſtas ditas deꝺ oytauas de çenteo et ho tẽpo |24 acabado do dito foro, que eſta dita herdade fique ljure et quyta et deſenbargada a uos o dito ſeñor obiſpo et a uoſa igleia para senpre |25 cõ todos llos bõos paramentos que en ela forẽ feytos. Et nos, o dito ſeñor obiſpo, aſy o outorgamos todo. Et por que ſeia certo, |26 rogamos ȝ mãdamos Afonſo Tourõ, noſo notario

prubico, que faça de todo eſto duas cartas firmes, anbas en hũ tenor. Feyto |27 foy eſto en Lugo, XXV dias andados do mes de Abril, ano do naſçemento de noſo Señor Ihesu Chriſto de mjll et quatroçentos et |28 çynquo anos. Teſtemoyas que a eſto forõ preſentes: don Pedro Ares, archidiago de Aueãcos ena igleia de Lugo; Aluaro Pereσ de Rio, ſobriño |29 do dito señor obiſpo, ⁊ Lopo Dias, camareyro, notario do proprio, et Rodrigo Ares de Mera, eſcudeyro do dito señor obiſpo, ⁊ outros. Et eu A|30fonſo Tourõ, notario publico de Lugo por actoridade do ſeñor obiſpo deſe lugar, a eſto |31 que ſobre dito he cõ as ditas teſtes preſente fuy et per mãdado do dito ſeñor obiſpo et do dito |32 Roy Martinσ eſta carta en mjna preſença fiσ ſcriujr et puge en ella meu ſignal en |33 testemoyo de verdade. *(Signo).*

A. H. N. Lugo. Catedral. Pasta 1332G, n.º 21. — 250 × 260 mm.

Na metade superior do pergaminho, do lado direito, há vestígios de o documento ter estado cosido.

Neste documento nem sempre é muito clara a distinção entre determinado tipo de *v* e *b*.

Linha 5, *ha[uendo]*: o sentido da frase exige o gerúndio; provavelmente, o copista não registou, por lapso, as duas sílabas finais. — Linha 6, *ſuçeder: u* escrito na entrelinha. — Linha 6, *erdades:* repetição da palavra. — Linha 11, *façades:* ausência de cedilha. — Linha 29, ⁊ *Lopo Dias:* repetição de ⁊. *Proprio:* no manuscrito, *pp.* com sinal de abreviatura sobreposto.

Sſan Pedro de Soñar, l. 9: freg. do ayunt. de Lugo; uma das aldeias chama-se *Soñar*. *Santa Maria Madanella de Coeſes*, l. 22: Santa Maria Madalena de Coeses, freg. no ayunt. e prov. de Lugo. *Sſayoane de Pena*, l. 22: actualmente San Juan de la Pena, freg. do ayunt. e prov. Lugo. *Aueãcos*, l. 28: Abeancos, antiga jurisdição da Galiza, composta de várias freguesias, entre as quais Abeancos.

40

1407. Gonce.

D. João Gonçalves, prior do mosteiro de San Martín de Acoba, afora a Afonso Bujan metade do casal de Portotide.

Sabean quantos eſta carta virẽ commo nos don Juã Gonçalueσ, prior do moeſteyro de San Martino d'A|2coua, con outorgamento dos cõõgos do dito moeſteyro que eſtan preſentes et outorgã[tes], faσemos carta |3 et damos a foro a uos Afonſo Bujan, fillo de Lopo Afonſo Bujã et de Tereyia Uaſqueσ, et a duas perſõas |4 apus vos, hũa qual uos nomeardes a voſo finamento et outra qual nomear aquela que vos no|5meardes; et nõ nomeãdo perſõa por

ventura *que* fiq*ue* a q*ue*n ouver de herdar os voſos bẽes |[6] de dere*y*to. Conven a ſab*er* q*ue* uos aforamos, com*m*o dito he, a meatade do caſar de Portotide q*ue* tra|[7]gia a dita T*ere*y*i*a U*a*ſqu*eo*, voſa nana, cõ ſuas caſas et aruor*es* et entradas et ſeydas et p*er*tenẽças |[8] et dere*y*tur*as*, a montes ⁊ a fontes p*er* hu q*ue*r q*ue* vaã su ſigno de San Jullão de Mourelos, ſeg*un*do q*ue* o a dita |[9] T*ere*y*i*a U*a*ſqu*eo*, voſa nana, tjña aforado do dito m*oe*ſteyro, atal pleito et con*di*çõ q*ue* o laured*es* et pared*es* bẽ |[10] et teñad*es* as caſas do dito lugar cubertas et en bõo eſtado com*m*o ſe nõ p*er*gã cõ mj̃goa |[11] de lauor et de bõo param*en*to et nos dede*s* de cada hũ an*n*o do dito lugar uos et as ditas p*er*ſõas |[12] hũ moyo de vjño mole aa bica do lagar medido p*er* medida dere*y*ta de Mourelos p*er* ome do dito |[13] m*oe*ſteyro et q*ue* nos dede*s* de rrenda cada an*n*o et ao dito m*oe*ſteyro oyto mor. da mone*d*a q*ue* andar chãa na |[14] terra et hũ capõ por dia de San M*ar*tino et a morte de cada p*er*ſõa q*ue* pague por loytoſa dez mr. |[15] da dita mone*d*a; et o dito m*oe*ſteyro q*ue* uos defenda a dere*y*to cõ o dito foro; e eu o dito Afon*ſo* Bujã por mj̃ et por |[16] las ditas p*er*ſõas aſy reçebo o dito foro de uos os ditos p*r*ior et cõõgos; et obrigo mj̃ et meus |[17] bẽes ⁊ das ditas p*er*ſõas de o *con*p*r*irmos en todo; et nos os ſobre ditos aſi uolo outorgamos; et |[18] q*ua*l de nos as ditas p*ar*tes *con*tra eſto q*ue* dito he paſar et o aſy nõ *con*p*r*ir peyte de pẽna q*ui*ñẽtos mor. |[19] aa p*ar*te q*ue* o *con*p*r*ir et aa uoz del rey de p*er* medio; et a pena paga ou nõ, eſta dita car*t*a et foro fiq*ue* |[20] firme et ualla en ſeu t*en*po. Et por q*ue* eſto ſeia ç*er*to, nos as ditas p*ar*tes rogamos a Juã F*er*nande*o* |[21] de Gonçe, not*ar*io pu*b*lico de terras de Saujñao et Sardine*y*ra por lo señor o conde don Fadriq*ue* q*ue* faça |[22] delo duas car*t*as as mays firmes q*ue* poder, anbas en hũ tenor, tal hũa com*m*o outra ſe*y*tas |[23] en*n*o dito m*oe*ſteyro vijnte et hũ dias de Agoſto, an*n*o do naſçem*en*to de noſo Saluador Ihe*s*u *Chri*ſto de mjll |[24] et q*ua*troçẽtos et sete an*n*os. Te*ſt*es q*ue* eſtauã pre*ſ*entes: Lour*en*ço de Coynas et Eſte*u*o Bota de Froyã et Nuno |[25] Gonçalue*o* et Pedro Afon*ſo*, eſcriuães de mj̃, o dito not*ar*io, et outros.

|[26] Et eu Joh*an* F*er*nande*o* de Gonçe, not*ar*io pp*u*b*li*co ſobre dito das ditas terras por lo dito Señor |[27] conde, a eſto q*ue* dito he cõ as ditas te*ſt*es preſente foy et a rogo das |[28] ditas p*ar*tes eſta car*t*a eſcriuj et en ela meu ſigno fiz en te*s*t*imo*yo de (+) u*er*dade q*ue* he tal.

A. H. N. Acoba (Lugo). San Martín. Pasta 1065, n.º 4. — 200 × 180 mm.

Linha 15, *moneda:* estão manchados *o* e *n.*—Linha 24, *Lourenço:* falta a cedilha.

San Martino d' Acoua, l. 1-2: freg. do ayunt. *Saviñao,* prov. Lugo. *San Jullão de Mourelos,* l. 8: freg. do ayunt. de Saviñao, prov. Lugo. Um dos lugares chama-se Mourelos. *Gonçe,* l. 21: há, na provincia de Lugo, dois lugares com este nome, um no ayunt. Lugo, freg. San Miguel de Bacurin e outro na freg. de Santa María de Villafiz, ayunt. Friol.

1410. Viveiro.

O mosteiro de São Domingos de Viveiro afora a Afonso Lopes de Galdo e a Rodrigo Ares de San Pedro de Viveiro os bens que foram de João Franco.

Saban quantos eſta carta viren commo nos o conuento ⁊ frayres do moeſteiro de San Domĵgo de Vjueiro ſeendo enno capitolo do dito |2 moeſteiro ajuntados en capitolo per canpãa tanguda ſegundo que o avemos de vſo ⁊ de coſtume cõ frey Lopo Lopes, |3 prior do dito moeſteiro, ⁊ cõ frey Pedro do Valedouro ⁊ frey Lopo de Gualdo, maeſtres en ſanta theoleſia, et |4 frey Juã de Gualdo ⁊ frey Martĵ por ben ⁊ frey Afonſo Martinσ ⁊ frey Afomſo Bonomẽ ⁊ frey Aras de Galdo ⁊ frey |5 Diego Peres ⁊ frey Gonçaluo de Viueiro, doutores ⁊ conuẽtuaas do dito moeſteiro de San Domĵgo de Viueiro, por |6 nos ⁊ en nomme dos outros frayres ⁊ conuento do dito moeſteiro aforamos a vos, Afonſo Lopes de Gualdo, notario, ve|7σiño de Vjueiro, ⁊ a uoſas uoσes enna meatade ⁊ a vos, Rodrigo Ares, morador en San Pedro de Vjueiro, ⁊ a voſas |8 voσes enna outra meatade para ſenpre ja mays a terça parte entregamẽte de todos los beẽs ⁊ herdamẽtos |9 ⁊ aruores ⁊ bouças ⁊ vedros ⁊ herança que ficou de Iohan Franco ennos quaes ditos beẽs uos los ſobre ditos auedes |10 las outras duas partes. Et auedes las de laurar ſen maliçia ⁊ dar nos de foro ⁊ a noſa voz en cada hũ |11 anno para ſenpre vijnte rrayaas de prata de cõto ⁊ de peſo ou moneda que os valla a viſta do prior ou do |12 prelado do dito moeſteiro por dia de Natal. Et prometemos ⁊ outorgamos de uos faσer de paσ a dita terça |13 parte dos ditos beẽs que uos aſy aforamos para ſenpre ja mays per los beẽs do dito conuẽto que uos para elo |14 obligamos; et aa morte de cada ũ de uos avedes de nomear cada hũ por ſy hũa perſoa a que fique |15 o dito aforamẽto para que page o dito foro ao dito moeſteiro ⁊ conuento del. Et nos os ditos Afomſo |16 Lopes ⁊ Rodrigo Aras cada ũ de nos por ſy ⁊ por noſas uoσes ſomos a eſto preſentes et aſy |17 rreçebemos a dita terça parte dos ditos beẽs que asy ficarõ do dito Juã Franco por lo aforamẽto ſobre dito |18 de uos o dito prior do dito moeſteiro ⁊ frayres ⁊ conuẽto del. Et prometemos ⁊ outorgamos de uos pagar |19 o dito foro enna dita moneda en cada hũ anno enno dito dia de Natal et ſu pẽna de todas las cuſtas ⁊ dap|20nos que vos o dito cõuento ⁊ frayres del feσerdes ⁊ rreçeberdes ennos acadar. Et para o aſy teermoſ |21 et cõpliremos cada ũ de nos por ſua parte, obligamos vos a elo a nos ⁊ a noſos beẽs. Et sobre eſto |22 que dito he nos as ditas partes ⁊ cada hũa de nos por ſi rrenuçiamos ⁊ partimos de nos ⁊ doutros por |23 nos ⁊ do dito moesteiro ⁊ conuẽto ⁊ fraires del todas leys ⁊ dereitos et foros eſcritos ⁊ nõ eſcriptos |24 geeraas ⁊ eſpeçiaas, canonjcos ⁊ çiujs, enperiaas ⁊ rrayaas ⁊ todas cartas ⁊ preujlegios de merçede et |25 de franqueσa

ꝛ libeldade. Et todo benefiçio de lee ꝛ de rreſtetuyçõ yntegra q*ue* en cont*ra*rio deſto |[26] q*ue* d*i*to he podeſen ſer ꝛ nos aver ꝛ alegar ꝛ a lee ꝛ d*ere*ito q*ue* di*σ* a rrenuçiaçõ en geeral nõ valer |[27] ſeendo dela ꝛ das out*ra*s en con*tra*rio çerteficados mãdamos ꝛ out*or*gamos q*ue* nos nõ valla. Et valla |[28] eſta c*ar*t*a* ꝛ q*ua*nto em ela he eſcr*i*to. Et por q*ue* seja çerto out*or*gamos ꝛ mãdamos d*e*lo ſa*σ*er duas c*ar*tas |[29] em hũ tenor tal hua com*m*o out*ra* p*ar*a cada hũa de nos as p*ar*tes a ſua ꝛ mays as q*ue* cõplirẽ |[30] aas p*ar*tes. P*er* Juã Fern*andeσ* Sa*σ*jdo, not*ari*o ve*σ*jño de Vju*eir*o, foi en*n*o capitolo do d*i*to moeſt*eir*o de San D*omin*go de |[31] Vju*eir*o, vijnte ꝛ oyto dias d'Outubr*o*, an*n*o do naſçemẽto de noso Saluador Ih*es*u *Chriſt*o de mjll et |[32] q*ua*troçẽtos ꝛ dez an*n*os. T*eſtes* q*ue* a eſto p*re*ſent*es* forõ: P*edro* M*ar*t*i*no, Afon*ſo* Yan*es* de Sagad*e*, not*ari*os, ꝛ Juã Rapa, |[33] corre*eir*o, Fernã M*ar*t*in*s, carnjç*eir*o, ve*σ*jños da d*i*ta villa de Vju*eir*o, ꝛ out*r*os. Et eu Iohan Fern*andes* Sſa*σ*ido, |[34] not*ari*o publico de noſſo Señor el Rey en Viu*eir*o, a eſto q*ue* d*i*to he cõ as d*i*tas t*eſtemoyas* p*re*ſent*e* |[35] foy ꝛ esta c*ar*t*a* fi*σ* esc*ri*pujr p*ar*a o d*i*to cõuento ꝛ puge aq*ui* eſte meu sig(+)no en tes*timoyo de* |[36] v*er*dat.

A. H. N. Códice 290B (Libro de foros y otras escrituras del convento de dominicos de Santo Domingo de Vivero (Lugo). Siglos XIV y XV), fol. 24.

Linha 5, *conuẽtuaas:* til sobre a última sílaba. — As formas *rrayas* (l. 11 e 24), *geeras* (l. 24), *enperias* (l. 24) e *eſpeçias* (l. 24) apresentam um til ou sinal de abreviatura sobre a última sílaba. É difícil saber se se trata de um til supérfluo como o assinalado para a forma *conuẽtuaas* ou se indica tratar-se de formas abreviadas, devendo, neste último caso, desdobrar-se a terminação em *-aas*. Optou-se por esta última interpretação. — Linha 29, *tenor:* til supérfluo sobre a palavra.

Galdo, l. 4; *Gualdo*, l. 3, 4 e 6: antiga jurisdição na província de Mondõnedo, composta de várias freguesias, entre as quais Santa María de Galdo. *Sagade*, l. 32: provavelmente *Segade*, lug. da freg. de Santa María de Cabanas, ayunt. Riobarba, prov. Lugo.

42

1414. Lugo.

João Rodrigues deixa em testamento à igreja de Santa Maria de Lugo duas casas situadas em Ponferrada, ficando o cabido com o encargo de, todos os anos no dia de Santa Águeda, fazer uma procissão e celebrar uma missa cantada no altar-mor; nos dois dias que se seguem, deve ainda ser celebrada outra missa no mesmo altar e rezados responsos, de manhã e à tarde, por sua alma e de Sancha Gomes, Constança Afonso e Isabel.

En*n*o nome de Deus, amẽ. Sab*e*am q*ua*ntos eſta car*t*a de teſtam*en*to viren com*m*o eu Joh*a*n Ro*drigueσ*, arch*ediag*o de Daçon en*n*a igl*e*ia cathe-

dral de Santa Maria de Lugo et vigario gẽeral enno ſpiritual et temporal enna igleia et obiſpado de Lugo porlo moyto onrrado padre et |2 señor don frey Johan Enriquiz, meeſtro en ſanta theoloſia porla graça de Deus e da ſanta igleia de Roma obiſpo de Lugo, seendo fraquo et jazendo doente de doença natural do corpo, pero cõ todo meu ſiſo et en[ten]demento conprido qual Deus teuo por ben de me dar, aſy ordeno de mjñas couſas |3 et bẽes et faço meu teſtamento que valla et ſeja valioſſo deſpoys de miña morte para ſenpre: primeyramente mando mjña alma a meu ſeñor Ihesu Chriſto, Deus Padre et Fillo et Spiritu Santo, treſ perſonas en hũa eſſençia deujnal, et rogolle perla morte et paſion que el tomou enna verdadeyra cruz para |4 ſaluar a mj̃ et a todo ho ljnageen humanal que me perdoen; et roguo aa Virgen Santa Maria, ſua madre, abogada dos pecadores, cõ toda a corte çeleſtial que lle rogue por mj̃ que me queyra perdoar; et mãdo meu corpo ſepultar dentro enna dita igleia cathedral de Santa Maria de Lugo, ante ho altar que eu fige |5 de Santa Agata entre medias de duas ſepulturas que y gaaney porlo qual et por ſerujço de Deus et da Virgẽe Maria et de todos los Santos da corte çeleſtial; mãdey et mando as mjñas duas caſas que ſon enna vila de Ponferrada que eſtan en par de Santa Maria da dita bila de Ponferrada junto cabo ao (.....)|6ria porlas quaes caſſas o cabidoo da dita igleia de Lugo me ha de faσer de cada anno para ſenpre ja mays hũa proçiſſon en dia de Santa Agata cada anno de que an de auer deσ et ſeys mrs. de moneda bella cada anno por cada proçiſſon; et en outro dia de Santa Agata ſeguente me an de diσer hũa miſſa can|7tada enno altar mayor et an de ſeyr todo o cabidoo ſobre mj̃ a diσer hũ reſponſſo perla manãa aa ſayda da dita miſſa et outro aa beſpera cõ canpãas tangidas et logo en outro dia ſeguente que eſo meeſmo me digan enno dito altar mayor outra miſſa cantada; et ſayan diσer o dito |8 reſponſſo aa noyte et aa manãa por mj̃ et por Sancha Gomeσ, mjña tia, et por Coſtança Afonſſo et por Yſabel et por aqueles a que eu ſõo tiudo et obligado; et todo quanto mays renderen as ditas caſas que ſejan dos anjuerſarios et de aqueles que aly foren a diσer as ditas miſſas et |9 reſponſſos et proçiſſon. Et mãdo que as ditas caſas que fiquen libres, quitas et deſenbargadas de aqui en diante para ſenpre ao dito cabidoo et anjuerſarios para faσer perlo que elas renderen todo o ſobre dito. Et mãdo que aquel dia que me finar que me tenã faſta outro dia et me fagan as bigilias |10 et exſequitas et onras que mellor poderen et lles Deus der de graça ſegundo que perteeſçe a meu eſtado et me enterren en hũ atoude. Item mãdo que venã os frayres de San Domj̃go et de San Françiſco diσer ſobre mj̃ ſenllas vigilias o dia que me eu finar et en outro dia quan|11do me enterraren que digan ſenllas miſſas cantadas et ſeus reſponſſos et me digan aa noyte outras ſenllas vegilias et venã ſobre mj̃ todo ho oytaual aa noyte et aa manãa diσer ſenllos reſponſos; et eſo meeſmo que me digan enno moſteyro nouo outra |12 miſſa cantada aquel dia que me ſepultaren ⁊

lles den por ſeu traballo aq*ue*lo q*ue* for ra*c*onable. I*tem* mando q*ue* me diga o cabidoo da d*i*ta igle*i*a todo ho oytaual cada dia aas veeſp*er*as hũa vigilia et lles den de beber et mays de*c* mrs. de mon*eda* bella por cada vigilia. I*tem* mãdo |[13] q*ue* o dia q*ue* me ſepultaren ou en outro dia q*ue* me façan di*c*er miſſas porla mjña alma et das d*i*tas Sancha Gom*ec* et Coſtança Afon*ſo* et Yſabel et de aq*ue*l*es* a q*ue*n eu et elas ſomos tiudos aq*ue*las q*ue* viren q*ue* mellor ſera et ſ*er*ujço de Deus. I*tem* mãdo q*ue* digan dous t*r*ijntanarios |[14] et du*c*entas miſſas, a m*e*atade aq*ui* et a outra m*e*atade en Ponferrada q*ue* mãdou di*c*er Coſtança Afon*ſo* et Sancha Gom*ec* porlas ſuas almas et porla mjña et de aq*ue*l*es* a q*ue* nos ſomos tiudos. I*tem* mãdo q*ue* den ſeys peles a mulle*r*es p*r*oues ver*g*onçoſſas q*ue* mãdou da*r* a d*i*ta Sancha |[15] Gom*ec* et Coſtança Afon*ſo*. I*tem* mãdo q*ue* den a Joha*n* Lope*c* de Ponferrada et a ſua mull*er*, c*r*iada da d*i*ta Sancha Gom*ec*, o pan*n*o q*ue* lle mãdou da*r*, deſcontando du*c*entos et de*c* pare*s* de brancas q*ue* lle eu p*re*ſtey ſobr*e* la caſa do forno. I*tem* mando q*ue* as couſas q*ue* nõ foren conp*r*idas ao tenpo |[16] do meu finame*n*to do q*ue* mandou Sancha Gom*ec* en ſeu teſtame*n*to q*ue* as cunplan aq*ue*l*es* q*ue* ficaren en meu lugar. I*tem* mando aas treſ confrarias de Lugo de San Bertolameu et de San Mjg*ue*ll et de S*an*ta Cathaljn*n*a a cada hũa de*c* mrs. et q*ue* lles paguẽ vynte mrs. a cada hũa q*ue* lles deuja dante. |[17] I*tem* mãdo aos p*r*oues de San La*c*ero de Lugo de*c* mrs. I*tem* mãdo a meus herd*eyr*os et conp*r*idor*es* q*ue* hũ arcaço q*ue* eu teño en caſa q*ue* o poñã atado cõ hũa cadea de ferro et cõ hũ cadeado ao pe do altar de S*an*ta Agata; et leyxolles ſeſeẽta varas de lenço de q*ue* façan duas veſti-|[18]mẽtas, hũa q*ue* eſté en*n*o d*i*to arcaço p*ar*a di*c*er as miſſas et outra p*ar*a cõ q*ue* me ſepulten. I*tem* mãdo q*ue* deſ q*ue* teueren g*ui*ſado q*ue* buſq*ue*n hũ bõo cale*c* de p*r*ata et q*ue* o ponã en*n*o d*i*to arcaço p*ar*a q*ue* ſe digan as miſſas cõ el en*n*o d*i*to altar de S*an*ta Agata; et q*ue* buſq*ue*n hũa ara p*ar*a o d*i*to |[19] altar et cantariños p*ar*a a agoa et p*ar*a o vjño q*ue* eſten dentro en*n*o d*i*to arcaço. I*tem* mando mays o meu bribiario grande et ho outro peq*ue*no q*ue* o poñã en*n*o d*i*to arcaço p*ar*a q*ue* re*c*en p*er* eles os capelaes et outros algũos da d*i*ta igle*i*a ſe os ouuerẽ meſt*er* cõ tal q*ue* ſejan logo torna|[20]dos aly de g*ui*ſſa q*ue* ſe nõ p*er*gan. I*tem* mando q*ue* deyten duas pedras de graão ant*e* o d*i*to altar de S*an*ta Agata ſobr*e* las duas ſepult*ur*as q*ue* eſtan ant*e* o d*i*to altar, hũa en q*ue* ja*c* Sancha Gom*ec* et outra en q*ue* ja*c* Yſabel et q*ue* tornẽ hũa delas aly en*n*a ſepult*ur*a en q*ue* me eu mãdo deytar; |[21] et aq*ue*la q*ue* ja*c* ſobr*e* la d*i*ta ſepult*ur*a q*ue* a lançen ſobr*e* hũa das outras et q*ue* façan labrar ſobr*e* cada pedra ſenllos caſtelos feg*ur*ados. I*tem* mãdo q*ue* as couſas q*ue* nõ foren conp*r*idas ao t*e*npo do meu finame*n*to do teſtame*n*to de Yſabel q*ue* as cunplan meus exſecutor*es*. I*tem* mãdo q*ue* |[22] hũa sen*ten*ça q*ue* oyue da ermjda de Brabos contra os herd*eyr*os dela, q*ue* a den ao cabidoo da igle*i*a de Lugo. I*tem* a d*i*ta hermjda de Brabos et o paçio ⁊ as outras

obras et benfeytorias q*ue* eu en ela fige dou as et mandoas ao cabidoo da igl*e*ia de Lugo et pido lles et |[23] rogo da p*ar*te de Deus et da Vi*r*geen S*an*ta M*ari*a aos señor*e*s et p*er*ſonas et coẽgos do d*i*to cabjdoo q*ue* façan por tal man*eyr*a com*m*o a renda da d*i*ta h*er*mjda aneyxen aos anju*er*ſſarios et p*ro*çiſões et pague os aq*ue*l q*ue* for amjſtrador por q*ue* nehũa p*er*ſõa leyga nẽ out*r*a p*er*ſona |[24] nõ aja a d*i*ta h*er*mjda nẽ as rendas dela, saluant*e* o d*i*to cabidoo. Et req*ui*ro lles da p*ar*te de Deus et poño ſobr*e* carrego de ſuas almas q*ue* ſe eu ſõo tiudo ou obligado por ela a algũa p*er*ſõa leyga de d*er*e*y*to q*ue* poña as rendas dela en tal man*eyr*a q*ue* ſeja ſ*er*ujço de Deus et mjña |[25] alma ſeja deſcarregada. It*em* acharan en mjña eſc*r*ipt*ur*a hũa ſen*ten*ça de com*m*o vençi aos q*ue* deuen os vodos et mando q*ue* a den ao d*i*to cabidoo. It*em* mando a Lourenço Yan*eσ*, pelit*eyr*o, todo o pan q*ue* me deuen de Meylaen deſte an*n*o p*re*ſent*e* et mays ſeyſçentos mrs. de mon*ed*a vella |[26] et hũa arqua de leuar pan q*ue* ſé aq*ui* en eſta caſa et dous cabeçaes et hũa colcha de pan*n*o barrada et hũa meſa de mantees p*ar*a q*ue* o dé todo en caſam*en*to a Tereyja, ſua filla; et mãdo lle mays o p*re*ſtamo q*ue* de mj̃ ten. It*em* mãdo a Diego de San M*ar*t*i*no, meu c*r*iado, çento |[27] et çinq*u*oeenta mrs. p*ar*a veſtir et q*ue* lle q*ui*ten hũa eſpada q*ue* eu mãdey fa*σer* et lla den cõ o garnjm*en*to q*ue* me deu Gonçaluo P*ereσ*; et mando lle mays a mjña beeſta cõ ſeu çinto q*ue* el agora trage. It*em* mãdo a Rodrigo Afon*ſo*, not*ari*o, meu c*r*iado, outra veeſta q*ue* ten de |[28] mj̃ et mays çen mrs. p*ar*a veſtir et duas carregas de pan q*ue* de mj̃ ten en p*re*ſtamo; et mando a Afon*ſo* Ar*eσ*, meu om*m*e, os meus mantões q*ue* eu trago et mays çen mrs. p*ar*a veſtir et lle den duas carregas de pan q*ue* de mj̃ ten en p*re*ſtamo. It*em* mãdo a F*er*nã de |[29] Caſtelo, meo a*σ*emeleyro, hũa capa et hũa ſaya de picote et duas carregas de çenteo por ſeu traballo et porlo ſ*er*ujço q*ue* me fe*σ*o. Et por q*ue* vaa en eſte an*n*o agora p*ar*a a vendima a Ponferrada cõ os meus alba*r*dõos ajuda*r* a coller o vjño q*ue* alo ajo. It*em* mãdo a Ar*e*s |[30] P*ereσ*, not*ari*o de Lugo, meu c*r*iado, por ſeu traballo et porlo ſ*er*ujço q*ue* me fe*σ*o t*reσ*entos mrs. de mon*ed*a vella. It*em* mando (.....) duas ca*r*gas de çenteo do pan de Meylaen d'antano da meda q*ue* ora mallarõ por ſeu traballo. It*em* mãdo a Johã de Vylalua, meu c*r*iado, |[31] çen mrs. It*em* mando a Maria F*er*n*andeσ*, ama de Diego M*ar*t*ineσ*, çen mrs. It*em* mando a Roy de Ma*σ*õe çento et çinq*u*oeenta mrs. et hũ eſcudo. It*em* mando a Rodrigo Afon*ſo*, cl*er*igo, meu c*r*iado, as mjñas opas griſes forradas de ſarga v*er*mella. It*em* mando a Joh*a*n Mont*eyr*o hũa carga de t*r*ijgo |[32] et out*r*a de çenteo et dous medjos de vjño p*ar*a as cuſtas de ſuas vodas. It*em* mando mays ao d*i*to Joh*a*n Mont*eyr*o q*ue* ſe q*ui*ſer morar en Ponferrada q*ue* meus h*er*d*eyr*os et conp*r*idores q*ue* lle den caſa en q*ue* more, hũa das mjñas caſas q*ue* eu teño en Ponferrada, por ſua vida |[33] ſen pagar por ela djn*eyr*o nj̃hũ q*ue* el he tal q*ue* o ſeguyra. It*em* mando a Rodrigo de San M*ar*t*i*no o luga*r* de Romaen q*ue* eu teño en

ſoro dos anjuerſſarios da igleia de Lugo et façoo perſona del. Item lle mando mays a mjña çamarra que eu trago et çento ⁊ çinquoẽeta mrs. para veeſtiario. Item |[34] mãdo a Pedro d'Aguiar çen mrs. et duas carregas de pan et hũ eſcudo. Item mando a Cathaljna, mjña criada, duas almadraqujas das bõas ⁊ os mantões que lle mãdou Yſabel et hũa manta de farlinque que tiña Sancha Gomeσ et duσentos mrs. de moneda vella para caſamẽto. Eſtas |[35] ſon as couſas et deuedas que eu, o dito archidiago, deuo et que teño et que me ſon deujdas en eſta guiſſa, ſegundo que aquí dirá: primeyramente çertos mrs. et couſas que acadey porlo biſpo de Lugo Don Lopo que Deus perdoen: teño del carta de pago en caſa de Roy Pereσ, mercador. Item dos annos de que |[36] foy rendeyro da meſſa obiſpal de Lugo teño carta de pago en caſa do archidiago de Sarrea en Valladolid. Item do tenpo que recadey porlo biſpo de Lugo, don frey Johan Enriquiσ, teño carta de pago faſta o dia que el paſſou a Ponferrada. Et deſpoys aaca leyxou çertos quadernos de alguas couſas que lle |[37] eran deujdas dos quaes eu nũca reſçeby dineyro nẽ couſa algũa. Et eſo que ſe acadou reſçebeo Lopo Fernandeσ, coẽgo, ſeu vigario et reçector do dito señor obiſpo, et leuarõ no ao dito señor obiſpo. Et o dito Lopo Fernandeσ ten cartas de pago, saluo ende que eu o dito archidiago reſçeby certas obliga|[38]ções et rayaas de plata et çerto panno dos djneyros de Viueyro ſegundo que eſtá per conta feyta per Ares Pereσ, notario. Et mãdo que o entreguen todo ao dito Lopo Fernandeσ, coẽgo, para que dé ao cabidoo a ſua parte et ao biſpo a ſua parte o qual me deu meeſtre Johan, procurador do dito cabidoo. Item foy mordomo |[39] do cabidoo da igleia de Lugo do anno que ſe comeſçou por Julio de mjll et quatroçẽtos et treσe annos et ſe acabou por Julio deſte anno da feyta deſta carta de mjll et quatroçẽtos et quatorσe annos. Et ſon pagos os amjſtradores et rendeyros et outras perſõnas do dito cabidoo et fica|[40]ron a deuer çertas quantias de mrs. ſegundo que eſtá enno meu libro eſcripto per Ares Pereσ, notario, que ficaron por pagar ao chantre de Santiago et a outros dous ou tres beneficiados çertas quantias de mrs. Et deſte anno demãden aos rrendeyros et aaqueles que deuen çertas quantias |[41] de moneda, ſegundo que acharan perlo dito libro, et ſatiffaçan aaqueles que nõ ſon pagos. Item deuo a dona Eluira Nuneσ, priora do moſteyro nouo, hũa taça de prata que auja marco et medeo que ouuo de mj̃ Gomeσ Fernandeσ de Beſme; et ela deuja me per ela duσentos pares de brancas |[42] et paguen lle o mays que montar. Item Pedro Fernandeσ de Tamara ten de mj̃ hũ platel de plata de hũ marco en piñor por duσentos et çinquoeenta mrs. a treſ djneyros a branca da meatade das loytoſſas que arrendey hũ anno. Item Johan de Laredo ten hũ platel |[43] de plata de hũ marco en pinor por quatroçentos pares de brancas que diſſo que deſpendera en Ponferrada. Item ten mays outro platel de outro marco de plata que enpenou por ſeys varas de ſanlor. Item ten Diego

de Matela outro platel de hũ marco |44 de plata por çerto panno que me enpreſtou; paguenllo. Item ten Roy Pereσ, mercador, outro platel de outro marco de plata que lle enpeñou Johan Monteyro por hũa capa que lle di. Item mays hũa duσea de culleres de plata eſte Roy Pereσ por çertos mrs. que lle deuo. Item |45 ten de mj̃ Benedito Sancheσ, mordomo de Johan Sancheσ de Çuaço, doutor, hũa taça de plata de hũ marco ⁊ medeo de lauor picado, et ten enno fondo hũ leon dourado en peñor por ſeyſçentos pares de brancas. Item Johan do Siſto, veſtilleyro, hũa taça de çinquo on|46ças que lle deytou Rodrigo Afonſo, clerigo, por ſeteẽta mrs. de vjño. Item deuo a Meeſtre Johan et ao dito Rodrigo Afonſo, clerigo, por emẽda dos annos paſados dos anjuerſſarios treσentos mrs. de moneda vella. Item deuo ao dito Meeſtre Johan çerta çera ſegundo eſtá per Ares Pereσ, notario, et el ten en pinor |47 hũas opas vermellas dobradas de panno pardo. Item deuo a Roy de San Martino ſateẽta mrs. de moneda vella que enpreſtou a Sancha Gomeσ. Item deuo das vigilias de Sancha Gomeσ çen mrs. de moneda vella ao cabidoo; et mays triijnta ⁊ dous mrs. dos oytauaes de Sancha Gomeσ et Yſabel. Item deuo |48 aos carpenteyros de Brabos çen mrs. et hũ touçino et eles an de dar a dita igleia de Brabos labrada toda a oliuer et cuberta de traba junta per ljña a oliuer et cuberta de tella et eſtes çen mrs. déuemos Vaaſco de Candãe per hũa obligaçõ que paſou per Ares Pereσ, notario. Itẽ |49 mãdo que doσe frorijs que diσ Ares Pereσ, notario de Lugo, meu criado, que pagou por mj̃ de hũas ſentenças que llos paguẽ. Et ſe mays diſer que lle eu deuo per conta que lle ſatiſſagan. Item çertas prendas que enpreſtou por mj̃ Domj̃go Pereσ, notario, quando me prendou Gomeσ Fernandeσ que ſabean a verdade |50 quantas eran et que lle ſatiſſagan por elas. Et ſenõ poderen de todo que lle ſatiſſagan da mayor parte delas. Item me deue Pedro Afonſo, demãdador de Brabos, triijnta mrs. de moneda vella. Item me deue Afonſo Yaneσ, arçipreſte de Goyos, d'agora ha tres annos quatro cargas de |51 pan; et deſte anno paſado me deue todo o pan do arçipreſtado fora ende aquelo que moſtrar per meus aluaraes que me ha pago. Item me deue mays et ha de dar conta o dito arcipreſte de todo o pan et djneyros do dito arçipreſtado deſte Agoſto et anno que agora anda. Item me |52 deue Roy Lourenço, arçipreſte de Narla et de Parrega, ſeſeẽta mrs. de moneda vella et hũa vaca cõ hũa veσerra que ten de mj̃ en guarda et mays o pan et djneyros deſte Agoſto et anno en que eſtamos. Item me deue Domj̃go das Latas et Johan de Seujll vijnte et treſ ca|53rregas de pan porla renda da igleia de Parada deſte anno et mays hũa carga que me ha de dar hũ omme que mora en Santa Coõba porlos diσjmos de Peyçães deſte anno. Et deſte pã librey çinquo carregas en domj̃go et treſ que lle deujã que ſon oyto. Item ha de dar conta |54 Afonſo de Meylaen do pan de antano ⁊ de oganno. Item deuja por eſte pan a Pedro Lopeσ et ao archediago de Triacaſtela por antanno et por oganno ſeys terças de

pan et o dito archediago deue me duas terças perlo alugeyro de Meylaen. Et aſy que lle deuo quatro terças. Item me deue |55 mays o dito archediago porlos diσjmos de Pallares deſte anno que paſou çen mrs. longos. Item me deue Pedro, clerigo de Daçon, a noujdade et djneyros do arçipreſtado de Daçon deſte anno que ſe começou por San Johan. Item me deue Fernã Martinσ de Lobelle, arçipreſte de Caſtro et de Vermoe, |56 todo o pan do anno paſſado et o pan et djneyros deſte anno que ſe ora comeſçou por eſte San Johan. Item teño enna igleia de Caſtro treſ arcas cheas de pan do anno paſado que an de entrar enna conta do dito Fernã Martinσ et anlle a deſcontar mays çinquo carregas de pan que librey |57 a Gonçaluo Lopeσ de Goyaas. Item me deue Johan de Seujll deſte anno que ſe comeſçou por San Martino vijnte et çinquo duσeas de anguyas ſecas et ſalgadas. Item teño mays enna igleia de Parada hũa arqua que conprey. Item teño enna igleia de Brabos duas arcas que comprey. Item teño |58 enna igleia de San Fijσ outras duas arcas que conprey. Item trage Ares Gomeσ de Brabos de mj̃ çertos carneyros. Item me deue çerto pan dos anjuerſarios ſegundo que eſtá per conta entre mj̃ ⁊ mẽeſtre Johã per Ares Pereσ, notario, o qual dou en preſtamo a algũas perſõnas. Item deuen enno lugar de Bõocomeco |59 agora para eſte San Martino que ven dooe moyos de vjño que ficou comjgo da renda dos anjuerſſarios entre mj̃ ⁊ os mordomos. Item ten Pedro d'Aguiar quatro ſaleyros de plata en piñor por çen mrs. Item mãdo eſcripuir todas las couſſas que acharen en mjña caſſa por jnuentario |60 saluo duas meſas grandes et dous vancos que ſon do biſpo. Item teño en Ponferrada rroupa de cama et arcas et meſas et bõotades et outro exuar de caſa. Et mãdo que ſe eſcripua todo per jnuẽtario aſy ho da caſa de Ponferrada commo de Bodegas commo de Colinbra|61aãos. Item teño mays en Ponferrada hũa cuba cõ vjño tinto d' antano que terrá faſta vynte et treſ ou vynte et quatro medjos et mãdo que o vendã; et de mjll pares de brancas que ey aa dar a Johan Monteyro para caſamẽto, mãdo que lle paguẽ os quinẽtos. Et deſpoys ao |62 outro anno ſeguente os outros quinentos por que llos pague. Et os outros que ſobraren que ſejan para coller o bjño et faσer o que conprir et para conprir meu teſtamento. Item mãdo que a noujdade de oganno de Ponferrada et de Colinbraãos et de ſeus termjnos aſy pã commo vjño que a nõ |63 vendã faſta paſado o Natal ou quando viren que mays valrrá para ſe reparar os ditos bẽes et para conprir meu teſtamento. Item trago çertos armẽtios et gãado emparçado cõ Johan Pereσ de Parada, meu caſſeyro, et mays hũ boy que ten de mj̃ en garda. Sabeã a verdade |64 quanto he et tomen o meu quinon para mjñas exſequias et para conprimento de meu teſtamento. Et mando que den a ſua muller hũa pel que lle deuo. Item trage de mj̃ Afonſo de Meylaen, meu caſſeyro, hũ boy en garda; mãdo que llo den por ſerujço que me feσo. Item me deue mays |65 Fernã Martinσ de Lobelle dous boys

que lle di para labrar en Caſtro que me cuſtarõ duσentos et oyteẽta mrs., os quaes el vendeu et ſe aprouecytou deles. Et entregue os boys ou pague duσentos mrs. por eles et quito lle o mays deles. Item me deue mays o dito Fernã Martinσ |66 quareẽta mrs. de moneda vella dos tenpos paſados. Et deue me mays outros quareẽta mrs. da dita moneda porla priora de Peſqueyras por que me ficou de çerta eſcriptura. Item me deue mays o pã do anno paſſado et mays o pan et froytos deſte anno que ſe comeſçou ſegundo ja eſtá eſcripto; paguẽ lle |67 ſeu ſelario conpetente et el faça a deligençia et acade et pague et dé conta de todo; et por quanto os ditos teſtamẽtos de Coſtança Afonſo et de Sancha Gomeσ, ſua madre, et de Yſabel, ſua ſobriña, et eſte meu et as quantias et mãdas delos ſon grandes et os bẽes que fican ſen grã dãpno |68 deles et dos ditos meus herdeyros ⁊ bẽes nõ poderiã logo conprir de preſente todo ajuntado enno termjno do dereyto et aadiante nõ ſe poderia conprir o ſerujço de Deus et beneficios que ſe an de faσer de ſanta igleia que eu mãdo faσer et berria gran dãpno aos ditos meus herdeyros et bẽes; por ende mãdo aos ditos |69 meus herdeyros et exſecutores que ſegundo a renda et poſiſon dos ditos bẽes que asy vaã conprindo pouco et pouco os ditos teſtamẽtos ſen ſeu dãpno et dos ditos bẽes por tal maneyra que os ditos bẽes nõ ſe pergan por raσon de conprir os ditos teſtamẽtos. Et que nõ poſan ſeer acuſados que o cũplan |70 enno dito termjno do dereyto. Et que aqui nõ ſe entenda que vaan as ditas caſſas de Ponferrada que eu dou aos ditos anjuerſſarios et cabidoo para a dita proçiſſon et couſſas que per elas mando faσer ſegundo vay declarado en eſte meu teſtamento. Et leyxo et faço [⁊] outorgo por meus exſſecu|71tores et conpridores deſte meu teſtamẽto et herdeyros vnjuerſſaes de todos los meus bẽes moueles et rayσes para que o cunplan perlo meu et ſen ſeu dãpno a Diego Martineσ, notarjo, viσjño de Lugo, et a Johan de Laredo, meu criado; et apoderoos en todos eles et dou |72 lles poder conprido que os poſan recaudar et auer et ſubpinorar et eallar et vender et arrendar todos ou parte deles faſta que eſte meu teſtamẽto ſeja conprido et todo o que ſe en el conten. Et meu teſtamento conprido et mjñas deuedas pagas, leyxo et fago ⁊ |73 outorgo por meus herdeyros vniuerſſaes de todos los meus bẽes aſy moueles commo rayσes remanentes aos ditos Diego Martineσ et Johan de Laredo a cada hũ enna meatade; et en carrego de ſuas almas para que os den a quen souberen et viren et entenderen que eu ſõo mays |74 obligado et tiudo ſegundo eles ſaben; et nonnos dando eles aſy ou nõ lles podendo ſeer dados de dereyto a quen eu mando doulles poder que poſſan ordenar et eſtabeleſçer et dotar en eſta igleia cathedral de Santa Maria de Lugo perlos ditos meus bẽes duas ou tres capela|75njas perpetuas por mjña alma et das ditas Sancha Gomeσ et Coſtança Afonſo et Yſabel et aqueles a quen eu et eles ſomos tiudos et obligados segundo que mellor entenderen; et que poſan eſcoller et apreſentar dous ou treſ clerigos de myſſa que ſejan

ydonjos |76 et pertẽeſçentes para elo. Et eſtes capelães que digan cada hũ deles treſ miſſas enna ſomana porla mjña alma et das ditas Sancha Gomeσ ꝛ Coſtança Afonſo et Yſabel. Et que eſtes ditos meus herdeyros et o ſeu mays chegado deçendente de cada hũ deles hũ depus |77 outro, poſſan eſcoller et preſentar et tomar os ditos clerigos por capelães quando et cada que ſe aconteçeren de ſe vacar as ditas capelanjas ou cada hũa delas per morte dos ditos capelaes et de cada hũ deles et nõ a outro algum. Et ſe per ventura foren ocupadas |78 ou enbargadas as ditas capelanjas ou os ditos meus herdeyros et ſeus deçendentes aſy per biſpo como per cabidoo como per outra perſona ou maneyra qual quer que ſeja dou poder aos ditos meus herdeyros et a ſeus deçendentes, ſegundo dito he, que poſan vender |79 et deſbaratar os ditos meus bẽes et darlos por mjña alma et das ditas Sancha Gomeσ et Coſtança Afonſo et Yſabel et de aqueles de quen ſomos tiudos onde viren ꝛ enna maneyra que viren que mays ſera ſerujço de Deus et prol de noſas almas, et que façan deles |80 ſegundo que lles mellor Deus der de graçia et ſe lles entender et que ſeja a proueyto de mjña alma. Et eſto mando que valla et ſe cunpla todo aſy ſegundo ꝛ enna maneyra que dita he, aſy commo meu teſtamẽto. Et ſe nõ valuer commo meu teſtamento que valla commo codeçillo. |81 Et ſe nõ valuer commo codeçillo, que valla commo mjña mãda et puſtrimeyra voõtade, ſegundo ꝛ perla mellor et mays ſãa parte que pode et deue valer de feyto et de dereyto. Et por que eſto ſeja çerto et nõ veña en dulta, rroguey et mãdey ao notario ſub eſcripto que feσeſe ende |82 delo eſta carta de teſtamẽto et que a ſignaſe de ſeu ſigno. Feyto et outorgado foy eſte teſtamẽto perlo dito Johan Rodrigueσ, archediago de Daçon enna çiudade de Lugo, martes, quatorσe dias do mes de Setenbro, anno do naſçemẽto do noſſo Señor Jhesu Chriſto de mjll et quatroçẽtos et quatorσe |83 annos. Teſtemoyas que forõ preſentes, chamadas et rogadas: Johan Lopeσ, coẽgo, et Diego Afonſſo, clerigo do coro de Lugo, et Garçia Martinσ, clerigo de Santome de Goyos, et Rodrigo Afonſo, notario de Lugo, et Roy de San Martino, omme do dito archediago, et Johan Afonſo de Guldriσ, yrmaão |84 de Jacome Afonſſo de Narla, et Afonſo Areσ, omme do dito archediago.

|85 Et eu Ares Pereσ, notario publico de Lugo, porla autoridade do ſeñor obiſpo et igleia deſe lugar a todo eſto que ſobre dito he cõ as ditas teſtemoyas preſente foy et eſte jnſtrumento a pedimento et mãdado do dito archediago de Daçõ |86 en mjña preſença fiσ eſcriujr et puge en el meu ſigno en teſtimoyo de verdade. *(Signo)*. Ares Pereσ, notario.

A. H. N. Lugo. Catedral. Pasta 1332G, n.º 26. — 380 × 425 mm.

Nem sempre é muito clara a distinção entre determinado tipo de *v* e *b*; contudo, nalguns casos em que se esperaria *v* lê-se claramente *b*. — Linha 5: está ilegível a última palavra. — Linha 12, *raσonable:* til sobre a última sílaba. Encontra-se na entrelinha a

expressão ⁊ *lles den* registada no inicio da l. 12. — Linha 18: o primeiro *cõ* na entrelinha. — Linha 33, *feguyra:* leitura duvidosa. A terceira letra está manchada e entende-se mal. — Linha 38, *rayaas.* — Linha 38, *feyta:* palavra um pouco raspada.

Nalgumas palavras há um til inútil ou supérfluo.

43

1442. Lorenzana.

D. Pedro de Cedofeita, abade do mosteiro de São Salvador de Lorenzana, e Ares Gonçalves, contador do bispo de Mondoñedo, trocam entre si algumas propriedades: este último deve dar ao mosteiro as herdades de Teixido e de Anguieiro, cedendo-lhe o mosteiro a herdade da Liñeira, na freguesia de San Andrés de Masma.

Saban quantos eſta carta de concãbea ⁊ permutación viren commo nos don Pedro de Çedofeyta, abade do moeſteyro de Sant Saluador de Vila Noua de Lourençaa |[2] da Orden de Sant Bieito da diocese de Mondoñedo, seendo en capitolo per cãpãa tangida enna capela do conde don Osorio, segũ que avemos de vſo ⁊ de |[3] coſtume, con Afonſo Ares, prior do dito moeſteiro, ⁊ frey Diego ⁊ frey Ares ⁊ frey Gomes ⁊ frey Rodrigo, monjes do dito moeſteiro, |[4] sabendo bem que vos, Ares Gonçalues, contador do señor don Pedro, obiſpo de Mondoñedo, que preſente eſtades, auedes tragido ⁊ persuydo |[5] ⁊ tragedes ⁊ persuydes libre ⁊ paçificamente ha herdade da Liñeira que jaz et he sita en Masma, fijglisia de Sant Andree de Maſma, commo |[6] ſe departe da herdade do Outeiro que foj do dito moeſteiro que agora he de vos, o dito Ares Gonçalues, ⁊ da outra parte herdade do dito moeſteiro |[7] ⁊ de Tereija Fernandes, muller que foy de Gomes Peres de Broöllon ⁊ de Juan Lourenço de Sant Andre que foj ⁊ de outros herdeiros commo vay topar enno |[8] camjño publico ⁊ de outra parte topa enno dito camjño publico et da outra parte topa enna congoſta do Rego da Fonte que vay para o rrio de Maſma, |[9] da rrenta da qual dita herdade auedes de dar ao dito noſo moeſteiro ⁊ a nos en ſeu nome a quinta parte de todo o que Deus en ela der; et vos o dito Ares |[10] Gonçalues nẽ voſas vozes in perpetuũ nõ nos auedes nẽ an aa dar nẽ ao dito noso moesteiro outra couſa algũa saluo a dita quinta parte |[11] da dita rrenda; et por vos o dito Ares Gonçalues auemos sydo requeridos que concanbeasemos, trocasemos ⁊ permutaſemos a dita quinta parte |[12] da dita rrenda da dita herdade con vos por las voſas leiras da her-

dade *que* vos tẽedes en*n*o *di*to lugar ⁊ fijglisia de Maſma, de Teixido *que* vos ouueſtes |[13] ⁊ conplaſtes ⁊ gaançaſtes de Ares da Veiga ⁊ de Afon*ſo* Valea, ſeu sobriño, com*m*o ſe departe de hũa parte da herdade do *di*to moeſte*i*ro ⁊ da outra |[14] parte da herdade de Feŕnã da Riba ⁊ de duaſ testadas da herdade de Diego de Pumariño ⁊ da outra parte da herdade de fillos ⁊ netos de |[15] Fernã Rodrigu*es* ⁊ Eluira Fern*andes*, ſua muller, ⁊ mays por la voſa leira de herdade *que* vos tẽedes en Anguyeiro *que* he en*n*o *di*to lugar ⁊ fijglisia de Maſma |[16] e vos ouuestes ⁊ conplastes ⁊ gaaçaſtes dos herdeiros de Domingo Leal ⁊ de Lopo Afon*ſo* de Vila Noua ⁊ de ſua muller Ta*reij*a Afon*ſo* com*m*o ſe de|[17]parte a *di*ta leira, de hũa parte herdade do dito moeſteiro ⁊ de Ta*reij*a Fern*andes*, muller *que* foj do *di*to Gom*es* Per*es* de Brõollon, ⁊ da herdade de Juã da Riba ⁊ |[18] da herdade de Juan Lopes de Brõollon cuja *pro*piedade da *di*ta herdade da Line*i*ra ⁊ rrenta dela era ⁊ he voſa ⁊ diꝫedes *que* a *di*ta voſa herdade ſuſo declarada |[19] era ⁊ he mays proueytoſa ⁊ mays vtile ao *di*to moeſte*i*ro ⁊ conuẽto del ⁊ a nos en ſeu nome ao preſente ⁊ en futuro *que* nõ a *di*ta *qui*nta *par*te |[20] da *di*ta rrenda da *di*ta herdade ⁊ nos ouuemos noſa deliberaçion ⁊ trautado ſobr'*e*lo per jnterualo de dias ⁊ feꝫemos faꝫer ⁊ feꝫemos |[21] per nos meeſmos jnqu*iſi*çion per la q*ua*l achamos seer aſi segũ q*ue* vos o *di*to Ares Gonçalu*es* deseard*es* por lo q*ual* rrequ*e*rimos ao señor don |[22] Pedro, por la graçia de Deus ⁊ da santa iglleia de Roma ob*i*/*po* de Mondoñedo ⁊ do conſello del Rej noſo señor, y nos deſe liçençia ⁊ autoridade |[23] p*ar*a faꝫer a *di*ta concãbea da *di*ta q*ui*nta parte da rrenda da *di*ta herdade da Liñeira por las *di*tas herdad*es* a q*ua*l nos el deu onde nos veẽdo seer |[24] mays proueytoſas as *di*tas herdades do *di*to Ar*es* Gonçalu*es* q*ue* a *di*ta q*ui*nta parte da *di*ta rrenda p*ar*a o *di*to moeste*i*ro ⁊ p*ar*a nos en seu nom*m*e ⁊ por |[25] ende nos, avendo avido o *di*to trautado per jnterualo de dias p*ar*a o q*ue* *di*to he ⁊ fe*i*ta a *di*ta jnqu*iſi*çion ⁊ aujda a *di*ta liçençia ⁊ autoridade |[26] por nos ⁊ en nome do *di*to noſo moeſte*i*ro ⁊ de noſo suçeſor ⁊ ſuçesores concanbeamos, trocamos, p*er*mutamos a *di*ta q*ui*nta parte da *di*ta |[27] herdade da *di*ta rrenda da Ljne*i*ra in perpetuũ con vos o *di*to Ares Gonçalu*es* ⁊ con voſas voꝫes in perpetuũ por las *di*tas her*d*ades ⁊ vos da-|[28]mos dela a propiedade ⁊ poſiſon vel quaſi en*n*a mane*i*ra q*ue* *di*ta he. Et eu o *di*to Ar*es* Gonçalu*eꝫ* aſi o rreçebo por m̃jn ⁊ en nom*m*e de meu ſuçeſor ⁊ ſuçeſor*es* |[29] in perpetuũ. Et dou logo ao *di*to moeste*i*ro ⁊ a vos en ſeu nom*m*e a p*ro*piedade ⁊ poſiſon das *di*tas erdades en*n*a mane*i*ra q*ue* *di*ta he deſde oje eſte dia |[30] en deante q*ui*to ⁊ p*ar*to de mjn ⁊ de mjnas voꝫes a poſiſon ⁊ propiedade dela ⁊ ha poño ⁊ traſpaſo en*n*o *di*to moeſte*i*ro ⁊ en vos en seu |[31] nom*m*e com*m*o *di*to he; ⁊ nos o *di*to abade ⁊ conuento aſi o outorgamos ⁊ rreçebemos ⁊ aſi meeſmo traſpaſamos en vos o *di*to Ares |[32] Gonçalu*es* ⁊ en*n*a *di*ta voſa voꝫ a *di*ta q*ui*nta parte da *di*ta herdade por jur de herdade in perpetuũ com*m*o *di*to he. Et deſto as duas partes |[33] outorgaron douſ

jnſtormentos en vn thenor ante mj̄ notario ꝛ teſtigos de juſo eſcriptos para cada parte o ſeu; que foj feito ꝛ outorgado |[34] enno dito lugar, treſ dias do mes de Abril, anno do naçemento do noſo ſeñor Ihesu Chriſto de mjll ꝛ quatroçentos ꝛ quareẽta ꝛ douſ annos. Teſte|[35]moyas que foron preſentes: Rodrigo Yanes de Vilanoua ꝛ os ditos Afonſo Valea ꝛ Lopo Afonſo ꝛ Juã Domingues do Caſal ꝛ Ares Pereσ ꝛ |[36] Juã Dourado ꝛ Afonſo Romeu, moradores enno dito lugar de Vila Noua ꝛ seu couto, ꝛ outros. |[37] Petrus, |[38] abbas.

|[39] Et eu Gonçaluo Fernandeσ, notario ppublico jurado dado por don Pedro abbade do moeſteiro de Vjla Noua de Lourẽçaa enna vjla de Vjlla Noua |[40] ꝛ en todo o senorio do dito moeſteiro, a todo o sobre dito preſente foy con os ditos teſtigos et eſta carta de concãbea ꝛ permutaçon |[41] en mjna presença fige eſcriuir por outorgamento dos sobre ditos et ay puge meu nomme ꝛ signal que he tal en teſte|[42]mono de verdade. *(Signo)*. |[43] Gonçaluo Fernandeσ, |[44] notario.

A. H. N. Lorenzana (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1117, n.º 1. — 325 × 300 mm.

Linha 33, *thenor:* til supérfluo sobre a palavra.

44

1450. Viveiro.

Frei Martinho, do mosteiro de São Domingos de Viveiro, afora a Afonso Veloso, seu sobrinho, a casa e as vinhas que herdou de seu pai na freguesia de San Estéban de Balcarria.

Eſte he traslado de hũa carta de foro eſcripta en purgamẽo de coyro ꝛ signada de eſcripuano publico |[2] segũ por ela pareſçia, da qual o thenor he eſte que se sigue: Enno nome de Deus, |[3] amen. Saban quantos eſta carta viren commo eu frey Martjn que ſe fez frayre da Orden dos preegadores |[4] ꝛ doctor ꝛ cõuentual do moeſteyro de Sant Domj̃go de Vjueyro por conplir a voontade ꝛ teſtamento |[5] de meu padre Santo Domingo ꝛ nõ encorrer enna maldiçon ſua nẽ dos padres ſãtos et por guardar |[6] a coſtituyçõ da profiſſon ꝛ per autoridade de dereyto que diz que aquelo que o frayre gaañar por rrazon de ſſy meſmo que o poſſa dar ꝛ |[7] deſtribuyr; et outroſy per liçençia ꝛ poder que ajo dos frayres do dito moeſteyro de Sant Domjngo de Vjueyro per carta publica eſcripta en |[8] papel ꝛ ſignada con ſigno de Diego Pereσ, notario

de Vjueyro, que ende teño ꝛ ajo ꝛ logo moſtro ante o notario ꝛ teſtemoyas adeante eſcriptas |9 da qual o thenor he eſte que ſe sigue: Saban quantos eſta carta viren commo nos os frayres ꝛ conuento do moeſteyro de Sant Domĩgo |10 de Vjueyro, ſeendo juntados en capitolo do dito moeſteyro per canpãa tanjuda cõ noſſo vigario frey Aluaro de Cordido, doctor, |11 ſegũdo que o avemos de vſo ꝛ de coſtume, damos ꝛ outorgamos poder ꝛ ljçençia ꝛ autoridade a vos frey Martjn, que ſe feꝛ |12 doctor, noſſo frayre ꝛ conuentual do dito moeſteyro, para que poſades vender ꝛ dar ꝛ concãbear ꝛ traſpaſſar ꝛ leyxar ꝛ |13 demjtir ꝛ aforar ꝛ deſenbargar toda a herança ꝛ bẽes aſi mobeles commo rrayzes ꝛ parte deles que vos foron mandados ꝛ leyxa|14dos per Afonſo Yaneꝛ Veloſo, voſſo padre adoutiuo que fuy. Et toda vençon ꝛ dadjua ꝛ concanba ꝛ traspaſamento ꝛ leyxamento ꝛ demjte|15mento ꝛ aforamento ꝛ deſenbargamento que vos fezerdes ꝛ outorgardes dos ditos bẽes ꝛ erança aſi mobeles commo rrayzes ou de parte deles que |16 foron ꝛ ficaron do dito Afonſo Yanes Veloſo, voſo padre que fuy, et vos el fezo ꝛ leyxou por ſeu legitimo herdeyro per ſeu teſtamento |17 nos lo outorgamos ꝛ vus damos ljçẽçia ꝛ poderio para elo. Et prometemos ꝛ outorgamos que nõ yremos nẽ paſaremos contra elo nj̃ lo contra|18diremos en njhũa nẽ algũa maneyra et que o auemos ꝛ aueremos por çerto ꝛ firme ꝛ eſtauel agora ꝛ en todo tenpo. Et |19 ſobr'eſto renunçiamos que nõ poſamos dizer nẽ alegar o contrario en juyzo nẽ fora del. Et ſe o fezermos, mã|20damos ꝛ outorgamos que nos nõ valla nẽ sejamos ſobr'elo oydos nẽ reſçebjdos en juyzo. Et valla todo o que ſobr'elo fe|21zerdes ꝛ outorgardes. Et eu o dito frey Aluaro de Cordido, vigario do dito moeſteyro, ſoõ preſente ꝛ aſi o outorgo ꝛ cõſinto |22 et dou a dita liçençia a vos o dito frey Martjno, doctor, por que entendo que he voſa prol ꝛ ſerujço de Deus ꝛ do dito moeſteyro. |23 Et eu o dito frey Martiño aſi o reſçebo et por que seja çerto mandamos delo fazer eſta carta. Feyta enno dito capitolo |24 do dito moeſteyro, eſta ſeyra, vijnte dias de Nouenbro, anno do naſçemento do noſo Saluador Ihesu Chriſto de mjll ꝛ quatro|25çentos ꝛ çinquo annos. Teſtimoyas: Juan de Canba, Pedro Fernandes Gargallo, Afonſo Pereꝛ, fillo de Fernã Bonome, omes de Juã Afonſo |26 de Çeruo, Fernã Pellaeꝛ, eſcripuan, ꝛ outros. Et eu Diego Pereꝛ, notario publico de noſſo Señor el Rey en Vjueyro que a eſto preſente |27 fuy et eſta carta fiꝛ eſcripujr en mjña preſença et puge aqui meu signal que tal he en teſtimoyo das couſas ſobreditas. Et |28 preſentada ꝛ ljuda a dita carta, eu, o dito frey Martiño, por conplir a voontade do dito Afonſo Yanes Veloſo cujo herdeyro fiquey |29 ꝛ conplir algũas couſas que me el encomendou ꝛ mandou fazer ꝛ ordenar, as quaes me diſo en secreto ꝛ puridade que |30 fezeſſe ꝛ ordenaſe en mjña vida ou ao punto de mjña morte. Et para as quaes me deu poder ꝛ abtoridade en ſeu |31 teſtamento que valueſen aſi commo ſe per el mjſmo foſen ordenadas ꝛ eſtableſçidas ao punto da ſua morte ꝛ que valuese |32 para ſenpre.

Et outroſi por partir de mj̃ poſſoes terreaes z por que entendo que he serujço de Deus z proueyto z honrra |33 da dita horden z do dito moeſteyro de Sant Domj̃go de Vjueyro z da alma do dito Afonſo Yanes, nõ seendo coſtrengudo |34 nẽ per engano deçebudo nẽ sañudo, mais en meu libre z conplido poderio z commo omme que eſtá en ſeu propio acordo, |35 dou z outorgo para ſenpre jamays por jur de herdade z por lo amor de Deus z por la alma do dito Afonſo Veloſo |36 z para que roguedes a Deus por el z porla ſua alma conplindo eſtas condições que ſe adeante siguẽ a vos Afonso |37 Veloso, meu sobriño, z do dito Afonſo Yanes, fillo de Juã de Vilaude, alfayate, z de Maior Pereσ, ſua muller, filla de Juã |38 Veloſo, yrmaao do dito Afonſo Yaneσ Veloſo, que foron z neto do dito Juan Veloſo que ſodes preſente z rreſçebente a elo et cõ |39 a mjña beyçon en pura doaçon z dadjua o mellor z mais conplidamente que dadjua z doaçon pode seer dada entre |40 vjuos para ſenpre para vos z para voſa voσ z herdeyros z ſubçeſores toda eſſa caſa z vjña z barras z saydos que eſtá |41 enna frijgliſia de Santo Eſteuõo de Valcarria que departe da vjña de Juã Çerna que fuy et fere en fondo enno comaro |42 z da vjña de Afonſo de Valcarria que fuy et da vjña de Tareyia Martins, muller que fuy de Afonſo Pereσ d'Ouedo, et da outra parte da |43 vjña z caſa de Afonſo Pereσ da Coſta e jten mais toda eſa outra vjña que fuy de Juan Pernas commo departe da vjña de |44 Juã Perez, oulJuez, z da outra vjña de Juan de Chauj̃, as quaes ditas vjñas z caſa ſon enna dita feijgliſia de Santeſteuoo |45 de Valcarria vos dou per condjçon que me dedes en cada ũ anno en toda a mjña vjda a meatade da noujdade que Deus en elas |46 der [...] cada ũ anno torto ao lagar. Et deſpois meu finamẽto, que dedes de cada anno para ſenpre vn barril z medio de |47 vjño do que Deus en elas der, todo branco ou todo vermello, qual vos ante quiſerdes, ao moeſteyro z frayres |48 de Sant Domj̃go de Vjueiro et que as nõ poſades vender nẽ deſbaratar nẽ concanbear, ſaluo por outras mellores. |49 Et eſta concamba ſe ſe fezer ſeia cõ liçençia z abtoridade do conuento z frayres do dito moeſteyro de Santo Domj̃go |50 para que saban per que han de auer a dita çenſuria; nẽ poſan seer ealleadas nẽ traſpaſadas nẽ obligadas por rrendas |51 nen por fiadorias algũas nẽ en outra guisa nẽ maneyra que seer poſa nẽ voſa voσ nẽ outra por vos nẽ en voſo |52 nomme, nẽ aqueles que as depois de vos ouuerẽ de auer z herdar, mais que as teñades z vſedes en toda voſa vida [fol. 28v] |1 vos z depois voſos ſuçeſores; et ao tenpo de voſa morte, avendo vos fillo ou fillos ou filla ou fillas, que fiquen todas |2 eſtas herdades entregadas ao primeyro fillo ou filla legitima que vos Deus der ſen enbargo dos outros |3 ſeus yrmaaos; et morrendo aquel sen fillo ou filla erdeyro que fique ao ſegũdo et morrendo o ſegundo |4 ſen filla ou fillo erdeyro que fique ao terçeyro deſpois del et aſi de hũ enno outro commo dito he enna ljña |5 deçendente; et morrendo vos en tenpo que aquel que ouuer de auer a dita herança nõ aja quinze annos,

que poſades |6 leyxar titor que o crie ꝛ enſigne per las noujdades ata que o herdeyro ouuer quinze annos et que nõ seja |7 tjudo o titor que aſi leyxardes a dar conta das noujdades, mais que as aja ꝛ leue libremente para laurar |8 ꝛ que laure as ditas herdades ꝛ para deſinnar ꝛ mantẽer o dito herdeyro ꝛ pagar a dita ençenſoria ao dito |9 moeſteyro ꝛ conuento del. Et depois que o herdeyro ouuer quinze annos, que os poña en renda que rendã |10 para o dito herdeiro; toda via que qual quer que aja as ditas herdades que pague o dito çenſſo do dito barril e |11 medio de vjño ao dito moeſteyro et seendo algũ da dita ljñagẽe clerigo ou frayre, que eſtes bẽes ouuer |12 de herdar ajaos en toda ſua vida ꝛ pague o dito barril ꝛ medio de vjño ao dito moeſteyro et |13 torneſſe a erança ao punto de ſua morte ao que a ouuer de herdar. Et nõ avendo de vos suçesor en |14 algũ tenpo et avendo y Juan Veloso, voso yrmaao, ou fillo ou netos del, que se torne a el |15 ou a ſua geeraçon, ſegund que a vos he dado ꝛ outorgado. Et nõ avendo y o dito Juã Veloso, voso yrmaão, |16 nẽ ſubçesor del, que fique a vosa yrmãa Orraca Rodrigueꝯ, ſegũd ꝛ perlas condições que a vos dou. Et aſy |17 que senpre a aja ꝛ fique en geeraçõ de voso avoo Juã Veloso, deçendente enna ljña dereyta. Et mj̃gando |18 en algũ tenpo voſo ſubçeſor ou de voſos yrmaãos, que se torne eſta dita herança ao dito moeſteyro de Sãt |19 Domj̃go para que a aforen a quen quiſeren, pero que a nõ poſan vender nẽ dar nj̃ eallear; mais que aja o dito mo|20eſteiro o foro dela para ſenpre para conplir as couſas que se per elo han de faꝯer ꝛ fuy encomendado. |21 Et ſe as venderen os ditos frayres ou deren ou eallearen, que a vençon que nõ valla et que ſe tornẽ as |22 ditas vjñas aa igleia de Santeſteuõo de Valcarria ꝛ que as teña lauradas ꝛ rreparadas o capelan que for |23 da dita igleia, ꝛ pague per elas a dita ençensoria ao dito moesteyro. E jtẽ se en algũo tenpo ouuer |24 contenda entre los herdeyros sobre eſta herança que nõ ajan sobre lo juyꝯo senõ perante o prior |25 ou preſidente do dito moeſteiro de Sã Domj̃go et segũd que o el determjnar aſy seja livre. Et aquel a que el |26 mandar auer os ditos bẽes que seja do tronco que aquel a aja para pagar o dito çenso do dito bjño. E jtẽ se |27 aquel que eſta herança ouuer de auer for sandeu ou deſtruydor de seus bẽes, que se torne ao outro do |28 tronco a que perteeſçeu. Pero avendo eſte atal fillos legitimos que sejan herdeyros que a ajan ſegundo dito |29 he ꝛ pague o dito çenso. Et se perla ventura se perder a noujdade das ditas vjñas per qual quer ocaſion |30 que ſeia que ese anno ou annos que ſe aſy perder que o que teuer as ditas vjñas dé o quinto do vjño que elas deren |31 ou o dito barril ꝛ medio de vjño qual ante quiſer. Et eu o dito frey Martino outorgo que sejan ſeyctas de |32 paz aaquel que as teuer per los bẽes do dito Afonſo Yaneꝯ Veloso que para elo obligo et outorgo ꝛ cõfirmo ſobre |33 elo o aluala per que vos las dante tjña dadas ꝛ outorgadas. Et nos, os ditos Juan de Vilaude ꝛ Maior Pereꝯ, mjna muller, |34 ſomos preſentes por nomme ꝛ lugar do dito Afonso Veloso, noso

fillo, q*ue* he en noso pod*er* ꝛ aſi o rreçebemos |[35] ꝛ outorgamos todo ſegũ q*ue* d*i*to he por el ꝛ por ſeus ſubçeſor*es* et de pagar el e nos por el o d*i*to çenso |[36] cada ũ an*n*o en*n*a maneyra q*ue* d*i*ta he. Et p*ar*a o conplir el ꝛ nos por el obligamos as ditas vjñas |[37] ꝛ caſa cõ todo o benfeyto q*ue* y eſteuer et de as laurar ꝛ rreparar. Et p*ar*a o conplir aſy ꝛ llo faɔer teer |[38] ꝛ conplir ꝛ nos por el obligamos nosos bẽes ꝛ ſeus. Et sobr*e* todo nos, os d*i*tos Juã de Vjlaude ꝛ M*ai*or |[39] P*ere*ɔ, por nom*m*e ꝛ lugar do d*i*to Afon*ſo* Veloso, noso fillo, rrenũçiamos ꝛ partimos de nos ꝛ doutros por nos |[40] toda ley ꝛ dere*y*to eſcr*i*pto ꝛ nõ eſcr*i*pto ꝛ foro ꝛ vſo ꝛ coſtume ꝛ a ley do engano ꝛ toda rreſtituyçõ jure |[41] minoris. Et aq*ue*la ley ꝛ dere*y*to q*ue* diɔ q*ue* a rrenũçiaçon en geeral nõ valla; et valla eſta c*ar*ta ꝛ q*ua*nto aq*ui* |[42] he eſcr*i*pto. Et demais nos os d*i*tos frey M*ar*t*i*no ꝛ Juã de Vilaude ꝛ M*ai*or P*er*ez, por nom*m*e ꝛ lugar do d*i*to Afon*ſo* |[43] Veloſo, noſo fillo, por q*ue* eſtas couſas sejan mais çertas ꝛ firmes ꝛ valedeiras p*ar*a ſenpre, ſegũ q*ue* d*i*to |[44] he de ſuſo, rrogamos ꝛ pedjmos a Juã P*ere*ɔ d'Arɔinega, all*cal*d*e* del Rey en Vjueyro, por Fernãd*o* Djas |[45] de Dauelos, alcallde ꝛ corregedor en*n*a d*i*ta villa por lo d*i*to señor Rey ꝛ por lo conde eſtable; o q*ua*l d*i*to |[46] Juã P*ere*ɔ, all*cal*d*e*, he p*re*sente q*ue* o julgue ꝛ mande todo aſy p*er* ſua sen*ten*ça p*ar*a q*ue* se teña ꝛ cũpla ꝛ g*ua*rde p*ar*a |[47] ſenpre a d*i*ta c*ar*ta ꝛ cousas en ela contheudas. Et eu o d*i*to Juã P*ere*ɔ, alcallde, viſto todo eſto q*ue* as d*ic*tas |[48] p*ar*tes fazẽ e outorgan p*er*ant*e* mj̃ ꝛ o pedjmẽto q*ue* me ſobr*e* elo fazen et a ſua petiçon mando ꝛ ou|[49]torgo q*ue* a d*i*ta c*ar*ta ꝛ couſas en ela conteudas q*ue* vallan ꝛ ſejan certas ꝛ firmes ꝛ ſe teñan ꝛ cũplan p*ar*a [fol. 29] |[1] ſenpr*e* entre el*es* ꝛ ſuas vozes ꝛ ſubçeſor*es* ſegũd d*i*to he ꝛ p*er* el*es* he outorgada. Et p*er* mjña ſen*ten*ça julgãdo, |[2] o mando todo aſſy. Et as d*i*tas p*ar*tes eſtando p*re*ſentes, diſeron q*ue* aſi o outorgauan ꝛ rreſçebjan et |[3] pedian delo c*ar*ta ꝛ c*ar*tas a mj̃ not*ar*io, as q*ue* lles conpliſen p*ar*a ſua guarda. Et o d*i*to all*cal*d*e* diſo q*ue* llas man-|[4]daua dar. Feyta ꝛ outorgada eſta c*ar*ta en*n*o moeſteyro de San Domj̃go de Vjueyro, dia q*ua*rta |[5] feyra, treze dias do mes de Nouenbre, an*n*o do naſçem*en*to de noso Señor Saluador Ih*es*u *Chriſ*to de mjll |[6] ꝛ q*ua*troçentos ꝛ noue an*n*os. Teſti*moy*as q*ue* a elo ſon p*re*sent*es*: Juan de Luama, om*m*e do d*i*to alcallde; Juã de |[7] Lourixe, çapateyro; P*ed*ro Nouo, morador en Magaços; Juã Fern*andeɔ*, criado de P*ed*ro M*ar*tins Caſtela q*ue* fuy; |[8] Afon*ſo* Yaneɔ de Vale, eſcr*i*puan, ꝛ out*ros*. Et eu Ioh*an* Vidal, not*ar*io publico del rrey en Vjueyro, |[9] q*ue* a eſto q*ue* d*i*to he cõ as d*ic*tas teſti*moy*as p*re*ſente fuy ꝛ eſta c*ar*ta en mjña p*re*ſença fiɔ escr*i*pujr et |[10] puge y meu signal q*ue* tal he. Feyto ꝛ sacado fuy eſte d*i*to traſlado da d*i*ta c*ar*ta oreginal ſuſo |[11] encor-porada a pedjmento do p*ri*or ꝛ frayr*es* ꝛ conuento do d*i*to moeſteyro de Santo Domjngo de Vjueyro |[12] en*n*o d*i*to moeſteyro a vijnt*e* ꝛ seis dias de Novenbre, an*n*o do naſçemento do noſo Saluador Ih*es*u *Chriſ*to |[13] de mjll ꝛ q*ua*troçentos ꝛ cinqoenta anos. T*eſte*s q*ue* eſtauan p*re*ſent*es* ꝛ viron ꝛ

oyron leer ⁊ conçertar eſte |14 dito traslado con a dita carta oreginal onde fuy sacado: Fernãdo Suares, Rodrigo Afonso, Pedro |15 Juan Preto, labrador, veojños de Vjueyro, ⁊ outros. Vay eſcripto entre rrenglões onde djo ⁊ |16 aforamento; nõ enpeezca. E eu Fernãdo Aluareo de Vjueyro, escripuano de noso señor el rrey |17 ⁊ seu notario publico enna sua corte e en todos los seus rregnos eſte dito traslado da dita [carta] oregi|18nal ſuso encorporado escripuj et saquey et ben ⁊ fielmente o lij ⁊ conçertey ante os ditos |19 teſtigos a pedjmento dos prior ⁊ frayres ⁊ conuẽto do dito moeſteyro de Sant Domĩgo de Viueyro |20 ⁊ vay çerto ⁊ conçertado de verbo a verbo ⁊ escripto en eſtas tres planas deſte quaderno cõ |21 eſta en que vay meu signo. Et en fin de cada plana vay firmado de meu nomme |22 ⁊ por çima tildado. Et por ende fioe aqui eſte meu sig(+)no en teſtimoyo |23 de verdade. Fernando Aluareo.

A. H. N. Códice 290B (Libro de foros y otras escrituras del convento de dominicos de Santo Domingo de Vivero (Lugo). Siglos XIV y XV), fols. 28, 28v e 29. Cópia de 1450.

Linha 5, *fãtos:* no manuscrito encontra-se *ſtotos̄*, grafia um tanto insólita, que deve estar usada por *fãtos*, exigida pelo contexto. — Linha 15, ⁊ *aforamento:* escrito na entrelinha. — Linha 19: repetição da forma *renunçiamos* ainda que com outra grafia: *renũçiamos*. — Linha 46: pelo sentido, nota-se a falta de algumas palavras que o escriba deve ter saltado. — [Folio 28v], linha 33, *mjna muller:* escrito à margem, fora da mancha do texto. — Linha 41, *minoris:* a segunda letra está um pouco manchada, não sendo muito claro se se trata de *i* ou *e*. — [Folio 29], linha 16, *eſcripuano:* a última letra está um pouco manchada.

45

1453. Lorenzana.

D. Pedro, abade do mosteiro de Lorenzana, afora a Lopo de Castro e a sua mulher Maria Domingues, moradores em Vjla Boyz, *uma herdade situada no lugar de* Penabellon.

Sepan quantos eſta carta de aforamento viren commo nos don Pedro, abbad del monesteyro de Villa Nueva de Lourença, et frey Ares, prior, et frey Fernando, cantor, |2 et frey Gonçalo, monges do dito monesteyro, eſtando todos juntos en noso cabido per canpaa tangida segundo que avemos de vso e de costume e entendiendo |3 que fazemos nuestra prol e bon paramento noso e do dito monesterio aforamos e damos a foro por jur de herdade para senpre a vos Lopo do |4 Castro e a vosa muller Maria Domin-

gueσ, moradores que sodes en Vjla Boyz que he enno alfoz de Ribadeo, et a todas vosas bozes, conven a saber que vos a|5foramos commo dito he vn pedaço de herdade que he do dito monesteyro que jaσ enno dito lugar de Vjla Boyz enno lugar a que chamã Penabellon |6 commo topa dela vna parte enna antigoa pumareca de Roy et enno rrio et da outra en herdade do casal de Pay Vermuez que he do dito monesteyro et da outra en |7 herdade de Juan Domingueσ de Reynlo et da outra en herdat do dito monesteyro que leua Vasco Rodrigueσ; eſta dita herdade, segundo he declarada, vos aforamos por tal condiçõ |8 que avedes de dar a nos, o dito don abbade, et a los outros abades que vierẽ ao dito monesteyro deſpoys de nos medio çelemjn de trigo bõo e merchante medido por |9 la medida dereyta da casa do conçello da vila de Ribadeo por cada dia de San Martjno do meſ de Nouẽbro. E non pagando o dito medio çelemjn de trigo segundo |10 dito he, que fique a dita herdade ao dito monesteyro con todo seu bon paramento sen voso enbargo e de vosas bozes. E eu o dito Lopo do Castro que son |11 presente en nome de mj̃ z de mjñas bozes aſi rresçibo o dito foro por las condiçons sobre ditas. E obligo a mj̃ e a todos meus bees por mj̃ e por mjnas |12 vozes de pagar o dito trigo cada vn anno, mjentra leuar a dita herdade. E nos, os ditos donabade e prjor e monges, aſy (?) vos lo damos e outorga|13mos por las sobre ditas condiçones e cada vna delas. E por que todo seja çerto e non venga en dubda mandamos delo fazer duas cartas de foro en vn |14 thenor para cada parte la suya. Que fue feyta e outorgada enno dito monesteyro treze dias do meſ de Mayo, anno do nasçemento de noso Señor Ihesu Christo |15 de mjll e quatroçentos e çinquenta e treſ annos. Teſtigos que fueron presentes chamados e rrogados: Pedro Fernandeσ de Çedofeyta et Afonso Torneyro, moradores en |16 Çedofeyta, e Juan da Porta da vjla, e Afonso Fernandeσ, mordomo do abade, moradores enno conçello de Vjla Noua, e outros. E eu, Gonçaluo Fernandeσ, notario ppublico jurado, |17 dado por don Pedro, abbade do monesteyro de Vjlla Noua, ena ſſua villa de Villa Noua e en todo o ſenorio do dito monesteyro a todo o ſobre dito preſente foy con os |18 ditos teſtigos e eſta carta de foro per outro en mjna preſença fige eſcriujr z por mandado do dito don abade y puje meu nome e ſynal que he tal |19 en teſtemoyo de verdade. *(Signo)*. Gonçaluo Fernandeσ, notario.

A. H. N. Lorenzana (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1118, n.º 6. — 340 × 185 mm.

Linha 6, *pumareca:* no pergaminho manuscrito encontra-se a abreviatura pu.ca que, muito provavelmente, equivale a *pumareca*, variante da forma *pumarega*, registada noutros documentos galegos.

Linha 11, *condiçons:* ausência de cedilha. O mesmo acontece com a forma *condiçones*, l. 13.

46

1459. Lorenzana.

D. Pedro, abade do mosteiro de Lorenzana, afora a João Fernandes e a sua mulher Inês Fernandes uma vinha e uma herdade situadas acima da azenha.

Sepan quantos esta carta de aforamento virẽ commo nos don Pedro, abbade do moesteyro de Vila Nova de Lourençáá, ⁊ frey Ares, prior, ⁊ frey |2 Fernãdo, cantor, e frey Gonçaluo ⁊ frey Aluaro, mõjes do dito moesteyro, estando todos jũtos, segũ que avemos de uso ⁊ de cuſtume, entendendo que |3 fazemos nosa prol e vóó paramẽto noso e do dito noso moesteyro, aforamos e damos a foro jur [d']erdade para ensenpre a vos Juã |4 Fernandeȝ e a vosa muller Ynes Fernandeȝ, moradores que sodes enno conçello de Vila Nova, conbẽ a saber que vos aforamos a nosa viña d'arri|5ba da azea cũ ſua erdade e cõ todo seu bẽfeyto commo se estrema de parte de çima enas vinas de Pedro Ares e de Ares do Souto ⁊ da ou|6tra parte enno souto de Afonso Amor e da outra parte enno rrio e da outra enna pumarega que he do dito moesteyro. E esta dita viña ⁊ herdade |7 asy determjnada vos aforamos por tal condiçiõ que avedes de põer toda la herdade que está por poer de viña e de ljñoos ⁊ ſua |8 madeyra perteesçente enestes quatro annos primeyros segujentes da feyta desta carta e lauredes e rreparedes a dita viña que asy |9 poserdes e a que está poſta a viſta de lauradores vna por parte do dito moesteyro e outra por la vosa e do viño que Deos que der ennas ditas viñas |10 que nos diades o qujnto del vindimjado e medido perlo çesto enna vila ⁊ carejado ao lagar, o qual dito qujnto do dito vino he para os quintos do |11 dito moesteyro e vos o dito Juã Fernandeȝ e vosas vozes laurando e rreparãdo as ditas viñas e cõprindo as ditas condiciões e pagando o dito |12 quinto de cada anno segundo dito he que ajades e leuedes as ditas viñas para senpre. E nõ laurando as ditas viñas nẽ cõprindo as ditas |13 condiçõees que nos fiquẽ as ditas vinas liures e deſenbargadas de vos e de vosas vozes cõ todo bõo paramẽto que ennela esteuer fey|14to. E Juã Fernandeȝ, que estou presente, asy rreſçibo o dito foro perlas condiçiõees sobre ditas e obligo a mj̃ e a meus béés de poer la |15 dita viña aos ditos quatro annos segũ dito he e de reparar as ditas viñas a viſta dos ditos lauradores e por que todo seja certo manda|16mos ende delo fazer duas cartas de foro anbas en vn tenor, vna para vos, o dito Juã Fernandeȝ, e outra para nos ⁊ para o dito noso moesteyro; que foy fey|17to e outorgado enno dito noso moesteyro, sete dias do mes de Febreyro, anno do naſçemento de noso Señor Jhesu Christo de mjl e quatro|18sẽtos ⁊ cinquoenta e nove annos. Testigos que forõ presentes: Gonçaluo Fernandeȝ, criado do abbade, Meẽd' Ares ⁊ Pedro Ares, moradores en Vila Nova, e

Fernã |19 Rico de Galgão, e outros. E eu, *Gonçaluo Fernandeσ*, notario ppublico jurado dado por llo dito señor don abbade enna ſſua vjla |20 de Vjlla Noua e en todo o ſenorio do dito moeſteyro a todo o ſobre dito preſente foy cõ os ditos teſtigos et eſta carta |21 de foro per mandado do dito ſeñor abbade e prior e monjes per outro en mjna preſença ha fige eſcriujr et |22 aquj puge meu nomme, ſynal que he tal en teſtemoyo de verdade. *(Signo)*. *Gonçaluo Fernandeσ*, notario.

A. H. N. Lorenzana (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1118, n.º 12. — 270 × 190 mm.

Sobre algumas palavras há um sinal de abreviatura supérfluo. — Linha 9, *viñas:* por baixo de *vi* havia um *q*: o escriba deu conta de ter saltado a palavra indicada e corrigiu.

47

1474. Chantada.

Frei Álvaro da Pena, abade do mosteiro de São Salvador de Chantada, afora a Fernando de Moure e a Leonor Gonçalves, sua mulher, moradores em Chantada, a devesa de Izá e o sítio para um moinho no rio que vai dar ao «rrigeyro das olas» por uma fanega de centeio.

Sabean quantos eſta carta de foro byrẽ como nos don frey Aluaro da Pena, abbade do moſteyro de San Sal|2uador de Chantada, con outorgamento de frey Gomeσ, noso prior, et de frey Gomeσ et de frey Jacome, mõjes |3 et conbento de o dito noso moſteyro, sendo ajuntados en noso cabydoo por canpaa tangida segũ que a|4bemos de vso et cuſtume de nos ajuntar, damos a foro et a verbo a bos Fernãdo de Muore, vyσjno de Chã|5tada et a bosa muller, Ljonor Gonçalueσ e aha hũ fillo ou filla que anbos ajades de consun; e se fillo ou |6 filla nõ ouberdes ao ponto do finamento de vos anbos que seja boσ de eſte dito foro hũa presona apu|7uſ de vos anbos aquel ou aquela que erdar do puſtromeyro de bos de dereyto os outros seus vẽes; conben a saber |8 que asy vos aforamos, como dito he, toda a nosa devesa de Yçã, segũ que ora jaσ en mõte con todos seus |9 formaes e caſarellos ȝ con todas suas erdades, arbores e formaes segũ que se começa a dita devesa en|10no camjno que sal por sobre aldea de Baltar e sal ena rua(?), enna serra, enno camjno que bay para Ourẽse, |11 segũ que se bolue por çima da dita devesa

et sal a fonte d'Aldonça et de bayxo parte segũ que bay |12 a deuesa; a qual deuesa bos aforamos con todas suas entradas et saydas a montes e a fontes por on|13de quer que ban e perteſcan a dita devesa de Yçan su o signo de San Saluador de Virgos, a qual dita debesa |14 bos aforamos con tal pleyto e condjçõ que corregades enna dita deuesa casas de pedra e de madeyra et |15 as tenades probadas de hũ ome labrador e vertedes a dita deuesa de monte e a labredes et paredes |16 ben como se as erdades dela nõ percã con mjngoa de labor e de von paramento. Itẽ vos aforamos ma|17ys segũ que dito he hũ formal para hũ moyno enno rrio que fere enno rrigeyro das olas su a porta da vyla |18 de Chantada con suas agoas correntes e vertentes con tal condjçon que corregades enno dito formal de erdade |19 hũ muyno de pedra e madeyra et o mãtenades feyto e cuberto. moente et corrente e rreparado de |20 todos seus nẽbros et nos avedes a dar de foro et rrenda de a dita deuesa de Yçã e muyno hũa fanega |21 de çenteo mjdjda por tega dereyta de fanega paga enno dito lugar de Yçã en cada mes de Agosto ou |22 de Setenbro; et eſto pago et o djojmo a Deus, todo o al que Deus der enna dita deueſa de Yçã et mu|23yno que seja voso durante o dito foro et a morte da puſtromeyra presona o dito lugar e muyno e cou|24sas sobre ditas nos fiquen ljbres e quitas e ven paradas a nos e ao dito noso moſteyro nobo alçado e nos |25 et o dito noso moſteyro faremos vos eſte dito lugar et muyno de paσ e anparar bos emos con |26 elo a dereyto su obrigaçõ de os vees de o dito noso moſteyro que para elo obrigamos e eu o dito Fernã de Mo|27ure que presente estou por mj̃ e por la dita mjna muller et presonas que depus de nos suçederen ho |28 dito foro asy o rresçeuo de vos, o dito de vos, o dito abade e prior e conbẽto a dita deuesa de Yçan e formal |29 de o dito muyño segũ que todo dito he; et obrigo a mj̃ e a meus vees e de a dita mjna muller et |30 presonas de atender e conpryr e pagar todas las cousas sobre ditas et cada hũa delas e nos as |31 partes poemos entre nos de pena que qual quer de nos que a eſto pasar e o nõ conpryr e gardar que perda de |32 pena quinentos mrs. bellos, medeos a parte que o teber e gardar e medeos a boσ del rrey; e a pena paga |33 ou nõ, a carta e foro seja fyrme e balla en seu tenpo; e por que seja certo e nõ bena en duda, nos |34 as ditas partes rrogamos e mãdamos ao notario juſo eſcripto que faça delo duas cartas de foro anbas |35 en hũ tenor e as signe de seu signo. Que foron feytas z outorgadas enno dito moſteyro de Chãtada, |36 dja lues, a vynte e hũ djas do mes de Março, anno do naſçemento de noso Señor Ihesu Chriſto de mjll |37 e quatroçentos e setenta e quatro annos. Teſtes que eſtaban preſentes: Afonſo de Moure, morador enno Toldaao, |38 e Juã de Forna, morador enno dito moſteyro, e Ares Gomeσ, morador en Belσar, e outros. E eu Afonso de Moure, |39 eſcripuano de noso señor el rrey e seu notario, ppublico enna sua corte et en todos seus rregnos, senorios, |40 a todo o sobre dito presente foy cõ as ditas teſtes e a pedjmento das ditas partes

eſta carta eſcripuj e puje en |[4] ela meu nome e signo fíjσ en teſtemuya de verdade que tal he. *(Signo)*. Afonso de Moure, notario.

A. H. N. Chantada (Lugo). Benedictinos. San Salvador. Pasta 1076, n.º 4. — 240 × 290 mm.

Linha 4, *Muore:* nas linhas 26-27, 37 e 38 surge *Moure*. — Linha 17: antes de *olas* há um traço curvo em sentido vertical. — Linha 27, *muller:* estão manchadas as letras da última sílaba.

Baltar, l. 10: aldeia da freg. de San Salvador de Brigos, ayunt. Chantada. *San Saluador de Virgos*, l. 13: freg. do ayunt. de Chantada, prov. e dioc. de Lugo. *Toldaao*, l. 37: provavelmente lugar da freg. de Santa María de Moreda, ayunt. Taboada.

48

1475. Villaster.

O mosteiro de São Domingos de Viveiro afora a Garcia Polo e a sua mulher, moradores em Aralde, as vinhas que possui na freguesia de San Pedro de Viveiro. No primeiro ano dever-se-á pagar ao mosteiro dois celamins de trigo e depois quatro por ano.

Saban quantos eſta carta de foro virẽ como nos o meeſtre frey Pedro Marjno, prior do moeſteiro de Santo Domingo de Viueyro ȝ os |[2] doctores frey Rodrigo do Valedouro ȝ frey Vaaſco de Lagoa ȝ frey Fernãdo das Ribeyras ȝ frey Diego de Mjrãda |[3] ȝ frey Fernãdo de Sant Lourenço ȝ frey Aluaro Mortal ȝ frey Gil ȝ frey Fernando de Sayoane ȝ frey Lourenço, |[4] frayres cõbentuaes do dito moeſteiro que somos presentes, seẽdo juntos en noso capjtolo per cãpãa tangida |[5] segũdo que o avemos de vſo ȝ de coſtume por nos ȝ en nomme do dito moeſteiro ȝ frayres del, outorgamos ȝ co|[6]noſçemos que fazemos foro ȝ aforamos para senpre ja mays por jur de herdade a vos Garcia Polo, morador |[7] en Aralde, que sodes presente et a voſa moller Ynes Gonçalueσ, absente como se fose presente, todas las no|[8]ſas vjñas que jazẽ en Trijgaas, fijgllesia de Sant Pedro de Bjueyro que jazen en duas peças: vna delas topa arredor |[9] ennas vjnas de Juã Marjno et cõ a bouça que jaz cabo dela ȝ a outra peça jaz enno dito lugar de Trijgaas; e mays |[10] vos damos enno dito foro outras duas peças de vjñas que jazen en Toante que he enna dita fijgllesia; hũa delas |[11] topa enna vjna de Juã Fernandeσ Sasjdo ȝ a outra açerca dela, segundo que as ende teemos; e mays vos da|[12]mos outra peça de vjña que jaz aa sóó camjno per donde va ao caluo que topa enna vjña de Juã Fernandeσ Sasjdo |[13] ȝ en outra vjña de Sant Pedro; e mays vos damos

outro jornal de vjña *que* jaz en*n*a rribeyra, e mays outra |[14] peça de vjña *que* jaz en*n*as vielas, as q*ua*es d*i*tas vjñas vos damos ⁊ aforamos p*ar*a senpre ja mays por jur |[15] de herdade ⁊ a voſos suçesor*es* q*ue* de vos deçenderen ⁊ a tal cõdiçiõ q*ue* a voſa morte de vos os d*i*tos Garçia Polo |[16] ⁊ voſa moll*er* lo nõ poſades deyxar saluo a hũa p*er*ſona ⁊ q*ue* p*ar*a senpre ja mays en voſa vida ⁊ morte |[17] ⁊ de voſos suçeſor*es* nõ se deujda por herd*eyr*os aũn q*ue* sejã moytos, saluo q*ue* senpre jamays q*ue* dé ⁊ ande |[18] ⁊ fiq*ue* en hũa p*er*sona sola ⁊ de hũa en outra por q*ue* se se ouueſe de deujdir entre herd*eyr*os seria gr*a*nde |[19] dãpno ⁊ flaude ao d*i*to moeſteiro ⁊ cõbento ⁊ frayr*es* del e nos avedes a dar de foro deſte pr*i*m*eyr*o ann*o* da |[20] f*eyt*a deſta c*ar*ta douſſ çoramíȷs de trijgo bõo ⁊ p*er*teeſcente medido p*er* la medida da alfonega poſto en*n*o |[21] d*i*to moeſteyro por dia de Sant Mjg*ue*ll de Setẽbre do d*i*to an*n*o. E dende en deant*e* nos avedes de dar de fo|[22]ro e as personas en q*ue* despoys morte de vos outros en*e*l suçederẽ p*ar*a senpre jamays en cada ṽn an*n*o |[23] por las d*i*tas vjñas q*ua*tro çoramijs de trijgo bõo ⁊ perteeſçent*e* p*er* la d*i*ta medida da alfonega poſto en*n*o |[24] d*i*to moeſteyro por dia de Sant Mjg*ue*ll de Setẽbre de cada ṽn an*n*o e obligamos a nos e aos bẽes do d*i*to |[25] moeſteyro de vos fazermos saas ⁊ de paz as d*i*tas vjñas q*ue* vos asy damos en*n*o d*i*to foro ⁊ de vos |[26] las nõ tomar por dar a outro por mays nj̃ por menos en njgũ t*en*po q*ue* seja; e eu, o d*i*to Gar*c*ia Polo q*ue* |[27] sõo presente por mj̃ ⁊ en nome da d*i*ta Yn*es* Gonçalu*eꝯ*, mjña moll*er*, q*ue* he absente, por la q*ua*l obligo |[28] a mj̃ ⁊ a meus bẽes q*ue* ela aja por çerto e firme todo ho eneſta c*ar*ta de foro cõtiudo asy ⁊ cõ as d*i*tas |[29] cõdiçoos rreçebo de vos o d*i*to moeſteiro, p*r*ior e frayres del p*ar*a mj̃ ⁊ p*ar*a d*i*ta mjña moll*er* ⁊ p*ar*a os |[30] q*ue* de nos deçenderẽ p*ar*a senpre jamays por jur de herdade as d*i*tas bjñas porlo d*i*to foro ⁊ p*ro*me|[31]to de a noſa morte q*ue*darẽ as d*i*tas vjñas en hũa p*er*sona ⁊ de hũa ẽ outra p*ar*a senpre jamas |[32] en tal man*eyr*a q*ue* as d*i*tas bjnas nũca se partã nj̃ deuidan ⁊ senpre q*ue*den en hũa p*er*sona aṽnq*ue* |[33] q*ue*den moytos herd*eyr*os, as q*ua*es vjñas p*ro*meto por mj̃ e por mjña moll*er* ⁊ por nosos sucesor*es* en q*uen* |[34] q*ue*darẽ q*ue* as tenã ⁊ las labrẽ ben p*ar*a senpre jamays; e obligo a mj̃ ⁊ a todos meus bẽes mobl*es* |[35] ⁊ rrayꝯes avidos e por aver ⁊ da d*i*ta mjña moll*er* ⁊ sucesor*es* de vos darmos de foro das d*i*tas |[36] vjñas eſte d*i*to pr*i*m*eyr*o ann*o* os d*i*tos douſ çoramíȷs de tríigo ⁊ dende en deant*e* en cada ṽn an*n*o p*ar*a |[37] senpre ja mays os d*i*tos q*ua*tro çoramijs de trijgo bõo ⁊ perteescent*e* medido p*er*la d*i*ta medida |[38] da alfonega ⁊ poſto en*n*o d*i*to moeſteiro a nosa cuſta por lo d*i*to dia de Sant Mjgel de Setẽbre de cada |[39] ṽn an*n*o p*ar*a senpre jamays. E nos, as d*i*tas p*ar*tes q*ue* somos presente*s*, p*ar*a mjllor teermos, gardar|[40]mos e cõplirmos todo o sobr*e* d*i*to huas partes aas outras ⁊ as outras aas outras, obligamos a elo a no|[41]sos bẽes, segund*o* d*i*to he; e por eſta presente *c*ar*t*a damos e outorgamos noso poder cõplido a q*ua*esq*uer* |[42] juſtiçias asi eclesiaſticas com*m*o seglar*es* da

corte ⁊ chançelleria del rrey noso señor ⁊ de todos seus rreg|[43]nos e senorios ante quen eſta carta parescer ⁊ dela for pedido cõplimẽto de dereito por nos ou por cada |[44] v̄n de nos ou por los que de nos desçenderẽ que nos la fagã dar, gardar e cõplir per nos e per nosos bẽes ⁊ |[45] nos nõ cõsinta yr contra ela nj̃ contra parte dela en njgũ tenpo nj̃ por algua maneira que seja ante que nos la façã |[46] dar e cõplir e pagar per nos ⁊ per los ditos nosos bẽes: e para mjllor teermos e cõplirmos todo o sobre dito |[47] e cada couſa ⁊ parte delo ⁊ nõ yrmos contra clo nj̃ contra parte delo, rrenũçiamos ⁊ partimos de nos ⁊ |[48] de outros por nos ⁊ de nosos suçesores a todas las leys ⁊ dereitos eſcriptos e nõ eſcriptos, canonicos e çeujles, |[49] geeraes ⁊ eſpeçiaes, foros, uſos ⁊ coſtumes ⁊ a ley do enganno ⁊ ferias de pã e vjño coller e a demãda en eſcripto |[50] ⁊ o tralado dela e deſta carta ⁊ prazo de cõsello e de abogados ⁊ todas las outras boas rraoos que podesemos |[51] aver ⁊ alegar en cõtrario do que dito he queremos que nos nõ valla en juyzio nj̃ fora del e eſpeçialmente rrenũ-|[52]çiamos e partimos de nos ⁊ de outros por nos aquela ley ⁊ dereyto que diz que rrenũçiaçõ feyta en geeral nõ valla; |[53] e por que seja çerto ⁊ nõ veña en dubda, outorgamos delo duas cartas de foro feitas anbas en v̄n thenor tal hũa |[54] commo a outra para cada parte a ſua ⁊ mays las que forẽ mester as mays çertas que se poderẽ fazer perlo notario |[55] ⁊ teſtigos de juso eſcriptos; que fuy feita ⁊ outorgada enno dito moesteiro de Sãto Domingo, viynte e noue dias do meſſ |[56] de Juyo, anno do naſcemento de noso Señor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e septeenta e çinquo anos. Teſti|[57]gos que forõ presentes chamados ⁊ rrogados para elo: Fernando Gomeo de Malçã, Pedro Vallon e Lopo Afonſo |[58] das Quartillas e Pedro de Monte Caluo e Fernando de Mesa ⁊ outros. E eu Lopo Afonſo de Villaster, eſcriuano |[59] de noso señor el rrey e seu notario publico enna sua corte ⁊ en todos los seus rregnos e senorios, a todo |[60] eſto que de suso dito he en v̄n cõ os ditos teſtigos presente foy e a rrogo e outorgamento das ditas partes eſta carta |[61] de foro que por ante mj̃ paſou eſcripuj e por ende fio ay este meu sig(+)no atal en teſtimoyo de verdad. Lopo Afonso, notario.

A. H. N. Códice 290B (Libro de foros y otras escrituras del convento de dominicos de Santo Domingo de Vivero (Lugo), Siglos XIV y XV), fol. 19v.

Linha 11, *vjna:* por lapso, aparece a forma de plural *vjnas.* — Linha 23, *perteeſçente*: na primeira sílaba, parece ler-se *pa;* corrigiu-se, porém, de acordo com a forma várias vezes registada no documento. — Linha 27, *Gonçalueo*: ausência de cedilha. — Linha 57, *Malçã:* ausência de cedilha.

Aralde, l. 7: lugar da freg. de Santa María de Magazos, ayunt. Vivero. *Caluo*, l. 12: possivelmente lugar da freg. de San Pedro de Vivero, ayunt. Vivero. *Malçã*, l. 57: provavelmente *Marzán* ou *Santa María de Marzán*, respectivamente aldeia ou freguesia no ayunt. de Monterroso. *Villaster*, l. 58: aldeia da prov. de Lugo, munic. de Quiroga, paróquia de Santa María de Villaster.

1475. Villaster.

O mosteiro de Viveiro afora por doze anos a Fernando Bom e a Afonso Gonçalves do Pousadoiro, moradores na freguesia de San Pedro de Viveiro, as herdades de Valcarria que foram de Frei Álvaro Carreiro por meio celamim de trigo.

Saban quantos eſta carta de foro virẽ commo nos o meeſtre frey Pedro Mariño, prior do moeſteiro de Santo |2 Domingo de Biueyro ⁊ os doctores frey Rodrigo do Valedouro ⁊ frey Fernãdo das Ribeyras e |3 os frayres frey Diego de Mjrãda ⁊ frey Fernãdo de Sayoane ⁊ frey Fernãdo de Sant Lourẽço e |4 frayres do dito moeſteyro, nos os ditos prior ⁊ frayres sendo juntos en noſo capitolo per cãpãa |5 tangida segundo que o avemos de vſo ⁊ de coſtume, outorgamos ⁊ conoſçemos que aforamos a vos Fernãdo |6 Bõo, morador enna fijgllesia de Sant Pedro de Bjueiro que sodes presente ⁊ Afonſo Gonçalueσ do Pouſadoyro, mo|7rador enna dita fijgllesia, que he absente por doze annos conplidos primeyros que veẽ que se começã oje |8 dia da feyta (?) deſta carta faſta eles acabados toda a noſa terça parte das herdades brauas ⁊ mãſas ⁊ mon|9tes ⁊ fontes que nos perteeſçen enna fijgllesia de Valcarria por frey Aluaro Carreiro que Deus aja por la voz dos Çeruas |10 por donde quer que jazen enna dita fijgllesia e nos avedes a dar de foro dos ditos montes ⁊ herdades en cada hũ |11 dos ditos doze annos medio çoramj̃ de trijgo ljnpo medido per la medida da alfonega poſto enno dito |12 moeſteiro por dia de Sant Mjguell de Setẽbre de cada ỹn anno e obligamos os beẽs do dito moeſteiro de vos |13 fazermos de paz as ditas herdades enno dito prazo nj̃ las tomar a vos por dar a outro por mays nj̃ por |14 menos durante os ditos doze annos. E eu o dito Fernã Bõo que sõo presente por mj̃ ⁊ en nomme do dito |15 Afonſo Gonçalueσ por lo qual obligo meus beẽs qual aja por çerto ho eneſta carta cõtiudo asy rreçebo de vos os ditos |16 prior ⁊ frayres as ditas herdades segũ dito he e me obligo por mj̃ ⁊ por lo dito Afonſo Gonçalueσ de vos dar|17mos ⁊ pagarmos en cada ỹn anno de foro das ditas herdades o dito medio çoramj̃ de trijgo poſto enno dito mo|18eſteiro porlo dito dia de Sant Mjguell de Setẽbre segundo dito he, para o qual obligo meus bẽes avidos ⁊ por aver |19 e cõplidos os ditos doze annos de leyxarmos livres ⁊ desenbargadas as ditas herdades ⁊ montes ao dito |20 moeſteiro ⁊ frayres del; ⁊ para nos todas las ditas partes mjllor teermos ⁊ cõplirmos todo o sobre dito huas |21 partes aas outras ⁊ nõ yrmos contra elo nj̃ contra parte delo, damos poder a todas las juſtiçias asy eccleſiaſ|22ticas commo seglares da corte ⁊ chançelleria del rrey noſo señor ⁊ de todos seus rregnos ⁊ senorios ante |23 quen eſta carta pareſçer que nos la fagã teer ⁊ gardar ⁊ cõplir per nos ⁊ per los ditos noſos

beẽs q*ue* p*ar*a elo obliga|[24]mos segund*o* d*i*to he, p*ar*a o q*ua*l nos las d*i*tas p*ar*tes rrenũciamos ⁊ partimos de nos ⁊ de outros por nos a todas |[25] las leys ⁊ d*ere*itos eſcr*i*ptos ⁊ nõ eſcr*i*ptos, cano*n*icos ⁊ çeujles ⁊ a ley do engan*n*o e eſpeçialmente rrenũçiamos ⁊ par|[26]timos de nos ⁊ de outros por nos aq*ue*la ley ⁊ d*ere*ito q*ue* diz q*ue* rrenũçiaçõ fe*y*ta en geeral nõ valla; ⁊ por q*ue* seja çerto |[27] ⁊ nõ veña en dubda, out*or*gamos delo duas car*t*as de foro anbas feit*a*s en ỹn thenor tal hũa com*m*o a outra |[28] p*ar*a cada parte a ſua, as mas çertas q*ue* se poderẽ fazer p*er*lo not*ar*io ⁊ teſtigos ajuſo eſcr*i*ptos; q*ue* fuy fe*y*ta |[29] ⁊ out*or*gada en*n*o d*i*to moeſte*i*ro a vynt*e* dias do meſ de Agoſto, an*n*o do naſçem*en*to de noso Señor Ih*es*u *Chriſ*to |[30] de mjll ⁊ q*ua*troçentos ⁊ septeẽta ⁊ çinq*uo* an*n*os. Teſtigos q*ue* forõ presente*s*, chamados ⁊ rrogados p*ar*a elo: |[31] Gonçaluo Lope*a*, not*ar*io, ⁊ P*e*dro Garcia, saſtre, ⁊ Gonçaluo Basanta ⁊ Iohan de Castro Bõo ⁊ outros. Et eu Lopo Afons*o* |[32] de Villaſter, escr*i*uano de noso señor el rrey ⁊ seu not*ar*io publico en*n*a sua corte ⁊ en todos los seus |[33] rregnos ⁊ señorios, a todo eſto q*ue* de ſuſo d*i*to he en ỹn cõ os d*i*tos teſtigos presente foy e a rrogo |[34] ⁊ out*or*gamento das d*i*tas part*e*s eſta car*t*a de foro q*ue* por ante mj̃ pasou escr*i*puj e por ende |[35] fiz ay este meu sig(+)no atal en teſtemonjo de *ver*dade. Lopo A*fonso*, not*ar*io.

A. H. N. Códice 290B (Libro de foros y otras escrituras del convento de dominicos de Santo Domingo de Vivero (Lugo). Siglos XIV y XV), fol. 19.

Linha 11: depois de *cada hũ* existe a forma *anno* que foi inutilizada pelo próprio notário.

Valcarria, l. 9: trata-se da freg. de San Estéban de Valcarria, no ayunt. de Viveiro.

50

1497. Morgade.

Rui Vasques, clérigo, afora a Afonso de Seoane as vinhas do lugar de Rio Cobo.

Sepan q*ua*ntos eſta car*t*a de foro vyrẽ com*m*o eu Roy Vaſq*ueç*, cl*er*igo, faço carta ⁊ dou a foro a vos Afon*ſo* de Sayuane |[2] en*n*as vozes ⁊ p*er*ſonas q*ue* eu teño do m*oeſteyr*o de Sant Martyno d'Acoba ⁊ ganando eu o dyto Roy V*aſqueç* eſte dyto foro por |[3] mays t*en*po q*ue* gané por vos ⁊ para las dytas vosas vozes, conben a sab*er* q*ue* vos aforo, com*m*o dyto he, as mỹas vynas do |[4] Ryo Cobo a monte ⁊ a fonte asy com*m*o las eu trago a jur ⁊ a mão do lugar do Ryo Cobo con seus mont*e*s por donde q*ue*r q*ue* van ſeg*un*do |[5]

las eu trago en foro do m*oeſteyro* de Sant M*artyno* d'Acoba ⁊ todas las nugueras ⁊ çerderas vos aforo a ſaluo as anbroeſas a tal pleito |6 ⁊ condiçion q*ue* labredes ⁊ reparedes ben a d*yta* vyna com*mo* se non perga con mengua de labor ⁊ bõn paramẽto ⁊ ponades los |7 montes das cabeçeras delas seg*undo* q*ue* eu ſoy obligado ⁊ paguaredes a quĩta das vbas q*ue* Deus der en*n*as dytas vyñas ao m*oeſteyro* de |8 Sant M*artino* d'Acoba das q*ue* eu o dyto Roy V*aſqueσ* achey feytas ⁊ das q*ue* eu fyzin ⁊ vos fezerdes paguaredes a seſma medydos por los |9 çeſtos en*n*as dytas vynas ⁊ proueredes ao móórdomo do m*oeſteyro* seg*undo* eu soy obligado ⁊ a mj̃ daredes de rrenta ⁊ pensyon en |10 cada vñ an*no* vñ moyo de bon vyno das dytas vynas por dya de San Martyno de Novenbro, q*uito* de agua ⁊ mao sabor por |11 medyda der*eyta* do dyto couto ⁊ vñ almude de noçes ⁊ todo al q*ue* Deus der en*n*as dytas vynas q*ue* seja voso libre ⁊ q*uito* ⁊ deſenbar|12gado, pago o dizimo a Deus ⁊ eu o dyto Roy Vaſqu*eσ*, cl*er*igo, far vos ey eſte foro de paz ⁊ defender vos ey conel a der*eyto* su obligaçion |13 dos meus bẽes q*ue* p*ar*a elo obligo; ⁊ eu o dyto A*fonſo* de Sayuane q*ue* pr*eſ*ente eſtou, aſy rreçebo de vos o dyto Roy V*aſqueσ* eſte dyto foro para |14 mj̃ ⁊ p*ar*a las dytas mj̃as vozes ⁊ obligo a mj̃ ⁊ aos meus bẽes ⁊ das dytas mỹas vozes de terremos, conp*r*iremos ⁊ paguaremos |15 todas las condiçiõs ſuſo dytas. E nos las part*es* poemos de pena q*ue* q*ua*l q*uer* q*ue* a eſto paſar q*ue* perca de pena q*ui*nentos mrs. ve|16llos, medyos a voz del rrey ⁊ medios a p*ar*te q*ue* touer, conp*r*ir ⁊ guardar ⁊ pena paga ou nõ, a car*ta* ⁊ foro sea fyrme ⁊ valla |17 en seu t*en*po ⁊ vozes. E por q*ue* seja çerto ⁊ nõ vena en duda, nos as part*es* rrogamos ⁊ mandamos ao notar*io* juſo eſcryto q*ue* faça delo duas |18 cartas de foro anbas en vn thenor ⁊ as sygne do seu ſygno. Q*ue* foy f*eyta* ⁊ otorgada en*n*a aldea de Morgade, lũus, a vynte dyas de Febrero, |19 an*no* do naſçemẽto de noſo Señor Ihesu *Chriſto* de myll ⁊ q*ua*tro çent*os* ⁊ novẽta ⁊ sete an*n*os. Te*ſtes* q*ue* forõ preſent*es*: Pero da Pena ⁊ Alu*aro* da Ygleia |20 ⁊ Lopo A*fonſo* de Goyã ⁊ Roy Conde ⁊ otros.

|21 Et eu Anbroſio Fernandez, notar*io* pu*blico* jurado por la abtorydad apo*ſto*lical a todo lo sobre d*yto* pre*ſente* foy en vñno |22 con los sobre d*ytos* te*ſtigos* ⁊ eſta car*ta* de foro (.....)to das part*es* por mja mão ben ⁊ fyel mente eſcribyn ⁊ pugy |23 en ela meu nome ⁊ sygno fyze en testymonyo de v*er*dade q*ue* tal he ; rrogado ⁊ rr(.....)do (.....). *(Segue-se a assinatura do notário. Do lado esquerdo, há o signo notarial).*

A. H. N. Acoba (Lugo). San Martín. Pasta 1066, n.º 3. — 320 × 230 mm.

Sobre algumas palavras há um til inútil que foi omitido na transcrição. É, porém, duvidoso se o til que existe sobre a última sílaba de *pugy* (l. 22) é supérfluo ou se, pelo contrário, indica a nasalidade da vogal. Embora se tenha desprezado na transcrição do documento, não pode pôr-se totalmente de parte a possibilidade de representar a nasalidade da vogal, uma vez que há vestígios da primeira pessoa com vogal final nasal: *eſcribyn*, l. 22; *fyzin*, l. 8.

Sant Martyno d'Acoba, l. 2, l. 5, etc.: San Martín de Acoba, freg. do ayunt. de Saviñao, part. jud. de Monforte, prov. Lugo. *Morgade*, l. 18: há vários topónimos com este nome na provincia de Lugo. É provável que se trate da aldeia de Morgade, do ayunt. de Saviñao, prov. de Lugo.

51

1502. Lugo.

O convento de Santa Maria, a Nova, de Lugo afora a João, Pedro e Ares, netos de Pero Ferreiro de Gracián, o lugar de Quintaa Donega, *na freguesia de San Estéban de Furís, com todas as casas e herdades que lhe pertencem.*

Sepan quantos eſta carta de foro vjren commo nos dona Elujra Diaσ Teyxeyra, priora do moſteyro de Santa Maria a Noba da çibdade de Lugo, z Ynes Gonçalueσ, a Noba, et Ynes Ares |2 de Caſtro Verde, procuradeyra, z Sancha Fernandeσ Nogeyrol z Briolanja Diaz z Moor Ares z Coſtança Lopes z Giomar Rodrigueσ, frayras del velo preto do dito moſteyro, que preſentes eſta|3mos, eſtando ajuntadas en noſo capitulo dentro enno dito moſteiro ſegundo que avemos de vſo z de coſtume, veendo z entendendo que o ajuſo cõtjudo he noſo probeyto z de |4 noſas ſubçeſſoras, outorgamos z conoſçemos que aforamos z damos en foro z ad veruo a Juan z a Pedro z Ares abſentes, fillos legitimos de Aluaro Boudon |5 z de Cataljna de Graçian z nectos de vos, Pero Ferreyro de Graçian, que eſtades preſente z rreſçebente por ellos por en dias de ſuas vidas dellos todos tres z |6 faleſçendoſe el vno dellos que ſe torne eſte foro eno outro z do outro enno outro z aſy ſubçeſiuemente vno en pus outro z a outras duas perſonas deſpoys |7 do poſtrimeyro deles vna qual o poſtrimeyro deles nomear en ſua vida ou ao tenpo de ſeu finamento z a outra que ſeja nomeada por aquela que por lo |8 poſtrimeyro deles for nonbrada ou herdeyra de ſeus bẽes; conven a ſaber que lles aforamos, como dito he, o noſo lugar z caſas z herdades chamado |9 de Quijntaa Donega que es ſicto z locado en la aldea de Forjs ſub o ſigno de Santo Eſteuo de Forjns con todas ſuas caſas z herdades z arbores z cortj|10nas z prados z montes z couſas a el perteeſçentes a montes z a fontes ſegundo que ao dito noſo moſteyro perteſçe z ſegund que por el z por nos outras |11 en ſeu nome lo tragia z labraua en rrenda Rrodrigo de Qujnta Donega, o qual dito lugar z herdades lles aforamos commo dito he atal plejto |12 z condjçion que os ditos Juan z Pedro z Ares, nectos de vos, o dito Pero Ferreyro de Graçian, z as ditas ſuas duas perſonas deſpoys do poſtrimeyro deles |13 nos han a dar et pagar de foro do dito lugar z herdades a nos z a noſas ſubçeſſoras de cada vn ano nobe fanegas de pan ljnpo z ſeco |14 medido por la medida dereyta

da terra por donde lo ſolja pagar o dito Rodrigo de Quintãa Donega poſtas de cada anno eno dito lugar deſde Santa Maria d'Ago|[15]ſto faſta Santa Maria de Setenbre et mays de cada anno por Natal vn boon porco çebado que ſeja, ſacando o mjllor que çebaren para ſy, dos outros que que|[16]daren o mjllor z dous pares de capõos çebados connel, poſtos o dito porco z capõos enno dito noſo moſteiro de cada ano por Natal, commo dito he, todo |[17] ven pagado z conpridamente ſin outra excepçión, alegaçión nj contradjçion alguna z os ditos Juan z Pedro z Ares z as ditas duas ſuas perſo|[18]nas deſpoys deles terran las caſas do dito lugar dereytas, cubertas z ben rreparadas z as herdades ven labradas z alauoradas z todo cũ |[19] voon paramento z afinamento da poſtrimeyra perſona que o dito noſo lugar et herdades fique todo libre z qujto z deſenbargado ao dito noſo moſteyro |[20] con todos los bõos paramentos que enel foren feytos et que cada perſona que deſpoys dos ditos Juan z Pedro z Ares ſubçeder en eſte dito foro que ſeja tjuda |[21] z obrigada do dia que enel ſubçeder faſta trijnta dias primeyros ſeguentes de ſe vijnr moſtrar et preſentar ante nos ou ante noſas ſubçeſſoras |[22] commo he perſona del ſub pena de o perder; et eu, o dito Pero Ferreyro de Graçian, que preſente eſtou, aſy rreſçebo eſte dito foro para os ditos Juan z Pedro |[23] z Ares, meus netos, z para as ditas duas ſuas perſonas por lo modo z maneyras z condjçiones ſubſo ditas ſegundo que eneſta carta ſe conten z oblj|[24]go meus bẽes z deles que aſy o terran, atenderan, conpriran z pagaran, ſegundo que eneſta carta ſe conten; z nos as ditas priora z frayras |[25] aſy vos lo outorgamos para las perſonas en eſte foro cõtenjdas do qual nos as ditas partes rrogamos z mandamos ao notario ajuſo |[26] eſcricto que dé z faga delo duas cartas de foro en vn thenor z dé a cada parte a ſua; que foy feyta z outorgada enna çibdade de Lugo dentro |[27] eno dito moſteyro, a quatro dias do mes de Mayo, ano do naſçemento de nueſtro Señor Ihesu Chriſto de mjll z qujnentos z dous annos. Teſtigos que forõ preſentes: |[28] Afonſo de San Tome z Fernãdo d'Argonde e Juan Afonſo, çapateyro, viziño da dita çiudade. Et eu Gonçaluo Diaz de Freyxo, notario publico por las autori|[29]dades apoſtoljca z ordinarja do ſeñor obiſpo de Lugo z iglleja deſe lugar, a todo lo que ſobre dito he en vno cõ os ditos teſtigos preſente |[30] fuy z eſta carta de foro ſegund por ante mj paſou, aqui eſcriuj por mjna maão z por ende puje aquj eſtes mjſ nõbre |[31] z signo acuſtumado en teſtimonjo de verdade que he atal. *(Signo).* Gonçaluo Diaz, notario.

A. R. G. Lugo. Convento de Santa Maria La Nueva, n.º 482. — 265 × 200 mm. Sobre várias palavras aparece um sinal de abreviatura supérfluo.

Linha 22, *eſte:* não é muito claro se a última vogal é *-e* ou *-o*. — Linha 24, *terran:* leitura duvidosa. — Linha 28, *çapateyro:* falta a cedilha.

Graçian, l. 5, 12, etc.: lugar da freg. de San Pelagio de Arcos, ayunt. Castroverde. *Argonde*, l. 28: aldeia da freg. de San Juan de Campo, ayunt. Lugo.

52

1267. Orcellón.

Lourenço Pais, monge do mosteiro de Santa María de Acibeiro, doa ao mosteiro de Santa Maria de Sobrado todas as herdades que possui ou vier a possuir na freguesia de «Samamede de Livrães».

In Dej nomine, amen. Era .M.ª CCC.ª |2 V.ª ȝ quotum .xvj. diaſ d'Oytobro. |3 Conoſ̧uda couſa ſeia aoſ preſen|4teſ ȝ aoſ que an por uíȷ̀r como |5 eu Lourẽſ̧o Pelaet, mũgeſ de San|6ta Maria d'Aziueyro, a uoſ abade |7 ȝ cõuẽto de Santa Maria de Sſobra|8do ffaſ̧o carta de vindiſ̧om |9 ȝ de dõaſ̧om por ſenpre ualedeyra |10 de quanta herdade eu ey ȝ ey por |11 auer en na fríígiſ̃ia de Sama|12mede de Liurãeſ, conuẽ a ſaber |13 en na grãia do Outeyro ȝ peloſ |14 outroſ lugareſ u quer que a uoſ ache|15deſ en eſa frijgiſ̃ia de ſuſo dita, |16 conuẽ a ſaber por .XL. ſoldoſ que uoſ a mj̃ |17 deſteſ ȝ ſe ela mayſ valia ca eſ|18teſ dineyroſ de ſuſo ditoſ, o mayſ dou |19 eu ȝ quito a Sſanta Maria de Sſobra|20do por alma mĩa ȝ ſe da mĩa |21 parte ou da heſtraya cõtra a car|22ta de mĩa vindiſ̧õ ȝ de mĩa |23 donaſ̧õ a britar uẽer peyte a uoſ |24 tãto quanto demãdar en dublo ȝ |25 áá uoz del Rey ſoldoſ .L. ȝ a carta |26 yſtia ſenpre en ſua reuor. Ffrey Pedro |27 Nuniz, procurador de Sſobrado en na |28 grãia do Outeyro que reſ̧ebeu. |29 Qui preſenteſ fuerunt: ffrey Pedro Nuniz, procurador; |30 ffrey Domingo Perez, mõgeſ de Sſobrado; |31 ffrey Areſ Migééz, cõfeſo; Domingo Ea|32neſ, mõgeſ d'Aziueyro; Areſ Eaneſ |33 de Paradela; Domingo Eaneſ, yrmão ſeu; |34 Johan Areſ da Lagẽa; Martin Perez, ſaboro|35te.

|36 ȝ eu Johã Fferrnandez, notario puplico |37 del Rey en Orzellom ȝ en Buual |38 ȝ en Caſtella ȝ en no Bolo de Sſen|39da, que eſcriuj por rogo delaſ |40 parteſ ȝ pono y meu ſſino. *(Signo).*

A. H. N. Sobrado (La Coruña). Bernardos. Nuestra Señora. Pasta 543, n.º 8. — 80 × 255 mm.

Linha 5, *mũgeſ* (sic!): emprego do plural por lapso, ou terá havido salto de outros nomes próprios? — Linha 16: parece tratar-se de X aspado e por essa razão foi transcrito pelo numeral XL. — Linha 21, *cõtra:* ausência de til sobre a vogal da primeira sílaba.

Orzellom, l. 37: antiga jurisdição na província de Orense composta de várias freguesias, entre as quais Brues, Cameija, Campo, Cangües, Ciudad, Espiñeira, Froufe, Gendive, Jubencos, Jurenzas, etc.

1274. Monterrey.

Rui Vasques de Quiroganes vende ao abade do mosteiro de Santa Maria de Montederramo o casal que possui naquela freguesia.

Eno nome dc Deus, amẽ. Eu Ruy Vaaſq*ue*z de Q*ue*yrugaeſ p*er* outorgamẽto de |[2] meus fillos p*re*ſenteſ ⁊ outorganteſ — P*e*dro Rod*rigue*z, Bertollameu Rod*rigue*z ⁊ Sanchia Rodriguez — |[3] ⁊ de dõ Vi℔ente, marido d'Oraca Rod*rigue*z ⁊ por ella vendo a uos, don Gill, abbade de Santa |[4] M*aria* de Mõt*e* de Ramo ⁊ ao cõuẽto deſſe míjſſmo lugar o meu caſſar q*ue* eu ey en |[5] Q*ue*irugaeſ ⁊ todo q*uan*to al y ey feito ⁊ por fazer, sacado ende a erdade do foro; ve|[6]ndouolla cõ todoſ ſe*us* jureſ ⁊ dereitos ⁊ dereit*ur*aſ, a mõt*e* ⁊ a fonte p*er* u q*uer* q*ue* aſ aya ⁊ |[7] aſ deue a auer ⁊ cõ q*uan*to p*er*téé℔e a eſſe caſſar. Et rre℔iby de uoſ p*re*℔o .C. m*arauidi*ſ deſteſ |[8] blãcos da guera de q*ue* me outorgo ⁊ conoſco q*ue* ſóó ben pagado. Vendouollo ſu tal *con*di℔õ |[9] q*ue* o tena eu en me*us* diaſ ⁊ vno meu fillio q*ual* eu q*uiſſer* a mia morte ſe morer cõ my|[10]a falla ⁊ ſe nõ morer cõ mia falla dia o abbade a q*ual* q*uiſſer*. Et deuemos ⁊ outor|[11]gamos cnde a dar deſte caſſar ao ſobr*e* d*ito* moeſteiro ter℔a de pan ⁊ meo de vy|[12]no, et ter℔a de todollos outrros fruitos ſacado ende chouſſa ⁊ nabal ⁊ fruito |[13] d'aruores ⁊ dardeſ heyradiga dereita ⁊ todo eſto p*er* noſſo móórdomo ⁊ dardeſ der|[14]eito anal cada ano polla feſta de San M*artin*u vno marauidil de q*ual* moeda véér eu |[15] a dar na tera ⁊ ſ*eru*i℔o en yuerno, doze outaos booſ trijgos ⁊ duaſ pixotaſ boaſ |[16] ⁊ vna q*uarta* de boo vino ⁊ vno ſeſt*eir*o de ℔euada; ⁊ en verao outro tanto ſ*eru*i℔o ⁊ |[17] deſte Jan*eir*o p*rimeir*o q*ue* ven a.ij. anos rronp*er*deſ vno moyo [*de*] ſemeadura d*e* tereo nouo ⁊ |[18] dardeſ loytoſſa assy como é foro de tera ⁊ ſeerdes vaſſalos ſeryenteſ ⁊ obidien|[19]teſ do moeſteiro. ¶ Ainda eu, Ruy Vaaſq*uez*, dou o meu q*uinõ* ⁊ dereito q*ue* ey ena ecc*leſi*a |[20] d*e* Q*ue*irugaeſ a Santa M*aria* de Mõte de Ramo por mia alma ⁊ oſ mõteſ q*ue* p*er*tee℔ẽ |[21] a eſte caſal; ſe oſ noſ nõ podermos laurar, dalos o abbade a q*uen* nos laure ⁊ noſ laura|[22]rmos ben a aut*ra* h*er*dade. Et q*uen* *contra* eſto uéér ou paſſar peite a aut*ra* p*ar*te |[23] .C. m*arauidi*ſ ⁊ a uoz del Rey outroſ .C. m*arauidi*ſ ⁊ a carta ſenp*re* valia. Feita a carta .xviij. |[24] diaſ de Novẽbro, era de mill ⁊ .CCC. ⁊ doze anos, rreynãte en Leon ⁊ en Caſ|[25]tella Rey dõ Afons*o*; m*ei*rino maior en Galliza dõ J*ohan* Fern*andez*, ſobrino del Rey; biſſpo |[26] en Ourenſe dõ J*ohan*, téénte tera de Cabreira ⁊ de Lobar℔áá, o cõ℔ello de Mõte Rey. |[27] P*reſentes* ff*orum*: Saluador Eſteuaez d*e* Mõt*e* Rey; ſeu fillio Fern*an* Eſteuãez; P*e*dro Rod*riguez*; G*onçaluo* Men*dez* de Nuzo |[28]; dõ Afons*o* Rod*riguez*; Johã Fern*andez* ⁊ M*artin* P*erez*, eſcriuaeſ.

|29 Eu Ffern*an* Eaneſ, not*ario* publico jurado del Rey en Mont*e* Rey ⁊ en Barõ|30celly ⁊ en Souty V*er*muy q*ue* fuy p*re*ſente ⁊ por rrogo daſ p*ar*teſ ffiz eſta |31 carta con mia mao p*ro*p*ri*a ⁊ ponio en ella meu ſinal. *(Signo)*.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1485, n.º 20. — 160 × 210 mm. — Pergaminho partido por a b c d e.

Ao fundo, do lado esquerdo, há uma pequena costura em sentido vertical, abrangendo as três últimas linhas.

Linha 15: depois da palavra *outaos* parece ter havido um salto de alguma forma ou então falta a preposição *de*. — Linha 17: depois da forma *moyo* falta a preposição *de*. — Linha 20, *perteeʒẽ*: a palavra está no fim da linha e as últimas letras estão um pouco gastas; não se vê qualquer vestigio do til da última vogal. — Linha 22: depois da forma *herdade*, o copista repetiu o advérbio *ben*, que depois inutilizou usando um ponto debaixo de cada letra dessa palavra. — Linha 24: *era*: embora a palavra se encontre por extenso, há sobre ela um sinal de abreviatura. — Linha 24: na indicação da data, o notário usou o numeral cardinal; contudo, sobre a forma .CCC. há, em abreviatura, *a*, como se se tratasse do ordinal. — Linha 28, *dõ Afonso Rodriguez*: ausência de til na forma *dõ*. — Linha 31: a palavra *carta* está escrita na entrelinha.

Queyrugaeſ, l. 1; *Queirugaeſ* 5, 20: provavelmente San Bartolomé de Quiroganes, freg. do ayunt. de Verín, prov. Orense.

Monte Rey, l. 29: Monterrey, actualmente ayunt. do mesmo nome, na prov. de Orense.

54

1276. Allariz.

João Peres, cavaleiro de Zarracós, afora a João Vasques, filho de Vasco Fernandes, a casa e a cortinha que possui naquela freguesia, pela renda de dois capões e um almude de vinho paga no dia de São Martinho.

Ena era de mill ⁊ .CCC. ⁊ .Xiiij. anos y tres dias do mes de Janeyro. |2 Coñoʒuda couſa ſeya a q*u*antos eſta carta uirẽ q*ue* eu Joh*a*n P*er*ez, caualeyro |3 de Çerracões, a uos, Joh*a*n Uááſq*u*ez, fillo de Vaaſco Fern*an*dez, dou a foro una |4 caſa cõ ſua cortiña q*ue* cõ ela eſtá q*ue* eu ey en Çerracões u chamã o Outeyro, |5 cabo os Pááçios, q*ue* a ayades uos ⁊ toda uoſſa uoz depus uos por sempre |6 de iur ⁊ por herdade ⁊ q*ue* dedes ende a mj̃ ⁊ a toda mia uoz depus |7 mj̃ cada ano dous capões ⁊ un almude de viño por dia de San M*a*rtiño. |8 Et ſe vender ou enp*i*ñorar q*u*iſerdes a mj̃ ou a mia uoz ante ca a |9 outri por q*u*anto outri por ela der. Et se a nõ qu*i*ſer eu cõprar ou mia |10 uoz, vendede ou enpiñorade a atal ome q*ue* nos faʒa eſte foro en paz

|11 ꝛ nõ ſeya caualeyro nẽ ome d'ordin nẽ seruo nẽ mayordomo allẽo |12 nẽ outro ome poderoſo *que* nos pare mal eſte foro.

|13 *Qui presentes foron*: Pedro Perez de Ben Merca ꝛ Rodrigo Eanes; Domingo Perez, dito da Deueſa; |14 Martin Fernandez de Cacauelos; Eſteuão Uááſquez de Sarpolido; Johan |15 Martinz de Santa Mariña.

|16 Eu Johan Eanes, not*ario* iurado en Allariz ꝛ en toda terra de Limia de mão de |17 Ffernan Eanes, not*ario* del Rey en Allariz ꝛ en eſta terra ſobredita *que* a eſcreuj ꝛ pre|18ſente fuy ꝛ eſte meu ſigno fiz. *(Signo)*.

A. H. P. O. Santa Clara de Allariz (Orense), n.º 6. — 165 × 170 mm.

(Publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Editorial Galaxia), 1967, n.º 23, p. 35-36).

Linha 9: há um pequeno borrão de tinta, mas não prejudica a leitura. — Linha 12, *foro*: sinal de abreviatura supérfluo.

Çerracões, l. 3, 4: provavelmente San Andrés de Zarracós, freg. do part. jud. de Celanova, ayunt. Merca, prov. Orense. Há também um lugar com esse nome na freg. de San Andrés de Corvillón, ayunt. de La Merca. *Sarpolido*, l. 14: deve tratar-se de Salpurido, lug. da freg. de Santa María de Corvillón do ayunt. de La Merca, prov. Orense.

55

1281. Caldelas.

Dona Maria Mendes, estando bastante doente, faz testamento de todos os seus bens.

E enome de Deos, amẽ. Eu, dona Maria Mendez, jacendo de grande jnffirmedade ꝛ pero con todo meu ſiſo commo no mellor tempo *que* eu ffoſſe ꝛ de meu praçer ꝛ ſſen agrauiamemto de negúun quero |2 ffaçer meu teſtamento ꝛ mia manda. Primeira mente mando meu corpo ꝛ mia alma a Santa Maria de Monte de Ramo. E mando *que* o abade de Monte de Ramo ꝛ Vaſquo Perez, monges deſſe moeſteiro, ſeiam meuſ cabeçaes ꝛ heréé|3ſ de todo o *que* eu ey aſſi mouil commo rrayx ꝛ ſe(*i*)ã compridoreſ deſte meu teſtamento per llo *que* eu ey ſſẽ ſeu danno ꝛ do moeſteiro. Mando *que* Pedro Rodriguez, meu ſobrino, *que* pella mia been&o *que* aiude a comprir eſte meu teſtamento ꝛ ſeia cabe|4&al alí u o chamarẽ o abade ꝛ o monge ſobredito para ſſe comprir aſſi commo eu mando éé&te meu teſtamento. Primeira mente mando a mia mua ꝛ a mia coçedra *que* ſſé en Monte Rey a Santa Maria

de Monte de Ramo |5 para a capela que eu y oue a ffaçer. Mando y o meu uaſo da plata para o calez. Mando y a eſſe moeſteiro de Monte de Ramo o meu caſar de Uila Eſter cõ o meu quiñõ do Couto ⁊ cõ todaſ las outraſ couſaſ que y aio ⁊ deuo a |6 auer. Outroſſi lles dou todo o meu herdamento que agio en Barreyroſ ſu o ſino de Santa Criſtina de Uilarino cõ todoſ ſeuſ dereytoſ ⁊ dereyturaſ ⁊ pertéénçaſ ⁊ fforeyroſ u quer que aſ aia ⁊ aſ deue a auer. Mando |7 a meu ſobrino Pedro Rrodriguez o meo do caſar que ey en Caldellaſ que eſte ſu o ſino de San Pedro de Caldellas ⁊ meo doutro caſar naſ Cabanaſ eſtramada mente ſobre todoſ loſ outroſ meuſ ſobrinoſ. Mando a eſſe Pedro Rrodriguez ⁊ |8 a Meen Rrodriguez ⁊ a Vaſquo Rodriguez ũn caſar en Caruallo ⁊ outro no Caſtro de Cormego ⁊ o fforo que ten Garcia Rrodriguez en Ual de Godo ⁊ outro que téén oſ ffilloſ de Pedro Fferrnandez ⁊ Mayor Andres no Fferradal ⁊ quanto agio |9 en Torueo ⁊ eno couto de Sſan Payo d' Auelaeda ⁊ quanto agio en Pintelloſ ⁊ o fforo do Caſtro ⁊ o caſar en que ſſé Johã Pelaez de Nugueyra ⁊ o de Randufe ⁊ de Coua de Merín ⁊ quanto ey noſ monteſ ⁊ aquello que tem |10 de mj Pedro Cozeneyro de San Viçenço ⁊ o caſar d' Eſtrix en que mora Johã Rrodriguez ⁊ outro ffoorro que tẽ Maria Pelaez. Mando a Tereyga Martinz ducentoſ mr. doſ dineyroſ da primeyra guerra ⁊ que lloſ diam perllo que eu aio en Morgade ou per u |11 ffoorẽ mellor paradoſ ⁊ oſ panoſ do gamelī que me deu a Ryña. Mando a Maria Suarez .X. modioſ de pã ⁊ Martī Perez ⁊ Maria Martinz .X. modioſ ⁊ eſteſ .X. modioſ de Martī Perez ⁊ de Maria Martinz que lloſ diã do que eu teño en Pintelloſ. Mando Maria |12 de Deuſ treſ modioſ; a Pedro Mendez .ij. modioſ; Martino .ij. modioſ; a Rodrigo douſ modioſ; Maria Dominguez doſ modioſ; a Tereyga .ij. modioſ; a Ruy Diaz doſ modioſ; Mayor Garçia treſ modioſ; Maria Galega .ij. modioſ; a Tereyga Uaſquez treſ modioſ.; mando |13 argona a miaſ ſobrinaſ Eluira Perez ⁊ Tereyga Perez ⁊ duaſ toucaſ que ſéén no Monte do Ramo ⁊ duaſ meſaſ de mantéés que ſeen en caſ Maria Fernandez de Gimaraeſ ⁊ o meu quiñõ do egleiario de San Miguell de Monte Furado. Mando a Maria |14 Petrez para que ueſtia (?) o aſno que oue de Uilar d'Auóós; ⁊ ſe o nõ poder auer, per dereyto, darenlle quanto leuarẽ de Sancho Aſſenxo. Do a Santa Maria de Monte de Ramo quanto herdamento ey en Morgade ſu o ſino de Seoane de |15 Creſpoſ cõ todoſ lloſ fforoſ ⁊ con todaſ laſ perteençaſ ⁊ cõ todaſ laſ uoentadeſ aſſi commo eu teño a mão ao dia de meu paſamento de jur ⁊ de poder; ⁊ mando que a uina do Agueyro que ande cõ Morgade ⁊ que rrecodan cõ lloſ dereytoſ que eu |16 della deuo auer a Santa Maria de Monte de Ramo ⁊ eſto lleſ dou para pitança que lleſ eu auia de dar ao moſteiro ſobredito por dia de Santa Maria de Setembro. Mando ao eſpital de Queyroga quanto herdamento ey |17 enaſ eyras. Mando que uallа ⁊ eſtia de fermedue por ſempre todoſ lloſ empraçamentoſ que eu ffige cõ meu marido Don Araſ Perez a Santa Maria de Monte de Ramo ⁊ a Junqueyra

de Limia. Dou a Santa Maria de Monte de Ramo |[18] quanto gáádo eu trago en Pradoçelloſ para a capella, saluo a uaqua que di Martī Perez. Mando a Maria Suarez ũn armentio doſ que andã en Morgade. Mando que enterguẽ a Laurenço Perez, clerigo de Bouadela, dex cabraſ. Mando Martin Perez ũn |[19] boy doſ que andam en Morgade: a Domingo Fferrnandez o mellor boy que andar en Moruááſ; mando oſ outroſ douſ a Johã Nugeyra. Dou a mia arameña ⁊ o morteyro de cobre a Santa Maria de Monte de Ramo para a capella. Mando a |[20] Pedro Rodriguez, meu ſobrino, a mia cuba que ſſé en San Miguell de Monte Furado. Mando outra mia cuba que ſſé en Chão a Martin Perez, meu home. Mando a ponte d' Ourenſe o caſar de Uilar de Uilarino, o que tẽ marqueſa ⁊ mando o outro caſar de y |[21] de Uilar de Uilarino a Junqueyra de Limia. Mando a Santa Maria de Toruco quinentoſ ſoldoſ, oſ meoſ ao altar ⁊ oſ meoſ aoſ clerigoſ ⁊ que entre aa partiſõ Johanino, ffillo de Ffernã Iohaneſ. Mando o meu ſalteyro grande a Johan Eaneſ, ſu|[22]celareyro, que o aia elle en ſua uida ⁊ poyſ ſua morte que fique ao moeſteiro ⁊ neúún nõ ſeia podroſo de o en tirar. Mando Martin Suarez de Pintelloſ .j. modio de pã ⁊ outro de uino. Mando Martin Araſ o gaado que trage de mj ⁊ mãdo |[23] lle o meo do outro gaado que trage Domingo Perez ca o outro meo é ſeu. Mando a Sſeoane de Creſpoſ aſ miaſ colmẽaſ da Ladronqueyra, ſaluo duaſ que mando a Munio Perez. Mando ao eſpital de Queyroga a caſa do Sobrado de Uilar d'Auóós ⁊ a |[24] compra que y de Donna Domīga ⁊ de ſuaſ fillaſ. Mando a mia garuaya a conffradaria de Souto Uermũe. Mando Maior Garçia o lino ⁊ o ffiado de lino que eu ey. Mando o fiado daſ eſtopaſ que teño debaado a Maria Suarez ⁊ a Tereyga ⁊ Maria Martinz. |[25] Mando que o uaſo que ten Donna Orraca Pelaez que o tirẽ ⁊ o metã em prol de mina alma. Mando que o uaſo que iaz en Çamora en caſ de Ferrnã Truã por xxij. mr. ⁊ o metã em prol de mina alma. Mando a Nonno Fernandez ũn poldro ou ũna |[26] egua qual el primeyro quiſer. Mando a Sancha Rrodriguez de Sadur un poldro; dou a Sſanta Maria de Monte de Ramo o outro poldo ⁊ outra egua porque llo deuia. Mando o meu manto de broneta negra a Eluira Ffernandez de Uilar ⁊ o pelotch ⁊ |[27] a ſſaya a Tereyga Garcia. Mando o meu quiñõ daſ colmeaſ de San Migueli de Monte Furado que aſ dia y que arça y a zera por mi alma. Mando que eſteſ meuſ cabeçaeſ ⁊ hereeſ nõ ſeiã deſaiuradoſ de todaſ eſtaſ herdadeſ que aqui ſan |[28] eſcriptaſ ⁊ mandadaſ ata que eſte teſtamento ffor comprido ⁊ pagadaſ aſ miaſ deuedaſ ⁊ aſ miaſ mandaſ en mouil ⁊ todo home de mia linagẽ que aſ quiſer deſaiurar aia a mia maldiçõ ⁊ de Deuſ ⁊ a de Santa Maria ⁊ nõ herde en |[29] meuſ bééſ ⁊ mando ſe o quiſerẽ paſar contra ele que todoſ ſeiã exerdadoſ de quanto lleſ eu mando ⁊ mando que eſteſ meuſ cabeçaeſ ⁊ erééſ poſſam auer todo o meu aſi mobli commo rrayx ⁊ dareno ali u elleſ teuerẽ por bẽ |[30] ⁊ por proueyto de mia alma ⁊ a ſeruiço de Deoſ ⁊ de Santa Maria de Monte de Ramo

ȝ outorgo ȝ mando q*ue* contra eſto nõ lleſ ualla dereyto q*ue* por ſi podeſen auer en juyço nẽ ffora de juyço ȝ rrogo a Don Goterre [*ou*] outre |31 qual quer q*ue* por el Rey andar en Galiça q*ue* amparẽ ȝ deffendam eſteſ meuſ cabeçaeſ ȝ hereeſ cõ eſto q*ue* eu mando ȝ poño en couto de mill mrs. da bõa moeda q*ue* peyte q*uen* nõ q*uiſer* paſar do q*ue* eu mando ȝ mando q*ue* aſ |32 agã a p*ar*te del Rey ȝ oſ meoſ eſteſ meuſ cabeçaeſ ȝ o teſtam*en*to ſega firme aſſi com*m*o de ſuſo eſcripto é.

|33 Mando a Ladronq*ue*yra a Santa M*ar*ia de Feaéél.

|34 Eſtaſ ſan aſ deuedaſ q*ue* deuẽ: a Don*n*a M*ar*ia D*omin*go Lourenço ȝ M*ar*ina do Ramo d'Ourenſe .c. mrz.; Martī Pel*a*ez, cl*er*igo de Peña, cento ȝ LXXXX ſ*oldoſ* ȝ mandoſ a Santa M*ar*ia de Mont*e* de Ramo p*ar*a pitança q*ue* lleſ deuia; M*ar*tin Perez, cl*er*igo de Rio Namde, uenda d*e* vj. mod*ioſ* |35 de pã q*ue* lle di na Çamoreda, min*uſ* .j. q*uar*teyro en outra part*e* me deue eſſe M*ar*tin Perez ȝ iij. alm*udeſ* ȝ un ſeſt*eyro* de t*r*igo ȝ treſ teg*aſ* de millo; Martino, meu caſeyro, .j. ſeſt*eyro* saluo o nouo d'ogano; Garcia de Mont*e* Rey .viij. mr.; Martī Araſ de |36 Pintelloſ uenda de xx mod*ioſ* d*e* pã min*uſ* .j. ſeſt*eyro*; Martī Perez ȝ Eſteuayna Araſ uenda de .XVij. mod*ioſ* de pã min*uſ* .j. teg*a* ȝ dineyroſ de Vij. puçaeſ d*e* uino a ſoldo o azumbr*e* ȝ una cuba chea de t*r*igo q*ue* leua .iij. mod*ioſ* m*inuſ* V almudeſ |37 ȝ outra cuba pequ*e*na d'orgio ȝ auemoſ end*e* doſ mod*ioſ* d' orgio ȝ j. teg*a* ȝ auemoſ .iij. q*uar*teyro*ſ* ȝ teg*a* de t*r*igo; deue o foreyro de Freaeſ .j. q*uar*teyro d*e* cent*eo* en caſ Munio Perez, .X. t*aleiga*ſ de pã ȝ duaſ teg*aſ* de t*r*igo, Vij. colmeaſ ȝ IX. mr. min*uſ* .j. q*uar*ta ȝ XIX ouellaſ |38 ontre pequ*e*naſ ȝ grandeſ ȝ treſ cabraſ ȝ douſ porq*uo*ſ ȝ q*uar*ta de V. armẽtioſ; D*omin*go Perez d*e* Loordello .j. boy ȝ enq*uan*to o teuer ame de dar cada ano V. teg*aſ* d*e* pã. Mar*tī* Perez ȝ Eſteuayna Araſ .XVj. ouelaſ ȝ X. cabraſ ȝ ũna |39 porq*ua*; P*edr*o Saluadorez, cl*er*igo de Poagro, me deue vij. mod*ioſ* ȝ m*edi*o d*e* ceueyra ȝ .j. mod*io* de t*r*igo; P*edr*o M*ar*tinz de Santa Coonba .XX. mod*ioſ* d*e* pã ſaluo o d'ogano; P*edr*o Canſado de Beyriz .XIX. mod*ioſ* d*e* pã, ſaluo o d'ogano; de |40 Lourenço Eaneſ de Mont*e* Forte .Xiij. mr. ȝ m*edi*o ȝ Vaſquo Lop*e*z de Trandeyra .Vij. mod*ioſ* d*e* pã. Eſtaſ ſon aſ deuedaſ q*ue* deue Don*n*a M*ar*ia a Eſteuão Araſ de Chaueſ: .V. mod*ioſ* d*e* pã ȝ q*ua*tro mr. ȝ o al q*ue* ueer en u*er*dade; |41 a P*edr*o Rod*r*iguez de Mont*e* Rey. Xj. teg*aſ* de pã; a Garcia Rod*r*iguez de Mont*e* Rey .V. alm*udeſ* de millo; mando q*ue* todaſ laſ deuedaſ q*ue* ueerẽ en uerdade q*ue* todaſ ſe paguẽ; a Jaanino, cl*er*igo de Toruẽo, .V. mr.; a Jo*an* Oarez V. mr. |42 Ainda eu don*n*a M*ar*ia mando q*ue* todaſ llaſ outraſ couſaſ q*ue* eu aſi mobli com*m*o rayx q*ue* eu nõ poſeſſe eſte teſtam*en*to q*ue* eſteſ meuſ cabeçaeſ ȝ hereeſ o aiã ȝ façã dele p*r*ol de mina alma ȝ d*e* Santa M*ar*ia de Mont*e* de Ramo.

|43 Renãdo Rey dõ Affonſo en Leõ ȝ en Caſtella cõ todoſ ſeuſ rreynoſ, eſlleyto en Aurẽſe Don P*edr*o Eaneſ, tente Caldellaſ Inffante dõ Sancho, mey-

rino en Galiça Goter Perez, abade en Monte de Ramo |44 dõ Gil. Ffeyto o teſtamento en Torueo, quatro diaſ andadoſ de Setembro. Era de mill ⁊ de trecentoſ ⁊ XViiij. anoſ.

|45 Que preſenteſ fforõ ⁊ para eſto forõ chamadaſ ⁊ rrogadas: Ffernã Iohaneſ, clerigo de Torueo; Pedro Iohanis, clerigo; Ffernã Marruuio; Domīgo Caluo; Johan Eaneſ, ſuçelareyro de Monte de Ramo; Martī Perez; Nonno Fernandez.

|46 Outroſi deue Martin Perez de Rio Numde .IX quarteyroſ de pãm.

|47 Eu Johã Domīguez, notario del Rey en Caldellaſ ⁊ en Triuiſ, que preſente ffoy ⁊ a rrogo deſta donna Maria Mendez |48 ſobredita, eſta carta eſcripui ⁊ meu ſinal y fiz en teſtemoyo de uerdade. *(Signo).*

A. H. N. Montederramo (Orense). Pasta 1486, n.º 12. — 425 × 460 mm.

O documento apresenta duas manchas de humidade que não prejudicam gravemente a leitura. Contudo, algumas letras que se encontram apagadas foram reconstituídas, sendo apresentadas em itálico e entre parênteses.

É difícil e talvez discutível a distinção que foi estabelecida entre ç e ȩ. Sobre algumas formas ocorre um sinal de abreviatura supérfluo; outras vezes, falta em formas em que seria necessário. Note-se a falta da preposição *a* antes de alguns nomes próprios usados na função de complemento indirecto: cf. ll. 11, 18, 22 e 24. No manuscrito aparece várias vezes (cf. l. 9, 10, 25 e 34) a abreviatura *Palz.* que desdobrei em *Pelaez.* Como acontece noutros casos, ainda que esporadicamente, deve ter havido inversão da posição de *a.*

Linha 3: ausência de til sobre a forma *ſſc̃.* — Linha 4: por lapso, o notário usa o plural *monges.* — Linha 10, *ducentoſ:* não se percebe com clareza a existência de cedilha por baixo de c. — Linha 14, *ueſtia:* a primeira letra está um pouco manchada. — Linha 15, *todaſ laſ perteenȩaſ:* no documento ocorre a forma de masculino *todoſ.* — Linha 16, *Santa Maria de Monte de Ramo:* repetição das formas *Monte de.* — Linha 16, *herdamento,* l. 17 *empraȩamentoſ:* falta o sinal de abreviatura na penúltima sílaba. — Linha 22, *ſeia:* sobre a palavra existe um til; o sentido, porém, parece exigir a forma do singular. — Linha 25, *Çamora:* ausência de cedilha. *Ũn: u* escrito sobre um *a.* — Linha 26, *poldo* (sic!). *O meu manto de broneta negra:* a última letra da preposição está manchada, não se distinguindo claramente se se trata de *e* ou de *a.* — Linha 27, *San Migueli* (...): parece existir um *-i* no final da forma *Miguel.* — Linha 29: depois de *contra ele* repete-se a forma verbal *paſſar.* — Linha 30: parece faltar a disjuntiva *ou* depois de *Don Goterre.* — Linha 31, *quen:* no manuscrito encontra-se a abreviatura de *que,* ou seja *q̃.* O sentido, porém, parece exigir *quen.* — Linha 34, *pitança:* ausência de cedilha. — Linha 34, *Rio Namde:* a segunda letra da última forma está um pouco manchada, não sendo muito claro se se trata de *u* ou *a.* Na l. 46 o mesmo topónimo aparece sob a forma *Rio Numde.* — Linha 36, *cuba:* palavra escrita na entrelinha. *Puçaeſ:* ausência de cedilha. — Linha 37: a forma *cuba* está escrita na entrelinha. — Linha 38, *armẽtioſ:* ausência de til. — Linha 40: *Lourenço,* l. 42, *cabeçaeſ,* l. 43, *Galiça:* falta a cedilha. — Linha 42: *façã:* pelo sentido, parece tratar-se do plural. Sendo assim, falta o til sobre a vogal da última sílaba. — Linha 42, *teſtamento:* falta o sinal de abreviatura. Pelo contrário, em *hereeſ,* há um sinal de abreviatura supérfluo. — Linha 44, *era:* escrita com *R* maiúsculo. — Linha 45, *Eaneſ:* falta sinal de abreviatura.

San Pedro de Caldellas, l. 7: freg. do ayunt. de Castro Caldelas, prov. Orense. *Uilar d'Auóós,* l. 14: actualmente *Villardevós,* ayunt. do part. jud. de Verín, prov. e dioc. de Orense. *Trandeyra,* l. 40: aldeia da freg. de Santa Eulalia de Trabazos, ayunt. Castro Caldelas.

1285. Oseira.

Fernão Peres e sua mulher Domingas Peres recebeu do abade do mosteiro de Oseira o casal da Ribeira situado em San Miguel de Oleiros.

Era de mil ⁊ CCC. ⁊ XXiij. annoſ, .iiij.or dias andados de Ffebreyro. Sabã quantos |2 eſta carta uirẽ que eu Ffernã Perez ⁊ mia moler Domîga Perez rreȩebemos de |3 uos dõ Arias, abbade d' Oſſeyra, ⁊ do conuẽto deſſe meſmo lugar o uoſſo |4 caſar da Ribeyra cũ todas ſuaſ pertẽẽças ſub o ſſigno de San Miguel d' O|5lleyros no qual agora moramos per tal preyto que o tenamos de uos en toda noſſa |6 uida nos ⁊ noſſo ffillo Domĵgo Ffernandez que agora auemos ya nado de .XV. |7 annos aſuſſo ⁊ ſegiamos del uoſſos ſeruiȩaes ⁊ uoſſos vaſſallos bóós ⁊ leaes |8 ⁊ darmos ende cada anno per uoſſo mayordomo a que deuemos a prouéér mẽtre |9 coller o pã ⁊ o viño, meo de viño ⁊ de noȩes, de caſtanas, de peros, de |10 legumia ⁊ de çhouſa ⁊ de lino ⁊ de tríjgo ⁊ de ſirgo; et de gáádo mayor |11 ⁊ de cuba ſe o uendermos; et terȩa de ȩeueyra ⁊ de millio ⁊ d' orgio ⁊ leuarmolo |12 todo per nos áá uoſſa grãgia d'Ambas Meſtas ⁊ v. ſoldoſ de leoneſes ⁊ úú almude |13 de viño ⁊ dous pães tríjgoſ que valliã ſenllos dineyroſ leoneſeſ ⁊ treſ ſartageadaſ |14 de ffolloas ⁊ duas gallĩas ⁊ XII. ouos ⁊ un omme bóó para ſeruiȩo un dia de cada |15 domáá qual uyr o ffrade que é guyſado que morar na grãgia ⁊ facermoſ nos outras |16 couſas commo fazẽ cada úú dos outros bóós ſeruiȩaes que auedeſ ééſſa fíjgriſia |17 ⁊ deuemos eſte caſar ⁊ todas ſuaſ herdadeſ a laurar ⁊ parar moy bẽ de guyſa |18 que ſſe nõ percã os ffroytos del per mĩgua de lauor ⁊ ſſe algua negleẽȩa y ouuer |19 deuemos a ſéér amoeſtados ata duaſ uegadaſ que o corregamos ⁊ ſſe o nõ corregermos |20 o moeſteiro ſéér teudo a tomar ſeu caſar per ſua autoridade. Et a morte do poſ|21tremeyro de nos, ficar eſte caſar ſobredito liure ⁊ quito ao moeſteiro d' Oſſeyra |22 ſen enbargo nẽgúú cõ todas bõas parãȩas que nos y feȩermos ⁊ a parte que contra eſto |23 paſſar peyte áá outra parte .C.m ſoldoſ de leoneſes ⁊ a carta eſtey en ſua reuor. |24 Os que forõ preſentes: Thome Perez, prelado d'Olleyros; ffrey Martin, grãgeyro d'Ambas |25 Meſtas; Johã Perez d'Anguyeyra; Pedro Perez do burgo d'Ambas Meſtas.

|26 Eu Saluador Paez eſcriuj eſta carta per mãdado das parteſ. Teſtes.

A. H. N. Osera (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1536, n.º 14. — 130 × 190 mm. — Pergaminho partido por a b c.

Sobre a distinção entre ȩ e ç, recorde-se o que foi dito no documento anterior. Sobre algumas formas ocorre um sinal de abreviatura supérfluo: cf. *ſeruiȩaes*, l. 7 e l. 16; *Paez*, l. 26.

Linha 10, *trijgo:* embora a forma não se encontre abreviada, sobre *i* há um *i* sobreposto. — Linha 14, *duas:* inicialmente escrito *douas*, mas a segunda letra foi inutilizada pelo copista.

Ambas Meſtas, l. 12, 24-25, 25: ald. na freg. de San Miguel de Oleiros, ayunt. Carballedo.

57

1287. Ribadavia.

Frei Afonso Peres Pereira, «comendador das couſas do espital ena Bailia de Ribadauja», afora a Rodrigo Aras a herdade de Piñeiros, que foi de Pero Coçado, pelo foro de metade do vinho e terça dos cereais.

Era de mill ⁊ trezentoſ ⁊ víjnte ⁊ çinquo annoſ, .XXij. diaſ andados do |[2] meſ de Janeiro. Conuçuda couſa ſeya a quantos eſte prazo virẽ commo nos |[3] ffrey Affonſſo Perez Pereyra, comendador daſ couſas do eſpital ena Bailia |[4] de Ribadauja, cõ conſello dos ffreires ⁊ doſ clerigoſ deſſe méémo lugar, |[5] damos ⁊ outorgamos a foro a uos, Rodrigo Aras, en vida uoſſa ⁊ de duaſ uozeſ |[6] apuſ uoſ, cõuem a saber: a noſſa herdade de Pineiros a qual ffoy de Pedro Coçado ⁊ a |[7] qual leixou a ſa neta Maria Fernãdez en ſua voz, aſſi como ſſe começa ena |[8] Lagea de Biade ⁊ commo uẽ ffirir ena seara d'Alcantara ⁊ a qual parte leira |[9] por leira conoſ Aldrubaſ; per tal preito damos ella a uos que lauredeſ ella commo |[10] nõ deſſaleſca per mjgua de lauor ⁊ dedeſ della cadá áno áá uoz do eſpital |[11] per noſſo omme meadade de vino en lagar ⁊ terça de pam en eira. Et uos, |[12] Rodrigo Aras, a uoſſo paſſamẽto, eſſéérdeſ va uoz ⁊ eſſa uoz a ſeu paſſamẽto |[13] ffaça outra. Et se peruentura uoſ morerdeſ sen teſtamẽto aquel que de de|[14]reito erdar oſ uoſſos bééſ eſſea a postremeira uoz ⁊ ſeya atal uoz que ſeya |[15] ſemeldue de uoſ ⁊ que nõ ſeya caualeiro nẽ eſcudeiro nẽ dona nẽ outra orden |[16] nehua; senõ que ſeya atal que ffaça ſeu foro en paz ao eſpital. Et quando |[17] quiſſerdeſ vendemar ou segar, chamardeſ o ffreyre que eſteuer en Santa Maria |[18] de Biade. Et se uoſ, Rodrigo Aras, eſte herdamẽto quiſſerdeſ vender |[19] ou ſopenorar, auedello ante a ffazer ao eſpital ca outre por preço dereito. |[20] A parte que contra eſto paſſar peite áá outra parte .CC. ſoldoſ por nome de pea ⁊ o |[21] plazo eſté en rreuor.

|[22] Que preſenteſ forom: ffrey Domjgo; ffrey Vááſco; ffrey Domjgo de Biade; ffrey |[23] Pedro; Ffernã Pelaez, capellã; Pay Martinz, clerigo; Lourẽço Martinz, clerigo; Ffernã Aras, clerigo; |[24] Domjgo Martinz, clerigo.

|25 Et eu Johan Carca, poblico not*ario* del Rey en Ribbadauja, q*ue* p*re*ſent*e* |26 foy ⁊ eſte p*ra*zo fiz faz*er* ⁊ meu ſinal pono. *(Signo).*

A. H. P. O. Encomienda de Beade (Orense). n.º 1. — 180 × 290 mm. — Carta partida por a b c.

(Publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, Vigo (Editorial Galaxia), 1967, n.º 28, p. 41).

Nalgumas formas usa-se um sinal de abreviatura desnecessário.

Linha 1, *era:* com *R* maiúsculo. — Linha 6, *cõuem:* falta o til sobre a vogal da primeira silaba. — Linha 10, *cadá áno:* as duas formas encontram-se unidas.

Santa Maria de Biade, l. 17-18: freg. de Santa Maria de Beade, do ayunt. de Beade, no part. jud. de Ribadavia, prov. Orense.

58

1290. Monterrey.

Lopo Rodrigues de Nocedo faz testamento de seus bens: ao mosteiro de Santa Maria de Montederramo deixa o casal de Cerdedelo ou o de Trez, além dos de Nocedo e de Barro.

Era de mil ⁊ CCC ⁊ XXViij.ª ⁊ XX diaſ de enerro. Eſte he o teſtamẽto q*ue* eu Lopo Rro*driguez* de Nozedo ffaço iazendo na p*ri*gon |2 de Deus ⁊ temẽdo dia de meu paſamẽto, cõ todo meu entẽdemẽto ⁊ ma memoria coreyta et cõ outorgamẽto de maſ yr|3mááſ Móór Rro*driguez* ⁊ Marina Rro*driguez*. Primero dou ma alma a Deuſ ⁊ a S*an*ta M*ari*a ⁊ mando meu corpo ſupultar en S*an*ta M*ari*a do Monte |4 do Ramo ⁊ mandole ho meu caſal de Cerdedelo ou o de Tréés; o moeſt*eyr*o eſcolla ⁊ ſe ffic*a*rẽ en Tréés eſté Johã P*er*ez en ſeu |5 fforo q*ua*le eu ffiz. It*em* mando ao cõuẽto deſſe moeſt*eyr*o o meu caſal de Nozedo, o do Barro, ſaluo aſ cõplaſ q*ue* eu y ffiz ⁊ p*ar*a pita|6nça .C mr. da g*uer*ra ⁊ a ma azemella; ⁊ eſto mando pollo auer aleo q*ue* oue q*ue* nõ ſey ſeuſ donoſ; ⁊ ſe y mayſ ouer ſeya por mia |7 alma. It*em* mando a Ar*es* d' Alcantara o meu perponto, o meu lorigon, a ma gorgeyra ⁊ cen mr. da g*uer*ra en din*eyr*os polo q*ue* deleſ |8 oue ⁊ o meu capelo do fferro. It*em* q*uit*ome a San Saluador de Nozedo da uina do Uimeyro ⁊ q*uit*ole oſ din*eyr*oſ q*ue* ſobr'ela |9 auia ⁊ mandole adega q*ue* ffoy de meu padre ⁊ o celeyro q*ue* ffoy de Méén Ff*ernandez* q*ue* eu cõpley. It*em* mando aoſ deſcalçoſ d'Orẽ|10ſſe .XXX. mr. da g*uer*ra. It*em* mando a ponte d'Ourẽſe .XX. mr. It*em* .X. mr. a ponte de Verín. Et mando a Cruzada .V mr. |11 ⁊ a Rosaualeſ

(..) mr. ȝ mando a caſa de Jeruſalẽ dez (....). Item mando a Lopo Malatt a ma ſaya uedra da ſarga ȝ o meu pe|[12]lote uedro. Et mando a ma ſaya noua a Fernan Moniz, capelã, ȝ o meu manto aoſ fradeſ laudatos ȝ mando a ma capa ȝ |[13] aſ maſ calçaſ a quẽ diga minſaſ por mia alma logo. Item mando a ma loriga ȝ aſ maſ geoleyraſ a Martin Eaneſ, |[14] meu ſobrjno, ȝ que enterge ante húú camiſote ȝ j.ª gorgeyra ȝ huaſ eſpaldeyraſ a Miguel Eaneſ. Item mando a Seruoy o ba|[15]zelo que cõpley de Ffernan Paez en Nozedo ȝ mando X. mr. a eſeſ clerigoſ de Seruoy para pitança. Item mando a Marina Macia |[16] oyto mr. ȝ oyto mr. a ffilos de Marina Mẽdez d'Arcuzeloſ. Item mando a San Saluador de Nozedo a mea da uina da |[17] Couga ȝ huu moyo de pã logo ȝ hũn moyo de uino do nouo. Item mando húú anal de minſaſ polaſ péédẽçaſ ȝ ueſperaſ de ſan|[18]tos que nõ teue como deuera. Item mando que o meo do moyno que demandã de Junqueyra en Nozedo que o façã ſa|[19]o a Monte do Ramo polo meu ȝ ſe nõ poderẽ que lo entregẽ do meu. Item mando que cantẽ hũn anal de minſaſ |[20] por mia alma. Et mando que quanto cõpley ȝ guaney cõ Oraca Pelaez que Oraca Pelaez aya a meatade de todo tã|[21]bẽ mouil como rayz. Et autra meatade ffique a Johã Lopez ȝ a Sancha Lopez, meuſ fillos, que ey d'Oraca Pelaez |[22] que ffaço meuſ eredeyroſ ȝ eréeſ en todo o meu tã bẽ mouil como rayz. Et eſta mãda ȝ deuedaſ pagadaſ, que |[23] ueñã per uerdade na meatade doſ moçoſ; guareſca Oraca Pelaez en ſeuſ diaſ ȝ ſe morer húú deſteſ moçoſ ho ou|[24]tro que fficar erede todo. Item mando para pagar eſtaſ deuedaſ que uendan oſ meuſ eredamẽtos de Ffigeyroáá |[25] ȝ a mea da caſſa que ffoy de Pedro Ffereyro ȝ o quiñõ da que cõpley que ffoy de Ffernan Bochacho ȝ de Sancha |[26] Eaneſ ſe o y todo ouer meſter ȝ o eredamẽto de Ffigeyroáá ſe o quiſer Monte do Ramo delo ante ca outre |[27] tanto por tanto dereyto preço. Et de quanto me deue Gonçaluo Eaneſ, meu ſobrino, quitolle meo. Item mando a Gonça|[28]luo, meu ſobrino, ffillo de Rodrigo Rrodriguez .C. mr. para húú roçin que del oue doſ melor paradoſ. Item aſ uinaſ |[29] que cõpley de Ffernan Eaneſ que nõ ſon bẽ cõpladaſ veya Johã Gamma con ommes bóóſ ȝ cõplelaſ melor. |[30] Item mando que deuedaſ y mandaſ pagadaſ deſto que eu mando uẽder, ſe ſobeyar algua rẽ que o den hu ffor mayſ |[31] prol de mia alma ȝ pola alma daquelleſ onde o eu oue que nõ ſey ſeuſ donos. |[32] Et ffaço meuſ cabeçéeſ para cõplir eſta ma manda pelo meu Johã Gom(es ȝ Or)aca Pelaez ȝ Sancha ȝ Johanne, meuſ ffillos; ȝ ſe eſteſ |[33] meuſ ffilloſ morerẽ ſen ſeme anbos eleſ (...) Oraca Pelaez tena todoſ loſ bééſ deleſ en ſa uida |[34] de que ſon erederoſ de ma parte ȝ a ſa morte ffiquẽ a Mõte do Ramo por mia alma. Et mãdo que |[35] pela ma cuba grãde do uino que digã aſ minſaſ que eu mãdey por mia alma. Item mãdo que |[36] Johã Gamma nõ ſeya enplaçado nẽ ajuizado por ma cabeçalaria, mayſ que ayude Oraca Paez ȝ ſeuſ |[37] ffillos ȝ meuſ en quanto poder. Testes: Marrtin Perez, clerigo; Garcia Ffernandez, clerigo; Domĩgo

Gil, ffrade de Mõte do Ramo; |38 *Martin Perez* de Pepin ȝ Domĩgo Eaneſ da Ueyga; Johã *Perez*, amo de Lopo Ro*driguez*; Johã Gam*ma*; M*artin* Do*minguez* da Ueyga. |39 Eu Mig*uel* Eaneſ, not*ario* poplico del rey en Monte Rey ȝ en Ual de Laça, preſente ffoy ȝ meu ſigno |40 ffiz ȝ eſcriuy q*ue* tal eſt (+) en teſtimuyo.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1487, n.º 14. — 150 × 215 mm.

O pergaminho apresenta três orifícios na faixa central; por esse motivo, nas linhas 11 e 32-33 houve necessidade de assinalar com reticências as letras ou palavras destruídas ou de as restituir, sempre que isso foi possível.

Linha 7, *Ares:* desdobramento pouco seguro da abreviatura $\overline{Are}$. — Linha 8, *capelo do ſferro:* provavelmente por lapso, o notário usa *do* em vez de *de*. — Linha 9, ȝ *mandole adega que ſfoy de meu padre:* a vogal inicial de *adega* era naturalmente aberta, uma vez que representa o resultado da crase do artigo definido *a* com a vogal inicial do substantivo. Para não alterar a fisionomia gráfica do texto, pareceu-me preferível usar uma transcrição que deixasse transparecer o referido fenómeno de fonética sintáctica. — Linha 9, *deſcalço ſ:* ausência de cedilha. — Linha 10, *Ourẽſe:* ausência de til. — Linha 17, *moyo:* forma escrita na entrelinha. *Uino do nouo:* no original, em vez de *do*, figura *ao*, provavelmente por lapso. *Péédẽça ſ:* falta o til sobre a vogal da penúltima sílaba. — Linha 21, *et autra meatade:* recorde-se o que acima foi dito a propósito da vogal inicial de *adega*. *Ffique:* til inútil. — Linha 25, *Bochacho:* sobre as duas últimas sílabas há um til ou um sinal de abreviatura. — Linha 28, *del:* não é totalmente claro se a palavra termina em consoante ou se existe uma vogal depois dela. — Linha 29: depois de *cõplela ſ*, repete-se o pronome *la ſ*. — Linha 36, *cabeçalaria:* falta a cedilha.

Nozedo, l. 1; *San Saluador de Nozedo*, l. 16: San Salvador de Nocedo del Valle, part. jud. de Verín, ayunt. de Castrelo del Valle. *Cerdedelo;* l. 4: Santa María de Cerdedelo, freg. do ayunt. de Laza, part. jud. Verín. *Tréés*, l. 4: *Trez*, aldeia da freg. de Santa María de Cerdedelo, ayunt. de *Laza*. *Seruoy*, l. 14, 15: actualmente San Juan de Serboy, freg. do part. jud. Verín, ayunt. Castrelo del Valle. *Arcuzeloſ.*, l. 16: *Arcucelos*, ald. da freg. de Santa Marina de Retorta, ayunt. Laza. *Pepin*, l. 38: freg. de San *Vicente de Pepín* ou *Pipín* no part. jud. de Verín, ayunt. de Castrelo del Valle. *Laça*, l. 39: actualmente *Laza*, ayunt. no part. jud. de Verín, prov. Orense.

59

1292. Monterrey.

Garcia Fernandes, clerigo de Mandín, doa ao mosteiro de Montederramo todas as terras que possui em Feces de Abajo e em Mandín.

Era de mil ȝ CCC ȝ XXX anos ȝ iiij dias de Dezẽbro. Conoſçida couſa ſſeia como eu *Garcia* Fferr*nandes*, clerigo de |2 Mãdym, dou ȝ outorgo ao moſt*eyro* de *Santa Maria* de Mõte de Ramo *para* o conbẽto q*ue* o aya *para*

ſſenpre todo |3 quanto erdamento eu ey en Fezes de juſſaos ⁊ en ſſeus termjnos ⁊ con todo o meu herdamento que eu ey enno dito |4 lugar. Conben a ſſaber: o caſſar en que agora mora Juã Peres ⁊ o caſſar ẽ que ora mora Pedro Martins ⁊ o caſſar |5 ẽ que ora mora Garcia Fajão ⁊ o caſſar en que ora mora Garcia Nebes cõla mya cabo preſſa de Sſouto Mellor, |6 como parte pelo penedo da Sſaynas ⁊ deſy como ſſe uay ao Corno de Meda ⁊ deſſy como parte con o ter|7mjno de Purtugal ⁊ como fere na carreira que uen de Paradela para Lama d' Arcos, con os meus dous caſa|8res de Lama d' Arcos ẽ que ora morã Martỹ Fagũdez ⁊ Juã Sſanches, como parte pelo termyno de Lama |9 d' Arcos ⁊ como ſſe torna ao dito penedo das Sſayñas. Item dou ao moſſteyro ſſobre dito quãto herdamento eu ey |10 en Mãdyn, cõben a ſſaber o caſſal de Domỹgo Perres ⁊ o caſſal de Domỹgo Ujcẽte ⁊ o caſſal de Ujujana Du|11rãas ⁊ outros dous caſſares no barreo da igleia que fforon de Maria Nebes en que ora morã Bertolameu Perres ⁊ Juã |12 Domỹges; ⁊ eſſtes herdamẽtos todos lles dou a mõtes ⁊ a fontes ẽ doaçon por myña alma con ẽtradas ⁊ ſſaydas, |13 con caſſas ⁊ con arbores ⁊ con todas ſſuas pertẽẽças u quer que as ajan ⁊ deuan de auer, con todo o ſſeñorio ſegũ|14do que o eu teño nos ditos lugares ⁊ herdamentos ⁊ caſſares que o aya o conbento ſſobre dito para ſſenpre por jur de herdamento |15 para pitanças pelo ano como ujr o ſſuçelareiro ⁊ o prior que ſſeera ben ou quen mãdar o conbento ⁊ que nũqua don |16 abbade ſſeia poderoſſo de llo enbargar nẽ de llo ſſopiñorar nen enprazar nen de o toller ao conbẽto. E ſſe |17 poruẽtura o conbento enaquel lugar de Sſouto Mellor quyſſeren ffazer morada d'omẽes d'orden que o ffaçan. |18 E outroſſy nos, don ffrey Johan Coello, prior, ⁊ don ffrey Johan Sſanches ⁊ colo ſſuçelareiro Johan Martins ⁊ cõ ffrey Mor. (?) can|19tor, ⁊ cõ ffrey Mor. (?) Sſanches, frrade, por nos ⁊ porlo conbẽto ſſobre dito damos a uos Garcia Fferrnandes os herdamẽtos |20 todos que nos abemos de la Batoqua de Mouraços atee o termino de Portugal tan ben eſſtes que nos uos deſſtes |21 como os outros que nos y abemos que os aiades en uoſſa uida ⁊ apus uoſſa morte que o ayan uoſſos criadoſ per |22 tal fforo que dean ende ao conbento cada ano en ſſaluo quarta de pan ⁊ terça de uyño ⁊ eyradega de todo ⁊ to|23do eſto per noſſo mordomo ſſaluo o afforado dante que xe ſſeya per ſſeu fforo ⁊ a ſſua morte que ffiquen todos eſſtes |24 beens ⁊ herdamẽtos libris ao conbento pero que ſſe y quedar algun deſſa ſſemel ⁊ o ben parar que llo den ante |25 que ao outro per tal fforo qual outro dea ⁊ des eſſte dia en diãte daredeſ uoſ, Garcia Fferrnandes, a dona Maria en ſſua uida |26 cada ano en ſſaluo iiij moyos de pan, cõben a ſſaber, de çenteo que le nos eramos tjudos de dar mentre uos |27 ⁊ a uoſſo ffinamẽto que dé ao moſſteiro libre ⁊ quyte. E outroſſy eu, Garcia Fferrnandes, outorgo per mỹ ⁊ per meus bẽes a cõprir |28 eſſto todo como aquy eſſtá eſſcrito ⁊ mais que dou cada ano por Paſſcoa de Sſurreyçõ ao conbento en pi|29tãça cen

maraujdys da gerra q*ue* mõtan deſſtes des ȝ ſſeis dineiros por ſſoldo ȝ des ȝ ſſeis por maraujdy ou |[30] pitãça q*ue* os ualla. E darnoſſlaed*es* eſſte Sſeoane p*ri*meiro q*ue* uen a dous anos auante ȝ ante nõ. E a meu |[31] ffjnam*en*to daren meus criados a dom abbade hũua colleita no ano q*uan*do ffor ẽnaquel lugar dela Batoqua |[32] ſſobr*e* dita ajuſſo ȝ quando lles eu der eſta pitança, o conbento ſſer tiudo a dezer ſſenas mjſſas |[33] por myña alma ſſaluo os domaayros. E nos, don abbade, ȝ ffrey Jo*han* Mar*tins* ȝ ffrey Sſaluador, cantor, ȝ |[34] ffrey Mar*tin* Sſanch*es* q*ue* ſſomos preſſentes aſſy o outorgamos porlo conbento todo aqueſſto como aquy |[35] uay eſſcrito ȝ damos a uos logo dous bois ȝ hũ coiro p*ar*a apeiros p*ar*a lauor daquel noſſo h*er*damẽto de Sſo|[36]uto Mellor en noſſo nome ȝ por noſſo como dito he arriba. E deſſto mãdamos ffazer duas car|[37]tas partidas p*er* .a .b. c. que teñamos en ſſeñas aſ partes en teſſtemoyo de uerdade. Te*ſſtes* q*ue* fforõ |[38] p*re*ſſentes: P*ed*ro Mjg*ue*l*es*, p*re*lado de Queirogaas, ȝ Fferrn*an* Eſſteuez de Monte Rey, P*ed*ro Domỹges, merquador, P*ed*ro Mar*tinz* |[39] de Uyrĩ, don Uyçente, Jo*han* Pha (?) de Queirogãas, Uyuian Rro*dri*g*ues* de Caldelas, G*onçal*uo Mẽẽdez de Ujlariño.

|[40] Eu Mar*tin* Andre, eſcriuã jurado ẽ lugar de Mjg*ue*ll Eaneſ, not*ario* poblico del Rey en Mõte Rey ȝ en ſeu |[41] alfoz ȝ en Ual de Laça, en preſençea de mỹ eſtas cartas ffiz eſcribir anbas en vn tenor a rro|[42]go das p*ar*tes ȝ en cada vna delas ffiz meu signo q*ue* tal |[43] (+) eſte (..) a todo ffoy p*re*ſent*e*.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1487, n.º 19. — Carta partida por a b c.

Verifica-se em várias formas a ausência de til: por ex., *cõben*, l. 10; *Domỹgo*, l. 10; *Domỹges*, l. 12; *pertẽẽças*, l. 13; *cõben*, l. 26; *pitãça*, l. 28-29, l. 30; *Domỹges*, l. 38; *Mõte Rey*, l. 40. — Linha 17, *ffaçan;* linha 22, *terça:* falta a cedilha. — Linha 20, *termino:* a palavra encontra-se abreviada, mas falta qualquer sinal de abreviatura. — Linha 27: parece ter havido um salto depois de *mentre uos*.

Não se desdobram as abreviaturas M^{or}. (l. 18 e 19) e $\overline{Pha}$. (l. 39), pelo facto de oferecer dúvidas a sua identificação e desdobramento.

Mãdym, l. 2: no ayunt. de Verín.

60

1302. Montederrano.

D. João, abade do mosteiro de Montederramo, afora a Domingo Rodrigues de Villaster, um casal que o mosteiro possuía nesta freguesia.

Conoçuda couſſa ſſeia a q*uan*toſ eſta carta virẽ com*m*o nos don ffrey Joh*an*, |[2] abbat de Mont*e* de Ramo e o *con*uẽto de eſſe méémo lugar, fazemos foro |[3] ȝ carta a uos Dom*ing*o Ro*driguez* de Uila Eſter e a uoſſa mul*er* T*are*ya

lohanis, aqueſta cõ |4 que agora ſſeedeſ caſſado, do noſſo caſſar de Uila Eſter en que morou uoſſo padre |5 Roy Perez per tal pleyto que o moredeſ per uoſ meeſmos z que o lauredeſ e o paredeſ |6 bẽ commo ſſe nõ perça per mingua de bõo paramẽto z que nos diadeſ del cada |7 anno per noſſo moordomo terça de uino z quarta de toda grãa que Deuſ y der z de |8 ſſirgo ſe o y criardeſ z dardeſ que comea ao moordomo quando for ayra e ao lagar |9 commo é huuſſo da terra z hũ mr. da bõa moeda cada anno porla feſta de |10 Sſan Martino z ſſeerdeſ noſſos vaſſalos ſeruenteſ z obedienteſ z dardeſ |11 loytoſa commo é huuſſo da terra z dereygardeſ enas voſſas teſtadas cada |12 anno hua arrançada de mato ſſen coyta de fame ou d'omizio ou de |13 doença z fazerdeſ ſeruiço cada anno a don abbat dũa bõa porçalla z de |14 .X. ſſoldadas de pã, dũa balſa de uino e aoos hommeſ bõos da caſſa quando |15 alo chegarẽ; e a paſſamẽto de uoſ anbos fiqui eſte caſſar ſſobre dito a ũ |16 voſſo fillo ou filla que ſſeia d'anbos z que conprea todos os foros ſſobreditos |17 ao moeſteiro en paz e a paſſamento de todos treſ tome o moeſteiro o herda|18mento liure z quite en paz z quẽ contra eſto aqueſto paſſar peyte |19 .C. mr. da moeda da guerra, os meos al Rey e os meos a parte que|20reloſa. Feyta en Monte de Ramo .X. dias de Juyo. Era de mill z CCC |21 z XL. annos. Que preſſenteſ forum: Johã de Bẽ, prior; don Pedro Eanes; don Johan Eanes, |22 Johã Martijz, mongeſ. Testes: Domingo Perez do Burgo z eu frey Johã Lopez que a |23 eſcriui per mandado das parteſ.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1489, n.º 3. — 135 × 225 mm. — O pergaminho apresenta o recorte dentado próprio das cartas partidas.

Linha 8, «*quando for ayra e ao lagar*»: à primeira vista, parece faltar, antes da palavra *ayra*, a forma resultante da contracção da preposição *a* com o artigo definido feminino singular. Recorde-se, porém, o fenómeno de fonética sintáctica já referido a propósito do doc. n.º 58. — Linha 13, *doença:* ausência de cedilha. — Linha 15 entre a forma *eſte* e *caſſar* vê-se um *h* um pouco apagado. — Linha 19: depois da forma *mr.* existe, bastante apagada, a forma *os*, possivelmente, usada, por lapso, por antecipação da mesma forma usada um pouco adiante.

Uila Eſter, l. 3, 4: provavelmente Santa María de Villaster, freg. na prov. de Lugo, ayunt. de Quiroga.

61

1302. Allariz.

Gonçalo Eanes de Zarracós faz testamento de seus bens.

Era de mill z CCC z quareẽta annos, viȷte dias de Oytubro. Sabiã quantos eſta carta uirẽ commo Per Eaneſ, fillo de Johan Uelasquez z Maria

Uelasquez, moller que foy de Gonçaluo Eanef de Çerracõef, moſtrarõ ⁊ fezerõ leer per mj̃ Ef|²teuão Martinz, notario jurado publico del Rey en Allariz ⁊ en terra de Limia, enno moefteyro de Santa Clara d' Allariz, prefente Arias Perez, alcallde del Rey en eſſa villa d' Allariz, ⁊ prefente Jullião Perez, juyz del Rey en Limia, |³ ⁊ aſ teſtemuyas que en fondo deſta carta ſſeran eſcriptas, vua carta çerrada ⁊ aſſeelada de çĩco ſſeelos dos quaef era ende vn de quatro quadras ⁊ dentro en meogo do ſſeelo vua figura de frol ⁊ o letereyro do ſſeelo dizia: ⊹ |⁴ (.) Gonſaluo Yanef de Çerraconef. Et outro ſſeelo era redondo ⁊ dentro en el vua figura de cauallеiro cõ vua figura de cruz cõ figura de pendon en vua mão ⁊ ena outra mão vua figura d' eſpada, ⁊ o letereyro do |⁵ ſſeelo dizia: ⊹ J. Dominicj prelati ecclesie Sancti Iacobj. Et o outro ſſeelo auia en el ſſeys quadras ⁊ dentro no ſſeelo auiã vua figura de leõ ⁊ duaſ figuras de peçes ⁊ o letereyro do ſſeelo dizia: ⊹ Sigillum Pelagij Arie aurien*ſe*. |⁶ Et o outro ſſeelo era come redondo ⁊ dentro en el vua figura de leõ ⁊ o letereyro do ſſeelo dizia: ⊹ Sigillum Johan Arias. Et o outro ſſeelo era de quatro quadras ⁊ entre quadra ⁊ quadra ſſeñaſ figuras de copas ⁊ dentro no ſſee|⁷lo vua figura de leõ ⁊ ennaſ copas ſeñaſ figuras de froleſ ⁊ o letereyro do ſſeelo dizia: ⊹ Sigillum Pero Maçia. Da qual carta o tenor atal é: Enno nome de Deus amẽ. Eu Gonſaluo Eanef, caualleyro de Çerracõef, poſto en |⁸ grande enfermidade pero cõ todo meu ſſiſo ⁊ cõ toda mia mente ordino meus bẽef en guiſa que nõ naſca y contẽda depus mia morte. Primeyra mente mãdo mia alma a Deus ⁊ mãdo ſſuterrar meu |⁹ corpo enna igleia do moefteyro de Santa Clara d'Allariz ⁊ mãdo y commigo a mia cama ⁊ duzẽtos mor. Et mãdo para coua fazer ⁊ para ſſinos tanger ⁊ para aquelas couſas que fforẽ meſter para mia ſſupultura |¹⁰ ⁊ aos clerigos ſobre la coua çen mor. Mãdo en oferta de miſſas vi̇̃te mor. Mãdo enno terço pelas igleias da Villa d' Allariz ſſenllos meos carneiros ⁊ ſſenllos almudeſ de uiño ⁊ quinze ſoldoſ en pã ⁊ outro tã|¹¹to a Santa Clara ⁊ mãdo outro tãto aaſ ſſeys domãaſ ⁊ outro tãto áá çima do ano. Mãdo en oferta de todo o ano treſ ſoldoſ cada dia en pã ⁊ en uiño ⁊ aos ſſabados dobrado. Quito a todalas igleias onde |¹² ſſoõ natural o padroadigo ⁊ dereyto que eu en elas auia, por mia alma ⁊ de meu padre ⁊ de mia madre ⁊ os que forẽ prelados delas que me aiã emente en ſſuas oraçõeſ. Mãdo que me façã muy bõo muy|¹³mẽto alçado ⁊ muy bõa ſſupultura ⁊ muy rica ⁊ que me façã y vn altar cabo aquel lugar u eu iouguer u cantẽ miſſa por mia alma. Mãdo que diã mill mor. polas almas daqueleſ onde ouuer |¹⁴ algũa couſa commo nõ deuiã. Mãdo a San Jurgio da Touça çinquaenta mor. ⁊ que me perdõe o prelado porque me nõ dezemey como deuia. Mãdo outros çen mor. aa igleia de Fijáá ⁊ que me perdõe o prelado por|¹⁵que me nõ dezemey como deuia. Mando a Santo André de Çerracõeſ çento ⁊ çinquaenta mor. que me deue Pero Fernandez, prelado deſſa igleia, ⁊ que me perdõe porque me nõ dezemey como deuia. A Santa Maria de Couſſo çen

mor. |16 Mãdo aos fradeſ predicadoreſ de Ribadauia çinquaenta mor.; aos frades mẽoreſ de Monte Rey çinquaenta mor.; aos fradeſ de San Frãçiſco d'Ourenſe çen mor.; aos gaſos de Santa Maria Mada|17lena d'Allariz viȷ̃te mor.; aos gaſos de Milmãda viȷ̃te mor. Mãdo duzẽtos mor. a quen uáá por mȷ̃ a Santa Maria de Rocamador; a Santa Maria de Roçaualeſ dez mor.; a Santo Antonio çĩco |18 mor.; a Santa Maria do Uiso, çĩco mor.; a Santa Maria da Geeſta çĩco mor.; a Santa Maria de Coruillõ çĩco mor.; a Santa Maria d'Olãeſ çĩco mor.; a Santa Maria d'Entrãbos Rios çĩco mor. Mãdo a meu jrmão Per Eaneſ vn |19 dos meus caualos que eſtã en Milmãda ȝ mãdolle a mia luriga do caualo. Eynda lle mãdo a mia herdade de Paradiñas ſſu tal condiçõ que el que a teña en ſſa uida ȝ a ſſua morte ſſe ouuer fillo |20 lijdemo que lle fique; ȝ ſſe fillo nõ ouuer, mãdo que fique na capela que eu mãdo fazer en Santa Clara. Item mãdo a Sancha Eaneſ, mia jrmãa, çen mor. ȝ dous moyos de çentẽo; mãdo a Tereyia Eaneſ ȝ Orraca |21 Eaneſ ȝ Aldonça Eaneſ, mias jrmãaſ, çen mor. Mãdo a meu jrmão, Pero Fernandez, o meu caſal da Fonte que ey en Olãeſ ȝ o meu bacelar da Arrotea. Item mãdo a dez ommeſ que andan commigo ſſenllias |22 ſſayas de vilaçiña de treſ uaras ȝ triȷ̃ta mor. Mãdo a Maria Loppez dous moyos de pã. Item a Tereyia Loppez vn moyo ȝ a Domĩga vn moyo. Item mãdo a Eſteuão Mourĩ dous moyos |23 de pã ȝ a Rodrigo, alfayate de dom Fernãdo, vn moyo de pã. Mãdo ao Infante don Felippe por emenda do çeleyro de Caſtrelo que tiue del arrendado trezẽtos mor. Item de mill ȝ oytoçẽtos ȝ çĩco mor. |24 que me dom Fernãdo deuia ouue ende trezẽtos mor. que me deu Johan Redondo; ȝ os mill ȝ quiñẽtos ȝ çĩco mor. que ficã, que me deue, quitollos por aquelas couſas que ouue do ſſeu; ȝ rogolle que me dia duaſ |25 taçaſ que de mȷ̃ tẽ, para faser delas vn calez que mãdo por mia alma. Item mãdo dous caſareſ que eu ey en Abelleyra ȝ outro caſal que ey en Lodoſelo ȝ a outra herdade que eu ey en Nuzelo da Peña ȝ o meu caſal de |26 Couſſo ȝ o meu caſal de Todea ao moeſteyro de Santa Clara d' Allariz ſſu tal condiçõ que a abbadeſſa ȝ o conuẽto deſſe lugar teñã por mȷ̃ ṽua capela enno dito moeſteyro para por ſenpre en que rendan por mȷ̃ |27 cada dia todas oras. Item mãdo a mia moller Maria Uelasquez todo quanto herdamẽto ey enna freegueſia de Santo Andre de Çerracõeſ conno muyño de Reuellõeſ ȝ cõ ſſua leyra ȝ quanta herdade ey enna freegue|28ſia de San Pedro de Sſaúúzedo ȝ na freegueſia de San Mamede de Puga ȝ na freegueſia de Santa Maria de Fiáá; ȝ mãdo que a dita Maria Uelasquez, mia moller, dia ṽua candea groſſa para herger o corpo de Deus; |29 a Santa Maria de Fiáá pela leyra do Pááço cõ ſſua froyta ȝ pelo meu quiñõ do muyño de Martin Migelez en ſſa uida ȝ a ſſua morte que fique eſta leyra cõ ſſua fruyta ȝ cõ eſte quiñõ do muyño aa ſſobredita |30 igleia ȝ cũplan eſto ſegũdo que eu mãdo; ȝ ſſe o nõ conprirẽ que mia heree poſſa tomar eſto que eu mãdo ȝ que o cũpla ſegũdo ſobredito é ȝ a morte de

Maria Uelasquez mãdo quanto ey ennaſ ditas fréégueſias de |31 Puga a meu jrmão Pedro Fernandez que o aia el ⁊ toda ſſa uoz para por ſenpre. Eynda mãdo a mia moller Maria Uelasquez todo quanto herdamẽto ey enna freegueſia de San Jurgio da Touça ⁊ na freegueſia de Pääços de |32 Sſan Croyo ⁊ o que ey enna freegueſia de Rauaal ſſu tal condiçõ que ela que os teña en ſſa uida ⁊ guareſca en eleſ ⁊ a ſſa morte eſteſ herdamẽtos que lle eu mãdo téér en ſſa uida fiquen ao moeſteyro ſobredito de |33 Santa Clara ⁊ teña dous capelãeſ que rendan por mj̃ ⁊ por ela cada dia de todas oras. Et ſſe ſſe Maria Uelasquez caſar, mãdo que eſteſ herdamẽtos que ll'eu mãdo que ela teña en ſa uida; mãdo que ſſe tornẽ todos |34 enna capela ⁊ que a abbadeſſa ⁊ o conuẽto do dito moeſteyro que os poſſan tomar ⁊ proueer aſ capelas ſegũdo ſobredito é. Eynda mãdo a Gil Oares, meu ſobriño, çen mor. Et rrogo ⁊ peço ao con|35çello d'Allariz ⁊ a quaeſ quer que forẽ y juyzeſ que façã cada anno meter eſteſ capelãeſ que eu mãdo téér que entrẽ per ante eleſ ⁊ que ueiã cada anno en commo ſe tẽẽ eſtaſ capelas ⁊ que aſ façã téér aos |36 ſobreditos ⁊ conprir aſſi commo eu mãdo; ⁊ que eſteſ capelãeſ que eu mãdo que cantẽ por mj̃ ⁊ pola dita mia moller aiã en mẽte en oraçõ Doyane ⁊ don Fernãdo ⁊ mãdolle por ende ao conçello ⁊ |37 aos juyzeſ cada anno que forẽ en eſſa uilla pelos bẽeſ da capela que eu mãdo téér en Santa Clara çinquaenta mor. Mãdo ao moeſteyro de Junqueyra çen mor. Eynda mãdo, ſſe me os hereeſ de Doya|38ne derẽ, os quiñẽtos ⁊ dez ⁊ oyto mor. que me Doyane deuia, que os dia por miſſas cãtar pola alma de Doyane. Eynda mãdo a Santiago vijte mor. ⁊ a Sſan Pedro dez mor. por mia alma ⁊ a |39 Fernan Peres, meu abbade, dez mor. ⁊ a Giral Rodriguez çinquaenta mor. Faço rectoreſ ⁊ conpridoreſ deſte meu teſtamẽto a dita mia moller Maria Uelasquez ⁊ dona Sancha Eaneſ, abbadeſſa do moeſteyro d'Alla|40riz da orden de Santa Clara, ⁊ Per Eaneſ, meu cuñado, ⁊ mãdolle por ende trezẽtos mor. polo traballo que y fillara, que o çũpran ſen dano, do dia que eu paſſar a ſſete meſes. Conprido ⁊ pagado |41 eſto que eu mando, faço mia heréé en todolos meus bééſ que en eſte meu teſtamẽto nõ ſſon mãdados a ſſobredita mia moller Maria Uelasquez. Et mãdo ⁊ outorgo que ſſe outro teſtamẽto fiz que nõ ualla ſſenõ eſte que ora |42 faço; ⁊ eſta faço por mãda ⁊ por mia puſtrimeyra uoentade; ⁊ mãdo que ualla aſſi commo teſtamẽto ou commo codiçillo ou commo outra eſcriptura publica per aquel dereyto que mellor ⁊ mais conprida mente deue a ualer. |43 Et quen contra el uéér en parte ou en todo nõ aia nada de meus bẽeſ ⁊ peyte áá uoz del Rey mill mor. da bõa moneda ⁊ o teſtamẽto fique firme ⁊ eſtauil ⁊ ualla para ſenpre. Eſto foy catorze dias d'Oytubro, |44 era de mill ⁊ trezẽtos ⁊ quareẽta annos. Et por ſſéér mais firme ⁊ eſte teſtamẽto ⁊ puſtrimeyra mia uoentade que eu faço, mãdo que ſſeia ualedeyro, ſaluo o que é cãçelado; ⁊ mãdo que eſte teſtamẽto que ſſe me|45ta en publica forma. Eu Gonſaluo Eaneſ cõfirmo eſte meu

teſtamẽto. Eu Giral Rod*riguez*, rogado ⁊ chamado do ſſobred*i*to G*on*-*ſalu*o Eane*ſ*, eſc*r*iuj eſte teſtamẽto p*er* mia mão ⁊ puge y meu nome. Giral Rod*riguez*. |[46] Eu P*er*o Maçia, rogado ⁊ chamado do ſobred*i*to G*onſalu*o Eane*ſ* p*ar*a ſſéér teſtemuya deſte teſtamẽto, foy p*re*ſent*e* ⁊ puge y meu nome cõ mia mão ⁊ aſſeelada do meu ſſeelo. P*er*o Maçia. Eu, Pay Arias, |[47] raçoeyro d'Ouren*ſe*, a eſte teſtamẽto p*re*ſent*e* foy a rogo do d*i*to G*onſalu*o Eane*ſ* ⁊ meu ſſeelo y poño en teſtemuyo de uerdade. Et eu Joh*a*n Arias de Ouren*ſe* a eſte teſtamẽto foy p*re*ſent*e* ⁊ puge y meu nome ⁊ |[48] meu ſſeelo a rogo de G*onſalu*o Eane*ſ*. Et eu Joh*a*n Tibaldo poño eſte teſtamẽto meu nome ⁊ meu ſeelo, [*a*] rogo do d*i*to G*onſalu*o Eane*ſ*. Et eu P*er*o Arias, cl*er*igo do coro d'Ouren*ſe*, a este teſtamẽto foy p*re*ſent*e* ⁊ a rogo |[49] de G*onſalu*o Eane*ſ* eſc*r*iuj y meu nome cõ mia mão. Eu M*artin* P*er*ez, om*me* de Pay Arias, raçoeyro de Ouren*ſe*, a eſte teſtamẽto p*re*ſent*e* foy y a rogo do d*i*to G*onſalu*o Eane*ſ* eſc*r*iuj meu nome. Eſto é o q*ue* eu, G*onſalu*o Eane*ſ*, deuo: |[50] p*ri*meyra ment*e* a vn om*me* de Chauias, q*ue* nõ ſſey q*ue*n é, duzẽtos mor. dũ roçĩ [*que*] uendj ⁊ mãdo q*ue* llus entreguẽ. It*em* mãdo q*ue* diã a out*r*os om*m*es de Chauias q*ue* nõ ſſey q*ue*n ſon por dous roçíjs |[51] q*ue* deleſ trouxe peñorados, mãdo q*ue* lle diã çinq*u*aenta mor.; ⁊ ſſe eleſ ou ſſa uoz nõ ueerẽ, mãdo q*ue* os diã por ſſuas almas. It*em* deuo a don Obí*ſ*po de Tuy mill ⁊ q*u*iñẽtos mor. d'oit'ẽ ſ*oldo*ſ. It*em* lle de|[52]uo vij̃te ⁊ dous moyos de pã, aſ duas t*er*ças de çentẽo ⁊ a ṽua de uereyço p*er* t*ale*ga d' Allariz. It*em* deuo a don Fernãdo onze moyos ⁊ m*edio* de todo pã ⁊ dous moyos de tríjgo q*ue* ouue de Uilar |[53] de Porcos, ſſacado ende ſſete q*u*arteyros de çeuada q*ue* deſpendeu don Fernãdo q*u*ando uẽo a Allariz. A q*u*al liuda, os d*i*tos Per Eane*ſ* ⁊ M*ari*a U*elasquez* pedirõ a mj̃, not*ar*io ia d*i*to, q*ue* lleſ deſſe ende vn eſtrumẽto fey|[54]to p*er* mia mão ⁊ ſſignado cõ meu ſigno, teſtemuyado das teſtemuyas q*ue* en eſta carta ſſ*er*an eſc*r*iptas ⁊ eu dillo. P*re*ſent*e*s teſtemuyas: M*artin* Eane*ſ*, caual*leiro*, ⁊ Per Eane*ſ*, caual*leiro*; Fer*nan* Domi*nguez*, Joh*a*n M*artinz* |[55] ⁊ P*er*o Colaço ⁊ Lourẽço P*elaez* ⁊ P*er*o Fern*andez* d'Ouren*se*, M*artin* Eane*ſ* de Froma; Goter Garçia; G*onſalu*u Eane*ſ*, Fer*nan* Eane*ſ* q*ue* uiuã; André Eane*ſ* ⁊ Lourẽço Eane*ſ*, menin*n*os, ⁊ out*r*os muytos. Et eu, Eſteuão M*artinz*, |[56] not*ar*io ia d*i*to, q*ue* a eſto rogado, chamado, p*re*-ſent*e* foy ⁊ o eſc*r*iuj a rogo i a mãdado dos d*i*tos Per Eane*s* ⁊ M*ari*a U*elas*-*quez* ⁊ eſte meu signo y fiz. O q*u*al é tralado do d*i*to teſtamẽto feyto p*er* mia mão |[57] ⁊ ſſignado cõ meu ſſigno. Treſ dias de Nouẽbr*o*. Era de mill ⁊ CCC ⁊ q*u*areẽta an*n*os. *(Signo)*.

A. H. P. O. Santa Clara de Allariz (Orense), n.º 29. — 330 × 460 mm.

(Publicado por Xesús Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Editorial Galaxia), 1967, n.º 41, p. 58-62).

Sobre algumas formas ocorre um til ou sinal de abreviatura supérfluo.

Linha 21, *çen mor.:* o copista repete o numeral *çen.* — Linha 22: repetição dos numerais *treſ* e *triſ̃ta.* — Linhas 30-31, *ennaſ ditas fréégueſias de Puga:* embora use o plural, o copista refere apenas a freguesia de Puga; houve provavelmente um salto. A outra freguesia seria certamente *Santa Maria de Fiáá* referida na l. 28 juntamente com *San Mamede de Puga.*

Çerracõeſ, l. 1, 7, etc.: provavelmente San Andrés de Zarracós, freg. do ayunt. Merca, part. jud. Celanova, prov. Orense.

62

1307. Montederramo.

O mosteiro de Montederramo afora a Pedro Domingues e a sua mulher Urraca Peres, a Domingos Lopes e a sua mulher Maria Iohanis, a João das Pereiras e a sua mulher Moor Iohanis e a Rui Lourenço a vinha da fava no olival.

Conoçuda couſſa ſeya a quantoſ eſta carta virẽ como nos don frey Johan, abbat de Monte de Ramo, ⁊ o cõuẽto |[2] deſſe meeſmo lugar fazemos foro ⁊ (c)arta a uoſ Pedro Dominguez ⁊ a uoſſa muler Orãça Perez ⁊ a uoſ Domingo (...) Lopez ⁊ a uoſſa |[3] muler Maria Iohanis, a uoſ Johã daſ Pereyras ⁊ a uoſſa muler Moor Iohanis ⁊ a uoſ Roy Lourẽço ⁊ a primeyra muler cõ que |[4] ſeuerdeſ caſſado ⁊ a ſenos filos ou filas que ouuerdeſ deſtas muleres ſobre ditas da noſſa vina da faua que eſt |[5] no ouliuar aſi como a uoſ ora teedeſ en jur per tal pleyto que a lauredeſ ⁊ a paredeſ bẽ como ſſe nõ perça per mj̃gua |[6] de lauor ⁊ que nos diadeſ dela cada anno per noſſo moordomo terça de todas las couſas que Deus y der ⁊ hũa quarta de uino |[7] ao lagar do uoſſo quinon ⁊ hũa galina ⁊ dous pãeſ de ſenos ſoldoſ cada anno ⁊ uoſ todos ſobre ditoſ ⁊ oſ filos apus uos |[8] dardeſ nos ſenos dias a podar, ſenos a cauar ⁊ ſenos a randar cada anno quando uoſ chamar o frade de Pi|[9]neyra. Et quẽ cõtra eſto paſſar peyte .C. mr., os meos al Rey et os meos a parte quereloſa. Feyta en |[10] Monte de Ramo, XXV. dias de Mayo, era de mill ⁊ CCC ⁊ XL ⁊ V. anos. Teſtes: frey Pedro, uiſtiario, ⁊ frey Martino de |[11] Pineyra, teſtis; frey Johã do Celeyro, teſtis. Et eu, frey Johã Lopez, que a eſcriuj.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1489, n.º 11. — 215 × 80 mm. — Pergaminho partido por a b c d e f g.

O documento foi escrito pelo mesmo notário do doc. n.º 60.

Linha 9, *querelo ſa:* sinal de abreviatura supérfluo sobre a primeira sílaba.

1312. Montederramo.

O abade e o mosteiro de Montederramo aforam a Mateus Miguéis, prelado de Monterrey, a vinha da Nogueirinha.

Conoçuda couſſa ſeya a q*uan*tos eſta carta virẽ com*m*o nos, don frey Joh*an*, abbat de Mont*e* de Ramo, ⁊ o cõuento deſſe |[2] meeſmo lugar, damos a uos Mateus Mig*ue*ez, clerigo, p*re*lado de Mont*e* Rey, a noſſa vina da Nugeyrina q*ue* eſtá entre a |[3] de M*ar*ia P*er*ez do Barreo ⁊ a do eſpital ⁊ fere na carreyra ⁊ en fondo na outra q*ue* ſoy d'Eluira Eſteuẽez; ⁊ eſta uina uos dam*os* |[4] p*er* taeſ cõdiçõeſ q*ue* a lauredeſ de todo lauor q*ue* [*a*] uina a maſter ⁊ a tapedeſ en guyſa q*ue* nõ defaleſca p*er* m̃gua de tapa|[5]dura nẽ de bõo paramẽto ⁊ nos diadeſ dela cada an*n*o p*er* noſſo moordomo terça ⁊ eyradiga dereyta do q*ue* Deus y der ⁊ p*ro*|[6]ueerdeſ ao moordomo de comer como est huuſſo da t*er*ra, q*uan*do uos for ao lagar ⁊ dardeſ nos cada an*n*o porla feſta de |[7] San M*ar*t*in*o hua bõa pixota ſequa ⁊ ajudardeſ ſenpre nos ⁊ noſſo moeſt*eyr*o u uos poderdeſ ⁊ p*er* eſtas cõdiçõeſ teer|[8]deſla uos en toda uoſſa uida ⁊ a uoſſo paſſamẽto ficar a ũ voſſo amjgo qual nomeardeſ q*ue* nõ ſeya om*m*e d'ordẽ |[9] nẽ fidalgo nẽ moordomo alleo nẽ amo ⁊ cõprea eſtas cõdiçõeſ ſobre ditas; ⁊ ſe uoſ Mateus Mig*ue*ez, o aquel |[10]a q*ue* eſta carta leyxardeſ, eſtas cõdiçõeſ nõ cõp*r*ir q*ue* o moeſt*eyr*o tome ſua vina ⁊ faça della ſua uoentade. Et quẽ |[11] cõtra eſto paſſar peyte .C. mr., os meos al Rey ⁊ os meos a parte q*ue*reloſa. Feyta en Mont*e* de Ramo, |[12] .XX. dias de Mayo. Era de mill ⁊ CCC ⁊ L. an*n*os. T*e*st*e*s: frey Afon*s*o, p*r*ior; don Joh*an* Eane*s*; frey Fernãdo, uiſ|[13]tiario; Joh*an* Parente, enfermeyro; frey Johã, oueẽçal de Barõçelle. Et eu frey Johã Lopez q*ue* a eſc*r*iuj.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1490, n.º 4. — 200 × 125 mm. — Pergaminho partido por a b c d e f g.

Escrito pelo mesmo notário dos documentos n.os 60 e 62.

A forma *cõdiçõeſ* (l. 4, 7, 10) aparece registada sem cedilha. — Há um sinal de abreviatura supérfluo sobre a forma *amjgo*, l. 8. — Linhas 12-13, *uiſtiario*: antes da mudança de linha existe um *t* manchado, talvez inutilizado pelo escriba.

1313. Montederramo.

O abade e o mosteiro de Montederramo aforam a Domingos Peres e a sua mulher Marina Domingues a vinha que possuem em Piñeira, no lugar chamado Souto.

Conoçuda couſſa ſeya a quãtos eſta carta uirẽ como nos don frey Johan, abbat |[2] de Monte de Ramo, ⁊ o cõuẽto deſſe meeſmo lugar damos a uos Domingo Perez, dito Yane|[3]yro, ⁊ a uoſſa muler Marina Dominguez aqueſta cõ que ora ſeedeſ caſado ⁊ a ũ uoſſo filo ou |[4] fila que ſeya d'anbos o qual nomear o poſtremeyro de uos a noſſa uina |[5] de Pineyra que uos ora téédeſ hu chamã o Souto como parte dũ cabo cona noſſa |[6] ſeara da graña ⁊ da outra cõ aqueles voſſos parceyros cõ que uos partideſ, cõvẽ |[7] a ſaber: Domingo Paez Palazj, cõ Johã Dominguez de Uila Marĩ ⁊ do outro cabo como |[8] parte per la uina de Domingo Fernandez de Ualina. Et eſta vina uoſ damos ſu taeſ cõ|[9]diçõeſ que a lauredeſ ⁊ a paredeſ ben de todo lauor cada anno en guyſa que nõ |[10] defaleſça per mj̃gua de bõo paramẽto. Et nos diadeſ dela cada anno per |[11] noſſo moordomo terça de todas las couſſas que Deus y der ſaluo figos ⁊ |[12] as figeyras ſe as y ouuer eſtarẽ hu nõ façã dano nos outros nouos |[13] ou nõ eſtarẽ y ⁊ eſſo meſmo daſ outras aruoreſ que y eſteuerẽ ⁊ dardeſ cada |[14] anno hua bõa galina ⁊ dous pãeſ trijgos de ſenos dineyros leoneſſes commo |[15] eſt huſo deſſa fraga ⁊ fazerdeſ ſeruiço a don abbat ⁊ ao uiſtiario cada |[16] que forẽ en Pineyra anbos ou cada ũ deleſ. Et dardeſ cada anno qua|[17]tro dias de ſeara a noſſa graña de Pineyra, vn dia a eſcauar, outro |[18] a pudar, outro a cauar, outro a rãdar ⁊ que uos, Domingo Perez ⁊ uoſſa muler, |[19] quitedeſ ⁊ renũciedeſ por uos ⁊ por toda uoſſa uoz para ſenpre a outra |[20] carta que dela auiadeſ ⁊ quanto dereyto per ela auiadeſ na dita uina |[21] ⁊ nos entregedeſ a dita carta ⁊ ſe uola algẽ teſtar que nola nõ |[22] poſſadeſ entregar, que a ponadeſ en fieldade dũ omme bõo a noſſo |[23] prazer ⁊ daqueles que a teſtarẽ ⁊ que a noſ ⁊ aqueles outros que a teſtarẽ |[24] valla ſeu dereyto ſobre ela; ⁊ ſu eſtas cõdiçõeſ todas ayadeſ uos ⁊ |[25] voſſa muler ⁊ uoſſo filo a dita uina en todos uoſſos dias ⁊ a morte do |[26] poſtremeyro de uoſ eſa uina fiqui liure ⁊ quite ao moeſteyro cõ toda(s) |[27] as ſuas boas parãças. Et eu, Domingo Perez, por mj̃ ⁊ por mja muler |[28] ⁊ por meu filo aſi a recibo ſu eſtas cõdiçõeſ ſobre ditas. + Et |[29] quẽ cõtra eſto paſſar peyte mill mr., os meos al Rey ⁊ os meoſ |[30] a parte quereloſa. Feyta en Monte de Ramo, oyto dias por |[31] andar de Dezẽbro, era de mill ⁊ CCC ⁊ Lj anno. *Testes*: |[32] frey Afonſo, prior; frey Fernando, viſtiario; frey Johã Perez, celarey|[33]ro; frey Martino, camareyro. Et eu, frey Johã Lopez, que a |[34] eſcriuj.

(Ao fundo do documento, há um aditamento de quatro linhas e meia com uma chamada para a linha 28:)

|35 + ⁊ ſe quixerdeſ vẽder ou ſupinorar a nos ante ca outre ⁊ ſe a |36 nos nõ quixermos, vẽderdeſ a tal omme como uos que ſeya |37 mãſo ⁊ nõ ſeya fidalgo nẽ d'ordẽ nẽ moordomo alleo |38 nẽ amo ⁊ cõprea os foros ſſobre ditos ao moeſteyro bẽ |39 ⁊ en paz.

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1490, n.º 16. — 150 × 290 mm. — Pergaminho partido por a b c d e.

Escrito pelo mesmo notário dos documentos n.ºs 60, 62 e 63.

Linha 4: depois de *de uos*, o escriba escreveu a forma *anbos* que depois inutilizou. — Linhas 8-9, 24 e 28 *cõdiçõeſ:* falta a cedilha. — Linha 12, *hu:* til inútil. — Linha 12, *façã:* falta a cedilha. — Linha 15, *huſo:* til inútil. Linha 26, *toda(s):* depois do *a* existe uma mancha que não permite ler com clareza o *-s*. Como, no entanto, a concordância o exigia, restituimo-lo. — Linha 27, *parãças:* ausência de cedilha. — No fim da l. 28 há uma chamada que remete para o fim do documento onde se acrescentaram quatro linhas e meia que, por lapso, o escriba tinha saltado. — Linha 29-30, ⁊ *os meoſ a parte querelo ſa:* antes de *a parte* há o sinal ⁊, possivelmente por lapso. — Linha 35, *nos:* til inútil.

65

1314. Oseira.

O abade e o mosteiro de Oseira aforam a Pedro Miguéis e a sua mulher Maria Martins o lugar da Lama.

Sabeam quantos eſta carta virem commo nos fr(e)y Pedro, abbade d'Oſſeyra, ⁊ o conuento deſſe meeſſmo lugar |2 damos a uoſ Pedro Miguelez ⁊ a uoſſa moler Maria Martinz ⁊ a hũu uoſſo fillo d'ambos qual nomear o poſtremeyro |3 de uoſ a ſua morte a teer de noſ o noſſo lugar da Lama que eſtá ontre o caſar do Ualado dua parte ⁊ daa outra do ca|4myno que uay de Maceedo para o porto Aoleyroſ per tal preyto que ſeiadeſ noſſoſ uaſſalos bóóſ ⁊ obedienteſ ⁊ |5 deſte herdamento uoſ ſacamos a uina que chamã do Rodóó ⁊ o lagar com ſua caſa ⁊ que tenadeſ aſ caſas del en boa |6 reuor ⁊ noſ dedeſ del cada ano per noſſo móórdomo meo de uiño ſe o y fecerdeſ ⁊ terça de todo grao ⁊ |7 de legumea ⁊ de nabal ſe for de barbeyto; y ſe for de reuolta, daredeſ quarta ⁊ terça de cebolaſ ſe as y ouer ⁊ |8 ſmearedeſ para uoſ douſ ceramíjs de linaça ⁊ ſe mays ſemeardeſ darnoſedeſ a terça ⁊ da froyta toda que é |9 feyt(a) ou que uos y fecerdeſ daredeſ ende a mea; ⁊ todo eſto leuaredeſ per uoſ ao noſſo celeyro de Prado ⁊ |10 prouéeredeſ ao móórdomo

de comer ⁊ de beuer aſi commo é coſtume ⁊ daredeſ por dia de N(*at*)al .IX. ſ*oldo*ſ |[11] de brancoſ da moeda d(*e*)lrey don Fernando ⁊ daredes hũ marauidil deſta méeſma moeda *para* coleyta do abbade |[12] ⁊ *(a)* morte do puſtrimeyro de uoſ deue a ficar o lug(*ar*) a noſ con q*uanta* boa *paran*ça uos y fe(*c*)erdeſ ⁊ q*ue* eſto ſeia firme |[13] ⁊ non ueña en dulta façem*os* conuoſco eſta carta p*ar*tida p*er* .a.b.c.; q*ue* a p*ar*te q*ue* a non guardar peyte a outra |[14] parte .L. mar(*au*)id*is* ⁊ a carta fiq*ue* en ſua reuor. Feyta a carta en (*O*)ſſeyra .XIX. dias andadoſ do meſ d'A|[15]goſto. Era de m*(i)*l .⁊ CCC.os ⁊ L. ⁊ ij. anos. Teſtemuyas: don frey Garcia, méeſt*re* doſ fradeſ; frey P*edro* |[16] Mel; frey L*ourenço*, ouençal de Prado.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1541, n.º 8. — 160 × 90 mm. — Carta partida por a b c.

Algumas letras estão deterioradas e, por vezes, ilegíveis. Sempre que possível, reconstituíram-se as formas em questão, assinalando entre parênteses e em itálico as letras restituídas.

Linha 1, *sabeam:* til inútil sobre a segunda metade da palavra. — Linha 3, *dua parte:* escrito na entrelinha. — Linha 5, *facamos:* a palavra encontra-se um pouco apagada. — Linha 6, *móórdomo:* a segunda, terceira e quarta letras encontram-se um pouco apagadas, mas, contudo, estão legíveis. — Linha 6 e 7, *terça:* ausência de cedilha. — Linha 13, *non:* til inútil. — Linha 16, *ouençal:* ausência de cedilha.

66

1315. Lamas.

Gonçalo Gil dá a sua madrasta Constança Fernandes todos os bens móveis que recebeu por morte de seu pai Gil Oarés e de sua mãe Urraca Ares.

Conuçuda couſa ſeia a q*uantos* eſta carta viren q*ue* eu Gonçaluo Gil, fillo de Gil |[2] Oarez, caualle*i*ro q*ue* fuy de Lamas, et Oraca Ares, p*re*ſente ⁊ outorgãte, Nun*no* Fer*nandeꝯ*, |[3] caualle*i*ro de Caſtrello, e Andre Mun*n*iz, meu amo, ⁊ tutores q*ue* ſon do q*ue* eu ey p*ara* |[4] mo gardarẽ, dou a uos Coſtança Fer*nandez*, moll*er* q*ue* foſtes do d*i*to Gil Oarez, meu |[5] padre, por liure ⁊ por q*uita* p*ara* por ſenp*re* ya mays de bõas q*ue* y ficarã de p*ar*te de |[6] mj̃a nana Oraca Aras a tenpo de ſua morte q*uanto* he(i) de au*er* mouil ca de todo |[7] au*er* mouil reſçeby o meu q*uiñ*õ [*ĩ*] p*re*ſença dos ſobred*i*tos me*us* tutores, *con*uẽ a ſaber, aſ couſas |[8] q*ue* por razõ deſtas bõas reſçeby q*ue* forõ da d*i*ta mja nana Oraca Aras ⁊ do d*i*to meu |[9] padre Gil Oarez çinq*uo* muyos

ꝛ meo d(*e*) çenteo p*er* t*a*ll*e*g*a* de q*u*atro çelamĩs a t*a*ll*e*g*a* eyxente o pã |10 dos caſſares q*ue* é aynda por parar et tres chollcas ꝛ hũa cuba (ꝛ) hũ alfamar |11 ꝛ hũ chumaço ꝛ hũa coçedra ꝛ hũ fazeyróó ꝛ dez ꝛ ſeys rexellos ꝛ çinq*u*o porcas |12 ꝛ tres armĩtios. De todas eſtas couſſas ſobred*i*tas me dou ꝛ outorgo por ben |13 pagado ꝛ todo ficou en Andre Mon*n*iz, meu tutor ꝛ meu amo. Et out*r*oſſy uoſſos |14 mãçebos ꝛ mãçebas ꝛ uoſſos hom*m*es aſſy os q*u*ito com*m*o uos Coſtãça Fer*nandez* de todo *(o)* |15 moordomadigo. Et q*u*in contra eſto q*u*iſſ*er* paſſar peyte áá out*r*a p*ar*te q*u*iñẽtos mr. e a uoz |16 del rey out*r*os q*u*iñẽtos mr. peyte ꝛ eſta carta eſtia en ſua reuor. Eſto fuy en |17 Lamas oyto dias de Setẽbro. Era de mill ꝛ trezẽtos ꝛ Lª ꝛ tres an*n*os. T*eſtes*: |18 M*artin* Bodĩo, om*m*e do d*i*to Nun*n*o Fer*nandes*, ꝛ P*edr*o Ean*es* d*e* Lamas (.....)co ꝛ |19 Johã Mon*n*iz de Lamas. Et eu Afon*ſo* Ean*es*, not*ario* jurado en t*e*rra de Caſſtella ꝛ |20 de Buual ꝛ do Bollo de Sende, por P*edr*o Leal, not*ario* pubrico del rey ena |21 meyrindade d'Orzellon, p*re*ſente fuy ꝛ p*er* mãdado do d*i*to Gonçaluo Gil eſta carta |22 eſc*r*iuy ꝛ meu ſinal y fige ſemellãt*e* o do d*i*to not*ario*. *(Signo)*.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1541, n.º 13. — 130 × 135 mm.

O documento encontra-se um pouco danificado: além de se encontrar roto na parte inferior, algumas letras estão bastante apagadas.

Linha, 10, *chollcas:* provavelmente por *collchas*.

67

1322. Oseira.

O abade e o mosteiro de Oseira aforam a Fernão Oanes e a sua mulher Marina Oanes o casal de Castro.

Sabeam q*u*antos eſta carta uirẽ com*m*o nos frey P*edr*o, |2 abbade d'Oſſeyra, ꝛ o conuento deſſe mééſmo lugar da|3mos a uos Fernã Oaneſ ꝛ a uoſſa m*o*ll*er* Marina Oan*es* |4 ꝛ a hũ uoſſo fillo ou filla d'ambos qual nomear o poſtre|5meyro de uos a ſua morte a tẽer de nos ꝛ por noſſo |6 moeſt*eir*o em uoſſa uida o noſſo caſar do Caſt*r*o apus |7 morte de Domĩga Ean*ez*, uoſſa ſogra, q*ue* o tẽ de uos |8 em ſa vida p*er* tal pl*e*ito q*ue* ſeiades noſſos vaſſalos ꝛ ſ*er*ui|9çaes mandados ꝛ obediẽtes et q*ue* tenades as caſas d*e*l |10 ſenp*re* en bõa rreuor ꝛ as refaçadeſ ſe meſt*er* for et o |11 lauredeſ ꝛ paredes bem en guiſa q*ue* nõ

mīguẽ of froy|[12]tos del *per* mj̃gua de lauor ȝ da bõa *par*ança ȝ uos poboc-des |[13] *per* uos. Et nos dedes del cada an*n*o *per* noſſo moordomo |[14] ena grangia de Partouea ter*ç*a de todo grão ȝ meo de |[15] vino ao lagar. Et cada an*n*o por Natal nos daredes |[16] (.....) de leone*ſes* ou a q*u*antia deleſ. Et nõ tomaredes y |[17] amádigo nẽ outro ſeñorio *con*tra noſſa uoontade ȝ ſe |[18] ende al feȩrdes q*ue* uos rrecebam o caſar. Et dar nos |[19] edes tres almudes de caſtanas ſecas ȝ limpias |[20] pela ceſta de Ribadauia dos caſtine*i*ros que chantarom |[21] hu eſtaua a uina cada an*n*o. Et os p*r*imeiros cabos |[22] q*ue* y mete*r*des q*ue* ſeiã uoſſos ȝ da c*r*iança nos daredeſ meo |[23] do gáándo grande q*u*ando o uenderdeſ. Et ſe os froytos |[24] deſte caſar ſe *per*derẽ *per* mīgua de lauor ȝ de bõa *par*ança |[25] ſeredes amoeſtados em hũ an*n*o duas uegadas pelo |[26] grangeyro de Partouea ȝ *per* dous homẽes bõos, laurado|[27]res ſem malicia, di da t*er*ra, q*ue* o corregades; ȝ ſe o uos |[28] nõ quiſ*er*des ou nõ poderdes correger, o mõeſte*i*ro reçe|[29]berá ſeu caſar ȝ uos peytaredes a pẽa do p*r*azo et |[30] a morte do poſtremeyro de uos o mõeſte*i*ro rreceberá |[31] ſeu caſar cõ q*u*antas bõas *par*anças uos y ſecerdes. Et q*ue* |[32] eſto ſeia mays c*er*to faȩmos cõuoſco eſta carta p*ar*tida |[33] *per* .a.b.c.; q*ue* a p*ar*te q*ue* a nõ aguardar peyte aa outra |[34] p*ar*te C. mor. da moeda del Rey don Fernãdo de pẽa |[35] ȝ a carta eſté em ſua reuor. Et nos, Fernã Oan*es* |[36] ȝ Marina Oanes ſobred*i*tos, por nos ȝ por hũ noſſo |[37] fillo com*m*o ſobred*i*to he, outorgamos eſta carta ȝ |[38] p*ro*metemos a comp*r*ila em todo ſu a pẽa ſobred*i*ta. Fey|[39]ta em Oſſeyra eno mes de Marcio, era de mill |[40] ȝ CCC LX. anos. Teſtimoyas q*ue* p*re*-ſentes forõ: Nune |[41] Anes de Carualleda; Mig*u*el Cão, P*e*dro M*ar*tinz de Roupari; |[42] P*e*dro Eanes de Mourigães.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1542, n.º 12. — 95 × 280 mm. — Carta partida por a b c.

O documento encontra-se um pouco danificado em virtude de algumas manchas. Contudo, só no início da l. 16 não puderam ser lidas as primeiras formas.

Linha 10, *refaçadeſ:* a palavra está um pouco apagada e não se vêem vestígios de cedilha. — Linha 12, *parança:* ausência de cedilha. — Linha 12: entre a palavra *lauor* e a copulativa ȝ parece existir um *ſ.* — Linha 27, *di:* o *d* está escrito em tinta muito mais clara que o *i.* Pelo sentido, parece dever interpretar-se a forma *di* como o resultado da contracção da preposição *de* com o advérbio de lugar.

Partouea, l. 14, 26: Santiago de Partovia, freg. do ayunt. de Señorin em Carballino, prov. de Orense.

1333. Caldelas.

João de Nave, alfaiate, estando preso para ser punido com a pena de morte, faz doação de todos os seus bens ao mosteiro de Montederramo e determina que o seu corpo seja sepultado no mesmo mosteiro.

Era de mill ⁊ trezentos ⁊ ſſetéénta annos, quinta feyra, dez ⁊ ſſete dias de Sſetẽbro, |2 en preſença de mj̃, Durã Fernandeσ, notario publico del Rey en Monte Rey, Johan |3 de Naue, alfayate deſta mééſma villa, eſtãdo en geonloſ preſo cõ hũa |4 cadẽa na gargãta ⁊ húús ferros nos péés, ante Johan Beya, alcayde |5 de Monte Rey por Roy Paez de Bema que o queriã yr juſtiçar ⁊ |6 matar. A eſta ora o dito Johan de Naue diſſo que fazia ſſua mãda |7 ⁊ que leyxaua o que avia todo ao Moeſteyro de Santa Maria de Monte de |8 Ramo. Et que mãdaua ſſupultar ſſeu corpo no dito Moeſteyro ⁊ mã|9dou que o leuaſſen alo a ſſupultar. Teſtes: Johan Beya, alcayde; Fernã |10 Rodriguez; Domj̃go Pereσ, notario; Domj̃go Fernandeσ, clerigo; Afonſo Aluarez; |11 Migéél Martinσ, clerigo, moradores en Monte Rey, Durã de Gondulfez. |12 Eſto foy na villa de Monte Rey a par da torre que eſtá hu eſte|13uo á álcaçaua. Eu, Durã Fernandez, notario ſſobre dito que eſta carta |14 eſcriuy a pidimẽto de don frey Gonçaluo, abbade de Monte de Ramo |15 ⁊ per mãdado do dito Johan de Naue ⁊ en ella fiz meu ſſino que tal he.

|16 Teſtes que forõ preſſentes ⁊ virõ o dito teſtamẽto: Eſteuõo Perez, morador ena rua |17 Rua (?) Noua, Johan da Coſta, moradoreſ eno Burgo; Lopo Pereσ Parella, Domj̃go Pereσ de Vi|18llarjño, tauerneyro de Junqueyra d'Eſpadanedo. Feyto foy eſte traſlado |19 XXViij dias de Janeyro, era de mill ⁊ CCC ⁊ ſſetẽta ⁊ hũ anno. |20 Et eu Johan Pereσ, notariu de Caldellas en lugar de Diego Gomeσ, |21 notario publico del Rey en Caldellas, que vi ⁊ ly o dito teſtamẽto ⁊ aſy fijσ |22 traſladu ⁊ eſte ſigno ſemellauel do dito notario y fijσ que tal é. *(Signo).*

A. H. N. Montederramo (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1493, n.º 6. — 150 × 195 mm.

Linha 13: no original *áálcaçaua.* — Linha 17: a primeira palavra encontra-se quase ilegível. Tratando-se de *Rua*, como parece, o escriba repetiu esta forma já assinalada no fim da linha anterior.

Gondulfez, l. 11: antiga jurisdição na província de Orense. Nessa jurisdição ficava situada também a freguesia de Santa Cruz de Gondulfes. *Junqueyra d' Eſpadanedo*, l. 18: ant. jurisdição na prov. de Orense, composta da freg. do mesmo nome e da de San Juan de Elias. Actualmente existe o ayunt. de Junqueira d'Espadañedo.

1334. Oseira.

O abade e o convento de Oseira aforam a Rui Gonçalves o casal de Requeixo, chamado da Porta, em Furco.

Sabeã quantos eſta cart(*a ui*)rẽ commo nos frey Afon*ſo*, abbade d'Oſſeyra, ⁊ o conuẽto deſſe meeſmo lugar damos a uos |[2] Roy Gonçaluez ⁊ a duas uos(*e*)s depus uos quaes uos nomeardes a uoſſa morte hũas depus hũas que ſeiã taes de que nos |[3] poſſamos auer todos los noſſos dereitos em paz a téér denos ⁊ por noſſo moſteiro em uoſſa uida de todos tã ſolamẽ|[4]te pulo huſo dos froytos o noſſo caſar de Requeyxo a que chamã da Porta a mõtes ⁊ a fontes cõ todas ſuas perteẽ|[5]ças per tal pleito que o lauredes ⁊ paredes bẽ en guiſa que ſſe nõ (perc)ã os froytos dele per mj̃gua de lauor ⁊ de bõa |[6] parãça; et ſeiades no(*ſ*)ſos uaſſalos et nos dedes deles cada anno terça de quanto froyto Deus y der ſacado de na|[7]bal ⁊ de orto ⁊ de froyta. Et eſto daredes per noſſo moordomo ⁊ trageredes o noſſo quiñõ pela uoſſa cuſta aa noſſa |[8] tulla de Furco d'Aſ(..)a. Et por dereitura nos daredes cada anno por dia de Natal os foros que ſempre acuſtumarom |[9] a dar deſſe lugar ⁊ hũ almude de mãteyga ⁊ faredes os ſeus dereitos ao moordomo ſegundo foy ſempre cuſtume. |[10] Et nõ no venderedes nẽ ſopiñoraredes o dito lugar a nj̃gũ ſen mandado do dito moſteyro ⁊ quitamosuos a endeyta |[11] de ſegar ⁊ de mallar. Et que eſto ſeia certo fazemos cõuoſco eſta carta partida per .a.b.c. Que a parte que a nõ aguar|[12]dar peyte a outra parte quiñẽtos mor. de dineyros blãcos de pẽa ⁊ a carta eſté en ſua rreuor. Et eu Roy Gonçaluez |[13] ſobredito, por mj̃ ⁊ polas ditas uozes, aſſy commo dito he, outorgo eſta carta ⁊ as condições que ſe en ela contẽe. |[14] Feyta em Oſſeyra o primeyro dia de Janeyro, era de mill ⁊ CCC LXX.ª ⁊ ij. annos. Testes: Fernã Lourenço do Porto; Martin Afon*ſo* |[15] de Bujã, Va*ſ*co Rodriguez, eſcudeyros de Lemos; Pedro Ganſſo; Afon*ſo* Rodriguez, eſcudeyro de dom abbade; Pedro Martino de Bõtiães (?), clerigo; A|[16]fon*ſo* Eanes de Ueyga, clerigo.

A. H. N. Oseiro (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1545, n.º 9. — 185 × 105 mm. — Carta partida por a b c.

O documento encontra-se um pouco danificado, sobretudo na faixa do lado direito.

Linha 5, *dele:* depois desta forma, o documento está um pouco raspado. — Linha 13, *contẽe:* a última letra parece um *-a*.

1339. Oseira.

O abade e o mosteiro de Oseira concedem a foro a Gregório Eanes e a sua mulher Moor Martins o casal de Oleiros em que morou Romeu Domingues.

Sabeã quantos eſta carta virẽ commo nos frey Aſo(*nſo, abb*)ade d'Oſſeyra, ⁊ o conuẽto deſſe lugar damoſ a uos |[2] Grigoreo Eanes ⁊ a uoſſa moller Moor Martinz ⁊ a duas voz(*e*)ſ apus uos aſſy que o poſtremeyro de uoſ noméé a ſſegunda uoz ⁊ |[3] a ij.ª noméé a poſtremeyra ⁊ ſeiã ſemellaueles de uos a (..)er de nos ⁊ por noſſo moeſteiro en uoſſa vida o noſſo caſar |[4] de Oleyros en que morou Romeu Domingueo, a mõte ⁊ a fonte con todas ſuas pertenças per tal pleito que ſſeiadeſ noſſos vaſſa|[5]los ſeruẽteſ ⁊ obidiẽteſ ⁊ teñadeſ as caſas del en bõa rreuor ⁊ as rrefaçadeſ ſe meſter for ⁊ o lauredeſ ⁊ |[6] paredeſ bẽ en guiſa que ſſe nõ percã os froytos del per mĩgua de lauor ⁊ de bõa parança; et nos dedeſ del cada |[7] anno na noſſa grãga d'Anbas Meſtas terça de pã ⁊ meo de vjño ⁊ meas de caſtanas ⁊ de nozeſ ⁊ de chouſa ⁊ |[8] de peros ⁊ de ljno ⁊ de ſirgo ⁊ cada domáá hũ dia de ſeara aa noſſa grãga d'Anbas Meſtas; et proueeredeſ ao |[9] noſſo móórdomo de comer ⁊ de beuer en quanto conuoſco coller os floytos do dito caſar ⁊ daredeſ hũa ueo enno |[10] anno tres ſartagẽadas de bõas follóás ⁊ hũ almude de bóó vjno ⁊ hũa ſoldada de pã brãco ⁊ cada Natal |[11] çinquo ſoldoſ da bõa moneda. Et ſſe uenderdes gáádo grande ou cuba ou arca, daredes a nos a meatade dos dineyros |[12] que por eles derẽ. Et chãtaredeſ de vjña hu virdes que cũpla en termyo deſte caſar ⁊ daredeſ uos ⁊ uoſſa |[13] moller ⁊ a uoz depus uos terça de vjño que Deus y der ⁊ a uoz poſtremeyra dará meo. Et o noſſo quiñõ de todo eſto |[14] leuaredeſ aa dita granga. Aynda damos a uos, Grigoreo Eanes, en uoſſa vida a meatade da portagem do noſſo couto |[15] d'Oleyros ⁊ quitamos (...) o noſſo quiñõ da partiçõ do gãado que uenderdes per tal condiçõ que adubedes ⁊ moſtredes como ſe adube o noſſo |[16] canal d' Ãbas Meſtas ⁊ nõ fazendo aſſy que uola tollã. Et nõ tomaredes amadigo nẽ outro ſſeñorio; ⁊ ſe o tomardes, que |[17] percades o caſar ⁊ nõ no uenderedes nẽ ſſupiñoraredes nẽ deytaredes a nẽgũ ſen noſſo mandado ⁊ ſe prouardes de o fazer |[18] que nõ ualla. Et ſe os froytos do dito caſar faleceren per mĩgua de lauor ⁊ de bõa parãça, ſeredes amoeſtados duas ue|[19]zes en hũ anno per lo grãieyro d'Ãbas Meſtas ⁊ per ij homes bõos deſſe couto, lauradores ſẽ malicia, que o corregades; ⁊ uoſ |[20] nõ no querendo correger, que percades o dito caſar ⁊ paguedes as maaſ parãças; et aa morte do poſtremeyro de uoſ, o moſteyro receba |[21] eſte caſar cõ quantas bõas parãças uoſ y fezerdes. Et que eſto ſeia certo fazemoſ conuoſco eſta carta partida per .a.b.c; que |[22] a parte que a nõ aguardar peyte a autra

parte .c. mor. de pẽa ⁊ a carta fiq*ue* firm*e*. Et nos Grigorio Eanes ⁊ Moor M*artinz* ſobre |[23] ditos por noſ ⁊ por las uozeſ ſobred*i*tas, como ſobred*i*to h*e*, outorgamoſ eſta carta cõ todas laſ *con*diçõeſ ſobred*i*tas. Feyta |[24] em Oſſeyra, .X. dias d'Abril, era de mill ⁊ CCC .LXX.ª vij.ª ann*os*. Te*ſtes*: frey Gonçalu*o*, grãieyro d' Ãbas Meſtas; |[25] frey Rodrigo, eſtaleyro; M*artin* da Touça, fillo de Joh*ã* M*artinz*; M*artin* do Fontão, fillo de Domingo Iohan*is*, ⁊ Joh*ã* do Rege*yro* |[26] ⁊ outros. Et eu Lopo Rodriguez q*ue* eſcriuy a mea deſta carta ⁊ Gil Sanch*ez* outra mea p*er* mãdado das p*ar*teſ.

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa Maria, n.º 40. — 200 × 155 mm. — Carta partida por a b c. Não apresenta recorte dentado, mas na extremidade superior o pergaminho oferece metade daquelas letras.

O documento está um pouco roto, ao alto, na parte central, o que obrigou a reconstituir algumas das formas danificadas.

Linha 10, *tres:* sinal de abreviatura supérfluo. — Linha 11, *a nos:* no *perg*aminho, *anos*. — Linha 13, *meo:* no original, *meo*. — Linha 20, *parãças:* esquecimento do traço de abreviatura a cortar a primeira letra da palavra.

Anbas Meſtas, l. 7, l. 8; *Ãbas Meſtas*, l. 16, 19, 24: aldeia na freg. de San Miguel de Oleiros, ayunt. de Carballedo.

71

1348. Camba.

Maria Fernandes faz testamento de seus bens.

Era de mill ⁊ trezẽtos ⁊ oytẽta ⁊ ſeys ann*os*, XV dias andados do mes de Jullio. Sabeam q*ua*ntos eſta mãda viren comm*o* eu Maria Fern*andez*, |[2] moll*er* de Pay Areas y filla de Coſtãça Fern*andez* ⁊ de Gil Oares q*ue* foy de Lamas, jaz*ẽ*do doente ⁊ temẽdome de morte, p*er*o *con* todo meu entẽde-|[3]mẽto q*ua*l Deus teuo por ben de me dar, faço ⁊ ordino meu teſtamẽto ⁊ mjña mãda q*ue* apois mjña morte ſſeia uallediro. Prime*yra*|[4]mẽte mãdo a mjña alma ao Sſeñor Jhesu *Christo* ⁊ a ſua madre Santa Maria, q*ue* ſſeia mjña auogada aa ora da morte ⁊ ao dia do juyz*o*. |[5] Item mãdo enterrar o meu corpo enno moſteyro de San Pedro de Villa Noua de Deçõ. Item mãdo aos capellães do dito Mo*ſteiro* o |[6] meu çerame. Item mãdo a mjña herdade de Lamas a mjña yrmãa Tereyga Fern*andez* en dias da ſſua vida ⁊ apoys da ſſua morte |[7] q*ue* fiq*ue* liu*re* ⁊ quita ao dito Mo*ſteyro* porla mjña alma ⁊ dos meus deuedores. Item mãdo a mjña herdade de Touges ⁊ de Barreyros |[8] ao

dito moſteyro porla mjña alma ⁊ dos meus deuedores. Et as mjñas dõas da gargãta que ſſon dose jaσẽ a pendre a Moor, |[9] tauerneyra de Moneixas, ⁊ duas agulloas que tẽ Martin Lourenço de Çerredo ⁊ deuo ſobrelas dõas da gargãta hũ mr. ⁊ pellas agulloas |[10] deuo tres dineyros ⁊ dez ⁊ noue febilletas ⁊ toda eſta plata mãdo que a den a San Pedro de Villa Noua de Deçõ para hũ |[11] calleσ. Et por todo eſto que mãdo ao dito moſteiro anme de faσer as donnas (o)fiσio de conpaneyra na reza ⁊ enno cabidóó ⁊ |[12] uyren ſobre mj̃ aa ſepultura daquell dia que eu ſor enterrada a ſeys domãas. Item mãdo pella mjña nouidade que pagen treσe tegas |[13] de pã pella meatade dela deſta nouidade que ora y ha. Et eu, Pay Ares, preſente ⁊ outorgante, outreſy eſte he o auer mouel |[14] que eu Maria Fernandeσ ⁊ Pay Ares ſobre ditos auiamos. Item tres uacas ⁊ (...) beσerros ⁊ ſſete ouellas ⁊ dous años ⁊ ſſete cabras ⁊ quatro cabritos ⁊ duas |[15] porcas ⁊ mea doutra ⁊ hũa porcalla con ſſeus fillos ⁊ dose patas ⁊ treσe gallinas cõ quatorze pĩtoos. Et quatro chumaços ⁊ hũ |[16] panal ⁊ hũ pellem. Et mãdo que diã hũ dos chumaços a mjña yrmãa Tereyga Fernandeσ. Et treσẽtos ⁊ L[a] grãos d'algofre mãdo |[17] que os vendan para meu enterramẽto. Item mãdo hũa arca pequena a Coſtança, filla de Gillu Ares. Item mãdo a meu marido Pay |[18] Ares o meu quinon das outras arcas ⁊ do boy que tẽ Fernã Guterreσ ⁊ el que o tyre. Item mãdo que pagen vijnte ⁊ ſſete pares de |[19] dineyros ou tres tegas de pã a Aldonça Ares ⁊ a Moor Areσ. Item faço a abbadeſſa, mjña tya, que ſſeya mjña heréé ſobre todos meus |[20] bẽes. Item mãdo que eſta mjña mãda ⁊ meu teſtamẽto que ualla ⁊ que ſſeia firme ⁊ ſſe ualuer commo mãda ſſenõ mãdo |[21] ⁊ outorgo que ualla commo codiçillo. Et mãdo que quen contra ella paſſar aia a mjña maldiçõ ⁊ a de Deus Padre poderoſſo ⁊ que peyte |[22] quiñẽtos mr. deſta moneda brãca del Rey dõ Afonſo aa outra parte ⁊ outros quiñẽtos mr. en nome de pẽna aa uoσ del Rey ⁊ o teſtamento |[23] ⁊ mãda ſſenpre ſſeya firme ⁊ ualledeyro. Testes que a eſto forõ preſentes: Domingo Fernandeσ, prellado de Santa Maria de Deçõ, ⁊ Pedro Eſteuẽσ, prellado de |[24] San Saluador do Hóónr, ⁊ Pedro Domingueσ, çapateyro, morador enno paaço da abbadeſſa, ⁊ Eſteuõ Garça, ſobrino da abbadeſa, ⁊ Afonſo Rodeyro, |[25] morador en Ribadauea, ⁊ Pay Areσ, marido da dita Maria Fernandeσ, morador en Deça, ⁊ Johan Pereσ ⁊ Johan Eanes, capellães do dito Moſteyro. Et |[26] eu, Martin Vïes, notario en terra de Canba por Andreu Sancheσ, a eſto preſente foy ⁊ eſcriuj ⁊ meu |[27] nome ⁊ meu ſignal y fiσ en teſtemoyo de uerdade que tal eſte. *(Signo)*.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1547, n.º 4. – 245 × 210mm.

Linha 8, *moſteyro:* o *m-* é bastante imperfeito, apresentando uma configuração bastante próxima de *n-*. — Linha 11, *ofiσio:* o documento está raspado no lugar correspondente à primeira letra desta forma. — Linha 13, *ora:* a primeira letra parece-se bastante com *e*. — Linha 13: embora o documento esteja intacto, parecem faltar algumas palavras entre

«et eu, Pay Ares, preſente ⁊ outorgante» e «outreſy eſte he o auer mouel...». — Linha 14: a palavra imediatamente antes da forma *beσerros* apresenta-se ilegível pelo facto de o documento oferecer uma dobra nesta zona e estar bastante apagado. — Linha 17, *Gillu Ares:* deve confrontar-se a grafia deste nome próprio com a apresentada na l. 2, ou seja, *Gil Oares.*

Deçõ, l. 5, 10, 23: existe actualmente, na província de Pontevedra, o ayunt. de *Dozón* composto de várias freguesias, entre as quais Santa María de Dozón. Muito perto do limite com a província de Orense e do mosteiro de Oseira. *Canba*, l. 26: antiga jurisdição nas actuais províncias de Lugo e Pontevedra.

72

1348. Camba.

Pai Ares, marido de Maria Fernandes, faz testamento de seus bens.

Sabbeã quantos eſte teſtamẽto uyrẽ commo eu P(*ay*) Ááres, jaσendo doe(*n*)te ⁊ temendome de morde, |[2] pero cõ todo meu ſiſſo ⁊ meu entendemento qual Deus teuo por bẽ de mo mellor dar, item primeyra|[3]mẽte mãdo a mjna alma a Deus ⁊ rogo a ſua madre Santa Maria que ſega mjña avogada a ora |[4] da morte ⁊ hao dia do juyσo. Item mando enterrar o meu corpo enno cymjterio de San Pedro de |[5] Villa Noua de Deçõ ⁊ mando y cõ mjgo áás donas hũa vaca ⁊ haos clerigos a meatade |[6] doutra. Item mando a mjña herdade de Gymaren a Moor Ááres, mjña jrmãa, *(h)*a ſua vida ⁊ ha |[7] ſua morte que fique liure ⁊ quita ao dito moeſteyro de San Pedro de Villa Noua de Deçõ. Item mando ao |[8] dito moeſteyro de San Pedro de Villa Noua de Deçõ a mjña herdade de Quintenlla (....) mjña alma ⁊ |[9] daquelles a que eu ſon tyundo. Item mãdo o meu quiñõ da mjña herdade de Regouſe a Santo Aadraãoo |[10] de Moneixas. Item mãdo o meu quiñõ da mjña herdade de Caſtineyro a Santiago de Cataſoes ⁊ ho |[11] meu quiñõ do trigo de Çerredo. Item mãdo hũa tega de ceueyra a Santa Maria de Parada. Et mãdo |[12] que eſta mjña manda que valla commo mjña poſtrimeyra voentade ou commo codicillo ou commo outra |[13] yſcritura pubrica per feitura per mão de notario. Item mando que mjña jrmãa Moor Ááres que ſega heréé ⁊ conpridor |[14] deſte meu teſtamento ⁊ de todollos outros meus b(*éé*)s. Et quen quer que contra eſta mjña mãda quiſſer |[15] paſſar, aya a mjña maldiçõ ⁊ ha de Deus Padre ⁊ h(*a*) ſua alma ſega maldita cõ Aadan ⁊ cõ |[16] Abyrron ⁊ cõ Satãa ennos fogos do jnferno ⁊ ſega aa jraa de Deus cõ el aſy commo foy cõ elles |[17] en eſte mundo ⁊ enno outro ⁊ peyte de pẽna C ms. da bõa moeda ao meu herel cada que contra |[18] eſto paſſar ⁊ ha parte del rey outros tãtos ⁊ ha pẽna paga ou

nõ, eſta manda fiq*ue* firme |[19] ⁊ valla p*ara* por ſenp*re*. Feyta en*no* d*i*to moeſte*yro* de Villa Noua de Deçõ, XX ⁊ Vj dias d' Oytubro. |[20] Era de mill ⁊ tre*ce*ntos ⁊ oytenta ⁊ Vj an*nos*. Te*ſte*s q*ue* p*ara* eſto for*um* chamadas ⁊ rogadas: |[21] Pedro Dominguez de Mjçoyte ⁊ Mar*ti*no Anes, tyñoſo, ⁊ Hafon*ſo* Pere*ce* de Fontaão ⁊ Johan*ne* Anes daſ Maceyras |[22] ⁊ Johã Mar*tin*o de R(...)cóó ⁊ (..) Lameyro. Et eu, Johã Mar*tin*o, not*ario* jurado en terra de Cãba, por Andreu |[23] Sanche*ce*, a eſto p*re*ſente foy ⁊ eſta mãda yſcriuj p*er* mãdado do ſobred*i*to ⁊ meu nom*e* ⁊ ſi|[24]nal y fi*ce* en teſtymuyo de u*er*dade q*ue* tal h*e*. *(Signo)*.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1547, n.º 5. — 185 × 190 mm.

O documento encontra-se um pouco danificado, prejudicando, nalguns casos, a leitura. As letras ou formas ilegíveis foram assinaladas com reticências entre parênteses.

Este documento apresenta alguns exemplos de um *h* isolado entre a copulativa 2 e a palavra seguinte iniciada por vogal. O seu valor é, muito provavelmente, o de indicar, na grafia, o hiato. Na transcrição, juntei-o sempre à palavra seguinte: ⁊ *hao dia do juyce* (l. 4); ⁊ *haos clerigos* (l. 5); ⁊ *ha de Deus* (l. 15); ⁊ *ha ſua alma* (l. 15); ⁊ *ha parte del rey* (l. 18); 2 *ha pẽna paga* (l. 18); ⁊ *Hafonſo Perece* (l. 21).

Linha 1, *morde* (sic!). — Linha 6, *(h)a*: o documento está raspado antes da letra *a*; descobre-se, todavia, a existência de uma letra de haste alta que, de acordo com idêntica forma gráfica da preposição a seguir documentada (cf. ⁊ *ha ſua morte*), se supõe ser *h*. — Linha 8: depois de *Quintenlla*, encontra-se uma forma raspada e ilegível. — Linha 12, *codicillo:* repetição da sílaba *di*, por lapso. — Linha 14, *b(éé)s*: o documento encontra-se roto no lugar correspondente à segunda e terceira letras. — Linha 18, *eſta manda:* no pergaminho o demonstrativo aparece na forma do masculino *eſte*. — Linha 21, *Mjçoyte*: ausência de cedilha.

Santo Aadraãoo de Moneixas, l. 9-10: San Adriano de Moneijas, freg. na prov. de Pontevedra, ayunt. Lalín. *Santiago de Cataſoes*, l. 10: Santiago de Catasós, freg. da prov. de Pontevedra, ayunt. Lalín. *Mjçoyte*, l. 21: *Mizoite*, ald. do ayunt. de Dozón, prov. Pontevedra.

73

1360. Oseira.

O abade e o convento de Oseira aforam a Afonso Eanes e a sua mulher Teresa Anes o casal da Vila de Ambas Mestas, a herdade da Cerreda e o moinho do Burgo.

Sabeã q*u*antos eſta carta virẽ comm*o* nos dom frey Afon*ſo*, abbade d'Oſeira, ⁊ o conuẽto deſe lugar |[2] damos a uos Afon*ſo* Eanes ⁊ a uoſa moller Tereyga Anes ⁊ a hũa uo*ce* q*u*al nomear o po*ſtrimeyro* de uos aa |[3] ſua morte

que ſeia uoſa ſemeldũe a téér de nos ⁊ por noſo moeſteyro en uoſa ujda de
todos tres tã |[4] ſolamẽte por lo huſo dos froytos o noſo caſar da Uila d'Anbas
Meſtas enno qual uos agora |[5] moradeſ. Et demays uos damos a peça da
Çerreda ⁊ o noſo moyno do Burgo per tal plleito |[6] que ſeiades noſos uaſalos
mãdados ⁊ obediẽtes ⁊ tenades as caſaſ del ſenpre en bõa reuor et |[7] as refaça-
des cada que meſter for ⁊ o moredes per uos ⁊ lauredes ⁊ paredes ben commo
ſe nõ percã |[8] oſ froytos del per mj̃goa de lauor ⁊ de bõa parãça et nos dedes
del de cada anno per noſo |[9] mordomo meo de quanto grão Deus em el der
ſe uos derẽ ſemẽte, ſenõ que uos dedes terça |[10] en ſaluo et meas de caſtanas
ſecas ⁊ lĩpeas ⁊ meas de noσeſ ⁊ de ſirgo ⁊ de chouſa; |[11] et todo eſto nos daredes
em ſaluo enna noſa granja d'Anbas Meſtas. Et darnos edes meo |[12] de ujno
de quanto Deus y der das vjnas que y achaſtes feytas ⁊ das que y feçeſtes ⁊
feσerdes |[13] darnos edes terça. Et aa uoσ que uẽer depuſ uos dará de todas
las ujnas meo |[14] et uos ⁊ aa dicta uoσ daredes o diσemo a nos de quanto laurar-
des et todo eſto nos daredes |[15] per noſo moordomo ao qual proueeredes de
comer ⁊ de beber mẽtre cõuoſco coller os froytos do |[16] dicto caſar. Et leuare-
des a meatade do noſo quiñõ do ujño que nos acaeçer per uoſa cuſta |[17] aa
noſa adega de Oleiros. Et daredes hũ dia de cada domãa de ſeara aa granja
de Ãbas |[18] Meſtas et cada anno por dia de Natal deσ ſoldos de leoneſes por
foros ⁊ hũa eſcudela de |[19] foloas de ſeſeẽta ouos ⁊ pã ⁊ vino cõ elas commo
huſan oſ outroſ noſos homes do couto de |[20] Olleiros. Et quitamos a uos
o dicto Afonſo Eanes eſtas folloas cõ ſeu pã ⁊ con ſeu vjno por en toda uoſa
|[21] ujda. Et faredes ſerujço a don abbade cada que uẽer ao couto de Oleiros;
et daredes cada anno por Natal |[22] hũ bõo porco çeuado ao abbade enno
dicto moeſteyro d'Oſeira ⁊ faredes do dicto caſar todos los bõos huſos |[23] ⁊
cuſtumes que ſenpre del feσerõ ao dicto noſo moeſteyro ⁊ aa granja de Anbas
Meſtas. Et do dicto |[24] moyno nos daredes meo de quanto cõ el gaanardes
⁊ moeredes em el o pã da granja d'Ã|[25]bas Meſtas ſen maquia; et mãteredes
eſte moyno ſenpre cõ aquelas couſas que lle forẽ perteecẽ|[26]tes. Et eſte caſar
⁊ leira ⁊ moyno nõ uẽderedes nẽ deytaredes nẽ ſubpenõredes nẽ daredes a
nj̃hũ |[27] ſſẽ noſo mãdado nẽ tomaredes y amadego nẽ ſenorio contra noſa
uoõtade ⁊ ſe o feσerdes que |[28] percades por ende o dicto caſar ⁊ leira ⁊ moyno.
Et ſe ſe os froytos do dicto caſar perderẽ cõ mj̃goa |[29] de lauor ⁊ de bõa parãça,
que ſeiades amoeſtados cada hũ de uos tres ueσes cada anno perlo granjeiro
|[30] d'Anbas Meſtas ⁊ per dous homes bõos, lauradores ſen maliçia, que o corre-
gades ⁊ ſe o uos nõ corre|[31]gerdes, o moeſteyro reçeberá ſeu caſar ⁊ leyra ⁊
moyno cõ quantas bõas parãças uos en eles feσerdes |[32] ⁊ demãdar a uos
as maas parãças que y forẽ feytas. Et que ſeia çerto faσemos cõuoſco eſta
|[33] carta partida per a.b.c. enna qual nos, o dicto don abbade, ſcripui con uoſo
nome. Que a parte que a nõ |[34] agardar peyte aa outra parte duσẽtos mr.
de pena ⁊ a carta eſtia en ſua reuor. Et nos, |[35] os dictos Afonſo Eanes ⁊

Tereyga Anes por nos ⁊ por la dicta uoσ, commo ſobredicto he, outorgamos |[36] eſta carta ⁊ as condições dela en todo ſub a pena ſobredicta; ⁊ nõ as agardãdo, que o moeſteyro poſa |[37] tomar ſeu caſar ⁊ peça d'erdade ⁊ moyno cõ quantas bõas parãças nos y feσermos ⁊ teuermos |[38] feytas ⁊ demãdar a nos as maas parãças que y forẽ feytas. Feyta a carta en Oſeyra vj dias do mes de |[39] Nouẽbro, anno do naçemẽto de Noſo Señor Jhesu Chriſto de mill ⁊ treσentos ⁊ noueẽta et |[40] oyto annos. Teſtes: frey Johã, prior do dicto moeſteyro, ⁊ frey Gomeσ, granjeyro d'Anbas Meſtas, ⁊ Domingo de Ba|[41]rit ⁊ Johã Uilarello, homes do dicto don abbade, et eu frey Johan, mõje do dicto moeſteyro, que eſta |[42] carta ſcripuj ⁊ ſoõ teſtis. Abbas Urſarie.

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa María, n.º 50. — 170 × 240 mm. — Carta partida por a b c.

Abundam os sinais de abreviatura supérfluos. — Linha 26, *leira:* a forma encontra-se abreviada, mas falta qualquer sinal de abreviatura. — Linha 28 e linha 37: no manuscrito surge *moỹono.* — Linha 29, *parãça:* ausência de cedilha. — Linha 32, *paraças:* ausência de cedilha. — Linha 34, *duσẽtos:* a letra σ encontra-se bastante manchada.

74

1367. Ramirás.

O convento de Ramirás afora a João Domingues e a sua mulher Maria Lourença a leira da Nogueira.

Sabeã quantos eſta carta uiren commo nos donna Giomar Mendez, ona do moeſteyro |[2] de Ramiráás, ⁊ óó conuento deſe lugar aforamos a uos Johan Domingues, morador |[3] nas Quintáás d'Eyres ⁊ a uoſſa moller Maria Lourença ⁊ a quatro uozes apus uos hũa |[4] outra que ſſeiã uoſſas ſſemellauiles, hũa leyra d'erdade que chamã da Nugeyra |[5] que he do caſſal das pitanças per eſta condiçõ que lauredes a dita leyra ⁊ áá paredes |[6] ben como nõ desfaleſca per mj̃goa de lauor ⁊ de todo bóó paramento ⁊ nos |[7] dedes dela en cada hũu anno a quen touer o caſſar das pitanças quarta parte de |[8] todo o froyto que Deus y der todo per noſſo móórdomo en paz áó qual proueades |[9] cumunalmente quando os ditos froytos collerdes ⁊ aduzerdes a noſſa parte per |[10] uos áó dito moeſteyro ⁊ daredes da pereyra que óóra y eſtá de pirigol as méás das |[11] peras por uender ou por enpinorar ou porla alma dar ante a nos |[12] ⁊ ao dito moeſteyro cá á outre; ⁊ ſſe do dito moeſteyro nõ quiſerẽ, enton uendede ou enpinorade |[13] a táés homes ou molleres que ſſeiã uoſſos

ſſemellauiles ⁊ que ſſeia per noſſa outorida|[14]de. Quen eſto quiſer paſar nõ poſa ⁊ peite áá parte agoardante çinquoenta mor. |[15] da móéda branca ⁊ a carta fique firme ⁊ ualla en ſſeu tenpo. Feyta oyto dias do mes |[16] de Sſetenbro. Era de mill ⁊ quatro çentos ⁊ çinquo anos. Teſtymuyas: Afonſo Martinσ, |[17] Roy Fernandeσ, Fernã Rodrigueσ, clerigos raçoeyros do dito moeſteyro; donas L(ia)nor Gonçalueσ, Orraca |[18] Eſteueσ, Coſtança Sſuareσ, Maria Afonſo, Eynes Pereσ. Et eu, Diego Martinσ, notario |[19] em Ramyraas porlla dita ona ⁊ conuento, que a eſto preſente foy |[20] et eſta carta em mj̃a preſença fige eſcripuir et meu |[21] ſſignal y fige que tal eſte. *(Signo).*

A. H. N. Santiago (La Coruña). Benedictinos. San Payo. Pasta 522, n.º 21. — 160 × 155 mm. — Pergaminho partido por a b c.

(Este documento não figura na colecção documental de Ramirás organizada por Emilio Duro Peña e incluída no artigo *El monasterio de San Pedro de Ramiranes.* In: *Archivos leoneses,* ano XXV n.º 49, Janeiro-Junho de 1971, p. 9-74).

Lianor, l. 17: a segunda e a terceira letras encontram-se raspadas. — Linha 18, *Eſteuez:* a penúltima letra apresenta uma configuração mais próxima de *o* do que de *e*.

Ramirâàs, l. 2, *Ramiraas,* l. 19: Ramirás ou Ramiranes, freg. na província e diocese de Orense, ayunt. de Castrelo de Miño. Situada no antigo distrito diocesano de Chantría.

75

1372. Oseira.

O abade e o mosteiro de Oseira aforam a Fernão Eanes e a sua mulher Maior Lourença a leira do Vao.

Sabeã quantos eſta carta virem commo nos dom frey Afonſo, abbade d'Oſeyra, ⁊ o conuento deſe lugar damos a uos Fernã Yanes et a uoſa |[2] moller Móór Lourença ⁊ a dous uoſos fillos ou fillas dos que anbos ouuerdes de conſúú a téér de nos ⁊ por noſo moeſteyro em uoſa uyda de |[3] todos quatro tan ſolamente polo huſo dos froytos a noſa leyra do Uao commo ſe parte da de Pedro Martinσ ⁊ uay topar na caſa do molloy|[4]ro ⁊ do outro cabo commo uay topar no rio do Bubal ⁊ do outro cabo commo uay topar pella rigeyra d'Anbaſmeſtas afeſto a outra ca|[5]rreyra que uay d'Anbaſmeſtas para o moyno. Et outroſy uos damos a mea da peça da Muna per tal pleyto ⁊ condiçom que ſeiades noſos uaſa|[6]llos mãdados, ſeruentes ⁊ obedientes et a lauredes ⁊ paredes bem commo ſe nõ perquam os froytos della a uoſa culpa con mj̃goa de lauor ⁊ |[7] de bboa parança et que façades enna dita leyra do

Uao quaſas ⁊ as tenades en bóó reuor ⁊ as refaçades cada que meſter for et as |[8] moredes per uos ou per outro et nos dedes dellas per noſo móórdomo de cada anno enna noſa adega d'Oleyros per uoſa cuſta terça de quanto |[9] vino ⁊ conpoſta Deus y der et meas de caſtanas áá deçeda do canjço et deσ dias de ſeara enna granja d'Anbaſmeſtas et darnos |[10] edes de cada anno hũa boa porqualla deſque for cortado o bacellar et prouééredes ao noſo móórdomo de comer ⁊ de beber mentre conuoſ|[11]co coller os froytos das ditas leyras et faredes os outros cuſtumes que ſenpre forom feytos áá ordẽe. Et outroſy nõ enbargaredes a |[12] Domĩgo Gomes ⁊ a Johan Lourenço para façerem caſas y cabo uos. Et eſtas leyras ſobre ditas ⁊ caſas nõ uenderedes nẽ deytaredes nẽ |[13] ſupinoraredes nẽ daredes a njgum nẽ parte dellas nẽ tomaredes em ellas amadego nẽ ſenorio contra noſa uóóntade; et ſe o feσer-des, |[14] que perquades por ende as ditas leyras ⁊ caſas; et ſe ſe os froytos das ditas leyras perderem con mĩgoa de lauor ⁊ de boa parança, |[15] que uos ſeiades amoeſtados duas ueσes no anno perllo grangeyro d'Anbaſmeſtas ⁊ per dous oméés bóós ſem maliçia que o corregades; |[16] et ſe o uos nõ corregerdes, o moeſteyro reçeberá ſuas leyras con quantas boas paranças uos em ellas feσerdes. Et que eſto ſeia çerto, fa|[17]σemos conuoſco eſta carta partida per a b c et em que nos, o dito abbade, eſcripuymos noſo nome; que a parte que a nõ agoar|[18]dar peyte a outra parte CC mor. de pea ⁊ a carta eſtia em ſua reuor. Et eu, o dito Fernã Yanes, por mĩ ⁊ pola dita mja mo|[19]ller, aſy outorgo eſta carta ⁊ as condiçoes que em ella ſom eſcriptas em todo ſu a pẽa ſobredita. Et nonas agoardando, |[20] que o moeſteyro poſa tomar ſuas ley(ras) ⁊ quaſas con quantas boas paranças nos em ellas teuermos feytas et demãdar |[21] a nos as máás paranças que em ellas foren feytas. Feyta em Oſeyra, xj.[e] dias de Nouẽbro, era de mjll ⁊ quatro|[22]çentos ⁊ deσ anos. Teſtes: Afonſo Pereσ, abbade de Louſada, frey Afonſo, d'Anbaſmeſtas, o eſmoleyro Fernã Yaneσ do Uao. |[23] Frater Alfonſus, |[24] abbas de Urſaria.

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa María, n.º 51. — 210 × 165 mm. — Carta partida por a b c.

Linha 1, *virem:* no pergaminho lê-se *virerem*. — Linha 10, *cortado:* no original *cotado*. Além disso, o *t* está bastante manchado. — Linha 11, *ordẽe:* o segundo *e* está manchado. — Linha 12, *Domĩgo:* ausência de til. — Linha 14, *parança:* ausência de cedilha. — Linha 16, linha 20, *paranças:* sem cedilha. — Linha 17: entre *que a parte* e *que a nõ agoardar* existe, por lapso, *que o*, formas que foram omitidas na transcrição. — Linha 20, *leyras:* o documento encontra-se manchado e raspado na zona correspondente à última sílaba da palavra. — Linha 20: repetição do adjectivo *boas*.

1396. Oseira.

O abade e o mosteiro de Oseira aforam a Gonçalo Fernandes o casal da Lama.

Sabeã q*ua*ntos eſta c*ar*ta virẽ com*m*o nos, dom frey Afonſo, abade do m*oe*ſteyro de S*an*ta Maria d'Oseyra, ⁊ o cõuento deſe lugar aforamos a uos Gonçal*uo* Fern*andeꝯ* |[2] da Lama et a duas voꝯes apus vos aſy q*ue* a tenpo de voſa morte vos nomeedes a primeyra voz ⁊ aq*uel*a voꝯ q*ue* uos nomeardes noméé a outra a t*en*po |[3] de ſua morte et ſejã ſemeldũe de uos et tááes de q*ue* o m*oe*ſteyro poſa au*er* os ſeus d*erey*tos em paz ⁊ em ſaluo a téér de nos et por noſo m*oe*ſteyro em voſa |[4] vida de todos tres tã ſolam*en*te porlo huſo das fr*oy*tos o noſo caſar da Lama, ſeg*und*o q*ue* o de nos teuo voſo padre Frãçiſco Fern*andeꝯ* p*er* tal pleito q*ue* ſejades |[5] noſos vaſalos mãdados et obidientes et o lauredes ⁊ paredes bem com*m*o ſe nõ p*er*gã os fr*oy*tos del p*er* mĩgoa de lauor ⁊ de bõa parança ⁊ teñades as |[6] caſas del ſenp*re* em bõa reuor ⁊ as rrefaçades cada q*ue* meſter for et o moredes p*er* vos et nos dedes del de cada hũ an*no* em voſa vida p*er* noſo |[7] móórdomo t*er*ço ⁊ dizemo de q*ua*nto pã ⁊ grão Deus em el der et t*er*ço ⁊ diꝯemo de q*ua*nto vjño et tinta y ouu*er* ⁊ ſirgo ⁊ liño ⁊ ligumja ⁊ t*ri*go et |[8] caſtañas ⁊ noꝯes Deus em el der a ſaluo en*n*a grãja d'Anbas Meſtas et leuaredes o noſo q*uiñ*õ do vjño áá noſa adega d'Oleyros p*er* voſa cuſta ⁊ as |[9] voꝯes q*ue* vẽerẽ apus vos darnos am m*e*dio ⁊ diꝯemo de q*ua*nto pã et vjño Deus der en*n*o d*i*to caſar et darnos am de cada hũ an*no* m*e*dio ⁊ dizemo |[10] de ſirgo ⁊ de liño ⁊ de ligumia ⁊ de caſtañas ⁊ de noꝯes et vos faredes em eſtes dous an*n*os p*ri*mey*r*os q*ue* vẽẽ cauadura de vjña de ſeys om*e*s ⁊ |[11] darnos edes dela de cada hũ an*no* em paz ⁊ em ſaluo em voſa vida en*n*a adega d'Oleyros t*er*ço ⁊ diꝯemo de q*ua*nto vjño Deus em ela der |[12] et as voꝯes q*ue* vẽerẽ apus vos darnos m*e*dio ⁊ dizemo de cada an*no* de q*ua*nto vjño em ela ouu*er* et leuarã o noſo q*uiñ*õ do vjño p*er* ſua |[13] cuſta áá noſa adega d'Oleyros et vos ⁊ as ſobr*e* d*i*tas voꝯes q*ue* vẽerẽ apus vos darnos edes de cada hũ an*no* hũ bõo porco çeuado cõ |[14] ſeu pã ⁊ cõ ſeu vjño por dia de Natal et cada domãa daredes hũ dia de ſeara áá noſa grãja d'Anbas Meſtas et p*rouéére*des ao |[15] noſo moordomo de com*er* ⁊ de beber ment*re* cõuoſco coll*er* os fr*oy*tos do d*i*to caſar; et cada an*no* por dia de Sam M*arti*no daredes por foros t*ri*jnta |[16] ſoldos ⁊ daredes cada hũ an*no* ao noſo grãjeyro d'Anbas Meſtas tres ſartajeadas de folloas ⁊ hũa ſoldada de pã brãqo ⁊ hũ almede |[17] de vjño et faredes do d*i*to caſar todos los outros bõos huſos ⁊ cuſtum*es* q*ue* ſenp*re* del fezerõ a nos ⁊ ao noſo m*oe*ſteyro ⁊ áá noſa grãja de Anbas |[18] Meſtas et eſte caſar nõ venderedes nẽ deytaredes nẽ ſubpinorared*es* nẽ daredes a njhũ nẽ p*ar*te del ſem noſo mãdado nẽ toma-

redes y ama|[19]dego nẽ ſeñorio contra noſa voõtade; ⁊ ſe o feσerdes que percades por end(e) (o dito) caſar; ⁊ que ſeja çerto faσemos cõuoſco eſta carta partida per .a.b.c. |[20] enna qual nos o dito dom abade ſcripujmos noſo nome; ⁊ que a parte que a nõ ag(ua)rdar peyte áá outra parte que o conprir ⁊ aguardar quiſer por nome de |[21] pẽna trezentos m. ⁊ a carta eſté em ſeu rreuor ⁊ eu o ſobre dito Gonçaluo Fernandeσ da Lama por mj̃ ⁊ porlas ſobre ditas voσes que nõ ſom preſentes |[22] por que outorgo a faσer outorgo eſta carta ⁊ as cõdições que em ela ſom ſcriptas em tode ſub a pẽna ſobre dita ⁊ nõ as aguardando que o moeſteyro poſa tom(ar) |[23] ſeu caſar cõ tantas bõas paranças nos em el feσermos ⁊ demãdarẽ a nos as máás parãças que enno dito caſar forẽ feytas. Feyta (...) |[24] em Oſeyra, quinze dias de Julio, anno do naçemento de noſo Señor Jheſu Chriſto de mjll ⁊ trezentos ⁊ noueẽta ⁊ ſeys anos. Teſtemoy(as): (...) |[25] Johã, prior, frey Johã Calujño, frey Fernã Moreyras, mõjes do dito moeſteyro, Fernã de Fafiam, Garçia Afomſo, omes do dito dom abade. |[26] Abbas |[27] Urſarie.

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa María, n.º 49. — 240 × 205 mm. — Carta partida por a b c.

Linha 12: é provável que, depois de *darnos*, falte a forma *am*, uma vez que todas as frases idênticas se constróem com futuro. — Linha 15, *trijnta:* com *i* sobreposto que não transcrevemos pelo facto de a palavra já apresentar *ij*. — Linha 19, *ende:* a última letra está quase totalmente apagada. — Linha 22, *tode:* não é muito clara a leitura da última vogal; ela apresenta uma configuração mais próxima de *e* do que de *o*.

77

1424. Oseira.

D. frei Gomes de Ambasmestas, abade de Oseira, afora a Afonso Garcia e a sua mulher Maria Afonso a leira da Devesa, a leira da Vinha Velha e a cortinha «de ſu a ouliueyra».

Sabean quantos eſta carta de aforamẽto viren commo nos, don frey Gomez d'Anbas Meſtas, abbade |[2] do moeſteyro de Santa Maria d'Oſeyra, et o conuento deſe lugar damos a foro a uos, Afonſo Garçia |[3] d'Anbas Meſtas, et a uoſa muller Maria Afomſo et a dous uoſos [*fillos*] que uos anbos ajades de conſuu |[4] quaes nomear o poſtromeyro de uos ao ponto de ſeu finamento et morrendo primeyra mente uos o dito Afonſo |[5] Garçia, que a dita voſa muller, que os ditos uoſos fillos ou fillas que erdem cõ a dita uoſa muller,

conuen |6 a ſaber q*ue* uos aforamos a noſa leyra da Deueſa q*ue* jaz ontr*e* o Uaão et a granja d'Anbas Meſtas et |7 comm*o* p*ar*te pelo Loureyro et uay firir enn*o* q*uanto* da ujna de Joan Subrino; et mays uos aforamos a noſa |8 leyra da Ujna Uella q*ue* jaz ſobre lo canal comm*o* uay topar enn*a* Poça de Caalles et da|9mos uos mays p*ar*a orta a noſa cortina de ſu a oulieyra et dar nos edes dela a q*uar*ta p*ar*te |10 do q*ue* Deus en ela der et das outras d*i*tas leyras nos daredes a nos et ao d*i*to noſo m*oe*ſteyro en ca|11da hũu ann*o* a q*uin*ta p*ar*te et o dizimo de q*uan*to ujno Deus en elas der et leualoedes p*er* uoſa |12 cuſta en cada hũu ann*o* a noſa granja d'Anbas Meſtas et poloedes en ela en paz et en ſaluo |13 et eſtas d*i*tas leyras de ujña chantaredes de bazelo en eſtes p*ri*meyros ſeys anos da era de|14ſta car*ta* et ergeredes p*er* uoſa cuſta a noſa adega uella q*ue* jaz tras la granja en eſtes |15 p*ri*meyros dez ann*o*s da fe*y*ta deſta car*ta* et dar nos edes mays en cada hũu ann*o* por dia de |16 Netal de foros q*uat*ro mrs. ou moeda q*ue* os ualla et as p*ri*meyras vozes q*ue* vieren de|17pus uos, o d*i*to Afonſo Garçia et Maria Afonſo, dar nos an a q*uar*ta p*ar*te de q*uan*to ujño Deus |18 der enn*a*s d*i*tas leyras et cortina et couſas comm*o* d*i*to he et nõ venderedes nen dey|19taredes nẽ ſubpinurared*e*s nẽ daredes a nẽ hũu nẽ p*ar*te delas sen noſo mandado |20 nen tomaredes y amadego nẽ ſenorio contra noſa vontade et ſe o fezerdes q*ue* as |21 p*er*cades por ende et lauredes et paredes ben as d*i*tas leyras de ujña comm*o* ſe |22 nõ p*er*can os froytos p*er* mj̃goa de lauor et de bõo paramento et ergades |23 a d*i*ta adega comm*o* d*i*to he et q*ue* eſto ſeja çerto fazemos conuoſco eſta car*ta* |24 p*ar*tida p*er* a b c et enn*a* q*ua*l nos o d*i*to don abbade eſcr*i*pujmos noſo |25 nome; q*ue* a p*ar*te q*ue* a nõ agoardar peyte a outra çem mrs. de pẽna |26 et a car*ta* eſtea en ſua rreuor; et eu o d*i*to Afon*ſo* Garçia por mj̃ et pola |27 d*i*ta mj̃a muller et vozes, comm*o* d*i*to he, outorgo eſta car*ta* et as cõ|28diçoes dela en todo ſub a pẽna ſobre d*i*ta; et nõ as agoardan|29do, q*ue* o m*oe*ſteyro poſa tomar ſuas leyras et couſas, comm*o* d*i*to |30 he, et demandar a nos as maas paranças q*ue* y forẽ |31 fe*y*tas. Fe*y*ta a car*ta* enn*o* m*oe*ſteyro d'Oſeyra, oyto dias de Dezenbro, |32 ann*o* do naſçemẽto de noſo Sſeñor Jh*es*u *Chriſ*to de mjll |33 et q*uat*roçentos et vijnt*e* et q*uat*ro ann*o*s. Te*ſt*es q*ue* eſtauã |34 presentes: frey Gonçaluo, mõje de Melon, et Fernando de Ujla Enfeſta; |35 et eu. Gomez, eſcr*i*puã q*ue* a eſcr*i*puj, et outros. |36 Abbas |37 Urſſarie.

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa María, n.º 99. — 120 × 245 mm. O pergaminho apresenta uma forma bastante irregular. — Carta partida por a b c.

Linha 3, *Maria Afomſo:* o pergaminho está raspado no lugar do apelido; por cima, no mesmo tipo de letra, está escrito, de forma abreviada, *Afomſo.* — Linha 8: *ſobre lo canal co*(...): o documento está raspado; por cima foram escritas as formas indicadas.

1426. Oseira.

Frei Gomes, abade do mosteiro de Santa Maria de Oseira, afora a Pedro Ferreiro e a sua mulher duas casas em Cea, duas pequenas leiras, uma cortinha e a «chousa» do Forno Telheiro.

Sabeã quantos eſta carta de aforamẽto virem commo nos don frey Gomez, |2 abbade do moeſteiro de Santa Maria d' Oseyra, et o conuento deſſe |3 lugar damos a foro a vos Pedro Ferreyro et a voſa muller Tereixa Gõ|4çalluez et a hũu voso fillo ou filla que vos anbos ajades de con|5ſũu qual nomear o poſ-tromeiro de uos ao ponto de seu finamẽto et |6 seja tal de que nos et o dito noso moeſteiro posamos aver os nosos |7 dereitos en paz et en saluo a teer de nos et por noso moeſteiro em |8 vosas vidas de todos tres tan solamẽte polo huso dos froytos; |9 cõuẽ a saber que vos aforamos duas casas que eſtan enna aldea de |10 Çea, et hũa delas foy de Johan Mjgeez que chamã Asara onde seem |11 as boſoas en dia de feyra; et a outra eſtá ontre ela et a d'Afonso |12 de Longos que foy de Eſteuo Yanes. Et aforamos vos as ditas casas |13 con seu çeleyro et hũa cortina que chamã dos Barreiros et hũu leyro |14 que jaz à Fonteyna et topa enos Barreyros et outro leyro que jaz ennas Mo|15reyras, segundo que os vos agora trajes a jur et a maão et a cortina |16 do Lodaayro et aha chousa do Forno Telleiro; et eſto que dito he vos a|17foramos con todas suas entradas et seydas a mõtes et a fontes |18 por tal pleito et condiçon que sejades nosos vasalos mandados et |19 obidientes et teñades as caſas ergudas et reparadas et labredes |20 ben as ditas cortinas commo se nõ perca todo esto per mj̃goa de la|21bor et de bóo paramẽto et nos deades en cada hũu anno por dia |22 de Netal seys mrs. ou moeda que os valla segũdo correr ao tenpo |23 et faredes todolos outros boos husos et cuſtumes que se senpre de|24lo fezo a nos et ao dito noso moeſteiro et as ditas casas et cortinas |25 nõ venderedes nẽ deytaredes nẽ supinuraredes nẽ daredes |26 a nẽ hũu nẽ parte delo sen noso mandado nẽ tomaredes y ha|27madego nẽ senorio contra noſa vontade et se o fezerdes que ho |28 percades por ende et que eſto seja çerto façemos convoſco eſta carta |29 partida per a b c et enna qual nos o dito don abbade escripujmos noso no|30me; que ha parte que ha nõ agoardar peyte a outra parte duzentos |31 mrs. et a pẽna pagada ou nõ, esta carta estea et valla en sua reuor; |32 et eu, o dito Pedro Ferreiro, por mj̃ et pola dita mjña muller et voz, commo dito |33 he, outorgo eſta carta et as cõdiçoes dela en todo sub a pẽna sobre |34 dita; et nõ nas agoardando, que o moeſteiro posa tomar suas casas |35 et cortinas cõ quantas boas paranças nos y fezeremos et teueremoſ |36 feitas et demãdar as maas paranças que y foren feitas. Feita a carta |37 en Oseira, vijnte et noue dias de Abril anno do naſ-

çemẽto do noso |[38] Señor Jhesu *Cristo* de mjll et q*ua*troçentos et vijnte et seys an*n*os. Teſ|[39]temoyas q*ue* forõ p*re*sentes: frey A*fonso* de Deça, p*rio*r, et Afonso Ferreyro |[40] et eu Gomez, escr*i*puã q*ue* ha escr*i*puj et soo teſtemoya, et outros. |[41] Abbas |[42] Urſſarie.

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa María, n.º 105. — 145 × 275 mm. — Carta partida por a b c.

(Documento publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967, n.º 72, p. 118-119).

Linhas 3-4, *Gõçalluez:* sem cedilha. — Linha 16, *aha:* o primeiro *a* encontra-se totalmente manchado. Terá sido inutilizado? — Linha 18, *condiçon:* sem cedilha. — Linha 27, *senorio:* há um til ou sinal de abreviatura supérfluo sobre as três últimas letras. — Linha 33, *cõdiçoes:* ausência de cedilha.

79

1433. Oseira.

O prior e os monges do mosteiro de Santa Maria de Oseira arrendam a frei Gonçalo de Confurco, despenseiro do referido mosteiro, a granja que possuíam em Cea.

Sabeã q*ua*ntos eſta car*ta* d'arẽdam*en*to virẽ com*m*o nos, o p*rio*r ⁊ mõjes do mo*ſteyro* de San*ta* Ma*ria* d'Oſeyra, ſendo todos |[2] ajũtados en noſo cabíjdo ſegund*o* auemos de huſo ⁊ de cuſtume de nos ajuntar por faz*er* ben ⁊ mer*çede* ⁊ gra*ça* ⁊ |[3] ajuda a uos, frey Gonçalu*o* de Con*f*urco, çelareyro do d*i*to mo*ſteyro*, arendamos vos a noſſa vila de Çea cõ todas ſuas per|[4]tenças q*ue* lle pertẽçẽ ⁊ p*er*tẽçer deuẽ de d*ere*yto, ſegund*o* nos hy auemos ⁊ ouuemos ſenp*re* com*m*o nos foy dado ⁊ mãdado |[5] del rey don Sancho, con*u*ẽ a ſaber q*ue* nos dedes en cada hũ an*n*o q*ua*troçẽtos mrs. de moeda vella poſtos en paz |[6] ⁊ en ſaluo eno noſſo cabido, a metade por ontroydo ⁊ a metade por Paſcoa; ⁊ eſta renda vos fazemos por eſtes |[7] çinco an*n*os prim*ey*ros q*ue* uẽẽ da feyta deſta car*ta* ⁊ nos obrigamos a uola faz*er* de paz ⁊ nõ uola fazendo de paz q*ue* |[8] nos nõ ſejades hobrigado a nos pagar a d*i*ta renda; ⁊ mãdamos a todolos noſos uaſalos moradores ⁊ |[9] p*ro*uadores da dita vila ⁊ couto q*ue* a dita vila p*er*tẽcẽ q*ue* uos recudã cõ aſ rendaſ de pan ⁊ d*ineyros* ⁊ d*ere*ytos ⁊ d*ere*yt*u*ras |[10] que a nos ⁊ a noſo mo*ſteyro* p*er*teçẽ ⁊ p*er*teçer deuẽ de d*ere*yto por eſtes V.º anos ſobre ditos; ⁊ eu, o d*i*to frey Gonçalu*o*, aſy o re|[11]çebo ⁊ me obrygo a pagar la d*i*ta renda ⁊ p*ar*a mays *con*pridam*en*te ſer dou fiadores: A*fonſo*

Beſteyro ⁊ Gomez de Uj|[12]la Noua ⁊ *Gonçaluo* de Uales ⁊ Gomez de Taboada os q*u*aes fiadores ſe obrigã a pagar a d*i*ta renda ⁊ eu, o d*i*to frey |[13] *Gonçaluo*, aſy me obrigo a eles a pagar ⁊ a q*u*italos a paz ⁊ a ſaluo ⁊ aſy me obrigo p*er* mj̃ ⁊ p*er*la mjña raçõ ⁊ uos, |[14] os ſobre d*i*tos prior ⁊ *con*uẽto ſobre dito, aſi o outorgamos ⁊ uos damos ſta car*ta* firmada de noſos nomes. Fey|[15]ta e outorgada no noſo cabido dez dias de Julyo, an*no* Dom*i*nj M.º CCCC.º XXXº iij.º T*eſtes* q*ue* forõ p*re*ſentes: Fernã Go|[16]mes ⁊ A*fonſo* Gonçalues ⁊ Johã Sieyro ⁊ Diego A*fonſo* Chyuj ⁊ outros; ⁊ eu frey R*odrigo*, ſobp*rior* do d*i*to mo*ſteyro*, q*ue* a ſcriuj ⁊ ſoo te*ſtis* |[17] ⁊ firmeya de meu nome.

(Seguem-se as assinaturas.)

Frey Ste*uo*, p*rior*
Frey *Gonçaluo* de Torezella
Fr*ater* Roderic*us*, ſubp*rior*
Frey A*fonſo* de Tabada

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa Maria, n.º 118. — 255 × 150 mm.
Linha 8, *nos* (cf. *a nos pagar*) com sinal de abreviatura supérfluo. — Linha 14, *noſos:* escrito *noſoſos.* — Linha 16, *Gonçalues:* sem cedilha. — Linha 16, *Chyuj:* forma de leitura pouco clara.

80

1473. Oseira.

O abade e o convento de Oseira decidem fazer um «tonbo et memorial de todas las granjas, coutos, lugares et herdades, jurdiçõos et señorios» pertencentes ao referido mosteiro.

Sancte et ĩdiuidue T*r*initatis. |[2] In nomine Pat*r*is et Filij ⁊ Sp*iri*tu |[3] *Sancti*, amẽ. An*no* do nasçemento de noso Señor Jhe*s*u *Chriſto* de mill |[4] et q*u*atroçentos ⁊ setenta et tres an*n*os a doze dias do mes de Feue|[5]reyro do d*i*to an*no*. Estando dom frey Ar*ias*, abbade do mosteyro de |[6] *Sa*nta *Ma*ria d'Oseyra, et frey P*edro* de Lueda, p*rior*, et o ſup*rior* et çelareyro et |[7] esmoleyro et os outros oficiaas ⁊ mõjes do d*i*to m*osteyro*, todcs juntos en*no* |[8] cap*itu*lo do d*i*to mosteyro, depoys de avido seu acordo ⁊ cõselo et a|[9]vendo cõſiderado et visto com*mo* este d*i*to mos[*t*]eyro avia avido moy |[10] g*r*andes p*er*das ⁊ rreçebidos moy g*r*andes danos por las g*r*andes gerras |[11] q*ue* ouuo entre os señores com*mo* eſſo meeſmo ple*y*tos et letigios entre los |[12] abbades q*ue* ouuo em este m*osteyro* moy longos t*en*pos por lo q*u*al ouuo reçebidas

|13 grandes perdas et danos asy ennas poſſiſões et bẽes, grãjas, coutos, casa|14res et herdades et jurdições et senorio que sobre elo avia o dito mos[t]eyro |15 por priuilegos, usos et cuſtumes; o qual por lo que dito he ꝛ por la mj̃goa |16 de justiçia real que en este Reyno de Galiza foy et he faliçida ꝛ cariçida, |17 ouuerõ cabsa os señores tenporaas entrar et tomar a jurdiçõ et senorio |18 dos ditos coutos, granjas ꝛ lugares que ao dito mosteyro pertiçiam. Et outrosy rreçe|19beo grandes perdas et danos o dito mosteyro en as gerras et letigios por que en |20 aqueles tenpos o thesouro das escrituras, priuilejos, tonbos, ſentenças et rre|21cados do dito mosteyro foy moytas vezes quebrantado per las moytas |22 gentes que enno dito mosteyro estauam de gerra et gornjçõ et moytas forõ leuadas |23 asy priuilejos, sentenças, mãdas, donações, cõtractos et foros et outras |24 moytas escrituras; et outras espargidas per lo dito mosteyro en maneyra |25 que moytas delas se perderõ. ¶ Et nos os sobre ditos abbade, prior, suprior, |26 çelaroyro, mõjes et cõuento do dito mosteyro, vendo as perdas ꝛ danos |27 ſuso ditos et temẽdonos asy en noso tenpo commo adeante o dito mosteyro |28 nõ reçeber mays grande dano et perdas, ouuemos por acordo fazer vm |29 tonbo et memorial de todas las granjas, coutos, lugares et herdades, jur|30dições et señorios que este mosteyro tem ꝛ persooe oje dia et anno et soya persoyr. |31 Et enno qual escripuiremos et trasladaremos algúús priuilejos et graçias que os |32 santos padres et Ylustriſimos Reys da Casa de Castella derõ et outorgarõ |33 a este mosteyro. Et asy escriujremos en el as forças dos foros et cartas que agora |34 ao presente os foreyros et rremdeyros tẽẽ cõ o dito mosteyro et conosco. Et outrosy |35 escriujremos en el o treslado do rotelo vello en que se cõtem a soma dos casa|36res et herdades et igleias que a este mosteyro perteeçẽ et en aquel tenpo pertẽçiã ꝛ do que |37 rrendiam. Et outrosy encorporaremos en el o traslado de vn tonbo en que |38 rreconta os casares deste mosteyro ꝛ jgleias et dos dineyros das dereyturas et [fol. 1v] |1 ſeruiços que ao tenpo en eles avia et rrendiam ao dito mosteyro et mays |2 algũnas cousas que enno dito thesouro do dito mosteyro acharemos que virimos seer |3 neçeſſario a prol et onra ꝛ bem desta casa da Virgẽe Maria por que quede |4 por memoria aos que depoys de nosos dias vierẽ rreger et gouernar a dita |5 casa et saber o que lles pode rrender et adonde et en quaes lugares o am de |6 rrecadar, humilldemente rrogando a nuefſtro Señor Ihesu Christo et a ſua madre Virgeem |7 Maria nos queyra dar graçia et ordẽe commo esta obra bem poſſamos começar, |8 medear et acabar a loor et honra da bẽ auenturada Virgẽe Maria ꝛ do seu |9 glorioso fillo noso Señor Ihesu Christo, amẽ. Et en cabeça et começo deste |10 tõbo estarã escriptos o sũpto de algũus priuilejos originaas et ſucesyue |11 o rrotelo ſuſo dito et logo o traslado do tõbo vello que en çima diçemos et |12 desy escripuiremos as forças das cartas et foros que acharemos que ao presẽte |13 rrende a este mosteyro. Et segundo por pereſquisa et

verdade de nosos moordo|[14]mos q*ue* ao p*re*sente collem as rrendas deste mosteyro.

|[15] Aquj se começa o traslado dos p*ri*uilejos q*ue* en bayxo seerã |[16] scriptos de uerbo a uerbo se*gundo* se en elles contem.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fols. 1 e 1v.

(Publicado, em parte, por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI.* Vigo (Galaxia), 1967, p. 148--149. O A. transcreve apenas até à l. 9 do fol. 1v: «... ℨ do seu glorioso fillo noso Señor Ihesu Christo, amẽ.»).

Linha 1: a expressão «Sancte et ȷdividue Trinitatis» encontra-se escritas a vermelho. O mesmo acontece com a vogal inicial da primeira forma da linha seguinte. — Linha 7, *oficiaas:* sobre a terminação da palavra há um sinal de abreviatura ou til *(oficiaas)*. — Linha 9, *mosteyro:* escrito *moseyro*. — Linha 13, *poſſiſões:* por baixo do último *ſ* havia um *c* que aquela letra não recobriu totalmente. — Linha 23, *cõtract(os et) ſ(oros)*: as letras entre parênteses foram corrigidas em letra posterior. — Linha 31, *algúús:* sobre as duas últimas vogais existe um til *(algúús)*. [Fol. 1v.], linha 10, *originaas:* com til ou sinal de abreviatura sobre as duas últimas vogais.

81

1473. Oseira.

Demarcação do couto de Cuñarro.

|[27] Eſtas ſſom as djuiſões do couto |[28] de Cunarro: Item p*ri*meyramente pela |[29] Pena d'Agoa, polo Seyxo de Currelos, |[30] pella Fonte Guillade aa Laſtra do |[31] Couſo com*m*o vay pello rrio a Pena |[32] Montelle et ao Fojo de Caſſellas et |[33] as mamoas de Peegem, a mamoa de |[34] Cunarro, a Pena do Boy.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 28, 2.ª coluna. Falta o fólio 17: por esse motivo, a partir daí, não há coincidência entre a numeração antiga e a moderna. Segui, na indicação dos fólios, a numeração original.

(Publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, p. 150).

Cunarro, l. 28: ald. da freg. de Santiago de Arnego.

82

1473. Oseira.

Demarcação do couto de Lalín.

| [21] Eſtas ſom as di|[22]uiſſões do couto de Lalim: |[23] Item primeyramẽte, pella pedra |[24] de Taree et deſſi pella pedra que |[25] ſé a ſobre la fonte de Rromẽa, et de|[26]ſſy a mamoa de Rrodellas et deſſi |[27] pella ágoa de Rio Longo a ſupé; |[28] et vay ferir na Ponte a Pedrina |[29] et deſſy pella agoa a dereyto a Pe|[30]na Aguda; et vay firir no |[31] Outeyro dos Poldros.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 29v, 2.ª col.

(Publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, p. 150).

83

1473. Oseira.

Demarcação do couto da Viña.

|[3] Eſte he o termino do |[4] Couto de Vina. Item primey|[5]ramẽte per la preſa do moy|[6]no de Mãgoella et paſſaſſe deſſe ca|[7]bo o rrio per hu chamã o Chaao et |[8]paſſaſſe a Bjlino pello carrill de Rre|[9]uoreda et per par daſ caſas de Rroça|[10]das a dereyto ao outeyro de Cõteſſa, |[11] a dereyto ao Porto Arrebordelles, commo |[12] vay ao Val dos Eſcudeiros et outro |[13] cabo aaquella meeſma preſa a emproo |[14] per lo rrio et per lo peagoo afeſto |[15] pelas lauradas de Faramõtaaos |[16] et deſſi per tralo caſtro a que chamã do Car|[17]ro Queymado et deſi a Penſo et de|[18]ſſy aa fonte do Buleyro.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 30, 1.ª col.

(Publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, p. 150).

Linha 13, *peagoo:* sobre as duas últimas vogais há um til ou sinal de abreviatura.

Vina, l. 4: corresponde provavelmente à freg. de San Román de Viña, do ayunt. de Cea. Um dos lugares dessa freg. é Foramontaos, citado no texto. Confina, a norte, com a freg. de Oseira.

84

1473. Oseira.

Demarcação de Mondim e da Torre.

Eſtas ſom as di|[2]uiſoes de Mondim et da Torre |[3] et dos Foreyros: hũ marco eſtá |[4] ontre aſ Deueſſas ao Penedo do Rio |[5] dos Nabaes. Et outro eſtá aas cor|[6]tjnas de Theuſelas; et outro eſtá ao |[7] Eſcaayro de Carríjs, commo ſe vay pe|[8]la Lama de Bregulfe. Et aa cortj|[9]na dos Rramos eſtá outro marco. Et |[10] outro aa Pena de Tornedo et outro |[11] aos Rramos da Igleia, commo ſſe vay |[12] per y aa ſſeara da Igleia. Et outro |[13] marco eſtá no mõte a ſu a mota |[14] da Torre. Et outro ao Poõbar da Torre. |[15] Et outro eſtá na carreira a ſſobre lo |[16] curro da Torre. Et outro eſtá a ſu a |[17] mamoa do Mõte. Et outro eſtá no ca|[18]mjno de Melgaço, hu matarõ A*fonſo* |[19] Groſſo commo ſſe vay aa lamella de |[20] Johã Paſcoal. Et outro eſtá ao Porto |[21] dos Ferreyros ontre os rrigueyros ambos.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 32v, 1.ª col.

(Publicado por XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, p. 150).

Linha 12, *aa ſſeara da Igleia:* repetição da forma *da.*

85

1473. Oseira.

Aforamento a Martim Fernandes das vinhas que ele fez em Valedoso e dum pardieiro.

|[34] Item aforã a M*a*rtin Ferr*nandeo*, cl*e*rigo de Seno-[*2.ª col.*]rim, et q*u*atro voses as vinas q*ue* |[2] el fezo en*no* Val do Oso: en sua |[3] vida dous puçaas de vjno brãq*uo* |[4] et o disim*o*; et as p*r*imeyras duas |[5] voses q*u*into et disimo et as out*r*as |[6] q*u*arto et dizimo en saluo en*n*a g*r*anja. |[7] Item aforã lle mays hũ pardine*yro;* |[8] a metade del q*ue* está tras da nosa |[9] adega a de dar hũa gallina et |[10] hũ açũbre de vino.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 38, 1.ª e 2.ª cols.

Linha 34, *clerigo:* no original encontra-se a forma abreviada *cglio*. — Linha 3, *puçaas:* no manuscrito, *puçãas.*

86

1473. Oseira.

Aforamento a Inês Rodrigues e a seus filhos e netos de uma vinha, três leiras, um olival, um pardieiro e um celeiro.

|11 Item aforã a Eynes R*odrigue*ɔ et a seus |12 fillos et netos a vina do Val de |13 Oso et tres leyras aa seara: a de |14 dar en ſua vida setima et dizi|15mo et as voses sesto et dizimo |16 en*n*a g*r*anja; et mais o oliua*r* q*ue* tẽ: |17 dá em ſua vida sesto das belo|18tas et as vozes sesto et dizimo; |19 et mais hũ par-din*eyr*o, a Millg*r*andeyra: |20 ao de fazer casa cõ sobrado et |21 boo portal p*ar*a besta et carro; et |22 mais o çeleyro da jgleia et o asen|23tamento do lagar; a de dar duas |24 gallinas et dous açũbres de vjno |25 et tres mrs. de pã t*r*igo.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473) fol. 38, 2.ª col.

Linha 18, *vozes:* a primeira vogal apresenta semelhanças com *e*.

87

1473. Oseira.

Aforamento a Gomes Rodrigues e a sua mulher do lugar de Carcacia.

|5 Item aforam a Roy Furtado et a ſua |6 moll*e*r et a tres vozes; et aforã a vos, |7 Gom*e*s R*r*od*r*igu*e*s, et a ſua moll*e*r et a tres vo|8zes; q*ue* vos aforamos o noso lugar de |9 Carq*u*azia; et dar nos ed*e*s o q*u*arto posto |10 p*e*r vosa custa en*n*a nosa adega da |11 Touça; et porred*e*s dez cauaduras et se |12 as nõ poserd*e*s q*ue* p*e*rcades mill mrs. de |13 pena et mays q*ue* nos page-d*e*s o q*u*inon |14 q*ue* vos asy q*u*itamos da t*e*rça a q*u*arta; et |15 dared*e*s vn boo porq*u*o çebado cõ seu |16 pã et vjno; et dared*e*s por d*e*reyt*u*ra ſeg*u*ndo |17 senp*r*e derõ do d*i*to lugar; et dared*e*s |18 os dias da ſeara et endeyta a nosa |19 g*r*anja et canal d'Ambas Mestas.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 49v, 1.ª col.

88

1473. Oseira.

Aforamento a Fernão Gomes e a sua mulher de dois carvalhais situados em Santa Maria de Sabadelle e em San Juan de Veiga.

|33 Item aforã a Fernã Gomeσ ⁊ a ſua moller |34 et a hũa voz dous nosos lugares [*fol. 50v.*] |1 de carualedo que jazẽ ſub ſigno de |2 Santa Maria de Sabadelle et de Seoane |3 de Veyga; et daredes dez quarteyros de |4 çẽteo per medida dereyta da tulla, duas |5 terças de çenteo et hũa de sorodeo et |6 hũ boo carneyro cõ seu pã ⁊ vino ⁊ |7 onze mrs. de foros et faredes a endey|8ta de segar ⁊ de malar a noso moordomo, segundo que he de huso ⁊ de custume.

A. H. N. Códice 1008B. (Cartulario: tumbo del monasterio cisterciense de Santa María de Osera (Orense). Año 1473), fol. 50 e 50v.

89

1499. Peroja.

Gonçalo Fernandes de Touves e seu irmão Gomes Fernandes aforam a Álvaro de Joviriz e a sua mulher Inês Vasques o lugar de Joviriz da freguesia de S. Miguel de Oleiros. Além disso, aforam a João de Joviriz metade das herdades do Cancelo.

En la ygleia de Santiago de Carrazedo, o primeyro dia do mes de Dezenvro do ano do naçemẽto de noso señor Ihesu Chriſto de mjll e quatroçentos |2 ⁊ noventa e nove annos. Sabean quantos eſta carta de foro virẽ commo nos Gonçaluo Fernandeσ de Touves e Gommez Fernandes, anvos yrmãos, damos e otorga|3mos ⁊ aforamos a vos, Aluaro de Joviriz ⁊ a voſa moller Eynes Vasquez, o noso lugar de Joviriz enno tenpo e vozes que o nos teemos aforado do mosteyro de |4 Santiago de Lousada, o qual dito lugar jaz ſu syno de San Mjgeel d'Oleyros e vos nos aveys de dar del de cada hũ ano das vyñas que eſtan |5 feytas no dito lugar ⁊ das por fazer que nos diades de todas elas o quinto de todo o vyño que Deus der, pagando o dizymo a Deus; ⁊ aforamos |6 a vos Juan de Jubiriz la ameytade das erdades do Cançelo do qual nos aveys de dar la quinta ⁊ avedes de põer de vyña neſtes primeyros |7 quatro annos dez cavaduras de vyña e nos outros primeyros tres o mays que poderdes dos montes que achardes por fazer e mays vos o dito Aluaro |8 de Juviriz nos

avedes de dar seys tegas de caſtañas linpas e secas, escolleytas e cada hũ seys mrs. de dereyto, os seys porlo lugar de Jubiriz |9 e os seys porla erdade do Cançelo e ſereys ſerventes ꝛ ovidientes e nõ tomareys vendimja syn nos ou por noso mayordomo ao qual |10 provereys de comer e de vever comunal mẽte segundo uso, coſtumme da terra e nos, os ditos Gonçaluo Fernandeꝯ e Gommez Fernandeꝯ, ovrigamos a nos e nosos vens |11 e os vens do dito mosteyro segundo son a nos ovrigados para vos defender cõ elo a dereyto e nos, os ditos Aluaro de Juviriz e Juan de Juviriz, asy o re|12çevemos de vos e he poſta pẽna ontre nos as ditas partes; que calquer que contra eſto paſar que perca de pena a parte agoardante dous mjll mrs. |13 e outros tantos a la juſtiçia que lo asecurar. Testigos que estavan presentes: Diego Aluarez, clerigo, e Gomez Vorrajo e Gommez d'Outeyro e Gomez |14 de Pasaryn et eu, Afonso de Toves, escripuõ e notario pruvico en todo el biſpado d'Orense por el señor biſpo e ygleia deſe lugar e otrosy notario pruvico |15 de terra de la Peroja e en todas las otras terras e señorios del manifico señor don Vernaldino Perez Sarmẽto, cõde de Riba d'Abja, adelãtado |16 mayor del Regno de Galizia por el Rey ꝛ Reyna, nueſtros señores, que esta carta de foro escripuj e saquey das notas e rregistros de Pedro Lopez, notario, |17 las quales notas suçederon en mj por mãdado de su señoria ꝛ por ende fize aqui este meu nome e sygno acostumado que he atal. *(Signo e assinatura do notário).*

A. H. P. O. Oseira (Orense). Monasterio de Santa María, n.º 191. — 280 × 160 mm.

Linha 4, *que:* a forma encontra-se abreviada, mas falta qualquer sinal de abreviatura. — Linha 6, *primeyros:* sobre as duas últimas silabas há um sinal de abreviatura; desse modo, a forma foi desdobrada como *primeyros,* documentada por extenso no mesmo texto.

Abundam os sinais de abreviatura inúteis.

Santiago de Carrazedo, l. 1: freg. no ayunt. de Peroja. *Touves,* l. 2: Santiago de Touves, freg. do ayunt. de Peroja. *Pasaryn,* l. 14: há, na Galiza, vários lugares com este nome. Deve tratar-se, neste caso, do lugar de *Pasarin* da freg. de Santa María de Temes, ayunt. Carballedo. *Peroja,* l. 15: antiga jurisdição na província de Orense.

90

1500. Ribadavia.

O mosteiro de S. Cláudio de Ribadavia afora a João Roges e a sua mulher Berenguela Vasques, moradores em Orense, o casal e as herdades de Loureiro, em Rouzós.

Ano do naſçemento de noſo Señor Yheſu Chriſto de mill e quinẽtos annos, a doze dias andados de Jullio. Sepã |2 quantos eſta carta de afora-

mento virẽ como nos don frey Rodrigo de Sangens, abbade do mo*ſteyro* de San Cloyo do Ribeiro d'A|[3]bia, con ſus anexos San Miguel de Bobeda ⁊ San Myguel de Loboſhende ⁊ frey Juã de Santhamã, prior do dicto |[4] mo*ſteyro* e conbento, sendo todos ajuntados en noſo cabildo por ſon de canpaa tangida ſegundo q*ue* o nos abemos |[5] de vſo e de cuſtume ſ(..) otra dicta de nẽgum nos por nos ⁊ en nome ⁊ en voz do dicto noſo mo*ſteyro* ⁊ dos ſuçeſſores q*ue* deſpois de nos a el vierẽ, damos ⁊ aforamos a vos Juã Roges, biziño |[6] ⁊ morador ena çiudad de O|[7]renſe, q*ue* preſente eſtaes, ⁊ a voſa mul*ler* Biringuela Báſquez, q*ue* eſtá auſente, anbos en vna voz ⁊ a tres |[8] vozes apuſ lo faleſçem*ento* do poſtromeyro de vos, conben a ſaber q*ue* ſejam fillos ou fillas. q*ue* anbos ajades de |[9] cumſum ⁊ nõ habendo fillos nẽ fillas, q*ue* ſe torne a trunquidade de vos o dicto Juã Roges, conben a ſaber: eſto q*ue* |[10] vos nos aſi aforamos o noſo caſal do Loureiro q*ue* jaz ſu ſino de Rouçoos ⁊ mays as heredades que trouxo A*fonſo* |[11] Guomes de que ſe pagam duas fanegas de çenteyo ſegum as vos agora trages a jur y a mao con o dicto lugar |[12] ſegundo que o tragia Afonſo de Loureyro; aforamos vos o dicto lugar ⁊ heredades con todas ſuas entra|[13]das ⁊ ſaidas, a mõtes y a fontes, cõ todas las heredades q*ue* p*er*teneçẽ ⁊ lle p*er*teneſçer debam ⁊ prados ⁊ ortas ⁊ |[14] ſoutos ⁊ arbores ⁊ rresios, agoas, vertentes, con todas las outras couſas ao dicto lugar p*er*teneſçentes con tal |[15] pleyto ⁊ condiçiõ q*ue* teñades las q*ua*ſas do dicto lugar corregidas de parede ⁊ de mad(*eyr*)a ⁊ de colmo cubertas ⁊ mo|[16]radas por vos ou por outro ⁊ as heredades labradas ⁊ rep*ara*das en maneyra q*ue* as nubidades delas ſe nõ |[17] p*er*cã por mengoa de labor ⁊ boos rrep*ara*mẽtos ⁊ elas aſi labradas ⁊ rrep*ara*das, vos, o dicto Juã Roges, ⁊ voſa |[18] mul*ler* en voſas bydas ⁊ das vozes que deſpois de vos byerẽ darnos edes por lo dicto lugar ⁊ heredades |[19] tres fanegas de çenteo en cada vn an*no* linpas de poo ⁊ de palla mjdidas por midida dereyta, dadas en*no* |[20] dicto lugar a nos ou a noſo mayordomo en todo o mes de Agoſto ou de Setenbre ao qual daredes de comer ⁊ |[21] de beber entramẽte eſtuber con bos a recadarlo. E queremos que lebedes do dicto lugar vna boa porcalla |[22] ⁊ voſas vozes cõ ſuas dereituras q*ue* ſerã tres mrs. ſegun q*ue* la nos lebamos paga por dia de Nabidade. Por eſto |[23] adiante contjnido q*ue* vos, o dicto Juã Roges ⁊ voſa mul*ler* nos diades dentro ena çiudade de Orenſe, vna ca|[24]ſa ena rrua dos çapateyros con vn leyto ⁊ vna cama de rroupa q*ue* ſea oneſta para tres o quatro p*er*ſonas |[25] quada ⁊ quando que ala forẽ algum ou algunos rreligioſos deſta caſa; ⁊ por eſto q*ue* nos aſi abeis de dar ⁊ |[26] conprir vos fazemos honra ⁊ graça deſte foro q*ue* o ayades por voſo, libre ⁊ quite de outro foro ⁊ cẽſſo algũ |[27] ⁊ eſto q*ue* ſobre dicto he nẽ parte delo nõ benderedes nẽ deitaredes nẽ ſupinoraredes nẽ outra nẽgua cu|[28]mutaçiõ faredes ſen q*ue* nos primeiro ⁊ o dicto noſo mo*ſteyro* ſeamos frontados ⁊ requiridos tres vezes por no*tario* ⁊ car*ta* |[29] ⁊ nos entonçes nõ lo querendo por lo juſto p*re*çio q*ue* lo diades a tal p*er*ſona q*ue* ſea ſemital

de vos manſo ⁊ ſegu|[30]ro *que* mãde labrar ⁊ rreparar ⁊ pagar todo noſo dereyto en cada vn a*nno* en paz y en ſaluo a nos y ao d*i*cto |[31] noſo m*o ſteyro* ⁊ cumpla los v*er*bos e cumdiçiones ſuſo d*i*ctas; e poſto entre nos las d*i*ctas partes, q*ue* la parte q*ue* contra |[32] eſto for ou paſar q*ue* peite a parte agardante por nomme de pẽna e puſtura dous mill mrs. bellos y a voz del |[33] Rey outros tantos peite y a pẽna paga ou nõ, eſta car*ta* y o enela continido fique firme ⁊ balla durante o d*i*cto |[34] tẽpo ⁊ vozes. E por q*ue* ſea v*er*dade e non bena en duda, nos, o d*i*cto ſeñor abbade ⁊ prior, firmamos eſta car*ta* de |[35] noſos nomes p*ar*a q*ue* balla en juyzio ⁊ fora del cõ o d*i*cto noſo not*ario*. E ev o d*i*cto Juã Roges que eſtó p*re*ſente |[36] por mỹ ⁊ por miña muller q*ue* eſtá auſente ⁊ vozes q*ue* deſpois de nos bierẽ aſi rreſçebo o d*i*cto foro de voſ |[37] o d*i*cto ſeñor abbade ⁊ p*ri*or ⁊ conbento cõ las cõdiçiones enel cõtinjdas ⁊ por cada v̄na delas de as cũprir |[38] ⁊ guardar durante o d*i*cto tẽpo ⁊ vozes ⁊ nõ las cũplindo, q*ue* p*er*camos o d*i*cto foro; e nos, o d*i*cto ſeñor abbade |[39] ⁊ p*ri*or ⁊ cõbento, obligamos os bens do d*i*cto noſo m*o ſteyro* de vos defenderemos a dereito cõ eſte d*i*cto foro. Feyta ⁊ |[40] otorgada en*no* m*o ſteyro* de San Cloyo, an*no*, dia ⁊ mes ſobre d*i*ctos. T*e ſtigos* q*ue* forõ p*re*ſentes, rrogados ⁊ chamadoſ: |[41] A*fonſo* de Caſtenda, eſcudeiro, ⁊ P*ed*ro Lourẽço, clerigo, ⁊ Lopo A*fonſo*, clerigo, ⁊ Alu*ar*o R*odrigue*ꝯ, morador en Codeyro, e ev, |[42] frey Ares R*odrigue*ꝯ, mõje do d*i*cto m*o ſteyro* ⁊ ſeu not*ario* publico q*ue* p*re*ſente foy cõ os dictos t*e ſtigos* a eſto q*ue* ſobre d*i*cto he, |[43] myña firma fige acuſtumada en ſin*no* de v*er*dade q*ue* tal es. *(Seguem-se as assinaturas).*

A. R. G. Ribadavia (Orense). Monasterio de S. Claudio, n.º 255. — 320 × 210 mm.

O pergaminho apresenta um orifício nas linhas 40-42; pelo sentido do texto, deduz-se que já existia quando o documento foi escrito.

Linha 9, *torne: r* escrito acima da linha. — Linha 16, *as nubidades:* a forma *as* encontra-se raspada e pouco clara. — Linha 26, *cẽſſo:* ausência de til. — Linha 35, *Roges:* inicialmente escrito *Rogues;* o *u* foi inutilizado.

91

1267. La Guardia.

Sancha Lordelo empenha a D. Paio, abade de Oya, a herdade de Vila Pouca.

In Dej nomine, amen. Sabuda couſa ſeia a todoſ que eu Sancha Loordelo ⁊ to|[2]da mina uoz a uoſ, dõ Payo, abbade de Oya, ⁊ conuẽto deſſe meeſ|[3]me lugar fazo carta firmi mẽte outorgada de quanta er|[4]dade eu ey en Uila Pouca, aſy que ata que eu der a uoſ uno |[5] moyo de millo; quantoſ nouoſ rẽder eſa erdade todoſ |[6] fiquẽ ad Santa Maria de Oya por mina alma ⁊ quando eu |[7] der a uoſ uno moyo de millo eſa erdade ſeia mina |[8] quita ⁊ ſe eu morrer ante que eu eſa erdade tire de |[9] uoſa mano, eſa erdade fique ad Santa Maria de Oya por mina |[10] alma ⁊ de meu marido dõ Giraldo ⁊ de quen a gáánou; |[11] ⁊ ſe alguẽ da mina parte aqueſta carta quiſer britar |[12] ſeia maldito ⁊ quanto demãdar tãto a uoſ duble ⁊ |[13] ao ſenor da terra peyte .d. ſoldoſ ⁊ eſta carta ualla ſẽpre. |[14] Feyta carta .V. kalendas Agoſtj, era .M.ª CCC.ª V.ª. Regnãte |[15] en Leõ ⁊ en Caſtela rey dõ Afõſo, biſpo en Tuj dõ Gil, |[16] ſenor de Toronio, dõ Joã Fernandez; alcaydeſ da Guarda Gõzal|[17]uo Fernandez ⁊ Vidal Eaneſ. Teſtes: Frey Pedro, Garcia Meogo, |[18] Steuao Garcia, Joã de Moua, Martĩ Pelaez. |[19] Eu, Martĩ Domĩguez, notario da Guarda, preſente foy ⁊ ſcri|[20]uj ⁊ meu ſinal puge. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1803, n.º 2. — 125 × 175 mm.

Linha 5, *eſa erdade:* o escriba repetiu o pronome *eſa*, mas, ao dar-se conta, inutilizou a segunda forma. — Linha 6: no inicio desta linha o escriba repete, de maneira abreviada, a forma *todoſ* já escrita no fim da linha anterior. — Linha 14, *era:* com *R* maiúsculo. — Linha 20: depois de ⁊ há *j* apagado e manchado.

Uila Pouca, l. 4: provavelmente lugar da freg. de San Miguel de Pesegueiro, no ayunt. Tuy. *Guarda*, l. 19: antiga jurisdição na actual província de Pontevedra. Actualmente La Guardia, capital do ayunt. do mesmo nome no part. jud. de Tuy.

1269. La Guardia.

Frei Martim, em nome do abade e do convento de Santa Maria de Oya, dá a foro a Joanino Dogresso e a sua mulher Marina de Deus a vinha dos «muymẽtoſ».

Era .Mª. CCC.ª vijª., xviij. diaſ andadoſ do meſ de Janeyro. Cunu-|²zuda couſa ſeya a todoſ q*ue* noſ ffrey Mart*i* en nome ⁊ en uoz do |³ abbade Don Lourẽzo ⁊ do *con*uẽto de *San*ta Ma*ri*a d'Oya, enſenbra cũ |⁴ Mayor Pe*re*z, moller q*ue* foy de Pe*la*yo Fern*andez* de Candaeſ, ⁊ por noſ ⁊ por |⁵ todaſ noſſaſ uozeſ damo*ſ* a uoſ Joanino Dogreſſo ⁊ a uoſſa moller |⁶ Ma*ri*na de Deuſ ⁊ a toda uoſſa uoz aq*ue*lla vina doſ muymẽtoſ q*ua*l |⁷ foy de Pe*la*yo Fern*andez* en tal maneyra q*ue* lauredeſ ella ⁊ pr*o*ueytedeſ |⁸ ben ⁊ fiel mẽte en tal maneyra q*ue* nõ faleſca p*er* lauor; ⁊ ſe p*er* |⁹ lauor fallezer uoſ deuedeſ ella a perder ⁊ ſe a uoſ laurardeſ |¹⁰ ⁊ apr*o*ueytardeſ en guiſa q*ue* nõ faleſca p*er* lauor noſ nũq*ua* a uoſ |¹¹ ella poſſamoſ teller nẽ a uoſſa uoz ⁊ de toda couſa q*ue* |¹² Deuſ hy der uoſ ⁊ uoſſa uoz dedeſ ende a meadade ao |¹³ dicto moeſteyro ⁊ a Mayor Pe*re*z de p*er* meo ⁊ da ſua meadade |¹⁴ do moeſteyro reſpõdede a el*e* ou a quẽ uoſ mãdar ⁊ da outra |¹⁵ de Mayor Pe*re*z reſpondede a ella ou a quẽ uoſ ella mãdar |¹⁶ ⁊ noſ deuemoſ uoſ d'ãparar cũ eſta vina q*ue* a uoſ damoſ. |¹⁷ Quẽ iſto nõ *con*plir peyte aa outra p*ar*te .c. ſ*oldoſ* ⁊ eſte plazo fiq*ue* |¹⁸ ĩ ſua reuor. Diſto forõ teſtemoyaſ Pe*dr*o Domĩgit, Mart*ĩ* Tra|¹⁹ueſſo; Ff*ernã* Malado, Ff*ernã* Caſado, Pe*dr*o de Santiago; Jo*ã* Palluzo. |²⁰ Eu Joã Eaneſ, notario jurado da Garda, p*reſ*ente fuj |²¹ ⁊ rogado daſ parteſ ⁊ eſte plazo eſc*ri*uj ⁊ meu ſinal pugj |²² en elle. *(Signo)*.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1803, n.º 4. — 105 × 145 mm.

No verso do documento há duas notas relativas à localização da «vina doſ muymẽtoſ» citada no texto. Numa delas diz-se «Vjña dos mojmẽtos. No se sabe donde está» e na outra afirma-se o seguinte:«fuero de una viña en Portugal».

O documento apresenta na parte superior uma mancha que torna pouco clara a leitura de algumas formas. Nessas circunstâncias se encontra a forma *Candaeſ*, l. 4. — Linha 11, *teller:* a primeira vogal parece mais um *e* do que um *o*. Deve tratar-se de uma variante do verbo *toller*, própria da linguagem falada.

1269. La Guardia.

Marina do Rosal cede ao mosteiro de Santa Maria de Oya uma herdade que recebeu de sua mãe e a vinha que anteriormente tinha recebido do referido mosteiro.

In Dej nomine, amẽ. Cunuzuda couſa ſeya a quãtoſ eſta carta viren que eu Marina |[2] de Roſſal, dita Tacaá, por mj̃ ⁊ por toda ma uoz uẽdo ⁊ dou ⁊ quito ⁊ anuzóo a uoſ don |[3] Lourẽzo, abbade de Santa Maria d'Oya, ⁊ a todo o conuẽto deſſe lugar todo meu quinõ |[4] que eu ej de parte de ma madre Marina Perez, dita Trotha, en aquel aral que ſoy de |[5] Pedro Martinz de Fornelof ⁊ en eſſa vina que ten a eſtar d'Oya ⁊ eu rezebj do moeſteyro |[6] en outro tenpo .Viij. ſoldoſ ⁊ rezebo agora huu quarteyro ⁊ almude de millo ⁊ deſ oye |[7] eſte dia ſeya eſſe meu quinõ quito ⁊ liure do dito moeſteyro; ⁊ ſe alguẽ véér |[8] que eſta carta quiſſer britar quanto cóómar tãto a uoſ dobre ⁊ ao ſenor da terra peyte |[9] .c. ſoldoſ ⁊ eſta carte ſẽpre eſté en ſeu reuor. Feyta carta .iiij. diaſ andadoſ do |[10] meſ de Julio. Era .M.ª CCC.ª Vij.ª Reynãte en Leõ ⁊ en Caſtella rey Donafõſo, |[11] biſpo en Tuy don Gil, endeãtado en Galliza don Eſteuoo Fernandez, rrico|[12]me en Thorono don Joã Fernandez, juyz ena Garda, Vidal Eaneſ. Alcay|[13]deſ: Joã Perez ⁊ Vizẽte Malado; mayordomo Vááſco Reymodez. |[14] Diſto forõ teſtemoyaſ: Don Giraldo, prelado da Garda; Joã Vidal ⁊ Pedro |[15] Iohaneſ, clerigoſ. |[16] Eu, Joã Eaneſ, notario jurado da Garda, preſente fuj ⁊ rogado daſ parteſ eſta carta eſcriuj ⁊ meu ſinal pugi en ella. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1803, n.º 6. — 175 × 145 mm. — O pergaminho apresenta uma forma bastante irregular.

Linha 1, *quãtoſ:* ausência de til e uso desnecessário de *a* sobreposto. — Linha 2, *Tacaá:* leitura pouco clara. — Linha 9, *carte:* sic!

Roſſal, l. 2: provavelmente Santa Marina de Rosal, freg. no ayunt. de La Guardia, part. jud. de Tuy. *Fornelof*, l. 5: há vários topónimos com este nome na província de Pontevedra. Pela respectiva localização geográfica, parece tratar-se de San Juan de Fornelos, freg. do ayunt. de Salvatierra.

1271. La Guardia.

João Eanes, despenseiro do mosteiro de Oya, com autorização do abade D. Lourenço, afora a João Fernandes e a sua mulher a herdade do Vale do Outeiro.

Era .Mª. CCC.ª Viiij.ª, XV diaſ de Janeyro andados. Cunuzuda couſa ſeya a q*ua*ntoſ |2 eſta carta viren q*ue* eu Joã Eaneſ, celareyro d'Oya, cũ carta de peſſoaria do |3 abbade d'Oya ⁊ do conuẽto deſſe logar ſeyta en tal maneyra: cunuzuda cou|4ſa ſeya a todoſ q*ue* noſ don Lourẽzo, abbade d'Oya, por noſ ⁊ por todo noſſo con|5uẽto mãdamo*ſ* a uoſ Joã Eaneſ, notario da Garda, q*ue* fazadeſ cartaſ ou plazoſ on|6tre nos ⁊ oméẽſ de Tharaeſ q*ua*eſ a uoſ mãdar Joã Eaneſ, uoſſo celareyro, |7 ⁊ noſ laſ outorgamo*ſ* ⁊ auemoſ por firmeſ. Eu, Joã Eaneſ, celareyro deſuſo |8 dicto, enſenbra cũ Don Garcia, damo*ſ* a uos Joã Fern*andez* ⁊ a uoſſa moller |9 Thareyya Nu*nez* ⁊ a uos P*edro* Mart*inz* ⁊ a uoſſa moller M*aria* P*erez* ⁊ a uos P*edro* Nepto |10 ⁊ a uoſſa moller dona Gunzina ⁊ a todaſ uoſſas uozeſ en ſẽllaſ ter|11zaſ; damo*ſ* a uoſ aq*uel*la erdade q*ue* chamã do Ual do Outeyro como de|12parte pela eyra d*e* P*edro* Nepto atroeſ eſſo eydo de P*edro* Nu*nez*, deſ |13 a q*ui*ntáá do Outeyro atroeſ loſ marcoſ q*ue* a chãtedeſ eſte ano de |14 vina ⁊ q*ue* a lauredeſ ⁊ q*ue* a aproſeytedeſ ben en tal guiſa q*ue* nõ deſaleſ|15ca p*er* lauor ⁊ q*ue* dedeſ ende ao dicto moeſteyro ⁊ a don Garcia a .iij.ª |16 do uino ⁊ de al q*ue* Deus y der; ⁊ ſe eſſa erdade falezer p*er* lauor q*ue* a p*er*|17çadeſ ⁊ ſenp*re* huu ome de uoſſa p*ar*te tena eſſa erdade ⁊ ſeya teudo |18 d*e* pagar eſſe foro dela ⁊ deſſa erdade damo*ſ* a P*edro* Nepto a meadade ⁊ a |19 Joã Fern*andez* ⁊ a P*edro* Mart*inz* a out*ra* meadade. |20 Diſto forõ teſtemoyaſ Joã Gauino, Munio Rodrigiz, Joã de Mauiua, |21 Joã Eaneſ, cl*er*igo, ⁊ Eſteuóó Garcia. Eu, Joã Eaneſ, notario jurado da |22 Garda, p*re*ſente fuj ⁊ rogado daſ p*ar*teſ eſta carta eſcriuj ⁊ meu |23 ſinal puge en ella. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1803, n.º 8. — 145 × 190 mm.

Linha 1, *Janeyro:* no manuscrito a palavra termina em *-a.* — Linha 5, *a uoſ:* antes da forma *a* há um pequeno sinal. — Linha 6, *mãdar:* sem til. — Linha 11, *chamã:* o *c* inicial apresenta uma configuração muito próxima da de um *t.* — Linha 16: repetição do pronome demonstrativo *eſſa.*

Mauiua, l. 20: provavelmente *Mabia,* lugar da paróquia de San Mamed de Loureza, município de Oya. No doc. n.º 102 cita-se a forma *Mauya,* variante mais próxima do topónimo actual.

95

1271. La Guardia.

João Peres, morador em La Guardia, doa ao mosteiro de Santa Maria de Oya as vinhas que possui ou vier a possuir em Fornelos.

In Dej nomine, amẽ. Cunuzuda couſa ſeya a quãtoſ eſta carta viren que eu, Joã Perez, morador da |2 Garda, dicto da Porta, por mj̃ z por toda ma uoz dou z doo z outorgo ao moeſteyro de Sancta Maria d'Oya quantaſ |3 vinaſ ey z quantaſ gaanar ena villa de Fornelos aſſy de ma madre como doutroſ; doulaſ en tal condizõ a Sancta |4 Maria que eu tena ellaſ en mina vida z nõ naſ poſſa vẽder nẽ enpenorar nẽ enallear per nulla maneyra |5 en toda ma vida z a meu paſſamẽto fiquen quitaſ z liureſ ao dicto moeſteyro z eſta doazõ fazo por ma |6 alma z de meu padre z de meuſ deuedoreſ z quẽ contra doazõ quiſſer paſſar aya a ma maldizõ z a de Deus |7 z quanto coomar tanto peyte dobrado ao dicto moeſteyro z ao ſenor da terra .C. ſoldoſ peyte z eſta doazõ ſen|8pre ſeya outorgada. Feyta carta .XVij. diaſ andados do meſ d'Agoſto. Era .M.ª CCC.ª Viiij.ª. Reynãte |9 en Leõ z en Caſtela rey Donafonſo, biſpo en Tuy don Gil, endeãtado en Galliza don Eſteuóó |10 Fernandez, rricome en Thorono, don Joã Fernandez, juyz ena Garda, Joã Perez; alcaydeſ: Vidal Eaneſ z Ramiro |11 Fernandez; mayordomo Vááſco Reymodez. Diſto forum teſtemoyaſ don Giraldo, prelado da Garda; Pedro Domĩguez, |12 ferreyro; Martĩ Ramiriz; Pedro Zarauelo; Pedro Mãzebo de Froyaeſ z ſeu fillo Joã Perez. |13 Eu Joã Eaneſ, notario jurado da Garda, preſente fuj ena doazõ z eſta carta eſcriuj z meu ſinal |14 puge en ella. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1803, n.º 10. — 180 × 115 mm.

96

1278. La Guardia.

Fernão Soares doa ao mosteiro de Santa Maria de Oya uma vinha que herdou de sua mãe em Ferreiros.

Era .M.ª CCC.ª XVj.ª, iiij.º diaſ ante Kalendas Juyaſ. Conoſçuda couſa ſeya a quantoſ |2 eſta carta viren que eu Ffernã Suarez de Fferreyroſ por mj̃ z por toda ma |3 uoz dou z outorgo pera ſenpre en doaçõ z por mina

alma ao moeſteyro |4 de *Sancta Maria* d'Oya a ma vina de Fferreyro*ſ* q*ue* eu ouue de ma madre *Maria Perez* |5 aſſy como yaz murada ⁊ marcada ⁊ yaz ontre vina q*ue* foy de Nuno |6 Mig*uell* ⁊ a outra vina de *Pedro* Mẽẽdez de Paaçóó ⁊ dou eſſa vina ao dicto |7 moeſteyro en tal guiſſa q*ue* lla nũqua poſſa toller nẽ enallear nẽ en ma vida |8 nẽ deſpoſ ma morte por muyto ben ⁊ por muyta merçéé q*ue* rreçebj do |9 dicto moeſteyro ⁊ do abbade dom Lourẽço ⁊ outroſſy llj dou .xij. ouellaſ p*er* |10 eſſe méémme pleyto q*ue* llaſ nũqua poſſa toller; ⁊ ſe alguẽ *contra* doaçom q*uiſſer* |11 paſſar, q*uanto* demãdar tãto peyte doblado ao dicto moeſteyro ⁊ eſta doa|12ço ſeya outorgada p*ara* todo ſenp*re*. |13 Diſto forõ teſtemoyaſ Don Joha*ne* Eaneſ, çelareyro d'Oya; Johã *Pelaez* d'a par |14 do Caſtelo da Garda; Joham *Perez*, dicto Zorreyno; Johã Vello de Louſezo; |15 Domĩg*oſ* *Perez* ⁊ Johã Moteyro da Pada ⁊ ffrey *Martĩ*, frade de Maram. |16 Eu Joha*ne* Eaneſ, notario jurado da Garda, preſente fuy ⁊ rogado do dicto |17 Ff*ernã* Suarez, *dicto* Fol, ⁊ eſta carta eſcriuj ⁊ meu ſinal puge en ella q*ue* tal eſt. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1806, n.º 9. — 140 × 125 mm.

Linha 10, *nũqua:* ausência de til. — Linha 14, *Loufezo:* possivelmente falta o til sobre a vogal da segunda sílaba. Tratar-se-á do lugar de *Loucenzo*, freg. de Santiago de Cerceo, mun. de Lalín?

97

1280. Bayona.

O abade e o mosteiro de Oya arrendam a Pedro Eanes e a sua mulher Marina Anes, por período de dez anos, a casa, a herdade cercada e a vinha que possuem em Bayona.

Cunuſçuda couſa ſeia a todos q*ue* nos ffrey Iohane, abbade do moeſteyro de Oya, enſenbra cono |2 prior Martĩ *Perez* ⁊ cono cõuento deſſe mijſmo lugar a uos Pedro Eanes de Bayona, genrro |3 de Johan da Veyga de Tuy, ⁊ a uoſſa moller Marina Anes damos ⁊ outorgam*os* por ren|4da deſte dia atá dez anos p*rimeyros* uíjdeyr*os* a noſſa caſa q*ue* auemoſ ena vila de Bayona |5 en q*ue* morou Martĩ *Perez*, dito Gago, cono ſeu ſobrado ⁊ cona outra caſa como uem áá |6 ria dá Áréa ⁊ cõ ſua chouſa como leua en boca eſſa caſa ⁊ cona vina q*ue* eſtá en eſſa |7 chouſa aſſi como ora ſtá diuiſada ⁊ murada á átal p*reyto* q*ue* uos ou cada úún de uos |8 dedeſ a noſ cada ano dez l*ibras* de d*ineyros* blãcos deſta mon*eda* noua blãca a rrazõ de |9 q*uaréénta* d*ineyros* por

liura ou a quantia deles ⁊ aoſ .X. anos cõpridos que fiquen a nos a dita |10 caſa ⁊ a chouſa cona vina que en ela ſtá liure ⁊ quita ſem enbargo nj úún aſſj |11 como for mellorada ⁊ feytiada ⁊ eno dito termino en que a auedeſ de téér que a nõ |12 poſſadeſ uender nẽ enallear nẽ enpeñorar; oſ quaeſ dez anos deſuſu ditos que am |13 de uíir ſe deuẽ a contar deſte dia ena era deſta carta ata oſ .X. anos deſuſo |14 ditos. Ffeyta a carta no moeſteyro dauandito, era de mill .CCC. ⁊ dez ⁊ oyto |15 anos, iiij dias de Abril. Que preſenteſ forum ⁊ ſum teſtes: dom Johan do Ramo, pre|16lado da ygleia de Bayona; Johan Domĵguiz, prelado da ygleia de Roſal; Petro Perez, dito Coſtas, |17 prelado da ygleia de Mata Máá; Ruy Perez, dito Feltrello; Petro Eſteuez, cellareyro do |18 moeſteyro dauandito. Eu, Ffernã Uidal, per mandado de Vidal Domĵguiz, notario plubico |19 del Rey en Bayona ⁊ no val de Miñor, eſta carta eſcriuj.

|20 Eu Vidal Domĩguiz, notario plubico del Rey en Bayona ⁊ enno val de Miñor, |21 iinſto preſente fuy ⁊ per meu mandado Ffernã Uidal eſta carta eſcreueu |22 ⁊ eu meu ſinal hj pugi. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1806, n.º 12. — 175 × 185 mm.

Linha 6, *ria:* palavra de leitura pouco segura. A segunda letra está emendada e pouco clara. Ou tratar-se-á antes de *rua?* — Linha 14, *dez: z* escrito sobre outra letra inutilizando-a. — Linha 20: a palavra *Rey* encontra-se escrita acima da linha.

Mata Máá, l. 17: provavelmente San Pedro de Matamá, freg. do ayunt. de Bouzas, part. jud. Vigo.

98

1280. Deza.

Gonçalo Gomes, estando doente, faz um legado de seus bens.

Era de mill ⁊ CCC.oſ ⁊ XViij. annoſ, o primeyro dia de Deꝯembro. Conoꝯuda couſa ſea |2 a todos que eu Gonꝯaluo Gommez, caualleyro, ſſeendo doente cõ todo meu ſiſo ⁊ cõ toda mia |3 memoria, ffaꝯo ⁊ ordeno mia mãda ⁊ ſtabeleſco mias couſas aſſy que depois de mia morte |4 fiquẽ bem ordenadaſ. Primeyra mente mãdo meu corpo ⁊ mia alma a Santa Maria d'Oſſeyra |5 ou em aquel lugar que meu padre dom Gommez por bem teuer. Et mãdo a Santa Maria d'Oſſeyra |6 o meu quiñõ de quanto rreereꝯer en aquela herdade que tem de mĵ a pignor mia coyrmáá Coſtanꝯa |7 Arias en Çhaꝯim ⁊ en Beyro ⁊ ſſom dous caſareſ. Et a cabo de ꝯinq(uo a)nnos que os ella a de

téér |8 ffiquẽ liures a Oſſeyra. Et ffa£o meu eréé cõpridor ⁊ doutor de todolos meuſ bééſ meu padre |9 dom Gom*n*ez ⁊ *que* ſea ſſem ſeu dãpno. Et rrogóó por Deuſ ⁊ por meſura q*ue* ffa£a y o ſſeu dereyto. |10 Et quẽ q*uer* q*ue* *contra* eſta mia mãda q*uiſ*er paſſar peyte a eſte meu yréé mill mor. da bõa moeda |11 et a mãda eſtey en ſua rreuor. Teſtes: Oſſoyro Ean*n*eſ de Ora£o, caualle*yro*, ⁊ ſeu fillo Gon£aluo Oſorez |12 ⁊ Ff*er*nam Ean*n*eſ, eſcudeyro de Çeruania; Gon£aluo P*er*cz, eſcudeyro de Verres. Ite*m* teſteſ a q*ue* eſta |13 mãda ffoy monſtrada: a M*igue*l Vimã£e, not*ario* de De£a; Laurẽ£o Arias; P*ed*ro Ff*er*n*andez* ⁊ Laurẽ£o P*erez* |14, mõgeſ de A£yueyro. Et eu Saluador Paez eſcriuy eſta carta p*er* mãdado de M*igue*l Vimã£e, |15 not*ario* de De£a.

|16 Eu, M*igue*ll Uimã£e, not*ario* jurado en Deça, p*reſente* foy ⁊ vi o |17 padrõ deſta mãda; Saluador Paez de meu mãdado traſladou ĩ mĩa p*reſen£a* d*e* veruo a ueruo fielm*ente*. *(Signo)*.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1536, n.º 3. — 180 × 170 mm.

Distinção pouco clara entre £ e ç. — Linha 9, *meſura:* a primeira letra está um pouco rota, mas distingue-se ainda tratar-se de um *m*. — Linha 11, *Gon£aluo:* a penúltima letra encontra-se bastante apagada.

Çeruania, l. 12: provavelmente San Salvador de Cerbaña, freg. do ayunt. de Chapa, prov. Pontevedra. *Verres*, l. 12: San Vicente de Berres, freg. no ayunt. de La Estrada, part. jud. Tabeirós, prov. Pontevedra. *De£a*, l. 13, 15; *Deça*, l. 16: Deza, antiga jurisdição na província de Pontevedra, situada entre o rio do mesmo nome e o Arnego.

99

1281. Bayona.

D. João do Ramo, prelado da Igreja de Bayona, e D. João d' Areas, cónego de Tuy, renunciam a todos os direitos sobre os bens legados ao mosteiro de Santa Maria de Oya por paroquianos da Igreja de Bayona.

Cunuſçuda couſa ſeia a todos q*ue* en p*reſença* de mj̃ Vidal Domj̃g*uiz*, not*ario* publico dado del Rey en Bayona ⁊ no |2 val de Miñor, ⁊ das te*ſtes* q*ue* de iuſo ſum eſcriptas q*ue* como foſſe contéénda ontre dom Hanrriq*ue*, abbade do moeſteyro |3 de Oya, ⁊ o conuẽto deſſe lugar en una p*ar*te ⁊ dom Joh*an* do Ramo, p*re*lado da eygle*i*a de Bayona, ⁊ dom |4 Joh*an* d'Areas, coygo de Tuy, téénte a meya deſſa eygle*i*a de Bayona da outra p*ar*te, por razõ dũna q*uan*tia |5 de d*ineyros* q*ue* llj o d*i*to abb*ade* dom Hanrriq*ue* e o

conuento dauandítos demandauã ȝ buſcauã aoſ dítos don Johan |6 do Ramo ȝ dom Johan d'Areas en razõ de encenſſoria que o abbade e o conuẽto dauandítos am en eſſa eygleia de |7 Bayona ȝ por razõ de mandas doſ ffríjgueſes da eygleia de Bayona que fezerũ ſua ſepultura algúúſ no moeſ|8teyro dauandíto ata o dia d'oge na era deſta carta que oſ dítos dom Johan do Ramo ȝ dom Johan d'Areas diziã que |9 de todalaſ mandas que oſ ſeus ffríjgueſes de Bayona cõſigo mandarã ao díto moeſteyro de Oya dauandíto aſſi de pa|10noſ como de dineyros como de caſas ȝ de herdade ȝ doutraſ couſas que de todaſ auiã d'auer a meyadade por razõ da díta |11 eygleia de Bayona áá cima de tod' iſto uẽer áátal conpoſiſõ ȝ áátal auíjnça en tal maneyra que o díto dom abbade dom |12 Hãrrique ȝ o conuẽto dauandítos diſſerũ ȝ outorgarũ que oſ dineyros que oſ dítoſ dom Johan do Ramo ȝ don Johan d'Areaſ |13 ouuerũ de dar por razõ da encẽſſoria da renda deſſa eygleia de Bayona ata dia de Sam Johane Babtiſta primey|14ro que a de uíjr mays achegado na era deſta carta que todoſ erã moy bẽ pagadoſ ȝ entregadoſ. Et deſ dia de Sam |15 Johane Babtiſta primeyro que a de uíjr mays achegado adeante que oſ dítoſ dom Johan do Ramo ȝ dõ Johan d'Areaſ lj deſſem |16 en razõ da renda que llj am de dar da díta eygleia de Bayona a quantia deſta moneda doſ dineyroſ alffonſiiſ doſ da primeyra guerra |17 a rrazõ de quatro por úún doſ leoneſeſ ȝ por úún ſoldo quatro ȝ iſto foſſe entramente aplouguеſſe ao abbade ȝ ao conuẽto da|18uandítoſ. Et oſ dítos dom Johan do Ramo ȝ dom Johan d'Areaſ, por iſto que de ſuſo díto é que o abbade ȝ o conuẽto |19 dauandítoſ liſ fezerũ, como diz en cima, diſſerũ que outorgauã ȝ quitauã todo dereyto que aujã ou auer poderiã contra |20 o abbade ȝ o conuẽto dauandítoſ de Oya ata o dia d'oge na era deſta carta por razõ de mandaſ doſ ffríjgueſeſ ſeuſ |21 da díta eygleia de Bayona que forũ ata aqui que ſua ſepultura ſuy no díto moeſteyro. Et renuſçarũ todo dereyto ȝ to|22da eyxeyçõ que nũca eleſ nẽ outrẽ por eleſ por eſta razõ podeſſem demandar ao díto abbade neno conuẽto da|23uandíto aſſi de dineyroſ como de panoſ como de caſaſ ȝ de herdade ȝ outraſ couſaſ que ao díto conuẽto ffoſſem mãdadaſ |24 doſ fríjgueſes da díta eygleia de Bayona ata o dia d'oge na era deſta carta; ȝ outorgarũ as |25 parteſ que cada úún deleſ que contra iſto quiſeſſe paſſar ȝ que o nõ quiſeſſe aguardar, como diz en cima, que peyte áá outra |26 parte duzẽtoſ mar. d'alffonſiiſ por pea ȝ a carta fique en ſua reuor. Ffeyta a carta no moeſteyro de Oya |27 dauandíto .XVij. dias de Mayo, era de milleſima .CCC.ª XIX.ª anos. Teſtes: dom Martĩ Fernandez, priol do moeſteyro |28 dauandíto; Martĩ Miguel, cellareyro; dõ Johan Periz ȝ Martĩ Periz, mungeſ do díto moeſteyro; Johan de Deuſ prelado |29 da eygleia de Burgueyra; Ruy Periz díto Feltrello; Martĩ Periz, ſeu hirmao; Petro Periz, fillo de Petro Sardom. |30 Eu Ffernã Uidal, per mãdado de Vidal Domjguiz, notario plubico del Rey en Bayona ȝ no val de Miñor, |31 eſta carta eſcriuj.

|32 Eu Vidal Domīguiz, notario de ſuſu dito, iinſto preſente fuy ȝ, per meu mãdado, Ffernã Uidal eſta carta eſcreueu ȝ eu meu ſinal y pugj. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1806, n.º 13. — 185 × 235 mm.

Linha 8: a última forma desta linha é a abreviatura usada habitualmente com o valor de *quen.* Observe-se que na terminação da forma verbal *fique* (l. 26) o notário usa a mesma abreviatura. Num e noutro caso o sentido do texto exige as formas usadas na transcrição. — Linha 11: pelo sentido parece ter havido um salto entre *eygleia de Bayona* e *áá cima de tod' iſto.* — Linha 23, *ao:* no manuscrito, *oa.*

Burgueyra, l. 29: San Pedro de Burgueira, freg. no ayunt. de Oya, part. jud. Tuy. Situada na cadeia montanhosa que separa o vale de Miñor dos de Tuy e Rosal. Dessa freguesia faz parte o lugar de Burgueira.

100

1282. Tebra.

Maria Peres e sua sobrinha Maria Fernandes trocam com Fernão Eanes, dito Calvo, e com sua mulher uma casa velha com seu terreno no lugar de Casás pela vinha de Navascos.

Sabyã q*uan*toſ eſta carta uirẽ como noſ M*ar*ia Perez ȝ M*ar*ia Fferrn*andez*, mia ſobr*i*|2na, con noſſoſ maridoſ, Martj̃ Iohanaſ ȝ Pedro Eaneſ, preſenteſ e outorgãteſ, |3 ȝ toda noſſa uoz a uoſ Fferrnã Eaneſ, dicto Caluo, e a uoſſa moler M*ar*ia |4 Iohaniſ e a toda uoſa uoz damoſ ȝ pera todo tenpo ſenpre octorgamoſ en cãba |5 a ſſeſega da caſa uedra cõ ſeu terreo aſy como yaz marchada ééſe logar |6 q*ue* chamã de Caſááéſ q*ue* ſoy de M*ar*ia Iohaneſ, noſſa madre, pola vina de Nauaſcoſ |7 q*ue* uoſ cõpraſteſ a Dõ Mééndo de Caſááeſ ende o uoſſo q*u*iñõ. Octroſy a tercza |8 do paradineyro cõ ſua madeyra por oeytéénta ȝ czinq*ui* ſoldoſ moeda blã|9ca de dyneyroſ affonſííſ do tẽpo da gerra q*ue* de uoſ recebemo*ſ* ayadeſ uoſ |10 eſſa ſobredicta cãba ééſa uendiczõ uoſ ȝ toda uoſſa uoſ pera todo ſen|11pre. Et ſe alg*uẽ* uéér de noſa parte ou dé éſtrana q*ue* o noſſo feyto q*ue*ira cõrõper |12 a maldiczõ de Deu*ſ* aia e a noſſa ȝ cõto demãdar atãto page dobla|13do e a q*ue* uoſſa uoz derdeſ peyte duzẽtoſ ſoldoſ de pea. Feyta a car|14ta q*ua*troze diaſ andadoſ de Setẽbro. Era de mil ȝ trezẽtoſ ȝ viintj |15 anoſ. Q*ue* preſenteſ forõ: Johan d'Agiar; Johan Perez; Domīgoſ M*ar*tinz; |16 Lourẽczo Eaneſ; Joh*a*neſ Perez. Eu Pedro Eaneſ, not*ar*io jurado de Tebra |17 ȝ de Minor per mãdado de Fferrn*ã*

Ferrnãdez, not*ario* per carta do Infante |[18] dõ Sancho en terra de T*o*roño aquiſto foy chamado ⁊ rogado daſ par|[19]teſ ⁊ meu ſinal pugy q*ue* eſt atal. *(Signo)*.

|[20] Et noſſ ſobr*e*ditoſ M*aria* P*e*rez ⁊ M*aria* Fferrn*andez* conoſſoſ maridoſ |[21] ſobr*e*ditos, M*artj* Ioh*aneſ*, dito da Maya, ⁊ Pedro Ean*eſ*, dito du Burral, |[22] moradoreſ d'Ãta, deuemoſ a enparar o dito Fferrnã Caluo ⁊ ſua mol|[23]ler M*aria* Ioh*aneſ* ⁊ toda ſua uoz enparar p*er* q*uã*to auemoſ en Ãta, en Te|[24]lur, (.) Tebra pera todo ſenp*re* enq*uã*to for o mũdo eſtauil.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1806, n.º 19. — 135 × 160 mm.

Linha 2, *Iohanas* (sic!). A palavra está escrita, sobre local raspado, e com tinta mais clara, igual à da parte final do documento, a partir da linha 20. — Linha 3, *dicto:* sinal de abreviatura supérfluo. — Linha 11, *alguẽ:* escrito, de forma abreviada, *alq̃.* — Linha 11, *dé éſtrana:* no original manuscrito as duas formas estão unidas. — Linha 12, *Deuſ:* a vogal *u* aparece repetida, pois surge na parte da palavra escrita por extenso e na abreviatura da sílaba final. — Linha 15: a forma *Johan* aparece duas vezes escrita *Johnã.* — Linha 18, *terra:* com sinal de abreviatura supérfluo. — Linhas 21 e 22: a forma *dito* aparece registada com sinal de abreviatura. É difícil saber se se trata de um sinal supérfluo, uma vez que também *dicto* (l. 3) e *ſobredicta* (l. 10) aparecem com o mesmo sinal ou se aquela forma deveria desdobrar-se em *dicto.* — Linha 24, *Telur:* a penúltima letra encontra-se bastante apagada; parece *u.* Na mesma linha, entre essa forma e a palavra Tebra, há um pequeno intervalo e algo um pouco apagado; trata-se possivelmente de ⁊.

101

1283. Bayona.

Pedro Peres, de Bayona, restitui ao abade do mosteiro de Oya as casas e a cortinha que foram de Maria de Deus, situadas naquela vila.

Conoſçuda couſa ſeia a todos q*ue* en preſença de mĩ Vidal Domĩg*uiz*, not*ario* plubico do concello de |[2] Bayona de Mĩor ⁊ daſ teſtimuyas q*ue* de iuſo ſ*on* eſcriptaſ, Pet*ro* Periz de Bayona, fillo de don Pet*ro* |[3] de Vilaça, eſtando na villa de Bayona na curtiña q*ue* fuy de Maria de Deuſ diſſi q*ue* el |[4] entr*e*guaua a dita curtiña ⁊ aſ caſas q*ue* eſtan a par deſſa curtina q*ue* for*um* de Maria de |[5] Deuſ en q*ue* ella ſuhia a morar q*uando* paſſou; q*ue* aſ caſas ⁊ a dita curtiña q*ue* aſ entr*e*gaua |[6] a don Henrriq*ue*, abb*ade* do moeſteyro d'Oya, por eſſe moeſteyro d'Oya por q*ue* erã ⁊ s*on* ſuaſ |[7] a dita curtina ⁊ aſ ditaſ caſas; ⁊ o dito abb*ade* don Henrriq*ue* eſtando pr*e*ſente na dita

|8 curtina, o dito Pedro Periz filou vun nabo *con* ſuas uerſſas na mao da dita curtina |9 ⁊ meteuo ao dito abade na mao, dizendo q*ue* la entr*e*gaua a dita curtina ⁊ aſ ditas |10 caſas como ſuas por q*ue* ſon do dito moeſteyro dond'ele é abbad*e*; ⁊ diſto q*ue* de ſuſo d*i*to |11 é o dito abb*ade* diſſi a mĩ, d*i*to Vidal Domĩg*uiz*, q*ue* eu li deſſe diſto uũ plubico eſtrum*en*to |12 ⁊ eu deylo com*m*o eeſta carta diz. Ffeyta a carta en Bayona .xxiiij. diaſ d*e* Nouẽbro. Era |13 d*e* mill ⁊ ccc. xxj. ano. T*eſteſ*: don Johã d' Areas, cooygo d*e* Tuj, teẽte a meya da jgl*e*ia d*e* |14 Bayona; J*ohã* Domĩg*uiz*, pr*e*lado da jgl*e*ia d*e* Roſal; Ruy Mart*inz*; Mart*in* Iohan*es* ⁊ Petro Ferrn*andez*, dito |15 Priqueyro, cl*e*rigos d*e* Bayona.

|16 Eu Vidal Domĩg*uiz*, not*ario* deſuſo d*i*to, iinſto pr*e*ſente fuy ⁊ a rogo do dito don |17 Henrriq*ue*, abb*ade*, eſta carta eſcriuj ⁊ ſinal meu y pugj. *(Signo)*.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1807, n.º 4. — 160 × 130 mm.

Linha 8, *mao:* escrita de modo pouco claro. A primeira consoante parece mais um *n* do que um *m*. — Linha 14, *Martinz, Martin:* no manuscrito estas formas encontram-se abreviadas e com mudança de posição de *r* e *t*, ou seja, *Mtrz.* e *Mtr.*

Vilaça, l. 3: provavelmente Santa María de Villaza, freg. da província de Pontevedra, part. jud. de Vigo, ayunt. de Gondomar. Fica situada no vale de Miñor.

102

1287. Tebra.

Marina Iohannes e seu marido Domingos Fernandes vendem ao mosteiro de Santa Maria de Oya todas as herdades que possuem desde a Riba de Carballido até à pedra de Aspenteira e nos termos de Loucenzo e de Mabia.

Cunu$uda couſa ſe(*y*)a a todos como noſ M*ar*ina Johan*n*eſ *con* outorgamẽto de meu marido, Domĩg*oſ* Fferr*nandez*, mora|2doreſ de Buryeira, eſſe pr*e*ſente y octorgante, ⁊ toda (....) uoz vendemoſ ⁊ (...) todo ſenp*re* outorgamoſ a uoſ dõ Ãrriq*ue*, abbade |3 do mooſteiro de S*an*ta M*ar*ia d*e* Oya, ⁊ a(.) (*con*)uẽto deſſe (.....) ſobredito (...)toda voſſa voz, q*uan*to noſ auíamoſ della Ribba |4 de Carrualido atéém á Pedra d'Aſpẽteyra ⁊ a(*ſſy*) voſ vendemoſ quanto noſ auiamoſ en t*er*myo de Louzẽ$o ⁊ aſſy eno de Mauya |5 a mõte ⁊ a ffonte, cullto ⁊ por culltir (*ta*)n bẽ d'auoenga come de *con*pra come de gaadia; ⁊ vendo eu M*ar*ina Johan*n*eſ ſobredicta |6 ⁊ eu Dom*in*go

Fferr*nandez* deſſuſo dicto todo dereito q*ue* me*uſ* hirmaoſ auiã ééſta vẽda ſobredicta q*ue* eu Mar*i*na Johan*ne*ſ vendo tall o *con*prey eu Mar*i*na |[7] Johan(*eſ*) *(a)* eſſeſ me*uſ* hirmaoſ, salluo aq*ui*llo q*ue* elleſ ven$erẽ ena deueſa do Souto q*ue* liſ nõ *con*prey por pr*e*$o numeado, *con*uem |[8] a ſſaber .XII.[ze] liuraſ de diñeiros alffonſííſ da moeda blãca ffeita no tẽpo da gerra, .ij. d*iñeiros* pretos por ſ*oldoſ con* rrouora ⁊ *con* ſayuizo |[9] ⁊ eſtaſ .Xij.[ze] liuraſ ſobredictaſ dixerõ q*ue* foram doſ h*er*damẽtoſ rregééngoſ q*ue* o móóſteiro vendera en Tarááſ ⁊ do pr*e*$o nẽ da rrouo|[10]ra nemigalla ficou por dar, mayſ todo *con*priſteſ. Ayadeſ uoſ ⁊ toda voſſa voz ffirrme mẽte ⁊ p*er*durauil mẽte a ſobredicta |[11] uendi$õ en q*ua*nto ffor o mũdo ſtauil; ⁊ ſe alguẽ véér da noſſa p*ar*te come d'alea q*ue* iſto q*ue* ſobredicto ſcr*i*to eſt queira *con*rrõp*er* |[12] ſeya maldicto ⁊ q*uã*to demãdar atãto page dobblado a uos ou a quẽ voſſa voz derrdeſ ⁊ ſua demãda nõ valla ⁊ ao |[13] senor do couto por [...] peite .XXiiij.[to] liuraſ ⁊ a carta ſẽp*re* ſtauil ſeya en ſua rreuor firmada. Regnãte en Caſ|[14]tella ⁊ en Leõ dom Sancho, biſpo en Tuy dõ Johan M*ar*tinz, adeantado en Galliza dõ Steuóó Nunez, rricome |[15] en Torono dom Johan Fferr*nandez*, juyz en Mauya Pe*dro* Vidal, móórdomo eeſſe logar Pe*dro* Perez. Ffeita a carrta .XXV. |[16] diaſ andados de Marr$o, era de m*ille*ſ*ima* CCC.ª XXV. an*nos*. Que pr*e*ſenteſ forõ: Pe*dro* M*ar*tinz, mercador ⁊ mora|[17]dor de Boiyona; Ruy Perez, Ffeltrello; Johan M*ar*tinz, cl*er*igo de Tebra; M*ar*tin Fferr*nandez* da Preſa ⁊ Johan Mãſſo, moradoreſ de |[18] Pouſadella, ⁊ outros. ⁊ eu, Pe*dro* Fferr*nandez*, not*ario de* Tebra, p*er* mãdado de Ff*ernã* Fferr*nandez*, not*ario* del Rey en Torono ⁊ p*er* ou|[19]torgamẽto daſ p*ar*teſ ſobredictaſ aq*ui*ſtoo pr*e*ſente ffuy ⁊ eſcreuj ⁊ pugy meu ſinal en teſtemuyo de uerrdade q*ue* |[20] tal (+) eſt.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1807, n.º 16. — 195 × 170 mm.

Há uma mancha na parte superior, ao centro, que impede a leitura de várias palavras. Sobre várias formas ocorre um til inútil.

Linha 2, *abbade*, linha 3, *Ribba*, com o primeiro *b* incompleto; parece *albade* e *Rilba*. Veja-se o que foi dito na p. 37, n. 3. — Linha 3, *toda:* forma de leitura pouco clara. — Linha 4, *Louzẽ$o:* ausência de til. — Linha 14, *Martinz:* a consoante inicial está um pouco raspada.

Mauya, l. 15: Mabia, lugar da paróquia de San Mamed de Loureza, município de Oya.

1287. Pontevedra.

Alguns monges do mosteiro de São João de Poyo mandam lavrar e semear de milho algumas herdades situadas em Encoirados, na freguesia de San Juyao do Valle. *Paralelamente, alguns desses monges vão a* Massaelle, *na mesma freguesia, e mandam a Diego Pais e a sua mulher que lavrem a herdade aí situada.*

Conoçuda couſa ſeia a todoſ q*ue* en pr*e*ſença de mj̃ Ffernã Aneſ, |[2] notario jurado de Ponteuedra, ⁊ daſ teſtemoyaſ q*ue* aq*ui* en fondo |[3] ſon eſcritaſ a iſto ſpecialm*en*te chamadas ⁊ rogadaſ, Joh*an* Mart*ins*, |[4] cellareyro; Ffernã P*e*rez; Domĩgo Fernãdiz; Ffernã Gonſalueſ ⁊ Gomeſ |[5] Mart*inz*, mongeſ do moeſteyro d*e* Sant Joh*a*ne d*e* Poyo en nume de |[6] don Paay Nu*n*ez, abbade, ⁊ do conuẽto do d*i*to moeſteyro, laurarõ |[7] ⁊ gradarõ p*er* ſeu*f* homeeſ ⁊ cũ ſeu*f* boyſ ⁊ ſſemearõ d*e* millo |[8] ena herdade q*ue* chamã d'Ontranbaſ Agoaſ ⁊ a outra h*er*dade q*ue* |[9] iaz ſoa vina d*e* Nuno Paayz d'Encoyradoſ, ⁊ ena herdadura de |[10] Pumar d'Aluaro ⁊ ena herdadura *que* iaz tralo rryo ⁊ ena h*er*dade |[11] da Roſſa ⁊ eſteſ h*er*dam*en*toſ ſon ena villa d'Encoyradoſ ena fijg*re*ſia |[12] de San Juyao do Valle ⁊ eſteſ h*er*dam*en*toſ ſobred*i*toſ of ſobred*i*toſ |[13] mongez fezeronoſ laurar ⁊ ſſemear ſegũdo q*ue* ſobred*i*to é (.)a |[14] jur d*e* paz ⁊ ſen coomya nẽ una. Iſto fuj .xxj. dia d*e* Mayo ĩ |[15] era M. CCC. XXV. Q*ue* pp*re*ſſent*e*f for*um:* Martĩ P*e*rez, d*i*to Leyton; |[16] Joh*an* P*e*la*e*z d'Encoyradoſ; Martĩ Ceruellj; Ffernã Aneſ, g*er*mao d*e* Joh*an* |[17] Liordo; Joh*an* Nu*n*ez, eſcudeyro, ⁊ Steuao Gil, mo*r*adoreſ do caſal do |[18] couto d*e* San Joh*a*ne d*e* Poyo; P*e*dro P*e*rez d*e* Reeda; P*e*dro P*e*rez do Vallino |[19] ⁊ P*e*dro Martĩz d*e* Lignareſ, mo*r*adoreſ no d*i*to couto. ¶ It*em* en pr*e*ſença |[20] de mj̃ Ffernã Ioh*an*iſ, notario ſobred*i*to, ⁊ daſ teſtemoyaſ en fondo |[21] eſcritaſ, Joh*an* Mart*ins*, Ffernã P*e*rez ⁊ Domĩgo Fern*andez*, mongeſ do |[22] moeſteyro d*e* Sant Joh*a*ne d*e* Poyo, en nu*m*e ⁊ ĩ uoz de dõ Paay |[23] Nu*n*ez, abade, ⁊ do conuẽto deſſe moeſteyro, ff*o*r*um* aa villa de |[24] Maſſaelle q*ue* he ena fijg*re*ſia d*e* San Juyao do Valle ⁊ man|[25]daron a Diago Paayz d*e* Maſſaelle ⁊ a ſua moll*er* Maria |[26] Ioh*an*iſ q*ue* laurafſem polo abade ⁊ polo conuẽto ſobred*i*tos |[27] aq*ue*la herdade d*e* Maſſaelle, a q*ua*l herdade fora ia diuizada ⁊ |[28] d*e*partida p*er* homeeſ booſ ⁊ p*er* mãdado d*e* ffrey Martiño, |[29] graneyro da grana d*e* Marin, ſſegũdo q*ue* he contiudo ĩ uum |[30] ſc*ri*pto feyto p*er* mj̃, notario ſobred*i*to, ⁊ confirmado p*er* dõ Johan |[31] Fern*andez*, chantre d*e* Tuy, juyz delegado do Señor Papa; ⁊ |[32] entõ Diago Paayz ⁊ ſua moll*er* ſobred*i*toſ diſſerõ ⁊ outorgarõ |[33] q*ue* laurauã eſſe herdam*en*to polo abade ⁊ polo cõuẽto ſobred*i*toſ ⁊|[34](....) cũ Joh*an* Mart*ins*, cellareyro ſobred*i*to, q*ue* llj deſſe a meadade |[35] (.....)e ⁊ q*ue* eleſ q*ue* llj dariã a q*ua*rta do millo q*ue* De*u*f hy

deſſe |36 (.....) ⁊ entõ en preſença de mj̃, notario ſobredito, Johan Martins |37 (.....)le para a ſſemẽte uum almude de millo ⁊ eleſ reçebero |38 (...) pola meadade da ſſemẽte. Iſto fuj ĩ Maſſaellj ena era ⁊ |39 eno quotum ſobreditoſ ⁊ fforum preſenteſ Ffernã Perez, clerigo preuedo de San |40 Juyao do Vallj. Martĩ Pelaez de Redondo; Johan Uidal ⁊ Johã Pelaez |41 daſ Figueyraſ ⁊ Pedro Martins de Lignareſ do couto de San Johane de Poyo.

|42 Eu Ffernã Anes, notario ſobre dito a iſto (+) preſente fuj |43 ⁊ confirmey ⁊ meu ſynal y pono ⁊ de meu mandado Pedro Nunez, |44 clerigo, eſcreueu.

|45 Eu, Pedro Nunez, clerigo, de mãdado de Ffernã Iohanĩſ, notario ſobredito, eſcriuj.

A. H. N. Poyo (Pontevedra). Benedictinos. San Juan. Pasta 1860, n.º 4. — 130 × 405 mm.

Documento um pouco deteriorado; do lado esquerdo, ao fundo, falta um pedaço do texto.

Linha 13: entre as formas *é* e *a* há um intervalo e nota-se o documento raspado. Deve faltar a conjunção copulativa ⁊. — Linha 17: a última palavra dessa linha, a forma *do*, apresenta um sinal de abreviatura inútil. — Linha 22, *nume:* no pergaminho aparece *nue*, sem qualquer sinal de abreviatura.

104

1288. La Guardia.

Fernão Pelaez e sua mulher, dona Sancha, por um lado, e o mosteiro de Oya, por outro, solucionam algumas questões surgidas entre ambas as partes a propósito de algumas propriedades.

Conoçuda couſa ſeia a todos commo eu Ffernan Pelaez de Sáá con ma moller dona Sancha ⁊ con toda noſa uoz a uoſ don Anrique, |2 abade d'Oya, e áó cõuento deſe logar e a toda uoſa uoz quitamos e arrenuçamos para todo ſenpre aquela conpra que nos fezemos daquele |3 uoſo herdamento que noſ vendera Pedro Ferrnandez, uoſo mõge, o qual fora de Pedro Bellos ⁊ de dona Sancha, madre de mj̃, Ffernan Pelaez, |4 que nũca o poſamos demãdar nen outre por nos en juyzo nen fora de juyzo. Et nos, don Anrique, abade, e o cõuẽto |5 ſobre ditoſ con toda noſa uoz quitamos e arrenuçamos para todo ſenpre a uoſ, Fernã Pelaez, e a uoſa moller, dona Sancha, e a toda |6 uoſa uoz por aqueſte herdamẽto que a nos quitaſteſ; aquele eydo en que ora uoſ morades que nunca delle uoſ nẽ uoſa uoz |7 façades foro a nos nẽ a noſa

uoz e q*ue* o aiadeſ q*u*ite ⁊ liure p*ar*a ſenp*re* aſy com*m*o foy marcado ⁊ diuizado pello o abad*e* |[8] don L*op*o e o p*r*ior don Jo*han* P*er*ez e o çelareyro don Jo*han* Ean*e*s ſegũdo é cõteudo en húúſ p*ra*zos q*ue* forõ feytos p*er* Jo*han* |[9] Ean*e*s, not*ario* q*ue* foy da Garda. Et p*er* aq*ui*ſto ficam*os* auíjdos e apaʒificados da cõtenda q*ue* era ontre noſ por rrazõ |[10] da venda ſobr*e* d*i*ta. Et por iſto ſéér u*er*dade rrogam*os* Giral Domĩgiz, not*ario* da G*u*arda, q*ue* nos fezeſe en .ij. car|[11]tas partidas p*er* a.b.c. Iſto foy o chamã o parladoyro d'Oya, q*u*arta feyra, uesp*er*a de Sant'Andre, era de mil ⁊ ccc.os ⁊ xx |[12] ⁊ vj. anos. Q*ue* p*re*ſ*entes* ff*orõ:* Mig*u*ell P*er*ez, p*r*ior d'Oya; P*edr*o Ean*e*s, çelareyro; P*edr*o Ferrn*andez*, ueſtiayro; P*edr*o G*ar*çia; M*artin* Ferrn*andez;* Afonſo Ferrn*andez;* L*op*o |[13] Ean*e*s Marfiſ; D*omin*gos P*er*ez, d*i*to Filo; L*op*o Ean*e*s, cl*er*igo de Bayona; Jo*han* Pel*aez*, carpenteyro deſa villa; Jo*han* Nete, |[14] eſcudeyro do abade, ⁊ out*r*os muytos. Eu Giral Domĩgiz, not*ario* p*ublico* na Garda, a eſto p*re*ſent*e* fuy ⁊ a rrogo |[15] das p*ar*tes eſta carta en mina p*re*ſença fiz ſc*r*iuer ⁊ meu ſinal y pugy q*ue* tall (+) eſt.

|[16] Eu Jo*han* Gonçaluez, de mandado do d*i*to Giral Domĩgiz, not*ario*, eſta carta ſc*r*ipuj.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1808, n.º 9. — 215 × 150 mm. — Carta partida por a b c.

Linha 13, *carpenteyro:* a terceira letra parece mais *p* do que *r*.

105

1289. Tuy.

Rodrigo Eanes, morador em Valença, vende ao mosteiro de Oya todas as propriedades que possui no couto de Malloeſ de Juſſaoſ, *perto de Tebra.*

In Dej n*omi*ne, amẽ. Conuſçuda couſa ſeia a todoſ loſ p*re*ſenteſ com*m*o a todoſ loſ q*ue* ham de víjr q*ue* eu Rod*r*igo Ean*n*eſ, morador |[2] ⁊ vizĩo de Valença, por mj̃ ⁊ por toda ma uoz a uoſ Don Anriq*ue*, abbade de Oya, ⁊ o conuẽto deſſe meeſmo logar ⁊ a toda |[3] uoſſa uoz vendo ⁊ p*ar*a todo ſemp*re* outorgo eno uoſſo couto de Malloeſ de Juſſaoſ todo o h*er*damẽto q*ue* eu ey q*ue* canbej |[4] de P*edr*o Iohan*n*iſ, d*i*to Cauallo, vizĩo da d*ict*a villa de Valença en eſſe couto de Malloeſ ſobr*edict*o, o qual h*er*damẽto ha ia|[5]zença eno logar q*ue* chamã Curraeſ, *con*uẽ a ſſaber, aſſi en caſaſ com*m*o en viñaſ com*m*o en aruoreſ com*m*o en reſioſ, aſſi |[6] commo eſtam c*er*cadaſ de deredor

de vallo a vallo ⁊ aſſi commo tragia todaſ eſtaſ couſaſ ſobredictaſ o dicto Pedro Iohannif por |7 ſeu eno ſeu tempo quando eu figj con elle a dicta cambia ⁊ commo aſ eu tragia ⁊ puſſuia aſ dictaſ couſaſ ⁊ eſſe dicto herdamẽ|8to por uoz deſſe Pedro Iohannif ſobredicto atãeſ la era deſta carta que uoſ las uendo. Et outroſſi o herdamẽto que chamã |9 de Junqueyra de Sſuſáá ⁊ de Junqueyra de Iuſſáá cõ todaſ ſuaſ pertijçaſ ⁊ aſſi commo iaz vallado todo de redor en ſon|10do ⁊ en çima. Et outroſſi a herdade que iaz eno logar que chamã o Bouçõ que iaz a par da Gééſtoſſa con ſua herdade que |11 y ha ⁊ cõ ſuaſ pertijçaſ. Et outroſſi todoſ loſ outroſ herdamẽtoſ que poderdeſ ſaber ⁊ achar en eſſe uoſſo |12 couto de Malloeſ de Juſſaoſ que ſom deſta uoz deſſa dicta canbia que eu figj conno dicto Pedro Iohannif a |13 monte ⁊ a ffonte cada húúſ achardeſ. Et outroſſi eu Rodrigo Eannef ſobredicto cõ Fflorẽça Domĩguiz, |14 morador da villa dicta de Valença, eſſa preſente ⁊ outorgante, por noſ ⁊ por toda noſſa uoz vende|15moſ a uoſ don Anrrique, abbade, ⁊ ao conuẽto ſobredictoſ ⁊ a toda uoſſa uoz ⁊ para todo ſempre outorgamoſ en |16 eſſe uoſſo couto de Malloeſ ſobre dicto quanto herdamẽto eu Fflorẽça Domĩguiz y auia ⁊ de dereyto po|17dia auer en eſſe couto ſobre dicto de parte de ma madre, o qual herdamẽto eu auia ya vendudo a eſte |18 ſobre dicto Rodrigo Eannef ⁊ por quanto o dicto Rodrigo Eannef nõ auia aynda carta de mj̃ deſſe herdamẽto faço |19 ⁊ para todo ſempre outorgo ende eſta dicta venda ⁊ outorgóa conno dicto Rodrigo Eannef a que o ya vendj aſſi commo |20 dicto he; da qual dicta venda deſſe dicto Rodrigo Eannef me outorgo por biẽ pagada deſte dicto herdamẽto ⁊ cou|21ſas que aquj en eſta carta ſom en ella eſcriptoſ ⁊ cõteudoſ. Et o qual herdamẽto ⁊ couſaſ ſobredictaſ hã jazença |22 no logar que chamã de Curraeſ cõ ſeu formal ⁊ cõ ſeuſ chantadoſ; et a quarta parte da herdade que chamã |23 de Bouça Ffria de Sſuſáá ⁊ eno logar que chamã Anguieyro conuẽ a ſſaber, duaſ leyraſ de herdade, et todo |24 o noſſo quinõ que auemoſ do gééſtal ⁊ do rreſio eno logar que chamã d'Anguieyro ⁊ todo o noſſo quinõ da her|25dade que auemoſ eno logar que chamã aſ Regadaſ; et todo o noſſo quinõ que chamã de Bouça d'Eyta ⁊ todo o |26 noſſo quinõ que auemoſ ena leyra da herdade que chamã de Amorĩ que iaz ao Porto Caluo; et todo o noſſo quiñõ |27 que auemoſ eno Muyno Uedro de Sſuſao. Et toda a uoz ⁊ dereyturaſ ⁊ dereytoſ que a mj̃ Fflorẽça Domĩguiz |28 ficou de parte de ma madre eno dicto couto de Malloeſ ⁊ que eu ya auia vendudaſ ao ſobredicto Rodrigo Eannef. Et |29 outroſſi que eu Rodrigo Eannef conprey eſſaſ dictaſ couſaſ da dicta Fflorẽça Domĩguiz eno dicto couto de Malloeſ uoſ dou ⁊ ou|30torgo para todo ſempre cõ todaſ ſuaſ entradaſ ⁊ ſaidaſ ⁊ cõ todaſ ſuaſ pertijçaſ a mõte ⁊ a ffonte cada hũu uam por preço |31 nomeado que eu Rodrigo Eanef ſobre dicto de uoſ rreçebj, cõuem a ſſaber: duzẽtaſ libraſ da moeda que corre, quaraenta dineyroſ |32 por liura ⁊ douſ dineyroſ por ſoldo cõ robora ⁊ cõ ſaiuyzo de quanto a noſ ⁊ a uoſ aprougue; ⁊ do preço nẽ da robora nẽ do |33 ſaiuyzo nõ ficou ende

nẽ una couſa por dar nẽ por pagar. Hayadeſ uoſ ⁊ toda uoſſa uoz todoſ loſ herdamẽ|[34]toſ ⁊ logareſ ⁊ poſſiçoeſ ⁊ uoz, dereyturaſ ⁊ dereytoſ q*ue* noſ auemoſ en eſſe uoſſo couto de Malloeſ de Juſſaos |[35] aſſi com*m*o ſobre*dicto* ⁊ nomeado he por ĩ ſecula ſeculor*um*. Se p*er* uẽtura alguẽ da noſſa p*ar*te com*m*o da eſtrana *con*tra eſta |[36] carta da noſſa vendiçiõ q*ui*ſer uíjr ſeia maldicto ⁊ a uoſ peyte dobrado q*u*anto uoſ y coomar ⁊ a uoz del Rey |[37] q*u*atroçiẽtaſ libr*a*ſ ⁊ a carta fiq*ue* ⁊ ſeia ſemp*re* firm*e* ⁊ eſtauil en ſua reuor p*er*mééſca p*ar*a todo tempo. Ffeyta a carta |[38] sete diaſ de Agoſto. Era de mill ⁊ trezẽtoſ ⁊ veynt*e* ⁊ ſete an*n*oſ. Don Sanch*o* en Caſt*e*lla ⁊ en Leõ rey|[39]nant*e*, biſpo en Tuj don Johane, p*r*inçipe en Toroñio don Joh*a*m Fernãd*e*z de Lima. Et noſ d*ict*oſ vendedo|[40]reſ cada hũu na ſua venda eſta carta rob*o*ramoſ ⁊ *con*firmamoſ ⁊ outorgamoſ uoſ ſemp*re* a amparar con*n*a d*ict*a ven|[41]da de toda uoz ⁊ de toda cóóma p*er* noſ ⁊ p*er* todaſ noſſaſ boaſ aſſi mouil com*m*o raiz auudaſ ⁊ por au*er*, guaanadaſ |[42] ⁊ por guaanar cada hũu na ſua venda aſſi com*m*o ſobre*dicto* he.

|[43] Q*ue* pr*eſenteſ* forõ: Martĩ Gomez ⁊ Ffernã P*er*ez, moradoreſ do Couto de Malloeſ ſobre*dicto*; P*edr*o Remeſal; Thom*é* Iohan*n*iſ de |[44] Valẽça; ffrey P*edr*o d'Anta ⁊ Alffonſſo Mẽẽd*e*z de Lama Máá ⁊ P*edr*o Ioh*a*niſ de Villar de Mato do couto de To|[45]miño ⁊ out*r*oſ.

|[46] Et eu P*edr*o Gonſaluiz, eſcriuã publico jur*ado* de Tuj en logo de P*edr*o Couſido, not*ario* deſſe logar, |[47] a todaſ eſtaſ couſaſ ſobre*dict*aſ rogado, chamado, p*r*eſente fuj ⁊ cõ ma mão p*ro*p*r*ia eſta carta eſcriuj ⁊ en |[48] ella pugj meu nom*e* ⁊ meu ſinal q*ue* tal he. *(Signo)*.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1808, n.º 13. — 200 × 360 mm.

106

1290. Salvatierra.

Pero Eanes, monge e despenseiro do mosteiro de Santa Maria de Oya, protesta e apela por escrito ao bispo de Tuy ou ao seu vigário contra a entrega de metade da igreja de Bayona a Martim Iohanes, clérigo da mesma vila.

Cunuſçuda couſa ſeia a q*u*antoſ eſte eſtromẽto virẽ q*ue* ſub e(*ra*) de *(mill)* ⁊ CCC.ª ⁊ |[2] veynt*e* ⁊ oyto an*n*os, veynte ⁊ hũu dia andados do meſ de Abril, (...) o onrrado (.....) |[3] don Eſteuóó P*er*ez, arçidiagóó da yglleia de Tuy en terra de Miñor, ⁊ em p*r*eſença |[4] de mj̃, Martĩ P*er*ez, notario publico

del Rey en Saluaterra ⁊ ante as te*ſ*tes q*ue* aq*ui* |5 en ffondo ſom eſcriptas, ffrey Pere Ean*n*eſ, mũge ⁊ çelareyro do moeſteyro de *Sa*nta |6 Maria d'Oya, moſtrou ⁊ ffez léér p*er* mj̃, dito not*ario*, hũa çedula d'apellaçiõ en eſcrip|7to, o tenor da qual atal he: dant*e* uoſ, don Eſteuóó P*e*rez, arçidiagóó da ygll*e*ia de Tuy, |8 en terra de Mỹor, eu ffrey P*e*ro Ean*n*eſ, mõge ⁊ çelareyro do moeſteyro de Santa M*ari*a d'Oya |9 da ordem de Ciſtel ⁊ p*ro*curador do abbade ⁊ do cõuento deſſe moeſteyro, digo en meu nume |10 ⁊ do abbade ⁊ do cõuento ⁊ do moeſteyro ſobred*i*tos, q*ue* a meyadade da igll*e*ia de *Sa*nta M*ari*a de |11 Bayona vagou ⁊ he uaga p*er* morte de don Joh*an* do Rramo q*ue* teue eſſa meyadade deſſa |12 ygll*e*ia con*n*a cura deſſa ygll*e*ia ⁊ por q*ue* o abbade ⁊ o conuẽto ſobred*i*tos ſon ⁊ erã padroeyroſ |13 da d*i*ta igll*e*ia ⁊ da d*i*ta meyadade deſſa ygll*e*ia ⁊ por q*ue* o jur ⁊ o dereyto de p*re*ſentar |14 a eſſa ygll*e*ia ⁊ áá d*i*ta meyadade della p*er*téé̃çia ⁊ p*er*téé̃çe ao abbade ⁊ ao cõuento ſobred*i*tos |15 en nume ⁊ por nume ⁊ por rrazõ do d*i*to moeſteyro ⁊ outroſſy por q*ue* eſſe abbade ⁊ eſſe cõ|16uẽto acuſtumarõ q*u*ando a d*i*ta igll*e*ia ou a d*i*ta meyadade della uagou ou eſteue uaga a guar|17dar os béés della ⁊ outroſſj por q*ue* fforõ ⁊ ſon en jur ⁊ en poſſiſſom de guardar oſ béés |18 ſobred*i*tos q*u*ando a dita igll*e*ia vagou ou a dita meyadade della ⁊ por q*ue* os deuẽ a guardar |19 de dereyto mentre eſſa jgll*e*ia ou a d*i*ta meyadade della eſteuer uaga; o abbade ⁊ o |20 conuẽto ſobred*i*tos meterã en*n*a dita meyadade deſſa igll*e*ia depoys morte do d*i*to |21 don Joh*an* do Ramo hũu ſeu ffrade q*ue* guardaſſe os béés da d*i*ta meyadade da jgll*e*ia ſobre|22d*i*ta ſegũdo q*ue* o acuſtumarõ a ffazer p*er* muytas uezes deſ tẽpo de quaréẽta an*n*oſ áata |23 ao demẽos. Et por q*ue* uos, don Eſteuão P*e*rez, arçidiagóó ſobred*i*to, meteſtes agora no|24uamẽte contra dereyto ⁊ en preiuyzo do abbade ⁊ do conuẽto ⁊ do moeſteyro ſobred*i*tos |25 ⁊ en ſeu agrauamẽto Martĩ Ioh*a*nes, cl*er*igo de Bayona, con*n*a ſobred*i*ta meyadade da d*i*ta |26 igll*e*ia por comendeyro q*ue* guardaſſe os béés deſſa meyadade ſobred*i*ta ⁊ agrauaſteſ los |27 en aq*ui*ſto contra dereyto ⁊ contra rrazõ ⁊ outroſſy por q*ue* amẽaçades contra dereyto ⁊ contra |28 rrazõ ⁊ diſeſtes q*ue* ſſe o abbade ⁊ o conuẽto ſobred*i*tos nõ q*ui*ſſeſſen rremouer ou tirar |29 o dito ffrade da dita meyadade da d*i*ta jgll*e*ia q*ue* rreçebia ⁊ guardaua os béé̃ſ deſſa |30 meyadade q*ue* eſcomũgarades todos os frijgueſes deſſa jgll*e*ia q*ue* llj deſſem a dizema, |31 eu ffrey P*e*ro Ean*n*eſ, mõge ⁊ çelareyro ⁊ p*ro*cur*a*dor ſobredito, sento ⁊ teño ⁊ creo |32 q*ue* o abbade ⁊ o conuẽto ⁊ o moſteyro ſobred*i*tos ſon agrauados contra dereyto ⁊ contra |33 rrazõ p*er* uos arçidiagóó ſobred*i*to en q*u*anto poſeſtes o dito comendeyro na dita meyadade ⁊ |34 outroſſy teño ⁊ creo q*ue* os agrauedes mays *con*tra dereyto deſ aq*ui* adeãte por q*ue* diſſeſtes |35 amẽaçado q*ue* eſcomũgarades os d*i*tos ffrijgueſes ſe deſſem as dizemas ao frade ſobre|36d*i*to pola qual couſa ⁊ do qual agrauamẽto eu, p*ro*cur*a*dor ſobred*i*to, apeley p*er* parauoa |37 ao vigayro da jgll*e*ia de Tuy ⁊ p*ro*metj apelar en eſcripto ante

dos dez dias ao dito |38 uigayro. Et outroſſy por *que* deſpoys diſto eſcomũgaſtes todos aq*ue*lleſ q*ue* deſſen dizema |39 nẽ outra dereyt*ur*a nehũa da ſobredita meyadade a outrẽ ſenõ ao dito Martĩ Iohan*e*ſ ou ao |40 uoſſo comendeyro mẽtre a dita jglleia eſteueſſe uaga, teño ⁊ creo q*ue* uoſ, arçediagóó, agra|41uaſtes contra dereyto ⁊ contra rrazõ mj̃ ⁊ o abbade ⁊ o conuẽto ⁊ o moeſteyro ſobreditos. |42 Et por ende de todos eſtes agrauamẽtos ſobreditos ⁊ de cada hũu delleſ ⁊ de uos, |43 arçediagóó ſobredito; ⁊ q*ue* uos, arçediagóó, nõ poſſadeſ deſ aq*ui* adeãte agrauar nẽ |44 agrauedes contra dereyto p*er* ffeyto nẽ p*er* ſentẽça nẽ p*er* parauoa mj̃ nẽ no dito fra|45de nẽ no abbade nẽ no cõuento nẽ no moeſteyro ſobreditos nẽ ſeus ommes nẽ ſeuſ |46 ffamiliares nẽ ſuas couſas nẽ algũa dellas nẽ a dita yglleia de Bayona nẽ parte |47 della nẽ oſ clerigos nẽ os ffríjgueſes deſſa yglleia, appelo en aqueſte eſcripto por |48 meu nume ⁊ do abbade ⁊ do conuẽto ⁊ do moeſteyro ſobreditos ⁊ doſ ditoſ fríjgue|49ſes áá yglleia de Tuy ou ao biſpo deſſe logar ou ao ſſeu vigayro ⁊ pono |50 mj̃ ⁊ oſ ditos frijgueſes ⁊ a dita yglleia ⁊ a dita meyadade della ⁊ todos os ſeus béés |51 ⁊ oſ clerigos deſſa yglleia ⁊ o abbade ⁊ o conuẽto ⁊ o moeſteyro ſobreditos |52 ⁊ todos ſeus béés ⁊ todas ſuas couſas ſu deffendemẽto da yglleia de Tuy. |53 Et peço uoſ os apoſtolos ⁊ peço uolos q*ue* mos dedeſ aſſy comm*o* he de dereyto. A q*ua*l |54 apellaçõ leuda, o dito arçediagóó reſpondeu ⁊ diſſe q*ue* el críja ⁊ entẽdia q*ue* oſ nõ |55 agrauaua; ⁊ ſe os p*er*uentura agrauaua en algũa couſa, o q*ue* el nõ críja, q*ue* el apa|56rellado era de rreuogar o agrauamẽto aſſy comm*o* dereyto foſſe, moſtrando |57 elles eſſe agrauamẽto; ⁊ outroſſy diſſe q*ue* ſua entençõ nõ era de oſ agrauar |58 ⁊ q*ue* elles nõ paſſaſſen contra aq*ue*llas couſas q*ue* erã da ſua juriſdiçiõ ca el de|59ffenderia toda a ſua juriſdiçõ ⁊ o ſſeu dereyto. Outroſſy diſſe q*ue* apa|60rellado era de lle dar os appellos ata aq*ue*l tẽpo q*ue* o dereyto mãda. |61 Et de todas eſtas couſas o çelareyro ſobredito pediu eſte pu|62blico eſtrumẽto a mj̃, dito not*ario*, ⁊ eu deillo de meu offizio ffeyto p*er* |63 myna mão ⁊ cõ meu ſigno q*ue* eſt tal. *(Signo)*. Iſto ffoy na yglleia |64 de San *Criſt*ouóó de terra de San M*art*ino no dia ⁊ na era |65 ſobreditos. Da qual couſa fforõ te*ſt*es |66 *Gonçalu*o Rro*driguez*, caualeyro de Vilar; Joh*an* Rro*driguez*, prelado da yglleia |67 de Parada; Lour*enço* Pel*aez*, prelado da yglleia de San *Criſt*ouóó; Johã |68 do Mõte, cler*igo*; M*artin* Thomé ⁊ Joh*an* Lopez, leygos, ⁊ outros.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1808, n.º 15. — 150 × 460 mm.

Linha 2: depois de *Abril* existe uma pequena palavra, de leitura difícil, uma vez que a tinta se encontra manchada. — Linha 3, *preſença:* algumas letras encontram-se parcialmente apagadas. — Linha 4, *Saluaterra:* no manuscrito as duas formas encontram-se separadas. — Linha 22, *áata:* palavra um pouco apagada. — Linha 63, *ſigno:* sinal de abreviatura supérfluo.

1295. La Guardia.

O abade e o mosteiro de Santa Maria de Oya aforam a Domingos Figueiroa e a sua mulher algumas herdades situadas em Figueiró e em Portecelo.

Era de (... . .....)ntoſ ⁊ trí̃nta ⁊ treſ anos, Viij. dias de Julio. C(..... |2.....) a quãtos eſta carta virẽ commo nos ffrey Hemrrique, abb(*ade*) |3 do moeſteiro (..) Santa Maria de Oy(*a*), e o conuẽto deſſe logar da(*mos*) |4 a Domi̇̃go Fig(*u*)eiróá ⁊ a uoſſa moller dona Marina ⁊ a uoſſo neto (...) |5 (.....) uoſſa uida (....)s treſ tã ſolamente aquellas (.....) |6 (*con*)p(*ra*)moſ de uos en Figueiróó ⁊ en Portezelo ⁊ en ſſeus termĩos (.....) |7 conteendo en hũa carta que ende he feyta per Giral Domi̇̃guez, (.....) |8 jurado da Guarda; ⁊ outroſſi uoſ damoſ a herdade que conpramoſ d(*e*) (.....) |9 (..) ãte que fuy de Joham Pelaez do Caſtelo. Eſtas herdadeſ de ſuſo ditas a uo(*ſ*) |10 damoſ aatal preito ⁊ ſo tal condiçõ que aſ lauredeſ bẽ ⁊ aſ aproueytede(*ſ*) |11 en guiſa que nõ deffalezcã per mi̇̃gua de lauor ⁊ dedes ende cad(*a*) |12 (*a*)no aa uoz do moeſteiro douſ quarteyros de trí̃go ⁊ treſ quarteyros de milo ⁊ |13 de çeueyra pella teeyga per que dan oſ cabedaeſ deſſe moeſteiro, o qual pã |14 deuedes a dar en ſaluo en eſſe moeſteiro ⁊ por caſas ⁊ por eyra ⁊ por |15 quintáá ⁊ por affogaçamento de uoſſo gáádo deuedeſ a dar .Xij. ſoldoſ |16 cada hũu ano de dineiros blãcos de quaes dam douſ dineiros por ſoldo. |17 Et per eſte foro deſſuſo dito, uoſ conplindóó, aiadeſ uos aſ ditas peſo|18aſ eſtes herdamentoı aſſi commo deſuſo dito he, en tal maneira que os |19 nõ poſſades uender nẽ enpenorar nẽ enallear per neũa ma|20neira. Et a ſſaymento de uoſ todaſ treſ peſſoas, deuẽ a fficar oſ herda|21men(*tos*) ſobreditos cõ ſuas caſas ⁊ con todaſ ſas bẽfeytoriaſ liureſ |22 ⁊ quiteſ ao dito moeſteyro ſen enbargo neũu. Et qualquer daſ par|23teſ que contra iſto paſſar ou nõ conprir peyte aa outra parte aguardante |24 o prazo çinquoenta mor. et o prazo fique ſempre firme ⁊ eſtauil. |25 Que preſenteſ fforum: Pedro Martĩz de Pĩtam; Johã Eaneſ, toneleyro; Pedro Martĩz, |26 dito Cerqueiro; Ruy Perez, dito Ffeltrelo; Miguel Perez, cellareyro, ⁊ dõ |27 Joham Perez, mũge, ⁊ outros.

|28 Eu Giral Domĩgiz, notario da Garda, a eſta preſente fuy ⁊ |29 a rrogo das parteſ eſte plazo fiz ſcriuir ⁊ pugj meu ſinal |30 (...) tal he. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1811, n.º 3. — 125 × 215 mm. — Pergaminho partido por a b c d e.

O documento está muito danificado na metade superior; por esse motivo, aparecem na transcrição, entre parênteses, tantos pontos quantas as letras que faltam no manuscrito.

Linha 4, *Domi̇̃go:* o til não está visível. — Linha 15, *affogaçamento:* na sílaba final, *o* foi escrito sobre *e* que não ficou totalmente recoberto.

Pĩtam, l. 25: Pintán, lug. da freg. de San Lorenzo de Salcidos, ayunt. de La Guardia.

1295. Tebra.

Maria Iohanes, com consentimento de seu marido, e seu irmão Vidal Iohanes vendem ao abade e ao mosteiro de Oya todos os bens que possuíam em Tebra e especialmente no Carvallal.

Inomine Domjnj, amen. Cunusuda couſſa ſſeya a quantos eſta carta vi|[2]rem ⁊ ouujrem como eu Marja Iohanes con outorgamẽto de meu marjdo, |[3] Ioham Mjgéés, eſſe preſſente ⁊ outorgante, ⁊ filla de Joham Fferrnandez do Eſtramadojro |[4] que ffoy, ⁊ toda noſſa voz ⁊ eu Vjdal Johannes, hirmao da dita Marja Iohanes |[5] ⁊ fillo do dauãdito Joham Fferrnandez, ⁊ toda mjña voz a uos, dom ffrej Han|[6]rjque, abbade, ⁊ ao conuẽto do moeſtejro de Santa Maria d'Ojya ⁊ a toda voſa |[7] voz vendemos ⁊ para todo ſenpre outorgamos todo entejra mẽte o quinom que o |[8] dauãdito noſſo padre auja ⁊ de derejto auja d'auer en Tebra a mõte |[9] ⁊ a ffonte ⁊ eſpesjalmẽte no Carualal ⁊ en todos ſeus termjnos, caſſaſ, vjñaſ, |[10] herdadeſ lauradjas, chãtados, paſcos, reſſjos, culto ⁊ por cultjr, por |[11] prezo que a nos ⁊ a uos bem prougue, conuẽ a ſſaber: L[a] v.[e] ljuras |[12] deſta moneda blãca da guerra que ffazẽ douſ djnejros pretos por ſoldoſ |[13] .XL.[a] por ljura ⁊ en ſſaiujzo ſ̃ique ljuras ma. ⁊ (*d*)e rouora j.[a] jantar |[14] ⁊ de todo noſ outorgamos por bem pagados cá átanto a nos ⁊ a |[15] uos bẽ prougue ⁊ do prezo ⁊ da rouora nemjgalla en deujda ffjcou |[16] por dar, todo bẽ conpriſtes; ajadeſ uoſ ⁊ toda voſſa voz a dauãdita |[17] vendjzom para todo ſſenpre enparada ⁊ deffeſſa per nos ⁊ per todas noſſas |[18] boas; ⁊ ſe alguẽ da noſſa parte ou da allea véér que a uos a dauãdita |[19] vendjzom queira conronper jra de Deus aja ⁊ a noſſa maldjçom ⁊ quanto |[20] demandar tanto a uos pague dobrado ⁊ ao ſenor da terra C.[m] lj|[21]uraſ pejte de pea ⁊ eſta carta ſenpre ffirme ⁊ eſtauil ſeya en ſſua |[22] rreuor. Ffejta .XX.[ti] djaſ de Setẽbro. Era .M.[a] CCC.[a] XXX.[a] iij.[a] annos. Teſtymunas que |[23] preſſenteſ fforom: Ffernã Eanes do Carualal; Affonſo Annes, clerigo; Joham Perez, clerigo; |[24] Joham Maujgáás ⁊ outros; ⁊ eu Pedro Martins, notario de |[25] Tebra ⁊ de ſeu alffoz, a iſto preſẽte ffuj ⁊ eſta |[26] carta en mia preſença ffiz eſcreuer ⁊ pugi meu num|[27]e ⁊ meu ſinal ⁊ en teſtymuno de uerdade que eſſte tal. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1811, n.º 6. — 155 × 220 mm.

Sobre algumas palavras existe um sinal de abreviatura supérfluo.

Linha 13, $\overline{ma}$.: poderá tratar-se da abreviatura de *meya* ou *mea*.

1296. Tebra.

João d'Amor e sua mulher Leocádia Perez vendem ao mosteiro de Oya a vinha que possuem no lugar de Cima de Vila da freguesia de Santa María de Tebra.

Sabiã quãtos eſta carta uirẽ ⁊ leer ouuirẽ co|2mo nos Jhoã d'Amor enſenbrra cõ mia moler Locaya |3 Periz, eſſa preſente ⁊ outorgãte, uẽdemos ⁊ para todo |4 ſenpre outorgamos a uos, don Ahanryque, abbade d'Oya, ⁊ a |5 conuẽto deſſe moeſteyro ⁊ a toda uoſſa úúoz aquela |6 uuia que nos auemos īno logar que cheamã Çima |7 de Uila que é na fregiſia de Santa Maria de Tebrra |8 que a iazẽça a ſoo logar u nos ora moramos como |9 iaz murada ⁊ como departe pelo eſtremadoyro ⁊ uaj |10 enteſtar no rrio ⁊ como uaiençima enteſtar eno |11 logar ſobrredicto ⁊ como departe pela de Pedro Calcado |12 pelo preço que de nos reçebemos, cõuem a ſaber .XX. |13 libras de dineyros blancos alfonſis da gerra que ora |14 corrẽ que dam .XL.ª dineyros por libra ⁊ dos dineyros por |15 ſoldo ⁊ en reuora hũu iantar ⁊ ī ſaiuizu XL. ſoldos; |16 ⁊ de todo nos outorgamos por bem pagados ⁊ todo ẽ |17 a noſſu iur ⁊ a noſſu poder ⁊ ſe eſta uẽda ſobredita |18 mais ual ca o preço ſobredicto damolo ⁊ outorgamolo a|19o moeſteiro ſobredicto por noſſas almas. Aiades |20 uos ⁊ toda uoſſa uoz a ſobrredicta uia cõ todo ſeu |21 terreo ⁊ con o noſſu quiniõ da eira que iaz en eſſe |22 logar ſobredicto ⁊ cõ ſuas entradas ⁊ eixidas ⁊ |23 ſe alguẽ ueer tanbem da noſſa parte coma da |24 eſtrania que eſta noſſa uenda ⁊ doaçõ queira en|25bargar ou cõronper quãto coomiar tãto a uos |26 peite dobrrado ⁊ o ſenor da terra peite por |27 pea L. mrs. ⁊ a carta ſenpre fice firme ⁊ |28 eſtauil en ſua reuor. Feita a carta XViij. dias |29 andados de Janeiro. Era de mil ⁊ CCC XXX iiij. an|30os. Que preſentes forũ: Migel Periz, morador de Bo|31naual ⁊ Pedro Fagũdiz ⁊ Ffernan Iohanes ⁊ Alfonſu Nunez, |32 moradores de Tebra, ⁊ outros; ⁊ eu Pedro Martins, notario |33 de Tebra ⁊ de ſſeu alffoz por Fferrnan Fferrnandez, notario del |34 Rey en Toroño, a iſto preſẽte ffuy ⁊ eſta carta |35 en mia preſẽça ffiz eſcreuer ⁊ pugi y meu |36 numen ⁊ meu ſſjnal en teſtimuyno de ue|37rdade que eſt tal. *(Signo)*.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1811, n.º 13. — 120 × 295 mm.

Sobre algumas formas há um sinal de abreviatura supérfluo. Nas linhas 14 e 15 ocorre o X aspado com valor de XL.

Linha 3, *outorgãte:* o segundo *t* está escrito sobre um *r*. — Linha 6, *auemos:* depois de *u* há uma mancha de tinta. — Linha 6, *īno:* no manuscrito *ī no*. — Linha 17,

ſe: antes de *ſ* há um *e* inutilizado. — Linha 36, *teſtimuyno:* depois de *m* há um *e* inutilizado.

Çima de Uila, l. 6-7: lugar da freg. de Santa Maria de Tebra, ayunt. Tomiño, part. jud. Tuy.

110

1296. Tebra.

João de S. João e sua mulher Maria Fernandes, moradores em Fafiás, vendem ao mosteiro de Santa Maria de Oya duas vinhas que possuem em Fayás.

Conuçuda couſa ſeia a quãtos eſta carta uirẽ como eu Jhoã |2 de San Jhoane, morador de Fafiaes, enſenbra cõ mia moler Maria |3 Fernandez, eſſa preſente ⁊ outorgãte, por nos ⁊ por toda noſſa uoz |4 a uos don Henrique, abbade d'Oya, ⁊ o conuẽto deſſe logar vẽde|5mos ⁊ para todo ſenpre outorgamos a uos ⁊ a toda uoſſa uoz aque|6las duas peças de uia que nos auemos eno aral de Faiaes que foy |7 de don Garçia cõ ſeu terreo, as quaes uias ⁊ terreu an iazẽ|8ça a par da de Pedro Ffernandez, meu jermau, ⁊ da outra parte iazẽ a pa|9r da dos filios de Mor Rodigez, meus ſobrios, por preço nomeado |10 que de uos reçebemos, cõuẽ a ſaber, .XL. libras de dieiros blaicos alfonſis |11 da gerra de que nos outorgamos por bem pagados ⁊ todas ſun a |12 noſſu iur ⁊ a noſſu poder ⁊ ĩ ſaiuizu .iiij. libras dos quaes dineiros |13 dan .XL. dineiros por libra ⁊ .ij. dineiros [*por*] ſoldo ⁊ ĩ rouora hũ iantar. As quaes |14 uias de uos reçebemos en noſſu iur ⁊ enoſſu poder ⁊ obliga|15mos nos ⁊ todos noſſos benſ para dar a uos ou a uoſſa uoz per |16 cada hũu anno .j. carrega de uio mole aa dorna de .V. cantaras |17 a carrega ⁊ a cãtara de XVj. açõbres a cãtara pelas uias ſobr|18redictas ⁊ per todalas outras uuias que auemos ⁊ béés ⁊ auer |19 deuemos; ⁊ quãdo oueremos a uĩdimiar as uias ſobredictas, deuemos |20 a chamar o ffrade ou o homme que andar no uale que ueĩa ueer as u|21uas ⁊ reçeber o uio ſobre dicto polo dicto moeſteiro. E ſe a ſobre-|22dicta uẽda mais ual preſte por noſſas almas ⁊ dos que nolas l(*e*)|23ixarum; ⁊ qual quer das partes que cõtra eſto uijr quiſer ou conrõ|24per ou o nõ queira conprir ou agardar peite a outra agardãte eſtes |25 .L. mrs. ⁊ [*a*] carta ſenpre fique firme ⁊ eſtauil ĩ ſua reuor. Feita |26 a carta .XX. dias de Janeiro. Era de mil ⁊ CCC XXXiiij. annos. Que preſentes |27 forum: Jhoã Periz ⁊ Jhoã Alegre ⁊ Migel Uiçẽte ⁊ outros; ⁊ eu Pedro |28 Martins, notario de Tebra ⁊ de ſſeu alffoz, por Fferrnan Fferrnandez, notario del Rey |29 en Torono,

a iſto preſẽte ffuj, eſta carta en mia preſẽça ffiz eſcr|[30]euer ⁊ pugi y meu nume ⁊ meu ſinal (+) *que* eſt tal.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1811, n.º 14. — 165 × 220 mm.

Nas linhas 10 e 13 surge o X aspado com o valor de XL.

Linha 9, *Rodigez*, sic. — Linha 9, *ſobrios:* a abreviatura foi desenvolvida de acordo com outras formas com idêntica terminação, registadas neste documento. Cf., p. ex., *uia* 'vinha', *uias*, *uuias* 'vinhas', *uio* 'vinho'. — Linhas 14-15, *obligamos nos:* no pergaminho *obl̃ganos nos.* — Linha 15, *uoz:* há, no fim da palavra um *-s* inutilizado e em seguida um *-z*. — Linha 17, *XVj.:* inicialmente o copista escreveu *XVij*, tendo depois inutilizado o terceiro numeral. — Linha 18: no fim da linha, existe, em abreviatura *de*, que depois o copista repete por extenso fazendo parte da forma *deuemos*, no início da linha seguinte. — Linha 28, *alffoz: -z* incompleto.

111

1296. Bayona.

Elvira Eanes e seu marido Pedro Martins vendem a Vicente Peres, de Tuy, e a sua mulher Elvira Martins o lugar de Fafiás e todos os bens que possuem nas freguesias de Santa María de Tebra e de San Salvador de Tebra.

In nume de Deus, amen. Era de mill ⁊ ccc ⁊ tríjnta ⁊ quatro annos, .XVij. |[2] dias de Ffeuereyro. Conoſcam todos quantos eſta carta virẽ que eu Eluira |[3] Eanes, enſenbra cõ meu marido Pedro Martins, dito Feo, de Bayona, el preſente |[4] ⁊ outorgante, cõ toda mjña uoσ a uos, Viçẽte Peres de Tuy, ⁊ a uoſſa |[5] moller, Eluira Martins, ⁊ a toda uoſſa uoσ vendo ⁊ para ſenpre outorgo aquel |[6] meu logar de Ffafiáés ⁊ caſas ⁊ quintáás ⁊ vinas, herdades ⁊ herdamẽtos |[7] ⁊ chãtados ⁊ deueſas ⁊ aieytos ⁊ rriſíjos ⁊ muyños ⁊ ſſeſſegas de |[8] muyños ⁊ cõ todas ſuas pertéẽças que eu ey ⁊ deuo auer de dereyto |[9] ⁊ a mj̃ ficou de parte de meu padre Johan da Veyga, clerigo que foy de |[10] Santa Vaya, enna flíjgiſia de Santa Maria de Tebra ⁊ enna flíjgiſia |[11] de San Saluador dj de Tebra a monte ⁊ a ffonte u quer que y via |[12] uos for ⁊ quanto eu ⁊ eſſe meu marido y auemos aſſy de conpra |[13] commo de gáánadio en eſſas flíjgiſias ⁊ en Ffafiães; damos |[14] a uos todo iſto que a uos uẽdemos por preço que a nos ⁊ a uos aplougue, |[15] cõuẽ a ſſaber, oyto çẽtas libras de dinejrus alffon*ſiis* da guerra de que nos |[16] outorgamos que ſſomos moy bẽ pagados; aiades uos ⁊ uoſſa uoσ eſtas |[17] couſas ſobreditas que a uos uẽdemos ⁊ puſſuadellas des aqui en deante |[18] de iur ⁊ de poder ata que o mũdo

ſeia eſtauil; mays, ſſe alguẽ |19 uéér aſſy da noſſa parte commo da eſtrayña que contra eſto quiſſer uíjr |20 a cõronper ſeia maldito z quanto demãdar tanto a uos dubre z ao |21 ſſeñor da terra por pea peyte mill mor. z ſua demãda nõ ualla |22 z a carta fique firme z eſtauil z en ſua rreuor z deuemos uos anparar uos |23 cõ eſto que uos uendemos ſenpre de toda cóóma z de todo enbargo per quanto |24 auemos z deuemos a auer aſy moble commo rayo. Teſtes: Johan Soares de Tuy, |25 Martĩ Peres, dito da Videyra, deſſe lugar, Johan Peres z Pedro, dito do Uale, |26 de Bayona. Eu Martĩ Peres, notario publico do conçello |27 de Bayona, a iſto foy preſſente, eſta carta ſcriuj z meu |28 ſſinal y pugj. *(Signo).*

|29 Eu Vidal Domĩguiz, notario plubico do concello de Bayo|30na de Miñor, vy una carta feyta per Martĩ Peris, notario |31 de Bayona, z cõ ſeu ſinal que mj̃ moſtrou Eſteuão Nunez, |32 mercador de Bayona, da qual carta o tenor tal é commo diz |33 encima z a rogo del ééſte treſlado meu ſinal y pugj. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1811, n.º 16. — 120 × 240 mm.

Linha 11, *San Saluador dj de Tebra* (sic!). — Linha 32, *tenor:* com sinal de abreviatura supérfluo.

112

1297. Tebra.

Marina Peres, de Trigás, e seu marido Fernão Peres vendem a Fernão Eanes de Carvallal algumas herdades em Vila Nova de Tebra.

Cunuzuda couſa ſſeja a quantoſ eſta carta virem z ouujrẽ como eu Marina Perez de Triigááſ *con* outorgamẽto |2 de meu marjdo Fferrnã Perez, eſſe preſſẽte z outorgãte, z toda mjña uoz a uoſ Fferrnã Eanes do Carualal |3 z a voſſa moller Maria Perez z a toda voſſa voz vendo z para todo ſenpre outorgo todóó herdamẽto, vjñas |4 z caſaſ, herdadeſ z chãtadorjaſ que noſ aujamoſ z de derejto venzemoſ eno termjno de Vjlla Noua de parte de |5 Johan Sſoares de Vjlla Noua que ffoj, cõuẽ a ſſaber, a terça parte de quanto elle ouue z ſſeu ffoj ééſſe termjno |6 ſſobredito por preço numeado conuẽ a ſſaber, ℓjnqueẽta ſoldoſ deſta moneda blãca da guerra que ora corre con rouora z en ſaiu|7izo .V. ſoldoſ; todo muj bẽ conpriſteſ z de todo m'outorgo por bem pagada; ajadeſ uoſ z toda uoſſa voz a dita vend(*j*)sõ |8 por .X.º a Deus para

todo ſenpre enparada ⁊ deffeſſa per noſ ⁊ per todaſ noſſaſ boas. Et ſſe alguẽ véér da mjña |9 parte ou da eſtraña que a ſobredita vendjsom quejra paſſar ou conrrõper jra de Deus aja ⁊ a noſſa maldjsom |10 ⁊ quanto demãdar tãto pague dobrado a uoſ ⁊ a quẽ voſſa voz derdeſ ⁊ ao senor da terra çem |11 ſoldoſ pejte de pea ⁊ eſta carta ſenpre ffjrme ⁊ eſtaujl ſeja en ſua rreuor. Ffejta .iiij.º djaſ andados de |12 Ffeuerejro. Era .M.ª CCC.ª XXXª V.e annos. Teſtemoyas: Fferrnã Perez, ffillo de Pedro Martins daſ Pedraſ, Martj̃ Johanes de Sa|13moelj, ſeu gẽrro; Affonſo Martins de Çerzejraſ ⁊ outros; ⁊ eu Pedro Fferrnandez, notario ſcuſador no alffoz do Caſtello de Tebra |14 por Johã Perez, publjco notario jurado de noſſo ſenor elrrej dom Fferrnãdo en terra de Toroño, a rogo ⁊ per outorga|15mẽto daſ parteſ ſobreditaſ íjſto preſẽte ffuj ⁊ eſta carta ſcriuj ⁊ eſte ſjnal ſemelaujl ao de Johã Perez |16 pugj que tal he. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1811, n.º 19. — 170 × 100 mm.

A forma *termjno*, l. 4 e l. 5 apresenta um sinal de abreviatura supérfluo sobre as duas últimas sílabas. — Linha 9, *maldjsom:* há uma mancha de tinta sobre a segunda e terceira letras.

113

1298. Pontevedra.

O abade e o mosteiro de São João de Poyo aforam a João Martins, cónego de Tuy, o casal em que moraram seus pais, todos os bens que possuem na igreja de Bueu, a casa de Toanzo e o casal de Gandón.

(... .)e mill ⁊ CCC. XXXVj. annos ⁊ o quodo Vij diaſ andados do meſ de Dezenbro. Conoçuda (.....) |2 (....) a todos que nos don Viuiã Sanchez, abbade de San Johane de Poyo, por mj̃ ⁊ pollo conuento deſſe logar, que preſen(te) |3 (...) ⁊ outorga, damos a teer ĩ nume do dito moeſteyro a uoſ, Johan Martinz, dito Fame, coẽgo de Tuy, ĩ uoſſa uida (..) |4 ſolamẽte aquelle noſſo quinõ enteiramẽte de todalas c(a)ſas ⁊ vinas que a uoſ caerõ per (...) nõ, caſal |5 en que morou uoſſo padre don Martin Fernandez ⁊ uoſſa madre donna Eſteuayna cũ todaſ ſuas directuras quantaſ |6 perteeçẽ ⁊ perteeçer deuẽ ⁊ o noſſo quiñõ que auemos enna ygreia de Bueu por nos ⁊ o quinõ da herdade que foy de Pedro |7 Bueu ⁊ aquella caſa de Toanço en que mora Martĩ Ramirez conna herdade que tẽ ant'a porta ⁊ cũ quanto outro h(.....)

|[8] (.....) ⁊ chãtado, uoz ⁊ derectura a eſſe noſſo caſal pertéége ⁊ pertéége*r* deue ⁊ cũna poboança q*ue* anda en eſſe |[9] caſal ⁊ a herdade de Louſido ⁊ a outra herdade q*ue* chamã leyra de Cãeſ ⁊ a leira de Caruallo ⁊ a herdade |[10] q*ue* tẽ aforada o dito Martin Ramirez ⁊ a quinta parte de .xvj. peças d'erdade q*ue* ſon y enno couto de Bueu q*ue* (...) |[11] por partir ontre uoſ ⁊ uoſſos irmãos, conuẽ a ſſaber, Orraca Martinz ⁊ fillos de Maria Martinz ⁊ de Sancha Martinz ⁊ R(..) |[12] Martinz, ca Eſteuóón Martinz ⁊ Yneſ Martinz ſon ia apartados ĩ outroſ logareſ ⁊ o ſſenorio ⁊ derecto do Couto de Bueu |[13] q*ue* uoſ Johan Martinz ia dito auyadeſ por parte de uoſſo padre ⁊ de uoſſa madre q*ue* a noſ deſteſ tã ben en igreia(*rio*) |[14] commo ĩ leigario ⁊ aquelle caſal q*ue* dizẽ Gáándõ q*ue* eſt enna filigreſia de San Cibrão d'Aldáá, os quaeſ herdam(*en*)|[15]tos, uozeſ ⁊ derecturas nos auemos, q*ue* uoſ a nos deſteſ ⁊ áo moeſteyro de San Johane doaſteſ por uoſſa alma ⁊ (..) |[16] uoſſo padre ⁊ de uoſſa madre per cartas ⁊ per eſtrumẽtos outẽticos feytos per Ffernã Aneſ, notario de Ponte Uedra, ⁊ per |[17] Domĩgo Fernandez, reixelleyro, notario deſſa villa; os quaeſ herdamentos ſon enna filigreſia ⁊ couto de San Martin de Bueu |[18] ⁊ de San Cibrão d' Aldáán, os quaeſ deuedeſ téér ⁊ poſſuyr ⁊ defruytar en toda uoſſa uida ⁊ dardeſ a nos |[19] ⁊ áo dito moeſteyro de San Johane de Poyo por conocença ⁊ por renda cada anno .L.ª mor. alfonſiis en cada feſta de |[20] San Johane de Juyo ⁊ apoſ uoſſa morte os ditos logareſ ⁊ herdamẽtos enteiramẽte cũ todas ſuas directuras |[21] fiquen a nos ⁊ áo dito moeſteyro liureſ ⁊ quitos de uoſ ⁊ de toda uoſſa uoz ⁊ nõ deuedeſ eſteſ herdamẽtos ⁊ logares |[22] ſobre ditos vender nẽ ſopenorar nẽ dar nẽ dõar nẽ canbhar nẽ terradigar nẽ uoſſa vida ĩ outra peſſõa traſmu|[23]dar ⁊ demays deuedeſ laurar aſ vinas ⁊ téér aſ caſas en bóón eſtado ⁊ parallas bẽ de guiſa q*ue* (.....) |[24] per mĩgua de lauor ⁊ ficarẽ liures ⁊ quitas deſpoys uoſſa morte áo dito moeſteyro. Et eu Johan M(*artins*) |[25] prometo todas eſtas couſas ſobre ditas conprir ⁊ aguardar a bõa ffe ⁊ ſen máó engano ⁊ pagar (.....) |[26] cada anno per mj̃ ⁊ per todas mhas bõas aſ q*ue* ey ⁊ aſpero á áuer.

|[27] Et a parte de nos q*ue* contra iſto vier ⁊ o nõ conprir peyte áá outra parte mill mor. da bõa (.....) |[28] ⁊ eſte ſcripto fique firme ⁊ ualedeiro para ſenpre. Que forum preſẽteſ: Pedro Nunez, de Portella, caualleyro; Abril (.....); |[29] Gonçaluo Paez de Coyro, clerigo; Nuno Aneſ, da Berilla; Pedro Gomez, clerigo; Johan Domĩguez; Nuno Nunez, clerigo can(...) |[30] de San Johane.

|[31] Eu Ffernã Aneſ, notario de Ponte Uedra jurado, preſente fuj a iſto ⁊ ſcriuj ⁊ confirmey |[32] ⁊ meu ſinal y pugj en teſtemoyo de uerdade q*ue* tal eſt. *(Signo)*.

A. H. N. Poyo (Pontevedra). Benedictinos. San Juan. Pasta 1861, n.º 6. — 170 × 270 mm. — Pergaminho partido por a b c.

O pergaminho encontra-se bastante danificado, sobretudo em toda a margem direita e, ao alto, também na margem esquerda.

Linha 3, *moeſteyro:* a forma encontra-se abreviada e falta qualquer sinal de abreviatura. — Linha 10, *Bueu:* embora a palavra esteja um pouco raspada, parece ler-se *Bueu,* forma, aliás, documentada noutros passos do documento. — Linha 21, *quitos:* a vogal da sílaba final parece ser *a,* possivelmente por lapso do copista.

Bueu, l. 6, 12, 17: San Martín de Bueu, freg. do ayunt. do mesmo nome, part. jud. de Pontevedra. *San Cibrão d' Aldáá,* l. 14; *San Cibrão d' Aldáán,* l. 18: San Ciprián de Aldán, freg. do ayunt. de Bueu. Um dos lugares dessa freguesia é *Gandón,* citado neste documento sob a forma *Gáándõ* (l. 14).

114

1299. Pontevedra.

João Martins, cónego de Tuy, faz testamento de seus bens.

(*Co*)noç(*u*)da (*c*)ouſa ſeia a todos q*ue* eu Joh*an* Mart*inz*, d*i*to Fam*e*, coẽgo de Tuy, faço ⁊ ordinho meu teſtamento, doente jazendo, p*er*o cũ todo meu ſiſo ⁊ cũ (.....) |[2] (...)do vier a mha morte, todos meuſ béés mouileſ ⁊ nõ mouiles p*er*meeſcã ordinadamẽte. Prim*eyr*amente mando a mha alma a Jh*es*u *Criſto* ⁊ áá ſua madre S*an*ta M*ar*ia (.....|[3].....) ſe (....) (..) m(*oe*)ſt*eyr*o de San Joh*an*e de Poyo ⁊ mãdo y p*ar*a hũa pitança a eſſe moeſt*eyr*o en*n*o dia en q*ue* me ſoterrarẽ .L.ª mor. It*em* mando ao abbade deſſe moeſt*eyr*o toda a (.....) |[4] (.....)tos alfamar*es* ⁊ rracéés eu ey ⁊ mãdolle demays o meu vaſo da noz cũ ſſeu péé. It*em* mãdo a eſſe moeſt*eyr*o de San Joh*an*e de Poyo o outro meu vaſo da p*r*ata p*ar*a hũ (.....) |[5] (.....) moeſt*eyr*o de San Joh*an*e de Poyo a Orraca Mart*inz*, mha yrmáá, enq*uan*t(*o*) ella viu*er*, en*n*o meſ de Mayo, .V.ᵉ q*u*arteyros de pã, m*ed*eo millo ⁊ m*ed*eo ceueira, pello meo (?) que q(..) (...) |[6] (.....) morou don Mart(*ī*) Fern*an*dez ⁊ don*n*a Eſteuayna, q*ue* for*um* meu padre ⁊ mha madre, q*ue* a mj̃ caeu en p*ar*tiçõ. It*em* mando hũa leira de vinha q*ue* iaz en*n*a chouſa d(*e*) e (.....) |[7] (..) San Martī de Bueu por mha alma, a q*u*al leyra de vinha eu *con*prei de uoz de Ffernã Careta. It*em* mando ao d*i*to moeſt*eyr*o de San Joh*an*e de Poyo o meu gáándo q*ue* trage |[8] (.....)don, o q*u*al caſal eu vendi ⁊ dey ia ao d*i*to moeſt*eyr*o de San Joh*an*e de Poyo p*er* carta feyta p*er* notario; a q*u*al venda ⁊ doaçõ a eſſe moeſt*eyr*o de San Joh*an*e outorgo. It*em* mand(*o*) (..) |[9] (.....) de S(*a*)n Joh*an*e de Poyo o meu q*u*inõ da h*er*dade q*ue* foy de P*ed*ro Bueu cũ aq*ue*la casa de Toanço en q*ue* mora Martī Rramir*ez* ⁊ con*n*a h*er*dade q*ue* ten ant'a porta de foro ⁊ cũ |[10] (.....) ⁊ andar q*u*ando de mj̃ devier de morte

ꝛ conna herdade de Louſido ꝛ o abbade que for enno dito moeſteyro de San Johane de Poyo que dé per ella a Eſteuaynha, mha criada; .CC.os |11 (.. .. ..) noua que mandou fazer Rey don Ffernãdo. Item mando a Maria Martinz ꝛ a Gonçaluo Gomez, ſſeu marido, hũa ſeptima da meadade do caſal de Gigide cũ todalas directuras |12 (..)ter deuẽ, o qual caſal eu ey cũ meuſ irmãos, ꝛ a hũ fillo ou filla ſe o ouuerẽ de conſúún que o teñã en ſua vida ꝛ nõ ſeiã poderoſos de o uenderẽ nẽ ſopenorarẽ nẽ darẽ |13 (...) d(.) en outra peſſoa traſmudarẽ ꝛ depoſ ſua morte que o leyxẽ liure ꝛ quito ao moeſteyro de San Johane para ſenpre. Item dou aynda ꝛ mãdo de mays ao dito moeſteyro de San Johane |14 (....) que eu ey en Bueu que chamã leyra de Cãeſ ꝛ a outra herdade, a leyra de Caruallo, ꝛ a outra herdade que ten aforada Martī Ramirez. Item mando aynda ao |15 (.....) (J)ohane de Poyo aquelle caſal que eu fige en Traſſouto aſſy commo eſtá cũ ſuas caſas ꝛ cũ ſuas vinhas ꝛ cũ ſſeus pumares ꝛ cũ ſſeus chantados ꝛ cũ ſſeus rreſſios |16 (....) (.)ſſe (...)al pertéécẽ ꝛ pertéécer deuẽ aſſy ad monteſ como ad fonteſ ꝛ hu quer que uáá uoz deſte caſal ſobredito, o qual caſal de mj̃ ten Ffernã Nunez d'Aldáán, fillo de |17 (.....) ꝛ donna Mayor Perez, ſua moller, ī ſua vida d'anbos ꝛ de hũ fillo barõ ſe o ouuerẽ de conſúú ꝛ a ſua morte delles que ficaſſe hu eu mandaſſe ꝛ eu Johan Martinz ia dito |18 (.....)go (.)eſte meu teſtamento que fique ao moeſteyro de San Johane de Poyo para ſenpre por mha alma cũ todaſ ſuas directuras. Item mando ao moeſteyro de San Ffranciſco .XX. libraz |19 (....) mã(do) (a)o moeſteyro de Santa Maria a Noua libraz .XX.ti Item mando a todalas ygreias que ſon en Morraço deſ Meira atra Ponte Uedra .XX.ti ī ſoldoſ. Item mando a Orraca Martinz |20 quinta de .XVj. peças d'erdade que ficarõ por partir ontre mj̃ ꝛ meus irmãos ſaluo ende Eſteuóón Martinz ꝛ Yneſ Martinz, que caerõ ī partiçõ en outroſ logares ꝛ eſtas herdadeſ ſobre |21 (....) ia dollas ſo tal condiçõ que as tenha ī ſua vida per carta do abbade de San Johane de Poyo ꝛ do conuento ꝛ a ſua morte que as leixe ao dito moeſteyro de San Johane quitas ꝛ liures áás |22 (.....) por mha alma. Item mando a eſſa Orraca Martinz quanto gáádo eu trago en caſa de Martī Marino ꝛ quanto trago en caſa de Domīgo Eaneſ de Portella ꝛ quantos porcos ꝛ porcas (...|23.....) B(u)eu. Item mando a meus heréé ſ que ſſe cũten cũ fillos de Nuno Afonſo por razõ do que ll'eu deuia do que m'elle enpreſtara ſobrella ygreia de Caleiro que ll'eu arrendara ꝛ de dez |24 (.....) aya de dar cada anno de leoneſes por Hermelo daquel tenpo que a de mj̃ teue arrendada; ꝛ ſſe ll'eu ficar ī diuida mãdo ꝛ outorgo que llo paguẽ ꝛ elleſ que collan ī conta treſ doblas |25 (.....) por razõ do que lle deuia. Item mando áá ſſéé da ygreia de Santa Maria de Tuy o meu caſal de Barcela, o qual de mj̃ ten aforado Pelaez Anneſ ꝛ o meu quinõ do ygreiario |26 (.....)-mento ꝛ do ſeruiſço ꝛ da rrenda por mha alma. Item mando a San Johane de Poyo todalas nouidadeſ doſ meuſ caſares ꝛ daſ mhas ygreias que tenho

ꝛ daſ mhas herdadeſ |27 (....) aforadas como das que mãdo ao dito moeſteyro de San Johane de Poyo, commo daſ que mando allur para conprir ꝛ pagar eſte meu teſtamẽto per ellas atra que ſeia todo conprido ꝛ pagado ꝛ ſem |28 (.....) (e)mbargar eſtas nouidadeſ que eu mãdo fillar para conprir ꝛ pagar eſte meu teſtamento per ellas aos meus heréés ꝛ conpridoreſ mãdo ꝛ quero que perca todo aquillo que ll'eu mãdo ꝛ que fique |29 (.....)o de San Johane de Poyo para ſenpre. Item mando a meu home Johan Domĩguez .X. libraz por que me ſeruyo. Item mãdo a Gonçaluo, meu criado, fillo de Pedro Nunez de Portella, |30 (.....) que eu conprei de ſſeu padre. Item mando a Maria Perez, moller que foy de Pedro Juuynho, .X. libraz ꝛ de mays quitolle os dineyros que me deue ꝛ mandolle dar hũa arca que eu |31 (....) (t)enho a penor. Item mando a Pedro Gomez, meu criado, .X. libraz. Item mãdo que todos aquelleſ que me algũa couſa deuẽ ſen prazos que digã per Santos Euãgeos quanto me pagarõ ꝛ nõ paſſen |32 (....)ſ mays. Item mãdo ao moeſteyro de Santiago d'Ermelo o meu quinõ das egóás que eu auya cũ Johan Martinz, o ffrade, ꝛ aſ outraſ que conprei do abbade d'Ermelo ſo tal condiçõ que as nõ vendan |33(..) (...)ã poderoſos de as vender nẽ ſopenorar nẽ dar nẽ dõar ſaluo ſſe os fillos que ſon machos que os vendan ſe quiſeren vender ꝛ aſ egoas que fiquen cũ ſuas fillas femeas ſenpre para o moeſteyro |34 (.....) Eſteuayna, mha criada, que tenha en ſua vida aquelle caſal que eu tenho d' Ermelo que eſt enno Burgo de Çella, o qual caſal ey a dar a hũa peſſõa que o tenha ꝛ poſſuya deſpoys |35 (.....) mando y outorgo que ſeia a eſſa mha criada Eſteuayna que o thena ĩ ſua vida ꝛ depoſ ſua morte que o leixe ao moeſteyro de Santiago d' Ermelo quito ꝛ liure; ꝛ demays mãdolle |36 (...)da ĩ ſua vida quanta herdade ꝛ chantado eu conprey ꝛ guááney ĩ Queymano, que é enna filigreſia de Santa Maria de Cella ꝛ que dé cada anno ao moeſteyro de San Johane por conocença .ij. ſoldoſ |37 (.....) morte que fique ao moeſteyro de San Johane de Poyo. Item mando a Orraca Martinz, mha irmáán, duas arcas que eu tenho ĩ ſua caſa. Item mando que ſſe Johan Eſteuééz |38 (....) Clara Perez quiſeren quitar o pote que me deitarõ a penor que paguẽ ante valia de hũ quarteyro de pã a ſetaenta ſoldos a talega ꝛ en outra parte valia de treſ talegas ꝛ almude a .L. ĩ ſoldos. |39 (.....) e le den ſſeu pote; ſenõ fique ao abbade de San Johane a que o eu mando dar. Item mando a Gonçaluo Pelaez de Coyro, meu ſobrino, quanta herdade ꝛ chantado, uoz ꝛ directura eu |40 (con)prei ꝛ guááney en Caniçada, que é enna filigreſia de San Martin de Móánha, aſſy de conpra como de gáánça como d'auoença cũ quanto gáándo y andar, que a tena en toda ſua |41 u(id)a aſſy caſas como vinhas, como herdadeſ, como chantados ꝛ cũ todalas directuras que a eſſa herdade pertéécẽ ꝛ pertéécer deuẽ adſſy ad mõteſ como ad fonteſ ꝛ depoys |42 ſua morte que a leixe liure ꝛ quita ao moeſteyro de San Johane de Poyo cũ outra tanta pobóánça quanta agora y anda ꝛ enquanto o dito

Gonçaluo Paez teuer o dito (...)|[43]to dé cada anno ao moesteyro de San Johane de Poyo por connocença .ij. soldos da moneda que correr polla festa de San Johane de Joyo. Item mando a Maria Martinz, moller |[44] (..) Gonçaluo Gomez, depos mha morte, o casal de Portella que eu tenho en mha vida do moesteyro de Santiago d'Ermello z de hũa pessõa qual eu quiser depos mha morte |[45] (...) outorgo que fique a essa Maria Martinz, moller do dito Gonçaluo Gomez, z depos sua morte que o leixe ao moesteyro de Santiago d'Ermelo. Item mãdo que sse donna Orraca, |[46] (*mha jrm*)áá, der a don Viuiã Sanchez, abbade de San Johane de Poyo, .XXij. libraz que ll'eu enpreستey, que don abbade que lle mande dar hũa taça de prata que eu enpreستey |[47] (.....) Perez, moller de Johan Agulla. Item mãdo áá dita donna Orraca, mha jrmáá, que dé a este abbade de San Johane, don Viuiã Sanchez, o pã que eu mãdey põer en sua |[48] (.....) est hũa arca chéá noua que est minha para pagar este meu testamento. Item mando ao abbade de San Johane, que leixo por meu conpridor deste meu testamẽto, que fille |[49] (..)dos meus béés quantos elle vir z ffrey Martin Afonso, frade da Ordj de Santa Maria dos Predigadores, per que uáán por mj áá Corte de Rroma por razõ do caso que eu cũ elles |[50] (.....) pare de mha alma; z sse ffrey Martin Afonso nõ for i Ponte Uedra, mãdo que o abbade de San Johane seia poderoso de o fazer commo elle vir z teuer por ben. Item |[51] (...) do que o abbade de San Johane de Poyo cũ consello do dito ffrey Martin Afonso dé tanto do meu a ũ a quen uáá por mj áá terra d'Ultramar ou en atal logar per que |[52] (..) possa quito seer do uoto que promety. Et estabelesco z faço meus heréés en todolos meus béés assy mouiles commo rrayz o abbade z o conuẽto de San Johane de |[53] Poyo enno que ficar remanẽte depoys que este meu testamento for conprido z pagado assy que todolos meus béés mouiles z nõ mouiles fiquen ao dito moesteyro de San Johane |[54] para senpre. Et faço conpridor deste meu testamento ssen sseu dano don Viuiã Sanchez, abbade de San Johane de Poyo, que o conpla pellos meus béés assy mouil commo rrayz. |[55] (.....) z mãdo que sse eu outro testamẽto algúú fige ou tenho feito ante ca este, mãdo z quero que nõ valla senõ este z senõ valuer como meu testamẽto, valla per derecto |[56] (..) codeçillos z senõ valuer per derecto de codeçillos, valla por mha postremeyra uóóntade. Et mãdo que todalas doações z vendas que eu dey z fige ao abbade z |[57] (..) (...)uẽto de San Johane de Poyo que vallã z seiã firmes z estauiles en todo para senpre, segũdo que est conteudo ennas cartas z nos escriptos que eu ao dito moesteyro fige z dey |[58] per este meu testamento en nẽ hũa maneyra nõ seiã enbargados.

|[59] Et sse alguẽ da mha parte ou da extraya contra este meu testamento vier en parte ou en todo quen quer que for primeyramente seia maldito della quarta aa septima |[60] geeraçõ z peyte ao dito moesteyro de San Johane de Poyo z ao abbade z conuento que ficã meus heréés z o abbade conpridor

demas mill mor. da bõa moeda ⁊ |61 eſte meu teſtamẽto ſeia firme ⁊ eſtauil para ſenpre ⁊ en ſua rreuor permééſca. Feyto .X. dias andados do mes de Mayo, en era de mill ⁊ CCC XXXª Vii.te |62 annos. Que forum preſẽteſ: Garcia Martinz, clerigo ⁊ prellado da ygreia de San Bertholameu de Ponte Uedra; Johan, fillo de Bueu, ⁊ Nuno Eaneſ da Berilla, eſcudeiros: Pedro Nunez |63 de Portella, caualleyro; Nuno Nunez, capellã de San Johane de Poyo; Pedro Gomez, clerigo, criado do dito Johan Fame; Johan de Mane ⁊ Eſteuóón Gil. |64 Eu Ffernã Eaneſ, notario de Ponte Uedra jurado, preſente fuj a todas eſtas couſas ⁊ a cada hũa dellas ⁊ per mha mão eſcriuj ⁊ |65 meu nume ⁊ meu ſynal y puge en teſtemoyo de verdade que tal eſt. *(Signo)*.

A. H. N. Poyo (Pontevedra). Benedictinos. San Juan. Pasta 1861, n.º 7. — 300 × 610 mm.

O documento está bastante danificado em toda a margem esquerda. Além disso, também se encontra deteriorado, ao alto, na margem direita.

Linha 5: em virtude de o documento se encontrar danificado, é difícil e duvidosa a leitura das últimas formas. — Linha 27, *teſtamẽto:* ausência de til. — Linha 27, *fem:* sobre as duas últimas letras existe um til. — Linha 43, *Joyo:* a primeira letra parece ter sido escrita sobre um *p*. Inicialmente o notário deve ter registado o topónimo San Johane de Poyo. — Linha 48, *arca:* o *c* apresenta cedilha. Além disso, por cima dessa letra há um ponto.

Barcela, l. 25: provavelmente San Juan de Barcela, freg. do ayunt. Arbo, part. jud. Cañiza, prov. Pontevedra. *Ermelo*, l. 32: Santiago de Ermelo, freg. do ayunt. de Bueu, prov. de Pontevedra. *Santa Maria de Cella*, l. 36: freg. do ayunt. de Bueu.

115

1299. Tebra.

Dona Maria Peres, abadessa do mosteiro de Santa Clara em Santiago e anteriormente mulher de João Afonso de Cerveira, faz doação ao mosteiro de Oya de todas as herdades que seu marido tinha em Pintán e em Recelle.

Eno nume de Deuſ, amẽ. Era de mill CCC XXXVij annos, XVj dias andados de Juyo. Conuſçuda couſa ſeia |2 a quantos eſta carta virẽ commo nos, dona Maria Perez, moller que foy de Johan Affonſo de Çerueyra ⁊ ora abbadeſſa de Santa |3 Clara en Santiago, enſenbra conno conuẽto das donaſ ffrayras deſſe logar, preſenteſ ⁊ outorganteſ por nos ⁊ por uoz |4 deſſe moeſteyro de bõo coraçõ ⁊ de boa voentade rrenuçamos ⁊ quitamos ⁊ damos ⁊ para todo ſenpre outorgamos a uos Johan |5 de San Eoane e ffrey Pedro

Garcia, mõieſ d'Oya, en nome ⁊ en uoz de don Henrrique, abbade d'Oya, ⁊ do conuento deſſe logar, |6 en nome deſſe moeſteyro ⁊ a todolos outros que y en eſſe moeſteyro a Deoſ ſeruẽ ⁊ ſeruirã daqui en deante todos quantos herdamen|7tos Johan Affonſo de Çerueyra auia ⁊ de dereyto auer deuya en Pintã ⁊ en todo ſeu termĩo aſſi caſas commo viñas, |8 herdamentoſ, lauradios rotos ⁊ por ronper, chãtados, agoaſ, rreſios ⁊ todalas outras pertéénças a monte ⁊ a ffonte tam|9bẽ en todo termĩo de Pintã commo en Rrezellj commo nas deueſas do Pááço Donego que y auya o biſpo don Gil cõ tod|10alas outras couſas que o dito Johan Affonſo depos morte do biſpo don Gil en mão ⁊ en jur tragia ⁊ de dereyto auer |11 deuya tã ben aforadas commo por aforar. Et eſto uos damos ⁊ outorgamos aſſy commo ſobredito he por que nos do|12na Maria, abbadeſſa ſobredita, ſabemos ⁊ ſomos çerta que o biſpo don Gil leixou ao ſobredito Johan Affonſo Pintã cõ ſuas |13 perteẽças ſobreditas ſo tal condiçõ que o teueſſe en ſua vida ⁊ a ſſeu ſaymẽto ficaſſe liure ⁊ quito ao moeſteyro de |14 Santa Maria d'Oya. Et eu por liurar ſua alma ⁊ a noſſa ⁊ por muyto auer que o dito Johan Affonſo houue ⁊ fillou contra |15 voentade do abbade ⁊ do conuento ſobreditos do dito moeſteyro ⁊ de que lle nũca fez entrega ⁊ que elleſ ſeiã teudoſ |16 de rrogar a Deuſ por ſua alma ⁊ pola noſſa ⁊ pola do biſpo don Gil, fazemoſ uos eſta doaçõ ⁊ renuçamento que |17 ſeia eſtabil para todo ſenpre. Et eſtas couſas dou a eſſe moeſteyro ſo tal condiçõ que uos nẽno abbade nẽno conuẽto que |18 ora y ſon ⁊ forẽ daqui en deante nõ vendam nẽ den en apreſtamo nẽ en arrẽdaçõ nẽ a outra maneyra nẽhũa a |19 rricomme nẽ a caualeyro nẽ eſcudeyro nẽ outro omme poderoſo, mayſ o abbade ⁊ o conuento o tenã per ſi por rrazõ de |20 auerẽ en memoria ⁊ en rrenẽbrãça a alma deſſe Johan Affonſo ⁊ as noſſas ⁊ todo dereyto, poſſiſſõ ⁊ propiedade |21 das ditas couſas de noſ a tollemoſ ⁊ a uoſ en nome delleſ damoſ per eſta preſente carta.

|22 Et ſſe algũu contra eſta noſſa doaçõ véér peyte a eſſe moeſteyro ⁊ ao conuento di ij mill mar. |23 da boa moeda ⁊ eſta carta fique firme. Preſenteſ Johan Perez, omme de Garçia Eanes da Ama; Martĩ |24 Dominguez da rrua de Ualdedeoſ, carpenteyro; frey Diago, ſeruẽte deſſas donas; Fernã Lourenço; Johã Affonſo, |25 eſcriuaes; Martin Fernandez, da Viña.

|26 Ego, Laurẽtius Petri, notarjus iuratus conpostellanus ad hoc uocatus interfuy ⁊ confirmo ⁊ de mãdato meo |27 Fernãdus Laurentjus ſcripſit ⁊ ſignũ meum appono aſſuetũ ĩ teſtimoniũ ueritatis.

|28 Eu Fernã Lourenço de mãdado de Lourẽço Perez, notario de Santiago jurado, ſcriujn.

|29 Eu Pedro Martinz, notario de Tebra ⁊ de ſeu termyo, vy ⁊ lij hũa carta cõ nume |30 y cõ ſynal de Lourenço Perez, notario de Sſãtiago, ⁊ ffiel mẽte en mya preſẽça a |31 ffyz eſcreuer ⁊ eſte tralado pugy meu nume ⁊ meu ſynal que eſte tal. *(Signo)*.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1812, n.º 16. — 200 × 305 mm.

Estamos em presença de um traslado de um documento de 1299. Esse traslado foi feito por Pedro Martins, notário de Tebra, que lavrou outros documentos inseridos na presente colecção: cf. 1295 P 108, 1296 P 109, 1296 P 110, 1299 P 116, 1299 P 117, 1302 P 120, 1302 P 121, 1302 P 122. Embora não se indique a data do traslado, é de supor que tenha sido feito ou no mesmo ano do documento original, ou seja, 1299, ou nos primeiros anos do século XIV.

Linha 1, *conuſçuda:* ausência de cedilha. — *Abbadeſſa,* l. 2; *abbade,* l. 5, 15, 17 e 19: o primeiro *b* adere ao segundo, parecendo ficar incompleto. À primeira vista, parece ler-se *albadeſſa* e *albade.* Sobre esta particularidade de carácter paleográfico, veja-se p. 37, n. 3.

Pintã, l. 7, 9: sobre a localização deste topónimo, veja-se o que foi dito nas notas finais do documento n.º 107. *Rrezellj,* l. 9: jurisdição da antiga província de Lugo, cujo juíz ordinário era nomeado pelo cabido de Santiago.

116

1299. Tebra.

Frei Henrique, abade do mosteiro de Santa Maria de Oya, afora a Fernão Peres e a sua mulher Maria Peres a «Erdade Dónega» que o mosteiro possui em Lamamá.

Sabam q*uan*toſ eſte plazo uirẽ como noſ dõ frey Anriq*ue*, abade do moeſ|[2]teyru de *San*ta M*aria* d'Oya, enſembra cono *con*uẽto do d*i*to moeſteyru, damoſ |[3] a foro a uoſ Fernã Perez e a uoſa moler M*aria* Perez et a uũ filu ou fila de |[4] uoſ amboſ depoſ uoſa morte damboſ tam ſolamẽte aquela erdade q*ue* a |[5] o d*i*to moeſteiru en Lamamáá, q*ue* a nume a Erdade Dónega, con todaſ ſuaſ |[6] p*er*tynçááſ a mõte e a fonte, culto ⁊ nõ culto, atal p*rei*to q*ue* uoſ dedeſ ende |[7] cada huũ ano .Vj. q*uarteyro*ſ de pam (....) ſéér ende hũu q*uarteyru* de trigo |[8] ⁊ oſ .V. de ſegũda. Et dardenolo pela midida p*er* que recebemoſ oſ |[9] outroſ cabedaſ ⁊ leuardelo hu leuarẽ os outroſ ao noſo celeyru. Et |[10] pagardeſ o foro a Santiago. Et nõ uenderdeſ nem enpenorardeſ o d*i*to |[11] erdamẽto ⁊ ficar noſ liure ⁊ quite depolaſ d*i*taſ peſóáſ et ſen cõ|[12]tenda niumha ⁊ eſtaſ couſaſ ſob*redi*taſ *conpri*laſ uoſ; nõ uoſ deuemoſ a toler |[13] o que ſob*redi*to eſt por outrẽ niuũ que ſega p*er* niũha maneyra. Feyto o |[14] plazo .xiiij. diaſ d'Agoſto. Era .M.ª CCC.XXXVij. anoſ. Que p*reſenteſ* forũ: Fern*an* |[15] Eaneſ, meirĩu, et Johã Perez de Burgeyra, et Johã Perez, beyneiru, |[16] de Ponteuedra, ⁊ outroſ; ⁊ eu Pedro Mart*ins*, not*ario* plublyco p*or* ell Rey |[17] dõ Fferrn*an*do eno alffoz do Caſtelo de Tebra, a iſto p*reſẽte* ffuy |[18] ⁊ eſte plazo partydo p*er* a b c de ueruo a ueruo en mya

|19 preſẽça ffyz eſcreuer ⁊ en elle pugy meu nu|20me ⁊ meu ſynal *que* eſt tall. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1813, n.º 4. — 170 × 170 mm. — Carta partida por a b c.

O documento foi escrito pelo mesmo notário dos documentos n.os 108, 109, 110, 117, 120, 121 e 122.

Linha 6, *pertynçááſ:* ausência de cedilha. — Linha 7: a meio da linha o documento encontra-se raspado; consegue ler-se a forma *pam*, mas é ilegível a forma seguinte. — Linha 17, *dõ Fferrnando:* ausência de til na forma *dõ*. — Linha 18, *ueruo:* repetição de *u* no interior da primeira forma.

Burgeyra, l. 15: provavelmente San Pedro de Burgueyra, freg. do ayunt. Oya.

117

1299. Tebra.

Frei Henrique, abade do mosteiro de Oya, afora a Domingos Eanes e a sua mulher Constança Eanes o casal que o mosteiro possui em Lamamá.

Sabiam quantos eſte plazo uirem ⁊ ouyrem como nos dõ |2 ffrej Hanrrique, abbade do moeſteiro de Oya, enſembra con |3 o conuẽto do dito moeſteiro, eſſe preſente ⁊ outorgãte, a uos, |4 Domĵgos Iohanes, ⁊ a uoſſa moller Conſtança Eanes ⁊ a |5 húúm ffillo ou ffilla de uos anbos depos uoſſa morte |6 danbos tã ſolamente damouos ⁊ outorgamouoſ aquele caſal |7 que a o dito moeſteiro en Lama Máá que eſte da oueença da obra |8 cõ todas ſuas pertíjças a mõte ⁊ a ffonte cultu ⁊ nõ cultu |9 áátal preito que nos dedes ende cada ũu ano .v.e quarteiroſ de |10 pam pela midida per que rreçebemoſ oſ outros cabedaes para a |11 dita oueẽça ⁊ ſéér hũu quarteiro ende de trijgo ⁊ os |12 quatro de ſegunda ⁊ paguardes o fforo a Santiago, et dar|13deſnos oſ fforos do dito caſal que dauã ende ante cada ũu |14 ano ⁊ deuedeſ a châtar de vina o meyo do agro que eſtá a par |15 do dito logar, o qual uoſ noſ péégamos ⁊ que nos dedeſ cada |16 ano ende o meyo do vino que Deus y der per noſ ou per noſſo homme ⁊ |17 deuedes a mãtéér a dita vina en guiſa que nõ defaleſca per lauor. |18 Et deuedes a ſſéér uaſalo noſſo ⁊ nõ nos parardeſ outro ſenor deã|19te ⁊ noſ enpararmoſuos a derejto ſegundo noſſa poſſe. Eſtaſ couſaſ ſobre |20 ditaſ conprindoſſe, noſ nõ uoſ deuemos a toller o dito caſal por nehuũ homme |21 que ſeia. Et uos que o pobredeſ ⁊ o mãtenades en guiſa que non defaleſca per |22 lauor, et noſ leuedes o dito pam a noſſo çelleyro hu nos leuarem |23 os outros cabedaeſ. Ffeyto o plazo quatorze dias d'Agoſto.

Era .M.ª CCC.ª |24 .XXXª vij.ª anoſ. Qve preſenteſ forum: Ffernã Eanes, meyrino, ⁊ Martĩ |25 Perez ⁊ Pedro Paez ⁊ Menarro, moradores de Lama Máá, ⁊ outros.

|26 Eu Pedro Martino, notario plublyco por el Rey dõ Ffernando |27 eno alffoz do Caſtelo de Tebra ⁊ de ſſeu termyo, a iſto |28 preſẽte ffuy ⁊ eſte plazo partido per a b c en mya |29 preſẽça ffyz eſſcreuer ⁊ en elle pugy meu nume ⁊ meu |30 ſſynal que eſt tal. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1813, n.º 5. — 130 × 200 mm. O pergaminho apresenta uma forma bastante irregular. — Carta partida por a b c.

118

1301. Salvatierra.

Lourenço Pais e sua mulher Maria Eanes aforam a João Fernandes e a sua mulher Maria Martins o casal da freguesia de San Félix de Celeiros que têm aforado do mosteiro de Santa Maria de Melón.

Saibiã quantoſ eſte plazo virẽ commo eu Lourẽ(ço) Pelaez de Çeleyroſ (.....) |2 cõ moller myna Maria Eanneſ por noſ ⁊ por toda noſſa uoz damoſ ⁊ (.....)|3moſ a foro ⁊ a renda a uoſ Johan Fernandez da Fonte de Çeleyroſ ⁊ a uoſſa (.....) |4 Maria Martinz ⁊ a toda uoſſa uoz en commo aqui ſééra dicto: o caſal que ey enna (....) |5 fonte que iaz na frijguiſia de Sam Fijz de Çeleyros, o qual noſ téémoſ a foro |6 ⁊ a renda do moeſteyro de Santa Maria de Melom, cada hu(.) cõ todas |7 ſuas pertijnçaſ, ſaynte o ſouto de Fonteeda que tẽ Johan Eſteuééz a foro; damoſ |8 elle a uoſ ⁊ a toda uoſſa uoz mẽtre que noſ formoſ viuoſ ⁊ duaſ uozeſ depuſ |9 noſ que o ham de téér depuſ noſ, hũa depuſ la outra per tal preyto que dedes |10 ende de foro ⁊ de renda a noſ ⁊ a noſſa uoz treſ moyoſ de pã cada anno, deſ |11 dia de Santa Maria d'Agoſto ata dia d'omniũ ſantoro per teeyga dereyta de Riba|12dauya de ſeys çelmijs ⁊ ſéér ende a terça de millo ⁊ a terça de çe(uey)|13ra ⁊ a terça de paynço ⁊ dardeſ eſte pã en eſſe caſal ou enna jglleia de *(Sam)* |14 Fijz de Çeleyros. Et deuedeſ a dar por foros .XXXV. ſoldoſ cada ano (.....) |15 que agora corre de que fazẽ quatro dineyros treſ ſoldos ⁊ douſ capões (.....) |16 çelmijs de trijgo cada anno hũa uez no anno. Et dardeſ a meyadade daſ caſ(as) |17 senas que ſom feytas ⁊ a terça das que fezerdeſ. Et que noſ ⁊ noſſa uoz aia-moſ |18 douſ dias da agua da fonte deſſe caſal quandó óſ quiſſermos para

regar enna |19 (....) et (..) regar of millof cada anno hũa uez no anno ⁊ vof moredef ⁊ pobre|20def eſſe caſal ⁊ ſéérdef uaſſalof do moeſteyro de Santa Maria de Melom ⁊ doa(r)|21def lle ſua luytoſſa a uoſſa morte ſegundo o huſo da terra ⁊ a morte da |22 noſſa poſtremeyra uoz daquellaſ uozef que eſte caſal deuiã a téér depuſ uoſ |23 que f(i)que eſſe caſal liure ⁊ quite ao dito moeſteyro de Melom cõ todof ſeuſ bóó(ſ) |24 p(a)ramẽtos. Et nof deuemof uof amparar cõ eſte caſal ſobre dicto per eſte preito |25 de ſuſo dicto per todas noſſas bõas. Et eu Johan Fernandez de ſuſo dicto, cõ moller |26 myna Maria Martino, rreçebemof eſte caſal per eſte preito ſuſo dicto ⁊ obligamof nof |27 ⁊ noſſof bééſ gáánadof ⁊ por gáánar a cõprir ⁊ á águardar eſte plazo ⁊ |28 todaſ laſ condições que en elle ſom cõteudaſ; ⁊ ſe nof eſte prazo aſſy nõ |29 cõprirmof que peytemoſ a uof mill mr. de pẽa; ⁊ uof que rreçebadef eſſe caſal |30 per uoſſa outoridade ⁊ que o aiadef. Et nof, Lourẽço Pelaez ⁊ Maria Eanef, outorga|31mof que ſe cõtra eſte preito quiſſermof paſſar ou ſe o nõ cõprirmoſ, que peytemoſ |32 a uos outros mill mr. de pẽa ⁊ eſte preito ⁊ eſte prazo ſempre firme ⁊ eſtauil |33 fique en ſua firmedũe. Feyto foy eſte prazo en Saluaterra, .xvij. diaſ de |34 Março. Era de mill ⁊ CCC.os ⁊ XXXa viiij.e annos.

|35 Os que forum preſentes: Pedro Fernandez Faual; Steuóó Perez da porta do forno ve(...) |36 de Saluaterra; Johan Perez, fillo de Pedro Miguellez do Outeyro; Gonçaluo Perez ⁊ outros. |37 Et eu Martī Perez, notario publico del Rey en Salua terra ⁊ en ſſeu |38 alfoz, a todas eſtaſ couſas fuy preſente ⁊ por rogo ⁊ per outorga|39mẽto daſ partes figj eſte plazo ⁊ pugj y meu ſigno que eſt tal. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1813, n.º 12. — 150 × 320 mm.

Saluaterra, l. 33 e 36; no manuscrito *Salua terra.*

Sam Fijz de Çeleyros, l. 5: San Félix de Celeiros, freg. do ayunt. de Puenteareas, prov. Pontevedra.

119

1301. San Martiño.

João Martins vende ao abade e ao mosteiro de Santa Maria de Melón todas as herdades que tinha recebido de seu pai em Costoya, na freg. de San Jorge de Villar.

In Dey nomyne, amẽ. Era de mill ⁊ CCC. ⁊ XXX. IX. anos, .XV. diaſ andados |2 de Juyo. Sabã todos quantos eſta carta virẽ ⁊ léér ouuyrẽ commo eu |3 Johã Martinz de Pyneiro con ma moller Maryna Eaneſ, anboſ

preſẽteſ, outor|[4]gamoſ ȝ conoſcemoſ que uẽdemoſ por noſ ȝ por toda a noſa uoz ȝ por |[5] Martī Aneſ, jrmão da dita Maryna Eaneſ, que nõ eſtá preſente ȝ por todáá |[6] ſa uoz, todo quanto herdamẽto noſ auemoſ de parte de noſo padre, Johã Fa|[7]gũdez, ena uylla de Coſtoya que é ẽ figlisia de San Jurgo de Villar |[8] cõ todaſ ſuaſ pertíjçaſ vẽdemoſ lo a uoſ Domnabade de Mellom ȝ |[9] ao cõuẽto deſe logar para todo ſenpre por preço nomeado que de uoſ rece|[10]bemoſ, cõuẽ a ſaber, quatro mill .LXXX. ſoldoſ da moeda de Rey don Fernan|[11]do que fazẽ .iiij. dineiroſ .iij. ſoldoſ. ȝ XX. por .XXX. ſoldoſ vndea uoſ a noſ b(.....)|[12]teſ ȝ ao noſo prazer ȝ a uoſ ȝ de todóó preço fezeſteſ a noſ bõa paz *(ȝ)* |[13] deſ eſte dia ẽdeãte ayadeſ uoſ, donnabade ȝ o cõuẽto ſobredito, o dito |[14] herdamẽto por uoſo aſy commo ſobredito he ȝ noſ anuçamoſ ȝ quitamos|[15]lo a uoſ ſobreditos que nonca uolo poſſamos demãdar nẽ outre por noſ ẽ |[16] juyzo nẽ fora de juyzo ȝ quem quer que uollo queira demãdar ou eſta carta |[17] ou eſta uẽda ſobredita paſar peite a uoſ quanto uoſ demãdar doblado |[18] ȝ a uoz del .d. ſoldoſ por pea ȝ a carta ȝ a uẽda ſobredita eſté ſenpre ẽ ſa |[19] reuor firme ȝ eſtauel ȝ ſobre iſto eu, Johã Martiz, ſobredito, outorgo ȝ co|[20]noſco que ſeiadeſ anparadoſ cõ eſta uẽda ſobre dita per noſ ȝ per todaſ mas |[21] boaſ gáánadaſ ȝ por gáánar a todo tẽpo que uola alguẽ demãde quer |[22] da noſa parte quer da eſtraia. Teſtes que preſenteſ forum a iſto chamadaſ ȝ |[23] rogadaſ: Martī Areſ, clerigo de Santa Criſtina; Gonçaluo Eaneſ do Eſpital; Martī Fernandez |[24] de Pineiro; Fernã Mẽẽdez de Santa Uaia; Fernã Dominguez do Caſtro; Martī Martinz, |[25] fillo de Domingo Martinz de Lezellãeſ ȝ outros.

|[26] Et eu Johã Tome, notario jurado ẽ terra de Sſã Martino por Johã Eaneſ, |[27] notario publico del Rey don Fernãdo ééſa terra ſobredita, eſta carta, |[28] ẽ que o dito Johã Eaneſ põ ſeu nome ȝ ſeu ſynal, eſcriuy a rogo daſ parteſ ȝ |[29] per mãdado do dito Johã Eaneſ ȝ ſoom teſteſ.

|[30] Eu Johã Eaneſſ, notario del Rey en terra de San |[31] Martino, en eſta carta que Johã Tome fez |[32] de meu mãdado meu ſinal y po|[33]no que tal eſt. *(Signo)*.

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1765, n.º 1. — 135 × 195 mm.

Há alguns exemplos de palavras sem til e sem cedilha. Revela ausência de til na segunda sílaba, p. ex., a forma *cõuẽto*, l. 13; falta a cedilha nas formas *pertíjçaſ* (l. 8), *preço* (l. 12).

Linhas 10-11, *Fernando:* a haste vertical do *r* está sumida. — Linha 18, *uoz:* embora esta forma se encontre abreviada, falta qualquer sinal de abreviatura.

Coſtoya, l. 7: ald. da freg. de San Jorge de Villar, ayunt. Crecente.

1302. Tebra.

João Peres e sua mulher Maria Iohanes doam ao mosteiro de Santa Maria de Oya a maior parte dos bens que possuíam em Tebra.

(.....) quantoſ eſte praço virẽ ⁊ ouyrẽ como eu Johã Perez do caſal de Faſya cõ mha |2 moler Maria Iohaneſ, eſſa preſente ⁊ outorgãte, por noſ ⁊ por toda noſſa uoz façemoſ enpra|3*(çamẽto)* por noſſaſ almaſ com o moeſteyro de Santa Maria d'Oya ⁊ cono abbade ⁊ cõuẽto de |4 (.....), cõuẽ a ſaber: o enpraçamẽto que noſ ſobre ditoſ damoſ por noſſaſ almaſ |5 (.....)-moſ no mũdo mouil ⁊ rrayz, saluo aquelhe noſſo celeyro cõ ſa quintáá ⁊ cõ |6 hũa arca ⁊ cõ hũa cuba ⁊ .j.ª vaca ſe a ouermoſ a tẽpo de noſſa morte ⁊ a noſa |7 leyra d'arrotea que retéémoſ en noſ ⁊ para noſ; ⁊ iſto ſobre dito uoſ damoſ áá|8tal preyto que noſ que o tenhamoſ en dyaſ de noſſa vida d'ãboſ ⁊ que uoſ demoſ |9 ende cada ano de jur ⁊ por rẽda como de uoſſo .viij.º açibreſ de vinho |10 áá dorna en toda noſſa vida dãboſ. Et ſſe per uẽtura véér algũa fraquidade ou |11 neceſidade algũa a noſ anboſ ou a cada hũu de noſ, que uoſ que noſ prouééadeſ |12 de comer ⁊ de beuer ⁊ de veſtir ſecundo noſa prouiſam. Et ſſe uoſ iſto que ſob|13re dito eſt cõpri[r]deſ ⁊ agardardeſ que noſ nõ ſeyamoſ teudoſ nẽ poderoſoſ nẽ |14 poſſamoſ uẽder nẽ alear nẽ penorar nẽ hũa couſa de noſſoſ bẽeſ |15 aſy de gáánhado como do que gáánarmoſ deſ aqui adeante en toda noſſa vida ſal|16uo o que de ſſuſo dito tiramoſ. Et ſſe noſ uoſ o que ſobre dito eſt nõ cõprideſ |17 ou nõ agardadeſ que noſ façamoſ delhe como de noſſo. Et quando formoſ áá |18 abbadia que noſ dedeſ noſſaſ rraçoeſ como de familyares. Et eu, Johã Perez, |19 mãdo que ſſe ſe a dita Maria Iohaneſ caſar depoſ mha morte que o moeſteyro ſobre |20 dito ou ſſa uoz filhe todolloſ meuſ bééſ aſy mouilleſ como rrayz que eu |21 ouer ⁊ deuo auer de dereyto. Et ſſe algẽ uéér de cada hũaſ |22 daſ noſſaſ parteſ ou noſ o que ſobre dito eſt nõ agardaſemoſ ou nõ |23 cõpriſemoſ ao moeſteyro ſobre dito ou a ſſa uoz por pea peytaſe|24moſ mil mrz. cõprĩdonoſ uoſ o que ſobre dito eſt. Feyto o praço .vj. dyaſ |25 por andar do meſ de Março. Era .M.ª CCC.ª XL.ª Teſtes: Fernã Eaneſ |26 do Caruallal; Fernã Martinz, ſſeu ſobrinho; Afonſo Eanéſ; Fernãdo Artey|27ro, Johã Pequeno ⁊ outroſ. Eu Pedro Martinz, notario plublyco por el Rey dõ |28 Fernando eno alfoz do Caſtelo de Tebra ⁊ de ſſeu termyo a iſto preſẽte fuy |29 ⁊ eſte plazo partido per a b c en mya preſẽça fyz |30 eſcreuer ⁊ en ele pugy meu nume ⁊ meu ſſynal |31 que eſt tal. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1813, n.º 20, a). No mesmo pergaminho há dois documentos, que indiquei respectivamente por a) e b).

Este último transcrevemo-lo a seguir com o n.º 121. As medidas do pergaminho são as seguintes: 155 × 355 mm. — Carta partida por a b c. Recorte dentado na extremidade superior.

O documento está um pouco deteriorado no canto superior esquerdo, o que prejudica a leitura de algumas formas.

Exemplos frequentes de formas com sinal de abreviatura ou til inútil.

Na indicação da data (l. 25) surge o X aspado com o valor de XL.

121

1302. Tebra.

João Peres e sua mulher Maria Iohanes doam ao mosteiro de Santa Maria de Oya metade das devesas que possuem em Tebra.

Sabeam quantos eſta carta virem ⁊ oyrem como eu Johanes Perez de caſal de |[2] Faſia com mya moler Maria Johanes, eſa preſẽte ⁊ [ou]torgãte, por uoſ ⁊ por toda uoſa |[3] voz, a uos dõ Pedro Eaneſſ, abade do moeſteiro d'Oya, ⁊ ao cõuento deſe loga|[4]r damoſ por uoſaſſ almaaſ ⁊ en dõaçom ao dito moeſteiro a meadade |[5] de quãtaſſ deueſaſſ noſſ auemoſ ⁊ de dereito deuemoſ auer en |[6] Tebra ⁊ en todo ſeu termyo ⁊ damoſ uolaſ a tal pleito que o voſo frra|[7]de que eſteuer en Tebra por voſ que noſ ayude a gardar ⁊ a oouu|[8]er (?) aſſ ditas deueſaſſ ⁊ que cada que forem taladoyraſ que leue eu |[9] a meadade da madeira para aſſ voſaſ vynaſ per todo ſẽpre ⁊ que fy|[10]que a outra meadade a uoſ; ⁊ qual quer daſ parteſ que iſto nõ cõpry|[11]r ⁊ nõ agardar peyte a outra parte trezentos mrs. ⁊ a cart|[12]a ſenpre firme ⁊ eſtauyl ſſea ⁊ en ſa reuor. Feita a carta |[13] .vj. diaſſ por andar de Março. Era M.ª CCC.ª XL.ª annos. Teſtes: Fernã |[14] Eaneſ do Carualal ⁊ Fernã Martins ⁊ Afõſo Eaneſ ⁊ Fernãd' Artey|[15]ro ⁊ outros. Eu Pedro Martins, notario plublyco por el Rey dõ Fernãdo |[16] eno alfoz do Caſtelo de Tebra ⁊ de ſſeu termyo a iſto preſẽte |[17] fuy ⁊ eſta carta eſcreuy ⁊ en ela pugy me|[18]u nume ⁊ meu ſſynal que eſt tal. *(Signo).*

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1813, n.º 20, b). Documento incluído no mesmo pergaminho do documento anterior.

Sobre algumas palavras ocorre um til ou sinal de abreviatura supérfluo.

Na numeração romana da era que aparece na l. 13, o X surge aspado, equivalendo, tal como acontece noutros casos, a XL.

Linha 2, *outorgãte:* no manuscrito falta a primeira sílaba da palavra. — Linha 3, *ao:* no pergaminho surge *eo.* — Linha 7, ⁊*:* a nota tironiana é seguida de *e* que omiti na

transcrição. — Linha 11, no manuscrito surge *uot.ᵘ*. É possível que o copista tenha trocado a ordem das duas letras da primeira sílaba. — Linha 11: no fim da linha, ȝ vai seguido de *e* que foi omitido na transcrição. O mesmo acontece na l. 14: «ȝ e Afõfo Eanef».

122

1302. Tebra.

João Peres dá ao mosteiro de Santa Maria de Oya a quinta parte dos bens que herdou de sua mãe.

Sabiam quantos eſta carta virem ȝ oyrem commo eu Joham Perez de caſal de Fafya *con* outorga|[2]mento de mĩa moller Maria Iohannes, eſſa preſente ȝ outorgante, por nos ȝ por toda noſſa |[3] uoz, damos ȝ para todo ſempre outorgamos a uoſ, don Pedro Eanes, abbade do moeſteiro de |[4] Santa Maria de Oya, ȝ ao conuento deſſe mééſmo logar ȝ a toda uoſſa uoz o quinto do que auia |[5] mĩa madre, Móór Paez, a tenpo de ſſua morte, aſſi herdamentos commo uinas commo chanta|[6]dos commo deueſas a mõte ȝ a fonte hu quer que o ella auia ou ouueſſe ȝ auia d'auer de de|[7]reyto ȝ o qual ela a mj̃, Joham Perez, deu ȝ lexou áá ora de ſſua morte ȝ para todo ſempre. Et |[8] nos damoſ-uollo en doaçon ȝ por ſua alma da dita Móór Paez ȝ polas noſſas que o ayadeſ |[9] ȝ puſſuyades commo uoſſo ȝ para todo ſempre, en quanto o mũdo for eſtauil, de jur ȝ de poder |[10] ȝ façadeſ dele uoſſa uoentade deſ aqui adeante. Mays, ſe alguem uéér de noſſa pa|[11]rte ou da eſtranha que contra eſta doaçon que uoſ noſ damos queira passar ou quiſer |[12] uijr a conrenper ou a demandar ou a enbargar ſeia maldito ȝ quanto demandar |[13] tanto a uos dobre ȝ ao senor da terra por pea peyte duzentos morauidis |[14] ȝ ſua demanda nõ ualla ȝ a carta ſempre firme ȝ eſtauil ſeya ȝ en ſſua reuor.

|[15] Feyta a carta çinque dias por andar do mes de Março en era de mil |[16] ȝ trezentos ȝ quaraenta anos. Teſtemuyas: Afonſſo Eaneſ; Fernãdo Arteyro; |[17] Joham Pequeno; Fernã Martinz; Fernã Eaneſ do Caruallar ȝ outros.

|[18] Eu Pedro Martins, notario plublyco por el Rey dõ Fernando eno alfoz do Caſtelo |[19] de Tebra ȝ de ſſeu termyo, a iſto preſẽte fuy ȝ eſta carta en mya pre|[20]ſẽça fyz eſcreuer ȝ em ela pugy meu nume ȝ meu ſynal |[21] que eſt |[22] tal. *(Signo)*.

A. H. N. Oya (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1813, n.º 21. — 155 × 160 mm.

Linha 16, *quaraenta:* embora a palavra se encontre escrita por extenso, há sobre a primeira sílaba *a* sobreposto. — Linha 20, *em:* a parte final da última letra encontra-se manchada.

1305. Lanzada.

Susana Fernandes vende ao mosteiro de Santa Maria de Armenteira uma herdade em Galiñanes.

Era de mill ⁊ CCC XLiij an*nos* ⁊ q*uotum* XX. dias de Nouenbro. Conoçuda couſa ſeia a todo*ſ* |[2] q*ue* eu Suſana Fern*andez* de Galinaeſ por mj̃ ⁊ por toda mina uoz out*or*go ⁊ ey por firme |[3] ⁊ por eſtauyl a uos dom frej Eſteuoo, abbade, ⁊ ao *con*uento do moeſteiro de San*ta* Ma*ria* |[4] d'Armenteira aq*uela* carta p*er* q*ue* eu ⁊ meu*ſ* irmãos vendemos a noſſa h*er*dade de Galinães |[5] a Joh*an* Cordo q*ue* foy de Simer ⁊ q*uito* ⁊ anuço a uos toda demanda q*ue* eu *contra* uos |[6] auya por razõ deſſa h*er*dade, a qu*al* h*er*dade uos agora teedeſ. Et uos dom abade |[7] ⁊ *con*uento deuedeſ a mj̃ a dar cada an*no* tan ſolamente em myna vida pela d*ita* |[8] h*er*dade hũu almude de pan. Et iſto faço ⁊ out*or*go a uos por mina alma, o |[9] q*ual* h*er*damẽto out*or*go q*ue* agiadeſ ⁊ façadeſ dela toda uoſſa uoõtade ſem |[10] enbargo de mj̃ ⁊ de myna uoz. Et se alguem uos ou a uoz do d*ito* |[11] moeſteiro ſſobr*e* iſto enbargar ou demãdar peite a uos ou aa uoz do d*ito* |[12] moeſt*eiro* de pẽa duzento*ſ* mor. ⁊ eſte ſt*or*mento eſté ſenp*re* em rreuor. Q*ue* p*re*|[13]ſſenteſ fo*rum*: P*edro* Mart*ins* de Galinaeſ, frej Payo, mõge, ⁊ Joh*an* Paez, mõge.

[14]| Eu, Johã Fern*andez*, notario jurado da Lançada ⁊ de Salnes, |[15] p*re*ſente foy ⁊ *con*firme*y* ⁊ meu sinal hy puge q*ue* tal e(*ſt*) |[16] ⁊ de meu mãdado Johã de Cordoua ſcriuyo. *(Signo).*

|[17] Eu Joh*an* de Cordoua, de mãdado do d*ito* not*ario*, ſcriuj.

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1765, n.º 8. — 125 × 155 mm. Pergaminho de forma bastante irregular.

Na numeração romana da era que aparece na linha 1, o X surge aspado, equivalendo a XL. O mesmo sinal ocorre noutros documentos publicados nesta colecção. Vejam-se, entre outros, 1255 L 19, 1257 L 20, 1258 L 21, 1258 L 23, 1302 P 120, 1302 P 121, etc.

Linha 16, *ſcriuyo:* o *-o*, um pouco incompleto, parece *-e*. O mesmo acontece com a vogal final da forma *Nouenbro* (l. 1).

Lançada, l. 14: antiga jurisdição, situada na província de Pontevedra e composta de várias freguesias, entre as quais Grove e Armenteira. *Salnes*, l. 14: antiga jurisdição na província de Pontevedra. *Salnés* é actualmente a designação de um vale na mesma província, formado pela bacia inferior do rio Umia. Paralelamente também se chama *Salnés* à península onde desagua esse rio. *Galinães*. l. 4; *Galinaeſ*, l. 2, l. 13: provavelmente Galiñanes, lug. do ayunt. de Meaño, na província de Pontevedra.

1316. Pontevedra.

D. Domingos, abade do mosteiro de Santa Maria de Armenteira, e frei Estêvão, sacristão, e frei Afonso, despenseiro, por um lado, e João Gonçalves, Rui Gonçalves, Geraldo Eanes e João Afonso, por outro, no dia 23 de Maio chegam ao casal de Peralonga para partirem as propriedades que D. Aras Pelaez, clérigo de Tremoedo, doou ao referido mosteiro. Decidiram dividir o milho e a «magoyra» que havia nalgumas herdades e, em face disso, adiaram a data da partilha das propriedades.

Conoſçuda couſa ſeia a todos commo en preſença de mj̃, Aras Garcia, notario de Ponte |2 Uedra jurado, ⁊ das teſtes que aqui ſſon ſcriptas, a iſto chamadas ⁊ rogadas, |3 Dom Domīgo, abbade do moeſteiro de Santa Maria d'Armẽteyra, por ſy ⁊ pollo con|4uento deſſe moeſteiro, preſentes ⁊ outorgantes, don frey Eſteuo, ſancreſchã, ⁊ frey |5 Afonſo, çelareyro da hũa parte, et Johan Gonçaluez ⁊ Ruy Gonçaluez ⁊ Giraldo Eanes, |6 ſeu cunado, en nume de ſua moller, Sancha Gonçaluez, ⁊ Johan Afonſo por ſy ⁊ por ſeus |7 yrmãos ⁊ yrmáás, fillos ⁊ fillas que forum d'Afonſo Eanes, dito Radio, da outra, eſ|8tas partes forum chegadas ao casal de Peralonga, oie domīgo, xxiij dias |9 de Mayo, o dia que lle era aſynado para partiren os herdamentos ⁊ chãtados que don |10 Aras Pelaez, clerigo de Tremoedo, dou ⁊ mãdou ao dito abbade ⁊ conuẽto ⁊ que lles uendeu os |11 quaes bẽes auya de partir ſegũdo era contiudo enna ſentença ⁊ auíjnça que foy dada per |12 Sueyro Eanes ⁊ Gonçaluo Nunez ⁊ per mj̃ Aras Garcia. Et porque acharõ eſſes herdamentos enbar|13gados do pan que en eles iazia, rreſpaſarõ eſte termyno deſta partiçõ ata a no|14uydade alçada do millo ⁊ da magoyra ⁊ eſſa nouidade alçada das herdades, |15 que entõ foſſen partir eſſes caſaes ⁊ herdamentos ⁊ chãtados ſegũdo ſſe enna dita ſentença |16 contẽ. Et os nouos que en eſtes herdamentos ouueſſe en eſta nouydade prometerõ |17 de os partir en eſta giſſa: os ditos abbade ⁊ conuẽto auerẽ a meadade do millo que |18 Deus der en todalas ditas herdades ⁊ aueren a meadade da magoyra que laurou |19 Fernã Perez, o ſſeruiçal do casal de Peralonga, ſacada ante eſſe Fernã Perez a ſua |20 meadade. Et os ditos Johan Gonçaluez ⁊ Joham Afonſo ⁊ ſeus yrmaos aueren a outra meadade |21 do millo ⁊ a outra meadade da magoyra que laurou o dito Fernã Perez do casal de Pera|22longa ⁊ aueren toda a outra magoyra eſta nouidade dos outroſ caſaes ⁊ |23 herdamẽtos, ſaluo o quinõ dos ſſeruiçaes. Et eſto prometerõ aſy a conprir ⁊ a guar|24dar ⁊ nõ uíjr contra elo aa boa fe ⁊ ſen mao engano per ſy ⁊ per todas ſas |25 bõas. Eſto foy xxiij dias de Mayo, era Mª CCCª Lª quarta.

|[26] Diſto ſon te*ſte*s Sueyro Ean*e*s d'Ouuyna, cl*er*igo; G*onçalu*o Nu*ne*s, d*e* Caldas; Joh*a*n |[27] Aluello; Fernã P*er*ez ⁊ D*omingo* P*er*ez, d*i*to Melon, ⁊ o d*i*to F*ernã* P*er*ez, ſ*er*uiçal.

|[28] Eu Aras G*arci*a, not*ario* ſſobr*e* d*i*to jurado, a iſto foy |[29] p*re*ſent*e* ⁊ ſc*r*ipuj ⁊ *con*firm*o* ⁊ poño y meu ſynal |[30] q*ue* atal é. *(Signo).*

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1766, n.º 14. — 135 × 210 mm.

Na mesma pasta existe um documento (n.º 13) com igual texto, mas a que falta o signo notarial.

Linha 9, *o dia:* no original aparece *a dia;* trata-se claramente de lapso do copista, uma vez que o participio passado *aſynado* se encontra no masculino. — Linha 24, *boa fe:* no original *boafe.* — Linha 24, *mao:* com til supérfluo.

Tremoedo, l. 10: San Estéban de Tremoedo, freg. da prov. de Pontevedra, dioc. Santiago, ayunt. de Villanueva de Arosa. *Ouuyna,* l. 26: San Vicente de Oubiña, freg. do ayunt. de Cambados, prov. Pontevedra. *Caldas,* l. 26: refere-se a *Caldas de Reis.* Noutros documentos do mesmo mosteiro Gonçaluo Nunez aparece indicado expressamente como de Caldas de Reis. Assim acontece com o documento n.º 12 da pasta 1766.

125

1317. Pontevedra.

Frei Domingos, abade de Armenteira, dá a frei Afonso, despenseiro do mosteiro, autorização para alugar a Domingos Grandeiro e a sua mulher duas casas situadas na esquina da Rua da Feira.

Era de mill ⁊ trezẽtoſ çinq*ue*nta ⁊ çinq*uo* an*n*os ⁊ q*uotum* xiij dias d'Abril. Sabam todos q*ue* en p*re*ſſença de mj̃ Domĩgo Ean*e*s, not*ar*io de Pont*e* Uedra ⁊ en terra do arçidiagado |[2] de Saln*e*s jurado, ⁊ teſtemoyas aq*ui* eſc*r*iptas, frey Afon*ſo*, çellareyro do moeſteyro de S*an*ta M*ari*a d'Armẽteyra, moſtrou hũa carta eſc*r*ipta en papel ſſeelada de |[3] ſſeello de dom frey Domĩgo, abbade do moeſteyro de S*an*ta M*ari*a d'Armẽteyra, de q*ue* o tenor atal eſt: a uos, Domĩgo Ean*e*s, not*ar*io de Pont*e* Uedra, de nos, |[4] frey Domĩgo, abbade d'Armẽteyra, ⁊ o *con*uẽto deſe lugar ſſoude aſy com*m*o aq*ue*lle cuio bẽ do corpo ⁊ da alma q*ue*riam*os*, rogamouos ⁊ mãdamouos |[5] q*ue* façades p*r*azoſ ⁊ eſtrumẽtos de firmiduy ont*r*e nos da hũa p*ar*te ⁊ Domĩgo G*r*andeyro ⁊ ſua moll*er*, morador*e*s de Pont*e* Uedra da out*r*a p*ar*te, |[6] razõ das noſſas caſas do q*u*anto da Rua da Feyra de q*ue* nos auem*os* as treſ q*u*artas d'anbas, as qu*a*es treſ q*u*artas das ſobr*e* d*i*tas caſas nos |[7] dam*os* a el ⁊ a ſſua moll*er*

deſte Sam Miguell de Setenbro primeyro que uẽ a dez ⁊ noue annos conpridos ⁊ el deue a nos a dar ⁊ a uoz do dito moeſteyro |[8] trijnta libras de blancos cada hũu anno commo he huſſo ⁊ cuſtume de Ponte Uedra. Et os prazos ⁊ eſtrumẽtos fazede enna forma ⁊ enna maneyra |[9] que uos diſſer frey Afonſo, noſſo çellareyro, ⁊ noſ las auemos por firmes ⁊ por eſtauillis aſy commo ſſe nos eſteueſemos preſentes. Et que iſto |[10] ſeia çerto ⁊ nõ ueña en dulta, nos, ſobre dito abbade, enuyamos uos ende eſta noſa carta aberta ⁊ aſeellada cõ noſſo ſeello ennas coſtas. |[11] Dada en Armẽteyra, quatro dias por andar do meſ de Março, era de mill ⁊ trezẽtos ⁊ çinquenta ⁊ çinquo annos. Et poys que a dita carta foy liuda, o dito |[12] frey Afonſo, çellareyro, aueoſſe conno dito Domĩgo Grandeyro en eſta guiſſa: conoſçuda couſa ſeia a todos que eu frey Afonſo, çellareyro do moeſteyro de Santa |[13] Maria d'Armẽteyra, en nume ⁊ en uoz de dom frey Domĩgo, abbade do dito (m)oeſteyro ⁊ conuẽto deſe lugar, pello poder que elles a mj̃ derõ per eſta carta |[14] ſobre dita, alugo a uos, Domĩgo Pereꝯ, dito Grandeyro, alfayate de Pon(te Ued)ra, ⁊ a uoſſa moller, Maria Eſteuez, ⁊ a uoſſa uoz as treſ quartas enteyramẽte da|[15]quellas caſas ⁊ moradas que eſtã enna Rua da Feyra ao quanto as (... .....)nna rua que uay para a feyra ⁊ enteſtan enno fondo enno forno de Johan |[16] Eanes Gago, das quaeſ caſas Fernã Pereꝯ Cabrita a hũa quart(a) (.....) que as alugo a uos ⁊ aa dita uoſſa moller as ditas treſ quartas das ditas |[17] caſas ⁊ moradas cõ ſſuas camaras ⁊ pertéénças ⁊ cõ todas ſſuas d(ereyturas ⁊) pertéénças que lle perteeçẽ ⁊ perteeçer deuẽ de dereyto, conuẽ a ſaber, deſte |[18] dia de Sam Miguell de Setenbro primeyro que uen ata dez ⁊ noue (annos con)p(ri)dos, conuẽ a ſaber, cada hũu anno por trijnta libras pequenas de moneda del R(ey) |[19] dom Fernãdo, a razõ de quatro dineyros por treſ ſoldoſ, as quaeſ libras ſſe deuẽ a pagar pellas terças do anno cada anno em terçaſ: dez na libra da dita moneda |[20] do qual alugeyro deſtes primeyros quatro annos vijndeyros outorgome eu, frey Afonſo, en nume do dito moeſteyro ⁊ conuẽto por bẽ pagado do dito alugeyr(o) |[21] dos ditos quatro annos primeyros. Et uos, Domĩgo Grandeyro ⁊ uoſſa moller ⁊ uoſa uoz, deuedes adubar as ditas treſ quartas das ditas caſas no dito |[22] tẽpo de reuoeluemẽto ⁊ de cabros ⁊ de ripa ⁊ de tella; ⁊ ſſe mays tella conprir a dita caſa ca eſta que agora tem ſeia pello alugeyro que uos, Domingo |[23] Grandeyro, deuedes a dar ao dito moeſteyro. Et outroſy de parede contra a rua ⁊ caales ⁊ traueſ o abbade ⁊ o moeſteyro ſobre dito deuenos adubar |[24] diſto ⁊ das outras couſas que lle forẽ meſter. Et fijndos os ditos dez ⁊ noue annos, as ditas caſas ⁊ moradas deuẽ a ficar liures ⁊ quitas |[25] ao moeſteyro d'Armẽteyra cõ quanto feytio en ellas for feyto, ſſaluo de camaras, ſe as uos, Domĩgo Grandeyro, fezerdes, que lleuedes o fe(i)|[26]tio dellas ou uollas conpren o dito moeſteyro a uoſſa uoontade. Et deuedes a morar o dito tẽpo as ditas caſas ⁊ ſſe os nõ quiſſerdes morar (...) |[27] per uos dardellos a tal home que

as more ⁊ mãtena en bóó eſtado ⁊ pagardes os alugeyros dellas ao dito moeſteyro aſſy commo dito he. Et o abbade |28 ⁊ conuẽto ſobre dito deuẽ anparar ⁊ defenderuos ⁊ uoſſa uoz a dito tẽpo connas ditas caſas de todo enbargo. Et a parte de nos ou de uos que contra |29 iſto ueer ⁊ que nõ conprir aſy commo ſobre dito he, outorgamos que peyte a outra parte de pẽa mill mrs. da dita moneda ⁊ eſte prazo eſté en ſua reuor. |30 Teſtes: Pedro Durã ⁊ Johã do Souto, carniçeyros, ⁊ Johan Eanes Trinoſſo d'Armẽteyra.

|31 Eu, Domĩgo Eanes, notario ſobre dito, a iſto fuj preſente ⁊ f(iz) ſcriuir ⁊ confirmey ⁊ uy a carta aſeellada do dito abbade d'Armẽteyra. *(Signo)*.

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1766, n.º 15. — 255 × 235 mm.

O documento encontra-se um pouco danificado; além de algumas manchas existentes na parte inferior, está roto na zona central.

Este documento foi escrito pelo mesmo notário dos documentos n.ºs 126 e 128.

126

1317. Pontevedra.

Fernã Eanes vende ao mosteiro de São João de Poyo todos os bens que possui em Toanzo, na freguesia de San Martín de Bueu.

In Dej nomine, amẽ. Conoſçuda couſa ſeia a todos que eu Fernã Eanes, fillo de Johan Martins de Toanço que foy, po(r) mj̃ ⁊ |2 por meu fillo Johan Fernandeꝯ que o outorga ⁊ por toda miña uoz vendo para ſenpre ⁊ firmemẽte ⁊ outorgo a uos dom |3 Pedro Martins, abbade do moeſteyro de San Johan de Poyo, ⁊ a uoſſa uoz quanta herdade ⁊ chantado ⁊ uoz ⁊ dereytura, |4 caſas, viñas, cortes, çelleyros, bouças, deueſas, pumares, reſios ⁊ auer mouil ⁊ rayꝯ que ey ⁊ auer deuo de de|5reyto por parte de meu padre ⁊ de miña madre ⁊ de meus auoos, de conpra ⁊ de gaança ⁊ d'auoengo enna |6 villa de Toanço que he en fregueſia de Sam Martino de Bueu hu quer que uáá en toda a dita villa de Toanço ad |7 mõteſ ⁊ a fontes aſſy commo eu Fernã Eanes agora teño ⁊ poſſuyo, ſaluante ende o quiñõ da viña que teño |8 aforada ⁊ o reſio, conuẽ a ſaber que uendo a uos o dito herdamẽto, aſſy commo dito he, por quatrocentos mrs. de |9 moneda del Rey dom Fernãdo de ſoldoſ viijº cada mr., os quaes dineyros de uos reçebj ⁊ ey ia en meu jur ⁊ en |10 meu poder ſem ne hũa excepçõ ⁊ contradiçõ. Et renuço a todo derey(t)o que nũca ende diga

o *contr*ario. Et ſe |[11] eſte h*er*damẽto mayſ ual q*ue* iſto q*ue* a mj̃ dadeſ, douuolo en doaçõ por muyto bem q*ue* de uos reçebj ⁊ reçe|[12]bo de q*ue* m(*e*) (...)mo por ent*re*go ⁊ bem pagado. Et p*ro*meto p*er* todos me*us* bẽes, os q*ue* ey ⁊ aſp*er*o a au*er* a enp*ar*ar ⁊ de|[13]fender uos ⁊ toda uoſſa uoz conna dita uendiçõ de todo enbargamẽto da q*ua*l oie eſte dia de mj̃ ⁊ de miña |[14] uoz tollo o iur ⁊ o ſſenorio ⁊ a poſiſſom ⁊ a p*ro*piadade ⁊ en uos ⁊ en uoſſa uoz o traſpaſſo p*er* eſta p*re*ſente carta aſy |[15] q*ue* enn*os* tenpos de ſenp*re* toda uoſſa uoentade della façades. Se alguẽ uos ou uoſſa uoz ſobr*e* aq*ue*ſta uendi|[16]çom enbargar, quẽ q*uer* q*ue* for peyte a uoſ ⁊ a uoſſa uoz a d*i*ta uendiçõ *con* doblo ⁊ a carta eſté en reuor. Feyta |[17] a carta XV dias de Juyo, era de mill ⁊ CCC ⁊ çinq*ue*nta ⁊ çinq*uo* ann*os*. Diſto ſom teſtemoyas Nuno Nu*n*es, rec(*to*)r |[18] da jglleia de San Bertolame*u* de Pont*e* Uedra; Pay Pere*o* ⁊ Eſteuõo Garçia, frade*o* de Sam Joh*an* |[19] de Poyo; Domĩgo M*ar*t*inz* de Toanço ⁊ Joh*an* Fern*andeo*, neto de Domĩgo Ean*eo* da Virilla. |[20] Eu, Domĩgo Ean*es*, not*ar*io de Pont*e* Uedra jurado, a iſto fuj p*re*ſent*e*, ſcriuj ⁊ *con*firme*y*. *(Signo)*.

A. H. N. Poyo (Pontevedra). Benedictinos. San Juan. Pasta 1862, n.º 9. — 200 × 165 mm.

Algumas palavras encontram-se bastante danificadas; contudo, em quase todos os casos foi possível ler com segurança essas formas ou reconstituir algumas das letras ilegíveis.

127

1318. Pontevedra.

Gonçalo Fernandes, escudeiro, doa ao mosteiro de Santa Maria de Armenteira três «almudes de pã» que tem de renda na igreja de San Vicente de Nogueira e dez dinheiros leoneses que tem de renda na igreja de San Martín de Padrenda.

In Dej nomine, amẽ. Era de mill .CCC.ª LVj.ª ann*os* ⁊ o q*uo*t*um* .XXV.º dias de Janeyro. Sabam q*ua*ntos eſta carta virem comm*o* eu Gonçaluo Fern*andez* de M(...), |[2] ſcudeiro, fillo q*ue* fuy de Fernã Sanchez, caualleyro, por mj̃ ⁊ por toda miña boa uoontade dou ⁊ dóó en doaçõ p*er*durauil p*ar*a ſenp*re* aſſy comm*o* doaçõ me|[3]llor ⁊ mays firm*e* pode ⁊ deue ſeer de dereyto em rrimijmento de me*us* pecados ⁊ porlas almas daq*ue*las peſſõas de q*ue* ey auer allẽo q*ue* nõ ſey ſe*us* dones |[4] ⁊ porlas almas de meu padre ⁊ de miña madre ⁊ da miña ao moeſteyro de S*an*ta M*ar*ia d'Armẽteyra ⁊ a toda ſua uoz p*ar*a ſenp*re* treſ almudes de pã q*ue* eu |[5] ey de rrenda cada ann*o*

enna meatade da igleia de San Viçenço de Nogeyra que he de Santiago. Item lle dou dez dineyros leoneſes que eu ey de rrenda |6 cada anno enna igleia de Sam Martino de Padreenda na uoz de Santa Cristina. As quaeſ doações dou ao dito moeſteyro commo dito he ꝛ por muyto bem |7 ꝛ aiuda que del rreçebj de que me outorgo por bem pagado. Et prometo per meus bẽeſ que anpare cõ a dita doaçõ o dito moeſteyro para ſenpre; |8 a qual dita doaçõ o dito moeſteiro aia para ſenpre ꝛ faça ſua uoontade. O senorio, o iur, a poſſiſon ꝛ a propiadade da qual de mj rremouo ꝛ enno dito moeſteiro traſpaſſo |9 per eſta preſente carta. Et se eu ou outro algũu da miña parte ou da eſtraÿa contra iſto uéér peyte ao dito moeſteiro duzentos mor. de |10 branquos ꝛ eſta carta ꝛ doaçõ ſenpre en ſua rreuor permaeſca.

|11 Teſtemonas: Johan Eanes, clerigo de Sam Lourenço de Nogeira; Fernã Paez, dito Carreyra; Johan de Cordoua ꝛ Afonſſo (.....) |12, ſeu yrmão, ſcripuães.

|13 Eu Nuno Perez, notario de Ponte Uedra jurado, a iſto fuy preſente ꝛ ſcripuj ꝛ confirmo ꝛ y meu sinal poño que tal é. *(Signo).*

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1766, n.º 18. — 245 × 135 mm.

A última forma das linhas 1 e 11 encontram-se ilegíveis.

San Viçenço de Nogeyra, l. 5: freg. do ayunt. de Meis, part. jud. Cambados, prov. Pontevedra. *Sam Martino de Padreenda*, l. 6: freg. do ayunt. de Meaño, part. jud. Cambados. *Sam Lourenço de Nogeira*, l. 11: freg. do ayunt. de Meis.

128

1320. Pontevedra.

João Fernandes, morador na freguesia de Santa María de Cela, deve a Nuno Nunes, reitor da igreja de São Bartolomeu de Pontevedra, cinquenta libras pequenas de dinheiros portugueses. Por esse motivo, empenha a Nuno Nunes os herdamentos de Vila Nova e de Cangas, com a condição de que lhe dê uma taleiga de cereais por ano, enquanto possuir os referidos herdamentos.

Era de mill ꝛ CCC LViijº annos ꝛ quotum xj dias de Juyo. Conoſçuda |2 couſa ſeia a todos que eu Johan Fernandeꝯ, fillo de Fernã Nuneꝯ de Quin-|3teela ꝛ de Maria Pereꝯ, morador enna freguesia de Santa Maria |4 de Çella, confeſo ꝛ outorgo que deuo a uos, Nuno Nuneꝯ, rrector da |5 jglleia de Sam Bertholameu de Ponte Uedra ꝛ a uoſſa uoꝯ libras |6 çinquenta pequenas de

dineyros portugaleſes ⁊ ſom d'enpreſtido que de |7 uos reçebj que ey ĩa en meu jur ſem contradita nẽ hũa pollas |8 quaes a uos ⁊ a uoſſa uoσ poño en peñor ⁊ meto en jur ⁊ en |9 mão aquelle herdamẽto que eu teño en Villa Noua ⁊ en Cãgas |10 que y ha Johan Pereσ, meu tio, o qual herdamẽto eu teño ⁊ procuro |11 por el et deuedes a mj̃ a dar cada anno mentre que teuer|12des o dito herdamẽto hũa teeiga de çeueyra. Et cada |13 que a uos ou a uoſſa uoσ der os ditos dineyros cada anno, de Sam |14 Martino en Sam Martino, deuedelos a fillar ⁊ leixardes a mj̃ ⁊ a miña uoσ |15 o dito herdamẽto liure ⁊ quito de todo enbargo. Et ſe uos, |16 Nuno Nuneσ, nõ quiſerdes teer o dito herdamẽto deuouolo |17 eu a quitar cada que for uoſſa uoentade ⁊ pagaruos os ditos |18 dineyros de Sam Martino en Sam Martino et anpararuos cõ el per mj̃ ⁊ per |19 todos meus bẽes et iſto ſeer ſo pẽna de çem mrs. de moneda |20 del Rey dom Fernãdo. Teſtes: Nuno Pereσ de Ueeyro, eſcudeyro; |21 Johan Domingueσ d'Aſnal; Beyto Eanes, capellã; Domĩgo Fernandeσ, clerigo, ⁊ outros. |22 Eu, Domĩgo Eanes, notario de Ponte Uedra, a iſ(to) (foy) |23 preſente, ſcriuj ⁊ confirmey ⁊ meu ſynal y poño que tal eſt. (Signo).

A. H. N. Poyo (Pontevedra). Benedictinos. San Juan. Pasta 1862, n.º 11. — 110 × 180 mm.

Linha 3, *Santa Maria:* depois da última letra há um *a*, um pouco manchado e raspado. — Linha 6, *enpreſtido:* o sinal de abreviatura que existe sobre o *p* parece ser o que deriva de um *i* sobreposto. — Linha 22: depois de *Ponte Uedra*, há uma letra que parece ser *p*, cortado por sinal de abreviatura.

Ueeyro, l. 20: provavelmente Uieiro, ald. da freg. de San Mamed de Loño, ayunt. Carbia.

129

1322, Lanzada.

O abade e o mosteiro de Santa Maria de Armenteira arrendam a Fernão Martins, chamado Mourinho, mercador de Pontevedra, uma casa situada nessa cidade, junto ao ribeiro.

Era de mill CCC LX. anos ⁊ quotum .XX. dias andados do mes de Dezẽbro. Cono|²çuda couſa ſeia a todos commo nos, dom frey Domingo, abbade do moſteyro de Santa Maria |³ d'Ermẽteyra, ⁊ o conuento deſſe logar preſente ⁊ outorgante, damos a uos, |⁴ Fernã Martins, dito Mouriño, mercador de Ponte Uedra, a noſſa caſa que nos aue(mos) |⁵ eno ribeyro, ena villa de Ponte Uedra, que é ena freiguſa de Sam Be(.....)|⁶eu, que a tenades en toda vida de frey Afonſo, noſſo cellareyro, ⁊ que a adub(e)|⁷des de madeyra

ȝ de tella ȝ daq*ue*llas couſas q*ue* ou*er* meſter, ſaluo ſe que*er* |[8] ou arder toda — de q*ue* a De*us* garde — q*ue* ſſe faça pello cuſto do moſte*yro*; ȝ eſte |[9] adubeyro ſe deue a faz*er* p*er* uoſſa cuſta a viſta do d*i*to abbade ȝ de dom Eſteuóó, |[10] deſte Sam Johan*ne* de Juyo p*ri*me*yro* q*ue* uẽ ata hũu ano *con*prido; da q*ua*l caſa de|[11]uedes a dar en cada hũu an*no* .LX. l*i*bra*s* de d*i*ney*ros* p*ortugue*ſes, a razõ de q*ua*tro d*i*ney*ros* |[12] por tres ſ*oldo*ſ ou cõtya q*ue* os ualla: a hũa meadade polla p*ri*me*yra* Domīg(*a*) |[13] d'Auẽto ȝ a outra meadade por dia de Sam Miguel de Setenbro. Et |[14] en q*ua*nto o d*i*to frey Afon*ſo* teu*er* arãdado as pixotas q*ue* agora tẽ q*ue* uos |[15] q*ue* lle paguedes eſtes d*i*ney*ros* ȝ depoys q*ue* as nõ teu*er* q*ue* os d*i*ney*ros* q*ue* os |[16] dedes aq*ue*ll q*ue* teu*er* eſta ouéénça ou a q*ue* uos mãdarẽ o d*i*to abbade ȝ |[17] conuẽto; ȝ ſe os aſſy nõ paguardes a eſtes t*er*minos ſobred*i*tos q*ue* o |[18] moſte*yro* q*ue* poſſa fillar ſua caſa. Et uos nõ deuedes uẽder nẽ ſope|[19]norar nẽ alear nẽ uoſſa en outro nẽ outros trasmudar, ſaluo q*ue* a |[20] poſſa allugar a q*ue*n for mina uóóntade en eſte tẽpo. Et a parte de nos |[21] q*ue* cõtra iſto paſar peite a parte q*ue* o *con*prir ȝ agardar .C. mr. da moeda |[22] de rey dom Fern*ando*. Et eſte prazo firmemẽte ualla en ſua reuor. Teſtes: |[23] Pedro Perez do Villar do Groue ȝ Pedro Orgullo ȝ Johã Lourẽço, hom*m*es |[24] do moſteyro.

|[25] Eu Joh*an* Fern*andez*, not*ar*io iurado en terra de Lançada ȝ |[26] de Salnes, preſſente foy ȝ fiz ſcriuir ȝ meu ſinal hy |[27] pono q*ue* tal eſte. *(Signo)*.

A. H. N. — Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1767, n.º 14. — 145 × 205 mm.

Linha 5, *freiguiſa:* (sic!). Possivelmente por lapso. — Linha 9, *uoſſa:* a primeira letra encontra-se um pouco manchada, não sendo muito claro se se trata de *uoſſa* ou *noſſa*. O sentido geral da frase parece levar a preferir a leitura *uoſſa*.

130

1325. Santa María de Dozón.

Elvira Fernandes faz testamento de seus bens.

Sabeã q*ua*ntos eſte teſtam*en*to uirẽ com*m*o eu Eluira Fern*andeꝛ*, muller de Roy |[2] Gar*c*ia de Froyães, iaçẽdo doẽte, p*er*o cõ todo meu ſiſo ȝ *con* todo meu ẽtendem*en*to |[3] q*ua*l mo De*us* q*ui*ſo dar, faço meu teſtam*en*to ȝ myna puſtrime*yra* uoõtade; tem*en*do |[4] De*us* ȝ as pẽas do jnferno, p*ri*me*yram*en*te mãdo a myna alma a De*us* ȝ o meu |[5] corpo a Sã Pedro de Uilla Noua ȝ mãdo y comigo .C. mor. de purtugue*ſes* |[6] et o meu pellote aos cl*er*igos ȝ

meu çerame que uáá comigo ⁊ a myna |7 ſaya a eſta igleia de Santa Maria de Bidoeyros ⁊ .vj. teegas de pã ⁊ hũ ſeſteyro a |8 Sã Saluador ⁊ outro ſeſteyro a Santa Maria de Deçõ ⁊ outro ſeſteyro a Sáá ⁊ hũ ſeſteyro |9 a San Uereyxemo ⁊ hũa libra de çera a Santa Crux. Et mãdo a myna her|10dade do Caſtro que é ſu cadẽa de Sã Saluador do Õor ⁊ a myna herdade |11 que conprey cõ Roy Garcia na frijgueſia de Santa Maria de Bidoeyros que a teña Roy Garcia |12 en ſua uida ⁊ a ſua morte que fique liure ⁊ quite ao moeſteyro de Sã Pedro de |13 Uylla Noua polas noſſas almas ⁊ daquelles cuia foy ⁊ eſta herdade lle |14 mãdo pollo quinto do que ey que poſſo mãdar de dereyto ⁊ per outorgamento do |15 dito Roy Garcia, meu marido, que é preſẽte; ⁊ eu Roy Garcia aſſi o outorgo ⁊ aa morte |16 de Roy Garcia que nos ponã na regla ⁊ nos façã ofiçio de conpaneyras cada |17 anno. Et mãdo por eſtes dos anos primeyros que ueẽ as primeyras nouydades |18 que ueẽ aa igleia de Sã Tome por myna alma ⁊ daquelles cuias forõ; et |19 des ali endeãte que fiquẽ liures ⁊ quitas as nouydades ⁊ os herdamentos áás |20 mynas fillas ⁊ a meatade do meu auer mouil deſ u for ſoterrada |21 uẽdao Roy Garcia que eu faço meu heree ⁊ deo por myna alma enxente |22 os panos da cama que fiquẽ aas mynas fillas; ⁊ mãdo que dẽ logo o |23 ſeu quinõ a Móór Rodrigueσ, myna filla, do herdamento ⁊ de todóó auer ⁊ o deſtas |24 outras mynas fillas que o teña Roy Garcia ⁊ penſe dellas ata que ſſe caſe ⁊ deſ que |25 caſar fiquẽ as mynas fillas aa abbadeſſa ⁊ o auer ⁊ penſſe dellas. |26 Et mãdo aa igleia de Uillella hũ ſeſteyro de pã ⁊ mãdo a Maryna Ruuea |27 .L. ſoldoſ ⁊ mãdo a Marina de Uillarello .L. ſoldoſ et quẽ quer que contra eſto paſſar |28 aia a myna maldiçõ ⁊ a de Deus ⁊ de Sã Pedro ⁊ peyte aa parte .C. mor. ⁊ áá |29 uoz do rey outros çẽto et o teſtamento ualla para ſempre. Feyto foy |30 eſte teſtamento en Bidoeyros, quarta feyra, oyto dias por ãdar de Nouẽbre, era |31 de mill ⁊ .CCCLXiij. annos. Teſtes que a eſto forum chamadas ⁊ rogadas: Fernã Eanes |32 de Froães; Martin Pereσ, capellã da abbadeſſa; Garçia Martinσ ⁊ Fernã Eanes, clerigos da abbadeſſa; |33 Johan Dõçel ⁊ Afonſo Eanes, ſeruẽtes da abbadeſſa, ⁊ Miguell Domingues de Sangunedo. Et eu, |34 Lopo Ares, notario jurado de Deçom por Afonſo Eanes, notario publico del rey, eſta |35 mãda eſcripui per mãdado da dita Eluira Fernandeσ ⁊ de ſeu marido Roy |36 Garcia que eſtaua preſẽte ⁊ a outorgou ⁊ meu ſinal y fiσ |37 en teſtemoyo de uerdade que tal eſt. *(Signo)*.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1542, n.º 20. — 165 × 270 mm.

Linha 6, *pellote:* depois do *t*, o documento está um pouco raspado, mas vêem-se ainda vestigios de um *e*. — Linha 10, *myna:* a segunda e terceira letras estão um pouco raspadas e apagadas. Consegue-se, contudo, descobrir vestígios de *y* e *n*. — Linha 16, *façã:* a cedilha encontra-se um pouco raspada e apagada. — Linha 31, *Fernã:* a forma aparece abreviada, mas falta qualquer sinal de abreviatura.

Bidoeyros, l. 7, l. 11, l. 30: Santa María de Vidueiros, freg. do ayunt. de Dozón, part. jud. de Lalín, prov. Pontevedra. *Deçom*, l. 34: existe actualmente a freg. de Santa María de Dozón, no ayunt. do mesmo nome e no part. jud. de Lalín.

131

1333. Deza.

Maior Vasques, mulher de Afonso Soares de Deza, vende a frei Lopo Ares, monge do mosteiro de Santa Maria de Oseira, os bens que possui em San Martín de Maceira, em Deza, e o casal de Trascastro na freguesia de Santa Maria de Donramiro.

Sabeam quantos eſta carta virẽ comm(o) eu Moor Vaaſquez, derradeyra moller que foy d' Afonſo |2 Suarez de De£a, vendo a uos frey Lopo Ares, mõge d'Oſſeyra, ⁊ a toda uoſſa uoz, conuen a ſaber, |3 quanto eu ey ena uylla de Maçeeyra en De£a aſſi en ygligario commo en leygario que a a mj̃ per|4tẽece eneſſa igleia de San Martiño que he eneſſa villa de Maceeyra a mõteſ ⁊ a fonteſ cõ todaſ |5 ſuaſ perteençaſ tam bem en herdades commo en outras dereyturas ⁊ ſenorios quaes quer. Outroſ(y) |6 vendo a uos o meu caſar de Traſcaſtro que he na flijguiſia de Santa Maria de don Ramiro en (.....), |7 o qual eu conprey de Saluador Perez ⁊ de ſua moller Marina Frãca cõ todas ſua(s) (.....), |8 caſas ⁊ aruoreſ a mõteſ ⁊ a fontes. Eſto uẽdo a uos por eſteſ .XV. an(of)(.....) |9 víjdeyros que ſe começarã en Janeyro ena era de mill ⁊ CCC ⁊ LXX ⁊ hũ (....) |10 conpridos et acabados de Janeyro a Janeyro .XV. nouydades. Et eſto uend(o) (....) |11 por pre£o nomeado que a mj̃ ⁊ a uos plouuo conuẽ a ſaber ſeycentos mor. (.....) |12 contados a dez ⁊ ſeys par de dyneiros por iij mrs., of quaes mrs. outorgo que u(....) |13 aia pagados ⁊ cõtados ⁊ paſſados a meu jur ⁊ a meu poder. Et outorgo que nũ(ca) |14 deſto poſſadi£ o contrario en jui£o nẽ fora de jui£o per mj̃ nẽ per outro ⁊ bem(..|15....) e dos dyneyros nõ cõtados ⁊ a ter£a das nouidades de dereyto ⁊ de feyto ⁊ |16 (.....)ro ⁊ a ſſ(.....) ⁊ a traſlado deſte pla£o (.....) de uogado ⁊ de cõſſello ⁊ a todaſ |17 outras boaſ ra£oes ⁊ defenſſões que por mj̃ ſobre eſto podeſſe auer que me nõ ual|18la que cõtra eſto foſſe contrario. Et outroſi que nũca me poſſa chamar a ra£on de |19 mal cõprado ca con(...) que eu vendj o mellor que pude ⁊ uos conpraſteſ ſen enga|20no a ra£on ⁊ ſen malli£ia ⁊ a meu placer pero per tal condiçon que ſe ueer |21 grando ou geada que aſ nouydadeſ deſteſ lugares tolla que tenadeſ adeãte eſteſ |22 herdamẽtos depoys dos .XV. anos ſobreditos ata que ſeiadeſ entrego

do mj̃guado |[23] q*ue* ſe p*er*der dos ditos lugares ⁊ q*ue* deſto ſeiades cr*i*udo p*er* uoſſa ſympliz parauoa. |[24] Et pera eſto aſſi cõp*r*ir ⁊ agardar obligo mj̃ ⁊ todos me*us* bees q*ue* aio ⁊ aſ|[25]pero auer ſu pẽna de mill mrs. da d*i*ta mon*eda*. Et eſpecialmẽte obligo |[26] a uos o meu caſal de Cenamill pera pagar a uos a dita pena ſſe *contra* eſto |[27] veer en nehua maneyra p*er* mj̃ nẽ p*er* outro en nẽ hũu tẽpo en juj$o |[28] nẽ fora de juj$o ⁊ a defender a uos ⁊ anparar conos ditos lugares |[29] a dereyto pollo dito tẽpo. Et eſtes .XV. anos paſſados, q*ue* eſtes herdamẽtos |[30] fiq*uen* a mj̃ ou a mjña uoz liureſ ⁊ q*uitos*. Et q*ue* eſto ſeia firme ⁊ ualledeyro |[31] mandey a Areſ Fernãdez, notario en De$a q*ue* fe$eſſe ende eſte eſtorm*ẽ*to |[32] p*ar*tido p*er* .a b. c. ⁊ firme ⁊ ualledeyro com*mo* d*i*to he pollo d*i*to tẽpo. Teſte|[33]muyaſ: dom Vaſco Fernãdez, abbade de Sam L*ourẽ*ço de Caruoeyro, ⁊ G*arci*a Aneſ, p*ri*or, ⁊ |[34] frey Johã, mõgeſ d'Oſſeyra, ⁊ frey L*oureç*o de Parede Soa ⁊ Johã Mig*uel*lez de |[35] Q*ui*nteella ⁊ P*edr*o Fernãdez, cabe$a de uaca, ⁊ Roy Gõ$aluez, fillo de |[36] G*onçalu*o Fernãdez de Rodeyro. Et eu, Areſ Fernãdez, notario publico.

A. H. N. Oseira (Orense). Bernardos. Santa María. Pasta 1545, n.º 7. — 140 × 190 mm.

O documento encontra-se bastante danificado: está roto, quer na margem esquerda, quer na margem direita. Há, além disso, uma extensa mancha na zona central, parecendo ter sido raspado e escrito por cima.

Linha 1, *derradeyra:* no manuscrito, por lapso, encontra-se *derradeyro.* — Linha 2, *mõge:* não se entende a razão de ser da forma do plural *mõges* que surge no pergaminho, a não ser que tenha havido salto de algum nome próprio. — Linha 13, *aia:* embora as letras estejam um pouco deterioradas, parece ler-se *aia.* — Linha 20, *placer:* não se vê qualquer indício de cedilha; contudo, esta forma encontra-se na zona central do documento, bastante danificada. — Linha 31, *en De$a:* a forma *en* está escrita na entrelinha; primeiramente tinha sido escrita a forma *de,* depois inutilizada. — Linha 33, *dom:* escrito na entrelinha.

De$a, l. 2, l. 3 e l. 31: antiga jurisdição na província de Pontevedra, situada entre o rio do mesmo nome e o Arnego. *Traſcaſtro,* l. 6: aldeia da província de Pontevedra, ayunt. Lalín, freg. Sta. María de Donramiro.

132

1403. Nogueira.

O abade e o convento de Santa Maria de Armenteira aforam a Soeiro Peres de Santa Cristina das Cobas o casal de Rios.

Era do an*n*o do naçeme*n*to de n*ueſt*ro Señor Ihe*s*u *Chriſt*o de mjll ⁊ qu*at*roçentos tres an*n*os, |[2] dez ⁊ ſepte dias do mes de Setẽbre. Sabeam todos

commo nos, dom frey *Gonçal*uo |[3] de Ponteuedra, abade do mo*ſteyr*o de *San*ta *Mar*ia de Armen*teyr*a, ⁊ frey *Pedr*o ⁊ frey *Domingo*, |[4] priyor, ⁊ frey *Mart*ino de Moraña, juntados en*n*a cama*r*a do di*t*o abade do di*t*o mo*ſteyr*o, |[5] ſeg*und*o auemos de cuſtume por nos ⁊ em nom*m*j do di*t*o mo*ſteyr*o ⁊ do conuento del |[6] damos a foro ⁊ a lauor p*ar*a senp*r*e a vos, Soeyro *Pereꝯ* de *San*ta *Criſt*yna das Co|[7]uas, ⁊ a voſa moll*er*, *Mar*ia Ean*es*, ⁊ a uoſa voz aq*ue*le noſo caſal de Ryos |[8] cõ todas ſuas caſas ⁊ vynas ⁊ her*d*ades et chantados ⁊ voꝯes ⁊ de*r*ey*tur*as |[9] q*ue* ao di*t*o caſal p*er*tẽçẽ, ſeg*und*o ſe por el huſarõ ⁊ aforamos vos em eſta |[10] giſa q*ue* nos dedes cada hũu an*n*o p*ar*a senp*r*e o terço de todo o pã q*ue* la|[11]u*r*ardes en*n*a noſa her*d*ade ⁊ meo do vyno da vyna q*ue* topa en*n*o |[12] baçello da Barrãteſa q*ue* jaꝯe ont*r*e a leira de Jo*an*, o Moço, ⁊ ont*r*e a de |[13] Diego Alu*ar*eꝯ. Item vos aforamos mais p*ar*a ſenp*r*e o baçello da Barrã|[14]teſa q*ue* o tem ⁊ fez Jo*an* Pereꝯ em eſta giſa q*ue* Jo*an* Pereꝯ q*ue* o tena em ſua |[15] vyda ⁊ de ſua moll*er* com*m*o o ora tem ⁊ a ſeu ſeym*en*to q*ue* vos o a|[16]jades et q*ue* dedes a nos cada an*n*o o terço q*ue* Deus y de*r* em voſas |[17] vydas ⁊ a voſo ſeim*en*to q*ue* voſa voz dé cada an*n*o a meadade ao |[18] di*t*o mo*ſteyr*o ⁊ das outr*as* vynas q*ue* ha en*n*o di*t*o caſal q*ue* nos dedes |[19] a terça cada an*n*o ao di*t*o mo*ſteyr*o ⁊ q*ue* o di*t*o mo*ſteyr*o q*ue* vos dé hũu boy ⁊ |[20] duas vaq*u*as ⁊ mãter vos em elo ⁊ p*er* nos ⁊ p*er* los bẽes do di*t*o |[21] mo*ſteyr*o q*ue* os p*ar*a eſto obrigamos ⁊ q*ue* nos dedes cada an*n*o por ſe*r*ujço |[22] hũu ſangano ⁊ hũa cabaça de vyno ⁊ hũu par de capões ⁊ hũa |[23] marrãa em vyda do abade ⁊ nõ mays ⁊ q*ue* o di*t*o mo*ſteyr*o q*ue* page |[24] o ter̃ço dos foros ⁊ nos, o di*t*o abade ⁊ *con*uẽto, q*ue* vos defen-da|[25]mos ⁊ emparemos en*n*os ten̄pos de ſenp*r*e p*er* nos ⁊ p*er* los |[26] bẽes do di*t*o mo*ſteyr*o q*ue* vos p*ar*a elo obrigamos; ⁊ eu, o di*t*o Soeiro |[27] *Pereꝯ*, aſi o reçebo p*er* mj̃ ⁊ p*er* meus bẽes q*ue* ey ⁊ auer aſpero q*ue* |[28] vos p*ar*a eſto obrigo ⁊ q*ua*l q*ue*r de nos q*ue* *contra* eſto for ⁊ aſi |[29] nõ *con*prjr q*ue* peite por pẽna a p*ar*te q*ue* o agardar duçentos [...] ⁊ o di*t*o |[30] eſtorm*en*to valla em ſua reuor. Te*ſtes*: Jo*an* de Josym et Roy Gomes |[31] de Meis ⁊ Steuo Pe*r*es do Valle de Meis ⁊ Jo*an* Rapoſo de Seramago|[32]ſo ⁊ Jo*an* Mar*tins* de Porteeceelo ⁊ outros.

|[33] E eu *Gonçal*uo Fe*r*nandeꝯ, not*ar*io pp*u*b*l*ico jurado do couto de Nog*ueyr*a ⁊ de Caldas |[34] de Rey ⁊ de t*er*ra de Salnes, eſte eſtorm*en*to pp*u*b*l*ico |[35] ſaq*ue*y das notas pp*u*b*l*icas et autentiq*ua*s q*ue* forõ ⁊ paſarõ p*er* |[36] *Gonçal*uo Pe*r*es, not*ar*io q*ue* foy do di*t*o couto de Nog*ueyr*a ⁊ Caldas de Rey |[37] ⁊ t*er*ra de Salnes, meu anteçeſor q*ue* foy, aſ q*ua*es notas nõ erã |[38] raſas nẽ cançelladas nẽ em algũa p*ar*te ſoſpeitas; ⁊ p*er* as q*ua*es |[39] notas em pp*u*b*l*ica forma ſaq*ua*r eu ey poder et autoridade do |[40] ſeñor arçibi*ſ*po de *San*tiago ⁊ cõfyrmo aq*ui* meu nomj ⁊ ſignal poño |[41] em te*ſtimoy*o de v*er*-dade q*ue* tal he. *(Signo intercalado entre as linhas 33 e 37).*

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1775, n.º 12. — 175 × 330 mm.

Linha 8: entre a forma *herdades* e a copulativa há um sinal que parece estar inutilizado. — Linha 10, *pã:* há vestígios de *n* ou *m* bastante apagados. — Linha 12, *Barrãteſa:* a palavra parece terminar em *-o;* uniformizou-se, porém, de acordo com a forma registada nas linhas 13-14. — Linha 37, *erã:* falta o til. — Linha 39: depois de *ſaquar* existe ⁊ que omiti na transcrição pelo facto de o sentido assim o exigir.

Moraña, l. 4: ayunt. da provincia de Pontevedra, part. jud. de Caldas de Reyes. *Santa Criſtyna das Couas*, ll. 6-7: Santa Cristina de Cobas, freg. do ayunt. de Meaño, prov. Pontevedra. *Meis*, l. 31: provavelmente San Martín de Meis, freg. capital do ayunt. do mesmo nome, na provincia de Pontevedra. Compreende vários bairros, entre os quais *Saramagoso*.

133

1407. Armenteira.

O abade e o mosteiro de Santa Maria de Armenteira aforam a João Gomes e a sua mulher o Paço de Meis, chamado "Fondo da Vila".

Anno do naçemẽto de n*ue*ſ*t*ro Señor Ih*es*u *Chri*ſ*t*o de mjll ⁊ q*ua*tro-çentos ⁊ sete an*n*os, o poſtrom*eyro* dia de Março. Saban todos q*ue* nos, |[2] don frey *Gonçal*uo, abade do moſteyro de *San*ta Maria d'Armẽteyra, ⁊ frey Dom*in*go, prior do d*i*to moſteyro, ⁊ frey Afom*ſo* de Nog*ueyra* ⁊ frey Eſteuo, |[3] çelareiro do d*i*to moſteyro, ⁊ frey Joh*an* de Curro et frey Afonso Cão ⁊ frey Juã de Pont*e* Uedra ⁊ frey Rodrigo |[4] ⁊ frey Joh*an* de Rios ⁊ frey Alualo ⁊ frey Fernãdo de Mõtellõ, mõjes do d*i*to moſte*yro*, q*ue* semos juntados en*n*o |[5] cabidóó do d*i*to moſteyro p*er* tangemẽto de canpãa, se*gun*do q*ue* auemos de vso ⁊ de coſtum*e*, por nos ⁊ en nome do d*i*to |[6] moſte*yro* ⁊ conuẽto del, aforamos a uos, Joh*an* Gom*es*, caſtelaão do Paaço de Meis, ⁊ a uoſa moll*er*, Maria Pere*a*, en todas |[7] voſas vidas d'anbos ⁊ dous ⁊ mays tres voaes aalende do poſtrom*eyro* de uos en eſta giſa q*ue* o poſtro|[8]m*eyro* de uos q*ue* nomẽe a p*rim*eyra uoz ⁊ a p*rim*eyra uoz q*ue* nomẽe a segũda uoz ⁊ a segũda uoz q*ue* nomee a t*er*ceyra |[9] voz et mays aalende das d*i*tas uoz*es* vynte ⁊ noue an*n*os. Conuẽ a ſabe[*r*] q*ue* uos aforamos o noſo |[10] lugar do Paaço de Meis q*ue* chamã de Fondo da Villa, cõ todas las h*er*dades ⁊ chantados ⁊ caſas ⁊ |[11] vynas ⁊ uozes ⁊ d*er*eyt*ur*as q*ue* ao d*i*to caſal p*er*teesçẽ ⁊ p*er*teeſçer deuẽ p*er* tal man*eyra* ⁊ condiçõ q*ue* uos ⁊ uoſas |[12] voz*es* more*des* en*n*o d*i*to casal do d*i*to moſteyro ⁊ rrepare*des* as caſas del ⁊ laure*des* as bjñas ⁊ h*er*dade*s* |[13] do d*i*to caſal de todo o q*ue* lle conplir en giſa q*ue* ſe nõ p*er*gã por mj̃goa de

lauor ⁊ chouſura ⁊ garda |[14] ⁊ bõo paramẽto ⁊ de todo o pã ⁊ outras quaes quer nouidades que Deus der ennas herdades do dito lugar que |[15] dedes ⁊ pagedes ao dito moſteyro a terça parte, enteiramente diσemo pagado a Deus de conſũu. Et que dedes |[16] ⁊ pagedes cada anno das byñas d'Obudo ao dito moſteyro a meadade do byno que Deus en elas der, diσemo |[17] pagado a Deus de conſũu. Et uos que ajades a outra meadade. Et que dedes ⁊ pagedes cada anno ao dito |[18] moſteyro das byñas d'Outrelo et de traſ a casa a terça parte do bjño que Deus en elas der. Et en mẽtre |[19] nõ chantardes a outra herdade que jaσ a cabo desta vyña de tras la casa, que pagedes da dita byna de |[20] tras la casa a meadade. Et deſpois que for chantada a dita herdade ⁊ der byño, que dedes da dita leyra |[21] de tras la caſa ⁊ herdade sobre dita terça do bjño aa dorna, dizemo pagado a Deus de conſũu, ⁊ mays |[22] nõ; ⁊ uos auerdes os dous terços por uoſo lauor ⁊ collerdes o dito pan ⁊ bjño pelo mõje ⁊ home do dito |[23] moſteyro ⁊ dardes de comer ⁊ de beber aaquel que porlo dito moſteyro eſteuer a coller o dito pã ⁊ byño en quanto se |[24] coller ⁊ byndimar. Et que nos demos para semẽte hũa talega de pã, medio mjllo ⁊ medio çeueyra |[25] ⁊ hũu boy ⁊ duas uaquas; ⁊ morrẽdo eſtas que uos den outras ⁊ que nõ ajades delas parte nẽ quinõ saluo |[26] que andẽ enteiramente por nos et que nos dedes por ſeruiço por cada dia de Natal hũu sangaño ⁊ hũu |[27] par de capõos fonçenados ⁊ hũa cabaça de bjño de seys quartos de byño tinto ⁊ hũu porquo. |[28] Et eu, o dito dõ abade, que uos dé hũa porqua para criança. Et auẽdo uos ou uoſas uozes de bender |[29] ou sopenorar ou allear eſte dito aforamento ou o dereyto que enel ouuerdes, que o façades ao dito moſteyro |[30] tãto por tãto commo nos outro por elo der ⁊ nõ no querendo o dito moſteyro, seendo sobr' elo |[31] frõtado, que entõ que o façades a pesoas semjlares de uos que façã o dito foro ao dito moſteyro |[32] ⁊ conplã ⁊ pagẽ todo o que uos por eſte eſtormẽto sodes tiudos de fazer ⁊ conplir ⁊ pagar. |[33] Et seerdes anparados ⁊ defesos uos ⁊ uoſas uozes cõ eſte dito aforamento enno dito tenpo de |[34] todo enbargo pelos bẽes do dito moſteyro que uos para elo obrigamos. Et eu, o dito Johan Gomes, |[35] caſtelaao, que soõ preſente por mj̃ ⁊ en nome da dita mjna moller que nõ eſtá presente porla |[36] qual me obrigo conplir ⁊ satiſſazer ⁊ por mjnas uozes ⁊ ſuas aſy outorgo ⁊ reçebo |[37] o dito aforamento pelas maneyras ⁊ condições sobre ditas ⁊ prometemos ⁊ outorgamos de o aſy |[38] teeremos, conpliremos ⁊ agardaremos ⁊ pagaremos per mj̃ ⁊ per meus bẽes que para elo obrigo. |[39] Et a parte de nos que contra eſto for ⁊ o aſy nõ conplir, outorgamos que peite por pẽna aa outra |[40] parte que o agardar ⁊ conplir mjll mrs.; ⁊ a pẽna pagada ou nõ, toda bia eſta carta |[41] de aforamẽto ⁊ as couſas en ela cõtiudas fiquen fjrmes ⁊ ballã en sua rreuor. |[42] Feyta a carta enno dito moſteyro, era ⁊ dias sobre ditos. Teſtes que eſtauã presentes: Rodrigo Eſteues |[43] de Gondes ⁊ Garcia de Barrantes, eſcudeyro, ⁊ Pedro Dias ⁊ Juã

Soares ȝ Roy Gomes de Meis |44 ȝ Johan de Paradela ȝ Garcia Rodrigueo de Leyro ȝ outros.

|45 Eu, Roy Gonçalueo, notario publico jurado do arçobiſpado de Santiago ȝ ſua prouyn|46çia porlo señor arçobiſpo de Santiago, a eſto que dito he cõ as ditas |47 teſtemoyas preſente foy ȝ o eſcripuyn ȝ aqui meu nome ȝ ſignal poño |48 en teſtemoyo de uerdade. *(Signo).*

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa María. Pasta 1775, n.º 18. — 190 × 270 mm.

Linha 8, *nomee:* sem til, ao contrário do que acontece com *nomẽe* registada duas vezes na mesma linha. — Linha 24, *talega:* a forma surge de maneira abreviada, *tgla.*

Fondo da Villa, l. 10: lugar da freg. de San Vicente de Nogueira, ayunt. Meis. *Gondes,* l. 43: lugar da freg. de Santa María de Armenteira ayunt. Meis. *Barrantes,* l. 43: provavelmente San Andrés de Barrantes, freg. do ayunt. de Ribadumia. *Paradela,* l. 44: deve tratar-se de Santa María de Paradela, freg. do ayunt. de Meis, prov. Pontevedra. *Leyro,* l. 44: San Juan de Leiro, freg. do ayunt. de Ribadumia, prov. Pontevedra.

134

1419. Abelleira.

Maior Rodrigues faz carta de venda, a favor do abade de Santa Maria de Armenteira, de todos os bens que possui nas freguesias de San Clemente de Sisán, de San Martín de Padrenda e de Santa Cristina das Cobas.

Enno anno da naçença de noſo Señor Ihesu *Chriſto* da era de mjll et quatro centos ȝ dez |2 noue annos, vjnte ȝ noue dias andados do mes de Mayo. Sabeã todos quantos eſta |3 carta de conpla vjren que eu Maior Rodrigueo d'Entes, nõ coſtregida per força nẽ enduzyda por en|4gano, mays de mj̃a propia ȝ libre vontade cõ licençia et outorgamẽto de Afonso |5 Soareo de Teſtada, meu marido, que eſtá preſente et outorgante por mj̃ ȝ por toda mj̃a |6 voz vendo para todo tenpo de ſenpre firmamente et outorgo a vos, dom frey Gonçaluo de Ponte |7 Vedra, abade do moſteyro de Santa [*Maria*] d'Armẽteyra, cõprante en nume do dito meſteyro, cõ|8ven a ſaber o que vos vendo: todas las caſas ȝ vjnas et herdades ȝ vozes ȝ chã|9tados ȝ rreſios, bouças et ameas et ſalgeyraes ȝ o meu quinõ do lagar que ſéé en |10 Çiçãa cõ todas las coſas que a mj̃ perteçẽ ennas fergueſias de San Cremẽço de Çiçãa |11 et de San Martino de Padrenda ȝ de Santa Ceſtyna das Couas, ennas quaes

fergueſias eſtã |12 as ditas herdades que vos aſy vendo; vendo vos as ditas caſas ⁊ vjnas ⁊ |13 herdades, vozes ⁊ chãtados onde quer que me perteçã ennas ditas fergueſias, a mõtes |14 et a fontes por contia de quinẽtos mrs. de moeda vella, cõtando dez dineyros por |15 cada mor. que vos rrecebo ⁊ mays tres teygas de pã que me auedes eſte primeyro |16 tenpo de nouo que bender [⁊] ey eu, a dita Maior Rodrigueꝯ, ou mj̃a voz, de auer ⁊ leuar todas |17 llas rrendas ⁊ foros eſte anno que rrenderẽ as herdades ⁊ caſas ⁊ vjnas et |18 vozes que vos aſy vendo ata eſta nouydade alçada primeyra que ven et todo |19 jur, ſenorio et propiadade ⁊ voz ⁊ auçõ que eu [⁊] mjas vozes auemos ennas ditas |20 caſas ⁊ vjnas ⁊ herdades ⁊ vozes ⁊ chãtados et que me perteçẽ [⁊] pertecer deuen de |21 dereyto de mj̃ ⁊ de mjas vozes o tiro et tollo et en vos [⁊] enno moſteyro |22 pono et traſpaſo para todo ſenpre et quero et outorgo que deſ oje eſte dia em |23 deante que façades dello commo de voſas couſas propias ⁊ que por voſa autoridade |24 propia poſades rreceber ⁊ entrar ⁊ auer para uos ⁊ para o dito moſteyro as ditas herda|25des ⁊ caſas ⁊ vjnas ⁊ chãtados ⁊ ſendo çerta ⁊ certifycada da demayoſia que mays |26 val que juſto preço que me por elo dades toda eſa demayoſia que mays val vos |27 dou et outorgo en libre ⁊ pura doaçõ aſy commo ⁊ mellor podẽ ⁊ deuẽ de dereyto valer |28 as herdades ⁊ caſas ⁊ vjnas [que] a mj̃ perteçẽ por mj̃a madre Tareyga Gomeꝯ ⁊ por mj̃a |29 yrma Marina Rodrigueꝯ, as quaes herdades ⁊ caſas ⁊ vjnas et vozes eu parto cõ Sancha |30 Gomeꝯ, mj̃a ſobrina, moller de Afonſo Gomeꝯ de Çiçãa ⁊ a ſaluo fyque a caſa ⁊ cortina para ver|31ças ⁊ hua eyra que vendyn Afonſo Rapoſo; que nõ vãa eſta venda cõ a qual venda |32 vos prometo ⁊ outorgo que vos enpare ⁊ defenda et enpare en juizo ⁊ fora |33 del, por mj̃ ⁊ por todos meus bẽes que vos para elo obligo ⁊ ſo pena do dobro do |34 juſto preçio que quero et outorgo que vos peyte por pena quen quer que cõtra eſta vẽda pa|35ſar; ⁊ a pena paga ou nõ, a carta da venda fique firme ⁊ valla para ſenpre, ⁊ eu, o dito |36 Afonſo Soares, que ſõo preſente, aſy o outorgo ⁊ dou licencya a dita mj̃a moller para eſto; |37 ⁊ eu, a dita Maior Rodrigueꝯ, dou et outorgo ao dito moſteyro toda a demayuſia que os ditos bẽes |38 vallen; ſe mays valan que o juſto preço, dou os, outorgo en libre ⁊ pura doaçõ ao |39 dito moſteyro por quanto le ſoõ tiuda ⁊ comjn do ſeu pã ⁊ vjno et couſas de que |40 ſõ tiuda; ⁊ eu, o dito don abade, que preſente eſtou, aſy o rrecebo para o dito moſteyro. Feyta |41 a carta da venda ⁊ outorgada enna fergeſia de San Lourenço d'Andraes que he en terra de |42 Salnes, onde a dita Maior Rodrigueꝯ he morador. Era ⁊ mes ⁊ dias ſobre ditos. Teſtes que forõ preſentes: |43 Soeyro Pereꝯ d'Entes ⁊ Johã Afonſo de Tromoedo; frey Afonſo Caao ⁊ ferey Johã Aluarino, mõges do |44 dito moſteyro ⁊ Roy Mourino, omme do dito abade, ⁊ outros.

45| Eu Gonçaluo Eanes da Abelleyra, notario poblico jurado de Caldas |46 de Reys ⁊ de terra de Salnes, a eſto foy preſente cõ as ditas teſtes ⁊ |47 aqui

eſcriuy ⁊ cõfirmo meu nume ⁊ ſygnal pono que tal he en teſtemo|[48]yo de verdade. (*Signo e assinatura: Gonçal*uo Eanes, not*ario.*)

A. H. N. Armenteira (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1776, n.º 16. — 205 × 305 mm.

Surgem, com alguma frequência, sinais de abreviatura supérfluos; paralelamente, faltam em casos em que seriam necessários. Verifica-se também a ausência de cedilha nalgumas formas em que *c* é seguido de *a:* cf. *bouças*, l. 9; *Çiçãa*, l. 10 (2 vezes); *alçada*, l. 18; *façades*, l. 23; *Çiçãa*, l. 30; *verças*, l. 30-31; *Gonçaluo*, l. 45. Por outro lado, surge esporadicamente o emprego de cedilha em formas em que o grafema *c* tem inequivocamente valor de oclusiva velar surda: *poblico*, l. 45. Neste caso, omitiu-se a cedilha na transcrição.

Linha 9, *quinõ:* ausência de til sobre *o*. — Linha 10, *Cremẽço:* falta o til sobre a vogal da penúltima sílaba. — Linha 14, *quinẽtos:* ausência de til sobre a vogal da segunda sílaba. — Linha 15, *primeyro:* a forma surge representada em abreviatura por *pmeyro*. O mesmo acontece com a forma *primeyra* assinalada na l. 18. — Linha 21: repetição de *vos*. Na mesma linha surge *triro* em vez de *tiro*. — Linha 27, *podẽ:* falta o til. — Linha 29: a forma *yrma* não oferece til. — Linha 30: depois da forma verbal *fyque* repete-se *a faluo* já registada anteriormente. — Linha 31, *eſta:* com til supérfluo sobre a vogal da última sílaba. — Linha 32, *enpare:* o til que, no original, existe sobre a vogal da última sílaba é supérfluo. — Linha 37, *Maior:* a forma aparece de maneira abreviada; não se entende por que motivo surgem como letras sobrepostas a M, *nor*. — Linha 43, *mõges:* falta o til sobre a vogal da primeira sílaba.

San Cremẽço de Çiçãa, l. 10: San Clemente de Sisán, freg. do ayunt. de Ribadumia. *San Martino de Padrenda*, l. 11: San Martín de Padrenda, freg. do ayunt. de Meaño. *Santa Ceſtyna das Couas*, l. 11: Santa Cristina das Cobas, freg. do ayunt. de Meaño. *San Lourenço d'Andraes*, l. 41: San Lorenzo de András, freg. do ayunt. de Villagarcia de Arosa. Confina a sul com San Estéban de Tremoedo. *Abelleira*, l. 45: lug. da freg. de San Juan de Bayón, ayunt. de Villagarcia de Arosa.

135

1432. Sobroso.

O abade e o convento de Santa Maria de Franqueira aforam a Martim Domingues o casal da Congosta no couto de Pintelos.

An*no* do naçeme*n*to de noſo Señor Ihe*s*u *Chriſt*o de mjll et quatro çentos et tr*i*nta et dous |[2] an*n*os, vijnt*e* et tr*e*s dias do m*e*s de Nouẽbro. Sabeã q*uan*tos eſte eſtorme*n*to de aforame*n*to vy|[3]rẽ comm*o* nos, dom Johã, abbade do m*oſteyro* de S*an*ta M*ari*a da Frãq*ueyr*a, eſtãdo en*n*a craſta do dito m*oſteyro* cõ |[4] o noſſo *con*uẽto pr*eſente* et outorgãte, fe*gund*o q*ue* auemos de uſſo et de cuſtume, frey M*artin*o, pri|[5]or, et frey Johã da Veyga et frey G*on*ç*al*uo Rapoſſo et frey V*aſ*co, por nos et em nome |[6] do dito noſſo m*oſteyro*

et do *con*uẽto delle damos a foro a uos, M*artin* Do*mingueσ*, morador q*ue* ora ſod*es* |[7] em Deua de Juſſaa da f*regleſ*ia de Sãtyago de Parada, et a uoſſa moll*er* Aldõça Eſt*eues* |[8] p*ar*a uos anbos em hũa uoz et p*ar*a duas vozes depoys do puſt*rumeyr*o de uos f*ey*tas p*er* |[9] ordem p*er* tal pll*ey*to et *con*diçõ q*ue* a pr*imeyr*a uoz nomee a ſeg*und*a et ha ſeg*und*a nomee a ter|[10]çeyra, *con*uẽ a ſab*er*, q*ue* uos damos a foro o caſal q*ue* iaz en*n*o noſo couto de Pỹtellos |[11] a q*ue* chamã da Cõgoſta q*ue* he do dito m*oſteyr*o cõ ſuas caſſas et vyñas et erdades et |[12] ſoutos et deueſſas et agoas et reſy*os* et mõtadegos et com ſuas emtradas, |[13] et ſeydas, a mõte et ha fonte, et ſeg*und*o q*ue* todo tragya frey Johã em maao et em |[14] poſſe; todo eſto q*ue* dito he uos aforamos q*ue* o moredes et p*ro*bedes et lau*red*es et |[15] mãtenad*es* bem et em gyſſa q*ue* nõ deſpereſca p*er* mỹgua de p*ro*bãça et de lauor |[16] et de bõos rreparam*en*tos et dared*es* ende em cada hũu an*n*o, uos et as ditas |[17] voſas vozes ao dito m*oſteyr*o et vozes delle a qu̅ta parte do pãm et do vyño q*ue* |[18] Deus der en*n*as herdades lau*r*adias et en*n*as vjñas do dito caſal q*ue* ora y eſtã |[19] feytas et deſcubertas de mõte et daredes das h*er*dades et da vyña q*ue* y de nouo fe|[20]σerd*es* et das herdad*es* q*ue* y caua*r*d*es* de nouo q*ue* nõ forẽ do dito caſſal a qynta par|[21]te dos froytos q*ue* Deus y der; et dared*es* o pã en*n*a eyra et o vyño en*n*a dorna p*er* noſo |[22] moordomo ao qual p*ro*ueredes de comer et de beber em mẽte coll*er* os noſos d*ereytos* et |[23] por foros em cada hũu an*n*o hũu par de galynas et dous açũbres de vyño por la feſta |[24] de Natal et ſeredes noſos vaſſallos ſ*er*uẽt*es* et obydyẽt*es* ao dito m*oſteyr*o et nõ cliaredes y fyllo |[25] nẽ fylla de don*n*a nẽ de eſcud*eyr*o nẽ de om*m*e poderoſſo et auẽdo de vender ou de empenorar |[26] o dito foro por bemfeytoria q*ue* y façades, deuedes lo de fazer ao dito m*oſteyr*o atãto por |[27] tãto et ſe o o dito m*oſteyr*o nõ qyſer, deuedes lo de fazer a tal peſoa ſemelãte de uos q*ue* *con*plla |[28] et page os ſeus d*ereytos* ao dito m*oſteyr*o et, a ſeym*en*to da puſt*rumeyr*a uoz, o dito foro fyqy liur*e* et q*u*ite ao |[29] dito m*oſteyr*o cõ toda ſua bemfeytoria et o dito m*oſteyr*o emparar uos a d*ereyto* por ſy et por ſeus bẽes |[30] cõ o dito foro et eu, o d(*it*)o M*artin* D*omingu*es, q*ue* p*re*ſente ſoo por mỹ et por la dita myña moll*er* et por |[31] las ditas noſſas vozes aſy rreçebo em mỹ o dito foro et obrigo a nos et a noſos |[32] bẽes de *con*pr*ir* et pagar ao dito m*oſteyr*o as couſſas et *con*diçoees en*n*o dito eſtorm*en*to *con*teudos |[33] et poemos q*ue* qual q*ue*r de nos as ditas partes q*ue* *con*tra eſto paſſar q*uiſer* q*ue* peyte a parte |[34] agardãte q*ui*nẽtos mor. et por pena a voz del rey out*r*os tãtos; et a pena paga ou nõ, |[35] todavya eſte eſtorm*en*to ſeia fyrmy et ualla por los t*en*pos et |[36] vozes en*n*o dito eſto*r*m*en*to *con*teudos; et de como eſto paſou as ditas partes pedirõ a mỹ, |[37] not*ario*, dous eſtorm*en*tos anbos f*ey*tos p*er* hũu tenor, q*ue* forõ f*ey*tos et outorgados en*n*a crauſta do |[38] dito m*oſteyr*o, an*n*o et dia et m*es* ſobre ditos. T*eſtemoyas* q*ue* a eſto forõ p*re*ſentes: L*ourenç*o do Cural et Alu*ar*o Yan*es* |[39] et P*edr*o de Seſuãde, morado-

res na Frãq*ueyra*, et Dom*in*go Tell*eyro* de Batallaas et M*artin* do Caſal et outros.

|40 Et eu Johã Gom*es*, not*ario* jeral del rey enn*o* Reyno de Galiza et em terra de Soueroſo, por Garcia |41 Ser*uico*, et erga Frãq*ueyra* (.....) por lo abbade et *con*uẽto do mo*ſteyro* deſſe logar q*ue* a eſto cõ as dy|42tas te*ſtes*, pr*eſente* foy et eſte eſtorm*en*to et outro tal p*er* mãdado das ditas pa*rtes*, cõ |43 mjña maão eſcripuy et fyrmey de meu nome et fynal |44 q*ue* tal he. *(Signo e assinatura)*

A. H. N. Franqueira (Pontevedra). Bernardos. Santa Maria. Pasta 1785, n.º 7. — 200 × 250 mm.

O documento está raspado na quarta e sétima linhas a contar do fim; o que foi escrito sobre o rasurado da primeira das linhas referidas não consegue ler-se.

Ocorrem alguns sinais de abreviatura supérfluos.

Linha 7, *Sãtyago:* no pergaminho, *Scãtyago.* — Linha 31, *noſos:* há uma pequena mancha sobre a última letra. — Linha 35: a expressão «et ualla por los tenpos» encontra-se repetida. — Linha 37, *tenor:* com sinal de abreviatura inútil.

Santa Maria da Frãqueyra, l. 3: freg. do ayunt. de Cañiza, dioc. Tuy. *Deua de Juſſaa*, l. 7: Deva de Abajo, lugar da freg. de Santa Teresa de Cañiza, ayunt. de Cañiza, prov. de Pontevedra. — *Sãtyago de Parada*, l. 7: provavelmente Santiago de Parada de las Achas, freg. do ayunt. de Cañiza; confina a ocidente com Santa María de Franqueira. *Batallaas*, l. 39: pode referir-se a San Pedro de Batallanes ou a Santa Eulalia de Batallanes, ambas as freguesias do ayunt. de Setados, dioc. de Tuy. *Soueroſo*, l. 40: Sobroso, jurisdição na antiga província de Tuy, actualmente Pontevedra.

136

1506. Pontevedra.

O prior e os frades do mosteiro de São Domingos de Pontevedra aforam a Bartolomeu Barreiro e a sua mulher uma vinha situada na freguesia de Santa Maria de Reuoreda.

Sepan q*uantos* eſte contrabto de foro vyren com*mo* nos, o prjor ⁊ flayres do moo*ſteyro* de Santo |2 Domjngo da Villa de Pontevedra, conven aa ſaber, o bachill*er* ⁊ frey Françiſco, prjor do d*ito* |3 mooſteyro, ⁊ frey Anton Carneyro, doctor jubilarjo, et frey Juan de Villaboa ⁊ frey Gomez |4 de Rriba de Tea ⁊ frey Bertolameu de Cardalda ⁊ frey Andres V*er*nal ⁊ frey Afonſo Teyx*eyra* |5 ⁊ frey Bieyto de Pontevedra ⁊ frey Pedro de Sevjlla ⁊ frey Rrodrigo de Lugo ⁊ frey Grigorjo |6 Farjña ⁊ frey Pedro de Marjn ⁊ frey Afonſo

de Madrigal, flayres conventuaas do dito mooſteyro de |7 Santo Domjngo da dita villa de Pontevedra que ſoomos todos preſentes ⁊ juntos en noſo capitulo de dentro |8 do dito mooſteyro por ſon de campãa tangida ſegun que o avemos de vſo ⁊ de coſtume ⁊ que fazemos por |9 nos ⁊ porlo dito mooſteyro ⁊ por todos noſos ſubçeſores, veendo ⁊ entendendo en como eſte foro ajuſo conthiu|10do he feyto en honrra, prol ⁊ proueyto noſo ⁊ do dito mooſteyro ⁊ beens del ⁊ de noſos ſubçeſores ⁊ avjdo |11 ſobre elo noſo ſolẽpne trabtado ⁊ madura deliberaçiõ ⁊ ena mellor forma, modo ⁊ maneyra que podemos |12 ⁊ deuemos, con dereyto aforamos ⁊ damos en aforamento d'oje eſte dia en diante a vos, Bertolameu |13 Barreyro, vezjño da villa de Redondela, que ſoodes preſente, et a voſa moller Marja Gonçalueꝯ Barreyra, que he abſente, |14 ben como ſe foſe preſente, por tenpo de voſas vjdas de anbos ⁊ deſpoys do poſtrimeyro de vos por tenpo de |15 voſas quatro bozes ſubçeſybas hũa enpus da outra et que o poſtrimeyro de vos en ſua vjda ou a tenpo |16 de voſo faleſçemẽto nomeedes a primeyra voz ⁊ a dita prjmeyra voz nomee a ſegunda ⁊ a dita ſegunda |17 voz nomee a terçeyra ⁊ a dita terceyra voz noméé a quarta de maneyra que eſte dito foro ande ſempre |18 en hũa ſoa voz. Et acaeſçendo de non ſe nomear voz en eſte dito foro, que ſeja voz enel aquela perſona |19 ou perſonas que de dereyto herdar voſos béens ⁊ das ditas voſas bozes, conven aa ſaber que vos aforamos |20 ⁊ damos enno dito aforamjento, ſegun que dito he, a noſa vjña, dizjmo a Deus do dito mooſteyro que ſe chama |21 a vjña de Reuoreda, ſyta enna feligreſia de Santa Maria de Rreuoreda, que eſtá çerca da dita villa de Rre|22dondela, ſegundo que ſobre ſy eſtá valada ⁊ murada ⁊ vay ao longo da congoſtra que vay da dita villa de Rredondela para |23 donde bjue Juã Rricõ ⁊ da outra parte enteſta en outra vjña que labra agora Grigorjo de Junqueyras ⁊ jaz junto da |24 fonte dos dizjmos; et mays vos aforamos cõ a dita vjña a deueſa cõ ſua herdade que jaz ſub a dita vjña ao |25 (...)go do (..)lo de Aluaro Çereyjo ⁊ da outra parte parte con el rrio e preſa; et mays vos aforamos cõ eſto toda |26 a voz que o dito mooſteyro ⁊ nos en ſeu nome avemos enna g(....) d'Alloeyras, ſegun que vay cõ os da rrua, afora|27mos vos a dita vjña ⁊ as ditas deueſas, ſegun que dito he, cõ ſuas herdades en que eſtan plantadas ⁊ con todas ſuas |28 çepas ⁊ péés ⁊ entradas ⁊ ſeydas ⁊ caruallos ⁊ perteenças ⁊ dereyturas que lles perteeſçen ⁊ perteeſçer deuẽ aſy de feyto |29 como de dereyto ⁊ de vſo ⁊ de coſtume et con todos los froytos ⁊ rrentas ⁊ esqujlmos delo por tal maneyra ⁊ condiçõ |30 que vos ⁊ voſa moller ⁊ voſas bozes labredes ben a dita vjña de podas, cauas ⁊ chouſuras en ſeus tenpos ⁊ ſazõons |31 de maneyra que non ſe percã nen as novjdades dela por mjngoa de rreparo, p(..)curamjento ⁊ bõo paramjento ⁊ mays as ditas deue|32ſas por lo dito mooſteyro çertas ⁊ magnjfeſtas. Et ſyn enbargo de todo o ſuſo dito, vos ⁊ a dita voſa moller ⁊ voſas |33 bozes dedes ⁊ paguedes ⁊ den ⁊ paguẽ en cada vn anno de foro, rrenta ⁊ conoſ-

çimjento ao dito moſteyro ⁊ a nos ⁊ |[34] a noſos ſubçeſores en ſeu nome quorenta ⁊ çinquo mrs. vellos que dez cornados fazen vñ mr. vello pagos en cada |[35] vñ anno ſyn deſconto algũu enno dito mooſteyro por cada hũu dia de San Martiño do mes de Novenbre ⁊ aſy en |[36] cada vñ anno ſyn deſconto algũu. Et non vos ha de ſeer tomada a dita vjña ⁊ bouças nẽ eſte dito foro durante |[37] o tenpo del por mays nẽ por menos nẽ por al tanto que outro algũu por elo dea nẽ prometa a nos nẽ ao dito mooſteyro nẽ |[38] a noſos ſubçeſores nẽ por dizer nẽ alegar que a queremos para o dito mooſteyro nẽ que en eſte dito foro ouve nẽ ha enganno al|[39]gũu nẽ por outra rrazõ nem excepçõ algũa das que o dereyto pon por que ſemellante contrabto de foro ſe poſa nen deua deſatar, |[40] antes prometemos ⁊ outorgamos de vos defender ⁊ amparar cõ elo ⁊ fazer vos a dita vjña ⁊ bouças ſáás ⁊ de paz a |[41] dereyto de todo enbargo ſub a pẽna ajuſo conthiuda por todos los outros béens do dito mooſteyro que para elo obrigamos; |[42] et avendo vos ou a dita voſa moller ou voſas bozes de vender, enpeñar, trocar, enallear, concanbear ou en outra |[43] perſona algũa traſmudar eſte dito foro ou o dereyto que a elo ouverdes que o nõ poſades fazer nẽ fagades a outra perſona |[44] algũa, ſaluo a nos ⁊ ao dito mooſteyro ⁊ a noſos ſubçeſores ſe o quiſeremos tanto por tanto; ⁊ nõ o querendo nos ou noſos |[45] ſubçeſores, ſeendo primeyramẽte cõ elo frontados ⁊ rrequerjdos que entõ o poſades fazer ⁊ fagades a perſonas ſemellables de vos |[46] que cunplã ⁊ paguẽ, teñam ⁊ aguardem todo aquelo que vos ⁊ voſa moller ⁊ voſas quatro bozes ſoodes thiudos ⁊ obligados de conprir |[47] ⁊ aguardar ⁊ pagar por eſte dito contrabto de foro. Et fijndo o dito tenpo das ditas voſas vjdas de vos ⁊ da dita voſa moller |[48] ⁊ das ditas voſas quatro bozes, que a dita vjña ⁊ bouças ⁊ herdades en que eſtã queden libres ⁊ quites ⁊ deſenbargadas ao dito |[49] mooſteyro con quanto feytio, prol ⁊ boo paramjento en todo elo eſteuer feyto; (e)t eu, o dito Bartolomeu Barreyro que ſoo preſente para mjn ⁊ para a |[50] dita mjña moller ⁊ para noſas bozes, aſy rreſçibo ⁊ outorgo o dito aforamjento por lo preçio, maneyras ⁊ condiçõons ſuſo ditas |[51] ⁊ obrigo todos meus beens ⁊ ſeus, mobles ⁊ rreyzes, avjdos ⁊ por aver de o todo aſy tẽenr, conprjr ⁊ pagar ſegundo ⁊ commo |[52] dito he ſub a dita pẽna que para elo obrigo. Et qual quer de nos as ditas partes que contra eſto for ou paſar ⁊ o aſy non teuer ⁊ comprjr |[53] ⁊ aguardar outorgamos que pague ⁊ peyte de pẽna aa outra parte de nos obediente que o aguardar ⁊ comprir treſ mjll |[54] mrs. vellos por todos los outros bẽens do dito mooſteyro que nos o prjor ⁊ flayres para elo obrigamos ⁊ por todos los outros |[55] meus bẽens mobles ⁊ rreyzes avjdos ⁊ por aver que eu o dito Bertolameu Barreyro para (...) obrigo; et a dita pẽna pagada |[56] ou nõ pagada, que eſte dito contrabto de foro ⁊ todas las couſas en el conthiudas queden firmes ⁊ vallã en ſua vigor en |[57] firmeza do qual outorgamos o preſente contrabto de foro porante o notario ⁊ teſtigos de juſo eſcriptos. Et eu o dito

(...) |58 *con*firmo de meu nome en*no* rregiſtro q*ue* foy feyto ⁊ out*or*gado en*no* d*i*to capitulo de dentro do d*i*to mooſt*eyro* a vij(*nte*) |59 ⁊ oyto dias do mes de Feuereyro do an*no* do naſçemẽto de noſo Señor Ih*eſu* *Chriſto* de mjll ⁊ q*ui*ñjentos ⁊ ſeys anos. (.....)|60tes a elo por teſtigos P*edro* de Neſp*er*eyra, cl*er*igo de S*an*ta Juſta de Morana, ⁊ Juã de Saragoça, o moço, cl*er*igo, moradores en(*na*) |61 villa de Pontevedra, ⁊ Fernã Pintor, veziño da d*i*ta villa de Rredondela, os q*u*aes jurarõ q*ue* conoſçiã os d*i*tos prjor ⁊ f(.....)s |62 ⁊ q*ue* erã eles mjſmos q*ue* out*or*garõ eſte d*i*to contrabto de foro ⁊ firmarõ en*no* rregiſtro de mjn, not*ar*io, os d*i*tos prjor ⁊ frey P*edro* |63 de Seujlla ⁊ o d*i*to P*edro* de Neſp*er*eyra ſeus nomes.

|64 E eu, Juan Ffernandez Agulla, notarjo pu*bli*co jurado por la abtorjdad appoſtoljca |65 et not*ar*io pu*bli*co aſy mjſmo do numero da d*i*ta villa de Pontevedra ⁊ ſua |66 jurdiçõ por el Re*verendiſi*mo ſeñor Arçob*iſ*po ⁊ ſanta igl*l*eja de Santiago |67 ao outorgamj*en*to do ſobred*i*to contrabto de foro en hũu cõ os ſobre |68 d*i*tos teſtigos preſente fuy ⁊ o eſc*ri*puj ⁊ aquj meu nom*m*e ⁊ ſigno puſe |69 en teſtimonjo de v*er*dade. *(Signo).*

A. R. G. Convento de Santo Domingo de Pontevedra, n.º 471. — 150 × 300 mm. — Linha 26, *Alloeyras:* a palavra está numa dobra e, além disso, bastante apagada. Trata-se, portanto, de uma leitura pouco segura. — Linha 38, *enganno:* parece distinguir-se, ainda que de modo não muito claro, um til sobre o segundo *n.* — Linha 49, *mooſteyro:* a palavra encontra-se manchada. — Linha 59, *quiñjentos:* no original a segunda sílaba encontra-se repetida, tomando a palavra a forma *quinjñjentos.* — Linha 65, *numero:* com sinal de abreviatura supérfluo.

Cardalda, l. 4: lug. da freg. de San Miguel de Deiro, ayunt. Cambados. *Santa Maria de Rreuoreda,* l. 21: freg. do ayunt. Redondela, dioc. Tuy. *Junqueyras,* l. 23: provavelmente San Salvador de Junqueyras, freg. do ayunt. de Borbén, dioc. de Tuy. *Santa Juſta de Morana,* l. 60: freg. do ayunt. Moraña, prov. Pontevedra.

PROVÍNCIA DO DOURO LITORAL

137

1282. Maia.

O mosteiro de Vairão escamba com Pedro Eanes Pimentel uma leira que tem nos Morouços, freguesia de Macieira, por uma herdade chamada Agro Tarrio.

Sabbham quãtoſ eſte teſtemoÿo uirẽ e léér ouuirẽ q*ue* donna Sancha Eſteuaiz, |2 abbadeſſa do moeſteyro de Vayram, emſenbra cono conuẽto deſſe méémo logar, roga|3rum, mandar*um* e certas outorgarũ a my Pedro Perez, publlico tabellion da Maya, q*ue* fo|4ſſe áá quĩtáá de Ma§ééyra, q*ue* é nho termho do julgado de Faria, e q*ue* eſcambaſſe a |5 Pedro Heanez Pymẽtel e a ſa molher, Maria Perez, hũa leyra d'erdade q*ue* o dito |6 moeſteyro a ééſſe logo de Macééyra, a qual leyra é dita doſ Morou§oſ e a ja§ẽ|7ça a ppar da vinha do dito Pedro Heanez de cõtra aguyhõ e q*ue* re§ebeſſe em canbo por |8 eſa leyra outra herdade q*ue* foſſe cumunal a eſſa leyra e q*ue* a recebeſſe para o dito mo|9eſteyro. E eu Pedro Perez, tabellion de ſuſo dito, per mandado e per outorgamẽto da aba|10deſa e do conuẽto de ſuſo dito, fúúy ao dito logo de Macééyra e uy a leyra |11 de ſuſo dita e em nome e em logo da dita abbadeſſa e do dito conuẽto emtregey |12 a dita leyra ao dito Pedro Heanez e áá dita ſſa molher e re§eby delheſ polha dita leyra |13 em canba para o dito moeſteyro hũu herdamẽto q*ue* é dito Agro Tarrio, o q*ual* herdamẽ|14to a my emtregou o dito Pedro Heanez e a dita ſſa molher; o q*ual* herdamẽto eu reçe|15by para o dito moeſteyro. Aqueſto fóóy feyto nho moeſteyro de Vayram, feria .V.ª, |16 iij. diaſ do meſ de De§ẽbro, era .M.ª CCC.ª XX.ª Oſ que forũ preſenteſ: dõ Gommez Lou|17ren§o de Cuya; Gil do Rego, caualeyro; Johã Lourẽ§o, eſcudeyro de Chorẽty; Pedro Fernãdez, |18 eſcudeyro do dito don Gomez; Joham Aluo e Martin Pááyz, cappelaheſ do dito moeſ|19teyro, teſtes; e eu Pedro Perez, publlico tabellion da Maya, a todaſ eſtaſ couſſaſ de |20 ſſuſſo ditaſ preſente fúúy e a rogo do dito Pedro Heanez eſte teſtemoÿo emde |21 feyto cõ mha mááo propria o eſcreuj e ééle eſte meu ſi (+) nal pugj em |22 teſtemoÿo de uerdade.

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 5. — 150 × 145 mm.
Linha 3, *certas:* lê-se claramente *certas* por *cartas.* — Linhas 6-7, *ja§ẽça:* ausência

de cedilha sob o segundo *c*. — Linha 19, *eſtaſ:* a terceira e quarta letra encontram-se manchadas.

Cuya, l. 17: deve tratar-se de S. Miguel de Cunha, freg. do concelho de Braga. Sobre a identificação e localização deste topónimo, veja-se o que foi dito por Avelino de Jesus da Costa a propósito de D. Gomes Lourenço no artigo *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). Coimbra, 1979, p. 283-285. *Chorēty*, l. 17: S. Miguel de Chorente, no conc. de Barcelos.

138

1284. Maia.

Pedro Esteves e sua mulher Teresa Mendes concedem a foro a sua filha Estefânia Peres metade das herdades que possuem nos julgados da Maia e de Faria.

Sabham quãtoſ eſte pra$o uyrem e léér ouuyrẽ q*ue* noſ Pedro Eſteuayz, caualey|[2]ro, e mha molher Tareiga Mẽdiz de noſſas liureſ vóóntades e ſſen conſ(*t*)rẽgimẽto |[3] nẽ hũu, queremuſ, damuſ e houtorgamos a uoſ Steuaỹa P*er*iz, noſſa fila, a |[4] meyadade de quãto herdamẽto noſ auemoſ no julgado da Maya e que hy de dereito |[5] deuemoſ a auer aſſi de caſſaſ com*m*o vynnaſ, teraſ ruptaſ e nõ roptaſ cõ monteſ |[6] e fonteſ ⁊ cõ todaſ faſ entradaſ e cõ todaſ ſas heyxidaſ. E outroſſi meyadade de quãto |[7] outro herdamẽto noſ auemoſ nho julgado de Faria, aſſi de caſaſ com*m*o vinnas, |[8] teraſ ruptaſ e nõ ruptaſ cõ monteſ e fonteſ e cõ todaſ faſ entradas e cõ todas |[9] faſ heyxidaſ, aſſi en com*m*o noſ melhor ouuemoſ eſſe herdamẽto e peru a dauãdita |[10] *(no)*ſſ*(a)* fila Steuaya P*er*iz el mylhor poder auer. Damos e houtorgamos áá |[11] dauãdita Steuaya P*er*iz, noſſa fila, a meyadade de todóó herdamẽto deſuſſo dito p*er* tal |[12] preito e ſo tal condi$on q*ue* ſe ſe eſſa Steuaya P*er*iz, noſſa fila, caſſar p*er* mandado e p*er* ou|[13]torgamẽto do honrado padre e ſenhor dõ Viçẽte, biſpo do Porto, e p*er* outorgamẽto |[14] de my Tareyga Mẽdiz, madre da dauãdita Steuaya P*er*iz, eſſa Steuaya P*er*iz auer |[15] (.)ogo a meyadade de todóó herdamẽto deſuſſo dito liure e ſſen nẽ hũu enbargo |[16] (*a*)ſſi en com*m*o deſſuſſo dito é. E ſſe p*er*uẽt*ur*a aueher que ſe nõ caſſe a dauãdita no|[17]ſſa fila ou ſe p*er*uẽt*ur*a aueher q*ue* ſe meta en hordin, noſ, Pedro Eſteuaiz e Tarei|[18]ga Mẽdiz, auermoſ todolhoſ ſeruiçoſ e todalhaſ rendaſ de todóó herdamẽto deſuſſo |[19] dito por ẽ todolhoſ diaſ de noſſa vida d'anbos (.....) d'anbos |[20] toda a meyadade deſſe herdamẽto fique lyure e ſen nẽhũu enbargo

aa dauãdita noſa |21 fila Steuaya Periz, aſſi en commo deſuſſo eſt nomeado. E noſ, Pedro Eſteuayz e mha mo|22lher Tareiga Mẽdiz, deſaquj adeante nõ ſéérmoſ poderoſſoſ de uender nẽ de doar |23 nen d'enpenorar nẽ de enalehar nẽhũa rem de todóò herdamẽto |24 deſuſſo dito. (....) eſte (....) deſta (.....) noſ, Pedro Eſteuayz e mha moler, Tarey|25ga Mẽdiz, (.....) Periz, publlico tabellion da Maya, que fe£eſſe ende hũu |26 pra£o áá dauãdita noſſa fila Steuaỹa Periz e que poſſeſſe éél ſeu ſinal. E eu, Pedro |27 Periz, publlico tabellion da Maya, rogado, a todaſ eſtaſ couſſaſ deſuſſo ditaſ preſente |28 fuuy e per mandado e per houtorgamẽto do dito Pedro Eſteuayz e da dita ſa molher, |29 Tareyga Mẽdiz, eſte pra£o (.....) mha mááo propria ſcreuj e ééle eſte meu |30 ſi(+)nal pugj en teſtemoỹo de uerdade. Feyto o pra£o en moeſteyro de |31 Vairam, sabado, xiiij.e diaſ andadoſ do mes de Deçẽbro. Era M.a |32 CCC.a xxij.a Que preſentef forũ: Don Viçẽte, biſpo |33 do Porto, don Migel (.....) Porto e abbade de Villa Bõha de (..)ueer(..), |34 Martin Aluelo, Martin Soariz, eſ(..)i(..) do biſpo do Porto, Pááy Martíiz, eſcudeyro |35 (..) dito biſpo; Martjn Eſteuayz, caualeyro; Pááy (...)deyro, teſtes.

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 5. — 135 × 245 mm.

Na metade inferior, o documento encontra-se um pouco danificado; através de pontos entre parênteses assinalaram-se as formas ou letras ilegíveis.

Linha 13, *dõ Viçẽte:* ausência de til sobre a forma *dõ*. — Linha 18, *ſeruiçoſ:* falta a cedilha. — Linha 23; no início da linha, antecipa-se *d'enpenorar*, que a seguir vem repetido, precedido da conjunção *nen*.

139

1285. São Pedro de Rates.

Estêvão Martins, casado com Maior Peres, dá ao sogro Pedro Anes, fiadores por suas arras.

Conozuda couſa ſeia a quantos eſta karta uirẽ e ouuirẽ que na preſenza de mj̃ |2 Steuã Periz, publico tabellion do ſenor Rey de Portugal e do Algarue, e na preſenza |3 daſ teſtemonas deuſo ſcriptas, Steuã Martíjz, eſcudeyro dito de Goyos, deu a Ped|4re Anes, caualeyro dito Pimẽtel, en logo de ſa filla Mayor Periz, eſpoſa deſſe Ste|5uã Martíjz, fiadores por ſas arras, ſegũdo o foro e húúſo da terra de Faria. |6 Vnde eſtes ſon oſ fiadores que entraron por eſas arras a eſſe Pedre Anes, |7 en logo de ſa filla; primeyra mẽte, conuẽ a ſaber: Martin Periz, caualeyro, dito do |8 Caſal, entrou por fiador en dous

caſaes. Item Rodrigue Anes, caualeyro, dito de Chãt(a)|[9]da, entrou outroſſj por fiador en dous caſaes. Item Monyo Fernãdiz, eſcudeyro, entrou outroſſj |[10] por fiador de douſ caſaes. Item Garcia Martíjz, eſcudeyro dito de Fornelos, entrou outroſſj |[11] por fiador en dous caſaes. Item Domĩgos Mééndiz, juyz que foy de Ratis, entrou outroſj |[12] por fiador en húú caſal e no freo e na ſella. Item eſe Steuã Martíjz dauãdito entrou |[13] outroſi por deuedor e por fiador en tres caſaes e na quintáá. E que iſto ſeia mays |[14] crehudo e en duuida nõ uena, eu, Steuã Periz, publico tabellion ia deſſuſſo dito, á éſtas |[15] couſas dauãditas preſente fuy e, rogado duna parte e da outra, aqueſta carta cũ ma |[16] mao propria eſcreuj e meu ſinal en ella apuys en teſtemono de uerdade. Of que forum preſentes: |[17] Don Gomez Lourẽzo de Cuyna e Gil do Rego, caualeyro, Simõ Martíjz, Johã Periz e Lou|[18]rẽzo Eſteueez, clerigos de Ratis, e ou(+)troſ muytos. Aquiſto foy na eygreia de |[19] San Pedro de Ratis, .iiij.or dias andados de Jullo. Era .M.ª CCC.ª XXiij.ª

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 5. — 170 × 125 mm.

Linha 7, *en logo de ſa filla:* repetição do pronome *ſa*. Na forma *primeyra*, o escriba tinha repetido a sílaba *mey;* mas, ao dar-se conta, inutilizou a sílaba escrita em segundo lugar. — Linhas 17-18, *Lourẽzo:* a última vogal está manchada.

Goyos, l. 3: deve tratar-se de Santa Maria de Góios, do concelho de Barcelos. *Châtada*, l. 8-9: provavelmente lugar da freguesia de Junqueira, conc. de Vila do Conde. *Ratis*, l. 11; *San Pedro de Ratis*, l. 19: freg. do concelho da Póvoa de Varzim. *Cuyna*, l. 17: S. Miguel de Cunha, freg. do conc. de Braga. Sobre a localização deste topónimo, veja-se o que foi dito na p. 247.

140

1287. Maia.

D. Sancha Esteves, abadessa do mosteiro de Vairão, e seu irmão Gomes Peres dividem entre si os bens que herdaram de seus pais.

Sabham quãtoſ eſte praço uyrem e léér ouuyrem que noſ Sancha Eſteuayz, abbadeſſa do |[2] moeſteyro de Vayram, cõ outorgamẽto do conuẽto deſſe moeſteyro de Vayram, faço |[3] mha partyçom cõ meu hyrmáão Gomez Periz de todóó herdamẽto que a mj e ao dauãdito meu |[4] hirmáão acaeçeo de parte de noſſo padre don Steuã Periz e de donna Orraca Periz, noſſa |[5] madre. Conuẽ a ſſaber que eu Sancha Eſteuayz, abbadeſſa deſuſſo dita, remaeſco en mha |[6] partyçom nha quintáá de Mouri que é no couto de Varzea que

é nho julgado de Fa|7ria cõ ſſa vinha e cõ ſas caſſaſ, cõ todaſ ſaſ entradaſ e cõ [*to*]daſ ſaſ heyxidaſ e cõ todos |8 ſeuſ dereytoſ e cõ todaſ ſaſ p*er*téé§aſ e outroſſi en logo q*ue* é dito Toherej q*ue* é no julgado da |9 Maya, cõ todoſ ſeuſ dereytoſ e cõ todaſ ſaſ p*er*téé§aſ e cõ todo aquelho q*ue* en eſſe logo auiam |10 os deſuſſo ditoſ noſſo padre e noſſa madre. E eu, Gomez P*er*iz, deſuſſo dito, remaeſco en mha |11 party§õ en logo q*ue* é dito Sam Lourẽ§o de Ryba de Pynhõ e en Villa Nova q*ue* ſum nho |12 julgado da Feyra de Coſtantin e en Molnes e nha Grangha e en Cacauelus q*ue* ſum nho |13 julgado de Faria e en todolhos outroſ logareſ q*ue* a noſ acae§eo de parte do dito noſſo padre |14 e da dita noſſa madre, ſaluo aquelhes douſ logareſ deſſuſſo ditoſ, of quááeſ logareſ acae§erũ |15 áá dauãdita abbadeſſa don*n*a Sancha Eſteuayz. Fa§emuſ e outorgamuſ eſta party§õ aſſi en com*m*o |16 deſuſſo dito é e prometemuſ áá bõa fe q*ue* nũca cõt*r*a ela uenamuſ p*ar*a deſſa§elha en parte |17 nẽ en todo; e ſobre todo eſto mandamu*ſ* e houtorgamu*ſ* q*ue* ſe algũu de noſ ueher q*ue* aq*ue*ſta noſſa |18 party§õ queyra britar ou deſſa§er, p*e*yte áá outr*a* parte aguardante .C. mrs. |19 uelhuſ da moheda corredia en Port*ugal* e o pra§o ficar en ſa fortele§a e uala p*ar*a todo |20 ſenpre. En teſtemoỹo deſta couſſa, noſ, Sancha Eſteuayz, abbadeſſa dauãdita, e Gomez P*er*iz |21 dauãdito, fe§emuſ ende fa§er douſ pra§os partydoſ p*er* a.b.c. p*er* mááo de Pedro P*er*iz |22, tabellion da Maya; doſ quaeſ pra§os eu, Sancha Eſteuayz, abbadeſſa dauãdita, deuo a |23 téér hũu pra§o apreſ de mj e eu, dauãdito Gomez P*er*iz, deuo a téér outro pra§o apreſ |24 de mj. E eu Pedro P*er*iz, pubilico tabellion da Maya, rogado daſ parteſ ãbas deſuſſo ditaſ, |25 a todaſ eſtaſ couſſaſ deſuſſo ditaſ preſente fúúj e p*er* mãdado e p*er* outorgamẽto daſ ditas |26 parteſ douſ pra§os partidoſ p*er* a. b. c. ende feytos cõ mha mááo p*r*opria ſcreuy e |27 en cada hũu deleſ eſte meu ſi(⊹)nal pugj en teſtemoỹo de uerdade. Feyto |28 o pra§o no moeſteyro de Vayram, f*er*ia .iij.ª, XX.ti diaſ andadoſ do mes de |29 Mayo. E*r*a M.ª CCC.ª XXV.ª Oſ q*ue* forom preſenteſ: Johã P*er*iz, fi|30lho de Pedro Afonſo de Tamel, Martin Eſteuayz, Steuã Garcia, caualeyruſ; Lourẽ|31§o Steuayz, eſcudeyro: Johã P*er*iz, cl*er*igo de Vayram; Martin Martíiz, te*ſtes*.

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 5. — 145 × 260 mm. — Carta partida por a b c. Recorte dentado na parte inferior.

(Documento publicado por AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico.* Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). Coimbra, 1979, p. 339-340).

Linha 1, *pra§o: r* na entrelinha. — Linha 7, *cõ todaſ ſaſ heyxidaſ:* no manuscrito encontra-se *cõdaſ ſaſ heyxidaſ*, devido ao facto de se ter saltado a sílaba inicial da forma *todaſ*. — Linha 30, *Tamel:* a tinta da última letra está um pouco manchada, o que não permite distinguir claramente se a letra anterior é *a* ou *e*. Aliás, esse topónimo aparece na documentação antiga registado dos dois modos, através de numerosas variantes, tais

como *Tamel, Tamal, Tamhal, Tamial, Thamial.* Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga.* Separ. de *Biblos,* vol. XXXIV. Vol. II, Coimbra, 1959, p. 644.

Mouri, l. 6: freg. de Santa Maria de Moure, no conc. de Barcelos. *Tamel,* l. 30: antigo território no actual concelho de Barcelos.

141

1289. Maia.

O mosteiro de Vairão faz, com o reitor da igreja de Santo Estêvão, o contrato de lhe dar dois morabitinos pelos cinco moios de cereais que todos os anos devia pagar-lhe pela sua igreja.

Sabham quãtoſ eſte eſtromẽto uyrem e léér ouuyrem q*ue* em pr*e*ſem£a de mỹ, |2 Pedro P*e*rez, publico tabellion nha terra da Maya, e daſ teſtemoỹaſ adeante ſcriptas |3 a eſto ſpe£ialmẽte rogadaſ ȝ chamadaſ Pedro Heane*s* rrector da eg*re*ga de Santo |4 Steuã, conffeſſou e acognhoceu q*ue* el deuya a dar em cada hũu ano deſſa ſha eg*re*ga a |5 San Sa̧luador do moeſteyro de Vayram, cõuem a ſſabher: .ij. moyoſ de mylho ȝ douſ moy|6oſ de meſſe ȝ hũu moyo de t*r*igo p*er* hũa medida q*ue* è chamada tééyga, a q*ua*l medida dixe |7 q*ue* ſſijha ſóó altar deſſa ſha eg*re*ga e dixe q*ue* eſſa medida era hũa pedra cauada e dixe |8 que p*er* eſſa medida auyam a dar oſ ditoſ cinquy moyoſ ao dito moeſteyro p*or* treuudo e o |9 dito P*e*dro Heane*s* fex p*re*gũta a don*n*a Sancha Steuayz, abbadeſſa do dito moeſteyro q*ue* a eſto |10 ſijha p*re*ſente, ſe era pagada e ent*re*gada daquel pam de ſuſſo dito q*ue* era treuudado ao di|11to moeſteyro. E eſſa don*n*a Sancha Steuayz, abadeſſa deſuſſo dita, conf-feſſou e acognho|12ceu q*ue* era pagada e bem ent*re*gada at*r*a o dia d'oghe do dito pam e do dito t*r*euudo e |13 deu o dito P*e*dro Heane*s* e a dita ſha eg*re*ga at*r*a o dia d'oghe p*or* quyte e liure do dito pam. |14 Item o dito P*e*dro Heane*s* ffex auẽẽ£a cõ eſſa don*n*a Sancha Steuayz, abadeſſa deſuſſo |15 dita, p*er* ra£õ do pam deſuſſo dito q*ue* era t*r*euudado ao dito moeſteyro; e á áueen£a fóóy |16 feyta em eſta maneyra: cõuẽ a ſſabher q*ue* a dita don*n*a abadeſſa uendeo ȝ certaſ ou|17torgou ao dito P*e*dro Heane*s* oſ ditoſ cynquy moyoſ do pam de ſuſſo dito p*or* douſ mr. ue|18lhoſ da moheda de Port*ugal* em cada hũu ano. E iſto fex ela ao dito P*e*dro Heane*s* p*or* muyto |19 ceruyço ȝ p*or* muyta ajuda q*ue* el ſempre fez e ffaz ao dito moeſteyro. E o dito Pedro |20 Heane*s* deue á áuer o dito pam polhoſ ditoſ douſ mr. q*ue* deue a dar em cada hũ |21 ano p*or* en todolhoſ diaſ q*ue* o dito P*e*dro Heane*s* for uyuo. Am*en*.

Aqueſto fóóy ffeyto nho mo|[22]eſteyro de Vayram. Feria .iij.ª, XXIX. diaſ do meſ de Março. Era .M.ª CCC.ª |[23] XXvij.ª Oſ que fforum preſẽteſ: Johãn'Aluo, Johã Perez, cappelhaeſ do dito mõeſteyro; |[24] Johã Dominicj, móórdomo do couto; e eu Pedro Perez, publlico tabellion de ſuſſo dito, |[25] rogado daſ parteſ de ſſuſſo ditaſ, preſẽte fúúy e per ſeu mãdado eſte eſtormẽ|[26]to ende ffeyto cõ mha mááo propria o ſcreuj e ẽele eſte meu |[27] ſi(+)nal pugj em teſtemoỹo de uerdade.

A.N.T.T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 5. — 135 × 190 mm.

Em certas palavras é difícil distinguir se existe ç ou ç.

No original as formas *treuudo* 'tributo' (l. 8), *treuudado* (l. 10, l. 15) aparecem registadas como *treúúdo* e *treúúdado*.

Linha 16: observe-se a ocorrência da forma *certas* 'cartas', à semelhança do que acontece no doc. 1282 DL 137, l. 3. — Linha 19, *dito* (moeſteyro): a penúltima letra da forma *dito* está bastante manchada. — Linha 21, *amen:* antes do *a* existe um borrão de tinta. Analogamente também as duas últimas letras de *aqueſto* se encontram manchadas. — Linha 22: repetição da forma *diaſ*. — Linha 23, *Johãn'Aluo:* no original *Johãnaluo*. — Linha 25, *preſẽte:* falta o til sobre a vogal da segunda sílaba. — Linhas 25-26, *eſtormẽto:* ao mudar de linha, o copista repetiu a penúltima sílaba.

142

1309. Miragaia.

Estêvão Pais, irmão da abadessa do mosteiro de Vairão, faz testamento de seus bens, deixando sua irmã por testamenteira.

In Dei nomine, amen. Sabhã todos quantos eſta mãda e teſtamẽto uirẽ que eu Steuã |[2] Pááiz, caualeiro de Molnes, com mha ſaude e com meu conprido ſiſo, temẽdo Deus |[3] e o dia do juizo, faço meu teſtamẽto e deſponho de mhas couſas ẽeſta maneira: |[4] primeiramẽte encomẽdo a Deus a mha alma e a Santa Maria, ſa Madre, e a todolos |[5] ſantos da corte do Çeo e mãdo meu corpo ſoterrar eno moeſteiro de Vairã |[6] e mãdo hy con ele hũa beſta, a melhor que eu ouuer; e faço mha teſtamẽ|[7]teira mha irmãa, a abadeſa do dito moeſteiro de Vairam e peço lhy por mer|[8]çéé que queira eſte afam tomar por mj̃ e doulhe conprido poder ſobre to|[9]dos meus bẽes mouis e de raiz gãanhados e por gãanhar; e mãdo que paga|[10]das aſ mhas diuedas, aſ que ſabudas forẽ con uerdade e mhas malfeitorias, o que |[11] do meu ficar, mãdo que o dé a dita mha irmãa e mha teſtamẽteira por mha |[12] alma hu ela por bem teuer; e rogo a dita mha irmãa pola bẽeçõ de ſeu |[13] padre e

de ſa madre; e peço por mercéé áás donnas deſe dito moeſteiro que lhis |14 praza ſe tal couſa acaeçer que o meu corpo uenha a eſe dito moſteiro que |15 o deitẽ na eygreia noua e rogo por Deus a eſas donas que rogẽ a mha ir|16mãa que lhe praza de me fazer eſta graça. Feyto foy iſto en Miragaya .iij. diaſ |17 por andar do mes de Junho, era M.ª CCC.ª XLvij. Teſtemoyas que preſentes forõ: frey Pedro |18 Steuẽez, frey Afonſo da ordin dos preegadores; Fernam da Veiga e eu Johã |19 Perez, tabaliõ de Miragaya, a rogo do dito caualeiro, a iſto preſente fuj e eſte teſ|20tamẽto cõ mha mão ſcreuj e meu ſinal hy pugj em teſtemoyo das couſas |21 ſuſo ditas. *(Signo)*.

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 4. — 125 × 135 mm. Devido a deficiente leitura da data, o documento encontra-se localizado no maço 4. *Miragaya*, l. 19: actualmente freg. da cidade do Porto.

143

1313. Maia.

Frei Martinho, prior do mosteiro de Santa Maria de Águas Santas, e seus frades e raçoeiros, fazem prazo de um casal em Tameal, na freguesia de S. Julião, da terra de Neiva, a Aparício Domingues, a sua mulher Clara Domingues e a um sucessor que por eles for nomeado.

Sabhã todos quantos eſte prazo uyren ⁊ léér ouuyren que eu frey Martin, priol do moneſteyro de Santa Maria de Agu|2aſ Santas do Biſpado do Porto, enſſenbra conos freyres ⁊ rraçoeyros deſſe moneſteyro, enprazamos a uoſ |3 Apariço Domingujz e a uoſſa molher Crara Domingujz hũu caſal que o dito moneſteyro ha en Tameal, ena fregeſia de |4 San Juyaão de Terra de Neuha, eno qual ora uoſ morades, so tal preyto ⁊ ſſo tal cõdiçõ que uoſ anboſ |5 o aiades ⁊ puſuyades en todo tẽpo de uoſſas uydaſ ⁊ façades hi bẽfeytoryas e dedes ende |6 ao dito moneſteyro cada hũu ano doze mrs. uelhos ⁊ meyo de dinheyros portugueſes aas terças do ano ⁊ dardes a mj̃, |7 dito priol, e a meuſ ſuceſores cõ uoſos cõpanheyros colheyta aſſi como he huſo ⁊ cuſtume de a |8 dardes ⁊ luytoſa e depoſ morte de uoſ anbos o dito caſal cõ toda ſſa bẽfeytorya fique a hũa |9 peſſoa qual uos nomeardes em uoſſa uyda ou a uoſſa morte ⁊ dar aſ ditas couſas ao dito moneſteyro e a |10 mj̃, dito priol, e a meus ſuceſores como dito he que aſ uoſ dedes. E uoſ nõ vẽderdes nẽ doardes o

dito |[11] caſal nẽ parte dele a caualeyro nẽ a dona nẽ a clerigo nẽ a eſcudeyro nẽ a hordj̃ nẽ a nẽ |[12] hũa peſſoa poderoſa nẽ religioſa ſſenõ a atal peſoa que ſeia da uoſſa cõdiçõ que bẽ ꝛ cõprida mẽte |[13] dé a nos e a noſſos ſuceſores e ao dito moneſteyro oſ noſos dereytos como dito he que os uoſ dedes. Pero |[14] que o digades ante a nos e a noſos ſuceſores ꝛ tãto por tanto ficar o dito caſal ao dito moneſteyro. |[15] E ſſe o nos nõ quiſermos tãto por tanto e o a outra peſſoa vẽderdes, deue morar no dito caſal ꝛ ſeer |[16] a nos e a noſos ſuceſores obedijnta conos noſſos dereytos ꝛ andar eſſe caſal aſſunhado. |[17] E ſſe uoſ chamardes a outro ſenhorio ſaluo a nos que ſſeia per razõ doſ noſſos dereytos que eſte enpraza|[18]mẽto nõ ualha ꝛ ſſeia nẽ hũu e aſ couſas que neel ſſon cõtehudaſ. E, depoſ morte deſſa peſoa, |[19] eſſe caſal fique ao dito moneſteyro liure ꝛ en paz ſen cõtenda nẽ hũa. E eſto fazemos nos a uoſ por quatro |[20] mrs. uelhos ꝛ meyo de dinheyros portugueſes que de uoſ recebemos d'entrada. E nos, dito priol ꝛ freyres ꝛ raçoey|[21]ros, mãdamos ꝛ outorgamos ſſe formos contra eſte prazo en todo ou en parte que peytemos aoſ ſobreditos ou |[22] a cada hũu deles a que eſte enprazamẽto fazemos cen mrs. uelhos de pẽa. E a qual pẽa pagada ou nõ, |[23] eſte prazo e aſ couſas que neel ſſon cõtehudaſ fiquen en ſſa firmydõe. Feyto foy no dito moneſteyro vijntj diaſ de |[24] Mayo. Era .M. CCC. Lj. anos. Teſtemoyas: Steuã Iohanes, Steuã Domingujz, Johã Perez do dito logar de Tameal, |[25] Johã Perez, jrmaão do dito priol, ꝛ Steuã Martj̃z, clerigo do dito priol, ꝛ Martin do Crato ꝛ outroſ. E eu Vaaſ|[26]co Martj̃z, pubrico tabelliõ de noſſo ſenhor El Rey en terra da Maya, que a todo eſto preſẽte fuy ꝛ |[27] per mãdado ꝛ per outorgamẽto doſ ditos priol ꝛ freyres ꝛ raçoeyros douſ prazoſ partidos per .a. b. c. |[28] cõ mha maão propria eſcreuj ꝛ en cada hũu deles eſte meu ſinal pugj en teſtemõyo de uer|[29]dade que tal he (+). E por mayor firmydõe eu, priol ſobredito, per mãdado ꝛ per outorgamẽ|[30]to doſ ditos freyres ꝛ raçoeyros pugj aqui o meu ſéélo pendẽte.

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 6. — 160 × 220 mm. — Carta partida por a b c. Recorte dentado na parte superior.

O pergaminho apresenta os orifícios donde pendia o selo.

1313. Maia.

Frei Martinho, prior do mosteiro de Águas Santas, juntamente com seus frades e raçoeiros, empraza a Estêvão Anes e a sua mulher Maria Leda, moradores em Tameal, na freguesia de S. Julião, da terra de Neiva, e a uma pessoa por eles nomeada, todas as quebradas que o mosteiro possui nessa freguesia.

Sabhã todos quantos eſte prazo uyren ⁊ léér ouuyren que eu frey Martin, priol do moeſteyro de Santa Maria de Aguaſ |2 Santas do Biſpado do Porto, enſſenbra conos freyres ⁊ rraçoeyros deſſe moeſteyro, enprazamoſ a uos, Steuã Iohanes, |3 e a uoſſa molher, Maria Leda, moradores en Tameal da fregeſia de San Juyaão de terra de Neuha, todalaſ quebradaſ |4 que o dito moneſteyro ha ena dita fregeſia de San Juyaão so tal preyto ⁊ ſſo tal cõdiçõ que uoſ anboſ aſ aiades ⁊ puſuyades |5 en todo tẽpo de uoſas uydas ⁊ façades hi bẽfeytorya ⁊ dedes ende cada hũu ano ao dito moneſteyro quatro mrs. |6 ⁊ meyo en dia de Paſcoa ⁊ nõ mays. E depoſ uoſſa morte danbos, eſſas quebradas cõ toda ſſa bẽfeytorya fiquen a hũa |7 peſſoa qual uoſ nomeardes en uoſſa uyda ou a uoſſa morte. E dar cada hũu ano ao dito moneſteyro quatro mrs. uelhos |8 ⁊ meyo en dia de Paſcoa. E tragerdes eſſas quebradas aſſunhadaſ e nõnaſ vẽderdes nẽ doardes nẽ apenho|9rardes nẽ parte delaſ a caualeyro nẽ a dona nẽ a clerigo nẽ a eſcudeyro nẽ a hordj̃ ſenõ a atal peſoa que ſeia |10 da uoſſa cõdiçõ ⁊ que dé ende ao dito moneſteyro oſ ditos quatro mrs. ⁊ meyo como dito he. E pero que o digades ante ao priol do dito |11 moneſteyro ou a nos. E ſſe aſ quiſermos tãto por tãto, dardelaſ a nos ou a noſos ſuceſores. E ſſe uoſ chamardeſ a outro ſenhorio |12 ſaluo a noſ ou a noſos ſuceſores, que ſeia per razõ doſ noſſos dereytos; eſte prazo d'eſençõ adeãte nõ ualha ⁊ ſſeia nẽ |13 hũu e aſ couſas que neel ſon cõtehudaſ. E depoſ morte deſſa peſoa, aſ ditaſ quebradaſ cõ toda ſſa benfeytorya |14 deuẽ ficar ao dito moneſteyro liures ⁊ en paz ⁊ ſſen cõtenda nẽ hũa. E nos, priol ⁊ freyres ⁊ raçoeyros ſobreditos, mãda|15mos ⁊ outorgamos ſſe formos contra eſte prazo en todo ou en parte que peytemos aos ſobreditos ou a cada hũu deles a que |16 eſte enprazamento fazemos cen mrs. uelhos de pẽa. E a qual pẽa pagada ou nõ, eſte prazo ⁊ aſ couſaſ que neel ſon cõ|17tehudaſ fiquen como dito he en ſſa firme forteleza. Feyto foy o prazo no dito moneſteyro viȷntj diaſ de Mayo. Era .M. CCC. |18 L .j. anos. E eſto fazemos nos aoſ ſobre ditos por hũu mr. uelho que deles recebemos. Teſtemoyas: Steuã Domingujz, Johã Perez |19 do dito logar de Tameal, ⁊ Johã Perez, jrmaão do dito priol, ⁊ Steuã Martj̃z, clerigo do dito priol, ⁊ Martin do Crato ⁊ outros. |20 E eu Vaaſco Martj̃z, pubrico tabelliõ de noſſo ſenhor El Rey en terra

da Maya, q*ue* a todo eſto p*re*ſẽte ſuy e p*er* mãdado |[21] doſ d*i*tos p*ri*ol ⁊ fr*ey*res ⁊ raçoeyros douſ p*ra*zos p*ar*tidos p*er* .a. b. c. cõ mha maão p*ro*p*ri*a eſcr*eu*y ⁊ en cada hũu deles |[22] eſte meu ſinal pugj en teſtemõyo de u*er*dade q*ue* tal he (+). E por mayor firmydoen, en cada |[23] hũu deſteſ p*ra*zos p*er* mãdado ⁊ p*er* outorgamẽto doſ d*i*tos fr*ey*res ⁊ raçoeyros pugj o meu ſeelo pẽ|[24]dente, eu, p*ri*ol ſobr*edi*to.

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 6. — 195 × 180 mm. — Carta partida por a b c. Recorte dentado na parte superior.

Vêem-se ainda os orifícios para as correias do selo.

O documento foi escrito pelo mesmo notário do documento anterior.

Linha 6, *depoſ:* a terceira letra está manchada. — Linha 12, *eſençõ:* ausência de cedilha. — Linha 22, *mayor:* o escriba repetiu a forma, mas, ao dar-se conta, inutilizou-a, usando um ponto por baixo de cada letra.

145

1315. Maia.

A abadessa do mosteiro de Vairão ordena aos moradores do seu couto que não ofereçam seus serviços a fidalgos ou «donas» nem lhes dêem outras coisas, sob pena de perderem os seus casais.

Sabham todos q*ua*ntos eſte ſt*or*mento uyrem ⁊ léér ouuyrem q*ue* en p*re*ſença de mj̃ Simhõ M*ar*tj̃z, tabelliõ de noſſo ſſe(*nhor*) |[2] el Rey en t*er*ra da Maya, ⁊ das teſtemoĩas adeãte ſcritas ſpeçial mẽte a eſto chamadas ⁊ rogadas, a rreligioſa dona Coſtãça |[3] Paez, abbadeſſa do mon*eſteyro* de Vayram, moſtrou ⁊ p*er* mj̃ ia d*i*to tabelliõ fez léér hũu ſt*or*mento f*ei*to p*er* mão de Dom*ingo*s M*ar*tj̃z, en |[4] outro tenpo tabelliõ na Maya, ⁊ de ſſeu ſinal aſſinaado, nom raſo, nẽ borrado, nẽ antr*e*linhado nẽ en nẽhũa man*eyra* ſoſp*ey*to |[5] ſegũdo enel pareçia, do qual o tẽor de u*er*uo a u*er*uo nenhũa couſa aduda nẽ remouuda tal é: ¶ Conhoſcam todos |[6] q*ue*, en p*re*ſença de mj̃, Domj̃gos M*ar*tj̃z, publico tabelliõ na t*er*ra da Maya ⁊ das teſtemoĩas q*ue* adeãte ſom ſcritas, a rreligio|[7]ſa Dona Coſtança Paez, abbadeſſa do mon*eſteyro* de Vayram, moſtrou ⁊ fez léér hũu p*re*uilegio de Rey don Afon|[8]*ſo* enoutro tenpo Rey de Port*ugal*, eno qual p*re*uilegio era cõteudo ant*re* aſ outras couſas q*ue* o d*i*to Rey dom Afon*ſo* couta|[9]ra o couto de Vayram a abadeſſa dona Eluyra Toyrez p*er*ante os ſſeu*ſ* hom*m*es moradores eneſſe couto de |[10] Vayram chamados p*er*ante ela fez léér o d*i*to p*re*uilegio ⁊ pobricar

ꝛ diſſe a dita abbadeſſa dona Coſtança pois |[11] que eſſe dito preuilegio foy per leudo perante eſſes hommes moradores eneſſe couto eneſta maneyra: hommes |[12] bõos, uos ueédes ꝛ ſſabedes que no couto de Vayram nõ a nẽhũu couteyro ꝛ que o couto de Vayram que o |[13] coutou Rey dom Afonſo por ſſa alma ꝛ por ſſa merçéé en rremíjmẽto de ſſeus pecados aa dita dona abbadeſ|[14]ſa per ſſeus coutos ꝛ per ſſas deuyſões aſſj como eno preuilegio é conteudo. E diſſe a dita dona abbadeſſa |[15] que a ela deziam que algũus caualeyros ꝛ ſcudeyros ſe queriam fazer couteyros deſſe couto de Vayram hu nõ |[16] auyam porque. E que algũus deſſe couto lhis dauam geyras ꝛ çeuadas ꝛ galinhas e os metiam eneſſe |[17] couto e lhis faziam ſeruiço en muytas maneyras en tal guiſa que uijnham ao couto como nõ deuyam |[18] ꝛ hu nom auyam porque. E diſſe a dita dona abbadeſſa logo a eſſes hommes ſeus moradores eneſſe couto, ſeẽ|[19]do preſentes, que ela lhis frontaua ꝛ dezia ꝛ defendia a todos aſſi aos lauradores come a carpenteyros, co|[20]me a telheyros come a todolos moradores deſſe couto geeral mẽte que nenhũu nom foſſe ouſado de dar |[21] geyra nẽ geyras de cauar nẽ de carpentegar nem de telha fazer nẽ de dar galinhas nẽ çe|[22]uada a nẽhũu caualeyro nem ſcudeyro nẽ a nehũu homme filho d'algo nẽ a nẽhũa dona nẽ nẽhũa |[23] couſa do ſſeu auer de todo o ſſeu couto nẽ nenhũu ſeruiço dos ſſeus corpos daqueles que eno dito cou|[24]to de Vayram moraſſem. E a aqueles que a algũus hommes filhos d'algo ꝛ donas algũas couſas fezeſſem |[25] deſtas ſobreditas ela lhis faria come a quẽ britaua ſa defeſa e ſſeu mãdado ꝛ que lhis faria peytar as |[26] pẽas que no dito preuilegio eram conteudas ꝛ demais que perderiam os caſaes en que moraſſem. E diſſe a dita |[27] dona abbadeſſa que ſe lhis alguẽ mal fezeſſe ou do ſſeu filhaſſe que lhe diſſeſſem ꝛ que ela os defenderia |[28] com ſſeu dereyto, con Deus ꝛ com El Rey. E de toda eſta fronta que a dita dona abbadeſſa fez pedio a |[29] mj̃, dito tabelliõ, hũu teſtemoĩo. Feyto foy en Vayram .xiij. dias de Abril. Era .M.ª CCC.ª xij.ª anos. |[30] Que preſentes forom: Pedro Eanes, clerigo; Mingres, vigayro; Domingos Dominguiz; Martim Steuẽz de Couilhãa; Domingos |[31] Paez; Sentil d'Azeuedo ꝛ outros. E eu, tabelliõ ſobre dito, a rogo da dita dona abbadeſſa, eſte teſte|[32]moĩo con mha mão propria ſcreuy ꝛ meu ſinal y pugi en teſtemoĩo de uerdade que tal é. O qual ſtormento moſ|[33]trado ꝛ per leudo, a ſſobredita dona abbadeſſa pedio a mj̃, ſobre dito tabelliõ, que lho tornaſſe en pobrica |[34] forma e lhj deſſe ende hũu ſtormento ſo meu ſinal. Feyto foy no moneſteyro de Vayram, dez ꝛ ſete diaſ de |[35] Mayo. Era de mil trezentos çinquoenta ꝛ tres anos. Teſtemoĩas que preſentes forom: Fafha Steuẽz, capelam |[36] do dito moneſteyro; Steuam de Sſouſa, meyrinho; Françiſco Dominguiz, homme de Lourẽço Paez de Moldes, |[37] ꝛ outros. E eu Simhõ Martinz, tabelliõ ſobre dito, a eſto chamado, preſente fuy ꝛ eſte ſtormento con mha |[38] mão propria ſcreuy ꝛ meu ſinal y pugi que tal é. *(Signo).*

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 4. — 170 × 310 mm.

Publica-se de acordo com a cópia fotográfica mandada fazer do pergaminho original. Por esse motivo, a parte final da última forma da l. 1, ao estar coberta por uma dobra, teve de ser reconstituída.

Linha 7: repetição da forma *dona*.

146

1345. Maia.

A abadessa e o convento de Vairão nomeiam Gil Eanes e Aparício Peres procuradores da herdade de Águas Belas e das herdades que passaram a pertencer ao mosteiro da parte de D. Leonor Gomes de Azevedo, monja professa de Vairão e mais tarde abadessa de Rio Tinto.

Sabhã quantos eſta procuraçom uyrem que nos, Sancha Paez, abbadeſſa do moeſteyro de Vayram da hordẽ de Sſam Beey|[2]to do Biſpado do Porto, ⁊ nos Eneſ Steuez, prioreſſa, ⁊ o conuẽto do dito moeſteyro, ſéendo chamadaſ para eſto que ſe ſege ⁊ juntaſ |[3] en noſſo cabidóó, fazemoſ noſſos procuradores auõdoſos, Gil Eanes ⁊ Appariço Perez, noſſos homẽes, ⁊ cada hũu deleſ per ſj |[4] portadoreſ ou portador deſta precuraçõ para por noſ ⁊ en noſſo nome ⁊ do dito noſſo moeſteyro parar ⁊ reçeber ⁊ procurar ⁊ meniſtrar |[5] ⁊ arrẽdar ⁊ uẽder os fruytos ⁊ dereytos que nos auemos d'auer ⁊ reçeber da noſſa herdade d'Agoas Belas ⁊ para reçeber ende |[6] o preço ⁊ para põer hj en ſeu logo ⁊ en noſſo nome algũa peſſõa que procure ⁊ meniſtre aſ ditas herdadeſ ⁊ aſ faça bẽ laurar |[7] ⁊ afruytar ⁊ alquiar ⁊ reçeber ende para nos ⁊ para o dito moneſteyro os fruytos ⁊ rendaſ ⁊ dereytos ⁊ proueytos. Et outroſſj lhis |[8] damos liure ⁊ conprido poder aos ditos noſſos procuradoreſ ⁊ a qualquer deles para por nos ⁊ en noſſo nome ⁊ do dito noſſo moneſteyro |[9] entrar ⁊ filhar a poſſiſſom daſ herdadeſ que o dito moneſteyro de Vairã herdou e lhj ficarõ de dereyto de parte de dona Leonor Gomez |[10] d'Azeuedo, monia profeſſa que foj do dito moneſteyro de Vayrã, que depois foy abbadeſſa de Rio Tĩto, aſ quaeſ ſom en termho de Lixbõa ⁊ |[11] de Cornagãa ⁊ hu quer que ſeiã achadaſ, aſ quaeſ ela herdou ⁊ o dito moneſteyro de Vayram en ſeu nome dela per ſuçeſſom de ſeu |[12] padre ⁊ de ſſa madre dela no tẽpo que ela era mõia do dito noſſo moeſteyro ⁊ para uẽder eſſas herdades a quẽ por bẽ uirẽ |[13] conuyr ⁊ para mãdar ende fazer carta ou cartaſ de pura uẽda per coſtrẽgimento ⁊ per poder da ley do rreyno que hj á ſobr'eſta razõ |[14] per mão de qualquer tabelliõ que eſta procuraçom uir ao qual noſ rogamoſ que aſ faça ⁊ regiſtre aſſj come de ſeu coſtume ⁊ para |[15] reçeberẽ ⁊ reçeber o preço

daſ ditas vendaſ ou venda. E ſſe lhj algẽ enbargar aſ ditas herdadeſ ou parte delas para |16 entrar a dereyto ⁊ a juizo cõ eſſeſ enbargadoreſ ou enbargador perante noſſo Senor el Rey ⁊ perante ſa corte ⁊ perante ſeuſ |17 ſobrejuizeſ ⁊ ouuydoreſ ⁊ perante outros quaeſquer juizeſ ⁊ aluazíjs ⁊ juſtiças, tãbem eccleſiaſticos come ſegraeſ, que dos |18 ditos feytos ou feyto ⁊ demãdaſ ou demãda poſſam ⁊ deuã conhocer para demãdar, pedir, reçeber, petições põer ⁊ para |19 reſponder ⁊ defender, contradizer, eſcuſar, recuſar juizeſ ou juiz ⁊ outros gáánhar ⁊ para feytos conteſtar ⁊ ſentẽças ouuyr ⁊ apelar |20 ⁊ ſeguir ⁊ renuçar ⁊ cõſentir ⁊ para jurar en noſſaſ almaſ juramento de calũpnia ⁊ de uerdade dizer ⁊ para o pedir ⁊ reçeber da parte ad|21uerſa ⁊ para ſe ſtabeleçer procurador ⁊ procuradoreſ en ſeu logo deleſ ⁊ de qualquer deleſ ⁊ para os reuogar ⁊ o ofiçio da procuraçom en ſj filhar |22 per quãtaſ uezeſ quiſerem ou quiſer e para todalaſ outras couſas fazer ⁊ procurar ⁊ firmar que conpre ⁊ faz meſter ao dito feyto ou feytos ⁊ |23 que noſ poderiamoſ fazer ⁊ firmar ſeẽdo preſentes per noſſas peſſõas. E auemos todo por firme ⁊ ſtauil para ſempre ſo obrigaçõ de |24 noſſos bẽes ⁊ do dito noſſo moneſteyro. Feyta a procuraçom no cabidóó do dito moneſteyro, preſtumeyro dia de Julho, era de mil trezentos oyteẽta |25 ⁊ tres anoſ. Teſtemunhas: Steuão Aneſ ⁊ Johane Aneſ, capelães do dito moneſteyro; Pedro Negro de Rial; Domingos Periz d'Ontra(?); Vaaſco Dominguiz, ſeriente |26 de moneſteyro, ⁊ outros. E eu Simhõ Martinz, tabelliõ en terra da Maya, que, a eſto rogado, preſente fuy ⁊ eſta procuraçom a rogo daſ ditas abba|27deſſa ⁊ prioreſſa ⁊ conuẽto ſcreuy ⁊ aſſinééy deſte meu ſinal. *(Signo).*

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 9. — 215 × 255 mm.

Rio Tito, l. 10: freg. de S. Cristóvão, conc. de Gondomar. Parece ter pertencido primitivamente ao julgado da Maia. No lugar ainda hoje chamado Mosteiro, existiu um convento de beneditinos, fundado em 1062.

147

1448. Maia.

A abadessa e o convento de Vairão concedem em aforamento a Lourenço Afonso, lavrador, morador em Carrazedo, o casal em que vive e uma azenha.

Jheſu

Saibham quantos eſte eſtormento de prazo virem que no ano do naſçimento |2 de noſſo Senhor de mill e quatroçentos e quorenta e oyto, terça

feira, víjnte |[3] e tres dias de Janeiro no mooſteiro de Sam Saluador de Uairam da hordem de |[4] Sſam Beento, ſetuado no julgado da Maya, termo e bi/ſpado da mujto nobre ⁊ |[5] ſſenpre leall cidade do Porto, eſtando hy ha senhora Janebra de Sſaa, dona |[6] abadeſſa do dito mooſteiro, e a honrada Líjanor Díjaz, prioreſſa, e as outras do|[7]nas do dito mooſteiro, chamadas per ſſoom de canpãas tangijdas ſſegundo ſeu cu|[8]ſtume para as couſſas ao diante declaradas em preſſença de mj̃, tabaliam, |[9] e das teſtemunhas adiante eſcriptas, a dita senhora dona abadeſſa, per acordo ⁊ |[10] outorga da dita prioreſſa e donnas, emprazou e fez prazo a Lourenço Afonſſo, |[11] laurador, morador em Carazedo, que hij eſtaua preſſente e a ſſua molher, Mar|[12]garida Gonçaluez, nam preſſente, e ha hũu filho ou filha d'antr' anbos e, nõ |[13] auendo hij filho ou filha, a hũa peſſoa quall o que delles mais ujuer nomear |[14] hũu caſſall que he hijſſento do dito mooſteiro que eſtá na dita aldea de Carra|[15]zedo, em que ora mora o dito Lourenço Afom/ſo e Afom/ſo Annes, ſſeu pay, e lhe |[16] enprazou e lhe ajuntou ao dito caſſall hũa zenha copeira que eſtá junto |[17] coo dito mooſteiro que chamam Orgaãees, que he jſſenta do dito mooſteiro e lhe |[18] enprazou o dito caſſall e zenha com todas ſſuas caſſas e lauras de pom |[19] e de ujnho e deueſſas, camjnhos, entradas e ſaidas nouas, antíjgas, bou|[20]ças, arroteeas, montes, tapados, rrotos e por arronper, fontes, augas ⁊ |[21] todas ſſuas perteenças aſſíj e pella guiſſa que ao dito caſſal e zenha per |[22] dereyto, poſſe e cuſtume perteeçe e deue perteeçer e como os que no dito caſſall |[23] moraram e o trouxeram delle eſteueram em poſſe e melhor ſſe o elles |[24] mjlhor poderem auer. E com condiçam que more o dito caſſall peſſoallmente |[25] com fogo e logo e bois e gaado e todo ſeu demjcilíjo per ſſij ou per boo laura|[26]dor que conpra e guarde as condiçooes deſte prazo e corregam e apoſtem ⁊ |[27] laurem o dito caſſall e zenha de caſſas e lauras de pom e de vijnho e todas |[28] ſſuas perteenças de todos adobíjos que lhe conprirem e fezerem meſter e aos tẽ|[29]pos deujdos e façam em elle, ena dita zenha, toda bem feitoríja e melho|[30]ramento que poderem em guiſſa que ſenpre melhorem e aueram para ſſy todollos |[31] frujtos e nouos, prooes e proueytos que Deus no dito caſſall e ſſuas lauras |[32] e perteenças der. E daram e pagarom por rrenda e penſſam delle por todo aquello |[33] que lhes Deus em elles e ſſuas perteenças der em cada hũu anno por ho ſamj|[34]gell de Sſetenbro, comuem a ſaber: pollo dito caſſall e ſſuas lauras e perteẽ|[35]ças de tríjgo oyto alqueires e de çenteo dez alqueires e mjlho dez alqueires e de vijnho |[36] ſſeis almudes, molle, e hũa eſpadoa de porco de noue coſtas e dous capooes |[37] e leytiga e cordeiro e feyta de manteiga e o terço do líjnho e geira cuſtu|[38]mada e polla dita zenha cada hũu anno pollo dito dia de ſamjgell de çẽteo |[39] ſeis alqueires e de mjlho ſeis alqueires e mais nom. E pagou logo de rreuora aas |[40] donas hũu maraujdy e com condiçam que o dito Lourenço Afom/ſo faça ora |[41] logo ha zenha de nouo, bõa e bem corregijda, moente e corrente,

aſſy da caſa |42 como das rrodas e de todo o *que* lhe conprir e fezer meſter e do *dito* caſſall |43 nem zenha nem ſſuas *per*teenças nem parte dellas nom faram venda nem |44 doaçom nem eſcanbo nem apenhamẽto nem outra couſſa algũa em *per*|45juizo do *dito* mooſteiro e ſſeu caſſall; *pero* ſſe o *quiſſer* uender, poſſao fazer cõ |46 condiçam *que* o faça primeiro ſaber ao *dito* mooſteiro e ſenhora dona abadeſa |47 ſſe o querem tanto por tanto; e ſſe o nom *quiſſerem*, entam com ſſua lijcença |48 o uenda a peſſoa *que* ſeja laurador e nom d'outra condijçam e *que* conpra e gar|49de todas as condijçooes deſte prazo; he em quanto o *dito* prazo durar, nõ ho |50 poderá leixar nem engeitar nem demjtir nẽ o *dito* mooſt*eiro* e ſenhora |51 dona abadeſſa a elles tolher e lho enparará e defenderá e fará bõo e de |52 paz aas ſuas propias deſpeſſas de quem *quer* *que* lhe ſſobre ello algũu en|53bargo *quiſer* põer quanto aa propiadade e a *dita* ſenhora dona abadeſſa |54 e ſeu mooſteiro *per* ſſíj e ſeus homẽes e *per* quem lhe prouger e por todoll*os* |55 ſſeus dereit*os*. E por todo o *que* lhe forem deuedores, theudos e obligados hos |56 penhorará em ſſeus bẽes honde *quer* *que* os achar; e os penhores *que* tomar, uẽ|57der e rrematar ſem autorjdade de juſtiça e ſem hordem e fegura de jujzo |58 e nom ſſe chamem nẽ poſſam chamar forçados nem rroubados nem |59 eſbulhados e poſto *que* ſſe chame nom valham nem ſejam a ello rrecebijdos |60 e mais ho *que* o fezer ou cometer pague de pena e por pena ao *que* *per* ello eſteuer |61 e o cometer dozent*os* marauj*díjs* da bõa moeda antijga e a pena |62 leuada ou nom, eſte eſtormẽto ualha como ſſe em elle contem. E pedij|63ram aſſij dello cada hũu ſeu eſtormento e mais ſe lh*e* conpriſſem. Teſte|64munhas *que* hij eſtauam: Vaaſque Ane*s*, abade (*de*) S*ſanc*to Eſteuom e Gonçallo |65 Eſteuez, eſc*ri*puam da Correiçã, e P*edro* M*artinz*, m*er*cador, neto de V*aaſ*co Lourenço, mo|66rador na cidade do Porto, e outros. E eu, Bras M*artinz*, uaſſallo del Rey no|67ſſo Senhor e ſſeu taballjõ no dito julguado que a todo eſto |68 fuy preſſent*e* e per autorjdade do dito senhor Rey que p*ara* 69| ello tenho per fyel eſc*ry*puã ho fijz eſc*re*puer e ho ſubeſc*re*puy he |70 corregy a antrellynha que djz feyta e rjsqey onde djz y fazedura; |71 por que aſſj he uerdade e em teſtemunho dello meu ſynnall fijz *que* |72 tal he. *(Signo)*. E deſte e doutro tal cõ camynho çem *reaes* branc*os*. Jh*eſu*.

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 11. — 265 × 635 mm.

Há, neste documento, abundantes exemplos de formas em que se omitiu a cedilha de *c* antes de *a* ou *o*: cf. *terca feira*, l. 2; *Lourenco*, l. 10; *Goncaluez*, l. 12; *condicam*, l. 24; *condicooes*, l. 26; *facam*, l. 29; *perteẽcas*, l. 34-35; *terco*, l. 37; *condicam*, *Lourenco*, *faca*, l. 40; *doacom*, l. 44; *lijcenca*, l. 47; *condijcam*, l. 48; *condijcooes*, l. 49; *juſtica*, l. 57; *forcados*, l. 58; *Lourenco*, l. 65. Tal como se procedeu noutros casos, a fim de facilitar a leitura, acrescentou-se a cedilha na transcrição.

Sobre algumas formas existe um til ou sinal de abreviatura supérfluo.

A distinção entre as grafias y e ij foi estabelecida com base nas características paleo-

gráficas apontadas por AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga, 1977, p. 23-24.

As abreviaturas *dcca.*, *dcco.* frequentemente registadas neste documento (cf., por exemplo, l. 6, 7, 9, 14, 15, 16, 18, etc.) foram desdobradas em *dita, dito*. Sobre a natureza dessas abreviaturas e de outras análogas e suas possibilidades de resolução, veja-se EDUARDO BORGES NUNES, *Album de paleografia portuguesa*, vol. I, Lisboa (Instituto de Alta Cultura), 1969, p. 9; IDEM, *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa (Faculdade de Letras), 1981, p. 42.

Linha 4, *ſetuado:* no original *ſtetuado*. — Linha 24, *more:* no pergaminho, *morre*. — Linha 37, *e feyta:* palavras escritas na entrelinha. O copista inutilizou, riscando, as formas *e fazedura*. — Linha 45, *poſſao:* no original lê-se *poſſoo;* contudo, o sentido exige a forma *poſſao*. — Linha 54: a última copulativa e encontra-se muito manchada. — Linha 55, *dereitos;* l. 65, *Lourenço:* no manuscrito, respectivamente *derreitos* e *Lourrenco*.

Carazedo, l. 11; *Carrazedo*, l. 14-15: povoação da freg. de Vairão, conc. de Vila do Conde. *Sfancto Eſteuom*, l. 64: provavelmente Santo Estêvão de Gião, freg. do conc. de Vila do Conde. Ainda hoje essa freguesia é conhecida pela designação de Santo Estêvão.

148

1454. Maia.

A abadessa e o convento de Vairão aforam a João Domingues, lavrador, e a sua mulher Margarida Rodrigues, o casal de Fornelo em que vivem.

Em nome de Deus, amen. Saibham quantos eſte eſtormento virem que no anno do naſçimento |[2] de noſſo Senhor Jheſu *Chriſto* de mjll e quatroçentos e çinquoenta e quatro, onze dias |[3] do mes d'Outubro na claſta de Sam Salluador de Uayram da hordem de Sam Beento, ſſetuado no |[4] jullgado da Maia, termo da ſſempre leall çidade do Porto, eſtando hij em cabijdo a honrada e rrelle|[5]gioſa ſenhora Jenebra de Saa, dona abadeſa do dicto moeſteiro e as outras honradas freiras do|[6]nas Lianor Domingujz, prioreſa, Lianor do Rego ⁊ Viollante Rodrigujz ⁊ Margarida de Saa ⁊ Iſabell Ferreira, freiras |[7] do dicto moeſteiro, chamadas para o que ſſe ao diante ſegue per ſoom de canpaa tangida ſegundo ſeu cuſtu|[8]me, emprazou e per prazo deu a Joham Domingujz, laurador, morador na aldea de Fornello, que de |[9] preſſente eſtaua, e a Margarida Rodrigujz, ſua molher, nam preſente, e hũu filho ou filha d'antr' anbos |[10] ſſe o hij ouuer. E nom ho auendo hy, a huũa peſoa quall o puſtumeiro delles nomear, o caſal |[11] em que ora elles moram, que dizem que em outro tenpo forom dous caſaaes a que cha|[12]mam de Maçira

e morou em elles, ante delle Joham Domīgujz, hũu Gomçallo Rapa e anbos os |13 emprazou em huũa rouoraçom e a hũu fogo e logo aſy como andam e lho enprazou |14 com todas ſuas caſas e lauras de pam e de ujnho, deueſas, ortas, prados, montados, auguas, |15 camjnhos, ſeruentijas nouas e antijgaas, de monte em fonte, rrotas e por rronper e ex|16preſamente com todas ſuas perteenças aſy e polla guiſa que aos dictos caſaaes perteençem e po|17dem e deuem perteençer per quallquer guiſa que ſeja e que o morem peſoallmente |18 per ſy ou per outrem com foguo e loguo e bois e gaado e todo ſeu demjçillio e façam |19 em elle todas bem feitorias e melhoramẽtos que poderem de guiſa que ſempre melhorẽ |20 e nom pejorem e que o nom poſam vender nem dar nem doar nem eſcanbar nẽ apenhar |21 nem per modo allgũu traſmudar em perjuizo do dicto moeſteyro e caſall. E ſe o quiſer vender, poſã |22 no fazer com condiçã que o façam primeiro ſaber aa dicta senhora dona abadeſa ou ſeu |23 procurador ſe o quer tanto por tanto; e ſe o nom quiſer, ẽtam ho poſſã vender a peſoa que ſeia laurador |24 e nõ doutra cõdiçã nẽ ofiçio e que conpra e garde todellas cõdiçoões deſte prazo e dem e paguẽ ẽ cada hũu ano |25 por rrenda e pẽſam por todollos frujtos e nouos, proooes e proueytos que lhe Deus nos dictos caſaaes e ſuas lauras e perteẽças |26 der e por todollos foros e dereitos e dereyturas que os dictos caſaaes ao dicto moeſteiro e ſenhora dona abadeſa ſoyan |27 e eram obrjgados a pagar dez maraujdys de boa moeda antijgaa aas terças do anno, Natall e Paſcoa e Sã Johã, |28 e dous capooes e o terço do vinho que lhe Deus der e as jeiras acuſtumadas nas lauras do pam e do vinho |29 e mais nõ por que a leijtiga e o cordeiro que ſoyam a pagar lhe meteo a dicta senhora dona abadeſa ẽ eſe |30 prazo na dicta rẽda e nõ na ha de pagar ſaluo o que dicto he e pagou d'entrada a dicta senhora dona abadeſa hũu carneyro |31 e a prioreſa e donas por rreuora hũu maraujdy e a dicta senhora abadeſa per ſy e per ſeus homẽes e per quẽ lhe prou|32uer poderá penhorar por toda a renda e jeiras e couſas ſuſo dictas e os penhores que lhe tomar uẽdellos |33 e rrematallos sem autoridade de juſtiça e ſſẽ hordem e fegura de juizo e nõ ſſe chamẽ nẽ poſam chamar |34 forçados nem rroubados e poſto que ſe chamẽ nom ſejam a ello rreçebidos. E o dicto Joham Domingujz e peſoas |35 corregerã ⁊ repairarã as casas e lauras de pã e vijnho e todas as perteẽças do dicto caſall de |36 todos adobijos que lhe conprir e for meſter e aos tenpos deujdos. E mentre eſte prazo durar, |37 o dicto Joham Domīgujz e peſoas ho nõ poderã leixar emgeitar nẽ demjtir nẽ a dicta senhora dona |38 abadeſa a elles tolher e lho emparará e defenderá e fará boo e de paz quanto aa propriedade |39 aas ſuas proprias deſpeſas; e, acabado ho dicto prazo, os dictos caſaaes e todas ſuas perteenças e bem |40 feitorias ficarã liures e deſẽbargados ao dicto moeſteiro e ſenhora dona abadeſa ſem outro em|41barguo. E prouue aas dictas partes: aa dicta senhora dona abadeſa por ſy e pollo dicto |42 moeſteiro e ao dicto

Joham Domīgujz por ſy e por as dictas perſoas a teerē e mãteerē, conprirē e gar|43darē todo ho que ſuſo dicto he e nom hirã contra elle per ſy nē per outrē em juizo nem fora 44 delle; e poſto que o façã, nom ſejam a ello rreçebidos: e mais ho que o fizer e for contra elle |45 ou nõ conprir todas as dictas couſas pague de pena e por pena aa parte que per ello eſteuer |46 e o cõprir dozentos maraujdijs da dicta moeda; e a pena leuada ou nõ, eſte eſtormẽto |47 ſſeer firme e valler como ſſe em elle cõtem. E aſy pedirã cada hũu ſeu eſtormento. Te|48ſtemuhas que hij eſtauã: Vaaſque Anes, abade de Santo Eſteuã, e Afomſo Anes, capellã, ⁊ Afonſo |49 Martjz e Gill Martjz, moradores em Beente, e outros. E eu Bras Martjz, uaſſallo del Rey noſſo senhor |50 e ſſeu taballyã na dita çijdade e julguado, que a todo fuy preſſente e per autoridade do dito Senhor Rey que para |51 ello tenho, per ſjel eſcrypuã ho fiz eſcrepuer, concertey e ſſub eſcrypuy e aſſynney do meu ſſynnall que tal he. *(Signo)*. Jheſu.

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 11. — 300 × 485. Ao fundo, o documento apresenta uma forma bastante irregular.

O documento foi escrito pelo mesmo notário do documento anterior. Por esse motivo, foi localizado na Maia e não no Porto, como se teria feito de acordo com os critérios habitualmente usados (cf. p. 33-35, mas especialmente p. 34).

Sobre a distinção entre as grafias *y* e *ij*, veja-se o que foi dito nas notas que figuram após o documento anterior.

Linha 24, *cõdiçoões:* ausência de cedilha.

Fornello, l. 8: pov. e freg. de S. Martinho, conc. de Vila do Conde. *Beente*, l. 49: provavelmente freg. de S. Salvador de Bente, conc. de Vila Nova de Famalicão.

149

1472. Vairão.

A abadessa e o convento de Vairão aforam a Pedro Anes, lavrador, morador na freguesia de S. Martinho de Guilhabreu, o casal que o mosteiro possuía no lugar de Paiço, na freguesia de S. Pedro de Avioso.

Em nome de Deus, amem.

|2 Saibham quamtos eſte eſtormento d'emprazamento virem que no anno do naçimento de Noſſo Señor Jheſu Chriſto de mill CCCCos e ſetenta |3 e dous annos, aos Xiij dias do mes d'Outubro, dentro no moeſteyro de Sam Saluador de Vayrom, da terra da Maya, do biſpado e termo da çidade |4 do Porto, eſtando hy de preſemte a omrada Senhora dona Lianor do Reguo, abadeſſa do dicto moeſteyro, com Viollante do Reguo, prioreſſa, |5 e Mar-

garida Nunez e Viollante Fernandez e Briatiz de Saa, Briollanga Pinta e Maria do Avellar e Iſabell d'Azeuedo, donas mõjas do dicto moeſteyro, que todas |6 eram juntas em cabijdoo per ſſoom de canpaa tangida como he de ſeu cuſtume, a dicta senhora, cõ outorga das ſobre ditas e conuento, |7 ſijntíjndo aſſy para ſeruiço de Deus e bem e proueyto do dicto ſeu moeſteyro, emprazarã e deram d' emprazamento em tres vidas a Pedre Anes |8 de Vargo, laurador, morador na freguesia de Sam Martinho de Guilhabreu, que preſente eſtaua, ho caſall que o dicto moeſteyro ha no llogo que chamã |9 de Paayço, freguesia de Sam Pedro d'Aveoſo, da dicta terra da Maya em que viuerom Joham Nunez de Paayço, ſeu pay, e Maria Anes, ſua may, em|10prazarõlhe o dicto caſall em tres peſſoas: que elle Pedre Anes ſeja a primeira perſſooa e elle nomee a ſegunda e a ſegunda nomeará |11 a terçeira, em guiſa que ſejam tres perſſooas e tres vidas e mais nõ. E eſto com todas ſuas caſas, vinhas e herdades e chãtados |12 e manjnhos e matos e paçigoos e augas, de monte em fomte, rotos e por romper. E finalmente cõ todallas outras ſſuas |13 emtradas e ſaydas, dereytos e dereyturas e pertenças nouas e antigas que ao dicto caſall pertençem e de dereyto e cuſtume pertençer |14 deuẽ e melhor ſſe o dicto emprazante e perſſooas melhor poderem auer. Com tall preyto e comdiçom que elle e as dictas perſſooas |15 morem e pouorem o dicto caſall perſſoalmente de fogo e de llogo e cõ todo ſeu domiçilio; e façam em elle quanta bem fey|16toria e melhoramento que bem poderem, de guiſa que todo ande aproueitado, melhorado e nõ pejorado; e que dem e pagẽ |17 de rrenda ao dicto moeſteyro e demtro em elle em cada hũu anno oyto lliuras e mea a vijnte reaes brancos deſta moeda que ora corre |18 por cada huũa libra ou como El Rey mandar pagar e mais de foro huũa galinha booa e recebendo pagado todo eſto |19 por dia de Paſcoa da Reſureyçã; e faram a primeyra paga por Paſcoa primeyra que vem do anno de CCCC e ſetenta e tres; e |20 mais de lluytoſa de cada perſſooa ſeisçentos reaes brancos per falleçemento de cada huũa dellas. E pagou llogo de mãda aa dicta |21 senhora quatrocentos reaes e aas donas hũu marauedy que ſom vijnte e ſete reaes brancos ſegundo cuſtume. E nõ lhes derã poder |22 que poſſam vender, dar, doar nẽ eſcaybar o dicto emprazamento nẽ parte delle ſſem ſua autoridade da dicta senhora e conuẽto e nõ |23 o querendo ellas auer tanto por tanto que emtom o poſſam fazer contãto que ſeja a perſſooa laurador, jguall aos ſobre dictos e que ſſeja |24 tall que pague e conpra as condiçoões ſuſo dictas. E que nõ criem em elle filho nem filha d'allgo nem ſſe chamarã a outro senhorio |25 nhũu ſalluo aa dicta senhora e ſeu moeſteyro. E que lhe ſſejam ſenpre obidientes cõ ſeus dereytos e gaſalhem e reçebã ben e oneſtamente ſſeus |26 meſejeiros quando da parte ſua e do dicto ſſeu moeſteyro forem por o que dicto he. E que o dicto Pedre Anes e perſſooas nõ poſſam leyxar |27 nẽ emcanpar o dicto emprazamento nẽ a dicta senhora e ſeu moeſteyro nẽ lhe

poſſam tirar nẽ tolher. E o dicto Pedre Anes reçebeo en |28 ſſy o dicto empra-zamento nas dictas tres peſſooas e cõ as dictas condiçooes. E ſſe obrigou per ſſy e ſeus bees avudos e por auer e |29 das dictas perſſooas de comprirem e manteerem todo aſſy e pella guiſa que dicto he. E a dicta senhora e con-vento obrigarõ os bees |30 e rendas do dicto moeſteyro a lhes outroſſy teerẽ e manteerẽ o dicto prazo em todo como em cjma he conteudo. E por mays firmid(..) |31 deſto outorgarã que quallquer delles partes que for contra eſte prazo em parte ou em todo que pague de pena e em nome de pena e |32 jnte-reſſe aa parte que o conprir e mãteuer quatro mjll rreaes brancos. E poſto que a dicta pena ſſeja pagada ou nõ, que todauja eſte |33 prazo fique e ſeja ſenpre firme e eſtauell em todo e per todo como em elle he contheudo. E todo aſſy llouuarã e outorgarã |34 e pedirã ſenhos eſtormentos e os que lhe conprẽ. Teſtemunhas preſentes: Domingos Afomſo, criado da dicta senhora, e Pedro de Vargo, morador na dicta freguesia de Gujlhabreu, |35 e Gonçaluo Afonſo de Quiraz, morador na dicta freguesia de Sã Pedro d'Aveoſo, e outros. E eu Dieguo Gonçalluez, eſcudeyro e amo do Jfante dom Fernando, meu senhor, |36 cuja allma Deus aja, e notayro ppublico jeerall por El Rey noſſo Senhor em todos ſeus rregnos e senhorio que eſte eſtormento ſcripuj para o dicto laurador |37 e en teſtemunho de verdade o aſinej do meu ppublico ſinall que tall he. *(Signo).*

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 11. — 325 × 280 mm. Ao fundo, o documento apresenta uma forma irregular.

Linha 6, *cuſtume:* o *c* inicial apresenta cedilha que se omitiu na transcrição. — Linha 18, *foro:* as duas primeiras letras encontram-se um pouco manchadas. — Linha 26, *dicto:* esta forma está um pouco manchada. — Linha 28, *condiçooes:* ausência de cedilha. — Linha 30, *lhes:* estão manchadas as duas primeiras letras desta forma. — Linha 31, *quallquer delles partes:* parece ter havido, no espírito do escriba, contaminação entre *quallquer delles* e *quallquer das partes.* — Linha 36, *senhorio:* embora a forma se encontre abreviada, falta qualquer sinal de abreviatura.

Sam Martinho de Guilhabreu, l. 8: freg. do conc. de Vila do Conde. *Paayço,* l. 9: lugar da freg. de S. Pedro de Avioso, conc. da Maia. *Quiraz,* l. 35: lugar da mesma freguesia.

150

1484. Maia.

A abadessa e o convento de Vairão aforam a Afonso Álvares o casal de Real situado na mesma freguesia do mosteiro.

Em nome de Deus, amẽ. Sajbam quantos eſte eſtromento de aprazamento víjrẽ |2 que no anno do naſcijmento de Noſo Senhor Saluador Jheſu

Chriſto de mjll |3 e CCCC^{os} LXXXiiij.^{o} an*nos*, aos çíjnq*uo* dijas do mees d'Abril no paaço do m*oſteyro* |4 de Sam Saluador de Bayram da hordem de Sam Bento q*ue* he no jul|5gado da Maya, termo da çijdade do Porto, eſtando hy a senhor |6 don*na* Líjanor do Rego, abadeſa do dito m*oſteyro*, ⁊ Bíjolante do Rego, p*rio*reſa, |7 e Líjanor Cardoſa e Iſabell Aranha e Brijatijz do Rego e Lyanor |8 Çaq*uo*ta e Iſabell d'Azevedo, a dita s*enhor* don*na* abadeſa ⁊ p*rio*reſa |9 e don*nas* e conbento do dito m*oſteyro* p*er* ſõo de canpãa tangijda como he |10 de ſeu cuſtume, ẽprazarã ⁊ p*er* p*razo* derã a Afom*ſo* Alu*arez*, fjlho de |11 Alu*aro* An*nes* de Vjlarjnho, q*ue* hy eſtava de preſẽte, ⁊ a Ines Ean*nes*, ſua |12 molher, nã preſẽte, e a hũ fijlho ou fjlha d'ant*re* anbos. |13 E nom ho abendo hy, a hua peſoa q*ual* ho peſtumeíjro q*ue* delles fa|14leçer ẽ ſua vijda ou aa hora da ſua morte nõmear ẽ tal gijſa |15 q*ue* ſejã tres peſoas ẽ ſuas vijdas conp*r*idas ⁊ mays nom hũ caſal de q*ue* a p*ro*pijadade |16 he do dito moſteíjro q*ue* ſe chama de Rjal e q*ue* elle mora e ante delle morou Alu*aro* |17 de Rjal q*ue* eſtá ſjtuado na fregue*ſia* do dito m*oſteyro* ⁊ lho ẽprazarã com todas ſuas caſas, |18 víjnhas, labras, pumares, deveſas, ſoutos, chentadijos, emtradas, ſaijdas, novas |19 e antijgas, de monte e ẽ fonte, rroto ⁊ por arronper, aſy ⁊ tan conp*r*idam*ente* como ao |20 dito caſal ⁊ moſteijro p*er*teçe ⁊ p*er*teçer deve ⁊ mjlhor ſe o elle A*fonſo* Alu*arez* e mo|21lher ⁊ fjlho ou peſoa que deſpos elle víjerem mjlhor poderem aver ⁊ ho po|22uorarã de fogo ⁊ logo, boys ⁊ gaado ⁊ com todo ſeu domjçijlijo ⁊ ho laurarã ⁊ afrujtarã |23 de todos os adubijos q*ue* lhe cõp*r*irem ⁊ fezerẽ meſter ⁊ a ſeus tenpos devijdos ⁊ aberam |24 p*ara* ſj todos os frujt*os* ⁊ nobos ⁊ p*roo*ijs ⁊ proveijtos q*ue* Deus ẽ o dito caſal der ⁊ darã |25 e pagarã por todo ho q*ue* dito he em cada hũ an*no* poſto ẽ paz ⁊ ẽ ſaluo dent*ro* |26 no çeleíjro do dito moſteijro nove teijgas de pam boo ⁊ de [...] rreçebendo [...], combem a ſa|27ber, de t*ri*go duas teíjgas e de çenteo tres teíjgas e de mjlho q*uatro* teijgas ⁊ de vy|28nho nove almudes e do lynho q*ue* em o dito caſal ſemear dará o q*uarto* e |29 pagará mays hũa eſpadoa de porco de nove coſtas e hũ par de capoes |30 ⁊ hũa fíjaa de mãteíjga ⁊ dez hobos e hũ q*ua*brjto e leijtíjga e cordeíjro ⁊ ſuas |31 geíjras acuſtum[*ad*]as, ſegundo cuſtume do couto do dito moſteijro ⁊ pagará |32 mays de paſagem q*uando* El rey paſar aquẽ Doíjro, hũa bez no an*no* hũ ma|33rauydy e de rrevora as don*nas* cijnq*ue*ẽta r*eae*s deſta moeda corente de ſete çe|34ptijs o rreal ⁊ mays nom. E q*ue* o dito A*fonſo* Alu*arez* ⁊ fjlho ou fjlha ou pe|35ſoa nõ poſã bender nẽ dar nẽ doar nẽ eſcanbar ho dito |36 caſal q*ue* o p*ri*meijro nõ façã, a ſaber a dita s*enhor* don*na* ha|37badeſa ⁊ p*rio*reſa ⁊ don*nas* ⁊ cõbento ſe o querem tanto por tanto |38 e nom ho querẽdo q*ue* emtom os dit*os* ẽprazadores o poſã bender |39 a tal peſoa q*ue* nom ſeja de moor cõdjçã q*ue* elles. E quẽ a dita s*enhor* |40 e o ſeu moſteijro e conbento por todo ho q*ue* os ſobre dit*os* forẽ teudos |41 e hobríjgados per bem do dito p*ra*zo os penhorarã ẽ ſeus bees hon|42de quer q*ue* forẽ achados e os penhores q*ue* lhes tomarem

bende|[43]llos e rrematallos ſẽ autorjdade de juſtijça nẽ outra hordem |[44] e fegura de juizo ſem ſe eles para ello poderem chamar |[45] forçados nẽ rroubados nẽ eſbulhados e poſto que ſe chamẽ que nom |[46] ſejã a ello rreçebijdos e ho dito Afomſo Aluarez, ẽprazador, com todas |[47] as ditas condjçoes ⁊ crauſollas tomou e rreçebeu ẽ ſy ho dito prazo e |[48] ſe hobrjgou de todo mãter e cõprir ſo pẽna de pagar quatro mjl |[49] reaes e a dita senhor donna abadeſa e prioreſa, donnas ⁊ cõbento de |[50] lhe nõ tijrarẽ nẽ tolherẽ ho dito caſal em as ditas tres vijdas |[51] ſo a dita pẽna e as ditas partes todo eſto outorgarã ⁊ hobry|[52]garã para eſto todos ſeus bees aſj mooves como de rraijz combem ha |[53] dita senhora donna abadeſa ⁊ prioreſa ⁊ donnas e combento os bees |[54] e rrendas do dito moſteijro ⁊ mãdarã aſy ſeer fejtos dous eſtromentos |[55] de prazos anbos de hũ tehor ⁊ pediu cada hũ ſeu. Teſtemunhas que a eſto forã pre|[56]ſentes: Joham Annes, abade de Fornello, e Djego do Abellar, eſcudejro e |[57] jrmao da dita senhor donna abadeſa, e Joham Annes Magríjço, ho |[58] moço, morador ẽ Zurara, e Aluaro Annes de Vijlarjnho e outros; e eu, |[59] Joham de Basto, eſcudejro ⁊ baſallo dell rey noſo senhor ⁊ ſeu tabelliam ppublico ẽ ho |[60] dito julgado da Maya ⁊ no julgado de Zurara, que a todo eſto com as |[61] ditas teſtemunhas preſẽte fuy, eſte eſtromento de prazo per mãdado ⁊ outorgamento |[62] das ditas partes eſcrevy e aqy meu ſijnal prubijco fijz que tal he. *(Signo).*

A. N. T. T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 12. — 255 × 505 mm.

A distinção, por vezes difícil, entre y e o duplo *ij*, em que o segundo tem a forma alongada, foi estabelecida com base nas características paleográficas indicadas por AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga, 1977, p. 23-24. Veja-se também a referência feita a este pormenor de transcrição na p. 28 do presente trabalho.

Sobre várias palavras surge um sinal de abreviatura supérfluo. É impossível saber se as formas *dito, ditos, ditas*, várias vezes registadas se encontram nessas circunstâncias ou se, pelo contrário, se trata de formas abreviadas correspondentes a *dicto, dictos, dictas*. Optei pela primeira interpretação.

Linha 7, *Aranha:* no manuscrito com *R* maiúsculo. Sobre essa particularidade de carácter paleográfico, veja-se o que foi dito nas p. 26-27. — Linha 9, *fõo:* o til está muito apagado e pouco visível. — Linha 23, *cõprirem:* ausência de til. — Linha 26: depois de «nove teijgas de pam boo ⁊ de...» o sentido não é muito claro. Parece ter havido salto de algumas palavras. — — Linha 30, *mãteijga:* falta o til. — Linha 52: depois da forma *rraijz* parece ter havido salto de alguma palavra.

151

1281. Guimarães.

João Pais, dito Sardinha, de São Torcato, Lourenço Peres e João Peres de Vilar, e Pedro Peres e Lourenço Mendes do couto de São Torcato ficam por fiadores, perante o alcaide de Guimarães, de Paio da Devesa e de Pero Pais.

Conhoçuda couſa ſeyia q*ue* nos Johã Paez, dito Sardĩa, de San Torcade, ⁊ Lourẽzo Periz de Vilar e |[2] Johã Periz de Vilar e Pero Periz do Couto de San Torcade e Lourẽzo Meẽdiz do Couto de Sã To|[3]rcade ẽtramos por fiadoreſ a uos Pedr' Eaneſ, alcayde de Gimarãeſ, por Paay da Deueſa ⁊ por Pero |[4] Paez ⁊ obligamos a uos oſ corpos e oſ aquereſ ẽ .D. mr. ⁊ deuemos a dar a uos eſſe Paay Periz da |[5] Deueſa e eſſe Pero Paez q*uã*do nolos demãdardeſ para o dereyto ou q*uã*do nolos demãdar dõ Vaaſco |[6] Martíiz, meyrĩo mayor ẽ Portugal. E eu Paay Periz da Deueſa ⁊ eu Pero Paez ⁊ eu Domj̃|[7]gaſ Meẽdiz, ſa moler de Pero Paez, ⁊ eu Maria Paez, ſa filha, ẽtramos a uos Pedr' Eaneſ, alcayde |[8] de Gimarãeſ, a eſta pẽha de ſuſo nomeada ⁊ deuemos a uos auíjr q*uã*do nos demãdardeſ para |[9] o dereyto ou q*uã*do nos demãdar dõ Vááſco. Iſto foy ẽ Gimarãeſ, .viij.º diaſ de Marzo. Era M.ª |[10] CCC.ª XViiij.ª. Que preſenteſ forõ: Pero Forteſ, joyz de Gimarãeſ, Joyão Durãez, Steuõ Meẽd|[11]iz, Domĩgos Falageyro, Durã Iohaneſ, frade de Sã Torcade; ⁊ eu Pero Domj̃giz, |[12] publico tabaliõ de Gimarãeſ, a eſtas couſas rogado, fuj preſente ⁊ eſte eſtrumẽto cõ mha |[13] mão eſcreuj ⁊ puſi y eſte meu ſi(+)nal ẽ teſtemoyo daſ couſas de ſuſo ditas.

A.N.T.T. Mosteiro de Vairão (Vila do Conde). Maço 4. — 145 × 95 mm.

Linha 7: à semelhança do que acontece na l. 3, depois da forma *ẽtramos* parece faltar a expressão «*por fiadoreſ*». — Linha 7, *alcayde:* a última sílaba está escrita na entrelinha. — Linha 12, *tabaliõ:* a última letra parece ter sido escrita sobre um *a*.

San Torcade, l. 1, l. 2; *Sã Torcade*, l. 2-3, l. 11: São Torcato, freg. do concelho de Guimarães.

1281. Terra de Faria.

Domingos Domingues, juiz da terra de Faria, em cumprimento da sentença de Estêvão Peres e de Gonçalo Eanes, confere posse das herdades situadas em Cequiade, que foram de João Rodrigues e de sua mulher Inês Martins, a Martim Esteves e a sua mulher Sancha Martins, na pessoa de João Eanes, dito Espinho.

Conuçuda couſſa ſeya q*ue* ẽ p*re*ſença de mj̃ Steuã Iohan*e*ſ, publ*i*co tabell*iõ* |[2] del Rey na terra de Faria, ⁊ daſ te*ſtemoya*s q*ue* adeãte ſon ſcriptaſ, Dom*ingos* Dom*inguiz*, joyz |[3] de Faria, moſtrou ⁊ fez léér p*er* mj̃, d*i*cto tabell*iõ*, uua car*ta* ab*er*ta ⁊ ſeelada doſ |[4] ſeeloſ de Steuã Per*iz*, d*i*cto Brauo, ⁊ de *Gonçaluo* Ean*e*ſ, ſcolar de Bragaa, na q*ua*l car*ta* era d(*ict*)o (...) |[5] q*ue* elleſ for*um* joyzeſ aruidoſ p*er* pea ⁊ fiadoria antr*e* Nuno *Gonça*luiz, caualeyro |[6] de Coỹa, ⁊ Martj̃ Steph*aniz* ⁊ ſa molh*er*, Sãcha Mar*tĩz*, ſobelha cõtẽda q*ue* auyã |[7] ſobelho h*er*damẽto de Ciq*ui*auj ẽ q*ue* andauã ẽ demãda ⁊ na q*ua*l car*ta* era cõtiu|[8]do q*ue* elleſ derã ſentẽça, da q*ua*l ſentẽça dizya a car*ta* q*ue* ſſe pagarõ aſ |[9] p*ar*teſ ⁊ a car*ta* uiſta ⁊ p*er*leuda, o d*i*cto joyz foy au d*i*cto logar de Ciq*ui*a|[10]uj ⁊ p*er* poder da d*i*cta carta, do q*ue* era ẽ ella cõtiudo, meteu ẽ poſſe Joha*ne* |[11] Ean*e*ſ, d*i*cto Eſpỹo, de todolo*ſ* h*er*damẽtoſ ⁊ poſſiſoeſ q*ue* for*um* de Johã Rod*riguiz*, ca|[12]ualeyro de Outeyro, ⁊ de ſa molh*er*, hoſ q*ua*eſ cõp*r*ara Nuno *Gonça*luiz ⁊ ſſa |[13] molh*er* Eyneſ Martĩz ⁊ gaanarõ no logo de Ciq*ui*auj ẽ nome ⁊ ẽ logo do d*i*cto |[14] Martj̃ Steph*aniz* o meteu ẽ poſſe p*er* pedra ⁊ p*er* telha ⁊ p*er* colmo como era cõtiudo na |[15] d*i*cta car*ta* aſj o meteu ẽ poſſe daſ d*i*ctaſ couſſa[*ſ*] ⁊ eſſe d*i*cto Joha*ne* Ean*e*ſ |[16] meteu logo ẽ poſſe daſ d*i*ctaſ couſſaſ o d*i*cto Martj̃ Steph*aniz*, aſj como elle foy |[17] ẽ ſeu nome. Fe*y*to no d*i*cto logar .xxij diaſ de Nouẽbro, era M.ª CCC.ª |[18] XViiij.ª Te*ſtemoya*s: Pet*ro* Ean*e*ſ, cl*er*igo, ⁊ Dura Per*iz* ⁊ Dom*ingo*s Per*iz*, d*i*cto Brauaſ, ⁊ outros; |[19] ⁊ ev Steuã Iohan*e*ſ, ſobr*e* d*i*cto tabell*iõ*, a eſtaſ couſſas p*reſen*te foy ⁊ eſte teſtem(*oy*)o |[20] *con* mha máó ſcr*e*uj ⁊ meu ſinal hy pogj ẽ teſtem*oy*o de u*er*dade. *(Signo).*

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 3, doc. 24. — 160 × 170 mm.

Linha 4, *ſeeloſ:* forma escrita na entrelinha. — Linha 4: no fim da linha existe uma mancha; a última forma ficou ilegível; a penúltima está, em parte, deteriorada, mas parece tratar-se de *dicto.* — Linha 15, *couſſaſ:* por lapso, omitiu-se o *ſ* final. — Linha 17: a abreviatura *fcto.* foi desdobrada em *feyto.* A este propósito, veja-se E. Borges Nunes, *Abreviaturas paleográficas portuguesas,* 3.ª ed., Lisboa (Faculdade de Letras), 1981, p. 48. — Linha 19, *teſtemoyo:* a última parte da palavra está pouco nítida.

Ciquiauj, l. 7, l. 9-10: Santiago de Cequiade, freg. do conc. de Barcelos.

1303. Braga.

Pero Lourenço, de Porto Carreiro, e sua mulher Dórdia Martins fizeram ao arcebispo D. Martinho e à igreja de Braga doação da sua quinta de Pena de Amigo, na freguesia de Mouçós.

En nome de Deus, amẽ. Eu, Pero Lourẽço do Portocarreyro, caualeyro, e eu Dordia Martijz, dona ſſa moller, de |2 noſſo prazer e de noſſa liure uóóntade antre oſ viuos fazemos carta de doaçõ ⁊ de perdurauil firmidom a uos, hõrrado |3 padre e ſenhor dom Martĩo, pola merçéé de Deus arçebiſpo da ſanta eygreya de Bráágáá, en nome deſſa uoſſa eygreya |4 de Bráágáá da noſſa quintáá de Pena d'Amigo que he na fréégueſia da eygreya ẽ Mouçóós cõ ſas caſas e cõ ſas vinhas |5 e cõ ſeus pumares e cõ ſeus termhos e cõ ſas entradas e ſaidas e cõ todoſ oſ ſeus dereytos e cõ todas ſas |6 pertéénças e de todoſ oſ outros herdamentos e poſſiſſoes que auemos en terra de Panoias e en terra d'Aguiar de |7 Pena aſſy en caſas como en vinhas como en outras couſas quaeſquer cõ todos ſeus dereytos e cõ todas ſas per|8téénças, a qual quintáá e oſ quaeſ herdamentos uéém da parte de mj̃ Dordia Martijz deſuſo dita. Damos a uos, doamos |9 e outorgamos a dita quintáá e oſ ditos herdamentos e poſſiſſoes aſſi como dito he en nome da uoſſa eygreya de Bragáá |10 e cõprido poder para fazer deles que quer que a uos aprouguer para todo ſempre e áá eygreya de Bráágáá. E eſta doaçõ faze|11mos a uos en nome da uoſſa eygreya de Bráágáá en remíjmẽto de noſſas almas e por moyto bem que de uoſ reçe|12bemos e reçeberemos. E ſe nos ou alguẽ da noſſa parte uéér contra eſta doaçõ para quebrantala peyte a uoſ ou a quẽ der|13des uoſſa uoz quinhẽtos ſoldos e a carta fique en ſſa firmidom. E eu Fernam Perez, tabaliõ de Bráágáá, que ey poder |14 del Rey para dar teſtemoĩo e fazer eſtrumẽtos nos negocios do dito arçebiſpo e que pertééſcam áá ſſa jeriſdiçõ e na|15quelo que el mandar aſſy como ſſe contẽ na carta del Rey eſta carta de doaçõ de mãdado doſ ditos Pero |16 Lourẽço e Dordia Martijz cõ mha mao propria eſcreuj e meu ſinal en ela pugi outroſi a mãdado do dito arçebiſpo. |17 Teſtemoĩas que preſentes forõ: Joham Afonſo, cóónigo de Bráágáá e abade de Traſmires, Pedre Anes, rreytor |18 da eygreya de Borua, Gonçalo Rodrigujz, caualeyro de Galafura, Fernam Ayras, caualeyro deſſe logar, ⁊ Gi|19ral Steueez, tabaliõ de Bráágáá, e outros moytos. Feyto foy eſto en Pena d'Amigo, .iiij. dias do mes |20 de Setẽbro, anno Dominj millefimo trecenteſimo tertio.

|21 Gunſaluus
|22 Johanes } teſtes. *(Signo).*
|23 Sancius

|[24] E eu Giralde Steueez, tabalion de Bragaa, q*ue* hey poder del Rey p*ar*a dar teſtemonho ⁊ faz*er* eſt*or*mentos nos |[25] negocios do d*i*to arçeb*i*ſpo ⁊ q*ue* p*er*téé∫cam a ſſa iurdiçon ⁊ naq*ue*lo q*ue* el mãdar aſſi como ſſe cõten na carta del |[26] Rey de mãdado do d*i*to arçeb*i*ſpo ⁊ a rogo dos d*i*tos Pero Lourẽço ⁊ ſſa molh*er* Dordia M*ar*tỹz aa d*i*ta doaçon |[27] ⁊ as out*r*as couſas aſſi como ſuſſo ſon ordinhadas p*re*ſente foy ⁊ meu ſinal eeſta carta de doaçon pogy e cõ |[28] mha mão ſoeſcreuj en teſtemonho da u*er*dade. Eſto foy feito no logar, no dia ⁊ no anno deſſuſſo d*i*tos. P*re*ſentes |[29] as teſtemonhas q*ue* ſon ſuſſo eſc*r*iptas.

|[30] Jacobus
|[31] Laurẽti*us* } te*ſt*es *(Signo)*.
|[32] Martin*us*

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 5. — 215 × 295 mm.

Linha 18, *Gonçalo:* a primeira sílaba da palavra está manchada. — Linha 28, *uerdade:* falta o sinal de abreviatura na primeira sílaba.

Pena d'Amigo, l. 4: lug. da freg. de Mouçós, conc. de Vila Real. *Mouçóós*, l. 4: pov. e freg. de S. Salvador de Mouçós, conc. e distrito de Vila Real. *Aguiar de Pena*, l. 6-7: antiga designação de Vila Pouca de Aguiar. *Traſmires*, l. 17: Tresminas, freg. do conc. de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real. *Galafura*, l. 18: pov. e freg. de S. Vicente de Galafura, conc. de Peso da Régua, distrito de Vila Real.

154

1317. Terra de Faria.

Pedro Domingues, anteriormente mercador e morador em Bastuço, e sua mulher Domingas Peres fazem doação de todos os seus bens, mas principalmente dos que se encontram nas freguesias de S. João de Bastuço, de S. Pedro de Sá, de Santiago de Cequiade e de S. Paio de Bastuço, a Dona Teresa Álvares, abadessa de Semide, com a condição de lhes dar de comer, de beber e de vestir, enquanto forem vivos.

Sabhã q*ua*ntoſ eſte ſtormẽto uirẽ ⁊ leer ouuirẽ q*ue* ev Petro Dom*in*guiz, |[2] ẽ outro tẽpo m*er*cador ⁊ morador ẽ Baſtuzo, de mha liu*re* uóõtade |[3] q*ue* depoys o nõ poſſa reuogar, dou ⁊ dóó ⁊ outorgo p*ar*a todo ſenp*re* |[4] a Don*a* Tareya Aluar*iz*, abbadeſſa do mon*eſteyro* de Semedj, todalhaſ cou|[5]ſaſ q*ue* eu ey ⁊ [*de*] der*eyto* deuo á áu*er* tã bẽ mouel com*o* de rrayz cõ |[6] o gaãado com*o* o p*or* gáánhar, tã bẽ ẽ h*er*damẽtoſ com*o* ẽ caſſaſ co|[7]m*o* ẽ vinhaſ com*o*

ẽ chãtadoſ como ẽ roto como ẽ por ronper de |[8] mõte ẽ fonte per u quer que ſe poſſa melhor achar ⁊ que eu de de|[9]reyto deuo á áuer ⁊ outroſj lhj dou todolhoſ ẽplazamẽtoſ que eu |[10] ey ⁊ de dereyto deuo a auer ⁊ outroſj lhj dou aſ nouaſ doſ caſaeſ |[11] haſ quaeſ eu tenho rẽdadaſ de Tareya Steuez ⁊ todolhoſ dereytoſ |[12] que eu ẽ elleſ ey ⁊ de dereyto deuya á áuer ⁊ dou lhj aſ couſſas |[13] deſſuſo dictaſ ⁊ cada úúa delhaſ que eu ey ⁊ de dereyto deuo |[14] á áuer no Reyno de Portugal ⁊ ẽ todolhoſ outroſ logareſ |[15] que hoſ eu ey ⁊ de dereyto deuo á áuer ⁊ metea ẽ poſſe de to|[16]dalhaſ couſſaſ que ey na freguefia de San Hoane de Baſtuzo ⁊ |[17] de San Petro de Sſaa ⁊ de Santiago de Ciquiauj ⁊ de San |[18] Payo de Baſtuzo per pedra ⁊ per terra ⁊ per telha ⁊ per calinha |[19] ⁊ per chaueſ de cada úúaſ daſ portaſ, a qual ẽtrega re|[20]çebeu Domingos da Grãya ẽ nome da dicta abbadeſſa |[21] cuyo procurador era ⁊ eu Domĩgaſ Periz, molher do dicto |[22] Petro Dominguiz, outorgo todaſ eſtaſ couſſaſ deſuſo dictaſ |[23] ⁊ cada úúa delhas ⁊ quero ⁊ outorgo que ſe eu algúú dereyto |[24] ey noſ beeſ ⁊ herãçaſ que o dicto Petro Dominguiz ha ou auya |[25] quando eu cõ elle caſey per razõ de caſamẽto ou doutra qual|[26]quer razõ, que haſ aya a dicta abbadeſſa ⁊ outorgolho de mha parte |[27] ⁊ damholho ⁊ outorgamolho que o nũqua poſſamoſ reuogar per noſ |[28] nẽ per outrẽ ẽ joyzo nẽ fora de joyzo; ⁊ ſe algúú dereyto por noſ |[29] auemoſ, eſſe dereyto renuçamoſ ⁊ outorgamoſ o eſtormẽto por forte ⁊ fir|[30]me; ⁊ ſe noſ ou alguẽ por noſ quiſſeſſe uijr contra eſta noſſa doaçõ, nõ lhj |[31] ſeya outorgado ⁊ peyte çẽ mrs. a dicta abbadeſſa ou a quẽ ella ſſa |[32] uoz der ⁊ fique o ſtormẽto ẽ ſſa fortelheza. A qual doaçõ fazemoſ a dicta |[33] abbadeſſa por muyto bẽ ⁊ aiuda que delha reçebemoſ ⁊ por que ella ha de mãtéér |[34] mj ſobredicto Petro Dominguiz de comer ⁊ de beuer aſj como ella |[35] teuer por bẽ ⁊ dar mj de ueſtir de douſ ẽ douſ annos úú tabardo ⁊ úú |[36] pelote ⁊ cadá áno úúa ſaya ⁊ de douſ ẽ douſ annoſ úú pelote áá |[37] mha mulher ẽquanto uiuer o dicto Petro Dominguiz. Feyta foy ẽ Baſtuzo no preſ|[38]tomeyro dia de Mayo. Era de mil ⁊ trezẽtoſ ⁊ cĩquaenta ⁊ cĩque |[39] annoſ. Ev, Steuã Iohaniſ, publico tabelliõ del Rey na terra de Faria, |[40] a rogo daſ dictaſ partes a eſtaſ couſſaſ preſente foy ⁊ eſte ſtormẽto cõ |[41] mha mao ſcreuj ⁊ meu ſinal hy pogj ẽ teſtemoyo de uerdade. Teſtemoyas: |[42] Petro Anneſ, abbade de San Payo de Baſtuzo, ⁊ Martin Anneſ, ſeu hyrmão, ⁊ Domingus |[43] da Grãya ⁊ Laurenzo Martĩz ⁊ outros. *(Signo).*

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 7. — 145 × 330 mm.

Linha 4, *moneſteyro:* a palavra encontra-se abreviadamente representada por *Mom̄*. — Linha 5: antes da forma *dereyto*, o copista deve ter saltado a preposição *de*. — Linha 15: algumas das primeiras letras desta linha encontram-se um pouco danificadas, sendo, por esse motivo, pouco segura a leitura. — Linha 34: no início da linha repetem-se as formas *ha de mãtéér* já registadas no fim da linha anterior. — Linha 37: a abreviatura *fcta̅* foi des-

dobrada em *feyta*. Vejam-se as observações da p. 270 — Linha 38; *trezẽtoſ:* o *t* inicial encontra-se escrito sobre um *d*. — Linha 39: repetição da forma *tabelliõ*.

San Hoane de Baſtuzo, l. 16: actualmente freg. de S. João Baptista de Bastuço, do conc. de Barcelos, distr. de Braga. *San Petro de Sſaa*, l. 17: pov. e freg. do conc. de Arcos de Valdevez, distr. de Viana do Castelo. *Santiago de Ciquiauj*, l. 17: Santiago de Cequiade, freg. do concelho de Barcelos. *San Payo de Baſtuzo*, l. 18: actualmente Santo Estêvão de Bastuço.

155

1327. Prado.

Domingos Eanes, em nome próprio e de sua mulher Maria Eanes, faz a Durão Esteves, cónego de Braga, carta de venda de todas as propriedades que possuíam em Vilar de Areias e em Gomariz, nas freguesias de S. Salvador de Cervães e de Santa Eulália de Oliveira, excepto as leiras chamadas Vinha Nova e Cidral.

Sabhã todos q*ue* ẽ p*re*ſença de mj̃ Ma*r*tim Afonſſo, tabaliõ do Prado, ⁊ das t*eſtemoñas* q*ue* adeãt*e* ſom ſc*r*iptas Domj̃gos Ioh*an*i*s*, d*i*to |[2] Bouçinhõ, filho q*ue* foy de Maria da Bouça, ẽ ſeu nome ⁊ de ſa molh*er* Ma*r*ia Iohan*i*s cuio p*rocur*ador era auõdoſſo p*ar*a eſto p*er* hũa |[3] p*rocur*açõ q*ue* en*de* eu vj f*ey*ta p*er* Afon*ſo* Romãez, tabaliõ do Porto, ⁊ aſynaada do ſeu ſignal ſegũdo a mj̃ ẽ ela aparecia, fez ca*r*ta |[4] de vendiçõ ⁊ de p*er*durauel firmidõe a Durã St*eu*ez, coojgo de B*r*agaa, ẽ nom*me* de ſeu pat*r*imo*n*io, de todol*os* h*erda*-m*en*tos ⁊ poſiſõ*e*s |[5] q*ue* ele auia ⁊ [*de*] dereyto deuia au*er* ẽ Vilhar d'Areas ⁊ ẽ Gomariz, f*regui*ſias de Sã Saluador de Ç*er*uães ⁊ de S*an*ta Vaya d'Ul|[6]ueyra de mõte ẽ fonte rotos ⁊ por ronp*er* cõ ẽtradas ⁊ cõ ſaidas ⁊ cõ ſas aguas aſy com*m*o os ele melhor poder |[7] au*er* ⁊ achar ⁊ cõ todas ſas p*er*teẽças, ſaluo hũa leyra q*ue* chamã da Vĩa Noua q*ue* iaz no eydo de Curuos ⁊ hũu tereo |[8] de leyra q*ue* chamã o Çidral q*ue* iaz a par das caſas de Curuos por p*re*ço q*ue* o d*i*to Do*mj̃go*s Ioh*an*i*s* cõfeſſou q*ue* recebe*r*a |[9] do d*i*to Durã St*eu*ez, cõuẽ a ſab*er*: quareẽta ⁊ quatro mrs. cõ ſa reuora ⁊ do p*re*ço nẽ da reuora nẽ hũa couſſa nõ |[10] ficou por dar ⁊ renõceu (?) a ley dos d*inheyro*s nõ cõtados nẽ auudos ⁊ porẽ mãdou ⁊ outorgou ẽ ſſeu nom*me* ⁊ da d*i*ta ſſa molh*er* |[11] ao d*i*to Durã St*eu*ez, q*ue* ele ⁊ todos ſeus ſuçeſores aiã os d*i*tos h*er*dam*en*tos ⁊ poſiſoões p*ar*a todo ſenp*re* ⁊ façã deles |[12] o q*ue* lhes ap*r*ouger com*o* de ſeus p*r*opios ⁊ quẽ *con*tra eſta c*ar*ta véér q*ue*r da ſa p*ar*te q*ue*r da eſtranha peyte ao d*i*to Durã |[13] St*eu*ez ou a quẽ ſa uoz der q*u*inh*en*tos ſ*oldo*ſ ⁊ a c*ar*ta fiq*ue* ẽ ſa firmidõe. F*ey*ta foy ẽ Prado quatro dias d'Outubr*o*. Era |[14] de mil

ç trezentos ç ſaſeenta ç çinque anos. Teſtemoñas: Lourẽço Fernãdjz, clerjgo de Çeruães, ç Steuã Domíngujz, juiz de |15 Vilar, ç Steuã Iohanis de Palmeyrõo, ç outros; ç eu, dito tabaliõ, eſta carta ſcreuj ç o meu ſignal hj |16 pugj ẽ teſtemoño de verdade que tal é. *(Signo).*

A. D. B. Gaveta das propriedades particulares. Doc. n.º 860. — 320 × 170 mm.

Linha 2: a primeira palavra encontra-se bastante apagada, mas parece ler-se a forma que foi transcrita. — Linha 2, *Iohanis:* existe uma mancha sobre *n* e parte do *i*. — Linha 4, *patrimonio:* no manuscrito a forma encontra-se em abreviatura representada por *pat̄noĩo*. — Linha 5: a vogal final das formas *auia* e *deuia* apresenta um til. — Linha 10: a palavra que precede *a ley* é de leitura pouco clara. Algumas letras estão escritas sobre outras. Embora pareça ler-se *renõceu*, deve tratar-se de *renõçou* 'renunciou', construção análoga a outras registadas noutros documentos. — Linha 13: depois de *a carta* vê-se, em parte manchada, uma forma que tanto podia ser *ſſeja* como *fique*, esta última a seguir escrita de novo. — Linha 16: repetição da forma *pugj*.

Vilhar d'Areas, l. 5: embora no original pareça ler-se *Vilhar d'Arcas*, deve tratar-se de *Vilhar d'Areas*, designação do extinto couto de Cervães, no ant. conc. do Prado.

156

1331. Braga.

D. Gonçalo, arcebispo de Braga, reclama, em nome pessoal, perante Estêvão Martins, juiz ordinário de Braga, a opção na venda do casal de Paço e outras herdades situadas em Santa Maria de Moure e em Águas Santas, bens que foram de D.ª Berengueira e que tinham sido vendidos a Domingos Pires, tendeiro de Braga, e a sua mulher Maria Martins. Os compradores cedem, por não quererem demanda com o arcebispo.

Conhoſcam todos que per ante Steuã Martjz, juyz ordinhayro ena çidade de Bragaa, Johã de Santarem, rraçoeyro de Bragaa ç rreçebedor do muyto onrrado |2 padre ç senhor don Gonçalo, arçebiſpo deſſe logar, en nome da peſſoa del como don Gonçalo da hũa parte ç Domĩgo Periz, tendeyro de Bragaa, morador ena Rua |3 do Cano, ç ſa molher Maria Martinz da outra parte, ſtando en juyzo per razõ do logar ç herdades que ſom eno logar que chamã o Barro que ſon ena frééygueſia da |4 eygreia de Santa Maria de Mouri ç do caſal que chamã do Paaço cõ toda a outra herdade que dona Berĩgueyra auia ena freeygueſia da eygreia d'Auguas |5 Santas ç ena de ſuſo dita de Mouri, as quaes o dito Johã de Santarem dizia que os ditos ç Domĩgo Periz ç ſa molher cõprarã ç que erã da auoẽga do dito don Gonçalo, arçe|6biſpo, ç que nõ auiã por que as auer, mays que as auia d'auer o dito don Gonçalo, arçebiſpo,

en nome de ſa peſſoa de tãto por tãto como aquel que era da auoẽga ⁊ mj̃, Domĩgo |7 Periz, tabelliom publico de Bragáá, ⁊ as teſtemoyas que adeãte ſom ſcritas os ditos Domĩgo Periz ⁊ ſa molher por que o dito don Gonçalo, arçebiſpo, dizia que as ditas herdades |8 erã de ſa auoẽga ⁊ que as auia d'auer de tãto por tãto por nõ auer cõ el demãda ⁊ por que querem todo ſeu ſeruiço que ſegũdo eſſa cõpra auiã feyta ⁊ a poſſe que auiam deſſas |9 herdades pararõſe deſſa cõpra ⁊ deſſa poſſe ao dito senhor don Gonçalo en nome da ſa peſſoa aſſi como a eles auiã ⁊ tijnhã. E renũçiarõ ao dereyto que auiã |10 enas ditas herdades pola dita cõpra ⁊ poſſe ⁊ poſerõno todo ⁊ mudarõ eno dito don Gonçalo per razõ da ſa peſſoa e quãto era da hũa leyra que ao dito logar que pertéécçe que iaz |11 en Dornelas diſſerõ que ante fora uenduda a outrẽ ⁊ que nũca a poſſe dela ouuerã como quer que cõteuda ſeia ena carta da venda. E o dito Domingo Periz jurou aos Santos |12 Euãgelhos que pagara por cõpra das ditas herdades a frey Antonĩho, guardiam de Coỹbra, heroo da dita dona Berĩgueyra que lhe asuçadera, mil ⁊ sateẽta |13 libras, as quaes libras o dito Domĩgo Periz ⁊ ſa molher cõfeſſaram que auiã reçebudas en paga pelo dito Johã de Santarem polas ditas herdades. E renũciarõ a toda exçepçõ dos |14 dinheyros nõ cõtados, nõ auudos nẽ reçebudos. As quaes mil ⁊ sateẽta libras o dito Johã de Santarem jurou aos Santos Euãgelhos que reçebera recado do dito don Gonçalo, arçebiſpo, |15 que pagaſſe as ditas libras do ſeu jnuẽtayro que fezera quãdo uééra por arçebiſpo ⁊ que deſſes dinheyros deſſe jnuẽtayro as pagara. As quaes paramẽto, renũçiaçõ ⁊ mudamẽto ⁊ as outras |16 couſas deſuſo ditas o dito juyz deu por ſentẽça ⁊ mãdou cõprir ⁊ guardar como dito é. Os que a eſto forõ preſentes: Bééyto Periz, alfaiame, Steuã Miguéez, Martin F(.....)dj, al|17fayates de Bragáá, ⁊ Johã Dominguiz, clerigos do dito juyz. Feyto foy en Bragaa, quatro dias do mes de Feuereyro. Anno Dominj millefimo .CCCº .XXXj.º E eu, Domĩgo Periz, tabelliom de |18 ſuſo dito, que rogado fui a eſto ⁊ preſente, eſte ſtromento ſcreui ⁊ aſſinééi de meu ſinal en teſtemonho de uerdade.

|19 Johanes
|20 Martinus } *(Signo).*
|21 Geraldus

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 10. — 365 × 240 mm.

Linha 7, *ditas:* a palavra encontra-se, em parte, manchada. — Linha 12, *dita:* forma parcialmente manchada. — Linha 12, *asuçadera:* ausência de cedilha. — Linha 12: no documento parece ler-se com clareza *heroo;* contudo, de outros textos medievais conheço apenas *(h)eréé, (h)ereo* e *(h)erel.* — Linha 16: o apelido que se segue à palavra *Martin* é de leitura muito difícil; com clareza, distinguem-se apenas *F* inicial e *dj* no final da palavra.

Santa Maria de Mouri, l. 4: provavelmente freg. de Santa Maria de Moure, no conc. de Póvoa de Lanhoso. Há outra freguesia com o mesmo nome no concelho de Barcelos. *Auguas Santas*, l. 4-5: freg. do conc. de Póvoa de Lanhoso.

1331. Braga.

Constança Lourença, viúva de João Airas, Zote, faz carta de venda a D. Gonçalo, arcebispo de Braga, do casal que possui na freguesia de Santa Maria de Aveleda, o qual herdou de seu pai Lourenço Miguéis.

En nome de Deus, amẽ. Eu Coſtança Lourẽça, molher en outro tẽpo de Johanne Airas, Zote, faço carta de uẽdiçõ ⁊ de |2 perdurauil firmidõe a uos dom Gonçalo, arcebiſpo de Bragaa, en nome da uoſſa peſſõa ⁊ de uoſſo patrimonio, do meu caſſal |3 que hej na freiguiſſia de Santa Maria da Auelééda, o qual caſſal me ficou de Lourẽço Miguéés, meu padre, cõ todos |4 ſeus dereitos ⁊ perteẽças, entradas ⁊ ſaidas de mõte en fõte, terras rotas ⁊ por ronper per hu quer que o dito caſſal ⁊ oſ |5 dereitos ⁊ perteẽças del melhor poderẽ ſéér achados tã bem na dita freiguiſſia de Santa Maria da Auelééda como alhur |6 hu quer; ⁊ uẽdouos o dito caſſal ſem nẽhũu encarrego. E dou poder a uos, dom Gonçalo, de fazerdes do dito ca|7ſſal ⁊ enel que quer que uos aprouguer para todo ſenpre por preço que de uos recebj per Joham de Santa Rem, rraçoeiro de |8 Bragáá, cõuem a ſſaber, trezentas ⁊ quoréénta libras de portugueſes cõ ſſa rreuora ⁊ do preço nẽ da rreuora nõ ficou a uos |9 nada a mj̃ por dar por que a mj̃ tãto bem aprougue; aſ quaeſ trezẽtas ⁊ quoreẽta libras o dito Joham de Santa Rem deu a mj̃, |10 dita Coſtãça Lourẽça, do auer que dezia que era doſ enuẽtoaros que o dito dom Gonçalo fez do ſeu auer ante que foſſe |11 arcebiſpo de Bragáá. E obrigo mj̃ ⁊ todos meus bẽes mouis ⁊ de rraiz auudos ⁊ por auer a defender ⁊ aa enparar |12 a uos dito dom Gonçalo ⁊ a todolos uoſſos soceſſores o dito caſſal cõ todos ſeus dereitos ⁊ perteẽças, entradas ⁊ |13 ſaidas aſſi como ia ſuſſo dito he, daſ quaes trezẽtas ⁊ quoreẽta libras me dou por bem paga ⁊ por bem entregua. |14 E renũcio a toda eiceiçõ doſ ditos dinheyros nõ cõtados nẽ auudos nẽ per mj̃ recebudos ⁊ a toda outra eiceiçõ ⁊ de|15fenſom que por mj̃ poder dizer ⁊ allegar tã bem en juizo como fora de juizo ⁊ aſſi de feyto como de dereito como de |16 cuſtume. E meto logo per palaura o dito dom Gonçalo en poſſe do dito caſſal cõ todos ſeus dereitos ⁊ perteẽças que |17 ha na dita freiguiſſia da Auelééda. E ſe alguẽ uéér que eſta carta de uẽda queira birtar, quãto demãdar tã[t]o en |18 dobro cõponha ⁊ demais peite ao dito dom Gonçalo ou a quem ſa uoz der quinhẽtos ſoldoſ de portugueſes ⁊ a dita carta da |19 uẽda fique en ſſa forteleza ⁊ en ſſa firmidõe para todo ſenpre. Feyta a carta da uẽda no logar que chamã Aueláál, |20 a par de a cidade de Bragáá, vijte ⁊ dous dias de Junho de anno Dominj millesimo .CCC.º XXX.º primo, per maão de mj̃ |21 Domĩgo Perez, publico tabaliom de Bragáá. Teſtemu-

nhas que preſſẽtes forõ: Saluade Anes ⁊ o dito Joham de Santa Rem, rraçoeiros; |[22] Aſcẽçõ Perez, dito Siluoſſo, clerigo do choro de Bragáá; Joham Lourẽço, jrmaão da dita Coſtãça Lourẽça; Giral Martíjz, |[23] tabaliom de Penafiel; Domīgos, Fernã Perez, Vicẽte, Domīgos Rej, Steuã, homẽes do dito Saluade Anes, ⁊ outros. *(Signo)*.

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 10. — 230 × 225 mm.

Linha 17, *tãto:* não é totalmente claro se o *t* está registado; parece existirem vestígios dessa letra um pouco sobreposta à letra anterior.

Santa Maria da Auelèéda, l. 3: freg. do conc. de Braga. *Aueláál*, l. 19: provavelmente *Avelar*, lugar da cidade de Braga, freg. de S. Lázaro.

158

1334. Braga.

D. João Palmeiro, deão de Braga e administrador da capela de Santa Maria e dos seus bens, empraza a Gomes Peres e a sua mulher Maria Esteves e a um sucessor por eles nomeado, a quarta parte da vinha e das quebradas de Mozelho e as casas que Gomes Peres fez na herdade das referidas quebradas, na Ventosa.

Sabhã todos que preſente mj̃ Johã Dominguiz, tabelliõ publico de Bragáá, e as teſtemunhas que adeãte ſum eſcritas, o honrrado barõ dom Johã Palmeyro, dayã de |[2] Bragáá e aminiſtrador da capela de Santa Maria e dos bẽes dela, a qual o honrrado padre ⁊ senhor dom Gonçalo, pola mercéé de Deus e da Santa Eygreia de Roma, |[3] arcebiſpo de Bragáá, fez fazer en Bragáá a par da capela de San Giraldo en nome da dita capela de Santa Maria emplazou a Gomez Perez, leygo, morador |[4] en Tamhal d'Oveya, freygues da Eygreia de San Juyaão de Kalẽdayro, e a ſſa molher Maria Steuez, aa hũa peſſoa depos eles que ſeia da ſu cõdiçõ |[5] deles, a qual nomear o proſtumeyro que deles mays uiuer, a quarta parte da vinha e das quebradas de Móózelhj e as caſas que o dito Gomez Perez |[6] fez na herdade das ditas quebradas na Ventoſa, as quaes vinha e quebradas e caſas ſom da dita capela de Sancta Maria na freyguiſia da dita |[7] Eygreia de San Juyáão que he aneyxa áá dita capela do dito Senhor arcebiſpo. En eſta guiſa, conuẽ a ſſaber que o dito Gomez Perez e a dita ſa molher |[8] e a dita outra peſſoa que depos eles uéér tenhã, aiã e puſſuã en ſas uidas as ditas vinha e quebradas e caſas cõ todos ſeus dereytos e perteẽças |[9] e dem ende en cada hũu anno aa dita capela

e ao aminiſtrador dela *por* todolos dereytos e dereyt*uras* das d*i*tas vinha, q*ue*bradas e caſas t*re*s |[10] mrs. uelhos de port*ugue ſes* áás t*er*ças do an*no*, conuẽ a ſſaber: hũa t*er*ça p*or* Natal e a outra t*er*ça p*or* Paſcoa e a outra t*er*ça pola feſta de San Johan*ne* Bap|[11]tiſta e dous capões q*uando* alo for o aminiſtrador da d*i*ta capela hũa uez no an*no* ou duas galinhas ſe capões nõ ouuerẽ e luytoſa q*uando* acae|[12]cer e aq*ue*l q*ue* morar nas d*i*tas caſas deue dar hũa uez no an*no* dous dias p*or* geyras; deuẽ chantar, refaz*er* e melhorar nas d*i*tas vinha, q*ue*|[13]bradas ⁊ caſas e fazer en elas q*ua*nta benfeytoria faz*er* poderẽ; deuẽ ſéér obediẽtes ao miniſtrador da d*i*ta capela e dos bẽes dela p*er*|[14]razõ das d*i*tas vinha, q*ue*bradas e caſas e nõ chamar outr*o* ſenhor contr*a* ele; nõ deuẽ uẽder, obligar nẽ appenhorar as d*i*tas vinha, q*ue*bradas |[15] e caſas nẽ alhear a p*ro*p*ri*edade delas nẽ c*ri*ar nas d*i*tas caſas filho nẽ filha de dona nẽ de caualeyro nẽ doutr*o* hom*me* poderoſo nẽ nas dar |[16] a noble caualeyro nẽ poderoſo q*ue* as tenha nẽ a nẽhũa outr*a* peſſoa, ſaluãdo a atal ſe acaeçer q*ue* ſeia de ſa cõdiçõ deles e de q*ue* o aminiſtrador |[17] da d*i*ta capela poſſa au*er* entr*egamen*te os dereytos das d*i*tas vinha, q*ue*bradas e caſas. E ſe contr*a* eſtas couſas ou cada hũa delas uéérẽ q*ue* |[18] p*er*cã o d*i*to emplazam*en*to e o dereyto q*ue* en ele ouuerẽ depos morte do d*i*to Gom*ez* e da d*i*ta ſa molh*er* e da d*i*ta outr*a* peſſoa as d*i*tas vinha, |[19] q*ue*bradas e caſas cõ toda ſa bẽfeytoria fiquẽ en paz e en ſaluo aa d*i*ta capela. Se algũa das p*ar*tes uéér cõtr*a* eſte emplazam*en*to p*ar*a |[20] britalo, peyte aa p*ar*te outorgãteo q*ui*nhẽtos ſ*oldo*ſ e o plazo fiq*ue* en ſa firmidõe e en ſa forteleza. Feyto foy o plazo en Bragáá p*er* mj̃ Johã Dom*ingu*iz, tabelliõ |[21] ſobred*i*to, vij̃te dias do mes de Octubro, an*no* Dom*in*j mille*ſimo* trecẽteſimo tricеſimo q*ua*rto. Te*ſtemunhas* q*ue* preſentef forum: o rreligioſo barõ Lourenço Martíjz, abbade do |[22] mone*ſteyro* de Manhẽte; Gonçalo Perez, cóónigo de Bragáá; mééſtre Gil, fiſico de Guimarães; Gonçalo Lourenço, rreytor da eygreia de Vluueyra; Johan*ne* Steuẽz, frade |[23] do d*i*to mone*ſteyro* de Manhẽte; Vaaſco Lourẽço, filho de Lourẽço Meẽdiz Sarrazinho: Thome Aſon*ſo*, tabelliõ de Guimarães, e outros.

|[24] Martin*us*
|[25] Johan*es* } *(Signo)*.
|[26] Petr*us*

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 12. — 295 × 210 mm.

A forma *Gomez* várias vezes documentada, fazendo parte do nome *Gomez Perez*, encontra-se abreviada, mas carece de qualquer sinal de abreviatura (cf. l. 3; l. 5; l. 7, etc.).

Móózelhj, l. 5: é provável que se trate de Mozelho, lugar da freg. de Silva, conc. de Barcelos.

1334. Braga.

D. João Palmeiro, deão de Braga e administrador da capela de Santa Maria e dos seus bens, afora a João Paris e à sua primeira mulher e a um sucessor por eles nomeado, o casal chamado Portelo da Fonte, situado na freguesia de S. Julião de Calendário e que é propriedade da referida capela.

Sabhã todos q*ue* pre*ſ*ente mj̃ Johã Do*minguiz*, tabellió publico de Bragáá, e as te*ſtemunhas* q*ue* adeãte ſum eſcritas o honrrado barõ dom Johã Palmeyro, dayã de Bragáá e aminiſtrador da capela de *Sa*nta |2 Maria e dos bẽes dela, a q*ua*l o honrrado padre e ſenhor dom Gonçalo, pela mercéé de De*us* e da *Sa*nta Eygreia de Roma arcebi*ſ*po de Bragáá, fez faz*er* en Bragáá a par da capela de San Giraldo, en nome |3 da dita capela de *Sa*nta Maria, emplazou a Johã Paris, morador en Tamhal d'Oveya, e aa primeyra molher líjdema q*ue* ouuer e a hũa peſſoa depos eles q*ue* ſeia da ſa cõdiçõ deles a q*ua*l no|4mear o pro*ſ*tumeyro q*ue* deles mays uiuer, o caſal a q*ue* hora poſerõ nome o Portelo da Fonte q*ue* he da dita capela de *Sa*nta Maria na freyguiſia da eygreia de San Juyaão de Kalẽdayro |5 q*ue* he aneyxa aa dita capela do dito ſenhor arçebi*ſ*po en eſta guiſa: conuẽ a ſſaber q*ue* o dito Johã Paris e a dita ſa molher e a dita outra peſſoa q*ue* depos eles uéér tenhã, aiã e puſſuã |6 en ſas uidas o dito caſal do Portelo da Fonte cõ todos ſeus dereytos e perteẽças e dem ende en cada hũu anno aa dita capela e ao aminiſtrador dela noue mrs. uelhos de port*ugue ſes* aas |7 terças do anno, conuẽ a ſaber, hũa terça por Natal e a outra terça por Paſcoa e a outra terça pela feſta de San Johanne Baptiſta e hũu cabrito ou tres ſoldoſ por ele e quatro dias por geyras en |8 cada hũu anno e luytoſa quamdo acaeçer ꝛ deuẽ chantar, refazer e melhorar no dito caſal e fazer en ele quanta bẽfeytoria fazer poderẽ; deuẽ ſéér obediẽtes ao miniſtra|9dor da dita capela e dos bẽes dela per razõ do dito caſal e nõ chamar outro ſenhor cõtra ele; nõ deuẽ uẽder, obligar, nẽ appenhorar o dito caſal, nẽ alhear a propri*e*|10dade dele, nẽ criar hj filho nẽ filha de dona nẽ de caualeyro nẽ doutro homme poderoſo nẽ no dar a noble caualeyro nẽ poderoſo q*ue* o tenha nẽ a nẽhũa outra peſſoa |11 ſaluãdo a atal ſe acaeçer q*ue* ſeia da ſa cõdiçõ deles e de q*ue* aminiſtrador da dita capela poſſa auer entregamente os dereytos do dito caſal. E ſe contra eſtas couſas ou cada hũa |12 delas uéérẽ q*ue* percã o dito emplazamento e o dereyto q*ue* en ele ouuerẽ depos morte do dito Johã Paris ꝛ da dita ſa molher ꝛ da dita outra peſſoa o dito caſal e empla|13zamento cõ toda ſa bẽfeytoria fiq*ue* en paz e en ſaluo aa dita capela. Se algũa das partes uéér contra eſte emplazamento para britalo, peyte aa parte outorgãteo quinhẽtos ſoldoſ |14 e o plazo fiq*ue*

en ſa firmidõe e en ſa forteleza. Feyto foy o plazo en Bragáá per mj̃ Johã Dominguiz, tabelliõ ſobredito, vij̃te e ſex dias do mes de Octubro, anno Dominj mille*ſimo* trecẽteſimo |15 triceſimo quarto. Te*ſtemunhas* que preſentes forum: o rreligioſo barõ Lourẽço Martĩjz, abbade do mone*ſteyro* de Manhẽte: Cremẽte Duraãez, abbade de San Miliaão; Gomez Perez, leygo, morador en |16 Tamhal d'Oveya, e outros.

|17 Martin*us*
|18 Johanes } *(Signo).*
|19 Petr*us*

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 12. — 330 × 165 mm.

Linha 5, *dita* (cf. «e a dita ſa molher»): exceptuando a última letra, a palavra encontra-se manchada. — Linha 15, *Gomez:* a forma encontra-se abreviada, mas falta qualquer sinal de abreviatura.

160

1335. Guimarães.

Martim da Torre, abade de Santa Leocádia de Briteiros, em nome de Gonçalo Anes de Briteiros e de sua mulher Dona Maria, concedeu a Gonçalo Esteves, cónego de Braga, e a Francisco Martins, cónego de Guimarães, procuradores de D. Gonçalo, arcebispo de Braga, a posse de todos os direitos que Gonçalo Anes e sua mulher possuíam na quinta e nos casais do Outeiro assim como no casal do Paraíso que então pertencia ao mosteiro de Vilar de Frades.

Sabham todos que preſente mj̃ Per Andre, publico tabelliõ del Rej ẽ Guimarães, ⁊ preſentes as teſtemuhas que adeante ſon eſcritas, Martjm da Torre, abade de Santa Locaya de Palmeira, |2 eſtando na quintáá do Outeiro, freigeſia da dita igreia, per poder que auia de dom Gonçale Anes de Briteiros, alferiz do jnfante dom Pedro, ⁊ de dona Maria, ſa molher, ⁊ ẽ nome |3 deles meteu ẽ poſſe corporal Gonçale Steuez, coonjgo de Bragáá, ⁊ Françiſco Martjz, coonjgo de Guimarãs, procuradores de dom Gonçalo, arçabiſpo de Bragáá, per razõ da ſa peſſoa tam ſo|4lamẽte ⁊ nõ da jgreia de Bragáá ⁊ em ſeu nome del de todolos ſeruiços, trebutos, feus, penſoes, juridições, ſenhorios, dereitos ⁊ de todalas outras couſas que os ſobre ditos dom Gon|5çale Anes ⁊ ſa molher auiã ⁊ deviam auer aſſj per rrazõ da onrra come per outra rrazõ qual quer na dita quintáá ⁊ caſaes do Outeiro ⁊ ẽ todalas herdades ⁊ perteẽças que perteẽçẽ a dita quintáá |6 ⁊ caſaees do Outeiro ⁊ no caſal do

Paraiſo q*ue* ora he do mone*ſteyro* de Vilar de Frades ⁊ nos homẽes ⁊ molhe*re*s q*ue* em eles morom ⁊ morarẽ deſ aq*ui* adeante. E outroſſj em caſaes ⁊ en ca|⁷ſarias ſe hj forẽ ac*re*ſentadas daquj adeante ⁊ nos homẽes ⁊ molhe*re*s q*ue* hj morarẽ, tãbẽ no mõte come na vila ⁊ de todalas outras couſas ⁊ cada hũa delas q*ue* ſom conteudas no ſtrom*ento* |⁸ do eſcanbho q*ue* hj ha fe*y*to antre o ſobre d*i*to dom Gonçale Anes ⁊ ſa molh*er* ⁊ o d*i*to ſenhor arçab*i*ſpo p*er* rrazõ da ſa peſoa q*ue* o d*i*to ſenhor arçab*i*ſpo p*er* rrazõ da ſa pessoa aia p*ara* ſenp*re* el ⁊ quẽ |⁹ el por bẽ teu*er* todalas couſas ſobre d*i*tas ⁊ cada hũa delas q*ue* ſon conteudas no ſtrom*ento* do eſcanbho. E mãdou aos homẽes ⁊ molhe-*re*s q*ue* hj morã na d*i*ta q*ui*ntáá ⁊ caſaees ⁊ h*er*dades |¹⁰ ſobre d*i*tas q*ue* daquj adeante obedeçeſem ⁊ rreſpondeſem ao d*i*to ſenhor arçab*i*ſpo ou a q*ue* el por bẽ teu*er* de todalas couſas ⁊ d*e*reitos ⁊ ſenhorio aſſj como obedeçiam ⁊ rreſpondiã ao d*i*to |¹¹ dom Gonçale Anes ⁊ a dona Maria, ſa molh*er*, ata aq*ui*. E os d*i*tos Gonçale Steuez ⁊ Françiſco M*ar*t̃jz, p*ro*curadores do d*i*to ſenhor arçab*i*ſpo, rreçeberõ a poſſe de todas eſtas couſas ⁊ cada |¹² hũa delas p*ara* o d*i*to ſenhor arçab*i*ſpo p*er* rrazõ da ſa peſſoa. Das q*uaa*s couſas os ſobre d*i*tos p*ro*curadores pedirõ a mj̃ ſſuſſo d*i*to tabelliõ hũu ſtrom*ento* ẽ p*ru*bica forma ẽ nome do d*i*to ſenhor |¹³ arçab*i*ſpo. Fe*y*to foj na q*ui*ntáá do Outeiro, oito dias de Janeiro. Era de mill ⁊ t*re*zentos ⁊ ſeteẽta ⁊ t*re*s an*n*os. Te*ſtemunhas* as q*ue* forõ preſentes: M*ar*tjm Fereira, caualeiro, ⁊ Aluaro M*ar*t̃jz de Longos, Vaaſ|¹⁴co M*ar*t̃jz, Gonçale Steuez, Johã Afom*ſo*, Aluaro Periz, homẽes do d*i*to Françiſco M*ar*t̃jz, ⁊ outros. E eu Per Andre, tabelliõ ſuſo d*i*to q*ue* a todas eſtas couſas ſobred*i*tas ⁊ a cada hũa delas p*re*-ſente fuj ⁊ eſte ſtrom*ento* |¹⁵ de poſſe eſc*re*uj ⁊ aquj meu ſinal pugj ẽ teſtemu*n*ho de v*er*dade q*ue* tal (+) he.

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 13. — 415 × 170 mm.

Linha 1, *eſcritas:* o *c* apresenta uma cedilha inútil. — Linha 6, *caſaes:* por lapso, o escriba registou *caſaſes*. — Linha 12, *quaas:* no original encontra-se $q^{ua}s$. — Linha 14, *Gonçale:* ausência de cedilha.

Santa Locaya de Palmeira, l. 1: actualmente Santa Leocádia de Briteiros, freg. do conc. de Guimarães.

1345. Cabeceiras de Basto.

Pero Domingues, abade de Mosteiró, do bispado do Porto, e João Calvo, raçoeiro de Telões, testamenteiros de Martim do Monte, anteriormente abade de Telões e cónego do Porto, fazem carta de venda a D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, das quintas de Baulhe, de Asnela e de Cambeses, no julgado de Cabeceiras de Basto, por mil e quatrocentas libras de dinheiros portugueses.

Eno nome de Deus, amen. Conhoſcan todos que nos, Pero Dominguiz, abbade de Moeſteiróó do biſpado do |2 Porto, ꝛ Johã Caluo, rraçoeiro de Tolões, teſtamenteiros de Martỹ do Monte, ẽ outro tenpo |3 abbade de Telões ꝛ coonjgo do Porto, fazemos carta de vendiçõ ꝛ de perdurauil ſjrmjdoe |4 a uos Don Gonçalo Pereira, arcebiſpo de Bragáá, nõ como a arcebiſpo mais |5 como a Don Gonçalo Pereira, das quintãas de Baulhj ꝛ d'Asnela ꝛ de Canbeſes que iazẽ ẽ terra |6 de Baſto no julgado de Cabeçeiras, cõ seus caſaaes, caſas, vinhas, erdades, poſi|7ſões, chantados, augas, montes rotos ꝛ por arronper cõ suas onras, vaſalos, ſerujços, gei|8ras, maladias ꝛ cõ suas entradas ꝛ cõ todos seus dereitos ꝛ cõ todas as outras auções |9 ꝛ couſas que aas ditas quintãas perteeçẽ ꝛ de dereito deuẽ perteeçer e cõ todas as arcas ꝛ |10 cubas, lagares, pan ꝛ vinho que nas ditas quintãas séén aſſi como as o dito Martỹ do Mõte |11 auja no seu tenpo ꝛ de dereito deuja d'auer por preço que rreçebemos de uos Don |12 Gonçalo Pereira, cõuen a ſſaber: mil ꝛ quatro çentas libras de dinheyros portugueses que de uos |13 rreçebemos ẽ dinheyros contados ꝛ sa reuora. E do preço ꝛ da reuora nẽ hũa couſa ficou |14 por pagar ca atanto a uos ꝛ a nos aprougue ꝛ nõ achamos quẽ por elas mais |15 deſſe: por ende aiades uos ꝛ quẽ a uos aprouger as ditas quintãas, caſas, vinhas, herdades, |16 poſiſſões, chantados, onras, vaſſalos, ſſerujços, geiras, maladias ꝛ couſas sobre ditas ꝛ |17 cada hũa delas como dito he para todo senpre; e façades delas ꝛ de cada hũa delas |18 o que por ben teuerdes. E ſſe alguẽ veer que uolas queira demãdar ou enbargar, nos, co|19me teſtamenteiros do dito Martỹ do Monte, nos obrigamos a uolas defender a todo |20 tenpo ẽ júȷzo ꝛ fora de júȷzo. E nos, ditos teſtamenteiros ꝛ vendedores, metemos |21 en poſſe vos, dito senhor arçebiſpo, da dita quintãa de Baulhj hu ora uos eſtades ꝛ uos a dita |22 venda fazemos per as chaues das caſas da dita quintãa ꝛ per as telhas deſas caſas que uos logo |23 entregamos. E para que (?) ꝛ per eſta carta uos metemos ẽ poſſe da dita quintãa de Baulhj ꝛ das outras |24 quintãas d'Aſnela ꝛ de Canbeſes ꝛ de todas as outras herdades ꝛ poſiſões que aas ditas quintãas |25 ꝛ a cada hũa delas perteeçẽ ꝛ perteeçer deuẽ ꝛ de todos outros dereitos que a eſas quintãas ꝛ a cada |26 hũa delas an ꝛ deuẽ d'auer

de dereito. En teſtemonho deſto nos sobre ditos teſtamẽ|[27]teiros rrogamos ꝛ mandamos a Martỹ Lourẽço, tabeliõ de Cabeçeiras, que uos fezeſſe da |[28] dita venda ꝛ poſſe eſte eſtromento. Feyto o eſtromento na dita quintãa de Baulhj, treze dias de |[29] Dezenbro. Era de mil ꝛ trezẽtos ꝛ oytaẽta ꝛ tres anos. Teſtemonhas que preſentes forõ: Vaaſco Gonçalluez |[30] Barroſo, ſcudeiro; Roj Lourẽço Carualho, caualeiro; Gomez Lourẽço, coonjgo de Guimaraães; |[31] Johã Lourenço, abbade de Bornes; Gonçalo, chaueiro da dita quintãa, ꝛ outros; ꝛ eu Martỹ Lourẽço, |[32] tabeliõ de Cabeçeiras, a rogo, de mãdado das ditas partes, eſte eſtromento eſſcreuy ꝛ |[33] meu sig(+)nal hj fiz que tal é.

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 16. — 200 × 260 mm.

Linha 2, *rraçoeiro:* ausência de cedilha. — Linha 3, *vendiçõ:* a última letra encontra-se bastante manchada. — Linha 4: no início da linha, repete-se a forma *firmjdoe*, já registada no fim da linha anterior ainda que com a grafia *fjrmjdoe*. — Linha 7, *ſerujços:* ausência de cedilha. — Linha 23: pelo sentido, parece ter havido salto de algumas formas. — Linha 31: ausência de cedilha nas formas *Lourẽço* e *Gonçalo*.

Tolões, l. 2; *Telões*, l. 3: pov. e freg. de Santo André de Telões (ou Tolões), no conc. de Amarante, distr. do Porto. *Baulhj*, l. 5, l. 21, l. 23: Baulhe, lug. da freg. de Arco de Baulhe, conc. de Cabeceiras de Basto. *Asnela*, l. 5; *Aſnela*, l. 24: povoação da freg. do Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto. *Canbeſes*, l. 5, l. 24: pov. da freg. do Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto.

162

1348. Cabeceiras de Basto.

D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, faz seu procurador Gervásio Martins, abade de Santa Senhorinha (conc. de Cabeceiras de Basto) e dá-lhe poder para que ceda o usufruto da quinta de Baulhe a sua irmã Dona Guiomar Gonçalves. Determina, além disso, que, à morte desta, a referida quinta e seus bens fiquem para a capela de Santa Maria de Braga, por ele mandada construir junto à capela de S. Geraldo.

Conhoſcã todos que preſente mj̃ Martj̃ Lourẽço, tabeliõ de Cabeçeiras, ꝛ das teſtemunhas adeãte ſcritas, |[2] eſtando na quintãa de Baulhj que foj de Martjn do Monte, abbade que foj de Telões, Geruas Martijz, |[3] abbade de Santa Senhorĩa, moſtrou ꝛ per mj̃, dito tabeliõ, leer fez hũa procuraçon ſu eſcrita ꝛ |[4] aſinaada do sygnal de Gonçalo Sſteuez, tabeliõ de Bragáá, segũdo todo na dita procuraçõ |[5] parecia da qual procuraçõ o teor de ueruo a ueruo

atal é: Sabhã todos q*ue* Don Gonçalo, |[6] pela m*er*céé de De*us* ⁊ da S*an*ta Eig*re*ia de Roma, arçeb*i*ſpo de Bragáá, nõ com*o* arceb*i*ſpo, mais |[7] com*o* Gonçalo Pereira, fazemos noſſo p*rocur*ador ſpeçial meſegeiro G*er*uas Mar-tijz, abbade de Sſ*an*ta |[8] Sſenhorĩa de Baſto, ⁊ damos lhj cõprido poder q*ue* meta ẽ poſſe ⁊ corporal poſiſſon dona Gio|[9]mar G*onçalluez*, noſa irmãa, ou ſeu ç*er*to mãdado da q*u*intãa de Baulhy q*ue* he na freigiſia de San |[10] Mar-tinho de Baulhy p*ar*a a ela auer en todo tenpo de ſſa vida os frujtos ⁊ nouos da dita |[11] q*u*intãa cõ ſas p*er*teẽças. E m*or*ta a dita G*u*iomar G*onçalluez*, q*ue* a d*i*ta q*u*intãa ⁊ frujtos ⁊ nouos |[12] dela fiqen liu*re*s ⁊ deſenbargadam*en*te aa noſſa capela de Sſ*an*ta Maria q*ue* nos fezemos ẽ |[13] Bragáá, a par da capela de San Giraldo. Segũdo eſſto he *con*teudo na doaçõ q*ue* fezemos |[14] da d*i*ta q*u*intãa aa d*i*ta capela reſaruãdo os frujtos ⁊ nouos dela p*ar*a os au*er* a d*i*ta G*u*iomar G*onçalluez* |[15] ẽ todo tenpo de ſſa vida e p*ar*a faz*er* todas as outras couſas q*ue* conprir aa d*i*ta poſſe. E a|[16]uemos firm*e* ⁊ eſtaujl p*ar*a todo ſſenp*re* q*ue* q*ue*r q*ue* pelo dito G*er*uas Mar*t*ijz for f*ey*to na d*i*ta razon |[17] ſſu obrigaçõ de noſſos bẽes. F*ey*ta foj ẽ B*r*agáá, oito dias de Majo. E*r*a de mil ⁊ t*re*zentos |[18] ⁊ oitaẽta ⁊ ſſeis anos. T*eſtemunha*s q*ue* rogadas ⁊ p*re*ſentes forõ: Johã Lourẽço, raçoeiro de Bragáá; |[19] St*euã* Do*minguiz*, abbade de Santandraão de Mõos; Gabriel An*e*s, Domj̃ge An*e*s Grainhõ, camareiros |[20] do arçeb*i*ſpo, ⁊ out*r*os, ⁊ eu Mar*t*j̃ Do*minguiz*, ſcriuã jurado dado p*er* o d*i*to senh*or* arçeb*i*ſpo a Gon|[21]çalo St*eu*ez, tabeliõ de Bragáá, q*ue* eſto eſc*re*uj. E eu Gonçalo St*eu*ez, tabeliõ de Bragáá |[22] p*er* outoridade do d*i*to senh*or* arçeb*i*ſpo, q*ue* p*re*ſent*e* fuj ⁊ p*er* out*or*gam*en*to do d*i*to senh*or* arce|[23]b*i*ſpo eſte eſtrom*ento* fiz eſſc*re*uer p*er* o d*i*to meu eſſcriuã jurado ⁊ aq*ui* cõ mha maão ſoeſc*re*uj |[24] ⁊ meu signal pugj ẽ teſtemonho de u*er*dade. A qual p*rocur*açõ aſſj moſtrada ⁊ leuda |[25] p*er* mj̃ d*i*to tabeliõ e dito G*er*uas Mar-tijz, abbade de S*an*ta Senhorĩa ⁊ p*rocur*ador do d*i*to senh*or* |[26] arceb*i*ſpo, nõ com*o* ẽ nom*e* de arçeb*i*ſpo, mais com*o* ẽ nom*e* de Gonçalo Pereira, meteu |[27] ẽ corporal poſiſſon da d*i*ta q*u*intãa de Baulhj cõ todos se*us* dereitos ⁊ p*er*-teẽças ⁊ cõ todas as out*r*as |[28] couſas q*ue* aa d*i*ta q*u*intãa p*er*teeçẽ ⁊ p*er*teeçer deuẽ a d*i*ta dona G*u*iomar G*onçalluez*, q*ue* p*re*ſente ſſtaua, a qual |[29] ent*re*ga lhj fez p*er* pedra ⁊ p*er* telha ⁊ p*er* t*er*ra ⁊ p*er* chaues da d*i*ta q*u*intãa aſſy como he de coſtum*e* ⁊ diſe |[30] q*ue* p*er* aq*ue*lo a metia ẽ poſſe da d*i*ta q*u*intãa ⁊ de todas as outras couſas q*ue* a ela p*er*teeçiã ⁊ de d*er*eito |[31] deujã p*er*teec*er* q*ue* a ouueſſe aſſi como na d*i*ta p*rocur*açõ ⁊ mãdado do d*i*to senh*or* arçeb*i*ſpo era cõteudo. |[32] E a d*i*ta Dona G*u*iomar G*onçalluez*, aſſy tomou ⁊ reçebeu a d*i*ta poſſe da d*i*ta q*u*intãa ⁊ dos frujtos |[33] ⁊ nouos ⁊ p*ro*oes dela p*e*la gujſa ⁊ cõdições q*ue* o d*i*to senh*or* arçeb*i*ſpo manda. Das quaaes |[34] couſas a d*i*ta Dona Giomar G*onçalluez* ⁊ o d*i*to abbade de S*an*ta Sſenhorĩa pedirõ en*de* ſenhos eſſtrom*entos* |[35] tal hũu como o outro. F*ey*to foj na d*i*ta q*u*intãa de Baulhj, q*u*inze dias de Majo. E*r*a de mil ⁊ t*re*zẽtos |[36] ⁊ oitaẽta ⁊ ſſeis

anos. Teſtemunhas que preſentes forõ: Gonçalo Gujan, clerigo; Fernã Rodriguiz ⁊ Airas, homees do |37 dito abbade de Santa Senhorīa; Vereixemo de Sendj̃; Martin Anes da Trofa; Afonſo de Baloutos ⁊ outros; |38 ⁊ eu Martj̃ Lourẽço, tabeliõ ſſuſo dito, que os ditos ſſtromentos ſſcreuj ⁊ a cada hũu deles meu signal hj |39 fiz que tal (+) é en teſtemonho de uerdade.

|40 Pagou .Vj. ſoldoſ.

A. D. B. Secção cronológica. Caixa 16. — 195 × 235 mm. O pergaminho apresenta uma forma um pouco irregular.

Linha 4, *Gonçalo:* ausência de cedilha. — Linha 5, *sabhã:* a terceira letra encontra-se um pouco manchada. — Linha 8: entre *lhj* e *cõprido* há duas letras bastante sumidas e que não fazem falta ao sentido da frase. — Linhas 20-21: *Gonçalo:* ausência de cedilha. — Linha 21, *Gonçalo:* falta a cedilha. — Linha 36, *Gonçalo:* ausência de cedilha.

Santa Senhorīa, l. 3, l. 37; *Sſanta Sſenhorīa de Baſto,* l. 7-8: freg. do conc. de Cabeceiras de Basto. *Santandraão de Mõos,* l. 19: Santo Adrião de Mões, freg. do conc. de Vila Nova de Famalicão.

163

1401. Cerdal.

Vasco Martins Portes e sua mulher Teresa Lourença doam à Igreja de Santo Estêvão de Valença a devesa que possuíam em S. Gião dos Gafos.

Era de mjl ⁊ quatroçentos ⁊ trijnta ⁊ noue anos, vijnte ⁊ quatro dias do mes d' Oytubro, en Valẽça, |2 en preſença de mj̃, Vaaſco Eanes, tabaliõ del Rey na dita ujla, ⁊ teſtemunhas adeante eſcriptas, enton |3 Vaaſco Martins Portes ⁊ Tareija Lourẽça, ſua moller, que preſentes eſtauã por ſy ⁊ por todas ſuas |4 vozes para ſenpre diſerõ que dauã aa Jgleia de Santo Eſteuóó da dita ujla por ſuas almas |5 ⁊ daqueles (*a*) que erã teudos a ſua deueſa que eles aviam a ſo San Giaão dos Gafos que parte |6 da hũa parte cõ deueſa de Gonçalo Eanes, oulyuez, ⁊ da outra cõ herdade que foy de Fernã |7 Anes da Mééſtra ⁊ enteſta en outra dos ditos Vaaſco Martins ⁊ ſua moller per valado ⁊ enteſta |8 doutra parte no camjño prubico que vay para Ponte de Lyma, a qual lhe derõ cõ ſuas |9 entradas ⁊ ſeydas ⁊ paranças per cõdiçõ que o abade que for da dita jgleia diga en cada hũu |10 ano por dia de Santo Esteuóó ou logo no outro dia ſyguinte hũa myſa cãtada ⁊ |11 vaa (*c*)õ (*agoa*) beeyta ſobre o padre do dito Vaaſco Martins que jaz a par da dita jgleia e que |12 outroſ(*y*) (*ele*)s ⁊ ſua(*s*) vozes ajam pela dita deueſa camjnho para tirar per ela madeira da |13 dita deueſa que eſ(*tá*) na teſta da dita deueſa quando foſe talhadoira

ℨ que çarraſen para ty|[14]raſen a dita madeira; ℨ per eſte eſtormẽto derõ poder ao abade da dita jgleia que a podeſe en|[15]trar ℨ auer para a dita jgleia ſen ſeu enbargo e rrenũçiarõ que deſto nõ diſeſen o cõtrario |[16] en juiʊo nẽ fora del ℨ ſe o diſerẽ que lhe nõ valla; ℨ deſto Martin Afonſo, abade da dita |[17] jgleia, pediu hũu eſtormẽto e o dito Vaaſco Martins outro. Teſtemunhas: Vaaſco Eanes de Çerdal, ta|[18]baliõ; Steuóó Domĩgueʊ, clerigo; Rodrigo Anes, Vaaſco Eſteueʊ, clerigo, moradores na dita ujla, ℨ outros. |[19] E eu, Vaaſco Eanes, tabaliõ ſobredito que eſto eſcripuj ℨ aqui meu ſinal fiz que tal he. *(Signo).*

A. N. T. T. Colegiada de Santo Estêvão de Valença. Pasta 1, maço 2, doc. n.º 6. — 215 × 235 mm.

No início das linhas 11, 12 e 13 o documento encontra-se manchado, o que dificulta a leitura de algumas formas. Nalguns casos, a reconstituição fez-se de acordo com o documento seguinte, que é um duplicado deste.

Linha 9, *paranças:* no documento 1401 M 164 lê-se *perteẽças* (l. 12), o que parece corresponder melhor ao sentido da frase. — Linhas 13-14: *ℨ que çarraſen para tyraſen,* sic.

Çerdal, l. 17: freg. de Santa Eulália de Cerdal, conc. de Valença, distrito de Viana do Castelo.

164

1401. Cerdal.

Vasco Martins Portes e sua mulher Teresa Lourença doam à Igreja de Santo Estêvão de Valença uma propriedade que possuíam em S. Gião dos Gafos.

Era de mjl ℨ quatroçentos ℨ tríjnta ℨ noue anos, víjnte ℨ quatro dias do |[2] mes d'Oytubro en Valença, en preſença de mĩ, Vaaſco Eanes, tabaliom del Rey |[3] na dita ujla ℨ teſtemunhas adeante eſcriptas, entõ Vaaſco Martins Portes ℨ Tareija |[4] Lourẽça, ſua moller, que preſentes eſtauã por ſy ℨ por todas ſuas vozes |[5] para ſenpre diſerõ que dauã aa Jgleia de Santo Steuóó da dita ujla por |[6] ſuas almas ℨ daqueles a que erã teudos a ſua deueſa que eles |[7] aviam a ſub San Giaão dos Gafos que parte da hũa parte con |[8] deueſa de Gonçalo Eanes, oulyuez, ℨ doutra con herdade que foy |[9] de Fernã Anes da Mééſtra ℨ enteſta en outra deueſa dos ditos |[10] Vaaſco Martins ℨ ſua moller per valado ℨ enteſta da outra parte no ca|[11]mjnho prubico que vay para Ponte de Lyma, a qual lle derõ con |[12] ſuas entradas ℨ ſeydas ℨ perteẽças per cõdiçõ que o abade que for da |[13] dita jgleia diga en cada hũu ano por dia de Santo Eſteuóó |[14] ou logo no outro dia ſiguinte hũa miſa quantada ℨ foſen con |[15] agoa beeyta ſobre o padre do dito Vaaſco Martins,

q*ue* jaz a par da |[16] d*i*ta jgleia ⁊ q*ue* outroſy eles ⁊ ſuas vozes ajam pela d*i*ta de|[17]ueſa camjño p*ar*a tirar p*er* ela a madeira da d*i*ta deueſa |[18] q*ue* eſtá na teſta da d*i*ta deueſa q*u*ando foſe talhadoira ⁊ q*ue* çarraſen |[19] p*ar*a tiraſen a d*i*ta madeira ⁊ p*er* eſte eſtormẽto derõ poder ao abade |[20] da d*i*ta igleia q*ue* a podeſe entr*ar* ⁊ auer p*ar*a a d*i*ta jgleia ſen ſeu enbargo |[21] e rrenũçiarõ q*ue* deſto nõ diſeſẽ o cõtrario en juiʒo nẽ fora del |[22] ⁊ ſe o diſerẽ q*ue* nõ valha; ⁊ deſto M*ar*tin Afon*ſo*, abade da d*i*ta |[23] jgleia, pediu hũu eſtormẽto e o d*i*to Vaaſco Mart*i*n*s* eſte outro. Te*ſtemunhas*: |[24] Vaaſco Eane*s* de Çe*r*dal, tabaliõ; Steuóó Dominguez, cle*r*igo; Rodrigo |[25] Ane*s*; Vaaſco Eſteueʒ, cle*r*igo, ⁊ outros. E eu Vaaſco Eane*s*, |[26] tabaliõ ſobred*i*to, q*ue* eſto eſcripuj aq*ui* meu ſinal |[27] fiz q*ue* tal (+) he.

A. N. T. T. Colegiada de Santo Estêvão de Valença. Pasta 1, maço 1, doc. n.º 6. — 145 × 235 mm. Ao fundo, o pergaminho apresenta uma forma irregular.

Este documento oferece, com ligeiras variantes, na quase totalidade de carácter gráfico, o mesmo texto do documento anterior: trata-se de dois «eſtormẽtos» lavrados para cada uma das partes intervenientes, ou seja, Vasco Martins, o autor da doação, e o abade da Igreja de Santo Estêvão de Valença. De acordo com o que se lê na l. 23, o documento que apresentamos com o número 164 foi escrito para Vasco Martins.

Linhas 18-19, ⁊ *que çarraſen para tiraſen*, sic.

165

1404. Monção.

Soeiro Gomes e sua mulher Estefânia Gonçalves, moradores na freguesia de Moreira, aforam a Estêvão Peres e a sua mulher Teresa Lourença a metade do casal chamado de Almoriz, situado na referida freguesia, que trazem aforado da Sé de Tuy.

Sabham q*u*antos eſte eſtorm*en*to d'aforam*en*to virem q*ue* eu, Sueiro Gomez, eſcudeiro, cõ mjnha molher, Steueey|[2]nha Gonçalluez q*ue* he pre-ſente ⁊ outorgante, moradores q*ue* ſomos na freigesia de Moreira, aforamos a uos, Steuo |[3] Perez, ⁊ a uoſa molher Tereia Lourença, moradores na dicta freigesia, cõuem a saber, a meatade daq*u*el caſal |[4] q*ue* nos tragemos aforado da Séé de Tuj, q*ue* chamã d' Elmoriz q*ue* jaz na dicta freigesia q*ue* parte cõ outro |[5] caſal q*ue* trage Pedro Dominguez ⁊ Martim Dominguez cõ suas ẽtradas ⁊ ſaidas, ⁊ perteenças ⁊ aguas ⁊ ſoutos ⁊ deueſas e |[6] rreſios ⁊ mon-tadigos, o q*u*al meo caſal uos aforamos pollo t*en*po e vozes q*ue* o nos tra-

gemos a|[7]forado da dicta jgreia de Tuj per eſta giſa z cõdiçõ que uos z as vozes que depus vos veerẽ o moredes |[8] z pobredes ẽ giſa que nõ despereça per mjgua de lauor z de boo reparamento e que dedes a nos e a to|[9]das noſas vozes ẽ o dicto tenpo ẽ cada hũu anno noue buzios de pam, cõuẽ a ſaber, seis |[10] buzios de mjlho e tres de çenteo e a meatade do vijnho que Deus der nas vijnhas do dicto |[11] meo caſal que ora eſtam feitas; e daquellas meas leiras que ora eſtam por chantar que as |[12] chantedes ẽ giſa que seiam chantadas todas a cabo z dedes dellas o meo do vinho e |[13] se outra algua vijnha chantardes nas outras herdades, que ajades o vijnho dellas jſento |[14] e dedes a nos a dicta raçom do dicto pam e de foro dardes meo d'hũu carneiro por Sam|[15]nohane de Junho z asy ẽ cada hũu anno. E eſte pam z vijnho dardes da eira |[16] z aa dorna per noſo moordomo e asy ẽ cada hũu anno. E obrigamos noſos bees |[17] a uos e(*n*)parar cõ o dicto meo caſal per o eſtormento de aforamento que dello teemos da dicta |[18] jgreia de Tuj. E o dicto Steuo Pereç, que preſente eſtaua ẽ seu nomme z da dicta sua mo|[19]lher, diſſe que el rreçebia ẽ sy o dicto meo caſal e que obrigaua todos seus bẽes a |[20] o morar z laurar z cõprir o dicto foro, como dicto he. E as partes asy o outorgarõ e poſerõ |[21] antre sy de pena: o que eſto paſar z nõ aguardar da parte eſto aguardante quinhentos |[22] ſoldoſ; e a pena leuada ou nõ, que eſte fique firme z eſtaue ẽ o tenpo sobredicto. |[23] E pidirõ senhos eſtormentos. Feito foy eſte eſtormento em Moreira, sete dias de Setenbro, |[24] era de mjl z quatroçentos e quareenta z dous anos. *Teſtemunhas*: Fernan da Foz, eſcudeiro, |[25] morador no Val de Mjnhol, Lourenço Eſteuez et Martin Dominguez, Lourenço Rey, moradores ẽ Mo|[26]reira, e outros. E eu, Steuo Dominguez, tabaliom del Rey ẽ Mençõ e seu termho, que |[27] eſto eſtormento e meu synal fiz que tal he. *(Signo).*

A. N. T. T. Colegiada de Santo Estêvão de Valença. Pasta 1, maço 2, doc. n.º 10. — 195 × 215 mm.

Linha 3, *Lourença:* ausência de cedilha.

Linha 4: entre *nos* e *tragemos* surge uma letra inutilizada; parece tratar-se de *n*. Provavelmente o escriba ia repetir a forma *nos*. — Linha 6, *qual:* a forma apresenta dois *aa*, um deles sobreposto. — Linha 12: depois da forma *dellas* encontram-se duas letras inutilizadas. — Linha 12, *vinho:* *-o* final está aberto e apresenta uma configuração muito próxima de *-e*. — Linha 21: entre *pena* e *o que* há duas letras inutilizadas. — Linha 22: repetição da forma *eſte*. — Linha 25, *Lourenço Eſteuez* e *Lourenço Rey:* ausência de cedilha na forma *Lourenço*.

Sobre o desdobramento das abreviaturas *ſctas*. (l. 11) e *ſcto*. (l. 23) respectivamente em *feitas* e *feito*, recorde-se o que foi dito na p. 270.

Moreira, l. 2, l. 25-26: freg. de Santa Maria (ou Nossa Senhora da Natividade) de Moreira, conc. de Monção, distrito de Viana do Castelo. *Elmoriz*, l. 4: actualmente Almoriz, lugar da freg. de Santa Maria de Moreira. *Val de Mjnhol*, l. 25: Vale de Miñor, no Sul da província de Pontevedra. Vejam-se as notas finais que acompanham o documento 1283 P 101. *Mençõ*, l. 26: Monção.

1407. Valença.

O cabido da Sé de Tuy afora a Gonçalo Peres, morador em Moreira, e a sua mulher Constança Lourença e a dois sucessores por eles nomeados o casal da Bemposta que o referido cabido possui naquela freguesia.

Sabam quantos eſte eſtormento d'aforamento virẽ que seendo na igleia de Sant'Eſteuo de |[2] Ualença, Garçia Rodrigues de Magallãas, coõgo de Tuj et vigayro jeeral no dito bi/pa|[3]do de Tuy aa ſee vagante et vigayro outroſy do daiádigo aſy commo vagante, |[4] et Gonçalo Martins, ouujdor jeeral no dito bi/pado, ⁊ Johan Domingueσ, abade de Craſtelo, et |[5] Domĩgos Fernandeσ et Afom/o Fernandeσ ⁊ Martin Afonſo, abade de Sant'Eſteuo, et Rodrigo Eſteueσ |[6] et Domĩgos Esteueσ, abade de Ujlar de Lama, et Afonſo Eſteueσ, coõgos da dita igleia de |[7] Tuj, seendo todos juntados em cabjdóó per ſom de cãpaam tanjuda segũ|[8]do que he de ſſeu cuſtume. Entõ os ſſobre ditos diſſerõ que eles em nome do dito |[9] cabjdóó aforauõ ⁊ dauõ a foro a Gonçalo Perez, morador em Moreyra, termo |[10] de Mõçom, que preſſente eſtaua, ⁊ a ſſua moller Coſtança Lourença que nõ eſtaua |[11] preſſente, anbos en hũa peſoa, ⁊ a duas peſoas depos o poſtrimeyro deles |[12] qual a poſtrimeyra peſoa nomear a ſeu ſaymento, hũa depos outra per ordem, |[13] o caſſal que o dito cabjdóó ha na dita freegueſia de Moreyra que chamõ da Bemp(oſta), |[14] o qual caſſal lhe aforarõ cõ todas ſuas entradas ⁊ ſſaydas ⁊ perteẽç(as), |[15] commo ho tragia Rodrigo Eſteueσ da Bempoſta per tal pleito ⁊ condiçõ que os dito(s) |[16] Gonçalo Perez, ſſua moller ⁊ peſoas depos eles morẽ ⁊ pobrẽ o dito caſſal ⁊ laurem (.) |[17] aproueytem per giſſa que nõ deſperezqua per mĩgoa de lauor et de bõo repara(mento) |[18] e que chante de vjnha a erdade que jaz tralas caſſas ⁊ que a começẽ logo de (.....)|[19]rar per giſſa que ſeia chantada ata tres annos e que dem em cada hũu a(nno) |[20] ao dito cabjdóó em paz ⁊ em ſaluo oyto libras derejtas de moeda antjga ou ſſe|[21]gũdo Ell rey mãdar pagar na ſua ordenhaçom dos outros foros do tenpo deſte |[22] et hũu par de capoes ⁊ todo por dia de Paſcoa de Reſorreyçõ e querẽdo os ditos forey|[23]ros vender ou apenhorar o dereito que ouuerẽ no dito foro que o faça ao dito cabjdóó, |[24] tanto por tãto ante ca a outro ⁊ nõ ho querẽdo o dito cabjdóó, que o façõ a peſoa ygoal |[25] de ſſy que cõpra ⁊ faça alo foro ao dito cabjdóó; e os ſobre ditos d(i)ſſerõ que obrigauom |[26] os bẽes do dito cabjdóó a os enparar e defender cõ ho dito foro et o dito Gonçalo Pereσ, que |[27] preſſente eſtaua por ſy ⁊ em nome da dita ſſua moller que nõ eſtaua preſſente et |[28] peſoas depos eles diſſe que obrigaua todos ſſeus bẽes ⁊ das ditas peſoas a |[29] cõprir et agoardar o dito aforamento, segundo em ele he contjudo et ſayntes as ditas |[30] peſoas, que o dito caſal fique lyure e deſen-

bargado ao dito cabjdóó cõ todas ſuas |[31] bem feytorias e qualquer das partes que contra eſto for, ho nõ cõprir ꝛ agoardar |[32] que peyte aa parte que o cõprir et agoardar por pena ꝛ em nome de pena quinẽ|[33]tos ſoldoſ. Ha pena pagada ou nõ, que as ditas partes fiquẽ fyrmes ꝛ eſtauéés |[34] segundo en el he contjudo; e as ditas partes aſy o outorgarõ et pedirõ ſſe|[35]nhos eſtormentos tal hũu commo ho outro. Feito na igleia de Sant' Eſteuo da ujla de Ua|[36]lença, dez ꝛ ſeys dias do mes de Feuereyro, era de mjll e quatroçẽtos ꝛ quareẽta |[37] e çynquo annos. Teſtemunhas: Johanne Eſteueꝯ, abade de Taiõ, et Martin Afonſo ꝛ Johan Fernandeꝯ, ra|[38]çoeyros, et Lourenço Eanes, porteyro, ꝛ outros. E eu, Martỹ Anes, tabaljõ del rey na |[39] dita vjla de Ualẽça, que eſto eſcrepuj̃ ꝛ aqui meu ſſynal fiz que tal (+) he.

A. N. T. T. Colegiada de Santo Estêvão de Valença. Pasta 1, maço 2, doc. n.º 13. — 185 × 280 mm.

Do lado direito, um pouco acima do meio, o documento encontra-se roto, tendo danificado algumas formas no fim da linha.

Não é muito clara, neste documento, a distinção entre *b* e *v*: os dois grafemas apresentam formas muito semelhantes. Parece, contudo, possível distingui-los com base no facto de, no caso de *v*, a extremidade esquerda se encontrar inclinada para esse lado, ao passo que *b* apresenta uma posição claramente vertical.

Linha 21, *ordenhaçom:* a quarta letra encontra-se um pouco sumida, não se distinguindo claramente se se trata de *e* ou *i*. Verifica-se, além disso, na mesma forma a ausência de cedilha. — Linha 37-38, *raçoeyros:* ausência de cedilha.

Craſtelo, l. 4: lugar da freg. de Troviscoso, conc. de Monção. *Ujlar de Lama*, l. 6: Vilar de Lamas, povoação da freg. de Arão, conc. de Valença. *Bempoſta*, l. 13, l. 15: actualmente Bemposta ou Quinta da Bemposta, quinta da freg. de Moreira, conc. de Monção. *Taiõ*, l. 37: actualmente *Taião* (Santa Marinha de), freg. do conc. de Valença, distr. de Viana do Castelo.

167

1411. Valença.

Domingos Esteves, cónego de Tuy e abade de Vilar de Lamas, dá a sentença sobre uma questão surgida entre Rodrigo Esteves, cónego da igreja de Tuy, e Afonso Eanes, cónego de Tuy e abade da igreja de Troviscoso, a propósito do censo que Afonso Eanes devia pagar, em seu nome e da referida igreja, ao cabido da Sé de Tuy.

Sabbam quantos eſta carta de ſentença virẽ que perante mj̃ Domingos Eſteueꝯ, cóónjgo de Tuy ꝛ abade de Villar de Lamas, ouuydor jeeral da dita jgleia ꝛ biſpado de Tuj, em lugar de |[2] Gomez Ares, arçhidiago de Çerueira,

ꝛ d'Afom/o Rodrigueꝯ de Magalhãas, cóónjgos ꝛ vigarios jeeraas do honrado padre ꝛ ſenhor dom frey Antonio, per merçee de Deus ꝛ da Santa igleia de Roma, |3 biſpo de Tuj, appareçerõ en juizo partes, conuẽ a ſſaber, Rodrigo Eſteuez, cóónjgo da dita igleia de Tuj en nome do cabidoo deſſa meeſma, commo ſeu procurador autor da hũa |4 parte, et Afom/o Eanes, outroſſy cóónjgo deſſa meeſma ꝛ abade da igleia de Sam Mamede de Trouiſcoſo do dito biſpado, reeo, por ſy ꝛ em nome da dita ſua igleia, da |5 outra parte, dizẽdo o dito procurador do dito cabidoo em ſua demãda cõtra o dito Afom/o Eanes que, commo o dito cabidoo aja de auer em cada hũu anno de çẽſſo polla dita |6 igleia de Trouiſcoſo ꝛ pollos abbades ꝛ rectores que della forẽ para ſempre ſete buzeos de trijgo limpo polla medida uelha que chamã do Chacoto, que ſom polla medida |7 dereita agora corrẽte çinquo buzeos ꝛ alqueire de quatro alqueires o buzeo. Et que o dito Afom/o Eanes recuſara pagar o dito trijgo deſtes doze annos paſſados mays acarõ a Domingo |8 Fernandez, teẽçeiro da teẽça de Valadares pollo dito cabidoo, a que o dito trijgo perteeçe por razõ da dita teẽça. Et pedia a mj, dito ouujdor, que, per mjnha ſentença defenetiua, mã|9daſſe ao dito Afom/o Eanes que lhe deſſe ꝛ pagaſſe o dito trijgo para o dito teẽçeiro que ſom oyteẽta ꝛ ſeis buzeos de trijgo polla dita medida do Chacoto dos ditos doze annos |10 paſſados que ſſe copia em ſaſeẽta ꝛ tres buzeos polla dita medida dereita ou por elle dez mjl libras da moeda corrẽte a que o eſtimaua; et que per eſſa meeſma lhe mã|11daſſe que deſſe ꝛ pagaſſe para ſempre em cada hũu anno ao dito cabidoo ou ao teẽçeiro da dita teẽça em ſeu nome os ditos ſete buzeos de trijgo; et o dito Afom/o |12 Eanes, pleito conteſtado, diſſo que era uerdade que a dita ſua igleia ꝛ el em ſeu nome erã teudos dar o dito trijgo ao dito cabidoo ſegundo na demãda do dito procurador |13 era conteudo, mays que el nõ era theudo dar o dito trijgo ao dito Domingo Fernandez, teẽçeiro, ꝛ a razõ por que o dito Domingo Fernandez lhe quitara em ſua ujda a meatade do |14 dito trijgo logo commo ouuera a dita teẽça ꝛ que a outra meatade lhe quitara o cabidoo quando aquj eſtaua Joham Nuneꝯ por vigario porquanto el era cóónjgo. Et per o dito |15 Domingo Fernandez, teẽçeiro, que preſente eſtaua, foy dito que era uerdade que el lhe quitara a mea[ta]de do dito trijgo ꝛ que o dito cabidoo lhe quitara a outra meatade por hũu anno |16 ꝛ mays nõ; et que aquelo lhe prazia de lhe deſcõtar. Et o dito Afom/o Eanes diſſo que bem lhe prazia de lhe pagar o dito trijgo ꝛ que el, dito Domingo Fernandez, lhe pagaſſe |17 hũa contia de dineiros que lhe Aluaro Martinz, cóónjgo que era aa ſazõ da dita igleia de Tuj, era deuedor de dous annos que el dito Afom/o Eanes fora moordomo do dito cabidoo |18 da rẽda do couto da Alabruia que teuera a rẽda por os quaes o dito Domingo Fernandez ficara por fiador ꝛ outra cõtia de dineiros de binho que o dito Afom/o Eanes uẽdera |19 a Domingos de Barrãtes, morador em Boyna, por os quaes lhe o dito Domingo Fernandez ficara

por fiador. Et eſtõçe prouue aos ditos Afom*ſo* Eanes ⁊ Dom*in*go Fern*and*ez que foſſẽ hũas di|[20]uidas deſcõtadas pollas outras ⁊ foſſẽ quites de hũa parte aa outra ata eſte preſente dia ⁊ que o dito Afom*ſo* Eanes daqui em deãte deſſe ⁊ pagaſſe em cada hũu anno |[21] ao dito cabidóó ou ao teẽçeiro da dita teẽça em ſeu nome os ditos ſete buzeos de trijgo polla dita medida do Chacoto para ſempre. Et pedirõ a mj̃, dito ouujdor, que aſſy |[22] o julgaſſe ontre elles per mjnha ſentença defenetiua. Et eu, dito ouujdor, viſta a demãda do dito procurador do dito cabidoo ⁊ a cõfiſſõ do dito Afom*ſo* Eanes ⁊ o pedir das |[23] ditas partes, ſeẽdo em lugar de julgar, mãdo que os ditos Afom*ſo* Eanes ⁊ Dom*in*go Fern*andeꝛ* ſejam quites de hũa parte aa outra das ditas diujdas ⁊ couſas ſuſo ditas ata eſte dia |[24] ⁊ que hũu dé ao outro pago. Et que daqui endeãte o dito Afom*ſo* Eanes dé ⁊ pague polla dita ſua igleia de Trouiſcoſo ao dito cabidoo ou ao que for teẽçeiro da dita teẽça em ſeu |[25] nome os ditos ſete buzeos de trijgo polla dita medida do Chacoto em cada hũu anno para ſempre ⁊ eſſo meeſmo os ſeus ſuçeſſores ⁊ o que todo mãdo, julgo ⁊ decraro |[26] per mjnha ſentença defenetiua em eſtes preſentes ſcriptos. Dada em Valẽça, dez ⁊ ſete dias do mes de Março. Era de mjl ⁊ quatroçẽtos ⁊ quareẽta ⁊ noue |[27] annos. Teſtemunhas que forõ preſentes: Ruj Vaaſquez, filho de Vaaſco Martjnz de Baçelar, ⁊ Lourenço Eanes, porteiro, ⁊ Johã Fernandez ⁊ Johã Eſteueꝛ, raçoeiros de Tuj, todos moradores em |[28] Valẽça, ⁊ outros. Domingos Steueꝛ. |[29] Martin Afom*ſo*, ſcripuam.

A. N. T. T. Colegiada de Santo Estêvão de Valença. Pasta 1, maço 1, doc. n.º 12. — 315 × 215 mm. Ao fundo, o pergaminho apresenta uma forma bastante irregular.

Linha 6, *chamã:* no pergaminho *camhã.* — Linha 13: repetição de *por que.* — Linha 15, *a meatade:* no manuscrito lê-se a forma *meade* sem qualquer sinal de abreviatura. Na mesma linha ocorre a forma plena *meatade.* — Linha 15: entre a forma *quitara* e *a outra meatade* estava escrito *o dco.*, formas que depois o copista inutilizou. — Linha 24, *Eanes:* forma escrita na entrelinha.

Sam Mamede de Trouiſcoſo, l. 4: freg. do conc. de Monção, distr. de Viana do Castelo. *Valadares*, l. 8: freg. de Santa Eulália de Valadares, conc. de Monção, distr. de Viana do Castelo. *Baçelar*, l. 27: lug. da freg. de Cerdal, conc. de Valença.

1416. Valença.

João Esteves, sapateiro, e sua mulher Maria Anes, moradores em Valença, vendem a Estêvão Martins e a sua mulher Maria Rodrigues a devesa e o terreno que possuem nos Medos.

Saibam quantos eſta carta de pura venda virem que eu Joham Eſteueõ, |2 dito Farynha, çapateyro, morador em Vallença, cõ mjnha molher, Maria Annes, |3 eſſa preſente ⁊ outorgante, vendemos por nos ⁊ por todas noſſas vozes |4 para todo senpre a uos, Steuo Martinz, carniçeyro, morador enna dita villa, |5 ⁊ a uoſſa molher Maria Rodrigueõ ⁊ a todas voſſas vozes para todo senpre a noſſa |6 deueſſa cõ ſeu terreo que nos auemos enos Medóós. A qual deueſſa |7 parte de hũa parte enna herdade de Domingo Annes et da outra |8 parte ẽteſta enno camijnho prubico que vay para Caracoy. |9 A qual deueſſa uos vendemos cõ todas ſuas emtradas |10 ⁊ ſaidas ⁊ pertenças que a dita deueſſa perteçe, dizema Deus ⁊ ſem |11 foro ⁊ ſem trabuto nẽ hũu, cõuem a ſaber, por preço çerto ⁊ por |12 rreuora duas mjll libras deſta moeda corrente que ora corre |13 que atanto a nos ⁊ a uos aproue ⁊ do preço ⁊ da reuora a uos nõ ficou |14 nẽ hũa couſſa por pagar, ante de todo ſomos bem pagados, |15 emtregos ⁊ abtorgamos a uos todollos noſſos bẽes a uos ẽ|16parar ⁊ defender cõ a dita venda; ⁊ ſe algũu veer da |17 noſſa parte ou da eſtranha eſta noſſa venda cõ|18rronper quiſer que quanto a uos demãdar outro atãto a uos |19 cõ o dobro conponhã ⁊ de mays peyte por pena ⁊ por |20 nomme de pena quinhentos ſoldos da boõa moe|21da; ⁊ a pena pagada ou nõ pagada, eſta carta fique firme, |22 eſtauell para todo senpre ⁊ por poder deſta carta uos |23 meto ẽ poſſe corporall da dita deueſſa ⁊ froytos ⁊ |24 nouos della como de uoſſa couſſa propia. Feita carta |25 ⁊ outorgada em Vallença ennas pouſadas do dito |26 Joham Farynha por que o dito Joham Farynha he |27 adóórado de ſua door que nõ pode ſayr de ſua caſſa. |28 Feita a carta o deradeyro dia do mes de Dezenbro, era de mjll ⁊ |29 quatroçentos ⁊ çíjnquoenta ⁊ quatro annos. Teſtemunhas que forõ preſentes: |30 Roy Lourenço, capelam da capella de Sancho Pereõ ⁊ Gonçalo Annes de |31 Gondym da freygeſya de Çerdall ⁊ Afomſo Martinz, clerygo |32 de Uylla Meeã, e outros; et eu Gonçalo Eſteueõ, tabaliõ del Rey |33 na dita villa, que eſto eſcrepuy ⁊ aquy meu ſynall fiz que |34 atall (+) he.

A. N. T. T. Colegiada de Santo Estêvão de Valença. Pasta 1, maço 2, doc. 19. — 205 × 320 mm.

Linhas 8-9: depois de *Caracoy*, há algumas palavras inutilizadas. — Linha 10, *dizema Deus:* observe-se o fenómeno de fonética sintáctica que fez com que a preposição *a* se con-

traisse com a vogal final de *dizema*, resultando daí uma vogal aberta. — Linha 17: depois de *no ffa parte*, o copista escreveu inicialmente ⁊ *da*, tendo inutilizado a forma *da*; o sentido exigiria que se inutilizasse também a copulativa ⁊. — Linha 20: depois de *quinhentos* está manchada a abreviatura correspondente a *foldos* que, por essa razão, o escriba repetiu a seguir. Além disso, há, pouco depois, algumas letras inutilizadas.

Sobre algumas formas surgem, por vezes, alguns sinais de abreviatura supérfluos. Por outro lado, algumas palavras apresentam um *o* sobreposto inútil, uma vez que a vogal *a* também aparece registada (cf. *carta*, l. 1; *qual*, l. 6; *parte*, l. 7 (2 vezes), l. 8, l. 17, *qual*, l. 9; *quanto*, l. 18; *carta*, l. 21, l. 22, l. 28; *quatroçentos*, l. 29).

Sobre a resolução das abreviaturas *dcca-*, *dcco-*, *fcca-* e *fcco-*, veja-se o que foi dito na p. 262 e a bibliografia aí indicada.

Medóós, l. 6: Medos, casario do município de Tomiño, part. jud. Tuy, prov. Pontevedra. *Gondym*, l. 30: lugar da freg. de Cerdal, conc. de Valença. *Uylla Meeã*, l. 31: Vila Meã, pov. e freg. de S. Paio, conc. de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo II

ESTUDO LINGUÍSTICO

Parte I. Fonética e fonologia

1. *Grafemas e fonemas. Algumas considerações de carácter geral.*

O estudo dos sistemas de escrita e das suas estruturas internas fica fora do âmbito da ciência linguística, constituindo uma disciplina autónoma, a grafemática (1). Mas, o certo é que cada sistema de escrita não só apresenta a sua própria estrutura interna, como há um certo número de relações — estabelecidas de modo convencional — entre esse sistema de escrita e determinadas estruturas da língua falada, sobretudo — embora não exclusivamente — de carácter fonológico (2). Desse modo, não pode deixar de interessar à Linguística o estudo das relações dos signos gráficos de um determinado sistema de escrita com os sons a que se referem. Além disso, relativamente a épocas passadas de uma língua, em que é impossível a observação directa da mesma e da qual faltam em geral — pelo menos em relação aos períodos mais recuados — descrições feitas pelos contemporâneos (por ex. gramáticos), a interpretação dos textos escritos com base na análise da grafia e da estrutura escrita da língua é absolutamente indispensável para o conhecimento da língua desse período. Só desse modo se poderá chegar ao conhecimento

---

(1) Conforme observa A. Martinet, «l'étude de l'écriture représente une discipline distincte de la linguistique, encore que, pratiquement, une de ses annexes. Le linguiste fait donc par principe abstraction des faits de graphie. Il ne les considère que dans la mesure, au total restreinte, où les faits de graphie influencent la forme des signes vocaux». Cf. André Martinet, *Éléments de linguistique générale*. Paris (Librairie Armand Colin), 1967, p. 8. As opiniões dos linguistas estão longe de ser coincidentes quando se trata de valorizar a importância linguística do sistema gráfico de uma língua em relação com o seu sistema fónico. A propósito de algumas dessas opiniões divergentes, cf. Andrei Avram, *Sur quelques particularités des systèmes graphématiques*. In: *Cahiers de Linguistique Théorique et Appliquée*, vol. I, 1962, p. 9.

(2) H. A. Gleason, *An introduction to descriptive linguistics*. Trad. francesa de F. Dubois e Charlier. Paris (Librairie Larousse), 1969, p. 319.

do sistema fonológico da língua dessa época, ou, no caso de textos escritos pertencentes a épocas diferentes, à comparação dos respectivos sistemas e, a partir daí, à evolução da língua.

Ora, para proceder à análise da grafia e para estudar as relações entre a forma escrita de uma língua e a sua forma falada é absolutamente necessário e fundamental o conceito de grafema (1).

Por se tratar de um conceito básico para qualquer estudo da forma escrita da língua e das suas relações com a forma falada, vale a pena tomar como ponto de partida uma definição tanto quanto possível clara e rigorosa: o *grafema* surge, assim, como uma entidade do sistema grafemático, indivisível em unidades menores que sejam representantes gráficos de unidades da língua falada (2). Os grafemas definem-se, pois, como as unidades mínimas pertencentes a um sistema grafemático, o qual, embora apresentando um grau de sistematização menor do que a que existe no interior dos sistemas fonológicos (3), tem a sua estrutura interna própria. Por outro lado, «cada grafema representa uma certa porção da estrutura da língua falada associada ou subjacente» (4). Essa parte da estrutura da língua graficamente repre-

---

(1) A insuficiência da noção de *letra* para estudos deste tipo foi destacada por vários autores. Entre outros, saliento VLADIMÍR HOŘEJŠÍ, *Analyse structurale de l'orthographe française*. In: *Philologica Pragensia*, vol. V, fasc. n.º 4, 1962, p. 233; GÖRAN HAMMARSTRÖM, *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes*. In: *Studia Neophilologica* (Stockholm), vol. XXXI, 1959, p. 5-18, mas, de maneira especial, p. 5-9.

Sobre a distinção entre *letra* e *grafema*, veja-se CLAES WITTING, *Phone et phonème, graphe et graphème*. In: *Studia Neophilologica* (Stockholm), vol. XXXII, 1960, p. 321-322; GÖRAN HAMMARSTRÖM, *Type et typème, graphe et graphème*. In: *Studia Neophilologica* (Stockholm), vol. XXXVI, 1964, p. 332-340.

(2) Sobre a noção de *grafema*, vejam-se, entre outros, os seguintes trabalhos: GÖRAN HAMMARSTRÖM, *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes*. In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXI, 1959, p. 5-18; E. ALARCOS LLORACH, *Les représentations graphiques du langage*. In: *Le Langage*. Encyclopédie de la Pléiade. Volume publié sous la direction d'André Martinet. Paris (Éditions Gallimard), 1968, p. 523-524 e 552; E. PULGRAM, *Phoneme and grapheme: a paralell*. In: *Word*, vol. 7, 1951, p. 15; JOSEF VACHEK, *Some remarks on writing and phonetic transcription*. In: *Acta Linguistica*, vol. 5, 1945-1949. Reedição em *Readings in linguistics*, II. Chicago, London, 1966, p. 153-154; LUIGI ROSIELLO, *Grafematica, fonematica e critica testuale*. In: *Lingua e Stile*, vol. 1, n.º 1 (Janeiro-Abril), 1966, p. 64.

Sobre os vários tipos de grafemas, veja-se E. ALARCOS LLORACH, *ob. cit.*, p. 553-557; VLADIMÍR HOŘEJŠÍ, *Analyse structurale de l'orthographe française*. In: *Philologica Pragensia*, vol. V, fasc. n.º 4, 1962, p. 233-235. Nas p. 234-235 inclui-se um quadro onde se ilustram os vários tipos de grafemas com exemplos da língua francesa.

(3) ANDREI AVRAM, *Sur quelques particularités des systèmes graphématiques*. In: *Cahiers de Linguistique Théorique et Appliquée*, vol. I, 1962, p. 16.

(4) H. A. GLEASON, *ob. cit.*, p. 320.

sentada pelos grafemas constitui a *referência* dos mesmos. O tipo mais frequente de grafemas tem referência fonológica, embora haja também grafemas de referência morfológica (1). Nos sistemas de escrita alfabética a situação ideal é que cada grafema represente um fonema (2), isto é, que todos os grafemas sejam monovalentes. Contudo, conforme adiante será referido, nem sempre existe essa perfeita adequação entre o sistema gráfico e o sistema fonológico. Com frequência, o número de fonemas nem sempre coincide com o número de grafemas (3), podendo um único signo gráfico representar dois ou mais fonemas ou, pelo contrário, o mesmo fonema ser representado por dois ou mais símbolos gráficos. Enumerando as causas (4) dessa inadequação entre o sistema gráfico e o sistema fonológico, entre grafia e pronúncia, podemos apontar, em primeiro lugar, a falta de rigor na representação gráfica da língua falada, mesmo nos períodos em que se tentou a primeira fixação gráfica dessa língua através do estabelecimento de uma escrita de tipo fonológico em estado mais ou menos puro. Mas o desajuste mais profundo entre os dois sistemas apontados resulta essencialmente da evolução do sistema fonológico e da realização fonética da língua ao longo da sua história: depois de estabelecido o sistema de escrita fonológica nos inícios da fixação gráfica de uma língua, este consolida-se nessa primitiva forma, não acompanhando, em geral, a evolução da língua falada. Daí resulta o carácter conservador da forma escrita da língua, uma vez que a mudança da grafia tem um ritmo muitíssimo mais lento que a mudança da língua. A grafia deixa de estar em relação directa com a sequência fonológica; para que essa relação volte a estabelecer-se é necessária uma nova análise dos signos grá-

---

(1) IDEM, *ob. cit.*, p. 321.

(2) A transcrição fonológica usada em trabalhos linguísticos (de carácter científico) assenta numa total conformidade entre grafemas e fonemas. Sobre as diferenças entre escrita alfabética, transcrição fonética e transcrição fonológica, cf. E. ALARCOS LLORACH, *ob. cit.*, p. 548-551; A. AVRAM, *Sur quelques particularités des systèmes graphématiques.* In: *Cahiers de Linguistique Théorique et Appliquée*, vol. I, 1962, p. 16; JOSEF VACHEK, *Some remarks on writing and phonetic transcription.* In: *Acta Linguistica*, vol. 5.º, 1945-1949, p. 86-93. Reedição em *Readings in linguistics*, II. Chicago, London, 1966, p. 152-157, especialmente p. 155 e segs.

(3) H. J. ULDALL, *Speech and writing.* In: *Acta Linguistica*, n.º 4, 1944, p. 13. O artigo foi reeditado em *Readings in linguistics*, II. Chicago, London, 1966, p. 147-151. Citado também por LUIGI ROSIELLO, *Grafematica, fonematica e critica testuale.* In: *Lingua e Stile*, vol. 1, n.º 1, 1966, p. 65-66.

(4) A propósito das causas do desacordo entre grafia e pronúncia, veja-se LUIGI ROSIELLO, *ob. cit.*, p. 66; E. ALARCOS LLORACH, *ob. cit.* p. 552-553; H. A. GLEASON, *ob. cit.*, p. 326-329 e 338-339 e FERDINAND DE SAUSSURE, *Cours de linguistique générale.* Édition critique par Rudolf Engler. Vol. I, Wiesbaden (Otto Harrassowitz), 1968, p. 76-81.

ficos nas suas relações com a sequência fonológica, o que conduz de novo à correspondência da grafia com a língua falada.

Voltemos ao problema das relações entre os sistemas grafemáticos e os sistemas fonológicos, assim como entre cada uma das entidades que integra um e outro dos sistemas, isto é, entre grafema e fonema (1).

Em relação a este último aspecto, embora, em princípio, numa escrita de tipo alfabético cada grafema represente um fonema, tal situação nem sempre se verifica (2), devido à ocorrência de casos mais ou menos frequentes de polivalência dos signos gráficos ou de poligrafia dos fonemas.

No que se refere aos sistemas grafemático e fonológico, embora ambos sejam sistemas convencionais de signos (3), são de natureza diferente: as entidades do primeiro são signos gráficos; as do segundo são unidades fónicas opositivas não analisáveis em unidades menores sucessivas (4). Contudo, embora sejam dois sistemas completamente diferentes (5), autónomos e independentes (6), o certo é que um é o reflexo do outro: no caso dos sistemas de escrita de tipo alfabético, a expressão gráfica é o reflexo da expressão fónica (7).

2. *Grafemas e fonemas em textos da Galiza e de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Inventário dos grafemas utilizados.*

Quando se faz a análise de qualquer material grafemático pretende-se averiguar a relação entre o respectivo sistema grafemático e o sistema fono-

(1) Cf., atrás, p. 298-299.

(2) C. E. BAZELL, *The grapheme.* In: *Litera. Studies in Language and Literature*, vol. 3, 1956. Reedição em *Readings in linguistics*, vol. II. Chicago, London, 1966, p. 361.

(3) LUIGI ROSIELLO, *ob. cit.* p. 68.

(4) Sobre as relações entre grafema e fonema, veja-se o esquema bastante expressivo apresentado por LUIGI ROSIELLO, *ob. cit.*, p. 67.

(5) A este propósito, veja-se E. PULGRAM, *Graphic and phonic systems: figurae and signs.* In: *Word*, vol. 21, n.º 2, 1965, p. 211; LUIGI ROSIELLO, *ob. cit.*, p. 64 e 67-68.

(6) LUIGI ROSIELLO, *ob. cit.*, p. 64.

(7) H. A. GLEASON, *ob. cit.*, p. 13. De maneira bastante clara se exprimiu Saussure: «Langue et écriture sont deux systèmes de signes distincts; l'unique raison d'être du second est de représenter le premier (...)». Cf. F. DE SAUSSURE, *Cours de linguistique générale.* Édition critique par Rudolf Engler. Vol. I, Wiesbaden (Otto Harrassowitz), 1968, p. 66. Tenha-se presente, no entanto, o que acima (p. 299-300) ficou dito sobre a inadequação que ocorre com alguma frequência entre sistema fonológico e sistema grafemático. Observe-se, porém, que, nas chamadas grafias jovens ou modernizadas, a língua escrita tenta adaptar-se às mudanças da língua falada. E nas grafias arcaizantes os erros ortográficos cometidos por pessoas com pouca instrução representam o «desejo inconsciente» de adaptar a grafia à pronúncia. Cf. EMILIO ALARCOS LLORACH, *ob. cit.*, p. 564-567.

lógico ou, se possível, o grau de correspondência entre as unidades das formas escrita e falada da língua nessa época (1). Tal tarefa não é, naturalmente, fácil, dado que os sistemas de escrita são, a maior parte das vezes, insuficientes e imperfeitos no seu modo de representar a língua falada (2), já que a escrita não representa os sons concretos da fala, mas sons-tipos e, a partir daí, os fonemas (3). As dificuldades são evidentemente maiores quando se pretende fazer a análise de textos antigos, correspondentes a épocas em que faltam por completo as informações fonéticas de gramáticos contemporâneos (4). Desse modo, a interpretação dos grafemas medievais, isto é, o estabelecimento da relação entre grafemas e fonemas nas línguas da Idade Média, que constitui o "problema central" do estudo das línguas escritas dessa época, é uma tarefa bastante "delicada" e "problemática" (5).

Referindo-me mais concretamente aos textos escritos apresentados no capítulo I deste trabalho e que vão ser objecto de um estudo linguístico, eles abarcam — dadas as finalidades do estudo em vista — um período bastante amplo, compreendido entre meados do século XIII e o início do século XVI. Esse facto torna a análise e a interpretação dos materiais neles contidos ainda mais complexa. Em relação aos textos do século XIII, convém ter presente que, nessa época, se estava exactamente no início da fixação gráfica em galego-português, dado que até então os textos se escreviam habitualmente em latim. Para essa língua, falada desde há muito, ensaiavam então os copistas uma fixação por escrito, mas tendo apenas à sua disposição — salvo algumas inovações em pequeno número — as letras do alfabeto latino. Daí resultou que os sons da nova língua, em muitos casos já diferentes dos da língua latina

---

(1) VLADIMÍR HOŘEJŠÍ, *Analyse structurale de l'orthographe française*. In: *Philologica Pragensia*, vol. V, fasc. n.º 4, 1962, p. 235. No cap. III o A. procede a uma comparação das formas escritas e falada da língua francesa moderna.

(2) Veja-se o que escrevi nas p. 299-300 sobre a inadequação entre sistema grafemático e sistema fonológico.

(3) A. ROSETTI, *Remarques sur l'interprétation des graphèmes dans les textes écrits*. In: *Revue de Linguistique Romane* (Strasbourg), tomo 39, n.ºs 155-156, 1975, p. 394-399, mas sobretudo p. 395.

(4) Quando se faz a análise de uma língua, parte-se habitualmente da substância fónica; no caso de línguas antigas, a grande dificuldade depende, em geral, do «desconhecimento da [sua] exacta realização fónica (...)». Cf. E. COSERIU, *Sincronía, diacronía e historia*, Montevideo, 1958. Reimpresión fotomecánica. Tübingen, 1969, p. 156: «Es sabido que una de las dificultades mayores para la historia fonológica de lenguas pretéritas y que sólo se conocen por la escritura es, precisamente, la constituída por el desconocimiento de la exacta realización fónica y de su variedad».

(5) CHARLES THÉODORE GOSSEN, *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du moyen âge*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tome XXXII, 1968, p. 4 e 15.

donde tinham provindo, continuaram durante algum tempo a ser representados sensivelmente do mesmo modo ou de modo aproximado. A confirmar o embaraço dos copistas surgem frequentes incongruências e hesitações ortográficas em textos escritos pelo mesmo copista e, por vezes, até no interior do mesmo texto. Para além de outras particularidades, os textos desta época revelam frequentes situações de polivalência e de polígrafia, o que, evidentemente, dificulta uma rigorosa interpretação dos materiais grafemáticos neles contidos (1). Conforme teremos oportunidade de referir, são também frequentes neste período as grafias de tipo etimológico, latinizante que, de modo nenhum, correspondem à realidade linguística da época.

Por outro lado, pelo facto de os documentos estudados abrangerem um lapso de tempo bastante grande — dois séculos e meio, aproximadamente (2) — a sua análise em função do conhecimento da língua da época é ainda mais complexa, pois entre os séculos XIII e XVI profundas transformações se operaram no sistema fonológico, continuando, por vezes, a usar-se a mesma grafia para fonemas diferentes. Através de uma estrita análise grafémico-fonológica não é possível captar todas as mudanças linguísticas — sobretudo no seu sistema fonológico — operadas na língua, pois muitas das alterações ocorridas nesse domínio não se reflectem em mudanças no sistema grafemático (3). Assim se origina a inadequação, a falta de correspondência

---

(1) Sobre a influência da escrita latina sobre a escrita das línguas e dialectos românicos da Idade Média, vejam-se as interessantes observações feitas por E. ALARCOS LLORACH, *Les représentations graphiques du langage*. In: *Le Langage*. Encyclopédie de la Pléiade. Volume publié sous la direction d'André Martinet. Paris (Éditions Gallimard), 1968, p. 548 e 557. Cf. também CHARLES THÉODORE GOSSEN, *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du moyen âge*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, 1968, p. 1-2.

(2) Tenha-se presente que o documento mais antigo incluído na presente edição é de 1255 (prov. Lugo, doc. n.º 19) e o mais recente é de 1516 (prov. La Coruña, doc. n.º 18). Desse modo, o período de tempo abrangido no presente estudo é exactamente de 261 anos.

(3) Recordem-se as palavras de Ernst Pulgram, no artigo já citado: *Graphic and phonic systems: figurae and signs*. In: *Word*, vol. 21, n.º 2, 1965, p. 209-210: «(...) phonemic change is not always reflected in graphemic change, for reasons and with results that are not necessarily deplorable». Cf. também E. ALARCOS LLORACH, *ob. cit.*, p. 552-553: *Relation entre les graphèmes et les phonèmes:* «Cette inadéquation d'un système à l'autre est encore accrue dans les cas, relativement fréquents, où une langue, qui a modifié au cours des siècles son système phonologique, continue à se servir du système graphic primitif, avec une orthographie archaïque (...)» (p. 553). Ver ainda, GÖRAN HAMMARSTRÖM, *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes*. In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXI, 1959, p. 16-17. Ao fazer a descrição de antigos textos e ao tentar estabelecer a relação entre grafemas, sons e fonemas, convém ter presente que nem todas as mudanças se exprimem na grafia: «Un changement dans le nombre de phonèmes contenus dans l'inventaire, un changement dans la fréquence d'un phonème ou un changement dans ses possibilités

entre os dois sistemas indicados e entre as entidades que compõem cada um deles, os grafemas e os fonemas. Quando isso acontece, a grafia mantém-se estacionária, conservadora, em relação à língua falada (1). Daí a necessidade de suprir a imperfeição dos materiais grafemáticos e a insuficiência dos seus métodos de interpretação com outros dados e outros processos de análise (2).

Convém ainda ter presente que a língua escrita de documentos notariais só de certo modo e em certo grau reflecte a língua do copista e o falar local ou regional, pois em muitos casos aquele «obedecia a tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local e, por vezes, mesmo regional» (3). Apesar disso, algumas — ou mesmo muitas — formas da língua falada escaparam na transcrição de documentos desse teor e, através da sua análise e interpretação, muitos dados se podem obter e algumas conclusões se podem formular. Contudo, nem todas as partes de um mesmo documento reflectem igualmente a língua falada da época, dado que os escribas usavam fórmulas tradicionais que passavam de geração em geração e que muitas vezes eles copiavam literal e directamente de formulários já estabe-

---

de combinaison a toutes les chances de s'exprimer dans l'orthographe. L'orthographe ne représente pourtant pas d'ordinaire d'autres changements concernant les phonèmes et leurs réalisations» (GÖRAN HAMMARSTRÖM, *ob. cit.*, p. 17).

(1) GÖRAN HAMMARSTRÖM, *ob. cit.*, p. 11: «(...) les lettres d'un texte donné reflètent en général non seulement des phonèmes existant à l'époque du texte mais aussi des phonèmes appartenant à des époques antérieures». Em relação a este aspecto, julgo serem bastante expressivas as palavras de Charles Théodore Gossen relativamente ao francês antigo: «Le choix des lettres représentant un phonème reste dans beaucoup de cas arbitraire; il dérive de conventions graphiques établies auparavant. Chaque génération de scribes hérite du "système" de conventions graphiques établi par la génération précédente et ne tiendra guère compte des réalités phoniques contemporaines, qui peuvent avoir subi des changements par rapport à celles que connaissaient les générations antérieures. Ainsi l'écriture reste toujours en arrière sur l'évolution phonétique, relativement rapide à cette époque de l'histoire du français. *Nous assistons à un processus d'archaïsation graphique, pour ainsi dire, permanent*». Cf. CHARLES THÉODORE GOSSEN, *L'interprétation des graphèmes et la phonétique historique de la langue française*. In: *Travaux de Linguistique et de Littérature*, vol. VI, 1, 1968, p. 150. (Os sublinhados são da minha responsabilidade). É que, de facto, como bem salientou EMMA SCOLES (*Criteri ortografici nelle edizioni critiche di testi castigliani e teorie grafematiche*. In: *Studi di letteratura spagnola*. Roma, 1966, p. 13), um sistema grafemático é sempre o resultado de uma interferência entre «a consciência fonológica do escriba» que «age sobre a escolha dos grafemas» e «a tradição gráfica» que «exerce uma pressão sobre a consciência fonológica do falante». (Traduzido do italiano).

(2) A este propósito, ver, adiante, p. 304-305.

(3) CHARLES THÉODORE GOSSEN, *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du moyen âge*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, 1968, p. 15-16.

lecidos. Desse modo, num estudo linguístico desses documentos que vise pôr o problema das relações entre grafemas e fonemas não pode conceder-se o mesmo valor às fórmulas feitas e às outras partes dos documentos, mais espontaneamente saídas da mão do copista e que, por esse motivo, constituem uma base mais segura para um estudo deste género (1).

Feitas estas considerações sobre as limitações e insuficiência dos materiais grafemáticos contidos em textos relativos a fases pretéritas da língua e sobre as dificuldades que surgem numa análise grafémico-fonológica dos mesmos, põe-se o problema de saber se será possível interpretar correctamente textos escritos medievais, isto é, se a partir do estudo desses textos se poderá chegar ao conhecimento da língua falada da época. Essa interpretação será tanto mais perfeita e rigorosa quanto mais inteligentemente se usarem todos os meios e processos que, na sua combinação, ponham ao nosso dispor outros dados ou esclareçam os elementos de que já dispúnhamos (2).

Para interpretar correctamente os textos antigos no que se refere às relações entre grafemas e fonemas, pode constituir, em muitos casos, uma grande ajuda o conhecimento do estado fonológico moderno (3), embora seja necessário ter constantemente presente que o que importa é pôr em relação os grafemas com os fonemas da época a que os textos se referem e não com os fonemas actuais (4). Por outro lado, é também extremamente

---

(1) Sobre o carácter formalista das línguas escritas medievais, veja-se CHARLES THÉODORE GOSSEN, *ob. cit.*, p. 2-3; IDEM, *La scripta des chartes picardes*. Comunicação apresentada ao *Colloque International organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961* [sob a epígrafe de] *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Actes publiés par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck). 1963, p. 19-21. Veja-se ainda o que sobre o assunto escrevi nas p. 13-14.

(2) Depois de salientar as dificuldades que surgem na interpretação de qualquer material grafemático, Winfred P. Lehmann refere que a análise estrutural dos sistemas de escrita se revela muitas vezes insuficiente, havendo, por isso, que suprir essas dificuldades de várias maneiras, entre as quais se destaca o recurso aos textos poéticos, às informações dos gramáticos coetâneos, às importações de palavras em línguas estrangeiras, etc. E, à maneira de conclusão, afirma o A.: «La interpretación de los sistemas de escritura será tanto más perfecta cuanto más diestramente utilicemos todas las vías posibles de acercamiento». Cf. WINFRED P. LEHMANN, *Introducción a la lingüística histórica*. Madrid (Editorial Gredos), 1969, p. 100-106. A citação encontra-se na p. 105.

(3) CHARLES THÉODORE GOSSEN, *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du moyen âge*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, 1968, p. 2.

(4) CARL THEODOR GOSSEN, *Französische Skriptastudien. Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters*. Wien (Österreichische Akademie

útil o recurso ao testemunho de gramáticos coevos ou de época ligeiramente posterior, constituindo as suas observações um útil marco de referência no processo evolutivo da língua (1). Algumas vezes, para esclarecer dúvidas concretas, os textos poéticos da época fornecem alguns dados, sobretudo no que se refere às formas que, pelo facto de aparecerem em rima, nos oferecem informações bastante seguras sobre certos aspectos da pronúncia desse período (2).

Para fazer a análise de qualquer língua — actual ou passada — deve partir-se do estabelecimento do inventário dos grafemas representados.

Começarei por indicar os grafemas que representam fonemas vocálicos. Tanto nos documentos da Galiza como nos de Portugal aparecem os grafemas seguintes: ‹a›, ‹e›, ‹i, y, j, h›, ‹o› e ‹u›. Além disso, os documentos da Galiza apresentam ainda o grafema ‹v›, em qualquer época e região abrangida pelo presente estudo, embora com uma frequência nitidamente menor que o outro grafema equivalente ‹u›. Os grafemas ‹i›, ‹y› e ‹j› são também grafemas equivalentes, variando apenas a frequência relativa de cada um deles: ‹i› é, a grande distância, o de maior frequência, tanto na Galiza como em Portugal, seguindo-se, por ordem decrescente, ‹y› e ‹j›. Sendo grafemas equivalentes, eles podem alternar mesmo no interior do mesmo texto. Por sua vez, o grafema ‹h› surge apenas em condições muito especiais que adiante serão indicadas (3).

---

der Wissenschaften), 1967, p. 15. Tenha-se presente a advertência feita pelo mesmo Autor no artigo citado na nota 3 da página anterior: «nous devons nous libérer du préjugé que des phénomènes de la langue ou du patois actuels doivent nécessairement et à tout prix se retrouver dans les graphèmes de la scripta. C'est à cette idée préconçue que nous devons pas mal d'explications erronées fournies par la phonétique historique» (p. 16).

(1) Como é sabido, relativamente ao português, só podemos contar com o testemunho de gramáticos e ortógrafos a partir do século XVI, mais concretamente, a partir de 1536. De facto, é dessa data a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira. Poucos anos mais tarde, em 1540, aparece a *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros; e em 1576 *A orthographia da lingoa portuguesa* de Duarte Nunes de Leão.

Embora de época bastante posterior, foi também útil, para o fim em vista, a consulta dos gramáticos e ortografistas do século XVII (Álvaro Ferreira de Vera (1631), João Franco Barreto (1671), etc.), e do século XVIII (D. Jerónimo Contador de Argote (1725), João de Morais Madureira Feijó (1734), D. Luís Caetano de Lima (1736), Luís António Verney (1746) e Frei Luís do Monte Carmelo (1767), entre outros).

(2) A importância do estudo da métrica e da rima da poesia dos cancioneiros trovadorescos para o conhecimento da pronúncia da língua da época foi já posta em relevo por JACINTO DO PRADO COELHO, *Para o estudo da pronúncia do português medieval*. In: *Revista de Portugal*. Série A — *Língua Portuguesa*, vol. X, 1946, p. 218.

(3) Veja-se o que será dito adiante, neste capítulo, Parte I, § 3, A, alínea d).

Os grafemas indicados ou se empregam simples — e, nesse caso representam fonemas vocálicos orais — ou providos de um sinal diacrítico, o til, fazendo então referência às chamadas vogais nasais. Estas, nos textos estudados, podem ainda aparecer representadas por qualquer dos grafemas vocálicos indicados — exceptuando ‹h› —, seguido de consoante nasal *m* ou *n* que fecha a sílaba em que aquele se encontra. Desse modo, ‹m› e ‹n› formam com os grafemas anteriores uma unidade, indicando, ao mesmo tempo, que a referência se faz não em relação aos fonemas vocálicos orais, mas nasais. Assim, habitualmente, as vogais nasais aparecem nos textos estudados representadas por algum dos três processos a seguir indicados: α) *V*(1) + *m*; β) *V* + *n*; γ) *V* com til sobreposto. Além disso, nalguns documentos galegos ocorrem alguns exemplos, aliás escassos, de *V* assinalada por til sobreposto + *n* ou *m* pertencentes à mesma sílaba, processo que representa uma contaminação dos dois processos anteriores: *ũna* (1269 C 4; 1281 O 55, etc.), *dũna* (1281 P 99), *cũna* 'com uma' (1298 P 113), *algũnas* (1473 O 80), *ṽn* (1313 O 64), *ũn* (1281 O 55), *pãm* (1432 P 135), etc. (2). Os três ou quatro processos gráficos indicados não estão determinados pelo contexto (natureza do som seguinte; posição final de sílaba ou posição final de palavra, embora surjam sempre a fechar a sílaba) (3), notando-se até uma visível hesitação entre eles dentro da mesma época, no interior do mesmo texto e até da mesma palavra. A única diferença que se pode estabelecer entre eles diz respeito à frequência relativa de cada um: os mais frequentes são *V* + *n* e *V* com til sobreposto. Tanto na Galiza, como em Portugal, *V* + *m* aparece menos vezes, embora não possa considerar-se uma grafia rara ou esporádica (4).

---

(1) Por *V* represento qualquer grafema com referência a fonemas vocálicos orais.

(2) Por vezes, no caso da nasalação que, diacronicamente, remonta a -N- intervocálico, pode faltar qualquer sinal que a represente. Veja-se, adiante, Parte II. Consonantismo, § 1.

(3) Também nas formas do último tipo *n* é a representação do elemento nasal que forma a vogal nasal, fechando a sílaba em que se encontram. Interpretando desse modo esse tipo de grafias, estas e outras formas idênticas teriam na língua da época uma pronúncia do tipo [ũŋa], [kũŋa], [dũŋa], que ainda vive no galego actual e na linguagem popular portuguesa de algumas regiões.

(4) A análise realizada sobre os documentos publicados no capítulo I deste trabalho confirma as afirmações feitas por Fr. Atanasio López no princípio do século: contrariamente ao que pensavam alguns, a grafia *-m* em final de palavra não é um pormenor que diferencie os documentos da Galiza e de Portugal. Eis as palavras do Autor: «Creen algunos que en los documentos portugueses de la Edad Media se empleaba la *m* final, mientras que en los gallegos se hacía uso de la *n*. Esta distinción debe desecharse en absoluto, pues en Galicia tenemos innumerables escrituras con la *m* final, encontrándose también en otras la *n*, siendo tantos los documentos en que aparece la primera letra, que conozco algunos centenares de

Alguns dos grafemas indicados — ‹i, j, y, h› e ‹u, v› — entram também na constituição de ditongos crescentes ou decrescentes. Ao emprego desses grafemas com valor de assilábicos *i* e *u* far-se-á adiante (1) referência mais pormenorizada.

Ao tratar dos grafemas que representam fonemas consonânticos, distinguem-se inicialmente dois grupos: o dos grafemas simples e o dos grafemas complexos (2).

Verifica-se uma perfeita correspondência entre os grafemas simples dos documentos portugueses e galegos; nuns e noutros aparecem os mesmos vinte e seis grafemas simples a seguir enumerados (3): ‹b›, ‹c›, ‹ç›, ‹ȩ›, ‹d›, ‹f›, ‹g›, ‹i›, ‹y›, ‹j›, ‹k›, ‹l›, ‹m›, ‹n›, ‹ñ›, ‹p›, ‹q›, ‹r› ‹s› ‹ſ› ‹t› ‹u› ‹v› ‹x› ‹z› e ‹ꝯ›.

O mesmo já se não verifica em relação aos grafemas complexos: são em muito maior número nos documentos da Galiza do que nos de Portugal.

---

ellos». Cf. A. LÓPEZ, *Estudios crítico-históricos de Galicia*. Santiago (Tip. de El Eco Franciscano), 1916, p. 109.

A modo de confirmação, cito algumas grafias de *-m* em documentos das quatro províncias galegas e dos séculos abrangidos pelo presente estudo: 1265 C 3 (*virem, oyrem, bom, rem, bem, rrazom, forom, uirom, oyrom*, etc.); 1344 C 12 (*poſiſſom, eſtauam, diſſerom*, «*Sam* Thomé de Yames»); 1399 C 16 («*em* primeyro»; «*Sam* Martino de Ladrella»; «*em* pura doaçõ»; «ȝ *em Sam* Pedro de Mjraz»; «*ſem* embargo»; «*em* deante»; «*em* ellas»; «*ſem* meu embargo»; *raꝯom;* «*dom* frey *Joham* Lourenço»; «*Joham* Lopeꝯ», etc.); 1255 L 19 (*virem;* «*Sam* Saluador de Ca*ſ*tello»); 1258 L 23 (*ſum, am, dom, Martim*, «clericus de *Sam* Ciprianj»); 1278 L 25 (vários exs.); 1283 L 27 (vários exs.), 1414 L 42 *(sabeam);* 1442 L 43 *(bem)*. Para as províncias de Orense, e Pontevedra, cf., entre outros, os documentos a seguir indicados que apresentam formas idênticas: 1267 O 52, 1281 O 55, 1322 O 67, 1334 O 69, 1360 O 73, 1372 O 75, 1396 O 76 (vários exs.), 1473 O 80 (vários exs.), 1500 O 90 (vários exs.), 1278 P 96, 1280 P 97, 1280 P 98, 1281 P 99 (muitos exs.), 1287 P 102, 1289 P 105, 1290 P 106, 1295 P 107, 1295 P 108, 1301 P 118, 1403 P 132, 1432 P 135 (bastantes exemplos). O maior número de formas com essa particularidade gráfica parece encontrar-se nos documentos da Província de Pontevedra, apresentando quase todos alguns exemplos congéneres. Este processo gráfico é, portanto, comum aos sistemas de escrita medievais de Portugal e da Galiza.

(1) Veja-se, neste capítulo, Parte I, § 3, A, alínea d) e alínea e).

(2) Sobre a distinção entre grafemas simples e grafemas complexos, cf. E. ALARCOS LLORACH, *Les représentations graphiques du langage*. In: *Le Langage*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris (Éditions Gallimard), 1968, p. 553-554.

(3) Recorde-se que, na transcrição dos documentos publicados no Capítulo I, não foram tidas em conta duas variantes gráficas de *z*, uma delas com uma forma semelhante a *s* com um traço horizontal tangente à curva superior e que apresenta uma configuração gráfica parecida com 5, e a outra, de carácter mais cursivo, semelhante a *s*, mas com um prolongamento recto na curva superior. Tenham-se presentes as observações feitas nas p. 25 e 26 e nas notas 1 e 2 da p. 26.

São os seguintes os grafemas registados nos documentos da Galiza: ‹bb›, ‹ci›, ‹çi›, ‹cti›, ‹cz›, ‹ɕy›, ‹ti›, ‹ſç›, ‹ch›, ‹çh›, ‹ff›, ‹gi›, ‹gh›, ‹yy›, ‹yi›, ‹ll›, ‹lj›, ‹lli›, ‹llj›, ‹ly›, ‹ll›, ‹lh› ‹mm›, ‹nn›, ‹nj›, ‹ni›, ‹ñi›, ‹gn›, ‹nh›, ‹pp›, ‹rr›, ‹ſſ›, ‹ſç› ‹sſ›, ‹th›, ‹tch›, ‹ti› ‹tt›, ‹uu› e ‹zi›.

Pelo contrário, nos documentos da zona portuguesa abrangida pelo presente estudo utilizam-se apenas os seguintes grafemas complexos: ‹bb›, ‹çh›, ‹ch›, ‹ff›, ‹gh›, ‹yi›, ‹lh›, ‹ll›, ‹mm›, ‹nn›, ‹gnh›, ‹nh›, ‹pp›, ‹ph›, ‹rr›, ‹ſſ› e ‹th› (1).

3. *Tentativa de interpretação dos grafemas. Determinação do valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas.*

Constitui o objectivo imediato e essencial deste capítulo o esclarecimento do valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas acima enumerados. Tal intento encerra, naturalmente, bastantes dificuldades, a maior das quais é, sem dúvida, constituída, por um lado, pelo desconhecimento ou, pelo menos, por um conhecimento imperfeito e insuficiente da estrutura fonológica da língua desse período, que somente pode ser avaliada pela escrita, e, por outro, pela falta de dados sobre a sua «exacta realização fónica» (2). Desse modo, o único processo que julgo válido consiste na análise de todas as funções desempenhadas por cada grafema no interior do sistema ou dos vários sistemas grafemáticos. Conforme atrás (3) foi assinalado, nessa tentativa de determinação do valor fónico dos diferentes grafemas, recorrerei ao conhecimento da actual realidade linguística das zonas estudadas (4) e utilizarei todas as informações fornecidas pelos gramáticos e ortografistas dos séculos XVI e seguintes (5). Naturalmente que

---

(1) O estabelecimento da correspondência entre os grafemas apontados e os fonemas respectivos será feito no § 3 deste capítulo, parte I, B.

(2) Cf. Eugenio Coseriu, *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*. Montevideo, 1958. Reimpresión fotomecánica. Tübingen, 1969, p. 156 e n. 98.

(3) Cf. p. 304-305 do presente trabalho.

(4) O interesse do confronto entre as variantes gráficas dos documentos medievais e as características dos actuais falares regionais foi já posto em relevo por M. de Paiva Boléo na recensão crítica a Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Separ. do *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), vol. I, n.º 2, 1960. (Esta recensão foi incluída na colectânea de trabalhos do Prof. Paiva Boléo, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo II, Coimbra, 1975, p. 32-51). Permito-me recordar a afirmação já transcrita na nota 1 da p. 17: «É evidente que, para podermos saber alguma coisa da variedade dialectal dos primeiros séculos da nossa língua, teremos de aproveitar todas as variantes gráficas e confrontá-las com as características regionais de nossos dias».

(5) Para além dos testemunhos directos dos gramáticos e ortógrafos portugueses,

estes dados se referem de modo directo à língua portuguesa; de facto, em relação ao galego (1), sem cultivo literário desde o séc. XV e sem tradição escrita, a primeira gramática surge somente em meados do séc. XIX: trata-se da *Gramática gallega* de Saco y Arce impressa em Lugo, em 1868, por Soto Freire (2). A esta, outras se seguirão, ao longo dos séculos XIX e XX. Contudo, são de época demasiado recente para poderem ter interesse para um estudo do tipo do que se empreende no presente capítulo. No entanto, em relação ao séc. XVIII, dispomos hoje de alguns trabalhos de Fray Martín Sarmiento publicados por José Luís Pensado, da Universidade de Salamanca, os quais têm uma extraordinária importância para a história linguística do galego (3).

---

aproveitei também, complementarmente, as conclusões de alguns estudos sobre a pronúncia do português antigo. Destaco, de modo particular, os estudos seguintes que serão muitas vezes citados ao longo deste capítulo: JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e* o *em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962; PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVI*^{ème} *siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. dos *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. vol. VIII, fasc. 1. Napoli, 1966; THOMAS R. HART, *Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation*. In: *Word*, vol. 11, n.º 3 (Dezembro, 1955), p. 404-415; ANTONY J. NARO, *A história do* e *e do* o *em português. Um estudo de deriva linguística*. In: *Estudos diacrónicos*. Petrópolis (Editora Vozes), 1973, p. 9-51. (Trata-se da tradução portuguesa do artigo que foi inicialmente publicado em *Language*, vol. 47, 1971, p. 615-645 sob o título *On the history of* e *and* o *in Portuguese*). São também frequentemente aproveitadas algumas das conclusões a que chegou Paul Teyssier no seu trabalho de síntese, *Histoire de la langue portugaise* publicado em 1980 pelas Presses Universitaires de France. A tradução portuguesa publicada em 1982 pela Editora Sá da Costa apresenta, em relação à versão original, algumas modificações e aditamentos.

(1) No que se refere ao galego, para além do contacto com trabalhos publicados de carácter linguístico sobre determinada região ou povoação ou sobre certos fenómenos característicos dessa língua, procurou-se, durante as viagens feitas à Galiza com o fim de explorar o fundo de alguns arquivos e seleccionar alguns dos documentos contidos no Capítulo I deste estudo, tomar contacto directo — sempre insubstituível! — com a língua viva, falada. Desse modo, foram feitos alguns inquéritos, mais rápidos uns, mais demorados outros, em vários pontos da Galiza. Alguns desses materiais são oportunamente aproveitados no presente trabalho, a propósito de vários fenómenos linguísticos. Não estando ainda publicado o *Atlas Lingüístico Galego*, foi-me extraordinariamente útil a consulta do artigo *Galego* recentemente publicado na *Gran Enciclopedia Gallega*, tomo 14, fasc. 222-224. Através desse estudo, pude tomar conhecimento da actual repartição dos traços linguísticos mais expressivos para a fragmentação regional do galego.

(2) Desta gramática publicou-se uma segunda edição, em 1967, em Orense, nas Gráficas Tanco.

(3) Refiro, de modo especial, pelo interesse que apresentam, as obras seguintes de Fray Martín Sarmiento: *Colección de voces y frases gallegas*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1970; *Catálogo de voces y frases de la lengua*

Nas páginas que se seguem tentar-se-á determinar o valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas de referência vocálica atrás indicados. Naturalmente que, com base numa análise estrita dos textos, muito pouco se poderia esclarecer; contudo, combinando os materiais fornecidos por estes com as informações dos gramáticos e com o conhecimento da actual realidade linguística das zonas estudadas, alguma coisa se consegue explicar sobre o valor de cada um dos grafemas.

A. Grafemas de referência vocálica

a) Estudo de A

1. Em posição tónica

Nesta posição ocorre sempre o grafema *a*. Na determinação do seu valor fónico e fonológico tomar-se-á como ponto de partida um passo da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1) a que haverá de recorrer-se com alguma frequência a propósito da interpretação de outros grafemas. No cap. VIII (p. 27-28) afirma o A. o seguinte: «Na nossa lĩgua podemos diuidir ãtes e neçessario que diuidamos as letras vogaes ẽ grãdes e pequenas como os gregos mas nã ja todas porque e verdade que temos *a* grande e *ɑ* pequeno; e *ε* grande e *e* pequeno; e tambẽ *ω* grãde e *o* pequeno. Mas nã temos assi diuersidade ẽ *i* nem *v*. Temos *a* grãde como *almada* e *ɑ* pequeno como *alemanha;* temos *ε* grande como *fεsta* e *e* pequeno como *festo;* e temos *o* grande como *fermωsos* e *o* pequeno como *fermoso*. E conheçendo esta verdade auemos de cõfessar que temos oyto vogaes na nossa lĩgoa mas não temos mais de çinco figuras (...)».

Da análise deste texto parece poder deduzir-se com bastante segurança o seguinte:

1. Que havia, na língua da época, "oito vogais" representadas habitualmente na grafia por "cinco figuras" ou letras. Essas "vogais" eram as

---

gallega. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973. Embora estas obras tenham um interesse imediato para o estudo do léxico galego, fornecem também algumas informações sobre a pronúncia da época.

Sobre algumas noticias fornecidas por M. Sarmiento sobre as variedades do galego ou sobre alguns traços linguisticos significativos para a dialectologia galega, vejam-se as observações feitas por Antón Santamarina na comunicação apresentada no Colóquio de Tréveris (Abril de 1981). Cf. ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxia galega: historia e resultados*. In: *Actas do Colóquio de Tréveris* [sob a epígrafe] *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia), 1982, sobretudo p. 154-156.

(1) Baseio-me na reedição de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933.

seguintes: *a* "grande" de *Almada; a* "pequeno" de *Alemanha; e* "grande" de *festa; e* "pequeno" de *festo; o* "grande" de *fermosos* e *o* "pequeno" de *fermoso;* e *i* e *u* sem «diuersidade», mas que, na sílaba tónica, «sempre são grandes», conforme afirma o A. noutro passo da sua *Gramática* (p. 54).

Sobre a distinção entre vogais "grandes" e "pequenas", não contém o referido passo qualquer explicação. Mas, da análise dos exemplos apontados, parece poder deduzir-se que as vogais "grandes" são, de facto, vogais abertas, ao passo que as vogais "pequenas" são vogais fechadas. Estaríamos, portanto, em presença de uma diferença de grau de abertura. Contudo, no capítulo XII (p. 32-33), ao descrever o modo de pronunciar as diferentes vogais, explica que as primeiras são pronunciadas com «mais espírito» ou com «mais força e espírito», e que, além disso, «fazẽ alghũ tanto mays mouimẽto na boca que as pequenas». Parece não haver dúvida que o A. identifica, por um lado, e decalcando a própria terminologia grega (cf. no texto transcrito, «como os gregos») vogais "grandes" com vogais longas e vogais "pequenas" com vogais breves (1), e, por outro, de acordo com a última característica enunciada, vogais "grandes" com vogais abertas e vogais "pequenas" com vogais "fechadas".

2. Que a essas «oito vogais» indicadas pelo gramático correspondiam sete fonemas vocálicos, uma vez que *a* "grande" e *a* "pequeno" (em *Almada* e *Alemanha* respectivamente) são apenas variantes combinatórias do mesmo fonema /a/ (2): a ocorrência de *a* aberto e de *a* fechado está, pois, de acordo com a exemplificação de Fernão de Oliveira — que, como veremos (3), não é totalmente completa — determinada pelo contexto fónico. De momento, creio que importa destacar o seguinte: em sílaba tónica são *aa* "grandes" (abertos) todos os *aa*, excepto quando se encontram seguidos de consoante nasal heterossilábica, ou seja, inicial da sílaba seguinte. A essa mesma conclusão chega Paul Teyssier no estudo realizado a partir das grafias de João de Barros (4): de acordo com o sistema ortográfico deste gramático, os *aa* seguidos de *m, n* ou *nh* aparecem grafados com *aa* "pequenos" (ou fechados), ao passo que em qualquer outro contexto são sempre ***áá*** "grandes" (ou abertos).

---

(1) Sobre essa identificação, veja-se também o capítulo XXVII, p. 53-56.

(2) N. S. TRUBETZKOY, *Principes de phonologie*. Paris (Éditions Klincksieck), 1976. Traduzido por J. Cantineau, p. 50-51; H. A. GLEASON, *An introduction to descriptive linguistics*. Tradução francesa de F. Dubois e Charlier. Paris (Librairie Larousse), 1969, p. 210-212.

(3) Veja-se, adiante, p. 314.

(4) PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. dos *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 140-143.

Em relação ao *a* tónico, encontra-se na *Orthographia da lingoa portuguesa* de Duarte Nunes de Leão (1) um texto bastante expressivo, que contém algumas afirmações que confirmam as conclusões a que pudemos chegar com base em Fernão de Oliveira ou em João de Barros: «E todas as vezes, que despois do *a* se segue *m* ou *n* como nestas palavras *fama, cano*, pronuncia-se com menos hiato, & abertura da bocca, & fica parecendo pequeno, naõ sendo assi. Porque o ser grande ou pequeno, consiste na longura, & spaço da pronunciação, e naõ na maneira della. E a causa de soar assi *a* he, que a formação da dicta letra se faz com abertura da bocca & o *m* & *n* se formaõ per contraria maneira, fechandoa. E naõ se pode em taõ pequeno spaço, como se consume em hũa syllaba, seruir perfectamente a dous officios contrarios de abrir, & cerrar a bocca. Por tanto ficamos pronunciando o *a* com aquella differença de pronunciaçaõ, naõ menos longo em tempo. Porem junto a outras letras não soa o *a* assi obtuso, como quando se ajunta a *m*, *n* como veemos per todas as mais letras do *a*, *b*, *c*, a que se pode ajuntar, como nestas palauras: *aba, labaça, adaga, cafila, praia, calça, sapo, atabaque, arca, casa, prata, caua, taxa, azo.* Nos quaes lugares, ainda que quisessemos dar-lhe som de *a* pequeno, naõ poderíamos porque na verdade naõ o ha mais, que de huma maneira, quer seja longo, quer breue. Assi que todas as vezes, que virmos variar a pronunciaçaõ do *a* causa-se do accento ser differente, ou de se ajuntar a taes letras, que o apagaõ, & naõ de esta letra ser de outra specie. Porque o *a* em abstracto (como dizem) & em quanto letra elementar, não teem accento, nem medida, se não despois que he feito diçaõ».

Do testemunho concordante dos três gramáticos do século XVI (2) podemos concluir com segurança que *a* aberto e *a* fechado são apenas duas realizações diferentes do mesmo fonema /a/: [ą], quando seguindo de nasal inicial da silaba seguinte, e [ą] em qualquer outro contexto. Embora os

---

(1) Servi-me da edição de 1864: DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 104-105.

(2) Aliás, os gramáticos e ortógrafos dos séculos XVII e XVIII fazem idênticas afirmações. Vejam-se, por exemplo, JOÃO FRANCO BARRETO, *Ortografia da lingva portvgveza*. Lisboa (Na Officina de Ioam da Costa), 1671, capit. XVI, *Como se pronunciam as vogaes*, p. 68-74, sobretudo p. 71; LUÍS CAETANO DE LIMA, *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa Occidental (Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca), 1736, cap. II, *Da pronuncia das vogaes*, p. 2 e segs., sobretudo p. 4-6 e p. 10-12; FREI LUÍS DO MONTE CARMELO, *Compendio de orthographia*. Lisboa (Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo), 1767, § XIII, especialmente p. 137. Pelo facto de, no que se refere a este aspecto, não introduzirem novos dados em relação aos gramáticos do séc. XVI e ainda porque se situam já num período bastante distante da época abrangida pelo presente estudo, não se transcrevem textos dessas obras. Poderá o leitor localizar facilmente esses textos nas páginas indicadas.

gramáticos não o digam expressamente, creio que, com bastante segurança, se pode afirmar que *a* seguido de nasal não só era realizado como mais fechado, mas mais ou menos nasalizado (1). Aliás, o fechamento da vogal deve ter resultado da nasalação produzida pela proximidade das consoantes nasais *m*, *n* ou *nh* (2).

No séc. XVI, a distribuição de [ą] e [ą], mais ou menos nasalizado, seria, na sílaba tónica, de tipo complementar, tal como acontece ainda hoje na língua culta da maior parte do País.

Importa, finalmente, averiguar qual seria, nessa época, o estado da língua em relação às terminações da primeira pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito dos verbos em *-ar*.

Como se sabe, actualmente a língua da zona central do País distingue entre o presente *-amos* (com [ą̃]) e o pretérito *-ámos* (com[ą]) (3). No Sul,

---

(1) Sobre este ponto, veja-se A. R. GONÇALVES VIANA, *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1892, p. 92. Ao referir-se à «pronúncia do português do centro do reino no tempo de Camões», afirma: «É muito de presumir que as vogais finais de sílaba tónica antes de consoante inicial nasal da sílaba seguinte fossem nasais, como o são na Beira Alta e Algarve; assim c a m a, p e n a, s a n h a, l e n h o, c i m o, d o n o, f u m o, deviam proferir-se *cãma, pẽna, sãnha, lẽnho, cĩmo, dõno, fũmo*». Aliás, o facto de estas pronúncias com vogais nasalizadas estarem mais ou menos generalizadas no português do Brasil leva a supor que eram bastante frequentes no século XVI. Cf. I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI.e siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio, 1958, p. 393.

(2) Sobre a possível relação entre o fechamento da vogal e a nasalação resultante da proximidade de uma consoante nasal, ver, adiante, p. 317. De facto, no falar minhoto, as vogais seguidas de nasal heterossilábica não apresentam nasalidade perceptível e, além disso, são realizadas como abertas.

(3) Sobre a origem e a explicação desta distinção na língua do Centro do País, veja-se I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI.e siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, 1958, p. 393: «Selon G. VIANA, le Centre du Portugal pratique cette distinction (qui n'a aucune raison d'être étymologique), alors que le Nord ne connaît que la forme *-ámos* (avec *á* ouvert) et le Sud, comme le Brésil, emploie pour les deux temps la forme *-âmos*, avec *á* fermé. Nous pensons que *le Centre, lien de jonction de la zone Nord de* -âmos *et de la zone Sud de* -âmos *a spécialisé morphologiquement les deux prononciations qui se rejoignaient sur son territoire*». (Os sublinhados do último período são da minha responsabilidade). Esta tentativa de explicação ganhará em clareza se se tiver presente o seguinte: as formas latinas do presente e do pretérito eram respectivamente *amāmus* e *amāuimus*, uma e outra com *a* longo. Daí teria resultado *amamos* (com *a* aberto), num e noutro tempo. É o que se mantém ainda hoje no Norte do País (por exemplo, no Minho e Douro Litoral), zona particularmente conservadora no conjunto das variedades regionais do português. No Centro e Sul do País, onde ocorreu o fechamento de *a* tónico seguido de nasal heterossilábica — neste caso *m* — (cf., acima, p. 311-313), essas formas teriam resultado em *amamos* (com *a* fechado) tanto para o presente como para o pretérito, à semelhança do

aliás como no português do Brasil, encontra-se *-amos* (com [ɐ̃]) tanto para o presente como para o pretérito; o Norte, e de modo muito especial a região de Entre-Douro-e-Minho, conhece apenas a terminação *-amos* (com [ɐ]) para os dois tempos verbais (1).

Sobre este pormenor concreto, não encontrei qualquer referência directa e explícita nos gramáticos do séc. XVI. Só os gramáticos e ortógrafos dos séculos seguintes se referem expressamente a essas formas de presente do indicativo e de pretérito perfeito que, pelo menos nessa época, já eram distintas (2). Contudo, o facto de só em época muito tardia se encontrar clara referência à distinção entre a primeira pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito não significa que a oposição entre *-ámos* e *-amos* não seja muito mais antiga (3), podendo remontar, pelo menos na linguagem da Corte, ao séc. XVI. É mesmo natural que, nesta época, não estivesse ainda completamente estabilizada a oposição entre *-amos* e *-ámos* (4). Efecti-

---

que ainda hoje existe no português do Brasil e no Sul de Portugal. O Centro do País, «lien de jonction de la zone Nord de *-ámos* et de la zone Sud de *-âmos*» (cf. *I. S. Révah, ob. cit.*, p. 393), recorreu à distinção entre [ɐ] aberto e [ɐ] para caracterizar uma oposição de tipo morfológico.

(1) A. R. Gonçalves Viana, *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugais d'après le dialecte actuel de Lisbonne*. 1.ª edição, Paris, 1883; 2.ª edição, separ. do *Boletim de Filologia* (Centro de Estudos Filológicos), tomo VII, fasc. 2, 1941, p. 209-210.

(2) D. Luís Caetano de Lima, na sua *Orthographia da lingua portugueza*, cap. II. *Da pronuncia das vogaes*, afirma na p. 12: «Os preteritos perfeitos da primeira conjugaçaõ *amámos*, *andámos* tem a *aberto* na penultima, para differença dos presentes do indicativo *amamos*, *andamos*, que o levaõ *fechado*». Mais adiante, no cap. VI. *Dos accentos*, nas p. 158-159, refere-se à necessidade de também na escrita distinguir as duas formas, assinalando as do pretérito perfeito com acento agudo: «A principal necessidade deste accento [agudo] he a respeito das palavras que sem ele ficariaõ equivocas. Primeiramente levaõ accento agudo varios tempos dos verbos, v.g. os preteritos da primeira conjugaçaõ *amámos*, *fallámos*, *levámos*, para differença dos presentes *amamos*, *fallamos*, *levamos*». (Cf. D. Luís Caetano de Lima, *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa Occidental (Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca), 1736, páginas indicadas.) No mesmo século, Monte Carmelo, assinala também a distinção entre a primeira pessoa do presente e do pretérito perfeito: «A tem som brando, ou *accento* circumflexo antes de M e N, exceptuando os preteritos terminados em *amos* como *ensinámos*, etc.». Cf. Frei Luís do Monte Carmelo, *Compendio de orthographia*. Lisboa (Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo), 1767, p. 137. Ver também § 9, núm. 6, p. 81.

(3) Já Gonçalves Viana, no *Essai de phonétique*, mostra a convicção de que a distinção entre *-amos* (pres.) e *-ámos* (pret.) deve ser muito antiga: «Il serait difficile d'assigner une origine certaine à cette distinction, qui d'ailleurs doit être très ancienne». Cf. *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*. 1.ª edição, Paris, 1883; 2.ª edição, separ. do *Boletim de Filologia* (Centro de Estudos Filológicos), tomo VII, fasc. 2, 1941, p. 210.

(4) Veja-se a nota 3 das p. 313-314.

vamente, se, por um lado, a análise das grafias de João de Barros parece levar a crer que na pronúncia do Autor essa oposição não existia, pelo menos de maneira sistemática, por outro, na *Gramática da língua portuguesa*, ao tratar da flexão verbal aponta, para o verbo *amar*, a forma de presente do indicativo *amamos* e a forma de pretérito perfeito *amámos* (1).

Resumindo: através de quanto até este momento foi exposto, tentou-se esclarecer qual seria o estado da língua no século XVI em relação ao fonema /a/: [ą] e [ą], mais ou menos nasalizado, eram, na sílaba tónica, variantes combinatórias do mesmo fonema, encontrando-se cada uma determinada por contextos fónicos bem determinados: [ą] ocorria quando seguido de consoante nasal inicial de sílaba seguinte e [ą] em qualquer outro contexto.

No que se refere às formas verbais da 1.ª pessoa do presente do indicativo e do pretérito perfeito dos verbos da conjugação *-ar*, nessa época na língua da corte e na região central do país, o recurso à oposição fonológica entre [ą] e [ą], para caracterizar (mais profundamente) a oposição morfológica entre os dois tempos verbais indicados, não se tinha ainda estabilizado.

Seria, pois, esse o estado da língua no século XVI, pelo menos no que se refere à língua da corte, na época considerada língua padrão (2), e que, por esse motivo, foi a variedade idiomática que os gramáticos desse século — Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes de Leão — representaram nas suas obras.

Não pode, contudo, imaginar-se que isso seria comum a todas as variedades regionais do português de então (3) e, de modo particular, à região

---

(1) JOÃO DE BARROS, *Gramática da língua portuguesa. (Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha)*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971, p. 332-333. Veja-se também PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 141-143.

(2) FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição, feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933, p. 68 e 79-80. Num texto bastante expressivo incluído no cap. XXXVIII, p. 79-80, em que o gramático faz referência às variedades regionais e sociolinguísticas da língua, afirma-se o seguinte: «saibamos que a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e que a possão todos entender e pera ser bem entẽdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os que mais lerão e virão e viuerão continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudãça». (A citação encontra-se na p. 80).

(3) Desde o séc. XVI que os gramáticos se referem à variação dialectal da língua, umas vezes directamente, outras a propósito de determinados factos de carácter linguístico. Atente-se, a título de exemplo, no passo seguinte de Fernão de Oliveira: «e esta particularidade ou se faz ãtre offiçios e tratos como os caualeiros que tẽ hũs vocabolos e os lauradores outros e os cortesãos outros e os religiosos outros e os mecanicos outros e os mercadores

portuguesa que é objecto de estudo do presente trabalho, a região de Entre-Douro-e-Minho. Esta zona não só aparece bem individualizada entre as demais variedades regionais, como é, já nessa época, habitualmente caracterizada pelo seu conservadorismo e feição arcaizante (1).

Mas, e nos séculos anteriores, isto é, no período compreendido entre os séculos XIII e XVI?

O conhecimento da actual situação linguística dessa região, em virtude da característica acima apontada — acentuando conservadorismo e feição

---

outros; *ou tãbẽ sefaz ẽ terras esta particularidade porque os da Beira tem hũas falas e os Dalentejo outras, e os homẽs da Estremadura são diferentes dos Dantre Douro e Minho: porque assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diuersas cõdições e cõçeitos* (...)». Cf. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, 1933, p. 79-80. (Os sublinhados são da minha responsabilidade.)

(1) Fazem referência ao carácter conservador e arcaizante da variedade de Entre-Douro-e-Minho todos os gramáticos e ortógrafos do séc. XVI. Cf., por exemplo, FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933, p. 99; JOÃO DE BARROS, *Gramática da lingua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971, p. 402. No *Diálogo em louvor da nossa linguagem* encontra-se o texto seguinte: «(...) A mi, muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que sejam antigos, cá destes nos devemos muito prezár, quando nam achármos serem tam correctos, que este labéo lhe[s] fáça perder sua autoridáde. *Nam sòmente ôs que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam Antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa,* os quáes alguns indoutos desprézam, por nam saberem a raiz donde náçem». (Texto também citado por SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa*. Segunda edição aumentada. Apresentação do Professor Celso Cunha. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 493 e por CAMILA JÚLIA PEREIRA DOS SANTOS, *Os falares portugueses nos séculos XVII e XVIII*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1958, p. 26. (São meus os sublinhados do texto). Também Duarte Nunes de Leão, ao referir-se à terminação *-om* de substantivos *(capitom, cidadom, taballiom)* e de verbos *(fizerom, amarom)*, não deixa de salientar o conservadorismo desta região: «(...) aquella pronunciaçaõ de *ão* que succede em lugar da antiga terminaçaõ dos Portugueses de *om* que punhaõ em lugar do *an* ou *on* dos Castelhanos. A qual ainda agora guardaõ alguns homens d'entre Douro & Minho & os Gallegos, que dizem *fizerom, amarom capitom, cidadom, taballiom, appellaçom*». Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Orthographia da lingoa portuguesa*. In: *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 141.

Naturalmente que, à medida que a língua evoluía, mais se evidenciava o carácter conservador das variedades idiomáticas de algumas regiões — Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira. Por esse motivo, não admira que os gramáticos e ortógrafos dos séculos seguintes confirmem e acentuem esta característica. Veja-se, a título de exemplo, FREI LUÍS DO MONTE CARMELO, *Compendio de orthographia*. Lisboa (Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo), 1767, p. 500-501, § LI, 1: «A plebe Interamnense e Trasmontana deve corrigir em commum a última syllaba *om* do antiquissimo *dialecto* portuguez, e dizer *am* no fim dos *vocabulos* do numero singular, e dos *verbos* (...)».

arcaizante — pode fornecer muitos elementos para o conhecimento da língua dessa zona, em épocas antigas.

Na actual variedade de Entre-Douro-e-Minho existe um único fonema /a/, sendo desconhecida — a não ser nos falantes cultos mais influenciados pela norma — a distribuição de tipo complementar existente no Centro do País e na chamada língua padrão: /a/ é sempre realizado como aberto [ą], mesmo quando seguido de consoante nasal, *m, n, ñ*. Desse modo, também na 1.ª pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito se encontra [ą] (1): *amąmos, cantąmos* são indiferentemente formas de um e outro tempo. Não existe, nesta zona, oposição entre *-ámos* e *-amos* como na variedade idiomática do Centro do País.

Era já este o estado da língua desta zona no século XVIII, a julgar pelo testemunho de Monte Carmelo (2), e creio que não se estará longe da verdade se se pensar que sempre foi assim nesta região: de facto, as variedades idiomáticas da zona central e meridional é que fecharam *a* quando seguido de consoante nasal, desde uma época bastante antiga, que remonta, pelo menos, ao séc. XVI (3), mas provavelmente a períodos mais remotos.

Em relação à Galiza, dispomos ainda de menos elementos que permitam conhecer, pelo menos com certa aproximação, o estado da língua dessa zona entre os séculos XIII e XVI. Tal como em relação aos documentos portugueses, no que se refere ao grafema *a*, o uso ortográfico dos textos galegos não fornece elementos que possam ser utilizados para, a partir da sua análise, tirar algumas conclusões sobre os seus diferentes valores fónicos. Além disso, devido a circunstâncias especiais da história da língua galega, sem cultivo literário entre os séculos XVI e XIX, e pouco a pouco relegada para meio de comunicação oral apenas da camada média e sobretudo popular, faltam também testemunhos directos de gramáticos e ortógrafos semelhantes aos que foram utilizados como fontes de informação em relação a correspondente período do português (4). Desse modo, fica-nos apenas o recurso às modernas variedades idiomáticas do galego. Dos materiais recolhidos através de alguns inquéritos feitos in loco (5), assim como das informações colhidas em vários estudos de carácter linguístico ou em monografias dia-

---

(1) Veja-se o que sobre essas formas ficou dito acima, p. 313-315.

(2) Monte Carmelo, ao tratar dos «*vícios* ou *abusos* mais ordinarios» da plebe Interamnense e Trasmontana, afirma o seguinte: «Devem pronunciar brandamente a letra *a* antes de *m* e *n*, com a excepçam, que notei § 9. Num. 6.». Cf. FREI LUÍS DO MONTE CARMELO, *Compendio de orthographia*. Lisboa (Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo), 1767, § LI, p. 500.

(3) Veja-se o que acima ficou dito, p. 311-315 e respectivas notas.

(4) Veja-se, acima, p. 309, notas 1 e 2 e nota 3 das p. 309-310.

(5) Ver, atrás, p. 309, n. 1.

lectais galegas, conclui-se, sem a menor dúvida, que há nessa língua sete fonemas vocálicos que formam um sistema vocálico triangular de sete unidades, quatro graus de abertura e três séries de localização. Em relação ao máximo grau de abertura, há inequivocamente um único fonema /a/, que se realiza habitualmente — excepto em certos contextos especiais — como central e média como em castelhano (1).

Quando seguido de nasal inicial da sílaba seguinte *(m, n, ñ)*, /a/ tónico é realizado com idêntico grau de abertura e sempre mais ou menos nasalizado. O grau de nasalidade é variável, oscilando entre diferentes graus de perceptibilidade (2). Isto mesmo se verifica tanto nas formas de 1.ª pessoa do plural do presente do indicativo como do pretérito perfeito dos verbos en *-ar*, não havendo, em galego, qualquer distinção entre as referidas formas dos dois tempos (3): só o contexto permite distingui-las. Atendendo a

---

(1) Cf. AMABLE VEIGA ARIAS, *Fonología gallega*. In: *Grial*, n.º 10 (Outubro, Novembro, Dezembro), 1965, p. 390-403, mas sobretudo p. 394; MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Fonética y fonología del gallego de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, vol. 3, 1976, p. 128-129; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 19; JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguage y cultura del vino en el Ribero*. Tesis doctoral (inédita) presentada a la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Madrid. Madrid, 1962, p. 75. Veja-se também o artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, tomo 14, fasciculos 222-224, p. 222-255, mas especialmente p. 230.

(2) As monografias ou os trabalhos consagrados ao estudo da fonologia galega não fazem, em geral, qualquer referência às realizações de /a/ no contexto indicado, talvez pelo facto de não haver diferenças sensíveis em relação ao castelhano. Cf. o que diz J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 20, a propósito da nasalidade em galego: «La nasalidad, frente al portugués, no es distintiva; es un alófono que aparece en las mismas condiciones que en castellano: [mĩ̯na] 'mia'. No hay, por consiguiente, oposición oral / nasal». Contudo, numa monografia relativa à província de Orense, já atrás citada (JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero*. Tesis doctoral presentada a la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Madrid. Madrid, 1962, p. 77-78) informa-se que *a*, em posição livre, seguido de consoante nasal, aparece nasalizada. Apesar disso, nas p. 75-76 registam-se algumas formas com *a* não nasalizado neste contexto.

(3) No contacto directo com a língua galega falada registei sempre igual forma para o presente do indicativo e para o pretérito perfeito. Também as gramáticas galegas, ao tratar da flexão dos verbos em *-ar*, registam a mesma forma para a pessoa e tempos indicados, não assinalando qualquer diferença entre elas. (Cf., p. ex., DON JUAN SACO Y ARCE, *Gramática gallega*. Orense (Gráficas Tanco), 1967, p. 72; M. LUGRÍS FREIRE, *Gramática do idioma galego*. 2.ª edición correxida e aumentada. A Cruña (Imprenta Moret), 1931, p. 40; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. Tercera edición. Vigo (Galaxia), p. 163). Identicamente, os trabalhos de carácter dialectal: cf., por

que são factos gerais no galego actual quer a realização de /a/ tónico seguido de nasal heterossilábica como vogal média mais ou menos nasalizada, quer a inexistência de distinção, na primeira conjugação verbal, entre *-amos*, terminação do presente do indicativo e *-ámos* do pretérito perfeito, mesmo em zonas altamente conservadoras (1), creio que não pode deixar de considerar-se como muito provável que era esse o estado da língua falada na Galiza em fases mais antigas, inclusive no período abrangido pelo presente trabalho, ou seja, entre os séculos XIII e XVI (2).

Ainda em relação ao grafema *a* em posição livre, é possível que, quando seguido de consoante palatal, ele representasse algumas vezes o ditongo [ąi], tanto na região portuguesa como na Galiza. De facto, assim parece dever concluir-se a partir da grafia *eſtrayña* 'estranha' registada num documento da província de Pontevedra (1296 P 111), onde não pode haver qualquer dúvida de que entre a vogal *a* e a consoante [ñ] tinha surgido um [i] que com aquela passou a formar ditongo. Não é possível, contudo, fazer uma ideia exacta da vitalidade das formas desse tipo na Galiza, em primeiro lugar, porque a forma registada pertence à província de Pontevedra, relativamente perto da fronteira com Portugal, podendo, portanto, tratar-se de um prolongamento do fenómeno da zona portuguesa (3); além disso, porque, a não

---

exemplo, HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense, Spanien)*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, fasc. 1-2 e 3-4, p. 230 e 243; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filologia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 19-27 e 109-131, mas particularmente p. 116; ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filologia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 14, 18 e sobretudo 22. O A. refere-se expressamente ao "sincretismo" entre a 1.ª pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito, salientando que «habrá de ser casi siempre el contexto lingüístico o extralingüístico el que distinga». (p. 22). Veja-se também o artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, tomo 14, fasc. 222-224, p. 222-255. Na p. 242 afirma-se o seguinte a propósito das diferenças entre o vocalismo do português e do galego: «Además, el portugués ha creado una diferencia en el vocalismo tónico entre una /ą/ cerrada y una /a/ abierta, que permite diferenciar entre *falamos* (presente de indicativo) e *falámos* (pretérito simple de indicativo). Esta distinción también es ajena al gallego».

(1) É o caso da região do Vale de Suarna, na província de Lugo. Foi a partir de materiais recolhidos nesta zona que Antonio Santamarina elaborou o trabalho citado na nota anterior, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filologia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974.

(2) Relativamente à vogal *a* seguida de consoante nasal heterossilábica, já V. Garcia de Diego, afirmou que em "antigo galego" essa vogal era nasal: «En la lengua antigua era nasal toda vocal ante *n* final ó intervocálica». Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 9; IDEM, *Manual de dialectologia española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 54.

(3) Aliás, sob muitos aspectos, a província de Pontevedra revela profundas e íntimas

ser nos casos em que *a* é seguido da fricativa pré-palatal surda [š] (cf., p. ex., *caixa, baixo*), essa tendência parece não estar representada no galego actual (1). Na região aquém-Minho, pode igualmente, com relativa segurança, imaginar-se que já nessa época o grafema *a* representava, por vezes, no contexto indicado, o ditongo [ąj]; embora nos textos analisados tenha encontrado apenas uma forma com desenvolvimento de [j] depois de *a* átono (cf. «Domjge Anes *Grainhõ*», 1348 M 162), (2), creio ser bastante provável que já nessa época as formas com semivogal fossem bastante frequentes, pelo menos em certos níveis sociolinguísticos. Assim no-lo permitem supor não só o facto de as formas desse tipo estarem actualmente muito representadas nas variedades setentrionais e centrais (3), como também a referência clara feita no séc. XVII por Franco Barreto (4) à existência de formas congéneres nessa região.

Exceptuando as formas acima destacadas e outras em que, quando a vogal é seguida de fricativa pré-palatal surda, se verifica o desenvolvimento

---

afinidades com a vizinha província portuguesa do Minho. Embora toda a Galiza esteja profundamente unida, sob o ponto de vista linguístico, às variedades idiomáticas de Entre-Douro-e-Minho, é sobretudo a província de Pontevedra que mais afinidades revela. Conforme oportunamente se salientará, os documentos antigos revelam que, para além dos traços comuns à Galiza e à região portuguesa a norte do Douro, há outros — sobretudo de carácter fonético e lexical, mas também no que se refere ao uso ortográfico — que, encontrando-se na variedade galego-portuguesa a sul do Minho, se prolongam até à província de Pontevedra, pelo menos até à zona mais próxima da fronteira com Portugal.

(1) Fazem referência à existência, em galego, do ditongo *ai* formado por desenvolvimento de [j] antes de [š] (mas não de qualquer outra consoante palatal), entre outros, os seguintes trabalhos: VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 58 e p. 70-71; IDEM, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 50 e 57; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 26 e p. 80; MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Fonética y fonología de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, vol. 3, 1976, p. 139 e H. SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. 11, 1938, p. 262: «bajšá los pantalós». No entanto, quando *a* vai seguido de [l], não ocorre o desenvolvimento da semivogal: cf., por exemplo, p. 264, *chocalhas, chocalho, chocalhos*.

Igualmente, nos inquéritos feitos na Galiza assinalei apenas o desenvolvimento de [j] quando seguido de [š]: *baixo* [bąjšu], *caixa* [kąjša].

(2) Sobre o étimo desta forma, cf. JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa (Editorial Confluência, 1967, 2.º vol., s.u. *granhão*.

(3) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 103.

(4) J. FRANCO BARRETO, *Ortografia da lingva portvgveza*, Lisboa (Na Officina de Ioam da Costa), 1671, p. 265; CAMILA JÚLIA PEREIRA DOS SANTOS, *Os falares portugueses nos séculos XVII e XVIII*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1958, p. 101.

da semivogal (cf., por exemplo, *bayxo*, 1434 C 17; 1474 L 47; 1473 O 80), todas as restantes registadas nos documentos estudados revelam simplesmente na sílaba tónica o grafema *a* imediatamente seguido de consoante palatal (cf. *caſtañas*, 1396 O 76; *caſtanaſ*, 1283 L 27, etc.; *caſtanas*, 1285 O 56; 1322 O 67; 1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75; *eſtraña*, 1297 P 112; *eſtranha* 1302 P 122; 1327 M 155; 1416 M 168; *uala* 'valha', 1287 DL 140, etc.); contudo, tal facto não significa necessariamente que a pronúncia das respectivas regiões não tivesse sofrido o desenvolvimento da semivogal [i] antes de consoante palatal.

Quando nasal, a vogal *a* podia aparecer graficamente representada por algum dos seguintes processos: seguida de *n* ou *m* ou assinalada por til sobreposto. Tanto na Galiza como em Portugal, estes processos são perfeitamente equivalentes e alternantes, sendo possível, no interior do mesmo texto e até da mesma palavra o emprego de diferentes processos (1) gráficos. Assim, temos:

1) no interior da palavra:

α) *anboſ* (1313 DL 143), *canpaa* (1454 DL 148; 1472 DL 149), *eſcanbo* (1448 DL 147), *jnfante* (1335 M 160), *Sancha* (1282 DL 137), «*Santa* Maria» (1262 C 1), *anbos* (1335 L 37), *Santa Coonba* (1281 O 55), *Don Johan* (1262 C 1), etc.

β) *quamtos* (1472 DL 149), «Rio *Namde*» (top.) (1281 O 55), *ambaſ* (1262 C 2), *quamtoſ* (1283 L 27), *quamtaſ* (1283 L 27), etc.

γ) «Pedro *Fernãdez*» (1282 DL 137), *gããça* 'ganho' (1367 C 14), «frey *Iohã*» (1405 L 39), «frey *Johã* Lopez» (1312 O 63), etc.

2) Em final de palavra:

α) «*San* Payo de Baſtuzo» (1317 M 154), «*don* Monio Fernandez» (1274 L 24), «*San* Croyo» (1274 L 24), «*San* Salvador de Nozedo» (1290 O 58), *digan* (1414 L 42), *sabean* (1344 C 12), etc.

β) *sabbham* (1282 DL 137), *aviam* (1401 M 164), *sabham* (1404 M 165), *eſtam* (1404 M 165), *sabeam* (1308 L 33), *sabiam* (1302 P 122), etc. (2).

γ) *sabhã* (1309 DL 142), *aiã* (1327 M 155), *eſtauã* (1401 M 163), «*Ffernã* Ariaſ» (1274 L 24), «*Joã* Fernandez» (1274 L 24), *sabbeã* (1348 O 72), etc.

O facto de se tratar de processos gráficos perfeitamente equivalentes e alternantes permite-nos concluir que *-m* e *-n* não tinham, quando a entravar

---

(1) Veja-se o que ficou dito atrás, p. 306.

(2) Também na Galiza *-m* em final de palavra está largamente representado. Veja-se o que a este propósito foi dito na nota (4) das p. 306-307.

uma sílaba, os valores de nasal bilabial e nasal alveolar respectivamente, sendo apenas processos gráficos de assinalar a nasalidade (1).

No caso de *a* nasal ser historicamente resultante de *a* seguido de -N- intervocálico, pode aparecer graficamente representado de vários modos, alguns dos quais diferentes dos anteriormente referidos a propósito de *a* nasal com outra proveniência. O processo mais frequente tanto nos documentos portugueses como galegos é o uso do til sobre a vogal: *campãa* (1506 P 136), *canpãa* (1410 L 41; 1407 P 133; 1484 DL 150), *canpãas* (1414 L 42; 1448 DL 147), *cãpãa* (1442 L 43; 1475 L 48; 1475 L 49; 1367 C 14), «Roy *Cão*» (1405 L 39), *capelã* (1385 C 15; 1258 L 21; 1290 O 58), *capellã* (1454 DL 148; 1299 P 114; 1320 P 128; 1325 P 130; 1287 O 57), *capellães* (1348 O 71); *chãa*, adj. (1407 L 40), «Pera *Chãa*» (top.) (1335 L 37), «Uilla *Chãa*» (top.) (1333 C 10), «Villa *Chãa* de Saluadur» (1404 L 38), *grãa* (cf. «deσ teegas de *grãa* lynpia de póó», 1404 L 38), (1302 O 60), *hermão* (1310 L 35), *hyrmão* (1317 M 154), *irmãa* (1309 DL 142), *irmãos* (1298 P 113; 1299 P 114; 1305 P 123), *jrmãa* (1348 O 72), *jrmãaſ* (1302 O 61), *jrmão* (1301 P 119; 1302 O 61), *mão* (1315 DL 145; 1345 DL 146; 1303 M 153; 1262 C 1; 1344 C 12; 1308 L 33; 1316 L 36; 1497 L 50; 1276 O 54; 1302 O 61; 1348 O 72; 1290 P 106; 1299 P 114; 1299 P 115; 1320 P 128, etc.).

Em final de palavra, além do processo indicado, a nasalidade da vogal pode aparecer também representada por *-n* ou *-m* e, esporadicamente, pela combinação do emprego de til sobreposto à vogal com o emprego de *-n* ou *-m*. Assim, temos:

α) *capelan* (1258 L 21; 1450 L 44), *eſcripuan* (1450 L 44), *pan* (1367 C 14; 1258 L 21; 1310 L 35; 1335 L 37; 1414 L 42; 1502 L 51; 1274 O 53; 1292 O 59; 1433 O 79; 1305 P 123; 1316 P 124; 1407 P 133; 1345 M 161);

β) *capellam* (1265 C 3; 1308 L 33; 1310 L 34), *capelam* (1283 L 27; 1315 DL 145; 1416 M 168), *eſcripuam* (1448 DL 147), *guardiam* (1331 M 156), *pam* (1283 L 27; 1287 O 57; 1299 P 116; 1299 P 117; 1404 M 165; 1289 DL 141;

---

(1) No que se refere ao séc. XVI, é bastante claro o testemunho de Fernão de Oliveira em relação ao português: «Disse que esta letra *m* não é semiuogal nem podẽ fenecer em ella as nossas vozes: porque isto é verdade que nesses cabos onde a escreuemos e tambẽ no meyo das dições em cabo de muitas syllabas soa hũa letra muy branda que nem he *m* nem *n* como nos escreuemos ora hũa dellas, ora outra imitando os latinos. Mas a meu ver de neçessidad' escreuamos nos taes lugares esta letra que chamamos til ainda que a alghũs pareçera sobeja e que não serue mais que de soprir por outras. Aos quaes eu pregunto se nas dições que acabão em *ão* e *ães* e *ões* e *ãos* escreueremos *m* ou *n* e o poseremos antre aquellas duas vogaes que soara: ou se o poseremos no cabo que pareçera: por ond' me pareçe teremos neçessidade de hũa letra que este sobre aquellas duas vogaes juntamente, a qual seja til». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de R. de Sá Nogueira, Lisboa, 1933, p. 29.

1454 DL 148; 1484 DL 150); *ſcripuam* (1411 M 167), *Uayram* (1345 DL 146: 1454 DL 148);

γ) *pãm* (1281 O 55; 1432 P 135).

Por vezes, falta qualquer sinal indicativo da nasalidade da vogal: isto ocorre sobretudo no caso de a vogal vir seguida de outra com a qual formaria um hiato e, em períodos cronologicamente mais avançados, um ditongo. Ao contrário do que acontece nos documentos portugueses, onde as formas deste tipo têm carácter esporádico (cf. *canpaa*, 1454 DL 148; *cappelhaeſ*, 1289 DL 141; *jrmao*, 1484 DL 150; *mao* 'mão', 1285 DL 139; 1303 M 153; 1317 M 154), os textos galegos contêm um número relativamente grande de formas deste género, o que nos inclina a crer que estamos possivelmente em presença de antigos vestígios da tendência para a desnasalação que afectou o galego, distanciando-o, também neste aspecto, do português (1).

Darei alguns exemplos de formas registadas em documentos da Galiza em que falta o sinal de nasalidade: *capelaes* (1414 L 42. No mesmo documento ocorre também *capelães*), *eſcriuaeſ* (1274 O 53), *germao* (1287 P 103), «San *Giao* de Mar» (top.) (1265 C 3), *grao* (1314 O 65), *hermaoſ* (1282 C 7), *hirmao* (1281 P 99; 1295 P 108), *hirmaoſ* (1287 P 102), «San *Juyao* do Valle» (top.) (1287 P 103), «Vila Noua de *Lourençaa*» (1442 L 43), *Queyrugaeſ* (top.) (1274 O 53), *saas* (1475 L 48), *yrmaos* (1310 L 34), «Pedro *Louçao*» (1434 C 17), *mao* (1302 L 30; 1274 O 53; 1500 O 90), *ſao* 'são' (adj.) (1290 O 58), *verao* (1274 O 53), *yrmaas* (1310 L 34, etc.), *yrmao* (1310 L 34), *yrmaos* (1310 L 34; 1316 P 124), etc.

Há ainda nos documentos estudados exemplos doutro tipo, com duas vírgulas, uma sobre cada uma das duas vogais em hiato. A maior parte das formas nestas circunstâncias situa-se no século XIII e XIV, mas, em relação à Galiza, há também alguns casos, muito esporádicos, dos sécs. XV e XVI:

α) *Aveláál* (top.) (1331 M 157), *máó* 'mão' (1281 M 152), «*quintáá* do Outeiro» (1335 M 160), *quintáá* (1285 DL 139; 1287 DL 140; 1303 M 153), «quĩtáá de *Maʒéeyra*» (1282 DL 137);

β) «San Cibrão d'*Aldáá*» (1298 P 113), «Sſan Migel de Villa *Cháá*» (1310 L 35), «San Miguel de Uila *Cháá*» (1310 L 34), *cháá* (adj.) (1316 L 36), *coyrmáá* (1280 P 98), *Fõtáó* (1255 L 19), *Fontáó* (1278 L 25), «Vilanoua de

---

(1) Segundo José Luis Pensado, a tendência para a desnasalação actua sobre o galego a partir de fins do séc. XIV. (Cf. *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. PENSADO TOMÉ. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 19). Se, efectivamente, os exemplos registados nos documentos galegos não representam simples esquecimento dos copistas, então estamos em presença de formas que documentam, desde a segunda metade do século XIII, a tendência para a desnasalação que afectou o galego.

Lourẽçáá (1310 L 34), «Vila Nova de *Lourençáá*» (1459 L 46), «Santa *Giáá*» (top.) (1282 C 7), *Grááda* (top.) (1282 C 7), *hermáá* (1282 C 7; 1310 L 35), *Lobar&áá* (top.) (1274 O 53), *marráá* (1308 L 33), *quintáá* (1295 P 107), *Quintáá* (top.) (1258 L 23), *Quintáás* (top.) (1335 L 37), *quintáás* (1296 P 111), *Quintáás* d'Eyres» (top.) (1367 O 74), *ſáás* 'sãs, em bom estado' (1506 P 136), *yrmáá* (1310 L 34; 1299 P 114), *yrmáás* (1307 L 32; 1316 P 124), *yrmááſ* (1269 C 4; 1290 O 58), *yrmáós* (1310 L 34), etc.

Creio que o valor desse signo diacrítico, que, a partir do séc. XIV, tomou uma forma mais ou menos ondulada (1), era apenas o de assinalar o hiato (2), faltando, portanto, qualquer indicação da nasalidade da primeira das vogais. Sendo assim, estas formas ligam-se muito estreitamente às acima indicadas, onde a nasalidade não aparece graficamente assinalada.

Estas grafias, muito frequentes na Galiza, desde a segunda metade do séc. XIII, estão relativamente pouco representadas nos documentos portugueses estudados. Se, efectivamente, os diacríticos usados sobre as vogais são apenas um processo gráfico de indicar o hiato, então estamos uma vez mais em presença de formas em que a nasalidade não aparece graficamente representada. Naturalmente que não é fácil saber se essas formas eram já o reflexo, na língua escrita, da tendência para a desnasalação que afectou o galego (3) e, em relação a palavras com determinada proveniência — as que representam historicamente formas latinas em -ANA — também a região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho (4).

---

(1) Veja-se *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. PENSADO TOMÉ. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 20.

(2) Convém observar que esse signo gráfico aparece também sobre vogais em hiato com diferente proveniência, onde não podia existir, de maneira nenhuma, nasalidade sobre as vogais. Ver também *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. PENSADO TOMÉ. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 19 e 20. O Autor interpreta também esse signo gráfico como um processo de indicar o hiato. Pelo contrário, J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 40, § 51, admite que esse sinal é usado para indicar a nasalidade.

(3) Veja-se o que ficou dito na p. 323, n. 1. Cf. também VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 40-42 e 88-89. Sobre as formas galegas que representam palavras latinas terminadas em -ANU, -ANA, veja-se o que será dito adiante, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 1. *-l-* e *-n-* intervocálicos. A propósito da actual repartição dialectal dos resultados dessas terminações latinas, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1968, p. 38-44 e sobretudo CONSTANTINO GARCÍA, *Resultados del sufijo -ANA en gallego*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 2, 1975, p. 151-156.

(4) Efectivamente, as formas que continuam historicamente palavras latinas em -ANA e que na língua padrão terminam em *-ã*, nessa zona acabam com muita frequência

Há ainda, nos documentos galegos, alguns exemplos, de outro tipo, não muito numerosos mas especialmente interessantes, que representam um resultado tipicamente galego de formas latinas com -N-. Refiro-me às formas *gáándo* 'gado' (1322 O 67; 1299 P 114), *gáándos* 'gados' (1351 C 13) (1), *Graanda* (top.) (1282 C 6), *irmáán* '*irmã*' (1299 P 114) (2), caracterizadas pelo facto de a nasalidade resultante da perda de -N- aparecer transposta para a segunda vogal.

Uma análise cuidada a que foram submetidos os documentos portugueses não revelou, como, aliás, era de esperar, a existência de formas idênticas nessa zona, a não ser num documento proveniente da Colegiada de Santo Estêvão de Valença (1407 M 166), onde aparece registada a forma *cãpaam*. Conforme terei oportunidade de referir por mais de uma vez, os documentos provenientes daquela Colegiada revelam estreitas afinidades de carácter gráfico e linguístico com os da vizinha região galega, da actual província de Pontevedra.

Finalmente, tanto na Galiza como em Portugal, a vogal *a* aparece geminada na grafia, em formas que representavam palavras latinas terminadas em -ANU. Trata-se, apenas, de duplicações vocálicas de carácter gráfico, sem qualquer correspondência sob o ponto de vista fonético. A causa de tais geminações deve residir no facto de, pelo menos desde a época a que

---

em *-à*, embora possam apresentar outros resultados. Veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina* -ANA. Separ. de *Biblos*, vol. LVII (1981) (= Homenagem a M. Paiva Boléo).

(1) A forma *gando* aparece em vários textos galegos antigos e está também representada nos actuais falares da Galiza. Pelo que se refere à fase antiga da língua, cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronología do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 190, s.u. *gado*, onde se citam exemplos idênticos da *General Estorial* e da *Crónica Galega*. Cf. também do mesmo Autor, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *gaando*. Outros exemplos se encontram em XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. Terras de Ourense, vol. II, doc. n.º 302 de 1455, p. 323, l. 1 *(gaando)* e l. 8 *(gando)*. Cf. também VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 40-41.

(2) Esta forma, registada num documento da província de Pontevedra, parece anunciar já as formas modernas do galego sul-ocidental ou atlântico, que abrange a parte meridional da província de La Coruña e a zona ocidental da província de Pontevedra. Aí as formas que representam a continuação de formas latinas terminadas em -ANA apresentam a solução *-áin*. Sobre a repartição dialectal das várias soluções para as terminações latinas -ANU, -ANA, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 38-44. Ver também o que será dito, adiante, neste capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 1. *-l-* e *-n-* intervocálicos.

se referem os exemplos registados, ter começado a perder-se o valor fonético das vogais iguais em hiato, de tal modo que os escribas, ao faltar-lhes um «perfeito contrôle fonético» (1), começaram a geminar caprichosamente as vogais (2). Eis algumas das formas que registei nos documentos estudados e em que se observa duplicação da vogal *a*: *α*) *yrmaao* (1450 L 44), *Faramõtaaos* (top.) (1473 O 83), *caſtelaao* 'castelão' (1407 P 133), *Toldaao* (top.) (1474 L 47); *β*) «dom Martin *Caſtellaáo*» (1265 C 3), *hirmááo* (1287 DL 140), *hyrmááo* (1287 DL 140), «San *Juyááo*» (1334 M 158), *mááo* 'mão' (1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140); *γ*) *maão* (1426 O 78), *Fontaão* (top.) (1348 O 72), «San *Giaão* dos Gafos» (top.) (1401 M 163; 1401 M 164), *San Juyaão* (top.) (1313 DL 143; 1313 DL 144), «San *Juyaão* de Kalēdayro» (1334 M 158), *maão* (1313 DL 143; 1331 M 157; 1348 M 162), «San *Miliaão*» (top.) (1334 M 159); *δ*) «Santo *Aadraãoo* de Moneixas' (top.) (1348 O 72). Em relação à Galiza, os exemplos recolhidos são relativamente tardios, dos sécs. XIV e XV, aparecendo um único exemplo do séc. XIII (cf. *Caſtellaáo*, 1265 C 3). Pelo contrário, as formas recolhidas nos textos portugueses são dos séculos XIII, XIV e XV. Mas talvez seja interessante observar que os exemplos do séc. XIII pertencem à actual província do Douro-Litoral, não aparecendo registado nenhum exemplo na zona correspondente à actual província do Minho. É provável que, com base nestes factos, algumas conclusões se possam tirar. Em primeiro lugar, que na metade meridional da região de Entre-Douro-e-Minho se começou a perder mais cedo — desde o séc. XIII — do que na metade setentrional e na Galiza o valor fonético das vogais iguais em hiato; por outro lado, como habitualmente acontece, a perda do valor fonético do hiato, deve ter-se realizado ao longo de vários séculos até que acabou por fixar-se na língua (3).

Com base na análise feita dos diferentes processos gráficos usados nos textos, parece poder concluir-se que já no séc. XIII começava a verificar-se a perda do hiato formado de duas vogais iguais, embora nesse século fosse

---

(1) JOSÉ LUÍS PENSADO TOMÉ, *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 18.

(2) Outras explicações têm sido aduzidas para tal facto: a duplicação da vogal poderia ser apenas um processo de representar a nasalidade ou a maior duração da vogal nasal. Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 54; IDEM, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 9; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 24 e W. J. ENTWISTLE, *The Spanish language together with Portuguese, Catalan and Basque*. London (Faber & Faber), 1965, p. 289.

(3) Aliás, ainda no séc. XVI, aparecem geminações gráficas idênticas às apontadas. Cf. W. J. ENTWISTLE, *The Spanish language together with Portuguese, Catalan and Basque*. London (Faber & Faber), 1965, p. 289.

ainda mais frequente a sua conservação. Aliás, a métrica de textos poéticos desse século revela que habitualmente são trissilábicas formas do tipo *irmaã, louçaã, manhaã*, embora os mesmos textos registem alguns exemplos de hiatos reduzidos (1), quando formados de outras vogais (cf., por ex., *serei, verá*, etc.).

2. *Em posição átona*

É difícil determinar os valores do grafema *a* em posição átona: a principal dificuldade consiste em saber se a esse grafema correspondia sempre *a* aberto ou se, pelo contrário, ele representava, nalguns casos, também *a* fechado.

No que se refere ao português, pode conhecer-se a situação da língua no séc. XVI, em relação a este aspecto do vocalismo átono, através de uma análise crítica dos testemunhos dos gramáticos e ortógrafos dessa época.

Tanto em Fernão de Oliveira (2) como em Duarte Nunes de Leão (3) as referências a este problema particular são bastante rápidas, mas, mesmo assim, fornecem-nos algumas informações que teremos oportunidade de ampliar e aprofundar através da análise do sistema ortográfico de João de Barros e das observações feitas pelo Autor nalguns passos das suas obras de carácter pedagógico-gramatical.

Comecemos, pois, por analisar o testemunho de Fernão de Oliveira. Da observação de um passo já atrás (4) citado, pode concluir-se que o *a* átono em sílaba pretónica ou em sílaba final era um *a* "pequeno", isto é, fechado que, segundo proposta do Autor, se deve representar por *a*: «Temos (...) *a* "pequeno" como *alemanha*» (p. 28).

Em relação ao *a* átono da sílaba pretónica, deduz-se de um passo da *Orthographia da lingoa portuguesa* de Duarte Nunes de Leão que era fechado, por oposição ao *a* tónico que era aberto (5).

Na *Gramática*, afirma João de Barros claramente que tinham *a* "pequeno"

---

(1) JACINTO DO PRADO COELHO, *Para o estudo da pronúncia do português medieval*. In: *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. X, 1946, p. 218. Ver também JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. I, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 358; PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (P.U.F.), 1980, p. 36-37.

(2) FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933.

(3) DUARTE NUNES DE LEÃO, *Orthografia da lingoa portuguesa*. In: *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864.

(4) Veja-se p. 310 deste trabalho.

(5) «(...) E a razão que faz parecer que saõ dous *aa*, hum grande, & um pequeno, he a pronunciaçaõ varia, que se causa dos accentos, ou das letras, a que se ajunta esta vogal. Porque quando teem o accento agudo, parece grande, como em *prato*, & quando graue,

a forma do feminino do artigo definido (cf. a *matéria bem feita apráz ao méstre*), a forma do pronome pessoal feminino na função de complemento directo (cf. *éssa tua palmatória, se* â *eu tomar, far-te-ei lembrar ésta régra)*, assim como o *a* átono em posição final, em palavras como *bôa conçiência* (1).

Por outro lado, através do estudo das grafias usadas por João de Barros, também se pode concluir que tinham *á* "grande", isto é, aberto, formas que resultavam de contracções de proclíticas em hiato. Assim, tinham *à*, signo através do qual o Autor transcrevia o *a* "grande" ou aberto as formas provenientes da contracção da preposição *a* com o artigo definido feminino (cf. «quando vou *à* escóla, vou de boa vontáde») (2), ou com algumas formas do pronome demonstrativo. Desse modo, distinguiam-se nitidamente *a rainha, as rainhas* (formas de "nominativo" ou "acusativo", singular ou plural, respectivamente) e *à rainha, às rainhas* (formas de dativo, do singular e do plural) (3) assim como *aquelle* e *áquelle* (4).

Finalmente, exceptuando um certo número de palavras em que *a* pretónico era resultado da crase de dois *aa* etimológicos (cf. *sádios, vádios, álem* etc.) (5) e por isso aparece transcrito por *á* "grande", tanto em sílaba

---

parece pequeno, como em *prateleiro*». (DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição correcta e emendada, conforme a de 1784, Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 104).

(1) JOÃO DE BARROS, *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem* e *Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, reprodução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971, p. 376.

(2) Cf. p. 376 do trabalho citado na nota anterior. Também na *Gramática*, ao tratar da "declinação" do artigo, se indicam *a* e *as* como formas de "nominativo" e de "acusativo", ao passo que *à, às* são formas de dativo. Cf. JOÃO DE BARROS, *ob. cit.*, p. 314. Veja-se também PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. de *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza, vol. VIII, fasc. 1, 1966, p. 144-145.

(3) JOÃO DE BARROS, *ob. cit.*, p. 315. Veja-se também PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 145.

(4) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 145.

(5) Sobre as formas *sadio, vadio* e outras análogas (*caveira, padeiro*, etc.) e sobre a razão do timbre aberto na sílaba átona pretónica, cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. Quarta edição enriquecida com notas do Autor; prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 136-155. De acordo com a explicação do Autor, o timbre aberto explica-se pelo facto de resultar da crase de dois *aa* postos em hiato após a síncope de uma consoante intervocálica. A vogal resultante da contracção teria sido uma vogal aberta ou uma vogal aberta e longa, à semelhança do que aconteceu em galego? (Cf., adiante, p. 332 e n. 1). Se assim aconteceu, a partir de que época se perdeu a quantidade? Conforme se afirmará adiante, em galego, há ainda falantes que mantêm claramente as vogais longas resultantes da crase de duas vogais, embora, na fase actual da língua, se manifeste acentuada tendência para o seu desaparecimento.

pretónica como em sílaba postónica, a vogal *a* é habitualmente transcrita por *a* "pequeno", correspondente, portanto, a *a* fechado.

Podemos, pois, concluir que, em relação ao português do século XVI, a repartição de [ɐ] aberto e [a] fechado em sílaba átona era idêntica à do português actual. Isto, pelo menos, no que se refere à linguagem da corte.

Mas em relação aos séculos anteriores e às diferentes variedades regionais do português de então? Não é fácil reconstituir, no que se refere a este aspecto particular, a situação da língua nos séculos anteriores ao século XVI nem a das diferentes variedades locais. No primeiro caso, porque para essa época faltam por completo quaisquer informações directas e o estudo da grafia, sob outros aspectos tão esclarecedor, não permite conhecer, ainda que de modo aproximado, em que circunstâncias o grafema *a* representava *a* aberto ou *a* fechado e em que é que a língua dessa época diferia do actual idioma padrão. No segundo, porque o testemunho das variedades modernas do português é um pouco contraditório: por um lado, as actuais variedades europeias, mesmo as de feição mais conservadora, como é o caso das que correspondem às províncias do Minho, Douro-Litoral, Trás-os-Montes e Beira Alta (1), revelam, neste aspecto, os mesmos timbres que se encontram na língua padrão.

No Brasil, pelo contrário, não só na pronúncia carioca como em geral na pronúncia brasileira, o *a* átono da sílaba pretónica, postónica ou final

---

(1) Ver, para a província de Trás-os-Montes, MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 176: «A vogal átona /a/ realiza-se na maior parte dos casos como em português normal». Em relação ao concelho do Sabugal, no extremo oriental da província da Beira Alta, veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 143-152. Na p. 143 lê-se o seguinte: «A vogal átona /a/, quando em sílaba pretónica ou postónica, apresenta habitualmente a mesma realização que no português normal». E, mais adiante, na p. 149: «Em posição final (...) /a/ é realizado como [a] e, portanto, com um timbre igual ao do português normal». Estas observações aplicam-se igualmente ao falar português da vizinha povoação salmantina de Alamedilla assim como ao antigo falar galego-português vivo ainda nas três povoações da Serra de Xalma. Contudo, no que se refere à posição pretónica ou postónica, tanto as povoações portuguesas como as referidas de além-fronteira apresentam algumas formas com timbre aberto, mas que deve certamente explicar-se devido à influência do espanhol. Aliás, realizações idênticas foram também registadas noutra zona fronteiriça, onde têm, seguramente, a mesma origem. Cf. MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1974, p. 114. (O trabalho encontra-se em publicação nos volumes XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*).

é realizado como aberto (1). Há, além disso, algumas regiões onde o *a* pretónico é realizado como muito aberto (2). Contudo, o mais importante a reter é que, «a pronúncia carioca (e, nesse caso, geral brasileira) não conhece o *a* oral fechado que se pronuncia em Portugal na palavra *cabeça*, por exemplo, e que segundo todas as probabilidades não é muito antigo» (3).

A explicação a dar à pronúncia brasileira está intimamente relacionada com o problema da data a partir da qual /a/ em posição átona passou, em português, a ser realizado como fechado. Não me parece aceitável a opinião de Serafim Neto, quando afirma que o *a* fechado átono do português «segundo todas as probabilidades não é muito antigo». Desconheço os elementos em que se baseia o Autor para fazer tal afirmação (4). O que parece fora de dúvida é que no séc. XVI, pelo menos na língua da corte, nas posições átonas *a* se realizava já como fechado, a não ser nos casos em que resultava da crase de dois *aa* etimológicos (5). Creio que disto não pode duvidar-se, uma vez que o testemunho dos gramáticos do séc. XVI é unânime neste sentido.

Deverá, considerar-se o *a* aberto da posição pretónica das variedades brasileiras como resultado da conservação da antiga pronúncia portuguesa que no séc. XVI já não existia na linguagem da corte, mas que poderia ter-se mantido durante mais tempo nas variedades regionais do português (6)? Ou, pelo contrário, nas posições átonas, teria existido um *a* fechado em português, desde um período mais antigo?

Neste último caso, seríamos levados a aceitar a explicação dada por I. S. Révah, segundo o qual os actuais timbres das pretónicas da variedade brasileira são devidos a um «mouvement de restauration» baseado na «existência de correlações entre formas morfológicas diversas em que a vogal

---

(1) A. HOUAISS, *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca*. Rio de Janeiro, 1959, p. 16-18.

(2) I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio, 1958, p. 397-398.

(3) SERAFIM DA SILVA NETO, *A língua portuguesa no Brasil*. Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV, Lisboa, 1960, p. 33; IDEM, *História da língua portuguesa*, 2.ª ed. aumentada. Apresentação do Prof. Celso Cunha. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), p. 610.

(4) O tratamento dado pelo Autor a este aspecto do vocalismo átono contém-se apenas na afirmação acima citada.

(5) Ver, acima, p. 327 e seguintes.

(6) O facto de o sistema ortográfico de João de Barros apresentar grande coerência no que se refere à representação do *a* átono parece apontar para uma grande estabilidade da língua, pelo menos da língua da corte, no que se refere à realização daquele fonema em posição átona.

ora é acentuada, ora pretónica» (1). Na flexão de verbos do tipo *máto — matár (lávo — lavár, fálo — falár), báto — batér, párto — partír*, o timbre aberto das formas rizotónicas ter-se-ia generalizado às formas arrizotónicas e daí a todas as pretónicas (2).

O facto de em galego actual o *a* nas posições átonas manter o seu timbre próprio (3), embora com realizações mais frouxas do que em sílaba tónica, não é um argumento que possa invocar-se para comprovar decisivamente que no antigo galego-português o referido fonema não tinha um timbre fechado e fortemente relaxado como ocorre no português. É necessário ter presente que, desde há alguns séculos, o galego esteve sujeito à influência do castelhano que, neste caso concreto, bem poderá ter contribuído para fazer penetrar na língua realizações mais abertas e articulatoriamente menos frouxas.

Passemos agora à análise dos materiais oferecidos pelos textos apresentados no Capítulo I e vejamos se o uso ortográfico fornece alguns esclare-

---

(1) I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio, 1958, p. 398. A citação foi traduzida do original.

(2) Há em português um número suficientemente grande de verbos com esta configuração para tornar verosímil a propagação do timbre aberto a outras formas com *a* pretónico.

(3) RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 160: «Otra diferencia esencial la tenemos en la pronunciación de la vocal átona *a*, que en gallego no pierde su timbre propio, llegando en portugués a una vocal indeferenciada, como la del catalán o la del rumano». Veja-se também PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*, vol. I. Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 112: «Por lo que se refiere a las vocales átonas, su relajación es bastante menor que la de las portuguesas pero la falta de fijeza de su timbre ha dado lugar a vacilaciones, de ámbito local algunas veces, otras de carácter popular, que se reflejan en el gallego escrito».

Creio, portanto, que não podem tomar-se como representativas do galego certas realizações idênticas às do português que ocorrem nalgumas zonas. Veja-se, por exemplo, o trabalho de JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero*. Tese de doutoramento (inédita), Universidade de Madrid, 1962, p. 88-90. Esporadicamente surgem nalguns pontos, relativamente perto da província de Pontevedra e também não muito distantes da fronteira portuguesa, realizações de *a* pretónico com timbre fechado como em português (cf. p. 90). No que diz respeito ao vocalismo átono, em geral, o A. faz algumas observações que patenteiam as afinidades desta zona com o português: «(...) cabría suponer un claro parentesco, o una evolución independiente, pero paralela, con el portugués, con un marcado dredominio de las consonantes sobre las vocales — fenómeno éste que tanto asemeja al gallego con el portugués — éstas en posición átona con matiz relajado o indiferenciado, incluso con elisiones, si bien tal fenómeno se produce casi siempre por encuentro de vocales» (p. 88).

cimentos complementares. Creio ser de todo o interesse, para maior clareza, distinguir dois tipos de situações: por um lado, as formas com *a* em qualquer das posições átonas — pretónica, postónica ou final — e, por outro, a vogal resultante de contracções de proclíticas em hiato com a vogal inicial da palavra seguinte. No primeiro caso, a referida vogal aparece invariavelmente registada pelo grafema *a*, não sendo possível, portanto, saber se ela era aberta ou fechada, ou se, tendo sido aberta até certa altura, a partir de quando passou a ser fechada. Há, contudo, um certo número de palavras em que *a* pretónico resulta da crase de dois *aa* etimológicos. Nestes casos, o grafema *a* representava um *a* aberto (1). Porém, só os documentos galegos apresentam formas com o hiato resolvido através de uma crase, sendo as abonações desse tratamento de fins do século XV: *ganando* (1497 L 50), *gane* (1497 L 50). No período anterior, os documentos registam formas com o grupo hiático *aa: α) gáánardef* (1283 L 27), *gáánardes* (1300 C 8; 1367 C 14), *gáánadio* 'ganho' (1296 P 111), *gáánadof* (1301 P 118), *gáánar* (1301 P 119), *gáánadaf* (1301 P 119), *gáánhado* (1302 P 120), *gáánarmof* (1302 P 120); *β) gaanou* (1274 L 24), *gaanar* (1271 P 95), *gaanardes* (1360 O 73), *gaanado* 'ganho' (1310 L 34), *gaañar* (1450 L 44), *guaanar* (1289 P 105), *guaanadaf* (1289 P 105) (2) etc.

Os documentos portugueses assinalam também formas com hiato no séc. XIII e XIV (cf., por exemplo, *gaanarõ* (1281 M 152), *gáánhar* (1317 M 154), etc.), mas no séc. XV faltam por completo formas deste verbo.

No que diz respeito ao segundo tipo de formas, desde o século XIII que os documentos galegos atestam exemplos de *a*, resultante da contracção de proclíticas em hiato, representando aquele grafema, sem a menor dúvida,

---

(1) Julgo altamente provável que o grafema *a* destas formas represente uma vogal aberta. (Cf. o que acima ficou dito, p. 328-329). Além disso, em galego essa vogal resultante da contracção era também longa. Veja-se VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 8-9; IDEM, *Manual de dialectologia española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 54; *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 36. Veja-se também, atrás, p. 328-329 e nota 5 da p. 328. Certamente não andaremos longe da verdade se supusermos que, também em relação à variedade a sul do Minho, no período mais antigo (pelo menos nos sécs. XIII e XIV), as vogais resultantes de crase, além de abertas, eram também longas. Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA y MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 197.

(2) O texto das *Cantigas de Santa Maria* revela já nessa época, em relação às formas derivadas de WA(I)DANJAN, exemplos muito frequentes de *a(a)* monossilábico, ainda que as formas com hiato *aa* ocorram também algumas vezes. Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 59.

uma vogal aberta (1). Um dos casos mais representados diz respeito à contracção de *a* com o artigo *a*. Desde o século XIII, que nos documentos galegos aparecem formas com *a*, resultante de crase: *a, á, as, áſ*. Mas é sobretudo a partir do século XIV e XV que essas formas se tornam particularmente frequentes. Eis alguns exemplos (2): «peite *a* autra parte .C. marauidiſ ȝ *a* uoz del Rey outroſ .C. marauidiſ» (1274 O 53); «mando *a* ponte d'Ourenſe o caſar de Uilar de Uilarino» (1281 O 55); «item mando *a* ponte d'Ourẽſe .XX. mr. Item .X. mr. *a* ponte de Verín» (1290 O 58); «quanto noſ auíamoſ della Ribba de Carrualido atéém *á* Pedra d'Aſpẽteyra» (1287 P 102); «peyte mill mr., os meos al Rey ȝ os meoſ *a* parte quereloſa» (1313 O 64); «damos a foro a uos Lourenço Yannes, fillo de Johã Payz de Barro, ȝ *a* primeyra moller que ouuerdes (...)» (1335 L 37); «que a parte que a nõ agoardar peyte *a* outra parte CC mor. de pea» (1372 O 75); «et a parte de nos que cõtra iſto paſar peite *a* parte que o conprir ȝ agardar .C. mr.» (1322 P 129); «ȝ mãdamos a todolos noſos uaſalos moradores ȝ prouadores da dita vila ȝ couto que *a* dita vila pertẽcẽ que uos recudã cõ aſ rendas (...)» (1433 O 79); «ȝ fazen teſta enna rrua antiga en dereyto *as* caſas de Juan Vellaque» (1434 C 17); «la parte que contra eſto for ou paſar que peite *a* parte agardante por nomme de pẽna e puſtura dous mill mrs. bellos y a voz del Rey outros tantos peite» (1500 O 90), etc.

Formas idênticas são aquelas que representam a crase da preposição *a* com as formas do pronome demonstrativo *aquel*. Os documentos galegos registam formas desse tipo desde o século XIII: «(...) aſſi como ffazemoſ *aquelleſ* que forom uoſſoſ entreceſſoreſ» (1265 C 3); «ȝ que a noſ ȝ *aqueles* outros que a teſtarẽ valla ſeu dereyto ſobre ela» (1313 O 64); «que os dedes *aquell* que teuer eſta ouéénça» (1322 P 129) (3).

Em face destas grafias, tanto no que se refere às formas de artigo definido como do pronome demonstrativo, pode ter-se como seguro que, desde o século XIII, era possível, na Galiza, opor *a*, forma de artigo, a *a*, forma resultante da fusão da preposição *a* com o artigo definido, assim como *aquele*,

---

(1) Vimos atrás, com base na análise de alguns passos das obras de carácter pedagógico-gramatical de João de Barros e no estudo do seu sistema ortográfico, que, no século XVI, a vogal *a* resultante da contracção de proclíticas em hiato era "grande", ou seja, aberta. (Cf. p. 328). No galego actual, *a* resultante da contracção da prep. *a* + art. *a* é também aberta (cf. MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Fonética y fonología del gallego de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 124 e 134), embora não saibamos exactamente qual era o timbre no "galego" antigo.

(2) Para outros exemplos veja-se, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe. 1. O artigo definido.

(3) Além dos exemplos acima apresentados, outros idênticos serão referidos adiante, Parte III. Morfo-sintaxe. 5. Pronomes demonstrativos.

pronome demonstrativo, *aquele*, resultado da contracção dessa forma com a preposição, fosse qual fosse a realização da pretónica nas formas simples (1). À diferença de timbre que, certamente, existia, andaria associada também uma diferença de quantidade: as vogais resultantes de contracção seriam longas (2).

É, contudo, interessante poder observar através dos textos que as formas resultantes da crase da preposição com o artigo ou com a vogal inicial do pronome demonstrativo não estavam completamente generalizadas e estabilizadas, pelo menos entre os séculos XIII e XIV (3). De facto, durante esse período, aparecem as formas *áá* (1269 C 4; 1281 C 5; 1300 C 8; 1367 C 14; 1257 L 20; 1258 L 21; 1278 L 25; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1306 L 31; 1308 L 33; 1316 L 36; 1267 O 52; 1285 O 56; 1287 O 57; 1302 O 61; 1315 O 66;

---

(1) No galego actual, *a* resultante da contracção da preposição *a* + art. defin. *a* distingue-se da preposição *a* ou da forma de feminino do artigo definido por ser mais longo e mais aberto. Nestes casos há oposição fonológica entre os dois tipos de *a*: «En la secuencia fonética, como resultado de una contracción, puede aparecer una nueva vocal, una *a* que se opone a la *a* normal por ser más larga y/o por diferente abertura». Veja-se o artigo *Galego* publicado na *Gran Enciclopedia Gallega*, tomo 14, fasc. 223, p. 231. Para a situação do galego de O Grove em relação a esta particularidade, veja-se MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Fonética y fonología del gallego de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 129 e 134.

(2) Este tipo de vogais, com a proveniência indicada, manteve-se em galego, até à actualidade, pelo menos nos casos «en que la cantidad tiene valor fonológico como, por ejemplo, en *á* (ą) 'a la' frente a *a* (ą) 'a' o 'la' y en *ó* (ǫ́) 'al' frente a *o* (ǫ) 'el', *ca* (ą) 'que la' frente a *ca* (ą) 'que', etc.». Para além dos casos indicados, há falantes que ainda hoje mantêm claramente as vogais longas resultantes da crase de duas vogais. Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), vol. I, 1971, p. 112. Recorde-se também o que foi dito na nota anterior.

(3) Há, noutros textos, exemplos comprovativos de que, por um lado, já estava a verificar-se entre os sécs. XIII e XIV a crase e, por outro, se conservavam as antigas formas com hiato. Por exemplo, no *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués* (Edición y estudio por José Luis Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962), texto de meados ou de finais do século XIV (cf. p. 12), ocorrem habitualmente formas hiáticas, *aa, aas*, embora também esteja representada uma forma com crase: *a Donzela* (por *aa Donzela*) (cf. p. 36). No interessante estudo sobre *A linguagem das Cantigas de Santa Maria*, Rudolf Rübecamp, ao tratar do problema do hiato nas vogais pretónicas, chama a atenção para o aparecimento habitual de *aa* dissilábico nas *Cantigas de Santa Maria*, nas composições do Cancioneiro da Ajuda e nalguns documentos dos séculos XIII e XIV editados por A. Martínez Salazar, embora apareça, raramente, com valor monossilábico. Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 59-66; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 1, s.u. *à*.

1367 O 74; 1372 O 75; 1396 O 76; 1280 P 97; 1281 P 99; 1290 P 106; 1299 P 114; 1302 P 120; 1302 P 122; 1325 P 130), *áás* (1262 C 1; 1348 O 72; 1325 P 130), *ááf* (1262 C 1; 1258 L 21), *ááquel* (1300 C 8; 1257 L 20; 1281 L 26), *ááquefto* (1286 L 28), em que os dois acentos muito finos que incidem sobre as vogais são certamente signos gráficos indicadores de hiato (1). Além disso, desde o século XIII ao século XV, aparecem outras formas também com hiato, embora não assinalado por qualquer sinal diacritico ou por qualquer outro processo: *aa* (1262 C 1; 1262 C 2; 1282 C 7; 1333 C 10; 1334 C 11; 1367 C 14; 1434 C 17; 1298 L 29; 1302 L 30; 1310 L 34; 1335 L 37; 1404 L 38; 1405 L 39; 1407 L 40; 1410 L 41; 1414 L 42; 1281 O 55; 1302 O 61; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1348 O 71; 1360 O 73; 1473 O 81; 1473 O 83; 1473 O 84; 1473 O 86; 1269 P 92; 1287 P 103; 1295 P 107; 1305 P 123; 1316 P 124; 1317 P 125; 1325 P 130; 1407 P 133), *aas* (1310 L 34; 1310 L 35; 1410 L 41; 1414 L 42; 1475 L 48; 1475 L 49; 1473 O 84), *aaf* (1302 O 61), *aaquel* (1335 L 37; 1407 P 133), *aaqueles* (1414 L 42).

Como se depreende da análise dos exemplos apresentados, ainda no século XV subsistiam nas diferentes regiões, correspondentes às actuais províncias galegas, algumas formas com hiato: ainda que, num ou noutro caso, possa admitir-se que se trata de um hiato puramente gráfico, sem correspondência na língua falada (2), o qual resultava da conservação de um hábito gráfico dos séculos anteriores, não pode estender-se essa explicação a todas as formas, uma vez que estas ocorrem em documentos de diferentes regiões e proveniências e, o que é mais expressivo ainda, grafados por diferentes copistas. Será, aliás, a convivência na língua falada entre formas com hiato e formas com crase que explica o aparecimento de formas com falso hiato, não etimológico: «outra peça de vjña que jaz *aa* sóó camjno per donde va ao caluo» (1475 L 48).

Finalmente, um tipo idêntico de formas, resultantes da contracção do artigo definido feminino com a vogal (ou ditongo) inicial do substantivo, é-nos fornecido pela grafia de alguns documentos galegos: no original desses documentos a vogal que representa o artigo feminino não aparece registada,

---

(1) Veja-se o que foi dito na p. 27. Cf. também *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 20.

(2) Através da métrica, é possível verificar que já nas Cantigas de Santa Maria de Afonso X a grafia *aa*, resultante da ligação da preposição *a* com o artigo definido feminino, é, uma ou outra vez, monossilábica: «*muito praz aa virgen sancta*». Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 89; IDEM, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 84. Outros exemplos em RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 60.

por estar contida na vogal inicial do substantivo, sem dúvida, aberta: «mandole *a*dega que ffoy de meu padre ȝ o celeyro que ffoy de Méén Ffernandez» (1290 O 58); «quando for *a*yra e ao lagar» (1302 O 60). Trata-se de um fenómeno de fonética sintáctica, ainda hoje vivo na língua falada de Portugal e que deixou vestígios em textos antigos (1).

Os documentos redigidos em Portugal fornecem-nos, no que se refere ao tipo de formas que vimos considerando, ou seja, às proclíticas em hiato com a vogal inicial da palavra seguinte — artigo definido ou pronome demonstrativo — uma situação diferente da que nos é apresentada pelos documentos galegos. Faltam por completo — o que não deixa de ser surpreendente — as formas com crase. Estão documentadas, no século XIII e primeira metade do século XIV, as formas *áá, áás,* em que as duas vírgulas sobre as vogais indicam inequivocamente que se trata de um hiato (2): «que fosse *áá* quĩtáá de Maȩéeyra» (1282 DL 137); «emtregey a dita leyra ao dito Pedro Heanez e *áá* dita ſſa molher» (1282 DL 137); «damos e houtorgamos *áá* dauãdita Steuaya Periz (...)» (1284 DL 138); «(...) que feȩeſſe ende hũu praȩo *áá* dauãdita noſſa fila Steuaỹa Periz» (1284 DL 138); «oſ quááeſ logareſ acaeȩerũ *áá* dauãdita abbadeſſa» (1287 DL 140); «(...) e cõprido poder para fazer deles que quer que a uos aprouguer para todo ſempre e *áá* eygreya de Bráágáá» (1303 M 153); «da dita Eygreia de San Juyááo que he aneyxa *áá* dita capela do dito Senhor arcebiſpo» (1334 M 158); «*áás* terças do anno» (1334 M 158); «e peço por mercéé *áás* donnas deſe dito moeſteiro» (1309 DL 142).

Ao lado destas formas e abrangendo todo o período estudado — desde o século XIII a finais do século XV —, ocorrem as formas *aa* (1284 DL 138; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1303 M 153; 1334 M 158; 1334 M 159; 1348 M 162; 1401 M 163; 1401 M 164; 1404 M 165; 1407 M 166; 1411 M 167), *aas* (1313 DL 143; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1334 M 159; 1345 M 161). Não repugna aceitar que algumas destas grafias, sobretudo as do período mais tardio, possam encobrir algumas formas da língua falada com crase (3). Admitimos, mesmo, que, durante um período mais ou menos extenso, tenham convivido as antigas

---

(1) SERAFIM DA SILVA NETO, *Textos medievais portugueses e seus problemas.* Rio de Janeiro (Casa de Rui Barbosa), 1956, p. 29.

(2) Veja-se o que foi dito nas p. 27 e 335.

(3) Em relação ao século XVI, vimos atrás (cf. p. 327 e 328), com base no testemunho de João de Barros, que, pelo menos na linguagem da corte, se distinguia claramente a forma simples do artigo, *a*, daquela que resulta da fusão da preposição *a* com a mesma forma do artigo. Talvez algumas regiões, sobretudo aquelas a que correspondem variedades idiomáticas de feição mais conservadora, tivessem mantido, durante mais tempo, as antigas formas com hiato, correspondentes ao último tipo de formas apontadas. Veja-se também o que ficou dito, em relação à Galiza, nas p. 332-333.

formas hiáticas e as formas com crase das duas vogais. Tal facto explica, aliás, o aparecimento de formas com falso hiato, puramente gráfico: «e obrigo mj̃ z todos meus bẽes mouis z de rraiz auudos z por auer a defender z *aa* enparar a uos» (1331 M 157); «emplazou (...) *aa* hũa peſſoa depos eles que ſeia da ſu cõdiçõ deles» (1334 M 158) (1). Relativamente ao pronome demonstrativo precedido da preposição *a*, os documentos redigidos em Portugal assinalam apenas a forma *a aqueles* (1315 DL 145).

Finalmente, resta fazer referência a algumas formas que revelam em sílaba átona, em geral a pretónica, ora o grafema *a* ora outros grafemas que se referem, em geral, a outros fonemas vocálicos. Esse uso alternado de um ou outro grafema corresponde a alterações fonéticas da língua falada da época explicáveis através do condicionamento exercido pelo contexto. Trata-se, portanto, de formas que sofreram fenómenos de tipo assimilatório ou dissimilatório. Entre essas formas se incluem as seguintes:

α) *chentadijos* (1484 DL 150), *todellas* (1454 DL 148) (2), *Netal* (1424 O 77; 1426 O 78), *ſelario* 'salário' (1414 L 42), *treslado* (1473 O 80. No mesmo documento ocorre também *traslado*).

β) *Barbora* 'Bárbara' (1516 C 18), *atoude* 'ataúde' (1414 L 42), *ſſoude* 'saúde' (1317 P 125). No primeiro caso, a alteração do timbre da postónica pode resultar do contacto com a consoante labial (3) ou de uma dissimilação vocálica. Não pode também excluir-se a hipótese de que tenham actuado simultaneamente os dois tipos de condicionamento. Nas duas últimas formas, ocorreu certamente a assimilação ao timbre da vogal tónica.

γ) Resultado de um processo idêntico são as formas *Bertolameu* (1506 P 136, 2v.: «frey *Bertolameu* de Cardalda», «*Bertolameu* Barreyro». No mesmo documento surge também «*Bartolomeu* Barreyro»), «San *Bertholameu*» (1299 P 114), «Sam *Bertholameu*» (1320 P 128), «San *Bertolameu*» (1317 P 126), «*Bertolameu* Perres» (1292 O 59), «San *Bertolameu*» (1414 L 42). Essas formas, registadas em documentos galegos, são paralelas às que se encontram na linguagem popular portuguesa de algumas regiões, nomeadamente na região de Entre-Douro-e-Minho.

---

(1) Sobre a ocorrência de formas idênticas na Galiza, cf. p. 335.

(2) A forma mais corrente nos textos estudados é naturalmente *todalas, todolos*. A propósito das diferentes variantes, veja-se Parte III. Morfo-sintaxe. §7. Pronomes indefinidos.

(3) De facto, ainda no galego actual assim como noutros idiomas hispânicos ocidentais a alteração do timbre das vogais átonas por influência de consoante labial representa uma tendência muito frequente. Veja-se o que escrevi nas p. 370-371, a propósito da alteração de *e* pretónico em *o* ou *u* quando em contacto com consoante labial. Cf. também a bibliografia indicada nas notas 1, 2, 3 e 4 da p. 370.

b) Finalmente, *beyneiru* (1299 P 116), *eynda* (1302 O 61), *Fonteyna* (top.) (1426 O 78), *reyo* (1404 L 38), *rreyzes* (1506 P 136), *feyr* (1414 L 42), *feyrẽ* (1367 C 14), *feydas* (1407 L 40; 1432 P 135; 1506 P 136), *seydas* (1426 O 78), *feymento* (1403 P 132), (1) etc. Estas formas, que resultam da assimilação da vogal pretónica ao timbre da vogal seguinte, em geral tónica, com a qual se encontra em hiato, são características dos documentos redigidos na Galiza (2), onde alternam com formas em que o mesmo fenómeno se não verificou. Assim, continuam a registar-se em textos galegos formas idênticas às que surgem nos documentos redigidos em Portugal: *ainda* (1281 O 55), *aynda* (1274 O 53; 1315 O 66; 1339 O 70; 1289 P 105; 1299 P 114, etc.), *rayz* (1290 O 58), *rrayx* (1281 O 55), *rrayz*

---

(1) O hiato $e + i < a + i$ vem a coincidir com $e + i$ formado por síncope de uma consoante intervocálica: cf. *Reyna* (1499 O 89). A forma *Ryña* 'rainha' registada no documento 1281 O 55 pressupõe a assimilação total da vogal pretónica à vogal tónica e o posterior fenómeno de crase. Formas análogas com idêntico tratamento estão também documentadas em antigo leonês: cf. *rijna* no *Fuero Juzgo* e *rina* em vários documentos publicados por ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala, Leipzig, 1907. Na p. 220, ao fazer referência ao fenómeno, o Autor indica a localização da forma *rina* nalguns documentos que publica.

(2) Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 38-39 e 75. Segundo o A., trata-se de um traço que distinguia a linguagem dos documentos galegos relativamente à linguagem das *Cantigas de Santa Maria*. Dessa tendência há também reflexos em textos literários da Galiza. Nos *Miragres de Santiago* estão documentadas as formas *seyr* e *seyra:* cf. *Miragres de Santiago*. Edición y estudio por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filologia Española*. Madrid, 1958, p. 355. Na *General Estoria*, a par de formas com *a* na sílaba pretónica, registam-se alguns exemplos de formas com assimilação: *seyrem* (infin. flex.), *seyrom* (perf.), *seyram* (mais-que-perf.), *seyria* (condic.), *seydo* (part. pas.) (cf. *General Estoria*. Versión gallega del siglo XIV. Ms. O.I.1 del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Oviedo (Publicaciones de *Archivum*), 1963, p. LVI). *Seyr* surge, ao lado de *sayr*, na *Crónica Troyana* (cf. KELVIN M. PARKER, *Vocabulario de la Crónica Troyana. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid)*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958, p. 2, 62, 100 e 257). É também um dos traços considerados «tipicamente galegos» por Ramón Lorenzo, ao proceder à análise linguística da crónica contida nos manuscritos 8817 (ant. X-61) da Biblioteca Nacional de Madrid e 2497 da Biblioteca Universitária de Salamanca (anteriormente II-910 da Biblioteca do Palácio Real de Madrid, ant. 2-H-3). Com base nesta e noutras características do texto, conclui o Autor pelo carácter "galego" da Crónica. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Vol. I (Introducción, texto anotado y índice onomástico). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXVI-XXXVI). Embora as formas com assimilação se encontrem quase exclusivamente em textos redigidos na Galiza, também em *A Demanda do Santo Graal* ocorrem algumas formas com essa particularidade. Cf. AUGUSTO MAGNE, *A Demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 351, s.u. *sair*.

(1299 P 114), etc. Observe-se, porém, que em dois documentos portugueses localizados na freguesia de Santa Eulália de Cerdal, no concelho de Valença, junto à fronteira com a Galiza, se regista a forma *feydas* (1401 M 163; 1401 M 164) com a referida alteração da vogal pretónica. Exceptuando essa zona fronteiriça do Alto Minho, que tão profundas afinidades revela com a linguagem dos documentos da Galiza, parece estarmos em presença de um fenómeno que, já no período medieval, distinguia, de modo bastante claro, os textos redigidos em Portugal ou na Galiza (1). Aliás, essa assimilação da vogal pretónica ao timbre da vogal tónica continua a manifestar-se no galego moderno.

b) Estudo de E

1. Em posição tónica

À semelhança do que acontece na actual grafia do português e do galego, o grafema *e* dos antigos documentos galego-portugueses podia representar, em sílaba tónica, tanto [ę] como [ẹ]. O problema está em saber se a distribuição de [ę] e [ẹ] é a mesma que actualmente. Para já — e é este um aspecto que importa ter em conta — não há, no que se refere ao período actual, uma total correspondência entre os referidos sons dos falares regionais de Entre-Douro-e-Minho e do idioma padrão e muito menos ainda — por razões a que adiante teremos oportunidade de fazer referência (2) — entre o galego actual e o português.

De uma maneira muito geral, creio que essa discordância se verifica sobretudo em relação a alguns grupos de formas que tiveram tratamentos especiais, na maior parte dos casos em virtude dos fenómenos de metafonia e inflexão vocálica (3) que afectaram de diferentes modos e em diferentes graus (não tendo mesmo, nalguns casos, chegado a realizar-se) o galego,

---

(1) RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 39 e 75; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 62.

(2) Veja-se, adiante, p. 339-340.

(3) Designo por *metafonia* a alteração do timbre da vogal tónica por influência da vogal final (ex. *pǫrco* > *pọrco*). Ainda que, normalmente, essa alteração se traduza no fechamento da vogal tónica (passagem de um grau a outro inferior) por influência de *-u* ou *-i*, também se podem incluir neste fenómeno os casos — relativamente pouco numerosos — em que ocorreu a abertura do timbre da tónica produzida por *-a* (cf. *esta, essa, aquela, ela;* e a terminação *-ósa* de alguns adjectivos). A *inflexão vocálica* abrange os casos em que ocorreu um cerramento da vogal tónica por influência de uma semivogal, de uma consoante palatal heterossilábica, de uma consoante nasal homossilábica ou, ainda, mais raramente, da vogal *i* da sílaba postónica dos proparoxítonos (cf. *dívida, dúvida, dízimo,* etc.).

os falares da região de Entre-Douro-e-Minho e o português padrão historicamente constituído com base na língua culta sobretudo do Centro do País. São, pois, esses casos que serão a seguir analisados (1).

O primeiro grupo de formas que vamos considerar é o das palavras terminadas em -[u] (na grafia habitualmente *-o* (2)) e que na sílaba tónica têm o grafema *e*, que historicamente representa Ĕ ou Æ do latim. São formas do tipo *Caſtelo* (top.), *Caſtello* (top.) (1255 L 19), *Fonteelo* (top.) (1274 L 24), *Couello* (top. (1286 L 28), *Pedro* (Payz) (1262 C 2), *Pedro* (Heanez Pymẽtel) (1282 DL 137), «*Pedro* Ares» (1285 DL 139), «*Portelo* da Fonte» (1334 M 159), *Fornello* (top.) (1454 DL 148; 1484 DL 150), etc. O problema que se põe é o de saber se nestas formas e noutras congéneres o grafema *e* representava [ę] ou [ę].

Em relação ao português, o idioma padrão apresenta actualmente, de uma maneira geral, [ę] na sílaba tónica em virtude da acção metafónica exercida por *-u*. Aliás, era este o estado da língua culta do Centro do País no século XVI, como pode deduzir-se da análise das grafias de João de Barros (3). Mas em relação à região de Entre-Douro-e-Minho e à Galiza, pode supor-se como altamente provável, com base nalguns dados adiante analisados, que, no período abrangido pelo presente estudo, as palavras do tipo indicado tinham, na maior parte dos casos e em grande parte da área, *e* aberto na sílaba tónica. De facto, a maior parte das variedades modernas do galego apresenta ainda hoje formas com *e* aberto, não atin-

---

(1) Naturalmente que neste capítulo serão tratados apenas os aspectos que possam contribuir para a determinação do valor do grafema *e*. Outras manifestações dos referidos fenómenos de metafonia e inflexão vocálica serão analisadas e tidas em consideração na Parte II. Fonética histórica. Vocalismo.

(2) Ver, adiante, p. 408-410. No galego actual, exceptuando o galego fronteiriço, onde ocorre habitualmente -[u] (cf. HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens. (Orense. Spanien)*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 211-215), não existe *-u* final, mas *-o*. É possível que não fosse essa a situação da antiga lingua da Galiza. Vejam-se os argumentos adiante aduzidos, p. 412 e segs.

(3) Efectivamente, as grafias de João de Barros revelam, sob este aspecto, uma extraordinária coincidência com a actual língua padrão. Não pode deixar de salientar-se a verdadeira "modernidade" da lingua de João de Barros. Cf. PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. dos *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 166-175. Nos outros gramáticos desse século, encontram-se apenas algumas referências rápidas e não muito sugestivas. Assim, por ex., em Fernão de Oliveira: «(...) temos ɛ grande como *ɛsta* e *e* pequeno como *festo*». (Cf. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, 1933, p. 27-28). Mas nada ficamos a saber sobre a repartição de *e* "grande" (ou aberto) e de *e* "pequeno" (ou fechado) tónicos nas diferentes palavras.

gidas, portanto, pela acção metafónica de *-u* (1); contudo, há regiões onde as formas deste tipo oferecem o timbre [ę] na sílaba tónica, devido à influência metafónica da vogal final (2); noutras zonas, há palavras com *e* aberto ao lado de outras com *e* fechado, onde, portanto, a metafonia não operou de maneira constante e regular (3). Com os elementos de que dispomos, não é possível saber se existe no galego actual uma repartição

---

(1) Vejam-se os trabalhos seguintes: MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, s.u. *coitęlo, cubęrto*, s.m., 'lugar da ęira en el que se guardan los instrumentos de labranza, hierba, verdura, etc.', *entęrro*, s.m., *ęrmo, jobęrno*, s.m. 'control, dominio (...) //2, remo que guia la embarcación, cuando no se utiliza el timón'; MARÍA DEL CARMEN GIL SOARES, *El habla de Villardevós*. Tese de licenciatura (inédita) apresentada na Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 1969. Nessa povoação da província de Orense, situada a cerca de 25 kms da fronteira com Portugal, surgem habitualmente formas com *e* aberto: cf., por exemplo, *nobęlo* (p. 53), *bitęlo* (p. 107), *cadęlo* 'cão pequeno' (p. 114); ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977. São muitas as palavras com *e* aberto na sílaba tónica registadas nesta comarca da província de Lugo. Cf., entre outras, *cambęlo* (p. 53), *capęlo* (p. 56), *coiręlo* (p. 64), *mamęlo* (p. 154), *mantęlo* (p. 155), *mędo* (p. 159), *meijęlo* (p. 159), *muricęgo* (p. 164-165), *tarabęlo*, s.m. e adj. (p. 206), *trapęlo*, adj. (p. 211), *travęso*, adj. e loc. adv. (p. 212); W. EBELING, *Landwirtschaftliche Geräte im Osten der Provinz Lugo*. In: *Volkstum und Kultur der Romanen* (Hamburg), vol. V, fasc. 1-3, 1932. Na descrição das alfaias agrícolas da parte oriental da província de Lugo ocorrem algumas formas do tipo das anteriormente indicadas: cf. [kastę́lǫs] e [kamę́lǫs] (p. 96 e 97) como designação de uma parte do jugo; [ɾabę́lǫ] 'timão do arado' (p. 110), [meiʃę́lǫ] 'peça de madeira que estabelece a ligação entre as duas aivecas do arado' (p. 111); [kastę́lǫ], [kastę́lǫs], designações para o cabo da foice (p. 119); [kanę́lǫ đǫ maŋgár] 'parte da gadanha em forma de argola que, por meio de uma cunha, se liga ao cabo' (p. 125).

(2) Veja-se MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O "Atlas lingüístico galego", un paso adiante nos estudios de lingüística galega*. In: *Grial*, vol. XXI, n.º 81, 1983, p. 271. Cf. também o artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 230.

(3) Encontram-se exemplos dessa convivência entre os dois tipos de formas, por exemplo, nos dois trabalhos a seguir indicados, ambos respeitantes à província de La Coruña: CONSTANTINO GARCÍA, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974. Cf. as formas com *e* fechado *cadelo* 'perro pequeño' (p. 38), *canselo*, 'cancilla pequeña' (p. 43), *capelo* 'especie de chal que usan las mujeres'; *capelo do ollo* 'ceja' (p. 43), ao lado de outras com *e* aberto: *furęlo* 'ratoncillo' (p. 96), *lombęlo*, 'var. de *lombo*, aplicado especialmente al cerdo' (p. 112); *tempęro* 'temple; equilibrio' (p. 177), *trabęso* com vários sentidos (p. 181). De acordo com os critérios de transcrição usados neste trabalho, *e* sem qualquer diacrítico representa *e* fechado. J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976. Cf. [tę́ʂto] 'tapa de una olla' (p. 41), [mę́đo] 'miedo' (p. 41), [nobę́lo] 'ovillo' (p. 42), [kotobęlo] 'nudillo' (p. 42), ao lado de [kađęlo] 'perro' (p. 42), [koitę́lo] 'cuchillo' (p. 42). No vale de Verín, próximo da fronteira portuguesa de Trás-os-Montes, parece encontrar-se simplesmente formas com meta-

geográfica mais ou menos clara das formas com ou sem metafonia (1). Esperemos que o *Atlas Lingüístico Galego* possa dar resposta a esta questão (2).

Em relação à região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, as actuais variedades dialectais revelam ainda numerosas formas com *e* aberto em vários concelhos do distrito de Viana do Castelo (3), as quais, evidentemente, não podem deixar de ser consideradas como resultado da conservação de antigas formas nas quais não actuou a metafonia. Naturalmente que, ao lado de formas deste tipo, surgem hoje também outras idênticas às do português culto, com *e* fechado. Poderia pensar-se que elas resultam da propagação da língua padrão, em época posterior à abrangida pelo presente trabalho, mas o facto de em galego ocorrerem os dois tipos de exemplos — embora as formas com *e* aberto sejam muito mais frequentes — não permite excluir a hipótese de que já no período galego-português, dentro dessa área, pudessem estar representados os dois tratamentos.

Voltando ao problema da determinação do valor do grafema *e* nos textos estudados, em palavras do tipo considerado, creio poder afirmar-se

---

fonia idênticas às de português culto. A esse propósito, cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 67.

(1) De umas palavras de Ramón Lorenzo parece deduzir-se que no galego actual existe uma repartição geográfica das formas com ou sem metafonia: «En el gallego el estado actual de las vocales es bastante arbitrario. Hay zonas en las que actúa, más o menos, la metafonía. Aun así nos encontramos con divergencias justificadoras del abandono sufrido por la lengua.

En el habla de Amaía (Santiago de Compostela) son normales las alternancias o/o̧, e/e̩, en palabras como carabelo / carabela, tarabelo / tarabela, portelo / portela, etc. Es normal la pronunciación con vocal cerrada de *medo, tempo, vento, pimento, abó* (frente *aboa* com vocal abierta), etc. Pero la inflexión vocálica, o por influjo de nasal, no se da en otras zonas. Por ejemplo, en el Valle de Suarna (Lugo) se pronuncian con vocal abierta *tempo, vento, pimento, abó*, etc., con conservación del timbre etimológico». Cf. RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 159-160.

(2) O *Atlas Lingüístico Galego* incluirá algumas cartas relativas a problemas de carácter fonético, nomeadamente sobre o «Tratamento de E, O breves tónicos latinos» e sobre «Oposicións *o, e* abertos e pechados». Cf. CONSTANTINO GARCÍA, ANTÓN SANTAMARINA, ROSARIO ÁLVAREZ BLANCO, FRANCISCO FERNÁNDEZ REI, MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O Atlas Lingüístico Galego*. In: *Verba. Anuario Galego de Filología*, vol. 4, 1977, Universidad de Santiago de Compostela, p. 5-17, mas especialmente p. 12. Veja-se também MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O "Atlas Lingüístico Galego", un paso adiante nos estudios de lingüística galega*. In: *Grial*, vol. XXI, n.º 81, 1983, p. 267-286 e especialmente p. 271.

(3) Cf. por exemplo, a forma *cobęrto* com o sentido de 'alpendre', 'telheiro' registada pelo I.L.B. em várias povoações do referido distrito.

que o referido grafema representaria, na maior parte dos casos e em grande parte da área, *e* aberto.

Consideremos agora um outro tipo de formas: aquelas que tinham ę originário na sílaba tónica (historicamente proveniente de Ē e Ĭ) e que terminam em *-a*. São formas do tipo *adega* (1290 O 58; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1473 O 85), *meda* (1414 L 42) (1), *moeda* (1407 M 166; 1411 M 167; 1416 M 168; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1282 C 7; 1300 C 8; 1329 C 9; 1334 C 11; 1351 C 13; 1278 L 25; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1310 L 34; 1281 O 55; 1302 O 60; 1314 O 65; 1348 O 72; 1280 P 98; 1282 P 100; 1301 P 119), *móéda* (1282 C 7; 1283 L 27), *moheda* (1287 DL 140; 1289 DL 141), etc. O problema está em saber qual era, nestas formas e noutras congéneres, o valor do grafema *e* nos textos estudados. Como é sabido, o português culto actual tem ę na sílaba tónica de algumas dessas formas, em virtude da metafonia produzida por *-a* que levou à abertura da vogal tónica. Noutros casos, os falantes hesitam entre as antigas formas com vogal fechada e outras atingidas pelo referido fenómeno metafónico. Estão neste caso *meda* 'montão cónico de feixes de palha', *labareda*. Importante será, pois, determinar a cronologia deste fenómeno metafónico. Trata-se de um fenómeno relativamente recente na língua, consumado apenas em época posterior ao século XVI (2). De facto, a análise das grafias de João de Barros no que se refere a formas deste tipo revela invariavelmente vogal fechada, não aparecendo ainda nenhuma grafia indicadora de vogal aberta (3). Sendo assim, parece não haver dúvida de que o grafema *e* de formas deste tipo documentadas nos textos portugueses de Entre-Douro-e-Minho analisados neste trabalho representa [ę].

---

(1) A palavra aparece no seguinte contexto: «Item mando (...) duas cargas de çenteo do pan de Meylaen d'antano da *meda* que ora mallarõ por ſeu traballo» (cf. 1414 L 42, l. 30). O sublinhado é da minha responsabilidade.

(2) Interessante é observar que este tipo de metafonia — aliás como a motivada por *-u* — não se realizou em zonas especialmente conservadoras como é o distrito de Bragança. Cf., por exemplo, HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES, *O Parâmio. Contribuição para o estudo da linguagem e etnografia da região bragançana*. Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1961, p. 12: «Grande número de casos que oferecem [ę] no português normal ocorrem aqui também com [ę]: ęste ęse, ekęle, muędę, ędęge, ęle, etc.». Também noutras zonas conservadoras se mantêm as antigas formas com [ę]: cf., p. ex., *adéga* em vários pontos do falar beirão. Veja-se JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 79.

(3) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 175. Cf. também JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 45.

Teria o grafema *e* o mesmo valor nos documentos galegos? Na falta de outros dados que nos permitam estabelecer a cronologia do fenómeno metafónico que consistiu na abertura da vogal tónica ę por influência de *-a*, seria interessante ter uma visão de conjunto sobre o estado actual do galego em relação às formas desta natureza. Infelizmente, até que apareça o *Atlas Lingüístico Galego*, essa visão global não é possível e resta-nos o recurso aos dados dispersos e fragmentários oferecidos pelas monografias dialectais relativas a diferentes regiões galegas. De facto, há alguns vestígios de uma acção metafónica de *-a* sobre [ę́], a qual se traduziu na abertura da vogal em [ę] (1). Com base nessas informações, não é possível conhecer a extensão e amplitude do fenómeno na Galiza.

Embora sejam materialmente idênticas as metafonias provocadas por *-a* em Portugal e na Galiza, é muito provável que sejam cronologicamente independentes uma da outra; não pode pensar-se que era um traço comum à Galiza e à região de Entre-Douro-e-Minho no período galego-português, uma vez que, como vimos, em Portugal ele se situa em data posterior ao séc. XVI (2).

Embora, em relação à Galiza, não tenhamos dados que permitam situar cronologicamente o facto, sou levada a crer que ele é também relativamente recente e posterior à ruptura da comunidade galego-portuguesa. Se assim

---

(1) Vejam-se os seguintes trabalhos: MARÍA DEL CARMEN GIL SUÁREZ, *El habla de Villardevós*. Tese de licenciatura (inédita). Santiago de Compostela, 1969. Em Villardevós, povoação da província de Orense, relativamente próxima de Verín e da fronteira com Portugal, foram registadas as formas «męđa (de palha)» (p. 60) e «labaređa» (p. 56). Além disso, noutras zonas do interior da Galiza e onde não pode pensar-se numa possível influência motivada pela vizinhança do português, ocorrem formas idênticas: cf. *bodęjo*, s.f. 'adega; loja de arrumações no rez-do-chão da casa' na comarca compostelana (veja-se CONSTANTINO GARCÍA, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 33). Na mesma província de La Coruña, em Feás, perto do limite com a província de Lugo, há também algumas formas análogas, com [ę] na sílaba tónica, resultante de *e* fechado por acção de *-a*, ao lado de outras não atingidas por este processo metafónico. Cf. J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 45.

Também nos inquéritos que fiz na Galiza registei [əštręlaš] 'estrelas' em Ponte San Lázaro, Santiago de Compostela. Na província de Pontevedra, em O Grove, há também alguma forma que sofreu o mesmo fenómeno metafónico: «fame *nęjra*» 'muita fome' (cf. MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela), 1974, p. 71, s.u. *fame*). Observe-se, a propósito, que em português os adjectivos com ę (< Ĕ, Ĭ) não sofreram metafonia — tanto a produzida por *-a*, como a motivada por *-u*. Veja-se também o artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 230.

(2) Veja-se o que ficou dito na p. 343.

é. também na Galiza, em formas com *e* na sílaba tónica e terminadas em *-a*, o grafema *e* representava [ę].

Particularmente interessante é o estudo do valor do grafema *e* nas formas do feminino do pronome pessoal e do pronome demonstrativo, largamente representadas nos documentos portugueses e galegos (1): *ela* (1434 C 17; 1258 L 21; 1315 D L 145), *ella* (1344 C 12; 1399 C 16; etc.), *ellas* (1399 C 16), *ellaſ* (1262 C 2), *elas* (1434 C 17; 1450 L 44), *aqueſta* (1302 O 60; 1313 O 64; 1267 P 91; 1317 P 126), *eſta* (1269 C 4; 1516 C 18; 1257 L 20; 1410 L 41; 1414 L 42; etc.), *eſſa* (1255 L 19; 1286 L 28; 1450 L 44; 1271 P 94; 1282 DL 137; 1289 DL 141), *eſa* (1404 L 38; 1313 O 64; 1267 P 91; 1419 P 134), *eſas* (1309 DL 142), *aquela* (1516 C 18; 1308 L 33; 1502 L 51; 1288 P 104; 1506 P 136), *aquella* (1302 L 30; 1271 P 94), etc. Estas formas incluem-se perfeitamente dentro do grupo anteriormente tratado: originariamente havia [ę] na sílaba tónica — representando historicamente ę do lat. vulgar — e *-a* no final da palavra. Na época em que se situam os documentos abrangidos pelo presente estudo, o grafema *e* da sílaba tónica representaria seguramente [ę]. Em relação à zona portuguesa, baseio-me, por um lado, na pronúncia que têm ainda as referidas formas pronominais nas actuais variedades regionais de Entre-Douro-e-Minho (2) e doutras zonas particularmente conservadoras (3) e, por outro, no estudo das rimas nos cancioneiros medievais e

---

(1) Para cada forma indicam-se apenas algumas localizações. Para uma localização mais completa, cf. Capitulo II. Parte III. Morfo-sintaxe, § 3. Pronomes pessoais e § 5. Pronomes demonstrativos.

(2) De facto, os falantes da camada popular e média da referida região, pouco afectados pela penetração da língua padrão, mantêm ainda a antiga pronúncia da forma do feminino dos pronomes pessoais e demonstrativos: *ęla, ęsta, ęssa, aquęla.* As formas *ęsta, ęssa* estão, contudo, mais generalizadas que *ęla* e *aquęla.* Naturalmente que os níveis sociolinguisticos mais elevados têm formas com [ę]. Veja-se também A. R. GONÇALVES VIANA, *Essai de phonètique*, p. 223, n. 1; JOSÉ INÊS LOURO, *Metafonia do e tónico em português.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguistica Românica*, vol. I, Lisboa, 1961 (= *Boletim de Filologia*, tomo XVIII, 1959), p. 112.

(3) Estão nestas circunstâncias os falares da província de Trás-os-Montes e da Beira Alta. Vejam-se, a este propósito, entre outros, os trabalhos seguintes: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 108; HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES, *O Parâmio. Contribuição para o estudo da linguagem e etnografia da região bragançana.* Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1961, p. 12 e n. 16; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia.* Coimbra, 1977, p. 224-225; MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 227 e 228.

no exame das grafias ocorrentes nas obras de João de Barros. A comprovar a pronúncia com [ę] no período e na região a que se referem os documentos estudados está o facto de a forma pronominal *essa* rimar várias vezes com *abadessa* nos cancioneiros trovadorescos (1). O estudo das grafias de João de Barros permite situar cronologicamente a abertura de [ę] das referidas formas pronominais por influência metafónica de *-a*. Assim, nas obras de João de Barros a grande maioria das formas apresenta uma grafia reveladora de uma pronúncia com [ę], aparecendo apenas de modo esporádico grafias que apontam para pronúncias com vogal aberta. Contudo, a partir do fim da *Segunda Década* (1553), aparecem de modo sistemático formas com [ę] (2). É possível que para a sensibilidade linguística do Autor este tipo de formas mais modernas se apresentassem como regionalismos ou vulgarismos por oposição às formas com vogal fechada, na época certamente mais generalizadas e consideradas mais correctas (3). Talvez isso explique a preferência do Autor pelas formas com [ę] nas obras de carácter pedagógico-gramatical de época anterior e na *Primeira Década*. Contudo, na língua do Centro e Sul do País, as formas com [ę] deviam ter já nessa época grande vitalidade.

Em relação à zona galega, não dispomos de um conhecimento global da pronúncia da vogal tónica dos pronomes pessoais e demonstrativos considerados: *ela, esta, essa, aquela*. As gramáticas galegas citam essas formas, mas nada dizem sobre o timbre da vogal tónica (4). As monografias dia-

---

(1) Assim acontece nas composições 1287 e 1507 do C.B.N. ou 944 e 1137 do C. V. Veja-se JOSÉ INÊS LOURO, *ob. cit.*, p. 112, n. 7.

(2) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 182-186. Estas formas com vogal aberta por influência da metafonia produzida por *-a* devem ter-se generalizado desde bastante cedo no português meridional. Parece permitir tal conclusão o facto de não ter encontrado no Sul do País, mesmo em regiões conservadoras, como é o caso do Algarve em geral e, particularmente, do Alto-Algarve e do Algarve ocidental (cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975) o mais pequeno vestígio das antigas formas, ao passo que estas existem ainda com grande vitalidade nos níveis sociolinguísticos correspondentes à camada popular e à camada média da Beira Alta, Trás-os-Montes, Minho e Douro Litoral (cf., atrás, p. 345 e notas 2 e 3. Que essas formas estavam já muito generalizadas na metade meridional do País, entre os sécs. XVI-XVIII, parece comprová-lo o facto de no Português do Brasil que, como é sabido, revela numerosas e inegáveis coincidências com os falares portugueses meridionais e insulares, existirem as formas pronominais com [ę]: *ela, essa, esta aquela*. (Cf. I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro*. Rio, 1958, p. 389).

(3) É também esta uma das hipóteses de explicação sugeridas por PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 186.

(4) Estão nesse caso as gramáticas seguintes: DON JUAN A. SACO Y ARCE, *Gramática gallega*. Orense (Gráficas Tanco), 1967, p. 62-65; M. LUGRÍS FREIRE, *Gramática do idioma*

lectais fornecem alguns elementos, naturalmente fragmentários e dispersos; mesmo assim, colhe-se aí um dado importante: existem na Galiza, em regiões bastante distantes, formas de feminino dos pronomes considerados com [ę] na sílaba tónica (1). Mas o que não fica a conhecer-se é a extensão geográfica e vitalidade de tais formas e, menos ainda, a cronologia da abertura de [ę] em [ę] nestas formas pronominais de feminino terminadas em *-a*. Em relação a este aspecto, sou levada a pensar que a referida alteração é certamente posterior ao período de unidade linguística galego-portuguesa: de facto, nas Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio, *essa* aparece em rima com *abadessa* e *aquesta* com *comesta*, particípio passado do verbo *comer* (2), o que prova que essas formas pronominais tinham inequivocamente vogal fechada. Sendo assim, parece altamente provável que, tal como em relação aos documentos da zona portuguesa, também na zona galega o grafema *e* das formas pronominais consideradas representaria [ę],

---

galego. 2.ª edición correxida e aumentada. A Cruña (Imprenta Moret), 1931, p. 31-32 e 34; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 133-134 e p. 139. O mesmo acontece com a gramática histórica de García de Diego: *Elementos de gramática histórica gallega*, Burgos, 1909, p. 99, 107 e 108.

(1) Vejam-se os trabalhos seguintes: J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 45: «Una -a final parece actuar metafónicamente abriendo la E cerrada del l. v. En otros casos no inflexiona:

ĭLLA > [ę́la] 'ella'
VĒLA > [bę́la] 'vela'
RĒGULA > [r̄ęxla] 'regla' (pero [r̄ęya] 'reja'
Pero APOTHĒCA > [boðę́xa] 'bodega', TĒLA < [tę́a] 'tela', etc.».

Mais adiante, ao tratar das formas tónicas dos pronomes pessoais (cf. p. 100-101), assinala-se, na região, o uso de *ela, elas* que, de acordo com a explicação anteriormente dada, têm vogal tónica aberta. Também nas p. 106-107 se apontam as formas dos pronomes demonstrativos, mas falta qualquer indicação sobre o timbre da vogal tónica. Seria importante que o Autor o tivesse indicado expressamente, embora seja de presumir que as referidas formas tenham vogal aberta, de acordo com o que foi afirmado na p. 45 e que acima transcrevemos.

Formas com vogal aberta foram ainda assinaladas no Norte da provincia de Pontevedra (cf. «*daquęla*, adv. 'en aquel tiempo' (...)» por MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 53) e numa região orensana, relativamente perto da fronteira com Portugal (cf. HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 226).

Formas congéneres foram por mim registadas durante um inquérito linguístico realizado em Vilar de Calo, Osebe, Santiago de Compostela.

(2) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. I, 1959, p. 24 e p. 237.

embora não possa pôr-se de parte a hipótese de que, nalguma região e nos séculos mais tardios abrangidos pelo presente trabalho, o processo de abertura da vogal se tivesse iniciado.

Seguidamente procederemos ao exame de um grande número de formas largamente representadas nos documentos estudados: são aquelas que têm na sílaba tónica a vogal *e* com til sobreposto ou seguida das consoantes nasais *n* ou *m* homossilábicas (1): *conuento* (1262 C 1), *cõteda* (1281 M 152), *Dezenbro* (1345 M 161), *herdamẽto* (1281 M 152), *herdamentos* (1303 M 153), *primeyramẽte* (1473 O 82), *ſempre* (1262 C 2), *ſenpre* (1327 M 155; 1331 M 157), *tẽpo* (1269 C 4), etc. (2). Nestas circunstâncias, o grafema *e* dos documentos portugueses e galegos representaria, sob o ponto de vista fónico, muito provavelmente, ora [ẽ], ou seja, *e* nasal aberto, ora [ę̃]. Com efeito — e referindo-me por agora à região portuguesa correspondente às províncias do Minho e Douro Litoral —, é ainda hoje bastante frequente a pronúncia [ẽ] (3) que, sob o ponto de vista diacrónico, mais não é do que o resultado da conservação do antigo timbre etimológico. É certo que, nesta zona, a vogal *e*, quando entravada por nasal, pode apresentar também uma realização fechada [ę̃] não só no idioma da camada culta, mas, por vezes, em muitas povoações em todos os níveis sociolinguísticos. Não é fácil saber se a pronúncia [ę̃] é o resultado da penetração do idioma padrão, identificado com a língua culta sobretudo do Centro do País, onde, pelo menos já no séc. XVI, estava generalizado esse tipo de realização (4), ou se, pelo contrário, tam-

---

(1) Ver, atrás, p. 306. Sobre a pronúncia de formas como *ben*, *ten* (e respectivas variantes gráficas), veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 1.

(2) Cita-se apenas um escasso número de formas, uma vez que em todas as épocas e regiões estudadas se repetem os tipos de grafia indicados. Por outro lado, para cada uma das formas apontadas, referiu-se apenas uma ou outra localização.

(3) O I. L. B. assinala em toda esta região muitas formas com essa pronúncia. O trabalho de MARIA HELENA SANTOS SILVA, *Caracteristicas fonéticas do falar minhoto* (in: *Boletim de Filologia*, tomo XX (1961), fascículos 3 e 4. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1962, p. 309-321), que se baseia essencialmente nos elementos recolhidos no I.L.B., refere o facto em muitos concelhos da província do Minho e nalguns do Douro Litoral (cf. p. 312).

(4) Assim se deduz inequivocamente da análise das grafias de João de Barros. Cf. PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 182-186. Referiram-se ao fechamento das vogais portuguesas quando seguidas de nasal homossilábica, entre outros, os seguintes autores: JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 149, § 49, 1.º; IDEM, *Crestomatia arcaica*. 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1959, p. XXX, § 18; JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 51 e 55; EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia, 1968, p. 32, § 34. 9.

bém na zona portuguesa do Noroeste teve lugar o fechamento da referida vogal (1).

O conhecimento da actual situação linguística do galego, sob tantos aspectos extraordinariamente conservador, contribui para o esclarecimento da questão considerada em relação ao valor do grafema *e* quando entravado por consoante nasal. Efectivamente, ao lado do timbre aberto, característico da metade oriental da Galiza, encontra-se também, neste caso na metade ocidental, o timbre fechado (2).

---

(1) Tenha-se presente que também nesta zona a vogal *u* entravada por nasal homossilábica é aberta [ą̃] e não fechada [ą̃] como nas restantes zonas do País. Adiante (p. 386 e segs.), far-se-á referência a idêntico tratamento de ǫ no mesmo contexto.

(2) Uma exacta visão de conjunto será certamente apresentada pelo *Atlas Lingüístico Galego* que incluirá algumas cartas consagradas à Fonética. Cf. CONSTANTINO GARCÍA, ANTÓN SANTAMARINA, ROSARIO ÁLVAREZ BLANCO, FRANCISCO FERNÁNDEZ REI, MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O Atlas Lingüístico Galego*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 5-17. Recentemente, um dos autores do artigo citado, Manuel González González, ao referir-se à importância do referido Atlas — a aparecer brevemente — para os estudos de linguística galega, fala de áreas dialectais onde a referida vogal, por influência da consoante nasal que entrava a sílaba, oferece timbre fechado. Cf. MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O "Atlas Lingüístico Galego", un paso adiante nos estudios de lingüística galega*. In: *Grial*, vol. XXI, n.º 81, 1983, p. 271. No entanto, até ao momento, a mais importante contribuição para a delimitação da área geográfica de este e outros fenómenos fonéticos característicos do galego deve-se aos autores do artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fascículos 222-224. Os mapas que ilustram o artigo foram elaborados com base nos materiais inéditos do *Atlas Lingüístico Galego*. No mapa n.º 4 traçam-se as fronteiras de vários fenómenos de carácter fonético, desenhando-se com bastante clareza as áreas correspondentes a *dęnte* e a *dẹnte*, a primeira na metade ocidental da Galiza e, além disso, em pequenas áreas fronteiriças da província de Orense, e a segunda na Galiza oriental. Além desta visão de conjunto, alguns dados concretos e bem localizados foi possível obter da leitura de algumas monografias dialectais. Assim, aparecem assinaladas formas com [ę́] na província de Lugo (cf. ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977, s.u. *esquęnta, gearęnto, mujęnto*, entre muitas outras), na província de Orense (cf. MARÍA DEL CARMEN GIL SUÁREZ, *El habla de Villardevós*. Tesis de licenciatura (inédita). Santiago de Compostela, p. 45: *famęnto* 'esfomeado'; HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 195. Aí se registam formas como *dęnte, dęntes*, ao lado de outras com vogal tónica menos aberta). Noutra região, do NW da província de Orense, a comarca conhecida por El Ribero, aparece também [ę̃] por ex. em [tę̃mpu] (cf. JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguage y cultura del vino en el Ribero*. Tesis doctoral presentada a la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Madrid, 1962, p. 80), na prov. de Pontevedra (cf. MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, s.u. *arę̃nque, ortęnsia, sęmpre, tęmpo*

Embora nada saibamos sobre a cronologia da alteração do timbre aberto de *e* nasal por influência de consoante nasal homossilábica na área galego-portuguesa, os dados aduzidos relativamente ao português e ao galego parecem permitir supor como muito provável que o fenómeno se manifestasse já no período que nos ocupa.

Merecem ainda ser referidas algumas formas registadas em documentos do século XIII ou princípios do século XIV e que, na sílaba tónica, em vez do grafema *e* apresentam os grafemas *i*, *y* e *j*. Os exemplos são pouco frequentes e aparecem registados sobretudo em documentos da província de Pontevedra: *pertinzaſ* (1262 C 1), *pertíjçaſ* (1289 P 105; 1301 P 119), *pertynçááſ* (1299 P 116), *pertíjças* (1299 P 117), *pertíjnçaſ* (1301 P 118), *auíjnça* (1316 P 124). O problema que se põe em relação a essas formas é o de saber se se trata de formas reais da linguagem da época ou se elas representam apenas uma tentativa de transcrever [ẽ], realização que, como acabámos de ver, existiria muito provavelmente nalgumas áreas. No primeiro caso, a inflexão da vogal tónica por influência de nasal homossilábica teria transformado [ẹ̃] → [ẽ] → [ĩ]. A não existência de formas com esta vogal na sílaba tónica no galego actual (1), assim como o facto de os exemplos referidos se encontrarem apenas em documentos do século XIII ou primeiros anos do século seguinte, leva-me a crer que o que aconteceu foi que os copistas dessa época,

---

e passim); e, finalmente, na prov. de La Coruña (cf. J. L. Couceiro, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba*. *Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 41. Nesta região as formas com vogal fechada por inflexão vocálica produzida pela consoante nasal homossilábica são, contudo, mais frequentes do que as que conservam o antigo timbre etimológico. Veja-se também Constantino García, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba*. *Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974). Não pode deixar de salientar-se quanto estes e outros estudos realizados no âmbito da dialectologia galega, sobretudo na Universidade de Santiago de Compostela, têm contribuído para um melhor conhecimento da língua falada na Galiza e das suas relações com o português. Efectivamente, ainda em 1971, na 3.ª edição da *Gramática portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, se afirma que a antiga nasalidade «no ha influido en gallego sobre el timbre de la vocal tónica, que se mantiene con su valor etimológico en vez de cerrarse como en portugués. Así, por ejemplo, lat. gĕnĕrum > gal. *xenro* (ę̣n) 'yerno', port. *genro* (ẹ̃); lat. tĕmpus > *tempos*, gal. (ę̣m) 'tiempos', port. (ẹ̃m) (...)». (Cf. Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 106).

(1) Embora não tenha conhecimento da existência de realizações deste tipo no galego actual, elas existem, ainda que com carácter esporádico, em português. A esse propósito, cf. Clarinda de Azevedo Maia, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 126-127.

que carecia ainda de uma poderosa tradição gráfica, ao tomarem consciência da polivalência do grafema *e* e ao pretenderem representar a vogal médio-fechada (1), usariam os grafemas *i, j* ou *y* que faziam referência a uma vogal acústica e articulatoriamente muito próximo daquela. As formas apontadas podem, portanto, ser consequência do embaraço sentido pelos copistas em fixá-las por escrito (2).

Importa ainda analisar qual seria o valor do grafema *e* na sílaba tónica quando seguido das consoantes palatais [š], [ž], [ļ] e [ñ] (3). Comecemos por considerar a grafia de formas nestas condições. Quando a consoante que segue a vogal tónica é a lateral palatal ou a nasal palatal, tanto os documentos portugueses como os galegos apresentam invariavelmente o grafema *e*: *bena* (1474 L 47; 1500 O 90), *vena* (1265 C 3; 1335 L 37; 1497 L 50), *uena* (1281 L 26; 1298 L 29; 1310 L 35), *ueña* (1300 C 8; 1310 L 34; 1314 O 65; 1317 P 125), *veña* (1306 L 31; 1316 L 36; 1404 L 38; 1414 L 42; 1475 L 48; 1475 L 49), *uenha* (1309 DL 142), *tenho* (1454 DL 148), *conçelo* (1298 L 29), *confello* (1442 L 43; 1287 O 57; 1299 P 114), *ouella* (1258 L 21), *ouelaf* (1281 O 55), *tella* (1414 L 42; 1317 P 125; 1322 P 129), *telha* (1315 DL 145; 1281 M 152; 1317 M 154; 1348 M 162), *telhas* (1345 M 161).

A este tipo de grafias corresponderia na pronúncia sempre [ẹ] ou na língua falada de então existiriam algumas formas com semivogal desenvolvida antes da consoante palatal? Em relação à Galiza, onde ainda actualmente surge, de modo regular, [ẹ] (4), creio poder afirmar-se, com relativa segurança, que,

---

(1) É bem possível que as zonas a que pertencem os documentos em que ocorrem essas formas fossem focos de [ẹ̃] < [ẽ]. Só o documento 1262 C 1 pertence a La Coruña; todos os restantes foram redigidos na província de Pontevedra, alguns deles junto à fronteira com Portugal. Assim acontece com os docs. 1289 P 105 de Tuy, 1299 P 116 e 1299 P 117 de Castelo de Tebra e 1301 P 118 de Salvaterra.

(2) Sobre fenómeno idêntico ocorrido com a vogal correspondente da série posterior, veja-se o que será dito nas p. 391-396.

(3) Sobre os processos gráficos de representar os referidos sons palatais, veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte I. Fonética e fonologia, 3.. B. Grafemas de referência consonântica.

(4) Cf., entre outros, os trabalhos seguintes: CONSTANTINO GARCÍA, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Santiago de Compostela, 1974, p. 1, 28, 61, 111, 133 e passim; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 40-41; ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977, p. 71, 72, 111, 127, 148, 172 e passim; MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 1, 11, 67 e passim.

no período a que se refere o presente estudo, era essa a pronúncia mais frequente ou até a única existente (1). No que se refere à região de Entre-Douro-e-Minho, talvez se possa duvidar se já nessa época existiriam formas com ditongo, uma vez que as formas desse tipo têm hoje nessa zona grande vitalidade (2). Talvez seja interessante ter presente que, no séc. XVI, no Centro e Sul do País, devia estar bastante (ou completamente) generalizada a pronúncia [ę], a julgar respectivamente pelo testemunho das grafias de João de Barros (3) e pelo testemunho oferecido pelo português do Brasil (4).

Se a consoante seguinte é a fricativa pré-palatal, podem surgir dois tipos de grafias: ou aparece simplesmente o grafema *e* ou este vai acompanhado de *i, y*, cujo valor fónico era provavelmente o de uma semivogal que, com a vogal anterior, formaria um ditongo. Situam-se entre as formas do primeiro tipo, entre outras, as seguintes: *egrega* (1289 DL 141), *eygreia* (1285 DL 139; 1309 DL 142), *eygreya* (1303 M 153), *jgleia* (1401 M 163; 1401 M 164), *igleia* (1401 M 164; 1407 M 166), *iglleja* (1502 L 51; 1506 P 136), *iglleia* (1442 L 43; 1290 P 106), *feya* (1281 L 26; 1287 O 57; 1287 P 102; 1295 P 108). Mas, ao lado destas, surgem outras com uma semivogal desenvolvida entre a vogal e a consoante palatal: «Aluaro *Çereyjo*» (1506 P 136), *Tareiga* (1284 DL 138), *Tareija* (1401 M 163; 1401 M 164), *Tereija* (1442 L 43), *Tereixa* (1426 O 78), *Tereyja* (1414 L 42), *Tereyga* (1281 L 26; 1298 L 29; 1307 L 32; 1308 L 33; 1281 O 55; 1348 O 71; 1360 O 73), *Thareygia* (1262 C 2). Todas estas formas têm em comum o facto de, sob o ponto de vista histórico, representarem formas latinas com o grupo -sį- (5). Nestas formas parece ser

---

(1) Com carácter bastante esporádico, podem registar-se na Galiza algumas formas com uma semivogal ligeiramente perceptível: cf. JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero.* Tesis doctoral (inédita). Madrid, 1962, p. 82-83. Em Vilar de Calo, Osebe, registei também [lęiña].

(2) MANUEL DE PAIVA BOLÉO e MARIA HELENA SANTOS SILVA, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961), p. 96; MARIA HELENA SANTOS SILVA, *Características fonéticas do falar minhoto.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XX (1961), Lisboa, 1962, p. 311-312; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 80.

(3) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 175.

(4) Veja-se SERAFIM DA SILVA NETO, *A língua portuguesa no Brasil.* Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV, Lisboa, 1960, p. 32; ANTÓNIO HOUAISS, *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca.* Rio de Janeiro, 1959, p. 27; I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours.* In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro.* Rio de Janeiro, 1958, p. 391.

(5) Referir-me-ei adiante à evolução deste grupo: cf. Capítulo II. Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 7.

clara a existência de um ditongo na sílaba tónica, pelo menos desde o séc. XIII, mas provavelmente desde época anterior.

A comprovar uma grande antiguidade do desenvolvimento da semivogal antes da pré-palatal está o facto de ainda hoje, em relação a algumas palavras, as formas com semivogal ocuparem uma vasta área do Norte de Portugal — a região de Entre-Douro-e-Minho, a província de Trás-os-Montes e parte da Beira (1) — e toda a zona galega (2). Noutras palavras não ocorreu o desenvolvimento da semivogal: esta hesitação é, como pode deduzir-se das formas documentadas nos textos estudados, bastante antiga.

Resta-nos, por fim, considerar um outro grupo de formas em que ocorre o grafema *e* na sílaba tónica: trata-se de proparoxítonos com *e* na sílaba tónica e tendo na sílaba postónica a vogal *i*. Este tipo de formas ocorre apenas nalguns documentos galegos, uma vez que na zona portuguesa estudada e numa vasta área da Galiza — que corresponde às províncias de Pontevedra, Orense e à metade meridional da província de Lugo — aparecem formas com *i* na sílaba tónica devido à inflexão provocada pela vogal *i* da sílaba postónica (3). Deixando, portanto, de parte essas formas, pelo menos por agora (4), analisemos aquelas a que acima se fez referência e que apresentam na sílaba tónica o grafema *e: deujda* 'dívida' (1295 P 108), *deuedas* (1351 C 13; 1414 L 42), *deueda f* (1281 O 55; 1290 O 58; 1258 L 21), *dezemo* 'dízimo' (1367 C 14).

Relativamente a essas formas, há que separá-las em dois grupos: por um lado, as três primeiras que representam um étimo latino com Ē na sílaba tónica: DĒBĬTA-; por outro lado, a forma *dezemo* que continua historicamente a forma latina DĔCĬMU-. Quanto às primeiras, não há dúvida de que o grafema *e* tem o valor de [ẹ]. O problema põe-se, portanto, apenas em relação à última forma.

---

(1) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 80.

(2) O mapa n.º 43 do ALPI (*Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*) revela a existência de formas com semivogal antes da pré-palatal (neste caso, surda) em toda a Galiza. Cf. também *serẹixa* e *zerẹixa* em O Grove (cf. MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filologia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 141) e formas idênticas numa região do Sul da Galiza, vizinha da fronteira com Portugal (cf. HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 101).

(3) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 1 e § 2. Aí se citam exemplos comprovativos, ao mesmo tempo que se fazem algumas considerações oportunas.

(4) Veja-se, adiante, Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 1 e § 2.

Ora, conforme se salientou acima, nas duas províncias do Sul da Galiza, assim como na metade meridional da província de Lugo, já nesta época aparecem muitas formas que representam o étimo DĔCĬMU- com *i* na sílaba tónica, devido à inflexão vocálica provocada pela vogal *i* da sílaba postónica (1). Creio que o conhecimento dessas formas, ao dar como segura, pelo menos nessa zona, a acção metafónica exercida por *i* postónico, permite supor também a existência de formas que representam a fase intermédia com [ẹ] na sílaba tónica. Aliás, o conhecimento de algumas formas con [ẹ] colhidas quer em fontes dialectais quer em inquéritos directos comprova que, na Galiza, ao lado de formas com [ę] — portanto, sem inflexão, e que são as mais frequentes (2) —, ocorrem também outras com [ẹ], ou seja, com uma inflexão que se deteve numa fase intermédia (3). Conforme se deduz da observação dos exemplos apresentados nas notas (2) e (3), por vezes na mesma região ou até na mesma povoação coexistem os dois tipos de formas. Este estado é certamente um reflexo de determinado período da história do galego-português, neste caso da variedade a norte do Minho, em que tinham existência real os dois tipos de variantes, um de feição arcaizante — as formas com [ę] — e outro de feição inovadora — as formas

(1) Cf. Capítulo II. Parte II, Vocalismo, § 1.

(2) Cf., entre outros, os trabalhos seguintes: CONSTANTINO GARCIA, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, s.u. *pęrda* 'pérdida', p. 144; ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977, s.u. *pęrtago*, designação da parte mais curta do mangual, p. 179; XESÚS PENA SEIJAS, *Vida e fala de Guitiriz (Negradas)*. Tese de licenciatura (inédita). Santiago de Compostela, 1970, p. 83: aí se regista *pęrtago* [pęrtaxǫ], com o mesmo sentido da forma anterior. Nos inquéritos dialectais que fiz na Galiza registei também [pęrđa] 'perda' e [pęrtəx$^{u}_{ǫ}$] em Vilar de Calo, Osebe e [pęrtíxu] em Ponte San Lázaro, Santiago de Compostela.

(3) Registam formas desse tipo, entre outros, os trabalhos seguintes: CONSTANTINO GARCÍA, *ob. cit.*, p. 110 (*lébeda*, f., 'masa de harina fermentada'; *lébedo*, adj. 'leudo'. (De acordo com o critério usado pelo A., as vogais tónicas fechadas não levam qualquer diacrítico); J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 41: [lębeđo] 'leudo'. (O A. inclui esta forma, creio que impropriamente, entre outras que sofreram metafonia provocada por *-u*); W. EBELING, *Landwirtschaftliche Geräte im Osten der Provinz Lugo*. In: *Volkstum und Kultur der Romanen* (Hamburg), vol. V, fasc. 1-3, 1932, p. 116 ([pértegas] 'parte da grade'), p. 137-140 ([pértagǫ], [pértigǫ], [pértegǫ], designação da parte mais curta do mangual); MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 87, s.u. *lébedo*, adj. 'fermentado'; p. 120, s.u. *pértejo*, designação da parte mais curta do mangual. (Tenha-se presente que, de acordo com o critério usado pela A., não se assinalam por qualquer diacrítico as vogais tónicas quando fechadas. Forma idêntica é [lębęđǫ] 'lêvedo' por mim registada em Ponte San Lázaro, Santiago de Compostela).

com [ę] (1). Se assim é, parece poder concluir-se que no período a que se referem os textos estudados, o grafema *e* de palavras do tipo que temos vindo a analisar poderia representar ora [ę] ora [ẹ].

Não se faz referência à zona portuguesa, pelo facto de não se terem registado formas com grafema *e*, mas sempre com *i*: *dizema* (1416 M 168), *diujdas* (1411 M 167) e *diuedas* (1309 DL 142), etc. (2).

2. Em posição átona

Em posição átona, mas particularmente na sílaba pretónica, o grafema *e* apresenta-se, nos textos estudados, bastante instável, podendo alternar com outras vogais ou ditongos, ou até, algumas vezes, desaparecer: essa instabilidade gráfica é, certamente, o reflexo das profundas flutuações fonéticas que podiam sofrer as vogais átonas no antigo galego-português (3). Para maior clareza e sistematização dos materiais recolhidos nos documentos analisados, tratar-se-á separadamente das diferentes posições átonas: a pretónica, a postónica e a final.

---

(1) Facto idêntico aconteceu em português: a região de Entre-Douro-e-Minho (aliás como a prov. de Trás-os-Montes e, um pouco menos, o oriente da Beira) revela ainda actualmente a sobrevivência de formas correspondentes a três etapas de evolução linguística, *pértigo*, *pêrtigo* e *pírtigo*, como designação da parte mais curta do mangual. Cf. José Gonçalo Herculano de Carvalho, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Coimbra, 1953, p. 197, 286-287, e sobretudo carta V.

(2) Veja-se o que sobre essas formas será dito adiante, Capítulo II. Estudo linguístico. Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 1 e § 2.

(3) Aliás, o timbre das vogais átonas, sobretudo de *e* e *o* pretónicos, esteve, na fase antiga das diferentes línguas peninsulares, sujeito a grandes vacilações fonéticas, umas vezes de tipo espontâneo, outras, devido a fenómenos de tipo assimilatório. Veja-se, em relação ao espanhol, Rafael Lapesa, *Historia de la lengua española*. Séptima edición. Madrid (Escelicer, S.A.), 1968, p. 149 e p. 184-185; R. Menéndez Pidal, *Manual de gramática histórica española*. Décimotercera edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 66-67 (§16), p. 69-70 (§ 18, 2) e 71-73 (§ 20); para o leonês, cf. L. Rodríguez-Castellano, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 96-97 e 98-99 e Diego Catalán Menéndez-Pidal, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas*. Separ. de *Romance Philology*, vol. X, n.º 2, Novembro de 1956, p. 73-74. No que se refere ao português, há algumas informações dispersas em E. B. Williams, *From Latin to Portuguese*. Second edition. Philadelphia, 1968, p. 42-45, § 41 e p. 45-46, § 43; José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), p. 54-64 (Vogais pretónicas em inicial de palavra); p. 64-66 (Vogais pretónicas no interior de palavra) e p. 66-67 (Vogais postónicas). O manual de J. Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, respectivamente nas p. 63-65 (§ 118) e 67-68 (§§ 124-126) apresenta um tratamento conjunto dos casos em que *e* pretónico está representado por *i* e *o* por *u*.

Começar-se-á pela posição pretónica e aí procurar-se-á esclarecer o valor fónico do referido grafema, por um lado, em inicial absoluto e, por outro, na sílaba inicial, mas não em início de palavra. A terminar o estudo de *e* em posição átona, tratar-se-á da posição átona postónica e final.

Relativamente à sílaba inicial, quando em inicial absoluto, o grafema *e* alterna, pelo menos nalgumas formas, com *i* ou até com o ditongo *ei*. Outras formas apresentam invariavelmente o grafema *e*. Entre as primeiras se situam *egrega* (1289 DL 141), *eglegiario* (1255 L 19; 1257 L 20), *hermáá* (1282 C 7; 1310 L 35), *hermão* (1310 L 35), *hermaóó* (1329 C 9), *hermãos* (1310 L 35), *eréé* (1280 P 98). Como se vê, este tipo de grafias não ultrapassa a primeira metade do século XIV; durante esse período aparecem também com bastante frequência formas com os grafemas *i, j* ou *y* iniciais, as quais nos séculos seguintes conquistarão grande estabilidade gráfica. Nos documentos estudados, desde o séc. XIII que estas grafias com *i-* aparecem, mas é sobretudo a partir do séc. XIV que ocorrem com maior frequência e regularidade. Eis alguns exemplos: *jgreia* (1335 M 160), *jgleia* (1401 M 163), *hyrmááo* (1287 DL 140), *igrigia* (1262 C 1), *yglefario* (1274 L 24), *igreyia* (1281 C 5), *jglleia* (1290 P 106), *igreiario* (1298 P 113), *ygreias* (1299 P 114), *yréé* 'herdeiro' (1280 P 98) (1), *hirmao* (1281 P 99), *irmãos* (1298 P 113; 1299 P 114), *hirmaof* (1287 P 102), *hirmao* (1295 P 108), *ygligario* (1333 P 131), *igleia* (1333 C 10; 1405 L 39; 1414 L 42; 1450 L 44; 1292 O 59; 1302 O 61; 1318 P 127; 1325 P 130; 1333 P 131), *iglleia* (1442 L 43), *Igleia* (1405 L 39; 1473 O 84), *iglleja* (1502 L 51; 1506 P 136), *irmãos* (1305 P 123), *jrmãa* (1348 O 72), *yrmão* (1344 C 12), *yrmãos* (1333 C 10), *yfcritura* (1348 O 72), etc.

Ao lado destas formas, apresentam ainda os documentos analisados outras iniciadas por *ei* (ou *ey*): *eygreia* (1285 DL 139; 1309 DL 142; 1331 M 156; 1334 M 158; 1334 M 159), *eygreya* (1303 M 153), *Eigreia* (1348 M 162), *eygleia* (1281 P 99), *Eynes* 'Inês' (1367 O 74; 1473 O 86; 1499 O 89).

Entre o segundo tipo de formas, aquelas que apresentam regularmente o grafema *e*, se situam muitas outras que a língua actual continua a grafar com *e-*, apesar de na pronúncia existir, de facto, [i]. Destacarei apenas alguns exemplos, uma vez que a maior parte das palavras registadas nos textos apresentam este tipo de grafias: *efcudeyro* (1282 DL 137; 1313 DL 144), *herdamẽto* (1282 DL 137; 1284 DL 138), *herdamẽtos* (1351 C 13), *herdamento* (1333 C 10), *herdamentos* (1367 C 14), *erdade* (1367 C 14), *efteffẽ* (imperf. do conj. de *eftar*) (1334 C 11) (2), etc.

---

(1) No mesmo documento aparece *eréé*. Cf. os exemplos citados acima.

(2) Relativamente à localização das formas apresentadas, forneço apenas um ou outro dado, uma vez que se trata de formas muito representadas nos textos estudados.

Da análise dos diferentes tipos de grafia documentados em inicial absoluto, pode concluir-se que no galego-português, pelo menos desde o século XIII, /e/ se realizava, ou podia realizar-se, como [i] e, por vezes, como o ditongo *ei* [ęi̯]. Certamente que também nesta zona existiu a primitiva realização [ę], ainda hoje conservada nos falares do Alentejo e Algarve (1) e nas modernas variedades brasileiras (2).

As formas com ditongo inicial *ei-* (ou *ey-*), ainda que não muito numerosas, são indício de uma tendência que, manifestando-se ainda actualmente em mirandês (3), no asturiano ocidental (4) e nalguns falares trasmontanos em contacto com falares leoneses (5), existiu também em antigo galego-português (6): trata-se da tendência para introduzir o ditongo *ei* no início de palavra, devido à grande vitalidade do referido ditongo nesses idiomas e à elevada frequência de palavras por ele iniciadas (7).

---

(1) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 86. Ver também MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1974, p. 119. Aí afirma a Autora: «Em posição inicial, surge [ę] ou [i], sendo mais frequente [ę]: ęlǝgãte 'elegante'; ęvitár 'evitar'». (O trabalho encontra-se em publicação nos volumes XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*).

(2) SERAFIM DA SILVA NETO, *A língua portuguesa no Brasil*. Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV, Lisboa, 1960, p. 33: «(...) o *e* e *o* átonos iniciais mantêm-se na pronúncia carioca e não mostram, portanto, a tendência portuguesa de transformar-se em *i* e *u*: *erguer, eterno, (h)eróí; (h)orror, orgulho*».

(3) Cf. JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Fonologia mirandesa*. I. Coimbra, 1958, p. 71-72.

(4) DIEGO CATALÁN, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas*. Separ. de *Romance Philology*, vol. X, 1956 e vol. XI, 1957, p. 78; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1957, p. 91-92, § 27 "*Diptongos analógicos y exceso de diptongación*".

(5) Veja-se MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 181.

(6) Além das formas registadas nos textos aqui estudados, assinalam formas idênticas JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 63-64; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 60 e n. 4. As *Cantigas de Santa Maria* revelam também algumas abonações de formas com ditongo inicial: cf. AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 112, s.u. *eigreja*.

(7) Essa explicação dada por Menéndez Pidal (cf. *El dialecto leonés*, Oviedo, 1962, p. 46 e 49), tanto em relação às palavras começadas por *ei* em vez de *i-* ou *e-* como às que se iniciam por *ou* em vez de *u-*, ou *o-* parece perfeitamente aceitável e, por esse motivo, tem

Desse modo, cremos que na região Entre-Douro-e-Minho e na Galiza existiam na língua falada formas com *e-*, com *i-* e com *ei-*. É possível que nem sempre fosse perfeita a relação entre cada um destes tipos de pronúncia e as respectivas formas gráficas: o grafema *e-* encobriria certamente, em muitos casos, pronúncias com *i-* (1) ou, menos frequentemente, com *ei-*.

É provável, além disso, que, esporadicamente, às grafias com *e-* correspondessem na língua falada formas com *a-*: registei apenas, nos documentos estudados, um só exemplo na província de La Coruña (cf. *auãgios*, 1334 C 11), mas há outras abonações em antigos textos galego-portugueses (2) e o mesmo facto pode ocorrer ainda hoje, de modo isolado, na linguagem popular portuguesa (3).

Tratar-se-á agora do valor de *e* em posição pretónica não inicial absoluta. Nesta posição é bastante acentuada a instabilidade gráfica de *e*, podendo este grafema alternar com outros, em virtude de fenómenos de tipo assimilatório ou dissimilatório. Mas esses casos, precisamente porque são casos especiais dependentes do condicionamento exercido pelo contexto, serão tratados adiante. Agora tentar-se-á determinar o valor do grafema *e* nas formas em que não existe esse condicionamento.

De acordo com as conclusões a que chegou Herculano de Carvalho, com base no testemunho dos antigos gramáticos e ortógrafos, na língua culta, pelo menos até ao século XVIII, o *e* da sílaba pretónica correspondia a [ẹ] (4). Além disso, segundo o mesmo Autor, essa realização, que se encontra

---

encontrado eco noutros trabalhos: cf., por ex., n. 4 da p. anterior. A propósito de *ou-* por *o-* nos textos aqui estudados, veja-se o que será dito nas p. 398-399.

(1) Tenha-se presente que a grafia actual continua a manter o *e-* de muitas formas, apesar de a pronúncia ser evidentemente [i]: cf., entre outras, as formas *eleger, elemento, emoção, educação, ervilha, espelho*, etc.

(2) Cf., por exemplo, *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV*. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Universidad de Oviedo, 1963, p. XXIV e p. 101. A forma registada é *avangeo; Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1958, p. 321, s.u. *auãgeo;* Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, vol. IV (Glossário), p. 33, s.u. *avangeo; Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2.ª edição, revista e acrescentada pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. Editorial Galaxia, 1970. No *Vocabulário galego-português* (p. 12) que se segue ao texto das cantigas regista-se também a forma *avangelho*. O *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de José Pedro Machado, 2.ª edição, regista também, s.u. *evangelho*, idênticas variantes.

(3) José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 86.

(4) José G. de Herculano de Carvalho, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e* o *em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII,

ainda nas variedades brasileiras e nos crioulos, «deve considerar-se como o reflexo mais fiel da antiga pronúncia portuguesa» (1). Estou, contudo, convencida de que essa realização de *e* pretónico não existiria, no séc. XVIII ou até desde há alguns séculos antes, como traço generalizado em todas as variedades regionais e sociolinguísticas do português (2). É possível que, durante alguns séculos, a língua se caracterizasse por um estado de flutuação fonética entre diferentes realizações de *e* pretónico: [ẹ] e um [e] muito breve e relaxado possivelmente já bastante próximo do moderno [ə] central. Mas, há duas questões, neste caso importantes, e a que certamente não pode dar-se resposta: a partir de quando surgem realizações diferentes de [ẹ]? E em que região? Atendendo à actual distribuição geográfica da conservação da pronúncia [ẹ] em posição pretónica nas variedades europeias meridionais do português (3), assim como nas variedades brasileiras (4) e crioulas (5) que

---

tomo I, 1962. Coimbra, 1962, p. 5 e segs. e especialmente p. 13-15. Afirmação idêntica se encontra em PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (P.U.F.). Col. Que sais-je? 1980, p. 78. Aí se diz exactamente que *e* central fechado da sílaba pretónica surge em português no século XVIII: «le [ë] prétonique si caractéristique de la langue contemporaine du Portugal est apparu au XVIIIe siècle, vraisemblablement après 1750».

(1) JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 18.

(2) Aliás, o próprio Herculano de Carvalho que, em relação ao século XVIII, se baseia essencialmente no testemunho de D. Luís Caetano de Lima, natural de Lisboa, não deixa de admitir a possibilidade de que outras variedades idiomáticas do português tivessem uma diferente realização de *e* pretónico. É o que pode deduzir-se da afirmação seguinte: «Destas observações parece pois dever concluir-se inequivocamente que no princípio do século XVIII, *ao menos na variedade idiomática representada por D. Luís Caetano (natural de Lisboa)*, os grafemas átonos *e o* equivaliam (com excepção de contados casos em que representavam [ɛ] e [ɔ] na pretónica) sempre aos fones vocálicos [e] e [o], mesmo em sílaba final, mesmo em hiato, onde hoje lhes corresponde geralmente uma semivogal fechada [j u] *(égoa, fêmea)*». Cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 13-14. Os sublinhados são da minha responsabilidade.

(3) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 86. Alguns vestígios dessa realização foram ainda recentemente assinalados no Algarve. Cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 25.

(4) SERAFIM DA SILVA NETO, *A língua portuguesa no Brasil*. Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV. Lisboa, 1960, p. 33; PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (P.U.F.), 1980, p. 102-103; I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio, 1958, p. 391-392 e 395-399. A pronúncia das vogais pretónicas, e muito particularmente de /e/ e /o/, é actualmente um dos traços que mais distinguem a pronúncia portuguesa da brasileira.

(5) JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 1 e 2, 1961), sobretudo p. 5.

tão profundas afinidades revelam com aquelas, parece ser-se tentado concluir que a actual pronúncia [ə] se divulgou mais rapidamente e de modo absoluto nos falares setentrionais, de tal maneira que falares extremamente conservadores, como são os falares trasmontanos, minhoto e beirão, não conservam o mais pequeno vestígio da realização [ę] (1).

Mas seria imprudente afirmar que a realização fonética de *e* pretónico na área e no período de que se ocupa o presente trabalho fosse [ə]. É certo que ocorrem nos textos, desde o século XIII, algumas formas com síncope de *e* pretónico: *podrofo* 'poderoso' (1281 O 55), *fmearedef* 'semeareis' (1314 O 65). Mas são formas muito esporádicas que sempre nos podem deixar a dúvida de tratar-se de lapsos dos copistas. Verdade é, contudo, que formas congéneres estão documentadas em textos galegos (2) e portugueses (3) de época um pouco posterior e surgem ainda hoje na linguagem popular de

---

(1) Já Gonçalves Viana sentiu estranheza ao comprovar que «em nenhum dialecto continental ou insular português, nem mesmo daqueles que, como os trasmontanos, conservam particularidades fonéticas mais arcaicas, perdurou o mais pequeno vestígio de que *e* e *o* átonos tivessem outra pronunciação, diferente da que se lhes dá presentemente no centro do reino; (...)». Parece razoável tal estranheza; mas as conclusões tiradas, assim como a explicação dada a seguir da pronúncia do português do Brasil são absolutamente inaceitáveis. (Cf. A. R. GONÇALVES VIANA, *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1892, p. 93-96). Creio que a propagação da pronúncia [ə] a todas as variedades regionais do português mesmo àquelas que, como o trasmontano e o minhoto, têm uma marcada feição arcaizante, só pode explicar-se pelo facto de se tratar não só de um problema de grau de abertura vocálica, mas também de um facto com grandes implicações no ritmo da palavra e da frase e até na estrutura silábica. Talvez a alteração da pronúncia das pretónicas *e* e *o* e o seu enfraquecimento articulatório sejam os factos que mais contribuem para que as afirmações de Fernão Oliveira em relação do português do séc. XVI não se ajustem à língua actual: «(...) outras nações cortam vozes apressando-se mais em seu falar: «*mas nos falamos com grande repouso como homẽs assentados*»; e, mais adiante, diz que os portugueses falam «*mais que todos cõ aboca mais aberta*». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933, respectivamente p. 18 e 42. Os sublinhados são da minha responsabilidade.

(2) Num documento galego de 1422 lê-se «jurs et dereytos et *drejturas* et pertensças». Cf. ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña, 1911, p. 136. (O sublinhado é da minha responsabilidade). E na *Crónica Troyana*, texto galego do séc. XIV, ocorre também *dreito*, embora seja muito mais frequente a forma plena, sem síncope da vogal pretónica. Cf. KELVIN M. PARKER, *Vocabulario gallego de la Crónica Troyana (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid)*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958, p. 209. Os sublinhados são da minha responsabilidade.

(3) Cf. JACINTO DO PRADO COELHO, *Para o estudo da pronúncia do português medieval*. In: *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. X, 1946, p. 220-221.

Portugal e da Galiza (1). No caso dos textos portugueses, há numerosas formas em textos de carácter poético — no Cancioneiro Geral, em Gil Vicente e em Sá de Miranda (2) — onde o ritmo dos versos não nos deixa dúvidas da síncope da vogal na posição pretónica.

Por outro lado, a contracção de *-a* da forma *da* com *e* inicial da palavra seguinte aponta para uma realização muito fraca desta vogal. Num texto galego do século XIII pode ler-se: «(...) ꝛ jaz dilargada a cabo dua leyra *dardade* deſta Elvira Pelaez»; e, mais adiante, «(...) jaz a cabo dua leyra *dardade* que foy de Miguel Pelaez d'Anſemar» (3). E nos cancioneiros medievais há alguns exemplos de elisão de *-e*, ao lado de outras formas em que tal elisão se não verificava (4).

Outro facto a ter em conta diz respeito à actual pronúncia de *e* pretónico em galego. Creio que as monografias dialectais sobre alguma povoação ou região da Galiza não têm prestado a devida atenção a este aspecto da pronúncia das vogais átonas. Pena é que neste momento não tenha ainda saído a público o *Atlas Lingüístico Galego* (5) que, certamente, nos dará uma visão geral extensiva a toda a região, relativamente a este e a outros aspectos da língua galega. Contudo, nalguns inquéritos que realizei na Prov. de La Coruña (6), com falantes da camada popular, encontrei diferentes realizações de *e* pretónico: [ẹ], [ə] e [ę]. Deixando de parte esta última que aparece apenas em palavras derivadas a partir de palavras simples com [ę] na sílaba tónica (cf. [vęrmiñ̥ᵘ̥] (Vilar de Calo, Osebe), [fęr̄ušə] 'fuligem' (Ponte San Lázaro), etc.), as duas restantes são realizações polimórficas do mesmo fonema (7),

---

(1) Veja-se, p. 361-362 e n. 2 da p. 362.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 220.

(3) Cf. MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura* (Barcelona), vol. VII, 1934, p. 137, doc. 17, da província de Lugo. Os sublinhados são da minha responsabilidade.

(4) JACINTO DO PRADO COELHO, *ob. cit.*, p. 220.

(5) Na parte consagrada à *Fonética* haverá algumas cartas respeitantes às vogais átonas. Cf. CONSTANTINO GARCÍA, ANTÓN SANTAMARINA, ROSARIO ÁLVAREZ BLANCO, FRANCISCO FERNÁNDEZ REI, MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O Atlas Lingüístico Galego*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filologia*, vol. 4, 1977. Universidad de Santiago de Compostela, p. 5-17, mas especialmente p. 12.

(6) As povoações exploradas foram Vilar de Calo, Osebe e Ponte San Lázaro.

(7) Usa-se polimorfismo no sentido que a este termo foi dado por JACQUES ALLIÈRES, *Un exemple de polymorphisme phonétique: le polymorphisme de l's implosif en gascon garonnais*. In: *Via Domitia*, vol. I, 1954, p. 70: «(...) la coexistence, dans le langage d'un sujet parlant, de deux ou plusieurs variantes phonétiques d'un même mot, utilisées concurremment pour exprimer le même concept, le choix de l'une ou de l'autre apparaissant comme indépendant du conditionnement articulatoire (temps, etc.) ou d'une recherche quelconque d'expressivité».

coexistindo, portanto, na linguagem do mesmo falante (1). Simultaneamente com essas formas, surgem também outras com síncope de *e* pretónico (2). Estas formas falam a favor de uma vogal átona fortemente relaxada (3).

Consideremos agora os casos especiais em que o grafema *e* pode alternar com outros, em virtude do condicionamento exercido pelo contexto. O nosso estudo incidirá sobre o uso alternado, em determinados contextos, dos grafemas seguintes: *α) e* e *i; β) e* e *o* ou *u*; *γ) e* e *a*. Através deste estudo, ter-se-á oportunidade de mostrar como os textos desta natureza representam uma simbiose de vários tipos de linguagem: por um lado, a chamada língua escrita (4), próxima da língua culta e, por outro, a lingua falada.

a) Na posição pretónica de palavras que continham *i* na sílaba tónica, o grafema *e* alterna com *i:* o uso deste grafema corresponde a uma alteração de tipo assimilatório que se verificava, de acordo com os elementos recolhidos

---

(1) Cf. as formas registadas em Vilar de Calo, Osebe: [məlõŋ], [tənəđór], [pəštąña*ʃ*], [ẽfərməđą́], [rəzina], [pəsẹbrə] 'manjedoura', [rəbąñu], ao lado de [mẹlǫ́*ʃ*] 'melões', [bẹrą̃nu] 'verão', [pẹšẹxõ̯]; e as a seguir indicadas ouvidas em Ponte San Lázaro (Santiago): [kũ̊məđejra] 'manjedoura', [pəškađiḷa] 'pescada pequena', [səxą́r] 'segar, cortar erva', ao lado de [pẹnejra] 'peneira', [kabẹθejra] 'cabeceira, almofada que se põe sobre o travesseiro', [ọrẹḷǫ́*ʃ*] 'trasorelho'. Noutras regiões da Galiza foram também já assinaladas formas idênticas. Cf. HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 205-206. Nesta região da bacia do Lima, vizinha da fronteira com Portugal, a pronúncia [ə], quando precedida de consoante labial, está bastante generalizada.

(2) Cf., por exemplo, *brau* 'verão' (mais usado que [bẹrãnõ̯] (Ponte San Lázaro), *frida* 'ferida' e [mą̃ŋ dreĵta] 'mão direita' (Vilar de Calo, Osebe). A síncope da vogal pretónica da sílaba inicial quando a sílaba seguinte começa por vibrante é bastante frequente na Galiza. Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 17-18. Veja-se também MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 36.

(3) Um outro elemento que parece confirmar a existência, desde época bastante antiga, da pronúncia [ə] no Norte do País diz respeito à pronúncia que a mesma vogal na posição pretónica, quando entravada por nasal, apresenta na linguagem popular de uma vasta área que corresponde aos falares minhoto, trasmontantano e beirão: trata-se da pronúncia [ẽ̤], vogal central nasal. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 87.

(4) Não se faz referência, neste momento, à língua latina que os notários estavam habituados a escrever e que, em muitos aspectos, influenciou a grafia dos textos que escreviam. Essa influência é mais visível no que se refere aos grafemas de referência consonântica.

nos textos apresentados, com muito maior intensidade na variedade galega do que na variedade portuguesa de Entre-Douro-e-Minho (1). Aliás, outros textos galegos antigos, quer literários quer não literários (2), revelam grande

---

(1) Essa diferente percentagem não se explica apenas pelo facto de o número de textos portugueses estudados ser bastante inferior ao dos textos galegos. De facto, também a percentagem relativa de formas com *i* na posição pretónica é menor na região portuguesa do que na Galiza. Aliás, um facto que chama imediatamente a atenção de quem lê os textos galegos é exactamente esse: o aparecimento frequente, na sílaba pretónica, de *i* em vez de *e* quando na sílaba tónica há *i*. Não é possível saber se a diferente frequência dessa particularidade reflectida pelos documentos escritos corresponde a uma diferença da língua falada nas duas áreas do domínio galego-português, ou se, pelo contrário, se trata apenas do facto de que os notários galegos dão uma imagem mais próxima da língua falada do que os notários da região portuguesa.

(2) As *Cantigas de Santa Maria* revelam bastantes exemplos deste fenómeno de harmonização vocálica do *e* da sílaba pretónica ao *i* tónico seguinte, mas, de acordo com o estudo comparativo realizado por Rudolf Rübecamp, ele é mais frequente ainda nos documentos da mesma época: «É muito frequente nas *Cantigas* o câmbio *e, o* > *i, u* sob a influência dum *i* tónico seguinte; oferecem os mais numerosos exemplos os verbos da conjugação em *-ir (pidimos, pidi, firidas, siruia, repintir, fugir, durmia)*, ao passo que, na conjugação em *-er, i, u* em vez de *e, o* são raros *(quiriam, suffria)*; exemplos além da conjugação são *virilla, vigia, crerizia, erigia*. Nos documentos esta influência de *i* tónico ressalta ainda mais fortemente do que nas *Cantigas* e é parecida com a que observamos no galego». (Cf. Rudolf Rübecamp, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 78, n. 3). Efectivamente, os materiais que dos textos apresentados no Capítulo I pude recolher revelam uma grande frequência do fenómeno na variedade galega antiga, não sendo, portanto, exacta a afirmação que, sobre a vitalidade do mesmo, fizera Vicente García de Diego: «Aunque la lengua antigua conoció este fenómeno, no lo llevó, ni con mucho, al grado de extensión que hoy tiene. Los casos de *i* pueden decirse en ella verdaderas excepciones en comparación de las formas con *e; seeria, queria, medir*, etc. etc., son formas constantes; y muy raras, *siria, quiria, midir*, etc.». (cf. V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 60, n. 7). No início do século, não dispunha o Autor de todos os elementos actualmente ao alcance dos estudiosos: algumas das colecções de antigos documentos galegos foram publicadas somente depois dessa data. É o caso da colecção de *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña, 1911, elaborada por Andrés Martínez Salazar; da colecção de *Documentos antiguos de Galicia* publicados por Margot Sponer in *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 113-192 e, mais recentemente, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI. I. Terras de Ourense*, vol. I, Vigo (Editorial Galaxia), 1962; vol. II, Vigo (Editorial Galaxia), 1967. Ao percorrer a colecção de documentos de Margot Sponer, deparei com várias formas que sofreram assimilação de *e* pretónico ao *i* da sílaba tónica. Destacarei alguns exemplos: *pididoσ*, p. 159; *pidia*, p. 183, *pidiron*, p. 184; *figir* 'seguir', p. 185; *figio* 'seguiu', p. 185; *figuyra*, p. 185; *figira* p. 185. Algumas destas formas remontam aos primeiros anos do século XIV.

Formas idênticas surgem também nos documentos publicados por Martínez Salazar na colecção acima citada: Referirei, a título de exemplo, algumas dessas formas: *firido* (p. 16, 2v; p. 19), *midida* (p. 16), *mididas* (p. 18), *firir* (p. 19, 2v.; p. 20), *escriui* (p. 81), *scriuir* (p. 81), *escripuj* (p. 137), *escripujr* (p. 144).

frequência no aparecimento do referido fenómeno que, de resto, tem ainda enorme vitalidade no galego actual (1).

No que se refere ao português, essa harmonização vocálica de *e* pretónico ao timbre da vogal tónica existiu no português antigo (2), aparecendo com maior frequência sobretudo nos textos do século XV e XVI (3) e observa-se ainda hoje na linguagem popular de algumas regiões (4); o mesmo facto ocorre no português do Brasil (5),

---

(1) Sobre a vitalidade do facto em galego moderno, cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 60: «Ante ella [*i* tónica actual] toda *e* átona inicial, sea cualquiera su timbre, se oscurece hasta llegar á confundirse con *i*. Este fenómeno alcanza una generalidad absoluta».

Nos inquéritos dialectais que realizei na Galiza registei várias formas que sofreram a harmonização vocálica da pretónica ao *i* da sílaba tónica: *mintira* (Vilar de Calo. Osebe), *aire da trabissia*, *mitida* (Ponte San Lázaro), etc.

(2) Em textos anteriores ao século XV, encontrei, no fim do século XIII, a forma *pidyo* 'pediu' num documento de Chelas publicado por Pedro de Azevedo. Cf. *Urraca Machado, dóna de Chellas:* In: *Arquivo Histórico Português*, vol. III, 1905, p. 5, doc. I.

(3) A este propósito, vejam-se os trabalhos seguintes: JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e* o *em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962, p. 16; IDEM, *Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia)*, tomo XX, 1961, fasc. 1 e 2, sobretudo p. 7 e 9-10 (§§ 6 e 8); PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVI*ème *siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. dos *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 195: nas obras de João de Barros há vários exemplos de palavras com *i* na sílaba pretónica resultante de uma assimilação à tónica *i*: *bibiam, mistiço, minino, pirigos*. Para outros exemplos ver ainda JOÃO DE BARROS, *Gramática da lingua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971. Destaco, entre outras, as formas *mininos* (p. 390, p. 399 e p. 405), *consintir* (p. 400), *pirigo* (p. 453).

(4) Nalgumas variedades idiomáticas meridionais foram já registadas formas idênticas, embora sem atingirem o grau de generalização que alcançam no português do Brasil. Cf., por exemplo, MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1974, p. 121. (O trabalho encontra-se em publicação nos volumes XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*). Veja-se também CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 27-28.

(5) Cf. J. MATTOSO CÂMARA JR., *Para o estudo da fonémica portuguesa*. Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1977, p. 59-62; ANTÔNIO HOUAISS, *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca*. Rio de Janeiro, 1959, p. 66-76, sobretudo p. 70; I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au*

mas aí como um «fenómeno essencial» do seu sistema fonológico (1).

Eis alguns exemplos que recolhi nos textos estudados:

1) da região de Entre-Douro-e-Minho: *pidirõ* (6.ª pes. pret. perf.) (1404 M 165), *ſijntíjndo* (1472 DL 149), *eſcripuj* (1401 M 163; 1401 M 164), *eſcrypuy* (1454 DL 148), *ſcripuj* (1472 DL 149), *ſſueſcriuj* (1310 L 34) (2), *ſyguinte* (1401 M 163), *ſiguinte* (1401 M 164);

2) da Galiza: *arçibiſpo* (1403 P 132), *armĩtios* (1315 O 66), *cariçida* (1473 O 80), *conſintia* (1434 C 17), *difinimuſ* (1262 C 2), *diuia* (1302 L 30), *faliçida* (1473 O 80), *firir* (1424 O 77; 1473 O 82. Esta forma alterna, no mesmo documento, com *ferir.*), *ffirir* (1287 O 57), *fregiſia* (1296 P 109), *mjdjda* (part. pas.) (1474 L 47), *midida* (s.f.) (1299 P 116; 1299 P 117; 1500 O 90), *mjdidas* (part. pas.) (1500 O 90), *pertiçiam* (1473 O 80. No mesmo documento ocorre também *pertẽçiã.*), *podirio* (1282 C 7), *rreȩiby* (1274 O 53), *recibj* 'recebi' (1302 L 30), *reçibi* (1308 L 33), *rriſſíjos* (1296 P 111) (3), *requiridos* (1500 O 90), *Siuilla* (top.) (1278 L 25), *ſſygyrẽ* 'seguirem' (1385 C 15), *Uyrĩ* 'Verín' (top.) (1292 O 59). A tendência para a passagem de *e* a *i* em sílaba pretónica sob a influência assimilatória de *i* tónico deve ter alcançado na Galiza um elevado grau de frequência, de tal modo que ela atingiu mesmo alguns castelhanismos que ocorrem nos textos: é o caso de *cõtinjdas* (1500 O 90) e *contjnido* (1500 O 90), *continido* (1500 O 90), respectivamente por *contenidas* e *contenido*, formas de particípio passado de *contener*.

Na Galiza, as formas do verbo que representa historicamente o latim SCRIBERE ora apresentam *i* como vogal radical, ora *e;* as do primeiro tipo (cf., por exemplo, *escribir* (1292 O 59), *eſcriuir* (1300 C 8; 1286 L 28; 1310 L 34:

Brésil du XVIe siècle à nos jours. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro.* Rio, 1958, p. 392-393.

(1) JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fasc. 1 e 2), p. 9.

(2) Nos documentos portugueses trata-se sempre de um verbo em *-er* que tem no radical a vogal *e:* somente na 1.ª pessoa do pretérito perfeito onde havia *i* na sílaba tónica a vogal do radical se assimilou, algumas vezes, àquela vogal, resultando formas como as que acima foram apontadas. No entanto, as formas com conservação da vogal *e* do radical (cf., por exemplo, *eſcrevy* (1484 DL 150), *ſcreuj* (1284 DL 138; 1289 DL 141, 1309 DL 142, 1327 M 155)) são as mais frequentes.

(3) A forma habitualmente registada nos textos apresenta o grafema *e*. Citarei apenas, a título de exemplo, *rreſio* (1289 P 105), *reſio* (1317 P 126), *reſioſ* (1289 P 105), *reſſjos* (1295 P 108), *rreſios* (1299 P 115), etc.

1442 L 43), *eſcripuj* (1450 L 44; 1474 L 47; 1475 L 48; 1475 L 49) (1) aparecem em documentos correspondentes às actuais quatro províncias e ao longo de todo o período abrangido pelo presente estudo; as do segundo (cf. *eſcreuer* (1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110; 1299 P 116; 1302 P 120; 1302 P 122), *eſſcreuer* (1299 P 117), *eſcreueu* (3.ª pes. pret. perf.) (1280 P 97; 1281 P 99; 1287 P 103) (2) ocorrem apenas nalguns documentos da província de Pontevedra, todos eles localizados no extremo meridional da província, à excepção do doc. 1287 P 103, este da própria cidade de Pontevedra, no centro da província. Sendo, portanto, as formas com vogal radical *i* as mais representadas na Galiza, e nem sempre se podendo explicar o timbre dessa vogal por assimilação à vogal *i* da sílaba tónica, uma vez que, embora esporadicamente, surge também um infinito em *-er* com *i* no radical (cf. *ſcriuer*, 1288 P 104 (3)), não me parece absolutamente segura a inclusão das inúmeras formas verbais com *i* na sílaba pretónica juntamente com os exemplos anteriormente citados (4).

Verdadeiramente paralelo ao grupo de formas anteriormente analisadas é aquele que abarca palavras que sofreram uma adaptação de tipo assimilatório do *e* da sílaba pretónica à vogal *i* da sílaba que precede imediatamente a tónica. À semelhança do que foi afirmado em relação aos exemplos anteriores, também, neste caso, os documentos galegos revelam maior frequência no uso dessas formas: *bribiario* (1414 L 42), *briuial* (1258 L 21), *cymjterio* (1348 O 72), *obidientes* (1404 L 38; 1396 O 76; 1426 O 78; 1472 DL 149), *obidienteſ* (1274 O 53), *obidiencia* (1367 C 14), *obydyẽtes* (1432 P 135), *ovidientes* (1499 O 89), *obidiẽteſ* (1339 O 70), *pidimẽto* (1333 O 68), *viſtiaro* (1334 C 11).

Em contacto com consoante palatal, *e* da sílaba pretónica aparece, algumas vezes, substituído por *i* ou *j*. Esta alteração no uso dos grafemas reflecte um fenómeno bastante frequente em antigo galego-português (5) e

---

(1) Para uma exacta visão de conjunto de todas as formas registadas e respectiva localização, ver, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, 9. Verbos. B. Particularidades da flexão de alguns verbos.

(2) Para uma ideia exacta de todas as formas da flexão deste verbo e respectiva localização, ver, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, 9. Verbos. B. Particularidades da flexão de alguns verbos.

(3) Desta forma, que representa a evolução normal de SCRĪBĔRE, não se encontrou, que eu saiba, nenhuma abonação em antigos textos de Portugal.

(4) Veja-se o que foi dito na n. 1 desta página.

(5) J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 64, § 118, 2.a); E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 43; *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição

ainda hoje muito representado no galego actual (1) e, de uma maneira geral, na linguagem popular portuguesa (2).

Eis os exemplos que recolhi nos textos: *enpinorade* (1367 O 74), *enpinorar* (1367 O 74), «*Giral* Martíjz» (1331 M 157), *Giraldo* (1267 P 91; 1271 P 95; 1316 P 124), «San *Giraldo*» (1334 M 158; 1334 M 159; 1348 M 162), *mjlhor* (1448 DL 147. No mesmo documento ocorre também *melhor;* 1484 DL 150, 2v.), *mylhor* (1284 DL 138), *mjllor* (1475 L 48, 2v.; 1475 L 49; 1502 L 51; 1399 C 16), *nyhũa* (1385 C 15), *pinor* 'penhor' (1414 L 42), *piñor* (1414 L 42, 3v. No mesmo texto ocorre também *peñor,* 2 vezes), *ſinurio* 'senhorio' (1262 C 1), *ſſopiñorar* (1292 O 59), *ſubpinorar* (1414 L 42), *ſſupiñoraredes* (1339 O 70), *ſupinoraredes* (1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1500 O 90), *ſupinuraredes* (1426 O 78). Estas formas, que não são de modo algum muito numerosas, são, no entanto, o reflexo de uma tendência da linguagem viva da época e da região abrangida por este estudo. Não é de estranhar que relativamente poucos exemplos aflorem nos antigos documentos, uma vez que os notários estavam sujeitos à pressão que sobre eles exerciam certos modelos de carácter literário ou semi-literário. O interessante é que, apesar disso, em textos desta natureza, surjam algumas formas comprovativas dessa tendência da linguagem da região.

Ainda a respeito do grafema *e*, merecem referência as formas de pretérito e tempos afins de alguns verbos irregulares como *estar, ter, fazer.* Nos documentos galegos encontram-se sempre as formas fracas com *e* etimológico conservado: *eſteueſſe* (1290 P 106), *eſteueſemos* (1317 P 125), *eſteueſſẽ* (1334 C 11), *esteuer* (1459 L 46), *eſteuer* (1450 L 44; 1287 O 57; 1290 P 106; 1302 P 121; 1407 P 133; 1506 P 136), *eſteuerdes* (1399 C 16),

---

crítica acompanhada de introdução, comentários, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928. Na p. 647 do glossário regista-se a forma *milhor* que aparece em várias composições.

(1) Cf. V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 66; Idem, *Manual de dialectología española.* Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), p. 76; W. Ebeling, *Landwirtschaftliche Geräte im Osten der Provinz Lugo.* In: *Volkstum und Kultur der Romanen,* ano V, 1932. Nas p. 62 e 63 regista-se *chideiro* por *chedeiro* (do carro de bois). Nos inquéritos que realizei na Galiza ouvi também *milhor, milhorinho* 'melhorzinho' (Vilar de Calo, Osebe).

(2) José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), p. 103. Cf. também Maria José de Moura Santos, *ob. cit.*, p. 180; Clarinda de Azevedo Maia, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia.* Coimbra, 1977, p. 154; Maria de Fátima de Rezende Fernandes Matias, *ob. cit.*, p. 121.

eſteuerẽ (1313 O 64), *fezerã* (1334 C 11), *feꝛera* (1302 L 30), *fezemos* (1288 P 104; 1262 C 1; 1282 C 6; 1300 C 8), *ffezemoſ* (1265 C 3), *feɔemos* (1442 L 43), *feçeſtes* (1360 O 73), *fezeſteſ* (1301 P 119), *feɔerõ* (1360 O 73), *fezerũ* (1281 P 99), *fezera* (1344 C 12), *fezeſe* (1288 P 104), *fezer* (1450 L 44), *fezerdes* (1450 L 44), *fezermos* (1450 L 44), *teuerõ* (1335 L 37), *teuera* (1344 C 12), *teueffe* (1299 P 115), *teuer* (1281 L 26; 1450 L 44; 1280 P 98; 1299 P 114; 1322 P 129; 1506 P 136), *teuermos* (1360 O 73; 1372 O 75), *teueremoſ* (1426 O 78), *teuerdes* (1320 P 128), *teueren* (1414 L 42), *teuerẽ* (1281 O 55) (1), etc.

Os documentos portugueses registam quase sempre formas idênticas, com *e*, mas num documento de meados do século XV (1454 DL 148) aparece a forma *fizer*, naturalmente mais recente que as anteriores e do mesmo género das que vieram a generalizar-se no português moderno. O carácter isolado dessa forma, ao lado das formas habituais nos textos estudados (cf. *eſteuer* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *feꝛemuſ* (1287 DL 140), *fezemos* (1348 M 162), *fezera* (1331 M 156), *fezer* (1448 DL 147), *fezerẽ* (1484 DL 150), *fezerem* (1448 DL 147), *feꝛeffe* (1284 DL 138), *fezeffe* (1315 DL 145; 1345 M 161), *fezeffem* (1315 DL 145), *teuera* (1411 M 167), *teuerdes* (1345 M 161), *teuer* (1309 DL 142; 1317 M 154; 1335 M 160), etc.), parece indicar a feição tardia, recente e, ainda, a pouca implantação das formas com *i* na região durante os séculos abrangidos pelo presente estudo. De facto, essas formas, que resultam da propagação do *i* tónico da primeira pessoa do pretérito perfeito às formas fracas do mesmo tempo ou dos tempos afins, ainda no século XVI alternavam, na língua culta do Centro do País, com as antigas formas com *e* (2).

O grafema *e* da sílaba pretónica, quando seguido de vogal tónica com a qual se encontra em hiato, pelo menos durante os primeiros séculos do período estudado, pode representar a vogal *e* (possivelmente *e* fechado) ou *i*. Como é sabido, neste contexto, a vogal *e* passou a *i*, inicialmente com valor vocálico e, portanto, constituindo núcleo de sílaba, passando mais tardiamente a ter valor assilábico, ou seja, de semivogal. Nuns casos, essa alteração da língua falada fixou-se na grafia (cf. *incendiar, diante, vier, criança*, etc.), continuando, no entanto, muitas formas a manter, ainda hoje, as grafias mais antigas (cf. *nomear, geada, passear*, etc.).

---

(1) Para outras formas e respectiva localização, ver, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, 9. Verbos. B. Particularidades da flexão de alguns verbos.

(2) Essa é a situação apresentada pelas obras de João de Barros. A este propósito, veja-se PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVème siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. dos *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza, vol. VIII, fasc. 1. Napoli, 1966, p. 194.

Observemos agora o que a análise das grafias dos textos estudados nos permite concluir sobre a referida alteração no Noroeste de Portugal e na Galiza. De uma maneira geral, os textos apresentam, na sílaba pretónica, o grafema *e*. Apontarei apenas alguns exemplos: *a)* de Portugal: *adeãte* (1281 M 152; 1348 M 162), *adeante* (1289 DL 141; 1335 M 160; 1401 M 163; 1401 M 164), *tehor* (1484 DL 150), *crehudo* (part. pas. de *creer*) (1285 DL 139), *cõteudo* (part. pas. de *cõteer*) (1315 DL 145; 1348 M 162); *β)* da Galiza: *adeante* (1450 L 44; 1473 O 80; 1302 P 120), *deãte* (1299 P 117), *deante* (1399 C 16; 1307 L 32), *ẽdeãte* (adv.) (1301 P 119), *geada* (1333 P 131), *geonlo∫* 'joelhos' (1333 O 68), *nomeardes* (1405 L 39; 1407 L 40; 1396 O 76). Contudo, daí não pode concluir-se que, nos falares da região, se mantivesse ainda a antiga pronúncia com *e*. As escassas formas com *i* (*y* ou *j*) (cf. *cõtiudo* 'contido', (1281 M 152, 2v.), *criança* (1308 L 33), *crianza∫* (1286 L 28), *diãte* (1292 O 59), *diante* (1414 L 42; 1506 P 136), *tiudo* 'tido' (1414 L 42), *tiudos* (1414 L 42), *tjudos* (1292 O 59), *adiante* (1500 O 90), *tyundo* 'tido' (1348 O 72), *vier* (3.ª pes. fut. conj. de *vir*) (1399 C 16; 1298 P 113; 1299 P 114), *víjerem* (6.ª pes. do fut. conj. de *vir*) (1484 DL 150), etc.) provam que, pelo menos desde o séc. XIII (1), *e* pretónico em hiato com a vogal da sílaba tónica tinha começado a fechar-se em *i*. O que já não me parece possível precisar é a partir de quando a língua da região se fixa definitivamente na pronúncia *i:* de facto, ainda os documentos portugueses do séc. XV e os galegos do séc. XVI continuam a usar habitualmente o grafema *e*. As formas com *i*, nestes séculos como nos anteriores, são verdadeiramente esporádicas. Sobre os notários pesava a influência do latim jurídico e a tradição da língua escrita dos séculos anteriores, assim como a influência de modelos literários ou semi-literários que, neste caso concreto, contribuíam para continuar a usar o grafema *e*, apesar do desajuste porventura existente entre as formas gráficas e as correspondentes formas da língua falada.

Portanto, o grafema *e* dos textos estudados pode representar as vogais *e* e *i* e, a partir de certa época, difícil de precisar, a vogal assilábica [j̯]. É possível mesmo que, durante muito tempo, a língua se tenha caracterizado por uma situação de flutuação fonética entre as duas variantes (2).

---

(1) Nas Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio, ao lado de muitas formas com *e*, estão documentadas bastantes formas com *i*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *amẽude, ameude, amiude, amĩude, ciada* 'cilada', *criaçon, criada, criado, criador, criança;* RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 30. Os Cancioneiros profanos só muito raramente apresentam formas com *i*. Cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 35.

(2) Só os textos poéticos podem esclarecer, através da métrica, sobre o valor silábico ou assilábico de *i*. Fiz a verificação para muitas das formas com *i* em hiato com a vogal

β) Nos documentos da Galiza há algumas palavras em que o *e* pretónico, quando em contacto com consoante labial, pode aparecer substituído pelo grafema *o* ou *u: arçobiſpado* (1407 P 133), *arçobiſpo* (1407 P 133), *Arçobiſpo* (1506 P 136), *porante* 'perante, (1506 P 136) (1), *purgamẽo* (1450 L 44), *ſomana* (1414 L 42), *ſſupultura* (1302 O 61, 2v.), *ſupultar* (1290 O 58), *ſſupultar* (1333 O 68, 2v.), *Tromoedo* (top.) (= *Tremoedo*) (1419 P 134). O mesmo pode ocorrer em virtude de fenómenos de tipo assimilatório: *sorodeo* (s.m.) (1473 O 88) (2). É possível que nalguns dos últimos exemplos anteriormente apontados a assimilação ao timbre da vogal tónica ou da átona da sílaba seguinte tenha actuado simultaneamente com a assimilação à consoante labial em contacto com a vogal da sílaba inicial.

A substituição do grafema *e* por *o* ou *u* corresponde, no plano da língua viva, a uma alteração muito frequente nos idiomas hispânicos ocidentais (3), entre os quais alcança especial vitalidade em galego (4) e no ásturo-leonês (5), incluindo também o mirandês (6). Pelo que diz respeito ao português, o

---

tónica que aparecem nas Cantigas de Santa Maria e pude verificar que essa sequência vocálica tem valor dissilábico o que, indirectamente, prova o carácter silábico de *i*. Alguns séculos mais tarde, o Cancioneiro Geral revela a flutuação entre dois tipos de pronúncia. Cf. JACINTO DO PRADO COELHO, *Para o estudo da pronúncia do português medieval*. In: *Revista de Portugal. Série A — Língua portuguesa*, vol. X, 1946, p. 220.

(1) Sobre outras abonações da forma *porante* em textos da Galiza, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), vol. II, 1977, s.u. *perante*.

(2) Há exemplos idênticos noutros documentos galegos já publicados: Cf., por exemplo, *sopultura* e *supultura* no doc. n.º 57 de XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967, p. 90.

(3) FRITZ KRÜGER, *Studien zur Lautgeschichte Westspanischer Mundarten*. Hamburg, 1914, p. 119-120, § 149.

(4) PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática da língua portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), vol. I, 1971, p. 113; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 63; X. A. PORTO DAPENA, *As vocaes átonas galegas* e, o, a, *en contaito con labial*. In: *Grial*, vol. 19, 1968, p. 30-39. Segundo informa o A., o fenómeno teve, em gerações anteriores, uma extensão muito maior que na actualidade.

(5) FRITZ KRÜGER, *El dialecto de San Ciprián de Sanabria*. Madrid, 1923, p. 54; IDEM, *Notas de dialectología asturiana comparada*. Separ. do *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, n.º 30, 1957, p. 12-13; GUZMÁN ÁLVAREZ, *El habla de Babia y Laciana*. Madrid, 1949, p. 208; MARÍA CONCEPCIÓN CASADO LOBATO, *El habla de la Cabrera Alta*. Madrid, 1948, p. 50.

(6) J. LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, Lisboa, 1900. p. 296.

facto está também bastante generalizado na linguagem popular de quase todo o território continental (1). Não deixa de ser surpreendente que os documentos portugueses não registem nenhuma forma com a referida alteração, tanto mais que alguns exemplos — ainda que muito esporádicos — podem colher-se noutros textos antigos (2).

Como explicar a ausência de formas que reflictam a referida alteração nos textos portugueses? Antes de tentar tirar qualquer conclusão, é necessário ter presente que os textos agora publicados não são perfeitamente comparáveis, já que é diferente o conteúdo de cada um e, portanto, também não são coincidentes as formas que os compõem. Com maior segurança e precisão se poderiam tirar algumas conclusões no caso de se estar em presença de diferentes versões de um mesmo texto. Efectivamente, não aparece nos textos portugueses nenhuma das palavras acima assinaladas relativamente à Galiza, e também são bastante escassas outras em que a vogal pretónica ocorra no mesmo contexto (cf., por exemplo, *beuer*, 1317 M 154). De qualquer modo, não duvido de que na região de Entre-Douro-e-Minho, já no período em que nos situamos, o *e* pretónico, em contacto com consoante labial, pudesse realizar-se como uma vogal da série posterior. O que infelizmente não é possível precisar hoje é a situação sociolinguística das referidas realizações na Galiza e no Noroeste de Portugal. Estou convencida de que na Galiza esse fenómeno, à semelhança do que ainda acontece actualmente, devia estar bastante generalizado de tal maneira que alguns notários o deixaram transparecer na linguagem escrita de alguns documentos. Em relação ao Noroeste português, seria o facto de as realizações posteriores serem sentidas como muito populares, o que levaria os copistas a evitarem o uso de formas reveladoras de tal pronúncia? Creio não ser possível responder de modo decisivo a tal questão; contudo, como

---

(1) IDEM, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 103. As monografias dialectais relativas a quase todas as regiões portuguesas registam formas com a referida alteração. Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes: CLARINDA DE AZEVEDO MAIA. *Os falarés do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomo I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 28; IDEM, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 156-157; MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.*, p. 121; MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU, *Monsanto. Etnografia e linguagem*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1961, p. 116.

(2) EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia, 1968, p. 43-44: o Autor cita formas antigas em que ocorre o facto; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 57-59.

teremos ocasião de chamar a atenção a propósito de vários factos, os documentos galegos reflectem mais intensamente particularidades da linguagem falada do que os da zona portuguesa.

γ) Quando em contacto com a líquida *r*, o grafema *e* da sílaba pretónica pode, algumas vezes, aparecer substituído por *a*: *çarraſen* 'serrassem, 6.ª pes. do imperf. conj. de serrar' (1401 M 163; 1401 M 164) *ſarrada* (1310 L 34), *reſaruãdo* 'reservando' (1348 M 162). Contudo, na maior parte dos casos, a grafia constante é com *e*: *erdades* (1405 L 39, etc.), *herdade* (1255 L 19; 1262 C 1; 1262 C 2; 1281 C 5; 1282 C 7; 1331 M 156, etc.), *herdades* (1331 M 156, etc.), *erdade* (1269 C 4, etc.), *herdamẽto* (1281 C 5, etc.), *herdadeyro* (1262 C 1), *merçéé* (1262 C 1, etc.), *offeremos* (1262 C 1, etc.), *pertéénzaſ* (1269 C 4), *ſera* 'será' (1414 L 42), *ſeredes* (1322 O 67; 1339 O 70; 1432 P 135), *ſereys* (1499 O 89), *ſſeran* (1302 O 61), *ſerã* (1500 O 90), «Aluaro *Çereyjo*» (1506 P 136), *uerdade* (1269 C 4; 1281 M 152), etc.

Embora seja reduzido o número de formas com *a*, é suficiente para comprovar que, na região e na época abrangidas pelo presente trabalho, já ocorria a alteração de *e* pretónico para *a* sob a influência de *r* contiguo (1), facto ainda hoje frequente na linguagem popular portuguesa de várias regiões (2) e no galego (3).

Creio que explica o escasso número de formas que aparece nos textos o enquadramento sociolinguístico da mencionada alteração, sentida, muito provavelmente, como própria da camada popular.

---

(1) A alteração mencionada tinha começado já a manifestar-se no latim vulgar e ocorreu também na evolução histórica do latim ao português e no português antigo. Cf. SERAFIM DA SILVA NETO, *Fontes do latim vulgar*. 3.ª edição revista e melhorada, Rio de Janeiro, 1956, p. 155-163; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 44; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 57, n. 2 e p. 58.

(2) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 103; MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 180; MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.*, p. 120; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomo I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 28; IDEM, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 155.

(3) VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectologia española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 75; IDEM, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 64-65.

Na mesma posição, quando em contacto com consoantes sibilantes ou palatais, os textos portugueses registam também algumas formas em que, em vez de *e*, se usa o grafema *a*, correspondendo essa modificação no uso dos grafemas a uma alteração da língua falada (1): *arçabiſpo* (1335 M 160), *asuçadera* 'sucedera' (1331 M 156), *sateẽta* (1331 M 156), *Janebra de Sſaa* (1448 DL 147). Exceptuando estes casos, a grafia constante nos documentos portugueses e galegos é com *e*.

A flutuação revelada pela grafia relativamente a *e* pretónico pode resultar de um processo assimilatório ou dissimilatório. É o que acontece com as formas *propiadade*, registada nalguns documentos da província de Pontevedra (1317 P 126; 1318 P 127 e 1419 P 134), *tabaliõ* 'tabelião' (1281 M 151; 1303 M 153; 1327 M 155; 1401 M 163; 1401 M 164; 1416 M 168), *tabaliom* (1331 M 157; 1401 M 164) e com as formas patronímicas «Johã *Sſauaſchaez*» (1281 L 26) e «Pedro *Sauaſchaez*» (1286 L 28) (2).

Idêntica hesitação no uso dos grafemas *e* e *a* surge no caso de se tratar de uma vogal nasal em posição pretónica, no início ou no interior de palavra. É certo que essa oscilação não atinge um grande número de formas, mas elas comprovam inequivocamente que, para além de outras realizações que certamente a referida vogal apresentava (3), já nessa época, podia realizar-se como *a* nasal, à semelhança do que ainda ocorre actualmente

---

(1) A mencionada alteração ocorre ainda actualmente, de uma maneira geral, na linguagem popular portuguesa. Encontram-se alguns exemplos, entre outros, nos trabalhos seguintes: MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.*, p. 120; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 156.

(2) A julgar por outras abonações de formas com idêntica alteração (no caso do nome próprio) em inscrições e textos latinos de várias zonas peninsulares, trata-se de um fenómeno muito antigo. Cf. RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), vol. I, 1964, p. 152.

(3) Ao lado da realização [ẽ], certamente a mais generalizada, a julgar pela frequência das grafias do tipo *ẽ*, *en*, *em*, existiria também a realização [ĩ]. A esta conclusão nos permitem chegar as formas gráficas *conſintemento* (1434 C 17), *ſfirmidade* (1258 L 21), *jnffirmedade* (1281 O 55), *intramẽtoſ* (1278 L 25). Observe-se, no entanto, que estas últimas formas são do séc. XIII e nessa época estavam os copistas ainda muito habituados a escrever documentos em latim, podendo, portanto, algumas das referidas formas gráficas não corresponder à língua falada da respectiva região.

Outras vezes, [ĩ] pode resultar de assimilação ao timbre da tónica. Veja-se o que ficou dito nas p. 362-366.

na linguagem popular portuguesa de várias regiões (1), em galego (2) e em leonês (3).

Eis as formas que recolhi: *antrelinhado* (1315 DL 145), *d'antr'anbos* 'dos dois' (4) (1454 DL 148), *dom Hanrrique* (1281 P 99), *Don Anrique* (1289 P 105), *dõ frey Anrique* (1299 P 116), *Don Anrique* (1289 P 105), *don Anrique* (1288 P 104), *don Ahanryque* (1296 P 109), *dõ ffrei Hanrrique* (1299 P 117), *dom ffrej Hanrique* (1295 P 108), *dom Hãrrique* (1281 P 99), *randar* (1307 O 62), *rãdar* 'arrendar, cavar pela segunda vez as vinhas ou campos de milho, para lhes tirar a erva' (1313 O 64) (5). Formas idênticas estão registadas noutros textos antigos de Portugal e da Galiza (6).

---

(1) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 61 e notas 3 e 4; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 158; MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.*, p. 122; MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU, *Monsanto. Etnografia e linguagem*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1961, p. 115.

(2) VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 75. Algumas monografias dialectais registam formas que sofreram a referida alteração. É o caso da forma *antroido* 'carnaval' que aparece registada em CONSTANTINO GARCÍA, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 13; MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 10. Por outro lado, registei a mesma forma num inquérito dialectal que realizei em Ponte San Lázaro, Santiago de Compostela.

(3) SANTIAGO ALONSO GARROTE, *El dialecto vulgar leonés hablado en Maragateria y tierra de Astorga. Notas gramaticales y vocabulario*. 2.ª edição, Madrid, 1947, p. 47; JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Fonologia mirandesa*, I. Coimbra, 1958, p. 69-70.

(4) A forma referida aparece no seguinte contexto: «e hũu filho ou filha d'antr'anbos ſſe o hij ouuer».

(5) A forma é uma alteração de *arrendar* 'cavar pela segunda vez as vinhas ou campos de milho, para lhes tirar a erva' que se usa ainda com esse sentido em galego e em português. Cf. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, *Dicionário da lingua portuguesa*. 10.ª edição, 2 vols., Lisboa (Livraria Bertrand), 1949, s.u. *arrendar;* LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*. Cuarta edizón, La Coruña (Editorial Moret), s.u.; ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*. 3 vols., Vigo (Editorial Galaxia), 1958, 1960 e 1961, s.u. Esse sentido adapta-se perfeitamente ao contexto em que ocorre a referida forma no texto indicado: «Et dardeſ cada anno quatro dias de ſeara a noſſa graña de Pineyra, ỹn dia a eſcauar, outro a pudar, outro a cauar, outro a rãdar (...)» (1313 O 64).

(6) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 61; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972. No glossário registam-se as formas *anfermedade* e *anfermidade*, variantes de *enfermidade*.

Em posição final, quer em final absoluto quer quando entravado por sibilante ou nasal, ocorre habitualmente, de modo relativamente estável, o grafema *e*. Contudo, nos textos estudados registei também bastantes formas em que, em vez do grafema *e*, surge o grafema *i*. Os documentos galegos publicados neste livro apresentam mais exemplos de *-i* do que os documentos portugueses (1); além disso, é interessante observar que são sobretudo os documentos correspondentes às duas províncias galegas meridionais, Orense e muito especialmente Pontevedra, que apresentam um maior número de formas com *-i*. Os textos das províncias de Lugo e La Coruña contêm algumas formas com carácter muito esporádico.

Temos, assim: *a)* na Galiza: *czinqui* 'cinco' (1282 P 100), *diſſi* 'disse' (3.ª pes. pret. perfeito) (1283 P 101), *fiquy* (1399 C 16), *fiqui* (1298 L 29; 1302 O 60; 1313 O 64), *fyqy* (1432 P 135), *firmi mẽte* 'firmemente' (1267 P 91), *fyrmy* (1432 P 135), *libris* 'livres' (1292 O 59), *Maſſaellj* (top.) (1287 P 103), (2), *mobli* 'móvel' (1281 O 55), *nommj* 'nome' (1403 P 132), *nomj* 'nome' (1403 P 132), *fympliz* 'simples' (1333 P 131), «San Juyao do *Vallj*» (1287 P 103) (3), *uirĩ* 'virem' (6.ª pes. do fut. conj. de *ver*) (1258 L 22) (4).

b) Em Portugal: os documentos portugueses não só apresentam um menor número de exemplos, como, por outro lado, estes são menos seguros relativamente à alteração de *-e* em *-i*. São as seguintes as formas recolhidas nos textos: *Chorẽty* (top.) (1282 DL 137) (5), *Mouri* (top.) (1287 DL 140) (6), *Baulhj* (top. 1345 M 161).

---

(1) Como já foi observado a propósito de outros factos, os textos galegos agora publicados revelam mais intensamente factos da língua falada do que os textos portugueses. Veja-se o que acima escrevi nas p. 362-363 e p. 372.

(2) No mesmo documento ocorre a forma *Maſſaelle*.

(3) No mesmo documento aparece também *San Juyao do Valle*.

(4) Na colecção de documentos galegos publicados por Margot Sponer e já várias citada, registam-se algumas formas terminadas em *-i* em textos correspondentes à província de Lugo: cf., por exemplo, «(...) ȝ a teu paſſamento *fiqui* eſta dicta herdade (...)» (p. 163). (O sublinhado é da minha responsabilidade). Igualmente em XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros*. I. Vigo (Galaxia), 1967 se registam formas, em que *-e* se alterou em *-i* em vários documentos orensanos. Refiram-se, a título de exemplo, as seguintes formas: *madri* 'mãe', (doc. n.º 14, de 1266), *monty* 'monte', *peyti* (3.ª pes. pres. do conj. de *peytar*) (doc. n.º 16, 1267), «*di* meu patrimonio et *di* mya conpra» (doc. n.º 16, 1267), *parti* 'parte' 3.ª pes. pres. ind. de *partir*) (doc. n.º 16, 1267). Este documento oferece vários outros exemplos.

(5) *Chorẽty* corresponde à forma actual *Chorente*. Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vol. II, Coimbra, 1959, p. 19-20. O mesmo A. regista várias abonações desta forma toponímica terminada em *-i*.

(6) A forma registada corresponde à actual Moure. Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 80. As formas mais antigas registadas pelo A. terminam em *-i*; só as do séc. XV e XVI terminam em *-e*.

O uso do grafema *-i* em vez de *-e* reflecte um fenómeno que já existiria na língua falada de então e que se manifesta ainda em vastas zonas dos actuais falares galego-portugueses (1) e asturiano-leoneses (2): a realização de /e/ final como [i] ou como uma vogal de timbre intermédio entre *-e* e *-i* (3).

---

(1) Em relação aos falares portugueses, cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 87: «L'*e* final devient fréquemment *i*, surtout dans le Sud (...). On trouve aussi des exemples de ce phénomène en Entre-Douro-e-Minho». Lindley Cintra, que realizou inquéritos dialectais *in loco* para o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI), afirma «ter ouvido o *-e* pronunciado muito fechado com um timbre semelhante a *-i* ou claramente transformado em *-i*, nas mais diversas regiões de Portugal». Mas parece ser no Sul e Leste do País que o timbre da vogal final se fixa claramente em [i]: «E em certas regiões, especialmente do sul e leste, tem maior tendência do que noutras a estabilizar-se sob a forma de *-i*». Cf. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 209, nota 121. Fazem ainda referência ao facto, entre outros, os trabalhos seguintes: MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.*, p. 122; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 26; IDEM, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 158-160. Além disso, a pronúncia do *-e* final como [i] é ainda a dos falares açorianos e madeirense e, em geral, a do Português do Brasil.

No que se refere ao galego, há referências a [-i] na zona da Limia, prov. de Orense, junto à fronteira com Portugal: cf. HANS SCHNEIDER, *ob. cit.*, p. 213-215. Nos "Ríberos del Avia y del Miño", na mesma província, (cf. JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero*. Tesis doctoral (inédita), Madrid, 1962, p. 93-94), *-e* adquire um timbre indeciso entre *-e* e *-i*. *O Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI) assinala a pronúncia *-i* em toda a Galiza: cf. mapa n.º 69, *diente*.

(2) Relativamente às áreas leonesa e asturiana, cf. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*, Oviedo, 1962, § 7, p. 54-56; GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Las vocales finales del dialecto leonés*, in: *Trabajos sobre el dominio románico leonés*. Madrid (Editorial Gredos), 1960, vol. II, p. 105; V. GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*, segunda edición corregida y aumentada, Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 146 e 175; ANTONIO LLORENTE MALDONADO DE GUEVARA, *Estudio sobre el habla de la Ribera (comarca salmantina ribereña del Duero)*. Salamanca (C.S.I.C.), 1947, p. 59; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1957, p. 106-107. Veja-se ainda CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 159 e notas e p. 160: o facto ocorre com grande vitalidade nas três povoações de Xalma e em Alamedilla.

(3) Em posição átona final, o sistema ofereceria inicialmente, no Noroeste da Hispânia, a seguinte configuração.

/i/ /u/
/e/ /o/
/a/

Tratar-se-ia, portanto, inicialmente, de um sistema de cinco fonemas, onde se manteria a distinção, por um lado, entre /e/ (<ē, ĭ) e /i/ (<i) e, por outro, entre /o/ (<ō) e /u/ (<ŭ).

O interesse das formas registadas está principalmente em permitir situar cronologicamente esse fenómeno, pelo menos no século XIII, mas muito provavelmente desde época anterior (1). É possível que, desde o início, o facto apresentasse em galego-português características idênticas às que ainda hoje apresenta em português e em galego e às que se manifestam em

---

Grafias do tipo *dizi, figj, figy, pugy, pugj, pugi, viintj, viintj*, etc. (cf. Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 4. Vogais finais) não dão lugar para dúvidas sobre a existência de um fonema /i/ átono final. É possível que tenha contribuído para a fusão das duas entidades fonológicas o facto de o fonema /e/ poder oferecer a realização [i] ou realizações com um timbre intermédio entre [ę] e [i]. As grafias citadas no texto, recolhidas em documentos de Portugal e da Galiza, a partir do século XIII, provam que, desde essa época, existia essa tendência em galego-português.

A fusão de /o/ e de /u/ é certamente mais antiga, mas a primitiva individualidade fonológica das duas entidades comprova-se indirectamente pelo fenómeno histórico da metafonia produzida por *-u*, a qual deu origem às numerosas alternâncias vocálicas do tipo *ǫvo / ǫvos, pǫrto / pǫrtos, jǫgo / jǫgos*, etc.

Relativamente ao fonema /e/, proveniente da fusão dos antigos /ę/ e /i/, parece-me muito provável que ele continuasse a apresentar, ao lado da realização [ę], também [i], pronúncia atestada apenas pelos gramáticos e ortógrafos a partir do século XVIII, mas que certamente sempre existiu. Aliás, só assim se explica a sua sobrevivência nalguns falares de Portugal continental e insular, no português do Brasil e em quase todos os crioulos. Sobre a configuração do sistema em posição átona final no antigo galego-português e sua ulterior evolução, veja-se PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (Presses Universitaires de France), 1980, p. 31-32 e 70-75.

(1) É interessante comprovar que as formas registadas nos documentos publicados neste livro confirmam a suposição de Serafim da Silva Neto de que a pronúncia [-i] deve ser muito antiga em Português: «A pronúncia do *-e* final como *-i*, além de ser a dos territórios ultramarinos e do açoriano, existe hoje em Portugal em áreas periféricas: Sul (Algarve, Alentejo) e Norte (Entre-Douro-e-Minho). *Essa distribuição geográfica actual leva-nos a crer que outrora a pronúncia de -e final era -i em todo ou quase todo o território de Portugal*». (Cf. SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 483. Os sublinhados são da minha responsabilidade). O mesmo A. fez afirmações idênticas em *A língua portuguesa no Brasil*. Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV. Lisboa, 1960, p. 38-39.

Que eu saiba, as mais antigas referências feitas a esse tipo de realizações datam do séc. XVIII: na *Gramática italiana* (1734), D. Luís Caetano de Lima, ao explicar a pronúncia dessa língua, afirma: «Note-se que as palavras, que acabaõ em *e*, se devem pronunciar com hum som escuro, mas naõ taõ escuro, como fazem os Portuguezes, os quaes mudaõ quasi o *e* final em *i* e em lugar de pronunciarem *anche, pure, rumore, parlare, sentire*, pronunciaõ *anchi, puri, rumori, parlari*, etc.» (p. 9-10). Poucos anos mais tarde, em 1746, Luís Antônio Verney (*Verdadeiro método de estudar*. Ed. dirigida por A. Salgado Júnior, vol. I, p. 105) confirma a existência bastante generalizada de [*-i*]: «Finalmente, devo advertir V.P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no meio; mas principalmente nos fins das dicções. V.g. *e* final pronunciam *i*, como em *De-me, Pos-me*, etc. (...)». Para outros testemunhos posteriores, veja-se PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (P.U.F.), 1980, p. 74-75.

asturiano-leonês: isto é, que, ao lado da realização [-i], a vogal final pudesse apresentar-se como uma vogal indecisa entre [-e] e [-i] ou até como [ɐ] (1).

Na penúltima sílaba dos proparoxítonos, ou seja, na posição postónica, o facto que com mais clareza se depreende da leitura dos documentos publicados neste livro é a oscilação do timbre da respectiva vogal. Efectivamente, o grafema *e* nessa posição alterna, em certas condições, com *i* e, menos frequentemente, com *a*. Sobretudo a oscilação entre *e* e *i* é um fenómeno bastante conhecido em português e em galego, tanto na fase antiga, como na actual (2). Os casos em que ocorre a referida oscilação são os seguintes (3):

a) no sufixo *-ádego, -ádigo* e noutras palavras em que a vogal postónica se encontra entre oclusiva dental e *g*. Os documentos galegos apresentam exemplos da oscilação entre *i* e *e: eyradega* (1292 O 59), *amadego* (1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77), *hamadego* (1426 O 78), *mõtadegos* (1432 P 135). Ao lado destas formas, surgem outras com *i: heyradiga* (1274 O 53), *eyradiga* (1312 O 63), *amadigo* (1339 O 70), *amádigo* (1322 O 67), *moordomadigo* (1315 O 66), *padroadigo* (1302 O 61).

Nos documentos portugueses recolhi apenas formas com *i* (cf. *daiádigo* (1407 M 166), *leytiga* (1448 DL 147), *leijtiga* (1454 DL 148), *leijtĵga* (1484 DL

---

(1) Cf. LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1957, p. 106-107.

Em relação ao português antigo, uma hipótese idêntica à acima enunciada foi já formulada por Herculano de Carvalho (cf. *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962, p. 20) e por Paul Teyssier (cf. o artigo já várias vezes citado *La prononciation des voyelles portugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. dos *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 189: «(...) on peut donc, comme réalisation phonétique, supposer des timbres fort variés compris entre [e] et [i], sans qu'il soit possible de préciser davantage»). (Para maior clareza, observe-se que, de acordo com os critérios de transcrição usados pelo Autor, [e] corresponde a [ɐ]). Veja-se também, adiante, Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 4. Vogais finais.

(2) Para o galego, cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 57; IDEM, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 22. Ver também a bibliografia citada, adiante, p. 379, n. 3. Em relação ao português, veja-se também EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia, 1968, p. 55; JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 74-75, § 142. Ver, além disso, a bibliografia adiante citada, p. 379, n. 3.

(3) Aproveitei o esquema de J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*, p. 74-75, pelo facto de os exemplos recolhidos nos textos publicados neste livro se enquadrarem perfeitamente nos tipos indicados pelo Autor.

150), etc.) (1), mas na fase antiga da língua estão também documentadas formas com *e* (2). Tanto o galego actual como a linguagem popular portuguesa conhecem ainda a oscilação do timbre da vogal postónica de proparoxítonos com a estrutura atrás indicada (3).

β) quando a vogal postónica se encontra entre consoante dental ou alveolar e *m*. Os textos portugueses publicados não apresentam muita documentação para o facto agora considerado. Apenas registei as formas seguintes com *e* na sílaba postónica: (cf. *lijdema* (1334 M 159), *dizema* (1416 M 168).

Os documentos da Galiza apresentam formas mais numerosas, tanto com *i* como com *e* na sílaba postónica. Estão no primeiro caso, *dizimo* (1306 L 31; 1497 L 50; 1424 O 77; 1473 O 85; 1473 O 86, 2v.), *dizjmo* (1506 P 136), *dizjmos* (1506 P 136), *diɑjmos* (1414 L 42), *djɑjmo* (1474 L 47), *dizymo* (1499 O 89), *disimo* (1473 O 85) (4). Das formas com *e* registei as seguintes: *dezemo* (1367 C 14) (5), *dizema* (1290 P 106), *dizemas* (1290 P 106), *dizemo*

---

(1) A forma *leitiga*, que aparece nos textos referidos, significa 'leitoa' e tem, certamente, como étimo *LACTĪCA, forma de feminino correspondente a *LACTO, -ONIS 'leitão'. A propósito do étimo apresentado e de outras abonações medievais, cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Textos arcaicos*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), glossário, s.u. *leitiga*, p. 180.

(2) JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Coimbra, 1953, p. 198-199; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 74, § 142,3.

(3) Simplesmente, *e* da sílaba postónica não só pode oscilar com *i* como com *a*. Em relação ao português, tenham-se presentes as formas que designam uma parte do mangual: *pértigo, pêrtigo, pírtigo; pêrtego, pértego, pírtego; pírtago*. Cf. JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 191-192 e 199-200. O galego conhece formas idênticas: *pértego, pértago, pértigo, pértiga*: cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 191, 194 e 198-200. Algumas monografias dialectais consultadas confirmam essa oscilação entre *i*, *e* e *a*. Vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: W. EBELING, *Landwirtschaftliche Geräte im Osten der Provinz Lugo*. In: *Volkstum und Kultur der Romanen* (Hamburgo), vol. V, fasc. 1-3, 1932, p. 137-140. (O A. cita [pértagǫ], [pértigǫ] e [pértegǫ]); MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, s.u. *pértejo*; ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977, s.u. *pęrtago*. Uma variante desta forma, [pęrtaxǫ] ocorre noutra região da província de Lugo: cf. XESÚS PENA SEIJAS, *Vida e fala de Guitiriz (Negradas)*. Tese de licenciatura (inédita). Santiago de Compostela, 1970, p. 83.

(4) Não faço referência a formas como *ſeptimaſ* (1262 C 1, 2v.) que bem poderão ser interpretadas como latinismos.

(5) A forma verbal *dezemey* (1302 O 61, 2v.) faz supor também na província de Orense uma forma *dezemo*, análoga à acima registada num documento de La Coruña.

(1283 L 27; 1396 O 76), *diɑemo* (1360 O 73; 1396 O 76; 1407 P 133, 2v.), *dizemo* (1396 O 76, 3v.; 1407 P 133, 2v.) (1).

No mesmo contexto, ou seja, entre consoante dental e *m*, os textos da Galiza podem apresentar, noutras formas, a vogal *a* na posição postónica: *apreſtamo* (1262 C 2; 1299 P 115), *preſtamo* (1281 L 26; 1310 L 34; 1414 L 42, 4v.) (2). Estas formas não são, contudo, exemplos seguramente comprovativos da oscilação do timbre da postónica, uma vez que o seu étimo é duvidoso (3), podendo ter havido cruzamento entre palavras de origem diferente.

γ) Em palavras em que a vogal postónica se encontra entre *v* e *d*. Nos documentos portugueses registei as formas seguintes: *diuidas* (1411 M 167), *diujdas* (1411 M 167), *diuedas* (1309 DL 142). Formas idênticas ocorrem nos textos da Galiza: *deuedas* (1351 C 13; 1414 L 42), *deujda* (1295 P 108), *diuida* (1299 P 114), *deuedaſ* (1258 L 21; 1281 O 55; 1290 O 58) (4).

δ) Na terminação *-vel, -vil* de palavras que representam formas latinas terminadas em -BĬLE. Os textos portugueses ora revelam formas com *e* (cf. *eſtauell* (1416 M 168), *mouel* (1317 M 154), *perdurauel* (1327 M 155, etc.), ora apresentam formas com *i* (cf. *eſtaujl* (1348 M 162), *perduraujl* (1345 M 161), *perdurauil* (1303 M 153; 1331 M 157).

---

(1) Os textos literários galegos apresentam também exemplos dessa oscilação: cf., por exemplo, KELVIN M. PARKER, *Vocabulario de la Crónica Troyana*. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid). Salamanca (Acta Salmanticensia), 1968 p. 271, s.u. *dezimo, dezemo, deçimo*.

(2) Embora os textos portugueses agora publicados não apresentem documentação paras as formas citadas, também em Portugal elas existiram. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. III, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *prestar*.

(3) A propósito da origem da referida forma, cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, s.u. *prestar*.

(4) Ao lado das formas apontadas e que representam nitidamente a evolução galego-portuguesa com conservação da vogal postónica, podem encontrar-se nos textos galegos outras com síncope da referida vogal e formação de um grupo consonântico de duas oclusivas *-bd-* que, algumas vezes, apresenta o tratamento típico do leonês: troca da implosiva por *l*. Cf. *dubda, dulda* e *dulta*. Estas formas, que aparecem com carácter esporádico nos textos das províncias de La Coruña, Orense e Pontevedra, estão bastante generalizadas na província de Lugo. Para uma localização mais rigorosa das formas referidas, veja-se adiante Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 8. Grupos românicos *b'd, d'g* e *d'm*. Cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulario galego-português. Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado*). Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *dulta*, p. 133; IDEM, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *duuida*.

Por seu lado, a análise das formas galegas, aliás bastante numerosas, parece revelar uma distribuição geográfica mais ou menos clara, ou, pelo menos, a preferência de algumas regiões por um dos tipos de variantes. Assim, na província de Pontevedra, só se documenta uma forma com *e*, *eſtauel* (1301 P 119), sendo, pelo contrário, abundante a documentação para *i*: *eſtauil* (1282 P 100; 1289 P 105; 1295 P 107; 1295 108; 1296 P 109; 1296 P 110; 1296 P 111, 2v.; 1299 P 114; 1302 P 122, 2v.), *ſtauil* (1287 P 102, 2v.), *eſtauyl* (1302 P 121; 1305 P 123), *eſtaujl* (1297 P 112), *eſtabil* (1299 P 115), *eſtauileſ* (1299 P 114), *eſtauillis* (1317 P 125), *mobil* (1299 P 114), *mouil* (1289 P 105; 1299 P 114; 1302 P 120; 1317 P 126; 1325 P 130), *mouileſ* (1299 P 114, 4v.), *mouiles* (1299 P 114), *mouilleſ* (1302 P 120), *perdurauil* (1287 P 102; 1318 P 127), *ſemelaujl* (1297 P 112).

Situação inversa é a que se verifica na província de Lugo, onde a maioria das formas documentadas apresenta *e*, sendo, pelo contrário, absolutamente esporádica a ocorrência de formas com *i*. Assim, ao lado da forma *enperdurauil* (1278 L 25), regista-se *eſtauel* (1450 L 44), *ſtauel* (1255 L 19, 3v.), *moueles* (1310 L 34, 2v.; 1414 L 42, 2v.), *mobeles* (1450 L 44), *mouelles* (1306 L 31; 1308 L 33), *ſemelauel* (1283 L 27), *ſimellauel* (1306 L 31).

Os textos das duas restantes províncias galegas apresentam uma documentação relativamente pouco numerosa, repartindo-se as formas registadas por um ou outro tipo de variantes. Desse modo, procedendo à enumeração dos exemplos registados, temos: em La Coruña, *mouil* (1333 C 10), *perduráuil* (1282 C 7) e *mobeles* (adj.) (1516 C 18); em Orense, por um lado, *mouil* (1281 O 55; 1290 O 58; 1315 O 66, 2v.), *ſſemellauiles* (1367 O 74, 2v.) e, por outro, *mouel* (1348 O 71), *ſemellauel* (1333 O 68), *ſemellaueles* (1339 O 70).

Além disso, registei ainda uma forma com *a* num documento da província de La Coruña: *ſſemelabal* 'semelhante' (1385 C 15).

Embora em poucos casos, encontram-se também nalguns documentos formas com perda da vogal postónica: *mobles* (1506 P 136, 2v.; 1475 L 48), «conde *eſtable*» (1450 L 44), *ſemellables* (1506 P 136). Todas as formas têm um carácter bastante tardio e ocorrem em textos onde abundam os castelhanismos de diferentes tipos (1); não duvidamos, portanto, de que representam a solução castelhana da terminação -BĬLE(M) (2), devendo interpretar-se como resultado da penetração do castelhano na Galiza.

---

(1) À influência castelhana, sensível em muitos dos textos publicados neste trabalho, far-se-ão frequentes referências a propósito de várias particularidades.

(2) Sobre a síncope da vogal postónica em castelhano, neste e noutros contextos, cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 75-78, §§ 25 e 26.

c) Estudo de *o*

O estudo dos valores do grafema *o* é perfeitamente paralelo ao que foi feito para *e;* em princípio, seria até possível tratar os dois grafemas em conjunto. Preferiu-se, contudo, o estudo separado, ainda que análogo, dos valores de cada um dos grafemas, por uma questão de maior clareza na exposição e na apresentação dos exemplos extraídos dos textos.

Tal como foi feito para o grafema *e*, começar-se-á pelo estudo dos valores do grafema *o* em posição tónica.

1. Em posição tónica

Nos sistemas gráficos usados nos antigos documentos portugueses e galegos, o grafema *o* podia representar tanto [ǫ] como [ǫ], tal como acontece com a actual grafia do português e do galego. A questão que se põe e que tentaremos resolver ao longo das páginas seguintes é se a distribuição de [ǫ] e [ǫ] nas diferentes palavras é a mesma ou diferente da actual.

Antes de mais, é necessário ter presente que, no que se refere à época actual, é bastante diferente a distribuição dos dois sons nos falares portugueses da região abrangida pelo presente estudo e no português padrão; por outro lado — e por motivos adiante aduzidos —, essa diferença é ainda mais acentuada (1) entre o galego actual e o português.

De uma maneira muito geral, essa falta de correspondência entre os referidos sons verifica-se sobretudo nalguns grupos de formas que tiveram tratamentos especiais em virtude dos fenómenos de metafonia e inflexão vocálica (2), que afectaram de diferentes modos e em diferentes graus — não tendo nalguns casos chegado a realizar-se — o galego, os falares da região de Entre-Douro-e-Minho e o português padrão, historicamente constituído sobretudo com base nas variedades cultas do Centro do País.

As páginas que se seguem visam sobretudo o estudo e a análise desses diferentes tipos de formas.

Consideraremos, em primeiro lugar, as formas paroxítonas de substantivos, adjectivos e particípios passados que têm na sílaba tónica o grafema *o*, historicamente representante de ŏ do latim. São formas do tipo das a seguir indicadas:

a) Substantivos: *corpo* (1258 L 21; 1334 C 11), *corpos* (1281 M 151; 1315 DL 145), *fogo* (1448 DL 147; 1472 DL 149), *foguo* (1454 DL 148), *loguo*

(1) Veja-se sobretudo o que será dito nas p. 384 e segs.

(2) Sobre os conceitos de *metafonia* e *inflexão vocálica*, veja-se o que ficou dito atrás, na nota 3 da p. 339.

(s.m.) (1454 DL 148), *logo* (s.m.) (1448 DL 147), *nouos* (1348 M 162, 3v.; 1454 DL 148), *nobos* (1484 DL 150), *ouos* (1285 O 56), *hobos* (1484 DL 150), *porco* (1484 DL 150), *porcoſ* (1258 L 21), *rogo* (1269 C 4; 1282 DL 137; 1345 DL 146), *ſogros* (1302 L 30), etc.

β) Adjectivos (e particípios passados): «Afonſo *Nouo*» (1334 C 11), *nouo* (1367 C 14), *poſto* (part. pas.) (1385 C 15; 1475 L 48; 1475 L 49; 1302 O 61), *posto* (1473 O 87), *poſtoſ* (1262 C 2; 1283 L 27), *poſtos* (1385 C 15; 1433 O 79; 1502 L 51).

A questão que se põe em relação a estas e outras formas idênticas consiste em averiguar qual a repartição de [ǫ] e [ǫ] nas variedades idiomáticas da região estudada e no período abrangido pelo presente estudo.

No que se refere ao português contemporâneo, o chamado idioma padrão tem, nas formas do singular de substantivos e adjectivos do tipo considerado, [ǫ], ao passo que as formas do plural têm [ǫ] (1). Aliás, era esta já a situação da língua culta do Centro do País no séc. XVI: de facto, a análise das grafias de João de Barros revela, nas formas do tipo que vimos analisando, uma repartição de [ǫ] e [ǫ] igual à do português culto de hoje (2).

Contudo, em relação às variedades idiomáticas compreendidas na região de Entre-Douro-e-Minho e na Galiza durante o período estudado, creio que pode supor-se, com base nos dados fornecidos pelos actuais falares dessas zonas, que o grafema *o* dos antigos textos galego-portugueses agora publi-

---

(1) No caso dos adjectivos, também as formas do feminino do singular e plural têm [ǫ] na sílaba tónica.

(2) Cf. PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVI*^{ème} *siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. de *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza, vol. VIII, fasc. 1, 1966. Nápoles, 1966, p. 157-160. A leitura de algumas páginas que Duarte Nunes de Leão escreveu na *Orthographia da lingoa portvgvesa* revela-nos, também para este tipo de formas, uma situação igual à actual e coincidente, portanto, com a de João de Barros. Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 120-125. Em Fernão de Oliveira há uma brevíssima referência a palavras em que existe uma alternância vocálica entre a forma do singular com "*o* pequeno" e a forma do plural com "*o* grande" de palavras que representam historicamente étimos latinos com ŏ na sílaba tónica: «e temos o grande como fermωsos e o pequeno como fermoso» (cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933, p. 28). Desta afirmação pode deduzir-se que, então, na língua culta do Centro do País, já se encontrava perfeitamente estabilizada a alternância vocálica entre o masculino singular com [ǫ] e o masculino plural com [ǫ] de palavras que representavam formas latinas com ŏ na sílaba tónica. Só assim se explica que esse tipo de alternância se tenha propagado analogicamente a formas onde, em princípio, ela não deveria existir, como é o caso de *fermǫsǫ* / *fermǫsos*, pois aí havia originariamente [ǫ] tanto no singular como no plural em continuação de ŏ latino.

cados pudesse representar, nas formas do singular de substantivos e adjectivos do tipo indicado, tanto [ǫ] como [ǫ].

Embora os fenómenos da metafonia e da alternância vocálica não estejam ainda suficientemente estudados em relação ao galego (1), alguns trabalhos recentes baseados nos materiais inéditos do *Atlas Lingüístico Galego* referem a existência de uma distribuição geográfica de formas com e sem metafonia. Efectivamente, o Autor do artigo *O "Atlas Lingüístico Galego", un paso adiante nos estudios de lingüística galega* (2) alude à existência, em determinadas áreas, de formas com [ǫ] na sílaba tónica, tais como *sǫgro, nǫvo*, ao passo que noutras zonas ocorrem formas com vogal fechada, devido ao influxo metafónico da vogal final. Além disso, «en determinadas áreas dialectais o timbre da vocal tónica actúa como distinción submorfémica de xénero, casos de: *sǫgro* vs. *sǫgra, nǫvo* vs. *nǫva*, onde, aínda que a distinción de xénero está marcada fundamentalmente polo morfema *-o* para o masculino e *-a* para o feminino, a alternancia de timbre na vocal tónica (pechado [para o masculino] vs. aberto [para o feminino]) contribúe, debido ó relaxamento e ó escurecemento da vocal final, á distinción de xénero».

O mapa n.º 4 do artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega* apresenta a fronteira que divide a Galiza em duas áreas, ao atravessá-la no sentido Norte-Sul: a metade ocidental, que abrange parte das províncias

---

(1) Da leitura de alguns trabalhos relativos ao galego, deduz-se que também nesta língua actuou o fenómeno da metafonia, ainda que com manifestações sensivelmente diferentes das do português. Assim, se nas áreas em que ocorreu o fenómeno, o masculino tem na sílaba tónica *o* mais fechado que o feminino, não há, contudo, alternância vocálica entre o singular e o plural. Sobre a metafonia nominal do galego, cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 111-112; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 54; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*, Burgos, 1909, p. 62-63 e n. 1 desta última página; do mesmo A., mais recentemente, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 74 e n. 1. Aqui repete o A. umas afirmações que formulara já em 1909, no trabalho anteriormente indicado: «Las vocales *a, o*, en posición final influyen, más o menos sensiblemente, sobre el timbre de *o, e* tónicas; éstas conservan su condición de abiertas; pero mientras ante *o* dicha condición es normal, se hace extraordinariamente marcada ante *a*: así *-ola* es más abierta que *-olo, -ela* más que *-elo, -ea* más que *-eo*, y del mismo modo en todas las palabras que admiten ambas terminaciones.

A final influye alguna vez hasta hacer abierta a *o* cerrada: así en el suf. *-ōsa* -ǫsa *(folgǫsa, arnǫsa)*».

É possível que a análise dos materiais recentemente recolhidos e aproveitados em monografias dialectais ou os referentes ao *Atlas Lingüístico Galego* permitam trazer algumas precisões e rectificações aos trabalhos citados.

(2) MANUEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ, *O "Atlas Lingüístico Galego", un paso adiante nos estudios de lingüística galega*. In: *Grial*, vol. XXI, n.º 81, 1983, sobretudo p. 271.

de La Coruña e Pontevedra, a que corresponde a forma *ǫllo* com metafonia, e a metade oriental, mais extensa e linguisticamente mais arcaica, onde vivem formas sem metafonia do tipo *ǫllo* (1).

Para precisar a delimitação das duas áreas, convém ainda observar que, na província de Orense, em zona mais ou menos próxima da fronteira com Portugal, registam as monografias dialectais formas que sofreram metafonia, portanto, com vogal fechada no masculino (2).

Relativamente à zona portuguesa abrangida pelo presente estudo, as actuais variedades dialectais de parte dessa região, sobretudo as que se incluem no distrito de Viana do Castelo, revelam a existência quase generalizada de formas com ausência de metafonia. Mas o mesmo facto ocorre ainda, embora não formando uma área compacta, em alguns pontos dos distritos de Braga e Porto (3),

---

(1) *Galego*. Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fascículos 222-224. Veja-se especialmente p. 236 e mapa n.º 4.

(2) No Vale de Verín, região vizinha de Portugal, aparece a metafonia de ǫ por influência de *-u*, à semelhança do que acontece em português. (Cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 67-68). Na região da bacia do Lima, simultaneamente com formas não afectadas pela metafonia (cf. [nǫ́bu], [ǫ́bu], [ǫ́su], [pǫ́rku]), ocorrem outras em que a vogal tónica sofreu um fechamento, em diferentes graus, por influência da vogal final (cf. [almǫ́rθu], [almǫ́rθo], [almórθo]; [sógru], [sóxru], [sóxrǫ]). (Veja-se HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense — Spanien)*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, fasc. 1-2, 1938, p. 193-196). Situação idêntica nos é apresentada em relação a uma povoação orensana, Villardevós, situada a cerca de 25 kms. da fronteira com Portugal. Cf., por exemplo, *sogro* [sǫxrǫ] (p. 19), *cǫrno* (p. 10), *ano nǫbo* (p. 124), *nǫbo* (p. 18), *ǫbo* (p. 117), *mǫrto* (p. 18), ao lado de *ǫllo* (p. 20), *ǫsso* (p. 20). Observe-se também que as formas do feminino têm sempre [ǫ], não havendo, portanto, alternância vocálica entre o masculino e o feminino. (Veja-se MARÍA DEL CARMEN GIL SUAREZ, *El habla de Villardevós*. Tese de licenciatura (inédita). Santiago de Compostela, 1969).

(3) MARIA CLEMENTINA DOS PRAZERES DUARTE, *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*. Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1950, p. 247-274 (cap. V. *A não metafonia de o em ôvo e pôrco)*. Com base nos materiais do I. L. B., traça a A. a isófona que delimita a zona onde não ocorre a metafonia de ǫ por influência de *-u*. Na data em que o trabalho foi elaborado, a área era bastante extensa: é possível que, actualmente, dentro dessa zona, se encontrem também formas resultantes da penetração da língua nacional, podendo resultar, nalguns casos, uma situação de flutuação fonética entre os dois tipos de formas. De qualquer modo, a área do fenómeno — a não metafonia de ǫ — não deve ter-se alterado sensivelmente em relação àquela que foi delimitada pela A. e que abarcava então todo o distrito de Viana do Castelo, todo o distrito de Vila Real, todo o distrito de Bragança, o NE do distrito de Viseu (concelhos de Tabuaço, S. João da Pesqueira, Penedono e parte do de Sernancelhe), toda a zona setentrional do distrito da Guarda (concelhos de Vila Nova de Foz-Coa, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo, «chegando mesmo a entrar em domínios de Trancoso e de Pinhel». Em data mais recente,

sendo muito provável que ocupasse originariamente todo o Entre-Douro-e-Minho (1).

Dos dados aduzidos tanto em relação à área galega como à portuguesa parece, pois, poder concluir-se que o grafema *o*, em palavras do tipo considerado, representaria na maior parte dos casos e em grande parte da área estudada [ǫ], não podendo, porém, excluir-se a hipótese de que nalguns casos e nalgumas zonas o seu valor pudesse já ser [ǫ].

Consideremos agora um outro tipo de formas: aquelas que têm na sílaba tónica o grafema *o* seguido de nasal homossilábica (2): *contra* (1262 C 2; 1278 L 25, etc.), *cõtra* (1281 C 5; 1278 L 25; 1310 L 35; 1322 P 129, etc.), *fõte* (1286 L 28), *fonte* (1474 L 47; 1473 O 82; 1473 O 83), *fontef* (1262 C 1; 1284 DL 138), *fontes* (1310 L 35; 1335 L 37; 1404 L 38; 1405 L 39; 1426 O 78; 1448 DL 147), *mõte* (1286 L 28; 1310 L 34; 1474 L 47; 1473 O 84), *montes* (1474 L 47), *montes* (1310 L 35; 1404 L 38; 1448 DL 147; 1345 M 161), *mõtef* (1262 C 1), *mõtes* (1335 L 37; 1405 L 39; 1426 O 78), *montef* (1284 DL 138) (3).

A questão que se põe em relação a estas formas consiste em saber se ao grafema *o* correspondia, na época a que se referem os textos estudados, [ǫ̃] ou [ǫ̃] (4). Convém ter presente que as formas apontadas e outras congéneres tinham em latim clássico ŏ, a que corresponderia, portanto, no latim vulgar ǫ. O português culto apresenta para estas formas sempre o timbre [ǫ̃], uma vez que a nasalação das vogais transformou estas em vogais fechadas (5).

---

confirmam a existência de formas sem metafonia, na zona de Entre-Douro-e-Minho, os trabalhos seguintes: MANUEL DE PAIVA BOLÉO e MARIA HELENA SANTOS SILVA, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental*. Separ. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX), 1962, p. 96-97: o facto aparece como característico sobretudo do Alto-Minho; MARIA HELENA SANTOS SILVA, *Características fonéticas do falar minhoto*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 3 e 4, 1961, p. 321.

(1) Esta mesma opinião é partilhada por MARIA CLEMENTINA DOS PRAZERES DUARTE, *ob. cit.*, p. 260-261 e p. 271.

(2) Sobre os processos gráficos de representar a nasalidade das vogais nasais, veja-se o que ficou dito na p. 306.

(3) Tanto na apresentação dos exemplos como na indicação da localização de cada uma das formas não se pretendeu, pelo facto de neste caso não ser importante, ser exaustiva: apontaram-se apenas algumas formas do tipo considerado e indicaram-se alguns dos textos em que se encontram.

(4) Tenha-se presente idêntico estudo atrás feito (cf. p. 348-351) relativamente ao valor do grafema *e* da sílaba tónica, quando acompanhado de til sobreposto ou seguido de *n* ou *m* pertencentes à mesma sílaba.

(5) Desse modo, no português culto, a rica série de matizes vocálicos orais reduz-se, no caso das vogais nasais, apenas a cinco timbres, neutralizando-se a oposição entre ǫ/ǫ

Era essa, aliás, a situação da língua culta do Centro do País, no séc. XVI, a julgar pelo claro e explícito testemunho de Duarte Nunes de Leão (1). Mas, pode ter-se como altamente verosímil que na língua falada de Entre-Douro-e-Minho, na mesma época — e com muito maior razão de ser nos séculos anteriores — não se tinha verificado o fechamento de [o̜], pelo menos em relação à maior parte das palavras. Efectivamente, há ainda hoje no falar minhoto, apesar da irradiação do chamado idioma padrão, vestígios da antiga pronúncia [o̜] (2).

Para uma rigorosa interpretação dos factos é absolutamente necessário ter presente que o fechamento de o̜ por influência de nasal homossilábica já tinha começado a operar-se no latim imperial, sendo então um traço próprio da camada popular (3). Ao lado de formas com vogal fechada, subsistiram outras com timbre aberto etimológico, correspondentes a níveis sociolinguísticos mais elevados. As línguas românicas confirmam a existência e a transmissão dos dois tipos de formas (4).

Sendo assim, é muito provável que na zona portuguesa de que nos ocupamos e nos séculos abrangidos pelo presente trabalho, se encontrassem algumas formas com [o̜], ao lado de outras com [o̜].

---

e e̜/ç. Assim, o português dispõe apenas, nesse contexto, dos seguintes timbres vocálicos: [ã], [ẽ], [i], [õ] e [ũ]. Cf. JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 55; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), p. 149; IDEM, *Crestomatia arcaica*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), p. XXX; EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 32.

(1) Na *Orthographia da lingoa portuguesa*, afirma o A.: «Item se pronunciaõ com accento circunflexo, assi no singular como no plural, todos os nomes, que na primeira syllaba teem *m* ou *n* despois do *o*, como *lombo, momo, tombo, pombo, longo, ponto, conto, dono*». Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição. Correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 124.

(2) Veja-se, por exemplo, MARIA HELENA SANTOS SILVA, *Caracteristicas fonéticas do falar minhoto*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 3 e 4 (1961). Lisboa, 1962, p. 313; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 76.

(3) A vogal assim afectada pelo fechamento motivado pela nasal atingiu, por vezes, um timbre muito fechado. A este propósito, tenha-se presente a observação de Prisciano: «*funtes* pro fontes, *frundes* pro frondes, rustico more». (Informação colhida em R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 63). Veja-se também HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*, vol. I. *Fonética*. Madrid (Editorial Gredos), 1965 p. 268 e segs.

(4) O espanhol revela, também em relação à mesma palavra, formas que representam a evolução da pronúncia clássica, ao lado de outras que reflectem a pronúncia popular latina. Cf., por exemplo, esp. ant. *cuentra*, esp. ant. *cuende*, esp. ant. *huembre* em face de *contra*,

A Galiza, que não sofreu, como a zona portuguesa, a acção normalizadora e unificadora de uma língua considerada padrão, apresenta, sob este aspecto, uma situação bastante mais clara. Com alguma frequência as actuais variedades idiomáticas galegas conservam o timbre aberto (1) havendo, contudo, também algumas formas com timbre fechado. Por vezes, a linguagem da mesma povoação revela a convivência dos dois tipos de formas (2).

Da consideração de todos os dados aduzidos quer em relação à zona de Entre-Douro-e-Minho quer em relação à Galiza, parece poder concluir-se que no período abrangido pelo presente trabalho o grafema *o* de formas do tipo agora considerado podia representar [ǫ̃] ou [õ] (3).

---

conde, hombre, além de muitas outras como *puente, fuente, cuenta*, etc. Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL. *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edición, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 63-64; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, s.u. *hombre*. Sobre o resultado de formas deste tipo noutras zonas da România, cf. HEINRICH LAUSBERG, *ob. cit.*, vol. I, p. 268-274.

(1) A este propósito, veja-se V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 16; ANTÓN SANTAMARINA. *Testos e noticia da fala de Negueira (Lugo)*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 2, 1975, p. 308.

(2) Vejam-se os trabalhos a seguir indicados, relativos a diferentes zonas galegas: CONSTANTINO GARCÍA, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Santiago de Compostela, 1974. (Quase todas as formas têm [ǫ]: cf., a título de exemplo, *antesdǫnte, antǫnte, antrǫnte, mǫnxa, mǫnxe, ǫnte, ontǫnte*, etc.), mas há também outras com vogal fechada, como, por ex., *ponte*). Idêntica situação é apresentada por outros trabalhos: MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974. Cf., por ex., *nantrǫnte, ǫnte*, ao lado de *fonte, ponte*. Ver também da mesma A., *Fonética y fonología del gallego de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 133. Na província de la Coruña, perto da fronteira com a província de Lugo, em Feás, registou-se *pǫnte, lǫnxe, cǫnta*, mas *cõnde* (cf. J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 46). Idêntica convivência dos dois tipos de formas na zona do "Ribero", na prov. de Orense: a esse propósito, veja-se JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero*. Tesis doctoral (inédita). Madrid, 1962, p. 84. O A. regista [pǫ́nte], [bõ] ao lado de [$\acute{\text{ǫ}}^{\text{a}}_{\text{i}}$].

(3) Creio não poder duvidar-se de que pronúncias com [õ] existiriam já entre os séculos XIII e XVI nas regiões estudadas. Além dos argumentos acima aduzidos, é bastante expressivo o facto de aparecerem formas com [õ] em zonas do galego exterior, caracterizadas por enorme arcaísmo, onde se encontram traços que o galego falado na Galiza ultrapassou desde a fase medieval. Isso sucede, por exemplo, no galego-leonês falado no vale de Ancares. (Cf. DÁMASO ALONSO y V. GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 52). Aliás, das observações feitas pelos Autores do artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega* assim como da análise do mapa n.º 4, depreende-se que o fechamento de *o* por influência de uma consoante nasal que entrava a sílaba afecta quase todo o território galego, «pues sólo se conserva la vocal abierta en puntos en los que aparece,

Tenha-se presente, no entanto, que na história da língua galega se verificou um fenómeno que marcou uma diferença essencial entre a língua antiga e o galego actual e entre este e o português. Refiro-me à perda do carácter nasal das vogais vulgarmente chamadas vogais nasais: a antiga vogal nasal aparece agora desdobrada em vogal + consoante nasal.

Um outro aspecto bastante interessante no que se refere à pronúncia do antigo galego-português diz respeito à determinação do valor do grafema *o* quando seguido de semivogal palatal, com a qual forma ditongo. Para já, parece-me importante distinguir dois tipos de formas: por um lado, aquelas em que *o* representa a evolução de ō ou ŭ latinos. Enquadram-se neste primeiro grupo formas como *froyto* (1334 O 69), *froytos* (1414 L 42; 1334 O 69; 1360 O 73; 1506 P 136), *moytas* (1473 O 80), *moyto* (1303 M 153), *moytos* (1303 M 153; 1300 C 8; 1344 C 12; 1475 L 48), *ontroido* 'carnaval' (1433 O 79). Em relação a estas e outras formas idênticas, não me parece haver dúvida de que o grafema *o* represente [o̯] (1) e, por esse motivo, elas ficam fora da nossa consideração. O nosso estudo vai incidir, de modo muito especial, sobre aquelas formas em que *o* representa ŏ do latim: *boy* (1308 L 33; 1403 P 132; 1407 P 133), *boys* (1306 L 31), *bois* (1448 DL 147), *depoys* (1405 L 39; 1322 P 129; 1317 M 154), *deſpois* (1407 P 133), *moyo* (1407 L 40; 1497 L 50; 1274 O 53; 1290 O 58; 1302 O 61; 1267 P 91; 1289 DL 141), *moyos* (1335 L 37; 1414 L 42; 1292 O 59; 1302 O 61), *moyoſ* (1301 P 118; 1289 DL 141) *noyte* (1414 L 42), *oyto* (1300 C 8; 1325 P 130; 1448 DL 147; 1472 DL 149, etc.). O problema que se põe consiste em saber se na época compreendida entre os séculos XIII e XVI já se tinha verificado a inflexão da semivogal sobre *o* anterior e, portanto, se o grafema *o* representava, nos textos estudados, [o̯] ou [o̯].

Com base nos resultados actuais dessa região, creio poder afirmar-se que a inflexão de [o̯] por semivogal não se operou, no antigo galego-português, de modo regular, mas vacilante. De facto, as actuais variedades

---

además, una abertura antietimológica (*xamón* [šamõ̯n], *son* [sõ̯ŋ], *lambón* [lambõ̯ŋ])». (Cf. *Galego*. Artigo inserido na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 236 e mapa n.º 4).

Desse modo, não me parece totalmente exacto o contraste estabelecido por Pilar Vázquez Cuesta entre o português e o galego com base no fenómeno que temos vindo a considerar. Segundo a A., a nasalação «no ha influido en gallego sobre el timbre de la vocal tónica, que se mantiene con su valor etimológico en vez de cerrarse como en portugués. Así, por ejemplo, (...) lat. pŏntem > *ponte*, gal. (o̯n) 'puente', port. (õn); lat. bŏnum > gal. *bo* (o̯) 'bueno', port. *bom* (õ)». Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 106.

(1) Sobre a evolução do ditongo *oi* para *ui* em português e sobre a persistência dos dois resultados em galego, veja-se, adiante, Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 6.

galegas apresentam formas com [ǫi] e formas com [ǫi], por vezes na mesma povoação e até na linguagem do mesmo falante (1). Que a variante [ǫi] é já antiga e, portanto, que a inflexão já tinha operado antes do período estudado, parece poder deduzir-se da forma *muyos* (1315 O 66), quer se interprete o grafema *u* como uma tentativa de representar [ǫ], quer ele represente de facto [u], resultante do fechamento motivado pela semivogal (2). Além disso, a existência de algumas formas com [ǫ] em algumas variedades modernas do galego exterior, de feição muito arcaizante, parece levar a crer que o fechamento se operou em época bastante remota (3).

No que se refere à zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, a situação seria provavelmente idêntica, durante o período abrangido pelo presente estudo. A diferença está em que, ao longo dos séculos, a difusão da língua nacional, foi introduzindo formas com [ǫi] (4). Apesar disso, há ainda na

---

(1) Registam habitualmente formas com [ǫi] os trabalhos a seguir indicados: J. L. Couceiro, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 45-46; cf. também textos em transcrição fonética. Aí se assinalam quase sempre formas com [ǫi]: pǫis (por ex., p. 153, p. 165, p. 167 e p. 175), mǫyo (p. 171, p. 173), ǫito (p. 159, p. 177, p. 179), despǫis (p. 151, 159, 165, 175, 179), etc. No entanto, também pǫis (p. 171); María del Carmen Enríquez, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974. As formas registadas apresentam sempre [ǫi]: bǫi (p. 24), dimpǫis, dispǫis 'depois' (p. 57), *nǫite* (p. 103, p. 105), *pǫis* (p. 124); Antón Santamarina, *Testos e noticia da fala de Negueira (Lugo)*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 2, 1975, p. 308; nǫite, despǫis. Conforme salienta o A., «non é preciso lembrá-la importancia que poden ter prá comprensión da metafonía galego-portuguesa os datos que dan estes dialectos arcaizantes» (p. 308). Noutras zonas, o timbre da primeira vogal do ditongo é geralmente fechado. Vejam-se os trabalhos seguintes: Aníbal Otero, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*, 1977, s.u. (ǫlho de) boi. No entanto, fǫya 'hoya que se hace para cocer carbón vegetal (...)'; Constantino García, *Léxico de la comarca compostelana*. Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, s.u. *ajoiro* 'agoiro', *boi*, etc.

(2) Inclino-me mais para a segunda hipótese apresentada, tanto mais que formas congéneres aparecem ainda actualmente na Galiza (cf., p. ex., *cuiro* por *coiro* na zona costeira centro-meridional da prov. de La Coruña. Ver ALPI, mapa n.º 59), na zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho (cf., por ex., *uito* 'oito' registado pelo I.L.B. no concelho de Melgaço, freg. Cousso, lug. Virtelo).

(3) Assim acontece no ancarês onde, ao lado de formas como nǫite, com conservação do timbre etimológico, há outras com vogal fechada, como bǫis. Tenha-se presente que, no que se refere a alguns traços galegos, o ancarês revela «un grado de enorme arcaísmo, de un retraso verdaderamente medieval, con relación al gallego hablado en Galicia». Veja-se Dámaso Alonso y V. García Yebra, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 51-53.

(4) Sobre o fechamento da primeira vogal nas formas do tipo considerado, em português, cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa, (Fonética*

região formas que apresentam habitualmente o timbre mais antigo [ǫ̨], ao lado de outras que só esporadicamente o conservam. Situa-se no primeiro caso a forma *ǫ̨ito*, muito generalizada ainda hoje em todos os níveis sociolinguísticos; em relação ao segundo grupo, há exemplos esporádicos, mais ou menos isolados, na linguagem da região (1).

Da análise de todos os elementos apresentados, creio poder concluir-se que o grafema *o* das formas do tipo apresentado podia representar [ǫ] ou [ǫ̨]: a inflexão vocálica produzida por iode no extremo Noroeste da Península não se terá realizado de maneira regular, mas vacilante (2).

De interpretação bastante difícil me parecem ser algumas formas galegas que, na sílaba tónica, apresentam o grafema *u* em vez do grafema *o* que se esperaria.

Na quase totalidade das formas registadas o uso do grafema *u* em vez de *o* surge quando a vogal é nasal, embora, como veremos, possa ocorrer também noutros contextos. Entre as formas do primeiro grupo registei o grafema *u* em formas de diferente proveniência. Algumas delas representam palavras latinas terminadas em -ŌNE-: *condizũ* (1258 L 21), *corazũ* (1281 C 5), *dõazũ* (1281 C 5), *doazũ* (1258 L 22), *gẽerazũ* 'geração' (1281 C 5), *giarazũ* (1282 C 7), *quiñũ* (1258 L 21). Exceptuando estas formas, os documentos galegos registam habitualmente formas com o grafema *o: capõ* (1407 L 40), *condiçom* (1372 O 75), *condiçõ* (1407 P 133; 1506 P 136), *condiçon* (1426 O 78),

---

e morfologia). 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 50; EDWIN B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 36; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 54.

Um fechamento idêntico ao do português e realizado também em época muito remota, se operou em castelhano: aí é possível situar este fenómeno relativamente a um outro, a ditongação de [ǫ] proveniente de ŏ. Pode, com toda a segurança, afirmar-se que a inflexão vocálica motivada por iode é anterior à ditongação, uma vez que, no contexto indicado, este fenómeno não ocorreu: NŎCTE > esp. *noche*, ŏCTO > esp. *ocho*, PŏDIU > esp. *poyo*, etc. Sobre estes fenómenos em espanhol, cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edición, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 44-50.

A propósito da inflexão por iode nos diferentes idiomas peninsulares, veja-se DÁMASO ALONSO, *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao Tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 105-109.

(1) Com carácter esporádico, o I.L.B. (n.º 78) assinala [nǫ̨jti] no conc. de Paredes de Coura, freg. Insalde, lug. Souto.

(2) Em relação a este aspecto, o antigo galego-português apresenta, no conjunto dos idiomas peninsulares, uma situação muito peculiar. O português, língua nacional, que resulta da evolução dos falares do Centro do País, fechou as vogais resultantes de E e ŏ do lat. clássico; situação idêntica se verifica em espanhol, onde, no contexto indicado, não se realizou a ditongação das referidas vogais, pelo facto de elas se terem fechado por influência de iode seguinte. Pelo contrário, em leonês e aragonês, não se verificou a acção do iode sobre as vogais anteriores. Sobre este assunto, veja-se DÁMASO ALONSO, *ob. cit.*, p. 106.

condjçon (1474 L 47), *concãbazõ* (1257 L 20), *cõcanbiazõ* (1257 L 20), *çõdi£õ* (1281 L 26), *condi£õ* (1274 O 53), *cõdizom* (1278 L 25), *coraçõ* (1308 L 33; 1274 O 53; 1299 P 115), *quiniõ* (1296 P 109), *quinõ* (1269 P 93; 1407 P 133), *quinon* (1414 L 42; 1307 O 62; 1348 O 71; 1473 O 87), *quinom* (1295 P 108), *quiñõ* (1310 L 34; 1281 O 55; 1290 O 58; 1302 O 61; 1315 O 66; 1334 O 69; 1339 O 70; 1348 O 72; 1396 O 76; 1280 P 98; 1282 P 100; 1298 P 113; 1299 P 114, etc.), etc. (1). São também formas deste género as que os documentos portugueses estudados registam de forma habitual: *barõ* (1334 M 158; 1334 M 159), *cõdiçõ* (1313 DL 144; 1334 M 158; 1334 M 159; 1401 M 163; 1401 M 164; 1404 M 165), *condi£on* (1284 DL 138), *cõfiſſõ* (1411 M 167), etc.

Mas a utilização do grafema *u* em vez de *o* aparece também em formas com outra proveniência, em que a vogal nasal figura no interior da palavra: *mũge* (1290 P 106. No mesmo documento, aparece também *mõge)*, *mũgeſ* (1267 O 52. Também *mõgeſ*), *mũge* (1295 P 107), *mungeſ* (1281 P 99) «Silua *Redunda*» (top.) (1262 C 2), *cũten* (6.ª pes. pres. conj. de *contar*) (1299 P 114) (2).

Entre as formas que apresentam o grafema *u* por *o* noutros contextos registei as seguintes: *duble* (1267 P 91), *dubre* (1278 L 25; 1296 P 111), *dublo* 'dobro' (1267 O 52), *duple* (s.m.) (1274 L 24), *furũ* 'foram' (6.ª pes. pret. perf. de *ser*) (1257 L 20), *nume* (1278 L 25; 1287 P 103; 1290 P 106; 1295 P 108; 1296 P 110; 1296 P 111; 1298 P 113; 1299 P 114; 1299 P 116; 1299 P 117; 1302 P 120; 1302 P 121; 1302 P 122; 1316 P 124; 1317 P 125; 1419 P 134), *ſubre, subre* 'sobre' (1262 C 2), *ſũ, ſum* 'são' (= arc. *som*) (1258 L 21), *vntre* 'entre' (1262 C 2) (3).

A análise de todos os exemplos apresentados revela-nos imediatamente que todos eles foram recolhidos em textos pertencentes à Galiza; efectivamente, os textos portugueses agora publicados não registam formas con-

---

(1) Sobre os resultados galego-portugueses dos substantivos terminados em latim em -ONE, veja-se, adiante, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 1.

(2) Não se incluem juntamente com as formas acima citadas outras aparentemente idênticas, mas, de facto, bastante diferentes. Refiro-me às formas como *cunplan* (1414 L 42), *cũplan* (1302 O 61; 1414 L 42), *cunpla* (1414 L 42), *cumpla* (1500 O 90), *cũpla* (1450 L 44; 1302 O 61; 1339 O 70), *cũpra* (1335 L 37), *cũpran* (1302 O 61), etc.), onde, a julgar pelas formas actuais do português e do galego, parece não haver dúvida de que não só na grafia, mas também na pronúncia, o vocalismo da sílaba tónica acabou por se fixar em *u*. O vocalismo das formas com j (p. ex. CŌMPLĒO > *cumplo*) acabou por generalizar-se às formas fortes e às formas fracas. A propósito destas e doutras formas idênticas, veja-se, adiante, p. 402-403.

(3) A forma *vntre* aparece por *ontre* 'entre', abundantemente documentada nos textos galegos. Sobre a localização desta forma, veja-se, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, § 10. Preposições.

géneres. A explicação para tal ausência parece-me residir no facto de os primeiros documentos portugueses inseridos na presente colectânea serem algumas dezenas de anos mais tardios do que os galegos. Sendo assim, não é de admirar que surjam alguns exemplos de formas com o grafema *u* em vez de *o* noutros textos portugueses publicados, correspondentes, na quase totalidade, a datas mais antigas (1). E é bastante interessante poder verificar-se que o mesmo facto aparece também, em data anterior, na região portuguesa que nos ocupa, a região de Entre-Douro-e-Minho (2).

O problema que se põe em relação a estas formas gráficas consiste em saber se elas correspondem a formas da língua falada ou se, pelo contrário, devem ter outra explicação. Além disso, importa ainda tentar averiguar se todas as formas se explicam do mesmo modo ou se, pelo contrário, embora materialmente idênticas, têm explicações distintas. Se se exceptuar a forma *nume* registada desde 1278 a 1419, todas as restantes são do século XIII (3).

---

(1) Veja-se, por exemplo, PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos antigos da Beira. Cartório de Ferreira de Aves (Ferreira d'Aavres)*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 59-65. No doc. I, correspondente ao ano 1275, aparecem *dũna* 'dona', *capũ* 'capão', *quinũ* 'quinhão', *tudas* 'todas', *móórdumu* 'mordomo', *Vila bũa* (top.) 'Vila Boa', *sum* 'são' (= ant. *som*) (p. 62). No doc. II, de 1275, cujo tabelião era de Celorico da Beira, aparece também *dubre* 'dobre, 3.ª pes. pres. conj. de *dobrar*' (p. 62). Uma forma idêntica *duble* ocorre no doc. IV datado de 1281; IDEM, *Documentos portugueses de Pendorada do séc. XIII*. In: *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, p. 79-95. No doc. III, datado de 1277, está registada a forma *mũges* 'monges' (p. 87); no doc. VI, correspondente ao ano 1278, regista-se *mũge* (p. 90). No doc. X, não datado, mas da mesma época dos anteriores, ocorre também *souto majur* (top.) 'Souto Maior', *penur* 'penhor' (p. 94); IDEM, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 259-276. O doc. XII, embora de 1296, regista ainda algumas formas: *bua* 'boa', *bũu* 'bom', *capũ* 'capão', *fur* 'for' (3.ª pes. fut. conj. de *ser*) (p. 274). Para outros exemplos análogos que ocorrem de modo acidental em documentos portugueses anteriores a meados do século XIV, veja-se também ANTHONY J. NARO, *A história do* e *e do* o *em português. Um estudo de deriva linguística*. Artigo incluído em *Estudos diacrónicos*. Petrópolis (Editora Vozes), 1973, p. 14-15.

(2) Registam-se algumas formas desse género no mais antigo texto em língua portuguesa, a Notícia de torto, que, embora não datado, parece ser de data anterior ao ano 1211. Aí aparece várias vezes a forma *fũrũ* 'foram' (6.ª pes. do pret. perf. dos verbos *ser* e *ir*); cf. linhas 26, 35, 42, 50 e 52. Veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la Noticia de Torto*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 161-174. A leitura crítica do texto encontra-se nas p. 170-172.

(3) Noutros documentos galegos já anteriormente publicados e relativos ao segundo e terceiro quartel do século XIII há formas idênticas. Cf. MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura* (Barcelona), vol. VII, p. 113-192. No doc. 20, de 1259, p. 140, l. 32 aparece *furon* 'foram'; no doc. 23, do mesmo ano, p. 143, l. 12, *dubro* 'dobro'; no doc. 29, do ano 1267, p. 150, l. 2 e 5, *fun* 'são' (= ant. *som*); no doc. 30, do ano 1269, p. 151, l. 12, *furon* 'foram'. Cf. também

duma época em que se faziam as primeiras tentativas de fixação em língua galego-portuguesa e, portanto, de uma época de grafia ainda não fixada. É bem possível que os escribas desse período, ao sentirem o carácter polivalente do grafema *o* (1) que, nuns casos, fazia referência ao fonema /ǫ/ e noutros a /o/, sentissem dificuldade na fixação escrita, tanto mais que não havia uma tradição gráfica em que pudessem apoiar-se. Algumas das formas apontadas podem resultar do embaraço que sentiram os copistas ao fixá-las por escrito. A proximidade acústica e articulatória de [ǫ] e de [u] teria conduzido ao emprego do grafema *u*, sobretudo naquelas regiões onde, porventura, o referido fonema /ǫ/ admitisse realizações mais fechadas.

Seja qual for a explicação que se aceite, parece certo que o facto de se estar numa época em que a grafia ainda se não tinha fixado ajuda a explicar a hesitação, no interior do mesmo texto, entre formas com diferentes grafias. Assim, o documento 1267 O 52 regista *mõgef* e *mũgef* e o documento 1290 P 106 assinala *mõge* e *mũge*. Além disso, nesse período impunha-se muito intensamente a força da tradição latina: sobre cada notário pesava fortemente a influência do latim jurídico em que até então eram redigidos os documentos notariais. Daí que as formas latinas ou de pretensa aparência latina fossem sentidas pelos escribas como mais cultas, o que levava a introduzi-las nos documentos; isto, naturalmente, associado à força do hábito de redigir documentos naquela língua, o que podia, nalguns casos, fazer com que escapassem, em textos romances, algumas palavras latinas ou com essa aparência. Creio, pois, que algumas formas têm essa explicação: os textos em que ocorrem contêm outras formas latinas ou pseudo-latinas. Assim acontece, entre outros, com os documentos 1258 L 21, 1258 L 22, 1267 O 52, 1262 C 2 e 1290 P 106.

Parecem-me, além disso, confirmar esta hipótese formas como «Silua *Redunda*» (top.) (1262 C 2), *duple* (1274 L 24) (nesta última forma, a conservação do grupo *pl* parece indicar tratar-se de influência da grafia da forma latina) e *numen* 'nome' (1296 P 109), esta última por falsa reconstituição do latim *nomen*.

Xesús Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. *Terras de Orense*, vol. I. Vigo (Galaxia), 1967. No doc. 19, de 1271, p. 30, l. 10 regista-se *dubre* (3.ª pes. pres. conj. de *dobrar*); no doc. 20 de 1273, p. 32, l. 11, *unze* 'onze'. Num documento do fim do séc. xiii (cf. doc. 33, 1292, p. 48, l. 36) ocorre também *múuil* 'móvel'. Sobre o étimo desta forma, o latim mŏbĭle- que coexistiu com mōbĭle-, veja-se R. Menéndez Pidal, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Sexta edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 260 n. 1 e 2.

(1) Sobre a polivalência de outro grafema de referência vocálica, o grafema <e>, e a existência de formas idênticas, veja-se o que foi dito nas p. 350-351.

Noutros casos, não pode excluir-se a possibilidade de as formas grafadas com *u* corresponderem a autênticas formas da língua falada. Refiro-me especialmente àquelas formas onde a vizinhança de determinados sons pode ter condicionado a passagem de [o̯] a [u]: em *duble, dublo, dubre, mũge, munge∫, mũge∫, nume, subre* e *∫ubre* (1) o contacto com a bilabial pode talvez ajudar a explicar a referida alteração (2). Parece-me ser esta a única maneira satisfatória de explicar a forma *nume* que, como vimos atrás (3), aparece, de modo continuado, desde o séc. XIII até fins do séc. XV nos documentos da Província de Pontevedra (4). Aliás, formas com passagem de [o̯] a [u] por influência de sons vizinhos não são desconhecidas nalguns pontos do domínio linguís-

---

(1) A propósito da localização dessas formas, veja-se, atrás, p. 392.

(2) Cf. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), p. 72. Aí afirma o A. em relação à sílaba pretónica: «Probablemente será la labial agrupada causa de la cerrazón de *o* en d ũ b ī t ā r e ant. *dubdar*, de donde pasó a las formas acentuadas en la inicial, *duda*, leonés ant. *dolda*». García de Diego explica várias formas com *u* em vez de o̯ do galego antigo e moderno como resultado do condicionamento exercido por várias consoantes vizinhas: refere-se não só às labiais, mas também às palatais (cf. *huxe* 'hoje'), à sibilante a entravar a sílaba (cf. *conusco, convusco*, etc.) e à velar, sobretudo no início de palavra (cf. *cunca* por *conca* e *cuncha* por *concha* em Curros Enríquez; *cuntas* por *contas*, etc.). Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 74-77; IDEM, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 63-67. A forma *convusco* acima citada, assim como *vusco*, aparece já nalgumas composições trovadorescas. Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 22 e 94; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. III. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 601.

(3) Veja-se, atrás, p. 392 e 393.

(4) Segundo informação de Fray Martín Sarmiento, a forma *nume* aparece ainda em documentos da província de Pontevedra dos séculos XIV e fins do século XV. Recolhe-a o A. no *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega* na secção de *Voces gallegas antiguas* e no *Suplemento de voces gallegas sacadas de pergaminos* (cf. FR. MARTÍN SARMIENTO, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Universidad de Salamanca, 1973, p. 272-279 e 291-296). Estes dados coincidem, pois, com os que dos textos publicados neste trabalho pudemos extrair. Teria essa forma continuado a usar-se nos séculos seguintes? O próprio Martín Sarmiento a usa nas *coplas* 55 e 77 incluídas na *Colección de voces y frases gallegas en coplas y un glosario de dichas voces* e dela faz um breve comentário nos passos correspondentes. Desse emprego, seríamos levados a concluir que a forma vivia ainda no séc. XVIII na região de Pontevedra. Mas, bem pode tratar-se também do restabelecimento de um arcaísmo que o Autor tinha encontrado com alguma frequência nos velhos pergaminhos dessa província. A este propósito transcrevemos um passo que sobre o assunto escreveu José Luís Pensado: «La primera duda que nos asalta es la de su uso en la lengua diaria. Sabemos ciertamente de su empleo en la lengua medieval al lado de la variante *nome*, pero para su utilización como forma viva en vez de *nome* carecemos de datos de la época. Si la ha oído en el uso diario pontevedrés o es la reposición de un arcaísmo leído en los documentos antiguos no podremos por

tico galego-português (1). As restantes formas, registadas apenas nos documentos mais antigos, do séc. XIII, bem podem ser o resultado das outras causas atrás indicadas (2).

2. Em posição átona

À semelhança do que atrás (3) foi afirmado em relação aos valores do grafema *e*, também o grafema *o* em sílaba átona, mas particularmente na posição pretónica, apresenta uma oscilação gráfica bastante sensível, podendo alternar com outros grafemas vocálicos, mas sobretudo com *u* e, algumas vezes, com o ditongo *ou*. Tentar-se-á explicar essa instabilidade gráfica e ver até que ponto ela correspondia a um estado de flutuação do timbre das vogais átonas no antigo galego-português (4). Tratar-se-á separadamente da posição pretónica e da posição final. Relativamente à posição pretónica, importa determinar, por um lado, o valor do referido grafema em inicial absoluto e, por outro, quando em posição pretónica interna ou na sílaba inicial, mas não em início de palavra.

Comecemos, pois, pela posição pretónica.

Em início de palavra, nos textos estudados aparece quase invariavelmente o grafema *o*: *obligo* (1367 C 14), *oydorefʃ* (1274 L 24), *obligamofʃ* (1307 L 32), *obligamos* (1410 L 41), *Offeyra* (1280 P 98), *Offoyro Eanefʃ* (1280 P 98),

---

ahora dilucidarlo, pero de todos modos es extraño que no haya oído la variante con *o*, que es la que hoy perdura». Fr. Martín Sarmiento, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Universidad de Salamanca, 1973, p. 82.

(1) Em relação ao galego, ver, por exemplo, além das obras de García de Diego citadas na nota 2 da p. anterior, José Manuel García de La Torre, *ob. cit.*, p. 85-86. Sobre idêntico fenómeno numa região fronteiriça luso-espanhola, cf. também Clarinda de Azevedo Maia, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 136.

(2) No artigo citado na n. 1 da p. 393, Anthony J. Naro sugere, em relação às formas que recolheu nalguns documentos portugueses antigos, algumas possibilidades de explicação que, em parte, coincidem com as que foram por mim apresentadas: «A ortografia em alguns, mas não em todos, esses exemplos é influenciada pelo latim; casos óbvios são *cum, sumus, omus, eus*. Mas há exemplos que não podem ser assim explicados. Estes sugerem ou que as vogais médias tornam-se vogais altas em todas as posições, incluindo a tónica, ou que os pares [o u], [e i] eram suficientemente semelhantes para causar confusão, especialmente onde a imagem da forma latina escrita estava presente. A primeira possibilidade é excluída porque as vogais tónicas médias e altas são distintas em quase todos os dialectos». Cf. Anthony J. Naro, *ob. cit.*, p. 15.

(3) Veja-se o que foi dito nas p. 355-381.

(4) Como se afirmou atrás (cf. p. 355, n. 3), a flutuação no timbre das vogais átonas, e muito particularmente, o seu fechamento, ocorria já na fase antiga de outras línguas peninsulares. A esse propósito, veja-se a bibliografia citada na p. 355, n. 3.

Ora§o (top.) (1280 P 98), *obydyẽtes* (1432 P 135), *obrigo* (1432 P 135), *Orraca* (1287 DL 140), *obrigaçõ* (1345 DL 146), *obidientes* (1472 DL 149), *obligamos* (1281 M 151), *obrigamos* (1404 M 165), etc. (1).

Nos textos publicados neste trabalho, não encontrei formas com *u-* em vez de *o-*, mas elas ocorrem em antigos textos galego-portugueses, embora com carácter relativamente esporádico (2). Indicarão estas grafias que *o* em inicial de palavra pudesse, nesta região, realizar-se como [u], pelo menos desde o séc. XIII? É bem provável que assim fosse, pelo menos nalguns níveis sociolinguísticos. Efectivamente, ainda hoje é geral na região de Entre-Douro-e-Minho a realização [u], mesmo na camada culta local, ao passo que, noutras zonas, a camada culta apresenta habitualmente a realização [ǫ] (3). Sob este aspecto, de bem pouca utilidade é o conhecimento do galego, desde há séculos sujeito à influência do castelhano. Mas a indicar a antiguidade da pronúncia [u] está a sua ocorrência numa zona de feição marcadamente arcaizante como é a região galego-leonesa do Vale de Ancares (4).

---

(1) Por se tratar de formas muito frequentes, citam-se apenas algumas abonações.

(2) *Santa Maria da Hulliueira* é uma forma toponímica registada no doc. 57 da colecção de documentos orensanos organizada por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI.* I. Terras de Ourense, vol. I. Vigo (Galaxia), 1967, p. 90. No texto da *Crónica Troyana*, aparecem *urgullo, urgulloso* e *humildoso*, em face de *orgullo, orgulloso* e *omildoso, omildosament, homildosament* e *omildança*. Cf. KELVIN M. PARKER, *Vocabulario de la Crónica Troyana.* (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid). Salamanca (Acta Salamanticensia), 1958, p. 119. Idêntica oscilação entre formas com *o-* e *u-* aparece nas *Cantigas de Santa Maria: omildade, omildoso* e *omildança* ocorrem simultaneamente com *humildade, umildade*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. IV, 1972, p. 213 e 311. Outros exemplos surgem também em textos escritos a sul do Minho: cf. os topónimos *Ulvar* e *Ulveira* (este último simultaneamente com *Olveira*) registados no texto tradicionalmente conhecido por Auto de partilhas. Cf. JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch.* Heidelberg, 1933, p. 68 e p. 292.

(3) JORGE MORAIS BARBOSA, *Études de phonologie portugaise.* Lisboa (Junta de Investigações do Ultramar), 1965, p. 135-136. Aliás, foi este um dos poucos contextos em que, na sílaba pretónica, o grafema *o* manteve o antigo valor de [ǫ]; o mesmo aconteceu quando a vogal é entravada por *l* velarizado: cf. *soldado, moldar, olvidar*, etc. Em todos os outros contextos passou a realizar-se como [u]. A este propósito, veja-se PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros.* Separ. de *Annali dell'Istituto Universitario Orientale.* Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 161.

(4) Cf. J. R. FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método "Palabras y Cosas".* Anejo 10 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 25. Ao tratar do vocalismo átono, afirma o A.: «También la *o* inicial tiende a cerrarse en *u*». Mais recentemente,

Além disso, a análise dos textos estudados oferece-nos ainda algumas formas com ditongo inicial *ou-* : *ouliuar* (s.m.) (1307 O 62), *ouliueyra* (s.f.) (1424 O 77). Essas formas, ainda que não muito numerosas, são reveladoras de uma tendência que existiu no antigo galego-português (1) e que se manifesta ainda actualmente em mirandês (2), no asturiano ocidental (3) e nos falares trasmontanos da fronteira oriental (4).

Tal como já se afirmou atrás (5) ao tratar das formas com *ei* (ou *ey*) inicial em vez de *e-*, é possível que se trate de ditongos analógicos, devidos à grande vitalidade dos referidos ditongos nesses idiomas. Por outro lado,

---

o mesmo Autor, no estudo consagrado à fala ancaresa, a propósito de *o* átono da sílaba inicial, refere a tendência para o fechamento: « /o/ inicial átona tiende a cerrarse en /u/ tanto inicial absoluta *(uído, uvella)* como no absoluta *(durmir, muliu* 'mullido', *tubillo, rudilla, tusir, turcazos,* 'palomas torcaces', *cucī̃a* 'cocina' (...), etc.), alternando con [ọ] como variante fonética». Cf. José Ramón Fernández González, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico.* Universidad de Oviedo, 1981, p. 43. Em data bastante anterior, o artigo de Dámaso Alonso y Valentín García Yebra, *El gallego leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa* (in: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, Santiago de Compostela, 1961, p. 43-79) faz idêntica afirmação: «La *o* inicial se cierra y tiende a penetrar en los límites de *u* (...)» (p. 53).

(1) Relativamente ao antigo galego-português, assinala formas idênticas José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 80-81. Além disso, noutros textos publicados são registadas bastantes formas com *ou-* inicial. Citarei apenas alguns exemplos: Margot Sponer, *ob. cit.*, p. 177: *ouliueyras;* Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. IV, 1972, s.u. *ouriente* 'oriente'; *Miragres de Santiago.* Edición y estudio crítico por José Luis Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1958: no glossário final (p. 346) registam-se *ouçidente, ouliva, ouriente, ourina;* Kelvin M. Parker, *Vocabulario de la Crónica Troyana.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958: aí figuram *ouçident* (p. 239), *oufanioso* (p. 119), *ouliva* (p. 15), *ourient* (p. 239), *ouriente* (p. 239). Há vestígios de formas deste tipo no português antigo, a sul da primitiva região galego-portuguesa. Assim, num documento do mosteiro de Chelas dos fins do século XIII ocorre *ouffyzijo.* Cf. Pedro A. de Azevedo, *Documentos portugueses do Mosteiro de Chelas.* In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 272, doc. XI.

(2) José Gonçalo Herculano de Carvalho, *Fonologia mirandesa.* Coimbra, 1958, p. 74 e n. 111. O Autor admite que «a pronúncia «*oubeilha*» (...) deve ser uma pronúncia sobretudo enfática e não constante».

(3) Diego Catalán Menéndez-Pidal, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas.* Separ. de *Romance Philology*, vol. X, n.º 2, Novembro de 1956, p. 78. Segundo o A., o ditongo de palavras como *ouriéṭsa, ouriṭsár, ouvéa ~ ouvécha, Ouliva, ourinos,* etc. deve-se à «inestabilidad y oscuridad de la vocal átona, rasgo de los más característicos del dialecto».

(4) Maria José de Moura Santos, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 183.

(5) Veja-se, atrás, p. 356-358 e n. 7 das p. 357-358.

a instabilidade da vogal da sílaba átona inicial deve ter facilitado essa introdução analógica do ditongo.

Sendo assim, parece lógico concluir que na região de Entre-Douro-e-Minho e na Galiza, durante o período estudado, existiam as realizações [o̧], [o̧u̯] e, possivelmente, [u]. O que não é possível saber é qual a frequência, vitalidade e situação sociolinguística de cada uma das variantes de realização, uma vez que, segundo cremos, não haveria um perfeito ajustamento entre esses diferentes tipos de pronúncia e as respectivas formas gráficas.

Tratando em seguida da posição pretónica não inicial absoluta, ou seja, da sílaba intertónica e da sílaba inicial começada por consoante, analisemos primeiramente os casos em que, devido ao condicionamento exercido pelo contexto, o grafema *o* pode alternar com *u*.

O emprego do grafema *u* por *o* aparece, em primeiro lugar, quando na sílaba seguinte (em geral, a tónica) existe *i* ou *u*, correspondendo, portanto, essa mudança no uso dos grafemas a uma alteração fonética de tipo assimilatório. Da análise dos textos agora publicados parece poder concluir-se que o referido fenómeno fonético ocorria com muito maior intensidade na Galiza do que na região de Entre-Douro-e-Minho (1). Pelo menos, é essa a imagem que nos dão os textos analisados (2). Em relação à Galiza, abundam os exemplos de todas as províncias e em todo o período abrangido pelo presente estudo: *acuſtumarom* (1334 O 69), *acuſtumarõ* (1290 P 106, 2v.), *acuſtumado* (1502 L 51), *acuſtumada* (1500 O 90), *çenſuria* (1450 L 44), *cognuzuda* (1258 L 23), *conuſ&uda* (1302 L 30), *conuſçuda* (1351 C 13; 1289 P 105), *conuzuda* (1262 C 2; 1265 C 3; 1281 C 5; 1286 L 28), *cumunal* (1302 L 30), *cumunalmente* (1367 O 74), *cumunalmẽte* (1302 L 30), *cunuſçuda* (1290 P 106), *cunu&uda* (1287 P 102), *cunuzuda* (1269 P 93; 1271 P 94; 1271 P 95; 1297 P 112), *cunusuda* (1295 P 108), *cunuſçuda* (1281 P 99), *cunuçuda* (1258 L 22), *curtiña* (1283 P 101), *curtina* (1283 P 101), *cuſtume* (1367 C 14; 1385 C 15; 1404 L 38; 1459 L 46; 1474 L 47; 1334 O 69; 1433 O 79; 1500 O 90; 1317 P 125; 1403 P 132; 1432 P 135), *custume* (1473 O 88), *cuſtumes* (1360 O 73;

---

(1) A este propósito, tenha-se presente a observação feita atrás, p. 362 e segs. e n. 1 da p. 363, a propósito de idêntica alteração de *e* pretónico.

(2) No estudo feito por R. Rübecamp da linguagem das *Cantigas de Santa Maria*, comparando-a com a linguagem da poesia trovadoresca dos séculos XIII-XIV e de alguns documentos galegos medievais, mostrou também o A. que, entre os «fenómenos que caracterizam a evolução galega, em oposição à portuguesa», se inclui exactamente a influência, na conjugação verbal, de um «*i* tónico sobre as vogais temáticas *e*, *o* precedentes»: cf., a título de exemplo, *pidimos, pidi, fugir, durmia*. Veja-se RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 78 e n. 3.

1372 O 75; 1396 O 76; 1426 O 78; 1473 O 80), *luriga* (1302 O 60), *muyno* (1474 L 47) (1), *muyño* (1474 L 47; 1310 L 34; 1302 O 61), *muyños* (1296 P 111), «*Muyno* Uedro de Sfufao» (top.) (1289 P 105), *nubidades* (1500 O 90), *Purtugal* (1292 O 59) (2), *purtugueſes* (1325 P 130), *puſſuadellas* (5.ª pes. do pres. conj. de *pussuir* com o pronome pessoal) (1296 P 111), *puſſuia* (1289 P 105), *puſſuya* (1281 L 26), *puſſuyades* (1302 P 122), *puſtrimeyra* (1325 P 130; 1414 L 42; 1302 O 61), *puſtrimeyro* (1314 O 65), *puſtrumeyra* (1405 L 39), *puſtrumeyro* (1432 P 135), *puſtura* (1500 O 90), *ſſuya* (3.ª pes. imperf. do indic. de *ſſoer*) (1298 L 29), *ſuhia* (1283 P 101), «Joan *Subrino*» (1424 O 77), etc. Outros textos antigos da Galiza (3) revelam também grande frequência no aparecimento desse fenómeno de harmonização vocálica que, aliás, existe ainda no galego actual (4). Atesta também a grande vitalidade do fenómeno no período estudado o facto de ele ocorrer mesmo em castelhanismos impor-

---

(1) A forma *muyno* aparece várias vezes no documento indicado, mas, simultaneamente com essa forma, está também registada, na l. 17, *moyno*.

(2) No mesmo documento, l. 20, aparece também *Portugal*.

(3) As *Cantigas de Santa Maria* apresentam alguns exemplos desse fenómeno de harmonização vocálica de *o* da sílaba pretónica a *i* ou *u* da sílaba seguinte, mas, de acordo com o estudo de R. Rübecamp, nos documentos da mesma época essa influência é ainda mais frequente. Cf. Afonso X, O Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972; Rudolf Rübecamp, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa, 1933, p. 78 e n. 3. Formas desse género que sofreram assimilação do *o* pretónico a *i* ou *u* da sílaba seguinte que, em geral, é a tónica, aparecem também na *Crónica Troyana*. Cf., entre outras, as formas seguintes: *acustumado, apustura, cumunalment, custume, descumunal, destruimento, pustura*. A este propósito, veja-se Kelvin M. Parker, *Vocabulario de la Crónica Troyana*. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid). Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958. No texto dos *Miragres de Santiago* ocorrem algumas formas desse tipo: *acustumã, acustumado, acustumaua, acustumauã, custume, fugir, fugiram*. Cf. *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Madrid, Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española*, 1958. Veja-se o glossário. Em textos doutra natureza, isto é, em antigos documentos notariais galegos aparecem registados bastantes exemplos do mesmo fenómeno: cf. *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. Transcriptos por Andrés Martínez Salazar. La Coruña, 1911: *conuzuda*, p. 49; *muynos*, p. 52; *conuſçuda*, p. 53; *cunuszuda*, p. 59, etc.; Margot Sponer, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, 1934: *conusuda*, p. 34; *cunuſuda*, p. 25; *cuſtume*, p. 67-68; *numyado*, p. 51; *muyſteyro*, p. 51, etc.

(4) Vicente García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 61-62; e, mais recentemente, em *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 73. Além disso, algumas monografias de carácter linguístico relativas a várias regiões galegas assinalam o mesmo fenómeno. Assim, por exemplo, J. L. Couceiro, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 51-52. Ao referir-se ao *o* pretónico, o A. afirma o seguinte: «Lo mismo que la *e* átona del latín vulgar puede asimilarse

tados e que se adaptaram a esse traço da fonética local. É desse tipo a forma *cumutaciõ* que aparece num documento da província de Orense, do início do séc. XVI (1500 O 90).

Mas, por outro lado, mesmo em casos em que existe o referido condicionamento, os documentos galegos estudados apresentam formas gráficas com *o*: *acostumado* (1499 O 89), *conozuda* (1255 L 19), *conoçuda* (1287 P 103; 1288 P 104; 1299 P 114), *conoſzuda* (1269 C 4), *coſtumme* (1499 O 89), *coſtume* (1410 L 41; 1442 L 43; 1450 L 44; 1475 L 48; 1502 L 51; 1506 P 136), *coſtumes* (1475 L 48), etc.

Analisemos, em seguida, a situação apresentada pelos textos portugueses estudados. Há também, desde o século XIII (1), algumas formas gráficas

---

a una *i* siguiente, cerrando su timbre en *u*. Los casos son los mismos, cuando sigue una *i* tónica:

[kubíθa / kobíθa] 'codicia'
[kuθiŋa / koθíṇa] 'cociṇa'
[mulíđo / molíđo] 'rodete'
[furmíxa / formíxa] 'hormiga'
[fuθíṇo / foθíṇo] 'hocico'
[kurtíŋa / kortíṇa] 'finca'

Sufre este mismo proceso la *o* átona del radical de la implosiva de la tercera conjugación: [mušír / mošír] 'ordeñar', [durmír / dormir] 'dormir'. Además la *o* átona ante *i* flexional en los verbos de la segunda y tercera conjugación, aunque no es tan frecuente como en el caso de *e* átona: [durmía / dormía], [mur̃ía / mor̃ía], [mur̃íces / mor̃íces], [durmír dormír], [durmíđo / dormíđo], etc.».

Fenómeno idêntico é assinalado em O Grove, na província de Pontevedra. Cf. MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Fonética y fonología de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 136: «El timbre es tan cerrado que, en ocasiones, se oye [U] (si hay una vocal cerrada en la sílaba siguiente): [tUrúyọ] 'deposición'; [tUsíɐ] 'toser'; [tUr̃ọ́ŋ] 'terrón'; [fUsíŋọ] (S.M.) 'hocico'; [kUsturẹ́ịra] 'costurera'; [akUđíɐ] 'socorrer'; [pUlẹịrọ] 'gallinero'; [dUmị́ŋhọ] 'domingo'».

(1) Relativamente ao português, só a partir do séc. XV tinha sido assinalado o facto. Assim, JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e* o *em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962, p. 15-16; IDEM, *Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguistica Românica*, vol. III, Lisboa, 1962 (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fasc. 1 e 2), p. 7 e 9-10. Embora não dispondo de documentação anterior ao século XV, o A. admite a possibilidade de que tal facto ocorresse já em época mais antiga. Aliás, além dos exemplos agora apresentados, alguns outros se podem colher em antigos textos do séc. XIII anteriormente publicados. Cf. PEDRO A. D'AZEVEDO, *Documentos antigos da Beira. Cartório de Ferreira de Aves (Ferreira d'Aavres)*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, doc. I, 1275: *cunuçuda* (p. 61), *Rudrigez* (p. 61); doc. III, 1280: *Rudrigiz* (p. 63); vol. VIII, 1903-1905, doc. X, 1293: *muĩo* 'moinho' (p. 45); IDEM, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, doc. X, 1277: *pusuir* (p. 271); doc. XI, 1292, p. 273: *pustura, pusturas*. No mesmo documento aparecem também as grafias *postura, posturas*.

com *u* pretónico em vez de *o*, em virtude de um fenómeno assimilatório idêntico ao assinalado na Galiza. Essas formas não são, contudo, muito numerosas: *cumunal* (1282 DL 137), *acuſtumadas* (1454 DL 148; 1484 DL 150), *conuçuda* (1281 M 152), *cuſtumada* (1448 DL 147), *cuſtume* (1313 DL 143; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150, 2v.; 1331 M 157; 1407 M 166), *puſſuã* (1334 M 158; 1334 M 159), *puſuyades* (1313 DL 143; 1313 DL 144). O mais frequente é que a grafia conserve *o* pretónico, mas as formas atrás indicadas são suficientes para comprovar que o referido fenómeno assimilatório constituía, já desde o século XIII, uma tendência do português, pelo menos da região do extremo Noroeste (1).

Nalgumas formas, aparece na sílaba pretónica o grafema *u* em vez de *o*, possivelmente por influência de -i̯- da sílaba seguinte: *Nugueyra* (top.) (1281 O 55), *Johã Nugeyra* (1281 O 55), *Nugeyrina* (top.) (1312 O 63), «Sſan Jurgo de *Nugeyra*» (top.) (1329 C 9), *Nugeyra* (1367 O 74). Nos documentos portugueses não encontrei grafias idênticas no contexto indicado. No galego actual manifesta-se ainda a tendência para fechar *o* pretónico por influência da semivogal i̯ (2).

Observe-se, em seguida, a situação de formas de verbos em *-ir* com *o* no radical. Os documentos da Galiza oferecem apenas duas formas em que *o* átono aparece transformado em *u*. É interessante verificar que são ambas de época bastante tardia — século XVI — e referentes à província de Orense: *cũplindo* (1500 O 90), *cũprir* (1500 O 90). Poderia pensar-se que o uso do grafema *u* por *o*, correspondente a uma alteração fonética da sílaba pretónica, se deve à acção da vogal tónica sobre a vogal anterior. Mas, atendendo a que também noutras formas verbais em que não existe esse condicionamento surge *u*, parece dever atribuir-se o aparecimento de *u* por *o* à generalização do vocalismo das formas com i̯ a toda a flexão, tanto às formas fortes como às formas fracas (3). O processo parece ter sido o seguinte: COOPERĬO >

---

(1) O mesmo facto aparece ainda actualmente no português do Brasil, onde /o/ pretónico, que se realiza habitualmente como [o̯], pode realizar-se como [u] sob a influência de *i* tónico. Cf. J. MATTOSO CÂMARA JR., *Para o estudo da fonémica portuguesa*. Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1977, p. 59-62; ANTÓNIO HOUAISS, *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca*. Rio de Janeiro, 1959, p. 74-76.

(2) Cf. J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 52; MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Fonética y fonología del gallego de O Grove*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. III, 1976, p. 136.

(3) É essa explicação que dá Menéndez Pidal em relação ao espanhol onde, em verbos do tipo acima indicado, triunfou a tendência para fechar a vogal do radical, tanto nas formas fortes como nas formas fracas. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*, 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 296-297.

cubro; COMPLĔO > **complio* > *cumplo*, *cumpro* e daí *cuberto*, *cumprir*, *cumplir*, etc. Desses verbos encontram-se nos textos as formas seguintes: *cuberta* (1308 L 33; 1414 L 42), *cubertas* (1407 L 40; 1502 L 51; 1500 O 90), *cuberto* (1474 L 47), *deſcubertas* (1432 P 135), *cubrades* (1405 L 39), *cũpla* (1450 L 44; 1302 O 61; 1339 O 70), *cumpla* (1500 O 90), *cunpla* (1414 L 42), *cũpra* (1335 L 37), *cunplã* (1506 P 136), *cunplan* (1414 L 42), *cũplan* (1414 L 42; 1302 O 61) e *cũprã* (1302 O 61). A existência, cronologicamente simultânea, de formas com o grafema *o* leva a concluir que o referido processo de generalização não estava ainda consumado. De facto, aparece ainda uma série considerável de formas com *o*, tanto nas formas fortes como nas formas fracas: *cobrir* (1405 L 39), *cobertas* (1335 L 37), *complir* (1300 C 8), *conplir* (1407 P 133), *comprjr* (1506 P 136), *comprir* (1281 O 55; 1282 C 6), *conprir* (1282 C 6; 1367 C 14; 1283 L 27; 1306 L 31; 1404 L 38; 1407 L 40; 1414 L 42; 1497 L 50; 1302 O 61; 1396 O 76; 1500 O 90; 1298 P 113; 1299 P 114; 1316 P 124; 1317 P 125; 1432 P 135; 1506 P 136), *conprjr* (1506 P 136), *conpryr* (1474 L 47), *cõprir* (1385 C 15; 1292 O 59; 1312 O 63; 1301 P 118), *cõpryr* (1335 L 37), *conpridas* (1414 L 42), *conpridos* (1317 P 125; 1333 P 131), *conprido* (1414 L 42; 1302 O 61; 1299 P 114), *conplã* (1407 P 133), *conpla* (1299 P 114), *conplla* (1432 P 135), *compla* (1300 C 8), *conpra* (1258 L 21; 1310 L 34), *conprea* (1302 O 60), *cõprea* (1312 O 63; 1313 O 64), *conplã* (1407 P 133), etc.

Os documentos portugueses oferecem um reduzido número de formas pertencentes a verbos do tipo considerado e todas elas com *o*, tanto as formas fortes como as formas fracas. Assim, *conpre* (1345 DL 146), *conprẽ* (1472 DL 149), *cõpra* (1407 M 166), *conpra* (1472 DL 149), *cõprir* (1484 DL 150; 1407 M 166), *conprir* (1472 DL 149), *cõprirem* (1484 DL 150), *comprirem* (1472 DL 149). Do verbo *cobrir* não aparecem formas nos textos analisados. Da consideração das formas apontadas, sempre com o grafema *o*, poderíamos ser levados a supor que a referida transformação de *o* em *u* não ocorreria na língua falada da região. Não cremos, contudo, que fosse essa a situação. Note-se, por um lado, que é muito escasso o número de formas registadas para se poder, com alguma segurança, tirar uma conclusão, e, por outro, que, tal como já noutros momentos salientámos (1), a grafia dos textos portugueses é muito mais fixada do que a dos textos galegos, deixando transparecer menos as particularidades da língua falada. Aliás, em textos de uma época um pouco posterior à abrangida pelo presente estudo, nomeadamente no século XVI, aparecem, ora grafias com *o*, ora com *u* nos verbos em *-ir* (2).

---

(1) Ver, atrás, p. 392 e segs.

(2) Assim acontece com João de Barros e outros escritores dessa época. Cf. PAUL TEYSSIER, *La prononciation des voyelles portugaises au XVI*ème *siècle d'après le système*

Noutros casos, o uso do grafema *u* por *o* corresponde possivelmente a uma alteração fonética motivada pelo contacto com uma consoante labial (1): *Subrado* (top.), (1262 C 1; 1262 C 2), *Subbraddo* (1265 C 3) (2), *pumarega* (1310 L 34; 1310 L 35; 1459 L 46), *pumaregas* (1310 L 34), *Pumariño* (top.) (1310 L 34; 1442 L 43), *Pumarino* (top.) (1310 L 35), *fubredito* (1262 C 1), *fubreditoſ* (1262 C 2), *fubreditaſ* (1262 C 2), *pudar* 'podar' (1313 O 64), *pumares* (1299 P 114; 1317 P 126), *puſtromeyra* (1474 L 47), *puſtromeyro* (1474 L 47), *puſtrimeyra* (1404 L 38; 1325 P 130), *puſtrumeyra* (1432 P 135), *puſtrumeyro* (1432 P 135), *numeado* (1287 P 102; 1297 P 112) (3).

Os documentos portugueses oferecem grafias idênticas: *cumunal* (1282 DL 137), *pumares* (1484 DL 150; 1303 M 153), *puſſuã* (1334 M 158; 1334 M 159), *puſuyades* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *puſtumeiro* (1454 DL 148), etc. (4). Nalguns casos, pode também ter contribuído simultaneamente para a alteração do timbre da vogal pretónica a influência de *u* da sílaba seguinte.

No caso de *cunado* 'cunhado' (1282 C 6; 1302 L 30), *culleres*, s.f. 'colheres' (1414 L 42), *muler* (1258 L 23; 1302 L 30; 1302 O 60; 1307 O 62), *muller*

---

orthographique de João de Barros. Separ. de *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 163-164. Aliás, nesse sentido deve entender-se o texto de Fernão de Oliveira na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, relativamente a *o* pretónico: «Das vogaes antre *u* e *o* pequeno ha tanta vezinhença que quasi nos confundimos, dizendo hũs *somir* e outros *sumir* e *dormir* ou *durmir* e *bolir* ou *bulir* e outras muitas partes semelhantes». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933, p. 44. Segundo Paul Teyssier (*ob. cit.*, p. 164), foi a «alternância entre *u* e *o* nas formas "fortes" que foi transportada para as formas em que *o* é átono». Um dado importante contém a referida afirmação do gramático quinhentista: nessa época, uns falantes pronunciariam *sumir, bulir, durmir*, ao passo que outros diriam *somir, bolir, dormir*.

(1) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*, 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 72, § 20,2: «Probablemente será la labial agrupada causa de la cerrazón de *o* en d ŭ b ī t ā r e ant. *dubdar*, de donde pasó a las formas acentuadas en la inicial, *duda*, leonés ant. *dolda*».

(2) Noutros documentos aparece a forma com *o*: cf., por ex., *Sobrado* em 1281 C 5, l. 4 e l. 7.

(3) Cf. esta forma, registada em dois documentos da província de Pontevedra, com *nume* 'nome' que, desde o séc. XIII até ao séc. XV, aparece de modo constante nos documentos da mesma província. Cf. também a forma *numyado* registada num documento galego. Veja-se p. 395, p. 399-401 e n. 3 da p. 400.

(4) Outras formas idênticas ocorrem em textos já anteriormente publicados. Cf., a título de exemplo, os documentos n.ºs 21 (1274), 22 (1275) e 39 (1302) da colecção organizada por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. *Terras de Ourense*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967. Aí aparece a forma *dubrado*, registada várias vezes, além de *dubrada, pustrumeira*, etc.

(1282 C 7; 1298 L 29; 1310 L 34; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1459 L 46; 1474 L 47; 1424 O 77; 1426 O 78; 1500 O 90; 1325 P 130), *muleres* (1307 O 62), *mulher* (1317 M 154), *mulleres* (1414 L 42), a mudança no uso dos grafemas reflecte uma alteração fonética resultante talvez da influência da consoante palatal (1). Repare-se no carácter bastante antigo dessa influência: desde meados do séc. XIII aparecem formas grafadas com *u;* mas esse influxo da palatal deve ser muito anterior, a julgar pela existência em espanhol e noutros idiomas peninsulares de formas com *u,* desde época muito antiga (2). Contudo, ao longo do período estudado, continuam a aparecer, com muita frequência, formas com o grafema *o,* umas vezes, reproduzindo a antiga pronúncia com [o] que continuaria ainda a usar-se, outras, por rotina ortográfica, mesmo quando a pronúncia do notário fosse possivelmente com [u] (3): *moler* (1284 DL 138; 1281 M 151; 1255 L 19; 1257 L 20; 1258 L 22; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1255 O 56; 1314 O 65; 1282 P 100; 1296 P 109; 1296 P 110; 1299 P 116; 1302 P 120; 1302 P 121), *moller* (1303 M 153; 1401 M 163; 1401 M 164; 1407 M 166; 1282 C 6; 1300 C 8; 1333 C 10; 1351 C 13; 1399 C 16; 1434 C 17; 1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1316 L 36; 1335 L 37; 1475 L 48; 1302 O 61; 1315 O 66; 1322 O 67; 1339 O 70; 1348 O 71; 1360 O 73; 1367 O 74; 1372 O 75; 1473 O 87; 1473 O 88; 1499 O 89; 1269 P 92; 1271 P 94; 1280 P 97; 1287 P 103; 1288 P 104; 1295 P 107; 1297 P 112; 1299 P 114; 1299 P 115; 1299 P 117; 1301 P 118; 1301 P 119; 1302 P 122; 1316 P 124; 1317 P 125; 1333 P 131; 1403 P 132; 1407 P 133; 1419 P 134; 1432 P 135; 1506 P 136, etc.), *molleres* (1434 C 17; 1367 O 74), *molher* (1282 DL 137; 1284 DL

---

(1) Cf. HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 289, § 261; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 72, § 20,2; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 58.

(2) Sobre as primeiras abonações com *u* nas formas que, nos vários idiomas hispânicos, representam o latim MŬLIĔRE-, cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. III, s.u. *mujer*. Desde o século XI e XII que aparecem formas com *u: muller* num doc. aragonês de 1025; *mugier* num doc. de 1113, no Cid, em Berceo, etc., *muger* num doc. de 1194. Necessário se torna, portanto, corrigir uma afirmação contida em E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 45, § 43,2A. Aí se afirma que «*molher* [muʎer] came to be spelled *mulher* in the course of the sixteenth century in imitation of its Latin etymon and of Spanish *mujer*».

(3) Aliás, a hesitação entre formas com *o* e com *u* aparece ainda em textos do século XVI, mas, segundo parece, as grafias com *u* têm ainda carácter esporádico. Em João de Barros, por exemplo, está apenas atestada a forma com *o: molher, molher*. A este propósito, veja-se PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 165.

138; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1281 M 152; 1331 M 156; 1404 M 165; 1416 M 168, etc.), *molheres* (1335 M 160, etc.).

Outras formas há que aparecem grafadas com *u* sem que exista, no contexto, qualquer tipo de condicionamento. Estão nesse caso as formas *lugar* (1411 M 167; 1262 C 1; 1262 C 2; 1269 C 4; 1282 C 6; 1300 C 8; 1329 C 9; 1334 C 11; 1351 C 13; 1367 C 14; 1385 C 15; 1399 C 16; 1434 C 17; 1516 C 18; 1258 L 21; 1258 L 23; 1278 L 25; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1306 L 31; 1310 L 34; 1310 L 35; 1316 L 36; 1335 L 37; 1404 L 38; 1405 L 39; 1407 L 40; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1474 L 47; 1475 L 48; 1497 L 50; 1502 L 51; 1274 O 53; 1285 O 56; 1287 O 57; 1292 O 59; 1302 O 60; 1302 O 61; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64; 1314 O 65; 1322 O 67; 1333 O 68; 1334 O 69; 1339 O 70; 1360 O 73; 1367 O 74; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 87; 1499 O 89; 1500 O 90; 1267 P 91; 1269 P 93; 1280 P 97; 1280 P 98; 1281 P 99; 1317 P 125; 1407 P 133, etc.), *lugares* (1300 C 8; 1310 L 34; 1292 O 59; 1473 O 80; 1473 O 88; 1333 P 131), *lugarej* (1262 C 1; 1262 C 2; 1278 L 25; 1267 O 52). Mas os documentos portugueses analisados apresentam, até meados do século XIV aproximadamente, grafias com *o* na sílaba pretónica: *logar* (1282 DL 137; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1281 M 152; 1303 M 153; 1331 M 156; 1331 M 157), *logarej* (1317 M 154). Na Galiza, só de modo esporádico, registei a forma *logar* em dois documentos da província de Pontevedra, datados de fins do século XIII: 1296 P 111 e 1299 P 115. Não é fácil afirmar com segurança qual seria o valor deste grafema nas formas acabadas de citar, uma vez que nesta e noutras formas é muito antiga a substituição de *o* por *u:* documentada em várias línguas e dialectos românicos, ela deve remontar já ao período latino ou pré-românico (1).

---

(1) HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica. I. Fonética.* Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 287, § 255. Segundo o A., trata-se de uma tendência antiga para, na sílaba pretónica, fazer coincidir em *u* o resultado de *o* e *u* do latim vulgar.

A explicação dada por Corominas à forma do esp. *lugar* como resultado de uma contaminação entre as duas formas sinónimas, *logar* e *luego*, que coexistiram durante muito tempo, parece totalmente inaceitável, porque se aplica somente à palavra indicada, quando há outras em iguais circunstâncias, mesmo em espanhol; além disso, formas com a mesma alteração noutras línguas e dialectos românicos reclamam uma explicação de outro tipo. Veja-se J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. III, s.u. *lugar*. Veja-se também a explicação dada por R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*, 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 72, § 20,2. Segundo o A., a alteração do timbre da pretónica parece depender apenas da «mayor indecisión de la vocal inacentuada».

No conjunto das formas registadas não deixa de surpreender o facto de que nos documentos da Galiza a forma *lugar* apareça completamente generalizada desde meados do séc. XIII, ao passo que nos documentos da região portuguesa predominam as formas com o grafema *o*, sendo a forma com *u* não só menos frequente como relativamente tardia (1).

Com carácter muito esporádico, estão documentadas algumas formas com *u* e talvez não sujeitas a qualquer tipo de condicionamento: *curazõ* (1255 L 19) (2), *ſſuterrar* 'sepultar' (1302 O 61) (3), *supinuraredes* (1426 O 78).

Finalmente, nos documentos galegos estão registadas algumas formas em que o grafema *o* aparece substituído por *e*: *meſteyro* (1419 P 134) (4), *peſſuyadeſ* (1269 C 4), *persuydes* (5.ª pes. pres. indic.) (1442 L 43), *persuydo* (part. pas.) (1442 L 43). Trata-se, certamente, de formas da língua falada explicáveis por fenómenos de assimilação ou dissimilação. De modo análogo devem interpretar-se algumas formas registadas em documentos da província de Pontevedra: *Bertolameu* (1506 P 136: «*Bertolameu* Barreyro», «frey *Bertolameu* de Cardalda». No mesmo documento aparece também «*Bartolomeu* Barreyro»), «San *Bertolameu*» (1317 P 126), «San *Bertholameu*» (1299 P 114), «Sam *Bertholameu*» (1320 P 128). A alteração de *o* da sílaba pretónica explica-se também por dissimilação vocálica.

No conjunto, trata-se indubitavelmente de formas da língua falada da época que, por pertencerem também à linguagem dos notários dos respectivos textos, neles ficaram assinaladas.

Exceptuando os casos considerados, que são todos eles casos especiais, os textos analisados oferecem uma notável estabilidade no emprego do grafema *o*, não se notando a menor hesitação, na sílaba pretónica, no emprego dos grafemas *o* e *u*, isto é, não há o mais pequeno vestígio da confusão dos

---

(1) É interessante verificar que, ainda no séc. XVI, aparecem em português formas com *o* e formas com *u*. Assim acontece nas obras de João de Barros. Cf. PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 165.

(2) Segundo V. García de Diego, há em galego, tanto na fase antiga como moderna, alguns casos de *o* pretónico transformado em *u* possivelmente por influência da consoante velar *c*. Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 66-67. A mesma opinião se encontra em RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. Tercera edición, Vigo (Galaxia), 1968, p. 53.

(3) Em *ſſutterrar* poderá ter havido influência da grafia latina.

(4) No caso da forma *meſteyro*, registada num documento do século XV, creio ter havido uma assimilação da pretónica ao timbre da vogal — que, neste caso, forma ditongo — da sílaba tónica. Se a forma correspondesse a um período mais antigo, seria possível supor o seguinte processo: *moeſteyro* → *meeſteyro* → *meſteyro*.

dois grafemas. Da regularidade constantemente mantida ao longo de um número consideravelmente grande de textos, de notários e regiões muito variadas e, além disso, cronologicamente situados num período muito amplo, parece lógico concluir que, na referida posição, o grafema *o* representava ainda [ǫ] (1).

Em posição átona final, quer em final absoluto, quer em sílaba entravada por sibilante, predomina, nos textos estudados, o emprego do grafema *-o*. Contudo, embora com uma frequência muito escassa — de uma maneira geral, com carácter muito esporádico — aparecem também algumas formas com o grafema *-u*. No exame a que procederemos, tentar-se-á estudar a ocorrência de um e outro grafema e determinar o seu valor fónico.

Comecemos por analisar a situação apresentada pelos textos agora publicados relativamente aos substantivos e adjectivos, formas pronominais e de artigo definido. As formas do singular registadas nos documentos portugueses terminam sempre em *-o* (2); os documentos galegos apresen-

---

(1) Era essa ainda a pronúncia de *o* pretónico no século XVIII, pelo menos na língua culta da capital. Aliás, é essa pronúncia que se mantém ainda hoje nas variedades brasileiras e crioulas, devendo interpretar-se como «o reflexo mais fiel da antiga pronúncia portuguesa». Cf. JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e o em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962, p. 15-18. A citação foi extraída da p. 18.

(2) Nalguns textos portugueses publicados correspondentes a datas bastante anteriores, aparecem, por vezes, alguns raros exemplos de *-u*. Assim, na *Notícia de torto* que, embora não datado, parece ser de fins do séc. XII ou primeiros anos do séc. XIII, e exactamente da região de Entre-Douro-e-Minho, entre as formas de masculino singular de substantivos e adjectivos normalmente terminadas em *-o*, ocorrem *frcuctu* (l. 19), *fructu* (l. 25) que são certamente latinismos gráficos. Veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la Noticia de Torto*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 161-174. A leitura crítica do texto encontra-se nas p. 170-172.

Noutro texto, do início do séc. XIII, o Testamento de Afonso II (1214), a forma *Portu* aparece três vezes com esta grafia, mas todas as restantes formas do singular masculino de substantivos e adjectivos terminam em *-o*. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966. Nas p. 63-93 publica-se e comenta-se o referido texto. Aliás, é interessante observar que no exemplar do mesmo *Testamento* recentemente descoberto no arquivo da Catedral de Toledo e que oferece relativamente ao exemplar de Lisboa, o único até então conhecido, variantes bastante expressivas tanto sob o ponto de vista linguístico como ortográfico, a mesma forma aparece sempre grafada com *-o*: *Porto* (linhas 6, 9 e 26). Ora, de acordo com a opinião do Prof. Avelino de Jesus da Costa, «as variantes entre os exemplares A [de Lisboa] e A^1 [de Toledo] levam a supor que o original do testamento foi ditado para serem simultaneamente escritos vários exemplares por diferentes notários». (Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-*

tam-nos também normalmente formas em *-o*, mas esporadicamente ocorrem algumas palavras terminadas em *-u*: *diſtu* (1262 C 1), *conuentu* (1262 C 2), *coutu* (1257 L 20), *du* (1262 C 1), *conuẽtu* (1258 L 23), *herdamentu* (1282 C 7), *malditu* (1282 C 7), *Numu* (1255 L 19; 1257 L 20), *quantu* (1257 L 20), *prezu* (1282 C 7), *miſmu* (1258 L 23), *Rubiu* (1258 L 23), *Rubju* (1258 L 23), «*ſubulu*

-linguístico. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares), 1979, p. 307-321. A citação encontra-se na p. 311). De qualquer forma, é importante verificar que, no início do século XIII, *o* e *u* eram, em posição final átona de substantivos e adjectivos, grafemas equivalentes.

Outros exemplos surgem, também de modo esporádico, em textos de data posterior: cf. *canpu, nosu, Outeru, cadanu* num texto de 1296 do Mosteiro de Chelas. (Ver *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 274. Tenha-se em conta, também, a observação de Pedro de Azevedo feita na p. 261: «A antiga ortografia portuguesa com as terminações em *u* aparece só num documento de 1296 (XII): *damus, canpu, nosu, auemus. Malapadus, comu, d'Outeru, cadanu, capũ*»); *anu, nosu, du, aqelu, rugadu, móórdunu* num documento de 1275 de Ferreira de Aves. (Veja-se *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 61-62).

Não deixa de surpreender o aparecimento de grafias em *-u* nos documentos tradicionalmente conhecidos por *Auto de partilhas* e *Testamento de Elvira Sanches*. No primeiro dos documentos ocorre a forma *nossu* e no segundo as formas *hu* (herdamento), *u* (outro herdamento), «que *u* aia *u* moensteyro» (cf. JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, p. 291-293). Se, efectivamente, esses textos, embora datados respectivamente de 1192 e 1193, são dos fins do séc. XIII ou princípios do séc. XIV, por se tratar ou de cópias dessa época ou mesmo de falsificações, não deixa de causar admiração o aparecimento das formas indicadas, que ocorrem com alguma frequência em textos do início da fixação escrita em língua galego-portuguesa. Além disso, nos documentos do mosteiro de Vairão agora publicados e pertencentes a esta época nenhum revela tal particularidade.

Mas, como vimos acima, na Galiza há ainda alguns exemplos de *-u* do séc. XIII e outros, muito esporádicos, da primeira metade do século XIV. Tal situação é paralela à de outras regiões peninsulares de carácter arcaizante: de facto, em documentos da região de Castela-a-Velha, a norte de Burgos, há ainda exemplos de *-u* em textos de fins do séc. XIII. A este propósito, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Sexta edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 172: «La total desaparición de la *-u* final en la lengua escrita de ciertas comarcas de Castilla es bastante tardia. Todavía en el siglo XIII la Castilla del Norte, región arcaizante, al Norte de Burgos, conserva casos abundantes en el sustantivo singular».

Relativamente aos dois documentos acima referidos, convém observar que só em data relativamente recente se pôs em dúvida a sua autenticidade e o seu carácter original. A esse propósito, veja-se AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Bibliografia: Anuario de Estudios Medievales*. Instituto de Historia Medieval de España. Barcelona, 1964, vol. I. Separ. da *Revista de Guimarães*, vol. LXXV, 1965, p. 11-15. O estudo de determinadas particularidades de carácter gráfico e linguístico levou o Prof. Lindley Cintra a confirmar tal opinião. Veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 169-187, mas particularmente p. 178-179.

celeyro» (1258 L 23), *notariu* (1333 O 68), *trafladu* (1333 O 68), *du* (1282 P 100), *Alfonfu* (1296 P 109), «Johã Perez, *beyneiru* de Ponteuedra», (1299 P 116), *celeyru* (1299 P 116), *filu* (1299 P 116), *meirĩu* (1299 P 116), *moefteyru* (1299 P 116), *noffu* (1296 P 109, 3v; 1296 P 110), *quantu* (1257 L 20), *quarteyru* (1299 P 116), *terreu* (1296 P 110) (1).

Não deixa de ser surpreendente que os textos portugueses não nos ofereçam formas em *-u* (2). É natural que desempenhe uma certa importância o facto de os textos portugueses inseridos no presente estudo serem algumas dezenas de anos mais tardios do que os documentos galegos (3), correspondendo, portanto, já a um período de maior experiência na fixação escrita em galego-português. Mas, apesar disso, na Galiza, há ainda exemplos de grafias em *-u* no séc. XIV, como pode deduzir-se dos exemplos apresentados. E nessa época já não parece muito aceitável explicá-los apenas como latinismos gráficos, devidos à rotina ortográfica dos copistas (4). Neste como noutros aspectos, os copistas portugueses não só dão a impressão de estarem mais experimentados na fixação em língua vulgar do que os copistas galegos, como, por outro lado, parecem usar uma grafia mais normalizada e uniforme que aqueles.

Como vimos, desde os inícios da fixação escrita em galego-português, aparece normalmente *-o;* os exemplos de *-u* são bastante raros e aparecem sobretudo no período mais antigo.

---

(1) Outras formas em *-u* podem colher-se noutros documentos galegos. Cf., por exemplo, as formas a seguir indicadas extraídas da colecção de documentos orensanos organizada por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI. I. Terras de Ourense*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967: *Alfonsu, Pedru, Domingu, Petru* (doc. 14, 1266); *Esquadru* (2 v.), *hoctorgamentu, conuentu, meesmu,* «*Portu* da Lata», *Esquadru de Santisu, Seengu, Afonsu, Domingu, notaru* (doc. 16, 1267). Os documentos incluídos na colecção organizada por Margot Sponer contêm também algumas formas. Cf., a titulo de exemplo, *nouembru, stadu* 'estado' registados num documento da provincia de Lugo, da segunda metade do século XIII. Veja-se MARGOT SPONER, *ob. cit.*, p. 163, doc. 41.

(2) A adopção da grafia *-o* nas formas de singular de substantivos e adjectivos deve-se certamente à influência da terminação *-os* das formas de plural e de outros casos de *-o* etimológico.

(3) Veja-se, acima, p. 393 e, adiante, p. 450.

(4) Nalguns casos, sobretudo no que se refere às formas registadas em documentos bastante antigos, trata-se certamente de latinismos ortográficos. Aliás, alguns dos textos em que se inserem essas formas, contêm outros latinismos: é um exemplo bastante elucidativo o doc. 1258 L 23 que, simultaneamente com bastantes formas em *-u*, apresenta outros vestígios de influência latina; além disso, toda a parte final do documento está escrita em latim. Outras vezes, é a própria configuração das formas que nos aponta para essa explicação: assim, *Petru, hoctorgamentu* referidos na nota 1 desta página.

A mesma proveniência, ou seja, representando ũ do latim, têm as terminações das formas verbais da primeira pessoa do plural. Elas aparecem habitualmente representadas por *o*, embora tanto nos documentos portugueses como nos galegos estudados se registem alguns escassos exemplos de formas com *u*: *difinimus* (1262 C 2), *queremuſ* (1284 DL 138), *damuſ* (1284 DL 138), *faʒemuſ*, *outorgamuſ*, *prometemuſ*, *houtorgamuſ*, *uenamuſ* 'venhamos', *mandamuſ* (1287 DL 140). Todas essas formas se encontram em documentos do séc. XIII (1) e devem considerar-se como o resultado da influência da grafia latina: os copistas, habituados a escrever os documentos em latim, mantêm, muitas vezes, hábitos e processos gráficos quando escrevem em língua vulgar. Que as referidas formas devem interpretar-se deste e não doutro modo parece deduzir-se do facto de elas ocorrerem apenas durante o período em que se ensaiava a fixação escrita em língua galego-portuguesa. Mas, nesse período, predominam já as formas com *o* que virão a aparecer, com carácter exclusivo, nos séculos seguintes.

Das considerações acima expostas, parece não poder invocar-se o aparecimento do grafema *-u* para justificar que a pronúncia era [u]. Tal grafia resulta da influência da grafia latina e aparece mesmo em zonas peninsulares onde não há a menor dúvida de que existia uma pronúncia do tipo [o].

Consideremos seguidamente a situação apresentada pelos textos agora publicados no que se refere às formas de plural de substantivos, adjectivos, pronomes, numerais e artigo definido. Tanto os documentos portugueses como os galegos oferecem quase sempre *-os*, mas muito esporadicamente registam também algumas formas em *-us*. O primeiro tipo de formas é geral em toda a área estudada e durante todo o período abrangido pelo presente trabalho; as formas em *-us* são muito raras e os exemplos encontrados são predominantemente do período mais antigo: *dinejrus* (1296 P 111), *dozentuſ* (1282 C 7), *dus* (1262 C 1), *llus* (1302 O 61), *muytuſ* (1282 C 7), *quantuſ*

---

(1) Encontram-se outros exemplos em documentos do séc. XIII já publicados, tanto galegos como portugueses. Assim, além dos exemplos citados por J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg, 1933, § 155, consegui recolher outros em textos do período indicado. Em relação a Portugal, cf. *auemus, damus, atendamus, outorgamus, rogamus* num texto de 1275 de Ferreira de Aves (veja-se *Revista Lusitana*, vol. VII, p. 61-62); *damus, auemus, mandamus* (cf. *Revista Lusitana*, vol. IX, p. 274). Relativamente à Galiza, cf. *somus, obligamus, vendemus, avemus, uendemus* num documento orensano de 1274 (ver XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. Terras de Ourense, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967, doc. n.º 21, 1274. O mesmo texto contém também algumas formas verbais de primeira pessoa do plural em *-mos*: cf. *auemos, deuemos, obligamos*).

(1282 C 7), *vus* («z *vus* damos») (1450 L 44), *Cacauelus* (top.), *caualeyruſ*, *uelhuſ* (1287 DL 140) (1).

A mesma proveniência, isto é, representando ō do latim, têm as terminações das formas verbais da primeira pessoa de presente do indicativo, do gerúndio e de algumas formas conjuncionais. Na sílaba final destas formas usa-se sempre o grafema *o*. O emprego do grafema *u* encontrei-o apenas em *peru* (1284 DL 138) (2). Contudo, noutros textos publicados pude assinalar alguns exemplos, muito raros, de *-u* na terminação da primeira pessoa do presente do indicativo (3).

Interessa, pois, determinar qual o valor fónico dos grafemas *o* e *u* nas formas dos dois tipos considerados, ou seja, respectivamente, aquelas que representam formas latinas com ŭ e com ō na sílaba final.

No que se refere aos resultados das vogais latinas ŭ e ō da sílaba final, tem-se habitualmente afirmado que a Península Ibérica se encontra dividida em duas partes: por um lado, uma zona ocidental em que se enquadram Portugal, a Galiza, Astúrias e Espanha ocidental, onde se mantêm distintos os resultados de -ŭ e -ō latinos; por outro, as restantes regiões peninsulares onde se perdeu a distinção entre essas duas vogais, uma vez que ambas se fundiram em *-o* (4). Representa este resultado o espanhol — resultante do antigo dialecto de Castela-a-Velha —, onde terminam sempre em [o] as

---

(1) Outros exemplos do mesmo género surgem também em vários textos publicados quer de Portugal quer da Galiza. Assim, no primeiro caso, os documentos tradicionalmente conhecidos por *Auto de partilhas* e *Testamento de Elvira Sanches*, ambos provenientes do cartório do mosteiro de Vairão (Vila do Conde), apresentam algumas formas em *-us*. O primeiro regista *herdamentus* (3 v.), simultaneamente com *herdamentos; dus; padruadigus; todolus; Carapezus* (top.) (2 v.); *us outrus*. No segundo, encontra-se apenas *us*. (Sobre a data desses documentos, veja-se o que atrás ficou dito, p. 409, n.). Nos documentos da Galiza podem também colher-se algumas formas em *-us*. Cf., por exemplo, *eximentuſ* num documento de 1269 da província de Lugo. (Veja-se MARGOT SPONER, *ob. cit.*, p. 162). Há outras formas na colecção de documentos orensanos organizada por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI. I. Terras de Ourense*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967: *trizentus* (doc. 16, 1267), *todus* (doc. 14, 1266), *filus* (doc. 16, 1267), *Portozelus* (top.) (doc. 16, 1267), *soldus* (doc. 16, 1267), *anus* (doc. 16, 1267).

(2) Do latim pós-clássico PER HOC. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. III, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *pero*.

(3) Cf. *metu* no doc. 41 de 126..., da província de Lugo, da colecção de Margot Sponer frequentemente citada ao longo deste trabalho. Cf. também *uendu* no doc. 16 de 1267 da colecção de documentos orensanos organizada por Xesús Ferro Couselo. Veja-se, acima, n. 1 desta página.

(4) HARRI MEIER, *Ensaios de filologia românica*. Lisboa (Edição da "Revista de Portugal"), 1948, p. 23; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de*

palavras que representam tanto formas latinas terminadas em -ŭ como em -ō. Assim acontece, por exemplo, com as formas de singular e de plural de substantivos e adjectivos masculinos.

Tal divisão, ainda que sugestiva e divulgada por ilustres romanistas, parece-me não se ajustar totalmente à realidade, sobretudo no que se refere a Portugal e à Galiza.

No que diz respeito à época actual, é certo que em português ocorre sempre [-u], quer em sílaba aberta quer entravada por sibilante, mas o mesmo não acontece em galego. De facto, em certas zonas da Galiza surge [-u] e não só em áreas fronteiriças imediatamente vizinhas de Portugal (1), mas a realização mais frequente é [-ọ] (2); pode, contudo, nalgumas zonas ouvir-se

---

la Península Ibérica hasta el siglo XI. Sexta edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, sobretudo p. 171-172.

Fora da Península Ibérica, -ŭ manteve-se como [u] e, portanto, distinto de [o] proveniente de -ō em vastas zonas do Sul de Itália e nalguns pontos da Itália Setentrional. A este propósito, cf. DÁMASO ALONSO, *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 119-121.

(1) A propósito da ocorrência da realização [-u] numa zona fronteiriça, cf. H. SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens.* Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen,* vol. 11, 1938, p. 211-215. Embora [-*u*] seja a realização mais frequente, pode ouvir-se na região também [-ọ] e [-o].

Numa zona da província de Orense, a região do "Ribero", compreendida entre os rios Avia e o Miño, a realização habitual é [-u], mas pode ocorrer também [-ọ]. Cf. JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguage y cultura del vino en el Ribero.* Tesis doctoral (inédita). Madrid, 1962, p. 97-98. Sobre [-u] em ancarês, veja-se o que será dito na nota seguinte.

(2) Cf. DÁMASO ALONSO, *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 115 e p. 122, n. 344; RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias.* In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.* Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 160; W. EBELING, *Landwirtschaftliche Geräte im Osten der Provinz Lugo.* In: *Volkstum und Kultur der Romanen,* vol. V, fasc. 1-3, 1932, passim. É interessante observar o aparecimento de [-ọ] numa zona particularmente arcaizante do galego exterior como é o Vale de Ancares. Cf. DÁMASO ALONSO y V. GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos,* tomo XVI, 1961, p. 53. Mais recentemente, J. R. FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método "Palabras y cosas".* Anejo 10 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 25 afirma, ao referir-se ao vocalismo átono: «La *-o* final se realiza *u*, especialmente si forma diptongo o hiato con la precedente». Num trabalho elaborado segundo a orientação de "Palavras e coisas" as referências a particularidades de carácter fonético são, naturalmente, rápidas; contudo, ao longo do trabalho, recolhem-se algumas

a realização intermédia [-u], [-ŭ] ou [ů] (1). Na época actual não há, portanto, nenhuma distinção entre as terminações do singular e do plural das formas de masculino de substantivos e adjectivos. Em português, as formas do singular terminam em [-u] e as do plural em [-u]*s*. Em galego, nas regiões onde o singular termina em [-o̜], o plural termina em -[o̜]*s*, do mesmo modo que nas zonas de [-u], o plural é também em [-u]*s*.

Mas, como teremos oportunidade de ver, também em relação ao período arcaico, a afirmação acima citada não é totalmente rigorosa. A distinção entre [-u] < ŭ e [-o̜] < ō não se terá criado e mantido em todo o território que veio a fazer parte de Portugal. Tudo leva a crer que ela existiu desde o início nos territórios a Sul do Douro: aí, por exemplo, os substantivos e adjectivos terminariam no singular em [-u] (2) e no plural em [-o̜]*s*. E, assim,

---

formas terminadas em *-u:* cf., por exemplo, *leñeiru* 'lugar onde se guarda a lenha, abrigando-a da chuva' (p. 56), *burecu* 'buraco' (p. 54), *bodeghu* 'dependência térrea de uma casa, em geral escavada no chão' (p. 54), *cobertighu* 'telheiro, alpendre' (p. 56), *xugu* 'jugo' (p. 60), *establu* 'estábulo' (p. 67), *fusu* 'fuso' (p. 82, p. 83), *liu* 'linho' (p. 83), *fiu* 'linho' (p. 84), etc. As formas de singular dos substantivos podem terminar também em *-o* — há muitos exemplos ao longo do trabalho —, mas, se a vogal final está em hiato com a vogal anterior ou com ela forma ditongo, então aparece também *-us:* cf. *nubelius* 'novelos' (p. 83), *carpius, escarpius* 'meias de lã grosseira' (p. 94), (ovos) *fritius* 'fritos' (p. 99), (ovos) *cocius* 'cozidos' (p. 99), (ovos) *pasáus por augua* 'escalfados' (p. 99). No trabalho mais recente sobre *El habla de Ancares (León)*, o mesmo Autor descreve pormenorizadamente a situação do falar dessa região relativamente a essa particularidade do vocalismo final: «Es el archifonema /O/ con diversos grados en su timbre que van desde una [o̜] muy cerrada hasta la [u].

Como norma general es más cerrada en posición final absoluta y menos ante consonante final (por ejemplo en los plurales en [-o̜s]». Cf. José Ramón Fernández González, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico.* Universidad de Oviedo, 1981, p. 45-46. A citação encontra-se na p. 45.

(1) Sobre [-ụ] ou [-u̯] nalguns pontos da provincia de La Coruña e Pontevedra, veja-se ALPI (*Atlas Lingüístico de la Peninsula Ibérica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, vol. I), mapas n.º 27 'brazo', n.º 33 'camino' e n.º 37 'castillo'. A realização [ů] registei-a também nalguns pontos da província de La Coruña, nalguns inquéritos aí realizados. É também a uma realização deste género que certamente faz referência María del Carmen Enríquez, ao tratar da fonética e fonologia de O Grove, na província de Pontevedra: «En posición final [o̜] se pronuncia muy cerrada, de forma muy parecida a [U]». Cf. María del Carmen Enríquez, *Fonética e fonologia de O Grove.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filologia,* vol. 3, 1976, p. 136.

(2) Ao fazer esta afirmação, baseio-me sobretudo no carácter consumado e estabilizado das alternâncias vocálicas resultantes do processo histórico da metafonia exercida por [-u], que já apresentava a língua do Centro do País no séc. XVI. (Veja-se, adiante, n. 2 da página seguinte e da p. 416.

Outros argumentos podem invocar-se relativamente à pronúncia de [-u] em data anterior ao séc. XVI: em primeiro lugar, o facto de que os vocábulos portugueses adoptados no séc. XVI pelos idiomas asiáticos, sobretudo pelo malaio, apresentam sempre *-u: sepatu*

o [-u] do singular, ao influenciar metafonicamente (1) as vogais tónicas *e* e *o*, criou um processo de flexão interna, de alternância vocálica, dentro da língua: *pǫrco / pǫrcos; ǫvo / ǫvos;* mas também *pǫrco / pǫrca, cançelo / cançela; travęsso / travęssa* (2). Tudo leva a crer que a norte daquele rio — e de modo

---

'sapato', *serdadu* 'soldado', *garpu* 'garfo', *kédju* 'queijo'. Por outro lado, as imitações que, em peças de teatro, faziam os autores espanhóis da língua portuguesa recorrem a formas como *sagradu, desconsoadu, risu,* etc. Cf. THOMAS R. HART, Jr., *Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation.* In: *Word,* vol. 11, p. 408. Anthony J. Naro, ao referir-se a estes argumentos aduzidos por Thomas R. Hart, mostra que não são pertinentes, não podendo, a partir deles, tirar-se a conclusão de que no século XVI a pronúncia de *-o* fosse [u]. A esse propósito, veja-se ANTHONY J. NARO, *A história do* e *e do* o *em português. Um estudo de deriva linguística.* In: *Estudos diacrónicos.* Petrópolis (Editora Vozes), 1973, sobretudo p. 18-21.

Dados concretos e objectivos para épocas mais remotas seriam extremamente úteis, mas são naturalmente inacessíveis. Uma informação interessante é a que pode colher-se da análise da rima das *jarŷas* e que nos esclarece sobre a situação dos idiomas moçárabes relativamente a este aspecto do vocalismo da sílaba final. Efectivamente, «las rimas de las jarŷas parecen indicar que la -o final se pronunciaba -u (*senu, alyenu, permisu, fermosu,* ap. STERN, *Al Andaluz,* XIII, pág. 339)». Outras vezes, em moçárabe perdia-se essa vogal final, certamente por influência da língua árabe, onde os substantivos masculinos terminavam em consoante. Cf. M. SANCHIS GUARNER, *El mozárabe peninsular.* In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Tomo I, Madrid (C.S.I.C.), 1960, p. 309-312. A citação foi extraída da p. 310.

(1) Sobre a metafonia do português e o fenómeno de alternância vocálica dela decorrente, cf. especialmente DÁMASO ALONSO, *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 105-154; ALMEIDA CAVACAS, *A língua portuguesa e a sua metafonia.* Coimbra, 1920; CÂNDIDO JUCÁ (Filho), *O factor psicológico na mutação vocálica portuguesa.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. I (= *Boletim de Filologia,* vol. XVIII, 1959), Lisboa, 1961, p. 143-162; JOSÉ INÊS LOURO, *Metafonia do* e *tónico em português.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. I (= *Boletim de Filologia,* vol. XVIII, 1959), Lisboa, 1961, p. 105-113; JOSEPH PIEL, *Considerações sobre a metafonia portuguesa.* In: *Biblos,* vol. XVIII, 1942, p. 365-371.

(2) Os gramáticos do séc. XVI, que representam a língua culta do Centro do País e muito particularmente a língua da corte, apresentam-nos já, sob este aspecto, uma situação verdadeiramente moderna: as alternâncias entre [ǫ] e [o] e entre [ę] e [e] são as mesmas do português actual. Assim, Fernão de Oliveira, nascido em Aveiro em 1507, afirma o seguinte na *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536): «(...) temos ε grande como *festa* e *e* pequeno como *festo;* e temos *o* grande como *fermωsos* e *o* pequeno como *fermoso*». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa.* 3.ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933, p. 28. A mesma situação apresenta João de Barros não só nas obras de carácter pedagógico-gramatical, mas também nas Décadas onde o A. usa o mesmo sistema ortográfico. Baseando-se na análise das grafias de João de Barros, mostrou Paul Teyssier que a repartição de [ę] e [ę] e [ǫ] e [o] na sílaba tónica de substantivos e adjectivos é a mesma que existe actualmente. Cf. PAUL

muito particular na parte mais setentrional, isto é, no território correspondente à actual província do Minho —, fosse [o] o resultado quer de -ŭ quer de -ō latinos (1). Desse modo, nessa zona, não se realizou o fenómeno da metafonia, não havendo, portanto, originariamente alternância vocálica entre o masc. sing. / / masc. plural e entre masc. / femin. (2). Além disso, também as formas de pronome demonstrativo, que historicamente representam formas latinas de neutro, apresentam nessa zona o grafema *e* na sílaba tónica, com o valor inegável de [ę]. Assim, *aquelo* (1348 M 162; 1411 M 167), *naquelo* (1303 M 153), *eſto* (1303 M 153; 1327 M 155; 1331 M 156; 1348 M 162; 1401 M 163; 1401 M 164; 1404 M 165; 1407 M 166), *deſto* (1345 M 161; 1401 M 163; 1401 M 164), *dello* 'disso' (1404 M 163), *eſſo* 'isso' (1473 O 80, etc.). Durante o período abrangido pelo presente estudo não encontrei nos documentos dessa zona formas com *i*, a não ser uma forma *iſto*, registada num documento de Guimarães (1281 M 151), e, portanto, já no extremo meridional dessa zona.

Teyssier, *La prononciation des voyelles portugaises du XVI*ème *siècle d'après le système orthographique de João de Barros*. Separ. de *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*. Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 157-160 e 166-174. Uma imagem idêntica é dada por Duarte Nunes de Leão, a qual difere apenas no que diz respeito aos adjectivos em *-ôso*. Na *Orthographia* (1576) afirma o A. que na época havia apenas alternância entre o masculino (singular ou plural) e o feminino: *-ôso, -ôsos / -ósa, -ósas*. Cf. Duarte Nunes de Leão, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição, correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 120-125, mas sobretudo 125. A importância destes dados fornecidos pelos gramáticos desta época ressalta mais claramente se se tiver presente que ainda hoje há zonas do País onde as referidas alternâncias se não verificam. A este propósito, veja-se, atrás, p. 342 e p. 385-386.

(1) A mesma opinião é defendida por Serafim da Silva Neto, *História da língua portuguesa*. 2.ª edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 615, n. 60: «(...) A nosso ver o facto que torna plausível a existência de uma zona em que se pronunciasse *-o* final é a existência de uma área onde não se deu a metafonia: assim em Ponte de Lima *obo* (ovo) e *osso*, em Parada do Monte *porco*, no concelho de Melgaço, *obo, porco, grosso, corno, torno*, em Castro Laboreiro *grosso, osso*, em Vila Nova da Cerveira *ovo, osso, olho* (vj. Leite de Vasconcelos, in *Opúsculos*, II, págs. 262, 303, 321 e 460). Também no trasmontano há uma área em que não se observou a metafonia. (...)». E, mais adiante (p. 616), ao referir-se à pronúncia carioca, afirma o seguinte: «Assim, é bastante provável que a pronúncia carioca (e da maior parte do Brasil) represente a conservação duma pronúncia antiga, muito difundida em Portugal, embora não se exclua a possibilidade de haver, em dialectos portugueses, a pronúncia *-o* final, acaso também reflectida em falares brasileiros e ultramarinos».

Para uma localização mais exacta da área onde, em Portugal, não ocorreu a metafonia por *-u*, cf. Maria Clementina dos Prazeres Duarte, *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1950, p. 247-274 (Cap. V. *A não metafonia de* o *em óvo e pôrco)*. Veja-se também, o que, sobre o assunto ficou dito, nas p. 385-386.

(2) A este propósito, veja-se, acima, p. 383-384 e 385-386.

Pelo contrário, na parte meridional da região de Entre-Douro-Minho, ou seja, na área correspondente à actual província do Douro Litoral, ao lado de formas pronominais com *e*, aparecem também algumas com *i* desde os mais antigos documentos agora publicados: *aquiſto* (1285 DL 139), *iſto* (1285 DL 139; 1289 DL 141; 1309 DL 142). As formas com *e* são, no entanto, as mais representadas: *aquelho* 'aquilo' (1287 DL 140), *aquello* (1448 DL 147), *aqueſto* (1282 DL 137; 1289 DL 141. No mesmo texto, ocorre *iſto*), *eſto* (1287 DL 140; 1289 DL 141; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1315 DL 145; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1484 DL 150), *deſto* (1472 DL 149), *ello* 'isso' (1448 DL 147, 2v.; 1454 DL 148; 1484 DL 150), *dello* 'disso' (1448 DL 147). A coexistência, nesta zona, de formas com *e* e com *i* na sílaba tónica desde o séc. XIII parece permitir concluir que, ao lado de [-ǫ], a vogal da sílaba final podia também apresentar-se como [-u]. De facto, *i* tónico de formas como *aquiſto, iſto* não pode explicar-se doutro modo senão como o resultado da acção metafónica exercida por [-u].

No que se refere à Galiza, desde o início que na maior parte do território tanto ũ como õ teriam confluído em /o/, tendo-se perdido, portanto, a distinção entre as duas vogais. Autoriza-nos a pensar deste modo não só o facto de [-ǫ] ser ainda hoje o resultado mais representado na Galiza (1), como sobretudo o facto de não ter ocorrido, numa grande área galega, uma metafonia idêntica à portuguesa, ou seja, produzida por [-u] (2). Desse modo, [-ǫ], que ocorre normalmente no galego actual, deve ser muito antigo, remontando certamente às origens do idioma. Portanto, desde o início, em quase toda a Galiza, os substantivos e adjectivos masculinos terminariam no singular em [-ǫ] e no plural em [-ǫ]*s*. Parece, contudo, de admitir que também se tenha mantido, nalgumas zonas, a distinção entre [-u] < -ũ e [ǫ] < õ. De facto, nalgumas regiões deve ter-se distinguido originariamente entre [-u] do singular de substantivos e adjectivos e [-ǫ]*s* das correspondentes formas de plural. Só assim se explica o aparecimento, nalgumas zonas, de formas que, no singular, sofreram metafonia produzida por [-u] (3). Parece, além disso, bastante provável que nalgumas regiões, onde originariamente existiu a distinção entre [-u] e [-ǫ]*s*, ela se tenha perdido, quer devido à generalização do vocalismo da sílaba final mais geral na Galiza, quer em virtude da castelhanização da região que se processou sobretudo a partir dos séculos XIV e XV (4). Efectivamente, há zonas onde, embora actual-

---

(1) Veja-se, atrás, p. 413-414 e nota 2 da p. 413.

(2) A este propósito, veja-se o que acima ficou dito, p. 340-342 e p. 383-385 e respectivas notas.

(3) Veja-se o que foi dito nas p. 340-342 e 384-385 e respectivas notas.

(4) Veja-se, adiante, p. 419, n. 1.

mente haja [ǫ] na sílaba final, é de presumir que originariamente houvesse [-u] dada a existência de formas com metafonia (1). Confirma essa suposição, em primeiro lugar, o facto de no galego actual existir ainda [-u] ou realizações intermédias entre [-u] e [-ǫ] (2); e, por outro lado, o aparecimento, em textos antigos da Galiza, de formas de pronome demonstrativo, que historicamente representam formas latinas de neutro, com *i* na sílaba tónica. Embora a maior parte dos exemplos registados nos documentos galegos sejam formas que não sofreram metafonia e, portanto, formas com o grafema *e* [ẹ] na sílaba tónica, aparece também um razoável número de formas com [i]: *aquillo* (1287 P 102; 1299 P 114), *aquiſto* (1300 C 8; 1282 P 100; 1288 P 104; 1290 P 106), *aquiſtoo* 'a isto' (1287 P 102), *diſto* (1310 L 34; 1269 P 92; 1269 P 93; 1271 P 95; 1278 P 96; 1283 P 101; 1290 P 106; 1317 P 125; 1317 P 126), *íjſto* 'a isto' (1297 P 112), *iinſto* 'a isto; nisto' (1280 P 97; 1281 P 99; 1283 P 101), *iſto* (1300 C 8; 1334 C 11; 1310 L 34. No mesmo documento, ocorre *eſto;* 1310 L 35; 1269 P 92; 1281 P 99; 1287 P 102; 1287 P 103; 1288 P 104; 1290 P 106; 1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110. No mesmo documento aparece também *eſto;* 1296 P 111. No mesmo documento ocorre *eſto;* 1298 P 113; 1299 P 117; 1301 P 119; 1302 P 120; 1302 P 121; 1302 P 122; 1305 P 123; 1316 P 124. No mesmo documento ocorre também *eſto;* 1317 P 125, 1317 P 126; 1318 P 127; 1320 P 128; 1322 P 129). A não ser na zona correspondente à actual província de Pontevedra, onde, a julgar pelas abonações encontradas, as formas com *i* parecem ter tido larga difusão, nas restantes regiões essas formas têm um carácter excepcional e muito esporádico: registaram-se apenas alguns exemplos em dois documentos localizados em Sobrado, na província de La Coruña (1300 C 8; 1334 C 11), e em dois de Lorenzana, ao norte da província de Lugo (1310 L 34 e 1310 L 35). Não pode duvidar-se de que essas formas sofreram metafonia; se elas aparecessem apenas nos documentos mais antigos, correspondentes ao período em que se faziam as primeiras tentativas de fixação em galego-português, talvez pudesse pensar-se que se tratava de latinismos gráficos; mas tais formas

---

(1) É o que acontece, por exemplo, na fala de Feás, na província de La Coruña, perto do limite com a província de Lugo. Cf. J. L. Couceiro, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 41-42. Em face de formas como [tẹ́ṣto] < TĔSTU, [lẹ́ƀeđo] < LĔVITU, [mẹ́đo] < MĔTU, [ẹṣtẹ́rko] < STERCU, [noƀẹlo] < GLOBĔLLU, etc., afirma o A.: «Parece evidente que la -u átona final, antes de abrir-se, actuó metafónicamente sobre la vocal tónica cerrándola» (p. 41). Mas, na mesma povoação, a metafonia não se operou no caso dos substantivos e adjectivos com [ǫ] na sílaba tónica. A este propósito, cf. p. 45 do mesmo trabalho. Relativamente a outras regiões, veja-se também p. 340-342, p. 384-385 e notas 1 e 2 de ambas as páginas.

(2) Veja-se, atrás, p. 413-414.

continuam a aparecer em documentos de épocas mais tardias, sendo, portanto, de excluir tal explicação. Elas comprovam, de modo indirecto, a existência, nalgumas regiões galegas, da persistência de [-u] proveniente de ŭ latino. É interessante verificar que ainda no século XIV, pelo menos, havia flutuação entre formas com e sem metafonia: assim se explica a ocorrência, no mesmo documento, das formas *eſto* e *iſto*. Aliás, também as Cantigas de Santa Maria de Afonso X, ao lado das formas habituais com o grafema *e* [ę] na sílaba tónica, recorrem uma ou outra vez a formas com *i* quando a rima assim o exigia (1). Não pode, pois, duvidar-se de que este último tipo de formas existiu na Galiza; aliás, a ocorrência de formas com *i* no galego actual confirma ser essa a interpretação correcta a dar às formas registadas nos antigos textos dessa região. Além disso, não deixa de ser surpreendente que a actual distribuição geográfica das formas com *i* na sílaba tónica (2) seja muito aproximada da que os antigos documentos deixam entrever. Do que fica exposto parece poder deduzir-se que, embora na maior parte das regiões galegas o resultado da evolução de ŭ e ō da sílaba final fosse [ǫ], também houve regiões onde ŭ passou a ser representado por [u] e ō por [ǫ].

Voltemos, pois, à questão posta atrás: a determinação do valor dos grafemas *o* e *u* nos diferentes tipos de formas então referidas. Em relação às formas de singular de substantivos e adjectivos e à primeira pessoa de plural de formas verbais, o resultado mais frequente na região estudada seria

---

(1) O facto de o A. usar tais formas, ainda que raramente, permite concluir que a língua da época admitia, provavelmente como variantes geograficamente condicionadas, ao lado de *esto, aquesto*, as formas com maior vitalidade e implantação, também *isto, aquisto*. A primeira forma aparece apenas duas vezes nas *Cantigas:* cf. 2.60 («Pois do mundo foi partido / este confessor de Cristo, / Don Siagrio falido / foi Arcebispo, poys *isto*, / que o fillou a seu dano; (...)») e 225.58 («As gentes que y estavan, / quand'ouveron esto visto, / loaron muito a Madre / do Santo Rei Jesu-Cristo; / e des ali adeante / foi o crerigo por *isto* / mui mais na fe confirmado, / (...)»). Repare-se que no último texto transcrito aparecem na mesma estrofe *esto* e *isto*, esta última forma em rima com *Cristo* e *visto*. A forma *aquisto* aparece também uma só vez no texto das *Cantigas* e igualmente em rima com *Cristo* e *visto*. Cf. 346.10 «En Estremoz, hũa vila de Portugal, foi *aquisto* que guariu hũa enferma / a Madr'onde Jhesu-Cristo / naceu por salvar o mundo, / que foi connosçud' e visto, / ond'o sol, quand'el pres morte, / tornou mais negro ca mora.»). Veja-se AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter METTMANN, 4 vols., Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1959, 1961, 1964 e 1972. Os sublinhados são da minha responsabilidade.

(2) A actual distribuição geográfica das formas *esto* e *isto* foi estabelecida pelos autores do artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 237, mapa n.º 5. A área mais extensa de *isto* corresponde à metade meridional da província de Pontevedra; há, além disso, uma zona setentrional que abarca uma parte da província de La Coruña, com algumas penetrações na província de Lugo, e uma pequena área da província de Orense, junto da fronteira com Portugal. Ao restante território galego corresponde a forma *esto*.

[ǫ], embora se possa também admitir com bastante segurança que noutras zonas fosse [u] (1). As formas de plural, assim como a primeira pessoa do presente do indicativo ou certas formas conjuncionais como, por ex., *pero*, terminariam inicialmente em [ǫ]. Neste último caso, ou seja, em formas em que a vogal da sílaba final representa ō do latim, é de supor que nalgumas zonas, pelo menos desde o século XIII, tivesse começado a fundir-se com [-u] < ŭ, certamente em virtude da proximidade dos dois sons. Desse modo se explicam grafias como *caualeyruſ*, *uelhuſ*, *muytuſ*, ou *peru* etc. (2). Não pode pensar-se que essas formas sejam apenas o resultado da atracção gráfica exercida pelas formas com [-u] < ŭ, uma vez que, no caso de formas com esta proveniência, as grafias com *-u* são, como vimos, muito raras (3). Tal explicação seria de admitir no caso de as formas gráficas em *-u* com a proveniência indicada serem particularmente abundantes (4). Isso significaria que, pelo menos desde o século XIII, *-os* do plural de substantivos e adjectivos, assim como *-o* da primeira pessoa do presente do indicativo ou de algumas formas conjuncionais (por exemplo, *pero*) se realizava ou podia realizar-se como [u] (5). Este dado é importante, pois permite concluir que a metafonia produzida por [-u] é anterior ao século XIII. Aliás, as formas pronominais atrás indicadas, que representam formas latinas de neutro (cf. *iſto*, *aquiſto*, *aquillo*, etc.) (6), confirmam essa suposição.

---

(1) Opinião idêntica é defendida por Dámaso Alonso no artigo já várias vezes citado, *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 135: «(...) quizá el timbre vacilaba entre una *-u* y una *-ǫ*: en este titubeo Galicia habría tendido a regularizarse en pronunciación *-ǫ* y Portugal en pronunciación *-u̯* (con grafía *o*)».

(2) Ver, atrás, p. 411-412.

(3) A este propósito, veja-se, atrás, p. 408-410.

(4) Assim acontece, de facto, nalgumas regiões hispânicas relativamente a um período mais antigo. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Sexta edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 169: «En los documentos, y en regiones donde el singular de los sustantivos em *-u* debía ser abundante, hallamos el plural influído por ese singular: *ortus*, *totus* (...)».

(5) Na Galiza, veio a generalizar-se a pronúncia [-ǫ], quer por propagação do timbre mais frequente nessa região, quer em virtude da interferência entre galego e castelhano produzida sobretudo a partir dos séculos XIV e XV.

(6) Sobre a cronologia da metafonia produzida por *-u* pouco mais se poderá adiantar: ela deve ter-se produzido em data anterior ao século XIII. Com os dados agora disponíveis não é possível, de momento, precisar mais. É provável que, se um estudo idêntico ao que empreendi para esta região vier a ser feito para a zona central e meridional de Portugal, permita reunir dados mais precisos. De qualquer modo, o século XIII apontado como termo *ad quem* da metafonia produzida por *-u* é um dado novo que até este momento não tinha sido indicado. As informações anteriormente apresentadas sobre o referido pro-

d) Estudo de *i, y, j* e *h*

O estudo destes grafemas terá que ser inevitavelmente de natureza diferente do que foi feito em relação aos anteriores. De facto, através do estudo analítico antes realizado, revelou-se a polivalência dos referidos grafemas, sobretudo e com mais segurança e evidência no que se refere a *e* e *o*. O trabalho então empreendido consistiu essencialmente em determinar o valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas nos vários tipos de formas que sucessivamente foram analisadas.

Neste momento, depara-se com uma situação totalmente distinta e menos importante sob o ponto de vista que nos ocupa: o mesmo fonema pode aparecer representado por diferentes grafemas — *i, y, j* — alternando o emprego de cada um deles também no interior do mesmo texto (1). Em relação ao fonema /i/, os textos analisados revelam, pois, uma situação de poligrafia. Um dado que se pôde apurar diz respeito à frequência relativa de cada um dos três grafemas indicados: tanto na Galiza como em Portugal, ‹i› é, de longe, o grafema mais usado, seguindo-se, por ordem decrescente, ‹y› e ‹j› (2). Por outro lado, através da análise dos textos evidencia-se também a constância e a regularidade com que o fonema /i/ não só na sílaba tónica — onde, em geral, é mais resistente —, como também em qualquer das posições átonas é representado na grafia por alguns dos grafemas indicados, não havendo habitualmente qualquer confusão com nenhum outro grafema. Alguns casos em que *i* alterna com *e* na sílaba pretónica são casos especiais, em que a troca no uso dos grafemas reflecte alterações fonéticas de tipo assimilatório ou dissimilatório. Eis alguns exemplos recolhidos: *deligençia* (1414 L 42), *deziam* (1315 DL 145), *dezią̃* (1344 C 12), *contradezią̃* (1344 C 12), *dezia* (1315 DL 145; 1331 M 157), *confintemẽto* (1434 C 17),

---

cesso metafónico eram bastante mais vagas. O que já se tinha afirmado era que a metafonia era anterior à transformação de [-ǫ] em [-u]. A este propósito, cf. DÁMASO ALONSO, *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 123: «Lo único que se puede afirmar con seguridad es que en portugués la *-o* sonaba *-u* bastante antes que *-os* del plural nominal sonara *-us* y antes que la *-o* de los verbos *(amo)*, etc., sonara *-u*; en otros términos, cuando se produjo la metafonía la *-o* < *ŭ* sonaba *u*, pero la *o* < *ō* sonaba *o*». E, mais adiante, na p. 135: «De todos modos la *-u* tuvo que tener un efecto metafónico sobre la vocal tónica temprano o relativamente temprano; desde luego ese efecto metafónico había cesado ya antes de que el plural *-os* y, en general, toda *-o* etimológica, llegaran a pronunciarse *-us* (y, finalmente, *-us̆*) y *-u*».

(1) Veja-se o que ficou dito atrás, p. 305.

(2) Veja-se, atrás, p. 305.

demjtemento (1450 L 44) (1), *deſtribuyr* (1450 L 44), *letigios* (1473 O 80), *meniſtre* (1345 DL 146), *meniſtrar* (1345 DL 146), *ſubſtetuyçon* (1351 C 13), *rrellegioſa* (1454 DL 148), *vezjño* (1506 P 136), «Santa *Ceſtyna* das Couas» (top.) (1419 P 134), etc. (2). Formas idênticas surgem ainda actualmente na linguagem popular portuguesa de várias regiões (3).

Outras vezes, nos textos estudados, há formas habitualmente grafadas com *e* na sílaba pretónica, às quais correspondem no português actual formas com *i*. No entanto, as formas antigas registadas não oferecem nenhuma particularidade; as formas modernas é que sofreram alterações posteriores, de tipo assimilatório ou de outra natureza. Eis alguns exemplos recolhidos: *fegura* (1454 DL 148; 1484 DL 150), *trebutos* (1335 M 160) (4), *dereyta* (1405 L 39, etc.), *dereyto* (1334 C 11; 1344 C 12; 1302 L 30; 1310 L 34; 1310 L 35; 1405 L 39; 1414 L 42; 1315 DL 145; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1281 M 151; 1317 M 154; 1327 M 155; 1331 M 156, etc.), *dereito* (1331 M 157, etc.) (5).

---

(1) Relativamente às formas *conſintemẽto, demjtemento*, pode tratar-se da alteração da terminação *-imento* em *-emento*, abundantemente documentada em textos da Galiza. Parece, mesmo, tratar-se de uma particularidade linguística que distingue os textos redigidos na Galiza dos escritos a sul do rio Minho. Veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, indice onomástico y glosario. Vol. I, Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXXIII.

(2) Formas idênticas aparecem ainda no séc. XVI, em textos doutra índole, por ex. nas obras de João de Barros. Cf. PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 195.

(3) Em formas deste tipo, como *vizinho, ministro, inimigo*, etc. a pronúncia com *i* tem em português, de uma maneira geral, um carácter um tanto afectado. A este propósito, veja-se também JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 89.

(4) *Fegura* e *trebuto* provêm respectivamente de FĪGURAM e TRĪBUTUM. As formas modernas resultam de uma espécie de assimilação parcial da pretónica à vogal da sílaba tónica. Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 128, §§ 260 e 263. Saliente-se ainda a ocorrência da forma *trabuto* (1416 M 168) com alteração de *e* pretónico em *a*, devido à vizinhança da vibrante *r*. Sobre esse fenómeno fonético, recorde-se o que foi dito na p. 372.

(5) No que se refere a *dereito*, havia em latim duas formas: DĪRĒCTUM e DERĒCTUM; as formas das diferentes línguas românicas provêm da segunda, inclusive o português que, no período arcaico, teve como formas habituais as formas com *e* pretónico. A forma com *i* parece resultar de uma restauração culta e a sua generalização deve ser posterior ao século XVI. Com carácter verdadeiramente esporádico ocorrem no período medieval os latinismos *directo* (cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 41, § 54) e *dyricturas* (cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Galaxia), 1968, p. 126). Sobre a história da palavra, cf. ainda MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter. Universitätsverlag), 1968, s.u. *directus;* J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, s.u. *derecho;* PAUL TEYSSIER, *La prononciation*

A forma *minſaſ* 'missas' assinalada várias vezes num documento orensano (1290 O 58) era seguramente uma forma da língua falada da região: a nasalação da vogal resultou do contacto com *m-*, facto que ocorreu com relativa frequência na evolução histórica de algumas palavras do português e do galego (1). A mesma tendência se manifesta ainda na linguagem popular portuguesa de várias regiões.

Além disso, conforme já atrás foi salientado, os três grafemas referidos podem entrar também na constituição de alguns ditongos, situando-se tanto na vertente crescente como decrescente da sílaba em que figuram. Considerando, em primeiro lugar, o caso dos ditongos crescentes, dos três grafemas ‹i› é o mais frequente, imediatamente seguido de ‹y› e, por fim, de ‹j›, com escassa frequência nesta posição. Alguns exemplos: «*mia* alma» (1281 O 55), «*mia* moler» (1285 O 56), *legumia* (1285 O 56), *notario* (1278 P 96), *propria* (1289 DL 141), *termyo* (1339 O 70; 1287 P 102; 1302 P 120; 1302 P 121; 1302 P 122), *coomya* (s.f.) (1287 P 103), «en *mya* preſẽça» (1299 P 116; 1299 P 117), *Monyo* (1285 DL 139), *taballyã* (1454 DL 148), *patrimonjo* (1367 C 14), *Ljmjareſ* (1281 L 26), *taballjõ* (1448 DL 147), etc.

Além disso, nessa mesma posição, os documentos portugueses estudados, registam, desde o séc. XIII, o grafema ‹h› com o mesmo valor dos anteriores. Esse grafema é muito frequente nos documentos das duas províncias estudadas, Minho e Douro Litoral: por se tratar de formas gráficas muito frequentes, indico apenas algumas, a título exemplificativo: *sabbham* (1282 DL 137), *termho* (1282 DL 137), «Terra de *Neuha*» (top.) (1313 DL 143), *saibham* (1454 DL 148; 1472 DL 149), «cõ *mha* mão» (1281 M 151), *eſcanbho* (1335 M 160), *termho* (1404 M 165), etc. Na Galiza registei apenas alguns exemplos em documentos do séc. XIII e princípios do séc. XIV da província de Pontevedra, que, sob este aspecto, se aproximam dos sistemas gráficos do Noroeste de Portugal. Aliás, esses documentos — 1298 P 113, 1299 P 114 e 1302 P 120 — revelam também outras afinidades gráficas com a região

---

*des voyelles portugaises au XVI*ème *siècle d'après le système orthographique de João de Barros.* Separ. dos *Annali dell'Istituto Universitario Orientale.* Sezione Romanza. Napoli, 1966, p. 195.

No que se refere ao galego actual, os dicionários registam simultaneamente formas com *e* e com *i* na sílaba pretónica: contrariamente ao português, a língua não chegou a fixar-se numa das formas. Cf., por exemplo, LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego.* 4.ª edição, La Coruña (Editorial Moret), 1972; ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano,* tomo II. Vigo (Editorial Galaxia), 1960.

(1) Sobre esse assunto, cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia),* 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 149-150.

portuguesa (1). Eis os exemplos recolhidos desses documentos: *canbhar* (1298 P 113), «*mhas* bõas» (1298 P 113), «a *mha* alma» (1299 P 114), «*mha* madre» (1299 P 114), «por *mha* alma» (1299 P 114), «*mha* criada» (1299 P 114), «depoſ *mha* morte» (1299 P 114), «daſ *mhas* ygreias» (1299 P 114), «cõ *mha* moler» (1302 P 120), «depoſ *mha* morte» (1302 P 120).

Na fase decrescente da sílaba e entrando, portanto, na formação dos chamados ditongos decrescentes, ocorrem também os grafemas ‹y›, ‹i› e ‹j›. Ao longo de todo o período estudado, tanto na Galiza como em Portugal, ‹y› é a representação gráfica mais frequente; por ordem decrescente, segue-se ‹i› e ‹j›, estando este último relativamente pouco representado. Os três grafemas são verdadeiramente grafemas equivalentes, podendo encontrar-se, na mesma época e até no mesmo texto, hesitação entre os três processos gráficos.

Exemplos da Galiza: *moeſteyro* (1262 C 1. No mesmo documento surge também *moeſteiro*), *mayſ* (1257 L 20. No mesmo doc., 1. 23, *maiſ*), *Paayo* (1262 C 1), *ey* 'tenho' (1274 O 53), *Armenteyra* (top.) (1403 P 132), *moſteyro* (1407 P 133), *feitaſ* (1283 L 27. No mesmo documento ocorre também *feyta*), *moeſteiro* (1283 L 27. No mesmo documento surge também *moeſteyro* e *móéſteyro*), *moſteiro* e *moſteyro* (1502 L 51), *Queirugaeſ* (top.) (1274 O 53), *ffoj* (1297 P 112), *ffejta* (1297 P 112), *derejto* (1299 P 117), «del *Rej*» (1278 L 25), *ej* 'tenho' (1269 P 93), *fuj* (1262 C 1), *frej* (1305 P 123), etc. Os exemplos assinalados deste último tipo são todos do séc. XIII e início do séc. XIV.

Exemplos de Portugal: *leyra* (1282 DL 137), *heyxidaſ* (1284 DL 138), «*Mayor* Periz» (1285 DL 139), *muytos* (1285 DL 139), *apuys* 'depois' (1285 DL 139), *Maya* (top.) (1484 DL 150), *Uayram* (top.) (1454 DL 148), *fuy* (1454 DL 148), *lluytoſa* (1472 DL 149), *alcayde* (1281 M 151), *meyrĩo* (1281 M 151), *teſtemoyo* (1281 M 151), «San Juyaão de *Kalẽdayro*» (1334 M 158), *peyte* (1416 168), *froytos* (1416 M 168), *sajbam* (1484 DL 150), *eſcudejro* (1484 DL 150), *puſtumeiro* (1454 DL 148), *Maia* (top.) (1454 DL 148), *feita* (1416 M 168), *rraçoeiro* (1331 M 157), *queira* (1331 M 157), *Outeiro* (1335 M 160), etc.

---

(1) Veja-se, adiante, (p. 485-494 e 494-500) o que se refere à representação das consoantes palatais /ʎ/ e /ɲ/. Também nesses mesmos documentos se encontram alguns exemplos das grafias *nh* e *lh*, habituais em documentos portugueses. Será interessante observar que desses três documentos, dois – 1298 P 113 e 1299 P 114 – foram escritos por «Ffernã Aneſ», «notario de Ponte Uedra jurado» e o último (1302 P 120) foi mandado escrever (certamente a algum escriba) por Pedro Martinz, «notario plublyco por el Rey dõ Fernando eno alfoz do Castelo de Tebra ȝ de ffeu termyo», relativamente perto da fronteira com Portugal.

e) Estudo de *u* e *v*

Estes grafemas podem representar tanto o fonema /u/ em qualquer posição, como o assilábico u̯, enquadrando-se, portanto, neste caso, em ditongos crescentes ou decrescentes. Convém ainda ter presente que o grafema *u* não tem, por vezes, representação no plano fonológico, sendo, nesses casos, um grafema vazio (ou mudo), redundante, podendo também, nessas circunstâncias, deixar de registar-se na escrita.

Tratando separadamente de cada um destes aspectos, comecemos por referir o emprego dos grafemas referidos quando representam o fonema /u/. Nos documentos portugueses analisados este fonema aparece sempre representado por *u*, ao passo que na Galiza, em qualquer época e região abrangida pelo presente estudo, pode surgir também o grafema *v*, embora com uma frequência incomparavelmente menor que *u*. Relativamente aos documentos galegos, *u* e *v* são, pois, sob o aspecto considerado, grafemas equivalentes. Eis alguns dos exemplos recolhidos: *vna* (1262 C 2; 1307 L 32; 1453 L 45; 1459 L 46; 1502 L 51; 1274 O 53; 1500 O 90, etc.), *vm* (1473 O 80), *vn* (1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1459 L 46; 1497 L 50; 1502 L 51; 1302 O 61; 1473 O 80; 1473 O 87; 1500 O 90, etc.), *ṽn* (1506 P 136, etc.), *vno* (1274 O 53; 1502 L 51, etc.), *vntre* (1262 C 2), *vfo* (1450 L 44), *vbas* (1497 L 50), etc.

À semelhança do que foi afirmado em relação ao fonema /i/ (1), o fonema /u/ aparece de modo invariável e constante representado por *u* e, na Galiza, algumas vezes, por *v;* mas estes grafemas não aparecem substituídos por outros senão muito excepcionalmente e em casos que têm uma explicação própria. Assim, na sílaba pretónica pode ocorrer alteração no uso dos grafemas, sendo, porém, essa substituição o reflexo de algumas transformações fonéticas de tipo assimilatório ou dissimilatório: *jeriſdiçõ* 'jurisdição' (1303 M 153), *titor* 'tutor' (1450 L 44, 2v.) (2).

Além disso, os grafemas *u* e *v* podem representar também o assilábico [u̯], entrando, portanto, na constituição de alguns ditongos, tanto crescentes como decrescentes. Consideremos, em primeiro lugar, o caso dos ditongos decrescentes: tanto nos documentos galegos como portugueses, *u* é a representação mais frequente do assilábico, sendo *v* uma representação gráfica muito esporá-

(1) Veja-se, acima, p. 421.

(2) Esta forma é ainda hoje bastante frequente na linguagem popular portuguesa. Além da forma acima apontada, está também documentada em português antigo uma outra, possivelmente intermédia, *tetor*, que ocorre, por exemplo, no *Livro dos bens de D. João de Portel*. Cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 59 e n. 1.

dica. Alguns exemplos: a) *aplougue* (1296 P 111), *couſa, outros* (1262 C 1), *au* 'ao' (1262 C 1), *Deus* (1262 C 1), *pediu* (1290 P 106), *ſou* 'seu' (1262 C 1), *trouxo* 'trouxe' (1500 O 90), *Bertolameu* (1506 P 136), *meu* (1281 M 151), *couſſaſ* (1281 M 152), *meteu* (1281 M 152, etc.), etc.; b) *ev* (1500 O 90; 1281 M 152; 1317 M 154). Na fase crescente da sílaba aparece sempre *u*, tanto nos documentos da Galiza como de Portugal: *guardar* (1497 L 50; 1500 O 90; 1290 P 106), *quantoſ* (1265 C 3), *qual* (1269 C 4), *quanto* (1269 C 4), *quanta* (1281 C 5), *quarto* (1282 C 6), *quaeſ* (1282 C 6), *quanta* (1282 C 7), *quantia* (1333 C 10; 1351 C 13; 1286 L 28; 1280 P 97; 1281 P 99), *quarteyros* (1404 L 38), *quartos* (1405 L 39), *quãdo* (1281 M 151), *quando* (1317 M 154), *quatro* (1331 M 156), *quareẽta* (1327 M 155) (1).

A semivogal fechada posterior pode aparecer algumas vezes representada por *o: agoa* (1414 L 42), *agoardando* (1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78), *agoardar* (1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78; 1407 M 166), *agoardante* (1367 O 74; 1499 O 89), *mengoa* (1500 O 90). Esta grafia do assilábico que forma grupo com a consoante anterior viria a ser considerada, no século XVI, como a mais adequada. Assim acontece, de facto, no texto da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (2). Além disso, é ainda uma grafia muito frequente nos textos de João de Barros (3). Tal emprego viria, contudo, a ser eliminado do sistema gráfico actualmente em vigor.

Finalmente, uma referência ao emprego de *u* como grafema vazio, sem qualquer equivalência no plano fonológico. Ocorre quando precedido de consoante velar (4) e seguido de qualquer vogal. Darei alguns exemplos deste emprego: *aquiſto* (1285 DL 139), *aquel* (1331 M 156; 1334 M 158; 1367 C 14; 1281 L 26; 1302 L 30; 1335 L 37; 1414 L 42; 1450 L 44; 1474 L 47; 1287 O 57; 1302 O 61, etc.), *brãquo* (1473 O 85), *çinquo* (1367 O 74; 1317 P 125), *embarguo* (s.m.) (1454 DL 148), *julguado* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *foguo* (1454 DL 148), *loguo* (s.m.) (1454 DL 148), *merquador* (1292 O 59), *paguardes* (1322 P 129; 1299 P 117), *perquam* 'percam' (1372 O 75), *perquades* (1372 O 75), *porqualla* (1372 O 75), *quantada* 'cantada' (1401 M 164), *quanto* 'canto, esquina' (1424 O 77; 1317 P 125), *vaquas* 'vacas' (1403 P 132), etc. Este

---

(1) Por ser a representação gráfica habitual do assilábico *u*, indicam-se apenas algumas formas, sem pretender ser exaustiva na indicação da localização das mesmas.

(2) FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição feita (...) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933, p. 38. Veja-se também a análise feita deste passo por JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e* o *em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962, p. 7-10.

(3) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 163.

(4) Para um tratamento global dos grupos *-qu-* e *-gu-* veja-se, neste capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 12.

tipo de grafias resulta certamente do facto de, na região, a semivogal [u̯] dos grupos -qu- e -gu- ter deixado de soar, não só quando a vogal seguinte era *e* ou *i*, mas também *a* ou *o* (1). Trata-se, portanto, de um fenómeno de ultracorrecção gráfica.

B. Grafemas de referência consonântica

Dos grafemas consonânticos, simples ou complexos, atrás enumerados (2), uns são gerais em textos de todas as regiões e épocas estudadas e outros restritos a determinadas zonas e a determinados períodos. De acordo com o estudo analítico feito sobre as ocorrências de cada um dos grafemas, com eles se representavam os vinte e dois fonemas do sistema consonântico da época mais antiga o qual, ao longo do período abrangido pelo presente trabalho, deve ter começado a reduzir-se a um sistema mais simples, com um menor número de entidades (3). O fenómeno mais saliente no estudo dos grafemas de referência consonântica é, portanto, a situação de poligrafia de vários fonemas, isto é, cada fonema pode aparecer representado por diferentes grafemas. O facto atinge sobretudo uma notória intensidade na representação das palatais e sibilantes, onde é particularmente grande o número de grafemas equivalentes. Mas, como teremos oportunidade de referir, muitos desses signos gráficos não são cronologicamente simultâneos, não pertencendo, portanto, ao mesmo sistema de escrita. Convém observar, a este propósito, que é sobretudo no século XIII, quando se ensaiava a fixação gráfica em língua galego-portuguesa, que é maior a instabilidade, podendo ocorrer, nalguns casos, um grande número de grafemas equivalentes. Desse modo, o estudo dos grafemas de referência consonântica terá que ter necessariamente uma feição diferente do que atrás foi realizado em relação aos de referência vocálica, onde a situação de polivalência de alguns grafemas (4) é o facto mais característico.

Na apresentação dos materiais, tomaram-se como ponto de partida os grafemas, o único critério lógico num estudo desta natureza, mas, em vez de um tratamento individual de cada um deles, agruparam-se estes de acordo

---

(1) A esse propósito, veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 12.

(2) O inventário desses grafemas encontra-se nas p. 307-308.

(3) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte I, § 4.

(4) Essa situação afecta sobretudo os grafemas *e* e *o* que têm diferentes referentes fonológicos. A este propósito, veja-se Capítulo II. Estudo linguístico. Parte I. Fonética e fonologia. A. Grafemas de referência vocálica, *b)* Estudo de *E; c)* Estudo de *O*.

com os diferentes tipos de fonemas que podiam representar. Só com um aproveitamento deste género, foi possível captar as alterações que se foram operando, durante o período estudado, no sistema fonológico consonântico galego-português inicialmente e, mais tarde, galego e português, assim como determinar sub-regiões grafémicas no interior da área abrangida pelo presente trabalho.

a) Estudo dos grafemas que representam as oclusivas surdas (/p/, /t/, /k/):

A oclusiva bilabial surda pode aparecer representada, tanto nos textos da Galiza como de Portugal, por *p* ou *pp*, sendo, contudo, o primeiro grafema a representação mais frequente. O segundo, que ocorre em épocas muito diversas, parece não ter necessariamente relação com a proveniência etimológica das formas em que se enquadra: *notario ppublico* (1407 L 40; 1403 P 132), «notayro *ppublico*» (1472 DL 149), «tabelliam *ppublico*» (1484 DL 150), *Felippe* (1302 O 61), «*ppublica* forma» (1403 P 132), «notas *ppublicas*» (1403 P 132), *Loppo* (1300 C 8; 1333 C 10; 1334 C 11; 1351 C 13), *appenhorar* (1334 M 159), *appareçerõ* (1411 M 167), «a *ppar* da vinha» (1282 DL 137).

A oclusiva dental surda aparece habitualmente representada por *t*, salvo em alguns casos especiais, no conjunto pouco frequentes, em que é transcrita por *th*. Ocorre não só em palavras de origem grega (cf., por exemplo, *cathedral* (1414 L 42), *theolo fia* (1414 L 42), *thesouro* (1473 O 80), etc.), mas também com outra proveniência: *thenor* (1450 L 44; 1453 L 45; 1475 L 48; 1475 L 49), *thena* 'tenha' (1299 P 114), *contheudas* (1450 L 44), *conthiudo* (1506 P 136), *conthiuda* (1506 P 136), *conthiudas* (1506 P 136), *thiudos* (1506 P 136), *contheudo* (1472 DL 149), *theudo* (1411 M 167), *theudos* (1448 DL 147), etc. Grafias idênticas a estas últimas, onde não há razões etimológicas que justifiquem o aparecimento de *h* e onde ele carece de qualquer valor fonético, aparecem noutros textos antigos galego-portugueses (1). É possível que se trate de uma incorrecta colocação de *h* nas formas em que inicialmente ele surgia com clara função anti-hiática. Perdido esse valor, passaria a colocar-se depois de *t-* (2). O carácter tardio das formas citadas parece apoiar esta explicação.

---

(1) RUTH DOMINCOVICH, *Portuguese orthography to 1500*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1948, p. 76 e 100; KIMBERLEY S. ROBERTS, *Orthography, phonology and word study of the Leal Conselheiro*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1940, p. 2; JOSÉ LUÍS PENSADO TOMÉ, *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 26.

(2) Essa explicação é proposta por JOSÉ LUÍS PENSADO, *ob. cit.*, p. 26.

No que se refere à transcrição da velar oclusiva surda, são vários os processos grafemáticos utilizados nos textos estudados. Quando as vogais seguintes são *a*, *o*, ocorre geralmente o grafema *c;* contudo, neste contexto, surgem também alguns exemplos de *qu: arqua* (1414 L 42. No mesmo documento, *arcas*), *autentiquas* (1403 P 132), *brãquo* (1473 O 85), *çinquo* (1317 P 125; 1287 O 57; 1367 O 74), *merquador* (1292 O 59), *perquam* (1372 O 75), *perquades* 'percais, 5.ª pes. pres. conj. de *perder*' (1372O75), *porqua* (1407 P 133), *porqualla* (1372 O 75), *porquo* (1473 O 87; 1407 P 133), *porquoſ* (1281 O 55), *quada* 'cada' (1500 O 90), *quanto* 'canto' (s.m.) (1424 O 77; 1317 P 125) (1), *quaſas* (1372 O 75; 1500 O 90), *quatorze* (1299 P 117), *ſaquar* (1403 P 132), *sequa* 'seca', adj. (1312 O 63), «*Vaſquo* Perez» (1281 O 55), «*Vaſquo* Lopez» (1281 O 55), *uaquas* 'vacas' (1407 P 133), *uaquas* (1403 P 132), *uaqua* (1281 O 55). Os textos portugueses apresentam também alguns exemplos desse uso gráfico, ainda que relativamente pouco numerosos: *çĳnquo* (1484 DL 150), *deſperezqua* (3.ª pes. pres. conj. de *deſpereſcer*) (1407 M 166), *quabrjto* (1484 DL 150), *quantada* (1401 M 164) (2). Creio estarmos em presença de formas gráficas ultracorrectas, uma vez que, na região abrangida pelo nosso estudo, as sequências -qu- e -gu- no contexto indicado, ou seja, quando seguidas das vogais *a* e *o*, perderam normalmente a semivogal (3). Esse facto, vivo ainda hoje na linguagem popular da região de Entre-Douro-e-Minho e na Galiza, está documentado, nos textos agora publicados, desde o século XIII (4).

Se, pelo contrário, a velar oclusiva surda é seguida de vogal anterior *e* ou *i*, *qu* é a representação habitual, mas, com carácter muito esporádico, ocorre também simplesmente o grafema *q* (cf. *daqi*, 1269 C 4; *fiqen*, 1348 M 162; *fyqy*, 1432 P 135; *qyſer*, 1432 P 135; *qynta*, 1432 P 135) (5) e *c* (cf. *certas* 'cartas', 1282 DL 137, e *certaſ* 'cartas' 1289 DL 141) (6).

---

(1) A referida forma aparece nos contextos a seguir indicados: «et uay firir enno *quanto* da ujna» (1424 O 77); «(...) das noſſas caſas do *quanto* da Rua da Feyra» (1317 P 125); «daquellas caſas ⁊ moradas que eſtã enna Rua da Feyra ao *quanto*» (1317 P 125).

(2) Processo idêntico surge em relação à oclusiva velar sonora. A esse propósito, veja-se, adiante, p. 437-438.

(3) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Consonantismo, § 12.

(4) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 12.

(5) Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 45.

(6) Não deixa de ser surpreendente o aparecimento de *certas* e *certaſ* por *cartas* e *cartaſ* em dois documentos de Entre-Douro-e-Minho, respectivamente 1282 DL 137 e 1289 DL 141. Quem lê os pergaminhos manuscritos não tem qualquer dúvida de que na sílaba tónica existe *e* e não *a*. Por outro lado, o facto de a forma aparecer mais que uma vez e em documentos diferentes parece não permitir interpretá-la como simples lapso do copista. Aliás, é interessante observar que ambos os documentos foram escritos por Pedro Perez, «publico tabellion nha terra da Maya» (1289 DL 141). Este traço fonético da palatalização

Referência especial merece ainda o emprego, mais ou menos isolado, dos grafemas *k* e *ch*, representando a oclusiva velar surda. O primeiro aparece muito raramente tanto nos documentos de Portugal como da Galiza e sempre no período mais antigo (1). A maior parte das formas gráficas deste tipo são do século XIII e só excepcionalmente do início do século XIV: *kaendaſ* (1265 C 3), *Kalendas* (1286 L 28; 1278 P 96), *karta* (1285 DL 139),

---

de *a* tónico em *e* pertencia muito provavelmente à linguagem do notário e da região. Muito arreigado estaria o facto na língua falada do notário para ter transparecido na fixação gráfica do texto e muito especialmente numa forma que não pertencia ao vocabulário corrente, mas culto. Se interpretamos com rigor a referida forma gráfica, estaremos em face de uma abonação antiquíssima do facto — já do séc. XIII — na região de Entre-Douro-e-Minho. Aliás, ainda hoje, em povoações não muito distantes da referida zona há vestígios desse traço, ainda que não com a mesma intensidade com que surge noutras zonas portuguesas. Sobre a região portuguesa onde mais intensamente se manifesta o fenómeno, veja-se DÁMASO ALONSO y VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 72-77; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 78. Mas o facto tem sido registado noutros pontos mais ou menos distantes da zona onde ocorre com maior intensidade. Veja-se, a esse propósito, CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 46 e notas 1 e 2; IDEM, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 110-115 e mapa n.º 2; MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 142. O mesmo facto ocorre também na zona galego-leonesa de Ancares e nalguns pontos dispersos da Galiza. Cf. DÁMASO ALONSO y VALENTÍN GARCIA YEBRA, *ob. cit.*, p. 72-77; J. R. FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método "Palabras y Cosas"*. Anejo 10 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 28; IDEM, *La inflexión de / a / = /e / en el dominio iberorománico*. In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica i Filologia Romanza* (Napoli, 15-20 Aprile 1974), vol. III, 1979, p. 157-177. MARÍA DEL CARMEN ENRÍQUEZ, *Léxico de O Grove*. Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, assinala *resto* (cf. «andar a resto» 'andar de rasto') (p. 9), *xerra* 'jarra' (p. 157). Também nos "Riberos del Avia y del Miño", na província de Orense, ocorre *xerro, xerra*, embora sobretudo na forma do masculino. Cf. JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero*. Tesis doctoral (inédita). Madrid, 1962, p. 76.

(1) De facto, não só nos textos agora publicados como noutros textos galego-portugueses é bastante raro o emprego do grafema *k*. Além disso, ocorre especialmente no período mais antigo, nos séculos XIII e XIV, à semelhança do que acontece nos documentos em latim dos séculos anteriores. A este propósito, cf. RUTH DOMINCOVICH, *ob. cit.*, p. 12, 21, 32 e 44. Veja-se também *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués*. Edición y estudio por J. L. Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 26-27.

«San Juyaão de *Kalẽdayro*» (1334 M 158). O grafema *ch* com o referido valor é também raro e aparece não só em palavras de origem grega (cf. *choro*, 1331 M 157), como também noutras formas: *merchador* (1282 C 7) *merchante* (1453 L 45) (1).

b) Estudo dos grafemas que representam as oclusivas sonoras (/b/, /d/, /g/):

No que se refere à transcrição da oclusiva bilabial sonora, ocorre habitualmente o grafema *b* tanto nos textos da Galiza como de Portugal, em todos os contextos em que aparece na fase actual do português e do galego (2). Além disso, o mesmo fonema pode aparecer também representado por *bb*, quase sempre em palavras em que o étimo continha uma consoante geminada, mas também eventualmente noutras formas: *abbade* (1262 C 1; 1367 C 14; 1258 L 23; 1286 L 28; 1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 80; 1500 O 90; 1267 P 91; 1269 P 92; 1271 P 94; 1280 P 97; 1287 P 103; 1316 P 124; 1317 P 126; 1322 P 129; 1432 P 135, etc.; 1284 DL 138; 1334 M 158; 1345 M 161, etc.) (3), *abbadeffa* (1302 O 61; 1299 P 115; 1282 DL 137; 1287 DL 140;

---

(1) Cf. a frase «medio çelemjn de trigo bõo e *merchante* medido por la medida dereyta da casa do conçello da vila de Ribadeo» (1453 L 45, linhas 8 e 9). Observe-se, aliás, que já no primeiro documento escrito em língua portuguesa, a *Notícia, de torto*, há vestígios do emprego do grafema composto *ch* para representar a oclusiva velar surda: aí se encontra, na l. 25, a forma *pechena* (cf. «sa fila *pechena*»). Veja-se Luís F. Lindley Cintra, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La Notícia de Torto. Lecture critique, date et lieu de rédaction*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 171.

(2) Além disso, o mesmo grafema surge também em final de sílaba, como grafema vazio ou mudo em formas falsamente reconstituídas de acordo com um critério etimológico: *contrabto* (1506 P 136), *trabtado* (1506 P 136). Sobre outras abonações galegas de idênticas formas gráficas, cf. Ramón Lorenzo, *Sobre cronologia do vocabulario galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *contrato* e *tratar*. Foi com base em formas como *contrauto* e *trautado* que se reconstituiu falsamente *contrabto* e *trabtado*.

(3) A representação gráfica habitual das citadas formas faz-se com uma única consoante *b*. Mas creio dever observar-se que as formas *albade* ou *albad* várias vezes registadas na colecção de *Documentos antiguos de Galicia* publicados por Margot Sponer (cf., p. ex. doc. 4, p. 11, l. 21; doc. 11, p. 19, l. 8; doc. 36, p. 45, l. 1, 4, etc.) resultam de uma má leitura do original. Devido ao carácter insólito da forma, tive o cuidado de verificar os documentos originais nos pergaminhos que fazem parte dos fundos do "Archivo Histórico Nacional" de Madrid e pude comprovar que se trata de *bb* e não de *lb*. Aliás, em vários documentos galegos por mim publicados deparei, em textos escritos em letra do mesmo tipo, com idênticas formas que, à primeira vista, poderiam levar a uma transcrição pouco fiel. Trata-se, muito simplesmente, de formas do tipo *abbade*, *abbad* que nada têm de especial

1289 DL 141; 1315 DL 145; 1345 DL 146; 1317 M 154, etc.), *sabbeam* (6.ª pes. pres. conj. de *saber*) (1367 C 14), *sabbeã* (1348 O 72), *sabbham* (1282 DL 137), *sabbam* (1411 M 167), «ȝ de *bboa* parança» (1372 O 75).

Mais adiante (1), far-se-á referência à confusão que, a partir de certa altura, os textos revelam entre o emprego do grafema *u* e *b*. Como teremos oportunidade de ver, a partir do início do séc. XV, palavras que tinham *b-* (< B-) ou *-b-* (<-P-) aparecem algumas vezes grafadas com *u-* ou *-u-*. Tratar-se-á de simples confusão de grafias explicável pelo facto de ter começado a perder-se a oposição fonológica entre /b/ e /β/ ou estaremos perante formas que representam pronúncias ultracorrectas? Tentar-se-á, adiante, responder a esta questão.

A oclusiva dental sonora /d/ aparece sempre, nos documentos portugueses, transcrita pelo grafema *d*. Na Galiza, embora seja esta a representação gráfica mais frequente, em contextos especiais podem ocorrer outros processos gráficos. Assim acontece no final de palavras provenientes de formas latinas terminadas em -TE-: *abbat* (1329 C 9; 1334 C 11. Neste mesmo documento ocorre *abbade;* 1302 O 60; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64), *autoridat* (1335 L 37), *herdat* (1453 L 45. No mesmo documento ocorre várias vezes a forma *herdade*), *uerdat* (1334 C 11, 3v. No mesmo documento ocorre *verdade*), *verdat* (1344 C 11; 1410 L 41). Todos os exemplos registados são dos séculos XIV e XV e referem-se às províncias de La Coruña, Lugo e Orense, não se tendo encontrado grafias deste tipo nos documentos da província de Pontevedra, os quais, também sob este aspecto, se aproximam uma vez mais das características gráficas e linguísticas dos documentos de Entre-Douro-e-Minho. Como é sabido, *-e*, depois de *t* latino (ou *d* romance), manteve-se em galego-português (2), contrariamente ao que aconteceu em castelhano, em que aquela

---

a não ser a conservação gráfica de *bb*. Sendo assim, nunca terá existido a formar *albade*, que José Luís Pensado, com base na referida colecção de documentos galegos de Margot Sponer, dificilmente consegue explicar, não deixando de sentir estranheza pelo facto de ela não ter conseguido sobreviver nas modernas variedades dialectais do galego. Cf. JOSÉ LUÍS PENSADO TOMÉ, *Estudios etimológicos galaico-portugueses*. Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia), 1965, p. 9-11. Veja-se também o que escrevi na p. 37, n. 3.

(1) Veja-se, adiante, alínea e) Estudo dos grafemas que representam a fricativa lábio-dental /f/ e a fricativa bilabial /β/», p. 472-485.

(2) Em português, *-e* apocopou-se apenas quando precedido das consoantes *n, l, r, s,* ou *z*. Sobre esse fenómeno em português, ver JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 68-71; EDWIN B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 47; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, §§ 149-151, p. 77-81.

vogal se perdeu (1). Contudo, em antigos textos leoneses e galegos encontram-se formas apocopadas em *-d* ou *-t*, simultaneamente com formas em *-de* (2), mas a frequência relativa da conservação ou da apócope de *-e* varia consideravelmente de região para região. Assim, nos documentos correspondentes ao leonês oriental aparecem apenas as formas apocopadas, ao passo que nos que dizem respeito ao leonês central e ocidental, embora estas predominem, aparecem alguns exemplos da conservação de *-e* (3). No que se refere mais directamente aos textos galegos — literários ou de carácter notarial —, as formas com apócope aparecem mais ou menos esporadicamente, predominando as formas em *-de*, mas «elas são excepcionalmente frequentes em alguns dos documentos escritos na zona fronteiriça entre os domínios linguísticos galego e leonês» (4). Como vimos, nos documentos galegos publicados no presente trabalho as formas apocopadas aparecem de modo mais ou menos isolado (5), verificando-se, por vezes, no mesmo texto a convivência dos dois tipos de formas. É até interessante verificar que dos cento e trinta e seis documentos galegos publicados, só em nove se registam formas apocopadas, terminadas em *-t*. Além disso, esses nove textos (1329 C 9, 1334 C 11, 1335 L 37, 1410 L 41, 1453 L 45, 1302 O 60, 1307 O 62, 1312 O 63 e 1313 O 64) correspondem apenas a cinco notários diferentes. De facto, os documentos 1329 C 9 e 1334 C 11 foram escritos por Pedro Martinz «notario publico jurado del Rey en Sſobrado z en ſeus coutos» (1329 C 9); os documentos 1302 O 60, 1307 O 62, 1312 O 63 e 1313 O 64 foram escritos por «frey Johã Lopez» do mosteiro de Montederramo. Os três restantes correspondem cada um deles a seu notário. Assim, o documento 1335

---

(1) A propósito da apócope de *-e* em castelhano, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, § 28, p. 80 e § 63, p. 167-170; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Sexta edição, Madrid (Espasa-Calpe). 1968, § 38, p. 186-190; RAFAEL LAPESA, *La apócope de la vocal en castellano antiguo. Intento de explicación histórica*. In: *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Madrid (C.S.I.C.), vol. II, 1951, p. 185-226; IDEM, *De nuevo sobre la apócope vocálica en castellano medieval*. In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XXIV, n.º 1, 1975, p. 13-23.

(2) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, especialmente p. 196-201.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 198-199.

(4) IDEM, *ob. cit.*, p. 198-199.

(5) De acordo com o estudo comparativo realizado por Rudolf Rübecamp, as formas terminadas em *-t* ou *-d* em vez de *-de* aparecem com mais frequência nos documentos galegos do que nas *Cantigas de Santa Maria*. (Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 79). De qualquer modo, creio tratar-se apenas de uma frequência relativa, uma vez que mesmo os documentos galegos não apresentam um número considerável de formas apocopadas.

L 37 foi escrito por «Pedro Fernandeσ, notario en lugar d'Afonſo Fernandeσ, notario publico del Rey en Chãtada ȝ en ſſeu alfoz»; o documento 1410 L 41, embora mandado escrever por «Iohan Fernandes Sſaσido, notario publico de noſſo Señor el Rey en Viueiro», contém, na parte final, da autoria deste notário, a forma *verdat;* por fim, o documento 1453 L 45, mandado escrever «per outro» por «Gonçaluo Fernandeσ, notario ppublico jurado, dado por don Pedro, abbade do monesteyro de Vjlla Noua, ena ſſua villa de Villa Noua e en todo o ſenorio do dito monesteyro», contém a forma *herdat,* ao lado de *abbade, verdade, abade, herdade,* esta última várias vezes registada. Este documento apresenta uma linguagem profundamente afectada pela presença de castelhanismos.

Além disso, pode comprovar-se que, ao lado de formas com apócope terminadas em *-t,* em textos do século XV e XVI (1) muito marcados pela influência do castelhano, ocorrem outras terminadas em *-d*: *abbad* (1453 L 45: «don Pedro, *abbad* del monesteyro de Villa Nueva de Lourença»), *abtorydad* (1497 L 50: «Et eu Anbroſio Fernandez, notario publico jurado por la *abtorydad* apoſtolical a todo lo sobre dyto preſente foy»); *abtorjdad* (1506 P 136: «Et eu, Juan Ffernandez Agulla, notarjo publico jurado por la *abtorjdad* appoſtoljca et notario publico (...)»).

Suponho ser necessário ter presentes todos estes factos para interpretar correctamente as formas gráficas referidas e para determinar o valor fónico do grafema *-t* e *-d* finais. No que se refere às formas terminadas em *-t,* não é fácil saber com relativa segurança se se está em presença de um fenómeno devido à influência do castelhano (2), pelo facto de os notários dos textos

---

(1) Não surpreende que nos textos galegos mais tardios, dos séculos XV e XVI, surjam formas em *-d* e não em *-t,* uma vez que também o espanhol, desde o período pré-clássico (1474-1525), se fixa definitivamente nas grafias com *-d,* eliminando a antiga alternância gráfica que caracterizava o espanhol medieval. A este propósito, veja-se p. 435-436 e notas 1 e 2 da p. 436.

(2) Como é sabido, ocorreram na história do castelhano dois tipos de apócope de /-e/: uma depois de *r, s, l, n, z* e *d* e outra, a chamada apócope extrema, desde fins do século XI até meados do século XIV. Esta última verificou-se depois de outras consoantes (*naf, prinçep, noch, dix,* etc.) e depois de grupos de líquida ou nasal + dental (*adelant, part, fizist, ond,* etc.). Inclui-se também na apócope extrema aquela que tornava finais certas consoantes ou grupos consonânticos (*todo* > *tot; Lobo* > *Lop; Diago* > *Diag, Diac,* etc.). Ao passo que a primeira perdurou até aos nossos dias, a do segundo tipo decaiu bruscamente depois de Afonso X, o Sábio. Além da apócope que, num e noutro caso, parece ter carácter autóctone em castelhano, podia verificar-se o ensurdecimento da consoante tornada final: *niev, nief; verdad, verdat; Lop, Lob,* etc. Embora pareça dever aceitar-se a origem autóctone desses fenómenos no Centro peninsular, não pode também pôr-se de parte a possibilidade de que a imigração ultra-pirenaica, sobretudo do Sul de França, possa ter incrementado e favorecido quer a apócope extrema, quer o ensurdecimento de certas consoantes tornadas

galegos em que ocorrem essas formas estarem familiarizados com textos castelhanos (ou leoneses), ou se, pelo contrário, também na Galiza, o fenómeno tem um carácter autóctone. É certo que nos textos agora estudados as formas acima referidas do tipo *herdat, autoridat* se registam apenas em textos relativamente tardios — dos séculos XIV e XV — e se apresentam como formas esporádicas e isoladas, não enquadradas num fenómeno orgânico, mais amplo, de apócope de /-e/ depois de outras consoantes diferentes de *r, l, n, s* e *z*, as únicas depois das quais em galego-português se observa de modo sistemático e consolidado a perda da referida vogal. Há, contudo, noutros antigos textos da Galiza, indícios da apócope de /-e/ depois de *-d* e de *-t* agrupadas, devendo, portanto, considerar-se formas como *sembrant, oucident, mont, porend*, etc. (1) como manifestações do fenómeno da apócope extrema. A geografia deste fenómeno na Península parece favorecer o seu carácter autóctone em cada uma das regiões, pois «su intensidad disminuye gradualmente según pasamos del catalán al aragonés, del aragonés al castellano, del castellano al leonés y del leonés al gallego-portugués» (2). O fenómeno parece apresentar-se como uma vaga que atingiu, ainda que com pouca intensidade e de modo bastante atenuado, a Galiza e, muito particularmente a região correspondente às duas províncias orientais, ou seja, Lugo e Orense.

Quanto às formas terminadas em *-d* acima indicadas (cf. *abbad, abtorjdad*, etc.), que ocorrem em textos dos séculos XV e XVI muito afectados pela influência castelhana, creio deverem ser interpretadas como castelhanismos, pertencentes à linguagem dos notários ou dos copistas dos respectivos documentos.

Das considerações anteriormente apresentadas parece dever concluir-se que a determinação do valor fónico de *-t* ou *-d* finais das formas acima referidas deve ser feita paralelamente com a análise do valor dos referidos gra-

---

finais em consequência da perda da vogal. Cf. RAFAEL LAPESA, *La apócope de la vocal en castellano antiguo. Intento de explicación histórica.* In: *Estudios dedicados a Menéndez Pidal.* Madrid (C.S.I.C.), vol. II, 1951, p. 185-226 e, mais recentemente, *De nuevo sobre la apócope vocálica en castellano medieval.* In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XXIV, n.º 1, 1975, p. 13-23.

(1) VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 24 e 44.

(2) DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, *En torno a la estructura silábica del español de ayer y del español de hoy.* In: *Sprache und Geschichte.* Festschrift Harri Meier. München, 1971, p. 79, n. 4. Citado por RAFAEL LAPESA, *De nuevo sobre la apócope vocálica en castellano medieval.* In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XXIV, n.º 1, 1975, p. 15. Veja-se também a referência feita ao assunto por DIEGO CATALÁN, *Ibero-romance.* In: *Current Trends in Linguistics*, vol. 9 (Linguistics in Western Europe). The Hague-Paris (Mouton), 1972, p. 1028, n. 541.

femas em castelhano antigo. Efectivamente, em castelhano, até meados do século XV, os textos revelam uma alternância entre formas com *-t* e *-d* finais (1), e só no período pré-clássico (1474-1525) a língua começa a fixar-se definitivamente em grafias com *-d* (2). Aquela oscilação parece traduzir uma certa instabilidade da pronúncia: de facto, o carácter relaxado da sílaba final não só levou à perda da vogal final, como à possibilidade de ensurdecer a consoante que precedia aquela vogal (3). Assim, em fim de palavra, não só na grafia, mas também na pronúncia, alternavam *-t* e *-d* (4), porém, não com valor oclusivo, mas fricativo (5). Aliás, o carácter fricativo da consoante no contexto indicado remonta, em espanhol, pelo menos ao séc. XIII. De facto, já nesse século surgem as grafias -z e *-th* na transcrição do referido som (6).

---

(1) O mesmo se passa com outras consoantes, podendo -f e -*c* finais ocorrer também em vez das sonoras correspondentes: *nuef* (por *nueve*), *naf* (por *nave*), *Rodric* (por *Rodrigo*), *Diac* (por *Diago*). Cf. RAFAEL LAPESA, *Historia de la lengua española*. 7.ª edição, Madrid (Escelicer), 1968, p. 149; AMADO ALONSO, *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. 2.ª edição, Madrid (Editorial Gredos), vol. I, 1967, p. 65.

(2) RAFAEL LAPESA, *ob. cit.*, p. 189.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 149; AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, p. 65.

(4) Tenha-se presente a advertência feita no século XVII por Enrique de Villena: «*t* e *d* eso mesmo convienen en son en fin de dicion, como quien dice Cibdad que se puede facer con *d* e con *t*; en principio son disonantes... En lugar de *d* se pone *t* en fin de dicion: Brevedat». Apud G. MAYANS Y SISCÀR, *Orígenes de la lengua española*. Madrid, 1737, tomo II, p. 334 e 336. Citado por R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª edição, vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 224 e por AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, p. 63-64.

(5) AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, p. 65; R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, vol. I, p. 223-225. O carácter fricativo de *-d* (ou *-t*) finais parece ser denunciado não só por outras grafias que surgem desde o período medieval (*-z* e *-th*), como também por testemunhos directos de autores espanhóis e estrangeiros, pelo menos desde meados do século XVI. Sobre esses inequívocos testemunhos do carácter fricativo de *-d* (ou *-t*), veja-se sobretudo AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, p. 65-77; também R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, vol. I, p. 225, nota 1. Aí se reproduz a informação de Baltasar de Sotomayor na sua *Gramática* (1565) relativamente a *-d* final: «se prononce a double et espesse langue, plus aprochant a la pronunciation angloise que a nulle autre, come *ciudad* ... casi conformant a *adh, edh, idh, udh* angl.».

(6) AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, p. 64-65; R. MENÉNDEZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 223-225. O mesmo A. cita exemplos anteriores dos séculos XI e XII. Cf. IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 351-353, § 70. São, aliás, esses casos de emprego de *-z* por *-t* que levarão ao uso de *-t* final em formas patronímicas, desde o espanhol medieval. Sobre a ocorrência esporádica de grafias idênticas em textos galegos do século XIII, veja-se, adiante, neste capítulo, alínea c) Estudo dos grafemas que representam as africadas e fricativas alveolares (/s̑/ → /s/; /ẑ/ → /z/; /ʂ/ e /ʐ/).

Nos textos galegos estudados não encontrei vestígios de grafias desse género: registei, contudo, um único caso de *-tch* (*pelotch* 'pelote, antiga peça de vestuário' (1) (1281 O 55) que é possivelmente o resultado da contaminação de duas grafias possíveis no castelhano antigo *-th* e *-ch*, esta última resultante da corrupção da anterior, em virtude de, na grafia antiga, *t* e *c* serem muito semelhantes (2). O notário do referido texto conhecia muito provavelmente essas grafias castelhanas (3).

A oclusiva velar sonora /g/ pode aparecer representada pelos grafemas ‹g› ou ‹gu›. Quando a referida consoante vai seguida das vogais *a* e *o*, aparece habitualmente o grafema ‹g›; porém, neste contexto, ocorrem também alguns exemplos de ‹gu›, tanto nos documentos portugueses como galegos: *entregua* ('entregue', particípio passado de *entregar*) (1331 M 157), *foguo* (1454 DL 148), *embarguo* (1454 DL 148), *loguo* (1454 DL 148), *julguado* (1448 DL 147; 1454 DL 148), «*Dieguo* Gonçalluez» (1472 DL 149), «Lianor do *Reguo*» (1472 DL 149), «Violante do *Reguo*» (1472 DL 149), *paguardes* (5.ª pes. do infin. pessoal de *pagar*) (1299 P 117), *paguardes* (5.ª pes. do fut. conj. de *pagar*) (1322 P 129), *entreguaua* (1283 P 101), *roguo* (1.ª pes. pres. indic. *rogar*) (1414 L 42), *paguaredes* (1497 L 50, 2 v.), *paguaremos* (1497 L 50), *Afonſo Guomes* (1500 O 90) (4). Estas formas, paralelas às atrás (5) indicadas em relação à transcrição da velar oclusiva surda, devem interpretar-se como formas gráficas ultracorrectas, em virtude de, na região abrangida pelo presente estudo, as sequências *qu* e *gu*, quando seguidas das

---

(1) Cf. Leandro Carré Alvarellos, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*. 4.ª edição, La Coruña (Editorial Moret), 1972, s.u. *pelote*. Para outras abonações galegas desta forma, veja-se Ramón Lorenzo, *Sobre cronología do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u.; Idem, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glossário), s.u. *pelote*.

(2) R. Menéndez Pidal, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª edição, vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 223.

(3) Conforme se diz na parte final do documento, foi o próprio «Johã Domiguez, notario del Rey en Caldellaſ ȝ en Triuiſ» quem escreveu o texto. O rei a que se faz referência era Afonso X, de Leão e Castela: «Renãdo Rey dõ Affonſo en Leõ ȝ en Caſtella cõ todoſ ſeuſ rreynoſ».

(4) Formas gráficas idênticas estão documentadas noutros textos antigos. A este propósito, cf. Ruth Domincovich, *Portuguese orthography to 1500*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1948, p. 75, 129 e passim; José de Azevedo Ferreira, *Alphonse X. Primeyra Partida. Édition et étude*. Braga (Instituto Nacional de Investigação Científica), 1980, p. CXL.

(5) Veja-se, atrás, p. 429.

vogais *a*, *o*, perderem habitualmente a semivogal (1). Como veremos adiante, pelo menos já desde o século XIII que este facto, vivo ainda hoje na Galiza e na linguagem popular da região de Entre-Douro-e-Minho, está documentado (2).

Se, pelo contrário, a velar é seguida das vogais *e* ou *i*, a representação habitual daquele fonema é *gu;* contudo, pode ocorrer também, embora com menor frequência, o grafema *g*, em qualquer época e região estudadas no presente trabalho. Começarei por indicar alguns exemplos recolhidos nos documentos portugueses: *emtregey* (1282 DL 137), *fregeſia* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *ſege* (1345 DL 146), *algẽ* (1345 DL 146), *prouger* (1448 DL 147), *pagẽ* (1472 DL 149), *Gimarãeſ* (1281 M 151), *aprouger* (1327 M 155), *freigeſia* (1335 M 160), *freigesia* (1404 M 165), «*Giomar* Gonçalluez» (1348 M 162), *freigiſia* (1348 M 162), *giſa* (1404 M 165), *freeygeſya* (1416 M 168), etc. Os documentos galegos apresentam um grupo bastante numeroso de formas gráficas do tipo indicado; apresentaremos apenas alguns exemplos: *Arregeyro* (top.) (1281 C 5), *algẽ* (1281 C 5), *Rodrigez* (1281 C 5), *gerra* (1282 C 7), *frigigia* (1329 C 9), *giſa* (1385 C 15), *gerra* (1286 L 28), *pagedes* (5.ª pes. pres. ind. de *pagar*) (1405 L 39), *Gimaraeſ* (1281 O 55), *gerra* (1292 O 59), *herger* 'erguer' (1302 O 61), *Gymaren* (top.) (1348 O 72), *fregiſia* (1296 P 109), *Nogeira* (top.) (1318 P 127), *giſa* (1403 P 132; 1407 P 133), *page* (1432 P 135), *pagedes* (1407 P 133), etc.

c) Estudo dos grafemas que representam as africadas e fricativas alveolares (/s̈/ → /s/; /ż/ → /z/; /ṣ/ e /ẓ/):

Dispunha o sistema consonântico galego-português, na sua fase mais antiga, de duas africadas pré-dorso-alveolares, surda e sonora, /s̈/ e /ż/, e de duas fricativas ápico-alveolares, /ṣ/ e /ẓ/. Como teremos oportunidade de ver (3), desde cedo as africadas pré-dorso-alveolares se transformaram, por perda do momento oclusivo inicial, em fricativas pré-dorso-alveolares, surda e sonora. Daí resultou uma etapa intermédia, comum a todo o domínio linguístico ibero-românico (4), com dois pares de sibilantes fricativas: um

---

(1) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 12.

(2) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 12.

(3) Veja-se, adiante, p. 446-447 e p. 454-457.

(4) ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania.* Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 114; IDEM, *El arcaismo fonológico de los dialectos del norte portugués y su importancia para la lingüística románica general.* In: *Actas do IX Congresso Interna-*

de pré-dorsais (/s/ e /z/) e outro de apicais (/ṣ/ e /ẓ/) (1). A grafia dos textos estudados, em princípio, distingue claramente entre a transcrição das sibilantes pré-dorsais e das apicais.

Comecemos por analisar os processo gráficos utilizados para representar a africada (ou fricativa, desde determinado momento) pré-dorso-alveolar surda. Os textos da Galiza revelam um grande número de grafemas equivalentes, sobretudo durante o século XIII; a partir do século XIV, os textos apresentam maior estabilidade gráfica, fixando-se a transcrição do referido fonema nos grafemas *c* ou *ç*. Assim, são vários os processos gráficos usados nos textos publicados. Um dos grafemas utilizados no século XIII em documentos das quatro províncias galegas, quer em posição intervocálica, quer em início de sílaba precedido de sílaba entravada, quer no início de palavra é *z*. Seguem-se alguns exemplos: *fazam* 'façam', *conoſzemos* 'conhecemos', *rouorazõ* 'roboração, ratificação', *conoſzuda, pertinzaſ* 'pertenças', «Pedro *Mãzebo*» (1262 C 1), *Betanzoſ* (top.), *Feruenzaſ* (top.), *ſeenzo* 'silêncio', *conuzuda* (1262 C 2), *preſẽza, Betãzoſ* (top.), *Garzia* (1265 C 3), *conoſzuda, fazamoſ, pertéénzaſ, fazadeſ, uẽzõ* 'venda', «Santiago de *Franza*» (top.) (1269 C 4), *eſpazo, Betanzoſ* (top.), *terza, fazadeſ* 'façais', *empezo* 'estorvo, obstáculo', *conueenzaſ* 'contratos', *connuſzuda* (1282 C 6), *pertinenzaſ, rezibemoſ, prezu, Uaquarizaſ* (top.) (1282 C 7), *curazõ, fazo, uẽzõ* (1255 L 19), *conuzuda, concãbazõ, cõcanbiazõ* 'troca, permuta', *Conſtanza, pertinezia* 'pertencia' (3.ª pes. imperf. indic.) (1257 L 20), *terza, terzaſ, gáázaſ* 'lucros', *ffazo, cabeza, cabezaſ, fazo* 'faço', *fazeyróóſ* 'travesseiros' (2), *lenzóóſ, pitãza* 'pitança', *condizũ* (1258 L 21), *cognuzuda* (1258 L 23), *ffazo* (1274 L 24), *cõdizom, prezo* 'preço', *uẽzom, maldizõ, pertéíſze* 'pertence' (1278 L 25), *condizõ, conozuda, fazadeſ* 'façais', *faza* 'faça', *ignorãza, Marzo* 'Março', *Páázoſ* (top.) (1283 L 27), *conuzuda, pertéénzaſ, ſeruizaeſ* 'criados', *cõdizõ, rezibi* 'recebi', *Gõzalu' Eaneſ, crianzaſ* 'criação' (1286 L 28), *zera* 'cera' (1281 O 55), *bazelo* 'bacelo' (1290 O 58), *fazo* (1267 P 91), *cunuzuda, Don Lourẽzo, fallezer* (1269 P 92), *cunuzuda,*

---

cional de Linguistica Românica, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasciculos 1 e 2, 1961), Lisboa, 1962, p. 23.

(1) A oposição fonológica entre /s/ e /ṣ/, por um lado, e entre /z/ e /ẓ/, por outro, mantém-se ainda nalgumas zonas mais arcaizantes do português setentrional, assim como nalguns pontos isolados de fala leonesa, junto à fronteira luso-espanhola. A esse propósito, veja-se IDEM, *ob. cit.*, p. 19-21; LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXII (1964-1971), fasciculos 1 e 2. Lisboa, 1971, p. 102 e 110.

(2) Sobre a etimologia e significado da palavra, cf. JOSEPH M. PIEL, *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*. (Primeira série). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1953, p. 165-167.

anuzóó (1), *rezebj, rezebo* (1269 P 93), *cunuzuda, fazadef, terzaf, falezer* (1271 P 94), *cunuzuda, condizõ, doazõ, fazo, Pedro Mãzebo, maldizõ* (1271 P 95), *offizio* (1290 P 106), *prezo, vendjzom* (1295 P 108), etc. Esta grafia não é exclusiva dos antigos documentos galego-portugueses (2), uma vez que aparece com relativa frequência, desde o período primitivo, em formas romances registadas em documentos escritos em latim a partir do séc. X, em várias zonas da Península Ibérica, especialmente em Leão e Castela (3). Há também, contudo, vestígios desta grafia em documentos de Navarra e Aragão dos séculos XI e XII (4). O emprego do grafema *z* é, portanto, um dos processos gráficos para transcrever o fonema africado pré-dorsal surdo no período mais antigo, não ultrapassando, no que se refere a textos romances, o século XIII (5). Neste século, como veremos adiante (6), o grafema *z* tanto podia representar a africada pré-dorsal surda como a sonora. Uma distinção gráfica completamente generalizada entre os dois fonemas só se encontra, no que se refere aos documentos da Galiza, desde os últimos anos do séc. XIII e princípios do século XIV (7).

Outro grafema bastante usado durante o século XIII, mas alcançando, por vezes, os primeiros anos do século XIV, é ‹ȩ›, herdado também da letra visigótica: *z* e ȩ eram para os escribas da letra visigótica dois modos de escrever

---

(1) Sobre o significado de *anuzar*, vocábulo frequente em antigos documentos galegos com o sentido de 'renunciar a qualquer direito que se tem ou que possa vir a ter-se', cf. LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*. 4.ª edição, La Coruña (Editorial Moret), 1972, s.u.; ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*. Tomo I, Vigo (Editorial Galaxia), 1958, s.u.

(2) Sobre a ocorrência do grafema *z* para representar a africada pré-dorso-alveolar surda nos textos portugueses agora estudados, veja-se o que será dito na p. 450.

(3) RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 63-64.

(4) MANUEL ALVAR, *Estudios sobre el dialecto aragonés en la Edad Media. I. Grafías navarro-aragonesas*. In: *Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos*, ano IX, n.º 27, p. 76.

(5) Tenha-se presente, no entanto, o emprego excepcional deste grafema num documento português de Entre-Douro-e-Minho dos primeiros anos do século XIV. Cf., adiante, p. 450.

(6) Veja-se, adiante, p. 452.

(7) Noutras zonas peninsulares, e muito particularmente no que diz respeito a Castela-a-Velha, a distinção gráfica entre os dois fonemas encontra-se generalizada desde 1240 aproximadamente. A este propósito, cf. RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 65; IDEM, *Cantar de Mío Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª edição, vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 220-221.

o *z* (1); contudo, ȥ caracteriza sobretudo o último período desse tipo de letra (2). Quando se introduziu a letra francesa, os copistas, habituados a escrever em letra visigótica, continuaram a usar durante algum tempo, ao lado do *z* francês, o ȥ visigótico (3).

Nos documentos galegos estudados há numerosos e inequívocos exemplos de ȥ durante o séc. XIII e, muito raramente, nos primeiros anos do século seguinte. Citarei alguns textos: 1262 C 2, 1265 C 3, 1281 L 26, 1302 L 30, 1267 O 52, 1274 O 53, 1276 O 54, 1281 O 55, 1285 O 56, 1280 P 98, 1287 P 102, 1288 P 104, etc. Noutros documentos, não é completamente seguro se se está em presença de ȥ ou se, pelo contrário, o elemento inferior se tinha transformado já numa cedilha (4).

Como veremos adiante (5), durante o séc. XIII e primeiros anos do séc. XIV, ȥ, além de representar o fonema surdo, podia fazer referência ao correspondente fonema sonoro /ẓ/ ou /z/ (6).

O grafema composto *cz* é certamente o resultado de uma tentativa para representar o carácter africado da pré-dorsal surda. Registei-o apenas em vários exemplos de um mesmo documento da província de Pontevedra (1282 P 100), escrito por Pedro Eanes, «notario jurado de Tebra ꝛ de Minor», não muito distante da actual fronteira com Portugal. São as seguintes as formas registadas nesse documento: *tercza, uendiczõ, maldiczõ, Lourẽczo, czinqui* 'cinco'. É interessante verificar que este processo gráfico não aparece em nenhum outro documento agora publicado, não só da Galiza como de Por-

---

(1) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 64.

(2) IDEM, *Cantar de Mío Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª edição, vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 213.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 214.

(4) Conforme advertiu Menéndez Pidal, a distinção entre ȥ e ç só é clara «cuando se manifieste en el amanuense la intención de hacer del rasgueo inferior de la letra un mero apéndice de la *c*, sea trazándolo con líneas más finas, sea haciéndolo casi recto con ziszás muy estrecho, sea dejándolo desligado de la *c*, sea dándole menor tamaño que á la *c*». Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mío Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, vol. I, p. 218.

(5) Veja-se, adiante, p. 452.

(6) O emprego de *z* ou ȥ tanto na transcrição da africada (ou fricativa) pré-dorsal surda como sonora é uma reminiscência desse uso na escrita visigótica. Cf., a esse propósito, R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 65. Dos documentos agora publicados há alguns em que ȥ ocorre tanto na representação do fonema africado (ou fricativo) pré-dorso-alveolar surdo como sonoro. Assim acontece, por exemplo, com o documento 1280 P 98.

tugal. Apesar disso, não pode ser interpretado como uma grafia original e sem precedentes, pois ocorre também num documento do mosteiro de Chelas, datado de 1263, e, já anteriormente, em quatro documentos em latim bárbaro dos séculos X e XI pertencentes ao mosteiro de Moreira e publicados nos *Portugaliae Monumenta Historica* (1). Fora do domínio galego-português, também o provençal antigo conheceu este tipo de grafias (2).

Outro grafema composto, de uso muito restrito, é *ſç* que aparece apenas numa forma de um documento da província de Pontevedra: *feruiſço* (1299 P 114). Este grafema que, à semelhança do anteriormente indicado, parece fazer referência ao carácter africado da pré-dorsal surda, ocorre também, de modo esporádico, em documentos de outras zonas peninsulares correspondentes a um período bastante antigo (3).

Desde fins do séc. XIII e primeiros anos do séc. XIV, *ç* vai-se tornando uma representação frequente da pré-dorsal surda, inicialmente africada e mais tarde fricativa. Surge em qualquer contexto, tanto seguido de vogal anterior como posterior: *ofiçio* (1333 C 10), *pertẽẽças* (1300 C 8), *poblança* (1300 C 8), *reçebemos* (1329 C 9), *pertéége* (1333 C 10), *conçelo* (1298 L 29), *condiçõ* (1306 L 31), *çerto* (1307 L 32), *Çedofeyta* (1442 L 43), etc. (4).

Quando seguido de vogal anterior, desde o séc. XIII que *c* é, contudo, mais frequente que *ç*. Seguido de *a, o, u,* é também um grafema bastante utilizado: cf., por exemplo, *conofcuda* (1334 C 11), *errãcas* (1334 C 11), «San *Viçẽco*» (1334 C 11), *Páácos* (= Pááços) (1310 L 34) *condicons, condicones* (1453 L 45), *terca* (1314 O 65), etc. Neste como noutros casos, para evitar erros de leitura ou má interpretação dessas formas, na transcrição dos textos acrescentou-se a cedilha, mas indica-se em nota que ela não figurava

---

(1) Cf. PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas.* In: *Revista Lusitana,* vol. IX, 1906, p. 261 e doc. III (p. 265). Aí aparecem registadas as formas *seruiczo, ffaczo, peczo, faczades.*

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 261 e n. 1.

(3) Menéndez Pidal cita a forma *Masçanares* que aparece num documento castelhano de Oña, de 1144 (Cf. *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 67). Idênticas formas gráficas ocorrem em antigos documentos aragoneses do séc. XII: *Tisçon, Tarasçona, plomasçes.* A esse propósito, cf. MANUEL ALVAR, *Estudios sobre el dialecto aragonés en la Edad Media. I. Grafías navarro-aragonesas.* In: *Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos,* ano IX, n.º 27, p. 77.

(4) Sobre as relações deste grafema com ȩ, tenha-se presente o que ficou dito na p. 441 e n. 4.

no original manuscrito (1). Não deve pensar-se que se trata simplesmente de um esquecimento da cedilha; está-se, antes, em presença de uma propagação analógica do uso de *c* seguido de *e* ou *i* (2). Este tipo de grafias não é, aliás, exclusivo dos documentos galegos e nem sequer dos documentados medievais da Península Ibérica, mas aparece com alguma frequência em Itália e, regularmente, em França (3).

Finalmente, resta citar algumas formas do tipo *uendetion* 'venda' (1274 L 24), *condictiom* 'condição' (1262 C 2), *pitãçya* 'pitança' (1281 L 26), *Coſtancia* 'Constança, nome próprio' (1258 L 22), *doacion* (1274 L 24), *entención* (1262 C 2), *gaancia* (1274 L 24), *gaanciaſ* (1274 L 24), *juriſdiçiõ* (1290 P 106. No mesmo documento, *juriſdiçõ*), *Sam Laurẽcio* (top.) (1262 C 2), *Marcio* 'Março' (1322 O 67), *Pääçios* (1276 O 54) (top.), *paçio* (s.m.) (4) (1414 L 42), *perteenciaſ* 'pertenças' (1274 L 24), *precio* (1274 L 24), *vendiçiõ* 'venda' (1289 P 105) (5). Relativamente às duas primeiras formas, creio tratar-se de latinismos (ou pseudo-latinismos) gráficos, representando, portanto, os grafemas compostos *ti* e *cti* a africada pré-dorsal surda. As formas restantes, à primeira vista, tanto podem interpretar-se como latinismos, como sendo resultantes da conservação da semivogal do grupo -tj-. Contudo, após um exame mais atento, damo-nos conta de que a primeira explicação não se adapta a algumas das formas citadas, que sofreram já uma evolução tipicamente galego-portuguesa relativamente a certos traços. Assim acontece com as formas *gaancia, gaanciaſ, perteenciaſ* e *paçio, Pääcios,* as três primeiras com síncope de -N-, e as duas últimas com síncope de -L-. Ao mesmo tempo,

---

(1) Recorde-se o que foi dito na Introdução, p. 26.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario.* 4.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, vol. I, p. 219-220.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 219-220; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 66-67. Sobre o emprego de *c* antes de vogal não anterior em documentos de Navarra e Aragão, cf. MANUEL ALVAR, *Estudios sobre el dialecto aragonés en la Edad Media. I. Grafías navarro-aragonesas.* In: *Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos,* ano IX, 1953, n.º 27, p. 77.

(4) O sentido de *paçio* era certamente o de 'casa em que vivia o senhor ou dono de uma exploração agrícola'. Sobre alguns aspectos semânticos relacionados com o latim PALATIUM e seus derivados galego-portugueses, veja-se ELIGIO RIVAS, *La isoglosa Pacio / Pazo en Galicia.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología,* vol. 3, 1976, p. 357-364 e muito especialmente p. 363-364.

(5) Não cito neste momento formas na aparência materialmente idênticas que aparecem em textos dos séculos XV e XVI e que têm que interpretar-se como castelhanismos. São, entre outras, formas como *preçio* 'preço' (1500 O 90; 1419 P 134), *obligaçion* (1497 L 50), *licencya* (1419 P 134), *juſtiçias* (1475 L 48), *condiçiõ* (1500 O 90), *justiçia* (1473 O 80), *juſtiçia* (1499 O 89), etc.

essas formas apresentam a conservação da semivogal do grupo -tj-. Parece estarmos em presença de formas da língua falada da época.

É interessante observar que existem ainda no galego actual formas duplas com e sem semivogal. Assim, *forcia* e *forza; pacio* e *pazo; ledicia* e *lediza* (1). Aliás, já nos documentos medievais da Galiza surgem formas de um e outro tipo, tais como *gaança* 'lucro, ganho' (1344 C 12), *gããça* (1367 C 14), *gáázaſ* (1258 L 21), ao lado de *gaancia* (1274 L 24), *gaanciaſ* (1274 L 24); *Março* (1407 P 133), *Marzo* (1283 L 27), *Marr&o* (1287 P 102), ao lado de *Marcio* (1322 O 67); *juriſdiçõ* (1290 P 106), ao lado de *juriſdiçiõ* que ocorre no mesmo documento; *Páázoſ* (top.) (1283 L 27), *Paaços, Pááços* (1310 L 34), *pááço* (1308 L 33; 1310 L 35), *Pááços dos Caualeyros* (top.) (1310 L 35), *Pááços de Sſan Croyo* (1302 O 61), *preſença* (registada em vários documentos) em face de *paçio* (s.m.) (1414 L 42), *Pááçios* (top.) (1276 O 54) e *Paaçeo* (top.) (1404 L 38), *preſençea* (s.f.) (1292 O 59).

Que ambos os tipos de formas pertenciam à fala viva da época comprova-o também a actual toponímia da Galiza. Assim, *Pacio(s)* e *Pazo(s)* encontram-se perfeitamente enraizados na toponímia galega em zonas bem delimitadas: o primeiro numa zona correspondente a parte das províncias de Lugo e Orense; o segundo, nas restantes regiões galegas (2).

Pena é que não disponhamos de dados sobre a distribuição geográfica de idênticas formas duplas do vocabulário comum no galego actual. Relativamente a *pacio*, sabemos que a sua área é bastante mais restrita que a forma toponímica correspondente: limita-se a uma pequena região da província de Lugo (Mondoñedo) e de Orense (Puebla de Trives). Circunscrever-se-ão as restantes formas com conservação da semivogal j às duas províncias orientais? Se assim é, poder-se-á pensar que o galego oriental conheceu, no que se refere à evolução dos grupos -kj- e -tj-, uma solução idêntica à do leonês. De facto, em leonês a semivogal etimológica dos referidos grupos conserva-se de modo regular (3).

---

(1) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição. Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 62.

(2) Sobre as áreas dos topónimos *Pacio* e *Pazo* na Galiza, veja-se ELIGIO RIVAS, *La isoglosa Pacio / Pazo en Galicia*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 357-364. Nas p. 363-364 o A. apresenta uma tentativa de explicação histórica da repartição geográfica dessas formas toponímicas.

(3) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 53; F. KRÜGER, *El dialecto de San Ciprián de Sanabria*. Monografía leonesa. Madrid, 1923, p. 99; RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 25 e n. 25. Em leonês, além da conservação da semivogal dos referidos grupos consonânticos, ocorreu também o desenvolvimento de um j epentético, desde os mais antigos textos. Este facto, ainda hoje vivo em leonês, verifica-se também na

Creio que, de momento, não temos elementos suficientes para explicar de modo definitivo as formas com ị conservado. Ou se trata de formas de carácter culto ou semiculto, possivelmente introduzidas na língua por influência eclesiástica (1), ou são a manifestação de que o galego (pelo menos, o galego de determinadas regiões) conheceu um tratamento dos referidos grupos idêntico ao do leonês.

Como teremos oportunidade de ver (2), os documentos portugueses agora estudados não apresentam exemplos semelhantes aos registados nos documentos galegos com conservação da semivogal (3).

---

linguagem popular portuguesa de algumas regiões e em galego. A esse propósito, cf. José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 85-86; Ricardo Carballo Calero, *ob. cit.*, p. 62; J. R. Fernández González, *Etnografía del valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método "Palabras y Cosas"*. Anejo 10 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 27; Idem, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Oviedo, 1981, p. 49.

(1) Sobre a importância dos dignitários eclesiásticos galegos no repovoamento da Galiza, cf. Eligio Rivas, *ob. cit.*, p. 363-364. Tenha-se presente que a forma toponímica *Pacio(s)* se encontra numa zona bem delimitada das províncias de Lugo e Orense, onde foi particularmente importante e intensa a acção dos bispos de Lugo no repovoamento levado a cabo nos séculos VIII e IX.

(2) Veja-se o que será dito adiante, p. 450-451.

(3) A conservação da semivogal em palavras que representam historicamente formas latinas com -kị- e -tị- não só não ocorre nos textos agora publicados e estudados, como noutros documentos medievais. Encontram-se, porém, de modo excepcional, num dos mais antigos documentos em língua portuguesa, o testamento de Afonso II, de 1214, algumas formas com -ị-: *gracia, folgãcia, tercia, Galicia, demorancia*. Leite de Vasconcelos, que publica e comenta o texto nas *Lições de filologia portuguesa*, explica as referidas formas como latinismos ou espanholismos. Mas, ao terminar o comentário do texto, acaba por concluir que «talvez o testamento fosse escrito por um espanhol que sabia bem o português, mas que apesar disso deixou, pela força do hábito, transparecer alguns espanholismos» (p. 93). (Cf. José Leite de Vasconcelos, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 63-93). Lindley Cintra, comentando estas afirmações do grande Mestre da Filologia Portuguesa, pensa tratar-se antes de leonesismos explicáveis possivelmente pelo facto de ser leonês o copista do referido texto. (Cf. Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (...). Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 340, n. 186). Neste momento, em face da existência, na Galiza, de formas com semivogal conservada, desde o período medieval, e que, pelas razões acima apontadas, nos parecem autóctones, não pode deixar de mostrar-se a necessidade de, a essa luz, rever o problema.

Aliás, em trabalho recente, o Prof. Avelino de Jesus da Costa, depois da descoberta, no arquivo da Catedral de Toledo, do exemplar do Testamento enviado ao arcebispo dessa cidade, chama a atenção para o interesse linguístico e ortográfico do confronto das variantes deste exemplar e do de Lisboa, o único até então conhecido. De acordo com a opinião do A., «as variantes entre os exemplares A [de Lisboa] e A^1 [de Toledo] levam a supor que

Ao iniciar o estudo dos grafemas que representam as africadas e fricativas alveolares (/s̈/, /ż/; /ṣ/ e /ẓ/), afirmámos que, em princípio e de uma maneira geral, a grafia dos textos estudados distingue nitidamente a transcrição das sibilantes pré-dorsais e apicais. Observe-se, porém, que os documentos da Galiza oferecem, desde o séc. XIII, alguns exemplos de confusões gráficas no domínio das sibilantes. Essas confusões não podem ser interpretadas senão como o reflexo de algumas alterações em curso no sistema consonântico. A este aspecto voltaremos mais adiante.

Embora se trate de trocas gráficas de carácter esporádico e não completamente generalizadas, são particularmente importantes por serem seguras e inequívocas, não resultando de dificuldades de leitura ou de má interpretação das grafias dos originais manuscritos. Situo nesse domínio as confusões gráficas entre *ç* (ou *c*) e *s*, *ſ* ou *ſſ*. Assim, formas que, de acordo com a sua proveniência etimológica, deveriam grafar-se com *ç*, como normalmente acontece, aparecem registadas com *s*, *ſ* ou *ſſ*. Eis alguns exemplos: *cõdjson* (1385 C 15), *Garſia* (1257 L 20; 1278 L 25; 1283 L 27), *Gũſaluez* (1283 L 27), *malljsja* (1405 L 39), *Gonſalueſ* (1287 P 103), *ueſſas* (1283 P 101) (1), *Gonſaluiz* (1289 P 105), *eſpesjalmẽte* (1295 P 108), *vendjsõ* (1297 P 112), *vendjsom* (1297 P 112), *maldjsom* (1297 P 112), *cunusuda* (1295 P 108), *quatrosẽtos* (1459 L 46), etc.

De modo esporádico, encontrei a forma *poſſiçoeſ* (1289 P 105), possivelmente uma grafia ultracorrecta.

Da análise destas grafias algumas conclusões podem tirar-se. Em primeiro lugar, que, desde o século XIII (2), as antigas africadas pré-dorsais — neste caso a pré-dorsal surda —, por perda do momento oclusivo inicial,

---

o original do testamento foi ditado para serem simultaneamente escritos vários exemplares por diferentes notários». (Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares), 1979, p. 307-321. A citação encontra-se na p. 311).

Relativamente ao pormenor de grafia a que acima se faz referência, observe-se que há formas gráficas comuns aos dois exemplares (cf. *gracia, folgãcia, tercia, demorancia)*, a par de outras em que se usam diferentes processos gráficos. Assim, em A *Alcobaza* (várias vezes), *comemorazones, servizo* e em A^1 *Alcobacia* (várias vezes), *comemoraciones, seruicio*. Desta comparação parece poder deduzir-se que, também em Portugal, *z* e *ci* foram dois processos gráficos equivalentes para a representação da africada (ou fricativa) pré-dorso-alveolar surda.

(1) A referida forma aparece no contexto seguinte: «(...) o dito Pedro Periz filou vun nabo con ſuas ueſſas». Cf. 1283 P 101, l. 8.

(2) Por essa mesma época, outras línguas românicas transformaram as antigas africadas pré-dorsais em fricativas, por perda do momento oclusivo inicial. Cf. ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 107.

tinham começado já a transformar-se em fricativas sibilantes pré-dorsais. Além disso, como consequência desse processo fonético, resultou a confusão de /s/ (← /ŝ/) e /ṣ/, uma vez que era relativamente pequena a margem de segurança entre os dois fonemas. Assim, o primitivo sistema de sibilantes de quatro fonemas (/ŝ/; /ẑ/; /ṣ/; /ẓ/) tinha começado a evoluir, através da etapa intermédia (/s/; /z/; /ṣ/ /ẓ/), para um sistema mais simples, apenas de dois membros, possivelmente pré-dorsais (/s/ e /z/) (1).

Os factos apresentados oferecem um impressionante paralelismo e uma clara similitude com outros do Sul de Portugal da mesma época. De facto, em documentos portugueses do séc. XIII correspondentes a essa região aparecem exemplos de confusões gráficas entre *ç* ou *c*^{e,i} e *s-* ou *-ss-*. Mas é sobretudo a partir do séc. XV e XVI que os exemplos se multiplicam, parecendo indicar uma verdadeira mudança no sistema (2). Um processo análogo se manifestou

---

(1) Por outro lado, como veremos adiante (cf. p. 458, 464, e segs. e 471-472), há também desde os fins do século XIII, mas principalmente a partir do século XIV, grafias denunciadoras do ensurdecimento de sibilantes e palatais, o que, com o tempo, conduziria, no caso das sibilantes, à fusão de /s/ e /z/ em /s/. Este processo de ensurdecimento viria a consumar-se em quase toda a Galiza. Vestígios das antigas sibilantes e pré-palatais sonoras sobrevivem na zona da Limia. A este propósito, cf. HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens. (Orense — Spanien)*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 99-103 e 109-114.

(2) Os exemplos das referidas confusões gráficas registados em alguns documentos do Sul do País foram já respigados por ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *ob. cit.*, p. 105 e por LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII*^{e} *siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Klincksieck), 1963, p. 202-203. Chama sobretudo a atenção o grande número de confusões gráficas que ocorre num documento algarvio de 1450 publicado por José Joaquim Nunes como apêndice ao seu artigo sobre "dialectos" algarvios. Aí aparecem numerosas formas com confusão entre *ç* ou *c*^{e,i} e *s-* ou *-ss-*: *serca, sima, asima, prosseda, sincoenta, adoesser, condessilios* (por *codicillos), sabolla, possinho, posso* (s.m.). Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Dialectos algarvios*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 260-264.

Que a referida mudança se deve ter generalizado no decurso desse século e durante o século seguinte confirma-o a comparação das duas versões da Regra de São Bento — escrita uma entre 1414-1427 e a outra em 1565 — feita por José Joaquim Nunes. Conforme o A. observa na *Introdução* a esse estudo, «na segunda [versão] desaparece a distinção que na primeira se faz entre *s* e *ç* e *s* e *z* em harmonia com a sua diferente origem». Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Evolução da língua portuguesa exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece*. Separ. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vols. XIV-XVI, 1922-1926, p. 5. Uma outra confirmação de que durante o séc. XVI o facto deve ter avançado muito não só sob o ponto de vista regional, mas sociolinguístico é-nos dada pela análise dos gramáticos desse século. De facto, nem Fernão de Oliveira, que escreveu a *Grammatica da lingoagem portuguesa* em 1536, nem João de Barros na *Gramática da língua por-*

também em Andaluzia (1): embora, em relação a essa região meridional de Espanha os mais antigos vestígios sejam de fins do século XV, não pode deixar de supor-se que, desde há bastante tempo, se tinha iniciado a confusão de sibilantes (2). À semelhança do que aconteceu no português do Sul (e do Centro), também aí estaria em curso um processo de eliminação das sibilantes

---

tuguesa (1540) fazem a mais leve referência à confusão de sibilantes. Mas já aludem a ela Duarte Nunes de Leão na *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1574) e Pêro de Magalhães de Gândavo nas *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da lingua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defensão da mesma lingua* (1574). Pelo especial interesse que apresentam para o assunto, transcrevemos os passos mais significativos de cada uma das obras. Assim se refere Duarte Nunes de Leão, na *Orthographia da lingoa portvgvesa*, à confusão de sibilantes: «Qve tenhamos grande tento nos vocabulos, em que entra *c*, *s* & *z*. Porque a mais da gente, & naõ soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, & poendo hũas por outras, sem distinçaõ, sendo ellas differentes, & distantes na pronunciaçaõ, & natureza, assi como o saõ na figura. (...)». A seguir, dá o A. algumas regras, tendo em vista o uso correcto dos grafemas *ç*, *s* e *z*. (Cf. *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 184 e 184-186). Bastante claro e explícito é também um texto de Pêro de Magalhães de Gândavo: «As letras que se costumão muitas vezes trocar hũas por outras, e em que se cometem mais vicios nesta nossa linguagem, são estas que se seguem, conuem a saber, *c*, *s*, *z*, e isto nace de não saberem muitos a differença que ha de hũas ás outras na pronunciação. E assi ha nesta parte erros tão manifestos, e tambem recebidos de algũas pessoas, que cuidão que dous *ss*, em meyo de parte, tem muito mais semelhança de *z*, que de *c*, no que totalmente se enganão, porque dous *ss*, tem mais semelhança de *ç*, que de *z* (...). He forçado que todos os escriuães que nesta parte quiserem ser perfectos, tenhão algum conhecimento de latim, ou ao menos conheção a differença que ha na pronunciação do *c*, ao *s*, e do *s*, ao *z*, porque se cairem nella, com mais facilidade poderão vedar muitos erros conforme ao sentido da orelha que nesta parte não he pouco fiel. E pera saber como se ha de fazer esta differença, entendam que quando pronunciarem qualquer dição com *c*, hão de fazer força com a lingua nos dentes debaixo de maneira, que fique algum tanto a ponta dobrada pera dentro, e quando for com *s*, porão a lingua mais folgadamente pera cima que fique soando a pronunciação á maneira de assuuio de cobra». Cf. PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO, *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da lingua portuguesa*. Edição facsimilada da 1.ª edição. Lisboa (Biblioteca Nacional), 1981, p. 9-13.

(1) Sobre o *seseo* e *ceceo* andaluzes, cf., entre outros, os trabalhos seguintes: RAFAEL LAPESA, *Sobre el ceceo y el seseo andaluces*. In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e historia"*. I. La Laguna, 1957, p. 67-94; DIEGO CATALÁN, *El çeçeo-zezeo al comenzar la expansión atlántica de Castilla*. In: *Boletim de Filologia*, vol. XVI, 1956-1957, p. 306-334; AMADO ALONSO, *Historia del "ceceo" y del "seseo" españoles*. In: *Thesaurus. Boletin del Instituto Caro y Cuervo*, vol. VII, 1951, p. 111-200. O artigo foi reproduzido no trabalho do Autor, *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. Vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1969, cap. V, p. 47-144.

(2) AMADO ALONSO, *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. Vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1969, cap. V, p. 78 e segs.

ápico-alveolares, vindo a generalizar-se as pré-dorsais ou, no caso andaluz, também as interdentais. Aliás, só aceitando que na Andaluzia a confusão no sistema de sibilantes tivesse começado a manifestar-se desde muito tempo antes, se compreende que no século XV estivesse profundamente arreigado em Sevilha e que no século XVI tivesse triunfado na região andaluza (1). Desse modo, parece dever admitir-se que surgiram em toda a Península diferentes focos de confusão de sibilantes, mais ou menos contemporâneos, ainda que independentes (2).

Alguns desses focos situar-se-iam na Galiza, um pouco por toda a província, conforme parece dever concluir-se dos exemplos atrás registados (3). Essas formas, documentadas a partir do séc. XIII, devem considerar-se antigas manifestações do processo de igualação de /s/ e /ṣ/ (4) que viria a consumar-se, com o decorrer dos séculos, apenas em parte do galego ocidental ou atlântico (5). Na região galega em que se perdeu a distinção entre os dois referidos fonemas, ou seja, na zona "seseante", o único fonema sibilante existente é, em geral pré-dorsal, embora haja também alguns pontos de "seseo" apical (6). No restante território distingue-se entre /ṣ/ e /θ/ e é esta oposição

---

(1) RAFAEL LAPESA, *Sobre el ceceo y el seseo andaluces*. In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo y historia"*. I. La Laguna, 1957, sobretudo p. 94; também AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, p. 51 e segs.

(2) Esta mesma opinião se encontra defendida por AMADO ALONSO, *ob. cit.*, p. 118-128. Na pág. 121 afirma o A. o seguinte: «el seseo-ceceo no tuvo un lugar único de nacimiento desde el que se expandiera en mancha creciente: nació coetáneamente en muchos lugares aislados, sin que el de un lugar provocase el de otro. (...)».

(3) Cf. p. 446 do presente trabalho.

(4) A comparação das antigas grafias com o estado actual do galego no que se refere às sibilantes (cf. nota 5 desta página) parece confirmar as afirmações de Zamora Vicente quanto ao carácter conservador e arcaizante da zona do "seseo": «Todos los lugares de seseo caen dentro de la zona gallega que emplea la geada, aunque su área sea menor. Esto nos conduce a pensar de nuevo en el carácter conservador y arcaizante de la zona, que resiste a la nivelación y al influjo que el castellano impone». (Cf. ALONSO ZAMORA VICENTE, *ob. cit.*, p. 86-87). Afirmações idênticas se encontram em ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 113: «El seseo predorsal (...) representa, sin duda, la pronunciación autóctona del gallego. El seseo se halla comprendido dentro del área que emplea la *geada*, y por lo tanto, pertenece a la zona más arcaizante de Galicia, que ha resistido con mayor tenacidad a la presión culta castellanizante, que, en lo que se refiere a las sibilantes, ha dominado en el resto del territorio gallego».

(5) Sobre a zona de igualação de /s/ e /ṣ/, veja-se ALONSO ZAMORA VICENTE, *Geografía del seseo gallego*. In: *Filología*, ano III, números 1-2, 1951, p. 84-95 e muito particularmente o mapa II (p. 88). O "seseo" abrange parte das províncias de La Coruña e Pontevedra. Na Galiza central e oriental distingue-se /ṣ/ e /θ/, tal como acontece em castelhano, em leonês e aragonês.

(6) IDEM, *ob. cit.*, p. 84-95 e especialmente p. 92; cf. também PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. 3.ª edição, Madrid (Edi-

que se considera como pertencente à norma literária do galego. O "seseo", pelo contrário, é reputado um traço fonético de carácter dialectal, próprio dos níveis sociolinguísticos mais baixos.

Analisemos seguidamente os processos gráficos utilizados nos documentos portugueses da região de Entre-Douro-e-Minho para representar a africada (mais tarde, fricativa) pré-dorso-alveolar surda.

A grafia dos textos portugueses apresenta-se mais estabilizada que a dos textos galegos estudados, sendo bastante menor o número de grafemas equivalentes utilizados na transcrição do referido fonema. Vale a pena tornar presente, uma vez mais (1), que os textos portugueses agora publicados são algumas dezenas de anos mais tardios que os galegos. Efectivamente, é de 1281 o documento mais antigo relativo a Portugal (cf. 1281 M 151), ao passo que os da Galiza remontam ao ano 1255 (cf. 1255 L 19).

São os seguintes os grafemas utilizados na transcrição do fonema indicado: *z*; ȩ; *c*; *ç*; *çh*.

O grafema *z*, bastante frequente nos documentos galegos do séc. XIII (2), é pouco usado nos textos portugueses. Aparece em documentos do mesmo século, mas, excepcionalmente, ocorre também num texto do início do século XIV, numa forma, aliás, várias vezes repetida. Menciono as formas registadas: *Lourẽzo* (1281 M 151, 2v.), *Marzo* (1281 M 151), *conozuda* (1285 DL 139), *prefenza* (1285 DL 139), *Baſtuzo* (topón. correspondente à forma actual *Bastuço*, no concelho de Barcelos) (1317 M 154, linhas 2, 16, 18, 37) (3).

Outro grafema que, tal como o anterior, foi herdado da letra visigótica é ȩ. Nos documentos portugueses não há exemplos tão seguros de ȩ como nos documentos galegos; parece estar-se já na transição de ȩ para *ç* (4). Como exemplos um tanto duvidosos citarei as formas *Maȩéeyra* (top.), *Morouȩoſ* (top.), *Lourẽȩo* (1282 DL 137), *condiȩon* (1284 DL 138), *faȩo* (1287 DL

---

torial Gredos), vol. I, 1971, p. 101-102; RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), p. 162; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 38-44 e 72-78.

(1) Veja-se o que atrás ficou dito, na p. 410.

(2) Veja-se, atrás, p. 439-440.

(3) Há exemplos do emprego deste grafema noutros textos portugueses do século XIII. Tenha-se presente, por exemplo, a sua ocorrência num documento de Ferreira de Aves, datado de 1281. Aí aparecem as formas *uẽdizon, fazo, Aparizo, fazades, Marzo, etc.* Cf. PEDRO A. AZEVEDO, *Documentos antigos da Beira. Cartório de Ferreira de Aves. (Ferreira d'Aavres)*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 61 e 63-64.

(4) Veja-se o que acima ficou dito, p. 440-441 e n. 4 da p. 441.

140), *party&om* (1287 DL 140), *auẽẽ&a* (1289 DL 141), *preſem&a* (1289 DL 141), etc.

O emprego claro e inequívoco de *ç* surge desde fins do século XIII, tanto quando seguido de vogal anterior como posterior: *ceruyço* (1289 DL 141), *çidade* (1331 M 156), *rraçoeyro, rreçebedor, Gonçalo, arçebiſpo, ſeruiço* (1331 M 156), *Çeo* (1309 DL 142), *merçéé* (1309 DL 142), *acaeçer* (1309 DL 142), *ſpeçial mẽte* (1315 DL 145), *pareçia* (1315 DL 145), *arçebiſpo* (1303 M 153), *çẽ* (1317 M 154), *Çidral* (top.) (1327 M 155), etc.

Contudo, quando seguida de vogal anterior, usa-se também *c* que, neste contexto, se vai tornando cada vez mais frequente (1). Como resultado da propagação analógica de *c* seguido de *e* ou *i*, ocorre também, ainda que de modo esporádico, antes de vogal não anterior, ou seja, quando seguido de *a, o,* u: *ja&ẽca* (1282 DL 137) *asucadera* 'sucedera' (1331 M 156), *facam* 'façam', *condicam, condicooes* «*Lourenco* Afomſo», *faca* 'faça', *doacom*, etc. (1448 DL 147) ((2). A fim de evitar erros de leitura ou uma deficiente interpretação deste tipo de formas, na transcrição dos textos acrescentou-se a cedilha, mas assinalou-se a correcção nas notas do aparato crítico (3).

De modo excepcional, aparece ainda o grafema *çh: arçhidiago* (1411 M 167).

Como era de esperar numa região que ainda actualmente mantém, em parte do seu território, a distinção fonológica entre as quatro sibilantes (/s/, /z/; /ʂ/ /ʐ/), os documentos estudados de Entre-Douro-e-Minho não apresentam confusões gráficas idênticas às apresentadas pelos documentos galegos. O facto é tanto mais significativo quanto, desde o século XIII, documentos do Sul de Portugal oferecem confusões entre *c* ou $c^{e,i}$ e *-s-* ou *-ss-*, paralelas às que atrás (4) foram citadas relativamente à Galiza. Somente o documento 1289 DL 141, escrito por «Pedro Perez, publico tabellion nha terra da Maya» oferece a forma *ceruyço* em vez de *serviço*. Pelo facto de se tratar de uma forma verdadeiramente esporádica, sem paralelo em nenhum outro documento da região portuguesa estudada, é difícil saber se, na referida forma, ocorreu simplesmente uma antecipação gráfica ou, porventura, também fonética, da sibilante pré-dorso-alveolar da sílaba final (5) ou se se trata de um indício da confusão de sibilantes.

---

(1) Tenha-se presente o que atrás (p. 442) foi dito em relação aos documentos galegos.

(2) Veja-se p. 26 da *Introdução* e p. 442-443.

(3) Sobre a ocorrência deste tipo de grafias em documentos medievais de outras zonas peninsulares e de outras línguas românicas, veja-se p. 443 e n. 3.

(4) Veja-se o que foi dito nas p. 446-450.

(5) Formas idênticas surgem em textos de outras zonas peninsulares. Assim, no manuscrito do poema do Cid aparece *çeruiçio* e num documento leonês de 1079 *cerui-*

Analisemos seguidamente as representações gráficas da africada (ou fricativa (1), a partir de certo momento) pré-dorso-alveolar sonora.

Conforme já atrás ficou assinalado (2), uma distinção clara e regular entre os processos gráficos utilizados para a transcrição de /ẓ/ (ou /z/) e /s̱/ (ou /s/) só se encontra na Galiza e na região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho desde os últimos anos do séc. XIII e princípios do séc. XIV (3). No período anterior, a pré-dorso-alveolar sonora aparecia representada por grafemas que podiam igualmente representar a pré-dorso-alveolar surda. Assim, ao lado de *z* que é, desde o início da fixação gráfica do galego-português, a representação mais frequente, aparece também ç: o emprego simultâneo de *z* e ç para a transcrição de /ẓ/ e /s̱/ é uma reminiscência da escrita visigótica (4).

Nos textos estudados, ç é já relativamente pouco utilizado, ao passo que *z* ocorre com bastante frequência desde os textos mais antigos. Aparece já nos textos seguintes: 1262 C 1 *(fezemos, fazer)*, 1262 C 2 *(fazente, prazer, razonef)*, 1265 C 3 *(plazo* (s.m.), *plazer, ffazemof, rrazom, ffezemof)*, 1282 C 7 *(fazer, dozentuf)*, 1255 L 19 *(fazer)*, 1257 L 20 *(fazemos, uozes)*, 1281 L 26 *(dizẽ, prazer)*, 1283 L 27 *(nozef, fazer, dizemo, fazerdelaf, razõ, prazer, prazo)*, 1285 O 56 *(fazẽ)*, 1331 M 156 *(dizia, razõ, fezera)*, etc. Na mesma época e, por vezes, no interior do mesmo texto surge também ç, tanto nos documentos galegos como portugueses: *voçef* (1262 C 2), *juyço, raçõ, diçia, feçera, plaçer façiã, raçoef* (1302 L 30), *façemos* (1314 O 65), *Deçembro* (1280 P 98), *jaçẽça, Deçẽbro* (1282 DL 137), *praço, feçeffe* (1284 DL 138), *deffaçelha* 'desfazê-la', *deffaçer, praço, fortelça, feçemuf, façer, praços, façemuf* (1287 DL 140), etc.

Deve igualmente representar o mesmo fonema o grafema composto *zi*, que ocorre esporadicamente em textos do século XIII: *Gallizia* (1286 L 28) (5).

---

tium. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, § 37,2 b, p. 120.

(1) Veja-se adiante, p. 454 e segs.

(2) Recorde-se o que foi dito nas p. 439-440.

(3) Embora noutras zonas peninsulares a distinção gráfica entre /s̱/ e /ẓ/ seja um pouco anterior, ela remonta para além de meados do séc. XIII. A este propósito, veja-se o que ficou dito na p. 440, n. 7.

(4) Veja-se, de modo particular, o que foi dito nas p. 440-441, n. 6 da p. 441.

(5) É também conhecido o emprego de *zi* com o valor de africada (ou fricativa) pré-dorso-alveolar surda em textos galego-portugueses correspondentes ao período mais antigo. Assim, na *Notícia de torto*, aparece o topónimo *Bastuzio*, correspondente à forma actual *Bastuço*, no concelho de Barcelos. Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La Notícia de Torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction)*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 165-166 e p. 170.

A partir do século XIV, o *z* apresenta, por vezes, nos textos galegos a forma 5, bastante parecida com a de *s* com um traço horizontal tangente à curva superior; na letra mais cursiva, é bastante parecido a um *s* com um prolongamento para a direita na curva superior: ſ (1). Desse tipo especial de *z* há exemplos, entre outros, nos seguintes textos da Galiza: 1329 C 9, 1333 C 10, 1351 C 13, 1310 L 34, 1335 L 37, 1442 L 43, 1302 O 61, 1307 O 62, etc. Os textos publicados referentes à região do Noroeste português oferecem alguns exemplos desde os últimos anos do séc. XIII. Assim acontece, por exemplo, com os documentos 1282 DL 137 e 1331 M 156.

Na transcrição dos textos, para remediar dificuldades de impressão, usei sempre a actual forma de *z* (2).

Além disso, nos documentos agora publicados e correspondentes ao período compreendido entre os séculos XIV e XVI aparece também o tipo *ơ* que, em posição interior, representa a sibilante pré-dorso-alveolar sonora /z/, mas que, em posição final, tanto pode usar-se em vez de *z* como de *s*. Na transcrição dos textos usei o critério de representar por *s* o *ơ* equivalente a *s*, mantendo-se *ơ* quando tem o valor de /z/ (3). Citam-se apenas alguns exemplos de *ơ* quando equivale a *z*: *doơe*, *Pereơ*, *Domĩgueơ* (1333 C 10), *Payơ*, *Pereơ*, *Fernandeơ* (1344 C 12), *doơe*, *treơentos*, *Pereơ*, *Rodrigueơ*, *uoơ*,

---

(1) Sobre o valor dos referidos signos gráficos, cf. A. MILLARES CARLO, *Tratado de paleografía española*. 2.ª ed. corrigida e aumentada. Madrid (Libreria y Casa Editorial Hernando, S.A.), 1932, p. 301-302. Veja-se também o que foi dito nas p. 25-26 do presente trabalho.

(2) É este, aliás, o critério usado por A. Millares Carlo na obra citada na n. 1 desta página. Contudo, Menéndez Pidal aconselha o emprego de uma letra especial para reproduzir os dois citados signos da antiga grafia dos séculos XIV e XV. Segundo o Autor, esse tipo poderia ser quer a forma menos cursiva 5 quer ſ, com um prolongamento recto na curva superior. A esse propósito, veja-se A. MILLARES CARLOS, *ob. cit.*, p. 301-302. Mas o que deve evitar-se em absoluto é a confusão desses signos gráficos com *s*, tal como tem sido praticada por alguns editores de textos antigos pouco cuidadosos, levados sobretudo pela semelhança de forma do tipo mais cursivo com *s*. Essa confusão é, de facto, bastante grave, pois introduz nos textos transcritos um tipo de "seseo" não existente nos manuscritos originais. Cf. FRANCISCO LÓPEZ-ESTRADA, *Fuentes literarias*. In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo II, Madrid (C.S.I.C.), 1967, lâmina II e comentários feitos no verso da página; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Recensão crítica* a: JUAN RUIZ, ARCIPRESTE DE HITA, *Libro de Buen Amor*. Texte du XVIe siècle publié pour la première fois avec les leçons des trois manuscrits connus par Jean Ducamin (...). Toulouse, 1901. In: *Romania*, vol. XXX, 1901, p. 436-438. Recorde-se também o que foi dito nas p. 25-26 da *Introdução*.

(3) Neste aspecto, segue-se o critério proposto e usado por A. MILLARES CARLO, *Tratado de paleografía española*. 2.ª ed. corrigida e aumentada. Madrid (Libreria y Casa Editorial Hernando, S.A.), 1932, p. 272-273. Recorde-se também o que foi dito na p. 25 do presente trabalho.

juyσo (1399 C 16), *Gonçalueσ, Fernandeσ, Rodrigueσ* (1502 L 51), *juiσo* (1401 M 163; 1401 M 164), etc.

Tal como já afirmámos atrás (1), a grafia dos textos estudados distingue habitualmente, de modo muito claro, a transcrição das sibilantes pré-dorso-alveolares e apicais. Relativamente às surdas, foram, contudo, considerados alguns exemplos de confusão gráfica entre *ç* (ou *c*) e *s, ſ,* ou *ſſ* registados em documentos da Galiza, a partir do século XIII, e que então interpretámos como antigas manifestações do processo de igualação entre /s/ (← /ŝ/) e /ṣ/, o qual viria a consumar-se em parte do galego ocidental ou atlântico (2), zona de "seseo" pré-dorso-alveolar. Indirectamente, essas grafias provam também que, pelo menos desde o século XIII, a africada pré-dorso-alveolar surda tinha começado já a transformar-se em fricativa, por perda do elemento oclusivo inicial.

Grafias idênticas ocorrem nos textos galegos no que diz respeito à africada pré-dorso-alveolar sonora, transformada, pelo menos desde a mesma época, em fricativa pré-dorso-alveolar sonora. Só desse modo podem explicar-se as confusões gráficas, entre *z* e *s* ou *ſ*, em vários contextos. Em primeiro lugar, em final de palavra, ou seja, em posição implosiva, onde *z* era um som particularmente frouxo. Desde o século XIII que, neste contexto, -*z* e -*s* (ou -*ſ*) podiam alternar na grafia: *uoſ* 'voz' (1282 P 100. Nas linhas 3 e 13 do mesmo documento aparece *uoz*), *des* (cf. *des* ȝ *ſſeis*) (1292 O 59), *dis* (3.ª pes. pres. indic. de *dizer*) (1434 C 17), *Gonſalueſ* (1287 P 103), *Fernandes* (1334 C 11; 1434 C 17), *Domingues* (1434 C 17), *Domīgues* (1310 L 34), *Peres* (1316 L 36), *Lopes, Peres, Fernandes* (1410 L 41), *Gonçalues, Fernandes, Peres, Rodrigues* (1442 L 43), *Fferrnandes, Sſanches, Domȳges* (1292 O 59), *Peres* (1302 O 61), *Domingues* (1325 P 130), *Gomes, Eſteues, Soares* (1407 P 133), etc. Tenha-se, contudo, presente que, em geral, os patronímicos terminam em *-ez* ou *-iz*, mas nos documentos galegos aparecem, mesmo assim, bastantes formas em *-es* e algumas terminadas em *-t* (3).

---

(1) Cf. p. 439 e 446 e segs.

(2) Veja-se, de modo especial, o que foi dito nas p. 446-447 e 449-450.

(3) São relativamente poucas – e todas elas registadas em textos galegos do século XIII – as formas patronímicas terminadas em *-t: Rodriguit* (1262 C 1), *Domīgit* (1269 P 92), *Pelaet* (1267 O 52). Algumas formas análogas ocorrem noutras colecções de documentos galegos. Assim, nos *Documentos antiguos de Galicia* publicados por Margot Sponer aparecem, entre outras, as formas seguintes: *Peret* (p. 128), *Froyat* (p. 145), *Eſteuaet* (p. 147), *Payt* (p. 163), *Sanchet* (p. 163), etc. Do mesmo modo, em XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros*, I. Vigo (Galaxia), p. 14 *(Gonzaluit)*, p. 29 *(Rodriget)*, etc. Formas patronímicas terminadas em *-t* aparecem também no castelhano antigo e no antigo aragonês. A esse propósito, cf. AMADO ALONSO, *De la pronunciación medieval a la moderna en espa-*

Embora, no que se refere aos patronímicos, o uso da grafia *-s* por *-z* nem sempre seja necessariamente indicador de confusão fonética, pois nalgumas zonas peninsulares parece ter existido o costume, simplesmente gráfico, de, em formas dessa natureza, empregar *-s* por *-z* (1), suponho que, no caso presente, se trata de uma verdadeira mudança fonética. Em primeiro lugar, porque a confusão de grafias não aparece apenas nos patronímicos, mas também em formas doutro tipo; além disso, em vez de *-z* surge *-ſ* alta, absolutamente inconfundível com *z* (cf. *uoſ, Gonſalueſ*). Por outro lado, e parece-me ser este um facto bastante expressivo, surgem também nos documentos galegos os casos inversos de *-z* por *-s: mongez* (1287 P 103). *ſympliz* (1333 P 131),

---

ñol. Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. 1.º vol., 2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1967, p. 63-77, mas sobretudo p. 64-65; MANUEL ALVAR, *Estudios sobre el dialecto aragonés en la edad media.* I. *Grafías navarro-aragonesas.* In: *Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos,* ano IX, núm. 27, p. 78. Sobre as possíveis explicações do emprego de *-t* em formas patronímicas, veja-se o que é dito por AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1969, p. 92-93. Segundo o A., «en la triple grafía *-z, -s* y *-t* del siglo XIII podrá verse una real inestabilidad de la pronunciación, como hace E. C. Hills, *Spanish patronimics in -z,* en *Rev. Hisp.*, 1926, página 15; o más probablemente, los tanteos de los escribas por representar con las letras a mano un sonido peculiar que no era como la *z* (pues era sordo), ni como la *t* (pues era fricativo, a veces quizá africado), ni como la *s* (pues era ápicodental), ni como la *ç* (pues era «floxo»); pero hemos de ver también una preocupación etimologista, por decirlo así, de los escribas, un resabio de las redacciones latinas, puesto que la triple grafía sólo se daba en los patronímicos: no se escribían en el siglo XIII ni *crus* ni *crut* por *cruz* (sólo excepcionalmente se recogen antes *alhot* por *alfoz*, siglo XI, o *at* por *haz* de mieses, siglo XII)». Também Menéndez Pidal tenta explicar o emprego de *-t* por *-z* nas formas patronímicas medievais, sobretudo do século XIII. Segundo o A., *t* e *d*, além do valor oclusivo, tinham também valor fricativo que, no final de palavra, se registava às vezes por *th* ou *ch*, sendo este último processo uma simples corrupção gráfica do anterior, já que na grafia antiga *c* e *t* eram muito semelhantes. Seria, portanto, a grande analogia de *-t* com *-z* que explicaria o emprego de *-t* final nas formas patronímicas. Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario.* 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 223-225.

Pela minha parte, inclino-me mais a ver no emprego de *-t* em formas patronímicas do tipo *Pelaet, Peret*, que também surgem em documentos portugueses do período mais antigo, uma tentativa de representar a consoante africada da sílaba final.

(1) Uma interpretação puramente gráfica das formas patronímicas foi dada em 1552 por A. de Torquemada no *Tratado llamado manual de escribientes:* «Escrebimos muchas veces *s* y pronunciamos *z*, como en Xuares, Lopes. Lo que yo sospecho desto es que la *z* se hacía de una manera S que parece *-s;* y como después mudó su forma, nosotros escrebímosla conforme a lo antiguo y pronunciámosla conforme a lo moderno, aunque esto ya se va perdiendo, porque solamente lo usan los Escribanos antiguos». Citado por DIEGO CATALÁN, *El çeçeo-zezeo al comenzar la expansión atlántica de Castilla.* In: *Boletim de Filologia,* tomo XVI, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1956-1957, p. 321, n. 38.

mez (1334 C 11), *trez* (1385 C 15) (1). De modo totalmente isolado, ocorre ȥ em final de palavra: *poffadiȥ* (1333 P 131).

Do que fica dito parece ser possível interpretar as formas citadas como manifestações do fenómeno do "seseo" que, aliás, deve ter tido o seu início na posição implosiva, onde *z* era um som articulatoriamente relaxado (2).

Os textos galegos oferecem, além disso, exemplos claros do uso de *-s-* por *-z-* em posição intervocálica: *uoses* 'vozes' (1334 O 69. No mesmo documento, aparece também *uozes*), *disimo* 'dízimo' (1473 O 85. No mesmo documento, está também registado *dizimo*), *voses* 'vozes' (1473 O 85; 1473 O 86), *faser* (1302 O 61). Também não faltam os interessantes casos inversos de *-z-* por *-s-*: *diuizada* (1287 P 103), *diuizado* (1288 P 104). Exemplos idênticos surgem noutros documentos galegos já anteriormente publicados. Assim acontece com a colecção de documentos organizada por Margot Sponer (3), já várias vezes citada no decorrer deste trabalho (4).

É interessante observar que nos documentos portugueses da região estudada, ou seja, a zona de Entre-Douro-e-Minho, não ocorrem confusões gráficas idênticas às que foram indicadas relativamente à Galiza. E, de facto, era de esperar que assim acontecesse, dado que aquela região é ainda hoje, em parte, zona de distinção entre as sibilantes ápico-alveolares e as

---

(1) Rafael Lapesa recolheu formas idênticas no livro de contas que, em 1487, escreve o Cónego de Sevilha Pedro de Toledo, esmoler da Rainha Católica. Cf. Diego Catalán, *ob. cit.*, p. 321; Rafael Lapesa, *Sobre el ceceo y el seseo andaluces*. In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e historia"*, I. Universidad de La Laguna, 1957, p. 72.

(2) Rafael Lapesa, *ob. cit.*, p. 71; Amado Alonso, *De la pronunciación medieval a la moderna en español*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1969, cap. V. *Historia del "ceceo" y del "seseo" españoles*, p. 102-105. Na pág. 103 afirma o A.: «(...) la *-z* final tuvo que ser afectada antes que la inicial de sílaba. Las grafías muestran el trueque *-s* por *-z* mucho más antiguo y mucho más extendido (casi general) que el de *-s-* por *-z-* (...)».

(3) Para essas formas chamou já a atenção Lindley Cintra, embora duvidando se se trata de exemplos seguros de "seseo" ou se, pelo contrário, *-s* ou *-s-* não poderiam resultar de uma deficiente leitura e transcrição do tipo especial de *s* com traço superior direito que equivale a *z*: «Malgré le soin mis par M. Sponer à distinguer les différents types de *s*: *ſ*, *ſ*, *ʃ* et *s*, je me demande si, dans ces mots, on ne trouve pas tout simplement des exemples de l'emploi normal d'une forme spéciale de *s* à trait supérieur droit qui vaut normalement *z*». Cf. Luís F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 203-204.

(4) Margot Sponer, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 113-192.

pré-dorso-alveolares e, neste caso concreto, entre /z/ e /ẓ/ (1). Pelo contrário, grafias paralelas às acima apontadas em relação à Galiza, ocorrem em documentos do Centro e Sul de Portugal, a partir do século XIII (2). Desde essa época, estava em incubação nessa zona o processo de igualação das sibilantes ápico-alveolares e pré-dorso-alveolares com triunfo destas últimas (3). A generalização dessa indistinção deve ter-se consumado durante o século XV e XVI (4).

Mas, voltemos às grafias galegas atrás citadas. A análise dessas formas permite tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, que a pré-dorso-alveolar sonora tinha deixado, pelo menos desde o século XIII, de ser africada, transformando-se em fricativa (5). Por outro lado, como consequência dessa transformação, resultou a confusão de /z/ e /ẓ/, a qual se traduziu em confusão no uso dos grafemas *-s-*, *-z-* e *-s* (e *-ſ*), *-z*. Portanto, as referidas formas gráficas devem ser interpretadas como manifestações do fenómeno de igualação dos fonemas /z/ e /ẓ/, que, com o decorrer dos séculos, viria a consumar-se apenas em parte das províncias de La Coruña e Pontevedra (6). No entanto, a julgar pela localização das formas gráficas atrás citadas, inicialmente esses focos de confusão de sibilantes distribuir-se-iam um pouco por toda a Galiza e não apenas na zona ocidental ou atlântica onde viria a fixar-se (7).

Como vemos, desde o século XIII, estavam em curso na Galiza profundas alterações no sistema de sibilantes, as quais, como oportunamente se fez

---

(1) ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 107 e segs.; LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXII (1964-1971). Lisboa, 1971, p. 109-110.

(2) Cf. ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *ob. cit.*, p. 105 e LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 202-203.

(3) Veja-se o que ficou dito atrás, p. 447 e nota 2 das p. 447-448.

(4) Veja-se, de modo especial, p. 447 e nota 2. Aos exemplos atrás aduzidos permito-me, neste momento, acrescentar outros, aliás muito numerosos, referentes à confusão de *-s-* e *-z-* que se encontram num documento algarvio de 1450 publicado por José Joaquim Nunes como apêndice ao seu artigo sobre "dialectos" algarvios: *quizerem, pouzar, pouzem, couzas, cazas, devizoens, guiza, despezas, camizas, deviza, prezente*, etc. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Dialectos algarvios:* In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 260-264.

(5) Veja-se o que foi dito atrás, p. 446-447, a propósito da pré-dorso-alveolar surda.

(6) Cf. p. 449 e n. 5.

(7) Aliás, conforme se afirmou atrás (p. 449), devem ter existido em toda a Península diferentes focos de confusão de sibilantes, mais ou menos contemporâneos, embora independentes.

referência, ou não se realizaram simultaneamente na metade meridional da área galego-portuguesa, a região de Entre-Douro-e-Minho, ou, pelo menos, não se manifestaram nos textos escritos. Outra alteração que também pela mesma época já se verificava na Galiza é o ensurdecimento de fricativas alveolares e pré-palatais. Neste momento, teremos apenas em conta o ensurdecimento da pré-dorso-alveolar sonora de que há bastantes vestígios, a partir do século XIII, na grafia dos textos galegos estudados (1). Eis os exemplos que recolhi: *jacendo* (1281 O 55), *ducentof* (1281 O 55), *facermof* (1285 O 56), *faciã* (1302 L 30), *jaçen* (1310 L 35), *diçen* (1310 L 35), *fecerdef* (1314 O 65), *façemos* (1316 L 36), *feçerdes* (1316 L 36), *façer* (1316 L 36), *iaçẽdo* (1325 P 130), *duçentos* (1403 P 132), *façedes* (1405 L 39), *noçes* (1497 L 50). Da análise destas formas conclui-se que, nesta época, tinha já começado a perder-se a distinção surda/sonora, no domínio das sibilantes, o que se traduzia na confusão dos grafemas que representavam cada um dos fonemas. Formas idênticas com confusão de *ç* e *z* se encontram também desde o século XIII nos documentos galegos publicados por Margot Sponer (2). A antiguidade dessas formas galegas e o aparecimento de outras idênticas em aragonês (3), em asturiano (4), em leonês (5) e na zona de Castela-a-Nova (6) desde o período medieval levam a rever a explicação aceite durante muito tempo sobre a origem e irradiação do fenómeno hispânico do ensurdecimento. A apreciação conjunta de todos estes dados não permite continuar a aceitar que o ensurdecimento teve o seu foco inicial em Castela-a-Velha, onde era um fenómeno bastante generalizado nos séculos XVI e XVII, e que, a partir daí, irradiou a outras zonas peninsulares (7). Além disso, pelo que

---

(1) Mais adiante, far-se-á referência ao ensurdecimento da ápico-alveolar sonora e da fricativa pré-palatal sonora. C. p. 464-468 e p. 471-472.

(2) Para essas formas chamou já a atenção DÁMASO ALONSO, *Ensordecimiento en el Norte peninsular de alveolares y palatales fricativas.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüistica Hispánica*, Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 85-103 e sobretudo p. 89-94.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 89-94.

(4) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Pasiegos y vaqueiros. Dos cuestiones de geografía lingüística.* In: *Miscelánea Filológica en memoria de Amado Alonso* (= *Archivum*, vol. IV), 1954, p. 42.

(5) Na extremidade meridional do reino de Leão aparecem, já no século XIII, vestígios de ensurdecimento de fricativas sonoras. Assim acontece nos textos dos foros de Castelo Melhor, Alfaiates, Castelo Rodrigo e Cáceres. A esse propósito, cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (...). Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 347-355 e, de modo especial, p. 355.

(6) DÁMASO ALONSO, *ob. cit.*, p. 94-100.

(7) Integram-se numa opinião deste tipo AMADO ALONSO, *De la pronunciación medieval a la moderna en español.* Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. 1.º vol.,

diz respeito à cronologia do facto, torna-se necessário situá-lo já no período medieval, pelo menos a partir do século XIII (1), mas provavelmente com raízes muito mais antigas (2). Desse modo, não pode interpretar-se o ensurdecimento da Galiza — aliás como o das outras zonas apontadas — como resultado da irradiação de idêntico fenómeno do castelhano.

O processo de neutralização da oposição surda/sonora no domínio das alveolares e das fricativas palatais estaria já, no século XIII, em curso na Galiza; possivelmente nessa época, o facto não era geral em todas as regiões e em todos os níveis sociais. No galego actual a referida oposição perdeu-se de modo quase absoluto (3), existindo apenas os fonemas surdos.

Vejamos, em seguida, o que se passa relativamente às sibilantes ápico-alveolares. Comecemos pelo fonema surdo /ʂ/.

Verifica-se nos textos estudados que *s* podia apresentar duas formas: *ſ* alto e *s* com dupla curva. Embora a diferença entre uma e outra variante gráfica seja apenas de carácter paleográfico, foi tida em conta na presente edição.

Em posição inicial de palavra, pode ocorrer *ſ-*, *s-* e *ſſ-*, sendo a primeira variante gráfica a mais frequente, seguida, por ordem decrescente, da forma geminada. Em nomes próprios ou em início de palavra precedida de ponto final aparece *S-* ou *Sſ-*.

Em posição intervocálica podem ocorrer as variantes simples (*-ſ-*, *-s-*) ou as geminadas (*-ſſ-*, *-sſ-*). Tanto nos textos galegos como portugueses de qualquer época *-ſſ-* é a representação gráfica mais frequente. As variantes gráficas *-s-* e *-sſ-* encontrei-as simplesmente em textos da Galiza, sendo a

---

2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1967, p. 312-313; 2.º vol., Madrid (Editorial Gredos), 1969, p. 23-30 e A. MARTINET, *Structures en contact: le dévoisement des sifflantes en espagnol.* Incluído no livro *Économie des changements phonétiques. Traité de phonologie diachronique.* Berne, 1955, p. 297-325. O artigo é uma versão «condensada e revista» do trabalho *The Unvoicing of Old Spanish Sibilants* publicado em *Romance Philology*, vol. V, 1951-1952, p. 133-156.

(1) No caso do aragonês, há já grafias reveladoras de confusão de surdas e sonoras em documentos dos séculos XI e XII. Cf. DÁMASO ALONSO, *ob. cit.*, p. 91.

(2) Tenham-se presentes as palavras que, a esse propósito, escreveu DÁMASO ALONSO, *ob. cit.*, p. 102-103: «la desonorización producida en el N. de la Península Ibérica, de Galicia a Aragón, ha debido obeceder a una causa profunda, enraizada en algo que unía a tan extenso territorio, por lo que toca a la articulación ensordecida (o con tendencia al ensordecimiento) de las consonantes tratadas aquí; sin duda, un sustrato común de efecto retardado».

(3) Vestígios das antigas sonoras existem ainda numa região da Galiza meridional vizinha de Portugal. (Cf. HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens.* Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. 11, 1938, p. 99-102 e 109-114). É possível que a proximidade de Portugal tenha ajudado a conservar as antigas sonoras.

segunda verdadeiramente esporádica (cf. *nosſas*, 1262 C 1; *uosſa*, 1296 P 109). A forma simples *-ſ-*, embora menos frequente que *-ſſ-*, está também muito representada em toda a zona estudada e em todas as épocas. Eis alguns exemplos: *noſa* (1284 DL 138), *eſe*, *eſas* (1285 DL 139), *deſe*, *eſe*, *eſas* (1309 DL 142), *ſuceſores*, *peſoa*, *noſos* (1313 DL 143), *puſuyades*, *uoſas*, *peſoa*, *noſos*, *ſuceſores* (1313 DL 144), *abadeſa*, *peſoa*, (1448 DL 147), *abadeſa* (1454 DL 148), *aſinej* (1472 DL 149), *paſagem*, *paſar*, *noſo* (1484 DL 150), *poſſiſoeſ* (1281 M 152), *aſſ* (1281 M 152), *poſiſões*, *poſiſſões*, *eſas* (1345 M 161), *aſinaada*, *meſegeiro*, *poſiſſon*, *diſe* (1348 M 162), *diſerõ*, *myſa*, *foſe*, *podeſe*, *diſeſen*, *diſerẽ* (1401 M 163), *diſerõ*, *miſa*, *outroſy*, *foſe*, *podeſe*, *diſeſẽ* (1401 M 164), *uoſa*, *paſar*, *noſas*, *asy*, *noſo*, *noſos* (1404 M 165), *outroſy*, *peſoa*, *peſoas* (1407 M 166), *ſaſeẽta* (1411 M 167), *de ſuſo* (1262 C 2), *uoſa*, *ouueſen* (1333 C 10), *aſy* (1274 L 24), *torneſe* 'torne-se' (1281 L 26), *uoſoſ* (1283 L 27), *uoſa*, *uoſo* (1298 L 29), *foſe* (1308 L 33), *noſo* (1335 L 37), *eſe*, *noſo*, *vaſalos* (1404 L 38), *noſo*, *uoſa*, *noſa*, *noſas*, *peſõas*, *peſõa*, *paſamento*, *poſysões* (1405 L 39), *outroſy*, *poſades*, *traspaſamento*, *voſa*, *aſi*, *diſeron* (1450 L 44), *ouueſe* (1475 L 48), *noſa*, *noſos* (1475 L 49), *eſa* (1267 O 52), *paſar* (1281 O 55), *paſamẽto*, *eſeſ* (1290 O 58), *uoſa*, *noſo* (1360 O 73), *deſe* (1367 O 74), *deſe*, *uoſa*, *uoſos*, *voſa*, *uoſos*, etc. (1424 O 77), *diſeſtes* (1290 P 106), *uoſa* (1299 P 116), *noſa*, *noſo*, *deſe*, *paſar* (1301 P 119), *eſa*, *uoſa*, *voſaſ* (1302 P 121), *eſteueſemos*, *noſa*, *aſeellada* (1317 P 125), *voſa*, (1403 P 132), *pesoas* (1407 P 133), *voſas* (1432 P 135), *voſos*, *voſas* (1506 P 136), etc.

Em posição interior, a iniciar sílaba, depois de sílaba entravada, nos textos de Portugal ocorre *ſ* e nos textos da Galiza *ſ* ou *s*. Quando precedida de vogal nasal, algumas vezes aparece *ſſ* (cf. *meterõſſe* (1334 C 11), *Afonſſo* (1351 C 13), *Afõſſo* (1255 L 19), *Affonſſo* (1274 L 24; 1281 L 26), *deſẽſſoeſ* (1302 L 30), *Afonſſo* (1414 L 42), *reſponſſos* (1414 L 42), *çenſſo*, (1450 L 44), *Pedro Ganſſo* (1334 O 69), *enſſenbra* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *Afonſſo* (1448 DL 147; 1327 M 155), etc.). Além disso, nos textos galegos, essa variante gráfica geminada ocorre também quando precedida de vogal entravada por vibrante (cf. *anjuerſſarios vnjuerſſaes*, *vniuerſſaes*, 1414 L 42).

A entravar a sílaba, no interior ou no fim de palavra, ocorrem as seguintes possibilidades gráficas: *ſ*, *s*, *ſſ*, *x*. A primeira é, de longe, a representação mais frequente, alternando, por vezes no mesmo documento, com *s*. A variante geminada encontra-se pouco representada, tanto nos documentos galegos como nos portugueses. Seguem-se alguns exemplos: *eſſcreuy* (1345 M 161), *eſſto*, *eſſcreuer*, *eſſcriuã*, *eſſtromentos* (1348 M 162), *meeſſmo* (1314 O 65), *mijſſmo* (1316 L 36), *eſſta* (1405 L 39), *mijſſmo*, *biſſpo* (1274 O 53), *moſſteyro*, *eſſtes*, *deſſtes*, *eſſte*, *eſſtá*, *eſſcrito*, *Paſſcoa*, *aqueſſto*, *deſſto*, *teſſtes*. *Eſſteuez* (1292 O 59), *eſſcreuer* (1299 P 117), *douſſ*, *meſſ* (1475 L

48), *Eaneſſ* (1301 P 119; 1302 P 121), *uoſaſſ, quãtaſſ, deueſaſſ, noſſ, aſſ* (1302 P 121. Neste documento, há também muitas formas em *-ſ*).

O grafema *x* aparece, de modo muito esporádico, quer no interior quer no fim de palavra: *extraya* (1299 P 114), *Lixbõa* (1345 DL 146); «viĵte e *ſex* dias do mes de Octubro» (1334 M 159), «dez ꝛ *ſex* diaſ andadoſ» (1278 L 25), *fix* (por *fiz*) (1258 L 22; 1269 C 4), *fex* (por *fez*) (1289 DL 141). Com segurança, pouco pode dizer-se sobre o valor fónico dos grafemas ou alógrafos indicados neste contexto. O *-s* implosivo realizar-se-ia como alveolar ou como palatal? Ou caracterizaria a língua da época um estado de flutuação fonética entre os dois tipos de variantes, a mais antiga com sibilante alveolar e a mais recente com fricativa pré-palatal? Das formas gráficas apontadas só *Lixbõa, fix* e *ſex* são totalmente seguras, uma vez que em *extraya* pode haver influência da grafia do étimo latino e *ſex* pode ser mesmo um latinismo. Em ambos os casos, esta forma aparece na indicação da data dos documentos, parte em que, em geral, aparecem muitos latinismos. No caso do doc. 1334 M 159, a indicação da data contém outras formas latinas: «viĵte e *ſex* dias do mes de Octubro, anno Dominj milleſimo trecẽteſimo triceſimo quarto». Não é de surpreender, portanto, que a forma *ſex* seja um latinismo.

Suponho que não pode dissociar-se o fenómeno de que neste momento nos ocupamos de um outro já atrás referido em relação à posição final de palavra. Trata-se da confusão gráfica verificada entre *-z* e *-s*, certamente como reflexo de certas transformações da linguagem falada (1). Verificamos, agora, que certas formas que originariamente tinham os grafemas *z* e *s* em posição implosiva podem alternar com grafias com *x*. Tal facto parece sugerir a possibilidade de que, neste período, pudesse existir uma pronúncia palatal das sibilantes *s* e *z* em posição pós-vocálica. Apontam neste sentido, além das grafias acima referidas, outras registadas em antigos textos galego-portugueses já anteriormente publicados: *laix, poix* (ao lado de *pois*), *quix* (por *quis*) (2), *Lixboa* (3), *Lixbõa* (4), *Lixbóoa* (5),

(1) À perda de distinção entre *-z* e *-s*, traduzida na confusão de grafias, referimo-nos já atrás. Cf. p. 454-456.

(2) Cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 47, 69 e 76.

(3) Pedro A. d'Azevedo, *Urraca Machado, dona de Chelas*. In: *Arquivo Histórico Português*, vol. III, 1905, p. 5, doc. I; p. 8, doc. IV; Idem, *Documentos portugueses do Mosteiro de Chelas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 268, doc. VI; p. 268, doc. VII.

(4) Idem, *Urraca Machado, dona de Chelas*. In: *Arquivo Histórico Português*, vol. III, 1905, p. 6, doc. II; p. 7, doc. IV; p. 8, doc. VI; Idem, *Três documentos em português antigo*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 74.

(5) Idem, *Documentos portugueses do Mosteiro de Chelas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 271, doc. XI.

seix (1), *fix* (2), etc. Parece-me, além disso, particularmente interessante a supressão da consoante final de *dous* quando a palavra seguinte começa por consoante palatal (cf. *dou chumaços* por oposição a *dous façeyroós* que aparecem na mesma frase de um mesmo documento galego) (3). A supressão da referida consoante só se explica se a sua realização fosse palatal.

Com base no estudo das rimas das cantigas de amigo, José Joaquim Nunes afirmou, já em 1928, que aos grafemas *-s*, *-z* e *-x* em final de palavra correspondia um som idêntico, possivelmente de tipo palatal, como acontece no português actual. De facto, numa das cantigas aparecem a rimar entre si *fiz*, *quix* e *prix*; além disso, noutras composições, as referidas formas aparecem com outras grafias: *fix*, *quis*, *pris* (4). Embora o Autor, por motivos óbvios, não faça referência à posição final de sílaba no interior de palavra, creio que também aí *-s* e *-x* poderiam ser grafemas equivalentes a que corresponderia certamente um som palatal.

Nas Cantigas de Santa Maria de Afonso X, as formas *quix*, *fix*, *prix* e *dix* aparecem também em rima em várias composições e, nestes casos, sempre a terminar pelo grafema *-x* (5).

Parece-me, portanto, muito verosímil que, desde o período galego-português, *-s*, *-z* e *-x* em final de palavra tivessem (ou, melhor, pudessem ter) pronúncia palatal, do mesmo modo que *-s* e *-x* quando a entravar uma sílaba interior. Se assim é, não pode aceitar-se a afirmação de Révah de que a pronúncia palatal de *s* em posição implosiva é um fenómeno do português do Sul, posterior ao século XVI (6). Celso Cunha, situando também o foco

---

(1) IDEM, *A respeito da antiga ortografia portuguesa*. In: *Revista Lusitana*, vol. VI, 1900-1901, p. 264 (doc. de Monção de 1350): aí surge mais que uma vez a expressão «seix Moyos».

(2) XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. Vigo (Galaxia), 1967, p. 32, doc. 20; *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. Transcriptos por Andrés Martínez Salazar. La Coruña (Impr. de la Casa de Misericordia), 1911, p. 57; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 141.

(3) XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, I, doc. 24 de 1278: «(...) e mando y conmigo meu leyto con una cóçedra e con *dou* chumaços e dous façeyroós (...)». (O sublinhado é da minha responsabilidade).

(4) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. I (Introdução). Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 364-365.

(5) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, 4 vols., Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1959, 1961, 1964, 1972. Cf. composições n.º 84, verso 6 e segs., n.º 124, verso 35 e segs., n.º 265, verso 125 e segs.

(6) I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio,

de origem deste traço no Sul de Portugal, atribui-o ao fim do séc. XVII (1), supondo que nas zonas do Brasil onde existe é um facto muito recente, já do séc. XIX (2). Em época um pouco posterior o situa Serafim da Silva Neto na *História da língua portuguesa:* «Trata-se de um fenómeno do primeiro terço do século XVIII, operado no Sul e adoptado em Lisboa, o que o tornou pronúncia normal» (3). Menos peremptório e mais hesitante se revela Thomas Hart no artigo que consagra à pronúncia do português do séc. XVI: «It is difficult to say with certainty whether it was pronounced in this way in the sixteenth century; I think it probable, however, that it was not. There is nothing in any of the contemporary grammars or orthographies to suggest that it was; moreover, syllabe-final *s* is today pronounced [s] both in a large part of Brazil and here and there in Portugal. On the other hand, the spelling *x*, that is, [ʃ], for syllabe-final *s* occurs fairly often in our Old Portuguese manuscripts» (4).

De qualquer modo — e este é o primeiro dado seguro que consegui encontrar —, a realização palatal devia já estar bastante difundida em Portugal na primeira metade do século XVIII; assim parece deduzir-se do testemunho de Luís António Verney em 1746: «O que eu sei é que a pronúncia portuguesa acaba em *x* todas as palavras que acabam em *s;* quero dizer que todo o *s* final pronunciam como *x*, de que não quero outra prova mais que cada um observe como pronuncia o *s* final, e que diferença tem do *s* que pro-

---

1958, p. 390. Ao fazer a referida afirmação, baseou-se o A. no facto de, no português do Brasil, estar muito generalizada a pronúncia alveolar, existindo a pronúncia palatal apenas no Rio de Janeiro, Santos e, em certos casos, no Nordeste e Ceará.

(1) CELSO CUNHA, *Le polymorphisme du Portugais du Brésil et ses causes: le cas du /s/ implosif.* In: *Cultura Neolatina,* ano XXXIV, 1974, fasc. 3-4, 1974, p. 335. O artigo contém informações bastante interessantes no que se refere à variação diastrática e diafásica das realizações de *-s* pós-vocálico no português do Brasil, mas suponho que poderiam introduzir-se algumas rectificações no que se refere à origem, cronologia e difusão da pronúncia palatal na variedade europeia, o que afectaria algumas explicações dadas relativamente à variedade brasileira.

(2) CELSO CUNHA, *ob. cit.*, p. 335: «La variante palatale domina progressivement la région de Rio de Janeiro, certainement à partir de 1880, avec l'arrivée de la Cour Portugaise et avec l'importante immigration de Lisbonnais». Embora o A. apresente essa explicação como hipotética, seria necessário conhecer, relativamente a este traço, a situação do Rio de Janeiro antes da data referida.

(3) SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa.* 2.ª edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 566. Ao situar o fenómeno em época tão tardia, baseia-se o A. no facto de a primeira referência se encontrar no *Verdadeiro método de estudar* de Luís António Verney (1746). Esse raciocínio não me parece, naturalmente, exacto. Veja-se também, adiante, p. 464 e n. 2.

(4) THOMAS HART JR., *Notes on Sixteenth-century Portuguese Pronunciation.* In: *Word,* vol. 11, 1955, p. 414-415.

nunciam no meio das dicções. (...) Observo que não só o *s* final se pronuncia como *x*, mas também o *z* final, o que V.P. pode ver em *Diz, Luiz, Fiz* etc.» (1). Se na primeira metade do século XVIII o facto se apresenta como consumado (2), necessário é supor que, durante muitas gerações, ou mesmo durante vários séculos, se processou a mudança da pronúncia alveolar para a pronúncia palatal (3). As grafias galego-portuguesas atrás apontadas parecem autorizar-nos a formular a hipótese de que já então estava em incubação a substituição da pronúncia alveolar pela palatal que viria a triunfar no português e que deixaria também alguns vestígios, mais ou menos isolados, na Galiza (4).

Quanto à sibilante ápico-alveolar sonora /ẓ/, ela ocorre apenas em posição intervocálica e, portanto, só neste contexto há possibilidade de oposição fonológica com o fonema surdo correspondente. Os grafemas (ou alógrafos) que representam aquele fonema são os seguintes: *-ſ-*, *-s-* e *-ſſ-*. Destas possibilidades de transcrição do fonema /ẓ/, *-s-* é a menos frequente; a mais representada, tanto nos documentos de Portugal como da Galiza, é *-ſ-*, mas

---

(1) LUÍS ANTÓNIO VERNEY, *Verdadeiro método de estudar*. Edição organizada pelo Prof. Antônio Salgado Júnior, vol. I, Estudos Linguísticos. Lisboa (Livraria Sá da Costa), 1949, p. 77-78.

(2) Na segunda metade do século encontra-se um outro testemunho não menos claro que o de Verney. Trata-se das informações fornecidas pelo autor francês anónimo que traduziu a *New Portuguese Grammar* de António Vieira Transtagano publicada em Londres em 1768. A tradução francesa foi editada em Paris em 1799 sob o título *Maître portugais*. Nas notas e correcções introduzidas pelo tradutor diz-se claramente: «*os* final se prononce presque comme *ous*, ou plutôt se rapproche très sensiblement de *ouch*», ao mesmo tempo que se cita como exemplo «*otrous*, ou plutôt *otrouch*, qui s'écrit *outros*». E, mais adiante, ao referir-se ao valor do mesmo grafema *s* em posição interior pré-consonântica, afirma: «On lui fait encore subir la même métamorphose lorsqu'elle précède une autre consonne, et l'on se rapproche beaucoup de la prononciation allemande, sans cependant en adopter toute la durée, dans les mots semblables à *estado* (état) et *esposa* (épouse), qui se prononce à peu près comme *echstado, echsposa*». Informações colhidas em PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (Presses Universitaires de France), 1980, p. 68-69.

(3) Sobre a duração multissecular das mudanças linguísticas, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 529-540 e sobretudo p. 532-535; DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, *La escuela lingüística española y su concepción del lenguaje*. Madrid (Editorial Gredos), 1955, cap. V («Extrema lentitud del cambio»), p. 67-85.

(4) A palatalização de *s* pós-vocálico encontra-se também na Galiza, mas de forma mais ou menos isolada e sobretudo na província de Pontevedra. A esse propósito, veja-se PILAR VÁZQUEZ CUESTA y MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. 3.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 102; R. CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 74, n. 14; RAMÓN LORENZO,

surge também com bastante frequência -*ſſ*-, entre os séculos XIII-XV. Indicam-se a seguir alguns exemplos: *α*) dos documentos galegos: *couſſa* (1334 C 11), *preſſenteſ* (1286 L 28), *valioſſo* (1302 L 30), *caſſares*, *quiſſer* (1335 L 37), *valioſſo*, *caſſas*, *vergonçoſſas*, *guiſſa*, *loytoſſas*, *couſſas*, *caſſeyro* (1414 L 42), *caſſar*, *quiſſer*, *chouſſa*, *loytoſſa* (1274 O 53), *quiſſerdeſ* (1287 O 57), *caſſar*, *preſſa* (s.f.), *caſſal*, *caſſas*, *poderoſſo*, *quyſſeren*, *ajuſſo*, *preſſentes* (1292 O 59), *couſſa*, *caſſado*, *caſſar*, *huuſſo*, *caſſa*, *preſſenteſ* (1302 O 60), *caſſares*, *couſſas*, *quiſſer* (1315 O 66), *diuiſſões* (1473 O 82), *quiſſer* (1269 P 93; 1271 P 95), *guiſſa*, *quiſſer* (1278 P 96), *couſſa*, *caſſaſ*, *deffeſſa*, *preſſenteſ*, *preſſente* (1295 P 108), *guiſſa*, *quiſſerdes*, *huſſo* (1317 P 125), *caſſas*, *deueſſas*, *caſſal*, *poderoſſo*, *couſſas*, etc. (1432 P 135), etc.; *β*) dos documentos portugueses: *couſſaſ*, *caſſaſ*, *caſſar*, *deſuſſo*, *caſſe* 'case', *poderoſſoſ*, *poſſeſſe*, *couſſaſ* (1284 DL 138), *caſſaſ*, *deſuſſo*, *couſſa* (1287 DL 140), *prioreſſa* (1345 DL 146), *couſſas*, *preſſença*, *preſſente*, *hijſſento*, *iſſenta*, *caſſas*, *deueſſas*, *guiſſa*, *caſſal*, *deſpeſſas*, *preſſente*, *caſſall*, *couſſa*, *quiſſer*, *quiſſerem* (1448 DL 147), *caſſal*, *freiguiſſia*, *preſſẽtes* (1331 M 157), *preſſente*, *caſſal*, *giſſa*, *caſſas* (1407 M 166. No mesmo documento surge *caſal*), *couſſa*, *caſſa*, *deueſſa* (1416 M 168), etc. (1).

Como vemos, tanto em Portugal como na Galiza, não se distinguia claramente, em posição intervocálica, a grafia de /ṣ/ e /ẓ/: na transcrição de ambos os fonemas poderia ocorrer a variante simples -*ſ*- (ou -*s*-) e a variante geminada -*ſſ*-, sendo apenas diferente a frequência relativa do seu emprego. Na representação de /ṣ/, -*ſſ*- é mais frequente que -*ſ*-, ao passo que, no caso de /ẓ/, -*ſ*- está muito mais representado. A distinção gráfica entre a sibilante ápico-alveolar surda e a sibilante ápico-alveolar sonora não se fez originariamente nos textos correspondentes aos diferentes idiomas peninsulares. Desse modo, incluso no castelhano medieval em que se fazia a distinção entre a surda e a sonora, não se assinalava ortograficamente essa diferença (2). O emprego sistemático de -*s*- com valor de /ẓ/ e de -*ss*- com valor de /ṣ/ foi estabelecido por Afonso X, o Sábio, na segunda metade do século XIII (3),

---

Gallego y portuguès. Algunas semejanzas y diferencias. In: *Filologia y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.* Hamburgo (Editorial Helmut Buske), p. 162-163; ALONSO ZAMORA VICENTE, *Geografía del seseo gallego.* In: *Filologia*, ano III, números 1-2, 1951, p. 91. Além disso, folheando alguns mapas do ALPI *(Atlas Lingüistico de la Península Ibérica)*, poderá fazer-se uma ideia da difusão de tal pronúncia. Cf., por exemplo, os mapas n.os 61 e 70.

(1) Outras abonações em J. HUBER, *ob. cit.*, p. 46.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüistico de la Peninsula Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, § 10, p. 67.

(3) AMADO ALONSO, *De la pronunciación medieval a la moderna en español.* Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. II vol., Madrid (Editorial Gredos),

e, a partir de então, começou a praticar-se na chancelaria castelhana. Contudo, só a partir de Nebrija, que fixa claramente o uso de *-s-* e *-ss-*, se generaliza essa diferença ortográfica mesmo aos manuscritos de textos literários (1). Relativamente à Galiza, como vimos através dos textos estudados, continuava a praticar-se, nos cartórios dos mosteiros, o costume pré-afonsino de usar alternadamente -s- ou *-ss-* para a transcrição do fonema surdo e do fonema sonoro. Contudo, há textos literários da Galiza que distinguem claramente, em posição intervocálica, *-s-* (/z̧/) e *-ss-* (/ş/) (2), ao passo que noutros os dois grafemas continuam a confundir-se (3). Os textos notariais

---

1969, p. 7; F. HANSSEN, *Estudios ortográficos sobre la Astronomia del rei D. Alfonso X.* Separ. dos *Anales de la Universidad de Chile*, vol. XCI, 1895. Santiago de Chile, 1895, p. 25-27.

(1) AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. II, p. 8 e p. 14-15. O texto de Nebrija é bastante claro e expressivo no que se refere à diferença ortográfica entre *-s-* e *-ss-*. Por esse motivo, o transcrevo, ainda que apenas em parte: «*De la r e de la s.* Acontece a las letras ser floxas o apretadas, e por consiguiente sonar poco o mucho, como la *r* e la *s*. Porque en comienço de la palabra suenan dobladas o apretadas, como diziendo: *rei, Roma, sabio, señor.* Esso mesmo en medio de la palabra suenan mucho, si la síllaba precedente acaba en consonante e la siguiente comiença en una dellas, como diziendo: *Enrique, honrado, bolsa, ánsar;* de donde se convençe el error de los que escriven con *r* doblada *rei* e *Enrique*. Pero si la síllaba precedente acaba en vocal, la *r* o la *s* en que comiença la síllaba siguiente suena poco, como diziendo: *vara, pera, vaso, peso;* pero si suenan apretadas doblar se han en medio de la palabra, como diziendo: *amassa, passa, carro, jarro.* De donde se puede coger quándo estas dos letras se han de escrevir senzillas e quándo dobladas, mirando a la pronunciación, si es apretada, o si es floxa; e si es en el comiençó de la palabra, o en el medio (...)». (Texto citado por AMADO ALONSO, *ob. cit.*, II vol., p. 14-15).

Para uma boa compreensão do texto, importa ter presente que a distinção entre fonemas "apretados" por oposição a "floxos" feita pelos gramáticos clássicos espanhóis procede da distinção da gramática latina entre *fortes* e *lenes*. A fonética e a fonologia actuais consideram a tensão articulatória um traço concomitante e fonologicamente redundante em relação à oposição surda/sonora. Portanto, os fonemas "apretados" são primordialmente surdos e os "floxos" sonoros. A este propósito, veja-se IDEM, *ob. cit.*, vol. II, p. 22-23.

(2) *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués.* Edición y estudio por J. L. Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos.* Santiago de Compostela, 1962, p. 33.

(3) Cf., por exemplo, *Miragres de Santiago.* Edición y estudio por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filologia Española.* Madrid, 1958, passim; *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV.* Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Publicações de *Archivum* (Universidad de Oviedo), 1963, passim; RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica general y de la Crónica de Castilla.* Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. I. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, passim; *Corónica de Santa María de Iria. (Códice gallego del siglo XV).* Edición, prólogo, notas y glosario de Jesús Carro Garcia. Anejo V de *Cuadernos de Estudios Gallegos.* Santiago de Compostela, 1951, passim.

portugueses — e não só os da região estudada — não revelam uma ortografia claramente distinguidora de *-s-* e *-ss-* (1). E ainda em textos literários, mesmo do século XVI, há vestígios de uma não total diferenciação no uso do grafema simples e do grafema composto (2) em posição intervocálica. Faz-nos falta, em relação a este como a muitos outros aspectos, um estudo histórico da ortografia portuguesa, mas é possível que a generalização da distinção gráfica só se tenha difundido no decorrer do século XVI. Efectivamente, na *Gramática da língua portuguesa* (1540), João de Barros, ao tratar de ortografia, indica que, em posição intervocálica, dever-se-á usar *ss* "dobrado" (3).

De quanto fica exposto se deduz claramente que as grafias atrás apontadas com *-ſſ-* correspondente a *-s-* intervocálico latino não podem considerar-se indícios de ensurdecimento de /ẓ/. Aliás, grafias desse tipo aparecem também em Portugal onde, de modo nenhum, pode pensar-se numa explicação desse género, uma vez que aqui nunca se verificou o ensurdecimento de sibilantes e fricativas palatais que afectou outras zonas peninsulares. Porém, com essa afirmação, não pretendo negar que o ensurdecimento atingiria na Galiza, ao longo do período estudado, também a sibilante ápico-alveolar sonora: o paralelismo com o ensurdecimento de /z/ e de /ž/, manifestado nos textos através da confusão dos grafemas que representavam esses fonemas (4), leva a crer que, também no caso /ẓ/, ele já existiria, uma vez que nas zonas peninsulares afectadas pelo ensurdecimento, ele atingiu as sibilantes

---

(1) Cf., a título de exemplo, PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos antigos da Beira. Cartório de Ferreira de Aves*. In: *Revista Lusitana*, vol. VIII, 1903-1905, p. 35-45 e, muito especialmente, p. 37; IDEM, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 259-276 e particularmente p. 265 *(prioressa)*, p. 269 *(Prioressa)*, p. 271 *(susesores)*, p. 272 *(quoussas, possemos, de susso, pressentes)*, p. 273 *(quoussas, guissa, quysser, posyssoes, de 'susso, quoussa)*, etc.

(2) Ver, por exemplo, *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*. Paleographical edition with introduction, linguistic study, notes, plates & glossary by Henry Hare Carter. Chapel Hill (The University of Carolina Press), 1967, p. 58. O original é do séc. XIV, mas a cópia é do séc. XVI.

(3) JOÃO DE BARROS, *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971, p. 386. O texto é bastante menos expressivo que o de Nebrija atrás citado (cf. n. 1 da p. 466), mas, mesmo assim, contém algumas afirmações interessantes: «*S* tem duas figuras: ésta, *ſ*, que sérve sempre no princípio e no meo muitas vezes; e estoutro *s* sempre no fim, e assi outros pequenos, que nam tem háste comprida. O primeiro, em algumas dições ô dobramos, ao módo dos Latinos, princípàlmente em o presente de todolos vérbos do módo pera desejár, como: amásse, lesse, ouvisse, fosse. E, pola maiór párte, ôs que ante si e depois de si tem lêtera vogál, serão dobrados; quando for toda ũa diçám, como: assi, esse, nóssa».

(4) A esse propósito, cf. p. 458-459 e p. 471-472.

/z/ e /ẓ/ e a fricativa pré-palatal /ž/. A diferença está em que, no caso de /z/ e /ž/, o estudo das grafias é totalmente esclarecedor porque as surdas correspondentes (/s/ e /š/) se representavam por grafemas totalmente diferentes: por esse motivo, quando, em vez do grafema *z*, aparece *ç* (ou *c*) ou, em vez de *j* (ou $g^{e,\,i}$), aparece *x*, a interpretação das grafias não oferece dificuldades. O mesmo não acontece com a sibilante ápico-alveolar: através de uma estrita análise das grafias, não pode concluir-se que o ensurdecimento já se verificava nessa época na Galiza. Não excluímos, porém, a possibilidade de que alguns casos de *-ff-* resultassem da tendência para a confusão dos dois fonemas surdo e sonoro.

d) Estudo dos grafemas que representam as africadas e fricativas pré-palatais (/č/, /š/ e /ǧ/ → /ž/):

O sistema fonológico galego-português possuía, por um lado, uma fricativa pré-palatal surda /š/ e uma africada pré-palatal surda /č/; existia, além disso, um fonema pré-palatal sonoro, inicialmente, africado, /ǧ/, que, desde cedo, se transformou em fricativa (/ž/), à semelhança do que aconteceu noutros idiomas peninsulares. Sem dúvida, que já no início do período que nos ocupa, o século XIII, esse fonema africado sonoro realizar-se-ia quer por variantes africadas, quer fricativas.

Veremos, em seguida, que processos gráficos eram utilizados na transcrição desses fonemas. A africada pré-palatal surda /č/ aparece, de uma maneira invariável, em todas as épocas e regiões estudadas, representada por *ch*. Desde os documentos mais antigos que é notória a regularidade com que o grafema complexo *ch* representa aquele fonema. Somente num documento da província de Pontevedra (1296 P 109) surge *che* (cf. *cheamã* 'chamam'), semelhante a outras grafias usadas na Península em períodos mais antigos (1) e, num texto de Orense do século XIII (1285 O 56), o *c* aparece com cedilha, certamente por lapso do copista: *çhoufa*. Mesmo nos documentos de meados do século XIII não encontrei vestígios da grafia arcaica *x*, que existiu na Península antes da introdução da grafia *ch*, muito provavelmente importada de França, onde era usada na transcrição do fonema africado pré-palatal surdo, pelo menos desde o fim do século IX: há já exemplos dessa

(1) Em documentos do século XII e primeira metade do século XIII ocorre, por vezes, *chi* ou *chy* para representar o mesmo fonema. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 63; ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala, Leipzig, 1907, p. 237.

grafia na "Cantilène de Sainte Eulalie" (1). Já em fins do séc. XI surgem representantes da nova grafia importada em documentos de Castela (2). Contudo, nalgumas regiões, simultaneamente com *ch*, continuou, durante algum tempo, a usar-se a grafia mais antiga. Assim acontecia, por exemplo, em Leão onde, ainda em fins do século XIII, se encontram exemplos de *x* (3). Na Galiza e na região de Entre-Douro-e-Minho desde meados do século XIII, o período a que remontam os mais antigos textos estudados neste trabalho, que não se encontram vestígios da antiga grafia. Contudo, num documento galego datado de 1244 publicado por Xesús Ferro Couselo regista-se um interessante exemplo de *x*: *xantaren* (4). Que se trata de uma leitura segura e correcta confirma-o a fotocópia do documento reproduzida pelo Autor. Aliás, este documento deve ser um dos mais antigos documentos da Galiza escritos em língua vulgar (5), embora contenha ainda partes muito extensas em latim. Pelo facto de, no galego actual, se manter invariavelmente a africada /č/, creio que não pode interpretar-se o grafema *x* senão como uma representação desse fonema (6).

Por outro lado, nos textos que foram objecto de uma análise da grafia, o outro fonema pré-palatal, isto é, a fricativa pré-palatal surda /š/, aparece também sempre representada pelo grafema *x*. Numa zona que ainda actual-

---

(1) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 60-63.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 62.

(3) Assim, ainda em documentos navarro-aragoneses do séc. XI, XII e princípios do séc. XIII, está documentado o uso de *x* com valor de consoante africada. (Cf. MANUEL ALVAR, *Estudios sobre el dialecto aragonés en la Edad Media. I. Grafías navarro-aragonesas.* In: *Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos*, ano IX, n.º 27, 1953, p. 75-76). Mas o seu emprego é bastante mais frequente em textos leoneses, até uma época mais avançada, pelo menos até fins do séc. XIII. Cf. ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle.* Uppsala, Leipzig, 1907, p. 240-242; LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (...). Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 252-253 e p. 255-256, n. 37. Nos foros estudados aparece apenas um único exemplo no texto dos foros de Alfaiates: *axarem.*

(4) *Xantaren* aparece em vez de *chantaren:* «Das árbores que *xantaren* o quere que uaan, leuen la meá da fruita (...)». Cf. XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI.* I. Vigo (Galaxia), 1967, p. 14.

(5) Veja-se, atrás, p. 36-37 e n. 1 da p. 37.

(6) Sobre a questão de saber se o grafema *x* de antigos documentos leoneses representa uma africada pré-palatal, sendo, nesse caso, uma reminiscência da grafia arcaica anterior à generalização de *ch*, ou se representa uma fricativa pré-palatal resultante da simplificação da antiga africada, como, por vezes, tem sido considerado, veja-se a esclarecedora nota de LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (...). Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 255-256, n. 37.

mente distingue os dois fonemas (1), seria de esperar que a grafia dos textos antigos usasse signos distintos para transcrever um e outro fonema.

No que se refere à africada ou fricativa pré-palatal sonora (/ǧ/ ou /ž/), são vários os grafemas, simples ou complexos, usados na sua transcrição. É sobretudo durante o século XIII que é mais acentuada a instabilidade gráfica: alguns dos processos gráficos usados desaparecem no século XIV e outros no século XV; além disso, há alguns que são comuns a todas as épocas e regiões estudadas. Temos, assim, os seguintes grafemas que, em seguida, analisaremos de modo mais pormenorizado: *gi, yy, yi, gh, i, j, y* e *g*. Os quatro primeiros ocorrem apenas nos textos mais antigos, do século XIII e, esporadicamente, dos primeiros anos do séc. XIV, e são, em grande parte, reminiscências de grafias do período anterior (2). A grafia *gi* é pouco frequente e surge apenas em documentos galegos: *igrigia, agiam, agia, fegia* (1262 C 1), *Thareygia* (1262 C 2), *fegia* (1262 C 2; 1265 C 3), *eglegiario* (1255 L 19; 1257 L 20), *agio, orgio* (1281 O 55), *orgio, grãgia, fegiamos* (1285 O 56), *grangia* (1322 O 67), *agiadef* (1305 P 123).

Esporádicas são as grafias *yi* e *yy* de que registei apenas alguns escassos exemplos: *feyia* (1281 M 151), *igreyia* (1281 C 5), *Thareyia* (1333 C 10), *Thereyia* (1310 L 34), *Tereyia* (1407 L 40), *Thareyya* (1271 P 94) (3).

Possivelmente analógica com as grafias que representam outras consoantes palatais — e refiro-me concretamente à africada pré-palatal surda, à nasal palatal e à lateral palatal (4) — é a grafia *gh*, que aparece apenas em dois documentos portugueses do século XIII: *Grangha* (1287 DL 140), *oghe* (1289 DL 141). Os dois documentos são da autoria do mesmo tabelião, o que prova tratar-se de uma grafia totalmente esporádica.

Os restantes grafemas, ou seja, *i, j, y* e *g*, embora surjam nos textos do século XIII, continuam a usar-se nos séculos seguintes. Temos, assim: *a*) *feia*

---

(1) Sobre a conservação da antiga africada /č/ como entidade fonológica distinta de /š/ na região portuguesa abrangida pelo presente estudo, cf. MANUEL DE PAIVA BOLÉO, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas.* Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XII. Lisboa, 1951, p. 20-26 e mapas n.º 1, 2 e 3. O trabalho foi incluído, com aditamentos, na colectânea do Autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra, 1974, p. 185-200. Veja-se também JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 99. O galego actual mantém igualmente o fonema africado pré-palatal surdo.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 57-60.

(3) Veja-se o que foi dito atrás, p. 352-353.

(4) Como vimos atrás (cf. p. 468-469), desde os mais antigos textos agora publicados que a africada pré-palatal surda aparece representada por *ch*. Sobre as grafias *nh* e *lh* veja-se, adiante, p. 490-493 e p. 500.

(1282 C 6; 1300 C 8; 1333 C 10; 1334 C 11; 1351 C 13; 1367 C 14; 1286 L 28; 1298 L 29; 1306 L 31; 1316 L 36; 1405 L 39; 1280 P 97; 1320 P 128; 1372 O 75, etc.), *iurado* (1283 L 27), *iur* (1307 L 32), *grãia* (1267 O 52), *aiude* (1281 O 55), *aiades* (1292 O 59), *grania* (1300 C 8), *grãieyro* (1339 O 70), *aia* (1325 P 130), *jgleias, igleias* (1473 O 80), *eygreia* (1285 DL 139), *aiades, ſſeia* (1313 DL 143), *jgleia, igleia* (1401 M 164), *Tereia* (1404 M 165), *Alabruia* (1411 M 167); β) *jur* (1351 C 13), *jur, jures* (1367 C 14), *aja, ajo, ajades* (1399 C 16), *ſeja* (1434 C 17), *jeada* (1335 L 37), *aja* (1297 P 112), *ſeja* (1297 P 112), *ſejam, ayades* (1500 O 90), *iglleja* (1506 P 136), *ſeja* (1472 DL 149), *ſejam* (1411 M 167), *Tareija* (1401 M 163; 1401 M 164), etc.; γ) *ſeya* (1269 C 4), *ayadeſ* (1269 C 4), *ſeya* (1281 C 5; 1282 C 7), *oye* (1281 C 5), *mõyeſ* 'monges' (1334 C 11), *ayamoſ* (1278 L 25), *grãyeiro* (1278 L 25), *correyer, ſeya, Yaneyro, puye* (1283 L 27), *aya* (1274 O 53), *ſeya* (1287 O 57), *aya* (1292 O 59), *aya* (1348 O 72), *ſeya* (1278 P 96; 1295 P 108), *ayadeſ, ſeya* (1302 P 122), *ſeya* (1281 M 152), *eygreya* (1303 M 153), *Tareya* (1317 M 154), *Grãya* (1317 M 154), *cuyo* (1317 M 154), *ſeya* (1317 M 154), etc.; δ) *mongeſ* (1262 C 2), *mõgeſ* (1281 C 5), *oge* (1282 C 7), *puge* (1278 L 25; 1286 L 28), *tanguda* (1367 C 14), *fige, puge* (1310 L 34), *puge* (1405 L 39), *tragia* (1407 L 40), *ljnageen* (1414 L 42), *Virgen* (1414 L 42), *fige* (1315 O 66; 1367 O 74), *corregades* (1322 O 67; 1339 O 70), *granga* (1339 O 70), *grãga* (1339 O 70), *ſega* 'seja' (1348 O 72), *Tereyga* (1348 O 71), *priuilegos* (1473 O 80), *ſega* (1299 P 116), *ygligario* (1333 P 131), *Tareyga* (1419 P 134), *Tareiga* (1284 DL 138), *Tareyga* (1284 DL 138), *egrega* (1289 DL 141), *geyra, geyras* (1315 DL 145; 1334 M 158), *corregam* (1448 DL 147), *Briollanga* (1472 DL 149), etc.

Já atrás (1), ao analisar os grafemas que representam as africadas e fricativas alveolares, chamei a atenção para as confusões de *ç* e *z* e de *-s-* e *-ss-* (2) na Galiza desde o século XIII. Relativamente à pré-palatal sonora, há também indícios de que este fonema tinha começado a ser afectado pelo ensurdecimento. Embora escassos, são particularmente claros os exemplos de confusão no domínio das palatais registados nos textos agora publicados: *Lourixe* (topónimo correspondente à forma castelhanizada *Lourije*) (3) (1450

(1) Cf. p. 457-459 e 464-468.

(2) Relativamente a *-s-* e *-ss-*, devem ter-se presentes as observações então feitas. Cf. p. 464-468.

(3) Cf. P. MADOZ, *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España*. Madrid, 1849, s.u. *Lourije*. O A. cita dois lugares com o nome de *Lourije* na província de Lugo, um deles no município de Pol, freg. San Pedro de Hermunde e outro no município de Villalba, freg. de San Cosme del Nete.

A origem do topónimo parece ser o genitivo do nome *LAURIDIUS e, portanto, a forma antiga teria [ǧ] ou [ž] como resultado da evolução do grupo -dj-. A forma *Lourixe* apre-

L 44), *Tereixa* (1426 O 78). Como vemos, estas formas são já do séc. XV, mas noutras colecções de documentos galegos publicados há formas idênticas a partir do século XIII: *fexa* 'seja' (1), *Thereixa* (2), *axude* (3), *Toxal* (top). (4), etc.

Escusado será realçar o interesse dos exemplos apresentados, sobretudo quando associados aos casos anteriormente referidos de ensurdecimento de africadas e fricativas alveolares. O uso do grafema *x* em formas em que, de acordo a respectiva etimologia, esperaríamos uma grafia da pré-palatal sonora, não pode interpretar-se senão como a manifestação, nos textos escritos, do fenómeno do ensurdecimento que, desde o século XIII, afectaria a língua falada da Galiza. Desse modo, é-se levado a extrair dessas grafias algumas conclusões: em primeiro lugar, que o ensurdecimento de africadas e fricativas sonoras é, na Galiza, anterior à intensa castelhanização da região levada a efeito sobretudo a partir do século XV. Sendo assim, interpretamos o ensurdecimento galego como geneticamente independente de idêntico fenómeno castelhano. Além disso, pode ter-se como altamente provável que, no séc. XIII, já se tinha iniciado o processo de transformação da africada pré-palatal sonora em fricativa: o resultado do ensurdecimento é [š[e não [č], como seguramente aconteceria se a consoante tivesse ainda carácter africado.

c) Estudo dos grafemas que representam a fricativa lábio-dental /f/ e a fricativa bilabial /ƀ/ (5):

À semelhança do que acontece noutros textos medievais, a fricativa lábio-dental surda surge representada quer pelo grafema simples *f*, quer pelo grafema composto *ff*, tanto em posição inicial como no interior de palavra. A primeira variante gráfica é, contudo, mais frequente. De modo esporádico, em palavras de origem grega o mesmo fonema aparece transcrito por *ph*: (cf. por ex.: *Stephaniz*, 1281 M 152).

---

senta já o ensurdecimento da consoante palatal. Cf. JOSEPH M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*. In: *Biblos*, vol. XXIII, 1947, p. 314.

(1) MARGOT SPONER, *ob. cit.*, p. 130, doc. 10, datado de 1270. Por lapso, a A. indica o ano de 1265.

(2) XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. Vigo (Galaxia), 1967, p. 54, doc. 39, datado de 1302.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 66, doc. 42, datado de 1303.

(4) MARGOT SPONER, *ob. cit.*, p. 158, doc. 38, datado de 1423.

(5) Mais adiante (cf. p. 475-485) indicar-se-ão os argumentos em que me baseio para crer que na região existia um fonema fricativo bilabial e não fricativo lábio-dental.

De uma maneira geral, sempre que se tem tentado explicar o problema da inexistência do fonema lábio-dental em grande parte do português setentrional, tem-se tomado como termo de comparação a situação da chamada língua padrão que, neste como noutros aspectos, coincide com as variedades centro-meridionais, apresentando a oposição fonológica entre o fonema oclusivo bilabial sonoro /b/ e o fonema fricativo lábio-dental sonoro /v/. Essa comparação tem levado a imaginar, também para a zona do chamado português setentrional, uma primitiva distinção — mais tarde neutralizada — entre aqueles dois fonemas. Pela minha parte, conforme se terá oportunidade de ver ao longo das páginas seguintes, creio ter existido inicialmente no Noroeste Peninsular uma oposição fonológica entre dois fonemas, mas sendo um deles bilabial sonoro oclusivo, /b/, que se transcrevia com *b*, e o outro um fonema fricativo de articulação bilabial, /β/, que se representava habitualmente com *u* ou *v* (1), surgindo de modo totalmente esporádico e isolado *uu*: cf. *uuia* 'vinha' (1296 P 109 (2). Relativamente aos dois grafemas habitualmente usados na transcrição do fonema fricativo (3), *u* é bastante mais frequente que *v*, embora haja também alguns exemplos de *v* desde o século XIII: *veſtiaro* (1262 C 1), *vinno, vino* (1282 C 6), *villa* (1344 C 12), *virem* (1255 L 19), *voſa* (1298 L 29), *virẽ*, «*Vila Nova* de Lourençáá», *avemos, viña, viñas, viſta* (1459 L 46), *virẽ, voſa, vjnas, vjñas* (1475 L 48) (4), *avidos, aver, livres* (1475 L 49), *vyrẽ, Vaſqueσ, vos, vozes, vosas, vynas*, etc. (5) (1497 L 50), *virẽ* (1287 O 57), *viren* (1348 O 71), *vendan* (1348 O 71), etc.; *vóóntades, vynnaſ, vinnas, vida* (1284 DL 138), *vinha* (1287 DL 140), *Villa Nova* (1287 DL 140), *vẽderdes* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *virem, vijnte, vjnho, valham, vijnho, venda* (1448 DL 147), *virem, vender, vinho, vijnho, valler* (1454 DL 148), *virem*, «Sam Pedro d' *Aveoſo*» (top.), *viuerom, vidas, vinhas, vijnte, vender, verdade* (1472 DL 149), *vijdas, deveſas, novas, deve, vijerem, aver, devijdos, nove*, etc. (1484 DL 150), *venda* (1331 M 156), *vinhas* (1303 M 153), *vendiçõ* (1327 M 155), *verdade* (1327 M 155), *vinha, vijte* (1334 M 158), *vila, verdade* (1335 M 160), *vijnte,*

---

(1) Neste aspecto, o primitivo galego-português distinguir-se-ia claramente da língua do Centro e Sul de Portugal, onde existiam também dois fonemas distintos, mas um deles oclusivo bilabial, /b/, e outro fricativo lábio-dental, /v/. Veja-se também o que, com mais desenvolvimento, será dito nas p. 481-483 e na nota 2 da p. 482.

(2) Num documento da segunda metade do século XIII, da província de Pontevedra, regista-se a forma *aprofeytedeſ* (1271 P 94) com conservação, pelo menos gráfica, de -F- etimológico.

(3) *U* e *v* podem ser também grafemas de referência vocálica. A este propósito, veja-se o que foi dito atrás, p. 425-427.

(4) O doc. 1475 L 48 contém muitos exemplos de *v* além dos indicados.

(5) De modo semelhante, o documento 1497 L 50 oferece muitas formas com *v* com valor consonântico e um número relativamente pequeno de formas com *u*.

vozes, aviam, valado, vay, vaa, valla (1401 M 163), *vozes, aviam, valha* (1401 M 164), *virem, vozes, vos, veerẽ, vijnho, vijnhas, vinho, vijnha* (1404 M 165), etc. Como acabamos de ver, embora haja exemplos de *v* desde o século XIII, é sobretudo a partir do séc. XV que as formas com *v* se multiplicam.

Além disso, há ainda a observar a confusão dos grafemas *u* e *v* com o grafema *b* (1). Como teremos oportunidade de ver, na maior parte dos casos, trata-se de palavras que deveriam apresentar *v* ou *u*, quer em posição inicial, quer em posição intervocálica e que revelam com frequência a presença do grafema *b*. Assim acontece, por um lado, com formas provenientes de palavras latinas iniciadas por U- e que, portanto, nos textos da Galiza e de Portugal, deveriam começar por *v-* ou *u-*. Idêntica substituição surge, por outro lado, em formas que representam a continuação de formas latinas com -B-, -V- ou -F- intervocálicos que, nas formas galego-portuguesas, deveriam aparecer representados por *-u-* ou *-v-* e, em vez disso, ocorre, com alguma frequência, *-b-*. Começaremos por indicar os exemplos do primeiro tipo, ou seja, formas com *b-* em substituição de *v-* ou *u-*: *bos, bender* (1385 C 15), *bendo, bos, bay* (2), *ben* 'vem', *bia, bendedor* (1516 C 18), *byren, bida, bãa* (3) (1405 L 39), *bigilias, bella* 'velha', *beſpera, bjño, berria* 'viria' (1414 L 42), *bjño* (1450 L 44), *bozes* (1453 L 45), *byrẽ, bos, bosa, boσ* 'voz', *bay, bolue, ban* (3.ª pes. pl. pres. conj. de *ir*), *bena* 'venha', *bellos* 'velhos', *balla* 'valha' (1474 L 47), *bjñas, bjnas* (1475 L 48), *Bjueyro* (1475 L 49), *biziño, Báſquez, bydas, byerẽ, bos, bellos* 'velhos', *balla* 'valha', *bena* 'venha', *bierẽ* (1500 O 90), *bjñas, byno, byño, byñas, byna, bjño, byndimar, bender, ballã* (1407 P 133), *bozes, bjue* (1506 P 136). Os documentos de Portugal, embora em menor número, oferecem formas semelhantes: *binho* (1411 M 167), «Sam Saluador de *Bayram*», *baſallo, bender, bendellos* 'vendê-los', *bez* (1484 DL 150).

Em posição interior — intervocálica ou equivalente —, o resultado de -B-, -U- ou -F- latinos é habitualmente representado na ortografia medieval galego-portuguesa, por *-u-* ou *-v-*. Não faltam, porém, bastantes transgressões à ortografia geralmente aceite nos documentos galegos e algumas

---

(1) Creio ser conveniente observar que, na quase totalidade dos casos, se trata de exemplos inequívocos de confusão dos referidos grafemas. No entanto, em alguns documentos do século XV e, por vezes, do século XIV, *b* e *v* são, sob o ponto de vista paleográfico, muito semelhantes, sendo difícil distinguir claramente as duas letras. Entre outros, os documentos 1414 L 42 e 1407 M 166 oferecem, em relação a este aspecto, bastantes dificuldades de leitura, dada a semelhança de forma de *b* e *v*. Por esse motivo, julgo ser necessária bastante prudência em aceitar formas com confusões gráficas de *b* e *v* em documentos dessa época, uma vez que, se tal facto não for tido em conta, podem cometer-se bastantes inexactidões.

(2) A forma *bay* aparece, por exemplo, nas linhas 10 e 39.

(3) Na l. 21 do mesmo doc. está registada a forma *vaa*.

nos documentos portugueses da região estudada. Começaremos por apresentar os exemplos recolhidos nos textos da Galiza: *labredes, lebada* (1385 C 15), *arbores, nobenta, nobe, aber, deben* (1516 C 18), *Cordoba* (1278 L 25), *libres, labrar, libro, bribiario, abogada, labrada, librey* (1414 L 42), *libre* (1442 L 43), *mobeles, libre, libremente, labrador* (1450 L 44), *Febreyro* (1459 L 46), *abemos, ouberdes, debesa, labrador, labredes, labor, ljbres, nobo, teber* 'tiver', *eſtaban* (1474 L 47), *labrẽ, abogados* (1475 L 48), *labredes, labor, vbas, libre* (1497 L 50), «Santa Maria a *Noba*», «Ynes Gonçalueσ, a *Noba*», *probeyto, arbores, labraua, nobe, çebado, çebaren, çebados, labradas, libre* (1502 L 51), «Garcia *Nebes*», *arbores, abemos, libris* 'livres', *libre* (1292 O 59), *labredes, labor* (1426 O 78), *abemos, habendo, labradas, nubidades, labor, eſtuber* 'estiver', *lebedes, lebamos, abeis, libre, benderedes, labrar* (1500 O 90), *libre* (1419 P 134), *ſubçeſybas, labra, labredes, libres* (1506 P 136).

Dos documentos portugueses só há um que apresenta um razoável número de formas congéneres: trata-se do documento 1484 DL 150, lavrado por Joham de Basto, «eſcudejro ⁊ baſallo dell rey noſo senhor ⁊ ſeu tabelliam ppublico ẽ ho dito julgado da Maya ⁊ no julgado de Zurara». Aí aparecem as formas seguintes: *Abellar* (top.), *aberam, abendo, hobos, labras, nobos.*

Tanto no que se refere à posição inicial como à posição interior, os textos da Galiza apresentam também bastante documentação do emprego do grafema *v* em vez de *b*. Trata-se de grafias inversas às acima citadas. Eis alguns exemplos: *α)* em posição inicial: *veeſta* 'besta', *vancos* 'bancos', *veσerra* (1414 L 42), *vóó* 'bom' (1459 L 46), *vẽes* 'bens', *von* 'bom', *ven* 'bem', *vees* 'bens' (1474 L 47), *ven* 'bem' (2v.), *voon* 'bom' (1502 L 51), *vens* 'bens' (1499 O 89); *β)* em posição interior: *ovidientes, ovrigamos, ovrigados* (1499 O 89).

Além disso, chama ainda a atenção o aparecimento de *-u-* em vez de *-b-*, grafia habitual em formas provenientes de étimos latinos com -P-. Dos documentos estudados, só alguns da Galiza registam formas com *-u-* com a referida proveniência: *ſauer* (1405 L 39), *proues* 'pobres' (1414 L 42), *rresçeuo* (1474 L 47), *prouadores* 'povoadores' (1433 O 79). Contudo, a grafia habitual das formas desse tipo é sempre com *-b-*: cf., a título de exemplo, *probadas* 'povoadas' (1474 L 47), *poboedes* (1322 O 67), *probedes* 'povoeis' (1432 P 135), *ſſaber* (1262 C 2; 1334 C 11; 1344 C 12; 1306 L 31; 1308 L 33; 1310 L 34; 1310 L 35; 1292 O 59; 1287 P 102; 1289 P 105; 1296 P 111; 1297 P 112; 1298 P 113), *ſaber* (1333 C 10; 1385 C 15; 1516 C 18; 1255 L 19; 1274 L 24, etc.; 1285 DL 139; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1327 M 155; 1334 M 159; 1404 M 165; 1416 M 168, etc.), etc.

Vejamos, agora, que conclusões podem extrair-se da análise global das grafias apontadas e da combinação com testemunhos de outra natureza.

A primeira observação a fazer diz respeito à antiguidade da vacilação gráfica entre *b* e *u* (ou *v*), o que traduz certamente uma igualação dos fonemas

que esses grafemas originariamente representavam. Os indícios gráficos dessa neutralização de fonemas (1) são muito anteriores às referências feitas a esse fenómeno pelos gramáticos portugueses. De qualquer modo, é bastante significativo que os gramáticos e ortógrafos portugueses do século XVI e seguintes (2), ao tomarem como termo de comparação a zona central e meridional do País, se refiram ao fenómeno em termos de confusão dos fonemas /b/ e /v/ e indiquem a sua localização na região de Entre-Douro-e-Minho e na Galiza. Já em 1574, Duarte Nunes de Leão se refere à indistinção de *b* e *v* no português de Entre-Douro-e-Minho e na Galiza: «Teem outro si esta letra *b* algũa semelhança com o *u* consoante, porque assi na lingoa Latina, como na nossa, muitas vezes se muda o *b* em *v* (...). O que muito mais se vee nos Gallegos, & em alguns Portugueses d'entre Douro & Minho, que por *vós, & vosso,* dizem *bos, & bosso,* & por *vida,* disem *bida.* E quasi todos os nomes, em que ha *u* consoante mudaõ em *b.* E como se o fizessem aas vessas, os que nos pronunciamos per *b* pronunciaõ elles per *u*» (3). Do texto citado se deduz que a "confusão dos dois fonemas" era já, em meados do século XVI, um fenómeno muito divulgado nas referidas regiões. Meio século depois, em 1631, Álvaro Ferreira de Vera atesta a mesma mudança, apontando idêntica localização: «Tem esta letra [b] muita semelhança, e affinidade com a letra consoante *v;* com que faz errar a muitos Portugueses de entre Douro e Minho, e os mais dos Castelhanos, que não advertindo o que vai de hũa á outra, as trocão na pronunciação, dizendo: *Brabo* e *bravo;*

---

(1) Sobre a natureza dos fonemas neutralizados, veja-se p. 473 e p. 482 e segs.

(2) Relativamente a outras zonas peninsulares, há também abundantes testemunhos de gramáticos do século XVI. A esse propósito, cf. AMADO ALONSO, *De la pronunciación medieval a la moderna en español.* Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. 2.ª edição, Madrid (Editorial Gredos), vol. I, 1967, p. 23-42. Sobre o modo de interpretar essas declarações devem ter-se presentes as observações feitas por DÁMASO ALONSO, *B = V en la Península Ibérica.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 160-162.

(3) . DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza.* Lisboa (Tipografia do Panorama), edição de 1864, p. 106. O texto citado foi extraído da *Orthographia da lingoa portvgvesa.* Embora de outra natureza, há, em relação à Galiza, um testemunho, um pouco anterior, da presença do fenómeno nessa região. Trata-se de uma afirmação de Bernardim Ribeiro que, a esse propósito, escreve: «falando-lhe galego estas soos palavras, Bimarder [ví-m'arder], olhou o cavaleiro pelo barbarismo das letras mudadas na pronunciaçam do *b* por *v*...». Cf. BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO, *Obras.* Nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por A. Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, vol. II, Coimbra, 1932, p. 59. Citado por SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa.* Segunda edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 489.

avano e *abano; aldraba* e *aljaba* como *aldrava, aljava; barrer* e *varrer;* e peior, dizendo *bosso, buestro* por *vosso* e *vuestro,* etc.» (1).

O ortógrafo João Franco Barreto confirma, no mesmo século, a existência de um único fonema, /b/, na mesma região portuguesa e, embora de modo menos explícito, também na Galiza. Ao referir-se à letra *b*, afirma o seguinte: «Tẽ muyta afinidade cõ o *v* consoante, a que os nossos ortógrafos modernos chamã *ve,* & os Italianos *u* francês. E assi muytos Portuguezes de entre Douro e Minho, nã advertindo o que vay de uma a outra, as trocam ẽ a pronunciaçã, especialmente os que ficam mais chegados a Galiza, de tal maneira, que a *vento* chamam *bento,* & em lugar de *Bento,* dizem *vento;* por *vos, vosso, bos, bosso;* por *vida, bida;* & quasi todos os nomes ẽ que há *v* consoante, mudam o *v* ẽ *b*» (2).

Dos gramáticos e ortógrafos consultados só no século XVIII encontrei referências à existência do fenómeno numa zona mais ampla do Norte de Portugal que incluía não só a região de Entre-Douro-e-Minho, mas também a província de Trás-os-Montes e a Beira. Corresponderá essa indicação a uma propagação do fenómeno a estas últimas províncias? É possível que essa propagação para fora dos limites da área interamnense tenha existido, mas em época bastante mais antiga e correspondendo aos movimentos demográficos da Reconquista e subsequente colonização interna (3). O facto de os gramáticos anteriores não testemunharem a presença do fenómeno nessas zonas não significa inevitavelmente que ele não existisse; o que não estaria era certamente tão divulgado como na zona de origem. O processo de difusão teria sido certamente semelhante ao que se desenrolou em Espanha, a partir da zona setentrional de Castela-a-Velha. Mas vejamos as declarações feitas por Monte Carmelo em 1767. Ao referir-se à indistinção entre *b* e *v* que, segundo o Autor, data da época da romanização da Península — tal como idêntico facto do espanhol —, faz a seguinte afirmação: «a qual [confusam] ainda hoje persevera em todos os Reinos de Castella, na Província Interamnense, Transmontana e Beirense confinante (...)» (4). E, mais adiante, ao referir-se à letra *v:* «Na letra *b* fiz hum *catálogo* das *dicçoẽs* mais ordinarias, que se escrevem com *B,* para que os Interamnenses e outros povos das Pro-

---

(1) ÁLVARO FERREIRA DE VERA, *Ortographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa. Com hvm trattado de memoria artificial; outro da muita semelhança que tem a língua portuguesa com a latina:* In: *Obras varias.* Lisboa (Matias Rodrigues), 1631, p. 6.

(2) JOÃO FRANCO BARRETO, *Ortografia da lingva portugueza.* Lisboa (Na Officina de Ioam da Costa), 1671, p. 113-114.

(3) Ver, adiante, p. 481 e segs.

(4) FREI LUÍS DO MONTE CARMELO, *Compendio de orthographia.* Lisboa (Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo), 1767, p. 143-144. A citação encontra-se na p. 144.

vincias do Norte neste Reino, nos quais ainda se conserva a confusam originada dos Gregos e antigos Latinos. nam errassem a *orthologia*, de que usam agora os Portuguezes mais cultos (...)» (1). Exceptuando Monte Carmelo, que faz provir o fenómeno já da época da romanização, nenhum dos gramáticos anteriores que testemunham o facto relativamente ao português se refere à origem e cronologia do fenómeno. Apesar disso, a grande difusão que o facto tinha no século XVI leva a pensar que remonta a um período bastante antigo (2). Aliás, as afinidades existentes, a este respeito, entre o português setentrional (3) e o galego fazem ter como muito provável que a neutralização dos dois fonemas já tinha começado a verificar-se no período de unidade galego-portuguesa. Como vimos atrás, as formas gráficas com confusão dos grafemas *b* e *v* extraídas dos textos estudados confirmam a existência do facto na zona galego-portuguesa pelo menos desde o fim do século XIII. É possível que em documentos latinos dessa região haja também algumas formas que denunciem a mesma confusão. Falta-nos, contudo, uma boa colecção de documentos galego-portugueses da alta Idade Média, de tão grande importância para o conhecimento da língua, no período das origens (4). É de presumir que, apesar de os copistas respeitarem em geral a norma orto-

---

(1) IDEM, *ob. cit.*, p. 420-421.

(2) Relativamente ao espanhol, o soriano Juan López de Velasco afirma em 1578 que a confusão era uma prática «envegecida y arraygada», muito difundida «en todo el Reyno, y más entre los Burgaleses y gente de Castilla». Cf. AMADO ALONSO, *ob. cit.*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1967, p. 29-30.

(3) Sobre a área actual da indistinção de /b/ e /v/, veja-se MANUEL DE PAIVA BOLÉO, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas.* Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XII, fasc. 1, Lisboa, 1951, p. 26-30 e sobretudo mapa n.º 5. (O trabalho foi incluído, com aditamentos, na colectânea do Autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra, 1974, p. 185-250). Veja-se também o trabalho de ADELINA ANGÉLICA PINTO, *A neutralização da oposição fonológica v/b em português: estudo sincrónico e diacrónico*. Separ. de *Biblos*, vol. LVI (1980) (= Homenagem a Joaquim de Carvalho), 52 p. e 4 mapas.

(4) Está em preparação uma edição de cerca de dois mil documentos da Galiza e de Portugal até ao ano 1065 levada a cabo por Emilio Sáez, com a ajuda de um grupo de colaboradores. É fácil prever o alcance que uma colecção de documentos dessa natureza pode ter para a reconstituição da história das instituições e da língua desse período. Oxalá que os filólogos e historiadores da língua saibam fazer de um trabalho desse tipo um aproveitamento semelhante à monumental obra que o grande Mestre Menéndez Pidal realizou relativamente ao espanhol: *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* Numa comunicação apresentada ao XII Congresso de Linguística Românica realizado em Bucareste, o Prof. Emilio Sáez deu notícia desse projecto, que já está em realização, e da estrutura do trabalho. Cf. EMILIO SÁEZ, *Los documentos gallego-portugueses de la Alta Edad Media.* In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 141-144.

gráfica latina, algumas formas com confusão de *b* e *u* apareçam nos documentos latinos do extremo Noroeste (1), do mesmo modo que surgem em documentos de Castela-a-Velha e da Rioja, desde o século x (2). Em relação aos séculos seguintes, também não faltam exemplos em documentos latinos ou românicos de várias zonas do Norte da Península (3). Tais formas não podem interpretar-se senão como infiltrações da língua falada na linguagem dos textos escritos dessas zonas. O conhecimento dessas formas gráficas medievais com confusão de *b* e *u* em várias zonas da faixa norte peninsular (4) e não apenas em Castela-a-Velha, não permite aceitar, como se pensou durante muito tempo (5), que a igualação dos dois fonemas resulta da propagação na Península do fenómeno castelhano (6). Muito ao contrário, esses teste-

---

(1) Aliás, baseando-se em documentos publicados no vol. I dos *Portugaliae Monumenta Historica*, Maria Clementina Duarte, ao referir-se à cronologia de V = B, afirma o seguinte: «já em pleno século X (e possivelmente já no século VIII), no território de Entre-Douro-e-Minho, e, a sul do Douro, até aos arredores de Coimbra, a substituição de *V* pelo *B*, se fazia sentir, e continuou a fazer sentir-se, no século seguinte, como pude testemunhar pela leitura de 358 documentos, distribuídos pelos anos que medeiam entre 1002 e 1100». Cf. MARIA CLEMENTINA DOS PRAZERES DUARTE, *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa*. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1950, p. 193.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 67-68.

(3) DÁMASO ALONSO, *B = V en la Península Ibérica*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 162-168.

(4) Fora da Península, a igualação V = B ocorre também em gascão e nalguns dialectos provençais. Cf. DÁMASO ALONSO, *ob. cit.*, p. 156-158.

(5) Reflecte claramente essa posição FREDRICK H. JUNGEMANN, *La teoría del sustrato y los dialectos hispano-romances y gascones*. Madrid (Editorial Gredos), 1955, p. 361: «La existencia de los fenómenos [el desarrollo de la confluencia B-V y de la serie oclusivo-fricativa de consonantes sonoras *b-β*, *d-δ*, *g-γ*] en otros dialectos hispano-romances distintos del castellano, es explicable solamente como resultado de influjo directo del castellano o por propagación desde las áreas castellanizadas».

(6) Esta suposição encontrámo-la já expressa em alguns autores. Cf. o estudo de Dámaso Alonso já várias vezes citado neste trabalho (cf. nota 3 desta página) e publicado como suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Veja-se também E. ALARCOS LLORACH, *Fonología española*. 4.ª ed. aumentada e revista. Madrid (Editorial Gredos), 1968, p. 270, n. 88: «Creemos arriesgado suponer que la igualación /b/ = /v/ es en otros dialectos pura repercusión y propagación del castellano: en aragonés es muy antigua y en leonés aparecen confusiones tempranas entre ambos. (...)». Relativamente à impossibilidade de considerar a confluência de /b/ e /v/ em catalão como resultado da propagação de idêntico fenómeno do espanhol, tinha já afirmado o A. alguns anos antes: «(...) no es posible considerar la confluencia de /b/ y /v/ en catalán resultado de la difusión del fenómeno español (...)». Cf. IDEM, *Algunas consideraciones sobre la evolución del consonantismo catalán*. In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e historia"*, vol. II. Canárias (Universidad de La Laguna), 1958, p. 29.

munhos ortográficos permitem supor que, na referida zona do Norte da Península, se cumpriu, desde época muito antiga, a igualação dos fonemas /b/ e /β/ e que, com a Reconquista e os movimentos demográficos do repovoamento, se propagou para sul com diferente ritmo e intensidade conforme as regiões. Assim, por exemplo, em espanhol a neutralização da oposição entre os dois fonemas viria a consumar-se praticamente em quase todo o território, excepto nalguns pontos da zona meridional, onde se mantém a primitiva distinção entre o fonema oclusivo bilabial e o fricativo lábio-dental (1). Aliás, ainda nos séculos XVI e XVI, existia o fonema lábio-dental /v/ nalgumas regiões do Centro e Sul de Espanha (2). A propagação a essas zonas de um único fonema bilabial, de tipo oclusivo, verificada a partir dessa época resulta de uma mudança da norma fonológica: o uso da corte toledana deixa de ser considerado a norma da língua e triunfam certas tendências dialectais preexistentes.

Relativamente ao ocidente da Península, ou seja, ao domínio galego-português, a perda da distinção entre os dois fonemas não se difundiu na metade sul de Portugal (3): aí se mantém claramente a oposição fonológica /b/ ~ /v/ praticamente em toda a área. Esta repartição, que não deixa de ser surpreendente, levou alguns autores a considerarem a neutralização do português setentrional e do galego um fenómeno tardio e posterior à Reconquista. Assim, afirma Jungemann no trabalho atrás citado: «La ausencia de la confluencia B-V en el portugués central y meridional indica que su presencia en el portugués septentrional y en el gallego es posterior a la reconquista, si admitimos que la lengua del centro y del Sur de Portugal fué propagada desde Galicia con la reconquista» (4). Afirmação idêntica faz Lindley Cintra: «L'innovation /v/ > /b/ relativement tardive — postérieure à l'époque de la Reconquête — avance dans le domaine linguistique portugais, du nord vers le sud. Elle se répand facilement dans l'aire où la population n'est qu'un prolongement naturel de la population galicienne.

---

(1) Sobre a zona espanhola onde se mantém a distinção /b/ ~ /v/, cf. DÁMASO ALONSO, *B = V en la Península Ibérica*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 200-201; RAFAEL LAPESA, *Historia de la lengua española*. 7.ª ed., Madrid (Escelicer), 1968, p. 319. Além disso, no judeu-espanhol de Oriente, mantém-se a distinção entre os dois fonemas e /v/ é lábio-dental. Cf. RAFAEL LAPESA, *ob. cit.*, p. 336.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 245.

(3) Para uma ideia mais exacta da área onde existe a distinção entre os dois fonemas, ver os trabalhos de Manuel de Paiva Boléo e de Adelina Angélica Pinto citados na nota 3 da p. 478.

(4) FREDRICK H. JUNGEMANN, *La teoria del sustrato y los dialectos hispano-romances y gascones*. Madrid (Editorial Gredos), 1955, p. 349.

Par contre, elle ne réussit pas à pénétrer, ou ne pénètre que lentement, dans la région repeuplée plus récemment et qui s'est maintenue, comme il arrive souvent, plus fidèle au stade atteint par le langage primitif au moment du déplacement des populations, que la région d'où ces populations ont été déplacées» (1).

Na sequência do que vimos expondo, consideramos que a perda da distinção entre os dois fonemas no Noroeste peninsular, isto é, na Galiza e no Entre-Douro-e-Minho, é um traço muito antigo (2). Mas, se assim é, ficam ainda algumas questões por resolver. Se se trata de um fenómeno tão antigo, por que razão aparecem tão poucos exemplos de confusão gráfica nos documentos do século XIII e se tornam mais numerosos nos séculos XIV, XV e XVI? E, por outro lado, por que motivo não se propagou, com a Reconquista, na metade sul de Portugal? Relativamente à primeira questão, deve ter-se presente que nos cartórios conventuais donde dimanou a maior parte dos documentos analisados dominava, sobretudo no início de fixação em galego-português, uma norma ortográfica que, neste aspecto, levava a manter diferenciados na grafia *b* e *u*, ainda que, por vezes, escapem algumas confusões desses grafemas como reflexo de confusões da língua falada. Nos séculos posteriores, o grau de consciência e de adesão a essa norma é naturalmente menor. Por outro lado, é provável que essa igualação dos dois fonemas se tenha, com o decorrer dos séculos, generalizado e tornado mais intensa, aflorando, por esse motivo, com maior frequência nos documentos escritos. Além disso, os escribas mais ligados à vida local reflectem mais intensamente particularidades da língua falada do que os ligados à actividade das chancelarias reais ou dos cartórios conventuais. Assim se explica que os documentos da Galiza apresentem, também em relação a esta particularidade, exemplos muito mais numerosos do que os de Portugal. Além disso, na Galiza nunca se chegou à unificação da língua e, não existindo, já nessa época, uma norma fonética e fonológica, os escribas e notários com grande facilidade deixavam transparecer nos documentos que fixavam por escrito factos da língua falada local. Os copistas da região portuguesa, pelo contrário, dão provas, relativamente a este e a outros factos, de conhecerem uma variedade mais prestigiada que, quanto a esta particularidade, não coincidia

---

(1) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 1 e 2, 1961), Lisboa, 1962, p. 36-37.

(2) De acordo com o que foi exposto ao longo das páginas anteriores, creio que houve inicialmente, na região que nos ocupa, uma distinção entre dois fonemas bilabiais, um oclusivo (/b/) e outro fricativo (/b/), e que a sua fusão se tinha iniciado já no período galego-português.

com a linguagem local, mas que, pouco a pouco, se ia consolidando e fixando no Centro do País (1).

Relativamente à segunda questão posta, cremos que a perda da distinção entre os dois fonemas é, na Galiza e possivelmente também na região de Entre-Douro-e-Minho, um facto anterior à Reconquista. A sul do Douro, é provável que o fenómeno resulte da Reconquista e das deslocações de populações nortenhas para sul. Mas, por que motivo, o facto não se divulgou na metade meridional do País? A resposta a esta questão está intimamente relacionada com a tentativa de explicação que formulamos para o fenómeno que nos ocupa. Imaginamos, para a região abrangida pelo presente trabalho, uma situação idêntica à do castelhano medieval em cujo sistema fonológico existiam dois fonemas bilabiais sonoros, um oclusivo (/b/) e outro fricativo (/b̥/) (2). Originariamente existiria uma distinção entre a oclusiva bilabial sonora e a fricativa bilabial sonora que, sob o ponto de vista histórico, representavam diferentes procedências do latim: *a)* /b/ < B-; -CB- e -P-: *boca, ambos, saber; b)* /b̥/ < U-, -U-; -F-; -B-: *vento, levar, proveito, dever, cavalo.* A confusão entre os dois fonemas deve ter resultado da variação que o fonema /b/ teria admitido a partir de determinado momento: realizava-se como [b]

---

(1) Vejam-se as observações finais das p. 483-485 e n. 1 da p. 485.

(2) Parece-me de aceitar que, não só em Castela-a-Velha, mas também nas demais regiões setentrionais da Península, inclusive no extremo Noroeste, existiria uma oposição fonológica entre o fonema oclusivo bilabial /b/ e o fonema fricativo de articulação bilabial /b̥/, apresentando o primeiro as variantes contextuais [b] e [b̥]. Esse fenómeno de variação deve ter sido o fermento da perda de oposição distintiva entre os dois fonemas. Na metade meridional de Espanha e Portugal, a distinção inicial deve ter sido entre /b/, oclusiva bilabial sonora, e /v/, fricativa lábio-dental sonora. Uma interpretação idêntica relativamente à antiga pronúncia do castelhano, até ao século XVI, é apresentada por Rafael Lapesa, na *Historia de la lengua española.* Na última edição, datada de 1983, e de que só tive conhecimento quando procedia à revisão do original do presente trabalho, afirma o A. o seguinte: «El fonema labial sonoro que se transcribía con *b* no era el mismo que se representaba con *u* o *v;* el primero era bilabial y oclusivo, con cierre completo de los labios (/b/): *cabeça, embiar, lobo, huebos* 'necesidad' (< ŏPUS), *boto.* El segundo era fricativo y de articulación bilabial [b̥] o labiodental [v] según las regiones: *cauallo* o *cavallo, auer* o *aver, hueuos* o *huevos, voto* se pronunciaban con bilabial [b̥] en Castilla y demás regiones del Norte, por lo que se confundía frecuentemente con /b/, cuya oclusión se aflojaba a menudo. En la mitad meridional de España la articulación dominante parece haber sido, en un principio, labiodental; a consecuencia de ello, la distinción entre los fonemas /b/ y /v/ se mantuvo, al menos parcialmente, hasta el siglo XVI». Cf. RAFAEL LAPESA, *Historia de la lengua española.* 9.ª ed., corrigida e aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 205-206. Relativamente à Galiza, também os Autores do artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega,* fasc. 223, p. 230-232, reconstituem o sistema consonântico medieval com base na existência de uma oposição entre /b/, oclusiva sonora bilabial, e /b̥/, fricativa sonora bilabial, que mais tarde se fundiram num único fonema /b/.

oclusivo quando precedido de consoante ou de pausa e como [b̥] fricativo em posição intervocálica. Desse modo, neste contexto, /b/ e /b̥/ acabaram por confluir num único fonema /b/, com variantes combinatórias oclusivas e fricativas. Como se deduz dos exemplos de confusões gráficas atrás apresentados, essa confluência tinha-se já verificado, ou estava a verificar-se, no período de unidade galego-portuguesa. Só assim podem explicar-se as confusões no emprego dos grafemas acima assinalados.

Entretanto, no Sul de Portugal distinguir-se-ia entre uma oclusiva bilabial sonora /b/ e uma fricativa lábio-dental sonora /v/, tal como acontecia na parte central e meridional de Espanha (1), em época anterior à Reconquista. Aí a confusão não seria possível, uma vez que, tal como ainda actualmente acontece no falar meridional e no português do Brasil, /b̥/ não admitiria a variação contextual entre [b] e [b̥], realizando-se sempre como [b] em qualquer contexto, mesmo em posição intervocálica. Relativamente à zona meridional de Portugal, pode, portanto, supor-se que seria essa a situação linguística com base em vários factos: em primeiro lugar, as transcrições árabes de textos portugueses. De facto, ainda no século XVI «los moriscos portugueses (...) utilizan el *(bā)* solo para representar la *b*, utilizando, por el contrario, su *(fā)* para reflejar la dentalidad fonológica de la *v* del Centro y Sur de Portugal: *fifa* (= viva), *lōfores* (= louvores), etc.» (2). Por outro lado, leva-nos à mesma conclusão o conhecimento do português do Brasil, que mantém a oposição fonológica entre /v/ e /b/. Indirectamente, as afirmações dos gramáticos portugueses do século XVI (e seguintes), que reflectem a norma culta do Centro do País, não deixam dúvidas de que /v/ e /b/ eram dois fonemas distintos, o primeiro lábio-dental e o segundo bilabial (3). A actual repartição geográfica de /v/ ~ /b/ em território português confirma que era essa a primitiva situação linguística dessa zona.

Creio ser agora o momento oportuno para voltar à questão posta atrás: por que motivo a situação do galego e da zona de Entre-Douro-e-Minho

---

(1) RAFAEL LAPESA, *Historia de la lengua española*, sétima edição, Madrid (Escelicer), 1968, p. 245. Sobre alguns vestígios actuais de /v/ em alguns pontos de Espanha, cf. DÁMASO ALONSO, *ob. cit.*, p. 200-201. Recorde-se também o que foi dito na nota anterior.

(2) ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *ob. cit.*, p. 29; cf. também DAVID LOPES, *Textos em aljamia portuguesa*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1940, p. 18 e 20.

(3) Assim, Fernão de Oliveira, ao descrever o modo de pronunciar as consoantes portuguesas, afirma o seguinte em relação a *b*: «Pronũçiasse a letra *b* antros beyços apretados lançãdo para fora o bafo com impeto e quasi com baba». E, mais adiante, ao referir-se ao *v*, faz desta consoante a equivalente, articulatoriamente frouxa e, portanto, sonora, de *f*: «A força de *v* consoante é como a do *f* mas cõ menos espirito». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933, p. 33 e 36.

não se fixou no Centro e Sul do actual território português? É necessário ter presente que nessa zona havia, no período da Reconquista, ao lado de zonas escassamente povoadas, núcleos de intensa moçarabia (1), alguns dos quais situados em regiões que viriam, com o decorrer dos séculos, a transformar-se em centros irradiadores de uma norma fonética e fonológica. Assim aconteceu com a zona de Coimbra e Lisboa. Mas também no Algarve e no Alentejo, a toponímia e certas particularidades fonéticas de origem moçárabe em «formas da língua corrente, quer ligadas a trabalhos bem definidos, como a criação de gado, quer à vida íntima e afectiva, como diminutivos» (2) obrigam a supor a existência, nessa zona do Sul de Portugal, de um grande volume de população moçárabe.

A famosa tese do "ermamento", já definitivamente posta de parte em relação à zona setentrional de Portugal, também não tem consistência relativamente à zona meridional: aí há que aceitar, a par de uma camada árabe, a existência de uma importante camada moçárabe que permaneceu no campo ou nas cidades (3).

Com a Reconquista não se apagaram, pois, todos os traços dos idiomas moçárabes: verificou-se uma interacção entre os dialectos galego-portugueses dos Reconquistadores do Norte e os idiomas moçárabes do Sul. A distinção entre /b/ e /v/, característica dos idiomas moçárabes, ter-se-á,

---

(1) É necessário ter presente que, com a Reconquista, não se apagaram todos os traços dos idiomas moçárabes. Nas zonas ocupadas por densos núcleos de população moçárabe — como foi a maior parte do Sul de Portugal — persistiram algumas particularidades desses idiomas. É totalmente inexacto pensar que, com a Reconquista, se apagaram por completo os idiomas moçárabes; muito pelo contrário, os moçárabes «contribuíram activamente para a transformação dos idiomas vindos do norte e para a formação das línguas literárias e dialectos hodiernos de Espanha e Portugal (...). Os moçárabes não receberam sem resistência o idioma setentrional, modificaram-no, adaptaram-no aos seus hábitos articulatórios». Cf. HARRI MEIER, *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*. Separ. de *Biblos*, vol. XVIII, 1943, p. 20. Veja-se também CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 123 e segs.

(2) Cf. ORLANDO RIBEIRO, *A propósito de áreas lexicais no território português. (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento)*. Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XXI. Lisboa, 1965, p. 194. Sobre a influência moçárabe no Sul de Portugal, veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Áreas lexicais no território português*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fasc. 3 e 4, p. 287-289; IDEM, *"Griséu", um moçarabismo algarvio*. Separ. de *Biblos*, vol. LVII (= Homenagem a M. Paiva Boléo), 1981. Quanto à influência moçárabe no Algarve, veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, Coimbra, 1975, sobretudo p. 123-125.

(3) Cf. JAIME CORTESÃO, *Os factores demográficos na formação de Portugal*. Lisboa (Livros Horizonte), 1974, sobretudo p. 44-46; ORLANDO RIBEIRO, *ob. cit.*, p. 194-195.

pois, mantido. Mais tarde, possivelmente desde fins do século XIII, a variedade setentrional de Entre-Douro-e-Minho já não tinha prestígio para impor-se (1): os factos linguísticos setentrionais passaram a ser considerados arcaísmos ou regionalismos. O gosto linguístico mudara: a vida política e cultural desloca-se para sul; fixa-se uma norma literária (e também fonética e fonológica) com base no português do Centro do País.

f) Estudo dos grafemas que representam as consoantes nasais (/m/, /n/ e /ñ/):

A nasal bilabial /m/ aparece representada, em posição intervocálica, quer por *m* quer por *mm*, sendo esta última grafia, na maior parte dos casos, resultante da abreviatura $\bar{m}$ e ocorre, em geral, em palavras com étimos latinos terminados em -MĬNE (2): *omme* (1282 C 7; 1287 O 57, etc.), *ommes* (1334 C 11), *omme* (1302 O 61), *nomme* (1500 O 90; 1327 M 155; 1404 M 165, etc.), *hommes* (1315 DL 145). Mas em formas desta ou doutra proveniência é mais frequente o grafema simples *m: coſtume* (1450 L 44), *home* (1281 C 5; 1344 C 12; 1351 C 13; 1255 L 19; 1281 O 55, etc.), *homeeſ* (1287 P 103), *homes* (1262 C 1; 1344 C 12; 1351 C 13, etc.), *nome* (1282 DL 137; 1345 DL 146; 1484 DL 150; 1281 M 152; 1303 M 153; 1331 M 156; 1334 M 158, etc.), etc. Em início de palavra, aparece de modo invariável *m: maneyra* (1269 P 92), *moeda* (1280 P 98), *mãda* (1280 P 98, etc.), etc.

Na transcrição da nasal alveolar /n/ aparecem os seguintes grafemas: *n, nn, nh*. Em posição inicial, ocorre apenas *n;* em posição intervocálica pode surgir qualquer um dos três grafemas. O grafema *nn* aparece em palavras que representam étimos latinos com -NN-, -GN- ou com a sequência -MVN- (3): *anno* (1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150), *annos* (1298 L 29; 1499 O 89; 1335 M 160, etc.), *donna* (1289 DL 141, etc.), *ſynnall* (1448 DL 147), *ſſynnall* (1454 DL 148), etc. Contudo, em formas com a mesma proveniência, aparece também, e de modo mais frequente, o grafema simples: *ano* (1282 C 6; 1281 L 26; 1283 L 27; 1335 L 37; 1405 L 39; 1502 L 51; 1271

(1) Sob esse aspecto, são interessantes umas palavras de Carolina Michaëlis na Introdução ao Cancioneiro da Ajuda: «Creio que já no reinado de D. Denis, que residia a miudo na capital, muitas formas e pronúncias galego-portuguesas seriam pouco usadas entre os cortesãos e desconsideradas pela geração nova como arcaísmos e galeguismos». Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Cancioneiro da Ajuda*, vol. I, Halle, 1904, p. XIX. Este passo é citado também por SERAFIM DA SILVA NETO, *História da lingua portuguesa*. 2.ª edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 403.

(2) Sobre a evolução do grupo românico *m'n*, proveniente da sequência -MVN-, cf. Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 11.

(3) Veja-se Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 11.

P 94; 1295 P 107; 1322 P 129; 1313 DL 143, etc.), *dona* (1255 L 19; 1281 L 26; 1283 L 27; 1502 L 51; 1281 O 55; 1271 P 94; 1288 P 104; 1295 P 107, etc.), *final* (1348 O 72), *fynal* (1432 P 135). Em palavras que representam étimos latinos com GN aparecem também algumas grafias latinizantes do tipo *fignal* (1262 C 1; 1269 C 4; 1334 C 11; 1434 C 17), *ffignal* (1329 C 9), etc. Trata-se, portanto, de latinismos gráficos.

De forma muito esporádica, o mesmo fonema é representado na grafia por *nh*. Registei apenas três formas em documentos portugueses, todos eles da região correspondente à actual província do Minho, e uma forma num documento galego lavrado por um notário de Pontevedra: *ordinhayro* 'ordinário' (1331 M 156), *ordinhadas* 'ordenadas' (1303 M 153), *ordenhaçom* 'ordenação' (1407 M 166) e *ordinho* 'ordeno' (1299 P 114). Formas idênticas a estas surgem noutros textos portugueses antigos (1); mas o que as formas acima assinaladas têm de especial é o de ocorrerem não só durante o século XIII, época em que foi introduzida a grafia *nh*, de origem provençal, para representar a nasal palatal, mas ainda nos séculos XIV e XV. Adiante, ao tratar da nasal palatal, voltaremos a fazer referência a essas grafias e veremos que elas são o resultado da hesitação no emprego do antigo sistema de grafemas que representam as palatais (2) e a nova grafia importada. Essa indecisão, no extremo Norte do País, parece ter-se prolongado durante mais tempo: ainda num documento de Braga do século XIV (1303 M 153) e noutro de Valença do século XV (1407 M 166) o grafema composto *nh* é usado para representar a nasal alveolar. É também interessante pôr em relevo idêntico emprego na Galiza, num documento da província de Pontevedra, a região que mais profundas afinidades tem com Portugal, quer sob o ponto de vista linguístico quer grafemático.

Analisemos em seguida o sistema de grafemas que representavam a nasal palatal.

Por influência da grafia latina, durante o século XIII, o fonema /ñ/ pode aparecer representado por *ni* ou *nj*: *teſtimoniaſ* (1262 C 1), *Çeruania* (top.)

---

(1) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: Les *anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Colloque international organisé par Le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Paris (C. Klincksieck), 1963, p. 193.

(2) O mesmo acontece com a lateral palatal. Sobre grafias idênticas correspondentes a esse fonema, veja-se, adiante, p. 500. Tenha-se ainda presente o que será dito nas p. 486 e segs. e 497-500 sobre o sistema de grafemas que representam a nasal palatal e a lateral palatal.

(1280 P 98), *quiniõ* (1296 P 109), *eſtrania* (1296 P 109), *Toronio* (top.) (1267 P 91; 1257 L 20), *testimonjo* (1281 L 26), *ponio* 'ponho' (1274 O 53), etc. De forma verdadeiramente esporádica a mesma grafia aparece ainda na primeira metade do século XIV: *testimonio* (1334 C 11) (1). Nos documentos portugueses estudados não registei exemplos desta grafia que, aliás, é muito frequente em toda a Península Ibérica nos períodos mais antigos (2). Contudo, ela aparece também com bastante frequência em textos portugueses da primeira metade do século XIII (3): assim acontece com a *Notícia de torto* (4) e com o Testamento de Afonso II (1214). O facto de ela não aparecer nos documentos portugueses publicados no Capítulo I deste trabalho resulta de eles serem já dos fins do século XIII: efectivamente, o mais antigo documento incluído nesta colecção é de 1281, ao passo que os galegos remontam ao ano 1255.

Outra grafia registada com bastante frequência nos documentos dos séculos XIII-XVI das quatro províncias galegas é *n*. Desde os textos mais antigos, de meados do séc. XIII, que o seu emprego é abundante; relativamente ao século XVI, os documentos apresentam poucos exemplos dessa grafia: estão nesse caso os documentos 1502 L 51, 1516 C 18, 1500 O 90.

Os textos portugueses apresentam alguns exemplos, mas relativamente pouco numerosos. A maior parte são do século XIII ou primeira metade do século XIV, mas em dois documentos de Valença, do século XV, há ainda vestígios dessa grafia. Foi, porém, um grafema muito usado em textos da primeira metade do século XIII (5).

---

(1) A forma *eſtranea*, registada no documento 1257 L 20, é um latinismo.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, § 4, p. 49.

(3) Luís F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 191-192.

(4) Como se sabe, a *Notícia de torto* é um documento não datado. Sobre os elementos que podem ser aduzidos para situar cronologicamente o texto, veja-se Luís F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La Noticia de Torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction).* In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 163-164 e o trabalho recente de AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico.* Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). Coimbra, 1979, p. 297-300.

(5) Luís F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle.* In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque international organisé par Le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Paris (C. Klincksieck), 1963, p. 191-192.

Eis alguns exemplos: *α)* da Galiza: *grana* 'granja' (1281 L 26; 1287 P 103) (1), *graneyro* 'granjeiro' (1287 P 103), *Senor* (1262 C 1), *pono* 'ponho' (1262 C 1; 1262 C 2; 1269 C 4; 1282 C 6; 1282 C 7), *Pineyro* (top.) (1262 C 2), *dineyroſ* (1258 L 21), *tamano* (1258 L 21), *vynas, vyna, ponades* (1497 L 50), *cortjnas* 'cortinhas' (1502 L 51), *qujnentos* (1502 L 51), etc.; *β)* de Portugal: *enpenorar* (1284 DL 138), *ſenor, teſtemonas, uena, teſtemono, Cuyna* (top. correspondente ao mod. *Cunha*) (1285 DL 139), *Senor* (1345 DL 146), *quinẽtos* (1407 M 166), *dineiros* (1411 M 167), etc.

Outro processo de representar /ñ/ é a grafia *nn* de origem castelhano-leonesa, correspondente ao resultado da evolução da geminada latina -NN-. Embora predominante em documentos castelhanos (2), ela foi também usada noutras regiões peninsulares. Tanto podia aparecer na sua forma plena como através da abreviatura *ñ*. Nos documentos galegos, *nn* não surge com muita frequência: *vinna* (1282 C 6), *vinnaſ* (1282 C 6), *vinno* (1282 C 6), *San Martinno* (1258 L 21), etc.; é muito mais usada a forma abreviada *ñ*, que ocorre em documentos das quatro províncias galegas entre os séculos XIII e XVI. Indicam-se apenas alguns exemplos: *miña* (1262 C 1), *Cruña, viña, miña, viñaſ* (1282 C 6), *arameña* (1281 O 55), *teñades, ueña* (1300 C 8), *ſeñor* (1442 L 43), *sañudo* (1450 L 44), *Señor* (1453 L 45), *viña, viño, Señor* (1459 L 46), *Señor, viziño, ſeñor* (1502 L 51), *cortiña, viño, San Martiño* (1276 O 54), *teñades, vjño, liño, caſtañas, quiñõ* (1396 O 76), *Farjña, vjña, San Martiño, Señor, veziño, ſeñor* (1506 P 136), etc.

Em Portugal também foi adoptada a grafia *nn* ou a sua forma simplificada *ñ;* contudo, parece ter sido rara quer nos documentos da Chancelaria Real quer nos documentos privados (3). Nos textos agora publicados e

---

(1) Forma resultante da evolução do lat. GRANĔA, palavra atestada, desde época muito antiga, ao lado de GRANĪCA. A forma *granja* introduziu-se na Península Ibérica, concretamente em Portugal, devido à influência dos mosteiros cistercienses. A palavra penetrou primeiro no latim das chancelarias, fixando-se posteriormente no léxico comum. A esse propósito, veja-se PAUL AEBISCHER, *Granica "grange" et sa descendance dans les dialectes italiens et les langues de la Péninsule Ibérique.* In: *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. II, 1948, p. 201-218.

É interessante verificar que nalguns documentos estudados no presente trabalho correspondentes a um período mais tardio surgem já as formas devidas à introdução cisterciense: cf., por exemplo, *granja* (1360 O 73) e *grâieyro grãga, granga* (1339 O 70).

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, § 4, p. 51-52.

(3) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle.* In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque international organisé par Le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Paris (C. Klincksieck), 1963, p. 192.

analisados encontrei apenas alguns escassos exemplos de *nn* (cf. *vynnaſ* e *vinnas*, 1284 DL 138) e de *ñ* (cf. *camjño* registada em dois documentos de Valença, 1401 M 164 e 1401 M 163; *teſtemoñas*, *teſtemoño*, 1327 M 155: *Noſſo Señor*, 1472 DL 149).

Uma grafia mista, resultado do cruzamento de *ñ* e de *ni*, é *ñi*, que surge em duas formas registadas em documentos galegos do século XIII: *Don Muñio* (1258 L 22), *Toroñio* (top.) (1289 P 105).

Igualmente esporádica é a grafia *gn* que recolhi apenas de alguns textos da Galiza do século XIII e princípios do século seguinte: *Crugna* (top.) (1262 C 1), *cognoçuda* (1300 C 8), *cognuzuda* (1258 L 23), *Lignareſ* (top.) correspondente ao moderno *Liñares)* (1287 P 103), *pignor* (1280 P 98). O emprego de *gn* é raro na Península Ibérica, sobretudo no Ocidente, sendo, pelo contrário, o mesmo grafema muito usado na fase antiga de outros idiomas românicos, entre os quais se destacam o francês, o provençal e o italiano (1). O grafema composto *gn*, embora não ocorra nos textos portugueses agora analisados, foi também usado em Portugal em documentos bastante antigos, do início da segunda metade do século XIII, antes da introdução e generalização de *nh* (2). Apesar da ausência da grafia *gn* nos documentos portugueses, eles oferecem um exemplo, completamente isolado, da grafia mista *gnh*, resultante da combinação de *gn* e de *nh*, introduzida em Portugal no início da segunda metade do século XIII (3): *acognhoceu* (1289 DL 141). Era natural, nessa época, a hesitação e o cruzamento entre a grafia já existente e a outra recém-importada. Ainda que raras, não faltam outras abonações idênticas em documentos portugueses do tempo de D. Dinis (4).

É muito provável que representem igualmente o mesmo fonema os grafemas *y* e *i* com til sobreposto (5). Encontra-se um número relativamente numeroso de formas tanto nos documentos de Portugal como da Galiza: *eſtraỹa* (1318 P 127), *Mỹor* (top.) (1290 P 106. No mesmo documento surge também *Miñor*), *teſtemoĩo* (1315 DL 145; 1303 M 153), *teſtemoĩas*

---

(1) R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, § 4, p. 50-51.

(2) LUIS F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 192. Quanto à origem e generalização em Portugal da grafia *nh*, veja-se, adiante, p. 492-493.

(3) Para uma situação mais exacta, veja-se, adiante, p. 490-493.

(4) Assim, na Inquisição dos reguengos da Beira do tempo de D. Dinis (1279-1325) estão registadas as formas *Brugnhedo* (top.) e *pegnhorar*. Cf. PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos portugueses de Pendorada do século XIII*. In: *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, p. 92.

(5) Creio tratar-se de formas diferentes das indicadas nas p. 493-494. É certo, porém, que também se poderia aventurar a hipótese da existência de desnasalação da nasal palatal, representando, nesse caso, as formas com *ỹ* e *ĩ* uma etapa intermédia entre as formas com [ñ] e as formas do tipo *teſtemoyo*, *eſtraia*, etc.

(1303 M 153; 1315 DL 145), *teſtemoỹo* (1287 DL 140; 1282 DL 137), *teſtemoỹaſ* (1289 DL 141), *ueĩa* 'venha', (3.ª pes. pres. conj. de *vir*) (1296 P 110), *Vĩa Noua* (top.) (1327 M 155). A época em que surgem grafias deste género — século XIII ou primeiros anos do século XIV — parece favorecer a interpretação dada. Ao fazer a tentativa de fixar por escrito textos galego-portugueses, depararam os copistas com algumas dificuldades, uma das quais foi certamente constituída pela representação de sons novos que não existiam em latim. Um desses sons era a nasal palatal, em cuja transcrição usaram diferentes processos gráficos. É possível que tenha havido influência da grafia de certas formas que representam étimos latinos terminados em -INU, -INA (1).

Além das grafias indicadas que ocorrem, por vezes, de modo simultâneo no interior dos mesmos textos — isto acontece sobretudo nos documentos do século XIII (2) —, surge também nos documentos portugueses, desde 1281 (cf. 1281 M 151), o grafema composto *nh* que passará a distinguir a grafia dos textos portugueses dos das restantes zonas peninsulares. Observe-se, no entanto, que também no Sul da Galiza, nalguns documentos da província de Pontevedra, do fim do século XIII e primeiros anos do século XIV, há exemplos da grafia *nh*. No que se refere ao sistema de grafemas que representam a nasal palatal, não pode falar-se de uma "fronteira gráfica" (3) entre Portugal e a Galiza, uma vez que, como vimos, são muitos os processos gráficos comuns a ambas as regiões; além disso, o grafema *nh* também não é totalmente exclusivo dos textos escritos aquém-Minho. Também o documento 1299 P 114, escrito por um notário de Pontevedra, apresenta as formas seguintes: *vinha, Eſteuaynha* (nome próprio), *vinhas, tenha, Pedro Juuynho, tenho, minha,* simultaneamente com palavras em que se usa o grafema *n* na transcrição do

---

(1) Faço referência às grafias *-ĩa, -ĩo* que continuaram a usar-se mesmo depois de se ter desenvolvido a consoante nasal palatal. Veja-se o que será dito, adiante, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 1. Sobre o uso esporádico dos mesmos processos gráficos em documentos portugueses doutras regiões, veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 195.

(2) Entre outros, manifestam a presença simultânea de vários grafemas que representam o fonema nasal palatal os documentos galegos 1262 C 1 e 1282 C 6.

(3) Com base nos materiais de que dispunha, afirmou Lindley Cintra relativamente à notação das consoantes palatais /ʎ/ e /ɲ/: «Il est en effet inutile de chercher dans les collections de documents de M. Sponer ou de Martínez Salazar des exemples de graphies provençales. (...) Deux systèmes différents, deux traditions diverses se sont opposés dès lors dans la graphie de ces deux formes du portugais. *Une frontière "graphique" est née,* frontière que seules quelques tentatives très récentes ont essayé de faire disparaître par l'acceptation de *lh* et *nh* pour la notation du galicien moderne». Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 200. (São meus os sublinhados).

mesmo fonema. Mais perto da fronteira com Portugal, os documentos 1302 P 120 e 1302 P 122, ambos escritos por Pedro Martins, notário do Castelo de Tebra, oferecem formas idênticas: *vinho, gáánhado, ſobrinho, tenhamoſ* (1302 P 120), *eſtranha* (1302 P 122). O emprego de *nh* não distingue, portanto, de modo absoluto, os textos portugueses dos galegos. Aliás, além dos textos apontados, há outros em que se usa o referido grafema: assim acontece nas *Constituciones de la cofradía de Santa Tecla de la villa de La Guardia,* no sul da província de Pontevedra, muito próxima de Portugal, e no *Liuro do Çirial de ssante ilaffonso que he da cofraria dos cambeadores,* escrito em meados do século XV (1). Também num documento de Santiago de Compostela há vestígios de *nh:* «huna octaua de pan medeo millo et medeo çeueyra, et huun *sanganho,* et dous capoens» (2). De qualquer forma, o antigo sistema de grafemas que representam as palatais manteve-se intacto e foi o que perdurou; o uso de *nh* é, na Galiza, pouco frequente e não muito fácil de explicar. Tenha-se presente que a maior parte dos textos que revelam o emprego do referido grafema foram escritos na província de Pontevedra, em zona não muito distante de Portugal; é possível, portanto, que alguns notários conhecessem a nova grafia introduzida neste País através do contacto com textos portugueses. Observe-se ainda que a região de entre o Lima e o Minho, embora politicamente portuguesa, pertenceu à jurisdição da Sé de Tuy até meados do séc. XV (3), o que permitiu, certamente, frequentes e intensos contactos entre essa zona e a região galega pertencente à mesma diocese. Fruto desses contactos pode ser a infiltração de *nh* na grafia de alguns textos galegos; não pode considerar-se esse grafema como um elemento integrado no sistema de grafemas que representavam a nasal palatal: o carácter relativamente esporádico da sua ocorrência leva, antes, a inter-

---

(1) Informações colhidas em Fr. ATANASIO LÓPEZ, *Estudios crítico-históricos de Galicia.* Santiago, 1916, p. 106-119. O texto das *Constituciones de la cofradía de Santa Tecla de la villa de La Guardia* foi publicado por Murguía no *Boletín de la Real Academia Gallega,* tomo IX, p. 98, n. 2.

(2) Cf. Fr. ATANASIO LÓPEZ, *ob. cit.*, p. IX. O passo transcrito é citado por JOSÉ L. PENSADO, *Comentario lingüístico a algunos documentos del monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives.* Separ. do *Boletín de la Real Academia Gallega,* tomo XXX, n.º 351, 1969. La Coruña, 1970, p. 168. Sobre o sentido de *sanganho,* veja-se IDEM, *ibidem.*

(3) Sobre as igrejas portuguesas submetidas à jurisdição de Tuy, veja-se PASCUAL GALINDO ROMEO, *Tuy en la baja Edad Media. Siglos XII-XV.* Madrid, 1923, p. 19-58, 81-82 e também o «Apéndice Segundo. Iglesias de Tuy en territorio portugués», p. 139-142; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal,* vol. II, Coimbra, 1910. Cf., especialmente, as p. 14-19 («Terras portuguesas sob a jurisdição de bispos espanhóis») e p. 611-705. A dependência, sob o ponto de vista eclesiástico, dos territórios entre o Lima e o Minho da jurisdição de Tuy prolongou-se até meados do século XV: só em 1452 essa região é incorporada na diocese de Ceuta.

pretá-lo como um elemento adventício que alguns escribas, por circunstâncias especiais — naturalidade, local de residência, contacto com textos escritos em Portugal —, usaram na grafia de alguns documentos (1).

Mas voltemos de novo, para uma análise mais aprofundada, aos documentos portugueses. Como vimos atrás (2), o grafema *nh* surge aí desde os textos mais antigos agora publicados, aparecendo desde 1281 (cf. 1281 M 151); contudo, o antigo sistema de grafemas que representava a nasal palatal não foi imediatamente substituído e rejeitado. Continuam a ser usados alguns dos processos gráficos anteriores à introdução da nova grafia: *n*, *ñ* e *nn*. No entanto, a frequência com que aparecem é muito pequena por oposição à grande difusão que, desde os mais antigos textos incluídos na colecção publicada no Capítulo I, apresentava a nova grafia de origem provençal. É interessante observar que, desde as mais antigas abonações de *nh* — aliás, como de *lh* — em textos escritos em Portugal haviam decorrido apenas dezasseis anos (3) e a penetração, na região a norte do Douro, era já grande. Efectivamente, a inovação gráfica importada de Provença partiu da Chancelaria Real, onde foi introduzida no tempo de D. Afonso III (4), e daí se difundiu com bastante rapidez aos cartórios conventuais. Naturalmente que houve, de início, algumas hesitações: uso de antigas grafias, cruzamento entre grafemas do antigo sistema e a nova grafia, emprego esporádico do novo grafema composto com outros valores (5). Estão neste último caso as formas já atrás (6) citadas em que *nh* representa a nasal alveolar: *ordinhayro* 'ordinário'

---

(1) É certo que, sendo *nh* — aliás como *lh* — uma grafia importada da Provença, poderia pensar-se, à primeira vista, que o seu emprego em textos galegos é independente do uso que desse grafema em Portugal passou a fazer-se de modo generalizado. A sua infiltração na Galiza poderia ter resultado da leitura da poesia trovadoresca do Sul de França. Não creio, porém, que a via de penetração da referida grafia tenha sido essa, em virtude da localização dos textos em que ocorre.

(2) Veja-se o que foi dito na p. 490.

(3) Conforme mostrou Lindley Cintra, os primeiros exemplos de *nh* e *lh* aparecem num documento de 1265 da Chancelaria Real, mas já na cópia de um documento redigido em Coimbra em 1264 incluído no *Livro dos Bens de D. João de Portel* há formas com *nh*. Cf. Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 193. Sobre a origem e época de difusão em Portugal da grafia *nh* (e *lh*), veja-se também Pedro A. de Azevedo, *Documentos portugueses de Pendorada do século XIII*. In: *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, p. 83-84.

(4) Cf. Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 189-200.

(5) A forma *teſtemuhas* registada em dois documentos portugueses (1454 DL 148 e 1335 M 160) pode resultar de um simples lapso do copista, que registou apenas o segundo elemento do grafema composto. De modo muito esporádico, surgem formas idênticas noutros documentos portugueses. Cf. Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 195.

(6) Veja-se, atrás, p. 486.

(1331 M 156), *ordinhadas* 'ordenadas' (1303 M 153), *ordenhaçom* 'ordenação' (1407 M 166). Compreende-se facilmente o aparecimento de formas deste género no período de transição entre o antigo sistema gráfico e a nova grafia; mas surpreende que ainda num documento de 1407 surja *nh* para representar o fonema /n/. Tenha-se presente que o documento referido foi lavrado em Valença, pelo tabelião da mesma vila «Martỹ Anes». Ora, os documentos localizados na zona fronteiriça luso-galega são todos eles do início do século XV (cf. 1401 M 163, 1401 M 164, 1404 M 165, 1407 M 166, 1411 M 167 e 1416 M 168) e ainda se nota, pelo menos nalguns, uma certa hesitação entre os antigos processos gráficos e a nova grafia importada. Assim, nos documentos 1401 M 163 e 1401 M 164 está registada a forma *camjño*, mas nos seguintes encontra-se sempre *nh* em todas as formas (1). Recorde-se, uma vez mais, não só a proximidade da Galiza, mas principalmente a dependência, sob o ponto de vista eclesiástico, de toda a região entre o Lima e o Minho da diocese de Tuy, o que fez com que aquela região portuguesa sofresse influência da Galiza e com ela mantivesse, durante mais tempo, algumas afinidades.

Propositadamente reservei para este momento a referência a determinadas formas registadas nos documentos portugueses e galegos e que representam étimos latinos com -NI-. As formas com esta proveniência apresentam, duma maneira geral, grafias que permitem afirmar que, indiscutivelmente, -NI- está representado por [ñ]: *quiniõ* 'quinhão' (1296 P 109), *byñas* (1407 P 133), *vynas* (1407 P 133), *eſtraña* (1297 P 112), *caſtanas* (1285 O 56; 1322 O 67; 1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75), *eſtranha* (1327 M 155; 1416 M 168; 1302 P 122), *eſtraỹa* (1318 P 127), *teſtemoĩo* (1315 DL 145; 1303 M 153), etc. (2). Há, porém, outras formas de mais difícil interpretação: em vez de alguma das grafias habituais para representar a nasal palatal, surge *y* ou *i: extraya, eſtraya,* 'estranha', *Juyas,* adj. 'relativo ao mês de Junho' (cf. «Era .M.ª CCC.ª XVj.ª, iiij.º diaſ ante Kalendas Juyaſ»), *Juyo* 'Junho', *teſtemoyaſ, teſtemoyo, eſtraia, teſtimúio, teſtemoio* (3), etc.

A questão que se põe em relação a estas formas e a outras do mesmo género consiste em saber se *y, i* são grafemas usados para a transcrição da nasal palatal ou se, pelo contrário, o grupo -NI- teve outro tratamento dife-

---

(1) Já Lindley Cintra chamou a atenção, com base na análise de documentos de Monção e Valença, para a maior resistência manifestada pelo extremo Norte de Portugal na aceitação da nova grafia. Cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 199-200.

(2) Recorde-se que os grafemas *ỹ* e *ĩ* foram atrás interpretados como processos de representar a nasal palatal. Cf. 489-490.

(3) Sobre a localização e data das formas citadas e sobre a ocorrência de outras formas análogas, veja-se, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 5.

rente, representando os exemplos apontados formas vivas da linguagem da época. Estou convencida de que a segunda hipótese é a mais adequada à explicação das formas referidas (1) e, por esse motivo, voltarei a ocupar-me delas ao tratar dos resultados da evolução do grupo -NL- no capítulo de Fonética Histórica (2). São vários os argumentos que parecem apoiar esta interpretação: por um lado, o facto de formas do tipo das acima referidas surgirem não somente nos textos do século XIII, quando não existia ainda uma tradição de fixação gráfica do galego-português, mas também nos séculos seguintes, quando a grafia já se encontrava um pouco mais estabilizada: por outro, o facto de a forma *xuio* 'Junho', representando o mesmo tratamento do grupo -NL-, perdurar ainda no galego moderno, embora, nalguns casos, somente em fórmulas rimadas relativas aos meses (3). Finalmente, o paralelismo com formas que representam étimos latinos com o grupo -LL- não atingido pela palatalização (4) e conservadas algumas delas na toponímia actual faz pensar que também -NL- teve, além da nasal palatal, uma outra evolução divergente, ou seja, a síncope de -N- (5). Tal evolução parece ter-se produzido em semicultismos.

g) Estudo dos grafemas que representam as consoantes laterais (/l/; /ļ/):

Na transcrição da lateral alveolar /l/ surgem, nos textos estudados, os seguintes processos gráficos: *l*, *ll* e *lh*, este último de forma muito esporádica.

---

(1) Aliás, os autores que se têm ocupado dessas formas arcaicas sempre as encararam desse modo. Veja-se, por ex., V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*, Burgos, 1909, p. 57; JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Comentários às "Notas de paleontologia linguistica" I e II de Helmut Lüdtke*. In: *Boletim de Filologia*, vol. 15, 1954-1955, p. 337-345. Artigo incluído em *Estudos linguísticos*, 1.º vol., 2.ª ed., Coimbra (Atlântida Editora), p. 147-158.

(2) Veja-se, adiante, neste mesmo capítulo, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 5.

(3) Cf. DÁMASO ALONSO, *Junio y julio entre Galicia y Asturias*. In: *Obras completas*, vol. I (Estudios lingüísticos peninsulares), Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 389-415. (Inicialmente o artigo foi publicado na *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. I, fascículos 3-4, 1945, p. 428-454).

(4) Pense-se, por exemplo, nos nomes próprios *Juião*, *Gião*, representantes de JULIANU(M), e *Olaia*, *Ovaia* e *Vaia*, continuadores de EULALIA(M). Foi certamente a influência erudita a que esses nomes estiveram sujeitos e ainda o facto de se terem usado como designações dos santos patronos que impediram a palatalização de -lļ-. Uma explicação desta natureza é dada por JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Comentários às "Notas de paleontologia linguistica" I e II de Helmut Lüdtke*. In: *Boletim de Filologia*, vol. 15, 1954-1955, p. 337-345. Artigo incluído em *Estudos linguísticos*, 1.º vol., 2.ª ed., Coimbra (Atlântida Editora), p. 147-158.

(5) Veja-se também o que a este respeito escrevi neste capítulo, Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 3.

Em posição inicial de palavra, aparece quase sempre *l-*, mas há também alguns casos de *ll-*: *llogo, lliuras, lluytoſa, llogo, llouuarã* (1472 DL 149). Em posição intervocálica, portanto em início de sílaba interior precedida de sílaba aberta, *l* é a representação mais frequente da lateral alveolar, mas surgem também bastantes casos de *ll* em palavras que representam étimos latinos com -LL-: *aquelles* (1262 C 1), *Villar* (1262 C 2), *aquelleſ* (1265 C 3), *elle* (1333 C 10), *villa de Uilla Chãa* (1333 C 10), *villa* (1434 C 17), *uilla* (1278 L 25), *Caſtella* (1278 L 25), *ella* (1348 O 71), *Villa Nova* (1287 DL 140), *aquello* (1448 DL 147), *ello* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150), etc. Muito raramente aparece também o mesmo grafema composto em formas em que não tem justificação etimológica: *béés mouelles* (1307 L 32), *uallẽ* (1351 C 13). Além disso, *lh* pode também representar o mesmo fonema nalguns textos dos séculos XIII e XIV. Relativamente à Galiza, registei apenas duas formas (cf. *delhe* 'dele' e *aquelhe*) num documento da província de Pontevedra (1302 P 120) escrito por um notário de Castelo de Tebra, perto de Tuy e da fronteira com Portugal. É interessante observar que noutros documentos grafados pelo mesmo notário (cf. 1299 P 116, 1299 P 117, 1302 P 121 e 1302 P 122) não há vestígios dessa grafia. Por outro lado, no mesmo documento em que surgem as duas formas citadas, aparece *lh* e *nh* para representar respectivamente a lateral palatal e a nasal palatal.

Os documentos portugueses apresentam um mais elevado número de formas desse género. Na metade meridional da região estudada, que corresponde *grosso modo* à província do Douro Litoral, essas formas surgem apenas durante o século XIII: *ſobelha, ſobelho* (1281 M 152), *delheſ* 'deles', *polha* 'pela' (1282 DL 137), *todolhoſ, todalhaſ* (1284 DL 138), *aquelho, todolhos, aquelhes, deſſaꝫelha* (1287 DL 140), *polhoſ* 'pelos' (contracção da preposição com o artigo definido), *todolhoſ* (1289 DL 141). Pelo contrário, na metade setentrional, que pode identificar-se, em termos muito gerais, com a actual província do Minho, ainda durante o século XIV aparecem formas em que *lh* representa a lateral alveolar: *todalhaſ, todolhoſ, delhaſ, fortelheza, delha* (1317 M 154), «*Vilhar* d'Areas» (top.) (1327 M 155). Essas formas, idênticas a outras registadas em vários documentos portugueses antigos do séc. XIII (1), são reveladoras de uma certa insegurança e indecisão no uso da nova grafia *lh*, importada da Provença, para representar a lateral palatal. No período de introdução e difusão dessa nova grafia, os escribas hesitam entre os grafemas do antigo sistema que representam as palatais — neste caso, a lateral palatal — e as grafias recém-importadas, e, por vezes, usam estas com outro valor. É interessante poder comprovar que no extremo

(1) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 198.

Norte de Portugal, ainda no século XIV, os escribas não revelam total segurança no emprego das novas grafias (1). Adiante (2), ao fazer referência à lateral palatal, tentaremos ver o grau de difusão da nova grafia importada *lh* nas diferentes zonas abrangidas pelo presente trabalho.

Em final de sílaba — interior ou final —, a lateral é habitualmente representada por *l*, mas, com muita frequência, aparece também *ll*. Nos documentos da Galiza há exemplos de *ll* a entravar a sílaba desde o século XIII (3), embora a maior parte das formas registadas sejam do século XIV e XV. Os documentos portugueses revelam apenas formas com essa grafia a partir do séc. XIV, mas a maior parte dos exemplos registados são do século XV. Eis algumas das formas recolhidas: *tall* (1334 C 11), *çeujll* (1434 C 17), *allma* (1258 L 22), *tall* (1298 L 29), «*allcalde* del Rey» (1450 L 44), «*San Miguell* de Monte Furado» (1281 O 55), «*Mjguell* Eanes» (1292 O 59), *alcallde* (1302 O 61), *carrill* (1473 O 83), *cullto, culltir, salluo, tall* (1287 P 102), *Cenamill* (top.) (1333 P 131), etc.; *leall* (1448 DL 147), *caſſall* (1448 DL 147), *peſſoallmente* (1448 DL 147), *Natall* (1454 DL 148), *mjll, eſtauell, corporall, atall* (1416 M 168), etc. Vários autores, que têm feito referência a esta particularidade gráfica de antigos textos galego-portugueses, têm-na interpretado como um processo de representar a pronúncia velarizada de /l/ (4). Os copistas desses textos, ao usarem o grafema complexo *ll*, estariam a fazer referência a essa realização. Não disponho de elementos que permitam confirmar que há uma relação inegável entre esse tipo de grafia e a realização de /l/ em posição pós-vocálica. Estou, porém, convencida de que essa variante velarizada existiu desde a fase mais antiga da história da língua. Aliás, já em latim o *l* quando a entravar uma sílaba e seguida de consoante tinha uma pronúncia velarizada que se manteve nalgumas línguas românicas (5), entre as quais se inclui o português. Por outro lado, a transformação de *l* final de sílaba na

---

(1) Recordem-se as observações feitas atrás (p. 486), a propósito do emprego análogo de *nh* para representar a nasal alveolar.

(2) Veja-se p. 500 deste trabalho.

(3) Através da bibliografia consultada, não encontrei referência a abonações desse tipo de grafias senão a partir do século XIV. Cf., por exemplo, JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933, § 245, 3, p. 122. Ver também o artigo de Leite de Vasconcelos citado na nota seguinte.

(4) Cf. J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933, § 245, 3, p. 122; EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, § 30, 2-c, p. 26; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Para a história do L*. In: *Revista Lusitana*, vol. I, 1887-1889, p. 64.

(5) Veja-se, a este propósito, HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística românica*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 372-373.

semivogal velar no português do Brasil (cf. *Natau, generau,* etc.) (1) só pode explicar-se com base numa realização velar dessa consoante já no séc. XVI (2). Além disso, parece falar a favor do carácter bastante antigo da realização [ł] no referido contexto o facto de ela aparecer de forma habitual na província de Trás-os-Montes, zona de notória e inegável feição arcaizante (3).

O galego actual, tão conservador sob alguns aspectos, mas, ao mesmo tempo, tão profundamente afectado pela influência do castelhano, apresenta habitualmente a realização lateral alveolar do fonema /l/, mesmo em posição pós-vocálica (4). Não obstante, uma zona conservadora de traços arcaizantes (5) como é a região da Limia, na parte meridional da província de Orense, conhece também a realização velarizada (6). Tratar-se-á de factos antigos na região ou serão devidos à influência da vizinha região portuguesa? Muito provavelmente estamos em presença de traços antigos que a vizinhança do português ajudou a conservar.

Tratemos em seguida dos grafemas que podiam representar a lateral palatal /ʎ/. É notório o paralelismo com os signos gráficos usados na transcrição da nasal palatal.

Em documentos galegos do século XIII há alguns exemplos da grafia *li*, de influência latina. Aparece sempre em casos etimológicos e pode oferecer também as variantes *lj, ly* e *lli*. Eis alguns dos exemplos recolhidos: *Julio*

---

(1) I. S. RÉVAH, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours.* In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Lingua Falada no Teatro.* Rio, 1958, p. 394.

(2) Ao reconstituir a pronúncia do século XVI e ao apresentar a transcrição fonética das três primeiras estâncias de "Os Lusíadas", Gonçalves Viana apresenta o *l* implosivo como *l* velarizado, embora não indique em que elementos se baseou para tirar essa conclusão. A esse propósito, veja-se A. R. GONÇALVES VIANA, *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros.* Lisboa (Imprensa Nacional), 1892, p. 101.

(3) MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. XII, tomo II, vols. XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 211. Também em mirandês, o fonema /l/ apresenta a realização [ł] nas mesmas circunstâncias que em português. Cf. JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *Fonologia mirandesa.* Coimbra, 1958, p. 36-37.

(4) CONSTANTINO GARCÍA GONZÁLEZ, *Galego onte, galego hoxe.* Discurso inaugural lido na solemne apertura do curso académico 1977-78. Universidade de Santiago de Compostela, cap. IV. *Caracterizacion da língua cara o Sur,* p. 26: «A diferente pronuncia do *l* que en portugués se velariza: gal. *cal,* port. *cál*». Cf. também HANS SCHNEIDER, *ob. cit.,* p. 145.

(5) Recorde-se, por exemplo, a conservação das antigas sonoras [ž] e [z]. Cf. HANS SCHNEIDER, *ob. cit.,* p. 99-103 e 109-119.

(6) IDEM, *ob. cit.,* p. 144-145.

(1262 C 1; 1269 P 93; 1295 P 107, etc.), *filia* (1255 L 19), *valia* 'valha' (1274 O 53), *filios* (1296 P 110), *Juljo* (1281 L 26), *Julyo* (1281 C 5), *Julio* (1262 C 1; 1269 P 93; 1295 P 107), *valia* (1274 O 53). Esporadicamente registam-se grafias deste tipo em documentos do século XIV: *Julio* (1396 O 76) (1). Não pode deixar de surpreender o aparecimento dessa grafia de influência latina em época tão avançada. Em textos mais tardios, correspondentes ao século XV, nem sempre é fácil distinguir se se trata de um prolongamento do uso da antiga grafia ou se, pelo contrário, se está em presença de castelhanismos. Assim acontece com as formas *Julio* (1414 L 42) e *Julyo* (1433 O 79). Observe-se, porém, que, neste último caso, a forma ocorre na parte final do documento, na fórmula que indica a data: «feyta e outorgada no noſo cabido dez dias de *Julyo*, anno Dominj M.º CCCC.º XXXº iij.º». Tal facto leva-me a interpretar *ly* como um grafema composto utilizado para representar o fonema lateral palatal.

Nos documentos portugueses estudados não encontrei vestígios desta grafia que, nos períodos mais antigos, existiu em toda a Península Ibérica (2). Aliás, a grafia *li* surge também com o valor de lateral palatal na Notícia de torto (3) e no Testamento de Afonso II (1214) (4).

Outra grafia documentada em textos galegos do século XIII ao século XVI é *ll* de origem castelhano-leonesa, correspondente ao resultado da evolução da geminada latina -LL-: *valla* (1262 C 2), *Comcello* (1265 C 3), *lle* (1333 C 10), *moller* (1351 C 13), *Siuilla* (top.) (1278 L 25), *palla* (1308 L 33), *tulla* (1308 L

---

(1) Esta forma aparece na parte final do documento na fórmula que indica a data: «quinze dias de Julio, anno do naçemento de noſo Señor Jheſu Chriſto de mjll ⁊ trezentos ⁊ noueẽta ⁊ ſeys anos».

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 52-53.

(3) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la Noticia de Torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction)*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internaţional de lingvistică şi filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 161-174. A leitura crítica do documento encontra-se nas p. 170-172. Neste texto aparecem várias formas com *li: filios* (documentada várias vezes), *filiarũ, carvalio de Laurecdo* (top.).

(4) O texto do Testamento de Afonso II acompanhado do respectivo comentário foi publicado por J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 63-93. Surgem, neste texto, várias formas em que a lateral palatal é representada por *li: filia, filio, filios, molier, uália* 'valha', etc. Veja-se também a transcrição feita por Avelino de Jesus da Costa dos dois exemplares conhecidos, o de Lisboa e o de Toledo. Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). Coimbra, 1979, p. 307-321.

33), *partilla* (1310 L 34), *ualla* (1407 L 40), *Fillo* (1414 L 42), *fenllos* (1414 L 42), *moller, mjllor* (1475 L 48), *ffillos* (1290 O 58), *alleo* (1313 O 64), *tulla* (1334 O 69), *moller* (1339 O 70), *fillos, ouellas, porcalla, ualla* (1348 O 71), *balla* (1500 O 90), *ouellaf* (1278 P 96), *Caruallo* (1298 P 113), *ffillo, ffilla* (1299 P 117), etc. Esta grafia, que se impõe em toda a Península (1), foi também adoptada em Portugal (2). Contudo, nos documentos agora estudados e que são dos últimos anos do século XIII — 1281 é a data do mais antigo documento português incluído na presente colecção — e dos séculos XIV e XV, há poucos exemplos de *ll*. De um modo geral, as formas com essa grafia encontram-se nos textos mais antigos (cf. *filla*, 1285 DL 139; *Jullo*, 1285 DL 139; *moller*, 1303 M 153), mas em documentos de Valença, ainda no século XV, há alguns casos de *ll: moller, Magallãas*, 1407 M 166; *moller, valla*, 1401 M 163 e *moller*, 1401 M 164.

Resultado do cruzamento de *li* e de *ll* é a grafia mista *lli* que aparece nalgumas formas registadas em documentos orensanos do século XIII ou primeira metade do século XIV: *fillio* (1274 O 53), *millio, valliã* (1285 O 56), *ffenllias* (1302 O 61), *Jullio* (1348 O 71) (3).

Bastante usada em toda a Galiza é a grafia *l* que, juntamente com *ll*, perdura até ao século XV. Na parte final do período estudado, a grafia que subsiste para representar a lateral palatal é *ll*. Apontam-se apenas alguns dos exemplos registados do emprego do grafema *l: muler, confelo* (1262 C 2), *melor, filo* (1265 C 3), *vala* 'valha' (1385 C 15), *moler* (1255 L 19; 1257 L 20; 1258 L 22; 1282 P 100; 1296 P 109; 1302 P 120; 1302 P 121, etc.), *muler* (1258 L 23; 1302 L 30), *milo* (1302 L 30), *cõselo* (1473 O 80), *malar* 'malhar' (1473 O 88), *alear* (1322 P 129), *femelãte* (1432 P 135), etc.

Esta grafia, que foi muito usada em toda a Península ao lado de *ll* (4), foi também adoptada em Portugal antes da introdução e generalização de *lh*. Registei alguns casos, não muito numerosos, de *l* em documentos do século XIII: *fila, enalehar, moler* (1284 DL 138), *moler* (1281 M 151), *uala* 'valha' (1287 DL 140), etc. Noutros textos publicados, correspondentes

---

(1) R. MENÉNDEZ PIDAL *ob. cit.*, p. 54, § 5, 6.

(2) Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Colloque international organisé par Le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Paris (C. Klincksieck), 1963, p. 189-200.

(3) Quanto à forma *Jullio*, que aparece num documento de Orense do século XVI (1500 O 90), creio que deve interpretar-se como um dos muitos castelhanismos que o texto apresenta. Sendo assim, a grafia *ll* representa a lateral alveolar.

(4) R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, p. 54, § 5, 6.

ao mesmo século, podem encontrar-se também alguns exemplos dessa grafia (1).

Desde os mais antigos documentos portugueses incluídos na colecção agora organizada, além dos processos gráficos indicados, surge também o grafema composto *lh* que, a partir de então, permitirá distinguir, sob o ponto de vista gráfico, os textos portugueses dos das restantes zonas peninsulares. Desde os documentos 1281 M 151 e 1282 DL 137 que a nova grafia de origem provençal é a mais difundida tanto na região correspondente à actual província do Douro Litoral, como a grande parte da província do Minho. Somente no extremo Norte da região que constitui o objecto do presente estudo, ainda no século XV os copistas hesitavam entre os grafemas do antigo sistema e a nova grafia importada: os documentos de Valença 1401 M 163 e 1401 M 164 continuam a empregar simultaneamente *ll* e *lh*, mas os documentos 1411 M 167 e 1416 M 168 registam sempre a última grafia. Pelo contrário, o notário do documento 1407 M 166 recorre sempre à grafia *ll*.

Relativamente à Galiza, não encontrei vestígios da nova grafia importada mesmo nos documentos da parte meridional da província de Pontevedra; contudo, o uso, ainda que esporádico, de *lh* com o valor de [l] num documento dessa província (2) prova que o notário que o escreveu não desconhecia a nova grafia de influência provençal. Aliás, o mesmo documento (1302 P 120) apresenta algumas formas com a grafia *nh* com a mesma origem para representar a nasal palatal (3). Além disso, há outros textos galegos em que aparece, embora de modo pouco frequente, *lh* para representar a lateral palatal. Assim acontece com as *Constituciones de la cofradía de Santa Tecla de la villa de La Guardia*, muito próxima de Portugal, e com o *Liuro do Çirial de ssante ilaffonso que he da cofraria dos cambeadores* (4), escrito em meados do século XV.

h) Estudo dos grafemas que representam as consoantes vibrantes (/ɾ/; /r̄/) (5):

A oposição fonológica entre /ɾ/ e /r̄/, válida em posição intervocálica, nem sempre é acompanhada de uma perfeita distinção gráfica. Em princípio, /ɾ/ é representado pelo grafema simples *r* e /r̄/ pelo grafema composto *rr*. Há,

(1) A esse propósito, cf. Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 189-200.

(2) A esse propósito, veja-se, atrás, p. 495.

(3) Veja-se, atrás, p. 491.

(4) Veja-se n. 1 da p. 491.

(5) Tenham-se presentes as considerações feitas nas p. 26 e 27 a propósito de algumas particularidades de carácter paleográfico dos grafemas que representam os fonemas vibrantes.

porém, alguns casos em que /r/ é representado por *rr*, tanto em documentos galegos como portugueses dos séculos XIII-XV: *Monfferro* (top.), *jurreſ* (1282 C 7), *enerro* 'Janeiro' (1290 O 58), «Domỹgo *Perres*» (1292 O 59), «Bertolameu *Perres*» (1292 O 59), etc. De modo idêntico, /r̄/ aparece em bastantes formas, ao longo de todo o período estudado, transcrito por *r*: *teraſ* 'terras' (1284 DL 138), *Carazedo* (top.) (1448 DL 147. Cf. *Carrazedo*, forma registada no mesmo documento), *corente* (1484 DL 150), *deradeyro* (1416 M 168), *corega* 'corrija, 3.ª pes. do pres. do conj. de *correger*' (1385 C 15), *cural* 'curral' (1516 C 18. Cf. *curraas* no mesmo documento), *Mõteroſo* (top.) (1278 L 25), *arecobrardeſ* (1281 L 26), *arendarẽ*, *Mõteroſo* (top.), *corer* (1283 L 27), *careyra*, *caril* (1286 L 28), *morer*, *tereo* 'terreno', *tera* 'terra' (1274 O 53), *coreyta* 'correcta', *Oraca*, *morer*, «Pedro *Ffereyro*», *morerẽ* (1290 O 58), *arẽdamento*, *arendamos* (1433 O 79), *deredor* (adv.) (1289 P 105), etc.

Em posição inicial predomina a grafia *r-*, mas há também bastantes exemplos de *R-* maiúsculo — na transcrição substituído por *rr-* — e alguns de *rr-*. Desse emprego citarei apenas alguns exemplos: *rrector* (1289 DL 141), *rraçoeyros* (1313 DL 143), *rrenda*, *rrematar*, *rrotos*, *rroubados*, *rrecebijdos*, *rrodas* (1448 DL 147), *rreſios* (1404 M 165), *rrazom*, *rrouor* (1265 C 3), *rreſçebente*, *rrenda*, *rreparadas*, *rreſçebo*, *rrogamos* (1502 L 51), *rrenda*, *rreçebj*, *rreuor*, *rremouo*, *rrimijmento* (1318 P 127), *Rredondela*, *rrua*, *rrequerjdos*, *rreſçibo*, *rregiſtro* (1506 P 136), etc.

Em posição interior precedida de sílaba entravada, a vibrante múltipla é geralmente representada por *r*, mas nalgumas formas aparece o grafema composto *rr*: *onrrado* (1331 M 156), *honrrado* (1334 M 158; 1334 M 159), *onrra* (1335 M 160), «Johan *Anrriquez*» (1281 C 5), *honrra* (1450 L 44), *genrro* (1280 P 97), *Hanrrique*, *Hãrrique* (1281 P 99), *Hemrrique* (1295 P 107), *gẽrro* (1297 P 112), *Henrrique* (1299 P 115), *honrra* (1506 P 136), etc.

Consideremos a situação da vibrante simples quando a entravar a sílaba. Neste contexto, aparece de modo quase constante *r*, mas, quando a entravar sílaba interior, podem surgir, durante o século XIII, algumas formas com *rr*: *Carrualido* (top.), *ffirrme mẽte*, *derrdeſ*, *Marrꝯo*, *uerrdade* (1287 P 102), *Fferrnan Fferrnandez* (1296 P 109), etc.

A geminação gráfica surge também, por vezes, quando a vibrante faz parte de um grupo consonântico em que o primeiro elemento é uma oclusiva: *outrros* (1274 O 53), *Tebrra* (top.) (1296 P 109), *ſobrredicto*, *ſobrredicta* (1296 P 109), *dobrrado* (1296 P 109), etc.

4. *Alterações ocorridas no sistema consonântico durante o período estudado*

Do estudo da grafia dos textos analisados creio ser possível propor uma reconstituição do sistema consonântico do galego-português de então, assim

como captar as alterações ocorridas na sua estrutura durante os séculos abrangidos pelo presente estudo, tanto na área galega como na portuguesa.

Os textos do século XIII mostram, com bastante clareza, que o sistema consonântico tinha a seguinte configuração:

	Bilabiais	*Lábio--dentais*	*Dentais*	*Alveolares*	*Palatais*	*Velares*
Oclusivas surdas	/p/		/t/			/k/
Oclusivas sonoras	/b/		/d/			/g/
Africadas surdas				/s̆/ → /s/	/c̆/	
Africadas sonoras				/z̆/ → /z/	/ǧ/ (?)	
Fricativas surdas		/f/		/ṣ/	/š/	
Fricativas sonoras	/b̆/			/ẓ/	/ž/	
Nasais	/m/			/n/	/ñ/	
Laterais				/l/	/l̆/	
Vibrantes				/r/ /r̆/		

Neste sistema, correspondente ao período mais antigo (1), tinham já começado a processar-se, durante o século XIII, várias alterações, algumas das quais só viriam a consumar-se durante os séculos seguintes. Essas alterações, que afectaram principalmente as sibilantes, não só provocaram modificações na estrutura do sistema, como, além disso, algumas delas determinaram diferenças entre a língua falada a norte e a sul do Minho. Dito doutro modo, algumas dessas mudanças são comuns à língua da Galiza e de Portugal; outras ocorreram apenas na Galiza, determinando uma evolução no sentido do sistema do galego actual.

Comecemos por analisar as modificações do primeiro tipo:

/b/ e /b̆/ eram inicialmente dois fonemas distintos, o primeiro oclusivo bilabial e o segundo fricativo bilabial (2). A presença ou ausência de oclusão

(1) Reconstituição idêntica à que é aqui apresentada foi estabelecida pelos Autores do artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasciculo 223, p. 230. Veja-se também o que pelos mesmos Autores é dito nas p. 231-233.

(2) Veja-se, atrás, p. 473-485.

era o que distinguia os dois fonemas: *cabo* (< CAPUT) e *cavo* (< CAUO), etc. A perda da oposição fonológica entre /b/ e /β/, aliás de escasso rendimento fonológico, tinha já começado a verificar-se no período de unidade galego-portuguesa, como pode deduzir-se das grafias atrás (1) analisadas e que representam uma transgressão à ortografia geralmente aceite. Portanto, no período que nos ocupa, na língua falada já se teria iniciado o processo de confluência dos dois fonemas e tal facto afectou, com alguma frequência, a ortografia dos textos da época, embora não de modo espectacular e profundo, não se tendo apagado totalmente a norma ortográfica. Mesmo assim, surgem algumas confusões gráficas, interessantes, e, nalguns casos, bastante numerosas.

Um outro fenómeno que, durante o século XIII, estava já a processar-se é a simplificação das africadas pré-dorso-alveolares /s̑/ e /ẑ/ (2) e da africada pré-palatal sonora /ǧ/. As primeiras, por perda do elemento oclusivo inicial, transformaram-se em fricativas sibilantes pré-dorso-alveolares /s/ e /z/. No que se refere à africada pré-palatal, não se encontram na grafia dos textos estudados indícios de que ela se tivesse transformado já em fricativa. Contudo, pode aceitar-se com bastante segurança que já no século XIII se tinha iniciado — ou estava mesmo consumado — o processo de transformação da africada /ǧ/ na fricativa /ž/ (3), uma vez que algumas formas da Galiza que sofreram o ensurdecimento oferecem o grafema *x* [š] e não *ch* [č], como certamente aconteceria se a consoante tivesse ainda carácter africado (4). Não há nenhum motivo que leve a crer que, sob este aspecto, houvesse alguma diferença entre a língua falada a norte e a sul do Minho.

Consumadas estas transformações, que modificaram a situação do sistema mais antigo, podemos representar o novo sistema de fonemas consonânticos que seria o que nos séculos seguintes se teria mantido na região de Entre-Douro-e-Minho. Na Galiza, como teremos oportunidade de ver, outras modificações afectaram o sistema e levaram a uma nova reorganização, fazendo com que ele fosse evoluindo no sentido do sistema do galego actual. Depois de consumadas as modificações atrás referidas — confluência de

---

(1) Cf. p. 474-475.

(2) Veja-se, acima, p. 446-447 e 456-457.

(3) Não pode também pôr-se de parte a possibilidade de que, embora pelo menos desde o século XIII, a africada se tenha transformado em fricativa, [ǧ] e [ž] tenham coexistido durante muito tempo como variantes do mesmo fonema. Situação idêntica parece ter-se estabelecido na evolução do castelhano. A este propósito, veja-se E. ALARCOS LLORACH, *Fonología española*. 4.ª edição, Madrid (Editorial Gredos), 1968, p. 269 e n. 87.

(4) Veja-se, especialmente, p. 471-472 e exemplos aí citados.

/b/ e /b/ e simplificação das africadas —, o sistema consonântico da região portuguesa estudada seria constituído pelos seguintes fonemas:

	Bilabiais	*Lábio-dentais*	*Dentais*	*Alveolares*	*Palatais*	*Velares*
Oclusivas surdas	/p/		/t/			/k/
Oclusivas sonoras	/b/		/d/			/g/
Africadas					/č/	
Fricativas surdas		/f/		/ṣ/ /s/	/š/	
Fricativas sonoras				/ẓ/ /z/	/ž/	
Nasais	/m/			/n/	/ñ/	
Laterais				/l/	/l̡/	
Vibrantes				/r/ /r̃/		

É o sistema conservado ainda hoje em plenitude pelos falantes mais velhos, da camada popular e, por vezes, média, das zonas mais tenazmente conservadoras da referida região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho. Noutras zonas, sobretudo as situadas nos arredores dos núcleos urbanos da região, a penetração do sistema do português padrão tem levado, pouco a pouco, ao longo dos séculos e actualmente em ritmo mais acelerado, à modificação do sistema local, a qual se traduz pelos seguintes factos: introdução do fonema lábio-dental /v/ e confluência de /č/ e /š/ num único fonema /š/. Desses factos o primeiro está ainda hoje menos divulgado que o segundo, pois em toda a área os falantes da camada popular e média — e, por vezes, até alguns da camada culta — conhecem apenas o fonema /b/, ao passo que a distinção entre a africada pré-palatal /č/ e a fricativa pré-palatal /š/ se mantém em grande parte da região (1), mas apenas na linguagem popular.

Mas, além destas, outras modificações afectaram o referido sistema em parte da área que nos ocupa. Refiro-me à simplificação do antigo sistema de quatro sibilantes alveolares, duas pré-dorsais, /s/ e /z/, e duas apicais, /ṣ/ e /ẓ/. Exceptuando uma área que abrange parte do Alto Minho

(1) Manuel de Paiva Boléo, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*. Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XII, 1951, mapas n.os 1, 2, 3 e 4. Artigo incluído, com aditamentos e actualização bibliográfica, na colectânea do Autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1974, p. 185-250.

em que o sistema se mantém intacto (1), verificou-se, em grande parte da área, a fusão de /s/ e /ṣ/ em /ṣ/ e de /z/ e /ẓ/ em /ẓ/, embora numa zona que abrange os núcleos urbanos de Braga, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Ponte de Lima e Valongo os antigos fonemas /ṣ/ e /s/ se tenham fundido em /s/ e /ẓ/ e /z/ em /z/ (2). Uma vez que nos textos estudados são muito escassos e pouco seguros — quando comparados aos que, na mesma época, se manifestam em textos galegos (3) e em textos portugueses meridionais (4) — os vestígios da confusão gráfica entre os dois pares de sibilantes (5), não é fácil saber se a eliminação da antiga distinção entre as ápico-alveolares e as pré-dorso-alveolares teve origem no período abrangido pelo presente estudo ou se, pelo contrário, é um fenómeno relativamente recente resultante da penetração, nesta zona, da pronúncia normal portuguesa (6).

Entretanto, durante o período abrangido pelo presente estudo, outras modificações, além das indicadas, tiveram lugar na Galiza, afectando o sistema inicial comum e fazendo com que ele evoluísse no sentido do sistema do galego actual. São essas alterações, o "seseo" e o ensurdecimento de fricativas alveolares e pré-palatais sonoras que, desde o século XIII, pelo menos, já estavam em curso na Galiza. O primeiro fenómeno consiste na con-

---

(1) ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 70 e mapa I; LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Peninsula Iberica*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, 1958, p. 190; IDEM, *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXII (1964-1971), p. 109-110. Vejam-se também os dois mapas que acompanham o trabalho. Naturalmente que, fora dos limites da região portuguesa estudada, a conservação do antigo sistema de quatro sibilantes, duas ápico-alveolares e duas pré-dorso-alveolares, se verifica também na maior parte da província de Trás-os-Montes e numa parte da Beira Alta.

(2) Sobre as zonas do Norte de Portugal de "seseo" apical e pré-dorsal, veja-se ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 108-109. Veja-se também LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXII (1964-1971), p. 109-110. Consultem-se também os dois mapas que acompanham o trabalho.

(3) A propósito das confusões gráficas de sibilantes registadas nos documentos galegos estudados, veja-se o que escrevi nas p. 446-447 e 456-457.

(4) Veja-se, acima, p. 447-448 e 457.

(5) Veja-se o que escrevi na p. 451.

(6) São discordantes as opiniões de alguns autores que se ocuparam do problema das sibilantes no território de Portugal Continental. Assim, Lindley Cintra, relativamente às ilhotas setentrionais de "seseo" pré-dorsal, afirma o seguinte: «Não creio efectivamente que se devam explicar pela influência da pronúncia normal». Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Peninsula Ibérica*. In: *Anais do*

fluência de /s/ (< /ŝ/) e /ṣ/ em /s/ e de /z/ (< /ẑ/) e /ẓ/ em /z/ (1) e manifesta-se nos textos galegos de várias regiões por confusões gráficas, por um lado, entre *ç* (ou *c*) e *s*, *ſ* (ou *ſſ*) e, por outro, entre *z*, *s* ou *ſ*. Esse processo de igualação das sibilantes ápico-alveolares e pré-dorso-alveolares com triunfo destas últimas já estava em curso na Galiza no séc. XIII, mas deve ter-se generalizado no decorrer dos séculos XV e XVI. Também da análise das grafias parece poder concluir-se que, inicialmente, houve focos de confusão em toda a Galiza, mas posteriormente o fenómeno veio a consumar-se apenas no galego ocidental ou atlântico.

Relativamente ao segundo fenómeno, a análise das grafias dos textos galegos estudados permite concluir que, pelo menos desde o século XIII, se estava a processar na Galiza a neutralização da oposição surda/sonora no domínio das fricativas alveolares e pré-palatais. A partir dessa época, surgem confusões no uso dos grafemas que representavam cada um dos pares de fonemas seguintes: /z/ e /s/ (ou, nalguns casos, ainda /ẑ/ e /ŝ/); /ẓ/ e /ṣ/ e /ž/ (< /ǧ/) e /š/ (2). Muito provavelmente nessa época o facto não era geral em todas as regiões e em todos os níveis sociais, mas ao longo da história da língua galega generalizou-se praticamente em todo o território; somente numa região da Galiza meridional, a bacia do Lima, perto da fronteira com Portugal, e no zamorano de Hermisende se conservam vestígios das antigas sonoras (3). Exceptuando essa zona, em todo o galego se perdeu a distinção surda/sonora nas séries de fricativas alveolares e pré-palatais.

Depois de estabilizadas e consumadas as duas referidas alterações, o primitivo sistema de seis sibilantes, que abarcava duas ápico-alveolares (/ṣ/ e /ẓ/), duas pré-dorso-alveolares (/s/ e /z/) e duas pré-palatais (/š/ e /ž/), reduz-se a um sistema de apenas dois fonemas (4): /s/ (em geral pré-dorsal)

Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Rio de Janeiro, 1958, p. 191. Pelo contrário, Álvaro Galmés de Fuentes estabelece uma relação de dependência entre o "seseo" pré-dorsal e apical do Norte de Portugal e a penetração da língua padrão. Cf. ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *ob. cit.*, p. 108-110.

(1) Sobre esse fenómeno, veja-se o que escrevi nas p. 446-447 e segs. e 456-457.

(2) Sobre as confusões entre os grafemas que representavam os dois membros de cada uma das oposições, veja-se o que escrevi nas p. 457-459, 464-468 e 471-472.

(3) Veja-se, atrás, p. 459, n. 3.

(4) O antigo sistema de seis sibilantes, em que se verificou apenas a perda do carácter africado de /ŝ/ e /ẑ/ que se transformaram em fricativas, mantém-se ainda nas áreas dialectais correspondentes aos municípios orensanos de Lobios, Entrimo e Padrenda, na Limia, assim como na zona zamorana de Hermisende. Veja-se o que sofre o assunto foi dito pelos Autores do artigo *Galego* na *Gran Enciclopedia Gallega*, fascículo 223, p. 233, 236 e p. 238-239.

e /š/. Desse modo, se chegou ao sistema consonântico do galego moderno, muito mais semelhante ao castelhano que ao português (1):

	Bilabiais	*Làbio--dentais*	*Dentais*	*Alveolares*	*Palatais*	*Velares*
Oclusivas surdas	/p/		/t/			/k/
Oclusivas sonoras	/b/		/d/			/g/
Africadas					/c̈/	
Fricativas surdas		/f/		/s/	/š/	
Nasais	/m/			/n/	/ñ/	
Laterais				/l/	/l̡/	
Vibrantes				/r/ /r̄/		

É o sistema mais generalizado na Galiza (2). Contudo, como nunca se chegou à unificação do idioma, há algumas diferenças consoante as regiões. Assim, no galego oriental, mantiveram-se as duas sibilantes alveolares /s/ e /ṣ/, tendo-se mais tarde a primeira interdentalizado, como aconteceu em castelhano e nos falares do grupo asturo-leonês. Além disso, o sistema dos falantes menos cultos não possui a lateral palatal /l̡/, devido ao fenómeno do ieísmo, actualmente muito difundido em galego (3).

---

(1) Sobre a estrutura do sistema consonântico do galego moderno, veja-se também o artigo *Galego* incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fascículo 223, p. 231-233 e quadro 7 da p. 231.

(2) Sobre a interpretação fonológica da nasal velar *η* do galego, veja-se AMABLE VEIGA ARIAS, *Fonología gallega. Fonemática. El sistema consonántico IV.* In: *Grial*, vol. 37, 1972, p. 285-289, mas sobretudo p. 287-288; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 33, 66-67, 68, n. 13, 76 e sobretudo p. 90-91.

(3) Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa.* 3.ª edição, corrigida e aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid (Editorial Gredos), 1971, vol. I, p. 109; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., 1968, Vigo (Galaxia), p. 76 e n. 16. Ambos os trabalhos se referem à vitalidade do ieísmo e à sua situação sociolinguística. A lateral palatal /l̡/ goza de mais prestígio que a fricativa /y/, sendo esta com muita frequência considerada erro de pronúncia. Contudo, a geração jovem, mesmo da camada culta, vai praticando cada vez mais o ieísmo.

Parte II. Fonética histórica

Nos trabalhos consagrados ao estudo linguístico de textos antigos, de uma maneira geral, ao fazer o estudo fonético desses textos, trata-se conjuntamente de questões de fonética histórica e de alguns problemas sobre as relações entre grafia e pronúncia. Em meu entender, são problemas de índole diversa que devem ser tratados separadamente. Qualquer estudo de fonética histórica relativo a um ou vários textos medievais terá que partir do trabalho prévio e imprescindível da interpretação dos grafemas utilizados. Por esse motivo, procurou-se no presente trabalho, na Parte I deste capítulo, determinar o valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas utilizados nos textos publicados no Capítulo I. Ao fazer esse estudo, teve de recorrer-se a alguns problemas de fonética histórica, necessariamente envolvidos na tentativa de interpretação dos diferentes grafemas. Desse modo, nalguns casos, ao fazer agora o estudo diacrónico do vocalismo e do consonantismo desses textos, trata-se apenas de sintetizar o que foi dito, dando-lhe outra apresentação, sistematizando e organizando alguns elementos atrás utilizados; outras vezes, talvez a maior parte, trata-se de aspectos novos ainda não referidos anteriormente.

Além disso, dada a estrutura do presente trabalho, em que se separou claramente o estudo das relações entre grafemas e sons ou fonemas e o estudo da fonética histórica, a parte consagrada a este último tipo de questões tratará dos diferentes temas de modo mais directo e, naturalmente, também de maneira mais rápida. Creio que, desse modo, se contribuiu para um conhecimento mais claro e mais profundo da língua que os documentos estudados reflectem.

Vocalismo

1. ĕ e ŏ latinos

As palavras que tinham em latim clássico ĕ ou æ — ę no latim tardio, na área do chamado sistema itálico (1) — na sílaba tónica apresentam nos textos estudados o grafema *e*, a que correspondia o valor de [ę]: *dez* (1344 C 12), *moller* (1282C 6; 1344 C 12; 1473 O 88), *moler* (1255 L 19; 1257 L 20; 1258 L 22), *muller* (1442 L 43; 1453 L 45; 1459 L 46; 1424 O 77; 1426 O 78;

(1) Cf. Heinrich Lausberg, *Lingüística románica*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 209-210. Os fonemas do chamado sistema itálico apresentavam com os fonemas vocálicos longos e breves do latim clássico a seguinte relação: /a/ < /ā/, /ă/; /ę/ < /ĕ/ (e æ); /ẹ/ < /ē/, /ĭ/ (e œ); /i/ < ī; /ǫ/ < /ō/; /ǫ/ < /ŏ/, /ŭ/; /u/ < (/ū/).

1500 O 90), *molher* (1282 DL 137; 1284 DL 138; 1313 DL 143; 1331 M 156), *pedra* (1473 O 82; 1317 M 154), *pedraſ* (1269 C 4), *quero* (1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1281 O 55; 1299 P 114; 1419 P 134; 1317 M 154), *querem* (1448 DL 147; 1484 DL 150; 1331 M 156), *terra* (1265 C 3; 1317 M 154), *teraſ* (1284 DL 138), etc. (1).

O mesmo resultado apresentaria, na maior parte dos casos e em grande parte da área abrangida pelo presente estudo, a forma do masculino de substantivos e adjectivos terminados, de uma maneira geral, pelo grafema *-o* e, bastante raramente, por *-u*. De acordo com o atrás exposto (2), a metafonia não se realizou, na Galiza, de modo constante e regular; na zona portuguesa, pelo menos na metade setentrional, parece também não ter operado de modo sistemático e consolidado.

A forma *ſiſo* (1258 L 21; 1414 L 42; 1281 O 55; 1280 P 98; 1299 P 114; 1325 P 130; 1309 DL 142), que oferece as variantes gráficas *ſſiſo* (1302 O 61) e *ſiſſo* (1348 O 72), representa o étimo latino SENSU-. Diferentes explicações têm sido apresentadas para o timbre da vogal da sílaba tónica — metafonia exercida por *-u* (3) ou influência do sinónimo *juízo* (4).

Consideremos, em seguida, o caso das palavras proparoxítonas com ę (historicamente representante de Ĕ do latim clássico) na sílaba tónica e com *i* na sílaba postónica. As palavras deste tipo apresentam na sílaba tónica, ora o grafema *e*, cujo valor mais frequente seria certamente [ę], mas que podia representar também [ẹ], ora *i* (5). Assim, nos documentos galegos, ao lado da forma *dezemo* (6), estão também registadas as formas *dizimo* (1306 L 31; 1497 L 50; 1424 O 77; 1473 O 85; 1473 O 86), *dizjmo* (1506 P 136), *diɑjmos* (1414 L 42), *djɑjmo* (1474 L 47), *dizymo* (1499 O 89), *dizjmos* (1506 P 136), *disimo* (1473 O 85), além de outras com dissimilação vocálica posterior: *dizemo* (1283 L 27; 1396 O 76; 1407 P 133), *diɑemo* (1360 O 73; 1396 O 76; 1407 P 133), *dizema* (1290 P 106), *dizemas* (1290 P 106) (7). Ao passo que a forma *dezemo*, com *e* na sílaba tónica, surge apenas num documento da pro-

---

(1) Pelo facto de, neste caso, não ser importante, não pretendi ser exaustiva na indicação da localização das formas nos documentos em que elas ocorrem.

(2) Cf. p. 339-343 do presente trabalho.

(3) Cf. especialmente J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. IV, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *sentir*.

(4) CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, s.u. *seso* e *siso*, respectivamente p. 85 e 86.

(5) Recorde-se o que foi dito nas p. 353-355.

(6) Para a localização desta forma veja-se, atrás, p. 353.

(7) As formas com *i* na sílaba tónica e com *e* na penúltima sílaba devem considerar-se formas secundárias, quer se interprete a alteração do timbre da postónica como resultante de dissimilação, quer como uma mudança espontânea.

víncia de La Coruña, as formas com *i* registei-as numa vasta área que corresponde às províncias de Pontevedra, Orense e à metade meridional da província de Lugo (1). Os documentos da zona portuguesa oferecem apenas a forma *dizema* (1416 M 168). É de presumir, contudo, que, pelo menos nalgumas palavras, na zona mais setentrional, a zona a norte do Lima, existissem, na época, também formas com ę ou ẹ (2). A ausência de formas deste tipo nos documentos portugueses pode resultar do facto de os notários reflectirem mais uma linguagem oficial, própria dos documentos notariais, do que a linguagem falada e sobretudo a linguagem falada do nível popular. De facto, não hesito em considerar que formas do vocabulário rural como *pértego* conservavam, pelo menos na região entre o Minho e o Lima e provavelmente numa área um pouco mais vasta, ę ou ẹ na sílaba tónica. A forma *dizema* era certamente a forma do vocabulário culto, da língua oficial, paralela a outras formas com ę ou ẹ como, por ex., *pértego* e *pêrtigo*, ainda hoje vivas no distrito de Viana do Castelo e em Terras de Bouro (3). Já no período a que se referem os documentos analisados, as formas com e sem metafonia deviam corresponder a diferentes níveis sociolinguísticos. Assim se explica a presença de *dizema* num documento de Valença. Os notários galegos, mais ligados à vida local, deixam transparecer nos documentos os dois tipos de variantes.

A mesma vogal, quando seguida de nasal homossilábica, em palavras do tipo *sempre, tempo*, poderia manter o timbre aberto ou oferecer o timbre fechado, devido à inflexão motivada pela consoante nasal. O conhecimento das actuais variedades regionais de Entre-Douro-e-Minho assim como das variedades galegas, sob tantos aspectos extraordinariamente conservadoras, e nas quais se encontra, quer [ẽ], quer [ẽ], permite supor com bastante segurança que a inflexão vocálica motivada por nasal homossilábica se manifestava já no período que nos ocupa (4).

---

(1) Sobre as formas galegas representantes de PĒRTĪCU-, cf. JOSÉ GONÇALO C. HERCULANO DE CARVALHO, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Separ. de *Biblos*, vol. XXIX. Coimbra, 1953, p. 191-217 e mapa V. De acordo com os materiais de que se serviu o Autor, as formas galegas «apresentam uniformemente *é* tónico» (p. 194); contudo, numa zona restrita do Sul da província de Orense, aparece também a forma *pírtigo* (cf. carta V e p. 197). É interessante verificar que os textos antigos agora estudados revelam que, no período medieval, as formas deste tipo, com *i* na sílaba tónica, ocupavam uma área mais vasta, que correspondia, *grosso modo*, à metade meridional da Galiza.

(2) Assim parece permitir concluir a moderna distribuição de *pértego, pêrtigo* no distrito de Viana do Castelo e no concelho de Terras de Bouro. A este propósito, cf. JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 215 e mapa V.

(3) Recorde-se o que foi dito na nota anterior.

(4) A este propósito, veja-se o que atrás ficou dito, p. 348-351.

Formas com a mesma proveniência etimológica oferecem, por vezes, na sílaba tónica, não uma vogal simples, mas um ditongo: *çien* (1298 L 29), *entendiendo* (1453 L 45), *mjentra* (1453 L 45), *segujentes* (1459 L 46), *quatroçiẽtaſ* (1289 P 105) (1), *aforamjento, conoſçimjento, paramjento, outorgamjento* (1506 P 136), etc. Tais formas são, naturalmente, castelhanismos, paralelos a muitos outros que os mesmos textos oferecem. Resultante do cruzamento entre a forma castelhana *quinientos* e a forma de tipo galego-português é *quiñjentos*, registada num documento galego do início do século XVI, mais concretamente no documento 1506 P 136. É interessante observar o aparecimento das formas referidas já nos fins do século XIII, embora a sua frequência seja mais elevada durante os séculos XV e XVI, correspondendo tal facto à intensa e profunda castelhanização da Galiza realizada a partir dos finais do século XV.

A história de ǫ proveniente de ŏ do latim clássico é totalmente paralela à da vogal da série anterior a que acabámos de fazer referência.

As palavras que no latim clássico possuíam ŏ na sílaba tónica — em latim tardio, na área do chamado sistema itálico, ǫ — apresentam nos textos estudados o grafema *o*, seguramente com o valor de [ǫ]: *logo* (adv.) (1401 M 163; 1401 M 164; 1434 C 17; 1308 L 33; 1414 L 42; 1442 L 43; 1290 O 58; 1292 O 59; 1473 O 80; 1325 P 130), *morte* (1281 O 55, etc.), *omẽ* (1278 L 25), *homeeſ* (1287 P 103), *homees* (1348 M 162), *homẽes* (1345 DL 146; 1448 DL 147; 1335 M 160), *home* (1281 C 5; 1344 C 12; 1255 L 19; 1281 O 55, etc.), *homme* (1315 DL 145; 1334 M 158; 1283 L 27; 1296 P 110; 1299 P 117, etc.), etc.

Os substantivos e adjectivos que representam historicamente palavras latinas com ŏ na sílaba tónica e que revelam na última sílaba o grafema *o* ou esporadicamente *u*, poderiam oferecer, naquela sílaba, ora [ǫ] ora [ǫ] (2); o primeiro timbre, que estaria na época mais divulgado, não é mais do que a conservação do timbre etimológico, resultando o segundo da metafonia produzida pela vogal final.

De acordo com os dados atrás (3) aduzidos tanto em relação à área galega como à zona do Noroeste português, é de supor que, na maior parte dos casos e em grande parte da área estudada, as palavras do tipo considerado oferecessem [ǫ], mas não pode excluir-se a hipótese de que nalguns

---

(1) O texto apresenta outras particularidades fonéticas de tipo castelhano: cf., por exemplo, *biẽ* (l. 20), *vendiçiõ*, l. 36.

(2) Veja-se o que sobre essas formas escrevi nas p. 382-386.

(3) Sobre os argumentos em que me baseei para fazer essa reconstituição, veja-se o que escrevi nas p. 383-386.

casos e nalgumas zonas pudesse encontrar-se [ǫ]. Desse modo, formas como *corpo* (1258 L 21; 1334 C 11), *fogo* (1448 DL 147; 1472 DL 149), *loguo* (s.m.) (1454 DL 148), *logo* (s.m.) (1448 DL 147), *nouo* (1367 C 14), etc. poderiam apresentar na sílaba tónica, ora [ǫ], ora [ǫ].

A mesma vogal, quando seguida de nasal homossilábica, conservaria o timbre aberto na maior parte das palavras e em quase toda a área estudada, mas, em face dos argumentos atrás aduzidos (1), parece não poder duvidar-se de que pudesse ocorrer também [ǫ̃]. Isso significa que, embora a inflexão de ǫ tónico por acção de consoante nasal homossilábica não tenha sido um fenómeno geral e consolidado na área galego-portuguesa, pode, no entanto, ter-se feito sentir nalgumas zonas mais ou menos restritas.

E, finalmente, uma referência a algumas formas que, na sílaba tónica, apresentam o ditongo *ue: nuestra* (1453 L 45), «Villa *Nueva* de Lourença» (top.) (1453 L 45), *nueſtros* (1499 O 89) (2), etc. Como se sabe, o galego-português não ditongou as vogais tónicas ō e ĕ, como aconteceu em castelhano e em leonês. As formas assinaladas e outras idênticas registadas em documentos galegos, sobretudo a partir do século XV, só podem interpretar-se como castelhanismos, análogos a tantos outros que aparecem nos documentos da Galiza, sobretudo durante os séculos XV e XVI.

2. ē e ī latinos

A não ser nos casos em que o contexto oferece um condicionamento especial, as palavras que em latim clássico tinham ē, ī (ou œ) na sílaba tónica (3) — em latim tardio, na área do chamado sistema itálico, ę —, nos textos analisados aparecem registadas com o grafema *e* nessa mesma sílaba. A esse grafema correspondia, neste caso, o fonema /ę/. Alguns exemplos: *pena* (1262 C 2), *pẽna* (1351 C 13; 1367 C 14; 1434 C 17; 1407 L 40; 1410 L 41; 1348 O 71), *pea* (1329 C 9; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1302 L 30; 1287 O 57; 1282 P 100; 1295 P 108; 1296 P 111; 1297 P 112; 1301 P 119; 1302 P 120; 1302 P 122), *pẽa* (1385 C 15; 1298 L 29; 1310 L 34, etc.; 1313 DL 143; 1313 DL 144), *pẽha* (1281 M 151), *çenteo* (1448 DL 147; 1484 DL 150; 1404 M 165; 1474 L 47; 1292 O 59; 1315 O 66), *centeo* (1281 O 55), *çentẽo* (1335 L 37; 1405 L 39), *cadea* (1414 L 42), etc.

A mesma vogal manteria muito provavelmente o timbre fechado em palavras terminadas em *-a*, como *moeda, adega* (4), etc. O fenómeno meta-

(1) Recorde-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 386-389.

(2) Sobre formas idênticas com ditongação de ĕ, veja-se o que escrevi na p. 511.

(3) Veja-se n. 1 da p. 508.

(4) Para a localização dessas e doutras formas do mesmo tipo, cf. p. 343.

fónico que consistiu na abertura da vogal tónica é, em português, um fenómeno relativamente recente, consumado na língua culta apenas em época posterior ao século XVI. Relativamente à zona que nos ocupa, há ainda, no que se refere a algumas palavras, hesitação entre formas com conservação da vogal etimológica e outras com vogal aberta. Em galego ocorreu também a abertura de ę por influência de *-a*, mas, embora se trate de um processo metafónico materialmente idêntico ao do português, parece ser independente dele e posterior à ruptura da comunidade galego-portuguesa (1).

Analisemos, em seguida, o resultado da evolução da mesma vogal nas formas dos pronomes demonstrativos e na terceira pessoa dos pronomes pessoais. Como vimos atrás, os documentos oferecem, em geral, formas que apresentam o grafema *e* tanto para o masculino como para o feminino; no caso dos pronomes demonstrativos, as formas que historicamente representam o neutro latino oferecem, ora *e*, ora *i*. Além disso, os documentos da Galiza registam ainda algumas formas de feminino com *i*: *iſta* (1258 L 22; 1258 L 23), *illaſ* (1262 C 2), *dillaſ* (1262 C 2). Tentemos explicar os diferentes tipos de formas. As formas do masculino, do feminino ou as que representam o neutro latino que oferecem todas elas na sílaba tónica o grafema *e* — por ex. *eſte, aqueſte, aqueſta, eſto, aquelo, el, ela* (2) — conservariam a vogal ę (3). Algumas formas de neutro com *i* na sílaba tónica e que ocorrem sobretudo na área portuguesa correspondente à província do Douro Litoral e, relativamente à Galiza, sobretudo nos documentos da província de Pontevedra, embora, de modo excepcional e esporádico, possam ocorrer na província de La Coruña e numa zona setentrional da província de Lugo, explicam-se a partir do fenómeno de metafonia produzida por *-u* (4). Relativamente às formas do feminino acima apontadas com *i* na sílaba tónica, põe-se o problema de saber se devem interpretar-se como latinismos ou, pelo contrário, como formas da linguagem viva da época, análogas às que surgem dialectalmente no galego actual (5). Pelo facto de elas aparecerem apenas

---

(1) Sobre os argumentos em que baseio essa reconstituição, veja-se o que escrevi nas páginas 343-345.

(2) Para uma visão de conjunto do quadro dos pronomes pessoais e demonstrativos e localização das respectivas formas, veja-se Parte III. Morfo-sintaxe, § 3 e § 5.

(3) Sobre a conservação de ę nas formas do feminino e do neutro, veja-se o que escrevi respectivamente nas páginas 345-348 e 416-420.

(4) Veja-se, atrás, p. 418-419.

(5) Sobre a existência de formas de pronomes demonstrativos e pessoais com *i* na sílaba tónica nas actuais variedades dialectais do galego e no galego literário, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 130-135 e 139-140; RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y

em textos de meados do século XIII, portanto do período a que corresponde o início da fixação escrita em galego-português, creio deverem interpretar-se como latinismos. Aliás, os textos em que surgem oferecem outras formas latinas ou de influência latina: assim acontece muito concretamente com os documentos 1258 L 22 e 1258 L 23. Da leitura desses textos depreende-se que os respectivos copistas estavam muito habituados a escrever documentos em latim. Abundam palavras e expressões latinas e alatinadas e a insegurança e irregularidade gráficas são acentuadas, especialmente no segundo documento citado.

Consideremos agora o caso de algumas palavras em que, devido a um condicionamento especial oferecido pelo contexto, ę proveniente de Ē ou Ĭ aparece representado por *i*. Estão nessas circunstâncias as formas seguintes:

a) *firgo* (1285 O 56; 1396 O 76) (1), que representa o étimo latino SĔRĬCU-, e *diuida* (1299 P 114), *diuidas* (1411 M 167), *diuedas* (1309 DL 142) que, por seu lado, continuam a forma latina DĔBĬTA-. Por influência do timbre da postónica, a vogal da sílaba tónica fecha-se em *i* (2). No entanto, os documentos da Galiza registam também, no que se refere aos continuadores de DĔBĬTA-, as formas mais antigas sem inflexão: *deujda* (1295 P 108), *deuedas* (1351 C 13; 1414 L 42), *deueda/* (1281 O 55; 1290 O 58; 1258 L 21). É interessante observar a coexistência das formas com e sem inflexão, não só no período mais antigo, mas ainda durante os séculos XIV e XV. Os documentos da região de Entre-Douro-e-Minho oferecem apenas as formas mais modernas com *i* na sílaba tónica.

---

glosario. Vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *aquel, aquela, aquelo, este;* V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 99 e 107. Segundo o Autor, formas como *iste, il, ise* explicam-se a partir das formas pronominais do latim tardio *isti, illi, ipsi.* A vogal final teria causado o fechamento da vogal tónica. Para o leonês, onde existem formas semelhantes tanto na fase antiga como moderna do idioma, propôs-se já a mesma explicação. A esse propósito, veja-se GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Las vocales finales del dialecto leonés.* In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés,* tomo II, Madrid (Editorial Gredos), 1960, p. 27-117, especialmente p. 88-100.

(1) Sobre os sentidos com que a palavra aparece no antigo galego-português, cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses,* vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 688, s.u. *sirgo;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. Os sentidos mais frequentes com que a palavra aparece na língua medieval galego-portuguesa são os seguintes: 'fio ou cordão de seda', 'obra de seda'. Contudo, nas *Cantigas de Santa Maria* ocorre também com o sentido de 'bicho da seda'.

(2) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia).* 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 46; J. HUBER, *ob. cit.,* p. 75, § 143.1.

b) *vendima* (1414 L 42), *vendimja* (1499 O 89) (1) que representam a evolução de VĪNDĒMIA-. Neste caso, o fechamento da vogal tónica deve-se à influência da semivogal do grupo -mį-, a qual, posteriormente, se perdeu no domínio galego-português. A sua conservação na forma *vendimja* atestada num documento dos fins do século XV faz pensar que se trata de um castelhanismo análogo a muitos outros oferecidos pelo mesmo documento (2).

c) *igrigia* (1262 C 1, 2 vezes) (3) que continua a forma ECCLĒSIA-, através do latim vulgar ECLESIA (4). Embora tenha registado a forma apenas num documento, há outras abonações em textos galegos publicados (5). Aliás, o castelhano antigo (6) e sobretudo o leonês (7) conheceram idênticas formas com *i* na sílaba tónica, resultante da influência da semivogal į do grupo -sį-. Contudo, a maioria das formas registadas em antigos textos da Galiza oferece a vogal *e*. Representarão as formas com *i* um resultado autóctone ou estaremos em presença de um leonesismo? O facto de formas análogas ocorrerem também no castelhano medieval, onde atingiram um elevado grau de divulgação, faz crer que a inflexão da vogal tónica pela semivogal do grupo -sį- foi tendência bastante representada nos idiomas peninsulares setentrionais — o galego, o leonês e o castelhano. Aliás, a toponímia galega oferece muitos descendentes de ECLESIA- com *i* na sílaba tónica (cf., por ex., *Eirija,*

---

(1) Também em castelhano o ç do latim vulgar sofreu inflexão produzida pela semivogal į, mas o que distingue o resultado castelhano do português é que naquele idioma se conserva a semivogal, ao passo que em português acaba por perder-se. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 58-60, § 11,2 e p. 147, § 53,1.

(2) Estão também registadas nos documentos da Galiza algumas formas verbais da mesma família com e sem semivogal: *uīdimiar* (1296 P 110), *vindimjado* (1459 L 46), *byndimar* (1407 P 133), *vendemar* (1287 O 57). Aliás, também já nas *Cantigas de Santa Maria* está documentada a forma *vendimian* (6.ª pes. do presente do indicativo). Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *vendimiar.*

(3) Sobre o valor do grafema composto *gi*, cf. p. 470 do presente trabalho.

(4) J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana,* vol. II, Madrid (Gredos), 1954, s.u. *iglesia.*

(5) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *jgleia.* O Autor cita algumas formas com *i* na sílaba tónica extraídas das colecções de documentos galegos organizadas por M. Sponer e A. Martínez Salazar: *yglisa, yglisia, ygriga, iglijas, iglija, yglijas.*

(6) J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana,* vol. II, Madrid (Gredos), 1954, s.u. *iglesia.* Segundo o Autor, *egrija* foi uma forma muito divulgada no século XIII, juntamente com *igleja.* Contudo, a partir da segunda metade do século XIV, começa a impor-se na língua literária a forma *iglesia.*

(7) ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle.* Uppsala e Leipzig, 1907, p. 201. São muitas as formas com *i* na sílaba tónica registadas nos documentos publicados pelo Autor.

Eirije, Eirige, Irije, Irixe, Grija, Grixa, etc.) (1), o que parece permitir interpretar a forma *igrigia* atrás citada como uma forma autóctone, genuinamente galego-portuguesa, e não como uma forma importada (2). Sendo assim, o grupo -SI- teve, na variedade setentrional do galego-português, dois resultados: 1) a semivogal inflexionou a vogal tónica e posteriormente o grupo -SI- transformou-se na africada pré-palatal sonora; 2) ou, muito simplesmente, o mesmo grupo palatalizou-se, sem que a semivogal tenha actuado sobre a vogal tónica.

d) *fiz*, que pode surgir com diferentes variantes, a maior parte apenas de carácter gráfico (3), representa a evolução da forma do latim clássico FĒCĪ. A vogal final *-i* < -ī inflexionou o timbre da vogal da sílaba tónica (4). Esse processo metafónico é, certamente, muito antigo, provavelmente já do período do chamado latim vulgar, como é necessário supor com base na extensa área da România Ocidental em que se produziu (5). A confirmar essa antiguidade está o aparecimento exclusivo, desde os mais antigos textos galego-portugueses, de formas com *i* na sílaba tónica, não havendo vestígios de formas com *e*. No que se refere à vogal final, depois de produzir o fechamento da vogal tónica, ou se conserva (cf. *figj, figy*), ou se trans-

---

(1) ABELARDO MORALEJO LASO, *Sobre grafía y pronunciación de los topónimos gallegos*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 31. (O artigo foi inserido no volume em que se reúnem vários artigos do Autor, *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, p. 273-336).

(2) A toponímia portuguesa oferece também o topónimo *Grijó* que representa historicamente ECLESIOLA, mas, neste caso, a vogal que sofreu o fechamento estava em sílaba átona e, por esse motivo, a causa dessa alteração pode ter sido a vizinhança da consoante palatal. Sobre formas toponímicas idênticas em castelhano (cf. *Grijota* (< ECLESIA ALTA), *Grijalva* (<ECLESIA ALBA), etc.), veja-se MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 102 e n. 1; IDEM, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 59; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, Madrid (Gredos), 1954, s.u. *iglesia*.

(3) Para uma visão de conjunto das diferentes variantes gráficas e sua localização, veja-se, adiante, a flexão do verbo *fazer* em Parte III. Morfo-sintaxe, § 9. B.

(4) Cf. EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 35, § 35, 4.

(5) Este tipo de metafonia não é, como vimos, exclusivo do português; aparece noutros idiomas da chamada România ocidental: no espanhol, no catalão, no francês, no provençal e no Sul de Itália. «Tal extensión geográfica exige suponerle enorme antigüedad con raíces en el latín vulgar». Citação extraída de DÁMASO ALONSO, *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 105. Veja-se também H. LAUSBERG, *Lingüística Románica*. I. Fonética. Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 248-249.

forma em *-e* (cf. *ffige, ffize, fyze* e *fize*) ou acabará por desaparecer (cf. *fiz, fyz, fix, fiσ*, etc.) (1).

3. ō, ŭ latinos

O /ǫ/ do latim tardio, que representa, na área do chamado sistema itálico, ō ou ŭ do latim clássico, manteve-se, em geral, em galego-português. Não registei exemplos de metafonia de ǫ tónico por influência de *-u*: a forma de pronome indefinido que representa a evolução do neutro latino TŌTUM é sempre *todo* (2). A forma *tudo*, metafonicamente alterada, aparece, porém, nas poesias dos Cancioneiros, ainda que com escassa frequência (3).

Analisemos, em seguida, alguns casos em que ǫ sofreu inflexão motivada pela semivogal i̯. No entanto, a língua da época e da região abrangidas pelo presente trabalho não se mostra, sob este aspecto, estabilizada. Assim, ao lado das formas com inflexão, surgem também as formas mais antigas (4), tanto nos documentos da zona galega como da portuguesa. Efectivamente, podem registar-se, por um lado, *muy* (1302 O 61; 1333 C 10), *muj* (1297 P 112), *muytoſ* (1265 C 3), *muyto* (1317 M 154; 1331 M 156; 1289 DL 141), *mujto* (1448 DL 147), *muyta* (1289 DL 141), *muytas* (1315 DL 145), *muytos* (1285 DL 139) e, por outro, *moy* (1285 O 56; 1473 O 80; 1281 P 99; 1296 P 111), *moytos* (1303 M 153; 1300 C 8), *moyto* (1414 L 42; 1303 M 153). É interessante verificar que, também a sul do Minho, existiam ainda no início do século XIV as formas mais antigas, não inflexionadas. De facto, como se vê pelos exemplos apresentados, o documento 1303 M 153, escrito por um tabelião de Braga, regista as formas *moyto, moytos*. A coexistência de formas com ditongo *oi* e com ditongo *ui* teria levado à alternância dos dois ditongos

---

(1) Sobre os diferentes tipos de variantes, veja-se, adiante, a flexão do verbo *fazer* em Parte. III. Morfo-sintaxe, § 9. B.

(2) Veja-se, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, § 7.

(3) CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 88-89, s.u. *todo*.

(4) O conhecimento das formas galego-portuguesas com ǫ, mantidas ainda actualmente nalgumas regiões da Galiza, permite situar a inflexão dessa vogal por i̯ numa fase já nitidamente românica e não no período do latim vulgar como afirmara Lausberg. A esse propósito, veja-se HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 252, § 204. Este ponto foi já objecto de crítica por parte de Herculano de Carvalho na recensão ao trabalho de Lausberg publicada no vol. XV da *Revista Portuguesa de Filologia*, 1969, p. 415-433. Segundo o Autor, as formas do galego *choiva, loita, troita*, etc. representam «indubablemente la persistencia de la fase antigua común (de los idiomas desde el "Noroeste ibérico" — cuya frontera sur sería más o menos el Duero —, hasta el territorio de la Castiella de hacia los siglos VIII a X) fase de que salieron las formas portuguesas y castellanas» (p. 422).

e à generalização dessa alternância a formas com outra proveniência: assim, as formas com *u* do tipo *fruito, frujta*, resultantes da evolução do latim FRŪCTU-, já no período agora estudado alternavam com outras com *o*, do tipo *froyta, froyto* (1).

Os continuadores do latim TĔSTĬMŌNIU- aparecem também, quer com inflexão da vogal tónica, quer em formas não inflexionadas. Como veremos adiante (2), apresenta essa forma dois tipos de tratamento: por um lado, a palatalização do grupo -NI-, que tem como resultado a nasal palatal e, por outro, a síncope de -N-, como se figurasse em posição intervocálica. Daí resultaram dois tipos de formas: umas, em que a vogal da sílaba tónica *o* estava seguida de nasal palatal, e outras, de semivogal. Ora, tanto a nasal palatal como a semivogal provocaram o fechamento da vogal tónica que passou, em muitos casos, a *u*. Trata-se, portanto, de uma inflexão vocálica relativamente tardia. Os documentos estudados, tanto da Galiza como de Portugal, apresentam os dois tipos de tratamento desde o século XIII: *a)* formas sem inflexão: *teſtemonas* (1318 P 127; 1285 DL 139), *teſtemono* (1442 L 43; 1285 DL 139), *teſtemoño* (1327 M 155), *teſtemoñas* (1327 M 155), *teſtemonho* (1303 M 153; 1331 M 156; 1345 M 161; 1348 M 162), *teſtemonhas* (1303 M 153), *teſtemoyas* (1300 C 8; 1310 L 34; 1310 L 35; 1333 C 10; 1344 C 12; 1351 C 13; 1434 C 17; 1442 L 43; 1396 O 76; 1426 O 78; 1317 P 125; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1281 M 152; 1317 M 154; 1331 M 156, etc.), *teſtemoyas* (1281 M 152), *teſtemoyaſ* (1265 C 3; 1269 C 4; 1269 P 92; 1269 P 93; 1271 P 94; 1271 P 95; 1287 P 103, etc.), *teſtemoĩas* (1303 M 153; 1315 DL 145), *teſtemoỹaſ* (1289 DL 141), *teſtemoĩo* (1315 DL 145; 1303 M 153), *teſtemoỹo* (1282 DL 137; 1287 DL 140), *teſtemoyo* (1307 L 32; 1335 L 37; 1453 L 45; 1459 L 46; 1281 O 55; 1348 O 71; 1298 P 113; 1299 P 114; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1281 M 151; 1281 M 152; 1317 M 154, etc.), *testemoyo* (1434 C 17; 1405 L 39), *teſtemoio* (1286 L 28), *teſſtemoyo* (1292 O 59), *teſtemõyo* (1313 DL 144), *teſtimoyas* (1450 L 44; 1322 O 67), *teſtimoyo* (1298 L 29; 1450 L 44; 1475 L 48), *testimoyo* (1407 L 40; 1410 L 41); *b)* formas com inflexão: *teſtimuyno* (1296 P 109), *teſtymunas* (1295 P 108), *teſtymuno* (1295 P 108), *teſtemunho* (1448 DL 147; 1472 DL 149; 1335 M 160), *teſtemunhas* (1345 DL 146; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1331 M 157; 1334 M 159; 1335 M 160; 1348 M 162; 1401 M 163; 1404 M 165; 1407 M 166; 1411 M 167; 1416 M 168, etc.), *teſtemuya* (1474 L 47; 1302 O 61), *teſtemuyas* (1302 O 61; 1314 O 65; 1302 P

(1) Sobre a alternância dos ditongos *oi* e *ui*, veja-se, adiante, Parte II. Fonética histórica. Vocalismo, § 6. Os ditongos decrescentes *ei, ou*, o̯i e o̯i.

(2) Sobre a evolução de -NI-, veja-se, adiante, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 5.

122), *teſtemuyaſ* (1281 L 26), *teſtemuyo* (1385 C 15; 1283 L 27; 1298 L 29; 1287 P 102), *teſtimuyo* (1290 O 58), *teſtymuyas* (1367 O 74), *teſtimuyas* (1283 P 101), *teſtymuyo* (1348 O 72), *teſtimúio* (1278 L 25), etc. (1).

É interessante observar que, na região portuguesa estudada, desde meados do século XIV os documentos registam sempre formas com inflexão, ao passo que no período anterior, ou seja, durante o século XIII e primeira metade do século seguinte, ocorrem sempre as formas mais antigas. Pelo contrário, na Galiza, durante todo o período estudado, convivem os dois tipos de formas. É notório, neste como noutros aspectos, o menor grau de conservadorismo e a mais acentuada estabilização da língua dos documentos portugueses, aspectos que contrastam com o maior grau de instabilidade e flutuação que caracteriza os documentos da Galiza.

4. Vogais finais

A. A vogal final *a*, historicamente representante, quer de /ā/, quer de /ă/ do latim clássico — no latim tardio da área do sistema itálico /a/—, parece sujeita a poucas alterações. Efectivamente, nessa posição, são muito escassas as transformações que o estudo da grafia deixa entrever; de maneira quase uniforme, aparece o grafema *-a:* CAUSA- > *couſa*, CAUSAS > *cousas*, *couſas*, *couſaſ*, MONETA- > *moeda*, FACIAM > *faça*, FACIANT > *façam*, etc. (2).

Registei apenas, num documento galego (1281 O 55), a apócope de *-a* na palavra *caſa* quando em próclise: «*en caſ de* Ferrnã Truã»; «que ſeen *en caſ* Maria Fernandez de Gimaraeſ»; «.j. quarteyro de centeo *en caſ* Munio Perez». Tratava-se, certamente, de um uso próprio da linguagem falada, não só na área galego-portuguesa (3), mas noutras zonas peninsu-

(1) Não se referem, naturalmente, nem os latinismos nem os castelhanismos que ocorrem por vezes nos textos da Galiza, os primeiros nos documentos mais antigos (cf., por ex., *testimonjo* em 1281 L 26 e *teſtimoniaſ* em 1262 C 1) e os segundos em documentos de fins do século XV e princípios do séc. XVI (cf. *teſtemonjo* em 1475 L 49, 1516 C 18; *teſtimonjo* em 1502 L 51, 1506 P 136 e *testymonyo* em 1497 L 50).

(2) Por se tratar de formas muito representadas, não se indica a sua localização.

(3) Sobre outras abonações da forma apocopada, seguida ou não de preposição, cf. JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ª edição, vol. II, Lisboa (Editorial Confluência), 1967, s.u. *casa*. A abonação aduzida pelo Autor foi extraída de um documento de 1258 das *Inquisitiones* dos *Portugaliae Monumenta Historica:* «De cas de Marina Nuniz j. dineiro»; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 16, s.u. *cas;* JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. III, Glossário, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, s.u. *cas;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". Vigo (Editorial Galaxia), 1970, s.u. *cas* e RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega*

lares (1). A forma apocopada *cas* é ainda usada actualmente na Galiza, na linguagem coloquial (2); em português perdeu-se o emprego dessa forma, mantendo-se apenas nalguns pontos da zona fronteiriça trasmontana (3).

Num documento de La Guardia, província de Pontevedra, está registada a forma *carte* (1269 P 93) (cf. *efta carte*), em que *-a* do singular aparece alterado em *-e*. A leitura é totalmente clara, não havendo a menor dúvida de que, de facto, no texto manuscrito há *-e*. Fica, contudo, a dúvida de saber se se trata de um lapso do copista, uma vez que nem neste nem noutros documentos se registam outras formas com a mesma alteração, ou se, pelo contrário, estaremos em presença de um leonesismo. De facto, há algumas zonas do domínio asturo-leonês onde tal facto se verifica ainda actualmente (4); mas tudo leva a crer que no antigo leonês a referida transformação se encontrava bastante difundida (5). Infelizmente, porém, os documentos notariais não fornecem determinado tipo de informações que, neste caso, poderiam ajudar a explicar a forma em questão. Refiro-me especialmente a toda uma série de dados sobre a naturalidade do notário, locais de residência, leituras, viagens e contactos com outras regiões, etc. No caso presente,

---

de la Crónica General y de la Crónica de Castilla. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), p. 289-290, s.u. *cas*.

(1) Sobre uso semelhante em espanhol, cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), p. 79; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *casa*. Segundo o Autor, a locução prepositiva *en cas de (a cas de, de cas de)* 'em casa de' explica-se «por la pronunciación rápida y descuidada de las frases gramaticalizadas» (p. 713 a).

(2) L. CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*. 4.ª edição, La Coruña (Editorial Moret), 1972, s.u. *casa*; ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*. Tomo I, Vigo (Editorial Galaxia), 1958, s.u. *cas*. Aí se cita o provérbio *en cas do ferreiro, coitelo de pau*.

(3) Cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV, Coimbra, 1967, p. 282.

(4) Trata-se, concretamente, do asturiano centro-oriental, onde *-a* se fechou em *-e*. Cf. ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. 2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 116. Veja-se também R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Prólogo, notas e apéndices de Carmen Bobes. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 58-59, n. 81; MARÍA JOSEFA CANELLADA, *El bable de Cabranes*. Anexo XXXI da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1944, p. 13.

(5) A mesma alteração encontra-se ainda em Quadrazais, povoação situada na antiga região de Riba-Coa. Aí, também os plurais terminam em *-es*, como acontece ainda hoje no asturiano central. A esse propósito, veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 150-151.

o documento informa apenas sobre o local onde o notário exercia a sua actividade: «Eu, Joã Eanef, notario jurado da Garda, prefente fuj z rogado daf partef efta carta efcriuj z meu final pugi en ella».

B. A região que nos ocupa conheceu inicialmente uma distinção entre os fonemas da série anterior /e/ e /i/, que representam respectivamente o resultado da evolução dos fonemas do latim clássico /ē, ĭ/ e /ī/. Como em toda a România Ocidental, o fonema /i/ surge apenas nalgumas formas pronominais, nalgumas formas verbais e em algumas palavras invariáveis (advérbios ou numerais). No período abrangido pelo presente estudo, encontram-se ainda vestígios dessa distinção atestada em diferentes grafias para os dois fonemas. Assim, o fonema /i/ aparece, nos documentos mais antigos, graficamente representado por *-i*, *-j* ou *-y*, ao passo que na transcrição do fonema /e/ se usa *-e*. Além disso, há, como teremos oportunidade de ver, testemunhos indirectos da existência dessa distinção na flexão verbal: a alternância vocálica que ocorre em português entre a primeira e a terceira pessoas do singular do pretérito perfeito de alguns verbos (cf. *pude — pode; fiz — fez; estive — esteve; pus — pôs*) é consequência dessa primitiva distinção.

Vejamos, agora, os dados fornecidos pelos textos analisados. Para maior clareza, reuniremos as formas em diferentes grupos:

a) pronomes pessoais: são de dois tipos as formas de pronome pessoal que representam o dativo ILLĪ ou ILLĪS. Por um lado, as formas que conservam *-i* e que surgem na província de Pontevedra e na região portuguesa estudada. Eis alguns exemplos: *li* (1283 P 101), *lj* (1281 P 99), *llj* (1281 P 99; 1287 P 103; 1290 P 106), *lif* (1281 P 99; 1287 P 102), *lhj* (1315 DL 145; 1345 DL 146; 1317 M 154; 1348 M 162), *lhy* (1309 DL 142), *lhis* (1315 DL 145; 1345 DL 146) (1). Por outro lado, ocorrem também formas com *-e*. São formas com esse vocalismo final que aparecem, desde o século XIII, nos documentos das províncias de La Coruña, Lugo e Orense; além disso, surgem também na província de Pontevedra, simultaneamente com formas em *-i*. Também nos documentos da região portuguesa estão registadas, ainda que de modo pouco frequente, formas em *-e*. Eis alguns exemplos: *le* (1282 C 7; 1302 L 30; 1290 O 58; 1292 O 59; 1299 P 114; 1419 P 134), *lle* (1281 O 55; 1302 O 61; 1360 O 73; 1473 O 85; 1414 L 42; 1299 P 114; 1301 P 118; 1316 P

(1) Não se faz referência, neste momento, à forma *outri* (1276 O 54, 2v.), que convive nos textos galegos estudados com *outre*, *outrem* e *outrẽ*, pelo facto de o *-i* daquela forma poder resultar da influência do *-i* do pronome relativo *qui*. Cf. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 265. Sobre a localização das formas apontadas e de outras idênticas da região portuguesa, ver, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe. § 7. Pronomes indefinidos.

124; 1317 P 125; 1322 P 129; 1407 P 133; 1329 C 9; 1333 C 10; 1344 C 12, etc.), *lhe* (1309 DL 142; 1484 DL 150); *lles* (1414 L 42; 1450 L 44; 1502 L 51; 1281 O 55; 1292 O 59; 1473 O 80; 1316 P 124, etc.), *lleſ* (1302 O 61).

b) Formas verbais: as formas verbais que nos interessam são as da primeira pessoa do pretérito perfeito, uma vez que da segunda pessoa do mesmo tempo, devido à própria natureza dos textos estudados, não há documentação. Há ainda formas com *-i* tanto nos documentos de Portugal como da Galiza, até aos fins do século XIV; excepcionalmente surgem, algumas vezes, durante o século XV. Seguem-se as formas registadas: *dizi* (1258 L 21), *figi* (1289 P 105; 1301 P 118), *figy* (1385 C 15), *pugy* (1282 P 100; 1287 P 102; 1288 P 104; 1299 P 116; 1299 P 117; 1302 P 120; 1302 P 121; 1302 P 122; 1497 L 50), *pugi* (1269 P 92; 1281 P 99; 1289 P 105; 1295 P 107; 1296 P 111; 1297 P 112; 1298 P 113; 1301 P 118; 1327 M 155; 1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1335 M 160; 1348 M 162), *pugi* (1269 P 93; 1280 P 97; 1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110; 1315 DL 145; 1303 M 153), *pogi* (1281 M 152; 1317 M 154), *pogy* (1303 M 153) (1), *puſi* (1281 M 151). Além disso, os documentos registam ainda formas com *-e*, desde fins do século XIII — com mais frequência, a partir do século XIV — até ao século XVI e também formas sem vogal final, estas últimas desde os textos mais antigos. É interessante a coexistência dos referidos tipos de variantes correspondentes a diferentes estados de língua. Indicam-se a seguir algumas formas com *-e* ou com perda da vogal final: *fige* (1310 L 34; 1414 L 42; 1442 L 43; 1453 L 45; 1459 L 46; 1315 O 66; 1367 O 74; 1500 O 90; 1299 P 114), *ffige* (1281 O 55), *ffize* (1300 C 8), *fyze* (1497 L 50), *fize* (1499 O 89), *pude* (1333 P 131), *puge* (1278 L 25; 1286 L 28; 1308 L 33; 1310 L 34; 1310 L 35; 1405 L 39; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1459 L 46; 1302 O 61; 1267 P 91; 1271 P 94; 1271 P 95; 1278 P 96; 1299 P 114; 1305 P 123), *puje* (1453 L 45; 1474 L 47; 1502 L 51), *puye* (1283 L 27). Todos os exemplos apontados foram extraídos de documentos da Galiza; nos textos da região de Entre-Douro-e-Minho não encontrei formas desse tipo: aí aparecem ou formas em *-i* ou formas com perda da vogal final, aliás, também documentadas a norte do Minho: *fiz* (1345 M 161; 1348 M 162; 1401 M 163; 1401 M 164; 1404 M 165; 1407 M 166; 1416 M 168; 1258 L 21; 1281 L 26; 1475 L 49; 1276 O 54; 1288 P 104; 1295 P 107; 1317 P 125; 1322 P 129; 1454 DL 148), *fijz* (1448 DL 147; 1484 DL 150), *fijo* (1474 L 47), *fijo* (1333 O 68), *fyz* (1302 P 120; 1302 P 122), *fio* (1325 P 130, etc.) (2), etc.

---

(1) J. HUBER (*ob. cit.*, p. 217, § 402, 5) refere também o aparecimento de *pogy* num texto galego de 1350.

(2) Sobre outras variantes gráficas, veja-se, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, § 9. B.

c) Numerais: Apresentam *-i* algumas formas que representam o resultado da evolução do numeral latino VIGINTĪ: *viintj* (1282 P 100), *víjntj* (1313 DL 143; 1313 DL 144). Em período posterior, terminam em *-e* as formas registadas: *vijte* (1334 M 158; 1334 M 159), *víjnte* (1401 M 163; 1401 M 164; 1448 DL 147), *vijnte* (1407 L 40; 1410 L 41; 1432 P 135; 1506 P 136), *viynte* (1475 L 48), etc.

Conforme foi atrás (1) afirmado, conheceu a região que nos ocupa uma distinção inicial entre /i/ e /e/, que representam respectivamente o resultado da evolução dos fonemas do latim clássico /ī/ e /ĕ, ĭ/. O fonema /i/ encontrámo-lo ainda representado nalgumas formas; pelo contrário, as palavras que em latim terminavam em *-ē*, *-ĕ* ou *-ĭ* terminariam inicialmente em *-e*. Uma confirmação indirecta de tal facto encontra-se na ausência de metafonia na terceira pessoa do pretérito perfeito por oposição à primeira pessoa, onde, como vimos, a vogal tónica se fechou por influência de *-i*: *fiz/fez, pude/pôde, pus/pôs,* etc.

O certo, porém, é que desde muito cedo, /i/ e /e/ finais se fundiram num único fonema, uma vez que a oposição não tinha, neste contexto, qualquer valor distintivo. Como vimos, desde o século XIII (2) algumas palavras que terminavam em *-i* proveniente de -ī passam a ocorrer também com *-e*. O fonema resultante dessa fusão admitiria diferentes realizações fonéticas, ora [-e], ora [-i] (3), ora timbres intermédios entre as duas vogais. Atestam essa fusão dos dois fonemas e a realização como [i] na zona estudada a grafia de algumas formas que, de acordo com a sua proveniência etimológica, deveriam terminar em *-e* e aparecem na grafia com *-i*: *fiquy, fiqui, fyqy* (3.ª pessoa do singular do presente do indicativo de *ficar*), *diſſi* (3.ª pessoa do singular do pretérito perfeito de *dizer*), *fyrmy, nommj, nomj, libris* 'livres', etc. (4). Grafias deste tipo predominam sobretudo nos documentos da província de Orense e, muito especialmente, nos de Pontevedra.

---

(1) Veja-se o que escrevi nas p. 375-378.

(2) Segundo Huber (cf. *ob. cit.*, p. 81, § 153), a distinção mantinha-se ainda no século XIV. Os materiais gráficos por mim recolhidos permitem situar a fusão dos dois fonemas em período anterior, uma vez que já no século XIII as mesmas formas podiam terminar em *-i* ou em *-e*.

(3) Essas realizações encontram-se ainda no português do Brasil e em muitas variedades regionais do português e em parte dos crioulos. Sobre este assunto, veja-se José G. HERCULANO DE CARVALHO, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. XII, Coimbra, 1962, sobretudo p. 17-23. A propósito da ocorrência de realizações idênticas em galego, veja-se, atrás, p. 376, n. 1.

(4) Sobre estas e outras formas e respectiva localização, veja-se, atrás, p. 375.

No que diz respeito a *-e* final, há ainda a referir a apócope em palavras provenientes de étimos latinos terminados em -TE. De uma maneira geral, tanto os documentos da Galiza como os de Portugal apresentam formas plenas terminadas em *-de*, mas nalguns documentos galegos correspondentes às províncias de La Coruña, Lugo e Orense aparecem vários exemplos de formas apocopadas terminadas em *-t*: *abbat* (1329 C 9; 1334 C 11. Neste mesmo documento ocorre *abbade;* 1302 O 60; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64), *autoridat* (1335 L 37), *herdat* (1453 L 45), *uerdat* (1334 C 11, 3v. No mesmo documento surge *verdade*), *verdat* (1334 C 11; 1410 L 41). Trata-se de formas pouco frequentes e que aparecem num número restrito de textos: dos cento e trinta e seis documentos galegos publicados só nove oferecem formas apocopadas terminadas em *-t*. Além disso, esses nove textos foram escritos por apenas cinco notários diferentes (1). Apesar do carácter bastante esporádico das formas apocopadas nos documentos publicados no presente trabalho, creio que devem interpretar-se como formas autóctones; já atrás (2) referi que, embora a apócope de *-e* se tenha verificado em galego-português, de modo sistemático e consolidado, apenas depois de *r, l, n, s* e *z*, há, em textos escritos na Galiza, vestígios de que também noutros contextos — e, muito particularmente, depois das consoantes *-t* e *-d* precedidas de vogal ou agrupadas — o fenómeno se verificou nessa zona do Noroeste peninsular. Integrando esses indícios gráficos de apócope — sobretudo da chamada apócope extrema — num âmbito mais vasto, que é o da geografia desse fenómeno na Península Ibérica, verifica-se a existência de uma intensidade decrescente à medida que se passa do catalão ao aragonês, do aragonês ao castelhano, do castelhano ao leonês e do leonês ao galego-português (3). Tal facto parece favorecer a interpretação do carácter autóctone do fenómeno em cada um dos domínios linguísticos ibero-românicos apontados.

Aparece, além disso, em alguns documentos galegos dos séculos XV e XVI, muito afectados pela influência do castelhano, outro tipo de formas apocopadas terminadas em *-d* (4): *abbad* (1453 L 45), *abtorydad* (1497 L 50), *abtorjdad* (1506 P 136). Dada a natureza dos textos em que as formas citadas aparecem inseridas e o contexto em que ocorrem (5), creio que só podem ser interpretadas como castelhanismos.

Finalmente, de modo totalmente isolado, regista-se a forma *pelotch* 'pelote, antiga peça de vestuário' (1281 O 55), cuja grafia da consoante final

---

(1) Veja-se o que escrevi nas p. 432-436 e especialmente p. 433-434.
(2) Veja-se, atrás, p. 435.
(3) Recorde-se o que foi dito na p. 435.
(4) Veja-se p. 434 e n. 1.
(5) Cf. p. 434 e n. 1.

é possivelmente o resultado da contaminação de duas grafias possíveis no castelhano medieval, *-th* e *-ch*, que, certamente, eram conhecidas pelo notário do referido documento (1).

A apócope de *-e* depois de *l* e *r* é um fenómeno habitual e praticamente consolidado na linguagem dos documentos analisados. Registei somente as formas *uieri* 'vier, 3.ª pes. fut. conj. de *vir*' (1258 L 23) e *vtile* 'útil' (1442 L 43) em dois documentos galegos. Não é fácil saber se se trata da conservação da vogal etimológica ou de um desenvolvimento paragógico posterior (2). O interessante é verificar que formas desse tipo com vogal final depois de vibrante ou lateral existiam na linguagem da época e, além disso, que *-e* (primário ou paragógico) podia realizar-se como [i] (3).

C. Em face de alguns factos atrás expostos — ausência bastante generalizada de metafonia causada por *-u* final na Galiza e em parte da zona de Entre-Douro-e-Minho (4) e a persistência de -ǫ (ou $\overset{u}{\underset{\cdot}{\text{ǫ}}}$) em grande parte do galego actual (5) —, parece de presumir que o tipo de vocalismo final mais generalizado na área galego-portuguesa teria sido inicialmente -ǫ (ou $\overset{u}{\underset{\cdot}{\text{ǫ}}}$) no masculino singular e -ǫs no masculino plural (6). Isso não exclui a possi-

---

(1) Cf. p. 437 e notas 2 e 3.

(2) Factos idênticos, que ocorrem de maneira bastante generalizada na linguagem popular portuguesa, no galego e no leonês, têm sido explicados de um ou de outro modo. A vogal final é interpretada como paragógica, entre outros, pelos seguintes autores: RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição, Vigo (Galaxia), 1970, p. 63; M. LUGRÍS FREIRE, *Gramática do idioma galego*. A Cruña (Imprenta Moret), 1931, p. 7; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 23-24 e p. 72; RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 60-61; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 110. Pelo contrário, a mesma vogal é considerada como resultado da conservação da vogal etimológica por DÁMASO ALONSO, *Vocales finales*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 66.

(3) Veja-se o que escrevi nas p. 375-378 e respectivas notas.

(4) Recorde-se o que foi dito nas p. 340-343.

(5) Cf. p. 413-414.

(6) Seria, portanto, uma situação idêntica à que existia nas Astúrias ocidentais. Sobre este e outros tipos de vocalismo final velar existentes nas Astúrias, veja-se GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Las vocales finales del dialecto leonés*. In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1960, p. 27-117 e, muito especialmente, p. 63. Relativamente aos territórios que viriam a fazer parte de Portugal, já Serafim da Silva Neto afirmara que, embora em quase todas as zonas tenha existido originariamente a distinção entre /u/ e /o/, continuadores respectivamente de /ŭ/ e /ō/ do latim clássico, em parte da zona de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes tanto no masculino singular como plural se encontraria /o/, resultado da evolução de /ō, ŭ/. Cf. SERAFIM DA

bilidade de que na mesma área existissem outros tipos, entre os quais *-u* (masc. sing.) e *-ọs* (masc. pl.) (1). No primeiro caso, /o/ da sílaba final pode representar tanto /ŭ/ como /ō/ do latim clássico; no segundo, /u/ representa /ŭ/ e /o/ representa /ō/.

Além das formas do masculino plural de substantivos e adjectivos, tinham também [ọ] na sílaba final as formas da primeira pessoa do presente do indicativo, do gerúndio e certas formas conjuncionais (por ex., *pero*).

Já vimos (2) como, desde o início da fixação escrita do galego-português, a vogal final, tanto quando representa /ŭ/ como /ō/ do latim clássico, aparece de modo quase uniforme representada pelo grafema *-o*. No período mais antigo e, mesmo assim, de modo muito pouco frequente, aparece o grafema *u* em formas em que a vogal final tinha uma ou outra procedência. Para essas formas já oportunamente se tentou dar uma explicação (3).

Há ainda a referir a ocorrência, em documentos da Galiza e, esporadicamente, de Portugal, de algumas formas em que *-o* aparece substituído por *-e: come* 'como' (1302 O 61; 1287 P 102, 3 exs.; 1315 DL 145; 1345 DL 146), *dite* 'dito' (1334 C 11: «que o *dite* Vaaſco Fernandes»), *duple* 'duplo, dobro' (1274 L 24), «*Giralde* Steueez» (1303 M 153), *míj ſme* (1282 C 6), *mãde* 'mando' (s.m.) (1334 C 11), *malateſ* 'leprosos' (1258 L 21) (4), *meeſme* 'mesmo' (1267 P 91), *mééſme* (1278 P 96), *Nune* 'Nuno' (1322 O 67), «Pere Eanneſ» (1290 P 106. No mesmo documento surge também «*Pero* Eanneſ»), *tode* 'tudo' (1396 O 76). A primeira forma, *come*, poderá explicar-se a partir da analogia com outros advérbios terminados em *-e* (5), mas as restantes formas fazem pensar numa explicação de tipo diferente.

Como foi acima referido, *-o* mantém-se de modo habitual no domínio linguístico galego-português; a alteração de *-o* em *-e* parece, portanto, estranha à fonética histórica galego-portuguesa. É muito provável que se trate de

---

SILVA NETO, *História da língua portuguesa*. 2.ª edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 615 e n. 60. Veja-se também a n. 1 da p. 416 do presente trabalho.

(1) Veja-se, atrás, p. 417 e segs. e sobretudo p. 417-419. A essa conclusão parecem levar algumas formas de pronome demonstrativo que representam historicamente formas latinas de neutro e que sofreram metafonia da vogal da sílaba tónica. Essas formas, que tinham etimologicamente ẹ, aparecem nalgumas zonas com *i*.

(2) Veja-se o que escrevi nas p. 408-410.

(3) Veja-se o que ficou dito nas p. 408-410.

(4) A forma *malateſ* é uma variante de *malato(s)*, palavra que provém do italiano *malato*, por seu lado procedente do latim MALE HABITUS. Sobre o étimo e outras abonações galegas, cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), s.u. *malato*. O derivado *malataria* aparece também com alguma frequência nos textos da Galiza. Cf., entre outros, o documento 1310 L 34.

(5) Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 82, § 157.

formas devidas a influência galo-românica, senão totalmente generalizadas e integradas na fala das regiões onde se situam os documentos em que ocorrem, pelo menos caracterizadoras da linguagem dos notários ou escribas desses textos. Como é sabido, a imigração ultra-pirenaica foi, na Península Ibérica, muito acentuada, tendo atingido o seu apogeu entre o século XI e o século XIII (1). Nalgumas regiões peninsulares essa influência foi particularmente intensa, tendo tido alguns documentos redactores ou escribas com essa procedência. Conforme salienta Rafael Lapesa, «en Navarra y Jaca, las dos principales entradas de la inmigración, hay muchas escrituras y algunos fueros en gascón o provenzal. En otras regiones se encuentran documentos aislados como el Fuero de Avilés (hacia 1155) o el de Valfermoso de las Monjas (1189), escritos en un lenguaje extraño que mezcla dialectismos asturianos o alcarreños con rasgos provenzales: sus redactores o copistas eran sin duda ultramontanos que intentaban acomodarse al romance de su nueva residencia, sin lograrlo aún completamente. También el *Auto de los Reyes Magos*, compuesto en la misma época, muestra en sus rimas ser obra de un gascón que pretendía escribir en castellano» (2).

Mas, a par desses casos particularmente expressivos, verificou-se também que os escribas autóctones, quando rodeados de notários e clérigos "francos", com os quais conviviam habitualmente, não puderam deixar de sofrer a sua influência, a qual se manifestou em várias particularidades de carácter gráfico e linguístico que afloram nos textos ou documentos que escreveram.

É fácil compreender o influxo que os "francos" tiveram em todas as camadas da sociedade, se se tiver em conta que as colónias de populações ultra-pirenaicas não só eram muito numerosas, como gozavam de grande prestígio, sobretudo no ambiente senhorial e eclesiástico (3).

Creio que as formas acima referidas devem ser, portanto, interpretadas como uma manifestação da influência das línguas galo-românicas, onde *-o* final se perdia ou era substituído por *-e* de apoio depois de determinados grupos consonânticos.

Parece apoiar esta interpretação a forma *Malatt* usada como apelido (cf. «Lopo *Malatt*») num documento orensano do século XIII (1290 O 58), a qual revela mesmo a perda da vogal *-o*. Essa forma, agora transformada em apelido, deve aproximar-se de uma outra acima registada, *malatef*, usada como substantivo comum, como variante de *malato(s)* 'leproso(s)' (4).

---

(1) RAFAEL LAPESA, *Historia de la lengua española*. 7.ª ed., Madrid (Escelicer), 1968, p. 142-144; 9.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 197-201.

(2) IDEM, *ibidem*, 7.ª ed., p. 142-143. Na 9.ª edição o passo correspondente encontra-se na p. 198.

(3) IDEM, *ibidem*, 7.ª ed., p. 144; 9.ª ed., p. 200-201.

(4) Recorde-se o que foi dito na n. 4 da página anterior.

Num documento da província de Pontevedra (1296 P 109), regista-se, além disso, a forma *coma* 'como': «z ſe alguẽ ueer tanbem da noſſa parte *coma* da eſtrania (...)» (1).

5. Vogais pretónicas

A. As palavras que, no antigo galego-português, tinham na sílaba pretónica o fonema /a/, resultante da evolução dos fonemas do latim clássico /ā/ e /ă/, oferecem na grafia, de modo regular e quase uniforme, o grafema *a* cujo valor fónico já atrás (2) se tentou determinar. A não ser em casos especiais a que a seguir farei referência, a grafia mantém, de um modo geral, a vogal *a*. Assim, SAPĔRE > *ſſaber* (1334 C 11; 1287 DL 140; 1334 M 158; 1334 M 159; 1345 M 161; 1411 M 167), *ſaber* (1285 DL 139; 1448 DL 147; 1454 DL 148, etc.), *saber* (1404 M 165), *ſſabher* (1289 DL 141), CATĒNA > *cadẽa* (1333 O 68), *cadea* (1414 L 42), HAC HORA > *agora* (1405 L 39; 1414 L 42, etc.), RADICE- > *rrayx* (1281 O 55), *rayx* (1281 O 55), ABBATE- > *abbade* (1262 C 1; 1265 C 3; 1310 L 35), *abade* (1281 O 55), etc.

Acontece, porém, que, em virtude de fenómenos de tipo assimilatório ou dissimilatório, a vogal *a* podia realizar-se por outros timbres vocálicos, aparecendo na grafia, quer o grafema *e*, quer o grafema *o*: *todellas*, *Netal*, *ſelario*, *treslado*, *Bertolameu*, *ſeyr* 'sair', *Barbora*, *ſſoude*, 'saúde', etc. (3).

Em palavras em que a vogal *a* da sílaba pretónica era precedida dos grupos *qu-* ou *gu-* acontece, por vezes, que a mesma vogal é substituída por *o*, reflectindo-se, desse modo, na grafia, uma alteração da língua falada. Assim, aparecem em textos, quer da Galiza, quer da região portuguesa estudada, formas como *contia* 'quantia' (1516 C 18; 1419 P 134; 1411 M 167), *cõtia* (1316 L 36; 1335 L 37, 1411 M 167), *cõtya* (1322 P 129), *cõto* 'quanto' (1282 P 100), *quoréénta* (1331 M 157), *quoreẽta* (1331 M 157), *quorenta* (1448 DL 147; 1506 P 136), *gornjçõ* (s.f.) (1473 O 80) (4). Esta particularidade é ainda hoje característica da linguagem popular portuguesa de várias regiões (5),

---

(1) A mesma forma surge ainda na linguagem popular portuguesa. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 344.

(2) Veja-se o que escrevi nas páginas 327 e segs.

(3) Sobre a localização destas formas, veja-se, atrás, p. 337-339.

(4) Ao lado dessas formas, a grafia regista também outras com conservação de *a*. A esse propósito, veja-se, adiante, Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 12. Sobre outras abonações de formas com *o* em textos antigos de Portugal e da Galiza, cf. HUBER, *ob. cit.*, p. 62, § 112, b) e VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*, Burgos, 1909, p. 58 e p. 64.

(5) Vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.*, p. 115; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços*

mas atinge particular intensidade na zona correspondente ao falar minhoto. Relativamente ao galego actual, não encontrei nas monografias consultadas referência a este facto, a não ser em povoações vizinhas da fronteira com Portugal (1).

Quando entravada por consoante nasal, a vogal *a* da sílaba inicial aparece algumas vezes substituída por *e*. É interessante verificar que os exemplos ocorrem tanto na área a sul do Minho, como em documentos da província galega de Pontevedra: *chentadijos* (1484 DL 150), *emparar* (1432 P 135), *enparada* (1295 P 108), *enpare* (1419 P 134), *emparemos* (1403 P 132). Essas formas reflectem uma tendência ainda hoje frequente na linguagem popular portuguesa de várias regiões (2).

Existem alguns casos de prótese de *a-*, fenómeno muito frequente em textos antigos (3) e ainda hoje vivo na linguagem popular portuguesa e em galego. Foram os seguintes os exemplos recolhidos: *arronper* (1448 DL 147; 1484 DL 150; 1345 M 161), *asuçadera* 'sucedera' (1331 M 156), *alauoradas* 'lavradas', 'trabalhadas' (1502 L 51).

Registam-se, além disso, algumas formas com aférese ou deglutinação de *a-*: *rẽdadaf* 'arrendadas' (1317 M 154), *zenha* 'azenha' (1448 DL 147) (4).

---

do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia.* Coimbra, 1977, p. 145-146.

(1) H. SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens.* Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen,* vol. XI, 1938, p. 131; FRITZ KRÜGER, *Mezcla de dialectos.* In: *Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal,* tomo II, Madrid, 1925, p. 131.

(2) J. LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise:* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 85. Segundo o Autor, o facto verifica-se no Algarve, aliás como em todo o Sul do País, na Beira e no Minho. Registam o fenómeno em diferentes regiões os trabalhos seguintes: MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *ob. cit.,* p. 114; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação).* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 24-25; IDEM, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia.* Coimbra, 1977, p. 144-145. Fora dos limites do galego-português, o facto ocorre também, com bastante frequência, em asturiano. Veja-se LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental.* Oviedo, 1955, p. 94-95.

(3) J. HUBER, *ob. cit.,* p. 63, § 115; EDWIN B. WILLIAMS, *ob. cit.,* p. 112-113, § 117; *General estoria. Versión gallega del siglo XIV.* Ms. O.I.1. del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Oviedo (Publicações de *Archivum*), 1962, p. XXVII. Há, neste texto, uma documentação abundante de formas com *a* protética.

(4) Acerca do étimo da palavra, consulte-se W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch.* 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, s.u. *sānija, sēnija* (arab.); J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana,* vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *aceña;* JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicio-*

B. Ao tratar da evolução das vogais Ĕ, Æ, Ē e Ī do latim clássico, distinguirei duas posições: por um lado, a posição inicial absoluta, e, por outro, a posição pretónica não inicial absoluta. De acordo com o atrás exposto (1), em inicial absoluto pode ocorrer *e-*, *i-* e *ei-*. Exemplificam esses diferentes resultados as formas que representam a evolução do lat. ECLESIA (2) ou seus derivados: a) *egrega, eglegiario;* b) *jgleia, jglleia, igleia, iglleia, Igleia, jglleja, yglefario, ygligario, jgreia, igrigia, igreyia, ygreias, igreiario;* c) *Eigreia, eygreya, eygreia, eygleia* (3). Outras formas, pelo contrário, apresentam, de modo regular e uniforme, a grafia *e-* (4): *herdade* (1282 DL 137; 1345 DL 146; 1255 L 19; 1257 L 20; 1258 L 21), *erdade* (1278 L 25; 1283 L 27; 1367 C 14), *herdades* (1257 L 20; 1331 M 156), *herdamẽto* (1282 DL 137; 1284 DL 138), *herdeyros* (1258 L 21) (5), *hefstraya* (1267 O 52), *efstraya* (1274 L 24), etc. (6).

Quando as mesmas vogais do latim clássico não se encontram em inicial absoluto, a não ser que a palavra ofereça especiais condições de carácter contextual que motivem a sua mudança de timbre, o resultado da sua evolução é *e* (7). Eis alguns exemplos: SEDERE > *feer* (1399 C 16; 1414 L 42, etc.), *seer* (1442 L 43; 1450 L 44, etc.); TĔSTAMENTU- > *tefstamento* (1281 O 55, etc.), TENERE > *téér* (1265 C 3; 1281 L 26; 1396 O 76, etc.); PRÆSENTES > *prefentef* (1267 O 52; 1274 O 53, etc.), etc.

O timbre da referida vogal está, contudo, sujeito a bastantes oscilações em virtude da influência de sons vizinhos. Um dos casos mais notórios e que nos textos estudados apresenta grande intensidade, muito particularmente nos referentes à Galiza, é a alteração de *e* da sílaba pretónica em *i* sob a influência assimilatória de *i* da sílaba tónica (8). A acção desta ten-

---

nário etimológico da língua portuguesa, 2.ª ed., Lisboa (Editorial Confluência), 1967, s.u. *azenha*.

(1) Cf. p. 355 e segs.

(2) A forma do latim vulgar era ECLESIA, por oposição ao latim clássico ECCLESIA. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, 2.º vol., Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *iglesia*.

(3) A localização das formas agora apresentadas foi já indicada, atrás, na p. 356.

(4) Sobre o valor fónico do grafema *e* em início de palavra, veja-se o que escrevi nas p. 355-358.

(5) Por se tratar de formas muito representadas nos textos estudados, ofereço apenas alguns dados relativamente à sua localização.

(6) Nas p. 355-358 tentou determinar-se o valor do grafema *e* no referido contexto.

(7) Dessas mudanças condicionadas pelo contexto tratei já com algum desenvolvimento na Parte I deste Capítulo, sobretudo nas p. 362-374. Por essa razão, limitar-me-ei agora a enumerar os diferentes tipos.

(8) Sobre a alteração de *e* pretónico em *i* quando na sílaba tónica se encontra a vogal *i*, veja-se, atrás, p. 362-366.

dência, que, no fundo, é um processo de assimilação, faz-se sentir tanto em substantivos como em formas verbais: *midida, podirio, armĩtios, pidirõ, difinimuſ, ſſygyrẽ, rreꝯiby, requiridos,* etc. (1).

Uma alteração idêntica sofreu a mesma vogal por adaptação ao timbre da vogal da sílaba seguinte, que precede imediatamente a tónica: *obidientes, pidimẽto, bribiario, briuial, cymjterio,* etc. (2).

À semelhança do que acontece ainda na linguagem popular portuguesa e no galego actual, *e* pretónico, em contacto com consoante palatal, pode transformar-se em *i: mjllor, mylhor, mjlhor, piñor, ſinurio, nyhũa, Giraldo, ſubpinorar,* etc. (3).

A mesma vogal átona aparece, por vezes, transformada em *o* ou *u*, quando em contacto com consoante labial. Eis alguns exemplos: *purgamẽo* 'pergaminho', *ſomana* 'semana', *ſſupultura, ſupultar, ſſupultar,* etc. A mesma alteração pode surgir por assimilação ao timbre da vogal tónica: *sorodeo* (4).

Registou-se ainda a alteração de *e* pretónico em *a*, quer em virtude de um fenómeno de assimilação ao timbre da vogal da sílaba seguinte (cf. *auãgios* 'Evangelhos'), *propiadade* 'propriedade' (5), quer quando em contacto com vibrante (cf. *reſaruãdo, çarraſen* 'serrassem, 6.ª pes. imperf. do conj. de *serrar*', *ſarrada* 'serrada') (6) ou com sibilante ou palatal (cf. *arçabiſpo, asuçadera* 'sucedera', *sateẽta, Janebra* (nome próprio), etc.) (7).

Esporádicos são os exemplos de síncope e de anaptixe de *e* pretónico. Observei apenas *podroſo* 'poderoso' e *ſmearedeſ* 'semeareis' relativamente ao primeiro fenómeno (8) e *ferey* 'frey' (cf. «*ferey* Johã Aluarino», 1419 P 134) no que se refere ao segundo.

C. As palavras que tinham em latim clássico ī em sílaba pretónica apresentam em geral *i* nos textos analisados: PRIMARIU- > *primeyro* (1281 O 55), QUINIONE- > *quiñõ* (1281 O 55), RIPARIA- > *Ribeyra* (top.) (1285 O 56), etc.

Em virtude de fenómenos de natureza assimilatória ou dissimilatória,

---

(1) Veja-se o que escrevi na p. 362-366. Aí se registam não só as formas agora apontadas como as suas variantes e respectiva localização.

(2) Cf. p. 366. Aí se indica a localização destas formas e de outras variantes gráficas.

(3) A propósito da mencionada alteração, veja-se o que ficou dito nas p. 366-367.

(4) A estes fenómenos foi feita referência nas p. 370-372.

(5) Veja-se, acima, p. 358 e 373.

(6) Veja-se, acima, p. 372.

(7) Recorde-se o que foi dito na p. 373.

(8) Veja-se o que sobre essas formas escrevi nas p. 358-361 e muito especialmente na p. 360.

pode ocorrer *e* em vez de *i* tanto nos documentos da Galiza como nos da zona de Entre-Douro-e-Minho: *deligençia, deziam, dezią, dezia, contradezią, deſtribuyr, ſubſtetuyçon, meniſtre, meniſtrar, rrellegioſa, demytemento*, etc. (1).

D. Quanto à evolução de ŏ, ō e ŭ do latim clássico (no latim vulgar *o*) em posição pretónica, é conveniente distinguir duas posições: por um lado, a posição inicial absoluta, e por outro, a posição pretónica não inicial absoluta. No primeiro caso, como resultado da evolução dos referidos fonemas latinos, os textos registam de modo quase uniforme *o-* (2) e, esporadicamente, *ou-*. Assim, aparecem nos textos várias formas que representam o resultado da evolução das formas correspondentes do verbo latino ŏBLIGARE: *obligo* (1367 C 14), *obligamoſ* (1307 L 32), *obligamos* (1410 L 41; 1281 M 151), *obrigamos* (1404 M 165), etc. De modo idêntico, OBŒDIENTES > *obydyẽtes* (1432 P 135), *obidientes* (1472 DL 149), etc.

Com ditongo inicial registei apenas *ouliuar* (1307 O 62) e *ouliueyra* (1424 O 77). De acordo com a explicação atrás fornecida relativamente a estas formas e a outras idênticas com *ei- (ey-)* (3), é provável que se trate de ditongos analógicos em virtude da grande vitalidade desses dois ditongos decrescentes no galego-português (4).

Quanto à posição pretónica não inicial absoluta, e sempre que o contexto não ofereça um condicionamento especial, os referidos fonemas latinos aparecem representados por *o* (5): SŏBRINU- > *ſobrino* (1281 O 55); SŏBRINAS > *ſobrinaſ* (1281 O 55); VŌLUNTATES > *uoentadeſ* (1281 O 55); MŏRAMUS > *moramos* (1285 O 56); COLLĬGĔRE > *coller* (1285 O 56); MŏNETA- > *moeda, móéda, moheda*, etc. (6).

Há, porém, oscilação na representação da vogal pretónica, que tanto pode aparecer *o* como *u*, em geral em virtude de fenómenos assimilatórios, perfeitamente paralelos aos que já atrás foram indicados para *e* pretónico (7).

Quando, na sílaba imediatamente posterior — em geral a tónica — existe uma das duas vogais fechadas *i* ou *u*, a vogal pretónica fecha-se, transfor-

---

(1) Relativamente às formas indicadas, veja-se o que escrevi na p. 421-422.

(2) Sobre o valor fónico do grafema *o* em início de palavra, veja-se p. 396-397.

(3) Cf. p. 356-358 e n. 7 das p. 357-358 e p. 398-399.

(4) O mesmo acontece ainda actualmente noutros idiomas peninsulares — o asturiano ocidental, o mirandês — em que é idêntica a vitalidade dos ditongos referidos. Veja-se p. 398.

(5) Cf. p. 399-408 do presente trabalho onde tentou determinar-se o valor fónico do grafema *o* no contexto indicado.

(6) A localização dessas formas foi já apresentada na p. 343 do presente trabalho. Para aí se remete, portanto, o leitor.

(7) Cf. p. 399-407 do presente trabalho.

mando-se em *u: cumunal, curtiña, muyno* 'moinho', *puffuia*, etc. (1). Os textos estudados revelam exemplos frequentes deste fenómeno, embora surjam também algumas formas com a primitiva grafia, isto é, com *o* na sílaba pretónica. Nos textos da região portuguesa, as grafias com *o* predominam em relação àquelas em que a vogal se fechou em virtude do condicionamento exercido pela vogal da sílaba imediata. A intensidade dessa alteração parece, portanto, ter sido maior na Galiza — onde existe ainda actualmente — do que na zona de Entre-Douro-e-Minho.

Um fechamento idêntico de *o* pretónico ocorria, pelo menos na Galiza, quando na sílaba seguinte existia a semivogal i̯: *Nugueyra* (2).

Além disso, o contacto com consoante labial ou palatal conduziu igualmente ao fechamento de *o* pretónico: *Subrado* (top.), *pumarega, pudar, pumares; cunado, culleres, muler, mulleres, etc.* (3).

Finalmente, vale a pena chamar a atenção, uma vez mais (4), para a alteração de *o* da sílaba pretónica em *u* em formas de verbos em *-ir:* já no período abrangido pelo presente trabalho se tinha iniciado o processo de generalização do vocalismo das formas com *i* a toda a flexão, tanto às formas fortes como às formas fracas. Assim, aparecem já nos textos submetidos a análise não só *cumpla, cunpla, cũpra, cumplã, cunplan, cũprã,* mas também *cuberta, cuberto, cubrades*, etc. (5).

As condições que, na língua da época, provocavam o cerramento *o* > *u* eram, como vimos, várias e atingiam um grande número de formas de tal modo que elas bem podem ter constituído o ponto de partida da tendência para fechar todo o *o* pretónico em *u*. Nos textos estudados registei apenas, como formas em que não existia qualquer tipo de condicionamento que provocasse a alteração da referida vogal, *curazõ* e *ffuterrar*, podendo, no entanto, nesta última ter havido influência da grafia latina (6).

E. Pouco há a dizer em relação ao fonema que representa o resultado da evolução de Ū latino da sílaba pretónica. De uma maneira regular, aparece *u:* JŪDĪCIU- > *juyẓo* (1302 L 30), *juyzo* (1434 C 17; 1450 L 44), *juyσo*

---

(1) Para outras formas e sua localização, veja-se p. 399-400 e 401-402.

(2) Veja-se o que sobre o fenómeno se disse na p. 402.

(3) A propósito das formas indicadas e de outras idênticas e sua localização, veja-se o que escrevi nas p. 404-406.

(4) A esse problema referi-me já com alguma demora nas p. 402-403.

(5) Para a localização dessas formas, veja-se p. 403.

(6) Relativamente à forma *lugar*, é provável que a modificação do timbre da pretónica remonte já ao período latino ou pré-românico. Cf. p. 406-407 e n. 1 da p. 406.

(1399 C 16: 1450 L 44; 1348 O 71; 1348 O 72), JŪRATU- > *jurado* (1298 L 29), ŪSUALE- > *hu∫al* (1367 C 14: 1399 C 16), *v∫al* (1434 C 17; 1516 C 18), etc.

Os poucos casos em que isso não acontece provêm de fenómenos de assimilação ou dissimilação: *jeri∫diçõ* 'jurisdição' (1303 M 153), *titor* 'tutor' (1450 L 44) (1).

6. Os ditongos decrescentes *ei, ou, ọi* e *ǫi*.

O estudo dos textos agora publicados oferece particularidades muito interessantes no que se refere aos ditongos decrescentes. Para maior clareza da exposição, tratarei separadamente de cada um dos ditongos indicados.

A. Ditongo *ei:* da análise dos documentos estudados chega-se à conclusão de que se trata de um ditongo de grande vitalidade, tanto na área galega como na portuguesa. Aliás, ainda actualmente, os idiomas da zona abrangida pelo presente estudo, ou seja, o galego e o falar minhoto (2), se caracterizam pela conservação do ditongo considerado. As suas origens

---

(1) Esta forma é ainda hoje corrente na linguagem popular portuguesa de várias regiões. É interessante o seu aparecimento num documento galego do século XV. Sobre outras abonações de *titor* e da forma feminina *titora* em textos galegos antigos, cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *tutor*. A forma intermédia *tetor* ocorre também no Cartulário de D. João de Portel. Informação colhida em JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 59, n. 1.

(2) No entanto, no que se refere à língua portuguesa, o ditongo *ei* não se conserva em todo o território: monotonga-se nos falares do Sul e parte do Centro do País. A área da monotongação foi traçada por MANUEL DE PAIVA BOLÉO, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*. Separ. do *Boletim de Filologia*, vol. XII, fasc. 1, Lisboa, 1951, p. 33--35 e sobretudo mapa n.º 8. (O trabalho foi incluído, com aditamentos, na colectânea de *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1974, p. 185-250). A fronteira da redução de *ei* > ę manteve-se estacionária entre 1950 e 1972, conforme mostrou ADELINA ANGÉLICA PINTO, *Isófonas e isoléxicas portuguesas: perspectivas sincrónicas e diacrónicas*. (Com 27 mapas). Dissertação de licenciatura, Coimbra, 1973, p. 96-97. O capítulo correspondente à monotongação de *ei* em *ę* encontra-se inédito e, portanto, terá que ser consultado no exemplar dactilografado; com base nos capítulos referentes à neutralização da oposição fonológica *v/b*, à africada *c̆* e a algumas isoléxicas correspondentes aos nomes de antigas medidas de capacidade, elaborou a Autora alguns artigos que publicou com os seguintes títulos: *A neutralização da oposição fonológica v/b em português: estudo sincrónico e diacrónico*. Separ. de *Biblos*, vol. LVI, 1980 (= Homenagem a Joaquim de Carvalho), p. 599-651; *A africada c̆ em português: estudo sincrónico e diacrónico*. Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, 1980-1981, p. 139-192 e *Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII, 1983, 248 p.

podem ser várias, mas distinguirei essencialmente dois grupos: por um lado, os casos em que procede de *ai* primário e, por outro, aqueles em que deriva de *ai* secundário.

Há, nos textos analisados, várias palavras em que *ei* procede de *ai* originário: *leygo* (1334 M 159) (< LAICU-), *leyga* (1414 L 42), *leygario/* (1310 L 34), *mãteyga* (1334 O 69) (< *MANTAICA, cf. MEYER-LÜBKE, R.E.W., s.u.), *meyrĩo* (1281 M 151), *meyrinho* (1315 DL 145), *meirĩu* (1299 P 116), *meyrino* (1299 P 117; 1281 O 55), *meirino* (1278 L 25; 1274 O 53) (< MAJORĪNU-, cf. MEYER-LÜBKE, R.E.W. s.u.), «ſouto da *Ueyga*» (top.) (1310 L 34), «Ares da *Veiga*» (1442 L 43), «Seoane de *Veyga*» (top.) (1473 O 88), «Johan da *Veyga*» (1280 P 97) (< VAICA (basco) ou BAICA, cf. MEYER-LÜBKE, R.E.W., n.º 9126 a) e COROMINAS, D.C.E.L.C., s.u. *vega*) (1). No que se refere aos descendentes do árabe AD-DAI'A (2), registei sempre formas sem ditongo: *aldea* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1474 L 47; 1497 L 50; 1502 L 51; 1426 O 78; 1454 DL 148, etc.). No galego actual mantém-se a forma monotongada; o ditongo da forma portuguesa *aldeia* não deve considerar-se como continuação do ditongo da forma árabe: ele formou-se, muito provavelmente, por desenvolvimento de ¡ anti-hiático como acontece nas formas terminadas em *-ea, -eo: cadea > cadeia, area > areia, centeo > centeio* (3).

Excepcionalmente, encontrei uma forma com redução do ditongo num documento de meados do século XIII, localizado na actual província de Lugo: *merino* 'meirinho' (1258 L 23) (4). É possível que se trate de um castelha-

---

(1) Sobre a discussão de outras etimologias propostas, cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. IV, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *vega*. As formas moçárabes, com ditongo *ai*, *báiqa*, *báiġa* e *baika* que surgem em textos do século XIII parecem apoiar que o étimo da forma portuguesa *veiga* e espanhola *vega* é a forma pré-romana *baika* 'terreno regadio e às vezes inundado', sentido que se adapta ao das formas indicadas. Veja-se também MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 75-76, onde se indicam outros exemplos hispânicos do período mais antigo descendentes da mesma forma. O Autor cita algumas abonações com ditongo *ai* em Leão até ao séc. XI, sendo *uajka* a forma mais antiga recolhida num documento leonês do ano 919.

(2) Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. I, 1954, s.u. *aldea;* W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 2460 *ḍai'a*.

(3) A mesma opinião se encontra em RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Vol. II (glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *aldea, aldeia, aldeya*.

A propósito das terminações hiáticas *-eo, -ea* e seu desenvolvimento posterior, veja-se, adiante, Consonantismo, § 1. -l- e -n- intervocálicos.

(4) O mesmo documento contém outro exemplo de monotongação de *ei* com outra proveniência: *pete* (por *peyte*). Ver, adiante, p. 543.

nismo, tanto mais que a palavra designava um cargo oficial: se assim é, o grafema *n* valia, neste caso, [n] e não [ñ] como também pode acontecer.

Analisemos, em seguida, os casos em que o ditongo não era originário. Encontram-se formas com as seguintes procedências:

a) Os exemplos mais abundantes de formas com ditongo *ei* registados provêm de *a* + *rį*. Destes aproximarei alguns casos, muito menos numerosos, em que o ditongo provém de *e* + *rį*. Comecemos, portanto, por analisar as formas que representam o primeiro tipo de evolução. São vários os resultados que se encontram nos textos, uns comuns a toda a área galego-portuguesa, outros registados apenas na Galiza. Em primeiro lugar, o grau mais antigo da evolução desse ditongo, ou seja, o ditongo *ai* (ou a variante gráfica *ay*): *Eſcaayro de Carríjs* (top.) (1473 O 84) (1), *Lodaayro* (top.) (1426 O 78) (2),

---

(1) O étimo do topónimo *Eſcaayro* (de Carríjs), registado no Tumbo de Oseira, fól. 32 v, 1.ª col., l. 7 (cf. doc. 1473 O 84), provém do derivado de SCALA-, *SCALARIU-, que deixou alguns representantes na toponímia do Minho e da Galiza: «além de cerca de 10 lugares denominados *Esqueiro* e 2 *Esqueiros*, confinados ao Minho, este termo toponímico ocorre ainda com uma forma mais arcaica, *Escairo*, de que existem dois representantes no conc. de Barcelos, e outros dois na prov. de Lugo (1. Alfoz; 2. Villalba), onde ocorre também a forma feminina *Esqueira* (Meira)». Cf. JOSEPH PIEL, *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega* (Primeira série). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1953, p. 154-156. A citação foi extraída da p. 155. O topónimo *Eſcaayro* agora encontrado, pelo facto de representar uma forma muito arcaica, a mais antiga até agora conhecida, confirma o étimo proposto por Joseph Piel.

Esqueiro existe ainda como vocábulo do léxico comum galego. Registam-no, entre outros, LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*. 4.ª ed., La Coruña (Editorial Moret), 1972, s.u. *esqueiro*. Além de outros sentidos, assinala os de 'bajada de un "cómaro" a la "corredoira"; especie de escalera formada en un "balado" para pasar de un lado al otro de él'. Analogamente, ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*, vol. II, Vigo (Editorial Galaxia), 1960, s.u. *esqueiro*, indica também acepções idênticas: 'escaleras hechas en un vallado para dar paso a los transeuntes'; 'escalera tosca de madera que está fija en un cercado rural para servicio de los predios'; 'escalerilla manual muy ligera y pequeña'. Apenas nesta última acepção se usa a palavra em português, como provincianismo minhoto. Cf. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, *Dicionário da língua portuguesa*. 10.ª edição, 2 vols., Lisboa (Livraria Bertrand), 1949, s.u.

(2) *Lodaayro*, que aparece na indicação de uma forma da toponímia menor — *a cortina do Lodaayro* (1426 O 78) —, é o correspondente muito arcaico de *Lodoeiro*.

A palavra *lodoeiro* (e a variante *lodeiro*) existe ainda em galego, onde designa uma espécie de lódão, árvore cuja madeira é parecida com a do olmo. Assim, regista o vocábulo ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *ob. cit.*, s.u. *lodeiro* e *lodoeiro* com os sentidos seguintes: 'almez, alatonero, lodoño, arbollido de 2 a 5 m de altura. // Según el P. Merino, en su *Flora de Galicia*, crece entre las rocas y orillas del Miño y en otros puntos (...)'. Também L. CARRÉ ALVARELLOS, *ob. cit.*, s.u. *lodoeiro* abona a palavra *lodoeiro* 'almez. Árbol cuya madera se parece al olmo'.

O étimo é um derivado do latim LŌTUS, por seu lado, tomado do grego *λωτός*,: possi-

ayra 'eira' (1283 L 27; 1302 O 60) (1). As formas com *ai*, que representam indubitavelmente um estádo linguístico muito arcaico (2), foram registadas apenas na Galiza e em documentos localizados nas actuais províncias de Lugo e Orense. Aliás, são também dessas províncias as outras abonações encontradas nos documentos publicados por Margot Sponer ou Xesús Ferro Couselo (3). Verifica-se, ainda, no galego actual, em zonas particularmente conservadoras, a sobrevivência do ditongo *ai:* assim, em San Jorge de Piquín (prov. Lugo) vivem ainda algumas formas com *ai: airado* 'eirado, quantidade de cereais que se estendem de uma vez na eira para malhar com o mangual; (...)'; *escairo* 'escada de mão, com os degraus largos, de madeira, para subir ao espigueiro ou aos tonéis', etc. (4). No Vale de Verín sobrevive o ditongo *ai*, simultaneamente com o grau seguinte de evolução, *ei*.

---

velmente *LOTANARIU-. O português *lódão* leva a supor uma forma com o sufixo átono -ANU-, a que se agregaria o sufixo -ARIU, usado na formação de nomes de árvores: essa forma, muito provavelmente *LOTANARIU-, explica o topónimo *Lodaayro* agora registado num documento galego. Num documento português de 1067 está também registada a forma *lotonario*. Para problemas referentes à etimologia e história da palavra, cf. COROMINAS, *ob. cit.*, s.u. *latón* II.

(1) No doc. 1283 L 27 a palavra aparece no seguinte contexto: «(...) e inde como ſe uay a ayra de Munio Diaz»; no doc. 1302 O 60 a preposição aparece fundida com *a* inicial da palavra: «quando for ayra e ao lagar». Encontram-se outras abonações galegas de *aira* (ou da variante gráfica *ayra*) nalguns documentos publicados por Margot Sponer. Assim, no doc. 27, datado de 1267, ocorre a expressão «(...) que ſal ena ayra»; do mesmo modo, no doc. 28 do mesmo ano lê-se «outra leyra ſſu a cortina d'Ayra». Ambos os documentos se localizam na provincia de Lugo. Também na colecção de documentos organizada por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI.* I. Terras de Ourense, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967, se lê na p. 41, doc. 28 de 1287: «e dedes della cada ano (...) meadade de viño en lagar e terça de pan en aira».

(2) A etapa arcaica do ditongo, *ai*, subsistiu em leonês até ao séc. X, nalgumas palavras, como arcaísmo culto. Era, aliás, essa a forma sob a qual se apresentava o ditongo nos idiomas moçárabes quando, no século VIII, ocorreram as invasões árabes. Nesses idiomas ainda no século XIII se mantinha o sufixo *-air* proveniente de -ARIU. Cf. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 51, § 9,2; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 70-93, §§ 12-18 e sobretudo p. 87-92, § 18; M. SANCHIS GUARNER, *El mozárabe peninsular.* In: *Enciclopedia lingüística hispánica,* tomo I, Madrid (C.S.I.C.), 1960, p. 305. Em trabalho recente, Álvaro Galmés de Fuentes refere-se à convivência, entre os mozárabes de várias regiões peninsulares, dos três graus de evolução do ditongo *ai*, ou seja, *ai ei* e *e*. Cf. *Álvaro Galmés de Fuentes. Dialectología mozárabe.* Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 77-79, 141-143, 170-173 e p. 225-226.

(3) Veja-se n. 1 desta página.

(4) ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín.* Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1977, s.u. *airado* e *escairo.*

Nessa zona *aira* e *eira* coexistem nas mesmas povoações (1). A conservação dos dois graus de evolução levou, sob o ponto de vista sincrónico, à alternância dos ditongos *ai* e *ei* no galego actual (2). Há, na toponímia galega, manifestações claras dessa alternância, não só em formas que tinham originariamente *ai* (cf. *Aira, Airavedra, Airavella* e *Eira, Eiravedra* e *Eiravella*) como noutras que possuíam inicialmente *ei* (cf. *Eirexa* em face de *Airexa*, procedentes de ECLESIA-) (3).

Além do galego, o ditongo *ai* ocorre noutras zonas peninsulares muito conservadoras: em sendinês, na fronteira de Trás-os-Montes (4), e em Valdavido, na Cabrera Alta, zona do leonês ocidental (5). Na toponímia portuguesa, o ditongo mantém-se também cristalizado numa ou noutra forma toponímica do Norte do País (6).

O resultado mais geral da evolução de *a* + *ri* tanto nos documentos da Galiza como nos de Portugal é, no entanto, *ei* (representado por qualquer uma das variantes gráficas: *ei* e *ey*). Assim, a título de exemplo, citarei as seguintes formas: *dineyroſ* (1286 L 28), *eyra* (1258 L 23; 1419 P 134; 1432 P 135), *leyra* (< GLAREA-) (1302 O 61; 1372 O 75; 1424 O 77; 1434 C 17; 1302 L 30; 1282 DL 137), *leira* (1442 L 43; 1287 O 57), *leyras* (1372 O 75), «Sſan Jurgo de *Nugueyra*» (top.) (1329 C 9), «San Miguel de *Pereyra*» (top.) (1333 C 10), *primeyro* (1399 C 16, etc.), *primeyros* (1385 C 15), *ribeyra* (1434 C 17), *Peſſegueyro* (top.) (1310 L 34), etc.

O mesmo tratamento teve *e* + *ri*: *moeſteiro* (1262 C 1; 1282 C 6), *moeſteyro* (1262 C 1; 1262 C 2; 1265 C 3; 1269 C 4, etc.), *mõeſteiro* (1262 C 2), *moenſteyro* (1262 C 2), *madeira* (1302 P 121; 1401 M 163), *madeyra* (1500 O 90; 1282 P 100; 1306 L 31; 1459 L 46; 1474 L 47), *madeyraſ* (1269 C 4),

---

(1) MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verin*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 60.

(2) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 59.

(3) A. MORALEJO LASO, *Sobre grafía y pronunciación de los topónimos gallegos*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 32. O artigo foi incluído no volume em que se reúnem vários artigos do Autor, *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, p. 273-336.

(4) MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 186.

(5) MARÍA CONCEPCIÓN CASADO LOBATO, *El habla de la Cabrera Alta*. Anejo XLIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1948, p. 43-44. Segundo informação da Autora, *ai* era usado, já nessa época, somente pelos falantes mais idosos; a camada jovem e a geração média usava [ęi].

(6) *Escairo* é a denominação de dois lugares do concelho de Barcelos. A esse propósito, veja-se n. 1 da p. 536.

quinta feyra (1399 C 16), *ſtafeyra* 'sexta-feira' (1344 C 12), *eſta feyra* 'sexta-feira' (1450 L 44) (1), *ſalteyro* 'saltério' (1281 O 55).

Nos documentos da Galiza encontrei, além disso, alguns exemplos de monotongação do ditongo: *enerro* 'Janeiro', *eredero ſ* 'herdeiros', *primero* (adv.) (1290 O 58), *Febrero*, *cabeçeras*, *nugueras*, *çerderas* 'cerejeiras' (1497 L 50), *manera* (1516 C 18), etc. As formas com redução do ditongo são, em geral, tardias, dos fins do século XV ou do século XVI e, neste caso, devem interpretar-se como resultado inequívoco da influência castelhana. Aliás, os documentos em que se registam essas formas contêm outras particularidades com a mesma origem, sendo, nesses textos, bem notória a influência do castelhano. No entanto, é interessante observar que a monotongação do ditongo não ocorre apenas em castelhanismos, mas mesmo em formas galego-portuguesas como *nugueras*, *çerderas*, *cabeçeras*. O escriba desses textos era, naturalmente, bilingue e a sua língua revelava já uma interferência do sistema castelhano e galego-português.

Mais surpreendentes são, porém, as formas com redução do ditongo registadas num documento do século XIII, mais exactamente, 1290 O 58: *enerro* 'Janeiro', *eredero ſ* (2), *primero*. Este documento apresenta também alguns exemplos paralelos da monotongação de *ou*: *oue*, *ouer*, *Orẽſſe* (3). Trata-se, indubitavelmente, de um caso em que o notario — indicado no documento como «notario poplico del rey en Monte Rey ȝ en Ual de Laça» — conhecia o castelhano ou com essa língua tinha tido algum contacto. A forma *enerro* 'Janeiro' não deixa qualquer dúvida sobre a sua origem castelhana.

---

(1) O asturiano ocidental conserva ainda hoje — ainda que com sentido um pouco diferente — formas idênticas sem *s-* (cf. *estaferia*, *estaferiar*), ao lado das formas primitivas *sextaferia*, *sextaferiar*. Na Galiza, as formas do primeiro tipo têm sido encontradas em textos das duas províncias setentrionais, La Coruña e Lugo: aos exemplos apontados por José Luís Pensado podem juntar-se os agora recolhidos nos documentos 1344 C 12 e 1450 L 44. É no primeiro destes textos que se encontra a mais antiga abonação conhecida de formas sem *s-*. Se é exacta a explicação proposta pelo Professor da Universidade de Salamanca, a perda de consciência do carácter ordinal do primeiro elemento deve-se, por um lado, à competência das designações *luũs*, *martes*, *mercores*, *joves*, *venres*, usadas na Galiza pelo menos desde o século XIII, e, por outro, à penetração, a partir do século XV, das formas castelhanas, em consequência da intensa castelhanização dessa zona no extremo Noroeste da Península Ibérica. Em virtude da debilitação da consciência do numeral, os falantes aproximam o primeiro elemento de uma palavra materialmente idêntica dentro do seu sistema lexical, isto é, de *esta*. Sobre esse assunto, veja-se José Luís Pensado, *Estudios etimológicos galaico-portugueses*. Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia), 1965, p. 25-28.

(2) A forma *eredeyro ſ* com ditongo conservado está também registada no mesmo documento.

(3) No mesmo documento surge também a forma com ditongo: *Ourẽſe*.

Escusado será acentuar que as formas citadas aparecem nos textos de forma plena, não resultando, portanto, do desdobramento de abreviaturas (1).

Nos documentos da região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho não encontrei vestígios de monotongação: é totalmente regular e sistemático o aparecimento do ditongo, quer quando provém de $a + ri$, quer de $e + ri$ (2).

Em dois documentos de Oseira (prov. de Orense) registei duas formas em que o ditongo *ei* alterna com *oi:* mais do que um fenómeno fonético,

---

(1) Na colecção de documentos orensanos publicada por Xesús Ferro Couselo, aparecem algumas formas com redução do ditongo, mas, como o Autor não indica o desdobramento das abreviaturas, neste aspecto que estamos a considerar, não podem aproveitar-se com segurança esses materiais. Há, na referida colecção, alguns exemplos de monotongação já do século XIII. Assim, e apenas a título de exemplo, no vol. I, no doc. 5 de 1255 surge *mostere* e *mostero* e no doc. 21 de 1274 aparece *ueero* e *Ueero* simultaneamente com *ueeyro*. Cf. XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, p. 16-17 e 33-34.

(2) Relativamente ao território português, os documentos de outras zonas apresentam o mesmo tratamento. A monotongação parece ter começado no Sul do País e dessa zona possuímos escassa documentação. O facto é, contudo, bastante mais antigo do que afirma Leite de Vasconcelos na *Esquisse:* «En ce qui concerne la date à laquelle le phénomène de la simplification commença à s'accomplir, je dirai qu'il y a des faits qui permettent de la faire remonter au XVIIe siècle; mais on pourra encore la reculer». Cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 93. Numa sondagem feita em alguns documentos publicados foram muito escassos os exemplos de monotongação de *ei* encontrados: num documento datado de 1296, lavrado no mosteiro de Chelas, aparecem as formas *gera* (geira?), *outeru, mostero* (5 vezes) e *primero.* Como o Autor não indica em itálico as letras resultantes do desdobramento de abreviaturas, para poder tomar esses exemplos como seguros seria necessário recorrer ao documento original e confirmar a leitura feita. Cf. PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas.* In: *Revista Lusitana,* vol. IX, 1906, p. 274. Na p. 261, numas notas introdutórias aos documentos publicados, o Autor chamou a atenção para o interesse dessas formas, o que parece levar a crer que elas se encontram no original.

Alguns exemplos esporádicos foram também recolhidos em documentos algarvios dos séculos XIV e XV publicados por ALBERTO IRIA, *Descobrimentos portugueses. O Algarve e os descobrimentos,* vol. II, tomo II. Lisboa (Edição do Instituto de Alta Cultura), 1956. Já num documento de 1391 aparece a forma *res* 'réis, plural de real, antiga unidade monetária': «(...) e dizem que os vezinhos não são que o quer uender na dita Caza a trinta E a Corenta *Res* o alqueire dizendo que se não ha de medir na dita Caza mais de Douos *Res* o Alqueire da moeda antiga pela guisa que dito he» (p. 427). Em época ligeiramente posterior, num documento de 1412, lê-se o seguinte: «Rodrigo anes da *forobera* Reçebeo de Joham sorodeo trezentos E vjnte reaes brancos (...)» (p. 438). Pelo contexto, parece deduzir-se que *forobera* é um topónimo que, possivelmente, deve identificar-se com *Farrobeira* (Sítio da), no termo de Loulé (*ob. cit.*, p. 582).

Embora sem pretender, neste momento, apresentar uma cronologia e uma interpretação definitivas da monotongação de *ei* em ę no Sul de Portugal, parece-me necessário ter presente que nalgumas áreas moçárabes se verificou a convivência dos três graus de

creio estarmos em presença de uma alternância de dois sufixos muito frequentes em galego: *-eiro* e *-oiro*. Foram os seguintes os exemplos registados: *molloyro* 'moleiro' (1372 O 75), *çelaroyro* 'despenseiro' (< *CELLARIARIU-, cf. R.E.W., n.º 1803) (1473 O 80). O mesmo facto existe ainda no galego actual (1), em leonês (2) e, dialectalmente, em português (3).

Em palavras cultas, não tradicionais, originariamente terminadas em -ARIU-, o resultado mais frequente nos textos da Galiza é *-ario: veeſtiario*

---

evolução do ditongo, ou seja, *ai, ei* e ę. Assim aconteceu, por ex., no moçárabe de Toledo e no de Granada, como mostrou recentemente *Álvaro Galmés de Fuentes, Dialectología mozárabe*. Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 77-79 e p. 225-226. Apesar do carácter extraordinariamente conservador dos idiomas moçárabes, já então se verificava a evolução do referido ditongo para *ei* e a sua monotongação. Perante tais factos, não é de rejeitar a hipótese de que também no Sul de Portugal pudessem ocorrer essas três fases de evolução do ditongo, vindo uma delas, *ê*, mais tarde a impor-se e a generalizar-se.

(1) Cf. ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977, p. 199-200 e p. 219. O Autor refere a existência de formas duplas como, por exemplo, *saltadoiro, saltadeiro* 'sítio de una cerca con peldaños dispuestos para poder saltarla'; *volvedoira, volvedeira* 'instrumento semejante a una paleta o espumadera, que se usa en la cocina para dar la vuelta a ciertas frutas de sartén'. Veja-se também VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 79.

Também no galego-leonês de Ancares se encontra a alternância dos ditongos referidos, tanto em palavras que terminavam originariamente em *-eiro* como em *-oiro(a): fiandeiro* a par de *fiandoiro, tixoira* a par de *tixeira*. Cf. JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Universidad de Oviedo, 1981, p. 28.

(2) Cf. MARÍA CONCEPCIÓN CASADO LOBATO, *El habla de la Cabrera Alta. Contribución al estudio del dialecto leonés*. Anejo XLIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1948, p. 43; GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés*, cap. I, p. 152. Incluído em *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, tomo II (dirigido por Álvaro Galmés de Fuentes). Madrid (Editorial Gredos), 1960.

(3) HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES, *O Parâmio. Contribuição para o estudo da linguagem e etnografia da região bragançana*. Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1961, p. 60: ao referir-se ao sufixo *-ouro* (< -ORIU-) indica que ele alterna frequentemente com *-eiro: labadouro* ou *labadeiro, spalhadoura* ou *spalhadeira*, etc. Regista também alguma forma esporádica CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 172.

É possível que a permuta desses sufixos tenha sido a origem da alternância dos ditongos *ei* e *oi* que se verifica dialectalmente em português. O facto ocorre com bastante frequência nalgumas zonas do falar trasmontano e também nalguns pontos do falar beirão. Relativamente à província de Trás-os-Montes, referem o facto MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 336, s.u. *noite*. (A Autora assinala também as variantes *neite* e *nueite*); AMÉLIA DA CONCEIÇÃO INOCÊNCIO DE SOUSA, *Contribuição para uma monografia etnográfica, lin-*

(1414 L 42), *jnventario* (1414 L 42), *notario* (1414 L 42), etc. Pelo contrário, nos documentos da região portuguesa predominam formas com atracção da semivogal para a sílaba tónica: a atracção é relativamente tardia, indubitavelmente posterior à alteração do ditongo *ai* em *ei* atrás referida (1). Eis alguns dos exemplos recolhidos: *jnuẽtayro* (1331 M 156), «San Juyão de *Kalẽdayro*» (top.) (1334 M 158; 1334 M 159), *notayro* (1472 DL 149), *ordinhayro* (1331 M 156), *vigayro* (1407 M 166). O mesmo tratamento se encontra esporadicamente em documentos da parte meridional das províncias de Pontevedra e Orense, relativamente perto da fronteira com Portugal. Assim, em documentos localizados em Oya (1288 P 104) e Salvaterra (1290 P 106), na província de Pontevedra, e num documento orensano localizado em Monterrey (1292 O 59), registam-se respectivamente as formas seguintes: *ueſtiayro vigayro*, e *domaayros*.

Na Galiza, encontra-se, além disso, outro resultado: a perda da semivogal do referido sufixo: *ueſtiaro* (1262 C 1), *viſtiaro* (1334 C 11).

b) O ditongo *ei* pode provir também de *a* + *s̱i̯* (ou *ss̱i̯*), a que associei alguns casos de *e* + *s̱i̯*. A palatalização de *-s̱i̯-* (ou *-ss̱i̯-*) — pode ser ou não acompanhada pelo desenvolvimento (ou antecipação?) da semivogal palatal (2). Neste último caso, forma-se o ditongo *ei*. Há, nos textos submetidos a análise, bastantes exemplos deste ditongo com essa proveniência: *Çereyjo* (Aluaro) (1506 P 136), *Requeyxo* (top.) (1334 O 69) (3), *Tareyga*

---

guística e folclórica do concelho de Alfândega da Fé. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1955, p. 109. Além disso, por uma sondagem feita no I.L.B., pude verificar que a forma *neite* (por *noite*) se encontra bastante divulgada, parecendo formar uma área bem delimitada. Sobre a ocorrência da permuta de *ei* e *oi* nalgumas povoações fronteiriças do concelho do Sabugal e nas vizinhas povoações de além-fronteira, cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *ob. cit.*, p. 172.

(1) O mesmo fenómeno ocorre ainda actualmente na linguagem popular portuguesa de várias regiões.

(2) Adiante se trata da evolução do grupo *-s̱i̯-*. Cf. Parte II. Fonética histórica. Consonantismo, § 7.

(3) *Requeixo* (ou a variante gráfica *requeyxo*) aparece algumas vezes em antigos textos da Galiza, quer como palavra do vocabulário comum com o sentido de 'canto', 'extremidade', 'lugar estreito', quer como topónimo (cf. o exemplo citado acima no texto), quer em apelidos. A palavra existe ainda em galego actual: registam-na, entre outros, os seguintes dicionários: ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*, vol. III, Vigo (Editorial Galaxia), 1961, s.u. *requeixo* 'requejo, terreno que termina en cuesta para entrar en una llanura'; LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*, 4.ª edição, La Coruña (Editorial Moret), 1972, s.u. *requeixo* 'bajada de un monte o terreno elevado en declive hacia un valle'; 'parte interior de la "pallaza" donde se almacena la leña para el invierno'; 'lugar en la cocina, donde se tiene la leña para el fuego'. A palavra não existe em português e também não

(1419 P 134), *Tareiga* (1284 DL 138), *Tareija* (1401 M 163; 1401 M 164), *Thareygia* (1262 C 2), *Tereija* (1442 L 43), *Tereixa* (1426 O 78), *Tereyja* (1414 L 42), *Tereyga* (1281 L 26; 1298 L 29; 1307 L 32; 1308 L 33; 1281 O 55; 1348 O 71; 1360 O 73), etc. Ao lado dessas formas, há também outras em que a semivogal não é representada: *egrega* (1289 DL 141), *iglleja* (1502 L 51; 1506 P 136), *iglleia* (1442 L 43; 1290 P 106), *igleia* (1333 C 10; 1405 L 39; 1414 L 42; 1450 L 44, etc.), *Tareya* (1344 C 12; 1302 O 60; 1317 M 154), etc.

c) O ditongo pode resultar ainda de *a* (ou *e*) + i̯ proveniente da vocalização de *k* dos grupos KT (primário ou secundário) ou KS.

No primeiro caso, a maior parte das formas registadas tinham KT primário: *dereyto* (1334 C 11; 1351 C 13; 1385 C 15, etc.), *dereitura* (1282 C 6), *dereyturas* (1300 C 8; 1333 C 10; 1344 C 12; 1351 C 13), *dereitura∫* (1282 C 6), *feytas* (1310 L 34), *feyta* (1289 DL 141; 1345 DL 146; 1317 M 154; 1327 M 155; 1331 M 156; 1331 M 157; 1348 M 162, etc.), *deytar* (1334 C 11), *peite* (1262 C 2), *peyte* (1265 C 3; 1269 C 4; 1282 C 6; 1282 C 7, etc.), *leyto* (1258 L 21), *aproueytar* (1281 L 26), *colheyta* (1313 DL 143), *coreyta* 'correcta' (1290 O 58), etc.

Com esta proveniência registei também a forma monotongada *pete* (1258 L 23), forma verbal da mesma família de PACTUM (1).

Os descendentes de PLACĬTU- apresentam a evolução de *kt* secundário: *pleyto* (1265 C 3; 1278 P 96; 1302 O 60; 1307 O 62), *pleito* (1497 L 50; 1407 M 166; 1411 M 167), *plejto* (1502 L 51), *preyto* (1255 L 19; 1302 L 30; 1285 O 56), etc. (2).

---

aparece em textos antigos de Portugal. Existe, contudo, em asturiano (cf. *requexu* 'esconderijo, canto') e, embora com uso escasso, surge também em castelhano antigo.

Quanto ao étimo, parece tratar-se de um derivado de *requeixar* 'oprimir, pôr alguém em apuros', por seu lado, composto de *queixar*. A origem desta forma é o lat. vg. *QUASSIARE, derivado de QUASSARE 'bater violentamente, quebrantar'. Sobre problemas relacionados com o étimo e história da palavra, cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *quejar*; RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *requeixo* e *arrequeixado*. Cf. também MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 84; O Autor cita várias formas toponímicas castelhanas e leonesas.

(1) Cf. W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 6138.

(2) As formas apontadas resultam da forma com síncope da postónica, característica do latim da Gália: aí a perda da vogal postónica foi anterior à sonorização das oclusivas surdas. Na Hispânia, pelo contrário, a sonorização é anterior à síncope da vogal postónica, resultando daí formas como *plazo, prazo* também documentadas nos textos publicados neste trabalho: cf., por ex., *plazo* (1334 M 158; 1334 M 159), *pra&o* (1284 DL 138; 1287 DL 140), *prazo* (1313 DL 143; 1313 DL 144; 1448 DL 147, etc.). Trata-se de

O mesmo ditongo pode resultar de *a* + j proveniente da vocalização de *k* do grupo *ks: aneyxen* (1414 L 42), *eyxe* (3.ª pes. do pres. do ind. de *exir*) (1286 L 28), *eixidas* (1296 P 109), *heyxidaf* (1284 DL 138), *leyxar* (1308 L 33; 1450 L 44), *leyxo* (1414 L 42), *leyxados* (1450 L 44), *leyxamento* (1450 L 44), *leixo* (1299 P 114), *deyxar* (1475 L 48), *Freyxo* (top.) (1502 L 51), «*Seyxo* de Currelos» (top.) (1473 O 81), etc.

Com carácter esporádico, registei *lexou* (1302 P 122).

d) São poucas as palavras em que o ditongo *ei* resulta de *e* + j proveniente da vocalização de *g* do grupo -GN- ou -GR-: *reinaua* (1278 L 25), *rreynãte* (1274 O 53), *reynãte* (1271 P 95), *rreynof* (1281 O 55), *enteyramẽte* (1317 P 125), etc.

Em documentos da Galiza podem surgir excepcionalmente formas com monotongação: *renãdo* 'reinando' (1281 O 55) (1).

e) Não encontrei exemplos de *ei* formado a partir de *e* (ou *a*) tónico + *sc.* O tratamento normal de palavras com esta origem é a palatalização do grupo consonântico e a formação do ditongo *ei:* FASCE- > *feixe* PĬSCE- > *peixe,* etc. Regista-se, no entanto, nalguns textos a ocorrência de formas em que *ei* em sílaba átona, pretónica, se reduz a *i,* possivelmente por influência da consoante palatal: *pixota* (1312 O 63), *pixotas* (1322 P 129), *pixotaf* (1274 O 53) (2). Alteração idêntica ocorre na linguagem popular portuguesa e em leonês (3).

f) Indicarei ainda alguns casos em que o ditongo resulta de *a* posto em contacto com *i* após a queda de uma consoante intervocálica. Neste grupo se incluem palavras do tipo *eydo* (< ADĬTU-) (1288 P 104) e as formas verbais de primeira pessoa do pretérito perfeito em *a* + *ui.* Os textos apresentam de modo regular e praticamente uniforme *ei* (ou as variantes gráficas *ey* e *ej*): *affinéey* (1345 DL 146), *cafey* (1317 M 154), *affinéei* (1331 M 156), *ey* (1303 M 153; 1317 M 154; 1281 C 5; 1300 C 8; 1333 C 10; 1351 C 13), *hej* (1331 M 157), *mãdej* (1286 L 28), *rrogey* (1298 L 29), *recadey* (1414 L 42), etc.

---

uma importação muito antiga feita ao latim de Gália. Cf. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 85 e n. 1 e p. 86 e n. 1.

(1) Observe-se, porém, que no mesmo documento se regista a forma *rreynof.*

(2) Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 66.

(3) Cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia,* Coimbra, 1977, p. 173-174; MARÍA CONCEPCIÓN CASADO LOBATO, *ob. cit.,* p. 42.

Em textos do período mais tardio, profundamente afectados pela influência castelhana, há algumas formas com monotongação (cf., por ex., *otorgé, rrogé*, 1516 C 18). Trata-se, naturalmente, de castelhanismos paralelos a outros de natureza diversa apresentados pelo mesmo texto.

g) Nalgumas formas a que já atrás se fez referência (1) o ditongo *ei* não é etimológico, mas analógico: *eygleia, eygreia, eygreya, Eigreia* (2). A formação do ditongo *ei* no início de palavra em vez de *e-* ou *i-*, que ocorria com grande frequência no antigo galego-português e que se manifesta ainda actualmente em galego e nos idiomas asturo-leoneses, resulta da grande vitalidade desse ditongo e do grande número de palavras por ele iniciadas (3).

h) Importa referir a ocorrência, na Galiza, do ditongo *ei* em vez de *eu:* dessa alteração registei apenas a forma de pronome pessoal *ey* 'eu' num documento da província de Lugo (1258 L 23); contudo, essa forma é um indício de que a alternância dos dois ditongos referidos que ocorre no galego actual (4) remonta já ao século XIII, pelo menos (5). Nos documentos portugueses não há vestígios dessa transformação de *eu* em *ei*, paralela à do ditongo *ou* em *oi* (6); embora ela não tenha sobrevivido em nenhum dos

(1) Cf. p. 356-358.

(2) Para a localização das formas citadas, cf. p. 356 do presente trabalho.

(3) Como veremos adiante, os textos analisados revelam também o desenvolvimento paralelo de *ou-*. A esse propósito, veja-se, adiante, p. 556.

(4) Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 76; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 59. Além disso, a mesma troca entre *eu* e *ei* verifica-se nos actuais falares galego-portugueses da região de Xalma. Aí a transformação de *eu* em *ei* ocorre não só nas formas de pronome pessoal *(ei* por *eu)* e possessivo *(mei, tei, sei)*, mas também nas formas de terceira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos em *-er*. Neste último caso, porém, a alteração verifica-se apenas na linguagem de San Martín de Trevejo. Sobre esse assunto, cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 175.

(5) Há vestígios dessa alternância de *eu* e *ei* em textos literários da Galiza em palavras doutra natureza: na *Crónica Troyana*, texto galego do século XIV, aparece duas vezes a forma *eyropa* por *europa*. Cf. KELVIN M. PARKER, *Vocabulario de la Crónica Troyana*. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid). Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958, p. 248.

(6) Em artigo recente, o Prof. José Luis Pensado chama a atenção dos estudiosos para uma série de formas anómalas do pronome possessivo em galego e em português. Entre outras, refere o Autor as formas *mei, meis* registadas nas rimas de Egas Moniz Coelho, contemporâneo do primeiro rei de Portugal. Nos versos «*Mei* jazido e *mei* amar» e «Nom farom estes *meis* olhos / tal abesso» registam-se as formas da primeira pessoa do pronome possessivo com a mesma alteração do ditongo *eu* em *ei* verificada no pronome pessoal. Cf. JOSÉ LUÍS PENSADO, *Para la historia del posesivo en gallego y portugués. Formas extra-*

actuais falares portugueses, não há dúvida, porém, de que ela existiu na linguagem de algumas regiões, muito provavelmente no Minho e na Beira (1). Certamente que, ao longo dos séculos, a situação sociolinguística dessa forma de pronome pessoal e de outras análogas do pronome possessivo (cf. *mei, tei, sei*) se alterou, tendo passado a ser formas caracterizadoras da linguagem popular. Tal facto explica o aproveitamento que dessas formas fizeram os autores de peças de teatro entre os séculos XVI e XVIII, recorrendo a esse traço para caracterizar a linguagem rústica pastoril. Em Gil Vicente encontra-se apenas um único exemplo da transformação de *eu* em *ei:* no *Triunfo de Inverno* regista-se a exclamação *Bofá mei migo!* equivalente a outra registada no *Auto da Fama, Bofá meu amigo!* Nos autores da Escola Vicentina há exemplos relativamente numerosos desse fenómeno. Nas Éclogas publicadas por Faria e Sousa em 1644 com o título *Montanha* e nos *Encantos de Merlim* de António José da Silva recolhem-se alguns exemplos dessas formas rústicas do pronome pessoal ou possessivo (2).

A causa dessa troca de ditongos que, como vimos, é muito antiga, remontando, pelo menos, ao século XIII, deve ter sido a existência, em antigo galego-português, de formas duplas com os ditongos *eu* e *ei*, formados pelo encontro de *e* com i̯ ou u̯, dois resultados possíveis da vocalização da primeira consoante dos grupos -KT- ou -PT-. A vocalização em i̯ deve ter sido o resultado tradicional, ao passo que a vocalização em u̯ representaria o resultado de uma evolução de carácter culto ou semi-culto. Essa duplicidade de resultados encontra-se já em antigo galego-português (3), assim como nalguns falares

---

vagantes. In: *Revista de Filología Románica*, vol. I, Madrid (Facultad de Filología. Universidad Complutense de Madrid), 1983, p. 185-191 e sobretudo p. 190.

Conforme foi salientado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Egas Moniz foi uma personagem lendária e as rimas que lhe têm sido atribuídas não passam de «invenções subtis». De qualquer forma, o inventor de tais poesias apócrifas teria nelas introduzido essas formas do pronome possessivo, de sabor arcaico, que provavelmente ainda estariam em uso nalguma região particularmente conservadora. A propósito de Egas Moniz, indigitado como autor de alguns versos apócrifos, veja-se *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, vol. II, Halle (Max Niemeyer), 1904, p. 10, 114, 126 e 603.

(1) Ainda no início do século XVIII, em 1728, R. Bluteau no *Vocabulario de palavras e modos de falar do Minho e Beira*, publicado como apêndice ao tomo II do Suplemento do *Vocabulario portuguez e latino*, regista as formas dialectais *mey* e *tey* por *meu* e *teu*.

(2) PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1959, p. 155-156. Veja-se também o que, a este propósito, escreveu LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (...). Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 526-527 e n. 60 das p. 527-528.

(3) Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 88, § 165 e p. 107, § 214. Aí se citam formas como *preceito* e *preceuto* (< PRÆCEPTU-) e *teito* e *teuto* (< TECTU-); V. GARCÍA DE DIEGO, *Ele-*

asturianos ocidentais (1). A direcção da mudança — de *eu* para *ei* e não o inverso — explica-se muito provavelmente pela grande frequência do ditongo *ei* no sistema fonológico galego-português relativamente à escassez de *eu*.

i) Finalmente, far-se-á referência à oscilação entre os ditongos *ei* e *ai* em formas que continuam o latim FRATRE-. Como se sabe, a forma genuinamente galego-portuguesa é *frade;* ao lado dessa forma, penetraram, porém, através do antigo provençal, as formas *fraire* e *freyre* (ou *frey*), estas últimas com contaminação da forma francesa. Nos textos analisados verifica-se a convivencia dos dois tipos de formas: a) *ffrayras* (1299 P 115), *frayras* (1502 L 51), *frayres* (1410 L 41; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49), *frayre* (1450 L 44), *flayres* (1506 P 136; 1516 C 18). Como se vê pelos exemplos apontados, estas formas eram ainda usadas na Galiza no século XVI (2); b) *ffreyre* (1287 O 57), *freyres* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *ffreires* (1287 O 57), e as formas usadas em próclise *frey* (1262 C 2; 1282 C 6; 1367 C 14; 1281 L 26; 1410 L 41; 1309 DL 142, etc.), *ffrej* (1278 L 25), *ffrey* (1262 C 1), etc.

B. Ditongo *ou:* De modo semelhante ao que já atrás foi afirmado em relação ao ditongo *ei* (3), trata-se de um ditongo muito frequente tanto nos documentos da zona portuguesa como galega. Mantém-se ainda com grande vitalidade no galego actual e no falar minhoto, ou seja, na região portuguesa compreendida entre o Minho e o Douro (4).

---

mentos de gramática histórica gallega. Burgos, 1909, p. 49. O galego moderno mantém, em relação à mesma palavra, os dois tipos de resultados. A esse propósito, veja-se MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verin.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 85-86 e 86-87; DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *El gallego leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos,* tomo XVI, n.º 48, 1961, p. 57.

(1) LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental.* Oviedo, 1954, p. 151-159.

(2) As abonações por mim recolhidas chegam até ao século XVI, ultrapassando, portanto, o termo *ad quem* indicado por RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *frey, freyre, frayre.* Segundo o Autor, a forma *frayre* aparece apenas até ao século XV.

(3) Cf. p. 534.

(4) O actual falar minhoto ultrapassa o Douro, atingindo os concelhos de Vila da Feira, Castelo de Paiva e Arouca. Referi-me, no entanto, de modo particular, à zona entre o Minho e o Douro por ter sido essa a zona abrangida pelo presente estudo. Sobre a área do referido falar, veja-se M. DE PAIVA BOLÉO e M. HELENA SANTOS SILVA, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. III, Lisboa, 1962 (= *Boletim de Filologia,* tomo XX, fascículo 1 e 2, 1961), p. 106. O artigo foi incluído, com aditamentos, na colectânea do primeiro

São várias as suas proveniências; tratarei separadamente dos casos em que provém de *au* primário (latino ou germânico) e daqueles em que deriva de *au* secundário.

No que se refere a *au* primário, encontra-se abundante exemplificação nos documentos analisados. Os documentos portugueses revelam de modo uniforme *ou*, tanto em sílaba tónica como em sílaba átona: *couſa* (1281 M 151; 1309 DL 142; 1315 DL 145; 1345 M 161), *couſſa* (1281 M 152; 1327 M 155), *couſſaſ* (1317 M 154), *couſas* (1285 DL 139; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1345 DL 146; 1454 DL 148; 1281 M 151; 1303 M 153; 1331 M 156; 1334 M 158; 1334 M 159; 1335 M 160, etc.), *couſſas* (1448 DL 147), *oulyuez* 'ourivez' (1401 M 163), *outoridade* 'autoridade' (1348 M 162), etc. Pelo contrário, nos textos da Galiza, embora *ou* seja o resultado mais frequente, há também algumas formas em que se conserva a etapa primitiva *au* e outras em que o ditongo aparece monotongado em *o*. Assim, temos:

a) *couſa* (1317 P 126; 1320 P 128; 1322 P 129; 1262 C 1; 1262 C 2; 1265 C 3; 1351 C 13; 1516 C 18 (1); 1255 L 19; 1257 L 20; 1258 L 21; 1308 L 33; 1414 L 42; 1442 L 43; 1475 L 48; 1267 O 52; 1276 O 54; 1292 O 59; 1302 O 61; 1315 O 66, etc.), *couſſa* (1329 C 9; 1334 C 11; 1302 O 60; 1295 P 108, etc.), *cousas* (1450 L 44; 1474 L 47), *couſas* (1302 L 30; 1306 L 31; 1310 L 35; 1335 L 37; 1450 L 44; 1502 L 51; 1424 O 77; 1500 O 90; 1280 P 98; 1407 P 133; 1419 P 134, etc.), *couſſas* (1351 C 13), *couto* (1405 L 39; 1497 L 50; 1281 O 55; 1339 O 70; 1360 O 73), *chouſa* (s.f.) (1280 P 97), *chouſſa* (1274 O 53), «Juã *Dourado*» (1442 L 43), *dourado* (1414 L 42), *Lourẽzo* (1269 P 92), *Loureyro* (top.) (1427 O 77), *Ourense* (1302 O 61), *outoridade* 'autoridade' (1333 C 10; 1367 O 74; 1301 P 118) (2), *outẽticos* (1298 P 113), «Afonſo *Tourõ*» (1405 L 39), *Valedouro* (top.) (1410 L 41; 1475 L 48; 1475 L 49), etc.

b) *Aurẽſe* (1281 O 55), *Sam Laurẽcio* (top.) (1262 C 2), *Laurẽço* (1280 P 98, 2v.). Os exemplos registados com conservação de *au* primário são todos do século XIII e correspondem a documentos localizados nas províncias de La Coruña, Orense e Pontevedra (3).

---

autor citado *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I, tomo I, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1974, p. 309-352.

(1) Ocorrem, no mesmo documento, algumas formas com monotongação do ditongo. Veja-se, adiante, p. 551-552.

(2) Encontram-se outras abonações galegas dessa forma em MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 145 *(outuridade)*, p. 184 *(outoridade)*, etc.

(3) No entanto, como veremos adiante, p. 554-555, no caso de *au* secundário, o mesmo resultado encontra-se também em textos da província de Lugo, correspondentes ao século XIII e, esporadicamente, ao início do século seguinte.

Relativamente às formas apontadas, põe-se o problema de saber se a língua falada na Galiza conservava ainda vestígios do antigo ditongo ou se, pelo contrário, estamos apenas em presença de arcaísmos gráficos. É interessante observar que ainda no século XIII os moçárabes mantinham a forma primitiva do ditongo (1) que, dois séculos antes, vivia também no território correspondente a Portugal, Galiza e ocidente de Leão (2). A evolução do ditongo em *ou* por assimilação dos dois elementos acabou por consumar-se nestas regiões, mas nalgumas zonas particularmente conservadoras mantiveram-se vestígios desse estado linguístico arcaico. Assim, em Valdavido, na Cabrera Alta, Concepción Casado regista [pą̊u̯ko], [rą̊u̯pa], com *a* velar (3) e Rodríguez-Castellano, em Bandujo (conc. Proaza), nas Astúrias ocidentais, assinala formas idênticas — (cf. [rą̊u̯ca] < RAUCUS e [baiśą̊u̯] 'bailou', etc.) —, com ditongo *au* em que o primeiro elemento é «una vocal de timbre impreciso, difícil de analizar» (4). Mais recentemente, Ana María Cano González nota a ocorrência simultânea de *ou* e *au* no concelho de Somiedo, nas Astúrias ocidentais (5). Possivelmente, trata-se de uma variante idêntica à que ocorre (6) em parte dos falares minhoto e trasmontano (7). No que refere à Galiza, foi também já assinalada a ocorrência de *au* nalgumas zonas especialmente arcaizantes. Assim acontece no galego-leonês de Anca-

---

(1) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 96; M. SANCHIS GUARNER, *El mozárabe peninsular*. In: *Enciclopedia lingüística hispánica*, tomo I, Madrid (C.S.I.C.), 1960, p. 305.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, p. 96.

(3) MARÍA CONCEPCIÓN CASADO LOBATO, *ob. cit.*, p. 43-44.

(4) LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del habla occidental*. Oviedo, 1954, p. 90.

(5) ANA MARÍA CANO GONZÁLEZ, *El habla de Somiedo (Occidente de Asturias)*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 216-217.

(6) Não é fácil propor uma explicação totalmente segura para as formas com ditongo *au* registadas em galego, em leonês e em parte dos falares minhoto e trasmontano; além disso, é difícil saber se há relação entre essas variantes actuais do ditongo e as que foram assinaladas em antigos documentos da Galiza. Para a variante regional do ditongo correspondente à parte setentrional da província de Trás-os-Montes, [ɐu̯], propôs o Prof. Lindley Cintra uma explicação paralela à da variante [ɐi̯], própria da variedade lisboeta: o aparecimento de [ɐu̯] dever-se-ia «à tendência para acentuar a distância entre os elementos do ditongo /ou̯/». Tratar-se-ia de uma tendência para diferenciar, para dissimilar os dois elementos do ditongo *ou*. Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Os ditongos decrescentes* ou *e* ei: *esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1970, p. 127.

(7) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 91.

res (1) e no Vale de Verín (2), sendo muito provável que o mesmo ditongo venha a ser registado noutras regiões galegas. A convivência verificada, por vezes, nalgumas povoações da etapa *au* e *ou* conduziu à alternância dos dois ditongos (3).

Resta ainda indicar o resultado da evolução de *au* primário nas formas que representam os étimos LAUDARE e AUDIRE. As formas portuguesas não oferecem qualquer particularidade relativamente ao resultado atrás indicado: tanto no caso de uma como de outra forma aparece sempre *ou: llouuarã* (1472 DL 149), *ouuyr* (1345 DL 146), *ouuyrẽ* (1284 DL 138), *ouuirẽ* (1317 M 154), *ouuyrem* (1287 DL 140; 1315 DL 145), *ouuirẽ* (1282 DL 137; 1285 DL 139; 1317 M 154), *ouuyren* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *ouujdor* (1407 M 166; 1411 M. 167), *ouuydor* (1411 M 167) *ouuydoref* (1345 DL 146), etc. Na evolução dessas formas regista-se o desenvolvimento de *v* anti-hiático entre o *u* e a vogal seguinte.

A exemplificação encontrada nos documentos da Galiza é mais variada: as formas registadas atestam diferentes soluções. Por um lado, o resultado mais antigo com conservação do ditongo, manifestado apenas em dois documentos localizados em Castelo de Tebra, na província de Pontevedra: *ouyrem* (1299 P 117), *ouyrẽ* (1302 P 120) (4). Além disso, formas semelhantes às apresentadas nos documentos portugueses com ditongo

---

(1) DÁMASO ALONSO e V. GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectologia portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 54: «A veces encontramos en Ancares *au* cuando se esperaría el grado *ou: auir 'oír', auiu* 'oído' (es fenómeno que aparece en otras zonas del gallego exterior, por ejemplo en los Oscos)».

(2) MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 41 e 61. Os exemplos apontados pelo Autor com conservação de *au* representam formas com *au* secundário: *áutro* (<ALTERU-), *ráuto* (<RAPTU-).

(3) RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 70; MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 61.

(4) Desta etapa mais antiga da evolução de LAUDARE e AUDIRE encontram-se também algumas abonações em antigos textos portugueses do séc. XIII e XIV. Assim, na Notícia de torto regista-se *ouirecdes* 'ouvireis', *ouir, ouideas* 'ouvi-as' (cf. «*se ar quiserdes ouir as desõras qve ante ihc furũ, ar ouideas*»). Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la Noticia de Torto*. In: *Actele celui de al XII-lea Congres International de lingvistică şi filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 171 e 172. Para outras abonações, cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *loar* e *oyr* e JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Sobre a evolução de* "LAUDARE" > *louvar*, "AUDIRE" > *ouvir*. In: *Boletim de Filologia*, vol. 14, 1953, p. 218-232. Incluído na colectânea *Estudos linguísticos*, 1.º vol., 2.ª ed., Coimbra (Atlântida Editora) 1973, p. 125-145.

conservado e com desenvolvimento de consoante anti-hiática: *ouujrem* (1295 P 108), *ouuyrẽ* (1301 P 119), *ouuirẽ* (1296 P 109). É interessante verificar que esta solução se encontrou representada apenas em documentos da província de Pontevedra, aquela que, desde o período galego-português, mais profundas afinidades revela com a região a sul do Minho. No galego actual a existência de formas deste tipo limita-se a algumas zonas confinantes com Portugal. E, finalmente, um grupo de formas, sem dúvida o mais numeroso, com monotongação do ditongo: *oyrem* (1265 C 3; 1282 C 6; 1302 P 121; 1302 P 122), *oyrom* (1265 C 3; 1283 L 27), *oyron* (1450 L 44), *oyrẽ* (1262 C 1; 1269 C 4), *oydaſ* (1262 C 2), *oydos* (1450 L 44), *oydoreſ* (1282 C 7; 1274 L 24), etc. Chama a atenção o claro predomínio, nos documentos galegos, das variantes monotongadas (1) que virão a ser preferidas pelo galego moderno.

Completamente isolada das anteriores é a forma *ayrõ* registada num documento de meados do século XIII (1258 L 23). Trata-se provavelmente de um lapso do copista: a presença do *a* inicial faz crer que se pretendia representar a forma com ditongo *au* conservado, o que, nessa época, é verdadeiramente aceitável. Essa grafia pode ter derivado da dificuldade sentida pelo copista de representar o tritongo.

c) Surgem também nos textos da Galiza algumas formas com monotongação de *ou* proveniente de *au* primário. Não me refiro, naturalmente, àquelas em que a monotongação se deu já no latim, correspondendo esse fenómeno a uma tendência de carácter rústico (2). Incluem-se nesse grupo as formas *Croyo* (cf. «Sſan *Croyo*», 1302 O 61 e «San *Croyo*», 1274 L 24) e *Cloyo* (cf. «moſteyro de San *Cloyo* do Ribeiro d'Abia», 1500 O 90). Elas provêm, não de CLAUDIUS, mas da pronúncia dialectal CLODIUS que, com outras formas similares, penetrou no latim de Roma, de tal modo que alguns falantes romanos, mesmo cultos, hesitavam na sua pronúncia entre formas com e sem ditongo (3). Mas, ao lado das formas acima apontadas, ocorrem nos textos analisados outras, também com monotongação, mas indubitavelmente muito posterior: *coſas* (1419 P 134), *o* 'ou' (1312 O 63; 1316 L 36;

---

(1) Os textos literários medievais da Galiza oferecem quase sempre variantes monotongadas. A esse propósito, cf. JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 137-138; RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *loar* e *oyr*.

(2) Cf. MAX NIEDERMANN, *Précis de phonétique historique du latin*. 3ème édition revue et augmentée. Paris (C. Klincksieck), 1953, p. 65-67; R. A. HAADSMA et J. NUCHELMANS, *Précis de latin vulgaire*. Groningen, 1963, p. 24-25; B. E. VIDOS, *Manual de lingüística románica*. Madrid (Aguilar), 1963, p. 185-187; HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), p. 277-279.

(3) Veja-se especialmente B. E. VIDOS, *ob. cit.*, p. 185-187.

1516 C 18), *oro* 'ouro' (1516 C 18), *Orẽſſe* (1290 O 58. No mesmo documento *Ourẽſe*), *Orense* (1499 O 89), *Orenſe* (1500 O 90, 2v.), *otorgada* (1497 L 50; 1500 O 90; 1516 C 18), *otorgé* (1516 C 18), *otorgamẽto* (1516 C 18), *otorgo* (1516 C 18). Relativamente às formas do século XV e XVI, não pode duvidar-se de que se trata de uma particularidade de influência castelhana, tanto mais que os textos em que essas formas se inserem são mais ou menos profundamente afectados pela influência dessa língua. Assim acontece com os documentos 1419 P 134, 1497 L 50, 1499 O 89, 1500 O 90 e 1516 C 18, este último escrito numa curiosa "mistura" de galego e castelhano. Bilingues eram certamente os notários que escreveram esses textos, revelando a sua língua interferência entre o sistema galego e castelhano. Mas podem encontrar-se também algumas formas com monotongação em textos de fins do séc. XIII ou princípios do século XIV. Nessa época trata-se de formas isoladas que surgem num ou noutro texto (cf. 1290 O 58 (1), 1312 O 63 e 1316 L 36), cujo notário conhecia o castelhano ou com essa língua havia tido algum contacto.

Tratemos, em seguida, dos casos em que o ditongo *au* se formou secundariamente. As formas encontradas podem agrupar-se de acordo com as diferentes proveniências.

Num primeiro grupo incluirei as palavras em que *au* se formou por atracção de *u* da sílaba seguinte àquela em que se encontrava a vogal *a*. O resultado da evolução do ditongo *au* é habitualmente *ou: aplougue* (1296 P 111), *aprougue* (1289 P 105; 1331 M 157; 1345 M 161), *aprouguer* (1331 M 157), *aplougueſſe* (1281 P 99), *prougue* (1295 P 108), *prouue* (1454 DL 148; 1411 M 167), *prouger* (1448 DL 147), *prouuer* (1454 DL 148), *ouue* (1297 P 112), *ouuemoſ* (1284 DL 138), *ouuera* (1411 M 167), *ouuerã* (1331 M 156), *ouueſſe* (1302 P 122; 1316 P 124; 1348 M 162), *ouuer* (1309 DL 142; 1454 DL 148; 1334 M 159), *ouuerẽ* (1414 L 42; 1334 M 158; 1334 M 159; 1407 M 166), *ſoube* (1333 C 10), *souberen* (1414 L 42), *ſſoubeſſẽ* (1334 C 11), *trouxeram* (1448 DL 147), *trouxe* (1302 O 61), *trouxo* (1500 O 90) (2), etc.

De forma mais ou menos isolada surgem algumas variantes monotongadas: *oue* 'houve' (1281 O 55; 1290 O 58, 3v.), *ouer* 'houver' (1290 O 58, 2v.; 1314 O 65; 1302 P 120), *oueremos* (1296 P 110), *ouermoſ* (1302 P 120). É interessante observar o seu aparecimento no século XIII e princípios do século seguinte. Conforme se chamou a atenção noutras oportunidades,

---

(1) A esse documento fez-se já referência, atrás, ao tratar da monotongação de *ei* em ç. Veja-se o que escrevi na p. 539.

(2) Sobre essas e outras formas similares, veja-se, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, § 9, B.

já nessa época um ou outro documento deixa transparecer algumas particularidades de influência castelhana (1). Alguns documentos em que essas formas ocorrem oferecem outros castelhanismos: assim acontece com os documentos 1290 O 58 em que se regista *enerro* 'Janeiro', *Orẽffe* e 1281 O 55 onde, além de *oue,* surge a expressão «*por mi alma*» e o numeral d*oſ*.

Embora registado uma só vez, nem por isso deixa de ser muito interessante o aparecimento do ditongo *oi* (grafia *oy*) em vez de *ou* num documento galego localizado na província de Lugo (1414 L 42): *oyue* 'houve'. Trata-se de mais um exemplo, desta vez da Galiza, da passagem de *ou* > *oi* que ocorre no domínio linguístico galego-português e nalguns falares do asturiano ocidental (2).

Nada sabemos sobre a situação sociolinguística e vitalidade do fenómeno *ou* > *oi* em antigo galego-português, embora tudo leve a crer que inicialmente tenha começado por ser um facto próprio da linguagem de falantes do nível popular. Relativamente ao documento citado, nada se diz sobre o escriba do texto; indica-se apenas que «Ares Pere*a*, notario publico de Lugo», estando presente, mandou escrever o documento e nele pôs o seu signo.

Mais adiante (3), ao tentar encontrar as causas que explicam a alternância de *ou* e *oi*, voltarei a fazer referência à forma acima citada.

As formas verbais de 3.ª pessoa do pretérito perfeito em *-auit-*, em que *au* secundário resulta da perda da vogal *i*, apresentam de modo regular o ditongo *ou: acadou* (1414 L 42), *conffeſſou* (1289 DL 141), *cõprou* (1274 L 24), *emtregou* (1282 DL 137), *entrou* (1285 DL 139), *gaanou* (1274 L 24), *leyxou* (1414 L 42), *mãdou* (1414 L 42), *mandou* (1310 L 34), *moſtrou* (1315 DL 145), *obligou* (1310 L 34), *outorgou* (1289 DL 141), etc.

Quando se trata de *au* formado secundariamente pelo contacto entre *a* e u̯ resultante da vocalização de *l* do grupo *lt* (4), o resultado habitual nos documentos da Galiza é *ou* tanto em sílaba tónica como em sílaba átona. Nos documentos da região portuguesa é este o único resultado encontrado. Eis alguns exemplos: *Bouça Ffria* (top.) (1289 P 105), *bouças* (1410 L 41) (< BALTEA, plural neutro do adjectivo BALTEUS, BALTEA, BALTEUM; cf. MEYER-

(1) O castelhano antigo conheceu formas idênticas às registadas. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid.* Texto, gramática y vocabulario, 4.ª ed., vol. I., Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 278.

(2) Veja-se a bibliografia citada adiante, n. 2 da p. 562.

(3) Veja-se a tentativa de explicação do fenómeno dada nas p. 560-568 do presente trabalho.

(4) Cf. JOSEPH PIEL, *Da vocalização do "l" em português.* In: *Biblos,* vol. VIII, 1932, p. 95-101.

LÜBKE, R.E.W., n.º 919), *Outeyro* (top.) (1267 O 52; 1276 O 54; 1310 L 34), *Outeiro* (top.) (1442 L 43; 1335 M 160), «*Outeyro* dos Poldros» (top.) (1473 O 82) (< ALTARIU-), *Baloutos* (top.) (1348 M 162), «*Mõtouto* d'Eſtiriz» (1306 L 31), «Pedro *Mũtouto*» (1258 L 21), «Toios *Outos*» (top.) (1344 C 12) (< do adjectivo ALTUS (1)), *outra* (1269 C 4; 1282 C 6; 1300 C 8; 1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1298 L 29; 1308 L 33; 1316 L 36; 1404 L 38; 1407 L 40; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43, etc.), *outro* (1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1255 L 19; 1306 L 31; 1404 L 38; 1414 L 42, etc.).

Nos documentos da Galiza, podem encontrar-se outras variantes relativamente às formas pronominais *outro, outra* e a algumas formas adverbiais da mesma família. Há ainda alguns exemplos da variante cronologicamente mais antiga *au* em documentos do século XIII e esporadicamente do século XIV: *autro* (1255 L 19), *autra* (1255 L 19; 1258 L 23, 2 v.; 1274 O 53; 1290 O 58; 1339 O 70), *áutra* (cf. *á áutra*, 1255 L 19; *ááutra*, 1262 C 2), *autros* (1258 L 23). Na colecção de documentos publicada por Margot Sponer há também algumas abonações desta etapa mais antiga do ditongo (2) que, possivelmente (3), podem aproximar-se das variantes que ocorrem nalgumas variedades do galego moderno, sobretudo nas de feição mais arcaizante (4), em asturiano ocidental e em leonês (5). Não duvido aceitar que na época a que se referem os citados documentos conviviam as duas fases de evolução

---

(1) Para a evolução do adjectivo ALTUS na Península Ibérica no período das origens, cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 102-103. Relativamente à Galiza, a toponímia oferece muitos representantes de *outo, outa*. Além do trabalho citado, cf. também FR. MARTÍN SARMIENTO, *Colección de voces y frases gallegas*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1970, p. 193. O adjectivo *outo, outa* usa-se ainda em galego, mas apenas como qualificativo de substantivos referidos a coisas: *montouto* 'monte alto', *toxosoutos* 'tojos altos', etc. A esse propósito, veja-se ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*, tomo III, Vigo (Editorial Galaxia), 1961, s.u. *outo*.

(2) Citarei apenas, a título de exemplo, as abonações seguintes: no doc. n.º 28 de 1277 regista-se a forma *autra* e a contracção *dautra;* no doc. n.º 10 de 1270 (por lapso a A. indica a data de 1265) *dautra* e no doc. n.º 15 de 1284 ocorre também *autra*. Cf. MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, 1934, documentos citados.

(3) Recorde-se o que foi dito na n. 6 da p. 549.

(4) Cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verin*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 41 e 61. Conforme indica o Autor, a linguagem da região caracteriza-se pela flutuação entre o ditongo *ou* e *au*. Veja-se também n. 1 da p. 550.

(5) Veja-se a bibliografia citada nas notas 3, 4 e 5 da p. 549, embora nos exemplos apontados nesses trabalhos o ditongo tenha uma proveniência diferente da que agora é considerada.

diacrónica do ditongo — *au* e *ou* —, embora *ou* fosse já a variante mais frequente. *Autro, autra*, etc. não seriam apenas arcaísmos gráficos, mas variantes fónicas da fala viva da época, cronologicamente mais antigas (1).

Em textos de fins do século XV ou do século XVI podem encontrar-se variantes monotongadas, seguramente por influência do castelhano: *otras* (1499 O 89), *otros* (1497 L 50), *otrosy* (1499 O 89), *otrotanto* (1516 C 18), etc. Observe-se que em todos esses documentos são acentuados os vestígios da influência castelhana (2).

O ditongo *ou* pode ainda ter-se formado secundariamente pela vocalização de *k* ou *p* dos grupos -KT- ou -PT- quando precedidos de *o*. Apontarei alguns exemplos: *adoutivo* (1450 L 44), *doutor* (1280 P 98; 1414 L 42), *Outubro* (1327 M 155; 1472 DL 149; 1410 L 41). Como veremos adiante (3), as mesmas consoantes podem ter-se vocalizado em *i*, formando-se então o

---

(1) Veja-se o que foi dito nas p. 548-550 sobre a ocorrência, em textos da Galiza, de formas com conservação de *au* primário.

(2) Nos documentos da região portuguesa estudada não há o mais pequeno vestígio de monotongação de *ou* proveniente de *au* primário ou secundário, o que, aliás, é natural numa zona que ainda hoje conserva aquele ditongo e onde não se fizeram sentir influências estranhas que, como na Galiza, tenham levado à ocorrência de formas monotongadas. Em português, a monotongação é um traço meridional como o prova a actual distribuição geográfica do ditongo e do seu resultado monotongado. O facto é muito mais antigo do que supõe Leite de Vasconcelos que, na *Esquisse*, o faz remontar ao século XVII, embora introduza a indicação de que possivelmente se poderá recuar um pouco mais. Cf. José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 93. Em documentos do Algarve, dos séculos XIV e XV, a monotongação do ditongo manifesta-se já em algumas formas. Assim, nos documentos publicados por Alberto Iria, *Descobrimentos portugueses. O Algarve e os descobrimentos*, vol. II, tomo II, Lisboa (Edição do Instituto de Alta Cultura), 1956, desde a primeira metade do século XIV que há vestígios da monotongação de *ou*: num documento de 13 de Setembro de 1332 surge *otorgarão* (p. 417) e noutro de 14-16 de Novembro de 1340 regista-se *otorgarmos* (p. 418), *otorgamento* (p. 419), *otorgarão* (p. 419). No início do século XV, num documento de 17 de Março de 1415, está assinalada a forma *otrosy* (p. 479). É de crer que, nessa época, a monotongação não estivesse completamente generalizada; muito provavelmente a língua da região caracterizar-se-ia pela flutuação entre formas com ditongo conservado e outras em que o ditongo se tinha reduzido. Só assim se explica a existência de formas com ditongo inicial não etimológico, mas analógico, num documento de 1392: *Ouffeçiaes* (p. 428), *oufficial* (p. 429), assim como o carácter esporádico das grafias com redução do ditongo. Além disso, também num documento algarvio de 1450 publicado por José Joaquim Nunes como apêndice ao seu artigo sobre "dialectos" algarvios aparecem as formas *ropa* (por *roupa*) e *trossesse* (por *trouxesse*). Cf. José Joaquim Nunes, *Dialectos algarvios*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 260-264. É muito provável que, se algum dia vier a realizar-se um estudo de documentos linguísticos do Sul do País, surjam abonações anteriores da monotongação de *ou*.

(3) Cf. p. 563-564 do presente trabalho.

ditongo *oi*. Em muitos casos, existiram mesmo formas duplas com *oi* e com *ou*. Assim, em documentos da mesma época encontram-se também algumas palavras em que as referidas consoantes se vocalizaram em i̯: *Oytubro* (1401 M 163; 1401 M 164; 1278 L 25; 1302 O 61; 1348 O 72), *Oytobro* (1267 O 52), etc. (1). A existência dos dois tipos de resultados em documentos da mesma época e da mesma região leva-me a discordar da opinião de Williams, segundo a qual a primeira consoante do grupo -KT-, quando precedido de *o*, se vocalizou numas regiões em i̯ e noutras em u̯ (2). Penso, antes, que a vocalização em i̯ deve ter sido o resultado tradicional, ao passo que a vocalização em u̯ representaria o resultado de uma evolução de carácter culto ou semi-culto (3). Adiante, voltar-se-á a este assunto e tentar-se-á explicar a causa da alternância dos ditongos *ou* e *oi* que já existia na linguagem da época (4).

Finalmente, importa referir a existência do ditongo *ou* não etimológico, mas analógico: *ouliuar* (s.m.) (1307 O 62) e *ouliueyra* (s.f.) (1424 O 77) (5). A formação do ditongo em início de palavra em vez de *o-* resulta da grande vitalidade do ditongo *ou* em antigo galego-português e da analogia com algumas palavras começadas por esse ditongo. A mesma tendência manifesta-se ainda actualmente em galego, nos falares asturo-leoneses e nalguns falares trasmontanos da fronteira oriental (6).

C. Ditongo *oi* [o̯i̯]: Pode provir este ditongo do encontro de *o* [o̯] com iode (primário) atraído da sílaba seguinte ou com iode (secundário) resultante da vocalização de *k* do grupo -KT- ou de *l* do grupo -LT-. Com a primeira proveniência há bastantes exemplos nos textos analisados, quer da área galega, quer da área portuguesa: *Coyro* (top.) (1298 P 113; 1299 P 114), *coiro* (1292 O 59), *coyro* (1450 L 44), *Doíjro* (1484 DL 150), *Encoyrado f* (top.) (1287 P 103), *Eftramadojro* (top.) (1295 P 108), *eftremadoyro* (s.m.) (1296 P 109) (7),

---

(1) Para outras formas, veja-se, adiante, p. 563-564.

(2) EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª edição, Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 85.

(3) A mesma dualidade de resultados se encontra ainda em certos falares asturianos ocidentais. A esse propósito, cf. LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*, Oviedo, 1954, p. 158-159.

(4) Veja-se especialmente o que será dito nas p. 562 e segs.

(5) Veja-se, atrás, p. 398.

(6) Veja-se a bibliografia indicada nas notas 2, 3 e 4 da p. 398.

(7) A forma *estremadoiro* aparece registada no *Diccionario enciclopédico gallego-castellano* de Eladio Rodríguez González com o sentido de 'demarcación, límite que separa dos fincas rústicas unidas y pertenecientes a diversos dueños'. Cf. ELADIO RODRÍGUEZ

parladoyro (1288 P 104) (1), *Pou∫adoyro* (top.) (1475 L 49), *taladoyra∫* (1302 P 121), *talhadoira* (1401 M 163; 1401 M 164), etc. O sufixo *-orium* encontra-se sempre representado por *-oiro*, resultado que se mantém ainda, em parte, em português, em galego e que é comum a alguns falares leoneses e asturianos ocidentais (2).

Mas o mesmo ditongo pode ter-se formado em consequência da vocalização de *l* do grupo -LT-, quando esse grupo vai precedido de [o̯] (< ŭ do latim clássico). Apontarei alguns dos exemplos registados: *moyto* (1414 L 42; 1303 M 153), *moytos* (1300 C 8; 1303 M 153), *moy* (1285 O 56; 1473 O 80; 1281 P 99; 1296 P 111), etc. Da análise dos documentos estudados, deduz-se que na zona portuguesa abrangida pelo presente trabalho, as formas com ditongo *oi* eram já muito raras: registam-se apenas as formas *moyto, moytos* num documento da actual província do Minho, 1303 M 153, escrito por um tabelião de Braga. Desde o século XIII que se nota uma clara preferência pelas formas com inflexão da vogal [o̯] pela semivogal: *muyta* (1289 DL 141), *muytas* (1315 DL 145), *mujto* (1448 DL 147), *muyto* (1289 DL 141; 1317 M 154; 1331 M 156; 1289 DL 141), *muytos* (1285 DL 139) (3). Pelo contrário, os documentos da Galiza revelam preferência pelas formas com [o̯i̯], encontrando-se, contudo, algumas abonações de formas com inflexão desde o século XIII: *muj* (1297 P 112), *muy* (1302 O 61; 1333 C 10), *muyto∫* (1265 C 3). É interessante observar que os textos medievais anunciam já uma diferença que viria a consolidar-se entre o português e o galego: em

---

GONZÁLEZ, *ob. cit.*, vol. II, Vigo (Editorial Galaxia), p. 305. Veja-se também LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *ob. cit.*, s.u. *estremadoiro*. Aí a palavra é explicada de modo mais genérico como 'demarcación, término'.

(1) O *Diccionario galego-castelán* de Leandro Carré Alvarellos regista a forma *parladoiro* (s.m.) com os sentidos seguintes: 'locutorio. Poyo de piedra, junto a las ventanas de castillos y pazos, para conversar dos o más personas allí sentadas'. Cf. LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *ob. cit.*, s.u. *parladoiro*.

(2) GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés*. In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, tomo II, 1960, p. 149-152; R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 50; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 93-94; DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas*. Separ. de *Romance Philology*, vol. XI, n.º 2, 1957, p. 123-124. No asturiano oriental não ocorreu a atracção de i̯, existindo, portanto, o sufixo *-orio*.

(3) Desde o século XIII e sobretudo desde o século XIV as formas sem inflexão vão-se tornando tipicamente galegas, uma vez que em Portugal se impõem as formas com *ui*. A partir de então, só excepcionalmente o ditongo *oi* com a proveniência referida aparece em textos portugueses. Simultaneamente, o galego, que se caracterizava pela alternância entre formas com ditongo *oi* e com ditongo *ui*, vai eliminando estas últimas que passam ao domínio dialectal. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *muy, moy* e *muyto, moyto*.

português acabaram por generalizar-se as formas com inflexão, ao passo que na maior parte das variedades galegas e no galego literário são usuais as formas não inflexionadas, embora dialectalmente existam formas idênticas às do português (1).

A coexistência, na Galiza, de formas com [ǫi̯] e com [ui̯] durante o período medieval teria levado à alternância desses dois ditongos (2) e à generalização dessa alternância a palavras que tinham originariamente o ditongo *ui*, formado por vocalização de *k* do grupo -KT- precedido de *u* (< Ū do latim clássico) (3). E, assim, pelo menos desde o século XIII e princípios do século XIV,

---

(1) Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. 3.ª edição, Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 108; RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburgo (Editorial Helmut Buske), p. 163; ALONSO ZAMORA VICENTE, *Los grupos -uit-, -oit- en gallego moderno. Su repartición geográfica*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXI, Lisboa, 1963, p. 57-68. Na p. 62 o Autor fornece um mapa com a distribuição geográfica de *-uit-* e *-oit-*.

(2) Ainda no galego actual existe a alternância dos dois ditongos. Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 59.

(3) Creio ser absolutamente necessário separar os casos em que o ditongo *oi* representa a persistência da fase mais antiga daqueles em que o mesmo ditongo é analógico e provém da generalização da alternância *oi/ui* em formas que tinham originariamente *oi* a outras que primitivamente tinham *ui*. Nos trabalhos consultados não encontrei estabelecida esta distinção, o que conduz, por vezes, a algumas afirmações pouco rigorosas. Assim, José Joaquim Nunes, ao referir-se simultaneamente aos dois tipos de formas, afirma o seguinte: «Este ditongo *ŏi* em grande número de vocábulos passou a *ui*, sob a influência de *i* ou *u* seguintes, quer originários, quer resultantes da vocalização de consoante (...)». E, mais adiante: «Que a forma daquele ditongo foi primitivamente *oi*, prova-o o galego actual, que ainda conserva a antiga pronúncia, ao passo que o português avançou para *ui* e já em época antiga, como se vê dos escritos do tempo, sendo até essa uma das diferenças que começam a distinguir as duas línguas». Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 52. Na p. 78, n. 4 há afirmações idênticas relativas a esses ditongos. Baseando-se nestes passos de José Joaquim Nunes, Alonso Zamora Vicente, num artigo bastante interessante que dedicou ao estudo dos grupos *-uit-*, *-oit-* em galego moderno, referindo conjuntamente as formas *luito, luita, luitar, conduito, fruito* e *enxuito* diz, de modo inequívoco, que, relativamente ao português, «es evidente que las formas en *ui* revelan un estado más arcaico». E, pouco depois: «también en gallego la forma en *ui* es la más vieja». Cf. ALONSO ZAMORA VICENTE, *Los grupos -uit-, -oit- en gallego moderno. Su repartición geográfica*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXI (1962-1963), fasc. 1 e 2, p. 61. Também Herculano de Carvalho na recensão crítica ao manual de linguística românica de H. Lausberg, a propósito da inflexão vocálica de /ǫ/ (< /ŭ/ do latim clássico) produzida pela semivogal i̯, situa as formas galegas *froita* e *froito* no mesmo plano de *choiva, loita, troita*, etc. Cf. JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, Recensão crítica a Heinrich Lausberg, *Lingüística românica*. Tomo I: Fonética; tomo II: Morfologia. Madrid (Editorial Gredos), 1965 e 1966. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, tomos I e II, 1969. Coimbra 1971, p. 8.

se encontram os dois tipos de variantes (1). Contudo, também neste caso, os documentos do período seguinte parecem optar pelas formas com *oi*. Seguem-se as formas registadas:

a) com *ui*: *fruyta* (1302 O 61; 1308 L 33), *fruito* (1274 O 53), *fruitos* (1274 O 53), *fruyto* (1282 C 6), *fruytos* (1282 C 6), *luytoffa* (1301 P 118);

b) com *oi*: *froyta* (1405 L 39; 1314 O 65; 1334 O 69), *froyta* (1302 O 61. No mesmo documento ocorre também a forma *fruyta*. Ver a alínea anterior), *froyto* (1334 O 69), *froytos* (1414 L 42; 1334 O 69; 1360 O 73; 1506 P 136), *ffroytos* (1285 O 56), *loytoffa* (1274 O 53), *loytofa* (1404 L 38; 1407 L 40; 1302 O 60), *loytoffas* (1414 L 42) (2), etc.

Em palavras com a mesma proveniência os documentos de Portugal oferecem de modo habitual formas com *ui*, o que se compreende facilmente uma vez que, como vimos, no caso de palavras em que existia *ọi* proveniente do encontro de ọ com j resultante da vocalização de *k* do grupo -KT- ou de *l* do grupo -LT-, desde o século XIII que a língua começa a fixar-se nas formas inflexionadas com *ui*, não se tendo criado esse estado de flutuação fonética entre os dois ditongos que existiu a norte do Minho. Sendo assim, não se generalizou a alternância *oi*/*ui* a formas que tinham inicialmente este último ditongo. Apenas num documento outorgado em Valença registei a forma *froytos* (1416 M 168), certamente por influência das variedades vizinhas de além-Minho. Aliás, já várias vezes tive oportunidade de salientar as afinidades que os documentos dessa zona revelam com os documentos da Galiza,

---

(1) Já no século XIII deviam estar muito generalizadas as formas com *oi*. Só assim se explica que *enxoyto* 'enxuto' (<EXSŬCTU-, cf. R. E. W., n.º 3074) pudesse alternar no mesmo documento com *enxouto*: «En preguntado se chouia, se fassia *enxouto*, e disso que *en xoyto* (...)». Cf. XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Editorial Galaxia), 1967, p. 22, doc. 11 de 1262. Dessas formas parece ser possível tirar algumas conclusões: em primeiro lugar, que na linguagem do copista existia apenas a forma com *oi* e não a primitiva com *ui* e, portanto, que nalgumas regiões a língua, mesmo no caso de formas com a proveniência indicada, já começara a fixar-se nas variantes com *oi*; além disso, que o copista tinha consciência da alternância entre *oi* e *ou* já existente na língua da época, oscilando, portanto, a sua pronúncia entre *en xoyto* e *enxouto*. Adiante (p. 566), voltarei a fazer referência a essas formas que constituem um indício bastante antigo — de meados do século XIII — da alternância dos ditongos *ou*/*oi* na Galiza.

Que a generalização da alternância *oi*/*ui* a formas que tinham originariamente *ui* é muito antiga prova-o a coincidente repartição geográfica dos referidos ditongos em formas com os tipos de proveniência indicada. A esse propósito, veja-se ALONSO ZAMORA VICENTE, *Los grupos -uit-, -oit- en gallego moderno. Su repartición geográfica*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXI (1962-1963), fasc. 1 e 2, p. 57-68 e mapa da p. 62.

(2) Sobre o sentido de LUCTUOSA, veja-se ANTONIO LÓPEZ FERREIRO, *Fueros municipales de Santiago y de su tierra*, tomo I, Santiago, 1895, p. 36 e 40.

no que se refere a particularidades de carácter gráfico ou linguístico. São as seguintes as formas que registei nos documentos de Portugal: *afruytar* (1345 DL 146), *afrujtarã* (6.ª pes. fut. ind.) (1484 DL 150), *frujtos* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1348 M 162; 1484 DL 150), *fruytos* (1345 DL 146), *luytofa* (1313 M 143; 1334 M 158; 1334 M 159).

D. Ditongo *oi* [ǫi̯] (1): Pode provir de ǫ (< ŏ do latim clássico) posto em contacto com i̯ resultante da vocalização de *k* do grupo -KT-: *coyta* (1302 O 60), *noyte* (1414 L 42), *oytaua* (s.f.) (1269 C 4), *oytaual* (1414 L 42), *oytauaes* (s.m.pl.) (1414 L 42), *oytauaſ* (1302 L 30), *oytauas* (1405 L 39), *oyteẽta* (1411 M 167), *oytéénta* (1351 C 13), *oytenta* (1348 O 72), *oyto* (1300 C 8; 1414 L 42; 1310 L 34; 1310 L 35; 1407 L 40; 1410 L 41; 1290 O 58; 1302 O 61; 1313 O 64; 1315 O 66; 1360 O 73; 1367 O 74; 1506 P 136; 1407 M 166; 1448 DL 147, etc.), *Oytobro* (1267 O 52), *Oytubro* (1278 L 25; 1302 O 61; 1348 O 72; 1401 M 163; 1401 M 164), etc.

Conforme foi atrás (2) salientado, a primeira consoante do referido grupo podia também vocalizar-se em *u̯*, o que levou, em muitos casos, à existência de formas duplas, umas com *oi* e outras com *ou*. Desse modo, em documentos da Galiza e de Portugal ocorre também *Outubro* (1327 M 155; 1472 DL 149; 1410 L 41).

Nas páginas que se seguem retomarei todos os elementos que a análise dos textos estudados e eventualmente de outros antigos textos galego-portugueses oferece no sentido de permitir interpretar o fenómeno da alternância dos ditongos *ou* e *oi* e encontrar as possíveis causas dessa alteração.

Como se sabe, no português actual o ditongo *ou*, proveniente de *au* primário ou secundário, alterna com *oi* do mesmo modo que *oi* procedente de -ORIU- ou do encontro de *o* com i̯ resultante da vocalização de *k* do grupo -KT- alterna com *ou*.

A situação do galego actual, ainda que próxima da do português, oferece algumas particularidades que a seguir destacarei. O ditongo *ou*, resultante de *au* originário ou formado secundariamente, mantém-se, em geral, no galego comum, mas dialectalmente aparece, nalgumas regiões, substituído por *oi* (3).

---

(1) De acordo com os elementos atrás aduzidos, no antigo galego-português, a inflexão de [ǫ] por semivogal não se tinha produzido, pelo menos de modo regular e constante. Veja-se o que escrevi nas p. 389-391.

(2) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 555-556.

(3) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição, Vigo (Galaxia), 1970, p. 59 e 80, n. 24. No que se refere à distribuição geográfica desse fenómeno, pude recolher alguns dados, naturalmente muito dispersos e fragmentários.

No que se refere ao ditongo *oi* formado pelo encontro de o̯ e de i̯ atraído da sílaba seguinte, de uma maneira geral, ele mantém-se em toda a Galiza, mas na província de Pontevedra há algumas localidades em que alterna com *ou* (1), de modo idêntico ao que acontece em português. Relativamente ao ditongo *oi* formado por *o* posto em contacto com i̯ resultante da vocalização da primeira consoante do grupo -KT-, está bastante generalizada, sob o ponto de vista dialectal, a alternância entre *oi* e *ou*. Por vezes, na mesma região e até na mesma povoação alternam os dois ditongos (2).

---

que não permitem uma visão de conjunto. É possivel que o *Atlas Lingüístico Galego* venha preencher esta e outras lacunas. Nos *Elementos de gramática histórica gallega* (Burgos, 1909), no capitulo intitulado *Variantes locales*, na p. 156, escreve Vicente García de Diego: «*Oiro, abesoiro*, al menos en una región del E. de Orense: es conocido en otros muchos puntos, pero se usa más generalmente *ouro, abesouro*, etc.». Na província de Orense, na zona da Limia, *ou* pode ser substituido por *oi*. (Cf. HANS SCHNEIDER, *ob. cit.*, p. 200 e p. 248). Também no galego exterior do Vale de Ancares se encontra a substituição de *ou* por *oi*, sendo pouco frequente a alternância de *oi* com *ou*. Sobre essa região, linguisticamente caracterizada por acentuado grau de arcaísmo, veja-se DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 54 e os trabalhos mais recentes de J. R. FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método de "Palabras y cosas"*. Anejo 10 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 26 e p. 43 e *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Universidad de Oviedo, 1981, p. 20-30.

(1) O mapa n.º 59 *(cuero)* do A.L.P.I. *(Atlas Lingüístico de la Península Ibérica)* apresenta a distribuição das diferentes variantes de *coiro*. *Coiro* é a forma geral; nalgumas localidades do Sul da província de Pontevedra há exemplos de *couro;* além disso, no litoral da província de La Coruña, em alguns pontos, assinala-se *cuiro*. Apesar da escassez de materiais do A.L.P.I. e do reduzido número de pontos explorados, ele assinala a presença da alternância *oi* > *ou* no Sul da provincia de Pontevedra; oxalá que o *Atlas Lingüístico Galego* delimite rigorosamente a área desse fenómeno na Galiza.

É interessante observar que, já no século XVIII, Fray Martín Sarmiento assinala a substituição de *-oira* por *-oura* em Tuy. No *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega* afirma o seguinte: «*Vasoura*. En Tuy llaman así a la *vasoira* o escoba, y es regla que en Tuy acaban en *-oura* lo que en otras partes es *-oira*». Cf. FR. MARTÍN SARMIENTO, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 408.

(2) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 59; HANS SCHNEIDER, *ob. cit.*, p. 200; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 40: o Autor assinala a coexistência de *loita* e *louta* 'luta'. Segundo informação do mesmo Autor (cf. p. 40, n. 52), também no Vale de Suarna, na província de Lugo, convivem *noite* e *noute*. Na mesma província, em San Jorge de Piquín, usam-se simultaneamente *noutada* e *noitada* 'fiesta o diversión en que se pasa una noche', *noute* e *noite*, *noutarego* e *noitarego* 'chotacabras; murciélago', *noutego* e *noitego* 'nocherniego', etc. A esse propósito, cf. ANÍBAL OTERO, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1977, p. 168.

O galego exterior do Vale de Ancares conhece também a alternância dos dois ditongos referidos: o ditongo *oi*, seja qual for a sua origem, pode alternar com *ou*, sendo possível encontrar-se igualmente, ainda que com menor frequência e regularidade, a alternância de *ou* e *oi* (1).

Nalguns falares asturo-leoneses existe também a passagem de *ou* > *oi*: o facto é sobretudo característico de uma zona compacta, embora não muito extensa, das Astúrias ocidentais (2), mas ocorre também nalguns pontos isolados de Leão (3). Observe-se, porém, que em asturiano ocidental a substituição de *ou* por *oi* se verifica apenas nos casos em que ocorreu a vocalização de *l* nos grupos *al* + *cons.* e *ul* + *cons.*: cf. *foice* < *fauce* < FALCE-; *poisu* < *pouso* < PULSU-. Esporadicamente, surge também num caso em que *ou* provém de AU: cf. *esfoitu*, *esfoiteme* (4). Contudo, nos falares asturianos ocidentais, o sufixo *-oriu* encontra-se sempre representado por *-oiro*; pelo contrário, no oriente das Astúrias o mesmo sufixo manteve-se inalterado, não se tendo verificado a atracção da semivogal (5).

Determinada, pois, a área da Península Ibérica em que ocorre a substituição de *ou* por *oi* e de *oi* por *ou*, tentar-se-á descrever a situação do antigo galego-português, analisando os dados oferecidos pelos textos estudados e por outros textos antigos. Como teremos oportunidade de ver, não é totalmente exacta a afirmação de José Joaquim Nunes no *Compêndio de gramática histórica portuguesa*: «O ditongo *ou*, quer latino, quer românico, alterna na língua moderna com *oi*, dizendo-se hoje indiferentemente *ouro*, *touro*, *cousa*, *couro*, *tesoura*, *agouro*, etc., ou *oiro*, *toiro*, *coisa*, *coiro*, *tesoira*, *agoiro*, etc.; não sucedia, porém, assim na antiga, que mantinha a distinção, imposta pela diversa proveniência dos dois ditongos, dizendo *ou*, se representava o latino AU, mas *oi*, se tal não era a sua origem, isto é, quando românico» (6). Não informa o Autor em que materiais se baseou para tirar

---

(1) JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico.* Universidad de Oviedo, 1981, p. 29-30. Veja-se também o que foi dito na n. 3 das p. 560-561.

(2) Cf. GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés.* In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, tomo II dirigido por Álvaro Galmés de Fuentes. Madrid (Editorial Gredos), 1960, p. 162-163; DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas.* Separ. de *Romance Philology*, vol. X, n.º 2, 1956, p. 88-89 e 92; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental.* Oviedo, 1954, p. 160-163.

(3) GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *ob. cit.*, p. 162.

(4) LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *ob. cit.*, p. 160-163.

(5) LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *ob. cit.*, p. 93-94; R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés.* Oviedo, 1962, p. 50.

(6) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 74-75.

essas conclusões, mas o certo é que a situação da língua no período arcaico era bastante diferente da que essa afirmação deixa supor. De facto, desde o século XIII, pelo menos — mas provavelmente desde o período das origens —, que nas palavras que representavam étimos latinos com *o* seguido de -KT- se encontram formas duplas, umas com ditongo *ou*, outras com ditongo *oi* (1). Nos documentos analisados encontrei *Outubro* (1327 M 155; 1472 DL 149; 1410 L 41) e *Oytobro* (1267 O 52), *Oytubro* (1278 L 25; 1302 O 61; 1348 O 72; 1401 M 163; 1401 M 164) (2). Mas, além disso, noutros textos publicados, há exemplos da convivência dos dois tipos de formas na linguagem da época, a partir do século XIII. Assim, num documento de Ferreira de Aves datado de 1270 recolhe-se *oytubro* e noutro, proveniente do mesmo cartório e datado de 1292, regista-se *outubro* (3). Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, texto do século XIII, conhecido através de um manuscrito do século XV, ao lado de *oitavo* e *oitavario*, surge também *outavo* e *outavairo* (4). Idêntica oscilação entre os dois tipos de formas se verifica na *General Estoria*, versão galega da primeira metade do século XIV (5): aí se regista *oytauo* (cf. «ao oytauo Escorpyom» (6), *oytaua* («a oytaua espera que e o ceo») (7), simultaneamente com *outauo* (cf. «que e o outauo ceo») (8),

(1) Veja-se o que escrevi nas p. 555-556 e 560.

(2) Que o grupo -KT- teve inicialmente esse duplo tratamento provam-no indirectamente grafias do tipo *octra, octras, octrofi*, registadas em documentos galego-portugueses a partir de fins do século XII ou princípios do século XIII. Assim, na *Noticia de torto* está documentada a forma *octra:* cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la Noticia de Torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction)*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de lingvistică și filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 170. Também em documentos da Galiza do século XIII se encontram grafias paralelas: cf. *octra* (MARGOT SPONER, *ob. cit.*, p. 20, doc. de 1272), *octrofi* (IDEM, *ibidem*, p. 20, doc. de 1272), *octras* (XESÚS FERRO COUSELO, *ob. cit.*, vol. I, p. 27, doc. de 1267).

(3) PEDRO A. D'AZEVEDO, *Documentos antigos da Beira. Cartório de Ferreira de Aves (Ferreira d'Aavres)*. In: *Revista Lusitana*, vol. VIII, 1903-1905, p. 40 e 43.

(4) Cf. *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por JOSÉ JOAQUIM NUNES. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, vol. I, p. XXIII da Introdução e vol. II, p. 325. Não sabemos se essa oscilação já estaria no original, mas não é improvável, porque, como vimos, ela já existia no século XIII e, muito provavelmente, antes.

(5) *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV*. Ms. O. I. 1 del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Oviedo (Publicações de *Archivum*), 1963.

(6) *Ibidem*, p. 96.

(7) *Ibidem*, p. 182.

(8) *Ibidem*, p. 95.

outaua (cf. «ẽna outaua parte») (1). É possível que inicialmente houvesse uma distinção entre os dois tipos de formas: as formas com *ou* representariam o resultado de uma evolução de carácter culto ou semi-culto, ao passo que as formas com *oi* representariam o resultado tradicional.

É muito provável que a oscilação entre *ou* e *oi* tenha tido a sua origem em palavras com a proveniência indicada (2) e que daí se tenha propagado a palavras de outra natureza (3). Segundo tem sido salientado por alguns autores (4), é de admitir que o ponto de partida da permuta dos dois ditongos

---

(1) *Ibidem*, p. 105.

(2) Há um paralelismo muito acentuado entre a passagem de *ou* > *oi* e a de *eu* > *ei*. Creio que, também neste último caso, a causa é a mesma: a existência de formas duplas com *eu* e com *ei*, originadas devido ao contacto de *e* com i ou com u̯ resultantes da vocalização da primeira consoante dos grupos *-kt-* ou *-pt-*. A esse propósito, cf. p. 545-547.

(3) Algumas tentativas de interpretação do fenómeno *ou* > *oi* têm sido feitas, propondo-se as possíveis causas dessa alteração. Encontra-se uma síntese dessas explicações em GERMÁN DE GRANDA GUTIÉRREZ, *Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés*. In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1960, p. 158-165. Depois de as passar em revista, o Autor crê que o fenómeno resulta de uma diferenciação vocálica dos dois elementos do ditongo, realizada com carácter preventivo, para evitar a monotongação (cf. p. 162 do trabalho referido). Discordo desta explicação, em primeiro lugar porque os materiais galego-portugueses agora analisados apontam noutro sentido; além disso, porque, quer na Galiza, quer na zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, não existia — como, aliás, continua a não existir na actualidade — nenhum perigo de monotongação.

(4) No artigo que consagrou ao assunto, Lucius-Gaston Moffat, embora admita que vários factores podem ter contribuído para a generalização da alternância dos dois ditongos referidos, supõe que a origem da confusão residiu no facto de a terminação *-(d)oiro* <-TORIU- se ter confundido com *-ouro* < -AURU-: as duas terminações teriam facilmente sido sentidas como variantes, como terminações duplas e, portanto, permutáveis entre si. Depois de passar em revista algumas explicações anteriormente formuladas, afirma o Autor o seguinte: «None of the explanations yet proposed has been found to be fully satisfactory, although some, notably that of Williams and Sá Nogueira, may have been late contributing factors in the spread of the confusion. As a matter of fact, the problem is a complex one, and no one single factor will suffice perhaps to explain the phenomenon, and certainly it cannot be resolved on the basis of a purely phonetic development. It seems most likely that the origin of the confusion is to be found in the development of the very common Latin suffix *-torium* into *-doiro*, and the termination *-auru* into *-ouro*. To the popular mind, then, *-oiro* and *-ouro* might well appear to be variant or duplicative terminations, and hence interchangeable. In support of this view, it may be pointed out that the endings *-oiro*, *-ouro* are among the few cases which are 100 per cent interchangeable, and that futhermore they are the only ones interchangeable in place names, as stated above». (Cf. LUCIUS GASTON MOFFAT, *Considerations on the interchange of* -ou-, -oi- *in Portuguese*. In: *Mediaeval Studies in Honor of J. D. M. Ford*. Harvard, 1948, p. 170).

Recordando a hipótese apresentada por L. G. Moffat, Lindley Cintra admite que a origem da passagem de *ou* a *oi* esteve na convergência das terminações *-(d)oiro* < -TORIU- e *-ouro* < -AURU- e também naqueles casos «em que, na vocalização de uma consoante,

esteja também no desenvolvimento de duas terminações latinas muito frequentes: -TORIU- > *-(d)oiro* e -AURU- > *-ouro*. É fácil aceitar que as terminações *-oiro* e *-ouro* fossem sentidas como variantes ou terminações duplas, o que conduziria à alternância dos dois ditongos. Embora nos textos agora publicados não haja indícios de hesitação entre os dois ditongos em formas com essas proveniências, pode, contudo, ter sido esse outro factor que interveio, se não na origem da alternância dos dois ditongos, pelo menos na sua propagação.

As formas mais antigas que conheço em que o ditongo *ou* da terminação *-ouro* aparece substituído por *oi* datam da segunda metade do século XIV: efectivamente, na *Crónica Troyana*, cujo manuscrito, actualmente n.º 10.233 da Biblioteca Nacional de Madrid, se situa naquela época, verifica-se uma interessante flutuação entre os dois tipos de formas: a par de *ouro* (cf. «hũa maçaa de ouro», I, 125,13), surge *oyro* (cf. «de moyto *oyro* et de moyta prata», I, 104, 6); e, paralelamente, *tesouro* e *thesouro* (cf. «cõmo a tesouro moy boo», I, 275, 18; «nunca fezo thesouro», I, 156, 14) alternam com *thesoyros* (cf. «moy grandes thesoyros», I, 104, 5) (1).

É bastante sugestivo o aparecimento, no mesmo texto, dos dois tipos de formas, correspondendo a um deles o ditongo *ou* conservado e ao outro a permuta com *oi*. Mas, como a versão da *Crónica Troyana* foi escrita por «Fernán Martís» e, pelo menos, por mais dois amanuenses (2), não se pode, com segurança, saber se a flutuação entre *ouro* e *oyro* e entre *tesouro (thesouro)* e *thesoyro(s)* afectaria, na época, a linguagem do mesmo falante, ou se, pelo contrário, atingiria a comunidade em geral.

Quer a oscilação entre *ou* e *oi*, tenha tido origem inicialmente apenas na existência de formas duplas umas com *ou* e outras com *oi* representando ambas étimos latinos em que *o* ia seguido de -KT-, ou também nos casos em que a terminação *-ouro* (< -AURU-) se confundiu com *-(d)oiro* (< -TORIU-), parece poder admitir-se que a generalização a outros tipos de formas deve ter começado a verificar-se, em galego-português, desde época bastante antiga, pois já a partir do século XIII há alguns vestígios da alternância dos referidos diton-

---

se registou uma oscilação que tanto podia conduzir à fixação do estreitamento caracterizador na região palatal como na região velar». Cf. Luís F. LINDLEY CINTRA, *Os ditongos decrescentes* ou *e* ei: *esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1970, p. 129.

(1) Cf. KELVIN M. PARKER, *Vocabulario de la Crónica Troyana*. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid). Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958, p. 10 e 153. Informações colhidas também em RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *ouro* e *tesouro, thesouro*.

(2) KELVIN M. PARKER, *ob. cit.*, p. XV da Introdução.

gos em formas com diferente origem. No que se refere aos textos publicados neste trabalho, verifica-se que, exceptuando o caso de *oyue* 'houve' registado no documento 1414 L 42, as palavras conservam em geral o ditongo que inicialmente tinham de acordo com a sua proveniência etimológica. Podem, no entanto, encontrar-se alguns indícios de que a alternância tinha começado a generalizar-se, pelo menos desde o século XIII, em Portugal e na Galiza. Relativamente à Galiza (1), são prova disso as formas *en xoyto* e *enxouto* registadas num documento orensano de meados desse século (2); por outro lado, também a coexistência, na tradução galega da *Crónica de Castela*, manuscrito dos últimos anos do século XIII ou do início do século XIV (3), de formas com *ou* e com *oi* no perfeito e tempos afins do verbo *trager*. Assim, a par das formas *trouxi* (1.ª pes.), *trouxe, trouxi* (3.ª pes.), *trouxerõ, trouxeron, trouxera, trouxese, trouxesem, trouxessẽ*, ocorrem também *troixe, troyxe* (3.ª pes.), *troixerõ, troyxese, troixesse, troixessem* (4). Paralelamente, há também em textos portugueses do mesmo período algumas formas que atestam a alternância dos dois ditongos. Assim, num documento do cartório do mosteiro de Pendorada do século XIII surge *courelias* (5), forma que é certamente um falso latinismo, uma vez que o seu étimo é QUADRELLA (6). De qualquer modo, sob o ponto de vista que nos

---

(1) Não pretendo ser exaustiva na indicação das abonações antigas da alternância dos ditongos *ou* e *oi*. Basta-me mostrar como, desde o século XIII, essa particularidade podia ocorrer no galego-português. Os dados agora aduzidos provam que o fenómeno é muito antigo — do século XIII, pelo menos —, contrariamente ao que supôs Gaston Moffat no artigo citado na nota 4 da p. 564. Segundo o Autor, a confusão entre os dois ditongos começou a realizar-se nos últimos anos do século XIV, tornando-se particularmente intensa no fim do século seguinte: «We are therefore justified, it would seem, in concluding that, allowing for a time lag between its evolution in pronunciation and the first written manifestations of it, the confusion between *-ou-, -oi-* began to operate, in certain cases, around the closing years of the fourteenth century, and that by the end of the fifteenth it had become quite widespread, especially in popular speech» (p. 167). Embora sem precisar uma data, também K. Baldinger considera que «*ou* y *oi* no se confundieron en portugués hasta época tardía, esto es, que en su origen estaban etimológicamente separados (...)». Cf. KURT BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid (Editorial Gredos), 1962, p. 159-160, n. 197.

(2) Sobre essas formas, veja-se o que escrevi na n. 1 da p. 559.

(3) Sobre a data do manuscrito, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. I, Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XLIII-XLVI.

(4) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, 1977, s.u. *trager*.

(5) Cf. PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos portugueses de Pendorada do século XIII*. In: *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, p. 94.

(6) Sobre a evolução do grupo -DR- em posição intervocálica, cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 99, § 198 e JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 116.

ocupa, ela revela já a substituição de *oi* por *ou*. No *Livro dos Bens de D. João de Portel* oscilam as formas *courelam e coyrelam* (1). Em textos do século seguinte surgem também naturalmente alguns exemplos. No início do século, aparece a forma «entre *douro* e minho» em vez de «entre *doiro* e minho» (2) e no *Livro de Falcoaria de Pero Menino* regista-se duas vezes a forma *couro* por *coiro* (3). Em documentos algarvios compreendidos entre 1332 e 1414 ocorrem alguns exemplos comprovativos da alternância entre *ou* e *oi* (4): *Dois* (5), *dois* (6), *Moyros* (7), *coiza* (8), *coizas* (9). A partir de fins do século XIV e princípios do século XV, a alternância vai-se tornando mais frequente (10), generalizando-se, relativamente a muitas formas, durante este século e o século seguinte (11).

---

(1) Informação colhida em LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Os ditongos decrescentes* ou *e* ei: *esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1970, p. 129.

(2) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. III, Lisboa (Imprensa Nacional de Lisboa), 1942, p. 45. Informação colhida na p. 129 do artigo de Lindley Cintra citado na nota anterior.

(3) *Livro de Falcoaria de Pero Menino*, publicado com introdução, notas e glossário por Rodrigues Lapa. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1931, p. 3 (cf. «antre o *couro* e a carne») e p. 35 (cf. «o mais delguado *couro* do baldreu»). Como o texto é uma cópia tardia — possivelmente dos primeiros anos do século XVII — de um manuscrito original do último quartel do século XIV (cf. p. XI-XII), não é possível saber com segurança se a particularidade acima referida se encontrava no original ou se, pelo contrário, resulta de uma modernização do copista.

(4) Documentos publicados por ALBERTO IRIA, *Descobrimentos portugueses. O Algarve e os descobrimentos*, vol. II, tomo II. Lisboa (Edição do Instituto de Alta Cultura), 1956.

(5) IDEM, *ibidem*, p. 417, doc. de 1332.

(6) IDEM, *ibidem*, p. 428, doc. de 1392.

(7) IDEM, *ibidem*, p. 420, doc. de 1368.

(8) IDEM, *ibidem*, p. 477, doc. de 1414.

(9) IDEM, *ibidem*, p. 477, doc. de 1414.

(10) LUCIUS-GASTON MOFFAT, *ob. cit.*, p. 167. Veja-se também a recensão crítica a este artigo publicada por MARÍA ROSA LIDA DE MALKIEL na *Nueva Revista de Filología Hispánica*, ano III, n.º 1, 1949, p. 83-84.

(11) No excelente glossário de Ramón Lorenzo sobre o vocabulário da tradução galega da Crónica Geral e da Crónica de Castela, o Autor, que consultou um grande número antigos textos galego-portugueses, informa, relativamente a algumas palavras, que a generalização de formas com ditongo diferente do que possuíam de acordo com a proveniência etimológica ocorreu no século XVI. Recorde-se, por ex., o que se diz nos artigos respeitantes a *açoutar, agoiro, cousa* e *dous*. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, vol. II (Glosario) nas palavras indicadas. Reflexo da hesitação dos dois ditongos referidos na língua do século XVI são algumas formas que se encontram na boca de personagens vicentinas e não apenas na linguagem dos judeus. Sobre esse assunto, veja-se o

Iniciado, portanto, no período galego-português o processo de flutuação entre os dois ditongos, ele continuará a desenvolver-se ao longo dos séculos seguintes, tornando-se mais amplo e atingindo outros tipos de formas, passando, nalguns casos, essa alternância a estar sujeita a condicionamentos de carácter sociolinguístico ou estilístico; outras vezes, a escolha de uma das duas formas depende de factores de carácter regional (1).

Consonantismo

1. *-l-* e *-n-* intervocálicos

A síncope de *-l-* e *-n-* em posição intervocálica é um fenómeno característico do galego-português (2). Ocorreu inicialmente no território da antiga Gallaecia (3) e, desse foco inicial, o facto propagou-se, com a Reconquista, ao Centro e Sul de Portugal, onde as referidas consoantes se conservavam (4).

---

que escreveu PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie Klincksieck), 1959, p. 204 e 209-214 e LEIF SLETSJØE, *Dos fenómenos lingüísticos en la obra dramática de Gil Vicente. (Diptongo* oi *por* ou; *desinencia verbal* -ade). In: *Romanistisches Jahrbuch* (Hamburg), vol. XVII, 1966, p. 301-322. O que se refere à alternância dos ditongos *ou* e *oi* encontra-se nas p. 301-311. Segundo informa o Autor do artigo (cf. p. 306-310 e sobretudo p. 309), verifica-se em Gil Vicente não só o emprego de *oi* em formas que etimologicamente teriam *ou*, como também a utilização de várias formas com *ou*, quando, de acordo com a sua proveniência etimológica, se esperaria *oi*. Embora o primeiro fenómeno seja o mais característico em Gil Vicente e aquele a que se tem consagrado mais atenção, é interessante comprovar que a alternância se verificava nos dois sentidos.

(1) Há muitas palavras que, em português, apresentam uma forma dupla, ora com *ou* ora com *oi*. Algumas observações sobre a alternância dos dois ditongos nesse tipo de formas assim como sobre aquelas palavras que já se fixaram definitivamente num dos ditongos podem colher-se em PAUL TEYSSIER, *Manuel de langue portugaise*. Paris (Éditions Klincksieck), 1976, p. 31.

(2) Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 124, § 251; p. 117-121, §§ 238 e 240; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 68-69, § 75; p. 70-74, § 78; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 106-108, § 40, E — 2º e p. 108-112, § 40, F — 2º; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 42, § 26, 4 e p. 40-42, § 26, 3.

(3) HARRI MEIER, *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*. Separ. de *Biblos*, vol. XVIII, 1943, p. 18; IDEM, *Ensaios de filologia românica*. Lisboa, edição da *Revista de Portugal*, 1948, p. 27.

(4) Sobre a persistência de *-l-* e *-n-* intervocálicos em moçárabe, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 432-433; MANUEL SANCHIS GUARNER, *El mozárabe peninsular*. In: *Enciclopedia lingüística hispánica*, tomo I, Madrid (C. S. I. C.), 1960,

Veremos, em seguida, que dados nos fornecem os documentos estudados e que se situam exactamente naquela zona.

a) No que se refere ao tratamento de *-l-* intervocálico, os textos da zona portuguesa a norte do Douro oferecem de modo uniforme e regular formas com síncope da referida consoante. Mesmo nos documentos dos últimos anos do século XIII é já esse o resultado habitual. Não se encontram exemplos de sobrevivência de *-l-*, naturalmente apenas com valor gráfico e por influência da grafia latina, como acontece na *Notícia de torto*, documento redigido nos princípios do mesmo século, muito provavelmente entre 1214 e 1216 (1). De facto, neste texto surgem as formas *casales, quales, quali, Pelagio* (2). Formas semelhantes não aparecem nos textos portugueses estudados. Encontram-se apenas formas como as seguintes: *adeãte* (1281 M 152), *adeante* (1289 DL 141), *adóórado* 'atormentado, sofredor' (1416 M 168), *cabidóó* (1345 DL 146), *caſaes* (1285 DL 139; 1315 DL 145; 1335 M 160), *caſaeſ* (1317 M 154), *door* 'dor' (1416 M 168), «San *Giaão* dos Gafos» (top.) (1401 M 163; 1401 M 164), *Moeſteiróó* (top.) (1345 M 161), *Paaço* (top.) (1331 M 156), *paaço* (1484 DL 150), *quaeſ* (1287 DL 140; 1345 DL 146; 1331 M 157), *uóóntade* (1303 M 153), etc.

A referida consoante conserva-se apenas quando tornada final após a apócope de *-e: Aveláál* (top.) (1331 M 157), *jeeral* (1411 M 167), *jeerall* (1472 DL 149, etc.), *qual* (1484 DL 150; 1303 M 153; 1317 M 154; 1334 M 159; 1404 M 165), *quall* (1448 DL 147), etc.

Além disso, *-l-* pode aparecer substituído por *r* em virtude de fenómenos de tipo assimilatório. Assim se explica a forma *pouorarã* (1484 DL 150), 6.ª pes. do futuro do indicativo de *pouorar*, representante da forma latina POPULARE (3).

---

p. 322. Há ainda actualmente no Sul do País algumas formas toponímicas com *-n-* e *-l-* conservados — cf., por exemplo, *Mértola, Grândola, Fontanal* (Lisboa), etc. —, ao lado de numerosas formas da língua comum com conservação das mesmas consoantes, sobretudo no falar algarvio. A esse propósito, veja-se o que escrevi em *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, Coimbra, 1975, p. 38-49 e 123-124.

(1) AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= *Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares*). Coimbra, 1977, p. 297-300.

(2) Cf. linhas 13, 25, 28, 41 e 55 do referido documento. Consulte-se, quer a leitura crítica de AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 301-307, quer a de Luís F. Lindley Cintra inserida em *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la Noticia de Torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction)*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres International de lingvistică şi filologie romanică*, vol. II. Bucareste, 1971, p. 170-172.

(3) Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 72, § 135. Resultados divergentes do mesmo étimo latino são também *pobrar* (arc.) e *povoar*.

No que se refere aos documentos da Galiza, há algumas particularidades que importa referir. Tal como nos documentos da zona portuguesa a norte do Douro, normalmente aparecem formas com queda de *-l-* intervocálico: *auoença* (1299 P 114), *auoengo* (1317 P 126), *avoo* (1450 L 44), *auóó* (s.m.) (1329 C 9; 1274 L 24), *auóós* (1310 L 34), *auóóſ* (1258 L 21), *auoos* (1317 P 126), *cabidóó* (1344 C 12; 1367 C 14; 1307 L 32), *cabidoo* (1306 L 31; 1414 L 42), *candea* 'vela' (1302 O 61), *caſaeſ* (1262 C 2), *caſaes* (1333 C 10; 1334 C 11; 1351 C 13; 1399 C 16), *caſſaes* (1367 C 14), *Caſááéſ* (top.) (1282 P 100), *çééo* (1298 L 29) (1), «Santa *Coonba*» (top.) (1298 L 29; 1281 O 55), «Santa *Coõba*» (top.) (1414 L 42), *ueante* (1399 C 16; 1307 L 32), *diante* (1414 L 42), *doença* (1414 L 42), *doente* (1348 O 71; 1348 O 72), *Eſcaayro de Carrijs* (top.) (1473 O 84) (2), «Domj̃go *Figueiróá*» (1295 P 107), *Figueiróó* (top.) (1295 P 107), *Greyóá* (top.) (1283 L 27), *jeada* 'geada' (1335 L 37), *maaſ* 'más' (1339 O 70), *moyños* (1316 L 36), *moyno* (1474 L 47), *muyño* (1310 L 34), *pááço* (s.m.) (1308 L 33; 1310 L 35), «*Paaço* de Meis» (top.) (1407 P 133), «*Pááço* Donego» (1299 P 115), *Paaços* (1310 L 34), *Páázoſ* (top.) (1283 L 27), *Poõbar* (top.) (1473 O 84), *ſoa* 'só' (adj. fem.) (1506 P 136), «Parede *Soa*» (top.) (1333 P 131), *uóóntade* (1269 C 4), *uoontade* (1322 O 67; 1318 P 127), *voontade* (1450 L 44), *vóóntade* (1308 L 33), *uoõtade* (1333 C 10; 1351 C 13; 1325 P 130), etc.

Quando a referida consoante se torna final após a apócope de *-e*, de um modo geral, mantém-se, mas pode também transformar-se em *-r*. Exemplificam o primeiro resultado, entre outras, as formas seguintes: *cabeꝯal* (1281 O 55), *Caruallal* (top.) (1308 L 33), *caſal* (1274 L 24; 1302 L 30; 1306 L 31; 1308 L 33; 1310 L 34; 1310 L 35), *eſtauil* (1299 P 114), *formal* (s.m.) (3) (1474 L 47), *jornal* (s.m.) (1475 L 48) (4), *nabal* (1308 L 33), *tal* (1329 C 9; 1333 C 10; 1334 C 11; 1367 C 14; 1385 C 15; 1434 C 17; 1258 L 21, etc.), etc.

---

(1) O aparecimento, já no século XIII, de formas com falso hiato, não etimológico, como *Caſááéſ*, *çééo* e tantas outras, permite supor que, pelo menos desde essa época, o hiato de duas vogais iguais tinha começado a resolver-se, por crase, na língua falada. Só desse modo pode explicar-se a geminação gráfica de algumas vogais que surge no antigo galego-português.

(2) Sobre o étimo desta forma toponímica, um derivado de SCALA-, SCALARIU-, veja-se o que escrevi na p. 536, n. 1.

(3) *O Diccionario galego-castelán* de Carré Alvarellos (4.ª ed., La Coruña, 1972) regista a palavra *formal* (s.m.) com o sentido de 'paredes de una casa arruinada o por concluir y sus cimientos'. Este sentido adapta-se bem ao contexto em que surge a palavra no texto indicado: «Itẽ vos aforamos mays segũ que dito he hũ *formal* para hũ moyno enno rrio que fere enno rrigeyro das olas (...)».

(4) A palavra aparece no seguinte contexto: «e mays vos damos outro *jornal* de vjña que jaz enna rribeyra, e mays outra peça de vjña que jaz ennas vielas (...)» (ll. 13-14).

O segundo tratamento encontrei-o apenas em *caſar* 'casal' (s.m.) (1257 L 20; 1281 L 26; 1404 L 38; 1407 L 40; 1281 O 55; 1285 O 56; 1314 O 65; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1360 O 73; 1396 O 76), *caſſar* (s.m.) (1302 O 60; 1367 O 74) (1), *casares* (1473 O 80), *caſares* (1351 C 13; 1335 L 37; 1292 O 59 (2); 1299 P 114), *caſaref* (1281 L 26; 1302 O 61 (3); 1280 P 98), *caſſares* (1334 C 11) (4).

Em contraste com os documentos da região portuguesa abrangida pelo presente estudo, os textos da Galiza oferecem algumas formas com manutenção de *-l-*. Nalguns casos, trata-se de castelhanismos evidentes: o carácter tardio — fins do século XV e século XVI — e a natureza dos textos em que se encontram, profundamente afectados pela influência do castelhano, não deixam dúvidas sobre a sua interpretação. Além disso, o próprio contexto em que se enquadram as formas desse tipo parece confirmar essa explicação. Situam-se nesse grupo, entre outras, as seguintes palavras: *adelãtado* (1499 O 89: «*adelãtado* mayor del Regno de Galizia»), *sola* 'só, única' (1475 L 48: «ꝛ fique en hũa persona *sola*»), *ſolja* (3.ª pes. imperf. do ind. de *ſoler*) (1502 L 51: «nobe fanegas de pan ljnpo ꝛ ſeco medido por la medida dereyta da terra por donde lo *ſolja* pagar o dito Rodrigo de Quintãa Donega» (5), *velo* 'véu' (1502 L 51: «(...) frayras del *velo* preto do dito moſteyro»), etc. Mas ocorrem também formas idênticas com conservação de *-l-* em textos correspondentes a uma época mais antiga, a partir do século XIII. Trata-se de um grupo de formas de diferentes tipos que abarcam, por um lado, alguns patronímicos, algumas formas de plural em *-les* (6), advérbios e formas nominais: «Pedro *Migueles*» (1333 C 10), «frey Johan *Mjguelez*» (1367 C 14), «Pedro *Miguelez*» (1314 O 65), «Martin *Migelez*» (1302 O 61), «Maria *Miguelez*» (1274 L 24), «Pedro *Miguellez*» (1301 P 118), «Loppo *Pelaes*», «Fernã *Pelaes*» (1333 C 10), «Pedro *Pelaez*» (1269 C 4), «Loppo *Pelaez*» (1334 C 11),

---

(1) No mesmo texto surge também *caſſal*.

(2) No mesmo documento regista-se, mais que uma vez, a forma *caſſal*.

(3) A forma *caſal* está também documentada no mesmo texto.

(4) No mesmo documento regista-se a forma do singular *caſſal* e a do plural *caſaes*.

(5) Trata-se de um dos documentos em que afloram, com mais clareza, os vestígios da interferência entre o castelhano e o galego-português.

(6) O aparecimento de formas de plural em *-les* já em documentos dos séculos XIII e XIV faz supor que formas análogas existentes no galego actual não devem interpretar-se exclusivamente como resultado da influência castelhana, pelo menos de influência castelhana recente. Sobre a explicação geralmente dada às formas de plural com conservação de *-l-*, veja-se, por exemplo, J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 68; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 104. Veja-se também o que escrevi, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, 2. O nome. A. Substantivo.

«Michael *Pelaez*» (1258 L 23), «Ruy *Pelaez*» (1302 L 30), «Aras *Pelaez*» (1308 L 33), «Martī *Pelaez*» (1267 P 91), «Johã *Pelaez*» (1278 P 96), «Johan *Pelaez*» (1287 P 103. No mesmo texto aparece «Paay *Nunez*» e «Nuno *Paayz*»), «Ffernan *Pelaez*», «Johan *Pelaez*» (1288 P 104), «Lourenço *Pelaez*» (1290 P 106), «Joham *Pelaez*» (1295 P 107), «Gonçaluo *Pelaez*» (1299 P 114. No mesmo documento surge «Gonçaluo Paez»), «Lourẽço *Pelaez*» (1301 P 118), «Aras *Pelaez*» (1316 P 124), «Loppo *Pelaeσ* (1351 C 13), etc.»; *eſtauileſ* 'estáveis' (1299 P 114), *mobeles* 'móveis' (adj.) (1450 L 44), *moueles* (1310 L 34), *mouileſ* (1299 P 114), *mouiliſ* (1269 C 4: «pedraſ *mouiliſ* ȝ nõ *mouiliſ*»), *moueles* (1414 L 42), *mouelles* (1307 L 32; 1308 L 33), *mouilleſ* (1302 P 120), *ſemellaueles* (1339 O 70), *ſſemellauiles* (1367 O 74), *ſolamente* (adv.) (1300 C 8; 1372 O 75; 1396 O 76; 1295 P 107; 1299 P 117; 1305 P 123), *ſolamẽte* (1334 O 69; 1360 O 73; 1298 P 113; 1299 P 116), *solamẽte* (1426 O 78), *Pelayo* (1265 C 3; 1282 C 7; 1269 P 92), *portugaleſes* 'portugueses' (1320 P 128: «de dineyros *portugaleſes*»), *talega* (1299 P 114; 1302 O 61), *tallega* (1315 O 66), *talegas* (1299 P 114) (1), *toneleyro* 'tanoeiro' (1295 P 107), *uolũtade* 'vontade' (1255 L 19), etc.

Como vimos acima, a perda de *l* entre vogais é um traço característico do galego-português. Por conseguinte, não deixa de surpreender o aparecimento de formas com manutenção de *-l-* em textos dessa região. O problema que se põe consiste em saber se se trata de formas reais da língua falada dos copistas dos respectivos textos ou se, pelo contrário, resultam da influência da tradição latina. O facto de surgirem não apenas em documentos do século XIII — período em que os copistas estavam muito habituados a escrever textos notariais em latim —, mas também nos séculos XIV e XV parece levar a rejeitar a segunda hipótese. Também não pode aceitar-se que essas formas sejam o resultado do facto de os notários estarem familiarizados com textos leoneses, por um lado, porque elas aparecem em documentos de toda a Galiza e não apenas da zona oriental; por outro, porque os documentos em que surgem essas formas são em número relativamente elevado para poder pensar-se que, em virtude de determinadas circunstâncias — naturalidade, viagens, leituras, etc. —, poderiam alguns notários manifestar na sua língua falada formas desse tipo. Sendo assim, parece-me mais provável supor

---

(1) É interessante observar que desta forma surgem também nos textos estudados outras variantes com síncope de *-l-*: *teega* (1404 L 38; 1405 L 39), *teegas* (1404 L 38), *tegas* (1348 O 71), *téégas* (1367 C 14), *teeiga* (1320 P 128), *teeyga* (1301 P 118), etc. Coexistiam, portanto, formas com os dois tratamentos. Apesar de se tratar de uma palavra de origem árabe, proveniente de *ta'liqa* 'saco, bolsa', também ela veio a sofrer a perda de *-l-*. Sobre o étimo, cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. IV, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *talega*.

que se trata de formas reais da língua falada da época que sobreviveram lado a lado com as mais correntes com síncope de *-l-* ou que se infiltraram na Galiza, devido à influência castelhana, muito mais antiga do que, em geral, costuma considerar-se. Aliás, já relativamente a outros factos, tive oportunidade de referir que, já nos textos do século XIII, há indícios de que essa influência se fazia sentir na Galiza (1).

b) O estudo do tratamento de *-n-* intervocálico oferece alguns aspectos muito interessantes, uns comuns a toda a área estudada, outros exclusivos dos textos a norte do Minho.

O resultado mais geral, tanto nos textos da Galiza como nos da zona de Entre-Douro-e-Minho, é o seu desaparecimento, sem deixar qualquer vestígio de nasalidade sobre a vogal anterior. Pelo menos, na maior parte dos casos, não há qualquer indício gráfico de que, no período em que se situa o presente estudo, se conservasse nasalidade sobre a vogal que precedia a referida consoante. Já desde o século XIII que as formas gráficas desse tipo são muito frequentes. Eis alguns dos muitos exemplos recolhidos: *beeyta* 'benta' (cf. «agoa *beeyta*») (1401 M 163; 1401 M 164), *gaado* 'gado' (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150), *jeerall* (1472 DL 149), *jeeral* (1407 M 166; 1411 M 167), «*geeral mẽte*» (1315 DL 145), o patronímico *Meẽdiz* (1281 M 151; 1334 M 158), *moeſteiro* (1309 DL 142; 1454 DL 148), *moeſteyro* (1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1472 DL 149; 1345 DL 146), *Moeſteiróó* (top.) (1345 M 161), *nomeada* (1281 M 151), *nomeardes* (1313 DL 143), *perteẽças* (1327 M 155; 1331 M 157; 1334 M 158; 1334 M 159; 1348 M 162; 1401 M 164; 1407 M 166), *termhos* (1303 M 153), *termho* (1345 DL 146), etc.; «Sſan Payo d' *Auelaeda*» (1281 O 55), *Auellaedo* (top.) (1329 C 9), *conpoedores* (1334 C 11), *conpoendo* (1334 C 11), *debaado* 'dobado' (1281 O 55) (2), *doar* (1298 L 29), *Fonteelo* (top.) (1274 L 24), *gáádo* (1281 O 55), *geeraçõ* (1299 P 114), *geeraçon* (1450 L 44), *geeral* (1434 C 17; 1410 L 41; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49), *Géeſtoſſa* (top.) (1289 P 105), *geoleyraſ* 'joelheiras, parte da armadura que protegia o joelho' (1290 O 58), *Ljmjareſ* (top.) (1281 L 26), *moeſteyro* (1334 C 11; 1344 C 12; 1367 C 14; 1385 C 15; 1434 C 17; 1283 L 27; 1286 L 28; 1310 L 34; 1450 L 44; 1475 L 48; 1497 L 50; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1269 P 92; 1269 P 93; 1278 P 96; 1280 P 97; 1281 P 99; 1283 P 101; 1287 P 103; 1290 P 106; 1296 P 109; 1298 P 113; 1299 P 114; 1301 P 118, etc.), *moeſteiro* (1434 C 17; 1283 L 27; 1442 L 43; 1475 L 49; 1274 O 53; 1281 O 55; 1339 O 70; 1295

(1) Veja-se o que escrevi nas p. 511 e 539.

(2) A palavra aparece no contexto seguinte: «Mando o fiado daſ eſtopaſ que teño *debaado* a Maria Suarez ⁊ a Tereyga ⁊ Maria Martinz».

P 107; 1296 P 109; 1296 P 110; 1299 P 117; 1302 P 122; 1305 P 123, etc.), *mooſteyro* (1281 L 26), *pertéénçaſ* (1281 O 55), *perteenças* (1506 P 136), *perteeçẽ* (1298 P 113; 1317 P 125; 1473 O 80), *perteeçer* (1298 P 113; 1317 P 125), *perteesçer* (1407 P 133), *perteeſçer* (1310 L 34), *poer* (1459 L 46), *ſartageadaſ* 'o que cabe de uma vez numa sertã' (1) (1285 O 56), *ſartajeadas* (1396 O 76), *ſeara* (1313 O 64; 1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76), *seara* (1473 O 86), *ſſeara* (1473 O 84), etc.

Em documentos de fins do século XIII e do século XIV as duas vogais em hiato, formado em consequência da queda de *-n-*, aparecem, por vezes, assinaladas com um sinal gráfico sobreposto semelhante a duas vírgulas, as quais, num traçado rápido, se apresentavam unidas, tomando uma forma ondulada. Menos frequentemente, os mesmos sinais gráficos aparecem nos séculos XV e XVI. A sua função era muito provavelmente apenas a de indicar o hiato (2), uma vez que os mesmos signos aparecem sobre vogais postas em contacto em virtude da perda de outras consoantes. Suponho, por esse motivo, que não fariam referência ao carácter nasal das vogais sobre que incidiam. No entanto, não é absolutamente seguro se, no caso de o hiato resultar da perda de *-n-*, os signos referidos podiam indicar também a nasalidade das vogais. Limito-me a mencionar algumas das formas recolhidas: *Aueláál* (top.) (1331 M 157), o patronímico *Mééndiz* (1285 DL 139), *pertéézaſ* (1287 DL 140), *téér* (1287 DL 140), *uéém* 'vêm' (6.ª pes. do pres. do ind. de *vir*) (1303 M 153), *uíjr* 'vir' (1317 M 154), *gáádo* (1258 L 21; 1281 O 55; 1285 O 56; 1339 O 70; 1295 P 107; 1299 P 114), *gáádoſ* (1286 L 28), *géeſtal* (1289 P 105), *móéda* (1367 O 74), *móeſteyro* (1283 L 27), *noméé* (1339 O 70; 1396 O 76; 1506 P 136), *pertéézas* (1335 L 37; 1296 P 111), *téémoſ* (1301 P 118), *téén* 'têm' (6.ª pes. pres. indic. de *téér*) (1281 O 55), *téér* (1265 C 3; 1282 C 6; 1281 L 26; 1360 O 73; 1396 O 76; 1280 P 97), *víjr* (1434 C 17), etc.

Noutros casos, também muito frequentes, a nasalidade resultante da síncope de *-n-* aparece representada por til sobre a vogal precedente: *auẽẽza* (1289 DL 141), *homẽes* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1335 M 160) (3), *mõeſ-*

---

(1) A palavra aparece no contexto seguinte: «(...) ȝ darmos ende cada anno (...) treſ *ſartageadaſ* de ffolloas ȝ duas gallĩas ȝ XII. ouos (...)». A variante *ſartajeadas*, registada num documento igualmente proveniente do mosteiro de Santa Maria de Oseira, ocorre em contexto muito semelhante: «et cada anno por dia de Sam Martino daredes por foros trijnta ſoldos ȝ daredes cada hũ anno ao noſo grãjeyro d'Anbas Meſtas tres *ſartajeadas* de folloas ȝ hũa ſoldada de pã brãqo ȝ hũ almede de vjño (...)» (1396 O 76).

(2) Veja-se também o que sobre o assunto escreveu José Luís Pensado Tomé, *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-português*. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962, p. 17, 19, 20 e 22.

(3) Veja-se o que será dito adiante, no parágrafo 11 deste capítulo, a propósito da evolução das palavras procedentes de étimos latinos terminados em *-mĭnem*.

teyro (1289 DL 141), *põer* (1345 DL 146; 1448 DL 147), *tẽor* (1315 DL 145); *cõõgos* (1407 L 40), *dõar* (1299 P 114), *dõas* (s. pl.) (1348 O 71), o patronímico *Eſteuãez* (1274 O 53), *gãado* (1414 L 42; 1339 O 70), *gẽerazũ* (1281 C 5), o patronímico *Mẽẽdez* (1292 O 59; 1278 P 96; 1289 P 105; 1301 P 119), *mẽoreſ* (1302 O 61) (1), *mõeſteiro* (1262 C 2; 1322 O 67), *nomẽadaſ* (1262 C 2), *nomẽe* (1407 P 133), *ordẽe* (1372 O 75; 1473 O 80), *pertẽẽças* (1300 C 8; 1351 C 13; 1285 O 56; 1292 O 59), *pertẽece* (1333 P 131), *põer* (1459 L 46), *purgamẽo* 'pergaminho' (1450 L 44), *ſartagẽadas* (1339 O 70), *tẽẽ* (1333 C 10; 1473 O 80), *tẽedes* (1442 L 43), *tẽer* (1322 O 67), *termĩos* (1295 P 107), *termĩo* (1299 P 115), *vẽes* 'bens' (1474 L 47), *Virgẽe* (1414 L 42; 1473 O 80), etc.

Os documentos da Galiza oferecem ainda outro tipo de formas bastante interessantes em que a nasalidade resultante da perda de *-n-* afecta as duas vogais em hiato ou aparece transposta para a segunda vogal (2). No caso de a grafia já não registar a existência de hiato, a vogal resultante da crase mantém a ressonância nasal. Importa ainda observar que essa nasalidade é, com bastante frequência, representada por *n* em posição pós-vocálica. Exemplificam esse resultado as formas a seguir indicadas: *fijndo* (1506 P 136), *gãado* 'gado' (1367 C 14), *gáándo* (1322 O 67; 1299 P 114), *gáándos* (1351 C 13) (3), *geonloſ* 'joelhos' (1333 O 68) (4), *Graanda* (topónimo correspondente a *Granada*) (1282 C 6), *maenfeſtamoſ* (1282 C 7), *Millgrandeyra*

---

(1) A forma citada ocorre no contexto seguinte: «Mãdo (...) aos frades *mẽoreſ* de Monte Rey çinquaenta mor.».

(2) É muito provável que, em alguns casos, o hiato fosse apenas gráfico, correspondendo na língua falada a uma vogal simples. Aliás, desde fins do século XIII, mas sobretudo a partir do início do século seguinte, aparecem falsos hiatos, ou seja, geminações gráficas sem qualquer justificação etimológica. Formas desse tipo provam que na língua falada o hiato tinha já começado a resolver-se, o que determinou a hesitação dos copistas na fixação gráfica dos textos.

(3) A forma *gando* mantém-se nos actuais falares galegos; em português, pelo contrário, existe *gado*, com perda da ressonância nasal: GANATU- →*gãado* →*gaado* →*gado*. Porém, no concelho de Melgaço, foi ainda registada a forma *gando* por José Leite de Vasconcelos nas povoações de Castro Laboreiro, S. Gregório e Alcobaça. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Opúsculos*, II. *Dialectologia* (Parte I), Coimbra, 1928, p. 166 e 349. Também em parte do concelho de Arcos de Valdevez, ainda no princípio do século, foi assinalada a mesma forma. Cf. F. ALVES PEREIRA, *Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez (Alto Minho)*. In: *Revista Lusitana*, vol. XX, 1917, p. 250. Veja-se também *Revista Lusitana*, vol. XIX, 1916, p. 205, s.u. *canle*.

(4) Sobre outras abonações galegas de *geonllos* (e das variantes *jeonllos* e *gionlos*) em textos do século XIV, veja-se R. LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", 1977, s.u. *geollo*. O galego moderno usa ainda na literatura a forma *xionllo*.

(top.) (1473 O 86) (1), *moenſteyro* (1262 C 2) (2), *Quintenlla* (top.) (1348 O 72), *téénr* (1262 C 2), *tẽenr* (1506 P 136), *tyundo* ('tido', partic. pas. de *teer*) (1348 O 72), *vijnr* 'vir' (1502 L 51), *uíjnr* 'vir' (1262 C 1), etc.

É interessante observar que este tratamento de -N- se conserva ainda com frequência no galego actual, existindo, por vezes, formas duplas com e sem nasal: *gando — gado; xionllo — xiollo* (procedentes de GENUCULU-); *monllo-mollo* (provenientes de MANUCULU-. Cf. R.E.W., n.º 5306); *coenllo — coello; amencer, mencer, amancer — amaecer, amaeser, amaicer, ameicer* e *ameiser*. Nas formas em que se conservou, a nasalidade acabou por tomar valor consonântico (3).

No que se refere ao português, a nasalidade resultante da síncope de -N-, a qual passou a incidir sobre a vogal anterior, perdeu-se na maior parte dos casos. No entanto, existem ainda actualmente, ou existiram até uma época relativamente próxima, também algumas formas com consoante nasal, análogas às formas galegas citadas, nalgumas variedades setentrionais do Minho e de Trás-os-Montes (4). Por outro lado, aparecem também com

---

(1) A forma *Millgrandeyra* é certamente, na sua origem, a designação de uma árvore de fruto, a romãzeira. Provém da junção do sufixo -ARIA a MALA GRANATA ('fruto com grãos') que, por um fenómeno de etimologia popular, se alterou em MILLE GRANATA (em que o numeral MILLE é usado como expressão de quantidade). No português dialectal está documentada a forma *migradeira*. Assim acontece na linguagem de algumas povoações da região do Sabugal. Nas povoações da região de Xalma existe a mesma forma em Valverde del Fresno, ao passo que em Eljas e San Martín de Trevejo vive a forma *migreira*. Cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 396.

(2) Relativamente a *moenſteyro*, importa observar que a mesma forma surge duas vezes no *Testamento* feito por Elvira Sanches ao mosteiro de Vairão e datado de 1193. Uma forma com tratamento idêntico, *partiçoens*, ocorre no *Auto de partilhas*, datado de 1192. Conforme recentemente mostrou o Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa, quer num, quer noutro caso deve tratar-se de versões feitas nos fins do séc. XIII de dois documentos originais em latim. A esse propósito, veja-se AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= *Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares*). Coimbra, 1977, p. 265-278.

(3) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 66-68; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 40-42; IDEM, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 61-62. Sobre a área de *amencer* e variantes, veja-se CONSTANTINO GARCÍA, *Amanecer en gallego*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 1, 1974, p. 150-158 e mapa n.º 1.

(4) Veja-se o que, a propósito da existência de forma *gando* nalgumas povoações do Alto Minho (concelhos de Melgaço e Arcos de Valdevez) se disse na n. 3 da p. 575. A essa forma acrescentem-se outras, por exemplo, *canle* 'canal do moinho' (< CANALE-)

alguma frequência em textos galegos do século XIII ao século XVI formas com *-n-;* nos textos portugueses estudados a ocorrência de formas análogas é muito mais esporádica e verifica-se apenas durante o século XIII e primeira metade do século XIV. Pelo facto de, neste caso, me parecer importante, indicarei todas as formas registadas e, por fim, tentarei determinar o valor (ou valores) de *-n-* nos diferentes tipos de formas.

São as seguintes as palavras em que *-n-* aparece registado nos documentos da Galiza: *alguna* (1262 C 2; 1502 L 51), *bona* (adj.) (1262 C 2), *bona* (s.f.) (1257 L 20), *Çerraconeſ* (top.) (1302 O 61; no mesmo texto aparece *Çerracõeſ*), *condiçoneſ* (1453 L 45), *donaꝯõ* (1267 O 52), *donaçõos* (1473 O 80), *dones* (s.m.pl.) (1318 P 127), *duna* 'duma' (1306 L 31), *enallear* (1506 P 136), *eſcriuano* (1475 L 48), *eſcripuano* (1434 C 17; 1450 L 44; 1474 L 47), *hermano* (1257 L 20), *huna* (1262 C 1), *mano* 'mão' (1267 P 91), *moneda* (1333 C 10; 1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1516 C 18; 1308 L 33; 1310 L 35; 1316 L 36; 1335 L 37; 1404 L 38; 1407 L 40; 1410 L 41; 1414 L 42; 1302 O 61; 1339 O 70; 1348 O 71; 1280 P 97; 1281 P 99; 1295 P 108; 1297 P 112; 1299 P 114 (no mesmo texto ocorre também *moeda*); 1317 P 125; 1317 P 126; 1320 P 128; 1333 P 131), *monesteyro* (1453 L 45), *pena* (1262 C 2; 1334 C 11; 1399 C 16; 1434 C 17; 1516 C 18; 1404 L 38; 1407 L 40; 1474 L 47; 1497 L 50; 1502 L 51; 1360 O 73; 1473 O 87; 1499 O 89; 1419 P 134; 1432 P 135), *perſona* (1414 L 42. No mesmo texto ocorre também *perſõa;* 1502 L 51; 1500 O 90; 1506 P 136), *perſonas* (1414 L 42; 1502 L 51; 1500 O 90; 1506 P 136), *pertenẽças* (1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1316 L 36; 1405 L 39; 1407 L 40), *pertenẽꝯaſ* (1281 L 26), *perteneçẽ* (1500 O 90), *perteneſçer* (1500 O 90), *perteneſçentes* (1500 O 90), *pertinenzaſ* (1282 C 7), *pertinezia* 'pertencia', 3.ª pes. imperf. do indic.) (1257 L 20), *presona* (1474 L 47), *preſonas* (1474 L 47), *raɔonable* (1414 L 42), *razoneſ* (1262 C 2), *remanẽte* (1299 P 114), *remanentes* (1414 L 42), *tenẽte* (1257 L 20), *tenor* 'teor' (1333 C 10; 1334 C 11; 1367 C 14; 1385 C 15; 1335 L 37; 1404 L 38; 1405 L 39; 1407 L 40; 1410 L 41; 1474 L 47; 1292 O 59; 1290 P 106; 1296 P 111; 1317 P 125; 1432 P 135, etc.), *termino* (1282 C 6; 1292 O 59; 1473 O 83; 1280 P 97, etc.), *termjno* (1414 L 42), *terminos* (1310 L 34; 1310 L 35; 1322 P 129), *termjno* (1292 O 59; 1297 P 112), *termjnos* (1414 L 42; 1292 O 59; 1295 P 108), *termyno* (1292 O 59; 1316 P 124), *thenor* (1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1475 L 48; 1475 L 49; 1497 L

---

no concelho de Monção e parte do de Arcos de Valdevez e *manle* ou *manlhe* 'mangual' (<*MANALE-) nalgumas povoações do concelho de Melgaço. Cf. José Gonçalo C. Herculano de Carvalho, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica.* Separ. de *Biblos*, vol. XXIX, 1953, p. 150-153 e n. 4 da p. 151. Veja-se ainda o mapa n.º X.

50; 1502 L 51), *trijntanarios* (1414 L 42), *una* (1302 L 30; 1308 L 33; 1281 O 55), *nẽ una* (1287 P 103; 1289 P 105), *vna* (1262 C 2; 1302 L 30; 1307 L 32; 1308 L 33; 1459 L 46; 1500 O 90) (1), *cada vna* (1292 O 59), *cada una* (1302 L 30), *uno* (1267 P 91, 2v.), *vno* (1262 C 2; 1274 O 53, 2v.), *venir* (1262 C 2). Por outro lado, há ainda alguns exemplos particularmente interessantes de formas com *-n-* conservado e com til sobre a vogal precedente: *algũnas* (1473 O 80), *pẽna* (1351 C 13; 1367 C 14; 1434 C 17; 1407 L 40; 1410 L 41; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78; 1499 O 89; 1500 O 90; 1320 P 128; 1333 P 131; 1403 P 132; 1407 P 133; 1506 P 136), *perſõnas* (1414 L 42), *ũna* (1269 C 4; 1281 O 55), *ṽna* (1500 O 90). Tais formas parecem dever ser interpretadas como o resultado de uma contaminação dos dois processos gráficos mais frequentes para representar a nasalidade proveniente da síncope de *-n-*, sendo um deles a sua transcrição por um til e outro por *-n-*.

Os documentos de Portugal oferecem um número particularmente reduzido de exemplos: *moneſteyro* (1313 DL 143; 1313 DL 144. No mesmo documento surge *moeſteyro*; 1315 DL 145; 1345 DL 146. No mesmo documento aparece também *moeſteyro;* 1317 M 154; 1334 M 158; 1334 M 159; 1335 M 160), *duna* (1285 DL 139). Observe-se, além disso, que, exceptuando a última forma, a única que aparece representada por extenso no documento em que aparece assinalada, a forma *moneſteyro* é sempre o resultado do desdobramento da abreviatura *mon.*, que é claramente a forma abreviada da palavra latina utilizada pelos notários, devido à rotina ortográfica, para representar a palavra portuguesa correspondente (2). Parece, pois, evidente que tal forma não pertencia à linguagem falada da época nem à linguagem dos notários que registaram por escrito os documentos em que ela ocorre.

Foram ainda assinaladas na zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho algumas formas em que *n*, representação gráfica da nasalidade da vogal anterior, é seguido de *h*, muito provavelmente indicador de hiato: *aſſunhado* 'reunido' (1313 DL 143), *aſſunhadaſ* (1313 DL 144) (3), etc.

---

(1) Sobre as formas de artigo ou pronome indefinido veja-se o que escrevi nas p. 612-615.

(2) A propósito da natureza especial desse tipo de abreviaturas e dos processos de apresentação gráfica das formas extensas correspondentes, veja-se EDUARDO NUNES, *Album de paleografia portuguesa*, vol. I, Lisboa (Instituto de Alta Cultura), 1969, p. 9; IDEM, *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa (Faculdade de Letras), 1981, p. 58.

(3) O étimo da forma galego-portuguesa *asũar, assũar* é AB-SUB-UNARE, criada sobre o advérbio *sum, sũu* (cf. *de comsum, de sum*, etc.). Sobre o étimo e outras abonações galego-portuguesas, cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *asũar* e *asũado*.

Como é sabido, a síncope de *-n-* em posição intervocálica é uma particularidade fonética característica do galego-português. Ocorreu em época anterior ao século IX, pois há alguns exemplos desse século que documentam o fenómeno (1). À primeira vista, surpreende o aparecimento de algumas formas com *-n-* durante o período abrangido pelo presente estudo. É necessário, contudo, ter presente que, na maior parte dos casos, se está em presença de uma conservação apenas gráfica da referida consoante, sendo um dos processos gráficos para assinalar a nasalidade da vogal que precedia *-n-* etimológico.

Relativamente à ocorrência de formas com *-n-*, não pode deixar de salientar-se o contraste manifestado entre os documentos galegos e portugueses agora estudados e submetidos a análise: ao passo que, na Galiza, são relativamente frequentes formas com *-n-*, em Portugal elas têm um carácter excepcional e esporádico. Contudo, em documentos mais antigos, dos princípios do século XIII ou, mesmo, da primeira metade desse século, correspondentes ao início da fixação escrita em galego-português, há vestígios claros de que, também nesta zona, existiu uma oscilação gráfica entre formas com til sobre a vogal que precedia *-n-* etimológico, formas em que esta consoante intervocálica desapareceu sem deixar, na grafia, qualquer vestígio e formas com *-n-*. São deste último tipo as formas *bona, irmana, senara,* «Gõcavo *Cebolano*», *una, pane* e *irmano,* documentadas na *Noticia de torto* (2), texto não datado, mas que é possível situar entre 1214 e 1216 (3). Alguns outros exemplos ocorrem esporadicamente em documentos de outras zonas portuguesas correspondentes a um período anterior ao dos documentos estudados no presente trabalho (4).

---

(1) KURT BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica.* Madrid (Editorial Gredos), 1963, p. 135.

(2) LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La Notícia de Torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction.* In: *Actele celui de-al XII-lea Congres International de lingvistică şi filologie romanică,* vol. II. Bucareste, 1971, p. 170-172.

(3) Veja-se AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico.* Separ. da *Revista Portuguesa de História,* tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares), p. 294-300 e sobretudo p. 297-300.

(4) Além dos exemplos citados por LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 265-266, n. 66, pude recolher algumas outras formas com *-n-* em documentos portugueses do início da segunda metade do século XIII. Assim, em vários documentos do mosteiro de Chelas surgem algumas formas com essa configuração: doc. II, 1260: *abonafe, conuenente;* doc. VII, 1273, *vna;* doc. VIII, 1273: *una;* doc. IX, 1273: *bona uia.* Cf. PEDRO A. DE

Por outro lado, a análise comparativa e crítica dos dois exemplares do *Testamento* de Afonso II (1214) — o de Lisboa, que era o único até há pouco conhecido, e o de Toledo, recentemente descoberto no arquivo do Cabido daquela cidade — (1) permite-nos sugerir algumas considerações: por um lado, a verificação de que, no início do século XIII, ocorriam também na grafia de documentos régios formas com *-n-*, cujo valor era o de representar a nasalidade da vogal que precedia *-n-* etimológico. Efectivamente, ao lado de formas com *-n-* oferecidas por um e outro exemplar (cf. *sano, manus, comemorazones, Lixbona* em A e *sano, manos, comemoraciones* e *Lisbona* em A^1), há outras, especialmente interessantes no que se refere à determinação do valor de *n* em formas com a referida proveniência. Trata-se de formas que num dos exemplares apresentam *n* (cf. *asunar, assunar* em A) e no outro não oferecem qualquer vestígio da nasalidade (cf. *asuar* em A^1). Os notários que grafaram os dois exemplares, ao ouvirem ser ditado o original do testamento, recorreram a diferentes processos gráficos, equivalentes sob o ponto de vista fonético.

De quanto fica exposto, parece poder concluir-se que *n*, que surge de modo esporádico nalgumas palavras registadas em textos de Portugal e, de modo mais intenso, em documentos escritos na Galiza, sobretudo nos correspondentes ao período mais antigo, era um signo gráfico para representar a nasalidade da vogal anterior. Durante algum tempo, *-n-* e til foram processos gráficos equivalentes, embora o segundo fosse muito mais frequente que o primeiro. Um dos textos da Galiza em que surge um número considerável de formas com *-n-* é o documento 1262 C 2, que oferece os seguintes exemplos dessa grafia: *alguna, bona, bonaſ, pena, razoneſ, vna, vno* e *venir*.

Suponho, porém, que, ao lado desse valor, o grafema *n* poderia representar também uma consoante nasal alveolar. Isso aconteceria muito particularmente com as formas registadas em textos do século XV e XVI, muito afectados pela influência castelhana; mas é possível que também algumas formas idênticas de textos dos séculos XIII e XIV sejam castelhanismos. De facto, como tive oportunidade de salientar a propósito de outras particularidades de carácter fonético, já desde o século XIII que a influência castelhana se fazia sentir na Galiza (2).

Devido à configuração fonética que apresentam e à natureza dos textos em que ocorrem, formas como *eſcriuano, eſcripuano, perſona, perſonas,*

AZEVEDO, *Documentos portugueses do Mosteiro de Chelas.* In: *Revista Lusitana,* vol. IX, 1906, p. 259-276 e sobretudo p. 262, p. 265, p. 268, p. 269 e p. 270.

(1) AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 307-311, mas especialmente p. 309.

(2) Veja-se o que escrevi na p. 573 e n. 1.

perteneçẽ, pertenefçer e *raɔonable* parecem dever ser interpretadas como castelhanismos, resultantes da interferência entre o sistema castelhano e galego-português na linguagem dos notários dos respectivos documentos.

Fruto do bilinguismo do notário que escreveu o documento 1453 L 45 são as formas *condiçonef* e *monesteyro*, resultantes de uma contaminação formal entre os correspondentes vocábulos galego-portugueses e castelhanos. Trata-se inequivocamente de formas híbridas, resultantes respectivamente do cruzamento de *condições* e *condiciones* e de *moesteyro* e *monesterio*, sendo esta última a antiga variante do castelhano (1), aliás, várias vezes usada no mesmo documento.

Estudaremos em seguida a evolução das terminações latinas -ANA, -ANE, -ANU, -ENA, -ENU, -ENE, -INU, -INA, -ONE, -UDINE, -ONA, -ONU, -UNA e -UNU (2), algumas das quais oferecem resultados distintos no português e no galego actuais. Tentar-se-á ver qual era o estado da língua, relativamente a essas terminações, no período considerado.

Terminação -ANA: Esta terminação apresenta na Galiza os resultados *-ãa, -aa, áá* e *-áán*. O primeiro encontra-se representado nas quatro províncias galegas e em todo o período abrangido pelo presente trabalho: *campãa* (1506 P 136), *canpãa* (1410 L 41; 1450 L 44; 1407 P 133), *cãpãa* (1367 C 14; 1442 L 43; 1475 L 48; 1475 L 49), *canpãas* (1414 L 42), *chãa* (adj.) (1407 L 40), «Pera *Chãa*» (top.) (1335 L 37), «Uilla *Chãa*» (1333 C 10), «Villa *Chãa* de Saluadur» (1404 L 38), *grãa* (1404 L 38; 1302 O 60), *jrmãa* (1348 O 72; 1302 O 61), «Villa Noua de *Lourẽzãa*» (1310 L 35), *manãa* (1414 L 42), *marrãa* (1403 P 132), *yrmãa* (1348 O 71; 1450 L 44). A partir do século XIV, e durante os dois séculos seguintes, em documentos localizados na actual província de Lugo encontra-se um regular número de exemplos

---

(1) A variante castelhana antiga *monesterio* foi usada de modo quase geral até ao Século de Ouro. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. III, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *monje*, p. 424 a.

(2) A evolução especial de *-n-* nas terminações indicadas foi já posta em relevo, relativamente a algumas variedades actuais do galego, por DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, n.º 48, 1961, p. 64-69; HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. 11, 1938, p. 120-128; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 1979, p. 80-82; IDEM, *Afinidades lingüísticas galego-portuguesas na fronteira de Ourense: notas fonético-morfolóxicas sobre as nasais*. Separ. de *Senara. Revista de Filoloxía*, vol. 1, 1979, p. 107-125; JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Universidad de Oviedo, 1981, p. 31-36.

em *-aa*: *canpaa* (1453 L 45; 1474 L 47), «Vila Noua de *Lourençaa*» (1442 L 43), «Villa Noua de *Lourẽçaa*» (1310 L 34), «Vjla Noua de *Lourẽçaa*» (1442 L 43), «*Quintaa* Donega» (1502 L 51. No mesmo documento aparece também *Quintãa* Donega), *saas* (1475 L 48), *yrmaas* (1310 L 34). Formas idênticas em que falta provavelmente a representação da nasalidade (1), mas em que, através de um signo gráfico sobreposto às vogais, se indicava o hiato (cf. *-áá*) existem com maior intensidade nas duas províncias orientais — Lugo e Orense —, mas há também exemplos em dois documentos de La Coruña (1282 C 7 e 1269 C 4) localizados no NE da província, respectivamente em Puentedeume e Trasancos (Betanzos), e nalguns documentos situados na actual província de Pontevedra (cf. 1280 P 98; 1295 P 107; 1296 P 111; 1299 P 114; 1302 P 120; 1316 P 124; 1506 P 136): *cháá* (adj.) (1316 L 36), «San Miguel de Uila *Cháá*» (1310 L 34), «Sſan Migel de Villa *Cháá*» (1310 L 35), *coyrmáá* (1280 P 98), *hermáá* (1282 C 7; 1310 L 35), «Vilanoua de *Lourẽçáá*» (top.) (1310 L 34), «Vila Nova de *Lourençáá*» (1459 L 46), «Santa Giáá» (top.) (1282 C 7), *jrmáá* (1299 P 114), *marráá* (1308 L 33), *quintáá* (1295 P 107; 1302 P 120), *Quintáá* (top.) (1258 L 23), *quintáás* (1296 P 111), *Quintáás* (top.) (1335 L 37), «*Quintáás* d'Eyres» (top.) (1367 O 74), *ſáás* 'sãs, em bom estado' (1506 P 136), *yrmáá* (1299 P 114; 1310 L 34), *yrmáaſ* (1269 C 4; 1290 O 58), *yrmáás* (1307 L 32; 1316 P 124). Da terminação *-áán* encontrei apenas um único exemplo num documento da província de Pontevedra: *irmáán* (1299 P 114).

O número de formas registadas nos documentos de Entre-Douro-e-Minho é bastante inferior ao dos documentos galegos, mas, apesar disso, encontram-se os mesmos tipos de terminações. O resultado mais representado é *-ãa: canpãa* 'sino' (1484 DL 150), *canpãas* (1448 DL 147), *irmãa* (1309 DL 142; 1348 M 162), *quintãa* (1348 M 162), «*quintãa* de Baulhj» (top.) (1348 M 162), *quintãas* (1345 M 161), etc. Há, porém, alguns escassos exemplos de *-aa* (cf. *canpaa:* 1454 DL 148; 1472 DL 149), de *-áá* (cf. *quintáá:* 1285 DL 139; 1287 DL 140; 1303 M 153; 1335 M 160; «*quintáá* do Outeiro» (top.) 1335 M 160; «*quĩtáá* de Ma§ééyra» (top.) (1282 DL 137) e de *-aam* (cf. *cãpaam* num documento de Valença, 1407 M 166).

De todos os resultados referidos é *-ãa* o que representa a mais antiga solução galego-portuguesa: depois da perda de *-n-*, formou-se um hiato, em que a primeira vogal era afectada por ressonância nasal. E é dessa primitiva solução que provém o resultado *-ã* do português culto e da língua literária e os diferentes resultados das actuais variedades regionais galegas e portuguesas, sobretudo da região a Norte do Douro e, muito concretamente,

(1) Veja-se o que escrevi na p. 574 e n. 2.

da zona correspondente ao falar minhoto (1). De facto, o galego actual conhece dois tipos de evolução: por um lado, no galego oriental *-á*, com perda da nasalidade e redução do hiato e, por outro, no galego ocidental, *-áŋ*, com crase das duas vogais e consonantização da ressonância nasal (2). Não há, portanto, nenhum resultado semelhante ao do português culto, com conservação da vogal nasal: *-ã*. Aliás, o actual falar minhoto tem, sob este aspecto, muito mais afinidades com o galego do que com a língua portuguesa culta e com a língua do Centro e Sul do País. Aí se encontra também a terminação -á, com vogal nitidamente oral, a terminação *-áŋ* com nasal velarizada, sobretudo na zona setentrional entre o Lima e o Minho, e -[ãu̯], cuja ditongação se explica a partir da nasal velarizada. A repartição geográfica dessas variantes na área do falar minhoto só recentemente foi estabelecida (3), tendo sido, ao mesmo tempo, postos em relação os actuais resultados da variedade de Entre-Douro-e-Minho com os dos falares galegos modernos.

As grafias antigas em *-aa* (e, menos seguramente, *-áá*) e *-áán* ou *-aam* parecem anunciar respectivamente as formas em *-á* do galego oriental e do falar minhoto e as formas em *-áŋ* do galego ocidental e do alto minhoto, sobretudo a Norte do Lima. Além disso, é interessante verificar que as grafias em *-aa* se encontram localizadas na província de Lugo, portanto na área do actual galego oriental, caracterizado pelas formas em *á;* de modo

---

(1) Sobre a área do falar minhoto, cf. MANUEL DE PAIVA BOLÉO e MARIA HELENA SANTOS SILVA, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental.* Separ. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. III (= *Boletim de Filologia,* tomo XX), 1962, p. 106-107. Trabalho incluído na colectânea do primeiro dos autores citados *Estudos de linguística portuguesa e românica,* vol. I, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1974, p. 309-352.

(2) A repartição geográfica dos resultados da terminação -ANA na Galiza foi estabelecida por CONSTANTINO GARCÍA, *Resultados del sufijo* -ANA *en gallego.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología,* vol. 2, 1975, p. 151-156. O trabalho é acompanhado de dois mapas, o primeiro com a distribuição de topónimos que contêm o sufixo -ANA, e o segundo com os descendentes galegos de MANEANA. Um e outro confirmam a existência de uma zona ocidental de *-án* e de uma zona oriental de *-á.* Contudo, o limite de *-án* e *-á* passa mais a ocidente no mapa relativo à distribuição dos topónimos do que no caso dos descendentes de MANEANA. É possível que a deslocação para oriente da actual fronteira entre *-án* e *-á* resulte do «mayor prestigio del habla occidental, debido al uso que hacen de él gran parte de los escritores gallegos y a que tiene mayor número de hablantes, aunque la zona oriental sea la más extensa territorialmente» (p. 156).

(3) Sobre os resultados portugueses da terminação latina -ANA e sua repartição dialectal, veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina* -ANA, in: *Biblos,* vol. LVII (Homenagem a M. Paiva Boléo), 1981, p. 73-96.

semelhante, formas idênticas são registadas em documentos provenientes do cartório do mosteiro de Vairão, na província portuguesa do Douro Litoral, zona onde ainda actualmente são usadas formas com vogal final nitidamente oral. Paralelamente, a grafia *-áán* ocorre num documento lavrado em Pontevedra, localizado na actual zona de *-áŋ;* na área portuguesa, assinalou-se *-aam* em Valença, localidade situada numa região que, sob este aspecto, parece um prolongamento da zona galega ocidental.

Sob o ponto de vista cronológico, a análise das grafias apresentadas, permite tirar algumas conclusões: em primeiro lugar, que a desnasalação tinha já começado a verificar-se na Galiza, pelo menos desde o início do século XIV (1); além disso, que a consonantização da nasalidade se verificava já nos fins do século XIII (2). Os dois fenómenos, que representam duas soluções típicas do galego, devem ser mais ou menos contemporâneos.

Terminação -ANE: No que se refere às palavras que representam étimos com esta terminação, são comuns aos textos de Portugal e da Galiza as grafias *-ã, -an, -am.* Na Galiza, encontra-se, além disso, a grafia mista *-ãm.* Assim, temos os seguintes exemplos: *eſcripuã* (1404 L 38; 1424 O 77) (3), *eſcryuã* (1454 DL 148), *eſcriuã* (1292 O 59; 1289 P 105), *eſſcriuã* (1348 M 162), *eſcrypuã* (1448 DL 147), «Pedro *Eſcriuã*» (1281 L 26), *pã* (1300 C 8; 1302 L 30; 1308 L 33; 1414 L 42; 1475 L 48; 1281 O 55; 1290 O 58; 1302 O 60; 1302 O 61; 1315 O 66; 1339 O 70; 1348 O 71; 1360 O 73; 1396 O 76; 1473 O 86; 1473 O 87; 1473 O 88; 1295 P 107; 1299 P 114; 1301 P 118; 1318 P 127; 1325 P 130; 1403 P 132; 1407 P 133; 1419 P 134; 1432 P 135; 1454 DL 148), *ſancreſchã* 'sacristão' (1316 P 124) (4), *ſcriuã* (1351 C 13;

---

(1) O galego-leonês de Ancares, de feição muito arcaizante, mantém ainda as vogais nasais com esta ou outra proveniência. Cf. DÁMASO ALONSO e V. GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, n.º 48, 1961, p. 64-69. Sobre esta particularidade do ancarês, veja-se também o trabalho mais recente de JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico.* Universidad de Oviedo, 1981, p. 31-36.

(2) Veja-se também p. 575-576.

(3) O étimo é a forma do baixo latim SCRIBA, -ANIS. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana.* Madrid (Editorial Gredos), 1954, vol. II, s.u. *escribir.*

(4) O étimo desta forma parece ser o baixo latim *sacrista*, declinando-se *sacristanis, -anem* à maneira dos nomes germânicos. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana.* Madrid (Editorial Gredos), 1954, vol. IV, s.u. *sagrado.* Ver também MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch.* 4.ª ed., Heidelberg, 1968, s.u. *sacrista.* A forma registada, *ſancreſchã*, parece ainda ter sofrido, além da contaminação com *creschão* proveniente de CHRISTIANU-, um fenómeno de etimologia popular que levou a interpretar o primeiro elemento como *san*, forma apocopada de *santo.*

1348 M 162), *efcripuan* (1450 L 44), *pan* (1367 C 14; 1258 L 21; 1310 L 35; 1335 L 37; 1414 L 42; 1502 L 51; 1274 O 53; 1292 O 59; 1433 O 79; 1305 P 123; 1316 P 124; 1407 P 133); *efcripuam* (1448 DL 147), *guardiam* (1331 M 156) (1), *pam* (1283 L 27; 1287 O 57; 1299 P 116; 1299 P 117; 1289 DL 141; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1404 M 165), *fcripuam* (1411 M 167); *pãm* (1281 O 55; 1432 P 135), etc.

Ao estudar o tratamento da referida terminação latina, têm-se explicado as formas do português arcaico acabadas em *-ã* (e *-an* ou *-am*) de diferentes modos. Segundo alguns autores, ter-se-ia perdido a vogal final e a consoante *n* ter-se-ia transformado em ressonância nasal, passando, portanto, a fazer parte da sílaba anterior (2). A mesma explicação tem sido dada para as formas do galego actual correspondentes às formas do antigo galego-português, mas onde, posteriormente, ocorreu a velarização da nasalidade final: *can, pan* (3). Pelo contrário, Leite de Vasconcelos supõe que, durante o período proto-histórico, as formas com a referida origem terminariam em **-ãe,* tendo ocorrido, em período anterior, a síncope de -N- intervocálico (4). Por falta de documentação, assinala o Autor com asterisco a terminação referida. Que, efectivamente, a evolução se deve ter processado neste sentido parece comprová-lo o aparecimento, nos textos galegos agora publicados, de alguns topónimos de origem germânica (ou, eventualmente, latino-cristãos) com perda de -N- e conservação da vogal final: *Candãe* (1414 L 42) (5), *Meylaen* (1414 L 42) (6) e *Romaen* (1414 L 42). Na região portuguesa estudada, assinalam-se quase sempre formas em *-ã* ou *-am: Vairã* (1345 DL 146), *Vayram* (1345 DL 146) e *Uayram* (1454 DL 148), etc.

Por outro lado, em textos do século XV encontram-se algumas formas

---

(1) *Guardiam* (arc.) procede de *WARDIANEM, forma romanizada do acusativo gótico WARDJAN. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, s.u. *guardar*.

(2) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 68; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 49, § 80 e p. 119, § 244; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 47, § 46,2.

(3) Cf. J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba, Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 71; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba, Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 81.

(4) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 131-136, mas especialmente p. 135.

(5) *Candãe* corresponde à forma actual *Candan*.

(6) À forma toponímica citada corresponde a forma moderna *Meylan*. A sua origem é o genitivo gótico *Manilani*. Cf. JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), p. 198-199, n.º 177, 18. Veja-se também de JOSEPH M. PIEL, *Notas de toponímia galega*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, tomos I e II, 1953-1955, p. 69-70.

terminadas em *-om* ou *-õ: escripuõ* (1499 O 89), *pom* 'pão' (1448 DL 147, 2 v.), *Vayrom* (1472 DL 149). Relativamente à Galiza, a forma registada aparece num documento localizado em Santiago de Touves, conc. de Peroja, na província de Orense, junto do limite, a norte, com a província de Lugo. Os documentos portugueses que apresentam formas semelhantes localizam-se em Vairão, na província do Douro Litoral. Não pode deixar de estabelecer-se um paralelismo entre essas formas e as que actualmente caracterizam grande parte do falar minhoto (1). É interessante comprovar que, em período antigo, também na Galiza, existiu a mesma tendência. Não encontrei nas monografias dialectais sobre o galego actual nenhuma alusão à existência desse fenómeno.

A explicação dessas formas é, certamente de tipo analógico: contrariamente ao que aconteceu no português do Centro e Sul onde a terminação *-ão* < -ANU absorveu as terminações *-ã* < -ANE e *-õ* < -ONE (2), nas variedades compreendidas entre o Minho e o Douro a acção analógica partiu de *-õ*, uniformizando, assim, noutro sentido as três terminações (3). Contudo, no Alto-Minho (4), verifica-se ainda a conservação de antigas formas

---

(1) MANUEL DE PAIVA BOLÉO e MARIA HELENA SANTOS SILVA, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III. Lisboa, 1962 (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961), p. 95; MARIA HELENA SANTOS SILVA, *Características fonéticas do falar minhoto.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 3 e 4, 1961, p. 316. Em parte do falar minhoto, a terminação *-õ* evoluiu para *-õu*.

(2) No português literário e na língua do Centro do país já no século XVI as três terminações se tinham uniformizado em *-ão*. A esse propósito, veja-se o testemunho de FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa.* Reedição de Rodrigo de Sá Nogueira, 1933, p. 97-99. Tenham-se também presentes as páginas que ao assunto consagra JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia portuguesa.* 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 126, n. 5 e p. 130-136 e SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa*, 2.ª edição aumentada, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 487-489.

(3) É interessante verificar que já no século XVI Duarte Nunes de Leão se refere à pronúncia *-om* como peculiar da referida região: «(...) aquella pronunciaçaõ de *ão* que succede em lugar da antiga terminaçaõ dos Portugueses de *om* (...). A qual ainda agora guardaõ alguns homens d'entre Douro, & Minho & os Gallegos, que dizem, *fizerom, amarom, Capitom, Cidadom, Taballiom, appellaçom*». Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Orthographia da lingoa portvgvesa.* In: *Origem e orthographia da lingoa portugueza.* Nova edição correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 141.

(4) Assim acontece nos concelhos de Monção (cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular de Monção.* In: *Opúsculos*, vol. II. Dialectologia. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 397), Melgaço (cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular do concelho de Melgaço.* In: *Opúsculos*, vol. II. Dialectologia. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 310: *câm, câns*, ao lado das formas pronunciadas com ênfase *cám, cáns;* IDEM, *Linguagem popular de Parada do Monte.* In: *Opúsculos*, vol. II. Dialectolo-

em *-am*, análogas às que existem no galego actual. Aliás, ainda no século XVI essas formas deviam ter grande vitalidade nas variedades idiomáticas compreendidas entre o Douro e o Minho (1).

Consideremos, em seguida, os resultados das formas de plural de substantivos com a mesma proveniência. Nos documentos da região portuguesa registam-se apenas as formas *cappelahef* (1282 DL 137) e *cappelhaef* (1289 DL 141). São, pelo contrário, mais frequentes as formas que se encontram nos textos da Galiza. A maior parte assinala a nasalidade sobre a vogal que precedia o -N- intervocálico que se sincopou: *capelãef* (1302 O 61), *capelães* (1414 L 42), *capellães* (1348 O 71), *efcriuães* (1407 L 40), *pães* (1285 O 56), *pãef* (1307 O 62; 1313 O 64), *fcriuães* (1333 C 10), *fcripuães* (1318 P 127). Mas, nalguns casos, a nasalidade não aparece representada: *capelaes* (1414 L 42), *efcriuaef* (1274 O 53), *efcriuaes* (1299 P 115).

Destas formas há que aproximar alguns topónimos de origem germânica, provenientes do genitivo em -ANIS de primitivos antropónimos (2) ou outros, cronologicamente mais recentes, que representam formas de plural com o sufixo -ANES de valor étnico (3). Os documentos da Galiza oferecem, sob este aspecto, bastante interesse, uma vez que, ao lado das formas mais antigas em *-ães* (*-ãef*) (cf. *Ffafiães*, 1296 P 111 (4); *Froyães*, 1325 P 130 (5); *Mourigães*, 1322 O 67 (6); *Olãef*, 1302 O 61 (7), etc.), ocorrem

---

gia. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 304: *cã, cãs* (ou *cans*) e *pã, pãs* (ou *pans*); IDEM, *Uma excursão a Castro Laboreiro*. In: *Revista Lusitana*, vol. XIX. Lisboa, 1916, p. 276) e Arcos de Valdevez (cf. F. ALVES PEREIRA, *Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez (Alto Minho)*. In: *Revista Lusitana*, vol. XIX, 1916, p. 171: «Nos montes (Sistelo) ouvi *cã* e *cãs* por *cão* e *cães* (...)»; IDEM, *ob. cit.*, in: *Revista Lusitana*, vol. XXXI, 1933, p. 294).

(1) Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Reedição de R. de Sá Nogueira, 1933, p. 99: «...e outro tanto podemos afirmar dos que fazẽ o plural em *-ães* como *pães, cães* dos quaes antigamẽte era o seu singular *pã, cã* cujo testemunho aindagorada antredouraminho».

(2) JOSEPH M. PIEL, *Toponimia germánica*. In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo I (Antecedentes y Onomástica). Madrid (C. S. I. C.), 1960, p. 543 e 544-545.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 550-551. O referido sufixo teve a mesma evolução que a terminação -ANIS do genitivo.

(4) A propósito da origem desse topónimo, veja-se JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1976, p. 124-125, n.º 82 e JOSEPH M. PIEL, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, vol. I, separ. do *Boletim de Filologia*, tomo II e segs., p. 99, n.º 406.

(5) Cf. JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *ob. cit.*, p. 137-140, n.º 106, 9; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, vol. I, p. 110, n.º 462.

(6) Veja-se JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *ob. cit.*, p. 202, n.º 182, 2; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 216, n.º 994.

(7) Cf. JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *ob. cit.*, p. 211-212, n.º 201.

algumas sem representação da nasalidade (cf. *Ffafiáés*, 1296 P 111; *Froyaef*, 1271 P 95; *Gimaraef*, 1281 O 55, etc.) (1), e outras que já anunciam a solução própria do galego continental (no centro da Galiza) e do galego setentrional (entre as Rias Altas e a Meseta de Lugo). Caracterizam o galego desta região formas em *-ás*, quer se trate de plurais que representam historicamente substantivos latinos terminados em -ANES (2), quer de topónimos germânicos com a proveniência atrás indicada (3). Os documentos agora analisados permitem introduzir algumas observações sobre a cronologia desse tipo de formas. Efectivamente, já desde meados do século XIV que aparecem registadas, nas províncias de Lugo e Orense, formas como *Ramirâás* (1367 O 74), *Ramyraas* (1367 O 74) (4), *Goyaas* (1414 L 42) (5).

É interessante verificar que também se encontram nos documentos estudados alguns vestígios que anunciam a solução hoje própria do galego atlântico (parte ocidental da província de Pontevedra e Sul da província de La Coruña), caracterizado por formas de plural ou topónimos em *-ns* (cf. *cans*, *pans*, etc.). Efectivamente, num documento de fins do século XIII, localizado em Monterrey, na província de Orense (cf. 1292 O 59), regista-se o topónimo *Queirogãas* e o apelido *Durãas*, proveniente de um antigo patronímico (6). Além disso, em dois documentos de Valença (cf. 1407 M 166 e 1411 M 167), região que, no período abrangido pelo presente estudo, tão profundas afinidades apresenta com a vizinha província de Pontevedra,

---

(1) Cf. JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *ob. cit.*, p. 286-287, n.º 304.

(2) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição, Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 38-44. Entre os substantivos representam esse resultado, por exemplo, *cas* 'cães', *pas* 'pães'. Pelo contrário, o galego atlântico, que abrange o Ocidente da província de Pontevedra e o Sul da província de La Coruña, caracteriza-se por formas de plural ou formas toponímicas com conservação da nasalidade: *cans*, *pans*.

(3) A. MORALEJO LASO, *Sobre grafía y pronunciación de los topónimos gallegos*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, vol. 4, 1977, p. 36-37. (O artigo é a continuação de outro com o mesmo título publicado no vol. 3 da mesma revista. Ambos foram incluídos na colectânea de artigos do Autor, *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, p. 273-336).

(4) Sobre a origem do topónimo, cf. JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1976, p. 219, n.º 216, 7 e A. MORALEJO LASO, *ob. cit.*, p. 37.

(5) Para a explicação da origem do topónimo, veja-se JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *ob. cit.*, p. 148, n.º 120, 8 e JOSEPH M. PIEL, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, vol. I, separ. do *Boletim de Filologia*, tomo II e segs., p. 165, n.º 729.

(6) No texto referido surge *Ujujana Durãas*. Trata-se de um apelido proveniente de um patronímico medieval. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponímia portuguesa*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1928, p. 120.

aparece o apelido *Magallãas* ou *Magalhãas* (1), o que parece permitir concluir que esse resultado existiria também nessa região.

No que se refere à região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, os documentos estudados oferecem poucas formas toponímicas de origem germânica com a terminação indicada. Registei apenas *Gimarãef* (2) várias vezes no doc. 1281 M 151, *Guimaraes* (1335 M 160), *Guimaraães* (1345 M 161) e *Guimarãs* (1335 M 160) (3).

Terminação -ANU: Os documentos analisados tanto da Galiza como de Portugal apresentam habitualmente, nas palavras em cujo étimo essa terminação se encontra, o resultado *-ão*. Nessas formas ocorreu apenas a síncope de -N- que, ao perder-se, nasalou a vogal anterior. Desde meados do século XIII até fins do século XV que se registam, na Galiza, formas desse teor; por outro lado, nessa região elas ocorrem em documentos localizados nas actuais quatro províncias, ou seja, La Coruña, Lugo, Pontevedra e Orense. No que diz respeito à região portuguesa, elas encontram-se tanto na zona correspondente à província do Minho como à do Douro Litoral e ao longo de todo o período abrangido pelo presente trabalho. Eis alguns exemplos: *Chão* (top.) (1281 O 55), «San *Cibrão*» (top.) (1258 L 21), *chãos* (1335 L 37), «San *Cibrão* d'Aldáá» (top.) (1298 P 113), *Fontão* (top.) (1339 O 70), *grão* (s.m.) (1322 O 67; 1360 O 73; 1396 O 76), *grãos* (1348 O 71), *hermão* (1310 L 35), *irmãos* (1298 P 113; 1299 P 114; 1305 P 123), *jrmão* (1301 P 119; 1302 O 61), *yrmão* (1262 C 2; 1269 C 4; 1344 C 12; 1318 P 127; 1267 O 52), *yrmãos* (1333 C 10; 1351 C 13; 1499 O 89; 1316 P 124), *yrmãof* (1269 C 4), «San *Jullão* de Mourelos» (1407 L 40), *mão* (1344 C 12; 1308 L 33; 1316 L 36; 1497 L 50; 1290 P 106; 1299 P 114; 1299 P 115; 1320 P 128; 1276 O 54; 1281 O 55; 1302 O 61; 1348 O 72; 1309 DL 142; 1315 DL 145; 1345 DL 146; 1303 M 153, etc.), *tẽporão* (1404 L 38), *hyrmão* (1317 M 154), «*Joyão* Durãez» (1281 M 151).

De modo esporádico, aparecem também, durante o século XIII e prin-

---

(1) Nos documentos citados as formas referidas aparecem como apelidos: «Garçia Rodrigues de *Magallãas*» (1407 M 166) e «Afomſo Rodrigueo de *Magalhãas*» (1411 M 167). Esse apelido parece provir de um nome geográfico. A esse propósito, veja-se José LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponímia portuguesa*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1928, p. 165-166.

(2) Sobre a origem do topónimo, cf. JOSEPH M. PIEL e DIETER KREMER, *ob. cit.*, p. 286-287, n.º 304; JOSEPH M. PIEL, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, vol. I, p. 179, n.º 813.

(3) No texto esta forma aparece registada em abreviatura: $G^{l}\!\!\!

cípios do século seguinte, algumas formas em que sobre as duas vogais em hiato, formado após a perda de -N-, existe um sinal gráfico semelhante a duas vírgulas. Não é fácil saber qual seria a função exacta dos referidos signos, se indicavam o carácter nasal das vogais sobre que incidiam ou se seriam apenas um processo de indicar o hiato (1). Seguem-se alguns exemplos: *Fõtáó* (top.) (1255 L 19), *Fontáó* (top.) (1278 L 25), *máó* (1281 M 152), *yrmáós* (1310 L 34).

Por outro lado, há também algumas formas em que a nasalidade não é representada. Se, em Portugal, os exemplos desse tipo têm carácter excepcional — registei apenas *jrmao* (1484 DL 150), *mao* 'mão' (1285 DL 139; 1303 M 153; 1317 M 154) —, na Galiza são mais numerosos, especialmente nas províncias de Lugo e Orense. Representarão essas formas os primeiros vestígios do fenómeno da desnasalação que ocorreu em galego e que viria a distinguí-lo do português (2) ou, pelo contrário, reflectirão apenas o hábito, simplesmente gráfico, de não assinalar a nasalidade resultante da síncope de *-n-*? O razoável número de formas encontradas parece apontar sobretudo para a primeira explicação. Se assim é, como se verá pelos exemplos apontados, a tendência para a desnasalação manifestava-se já na Galiza em fins do século XIII, mas sobretudo durante o século XIV. Foram as seguintes as formas registadas: *germao* 'irmão' (1287 P 103), *grao* (1314 O 65), «San *Giao* de Mar» (top.) (1265 C 3), *hermaof* (1282 C 7), *hirmao* (1281 P 99), *hirmaof* (1287 P 102), *yrmao* (1310 L 34), *yrmaos* (1310 L 34; 1316 P 124), «San *Juyao* do Valle» (top.) (1287 P 103), «Pedro *Louçao*» (1434 C 17), *mao* (1302 L 30; 1274 O 53; 1500 O 90), *outaos* (1274 O 53) (3), *fao* 'são' (adj.) (1290 O 58), *verao* (1274 O 53). De qualquer modo, e ainda que não seja

---

(1) Veja-se o que escrevi na p. 574.

(2) Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. 3.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1971, vol. I, p. 106-107; RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburgo (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 164.

(3) O sentido da palavra deve ser idêntico àquele com que a forma *oután* é registada nos modernos dicionários galegos. Assim, o *Diccionario galego-castelán* de Leandro Carré Alvarellos (4.ª edição, La Coruña, 1972) regista a palavra com o sentido de 'pan semejante a la mitad de una bola' e o *Diccionario enciclopédico gallego-castellano* de Eladio Rodríguez González, tomo III (Vigo, Galaxia, 1961) inclui também a mesma forma com a acepção de 'pan de borona, torta de harina de maíz más alta que ancha'. O vocábulo referido é um derivado do adj. latino ALTUS. Essa explicação encontra-se já em Fr. MARTÍN SARMIENTO, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 318: «*Oután*. Llaman así a un pan muy grande de *maíz, centeno, mijo* o de *bróa*. De la voz alto, de donde *outeiro*, pues parece un *outeiro* de pan».

possível optar decididamente por uma das duas tentativas de explicação acima propostas, parece conveniente aproximar estas formas das que representam a solução actual do galego continental, onde o sufixo -ANU está representado por *-ao* (1). Não encontrei nenhum exemplo das formas resultantes das anteriores, terminadas em ditongo *-au* (2). Contudo, noutras colecções de documentos registam-se alguns raros exemplos já durante os séculos XIII e XIV (3). Do mesmo modo, também não surgem grafias que pareçam espelhar formas análogas às do actual galego atlântico, que abrange o ocidente da província de Pontevedra e a parte meridional da de La Coruña, onde a referida terminação latina está representada por *-áŋ* (4), nem às do galego setentrional, localizado entre as Rias Altas e a Meseta de Lugo, onde o resultado é *-á* (5).

---

(1) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição. Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 38-44, mas especialmente p. 41. Sobre os resultados do sufixo -ANU e respectivas áreas na Galiza, veja-se ALONSO ZAMORA VICENTE, *De geografía dialectal: -ao, -an en gallego*. Separ. de *Nueva Revista de Filología Hispánica*, ano VII, 1953, números 1-2, p. 73-80. Uma repartição geográfica análoga à dos substantivos e adjectivos formados com o sufixo -ANU revelam os topónimos que ofereciam a mesma terminação. A esse propósito, veja-se A. MORALEJO, *Fontan, Fontao y otros derivados de "fons" en la toponimia gallega*. In: *D. Domingo Fontán y su mapa de Galicia. (En el primer centenario de la publicación)*. Anejo I de *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 1946, p. 159-172 e do mesmo Autor *Sobre grafía y pronunciación de los topónimos gallegos*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 35. Ambos os artigos foram incluídos na colectânea do Autor *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, respectivamente p. 85-98 e p. 273-336.

(2) As formas terminadas em *-au* ocorrem na mesma área das que terminam em *-ao*, mas têm um carácter exclusivamente popular. Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 106.

(3) Num documento orensano de 1274 ocorre duas vezes a forma *yrmaus* e noutro de Santiago de Compostela datado de 1324 regista-se *hirmau* e *irmaus*. Veja-se respectivamente XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. I. Vigo (Galaxia), 1967, doc. 21, p. 33 e ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña (Imprenta de la Casa de Misericordia), 1911, doc. LII, p. 105.

(4) RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 41.

(5) IDEM, *ob. cit.*, p. 41. Sob o ponto de vista histórico, as três soluções do galego actual — *-ao (-au)*, *-áŋ* e *-á* — representam diferentes resultados da evolução da terminação mais antiga *-ão*, comum a todo o galego-português. No primeiro caso, ocorreu a desnasalação; a segunda solução resulta da transformação do ditongo nasal numa vogal seguida de nasal velar, sons foneticamente muito próximos. A terminação *-á* parece representar um último grau da evolução da solução anterior, por perda do elemento nasal. Aliás, a zona em que ocorre parece ser um prolongamento para Norte da área de *-áŋ*.

Pelo que diz respeito às actuais variedades idiomáticas portuguesas compreendidas entre o Minho e o Douro, é interessante observar que, além da conservação do resultado *-ão*, há também vestígios de resultados paralelos aos acima apontados para a Galiza. Assim,

Em textos de carácter tardio — séculos XIV e XV e só muito raramente em documentos de fins do século XIII — surgem formas com geminação da primeira vogal da terminação, o que parece permitir concluir que o hiato já tinha começado a desaparecer da língua falada. Eis alguns exemplos: «Santo *Aadraãoo* de Moneixas» (top.) (1348 O 72), *Caſtellaáo* (1265 C 3), *caſtelaao* (1407 P 133), «San *Giaão* dos Gafos» (top.) (1401 M 163; 1401 M 164), «San *Juyaão* de Kalẽdayro» (1334 M 158), *Fontaão* (top.) (1348 O 72), *Faramõtaaos* (1473 O 83), *hyrmááo* (1287 DL 140), *yrmaão* (1450 L 44), *maão* (1426 O 78; 1313 DL 143; 1331 M 157; 1348 M 162), «San *Miliaão*» (1334 M 159), etc.

Finalmente, aparecem também assinaladas algumas formas cuja grafia conserva *-n-*: *hermano* 'irmão', *mano* 'mão' (1). Já atrás (2) se fez referência aos diferentes modos de interpretar o grafema *n* nestas e noutras formas análogas.

O estudo do tratamento de -N- intervocálico em palavras terminadas em -ANU átono, portanto em proparoxítonos, oferece algumas particularidades que convém considerar. De modo análogo ao que foi dito nas páginas anteriores relativamente a formas terminadas em -ANU tónico, aparece também o mesmo resultado, ou seja, *-ão: Eſteuão* (1276 O 54; 1302 O 61; 1296 P 111), *Steuão* (1345 DL 146). Como resultado da evolução desta fase mais antiga aparecem nos textos estudados diferentes tipos de formas. Assim, na Galiza ocorrem formas terminadas em *-áo* ou *-ao* (cf. *Eſteuáo*, 1278 L 25, 1283 L 27; *Steuao*, 1287 P 103) e na região portuguesa estudada formas terminadas em *-ã* ou *-am* (cf. «Santo *Eſteuã*», 1454 DL 148; *Steuã*, 1285 DL 139, 1287 DL 140, 1289 DL 141, 1309 DL 142, 1313 DL 143, 1313 DL 144, 1281 M 152, 1327 M 155, 1331 M 156; *Steuam*, 1315 DL 145). No primeiro caso, as formas galegas tanto podem explicar-se por desnasalação da primeira vogal do hiato

---

em Monção e Melgaço a terminação -ANU está representada por *-ã: mã*, plural *mãs; irmã* (s.m.) 'irmão'. (Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular de Monção*. In: *Opúsculos*, vol. II. Dialectologia. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 16; IDEM, *Linguagem popular do concelho de Melgaço*. In: *ob. cit.*, p. 312 e 316). Por outro lado, o I. L. B. regista também em muitos pontos *irmá* 'irmão', não só junto à fronteira com a Galiza, mas também no interior da província do Minho e até na do Douro Litoral, mais exactamente, nos concelhos de Valença, Braga, Caminha, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Ponte da Barca, Paredes de Coura e Gondomar. A esse propósito, veja-se MARIA HELENA SANTOS SILVA, *Características fonéticas do falar minhoto*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, fascículos 3 e 4, 1961, p. 316.

Tais afinidades parecem levar a crer que a evolução de *-ão* (<-ANU) no sentido das actuais soluções galegas é muito antiga, provavelmente já do período galego-português.

(1) Para a localização destas formas veja-se, atrás, p. 577.

(2) Veja-se o que escrevi nas p. 576-581.

(ou já do ditongo) das formas acima citadas (1), como serem formas linguisticamente idênticas a estas, mas em que a nasalidade proveniente da perda de -N- não deixou qualquer vestígio gráfico. Os exemplos portugueses terminados em *-ã* ou *-am* podem corresponder a formas vivas da linguagem da época em que o ditongo nasal se transformou numa vogal nasal, facto, aliás, não desconhecido na região (2), mas também não pode pôr-se de parte a possibilidade de que as referidas grafias fossem apenas processos gráficos de representar o ditongo *-ão* (3).

Um outro tipo de formas são as que resultam da assimilação das duas vogais em hiato, postas em contacto pela perda de -N-: *Eſteuõo* (1333 O 68), *Santo Eſteuõo* (1450 L 44), *Santeſteuõo* (1450 L 44). Daí resultaram dois tipos de formas, ou por crase das duas vogais (cf. *Eſteuõ*, 1348 O 71; *Eſteuom*, 1448 DL 147; *Steuõ*, 1281 M 151) ou por perda da nasalidade (cf. *Steuóó*, 1401 M 163; *Eſteuóó*, 1401 M 163; *Santeſteuoo de Valcarria* (top.), 1450 L 44; *San Criſtouóó*, 1290 P 106; *Santo Eſteuóó de Yrées* (top.), 1434 C 17; *Eſteuóó*, 1271 P 94, 1271 P 95) e subsequente contracção das duas vogais (cf. *Eſteuo*, 1426 O 78; *Sant'Eſteuo*, 1407 M 166; *Steuo Martinz*, 1416 M 168; *Steuo Perez*, 1404 M 165). Formas análogas são ainda hoje correntes na linguagem popular portuguesa (4).

Terminações -ENA, -ENU: Deixando de parte alguns escassos exemplos de formas com *-n-* (cf., por exemplo, *pena*, 1262 C 2, 1448 DL 147, 1454 DL 148, 1472 DL 149, 1407 M 166, 1416 M 168 e *pẽna*, 1351 C 13, 1367 C 14,

---

(1) Este tratamento é idêntico ao atrás (p. 589-591) assinalado relativamente à terminação -ANU tónica.

(2) Veja-se o que sobre factos paralelos escrevi na nota 5 das p. 591-592 e p. 582-583.

(3) No *Cancioneiro Geral* verifica-se, em várias poesias, a ocorrência da grafia *-am* com o valor de *-ão*, não só em formas provenientes de étimos latinos terminados em -ANU, como também nas terminações a que, na fase arcaica, correspondia *-ã* e *-õ* e, portanto, resultantes respectivamente de -ANE e -ONE. Pelo facto de tais formas aparecerem em rima, deduz-se que se tinha começado já a verificar o processo de identificação, de convergência das três terminações nasais. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 132-133. Mas exemplos esporádicos de *-ã* ou *-am* com o valor de *-ão* surgem já no período anterior. Sobre a ocorrência desse tipo de grafias assim como sobre os indícios da convergência das finais nasais *-ão*, *-ã* e *-õ* nas *Cantigas de Santa Maria*, numa composição do trovador português Pero Barroso e nalguns documentos notariais do Sul de Portugal, veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 204-206.

(4) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 94.

1434 C 17, 1407 L 40, 1410 L 41, 1348 O 71, etc.), cuja interpretação foi já tentada em páginas anteriores (1), a quase totalidade dos exemplos registados revela a síncope da consoante intervocálica. Os documentos que estudei fornecem ainda, durante os séculos XIII e XIV, algumas formas em que se mantém, sobre a primeira das vogais em hiato, a nasalidade resultante da síncope da consoante intervocálica: *allẽo* (1276 O 54; 1318 P 127), *cadẽa* (1333 O 68; 1325 P 130), *çentẽo* (1335 L 37; 1405 L 39) (2), *çentẽo* (1302 O 61), *chẽas* (1300 C 8), *pẽa* (1385 C 15; 1298 L 29; 1310 L 34; 1316 L 36; 1335 L 37; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1372 O 75; 1301 P 118; 1305 P 123; 1317 P 125; 1313 DL 143; 1313 DL 144), *colmẽaf* (1281 O 55), *pẽha* (1281 M 151), *pẽas* (1325 P 130; 1315 DL 145), *terrẽo* (1310 L 34), etc. Essas formas representam, naturalmente, a etapa mais antiga da sua evolução, depois ultrapassada pela perda da nasalidade, que ocorreu não só na Galiza (3) como em Portugal. Efectivamente, já desde o século XIII que estão documentadas formas sem qualquer representação gráfica da nasalidade: *alea* 'alheia' (1287 P 102), *aleo* 'alheio' (1290 O 58), *allea* (1295 P 108), *alleo* (1312 O 63; 1313 O 64), *cadea* (1414 L 42), *çenteo* (1405 L 39; 1414 L 42; 1474 L 47; 1292 O 59; 1315 O 66; 1500 O 90; 1448 DL 147; 1484 DL 150; 1404 M 165), *centeo* (1281 O 55), *çenteo* (1473 O 88), *chea* (1281 O 55), *chéá* (1299 P 114), *cheas* (1414 L 42), *pea* (1329 C 9; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1302 L 30; 1287 O 57; 1282 P 100; 1295 P 108; 1296 P 111; 1297 P 112; 1301 P 119; 1302 P 120; 1302 P 122; 1281 M 152), *tereo* 'terreno' (1274 O 53), *terreo* (1310 L 34; 1282 P 100; 1296 P 109; 1296 P 110, 1416 M 168, etc.), *terreos* (1367 C 14; 1310 L 34; 1310 L 35) (4).

---

(1) Veja-se o que escrevi nas p. 576-581.

(2) Foi o único exemplo que consegui registar para além do fim do século XIV.

(3) Nas formas que representam étimos latinos terminados em -ENA ou -ENU a nasalidade resultante da síncope de -N- perdeu-se tanto em galego como em português. Contudo, formas de feição arcaizante terminadas em *-ẽa, -ẽo* (por ex., *còlmẽa, àrẽa, càdẽa, àllẽo, chẽo)* mantêm-se ainda no galego-leonês de Ancares. A esse propósito, veja-se DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos,* tomo XVI, 1961, p. 68. O trabalho mais recente de JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico.* Oviedo, 1981, p. 33, confirma a sobrevivência desse tipo de formas: «*-enu, -ena, -enos, -enas* > *ẽũ(n), -ẽã, -ẽõs, -ẽãs: chẽũn* ('lleno'), *chẽõs* ('llenos'), *chẽã* ('llena'), *chẽãs* ('llenas') (...)».

(4) Formas com terminações hiáticas, como as que acima se apresentam, foram registadas por Leite de Vasconcelos no concelho de Melgaço. Cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular do concelho de Melgaço.* In: *Opúsculos,* vol. II. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 315. Além disso, conservam-se também formas deste tipo noutras zonas particularmente conservadoras, como são, por exemplo, a fronteira trasmontana, a região de Xalma e a povoação de Hermisende. A este propósito, cf. MARIA

Só de modo excepcional, encontrei num documento galego datado de 1500 e localizado em Ribadavia, na província de Orense, uma forma com desenvolvimento de semivogal entre as duas vogais em hiato: *çenteyo* (1500 O 90). É interessante verificar que no mesmo texto aparece também a forma com terminação hiática *çenteo*, o que prova certamente a flutuação fonética entre os dois tipos de formas que já então se verificava não só na linguagem do notário do texto, mas na linguagem falada da região (1), ou até mesmo de toda a Galiza. Aliás, ainda hoje no galego falado tem carácter facultativo o desenvolvimento da semivogal ¡ anti-hiática nas terminações *-ea, -eo* (2). Nos documentos portugueses que estudei e que não ultrapassam os fins do século XV não se encontram vestígios das formas com semivogal. Aliás, não só os textos desta região como doutras mantêm até esse século as referidas terminações hiáticas, mas nesse século e no século seguinte começam a aparecer grafias que denunciam já uma pronúncia com ditongo (3).

E, finalmente, uma referência à forma *terreu* 'terreno' registada num documento do Sul da província de Pontevedra, em Tebra (1296 P 110) (4), muito provavelmente com ditongo final e não com hiato. Neste caso, o hiato desfez-se devido à transformação da vogal final em semivogal. Formas desse tipo são conhecidas nalgumas variedades idiomáticas do galego actual (5).

JOSÉ DE MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 188; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 133; F. KRÜGER, *Mezcla de dialectos.* In: *Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal*, vol. II, Madrid, 1925, p. 139.

(1) O facto foi ainda registado na região dos "Riberos del Avia y del Miño". Cf. JOSÉ MANUEL GARCÍA DE LA TORRE, *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero.* Tese de doutoramento (inédita). Madrid, 1962, p. 104-105.

(2) PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 107. Veja-se também VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española.* 2.ª ed., Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 79-80. No galego escrito aparecem, em geral, formas terminadas em hiato.

(3) Veja-se SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa.* 2.ª edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 412; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa.* 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 155-158, mas principalmente p. 156. Segundo informa o Autor, no *Cancioneiro Geral* aparecem ainda habitualmente as grafias *-ea, -eo*, mas há já algumas formas com semivogal anti-hiática.

(4) Paralelamente à forma *terreu*, provavelmente com terminação monossilábica, e, onde, portanto, o hiato se resolveu devido à transformação da vogal final em semivogal, ocorre, no mesmo documento, a grafia *terreo.*

(5) Assim acontece, por ex., na região da Limia. Cf. H. SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens.* Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 122.

Terminação -ENE: São relativamente pouco numerosos os exemplos de palavras que representam étimos latinos com aquela terminação: ou se trata de formas que representam o latim BENE ou de formas verbais da 3.ª pessoa do presente do indicativo tais como TENET e VENIT. Tanto na Galiza como em Portugal, à referida terminação corresponde sempre uma vogal nasal: *bẽ* (1329 C 9; 1351 C 13; 1367 C 14; 1281 L 26; 1306 L 31; 1316 L 36; 1407 L 40; 1307 O 62; 1313 O 64; 1339 O 70; 1348 O 72; 1296 P 111; 1297 P 112; 1298 P 113; 1317 P 125; 1313 DL 143; 1345 DL 146; 1317 M 154; 1335 M 160), *bem* (1265 C 3; 1278 L 25; 1283 L 27; 1442 L 43; 1372 O 75; 1396 O 76; 1473 O 80; 1280 P 98; 1295 P 108; 1296 P 109; 1317 P 126; 1416 M 168, etc.), *ben* (1274 L 24; 1310 L 35; 1405 L 39; 1474 L 47; 1274 O 53; 1292 O 59; 1313 O 64; 1348 O 71; 1360 O 73; 1424 O 77; 1426 O 78; 1433 O 79; 1269 P 92; 1271 P 94; 1506 P 136; 1472 DL 149), *tẽ* (1278 L 25; 1322 O 67; 1348 O 71; 1473 O 86; 1298 P 113; 1301 P 118; 1322 P 129, etc.), *ten* (1258 L 21; 1414 L 42; 1281 O 55; 1269 P 93; 1299 P 114, etc.), *tem* (1310 L 34; 1281 O 55; 1473 O 80; 1280 P 98; 1317 P 125; 1403 P 132), *uẽ* (1286 L 28; 1287 O 57; 1322 P 129), *ven* (1434 C 17; 1414 L 42; 1274 O 53; 1419 P 134), *ben* (1516 C 18), *uem* (1283 L 27; 1310 L 34; 1280 P 97), *uen* (1310 L 34; 1292 O 59; 1317 P 125). Convém observar que nem no período mais antigo surgem grafias com hiato (1), o que parece permitir concluir que a evolução se processou através da perda de *-e* (2) e posterior transformação de *n*, tornado final, em nasalidade da vogal anterior.

No que se refere à pronúncia das formas citadas e sua posterior evolução, convém referir que a pronúncia mais generalizada na época abrangida pelo presente estudo deveria ser com *e* nasal aberto, pronúncia análoga à que existe ainda hoje na maior parte das variedades galegas: aí somente ocorreu a velarização da nasalidade final, sendo, portanto, a pronúncia [bę̣ŋ] a mais frequente (3). Aliás, a pronúncia com *e* nasal aberto con-

---

(1) Para outras abonações idênticas às acima registadas, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *bem, ben, bẽ*.

(2) Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 22-23; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 79, § 151, 2, p. 119-120, § 244; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 33, § 34, 10. A mesma explicação é dada para o galego actual por J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Santiago de Compostela, 1976, p. 71; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Santiago de Compostela, 1979, p. 82. Compare-se contudo, com o que foi dito atrás (p. 584-585), a propósito da terminação -ANE.

(3) Cf. J. L. COUCEIRO, *ob. cit.*, p. 71; MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 82; RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburgo (Editorial Helmut

serva-se ainda nos falares fronteiriços do Norte de Portugal, próximos da Galiza (1).

Além do valor adverbial, as formas resultantes da evolução de BENE podiam ter também valor substantivo e, nesse caso, admitiam a flexão em número. As formas que representam o plural sofreram uma evolução distinta das do singular ou da forma adverbial: não figurando *e* em final absoluto, não podia apocopar-se, perdendo-se, então, a consoante *-n-* intervocálica. Desse modo, surgem tanto na Galiza como em Portugal formas com hiato e nasalidade sobre a primeira das vogais: *bẽes* (1333 C 10; 1351 C 13 (2); 1335 L 37 (3); 1405 L 39; 1407 L 40; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49; 1497 L 50; 1502 L 51; 1292 O 59; 1348 O 71; 1473 O 80; 1316 P 124; 1317 P 126; 1320 P 128; 1403 P 132; 1407 P 133; 1419 P 134; 1432 P 135; 1309 DL 142; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1331 M 157; 1334 M 158; 1334 M 159; 1348 M 162; 1404 M 165; 1407 M 166; 1416 M 168, etc.), *bẽef* (1302 O 61; 1302 P 120; 1318 P 127). Desde fins do século XIII aparecem formas com redução do hiato: *benf* (1296 P 110), *bens* (1367 C 14), *bẽs* (1329 C 9; 1385 C 15). Por outro lado, as formas gráficas em que *n* aparece depois da segunda vogal do hiato (cf. *beens*, 1292 O 59; 1506 P 136), ou em que a nasalidade aparece representada por til sobre a segunda vogal (cf. *beẽs*, 1410 L 41) provam que, efectivamente, desde o período indicado, o hiato tinha começado a reduzir-se a uma vogal simples por crase das duas vogais.

Por outro lado, aparecem ainda na Galiza e na zona entre o Minho e o Douro algumas formas com hiato, mas sem qualquer indicação da nasalidade: *bees* (1310 L 35; 1453 L 45; 1333 P 131; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1404 M 165), *beef* (1310 L 34; 1317 M 154) (4). Ser-se-ia tentado a interpretá-las como resultado do descuido dos copistas dos respectivos textos,

---

Buske), 1975, p. 164; PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 107.

(1) Veja-se, por exemplo, JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular do concelho de Melgaço*. In: *Opúsculos*, vol. II: Dialectologia. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 310; IDEM, *Linguagem popular de Monção*. In: *ob. cit.*, p. 398.

(2) No mesmo documento ocorre a forma do singular *bẽ*.

(3) É interessante observar que no mesmo documento surge a forma do singular *bẽ*.

(4) Não incluo nesse grupo as formas em que sobre as duas vogais aparece um signo gráfico semelhante a duas vírgulas, por não ser exactamente conhecido o seu valor: *béés* (1516 C 18; 1306 L 31; 1307 L 32; 1459 L 46; 1290 P 106; 1296 P 110; 1299 P 114), *béef* (1310 L 34; 1281 O 55; 1287 O 57; 1290 O 58; 1302 O 61; 1280 P 98; 1299 P 114; 1301 P 118; 1302 P 120). Sobre os possíveis valores desse signo gráfico, veja-se o que escrevi atrás p. 27 e n. 4.

se não fosse conhecida no galego actual a existência de formas sem nasalidade: *bes* 'bens' (1).

Finalmente, nos textos que estudei não aparecem formas gráficas com ditongo oral ou nasal, análogas às que ocorrem noutros documentos galegos medievais (2) e que se mantêm nalgumas zonas do galego exterior (3) e em português. Simplesmente, nesta língua, o antigo ditongo nasal *ẽi* transformou-se em [ãĭ], em época relativamente recente — segundo parece, no século XIX —, por influência do português da capital (4), onde surgiu a referida alteração.

Comparando as formas encontradas nos textos de Portugal e da Galiza, não pode deixar de sublinhar-se o típico polimorfismo dos textos medievais, muito especialmente quando escritos a norte do Minho, onde faltava uma norma linguística unificadora. De facto, no que se refere às formas acima estudadas, o número de variantes não só gráficas, mas também fonéticas, é

---

(1) Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 89; H. SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, 1938, p. 127.

(2) Cf., por exemplo, *beyſ* e *bejſ*, formas registadas respectivamente no documento n.º 40 da província de Lugo e n.º 2 da província de Orense da colecção de MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 162, l. 25 e p. 189, l. 56. Sobre outras abonações antigas em textos galegos, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. III (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 238, s.u. *bem, ben, bẽ*. Talvez valha a pena salientar que as formas com ditongo (oral ou nasal) são o resultado da evolução das primitivas formas com hiato, tendo-se apenas a segunda vogal fechado e transformado na semivogal i. Outro resultado foi, como vimos, a crase das duas vogais (cf. *bens*).

(3) Assim, no ancarês conserva-se o ditongo nasal: bẽĭs, tẽĭs. Noutras zonas do galego exterior ocorrem formas com ditongo oral: *téis* 'tens', *béis* 'vens'. Cf. DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *ob. cit.*, p. 67. O trabalho de JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Oviedo, 1981, p. 34, confirma a sobrevivência de formas com ditongo nasal no galego leonês de Ancares.

(4) Sobre esse assunto, veja-se SERAFIM DA SILVA NETO, *A língua portuguesa no Brasil*. Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV, Lisboa, 1960, p. 37; IDEM, *História da língua portuguesa*. 2.ª edição aumentada. Apresentação do Professor Celso Cunha. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 614-615; A. R. GONÇALVES VIANA, *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa, 1892, p. 53; PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (P.U.F.), 1980, p. 81. A transformação do ditongo [ẽĭ] em [ãĭ] parece ter começado por ser um fenómeno próprio dos níveis sociais mais desprestigiados da capital, mas já em meados do século XIX a nova pronúncia tinha atingido um notável grau de implantação na fala das pessoas cultas. A antiga realização [ẽĭ] mantém-se, porém, não só na pronúncia carioca como, em geral, na pronúncia brasileira.

muito mais acentuado na Galiza do que na região portuguesa estudada. Aqui nota-se já uma relativa unidade linguística que contrasta com a variedade de formas encontradas naquela região.

Terminações -INU, -INA: Ao estudar o tratamento de *-n-* intervocálico nas palavras em que estava precedido de *i* tónico, analisarei separadamente as formas oferecidas pelos textos da Galiza e de Portugal, uma vez que há diferentes tipos de grafias nos documentos de uma e outra proveniência.

Começarei por indicar as formas que se encontram nos textos estudados da região entre o Douro e o Minho. As grafias correspondentes ao período mais antigo — século XIII e primeira metade do século XIV — são aquelas em que a vogal *i*, que precedia *-n-* intervocálico que se sincopou, aparece assinalada por um til: *Antonĩho* (1331 M 156), *Eſpỹo* (cf. «Johane Eanef, dicto *Eſpỹo*») (1281 M 152) *Martĩo* (1303 M 153), *meyrĩo* (1281 M 151), *Sardĩa* («Johã Paez, dito *Sardĩa*») (1281 M 151), «Santa *Senhorĩa*» (top.) (1348 M 162), etc. A referida consoante perdeu-se, imprimindo carácter nasal à vogal anterior.

A partir dos primeiros anos do século XIV, as formas encontradas revelam já o desenvolvimento de uma consoante nasal palatal entre as duas vogais em hiato. Essa consoante é habitualmente representada pelo grafema composto *nh* (1): *camjnho* (1401 M 163; 1401 M 164) (2), *camjnhos* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *camijnho* (1416 M 168), *Farynha* (cf. «Joham Eſteueσ, dito *Farynha*») (1416 M 168), *galinha* (1472 DL 149), *galinhas* (1315 DL 145), *lynho* (1484 DL 150), *Sam Martiñho* (top.) (1472 DL 149), «San *Martinho* de Baulhy» (top.) (1348 M 162), *meyrinho* (1315 DL 145), «*Steueeynha* Gonçalluez» (1404 M 165), *Vjlarjnho* (top.) (1484 DL 150), *ujnho* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *vijnho, vinho* (1404 M 165), *vinho* (1454 DL 148; 1345 M 161; 1404 M 165), *vijnho* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *vynho* (1484 DL 150), etc.

Fixemos, em seguida, a nossa atenção sobre os documentos da Galiza. As grafias neles registadas são mais variadas do que as que se encontram nos documentos a sul do Minho e permitem algumas considerações de carácter cronológico de bastante interesse.

Em primeiro lugar, aparecem algumas formas — bastante raras, se se

---

(1) Sobre a época em que começou a usar-se o grafema composto *nh* para representar a nasal palatal, veja-se o que escrevi nas p. 490-493.

(2) Nestes dois documentos localizados em Cerdal, concelho de Valença, aparece também a grafia *camjño*. Tratar-se-á de uma abreviatura de *camjnho*, forma também registada nos mesmos documentos, ou, pelo contrário, representará *camj̃no* ou *camjño?* Sob o ponto de vista fonético, não há diferença entre as três formas; a única diferença reside nos distintos grafemas que representam a nasal palatal.

atender ao grande número de documentos analisados — que reflectem a perda de *-n-* intervocálico: nuns casos, a nasalidade deixada sobre a vogal anterior é representada por um til (cf. «Martin *Bodĩo*», 1315 O 66; *gallĩas*, 1285 O 56; «San *Martj̃o*», 1258 L 21; *meirĩu*, 1299 P 116; *vizĩo*, 1289 P 105); noutros, surgem apenas as vogais em hiato, não existindo qualquer indício gráfico de nasalidade: *fobrios* 'sobrinhos' (1), *uio, uío* 'vinho' (1296 P 110). Este último tipo de formas aparece apenas num documento da província de Pontevedra, localizado em Tebra, próximo da fronteira com Portugal. À primeira vista, seria possível interpretar estas formas como análogas às que existem actualmente em certas zonas do galego-asturiano, com perda de *-n-* e total desnasalação da vogal anterior (2). Contudo, o aparecimento, no mesmo texto, das formas *uia* 'vinha' (l. 6) e *uias, uuias* 'vinhas' (ll. 7, 14 e 18), provenientes de um étimo com o grupo -nj-, faz crer que em ambos os casos existia a nasal palatal (3).

Incomparavelmente mais numerosas são as formas cuja grafia assinala a nasal palatal desenvolvida entre as vogais em hiato. No que se refere à cronologia do fenómeno, os textos galegos oferecem materiais abundantes deste tipo de formas desde meados do século XIII, meio século antes do aparecimento nos documentos portugueses que estudei. Efectivamente, como veremos através das abonações a seguir apontadas, desde 1258 (cf. 1258 L 21) que há grafias inequívocas da existência da consoante palatal anti-hiática; pelo contrário, na região de Entre-Douro-e-Minho o mais antigo texto em que esta se regista é de 1315 (cf. 1315 DL 145). Além disso, as grafias do tipo *-ĩa, -ĩo* ainda se encontram em documentos portugueses de meados do século XIV (cf. 1348 M 162), ao passo que, na Galiza, a única forma encontrada em data que transcende o século XIII se encontra registada num documento de princípios do século seguinte (cf. 1315 O 66). Esta comparação parece permitir concluir que o desenvolvimento da nasal palatal se consumou na Galiza mais cedo do que em Portugal, mesmo numa região tão intimamente aparentada com aquela como era a zona compreendida entre o Minho e

---

(1) No texto, esta forma aparece abreviada: *fobr9*. No entanto, de acordo com outras formas registadas no mesmo documento e com a mesma terminação — cf. *uio, uío*, representando a evolução do étimo VINU — desdobrou-se a abreviatura em *fobrios*.

(2) Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e M.ª ALBERTINA MENDES LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 103.

(3) Em documentos portugueses do século XIII aparecem também, por vezes, formas com queda de *-n-* e sem que a nasalidade da vogal anterior ou a consoante nasal palatal anti-hiática estejam representadas. Por outro lado, surgem também alguns exemplos de formas em que a nasal palatal resultante da evolução do grupo latino -NI- não aparece registada graficamente. Veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 278-279 e n. 85. Cf. também p. 623 do presente trabalho.

o Douro (1). Seguem-se alguns exemplos da solução *-iño, -iña* em que a nasal palatal aparece representada por diferentes grafemas:

a) *n* (2): *cortinaſ* 'cortinhas' (1329 C 9), *curtina* (1283 P 101), *Eſteuayna* (1298 P 113; 1299 P 114), *Fonteyna* (top.) (1426 O 78), *galinaſ* (1283 L 27), *galina* (1308 L 33; 1307 O 62; 1313 O 64), *lino* 'linho' (1281 O 55; 1285 O 56), *ljno* (1339 O 70), *moyno* (1474 L 47; 1290 O 58; 1360 O 73; 1473 O 83), «*Muyno* Uedro de Sſuſao» (top.) (1289 P 105), *Nugeyrina* (top.) (1312 O 63), «*Samartino* de Nouẽbro» (1286 L 28), *ſobrina* (1282 P 100), *ſobrinaſ* (1281 O 55), *ſobrino* (1274 O 53; 1281 O 55; 1290 O 58; 1348 O 71; 1299 P 114), *ſobrinoſ* (1281 O 55), *toucino* (1283 L 27), *uino* (1281 O 55), *Vallino* (top.) (1287 P 103), *Villarino* (top.) (1262 C 2), *uino* (1283 L 27; 1290 O 58; 1302 O 60; 1307 O 62; 1271 P 94), *vino* (1282 C 6; 1316 L 36; 1274 O 53; 1287 O 57; 1322 O 67; 1360 O 73; 1372 O 75; 1473 O 85; 1473 O 88; 1299 P 117), *vizino* (1282 C 6), etc. Não pode excluir-se a possibilidade de algumas formas desta natureza poderem representar, sobretudo em textos de carácter tardio, castelhanismos, tendo, nesses casos, o grafema *n* o valor de nasal alveolar (3).

b) *ñ: biziño* (1500 O 90), *bjño* (1450 L 44; 1407 P 133), *camiño* (1310 L 34), *camjño* (1442 L 43), *cortiña* (1276 O 54), *curtiña* (1283 P 101), «frey Grigorjo *Farjña*» (1506 P 136), *liño* (1396 O 76), «Santa *Mariña*» (top.) (1276 O 54), «Frey Pedro *Mariño*» (1475 L 49), «San *Martiño*» (1276 O 54; 1333 P 131; 1506 P 136), *muyño* (1310 L 34; 1474 L 47; 1302 O 61), *moyños* (1316 L 36), *muyños* (1296 P 111), *ſobriña* (1414 L 42), *ſobriño* (1405 L 39; 1302 O 61), *sobriño* (1442 L 43; 1450 L 44), *uiño* (1302 O 61; 1314 O 65), *viño* (1459 L 46; 1276 O 54; 1285 O 56), *Ujlariño* (top.) (1292 O 59), etc. Desde o último terço do século XIII que aparece o grafema *ñ* na referida terminação; o seu emprego prolonga-se até ao século XVI. Ele representa, juntamente com *n*, a grafia mais frequente da nasal palatal nas terminações referidas.

c) *nn:* muito pouco representado, encontrei este grafema apenas em documentos do século XIII. Eis os exemplos recolhidos: *San Martinno* (1258 L 21), *vinno* (1282 C 6), *vinna* (1282 C 6), *vinnaſ* (1282 C 6) (4).

---

(1) Também não pode pôr-se de parte a hipótese de, em Portugal, as antigas grafias terem sobrevivido até mais tarde, tendo a nasal palatal, já existente na pronúncia, demorado mais tempo a fixar-se na grafia.

(2) Sobre os grafemas utilizados para transcrever a nasal palatal, veja-se, atrás, p. 486-494.

(3) Desse modo interpreto, entre outras, a forma *camjno* registada no doc. 1474 L 47 e «Juã *Marjno*», «Pedro *Marjno*» no doc. 1475 L 48. Ambos os documentos estão profundamente afectados pela influência castelhana.

(4) Recorde-se o que, na p. 488 do presente trabalho, foi dito sobre o grafema composto *nn* em documentos da Galiza.

d) *nh:* grafema registado apenas nalguns documentos da província de Pontevedra: *Efteuaynha* (1299 P 114), *fobrinho* (1302 P 120), *vinho* (1302 P 120) (1).

Terminação -ONE: No que diz respeito ao tratamento de étimos latinos terminados em -ONE, predominam, nos documentos que estudei, formas em *-õ* (ou *-on, -om*) (2). Tanto nos documentos da Galiza como nos da região de Entre-Douro-e-Minho estão generalizadas estas formas ao longo de todo o período estudado: *auçõ* 'acção, feito' (1351 C 13; 1419 P 134), *capõ* (1407 L 40), *condiçõ* (1367 C 14; 1306 L 31; 1335 L 37; 1405 L 39; 1407 L 40; 1453 L 45; 1339 O 70; 1367 O 74; 1432 P 135; 1506 P 136, etc.), *cõdiçõ* (1313 DL 144; 1334 M 158; 1334 M 159; 1401 M 163; 1401 M 164; 1404 M 165), *comdiçom* (1472 DL 149), *condiçom* (1372 O 75), *condiçon* (1434 C 17; 1426 O 78; 1333 P 131), *condictiom* (1262 C 2), *cõdjson* (1385 C 15), *cõfiffõ* (1411 M 167), *conpofi£õ* (1281 P 99), *contradiçõ* (1317 P 126), *coraçõ* (1308 L 33), *coraçõ* (1299 P 115), *defenfom* (1331 M 157), *doaçõ* (1296 P 109; 1299 P 114; 1419 P 134; 1303 M 153; 1317 M 154; 1348 M 162, etc.), *dõaçom* (1302 P 121), *doaçon* (1434 C 17; 1450 L 44; 1292 O 59; 1302 P 122; 1303 M 153), *doaçom* (1448 DL 147), *iurdiçon* (1303 M 153), *leõ* (1302 O 61), *maldiçõ* (1348 O 71; 1348 O 72), *maldiçon* (1450 L 44), *maldjçom* (1295 P 108), *maldizõ* (1278 L 25), *rrazõ* (1280 P 97; 1290 P 106; 1506 P 136, etc.), *razõ* (1283 L 27; 1308 L 33; 1310 L 34; 1315 O 66; 1281 P 99; 1299 P 114; 1305 P 123; 1317 P 125; 1322 P 129; 1345 DL 146; 1317 M 154; 1331 M 156; 1334 M 158; 1334 M 159; 1335 M 160; 1411 M 167), *raçom* 'ração' (1404 M 165), etc. (3).

O galego actual conserva ainda esta terminação, tendo-se apenas a nasalidade da vogal transformado em nasalidade velar: *botóŋ, meloŋ*, etc. Pelo

---

(1) Sobre o emprego do grafema *nh* em textos da Galiza, veja-se o que escrevi nas p. 490-492.

(2) À semelhança do que já foi dito relativamente à terminação -ANE (cf. p. 585), suponho que, também neste caso, se deve ter sincopado a consoante intervocálica, resultando formas em *-õe*. Parece atestar essa evolução a antiga forma toponímica *Fondõe*, registada num documento do século XIII (1269 C 4) e correspondente à forma moderna *Fondón*. Sobre a proveniência de topónimos com esta terminação a partir de aumentativos ou de apelativos, veja-se A. MORALEJO LASO, *Sobre grafía y pronunciación de los topónimos gallegos*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 38. O artigo é a continuação de outro com o mesmo título publicado no vol. 3 da mesma revista. Ambos foram incluídos, na colectânea do Autor, *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, p. 273-336.

(3) Pelo facto de se tratar de formas generalizadas em todas as regiões e épocas abrangidas por este estudo, não pretendeu ser exaustiva a indicação das formas nem a sua localização. Tentou-se apenas exemplificar o tratamento acima referido.

que diz respeito aos falares portugueses da região compreendida entre o Douro e o Minho, actualmente encontra-se, em geral, o ditongo nasal *-õu* (*-õum*), que é o resultado da evolução da vogal nasal final. Aliás, Leite de Vasconcelos assinalou ainda a conservação da fase mais antiga em várias povoações do Alto Minho (1).

Como particularidade de alguns textos localizados em Vairão, concelho de Vila do Conde, há a considerar, a partir de meados do século XV, a existência de algumas formas terminadas em *-ã: cõdiçã* (1454 DL 148), *condiçã* (1454 DL 148), *cõdjçã* (1484 DL 150), *condiçam* (1448 DL 147), *penffam* (1448 DL 147), *Refureyçã* (1472 DL 149) (2), *tabaliam* (1448 DL 147), *tabelliam* (1484 DL 150), *taballyã* (1454 DL 148) (3). Talvez seja interessante frisar que formas deste tipo só ocorrem no extremo meridional da região estudada e em data relativamente tardia. Muito provavelmente as grafias *-ã* ou *-am* eram processos de representar o ditongo *-ão*. Efectivamente, no *Cancioneiro Geral* a grafia *-am* tem o valor de *-ão*, representando não somente a terminação *-ão* proveniente de -ANU, mas também as antigas terminações *-ã* e *-õ*, resultantes respectivamente da evolução das terminações latinas -ANE e -ONE (4). Nos textos poéticos, em virtude da rima, não é difícil afirmar que seria esse o valor de *-ã*, mas grafias análogas aparecem em documentos oficiais da mesma época (5). Daí parece poder concluir-se que, pelo menos na língua culta e nalgumas variedades regionais, a convergência das três terminações nasais referidas já nessa época se verificava (6).

---

(1) Veja-se J. LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular de Parada do Monte*. In: *Opúsculos*, vol. II: Dialectologia. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 303 e 304; IDEM, *Linguagem popular do concelho de Melgaço*. In: *ob. cit.*, p. 310-311, 317 e 321; IDEM, *Linguagem popular de Monção*. In: *ob. cit.*, p. 397-398.

(2) A forma aparece na expressão *dia de Paſcoa da Reſureyçã*.

(3) O que se passou com as formas *taballyã, tabaliam, tabelliam* é um pouco diferente do que aconteceu com as restantes formas acima citadas, pois nesse caso pode tratar-se de uma influência analógica exercida pela palavra *escrivan*. Essa explicação dada por José Inês Louro parece aceitável, uma vez que também o plural passou a terminar em *-ães*. Veja-se JOSÉ INÊS LOURO, *Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XIII, 1952, p. 42. Sobre o étimo da palavra *escrivão*, veja-se, contudo, n. 3 da p. 584. No que se refere a *tabelião*, o étimo é o latim TABELLIONE- e as formas documentadas em textos portugueses do período mais antigo terminam sempre em *-õ* (ou *-om*). A esse propósito, veja-se STEPHEN PARKINSON, *Os tabeliães, o seu título e os seus documentos*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXV, 1976-1979, p. 185-212, mas especialmente anexo 4.

(4) Cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 132-133.

(5) IDEM, *ob. cit.*, p. 133.

(6) Aliás, há já exemplos isolados anteriores — a partir do século XIII — que provam que, pelo menos nalgumas palavras, a convergência das terminações nasais tinha já começado a verificar-se. Recorde-se o que foi dito na nota 3 da p. 593.

Se não é fácil apontar com segurança a região onde a referida convergência começou a fazer-se sentir, pode, pelo menos, afirmar-se que o seu foco de origem e de difusão não foram as variedades idiomáticas compreendidas entre o Minho e o Douro, pois aí ocorreu, desde cedo, a propagação da terminação *-õ* às outras finais nasais. Já atrás (1) se fez referência à absorção de -ã(< -ANE) por *-õ* nos falares dessa zona, pelo menos a partir do século XV. Aliás, no século XVI, quando no português literário e na língua culta do Centro do País já as três terminações se tinham uniformizado em *-ão* (2), a pronúncia *-õ* era tida pelos gramáticos da época como característica da região interamnense (3).

Como se explica, então, a presença das formas atrás citadas em documentos de Vairão de meados do século XV? Tratar-se-á de vestígios da penetração na linguagem dessa zona da convergência das três terminações nasais de diferente proveniência etimológica ou esse fenómeno pertenceria apenas nessa época à linguagem dos notários que escreveram os textos em que aparecem as formas em questão? Não dispomos dos elementos necessários para responder de maneira definitiva: faltam-nos informações sobre a naturalidade dos notários, locais de residência, viagens, etc. Os quatro textos em que aparecem as referidas formas — 1448 DL 147, 1454 DL 148, 1472 DL 149 e 1484 DL 150 — foram escritos apenas por três notários diferentes que, muito provavelmente, não eram naturais da região ou que, pelo menos, conheciam aquilo que já na época constituía uma norma fonética que não era a desta zona. De Brás Martins, diz-se, no primeiro documento citado, que era «uaſſallo del Rey noſſo Senhor e ſſeu taballjõ no dito julguado [da Maya]» e no segundo, ou seja, 1454 DL 148, informa-se que era «uaſſallo del Rey noſſo senhor e ſſeu taballyã na dita çijdade [do Porto] e julguado [da Maya]». O notário do documento 1472 DL 149 foi «Dieguo Gonçalluez» de que se informa que era «eſcudeyro e amo do Jfante dom Fernando, meu senhor, (...) e notayro ppublico jeerall por El Rey noſſo Senhor em todos ſeus rregnos e senhorio». E, por fim, no último texto cujo notário foi «Joham de Basto» diz-se que era «eſcudejro ȝ baſallo dell rey noſo senhor ȝ ſeu tabelliam ppublico ẽ ho dito julgado da Maya ȝ no julgado de Zurara». Parece-me, portanto, muito provável que os três notários não fossem naturais dessa zona e que, consequentemente, o fenómeno linguístico em questão não pertencesse à linguagem da região estudada (4).

---

(1) Veja-se o que escrevi nas p. 585-587.

(2) Veja-se p. 586 e n. 2.

(3) Cf. n. 3 da p. 586, onde se transcreve um texto de Duarte Nunes de Leão extraído da *Orthographia da lingoa portvgvesa.*

(4) Ou, pelo contrário, deverá concluir-se que os notários já não distinguiam as terminações *-ã* e *-õ*, representantes respectivamente de -ANE e -ONE? Efectivamente, nalguns

Nos documentos da Galiza aparece um exemplo de *-am* (cf. *prouiſam*, 1302 P 120), facto tanto mais surpreendente quanto se mantém no galego actual a antiga terminação (1). Parece-me absolutamente necessário ter presente que os textos escritos por Pedro Martins, notário de Castelo de Tebra, no Sul da província de Pontevedra, revelam outras particularidades gráficas e linguísticas características dos textos escritos em Portugal. Como vimos atrás (2), aí aparecem também as grafias *nh* e *lh* para representar respectivamente a nasal palatal e a lateral palatal. Parece, pois, que o referido notário devia estar familiarizado com textos portugueses.

Como noutros momentos foi salientado, os textos da Galiza caracterizam-se, relativamente aos de Portugal, por uma maior riqueza de possibilidades não só gráficas, mas também fonéticas, estas últimas como consequência da falta de uma unidade linguística que sempre caracterizou a região. Também relativamente às formas que nos ocupam, além dos resultados acima indicados, os documentos galegos oferecem ainda outras variantes. Em primeiro lugar, algumas formas terminadas em *-ũ* que aparecem em documentos do século XIII das províncias de Lugo e de La Coruña: *condizũ*, *corazũ*, *dõazũ*, etc. (3). De acordo com o que acima (4) foi exposto, trata-se possivelmente apenas de variantes gráficas e não de formas da linguagem falada. Além disso, surge ainda uma forma com desnasalação da vogal final, fenómeno ainda hoje característico do falar minhoto (5): *beenʒo* 'bênção' (1281 O 55). Por fim, não faltam também alguns castelhanismos, frequentes sobretudo em textos do século XV e XVI: *condjçion* (1502 L 51), *condiçiõ* (1500 O 90), *contradjçion* (1502 L 51), *cumutaçiõ* (1500 O 90), *deliberaçiõ* (1506 P 136), *excepción* (1502 L 51), *obligaçion* (1497 L 50), etc.

No que se refere às formas de plural, os resultados da Galiza e de Portugal são coincidentes até ao século XV: a partir de então, os documentos a norte do Minho revelam resultados muito peculiares, que anunciam já as diferentes soluções do galego actual. A sul do Minho, onde a língua não

---

textos em que aparecem formas em *-ã* (<-ONE) surgem também formas terminadas em *-om* (<-ANE): cf., por ex., no doc. 1472 DL 149 *Refureyçã* e *Vayrom* e, no doc. 1448 DL 147, *condiçam* ao lado de *pom*. Não há dúvida de que as formas apontadas em *-om* são indício da confusão que já se verificaria na linguagem local entre as diferentes terminações nasais. Contudo, a terminação *-ã* pode interpretar-se como representação gráfica do ditongo final *-ão* de acordo com a norma ortográfica de outras regiões portuguesas.

(1) No galego actual a vogal vai seguida de nasalidade velar: por ex., *razón* [raθǫ́ŋ].

(2) Veja-se o que foi dito nas p. 490-493 e 500.

(3) Sobre estas e outras formas idênticas e respectiva localização, veja-se p. 391.

(4) Veja-se a tentativa de explicação dada nas p. 392-396.

(5) Cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª edição, Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 88.

sofreu, sob este aspecto, evolução sensível, os documentos continuam a revelar de modo regular e constante os mesmos tipos de formas.

Comecemos por analisar os resultados que são comuns aos textos de Portugal e da Galiza. As formas mais representadas são aquelas em que, ao perder-se *-n-* intervocálico, a vogal anterior adquiriu nasalidade, graficamente representada por til: *capões* (1276 O 54; 1301 P 118; 1403 P 132; 1334 M 158), *cõdições* (1396 O 76; 1348 M 162), *condições* (1300 C 8; 1450 L 44; 1360 O 73; 1301 P 118), *condiçõeſ* (1339 O 70), *cõdiçõeſ* (1312 O 63; 1313 O 64) (1), *defenſões* (1434 C 17), *deuiſões* (1434 C 17), *djuiſões* (1473 O 81), *diuiſſões* (1473 O 82), *doaçõeſ* (1299 P 114), *doações* (1318 P 127), *obligações* (1414 L 42), *oraçõeſ* (1302 O 61), *petições* (1345 DL 146), *poſiſões* (1345 M 161), *poſſysões* (1405 L 39), *rrazões* (1434 C 17), etc.

Noutros casos, falta na terminação a representação gráfica da nasalidade, ocorrendo as formas deste tipo em textos compreendidos entre o século XIII e o século XV: *capoes* (1484 DL 150), *condiçoes* (1372 O 75), *cõdiçoes* (1424 O 77; 1426 O 78), *condjçoes* (1484 DL 150), *defẽſſoeſ* (1302 L 30), *diuiſoes* (1473 O 84), *diuiſoeſ* (1265 C 3), *penſoes* (1335 M 160), *poſiſoes* (1450 L 44), *poſſiçoeſ* (1289 P 105), *quinoeſ* (1274 L 24), *raſoeſ* (1302 L 30), *rraçoeſ* (1302 P 120), *raſoes* (1333 P 131). Relativamente a estas formas, põe-se o problema de saber se a omissão da nasalidade era apenas gráfica ou se, pelo contrário, correspondia a um fenómeno da língua falada. A questão põe-se exclusivamente em relação às formas da Galiza, uma vez que aí, nalguns casos, ocorreu o fenómeno de desnasalação das vogais nasais e algumas das formas do galego actual podem considerar-se o resultado de um desenvolvimento posterior desse tratamento caracterizado pela perda da nasalidade. Efectivamente, a solução do galego setentrional em *-ós* e a do galego oriental em *ói*s parecem representar diferentes vias de evolução da terminação *-oes*. Contudo, o facto de as grafias em questão aparecerem também em documentos de Portugal, sendo até muito frequentes (2), não nos permite esclarecer de modo definitivo esse problema (3).

Durante o século XV, aparecem algumas grafias com geminação de uma das vogais. O valor dessas formas gráficas está sobretudo em revelar, de

---

(1) No documento 1459 L 46, muito afectado pela influência castelhana, regista-se *condiçiõees*, forma resultante de uma contaminação entre a forma galego-portuguesa e a castelhana.

(2) Cf. Luís F. Lindley Cintra, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Colloque international organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 179.

(3) Veja-se, porém, o que adiante se dirá nas p. 607-608.

modo indirecto, que o hiato já tinha desaparecido da língua falada: a falta de domínio fonético levou a geminações gráficas sem fundamento etimológico (1). Foram os seguintes os exemplos registados: *condijçooes* (1448 DL 147), *condiçooes* (1448 DL 147), *condiçoees* (1432 P 135).

Mas, se fixarmos a nossa atenção em documentos da Galiza dos séculos XV e XVI, deparamos com algumas formas exclusivas dessa zona do domínio linguístico galego-português. Refiro-me, por um lado, a alguns castelhanismos ou formas de influência castelhana (cf. *condjçiones*, 1502 L 51; *cumdiçiones*, 1500 O 90; *condiçones*, 1453 L 45 (2); *rrenglones*, 1516 C 18, etc.) e, por outro, a resultados que nos aproximam das diferentes soluções do galego actual (3). No que diz respeito a este último aspecto, foram recolhidos alguns exemplos das seguintes terminações: a) *-õos, -õons* e *-ons: albardõos* (1414 L 42), *capõos* (1502 L 51; 1407 P 133), *condiçiõos* (1497 L 50) (4), *condiçõos* (1404 L 38; 1405 L 39), *donaçõos* (1473 O 80), *jurdiçõos* (1473 O 80), *poſſiſõos* (1473 O 80); *condiçõons* (1506 P 136), *ſazõons* (1506 P 136); *condiçons* (1453 L 45); b) *-oos: cõdiçoos* (1475 L 48), *devjſoos* (1516 C 18), *rraɔoos* (1475 L 48) (5).

O conhecimento dessas variantes medievais das referidas terminações talvez permita propor uma explicação histórica das duas soluções do galego actual: *-ós*, no galego continental ou central e no galego setentrional (entre as Rias Altas e a Meseta de Lugo) e *-óŋs* no galego atlântico, que abrange

---

(1) Veja-se também o que escrevi na p. 592.

(2) A forma acima citada deve ser o resultado de uma interferência ou contaminação entre a forma galego-portuguesa e a castelhana.

(3) Nos documentos que estudei não aparecem exemplos de formas terminadas em *-õos, -õons, -ons* e *-oos* em época anterior ao século XV. Contudo, ainda que de modo esporádico, há alguns raros vestígios de alguma dessas terminações em textos do século XIV. Assim, a forma *condiçoos* ocorre num documento de 1394 publicado por ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911, p. 127.

Pelo que diz respeito a textos de carácter literário, é interessante observar que já nos *Miragres de Santiago*, provavelmente do último terço do século XIV ou primeiro terço do século XV, surge a forma *leõs*. A esse propósito, veja-se *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1958, p. XV e 87.

(4) Trata-se de uma forma resultante do cruzamento entre a forma galego-portuguesa e a castelhana.

(5) Não encontrei nos documentos estudados vestígios da solução *-óis* que hoje caracteriza o galego oriental. Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 42. Contudo, na colecção de documentos galegos editados por Margot Sponer, encontrei a forma *condiçoyſ* (p. 77) num texto escrito em 1274 por um notário de Santa María de Temes, no ayunt. de Carballedo, na província de Lugo.

o Ocidente da província de Pontevedra e a parte meridional da de La Coruña (1). Parece estarmos em presença de dois resultados divergentes da primitiva terminação *-ões:* por um lado, *-ós,* após a perda da nasalidade, a assimilação das duas vogais em hiato e crase; por outro, a assimilação das duas vogais em hiato, seguida de crase e posterior transformação da nasalidade da vogal em nasalidade velar. No primeiro caso, o processo de evolução teria sido o seguinte: *-ões* > *-oes* > *-oos* > *-ós;* e no segundo: *-ões* > *õos* > *-õs* > *-óŋs* (2).

Existiria já no galego medieval uma repartição geográfica dos dois tipos de terminação com e sem nasal? Ou ofereceria a língua, nessa época, diferentes possibilidades, tendo ocorrido posteriormente a fixação em cada uma das soluções de acordo com as regiões? A localização geográfica das formas encontradas nos documentos que estudei parece permitir concluir que existiria já uma distribuição geográfica dos dois tipos de variantes. Assim, a variante *-oos* surge em documentos da província de Lugo (cf. 1475 L 48) ou do Norte da província de La Coruña (cf. 1516 C 18), localizados, portanto, dentro da área actual de *-ós;* quanto às variantes gráficas *-õos, -õons* e *-ons,* elas parecem ocupar uma área mais vasta do que a da moderna solução *-óŋs,* penetrando muito mais para oriente do que acontece actualmente: podem registar-se na metade ocidental da província de Lugo segundo uma linha que passa por Lorenzana, Lugo e Monforte.

Nos documentos da região portuguesa não encontrei vestígios de formas análogas às indicadas. Os documentos localizados na faixa fronteiriça com a Galiza (cf. 1401 M 163, 1401 M 164, 1404 M 165, 1407 M 166, 1411 M 167 e 1416 M 168) que, sob outros aspectos, apresentam semelhanças com a linguagem dos documentos da região correspondente à actual província de Pontevedra, não oferecem materiais suficientes para conhecer a situação da linguagem da região no que se refere aos plurais de palavras terminadas em *-õ.* Efectivamente, nesses seis documentos aparece apenas a forma de plural *capoes* (1407 M 166) (3).

---

(1) Veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 38-44, mas especialmente p. 41-42. A delimitação das áreas correspondentes às modernas soluções *-ós, -óŋs* e *-óis* proposta pelo Autor é apenas aproximada. Esperamos que o *Atlas Lingüístico Galego* apresente uma distribuição precisa e tanto quanto possível rigorosa dos três resultados.

(2) Em virtude do conhecimento das variantes gráficas medievais *-õos* e *-õons,* não me parece aceitável a explicação proposta por V. García de Diego sobre as formas modernas em *-óŋs:* segundo o Autor, trata-se de uma formação analógica, conforme o padrão geral, sobre as formas do singular em *-óŋ.* Veja-se V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 89.

(3) Não pode, contudo, pôr-se de parte a possibilidade de aí existirem formas em *-ons,* uma vez que Leite de Vasconcelos ainda registou plurais desse tipo em várias povoações dessa zona fronteiriça. Veja-se, por exemplo, J. LEITE DE VASCONCELOS, *Linguagem popular*

Terminação -UDINE: Das formas que, no singular, terminavam em *-õ* proveniente de -ONE devem aproximar-se as palavras que representam historicamente derivados latinos com a terminação *-udine* (1). Nos documentos portugueses encontram-se as formas seguintes: *firmydõe* (1313 DL 143), *firmidõe* (1327 M 155; 1331 M 157; 1334 M 158; 1334 M 159), *firmydoen* (1313 DL 144), *fjrmjdoe* (1345 M 161), *firmidom* (1303 M 153). Esta última forma prova que a analogia com os substantivos terminados em *-õ* < -ONE tinha já começado a verificar-se em Portugal nos primeiros anos do século XIV (2).

As formas registadas nos documentos da Galiza têm uma configuração distinta: *firmedũe* (1282 C 6; 1300 C 8; 1301 P 118), *firmidũe* (1308 L 33), *firmjdũe* (1404 L 38), *fermedue* (1281 O 55), *firmiduy* (1317 P 125), *femeldũe* (1360 O 73; 1396 O 76), *femeldue* (1335 L 37; 1287 O 57). Os materiais que recolhi confirmam as observações já anteriormente feitas por Ramón Lorenzo

---

de Parada do Monte. In: *Opúsculos*, vol. II (Dialectologia), p. 303 e 304; IDEM, *Linguagem popular do concelho de Melgaço*. In: *ob. cit.*, p. 310-311, 317 e 321.

Dentro do domínio linguístico português os plurais em *-ons* são característicos do falar algarvio e do falar madeirense. Neste último caso, creio estarmos em presença de uma particularidade transplantada do Sul de Portugal para essa zona do português insular, na época da colonização e do povoamento. Se, perante tal facto, parece de aceitar que essa particularidade existiria já no século XVI nos falares do Algarve, mais difícil é explicar historicamente a presença desse traço nessa região do extremo meridional de Portugal. Tratar-se-á de um desenvolvimento espontâneo autóctone que conduziu a formas materialmente semelhantes às que existem em galego ou haverá alguma relação histórica de dependência das formas algarvias relativamente às galegas? Ou, ainda, plurais deste tipo existiriam também no português arcaico e, neste caso, tratar-se-á apenas de arcaísmos? Não pretendendo, neste momento, dar resposta definitiva a estas questões, queria apenas frisar que são muitos os arcaísmos que caracterizam o actual falar do Algarve, entre os quais não faltam alguns traços comuns ao antigo galego-português e às modernas variedades do galego. Vejam-se as observações feitas pela Autora em *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 53-56 e p. 125-126 e em *Geografia dialectal e história do português. Resultados da terminação latina* -ANA. Separ. de *Biblos*, vol. LVII, 1981 (= Homenagem a M. Paiva Boléo), p. 92-93 e notas da p. 93.

(1) Sobre a evolução das palavras latinas terminadas em -(I)TŪDO / -(I)TŪDINE em português, em espanhol e noutras línguas românicas, veja-se o artigo de MARTHA E. SCHAFFER, *Portuguese* -idão, *Spanish* -(ed)umbre, *and their Romance Cognates. A critical Survey of a Century of Philological Gropings*. In: *Romance Philology*, vol. XXXV, n.º 1, 1981, p. 37-62.

(2) A atracção analógica dos dois tipos de substantivos deve ter sido motivada pelo facto de, no plural, terem as mesmas terminações. A esse propósito, veja-se EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin do Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 125, § 124, 4 C; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 135.

acerca das referidas terminações: a terminação *-dũe* é galega, isto é, aparece apenas em textos galegos, ao passo que *-dõe* aparece sobretudo em textos portugueses, embora possa ocorrer também em textos da Galiza (1).

Terminações -ONA, -ONU: Nestas terminações perdeu-se *-n-* intervocálico que, ao sincopar-se, nasalou a vogal anterior. Ainda durante o período abrangido pelo presente estudo, a nasalidade começou a desaparecer tanto nas formas do masculino como do feminino. Desse modo, relativamente a palavras provenientes de étimos latinos terminados em -ONA, registaram-se os seguintes tipos de formas: a) entre os séculos XIII e XV formas terminadas em *-õa: bõa* (1300 C 8; 1434 C 17; 1308 L 33; 1335 L 37; 1281 O 55; 1302 O 60; 1302 O 61; 1312 O 63; 1313 O 64; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1348 O 72; 1360 O 73; 1280 P 98; 1301 P 119; 1287 DL 140; 1448 DL 147), *bõaſ* (1269 C 4), *bõas* (1300 C 8; 1434 C 17; 1405 L 39; 1414 L 42; 1315 O 66; 1322 O 67; 1339 O 70; 1396 O 76; 1298 P 113; 1316 P 124), *dõas*, s.pl., 'jóias' (1348 O 71), *perſõa* (1404 L 38; 1407 L 40; 1414 L 42), *perſſõa* (1308 L 33), *perſõas* (1404 L 38; 1407 L 40), *peſõa* (1335 L 37; 1405 L 39), *peſõas* (1385 C 15; 1405 L 39), *peſſõa* (1306 L 31; 1308 L 33; 1335 L 37; 1299 P 114; 1345 DL 146; 1331 M 157), *peſſõas* (1318 P 127; 1345 DL 146), *peſõas* (1385 C 15; 1405 L 39) (2); b) *-oa* com desaparecimento da ressonância nasal: *boa* (1265 C 3; 1281 C 5; 1282 C 6; 1255 L 19; 1281 L 26; 1310 L 34; 1372 O 75; 1500 O 90; 1299 P 115; 1318 P 127; 1454 DL 148), *bboa* (1372 O 75), *boaſ* (s.pl.) (1274 L 24; 1289 P 105; 1301 P 119), *boas* (1313 O 64; 1372 O 75; 1426 O 78), *boaſ* (adj.) (1333 P 131), *perſoa* (1308 L 33; 1404 L 38; 1410 L 41), *perſoas* (1404 L 38), *peſoas* (1405 L 39), *peſoaſ* (1295 P 107), *peſſoa* (1335 L 37). Como se vê pelos exemplos apontados, as formas sem ressonância nasal aparecem na Galiza desde meados do século XIII e, na região

---

(1) RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXXIII.

(2) Formas de feminino com ressonância nasal mantiveram-se na linguagem popular portuguesa de várias regiões. Veja-se, a título de exemplo, A. GOMES PEREIRA, *Tradições populares e linguagem de Vila Real*. In: *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, p. 274; IDEM, *Tradições populares e dialecto de Penedono*. In: *Revista Lusitana*, vol. XII, 1909, p. 308; IDEM, *Algumas expressões de Alfândega da Fé*. In: *Revista Lusitana*, vol. XIV, 1911, p. 299. Veja-se também E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 73, § 78, 7A.

Neste aspecto, como, aliás, em muitos outros, o galego-leonês de Ancares revela uma feição arcaizante. Aí se mantêm as antigas formas com nasalidade: *bõa, bõas*. Cf. DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *ob. cit.*, p. 67-68 e, mais recentemente, JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Oviedo, 1981, p. 34-35.

de Entre-Douro-e-Minho, apenas desde meados do século XV (1); c) *-óá*, grafia que aparece de modo esporádico na Galiza: *bóá* (1282 C 7), *bóáſ* (1282 C 7; 1278 L 25). De acordo com o que já noutro lugar (2) foi afirmado, não é absolutamente certo se os diacríticos colocados sobre as vogais representavam apenas o hiato ou se, pelo contrário, eram um sinal de nasalidade.

Quanto às formas de masculino, representantes de étimos latinos terminados em -ONU, temos, a par de formas com conservação da nasalidade resultante da queda de *-n-*, outras com perda da nasalidade. Assim, *bõo* (1404 L 38; 1407 L 40; 1414 L 42; 1453 L 45; 1459 L 46; 1475 L 48; 1302 O 60; 1302 O 61; 1312 O 63; 1313 O 64; 1360 O 73; 1396 O 76; 1424 O 77; 1299 P 115; 1407 P 133; 1448 DL 147; 1407 M 166, etc.), «Fernãdo *Bõo*» (1475 L 49), *bõos* (1405 L 39; 1302 O 60; 1339 O 70; 1360 O 73; 1396 O 76; 1432 P 135; 1315 DL 145), *dõo* (1333 C 10). A existência de formas com hiato — nalguns casos possivelmente apenas gráfico — prolonga-se até ao século XV. Contudo, o hiato deve ter desaparecido da língua falada por crase das duas vogais, desde o século XIII. Com efeito, desde essa época surgem alguns exemplos dessa redução: *bõ* (1281 C 5; 1307 L 32), *bon* (1453 L 45), *bõs* (1385 C 15), «*don* Steuã Periz» (1287 DL 140), etc. A forma *ſoom* 'som' (1454 DL 148) com a nasalidade depois da segunda vogal confirma indirectamente que, na língua falada, o hiato já se tinha reduzido a uma simples vogal.

À semelhança do que atrás foi dito relativamente às formas do feminino (3), desde o século XIII que em documentos da Galiza surgem formas com perda da nasalidade da terminação; nos documentos da zona portuguesa estudada o fenómeno regista-se apenas no decorrer do século XV: *boo* (1302 L 30; 1274 O 53; 1473 O 86; 1473 O 87; 1473 O 88; 1506 P 136; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1404 M 165), *booſ* (1274 O 53; 1287 P 103), *boos* (1426 O 78; 1500 O 90), etc. (4).

É ainda de notar a ocorrência da grafia *-óó* e mais raramente *-óo* nos documentos da Galiza, entre o século XIII e o século XV: *bóo* (1426 O 78),

---

(1) Os materiais por mim recolhidos confirmam a informação dada por Williams de que em português a ressonância nasal desapareceu no decorrer do século XV. Cf. EDWIN B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 73, § 78, 7.

(2) Pelo que a esse sinal diz respeito, veja-se o que escrevi na p. 27 e n. 4.

(3) Veja-se p. 610-611.

(4) Na linguagem popular portuguesa, sobretudo do Norte do País, assim como em galego conservam-se formas de masculino com desnasalação. Relativamente ao galego, veja-se, por exemplo, MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verin*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 82; HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. 11, 1938, p. 127; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba, Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 71.

bóó (1255 L 19; 1308 L 33; 1285 O 56; 1339 O 70; 1367 O 74; 1372 O 75; 1317 P 125), «Johã *Bóó*» (1282 C 7), *bóós* (1334 C 11; 1308 L 33; 1285 O 56; 1372 O 75), *bóóf* (1283 L 27; 1290 O 58; 1314 O 65; 1301 P 118), *vóó* 'bom' (1459 L 46). Não é absolutamente seguro se esses sinais diacríticos colocados sobre as vogais tinham apenas como função indicar o hiato ou se, pelo contrário, eram um processo gráfico de representar a nasalidade (1).

Terminações -UNA, -UNU: Nos textos que estudei aparecem estas terminações apenas nas formas de artigo ou de pronome indefinido que representam a evolução de UNU-, UNA- e nalgumas formas compostas do pronome indefinido. Relativamente ao feminino, encontram-se diferentes tipos de formas. Em primeiro lugar, algumas cuja grafia oferece *-n-*: na região portuguesa registei apenas *duna* (1285 DL 139), mas nos textos da Galiza aparecem exemplos mais numerosos: *duna* (1306 L 31), *huna* (1262 C 1), *vna* (1262 C 2; 1302 L 30; 1307 L 32; 1453 L 45; 1459 L 46; 1502 L 51; 1274 O 53; 1500 O 90), *una* (1302 L 30; 1308 L 33; 1276 O 54; 1281 P 99), *alguna* (1262 C 2; 1502 L 51), *nẽ una* (1287 P 103; 1289 P 105), etc. É muito provável que nalguns textos, sobretudo nos que correspondem a um período mais antigo, *n* represente a nasalidade da vogal anterior: é desse modo que interpreto a grafia *duna* registada num texto português do século XIII, assim como uma ou outra forma documentada em textos da Galiza do mesmo século ou dos princípios do século seguinte. Contudo, não parece dever pôr-se de parte a hipótese de que nalguns textos, sobretudo nos de carácter mais tardio, *n* represente a nasal alveolar, devendo, portanto, as formas em que aparecem ser interpretadas como castelhanismos (2). De facto, alguns dos textos em que ocorrem formas desse género estão mais ou menos profundamente marcados pela influência do castelhano. Assim acontece com textos do século XV e XVI, por exemplo, com os documentos 1453 L 45, 1459 L 46, 1475 L 48, 1502 L 51, 1500 O 90; mas há outros que, embora cronologicamente sejam muito anteriores, oferecem alguns castelhanismos. Refiro-me concretamente aos documentos 1281 O 55 e 1289 P 105, etc.

As formas mais numerosas ao longo de todo o período estudado são aquelas em que a nasalidade da vogal que antecedia *-n-* etimológico é representada por til (3). Indicam-se apenas alguns exemplos: *algũa* (1434 C 17;

---

(1) Veja-se também o que a esse propósito escrevi na p. 27 e n. 4 e p. 611.

(2) Sobre a interpretação de algumas formas com *n* veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 576-581.

(3) Verifica-se ainda a sobrevivência da forma antiga [ũa] no galego-leonês de Ancares. A esse propósito, veja-se DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *ob. cit.*, p. 68 e, mais recentemente, JOSÉ RAMÓN FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, *ob. cit.*, p. 35. No galego actual

1258 L 21; 1405 L 39; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1302 O 61; 1290 P 106; 1299 P 114; 1302 P 120; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1334 M 158; 1334 M 159), *algũas* (1414 L 42; 1450 L 44; 1315 DL 145), *hũa* (1333 C 10; 1367 C 14; 1434 C 17; 1308 L 33; 1335 L 37; 1404 L 38; 1407 L 40; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1474 L 47; 1475 L 48; 1475 L 49; 1307 O 62; 1315 O 66; 1333 O 68; 1339 O 70; 1348 O 71; 1348 O 72; 1360 O 73; 1367 O 74; 1372 O 75; 1396 O 76; 1426 O 78; 1473 O 85; 1473 O 88; 1290 P 106; 1299 P 114; 1301 P 118; 1302 P 120; 1317 P 125; 1320 P 128; 1282 DL 137; 1289 DL 141; 1313 DL 144; 1327 M 155; 1331 M 156; 1334 M 158; 1334 M 159; 1348 M 162; 1401 M 163; 1401 M 164; 1407 M 166; 1411 M 167), *hũas* (1414 L 42; 1334 O 69; 1411 M 167), *dũa* (1302 O 60), *nehũa* (1367 C 14; 1290 P 106, etc.), *nẽhũa* (1284 DL 138; 1315 DL 145; 1334 M 158; 1334 M 159), *ningũa* (1308 L 33), *nyhũa* (1385 C 15), *njhũa* (1450 L 44), *neũa* (1295 P 107), etc. (1). Com carácter esporádico, surgem algumas formas com geminação não etimológica da vogal tónica, o que prova que o hiato já não existia na língua falada (2): *hũua* (1292 O 59), *huũa* (1454 DL 148; 1472 DL 149), *ṽua* (1310 L 35).

Nalguns casos, mais frequentes na Galiza do que em Portugal, falta qualquer sinal gráfico da nasalidade da vogal que precedia *-n-* etimológico: *algua* (1281 L 26; 1283 L 27; 1475 L 48; 1285 O 56; 1290 O 58; 1404 M 165), *alguas* (1414 L 42), *dua* (1314 O 65), *hua* (1334 C 11; 1399 C 16; 1298 L 29; 1410 L 41; 1302 O 60; 1312 O 63; 1313 O 64; 1419 P 134; 1484 DL 150), *huaſ* (1290 O 58), *huas* (1475 L 48; 1475 L 49), *nẽgua* (1500 O 90), *nehua* (1333 P 131), *va* (1287 O 57), *uaſ* (1302 L 30), etc. Excepcionalmente, a vogal tónica pode aparecer geminada: *uua* (1281 M 152) (3).

---

assim como na linguagem popular portuguesa de algumas regiões, especialmente do Norte do País, a vogal que precedia *-n-* etimológico é seguida de nasalidade velar: [ũŋa]; no português culto, desenvolveu-se, pelo contrário, uma nasal bilabial: *uma*. No período que nos ocupa, a vogal que antecedia *-n-* etimológico era apenas uma vogal nasal ou seria já seguida de nasalidade velar, à semelhança do que acontece no galego actual e na linguagem popular portuguesa? As grafias *niũha* e *niumha* (cf., adiante, p. 614) e *unha, unhas* (cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 96 e 106) parecem fazer crer que a nasalidade velar já se havia desenvolvido. Sobre a existência da forma [ũŋa] no galego actual, vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: HANS SCHNEIDER, *ob. cit.*, p. 122; MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 82; J. L. COUCEIRO, *ob. cit.*, p. 71. A propósito da interpretação fonológica da nasal velar no galego actual, cf. AMABLE VEIGA ARIAS, *Fonología gallega. Fonemática. El sistema consonántico IV*. In: *Grial*, vol. 37, 1972, p. 285-289.

(1) Cf., adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, § 7.

(2) Veja-se, atrás, p. 606-607.

(3) Veja-se a nota anterior.

Mais ricos em variantes gráficas — e, por vezes, também fonéticas —, os textos da Galiza oferecem ainda outras possibilidades: por um lado, algumas formas com *n* e til combinados simultaneamente: *algũnas* (1473 O 80), *dũna* (1281 P 99), *ỹna* (1500 O 90), *ũna* (1281 O 55), etc. (1); por outro, formas em que a nasalidade é representada por til ou por *m* e em que, ao mesmo tempo, surge o grafema *h*, muito provavelmente como indicador de hiato: *niũha* (1299 P 116), *niumha* (1299 P 116).

No que diz respeito às formas do masculino, ao lado de grafias que são comuns aos textos de Portugal e da Galiza, há outras que se encontram apenas nos documentos galegos, neste, como em tantos outros aspectos, mais ricos em variantes e possibilidades gráficas. Entre as primeiras se situam os seguintes tipos de formas: *a)* formas com hiato e til sobre a vogal que antecedia *-n-* etimológico. Encontram-se ao longo de todo o período abrangido pelo presente estudo, mas é de supor que, em muitos casos, sobretudo nas formas registadas em documentos de carácter mais tardio, o hiato fosse apenas gráfico, tendo-se já reduzido a uma vogal simples na língua falada. Indicam-se apenas alguns exemplos: *algũu* (1351 C 13; 1299 P 115; 1506 P 136; 1287 DL 140; 1448 DL 147; 1416 M 168), *allgũu* (1454 DL 148), *algũo* (1450 L 44), *algũos* (1414 L 42), *algũus* (1315 DL 145), *hũu* (1344 C 12; 1314 O 65; 1426 O 78; 1290 P 106; 1296 P 109; 1296 P 110; 1299 P 116; 1305 P 123; 1322 P 129; 1403 P 132; 1407 P 133; 1432 P 135; 1506 P 136; 1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1315 DL 145; 1472 DL 149; 1327 M 155; 1407 M 166, etc.), *neũu* (1295 P 107), *nẽ hũu* (1424 O 77; 1426 O 78), *niuũ* (1299 P 116), *uũ* (1299 P 116), etc.; *b)* formas com hiato e com o diacrítico semelhante a duas vírgulas sobre cada uma das vogais (2): *algúú* (1299 P 114), *algúús* (1473 O 80), *algúúſ* (1281 P 99), *húú* (1290 O 58; 1285 DL 139), *húúſ* (1288 P 104), *húús* (1316 L 36; 1333 O 68), *nẽgúú* (1285 O 56), *úú* (1285 O 56; 1317 M 154), *úús* (1316 L 36), etc.; *c)* formas com hiato resolvido por crase. Aparecem desde o século XIII: *algũ* (1257 L 20; 1258 L 23; 1278 L 25; 1310 L 35; 1450 L 44; 1500 O 90), *algum* (1500 O 90), *hũ* (1334 C 11; 1367 C 14; 1316 L 36; 1335 L 37; 1407 L 40; 1292 O 59; 1302 O 60; 1314 O 65; 1322 O 67; 1333 O 68; 1334 O 69; 1339 O 70; 1348 O 71; 1396 O 76; 1473 O 84; 1473 O 85; 1296 P 110; 1299 P 114; 1325 P 130; 1333 P 131; 1484 DL 150), *hum* (1310 L 34), *nẽgum* (1500 O 90), *njhũ* (1396 O 76; 1335 L 37), *njgũ* (1475 L 48), *vn* (1516 C 18; 1308 L 33), *vm* (1473 O 80), *un* (1255 L 19; 1283 L 27), etc.

Em contraste com as formas anteriores, há outras que surgem exclusi-

(1) Veja-se, atrás, p. 578.

(2) Sobre os possíveis valores do referido sinal gráfico, veja-se o que se escreveu na p. 27.

vamente nos documentos redigidos na Galiza. Entre elas se incluem algumas formas com hiato e com a nasalidade representada por *-n* ou *-m* depois da segunda vogal. Desse tipo de grafias, registadas a partir dos últimos anos do século XIII, pode deduzir-se que, desde essa época, o hiato tinha começado a reduzir-se (1). Eis alguns exemplos: *húúm* (1299 P 117), *negúun* (1281 O 55), *vun* (1283 P 101), *uum* (1287 P 103), *úún* (1281 P 99), *neúún* (1281 O 55), *nj úún* (1280 P 97), etc. Encontra-se ainda outro tipo de formas em que não há qualquer vestígio gráfico da nasalidade que resultou da queda de *-n-* intervocálico: *alguu* (1274 L 24), *huu* (1290 O 58; 1269 P 93; 1271 P 94). E, por fim, algumas formas com *-n-* que, nuns casos, pode representar a nasalidade da vogal anterior, mas que noutros, especialmente no que se refere às formas registadas em documentos dos séculos XV e XVI, pode ter o valor de nasal alveolar. Neste último caso, trata-se de castelhanismos resultantes da interferência entre o sistema galego e castelhano, que se verificava na linguagem dos notários dos textos em que ocorrem. Seguem-se alguns exemplos: *algunos* (1500 O 90), *ṽno* (1497 L 50), *vno* (1502 L 51). O contexto em que estas formas aparecem (2), assim como a natureza dos documentos, em que é muito sensível a influência do castelhano, não deixam dúvidas sobre a sua interpretação. Já não é tão segura a explicação a dar à forma *vno*, registada várias vezes no documento 1274 O 53. Pela época a que o texto pertence ser-se-ia levado a interpretar *-n-* como representação da nasalidade da vogal anterior; contudo, o aparecimento, ainda que esporádico, de algumas formas de influência castelhana em textos desse século não permite dar uma explicação definitiva a essa forma.

2. $g^{e,\,i}$ inicial

Em galego-português *g-* inicial, quando seguido das vogais *e* e *i*, transforma-se, através de um processo de palatalização, na africada pré-palatal sonora que, mais tarde, evoluiu para a fricativa pré-palatal sonora. Desse modo, os textos estudados registam *gẽerazũ* (1281 C 5), *giarazũ* (1282 C 7), *geeraçõ* (1450 L 44), *geeral* (1434 C 17; 1475 L 48; 1475 L 49), *jeeral* (1407 M 166; 1411 M 167), *jeeraas* (1411 M 167), *geoleyraſ* (1290 O 58), *geonloſ* (1333 O 68), *jeada* (1335 L 37), etc.

No que se refere aos representantes de GERMANUS, as formas registadas com mais frequência revelam a perda da consoante inicial: *hermáá* (1282

(1) A propósito de outras grafias análogas, veja-se o que escrevi nas p. 597 e 611.

(2) Cf., por exemplo, no documento 1497 L 50: «Et eu (...) preſente foy en *ṽno* con los sobre dytos teſtigos». E no documento 1502 L 51: «(...) en *vno* cõ os ditos teſtigos preſente fuy».

C 7), *hermaóó* (1329 C 9), *hermãos* (1310 L 35), *hyrmáão* (1287 DL 140), *hirmáão* (1287 DL 140), *irmãa* (1309 DL 142; 1348 M 162), *jrmãa* (1302 O 61), *jrmão* (1302 O 61), *yrmãa* (1450 L 44; 1348 O 71), *yrmaao* (1450 L 44), *yrmaos* (1310 L 34), *yrmaaos* (1450 L 44), *yrmaãos* (1450 L 44), etc. A mesma evolução se encontra em *yrmaydade* (1310 L 34). Contudo, a par destas formas, surgem também outras em textos galegos do século XIII, em que a consoante inicial se mantém transformada em pré-palatal sonora: *jermau* (1296 P 110), *germao* (1287 P 103) (1). Ainda que estas últimas sejam as formas normais dentro da fonética histórica galego-portuguesa, elas são já, no início do período que nos ocupa, muito menos frequentes que as formas com perda da consoante inicial. Idêntica oscilação se encontra em antigo leonês (2): o leonês actual conserva apenas descendentes de GERMANUS com perda da consoante inicial (3), à semelhança do que acontece em português e em galego.

---

(1) Num documento galego datado de 1292 publicado por Xesús Ferro Couselo surge a forma adverbial *germeilmente*. Num outro documento do início do século seguinte, mais exactamente do ano 1302, regista-se, com o mesmo sentido, *yrmeylmente*. Veja-se XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967, p. 48 e 55. Formas com palatal inicial mantinham-se ainda na Galiza, em meados do século XIV. Num documento datado de 1351, proveniente do mosteiro de San Pedro de Ramiranes, na província de Orense, regista-se a forma *germendade:* «aforamos a uos Martin Perez e aa uosa moller Esteueina Perez (...) o meo duun casal a que chaman da Lama, o qual trage Esteueina Perez e sua *germendade*, e iaz enna figrisia de Santa Maria de Freaas». Cf. EMILIO DURO PEÑA, *El monasterio de San Pedro de Ramiranes*. In: *Archivos Leoneses. Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, ano XXV, n.º 49, 1971, p. 66. Sobre outras abonações encontradas em textos da Galiza de formas com palatal inicial e de outras com perda da consoante, veja-se RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *germeilmente*. A consoante inicial mantém-se também reforçada em pré-palatal na forma *germãidade* e correspondentes variantes fonéticas. Cf. IDEM, *ob. cit.*, s.u. *germãidade*.

Pelo que diz respeito à zona portuguesa abrangida pelo presente trabalho, os documentos estudados não registam formas com palatal inicial, o que parece fazer crer que as formas com perda da consoante inicial já se haviam generalizado. Contudo, noutros textos portugueses publicados é possível encontrar algumas formas esporádicas com [ǧ] ou [ž] iniciais, mas apenas durante o século XIII; cf. *germalho, germeydade* e *germeymente*. A esse propósito, veja-se FREI JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica de Mário Fiúza baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, vol. II, Porto e Lisboa (Livraria Civilização), 1966, s.u. *germalho, germeydade* e *germeymente*.

(2) RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el fuero de Avilés*. Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 32; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 234-235.

(3) RAFAEL LAPESA, *ob. cit.*, p. 32.

Essa oscilação é certamente o reflexo da coexistência e luta, em período anterior, de duas tendências no ocidente e centro da Península, uma de carácter inovador para a perda da consoante inicial, e outra de feição arcaizante e conservadora para manter a referida consoante reforçada em pré-palatal sonora [ǧ] ou [ž] (1). A tendência vulgar para suprimir $G^{e,\,i}$ foi geral em quase toda a Península, mas acabou por triunfar em Castela; pelo contrário, no ocidente português e leonês prevaleceu a pronúncia de carácter conservador. Contudo, tanto numa como noutra região, mantiveram-se restos da antiga flutuação. As formas portuguesas e galegas actuais que representam o latim GERMANUS são vestígios dessa primitiva indecisão. Esta explicação, proposta pelo filólogo Jakov Malkiel (2) e reforçada posteriormente por Alarcos Llorach (3), contraria uma outra anterior, que recorria à fonética sintáctica para justificar a forma portuguesa *irmão* (4).

3. *pl, kl, fl* iniciais ou mediais

Os grupos *pl* e *kl* em posição inicial assim como o grupo *fl* interior precedido de *f* (5) evoluíram em galego-português para a africada pré-palatal

---

(1) Em trabalho recente, Álvaro Galmés de Fuentes refere que não só entre os moçárabes de Toledo, mas nos moçárabes em geral, existiu uma etapa, semelhante à referida para as línguas e dialectos do Centro e Ocidente da Península, de convivência e luta das duas tendências, reflectidas na dualidade de soluções relativas às palavras iniciadas em latim por $g^{e,\,i}$ ou *j*. Embora o tratamento mais frequente seja o que se traduz na conservação das consoantes iniciais sob a forma *y* e *g* ou *j*, conhecem-se muitos exemplos com perda das referidas consoantes. Cf. ÁLVARO GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*. Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 81-84.

(2) YAKOV MALKIEL, *The etimology of portuguese "iguaria"*. In: *Language*, vol. XX, 1944, p. 119-122. A explicação proposta pelo Autor para as formas portuguesas *irmão, iguaria* (< *JEQUARIA) foi apoiada por RAFAEL LAPESA, *ob. cit.*, p. 32-33 e MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, p. 235.

(3) E. ALARCOS LLORACH, *Resultados de $G^{e,\,i}$ en la Península*. In: *Archivum*, vol. IV, 1954 (= *Miscelánea filológica en memoria de Amado Alonso)*, p. 330-342, mas especialmente p. 341-342.

(4) Segundo essa explicação, primeiramente defendida por J. Cornu (*Grammatik der portugiesischen Sprache*. 2.ª ed., Esbrasburgo, 1906. Separ. de *Gröbers Grundriss der romanischen Philologie*. I, p. 991), GERMANUS teria perdido a consoante inicial quando, na fonética sintáctica, figurava em posição intervocálica, por exemplo em *meo germano, tuo germano*. Encontra-se eco desta explicação em José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 161 e em V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 34. Segundo José Joaquim Nunes, a perda da consoante verificou-se inicialmente em sequências formadas com o artigo e o substantivo, tais como *illo germano*.

(5) A evolução do grupo *-ffl-* (cf. AFFLARE > *achar*) coincide em galego-português com a dos grupos *pl* e *kl* em posição pós-consonântica. Em castelhano, pelo contrário,

surda [č] que, na grafia dos textos estudados, aparece de modo quase uniforme representada por *ch* (1). Este mesmo tratamento se encontra no ocidente leonês (2). Temos, assim: *achar* (1262 C 1; 1329 C 9; 1255 L 19), *acharen* (1414 L 42), *achey* (1265 C 3; 1497 L 50), «San Miguel de Uila *Chàá*» (top.) (1310 L 34), «Sſan Migel de Villa *Cháá*» (top.) (1310 L 35), «Uilla *Chãa*» (top.) (1333 C 10), «Villa *Chãa* de Saluadur» (top.) (1404 L 38), *chamã* (1282 C 6; 1344 C 12; 1286 L 28; 1310 L 34; 1404 L 38; 1453 L 45; 1276 O 54; 1314 O 65), *chantada* (1282 C 7; 1367 C 14; 1310 L 35), *Chantada* (top.) (1474 L 47), *chantadas* (1399 C 16), *chantado* (s.m.) (1333 C 10; 1299 P 114), *chantados* (s.m.) (1300 C 8; 1344 C 12; 1351 C 13; 1405 L 39; 1403 P 132; 1345 M 161), *chantar* (1282 C 7; 1367 C 14; 1310 L 34; 1310 L 35), *chante* (1407 M 166), *chaues* (1434 C 17), *Chauef* (top.) (1281 O 55), *chẽas* (1300 C 8), *chegado* (1516 C 18; 1414 L 42), *chousa* (1426 O 78), *chouſa* (1339 O 70; 1360 O 73; 1280 P 97), *chouſura* (1407 P 133), *chumaços* (1348 O 71), etc.

Por outro lado, quando em posição intervocálica, os grupos *-pl-* e *-kl-* tiveram um tratamento diverso: o resultado foi a lateral palatal [ļ] (3). Eis alguns dos exemplos recolhidos: *Abelleyra* (top.) (1302 O 61), *bella* 'velha' (1414 L 42) (4), *culleres* (s.f.) (1414 L 42), *geoleyraſ* 'joelheiras' (1290 O 58), *ouella* (1258 L 21), *ouelaſ* (1281 O 55), *ouellaſ* (1258 L 21; 1281 O 55), *ouellas* (1348 O 71), *uella* (1286 L 28), *vella* (1414 L 42), *uelhos* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *vermella* (1414 L 42), *vermellas* (1414 L 42), *vermello* (1450 L 44), etc.

Documenta-se, além disso, nos textos estudados a tendência para manter

---

tem aquele grupo o mesmo tratamento que os grupos *pl, kl* e *fl* em posição inicial, ou seja, [ļ] (graf. *ll*).

(1) A este propósito, veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 468-469.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 126, § 39, 2; IDEM, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 71-72, § 8, 5; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 134--136, § 55; DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas*. Separ. de *Romance Philology*, vol. XI, n.º 2, 1957, p. 134. O Autor dá uma indicação aproximada das áreas dos diferentes resultados leoneses da evolução dos referidos grupos.

(3) São vários os processos gráficos usados nos textos que publiquei para representar a lateral palatal. Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 497-500.

(4) A forma do latim clássico UETULUS aparece transformada no chamado latim vulgar em *ueclus*, de que resultam as diferentes formas românicas. Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 9291. O texto do "Appendix Probi" contém a glossa *uetulus non ueclus*, o que prova que, na época, a segunda forma tinha já substituído a primeira. Sobre o texto do "Appendix Probi" e seu valor como fonte para o conhecimento do chamado latim vulgar, veja-se SERAFIM DA SILVA NETO, *Fontes do latim vulgar: o "Appendix Probi"*. 3.ª edição, revista e melhorada. Rio de Janeiro, 1956.

inalterados os referidos grupos consonânticos, muito provavelmente por influência culta latinizante. Temos, assim, entre outras, as seguintes formas: *aplougue* (1296 P 111), *cõplir* (1475 L 48; 1475 L 49; 1290 O 58), *conplir* (1334 C 11; 1434 C 17; 1308 L 33; 1310 L 34; 1269 P 92), *doblado* (1282 C 7; 1278 P 96), *dublo* 'dobro' (1267 O 52), *duple* 'dobro' (1274 L 24), *eglegiario* (1255 L 19; 1257 L 20), *egleiario* (1281 O 55), *enplaçado* (1290 O 58), *emplazamento* (1334 M 158; 1334 M 159), *emplazou* (1334 M 159), *plaça* (1434 C 17), *plaças* (1434 C 17), *placer* (1333 P 131), *plantadas* (1506 P 136), *plata* 'prata' (1281 O 55; 1348 O 71; 1414 L 42; 1516 C 18), *plazer* (1265 C 3; 1516 C 18), *plazo* (1265 C 3; 1334 C 11; 1287 O 57; 1269 P 92; 1295 P 107; 1299 P 116; 1299 P 117; 1301 P 118; 1302 P 120; 1334 M 158; 1334 M 159), *pleito* (1367 C 14; 1434 C 17; 1316 L 36; 1404 L 38; 1407 L 40; 1497 L 50; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1396 O 76; 1426 O 78; 1302 P 121; 1407 M 166; 1411 M 167), *plleyto* (1432 P 135), *plleito* (1360 O 73), *pleyto* (1265 C 3; 1334 C 11; 1474 L 47; 1302 O 60; 1307 O 62; 1372 O 75; 1500 O 90; 1278 P 96, etc.), *plougo* (3.ª pes. pret. perf. de *plazer*) (1274 L 24), *plouuo* (1333 P 131), etc. É possível que, num ou noutro caso, a fixação de formas com oclusiva + *l* resulte da influência castelhana: assim parece deverem ser interpretadas algumas formas recolhidas em textos de carácter tardio, sobretudo durante os séculos XV e XVI.

Com essas formas convivem outras em que *l*, segundo elemento de um dos grupos consonânticos considerados, se transforma em *r*. Esse fenómeno, frequente em galego-português (1), verifica-se também em leonês, desde o período medieval (2). É uma particularidade própria de Leão, da Galiza e de Portugal. Registam-se muitas formas com esse tratamento nos textos que estudei, tanto nos grupos indicados, como nos formados de oclusiva sonora e lateral alveolar: *aprougue* (1289 P 105), *brãco* (1339 O 70), *brãca* (1278 L 25; 1348 O 71), *comprir* (1506 P 136), *conprir* (1472 DL 149), *cõprir* (1484 DL 150; 1407 M 166), *conpridores* (1414 L 42), *conpridoref* (1302 O 61), «San *Cremẽço*» (top.) (1419 P 134), «*Cremẽte* Duraãez» (1334 M 159), «San *Croyo*» (top.) (1274 L 24), «Pääços de Sfan *Croyo*» (top.) (1302 O 61), *dobrado* (1333 C 10; 1281 L 26; 1302 O 61; 1271 P 95; 1289 P 105; 1295 P 108; 1297 P 112), *dobro* (1351 C 13; 1367 C 14; 1516 C 18; 1419 P 134), *enpra&amẽto*

(1) V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 46; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 93-94 e p. 119-120; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 62-63, § 67 e p. 77-78, § 86.

(2) Para o leonês, cf. R. MENÉNDEL PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 81-82, § 12, 4; ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. 2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 137-138.

(1302 P 120), *emprazamento* (1308 L 33), *enprazar* (1292 O 59), *frorijs* 'florins' (1414 L 42), *Greyóá* (top.) (1283 L 27), *hobrigado* (1433 O 79), *obrigaçõ* (1474 L 47), *obrigamos* (1329 C 9; 1474 L 47; 1433 O 79; 1403 P 132; 1407 P 133; 1506 P 136), *praꝛo* (1302 P 120), *prazo* (1283 L 27; 1475 L 48; 1475 L 49; 1287 O 57; 1322 O 67; 1295 P 107; 1301 P 118), *preito* (1278 L 25; 1287 O 57; 1295 P 107; 1299 P 116; 1299 P 117; 1301 P 118), *preyto* (1255 L 19; 1283 L 27; 1302 L 30; 1335 L 37; 1285 O 56; 1314 O 65; 1301 P 118; 1302 P 120), *prougo* (3.ª pes. pret. perf. de *prazer*) (1310 L 35), *prouuo* (1278 L 25), *pubrica* (adj.) (1348 O 72), *pubrico* (adj.) (1315 O 66), etc. De modo esporádico, registei na Galiza alguns exemplos reveladores da tendência inversa para substituir *r* por *l*: *cliaredes* 'criareis' (1432 P 135), *flayres* 'frades' (1516 C 18; 1506 P 136), *conplaſtes*, *conplastes* 'comprastes' (1442 L 43), *floytos* 'frutos' (1339 O 70), *flaude* 'fraude' (1475 L 48). Esta substituição de *r* etimológica por *l* documenta-se com alguma frequência no asturiano ocidental (1) e em leonês (2). Não conheço exemplos desse fenómeno em antigos textos de Portugal nem nas modernas variedades dialectais; no que diz respeito ao galego, também não encontrei referência a outras abonações além das acima indicadas. Contudo, uma vez que as formas registadas correspondem a documentos das quatro províncias galegas relativos a épocas muito variadas, creio poder concluir-se que o fenómeno tinha alguma implantação na língua falada na Galiza, região que, sob este aspecto, parece representar um prolongamento da área asturiana ocidental e leonesa.

4. Grupo dį

São várias as soluções oferecidas por este grupo (3). Em posição inicial encontra-se [ǧ] ou [ž] (4): *geyras* (1315 DL 145; 1334 M 158), *jornal* (1475 L 48) (5), etc.

---

(1) Alonso Zamora Vicente, *ob. cit.*, p. 138.

(2) R. Menéndez Pidal, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 81-82, § 12, 4. Na linguagem dos foros de Castelo Rodrigo registam-se também algumas formas com substituição de *r* por *l*. Veja-se Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 251.

(3) Sobre o tratamento do grupo -dį- em português e galego, cf. E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 65, § 70, p. 80, § 89,5 e 6; J. Huber, *ob. cit.*, p. 100-101, § 200; José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 142-143; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 55-56.

(4) Sobre os grafemas que, na época e na região abrangidas pelo presente trabalho, podiam representar a africada (depois fricativa) pré-palatal sonora, veja-se o que escrevi nas p. 470-471.

(5) A palavra aparece no contexto seguinte: «e mays vos damos outro jornal de vjña que jaz enna rribeyra, e mays outra peça de vjña que jaz ennas vielas, as quaes ditas

Em posição interior, precedido de consoante, o mesmo grupo evolui para a africada pré-dorso-alveolar surda [ŝ], posteriormente transformada na fricativa pré-dorso-alveolar surda [s] (1): *arça* (3.ª pes. pres. conjunt. de *arder*) (1281 O 55), *perça* (3.ª pes. pres. conjunt. de *perder*) (1302 O 60), *verças* (1419 P 134), *vergonçoſſas* (1414 L 42), *uerſſas* (1283 P 101).

No que se refere à posição intervocálica, as formas recolhidas documentam diferentes soluções. Por um lado, o referido grupo aparece representado pela semivogal j que, nalguns casos — quando precedida das vogais *e* e *i* —, pode desaparecer. Representam o primeiro resultado as seguintes formas: «San *Cloyo*» (1500 O 90), *Coſtoya* (top.) (1301 P 119), «San *Croyo*» (1274 L 24), «Pääços de Sſan *Croyo*» (1302 O 61), «*Locaya* Periz» (1296 P 109), «Santa *Locaya* de Palmeira» (top.) (1335 M 160), *ameytade* (1499 O 89), *meya* (s.f.) 'metade' (1281 P 99; 1283 P 101), *meyadade* (1281 P 99; 1290 P 106; 1301 P 118; 1284 DL 138), *meyo* (s.m.) 'metade' (1299 P 117), *moyo* (1407 L 40; 1497 L 50; 1274 O 53; 1290 O 58; 1302 O 61; 1267 P 91), *moyos* (1335 L 37; 1414 L 42; 1292 O 59; 1302 O 61), *moyoſ* (1301 P 118; 1289 DL 141), *muyos* (1315 O 66) (2), «Sant Johane de *Poyo*» (top.) (1287 P 103). Com estas formas convivem outras em que a semivogal foi totalmente suprimida: *mea* (s.f. e adj.) (1269 C 4; 1258 L 21; 1274 L 24; 1290 O 58; 1314 O 65; 1339 O 70; 1348 O 71; 1372 O 75; 1472 DL 149), *meadade* (1283 L 27; 1287 O 57; 1269 P 92; 1271 P 94; 1287 P 103; 1299 P 114; 1302 P 121; 1316 P 124; 1322 P 129; 1407 P 133, etc.) (3), «a *meas*» 'a meias' (1310 L 34), *méás*

---

vjñas vos damos ȝ aforamos para senpre ja mays». O sentido parece ser o mesmo ou muito próximo do da palavra *jeira*.

(1) Sobre o processo de transformação das africadas pré-dorso-alveolares em fricativas pré-dorso-alveolares, veja-se o que acima ficou dito nas p. 446 e seguintes. Também já atrás, p. 439 e seguintes, se tratou dos diferentes processos gráficos utilizados para representar a africada (ou fricativa, a partir de certa altura) pré-dorso-alveolar surda. Para aí remeto o leitor.

(2) Segundo Williams (*ob. cit.*, p. 80, § 89, 5), as formas que documentam esta evolução não são tradicionais em português: nuns casos, trata-se de palavras de carácter semi-culto; noutros, está-se em presença de castelhanismos. Sobre o carácter não totalmente tradicional de algumas das formas citadas, tenham-se presentes as observações de José G. Herculano de Carvalho na recensão crítica ao trabalho de HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*. 2 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1965 e 1966, publicada na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, tomos I e II, 1969, p. 424 (ou p. 10 da separata).

(3) As formas *meadade* e *meatade* representam a evolução não da forma do latim clássico MEDIETATE, mas doutra vulgar com assimilação da vogal pretónica à vogal tónica, MEDIATATE. É possível que tenha contribuído também para essa alteração a influência de MEDIATORE-, MEDIATIONE-, MEDIALIS, etc. Por outro lado, as duas formas referidas oferecem dois tratamentos distintos: no primeiro caso, sonorização da oclusiva dental surda inicial da sílaba tónica; em *meatade* conserva-se a mesma consoante. Formas paralelas existem

(s.pl.) 'metade' (1367 O 74), *meas* (s.pl.) (1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75), *meaſ* (s. pl.) (1283 L 27), *meatade* (1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1310 L 34; 1407 L 40; 1410 L 41; 1414 L 42; 1290 O 58; 1339 O 70; 1348 O 71; 1348 O 72; 1318 P 127; 1325 P 130), *meo* (1315 O 66: «çinquo muyos ꝛ *meo* de çenteo»), *meo* (s.m.) 'metade' (1274 L 24; 1274 O 53; 1281 O 55; 1285 O 56; 1290 O 58; 1314 O 65; 1315 O 66; 1322 O 67; 1339 O 70; 1360 O 73; 1403 P 132; 1404 M 165), «os *meos*» 'metade' (1334 C 11; 1302 O 60; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64), «ol *meoſ*» 'metade' (1258 L 21; 1281 O 55), «de *permeo*» (1367 C 14; 1385 C 15; 1307 L 32; 1308 L 33), «de *perméó*» (1282 C 7), *ſea* (3.ª pes. pres. conjunt. de *seer*) (1257 L 20; 1280 P 98; 1516 C 18; 1500 O 90), *sea* (1497 L 50), *ſéa* (1255 L 19). A supressão da semivogal só muito raramente se registou nos textos de Portugal, ocorrendo, pelo contrário, com alguma frequência nos documentos da Galiza (1). Esse mesmo tratamento se encontra em leonês e em castelhano (2). É muito provável que, no caso concreto de algumas formas registadas em textos dos séculos XV e XVI, profundamente afectados pela influência castelhana (cf. *sea e ſea*), estejamos em presença de castelhanismos.

Um outro resultado da evolução do grupo -dį- em posição intervocálica foi [ǧ] (> [ž]) (3) que se encontra documentado nas formas a seguir indicadas: *oie* 'hoje' (1351 C 13; 1316 P 124), *oye* (1281 C 5; 1269 P 93), *oge* (1282 C 7; 1281 P 99), *oje* (1399 C 16; 1434 C 17; 1473 O 80), *orgio* 'cevada' (1281 O 55:

---

no período das origens em várias regiões peninsulares. Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico del español hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 264-270, § 48, 2; IDEM, *Cantar de Mio Cid.* Texto, gramática y vocabulario. 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 186, § 36, 7c.

(1) Sobre a supressão da semivogal em português e galego, veja-se JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 101, § 200 e V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 56. A toponímia galega apresenta também documentado esse resultado: cf., p. ex., *Serra Meana.* Formas toponímicas análogas surgem em Leão, Astúrias, Castela e Aragão. Veja-se, a este propósito, R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 265, § 48, 2.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 148, § 53, 3; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 264-270, § 48, 2; IDEM, *Cantar de Mio Cid.* Texto, gramática y vocabulario. 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 186, § 36, 7, c.

(3) Na transcrição da africada (ou fricativa) pré-palatal sonora usaram-se diferentes grafemas nos sistemas de escrita medievais da região estudada. A esse propósito, veja-se o que foi dito nas p. 470-471 e 471-472.

Em virtude do ensurdecimento da fricativa pré-palatal, encontra-se também uma forma com *x* [š], *Lourixe* (top.) (1450 L 44), proveniente do genitivo do nome *LAURIDIUS. Sobre essa forma, veja-se o que atrás foi dito, p. 471-472 e nota 3 da p. 471.

1285 O 56) (1), *pogar* 'subir, crescer' (1286 L 28) (2), *ſega* 'seja', *ſeia*, *ſeja*, *ſeya*, *ſegia*, *ſeiadeſ*, *ſeiam* (3).

Finalmente, em textos da Galiza, -dj- pode conservar-se em palavras cultas; em documentos de carácter tardio, dos séculos XV e XVI, pode tratar-se de castelhanismos. Eis alguns dos exemplos registados: *medear* (1473 O 80), *medeo* (1299 P 114), *medeos* (1474 L 47), *medias* (1414 L 42), *medio* (1407 L 40; 1450 L 44; 1453 L 45; 1475 L 49; 1281 O 55; 1302 O 61; 1407 P 133), *medio* (1396 O 76), *medjos* (1414 L 42), *medyos*, *medios* (1497 L 50), *modio* 'moio', *modioſ* (1281 O 55).

5. Grupo -nj-

Para a evolução do grupo latino -nj- os textos submetidos a análise apresentam como resultado mais frequente a nasal palatal [ñ], para cuja transcrição se utilizavam diversos grafemas (4). Seguem-se apenas alguns exemplos: *byñas* (1407 P 133), *vjñas* (1475 L 48), *bjñas* (1407 P 133), *caſtañas* (1396 O 76); *ſenor* (1285 DL 139), *caſtanaſ* (1283 L 27), *caſtanas* (1285 O 56; 1322 O 67; 1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75), *quinom* (1295 P 108), *quinõ* (1269 P 93), *senor* (1287 P 102; 1302 P 122), *teſtemonas* (1318 P 127; 1285 DL 139), *teſtemono* (1285 DL 139), *teſtymunas* (1295 P 108), *Torono* (top.) (1287 P 102; 1296 P 110), *uina* 'vinha' (1281 O 55; 1290 O 58; 1312 O 63; 1313 O 64; 1314 O 65; 1322 O 67, etc.); *Toroñio* (top.) (1289 P 105); *vynnaſ* (1284 DL 138); *eſtranha* (1302 P 122; 1327 M 155; 1416 M 168), *Junho* (1309 DL 142), *senhor* (1331 M 156), *ſenhor* (1313 DL 143; 1303 M 153; 1334 M 159), *senhora* (1448 DL 147), *teſtemonho* (1303 M 153; 1345 M 161), *tenha* (1299 P 114), *vinha* (s.f.) (1299 P 114), *vinhas* (s.f.) (1299 P 114), etc. Há também alguns casos esporádicos em que a nasal palatal não aparece representada na grafia. É o que sucede com *uia* 'vinha', *uias*, *uuias* (1296 P 110), *uuia* (1296 P 109), *uia* (1296 P 109).

---

(1) Do latim HORDĔUM, possivelmente através do francês *orge*. Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 4180. Para outras abonações medievais de *orgio*, *orge* e outras variantes fonéticas, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *orio*.

(2) Do latim vulgar *PŎDĬĀRE. Cf. JOSEPH PIEL, *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1953, p. 239-242. O grupo -dj- apresenta, na evolução desta forma, um resultado distinto do que foi assinalado atrás relativamente à forma *Poyo* (cf. top. *Sant Johane de Poyo*, p. 621).

(3) Para a localização dessas formas verbais, veja-se, adiante, Parte III. Morfo-sintaxe, § 9, B.

(4) Sobre os diferentes grafemas que representavam a nasal palatal, veja-se o que foi dito na p. 486 e seguintes.

A par das formas em que -nj- está representado pela nasal palatal, há algumas palavras de carácter erudito ou semi-erudito em que, por esse motivo, não se realizou a palatalização, tendo-se, pelo contrário, perdido *n* como acontece em posição intervocálica (1). Este tratamento ocorre tanto nos textos de Portugal como da Galiza, mas é muito mais frequente nesta parcela do domínio linguístico galego-português. Nos documentos portugueses registei somente este resultado nos representantes de TESTIMONIUM, palavra muito usada na linguagem jurídica: *teſtemoyas* (1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1281 M 152; 1317 M 154), *teſtemõyo* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *teſtemoyo* (1309 DL 142; 1281 M 151; 1281 M 152; 1317 M 154). Pelo que se refere aos documentos da Galiza, não só são mais numerosas as formas encontradas, como esse mesmo tratamento atingiu formas provenientes de outros étimos. Assim, como continuadores do lat. EXTRANEUM, palavra de uso frequente na linguagem jurídica, registaram-se muitas variantes: *eſtráá* (1265 C 3; 1282 C 7), *eſtraia* (1298 L 29; 1301 P 119), *eſtraya* (1269 C 4; 1351 C 13; 1274 L 24), *extraya* (1262 C 1; 1299 P 114), *heſtraya* (1267 O 52). Como resultado da evolução de JUNIUM encontraram-se as seguintes formas: *Juyas* (1278 P 96) (2), *Juyo* (1367 C 14; 1399 C 16; 1475 L 48; 1302 O 60; 1298 P 113; 1299 P 115; 1301 P 119; 1317 P 126; 1320 P 128; 1322 P 129, etc.), *Joyo* (1299 P 114).

De TESTIMONIUM surgem nos documentos galegos agora publicados numerosas variantes: *teſtemoyas* (1300 C 8; 1333 C 10; 1344 C 12; 1351 C 13; 1434 C 17; 1310 L 34; 1310 L 35; 1442 L 43; 1396 O 76; 1426 O 78; 1269 P 93; 1317 P 125; 1317 P 126, etc.), *teſtemoyaſ* (1265 C 3; 1269 C 4; 1269 P 92; 1269 P 93; 1271 P 94; 1271 P 95; 1287 P 103), *teſtimoyas* (1450 L 44; 1322 O 67), *teſtemuya* (1474 L 47; 1302 O 61), *teſtemuyas* (1314 O 65; 1302 P 122), *teſtemuyaſ* (1281 L 26), *teſtimuyas* (1283 P 101), *teſtymuyas* (1367 O 74), *testemoyo* (1434 C 17; 1405 L 39), *teſtemoio* (1286 L 28), *teſſtemoyo* (1292 O 59), *teſtemoyo* (1307 L 32; 1335 L 37; 1453 L 45; 1459 L 46; 1281 O 55; 1348 O 71; 1298 P 113; 1299 P 114), *teſtimoyo* (1298 L 29; 1450 L 44; 1475 L 48), *testimoyo* (1410 L 41), *teſtemuyo* (1385 C 15; 1283 L 27; 1298 L 29; 1287 P 102), *teſtimuyo* (1290 O 58), *teſtymuyo* (1348 O 72), *teſtimúio* (1278 L 25), etc. (3).

---

(1) A explicação do tratamento especial de -nj- nalgumas palavras — p. ex. as que representam a evolução dos étimos TESTIMONIUM, EXTRANEUM, JEJUNIUM, COMMUNIONEM e JUNIUM — foi dada por José Gonçalo Herculano de Carvalho no trabalho citado na n. 1 da p. 494. Segundo o Autor, a palatalização não teve lugar devido ao carácter erudito ou semi-erudito destas palavras.

(2) A forma do feminino explica-se pelo facto de se referir a "Kalendas": «iiij.º díaſ ante Kalendas Juyaſ».

(3) Para o conhecimento de outras variantes galego-portuguesas, veja-se RAMÓN

Finalmente, pelo que à evolução do referido grupo diz respeito, importa fazer referência a algumas formas com *-ni-* conservado. Elas surgem, quer durante o século XIII — e, neste caso, devem interpretar-se como grafias latinizantes —, quer em textos dos séculos XV e XVI, bastante marcados pela influência castelhana. Em documentos desta natureza, tais formas só podem explicar-se como castelhanismos. Seguem-se alguns exemplos de um e outro tipo: a) *Çeruania* (top.) (1280 P 98), *eſtrania* (1296 P 109), *ponio* 'ponho' (1274 O 53), *quiniõ* (1296 P 109), *Toronio* (top.) (1257 L 20; 1267 P 91), *testimonjo* (1281 L 26), *teſtimoniaſ* (1262 C 1), etc.; b) *teſtemonjo* (1475 L 49), *teſtemonjo* (1516 C 18), *teſtimonjo* (1502 L 51; 1506 P 136), *testymonyo* (1497 L 50), etc. (1).

6. Grupos -lį-, g'l

É grande a regularidade apresentada pela evolução do grupo -lį- (2). De maneira quase uniforme encontra-se como resultado a lateral palatal [ļ] que pode ser representada por diversos grafemas (3). Seguem-se algumas das formas registadas: *alea* 'alheia' (1287 P 102), *allea* 'alheia' (1295 P 108), *enallear* (1271 P 95; 1278 P 96; 1280 P 97; 1295 P 107), *Carualal* (top.) (1295 P 108; 1297 P 112), *Caruallal* (top.) (1308 L 33), *Caruallo* (top.) (1298 P 113) (4), *conçelo* (1298 L 29), *concello* (1283 P 101), *fila* 'filha' (1262 C 1; 1313 O 64; 1299 P 116), *filas* (1307 O 62), *filaſ* (1283 L 27), *filla* (1262 C 2; 1329 C 9; 1333 C 10; 1399 C 16; 1274 L 24; 1308 L 33; 1335 L 37; 1414 L 42; 1454 L 44; 1474 L 47; 1302 O 60; 1322 O 67; 1426 O 78; 1295 P 108; 1299 P 114, etc.), *fillo* (1269 C 4; 1282 C 6; 1344 C 12; 1351 C 13; 1434 C 17; 1258 L 21; 1298

LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *testemoya* e *testemoyo*.

(1) O grupo *-ni-* apresenta normalmente em espanhol, à semelhança do que acontece em galego-português, o resultado [ñ]: cf. VINEA > *viña*, SENIORE > *señor*, EXTRANEU > *extraño*, etc. Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 152, § 53, 5. Conserva-se, porém, o referido grupo nalgumas palavras de carácter erudito, por ex., *Junio*, *testimonio*, etc.

(2) Sobre os resultados da evolução de -lį- em galego-português, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 140-141; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 81, § 89, 8; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 37, § 44; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 57.

(3) Sobre os grafemas que, nos textos estudados, representam a lateral palatal, veja-se o que foi dito nas p. 497-500.

(4) Do étimo *CARVALYA. Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 1725 a).

L 29; 1306 L 31; 1308 L 33; 1316 L 36; 1335 L 37; 1404 L 38; 1450 L 44; 1474 L 47, etc.), *filha* (1281 M 151), *filho* (1287 DL 140; 1327 M 155), *Jullo* (1285 DL 139), *Jullão* (cf. top. «San *Jullão* de Mourelos») (1407 L 40), *malar* 'malhar' (1473 O 88), *mallar* (1367 C 14; 1334 O 69) (1), *mallarõ* (1414 L 42), *melor* (1265 C 3; 1290 O 58), *melhor* (1327 M 155), *millo* (1367 C 14; 1281 O 55; 1267 P 91; 1269 P 93), *mjllor* (1399 C 16), *moler* 'mulher' (1329 C 9; 1255 L 19; 1257 L 20; 1258 L 22; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1314 O 65; 1302 P 120; 1284 DL 138), *moller* (1282 C 6; 1300 C 8; 1333 C 10; 1344 C 12; 1351 C 13; 1399 C 16; 1434 C 17; 1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33, etc.; 1401 M 163; 1401 M 164), *molher* (1282 DL 137; 1284 DL 138; 1484 DL 150; 1331 M 156; 1404 M 165), *uala* 'valha' (1287 DL 140), *ualla* (1258 L 22; 1286 L 28; 1339 O 70; 1367 O 74; 1424 O 77; 1267 P 91; 1302 P 122; 1322 P 129; 1325 P 130), etc. (2).

À semelhança do que afirmei atrás relativamente à evolução do grupo -nj- (3), também o grupo -lj- pode apresentar outro tratamento. Em vez da palatalização do grupo, ocorreu a síncope de *-l-* como acontece em posição intervocálica. Esse resultado encontrei-o apenas nas formas toponímicas «San *Juyaão*» (1313 DL 143; 1313 DL 144), «San *Giaão* dos Gafos» (1401 M 163; 1401 M 164), «San *Juyaão* de Kalẽdayro» (1334 M 158; 1334 M 159), «San *Juyao* do Valle» e «San *Juyao* do Vallj» (1287 P 103) (4). Este tratamento peculiar do grupo referido explica-se pela influência erudita a que esteve sujeita a forma etimológica JULIANUS, quer como nome próprio, quer como hagiotopónimo (5).

Quanto ao grupo *g'l* (6), são poucas as palavras registadas em cujo

---

(1) Do étimo *MALLEARE, verbo formado sobre o substantivo MALLEUS. Veja-se MEYER-LÜBKE, *ob. cit.*, n.º 5268. Neste caso, portanto, trata-se do grupo -llj-, que apresenta o mesmo resultado que -lj-.

(2) Sobre a ocorrência de grafias latinizantes com *-li-* conservado e de alguns castelhanismos com o mesmo grupo, veja-se o que escrevi nas p. 497-498.

(3) Cf. p. 624 do presente trabalho.

(4) A propósito desse tratamento em galego, veja-se V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 57. A forma *Juyão* é registada com frequência nas Cantigas de Santa Maria. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u.

(5) Sobre a evolução desta forma, veja-se o que escreveu JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Comentários às "Notas de paleontologia linguística" I e II de Helmut Lüdtke*. In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2.ª ed., Coimbra (Atlântida Editora), 1973, sobretudo p. 152-153.

(6) Para a evolução deste grupo em galego-português, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 119-121; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 86, § 92, 8; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 51.

étimo ele existia. Em posição intervocálica, as formas tradicionais apresentam de modo uniforme a lateral palatal: *tella* (1414 L 42; 1317 P 125; 1322 P 129), *telha* (1315 DL 145; 1281 M 152; 1317 M 154; 1348 M 162), *telhas* (1345 M 161), *telheyros* (1315 DL 145). No entanto, em documentos da Galiza, o referido grupo pode aparecer conservado em palavras de carácter culto (cf. *regla*, 1325 P 130; *rreglas*, 1434 C 17), à semelhança do que acontece em espanhol (1). É mesmo provável que se trate de formas devidas à influência do castelhano na Galiza (2).

Quando precedido de sílaba entravada por nasal, ora se encontra a lateral palatal [ʎ], ora a nasal palatal [ñ]. Indicam-se exemplos de um e outro tipo: a) *ſenllas* (1414 L 42), *ſẽllaſ* (1271 P 94), *ſſenllos* (1302 O 61), *ſenllos* (1414 L 42; 1285 O 56) (3); b) *senas* (1301 P 118), *ſſenas* (1292 O 59), *ſſeñaſ* (1302 O 61), *ſeñaſ* (1302 O 61), *ſſeñas* (1292 O 59), *ſenos* (1307 O 62; 1313 O 64), *ſenhos* (1472 DL 149; 1348 M 162), *senhos* 1404 M 165), *ſſenhos* (1407 M 166). Neste caso, a lateral palatal, por influência da nasal anterior, deve ter-se transformado em nasal palatal (4). Como se vê pelos exemplos apontados, nos textos galegos, no que se refere aos continuadores do lat. SINGULOS (5), alternam os dois resultados, correspondentes a dois estados de evolução linguística: as formas mais antigas com lateral palatal e as formas, manifestamente mais modernas, com nasal palatal (6). É inte-

---

(1) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 159, § 57, 2 e notas 1 e 2.

(2) Característica do galego-português é, pelo contrário, a permuta de *l* por *r*: cf., por exemplo, *regra*.

(3) O étimo é a forma latina SING(U)LOS: cf. MEYER-LÜBKE, R. E. W., 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 7945. Desse modo, *ſſenllias* (1302 O 61) é uma grafia pseudo-latinizante.

(4) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 121.

(5) Essa alternância é extensiva a outros textos galegos publicados. A esse propósito, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *senllas, senas, senos*.

Como acontece relativamente a outros traços, os textos da Galiza caracterizam-se, relativamente aos de Portugal, por uma maior abundância de variantes e possibilidades de expressão; os textos portugueses revelam uma língua mais estável, tendo algumas das variantes sido eliminadas. No caso concreto das formas que representam a evolução do lat. SINGULOS, verifica-se, por vezes, na linguagem do mesmo notário, a convivência dos dois tipos de resultados, correspondentes a dois estados de evolução linguística. Assim acontece com o documento 1302 O 61, onde alternam *ſſenllos*, *ſſenllias* e *ſſeñaſ*, *ſeñaſ*. Veja-se também o que será dito adiante Parte III. Morfo-sintaxe, § 8. Numerais.

(6) É interessante verificar que uma análise mais ampla de um grande número de antigos textos galego-portugueses confirma a imagem oferecida pelos documentos agora

ressante observar que estas últimas aparecem apenas nas duas províncias meridionais, ou seja, Orense e Pontevedra, e como que fazendo a transição para a zona portuguesa, onde é característico esse resultado (1).

7. Grupo -sj-

O tratamento normal deste grupo em galego-português consiste na atracção da semivogal para a sílaba tónica e na palatalização da consoante (2). O resultado é, portanto, a fricativa pré-palatal sonora [ž] que, nos textos que estudei, pode ser grafada de maneiras muito diversas (3). Revelam esse tratamento as formas seguintes: «Aluaro *Çereyjo*» (1506 P 136), *eygleia* (1281 P 99), *Greyóá* (top.) (1283 L 27), *egrega* (1289 DL 141), *eygreia* (1285 DL 139; 1309 DL 142), *eygreya* (1303 M 153), *eygreia* (1334 M 159), *jgleia* (1401 M 163; 1401 M 164; 1335 L 37; 1473 O 86; 1283 P 101; 1401 M 163; 1401 M 164; 1411 M 167), *jgleias* (1473 O 80), *iglleia* (1442 L 43; 1290 P 106, etc.), *igleia* (1333 C 10; 1405 L 39; 1414 L 42; 1450 L 44; 1292 O 59; 1302 O 61; 1318 P 127; 1325 P 130; 1333 P 131), *jgreia* (1404 M 165), *igreyia* (1281 C 5), *ygreia* (1298 P 113; 1299 P 114), *ygreias* (1299 P 114), *ygreiario* (1299 P 114), *igrigia* (1262 C 1, 2v.) (4), *igreiario* (1298 P 113), *ygligario* (1333 P 131), *prigon* 'prisão' (1290 O 58), *Tareiga* (1284 DL 138), *Tareija* (1401 M 163; 1401 M 164), *Tareya* (1344 C 12; 1302 O 60; 1317 M 154), *Thareyya* (1271 P 94), *Thareyia* (1333 C 10), *Tereija* (1442 L 43), *Tereyja* (1414 L 42), *Tereyga* (1281 L 26; 1298 L 29; 1307 L 32; 1308 L 33; 1281 O 55; 1348 O 71; 1360 O 73), *Tereyia* (1407 L 40; 1302 O 61), *Tereia* (1404 M 165) (5), etc.

---

estudados: os textos da Galiza caracterizam-se sobretudo pela ocorrência de *senllos*, embora surja também *seños*, ao passo que nos textos de Portugal é normal a forma *senhos*. A este propósito, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *senllas, senas, senos*.

(1) A forma *senhos* ainda era conhecida em Portugal no século XV. Cf. IDEM, *ibidem*.

(2) Veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 144; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 82, § 89, 10; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 103-104, § 204 e V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 57.

(3) Sobre os diferentes processos gráficos usados na transcrição desse som, veja-se o que escrevi nas p. 470-471.

(4) À semelhança do que acontece em textos leoneses (cf. ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala, Leipzig, 1907, p. 201: *eglisia, eglisa, egrisia, eglixa, egrija*), formas com *i* na sílaba tónica surgem também em textos da Galiza. Além da forma citada no texto, vejam-se outras variantes em RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *jgleia, igreia, eigleia*.

(5) Nos documentos da Galiza ocorre também *Tereixa* (1426 O 78) com ensurdeci-

Além deste resultado, que surge com notória regularidade, aparecem também algumas formas em que a semivogal foi atraída pela tónica, fundindo-se, por vezes, com a vogal dessa sílaba, e não tendo, além disso, ocorrido a palatalização da consoante. Como representantes deste resultado, que é normal em castelhano (1), registaram-se os seguintes exemplos: *leſſõ* (1399 C 16), *Tereyſa* (1258 L 21), *ygleſario* (1274 L 24) (2).

A par das formas que representam a evolução tradicional, encontra-se, por vezes, o grupo -sį- conservado em cultismos ou semi-cultismos: *frijgliſia* (1450 L 44), *fergeſia* (1419 P 134), *fergueſias* (1419 P 134), *freegueſia* (1302 O 61), *fregleſia* (1432 P 135), *fregueſia* (1320 P 128), *freygueſia*

---

mento da fricativa pré-palatal sonora. Sobre o ensurdecimento de sibilantes e pré-palatais, veja-se o que foi dito nas p. 458-459, 464-468 e 471-472.

(1) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 147-148, § 53, 2. É interessante verificar que, embora seja este o tratamento normal em castelhano (cf. BASIU- > *beso*, CASEU- > *queso*, etc.), sofreram também algumas palavras um processo de palatalização análogo ao do galego-português. Assim aconteceu com algumas formas do castelhano arcaico que continuam o latim ECLESIA: citarei, a título de exemplo, *eclegia* no texto do *Cantar de Mío Cid*, *eclegia* num documento de 1221 de Aguilar de Campóo e *ygleia* (em rima com *pelleja*) na *Danza de la Muerte*, 230-231, etc. A partir da segunda metade do século XIV, a forma *iglesia* impõe-se, desterrando as formas do tipo anterior para o domínio dos dialectalismos ou vulgarismos. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid.* Texto, gramática y vocabulario. 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 186, § 36, 7; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *iglesia*.

Paralelamente, em galego-português, onde a palatalização de -sį- é considerada o resultado normal, surgem também algumas formas, desde o período arcaico, em que se verificou a atracção da semivogal para a sílaba tónica, tendo esta, por vezes, desaparecido, ao fundir-se com a vogal desta sílaba. Simultaneamente, não ocorreu a palatalização. Às formas citadas no texto podem acrescentar-se outras: do lat. LAESIONE- encontram-se, por exemplo, *leissom* no manuscrito do séc. XV da *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (1209-1285), *lissõ* e *lyson* no *Fuero Real;* de ECLESIA surgem numerosas variantes com esse tratamento, sobretudo nos textos da Galiza: *eglisa*, *eglesa*, *eglessa*, *egresa*, etc. Sobre estas abonações, veja-se RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulario galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado).* Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *igreja*, *lesão* e *lijom* e IDEM, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *jgleia*, *igreia*, *eigleia*.

Alguns vestígios dessa antiga convivência dos dois tratamentos se conservaram em português. Assim, no caso de LAESIONE-, impôs-se a forma *lesão*, sendo eliminada *lijom;* pelo contrário, no que se refere a ECLESIA subsistiu *igreja*.

(2) Em *freiguiſa* (1322 P 129), se não se trata de um erro do copista, estamos em presença de uma forma idêntica.

(1404 L 38), *freguiſias* (1327 M 155), *freiguiſſia* (1331 M 157), *fjgleſia* (1335 L 37), *figlisia* (1301 P 119), *fijgriſia* (1285 O 56), *fijgllesia* (1475 L 48), *fijgleſia* (1310 L 35; 1367 C 14), *figleſia* (1399 C 16), *figleſia* (1434 C 17), *fijgreſia* (1287 P 103), *fijglisia* (1442 L 43), *filigreſia* (1299 P 114), *flijguiſia* (1333 P 131), *frijgliſia* (1450 L 44), *frjgisja* (1516 C 18), *frigleſias* (1399 C 16) (1), etc. A forma *eccleſia* registada, através da abreviatura *ecca.*, num documento do século XIII (1274 O 53) é, claramente, um latinismo.

Parece, além disso, terem existido, na Galiza formas com palatalização da consoante e conservação da semivogal. Nos textos que estudei encontra-se apenas *fijgregia* (1306 L 31), mas há abundante documentação noutros textos já publicados (2).

8. Grupos românicos *b'd*, *d'g* e *d'm*

Poderá estranhar-se que num estudo linguístico de textos galego-portugueses se faça referência ao tratamento dos grupos românicos *b'd*, *d'g* e *d'm*, uma vez que o galego-português manteve, em geral, nesses casos, as vogais átonas (pré- ou postónicas), o que impediu a formação de grupos consonânticos (3). Como teremos oportunidade de ver no decorrer deste parágrafo, encontram-se nos textos estudados outros tratamentos, além do resultado caracteristicamente galego-português.

Comecemos pelo estudo de palavras cujos étimos apresentavam a vogal postónica *i* precedida de oclusiva bilabial sonora e seguida de oclusiva dental surda. Encontram-se nestas circunstâncias as palavras latinas DĒBĬTA e DŬBĬTA. Os representantes da primeira forma manifestam sempre conservação da vogal postónica, como é habitual em galego-português. O timbre dessa vogal oscila, porém, entre ẹ e *i* (4): *deuedas, deuedaſ, diuedas, diuida, diuidas* e *diujdas* (5). No segundo caso, convém observar que representantes

---

(1) A forma *feligreſia* registada num texto do século XVI (1506 P 136) é inequivocamente um castelhanismo.

(2) Cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 186-187, s.u. *freguesia*.

(3) Sobre a tendência do galego-português para a conservação das vogais postónicas, veja-se DÁMASO ALONSO, *Sobre las soluciones peninsulares de los esdrújulos latinos*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia lingüística hispánica*. Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 55-59; EDWIN B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 53-55, §§ 53-55; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 74-75, §§ 142 e 144.

(4) A propósito da oscilação de timbre da vogal da penúltima sílaba, veja-se o que escrevi nas p. 378-381 e especialmente na p. 380.

(5) Para a localização das formas citadas, cf. p. 380 do presente trabalho.

da evolução de DŪBĪTA surgem apenas em documentos caracterizados pelo emprego de determinada fórmula (cf. «*e en duuida nõ uena*») que pode apresentar algumas variantes. Nos documentos da região portuguesa, essa fórmula aparece apenas uma única vez, no documento 1285 DL 139, e contém a forma tipicamente galego-portuguesa *duuida* (1). Pelo que se refere à Galiza, a fórmula indicada surge com bastante frequência nos documentos da província de Lugo e, de modo muito esporádico, em documentos de La Coruña, Orense e Pontevedra. Nos documentos galegos que estudei não aparece nunca registada a forma com tratamento galego-português; predominam as formas *dulta* (1265 C 3; 1281 L 26; 1306 L 31; 1307 L 32; 1310 L 34; 1310 L 35; 1316 L 36; 1335 L 37; 1404 L 38; 1414 L 42; 1314 O 65; 1317 P 125) e *dulda* (1300 C 8), que representam a evolução própria do leonês com troca da oclusiva por *l*: *-b'd-* > *-l'd-* (2). A forma anterior *dubda* está também documentada em alguns textos do século XV correspondentes à província de Lugo: 1453 L 45, 1475 L 48 e 1475 L 49 (3). Há também alguns exemplos do castelhanismo *duda* em documentos dos fins do século XV e durante o século XVI: 1497 L 50 e 1500 O 90 (4).

No que diz respeito à evolução de palavras latinas com *i* postónico precedido de oclusiva dental (surda ou sonora) e seguida de oclusiva velar surda, encontram-se dois tipos de resultados: por um lado, o tratamento

---

(1) Não encontrei nem nos textos de Portugal nem nos da Galiza exemplos da forma mais antiga *douida*. Sobre algumas abonações desta variante em textos dos séculos XIII e XIV, cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *duuida*.

(2) Sobre esse fenómeno em leonês, cf. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 82-84, § 12, 5; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 170-172; DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas*. Separ. de *Romance Philology*, vol. X, n.º 2, 1956, p. 74. A alteração de *b'd* em *l'd* está já documentada em antigo leonês: cf. E. STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala, Leipzig, 1907, p. 242-244; F. DE ONÍS Y SÁNCHEZ, *Contribución al estudio del dialecto leonés*. Salamanca, 1909, p. 25-26. Veja-se também RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 55-56. Sobre a ocorrência de formas que representam a evolução típica do leonês — cf. *dolta, dulta, dulda* — em textos medievais da Galiza e, menos frequentemente, em textos de Portugal, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *duuida*.

(3) O uso da forma *dubda*, já documentada no Cantar de Mio Cid (cf. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid*, 4.ª ed., vol. II. Madrid (Espasa-Calpe), 1969, p. 631-632, s.u. *dubda*), prolongou-se em castelhano até ao século XV. Em textos da Galiza há exemplos do seu emprego desde o século XIII. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *duuida*.

(4) Esse castelhanismo vive ainda hoje na Galiza. Sobre outras abonações antigas em textos da Galiza, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *duuida*.

tipicamente galego-português com manutenção da vogal postónica, cujo timbre se apresenta oscilante entre *e* e *i*. Desse modo, a evolução de -ATICU é *-ádego* ou *-ádigo: amadego, hamadego, amádigo, amadigo; daiádigo; eyradega, eyradiga, heyradiga; mõtadegos; moordomadigo; padroadigo*, etc. (1).

Por outro lado, no que se refere à evolução de IUDICARE, encontram-se sempre formas em que, após a perda da postónica, se formou o grupo *d'g* que se transformou em *-lg-* (2). As formas que apresentam esta configuração não estão de acordo com a fonética histórica do galego-português, devendo interpretar-se como formas importadas do leonês (3). Eis alguns dos exemplos registados: *julgue* (1450 L 44), *julgãdo* (1450 L 44), *julgado* (s.m.) (1269 C 4; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1448 DL 147; 1484 DL 150), *julguado* (s.m.) (1448 DL 147).

E, finalmente, uma referência à evolução da forma SEPTIMANA. É muito escassa a documentação encontrada: registei apenas uma vez a forma *fomana* (1414 L 42). A conservação de *-n-* e a perda da vogal postónica que levou à formação do grupo *-pt'm-* que se transformou em *-mm-* e posteriormente em *-m-* faz pensar no tratamento tipicamente castelhano dessa forma (4). *Somana*, variante de *semana* (5), é, portanto, um castelhanismo que, no período abrangido pelo presente estudo, não tinha ainda eliminado completamente a forma autóctone *domaa*, proveniente de HEBDOMADA. Nos

---

(1) No que se refere à localização destas formas, veja-se p. 378. Não se encontram nos textos estudados vestígios de formas em *-algo*, de origem leonesa, documentadas em alguns antigos textos galego-portugueses. A este propósito, cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 100, § 199, 2, n. 2; V. GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 69.

(2) Nos textos que analisei não se encontram exemplos das formas tipicamente galego-portuguesas *joigar, juigar*, com perda da oclusiva dental sonora e conservação da vogal postónica. Sobre algumas abonações dessas formas em textos galego-portugueses dos séculos XIII e XIV, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *julgar*.

(3) IDEM, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *julgar*; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 100, § 199, 2, n. 2; V. GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 69: «Parece un leonesismo la reducción de la dental a *l*: i u d i c a r e *julgar*. La conservación de la postónica en el sufijo a t i c u impidió este caso, que conocen el leonés y el castellano *(portalgo = portazgo)*, etc.». Mais hesitante se mostra o Autor nos *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 54, n. 3: «Se cree, pero acaso sin completo fundamento, que estas formas son debidas al leonés».

(4) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed.. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 165, § 61, 4. As formas do castelhano antigo são *setmana, sedmana, semmana;* a forma moderna é *semana*.

(5) Sobre a alteração do timbre da pretónica por influência da labial seguinte, veja-se o que escrevi nas p. 370-372.

textos que analisei encontram-se ainda alguns exemplos em documentos da província de Orense, dos séculos XIII e XIV: *domáá* (1285 O 56; 1339 O 70), *domãa* (1360 O 73; 1396 O 76), *domãaf* (1302 O 61), *domãas* (1348 O 71) (1). Regista-se ainda o derivado *domaayros* (1292 O 59).

9. Grupos *-kt-* e *-ᵘlt-*

Os grupos *-kt-* e *-lt-* (este, quando precedido de *u*) (2) apresentam-se, na linguagem dos textos estudados, habitualmente evoluídos em *-ȷt-* (3). Começando pelo estudo de *-kt-*, a maior parte dos exemplos registados oferecem regularmente este resultado: *afrujtarã* (1484 DL 150), *aprouevtar* (1281 L 26), *Bievto* (1506 P 136), *Bieito* (1442 L 43), *colleita* (1292 O 59), *colheyta* (1313 DL 143), *coreyta* 'correcta' (1290 O 58), *dereyta* (1405 L 39; 1453 L 45), *dereyto* (1334 C 11; 1344 C 12; 1351 C 13; 1385 C 15; 1283 L 27;

---

(1) Para outras abonações em antigos textos galego-portugueses, cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronología do vocabulario galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *doma*. Além dos exemplos reunidos pelo Autor, a forma *domaa* ocorre duas vezes nas Cantigas de Santa Maria. A esse propósito, veja-se AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *domaa*. Ainda no século XVI, aparece a forma *domá* (e *domaa*) no *Auto Pastoril Português* de Gil Vicente na linguagem de personagens rústicas: «Esta *domá* que lá vay» (lavrador); «Estoutra *domaa* te catey» (Joane); «Eu, a *domaa* que passou, este braço me ganhou» (Fernando). Nessa época a forma era, evidentemente, um arcaísmo que o Autor aproveitou para caracterizar a linguagem rústica; a forma da língua comum era, então, *semana*. A antiga forma *domaa* aparece ainda registada na lista de arcaísmos incluída por Duarte Nunes de Leão na *Origem da lingoa portvgvesa*. Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição, Lisboa (Typographia do Panorama), 1864, cap. XVII, p. 71. Veja-se também PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Klincksieck), 1959, p. 97.

(2) Quando o referido grupo consonântico vai precedido de outra vogal, a primeira consoante vocaliza-se em *u̯*. Vejam-se os exemplos apontados nas p. 553-555.

(3) Este resultado caracteriza não só o galego-português, como grande parte do leonês ocidental. A respeito do galego-português, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 122-124; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 107, § 214 e p. 123, § 248; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 84-86, § 92, 7; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.*. Burgos, 1909, p. 47 e 49. Sobre os resultados da evolução de *-kt-* e *-ᵘlt-* em leonês, cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 80-81, § 12, 3; LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 151-158, § 63; DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ-PIDAL, *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas*. Separ. de *Romance Philology*, vol. XI, n.º 2, 1957, p. 120-123. (O Autor traça os limites dos diferentes resultados do leonês: *-it-*, *-ch-* e *-ts-*).

1302 L 30; 1310 L 34; 1310 L 35; 1316 L 36; 1405 L 39; 1407 L 40, etc.), *deyten* (1414 L 42), *deytar* (1334 C 11; 1414 L 42), *feita* (1385 C 15; 1278 L 25), *feitaſ* (1283 L 27), *feyta* (1269 C 4; 1333 C 10; 1351 C 13; 1399 C 16; 1434 C 17; 1257 L 20; 1283 L 27; 1310 L 35; 1404 L 38; 1450 L 44, etc.), *froyta* (1405 L 39; 1302 O 61; 1314 O 65; 1334 O 69), *froyto* (1334 O 69), *froytos* (1334 O 69; 1360 O 73; 1506 P 136), *ffroytos* (1285 O 56), *fruito* (1274 O 53), *fruyta* (1308 L 33), *fruyto* (1282 C 6), *fruytos* (1282 C 6), *fruitos* (1274 O 53), *frujtos* (1448 DL 147) (1), *leyto* (1258 L 21), *loytoſa* (1404 L 38; 1407 L 40; 1302 O 60), *loytoſſaſ* (1286 L 28), *luytoſa* (1313 DL 143), *noyte* (1414 L 42), *oytaual* (1414 L 42), *oeytéénta* (1282 P 100), *oyto* (1300 C 8; 1414 L 42, etc.), *oytaua* (1269 C 4), *oytauaſ* (1302 L 30), *oytauas* (1405 L 39), *Oytubro* (1278 L 25; 1302 O 61; 1348 O 72; 1401 M 163; 1401 M 164), *Oytobro* (1267 O 52), *proueyto* (1450 L 44). *ſeytura* 'ceifa' (1367 C 14) (2), etc.

Além desse resultado, a primeira consoante do referido grupo pode também ter-se transformado na semivogal velar u̯, existindo, nalguns casos, formas duplas com um e outro tratamento (3). Assim, a par da forma *Oytubro* acima apontada, os documentos que estudei registam também *Outubro* (1327 M 155; 1472 DL 149; 1410 L 41). Num documento galego (1442 L 43) regista-se ainda *trautado*.

Por outro lado, podem recolher-se também algumas formas latinizantes ou mesmo latinismos com *-kt-* conservado. Muito abundantes sobretudo no século XIII, só muito raramente surgem no século XIV e princípios do século XV: *derecto* (1298 P 113; 1299 P 114), *derectura* (1298 P 113), *derecturas* (1298 P 113), *dicta* (1269 C 4, etc.), *dicto* (1265 C 3; 1296 P 110; 1301 P 118, etc.), *directura* (1299 P 114), *directuras* (1298 P 113; 1299 P 114), *directuraſ* (1265 C 3), *facta* (1258 L 23), *maldicto* (1287 P 102; 1289 P 105), *octaua* (1269 C 4: no mesmo documento surge também *oytaua;* 1258 L 21), *octauaſ* (1262 C 2; 1258 L 21), *octorgamoſ* (1282 P 100), *octorgante* (1287 P 102), *pectet* (1258 L 22), *ſobrredicta* (1296 P 109), *ſobredicta* (1282 P 100; 1287

---

(1) A respeito da alternância dos ditongos *oi* e *ui*, veja-se o que escrevi nas p. 557-560.

(2) O *Diccionario enciclopédico gallego-castellano* de Eladio Rodríguez González regista a forma *seitura* com o sentido de 'siega del centeno'. (Cf. ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *seitura*). Com a mesma significação e outras afins a palavra é também incluída por Leandro Carré Alvarellos no *Diccionario galego-castelán:* cf. *seitura* 'sazón de los frutos. Época de la siega. Acción de segar'. (Cf. LEANDRO CARRÉ ALVARELLOS, *Diccionario galego-castelán.* 4.ª ed., La Coruña (Editorial Moret), 1972, s.u. *seitura*).

(3) É provável que tenha sido a existência de formas duplas, ora com *oi* ora com *ou*, a origem da alternância desses ditongos. A esse respeito, veja-se o que escrevi na p. 563 e segs.

P 102), *fobredictaſ* (1287 P 102), *fobredictas* (1296 P 110), *fobredicto* (1287 P 102; 1296 P 109), *Octubro* (1308 L 33; 1334 M 158), *rectores* (1411 M 167).

Quanto à evolução de -^{u}*lt*- (1), temos, nos documentos analisados, de modo uniforme -ɟt- (graf. *-yt-*, *-jt-* ou *-it-*): *moy* (1285 O 56), *moytos* (1300 C 8), *muyto* (1317 M 154; 1331 M 156, etc.), *muy* (1302 O 61), *muytoſ* (1265 C 3), *muytos* (1285 DL 139), *mujto* (1448 DL 147), etc. (2).

10. Grupo *-gn-*

A evolução mais frequente em galego-português (3) do grupo *-gn-* interior consistiu na vocalização de *g* e na posterior palatalização da consoante nasal. Em formas de carácter semi-culto encontra-se ainda o resultado *n*. A linguagem dos textos analisados oferece normalmente, na maior parte das palavras em cujo étimo esse grupo se encontrava, o resultado *-ñ-* (4): *años* 'cordeiros' (1348 O 71) (5), *cuñado* (1302 O 61), *cunado* (1302 L 30),

---

(1) Quando a vogal que antecede a lateral é *a*, o resultado da vocalização é *u̯*. Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 553-555.

(2) As formas com *u* resultam da inflexão vocálica de *o* da sílaba tónica pela semivogal. Sobre esse assunto, veja-se, atrás, p. 557-560 e segs.

(3) Cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 121-122; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 84, § 92, 5; J. Huber, *ob. cit.*, p. 108, § 219; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 50 e Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática portuguesa*, 3.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), vol. I, 1971, p. 280.

(4) A respeito dos grafemas usados na transcrição do fonema nasal palatal, veja-se o que foi dito nas p. 486-494.

(5) É esta a forma, proveniente do latim agnus, que se mantém em galego como designação de 'cordeiro'. Da Galiza a área prolonga-se para sul no território das províncias portuguesas do Minho, Douro Litoral, parte ocidental de Trás-os-Montes, abrangendo ainda algumas povoações a sul do Douro. Escusado será ressaltar o interesse desta área e de outra, também periférica, da Itália meridional e da Sardenha, as únicas da România que conservam descendentes do latim agnus. No restante território português usa-se *cordeiro* e *borrego*. Sobre as áreas de cada uma das formas, veja-se Luís F. Lindley Cintra, *Áreas lexicais em território português*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XX (1961), fasc. 3 e 4, p. 289-294. Dada a rede muito apertada de pontos explorados, o I.L.B. permite traçar com mais precisão os contornos da área de *anho* que, da zona de Entre-Douro-e-Minho, se prolonga para sul sensivelmente até ao Vouga, abrangendo grande parte dos concelhos do distrito de Aveiro, tais como Espinho, Ovar, Estarreja, Arouca, Castelo de Paiva, Vale de Cambra, Oliveira de Azemeis e Sever do Vouga. A oriente, a área estende-se até aos concelhos de Resende, Lamego e Cinfães, no distrito de Viseu, recobrindo, a norte do Douro, grande parte do distrito de Vila Real (concelhos de Alijó, Chaves, Montalegre, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real).

enpeñar (1506 P 136), *pignor* (1280 P 98) (1), *empeñou* 'empenhou' (1414 L 42), *empenorar* (1432 P 135), *enpenorar* (1271 P 95; 1295 P 107), *enpeñorar* (1280 P 97), *enpinorade* (5.ª pes. imperat., 1367 O 74), *enpinorar* (1367 O 74), *enpiñorar* (1276 O 54), *enpenorardeſ* (1299 P 116), *penor* 'penhor' (1299 P 114), *peñor* (1414 L 42; 1320 P 128), *penorar* (1302 P 120), *peñorados* (1302 O 61), *pinor* (1414 L 42), *piñor* (1414 L 42), *ſopenorar* (1287 O 57; 1298 P 113; 1299 P 114; 1322 P 129), *sopenorar* (1407 P 133), *ſopenorarẽ* (1299 P 114), *ſſopiñorar* (1292 O 59), *ſopiñoraredes* (1334 O 69), *ſupinorar* (1313 O 64), *ſubpeñoredes* (1360 O 73), *ſubpinorar* (1414 L 42), *ſſupiñoraredes* (1339 O 70) (2), etc.

Como evolução de carácter semi-culto, encontra-se também o mesmo grupo representado por *n: ynorãça* (1385 C 15), *ſinal* (1282 DL 137; 1284 DL 138; 1285 DL 139; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1281 M 151; 1281 M 152; 1331 M 156; 1287 O 57; 1348 O 72, etc.), *ſynal* (1432 P 135), *ſíjnal* (1484 DL 150, etc.), *ſino* (1281 O 55, etc.) (3), *ſinno* (1500 O 90) (4), *ſſino* (1267 O 52), etc.

É provável que a conservação de *gn* que se verifica nalgumas formas seja apenas gráfica; não pode, porém, excluir-se a hipótese de, relativamente a alguns exemplos, estarmos em presença de cultismos com conservação do referido grupo. Eis alguns dos exemplos registados: *enſigne* (3.ª pes. do pres. do conj. de *enſignar*) (1450 L 44), *signada* (1450 L 44), *ſſignado* (1302 O 61), *ſygnal* (1419 P 134), *ſignal* (1348 O 71; 1403 P 132), *ſſignal* (1367 O 74), *ſignaſe* (3.ª pes. do imperf. do conj.) (1414 L 42), *ſignal* (1407 P 133), *signal* (1442 L 43), *ſigno* (1308 L 33; 1414 L 42), *signo* (1450 L 44), etc.

No caso de *Regno* (1499 O 89), trata-se de um castelhanismo (5), paralelo a muitos outros oferecidos pelo mesmo documento.

11. Palavras provenientes de étimos latinos terminados em *-minem*

Ao estudar a evolução das palavras latinas terminadas em *-minem*, observa-se, nos documentos estudados, a existência de dois tipos de trata-

---

(1) Pode tratar-se mesmo de um latinismo.

(2) Sobre a transformação de *e* pretónico em *i* por influência da consoante palatal seguinte, veja-se, atrás, p. 366-367.

(3) A forma ocorre no seguinte contexto: «ſu o *ſino* de Santa Criſtina de Uilarino».

(4) A forma *ſinno* aparece no contexto seguinte: «en *ſinno* de verdade».

(5) A par de *reino*, conheceu também o castelhano antigo a forma *regno*, com conservação do grupo consonântico interior. A este respeito, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 144-145, n. 2.

mento (1). Em primeiro lugar, temos de considerar um grupo de formas em que a vogal postónica se perdeu, resultando daí a assimilação das duas consoantes postas em contacto e sua posterior redução. Esta solução, que é comum ao leonês ocidental e ao galego-português (2), encontra-se documentada nas formas a seguir indicadas: *coſtume* (1450 L 44), *cuſtume* (1459 L 46; 1474 L 47) (3), *home* (1281 C 5; 1344 C 12; 1351 C 13; 1255 L 19; 1281 O 55; 1299 P 114; 1317 P 125; 1407 P 133), *homes* (1262 C 1; 1344 C 12; 1351 C 13; 1339 O 70; 1360 O 73; 1367 O 74), *ome* (1269 C 4; 1281 L 26; 1308 L 33; 1335 L 37; 1407 L 40; 1474 L 47; 1276 O 54; 1271 P 94), *omes* (1334 C 11; 1367 C 14), «Fernã *Bonome*» (1450 L 44) (4), *ricome* (1269 C 4, etc.), *rricome* (1258 L 23) *nome* (5) (1404 L 38; 1405 L 39; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1497 L 50; 1274 O 53; 1287 O 57; 1292 O 59; 1302 O 61; 1348 O 71; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78; 1499 O 89; 1301 P 119; 1506 P 136; 1282 DL 137; 1345 DL 146; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1281 M 152;

---

(1) Prescindi, neste estudo, das formas, aliás muito frequentes, que nos textos que estudei aparecem abreviadas, como sejam *hom̃e*, *hom̃es*, *om̃e*, *om̃es*, *nom̃e*, *nom̃j*, embora as tenha desenvolvido respectivamente em *homme*, *hommes*, *ommes*, *nomme* e *nommj*. Foram tidas apenas em conta as palavras que aparecem por extenso, por não permitirem dúvidas sobre o seu real valor.

(2) Nem sempre se deu a mesma explicação às formas em *-me* (< -MINEM) do leonês e do galego-português. Uma síntese das diferentes explicações propostas para as formas leonesas e galego-portuguesas encontra-se em Luís F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, n. 134 das p. 314-315. Contudo, chamaram já a atenção para a necessidade de dar uma explicação única às formas dos dois espaços linguísticos Luís F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, n. 134, p. 314-315 e LEIF SLETSJØE, *Le développement de* l *et* n *en ancien portugais*. Paris (Presses Universitaires d'Oslo), 1959, p. 237.

(3) O étimo do latim clássico era CONSUETUDINEM; deve, porém, ter ocorrido uma mudança de sufixos: *-udinem* e *-uminem*. A esse propósito, veja-se IDEM, *ob. cit.*, p. 231 e n. 45; IDEM, *Nombre y lumbre — nome y lume. Las desinencias latinas* -men *y* -minem *en español y portugués*. In: *Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. LXXXII, 1966, p. 280 e n. 11.

(4) O mesmo apelido, com outro tratamento, encontra-se também nos textos estudados: cf. «frey Afomſo *Bonomẽ*». Veja-se, adiante, p. 638.

(5) Os neutros latinos em *-men*, por analogia com os substantivos masculinos em *-mine(m)* e possivelmente também por influência do genitivo em *-inis* e do ablativo em *-ine*, conheceram, além disso, um acusativo em *-mine(m)*. É, portanto, de *nomine(m)* que provêm as formas portuguesa *nome* e espanhola *nombre*. Sobre esses substantivos veja-se LEIF SLETSJØE, *Nombre y lumbre — nome y lume. Las desinencias latinas* -men *y* -minem *en español y portugués*. In: *Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. LXXXII, 1966, p. 279-280. No Anexo, p. 295-297, o Autor refere algumas abonações desses acusativos analógicos em documentos dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Nalguns casos, as primitivas formas em *-men* continuaram a usar-se ao lado das formas analógicas.

1303 M 153; 1317 M 154; 1327 M 155; 1331 M 156; 1331 M 157; 1334 M 158; 1334 M 159; 1335 M 160; 1345 M 161; 1348 M 162; 1407 M 166; 1411 M 167), *nomes* (1433 O 79; 1500 O 90; 1506 P 136), *nomj* (1403 P 132), *nume* (1278 L 25; 1287 P 103; 1299 P 114; 1419 P 134), *ſeme* 'descendência' (1290 O 58) (1), etc.

Representam, pelo contrário, um tratamento exclusivamente galego-português algumas formas com conservação da vogal postónica e síncope de *-n-* intervocálico. Ao contrário do que aconteceu nos restantes idiomas peninsulares, o galego-português manteve a vogal postónica; efectivamente, esta existia ainda quando se deu a síncope de *-n-* (2). A perda desta consoante levou à formação de um hiato que se mantém na maior parte dos textos que estudei. Grafias desse tipo, como as que a seguir indico, são sinais inequívocos da conservação da vogal postónica. Seguem-se alguns exemplos: *homẽes* (1322 O 67; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1335 M 160), *omẽes* (1335 L 37; 1292 O 59), *omẽés* (1372 O 75), *omẽéſ* (1283 L 27; 1271 P 94), *homeeſ* (1287 P 103), *homees* (1348 M 162) (3). Num ou noutro caso, as duas vogais tinham já sofrido a crase: «frey Afomſo *Bonomẽ*» (1410 L 41), *omẽ* (1278 L 25) (4).

Encontram-se também nos textos da Galiza correspondentes ao período mais tardio, sobretudo dos séculos XV e XVI, algumas formas castelhanas do tipo *nonbrada* (1502 L 51).

---

(1) Forma resultante da evolução do acusativo analógico SEMINE(M): veja-se a nota anterior. Representa, pelo contrário, o antigo neutro SEMEN a forma *ſſemel* que, com o mesmo sentido da citada no texto, também aparece nos documentos que estudei: cf. 1292 O 59. Para outras abonações dessa mesma forma, veja-se RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *sémen*.

(2) DÁMASO ALONSO, *Sobre las soluciones peninsulares de los esdrújulos latinos*. In: *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia lingüística hispánica*. Madrid (C. S. I. C.), 1962, p. 56. Sobre a síncope de *-n-*, veja-se o que escrevi nas p. 573-581.

(3) Desde o século XIII ao século XV que existem variantes gráficas com duas vogais na parte final da palavra. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *ome*.

(4) O mesmo tratamento se encontra em formas que representam étimos derivados de NOMINE(M) ou SEMINE(M), mais concretamente, NOMINARE e SEMINARE. Assim, *nomẽe* (1407 P 133), *nomẽar* (1308 L 33), *nomẽé* (1339 O 70; 1396 O 76; 1506 P 136), *nomeada* (1308 L 33; 1404 L 38; 1502 L 51), *nomeadas* (1385 C 15), *nomeados* (1334 C 11; 1316 L 36), *nomeado* (1296 P 110, 1301 P 119), *nomear* (1335 L 37; 1410 L 41; 1506 P 136; 1313 O 64; 1314 O 65; 1322 O 67; 1360 O 73; 1424 O 77; 1426 O 78), *nomee* (1407 P 133; 1432 P 135; 1506 P 136), *nomeedes* (1396 O 76), *numeado* (1297 P 112), *ſſemear* (1287 P 103), *ſſemearõ* (1287 P 103), etc. Do mesmo modo, o topónimo *Ljmjareſ* (1281 L 26).

Nas páginas que se seguem retomarei todos os materiais oferecidos pelos textos que estudei e eventualmente por outros antigos textos galego-portugueses com o objectivo de esclarecer o problema posto pela evolução das palavras latinas terminadas em *-minem*.

No que se refere à evolução de palavras com esta proveniência, os idiomas peninsulares apresentam diferentes soluções: em castelhano, após a perda da vogal postónica, formou-se o grupo consonântico secundário *m'n* que, por dissimilação, se alterou em *m'r* vindo, posteriormente, a desenvolver-se entre as duas consoantes a bilabial sonora: *-mbr-*. Exs.: *hombre, nombre, costumbre.* A inovação *-mbr-* já se encontra em castelhano desde o século XII, partindo de Castela-a-Velha: o centro difusor parece ter sido a região compreendida entre Burgos e Segóvia (1). No leonês oriental encontra-se o mesmo resultado desde o século XIII (2). Pelo contrário, no Ocidente peninsular documentam-se soluções distintas. Assim, no leonês ocidental o grupo secundário *m'n*, por assimilação das duas consoantes, transforma-se em *mm* que, posteriormente, se reduz a *m* (3). O galego-português caracteriza-se, desde o período das origens, pelo cruzamento de duas tendências: por um lado, a evolução que é comum ao leonês ocidental *(m'n > mm > m)*; por outro, uma evolução tipicamente galego-portuguesa da referida terminação com conservação da vogal postónica e perda de *-n-*: *-minem > -mẽe > mẽ*. Relativamente ao período antigo, convém observar o seguinte: há formas que só tiveram o primeiro dos dois tratamentos indicados, ou seja, *m'n > mm > m*. Estão nesse caso formas como *nome, costume, lume.* Efectivamente, não se conhecem grafias reveladoras de outro tipo de evolução, mesmo nos textos do período arcaico. Ao lado dessas formas, há outras que sofreram os dois tipos de tratamento. Assim aconteceu com as formas galego-portuguesas que representam a evolução dos étimos HOMINE(M), VIMINE(M) (4) e VERMINE(M) (5). Os textos antigos oferecem os dois processos de transformação para cada uma das formas indicadas: da primeira indicámos já *home, ome, homes* e *omes,* ao lado de *homẽes, omẽes, oméés, oméeſ, homeeſ*

---

(1) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 309-310, § 58, 1.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 309, § 58, 1.

(3) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés.* Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 84-85. Sobre os resultados do referido grupo em antigo leonês, veja-se ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle* Uppsala, Leipzig, 1907, p. 244-247.

(4) Veja-se o que escrevi na n. 5 da p. 637.

(5) Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch.* 4.ª ed. Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 9231. Aí se postula, ao lado de *vermis,* o étimo *vermine,* que está na base de algumas formas românicas, entre as quais a do português antigo *vermem.*

e *homees* (1). Dos outros étimos não encontrei representantes nos textos que estudei. Contudo, aparece *vimẽe* na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (2), embora *vime* seja mais frequente nos textos antigos; as formas *vermen* e *vermẽes* estão também documentadas nas *Cantigas de Santa Maria* (3). Para as formas apontadas, há, portanto, no antigo galego-português, dois resultados divergentes da mesma terminação latina. No português actual *homem* é a única forma sobrevivente que apresenta o tratamento com conservação da postónica (4).

Como se explica que em galego-português as mesmas palavras tenham tido os dois tratamentos? Não creio dispor dos elementos necessários para dar uma explicação segura e definitiva do problema. Penso, contudo, que a duração multissecular das alterações fonéticas em questão — a perda da vogal postónica e a síncope de *-n-* intervocálico — ajudam a explicar a convivência, em antigo galego-português, dos dois tipos de formas. Efectivamente, os exemplos galego-portugueses acima apontados fazem supor que, ao lado das formas com perda da vogal postónica, chegaram ao período que antecede a formação do português, formas plenas, com conservação da referida vogal (5). É provável que estas formas tivessem um carácter culto, por oposição ao carácter popular do outro tipo de formas.

---

(1) Cf. p. 637-638 do presente trabalho. Além das formas registadas nos textos que estudei, veja-se também RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *ome*. Aí se encontra documentação abundante da oscilação entre os dois tipos de formas.

(2) Cf. LEIF SLETSJØE, *Nombre y lumbre — nome y lume. Las desinencias latinas en* -men *y* -minem *en español y portugués*. In: *Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. LXXXII, 1966, p. 289. Sobre outras abonações das formas *vimem, vimẽes* correspondentes aos séculos XIV e XV, veja-se R. LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *vime*. No que diz respeito à evolução das formas arcaicas *vimen* e *vime*, é inexacta e merece ser criticada a explicação de Williams (*ob. cit.*, p. 70, § 77,B.), segundo o qual *vimen* teria provindo de *vime* por nasalação da vogal *-e* motivada por *m* anterior. Não se deu conta o Autor de que ambas as formas representam dois tratamentos divergentes da mesma terminação latina.

(3) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 317, s.u. *vermen*. De modo análogo ao que foi dito na nota anterior, é inexacta a explicação dada por Williams (*ob. cit.*, p. 92, § 96, 2) acerca da evolução de *verme* e *vermen*. Segundo o Autor, a consoante interior *m* nasalou a vogal seguinte. A relação entre as duas formas citadas parece-me ser de outro tipo: creio serem apenas resultados divergentes da mesma terminação latina.

(4) A forma *home* mantém-se apenas na linguagem popular. Em galego é essa a forma generalizada.

(5) Sobre as possíveis causas da conservação da vogal postónica, veja-se LEIF SLETSJØE, *Nombre y lumbre — nome y lume. Las desinencias latinas* -men *y* -minem *en*

12. Grupos kụ e gụ

O estudo do tratamento dos grupos kụ e gụ (1) oferece algumas particularidades interessantes que importa salientar e que aproximam a linguagem dos textos analisados dos actuais falares galegos e do falar correspondente, *grosso modo*, às actuais províncias do Minho e do Douro Litoral (2).

Trataremos tanto dos grupos indicados em palavras provenientes de étimos de origem latina, como de *gu-* proveniente de *w-* em palavras de origem germânica. Convém separar os casos em que os referidos grupos vão seguidos da vogal *a* ou das vogais *e* ou *i*. No que se refere às formas do primeiro tipo, ao lado de grafias que mantêm a semivogal velar, há outras em que, tanto em posição inicial como interior, a semivogal se perdeu. Seguem-se exemplos de um e outro tipo de formas: a) *agoardando* (1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78), *agoardar* (1407 M 166; 1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78), *agoardante* (1367 O 74), *aguardante* (1295 P 107), *aguardar* (1282 C 6; 1385 C 15; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1396 O 76; 1281 P 99; 1298 P 113; 1506 P 136), *aguardem* (1506 P 136), *egóás* (1299 P 114), *guarda* (1434 C 17; 1450 L 44), *Guarda* (topónimo correspondente à forma moderna *La Guardia*) (1288 P 104), *guardar* (1497 L 50; 1500 O 90; 1290 P 106, etc.), *guardaffe* (1290 P 106), *guardaua* (1290 P 106), *quaderno* (1450 L 44), *quadernos* (1414 L 42) (3), *quantia* (1333 C 10; 1351 C 13; 1286 L 28; 1280 P 97; 1281 P 99), *quantja* (1281 L 26), *quarta feyra* (1450 L 44), *quarta* (1385 C 15; 1258 L 23; 1274 L 24; 1287 P 103; 1299 P 114), *quartaf* (1258 L 23), *quartas* (1307 L 32; 1317 P 125), *quarteiro* (1299 P 117), *quarteyros* (1299 P 114; 1404 L 38),

---

español y portugués. In: *Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. LXXXII, fasc. 3 e 4, 1966, p. 293.

(1) Para o tratamento dos referidos grupos em português e galego, cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 96-97; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 87-89, § 93, 2, 3, 4 e 5; J. Huber, *ob. cit.*, p. 92-94, §§ 179, 180, 181, 182, 183; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 58; Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática portuguesa*, 3.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1971, vol. I, p. 277-278.

(2) Essa variedade regional aparece designada por "falar minhoto" na classificação dialectal estabelecida por Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental*. Separ. do tomo III das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fascs. 1 e 2), sobretudo p. 104 e segs. e mapa n.º 1. Conforme é claramente sublinhado pelos autores desta proposta de classificação dialectal, algumas características próprias deste falar prolongam-se para sul do Douro.

(3) Tratando-se, em ambos os casos, de textos muito afectados pela influência castelhana, é provável que as duas formas devam interpretar-se como castelhanismos.

quarteyroſ (1299 P 116), *quarto* (1310 L 34; 1310 L 35), *quartos* (1405 L 39), *quatro* (1316 L 36; 1404 L 38; 1506 P 136), *quatro* (1414 L 42; 1459 L 46; 1281 P 99; 1296 P 111; 1299 P 117; 1301 P 119; 1506 P 136), *quatroçentos* (1450 L 44; 1407 P 133), etc.;

b) *agardadeſ* (5.ª pes. pres. indic. de *agardar*) (1302 P 120), *agardãdo* (1360 O 73), *agardante* (1500 O 90), *agardaremos* (4.º pes. infin. flex.) (1407 P 133), *agardãte* (1432 P 135), *agardar* (1335 L 37; 1360 O 73; 1296 P 110; 1302 P 121; 1322 P 129; 1333 P 131; 1403 P 132; 1407 P 133), *agardardeſ* (1302 P 120), *agardaſemoſ* (1302 P 120), *calquer* (1499 O 89), *catorze* (1302 O 61), *garda* (s.f.) (1414 L 42; 1407 P 133), *Garda* (topónimo correspondente à forma moderna *La Guardia*) (1269 P 92; 1269 P 93; 1271 P 94; 1271 P 95; 1278 P 96; 1288 P 104; 1295 P 107), *gardar* (1262 C 2; 1367 C 14; 1405 L 39; 1474 L 47; 1475 L 48; 1475 L 49; 1302 P 121), *gardarẽ* (1454 DL 148; 1315 O 66), *gardarmos* (1475 L 48), *garde* (3.ª pes. pres. conj.) (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1335 L 37; 1322 P 129), *garnjmento* (1414 L 42), etc. Não pode deixar de aproximar-se este tratamento do resultado oferecido pelo galego e pelo falar minhoto: a semivogal velar perde-se, de modo habitual, em galego e, na área do falar minhoto, nos falantes da camada popular; nos outros níveis sociolinguísticos usam-se formas com semivogal, certamente por influência da língua nacional (1).

O facto de já no período que nos ocupa se ter perdido, na linguagem da região, a semivogal velar explica que os escribas não tivessem perfeito controlo fonético e gráfico, o que levava ao aparecimento de formas com *u* sem qualquer justificação etimológica. Surgem, assim, grafias do tipo a seguir indicado: *arqua* (1414 L 42; no mesmo documento ocorre também *arcas*), *autentiquas* (1403 P 132), *entregua* 'entregue, particípio passado de *entregar*' (1331 M 157), *entreguaua* (1283 P 101), *julguado* (1448 DL 147), *merquador* (1292 O 59), *paguardes* (1299 P 117; 1322 P 129), *paguaredes* (1497 L 50), *paguaremos* (1497 L 50), *perquam* 'percam' (6.ª pes. pres. conj. de *perder*) (1372 O 75), *perquades* (1372 O 75), *porqua* 'porca' (1281 O 55; 1407 P 133), *porqualla* (1372 O 75), *porquo* (1473 O 87; 1407 P 133), *porquoſ* (1281 O 55), *quabrjto* (1484 DL 150), *quada* 'cada' (1500 O 90), *quantada* 'can-

(1) A julgar pelas grafias apresentadas, o facto parece ser, na região, mais antigo do que, na *Esquisse* deu a entender Leite de Vasconcelos. Segundo o Autor, o facto aparece «já em manuscritos dos séculos XVI e XVII do Minho». Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 89. Já no século XVI, Duarte Nunes de Leão faz referência, na *Orthographia da lingoa portvgvesa*, a formas como *calidade*, *cantidade* e classifica-as de plebeísmos, «palauras que a gente vulgar usa & screve mal». Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição, Lisboa (Tipografia do Panorama), 1864, p. 202.

tada' (1401 M 164), *quanto* (s.m.) 'canto' (1424 O 77; 1317 P 125), *quaſas* (1372 O 75; 1500 O 90), *ſaquar* 'sacar' (1403 P 132), *uaquas* (1407 P 133), *vaquas* (1403 P 132), *uaqua* (1281 O 55), *sequa* (adj.) 'seca' (1312 O 63), etc.

Em documentos localizados na actual província do Douro Litoral encontram-se também algumas formas com antecipação da semivogal para a sílaba tónica, desaparecendo na sílaba postónica ou continuando a manifestar-se nesta posição: *augas* 'águas' (1448 DL 147; 1472 DL 149), *auguas* (1454 DL 148). Tal fenómeno existe ainda actualmente na linguagem popular portuguesa de várias regiões (1) e nalgumas regiões galegas (2).

Quando os grupos kŭ ou gŭ figuram em inicial absoluto e seguidos de *a* átono — e excepcionalmente de *a* tónico — a semivogal velariza a vogal seguinte e é por esta absorvida: *contia* 'quantia' (1516 C 18; 1419 P 134; 1411 M 167), *cõtia* (1316 L 36; 1335 L 37), *cõtya* (1322 P 129), *cõto* 'quanto' (1282 P 100), *gornjçõ* (1473 O 80), *quorenta* (1506 P 136; 1448 DL 147), *quoreẽta* (1331 M 157), *quoréénta* (1331 M 157), etc. Formas deste tipo são ainda hoje frequentes na linguagem popular portuguesa de várias regiões (3).

Consideremos agora o tratamento dos referidos grupos quando seguidos de vogal anterior *e* ou *i*. Como é sabido, neste contexto, a semivogal velar perde-se, em geral, em português, mas mantém-se, contudo, na grafia. Nos textos que analisei encontra-se, por vezes, registada a semivogal, mas, naturalmente, sem qualquer valor fonético; não faltam também alguns exemplos em que ela não é assinalada. Seguem-se grafias de um e outro tipo: *Domj̃guez* (1307 L 32), *Domĩgues* (1310 L 34), *guerra* (1282 C 6; 1281 L 26; 1283 L 27), *guiſa* (1300 C 8; 1310 L 34), *gujſaſ* (1281 L 26), «Sſan Jurgo de *Nugueyra*» (top.) (1329 C 9), *paguẽ* (1414 L 42), *rogue* (1414 L 42); *deſagiſado* (1335 L 37), *Domĩgez* (1286 L 28), *Domj̃gez* (1298 L 29), *entrege* (3.ª pes. pres. conj. de *entregar*) (1302 L 30), «*Figeyras* de Tortores» (top.) (1310 L 35), *gerra* (1282 C 7; 1286 L 28), *Migel* (1282 C 7), «Ueyga da *Nogeyra*» (1310 L 35), *page* (3.ª pes. do pres. conj. de *pagar*) (1410 L 41), *Peſegeyro* (1310 L 35), *rrogey* (1298 L 29), etc.

---

(1) Cf., por ex., CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 119-120.

(2) Cf., por ex., HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen* (Hamburg), vol. XI, 1938, p. 129-132.

(3) Cf. MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola*. Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1974, p. 115. (O trabalho encontra-se em publicação nos volumes XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*). CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 145-146.

1. *O artigo definido*

O artigo definido é, quanto à sua origem, o resultado da evolução histórica das formas do pronome demonstrativo latino ILLU-, ILLA- que, ao perderem a conotação de lugar e a referência à pessoa gramatical, se converteram em morfemas complementares do substantivo, tornando-se formas monossilábicas átonas usadas em função proclítica (1). Em galego-português as formas autóctones do artigo definido provêm das formas de acusativo do pronome demonstrativo tanto do singular como do plural: ILLU(M) > *ello* > *elo* > *lo* (2) > *o*; ILLA(M) > *ella* > *ela* > *la* > *a*; ILLOS > *ellos* > *elos* > *los* > *os*; ILLAS > *ellas* > *elas* > *las* > *as*. A evolução destas formas está profundamente condicionada pela sua atonicidade: esta característica explicará não só a perda da vogal inicial de *elos* como, mais tarde, a da consoante inicial de *los* (3).

Em concordância com o substantivo, as formas de artigo definido variam em género e número. No que se refere a essas formas, há uma diferença bastante sensível entre os textos da Galiza e os de Portugal. Nestes últimos aparecem apenas formas muito idênticas às actuais, ainda que, nalguns casos, com distinta configuração gráfica: *o, ho, a, ha, os, as*. Nos documentos

---

(1) Para uma explicação do processo de evolução significativa desde o demonstrativo latino até ao artigo definido românico, veja-se RAFAEL LAPESA, *Del demostrativo al artículo*. In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XV, n.os 1 e 2, 1961 (= Homenaje a Alfonso Reyes), p. 23-44.

(2) Pelo facto de as formas com *l-* não aparecerem em textos portugueses, Leite de Vasconcelos classifica-as de "formas pré-históricas". Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 55. Mas, como teremos oportunidade de ver adiante (cf. p. 645), elas aparecem ainda em textos da Galiza.

(3) A perda da consoante inicial tem sido explicada por alguns autores pelo facto de, na fonética sintáctica, essa consoante se ter tornado intervocálica. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 250; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 140, § 137; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 124, § 251, n. 2; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 103. Contudo, opinião distinta exprime A. MEILLET na recensão crítica à *Gramática histórica* de José Joaquim Nunes, publicada no *Bulletin de la Société de Linguistique* (Paris), vol. XXII, p. 87-88. Segundo o Autor, o *l-* ter-se-ia perdido em virtude do carácter acessório da palavra, sofrendo, por esse motivo, «un de ces affaiblissements qu'on observe souvent dans les mots de ce genre». Citado por LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 367, n. 1.

da Galiza, a par de formas deste tipo (cf. *o, ho* (1), *a, ha, aa, aha, os, as*) — que são as mais frequentes — existem alguns exemplos das mais antigas com *l-* conservado: *lo, la, los, las* (2). Temos, assim: «ꝛ *la* carta eſtia en ſua reuor» (1257 L 20); «os herdamẽtos todos que nos abemos de *la* Batoqua de Mouraços atee o termino de Portugal» (1292 O 59); «por rogo *delaſ* parteſ» (1267 O 52); «ẽnaquel lugar *dela* Batoqua» (1292 O 59); «entre *la* outra uoſſa caſa (...)» (1307 L 32); «que iaz entre *la* herdade do moeſteyro (...)» (1310 L 34); «ꝛ *lo* conuẽto ſobredjto» (1281 L 26); «ſubre *laſ* demãdaſ» (1262 C 2), «*ſobrela* uiña» (1310 L 34); «*ſobrella* ygreia» (1299 P 114), «*ſobrelas* dõas da gargãta» (1348 O 71); «*ſobrelos* paaços de Pedro Rodriguez» (1310 L 34), «jaz ſobre *lo* canal» (1424 O 77), «eſtá na carreira a ſſobre *lo* curro da Torre» (1473 O 84), «sobre *lo* juyσo» (1450 L 44), etc. Exceptuando a forma *lo*, que era apenas comum ao antigo leonês e aragonês (3), as formas restantes, *la, los, las*, existiam também em castelhano, mas pela época a que dizem respeito os textos em que ocorrem, assim como pela natureza e tipo de linguagem dos mesmos, não devem interpretar-se como o resultado da penetração do castelhano na Galiza. Há, contudo, nos documentos dos séculos XV e XVI, vestígios de formas castelhanas: «*el* eſcrjbano» (1516 C 18), «*del* monesteyro» (1453 L 45), «en todo *el* biſpado d'Orense» (1499 O 89), «por *el* señor biſpo» (1499 O 89), «con *el* rrio» (1506 P 136), «por *el* Reverendiſimo ſeñor Arçobiſpo» (1506 P 136); «ꝛ aforamos a vos Juan de Jubiriz *la* ameytade das erdades» (1499 O 89), «e outros tantos a *la* juſtiçia que lo asecurar» (1499 O 89), «de poer *la* dita viña» (1459 L 46), «ꝛ me obrygo a

---

(1) Verdadeiramente excepcional é a forma *óó* registada no documento 1367 O 74.

(2) Nas cantigas de amigo, especialmente nas de sabor mais popular, encontram-se alguns vestígios das formas arcaicas do artigo definido: *lo, la*. A esse propósito, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Coimbra (Imprensa da Universidade), vol. I, 1928, p. 369-370; vol. III, 1928, s.u. *lo, la*. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, s.u. *la, lo*.

(3) À forma *lo* do antigo leonês e aragonês proveniente da forma do acusativo singular do demonstrativo latino ILLU(M) pode acrescentar-se a mesma forma existente na Galiza no período medieval. O castelhano deriva o artigo singular do nominativo latino do pronome demonstrativo e as formas de plural do acusativo. Não pode, portanto, interpretar-se a forma *lo* dos documentos galegos como castelhanismo. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 259 e 262, respectivamente §§ 98 e 100, 3. De opinião contrária é B. Pottier quando afirma que, tanto no que se refere aos pronomes demonstrativos como ao artigo definido em português ou espanhol, não é razoável fazer provir umas formas do nominativo e outras do acusativo. Segundo o Autor, há que fazer remontar todas as formas ao acusativo. Cf. BERNARD POTTIER, *Português: "El-Rei"*. In: *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid (Editorial Gredos), 1968, p. 214-216.

pagar *la* dita renda» (1433 O 79), «por *la* graçia de Deus (1405 L 39), «por *la* alma do dito Afonſo Veloſo» (1450 L 44), «en *la* aldea» (1502 L 51), «en *la* ygleia de Santiago de Carrazedo» (1499 O 89), «*la* parte que contra eſto for» (1500 O 90); «e nos *las* partes poemos de pena que (...)» (1497 L 50), «terran *las* caſas do dito lugar dereytas, cubertas ꝛ ben rreparadas» (1502 L 51), «para *las* perſonas en eſte foro cõtenjdas» (1502 L 51), «que teñades *las* quaſas» (1500 O 90), «con *los* sobre dytos teſtigos (1497 L 50), etc.

Precedendo a palavra *rei*, os documentos analisados, quer de Portugal, quer da Galiza, usam, em geral, a forma *el* (1) do artigo definido, embora num ou noutro caso ocorra também o artigo *o*. Seguem-se exemplos de um e outro tipo: a) *Ell rey* (1407 M 166), *el Rey* (1434 C 17; 1410 L 41; 1450 L 44; 1281 O 55; 1299 P 117; 1302 P 120; 1302 P 121; 1302 P 122), *El Rey* (1313 DL 143; 1313 DL 144; 1472 DL 149), *ell Rey* (1299 P 116), *elrrej* (1297 P 112), *el rrey* (1450 L 44; 1475 L 49), *del Rey* (1262 C 1; 1262 C 2; 1265 C 3; 1269 C 4; 1282 C 6; 1282 C 7; 1300 C 8; 1329 C 9; 1333 C 10; 1334 C 11; 1367 C 14; 1434 C 17; 1274 L 24; 1281 L 26; 1283 L 27; 1298 L 29; 1308 L 33; 1310 L 34; 1310 L 35; 1316 L 36; 1335 L 37; 1267 O 52; 1274 O 53; 1281 O 55; 1287 O 57; 1292 O 59; 1302 O 61; 1322 O 67; 1333 O 68; 1348 O 71; 1500 O 90; 1280 P 97; 1281 P 99; 1287 P 102; 1289 P 105; 1290 P 106; 1296 P 109; 1296 P 110; 1301 P 118, etc.; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1281 M 152; 1303 M 153; 1401 M 163; 1401 M 164, etc.), *dell rey* (1484 DL 150), *delrey* (1314 O 65), *del rey* (1325 P 130), *del Rej* (1278 L 25; 1442 L 43; 1335 M 160, etc.); b) «áá uoz *do* Rey» (1269 C 4. No mesmo documento aparece *del Rey*); «áá uoz *do* rey» (1325 P 130).

Referi-me, acima, à sobrevivência das formas arcaicas *lo, la, los, las* em textos correspondentes à zona galega estudada. Sublinhou-se, então, que nos documentos de Entre-Douro-e-Minho analisados não se encontram vestígios dessas formas. Contudo, em determinadas situações contextuais, sobrevivem em toda a região abrangida pelo presente trabalho as antigas

---

(1) Têm sido várias as explicações propostas sobre a origem da forma de artigo *el*. Há autores que são partidários da origem castelhana ou leonesa dessa forma; outros optam por uma explicação de tipo fonético dentro do português a partir do nominativo ILLE ou do acusativo ILLUM. No trabalho de MARILINA DOS SANTOS LUZ, *Fórmulas de tratamento no português arcaico*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VII, VIII, e IX. Coimbra, 1958, p. 97-100, encontra-se um resumo das principais opiniões emitidas sobre o assunto. Veja-se também a opinião mais recente de Bernard Pottier no artigo *Portugués: "El-Rei"* incluído em *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid (Editorial Gredos), 1968, p. 214-216. Segundo o Autor, «la forma portuguesa *el-rei* parece poder explicarse partiendo del artículo oriundo de *illum;* se habría formado, en época preliteraria, en el giro vocativo enfático reservado a los grandes; (...)».

formas com *l-*, devido a razões fonético-sintácticas (1). São os seguintes os contextos em que tal facto ocorre: *a)* depois de palavra terminada em *-s*, produzindo-se, por vezes, a assimilação deste som final à consoante inicial do artigo. Temos assim, por um lado, «ambaſ *laſ* parteſ» (1262 C 2), «anbas *las* partes» (1334 C 11), «atroeſ *la* ſetima giarazũ» (1282 C 7), «atãeſ *la* era deſta carta» (1289 P 105), «atroeſ *loſ* marcoſ» (1271 P 94), «hũa depuſ *la* outra» (1301 P 118), «todoſ *loſ* queyxumeſ» (1262 C 2), «ſeſta de todoſ *loſ* ſanctos» (1282 C 6), «oydaſ *laſ* razoneſ» (1262 C 2), «per *laſ* couſaſ» (1282 C 6), «todoſ *lloſ* fforoſ» (1281 O 55), «todoſ *lloſ* empra&ſamentoſ» (1281 O 55), «todos *los* bõos huſos» (1360 O 73), «cõ *todoſloſ* bóós paramentos» (1306 L 31), «de *todoſlos* outros herdamẽtos» (1310 L 34), «a noſa adega uella que jaz tras *la* granja» (1424 O 77) e, por outro, «*ambalas* partes» (1310 L 34), «*depolaſ* ditaſ peſóáſ» 'depois das ditas pessoas' (1299 P 116), *todalaſ* quebradaſ» (1313 DL 144), «*todalaſ* outras couſas» (1345 DL 146), «*todalas* herdades ꝛ perteẽças» (1335 M 160), «*todallas* outras ſſuas emtradas e ſaydas» (1472 DL 149), «*todalhaſ* couſſaſ que ey» (1317 M 154), «*todellas* cõdiçoões» (1454 DL 148), «*todolos* herdamentos» (1327 M 155), «*todolos* dereytos» (1334 M 158), «*todollos* frujtos» (1448 DL 147; 1454 DL 148), «*todollos* foros» (1454 DL 148), «*todollos* outrros fruitos» (1274 O 53), «*todollos* outros meus béés» (1348 O 72), «*todolloſ* meuſ béés» (1302 P 120), «*todolhoſ* ſeruiçoſ» (1284 DL 138), «a erdade que jaz *tralas* caſſas» (1407 M 166), etc. É interessante verificar que nos documentos da região portuguesa surgem apenas as formas mais recentes com assimilação, ao passo que nos textos da Galiza com essas formas coexistem outras mais antigas com conservação de *-s* da palavra que precede o artigo definido.

De modo ocasional, podem ocorrer neste contexto também as formas *o, a, os, as:* «todas *as* outras auções» (1345 M 161), «todas *as* perteẽças» (1454 DL 148), «todoſ *oſ* fillos» (1286 L 28), «todos *os* foros (1302 O 60), «todos *os* fríjgueſes» (1290 P 106), etc.

b) depois de palavra terminada em *-r:* «por *la* dita igrigia» (1262 C 1), «per *la* condictiom que (...)» (1262 C 2), «per *la* téega» (1367 C 14), «*porlla* igleia» (1333 C 10), «per *las* teſtes ſſobreditas» (1310 L 35), «por *las* ditas perſõas» (1404 L 38), «*porlo* dito moeſteyro» (1344 C 12), «por *lo* dito tenpo»

---

(1) Fenómenos análogos aos citados a seguir são igualmente característicos do leonês. Cf. ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 253-259. Subsistem, além disso, algumas construções idênticas às apontadas em galego e na linguagem popular portuguesa. Relativamente ao galego, veja-se R. CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 127-129; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, p. 107-111.

(1367 C 14), «por *lo* dito prior» (1434 C 17), «por *lo* amor de Deus» (1450 L 44), «per *los* bens» (1367 C 14), «por *los* ditos meus fillos» (1367 C 14), etc. Neste caso, em Portugal encontram-se já apenas formas resultantes da contracção da preposição *per* ou *por* com o artigo definido (1) e esporadicamente alguns exemplos da preposição seguida das variantes do artigo iniciadas por vogal: «per *as* chaues» (1345 M 161), «por *as* dictas perſoas» (1454 DL 148), «por *ho* ſamjgell» (1448 DL 147), «per *o* dito senhor arçebiſpo» (1348 M 162), «per *o* dito meu eſſcriuã» (1348 M 162), etc.

c) quando a palavra anterior termina em nasal: «*cõla* dita herdade» (1333 C 10), «cũ *lo* noſſo caſal» (1300 C 8), «*cõlo* dito Loppo Payσ» (1344 C 12). Neste contexto pode também ocorrer a assimilação de *l-* do artigo definido à nasal anterior. Este resultado é o único que existe nos documentos da região portuguesa estudada, mas surge também com bastante frequência na Galiza. Eis alguns exemplos: «nẽ *no* dito frade nẽ *no* abbade nẽ *no* cõuento nẽ *no* moeſteyro ſobreditos» (1290 P 106), «ſo tal condiçõ que uos *nẽno* abbade *nẽno* conuẽto que ora y ſon (...)» (1299 P 115), «cõ *no* conuento» (1282 C 6), etc. (2).

Quando antecedidas de preposição, as formas de artigo definido contraem-se, em geral, com aquela, sendo muito variadas as formações resultantes dessa união. Assim, em consequência da ligação da preposição *a* com o artigo definido podem surgir as formas seguintes: *aa* (1262 C 1; 1262 C 2; 1282 C 7; 1333 C 10; 1334 C 11; 1367 C 14; 1434 C 17; 1298 L 29; 1302 L 30; 1310 L 34; 1335 L 37; 1404 L 38; 1331 M 157; 1334 M 158; 1284 DL 138; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1454 DL 148, etc.), *áá* (1269 C 4; 1281 C 5; 1300 C 8; 1367 C 14; 1257 L 20; 1258 L 21; 1278 L 25; 1281 L 26; 1283 L 27; 1286 L 28; 1306 L 31; 1308 L 33; 1316 L 36; 1267 O 52; 1285 O 56; 1287 O 57; 1302 O 61; 1315 O 66; 1367 O 74; 1396 O 76; 1280 P 97; 1281 P 99; 1299 P 114; 1302 P 120; 1302 P 122; 1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1303 M 153; 1334 M 158, etc.), *a* (1385 C 15; 1405 L 39; 1407 L 40; 1459 L 46; 1474 L 47; 1274 O 53; 1281 O 55; 1313 O 64, etc.), *áás* (1348 O 72; 1325 P 130; 1262 C 1; 1309 DL 142; 1334 M 158, etc.), *áaſ* (1262 C 1; 1258 L 21), *aas* (1310 L 34; 1310 L 35; 1410 L 41; 1414 L 42; 1475 L 48; 1475 L 49; 1473 O 84; 1313 DL 143; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1334 M 159; 1345 M 161), *aaſ* (1302 O 61), *as* (1473 O 81), *áſ* (1334 C 11); *au* (1262 C 1; 1281 M 152), *ao* (1265 C 3; 1269 C 4; 1282 C 7; 1329 C 9;

(1) As contracções de algumas preposições com as formas do artigo definido serão referidas a seguir.

(2) Para as formas que resultam da contracção das preposições *com* e *em* com o artigo definido veja-se o que será dito a seguir.

1334 C 11; 1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1258 L 21; 1283 L 27; 1286 L 28; 1302 L 30; 1310 L 34; 1310 L 35; 1289 DL 141; 1313 DL 143; 1411 M 167, etc. É a forma mais frequente), *áó* (1283 L 27; 1367 O 74; 1288 P 104), *aó* (1281 C 5), *hao* (1348 O 72), *áo* (1298 P 113); *aos* (1334 C 11; 1367 C 14; 1310 L 34; 1414 L 42; 1475 L 48; 1302 O 61; 1473 O 84; 1325 P 130; 1335 M 160, etc.), *aoſ* (1258 L 21; 1290 O 58; 1281 P 99; 1313 DL 143), *aoos* (1302 O 60), *haos* (1348 O 72).

A preposição *con* em contracção com *lo, la, los, las* dá origem às formas seguintes: *coo* (1448 DL 147), *cõllo* (1310 L 34), *cõlo* (1344 C 12), *colo* (1292 O 59), *conno* (1289 P 105; 1299 P 115; 1317 P 125), *cono* (1280 P 97; 1299 P 116; 1302 P 120; 1282 DL 137), *cõlla* (1310 L 34), *cõla* (1333 C 10; 1292 O 59), *conna* (1289 P 105; 1290 P 106; 1298 P 113; 1299 P 114; 1317 P 126), *cona* (1313 O 64; 1280 P 97), *cũna* (1298 P 113), *conos* (1333 P 131; 1313 DL 143; 1313 DL 144), *conoſ* (1287 O 57), *cõllas* (1344 C 12), *cõlas* (1351 C 13), *connas* (1317 P 125). A par dessas formas existem outras em que não se verificou a ligação da preposição e do artigo: *con o* (1385 C 15; 1292 O 59), *cõ no* (1282 C 6), *cõ o* (1407 L 40; 1473 O 80; 1500 O 90), *cõ ho* (1407 M 166), *cõ oſ* (1306 L 31), *cõ os* (1405 L 39; 1459 L 46; 1500 O 90, etc.), *con os* (1442 L 43; 1292 O 59), *cõ a* (1475 L 48), *cõ as* (1405 L 39; 1407 L 40; 1410 L 41), *cõ aſ* (1433 O 79), etc.

Da união da preposição *de* com as formas de artigo definido resultam *do* (1269 C 4; 1282 C 6; 1282 C 7, etc.), *du* (1262 C 1), *dos* (1282 C 6; 1316 L 36, etc.), *doſ* (1282 C 6, etc.), *dus* (1262 C 1), *dela* (1292 O 59), *delaſ* (1267 O 52: «por rogo *delaſ* parteſ»), *da* (1282 C 6, etc.), *daſ* (1262 C 2; 1282 C 6, etc.), *das* (1434 C 17, etc.). Com essas formas coexistem outras em que não ocorreu a contracção: *de a* (1474 L 47; 1331 M 157), *de o* (1474 L 47), *de os* (1474 L 47).

A preposição *deſ* pode também ligar-se com o artigo definido: *della* (1287 P 102; 1299 P 114), *de la* (1292 O 59).

Registaram-se exemplos muito numerosos de formas de artigo definido fundido com a preposição *en: enno* (1344 C 12; 1367 C 14; 1434 C 17; 1516 C 18; 1404 L 38; 1405 L 39; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1459 L 46; 1474 L 47; 1475 L 48; 1475 L 49; 1502 L 51; 1302 O 61; 1339 O 70; 1348 O 71; 1348 O 72; 1360 O 73; 1396 O 76; 1424 O 77; 1473 O 80; 1473 O 85; 1499 O 89; 1500 O 90; 1280 P 97; 1416 M 168, etc.), *eno* (1262 C 1; 1282 C 7; 1399 C 16; 1255 L 19; 1257 L 20; 1310 L 34; 1405 L 39; 1502 L 51; 1274 O 53; 1281 O 55; 1280 P 97; 1287 P 103; 1309 DL 142; 1315 DL 145; 1331 M 156, etc.), *inno* (1262 C 1), *ĩno* (1302 L 30; 1296 P 109), *no* (1269 C 4; 1281 C 5; 1282 C 6; 1334 C 11; 1351 C 13; 1258 L 22; 1274 L 24; 1278 L 25; 1404 L 38; 1281 O 55; 1302 O 61; 1333 O 68; 1372 O 75; 1433 O 79; 1473 O 82; 1473 O 84; 1499 O 89; 1280 P 97;

1281 P 99; 1301 P 118; 1317 P 125; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1281 M 152, etc.), *nho* (1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141); *enna* (1281 C 5; 1333 C 10; 1344 C 12; 1367 C 14; 1434 C 17; 1316 L 36; 1404 L 38; 1410 L 41; 1475 L 49; 1497 L 50; 1502 L 51; 1302 O 61; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 85; 1473 O 86; 1290 P 106; 1296 P 111; 1298 P 113; 1403 P 132; 1419 P 134; 1432 P 135; 1506 P 136; 1416 M 168, etc.), *ena* (1262 C 1; 1300 C 8; 1255 L 19; 1310 L 34; 1335 L 37; 1287 O 57; 1500 O 90; 1269 P 93; 1271 P 95; 1280 P 97; 1287 P 103; 1322 P 129; 1506 P 136; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1448 DL 147; 1331 M 156, etc.), *na* (1282 C 6; 1333 C 10; 1334 C 11; 1344 C 12; 1351 C 13; 1385 C 15; 1278 L 25; 1283 L 27; 1286 L 28; 1306 L 31; 1307 L 32; 1307 L 32; 1308 L 33; 1310 L 35; 1407 L 40; 1274 O 53; 1285 O 56; 1290 O 58; 1302 O 61; 1473 O 82; 1281 P 99; 1325 P 130; 1285 DL 139; 1309 DL 142; 1315 DL 145; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1281 M 152; 1303 M 153; 1317 M 154; 1401 M 163; 1404 M 165, etc.), *nha* (1287 DL 140; 1289 DL 141); *ennos* (1348 O 72; 1317 P 126; 1403 P 132, etc.), *enos* (1399 C 16; 1426 O 78, etc.), *nos* (1334 C 11; 1351 C 13; 1399 C 16; 1292 O 59; 1333 O 68; 1454 DL 148; 1303 M 153; 1335 M 160, etc.), *nof* (1278 L 25; 1281 O 55; 1299 P 114; 1317 M 154, etc.); *ennas* (1434 C 17; 1405 L 39; 1459 L 46; 1475 L 48; 1497 L 50; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 80; 1317 P 125; 1403 P 132; 1419 P 134; 1432 P 135; 1416 M 168, etc.), *ennaf* (1302 O 61, etc.), *enas* (1459 L 46; 1302 O 60, etc.), *enaf* (1282 C 7; 1281 O 55), *nas* (1351 C 13; 1399 C 16; 1335 L 37; 1367 O 74; 1472 DL 149; 1334 M 158; 1404 M 165, etc.), *naf* (1282 C 6; 1281 O 55). Surgem também alguns casos em que o artigo definido não aparece fundido com a preposição, embora apresente a forma *no, na* resultante da assimilação da consoante inicial da primitiva forma *lo, la* à consoante final da preposição: *en no* (1269 C 4; 1282 C 6; 1267 O 52), *en na* (1282 C 6; 1267 O 52), *en naf* (1282 C 6) (1), etc. Além disso, em textos portugueses de carácter tardio, sobretudo durante o século XV, não se verifica a fusão da preposição e do artigo definido: *ẽ o* (1484 DL 150; 1404 M 165), *ẽ ho* (1484 DL 150), *em o* (1484 DL 150), e *em as* (1484 DL 150) (2).

(1) Mantive as grafias *en no* (1269 C 4; 1282 C 6; 1267 O 52), *en nos* (1300 C 8), *en na* (1282 C 6; 1310 L 35; 1267 O 52) e *en naf* (1282 C 6), porque elas podem representar pronúncias diferentes das grafias em que a preposição e o artigo aparecem unidos. Veja-se, no entanto, a advertência feita por SERAFIM DA SILVA NETO, *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro (Casa de Rui Barbosa), 1956, p. 29.

(2) No caso de *en as* (cf. «*en as* gerras et letigios», 1473 O 80), não é possível saber com segurança se se trata de formas sem contracção ou se, pelo contrário, na transcrição feita, se deveria ter unido a preposição e o artigo.

No que se refere às formas resultantes da contracção das preposições *per* ou *por*, registaram-se as seguintes: *porlo* (1367 C 14; 1310 L 34; 1414 L 42; 1475 L 48; 1475 L 49; 1292 O 59; 1499 O 89; 1407 P 133; 1506 P 136), *perlo* (1310 L 34; 1459 L 46; 1414 L 42), *perllo* (1372 O 75), *pollo* (1290 O 58; 1298 P 113; 1316 P 124; 1325 P 130; 1333 P 131; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1404 M 165; 1411 M 167), *polo* (1385 C 15; 1302 O 61; 1372 O 75; 1287 P 103; 1296 P 110; 1405 L 39, etc.), *pulo* (1334 O 69), *pello* (1473 O 81; 1473 O 83; 1288 P 104; 1299 P 114; 1317 P 125; 1322 P 129, etc.), *pelo* (1283 L 27; 1286 L 28; 1290 O 58; 1292 O 59; 1296 P 109; 1407 P 133, etc.), *porlos* (1414 L 42), *pollos* (1411 M 167), *polhoſ* (1289 DL 141), *pellos* (1299 P 114), *pelos* (1405 L 39, etc.), *peloſ* (1267 O 52); *porlla* (1367 O 74), *porla* (1450 L 44; 1312 O 63; 1348 O 71; 1367 O 74, etc.), *perla* (1310 L 34; 1414 L 42), *polla* (1274 O 53; 1299 P 114; 1322 P 129; 1448 DL 147; 1411 M 167, etc.), *pola* (1282 C 6; 1290 O 58; 1302 O 61; 1372 O 75; 1424 O 77; 1282 P 100; 1287 P 103; 1309 DL 142; 1303 M 153; 1331 M 156; 1334 M 158), *polha* (1282 DL 137), *pula* (1258 L 23), *pella* (1286 L 28; 1281 O 55; 1348 O 71; 1372 O 75; 1473 O 81; 1473 O 82; 1295 P 107; 1448 DL 147; 1472 DL 149, etc.), *pela* (1283 L 27; 1290 O 58; 1322 O 67; 1334 O 69; 1473 O 81; 1473 O 84; 1271 P 94; 1296 P 109; 1299 P 117; 1305 P 123; 1334 M 159; 1348 M 162; 1401 M 163; 1401 M 164, etc.), *porlas* (1318 P 127; 1396 O 76, etc.), *polas* (1302 O 61; 1334 O 69; 1325 P 130; 1331 M 156), *polaſ* (1290 O 58, etc.), *pollas* (1411 M 167), *pellas* (1348 O 71; 1317 P 125), *pelaſ* (1269 C 4), *pelas* (1302 O 61; 1473 O 83; 1296 P 110; 1407 P 133). A par destas formas, surgem outras em que a preposição e o artigo não sofreram contracção: *por o* (1286 L 28), *per o* (1348 M 162; 1404 M 165), *por as* (1454 DL 148), *por lo* (1367 C 14; 1360 O 73, etc.) (1), *por llo* (1459 L 46), *por la* (1405 L 39; 1475 L 49), *por llas* (1405 L 39), *por las* (1339 O 70), *per la* (1475 L 49), *per lo* (1473 O 83, etc.).

Outras formas são o resultado da contracção das preposições *sob (so)*, *sobre* e *trás*: *ſobelho* (1281 M 152), *ſſobello* (1310 L 35), *ſoa* (1287 P 103), *ſoo* (1296 P 109), *ſúó* (1278 L 25), *ſubulu* (1258 L 23), *tralo* (1473 O 83: «*tralo* caſtro»; 1287 P 103), *tralas* (1407 M 166: «*tralas* caſſas»).

(1) Em documentos de carácter tardio, dos séculos XV e XVI, em que é bastante sensível a influência castelhana, nas sequências formadas pelas preposições *per* ou *por* e pelas formas de artigo definido *lo, la, los, las*, em muitos casos, estas devem interpretar-se não como as formas arcaicas de tipo galego-português, mas como formas de tipo castelhano.

2. *O nome*

A. Substantivo

Como é sabido, em latim o substantivo conhecia uma flexão em género, número e caso. Tendo havido uma redução gradual dos casos, as línguas ibero-românicas fixaram-se numa forma única que representava historicamente o acusativo latino. Perdida a variação de caso, os substantivos passaram a caracterizar-se apenas pela flexão de género e de número. É esta situação que, entre outras línguas, oferecem o português e o galego e que já apresentava o galego-português durante o período abrangido pelo presente trabalho. Isto não significa que não tenham ficado nessas línguas alguns vestígios de casos latinos (1). Um curioso exemplo é *grãdo* com o sentido de 'granizo' usado num documento da província de Lugo, 1335 L 37: «(...) et que nos rendades cada ano en renda dos ditos caſares dous moyos de pan (..) ſſaluo ena noſa jgleia de Santa Maria do Cãpo as duas partes de çentẽo ⁊ a hũa de ſerodeo: o çentẽo en Agoſto ⁊ o ſerodeo en Setẽbro; ⁊ quanto do ſerodeo for orio, ſſcer o meo corrẽte ⁊ o meo arregoado per tallega dereita da ſjgleſia de Santa Maria do Cãpo; ⁊ ſſe ver *grãdo* ou jeada — do que nos Deus garde — que tolla os nouos das herdades dos ditos caſares que aquel ano en que for que ſe eſtyme entre nos ⁊ uos commo for dereito (...)». Trata-se de uma nova abonação da palavra a juntar a outras já conhecidas de documentos das províncias de Lugo e Orense (2). A palavra aparece em contextos idênticos aos já anteriormente conhecidos, o que faz crer que o granizo ou a geada tinham sobre as culturas da região efeitos prejudiciais, o que constituía motivo suficiente para reduzir as rendas que constavam do contrato.

A palavra provém do nominativo GRANDO, -ĭNIS (3), mas há também

---

(1) Sobre outros vestígios de casos latinos em português e em galego, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 217; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania), 1968, p. 117-118, § 121; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 142, § 314; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 90-91.

(2) Veja-se JOSÉ LUÍS PENSADO TOMÉ, *Estudios etimológicos galaico-portugueses*. Universidad de Salamanca, 1965, p. 47-50 e RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *granizo*.

(3) Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, s.u. *grando, -ĭne*. As formas românicas citadas pelo Autor representam todas elas o acusativo *grandinem*; não se faz, naturalmente, referência à antiga forma galega *grando*.

vestígios de uma antiga forma galega que representa historicamente o acusativo: *graande* (1).

Particularmente interessante é o que se passa com o substantivo PĬGNUS que, também no antigo galego-português (2), deixou representantes correspondentes a vários casos latinos. A forma mais largamente documentada é *peñor* (1414 L 42; 1320 P 128, etc.) que ocorre com algumas variantes de carácter gráfico ou fonético — cf., por exemplo, *penor* (1414 L 42; 1299 P 114, etc.), *pinor* (1414 L 42), *piñor* (1414 L 42), etc. — e que tanto pode explicar-se como proveniente do ablativo PĬGNORE (3), como de um acusativo singular PĬGNOREM analógico, quer da forma do plural PĬGNORA, quer das formas oblíquas do singular (4).

Representa claramente o ablativo PĬGNORE a forma *pendre*, registada num documento galego de meados do século XIV, mais concretamente no documento 1348 O 71: «et as mjñas dõas da gargãta que ſſon dose jaσẽ a *pendre* a Moor, tauerneyra de Moneixas, ⁊ duas agulloas que tẽ Martin Lourenço de Çerredo ⁊ deuo ſobrelas dõas da gargãta hũ mr. ⁊ pellas agulloas deuo tres dineyros (...)». Não pode deixar de aproximar-se esta curiosa forma de outras idênticas registadas no "Fuero de Ledesma" (cf. *prindes*, pl.) (5), e no "Fuero de Avilés" (cf. *pindres*, pl.) (6) e que, de acordo com

---

(1) Dessa forma é conhecida apenas uma única abonação; o que deve ter levado a forma do nominativo a suplantar a do acusativo foi o facto de *grande* < GRANDĪNE(M) vir a coincidir, por homonímia, com o adjectivo *grande*. Esta explicação é proposta por JOSÉ LUÍS PENSADO, *Estudios etimológicos galaico-portugueses*. Universidad de Salamanca, 1965, p. 49.

(2) O castelhano antigo possuiu duas palavras distintas, uma proveniente do acusativo singular PĬGNUS (cf. *peños*, ainda documentada no Cantar de Mio Cid e em documentos dos séculos XII e XIII) e outra do acusativo plural PĬGNORA (cf. *pénnora*, *peyndra* e *prenda*). (Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *prenda*). Mais interessante é a situação revelada pelo "Fuero de Avilés" que oferece formas representantes de três casos da declinação desse substantivo: a forma *peinos* resultante do acusativo singular PĬGNUS; as formas *peindra*, *pindra* provenientes do acusativo plural PĬGNORA; *pindre(s)* é um vestígio do ablativo latino PĬGNORE. Cf. RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 59-60.

(3) Essa etimologia é já apresentada por ANTENOR NASCENTES, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1932, s.u. *penhor;* 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1955, s.u. *penhor*.

(4) RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *penor*.

(5) *Fueros leoneses de Zamora, Salamanca, Ledesma y Alba de Tormes*. Edición y estudio de Américo Castro y Federico de Onís. I. Textos. Madrid (Centro de Estudios Históricos), 1916, p. 252: «e si el andador negar los *prindes* (...)».

(6) RAFAEL LAPESA, *ob. cit.*, p. 59-60.

a opinião de Rafael Lapesa no estudo linguístico deste último texto, não devem «haberse extendido fuera de León», onde, aliás, tiveram uma vida efémera (1).

E, finalmente, a forma *preindra* (1265 C 3), proveniente do acusativo plural PĪGNORA. Embora a leitura da forma não seja totalmente clara, o conhecimento de formas idênticas, quer com a mesma proveniência, quer resultantes da evolução do verbo PĪGNORARE — cf., a par de *peindra, peyndra*, também *peindrar* e *peyndrar* — documentadas durante o século XIII em textos leoneses, castelhanos ou navarros, parece confirmar que, também no extremo ocidental da Península Ibérica, foram usadas as formas mais arcaicas em *-eindr-*, em que se conserva ainda *i* resultante da vocalização de *G* do grupo -GN- (2). Aliás, é partindo das formas em *-eindr-* que se explicam, quer a forma de ablativo *pendre*, com evolução de *ei* > *e*, quer as formas *pindra, pindrar* também documentadas no antigo galego-português (3), neste caso, com evolução de *ei* > *ii* > *i*. A forma *preindra* acima referida, também documentada no "Fuero de Avilés", é o resultado do cruzamento entre a forma originária *peindra* e outra com metátese da vibrante para a sílaba inicial, fenómeno que veio a generalizar-se no substantivo *prenda* e no verbo *prendar*. Este último tipo de formas era já conhecido no período de que me ocupei: *prendas* (s.f. pl.) (1414 L 42) e *prendou* (1414 L 42).

Façamos em seguida algumas considerações sobre o género dos substantivos na linguagem da época abrangida pelo presente estudo.

Dos três géneros que existiam em latim, segundo parece conservados do indo-europeu — o masculino, o feminino e o neutro — mantiveram-se apenas os dois primeiros. Na base da distribuição dos substantivos num ou noutro grupo estava a oposição *animado/inanimado*. Os seres inani-

---

(1) IDEM, *ob. cit.*, p. 60.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 53-54. Aos diferentes resultados do grupo -GN- apresentados nas p. 635-636 do presente trabalho deve acrescentar-se o tratamento peculiar agora referido relativamente às formas que são o resultado da evolução histórica do substantivo PĪGNUS ou do verbo PĪGNORARE.

(3) Vejam-se algumas abonações em RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *prenda;* ANTENOR NASCENTES, *ob. cit.*, s.u. *prenda;* A. A. CORTESÃO, *Subsídios para um dicionário completo (histórico-etimológico) da língua portuguesa*. Tomo I, Coimbra (França Amado, Editor), 1900, s.u. *pendra* ou *pindra* e *pendrar* ou *pindrar* e FR. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica por Mário Fiúza, vol. II, Porto e Lisboa (Livraria Civilização), 1966, s.u. *pindra*.

mados eram, portanto, gramaticalmente neutros, ao passo que os seres animados podiam ser masculinos ou femininos. Em português e galego, como, aliás, em muitas outras línguas românicas, desaparece a oposição *animado/inanimado*, perdendo-se também a categoria do neutro, que é absorvido ou pelo masculino ou pelo feminino, de acordo com a estrutura morfológica dos respectivos substantivos. Assim, por exemplo, os neutros em *-um* são assimilados pelos substantivos masculinos de tema em *-o*, do mesmo modo que os neutros plurais em *-a* se tornaram femininos, tendo, por vezes, carácter colectivo ou aumentativo resultante da primitiva ideia de pluralidade. Exceptuando, portanto, o caso dos substantivos que em latim pertenciam ao género neutro, o português e o galego — aliás, já o galego-português — mantiveram, em geral, o género etimológico que possuíam os substantivos latinos. Há, no entanto, algumas observações a fazer quanto ao género de algumas palavras registadas nos textos analisados.

Em dois documentos da província de Lugo aparece *caſtineyras* (1310 L 34) e *caſtiñeyras* (1310 L 35), como substantivo feminino plural. A noção de colectividade é bastante clara nessas formas: elas significam, em concordância com o sentido apresentado por Eladio Rodríguez González (1), 'terrenos em que há alguns castanheiros que não chegam a formar souto'. Esta acepção adapta-se perfeitamente ao contexto em que as referidas formas surgem. Assim, num e noutro documento se distingue claramente entre o *ſouto* (var. *ſſouto*) e as *caſtiñeyras* (var. *caſtineyras*): no documento 1310 L 35 diz-se «(...) ⁊ os dos terreos que jaçen aas Figeyras de Tortores ⁊ as duas partes do *ſſouto* de Gogido ⁊ ho quarto do *ſſouto* da Ueyga da Nogeyra ⁊ ho quarto do *ſouto* de Tortores ⁊ ho quarto das *caſtiñeyras* que eſtan ſſobello pááço de Pedro Rodrigeσ (...)»; e, no documento anterior, ou seja, 1310 L 34, aparecem também as duas formas: «Itẽ uos dou cõ iſto as duas partes do quarto do *ſouto* de Gogido que me perteeſçe porlo caſal de Paaços. Itẽ uos dou cõ eſto as duas partes do *ſouto* da Ueyga eno quarto del que me perteeſçe porlo caſal de Paaços o qual *ſouto* chamã da Ueyga da Nogueyra. Itẽ uos dou cõ iſto as duas parteſ do quarto do *ſouto* de Tortores que me perteeſçe porlo caſal de Pááços. Itẽ uos dou cõ iſto as duas partes daſ *caſtineyras* de ſobrelos paaços de Pedro Rodriguez quanto eno quarto delas que me perteeſce porlo dito caſal».

A ideia de colectividade da palavra é, de facto, clara, em galego: aí

---

(1) ELADIO RODRÍGUEZ GONZÁLEZ *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*, tomo I, Vigo (Galaxia), 1958, regista a forma *castiñeira*, s.f., com o sentido de 'lugar o sitio donde hay algunos castaños' e *castiñeiras*, s.f. pl., na acepção de 'terrenos en que hay algunos castaños que no llegan a formar souto'.

distingue-se nitidamente o masculino *castiñeiro* (1), designação da árvore de fruto, do colectivo *castiñeira(s)*.

Uma outra particularidade que se observa na linguagem dos documentos estudados diz respeito à flutuação de género que algumas palavras apresentam. Uma das formas nessas circunstâncias é *queyxume* que, ora pertence ao género feminino, ora ao masculino. A vacilação de género verifica-se até no interior do mesmo texto. Assim, no documento 1262 C 2 a palavra aparece várias vezes e com género diferente: *todaſ queyxumes, todoſ loſ queyxumeſ, dadaſ laſ queyxumeſ* e *de todoſ eſteſ queyxumeſ ſubreditoſ*. Idêntica flutuação se verifica noutros antigos textos galego-portugueses (2). Os substantivos neutros em *-men*, ao passarem para as línguas românicas, vacilam entre o masculino e o feminino (3). É interessante observar que no antigo galego-português, no período abrangido pelo presente estudo, a palavra não se havia ainda fixado no género masculino, sendo possível que o mesmo notário na fixação gráfica do mesmo texto usasse a palavra, ora com o género masculino, ora com o género feminino.

Deve observar-se ainda que a palavra *reuor* ocorre nos textos galegos estudados, quer como masculina, quer como feminina. Indicam-se exemplos de um e outro género: *a)* «ꝛ a carta ſte ẽ *ſeu reuor* firme» (1281 C 5); «ꝛ os plazos uallã ſempre en *ſeu reuor*» (1300 C 8); «e a carta fique ſempre en *ſeu reuor*» (1278 L 25); «e o preito e a carta eſtando ſempre ĩ *ſeu reuor* permae-

---

(1) Sobre o género dos nomes de árvores de fruto na Península Ibérica, cf. HANS GERD SCHÖNEWEISS, *Die namen der Obstbäume in den romanischen Sprachen. Studien über ein Wortfeld.* Köln (Kölner romanistische Arbeiten), 1955, p. 149 e segs. e a recensão crítica de Bengt Hasselrot na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, p. 346-349. No que diz respeito ao problema do género nas formas de nomes de árvores de fruto derivados com o sufixo -ARIUS, veja-se WOLF-DIETER STEMPEL, *Zur Frage des Geschlechts der romanischen Obstbaumnamen auf* -ARIUS. Separ. de *Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. 75, fasc. 3 e 4, 1959, p. 234-268 e a recensão crítica de Delmira Maçãs na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XI, 1969, p. 541-545.

(2) Cf. MARGOT SPONER, *Documentos antiguos de Galicia.* In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüistica i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 122 (doc. de 1268: *quantaſ queyxuméés*, l. 18), p. 156 (doc. de 1284: ꝛ *todalaſ outraſ queixumeſ*, l. 27). José Joaquim Nunes, no glossário das cantigas de amigo, regista a palavra como masculina e cita algumas abonações. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. III. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, s.u. *queixume*. Veja-se também CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O Cancioneiro de João Zorro. Aspectos linguísticos. Texto crítico. Glossário*. Rio de Janeiro, 1949, s.u. *queyxume*. O Autor regista a palavra, assinalando-a como masculina, mas indica que ela «era bigénere no português arcaico». Refere abonações de um e outro género.

(3) HEINRICH LAUSBERG, *Lingüistica románica*, vol. II. Morfología. Madrid (Editorial Gredos), 1966, p. 90-94.

cente» (1283 L 27); «ꝛ a carta eſté em *ſeu rreuor*» (1396 O 76); «ꝛ eſta carte ſẽpre eſté en *ſeu reuor*» (1269 P 93); *b)* «en *ſua reuor*» (1282 C 7; 1257 L 20; 1267 O 52; 1285 O 56; 1314 O 65; 1315 O 66; 1360 O 73; 1317 P 125; 1322 P 129), «em *ſua reuor*» (1322 O 67; 1372 O 75), «ĩ *ſua reuor*» (1269 P 92), «et a carta eſtea en *ſua rreuor*» (1424 O 77), «et valla en *sua reuor*» (1426 O 78), «ꝛ ballã en *sua rreuor*» (1407 P 133), etc. A ocorrência da forma é maior no feminino que no masculino.

Nos documentos portugueses analisados regista-se sempre a forma *reuora* (ou as variantes gráficas *rrevora, rreuora*): «(...) que recebera do dito Durã Steuez, cõuẽ a ſaber: quareẽta ꝛ quatro mrs. cõ ſa *reuora* ꝛ do preço nẽ da *reuora* nẽ hũa couſſa nõ ficou por dar» (1327 M 155), «(...) cõuem a ſſaber, trezentas ꝛ quoréénta libras de portugueſes cõ ſſa *rreuora* ꝛ do preço nẽ da *rreuora* nõ ficou a uos nada a mj̃ por dar» (1331 M 157); «(...) rreçebemos de uos Don Gonçalo Pereira, cõuen a ſſaber: mil ꝛ quatro çentas libras de dinheyros portugueses que de uos rreçebemos ẽ dinheyros contados ꝛ sa *reuora*. E do preço ꝛ da *reuora* nẽ hũa couſa ficou por pagar (...)» (1345 M 161); «pagará (...) de *rrevora* as donnas cijnqueẽta reaes» (1484 DL 150). Parece estarmos em presença de duas formas distintas, de sentidos também não coincidentes, provenientes uma do neutro singular e outra do neutro plural (1). Explicada a dualidade de formas, resta tentar uma justificação para a vacilação de género da primeira das formas indicadas, ou seja, *reuor*. Conforme foi atrás referido, a palavra representa historicamente o substantivo neutro latino ROBUR, -ŏRIS. O neutro, em geral, foi absorvido pelo masculino o que explica que, também neste caso, a palavra tenha passado ao masculino. O género feminino resulta certamente do facto de que muitos substantivos abstractos são femininos e também da existência, já em latim, de outro sufixo com o mesmo valor e foneticamente bastante semelhante, *-ura*, do género feminino, muito usado para a formação de abstractos (2). São, aliás, essas mesmas razões que justificam a passagem

(1) Parece tratar-se de uma situação análoga à do espanhol medieval que possuía duas palavras distintas provenientes de PĪGNUS (neutro singular) e de PĪGNORA (neutro plural). Essas formas eram respectivamente *peños* e *prenda*. Sobre essa situação em castelhano antigo, cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, Madrid (Editorial Gredos), 1954, 3.º vol., s.u. *prenda*. Uma situação idêntica, embora mais curiosa ainda, é revelada pelo Foro de Avilés, onde o substantivo PĪGNUS deixou derivados de três casos da declinação: duas formas masculinas, *peinos* e *pindre(s)*, resultantes respectivamente do acusativo PĪGNUS e do ablativo PĪGNORE, e uma forma feminina *peindra* (var. *pindra, prindra*), proveniente do acusativo plural neutro PĪGNORA. A esse propósito, veja-se RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 59-60. Recorde-se também o que foi dito nas p. 653-654.

(2) Conservam-se ainda em espanhol alguns pares de palavras «formadas pelo mesmo lexema e sufixo distinto, como *dulzor — dulzura, amargor — amargura, verdor —*

do masculino ao feminino de substantivos abstractos latinos em -ORE em várias línguas românicas (1). Também nos textos estudados são usadas como femininas as formas *vigor* (1506 P 136) e *ualor* (1308 L 33) (2).

Há ainda algumas observações a fazer quanto aos substantivos terminados em *-or* e que eram substantivos comuns de dois: inicialmente, tanto no masculino como no feminino se usava a mesma palavra, sendo, porém, distinto o adjunto num e noutro caso. Assim, a forma *prior* podia ser masculina ou feminina no período mais antigo. Ela aparece como feminina no documento galego 1283 L 27. A forma analógica *priora* surge já em textos mais tardios como, por exemplo, 1414 L 42 e 1502 L 51; paralelamente, documenta-se também num documento do século XV (1448 DL 147) a forma *prioreſſa*.

Algo de análogo se passa com a forma *senhor* que ainda em documentos dos fins do século XV pode ser masculina ou feminina. Assim, no documento 1484 DL 150 regista-se várias vezes a forma *senhor:* «a *senhor* donna Liſanor do Rego»; «a dita *senhor* donna abadeſa», etc. Contudo, no mesmo texto aparece também a forma analógica *senhora*. Aliás, a mesma forma surge já mais que uma vez no documento 1448 DL 147 (3).

---

verdura (...)». Cf. ANA MARÍA ECHAIDE, *El género del sustantivo en español: evolución y estructura*. In: *Ibero-romania*, vol. I, fasc. I, 1969, p. 100. Por outro lado, a vacilação de género manifesta-se ainda no facto de algumas palavras em *-or*, que actualmente são masculinas, terem sido femininas em períodos mais antigos, mantendo-se, por vezes, como tal nalgumas áreas dialectais.

(1) Sobre essas alterações na evolução do latim para as línguas românicas, veja-se HEINRICH LAUSBERG, *ob. cit.*, vol. II. Morfologia. Madrid (Editorial Gredos), 1966, p. 54-57 e especialmente 55-57. Nos idiomas galo-românicos, essas palavras são geralmente femininas, mas há também vestígios de flutuação de género noutras línguas românicas: basta recordar o espanhol *el color* em face da forma poética e da língua rústica *la color*. Estas formas revelam a sobrevivência de um estado de vacilação que existiu em espanhol até ao período clássico. A esse propósito, veja-se ANA MARÍA ECHAIDE, *El género del sustantivo en español: evolución y estructura*. In: *Ibero-romania*, vol. I, fasc. I, 1969, p. 100.

(2) As formas referidas aparecem nos contextos seguintes, apresentando inequivocamente o género feminino: «ȝ todas las couſas en el conthiudas queden firmes ȝ vallã en ſua *vigor*» (1506 P 136); «ȝ auedeſ nos a dar por foros cada anno çento ȝ quaraenta ſoldoſ deſta moneda que ora anda del Rey don Fernando ou a *ualor* por eles (...)» (1308 L 33).

A palavra *valor* aparece também várias vezes com género feminino nas *Cantigas de Santa Maria*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. IV (Glossário), 1972, s.u. *valor*.

(3) A palavra *senhor* conservou em português, como, aliás, aconteceu noutras línguas românicas, o género duplo que tinha em latim. Sem variação de forma, este e outros substantivos em *-or* podiam ser masculinos e femininos. No entanto, distinguia-se clara-

No que se refere ao plural, há também algumas observações a fazer. À semelhança do que acontece no português e no galego actuais, nos substantivos terminados em vogal, o plural forma-se juntando um *-s* ao singular: *corpos* (1281 M 151), *diaſ* (1281 M 151), *dereytos* (1255 L 19), *amigos* (1255 L 19), *montes* (1497 L 50), etc.

As palavras que no singular terminam em *-l* oferecem algumas particularidades. Se se trata de substantivos cujo singular termina em *-al*, no plural encontra-se habitualmente *-aes* (ou *-aeſ*) nos documentos portugueses: basta referir, a título de exemplo, *caſaes* (1285 DL 139; 1315 DL 145; 1335 M 160), *caſaeſ* (1317 M 154). Só de modo excepcional encontrei o adjectivo (1) *jeeraas* 'gerais' num documento localizado em Valença (1411 M 167), junto à fronteira com a Galiza, onde aparecem formas idênticas.

A norte do Minho, as formas mais frequentes terminam também em *-aes* (ou na variante gráfica *-aeſ*): *cabeçaeſ* (1281 O 55), *cabeçaes* (1414 L 42), *cabedaeſ* (1295 P 107; 1299 P 117), *cabedaes* (1299 P 117), *caſaeſ* (1262 C 2), *caſaes* (1333 C 10; 1334 C 11; 1351 C 13; 1399 C 16; 1316 P 124), *caſſaes* (1367 C 14), *Curraeſ* (top.) (1289 P 105), *formaes* (1367 C 14; 1399 C 16; 1306 L 31; 1474 L 47), *oytauaes* (1414 L 42), *puçaeſ* (1281 O 55), *ſalgeyraes* (1419 P 134), etc. (2). Encontram-se, porém, em documentos dos séculos XV e XVI formas com outra configuração em que ocorreu a assimilação entre as duas vogais em hiato: *curraas* (1516 C 18), *formaas* (1405 L 39), *conuẽtuaas* (1410 L 41), *rrayaas* (1410 L 41), *puçaas* (1473 O 85), *rayaas* (1414 L 42), *Trijgaas* (top.) (1475 L 48), etc. Na Província de Pontevedra aparecem

---

mente o masculino e o feminino pelo adjunto que acompanhava o substantivo. Essa forma manteve-se em galego-português até bastante tarde; esporadicamente, surge a forma analogica *senhora* durante o período arcaico, inclusive em composições trovadorescas do período dionisíaco, mas o seu emprego só se torna geral no século XVI. Veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 85, s.u. *senhora;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *senor, senhor, senora, senhora;* CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O cancioneiro de João Zorro. Aspectos linguisticos. Texto crítico. Glossário*. Rio de Janeiro, 1949, p. 92, s.u. *senhor;* J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid (Editorial Gredos), vol. IV, s.u. *señor;* E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 127, § 124, 11.

Os adjectivos terminados em *-or* oferecem fenómenos idênticos: apresentam, com frequência, uma forma única para os dois géneros. A esse propósito, veja-se, adiante, p. 661.

(1) Os adjectivos, no que diz respeito às variações de género e número, concordam, em geral, com os substantivos.

(2) Na flexão do adjectivo encontram-se formas idênticas para o plural: *comunaeſ* (1283 L 27), *cõbentuaes* (1475 L 48), *eſpeçiaes* (1475 L 48), *geeraes* (1475 L 48), *leaes* (1285 O 56), *terreaes* (1450 L 44), etc.

já vestígios de formas deste tipo em fins do século XIII: *Triigááſ* (top.) (1297 P 112) (1). Pela mesma época e na mesma região surge uma forma análoga à do galego actual (2), em que o hiato entre as duas vogais se resolveu por crase: *cabedaſ* (1299 P 116) (3). Observe-se, a propósito desta última forma, que no documento 1299 P 117, escrito pelo mesmo notário, ocorre a variante mais antiga *cabedaes*, devendo, portanto, na época, ter carácter facultativo o emprego de cada um dos diferentes tipos de formas acima assinaladas.

Formas de plural idênticas surgem também em palavras que no singular terminam em *l* precedida de outra vogal, ou seja, em palavras terminadas em *-el, -il* e *-ol:* assim, registei em documentos localizados a norte do rio Minho *Carríjs* (cf. topón. *Eſcaayro de Carríjs* (1473 O 84) (4), *lenzóóſ* (1258 L 21), *mantees* (1414 L 42), *fazeyróóſ* (1258 L 21) (5), etc. Continuam, no entanto, a aparecer as formas mais antigas comuns a toda a área galego-portuguesa: *Cataſoes* (cf. topón. «Santiago de *Cataſoes*» (1348 O 72) (6).

Este tipo de plurais coexistia, certamente, na Galiza com formas em que *-l-* se manteve. Registei apenas *caales* 'canais' (1317 P 125) (7), mas nalguns falares galegos actuais há uma flutuação entre plurais com perda de *-l-* e com conservação da mesma consoante (8).

Os substantivos que representam historicamente palavras terminadas em -ANE, -ANU e -ONE oferecem, nos documentos localizados a norte do Minho,

---

(1) O mesmo resultado se encontra nos adjectivos: *conventuaas* (1506 P 136), *geeraas, eſpeçiaas, enperiaas* (1410 L 41), *originaas* (1473 O 80), etc.

(2) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1979, p. 107 e n. 7; MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 104-105; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba, Anuario Gallego de Filología*, 1976, p. 89; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 89-90.

(3) No documento lucense 1410 L 41 surgem as grafias *geerãs, rrayãs* e *eſpeçiãs.* Não é fácil saber que tipo de pronúncia essas formas gráficas representavam, se existiria ainda um hiato ou se, pelo contrário, já teria ocorrido a crase. Na transcrição do referido documento optou-se por interpretar o til como sinal de abreviatura, desdobrando-se a terminação *-ãs* em *-aas.* Recorde-se o que foi dito na p. 99.

(4) Sobre esse topónimo, veja-se também o que escrevi na p. 536 e n. 1.

(5) Para a etimologia desta forma, cf. JOSEPH M. PIEL, *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega.* Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1953, p. 165-167.

(6) A forma moderna desse topónimo localizado na província de Pontevedra, ayunt. de Lalín, é *Santiago de Catasós.*

(7) Sobre o sentido desta forma e outras variantes registadas em antigos textos galego-portugueses, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla.* Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), vol. II (Glosario), s.u. *canal, caal.*

(8) Cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*, 1979, p. 104-105; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*, 1976, p. 89.

algumas particularidades nas formas do plural. A par de formas em *-ães, -ãos* e *-ões,* comuns a toda a área galego-portuguesa (1), surgem, na Galiza, a partir do século XV, resultados que anunciam as diferentes soluções do galego actual. Essa divergência revela-se concretamente nos substantivos continuadores de palavras latinas em -ONE. Efectivamente, a partir daquela data aparecem, por um lado, as terminações *-õos, -õons* e *-ons* (cf. *condiçõos, donaçõos, condiçõons, condiçons,* etc.) e, por outro, *-oos* (cf. *cõdiçoos, devjfoos*) (2), que não podem deixar de considerar-se os antecedentes das modernas soluções *-óŋs* e *-ós,* respectivamente do galego atlântico, que abarca o Ocidente da província de Pontevedra e a parte meridional da de La Coruña, e do galego setentrional e continental, que abrange as variedades do restante território da Galiza (3). Pelo facto de já se ter tratado mais pormenorizadamente desses resultados a propósito da evolução de *-n-* intervocálico, remete-se o leitor para essas páginas do presente trabalho (4).

B. Adjectivo

No que diz respeito às variações de género e número, o adjectivo apresenta uma concordância quase perfeita com o que acima foi referido para o substantivo. Indicaremos apenas algumas particularidades.

Os adjectivos terminados em *-dor* apresentam, em geral, uma forma única para os dois géneros: são, portanto, invariáveis: «onde a dita Maior Rodrigueσ he *morador*» (1419 P 134), «Ines Pereσ, *morador* em primeyro figlefia de Sam Martino de Ladrella» (1399 C 16) (5).

Alguns adjectivos que, no português e no galego actuais, são invariáveis, podiam, no período antigo, oferecer duas formas diferentes para o masculino e para o feminino. Assim, ao lado da forma *quite,* invariável, surgem *quito* (1367 C 14; 1298 L 29; 1306 L 31; 1308 L 33; 1404 L 38; 1497 L 50; 1285 O 56; 1269 P 93; 1299 P 114; 1299 P 115; 1320 P 128), *qujto* (1502 L 51), *quitos* (1367 C 14; 1298 P 113; 1333 P 131) para o género masculino e *quita*

(1) Veja-se o que escrevi na Parte II. Consonantismo, § 1, p. 584-589, 589-593 e 602-608.

(2) Para a localização destas formas, remete-se o leitor para a p. 607 deste trabalho.

(3) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 38-44 (Introducción, § 8. Dialectología).

(4) Sobre esse assunto, veja-se o que escrevi nas p. 605-608.

(5) Sobre o carácter invariável dos adjectivos em *-dor* em antigo galego-português, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 222-223; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.,* p. 132, § 127, 5; J. HUBER, *ob. cit.,* p. 145, § 318; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 94.

(1315 O 66; 1348 O 71; 1348 O 72; 1267 P 91; 1280 P 97; 1299 P 114), *quyta* (1405 L 39), *quitas* (1414 L 42; 1474 L 47; 1298 P 113; 1299 P 114; 1317 P 125; 1325 P 130), *quitaſ* (1271 P 95), *quytas* (1405 L 39), para o feminino. Num documento português do início do século XIV ocorre a forma *obedíjnta* (1313 DL 143). Pelo que se refere a *contento*, forma registada num documento da Galiza do século XVI (1516 C 18), deve, muito provavelmente, tratar-se de um castelhanismo (1).

Alguns adjectivos aparecem substantivados, em virtude da elisão do substantivo que aqueles acompanhavam. Esses adjectivos mantêm o género do substantivo elidido. Desse modo, *nouos* aparece nalguns documentos com valor de substantivo, na acepção de 'primícias': «en maneyra que ſe nõ percã *os nouos* deſſas herdades»; «que tolla *os nouos* das herdades dos ditos caſares» (1335 L 37). Neste caso, o substantivo elidido deve ter sido *fruitos*, ou algumas das suas variantes.

3. *Pronomes pessoais*

Os pronomes pessoais, cuja função essencial é a de indicar a pessoa gramatical, caracterizam-se, no português actual, por um lado, pela conservação da estrutura heterónima latina com *eu, tu, nós, vós* e, por outro, pela introdução de uma série de terceira pessoa *(ele, ela, eles, elas)* que, à maneira das formas nominais, tem o feminino em *-a* e o plural em *-s*. Essas formas, chamadas rectas, usam-se isoladamente ou como sujeito de uma forma verbal. Algumas delas — *nós, vós, ele(s), ela(s)* —, precedidas de preposição, empregam-se na expressão de vários complementos (cf. *por nós, de nós, a nós*, etc.). Ao lado dessas, há as chamadas formas oblíquas: por um lado, as formas tónicas da primeira e segundas pessoa do singular *(mim, ti)* que, subordinadas a uma preposição, se usam na expressão de vários complementos; por outro, as formas átonas, *me, te, lhe, nos, vos,*

---

(1) Dado o carácter tardio do documento em que a referida forma ocorre e a profunda influência castelhana que nele se nota, creio que a forma deve ser interpretada como um castelhanismo. A influência do castelhano é neste texto tão acentuada que ele parece escrito numa "mistura" de galego e castelhano. Contudo, o livro de registo dos pergaminhos do "Archivo Regional de Galicia" a cujos fundos o referido texto pertence indica que o documento se encontra escrito em "galego".

Observe-se, porém, que no período do antigo galego-português, o referido adjectivo era variável, de acordo com a sua origem etimológica: cf. lat. *contentus, -a*. Veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 222; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 129, § 126, 6; JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa (Editorial Confluência), 1967, s.u. *contente*.

lhes, usadas, como enclíticas ou proclíticas da forma verbal de que dependem, para expressar um complemento (1).

Veremos, em seguida, através da análise dos textos estudados, qual a situação do antigo galego-português relativamente aos pronomes pessoais. Assim, quanto às formas tónicas, ocorrem, na função de sujeito, as seguintes: para a primeira pessoa, *eu* (1262 C 1; 1265 C 3; 1269 C 4; 1281 C 5; 1282 C 7; 1300 C 8; 1287 DL 140; 1317 M 154, etc.) (2), *ev* (1500 O 90; 1281 M 152; 1317 M 154), *ey* (1258 L 23) (3), *yo* (1310 L 35; 1516 C 18). Esta última forma, que coexiste nos mesmos documentos com o pronome de tipo galego-português *eu*, deve, naturalmente, interpretar-se como castelhanismo; é interessante observar que ela surge já num texto do início do século XIV.

Recolhe-se ainda num texto português do século XIII a forma *mj̃* na função de sujeito: «(...) mays que as auia d'auer o dito don Gonçalo, arçebiſpo, en nome de ſa peſſoa de tãto por tãto como aquel que era da auoẽga ꝛ *mj̃*, Domĩgo Periz, tabelliom publico de Bragáá (...)» (1331 M 156) (4).

A segunda pessoa não está representada nos textos analisados.

---

(1) Sobre o sistema de pronomes pessoais no português actual, veja-se J. MATTOSO CÂMARA Jr., *Estrutura da lingua portuguesa*. 4.ª ed., Petrópolis, R. J. (Editora Vozes), 1973, p. 107-112. A propósito de algumas particularidades que essas formas pronominais oferecem em galego, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 130-139.

(2) Por se tratar de uma forma muito frequente, indicam-se apenas alguns dos textos em que se encontra. Segue-se o mesmo critério, relativamente às outras formas pronominais; procurei, pelo contrário, ser exaustiva nas referências aos textos, quando se trata de formas pouco frequentes, o que permitirá fazer uma ideia da vitalidade do seu emprego.

(3) A propósito da alteração do ditongo *eu* em *ei*, veja-se o que escrevi atrás, p. 545-547.

(4) É de assinalar que os pronomes *mim* e *ti* podiam ocorrer, com alguma frequência, em antigo galego-português, na função de sujeito. Sobre a sua ocorrência em composições trovadorescas e, mais tarde, em Gil Vicente, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 238 e n. 1. Tal emprego não é possível em português actual, mas mantém-se numa das suas variedades regionais, o falar algarvio. Em galego verifica-se também uma sobrevivência parcial desse uso: na província de La Coruña e parte das de Pontevedra e Orense, usa-se ainda *ti* na função de sujeito. Relativamente ao falar algarvio, veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomo I e II, 1975, Coimbra, p. 50-51 e 125; ao emprego, no galego actual, da forma *ti* como sujeito referem-se, entre outros, os seguintes autores: RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 132; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 156; IDEM, *Manual de dialectología española*. 2.ª edição, Madrid, 1959, p. 98-99; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *ob. cit.*, p. 51, n. 2.

Para a terceira pessoa registaram-se as formas seguintes: *el* (1333 C 10; 1344 C 12; 1434 C 17; 1258 L 21; 1310 L 35; 1335 L 37; 1414 L 42; 1450 L 44; 1281 O 55; 1302 O 61; 1348 O 71; 1473 O 85; 1500 O 90; 1289 DL 141; 1303 M 153; 1331 M 156; 1335 M 160; 1404 M 165; 1411 M 167, etc.) e *elle* (1333 C 10; 1281 O 55; 1299 P 114; 1281 M 152; 1317 M 154) para o masculino. A primeira forma, resultante da apócope de *-e* devido à posição proclítica (1), é muito mais frequente que a forma plena (2). A par destas, surgem as formas do feminino *ella* (1344 C 12; 1399 C 16; 1257 L 20; 1307 L 32; 1280 P 98; 1302 P 122; 1317 M 154), *ela* (1434 C 17; 1258 L 21; 1414 L 42; 1475 L 48; 1267 O 52; 1276 O 54; 1302 P 122; 1315 DL 145, etc.).

Para as correspondentes pessoas do plural foram assinaladas, respectivamente, as formas seguintes: *nos* (1262 C 1; 1262 C 2; 1282 C 6; 1300 C 8; 1329 C 9; 1334 C 11; 1367 C 14; 1385 C 15; 1255 L 19; 1257 L 20; 1306 L 31; 1335 L 37; 1404 L 38; 1317 P 125; 1345 DL 146, etc.), *nof* (1269 C 4; 1282 C 6; 1282 C 7; 1258 L 23; 1278 L 25; 1301 P 119; 1287 DL 140; 1345 DL 146; 1317 M 154, etc.), *nos outras* (1502 L 51); *uos* (1262 C 1; 1282 C 6; 1300 C 8; 1329 C 9; 1333 C 10; 1334 C 11, 1351 C 13; 1367 C 14; 1385 C 15; 1255 L 19; 1257 L 20, etc.), *uof* (1265 C 3; 1269 C 4; 1255 L 19; 1307 L 32, etc.), *vos* (1434 C 17; 1516 C 18; 1407 L 40; 1410 L 41; 1442 L 43; 1450 L 44; 1459 L 46), *vos outros* (1475 L 48), *uos outros* (1301 P 118); *elles* (1348 O 72; 1448 DL 147, etc.), *ellef* (1302 L 30; 1281 O 55; 1281 M 152), *eles* (1308 L 33; 1310 L 34; 1414 L 42; 1475 L 49; 1334 M 158), *elef* (1302 L 30; 1281 P 99), *ellos* (1502 L 51), *illaf* (1262 C 2), *ellas* (1399 C 16), *ellaf* (1262 C 2; 1282 C 6), *elas* (1434 C 17; 1414 L 42; 1450 L 44). As formas *nos outras, vos outros* e *uos outros,* resultantes da combinação, com valor enfático, do pronome demonstrativo *outras, outros* com as formas do pronome pessoal *nos* e *vos* (ou *uos*) apresentam uma estrutura idêntica à das correspondentes formas castelhanas. Tendo em conta a época dos textos em que aparecem registadas — séculos XV e XVI —, é muito provável que devam ser interpretadas como castelhanismos. Convém, porém, observar que, em escritores portugueses do século XVI, se verifica a utilização das mesmas formas (3). Mas, ao passo que esse emprego se perdeu no português actual, o galego

---

(1) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 235; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), p. 144; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 149, § 325.

(2) Parece ser esta, em geral, a situação das duas formas no antigo galego-português. A forma apocopada *el* predomina sobre a forma plena. A este propósito, veja-se J. HUBER, *ob. cit.*, p. 149, § 325.

(3) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 235 e n. 1.

mantém ainda hoje o uso, quer das formas simples *nos* e *vos*, quer das formas reforçadas *nosoutros* e *vosoutros* (1).

Salientarei, por fim, que a forma *vos* (ou alguma das suas variantes gráficas) além de, em alguns casos, ser uma autêntica forma de plural, é frequentemente usada como fórmula de tratamento respeitoso dirigido a uma só pessoa. Esse tipo de tratamento teve largo emprego no português arcaico (2) e dele se mantêm ainda alguns vestígios em várias regiões dialectais particularmente conservadoras (3).

Quanto às formas da terceira pessoa, convém observar que *illaſ* é seguramente um latinismo, paralelo a outros oferecidos pelo mesmo texto, datado de 1262. É bastante frequente a ocorrência de formas latinas e latinizantes em textos do século XIII.

Encontram-se já generalizadas, no período abrangido pelo presente estudo, as formas do masculino *elles, eles*, analógicas das formas do singular (4). Não há vestígios da forma etimológica *elos*, representante do acusativo ILLOS, ainda documentada nalgumas composições dos cancioneiros trovadorescos (5). A forma *ellos*, registada apenas num texto do início

---

(1) Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 108; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 133, n. 27.

(2) MARILINA DOS SANTOS LUZ, *Fórmulas de tratamento no português arcaico*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. VII, VIII e IX. Coimbra, 1958, p. 233.

(3) Cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 245-246; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 274-275.

(4) Nos idiomas ibero-românicos, essa formação analógica verificou-se apenas em galego-português. Cf. RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 29.

O arcaísmo *elos* 'eles' mantém-se ainda no galego-leonês de Ancares. Cf. DÁMASO ALONSO e VALENTÍN GARCÍA YEBRA, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 59.

(5) Tenha-se em conta que se trata sempre de composições paralelísticas e que a referida forma surge apenas em rima com *cabelos*. Assim acontece numa composição de Pero Meogo («E con sabor d'elos / lavey meus cabelos»), noutra de João Zorro («Cabelos, los meus cabelos, / el-rey m'enviou por *elos!*» e, finalmente, noutra de D. João Soares Coelho («Fui eu, madre, lavar meus cabelos / a la fonte e paguey-m'eu d'elos»). Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário, vol. II (Texto). Coimbra (Imprensa da Universidade), 1926, respectivamente p. 377, 351 e 112. Desse facto parece poder deduzir-se que, na época, a forma *elos* era já um arcaísmo estereotipado, mantido apenas em certos temas, em grande parte devido ao suporte da rima. Veja-se CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O cancioneiro de Joan Zorro. Aspectos linguísticos. Texto crítico. Glossário*. Rio de

do século XVI (1502 L 51), é muito provavelmente um castelhanismo: aí, portanto, *ll* representa a lateral palatal.

Além da função de sujeito, as formas tónicas podem também desempenhar as funções de vários complementos, quando regidas de preposição. Surgem, assim, as formas *mj* (1385 C 15; 1516 C 18; 1499 O 89; 1287 DL 140; 1411 M 167), *my* (1282 DL 137), *mĩ* (1262 C 1; 1265 C 3; 1283 P 101, etc.), *mj̃* (1281 C 5; 1300 C 8; 1255 L 19; 1257 L 20; 1313 O 64; 1372 O 75; 1290 P 106; 1367 C 14; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1497 L 50; 1313 DL 143; 1315 DL 145; 1331 M 157; 1348 M 162; 1411 M 167, etc.), *mjn* (1442 L 43; 1506 P 136), *mj̃n* (1442 L 43), *mỹ* (1292 O 59; 1500 O 90; 1432 P 135, etc.); *tj* (1258 L 23); *el* (1317 P 125), *ela* (1414 L 42; 1450 L 44, etc.); *nos* (1307 L 32; 1310 L 34; 1335 L 37; 1410 L 41; 1442 L 43; 1475 L 48; 1399 O 70; 1499 O 89; 1298 P 113; 1403 P 132), *noſ* (1280 P 97; 1301 P 119, etc.); *uos* (1306 L 31; 1308 L 33; 1310 L 34; 1292 O 59; 1313 O 64; 1322 O 67; 1360 O 73; 1296 P 111; 1407 P 133, etc.), *uoſ* (1281 L 26; 1286 L 28; 1310 L 34; 1269 P 92, etc.), *vos* (1410 L 41; 1450 L 44; 1459 L 46; 1367 O 74; 1396 O 76, etc.), *bos* (1474 L 47).

Como particularidade de carácter sintáctico, observe-se o emprego frequente das formas tónicas subordinadas à preposição *a*, em vez da forma átona correspondente: «que avedes de dar *a nos*, o dito don abbade» (1453 L 45), «daredes *a nos*» (1339 O 70), «que uoſ *a nos* deſteſ» (1298 P 113), «et que dedes *a nos* cada anno» (1403 P 132), «ꝛ el deue *a nos* a dar ꝛ a uoz do dito moeſteyro» (1317 P 125), «dou *a uos*» (1308 L 33), «dou a uoſ» (1310 L 34), «damos *a uos*» (1310 L 34), «damos *a uos* todo iſto que *a uos* uẽdemos» (1296 P 111), «eſtas couſas ſobreditas que *a uos* uẽdemos» (1296 P 111), «alugo *a uos*, Domĩgo Pereꝯ, (...) as treſ quartas enteyramẽte daquellas caſas ꝛ moradas que eſtã enna Rua da Feyra» (1317 P 125), «ꝛ demayſ outorgo d'ajudar *a uoſ*» (1281 L 26), «e que dedes *a nos* e a todas noſas vozes» (1404 M 165), «dé *a nos* e a noſſos ſuceſores» (1313 DL 143), etc. Nalguns casos, verifica-se a repetição enfática do complemento indirecto: «outroſſy *uos* aforamos *a uos*» (1316 L 36).

Observe-se ainda o uso das formas tónicas subordinadas à preposição *de* em vez do chamado pronome possessivo: «tyo *de uos*» (1335 L 37), «commo ſe departe da herdade do Outeiro que foj do dito moeſteiro que agora he *de vos*, o dito Ares Gonçalues, (...)» (1442 L 43), «nectos *de vos*, Pero Ferreyro de Graçian» (1502 L 51), «amjgo *de nos* ꝛ de noſo moſteyro» (1335 L 37), «per outorgamẽto *de my* Tareyga Mẽdiz (...)» (1284 DL 138), «em preſſença *de mj̃*» (1448 DL 147), «per maão *de mj̃*» (1331 M 157), etc.

Janeiro, 1949, p. 75, s.u. *elos*. Veja-se também o que será dito adiante, p. 673, a propósito da forma *delos*, resultante da combinação da preposição *de* com essa forma pronominal.

Foram também recolhidos vários exemplos do emprego de algumas formas tónicas na função de objecto directo, não dependentes da subordinação a qualquer preposição. Desse modo, as formas tónicas da primeira pessoa podem usar-se na função de complemento directo: «z deuedeſ uoſ *mĩ* amar bem» (1265 C 3), «z obligo *mj̃* z meus bens» (1367 C 14), «et obrigo *mj̃* et meus bẽes» (1407 L 40), «uoſ, arçediagóó, agrauaſtes contra dereyto z contra rrazõ *mj̃* z o abbade (...)» (1290 P 106), «z que uos, arçediagóó, nõ poſſadeſ deſ aqui adeãte agrauar nẽ agrauedes (...) *mj̃* nẽ no dito frade nẽ no abbade» (1290 P 106), «z pono *mj̃* z oſ ditos frijgueſes» (1290 P 106), «et pera eſto aſſi cõprir z agardar obligo *mj̃* z todos meus bees que aio z aſpero auer (...)» (1333 P 131). Na maior parte dos casos, trata-se de frases com duplo complemento directo, o que obrigaria a acrescentar à forma átona do pronome pessoal a forma tónica acompanhada de preposição. Em vez dessa repetição, surgem as formas simplificadas acima referidas.

Paralelamente, as formas da terceira pessoa *ele, ela* são também usadas na função de complemento directo: «damos *ella* a uos que lauredeſ *ella*» (1287 O 57), «(...) aquella vina doſ muymẽtoſ qual foy de Pelayo Fernandez en tal maneyra que lauredeſ *ella*» (1269 P 92), «uoſ deuedeſ *ella* a perder» (1269 P 92), «noſ nũqua a uoſ *ella* poſſamoſ teller» (1269 P 92), «doulaſ en tal condizõ a Sancta Maria que eu tena *ellaſ* en mina vida» (1271 P 95), «damoſ *elle* a uoſ z a toda uoſſa uoz» (1301 P 118), «aſſi en commo noſ melhor ouuemoſ eſſe herdamẽto e peru a dauãdita noſſa fila Steuaya Periz *el* mylhor poder auer» (1284 DL 138). Quase todos os exemplos recolhidos são do século XIII e, esporadicamente, do início do século seguinte e não parece descobrir-se neles qualquer valor enfático. Esse valor também não parece estar presente nalguns dos exemplos já conhecidos do antigo galego-português (1). Creio que não podem separar-se estes exemplos da fase antiga da língua de uma construção paralela existente no português do Brasil (2). Não me parece que se trate de uma inovação "brasileira". A explicação estrutural proposta por Mattoso Câmara (3) é válida também para o antigo galego-português: já nesse período da história da língua, ao lado da conservação do sistema casual dos pronomes pessoais (cf., por exemplo, *eu, me,*

---

(1) Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 150, § 327, 1. Mattoso Câmara afirma a existência de um matiz enfático nalguns exemplos já conhecidos na fase antiga do português: esse valor não me parece, contudo, muito claro. Cf. J. MATTOSO CÂMARA JR., *Êle comme un accusatif dans le portugais du Brésil.* In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e História"*, I. Canarias (Universidad de La Laguna), 1957, p. 40.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 39-46.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 41-42.

mim; ele, lhe, o, etc.), podiam as formas tónicas apresentar-se como invariáveis do ponto de vista sintáctico, desempenhando funções de diversos complementos, quando regidas de preposição, e funções de complemento directo, neste caso sem subordinação a qualquer preposição. A abundante documentação acima fornecida parece permitir comprovar que, efectivamente, esse uso foi frequente nessa fase da língua. O sistema que acabou por sobreviver em português foi o de tipo casual; o português do Brasil revela um compromisso entre os dois tipos estruturais, à semelhança do que acontecia no antigo galego-português.

Resta-nos fazer uma referência às formas tónicas duplamente compostas provenientes da combinação com a preposição *com:* as formas do tipo *cõ mjgo* (1348 O 72), *comigo* (1325 P 130), *commigo* (1302 O 61), *conmigo* (1258 L 21), *conjgo* (1414 L 42), *cõſigo* (1281 P 99), *conosco* (1473 O 80), *conuoſco* (1314 O 65; 1339 O 70; 1372 O 75; 1424 O 77), *cõuoſco* (1307 L 32; 1322 O 67; 1334 O 69; 1360 O 73; 1396 O 76, etc.), *convoſco* (1426 O 78), *cõ uoſco* (1265 C 3; 1306 L 31; 1308 L 33), predominam largamente sobre as formas *con bos* (1500 O 90), *cun bos* (1516 C 18), *con vos* (1442 L 43) (1).

Do pronome reflexo aparece-nos a forma tónica *ſi,* representada por diferentes variantes gráficas. Algumas vezes, essa forma surge como complemento de diferentes preposições: «por *ſy*» (1344 C 12; 1274 L 24, etc.), «entre *ſy*» (1367 C 14) «entre *ſi*» (1302 L 30), «por *ſi*» (1262 C 2; 1302 L 30; 1410 L 41; 1281 O 55), «para *ſy*» (1502 L 51), «por *ſy*» (1410 L 41), «per *ſj*» (1345 DL 146), «en *ſj*» (1345 DL 146), «per *ſy*» (1454 DL 148), «ẽ *sy*» (1404 M 165), «antre *sy*» (1404 M 165), «de *ſſy*» (1407 M 166), «per *ſſij*» (1448 DL 147), etc.

No que diz respeito às formas átonas, recolheram-se, para a primeira pessoa, os pronomes *me* e *mj,* usados, quer em posição enclítica, quer em posição proclítica: «et obligo*me* con todos meus béés» (1516 C 18), «ꝛ por que ella ha de mãtéér *mj* ſobredicto Petro Dominguiz» (1317 M 154), «aſj como ella teuer por bẽ ꝛ dar *mj* de ueſtir» (1317 M 154), «item quito*me* a San Saluador de Nozedo da uina do Uimeyro» (1290 O 58), «outorgo*me*» (1317 P 125); «eu, o dito Juan Eſpiga, *me* dou et otorgo por contento» (1516 C 18), «item *me* deue Pedro Afonſo» (1414 L 42), «Pedro Saluadorez, clerigo de Poagro, *me* deue vij. modioſ (...)» (1281 O 55), «o cabidoo da dita igleia de Lugo *me* ha de faɔer» (1414 L 42), etc. Encontram-se também alguns exemplos da forma de plural *noſ, nos,* quer anteposto, quer posposto ao verbo: «ꝛ *noſ* auedeſ a fazer» (1310 L 34), «*nos* han a dar et pagar de foro» (1502 L 51), «ꝛ que *noſ* diadeſ cada un ano» (1286 L 28), «que *nos* fiquẽ as

(1) Sobre a combinação de algumas formas tónicas do pronome pessoal com várias preposições, veja-se o que será dito adiante, p. 672-673.

ditas vinas» (1459 L 46), «outorgamos que *nos* nõ valla» (1450 L 44), «e *nos* avedes a dar de foro» (1475 L 48); «cõprīdo*nof* uof o que fobre dito eſt» (1302 P 120), «o abbade ⁊ o moeſteyro ſobre dito deue*nos* adubar diſto ⁊ das outras couſas que lle forẽ meſter» (1317 P 125), «et uos auedeſ *nos* a dar a meatade (...)» (1308 L 33), «⁊ auedeſ *nos* a dar por foros» (1308 L 33), etc. Não ocorrem, nos textos estudados, formas da segunda pessoa do singular. Para o plural registaram-se as formas átonas *uos, uof, vos, bos* e *vus*, ora em posição enclítica, ora em posição proclítica: «(...) faɔer *uos* ſſenpre eſta uençõ» (1310 L 35), «et noſ deuemoſ *uof* amparar cõ eſte caſal ſobre dicto» (1301 P 118), «⁊ deuemos *uos* anparar *uos* cõ eſto que *uos* uendemos» (1296 P 111), «*damoſuos*» (1307 L 32), «enpararmoſ*uos*» (1299 P 117), «faremos *vos* eſte dito lugar» (1474 L 47), «et aforamos *vos* as ditas casas» (1426 O 78), «damo*uos* ⁊ outorgamo*uof*» (1299 P 117), «rogamo*uos* ⁊ mãdamo*uos*» (1317 P 125) (1), «et o abbade ⁊ conuẽto ſobre dito deuẽ anparar ⁊ defender*uos*» (1317 P 125), «fazemoſ *uos* eſta doaçõ» (1299 P 115), «⁊ uẽdo*uos* o dito caſſal ſem nẽhũu encarrego» (1331 M 157), etc.; «a qual deuesa *bos* aforamos con todas suas entradas et saydas» (1474 L 47), «outroſi *uos* uendo» (1310 L 35), «outroſſy *uos* aforamos» (1316 L 36), «et nos que *uos* anparemos» (1316 L 36), «eſto que *uos* damos» (1316 L 36), «conven a ſaber que *uos* aforamos» (1407 L 40), «et prometemos ⁊ outorgamos de *uos* pagar» (1410 L 41), etc.

Quanto à terceira pessoa, devem distinguir-se dois tipos de formas: as que desempenham a função de complemento indirecto e directo. Entre as primeiras se incluem as seguintes: *llj* (1278 P 96: «⁊ outroſſy *llj* dou (...)»; 1281 P 99: «en razõ da renda que *llj* am de dar»; 1287 P 103; 1290 P 106, etc.), *li* («o dito abbade diſſi a mĩ, dito Vidal Domĩguiz, que eu *li* deſſe diſto uũ plubico eſtrumento», 1283 P 101, etc.), *lj* («que oſ ditoſ dom Johan do Ramo ⁊ dõ Johan d'Areaſ *lj* deſſem (...)» 1281 P 99), *lhj* (1315 DL 145; 1345 DL 146; 1317 M 154; 1348 M 162, etc.), *lhy* (1309 DL 142); *le* («⁊ Ruy Pelaez que *le* entrege aquella leyra», 1302 L 30; «que *le* nos eramos tjudos de dar», 1292 O 59; «e *le* den ſſeu pote», 1299 P 114; «⁊ mando*le* ho meu caſal de Cerdedelo», 1290 O 58; «⁊ quito*le* oſ dineyroſ que ſobr' ela auia», 1290 O 58; «⁊ mando*le* adega que ffoy de meu padre», 1290 O 58, etc.), *lle* («mãdo *lle*», 1281 O 55; «aforã *lle*», 1473 O 85; «⁊ mãdo*lle* demays o meu vaſo», 1299 P 114; «⁊ de mays quito*lle* os dineyros», 1299 P 114; «⁊ doardeſ *lle* ſua luytoſſa», 1301 P 118; «eynda *lle* mãdo a mia herdade de Paradiñas», 1302 O 61, etc.), *lhe* (1309 DL 142; 1484 DL 150; 1401 M 163; 1407 M 166; 1411 M 167, etc.). Para o plural encontram-se as formas *lif* (1281 P 99; 1287 P 102), *lhis* (1309 DL 142; 1315 DL 145; 1345 DL 146), *lles* (1414 L 42; 1450 L 44; 1502 L 51; 1292 O 59; 1473 O 80; 1316 P 124, etc.), *lleſ* (1281

(1) Como se vê por vários exemplos apontados, algumas formas verbais perdem *-s*.

O 55; 1302 O 61), *lhes* (1472 DL 149). Saliente-se que as formas com *i*, as mais arcaicas, ocorrem sobretudo durante o século XIII e primeira metade do século seguinte na região portuguesa e na província galega de Pontevedra.

No que se refere às formas de complemento directo, representantes do acusativo latino ILLUM, ILLOS, ILLAM, ILLAS, registam-se três tipos de variantes: *a)* por um lado, *o* (1414 L 42; 1325 P 130; 1448 DL 147; 1281 M 152; 1472 DL 149; 1484 DL 150, etc.), *ho* (1426 O 78; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1407 M 166, etc.), *os* (1414 L 42; 1419 P 134; 1313 DL 143; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1348 M 162, etc.), *hos* (1448 DL 147, etc.). Há idênticas formas de feminino: *a* (1269 C 4; 1333 C 10; 1367 C 14; 1434 C 17; 1258 L 21; 1278 L 25, etc.), *áá* («ꝛ áá paredes ben», 1367 O 74), *ha* (1442 L 43; 1459 L 46; 1426 O 78), *as* (1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1473 O 87; 1331 M 156; 1334 M 158, etc.), *af* (1282 C 6; 1278 L 25; 1283 L 27; 1281 O 55; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1345 DL 146, etc.), *haf* (1317 M 154). Embora estas formas sejam, em geral, usadas a anteceder a forma verbal (cf., por exemplo, «ꝛ *af* nõ quiſer téér», 1282 C 6; «ꝛ que *a* diuia teer eſte Johã Perez», 1302 L 30, etc.), podem ocorrer igualmente pospostas à forma verbal (cf. «ꝛ confirmo*a*», 1281 L 26; «dou*a* ꝛ outorgo*a*», 1286 L 28; «dou *as* et mando*as* ao cabidoo», 1414 L 42).

b) por outro, *lo* (1300 C 8; 1307 L 32; 1301 P 119; 1334 M 158; 1334 M 159, etc.), *llo* (1292 O 59, etc.), *los* (1274 O 53; 1433 O 79; 1290 P 106), *llos* (1414 L 42; 1454 DL 148, etc.), *la* (1257 L 20; 1307 L 32; 1312 O 63; 1303 M 153, etc.), *lha* (1287 DL 140: «para deſſa₤e*lha*»), *las* (1410 L 41, etc.), *laf* (1271 P 94; 1313 DL 144, etc.), *llas* (1296 P 111: «puſſuade*llas*»; 1298 P 113: «ꝛ demays deuedeſ laurar aſ vinas ꝛ téér aſ caſas en bóón eſtado ꝛ para*llas* bẽ»). A situação dos textos da Galiza é, no que se refere a este tipo de variantes, diferente da dos textos de Portugal. Nestes últimos, as formas com *l-* ocorrem sempre pospostas a uma forma verbal terminada em *-r* ou *-s* que, em muitos casos, se assimila à consoante inicial do pronome. Assim, as formas *lo, la, los, las* eram, já nessa época, alomorfos contextuais do pronome átono da terceira pessoa. Eis alguns dos exemplos recolhidos: «se algũa das partes uéér cõtra eſte emplazamento para brita*lo*, peyte aa parte outorgãteo quinhẽtos ſoldoſ» (1334 M 158), «bende*llos* e rremata*llos*» (1484 DL 150), «e ſe nos ou alguẽ da noſſa parte uéér contra eſta doaçõ para quebranta*la* peyte a uoſ (...)» (1303 M 153), «para deſſa₤e*lha*» (1287 DL 140), «e ſſe aſ quiſermos tãto por tãto, darde*laf* a nos ou a noſos ſuceſores» (1313 DL 144). Relativamente à Galiza, as formas iniciadas por *l-* nem sempre surgem pospostas à forma verbal e, ainda que o seu emprego seja frequente após palavra terminada em *-r* ou *-s*, elas surgem também noutros contextos. A língua falada na Galiza revelaria, portanto, uma feição mais conservadora do que a da zona portuguesa compreendida entre o Douro e o Minho. A norte

deste rio, mantêm-se ainda as formas pronominais *lo, la, los, las* noutros contextos em que vieram a ser substituídas pelas formas *o, a, os, as* tanto em galego como em português. Desse modo, na época a que se refere o presente estudo, as formas pronominais mais antigas, iniciadas por *l-*, usam-se não só depois de palavra terminada em *-s* e *-r* — cf., por exemplo, «compli*lo*» (1300 C 8), «ꝛ auemos*lo*» (1307 L 32), «vẽdemoſ *lo*» (1301 P 119), «quitamos*lo*» (1301 P 119), «damo*lo* ꝛ outorgamo*lo*» (1296 P 109), «laurarde*lo*») (1308 L 33), «pararde*lo*» (1308 L 33), «auede*llo*» (1287 O 57), «deuarde*lo*» (1299 P 116), «que poſan vender et deſbaratar os ditos meus bẽes et dar*los* por mjña alma» (1414 L 42), «ſe oſ noſ nõ podermos laurar, da*los* o abbade a quen nos laure» (1274 O 53), «aſy me obrigo a eles a pagar ꝛ a quita*los* a paz ꝛ a ſaluo» (1433 O 79), «mãdamos ende fazer eſta carta ꝛ ſééllar *la* cõ noſſo ſééllo colgado» (1307 L 32), «ꝛ agrauaſteſ *los*» (1290 P 106), «ca noſ la teſtamos a Deus» (1262 C 1), «ꝛ noſ *laſ* outorgamoſ» (1271 P 94), «ꝛ noſ *las* auemos por firmes» (1317 P 125), «fazemos *la* aſéélar» (1257 L 20), «teerdeſla» (1312 O 63), «fazerde*laſ*» (1283 L 27), etc. —, mas também noutros contextos. Nalguns casos, pode tratar-se de influência castelhana: creio que devem interpretar-se desse modo algumas formas registadas em textos dos séculos XV e XVI, caracterizados, aliás, por notória interferência do galego e do castelhano: «et *lo* escrjbjn» (1516 C 18), «ꝛ ſegund que por el ꝛ por nos outras en ſeu nome *lo* tragia» (1502 L 51), «medido por la medida dereyta da terra por donde *lo* solja pagar o dito Rodrigo de Quintãa Donega» (1502 L 51), «donde quera que yo *los* aya» (1516 C 18), «rrogé a Juan de Pumar et a frey Franciſco Manſo que *la* fyrmaſe» (1516 C 18), «ſegundo *las* eu trago» (1497 L 50), etc.

Mas formas materialmente idênticas, ainda que com outra explicação, surgem também em textos dos séculos XIII e XIV, em qualquer contexto: «de*lo* ante ca outre» (1290 O 58), «ꝛ eu dey*lo*» (1283 P 101), «ꝛ ſe nõ poderẽ que *lo* entregẽ do meu» (1290 O 58), «outorgo*la*» (1281 L 26), «cõple*laſ*» 'compre-as' (1290 O 58).

c) e, finalmente, *no, nos, na, nas* que ocorrem sempre depois de palavra terminada em nasal. A consoante inicial das antigas formas dos pronomes átonos *lo, la, los, las* assimila-se à nasal anterior e estas unem-se à palavra precedente. Trata-se, portanto, de um fenómeno de fonética sintáctica característico do galego-português (1) e do leonês (2). Seguem-se alguns

(1) Cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 253; J. Huber, *ob. cit.*, p. 151, § 330; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 152-153, § 143, 4; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 83-84.

(2) Sobre o leonês, veja-se R. Menéndez Pidal, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 87-89.

exemplos recolhidos: «dare*no*» (6.ª pes. do infin. flexionado + pron. pessoal) (1281 O 55), «leuarõ *no*» (1414 L 42), «ȝ nõ *no* querendo o dito moſteyro» (1407 P 133), «ȝ nõ *no* uenderedes» (1339 O 70), «ȝ uoſ nõ *no* querendo corregeר» (1339 O 70), «ȝ poſerõ*no* todo» (1331 M 156), «nõ deuẽ uẽder, obligar, nẽ appenhorar o dito caſal (...) nẽ *no* dar a noble caualeyro» (1334 M 159), «et non*nos* dando eles» (1414 L 42), «ſezero*no*ſ» (1287 P 103), «ſe oſ noſ nõ podermos laurar, dalos o abbade a quen *nos* laure» (1274 O 53), «téére*na*» 'terem-na' (1283 L 27), «e nõ *na* ha de pagar» (1454 DL 148), «et no*nas* agoardando» (1372 O 75), «et nõ *nas* agoardando» (1426 O 78), «ȝ nõ *naſ* poſſa vẽder» (1271 P 95), «nẽ *nas* dar a noble caualeyro nẽ poderoſo» (1334 M 158), «e tragerdes eſſas quebradas aſſunhadaſ e nõ*naſ* vẽderdes nẽ doardes (...)» (1313 DL 144). De modo esporádico, depois do advérbio *non*, ocorrem também as formas *o, a, os, as:* «ȝ nõ *as* aguardando» (1396 O 76).

Do pronome reflexo átono recolheu-se a forma *ſe* que pode apresentar a variante gráfica *ſſe*. Ambas as formas podem surgir antepostas à forma verbal ou, depois dela, como enclíticas: «ȝ *ſe* obligou» (1310 L 34), «en maneyra que *ſe* nõ percã» (1335 L 37), «et *ſe* acabou» (1414 L 42), «meterõ*ſe*» (1302 L 30), «ȝ parte*ſſe* o da Seuellada» (1310 L 34), «et torne*ſſe* (...)» (1450 L 44). Na função de dativo de interesse, e, portanto, com valor expletivo, registou-se uma vez a forma *xe*, característica do galego-português (1): «ȝ todo eſto per noſſo mordomo ſſaluo o afforado dante que *xe* ſſeya per ſſeu fforo» (1292 O 59).

As formas tónicas da terceira pessoa podem contrair-se com as preposições *con, de* e *en*. Como resultado da fusão da preposição *com* com as referidas formas pronominais recolheram-se apenas os seguintes exemplos: *conel* (1497 L 50), *connel* (1502 L 51). A par destas, surgem também formas sem contracção: *cõ el* (1320 P 128), *cõ elles* (1348 O 72), *con ele* (1309 DL 142).

As formas pronominais ligadas à preposição *de* formam as seguintes contracções: *del* (1351 C 13; 1367 C 14; 1385 C 15; 1399 C 16; 1404 L 38; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1285 O 56; 1290 O 58; 1302 O 60; 1301 P 119; 1318 P 127; 1331 M 156; 1331 M 157; 1335 M 160; 1401 M 163; 1401 M 164, etc.), *dele* (1313 DL 143), *delle* (1432 P 135; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1484 DL 150), *delhe* (1302 P 120) (2), *delles* (1316 L 36; 1335 L 37;

---

(1) Cf. José Joaquim Nunes, *ob. cit.*, p. 240; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 155, § 143, 7; J. Huber, *ob. cit.*, p. 152, § 331; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 111.

(2) Sobre o emprego do grafema composto *lh* na transcrição da lateral alveolar, veja-se o que escrevi nas p. 495-496 e p. 500 do presente trabalho.

1454 DL 148; 1484 DL 150, etc.), *delle∫* (1290 P 106, etc.), *deles* (1300 C 8; 1367 C 14; 1310 L 34; 1414 L 42; 1450 L 44; 1502 L 51; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1327 M 155; 1334 M 158, etc.), *dele∫* (1302 L 30; 1290 O 58; 1313 O 64; 1322 O 67; 1345 DL 146, etc.), *delhe∫* (1282 DL 137). Com carácter esporádico surgem também formas resultantes da combinação da referida preposição com o pronome de tipo castelhano *ellos: dellos* (1502 L 51). A forma *delos* — (cf. «et as quantias et mãdas *delos* fon grandes», 1414 L 42) — tanto pode ser o resultado da contracção da preposição *de* com a forma mais arcaica do pronome pessoal proveniente do acusativo ILLOS, ainda documentada nalguns textos antigos (1), como interpretar-se do mesmo modo que a forma anteriormente citada. Aliás, o texto em que se encontra inserida revela outros vestígios da influência do castelhano sobre a língua do notário.

Quanto a formas femininas, encontram-se as seguintes: *della* (1333 C 10; 1286 L 28; 1281 O 55; 1372 O 75; 1290 P 106; 1317 P 126; 1411 M 167; 1416 M 168, etc.), *dela* (1269 C 4; 1434 C 17; 1308 L 33; 1410 L 41; 1450 L 44; 1313 O 64; 1396 O 76; 1271 P 94; 1506 P 136; 1334 M 158, etc.), *delha* (1317 M 154) (2), *dellas* (1316 L 36; 1372 O 75; 1290 P 106; 1317 P 125; 1325 P 130; 1448 DL 147; 1404 M 165), *delhas* (1317 M 154), *delha∫* (1317 M 154) (3), *delas* (1351 C 13; 1434 C 17; 1310 L 34; 1414 L 42; 1292 O 59; 1345 M 161, etc.), *dela∫* (1283 L 27; 1313 DL 144, etc.). A forma *dilla∫*, registada uma só vez num texto de meados do século XIII — 1262 C 2 —, é seguramente um arcaísmo ou mesmo um latinismo (4).

Da união da preposição *em* com as formas tónicas da 3.ª pessoa do pronome pessoal resultaram as seguintes contracções: *enel* (1475 L 48; 1502 L 51; 1500 O 90; 1407 P 133; 1506 P 136; 1315 DL 145, etc.), *ẽele* (1289 DL 141), *ééle* (1282 DL 137; 1284 DL 138), *neel* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *enela* (1281 L 26; 1500 O 90), *enela∫* (1281 L 26). A par destas formas, surgem também outras sem contracção: *em ele* (1407 M 166), *en ele* (1334 M 158; 1334 M 159; 1407 M 166), *em elle* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149), *em elles* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *em eles* (1335 M 160), *ẽ elle∫* (1317 M 154), *ẽ ela* (1327 M 155), *ẽ ella* (1281 M 152), *en ella* (1298 L 29; 1310 L 34; 1310 L 35; 1285 DL 139), *en ela* (1278 L 25; 1310 L 34; 1303 M 153), *en ella* (1285 DL 139), *en ella∫* (1282 C 6), *en elas* (1334 M 158 (5).

---

(1) Recorde-se o que foi dito na nota 5 da p. 665.

(2) Veja-se a nota 2 da p. 672.

(3) Veja-se a nota 2 da p. 672.

(4) Foi já atrás (cf. p. 665) assinalada a existência do pronome *illa∫* no mesmo documento.

(5) Não pode também excluir-se a hipótese de que, apesar de as duas formas estarem graficamente separadas, na língua falada houvesse ligação da preposição à forma prono-

Podem os pronomes átonos da terceira pessoa combinar-se com as formes não acentuadas da primeira, segunda e terceira pessoas do singular ou do plural. Quanto a formas da primeira pessoa, recolheram-se os seguintes exemplos: *mo* (1315 O 66; 1348 O 72; 1325 P 130), *mos* (1290 P 106), *nolo* (cf. *dardenolo*, segunda pessoa do plural do infinitivo flexionado + pron. *o*, 1299 P 116), *nollos* (cf. «ꝛ que *nollos* ajude a mãtéér», 1335 L 37), *nolos* (1281 M 151: «quãdo *nolos* demãdardeſ»), *nola* (1313 O 64: «ꝛ ſe uola algẽ teſtar que *nola* nõ poſſadeſ entregar»), *nolas* (1296 P 110: «ꝛ dos que *nolas* leixarum»). Não se encontra representada nos textos estudados a combinação de formas da terceira pessoa com a segunda do singular; registaram-se, pelo contrário, vários exemplos relativos à segunda pessoa do plural: *uoſlo* (1351 C 13: «*douuoſlo*»), *uollo* (1329 C 9: «damos *uollo*»; 1329 C 9: «fazer *uollo*»; 1329 C 9: «damos *uollo*»; 1274 O 53: «vendo*uolla*»; 1329 C 9: «et ſſe *uollo* alguẽ enbargar»), *uolo* (1317 P 126: «dou*uolo*»; 1320 P 128: «deuo*uolo* eu a quitar»; 1310 L 34: «dou *uolo*»; «fazer *uolo*»; 1407 L 40: «aſi *uolo* outorgamos»; 1301 P 119: «que nonca *uolo* poſſamos demãdar»), *uolos* (1290 P 106: «ꝛ peço *uolos*»), *uolla* (1282 C 7; 1310 L 35; 1274 O 53: «vendo*uolla*»), *uola* (1313 O 64: «ꝛ ſe *uola* algẽ teſtar»; 1339 O 70: «que *uola* tollã»; 1433 O 79: «ꝛ nos obrigamos a *uola* fazer de paz ꝛ nõ *uola* fazendo de paz (...)»; 1301 P 119: «a todo tẽpo que *uola* alguẽ demãde»; 1307 L 32: «de *uola* fazermos ſempre de paz»; 1333 C 10: «dou*uola*»; 1308 L 33: «vendo *uola*»), *uollas* (1317 P 125: «que lleuedes o feitio dellas ou *uollas* conpren o dito moeſteyro a uoſſa uoontade»), *uolaſ* (1302 P 121: «damoſ *uolaſ*»), *uolas* (1307 L 32; 1345 M 161: «e ſſe alguẽ veer que *uolas* queira demãdar»; 1345 M 161: «nos obrigamos a *uolas* defender»).

No que diz respeito a formas átonas da terceira pessoa combinadas com as formas átonas de complemento indirecto, assinalaram-se os seguintes exemplos: *llo* (1310 L 34: «ca *llo* tiñamos nos ia dado»; 1414 L 42: «mãdo que *llo* den»; 1299 P 114: «mãdo ꝛ outorgo que *llo* paguẽ»; 1281 O 55: «porque *llo* deuia»; 1292 O 59: «que *llo* den ante que ao outro»; 1414 L 42: «paguen*llo*»; 1290 P 106: «ꝛ eu dei*llo* de meu offizio»), *lho* (1315 DL 145: «que *lho* tornaſſe en pobrica forma»; 1448 DL 147: «e *lho* enparará e defenderá»; 1454 DL 148: «e *lho* enprazou»; 1454 DL 148: «e *lho* emparará e defenderá»; 1484 DL 150: «ꝛ *lho* ẽprazarã com todas ſuas caſas»; 1317 M 154: «ꝛ outorgo*lho* de mha parte ꝛ damho*lho* ꝛ outorgamo*lho* que o nũqua poſſamoſ reuogar»), *llos* (1414 L 42: «que *llos* paguẽ», «por que llos pague»; 1302 O 61: «quito*llos*»), *lloſ* (1281 O 55), *llus* (1302 O 61: «ꝛ mãdo que *llus* entreguẽ»), *lla* (1367 C 14; 1414 L 42), *llaſ* (1278 P 96), *llas* (1450 L 44: «diſo

---

minal. Contudo, o facto de, por vezes, a preposição terminar em *-m* faz pensar que nalguns casos a contracção não existiria.

que *llas* mandaua dar»; 1299 P 114: «do*llas*»), *laſ* (1302 L 30: «z eſtaſ treſ oytauaſ de milo outroſi que *laſ* dé cada ano (...)»; 1302 L 30: «z ſe nõ ueer milo, que *laſ* dé de ceueyra», etc.) (1).

A par das formas indicadas, usam-se, em textos da Galiza, outras em que não ocorreu a fusão dos dois pronomes átonos: *nos la* (1475 L 48: «que *nos la* fagã dar, gardar e cõplir»; 1475 L 49: «que *nos la* fagã teer z gardar»), *uos lo* (1367 C 14: «que *uos lo* nõ tolla o abbade»; 1367 C 14: «z nos fazermos *uos lo* de paz»), *vos lo* (1453 L 45: «aſy (?) *vos lo* damos e outorgamos»; 1502 L 51: «aſy *vos lo* outorgamos»), *vos las* (1475 L 48), *uoſ las* (1289 P 105: «que *uoſ las* uendo»). É possível que a maior parte destas formas, sobretudo as que correspondem a textos dos séculos XV e XVI, resultem da influência castelhana.

4. *Pronomes possessivos*

Contrariamente ao que foi referido relativamente aos pronomes pessoais, as formas de possessivo, em galego-português, representam unicamente as formas de acusativo do latim (2).

O sistema de pronomes possessivos de um só possuidor utilizado nos textos analisados é o seguinte:

1.ª pessoa: masc.: *meo* (1414 L 42; 1404 M 165), *meu* (1262 C 1; 1265 C 3; 1282 C 6; 1300 C 8; 1329 C 9; 1333 C 10; 1298 L 29; 1308 L 33; 1310 L 34; 1410 L 41; 1281 O 55; 1280 P 97; 1280 P 98; 1325 P 130, etc.; 1309 DL 142; 1327 M 155; 1348 M 162, etc.); *meus* (1333 C 10; 1351 C 13; 1367 C 14; 1385 C 15; 1310 L 34; 1414 L 42; 1459 L 46; 1475 L 49; 1502 L 51; 1274 O 53; 1292 O 59; 1302 O 61, etc.), *meuſ* (1269 C 4; 1258 L 21; 1310 L 34; 1281 O 55; 1290 O 58; 1313 DL 143, etc.); fem.: *ma* (1290 O 58, vários exs.; 1269 P 93; 1271 P 95; 1278 P 96; 1289 P 105; 1301 P 119; 1285 DL 139, etc.), *mha* (1299 P 114; 1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1315 DL 145; 1281 M 152; 1303 M 153, 1317 M 154, etc.), *mia* (1255 L 19; 1258 L 21; 1258 L 22; 1286 L 28; 1335 L 37; 1281 O 55; 1302 O 61; 1280 P 98; 1296

(1) As formas do tipo *mo, ma, to, ta, llo* (ou *lho*) e *lla* (ou *lha*), provenientes da fusão de dois pronomes átonos, são exclusivamente galego-portuguesas. A sua formação depende da anterior perda de *l-* do pronome átono da terceira pessoa, o que só acontece no domínio linguístico galego-português. Ainda no português e galego actuais continuam a existir formações desse tipo.

(2) Sobre a evolução do sistema de possessivos do latim para o sistema correspondente em português, veja J. MATTOSO CÂMARA JR., *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1976, p. 99-101.

P 110, etc.), *mja* (1281 L 26; 1315 O 66; 1372 O 75, etc.), *mja* (1298 L 29), *mya* (1269 C 4; 1292 O 59; 1302 P 121; 1302 P 122, etc.), *mia* (1333 C 10; 1351 C 13; 1267 O 52; 1280 P 98; 1302 P 122), *mj̃a* (1315 O 66; 1367 O 74; 1424 O 77; 1419 P 134, etc.), *mina* (1281 C 5; 1300 C 8; 1310 L 35; 1281 O 55; 1288 P 104; 1305 P 123; 1322 P 129, etc.), *miña* (1262 C 1; 1310 L 34; 1414 L 42; 1318 P 127; 1320 P 128, etc.), *mjna* (1399 C 16; 1516 C 18; 1405 L 39; 1474 L 47; 1348 O 72; 1407 P 133, etc.), *myna* (1307 L 32; 1290 P 106; 1325 P 130, etc.), *mj̃na* (1399 C 16), *myña* (1308 L 33; 1292 O 59; 1500 O 90), *mjña* (1434 C 17; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1348 O 71; 1333 P 131; 1506 P 136, etc.), *miña* (1500 O 90), *minha* (1299 P 114), *mjnha* (1404 M 165; 1411 M 167; 1416 M 168, etc.). No plural registam-se formas idênticas às do singular, caracterizadas simplesmente pela presença de *-s: meas* (1404 M 165), *mhas* (1299 P 114; 1309 DL 142; 1298 P 113), *mas* (1301 P 119), *maſ* (1290 O 58), *mias* (1300 C 8, etc.), *miaſ* (1274 L 24; 1281 O 55), *mjas* (1419 P 134), *myas* (1497 L 50), *mj̃as* (1497 L 50), *mỹas* (1497 L 50), *miñaſ* (1262 C 2), *mjnas* (1442 L 43; 1453 L 45; 1407 P 133), *mynas* (1325 P 130), *mjñas* (1434 C 17; 1414 L 42; 1348 O 71, etc.). De modo totalmente isolado regista-se a forma *mi* num documento da Galiza do fim do século XIII: «por *mi* alma» (1281 O 55).

2.ª pessoa: fem.: *tua* (1258 L 23).

3.ª pessoa: masc.: *ſeu* (1262 C 2; 1367 C 14; 1385 C 15; 1335 L 37; 1267 O 52; 1282 P 100; 1419 P 134; 1309 DL 142, etc.), *ſſeu* (1385 C 15; 1335 L 37; 1333 O 68; 1290 P 106; 1315 DL 145; 1327 M 155, etc.), *seu* (1345 M 161, etc.), *ſou* (1262 C 1; 1265 C 3; 1269 C 4; 1257 L 20) (1); *seus* (1450 L 44), *ſeus* (1351 C 13; 1450 O 44; 1334 O 69; 1396 O 76; 1281 P 99; 1432 P 135; 1472 DL 149; 1303 M 153, 1327 M 155, etc.), *ſeuſ* (1269 C 4; 1258 L 21; 1302 L 30; 1310 L 34), *ſſeus* (1334 C 11; 1310 L 35; 1335 L 37; 1315

---

(1) As formas *ſou, ſouſ* usam-se apenas como determinativos; nunca surgem em função predicativa. Registadas apenas em documentos galegos de meados do século XIII, essas formas de possessivos devem representar a continuação do lat. SŪUM, SŪOS. Formas análogas de claro sabor arcaico, não substituídas ainda pelas formas analógicas *seu* e *teu*, vivem nos falares fronteiriços de Trás-os-Montes, em geral apenas na geração dos mais velhos: cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 227. Mantêm também a antiga forma *sou* algumas variedades do leonês ocidental, entre as quais se inclui o mirandês. A esse propósito, veja-se MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo, 1962, p. 95-97; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, Lisboa, 1900, p. 363. Alguns vestígios da forma *sou* encontram-se nalgumas poesias dos cancioneiros trovadorescos. Contudo, nessa época, era já muito mais frequente a forma analógica *seu*. Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 170, § 344; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 85, s.u. *seu*.

DL 145; 1472 DL 149, etc.), *ffeuſ* (1315 DL 145), *fouſ* (1269 C 4) (1); fem.: *ſa* (1262 C 2; 1302 L 30; 1287 O 57; 1290 O 58; 1322 O 67; 1301 P 119; 1302 P 121, etc.), *ſha* (1289 DL 141), *ffa* (1302 O 61; 1302 P 120; 1287 DL 140; 1313 DL 144; 1315 DL 145; 1303 M 153; 1317 M 154, etc.), *ſua* (1262 C 2; 1282 C 7; 1300 C 8; 1344 C 12; 1257 L 20; 1281 L 26; 1302 L 30; 1307 L 32; 1310 L 34; 1315 O 66; 1281 P 99; 1484 DL 150, etc.), *sua* (1450 L 44; 1474 L 47), *ffua* (1333 C 10; 1334 C 11; 1335 L 37; 1453 L 45; 1459 L 46; 1348 O 71; 1302 P 122, etc.). São idênticas as formas do plural: *ſas* (1295 P 107 (2); 1303 M 153), *ſaſ* (1287 DL 140), *ſuaſ* (1265 C 3; 1278 L 25; 1285 O 56, etc.), *ſuas* (1298 L 29; 1306 L 31; 1308 L 33; 1405 L 39; 1502 L 51; 1401 M 163; 1407 M 166; 1416 M 168, etc.), *suas* (1404 M 165), *ffuas* (1292 O 59; 1302 O 61; 1448 DL 147, etc.).

Paralelamente ao emprego — já atrás assinalado (3) — do pronome pessoal *vos* para a segunda pessoa do singular, surgem também com bastante frequência os possessivos *nosso* e *vosso* referidos a um só possuidor. Ao plural de cortesia, usado nas referidas fórmulas de tratamento, não podiam deixar de corresponder as formas do pronome possessivo referentes à primeira e segunda pessoas do plural. Desse modo, ocorrem em textos de Portugal e da Galiza casos numerosos do uso de *nosso* e *vosso* referidos a um só possuidor: «sabeã quantos eſte eſtormento de aforamento vyrẽ commo nos, dom Johã, abbade do moſteyro de Santa Maria da Frãqueyra, eſtãdo enna craſta do dito moſteyro cõ o *noſſo* conuẽto preſente et outorgãte (...) damos a foro a uos, Martin Domingueσ, (...) et a *uoſſa* moller Aldõça Eſteues (...)» (1432 P 135); «sabeam quantos eſta carta uirem commo nos Don frey Johan, por la graça de Deus biſpo de Lugo, fazemos tal ueruo ⁊ tal emprazamento cõ uoſco Méén Perez de Frãcos ⁊ cõ *uoſſa* moller Tereyga Afonſo (...), conuẽ a ſſaber que uos damoſ o *noſſo* caſal do Caruallal que he ſu ſigno de San Saluador de Martim (...). Et nos, o biſpo ſobredito, a mayor firmidũe mãdamos ſeellar eſta carta de *noſſo* ſééllo colgado» (1308 L 33); «sabhã todos que Don Gonçalo, peſa mercéé de Deus ⁊ da Santa Eigreia de Roma, arçebiſpo de Bragáá, nõ como arcebiſpo, mais como Gonçalo Pereira, fazemos *noſſo* procurador ſpeçial meſegeiro Geruas Martijz (...)» (1348 M 162); «(...) enprazamoſ a uos, Steuã Iohanes, e a *uoſſa* molher, Maria Leda, (...) todalaſ quebradaſ que o dito moneſteyro ha ena dita fregeſia (...)» (1313 DL 144), etc. O emprego de *vosso* aplicado a uma só pessoa é talvez mais expressivo do que o de *nosso* que, quando

(1) Veja-se o que escrevi na nota anterior.

(2) Na mesma frase, alternam as formas *ſas* e *ſuas* em função determinativa: «cõ *ſuas* caſas ⁊ con todaſ *ſas* bẽfeytoriaſ» (1295 P 107).

(3) Veja-se o que sobre o assunto escrevi na p. 665.

usado relativamente a abades e bispos, pode incluir-se na categoria do plural de majestade.

O sistema de vários possuidores representado nos textos submetidos a análise é o seguinte:

1.ª pessoa: masc.: *noso* (1453 L 45; 1474 L 47; 1475 L 48, etc.), *noſo* (1450 L 44; 1475 L 49; 1372 O 75; 1506 P 136; 1404 M 165, etc.), *noſſo* (1329 C 9; 1334 C 11; 1257 L 20; 1287 DL 140; 1345 DL 146; 1303 M 153, etc.); fem.: *noſa* (1278 L 25; 1372 O 75; 1424 O 77; 1284 DL 138, etc.), *noſſa* (1262 C 1; 1300 C 8; 1257 L 20; 1286 L 28; 1312 O 63; 1289 P 105; 1295 P 108; 1284 DL 138; 1287 DL 140, etc.). Para o plural recolheram-se formas análogas: *noſſos* (1329 C 9; 1257 L 20; 1307 L 32; 1310 L 34; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1345 DL 146, etc.), *noſſoſ* (1286 L 28), *noſoſ* (1269 C 4), *noſos* (1313 DL 143, etc.), *nosos* (1475 L 48); *noſas* (1410 L 41; 1414 L 42; 1475 L 48; 1404 M 165, etc.), *noſaſ* (1278 L 25), *noſſaſ* (1282 C 7, etc.), *noſſas* (1262 C 1; 1269 C 4; 1329 C 9; 1367 C 14; 1296 P 110; 1284 DL 138; 1416 M 168, etc.), *nosſas* (1262 C 1).

2.ª pessoa: masc.: *uoſo* (1298 L 29), *voſo* (1302 P 121), *uoſſo* (1285 O 56; 1307 O 62, etc.), *uoſos* (1313 DL 143, etc.), *uoſſos* (1308 L 33, etc.), *uoſſoſ* (1265 C 3; 1286 L 28, etc.); fem.: *uoſa* (1351 C 13; 1257 L 20, etc.), *voſa* (1396 O 76; 1403 P 132), *vosa* (1459 L 46), *uoſſa* (1269 C 4; 1282 C 6; 1333 C 10; 1257 L 20; 1258 L 23; 1281 L 26; 1308 L 33; 1310 L 34; 1313 DL 143; 1313 DL 144, etc.), *uoſas* (1399 C 16; 1298 L 29; 1313 DL 144, etc.), *voſſas* (1302 O 60; 1416 M 168, etc.), *uoſſaſ* (1286 L 28, etc.), *uoſſas* (1351 C 13; 1313 DL 143, etc.), *uoſaſſ* (1302 P 121).

3.ª pessoa: masc.: *ſeu* (1300 C 8; 1283 L 27; 1302 L 30; 1414 L 42), *ſeus* (1414 L 42; 1506 P 136, etc.), *ſeuſ* (1258 L 21, etc.), *seus* (1497 L 50; 1345 M 161), *ſſeus* (1472 DL 149); fem.: *ſa* (1283 L 27; 1334 M 158; 1334 M 159, etc.), *ſſa* (1313 DL 144, etc.), *ſua* (1410 L 41, etc.), *ſu* (1334 M 158) (1), *ſas* (1334 M 158; 1334 M 159), *ſſuas* (1351 C 13, etc.), *ſuas* (1434 C 17; 1414 L 42; 1506 P 136).

A par das formas de tipo galego-português, oferecem os documentos da Galiza algumas de tipo castelhano: elas surgem apenas em textos dos séculos XV e XVI (2). Eis algumas das formas registadas: *mj* 'meu' (1516 C 18: «deyo en *mj* rregiſtro»; «puſe aquj eſte *mj* nõbre»), *mjſ* 'meus' (1502

(1) A referida forma pronominal aparece no seguinte contexto: «(...) aa hũa peſſoa depos eles que ſeia da *ſu* cõdiçõ deles».

(2) Apenas num documento do século XIII, 1281 O 55, registei a forma *mi* (cf. «por *mi* alma») que, neste caso, pode ter outra explicação. Também não é improvável que tenha ocorrido a crase da vogal final do pronome *mia*, várias vezes assinalado no texto, com a vogal inicial do substantivo.

L 51: «eſtes *mjſ* nõbre z signo»), *ſu* 'seu' (1516 C 18: «et *ſu* notario publico»), *ſus* 'seus' (1500 O 90: «con *ſus* anexos»; 1516 C 18: «et en todos los *sus* rreynos»); *ſu* 'sua' (1516 C 18: «en la *su* corte», «de *ſu* Alteza»; 1499 O 89: «por mãdado de *su* señoria»), *la suya* (1453 L 45: «para cada parte *la suya*»), *nueſtro* (1502 L 51; 1473 O 80), *nueſtra* (1516 C 18), *nueſtros* (1499 O 89) (1). Algumas destas formas, possivelmente por influência do uso galego-português do artigo definido, vão precedidas de artigo: «en *la su* corte» (1516 C 18), «et en todos *los sus* rreynos» (1516 C 18).

Conheceu o antigo galego-português uma diferença entre formas femininas tónicas (ou absolutas) e átonas (ou conjuntas). Essa distinção acabou, mais tarde, por perder-se, em prejuízo das formas átonas (2). Os textos estudados revelam ainda a sobrevivência das formas átonas femininas *(ma, mha, ſa, ſha, ſſa, ſas, ſaſ)* durante o século XIII e inícios do século XIV; contudo, já desde essa época, as formas tónicas têm tendência para substituir as átonas, começando a surgir em qualquer contexto (3). Em consequência dessa evolução no emprego dos dois tipos de formas, o português e o galego actuais não conhecem essa distinção: usam sempre as mesmas formas — historicamente representantes das antigas formas tónicas — em qualquer situação contextual.

No que se refere à posição do pronome possessivo, quando usado em função determinativa, ele surge, de modo quase geral, anteposto ao substantivo. Em vários documentos da Galiza, há também alguns casos de pos-

---

(1) Observe-se que a forma do pronome referente à primeira pessoa do plural aparece, nos textos indicados, sempre de forma abreviada: $\overline{nro}$, $\overline{nra}$, $\overline{nros}$. Essas abreviaturas foram desdobradas em *nueſtro, nueſtra, nueſtros*, por não me parecer muito provável a existência de formas do tipo *noſtro, noſtra, noſtros* em textos dos séculos XV e XVI. A natureza dos documentos em que ocorrem, profundamente afectados pela influência castelhana, e o período tardio em que se situam, falam a favor dessa reconstituição. É certo que a forma *nostro* existiu em antigo galego-português, mas apenas na expressão *Nostro Senhor*, referida a Deus, ou por latinismo, devido à influência da língua eclesiástica, ou por leonesismo. Cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 156, § 144; JOSÉ J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 243; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 170, § 344. Sobre a existência de formas com *-str-* em leonês, veja-se E. STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 278-279.

(2) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 240; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 169, § 344; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 155, § 144.

(3) Apesar da progressiva substituição das formas átonas pelas tónicas em posição proclítica, ainda em textos do século XV é possível encontrar vestígios daquele tipo de formas. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 241-242.

posição do pronome relativamente ao substantivo: «por alma *mĩa*» (1267 O 52), «d'outro terreo *meu*» (1310 L 34), «Domingo Eanes, yrmão *ſeu*» (1267 O 52), «z final *meu* y pugj» (1283 P 101). É provável que, à semelhança do que acontece, por vezes, no português actual (1) e no galego (2), a posposição do pronome tivesse valor enfático: ela não parece ser determinada pela estrutura da frase (3).

Uma outra particularidade de carácter sintáctico que importa pôr em relevo diz respeito ao emprego ou omissão do artigo definido antes dos pronomes possessivos. Na língua do período que nos ocupa, o pronome possessivo em função determinativa podia usar-se com ou sem artigo definido. Essa oscilação, que caracterizava a língua da época, reflectia-se na linguagem do mesmo notário. Assim, é possível encontrar no mesmo documento formas com e sem artigo. No documento 1302 O 60 aparece, por um lado, «do *noſſo* caſſar» e, por outro, «per *noſſo* moordomo», «en que morou *uoſſo* padre». O emprego do artigo definido é largamente superior à sua omissão (4). Há, contudo, alguns casos em que, de um modo geral, o pronome possessivo não vai precedido de artigo. Assim, por exemplo, com as formas átonas femininas do pronome possessivo, é frequente a omissão do artigo: «en logo de *ſa* filla» (1285 DL 139), «e o praço ficar en *ſa* forteleça» (1287 DL 140, «(...) fiquen en *ſſa* firmydõe» (1313 DL 143), «para a ela auer en todo tenpo de *ſſa* vida» (1348 M 162), «dizia que as ditas herdades erã de *ſa* auoẽga» (1331 M 156), «(...) z cõ *ſas* aguas» (1327 M 155), «dou *ma* alma a Deuſ» (1290 O 58), «para cõplir eſta *ma* manda» (1290 O 58), «fazo por *ma* alma» (1271 P 95), etc. Há, porém, alguns exemplos do uso do artigo definido com as mesmas formas pronominais. O documento 1290 O 58 oferece alguns casos desse emprego: «mando (...) *a ma* azemella», «mando (...) *a ma* gorgeyra», «mando (...) *a ma* ſaya uedra», «mando *a ma* capa»,

---

(1) Sobre os casos em que, em português, o pronome possessivo pode seguir o substantivo, veja-se PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. 3.ª edição, Madrid (Editorial Gredos), 1971, vol. II, p. 176-177. Por vezes, a posposição é condicionada pela estrutura da frase; noutros casos, trata-se de um recurso de carácter estilístico: o pronome adquire, então, valor enfático.

(2) Sobre a possibilidade de, em galego, o pronome possessivo seguir o substantivo, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição, Vigo (Galaxia), 1970, p. 250.

(3) Como foi referido na nota 1 desta página, há casos em que, no português actual, a estrutura da frase leva à colocação do pronome possessivo após o substantivo que determina. Para uma ideia completa desses casos, veja-se PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. II, p. 176-177.

(4) Observe-se, porém, que, segundo Huber, nos textos antigos, os pronomes possessivos se usam a maior parte das vezes sem artigo. Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 171, § 345.

«mando *a ma* loriga», «et mãdo que *pela ma* cuba (...)», «ȝ *aſ maſ* geoleyraſ». Seguem-se exemplos registados noutros documentos: «aya *a ma* maldizõ» (1271 P 95), «dou ȝ outorgo pera ſenpre (...) *a ma* vina de Fferreyroſ» (1278 P 96).

Em geral, também não se emprega o artigo definido quando o pronome possessivo vai precedido das formas do pronome indefinido *todo(s)*, *toda(s)*: «cõ *ſuas* caſas ȝ con todaſ ſas bẽfeytoriaſ» (1295 P 107), «e cõ todaſ *ſaſ* entradas e cõ todas *ſaſ* heyxidaſ» (1284 DL 138), «cõ todaſ *ſaſ* entradaſ e cõ todaſ *ſaſ* heyxidaſ (...) e cõ todaſ *ſaſ* pertéé&aſ» (1287 DL 140), «e cõ todas *ſas* pertéénças» (1303 M 153), «cõ toda *ſſa* bẽfeytorya» (1313 DL 143), «cõ toda *ſa* bẽfeytoria» (1334 M 158), «com todas *ſuas* perteenças» (1454 DL 148), «com todas *ſuas* caſas» (1472 DL 149), «cõ toda *ſa* bẽfeytoria» (1334 M 159), «ȝ por todas *ſuas* vozes» (1401 M 164), «ȝ a todas *voſſas* vozes» (1416 M 168). Menos frequentemente surgem também algumas construções com artigo definido: «toda *a mia* erdade» (1278 L 25), «todo*los* meus béés» (1302 O 61), «a uos dito dom Gonçalo ȝ a todo*los uoſſos* soceſſores» (1331 M 157), «cõ todoſ *oſ ſeus* dereytos» (1303 M 153).

Predomina igualmente a ausência do artigo definido antes de substantivos perfeitamente individualizados, como são os que designam nomes de parentesco. Caracterizava já a língua da época uma certa flutuação, análoga à do português (1) e do galego actuais (2), no que se refere ao uso do artigo definido antes de nomes de parentesco próximo. A par das construções, muito frequentes, sem artigo definido, ocorrem também exemplos de construções com artigo: *a)* «por *ſa* filla» (1262 C 2), «de *ſouſ* yrmãoſ» (1269 C 4), «por *ſua* moller» (1344 C 12), «ȝ de *ſua* moller» (1399 C 16), «de *ſou* padre» (1257 L 20), «de *ſou* tyo» (1257 L 20), «que lle dẽ *ſeuſ* filloſ» (1258 L 21), «a *uoſoſ* filoſ e filaſ e a *uoſoſ* netoſ e netaſ» (1283 L 27), «Pedro Perez ȝ *ſua* muler» (1302 L 30), «nos ȝ *noſſo* ffillo» (1285 O 56), «en que morou *uoſſo* padre» (1302 O 60), «que vos ȝ *voſa* moller (...)» (1506 P 136), «de parte de *noſſo* padre» (1287 DL 140), «pola bẽeçõ de *ſeu* padre e de *ſa* madre» (1309 DL 142), «per ſuçeſſom de *ſeu* padre» (1345 DL 146), «cõ mjnha molher» (1404 M 165), «cõ *mjnha* molher» (1416 M 168), etc.; *b)* «*do* dito *ſeu* padre» (1333 C 10), «et avendo vos ou *a* dita *voſa* moller» (1506 P 136), «de parte

---

(1) PILAR VÀZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. II, p. 132. Sobre as possíveis explicações da convivência dos dois tipos de construcção *meu pai, o meu pai* na linguagem falada, veja-se HARRI MEIER, *Meu pai — O meu pai. O artigo antes de adjectivo possessivo + nome de parentesco na linguagem falada.* In: *Boletim de Filologia*, vol. IX, fasc. II, Lisboa, 1948, p. 175-190.

(2) R. CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição, Vigo (Galaxia), 1970, p. 248.

do dito *noſſo* padre (...)» (1287 DL 140), «e *da* dita *noſſa* madre» (1287 DL 140).

No que diz respeito às formas da terceira pessoa, a noção de possessividade pode exprimir-se por outros processos, além dos pronomes indicados: os pronomes *ſeu, ſua* podiam referir-se a diferentes pessoas *(dele, dela, deles, delas)*. Essa ambiguidade dos pronomes da terceira pessoa cujas formas eram iguais quando referidos a um ou a vários possuidores, do género masculino e feminino (1), conduziu à expressão da possessividade por outros processos, um dos quais consistia na substituição do pronome possessivo da terceira pessoa pelo pronome pessoal regido da preposição *de:* «e dem ende en cada hũu anno aa dita capela e ao aminiſtrador *dela* noue mrs. uelhos de portugueſes» (1334 M 159), «(...) per poder que auia de dom Gonçale Anes de Briteiros, alferiz do jnfante dom Pedro, ⁊ de dona Maria, ſa molher, ⁊ ẽ nome *deles* meteu ẽ poſſe corporal Gonçale Steuez (...)» (1335 M 160), etc. (2). Por outro lado, surge também com relativa frequência a expressão possessiva pleonástica, que associa o emprego do possessivo da terceira pessoa ao do pronome pessoal regido pela preposição *de:* «(...) ⁊ a *ſua* morte *delles* que ficaſſe hu eu mandaſſe» (1299 P 114), «en *ſeu* nome *dela*» (1345 DL 146), «(...) en *ſeu* logo *deleſ*» (1345 DL 146), «per ſuceſſom de *ſeu* padre ⁊ de *ſſa* madre *dela*» (1345 DL 146), «(...) ſe acaeçer que ſeia de *ſa* cõdiçõ *deles*» (1334 M 158), «emplazou (...) aa hũa peſſoa depos eles que ſeia da *ſu* cõdiçõ *deles*» (1334 M 158), «(...) e a hũa peſſoa depos eles que ſeia da *ſa* cõdiçõ deles» (1334 M 159), «(...) ſaluãdo a atal ſe acaeçer que ſeia da *ſa* cõdiçõ *deles*» (1334 M 159), «⁊ em *ſeu* nome *del*» (1335 M 160), etc. (3).

---

(1) Em português e galego actuais, a ambiguidade das formas *seu, sua* é ainda maior, porque podem, além disso, referir-se à segunda pessoa de cortesia. Cf. J. Mattoso Câmara Jr., *Estrutura da língua portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Editora Vozes), 1973, p. 111; Ricardo Carballo Calero, *ob. cit.*, p. 142; Manuel Taboada, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 120.

(2) É interessante comprovar que a utilização das formas *dele, dela, deles, delas* com valor possessivo já se verificava no antigo galego-português. Este processo mantém-se ainda actualmente em português. Cf. J. Mattoso Câmara Jr., *ob. cit.*, p. 111.

(3) Para outros exemplos da língua antiga, veja-se J. Huber, *ob. cit.*, p. 170, § 344; Augusto Epifânio da Silva Dias, *Sintaxe histórica portuguesa*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970, p. 74-75.

O português do Brasil reforça com frequência as formas da 3.ª pessoa do pronome possessivo com as expressões *dele(s), dela(s)*, quer tendo em vista maior clareza, quer com valor enfático. Cf. Celso Cunha, *Gramática do português contemporâneo*. 5.ª edição revista. Belo Horizonte (Editora Bernardo Álvares), 1975, p. 229.

5. *Pronomes demonstrativos*

Da leitura e análise dos textos publicados no capítulo I do presente trabalho depreende-se que os demonstrativos se organizavam, à semelhança do que acontece ainda actualmente em galego e em português (1), num sistema tripartido em que se tinha em conta não apenas o falante, mas também o ouvinte. Compunham esse sistema três séries de formas que faziam referência à posição, no espaço e no tempo, de um determinado objecto relativamente às pessoas gramaticais. As formas correspondentes à primeira pessoa indicavam proximidade espacio-temporal relativamente ao falante; as correspondentes à segunda pessoa indicavam proximidade espacio-temporal relativamente ao ouvinte; e, finalmente, as da terceira pessoa indicavam objectos situados fora do campo do falante e do ouvinte. Verifica-se, porém, que, nalguns casos, não se encontra ainda totalmente fixado o emprego distinto das formas de cada um dos três grupos.

O sistema de demonstrativos utilizado nos textos da época abrangida pelo presente estudo era, pois, ternário e abrangia, em cada uma das séries, as seguintes formas que participam das marcas de género e número como os substantivos:

a) 1.ª série: masc.: *eſte* (1255 L 19; 1313 DL 143, etc.), *eſſte* (1292 O 59), *eſtef* (1262 C 2; 1258 L 21, etc.); *eſſtes* (1292 O 59), *eſtes* (1300 C 8; 1334 C 11; 1335 L 37). Há também algumas abonações da forma reforçada *aqueſte* (1288 P 104; 1290 P 106, etc.) (2); femin.: *iſta* (1258 L 22; 1258 L 23) (3), *eſta* (1281 L 26; 1283 L 27; 1306 L 31; 1287 DL 140, etc.), *eſſta*

---

(1) Sobre o sistema de pronomes demonstrativos no português actual e sobre algumas particularidades de carácter sintáctico relativas às várias formas, veja-se J. MATTOSO CÂMARA JR., *Estrutura da língua portuguesa*. 4.ª ed., Petrópolis (Editora Vozes), 1973, p. 112-114; CELSO CUNHA e LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa (Edições João Sá da Costa), 1984, p. 328-342. Para o galego moderno, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 139-140. Para a fase medieval dessas línguas, veja-se J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933, p. 171-172, § 346; EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 156-159, § 145; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 243-248; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 99, § 73.

(2) As formas reforçadas do demonstrativo resultam da anteposição — já frequente em latim — da partícula enfática ECCU(M) 'eis aqui' às formas pronominais simples ISTE, IPSE, ILLE.

(3) A época e o teor dos textos em que ocorre a forma *iſta* levam-me a interpretá-la como latinismo. Efectivamente, os documentos 1258 L 22 e 1258 L 23 revelam muitos

(1405 L 39), *eſtaſ* (1262 C 2; 1282 C 6; 1334 C 11; 1258 L 21, etc.), *eſtas* (1300 C 8; 1344 C 12; 1351 C 13; 1385 C 15; 1306 L 31; 1307 L 32; 1405 L 39, etc.), *ſta* (1433 O 79: «ꝛ uos damos *ſta* carta firmada»). De forma totalmente isolada regista-se o emprego da forma *enſtas* num documento galego do século XIII (1257 L 20): «cõ *enſtas* herdades que uoſ dey en cãbyo». A forma reforçada *aqueſta* encontra-se também durante os séculos XIII e XIV em textos da Galiza e de Portugal: 1302 O 60; 1313 O 64; 1267 P 91; 1317 P 126; 1285 DL 139; 1287 DL 140, etc.

Paralelamente a essas formas, que correspondem às classes do masculino e do feminino, revelam os textos a existência de outras, historicamente representantes do neutro latino, invariáveis em género e número e usadas sempre como absolutos, ou seja, em função substantiva, por oposição às formas anteriores que se usam tanto em função adjectiva como substantiva. Referem-se, além disso, essas formas pronominais sempre a objectos inanimados ou coisas (1). Desse tipo registaram-se várias formas, umas simples, outras reforçadas; além disso, algumas com *e* na sílaba tónica e outras com *i*, em virtude da metafonia produzida por *-u* (2): *eſto* (1262 C 1; 1265 C 3; 1281 C 5; 1367 C 14; 1385 C 15; 1399 C 16; 1434 C 17; 1516 C 18; 1255 L 19; 1258 L 21; 1278 L 25; 1281 L 26; 1316 L 36; 1404 L 38; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49; 1497 L 50; 1274 O 53; 1424 O 77; 1426 O 78; 1499 O 89; 1500 O 90; 1288 P 104; 1325 P 130; 1403 P 132; 1407 P 133; 1432 P 135; 1506 P 136; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1303 M 153; 1327 M 155; 1331 M 156; 1348 M 162; 1401 M 163; 1401 M 164; 1404 M 165; 1407 M 166; 1416 M 168, etc.), *eſſto* (1292 O 59), *aqueſto* (1265 C 3; 1281 L 26; 1302 O 60; 1282 DL 137; 1289 DL 141, etc.), *aqueſſto* (1292 O 59), *iſto* (1300 C 8; 1334 C 11; 1310 L 35; 1269 P 92; 1281 P 99; 1287 P 102; 1287 P 103; 1288

---

outros latinismos ou expressões alatinadas que devem resultar do facto de os respectivos notários estarem habituados a escrever documentos em latim. Em documentos leoneses do século XIII e no *Fuero de Avilés* surgem também formas de pronomes demonstrativos resultantes da influência do latim. Assim, no documento VIII, de 1222, da colecção de E. Staaff regista-se *ista* e *istos* e no documento XVII, de 1237, ocorre *istas, istos*. Analogamente, no *Fuero de Avilés* surge *isto, istos* que Rafael Lapesa interpreta como latinismos. Cf. ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 272 e RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 67.

(1) Sobre as particularidades morfo-sintácticas que em português actual caracterizam as formas pronominais demonstrativas *isto, isso, aquilo* e o pronome indefinido *tudo*, veja-se o artigo de JOSÉ GONÇALO HERCULANO DE CARVALHO, *O problema do género nos pronomes*. Separ. de *Biblos*, vol. XLI. Coimbra, 1973, 16 p. O artigo foi incluído na colectânea de *Estudos linguísticos*, vol. III. Coimbra (Coimbra Editora), 1984, p. 27-48.

(2) Sobre a metafonia produzida por *-u*, veja-se o que escrevi nas p. 408-420.

P 104; 1295 P 108; 1296 P 110; 1298 P 113; 1299 P 116; 1299 P 117; 1301 P 119; 1302 P 120; 1302 P 121; 1285 DL 139; 1309 DL 142; 1281 M 151, etc.), *aquiſto* (1300 C 8; 1282 P 100; 1288 P 104; 1290 P 106; 1285 DL 139). Nalguns documentos convivem formas com *e* ou com *i* tónicos, reflectindo o estado de flutuação fonética da língua da época. Assim acontece, por ex., com os documentos 1310 L 34, 1288 P 104, 1296 P 110, 1296 P 111, onde se registam simultaneamente as formas *eſto* e *iſto*. No doc. 1289 DL 141 surge *eſto* e *aqueſto* ao lado de *iſto*.

b) 2.ª série: masc.: *eſe* (1404 L 38; 1309 DL 142), *ese* (1450 L 44), *eſſe* (1262 C 2; 1265 C 3; 1281 C 5; 1274 O 53; 1271 P 94; 1315 DL 145; 1281 M 151; 1317 M 154, etc.), *eſeſ* (1290 O 58), *eſſeſ* (1255 L 19), *eſſes* (1300 C 8; 1315 DL 145, etc.); femin.: *eſſa* (1255 L 19; 1258 L 21; 1281 L 26; 1286 L 28; 1310 L 34; 1335 L 37; 1450 L 44; 127[illegible] P 94; 1282 DL 137; 1289 DL 141, etc.), *eſa* (1404 L 38; 1450 L 44; 1313 O 64; 1267 P 91; 1419 P 134, etc.), *eſſas* (1257 L 20; 1313 DL 144, etc.), *eſſaſ* (1262 C 2), *eſas* (1309 DL 142). Como formas continuadoras do neutro latino e caracterizadas por propriedades morfo-sintácticas idênticas às indicadas para as correspondentes formas da primeira série registaram-se as seguintes: *eſo* (1414 L 42), *eſſo* (1313 O 64; 1473 O 80; 1411 M 167). Nesta série não se registam formas reforçadas (1).

c) 3.ª série: masc.: *aquel* (1367 C 14; 1281 L 26; 1302 L 30; 1335 L 37; 1414 L 42; 1450 L 44; 1474 L 47; 1287 O 57; 1302 O 61; 1473 O 80; 1296 P 111; 1331 M 156; 1334 M 158, etc.), *aquele* (1288 P 104; 1403 P 132, etc.), *aquelle* (1298 P 113; 1317 P 125; 1320 P 128, etc.), *aquelhe* (1302 P 120) (2), *aqueles* (1405 L 39; 1414 L 42; 1450 L 44; 1313 O 64, etc.), *aqueleſ* (1281

---

(1) As formas reforçadas resultantes da combinação ECCU(M)-IPSE estão escassamente representadas noutros antigos textos galego-portugueses, assim como na linguagem popular portuguesa. Sobre alguns vestígios dessas formas, veja-se JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 52, n. 4 e p. 53, n. 2.

(2) As formas *aquelhes* e *aquelho* registadas no mesmo documento da província do Douro Litoral assim como *aquelhe* de um documento da província de Pontevedra não podem deixar de ser interpretadas como formas de tipo galego-português em que a lateral alveolar é representada pelo grafema composto *lh:* a introdução, no século XIII, da grafia *lh* para transcrever o fonema lateral palatal assim como de *nh* para a nasal palatal levou a algumas hesitações, inclusive ao uso dos novos grafemas com outros valores. A este propósito, veja-se o que foi dito nas p. 486 e 486-493 e nas p. 494-497 e 497-500, onde se apresentam outras formas gráficas análogas às indicadas. Não me parece, portanto, aceitável a opinião de Carolina Michaëlis quando interpreta a forma *aquelha* registada numa composição do Cancioneiro da Ajuda e noutros textos portugueses como "hispanismo", ou seja, como castelhanismo. Tal interpretação foi possível devido à inexistência, nessa época, de um estudo sistemático dos sistemas de escrita medievais da Galiza e de Portugal. Cf. CARO-

L 26, etc.), *aquelles* (1262 C 1, etc.), *aquelleſ* (1290 P 106), *aquelhes* (1287 DL 140), *aquela* (1516 C 18; 1308 L 33; 1310 L 34; 1404 L 38; 1502 L 51; 1288 P 104; 1506 P 136, etc.), *aquella* (1282 C 6; 1302 L 30; 1269 P 92; 1271 P 94, etc.), *aquelas* (1414 L 42; 1302 O 61, etc.), *aquellas* (1307 L 32; 1290 P 106, etc.).

As formas pronominais que representam historicamente o neutro latino, mas que, como acima referi, já não tinham esse valor no antigo galego-português (1), surgem, quer na forma simples, quer na forma reforçada: *elo* (1410 L 41; 1450 L 44; 1497 L 50; 1473 O 80; 1499 O 89; 1316 P 124; 1419 P 134; 1506 P 136, etc.), *ello* (1367 C 14; 1399 C 16; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150), *aquelo* (1414 L 42; 1506 P 136; 1348 M 162; 1411 M 167, etc.), *aquello* (1448 DL 147), *aquelho* (1287 DL 140), *aquillo* (1287 P 102; 1299 P 114).

Quando precedidas de preposição, as formas pronominais citadas unem-se-lhes, por vezes, dando origem a novas formas resultantes da contracção. Noutros casos, os pronomes seguem as preposições sem se combinarem com elas. Referirei apenas as formas provenientes da união das formas pronominais com as preposições *a, en, de* e *ſobre*. Como resultado da ligação da preposição *a* com as formas do pronome demonstrativo podem surgir as seguintes contracções: *ááqueſto* (1286 L 28), *aquiſtoo* (1287 P 102: «ꝛ per outorgamẽto daſ parteſ ſobredictaſ *aquiſtoo* preſente ffuy»), *ááquel* (1300 C 8; 1257 L 20; 1281 L 26), *aaquel* (1335 L 37; 1450 L 44; 1407 P 133), *aquell* (1322 P 129), *aaqueles* (1414 L 42), *aquelleſ* (1265 C 3), *aqueles* (1313 O 64), *aquelleſ* (1265 C 3), *aaquela* (1473 O 83).

São as seguintes as formações resultantes da combinação da preposição *de* com o pronome demonstrativo: *deſte* (1300 C 8; 1283 L 27; 1302 L 30; 1308 L 33; 1414 L 42; 1454 DL 148, etc.), *deſtes* (1334 C 11; 1310 L 35), *deſteſ* (1274 L 24), *deſſtes* (1292 O 59), *deſta* (1282 C 7; 1329 C 9; 1351 C 13; 1516 C 18; 1307 L 32; 1424 O 77; 1472 DL 149, etc.), *desta* (1459 L 46), *deſtas* (1335 L 37; 1307 O 62), *deſto* (1334 C 11; 1434 C 17; 1442 L 43; 1290 O 58; 1333 P 131; 1345 M 161; 1401 M 163; 1401 M 164), *deſſto* (1292 O 59), *diſto* (1310 L 34; 1269 P 92; 1269 P 93; 1271 P 94; 1271 P 95; 1278 P 96; 1283 P 101; 1317 P 126, etc.); *deſſe* (1262 C 2; 1265 C 3; 1269 C 4; 1334 C 11; 1281 L 26; 1283 L 27; 1282 DL 137; 1285 DL 139; 1287 DL 140; 1303 M 153; 1331 M 156, etc.), *deſe* (1335 L 37; 1502 L 51; 1360 O 73; 1424 O 77; 1301 P 119; 1302 P 121; 1317 P 125; 1309 DL 142), *deſſa* (1292 O 59; 1302 O 61; 1313 O 64; 1281 P 99; 1305 P 123; 1289 DL 141; 1411

LINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 7, s.u. *aquelha*.

(1) Sobre esse assunto, veja-se o que escrevi na p. 684.

M 167, etc.), *deſa* (1288 P 104), *deſſas* (1335 L 37), *deſas* (1345 M 161); *daquell* (1348 O 71), *daquel* (1308 L 33; 1292 O 59; 1404 M 165), *daquele* (1288 P 104), *daquelleſ* (1290 O 58), *daquelles* (1329 C 9; 1325 P 130), *daqueleſ* (1302 O 61), *daqueles* (1434 C 17; 1315 DL 145; 1401 M 164), *daquella* (1282 C 6; 1306 L 31; 1307 L 32), *daquellas* (1322 P 129; 1404 M 165), *delo* (1434 C 17; 1475 L 48; 1426 O 78; 1500 O 90; 1506 P 136, etc.), *dello* (1367 C 14; 1516 C 18; 1419 P 134; 1448 DL 147; 1404 M 165).

As formas contractas provenientes da união da preposição *en* com o pronome demonstrativo são muito variadas e atestam diferentes evoluções: ao lado de formas reveladoras simplesmente da ligação da preposição ao pronome, há outras que apresentam uma configuração muito interessante em virtude da ocorrência de determinados fenómenos fonéticos, como, por exemplo, a síncope de *-n-* intervocálico, a transposição da nasalidade resultante da perda dessa consoante para depois da segunda vogal do hiato, a redução do hiato e a perda de *e* inicial. Como veremos em seguida através da enumeração das formas registadas, os textos antigos, e, de modo muito particular, os referentes à Galiza oferecem uma curiosa situação de polimorfismo fonético, revelador de uma certa instabilidade linguística proveniente da inexistência de uma norma niveladora.

São relativamente pouco numerosas as formas resultantes da união da referida preposição com o pronome: *eneſte* (1516 C 18), *enestes* (1459 L 46), *eneſta* (1516 C 18; 1475 L 48; 1475 L 49; 1502 L 51; 1315 DL 145), *eneſſe* (1315 DL 145), *eneſſa* (1333 P 131), *ennaquel* (1292 O 59), etc. São também bastante escassas as formas com perda de *e* inicial: na região portuguesa recolhi um exemplo do inicio do século XIV (cf. *naquelo*, 1303 M 153) e na Galiza outro de fins do século seguinte (cf. *neſtes*, 1499 O 89) (1). Reveladoras de um outro tipo de evolução, ou seja, da perda de *-n-* são as formas a seguir indicadas, umas ainda com hiato, outras já com crase das duas vogais: *ééſte* (1281 O 55; 1296 P 111), *ééſta* (1287 P 102), *ẽeſta* (1309 DL 142), *eeſta* (1283 P 101; 1303 M 153), *iſſto* (1297 P 112), *eeſſe* (1287 P 102), *éeſſe* (1297 P 112; 1282 DL 137), *ééſe* (1282 P 100), *ééſſa* (1285 O 56), *ééſa* (1282 P 100; 1301 P 119), *eſſe* (1286 L 28: «of que *eſſe* lugar fordeſ moradoreſ»). Esporádica é a forma *iinſto* recolhida em três documen-

(1) Segundo Williams, a aférese de *e-* nas combinações da preposição *em* com o pronome demonstrativo *aquele(s), aquela(s)* ocorreu bastante cedo em português: o Autor cita exemplos já do século XIII. A perda de *e-* parece ter sido muito mais tardia no caso das combinações da mesma preposição com os pronomes *este, esse*. As formas de configuração moderna *neste, nesse* parecem ocorrer somente no século XV. Os exemplos encontrados nos textos que analisei situam-se dentro dos limites cronológicos indicados pelo Autor. Cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 158, § 145, 2.

tos do século XIII da Província de Pontevedra: 1280 P 97, 1281 P 99 e 1283 P 101. A nasalidade resultante da síncope de *-n-* passou a afectar as duas vogais em hiato, transpondo-se para depois da segunda (1).

No que se refere à ligação da preposição *fobre* com as formas do pronome demonstrativo, recolheram-se os seguintes exemplos: *fobr'eſta* (1345 DL 146), *fobr'eſto* (1450 L 44), e *fobr'elo* (1442 L 43; 1450 L 44), *sobr'elo* (1407 P 133).

Retomando, em conjunto, os resultados da análise feita acima, salientarei algumas particularidades oferecidas pelo antigo galego-português relativamente ao português e ao galego actuais, ao mesmo tempo que procederei a uma comparação das formas registadas nas duas sub-regiões situadas a norte e a sul do Minho. Deve referir-se, no período abrangido pelo presente trabalho, a convivência de formas simples e reforçadas dos pronomes em questão. Através da leitura dos textos não parece existir nenhuma diferença sensível entre os dois tipos de formas (2) e talvez seja esse facto que acabará por conduzir à eliminação de umas ou outras conforme os casos. Quanto aos pronomes da primeira série, as formas reforçadas *aqueſte, aqueſta, aqueſto* e *aqueſſto* ocorrem ainda com alguma frequência no século XIII, mas são já relativamente raras no século seguinte; as formas simples são gerais em todo o período estudado e, entre os séculos XIV e XVI, são as únicas usadas (3). Para a segunda série foram recolhidas apenas as formas simples; é também notória a escassez de formas reforçadas noutros textos antigos, o que parece permitir concluir que devem ter sido formas extraordinariamente raras (4). Relativamente à terceira série, ou seja, às formas pronominais correspondentes à terceira pessoa gramatical, os textos revelam, para o masculino e feminino, apenas as formas reforçadas (cf., por exemplo,

---

(1) Sobre o carácter tipicamente galego desta solução, veja-se o que escrevi ao tratar dos resultados de *-n-* intervocálico, p. 575-576.

(2) É provável, porém, que inicialmente as formas reforçadas tivessem um valor enfático relativamente às formas simples. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 246.

(3) Observe-se, no entanto, que ainda em Gil Vicente e noutros autores pré-camonianos (p. ex., em Zurara) há exemplos de formas reforçadas dos pronomes demonstrativos da primeira série *(aqueste, aquesta, aquesto)*. Cf. M. SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6.ª ed., São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 99.

(4) Said Ali (*ob. cit.*, p. 99) afirma mesmo que o pronome latino IPSE, IPSA, IPSUM «não produziu formas reforçadas paralelas às dos outros dous pronomes». No entanto, Leite de Vasconcelos chama a atenção para a forma *aquessa* registada no *Cancioneiro Geral* e refere ter ouvido a mesma forma no concelho de Castelo Branco e no Alto Alentejo, ao mesmo tempo que afirma a existência de *d'aquisso* e *por quisso* 'por isso' em Trás-os-Montes. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 52, n. 4 e p. 53, n. 1.

aquel, aquelle, aquela, etc.), ao passo que as formas que representam historicamente o neutro latino, ora surgem simples, ora reforçadas (cf. *elo, ello,* em contraste com *aquelo, aquello*). Nesta série, nunca as formas simples do masculino ou do feminino foram usadas como demonstrativos, porque elas assumiam já a função de pronome pessoal (1). Embora as formas *elo, ello* tenham existido na fase antiga da língua, elas foram eliminadas ao longo da história do português e do galego (2), em benefício de *aquilo* e *aquelo* respectivamente.

Uma outra observação diz respeito às formas terminadas em *-o,* que materialmente são o resultado da evolução das formas do neutro latino. Os documentos analisados revelam a existência de formas com *e* e com *i* na sílaba tónica; as deste último tipo explicam-se devido à metafonia exercida por [-u]. Ainda que no galego actual se tenham tornado quase gerais as formas com ę (3), é interessante comprovar que na Galiza medieval existiram também alguns focos de formas pronominais de demonstrativo com *i* na sílaba tónica. A única área que se apresenta relativamente compacta situa-se na província de Pontevedra: em muitos documentos dessa província correspondentes aos séculos XIII e XIV há numerosos exemplos de *iſto,* por vezes, convivendo no mesmo documento com *eſto;* encontram-se também na mesma província alguns exemplos de *aquiſto* e *aquilo.* Fora dessa área, apenas em quatro documentos, dois correspondentes à província de La Coruña (1300 C 8 e 1334 C 11) e outros dois à província de Lugo (1310 L 34 e 1310 L 35) se registam formas com *i* (4).

---

(1) Veja-se, neste capítulo, § 3, p. 664 e 665.

(2) Segundo informação de Ramón Lorenzo, a forma *elo* é usada até ao século XVI. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *el.*

(3) A forma pronominal *isto* existe também dialectalmente em galego. A propósito da actual distribuição geográfica das formas *esto* e *isto* na Galiza, recorde-se o que foi dito na p. 419 e n. 2.

(4) Não creio tratar-se de formas analógicas com as formas do masculino *iste, il, aquil* que, segundo Garcia de Diego, representam a evolução dos pronomes do latim vulgar ISTĪ, ILLĪ ou ECCU-ILLĪ; a ser assim, as formas masculinas com *i* tónico, que teriam motivado a analogia, deviam, na época, ser frequentes e a verdade é que delas não encontrei o mais pequeno indício, quer nos textos analisados, quer noutros textos medievais. Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 60 e n. 5 e p. 99.

Sobre a existência, nos dias de hoje, de formas com *i* (cf. *iste, ise, aquil*) na zona meridional do galego central, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.,* p. 139 e n. 35; PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ. *ob. cit.*, vol. 1, p. 99. No vale de Verín, na província de Orense, as formas *iste, ise, aquil* usam-se apenas quando funcionam como adjuntos. A esse propósito, veja-se MANUEL TABOADA, *El habla del Valle*

Quanto à zona portuguesa compreendida entre o Douro e o Minho, embora sejam mais frequentes, durante todo o lapso de tempo abrangido pelo presente trabalho, as formas com *e* na sílaba tónica, desde fins do século XIII que podem assinalar-se formas esporádicas com *i*: *iſto* surge tanto em documentos da actual província do Douro Litoral como na província do Minho: 1285 DL 139; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1281 M 151; mais rara é a forma *aquiſto* registada no documento 1285 DL 139 (1).

Uma outra particularidade a referir diz respeito à não existência, no antigo galego-português, da alternância sub-morfémica entre o masculino e o feminino: as formas de ambos os géneros caracterizar-se-iam pelo timbre ę (2). Ao passo que em galego essa situação em geral se manteve (3), o português culto conhece uma alternância entre [ę] na sílaba tónica para o masculino e [ę] para o feminino (4). No entanto, as actuais variedades regionais de Entre-Douro-e-Minho conservam ainda as formas femininas com timbre fechado (5).

As formas *o, a, os, as* podem usar-se também como pronomes demonstrativos e funcionam sempre como formas isoladas, ou seja, têm função substantiva. O seu emprego mais frequente é quando seguido do relativo *que*, mas podem surgir também antes da preposição *de*. Na zona portuguesa registaram-se apenas formas análogas às actuais, ainda que, por vezes, com diferentes variantes gráficas: *o* (1454 DL 148: «(...) chamadas para *o* que ſſe ao diante ſegue», «ſaluo *o* que dicto he»), *ho* (1484 DL 150: «z darã e pagarã por todo *ho* que dito he»), etc. Na Galiza, a par das formas *o* (var. *ho*), *a* (var. *ha*), *os* (var. *oſ*), *as* (var. *haſ*) que são as mais correntes — (cf., por exemplo, «todo *o* que Deus en ela der» (1442 L 43), «todo *o* que ſe en el conten» (1414 L 42), «*os* que y moraren» (1367 C 14), «*os* que de nos deçenderẽ» (1475 L 48), «ũn boy *doſ* que andam en Morgade» (1281 O 55), «nẽ por outra rrazõ nen excepçõ algũa *das* que o dereyto pon» (1506 P 136), etc. —,

---

de Verín. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 123.

(1) Sobre outras abonações das formas pronominais *isto, aquisto* e *aquilo* desde o século XIII, e *isso* desde o século XIV, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *este, aqueste, aquelo* e *esse*.

(2) Veja-se o que escrevi nas p. 345-348.

(3) O sistema mais geral e coerente na Galiza oferece ę na sílaba tónica de todas as formas. No entanto, ainda que raras, não são também desconhecidas formas de feminino com ę. Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 346-347 e nota 1 da p. 347.

(4) Essa alternância estava já muito generalizada na segunda metade do século XVI, na língua culta do Centro do País. Veja-se, no presente trabalho, p. 346 e n. 2.

(5) Sobre este assunto, veja-se o que escrevi na p. 345 e n. 2.

há também alguns exemplos de formas com *l-* quando a palavra anterior terminava em nasal, em *-r* ou *-s:* já nos documentos do século XIII e XIV surgem as formas *lo, llo, lof* que devem interpretar-se como arcaísmos: «ꝛ cũ *lo* de Cambela ꝛ cũ *lo* de Vilar», 1300 C 8; «per *llo* que eu ey ſſẽ ſeu danno», 1281 O 55; «*perllo* que eu aio en Morgade», 1281 O 55; 1289 P 105: «commo a todoſ *loſ* que ham de víjr», 1289 P 105. É muito provável que nalguns casos formas materialmente idênticas registadas em documentos galegos de fins do século XV ou início do século XVI devam interpretar-se como castelhanismos. Aliás, os textos em que essas formas ocorrem — 1473 O 80 («por *lo* que dito he»), 1475 L 48 («ꝛ mays *las* que forẽ mester»; «por *los* que de nos desçenderẽ»), 1502 L 51 («todo *lo* que ſobre dito he») e 1516 C 18 «en *lo* que eſtá mays chegado», «todo *lo* que ſobre dicho es») — revelam uma interferência — mais ou menos acentuada, conforme os casos — entre o sistema linguístico galego-português e castelhano, em consequência do bilinguismo que começava a vigorar na Galiza (1).

Podem ainda inserir-se entre os pronomes demonstrativos as formas do chamado pronome de identidade. Nos documentos portugueses foram registadas sempre formas com *e* na sílaba tónica: *mééſmo* (1282 DL 137), *meeſmo* (1411 M 167), *meeſma* (1411 M 167). Os textos da Galiza oferecem uma maior variedade de formas, revelando uma oscilação entre formas de vários tipos: por um lado, formas análogas às registadas nos documentos portugueses, representantes do étimo METIPSIMU-, através de um possível *MEDIPSIMU- (2): *mééſmo* (1265 C 3; 1335 L 37; 1302 O 60; 1322 O 67; 1302 P 122), *méeſmo* (1329 C 9), *meeſmo* (1265 C 3; 1404 L 38; 1414 L 42; 1307 O 62; 1312 O 63; 1334 O 69; 1473 O 80; 1289 P 105), *meeſſmo* (1314 O 65), *meeſmos* (1442 L 43; 1302 O 60), *meſmo* (1334 C 11; 1450 L 44; 1285 O 56; 1313 O 64), *méeſma* (1314 O 65; 1333 O 68), *meeſma* (1404 L 38; 1473 O 83). A forma *meneſma*, registada uma só vez num documento do século XIII (1281 L 26), é uma forma gráfica ultra-correcta, com origem na

(1) A influência castelhana é mais notória nos documentos 1502 L 51 e 1516 C 18; os documentos 1475 L 48 e 1473 O 80 revelam alguns castelhanismos, mas essa influência é menos sensível. Deverão interpretar-se nestes últimos documentos as referidas formas pronominais como castelhanismos ou antes como arcaísmos conservados? Não me parece fácil dar uma explicação totalmente segura dessas formas, dado que elas surgem nos mesmos contextos em que até em documentos mais antigos se conservaram as formas com *l-*, ou seja, depois de palavras terminadas em sibilante ou em vibrante.

(2) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 54; RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *meesmo*.

grafia *mẽesma* também representada em antigos textos galego-portugueses (1) e onde o til pode ter valor fonético, assinalando a vogal tornada nasal por influência de *m-*. A par dessas formas, surgem outras com *i* na sílaba tónica e terminadas em *-e* que representam a evolução de *MEDIPSIMI que seria corrente no latim vulgar da Península Ibérica (2). Esse étimo, que teria dado origem à forma *misme*, largamente representada em Berceo, e registada, além disso, num ou noutro documento castelhano (3), estará certamente na base da forma galego-portuguesa *míʃme* assinalada num texto do século XIII da província de La Coruña (1282 C 6). Do cruzamento entre as formas dos dois tipos resultaram, por um lado, *méẽʃme* (1278 P 96) e *meeʃme* (1267 P 91) (4) e, por outro, formas idênticas às do castelhano actual (5), ou seja, *míiʃmo* (1269 C 4), *míʃmo* (1280 P 97; 1300 C 8; 1306 L 31), *mijʃmo* (1310 L 34), *míʃʃmo* (1316 L 36; 1274 O 53), *míiʃmaʃ* (1262 C 2), *miʃmu* (1258 L 23), *mjʃmo* (1298 L 29; 1450 L 44; 1506 P 136), *mjʃmos* (1506 P 136). Quer as formas originárias, quer estas últimas resultantes da contaminação dos tipos anteriores, parecem autóctones na Galiza: os textos estudados revelam uma flutuação entre as diferentes variantes desde meados do século XIII (6).

---

(1) Cf., por exemplo, *mẽesmo*, *mẽesma* nas *Cantigas de Santa Maria*. Veja-se AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *meesmo*, *mẽesmo*. Veja-se também CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*, segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911-12 e de 1912-13, seguidas das lições práticas de português arcaico. Lisboa, 1956, p. 338-339.

(2) Veja-se J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid (Gredos), 1954, vol. III, s.u. *mismo*.

(3) IDEM, *ibidem*, s.u. *mismo*. Refere Corominas um documento de Burgos, anterior a 1215, publicado por Menéndez Pidal nos *Documentos lingüísticos de España* (n.º 165) em que se documenta a forma *misme*.

(4) As formas *mẽesme* e *meesme* estão também documentadas no texto dos *Miragres de Santiago*. Cf. *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1958, respectivamente p. 26 e 102.

(5) Desde o início do século XVII que a forma *mismo* se generalizou em castelhano. Existiram, no entanto, no período medieval, as formas *misme* (< *meísme*) e *meesmo*. Do cruzamento dessas formas teria resultado, segundo Corominas, a forma *meísmo*, documentada no "Fuero de Avilés", em documentos toledanos de 1210 e 1215 e num documento do leonês central de 1254 publicado por E. Staaff. Seria dessa forma que teria resultado a forma *mismo*. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *mismo*.

(6) Observe-se, porém, que o documento 1450 L 44 em que é assinalada a forma *miʃmo* e 1506 P 136 em que, a par da mesma forma, surge também *miʃmos* revelam acentuada influência do castelhano. Não é fácil, portanto, afirmar se se trata de castelhanismos ou se os notários dos referidos documentos conheceriam essas formas com alguma vitalidade na Galiza desde há alguns séculos.

E, finalmente, uma referência às formas que representam o latim ĪNDE e que, pela sua significação, podem ser tratadas juntamente com os demonstrativos. O sentido das formas registadas oferece diferentes matizes que se situam entre 'disso', 'dele', 'dela', 'deles', 'delas' e 'a respeito disso'. Recolheram-se os seguintes exemplos: *inde, īde* (1283 L 27), *ende* (1282 C 6; 1300 C 8; 1333 C 10; 1351 C 13; 1274 L 24; 1283 L 27; 1307 L 32; 1414 L 42; 1274 O 53; 1276 O 54; 1285 O 56; 1302 O 61; 1269 P 92; 1432 P 135; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1345 DL 146; 1348 M 162, etc.), *emde* (1282 DL 137), *en* (1310 L 35; 1281 O 55; 1288 P 104, etc.). A forma abreviada *en* é usada sobretudo em posição proclítica, precedendo a forma verbal: «z neúún nõ ſeia podroſo de o *en* tirar» (1281 O 55); «mãdamos uos *en* faσer» (1310 L 35), etc. No entanto, surge também após a forma verbal a que se liga: «(...) que nos fezeſe *en* .ij. cartas partidas per a. b. c.» (1288 P 104) (1). Contrariamente ao que aconteceu com outras línguas românicas como o francês e o italiano, os descendentes de ĪNDE perderam-se, não só em galego e português (2), mas também em espanhol.

6. *Pronomes relativos*

A forma pronominal mais usada, tanto na função de sujeito como nas funções de complemento, é *que:* pode referir-se tanto a pessoas como a coisas, do masculino ou do feminino, do singular ou do plural. O antecedente pode estar expresso ou implícito. Seguem-se alguns exemplos: «oſ *que* preſenteſ forum z uogadoſ por teſtemoyaſ deſta carta» (1269 C 4); «enton dadeo a tal omme *que* ſſeia ſſemelabal de vos et do moeſteyro (...)» (1385 C 15); «eu, o dito Eſteuo Pereσ, *que* eſtou prſente» (1385 C 15); «teſtes *que* preſſentes forõ» (1385 C 15); «peyte en pẽa a uoσ del rey z a parte *que* o aguardar de permeo quinẽtos m. (...)» (1385 C 15); «*que* preſẽteſ forõ» (1274 L 24); «*que* preſſenteſ forum» (1286 L 28); «*que* preſentes furũ» (1257 L 20); «damos a foro a uos Lourenço Yannes, fillo de Johã Payz de Barro, z a primeyra moller *que* ouuerdes de dereytura z ha hũ fillo ou filla *que* anbos ouuerdes de *ſſúú*» (1335 L 37); «en eſtes quatro annos primeyros *que* ſſe ſſygyrẽ» (1385 C 15); «eſſas herdades ya ditas *que* uoſ dou en cãbyo» (1257 L 20), etc. A mesma forma pronominal pode ocorrer acompanhada de preposição: «de

(1) Sobre outros exemplos de análogo emprego, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 33, s.u. *en.*

(2) Em galego a forma sobrevive apenas no composto *porén* usado por alguns escritores. Em português mantém-se igualmente apenas em *porém.*

que noſ ſomoſ bẽ pagadoſ» (1269 C 4); «ȝ a outra caſa en *que* nos auemos a meatade» (1307 L 32); «et por aqueles a *que* eu ſõo tiudo et obligado» (1414 L 42).

Com bastante frequência surge também a forma *quẽ* (com as variantes gráficas *quem, quen*), sempre referida a pessoas e usada tanto na função de sujeito como regida de preposição: «ȝ *quẽ* a eſto quiſer paſſar ſéa maldito ȝ maldita» (1255 L 19); «et *quẽ* cõtra eſto paſſar peyte .C. mr., os meos al Rey et os meos a parte quereloſa» (1307 O 62); «peite ao dito dom Gonçalo ou a *quem* ſa uoz der (...)» (1331 M 157); «et de aqueles a *quen* eu et elas ſomos tiudos (...)» (1414 L 42); «para que os den a *quen* souberen et viren et entenderen (...)» (1414 L 42).

Em documentos galegos de meados do século XIII há alguns exemplos do pronome *qui* (< QUĪ) usado como sujeito e, quase sempre, sem antecedente explícito. É possível que, nalguns casos, se trate da própria forma latina (cf. «*qui* preſenteſ ffuerunt» (1258 L 22); «*qui* preſẽteſ fuerunt» (1258 L 23), etc.); noutros casos, o contexto parece indicar tratar-se de uma forma galego-portuguesa: «*qui* preſenteſ fforum» (1262 C 2). Pode surgir também acompanhado de preposição e com antecedente expresso: «aoſ *quj* ſum preſẽteſ» (1258 L 23) (1).

Esporadicamente, registei num documento orensano do início do século XIV o pronome *quin* como forma invariável de sujeito referida a pessoas: «et *quin* contra eſto quiſſer paſſar peyte áá outra parte quiñẽtos mr. (...)» (1315 O 66). Frequente em catalão desde o período medieval (2), *quin*

---

(1) Esta forma pronominal foi também conhecida, durante o período medieval, nas outras línguas peninsulares. Cf. A. PAR, *Qui y que en la Península Ibérica.* In: *Revista de Filología Española*, vol. XIII, 1926, p. 337-349; vol. XVI, 1929, p. 1-34, 113-147; vol. XVIII, 1931, p. 225-234. Veja-se também R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 263 e n. 1; IDEM, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario.* 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 332-333, § 141; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 348, § 69, 1; RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 69, § 29. No que se refere ao galego-português, não eram conhecidos até ao momento presente exemplos do emprego desta forma pronominal. Observe-se, porém, que todas as abonações são de meados do século XIII e referem-se apenas a documentos da Galiza. Fora da Hispânia, conservam-se noutras línguas românicas formas de relativo provenientes do nominativo QUI: basta citar o sardo *ki* e o francês *qui*. Cf. HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1966, p. 220; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana.* Madrid (Editorial Gredos), vol. III, 1954, s.u. *que.*

(2) A. BADIA MARGARIT, *Gramática histórica catalana.* Barcelona, 1951, § 137, I; FRANCISCO DE B. MOLL, *Gramática histórica catalana.* Madrid (Editorial Gredos), 1952, p. 199.

encontra-se documentada em antigos textos correspondentes a outras línguas peninsulares. A não ser nos Foros de Castelo Rodrigo e noutros da mesma família em que a forma *quin* surge várias vezes registada (1), conheço apenas uma única abonação referente ao castelhano antigo, no *Cantar de Mio Cid* (2). Tratando-se de um pronome de emprego idêntico ao de *qui* e de *quẽ*, é provável que ele resulte de uma contaminação de ambas as formas (3).

Observa-se ainda o emprego de formas que representam historicamente o genitivo latino do pronome relativo, ou seja, *cuius, cuia, cuium* (4). Com duplo valor de relativo e de possessivo, eram usadas, quer em funções adjectivas, quer como pronome substantivo, isto é, com valor predicativo (5). São os seguintes alguns dos exemplos registados: «(...) meus yrmãos, Ruy Pelaeσ ȝ Martĩ Pelaez que forõ, *cuio* heréé eu fóó» (1351 C 13), «ȝ da herdade de Juan Lopes de Brõollon *cuja* propiedade da dita herdade da Lineira ȝ rrenta dela era ȝ he vofa» (1442 L 43), «por conplir a voontade do dito Afonfo Yanes Velofo *cujo* herdeyro fiquey» (1450 L 44), «afy commo aquelle *cuio* bẽ do corpo ȝ da alma queriamos» (1317 P 125), «e eu Dieguo Gonçalluez, efcudeyro e amo do Jfante dom Fernando, meu senhor, *cuja* allma Deus aja» (1472 DL 149), «ẽ feu nome ȝ de fa molher Maria Iohanis *cuio* procurador era auõdoffo» (1327 M 155), «a qual ẽtrega reçebeu Domingos da Grãya ẽ nome da dicta abbadeffa *cuyo* procurador era» (1317 M 154); «por myna alma ȝ daquelles *cuias* forõ» (1325 P 130), «polas noffas almas ȝ daquelles *cuia* foy» (1325 P 130), etc.

---

(1) Luis F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 420-421 e p. 423.

(2) R. Menéndez Pidal, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario.* 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 258, § 76, 1. No verso 874 está documentada a forma referida que Menéndez Pidal explica como equivalente a *qui me*.

(3) Esta explicação proposta por Lindley Cintra relativamente ao pronome leonês *quin* parece-me aceitável, uma vez que tanto na zona estudada pelo Autor como na Galiza eram conhecidas as duas formas. Cf. Luis F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 421.

(4) Descendentes das referidas formas do genitivo conservaram-se apenas em espanhol, em português e em sardo; em galego moderno perderam-se essas formas do relativo que, como vimos, foram usadas na Galiza no período medieval. Na língua culta e na literatura usam-se, por vezes, as formas castelhanas. Cf. Ricardo Carballo Calero, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª edição, Vigo (Galaxia), 1970, p. 151 e p. 253.

(5) No português actual o pronome *cujo* usa-se apenas como adjunto adnominal; o seu emprego com valor predicativo caiu em desuso. Com esse valor, o referido pronome surge ainda como arcaísmo em escritores portugueses do século XIX, por ex., em Garrett. Cf. Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *ob. cit.*, vol. II, p. 185.

O pronome *quanto*, variável em género e em número, surge com relativa frequência com o sentido de 'todo quanto', 'todo o que'. Excepcionalmente o pronome *todo* vem expresso (cf. «conoſzuda couſa ſeya a *todoſ quantuſ* eſta carta uirẽ» (1282 C 7), «*toda quanta* uoσ» (1310 L 35)), mas, na maior parte dos casos, está simplesmente implícito. Em geral, é usado em função adjectiva e anteposto ao substantivo: cf. «*quanto* herdamẽto» (1281 C 5; 1329 C 9), «*quanto* herdamento» (1300 C 8; 1333 C 10), «*quanto* dereyto» (1310 L 34), «de *quãta* herdade» (1255 L 19), «de *quanta* herdade» (1267 O 52), «e fazer en elas *quanta* benfeytoria fazer poderẽ» (1334 M 158), «e fazer en ele *quanta* bẽfeytoria fazer poderẽ» (1334 M 159), «per *quãtaſ* uezeſ quiſerem» (1345 DL 146), etc. De modo esporádico, pode surgir posposto ao substantivo: «ȝ ouellaſ ȝ porcoſ *quantoſ* y ſum» (1258 L 21), «cõpraſ ȝ gáázaſ *quantaſ* fiz» (1258 L 21).

Observa-se também a ocorrência dessas formas pronominais com valor substantivo: «sabbeã *quantos* eſta carta de doaçõ virẽ (...)» (1399 C 16), «saban *quantos* eſta carta de doaçon virẽ (...)» (1434 C 17), «sepan *quantos* eſta carta de venda vieren (...)» (1516 C 18), «conuzuda couſa ſeia a quantoſ eſta carta virẽ (...)» (1286 L 28), «todalaſ peſqueyraſ que ſom feitaſ ȝ *quamtaſ* mayſ y poderdeſ fazer» (1283 L 27), «que ſabean a verdade *quantas* eran» (1414 L 42), etc.

Paralelamente às formas anteriormente referidas, variáveis em género e número, os textos analisados revelam o emprego de uma forma invariável, usada sempre em função substantiva e referida a coisas ou objectos inanimados: «ȝ peite áá uoz del Rej .L. mor. e a noſ dubre a erdade ȝ *quamto* en ela for melorado» (1278 L 25), «per *quãto* auemoſ en Ãta» (1282 P 100), «ȝ por *quanto* o dicto Rodrigo Eannef nõ auia aynda carta de mj̃ deſſe herdamẽto (...)» (1289 P 105), «ȝ conpliſẽ *aquanto* eſtes ommes bóós en eſte pleyto mãdaſſen» (1334 C 11), «ȝ *cõto* demãdar atãto page doblado» (1282 P 100) (1), etc.

O pronome *qual*, variável em número, usa-se tanto em função adjectiva como em função substantiva. Contrariamente ao que acontece no português e no galego actuais (2), nem sempre vai precedido do artigo definido (3).

---

(1) Sobre o vocalismo da sílaba tónica, veja-se o que escrevi na p. 643.

(2) Sobre a situação do galego actual, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 151.

(3) Também no castelhano antigo se usou o pronome *qual* sem artigo definido. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 349, § 69, 2; IDEM, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 333-334, § 143, 1; IDEM, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 263-264, § 101, 3.

Alguns exemplos: a) «*a qual* herdade» (1269 C 4), «*a qual* dita vjña» (1434 C 17), «a qual dita erdade uos aſy dou» (1405 L 39), «*a qual* deuesa bos aforamos» (1474 L 47), «*os quaes* fiadores» (1433 O 79), «et *o qual* herdamẽto ⁊ couſaſ ſobredictaſ» (1289 P 105), «*os quaes* bẽes auya de partir» (1316 P 124), «*o qual* meo caſal uos aforamos» (1404 M 165), «*a qual* doaçõ fazemoſ a dicta abbadeſſa» (1317 M 154), «*a qual* quintáá e *oſ quaeſ* herdamentos uéém da parte de mj̃ Dordia Martijz» (1303 M 153), «*na qual* carta era dicto (...) que elleſ forum joyzeſ aruidoſ (...)» (1281 M 152), etc.; b) «por *lo qual* rrequerimos» (1442 L 43), «por *lo qual* obligo meus beẽs» (1475 L 49), «*enno qual* uos agora moradeſ» (1360 O 73), «por *lo qual* ouuo reçebidas grandes perdas et danos» (1473 O 80), «*eno qual* ora uoſ morades» (1313 DL 143), «*hoſ quaeſ* cõprara Nuno Gonçaluiz» (1281 M 152), «e a hũa peſſoa depos eles que ſeia da ſa cõdiçõ deles *a qual* nomear o proſtumeyro que deles mays uiuer» (1334 M 159), «*haſ quaeſ* eu tenho rẽdadaſ de Tareya Steuez» (1317 M 154); c) «en aquella vina que chamã da Pedra daſ Chaendaſ, *qual* de noſ ouue ⁊ tomou para poer viña Fernã Eaneſ Gallego, uoſſo cunado, per carta» (1282 C 6), «et en aquella outra vinna que chamã do Romeu, *qual* noſ deramos, para poer vinna, a Martim Fardel ⁊ a ſeu fillo (...)» (1282 C 6), «faza o foro áó moeſteiro *qual* de ſuſo dito é» (1283 L 27), «ou outra perſſõa *qual* o poſtrimeyro dę uos nomẽar» (1308 L 33), «(...) outra moneda *qual* andar cháá enna terra» (1316 L 36), «(...) a hũa peſõa *qual* nomear o poſtremeyro de uos» (1335 L 37), «pero cõ todo meu ſiſſo ⁊ meu entendemento *qual* Deus teuo por bẽ de mo mellor dar» (1348 O 72), «dé o quinto do vjño que elas deren ou o dito barril ⁊ medio de vjño *qual* ante quiſer» (1450 L 44), «et a hũu voso fillo ou filla que vos anbos ajades de conſũu *qual* nomear o poſtromeiro de uos ao ponto de seu finamẽto» (1426 O 78), «iaçẽdo doẽte, pero cõ todo meu ſiſo ⁊ con todo meu ẽtendemento qual mo Deus quiſo dar» (1325 P 130), «eſté Johã Perez en ſeu fforo *quale* eu ffiz» (1290 O 58), «⁊ a duas uoses depus uos *quaes* uos nomeardes» (1334 O 69), etc. Nalguns dos exemplos citados nesta última alínea, além do valor relativo, parece estar presente um certo sentido comparativo.

A par das formas galego-portuguesas, em textos da Galiza dos séculos XV e XVI, registam-se também algumas de origem castelhana: «a carta fique firme ⁊ valla para senpre ſobre *lo qual* rrenũcio ⁊ parto de mj̃ toda ley ⁊ todo dereyto (...)» (1434 C 17), «aquela mjna caſa (...), *la qual* vos bendo con mays la metade do çeleyro que eu teño cun bos, o dito mjnjſtro, *el qual* djto çeleyro et caſa vos bendo» (1516 C 18), «*lo qual* todo ſegundo et como aquj en eſta carta bay ljmjtado et desljndado et declarado, vos bendo (...)» (1516 C 18), «*las quales* notas suçederon en mj por mãdado de su señoria» (1499 O 89.

7. *Pronomes indefinidos* (1)

O pronome *al* 'outra coisa', proveniente da forma ALID do latim vulgar (2), está muito representada nos documentos da Galiza desde meados do século XIII. Ainda que nos documentos portugueses estudados não se encontrem abonações dessa forma, ela foi conhecida em Portugal desde o século XIII ao século XVI (3). Nos exemplos registados, nuns casos a forma tem um valor pronominal claro (cf. «ꝛ ſe ende *al* feẽrdes que uos rrecebam o caſar», 1322 O 67; «ꝛ de *al* que Deus y der», 1271 P 94, etc.); noutros, o pronome aparece substantivado e vai acompanhado de artigo definido ou de outro determinante: «de todo o *al* que laurardes» (1367 C 14), «ꝛ eno *al* que eu de uoſ teuer» (1281 L 26), «ꝛ que noſ diadeſ cada un ano por cad'*al* deſſaſ heredadeſ» (1286 L 28), «cõ eſto *al* que uos dou» (1310 L 34), «todo o *al* que Deus der» (1474 L 47), etc.).

Igualmente invariável é a forma *alguẽ* (4) que surge com diferentes variantes gráficas a partir do século XIII: *algẽ* (1269 C 4; 1281 C 5; 1302 P 120; 1345 DL 146), *alguẽ* (1262 C 1; 1329 C 9; 1333 C 10; 1281 L 26; 1267 P 91; 1269 P 93; 1278 P 96; 1317 P 126, etc.; 1315 DL 145; 1303 M 153; 1317 M 154; 1331 M 157; 1345 M 161), *alguem* (1302 P 122; 1305 P 123). Com o mesmo valor surge também a forma *algũ*, como pronome substantivo, sem a distinção de género e de número que este pronome em geral apresenta (5): *alguu* (1274 L 24), *algũu* (1287 DL 140; 1416 M 168), «et ſſe *algũu* contra

---

(1) Sobre os pronomes indefinidos em galego-português, cf. J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933, p. 177-179, § 349; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 258-264, § 21 da Morfologia; EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 159-160, § 147; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 100-101, § 74.

(2) A forma ALĪD do latim arcaico e do chamado latim vulgar é a forma correspondente ao latim clássico ALIUD.

(3) O pronome *al* é ainda usado com bastante frequência em Gil Vicente, em J. Ferreira de Vasconcelos e em Sá de Miranda. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 67, s.u. *al*. A partir de então, a forma entrou em declínio, desaparecendo quase por completo mesmo nos falares regionais. Nalgumas povoações fronteiriças de Trás-os-Montes mantém-se, porém, esse arcaísmo. Cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 228.

(4) Esta forma provém do lat. ALĪQUEM, com deslocação do acento por influência de QUEM. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *alguem*.

(5) Este emprego parece ter-se mantido até ao século XV. Informação colhida em RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *algũu*.

eſta noſſa doaçõ véér (...)» (1299 P 115), *algũ* (1258 L 23, etc.). Por vezes. esta forma pronominal aparece combinada com outro pronome indefinido: «et se eu ou *outro algũu* da miña parte ou da eſtraÿa contra iſto uéér (...)» (1318 P 127), «et non vos ha de ſeer tomada a dita vjña ⁊ bouças nẽ eſte dito foro durante o tenpo del por mays nẽ por menos nẽ por al tanto que *outro algũu* por elo dea» (1506 P 136), etc.

Registaram-se, além disso, as formas seguintes, variáveis em género e número: *algũu* (1506 P 136; 1448 DL 147, etc.), *allgũu* (1454 DL 148), *algúú* (1299 P 114; 1317 M 154), *algũo* (1450 L 44), *algũ* (1257 L 20; 1278 L 25; 1310 L 35; 1450 L 44; 1500 O 90), *algum* (1500 O 90), *algun* (1292 O 59); *algũus* (1315 DL 145), *algúús* (1473 O 80), *algúúſ* (1281 P 99), *algũos* (1414 L 42). A forma *algunos* assinalada num documento orensano do início do século XVI, o doc. 1500 O 90, profundamente afectado pela influência castelhana, é, sem qualquer dúvida, um castelhanismo. Para o feminino recolheram-se as formas *algua* (1281 L 26; 1283 L 27; 1475 L 48; 1285 O 56; 1290 O 58; 1404 M 165), *algũa* (1434 C 17; 1258 L 21; 1405 L 39; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1302 O 61; 1290 P 106; 1403 P 132; 1506 P 136, etc.; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1334 M 158; 1334 M 159), *alguas* (1414 L 42), *algũas* (1414 L 42; 1450 L 44; 1315 DL 145). Devem interpretar-se como castelhanismos as formas de pronomes indefinidos *alguna* e *algũnas*, registadas respectivamente nos documentos 1502 L 51 e 1473 O 80 (1).

Com distinção de género, mas usadas unicamente no plural, aparecem as formas *ãboſ* (1302 P 120), *anboſ* (1301 P 119; 1302 P 120), *anbos* (1335 L 37; 1474 L 47; 1290 O 58; 1302 O 60; 1313 O 64; 1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78; 1299 P 117; 1432 P 135; 1506 P 136; 1284 DL 138; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1407 M 166, etc.), *anboſ* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *ambos* (1473 O 84, etc.), *amboſ* (1283 L 27; 1299 P 116), *ambaſ* (1262 C 2), *ãbas* (1287 DL 140), *anbas* (1335 L 37; 1407 L 40; 1459 L 46; 1474 L 47; 1475 L 48; 1475 L 49; 1497 L 50; 1292 O 59; 1317 P 125, etc. Recolhi, além disso, um exemplo da expressão *anbos* ⁊ *dous* (1407 P 133), resultante da união do pronome indefinido *anbos* com o numeral *dous*. Esta combinação, que foi bastante conhecida no antigo galego-português (2), manteve-se

---

(1) Um e outro documento oferecem outros vestigios da interferência, na Galiza, entre galego-português e castelhano. Se bem que o documento 1473 O 80 revele outros castelhanismos, essa influência é muito mais sensível em 1502 L 51: não só são muitos os castelhanismos registados, como, nalguns casos, alternam formas de tipo galego-português e castelhano, como por exemplo, *nomeada — nonbrada; deles — ellos, dellos.*

(2) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *ambos*, onde se refere abundante documentação. Nas *Cantigas de Santa Maria* surge já a combinação *ambos e dous* (ou *anbos e dous*). Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter

na linguagem popular portuguesa (1); em galego é essa a forma tradicional (2).

O pronome *cada*, invariável, é utilizado sempre em função adjectiva: «*cada dia*» (1407 P 133), «*cada* ano» (1282 C 6; 1302 L 30; 1335 L 37; 1274 O 53; 1276 O 54; 1280 P 97; 1295 P 107), «*cada* Natal» (1339 O 70), «hũ dia de *cada* domãa» (1360 O 73), «z por eſto dar a uoſ *cad'*ano» (1281 L 26), «de *cada* perſſooa» (1472 DL 149), etc. Este emprego do indefinido *cada* é idêntico ao do português e do galego actuais (3): em ambas as línguas essa forma usa-se sempre em função adjectiva e é invariável em género e número.

A par dessa forma, usava-se também no antigo galego-português o pronome composto *cada ũ*, em que o segundo elemento era variável em género e número. Uma particularidade interessante a apontar relativamente a essa forma diz respeito ao seu emprego não só em função substantiva, tal como acontece no português actual, mas também em função adjectiva e, portanto, seguida de substantivo. Exemplificam o primeiro tipo de construção, entre outras, as seguintes abonações: «et aa morte de *cada ũ* de uos» (1410 L 41), «*cada ũ* deleſ» (1313 O 64), «*cada hũa* dellas» (1299 P 114), «*cada hũa* delas» (1334 M 158; 1334 M 159; 1335 M 160; 1345 M 161), «*cada huũa* dellas» (1472 DL 149), etc. Deve salientar-se que, mesmo quando usado isoladamente, o indefinido *cada ũ* admitia a formação do plural do segundo elemento: «et outroſſi todoſ loſ outroſ herdamẽtoſ que poderdeſ ſaber z achar en eſſe uoſſo couto de Malloeſ de Juſſaoſ que ſom deſta uoz deſſa dicta canbia que eu figj conno dicto Pedro Iohanniſ a monte z a ffonte *cada húúſ* achardeſ» (1289 P 105), «et ſſe algẽ uéér de *cada hũaſ* daſ noſſaſ parteſ ou noſ o que ſobre dito eſt nõ agardaſemoſ (...)» (1302 P 120), «de *cada úúaſ* daſ portaſ» (1317 M 154). O emprego deste pronome no plural usou-se até ao século XV (4).

Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *ambos*.

(1) O facto está bastante generalizado na linguagem popular portuguesa de várias regiões. Veja-se, a título de exemplo, CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 225. Além da combinação *ambos dois*, existe também, na região, *dambos dois, dambos e dois*. O emprego frequente, na linguagem popular, da combinação *ambos e dous, ambos a dous* e *ambos de dous* foi já referido por JÚLIO MOREIRA, *Estudos da língua portuguesa. Primeira Série: Subsídios para a sintaxe histórica e popular*. Segunda edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1922, p. 12-14.

(2) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *ambos*.

(3) Para a situação do galego actual, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª edição, Vigo (Galaxia), 1970, p. 148.

(4) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *cada*. Aí se citam exemplos recolhidos de vários textos.

A julgar pelo grande número de exemplos registados, devia ter bastante vitalidade o emprego do indefinido *cada um* em função adjectiva: «*cada hũu* anno» (1367 O 74; 1424 O 77; 1426 O 78; 1296 P 110; 1317 P 125; 1322 P 129; 1403 P 132; 1432 P 135; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1334 M 158; 1334 M 159; 1404 M 165; 1407 M 166, etc.), «*cada hũu* ano» (1295 P 107; 1289 DL 141; 1454 DL 148; 1401 M 163; 1401 M 164, etc.), «*cada huũ* ano» (1299 P 116), «*cada ũu* ano» (1299 P 117), «*cada hũ* anno» (1300 C 8; 1367 C 14; 1434 C 17; 1404 L 38; 1407 L 40; 1410 L 41; 1396 O 76; 1433 O 79; 1484 DL 150, etc.), «*cada hũ* ano» (1405 L 39; 1499 O 89), «*cada un* ano» (1283 L 27; 1286 L 28), «*cada hũu* dia» (1506 P 136), «*cada huũa* libra» (1472 DL 149), «*cada hũa* vez» (1434 C 17), etc. (1). Este tipo de construção, que também existiu noutras línguas medievais peninsulares (2), ainda era usado na região nos séculos XV e XVI, acabando por perder-se em português e, segundo creio, também em galego. No entanto, nos falares algarvios, onde se combinam particularidades linguísticas marcadamente inovadoras com arcaísmos, por vezes de carácter muito remoto, perdidos noutras regiões, mantém-se com grande vitalidade esse emprego do indefinido (3).

Refira-se ainda o uso da locução *cada que* 'sempre que', formada certamente por omissão da palavra "vez"; foi bastante frequente não só no antigo galego-português, como no castelhano e aragonês medievais (4). Os exemplos recolhidos nos textos analisados são todos da Galiza e a maior parte situa-se no século XIV; há, no entanto, vestígios desse emprego ainda no século XVI (5): «*cada que* os laurardes» (1367 C 14), «*cada que* os quiſerdes laurar» (1367 C 14), «*cada que* for allo a eſſa terra» (1335 L 37), «ȝ fazerdeſ ſeruiço a don abbat ȝ ao uiſtiario *cada que* forẽ en Pineyra» (1313 O 64), «et as refaçades

---

(1) Para outros exemplos registados em antigos textos da Galiza e de Portugal já anteriormente publicados, veja-se o que escrevi em *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII. Coimbra, 1975, p. 52 e notas 2, 3 e 4.

(2) Também em castelhano e aragonês existiu o pronome *cada un* com duplo emprego, em função substantiva e adjectiva. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid (Gredos), 1954, vol. I, s.u. *cada*.

(3) Cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *ob. cit.*, p. 52.

(4) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. I, s.u. *cada*. Esta locução desapareceu também em espanhol, pelo menos no espanhol peninsular, mas sobreviveu na Hispano-América, mais concretamente no norte da Argentina.

(5) Com base na documentação disponível, afirma Ramón Lorenzo (*ob. cit.*, vol. II, s.u. *cada*) que a locução *cada que* foi de emprego frequente durante os séculos XIII e XIV, não tendo encontrado abonações posteriores a essa época. O exemplo «*quada* ȝ quando *que* ala forẽ algum ou algunos rreligioſos deſta caſa» (1500 O 90) prova que, à semelhança do que aconteceu em castelhano, também em galego-português esta construcção chega até ao século XVI. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *cada*.

cada que meſter for» (1360 O 73), «et faredes ferujço a don abbade *cada que* uẽer ao couto de Oleiros» (1360 O 73), «*quada* ȝ quando *que* ala forẽ algum ou algunos rreligioſos deſta caſa» (1500 O 90), «ȝ que *cada que* forem taladoyraſ que leue eu a meadade da madeira» (1302 P 121), «et *cada que* a uos ou a uoſſa uoσ der os ditos dineyros cada anno» (1320 P 128), etc.

Outro indefinido usado também sempre com função adjectiva e com distinção de género e número é *certo:* «*çerto* panno» (1414 L 42), «*çertos* quadernos» (1414 L 42), «*certas* obligações et rayaas» (1414 L 42), «*çertas* quantias» (1414 L 42), etc.

O indefinido *muyto, moyto* (1) usa-se, quer como pronome substantivo, quer como pronome adjectivo: «por *muyto* bem ȝ aiuda que del rreçebj» (1318 P 127), «ȝ autros *muytos* que uirũ ȝ ayrõ» (1258 L 23), «ȝ outros *muytos*» (1288 P 104), «ȝ outroſ *muytoſ* que oyrom ȝ o uirom» (1265 C 3), «ȝ outroſ *muytoſ* que o uirõ e o oyron» (1278 L 25), «ȝ outros *muytuſ* uíjdoreſ ȝ oydoreſ» (1282 C 7), «per *muytas* uezes» (1290 P 106), «e lhis faziam ſeruiço en *muytas* maneyras» (1315 DL 145), «ȝ outros *moytos*» (1300 C 8; 1344 C 12), «e outros *moytos*» (1303 M 153), «*moytas* vezes» (1473 O 80), «per las *moytas* gentes» (1473 O 80), «et outras *moytas* escrituras» (1473 O 80), etc.

A forma *nada* (1302 O 61: «et quen contra el uéér en parte ou en todo nõ aia *nada* de meus bẽeſ (...)»), à semelhança do que acontece no português e no galego actuais, é invariável e usa-se sempre como pronome substantivo (2). Com o mesmo valor surge também documentada a locução *nẽ hũa couſa* (1345 M 161), *nẽ hũa couſſa* (1327 M 155; 1416 M 168), *nẽ una couſa* (1289 P 105) (3).

Tem valor indefinido a forma *nemigalla, nemjgalla* que aparece documentada algumas vezes com o sentido de 'nada', 'absolutamente nada': «ȝ do preȩo nẽ da rrouora *nemigalla* ficou por dar» (1287 P 102), «ȝ do prezo ȝ da rouora *nemjgalla* en deujda ffjcou por dar» (1295 P 108) (4).

---

(1) A propósito da flutuação no uso dos ditongos *oi* e *ui* em palavras que provinham de étimos latinos com o grupo *-ult-*, veja-se o que escrevi nas p. 557-560 e 635.

(2) A referida forma pronominal provém da locução latina (RES) NATA. Cf. W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch.* 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 5851; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana.* Madrid (Gredos), 1954, vol. I, s.u. *nacer.* Em frases negativas a locução citada deve ter começado a adquirir valor pronominal indefinido.

(3) Essa locução parece ter sido muito frequente em galego-português, no periodo medieval. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *nẽhũu.*

(4) Parece tratar-se de um pronome de formação muito antiga: aparecem abundantes exemplos documentados já nos séculos XII e XIII. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *nimigalla.* O Autor cita muita documentação relativa ao antigo galego-português.

A forma *nẽguẽ*, invariável e usada como pronome substantivo, aparece também documentada, ainda que de modo escasso: *nẽguẽ* (1300 C 8). O mesmo valor oferece a forma invariável que representa a evolução do latim NEC UNU- (1): *nẽgũ* (1339 O 70: «ȝ nõ no uenderedes nẽ ſſupiñoraredes nẽ deytaredes a *nẽgũ* ſen noſſo mandado»), *negúun* (1281 O 55), *nẽ hũu* (1424 O 77; 1426 O 78), *nehuũ* (1299 P 117), *nẽgum* (1500 O 90), *nenhũu* (1315 DL 145), *neúún*, *nj̃hũ* (1281 O 55: «mando o meu ſalteyro grande a Johan Eaneſ, ſucelareyro, que o aia elle en ſua uida ȝ poyſ ſua morte que fique ao moeſteiro ȝ *neúún* nõ ſeia podroſo de o en tirar»), *nj̃hũ* (1360 O 73: «et eſte caſar ȝ leira ȝ moyno nõ uẽderedes nẽ deytaredes nẽ ſubpeñoredes nẽ daredes a *nj̃hũ* ſſẽ noſo mãdado»), *nj̃gũ* (1335 L 37; 1334 O 69), *njhũ* (1396 O 76), *niuũ* (1299 P 116) (2).

Como pronome variável, usado, quer em função substantiva, quer em função adjectiva, estão documentadas diversas variantes: *nẽgúú* (1285 O 56), *nẽgum* (1500 O 90), *nehuũ* (1299 P 117), *nẽ hũu* (1333 P 131; 1284 DL 138; 1416 M 168), *neũu* (1295 P 107), *nenhũu* (1315 DL 145), *nẽhũu* (1284 DL 138; 1315 DL 145; 1331 M 157, etc.); *nhũu* (1472 DL 149), *njgũ* (1475 L 48), *nigum* (1372 O 75), *nj̃hũ* (1414 L 42), *nj úún* (1280 P 97), *njhũ* (1335 L 37), *nẽgua* (1500 O 90), *nehũa* (1344 C 12; 1367 C 14; 1414 L 42; 1290 P 106), *nehua* (1287 O 57; 1333 P 131), *nẽhũa* (1299 P 115; 1284 DL 138; 1315 DL 145, etc.), *nenhũa* (1315 DL 145), *neũa* (1295 P 107); *ningũa* (1308 L 33), *niumha* (1299 P 116), *niũha* (1299 P 116), *njhũa* (1450 L 44), *nyhũa* (1385 C 15); *ne hũa* (1317 P 126), *nẽ hũa* (1299 P 114; 1302 P 120; 1320 P 128; 1313 DL 144; 1327 M 155; 1416 M 168, etc.), *nẽ una* (1287 P 103: «ȝ ſen coomya *nẽ una*»; 1289 P 105). É interessante verificar que a maior riqueza de variantes se encontra nos documentos da Galiza; as formas com *i* na sílaba pretónica assim como aquelas que têm *-g-* proveniente da sonorização de *-c-* intervocálico (em NEC UNU-) estão documentadas unicamente nos textos desta região (3).

---

(1) Sobre a evolução do lat. NEC UNU- em português, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 261; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 87.

(2) Também em castelhano, desde o período medieval, que *ninguno* se usa como pronome substantivo, a par de *nadie*. Contrariamente ao que aconteceu em português, a forma *ninguno* com o valor referido continua a usar-se na fala vulgar actual. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *no*.

(3) O português culto fixou-se, a partir do século XVI, nas formas *nenhum, nenhuma;* contudo, na linguagem popular mantêm-se ainda variantes análogas a algumas acima registadas, incluindo formas com *i* na sílaba pretónica. No galego actual mantiveram-se as formas deste último tipo, sendo mais ou menos geral o emprego de *ningún, ningunha, ningúns, ningunhas*. Veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *nẽhũu*.

Deve ainda fazer-se referência ao emprego de *nẽ hũu* com o sentido de 'nulo': «e ſſe uoſ chamardes a outro ſenhorio ſaluo a nos que ſſeia per razõ doſ noſſos dereytos que eſte enprazamẽto nõ ualha ⁊ ſſeia *nẽ hũu* e aſ couſas que neel ſſon cõtehudaſ» (1313 DL 143); «eſte prazo d'eſençõ adeãte nõ ualha ⁊ ſſeia *nẽ hũu* e aſ couſas que neel ſon cõtehudaſ» (1313 DL 144).

Em dois documentos galegos do século XIII recolhi abonações do pronome *nulla*, antecedendo o substantivo: «⁊ eu que nõ auia hy por ffazer a uoſ *nulla* demanda de rem que ſegia de noſ abbade (...)» (1265 C 3); «per *nulla* maneyra» (1271 P 95) (1).

No que se refere às formas que representam a evolução do pronome latino ALTER, ALTERA, ALTERUM (1), há algumas diferenças a salientar entre os documentos das duas zonas do domínio linguístico galego-português. Ao passo que na zona de Entre o Douro e o Minho estão representadas apenas formas idênticas às actuais com ditongo *ou* (cf., por exemplo, *outro*, 1315 DL 145; 1454 DL 148; 1317 M 154; 1331 M 157; 1345 M 161, etc.; *outra*, 1401 M 164, etc.; *outras*, 1303 M 153, etc.), na Galiza, embora sejam as formas desse tipo as mais frequentes, há outras com diferente configuração e que, por essa razão, merecem um comentário especial. Em primeiro lugar, regista-se ainda o latinismo *altera* num documento lucense de meados do século XIII: «⁊ quẽ contra iſta carta uéér ⁊ nũ créér ſega madito ⁊ pectet *altera* parte C.^{m} ſoldoſ» (1258 L 22). É compreensível que o documento ofereça este e outros latinismos, uma vez que nesta época os copistas estavam habituados a escrever os documentos em latim. Por outro lado, estão também documentadas várias formas com ditongo *au* sobretudo durante o

---

(1) Deste pronome, aliás já pouco documentado no período arcaico, encontram-se alguns exemplos nas *Cantigas de Santa Maria*, sempre em função adjectiva. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. IV (Glossário), 1972, p. 207, s.u. *nullo*. Nos cancioneiros profanos há também alguns exemplos de *nulho, nulha*, formas que têm sido interpretadas como provençalismos ou castelhanismos. A este propósito, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 260 e n. 2; IDEM, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. III. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 651, s.u. *nulho, a*. Cf. também CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 61, s.u. *nulha* e *nulho*. Tal como já atrás foi afirmado (cf. n. 2 da p. 685) relativamente às formas de pronome demonstrativo *aquelhe, aquelhes* e *aquelho*, é provável que, também neste caso, *lh* represente a lateral alveolar, sendo, portanto, *nulho, nulha* formas genuinamente galego-portuguesas.

(2) O pronome latino ALTER 'o outro, entre dois' já no chamado latim vulgar substituiu o pronome ALIUS 'o outro, entre vários' e daí passou às várias línguas românicas. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *otro*.

século XIII, mas surgem também alguns exemplos durante o século XIV (1). Da análise dos contextos em que estão inseridas as formas pronominais *autro, autra,* parece deduzir-se que nem sempre essas formas são o resultado da contracção da preposição ou do artigo *a* com *outro, outra.* Nuns casos, o contexto não dava lugar a qualquer tipo de contracção: «si algũ uieri de ũa parte uel de *autra* a britar iſta carta (...)» (1258 L 23), «z *autros* muytos que uirũ z ayrõ» (1258 L 23). Por vezes, o artigo *a* que precede o pronome mantém a sua individualidade, não se verificando a contracção entre as duas formas: «z noſ laurarmos ben *a autra* herdade» (1274 O 53). Noutros casos, a contracção afecta simplesmente a preposição e o artigo definido *a:* «peite *ááutra* parte» (1262 C 2), «peite *a autra* parte .C. marauidiſ» (1274 O 53), «peyte *a autra* parte» (1339 O 70). O resultado dessa crase seria uma vogal aberta. Somente num ou noutro exemplo, a contracção se realizou entre a preposição ou o artigo *a* e a forma pronominal: «et mando que quanto cõpley z guaney cõ Oraca Pelaez que Oraca Pelaez aya a meatade de todo (...). Et *autra* meatade ffique a Johã Lopez z a Sancha Lopez, meuſ fillos» (1290 O 58), «cõuẽ a ſaber ſe eſſa herdade z uoz eu quiſer uender ou ſupenorar a uos z a uoſſa uoz o deuo a fazer ante ca *autro* home nẽ ca *autra* moler» (1255 L 19), «et quen a eſto paſſar peyte en pẽa aa voz del Rey z *autra* parte que o agardar quiſſer» (1335 L 37).

Considerando, por um lado, que as formas *autro, autra* só esporadicamente poderiam explicar-se como o resultado de uma contracção com o artigo e (ou) a preposição (2) e, por outro, que o ditongo *au* representa uma etape realmente existente na evolução das línguas peninsulares, que ainda se encontrava documentada em leonês nos séculos XI e XII (3), e que vive ainda nalgumas variedades leonesas (4) e galegas (5) especialmente con-

---

(1) Além dos exemplos recolhidos nos documentos agora publicados, muitos outros idênticos se encontram nas colecções de documentos da Galiza editadas por Margot Sponer e Martínez Salazar. A localização de algumas dessas formas foi já estabelecida por Luís F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 426-427, n. 139.

(2) Mesmo nesses casos, creio que a contracção se realizou entre o artigo feminino ou a preposição *a* e o ditongo *au* inicial do pronome.

(3) Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 54, § 9, 3; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 103, § 20, 4.

(4) Já atrás (p. 549 e 554) fiz referência a algumas zonas leonesas onde se conserva o antigo ditongo *au.*

(5) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 548-550 e 554-555. Saliente-se, porém, uma vez mais, a persistência do arcaísmo *autro,* a par de *outro,* no Vale de Verín. Cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 61 e 124.

servadoras, sou levada a interpretar as formas registadas nos textos analisados como arcaísmos (1). Aliás, os documentos submetidos a análise e, muito particularmente, os referentes à Galiza oferecem também exemplos da conservação do ditongo *au* noutras formas, assim como a etape correspondente de outro ditongo decrescente, o ditongo *ai* (2).

Não só nos textos agora publicados, como noutras colecções de documentos galegos, as formas pronominais *autro, autra* ocorrem sobretudo durante o século XIII, embora surjam também, ainda que menos frequentemente, no século XIV. Não conheço abonações dessas formas na zona meridional da área galego-portuguesa, isto é, na zona compreendida entre o Douro e o Minho. Por outro lado, apesar de as formas com *au* serem características da Galiza, não há vestígios delas nem nos cancioneiros trovadorescos nem — e esta ausência é ainda mais significativa — nas Cantigas de Santa Maria (3) ou em textos em prosa escritos na Galiza. Tais circunstâncias parecem comprovar não só que essas formas não eram gerais em todo o domínio galego-português, mas que, mesmo na Galiza, eram sentidas como localismos (4) ou arcaísmos que a linguagem literária soube superar. Mesmo a linguagem notarial faz dessas formas um emprego relativamente reduzido, comparado com as formas com *ou*, de uso praticamente quase generalizado em qualquer contexto, incluindo os casos em que o pronome vai precedido da preposição ou do artigo definido *a*, ou de ambas as formas fundidas por crase: «ꝛ *a outra* meatade» (1308 L 33), «*dà outra* parte» (1334 C 11), *aa outra* (1404 L 38; 1348 O 71; 1295 P 107; 1407 P 133; 1506 P 136, etc.), *áá outra* (1283 L 27; 1286 L 28; 1316 L 36; 1287 O 57; 1315 O 66; 1396 O 76; 1281 P 99; 1298 P 113, etc.); «peyte *a outra* parte» (1314 O 65; 1426 O 78), «peyte

---

(1) Uma explicação diferente é proposta por Lindley Cintra relativamente a algumas formas pronominais de indefinido com ditongo *au* registadas nos Foros de Castelo Rodrigo. Segundo o Autor, «*autra* deve originariamente ser o resultado da contracção (...) do *á* aberto, proveniente da crase da prep. *a* com o artigo *a*, com o referido pronome: *a* + *a* + *outra* deu inicialmente *ááutra*, como se lê em alguns documentos; depois *autra*». Quanto à forma *autro*, acrescenta o Autor: «suponho que se trata de uma adaptação ocasional (ou local?) ao masculino, de uma forma nascida, na frase, em condições que só se observam com a forma feminina do pronome». Cf. Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 427.

(2) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 536-538 e 548-550.

(3) Cf. Rudolf Rübecamp, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria*. Lisboa (Imprensa Nacional de Lisboa), 1933, p. 79.

(4) Observe-se que, de entre os documentos publicados no presente trabalho, não foram recolhidos exemplos do seu emprego nos documentos da província de Pontevedra; a quase totalidade das formas localiza-se nas duas províncias orientais, ou seja, Lugo e Orense.

a outra çem mrs. de pẽna» (1424 O 77), «peite *a outra* agardãte eſtes .L. mrs.» (1296 P 110), etc.

Merecem ainda referência especial as formas de indefinido de tipo castelhano registadas em documentos redigidos na Galiza durante os séculos XV e XVI: *otros* (1497 L 50), «todas *las otras* terras» (1499 O 89), etc. Noutros casos, trata-se de formas resultantes da contaminação entre a forma galego-portuguesa e castelhana: «*la outra* metade» (1516 C 18).

No que se refere às formas que representam a evolução do dativo latino ALTĔRĪ, é diferente a situação linguística dos documentos redigidos na Galiza e em Portugal. Ao passo que nestes já se encontra apenas a forma moderna com nasalação da vogal final, provavelmente por influência de outros pronomes, tais como *quem, alguem, nẽguẽ* (1) (cf. *outrẽ*, 1454 DL 148, 1317 M 154, 1331 M 156; *outrem*, 1454 DL 148), nos documentos da Galiza há exemplos da forma etimológica *outri* (1276 O 54, 2v.) (2), da forma intermédia *outre* (1298 L 29; 1281 O 55; 1287 O 57; 1290 O 58; 1313 O 64; 1367 O 74; 1301 P 119) (3), a par de algumas abonações da forma *outrẽ*, registada apenas em documentos da província de Pontevedra (1281 P 99; 1290 P 106; 1299

---

(1) J. HUBER, *ob. cit.*, p. 178, § 349. De modo idêntico, a forma *otrien* do castelhano antigo foi também inspirada em *quien* e *alguien*. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 146, n. 110.

(2) Uma forma com vocalismo final *-i* idêntica à galego-portuguesa acima citada, *otri*, existiu também, no período medieval, em várias áreas dialectais de Espanha, tais como Navarra, Aragão, Rioja e Soria; *utri* com *u* na sílaba inicial, possivelmente por influência do *u* de *uno*, está documentada também em Navarra. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *Morfología histórica del español*. Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 146. Sobre o étimo dessas formas em *-i* e de outras secundárias em *-e* (cf. *otre*, documentada em Soria, Rioja e Cuenca, e *outre* por mim recolhida em vários documentos da Galiza), veja-se Y. MALKIEL, *Old Spanish "nadi(e), otri(e)"*. In: *Hispanic Review*, vol. XIII, 1945, p. 204-230.

Para outras abonações — aliás, pouco frequentes — da primitiva forma *outri* noutros textos galego-portugueses, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *outrẽ, outrem*.

(3) Conforme foi atrás (p. 375-378 e 521-523) salientado, existiu inicialmente, na área do galego-português, em posição final, uma distinção entre /i/ (<ī) e /e/ (< Ĕ, Ē e Ĭ), a qual, desde o século XIII, se perdeu devido à fusão dos dois fonemas em /e/. Desse modo, a forma originária proveniente do dativo ALTERĪ era *outri*; a forma com *-e* é provavelmente o resultado da referida evolução do vocalismo da sílaba final, embora possa admitir-se que, neste caso, tenha intervindo também a analogia com outros pronomes tais como *este, esse, aquele*. Recorde-se, a propósito, que a forma *outrẽ* (var. *outrem*) com nasalação da vogal final resultou da influência de outros pronomes, tais como *quem, alguém, ninguém*. Aliás, a forma *otre* do espanhol antigo e mantida nalgumas povoações de Navarra, Soria e Logroño foi também explicada como resultante da analogia com *este, ese*. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 146, n. 110.

P 116) (1). São notórias as afinidades que, já neste período, se verificavam entre esta província galega e a região compreendida entre o Minho e o Douro.

Quanto aos pronomes compostos resultantes da combinação do pronome QUALIS e da 3.ª pessoa do indicativo do verbo QUÆRĔRE (2), verifica-se que ainda não se tinha obliterado por completo a consciência da composição dessas formas. Assim, na Galiza, encontram-se entre os séculos XIII e XVI vários exemplos de formas em que os dois elementos aparecem graficamente separados: *qual quer* (1367 C 14; 1385 C 15; 1414 L 42; 1474 L 47; 1497 L 50; 1281 O 55; 1296 P 110; 1302 P 121; 1403 P 132; 1432 P 135; 1506 P 136, etc.), *quaes quer* (1351 C 13; 1333 P 131; 1407 P 133, etc.), *quaeſ quer* (1302 O 61). Por vezes, entre os dois elementos aparece intercalado o substantivo: «en *qual* maneyra *quer* a mj̃ perteeſçe» (1310 L 34) (3). A par destas formas, registam-se também alguns exemplos em que as duas partes do composto aparecem unidas. Embora as abonações deste tipo sejam, em geral, mais tardias, a fusão pode surgir esporadicamente já no século XIII: *calquer* (1499 O 89) (4), *qualquer* (1295 P 107), *quaesquer* (1475 L 48). Os documentos redigidos em Portugal parecem levar a supor que, pelo menos nos séculos XIV e XV, a fusão já se tinha verificado (5). Os exemplos recolhidos são dessa

---

(1) Do século XIII há também outras abonações da forma mais recente *outrem:* por exemplo, nas *Cantigas de Santa Maria.* Esta forma manteve-se apenas em português, tendo-se perdido em galego: aí pode surgir, raramente, como arcaísmo ressuscitado. Informações colhidas em RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *outrẽ* e em R. CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 146 e n. 49.

(2) Existem em várias línguas românicas alguns termos indefinidos compostos de um pronome, adjectivo ou advérbio pronominal e de um elemento verbal que pode ser uma forma do verbo 'ser' ou 'querer' (VELLE, VOLERE ou, nas línguas ibero-românicas, QUÆRERE). Trata-se de formas do tipo fr. *quì (quoi, quel) que ce soit;* ital. *chi che sia (chicchessia), che che sia (checchessia), qualsia, qualche sia, dove che sia, come che sia;* esp. *quienquera, cualquiera, dondequiera, cuando quiera;* do port. *qualquer, quem quer (que), onde quer (que);* do cat. *quisvol (quisvulla), quesvulla, qualsevol (qualsevulla),* etc. Sobre algumas particularidades de carácter morfológico e sintáctico relativas a esse tipo de indefinidos assim como sobre as afinidades existentes entre as diferentes formas românicas, veja-se o artigo de ALF LOMBARD, *Une classe spéciale de termes indéfinis dans les langues romanes.* In: *Studia Neophilologica.* (Uppsala), vol. XI, n.ºs 1-3, 1938-1939, p. 186-209.

(3) Vejam-se outros exemplos em RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *qualquer.*

(4) É particularmente interessante a ocorrência da forma *calquer* que é já a forma do galego moderno. Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 146. Sobre a perda da semivogal do grupo -kŭ-, veja-se o que escrevi nas p. 641-643.

(5) No entanto, para um período anterior, está também documentada em Portugal a separação gráfica dos dois elementos. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática*

época e oferecem sempre os dois elementos unidos: *qualquer* (1345 DL 146; 1317 M 154), *quallquer* (1454 DL 148; 1472 DL 149), *quaeſquer* (1345 DL 146; 1303 M 153).

Paralelamente, surgem também as locuções pronominais indefinidas *que quer que* (cf.: «e cõprido poder para fazer deles *que quer que* a uos aprouguer para todo ſempre» (1303 M 153); «e dou poder a uos, dom Gonçalo, de fazerdes do dito caſſal ẽ enel *que quer que* uos aprouguer» (1331 M 157) e *quem quer que* (1301 P 119; 1448 DL 147), *quen quer que* (1333 C 10; 1348 O 72; 1419 P 134), *quẽ quer que* (1351 C 13; 1280 P 98; 1317 P 126; 1325 P 130).

Aludirei em seguida às formas que representam a evolução do lat. TŌTUS que, na quase totalidade das línguas românicas, além do seu sentido próprio, absorveu também o sentido de OMNIS (1). Para o masculino registaram-se as formas *todo* (1334 C 11; 1399 C 16; 1308 L 33; 1442 L 43; 1453 L 45; 1407 P 133; 1315 DL 145, etc.), *todos* (1262 C 1; 1281 C 5; 1300 C 8; 1329 C 9; 1414 L 42; 1315 DL 145; 1345 M 161; 1348 M 162, etc.), *todoſ* (1262 C 2; 1281 L 26; 1286 L 28; 1306 L 31; 1307 L 32, etc.). Quanto ao feminino, foram os seguintes os exemplos recolhidos: *toda* (1269 C 4; 1282 C 6; 1282 C 7; 1399 C 16; 1255 L 19; 1450 L 44; 1312 O 63; 1267 P 91; 1432 P 135; 1448 DL 147; 1331 M 156, etc.), *todas* (1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1410 L 41; 1448 DL 147; 1454 DL 148, etc.), *todaſ* (1274 L 24; 1269 P 92; 1289 P 105; 1298 P 113; 1301 P 119, etc.). A par das formas do masculino e do feminino oferecem os textos uma forma historicamente representante do neutro latino, invariável em género e número, e referida a objectos não determinados (2). Trata-se da forma *todo* 'tudo', abundantemente documentada tanto nos documentos redigidos na Galiza como em Portugal: cf., por exemplo, as seguintes localizações: 1282 C 6; 1434 C 17; 1516 C 18; 1255 L 19; 1442 L 43; 1453 L 45; 1459 L 46; 1475 L 48; 1502 L 51; 1274 O 53; 1372 O 75; 1424 O 77; 1426 O 78; 1287 P 102; 1407 P 133; 1432 P 135; 1506 P 136; 1287 DL 140; 1448 DL 147; 1484 DL 150; 1411 M 167; 1416 M 168, etc. Na Galiza regista-se ainda *tode* (1396 O 76) (3) e a forma com elisão da vogal final e ligação à palavra seguinte *tod'*: «*tod'aqueſto*» (1281 L 26); «*tod'iſto*»

---

histórica portuguesa. (Fonética e morfologia). 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 263, n. 2.

(1) Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. IV, s.u. *todo*. A forma latina OMNIS deixou apenas vestígios em reto-romano.

(2) Sobre as particularidades morfo-sintácticas que caracterizam algumas formas pronominais do português, historicamente resultantes da evolução de formas do neutro latino, veja-se JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *O problema do género nos pronomes*. Separ. de *Biblos*, vol. XLI. Coimbra, 1973. O artigo foi incluído na colectânea de *Estudos linguísticos*, vol. 3.º, Coimbra (Coimbra Editora), 1984, p. 27-48.

(3) A propósito da alteração do vocalismo da sílaba final, veja-se p. 526-527.

(1281 P 99). Não encontrei vestígios da forma *tudo*, que, documentada esporadicamente em Portugal desde o século XIII, só veio a generalizar-se no século XVI (1). Em galego persiste a antiga forma *todo*.

Merecem ser destacadas algumas particularidades de carácter sintáctico relativas a estes últimos pronomes indefinidos. As formas *todo(s), toda(s)* usam-se, em geral, seguidas de artigo: «*todo o* conuẽto» (1334 C 11), «*todo o* dereyto» (1399 C 16), «*todo o* herdamento» (1308 L 33), «*todo o* ano» (1302 O 61), «*todo o* froyto» (1367 O 74), «ꝛ de *todo o* pã» (1407 P 133), etc.; «*todoſ oſ fillos*» (1286 L 28), «*todos os* foros» (1302 O 60), «*todos os* frijgueſes» (1290 P 106), etc.; «*toda a* dita uiña» (1310 L 34), «*toda a* uoz» (1289 P 105), «*toda a* dita villa de Toanço» (1317 P 126), «cõ *toda a* outra herdade» (1331 M 156); «ꝛ cõ *todas as* outras auções» (1345 M 161), «e *todas as* perteẽças do dicto caſall» (1454 DL 148), etc. Por vezes, o pronome e o artigo aparecem graficamente unidos: «*todóó* conuẽto» (1316 L 36), «*todóó* herdamẽto» (1297 P 112), «de *todóó* preço» (1301 P 119), «*todáá* uila ia dicta» (1269 C 4), «*todáá* frijgueſia» (1351 C 13), «*todáás* pobranças» (1351 C 13), etc. No plural, operou-se, nalguns casos, a contracção da forma pronominal com o artigo, mantendo-se deste as antigas formas *los, las* (2): *todollos* (1274 O 53; 1348 O 72; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1416 M 168). *todolloſ* (1302 P 120, etc.), *todolos* (1302 O 61; 1433 O 79; 1280 P 98; 1299 P 114; 1299 P 115; 1309 DL 142; 1315 DL 145, etc.), *todoloſ* (1281 M 152), *todolhos* (1287 DL 140), *todolhoſ* (1284 DL 138; 1317 M 154) (3); *todalas* (1300 C 8; 1351 C 13; 1302 O 61; 1296 P 110; 1316 P 124, etc.), *todalaſ* (1278 L 25; 1283 L 27; 1281 P 99; 1313 DL 144; 1345 DL 146, etc.), *todallas* (1472 DL 149, etc.), *todalhaſ* (1317 M 154) (4), *todellas* (1454 DL 148). Recolheram-se também alguns exemplos, nos documentos redigidos na Galiza, em que não se realizou a contracção entre as duas formas, conservando-se ainda *-s* da forma pronominal: *todoſ lloſ* (1281 O 55), *todos llos* (1405 L 39), *todos los* (1300 C 8; 1367 C 14; 1434 C 17; 1410 L 41; 1414 L 42; 1450 L 44; 1502 L 51; 1334 O 69; 1396 O 76, etc.), *todoſ loſ* (1262 C 2; 1282 C 6; 1281 O 55; 1290 O 58; 1289 P 105, etc.), *todoſloſ* (1306 L 31), *todoſlos* (1308 L 33; 1310 L 34, etc.), *todaſlas* (1310 L 34), *todas las* (1367 C 14; 1399

(1) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *todo;* JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 259 e n. 2.

(2) Veja-se o que foi dito acima (p. 644 e segs.), a propósito da antiga forma de artigo definido.

(3) Sobre o valor do grafema *lh* nas formas pronominais *todolhoſ, todalhaſ*, veja-se o que escrevi nas p. 495-496 e 500.

(4) No galego actual mantiveram-se as combinações *tódolos, tódalas*, ao passo que em português desapareceram. No que se refere à situação do galego actual, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *todo*.

C 16; 1434 C 17; 1410 L 41; 1360 O 73; 1407 P 133, etc.), *todas laſ* (1339 O 70), *todaſ laſ* (1281 O 55), *todaſ llaſ* (1281 O 55), *todas llas* (1405 L 39; 1419 P 134).

Quando usadas em função adjectiva, as referidas formas de indefinido são, em geral, acompanhadas de artigo definido. No entanto, este é habitualmente omitido quando o indefinido vai seguido de possessivo: «*todos meus* fillos» (1281 C 5), «*todos noſſos* bẽs» (1329 C 9), «a *todo meu* plazer» (1516 C 18), «cõ *todoſ ſeus* termioſ» (1286 L 28), «*todoſ noſſos* béés» (1307 L 32), «cõ *todo meu* ſiſſo» (1348 O 72), «*todo noſo* dereyto» (1500 O 90), «*todo meu* quinõ» (1269 P 93), «cõ *todo meu* ſiſo ⁊ con *todo meu* ẽtendemento» (1325 P 130), «e *todas ſſuas* perteenças» (1448 DL 147), etc. Neste mesmo contexto, pode, porém, num ou noutro caso, surgir o artigo definido; este emprego é bastante mais raro que a construção anterior. Exs.: «*toda a mia* erdade» (1278 L 25), «*toda a mjña* vjda» (1450 L 44), «*toda a nosa* devesa» (1474 L 47), «*toda a ſua* juriſdiçõ» (1290 P 106), «*toda a noſa* uoz» (1301 P 119), «de *todo o ſſeu* couto» (1315 DL 145), «*todolos uoſſos* soceſſores» (1331 M 157), etc. Encontra-se também abundantemente documentado o emprego de *todo* em posição adjectiva, seguido imediatamente do substantivo que não vai precedido de artigo: «toda uoz» (1282 C 6), «*toda* poblança» (1300 C 8), «*toda* exçepçõ» (1333 C 10), «de *toda* erdade» (1274 L 24), «*toda* couſa que Deuſ hy der» (1269 P 92), «en *toda* vida» (1322 P 129), «de *todos* adobijos» (1454 DL 148), «*toda* bem feitoríja» (1448 DL 147), «*todas* bem feitorias» (1454 DL 148), etc.

O pronome indefinido *hũu, hũa* (com algumas variantes gráficas adiante indicadas) provém, tal como o artigo indefinido, do numeral cardinal latino UNUS, UNA, UNUM (1). Ao tratar do artigo, fiz referência apenas ao chamado artigo definido ou determinado; neste momento, ao ocupar-me do pronome indefinido, aludirei também ao chamado artigo indefinido, uma vez que se trata das mesmas formas, embora usadas em posições e funções distintas. Quando usado em função adjectiva, é, em geral, designado por artigo indefinido; quando utilizado em função substantiva, é pronome indefinido. Nos textos analisados são incomparavelmente mais numerosos os casos em que as formas referidas são usadas em posição adjectiva; recolheram-se, contudo, também alguns casos em que elas têm função pronominal. Eis alguns exemplos: *hũu* (cf. «*hũu* commo ho outro», 1407 M 166), *húús* (cf. «*húús*

(1) Segundo Heinrich Lausberg, as formas UNUS, UNA adquiriram já em "românico comum" a função de artigo indefinido. Esse valor existe em todas as línguas românicas. Cf. HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*. II. Morfología. Madrid (Editorial Gredos), 1966, p. 241-242.

de pus *úús*», 1316 L 36), «mãdamos delo faɔer duas cartas em hũ tenor tal *hua* commo outra» (1410 L 41), «ȝ aſ cuſtaſ que eſtẽ *uaſ* por outraſ» (1302 L 30), etc. Nos documentos redigidos na Galiza surgem ainda algumas particularidades que convém salientar: por um lado, em textos dos séculos XV e XVI, a ocorrência de formas de tipo castelhano: *vno* (cf. «*vno* en pus outro», 1502 L 51; «ȝ faleſçendoſe *el vno* dellos que ſe torne eſte foro eno outro» (1502 L 51), *ṽna*, *vna* (cf. «mandamos ende delo fazer duas cartas de foro anbas en vn tenor, *ṽna* para vos, o dito Juã Fernandeɔ (...)» (1459 L 46), «*ṽna* delas topa arredor ennas vjnas de Juã Marjno» (1475 L 48), «*vna* qual o poſtrimeyro deles nomear en ſua vida ou ao tenpo de ſeu finamento ȝ a outra que ſeja nomeada por aquela que por lo poſtrimeyro deles for nonbrada (...)» (1502 L 51), etc.). Por outro lado, é bastante interessante o emprego do pronome *ũ* como índice de agente indeterminado, com o valor de 'alguém': «(...) que o abbade de San Johane de Poyo (...) dé tanto do meu a *ũ* a quen uáá por mj̃ áá terra d'Ultramar» (1299 P 114) (1).

Quanto à posição adjectiva, deve salientar-se a grande frequência das formas do chamado artigo indefinido. São variadas e muito numerosas as diferentes grafias registadas, sobretudo nos documentos redigidos na Galiza:

a) masc.: *hũu* (sécs. XIII-XV: por ex., 1344 C 12; 1314 O 65; 1426 O 78; 1290 P 106; 1296 P 109; 1407 P 133; 1432 P 135; 1282 DL 137; 1313 DL 143; 1407 M 166, etc.), *húú* (séc. XIII: 1290 O 58; 1285 DL 139), *huu* (1290 O 58; 1269 P 93; 1271 P 94), *húúm* (1299 P 117), *úú* (1285 O 56; 1317 M 154), *uum* (1287 P 103), *úún* (1281 P 99), *vun* (1283 P 101), *uũ* (1299 P 116; 1283 P 101), *hũ* (1334 C 11; 1367 C 14; 1407 L 40; 1414 L 42; 1360 O 73; 1484 DL 150, etc.), *hũn* (1290 O 58), *un* (1255 L 19; 1283 L 27, etc.), *ũn* (1281 O 55), *ũ* (1302 O 60; 1312 O 63; 1313 O 64), *vm* (1473 O 80), *vn* (1516 C 18; 1308 L 33; 1497 L 50; 1502 L 51; 1302 O 61, etc.), *ṽn* (1313 O 64; 1506 P 136), *húúſ* (cf. «en *húúſ* prazos», 1288 P 104). No doc. 1274 O 53 regista-se a forma *vno:* «ȝ *vno* meu fillo»; «*vno* marauidil» e «*vno* feſteiro» (2).

b) fem.: *vna* (1302 L 30; 1307 L 32; 1453 L 45; 1274 O 53; 1500 O 90, etc.), *una* (1302 L 30; 1308 L 33; 1276 O 54; 1281 O 55; 1281 P 99, etc.), *ũna* (1269 C 4; 1281 O 55) (3), *hũa* (sécs. XIII-XVI: por ex.: 1333 C 10; 1434

---

(1) Com o mesmo valor se usa ainda a forma *uno* em italiano e espanhol: *uno dice*. Cf. IORGU IORDAN e MARIA MANOLIU, *Manual de lingüística románica*. Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 316.

(2) Recorde-se a referência feita atrás (p. 615) à dificuldade de explicação desta forma.

(3) Sobre as diferentes possibilidades de interpretação dessas formas com *-n-*, tenha-se presente o que foi dito nas p. 576 e segs. É provável que o valor fonético dessas formas não seja sempre o mesmo, variando de acordo com a época e a região em que os respectivos documentos foram redigidos.

C 17; 1308 L 33; 1335 L 37; 1473 O 85; 1290 P 106; 1301 P 118; 1506 P 136; 1282 DL 137; 1313 DL 144; 1348 M 162; 1411 M 167, etc.), *ũua* (1310 L 35: 1302 O 61), *hũua* (1292 O 59), *huũa* (1454 DL 148; 1472 DL 149), *hua* (1334 C 11; 1399 C 16; 1302 O 60; 1313 O 64; 1419 P 134; 1484 DL 150, etc.), *úa* (1258 L 23), *va* (1287 O 57), *uũa* (1281 M 152), *hũas* (1414 L 42; 1411 M 167, etc.), *huas* (1475 L 48; 1475 L 49), *huaſ* (1290 O 58) (1).

Como resultado da contracção com a preposição *de* registaram-se as formas *dun* (1308 L 33), *dũ* (1302 O 61; 1313 O 64), *duna* (1306 L 31; 1285 DL 139), *dũna* (1281 P 99), *dũa* (1302 O 60), *dua* (1314 O 65), etc. Quando se trata das preposições *com* e *em*, verifica-se sempre o emprego de formas sem contracção: «*cõ hũa* veɔerra» (1414 L 42), «*en hũ* lugar» (1434 C 17), «*en hũ* tenor» (1405 L 39), «*en hũ* atoude» (1414 L 42), «*en hũ* anno» (1339 O 70), «*en vn* tenor» (1292 O 59), «*en vn* thenor» (1442 L 43; 1502 L 51), «*en ṽn* thenor» (1475 L 48; 1475 L 49), «*em hũ* anno» (1322 O 67), «*ĩ un* lugar» (1258 L 21), «*en húúſ* prazos» (1288 P 104), «*en hũa* carta» (1295 P 107), «*em hũa* uoz» (1432 P 135), «*en una* parte» (1281 P 99), «*en ṽua* mão» (1302 O 61), etc.

8. *Numerais*

Embora não sejam muito numerosas as observações a fazer no domínio dos numerais, há algumas formas bastante interessantes que merecem um comentário especial.

Relativamente aos numerais cardeais, entre as formas recolhidas algumas sugerem as seguintes notas:

a) são gerais, em toda a região, desde o século XIII ao século XVI, as formas *dous* (por ex., 1300 C 8; 1333 C 10; 1404 L 38; 1502 L 51; 1276 O 54;

---

(1) Convém salientar, relativamente à zona portuguesa, que não se registam exemplos das formas de feminino *uma, umas*, mesmo nos documentos do século XV. As formas modernas só vieram a generalizar-se em português a partir do século XVI, relegando as antigas formas *ũa, ũas* para o domínio da linguagem popular, onde se mantêm ainda em várias regiões. Cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 208. No galego actual, encontra-se, em geral, *un, uns, unha, unhas* a que foneticamente corresponde [uŋ], [uŋa]. Nalgumas zonas especialmente conservadoras, por ex., no Vale de Ancares, mantém-se a forma antiga [ũa]. Sobre a situação do galego, cf. Ricardo Carballo Calero, *ob. cit.*, p. 129 e n. 20 e 21; Dámaso Alonso e Valentín García Yebra, *El gallego leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa*. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, 1961, p. 68. Para o ancarês, veja-se também o trabalho mais recente de José Ramón Fernández González, *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico*. Oviedo, 1981, p. 112.

1396 O 76; 1499 O 89; 1500 O 90; 1407 P 133; 1432 P 135; 1285 DL 139; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1411 M 167), *douſ* (por ex., 1265 C 3; 1269 C 4; 1274 L 24; 1283 L 27; 1475 L 48; 1314 O 65; 1301 P 118; 1287 DL 140; 1313 DL 144; 1317 M 154), *douſſ* (1475 L 48), *duaſ* (1282 C 6; 1302 O 61, etc.), *duas* (1334 M 158, etc.). Somente de modo esporádico se regista em documentos da Galiza a forma *doſ* (1281 O 55) ou *dos* (1516 C 18), possivelmente por influência castelhana. Não se recolheu nenhum indício da forma *dois*, que veio a generalizar-se em português a partir do século XVI (1).

b) Verifica-se, durante os séculos XIII e XIV, a coexistência de formas terminadas em *-e* (ou *-i*) (2) e *-o* provenientes do latim vulgar CINQUE (3): a forma etimológica mantém-se ainda durante os séculos indicados, mas paralelamente surgem já as formas terminadas em *-o*, que virão a generalizar-se nos séculos XV e XVI. Essa alteração do vocalismo da sílaba final deve ter-se produzido por influência do *-o* de *quatro* (4). Indicam-se a seguir as formas registadas de um e outro tipo: *çinque* (1302 P 122; 1327 M 155), *ȼique* (1295 P 108), *cique* (1317 M 154), *cinquy* (1289 DL 141), *czinqui* (1282 P 100) (5); *çinquo* (1367 C 14), *çynquo* (1405 L 39), *çiṅquo* (1484 DL 150), *çinquo* (1308 L 33; 1414 L 42; 1475 L 48; 1475 L 49; 1287 O 57; 1506 P 136), *çico* (1302 O 61).

c) Esporadicamente registaram-se os latinismos *ſex* 'seis' e *dex* 'dez' em dois documentos do século XIII, respectivamente 1278 L 25 («dez ⁊ *ſex* diaſ andadoſ do meſ d'Oytubro») e 1281 O 55 («*dex* cabraſ»).

d) Os numerais compreendidos entre *dezasseis* e *dezanove* oferecem algumas particularidades relativamente às formas modernas do galego e

---

(1) A forma arcaica *dous* mantém-se ainda em galego e sobrevive nalguns falares portugueses especialmente conservadores, como são os falares da fronteira trasmontana. Cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 225. Sobre a generalização da forma *dois* em português, a partir do século XVI, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *dous*.

(2) Sobre a alteração de *-e* em *-i* veja-se o que escrevi nas p. 375-378.

(3) A forma do latim vulgar CINQUE correspondia à forma do latim clássico QUINQUE. Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 6964.

(4) Propõem essa explicação os seguintes autores: RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *çinco*; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 208; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 96; EDWIM B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 134, § 130; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 88 e 272.

(5) Nalguns casos, em vez da forma por extenso, surge o número romano V.ª (cf., por exemplo, 1295 P 108 e 1299 P 117) que faz supor uma forma do tipo das indicadas.

do português (1). Para interpretar correctamente, quer as formas arcaicas, quer as actuais, deve ter-se em conta a alteração a que esses numerais estiveram sujeitos já em latim. A par das formações *sedecim, septemdecim, duodeviginti, undeviginti,* eram já conhecidas expressões analíticas (p. ex., *decem septem, decem nouem, decem et octo,* etc.), que, nalguns casos, vieram a generalizar-se no chamado latim vulgar. Mas, neste período, paralelamente à composição assindética (p. ex., *decem nouem, decem octo*), a composição sindética podia fazer-se com a ajuda da partícula unitiva *et* ou *ac* (2). Destes diferentes tipos de formação há vestígios nas línguas românicas (3). Pelo que se refere ao português, no período arcaico surgem de modo regular formas em que o elemento de ligação entre as dezenas e as unidades é a conjunção *e;* esporadicamente, regista-se, porém, um ou outro numeral em que a partícula unitiva é *a:* formas como *dezaseis* (4), *dezasete* (5), *dezanove* (6) registadas em textos desse período revelam a coexistência dos dois tipos de formação na fase antiga da língua (7). Com os elementos actualmente

---

(1) As formas do galego actual são do tipo *dazaséis, dazasete, dazaoito, dazanove.* Estão também em uso formas como *dezaséis, dezásete,* etc. Sobre a situação do galego moderno, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 143. As formas do português caracterizam-se igualmente pela presença da partícula unitiva *a: dezasseis, dezassete, dezanove.* A forma *dezoito* com o na sílaba tónica resulta da crase das duas vogais de *dezooito,* proveniente de *dezaoito.* Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *ob. cit.,* p. 272.

(2) HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica.* II. Morfología. Madrid (Editorial Gredos), 1966. p. 245-248, § 767; IORGU IORDAN e MARIA MANOLIU, *Manual de lingüística románica.* Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 267-269, §§ 272, 273. No *Corpus Inscriptionum Latinarum* está já documentada a formação *dece septe* e numa inscrição cristã primitiva regista-se *decem et octo.* Informação colhida em MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.,* p. 89, n. 57.

(3) Além da bibliografia indicada na nota anterior, confronte-se também HARRI MEIER, *Dezassete, diecisiete, dix-sept.* In: *Boletim de Filologia,* vol. IX, 1948, p. 287-292.

(4) *Dezaseis* aparece num documento de 1351 publicado por J. Martins da Silva Marques: «dezaseis dinheiros... dezaseis soldos». In: *Descobrimentos portugueses.* Documentos para a sua história publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Vol. I (1147-1460). Lisboa (Edição do Instituto para a Alta Cultura), 1944, p. 92.

(5) A forma *dezasete* está documentada no *Orto do Esposo,* texto inédito do fim do século XIV ou do início do século XV. Cf. *Orto do Esposo.* Edição crítica com introdução, anotações e glossário por Bertil Maler, vol. I. Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Livro), 1956, p. 234.

(6) Num documento de 1410 publicado por João Martins da Silva Marques regista-se a forma *dezanoue:* «dezanoue dias dagosto». Cf. *Descobrimentos portugueses.* Documentos para a sua história publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Vol. I (1147-1460). Lisboa (Edição do Instituto para a Alta Cultura), 1944, p. 228.

(7) Embora sem conhecer abonações de formas com *-a-* na fase antiga da língua, Williams tinha já afirmado que formações deste género deviam ter existido na língua falada

disponíveis não é fácil saber se o emprego das formas de um e de outro género estaria dependente de factores de carácter geográfico ou sociolinguístico. No entanto, só os autores do período quinhentista e seiscentista acabaram por adoptar regularmente as formas com *-a-* (1).

Vejamos, em seguida, qual a situação linguística revelada pelos documentos analisados. Exceptuando um único exemplo de composição assindética registado num documento do início do século XV (cf. *dez noue* 'dezanove', 1419 P 134) (2), todas as restantes abonações se integram num processo de composição sindética em que a ligação entre o numeral correspondente às dezenas e às unidades se faz com a conjunção *e: dez ⁊ ſex* (1278 L 25: «*dez ⁊ ſex* diaſ andadoſ do meſ d'Oytubro»), *des ⁊ ſſeis* (1292 O 59), *deσ et ſeys* (1414 L 42), *dez ⁊ ſeys* (1333 P 131; 1407 M 166), *dezeſeys* (1516 C 18), *dez ⁊ ſſete* (1333 O 68), *dez ⁊ ſepte* (1403 P 132), *dez ⁊ ſete* (1315 DL 145; 1411 M 167), *dez ⁊ oyto* (1302 O 61: «os quiñẽtos ⁊ *dez ⁊ oyto* mor.»; 1280 P 97), *dez ⁊ noue* (1317 P 125) (3).

e) Merece especial relevo a ocorrência da forma plena *cento* ou *çẽto* não seguida de outro numeral em dois documentos da Galiza, respectivamente do século XIII e primeiro quartel do século XIV: «peyte (...) *cento* mor. da bóá móéda» (1282 C 7); «peyte aa parte .C. mor. ⁊ áá uoz do rey outros *çẽto* et o teſtamento ualla para ſempre» (1325 P 130) (4). A par dessas formas, nos restantes documentos galegos e nos documentos da zona portuguesa submetidos a análise recolhem-se sempre formas apocopadas, provavelmente devido ao uso proclítico do numeral (5): «*çent* ſoldoſ» (1335 L 37),

---

a par das formas com *-e-*: «The forms with *a* may have always existed in the spoken language alongside the forms with *e* and may therefore have come from Vulgar Latin forms with *ac*». Cf. EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 135, § 132. A.

(1) Cf. M. SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6.ª ed. melhorada e aumentada. São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 86.

(2) Este processo de composição assindética na formação dos numerais era já conhecido em latim e sobreviveu nalgumas línguas românicas, p. ex., em catalão, no engadinês e no sobresselvano. A este propósito, veja-se HEINRICH LAUSBERG, *ob. cit.*, vol. II, p. 246.

(3) Para outras abonações deste tipo de numerais em antigo galego-português, veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II, Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *dez*.

(4) Esse emprego da forma *cento* não acompanhado de outro numeral que existiu no antigo galego-português a par da forma apocopada *çen, çent*, surge ainda na linguagem do período quinhentista. Cf. M. SAID ALI, *ob. cit.*, p. 86-87.

(5) A alteração de *cento* em *cem* tem sido explicada por vários autores como resultante da posição proclítica da forma. Veja-se, por exemplo, JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 210; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 104, § 107; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 13, § 9:

«*çent* mor.» (1335 L 37), «*çent mrs.*» (1404 L 38), «*cen* mrs.» (1313 DL 144), «*çẽ* mrs.» (1317 M 154), «çen mor.» (1302 O 61), «*cen* mr.» (1290 O 58), «*cen* maraujdys» (1292 O 59), «*çen* ſoldoſ» (1310 L 35), «*çen* mrs.» (1414 L 42), «*çẽ mr.*» (1367 C 14), «*çem* mrs.» (1320 P 128), etc. (1). Com bastante frequência, o numeral aparece ainda representado abreviadamente pelo número romano .C.: por ex., 1262 C 1, 1281 L 26, 1283 L 27, 1286 L 28, 1274 O 53, 1290 O 58, 1302 O 60 e 1287 DL 140. Esporadicamente regista-se ainda o castelhanismo *çien* num documento lucense de fins do século XIII: «*çien* mrs.» (1298 L 29).

Quanto aos numerais ordinais e partitivos, os documentos sujeitos a análise revelam a presença de algumas formas bastante interessantes que sugerem alguns comentários.

Dado o teor dos textos estudados, são mais frequentes as formas de numerais com valor partitivo do que ordinal: na indicação dos tributos ou rendas ocorrem com bastante frequência numerais partitivos. Os poucos exemplos de numerais ordinais registados não oferecem particularidades notáveis. Assim, por exemplo: «nomeedes a *primeyra* voz ȝ a dita *prjmeyra* voz nomee a *ſegunda* ȝ a dita *ſegunda* voz nomee a *terçeyra* ȝ a dita *terceyra* voz noméé a *quarta* de maneyra que eſte dito foro ande ſempre en hũa ſoa voz» (1506 P 136), «della *quarta* aa *ſeptima* geeraçõ» (1299 P 114), «atroeſ la *ſetima* giarazũ» (1282 C 7), etc.

Os partitivos, além de algumas formas próprias, apresentam outras que são iguais às dos numerais ordinais correspondentes. Entre as primeiras se inserem as que dizem respeito à indicação da 'metade' e da 'terça parte'. São as seguintes as formas recolhidas: *medio* (1407 P 133: «et que nos demos para semẽte hũa talega de pã, *medio* mjllo ȝ *medio* çeueyra»), *medios, medyos* (1497 L 50: «(...) perca de pena quinentos mrs. vellos, *medyos* a voz del rrey ȝ *medios* a parte que touer, conprir ȝ guardar (...)», *medeos* (1474 L 47: «que perda de pena quinentos mrs. bellos, *medeos* a parte que o teber e gardar

---

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª edição, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 273.

(1) Tanto nos cancioneiros profanos como nas Cantigas de Santa Maria se emprega a forma plena a par da forma apocopada. Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, s.u. *cento* e *cen;* JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário. Vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 595, s.u. *cento;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *cen* e *cento*.

e *medeos* a boσ del rrey») (1), *méó* (1283 L 27: «z que dedeſ delaſ ſempre áó moeſteyro iam dito per ſeu máórdomo *méó* e dizemo do peſcado que y filarẽ»), *meo* (1283 L 27; 1335 L 37; 1281 O 55; 1285 O 56; 1314 O 65; 1322 O 67; 1339 O 70; 1360 O 73; 1403 P 132; 1404 M 165: «o *meo* do vinho»; «*meo* d'hũu carneiro», etc.), (o) *meyo* (1299 P 117); (os) *meos* (1307 O 62: «os *meos* al Rey et os *meos* a parte quereloſa»; 1312 O 63: «os *meos* al Rey z os *meos* a parte quereloſa»), (oſ) *meoſ* (1281 O 55: «quinentoſ ſoldoſ, oſ *meoſ* ao altar z oſ *meoſ* aoſ clerigoſ» (1281 O 55); (a) *mea* (1372 O 75), *mea* (1348 O 71) (2), (as) *méás* (1367 O 74), *meas* (1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75), *meaſ* (1283 L 27, (a) *meya* (1281 P 99; 1283 P 101); (a) *meyadade* (1281 P 99; 1290 P 106; 1301 P 118; 1284 DL 138), (a) *meatade* (1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1310 L 34; 1414 L 42; 1450 L 44; 1339 O 70; 1348 O 71; 1348 O 72; 1360 O 73; 1318 P 127; 1325 P 130; 1411 M 167), (a) *meadade* (1283 L 27; 1271 P 94; 1287 P 103; 1316 P 124; 1322 P 129; 1403 P 132; 1407 P 133, etc.), (la) *ameytade* (1499 O 89), *metade* (1310 L 34; 1516 C 18) (3).

Como numerais partitivos para indicar a 'terça-parte', regista-se o emprego de «*a* (...) *terça* parte» (1410 L 41; 1475 L 49), «*a terça* parte» (1297 P 112; 1407 P 133, etc.), a par de *terça* (1274 O 53; 1285 O 56), *a terça* (1314 O 65), *terça* (1287 O 57; 1302 O 60; 1313 O 64; 1314 O 65; 1334 O 69; 1360 O 73; 1372 O 75), *a terça* (1301 P 118; 1403 P 132, etc.), *terza* (1258 L 21), *a tercza* (1282 P 100) e da forma masculina (*o*) *terço* (1396 O 76; 1403 P 132, etc.). A forma masculina e feminina parecem ser perfeitamente equivalentes, surgindo em contextos idênticos e, por vezes, no interior do mesmo documento: «em eſta giſa que nos dedes cada hũu anno para senpre *o terço* de todo o pã (...)» (1403 P 132), «e daram e pagarom (...) *o terço* do líjnho e geira cuſtumada» (1448 DL 147), «z das outras vynas que ha enno dito caſal que nos dedes *a terça* cada anno ao dito moſteyro» (1403 P 132. Mais adiante, diz-se no mesmo documento «que o dito moſteyro que page *o terço* dos foros»); «*a terça* de millo z *a terça* de çeueyra z *a terça* de paynço» (1301 P 118), «et dardeſ a meyadade daſ caſas senas que ſom feytas z *a terça* das que fezerdeſ» (1301 P 118), etc.

---

(1) Por vezes, o numeral está já lexicalizado: nos exemplos a seguir apresentados, a forma *medjos* é a designação de uma medida para líquidos: «et dous *medjos* de vjño para as cuſtas de ſuas vodas» e «hũa cuba cõ vjño tinto d'antano que terrá faſta vynte et treſ ou vynte et quatro *medjos*» (1414 L 42).

(2) Encontra-se ainda a expressão *a meas* 'a meias' referida ao sistema de arrendamento de terrenos de cultura em que o arrendatário e o senhorio recebem metade dos lucros ou dos produtos cultivados. Num documento da província de Lugo do início do século XIV, 1310 L 34, escreve-se o seguinte: «(...) da uiña do Outeyro z da herdade que lle dy a chantar *a meas*».

(3) Sobre as diferentes soluções do grupo -dj-, veja-se o que escrevi nas p. 620-623.

Num contexto um pouco diferente aparece a forma feminina (1): «as quaeſ libras ſſe deuẽ a pagar pellas *terças* do anno cada anno em terçaſ» (1317 P 125), «e dedes ende ao dito moneſteyro cada hũu ano doze mrs. uelhos ⁊ meyo de dinheyros portugueſes aas *terças* do ano» (1313 DL 143). Nalguns documentos explica-se claramente o que são "as terças do ano": «e eram obrjgados a pagar dez maraujdys de boa moeda antijgaa aas *terças* do anno, Natall e Paſcoa e Sã Johã» (1454 DL 148), «(...) áás *terças* do anno, conuẽ a ſſaber: hũa terça por Natal e a outra terça por Paſcoa e a outra terça pola feſta de San Johanne Baptiſta» (1334 M 158) e «aas *terças* do anno, conuẽ a ſaber, hũa terça por Natal e a outra terça por Paſcoa e a outra terça pela feſta de San Johanne Baptiſta» (1334 M 159).

Para exprimir os numerais fraccionários seguintes usam-se formas correspondentes aos numerais ordinais. Assim, registam-se com frequência as formas «*quarta* parte» (1367 O 74; 1424 O 77; 1334 M 158), *quarta* (1258 L 23: «noſ recebemos a uoſſa *quarta* por ſempre»; 1274 L 24; 1292 O 59; 1302 O 60: «que nos diadeſ del cada anno per noſſo moordomo terça de uino ⁊ *quarta* de toda grãa que Deuſ y der ⁊ de ſſirgo ſe o y criardeſ»; 1317 P 125: «caſas (...) de que nos auemos as treſ *quartas* d'anbas, as quaes treſ *quartas* das ſobre ditas caſas nos damos a el ⁊ a ſſua moller»), *quarto* (1310 L 34; 1310 L 35; 1484 DL 150, etc.) (2).

---

(1) Nos documentos que analisei aparece apenas nesta acepção a forma do feminino; no entanto, não é desconhecido o emprego da forma do masculino noutros documentos da mesma região. Assim acontece em dois documentos publicados por Ferro Couselo correspondentes aos anos de 1451 e 1469 em que surgem respectivamente as seguintes expressões: «quiñentos pares de brancas, pagos aos *terços* do ano», «prometéronlle de dar por *terços* do ano oytoçentos mrs (...)». Cf. Xesús Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI.* Vigo (Galaxia), 1967, vol. II, p. 54 e 84.

(2) O numeral aparece já lexicalizado, designando uma medida para líquidos: «(...) doze outaos booſ trijgos ⁊ duaſ pixotaſ boaſ ⁊ vna *quarta* de boo vino ⁊ vno feſteiro de ȩeuada» (1274 O 53). Sobre outras abonações do emprego desta forma com o mesmo valor, veja-se Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla.* Vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *quarta* e Fr. Martín Sarmiento, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega.* Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 443. Segundo informa o Autor, «en el foro de la viña de San Blas de Parzero, de 1562, llama a la renta de 40 azumbres una *quarta de vino*, que son cinco cántaras; luego habia medida *total* de veinte *cántaras*, que es medio *culeo*». De acordo com o *Diccionario galego-castelán* de Carré Alvarellos, a "cántara" é uma medida para líquidos que, no caso do vinho, equivale a quinze litros e meio. Cf. Leandro Carré Alvarellos, *Diccionario galego-castelán y vocabulario castelán-galego.* 4.ª ed., La Coruña (Editorial Moret), s.u. *cántara.* A mesma forma aparece também em antigos documentos portugueses como medida de secos e líquidos. Neste último caso, designava a medida correspondente à quarta parte do moio de vinho

São do mesmo tipo os numerais seguintes: «*a quinta* parte» (1442 L 43), «*a qũjta* parte» (1432 P 135), «*a qynta* parte» (1432 P 135), *quinta* (1499 O 89: «do qual nos aveys de dar *la quinta*»; 1299 P 114: «item mando a Orraca Martinz *quinta* de .xvj. peças d'erdade que ficarõ por partir»; 1497 L 50: «z paguaredes *a qũta* das vbas que Deus der ennas dytas vyñas ao moeſteyro de Sant Martino d'Acoba», etc.), *quinto* (1450 L 44; 1499 O 89; 1302 P 122; 1325 P 130), *qujnto* (1459 L 46), *sesto* (1473 O 86: «a de dar en ſua vida setima et dizimo et as voses *sesto* et dizimo»), *ſeptima* (1299 P 114: «hũa *ſeptima* da meadade do caſal de Gigide»; 1262 C 1: «duaſ *ſeptimaſ* de huna noa», etc.), *setima* (1473 O 86), *octaua* (1258 L 21. No mesmo doc. surge também o plural «ij. octauaſ»), *oytaua* (1269 C 4: «vendemoſ a uoſ ia dictoſ z ao moeſteyro ia dicto ũna mea *oytaua* de todáá uila ia dicta de Fondõe (...)»; «eſta ia dicta mea octaua da vila ia dicta»), *oytauaſ* (1302 L 30: «que Johã Perez dé una ter£ə de ceueyra de pã cada ano a Ruy Pelaez z a sua muler por ra£õ de manda de ſeuſ ſogroſ de boo pã cumunalmẽte como o ouuerem no caſal z treſ *oytauaſ* de milo»), *oytauas* (1405 L 39: «et pagedes (...) deσ *oytauas* de çentẽo linpo de poo et de palla per teega dereyta») (1); *noa* (1262 C 1: «duaſ ſeptimaſ de huna *noa*»), *diσemo* (1360 O 73; 1396 O 76; 1407 P 133), *dizimo* (1306 L 31), *dizemo* (1396 O 76), *dizema* (1290 P 106; 1416 M 168) (2).

A par destas formas de carácter tradicional que têm correspondência em formas do galego actual e do português, os documentos da Galiza revelam ainda outro tipo de numerais, muito provavelmente de origem analó-

---

(o quarteiro) ou à quarta parte deste. Veja-se Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto-Lisboa (Livraria Civilização), 1966, vol. II, s.u. *quarta de vinho*. Ainda actualmente sobrevive a forma *quarta*, em todo o território de Portugal Continental, como medida de capacidade para secos e, nalgumas regiões, também para líquidos; além disso, numa área compacta do Noroeste de Portugal, que abrange as províncias do Minho, Douro Litoral e extremo ocidental de Trás-os-Montes, a mesma medida (só utilizada para secos) é designada pela forma masculina *quarto*. Sobre a distribuição geográfica destas formas em Portugal continental e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, assim como sobre o étimo e outras formas românicas usadas em acepções idênticas, veja-se Adelina Angélica Pinto, *Isoléxicas portuguesas. (Antigas medidas de capacidade)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII. Coimbra, 1983, p. 164 e segs. e mapa n.º 5.

(1) Nalguns dos exemplos apontados, a forma *oytaua* é a designação de uma medida de capacidade para secos. Embora todas as formas registadas digam respeito à Galiza, essa medida para grãos, correspondente a dois alqueires, foi também conhecida em antigos documentos portugueses. Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *oitaua de cevada*.

(2) Para outras variantes e respectivas localizações, veja-se o que escrevi nas p. 379-380 e p. 509-510.

gica, que acabaram por perder-se na língua falada da região, não subsistindo hoje quaisquer vestígios nas actuais variedades regionais galegas. São essas formas *ſeſma* (1274 L 24; 1306 L 31), *seſma* (1497 L 50), *ſeſmo* (1310 L 35: «ho *ſeſmo* do quarto do caſal de Pääços dos Caualeyros cõ ſſeus dereytos») (1), *ſemo* (1310 L 34: «dou a uos a meatade que perteeſçe a mj̃ z a meus yrmaos, ſaluo *o ſemo* que he de miña yrmää Thereyia»), *nouima* (1307 L 32: «uos damos aquellas noſſas tres quartas minus *a nouima*»; «por eſtas tres quartas minus *a nouima* da caſa ſobredita (...) damoſuos a noſſa meatade daquella caſa que eſtá na rua de Burgo Nouo (...)». Exceptuando a forma *ſemo* (2), os restantes numerais eram já conhecidos e tinham já sido referidos por vários autores. A *sêsmo, sêsma* (com as variantes *seismo, seisma*) tinham já sido feitas algumas referências nos manuais de gramática histórica, como, por exemplo, nos de Huber (3), José Joaquim Nunes (4) e Williams (5). A forma *nouima,* embora representada com bastante frequência em antigos textos da Galiza, só recentemente mereceu a atenção dos linguistas, talvez porque anteriormente fosse interpretada como erro dos copistas ou dos editores dos textos em que surgem. Essa forma e outras análogas — *onzemo, dozemo* (com as variantes *duyzema, duizema*) — foram explicadas pelo Pro-

---

(1) Na edição de documentos publicados neste trabalho os numerais *sesma, sesmo* não aparecem assinalados nos textos de Portugal; Viterbo refere, porém, esta última forma acompanhada da seguinte explicação: «sexto, foro de seis um. *Huma vinha, que chamãm de sesmo,* isto é, que paga ração de sexto». Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *ob. cit.,* vol. II, 1966, s.u. *sesmo.* Da mesma família dos referidos numerais é a forma *sesmaria,* usada sobretudo na expressão *dar de sesmaria* «conceder as terras desaproveitadas e baldias a quem as fabrique e aproveite com foro de sexto». Cf. Idem, *ob. cit.,* vol. II, 1966, s.u. *sesmaria* (dar de). Veja-se também o artigo *sesmaria.*

Também no antigo castelhano existiram os numerais fraccionários *sesmo, sesma,* tendo esta última forma sobrevivido até ao século xvii. Cf. J. Corominas, *ob. cit.,* vol. IV, s.u. *seis,* p. 177. De *sesmo* formou-se *sesmero* 'jurado de cada distrito en que se dividía una ciudad'. Cf. Manuel Alvar, *El Fuero de Salamanca. Lingüística e historia.* Universidad de Granada, 1968, p. 24-25, n. 46 e Manuel Alvar e Bernard Pottier, *Morfología histórica del español.* Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 93.

(2) O original oferece muito claramente *ſemo;* que eu saiba, até ao momento tal forma não tinha sido registada em antigos textos galego-portugueses. Não é fácil saber se terá havido lapso do copista que registou *ſemo* em vez de *ſeſmo,* ou se, efectivamente, se trata de uma forma real da língua falada resultante da assimilação da sibilante à consoante seguinte.

(3) J. Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch.* Heidelberg (Carl Winter Universitätsbuchhandlung), 1933, p. 180-181, §§ 351, 352.

(4) José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 212, § 5 da Morfologia.

(5) Edwin B. Williams, *From Latin to Portuguese.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 138, § 136.

fessor da Universidade de Salamanca, José Luís Pensado (1), como resultado de uma criação analógica apoiada em *sétimo, décimo* (2).

A frequência com que essas formas analógicas em *-imo/-emo* surgem em textos da Galiza — literários e não literários (3) —, sobretudo durante os séculos XIII e XIV (4), faz crer que tiveram durante esse período grande vitalidade na língua falada na região, formando um sistema bastante coerente e regular. Apesar disso, não sobreviveram em galego, acabando por ser suplantadas pelas formas dotadas de maior prestígio — *sexto, citavo, nono*, etc. — que sempre existiram simultaneamente com aquelas.

Para terminar estes comentários relativos aos numerais, merecem especial relevo as formas que representam o distributivo latino SINGULOS (5). Nos documentos galegos que analisei alternam dois tipos de formas: por um lado, *ſẽllaſ* (1271 P 94), *ſſenllias* (1302 O 61: «item mãdo a dez ommeſ que andan commigo *ſſenllias* ſſayas de vilaçiña»), *ſenllas* (1414 L 42: «et me digan aa noyte outras ſenllas vegilias», «*ſenllas* miſſas cantadas», «ſenllas vigilias»), *ſenllos* (1414 L 42: «et que façan labrar ſobre cada pedra *ſenllos* caſtelos ſegurados», etc.; 1285 O 56: «z dous pães tríjgoſ que valliã *ſenllos* dineyroſ leoneſeſ»), *ſſenllos* (1302 O 61: «mãdo (...) pelas igleias da Villa

---

(1) O Autor referiu-se a essas formas nos seguintes trabalhos: *Ordinales desconocidos del galaicoportugués*. In: *Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. 80, fasc. 3-4, 1964, p. 351-355 e *Estudios etimológicos galaico-portugueses*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1965, p. 22 *(dozemo)*, p. 23-24 *(duizema)*, p. 67-69 *(novima, novemo)* e p. 70 *(onzemo)*.

(2) Não é fácil saber se esses numerais resultam de uma acção analógica desenvolvida no período do latim vulgar ou já em época românica. A favor da primeira possibilidade parece falar a existência de formas paralelas no francês medieval: *nuefme, novime, onzime, douzime*. Contudo, apesar de se tratar de formas materialmente idênticas, elas podem ter-se criado independentemente nas duas zonas românicas. Segundo José Luís Pensado, os numerais galego-portugueses *ónzemo, dózemo* «remontan a una época en que *onze* y *doze* ya existían, es decir son de creación romance; sólo en el caso de *nóvemo* puede dudarse sobre el período de su creación que pudo ser ya latino ya románico». As formas *sesmo, sesma* «reclaman una base *s e x ĭ m u creada según el paradigma d ĕ c ĭ m u, u n d ĕ c ĭ m u, d u o d ĕ c ĭ m u». Cf. José Luís PENSADO, *Ordinales desconocidos del galaicoportugués*. In: *Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. 80, fasc. 3-4, 1964, respectivamente p. 354-355 e 351.

(3) Tenham-se presentes os exemplos aduzidos por José Luís Pensado nos trabalhos citados na nota 1 desta página.

(4) Os exemplos por mim recolhidos confirmam a opinião de José Luís Pensado segundo a qual foi sobretudo durante os séculos XIII e XIV que esses numerais foram usados, de modo regular, na Galiza. Somente transcende esse período a forma *ſeſma* que, nos documentos por mim analisados, ainda aparece registada nos fins do século XV (cf. 1497 L 50).

(5) Sobre a evolução do grupo -G'L- da forma SINGULOS, recorde-se o que foi dito nas p. 627-628.

d'Allariz *ſſenllos* meos carneiros ⁊ *ſſenllos* almudeſ de uiño»). Por outro lado, e em contraste com as formas anteriormente referidas que surgem um pouco por toda a Galiza, as formas com nasal palatal aparecem nas duas províncias meridionais, ou seja, Orense e Pontevedra e como que fazendo a transição para a zona portuguesa, onde é característico esse resultado. Foram os seguintes os exemplos registados: *ſenos* (1307 O 62: «⁊ a *ſenos* filos ou filas que ouuerdeſ deſtas muleres ſobre ditas», «⁊ dous pãeſ de *ſenos* ſoldoſ cada anno», «*ſenos* dias a podar, *ſenos* a cauar ⁊ *ſenos* a randar»; 1313 O 64: «⁊ dous pãeſ trijgos de *ſenos* dineyros leoneſſes commo eſt huſo (...)», *senas* (1301 P 118: «et dardeſ a meyadade daſ caſas *senas* que ſom feytas»), *ſſenas* (1292 O 59: «o conbento ſſer tiudo a dezer *ſſenas* mjſſas por myña alma»), *ſſeñaſ* (1302 O 61), *ſeñaſ* (1302 O 61), *ſſeñas* (1292 O 59). São do mesmo tipo as formas recolhidas nos documentos da região de Entre-Douro-e-Minho (1): *ſenhos* (1472 DL 149: «e pedirã *ſenhos* eſtormentos»; 1348 M 162: «pedirõ ende *ſenhos* eſſtromentos»); *senhos* (1404 M 165); *ſſenhos* (1407 M 166) (2).

9. *Verbos*

A. Considerações de carácter geral

a) Conjugações

As quatro conjugações do latim clássico em *-āre, -ēre, -ĕre* e *-ire* conservaram-se como tipos flexionais distintos nalgumas línguas românicas, entre as quais podem referir-se o catalão, o provençal, o francês, o italiano e o romeno (3); noutras, pelo contrário, as quatro conjugações ficaram redu-

(1) O mesmo resultado caracteriza, em geral, os textos escritos em Portugal. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), s.u. *senllas*. Contrariamente ao que aconteceu com a forma *senllos* do numeral distributivo resultante da evolução de SINGULOS, o adjectivo *senlleiro*, (var. *senlheyro*), proveniente da evolução da forma do latim tardio SINGULARIU, encontra-se, durante a Idade Média, tanto em textos da Galiza como de Portugal. Veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *senllas*.

(2) Esta forma foi usada em português durante o período arcaico, até ao século XVI. Ainda Duarte Nunes de Leão, ao explicar, na *Origem da lingoa portvgvesa*, «alguns vocabulos antigos Portugueses, que se achaõ em scripturas (...)» dá como sinónimo de *sendos* a forma *senhos*, prova de que a palavra ainda era conhecida: «*sendus*, por *senhos*, id est, *singulos*». Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Typographia do Panorama), 1864, p. 72.

(3) HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*. II. Morfología. Madrid (Editorial Gredos), 1966, p. 258-261, §§ 787-790.

zidas a três, devido à perda da terceira conjugação latina, tendo a maior parte desses verbos passado à segunda conjugação. Tal é, em traços muito gerais, a situação do galego-português, do castelhano, do leonês e do macedo-romeno (1). Essa fusão da segunda e terceira conjugações latinas levada a cabo nessas línguas pode considerar-se como o resultado de uma tendência que já se verificava em latim: efectivamente, alguns gramáticos atestam a oscilação manifestada por alguns verbos entre uma e outra conjugação (2). Mesmo considerando apenas a situação dos três idiomas ibero-românicos há pouco citados, nem sempre se verifica uma total coincidência quanto ao enquadramento de alguns verbos latinos em *-ĕre* nas diferentes conjugações. É comum a todos eles a perda da terceira conjugação (3), mas os verbos deste tipo nem sempre se fixaram no mesmo modelo flexional. Assim, ao passo que o castelhano revela uma clara preferência pela conjugação em *-ir* (4), nos idiomas do ocidente peninsular, isto é, no galego-português e no leonês, os verbos da terceira conjugação latina enquadram-se, em geral, nos verbos em *-er* (5). Portanto, e considerando mais de perto a situação do galego-

---

(1) IDEM, *ob. cit.*, vol. II, p. 259, § 788. O sardo conhece também apenas três conjugações, mas a sua situação é diferente da das línguas acima citadas. O processo de fusão da segunda e terceira conjugações latinas levou, no caso do infinitivo, a fazer prevalecer a forma desta última conjugação e, nas formas finitas, ora um ora outro tipo de flexão. Veja-se IDEM, *ob. cit.*, p. 259, § 789.

(2) Cf. IDEM, *ob. cit.*, vol. II, p. 259 § 790; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 284, § 110. Exceptuando a área correspondente ao catalão, onde, conforme já acima foi referido, se mantiveram distintas a segunda e a terceira conjugações latinas, a sua fusão devia ser já um facto geral no latim vulgar da Hispânia.

(3) Sobre alguns vestígios da conjugação em -ĔRE nesses idiomas, veja-se, por exemplo, R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, p. 284, § 110 (cf. esp. ant. *far* < FACERE); MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *Morfología histórica del español*. Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 179. Para o galego-português, cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 112 e JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 275: «Da terceira conjugação latina parece haver vestígios em português apenas nos infinitivos *dir, far* e *trar*, que entram na formação do futuro e condicional dos verbos *dizer, fazer* e *trazer*».

(4) Para o castelhano, cf. sobretudo R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 283-286, §§ 108-111 e MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 178-182.

(5) Relativamente ao galego-português, veja-se José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 274-277, § 28; J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933, p. 184-185, § 357-362; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania

-português, verifica-se, em princípio, a perda da terceira conjugação latina que se igualou com os verbos da segunda. Desse modo, FACĔRE > *fazer*, QUÆRĔRE > *querer*, CURRĔRE > *correr*, VENDĔRE > *vender*, tanto em português como em galego. A segunda conjugação galego-portuguesa incorpora, assim, os verbos da segunda conjugação latina e a maior parte dos verbos da terceira. Contudo, alguns verbos em *-ĕre* que tinham um iode derivativo antes da desinência pessoal na primeira pessoa do singular e na terceira pessoa do plural do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do conjuntivo, devido à semelhança dessas formas com as correspondentes dos verbos em *-ire*, foram integrados na terceira conjugação galego-portuguesa. Aliás, já no latim vulgar se produziu a passagem desses verbos à quarta conjugação (1). Permitem concluir desse modo, por um lado, alguns exemplos de confusão registados em autores latinos (2), e, por outro, a evolução que os verbos desse tipo tiveram nas várias línguas românicas (3). Paralelamente, também alguns verbos da segunda conjugação latina, após a transformação, no latim vulgar, de *e* em hiato, num iode, passaram também, nalguns casos, a verbos em *-ir:* o verbo latino COMPLĒRE (1.ª pes. pres. indic. *complĕo*) está representado não só em galego-português, mas em várias línguas românicas, por formas em *-ir* (4).

Press), 1962, p. 161-162, § 148; PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 59-60 («Idea general de la evolución del verbo latino al portugués»); JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 8-10, §§ 4-7; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 111-113, § 81. Para o galego, veja-se ainda ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 46-50. Sobre as conjugações verbais em leonês, veja-se especialmente FEDERICO HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896.

(1) HEINRICH LAUSBERG, *ob. cit.*, vol. II, p. 261, § 791 e p. 369-370, § 926, sobretudo 2, b, *β*.

(2) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 285, § 111. Aparecem já em autores latinos infinitivos analógicos do tipo *fugire* (por *fugĕre*), *cupire* (por *cupĕre*), *parire* (por *parĕre*), etc.

(3) HEINRICH LAUSBERG, *ob. cit.*, vol. II, p. 370, § 926, 2, b, *β*. Efectivamente, as formas das línguas românicas resultam da evolução de um infinitivo analógico do tipo *fugire:* port. *fugir*, esp. *huir*, cat. e ant. prov. *fugir*, fr. *fuir*, sardo *fuire*, ital. *fuggire*, rom. *fugi*. O Autor cita formas românicas correspondentes a outros verbos.

(4) São desse tipo as formas do fr. ant. *complir*, fr. mod. *accomplir*, prov. e cat. *complir*, esp. *cumplir*, ant. ital. *complire* e port. *cumprir*. Cf. W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter), 1968, n.º 2101, COMPLĒRE.

Feitas estas considerações de carácter geral sobre as correspondências entre as conjugações latinas e galego-portuguesas, procederei à análise dos materiais recolhidos nos textos agora publicados.

Os verbos latinos da segunda conjugação aparecem, em geral, integrados nos verbos em *-er: auer, aver; mãtéér, mãter; põer, poer; prouéér, proueer; seer, féér, fer* (e outras variantes análogas); *téér, teer, tẽer, tẽenr; valer; ueer, ver* (1). Todos estes verbos se mantêm no mesmo tipo de conjugação no português e no galego actuais. Observe-se, no entanto, que o infinitivo *põer* ou *poer* foi em português, a partir do século XVI (2), substituído por *pôr,* forma já documentada pelo menos desde o século anterior (3). Em galego, o verbo mantém-se na mesma conjugação sob a forma *poñer,* embora viva também um infinitivo paralelo ao português, *pór* (4).

São apenas dois os verbos registados que em latim pertenciam à segunda conjugação e que não aparecem integrados nos verbos em *-er:* um deles é *conplir* (1334 C 11; 1434 C 17; 1308 L 33; 1310 L 34; 1269 P 92), *cõplir* (1475 L 48; 1475 L 49; 1290 O 58), *comprir* (1506 P 136), *conprir* (1472 DL 149), *cõprir* (1484 DL 150; 1407 M 166) e o outro *persoyr* (1473 O 80) (5).

Um maior número de particularidades oferecem os verbos que em latim pertenciam aos temas em consoante, ou seja, à terceira conjugação. A maior parte das formas de infinitivo registadas insere-se na segunda conjugação galego-portuguesa: *queer* 'cair' (1322 P 129), *coller* (1300 C 8), *conhocer* (1345 DL 146), *correger* (1322 O 67; 1339 O 70), *correyer* (1283 L 27), *créér*

---

(1) A localização destas formas de infinitivo será indicada adiante, na alínea B. *Particularidades da flexão de alguns verbos.*

(2) E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 229, § 193. O gramático Fernão de Oliveira, ao referir-se às três conjugações portuguesas, terminadas respectivamente em *-ar, -er* e *-ir,* salienta o carácter peculiar do verbo *pôr* que estava, nessa época, a substituir a forma mais antiga *poer*: «este verbo *ponho pões* faz o seu infinitiuo ẽ *or* dizẽdo *por* o qual todauia ja fez *poer* e ainda o assi ouuim' a alghũs velhos (...)». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa.* 3.ª ed., feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, 1933, p. 104.

(3) Num documento algarvio datado de 1450, publicado por José Joaquim Nunes em apêndice ao seu artigo sobre "Dialectos algarvios" aparece já a forma moderna *pôr.* Veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Dialectos algarvios.* In: *Revista Lusitana,* vol. VII, 1902, p. 261, l. 17 e p. 264.

(4) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 184 e n. 138. Quer o verbo galego *pór,* quer o português *pôr* devem considerar-se da segunda conjugação, ainda que irregulares: «O verbo *põr,* conquanto pareça constituir um quarto tipo, não é mais que a contracção de *poer,* e devemos considerá-lo como verbo irregular da 2.ª conjugação». Cf. M. SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa.* 6.ª ed., São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 130.

(5) Sobre a causa dessa alteração, tenha-se presente o que foi dito na p. 725.

(1258 L 22), *dizer* (1399 C 16; 1434 C 17; 1516 C 18; 1450 L 44; 1506 P 136; 1345 DL 146; 1331 M 157), *diœr* (1414 L 42), *dezer* (1292 O 59); *fazer* (1265 C 3; 1282 C 6; 1282 C 7; 1333 C 10; 1334 C 11; 1367 C 14; 1255 L 19; 1278 L 25; 1281 L 26; 1307 L 32; 1308 L 33; 1310 L 34; 1450 L 44; 1453 L 45; 1475 L 49; 1274 O 53; 1339 O 70; 1433 O 79; 1473 O 80; 1499 O 89; 1299 P 114; 1432 P 135; 1506 P 136; 1315 DL 145; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1303 M 153; 1334 M 158; 1334 M 159, etc.), *ffazer* (1292 O 59; 1290 P 106), *faœr* (1310 L 35; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1348 O 71; 1396 O 76), *façer* (1316 L 36), *ffaçer* (1281 O 55), *faȩer* (1287 DL 140), *léér* (1290 P 106; 1301 P 119; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1315 DL 145), *leer* (1302 O 61; 1296 P 109; 1317 M 154; 1348 M 162); *ffaber* (1262 C 2; 1334 C 11; 1344 C 12; 1306 L 31; 1308 L 33; 1310 L 34; 1310 L 35; 1292 O 59; 1287 P 102; 1289 P 105; 1296 P 111; 1297 P 112; 1298 P 113; 1287 DL 140; 1345 M 161, etc.), *faber* (1333 C 10; 1385 C 15; 1516 C 18; 1255 L 19; 1274 L 24; 1307 L 32; 1404 L 38; 1407 L 40; 1502 L 51; 1313 O 64; 1315 O 66; 1500 O 90; 1289 P 105; 1296 P 110; 1317 P 125; 1317 P 126; 1407 P 133; 1506 P 136; 1285 DL 139; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1327 M 155; 1334 M 159; 1404 M 165; 1416 M 168, etc.), *saber* (1453 L 45; 1459 L 46; 1287 O 57; 1473 O 80; 1404 M 165), *ffabher* (1289 DL 141), *fauer* (1405 L 39) (1).

Nem sempre é coincidente a situação do galego e do português actuais quanto a alguns destes verbos. A par de vários que se mantiveram na mesma conjugação em ambas as línguas, noutros casos houve deslocações de conjugação, ora comuns às duas línguas, ora peculiares apenas a uma delas. É comum ao galego e ao português a alteração de *correger* da segunda para a terceira conjugação: em português moderno *corrigir*, em galego *corrixir*. No caso de *queer*, representada, em geral, na fase antiga da língua pela forma não assimilada *caer* (2), a mudança de conjugação verificou-se apenas em português: desde o século XIV que a forma moderna *cair* começa a surgir registada nos textos escritos, acabando por eliminar a mais antiga durante o século XV (3). Em galego, onde, em geral, as formas em *-ir* têm maior

---

(1) Sobre a flexão destes verbos, veja-se o que será dito, adiante, na alínea B. *Particularidades da flexão de alguns verbos.*

(2) Somente o infinitivo se apresenta numa forma resultante da assimilação das duas vogais em contacto. As formas flexionadas recolhidas (cf. *caeu*, 1299 P 114; *caerõ*, 1351 C 13, 1298 P 113, 1299 P 114) permitem deduzir que existia também na Galiza o infinitivo *caer*.

(3) E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 162, § 148, 2; RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *caer*, p. 265-266.

extensão que em português, em grande parte devido à influência do castelhano (1), neste caso, ao lado da forma *cair*, idêntica à portuguesa, mantém-se a forma antiga *caer* (2). Tal facto deve-se, também neste caso, à coincidência com a forma castelhana.

Exclusiva do galego é a mudança de conjugação do verbo *dizer*. As formas recolhidas foram *dizer* nos documentos redigidos em Portugal e *dizer, diser* ou *dezer* (3) nos documentos localizados na Galiza. Actualmente, no galego comum o verbo termina em *-ir* (cf. *decir*) (4), mantendo-se apenas nalguns pontos restos da antiga conjugação em *-er: dezer* [ẓ], *decer* [θ] e *deser* [s] (5). Estas formas em *-er* e com *e* no radical (6) mostram o que

---

(1) Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 112, § 81.

(2) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 174.

(3) A forma *dezer*, registada num documento orensano do século XIII (1292 O 59), é a mais antiga abonação conhecida do representante do verbo DICĔRE terminado em *-er* e com *e* no radical. O desconhecimento desse tipo de formas em textos da Galiza levou José Luis Pensado a interpretar essas formas quando registadas por alguns dicionários galegos como formas sem existência real. (Cf. JOSÉ LUÍS PENSADO, *Contribución a la crítica de la lexicografía gallega. I. El diccionario gallego-castellano de F. J. Rodríguez y su repercusión en la lexicografía gallega*. Salamanca (Acta Salmanticencia), 1976, p. 173-175, s.u. *dicir o dicire*). Os exemplos aduzidos por Ricardo Carballo Calero num artigo em que faz alguns comentários críticos dessas páginas do professor da Universidade de Salamanca são muito mais tardios: o mais antigo testemunho de que o Autor tem conhecimento é de 1603. O facto de essa forma aflorar já num texto escrito do século XIII permite concluir que ela é uma autêntica forma da língua falada na Galiza já no período medieval. Aliás, embora o Autor desconheça testemunhos gráficos anteriores àquela data, admite a possibilidade de que a forma possa ter tido existência na linguagem oral desde época muito antiga. Veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Testemunhos gráficos do galego* decer *'dizer'*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 5, 1978, p. 101-111, e especialmente p. 102 e 106. O artigo foi publicado, em versão portuguesa, no livro do Autor *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981, p. 139-147. Posteriormente, o Autor completou a informação fornecida no artigo anterior, citando abonações mais antigas. Cf. *Novos testemunhos gráficos do galego decer 'dizer'*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 7, 1980, p. 203-207.

(4) A forma *dicir*, também possível na Galiza, é considerada um vulgarismo. Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 487, s.u. *dizer*.

(5) RICARDO CARBALLO CALERO, *Testemunhos gráficos do galego* decer *'dizer'*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 5, 1978, p. 106-111. Na p. 107 apresenta-se um mapa com a distribuição geográfica dos resultados do latim DICĔRE na Galiza. O infinitivo em *-er* é minoritário relativamente às formas em *-ir*. (O artigo foi publicado, em versão portuguesa, no livro do Autor *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981, p. 139-147).

(6) É provável que tenha havido uma assimilação da vogal do radical ao *e* da sílaba tónica. Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 106.

teria sido o processo de substituição da forma tipicamente galego-portuguesa pela castelhana: a partir do século XVI, a pressão do castelhano conduz à perda de vitalidade da forma tradicional e à implantação do castelhanismo *decir*.

Por vezes, embora não esteja documentada a forma de infinitivo, algumas formas flexionais registadas permitem deduzir com segurança o tipo de conjugação em que o verbo se insere. Assim acontece com a forma da 2.ª pessoa do plural do futuro do conjuntivo *aduzerdes* (1367 O 74) que parece autorizar a deduzir um infinitivo *aduzer*, documentado noutros antigos textos galego-portugueses (1) e leoneses (2). Neste caso concreto, a mudança de conjugação é posterior e pertence à história do galego-português: as formas do português moderno e do galego são respectivamente *aduzir* e *aducir* (3).

De entre os verbos que representam a evolução de verbos latinos de tema em consoante há alguns que nos documentos localizados na Galiza oscilam entre os verbos em *-er* e os verbos em *-ir* (4). Um dos casos mais interessantes é o que diz respeito aos representantes de SCRIBĔRE. As formas documentadas nos textos redigidos em Portugal oferecem sempre a terminação *-er: eſſcreuer* (1348 M 162), *eſcrepuer* (1448 DL 147; 1454 DL 148) (5);

---

(1) O infinitivo *aduzer* está documentado noutros antigos textos galego-portugueses: por exemplo, nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, no *Cancioneiro da Ajuda*, em *A demanda do Santo Graal*, etc. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *aduzer*; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 3, s.u. *aduzer*; A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III, Rio de Janeiro, 1944, p. 42-44.

(2) Cf. FEDERICO HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 24; R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 99-100, § 18,3; RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 73, § 32.

(3) Em castelhano o verbo enquadrou-se desde o início na conjugação em *-ir*. Já no *Cantar de Mio Cid*, está documentado o infinitivo *aduzir*. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*. 4.ª ed., vol. II, Madrid (Espasa-Calpe), 1969, p. 430, s.u. *aduzir*. Com a acepção de 'trazer, conduzir', o verbo começa a tornar-se antiquado durante o século XV tanto em galego-português como em castelhano, passando a ser usado na acepção de 'alegar, citar'. Veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 41-42, s.u. *aduzer*; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *aducir*.

(4) Também em leonês existe a mesma flutuação entre infinitivos em *-er* e em *-ir*: *escrevir, escriver* e *escrever*. Cf. FEDERICO HANSSEN, *ob. cit.*, p. 27; R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, p. 99-100, § 18,3; ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. 2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 177-178.

(5) Sobre a flexão deste verbo, veja-se, adiante, B. *Particularidades da flexão de alguns verbos*.

pelo contrário, na Galiza predominam já no período estudado formas em *-ir: eſcribir* (1292 O 59), *eſcriuir* (1300 C 8; 1286 L 28; 1310 L 34; 1442 L 43), *eſcriujr* (1414 L 42; 1453 L 45; 1459 L 46), *eſcripuir* (1414 L 42; 1367 O 74), *eſcripujr* (1450 L 44), *escripujr* (1410 L 41; 1450 L 44), *eſcripuyr* (1404 L 38), *ſcriuir* (1333 C 10; 1295 P 107; 1317 P 125; 1322 P 129), *ſcriujr* (1405 L 39) (1). Os documentos analisados revelam ainda que as formas em *-ir* se encontravam vivas desde o século XIII em toda a região, sendo, nas zonas correspondentes às actuais províncias de La Coruña, Lugo e Orense, as únicas registadas; na província de Pontevedra, a par de formas em *-ir*, existem também algumas formas em *-er* em documentos localizados no extremo Sudoeste da província — Tebra e La Guardia —, relativamente perto de Portugal: *ſcriuer* (1288 P 104), *eſcreuer* (1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110; 1299 P 116; 1302 P 120; 1302 P 122), *eſſcreuer* (1299 P 117). Parecem, além disso, corresponder a um verbo da segunda conjugação as formas do pretérito perfeito *eſcreuy* (1.ª pes.) (1302 P 121) e *eſcreueu* (3.ª pes.) (1280 P 97; 1281 P 99; 1287 P 103). Exceptuando o documento 1287 P 103, localizado em Pontevedra, os restantes situam-se na zona sul-ocidental da província. Essa flutuação entre formas em *-er* e em *-ir*, as primeiras de carácter tradicional, e as segundas devidas à penetração do castelhano na Galiza (2), reflecte-se igualmente em textos literários: nas *Cantigas de Santa Maria* (3) e na tradução galega da *Crónica Geral* e da *Crónica de Castela* (4) ocorrem formas de um e outro tipo. A partir do século XV generaliza-se a forma *escribir* (5).

Um outro verbo que revela uma hesitação idêntica entre a conjugação em *-er* e em *-ir* é aquele que representa a evolução do latim RECĬPĔRE. Embora não se registem exemplos de formas de infinitivo, as formas flexionadas recolhidas revelam oscilação entre os dois tipos de conjugação. Parecem corresponder a um infinitivo *receber* (ou *reſçeber*) as formas *rreçebo* (1442 L 43; 1475 L 48; 1497 L 50), *reçebo* (1407 L 40), *rreſçebo* (1502 L 51), *reſçebo*

---

(1) Sobre a flexão do verbo referido, veja-se o que será dito, adiante, na alínea B. *Particularidades da flexão de alguns verbos.*

(2) Essa oscilação entre as conjugações *-er* e *-ir*, que em galego é extensiva a outros verbos, deve-se, na maior parte dos casos, à influência do castelhano: «La creciente influencia del castellano sin embargo va dando cada vez más extensión á las formas en *ir*, aunque continúa siendo todavía corriente la terminación etimológica». Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 112.

(3) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 128, s.u. *escrever, escrevir, escriver, escrivir.*

(4) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 579-580, s.u. *escripuir, escripuer*, etc.

(5) IDEM, *ibidem.*

(1450 L 44) (1.ª pes. do pres. do indic.), *rreçebemos* (1.ª pes. do plural do pres. do indic.) (1442 L 43; 1450 L 44), *reȩebeu* (1267 O 52), *rreçebeo* (1473 O 80), *reſçebeo* (1414 L 42), *receberõ* (3.ª pes. do plural do futuro do indic.) (1302 L30) e *rreſçebente* (1450 L44; 1502 L51); pelo contrário, as formas *recibo* (1313 O 64), *rreſçibo* (1506 P 136) (1.ª pes. pres. indic.) e *reȩebyo* (1281 L 26), *reȩebio* (1281 L 26) (3.ª pes. do pret. perf.) parecem permitir deduzir um infinitivo do tipo *reçebir, reſçibir* ou *recibir*. Esta oscilação que, de acordo com os documentos analisados, se verificava já no século XIII, manifesta-se também em textos de carácter literário: assim acontece, por exemplo, nas *Cantigas de Santa Maria* onde, embora sendo mais frequente o infinitivo em *-er*, surge também a forma *reçebir* (1); analogamente, *rreçeber* e *rreçebir* alternam na *Crónica Troyana*, texto galego do século XIV (2). Tal como foi afirmado relativamente ao verbo anterior, também neste caso a flutuação entre os dois tipos de conjugação se deve à influência do castelhano que levou à penetração das formas em *-ir*. O português, pelo contrário, desde o período medieval conheceu unicamente as formas da segunda conjugação.

Finalmente, em textos galegos do século XV recolhem-se as formas *requiro* (1414 L 42) e *rrequerimos* (1442 L 43), respectivamente primeira pessoa do presente do indicativo e primeira pessoa do plural do pretérito perfeito (3). Tais formas obrigam-nos a admitir um infinitivo *requirir* ou *requerir*, do tipo do que sempre existiu em castelhano (4). Foi esse tipo de conjugação que veio a prevalecer em galego moderno, ao passo que em português o verbo está integrado na conjugação em *-er*. Convém, porém, observar que os compostos cultos da família de *querer*, mesmo em português, pertencem à conjugação em *-ir (adquirir, inquirir)*. Aliás, também *requerir* não foi desconhecido em antigos textos redigidos em Portugal (5).

---

(1) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 260, s.u. *receber* e *reçebir*.

(2) KELVIN M. PARKER, *Vocabulario de la Crónica Troyana*. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid). Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958, p. 63 e 125.

(3) Para outras abonações de formas pertencentes à conjugação em *-ir*, veja-se RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulario galego-português. (Anotações ao "Dicionario etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *requerer*.

(4) A forma *requerir* está já documentada em Berceo. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, s.u. *querer*.

(5) Cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulario galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *requerer*.

b) Verbos incoativos

Os verbos incoativos em *-ecer* (ou *-ezer*) (cf. *deſpereçer*, 1333 C 10; *falezer*, 1271 P 94; *fallezer*, 1269 P 92) <-ESCĔRE mantêm a terminação etimológica na primeira pessoa do presente do indicativo e em todo o presente do conjuntivo: *enpéésca* (1434 C 17), *enpéeſca* (1434 C 17), *enpeezca* (1450 L 44), *eſtabeleſco* (1299 P 114), *remaeſco* (1287 DL 140); *deffaleſca* (1287 O 57), *desfaleſca* (1367 O 74), *defaleſca* (1312 O 63; 1271 P 94; 1299 P 117), *defaleſça* (1313 O 64), *defaleſcã* (1300 C 8), *deffalezcã* (1295 P 107); *deſpereſca* (1432 P 135), *deſperezqua* (1407 M 166), *faleſca* (1269 P 92), *guareſca* (1290 O 58; 1302 O 61), *mereſcamoſ* (1282 C 7), *naſca* (1302 O 61), *permeyſza* (1282 C 7), *perméeſca* (1289 P 105; 1299 P 114), *permaeſca* (1318 P 127), *permeeſcã* (1299 P 114), *pertéeſcam* (1303 M 153), etc. Estas terminações etimológicas acabarão por ser eliminadas no português e no galego modernos (1) que generalizaram às pessoas e tempos indicados o modelo da restante flexão (2). Num documento do início do século XVI surge já a forma *enpeça* (1516 C 18) com uma configuração idêntica às formas modernas do galego e do português.

c) Apócope de *-e*

Verifica-se em galego-português a apócope de *-e* nalgumas formas verbais, quando essa vogal vai precedida de *l, n, r, s* ou *z*. As formas afectadas são o infinitivo, a primeira e a terceira pessoas do infinitivo flexionado, a terceira pessoa do presente do indicativo, a primeira e a terceira pessoas do pretérito perfeito de alguns verbos, a primeira e terceira pessoas do futuro do conjuntivo e, finalmente, a segunda pessoa do singular do imperativo (3).

Os documentos redigidos em Portugal registam quase sempre formas apocopadas; somente na primeira pessoa do pretérito perfeito do verbo *poer* se mantém a vogal final: *pogj* (1281 M 152; 1317 M 154), *pogy* (1303

---

(1) Cf. JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX, Coimbra, 1945, p. 24. Para o galego veja-se ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Santiago de Compostela, 1974, p. 80-81.

(2) O mesmo fenómeno se verificou em leonês. Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 100, § 18,4.

(3) Sobre as circunstâncias em que se verificou a apócope de *-e* em galego-português, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 281-282; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 79-80, § 151, 1-5; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 167-168, § 152, 1 e 2; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 116-117.

M 153), *pugi* (1315 DL 145; 1303 M 153), *pugj* (1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1327 M 155; 1335 M 160; 1348 M 162), *puſi* (1281 M 151). Nos documentos localizados na Galiza observa-se também um claro predomínio das formas apocopadas, mas mantêm-se numerosos exemplos de formas com vogal final conservada. Conserva-se com frequência a vogal final nas formas verbais do pretérito perfeito em que essa vogal estava precedida de *-z*, por vezes sujeito a algumas alterações. Assim, para a primeira pessoa do pretérito perfeito recolheram-se as seguintes formas com vogal conservada: *dizi* (1258 L 21), *figj* (1289 P 105; 1301 P 118), *figy* (1385 C 15), *fige* (1310 L 34; 1414 L 42; 1442 L 43; 1453 L 45; 1459 L 46; 1315 O 66; 1367 O 74; 1500 O 90; 1299 P 114), *ffige* (1281 O 55), *fyze* (1497 L 50), *fize* (1499 O 89), *ffize* (1300 C 8), *fiœe* (1450 L 44), *pugy* (1497 L 50; 1282 P 100; 1287 P 102; 1288 P 104; 1299 P 116; 1299 P 117; 1302 P 120; 1302 P 121; 1302 P 122), *pugj* (1269 P 92; 1281 P 99; 1289 P 105; 1295 P 107; 1296 P 111; 1297 P 112; 1298 P 113; 1301 P 118), *pugi* (1269 P 93; 1280 P 97; 1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110), *puge* (1278 L 25; 1286 L 28; 1310 L 34; 1310 L 35; 1405 L 39; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1459 L 46; 1302 O 61; 1267 P 91; 1271 P 94; 1271 P 95; 1278 P 96; 1299 P 114; 1305 P 123), *puje* (1453 L 45; 1474 L 47; 1502 L 51) e *puye* (1283 L 27). Noutros casos, as formas com vogal final devem interpretar-se como castelhanismos: assim acontece com *puſe* 'pus' registada em dois documentos galegos do século XVI (cf. 1516 C 18 e 1506 P 136), profundamente afectados pela influência castelhana.

Esporadicamente observa-se também a conservação da vogal final na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, quando aquela ia antecedida de *-z: jaœe* (1403 P 132). É provável que se esteja em presença de um castelhanismo, paralelo a alguns outros oferecidos pelo mesmo texto. A mesma interpretação deve dar-se à forma *dize* recolhida no documento 1516 C 18, revelador de uma profunda interferência entre o sistema galego-português e castelhano.

De modo excepcional verifica-se a presença da vogal final quando precedida de *-r* numa forma da terceira pessoa do futuro do conjuntivo: *uieri* (1258 L 23). Neste caso concreto, não é fácil saber se se trata da conservação da vogal etimológica ou de um desenvolvimento paragógico posterior (1).

Exceptuando as formas indicadas, a apócope apresenta-se já como um fenómeno geral e consolidado na área galego-portuguesa, durante o período abrangido pelo presente estudo.

---

(1) Recorde-se o que foi dito na p. 525.

d) O sufixo *-des* da segunda pessoa do plural

As formas verbais da segunda pessoa do plural, caracterizam-se, geralmente, na linguagem dos documentos analisados pela presença do sufixo número-pessoal *-des*. Os tempos em que se registou a existência deste morfema flexional são o presente, o futuro e o mais-que-perfeito simples do modo indicativo, o condicional, o presente do conjuntivo e o imperativo. Encontram-se representados verbos das três conjugações, embora a maior parte das formas pertença aos verbos em *-ar*. Nos documentos localizados em Portugal, as formas terminadas em *-des* ocorrem desde o século XIII até ao século XV: o documento mais tardio em que se recolhem exemplos de formas desse tipo é o documento 1404 M 165; nos documentos posteriores a esta data não ocorrem formas da segunda pessoa do plural. Foram os seguintes os exemplos recolhidos na região de Entre-Douro-e-Minho: *aiades* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *ajades* (1404 M 165), *chantedes* (1404 M 165), *dedes* (1313 DL 144; 1404 M 165), *digades* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *eſtades* (1345 M 161), *façades* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *morades* (1313 DL 143), *moredes* (1404 M 165), *pobredes* (2.ª pes. pl. do imperativo de *pobrar* 'povoar') (1404 M 165), *puſuyades* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *ſſabedes* (1315 DL 145), *ueédes* (1315 DL 145). Os textos galegos analisados oferecem abundante documentação de formas em *-des* (ou *-de* no imperativo), desde o século XIII ao século XVI. Eis alguns dos exemplos recolhidos: *achedeſ* (1267 O 52), *adubedes* (1339 O 70: 1322 P 129), *agardadeſ* (1302 P 120), *agrauedes* (1290 P 106), *aiades* (1292 O 59), *aiadeſ* (1301 P 118), *ajades* (1500 O 90), *ajũtedes* (1405 L 39), *amẽaçades* (1290 P 106), *aprofeytedeſ* (1271 P 94), *aproueytedeſ* (1300 C 8; 1295 P 107), *benderedes* (1500 O 90), *chantaredes* (1424 O 77), *châtaredeſ* (1339 O 70), *chantedes* (1300 C 8), *châtedeſ* (1271 P 94), *corregades* (1474 L 47; 1322 O 67; 1339 O 70; 1360 O 73), *coregades* (1405 L 39), *cliuredes* (1432 P 135), *daredeſ* (1314 O 65; 1322 O 67), *daredes* (1396 O 76; 1432 P 135), *dar nos edes* (1322 O 67; 1424 O 77), *darnos edes* (1500 O 90), *dedes* (1276 O 54; 1322 O 67; 1334 O 69; 1360 O 73; 1506 P 136), *deitaredes* (1500 O 90), *deytaredes* (1339 O 70; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78), *enpiñorade* (1276 O 54), *enpinorade* (1367 O 74), *eſcomũgarades* (1290 P 106), *faredes* (1334 O 69; 1360 O 73; 1396 O 76; 1426 O 78; 1473 O 88; 1500 O 90, etc.), *fariades* (1298 L 29), *fazede* (1317 P 125), *leuaredes* (1360 O 73; 1396 O 76), *leuaredeſ* (1314 O 65; 1339 O 70), *moeredes* (1360 O 73), *moradeſ* (1360 O 73), *morades* (1298 L 29; 1288 P 104), *moredes* (1367 C 14; 1306 L 31: 1335 L 37; 1404 L 38; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1407 P 133; 1432 P 135), *moredeſ* (1302 O 60; 1301 P 118), *pagaredes* (1404 L 38), *pagedes* (1405 L 39; 1473 O 87; 1407 P 133), *paguedes* (1339 O 70; 1322 P 129; 1506 P 136), *partideſ* (1313 O 64), *percades* (1339 O 70; 1360

O 73; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 87), *perquades* (1372 O 75), *perçadeſ* (1271 P 94), *persuydes* (1442 L 43), *peſſuyadeſ* (1269 C 4), *poñades* (1404 L 38), *ponades* (1385 C 15; 1497 L 50), *ponadeſ* (1313 O 64), *porredes* 'poreis' (1473 O 87), *puſſuyades* (1302 P 122), *refaçades* (1360 O 73), *rrefaçadeſ* (1339 O 70), *reſpõdede* (1269 P 92), *reſpondede* (1269 P 92), *ſodes* (1434 C 17; 1450 L 44; 1432 P 135), *sodes* (1453 L 45; 1459 L 46; 1475 L 48; 1475 L 49; 1407 P 133), *ſoodes* (1506 P 136), etc.

A par destas formas, que eram gerais em toda a Galiza durante os séculos abrangidos pelo presente estudo, em dois documentos orensanos de fins do século XV e princípio do século XVI estão também documentadas formas com síncope de *-d-* intervocálico, sendo, portanto, nestes casos, *-is* o sufixo da segunda pessoa do plural. Assim, nesses dois documentos, que são respectivamente 1499 O 89 e 1500 O 90, localizado o primeiro em Santiago de Touves, no ayunt. de Peroja, e o segundo em Ribadavia, e, portanto, em zonas geograficamente separadas, surgem as seguintes formas: *aveys* (1499 O 89), *eſtaes* (1500 O 90), *provereys* (1499 O 89), *fereys* (1499 O 89), *tomareys* (1499 O 89), *abeis* (1500 O 90). Na linguagem destas regiões e dos notários que fixaram por escrito estes textos, *-is* e *-des* eram provavelmente variantes opcionais do mesmo sufixo número-pessoal. Revela essa oscilação o documento 1499 O 89 que, paralelamente a *aveys*, regista a forma *avedes*.

Anunciam já um resultado também possível em galego moderno, com crase da vogal do tema e do sufixo número-pessoal, as formas *trajes* (1426 O 78: «segundo que os vos agora *trajes* a jur et a maão»), *trages* (1500 O 90: «ſegum as vos agora *trages* a jur y a mao»).

Retomemos em conjunto os materiais recolhidos nos textos a norte e a sul do Minho e façamos algumas considerações sobre este traço da morfologia histórica do português e do galego. O morfema latino de número e pessoa -TIS (ou -TE no imperativo), após a sonorização da consoante intervocálica, transformou-se em *-des* (ou *-de* no imperativo). No antigo galego-português, durante o período de relativa unidade linguística, estavam generalizadas as formas com sufixo número-pessoal *-des* (ou *-de*). Acompanhando a evolução histórica do português, verifica-se um processo de substituição das formas arcaicas em *-des* por outras em que se sincopou a consoante intervocálica (1): o mais antigo exemplo que se conhece de uma forma

(1) As formas com *-d-* desapareceram do português a partir da primeira metade do século XV. Há, contudo, alguns casos em que o português moderno conservou aquela consoante. Trata-se, por um lado, de formas em que, devido a determinados fenómenos de evolução fonética, *-d-* deixou de figurar em posição intervocálica. Assim aconteceu com as formas do presente do indicativo *tendes*, *vindes*, *pondes* ou as do imperativo *tende*,

sincopada encontra-se num documento de 1410 (1), mas, entre essa data e meados do século XV, continuam a ocorrer as formas antigas paralelamente com outras reveladoras da queda de *-d-* intervocálico (2). Na língua literária o processo de substituição das formas terminadas em *-des* pelas mais modernas em *-is* estava já consumado no fim da primeira metade do século XV. Isto não significa, porém, que nalguns falares regionais e em falantes de determinados níveis sociolinguísticos — sobretudo da camada popular — as formas não sincopadas não pudessem ter continuado a ser usadas (3).

---

vinde, ponde; a consoante mantém-se ainda, pelo mesmo motivo, no futuro do conjuntivo (por ex., *quiserdes, falardes*, etc.) e no infinitivo flexionado *(quererdes, falardes)*. Noutros casos, *-d-* conserva-se, apesar de estar em posição intervocálica, para evitar a confusão com as correspondentes formas da segunda pessoa do singular: *credes, ledes, rides, vedes*. Sobre os casos em que em português moderno se conservou *-d-* na segunda pessoa do plural de algumas formas verbais e respectiva explicação, veja-se JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 12-13 e nota 2 desta última página; PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Klincksieck), 1959, p. 183-184; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 278; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 173-174, § 155.

(1) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Formas verbais arcaicas no Leal Conselheiro de el-rei D. Duarte*. Separ. de *Mélanges Chabaneau* (= vol. XXIII de *Romanische Forschungen*). Erlangen, 1906, p. 3. Trata-se de um documento meridional de 1410 onde se regista a forma *tenhaes* simultaneamente com *comprades* e *façades*.

(2) Cf. JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 13, n. 1; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 3; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 171-172, § 155. Por vezes, a flutuação entre as formas de carácter arcaico e as formas modernas com perda de *-d-* ocorre no interior dos mesmos textos. Assim acontece na *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira* e nas crónicas de Fernão Lopes: cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 171-172; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 13, n. 1. Muito interessante, sob este aspecto, é o texto do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, redigido entre 1428 e 1438: na parte que, propriamente, é da autoria de D. Duarte, é constante a queda de *-d-*; nas citações, feitas com base em antigas traduções portuguesas, ocorrem sempre formas não sincopadas. Na linguagem literária da época assim como na de D. Duarte eram já constantes as formas sincopadas; as formas com conservação de *-d-* eram arcaísmos pertencentes a textos relativos a um período anterior. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 1-4.

(3) Conservam-se ainda actualmente vestígios de formas com morfema *-des* (ou *-de* no imperativo) nalguns falares regionais portugueses especialmente conservadores. Na fronteira trasmontana registou-se há alguns anos o emprego de formas verbais terminadas em *-des* (ou *-de* no imperativo) por falantes da geração mais idosa: cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 230. Nos falares fronteiriços do Sabugal só esporadicamente ocorre o emprego de formas desse tipo. Veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 228.

É talvez esse facto que explica o emprego dessa particularidade morfológica em Gil Vicente como recurso estilístico caracterizador de determinado tipo, as "comadres". No século XVI essas formas seriam já sentidas como rusticismos e arcaísmos: não só tinham desaparecido da língua literária comum como da própria linguagem corrente (1).

Diferente é, sob este aspecto, a situação do galego, em que as formas verbais com sufixo número-pessoal *-des* (ou *-de* no imperativo) estão ainda hoje quase generalizadas na língua comum (2); por esse motivo, não surpreende que nos documentos galegos analisados esse tipo de formas surja ainda no século XVI. Além dessas formas, usam-se também em galego, ainda que com menor frequência, formas contractas cujo morfema de número e pessoa é *-is: -ais, -eis, -ís* (3). Sob o ponto de vista diacrónico, estas formas

---

(1) Sobre o emprego de formas verbais em *-d-* na obra dramática de Gil Vicente, veja-se PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Klincksieck), 1959, p. 182-198. Posteriormente, Leif Sletsjøe voltou a ocupar-se do emprego das formas verbais com *-d-* em Gil Vicente. Segundo aquele Autor, esta particularidade morfológica é indubitavelmente um indício de fala arcaizante, sendo, portanto, aproveitada pelo dramaturgo para caracterizar a língua das "comadres". No entanto, as formas desse tipo não são exclusivas da linguagem das mulheres idosas: aparecem também na linguagem da Ama (Auto da Índia), da Moça (Velho da Horta) e de Inês Pereira e em certos passos de sabor arcaizante com que terminam certas peças. Para além do aspecto salientado por Paul Teyssier, há também outras circunstâncias que determinam o seu emprego: trata-se, em parte, de necessidades de carácter métrico e rimático. Veja-se LEIF SLETSJØE, *Dos fenómenos lingüísticos en la obra dramática de Gil Vicente. (Diptongo* oi *por* ou; *desinencia verbal* -ade). In: *Romanistisches Jahrbuch* (Hamburg), vol. XVII, 1966, p. 311-322.

(2) Na sua *Gramática elemental del gallego común*, Ricardo Carballo Calero recolhe, para os diferentes paradigmas, apenas formas verbais da segunda pessoa do plural terminadas em *-des*, embora em nota indique também variantes contractas ou sincopadas: cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 152-191, passim. Vejam-se também as observações feitas pelo Autor nas p. 168-169, a propósito da vitalidade dos dois tipos de variantes.

(3) No galego actual *-is*, como sufixo da segunda pessoa do plural, pode considerar-se uma variante livre de *-des*, do mesmo modo que *-i* do imperativo relativamente a *-de*. Cf. ANTONIO SANTAMARINA, *ob. cit.*, p. 23. García de Diego refere ainda a existência das formas contractas *-ás* < *-ades*, *-és* < *-edes* e *-is* < *-ides*. (Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 115). Tais formas parecem ter um sabor marcadamente popular, sendo também pouco usadas na linguagem literária. (Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 100 e RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 168-169). Nalgumas das mais recentes monografias sobre o galego faz-se referência a formas terminadas em *-des* ou na variante *-ịs*. Além do trabalho de Antonio Santamarina citado nesta nota, veja-se MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 133-134. Nesta zona as formas terminadas em *-ais, -eis, -is* não são gerais, restringindo-se o seu emprego à zona central do vale, a mais castelhanizada, e à zona meridional, junto à fronteira com Portugal. As variantes *-ades*, *-edes*, etc. convivem em toda a região, mas sobretudo na secção setentrional e central do vale, com as variantes *-andes, -endes* em que *-n-*, que figura entre a vogal

resultam, tal como as do português, da perda de *-d-* intervocálico, fenómeno que, na Galiza, se verificava, de acordo com as abonações atrás aduzidas, pelo menos desde os últimos anos do século XV. Os exemplos de formas em *-is* recolhidos pertencem a documentos localizados na província de Orense; desconhecendo outras formas relativas à antiga língua da Galiza, não é possível fornecer quaisquer dados sobre a vitalidade e difusão do fenómeno no termo do período abrangido pelo presente estudo.

Existe, além disso, em galego outro tipo de variantes em que, sob o ponto de vista histórico, ocorreu a crase das duas vogais postas em contacto após a síncope de *-d-*: *falás, falarés, falés; temés, temerés, temás; fuxís, fuxirés, fuxás,* etc. (1). De acordo com a análise feita dos documentos agora publicados, pode concluir-se que, desde o século XV, este tipo de variantes coexistia, na Galiza, com carácter facultativo, com as mais antigas terminadas em *-des* e com outras com síncope de *-d-*. O documento 1500 O 90 revela a coexistência dos diferentes tipos de variantes: a par de *faredes, teñades, benderedes, ajades,* etc., regista-se também *abeis, eſtaes* e *trages.*

e) As terminações da terceira pessoa do plural

Ao estudar o tratamento das terminações latinas átonas da terceira pessoa do plural, -ANT e -UNT, observa-se uma diferença essencial entre a linguagem dos documentos redigidos na Galiza e a dos documentos localizados em Portugal. Nos primeiros verifica-se uma quase total concordância com as terminações etimológicas, o que, aliás, não surpreende dado que essa situação se mantém ainda no galego actual (2). Desse modo, a

---

temática e o morfema de número e pessoa (cf. *xantandes, xemendes, abrindes*) ou entre o morfema de modo e tempo e o de número e pessoa (*xantárandes, xemérandes* e *abrirandes*), é de tipo analógico: resulta da influência de formas como *tendes, vindes* em que a nasalidade tem justificação etimológica. Não pode deixar de notar-se o paralelismo destas formas com outras vivas na linguagem popular de Entre-Douro-e-Minho. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.ª ed., com aditamentos e correcções do Autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico "Dr. Leite de Vasconcelos", por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 113.

(1) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 163-168 e observações das p. 168-169. Veja-se também VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 115.

(2) Efectivamente, o galego actual revela uma absoluta fidelidade às terminações etimológicas. Assim, a terceira pessoa do plural de formas verbais que em latim acabavam em -UNT átono terminam em galego em *-on*. Desse modo, a 3.ª pessoa do plural do pretérito perfeito apresenta a seguinte configuração: *xantaron, xemeron, abriron*. Paralelamente, a mesma pessoa do presente do indicativo (dos verbos em *-ar*), do imperfeito do indicativo, do futuro, do condicional, do presente do conjuntivo (neste caso, dos verbos em *-er* e em *-ir*) termina sempre em *-an*, continuando muito de perto a terminação latina

terminação latina -ANT está representada por *-ã* e *-an* (menos frequentemente, por *-am*) nas formas verbais do presente do indicativo e do conjuntivo, do imperfeito do indicativo, do futuro e do condicional. Eis alguns dos exemplos registados: *chamã* (1367 O 74), *eſtan* (1426 O 78; 1499 O 89), *pagam* (1500 O 90), *chamã* (1282 C 6; 1271 P 94; 1287 P 103; 1289 P 105; 1407 P 133); *sabeã* (1333 C 10; 1385 C 15, etc.), *sabean* (1344 C 12), *sabeam* (1306 L 31, etc.), *uallã* (1351 C 13), *façã* (1399 C 16), *ponã* (1414 L 42); *anparauã, defendiã, contradeziã* (1344 C 12), *auiã, faciã* (1302 L 30), *outorgauã, quitauã, aujã* (1281 P 99), *laurauã* (1287 P 103); *acharan* (1414 L 42), *estarã* (1473 O 80), *leuarã* (1396 O 76), *pagaran* (1502 L 51), *seerã* 'serão' (1473 O 80), *ſeruirã* (1299 P 115), *terran* 'terão' (1502 L 51), etc.

À terminação latina átona -UNT corresponde habitualmente *-õ, -on* (ou, mais raramente, *-om*) ao longo de todo o período estudado: *auenerom ſe* (1262 C 2), *ueerom, oyrom, uirom* (1265 C 3), *ſſouberõ, mãdarõ* (1334 C 11), *diſſerom* (1344 C 12), *jurarõ, mãdarõ, meterõſſe* (1334 C 11), *huſarõ* (1367 C 14), *uirõ, oyron* (1278 L 25), *ficarõ* (1410 L 41), *leuarõ, ficaron* (1414 L 42), *outorgaron, foron* (1442 L 43), *ficaron* (1450 L 44), *ffforõ, forõ* (1281 O 55), *chantarom* (1322 O 67), *acuſtumarom* (1334 O 69), *fezerõ* (1396 O 76), *perderõ, outorgarõ* (1473 O 80), *matarõ* (1473 O 84), *forõ* (1287 P 102), *laurarõ, gradarõ, ſſemearõ, mandaron, diſſerõ, outorgarõ* (1287 P 103), *acuſtumarõ* (1290 P 106), *acharõ* (1316 P 124), *huſarõ, paſarõ* (1403 P 132), *forõ, pedirõ* (1432 P 135), *firmarõ, jurarõ, outorgarõ* (1506 P 136), etc.

No período mais antigo, ou seja, durante o século XIII e primeira metade do século XIV, encontram-se também alguns exemplos de *-ũ, -um: ffforum* (1262 C 2), *forum* (1281 C 5; 1329 C 9; 1348 O 72; 1271 P 95; 1280 P 97, etc.), *forũ* (1282 C 7; 1281 P 99; 1296 P 109, etc.), *furũ* (1257 L 20), *fezerũ, diſſerũ, outorgarũ, ouuerũ, renuſçarũ* (1281 P 99), *leixarum* (1296 P 110), etc.

Muito pouco frequentes são as formas terminadas em *-ã* ou *-an:* elas encontram-se de modo esporádico em documentos correspondentes às quatro províncias galegas. Exceptuando a província de Pontevedra de que surgem alguns exemplos do século XIII (cf. *mandarã*, 1281 P 99; *foram*, 1287 P 102; *meterã*, 1290 P 106) (1), as restantes formas situam-se nos séculos XIV e XV: *acharan* (1414 L 42), *aduerуarã* (1302 L 30), *ficarã* (1315 O 66), *pararã* (1302 L 30).

-ANT: *cantan, cantaban, cantarán, cantarían, metan.* Sobre esta particularidade da flexão verbal do galego actual, cf. ANTONIO SANTAMARINA, *ob. cit.*, especialmente p. 23 e 62; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 135.

(1) Como se verá adiante (cf. p. 740-741), exemplos da terminação *-ã* ou *-am* da 3.ª pessoa do plural do pretérito perfeito surgem também já no século XIII na província do Minho.

Dado o seu carácter excepcional, a forma *reçebero* (1287 P 103) é de difícil interpretação: poderá tratar-se simplesmente de um lapso do copista que não teria registado o til ou de uma forma com desnasalação da vogal final.

A análise da linguagem dos documentos da região de Entre-Douro-e-Minho permite verificar que, neste aspecto, estavam já em curso nesta zona algumas alterações tipicamente portuguesas, o que faz com que esses documentos se aproximem de outros textos portugueses mais ou menos contemporâneos. Assim, e pelo que diz respeito aos representantes da terminação latina -ANT, os documentos revelam claramente a evolução da língua neste domínio. Ao passo que no século XIII se verifica uma fidelidade absoluta à terminação etimológica, ocorrendo *-ã*, *-an* ou *-am*, no século seguinte começam a surgir, embora com carácter excepcional, faltas de concordância com a terminação latina. Os exemplos de desvio das terminações mais antigas tornam-se sobretudo frequentes no século XV. Embora as formas verbais da terceira pessoa do plural do presente do indicativo e do conjuntivo, do imperfeito do indicativo e do futuro terminem habitualmente em *-ã*, *-am* (ou *-an*) durante todo o período abrangido pelo presente estudo, há, a partir do século XIV, alguns exemplos da terminação *-õ* ou *-om: morom* (1335 M 160), *chamõ* (1407 M 166), *aforauõ*, *dauõ*, *obrigauom* (1407 M 166), *pagarom* (fut.) (1448 DL 147), *façõ* (pres. conj.) (1407 M 166). Essas formas, que, aliás, são pouco numerosas, surgem apenas em três documentos, dois da região correspondente à actual província do Minho (1335 M 160 e 1407 M 166) e um da província do Douro Litoral (1448 DL 147) (1).

Quanto à terminação latina -UNT, as formas da 3.ª pessoa do plural do pretérito perfeito terminam normalmente em *-õ*, *-om* ou *-on* durante todo o período estudado. Indicam-se apenas alguns exemplos: *entraron* (1285 DL 139), *forom* (1287 DL 140; 1315 DL 145; 1454 DL 148), *forõ* (1309 DL 142; 1281 M 151), *ficarõ* (1345 DL 146), *obrigarõ* (1472 DL 149), *viuerom* (1472 DL 149), *gaanarõ* (1281 M 152), *pararõſe*, *renũçiarõ*, *mudarõ*, *diſſerõ* (1331 M 156), *poſerõ* (1334 M 159), *rrenũçiarõ*, *derõ* (1401 M 163), *outorgarõ*, *poſerõ* (1404 M 165), *pedirõ* (1411 M 167), etc.

Registam-se ainda alguns exemplos, pouco numerosos, de formas terminadas em *-ũ*, *-um*, durante o século XIII e primeira metade do século XIV: *rogarum*, *mandarum*, *outorgarũ* (1282 DL 137), *forũ* (1284 DL 138), *acaeȩerũ* (1287 DL 140), *forum* (1281 M 152; 1334 M 158; 1334 M 159), etc.

Em dois documentos dos séculos XIII e XIV redigidos na província do Minho

(1) No *Leal Conselheiro*, composto entre 1428 e 1438, embora a maior parte das formas que representam formas latinas com a terminação átona -ANT acabem em *-am*, há abundantes exemplos de *-om*. Cf. HAROLD J. RUSSO, *Morphology and Syntax of the Leal Conselheiro*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1942, p. 14-16.

(cf. 1281 M 152 e 1331 M 156) (1) e em vários do século XV redigidos na região correspondente à actual província do Douro Litoral (cf. 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150), ocorrem alguns exemplos da terminação *-ã, -am: derã* (1281 M 152), *cõfeſſaram, cõprarã, ouuerã* (1331 M 156), *moraram, trouxeram, eſteueram, pedijram* (1448 DL 147), *pedirã* (1454 DL 148), *emprazarã, deram, derã* (1472 DL 149), *ẽprazarã, derã, outorgarã, hobrygarã, mãdarã* (1484 DL 150) (2).

A principal observação que ressalta da comparação da linguagem dos documentos portugueses com a dos localizados na Galiza diz respeito à maior concordância que se verifica nestes últimos com as terminações latinas. Pelo contrário, os documentos portugueses apresentam já alguns desvios relativamente às terminações mais antigas, próximas das terminações do latim. As terminações inicialmente distintas — *-ã* < -ANT e *-õ* < -UNT — começam a confundir-se desde o século XIII, mas mais intensamente a partir do século XV. Vestígios dessa progressiva igualação das terminações são as formas verbais acabadas em *-õ* ou *-om* correspondentes ao presente do indicativo e do conjuntivo, do imperfeito e do futuro assim como, paralelamente, as formas de pretérito perfeito terminadas em *-ã* ou *-am*. Não é fácil saber se essas grafias significam apenas a vacilação, a confusão no emprego dos dois tipos de terminações com vogal nasal ou se, pelo contrário, uma e outra se haviam já transformado no ditongo nasal [ãu̯]. No primeiro caso, as alterações à grafia habitual devem interpretar-se como o reflexo da mudança da pronúncia; no segundo, se se aceitar que havia já uma única pronúncia — o ditongo *-ão* — (3) para as duas terminações inicialmente distintas, deve antes admitir-se que os copistas sentiriam uma certa dificuldade em usar

---

(1) Há exemplos anteriores de *-an* na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito: assim, num documento de 1240 publicado por J. Pedro Ribeiro nas *Dissertações cronológicas e críticas*, Lisboa, 1810-1836, vol. I, p. 272, regista-se a forma *disseran*. Informação colhida em F. ADOLFO COELHO, *Teoria da conjugação em latim e português. Estudo de gramática comparativa*. Lisboa (Tipografia Universal), 1891, p. 45.

(2) Não deixa de surpreender que no *Leal Conselheiro* se encontre regularmente a terminação *-om* na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito, não surgindo nenhum exemplo de *-am*. Contudo, noutros textos mais antigos, por ex., na *Primeira Partida* de Afonso X, há alguns exemplos de formas de pretérito perfeito terminadas em *-ã*. Cf. HAROLD J. RUSSO, *ob. cit.*, p. 16; JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, *Alphonse X. Primeyra partida. Édition et étude*. Braga (Instituto Nacional de Investigação Científica), 1980, p. XLVII.

(3) De acordo com a opinião de Williams (*ob. cit.*, p. 177, § 157,2) foi, provavelmente, por analogia com *vaão* (proveniente de VADUNT) que as terceiras pessoas do plural que terminavam originariamente em *-am* ou *-om* passaram a terminar em *-ão;* «It is very probable that it was on the analogy of *vaão* that *-ão* became the ending of all third plurals that originally ended in *-am* and *-om*». Se assim foi, tratar-se-ia de um processo analógico semelhante ao que se operou no domínio dos substantivos, onde *-ão* (<-ANU) se propagou

correctamente as duas grafias (1). Desse embaraço resultariam algumas confusões na fixação gráfica dessas formas. Não pode duvidar-se de que no século XV, pelo menos na língua literária, as duas terminações se tinham fundido, sendo a pronúncia de ambas o ditongo [ãu̯]. A essa conclusão nos conduz a análise das rimas do *Cancioneiro Geral* (2). Surpreende, porém, que na linguagem da região estudada fosse essa a pronúncia das formas verbais de um e outro tipo durante o período estudado, tanto mais que, no domínio dos substantivos, estava já em curso a tendência que conduziria à eliminação das formas com ditongo *-ão*, em virtude da generalização de *-õ* às formas terminadas em *-ão* e em *-ã* (3).

f) O perfeito e tempos afins

Na linguagem dos documentos analisados é normal, na primeira pessoa do pretérito perfeito dos verbos em *-ar*, a terminação *-ei: acadey* (1414 L 42), *achey* (1265 C 3), *caſey* (1317 M 154), *conprey* (1310 L 34), *mãdej* (1286 L 28), *mãdey* (1414 L 42), *mandey* (1302 L 30), *recadey* (1414 L 42), *rrogey* (1298 L 29), etc. Esporadicamente registam-se, na região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, algumas formas em que a terminação oferece a primeira vogal geminada: *aſſinéêi* (1331 M 156), *aſſinéêy* (1345 DL 146). Trata-se, naturalmente, de uma geminação vocálica sem fundamento fonético, que se explica pelo facto de o hiato de duas vogais iguais ter começado já a reduzir-se; a perda de controle fonético conduziu a muitas hesitações e a geminações vocálicas irregulares (4).

---

aos substantivos terminados inicialmente em *-ã* (< -ANE) e *-õ* (< -ONE). Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 585-587 e 603-605.

(1) Por esta interpretação opta WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 179, § 157,3. Pelo contrário, José Joaquim Nunes parece admitir que a terminação *-am* se alterou em *-om* por influência da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito: a mudança gráfica verificada em antigos textos escritos seria o reflexo de uma alteração da pronúncia paralela à que se verifica nalgumas "falas populares". Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 279 e n. 4.

(2) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. 4.ª ed., Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, p. 132-133. Paralelamente, revelam as rimas do *Cancioneiro Geral* que, também no domínio dos substantivos, já se havia verificado a igualação das três terminações *-ão* (<-ANU), *-ã* (<-ANE) e *-õ* (<-ONE). Recorde-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 585-587 e sobretudo p. 603-605.

(3) Veja-se o que escrevi atrás, p. 584-587, 589-592 e 602-605, a propósito dos substantivos terminados em *-ã*, *-ão* e *-õ*.

(4) Tenham-se presentes outras referências já atrás feitas a esse fenómeno. Veja-se, por exemplo, p. 592.

Por outro lado, em textos galegos do período mais tardio, em que é claramente visível a influência castelhana, podem encontrar-se formas com *-é* provenientes da monotongação do ditongo *-ei* (1). Assim acontece com o documento 1516 C 18 onde aparecem as formas *otorgé, rrogé* que devem interpretar-se como castelhanismos.

Para a terceira pessoa do singular, encontra-se a terminação *-ou*, a mesma que se conserva ainda no português e no galego: *acadou* (1414 L 42), *andou* (1385 C 15), *cõprou* (1274 L 24), *gaanou* (1274 L 24), *leyxou* (1414 L 42), *mandou* (1310 L 34), *moſtrou* (1281 M 152), *jurou* (1331 M 156), etc.

Quanto aos perfeitos fracos dos verbos em *-er* e em *-ir*, há algumas particularidades a salientar. A primeira pessoa termina normalmente em *-i* em toda a zona estudada. Surgem, porém, algumas formas dispersas em documentos de toda a Galiza, dos séculos XV e XVI, que apresentam a vogal final nasal: *comjn* (1419 P 134. No mesmo documento regista-se, contudo, a forma *eſcriuy), escrjbjn* (1516 C 18), *eſcripuyn* (1407 P 133), *eſcribyn* (1497 L 50), *fyzin* (1497 L 50), *rresçebjn* (1516 C 18), *vendyn* (1419 P 134). Em época bastante mais antiga surge a forma *ſcriujn*, assinalada num documento de finais do século XIII: 1299 P 115. Uma forma do mesmo tipo se regista num documento português do início do século XV, localizado em Valença: *eſcrepuj̃* (1407 M 166) (2). Saliente-se, a propósito, que os documentos da zona fronteiriça do Alto-Minho revelam afinidades mais profundas com a linguagem dos documentos da Galiza do que os das restantes zonas do Noroeste português.

Quer se trate de uma mudança espontânea (3), quer de uma transformação fonética motivada por analogia com outras formas verbais (4), a análise

---

(1) Sobre outros casos de monotongação do ditongo *ei* em documentos da Galiza, veja-se o que escrevi nas p. 535-536 e 539.

(2) Como foi atrás referido (cf. p. 729-731), alguns dos verbos a que pertencem as formas referidas oscilavam entre a segunda e a terceira conjugação.

(3) Desse modo explica Joseph Piel as formas da primeira pessoa dos pretéritos perfeitos fracos dos verbos da segunda conjugação em galego e nalguns falares do Sul de Portugal. Veja-se JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX, Coimbra, 1945, p. 33. Sobre a existência do mesmo fenómeno nos falares do Sul de Portugal, veja-se JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., com aditamentos e correcções do Autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico "Dr. Leite de Vasconcelos" por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 110.

(4) Cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verin*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 135. Segundo o Autor, o *-n* da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da primeira e segunda conjugações resulta da analogia com outras formas verbais como, por exemplo, *son* 'sou' e *vin*.

dos documentos estudados permite fazer remontar esse tipo de formas, que hoje estão bastante divulgadas em galego (1), pelo menos, ao fim do século XIII, embora elas se tornem mais frequentes sobretudo nos séculos XV e XVI. Mesmo tendo em conta que a forma *ſcriuįn* surge de modo totalmente isolado no século XIII (2), poder-se-á facilmente supor que, se tais formas ocorrem nos primeiros anos do século XV, em vários documentos de zonas geograficamente descon'ínuas e escritos por diferentes notários, elas deveriam ter já nessa época bastante vitalidade na linguagem falada da região, não sendo, portanto, ousado afirmar que essa alteração remonta a um período bastante anterior.

Para a terceira pessoa do singular dos perfeitos da conjugação em *-er*, nos documentos da região portuguesa encontra-se a terminação *-eo* ou *-eu*: *acaeçeo* (1287 DL 140), *acognhoceu* (1289 DL 141), *meteo* (1454 DL 148), *meteu* (1281 M 152), *reçebeo* (1472 DL 149), *uendeo* (1289 DL 141), etc. Diferente é a situação revelada pelos documentos da Galiza: os verbos que se enquadram regularmente na segunda conjugação oferecem, para a referida pessoa, formas terminadas em *-eu*, como, por exemplo, *caeu* (1299 P 114). Contudo, para aqueles verbos cuja flexão oscila entre a conjugação em *-er* e em *-ir* (3), registam-se dois tipos de formas, umas terminadas em *-eo* ou *-eu* e outras em *-io* (ou *-yo* e *-jo*). Assim, paralelamente a *eſcreueu* (1280 P 97; 1281 P 99; 1287 P 103), *reȩebeu* (1267 O 52), *rreçebeo* (1473 O 80), *reſçebeo* (1414 L 42), aparecem também formas como *ſcriujo* (1344 C 12; 1351 C 13), *eſcripuyo* (1404 L 38), *ſcriuyo* (1305 P 123), *reȩebyo* (1281 L 26), *reȩebio* (1281 L 26) (4).

No que se refere às formas do perfeito forte, a primeira pessoa oferece, por vezes, alteração do timbre da vogal da sílaba tónica devido ao fenómeno

---

(1) Cf. V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 125; Juan A. Saco y Arce, *Gramática gallega*. Orense (Gráficas Tanco), 1967, p. 77 e 106, nota (g). No galego moderno a primeira pessoa do pretérito perfeito dos verbos em *-ar*, além da terminação *-ei*, a mais generalizada, pode oferecer também *-ein* e *-in*.

(2) Que o referido tipo de formas da primeira pessoa do pretérito perfeito tinha já alguma vitalidade no século XIII parece poder deduzir-se do facto de o documento n.º 17 da mesma pasta (n.º 1812 do A.H.N., correspondente ao mosteiro de Oya, Pontevedra), usar a mesma forma em idêntico contexto.

(3) Relativamente à oscilação manifestada nos documentos da Galiza por alguns verbos entre a conjugação em *-er* e em *-ir*, veja-se o que escrevi nas p. 726-731.

(4) Essa flutuação entre os dois tipos de formas da terceira pessoa dos pretéritos perfeitos propagou-se a verbos que pertenciam invariavelmente à conjugação em *-er* ou *-ir*, de acordo com a sua proveniência etimológica. Assim, os verbos *mintir*, *sintir* e *vistir*, ao lado das formas etimológicas *mintiu (mentio)*, *sintiu (sentio)* e *vistiu (vestio)*, oferecem também outras de origem analógica: *menteu*, *senteu* e *vesteu*. Cf. Vicente García de Diego, *ob. cit.*, p. 125-126.

de metafonia (1). O verbo *fazer* apresenta sempre formas com *i* no radical devido à metafonia produzida por *-i* que, nalguns casos, ainda se mantém nos documentos da Galiza. Nos documentos da zona portuguesa surgem sempre formas com *i* na sílaba tónica, mas já não se encontram vestígios da vogal final. Seguem-se alguns exemplos de ambas as zonas: 1) Galiza: *figy* (1385 C 15), *ffige* (1281 O 55), *fige* (1310 L 34; 1414 L 42; 1442 L 43; 1453 L 45; 1459 L 46; 1315 O 66; 1367 O 74; 1500 O 90; 1299 P 114), *figj* (1289 P 105; 1301 P 118), *fiœe* (1450 L 44), *fize* (1499 O 89), *ffize* (1300 C 8), *fyze* (1497 L 50), *fiz* (1281 C 5; 1258 L 21; 1281 L 26; 1475 L 49; 1276 O 54; 1288 P 104; 1295 P 107; 1317 P 125; 1322 P 129, etc.), *ffiz* (1290 O 58; 1292 O 59; 1295 P 108; 1296 P 10[illegible]; 1296 P 110), *fyz* (1302 P 120; 1302 P 122), *ffyz* (1299 P 116; 1299 P 117), *fiσ* (1348 O 71; 1348 O 72; 1404 L 38; 1405 L 39; 1325 P 130, etc.), *fíjσ* (1474 L 47), *fijσ* (1333 O 68), *fix* (1269 C 4; 1258 L 22), *ffiz* (1274 O 53; 1290 O 58); 2) região de Entre-Douro-e-Minho: *fiz* (1454 DL 148; 1401 M 164; 1407 M 166; 1345 M 161; 1348 M 162; 1401 M 163; 1404 M 165; 1416 M 168), *fijz* (1448 DL 147), *fijz* (1484 DL 150).

Para o perfeito de *poder*, recolhi um só exemplo, com *u* na sílaba tónica: *pude* (1333 P 131).

As formas da primeira pessoa do perfeito do verbo *pôr* (ant. *põer* e *poer*) apresentam quase sempre vogal *u* no radical: *puſi* (1281 M 151), *pugj* (1269 P 92; 1281 P 99; 1289 P 105; 1295 P 107; 1296 P 111, etc.), *pugi* (1269 P 93; 1280 P 97; 1295 P 108; 1296 P 109; 1303 M 153, etc.), *pugy* (1497 L 50; 1282 P 100; 1287 P 102; 1288 P 104; 1299 P 116, etc.), *puye* (1283 L 27), *puje* (1453 L 45; 1474 L 47; 1502 L 51), *puge* (1302 O 61; 1267 P 91; 1271 P 94; 1271 P 95; 1305 P 123, etc.). Ocorre, no entanto, também a forma *pogy* (1303 M 153), metafonicamente não alterada (2).

Uma outra particularidade relativa à terceira pessoa dos perfeitos fortes e que assinala uma clara diferenciação regional no antigo galego-português diz respeito ao emprego, na Galiza, de formas terminadas em *-o*, em contraste com a zona de Entre-Douro-e-Minho, onde se registam apenas formas terminadas em *-e* ou com omissão desta vogal. A sul do Minho, a única forma registada foi *diſſo* num documento localizado em Valença, 1411 M 167. Ao logo deste trabalho têm sido várias vezes salientadas as estreitas afinidades da linguagem dos documentos desta zona fronteiriça do Alto-Minho com a dos documentos galegos.

Essas formas com *-o*, muito frequentes na Galiza a partir do século XIII, resultam certamente da analogia com os perfeitos fracos em *-u* ou *-o* da

---

(1) Sobre o que se entende por *metafonia*, veja-se o que escrevi na n. 3 da p. 339.

(2) É interessante comprovar a existência, no mesmo documento, da forma *pugi*, com a vogal do radical alterada metafonicamente por influência de *-i*.

segunda e terceira conjugações (1). Nos textos submetidos a análise verifica-se a convivência entre formas com *-o* analógico e formas em *-e* ou, nalguns casos, com supressão desta vogal. Foram os seguintes os exemplos registados de formas com *-o* analógico: *ouuo* (1473 O 80; 1414 L 42), *diſſo* (1333 C 10; 1344 C 12; 1434 C 17; 1414 L 42; 1333 O 68), *diſo* (1434 C 17: 1450 L 44), *eſteuo* (1310 L 34; 1310 L 35; 1316 L 36; 1333 O 68), *fezo* (1298 L 29), *feσo* (1414 L 42), *fezo* (1450 L 44; 1426 O 78; 1473 O 85), *fizo* (1516 C 18) (2), *plougo* (1274 L 24), *prouuo* (1278 L 25), *prougo* (1310 L 35), *plouuo* (1333 P 131), *quiſo* (1325 P 130), *teuo* (1281 L 26; 1316 L 36; 1414 L 42; 1348 O 71; 1348 O 72; 1396 O 76), *trouxo* (1500 O 90). A par destas formas continuam a ser usadas as formas em *-e*, ainda que com menor frequência: *oyue* (1414 L 42), *ouve* (1506 P 136), *ouue* (1282 C 6), *diſſe* (1290 P 106), *diſſi* (1283 P 101), *eſteue* (1290 P 106), *prougue* (1295 P 108), *teue* (1290 O 58; 1290 P 106; 1299 P 114. Nalguns verbos, p. ex., *fazer*, registam-se também formas com supressão da vogal final: *fez* (1258 L 21; 1450 L 44; 1299 P 115; 1301 P 119; 1403 P 132), *feσ* (1450 L 44), *ffez* (1290 P 106). É interessante verificar que, por vezes, no interior do mesmo texto alternam os dois tipos de formas: assim, no documento 1450 L 44 ocorrem simultaneamente *fezo*, *fez* e *feσ*.

Estamos em presença de uma particularidade que distinguia, já no período medieval, as duas zonas da área galego-portuguesa (3): a Galiza,

---

(1) Veja-se o que sobre a 3.ª pessoa do singular dos perfeitos fracos escrevi na p. 744.

(2) *Fizo* é, certamente, um castelhanismo, revelador, aliás, da mesma tendência.

(3) Os autores que têm feito referência à variação regional que, já no período medieval, se verificava na área galego-portuguesa apontam este traço de carácter morfológico como um dos que mais claramente distinguia as variedades a norte e a sul do rio Minho. Assim, por ex., RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 79; JORGE DE MORAIS BARBOSA, *Crónica de Castela (ms. 8817 da Bibl. Nac. de Madrid). Elementos para o estudo linguístico*. Texto (Fernando I — Afonso VI). Dissertação de licenciatura em Filologia Românica (inédita), Lisboa, 1958, vol. I, p. 142-143 e p. 152-164, mas sobretudo p. 161; IDEM, *La langue de la "Chronique de Castille" (ms. 8817 de la Bibliothèque Nationale de Madrid)*. In: *Actas de IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. II (= *Boletim de Filologia*, vol. XIX), 1961, p. 151-158; e mais recentemente RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), vol. I, p. XXVI-XXXVI. Por esse motivo, é um dos traços que serve de base para localizar em Portugal ou na Galiza alguns textos escritos medievais. Além dos três últimos trabalhos citados, veja-se também AMADEU-J. SOBERANAS, *La versión galaïco-portugaise de la "Suite du Merlin". Transcription du fragment du XIVe siècle de la Bibliothèque de Catalogne, ms. 2434*. In: *Vox Romanica*, vol. 38, 1979, p. 174-193, mas especialmente p. 187-188.

onde se usavam com bastante frequência as formas em *-o*, sendo mais raras as formas terminadas em *-e*, e a zona a sul do Minho, onde estavam generalizadas estas últimas, sendo muito raras as formas com *-o* analógico (1). No português moderno esse tipo de formas da terceira pessoa veio a desaparecer por completo; em galego, pelo contrário, são as formas normais (2).

Um outro aspecto a que deve fazer-se referência relativamente aos perfeitos fortes e tempos afins, diz respeito à conservação das vogais *e* ou *o* do radical. Como é sabido, tanto no português como no galego modernos, a segunda pessoa do singular e as três pessoas do plural do pretérito perfeito assim como todas as pessoas dos tempos afins têm no tema um tipo de vocalismo analógico da primeira pessoa do pretérito perfeito: esta forma, por influência de *-i*, fechou a vogal do tema. Desse modo, a par de *estive*, existe, em português, *estiveste, estivemos, estivestes, estiveram*, assim como *estivera, estivesse, estiver*, etc. O mesmo aconteceu com o pretérito e tempos afins de outros verbos, como, por exemplo, *fazer, poder, pôr, ser, ter e querer*. Na língua antiga mantinham-se normalmente as formas etimológicas. Essa mesma situação se verifica, em geral, nos documentos analisados, tanto nos respeitantes a Portugal como à Galiza (3). Desse modo, para o verbo *estar* recolheram-se as formas seguintes: *eſteuer* (1450 L 44; 1287 O 57; 1290 P 106; 1302 P 121; 1407 P 133; 1506 P 136; 1448 DL 147; 1454 DL 148, etc.), *eſteuerdes* (1399 C 16), *eſteuerẽ* (1313 O 64), *eſteueram* (1448 DL 147), *eſteueſſe* (1290 P 106), *eſteueſemos* (1317 P 125), *eſteueſſẽ* (1334 C 11).

Relativamente ao verbo *fazer*, encontraram-se registados muitos exemplos, conservando a quase totalidade a vogal do tema: *feȩemuſ* (1287 DL 140), *fezemos* (1348 M 162; 1262 C 1; 1282 C 6; 1300 C 8; 1288 P 104), *ffezemoſ*

---

(1) Apesar de serem raras as formas em *-o*, elas podem surgir, por vezes, nalguns textos. Assim, nas cantigas de D. Dinis encontram-se alguns exemplos de *fezo* e *quiso*, embora se verifique um claro predomínio de *feze* ou *fez* e *quis*. Analogamente, na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (1209-1285), conhecida através de um manuscrito do séc. XV, a par de *feze, fez, pose, pos, quise, quis*, estão também documentadas as formas *fezo, poso* e *quiso*. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 309 e n. 3; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 214-215, § 400; *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por JOSÉ JOAQUIM NUNES. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, vol. I, p. XXXVII e XXXVIII da Introdução; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Uma crónica de 1404*. In: *Opúsculos*, vol. IV, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1929, p. 636-638.

(2) Cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 127-128, § 94; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), p. 152 e segs., *passim*.

(3) Recorde-se o que foi dito nas p. 367-368.

(1265 C 3), *feɔemos* (1442 L 43), *feçeſtes* (1360 O 73), *fezeſteſ* (1301 P 119), *fezerã* (1334 C 11), *fezerõ* (1302 O 61; 1396 O 76), *feɔerõ* (1360 O 73), *fezerũ* (1281 P 99), *fezera* (1344 C 12; 1331 M 156), *feȩera* (1302 L 30), *fezeſe* (1288 P 104), *fezeſſe* (1315 DL 145; 1281 L 26; 1308 L 33; 1310 L 34; 1450 L 44), *feȩeſſe* (1333 P 131; 1284 DL 138), *fezer* (1450 L 44; 1448 DL 147), *feȩermos* (1285 O 56), *feɔermos* (1360 O 73; 1396 O 76), *fezermos* (1450 L 44), *fezeremos* (1426 O 78), *feȩerdes* (1322 O 67), *fecerdeſ* (1314 O 65), *fecerdes* (1322 O 67), *feçerdes* (1316 L 36), *feɔerdes* (1410 L 41; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1432 P 135), *fezerdes* (1450 L 44; 1497 L 50; 1339 O 70; 1424 O 77; 1426 O 78; 1317 P 125), *fezerdeſ* (1301 P 118), *fezerẽ* (1335 L 37; 1484 DL 150), *fezerem* (1448 DL 147). O único exemplo registado com vocalismo analógico da primeira pessoa foi *fizer* (1454 DL 148).

Para os verbos *poder* e *pôr* (ant. *põer* e *poer*) encontraram-se sempre formas com *-o* no tema do perfeito, embora a primeira pessoa do pretérito perfeito apresente já a vogal *u: pude, puſi, pugj, pugi, pugy, puye, puje, puge* (1). Segue-se a lista dos exemplos registados: *podeſe* (1434 C 17; 1401 M 163; 1401 M 164), *podeſſe* (1333 C 10; 1302 L 30; 1333 P 131), *poder* (1.ª pes. fut. conj.) (1265 C 3; 1281 L 26), *poder* (3.ª pes. fut. conj.) (1335 L 37; 1407 L 40; 1281 O 55; 1290 O 58), *podermos* (1.ª pes. do plural fut. conj.) (1274 O 53), *poderdeſ* (2.ª pes. do pl. fut. conj.) (1283 L 27; 1312 O 63; 1289 P 105), *poderdes* (2.ª pes. do pl. fut. conj.) (1329 C 9; 1322 O 67; 1499 O 89), *poderen* (3.ª pes. do pl. fut. conj.) (1414 L 42), *poderẽ* (3.ª pes. do pl. fut. conj.) (1475 L 48; 1475 L 49; 1290 O 58), *podeſſe* (1333 C 10), *podeſe* (1310 L 35), *podesemos* (1475 L 48), *podeſen* (1281 O 55), *podeſſem* (1281 P 99); *poſemos* (1282 C 6), *poſeſtes* (1290 P 106), *poserdes* (1459 L 46; 1473 O 87), *poſeſſe* (1298 L 29; 1281 O 55), *poſſeſſe* (1284 DL 138), *poſerõ* (1334 M 159; 1404 M 165).

Do verbo *ser* recolhi apenas a forma *ſeuerdeſ* (1307 O 62) (2).

Quanto ao verbo *ter*, são as seguintes as formas que registei, todas elas com *e* no tema do perfeito, apesar de a primeira pessoa apresentar a vogal *i*

---

(1) Para a localização destas formas veja-se, nesta alínea, p. 745

(2) Conheceu a lingua antiga um perfeito do tipo *sȩvi* > *sive* (1.ª pes.), *seveste* (2.ª pes.), *severom* (3.ª pes. do plural) que acabou por desaparecer substituído pelas formas do perfeito de *esse*, ou seja, *fui, foste, foi*, etc. Aquelas formas resultam da substituição da primitiva forma do perfeito *sedi*, por uma forma em *-ui* (**sedui*), tipo muito frequente na segunda conjugação latina. Cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 313; Edwin B. Williams, *ob. cit.*, p. 236, § 198; J. Huber, *ob. cit.*, p. 219; Joseph M. Piel, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX, Coimbra, 1945, p. 39. Também no castelhano antigo estão documentadas formas correspondentes a um perfeito analógico *sedui: cf. *sovi, sovist, suvo* em Berceo; *sovo* no *Cantar de Mio Cid* e *sovieron* e *sovioron* no *Libro de Alexandre*. Cf. Manuel Alvar e Bernard Pottier, *ob. cit.*, p. 267 e n. 89.

(cf. *tiue*, 1302 O 61): *teuerõ* (1335 L 37), *teuera* (1344 C 12; 1411 M 167), *teueſſe* (1299 P 115), *teuer* (1281 L 26; 1450 L 44; 1280 P 98; 1299 P 114; 1322 P 129; 1506 P 136; 1309 DL 142; 1317 M 154; 1335 M 160), *teuermos* (1360 O 73; 1372 O 75), *teueremoſ* (1426 O 78), *teuerdes* (1320 P 128; 1345 M 161), *teueren* (1414 L 42), *teuerẽ* (1281 O 55).

As formas do tipo apontado eram gerais em toda a região estudada, durante o período abrangido pelo presente estudo. Só excepcionalmente registei uma forma resultante da propagação da vogal *i* do tema da primeira pessoa do pretérito perfeito; trata-se da forma *fizer* registada num documento português de meados do século XV, 1454 DL 148. Pelo contrário, relativamente ao verbo *querer*, essa propagação do vocalismo da primeira pessoa do pretérito perfeito à 2.ª pessoa do singular e às três pessoas do plural, assim como a todas as formas dos tempos afins do pretérito perfeito é muito mais antiga: tanto nos documentos de Portugal como da Galiza registaram-se apenas formas com vocalismo de tipo analógico: *quiſer* (1345 DL 146; 1454 DL 148; 1416 M 168, etc.), *quiſſer* (1274 O 53; 1448 DL 147), *quiſſermos* (1298 L 29; 1301 P 118), *quiſſermoſ* (1301 P 118), *quiſeremos* (1506 P 136), *quiſermos* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *quiſerdes* (1367 C 14; 1434 C 17; 1276 O 54; 1322 O 67; 1320 P 128) *quiſerdeſ* (1283 L 27) *quiſſerdes* (1385 C 15; 1317 P 125), *quiſſerdeſ* (1287 O 57), *quiſerdes* (1450 L 44), *quixerdeſ* (1313 O 64), *quiſſerẽ* (1385 C 15), *quiſerẽ* (1399 C 16; 1283 L 27; 1310 L 34; 1281 O 55; 1367 O 74), *quiſeren* (1450 L 44; 1299 P 114), *quyſſeren* (1292 O 59), *quiſſerem* (1448 DL 147), *quiſerem* (1345 DL 146), *quiſeſſe* (1281 P 99), *quiſſeſſe* (1317 M 154), etc.

g) O particípio passado.

À semelhança do que foi referido para o pretérito perfeito, é necessário distinguir, no particípio passado, uma forma fraca e uma forma forte. Quanto ao particípio fraco, os textos revelam de modo sistemático formas em *-ado* para os verbos em *-ar* e formas em *-ido* para os verbos em *-ir*. Por seu lado, os verbos em *-er* oferecem até ao fim do século XIV (1) como formas

(1) No que se refere à cronologia da substituição dos particípios em *-udo* dos verbos da segunda conjugação por formas em *-ido*, tem sido, em geral, afirmado que até ao século XV surge apenas o primeiro tipo de particípios, sendo, a partir de então, progressivamente substituído por formas em *-ido*. Os documentos que analisei revelam, porém, que já no fim do século XIII estas formas eram conhecidas na região galego-portuguesa. Efectivamente, num documento da província de Orense, 1292 O 59, surge já a forma *conoſçida*. Cerca de um século depois, regista-se também a forma *coſtrẽgida* na província de La Coruña (1399 C 16). Trata-se, contudo, de exemplos completamente isolados; só nos séculos XV e XVI esse tipo de particípios surge com bastante frequência.

generalizadas particípios terminados em *-udo* (1); a partir de então, surgem nos documentos de Portugal e da Galiza também formas em *-ido* (2): desse modo, na região de Entre-Douro-e-Minho, durante o século XV, verifica-se a convivência dos dois tipos de formas; nos documentos galegos os particípios em *-udo* e em *-ido* são usados paralelamente durante os séculos XV e XVI. É certo que os documentos portugueses reunidos no presente estudo não atingem os primeiros anos deste século, mas os particípios em *-udo*, que tinham sido tão frequentes nos séculos XIII e XIV, parece que começaram a cair em desuso em meados do século XV (3). Desse modo, no *Leal Conselheiro*, composto entre 1428 e 1438, predominam muito claramente os particípios em *-ído*, sendo as formas em *-udo* muito raras e referidas apenas aos verbos *creer* e *teer* (4). No século XVI os particípios deste último tipo tornam-se verdadeiramente esporádicos, acabando por cair em desuso (5); um dos últimos exemplos conhecidos é a forma *creçudo* que ocorre no *Juiz*

---

(1) A origem desses particípios parece remontar ao latim da época imperial: a terminação *-utu*, que originariamente era própria de alguns verbos em *-ère*, com perfeito em *-ui* (cf. *statutus, consutus, minutus, tributus*, etc.), tornou-se, na língua falada da época, bastante frequente nos particípios dos verbos em *-ere* que, como já atrás foi referido (cf. p. 723-731) representam a fusão dos verbos da 2.ª e 3.ª conjugações latinas. Cf. R. A. HAADSMA e J. NUCHELMANS, *Précis de latin vulgaire*. Suivi d'une anthologie annotée. Groningen (J. B. Wolters), 1963, p. 61; SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa*. 2.ª edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 243; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 314; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 45-46.

(2) A substituição dos particípios passados em *-udo* por formas em *-ido* tem sido explicada de diferentes modos. Segundo JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 314, verificou-se a influência dos particípios em *-ido*, dos verbos de tema em *-i*. Pelo contrário, JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 46, admite antes que a vogal *-i* do pretérito perfeito «penetrou analogicamente no particípio».

(3) É interessante salientar que também no espanhol medieval existiu o particípio passado em *-udo*; apesar de ter sido muito corrente durante o século XIII, cedo caiu em desuso, sendo, no século XVI, utilizado «como recurso para imitar la "fabla" vieja». Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 282-283; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 320-321. Paralelamente, nos documentos leoneses do século XIII editados por E. Staaff manifesta-se também uma oscilação entre formas em *-udo* e em *-ido*. Cf. ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala, Leipzig, 1907, p. 315-316. Este tipo de particípio mantém-se ainda em francês e italiano.

(4) HAROLD J. RUSSO, *Morphology and Syntax of the Leal Conselheiro*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1942, p. 19.

(5) Informação colhida em JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal portuguesa. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 46 e n. 2.

da Beira de Gil Vicente (1). A perda de vitalidade desse tipo de particípios verifica-se progressivamente a partir do século XV, pelo menos nos textos literários; os textos não literários que estudei revelam a persistência dessas formas durante mais tempo: na região portuguesa, ainda na segunda metade do referido século, tais formas eram de emprego frequente; na Galiza, os últimos documentos estudados, do primeiro quartel do século XVI, revelam bastantes exemplos dessas formas.

Indicam-se a seguir alguns exemplos dos dois tipos de particípios recolhidos nos documentos que estudei:

1) particípios em *-udo: aduda* 'acrescentada' (1315 DL 145), *avudos* (1472 DL 149), *auudos* (1327 M 155; 1331 M 156; 1331 M 157), *auudaſ* (1289 P 105), *cognoçuda* (1300 C 8), *conozuda* (1285 DL 139), *conuẓuda* (1281 L 26), *cunuçuda* (1258 L 22), *conuzuda* (1286 L 28), *conoçuda* (1305 P 123), *cognuzuda* (1258 L 23), *contheudo* (1472 DL 149), *conteudo* (1411 M 167), *cõteudo* (1315 DL 145; 1348 M 162), *conteudas* (1450 L 44; 1315 DL 145; 1335 M 160), *cõtehudaſ* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *contheudas* (1450 L 44), *conteudos* (1432 P 135), *cõteudoſ* (1289 P 105), *conthiudas* (1506 P 136), *conthiuda* (1506 P 136), *conthiudo* (1506 P 136), *contiuda* (1351 C 13), *cõtiudas* (1407 P 133), *contiudo* (1287 P 103; 1316 P 124), *cõtiudo* (1475 L 48; 1475 L 49; 1281 M 152), *contjudo* (1407 M 166), *cõtjudo* (1502 L 51), *coſtrengudo* (1450 L 44), *crehudo* (1285 DL 139), *criudo* (1333 P 131), *leuda* 'lida' (1348 M 162, etc.) *liuda* (1302 O 61; 1317 P 125), *ljuda* (1450 L 44), *metuda* (1281 C 5), *ſabudas* (1405 L 39), *tanguda* (1367 C 14; 1410 L 41), *tanjuda* (1450 L 44; 1407 M 166), *teudos* (1434 C 17; 1484 DL 150; 1401 M 163; 1401 M 164; 1411 M 167, etc.), *theudo* (1411 M 167), *theudos* (1448 DL 147), *tiudo* (1414 L 42), *tiudos* (1414 L 42), *thiudos* (1506 P 136), *tjudo* (1450 L 44), *tyundo* (1348 O 72) (2), *viudaſ* 'vistas' (1262 C 2: «ȝ viudaſ laſ cartaſ ȝ leudaſ y oydaſ laſ razoneſ ȝ ſabuda a uerdade»), *vendudo* (1289 P 105), etc.

2) particípios em *-ido: aſcondidas* (1405 L 39), *aujda* (1442 L 43), *aujdo* (1405 L 39), *avidos* (1475 L 48), *avjdo* (1506 P 136), *conoſçida* (1292 O 59), *coſtrẽgida* (1399 C 16) (3), *coſtrengida* (1434 C 17), *coſtregida* (1419 P 134), *corregidas* (1500 O 90), *corregijda* (1448 DL 147), *deçebjda* (1434

---

(1) F. ADOLFO COELHO, *Teoria da conjugação em latim e português. Estudo de gramática comparativa.* Lisboa (Tipografia Universal), 1870, p. 130.

(2) A configuração fonética desta forma comprova a antiguidade desse tipo de particípios que, conforme foi atrás salientado (cf. n. 1 da p. 750), remonta já ao latim do período imperial. Um exame atento da forma referida permite concluir a favor do carácter latino do particípio em *-utu:* *TENUTU-. A nasalidade da vogal da sílaba tónica resulta da síncope de -N- e da transposição da ressonância nasal para a vogal seguinte, evolução muito frequente na Galiza (cf. p. 575-576).

(3) Veja-se, atrás, n. 1 da p. 749.

C 17), *deujdas* (1414 L 42), *enduzyda* (1419 P 134), *espargidas* (1473 O 80), *reſçebjdos* (1450 L 44), *rresçebjdo* (1516 C 18), *reçebidas* (1473 O 80), *rreçebidos* (1473 O 80), *rrecebijdos* (1448 DL 147), *rreçebijdos* (1484 DL 150), *rreçebidos* (1454 DL 148), *tangida* (1442 L 43; 1474 L 47; 1475 L 48; 1475 L 49; 1500 O 90; 1506 P 136; 1454 DL 148; 1472 DL 149), *tangida* (1453 L 45), *tangidas* (1414 L 42, etc.), *tangijda* (1484 DL 150), *tangijdas* (1448 DL 147), etc.

Um outro aspecto bastante interessante relativamente ao particípio passado diz respeito à persistência de formas fortes (1). São desse tipo os seguintes exemplos: *colleyto* (< COLLĔCTU-) (1300 C 8) (2), *coreyta* (< CORRECTA-) (1290 O 58) (3), *culto* 'cultivado' (< CULTU-) (1299 P 116), *cultu* (1299 P 117), *deffeſſa* 'defendida' (1295 P 108; 1297 P 112), *defesos* (1407 P 133), *defeſoſ* (1283 L 27) (4) *escolleytas* 'escolhidas' (1499 O 89), *eſlleyto* (1281 O 55) (5), *junta* (1414 L 42), *juntas* (1472 DL 149), *juntaſ* (1345 DL 146), *juntos* (1453 L 45; 1475 L 48; 1475 L 49; 1506 P 136) (6), *jũtos* (1459 O 46), *maldito* 'amaldiçoado' (1329 C 9: «ꝛ ſeia *maldito* de Deus poderoſſo»), *raſo* 'rasurado' (1315 DL 145), *rotas* (1331 M 157), *rrotas* (1454 DL 148), *roto* (1317 M 154), *rrotos* (1448 DL 147),

---

(1) Sobre a existência de particípios fortes no antigo galego-português, cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 315-317; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 184-186, § 159; Joseph Huber, *ob. cit.*, p. 191, § 373; Joseph M. Piel, *ob. cit.*, p. 46-47, § 60; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*, Burgos, 1909, p. 130-131, § 98.

(2) O particípio forte *colheito* é ainda usado em Sá de Miranda. Sobreviveu a forma regular *colhido*; contudo, usa-se ainda hoje *colheita* como substantivo. Quanto aos compostos de *colher*, a língua do século XVI oscilava entre os particípios fortes e os particípios fracos. Cf. M. Said Ali, *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6.ª ed., São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 153-154.

(3) A par do particípio forte, registaram-se dois exemplos das formas fracas do particípio em documentos dos séculos XV e XVI: *corregijda* (1448 DL 147), *corregidas* (1500 O 90).

(4) Já no antigo galego-português era conhecida a forma *defendido*, embora os textos revelem preferência pela forma forte. Cf. M. Said Ali, *ob. cit.*, p. 151.

(5) De EXLECTUM, particípio de EXLĪGĔRE, forma que existiu a par de ELĪGĔRE. Cf. W. Meyer-Lübke, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), n.º 2843.

Ao lado do particípio forte, já no período medieval era conhecida a forma em *-ido*. Em Fernão Lopes é usada várias vezes a forma *emllegido*. O português moderno, devido a uma reacção de carácter erudito, conseguiu manter a forma forte. Cf. M. Said Ali, *ob. cit.*, p. 152-153.

(6) Embora originariamente a forma tenha sido um particípio, no último documento referido tem já valor de adjectivo.

rotos (1299 P 115; 1472 DL 149; 1327 M 155; 1345 M 161), *sita* 'situada' (1442 L 43), *ſyta* (1506 P 136), *tinto* (1414 L 42: «vjño tinto») (1). A par destas formas, criaram-se, ao longo da história do português e do galego, alguns particípios fracos que, conforme os casos, ou coexistiram com os mais antigos ou acabaram por eliminá-los. No primeiro caso, a língua aceitou a existência de formas duplas, embora tenha atribuído, nalguns casos, às formas fortes o valor de adjectivo (2); por vezes, ainda, a escolha de um ou outro tipo de formas depende de condições de carácter estilístico (3).

Mas, além desse tipo de particípios, a linguagem dos documentos que estudei revela a existência, para os verbos em *-ar*, de particípios truncados (4) que se formaram acrescentando *-o* (ou *-a* para o feminino) ao radical. Sobre a origem dessas formas, explica Joseph Piel que «o seu modelo está nalguns verbos latinos derivados, que lançaram mão do particípio forte do verbo simples correspondente, como p. ex. ACCEPTARE, que recorre ao particípio de ACCIPĔRE: ACCEPTUS (em vez de ACCEPTATUS), e AUSARE, que o vai buscar a AUDĒRE: AUSUS (por AUSATUS)» (5). Sob o ponto de vista cronológico, nem todos os particípios truncados são de formação antiga: alguns surgiram, ao longo da história do português, em período mais ou menos recente (6).

Nos documentos analisados, aparecem, para alguns verbos, a par dos particípios regulares, as formas truncadas. Assim, ao lado de *entregada* (1289 DL 141), *entregadas* (1450 L 44), *entregadoſ* (1281 P 99), *pagado* (1333 C 10: «das quaes me outorgo por ben *pagado*»; 1308 L 33; 1502 L 51; 1315 O 66; 1299 P 114: «atra que ſeia todo conprido ⁊ *pagado*»; 1317 P 125; 1317 P 126; 1318 P 127; 1407 P 133; 1472 DL 149, etc.), *pagados* (1329 C 9: «de que ſſomos bẽ *pagados*»; 1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 111; 1416 M 168),

---

(1) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 315-317; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 185-186, § 159; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 130, § 98.

(2) Sobre as circunstâncias em que, no português actual, se empregam os dois tipos de formas, veja-se M. RODRIGUES LAPA, *Estilística da língua portuguesa*. 8.ª edição, revista e acrescentada. Coimbra (Coimbra Editora), 1975, p. 212-213.

(3) A forma *junto* provém de *iunctus*, particípio do verbo IUNGERE. Com base no particípio *iunctus*, criou-se um infinitivo IUNCTARE, donde proveio *juntar*. Nos documentos que analisei, a par do antigo particípio *junto*, existem também alguns exemplos de *juntados* (1450 L 44; 1403 P 132; 1407 P 133; 1407 M 166), *juntadas* (1405 L 39) e das formas compostas *ajuntado* (1414 L 42), *ajũtados* (1367 C 14; 1433 O 79), *ajuntados* (1410 L 41; 1474 L 47; 1500 O 90), *ajuntadas* (1502 L 51).

(4) Essa designação foi usada pela primeira vez por Lindsay, ao referir-se a alguns exemplos latinos. Cf. W. M. LINDSAY, *The Latin Language*. Oxford, 1894, p. 543.

(5) JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 47. Opinião análoga é defendida por E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 186, § 159, 4.

(6) IDEM, *ibidem*, p. 47; M. SAID ALI, *ob. cit.*, p. 147-154.

pagadoſ (1269 C 4; 1281 P 99), *pagada* (1434 C 17: «ꝛ a pena *pagada* ou nõ *pagada*, a carta fique firme»; 1310 L 35; 1426 O 78: «et a pẽna *pagada* ou nõ, esta carta estea et valla en sua reuor»; 1289 P 105; 1297 P 112; 1407 P 133; 1506 P 136; 1289 DL 141; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1472 DL 149; 1407 M 166; 1416 M 168, etc.), *pagadaſ* (1278 L 25; 1281 O 55; 1290 O 58), surgem também as correspondentes formas truncadas: *entrego* (1351 C 13: «das quaes confeſſo ꝛ outorgo que ſóó *entrego* ꝛ bẽ pagado»; 1317 P 126; 1333 P 131: «ata que ſeiadeſ *entrego* do mj̃guado que ſe perder dos ditos lugares»), *pago* (1414 L 42: «(...) que me ha *pago*»; 1474 L 47; 1497 L 50, etc.), *pagos* (1516 C 18; 1414 L 42: «et ſon pagos os amjſtradores et rendeyros et outras perſõnas do dito cabidoo»; 1506 P 136), *paga* (1407 L 40: «et a pena *paga* ou nõ»; 1474 L 47; 1497 L 50; 1348 O 72; 1500 O 90: «ſegun que la nos lebamos *paga* por dia de Nabidade»; 1419 P 134; 1432 P 135; 1331 M 157) (1).

h) O infinitivo flexionado (2)

Um dos fenómenos de carácter morfológico-sintáctico que mais profundamente caracteriza o domínio linguístico galego-português (3) é a exis-

---

(1) Sobre outras abonações da coexistência de *pago* e *pagado* na fase antiga da língua, veja-se M. SAID ALI, *ob. cit.*, p. 149.

(2) Embora esse tempo verbal seja mais frequentemente designado por "infinitivo pessoal", dá-se preferência à expressão "infinitivo flexionado", pelo facto de ele ser caracterizado não só pela pessoalidade — fenómeno que ocorre também noutras línguas românicas —, mas ainda pelo facto de admitir, como as formas finitas (ou conjugadas) do verbo, desinências verbais para exprimir as categorias de pessoa e número. Por esse motivo parece também aceitável a designação de "infinitivo conjugado". Sobre o aspecto terminológico desta forma verbal, vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: ŽDENEK HAMPEJS, *Alguns problemas do infinito conjugado no português*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, tomo I (= *Boletim de Filologia*, tomo XVIII, 1959), 1961, p. 178-181; THEODORO HENRIQUE MAURER JR., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 1 e n. 1; FRANCISCO G. GONDAR, *O infinitivo conxugado en galego*. Anejo 13 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 11-12.

(3) Esta particularidade morfo-sintáctica parece, efectivamente, ser característica do ocidente hispânico: além do galego-português, onde aparece já como elemento estrutural bem definido, desde os mais antigos textos, também o infinitivo conjugado existiu no antigo leonês, mantendo-se, hoje, apenas em mirandês. (Cf. E. STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig 1907, p. 91 e 287-288: além de algumas formas de infinitivo conjugado recolhidas nos documentos de Espinareda e Cacabelos, em Villafranca del Bierzo, na província de León, verifica-se também a ocorrência de uma forma do mesmo tipo num documento escrito em Sahagún em 1267: «aqueste auer de suso dicho Recebimos de uos pora *pagarmos* debda connoscida que deuiemos enna corte de Roma». Sobre a existência de formas análogas em documentos leoneses de Salamanca, veja-se também F. DE ONÍS Y SÁNCHEZ, *Contribución al estudio del dialecto leonés*. Sala-

tência de um infinitivo com desinências verbais, o qual coexiste com o infinitivo propriamente dito, vulgarmente designado por infinitivo impessoal. São muitas as questões postas por aquela forma verbal que tão grandes recursos de expressão confere ao português e ao galego, mas as mais importantes — embora também as mais polémicas — dizem respeito à sua génese e emprego sintáctico. Nas páginas que se seguem tratar-se-á dos principais aspectos morfológicos e sintácticos relacionados com esta forma verbal no antigo galego-português. Não é minha intenção discutir aqui o controverso problema da origem do infinitivo flexionado do galego-português, assunto sobre o qual existe abundante bibliografia (1). É possível, porém, que algumas

---

manca, 1909, p. 41. Quanto ao mirandês, veja-se JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, Lisboa, 1900, p. 273). Além disso, fora desta zona do ocidente da Península Ibérica, o infinitivo flexionado está também documentado em textos napolitanos do século XV: veja-se, a este propósito, ERNST GAMILLSCHEG, *Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre*. Wien, 1913, p. 276-277; GERHARD ROHLFS, *Historische Grammatik der italienischen Sprache*, vol. II, 1949, p. 531; HARRI MEIER, *A génese do infinito flexionado português*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XI. Lisboa, 1950, p. 115; THEODORO HENRIQUE MAURER JR., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 80-82. Do que fica dito se deduz que o infinitivo "pessoal" não é um fenómeno gramatical exclusivo do galego-português. Veja-se, além disso, o que será dito na nota seguinte.

(1) Um resumo das principais teorias sobre a origem do infinitivo flexionado do galego-português pode encontrar-se em vários trabalhos, desde os já antigos de CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Der "portugiesische" Infinitiv*. In: *Romanische Forschungen*, vol. VII, p. 49-122 e *O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português*. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XII, 1917-1918, p. 312-331 até outros mais recentes, como os a seguir indicados: THEODORO HENRIQUE MAURER JR., *Dois problemas da língua portuguesa: o infinito pessoal e o pronome "se"*. São Paulo, 1951, p. 7-48, mas especialmente p. 7-11; IDEM, *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 7-14 ("Retrospecto histórico"); MAURICE MOLHO, *Le problème de l'infinitif en portugais*. In: *Bulletin Hispanique*, tomo LXI, n.º 1, 1959, sobretudo p. 26 e FRANCISCO G. GONDAR, *O infinitivo conxugado en galego*. Anejo 13 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 13-17.

Sem pretender discutir essa questão, tão controversa e complexa, gostaria, no entanto, de chamar a atenção para alguns aspectos que podem contribuir para esclarecer o problema da génese dessa forma verbal. Os factos a seguir apontados parecem levar a considerar essa forma verbal como resultante de um infinitivo que tomou desinências pessoais, tornando-se, um tempo flexionado. Em primeiro lugar, a existência desse tipo de infinitivo fora do domínio galego-português, por ex., no napolitano, onde surge como um fenómeno relativamente tardio (séc. XV e XVI) (cf. p. 754-755, n. 3). Por outro lado, fora do âmbito românico, surge igualmente um infinitivo pessoal flexionado em húngaro, com empregos sintácticos paralelos aos do galego-português. (Cf. PAULO RÓNAI, *O infinitivo pessoal não é privilégio do português*. In: *Minerva. Revista da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa*, n.º 2, 1968, p. 133-136). E, finalmente, uma referência a outro

observações feitas a propósito da descrição do paradigma do infinitivo conjugado nos textos sujeitos a análise ou de algumas particularidades sintácticas dessa forma verbal durante o período que nos ocupa possam contribuir para esclarecer essa questão.

Antes de mais, é necessário sublinhar que nem todas as pessoas aparecem registadas nos textos estudados: a primeira e a segunda pessoas do singular faltam por completo no conjunto dos documentos que analisei. As restantes pessoas são bastante frequentes, encontrando-se largamente representadas.

---

aspecto interessante da morfo-sintaxe do galego-português: também o gerúndio pode tomar desinências pessoais indicativas do sujeito do verbo, tornando-se, portanto, um tempo flexionado. Na linguagem popular portuguesa de algumas regiões foram detectadas algumas formas de um gerúndio flexional. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Dialectos algarvios*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 51: aí se indica que, quando o gerúndio tem por sujeito o pronome *tu*, toma a desinência correspondente à segunda pessoa. Exs.: «em tu *comendos*», «em tu *estandos*»; M. JOAQUIM DELGADO, *A linguagem popular do Baixo Alentejo*, Beja, 1951, p. 120, n.: «eu dizia muitas vezes *em tu indos*, em *jogandos*, etc. De tal forma me era habitual esta pronúncia, que, só por reflexão, a ela me subtraía». O mesmo fenómeno foi também registado numa região fronteiriça do Alto-Alentejo: «na linguagem popular e também na da classe média (embora nesta com menos frequência), emprega-se muitas vezes o gerúndio precedido de *em*, admitindo, nalguns casos, a desinência da segunda pessoa, se o sujeito é o pronome *tu*: *em andando doente* 'quando ando doente'; *em fazendos isso* 'quando fizeres isso'; *em comendos a sopa, dô-t' o bolo* 'depois de comeres a sopa dou-te o bolo'. Cf. MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE F. MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola. (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação de licenciatura. Coimbra, 1974, p. 219-220. O trabalho foi recentemente publicado como separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVIII e XIX. Coimbra, 1984. A citação referida encontra-se na p. 200. Veja-se também, CELESTINO MONTEIRO SOARES DE AZEVEDO, *Linguagem popular de Ervedosa do Douro*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXVII, 1928-1929, p. 159: caracteriza a linguagem da povoação a existência de um gerúndio a que se pospõe a desinência *-mos* da primeira pessoa do plural: «nũ *saindo-mos* de casa, morrâmos à fome» 'se não sairmos de casa [para trabalhar], morreremos à fome', «nũ sei como tanto devâmos, *ganhando-mos* tanto dinheiro» 'nem sei como, ganhando tanto dinheiro, devemos tanto'. Para a sua existência no galego actual, chamou a atenção recentemente Ricardo Carballo Calero em vários trabalhos: além de uma nota incluída na *Gramática elemental del gallego común*, 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 153, n. 59, o Autor consagrou ao assunto dois artigos. Um deles, intitulado *Xerundio galego con desinencias persoáis*, foi incluído em *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 29-31; o outro apareceu no vol. 50 da revista *Grial*, 1975, p. 497-499: *No galego de Rianxo esiste un xerundio flesional*. Este artigo voltou a publicar-se com o título *Um exemplo de gerúndio flexional* no livro do Autor *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981, p. 129-133. No galego de Rianxo o gerúndio conjuga-se do seguinte modo: 1.ª pes. *vindo*; 2.ª pes. *vindo*; 3.ª pes. *vindo*; 4.ª pes. *vindomos*; 5.ª pes. *vindodes*; 6.ª pes. *vindo*.

Observe-se ainda que algumas das particularidades sintácticas adiante referidas (cf. p. 759 e segs.) parecem evidenciar claramente a "infinitividade" desta forma verbal.

Caracterizam as formas documentadas as seguintes desinências pessoais: morfema zero para a terceira pessoa do singular; morfema *-mos* (com a variante gráfica *-mo∫*) para a primeira pessoa do plural; morfema *-des* (com a variante gráfica *-de∫*) para a segunda pessoa do plural e *-ẽ* (com as variantes gráficas *-en* e *-em*) para a terceira pessoa do plural. Eis alguns exemplos: *dar* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *emparar* (1432 P 135), *ficar* (1299 P 116; 1287 DL 140, etc.), *∫éér* (1255 L 19; 1285 O 56; 1288 P 104; 1299 P 116; 1299 P 117; 1301 P 118), *∫∫eer* (1335 L 37; 1454 DL 148), *∫eer* (1286 L 28; 1320 P 128), *∫∫er* (1292 O 59); *auermo∫* (1284 DL 138), *cõplirmos* (1475 L 48; 1475 L 49), *darmos* (1475 L 48; 1475 L 49), *yrmos* (1475 L 49), *gardarmos* (1475 L 48), *laurarmos* (1274 O 53), *teermos* (1475 L 48; 1475 L 49), etc.; *auerdes* (1407 P 133), *collerdes* (1407 P 133), *darde∫* (1274 O 53, etc.), *dardes* (1385 C 15; 1404 M 165; 1407 P 133, etc.), *e∫léérde∫* (1287 O 57), *enuiardes* (1308 L 33), *fazerdes* (1308 L 33), *fazerde∫* (1313 O 64), *fazerdes* (1298 L 29), *laurardes* (1367 C 14), *lauorarde∫* (1283 L 27), etc.; *auerẽ* (1299 P 115: 1316 P 124), *aueren* (1316 P 124), *conprirẽ* (1454 DL 148), *comprirem* (1472 DL 149), *darẽ* (1299 P 114), *daren* (1292 O 59), *gardarẽ* (1454 DL 148), *ficarẽ* (1298 P 113), *manteerem* (1472 DL 149), etc. (1).

Formas do tipo das que acabei de citar são gerais em toda a área galego-portuguesa: registam-se, porém, nalguns documentos galegos dos séculos XV e XVI algumas formas da primeira pessoa do plural em que a desinência número-pessoal vai precedida da vogal *e* (2), vogal que, aliás, faz parte da desinência da segunda pessoa do singular e terceira pessoa do plural desse tempo verbal: *agardaremos, conpliremos, pagaremos, teeremos* (1407 P 133), *cõpliremos* (1410 L 41) (3), *defenderemos* (1500 O 90) (4). No conjunto dos documentos analisados este tipo de formas pode considerar-se pouco

---

(1) Sobre as condições sintácticas em que ocorrem, nos textos analisados, estas e outras formas de infinitivo conjugado, veja-se o que será dito adiante, p. 759-769.

(2) Como a forma do infinitivo invariável terminava, já neste período, em *-r*, talvez possa considerar-se que a vogal *e* faça parte da desinência pessoal. Sobre a possibilidade de interpretar deste modo as formas no galego actual, veja-se o que será dito adiante, p. 759, n. 2.

(3) No mesmo documento regista-se também a forma *teermo∫*.

(4) Observe-se, além disso, que em dois documentos redigidos na Galiza, respectivamente em fins do século XIII e segunda metade do século XV, surgem formas análogas de futuro do conjuntivo: *oueremos* (1296 P 110), «et mays algũnas cousas que enno dito thesouro do dito mosteyro *acharemos* que *virimos* seer neçeſſario a prol et onra ⁊ bem desta casa da Virgẽ Maria» (1473 O 80); «et desy escripuiremos as forças das cartas et foros que *acharemos* que ao presẽte rrende a este mosteyro» (1473 O 80). Veja-se adiante nota 3 da p. 758, onde se faz referência a formas idênticas de futuro do conjuntivo em textos redigidos em Portugal.

frequente: o mesmo acontece noutros documentos galegos publicados (1). Existindo ainda no galego actual formas com *e* não só na primeira pessoa do plural, mas também na primeira e terceira pessoas do singular e na segunda do plural (2), os exemplos antigos permitem concluir que essa particularidade existia na língua falada da época a que os respectivos documentos dizem respeito.

Quanto à zona meridional da área galego-portuguesa, ou seja, a zona situada entre o Minho e o Douro, os documentos analisados não revelam nenhum exemplo de formas com *e*. Há no entanto, algumas abonações de formas da primeira pessoa do plural do infinitivo pessoal ou do futuro do conjuntivo com *e* em textos redigidos por autores portugueses: assim acontece em Fr. Pantaleão de Aveiro e num manuscrito da Regra de S. Bento, proveniente do mosteiro de Lorvão e conservado actualmente na Torre do Tombo (n.º 32) (3).

Algumas questões podem pôr-se relativamente a essas formas: uma delas diz respeito à acentuação; a outra, à sua origem. O facto de as formas sem *e* serem, de longe, as mais frequentes permite supor que, nas formas com *e*, a acentuação era proparoxítona, Quanto ao segundo aspecto, são possíveis dois tipos de explicação, relacionados, aliás, com o problema da origem do infinitivo flexionado. Para José Joaquim Nunes (4), as formas do tipo *tomaremos, fazeremos* estão ainda muito próximas das correspondentes latinas do imperfeito do conjuntivo: as formas sem *e* explicam-se em virtude da «retracção do acento para a sílaba precedente, em virtude da analogia». Aquela vogal, ao ficar em posição postónica, ter-se-ia facilmente perdido, resultando daí as formas modernas (5). Pelo contrário, o autor do trabalho

---

(1) Sobre alguns exemplos de formas da primeira pessoa do plural com *-e-* em antigos documentos da Galiza, veja-se FRANCISCO G. GONDAR, *O infinitivo conxugado en galego*. Anejo 13 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, p. 31. O Autor recolhe vários exemplos extraídos da colecção de documentos orensanos organizada por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. 2 vols., Vigo (Editorial Galaxia), 1967.

(2) A propósito da situação e vitalidade dessas formas no galego actual, veja-se FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 26-31 e mapa II.

(3) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 272, n. 2 e p. 300, n. 1. O Autor refere, a par de formas de infinitivo flexionado, outras análogas do futuro do conjuntivo. Veja-se também A. GOMES PEREIRA, *Gramática e vocabulário de Fr. Pantaleão de Aveiro*. In: *Revista Lusitana*, vol. XVI, 1913, p. 86: as formas da primeira pessoa do plural do infinitivo flexionado e do futuro do conjuntivo apresentam em geral a "intercalação" da vogal *e*. São raras as formas que não oferecem essa vogal.

(4) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 272, n. 2 e p. 300 e n. 1 desta página.

(5) IDEM, *ibidem*, p. 300.

sobre o *O infinitivo conxugado en galego*, ao aceitar que este tempo resulta da «incorporación das desinencias persoáis ó infinitivo» (1), crê que a vogal *e* é de carácter paragógico (2).

Refira-se ainda, no âmbito da morfologia desta forma verbal, a troca do infinitivo flexionado pelo infinitivo impessoal no caso de tratar-se de verbos reflexos. Pelo facto de o pronome átono especificar o sujeito, dispensa-se o emprego da desinência pessoal. Desse modo, nas mesmas condições sintácticas em que, em geral, aparece o infinitivo flexionado (3), pode surgir a forma invariável do infinitivo com o pronome enclítico: «que nos dedes a terça cada anno ao dito moſteyro ȝ que o dito moſteyro que vos dé hũu boy ȝ duas vaquas ȝ *mãter vos* em elo ȝ per nos ȝ per los bẽes do dito moſteyro que os para eſto obrigamos ȝ que nos dedes cada anno por ſerujço hũu ſangano ȝ hũa cabaça de vyno ȝ hũu par de capões ȝ hũa marrãa (...)» (1403 P 132). Este mesmo fenómeno se observa no galego actual (4).

Façamos, em seguida, algumas observações sobre a sintaxe do infinitivo flexionado nos textos que analisei. Antes de mais, há que destacar a grande frequência desta forma verbal no período que nos ocupa. Como teremos oportunidade de ver, muitos dos empregos registados correspondem aos do português (5) e do galego actuais (6).

Em orações adverbiais, com valor final, iniciadas por *para*, emprega-se

---

(1) FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 17.

(2) IDEM, *ibidem*, p. 26-31. No galego actual, como a forma não flexionada do infinitivo termina em *-r*, pode considerar-se que *e* faz parte da desinência pessoal do infinitivo flexionado. Veja-se também RICARDO CARBALLO CALERO, *No galego de Rianxo esiste un xerundio flesional*. In: *Grial*, n.º 50, 1975, p. 499. O artigo foi publicado de novo com o título *Um exemplo de gerúndio flexional* no livro do Autor *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981, p. 129-133.

(3) Sobre as condições sintácticas em que, neste caso concreto, se esperaria o infinitivo flexionado, veja-se adiante, p. 766-767.

(4) FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 34.

(5) Sobre a sintaxe do infinitivo flexionado em português, veja-se de modo particular THEODORO HENRIQUE MAURER Jr., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 103 e seguintes; IDEM, *O emprego do infinito pessoal e impessoal. (Princípios gerais)*. In: *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 3, tomo I, Junho de 1957, p. 19-57 e HOLGER STEN, *L'infinitivo impessoal et l'infinitivo pessoal en portugais moderne*. In: *Boletim de Filologia*, vol. 13, p. 83-142 e 201-256.

(6) Pelo que diz respeito ao emprego do infinitivo flexionado em galego, consulte-se especialmente o trabalho já citado de FRANCISCO G. GONDAR, *O infinitivo conxugado en galego*. Anejo 13 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1978, sobretudo p. 61-135. Sobre a atenção consagrada pelas gramáticas galegas a esta forma verbal, veja-se o comentário feito pelo mesmo autor nas p. 49-59.

muitas vezes o infinitivo flexionado (1). Na maior parte dos casos o sujeito não aparece expresso, quer essa oração tenha sujeito próprio, quer se trate do mesmo sujeito do verbo regente. Excepcionalmente, porém, pode o sujeito da oração com infinitivo flexionado vir expresso, embora seja idêntico ao do verbo regente: isso verifica-se possivelmente devido à concorrência de vários factores: por um lado, o facto de a oração com infinitivo aparecer anteposta, não estando o sujeito ainda especificado; além disso, nessa oração o infinitivo encontra-se a uma grande distância da preposição, o que obriga a antecipar o sujeito da acção: «ꝛ para *nos* todas las ditas partes mjllor *teermos* ꝛ *cõplirmos* todo o sobre dito huas partes aas outras ꝛ nõ yrmos contra elo nj̃ contra parte delo, damos poder a todas las juſtiçias (...) que nos la fagã teer ꝛ gardar ꝛ cõplir» (1475 L 49). No entanto, quase nunca o sujeito aparece expresso, como pode ver-se nos exemplos seguintes: «ꝛ para *ſeerdes* diſto mays certos, dou uos por fiador Jacome Peres de Ribadeu» (1310 L 34); «et para o aſy *teermoſ* et *cõpliremos* cada ũ de nos por ſua parte, obligamos vos a elo a nos ꝛ a noſos beẽs» (1410 L 41); «e nos, as ditas partes que somos presentes, para mjllor *teermos, gardarmos* e *cõplirmos* todo o sobre dito huas partes aas outras ꝛ as outras aas outras, obligamos a elo nosos bẽes, segundo dito he» (1475 L 48); «e para mjllor *teermos* e *cõplirmos* todo o sobre dito e cada couſa ꝛ parte delo ꝛ nõ *yrmos* contra elo nj̃ contra parte delo, rrenũçiamos ꝛ partimos de nos ꝛ de outros por nos ꝛ de nosos suçesores a todas las leys ꝛ dereitos (...)» (1475 L 48), etc.

Paralelamente, usa-se também o infinitivo conjugado em orações introduzidas por uma locução prepositiva: «mayſ o abbade ꝛ o conuento o tenã per ſi por rrazõ de *auerẽ* en memoria ꝛ en rrenẽbrãça a alma deſſe Johan Affonſo ꝛ as noſſas» (1299 P 115).

Ocorre ainda a forma flexionada em orações adverbiais com valor causal introduzidas pela preposição *por:* «et por iſto *ſéér* uerdade rrogamos Giral Domĩgiz, notario da Guarda, que nos fezeſe en .ij. cartas partidas per a.b.c.» (1288 P 104) (2).

Quando o infinitivo funciona como complemento dependente de um adjectivo, pode tomar a forma flexionada, concordando com o sujeito: «que o teñã en ſua vida ꝛ nõ ſeiã poderoſos de o *uenderẽ* nẽ *ſopenorarẽ* nẽ *darẽ* (...)» (1299 P 114). Nestes casos, não pode considerar-se o emprego da forma

---

(1) Trata-se de um emprego ainda hoje muito frequente em português e galego. Cf. FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 63-75; THEODORO HENRIQUE MAURER Jr., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 95-99, especialmente p. 96.

(2) Para outros exemplos medievais recolhidos em textos da Galiza, veja-se FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 84-85.

conjugada absolutamente indispensável, uma vez que o sujeito não só é conhecido pelo contexto, como vem indicado pelo adjectivo. Aliás, nestas condições sintácticas é facultativo, no português actual, o emprego do infinitivo invariável ou do infinitivo flexionado (1). Pelo que se refere ao galego moderno, também não é muito frequente, nestas circunstâncias, o emprego da forma flexionada do infinitivo (2).

Emprega-se, além disso, o infinitivo conjugado quando serve de complemento a um substantivo; o infinitivo vai precedido da preposição *de*. Ex.: «e cõplidos os ditos doze annos de *leyxarmos* livres ȝ desenbargadas as ditas herdades ȝ montes ao dito moeſteiro ȝ frayres del (...) damos poder a todas las juſtiçias (...)» (1475 L 49). Este emprego é também conhecido no português e no galego modernos (3).

Como complemento preposicional dependente de um advérbio ou locução adverbial, pode surgir o infinitivo flexionado: «ȝ nõ auedes a fazer outros foros, ſaluo d'*enuiardes* o pã áá tulla do noſſo páá&o de Frãcos» (1308 L 33).

A forma conjugada do infinitivo ocorre ainda quando dependente de certos verbos. Um desses verbos é *prazer;* o infinitivo pode aparecer precedido da preposição *a:* «e prouue aas dictas partes: aa dicta senhora dona abadeſa por ſy e pollo dicto moeſteiro e ao dicto Joham Domĩgujz por ſy e por as dictas perſoas a *teerẽ* e *mãteerẽ, conprirẽ* e *gardarẽ* todo ho que ſuſo dicto he» (1454 DL 148). Os exemplos deste emprego na fase antiga da língua parecem ser raros e relativamente tardios (4).

Nos textos que estudei verifica-se a ocorrência do infinitivo flexionado em orações que servem de complemento directo a alguns verbos, tais como *obrigar, prometer, outorgar.* Quando o infinitivo depende do verbo *obrigar,* este vai seguido da preposição *de* ou, esporadicamente, da preposição *a.* Desse emprego registaram-se vários exemplos em documentos dos séculos XIV-XVI: «et obligamoſ nos per todoſ noſſos béés mouelles ȝ rayz de uola *fazermos* ſempre de paz» (1307 L 32), «et obrigo mj̃ et meus bẽes ȝ das ditas perſõas de o *conprirmos* en todo» (1407 L 40), «e ſſe obrigou per ſſy e ſeus bees avudos e por auer e das dictas perſſooas de *comprirem* e *manteerem* todo aſſy e pella guiſa que dicto he» (1472 DL 149), «e a dicta senhora

---

(1) THEODORO HENRIQUE MAURER Jr., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo).* São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 192-196.

(2) FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 132.

(3) FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 127-131; THEODORO HENRIQUE MAURER JR., *ob. cit.*, p. 192-196.

(4) IDEM, *A significação do emprego do infinito flexionado português para a solução do problema da sua origem.* In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica.* Rio de Janeiro, 1970, p. 216.

e convento obrigarõ os bees e rendas do dicto moeſteyro a lhes outroſſy *teerẽ* e *manteerẽ* o dicto prazo em todo como em cjma he conteudo» (1472 DL 149), «e obligo a mj̃ ⁊ a todos meus bẽes mobles ⁊ rrayções avidos e por aver ⁊ da dita mjña moller ⁊ sucesores de vos *darmos* de foro das ditas vjñas eſte dito primeyro anno os ditos douſ çoramíjs de tríigo» (1475 L 48), «e obligamos os beẽs do dito moeſteiro de vos *fazermos* de paz as ditas herdades» (1475 L 49), «e me obligo por mj ⁊ por lo dito Afonſo Gonçalueσ de vos *darmos* ⁊ *pagarmos* en cada v̄n anno de foro das ditas herdades o dito medio çoramj̃ de tríjgo» (1475 L 49), «obligamos os bens do dicto noſo moſteyro de vos *defenderemos* a dereito cõ eſte dicto foro» (1500 O 90) (1). Observe-se, porém, que, no caso de haver dois infinitivos coordenados dependentes do verbo *obrigar*, pode acontecer que só o primeiro apareça conjugado, apresentando o segundo a forma invariável: «e obligamos a nos e aos bẽes do dito moeſteyro de vos *fazermos* saas ⁊ de paz as ditas vjñas que vos asy damos enno dito foro ⁊ de vos las nõ *tomar* por dar a outro por mays nj̃ por menos» (1475 L 48) (2). A expressão da pessoalidade no primeiro dos dois infinitivos dispensa, no segundo caso, do emprego da forma flexionada; não existe qualquer ambiguidade, mesmo usando a forma invariável do infinitivo. No entanto, como pode ver-se através de alguns exemplos acima apresentados, usa-se, em geral, a forma conjugada nas duas orações coordenadas.

O infinitivo, ligado aos verbos *prometer* e *outorgar* e, em geral, precedido da preposição *de*, apresenta a forma flexionada: «⁊ prometemos ⁊ outorgamos de o aſy *teeremos, conpliremos* ⁊ *agardaremos* ⁊ *pagaremos* per mj̃ ⁊ per meus bẽes» (1407 P 133). O infinitivo pode aparecer precedido da preposição *a* e apresentar a forma invariável; no entanto, no único exemplo registado nestas condições o infinitivo depende de dois auxiliares coordenados entre si, ou seja, *dever* (3) e *outorgar:* «et deuemos ⁊ outorgamos ende a *dar* deſte caſſar ao ſobre dito moeſteiro ter$a de pan ⁊ meo de vyno, et ter$a de todollos outrros fruitos ſacado ende chouſſa ⁊ nabal ⁊ fruito d'aruores (...)» (1274 O 53) (4).

Bastante interessantes são certos aspectos sintácticos manifestados pelas

---

(1) Para outros exemplos medievais desta construção registados em textos da Galiza, veja-se FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 123-124.

(2) O mesmo tipo de construção se encontra num dos documentos medievais referidos por FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 124: «(...) diseron que eles por sy e por os mais que eran absentes se obligauan con todos seus bees de *seeren* en toda onrra e fauor da dita çibdade e de non *seer* contra ela en ningua maneira (...)».

(3) Sobre o emprego do infinitivo flexionado quando dependente de certos auxiliares de construções perifrásticas, veja-se o que será dito adiante, p. 763-765.

(4) A este exemplo voltarei a fazer referência adiante (cf. p. 764, n. 2), ao tratar da ocorrência, nas orações seguintes, de formas flexionadas do infinitivo.

orações dependentes do verbo *mandar*. Este permite dois tipos de construção: ou uma oração conjuncional com o verbo no conjuntivo ou uma oração cujo verbo se encontra no infinitivo conjugado. Os dois tipos de construção, semanticamente equivalentes, aparecem em orações ligadas pela copulativa *e:* «ꝛ mando que eſtef meuſ cabeçaef ꝛ eréef poſſam auer todo o meu aſi mobli commo rrayx ꝛ *dareno* ali u ellef teuerẽ por bẽ» (1281 O 55) (1). A ocorrência do infinitivo conjugado num texto da Galiza do século XIII não deixa de ser surpreendente, tanto mais que não eram conhecidos exemplos desse tipo de emprego nos textos dessa região; além disso, no galego actual usa-se geralmente a forma invariável do infinitivo (2). Relativamente ao português, foi já afirmado que, nestas condições, «o emprego da forma flexionada constitui, sobretudo, um desenvolvimento sintáctico moderno» (3). O português actual admite o emprego, ora da forma conjugada, ora da forma invariável, de acordo com determinados factores que favorecem a preferência por uma ou outra construção (4).

Construção paralela é aquela que se encontra em orações simultaneamente dependentes dos verbos *mandar* e *outorgar:* «e ſobre todo eſto mandamuſ e houtorgamuſ que ſe algũu de noſ ueher que aqueſta noſſa party&̃ queyra britar ou deffa&er, *peyte* áá outra parte aguardante .C. mrs. uelhuſ da moheda corredia en Portugal e o pra&o *ficar* en ſa fortele&a e *uala* para todo ſenpre» (1287 DL 140). A primeira oração, introduzida por *que*, tem o verbo no conjuntivo presente; a segunda, iniciada pela copulativa *e*, caracteriza-se pelo emprego do infinitivo conjugado; na terceira, igualmente começada por *e*, volta-se ao emprego do conjuntivo. Pela comparação com outras construções a que adiante farei referência (5), não pode duvidar-se de que a forma verbal da segunda das orações é um infinitivo flexionado.

Na sequência de orações cujo verbo é uma perífrase modal que exprime

---

(1) Há, no mesmo texto, vários exemplos de orações conjuncionais com o verbo no conjuntivo, dependentes do verbo *mandar:* «mando que *ualla* ꝛ *eſtia* de fermedue por ſempre todoſ lloſ empra&amentoſ que eu ffige cõ meu marido Don Araſ Perez a Santa Maria de Monte de Ramo ꝛ a Junqueyra de Limia»; «e mando que o abade de Monte de Ramo ꝛ Vaſquo Perez, monges deſſe moeſteiro, *ſeiam* meuſ cabeçaes ꝛ heréef de todo o que eu ey», etc.

(2) Cf. FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 120-121.

(3) Cf. THEODORO HENRIQUE MAURER Jr., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 175. Segundo o Autor, nos séculos XVI e XVII podem encontrar-se alguns exemplos do emprego da forma conjugada do infinitivo nas condições sintácticas a que neste momento se faz referência. Como vimos acima, já no galego-português do século XIII era possível tal construção.

(4) Sobre esses factores, veja-se IDEM, *ibidem*, p. 174-183 e 239.

(5) Veja-se o que será dito adiante, p. 766-768.

uma obrigação moral, ocorre, por vezes, o infinitivo conjugado. Na segunda das orações, ao faltar o auxiliar dessa perífrase modal, o infinitivo toma a forma conjugada, indicando, através das desinências pessoais, o agente da acção. As construções perifrásticas usadas na primeira das orações podem ser as seguintes: *auer a + infinitivo, auer de + infinitivo, deuer (a) + infinitivo* (1). Temos, assim: «ꝛ uos *auedes a morar* en eſte caſal per uos ou per uoſſo ome ꝛ *laurardelo* ꝛ *parardelo* bẽ ꝛ *fazerdes* y hũa caſa de pedra ꝛ cuberta de palla ꝛ *auedes de meter* de pobrãça duas uacas ꝛ vn boy ꝛ doze rexellos ꝛ nos *metermos* y hũ boy ꝛ una uaca» (1308 L 33), «et por todo eſto que mãdo ao dito moſteiro *anme de faɑer* as donnas ofiɑio de conpaneyra na reza ꝛ enno cabidóó ꝛ *uyren* ſobre mj̃ aa ſepultura» (1348 O 71), «*deuouolo* eu *a quitar* cada que for uoſſa uoentade ꝛ *pagaruos* os ditos dineyros de Sam Martino en Sam Martino et *anpararuos* cõ el per mj̃ ꝛ per todos meus bẽes et iſto *ſeer* ſo pẽna de çem mrs. de moneda del Rey dom Fernãdo» (1320 P 128), «et *deuedes a ſſéér* uaſalo noſſo ꝛ nõ nos *pararde ſ* outro ſenor deãte ꝛ noſ *enpararmo ſuos* a derejto ſegundo noſſa poſſe» (1299 P 117), «os quaeſ *deuedeſ téér* ꝛ *po ſſuyr* ꝛ *defruytar* en toda uoſſa uida ꝛ *darde ſ* a nos ꝛ áo dito moeſteyro de San Johane de Poyo» (1298 P 113), «ꝛ demays *deuede ſ laurar* aſ vinas ꝛ *téér* aſ caſas en bóón eſtado ꝛ *parallas* bẽ (...) ꝛ *ficarẽ* liures ꝛ quitas deſpoys uoſſa morte» (1298 P 113), «et *deuede ſ a dar* por foros .XXXV. ſoldoſ cada ano (...). Et *darde ſ* a meyadade daſ caſas senas que ſom feytas (...)» (1301 P 118), «et cada que a uos ou a uoſſa uoɑ der os ditos dineyros cada anno, de Sam Martino en Sam Martino, *deuedelos a fillar* ꝛ *leixardes* a mj̃ ꝛ a miña uoɑ o dito herdamẽto liure ꝛ quito de todo enbargo» (1320 P 128) (2). Nestas construções, ocorre uma curiosa transformação sintáctica: na primeira das orações usa-se a perífrase modal que exprime uma obrigação moral; nas orações seguintes o infinitivo conjugado parece ter o mesmo valor, o qual resulta de uma dependência semântica implícita — e, portanto, não sintáctica — de certos auxiliares que indicam obrigatoriedade moral. Pelo facto de o auxiliar não aparecer expresso, o verbo principal toma a forma finita ou conjugada. Os escribas dos textos onde

---

(1) Sobre as perífrases que, no galego actual, exprimem a modalidade da acção obrigatória, veja-se GUILLERMO ROJO, *Perífrasis verbales en el gallego actual*. Anejo 2 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 157-163; ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 141-146.

(2) Um infinitivo flexionado coordenado a outro invariável surge também quando há dois auxiliares: «et deuemos ꝛ outorgamos ende a *dar* deſte caſſar ao ſobre dito moeſteiro terꝛa de pan ꝛ meo de vyno, et terꝛa de todollos outrros fruitos ſacado ende chouſſa ꝛ nabal ꝛ fruito d'aruores ꝛ *darde ſ* heyradiga dereita ꝛ todo eſto per noſſo mòórdomo ꝛ *darde ſ* dereito anal cada ano (...)» (1274 O 53).

foram recolhidos os exemplos apontados, parecem ter presentes os dois tipos de construção semanticamente equivalentes e de um passam bruscamente para o outro (1).

As construções acabadas de referir assim como a explicação que para elas foi proposta parecem proporcionar a solução para o esclarecimento de outras a seguir indicadas. Trata-se de orações em que aparece o infinitivo flexionado para exprimir a obrigação moral, mas sem que em nenhuma delas apareça explícito o auxiliar de uma possível perífrase modal ou certas construções como "é conveniente", "é necessário" que, embora sem aparecerem expressas, estão implícitas em textos do tipo dos que analisei, por ex., testamentos, doações, etc. (2). Temos, assim: «et a morte do poſtremeyro de nos, ficar eſte caſar ſobredito liure ꝛ quito ao moeſteiro d'Oſſeyra» (1285 O 56), «et uos, Rodrigo Aras, a uoſſo paſſamẽto, eſléérdeſ va uoz» (1287 O 57), «eꝛ quando quiſſerdeſ vendemar ou segar, *chamardeſ* o ffreyre que eſteuer en Santa Maria de Biade» (1287 O 57), «e darnoſſlaedes eſſte Sſeoane primeiro que uen a dous anos auante ꝛ ante nõ. E a meu ffjnamento *daren* meus criados a dom abbade hũua colleita no ano» (1292 O 59), «ꝛ quando lles eu der eſta pitança, o conbento *ſſer* tiudo a dezer ſſenas mjſſas por myña alma» (1292 O 59), «ꝛ quanto do ſerodeo for orio, *ſſeer* o meo corrẽte ꝛ o meo arregoado per tallega» (1335 L 37), etc. Também na região portuguesa estudada se encontraram exemplos deste emprego: «e ſo tal condiſon que ſe ſe eſſa Steuaya Periz, noſſa filla, caſſar (...), eſſa Steuaya Periz *auer* (.)ogo a meyadade de todóó herdamẽto» (1284 DL 138), «e a pena leuada ou nõ, eſte eſtormẽto *ſſeer* firme e *valler* como ſſe em elle cõtem» (1454 DL 148), etc.

Em virtude deste tipo de emprego, pode, no chamado período hipotético, a oração condicionada (ou apódose) correlacionar-se com a oração condicionante (ou prótase) de modo muito particular. Assim, a correlação condicional futura relativamente ao momento em que se fala traduz-se, em geral, pelo uso do futuro do conjuntivo na oração condicionante introduzida por *se* e pelo infinitivo flexionado na oração condicionada. Esporadicamente, na prótase pode surgir, como veremos adiante, o presente do indicativo,

---

(1) Sobre outros exemplos, relativos à fase antiga da língua, de justaposição de duas construções sintácticas diferentes, uma com a forma invariável do infinitivo e outra com o infinitivo flexionado, veja-se THEODORO HENRIQUE MAURER JR., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, p. 38-39.

(2) Creio que foi a ideia de 'obrigação moral' presente nessas e noutras formas registadas em textos medievais portugueses que levou Gamillscheg a interpretá-las como um imperfeito do conjuntivo com valor jussivo. Cf. ERNST GAMILLSCHEG, *Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre*. Viena, 1913, p. 270 e segs.

mas com um valor próximo do futuro do conjuntivo. Esta distorção sintáctica relativamente ao que é habitual na correlação condicional futura, caracterizada pelo emprego do futuro do conjuntivo na oração condicionante e pelo futuro do indicativo (ou presente do indicativo) na oração condicionada, só pode explicar-se pela dependência implícita da forma do infinitivo flexionado na apódose em relação a certos auxiliares ou construções. A ser explicitado, o auxiliar encontrar-se-ia nos tempos em que, regra geral, surge, ou seja, no futuro ou no presente do indicativo. A transformação de um tipo de construção noutro não altera o valor semântico da frase. Eis alguns dos exemplos recolhidos: «ꝛ ſe per uentura eu nõ poſſo me auíjr cõuoſco ena uẽzõ ou eno ſupenoramento, *póérmos* eu un meu amigo ꝛ uoſ outro uoſſo» (1255 L 19), «ꝛ ſe o nõ poder auer, per dereyto, *darenlle* quanto leuarẽ de Sancho Aſſenxo» (1281 O 55), «ſe peruẽtura ouuerdeſ algua mingua ou neceſſidade que eſte foro queyradeſ uender ou ſopinorar, *uenderdeſ* ou *ſupinorardeſ* áó moeſteyro de Chouzam; ꝛ ſe do moeſteyro conparar nõ quiſerẽ, entom *uenderdeſ* áátal homme que ſeya ſemelauel de uoſ (...)» (1283 L 27), «ꝛ ſe peruẽtura ĩ eſte foro quiſerdeſ fazer caſaſ in eſte foro ſobredito e morar in elaſ *fazerdelaſ* e nõ uoſ *ſéér* refertado do móéſteyro» (1283 L 27), «ꝛ ſe eſta moeda ſobredita pogar ou mĩgar, *dardeſ* a quantia della ꝛ *dardeſ* loytoſſaſ cada un de uoſ apuſ uoſſaſ morteſ (...)» (1286 L 28), «ſe oſ noſ nõ podermos laurar, *dalos* o abbade a quen nos laure ꝛ noſ *laurarmos* ben a autra herdade» (1274 O 53), «et ſe os yrmaos deſte caſal demãdar quiſerẽ partilla en eſtes herdamentos ꝛ uiña que uos eu dou ꝛ meter os ſeus que perteeſçẽ a eſte caſal a partilla, uos, dom abbade ꝛ conuento, *partirdes* cõ eles ꝛ *leuardes* as duas partes do quarto de todo o caſal por mj̃ ꝛ por eſtes meuſ yrmaos a que conprey ꝛ eu *fazer uolo* de paz (...)» (1310 L 34), «ꝛ ſe a nos nõ quixermos, *vẽderdeſ* a tal omme como uos que ſeya mãſo» (1313 O 64), «e ſſe aſ quiſermos tãto por tãto, *dardelaſ* a nos ou a noſos ſuceſores» (1313 DL 144). É interessante observar que este tipo de construção é, a grande distância, muito mais frequente na Galiza do que na zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho. Sob o ponto de vista cronológico, os documentos em que ocorre o emprego do infinitivo flexionado nas condições sintácticas indicadas não ultrapassam os princípios do século XIV; no entanto, a referida construção é mais frequente durante o século XIII.

Finalmente, podem, com muita frequência, surgir uma ou várias orações com infinitivo conjugado ligadas pela copulativa *e* a uma oração inicial, introduzida por *que* com o verbo no conjuntivo presente. A primeira oração tem o verbo no conjuntivo presente e vai introduzida por *que*, independentemente da oração anterior; as orações seguintes ligam-se à anterior pela copulativa *e* e têm o verbo no infinitivo flexionado. As formas verbais destas últimas orações não têm qualquer relação de dependência sintáctica relativa-

mente à conjunção da oração inicial. Em nenhum dos exemplos registados se verifica a repetição da conjunção *que* antes da forma do infinitivo. Se a conjunção *que* reaparecer, o verbo dessa oração surge no conjuntivo (1). Sob o ponto de vista semântico, os processos sintácticos correspondentes à oração com conjuntivo e às seguintes com infinitivo flexionado parecem ser mais ou menos equivalentes; o copista parece ter presentes os dois tipos de construção e de um passa bruscamente para o outro, dando à frase a sensação de notória anarquia sintáctica. Em condições análogas às anteriores, ocorre o infinitivo flexionado na oração iniciada pela copulativa, quando a oração subordinada é introduzida por locuções do tipo «per tal preyto que», «per tal condizõ que», etc. Seguem-se alguns dos exemplos registados: «ꝛ qual daſ parteſ que contra ellaſ uéér ꝛ aſ nõ quiſer téér, aguardar ꝛ comprir aſſi como entre noſ ꝛ uoſ ſom diuiſadas et paradas que *peyte* a outra parte que aſ conprir mill mor. ꝛ o arrendamento ꝛ aſ conueenzaſ *compriren ſe* en todo» (1282 C 6), «(...) ꝛ que a *lauredeſ* ꝛ bẽ *paredeſ* ꝛ *ſeiadeſ* noſſoſ ſeruizaeſ ſeruẽteſ ꝛ obedienteſ ꝛ que noſ *diadeſ* cada un ano por cad'al deſſaſ heredadeſ .XXX. ꝛ iii. ſoldoſ ꝛ iij. ſoldoſ ꝛ .viij. dineyroſ por crianzaſ doſ gáádoſ que y criardeſ ꝛ *ſeer* eſt' auer ſobredito pagado da moeda noua a .xij. dineyroſ por ſoldoſ» (1286 L 28), «ꝛ que nos *diadeſ* del cada anno per noſſo moordomo terça de uino ꝛ quarta de toda grãa que Deuſ y der ꝛ de ſſirgo ſe o y criardeſ ꝛ *dardeſ* que comea ao moordomo quando for ayra e ao lagar (...) ꝛ *ſſeerdeſ* noſſos vaſſalos ſeruenteſ ꝛ obedienteſ ꝛ *dardeſ* loytoſa commo é huuſſo da terra ꝛ *dereygardeſ* enas voſſas teſtadas cada anno hua arrançada de mato ſſen coyta de fame ou d'omizio ou de doença ꝛ *fazerdeſ* ſeruiço cada anno a don abbat dũa bõa porçalla (...); e a paſſamẽto de uoſ anbos *fiqui* eſte caſſar ſſobre dito a ũ voſſo fillo ou filla que ſſeia d'anbos (...)» (1302

---

(1) Ao referir-se a este tipo de construções da língua arcaica, Theodoro Maurer fala de uma «verdadeira incompatibilidade» da conjunção *que* e do infinitivo flexionado. É esse mais um argumento dos apresentados pelo Autor para mostrar que já na fase antiga da língua se trata de um infinitivo e não de um imperfeito do conjuntivo. Cf. THEODORO HENRIQUE MAURER JR., *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo)*. São Paulo (Companhia Editora Nacional), 1968, capítulos 3 e 4, sobretudo p. 28-29.

Um exemplo comprovativo do que foi afirmado acima é o seguinte recolhido de um texto orensano do início do século XIV (1313 O 64): «et nos *diadeſ* dela cada anno per noſſo moordomo terça de todas las couſſas que Deus y der ſaluo figos ꝛ as figeyras ſe as y ouuer *eſtarẽ* hu nõ façã dano nos outros nouos ou nõ *eſtarẽ* y ꝛ eſſo meſmo daſ outras aruoreſ que y eſteuerẽ ꝛ *dardeſ* cada ano hua bõa galina ꝛ dous pãeſ trijgos de ſenos dineyros leoneſſes commo eſt huſo deſſa fraga ꝛ *fazerdeſ* ſeruiço a don abbat ꝛ ao uiſtiario cada que forẽ en Pineyra anbos ou cada ũ deleſ. Et *dardeſ* cada anno quatro dias de ſeara a noſſa graña de Pineyra (...) ꝛ que uos, Domingo Perez ꝛ uoſſa muler, *quitedeſ* ꝛ *renũciedeſ* por uos ꝛ por toda uoſſa uoz para ſenpre a outra carta que dela auiadeſ (...)». Exemplos análogos podem recolher-se noutros documentos.

O 60), «pero que o *digades* ante a nos e a noſos ſuceſores ⁊ tãto por tanto *ficar* o dito caſal ao dito moneſteyro» (1313 DL 143), «(...) ⁊ que nos *dedes* cada ano por foros dos ditos caſares por dia de San Martin de Nouẽbro çent ſoldoſ da moneda brãca del Rey don Afonſo ou en outra moneda a cõtia delles ⁊ *pagardes* de mays cada ano ao comẽdador d'Aſtoreſes quarééta ſoldoſ (...)» (1335 L 37), «et deſpois que for chantada a dita herdade ⁊ der byño, que *dedes* da dita leyra de tras la caſa ⁊ herdade sobre dita terça do bjño aa dorna, dizemo pagado a Deus de conſũu, ⁊ mays nõ; ⁊ uos *auerdes* os dous terços por uoſo lauor ⁊ *collerdes* o dito pan ⁊ bjño (...) ⁊ *dardes* de comer ⁊ de beber aaquel que porlo dito moſteyro eſteuer a coller o dito pã» (1407 P 133), etc. No caso de a oração com o verbo no conjuntivo ser introduzida por alguma das locuções atrás referidas, encontra-se emprego idêntico do infinitivo flexionado: «per tal preyto e per tal condizõ que *tenadeſ* eſte foro e eſta erdade in toda uoſſa uida de uoſ amboſ deſuſo ditoſ ⁊ depuſ uoſſa morte de uoſ amboſ *téérena* uoſoſ filoſ e filaſ ⁊ uoſoſ netoſ e netaſ in toda ſa uida ⁊ que a *lauoredeſ* ⁊ *paredeſ* bem ⁊ que *ſeyadeſ* uaſſaloſ do moeſteyro de Chouzã ſeruenteſ e obedienteſ ⁊ que *dedeſ* ende ĩ cada un ano áó moeſteyro de Chouzã per ſeu maordomo meadade de uino no lagar ⁊ meadade de todo pam que y lauorardeſ na eyra, poſta a ſemente de cõſúó, ⁊ meaſ de caſtanaſ ⁊ de nozeſ ſecaſ e limpiaſ aſſi comó áſ arendarẽ oſ outroſ omééſ do móéſteyro ⁊ de todalaſ outraſ couſaſ que y lauorardeſ e chamtardeſ *dardeſ* inde meo ſaluo ĩde que nõ dedeſ nũca do nabal que y lauorardeſ ⁊ *dardeſ* ĩ cada un ano un toucino no meſ de Yaneyro (...)» (1283 L 27), «(...) damoſ a foro a uoſ Fernã Perez e a uoſa moler Maria Perez et a uũ filu ou fila de uoſ amboſ depoſ uoſa morte damboſ tam ſolamẽte aquela erdade que a o dito moeſteiru en Lamamáá, que a nume a Erdade Dónega, con todaſ ſuaſ pertynçááſ a mõte e a fonte, culto ⁊ nõ culto, atal preito que uoſ *dedeſ* ende cada huũ ano .Vj. quarteyroſ de pam (....) *ſéér* ende hũu quarteyru de trigo ⁊ oſ .V. de ſegũda. Et *dardenolo* pela midida per que recebemoſ oſ outroſ cabedaſ ⁊ *leuardelo* hu leuarẽ os outroſ ao noſo celeyru. Et *pagardeſ* o foro a Santiago. Et nõ *uenderdeſ* nem *enpenorardeſ* o dito erdamẽto ⁊ *ficar* noſ liure ⁊ quite depolaſ ditaſ peſóáſ (...)» (1299 P 116), «áátal preito que nos *dedes* ende cada ũu ano .v^e^. quarteiroſ de pam pela midida per que rreçebemoſ oſ outros cabedaes para a dita oueẽça ⁊ *ſéér* hũu quarteiro ende de trijgo ⁊ os quatro de ſegunda ⁊ *paguardes* o fforo a Santiago, et *dardeſnos* oſ fforos do dito caſal (...) ⁊ *deuedeſ* a chãtar de vina o meyo do agro que eſtá a par do dito logar» (1299 P 117), «(...) enprazamos a uoſ Apariço Domingujz e a uoſſa molher Crara Domingujz hũu caſal que o dito moneſteyro ha en Tameal, ena fregeſia de San Juyaão de Terra de Neuha, (...) so tal preyto ⁊ ſſo tal cõdiçõ que uoſ anboſ o *aiades* ⁊ *puſuyades* en todo tẽpo de uoſſas uydaſ ⁊ façades hi bẽfeytoryas e *dedes* ende ao dito moneſteyro cada

hũu ano doze mrs. uelhos ⁊ meyo de dinheyros portugueſes aas terças do ano ⁊ *dardes* a mj̃, dito priol, e a meuſ ſuceſores õc uoſos cõpanheyros colheyta aſſi como he huſo ⁊ cuſtume de a dardes (...). E uoſ nõ *vẽderdes* nẽ *doardes* o dito caſal nẽ parte dele a caualeyro nẽ a dona nẽ a clerigo nẽ a eſcudeyro nẽ a hordj̃ nẽ a nẽ hũa peſſoa podreoſa nẽ religioſa (...)» (1313 DL 143), «conben a ſaber que uos aforamos o foro do Sſalgeyral (...) atal cõdjson que o *labredes* et *tyredes* de mõte ⁊ *ponades* de vina en eſtes quatro annos primeyros que ſſe ſſygyrẽ et nos *dedes* del per moordomo do dito moeſteyro, uos ⁊ as peſõas ſſobreditas, quarta de vino (...) et *dardes* da agoa do pe, ſſegundo que é d'uſu ⁊ de cuſtume, et *dardes* cada anno por dereytura, por dia de Sſan Martino, dez ſoldoſ de brãcos» (1385 C 15), etc. (1).

B. Particularidades da flexão de alguns verbos

Neste parágrafo reúnem-se várias observações sobre a flexão de alguns verbos empregados nos documentos que analisei, estabelecendo, sempre que possível, uma comparação com a actual situação do galego e do português.

[*Arder*]: Na conjugação deste verbo (2) merece uma especial referência a forma *arça* (1281 O 55) da 3.ª pessoa do singular do presente do conjuntivo. A semivogal das formas latinas do presente do conjuntivo, tal como da primeira pessoa do singular do presente do indicativo, afectou a consoante do radical, palatizando-a. Desse modo, na fase antiga da língua (3) as formas com conservação da consoante etimológica alternavam com outras em que existia *ç*, resultante da palatalização de -dj- (4).

---

(1) Registaram-se apenas alguns dos exemplos recolhidos. Para outras abonações desta construção em documentos da Galiza, veja-se FRANCISCO G. GONDAR, *ob. cit.*, p. 14-15.

(2) Sobre a flexão do verbo *arder* na fase antiga da língua, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 321-322, § 45; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 162, § 148, 1.A; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 101, § 200, 4 e p. 193, § 378, 2 e JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 22-23, §§ 26 e 26 a.

(3) A forma *arço* é ainda usada por Gil Vicente e outros autores dessa época. No *Auto da Alma*, Gil Vicente põe na boca do Diabo as seguintes palavras: «*Arço* em fogo de pesar»; analogamente, no Auto da Lusitânia, encontra-se a mesma forma na fala do cortesão: «nam fallo, Senhora, disso, / porque eu me queymo e *arço* / com dores de coraçam». Cf. GIL VICENTE, *Obras completas*. Coordenação do texto, introdução, notas e glossário de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Porto (Livraria Civilização), 1962, respectivamente p. 73 e 465.

(4) A propósito dos resultados da evolução do grupo dj, veja-se o que foi dito nas p. 620-623.

Auer (1262 C 1; 1262 C 2; 1281 C 5; 1282 C 6; 1282 C 7; 1414 L 42; 1450 L 44; 1396 O 76; 1281 P 99; 1302 P 121; 1419 P 134; 1284 DL 138; 1472 DL 149; 1331 M 156; 1335 M 160, etc.) (1), *aver* (1434 C 17; 1516 C 18; 1410 L 41; 1475 L 49; 1426 O 78; 1506 P 136; 1484 DL 150, etc.) (2). Foram registadas as formas que se seguem: Pres. do ind.: 1.ª: *agio* (1281 O 55), *aio* (1367 C 14; 1308 L 33; 1310 L 34; 1405 L 39; 1281 O 55; 1333 P 131), *ayo* (1255 L 19; 1274 L 24), *ajo* (1399 C 16; 1310 L 35; 1414 L 42; 1450 L 44) (3); *ey* (1281 C 5; 1300 C 8; 1333 C 10; 1351 C 13; 1257 L 20; 1286 L 28; 1310 L 34; 1414 L 42; 1267 O 52; 1315 O 66; 1267 P 91; 1419 P 134; 1303 M 153; 1317 M 154, etc.), *ei* (1278 L 25), *hey* (1310 L 34; 1303 M 153), *hej* (1331 M 157), *hei* (1315 O 66); 3.ª: *a* (1282 C 6; 1516 C 18; 1281 O 55; 1312 O 63; 1473 O 85; 1280 P 98; 1281 P 99; 1296 P 109; 1299 P 116; 1282 DL 137; 1315 DL 145, etc.), *á* (1345 DL 146), *ha* (1262 C 2; 1367 C 14; 1310 L 34; 1414 L 42; 1348 O 71; 1289 P 105; 1320 P 128; 1403 P 132; 1506 P 136; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1317 M 154; 1407 M 166, etc.); 4.ª: *auemos* (1262 C 1; 1300 C 8; 1329 C 9; 1367 C 14; 1257 L 20; 1306 L 31; 1307 L 32; 1405 L 39; 1450 L 44; 1285 O 56; 1433 O 79; 1296 P 109; 1296 P 110; 1403 P 132; 1345 DL 146; 1348 M 162; 1416 M 168, etc.), *auemoſ* (1269 C 4; 1282 C 7; 1307 L 32; 1281 O 55; 1289 P 105; 1301 P 119; 1302 P 121; 1284 DL 138; 1317 M 154, etc.), *avemos* (1410 L 41; 1442 L 43; 1450

---

(1) Nos documentos 1262 C 1 e 1281 C 5 a forma *auer* aparece assinalada com um signo gráfico, um *ápex*, semelhante a um acento agudo muito fino, sobre a vogal da primeira sílaba que está em hiato com a vogal da preposição anterior: *ꝛ á áuer*.

(2) Sobre a flexão de *auer*, cf. José Joaquim Nunes, *ob. cit.*, p. 296, § 35; p. 313, § 42 e p. 324, § 46; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 224-225, § 186; J. Huber, *ob. cit.*, p. 193-194, § 378, 3; p. 208, § 390; p. 211-212, § 397 e p. 218, § 403; Joseph M. Piel, *ob. cit.*, p. 26, § 32 e p. 38, § 51, 1; Vicente García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 140, § 104. Para confrontos com o castelhano, veja-se R. Menéndez Pidal, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 291, § 113, 2 a; p. 302-303, § 116, 2; p. 308, § 120, 3; p. 316-317, § 120, 3; p. 323, § 123, 2. Para o leonês, veja-se F. Hanssen, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 21-22, 42-43 e 55 e Erik Staaff, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 302 e 312-313.

(3) As formas primitivas do tipo das indicadas no texto foram recolhidas apenas em documentos da Galiza. Para outras abonações galegas dessas formas, veja-se J. Huber, *ob. cit.*, p. 193, § 378, 3. O emprego frequente do verbo como auxiliar e, portanto, com carácter átono, proclítico, deu origem às formas contraídas *ey, há, ham* que, no período que nos ocupa, estão largamente representadas. As únicas formas plenas registadas são as da primeira pessoa e surgem apenas em textos da Galiza. Sobre a explicação que tem sido dada para as formas contraídas, veja-se José Joaquim Nunes, *ob. cit.*, p. 296, § 35 e R. Menéndez Pidal, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 303, § 116, 2.

L 44; 1453 L 45; 1459 L 46; 1475 L 49; 1506 P 136), *abemos* (1474 L 47; 1292 O 59; 1500 O 90); 5.ª: *auedeſ* (1282 C 6; 1274 L 24; 1286 L 28; 1308 L 33; 1285 O 56; 1280 P 97, etc.), *auedes* (1367 C 14; 1307 L 32; 1308 L 33; 1335 L 37; 1410 L 41; 1442 L 43; 1419 P 134, etc.), *avedes* (1410 L 41; 1459 L 46; 1475 L 48; 1475 L 49; 1499 O 89, etc.), *aveys* (1499 O 89) (1), *abeis* (1500 O 90) (2); 6.ª: *an* (1434 C 17; 1414 L 42; 1442 L 43; 1267 O 52; 1348 O 71; 1296 P 110; 1345 M 161, etc.), *am* (1334 C 11; 1258 L 23; 1473 O 80; 1280 P 97; 1281 P 99, etc.), *han* (1450 L 44; 1502 L 51), *hã* (1351 C 13; 1310 L 34; 1289 P 105, etc.), *ham* (1289 P 105; 1301 P 118), *ao* (1473 O 86) (3).

Imperf. do ind.: 1.ª: *auia* (1281 O 55; 1290 O 58; 1302 O 61; 1289 P 105, etc.), *auya* (1299 P 114; 1305 P 123); 3.ª: *auia* (1274 L 24; 1281 L 26; 1302 O 61; 1289 P 105; 1299 P 115; 1302 P 122; 1331 M 156; 1335 M 160, etc.), *auja* (1262 C 2; 1414 L 42; 1295 P 108; 1345 M 161, etc.), *auya* (1333 C 10; 1344 C 12; 1351 C 13; 1310 L 34; 1316 P 124; 1317 M 154, etc.), *auia* (1302 P 122), *avia* (1333 O 68; 1473 O 80); 4.ª: *auíamos* (1307 L 32), *auiamos* (1348 O 71), *auiamoſ* (1287 P 102), *aujamoſ* (1297 P 112); 5.ª: *auiadeſ* (1313 O 64); 6.ª: *auiã* (1302 L 30; 1302 O 61; 1281 P 99; 1287 P 102), *aujã* (1281 P 99), *auyam* (1262 C 2; 1289 DL 141; 1315 DL 145), *auiam* (1287 DL 140), *aviam* (1401 M 163; 1401 M 164).

Fut. do ind.: 4.ª: *aueremos* (1450 L 44); 6.ª: *aueram* (1448 DL 147), *aberam* (1484 DL 150).

Perf.: 1.ª: *ouue* (1333 C 10; 1278 P 96, etc.), *oyue* (1414 L 42) (4); 3.ª: *ouue* (1282 C 6; 1302 O 61, etc.), *ouve* (1506 P 136), *houue* (1299 P 115), *oue* (1281

---

(1) Observe-se a convivência no mesmo documento das formas *avedes* e *aveys*.

(2) Sobre o sufixo número-pessoal caracterizador da segunda pessoa do plural, veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 734-738. Embora *-des* fosse o sufixo mais frequente, há, contudo, algumas formas cujo morfema de número e pessoa é *-is*.

(3) Bastante interessante é a forma *ao* com ditongo (provavelmente nasal, embora a nasalidade não apareça assinalada) registada num documento orensano de fins do século XV.

(4) Sobre a alternância dos ditongos *ou* e *oi*, veja-se o que foi dito atrás, p. 547-568, mas sobretudo p. 553 e segs.

Quando estava já totalmente redigido o presente trabalho e quase concluída a sua impressão, chegou ao meu conhecimento o trabalho de RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*. A Coruña (Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa: "Colección Documentos Históricos". Disposta pola Real Academia Galega), 1985. Foi-me ainda possível aproveitar, a partir do § 9. B. Particularidades da flexão de alguns verbos, alguns comentários feitos pelo Autor, na *Introdução*, sobre algumas particularidades da língua desse texto. No que se refere à forma *oyue* por '*ouue*' "houve", pude verificar que neste texto do fim do século XIV, ela surge registada oito vezes, cinco no texto correspondente a Fernão Martins, e três na parte escrita por um ou mais amanuenses seus. De tal facto parece poder concluir-se que era grande a implantação da forma *oyue* na Galiza e que, além disso, estava bastante divulgada a alternância dos ditongos *ou* e *oi*.

O 55; 1290 O 58), *ouuo* (1414 L 42; 1473 O 80); 4.ª: *ouuemos* (1442 L 43; 1433 O 79; 1473 O 80), *ouuemoſ* (1262 C 2; 1284 DL 138); 5.ª: *ouueſtes* (1442 L 43), *ouuestes* (1442 L 43); 6.ª: *ouuerũ* (1281 P 99), *ouuerõ* (1473 O 80), *ouuerã* (1331 M 156).

Mais-que-perf. do ind.: 3.ª: *ouuera* (1411 M 167).

Pres. do conj.: 1.ª: *aya* (1516 C 18) (1); 3.ª: *agia* (1262 C 1), *aia* (1310 L 34; 1281 O 55; 1302 O 61; 1348 O 71; 1282 P 100, etc.), *aya* (1278 L 25; 1281 L 26; 1274 O 53; 1290 O 58; 1292 O 59; 1348 O 72; 1271 P 95; 1299 P 114; 1317 M 154), *aja* (1399 C 16; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49; 1297 P 112; 1472 DL 149; 1411 M 167, etc.); 4.ª: *aiamos* (1367 C 14), *aiamoſ* (1301 P 118), *ayamoſ* (1278 L 25); 5.ª: *agiadeſ* (1305 P 123), *aiadeſ* (1310 L 34; 1288 P 104; 1295 P 107; 1301 P 118), *aiades* (1307 L 32; 1292 O 59; 1296 P 109; 1296 P 111; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1345 M 161, etc.), *ayadeſ* (1269 C 4; 1313 O 64; 1287 P 102; 1301 P 119; 1302 P 122), *ayades* (1276 O 54, etc.), *hayadeſ* (1289 P 105), *ajades* (1399 C 16; 1459 L 46; 1474 L 47; 1424 O 77; 1426 O 78; 1500 O 90; 1403 P 132; 1407 P 133; 1404 M 165), *ajadeſ* (1295 P 108; 1297 P 112); 6.ª: *agiam* (1262 C 1), *agã* (1281 O 55), *aiã* (1281 O 55; 1302 O 61; 1334 M 158; 1334 M 159), *ayan* (1292 O 59), *ajan* (1450 L 44; 1292 O 59), *ajam* (1399 C 16; 1401 M 163; 1401 M 164).

Imperf. do conj.: 3.ª: *ouueſe* (1475 L 48), *ouueſſe* (1302 P 122; 1316 P 124; 1348 M 162); 6.ª: *ouueſen* (1333 C 10).

Fut. do conj.: 1.ª: *ouuer* (1309 DL 142), *ouer* (1302 P 120); 3.ª: *ouuer* (1300 C 8; 1281 L 26; 1302 L 30; 1306 L 31; 1316 L 36; 1450 L 44; 1285 O 56; 1302 O 61; 1313 O 64; 1396 O 76; 1334 M 159, etc.), *ouver* (1407 L 40), *ouer* (1290 O 58; 1314 O 65; 1322 P 129); 4.ª: *oueremos* (1296 P 110) (2), *ouermoſ* (1302 P 120); 5.ª: *ouuerdeſ* (1283 L 27), *ouuerdes* (1306 L 31; 1335 L 37; 1372 O 75; 1407 P 133), *ouverdes* (1506 P 136), *ouberdes* (1474 L 47); 6.ª: *ouuerẽ* (1414 L 42; 1450 L 44; 1299 P 114; 1334 M 158; 1334 M 159; 1407 M 166).

Infin. flex.: 4.ª: *auermoſ* (1284 DL 138); 6.ª: *auerẽ* (1299 P 115; 1316 P 124), *aueren* (1316 P 124).

Gerúndio: *auẽdo* (1407 P 133; 1432 P 135), *auendo* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *avendo* (1442 L 43; 1450 L 44; 1473 O 80; 1506 P 136), *abendo* (1484 DL 150), *habendo* (1500 O 90).

Part. pas.: Estão documentados os dois tipos de particípio, em *-udo* e em *-ido*. Assim, a par de *auudaſ* (1289 P 105), *auudos* (1327 M 155; 1331

---

(1) É muito provável que a forma *aya*, que ocorre no texto 1516 C 18, seja um castelhanismo; assim parece permitir interpretá-la a natureza da frase em que surge: «donde quera que yo los *aya* ȝ tenga de vos fazer».

(2) Veja-se atrás, p. 757, n. 4.

M 156; 1331 M 157), *avudos* (1472 DL 149), regista-se também, durante os séculos XV e XVI (1), *aujda* (1442 L 43), *avido* (1442 L 43; 1473 O 80), *aujdo* (1405 L 39), *avjdo* (1506 P 136), *avidos* (1475 L 48; 1475 L 49), *avjdos* (1516 C 18; 1506 P 136).

[*Caer*], *queer* (1322 P 129) (2). Formas verbais registadas: Perf.: 3.ª: *caeu* (1299 P 114); 6.ª: *caerõ* (1351 C 13; 1298 P 113; 1299 P 114).

Pres. do conj.: 3.ª: *caya* (1334 C 11).

[*Comer*]: No presente do conjuntivo registou-se a forma da 3.ª pessoa *comea* (1302 O 60). Uma grafia análoga encontra-se na *Crónica Troyana: cómeas* (3). São, porém, mais frequentes nos antigos textos as formas com atracção, como, por ex. *coima, coimas*, etc. (4).

Conhocer (1345 DL 146) (5). No presente do indicativo merecem especial referência as formas *connoſco* (1434 C 17), *conoſco* (1274 O 53; 1301 P 119), *conoſzemos* (1262 C 1), *conoſzemoſ* (1282 C 7), *conoſçemos* (1475 L 48; 1475 L 49; 1502 L 51), *conoſcemoſ* (1301 P 119), todas elas registadas em textos da Galiza.

Imperf. do ind.: 6.ª: *conoſçiã* (1506 P 136).

---

(1) Sobre a cronologia da substituição dos participios em *-udo* por formas em *-ido*, veja-se o que escrevi nas p. 749-752.

(2) A forma *queer* resulta da assimilação da vogal pretónica à vogal tónica. Análoga é a forma *dequeer* 'decair' documentada numa composição do Cancioneiro da Vaticana: cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 15, s.u. *caer*. Do mesmo tipo é a forma *quel* 'cair' viva na região de Xalma: neste caso, depois da assimilação, ocorreu a crase das duas vogais. Sobre a persistência dessa forma nas três povoações da região de Xalma, veja-se CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 232.

(3) Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*. A Coruña (Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa: "Colección Documentos Históricos". Disposta pola Real Academia Galega), 1985, p. 87 e p. 328, l. 21.

(4) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 322. Também a primeira pessoa do presente do indicativo apresenta, nos textos antigos, formas análogas: *cómio* e *coimo*. A esse propósito, veja-se também E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 214, § 176, 5; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Coimbra, 1945, p. 20, § 23.

(5) Sobre a flexão de *conhecer* e *conhocer*, cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 322. A propósito da conservação das terminações etimológicas próprias dos verbos incoativos, na primeira pessoa do presente do indicativo e no presente do conjuntivo, veja-se o que escrevi na p. 732.

Pres. do conj.: 6.ª: *conoſcam* (1296 P 111), *conhoſcam* (1315 DL 145; 1331 M 156), *conhoſcan* (1345 M 161), *conhoſcã* (1348 M 162).

Part. pas.: São muito frequentes as formas de particípio passado, uma vez que muitos documentos começam pela fórmula «conoſzuda couſa ſeya a todoſ quantoſ eſta carta virẽ ꝛ oyrẽ ...» (1) ou outra análoga. A quase totalidade das formas recolhidas são particípios em *-udo*, embora já nos fins do século XIII esteja documentado um particípio em *-ido: conoſçida* (1292 O 59) (2). Indicam-se a seguir alguns dos exemplos registados nos documentos que estudei: *conoſzuda* (1262 C 1), *conoſçuda* (1329 C 9; 1278 P 96; 1283 P 101; 1316 P 124; 1317 P 125; 1317 P 126; 1320 P 128), *conoꝕuda* (1267 O 52; 1280 P 98, etc.), *conozuda* (1255 L 19; 1283 L 27; 1285 DL 139), *conoçuda* (1302 O 60; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64; 1287 P 103; 1288 P 104; 1298 P 113; 1299 P 114; 1305 P 123; 1322 P 129), *coñoꝕuda* (1276 O 54), *cognoçuda* (1300 C.8), *conhoçuda* (1281 M 151),*conuſçuda* (1299 P 115), *conuçuda* (1296 P 110, etc.) *conuzuda* (1262 C 2; 1286 L 28), *conuçuda* (1287 O 57; 1315 O 66; 1281 M 152), *cunuſçuda* (1280 P 97; 1281 P 99; 1290 P 106), *cunuꝕuda* (1287 P 102), *cunuzuda* (1269 P 92; 1269 P 93; 1271 P 94; 1271 P 95; 1297 P 112), *cunusuda* (1295 P 108), etc.

Recolhi ainda a forma composta *acognhoceu* no doc. 1289 DL 141.

Correyer (1283 L 27), *correger* (1322 O 67; 1339 O 70).

Perf.: 1.ª: *corregy* (1448 DL 147).

Fut. do ind.: 6.ª: *corregerã* (1454 DL 148).

Pres. do conj.: 3.ª: *corega* (1385 C 15), *correga* (1283 L 27) (3); 4.ª: *corregamos* (1285 O 56); 5.ª: *coregades* (1405 L 39), *corregades* (1322 O 67; 1360 O 73; 1372 O 75); 6.ª: *corregam* (1448 DL 147).

Fut. do conj.: 4.ª: *corregermos* (1285 O 56); 5.ª: *corregerdes* (1360 O 73; 1372 O 75).

Part. pas.: A par da forma forte *coreyta* (1290 O 58) (4), registam-se também particípios fracos do tipo *corregidas* (1500 O 90), *corregijda* (1448 DL 147).

Créér (1258 L 22). No presente do indicativo registou-se a forma hiática *creo* (1.ª pes.) (1290 P 106). Quanto ao imperfeito do indicativo, foi recolhida a forma da 3.ª pessoa do singular *críja* (1290 P 106).

---

(1) A fórmula citada encontra-se no início do documento 1269 C 4.

(2) Sobre o processo de substituição dos particípios em *-udo* dos verbos da segunda conjugação por formas em *-ido*, veja-se o que se escreveu atrás, p. 749-752.

(3) No documento referido aparece a forma *coregaſe* 'corrija-se'.

(4) A propósito da existência de numerosos particípios fortes na linguagem do período estudado, veja-se o que escrevi nas p. 752-754.

Dar (1333 C 10; 1258 L 21; 1298 L 29; 1308 L 33; 1414 L 42; 1274 O 53; 1499 O 89; 1500 O 90; 1281 P 99; 1287 P 102; 1317 P 125; 1325 P 130; 1289 DL 141; 1315 DL 145; 1472 DL 149; 1484 DL 150; 1281 M 151; 1411 M 167, etc.) (1).

Pres. do ind.: Para a primeira pessoa está largamente documentada a forma *dou* em documentos da Galiza e de Portugal de todo o período estudado. Indicam-se apenas algumas localizações: 1281 C 5; 1367 C 14; 1399 C 16; 1516 C 18; 1257 L 20; 1497 L 50; 1274 O 53; 1281 O 55; 1433 O 79; 1269 P 93; 1419 P 134; 1317 M 154; 1331 M 157, etc. De maneira isolada, regista-se a forma *do* em documentos galegos do século XIII: 1281 O 55 e 1299 P 114. A mesma forma existiu no antigo castelhano e em leonês (2). Para as restantes pessoas do mesmo tempo recolheram-se ainda as seguintes formas: 3.ª: *dá* (1334 C 11; 1473 O 86, etc.); 4.ª: *damos* (1282 C 6; 1442 L 43; 1450 L 44; 1502 L 51; 1287 O 57; 1499 O 89; 1500 O 90; 1280 P 97; 1506 P 136; 1345 DL 146, etc.), *damof* (1283 L 27; 1308 L 33; 1339 O 70; 1269 P 92; 1302 P 120, etc.). Resultante da combinação dessa forma verbal com os pronomes pessoais, formas de complemento directo e indirecto, é *damholho* 'damo-lho' (1317 M 154). Para a 2.ª e 3.ª pessoas do plural aparecem respectivamente as formas seguintes: *dades* (1307 L 32; 1310 L 34; 1419 P 134, etc.), *dadef* (1310 L 34; 1317 P 126, etc.) e *dan* (1295 P 107), *dam* (1295 P 107; 1296 P 109).

Imperf. do ind.: 6.ª: *dauã* (1299 P 117; 1401 M 163; 1401 M 164, etc.), *dauam* (1315 DL 145) e *dauõ* (1407 M 166) (3).

Perf.: A flexão do pretérito perfeito oferece algumas particularidades interessantes. Para a primeira pessoa, além da forma terminada em ditongo — cf. *dey* (1257 L 20; 1283 P 101; 1299 P 114, etc.) (4), *dei* (1290

---

(1) Sobre a flexão de *dar*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 320; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 221-222, § 182; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 137-138. Para alguns confrontos com o leonês, cf. F. HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 12-13; ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 313.

(2) Cf. JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 26-27; FEDERICO HANSSEN, *ob. cit.*, p. 12; ERIK STAAFF, *ob. cit.*, p. 313.

(3) Sobre a ocorrência, a partir do século XIV, da terminação *-õ* (ou *-om*) na 3.ª pessoa do plural do presente do indicativo e do conjuntivo, do imperfeito e do futuro do indicativo em documentos da região de Entre-Douro-e-Minho, veja-se o que escrevi nas p. 738-742, mas sobretudo p. 740 e segs.

(4) No documento 1283 P 101 a forma verbal *dey* aparece combinada com a forma *lo*, resultante da contracção do pronome pessoal da terceira pessoa *le* com o pronome *o*: *deylo*.

P106) (1) —, ocorre também nos documentos da Galiza uma forma terminada em *-i*, possivelmente devido à influência analógica da mesma pessoa dos verbos regulares da segunda e terceira conjugação (2): *di* (1414 L 42; 1281 O 55; 1302 O 61) (3), *dy* (1281 L 26; 1310 L 34). Esta forma foi também já registada na linguagem popular portuguesa (4). No galego moderno a primeira pessoa do pretérito é *din*, com o mesmo tipo de vocalismo, mas com o acrescentamento de *-n* (5).

Na terceira pessoa convivem dois tipos de formas: por um lado, *deu* (1310 L 35; 1442 L 43; 1450 L 44; 1281 O 55; 1302 O 61; 1302 P 122; 1285 DL 139; 1289 DL 141, etc.) e, por outro, *dou* (1262 C 1; 1316 P 124). Desta última forma, que se explica muito provavelmente por analogia com a terminação da mesma pessoa dos verbos regulares da primeira conjugação (6), são conhecidas outras abonações em textos antigos (7). Além disso, man-

---

(1) A forma verbal *dei* aparece combinada com a forma *llo*, proveniente da contracção do pronome pessoal *lle* com o pronome *o: deillo*.

(2) Cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 221, § 182. A linguagem popular portuguesa da zona meridional oferece o mesmo fenómeno nos verbos regulares da primeira conjugação. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 110. O Autor refere a ocorrência do fenómeno no Ribatejo, na Beira-Baixa e, mais ou menos, em todo o Sul do País. Sobre a existência desse tipo de formas no falar algarvio, veja-se o trabalho de CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 58-59. Registou também o fenómeno numa zona fronteiriça do Alto Alentejo MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação de licenciatura, Coimbra, 1974, p. 138 e 185. O trabalho foi recentemente publicado como separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVIII e XIX. Coimbra, 1984. No texto impresso a referência ao fenómeno encontra-se nas p. 131 e 171.

(3) No documento 1302 O 61 ocorre a forma *dillo*, resultante da combinação da referida forma verbal com a forma *llo*, proveniente da contracção dos pronomes pessoais *lle* e *o*.

(4) Veja-se a bibliografia citada na nota 2 desta página.

(5) Cf. ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 62 e 90; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 146-147; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 121. Sobre a cronologia das formas da primeira pessoa do pretérito perfeito terminadas em *-in*, veja-se o que escrevi nas p. 743-744.

(6) E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 221-222, § 182.

(7) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 320, n. 3; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 24; *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV,

tém-se ainda essa forma em galego (1) e na linguagem popular portuguesa de algumas regiões (2).

Registe-se ainda a ocorrência, para a segunda e terceira pessoas do plural respectivamente, das formas *deſteſ* (1267 O 52 e 1298 P 113), *deſſtes* (1292 O 59) e *derõ* (1334 C 11; 1473 O 80; 1473 O 87; 1317 P 125; 1401 M 163; 1401 M 164), *derã* (1472 DL 149; 1281 M 152), *deram* (1472 DL 149).

Mais-que-perf. do ind.: 4.ª: *deramos* (1282 C 6).

Fut. do ind.: 3.ª: *dará* (1339 O 70; 1360 O 73; 1484 DL 150); 5.ª: *daredeſ* (1292 O 59; 1314 O 65; 1339 O 70), *daredes* (1404 L 38; 1314 O 65; 1322 O 67; 1334 O 69; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 87; 1500 O 90; 1432 P 135); 6.ª: *daram* (1448 DL 147), *darã* (1484 DL 150). Quando conjugado com um pronome pessoal, o futuro do verbo *dar* apresenta tmese: *dar nos edes* (1424 O 77), *dar nos an* (1424 O 77).

Pres. do conj.: No conjuntivo presente existe um duplo paradigma em que um deles, o que parece predominar, se encontra próximo das formas etimológicas latinas: 1.ª: *dé* (1258 L 21; 1407 P 133; 1516 C 18); 3.ª: *dé* (1302 L 30; 1306 L 31; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1502 L 51; 1292 O 59; 1299 P 114; 1403 P 132; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1411 M 167, etc.); 4.ª: *demoſ* (1302 P 120), *demos* (1407 P 133); 5.ª: *dedes* (1300 C 8; 1367 C 14; 1385 C 15; 1306 L 31; 1310 L 34; 1335 L 37; 1405 L 39; 1450 L 44; 1276 O 54; 1396 O 76; 1433 O 79; 1295 P 107; 1506 P 136;

---

agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. Coimbra (Imprensa da Universidade), vol. I, 1918, p. XXXVI da Introdução; RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla.* Edición crítica, anotada, con introducción, índice onomástico y glosario, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *dar*, p. 418; *General estoria. Versión gallega del siglo XIV.* Ms. O.I.1. del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Oviedo (Publicaciones de *Archivum*), 1963, p. LI da Introducção. No mesmo texto, está igualmente documentada a forma *deu*.

(1) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 222; JUAN SACO Y ARCE, *Gramática gallega.* Orense (Gráficas Tanco), 1967, p. 97; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 121. Também na região de Xalma, onde sobrevive um antigo dialecto de tipo galego-português, se usa a forma *dou* para a terceira pessoa do pretérito perfeito. Cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia.* Coimbra, 1977, p. 232.

(2) Assim acontece em Trás-os-Montes, pelo menos no distrito de Bragança. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 115; MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os Montes.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 233.

1313 DL 143; 1313 DL 144; 1404 M 165, etc.), *dedef* (1283 L 27; 1287 O 57; 1339 O 70; 1269 P 92; 1290 P 106; 1302 P 120, etc.); 6.ª: *dem* (1399 C 16; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1334 M 158; 1334 M 159; 1407 M 166, etc.), *den* (1414 L 42; 1290 O 58; 1292 O 59; 1299 P 115; 1407 P 133, etc.), *dẽ* (1258 L 21; 1325 P 130, etc.). O outro paradigma, revelado apenas por documentos da Galiza, oferece dois tipos de variantes: por um lado, *dea* (3.ª pes.) (1292 O 59; 1506 P 136), *deades* (5.ª pes.) (1426 O 78), *dean* (6.ª pes.) (1292 O 59) e, por outro, *dia* (3.ª pes.) (1404 L 38; 1274 O 53; 1281 O 55; 1302 O 61), *diadef* (5.ª pes.) (1286 L 28; 1302 O 60; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64), *diades* (1316 L 36; 1404 L 38; 1459 L 46; 1499 O 89; 1500 O 90), *diã* (5.ª pes.) (1281 O 55; 1302 O 61, etc.), *diam* (1281 O 55) (1). Como pode ver-se através das abonações referidas, os dois tipos de variantes coexistem durante o período estudado; aliás, há ainda variedades actuais do galego caracterizadas pela convivência dos dois modelos flexionais (2).

Da análise da localização dos exemplos registados para os dois tipos de flexão, parece poder concluir-se que as formas do tipo *dé, des, dé, demos*, etc. predominavam claramente sobre as formas analógicas (3); os notários da

---

(1) Ambos os tipos de formas parecem ser de origem analógica. Segundo alguns autores, trata-se de um conjuntivo formado por analogia com o mesmo tempo dos verbos das conjugações em *-ĕre*, *-ēre* e *-īre*. Joseph Piel, no trabalho já várias vezes citado, *A flexão verbal portuguesa. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX, Coimbra, 1945, p. 27, postula mesmo um conjuntivo latino *DEAM, que estaria na base de algumas formas do galego, do leonês e do asturiano. Pelo contrário, José Joaquim Nunes, que não faz qualquer referência ao asturo-leonês, admite que as formas portuguesas do conjuntivo do tipo *dea, deia* se criaram «à semelhança dos verbos da 2.ª conjugação», e, portanto, já dentro do português. (Cf. *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 320, n. 3). E. Staaff, que postula também um conjuntivo *DEAM a que remontam algumas formas do leonês, crê que essa transformação se deu por influência do verbo STARE, cujo conjuntivo STEM, STES, etc. foi substituído por *estea, esteas*, etc., devido à acção de *sea, seas*, do verbo *seer*, de emprego e sentido bastante próximos daquele: cf. E. STAAFF, *ob. cit.*, p. 313. Não é fácil estabelecer a relação entre os dois tipos de variantes, *dea* e *dia*. Segundo Menéndez Pidal em *El dialecto leonés*, p. 101, § 18, o *e* da forma *dea* tanto pode interpretar-se como resultado da conservação do *e* de **deam* como ser consequência da analogia com *dé*. Este problema relaciona-se, naturalmente, com a explicação da génese das duas variantes referidas. Veja-se também o que adiante (p. 785-787) será dito a propósito do conjuntivo do verbo *estar*.

(2) Cf. por exemplo, MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 146-147.

(3) Aliás, a análise de outros antigos textos galego-portugueses confirma o predomínio das formas mais próximas do paradigma latino do conjuntivo. Num rápido percurso por alguns textos arcaicos de carácter literário, pude recolher alguns exemplos do

Galiza ocidental quase não deixam transparecer nos documentos que escreveram vestígios do segundo paradigma referido. O único exemplo localizado na zona ocidental é *dea*, recolhido no documento 1506 P 136, localizado em Pontevedra; todos os outros exemplos dos dois tipos de variantes pertencem a documentos orensanos ou lucenses. A área galega deste tipo de conjuntivo parece prolongar a área linguística asturiana e leonesa, onde vivem tais tipos de conjuntivo, desde o período medieval (1). Na Galiza oriental conviviam as duas flexões de conjuntivo; por vezes, no interior do mesmo documento verifica-se a alternância entre os dois tipos flexionais. Assim, no documento 1292 O 59 coexistem *dea* (3.ª pes. do singular), *dean* (3.ª pes. do plur.) com *dé* (3.ª pes. do sing.) e *den* (3.ª pes. do plural).

Na zona portuguesa encontram-se apenas as formas etimológicas; da total ausência das formas analógicas não se pode concluir necessariamente a favor da sua inexistência na linguagem falada da época. Antes de mais, pelo facto

---

paradigma *dia, dias, dia,* etc., mas de modo bastante esporádico. Numa cantiga de amigo da autoria de João Servando, possivelmente castelhano, regista-se a forma *dia* nos seguintes versos: «El me rogou que lhi quisesse ben / e rogo a Deus que lh[i] *dia* por en / coitas d'amor (...)». (Cf. *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. II (Texto), Coimbra (Imprensa da Universidade), 1926, p. 344). Paralelamente, numa "cantiga d'escarnho e de mal dizer" dos cancioneiros trovadorescos, da autoria de Afonso X, ocorre a mesma forma: «Don Airas, pois me rogades / que vos *dia* meu conselho, / direi-vo-lo en concelho: / por ben tenh'eu que vaades / mui longe de mi e mui con meu grado». (Cf. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses.* 2.ª edição, revista e acrescentada pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 4). Também numa cantiga de Santa Maria se encontra outro exemplo da mesma forma: «Mais a nossa avogada, | que ten ben nossa razon, / roga por nos a seu Fillo | que nos de sa *tentaçon* / daquel astroso nos guarde | e nos livre d'ocajon / e que nos *dia* saude | cada que nos mester for». (Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. III, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1964, p. 311, cantiga n.º 378. A forma *tentaçon* já se encontra em itálico no texto; foi, pelo contrário, por mim destacada a forma verbal *dia*). Os exemplos apontados são todos eles reflexo da variedade do galego-português falada a norte do Minho.

(1) Cf. ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española.* Segunda edición muy aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 181; R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés.* Prólogo, notas y apéndices de Carmen Bobes. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 101; IDEM, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), p. 304, § 116, 4; E. STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle.* Uppsala e Leipzig, 1907, p. 313; FEDERICO HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa.* Separ. de *Anales de la Universidad de Chile.* Santiago de Chile, 1896, p. 12-13. Em leonês actual, além dos tipos *dea, dia,* existem ainda as variantes *dié* e *deya,* a primeira com ditongo crescente e a segunda com desenvolvimento de *-y-* anti-hiático. Observe-se, porém, que a primeira das variantes era já conhecida em antigo leonês.

de os documentos portugueses revelarem uma linguagem mais nivelada, em que as particularidades da linguagem falada e muito especialmente certas características que na época teriam já certa conotação sociolinguística ou regional eram, em geral, evitadas. Os notários da região portuguesa parecem conhecer já um tipo de linguagem dotado de maior prestígio e depurado de particularismos locais ou regionais, o que os levava a evitar frequentemente certos traços da sua língua ou da linguagem da região (1). Além disso, na linguagem popular portuguesa de várias regiões, incluindo a zona minhota, são conhecidas as formas analógicas *dea, deas, dea,* etc. e *deia, deias, deia,* etc., estas últimas, com desenvolvimento de semivogal anti-hiática, análogas a idênticas formas do leonês (2). As variantes do tipo *dia, dias, dia,* etc., muito menos difundidas que as anteriores, não são totalmente desconhecidas em português: elas foram já registadas nalguns falares de Trás-os-Montes (3).

Condic.: 6.ª: *dariã* (1287 P 103).

Imperf. do conj.: 1.ª: *deffe* (1333 C 10; 1334 C 11; 1302 L 30; 1302 O 61; 1283 P 101; 1315 DL 145; 3.ª: *deffe* (1287 P 103; 1315 DL 145; 1411 M 167), *defe* (1442 L 43); 6.ª: *deffem* (1290 P 106), *deffen* (1290 P 106).

Fut. do conj.: 1.ª: *der* (1292 O 59; 1267 P 91; 1320 P 128, etc.); 3.ª: *der* (1282 C 6; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1459 L 46; 1497 L 50; 1276 O 54; 1360 O 73; 1424 O 77; 1499 O 89; 1269 P 92; 1299 P 117; 1407 P 133; 1432 P 135; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1484 DL 150; 1317 M 154; 1327 M 155; 1404 M 165, etc.); 5.ª: *derdef* (1282 P 100; 1297 P 112), *derdes* (1303 M 153), *derrdef* (1287 P 102); 6.ª: *derẽ* (1302 O 61; 1339 O 70; 1360 O 73), *deren* (1450 L 44).

Infin. flex.: 3.ª: *dar* (1313 DL 143). Registou-se também para a terceira pessoa a forma *dalos* (1274 O 53), resultante da combinação com o pronome pessoal; 5.ª: *dardes* (1385 C 15; 1313 DL 143; 1404 M 165), *dardef* (1283 L 27; 1286 L 28; 1274 O 53; 1302 O 60; 1312 O 63; 1313 O 64; 1298 P 113; 1299 P 117; 1301 P 118). Aparece ainda a forma *dardellos* (1317 P 125),

---

(1) Já várias vezes foi salientada esta característica dos documentos redigidos em Portugal, por oposição aos documentos da Galiza. Retomar-se-á o assunto no capítulo consagrado às conclusões.

(2) Cf. José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 115; Idem, *Linguagem popular do concelho de Melgaço.* In: *Opúsculos,* vol. II, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 324; Maria Alves Lima, *Matosinhos. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vols. XI, 1961 e XII, 1962-1963. Coimbra, 1963, p. 221.

(3) Cf. Maria José de Moura Santos, *ob. cit.*, p. 234. Leite de Vasconcelos refere também a sua presença no concelho de Macedo de Cavaleiros. Cf. *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 115.

em virtude da fusão com o pronome pessoal da terceira pessoa do plural; 6.ª: *daren* (1292 O 59), *darẽ* (1299 P 114).

Imperat.: 5.ª: *dade* (1385 C 15).

Part. pas.: *dado* (1516 C 18; 1310 L 34; 1442 L 43; 1450 L 44); *dados* (1414 L 42); *dada* (1333 C 10; 1450 L 44; 1316 P 124; 1317 P 125; 1411 M 167); *dadas* (1450 L 44).

Dizer (1399 C 16: 1434 C 17; 1516 C 18; 1454 L 44; 1506 P 136; 1345 DL 146; 1331 M 157), *diœr* (1414 L 42), *dezer* (1292 O 59) (1). É de salientar a ocorrência da forma *dezer*, com *e* no radical, num documento orensano dos fins do século XIII. A referida abonação permite concluir que a alteração do timbre da pretónica, muito provavelmente devido à assimilação do *i* do radical ao *e* da desinência, já se verificava na língua falada na Galiza no século XIII (2). Como se pode ver através da lista de formas registadas, tanto na Galiza como em Portugal, se recolheram em documentos do século seguinte algumas formas flexionadas deste verbo com o mesmo tipo de vocalismo no radical.

Apresenta-se a seguir o conjunto das formas recolhidas: Pres. do ind.: 1.ª: *digo* (1290 P 106); 3.ª: *diz* (1434 C 17; 1255 L 19; 1475 L 48; 1281 P 99; 1283 P 101; 1296 P 111, etc.), *djz* (1448 DL 147), *diσ* (1410 L 41; 1450 L 44, etc.), *dis* (1434 C 17), *dize* (1516 C 18). Esta última forma deve-se provavelmente à influência do castelhano, muito sensível nesse documento; 5.ª: *diœedes* (1442 L 43); 6.ª: *dizẽ* (1300 C 8; 1281 L 26; 1310 L 34; 1298 P 113), *diçen* (1310 L 35), *dizem* (1454 DL 148).

Imperf. do ind.: 3.ª: *dizia* (1302 O 61; 1331 M 156), *di£ia* (1302 L 30), *dizya* (1281 M 152), *dezia* (1315 DL 145; 1331 M 157); 6.ª: *deziã* (1344 C 12) *deziam* (1315 DL 145), *diziã* (1281 P 99).

Fut. do ind.: 3.ª: *dirá* (1414 L 42).

Perf.: 1.ª: *dizi* (1258 L 21); 3.ª: *diſſi* (1283 P 101), *diſſe* (1290 P 106;

---

(1) Sobre a flexão de *dizer*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 323; EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 222, § 183; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 194-195, § 378; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 216, § 402; p. 221-222, § 409; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 138. A propósito da mudança de conjugação deste verbo, verificada na Galiza, recorde-se o que foi dito nas p. 728-729. Em galego o verbo termina habitualmente em *-ir*, mas sobrevivem nalguns pontos restos da primitiva conjugação em *-er*. Veja-se o mapa com a distribuição geográfica dos resultados do latim DICĔRE na Galiza incluído no artigo de RICARDO CARBALLO CALERO, *Testemunhos gráficos do galego* decer *'dizer'*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*, vol. 5, 1978, p. 107.

(2) Veja-se o que atrás foi dito na p. 728, notas 3 e 6.

1315 DL 145; 1404 M 165; 1407 M 166, etc.), *diſe* (1348 M 162), *dixe* (1289 DL 141), *diſſo* (1333 C 10; 1344 C 12; 1434 C 17; 1414 L 42; 1333 O 68; 1411 M 167) (1), *diſo* (1434 C 17; 1450 L 44). Saliente-se que as formas da terceira pessoa terminadas em *-o* convivem, na Galiza, com outras em *-e* (por vezes, transformado em *-i*), que, aliás, têm carácter mais ou menos esporádico; na região portuguesa, pelo contrário, exceptuando a forma *diſſo* assinalada num documento lavrado em Valença, todas as restantes formas terminam em *-e* (2). Para a segunda e terceira pessoas do plural registaram-se respectivamente as formas seguintes: *diſſeſtes* (1290 P 106), *diſeſtes* (1290 P 106); *diſſerũ* (1281 P 99), *diſſerõ* (1287 P 103; 1407 M 166), *diſeron* (1450 L 44), *diſerõ* (1401 M 163; 1401 M 164), *dixerõ* (1287 P 102).

Pres. do conj.: 3.ª: *diga* (1333 C 10; 1351 C 13; 1414 L 42; 1290 O 58; 1317 P 126; 1401 M 163; 1401 M 164); 5.ª: *digades* (1434 C 17; 1313 DL 143); 6.ª: *digã* (1290 O 58; 1299 P 114), *digan* (1414 L 42).

Imperf. do conj.: 6.ª: *diſſeſſem* (1315 DL 145), *diſeſen* (1401 M 163), *diſeſẽ* (1401 M 164).

Fut. do conj.: 1.ª: *diſer* (1399 C 16); 3.ª: *diſer* (1414 L 42), *diſſer* (1317 P 125); 6.ª: *diſerẽ* (1401 M 163; 1401 M 164).

Gerúndio: *dizẽdo* (1411 M 167).

Part. pas.: *dicto* (1271 P 94; 1271 P 95; 1278 P 96; 1282 P 100; 1287 P 102; 1301 P 118; 1281 M 152; 1317 M 154, etc.), *dito* (1262 C 2; 1434 C 17; 1335 L 37; 1405 L 39; 1450 L 44; 1475 L 49; 1502 L 51; 1473 O 80; 1432 P 135; 1287 DL 140; 1315 DL 145; 1484 DL 150; 1281 M 151; 1331 M 156; 1331 M 157, etc.), *dyto* (1497 L 50), *ditoſ* (1267 O 52; 1287 DL 140), *ditos* (1280 P 97; 1281 P 99; 1303 M 153, etc.), *dicta* (1281 M 152; 1317 M 154, etc.), *dita* (1414 L 42; 1267 O 52; 1283 P 101; 1295 P 108; 1289 DL 141; 1315 DL 145; 1303 M 153; 1331 M 157, etc.), *dyta* (1497 L 50), *dictaſ* (1281 M 152; 1317 M 154, etc.), *dictas* (1454 DL 148, etc.), *ditaſ* (1262 C 2; 1283 P 101, etc.), *ditas* (1475 L 49; 1502 L 51; 1283 P 101; 1295 P 107; 1309 DL 142; 1281 M 151, etc.).

Verbos compostos: Fut. do ind.: 4.ª: *contradiremos* (1450 L 44).

Eſcreuer (1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110; 1299 P 116; 1302 P 120; 1302 P 122, etc.), *eſſcreuer* (1299 P 117; 1348 M 162), *eſcrepuer* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *ſcriuer* (1288 P 104); *eſcribir* (1292 O 59), *eſcriuir* (1300 C 8; 1286 L 28; 1310 L 34; 1442 L 43), *eſcriujr* (1414 L 42; 1453 L 45; 1459 L 46),

---

(1) No documento 1333 C 10 a forma verbal referida aparece combinada com o pronome *me: diſſome.*

(2) Sobre a diferenciação regional que já se verificava no antigo galego-português relativamente ao emprego dos dois tipos de formas, veja-se o que escrevi nas p. 745-747.

eſcripuir (1414 L 42; 1367 O 74), *escripujr* (1410 L 41; 1450 L 44), *eſcripuyr* (1404 L 38), *ſcriuir* (1333 C 10; 1295 P 107; 1317 P 125; 1322 P 129), *ſcriujr* (1405 L 39) (1).

Pres. do ind.: 4.ª: *ſcripujmos* (1396 O 76), *eſcripujmos* (1424 O 77), *escripujmos* (1426 O 78), *eſcripuymos* (1372 O 75).

Perf.: 1.ª: *ſcreuj* (1284 DL 138; 1289 DL 141; 1309 DL 142; 1281 M 152; 1317 M 154; 1327 M 155), *ſcreuy* (1287 DL 140; 1315 DL 145; 1345 DL 146), *ſcreui*(1331 M 156), *ſſcreuj* (1348 M 162), *eſcreuj* (1276 O 54; 1287 P 102; 1285 DL 139; 1313 DL 143; 1281 M 151; 1303 M 153; 1335 M 160; 1348 M 162), *eſcreuj* (1300 C 8), *eſcreuy* (1313 DL 144), *eſſcreuy* (1345 M 161), *eſcrevy* (1484 DL 150), *eſcreuy* (1302 P 121), *eſcrepuy* (1416 M 168), *eſcrepuj̃* (1407 M 166) (2); *ſcriuj* (1262 C 2; 1282 C 7; 1333 C 10; 1351 C 13; 1433 O 79; 1267 P 91; 1296 P 111; 1297 P 112; 1298 P 113; 1317 P 126; 1320 P 128), *ſcriuy* (1344 C 12), *ſcripuj* (1472 DL 149), *ſcripui* (1360 O 73), *ſcripuj* (1360 O 73; 1288 P 104; 1316 P 124; 1318 P 127), *eſcriuj* (1262 C 1; 1282 C 6; 1334 C 11; 1367 C 14; 1278 L 25; 1283 L 27; 1286 L 28; 1308 L 33; 1310 L 35; 1407 L 40; 1502 L 51; 1267 O 52; 1302 O 61; 1307 O 62; 1348 O 71; 1278 P 96; 1287 P 103; 1299 P 114, etc.), *eſcriuy* (1329 C 9; 1334 C 11; 1385 C 15; 1316 L 36; 1335 L 37; 1290 O 58; 1315 O 66; 1333 O 68; 1339 O 70; 1419 P 134, etc.), *eſcriui* (1302 O 60), *eſcrypuy* (1454 DL 148), *eſcripuj* (1399 C 16; 1434 C 17; 1506 P 136, etc.), *escripuj* (1450 L 44; 1426 O 78; 1499 O 89), *eſcripui* (1281 O 55; 1325 P 130), *eſcripuy* (1432 P 135), *yſcriuj* (1348 O 72), *ſcriujn* (1299 P 115), *eſcribyn* (1497 L 50), *escrjbjn* (1516 C 18), *eſcripuyn* (1407 P 133) (3). Para a terceira pessoa, além do latinismo *scripſit* registado num documento de meados do século XIII (1258 L 22), foram recolhidas formas correspondentes aos dois tipos de conjugação, a conjugação em

---

(1) Conforme já atrás (cf. p. 729-730) foi salientado, verifica-se, desde época antiga, uma clara diferenciação regional quanto ao emprego da conjugação em *-er* e em *-ir* nos representantes de SCRIBĔRE. Nos documentos redigidos em Portugal aparecem apenas formas correspondentes à segunda conjugação; nos documentos galegos são normais as formas da conjugação em *-ir*, embora, em parte da província de Pontevedra, ocorram também algumas formas da segunda conjugação durante o século XIII e primeiros anos do século XIV. Este tipo de formas veio a desaparecer por completo no galego actual, em virtude da generalização da conjugação em *-ir*, provavelmente devido à penetração do castelhano na Galiza.

(2) Observe-se que as formas da primeira pessoa do perfeito terminadas em vogal nasal só esporadicamente aparecem na região portuguesa: o único exemplo recolhido encontra-se num documento lavrado em Valença por um notário da mesma localidade. Nos documentos da Galiza, esse tipo de formas, que viria a generalizar-se no galego moderno, aparece com relativa frequência sobretudo durante os séculos XV e XVI. Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 743-744.

(3) Veja-se o que foi dito na nota anterior.

-er e em *-ir*: *eſcreueu* (1280 P 97; 1281 P 99; 1287 P 103), *ſcriuyo* (1305 P 123), *ſcriujo* (1344 C 12; 1351 C 13), *eſcripuyo* (1404 L 38).

Fut. do ind.: 4.ª: *escriujremos, escripuiremos* (1473 O 80).

Pres. do conj.: 3.ª: *eſcripua* (1414 L 42).

Part. pas.: *scriptos* (1473 O 80), *ſcriptas* (1396 O 76; 1316 P 124; 1289 DL 141; 1327 M 155), *ſcriptaſ* (1281 M 152), *ſcrito* (1287 P 102), *ſcritas* (1315 DL 145; 1331 M 156; 1348 M 162), *eſcripto* (1434 C 17; 1414 L 42; 1474 L 47; 1475 L 48; 1281 O 55), *escripto* (1450 L 44), *eſcriptos* (1410 L 41; 1442 L 43; 1475 L 48; 1475 L 49), *eſcriptos* (1410 L 41; 1442 L 43; 1475 L 48; 1475 L 49), *eſcriptoſ* (1289 P 105), *escriptos* (1473 O 80), *eſcripta* (1450 L 44; 1317 P 125), *eſcriptas* (1434 C 17; 1450 L 44; 1302 O 61; 1372 O 75; 1281 P 99; 1290 P 106; 1317 P 125; 1448 DL 147; 1303 M 153; 1401 M 163; 1401 M 164, etc.), *eſcriptaſ* (1281 O 55), *eſcricto* (1502 L 51), *eſcrito* (1310 L 35; 1410 L 41), *eſcryto* (1497 L 50), *eſſcrito* (1292 O 59), *eſcritos* (1410 L 41), *eſcritas* (1334 M 158; 1334 M 159; 1335 M 160), *eſcritaſ* (1287 P 103).

Verbos compostos: Perf.: 1.ª: *ſoeſcreuj* (1303 M 153; 1348 M 162), *ſſueſcriuj* (1310 L 34), *ſubeſcrepuy* (1448 DL 147).

Part. pas.: *ſu eſcrita* (1348 M 162).

[*Eſleer*] (1), [*eſlleger*] (2) 'eleger'. São as seguintes as formas que registei nos documentos estudados: *eſlea* (3.ª pes. do pres. conj.) (1287 O 57), *eſléérdeſ* (2.ª pes. do plur. do infin. flex.) (1287 O 57), *eſlleyto* (part. pas.) (1281 O 55).

Eſtar (1310 L 34; 1269 P 93) (3). Apresentarei a seguir o conjunto das formas recolhidas:

Pres. do ind.: 1.ª: *eſtou* (1385 C 15; 1497 L 50; 1502 L 51; 1419 P 134), *estou* (1516 C 18; 1459 L 46; 1474 L 47), *eſtó* (1500 O 90). Esta última

---

(1) A forma *esleer*, dentro do domínio linguístico galego-português, é própria dos textos galegos. Ela existiu também no castelhano medieval; num e noutro caso, parece tratar-se antes de uma «adaptación semipopular del vocablo latino que verdadero descendiente hereditario del mismo»: cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *elegir*. Veja-se também RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", 1977, s.u. *esleer*. Aí se indicam outras abonações dessa forma em textos da Galiza. Nos textos redigidos em Portugal foi muito frequente, durante os séculos XIV e XV, a variante *enleger*, mantida ainda hoje na linguagem popular.

(2) A variante *esleger* foi também usada em textos redigidos em Portugal. Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* há várias abonações do particípio passado *eslegido*. Informação colhida no trabalho de Ramón Lorenzo citado na nota anterior.

(3) Sobre a flexão de *estar*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora),

forma, registada num texto do século XVI em que é muito sensível a influência castelhana, deve interpretar-se como um castelhanismo. Observe-se, a esse propósito, que *estó* foi a forma normal em castelhano antigo, sendo, a partir do século XVI, substituída pela forma *estoy* (1). Para as restantes pessoas encontrei as formas seguintes: 3.ª: *ſtá* (1280 P 97), *está* (1459 L 46), *eſtá* (1399 C 16; 1516 C 18; 1298 L 29; 1307 L 32; 1310 L 34; 1310 L 35; 1414 L 42; 1276 O 54; 1312 O 63; 1500 O 90; 1280 P 97; 1301 P 119; 1407 P 133; 1419 P 134; 1506 P 136; 1448 DL 147; 1484 DL 150, etc.), *eſſtá* (1292 O 59); 4.ª: *eſtamos* (1414 L 42; 1502 L 51); 5.ª: *eſtades* (1442 L 43; 1502 L 51), *eſtaes* (1500 O 90); 6.ª: *eſtã* (1316 L 36; 1302 O 61; 1317 P 125; 1432 P 135; 1506 P 136, etc.), *eſtan* (1310 L 35; 1407 L 40; 1414 L 42; 1426 O 78; 1499 O 89; 1283 P 101; 1506 P 136), *eſtam* (1306 L 31; 1289 P 105; 1404 M 165).

Imperf. do ind.: 3.ª: *eſtaua* (1434 C 17; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1404 M 165; 1407 M 166; 1411 M 167), *eſtava* (1484 DL 150, etc.), *ſſtaua* (1348 M 162); 6.ª: *eſtauã* (1334 C 11; 1335 L 37; 1454 DL 148; 1401 M 163; 1401 M 164), *eſtauan* (1450 L 44), *estavan* (1499 O 89), *eſtauam* (1344 C 12; 1448 DL 147), *estauam* (1473 O 80), *eſtaban* (1474 L 47).

Perf.: 3.ª: *eſteue* (1290 P 106), *eſteuo* (1310 L 34; 1310 L 35; 1316 L 36; 1333 O 68) (2); 6.ª: *eſteueram* (1448 DL 147), *eſterõ* (1310 L 34). Ainda que documentada uma só vez, *eſterõ* é muito provavelmente uma forma real da língua falada na época. Ela apresenta um claro paralelismo com outras formas dos tempos afins do perfeito igualmente registadas nalguns documentos galegos mais ou menos contemporâneos (3).

Pres. do conj.: Apresenta este tempo verbal um duplo paradigma: a par das formas que representam o resultado da evolução do conjuntivo latino

---

1956, p. 297, § 35; p. 308-310, § 41; p. 310-311, § 42; p. 320, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 222-223, § 184; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 192, § 375; p. 207, § 390; p. 211, § 397 e p. 219, § 404, 3; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 26-27, § 34 e p. 35, § 48, 5; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 139, § 104.

(1) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 304, § 116, 4. Também em antigo leonês existiu a forma *estó* para a primeira pessoa do presente do indicativo. Veja-se FEDERICO HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 11-12.

(2) Conforme já atrás foi salientado, verifica-se no antigo galego-português uma diferenciação regional quanto ao emprego das formas da terceira pessoa do perfeito terminadas em *-e* e em *-o*. Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 745-747.

(3) Apresentam uma configuração análoga as formas do imperfeito do conjuntivo *eſteſe*, *eſteſſẽ* adiante assinaladas. Veja-se o que nas p. 787-788 foi referido a propósito destas formas.

(STEM, STES, STET, etc.), está documentado nas duas províncias orientais da Galiza, já desde o século XIII, um outro paradigma, muito provavelmente de carácter analógico (1), cujas formas terminam em *-ea* ou *-ia*. Do primeiro paradigma, que se encontrava representado em toda a área galego-portuguesa, registaram-se os seguintes exemplos: 3.ª: *ſte* (1262 C 1; 1281 C 5), *eſté* (1265 C 3; 1329 C 9; 1414 L 42; 1287 O 57; 1290 O 58; 1322 O 67; 1334 O 69; 1396 O 76; 1269 P 93; 1301 P 119; 1305 P 123; 1317 P 125; 1317 P 126), *eſtey* (1285 O 56; 1280 P 98) (2); 6.ª: *eſtẽ* (1302 L 30), *eſten* (1414 L 42 (3). Com este paradigma coexistia na Galiza oriental um outro, afim ao que, desde o período medieval, se encontra representado em leonês e asturiano (4). À semelhança do que já foi afirmado para o conjuntivo do verbo *dar* (5), oferece esse paradigma dois tipos de variantes que se mantêm ainda no galego actual (6): por um lado, *eſtia* (1257 L 20; 1281 O 55; 1315

(1) Recorde-se o que foi dito atrás, p. 777-780, sobre idênticas formas do conjuntivo do verbo *dar*.

(2) J. Huber refere uma forma da primeira pessoa com idêntica configuração (cf. *estey*) no Cancioneiro Geral. Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 192, § 375.

(3) Embora todos os exemplos assinalados correspondam a documentos redigidos na Galiza, este tipo de conjuntivo está também muito representado em antigos textos portugueses, vindo a ser substituído por *esteja*, devido à influência analógica de *seja*. A analogia é, aliás, facilmente explicável, uma vez que, na fase antiga da língua, os dois verbos tinham um emprego e um valor semântico ainda mais próximos do que actualmente: *seer* era usado frequentemente na acepção de 'estar'. As antigas formas *esté, estés, esté* conservam-se até ao século XVI. Sobre o timbre aberto da vogal final, veja-se E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 223, § 184, 3.

(4) Cf. ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. Segunda edición muy aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 181; R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Prólogo, notas y apéndices de Carmen Bobes. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 101; IDEM, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), p. 304, § 116, 4; ERIK STAAFF, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 313; F. HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 11-12. No antigo leonês, a par de *estia*, está também registada a variante *estié;* além destas, no leonês e asturiano actuais vive ainda *estea* e no mirandês *esteia*.

(5) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 777 e segs..

(6) Veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 179 e n. 116; JUAN A. SACO Y ARCE, *Gramática gallega*. 2.ª ed., Orense (Gráficas Tanco), 1967, p. 84; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 139; R. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 101; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 148: nesta zona, está generalizado o conjuntivo do tipo *estea, esteas, estea*, etc. Veja-se também HANS SCHNEIDER, *Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense-Spanien)*. Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, fasc. 1-2, 1928, p. 238.

O 66; 1360 O 73; 1372 O 75), *yſtia* (1267 O 52) e, por outro, *eſtea* (1424 O 77), *estea* (1426 O 78) (1).

Imperf. do conj.: 3.ª: *eſteueſſe* (1290 P 106), *eſteſe* (1302 L 30); 4.ª: *eſteueſemos* (1317 P 125); 6.ª: *eſteueſſẽ* (1334 C 11), *eſteſſẽ* (1262 C 2; 1334 C 11). À primeira vista, não é fácil explicar as formas *eſteſe* e *eſteſſẽ*. Desse tipo de conjuntivo não conheço outras abonações em antigos textos galego-portugueses (2) nem nas actuais variedades regionais do galego e do português. A única referência a esse tipo de paradigma encontrei-a na *Gramática gallega* de Juan A. Saco y Arce. Apesar de se tratar de uma observação muito breve, ela põe de parte, por completo, qualquer dúvida sobre a possibilidade de interpretar as formas recolhidas nos três documentos referidos, um da província de Lugo e dois da de La Coruña, como lapsos dos respectivos escribas. Ao tratar da flexão dos verbos *estar* e *andar*, depois de apresentar o paradigma usual do imperfeito do conjuntivo (cf. *estivese, andivese*), acrescenta o Autor: «En lugar de *estivese* y *andivese*, Sarmiento dice *estese, andase*. Son contracciones parecidas a las latinas de *iudicassem, audissem* por *iudicavissem, audivissem*» (3). Embora possa não aceitar-se a explicação proposta (4), a referência a esse paradigma ainda usado no século XVIII por Fray Martín Sarmiento, cujas formas certamente ouvira a

---

(1) Sobre as possíveis explicações dos dois tipos de variantes, veja-se o que foi dito na n. 1 da p. 778.

(2) Num percurso relativamente rápido feito através de alguns antigos textos publicados assim como de vários glossários de textos medievais, pude verificar que esse tipo de imperfeito do conjuntivo não está documentado. Não há também qualquer referência a formas idênticas nos manuais de gramática histórica do português.

No texto da *Crónica Troyana*, recentemente publicado por Ramón Lorenzo e de que tive conhecimento quando o § 9. B. *Particularidades da flexão de alguns verbos* estava preparado para a tipografia, pude verificar que, na última parte, escrita por um ou mais amanuenses de Fernão Martíns, aparece registada uma vez a forma *estese* e três vezes a forma *estesem*. (Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, 124). Foi, certamente, o desconhecimento de outras abonações em antigos textos da Galiza que levou Ramón Lorenzo a interpretá-las como «casos de confusión do ms.» (p. 124). É provável que se tratasse, antes, de um particularismo da linguagem do copista (ou copistas) da última parte do texto, não manifestado na linguagem da parte correspondente a Fernão Martins.

A localização das formas por mim registadas em dois documentos da província de La Coruña e num da província de Lugo fornece-nos alguns dados sobre a região onde essas formas teriam alguma vitalidade.

(3) Cf. JUAN A. SACO Y ARCE, *Gramática gallega*. 2.ª ed., Orense (Gráficas Tanco), 1967, p. 85.

(4) Poderá também pensar-se numa possível influência analógica exercida pelo verbo *dar*. Sobre outras manifestações da acção deste verbo sobre *estar* nalguns idiomas peninsulares, veja-se E. STAAFF, *ob. cit.*, p. 313; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mio Cid*. Texto, gramática y vocabulario. 4.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), vol. I, 1964, p. 283.

galegos seus contemporâneos ou as encontrara em velhos pergaminhos da Galiza, é extraordinariamente importante porque permite concluir que os exemplos recolhidos corresponderiam a formas reais da língua falada na Galiza no século XIV (1). Pena é que o autor da referida gramática não indique em que obra de Fray Martín Sarmiento encontrou as formas citadas.

Como observação final, refira-se que, com o paradigma do tipo *eſteſe*, convivia o mais frequente *eſteueſſe:* no interior do mesmo documento, 1334 C 11, registam-se os dois tipos de formas, ou seja, *eſteſſẽ* e *eſteueſſẽ*.

Fut. do conj.: 3.ª: *eſteuer* (1450 L 44; 1287 O 57; 1290 P 106; 1302 P 121; 1407 P 133; 1506 P 136; 1448 DL 147; 1454 DL 148), *esteuer* (1459 L 46), *eſtuber* (1500 O 90). Esta última forma deve interpretar-se como um castelhanismo (2). Para a segunda e terceira pessoas do plural recolheram-se os seguintes exemplos: *eſteuerdes* (1399 C 16), *eſteuerẽ* (1313 O 64).

Gerúndio: *ſtando* (1331 M 156), *eſtando* (1344 C 12; 1283 L 27; 1450 L 44; 1453 L 45; 1502 L 51; 1283 P 101; 1484 DL 150; 1335 M 160; 1348 M 162, etc.), *eſtãdo* (1333 O 68; 1432 P 135), *estando* (1459 L 46).

[*Exir*] 'sair'. Pres. do ind.: 3.ª: *eyxe* (1286 L 28).

Ffaçer (1281 O 55), *faʒer* (1287 DL 140), *façer* (1316 L 36), *ffazer* (1292 O 59; 1290 P 106, etc.), *fazer* (1265 C 3; 1282 C 6; 1333 C 10; 1334 C 11;

---

(1) Nas muitas viagens que fez à Galiza, Fray Martín Sarmiento recolheu, na linguagem falada da época, todas as palavras que pode; por outro lado, aproveitando a sua estadia nessa região, leu grande quantidade de documentos escritos em latim ou em "galego". Nas suas obras reúne grande quantidade de palavras da região, antigas e modernas. Num dos seus trabalhos, ao referir-se a essas recolhas, afirmou: «(...) tuve especial gusto, acordándome de la lengua gallega que había mamado, <en> recoger todas cuantas voces gallegas pude, por todos los países por donde transitaba o me detenía (...)». E, noutro passo: «Leí muchos pergaminos en latín y en gallego, y hubiera leído muchos más si no anduviese de paso». Citações extraídas do estudo preliminar de J. L. Pensado à edição do *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega* do referido Autor. Cf. *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega.* Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 41.

(2) É interessante salientar que a forma registada apresenta já a configuração própria do espanhol moderno; no antigo castelhano eram normais as formas em *-ov-* (cf., p. ex., *estovo*), embora aparecessem também formas em *-ud-* (cf. *estudo*). Ambas as formas parecem dever-se a acções de tipo analógico: no primeiro caso, da 3.ª pessoa do perfeito de *auer*, ou seja, *ovo*, e, no segundo, da forma *pudo*, do verbo *poder*. A língua moderna uniformizou em *-u-* todas as formas de perfeito resultantes de perfeitos latinos em *-uī*: *hube, supiste, plugo, estuviera, anduviese*, à semelhança de *pude* e *puse*. Cf. RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 316-317, § 120, 3. Veja-se também o que será dito adiante (p. 839-840), a propósito do verbo *tẽer*, sobre as formas *touer* e *touerdes*, registadas em documentos da Galiza dos séculos XIV e XV.

1367 C 14; 1255 L 19; 1298 L 29; 1310 L 34; 1450 L 44; 1475 L 49; 1274 O 53; 1499 O 89; 1299 P 114; 1506 P 136; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1303 M 153; 1334 M 159, etc.), *faœr* (1310 L 35; 1410 L 41; 1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1348 O 71; 1396 O 76, etc.) (1).

Pres. do ind.: 1.ª: *ffazo* (1265 C 3; 1274 L 24, etc.), *fazo* (1255 L 19; 1258 L 21; 1267 P 91; 1271 P 95), *ffa&o* (1267 O 52; 1280 P 98), *fa&o* (1287 DL 140), *ffaço* (1290 O 58), *faço* (1414 L 42; 1497 L 50; 1302 O 61; 1348 O 71; 1299 P 114; 1305 P 123; 1325 P 130; 1309 DL 142; 1331 M 157, etc.), *fago* (1414 L 42). Esta última forma, que convive no mesmo documento com *faço*, deve ser examinada juntamente com outras análogas do presente do conjuntivo adiante referidas: *faga* (3.ª pes. do sing.), *fagades* (2.ª pes. do pl.), *fagan, fagã* (3.ª pes. do pl.) e *fatiffagan* (3.ª pes. do pl.). Pelo facto de todas estas formas aparecerem registadas apenas em documentos da Galiza relativamente tardios, ou seja, dos séculos XV e XVI, poder-se-ia ser levado a interpretá-las sem hesitação como resultado da penetração do castelhano nessa zona. Efectivamente, a primeira pessoa do presente do indicativo e as três pessoas do plural do presente do conjuntivo apresentam em castelhano idêntica configuração (2). Parecia confirmar esta interpretação a total ausência desse tipo de formas nos documentos portugueses analisados. Sabe-se, porém, através de outras fontes, que as formas *fago, faga, fagas, faga*, etc., também foram usadas em Portugal. Foi certamente da linguagem popular do seu tempo que Gil Vicente as aproveitou para caracterizar algumas personagens como, por exemplo, camponeses e judeus (3). A clara conotação sociolinguística que tais formas teriam na época permite ao Autor recorrer a elas como "indicativos" da linguagem popular de algumas das suas personagens. Para-

---

(1) Sobre a flexão de *fazer*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 275, § 28; p. 281-282, § 30; p. 308-310, § 41; p. 319, § 45 e p. 323-324, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 223-224, § 185; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 195, § 378, 11; p. 202-203, § 382; p. 206, § 388, 3; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 215-216, § 401; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 34, § 48, 1; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 139-140, § 104.

(2) Efectivamente, em castelhano, são normais as formas *hago, haga* que Menéndez Pidal explica como resultantes da perda da semivogal do grupo -kj- e da posterior sonorização de *c* tornado intervocálico. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 290-291, § 113, 1. Veja-se, no entanto, a explicação proposta por Meyer-Lübke para várias línguas românicas que oferecem idêntico tratamento. O pensamento do Autor será apresentado na nota 1 da p. 792.

(3) PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1959, p. 111-113.

lelamente, na linguagem dos camponeses de várias peças da Escola Vicentina aparecem também alguns exemplos dessas formas (1). Aliás, e pelo que diz respeito à zona do Noroeste português, são conhecidos alguns testemunhos da sobrevivência, na região, desse tipo de formas durante os séculos XVII e XVIII. Em 1644, Faria e Sousa, em duas éclogas de sabor rústico — *Rústica* e *Montanha* —, que o Autor situa na «comarca de Entre Duero i Miño» donde era natural, aparece a forma *fago* para a primeira pessoa do presente do indicativo (2). E no início do século seguinte, no *Vocabulario de palavras e modos de falar do Minho e Beira* Bluteau explica «*fagamos* isto: façamos isto» (3). Escusado será salientar a importância de tais depoimentos que revelam muito claramente a sobrevivência das formas indicadas na linguagem de Entre-Douro-e-Minho.

Além disso, há ainda nos falares portugueses setentrionais vestígios desse tipo de formas (4).

Por outro lado, no galego moderno estão praticamente generalizadas as formas *fago, fagas, faga, faga,* etc., não só no chamado galego comum, como na maior parte das variedades dialectais (5). Contudo, pelo facto de nunca ter existido na Galiza uma norma linguística unificadora, neste, como noutros casos, existem outras variantes na flexão deste verbo. Mesmo

---

(1) IDEM, *ibidem*, p. 112-113.

(2) Informação colhida em CAMILA JÚLIA PEREIRA DOS SANTOS, *Os falares portugueses nos séculos XVII e XVIII.* Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1958, p. 157. As duas éclogas acima referidas estão incluídas em *Fuente de Aganipe*, Parte IV, Madrid, por Juan Sanchez, 1644, fols. 90-99v.

(3) RAFAEL BLUTEAU, *Vocabulario de palavras e modos de falar do Minho e Beira.* Incluído no *Suplemento ao Vocabulario portuguez e latino.* Coimbra, Lisboa, 1728, p. 501--504. O *Vocabulario* foi mais tarde reproduzido por Leite de Vasconcelos no vol. II dos *Opúsculos*, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 92 e seguintes e por Serafim da Silva Neto na *História da língua portuguesa.* 2.ª ed. aumentada, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 553-555.

(4) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 115. Na zona fronteiriça de Trás-os--Montes, a par de *fazo*, vive também *fago*. Cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 235.

(5) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 179-180; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 139. Sobre a ocorrência de formas do tipo *fago, faga* nalgumas zonas dialectais da Galiza, veja-se, por exemplo, MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 149; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Santiago de Compostela, 1976, p. 121: aí, devido ao fenómeno da "geada", as formas têm a configuração *fajo, faja.*

no infinitivo, com a forma *facer*, a mais generalizada, coexistem as variantes *faguer*, *faer* e *far* (1).

A consideração de todos estes elementos parece não permitir explicar as formas registadas nalguns documentos galegos analisados simplesmente como o resultado da penetração do castelhano na Galiza. O mais provável, porém, é que, neste caso, a influência do castelhano tenha contribuído para alterar o estatuto sociolinguístico das referidas formas, facto que facilitou o seu emprego em textos desta natureza. Penso ser igualmente a mesma circunstância que contribuiu para que as formas do tipo considerado tenham acabado por generalizar-se em galego.

Por outro lado, talvez seja interessante referir que, também na vizinha zona leonesa, vivem, a par de muitas outras variantes, formas do mesmo tipo (2).

Creio, portanto, que é chegado o momento de tentar explicar a origem dessas formas que, como vimos, existem noutras línguas e dialectos peninsulares. De acordo com uma fonética normal, FACIO e FACIAM transformaram-se em galego-português em *faço* e *faça*, formas que estão amplamente documentadas nos textos analisados. No entanto, a flexão deste verbo esteve sujeita a acções de tipo analógico com formas de outros verbos da mesma conjugação, como, por exemplo, *digo*, *diga*, *trago*, *traga*, etc. (3).

---

(1) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 179; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 139, § 104. É provável que o infinitivo *faguer* seja uma forma analógica construída sobre a primeira pessoa do presente do indicativo. Este e outros infinitivos analógicos (por ex., *tanguer* por *tanxer* e *cinguir* por *cinxir*) ocorrem principalmente na província de Orense. Sobre a repartição dialectal dos dois tipos de formas (*facer* e *faguer*, *tanxer* e *tanguer*, *cinxir* e *cinguir*) na Galiza, veja-se PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 116; VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 156-157. Aí se precisa um pouco mais a área do dialectalismo *faguer*: «La forma analógica *faguer* (...) tiene uso principalmente en la provincia de Orense: por el occidente parece llegar esta región hasta Carballedo, donde aún se emplea, pero en Cotobad, á una legua, ya *facer*».

(2) Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*. 2.ª ed., Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959, p. 167; ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. 2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), p. 193-195; MARÍA CONCEPCIÓN CASADO LOBATO, *El habla de la Cabrera Alta. Contribución al estudio del dialecto leonés*. Madrid, 1948, p. 71; F. KRÜGER, *El dialecto de San Ciprián de Sanabria*. Madrid, 1923, p. 98 e p. 100. Já no antigo leonês eram frequentes as formas *fago*, *faga*: cf. FEDERICO HANSSEN, *ob. cit.*, p. 34-35. Sobre a presença de *fago* e de *faga*, *fagas*, *faga*, etc. na região de Xalma, veja-se o trabalho de CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1977, p. 234-235.

(3) A mesma explicação é proposta para o galego por ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, p. 42.

É muito provável que tenha sido a atracção exercida por estas formas verbais que tenha feito surgir *fago* e *faga, fagas, faga,* etc. (1). Para as restantes pessoas do mesmo tempo recolheram-se os seguintes exemplos: 3.ª: *ffaz* (1289 DL 141), *faz* (1334 C 11; 1345 DL 146), *faσ* (1310 L 35); 4.ª: *fazimos* (1258 L 23), *ffazemoſ* (1265 C 3), *fazemos* (1257 L 20; 1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1310 L 34; 1500 O 90; 1506 P 136; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1303 M 153; 1348 M 162, etc.), *fazemoſ* (1278 L 25; 1339 O 70; 1299 P 115; 1345 DL 146, etc.), *faʒemos* (1314 O 65; 1322 O 67), *faʒemoſ* (1302 P 120), *façemos* (1316 L 36; 1426 O 78), *faσemos* (1335 L 37; 1407 L 40; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76); 5.ª: *fazedes* (1308 L 33), *façedes* (1405 L 39); 6.ª: *fazen* (1434 C 17; 1516 C 18; 1450 L 44; 1506 P 136), *fazẽ* (1274 L 24; 1450 L 44; 1285 O 56; 1301 P 118; 1301 P 119) (2), *ffazẽ* (1295 P 108).

Imperf. do ind.: 1.ª: *fazia* (1265 C 3); 3.ª: *fazia* (1262 C 2; 1333 O 68); 6.ª: *faciã* (1302 L 30), *faʒiã* (1302 L 30), *faziam* (1315 DL 145).

---

(1) Parece confirmar a atracção exercida por outros paradigmas da segunda conjugação, nomeadamente pelo verbo *trazer*, o facto de no asturiano ocidental, onde a primeira pessoa do presente do indicativo é *traigo*, existir *fáiɟgo* e *fáiɟga, fáiɟgas, fáiɟga, fáiɟgamᵘs, fáiɟgáis, fáiɟgaɲ*. (Cf. LORENZO RODRÍGUEZ-CASTELLANO, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1954, p. 226-227). É interessante observar que já Meyer-Lübke explicou as irregularidades das formas românicas correspondentes ao verbo FACĔRE como resultantes da atracção analógica exercida por outros verbos da mesma conjugação, nomeadamente DICO, DUCO e AGO. Embora existam em várias línguas românicas formas que, de modo algum, podem representar o resultado da evolução histórica de FACIO, não parece ao Autor que deva admitir-se uma forma pré-românica reconstruída do tipo *FACO. Por ser bastante expressivo, transcreve-se o seguinte passo da *Introducción al estudio de la lingüística romance:* «Lo que justifica metódicamente la admisión de una forma prerrománica es la dificultad de explicarla como un proceso particular dentro de cada romance, y la facilidad con que pueda acomodarse dentro del esquema flexional de una época anterior. Empero conviene tomar toda clase de precauciones al usar de tal método. El ejemplo de la 1.ª pers. de f a c e r e es instructivo en este sentido. Al lado del ital. *faccio*, ant. fr. *faz*, ptg. *faço* existen el rum. *fac*, esp. *hago*, ven. *fago* y nap. *fakẹ;* para explicar estos últimos podría pensarse en un prerrománico *f a c o, en lugar de f a c i o; pero, tan posible como esto, y mucho más verosímil, es admitir formaciones peculiares de cada romance, o analogía de *dico, duco*. En efecto, a consecuencia de los cambios fonéticos y morfológicos, la forma f a c i o, en una época posterior, quedó mucho más aislada que en latín, y, por tanto, más pronta a sufrir una transformación». E, em nota, acrescenta o tradutor, Américo Castro: «Las numerosas irregularidades de las formas romances de f a c e r e se explican de la mejor manera por influjo analógico de a g e r e, producido por la igualdad de significado y semejanzas de sus participios», Meyer-Lübke, *Grundr.*, [de Gröber], I², 479». Cf. W. MEYER-LÜBKE, *Introducción al estudio de la lingüística romance*. Traducción, revisada por el autor, de la segunda edición alemana por Américo Castro. Madrid (Tipografía de la "Revista de Archivos"), 1914, p. 137 e n. 2.

(2) No documento 1274 L 24 surge *fazẽſe*.

Fut. do ind.: 3.ª: *fará* (1448 DL 147; 1454 DL 148); 5.ª: *faredes* (1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1473 O 88; 1500 O 90, etc.); 6.ª: *faram* (1448 DL 147; 1472 DL 149).

Condicion.: 3.ª: *faria* (1315 DL 145); 5.ª: *fariades* (1298 L 29).

Perf.: 1.ª: *figj* (1289 P 105; 1301 P 118), *figy* (1385 C 15), *ffige* (1281 O 55), *fige* (1310 L 34; 1414 L 42; 1442 L 43; 1453 L 45; 1459 L 46; 1315 O 66; 1367 O 74; 1500 O 90; 1299 P 114), *ffize* (1300 C 8) (1). A par destas formas com conservação da vogal final (2), existiam outras, mais frequentes, com perda daquela vogal, depois de ter influenciado o timbre da tónica: num e noutro caso, o *-i*, proveniente de *-t* do latim, provocou a metafonia da vogal radical. Seguem-se alguns exemplos: *fix* (1269 C 4; 1258 L 22), *fiz* (1281 C 5; 1333 C 10; 1334 C 11; 1258 L 21; 1475 L 49; 1281 O 55; 1287 O 57; 1302 O 61; 1333 O 68; 1401 M 164; 1407 M 166, etc.), *ffiz* (1274 O 53; 1290 O 58; 1295 P 108; 1296 P 110, etc.), *ffyz* (1299 P 116; 1299 P 117), *fyz* (1302 P 120), *fijz* (1448 DL 147; 1484 DL 150), *fiσ* (1404 L 38; 1405 L 39; 1407 L 40; 1410 L 41; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1348 O 71; 1348 O 72, etc.), *fijσ* (1474 L 47), *fijσ* (1333 O 68). Embora análogas a várias formas acima assinaladas, creio que devem interpretar-se como castelhanismos algumas formas com *-e* registadas em documentos dos séculos XV e XVI: *fiσe* (1450 L 44), *fyze* (1497 L 50), *fize* (1499 O 89). Num documento galego de fins do século XV recolhi um exemplo de uma forma da primeira pessoa terminada em nasal: *fyzin* (1497 L 50) (3).

---

(1) Variantes idênticas são citadas por JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 309-310; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 215, § 101, 3.

(2) Diferente explicação é proposta por E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 224, § 185, 8 A. Segundo o Autor, as formas antigas *fige, figeste*, etc. podem interpretar-se como formas analógicas de *quige, quigeste*, etc., ou como formas de carácter dialectal próprias de regiões em que [ʒ] se tornou [ž]. Seja qual for a explicação que se aceite, é interessante verificar que as formas do perfeito *fige, figeste*, etc. devem ter tido bastante vitalidade na fase arcaica da língua; no século XVI elas haviam já desaparecido da língua literária comum, conservando-se como arcaísmos na linguagem popular. Tal circunstância explica o uso que delas fazem Gil Vicente e alguns autores da Escola Vicentina para caracterizar determinadas personagens de carácter popular. Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1959, p. 112-113.

(3) No galego actual a primeira pessoa do pretérito perfeito deste verbo termina habitualmente em nasal, embora apresente uma configuração um pouco distinta: *fixen, fijen, ficen*. Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 180 e n. 121; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 139; ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 92; MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 149; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de San-

Na terceira pessoa do singular são normais as formas com *e* no radical, verificando-se, além disso, nos documentos da Galiza, a convivência entre formas terminadas em consoante e formas com *-o* analógico: *fez* (1258 L 21; 1450 L 44; 1299 P 115; 1301 P 119; 1403 P 132), *ffez* (1290 P 106), *feɔ* (1450 L 44), *fezo* (1298 L 29; 1450 L 44; 1426 O 78; 1473 O 85), *feɔo* (1414 L 42). Na zona portuguesa estão documentadas apenas formas terminadas em consoante: *ffex* (1289 DL 141), *fez* (1289 DL 141; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1281 M 152; 1327 M 155; 1331 M 157; 1334 M 158; 1348 M 162, etc.). Observa-se ainda a ocorrência, num documento galego do século XVI profundamente afectado pela influência castelhana, de uma forma com *i* na sílaba tónica: *fizo* (1516 C 18). Tal forma deve ser interpretada como um castelhanismo (1).

Para as restantes pessoas mantêm-se as antigas formas etimológicas com a vogal radical *e*, tanto nos documentos da zona portuguesa como da Galiza. Não se registou nenhum exemplo das formas mais modernas que vieram a generalizar-se em galego e em português em que o vocalismo do radical é analógico do da primeira pessoa e, portanto, com *i* (2). Apresentarei a seguir o conjunto das formas registadas para as pessoas do plural: 4.ª: *ffezemoſ* (1265 C 3), *fezemos* (1262 C 1; 1282 C 6; 1288 P 104; 1300 C 8; 1348 M 162), *feʒemuſ* (1287 DL 140), *feɔemos* (1442 L 43); 5.ª: *fezeſteſ* (1301 P 119), *feçeſtes* (1360 O 73); 6.ª: *fezerũ* (1281 P 99), *fezerõ* (1302 O 61; 1396 O 76), *feɔerõ* (1360 O 73), *fezerã* (1334 C 11). Registou-se ainda *fezereноſ* (1287 P 103), resultante da combinação da forma verbal *fezerõ* com o pronome pessoal forma de complemento directo.

Mais-que-perf. do ind.: 3.ª: *fezera* (1344 C 12; 1331 M 156), *feʒera* (1302 L 30).

Pres. do conj.: 3.ª: *faza* (1262 C 2; 1283 L 27), *faça* (1399 C 16; 1335 L 37; 1405 L 39; 1407 L 40; 1414 L 42; 1474 L 47; 1497 L 50; 1318 P 127; 1322 P 129; 1345 DL 146; 1448 DL 147; 1407 M 166, etc.), *faʒa* (1276 O 54), *ffaʒa* (1280 P 98), *ffaça* (1287 O 57), *faga* (1502 L 51); 4.ª: *fazamoſ* (1269

---

tiago de Compostela, 1976, p. 121. Sobre a ocorrência deste tipo de primeira pessoa do perfeito terminada em nasal, veja-se o que escrevi nas p. 743-744.

(1) Em castelhano a vogal do radical da forma da terceira pessoa transformou-se em *-i-* por influência da primeira pessoa que tinha sofrido metafonia causada por *-i*. A uniformização de todo o paradigma do perfeito segundo o vocalismo da primeira pessoa verificava-se já no castelhano do século XII, embora só tenha acabado por generalizar-se bastante mais tarde: Nebrija usa ainda as antigas formas etimológicas. Veja-se o que sobre o assunto escreveu R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 318. Sobre a coexistência, no castelhano medieval, de uma série dupla com *e* e com *i*, veja-se MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, p. 259.

(2) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 367-368 e 747-749.

C 4), *fa&amof* (1302 P 120); 5.ª: *fazadef* (1269 C 4; 1282 C 6; 1283 L 27; 1271 P 94), *façades* (1333 C 10; 1351 C 13; 1399 C 16; 1434 C 17; 1306 L 31; 1307 L 32; 1335 L 37; 1405 L 39; 1372 O 75; 1288 P 104; 1317 P 126; 1407 P 133; 1432 P 135; 1313 DL 143; 1345 M 161, etc.), *façadef* (1310 L 34; 1302 P 122; 1305 P 123), *fagades* (1506 P 136); 6.ª: *fazam* (1262 C 1), *façã* (1399 C 16; 1335 L 37; 1302 O 61; 1475 L 48; 1325 P 130; 1407 P 133; 1454 DL 148; 1327 M 155, etc.), *façan* (1414 L 42), *ffaçan* (1292 O 59), *façam* (1454 DL 148; 1472 DL 149), *façõ* (1407 M 166) (1), *fagan* (1414 L 42), *fagã* (1475 L 48; 1475 L 49).

Observe-se o aparecimento das formas *faga, fagades, fagan* e *fagã* em documentos galegos de fins do século XV ou dos primeiros anos do século XVI. Já atrás se tentou explicar estas formas, simultaneamente com a forma *fago* da primeira pessoa do singular do presente do indicativo (2).

Imperf. do conj.: 3.ª: *fe&efse* (1333 P 131; 1284 DL 138), *fezefse* (1281 L 26; 1308 L 33; 1310 L 34; 1450 L 44; 1315 DL 145; 1345 M 161), *fezefe* (1288 P 104); 6.ª *fezefsem* (1315 DL 145).

Fut. do conj.: 3.ª: *fezer* (1450 L 44; 1448 DL 147), *fizer* (1454 DL 148); 4.ª: *fe&ermos* (1285 O 56), *fezermos* (1450 L 44), *fezeremos* (1426 O 78), *feɑermos* (1360 O 73; 1396 O 76); 5.ª: *fecerdes* (1322 O 67), *fecerdef* (1314 O 65), *fe&erdes* (1322 O 67), *feçerdes* (1316 L 36), *fezerdef* (1301 P 118), *fezerdes* (1450 L 44; 1497 L 50; 1339 O 70; 1424 O 77; 1426 O 78; 1317 P 125), *feɑerdes* (1410 L 41; 1360 O 73; 1372 O 75; 1396 O 76; 1432 P 135); 6.ª: *fezerẽ* (1335 L 37; 1484 DL 150), *fezerem* (1448 DL 147) (3).

Infin. flex.: 4.ª: *facermof* (1285 O 56), *fazermos* (1367 C 14; 1307 L 32; 1475 L 48; 1475 L 49); 5.ª: *fazerdes* (1298 L 29; 1308 L 33), *fazerdef* (1302 O 60; 1313 O 64); 6.ª: *façerem* (1372 O 75).

Imperat.: 5.ª: *fazede* (1317 P 125).

Part. pres.: *fazente* (1262 C 2).

Gerúnd.: *fazendo* (1282 C 7; 1516 C 18; 1339 O 70; 1433 O 79).

Part. pas.: *feito* (1442 L 43; 1274 O 53; 1404 M 165), *feyto* (1308 L 33; 1405 L 39; 1474 L 47; 1287 P 103; 1325 P 130; 1506 P 136; 1309 DL 142; 1313 DL 143; 1303 M 153; 1331 M 156, etc.), *ffeyto* (1281 O 55; 1290 P 106, etc.), *feytos* (1516 C 18; 1308 L 33; 1502 L 51; 1372 O 75; 1288 P 104; 1432 P 135, etc.), *feytos* (1287 DL 140, etc.), *fejtos* (1484 DL 150); *feyta* (1269

---

(1) Sobre a ocorrência da terminação *-õ* na terceira pessoa do plural do presente do conjuntivo, do futuro e do presente e imperfeito do indicativo em documentos da zona portuguesa estudada, veja-se o que escrevi nas p. 740-742.

(2) Recorde-se o que escrevi acima, p. 789 e segs.

(3) Tenha-se presente o que atrás (p. 747 e segs.) se disse sobre a conservação da vogal *e* em todas as pessoas dos tempos afins dos perfeitos fortes de alguns verbos.

C 4; 1333 C 10; 1434 C 17; 1516 C 18; 1310 L 34; 1310 L 35; 1404 L 38; 1475 L 48; 1302 O 60; 1367 O 74; 1500 O 90; 1269 P 93; 1302 P 122; 1289 DL 141; 1345 DL 146; 1331 M 156; 1348 M 162, etc.), *ffeyta* (1282 C 7; 1281 L 26; 1289 P 105, etc.), *feita* (1385 C 15; 1442 L 43; 1475 L 48; 1274 O 53, etc.), *ffeita* (1287 P 102), *ffejta* (1295 P 108), *feytas* (1310 L 34; 1405 L 39; 1407 L 40; 1474 L 47; 1497 L 50; 1424 O 77; 1432 P 135, etc.), *feitas* (1475 L 49; 1404 M 165, etc.), *feyctas* (1450 L 44).

Para os compostos foram recolhidas as seguintes formas: *refaçadeſ* (1322 O 67), *refaçades* (1360 O 73; 1372 O 75), *rrefaçadeſ* (1339 O 70), *ırefaçades* (1396 O 76), *fatiffaçan* (1414 L 42), *fatiffagan* (1414 L 42) (1).

[*Hir*], *yr* (1434 C 17; 1475 L 48; 1333 O 68) (2). Tal como acontece noutras línguas românicas, verifica-se, na conjugação deste verbo de movimento, um fenómeno de supletivismo, em virtude do qual algumas formas verbais resultam de formas provenientes dos verbos latinos ESSE e VADĔRE (3).

Pres. do ind.: 3.ª: *uay* (1283 L 27; 1310 L 34; 1292 O 59; 1314 O 65; 1372 O 75; 1424 O 77; 1317 P 125, etc.), *vay* (1434 C 17; 1283 L 27; 1442 L 43; 1450 L 44; 1473 O 84; 1506 P 136; 1401 M 163; 1416 M 168, etc.), *uaj* (1296 P 109), *uai* (1296 P 109), *bay* (1516 C 18; 1474 L 47). Deve interpretar-se como castelhanismo a forma *va*, registada no documento 1475 L 48, em cuja linguagem é, aliás, muito sensível a influência castelhana.

---

(1) A propósito desta última forma, recorde-se o que foi dito nas p. 789-792.

(2) Sobre a flexão de *ir*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 297, § 35 e p. 336, § 46; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 201, § 380, 5; p. 203, § 383; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 216, § 401, 5; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 225, § 187; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 27, § 35; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 140, § 104. Para o galego moderno, veja-se ainda RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 181.

Além da documentação agora indicada, poderá encontrar-se abundante informação para a fase antiga da língua nas obras seguintes: CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 44-45; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 162-163; *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 631 do glossário.

(3) A convergência dos verbos IRE, VADĔRE e ESSE, que se verifica também noutras áreas românicas, remonta já ao latim: no latim familiar e ainda em certos passos de feição coloquial das obras de Cícero e de Plauto há vestígios desse fenómeno. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *ir*.

Para a terceira pessoa do plural registou-se apenas *uam* (1289 P 104), *vaã* (1414 L 42) e *vaan* (1414 L 42).

Perf.: 1.ª: *fúúy* (1282 DL 137); 3.ª: *foy* (1281 M 152).

Fut. do ind.: 4.ª: *yremos* (1450 L 44); 6.ª: *hirã* (1454 DL 148).

Pres. do conj.: 3.ª: *uáá* (1281 C 5; 1335 L 37; 1404 L 38; 1302 O 61; 1299 P 114; 1317 P 126; 1325 P 130), *vaa* (1405 L 39; 1414 L 42; 1401 M 163); 6.ª: *uáán* (1299 P 114), *uaã* (1367 C 14), *vaã* (1407 L 40; 1414 L 42), *vaan* (1414 L 42), *uã* (1351 C 13), *van* (1497 L 50), *ban* (1474 L 47), *bãa* (1405 L 39). Saliente-se o carácter tardio das formas gráficas cujo hiato aparece reduzido: elas aparecem apenas a partir de meados do século XIV, embora as primitivas formas com hiato estejam representadas, nos documentos que estudei, até ao início do século XV.

Imperf. do conj.: 1.ª: *foſſe* (1282 DL 137); 6.ª: *foſſen* (1316 P 124), *foſen* (1401 M 164).

Fut. do conj.: 3.ª: *for* (1302 O 60; 1312 O 63); 4.ª: *formoſ* (1302 P 120), *formos* (1313 DL 143; 1313 DL 144); 6.ª: *foren* (1414 L 42), *forem* (1472 DL 149), *forẽ* (1500 O 90).

Infin. flex.: 4.ª: *yrmos* (1475 L 49).

Gerúndio: *yndo* (1316 L 36).

Ouuyr (1345 DL 146), [*ouyr*], [*oyr*] (1). Verifica-se, no período que estudei, uma clara repartição geográfica das variantes indicadas: os documentos da zona portuguesa revelam invariavelmente formas com ditongo e desenvolvimento da consoante anti-hiática. Assim, registaram-se as formas seguintes do futuro do conjuntivo: *ouuirẽ* (1282 DL 137; 1285 DL 139), *ouuyrẽ* (1284 DL 138), *ouuyrem* (1287 DL 140; 1289 DL 141; 1315 DL 145), *ouuyren* (1313 DL 143; 1313 DL 144). Não se encontrou nenhum exemplo, mesmo em documentos do século XIII, da forma primitiva *ouir* que aparece documentada em textos redigidos entre fins do século XII e o século XIV (2). Não

(1) Sobre a flexão de *ouvir*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 289 e n. 1, § 31 e p. 336-337, § 46; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 201, § 380, 8; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 22-23, § 26; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 141-142, § 104. Para o galego moderno, cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 128. Poder-se-á encontrar abundante documentação relativamente ao período antigo da língua em RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 956-957, s.u. *oyr, ouyr, ouuir;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 211, s.u. *oir;* CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 62, s.u. *oĩr*.

(2) RAMÓN LORENZO, *ibidem*, p. 956-957.

há, igualmente, qualquer vestígio da forma *oir*, própria dos textos da Galiza, mas que aparece também documentada em textos do século XIII redigidos em Portugal (1). Na zona galega, verifica-se, desde os mais antigos textos estudados, um claro predomínio de variantes deste último tipo: *oyrom* (1265 C 3; 1283 L 27), *oyron* (1278 L 25; 1450 L 44), *oyrẽ* (1262 C 1; 1269 C 4), *oyrem* (1265 C 3; 1282 C 6; 1302 P 121; 1302 P 122), *oydaſ* (1262 C 2), *oydo* (1399 C 16), *oydos* (1450 L 44). Em documentos da província de Pontevedra, localizados na zona limítrofe com Portugal, surgem algumas abonações da forma primitiva e da forma própria do português: assim, por um lado, *ouyrẽ* (1302 P 120), *ouyrem* (1299 P 117) e, por outro, *ouuirẽ* (1296 P 109), *ouujrẽ* (1297 P 112), *ouujrem* (1295 P 108) e *ouuyrẽ* (1301 P 119).

Totalmente esporádica e isolada é a forma *ayrõ* (1258 L 23) (2).

Pedir (1345 DL 146), [*pidir*] (3). Aparecem, além disso, as formas que se seguem: Pres. do ind.: 1.ª: *peço* (1302 O 61; 1290 P 106; 1309 DL 142), *pido* (1414 L 42).

Imperf. do ind.: 3.ª: *pedia* (1411 M 167); 6.ª: *pedian* (1450 L 44).

Perf.: 3.ª: *pediu* (1290 P 106; 1484 DL 150; 1401 M 163; 1401 M 164), *pedio* (1315 DL 145); 6.ª: *pedirõ* (1302 O 61), *pidirõ* (1404 M 165).

A forma *peço* que, no período abrangido pelo presente estudo, parece ter sido geral em toda a área galego-portuguesa (4), provém de

---

(1) IDEM, *ibidem*, p. 957.

(2) Sobre a explicação da génese dos diferentes tipos de formas citadas provenientes de AUDIRE, veja-se o que escrevi no Capítulo II. Parte II. Fonética histórica. Vocalismo. § 6. Os ditongos decrescentes ei, ou, ọi e ọi, p. 550-551 e respectivas notas.

(3) Sobre a flexão de *pedir*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 276, § 28; p. 284-285 e n. 1 da p. 284, § 31; p. 337, § 45; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 201, § 380, 10; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 216, § 176, 9; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 22-24, §§ 26, 26 a) e 27; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 142, § 104. Sobre a flexão deste verbo em galego moderno, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 183.

(4) Através da consulta de vários textos medievais galego-portugueses, pude verificar a frequente ocorrência das formas *peço, peça*. Mesmo nas *Cantigas de Santa Maria*, aparecem unicamente formas deste tipo: cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), p. 226, s.u. *pedir*. O mesmo se verifica na tradução galega da *Crónica General* e da *Crónica de Castilla:* cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 984-985, s.u. *pedir*. Na versão galega da *General Estoria*, cujo manuscrito se situa no século XIV, *peço* alterna com *pido:* cf. *General estoria. Versión gallega del siglo XIV*. Ms. O. I. 1. del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Oviedo (Publicaciones de *Archivum*), 1963, p. LIV. Na *Crónica Troyana*, na parte do texto escrita por Fernão

*PETIO (1): o iode flexional palatalizou a consoante anterior, resultando desse processo, originariamente, a africada pré-dorso-alveolar surda, mais tarde convertida em fricativa (2). É essa forma que se mantém em português, tendo desaparecido em galego, que usa *pido, pides, pide* (3); paralelamente, no presente do conjuntivo conservam-se em português as formas etimológicas *peça, peças, peça,* etc., ao passo que em galego estão generalizadas as formas *pida, pidas, pida,* etc. Observe-se, aliás, que na documentação por mim reunida aparece a primeira pessoa do presente do indicativo *pido* num texto da província de Lugo dos princípios do século XV.

Se a forma galego-portuguesa *peço* é de fácil explicação, uma vez que apresenta um tratamento tradicional, o mesmo já não acontece com a forma *pido*. A sua ausência quase absoluta não só em textos literários, mas também em documentos linguísticos de Portugal (4), permite concluir que as formas tradicionais estavam praticamente generalizadas, ainda que tenha de admitir-se que nalguns falares regionais vivesse também o outro tipo de formas (5).

Martins, surgem paralelamente *peço, péçouos* e *pídote,* a par de idêntica forma do conjuntivo, *pidades*. Na segunda parte do manuscrito, escrita por um ou vários copistas, aparece apenas *peço* e *péçolles*. Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana* (atrás citada), p. 87 e 124. Quanto a textos redigidos em Portugal, o único exemplo que conheço é *pidy* (por *pide*) para o imperativo em *A lenda dos Santos Barlaão e Josafate*. Cf. RICHARD D. ABRAHAM, *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat*. Paleographical Edition and Linguistic Study. Philadelphia (University of Pennsylvania. Publication of the Series in Romanic Languages and Literatures), 1938, p. 40.

(1) Em latim clássico o verbo era da terceira conjugação (cf. PETĔRE) e tinha na primeira pessoa do presente do indicativo a forma PETO. Foi muito provavelmente em virtude das formas do perfeito e do supino (PETIUI, PETITUM) que o verbo sofreu uma mudança de conjugação, já no latim vulgar. Essa alteração traduziu-se na integração do verbo na quarta conjugação, o que levou à criação de *PETIRE, *PETIO que estão na base das formas das várias línguas românicas em que se conservou esse verbo. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 285, § 111; HEINRICH LAUSBERG, *Lingüística románica*. Vol. II. Morfología. Madrid (Editorial Gredos), p. 370, § 926, 2 b, B; W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), p. 531, n.º 6444. Veja-se também o que atrás (p. 723-731) foi dito sobre as correspondências entre as conjugações latinas e galego-portuguesas.

(2) Veja-se o que sobre a transformação das antigas africadas pré-dorso-alveolares em fricativas alveolares foi dito nas p. 446-457.

(3) Sobre a situação do galego relativamente à flexão do presente do indicativo e do conjuntivo deste verbo, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.*, p. 183.

(4) Veja-se o que foi dito na n. 4 da página anterior.

(5) Parece acertada a opinião de Said Ali quando refere que «laboraram em equívoco os que afirmam se usasse antigamente em português literário *pido, pida, pidas,* etc., em vez de ou a par de *peço, peça, peças,* etc. Tal maneira de dizer era tida por plebeísmo. *Peço* é a forma sempre usada nos textos antigos (...)». Cf. SAID ALI, *Gramática histórica*

Na Galiza estavam igualmente bastante divulgadas as formas em que a semivogal afectou a consoante anterior, ou seja, *peço, peça.* São conhecidos, porém, alguns exemplos de *pido,* desde o século XIV (1). Revela esta forma do presente do indicativo, assim como outras análogas do presente do conjuntivo, uma configuração análoga às correspondentes formas do castelhano. Para esta língua explicou Menéndez Pidal que, nos verbos em *-ir,* originários ou resultantes da incorporação nesta conjugação de verbos latinos em *-ēre* (2), a semivogal pode causar a inflexão da vogal da sílaba anterior, «a la vez que la analogía con las otras personas del mismo verbo excluye la palatalización de la consonante» (3). Ter-se-á verificado também este tratamento em galego-português, ou dever-se-á aceitar outro tipo de explicação proposta por outros autores, segundo a qual teria havido uma influência analógica do infinitivo *pidir* (4) e das outras formas arrizotónicas? José Joaquim Nunes, que propõe esta explicação, aceita que nessa «alteração vocálica (...) talvez tenha influído o castelhano, língua em que ela é regular (cf. Pidal, *Gram. hist. esp.,* § 114) e então começava a estar em voga entre nós» (5). Não creio, portanto, ser possível apresentar uma explicação definitiva das formas que na Galiza medieval surgiam a par da forma tradicional e que acabaram por impor-se no galego moderno.

[*Perder*] (6). Para o presente do conjuntivo, foram registados diversos tipos de variantes: por um lado, as formas mais antigas, em que a semivogal

---

da língua portuguesa. 6.ª ed. melhorada e aumentada de *Lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico.* São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, nota da p. 134. Da leitura da n. 1 das p. 284-285 do *Compêndio de gramática histórica portuguesa* de José Joaquim Nunes parece deduzir-se — embora o Autor não o diga explicitamente — que as formas verbais *pido, pida* rivalizaram, no período antigo da língua, com as formas tradicionais *peço, peça,* o que, como vimos, não é exacto.

(1) Recorde-se o que foi dito na p. 798, n. 4.

(2) Veja-se o que escrevi nas p. 723-731.

(3) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 294, § 114.

(4) A forma *pidir* explica-se devido ao efeito harmonizador de *i* tónico sobre a vogal pretónica. A esse fenómeno, bastante frequente no antigo galego-português e que ainda hoje tem reflexos no português do Brasil e em galego, fez-se referência nas p. 362-366. A forma *pidirõ* indicada na p. 798 revela essa alteração.

(5) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 284-285, n. 1. A citação foi extraída da p. 285, da nota referida.

(6) Sobre a flexão do verbo *perder,* veja-se IDEM, *ibidem,* p. 288-290 e n. 1 da p. 289 e p. 326, § 46; J. HUBER, *ob. cit.,* p. 196-197, § 378, 17; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.,* p. 227-228, § 191; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX. Coimbra, 1945, p. 22-24, §§ 26, 26 a e 27. Para outra documentação da fase antiga da língua além da agora por mim reunida, veja-se CAROLINA MICHAËLIS

do grupo -dį- palatalizou a consoante: *perça* (3.ª pes.) (1302 O 60; 1307 O 62), *perçadef* (1271 P 94) (1); por outro, já desde o fim do século XIII, formas idênticas às do português moderno: *perca* (3.ª pes. do sing.) (1497 L 50; 1426 O 78; 1499 O 89; 1299 P 114), *percamos* (1.ª pes. do pl.) (1500 O 90), *percades* (2.ª pes. do pl.) (1339 O 70; 1360 O 73; 1396 O 76; 1424 O 77; 1426 O 78; 1473 O 87), *perquades* (1372 O 75), *percã* (3.ª pes. do pl.) (1335 L 37; 1474 L 47; 1285 O 56; 1334 O 69; 1339 O 70; 1360 O 73; 1500 O 90; 1506 P 136; 1334 M 158; 1334 M 159) (2), *percan* (1424 O 77), *perquam* (1372 O 75); e, finalmente, como formas exclusivas de documentos localizados na Galiza, *perga* (3.ª pes. do sing.) (1497 L 50. No mesmo documento surge também *perca*), *pergã* (1407 L 40; 1396 O 76; 1407 P 133), *pergan* (1414 L 42) (3) e *perda* (3.ª pes. do sing.) (1474 L 47) (4).

DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 66-67, s.u. *perçades, perço, perder;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *perder, perderse*; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 230-231, s.u. *perder.*

(1) São deste tipo as formas que se encontram registadas nas *Cantigas de Santa Maria;* nos Cancioneiros profanos, as formas habituais da primeira pessoa do presente do indicativo e de todas as pessoas do presente do conjuntivo são *perço, perça, perças, perça,* etc.: cf. IDEM, *ibidem,* p. 231; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 66, s.u. *perçades, perço* e *perder; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes. Vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 659, s.u. *perder.* Segundo informa Carolina Michaëlis no trabalho citado, p. 66, nos apógrafos italianos ocorrem também *perco, perca* que a Autora interpreta como formas sem cedilha, recusando-se a ver nelas as formas modernas que «ainda não tinham vindo à superfície literária no período arcaico». Embora o grafema *c* fosse, por vezes, utilizado para representar a sibilante pré-dorso-alveolar surda proveniente de uma antiga africada (cf. p. 442-443), nas referidas formas ele deveria representar uma oclusiva velar surda. Comprovam esta interpretação as grafias *perquades, perquam* por mim assinaladas nos documentos que estudei. Isto quer dizer que o moderno paradigma do presente do indicativo e do presente do conjuntivo tinha já começado a usar-se no século XIII. Para a explicação da origem dessas formas, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 66, s.u. *perço* e J. HUBER, *ob. cit.*, p. 196-197, § 378, 17.

(2) Sobre a interpretação a dar a grafias como *perca, percamos, percades, percã* e *percan*, veja-se o que foi dito na nota anterior.

(3) Já anteriormente tinha sido feita referência à presença do paradigma *perga, pergas, perga, pergamos,* etc. em antigos textos da Galiza: cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 196, § 378, 17; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 326, n. 3. Na *Crónica Troyana* estão documentadas as formas *pergo, perga, pergas.* Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana* (atrás citada), p. 86 e 123.

(4) Várias abonações desse tipo de conjuntivo surgem na linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *ob. cit.*, p. 443.

Formas com idêntica configuração se encontram nas Astúrias desde o século XIII: em escrituras desse século estão documentadas as formas *pierga* e *perga*. O ditongo da primeira forma parece confirmar o carácter autóctone deste tipo de conjuntivo (1). Quanto à Galiza, o facto de as formas referidas se encontrarem em vários documentos disseminados pelas províncias de Lugo, Orense e Pontevedra permite concluir a favor de uma relativa difusão e antiguidade desse tipo de conjuntivo. É muito provável que se trate de um particularismo comum às áreas galega e asturo-leonesa ou, pelo menos, asturiana.

Para o futuro do conjuntivo registaram-se as formas *perder* (3.ª pes. do sing.) (1450 L 44; 1333 P 131) e *perderẽ* (3.ª pes. do pl.) (1360 O 73).

[*Poder*] (2). Aparecem as formas que se seguem: Pres. do ind.: 1.ª: *poſſo* (1255 L 19; 1325 P 130); 3.ª: *pode* (1399 C 16; 1450 L 44; 1318 P 127, etc.); 4.ª: *podemos* (1506 P 136); 6.ª: *podẽ* (1419 P 134), *podem* (1454 DL 148).

Imperf. do ind.: 1.ª: *podia* (1289 P 105).

Perf.: 1.ª: *pude* (1333 P 131) (3).

Fut. do ind.: 3.ª: *poderá* (1448 DL 147; 1454 DL 148); 6.ª: *poderã* (1454 DL 148).

Condicion.: 3.ª: *poderia* (1414 L 42); 4.ª: *poderiamoſ* (1345 DL 146); 6.ª: *poderiã* (1414 L 42; 1281 P 99).

Pres. do conj.: 1.ª: *poſſa* (1399 C 16; 1278 P 96; 1299 P 114; 1317 M 154); 3.ª: *poſſa* (1262 C 1; 1302 O 61; 1322 P 129; 1333 P 131; 1317 M 154; 1334 M 158; 1334 M 159, etc.), *poſa* (1333 C 10; 1450 L 44; 1360 O 73; 1367 O 74; 1372 O 75; 1396 O 76; 1424 O 77; 1506 P 136), *posa* (1426 O 78); 4.ª: *poſſamoſ* (1269 P 92; 1302 P 120; 1317 M 154), *poſſamos* (1334 O 69; 1473 O 80; 1301 P 119), *poſamos* (1450 L 44; 1288 P 104), *posamos* (1426 O 78); 5.ª: *poſſades* (1295 P 107), *poſades* (1450 L 44; 1475 L 48; 1506 P 136), *poſſadeſ* (1313 O 64), *poſſadiꝫ* (1333 P 131); 6.ª: *poſſam* (1281 O 55; 1345 DL 146;

---

(1) Cf. RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 77.

(2) Sobre a flexão de *poder*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 295, § 35; p. 308-310, § 41; p. 313-314, § 42; p. 326-327, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 228-229, § 192; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 197; § 378, 18; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 219-220, § 405; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 28, § 36 e p. 39, § 51, 10; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 142, § 104.

(3) O timbre da vogal da sílaba tónica fechou-se, transformando-se em *u*, por influência de *-i* final. Veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 308-310, § 41 e p. 313-314, § 42. Cf. também JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 55, § 94.

1448 DL 147; 1472 DL 149, etc.), *poſam* (1335 L 37; 1454 DL 148), *poſan* (1414 L 42; 1450 L 44), *poſã* (1454 DL 148), *poſſã* (1454 DL 148), *poſſan* (1414 L 42; 1302 O 61).

Imperf. do conj.: 1.ª: *podeſſe* (1302 L 30), *podeſe* (1437 C 17); 3.ª: *podeſſe* (1333 C 10; 1333 P 131), *podeſe* (1310 L 35; 1401 M 163; 1401 M 164); 4.ª: *podesemos* (1475 L 48); 6.ª: *podeſen* (1410 L 41; 1281 O 55), *podeſſem* (1281 P 99).

Fut. do conj.: 1.ª: *poder* (1265 C 3; 1281 L 26, etc.); 3.ª: *poder* (1335 L 37; 1407 L 40; 1281 O 55; 1290 O 58; 1284 DL 138, etc.); 4.ª: *podermos* (1274 O 53); 5.ª: *poderdeſ* (1283 L 27; 1312 O 63; 1289 P 105, etc.), *poderdes* (1329 C 9; 1499 O 89, etc.); 6.ª: *poderen* (1414 L 42), *poderẽ* (1475 L 48; 1475 L 49; 1290 O 58; 1334 M 158; 1334 M 159, etc.), *poderem* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1484 DL 150).

Gerúndio: *podendo* (1414 L 42).

Põer 'pôr' (1459 L 46; 1499 O 89; 1299 P 114; 1345 DL 146; 1448 DL 147), *poer* (1282 C 6; 1459 L 46) (1). Aparecem registadas as formas que se seguem:

Pres. do ind.: 1.ª: *ponio* (1274 O 53), *poño* (1333 C 10; 1344 C 12; 1351 C 13; 1434 C 17; 1414 L 42; 1281 O 55; 1302 O 61; 1320 P 128; 1403 P 132; 1407 P 133, etc.), *pono* (1262 C 1; 1262 C 2; 1265 C 3; 1329 C 9; 1281 L 26;

---

(1) Sobre a flexão de *pôr* (ant. *põer* e *poer*), veja-se José Joaquim Nunes, *ob. cit.*, p. 308-310, § 41; p. 327, § 46; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 229-231, § 193; J. Huber, *ob. cit.*, p. 197, § 378, 19; p. 203, § 382; p. 206, § 388, 1; p. 208, § 390; p. 209, § 393; p. 216, § 395; p. 212, § 397; p. 217, § 402, 5; p. 222, § 410; Joseph M. Piel, *ob. cit.*, p. 23, § 26 a; p. 37, § 50, 4; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 142, § 104. Sobre a flexão de *poñer, pór* em galego moderno, veja-se também Ricardo Carballo Calero, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 184-186.

Para outra documentação antiga, veja-se Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 68-69, s.u. *põer;* Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 237-238, s.u. *põer;* Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1019-1020, s.u. *poer*.

Em português, a forma *poer* chega até ao século XVI, embora nessa época fosse já mais frequente a forma *pôr*. Fernão de Oliveira, ao tratar das diferentes conjugações, informa que o «verbo *ponho pões* faz o seu infinitiuo ẽ *or* dizẽdo *por* o qual todauia ja fez *poer* e ainda o assi ouuim' a alghũs velhos». Na primeira metade do século XVI a forma *poer* era ainda usada por algumas pessoas idosas, mas a forma mais frequente era já *pôr*. Cf. Fernão de Oliveira, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933, p. 104.

1298 L 29; 1267 O 52; 1287 P 103; 1301 P 119; 1419 P 134, etc.); 3.ª: *põ* (1301 P 119), *pon* (1506 P 136) (1); 4.ª: *poemos* (1474 L 47; 1497 L 50; 1432 P 135).

Imperf. do ind.: 6.ª: *poynã* (1302 L 30).

Perf.: 1.ª: *pogj* (1281 M 152; 1317 M 154), *pogy* (1303 M 153), *puſi* (1281 M 151), *pugj* (1269 P 92; 1289 P 105; 1295 P 107; 1297 P 112; 1301 P 118; 1282 DL 137; 1284 DL 138; 1287 DL 140; 1335 M 160; 1348 M 162, etc.), *pugi* (1269 P 93; 1280 P 97; 1296 P 109; 1296 P 110; 1303 M 153, etc.), *pugy* (1497 L 50; 1282 P 100; 1288 P 104; 1299 P 116; 1302 P 120; 1302 P 122, etc.), *puge* (1278 L 25; 1308 L 33; 1310 L 34; 1405 L 39; 1410 L 41; 1450 L 44; 1267 P 91; 1271 P 95; 1299 P 114; 1305 P 123, etc.), *puje* (1453 L 45; 1474 L 47; 1502 L 51), *puye* (1283 L 27). Em documentos galegos, bastante marcados pela influência castelhana, é possível registar o castelhanismo *puſe:* isso acontece, por exemplo, nos documentos 1516 C 18 e 1506 P 136.

Para as restantes pessoas recolheram-se as formas seguintes: *poſemos* (1.ª pes. do pl.) (1282 C 6), *poſeſtes* (2.ª pes. do pl.) (1290 P 106), *poſerõ* (3.ª pes. do pl.) (1334 M 159; 1404 M 165).

Acerca das formas da primeira pessoa, convém notar a sobrevivência, em documentos da actual província do Minho, no século XIII e primeiros anos do século seguinte, de formas em que a vogal radical ainda não aparece alterada por influência de *-i: pogj* e *pogy*. Na maior parte dos exemplos recolhidos é normal a vogal radical *u*, devido à metafonia causada por *-i*.

Fut. do ind.: Registou-se apenas a forma da segunda pessoa do plural *porredes* (1473 O 87) (2).

---

(1) Para a 3.ª pessoa do presente do indicativo, existe no português actual a forma *põe* e em galego *pon*. Será a forma *põe* resultante da analogia com *pões* ou representará um tratamento de PONĪT diferente de *pon?* Seja qual for a explicação, o certo é que a forma da 3.ª pessoa do singular *poen* existia já no século XIII, estando documentada em composições de D. Dinis. Cf. J. HUBER, *ob. cit.*, p. 197, § 378, 19; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 230, § 193, § 4.

(2) Para outras formas análogas documentadas em textos antigos e respectiva explicação, veja-se E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 207, § 172, 2 e p. 230, § 193, 8; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 70, § 132, 1; p. 118, § 240; p. 206, § 388, 1; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 318, § 45. As formas do futuro e do condicional do português e de outras línguas românicas resultaram de formas perifrásticas constituídas respectivamente pelo infinitivo combinado com o presente ou com o imperfeito do indicativo do verbo HABERE. Na fusão do infinitivo com cada uma das formas do auxiliar, verificaram-se, por vezes, determinados fenómenos fonéticos que alteraram mais ou menos profundamente a configuração fonética do primeiro dos elementos. Assim, no caso referido no texto, ocorreu a perda de *e* pretónico e a assimilação de *n'r* em *rr:* PONERE HABETIS > *pon'redes* > *porredes*. O mesmo fenómeno se verificou no futuro e no condicional do verbo *tẽer:* cf., por exemplo, *terrá* (1414 L 42)

Pres. do conj.: 3.ª: *poña* (1414 L 42; 1450 L 44); 5.ª: *ponades* (1385 C 15; 1497 L 50), *ponadeſ* (1313 O 64), *poñades* (1404 L 38); 6.ª: *ponã* (1414 L 42; 1325 P 130), *poñã* (1414 L 42).

Imperf. do conj.: 1.ª: *poſeſſe* (1281 O 55); 3.ª: *poſeſſe* (1298 L 29), *poſſeſſe* (1284 DL 138).

Fut. do conj.: 5.ª: *poserdes* (1459 L 46; 1473 O 87).

Infin. flex.: 4.ª: *póérmos* (1255 L 19).

Part. pas.: *posto* (1473 O 87), *poſto* (1385 C 15; 1475 L 48; 1475 L 49; 1302 O 61; 1500 O 90), *poſta* (1283 L 27; 1459 L 46; 1499 O 89), *poſtoſ* (1262 C 2; 1283 L 27), *poſtos* (1385 C 15; 1502 L 51; 1433 O 79), *poſtas* (1367 C 14; 1502 L 51).

Para os compostos reuniram-se as formas seguintes: *deſponho* (1.ª pes. do sing. do pres. do ind.) (1309 DL 142), *enpoemoſ* (1.ª pes. do plural do pres. do ind.) (1262 C 2), *apuys* (1.ª pes. do perf.) (1285 DL 139), *cõponha* (3.ª pes. do sing. do pres. do conj.) (1331 M 157), *conponhã* (3.ª pes. do plural do pres. do conj.) (1416 M 168).

[*Plazer*], [*prazer*] (1). Apresenta-se a seguir o conjunto das formas recolhidas: Imperf. do ind.: 3.ª: *prazia* (1411 M 167).

Perf.: Na terceira pessoa do singular verifica-se a existência de formas terminadas em *-e*, a par de outras terminadas em *-o* (2): *prougue* (1295 P 108), *prouue* (1454 DL 148; 1411 M 167), *plougo* (1274 L 24), *plouuo* (1333 P 131), *prouuo* (1278 L 25), *prougo* (1310 L 35).

Pres. do conj.: 3.ª: *praza* (1309 DL 142).

---

e *terran* (1502 L 51) (cf. p. 837 e 840-841). Formações análogas estão também documentadas em antigo castelhano; registam-se em Berceo as formas *terrá e porrá*. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 251.

(1) A par da forma *prazer*, existia, desde o século XIII, a variante culta *plazer*. Sobre a flexão de *prazer*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 313-314, § 41, 4; p. 327-328, § 46; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 197, § 378, 20; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 218, § 403, 3; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 198-199, § 167, 3 e 3 A; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 38, § 51, 4; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 142-143, § 104. Para outra documentação correspondente à fase antiga da língua, vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 70, s.u. *prazer*; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 243, s.u. *prazer*; RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1038-1039, s.u. *prazer, plazer*.

(2) Sobre a diferenciação regional que se verificava no domínio linguístico galego-português quanto ao emprego de formas da terceira pessoa do pretérito em *-e* e em *-o*, veja-se o que escrevi nas p. 745-747.

Fut. do conj.: 3.ª: *prouger* (1448 DL 147), *prouuer* (1454 DL 148).

Segundo o mesmo modelo se conjuga o composto *aprazer* de que se encontram documentadas as formas seguintes: Perf.: 3.ª: *aprougue* (1289 P 105; 1331 M 157; 1345 M 161), *aproue* (1416 M 168), *aplougue* (1296 P 111).

Imperf. do conj.: 3.ª: *aplouguefſe* (1281 P 99).

Fut. do conj.: 3.ª: *aprouger* (1327 M 155; 1345 M 161), *aprouguer* (1303 M 153; 1331 M 157).

A forma *aplaga* da terceira pessoa do presente do conjuntivo registada no documento 1310 L 34 é de tipo leonês (1). O referido documento foi lavrado em Lorenzana, no extremo nordeste da província de Lugo, relativamente perto do domínio leonês, por um notário daquela mesma localidade.

[*Querer*] (2). Do presente do indicativo registei: 1.ª: *quero* (1367 C 14; 1399 C 16; 1434 C 17; 1281 O 55; 1299 P 114; 1419 P 134; 1317 M 154); 4.ª: *queremos* (1475 L 48; 1500 O 90; 1506 P 136); 6.ª: *querem* (1448 DL 147; 1484 DL 150; 1331 M 156).

Do imperfeito do indicativo recolheram-se as formas seguintes: 1.ª: *queria* (1265 C 3); 4.ª: *queriamos* (1317 P 125); 6.ª: *queriã* (1333 O 68), *queriam* (1315 DL 145).

Perf.: 3.ª: *quiſo* (1325 P 130) (3).

Pres. do conj.: 3.ª: *queyra* (1274 L 24; 1414 L 42; 1473 O 80; 1287 DL 140), *queira* (1282 P 100; 1287 P 102; 1295 P 108; 1296 P 109; 1296 P 110; 1301 P 119; 1302 P 122; 1309 DL 142; 1331 M 157; 1345 M 161), *quejra* (1297 P 112); 5.ª: *queyradeſ* (1283 L 27); 6.ª: *queyrã* (1310 L 34).

---

(1) Cf. FEDERICO HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa.* Separ. de *Anales de la Universidad de Chile.* Santiago de Chile, 1896, p. 23.

(2) Sobre a flexão de *querer*, vejam-se, entre outras, as seguintes obras: JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 275, § 28; p. 308-310, § 41 e p. 328-329, § 46; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 231-232, § 194; J. HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch.* Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933, p. 197-198, § 378, 21; p. 206, § 388; p. 208, § 390; p. 209, § 393; p. 212, § 397; p. 217, § 402, 4; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 143, § 104.

(3) Conforme já noutro lugar (cf. p. 745-747) foi salientado, a terceira pessoa do singular dos perfeitos fortes podia, no antigo galego-português, terminar em *-e* e em *-o;* verificava-se, porém, nesse domínio linguístico uma diferenciação regional quanto ao emprego dos dois tipos de formas: nos textos redigidos na Galiza são normais as formas terminadas em *-o*, podendo esporadicamente surgir formas em *-e;* pelo contrário, nos textos portugueses as referidas formas verbais terminam habitualmente em *-e*, sendo bastante raras as formas em *-o*.

Fut. do conj.: 1.ª: *quiſer* (1255 L 19; 1276 O 54; 1299 P 114, etc.), *quiſſer* (1274 O 53); 3.ª: *quiſer* (1262 C 2; 1281 C 5; 1282 C 6; 1282 C 7; 1258 L 21; 1414 L 42; 1450 L 44; 1281 O 55; 1367 O 74; 1396 O 76; 1280 P 98; 1296 P 110; 1432 P 135; 1345 DL 146; 1416 M 168, etc.), *qyſer* (1432 P 135), *quiſſer* (1385 C 15; 1335 L 37; 1274 O 53; 1348 O 72; 1269 P 93; 1271 P 95; 1296 P 111; 1448 DL 147, etc.); 4.ª: *quiſermos* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *quiſſermos* (1298 L 29; 1301 P 118), *quiſſermoſ* (1301 P 118), *quiſeremos* (1506 P 136), *quixermos* (1313 O 64); 5.ª: *quiſerdes* (1367 C 14; 1434 C 17; 1450 L 44; 1276 O 54; 1322 O 67; 1320 P 128, etc.), *quiſerdeſ* (1283 L 27; 1313 O 64); *quiſſerdes* (1385 C 15; 1317 P 125), *quiſſerdeſ* (1287 O 57), *quixerdeſ* (1313 O 64); 6.ª: *quiſerẽ* (1399 C 16; 1283 L 27; 1310 L 34; 1281 O 55; 1367 O 74), *quiſeren* (1450 L 44; 1299 P 114), *quiſerem* (1345 DL 146), *quiſſerẽ* (1385 C 15), *quiſſerem* (1448 DL 147), *quyſſeren* (1292 O 59).

Imperf. do conj.: 3.ª: *quiſeſſe* (1281 P 99), *quiſſeſſe* (1317 M 154).

Gerúndio: *querendo* (1344 C 12; 1339 O 70; 1500 O 90; 1506 P 136), *querẽdo* (1484 DL 150; 1407 M 166).

No que se refere aos compostos, note-se que a forma da primeira pessoa do singular do presente do indicativo *requiro* (1414 L 42) e a forma da primeira pessoa do plural do pretérito perfeito *rrequerimos* (1442 L 43) levam a admitir que, na Galiza, o verbo era da terceira conjugação (1). Observe-se ainda que o pretérito perfeito do composto *requerir* é regular, não se conjugando segundo o padrão do verbo simples. Assim se explica a referida forma *rrequerimos*. Do mesmo verbo se registam ainda as formas do particípio passado *rrequeridos* (1442 L 43), *rrequerjdos* (1506 P 136), *requiridos* (1500 O 90).

[*Recodir*] 'socorrer, vir em ajuda, acudir' (2). Deste verbo, bastante usado em antigo galego-português, recolheu-se apenas a forma da terceira pessoa do plural do presente do conjuntivo *rrecodan* (1281 O 55): «ȝ mando

---

(1) Veja-se o que escrevi na Parte III. Morfo-sintaxe, § 9. Verbos, A. Considerações de carácter geral, p. 731.

(2) À semelhança do que aconteceu com o castelhano, também no antigo galego-português o verbo *recudir* (var. *recodir*) foi muito frequente: as últimas abonações conhecidas numa e noutra língua são do século XV. Mas, desde o século anterior, o verbo começa a perder terreno, devido à concorrência de *acudir*, verbo que resulta da modificação do anterior com mudança de prefixo.

Recudir parece provir de RECUTĔRE 'rejeitar', derivado de QUATĔRE 'sacudir'. Além das acepções indicadas no texto de 'socorrer, vir em ajuda, acudir', tinha o referido verbo outras, tais como 'rejeitar', 'recorrer', 'regressar', 'voltar', 'ir-se embora', 'responder'. Para outras abonações do verbo em galego-português, veja-se AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *recodir, recudir;* RAMÓN LORENZO, *La traducción*

que a uina do Agueyro que ande cõ Morgade ȝ que *rrecodan* cõ lloſ dereytoſ que eu della deuo auer a Santa Maria de Monte de Ramo».

[*Remaner*], [*remãner*] 'ficar, permanecer' (1). Deste verbo registei apenas a forma da terceira pessoa do singular do presente do conjuntivo *remãna* (1269 C 4) (2) e as formas do particípio presente *remanẽte* (1299 P 114), *remanentes* (1414 L 42).

Saber (1453 L 45; 1459 L 46; 1287 O 57; 1473 O 80; 1404 M 165), *ſaber* (1333 C 10; 1385 C 15; 1516 C 18; 1255 L 19; 1274 L 24; 1307 L 32; 1404 L 38; 1407 L 40; 1502 L 51; 1313 O 64; 1500 O 90; 1289 P 105; 1317 P 126; 1419 P 134; 1506 P 136; 1285 DL 139; 1484 DL 150; 1327 M 155; 1416 M 168, etc.), *ſſaber* (1262 C 2; 1334 C 11; 1344 C 12; 1306 L 31; 1308 L 33; 1292 O 59; 1287 P 102; 1298 P 113; 1287 DL 140; 1345 M 161; 1411 M 167, etc.), *ſſabher* (1289 DL 141), *ſauer* (1405 L 39) (3).

---

gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *recudir, recodir*. Para a história da palavra, consulte-se J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1954, p. 31 a, s.u. *acudir*.

(1) Sobre a flexão do antigo verbo simples *mãer, maer* e *mẽer*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 312, § 42, 3; p. 325-326, § 46; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 195, § 378, 13; p. 206, § 388, 1; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 218, § 402, 7; p. 222, § 410; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 11, § 9; p. 14, § 12; p. 23, § 26 a; p. 37, § 50, 6; p. 42, § 55. Encontra-se bastante documentação antiga, quer do verbo simples, quer do composto *remaner (remãer)*, nos trabalhos seguintes: AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *mãer* e *remaner;* CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, s.u. *mãer;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *mẽer;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, s.u. *maer*.

(2) No pergaminho manuscrito o til figura claramente sobre a vogal e não sobre a consoante nasal. A. Martínez Salazar, que também reproduz o documento, transcreve a forma do mesmo modo: cf. *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911, doc. XXI, p. 56, l. 18.

(3) Sobre a flexão de *saber*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 276, § 28; p. 296, § 35; p. 313, § 42, 4; p. 329, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 208, § 175; p. 234, § 196; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 190, § 371; p. 198, § 378, 23; p. 203, § 382; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 218, § 403; p. 222, § 410; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 20-21, § 23; p. 22-23, § 26; p. 26, § 33; p. 38, § 51, 2; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 143, § 104.

Do presente do indicativo, registam-se as formas: 1.ª: *fey* (1290 O 58; 1318 P 127), *ffey* (1302 O 61); 4.ª: *fabemos* (1299 P 115); 5.ª: *ffabedes* (1315 DL 145); 6.ª: *faben* (1414 L 42). A única forma irregular é a da primeira pessoa: ela não representa a evolução do latim SAPIO (1). Parece ter havido, em várias línguas românicas, influência da primeira pessoa do verbo que representa o latim HABERE (2).

Do perfeito recolhem-se as formas *foube* (1.ª pes. do sing.) (1333 C 10) e *ffouberõ* (3.ª pes. do plur.) (1334 C 11).

Para o presente do conjuntivo aparecem diferentes tipos de variantes, umas extensivas a toda a área galego-portuguesa, outras restritas apenas aos documentos da Galiza. As formas de feição mais antiga são aquelas em que a semivogal se mantém depois da consoante *b:* elas surgem, em geral, durante o século XIII e primeira metade do século XIV, só ultrapassando excepcionalmente este período: *sabiam* (1310 L 34; 1299 P 117; 1302 P 122), *sabiã* (1310 L 35; 1302 O 61; 1296 P 109), *sabyã* (1282 P 100), *sabham* (1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1315 DL 145; 1335 M 160; 1404 M 165, etc.), *sabhã* (1309 DL 142; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1345 DL 146; 1317 M 154; 1327 M 155; 1334 M 158; 1334 M 159; 1348 M 162), *sabbham* (1282 DL 137). Em virtude da atracção da semivogal para a sílaba tónica, este tipo de formas acabará por ser eliminado em português; embora no galego comum sejam normais formas idênticas às do português, continuam a manter-se nalgumas variedades regionais as antigas formas *sabia, sabias, sabia, sabiamos, sabiades, sabian* (3).

Das formas de feição mais recente, com atracção, encontram-se alguns exemplos em documentos portugueses do século XV, embora com carácter esporádico: *saibam* (1416 M 168), *sajbam* (1484 DL 150).

Devem interpretar-se como resultantes do cruzamento entre *sabiam* e *saibam* as formas *saibiã* (1301 P 118) e *saibham* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149) (4).

---

(1) À semelhança do que aconteceu com CAPIO, que evoluiu para *caibo*, e com as formas do conjuntivo CAPIAM e SAPIAM, que, em português, tiveram como resultado respectivamente *caiba* e *saiba*, SAPIO teria evoluído para **saibo*. A forma dialectal *saibo*, provavelmente, não é um arcaísmo, mas uma forma analógica construída segundo o modelo *caibo, caiba*. Cf. JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 26, § 33.

(2) Assim, não só em português *hei, sei*, mas também em esp. *he, se*, em catalão *hé, sé* e em ital. *ho, so*. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 303, § 116, 3.

(3) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 188.

(4) José Joaquim Nunes, ao referir-se às formas *saibia, caibia* registadas em documentos antigos, interpreta-as como formas «puramente gráficas, devido ao cruzamento entre

São exclusivas dos documentos localizados na Galiza as formas a seguir indicadas: *fabean* (1414 L 42), *sabeã* (1333 C 10; 1385 C 15; 1298 L 29; 1316 L 36; 1414 L 42; 1334 O 69; 1339 O 70; 1360 O 73; 1433 O 79; 1325 P 130; 1432 P 135, etc.), *sabean* (1344 C 12; 1405 L 39; 1407 L 40; 1474 L 47; 1424 O 77; 1499 O 89, etc.), *sabeam* (1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1335 L 37; 1404 L 38; 1414 L 42; 1314 O 65; 1333 P 131; 1403 P 132, etc.), *sabbeam* (1367 C 14), *sabbeã* (1399 C 16; 1348 O 72) (1). Desse tipo de grafias são conhecidas muitas outras abonações nalguns documentos galegos já anteriormente publicados: na colecção de *Documentos antiguos de Galicia* organizada por Margot Sponer aparecem vários exemplos de *sabean* (2) e *sabeam* (3). Paralelamente, surgem também várias vezes as grafias *sabeã, sabean, sabeam, sabbeã* e *sabbeam* nos *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* publicados por Andrés Martínez Salazar (4). Não é fácil saber se

---

sabia, cabia e *saiba, caiba*»: cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 329, n. 2. Pelo facto de as formas referidas *saibiã* e *saibham* aparecerem com alguma frequência em documentos antigos lavrados por diferentes notários, julgo tratar-se de formas da língua falada da época, resultantes da contaminação entre as formas mais antigas e as formas com atracção que, durante algum tempo, coexistiram. O mesmo tipo de formas aparece igualmente em textos do século XV: assim acontece com a obra mística *Castelo perigoso*, onde ocorre *saibhã*, e com o *Livro de ensinança de bem cavalgar* (...) de D. Duarte, onde se regista *saibha* e *ssaibha*. Do primeiro dos textos referidos foram consultados os extractos incluídos nos *Textos arcaicos*. Coordenados, anotados e providos de um glossário por J. Leite de Vasconcelos. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970, p. 46-51. O exemplo referido encontra-se na p. 50. Para o segundo texto, veja-se *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta*. Edição crítica acompanhada de notas e dum glossário por Joseph M. Piel. Lisboa (Livraria Bertrand), 1944, p. 13.

(1) Num rápido percurso através de alguns documentos antigos redigidos em Portugal, não encontrei nenhum exemplo deste tipo de grafias. Foram percorridos os documentos correspondentes a diferentes regiões do País publicados por Pedro de Azevedo. Sobre as principais edições de textos antigos organizadas por Pedro de Azevedo, veja-se Luís F. Lindley Cintra, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie*. In: *Actas do Colóquio* organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge*. Paris (Klincksieck), 1963, p. 170. Sobre o valor que apresentam para estudos de carácter linguístico as edições de Pedro de Azevedo, veja-se o que escrevi nas p. 38-39.

(2) Cf. Margot Sponer, *Documentos antiguos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, 1934, p. 46, doc. 38; p. 53, doc. 43; p. 57, doc. 45; p. 58, doc. 46; p. 60, doc. 47; p. 61, doc. 48; p. 64, doc. 50; p. 66, doc. 51; p. 71, doc. 54.

(3) Idem, *ibidem*, p. 54, doc. 44; p. 63, doc. 49.

(4) Andrés Martínez Salazar, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911. A grafia *sabean* está registada no

as grafias correspondiam a formas da língua falada da época ou se, pelo contrário, eram formas puramente gráficas, pseudo-latinizantes, falsamente reconstituídas com base no paradigma *sabia, sabias, sabia,* etc. O facto de as referidas grafias ocorrerem ainda em documentos de fins do século XV parece levar a aceitar como mais provável a primeira hipótese.

Em documentos situados entre o século XIII e fins do século XV recolhem-se algumas formas do conjuntivo analógicas com as dos verbos regulares, por influência do infinitivo. Desse tipo de conjuntivo foram recolhidos alguns exemplos, tanto nos documentos da Galiza como nos de Portugal: *ſabã* (1258 L 21), *sabã* (1285 O 56; 1301 P 119), *saban* (1434 C 17; 1410 L 41; 1442 L 43; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49; 1407 P 133), *sabam* (1299 P 116; 1317 P 125; 1318 P 127; 1407 M 166), *sabbam* (1411 M 167). Numerosos exemplos deste tipo de conjuntivo estão documentados em antigos textos galego-portugueses (1).

Comparada com a dos documentos redigidos em Portugal, a linguagem dos documentos galegos da segunda metade do século XV e do século XVI apresenta a particularidade de oferecer a forma castelhana do conjuntivo *sepan* (1516 C 18; 1453 L 45; 1459 L 46; 1497 L 50; 1502 L 51; 1506 P 136) e *sepã* (1500 O 90).

Do imperfeito e do futuro do conjuntivo registaram-se respectivamente as formas *ſſoubeſſẽ* (3.ª pes. do pl.) (1334 C 11) e *souberen* (1414 L 42).

Gerúndio: *sabendo* (1442 L 43).

Part. pas.: *ſſabuda* (1334 C 11), *ſabuda* (1262 C 2), *sabuda* (1267 P 91), *ſabudas* (1405 L 39; 1309 DL 142).

ſayr (1416 M 168), [*ſeyr*] (2). Deste verbo registaram-se apenas as formas *sal* (3.ª pes. do sing. do pres. do ind.) (1474 L 47), *ſayan* (3.ª pes. do

---

doc. XXXVII, p. 80, no doc. LXIV, p. 137; *sabeam* no doc. LIII, p. 110; *sabeã* no doc. LIV, p. 112; *sabbeã* no doc. LVII, p. 121 e *sabbeam* no doc. LVI, p. 116.

(1) Assim, num documento de 1273 publicado por Pedro de Azevedo, localizado em Avis, ocorre, na fórmula inicial, a forma *sabã:* cf. PEDRO A. DE AZEVEDO, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas.* In: *Revista Lusitana,* vol. IX, 1906, p. 269, doc. VIII. No *Livro dos bens de D. João de Portel* aparece várias vezes a forma *saban* (ou *sabam*): cf. *Livro dos bens de D. João de Portel.* Cartulário do século XIII publicado por P. A. de Azevedo. Edição do *Arquivo Histórico Português,* 1906-1910, p. 46, 85, 96, 98, 113, etc. Na colecção de *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* publicados por Andrés Martínez Salazar aparecem várias abonações de *sabã* (p. 93, doc. XLV; p. 101, doc. L; p. 135, doc. LXIII), *saban* (p. 114, doc. LV; p. 126, doc. LX; p. 145, doc. LXVI; p. 148, doc. LXVII), *sabam* (p. 100, doc. XLIX), *sabban* (p. 124, doc. LIX) e *sabbam* (p. 128, doc. LXI; p. 129, doc. LXII).

(2) Sobre a flexão de *sair,* veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora),

plural do pres. do conj.) (1414 L 42), *feyrẽ* (3.ª pes. do plural do fut. do conj.) (1367 C 14) (1).

Há apenas a referir que a forma *sal* resulta da perda de *-e* depois da consoante *l* final do radical do verbo. O mesmo facto ocorreu com outros verbos nas mesmas circunstâncias e também com aqueles cujo radical terminava em *-r* e *-n: ampar, fer, pom, perdom.* Mais tarde, aquela vogal foi restabelecida, sendo as antigas formas substituídas por *sae* (ou *sai* na ortografia actual), *ampare, fere, põe, perdoe* (2).

A forma da terceira pessoa do plural do futuro do conjuntivo *feyrẽ* corresponde à variante *feyr,* que surge quase exclusivamente em textos da Galiza (3). Ela é o resultado da assimilação da primeira das vogais em hiato à vogal da sílaba seguinte, em geral tónica. Esta tendência, que se manifesta noutras palavras registadas em antigos documentos da Galiza (cf. *eynda* por *aynda, reyo* por *rayo, feymento* por *faymento*) (4), continua a actuar no galego moderno (5).

1956, p. 281, § 30; p. 338, § 46; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 202, § 380, 12; p. 206, § 388; p. 209, § 393; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 234, § 197; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX. Coimbra, 1945, p. 14, § 12; p. 42-43, § 55; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 143-144, § 104. Mais informações sobre a flexão deste verbo na fase antiga da língua se encontram nos trabalhos seguintes: CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 80, s.u. *sair;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 271-272, s.u. *sair; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes. Vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 678-679, s.u. *sair;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla.* Vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *sayr, seyr, salir.*

(1) A forma *faynte* (1301 P 118), que originariamente era um particípio presente do verbo *fayr,* aparece usada com valor adverbial na acepção de 'excepto'. Veja-se adiante § 11. Advérbios e locuções adverbiais.

(2) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 281-282, § 30; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 202, § 380, 12; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX. Coimbra, 1945, p. 14, § 12.

(3) Para outras abonações galegas desta variante do verbo *sayr,* veja-se RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *sayr, seyr, salir.* Veja-se também a nota 2 da p. 338.

(4) Recorde-se o que foi dito na p. 338 e n. 2.

(5) Veja-se o que foi dito na n. 2 da p. 338.

ſéer (1282 C 6), *ſeér* (1265 C 3), *ſſéér* (1281 L 26; 1298 L 29; 1302 O 61; 1299 P 117), *ſéér* (1265 C 3; 1283 L 27; 1285 O 56; 1299 P 116; 1299 P 117, 1331 M 157; 1334 M 159), *ſeer* (1286 L 28; 1414 L 42; 1299 P 114; 1318 P 127; 1506 P 136; 1313 DL 143; 1484 DL 150, etc.), *seer* (1442 L 43; 1450 L 44; 1473 O 80, etc.), *ſer* (1410 L 41; 1433 O 79) (1). As formas do infinitivo, com as duas vogais em hiato, são, de longe, as mais representadas; bastante tardia e esporadica é a forma contracta *ſer:* os exemplos recolhidos são do século XV; no entanto, para o infinitivo flexionado regista-se no século XIII a forma *ſſer* (1292 O 59) que revela estar já em curso a crase das duas vogais iguais em hiato. Outras abonações da forma com crase são conhecidas a partir do mesmo século (2): nas *Cantigas de Santa Maria,* por exemplo, alternam os dois tipos de formas (3). Também em castelhano e leonês a forma contracta começa a surgir em textos do século XIII, embora nessa época sejam mais frequentes as formas com hiato conservado (4).

---

(1) Sobre a flexão de *ser,* vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 294-295, § 35; p. 310-312, § 42; p. 329-330, § 46; E. B. Williams, *From Latin to Portuguese.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 234-237, § 198; J. Huber, *ob. cit.,* p. 184, § 359; p. 198-199, § 378, 24; p. 202-203, § 382; p. 207-208, § 390; p. 210, § 395; p. 216, § 401, 5; p. 222, § 410; Joseph M. Piel, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX. Coimbra, 1945, p. 25, § 31; p. 35-36, § 48, 6; V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 144-145, § 104. Para outra documentação antiga além da agora reunida, vejam-se, entre outras, as seguintes obras: Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1165-1173, s.u. *seer, ser;* Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 82-83, s.u. *seer;* Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 278-280, s.u. *seer; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 681-683, s.u. *seer.*

(2) Cf. Ramón Lorenzo, *ob. cit.,* vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1173, s.u. *seer.*

(3) Veja-se Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), p. 280, s.u. *seer.*

(4) Para o castelhano, veja-se Ramón Menéndez Pidal, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 83-84, § 31, 2 a: «En el siglo XIII se decía todavía s e d e r e *seer,* y se empezaba a decir *ser*» (p. 84).

Nos documentos em antigo leonês publicados por E. Staaff aparece habitualmente a forma com hiato, mas há também alguns exemplos da forma contracta. Cf. Erik Staaff, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle.* Uppsala e Leipzig, 1907, p. 312.

As várias formas deste verbo resultam da fusão de dois verbos latinos: o verbo ESSE, de que procede a maior parte das formas, e o verbo SEDERE. Este último, que significava originariamente 'estar sentado' (1), sofreu, em português e espanhol, uma atenuação de sentido, acabando por converter-se em sinónimo de 'estar' e, mais tarde, de 'ser'. É muito provável que tenha sido a evolução semântica de SEDERE a causa da convergência dos dois verbos referidos (2).

Para o presente do indicativo registaram-se formas correspondentes a dois paradigmas, um dos quais representa historicamente o presente do indicativo do verbo ESSE e, o outro, o mesmo tempo de SEDERE. Do primeiro paradigma registaram-se exemplos de todas as pessoas, excepto da segunda. Assim, o conjunto das formas recolhidas é o seguinte: 1.ª: *ſõ* (1419 P 134. No mesmo documento ocorre também *ſõo*), *son* (1453 L 45), *ſon* (1274 L 24; 1348 O 72), *ſõo* (1385 C 15; 1414 L 42; 1419 P 134), *sõo* (1475 L 48; 1475 L 49), *soõ* (1407 P 133), *ſoõ* (1450 L 44; 1360 O 73), *ſſoõ* (1302 O 61), *ſóó* (1351 C 13; 1274 O 53), *ſoo* (1399 C 16; 1433 O 79; 1432 P 135; 1506 P 136, etc.), *soo* (1426 O 78), *ſoy* (1516 C 18; 1497 L 50), *soy* (1497 L 50); 3.ª: *eſt* (1262 C 2; 1265 C 3; 1281 L 26; 1286 L 28; 1290 O 58; 1307 O 62; 1313 O 64; 1278 P 96; 1282 P 100; 1287 P 102; 1301 P 118; 1302 P 121; 1302 P 122; 1284 DL 138, etc.), *eſte* (1281 O 55; 1322 P 129), *eſſte* (1295 P 108), *he* (1329 C 9; 1333 C 10; 1334 C 11; 1344 C 12; 1351 C 13; 1367 C 14; 1385 C 15; 1399 C 16; 1434 C 17; 1308 L 33; 1404 L 38; 1502 L 51; 1499 O 89; 1500 O 90; 1287 P 103; 1318 P 127; 1407 P 133; 1432 P 135; 1506 P 136; 1313 DL 143; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1345 M 161, etc.), *é* (1300 C 8; 1258 L 21; 1274 L 24; 1316 L 36; 1274 O 53; 1314 O 65; 1315 O 66; 1281 P 99; 1318 P 127; 1282 DL 137; 1315 DL 145; 1327 M 155; 1331 M 156; 1345 M 161; 1348 M 162, etc.), *es* (1516 C 18; 1502 L 51; 1500 O 90); 4.ª: *ſomoſ* (1269 C 4; 1282 C 7), *ſomos* (1410 L 41; 1414 L 42; 1450 L 44; 1299 P 115; 1404 M 165; 1416 M 168), *somos* (1434 C 17; 1475 L 48, etc.), *ſſomos* (1329 C 9; 1292 O 59; 1296 P 111), *ſoomos* (1506

(1) O sentido originário ainda se mantinha no século XIV. Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 82, s.u. *seer*.

(2) Corominas admite, antes, que, na base da convergência dos dois verbos, estaria a confusão fonética, inevitável em português e castelhano, entre os descendentes de SEDERE e *ESSERE, forma que no chamado latim vulgar substituiu a forma do latim clássico ESSE: «Creo, pues, seguro que el golpe decisivo en la evolución semántica de SEDERE 'estar sentado' hasta 'estar' y 'ser', lo dió la confusión fonética con ESSERE; como de todos modos el sentido de SEDERE ya solía debilitarse hasta el de 'estar colocado' (...) la fusión total con ESSERE y sus formas se hacía inevitable». Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. IV, Madrid (Editorial Gredos), 1954, p. 194-195, s.u. *ser*.

P 136); 5.ª: *fodes* (1434 C 17; 1450 L 44; 1432 P 135), *sodes* (1453 L 45; 1459 L 46; 1475 L 48; 1475 L 49; 1407 P 133), *foodes* (1506 P 136); 6.ª: *fũ* (1258 L 21), *fum* (1258 L 21; 1258 L 23; 1280 P 97; 1281 P 99; 1287 DL 140; 1334 M 158; 1334 M 159), *fun* (1296 P 110), *fon* (1282 C 6; 1434 C 17; 1298 L 29; 1414 L 42; 1450 L 44; 1281 O 55; 1315 O 66; 1283 P 101; 1316 P 124; 1285 DL 139; 1281 M 152; 1335 M 160, etc.), *ffon* (1281 L 26; 1302 O 61; 1348 O 71; 1316 P 124; 1313 DL 143), *son* (1499 O 89; 1283 P 101), *fom* (1262 C 1; 1265 C 3; 1282 C 6; 1283 L 27; 1396 O 76; 1473 O 82; 1473 O 84; 1289 P 105; 1320 P 128; 1315 DL 145; 1472 DL 149; 1331 M 156; 1335 M 160; 1411 M 167, etc.), *ffom* (1473 O 81; 1280 P 98), *foom* (1301 P 119), *fam* (1262 C 1), *fan* (1281 O 55).

Acerca das formas da primeira pessoa do singular, convém notar que não se regista nenhum exemplo da forma do português moderno *sou*, criada, muito provavelmente, por analogia com *estou, vou* e *dou* (1); esse processo analógico deve ter-se consumado em época bastante tardia, pois ainda no século XVI conviviam as variantes *som, são, sou* e *so*, de acordo com o testemunho de Fernão de Oliveira (2). Ao contrário do que aconteceu em por-

---

(1) Esta explicação é defendida por vários autores: cf., por ex., JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 198, § 378, 24; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 235, § 198. Paralelamente, também em castelhano a antiga forma *son* (ou *so*, variante que chegou ainda ao século XVI) foi substituída por *soy*, vindo a coincidir, quanto à terminação, com *doy, estoy, voy*. Joseph Piel, no artigo já várias vezes citado neste capítulo, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*, p. 25, § 31, embora pareça inclinar-se para este tipo de explicação, mostra que também é possível interpretar a forma *sou* a partir da variante arcaica *são*. José Joaquim Nunes, no *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, p. 295, § 35 e nota 2, apesar de julgar bastante provável a influência de *estou* sobre a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *ser*, acrescenta, em nota, o seguinte: «se não se preferir explicar antes por evolução de *soo*, resultante de *sõo* e ocorrente em vários textos, isto é, *ôo*, pela costumada pronúncia do *o* final, daria *ou*».

(2) Do depoimendo de Fernão de Oliveira depreende-se, por um lado, que ainda na primeira metade do século XVI rivalizavam as variantes indicadas e, por outro, que, na sua pronúncia, mostrava o Autor preferência pela forma *so* que «aprendera na beira». Ao falar das particularidades de alguns verbos, quanto à primeira pessoa do presente do indicativo, escreve: «(...) o verbo sustãtiuo o q̃l hũs pronũciã em *om* como *som* e outros em *ou* como *sou* e outros em *ão* como *são* e também outros q̃ eu mais fauoreço em *o* peq̃no como *so;* no pareçer da premeira pronũçiação cõ *o* e *m* q̃ diz *som* he o mui nobre johã d' barros e a rezão q̃ da por si e esta: q̃ de *som* mais perto vẽ a formaçã do seu plural o qual diz *somos;* com tudo sendo eu moço peq̃no fui criado em são domingos Deuora onde fazião zõbaria de mỹ os da terra porq̃ o eu assi pronũciaua segũdo q̃ o aprendera na beira». Cf. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3.ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933, p. 103-104.

Observe-se, a propósito, que a variante arcaica *som* sobrevive ainda nalguns falares regionais. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed.,

tuguês, no galego comum *son* é a forma habitual para a primeira pessoa, embora dialectalmente possam ouvir-se outras variantes, tais como *so, sun* e *sou* (1). Merece ainda uma referência especial a forma de tipo castelhano *soy* (var. *foy*) recolhida em documentos galegos de fins do século XV ou princípios do século XVI.

Na terceira pessoa do singular são muito frequentes, desde o século XIII, as grafias *he* e *é; eſt* (ou *est*) é um latinismo bastante divulgado no século XIII e primeiros anos do século seguinte: o seu emprego parece não estar determinado pelo contexto, uma vez que ocorre tanto seguido de palavra iniciada por vogal como por consoante. Também na linguagem dos trovadores há vários exemplos do uso desta forma (2). Coincidindo cronologicamente com *est*, aparecem as formas *eſte* e *eſſte* sempre antes de palavra começada por consoante ou seguida de pausa: «(...) o meo do caſar que ey en Caldellaſ que *eſte* ſu o ſino de San Pedro de Caldellas» (1281 O 55); «(...) ꝛ meu ſinal hy pono que tal *eſte*» (1322 P 129), «ꝛ pugi meu nume ꝛ meu ſinal ꝛ en teſtymuno de uerdade que *eſſte* tal» (1295 P 108), «pugy meu nume ꝛ meu ſynal que *eſte* tal» (1299 P 115), «aquele caſal que a o dito moeſteiro en Lama Máá que *eſte* da oueença da obra cõ todas ſuas pertíjças» (1299 P 117). Desse tipo de formas são conhecidas outras abonações não só em textos de carácter notarial localizados na Galiza (3), como também nalgumas composições dos cancioneiros trovadorescos e das *Cantigas de Santa Maria* (4).

Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 116. Aí se refere a existência de *são* e *som* no distrito de Coimbra e desta última forma no Algarve. Ainda em época relativamente recente foi registada a presença do arcaísmo *som* no falar algarvio. Veja-se, a esse propósito, CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975, p. 61.

(1) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 161 e n. 73.

(2) Ao emprego dessa forma nas composições trovadorescas fez referência Carolina Michaëlis de Vasconcelos no *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 35-36.

(3) Informação colhida no *Glossário das Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses* elaborado por José Joaquim Nunes, p. 682, n. 1. Aí se transcreve uma frase extraída de um documento galego de meados do século XIII em que *este* surge antes de palavra iniciada por vogal. A frase transcrita pertence a um documento da colecção de *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* elaborada por Andrés Martínez Salazar, p. 12: «(...) sabiades que pleito *este* entre o abade de [Ante altares de la una parte] et Maria Rodriguiz [de la outra parte]».

(4) Sobre a ocorrência desse tipo de formas nos cancioneiros profanos, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 36; CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O cancioneiro de João Zorro. Aspectos*

Deve tratar-se de um cultismo proveniente do latim *est* a que se acrescentou *-e* paragógico, de acordo com a estrutura da língua portuguesa que não admite que qualquer oclusiva, incluindo *t*, figure em final de sílaba ou de palavra (1). Finalmente, nalguns documentos da Galiza do início do século XVI ocorre a forma da terceira pessoa *es*, de tipo castelhano.

Do segundo paradigma, ou seja, daquele que representa historicamente o presente do indicativo do verbo latino SEDERE, registam-se as seguintes formas: 3.ª: *ſéé* (1419 P 134), *ſé* (1300 C 8; 1414 L 42), *ſſé* (1281 O 55); 4.ª: *semos* (1407 P 133) (2); 5.ª: *ſeedeſ* (1313 O 64), *ſſeedeſ* (1302 O 60); 6.ª: *ſéén* (1281 O 55), *ſeen* (1281 O 55), *séén* (1345 M 161), *seem* (1426 O 78). É interessante observar que, no contexto em que ocorrem, muitas das formas citadas têm o sentido correspondente a 'estar', acepção resultante da atenuação semântica de SEDERE (3). De tal facto parece poder inferir-se que não se tinha ainda verificado totalmente a convergência deste verbo com o verbo ESSE.

Como se vê através das formas assinaladas, o paradigma não está completo, uma vez que não se registaram exemplos da primeira e segunda pessoas do singular. No entanto, através de outros textos antigos, sabe-se que esteve em voga, durante o período medieval, toda a flexão deste tempo verbal (4). No século XVI, as formas correspondentes a SEDERE tinham já desa-

---

linguísticos. Texto crítico. Glossário. Rio de Janeiro, 1949, p. 91, s.u. *seer; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 682, s.u. *seer.* Nas *Cantigas de Santa Maria* registam-se também vários exemplos da forma *este* 'é': cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 279, s.u. *seer.*

(1) Veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 36; *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 682, n. 1; IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 295, n. 3.

(2) No mesmo documento ocorre a forma *sodes*, que representa historicamente a forma SUTIS, do presente do indicativo do verbo ESSE. Veja-se atrás, p. 815.

(3) A título de exemplo, cita-se uma ou outra frase em que ocorrem as formas acima indicadas: «ȝ rogo ȝ mando a Ffernã Ffernandez de Auyancos que preſente *ſé* que o compla, ſe o eu nõ complir» (1300 C 8); «primeira mente mando a mia mua ȝ a mia coçedra que *ſſé* en Monte Rey a Santa Maria de Monte de Ramo para a capela que eu y oue a ffaçer» (1281 O 55); «saban todos que nos, don frey Gonçaluo, abade do moſteyro de Santa Maria d'Armẽteyra, ȝ frey Domingo, prior do dito moſteyro, ȝ frey Afomſo de Nogueyra (...), mõjes do dito moſteyro, que *semos* juntados enno cabidóó do dito moſteyro» (1407 P 133).

(4) Das formas da primeira e segunda pessoa do singular conhecem-se abonações em textos do período arcaico. Assim, nas *Cantigas de Santa Maria* ocorrem as formas

parecido da língua literária comum, mas continuariam a ser usadas nos níveis sociolinguísticos mais baixos, os correspondentes à camada popular. Só essa sobrevivência pode explicar o aproveitamento que dessas variantes arcaicas faz Gil Vicente, usando-as como "indicativos" da língua rústica do seu tempo (1). Nos *Autos* da Escola Vicentina verifica-se igualmente o emprego das formas arcaicas do presente do indicativo correspondente ao verbo SEDERE em contextos claramente rústicos (2). Apesar da forte conotação sociolinguística que essas formas já tinham no século XVI, o seu emprego ter-se-á prolongado, através dos séculos, chegando aos nossos dias alguns vestígios dessa sobrevivência nalguns falares populares. *Sedes* (2.ª pes. do pl.), forma registada em época relativamente recente nalguns falares populares da zona setentrional, de feição claramente conservadora (3), é inequivocamente a forma arcaica proveniente de SEDETIS; menos claro é o que se refere à forma *semos* (4), que tanto pode representar SEDEMUS, como ser o resultado da analogia com *temos* (5).

Também no imperfeito do indicativo há vestígios de que os dois paradigmas originariamente distintos, um correspondente ao verbo latino ESSE e outro a SEDERE, existiam lado a lado. Para o primeiro paradigma foram recolhidas as seguintes formas: 3.ª: *era* (1344 C 12; 1302 L 30; 1442 L 43; 1302 O 61; 1288 P 104; 1290 P 106; 1316 P 124; 1289 DL 141; 1315 DL 145; 1345 DL 146; 1281 M 152; 1327 M 155; 1411 M 167, etc.); 4.ª: *eramos* (1292 O 59); 6.ª: *erã* (1281 P 99; 1290 P 106; 1403 P 132; 1506 P 136; 1331 M 156; 1401 M 164; 1411 M 167, etc.), *eran* (1414 L 42), *eram* (1454 DL 148; 1472 DL 149). Existem também em documentos do século XIII alguns exemplos de formas do imperfeito do indicativo correspondente ao verbo latino SEDERE,

---

sejo e *sees; sejo* é também bastante utilizada no *Cancioneiro da Ajuda*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 279; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 83.

(1) Veja-se o que sobre o assunto é referido por PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1958, p. 106-111.

(2) IDEM, *ibidem*, p. 109-110.

(3) Assim, na zona fronteiriça de Trás-os-Montes e em Fafe, na província do Minho, essa forma foi assinalada em monografias de carácter dialectal. Cf. MARIA JOSÉ DE MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 244; MARIA PALMIRA DA SILVA PEREIRA, *Fafe. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, tomo I, 1951, p. 154.

(4) *Semos* é forma bastante frequente na linguagem popular de várias regiões. Cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 116.

(5) IDEM, *ibidem*, p. 116.

usadas ainda no sentido de 'estar': *ſſijha* (3.ª pes.), *ſijha* (1289 DL 141) (1). Este tipo de formas acaba por cair em desuso, sendo já muito raro o seu emprego na linguagem literária do século XV. À semelhança do que foi referido relativamente a idêntico paradigma do presente do indicativo, as formas derivadas de SEDERE eram já no século XVI arcaísmos populares e rústicos (2). Tal circunstância permite a Gil Vicente recorrer a esta particularidade linguística para caracterizar e definir determinados "tipos" sociais, como são, por exemplo, as personagens populares.

Fut. do ind.: 3.ª: *ſira* (1282 C 7), *ſſeera* (1292 O 59), *ſééra* (1301 P 118), *ſera* (1414 L 42); 5.ª: *ſeredes* (1322 O 67; 1339 O 70; 1432 P 135), *ſereys* (1499 O 89); 6.ª: *seerã* (1473 O 80), *ſſeran* (1302 O 61), *ſerã* (1500 O 90).

Condic.: 3.ª: *seria* (1475 L 48).

Perf.: 1.ª: *foy* (1281 C 5; 1329 C 9; 1344 C 12; 1351 C 13; 1434 C 17; 1286 L 28; 1298 L 29; 1335 L 37; 1453 L 45; 1475 L 49; 1497 L 50; 1287 O 57; 1302 O 61; 1348 O 71; 1500 O 90; 1267 P 91; 1320 P 128; 1407 P 133; 1432 P 135; 1281 M 152; 1303 M 153; 1317 M 154, etc.), *ffoy* (1298 L 29; 1281 O 55; 1290 O 58; 1292 O 59, etc.), *fuj* (1262 C 1; 1367 C 14; 1399 C 16; 1278 L 25; 1269 P 92; 1299 P 114; 1317 P 125; 1309 DL 142; 1281 M 151; 1335 M 160; 1348 M 162, etc.), *fuy* (1269 C 4; 1282 C 6; 1329 C 9; 1351 C 13; 1405 L 39; 1502 L 51; 1274 O 53; 1315 O 66; 1278 P 96; 1302 P 120; 1506 P 136; 1285 DL 139; 1313 DL 143; 1454 DL 148; 1484 DL 150, etc.), *ffui* (1265 C 3), *ffuj* (1295 P 108; 1297 P 112), *ffuy* (1269 C 4; 1287 P 102; 1296 P 109; 1299 P 117, etc.), *fúúj* (1287 DL 140), *fúúy* (1282 DL 137; 1289 DL 141), *fui* (1331 M 156). Num documento redigido na Galiza no início do século XVI, regista-se a forma *fue* (1516 C 18); 3.ª: *foy* (1262 C 1; 1329 C 9; 1434 C 17; 1516 C 18; 1257 L 20; 1307 L 32; 1405 L 39; 1459 L 46; 1497 L 50; 1502 L 51; 1302 O 61; 1433 O 79; 1269 P 92; 1325 P 130; 1403 P 132; 1506 P 136; 1285 DL 139; 1345 DL 146; 1281 M 151; 1327 M 155; 1334 M 158; 1334 M 159; 1404 M 165, etc.), *ffoj* (1297 P 112), *ffoy* (1290 O 58; 1295 P 108, etc.), *foj* (1442 L 43; 1348 M 162, etc.), *fóóy* (1282 DL 137; 1289 DL 141), *fuy* (1262 C 2; 1282 C 6; 1333 C 10; 1258 L 22; 1310 L 34;

---

(1) Existiu no antigo galego-português a conjugação integral deste tempo proveniente do verbo SEDERE. Para algumas abonações, vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 279; *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes. Vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 682; RICHARD D. ABRAHAM, *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat.* Paleographical Edition and Linguistic Study. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1938, p. 43.

(2) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 106-111.

1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49; 1315 O 66; 1281 P 99; 1295 P 107; 1318 P 127, etc.), *fuj* (1262 C 2; 1278 L 25; 1287 P 103); 5.ª: *foſtes* (1315 O 66); 6.ª: *ffueruni* (1258 L 22. Trata-se de um latinismo), *furũ* (1257 L 20), *fforum* (1262 C 2; 1300 C 8; 1274 O 53; 1287 P 103), *forum* (1269 C 4; 1281 C 5; 1329 C 9; 1278 L 25; 1281 L 26; 1302 O 60; 1348 O 72; 1271 P 95; 1280 P 97; 1287 P 103; 1316 P 124; 1325 P 130; 1285 DL 139; 1334 M 158; 1334 M 159), *forũ* (1282 C 7; 1281 P 99; 1296 P 109; 1299 P 116; 1282 DL 137; 1284 DL 138, etc.), *foron* (1434 C 17; 1516 C 18; 1442 L 43; 1450 L 44; 1474 L 47; 1276 O 54), *forõ* (1298 L 29; 1351 C 13; 1385 C 15; 1274 L 24; 1316 L 36; 1404 L 38; 1405 L 39; 1475 L 49; 1497 L 50; 1502 L 51; 1281 O 55; 1285 O 56; 1315 O 66; 1322 O 67; 1348 O 71; 1473 O 80; 1500 O 90; 1269 P 92; 1403 P 132; 1419 P 134; 1432 P 135; 1309 DL 142; 1281 M 151; 1303 M 153; 1345 M 161; 1411 M 167, etc.), *forom* (1265 C 3; 1307 L 32; 1287 O 57; 1372 O 75; 1287 DL 140; 1454 DL 148, etc.), *fforõ* (1281 O 55; 1292 O 59; 1288 P 104; 1290 P 106), *fforon* (1292 O 59), *fforõ* (1290 P 106), *forã* (1484 DL 150), *foram* (1287 P 102), *fueron* (1453 L 45. Neste último caso, trata-se inequivocamente de uma forma resultante da influência castelhana na Galiza.

Como pode ver-se pela documentação reunida, os textos redigidos na Galiza revelam um estado de confusão ou, se se preferir, de indiferenciação quanto ao emprego das formas *fui* e *foi*, utilizando-se ambas tanto para a primeira como para a terceira pessoa do singular. Se, por um lado, desde o século XIII, é bastante frequente o uso de *foy* para a primeira pessoa, não faltam também numerosíssimos exemplos da forma *fuy*. Idêntica convivência entre os dois tipos de formas foi possível comprovar para a terceira pessoa: desde o século XIII até ao termo do período estudado, *foy* é de emprego frequentíssimo, mas, a par desta forma, ocorrem muitas abonações de *fuy*, pelo menos até ao fim do século XV. Sob este aspecto, é distinta a situação linguística revelada pelos documentos correspondentes à zona portuguesa. Talvez fosse interessante, neste caso, o conhecimento de outros documentos da região; mas, a julgar pelos que foram estudados, parece que nesta zona já se estava impondo uma distribuição sistemática das formas *fuy* e *foy*, respectivamente para a primeira e terceira pessoas do singular. São muito escassos os exemplos reveladores de um uso indiferenciado das duas formas. De uma maneira regular, *fuy* aparece desde o século XIII utilizada apenas para a primeira pessoa, assim como *foy* surge associada à terceira pessoa. Registaram-se apenas três exemplos da forma *foy* correspondente à primeira pessoa em documentos da província do Minho, do século XIII ou dos primeiros anos do século XIV.

Além da documentação reunida no presente trabalho, podem encontrar-se em antigos textos galego-portugueses outros exemplos de um emprego

indiferenciado das duas formas verbais, mesmo em textos de carácter literário. Num percurso rápido por alguns textos antigos encontrei vários indícios dessa confusão. Nalgumas composições trovadorescas ocorre, com bastante frequência, tanto para a primeira como para a terceira pessoa, *fui* e *foi* (1); nas *Cantigas de Santa Maria* há, na terceira pessoa, oscilação entre *foi* e *fui* (2). Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, tradução do original latino feita provavelmente no último quartel do século XIV (3), surgem também as formas *foy* para a primeira pessoa e *fuy* para a terceira (4). Não faltam também vários exemplos de *foi* em vez de *fui* em *A demanda do Santo Graal* (5) e na tradução portuguesa da *Vida de Barlaam e Josaphat* (6). E na *Crónica Gallega*, contida nos manuscritos 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid e 2497 da Biblioteca Universitária de Salamanca, usam-se indiferenciadamente as duas formas para a primeira e terceira pessoas do singular do pretérito perfeito (7).

Observe-se, além disso, que este estado de indiferenciação quanto à distribuição das duas formas entre a primeira e terceira pessoas do pretérito perfeito, que existia desde o início da história da língua portuguesa, se mantém nalgumas variedades regionais do português, sobretudo do Norte e Centro

---

(1) Cf. *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes. Vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 682-683. Veja-se também HENRY R. LANG, *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle, 1894, p. 114; M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 95, s.u. *seer*. Aí se registam muitos exemplos de *foi* para a primeira pessoa, de longe muito mais numerosos do que *fui*; na terceira pessoa convivem também as formas *foi* e *fui*.

(2) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 282.

(3) *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes, vol. I, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918. Veja-se a *Introdução* e muito especialmente as p. XIV e XIX. Embora no manuscrito se encontre registada a data de 1470, a análise das características da linguagem do texto levou José Joaquim Nunes a situá-lo no último quartel do século XIV.

(4) Veja-se a obra citada na nota anterior, p. XXXIX da *Introdução*.

(5) Cf. A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 361-362, s.u. *seer*, *ser*.

(6) Cf. RICHARD D. ABRAHAM, *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat*. Paleographical Edition and Linguistic Study. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1938, p. 43.

(7) RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1169-1171, s.u. *seer*.

do País (1). Aliás, também nalguns falares asturianos actuais se verifica uma situação idêntica à dos referidos falares portugueses (2). Tal situação deve naturalmente ser interpretada como resultado da sobrevivência do que podia acontecer no antigo leonês. Embora com uma frequência incomparavelmente menor do que a que existiu no antigo galego-português, também em antigos textos leoneses há alguns indícios da confusão entre as formas *foy* e *fuy*. Na colectânea de E. Staaff encontra-se um só exemplo de *ffoy* como forma da primeira pessoa num documento de 1280: «et yo Ffernan Gomez notario publico de Cacauellos *ffoy* presente ꝛ mandey escriuir esta carta (...)» (3). Trata-se, porém, de um documento de Cacabelos, cuja língua é mais galega do que leonesa. Também em dois documentos da colecção publicada por F. de Onís ocorre uma forma análoga para a primeira pessoa, embora um deles não tenha sido copiado por um escriba leonês, mas galego ou português (4).

Voltarei adiante à comparação da linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal no que diz respeito a esta particularidade de carácter fonético e morfológico. Antes disso, porém, parece-me necessário discutir, ainda que resumidamente, o problema da origem das formas da primeira e terceira pessoas do singular do pretérito perfeito do verbo *ser*. Passo a analisar os diferentes tipos de explicação propostos ou aceites pelos manuais de gramática histórica ou por diversos artigos que fizeram referência a essa questão.

---

(1) Cf. José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2.ª ed., Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970, p. 116.

(2) Cf. Lorenzo Rodríguez-Castellano, *Aspectos del bable occidental*. Oviedo, 1954, p. 237. Veja-se também Federico Hanssen, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 49-50, mas especialmente p. 50. Aí se afirma que «en la conjugación de este pretérito [de *ser*], hai notabe diferencia entre León i Asturias, siendo las formas usuales las siguientes:

ASTURIANAS	LEONESAS
foy	*fuy*
fuste	*fuste, fueste*
fo, foe	*fu, fue*
fomos	*fumos, fuemos*
fostes	*fustes, fuestes*
foron	*furon, fueron*».

Uma das diferenças apontadas e que nos interessa de modo particular neste momento é a que se refere à primeira pessoa: ao passo que, segundo informação do Autor, em asturiano é habitual a forma *foy*, em leonês é corrente *fuy*.

(3) Erik Staaff, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 163 e p. 310-312.

(4) F. de Onís y Sánchez, *Contribución al estudio del dialecto leonés*. Salamanca, 1909, p. 42.

José Joaquim Nunes, no *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, considera que a forma portuguesa mais antiga da primeira pessoa do pretérito perfeito de *ser* é *foi*, que representa a forma latina FUĪ; a forma *fui* seria posterior àquela e dela resultante por «inflexão vocálica» (1). Mais adiante, ao referir-se aos pretéritos formados com «inflexão vocálica», volta a tratar do problema da origem da forma da primeira pessoa desse tempo verbal, afirmando: «A 1.ª pessoa do singular, na língua antiga, era tanto *foi* como *fui*, isto é, possuía forma idêntica à da 3.ª, que, depois da queda da desinência pessoal, ficara inteiramente igual àquela; ainda hoje algumas falas populares não fazem distinção entre elas, empregando ambas as formas nas duas pessoas, conquanto outras as invertam, usando de *foi* na 1.ª e de *fui* na 3.ª; é de crer que a primitiva forma fosse *foi*, tanto num como noutro caso, pois assim o exigia a quantidade breve do *-ŭ-* (...), mais tarde o ditongo *oi* passou a *ui* e a língua literária, para distinguir entre si as duas pessoas, reservou para a 1.ª a forma *fui*, continuando na 3.ª a manter o regular *foi*» (2). No que se refere à quantidade da vogal tónica latina, em nota acrescenta, porém, o seguinte: «Entenda-se na língua clássica, pois originariamente havia sido longo; o latim vulgar parece ter oscilado entre as duas quantidades: cf. Grandgent, *Latim vulgar*, § 431» (3). Importa salientar que há entre o conteúdo desta nota e algumas afirmações do texto transcrito evidentes faltas de concordância e uma certa hesitação: embora tendo consciência da dualidade existente em latim vulgar entre *fŭi* e *fūi*, o Autor toma como ponto de partida da forma portuguesa da primeira pessoa a forma do latim clássico com vogal breve, ou seja, *fŭi* e, a partir daí, constrói a sua explicação que conduz a algumas afirmações porventura pouco rigorosas como, por exemplo, a que se refere à antiguidade, para a primeira pessoa, de *foi* sobre *fui* (4). Portanto, de acordo com a explicação proposta, existiria originariamente a forma *foi*, tanto para a primeira como para a terceira pessoas do pretérito perfeito. A distinção entre as duas pessoas ter-se-ia verificado quando, «mais tarde o ditongo *oi* passou a *ui* e a língua literária (...) reservou para a 1.ª a forma *fui*, continuando na 3.ª a manter o regular *foi*». Embora adiante tenha que voltar a fazer referência a esse ponto, gostaria de salientar, desde já, que, desde o século XIII, surgem indiferenciadamente para a

---

(1) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 308 e 311-312.

(2) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 312.

(3) IDEM, *ibidem*, p. 312, n. 1.

(4) Sobre outros comentários críticos à explicação de José Joaquim Nunes, veja-se J. MATTOSO CÂMARA JR., *Una alternancia portuguesa: fui: foi*. In: *Revista de Filología Hispánica*, vol. I, n.º 3, p. 257-261 e especialmente p. 257-258.

primeira e terceira pessoas as formas *foi* e *fui*. Os documentos galegos que, sob tantos aspectos, se revelam bastante próximos da linguagem falada da época, manifestam exactamente essa situação.

Idêntica quanto aos pontos fundamentais é a explicação proposta por Williams, que, no entanto, a apresenta de modo muito sumário. Segundo o Autor, *fui* provém de FUĪ, através de um fenómeno de inflexão vocálica. Seguidamente, afirma que a «confusão de *fui* e *foi* era frequente em português antigo e [que] se mantém ainda nalguns falares regionais» (1).

Uma outra tentativa de explicação é a que tem por defensores J. Huber (2) e J. Piel (3), que apresentam opiniões bastante próximas. Ao apontarem a etimologia das diferentes formas do perfeito, ambos os autores se baseiam no paradigma do latim vulgar admitido por Meyer-Lübke, na *Gramática das línguas românicas* (4): nesse paradigma a forma da primeira pessoa apresentaria *ū*, isto é, *fūi*, que está na origem da quase totalidade das formas românicas, incluindo o espanhol (5). As formas correspondentes às restantes pessoas apresentam-se contraídas, devido ao emprego frequentemente átono dessas formas: *FŪSTI, *FŪT, *FŪMUS, *FŪSTIS, *FŪRUNT. Em síntese, e aproveitando do texto dos dois autores os aspectos que interessam ao ponto que está a ser objecto de discussão, destacarei o seguinte: a forma da primeira pessoa do perfeito foi originariamente *fui* e provém da forma do latim vulgar com *ū*: FŪĪ. Tanto Huber como Joseph Piel referem, em seguida, a confusão entre a terceira e a primeira pessoa do pretérito que se manifesta em antigos textos e ainda actualmente nalguns falares regionais do Centro e Norte do País. De acordo com esta hipótese, a forma originária da primeira pessoa teria sido *fui*, que representa historicamente a forma do latim vulgar FŪĪ; posteriormente, teria ocorrido a confusão entre as formas da primeira e terceira pessoas do referido tempo verbal.

A terceira tentativa de explicação, da autoria de Mattoso Câmara (6), distingue-se das anteriores por não circunscrever o estudo deste fenómeno

---

(1) E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 236, § 198, 8.

(2) Cf. JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winter Universitätsbuchhandlung), 1933, p. 216, § 401, 5.

(3) JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 35, § 48, 6.

(4) W. MEYER-LÜBKE, *Grammaire des langues romanes*. Tradução francesa por Auguste Doutrepont e Georges Doutrepont. T. II: Morphologie. Paris (H. Welter, Éditeur), 1895, p. 376-380, §§ 292-297.

(5) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 318-319, § 120, 5.

(6) J. MATTOSO CÂMARA JR., *Una alternancia portuguesa: fui: foi*. In: *Revista de Filología Hispánica*, vol. I, n.º 3, 1939, p. 257-261.

ao português, procurando situá-lo num quadro românico e até no âmbito da própria história da língua latina. Efectivamente, a quantidade da vogal *u* de *fui* sofreu, em latim, algumas alterações. De acordo com uma informação de Grandgent transcrita por Mattoso Câmara, «La *u* de *fui* era originalmente larga, pero se volvió breve en latín clásico; el latín vulgar parece mostrar *ū* y *ŭ*» (1). A par da inovação *fŭi, fŭiste,* etc., persistiu, no chamado latim vulgar, a pronúncia arcaizante com *ū*. Ora, segundo Mattoso Câmara, teria sido a dualidade *fŭi — fūi* existente no latim vulgar que explica a existência, nas várias línguas românicas, de formas com *u* ou com o (2). Dessa dualidade de formas do latim vulgar dependerá, no caso do galego-português, a existência de formas duplas com os dois timbres desde o período mais antigo. Assim, de FŬI, FŬIT teria resultado *foi,* do mesmo modo que de FŪI, FŪIT proveio *fui.*

Vimos já anteriormente que em meados do século XIII os documentos reflectem a coexistência das formas *foi, fui* para a primeira e terceira pessoas. À medida que o tempo avança, tende-se para a eliminação dessa dualidade e a língua serve-se da alternância vocálica como elemento morfológico importante para distinguir a primeira e a terceira pessoas do referido tempo verbal.

Esta tentativa de explicação parece-me oferecer algumas vantagens relativamente às anteriores: não só ajuda a compreender a presença de numerosas formas com *fu-* em várias línguas românicas, tais como o português, o galego, o asturiano, o romeno e o francês (3), assim como a existência, em provençal, de uma alternância idêntica à portuguesa para assinalar nitidamente a distinção entre a primeira e a terceira pessoas (4) ou, finalmente, a flutuação que caracteriza a flexão do perfeito do italiano: *fui, fosti, fu, fummo, foste, fúrono* (5). Por outro lado, parece confirmar esta hipótese de explicação a primitiva situação linguística do galego-português: aí, como vimos através da análise dos documentos mais antigos, coexistiam, para a primeira e terceira pessoas, as formas *foi* e *fui.* Desde meados do século XIII que os documentos correspondentes à Galiza revelam muito nitidamente um estado de indiferença no jogo flexional *foi - fui.* Os documentos relativos

---

(1) C. H. GRANDGENT, *Introducción al latín vulgar.* Traducción del inglês, adicionada por el autor, corregida y aumentada con notas, prólogo y una antología por Francisco de B. Moll. Madrid (Centro de Estudios Históricos), 1928, p. 264-265. (Há uma segunda edição «en reproducción fotográfica»). O passo transcrito é citado por Mattoso Câmara no trabalho referido na nota anterior, nas p. 259-260.

(2) J. MATTOSO CÂMARA JR., *Una alternancia portuguesa: fui: foi.* In: *Revista de Filología Hispánica,* vol. I, 1939, n.º 3, p. 261.

(3) IDEM, *ibidem,* p. 258.

(4) IDEM, *ibidem,* p. 258 e 261.

(5) IDEM, *ibidem,* p. 258 e 261.

à zona portuguesa manifestam já uma tendência bastante sensível para uma distribuição sistemática das duas formas pelas duas pessoas gramaticais, a primeira e a terceira do singular. A linguagem que os documentos desta última zona reflectem mostra uma certa preferência pelo recurso ao contraste vocálico como meio de distinção morfológica entre as duas referidas pessoas. Afigura-se-me como altamente provável que os falantes correspondentes aos chamados níveis sociolinguísticos inferiores continuassem a usar indiferenciadamente as formas *foi* e *fui*, como ainda acontece actualmente nas variedades idiomáticas dessa zona. Contudo, os notários desta região parecem mostrar preferência pela distribuição das duas formas pela primeira e terceira pessoas do pretérito perfeito. Efectivamente, são escassos os exemplos reveladores de um uso indiferenciado das formas *fui* - *foi* nos documentos da zona a sul do Minho e correspondem a um período bastante antigo: os três exemplos recolhidos de formas com *o* para a primeira pessoa situam-se em fins do século XIII ou primeiros anos do século seguinte. Na Galiza, os documentos parecem reflectir melhor a linguagem falada local ou regional, deixando transparecer toda uma série de possibilidades de expressão, quer se trate de traços de carácter fonético, quer de particularidades de tipo morfo-sintáctico, sem se decidirem preferencialmente por nenhuma delas em particular. No caso concreto de que vimos tratando, o emprego indiferenciado de *foi* e *fui* (1) para a primeira e terceira pessoas do singular prolonga-se, pelo menos, até fins do século XV e princípios do século XVI, ou seja, até ao termo do período abrangido pelo presente estudo (2). Ao contrário do que acontecia a sul do Minho (3), até bastante tarde continuou a consciência colectiva a tolerar essa confusão.

---

(1) Abstraio, neste momento, das diferentes variantes gráficas atrás (cf. p. 819-820) reunidas que, por uma questão de simplificação, reduzi agora aos dois tipos essenciais.

(2) No galego actual, na chamada língua comum, a primeira pessoa do singular apresenta *fu-* e a terceira *fo-*, ou seja, respectivamente *fun* e *foi*. Verifica-se, porém, nalgumas variedades a sobrevivência de *fui* na terceira pessoa do singular. Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 161 e n. 74. Sobre o elemento nasal da primeira pessoa do pretérito perfeito, veja-se o que escrevi nas p. 743-744. Observe-se, a propósito, que a forma *fun* aparece já registada num documento galego de 1273, prova de que ela já existia na linguagem falada da época. Trata-se do doc. XXVI da colecção de *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* organizada por Andrés Martínez Salazar. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911, p. 64.

(3) É interessante observar, relativamente ao português, que, no quadro da conjugação do verbo *ser* que figura na *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros, o perfeito apresenta já a flexão que se fixou no português moderno: *fui, foste, foi, fomos,*

No que se refere aos tempos afins do perfeito, encontram-se as seguintes formas: Mais-que-perf. do ind.: 3.ª: *fora* (1287 P 103; 1288 P 104; 1331 M 156; 1411 M 167).

Fut. do conj.: 1.ª: *for* (1348 O 71, etc.); 3.ª: *for* (1333 C 10; 1351 C 13; 1434 C 17; 1274 L 24; 1450 L 44; 1475 L 48; 1322 O 67; 1372 O 75; 1296 P 111; 1322 P 129; 1403 P 132; 1506 P 136; 1454 DL 148; 1348 M 162; 1401 M 163; 1411 M 167, etc.), *ffor* (1281 O 55; 1290 O 58; 1287 P 102); 4.ª: *formoſ* (1301 P 118); 5.ª: *fordeſ* (1286 L 28); 6.ª: *forẽ* (1367 C 14; 1385 C 15; 1306 L 31; 1405 L 39; 1302 O 61; 1424 O 77; 1317 P 125; 1432 P 135; 1309 DL 142; 1484 DL 150; 1335 M 160; 1411 M 167, etc.), *foren* (1385 C 15; 1414 L 42; 1502 L 51; 1372 O 75; 1426 O 78), *forem* (1283 L 27; 1448 DL 147), *fforẽ* (1281 O 55; 1302 O 61). A par desta conjugação, cujas formas representam historicamente o futuro do conjuntivo do verbo latino ESSE, há vestígios do paradigma correspondente ao verbo SEDĒRE. Assim, verifica-se no doc. 1307 O 62 a ocorrência de *ſeuerdeſ* para a segunda pessoa do plural do mesmo tempo (1). Este tipo de futuro do conjuntivo corresponde ao perfeito *sevi* (ou *sive*), *seveste, seve, sevemos, sevestes, severom* documentado em antigos textos galego-portugueses (2). Observe-se, a propósito,

---

fostes, foram. Veja-se JOÃO DE BARROS, *Gramática da língua portuguesa. (Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha).* Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971, p. 333.

(1) Observe-se que o sentido da forma acima referida corresponde a 'estiverdes', acepção que resulta da atenuação do primitivo sentido de 'estar sentado'. Eis o contexto em que se enquadra a citada forma: «ſazemos foro ⁊ carta (...) a uoſ Roy Lourẽço ⁊ a primeyra muler cõ que *ſeuerdeſ* caſſado ⁊ a ſenos filos ou filas que ouuerdeſ deſtas muleres (...)».

(2) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 313, § 42 e p. 329-330, § 46; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX. Coimbra, 1945, p. 39, § 51; JOSEPH HUBER, *ob. cit.,* p. 219, § 404, 2; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.,* p. 236, § 198, 8; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 144, § 104. Veja-se também a documentação para o perfeito e tempos afins reunida nos trabalhos seguintes: CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 83, s.u. *seer;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 280, s.u. *seer; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 683, s.u. *seer.* Uma forma idêntica do imperfeito do conjuntivo *seuesse* aparece registada na *Crónica Troyana.* Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana* (atrás citada), p. 87 e p. 363, l. 11. A propósito da explicação da forma *ſeuerdeſ,* recorde-se o que foi dito na p. 748, n. 2.

que este perfeito forte corresponde a um perfeito em *-ui*, *SEDUI, que substituiu a forma do latim clássico SĒDI (1).

Imperf. do conj.: 1.ª: *ffofſe* (1281 O 55); 3.ª: *foſſe* (1302 L 30; 1307 L 32; 1281 P 99; 1333 P 131; 1331 M 157, etc.), *foſe* (1308 L 33; 1506 P 136; 1401 M 163; 1401 M 164), *fose* (1475 L 48); 6.ª: *foſſen* (1334 C 11), *foſſẽ* 1411 M 167), *foſen* (1450 L 44), *ffofſem* (1281 P 99).

Pres. do conj.: 3.ª: *ſiga* (1282 C 7), *ſega* (1399 C 16; 1258 L 22; 1281 O 55; 1348 O 72; 1299 P 116), *ſegia* (1262 C 1; 1262 C 2), *segia* (1265 C 3), *ſeya* (1269 C 4; 1282 C 7; 1258 L 23; 1274 L 24; 1281 L 26; 1283 L 27; 1276 O 54; 1307 O 62; 1312 O 63; 1313 O 64; 1269 P 93; 1271 P 94; 1287 P 102; 1302 P 122; 1281 M 152; 1317 M 154, etc.), *ſſeya* (1292 O 59; 1348 O 71; 1295 P 108, etc.), *ſeia* (1282 C 6; 1300 C 8; 1367 C 14; 1258 L 21; 1298 L 29; 1302 L 30; 1405 L 39; 1450 L 44; 1267 O 52; 1322 O 67; 1360 O 73; 1280 P 97; 1333 P 131; 1432 P 135; 1285 DL 139; 1454 DL 148; 1331 M 156; 1407 M 166, etc.), *ſſeia* (1310 L 35; 1292 O 59; 1302 O 60; 1302 O 61; 1348 O 71; 1367 O 74; 1313 DL 143, etc.), *seia* (1404 L 38), *ſeyia* (1281 M 151), *ſſeja* (1297 P 112; 1472 DL 149), *seja* (1497 L 50), *ſeja* (1434 C 17; 1414 L 42; 1502 L 51; 1396 O 76; 1424 O 77; 1297 P 112; 1448 DL 147; 1472 DL 149; 1484 DL 150, etc.), *seja* (1410 L 41; 1450 L 44; 1475 L 48; 1497 L 50; 1426 O 78, etc.); 4.ª: *ſegiamos* (1285 O 56), *ſeyamoſ* (1302 P 120), *sejamos* (1450 L 44); 5.ª: *ſeyadeſ* (1283 L 27), *ſeiadeſ* (1286 L 28; 1314 O 65; 1301 P 119; 1333 P 131), *ſeiades* (1335 L 37; 1322 O 67; 1360 O 73; 1372 O 75; 1333 P 131), *ſſeiadeſ* (1339 O 70), *ſejades* (1396 O 76), *sejades* (1426 O 78), *ſejades* (1396 O 76; 1433 O 79), *seiades* (1404 L 38); 6.ª: *ſſeiã* (1385 C 15; 1367 O 74), *ſeiã* (1405 L 39; 1281 O 55; 1322 O 67; 1334 O 69; 1339 O 70; 1299 P 114; 1345 DL 146), *ſeiam* (1281 O 55), *seiam* (1404 M 165), *ſejã* (1396 O 76; 1484 DL 150), *ſejan* (1414 L 42; 1450 L 44), *sejan* (1450 L 44), *sejã* (1475 L 48), *ſejam* (1500 O 90; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1411 M 167), *ſſejam* (1472 DL 149).

A par deste paradigma do presente do conjuntivo, de configuração idêntica ao que ainda hoje vive em português e no galego comum, aparecem em vários documentos galegos algumas formas de tipo castelhano-leonês (2). Em galego-português, o grupo *-dj-* das formas do latim vulgar continua-

---

(1) Cf. José Joaquim Nunes, *ob. cit.*, p. 313, § 42; Joseph Piel, *ob. cit.*, p. 38-39; J. Huber, *ob. cit.*, p. 219, § 404, 2; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 236, § 198, 8.

(2) Cf. R. Menéndez Pidal, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 291, § 113, 2 a; Federico Hanssen, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896, p. 18; E. Staaff, *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle*. Uppsala e Leipzig, 1907, p. 310.

doras das formas do latim clássico *sedeam, sedeas, sedeat,* etc., sofreu um processo de palatalização que o transformou numa africada pré-palatal sonora que acabou por evoluir para fricativa pré-palatal sonora (1). Em galego, onde as fricativas sibilantes e a fricativa pré-palatal sonora ensurdeceram a partir do período medieval (2), o presente do conjuntivo do verbo *ser* apresenta a seguinte configuração: *sexa, sexas, sexa, sexamos, sexades, sexan* (3). Contrariamente ao que aconteceu em galego-português, o grupo *-dj-* em castelhano transformou-se em iode que se perdeu sempre que ia precedido de *e* ou *i*. Assim, a forma SEDEAM está representada no antigo castelhano por *seya* a que corresponde, na fase moderna dessa língua, *sea* (4). Uma evolução paralela se encontra em leonês, onde, embora podendo surgir formas com iode do tipo *seya, seyas,* etc., estão praticamente generalizadas, já desde o período antigo, formas idênticas às do castelhano, ou seja, *sea, seas, sea, seamos, seades, sean.* Da análise dos documentos reunidos por E. Staaff pode concluir-se que no leonês do século XIII as formas habituais eram deste último tipo; recolhem-se, no entanto, alguns exemplos, relativamente pouco numerosos, de formas do conjuntivo idênticas às do galego-português, do tipo *seia, sseia, seya* e *seja* (5).

É interessante verificar que também nalguns documentos da Galiza aparecem formas do conjuntivo correspondentes a um paradigma idêntico ao que era característico do leonês e do castelhano. Curiosamente, essas formas ocorrem não apenas em documentos de carácter tardio, do século XV ou XVI, em que é particularmente sensível a influência castelhana, mas desde meados do século XIII: 3.ª pes.: *ſéa* (1255 L 19), *ſea* (1516 C 18; 1257 L 20; 1500 O 90; 1280 P 98), *ſſea* (1302 P 121), *sea* (1497 L 50); 4.ª pes.: *ſeamos* (1500 O 90).

---

(1) Sobre a evolução do grupo *-dj-* em posição intervocálica, veja-se o que escrevi nas p. 621-623.

(2) A propósito do ensurdecimento de africadas e fricativas alveolares e da pré-palatal sonora, o qual, desde o século XIII, começou a afectar a língua falada na Galiza, veja-se o que escrevi nas p. 457-459, 465-468 e p. 471-472.

(3) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 162. Além do paradigma indicado que é o genuíno e o mais generalizado na Galiza, aponta o Autor outras formas vivas nalgumas variedades regionais: *sía, seña, sea* e *seia.*

(4) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española.* 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 291, § 113, 2 a; IDEM, *Cantar de Mio Cid.* Texto, gramática y vocabulario, 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 270-271; IDEM, *Orígenes del español. Estado lingüistico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 359, § 73, 3.

(5) ERIK STAAFF, *ob. cit.*, p. 310.

Nalgumas modernas variedades regionais do galego este tipo de conjuntivo rivaliza com o paradigma genuinamente galego-português e ainda hoje mais generalizado na Galiza, *sexa, sexas,* etc. (1). Apesar disso, na fala de algumas povoações é actualmente a única conjugação usada (2).

Do infinitivo flexionado registei: 3.ª: *ſéér* (1255 L 19; 1285 O 56), *ſſeer* (1454 DL 148), *ſſer* (1292 O 59); 4.ª: *ſéérmoſ* (1284 DL 138); 5.ª: *ſéérdeſ* (1301 P 118), *ſſeerdeſ* (1302 O 60), *ſeerdes* (1367 C 14; 1310 L 34; 1274 O 53).

Para o gerúndio aparecem as formas que se seguem: *ſeendo* (1367 C 14; 1434 C 17; 1410 L 41; 1450 L 44; 1506 P 136), *ſſeendo* (1280 P 98), *ſééndo* (1345 DL 146), *ſeẽdo* (1315 DL 145; 1345 DL 146; 1411 M 167), *seendo* (1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1407 P 133; 1407 M 166), *seẽdo* (1475 L 48), *ſendo* (1399 C 16; 1433 O 79; 1419 P 134), *sendo* (1474 L 47; 1475 L 49; 1500 O 90).

[*Seguĩr*] (3). Deste verbo registaram-se, para o presente do indicativo, as formas da terceira pessoa do singular e do plural *sigue* (1450 L 44) e *siguẽ* (1450 L 44). Estas e outras formas idênticas de que se conhecem algumas abonações em antigos textos galego-portugueses (4) resultam do efeito nive-

---

(1) Assim acontece, por ex., na fala do Vale de Verín. Cf. MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Santiago de Compostela, p. 143.

(2) Veja-se, a título de exemplo, J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 123.

(3) Sobre a flexão do verbo *seguir,* veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 276-277, § 28; p. 284-285, § 32; p. 338, § 46; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 211-212, § 176, 1. D; JOSEPH HUBER, *ob. cit.,* p. 182-183, § 356; p. 202, § 380, 13: JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX. Coimbra, 1945, p. 17-20, §§ 17, 18, 19, 20, 20 a, 20 b, 21 e 22.

(4) Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores,* texto que parece ser uma tradução feita no último quartel do século XIV, estão documentadas as formas *sigue* e *sigui* para a segunda pessoa do imperativo e *siguem,* a par de *seguem,* para a terceira pessoa do plural do presente do indicativo. Cf. *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285).* Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. Vol. I, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, p. XXXIX. No texto da tradução galega da *Crónica Geral* e *da Crónica de Castela* regista-se, para o presente do indicativo, a forma *sigue,* a par da forma *seguen.* Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *seguir.*

lador da analogia com a primeira pessoa do singular do mesmo tempo e com as três pessoas do singular e do plural do presente do conjuntivo (1). Segundo o modelo de *sigo* e de *siga, sigas, siga,* etc., nivelaram-se analogicamente as restantes formas rizotónicas do presente do indicativo. O timbre da vogal do radical *i* daquelas formas resulta do fechamento da vogal /ę/ produzido primeiro pela inflexão vocálica causada pela semivogal i̯ (2) e, mais tarde, no fim do período arcaico, pela acção da metafonia exercida pela desinência -o /u/ (3). Assim, de *SĔQUIO, forma correspondente a um infinitivo *SEQUIRE (4), resultou *sigo*. O vocalismo do radical assim originado ter-se-ia propagado, por um mecanismo morfológico, às formas do presente do conjuntivo (5). Desse modo, resultou, na flexão deste e de outros verbos, uma alternância vocálica entre formas que têm no radical a vogal [i] e outras que se caracterizam pelo timbre [ę]. É essa a situação que existe no português; no galego actual, pelo contrário, não há lugar para a alter-

---

(1) É possível que o vocalismo do radical das formas arrizotónicas de este e de outros verbos em *-ir* também tenha contribuído para fixar as formas com *i* no radical. Como já atrás (cf. p. 362-366 e 399-402) foi referido, houve, no antigo galego-português, uma tendência para assimilar o timbre da pretónica *e* ou *o* ao timbre da tónica, sempre que nesta sílaba se encontrava a vogal *i*. Assim, *seguir* → *siguir, pedir* → *pidir, servir* → *sirvir, cobrir* → *cubrir,* etc. Verifica-se, na flexão dos verbos em *-ir,* que as formas arrizotónicas, com *i* no radical devido ao referido fenómeno de harmonização vocálica, são maioritárias; tal facto teria também contribuído para a generalização do timbre *i* no radical das formas rizotónicas. Alguns autores recorrem unicamente a esta acção das formas maioritárias com *i* no radical para explicar a alteração de timbre das formas rizotónicas e a consequente eliminação do fenómeno de alternância vocálica. Assim acontece com JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 283-290, § 32 e especialmente n. 1 da p. 284-285. A mesma explicação é proposta por ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego.* Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 33-38. Pela minha parte, prefiro explicar a nivelação do vocalismo do radical a partir da primeira pessoa do presente do indicativo e das três pessoas do singular e do plural do presente do conjuntivo.

(2) Algumas gramáticas históricas do português, ao proporem a explicação diacrónica das particularidades da flexão de alguns verbos com iode flexional na primeira pessoa do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do conjuntivo, afirmam que o fechamento da vogal radical da primeira pessoa do presente do indicativo resulta da acção combinada da inflexão vocálica e da metafonia: exprime-se nesse sentido E. B. WILLIAMS, *ob. cit.,* p. 209, § 176.

(3) J. MATTOSO CÂMARA JR., *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1976, p. 151-152.

(4) Sobre a correspondência entre os verbos que pertenciam originariamente à terceira conjugação latina e os tipos flexionais portugueses e galegos, veja-se o que escrevi na p. 723 e segs.

(5) J. MATTOSO CÂMARA JR., *ob. cit.,* p. 152.

nância vocálica (1), pelo facto de se terem tornado normais as formas resultantes do efeito nivelador com as formas que tinham *i* no radical (2).

[*Sentir*] (3). Merece uma referência especial a forma da primeira pessoa do presente do indicativo *sento*, registada num documento redigido na Galiza em fins do século XIII: mais concretamente, trata-se do documento 1290 P 106. Apresenta esta forma um interesse muito particular uma vez que prova que o efeito nivelador da analogia da primeira com as restantes pessoas do paradigma do presente do indicativo (4) já se tinha iniciado no século XIII (5).

---

(1) Cf. ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filologia*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 34-35. Segundo esclarece o Autor, no caso de existir a alternância vocálica, ela é sentida como erro (cf. p. 34).

(2) A mesma situação se encontra em castelhano, onde as formas do presente do indicativo e do conjuntivo com iode flexional atraíram a si as restantes formas daquele tempo. Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª edição, Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 294-296, § 114.

(3) Sobre a flexão do verbo *seguir* e, muito especialmente, sobre as particularidades reveladas pelo presente do indicativo e do conjuntivo, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 288-290; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 215, § 176, 8 B e 176, 10 B; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 202, § 380, 14; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 17-20, especialmente p. 19-20, § 21; M. SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 131-134, mas especialmente p. 133; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 120, § 87. Para outras informações relativas a formas antigas deste verbo, veja-se ainda CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 84, s.u. *senço;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 284-285, s.u. *sentir; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 685, s.u. *sentir;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 97, s.u. *sentir*.

(4) Esta explicação é também defendida por JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 289, § 32 e JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 19-20, § 21. Este último Autor parece, porém, admitir ter havido uma certa influência do padrão flexional de *servir*. Por sua vez, Williams defende que «*menço* and *senço* were replaced by *mento* and *sento* by analogy with the *servir* type». (Cf. *From Latin to Portuguese*, 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968, p. 215, § 176, 8 B.).

(5) Num percurso mais ou menos rápido feito através de antigos textos galego-portugueses, pude detectar alguns exemplos das formas analógicas do presente do indi-

Sob este aspecto, é bastante expressiva a comparação com a linguagem dos cancioneiros profanos e com as *Cantigas de Santa Maria.* Aí aparecem sempre as formas etimológicas, tanto para a primeira pessoa do presente do indicativo *(senço),* como para o presente do conjuntivo (p. ex. *sença, sençades)* (1). Trata-se de formas foneticamente regulares explicáveis a partir das formas latinas SENTIO, SENTIAM, SENTIAS, SENTIAT, etc.

---

cativo *(sento)* ou do presente do conjuntivo *(senta, sentas, senta,* etc.) apenas num período mais tardio, ou seja, durante os séculos XIV e XV. Assim, *sento* surge em *A demanda do Santo Graal,* texto conhecido através de «uma cópia, parcialmente modernizada, do século XV» com base no original que seria do terceiro quartel ou meados do século XIII. (Cf. A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal.* Reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, vol. I, Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Livro), 1955, p. XI; IDEM, *A demanda do Santo Graal,* vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 366). Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores,* texto que José Joaquim Nunes, com base na análise das características da linguagem, situa no último quartel do século XIV, surgem várias abonações de *sento, senta,* a par da forma moderna *sinto,* que também já nessa época existia. (Cf. *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209--1285).* Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por JOSÉ JOAQUIM NUNES. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, vol. I, p. XXXIX). Num outro texto do fim do século XIV ou do começo do século XV, o *Orto do Esposo,* aparece *sento* para a primeira pessoa do presente do indicativo e *senta, sentas* para o presente do conjuntivo. (Cf. BERTIL MALER, *Orto do Esposo.* Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário, vol. I, Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Livro), p. 222, 228 e 313.

Desse tipo de formas encontram-se ainda vários exemplos em Gil Vicente. Sobre as diversas ocorrências de *consento, sento, senta* em textos vicentinos, veja-se GIL VICENTE, *Obras completas.* Coordenação do texto, introdução, notas e glossário de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Nova edição, revista. Porto (Livraria Civilização), 1962, p. 572 e 586. Observe-se, porém, que em Gil Vicente essas formas alternam já com outras de feição moderna como, por exemplo, *sinto.*

(1) Sobre a ocorrência sistemática das formas etimológicas *senço, sença* nos cancioneiros profanos e nas *Cantigas de Santa Maria,* cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 84, s.u. *senço; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 685, s.u. *sentir;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 97, s.u. *sentir;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 284-285, s.u. *sentir.* Veja-se também a observação feita por Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz na *Gramática portuguesa,* vol. I, p. 198-199: «En la lengua de los Cancioneros la labor de la analogía no había sido aún muy intensa. Cada palabra e incluso cada forma verbal evolucionan por separado y con completa independencia unas de otras. Así, por ejemplo, del lat. m o r ĭ o (por m o r ĭ o r), c o m ē d o,

As formas modernas com *ĭ* no radical aparecem registadas em textos escritos a partir do século XV (1). Não é fácil explicar a alteração das formas *sento, senta,* pelas actuais *sinto, sinta,* assim como a evolução paralela de outras formas idênticas de verbos da terceira conjugação, tais como, por exemplo, *servir, seguir, mentir,* etc. A semivogal de *-io* (1.ª pessoa do singular do presente do indicativo) e de *-iam* (1.ª pes. do singular do pres. do conjuntivo) pode ter determinado um primeiro grau de fechamento da vogal do radical. Este tipo de inflexão vocálica teria conduzido inicialmente à alternância entre radical com vogal médio-fechada /ę/ e radical com vogal médio-aberta /ę/: *sęrvo/sęrves; sęnto/sęntes,* etc.

Parece, além disso, ter-se produzido, no fim do período arcaico, uma metafonia exercida pela desinência *-o* /u/ da primeira pessoa do singular do presente do indicativo; o vocalismo assim originado estendeu-se, por um mecanismo morfológico, às formas do presente do conjuntivo (2). Assim se criou, em consequência do fenómeno histórico da metafonia na primeira pessoa do presente do indicativo e sua propagação ao presente do conjuntivo, uma alternância vocálica entre /i/ e /ę/ do radical: *sirvo, sirva/sęrves; sigo, siga/sęgues.* Nos verbos em que a vogal do radical está entravada por nasal, a alternância ocorre entre /i/ e /ę/. Tal é a situação do verbo *sentir.* Contudo, na zona que nos ocupa, em que nem sempre ocorreu o fechamento da vogal entravada por nasal (3), a alternância pode ser do tipo /i/ ~ /ę/ ou /i/ ~ /ę/.

Neste, como em quase todos os verbos da terceira conjugação, existiu a tendência para propagar o timbre *i* às restantes formas rizotónicas do presente do indicativo, criando-se um estado de oscilação entre formas de um e outro tipo. Assim, em textos dos séculos XV e XVI, convivem as formas

---

a r d ĕ o, *p e r d ĕ o, m ĕ n t ĭ o y s e n t ĭ o derivan las formas galaico-portuguesas fonéticamente regulares *moiro, comio* y *coimo, arço, perço, menço* y *senço,* que serán sustituidas por las modernas formas analógicas *morro* 'muero' (derivado del infinitivo *morrer* 'morir'), *como* (del inf. *comer*), *ardo* (de *arder*), *perco* 'pierdo' (de discutido origen), *minto* 'miento' (de *mentir*) y *sinto* 'siento' (de *sentir*)».

(1) Cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 215, § 176, 8, B. *Synto* aparece documentada no *Leal Conselheiro* e na *Crónica da Ordem dos Frades Menores.* Cf. HAROLD J. RUSSO, *Morphology and Syntax of the Leal Conselheiro.* Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1942, p. 34; *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285).* Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por JOSÉ JOAQUIM NUNES. Vol. I, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, p. XXXIX da *Introdução.*

(2) Cf. J. MATTOSO CÂMARA JR., *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1976, p. 151-152.

(3) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 348-350.

com o vocalismo originário no radical e as resultantes do efeito nivelador da analogia (1). Essa oscilação deixou, em português, de ser tolerada pela norma culta, ao passo que no galego actual coexistem os dois tipos de variantes com carácter facultativo (2).

[*Soer*] 'ser costume, costumar' (3). Deste verbo aparecem as formas que se seguem:

Pres. do ind.: 3.ª: *fol* (1286 L 28).

Imperf. do ind.: 3.ª: *foya* (1434 C 17), *soya* (1473 O 80), *ffuya* (1298 L 29), *fuhia* (1283 P 101), *folja* (1502 L 51); 6.ª: *foyan* (1454 DL 148), *foyam* (1454 DL 148).

Acerca da forma *fol*, convém notar a perda de *-e* que, neste caso concreto, era a vogal temática; tal facto impediu a síncope de *-l-* que passou a figurar

---

(1) No *Leal Conselheiro*, a par de *sente, sentem* surgem *synte* e *syntem:* cf. HAROLD J. RUSSO, *ob. cit.*, p. 34. As formas analógicas eram ainda toleradas pela norma linguística culta do século XVI. Na *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira ocorrem *sintem* e *cõsintẽ;* cf. p. 41 e 48 da reedição de Sá Nogueira, Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933.

(2) Essa oscilação entre os dois tipos de variantes para a segunda e terceira pessoas do singular e para a terceira do plural é registada por algumas monografias dialectais. Veja-se, por exemplo, J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás.* Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 120; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 154.

(3) Sobre a flexão deste verbo, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 281-282, § 30; p. 330, § 46; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 199, § 378, 25; JOSEPH PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 14, § 12; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909, p. 145, § 104. Para outra documentação antiga além da registada neste trabalho, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 86, s.u. *soer;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 98, s.u. *soer; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 269, s.u. *soer;* José Luís RODRÍGUEZ, *El Cancionero de Joan Airas de Santiago.* Edición y estudio. Anexo 12 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1980, p. 377, s.u. [*soer*]; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 290, s.u. *soer;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1209-1210, s.u. *soer.*

em posição final (1). Mais tarde, por analogia com a mesma pessoa dos restantes verbos da mesma conjugação (2) e possivelmente também por nivelação analógica com as demais pessoas do mesmo tempo, a vogal *-e* foi restabelecida, donde resultou a forma *soe* (3).

Saliente-se ainda a presença das formas *ſſuya* e *ſuhia* em documentos da Galiza, as quais revelam a harmonização vocálica do timbre da pretónica ao timbre da tónica (4). E, finalmente, registe-se a ocorrência do castelhanismo *ſolja* num documento galego dos primeiros anos do século XVI.

Tẽer (1322 O 67), *téénr* (1262 C 2), *tẽenr* (1506 P 136) (5), *téér* (1265 C 3; 1282 C 6; 1281 L 26; 1302 O 61; 1334 O 69; 1360 O 73; 1396 O 76; 1280 P 97; 1280 P 98; 1298 P 113; 1301 P 118; 1287 DL 140), *teer* (1302 L 30; 1310 L 34; 1405 L 39; 1450 L 44; 1314 O 65; 1426 O 78; 1298 P 113; 1320 P 128) (6).

---

(1) Veja-se o que escrevi atrás, p. 812 e n. 2, a propósito da forma *sal*, 3.ª pes. do pres. do ind. de *ſayr*.

(2) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 281; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 199, § 378, 25 e p. 202, § 380, 12; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 14, § 12.

(3) A forma *soe*, resultante da restituição de *-e*, surge somente a partir do início do século XIV. Informação colhida em CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 86.

(4) Sobre a alteração de *o* da sílaba pretónica em *u* por influência de *i* ou *u* da sílaba seguinte, veja-se o que escrevi nas p. 399-402.

(5) Sobre a configuração das formas *téénr* e *tẽenr*, veja-se o que ficou dito nas p. 575-576. A forma *teenr* aparece também na *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV*. Ms. O. I. 1 del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Oviedo (Publicaciones de *Archivum*), 1963, p. LVIII.

(6) Sobre a flexão de *ter*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 308-310, § 41; p. 313-314, § 42; p. 317-319, § 45 e p. 330-331, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 237-238, § 199; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 199, § 378, 26; p. 202-203, § 382; p. 206, § 388, 1; p. 208, § 390; p. 209, § 393; p. 210, § 395; p. 212, § 397; p. 219, § 404, 4; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 39, § 51, 7; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 145, § 104.

O facto mais importante a assinalar na história deste verbo diz respeito à invasão do campo semântico de HABERE. No conjunto das línguas românicas, esta inovação encontra-se nas três línguas ibero-românicas — onde, aliás, surge, desde o período medieval —, no sardo e nalgumas zonas dialectais do Sul de Itália. Esta tendência parece ter antecedentes remotos, uma vez que já em latim, desde época bastante antiga, HABERE aparece já, por vezes, substituído por TENERE. Também em autores hispânicos dos séculos V e VI está documentada esta concorrência semântica entre os dois verbos. Sobre esta substituição e possíveis causas linguísticas, veja-se o artigo de JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, *Les verbes "haber" - "tener" et l'emploi de l'anaphorique "y" dans "Le Libro de los Gatos"*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, 1980-1981, p. 245-270. Ver também os trabalhos citados

Segue-se a lista das restantes formas recolhidas:

Pres. do ind.: 1.ª: *teno* (1281 L 26), *teño* (1516 C 18; 1310 L 34; 1414 L 42; 1450 L 44; 1497 L 50; 1281 O 55; 1292 O 59; 1290 P 106; 1317 P 126; 1320 P 128), *tenho* (1299 P 114; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1317 M 154); 3.ª: *tẽ* (1281 O 55; 1298 P 113; 1301 P 118; 1322 P 129; 1473 O 86); *ten* (1258 L 21; 1414 O 42; 1281 O 55; 1269 P 93; 1299 P 114), *tẽ* (1278 L 25; 1302 O 61; 1322 P 67; 1348 O 71), *tem* (1310 L 34; 1281 O 55; 1280 P 98; 1317 P 125; 1403 P 132); 4.ª: *téémos* (1310 L 35), *teemos* (1335 L 37; 1475 L 48; 1499 O 89; 1404 M 165): 5.ª: *tẽedes* (1442 L 43), *téédes* (1316 L 36), *téédeſ* (1313 O 64), *teedeſ* (1307 O 62; 1305 P 123); 6.ª: *téén* (1281 O 55), *tẽẽ* (1333 C 10; 1302 O 61; 1473 O 80).

Imperf. do ind.: 1.ª: *tyñà* (1351 C 13), *tjña* (1450 L 44); 3.ª: *tíj̇ña* (1333 C 10), *tíj̇na* (1333 C 10; 1344 C 12), *tıña* (1310 L 34; 1414 L 42), *tjña* (1407 L 40, etc.); 4.ª: *tiñamos* (1310 L 34); 6.ª: *tíj̇ñã* (1333 C 10).

Perf.: 1.ª: *tiue* (1302 O 61); 3.ª: *teue* (1290 O 58; 1290 P 106; 1299 P 114), *teuo* (1281 L 26; 1316 L 36; 1414 L 42; 1348 O 71; 1348 O 72; 1396 O 76) (1); 6.ª: *teuerõ* (1335 L 37).

Mais-que-perf. do ind.: 3.ª: *teuera* (1344 C 12; 1411 M 167).

Fut. do ind.: 3.ª: *terrá* (1414 L 42); 6.ª: *terran* (1502 L 51).

Pres. do conj.: 1.ª: *tena* (1281 L 26; 1405 L 39; 1274 O 53; 1271 P 95), *tenga* (1516 C 18. Trata-se de um castelhanismo facilmente explicável num documento desta época); 3.ª: *tena* (1290 O 58; 1271 P 94; 1299 P 114; 1403 P 132), *teña* (1450 L 44; 1302 O 61; 1325 P 130); *tenha* (1299 P 114; 1334 M 158; 1334 M 159), *thena* (1299 P 114); 4.ª: *tenamos* (1285 O 56), *teñamos* (1292 O 59), *tenhamoſ* (1302 P 120); 5.ª: *tenadeſ* (1283 L 27; 1286 L 28; 1314 O 65; 1333 P 131), *tenades* (1335 L 37; 1474 L 47; 1322 O 67; 1360 O 73; 1372 O 75; 1322 P 129), *teñades* (1300 C 8; 1407 L 40; 1450 L 44; 1396 O 76; 1426 O 78; 1500 O 90), *teñadeſ* (1339 O 70); 6.ª: *tenã* (1414 L 42; 1475 L 48), *teñan* (1450 L 44), *teñã* (1302 O 61; 1299 P 114, etc.), *teñam* (1506 P 136), *tenhã* (1334 M 158; 1334 M 159).

Imperf. do conj.: 3.ª: *teueſſe* (1299 P 115).

Fut. do conj.: 1.ª: *teuer* (1281 L 26); 3.ª: *teuer* (1450 L 44; 1280 P 98; 1299 P 114; 1322 P 129; 1506 P 136; 1309 DL 142; 1317 M 154; 1335 M 160, etc.), *touer* (1497 L 50; 1367 O 74); 4.ª: *teueremoſ* (1426 O 78), *teuer-*

---

pelo Autor especialmente nas notas 1 e 4 e ainda J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. IV, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *tener*.

(1) Já atrás se fez referência à existência de perfeitos fortes com *-o* analógico no antigo galego-português. Conforme nessa altura foi salientado, há, desde o período medieval, uma clara diferenciação regional quanto ao emprego das formas em *-e* e das formas em *-o*. Recorde-se o que foi dito nas p. 745-747.

mos (1360 O 73; 1372 O 75); 5.ª: *teuerdes* (1320 P 128; 1345 M 161), *touerdes* (1434 C 17); 6.ª: *teuerẽ* (1281 O 55), *teueren* (1414 L 42).

Infin. flexionado: 4.ª: *terremos* (1497 L 50) (1), *teeremos* (1407 P 133) (2), *teermos* (1475 L 48); 5.ª: *teerdeſ* (1312 O 63) (3); 6.ª: *teerẽ* (1454 DL 148; 1472 DL 149); a forma *téérena* (1283 L 27) resulta da combinação da forma do infinitivo com o pronome pessoal.

Partic. pas.: As formas do particípio passado recolhidas são sempre em *-udo;* na zona portuguesa estudada esse tipo de particípios aparece até aos fins do século XV, mas na Galiza o seu emprego prolonga-se até ao século seguinte (4). Segue-se a lista das formas registadas: *teudo* (1285 O 56; 1271 P 94), *theudo* (1411 M 167), *teudos* (1434 C 17; 1484 DL 150; 1401 M 163; 1411 M 167), *teudoſ* (1302 P 120), *theudos* (1448 DL 147), *tiudo* (1414 L 42; 1292 O 59), *tjudo* (1450 L 44), *tiudos* (1414 L 42; 1407 P 133), *tjudos* (1292 P 59), *thiudos* (1506 P 136), *tiuda* (1419 P 134), *tjuda* (1502 L 51). Caracteristicamente galega é a forma *tyundo* (1348 O 72) em que a nasalidade resultante da perda de -N- aparece transposta para depois da segunda vogal do hiato (5).

Partic. pres.: *tenẽte* (1257 L 20) (6), *téénte* (1283 L 27; 1286 L 28; 1274 O 53; 1281 P 99), *teente* (1286 L 28), *teẽte* (1283 P 101), *tente* (1281 O 55).

Registaram-se ainda várias formas correspondentes a alguns compostos de *teer.* Para o verbo *conteer,* registam-se as formas seguintes:

Pres. do ind.: 3.ª: *conten* (1414 L 42; 1502 L 51), *contẽ* (1316 P 124; 1303 M 153), *cõten* (1303 M 153), *cõtem* (1473 O 80; 1454 DL 148), *contem* (1473 O 80; 1448 DL 147); 6.ª: *contẽe* (1334 O 69).

---

(1) Convém sublinhar que, tratando-se de uma forma do infinitivo flexionado, o acento incide sobre a primeira sílaba da palavra. Observe-se ainda que o grafema composto *rr* representa a vibrante simples. Recorde-se o que foi dito nas p. 500-501.

(2) Sobre a configuração desta forma e possível explicação, veja-se o que foi dito nas p. 757-758. Recordem-se também as formas de infinitivo *téénr* e *tẽenr* (cf. p. 575-576) reveladoras do mesmo tratamento de -N-.

(3) A forma *teerdeſ* aparece combinada com o pronome pessoal *la: teerdeſla.*

(4) No que se refere à zona portuguesa, o particípio *teudo* é já referido por Duarte Nunes de Leão como forma antiga na lista «De alguns vocabulos antigos Portugueses, que se achaõ em scripturas, & sua interpretaçaõ». Cf. DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza.* Nova edição, correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Typographia do Panorama), 1864, p. 72. (Aí aparece *tendo* por *teudo*). Veja-se também o que atrás (p. 749-752) foi dito sobre a cronologia dos particípios em *-udo* e sua substituição pelas formas em *-ido* nos verbos da segunda conjugação.

(5) Veja-se o que sobre o assunto escrevi nas p. 575-577.

(6) Sobre os diferentes valores do grafema *n* em posição intervocálica, recorde-se o que foi dito nas p. 573-581.

Part. pas.: *cõteudo* (1288 P 104; 1315 DL 145; 1348 M 162), *conteudo* (1299 P 114; 1315 DL 145; 1472 DL 149; 1348 M 162; 1411 M 167), *cõteudoſ* (1289 P 105), *cõteuda* (1331 M 156), *conteudas* (1450 L 44; 1315 DL 145), *cõteudaſ* (1301 P 118), *cõtehudaſ* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *contheudas* (1450 L 44), *contiudo* (1287 P 103; 1316 P 124), *cõtiudo* (1475 L 48; 1475 L 49; 1281 M 152), *cõtjudo* (1502 L 51), *conthiudo* (1506 P 136), *contiuda* (1351 C 13), *conthiuda* (1506 P 136), *cõtiudas* (1407 P 133), *conthiudas* (1506 P 136). Em documentos da Galiza do início do século XVI aparecem algumas formas de particípio passado de tipo castelhano: *cõtenjdas* (1502 L 51), *continido* (1500 O 90), *contjnido* (1500 O 90), *cõtinjdas* (1500 O 90) (1).

Gerúndio: conteendo (1295 P 107).

Quanto a *mãtéér* (1299 P 117; 1317 M 154), *mãter* (1484 DL 150), observe-se o aparecimento das formas seguintes: Pres. do conj.: 3.ª: *mãtena* (1317 P 125); 5.ª: *mãtenades* (1474 L 47; 1299 P 117; 1432 P 135).

Fut. do conj.: 3.ª: *mãteuer* (1472 DL 149).

Infin. flexion.: 6.ª: *manteerẽ* (1472 DL 149), *manteerem* 1472 DL 149), *mãteerẽ* (1454 DL 148).

No que se refere ao composto *retéér*, registou-se apenas *retéémoſ* (1302 P 120) para a primeira pessoa do plural do presente do indicativo.

De entre a documentação reunida, algumas formas merecem um comentário especial. As formas da primeira e terceira pessoas do singular do perfeito oferecem no radical respectivamente as vogais *i* e *e: tiue* em oposição a *teue, teuo*. O *i* de *tiue* é o resultado da metafonia produzida por *-i* < -ĭ; na terceira pessoa mantém-se o *e* do radical porque aí existiu, desde o início, *-e* < ĭ.

As formas arrizotónicas do perfeito e tempos afins oferecem sempre, quer nos documentos da Galiza, quer nos de Portugal, a vogal etimológica *e: teuerõ, teuera, teueſſe, mãteuer*. Não se encontram vestígios da propagação do timbre do radical da primeira pessoa do perfeito, onde, segundo acabamos de ver, existia *i*, em consequência da metafonia causada por *-i* (2).

Exclusivas dos documentos galegos são as formas em *-ov-* de que foram recolhidos os exemplos *touer* e *touerdes* durante os séculos XIV e XV. Considerando o carácter tardio e esporádico de tais formas em face das mais generalizadas em *-ev-* durante este período e que, por esse motivo, parecem ser

---

(1) A harmonização vocálica de *e* pretónico ao timbre da vogal *i* da sílaba tónica atingiu na Galiza uma tão grande intensidade que afectou mesmo alguns castelhanismos. Recorde-se o que foi dito nas p. 362-366.

(2) Veja-se atrás, p. 367-368.

autóctones, o mais provável é que se trate de castelhanismos (1). Efectivamente, em castelhano antigo eram normais as formas em *-ov-* (cf. *tovo, tovier*, etc.) (2) que parecem ter sido modeladas segundo o perfeito do verbo *auer*, de significação muito próxima: *ove, ovier* (3). No galego moderno, as formas de tipo castelhano convivem com as genuinamente galego-portuguesas (4).

Como é sabido, o futuro das línguas românicas resulta de uma expressão perifrástica latina composta pelo infinitivo do verbo mais o presente do indicativo do auxiliar HABERE. Da combinação desses dois elementos resultaram, por vezes, algumas transformações que deram às novas formas um

---

(1) É interessante verificar que nas *Cantigas de Santa Maria* há alguns exemplos destas formas de influência castelhana: *tovesse, tover*. (Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 298-299, s.u. *teer*). Conforme salienta Rübecamp, a influência do castelhano é muito mais sensível nas *Cantigas* do que nos cancioneiros profanos: elas revelam alguns castelhanismos que, contudo, surgem com maior frequência nos documentos a partir do século XIII. Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 71, 76 e 79. O texto da *Crónica Troyana*, do final do século XIV, tanto na parte escrita por Fernão Martins, «clérigo et capelán de Fernã Pérez d'Andrade», como na parte final escrita por amanuenses seus, revela o convívio de formas do perfeito e dos tempos afins com a vogal radical *-e-* e de outras com *-o-*, embora predominem estas últimas. (Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana* (atrás citada), p. 86-87 e 123-124). A frequência e a vitalidade deste tipo de formas nos textos escritos medievais da Galiza variava de notário para notário, de copista para copista, muito provavelmente de acordo com o contacto e o grau de conhecimento do castelhano.

(2) No espanhol moderno uniformizaram-se em *-u-* todas as formas de perfeito resultantes de perfeitos latinos em *-ui*: *hube, supiste, plugo, pude, puse*, etc. Cf. RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 316-317, § 120, 3. Veja-se também o que foi dito na n. 2 da p. 788.

(3) É esta a explicação proposta por R. Menéndez Pidal na obra citada na nota anterior, p. 317, § 120, 3. O mesmo processo analógico ocorreu também, desde época antiga, em leonês: cf. FEDERICO HANSSEN, *ob. cit.*, p. 43-44; E. STAAFF, *ob. cit.*, p. 308, § 68. Recentemente, Manuel Alvar e Bernard Pottier mostram como, desde época pré-românica, o verbo *tenere* se encontra influenciado por *habere*, o que, aliás, é facilmente compreensível, uma vez que os dois verbos tinham uma série de valores muito próximos e que acabaram por coincidir. A confusão de conteúdos teria facilitado a confusão de formas. «Por tanto, *hăbŭi* condicionó a las formas *tenui*, etc., determinando un perfecto **tebŭi*, desde donde se explican *t ĕ w b i, *tove*». Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 270-271. (A citação encontra-se na p. 270).

(4) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970, p. 157: a par do paradigma *tiven, tiveches, tivo, tivemos, tivéchedes, tiveron*, que admite algumas variantes, existe outro, de importação castelhana: *tuven, tuveches, tuvo*, etc. Veja-se também MANUEL TABOADA, *ob. cit.*, p. 144; J. L. COUCEIRO, *ob. cit.*, p. 114.

aspecto fonético que as desviava da restante flexão do verbo. Assim aconteceu, por exemplo, com o verbo *tẽer* cujo futuro arcaico era *terrei, terrás, terrá*, etc., apresentando o condicional formas análogas às do futuro. Dos documentos analisados foram extraídas as formas *terrá* e *terran*. O que deu origem à configuração de tais formas foi o facto de, na evolução fonética das perífrases TENERE HABET, TENERE HABENT, se ter perdido a vogal pretónica, o que deu origem à formação da sequência *-n'r-* que veio a sofrer a assimilação do primeiro ao segundo elemento (1). Neste, como noutros verbos (2), as formas arcaicas do futuro e do condicional, bastante isoladas no interior da flexão, foram substituídas por formas analógicas construídas sobre o infinitivo. É interessante verificar que a criação de novos futuros regulados pelo infinitivo data de época bastante antiga. Numa composição do *Cancioneiro da Vaticana* aparece *tẽerei* e, no *Cancioneiro da Ajuda, terei* (3). Ambos os tipos de formas — as primitivas e as de carácter analógico — devem ter coexistido durante séculos. Pela documentação agora reunida, sabe-se que as formas originárias ainda eram usadas na Galiza durante os séculos XV e XVI. Quanto ao português, parece que o processo de substituição das formas arcaicas pelas modernas se consumou em época anterior (4). No século XVI, na língua literária comum, já se encontram apenas as formas modernas, tanto para este como para outros verbos em que ocorreu idêntica evolução fonética. Mesmo em Gil Vicente, regista-se apenas uma só vez a forma *querrá*, como elemento caracterizador da linguagem popular, na boca do camponês Gonçalo da *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela* (5). Na linguagem da época a forma perduraria ainda como arcaísmo rústico e como tal teria sido aproveitada por Gil Vicente.

---

(1) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 318-319, § 45; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 207, § 172, 2; J. HUBER, *ob. cit.*, p. 70, § 132, 1; p. 118, § 240; p. 206, § 388; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 42-43, § 55.

(2) Veja-se a bibliografia citada na nota anterior.

(3) JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 206, § 388.

(4) Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* que, pela análise das particularidades linguísticas, José Joaquim Nunes situa no último quartel do século XIV, embora no manuscrito se encontre assinalada a data de 1470, aparecem ainda as formas *querrei, querram, terrei, terria* e *verrás, verrá*. Cf. *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, p. XXXVIII, XL e XLI.

(5) PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), p. 119.

Trager (1308 L 33) (1). Aparecem ainda, além do infinitivo, as formas que se seguem:

Pres. do ind.: 1.ª: *trago* (1414 L 42; 1497 L 50; 1281 O 55; 1299 P 114); 3.ª: *trage* (1414 L 42; 1281 O 55; 1299 P 114; 1404 M 165); 4.ª: *tragemos* (1404 M 165); 5.ª: *tragedes* (1442 L 43), *trajes* (1426 O 78), *trages* (1500 O 90) (2).

Imperf. do ind.: 1.ª: *tragia* (1289 P 105); 3.ª: *tragia* (1407 L 40; 1502 L 51; 1500 O 90; 1289 P 105; 1299 P 115; 1407 M 166), *tragya* (1432 P 135).

Fut. do ind.: 5.ª: *trageredes* (1334 O 69).

Perf.: 1.ª: *trouxe* (1302 O 61); 3.ª: *trouxo* (1500 O 90); 6.ª: *trouxeram* (1448 DL 147).

Fut. do conj.: 5.ª: *trouuerdes* (1308 L 33).

Part. pas.: *tragido* (1442 L 43).

À semelhança do que acontece noutras línguas ibero-românicas, é bastante complexa a morfologia deste verbo em português, apresentando a sua flexão muitas particularidades não só no período arcaico como até na fase actual da língua. Como pode ver-se através dos exemplos recolhidos, todas as formas registadas do presente, do imperfeito e do futuro do indicativo assim como o particípio passado correspondem a um infinitivo *trager,* forma, aliás, também documentada num texto do início do século XIV. Vale a pena salientar que em todos os documentos analisados não se encontrou nenhum vestígio de formas correspondentes à forma moderna do infinitivo português *trazer.* É interessante verificar que esta forma falta também por completo nos cancioneiros profanos (3) e nas *Cantigas de Santa Maria:* num e noutro

---

(1) Sobre a flexão de *trager,* veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 275, § 28; p. 313, § 42, 4; p. 318-319, § 45; p. 331-332, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.,* p. 87, § 92, 9; p. 100, § 102, 1 g); p. 166, § 151, 4 A; p. 207-208, § 172, 2 e 173; p. 238-239, § 200; J. HUBER, *ob. cit.,* p. 70, § 132, 1; p. 199-200, § 378, 27; p. 202-203, § 382; p. 203-204, § 384; JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.,* p. 9, § 6; p. 37, § 50, 2; p. 38, § 51, 3; p. 42, § 55; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.,* p. 145, § 104.

(2) Sobre a terminação destas formas verbais da segunda pessoa do plural, veja-se o que escrevi nas p. 734-738.

(3) Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 90, s.u. *trager; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, s.u. *traer* e *trager;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 104-105, s.u. *traer* e *trager;* JOSÉ LUÍS RODRÍGUEZ, *El Cancionero de Joan Airas de Santiago.* Anexo 12 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1980, p. 379-380, s.u. *trager.*

caso documenta-se habitualmente *trager*, embora apareçam também alguns exemplos de *trei*, *treyde(s)* para o imperativo e de *treydes* para a segunda pessoa do plural do presente do indicativo. *Trager* surge, assim, como a forma normal do antigo galego-português (1); a forma *trazer*, tanto quanto me foi possível apurar, não aparece registada nos textos escritos antes do século XIV ou, mais claramente ainda, a partir do século XV (2). Os exemplos recolhidos para o século XIV não são totalmente seguros, pelo facto de os manuscritos desses textos não estarem datados ou não ser possível situá-los rigorosamente nesse século. Contudo, o facto de essa forma aparecer documentada no *Dicionário de verbos alcobacense*, de meados do século XIV, não deixa margem a qualquer espécie de dúvida sobre o uso da palavra desde época anterior (3). Aliás, só essa circunstância explica que tal forma apareça, em Portugal, completamente generalizada na língua literária comum do século XVI (4).

---

(1) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 306-307, s.u. *trager*.

(2) Percorrendo alguns antigos textos já publicados, foi-me possível detectar várias abonações de *trazer* ou de formas verbais correspondentes a este tipo infinitivo. No *Orto do Esposo*, texto do fim do século XIV ou do começo do século XV, a par de *trager* e *trarias*, aparece *trazer* e *trazerias*. (Cf. BERTIL MALER, *Orto do Esposo*. Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário, vol. III, Estocolmo (Acta Universitatis Stockholmiensis), 1964, p. 148, s.u. *trazer*). Na *Vida de Barlaam e Josaphat*, sensivelmente da mesma época, alternam formas correspondentes a *trager* e a *trazer*. (Cf. RICHARD D. ABRAHAM, *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat*. Paleographical Edition and Linguistic Study. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1938, p. 44). Na *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, texto situado por José Joaquim Nunes no último quartel do século XIV, surgem, quer formas correspondentes ao infinitivo *trager*, quer a *trazer*, tais como *trazerei*, *trazeria*. (Cf. *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, vol. I, p. XL e vol. II, p. 338). Noutros casos, trata-se de textos situados inequivocamente no século XV. No *Livro da Montaria* aparecem vários exemplos de *trazer*, *trazia*, *trazendo*, etc. (Veja-se o extracto incluído por José Joaquim Nunes na *Crestomatia arcaica*. Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1959, p. 164-169). A estes exemplos juntem-se os que são citados por Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1271, s.u. *trager*.

(3) Veja-se HENRY H. CARTER, *A Fourteenth-century Latin-Old Portuguese Verb Dictionary*. In: *Romance Philology*, vol. VI, 1952-1953, p. 79, n.º 651 e p. 103. Observe-se, contudo, que a forma *trager* surge também como correspondente a diversos verbos latinos: veja-se, por ex., p. 76, n.ºs 255 e 338; p. 80, n.º 742; p. 90, n.º 2096, etc.

(4) Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1959, p. 116.

Somente em Gil Vicente e nalguns autos da Escola Vicentina, surge a forma medieval *trager* (e as correspondentes formas flexionais) como arcaísmo rústico para caracterizar a linguagem popular de algumas personagens (1). É de notar a persistência da antiga forma *trager* nos falares populares de algumas regiões portuguesas particularmente conservadoras (2).

A ausência de *trazer* nos antigos textos galego-portugueses, em princípio, tanto pode ser interpretada como sinal do carácter tardio de tal forma, criada já dentro do português, como é possível pensar-se que se trata de uma forma de feição popular e que, por essa razão, seria evitada. Não pode tentar dar-se uma resposta a esta questão sem abordar o problema da origem de *trager* e *trazer*. *Trager* provém de TRAHERE, através de uma forma *TRAGERE que se teria criado no latim popular a partir do perfeito *traxi* e do particípio *tractus*, segundo o modelo de verbos do tipo *rego, regere, rexi, rectum* ou *dico, dicere, dixi, dictum*. Assim, ao perfeito *traxi* ter-se-ia feito corresponder um presente **trago* ou **traco*, donde teria provindo **tragere* ou **tracere*. Tratar-se-ia, portanto, de um infinitivo criado por analogia com alguns verbos que tinham o perfeito em *-si:* a par da flexão **trago, *tragere*, formada por analogia com *rego, regere*, ter-se-ia criado também **traco, *tracere*, de acordo com *dico, dicere*. Do mesmo modo que de *TRAGERE teria provindo *trager*, de *TRACERE teria resultado *trazer* (3). Esta explicação, que é geralmente aceite por vários autores, talvez só seja segura quanto a *trager* (4), forma conhecida no Noroeste da Península desde o século XI em documentos em latim bárbaro (5). É muito provável que *trazer* seja uma forma criada

---

(1) PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 113-117.

(2) Ainda há poucos anos foi assinalada a existência de *trager* a par de *trazer* na zona fronteiriça do Sabugal. Veja-se o trabalho de CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 240.

(3) Sobre a evolução de *trager* e *trazer*, veja-se o artigo de J. Leite de Vasconcelos publicado na *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, p. 269-271 e 349. O artigo foi reproduzido no vol. I dos *Opúsculos*, Coimbra, 1928, p. 569-572. A opinião defendida por Leite de Vasconcelos foi, nas suas linhas gerais, aceite por vários autores. Um resumo do problema etimológico de *trager* encontra-se em AUGUSTO MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 397-399, s.u. *trager*. Dessa mesma explicação se encontra eco em J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. IV, Madrid (Editorial Gredos), 1954, p. 525 b, s.u. *traer*.

(4) A existência de TRAGERE no latim vulgar é, aliás, atestada por C. H. GRANDGENT, *Introducción al latín vulgar*. Traducción del inglés, adicionada por el autor, corregida y aumentada con notas, prólogo y una antología por Francisco de B. Moll. Madrid (Centro de Estudios Históricos), 1928, p. 254-255.

(5) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 1271, s.u. *trager*.

já dentro do português a partir de *trager*, em virtude da evolução bastante frequente de [ž] intervocálico em [z]. Desse modo, a nova forma do infinitivo ter-se-ia aproximado de outros infinitivos com idêntica configuração fonética, tais como *fazer, prazer* que, aliás, tinham participios idênticos a *treito* (1). A forma *trager*, bastante isolada no conjunto dos verbos da segunda conjugação, foi sendo progressivamente substituída por *trazer*: como normalmente acontece com qualquer fenómeno de mudança linguística, essa substituição deve ter demorado alguns séculos a consumar-se (2).

É de supor que, originariamente, a par de *trager*, tivesse existido *traer* e a forma assimilada *treer* ou a contracta *trer*. As formas do imperativo ou do presente do indicativo *trey, treyde, treydes*, representadas nalgumas composições poéticas do período trovadoresco (3), parecem pertencer a um

---

(1) Fazem também algumas reservas quanto à explicação de *trazer* a partir de *TRACERE Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Joaquim Nunes e, mais recentemente, Ramón Lorenzo. No *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, s.u. *trager*, Carolina Michaëlis de Vasconcelos faz a seguinte afirmação: «A evolução de *trager* para *trazer*, processo fonético frequente em Portugal (como se vê em *azinha* de *agina*) aproximou o infinitivo novamente de *fazer* e *prazer*, quando o participio mais usado era *treito: feito, fazer, treito, trazer; preito, prazer*». Afirmação idêntica se encontra no *Compêndio de gramática histórica* de José Joaquim Nunes. Tomando *TRAGERE como ponto de partida da forma arcaica *trager*, esclarece que desta forma proveio *trazer*, em virtude da evolução de [ž] intervocálico em [z]: «Em *trazer* e *azinha* o *-ǧ-* passou depois a *-z-*, evolução que não é estranha à linguagem popular, como mostram estes exemplos, entre outros: *alzebeira, rezisto* e *enzestã* por *algibeira, registo* ou *registro* e *indigestão* (...)» (cf. p. 105-106). E RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), Orense, 1977, p. 1270-1271, s.u. *trager*, considera inaceitável a explicação habitualmente dada para *trazer* a partir de *TRACERE; trata-se, segundo o Autor, de uma forma criada dentro do português.

(2) Recorde-se o que atrás (p. 842-844) foi dito sobre o modo como se reflecte nos textos escritos o processo de substituição da forma *trager* por *trazer*. Durante o século XIV e XV alternam as duas formas; contudo, a última forma citada acaba por vencer, não havendo vestígios de *trager* na língua literária comum do século XVI.

(3) Formas desse tipo são referidas por autores de vários glossários correspondentes à poesia do período arcaico. Refiram-se, entre outros, os seguintes: CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O cancioneiro de João Zorro. Aspectos linguísticos. Texto crítico. Glossário.* Rio de Janeiro, 1949, p. 94-95; M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, s.u. *traer; Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, s.u. *traer*. Em todos eles, porém, essas formas são referidas a um infinitivo *traer*, não documentado, mas cuja existência seria necessário admitir para explicar tais formas. Apesar de tudo, a forma *traer*, conforme salientou CELSO CUNHA *(ob. cit.*, p. 95, s.u. *trager* e *traer)*, «não justifica as formas rizotónicas *tréyde* e *tréydes*, as quais postulam ou a permanência da antiga acentuação latina *(tráhite, tráhitis)*,

infinitivo *trer*, forma, aliás, conhecida noutras zonas peninsulares (1). Essas formas da poesia arcaica referidas postulam a permanência de um infinitivo proveniente de TRAHERE que, embora de emprego restrito, convivia, no período mais antigo, com a forma mais frequente e habitual, *trager*.

Quanto ao perfeito e tempos afins, as formas registadas são de dois tipos; embora o número de formas recolhidas seja reduzido, predomina o tipo *trouxe*, que veio a generalizar-se no português moderno; há, contudo, também vestígios de um perfeito *trouve* (cf. *trouuerdes*) que se mantém na linguagem popular portuguesa de várias regiões (2). É interessante e sugestiva a comparação com a linguagem dos cancioneiros profanos e das *Cantigas de Santa Maria*, onde se encontra sempre o perfeito *trouxe* que, certamente, na época seria já reputado de mais literário (3). Apesar do claro predomínio

---

ou — o que é mais provável — a influência analógica do acento de *trey* (...), 2.ª pessoa do singular do imperativo».

Noutros casos, as formas do imperativo *trei, treides* e o particípio passado *treito* são referidas entre as formas de *trager*. É o que sucede com o glossário das *Cantigas de Santa Maria* elaborado por Walter Mettmann. Veja-se AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*, vol. III, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *trager*.

(1) No asturiano ocidental existe ainda hoje a forma *trer;* idêntica é a forma *trel*, viva nas povoações de Xalma. Veja-se ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. Segunda edición muy aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 197-198; CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 240-241. Tanto no ocidente asturiano como em Xalma há formas flexionais correspondentes às formas de infinitivo citadas.

(2) Na *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Leite de Vasconcelos refere os perfeitos *trouve* e *troufe* para a região de Entre-Douro-e-Minho; contudo, formas idênticas foram também registadas noutras zonas. Assim, em falantes da camada popular da geração mais velha de uma zona fronteiriça do Alto Alentejo sobrevivem ainda, numa curiosa situação de polimorfismo, as formas da primeira e terceira pessoas do plural do pretérito perfeito *trôvémos, trôguémos* e *trôverom, trôguerom*, simultaneamente com outras de feição mais moderna *trôxémos* e *trôxerom*. Veja-se MARIA DE FÁTIMA DE REZENDE FERNANDES MATIAS, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação de licenciatura. Coimbra, 1974, p. 191. O trabalho foi recentemente publicado como separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVIII e XIX. Coimbra, 1984. A referência às formas citadas encontra-se na p. 176.

(3) Basta percorrer alguns glossários relativos, quer aos cancioneiros profanos, quer às *Cantigas de Santa Maria*, para nos darmos conta de que as formas usadas para o perfeito e tempos afins correspondem às da língua culta actual. Assim, no *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, p. 90, s.u. *trager* são recolhidas as formas *trouxisti, trouxe, trouxestes, trouxer*. No *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer", [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 105, s.u. *trager*, assinalam-se as formas *trouxe, trouxo, trouxer*. De modo análogo, o glossário das *Cantigas de Santa Maria*, organizado por Walter Mettmann, recolhe de modo regular e sistemático

deste último tipo de perfeito, que também ocorre nos textos em prosa do período medieval, afloram, contudo, alguns exemplos de *trougue* e *trouve*. Num rápido percurso através de alguns textos literários e não literários dos séculos XIV e XV redigidos em Portugal ou na Galiza, pude verificar que, simultaneamente com o perfeito do tipo *trouxe*, surgem também alguns vestígios do emprego das formas *trougue* e *trouve* que, no decorrer do século XVI, acabaram por situar-se claramente no domínio da linguagem popular (1). Na *Vida de Barlaam e Josaphat*, a par de *trouxerã* registam-se as formas *trouge*, *trouue*, *trouuerõ*, *trouuera* e *trouuesse* (2). Paralelamente, na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* coexistem *trouxe*, *trouxesses* e *trouve*, *trouvera*, *trouvesse* e *trouver* (3). *Trouue* é também uma forma usada no *Orto do Esposo* (4). De modo análogo, num texto galego sensivelmente da mesma época, ou seja, do fim do século XIV ou princípio do século XV, os *Miragres de Santiago*, observa-se idêntica oscilação entre os dois tipos de perfeito: juntamente com *trouxe*, *trouxo*, *trouxerõ*, *trouxesen*, aparece a forma *trou-*

---

formas como *trouxe*, *trouxisti*, *trouxe*, *troxe*, *trouxeron*, *trouxera*, *trouxeran*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 306-307, s.u. *trager*.

(1) Relativamente a este aspecto, a língua devia estar, no século XVI, em franca evolução: há ainda alguns exemplos de *trouve* e de formas análogas dos tempos afins do perfeito no *Cancioneiro Geral*; por outro lado, João de Barros, na *Gramática da língua portuguesa*, aponta como perfeito do verbo *trazer* a forma *trouve*. Cf. JOÃO DE BARROS, *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971, p. 342. Uma imagem diferente é a que se colhe da leitura dos autos de Gil Vicente e dos autores da Escola Vicentina, onde o perfeito do tipo *trouve* tem um carácter nitidamente rústico e popular. Da análise conjunta destes elementos parece poder deduzir-se que a norma linguística da época era, quanto a esta particularidade de carácter morfológico, relativamente flutuante: embora ela não rejeitasse totalmente o perfeito *trouve*, este ia-se tornando cada vez mais um traço correlativo de determinado nível social, a camada popular. Sobre a mudança linguística operada no decorrer do século XVI, veja-se também PAUL TEYSSIER, *ob. cit.*, p. 115-117.

(2) RICHARD D. ABRAHAM, *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat*. Paleographical Edition and Linguistic Study. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1938, p. 44.

(3) *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, vol. I, p. XL.

(4) BERTIL MALER, *Orto do Esposo*. Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário, vol. III, Estocolmo (Acta Universitatis Stockholmiensis), 1964, p. 148, s.u. *trazer*.

besen (1). *Trougue* e *trouve* continuam a surgir em textos situados indiscutivelmente em pleno século XV: em *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria* do Infante D. Pedro estão documentadas as formas *trouve* e *trougue* e outras idênticas dos tempos afins do perfeito (2); *trouve* surge também na Crónica de D. João I de Fernão Lopes (3).

Como acabamos de ver, depois de um período em que coexistiram os dois tipos de perfeito *trouve* (e *trougue*), por um lado, e *trouxe*, por outro, a norma linguística portuguesa acabou por rejeitar o primeiro tipo, que sobreviveu apenas na linguagem popular. A situação linguística do galego moderno é bastante diferente: não tendo existido nunca, na Galiza, uma norma linguística unificadora, subsistem actualmente, com carácter opcional, os dois paradigmas de perfeito, um a par do outro: por um lado, *trouxen, trouxeches, trouxo, trouxemos, trouxéchedes, trouxeron; e*, por outro, *trouguen, trougueches, trougo, trouguemos, trouguestes, trougueron* (4).

Não me referi ainda, nestes comentários, à explicação dos diferentes tipos de perfeito citados. As formas que acabaram por impor-se em português (cf. *trouxe, trouxeste*, etc.) e que, como vimos, também existem no galego moderno, provêm, muito provavelmente, de um perfeito *TRAXUI, forma mista resultante da fusão do perfeito sigmático regular TRAXI com um perfeito em *-ui-*, *TRACUI, criado por analogia com alguns perfeitos em *-ui-* do tipo PLACUI, JACUI, etc. Supõem o perfeito *TRAXUI não só as formas galego-portuguesas, mas também as do castelhano antigo (cf. *troxe*) (5) e as do leonês existentes desde o período medieval (6). O perfeito *TRACUI

---

(1) *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1958, p. 357, s.u. *trager*.

(2) Informação colhida em JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 332, n. 1.

(3) A forma acima citada foi recolhida de um extracto da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes incluído por José Leite de Vasconcelos na colectânea de *Textos arcaicos*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970, p. 81.

(4) Veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 188-189 e respectivas notas; ANTONIO SANTAMARINA, *El verbo gallego*. Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 44-45; MANUEL TABOADA, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 151; J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 124. Nesta zona, em virtude do fenómeno da *geada*, em vez de *trouguen, trougeches*, etc., ouve-se *troujen, troujeches*, etc.

(5) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de gramática histórica española*. 13.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 316, § 120, 3.

(6) Sobre a situação do antigo leonês relativamente ao perfeito e tempos afins do verbo *traer*, veja-se FEDERICO HANSSEN, *Estudios sobre la conjugación leonesa*. Separ. de

está representado pela forma *trougue*, documentada em antigos textos galego-portugueses e mantida actualmente em galego e na linguagem popular portuguesa. Remontam igualmente a esse paradigma do latim vulgar *TRACUI algumas formas do antigo leonês: a par do perfeito *troxe*, era conhecido o tipo *trogue* (1). A forma galego-portuguesa *trouve* é uma variante de *trougue*, resultante da acção analógica do perfeito *houve*, a qual, aliás, atingiu outros perfeitos também em *-ougue:* a par de *jougue* e *prougue*, criaram-se, em virtude da mesma assimilação exercida por *houve*, as variantes *jouve* e *prouve* (2).

Valer (1410 L 41; 1414 L 42; 1419 P 134) (3). Do presente do indicativo registei: 3.ª: *ual* (1282 C 7; 1333 C 10; 1310 L 35; 1296 P 109; 1296 P 110; 1317 P 126), *val* (1329 C 9; 1419 P 134); 6.ª: *uallẽ* (1351 C 13), *vallen* (1419 P 134). É de salientar sobretudo a forma da terceira pessoa do singular com apócope da vogal final *-e*, facto que impediu a perda de *-l-* intervocálico. Mais tarde, a vogal final foi restabelecida em português; embora no galego

---

Anales de la Universidad de Chile. Santiago de Chile, 1896, p. 44 e 52. Já no período medieval o perfeito *troxe* convivia com *trogue*. Relativamente a este aspecto da flexão de *traer* nos actuais idiomas asturo-leoneses, veja-se ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. 2.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1974, p. 197-198.

(1) FEDERICO HANSSEN, *ob. cit.*, p. 44.

(2) Sobre as acções de carácter analógico que interferiram na flexão do perfeito correspondente ao latim TRAHERE, veja-se especialmente JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX, Coimbra, 1945, p. 38, § 51, 3; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 238-239, § 200, 6 e A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 397-399, s.u. *trager*.

(3) Sobre a flexão de *valer*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 313, § 42, 4.º; p. 317-319, § 45; p. 333, § 46; E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 167-168, § 152; p. 206-207, § 172; p. 239-240, § 201; JOSEPH M. PIEL, *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica)*. Separ. de *Biblos*, vol. XX. Coimbra, 1945, p. 14, § 12; p. 22-23, § 26; p. 38, § 51; p. 42-43, § 55; V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 145-146, § 104. Para outras informações relativas ao período antigo, veja-se também CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 91, s.u. *valer;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), p. 312, s.u. *valer;* JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 698-699, s.u. *valer;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 107, s.u. *valer;* AUGUSTO MAGNE, *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 405-406, s.u. *valer*.

actual seja também essa a forma mais generalizada, coexistem, nalgumas zonas, as variantes *val* e *vale*, com carácter facultativo (1).

Imperf. do ind.: 3.ª: *valia* (1267 O 52).

Fut. do ind.: 3.ª: *valrrá* (1414 L 42).

Pres. do conj.: 3.ª: *valia* (1274 O 53), *uala* (1283 L 27; 1287 DL 140), *vala* (1385 C 15), *ualla* (1265 C 3; 1333 C 10; 1258 L 22; 1286 L 28; 1407 L 40; 1281 O 55; 1292 O 59; 1339 O 70; 1267 P 91; 1302 P 122; 1333 P 131; 1432 P 135, etc.), *valla* (1262 C 2; 1399 C 16; 1434 C 17; 1335 L 37; 1410 L 41; 1414 L 42; 1450 L 44; 1475 L 48; 1497 L 50; 1313 O 64; 1426 O 78; 1299 P 114; 1419 P 134; 1401 M 163, etc.), *ualha* (1313 DL 143; 1313 DL 144; 1448 DL 147, etc.), *valha* (1401 M 164), *balla* (1500 O 90). Além destas formas de tipo galego-português, registou-se ainda o castelhanismo *valga* num documento do início do século XVI: 1516 C 18. Para a terceira pessoa do plural foram as seguintes as formas recolhidas: *valliã* (1285 O 56), *valan* (1419 P 134), *vallã* (1299 P 114; 1506 P 136), *uallã* (1300 C 8; 1351 C 13), *vallan* (1450 L 44), *ballã* (1407 P 133), *valham* (1448 DL 147).

Imperf. do conj.: 3.ª: *valuese* (1450 L 44); 6.ª: *valuefen* (1450 L 44).

Fut. do conj.: 3.ª: *ualuer* (1348 O 71), *valuer* (1299 P 114; 1414 L 42).

Infin. flex.: 3.ª: *valler* (1454 DL 148).

São bastante interessantes, apesar de serem já conhecidas de outros textos antigos, as formas registadas de tempos afins do perfeito; elas revelam ter o antigo galego-português conhecido um perfeito forte proveniente de VALUI, com consonantização da semivogal u̯: *valvi, valveste, valveu, valvemos, valvestes, valverom.* Este tipo de perfeito era já muito pouco frequente no início do período galego-português, estando então as formas analógicas quase totalmente generalizadas (2).

---

(1) Da leitura das monografias dialectais consultadas parece deduzir-se que predomina a forma idêntica à do português actual, ou seja, *vale*. Contudo, em Feás, essa forma coexiste com a mais antiga *val*. Cf. J. L. COUCEIRO, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, p. 124.

(2) As formas dos tempos derivados do tema do perfeito correspondentes a um perfeito forte estão ainda bastante representadas durante o período galego-português. Pelo contrário, são muito escassas as abonações de formas do perfeito forte. Um dos poucos exemplos conhecidos encontra-se nas *Cantigas de Santa Maria: valveron*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 312, s.u. *valer*. Embora raras, as formas dos tempos afins do perfeito não são desconhecidas nos cancioneiros trovadorescos, como afirma Williams: «Although forms of the strong preterit (from *valui*) are not found, forms of the tenses derived from the strong preterit, viz., *valvera, valvesse, valver*, are fairly common in the early Cancioneiros». Cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 240, § 201, 6.

Ueer (1296 P 110), *ver* (1516 C 18) (1). Apresentarei a seguir o conjunto das formas recolhidas, além das do infinitivo. Pres. do ind.: 5.ª: *ueédes* (1315 DL 145).

Perf.: 1.ª: *uy* (1317 P 125; 1282 DL 137), *vy* (1296 P 111), *vj* (1302 L 30; 1327 M 155), *vi* (1333 O 68; 1280 P 98); 6.ª: *uirũ* (1258 L 23), *uirom* (1265 C 3; 1283 L 27), *uirõ* (1278 L 25), *viron* (1450 L 44), *virõ* (1333 O 68).

Pres. do conj.: *veya* (1290 O 58); 6.ª: *ueiã* (1302 O 61).

Imperf. do conj.: 1.ª: *uiſſe* (1302 L 30).

Fut. do conj.: 3.ª: *uyr* (1285 O 56), *ujr* (1292 O 59), *vir* (1299 P 114), *uir* (1345 DL 146); 4.ª: *virimos* (1473 O 80) (2); 5.ª: *virdes* (1339 O 70); 6.ª: *uirī* (1258 L 22), *virem* (1255 L 19; 1372 O 75; 1426 O 78; 1295 P 108; 1297 P 112; 1302 P 122; 1318 P 127; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1404 M 165; 1416 M 168, etc.), *uirem* (1299 P 117), *uyrem* (1284 DL 138; 1287 DL 140; 1289 DL 141; 1345 DL 146), *viren* (1414 L 42; 1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1424 O 77; 1269 P 93; 1271 P 95; 1278 P 96, etc.), *uiren* (1367 O 74), *vjren* (1502 L 51; 1419 P 134), *vyren* (1506 P 136), *uyren* (1313 DL 143; 1313 DL 144, etc.), *virẽ* (1269 C 4; 1367 C 14; 1434 C 17; 1281 L 26; 1286 L 28; 1407 L 40; 1475 L 49; 1287 O 57; 1302 O 60; 1307 O 62; 1396 O 76; 1433 O 79; 1499 O 89; 1500 O 90; 1295 P 107; 1296 P 111; 1299 P 115; 1301 P 118; 1301 P 119; 1407 M 166; 1411 M 167, etc.), *uirẽ* (1282 C 6; 1282 C 7; 1257 L 20; 1306 L 31; 1307 L 32; 1310 L 34; 1276 O 54; 1285 O 56; 1302 O 61; 1282 P 100; 1296 P 109; 1285 DL 139; 1309 DL 142; 1317 M 154, etc.), *uyrẽ* (1404 L 38; 1348 O 72, etc.), *vyrẽ* (1497 L 50; 1432 P 135), *ujrẽ* (1385 C 15), *byren* (1405 L 39), *byrẽ* (1474 L 47), *viren* (1414 L 42), *vieren* (1516 C 18) (3), *víjrẽ* (1484 DL 150).

Part. pas.: *viudaſ* (1262 C 2) (4), *viſto* (1450 L 44), *visto* (1473 O 80), *uiſta* (1281 M 152).

Gerúndio: *veẽdo* (1442 L 43), *veendo* (1502 L 51; 1506 P 136), *beẽdo* (1405 L 39), *vendo* (1473 O 80).

---

(1) Sobre a flexão de *ver*, cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 303, § 38; p. 333, § 46; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 240-241, § 202; Joseph Huber, *ob. cit.*, p. 200, § 378, 29; p. 203, § 382; p. 208, § 390; p. 212, § 397; p. 215, § 401; Joseph Piel, *ob. cit.*, p. 34, § 48, 3; p. 36, § 49; p. 46, § 60; V. García de Diego, *ob. cit.*, p. 146, § 104.

(2) Sobre a explicação desta forma e de outras análogas do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado em que a desinência número-pessoal vai precedida da vogal *e* ou, menos frequentemente, de *i*, recorde-se o que foi dito na p. 757 e n. 4 e p. 758-759.

(3) Parece ter havido confusão com o futuro do conjuntivo do verbo *vir* (variantes arcaicas: *venir, uíir, uíjr, víjr, uíjnr, vijnr*). Veja-se adiante, p. 853-854.

(4) São conhecidas, na fase antiga da língua, outras abonações do particípio em *-udo*. Em textos correspondentes a um período bastante antigo esse tipo de particípio

Passemos, em seguida, à análise das formas correspondentes ao composto *prouéér* (1285 O 56; 1335 L 37), *proueer* (1302 O 61). Além do infinitivo, foram recolhidas as formas seguintes:

Pres. do ind.: 6.ª: *prouéén* (1335 L 37).

Fut. do ind.: 5.ª: *prouéréredeſ* (1314 O 65), *prouééredes* (1372 O 75; 1396 O 76), *proueeredeſ* (1339 O 70), *proueeredes* (1360 O 73), *proueredes* (1432 P 135), *provereys* (1499 O 89).

Pres. do conj.: 5.ª: *proueades* (1367 O 74), *prouééadeſ* (1302 P 120). Outros exemplos de formas de conjuntivo de idêntica configuração são conhecidos em antigos textos galego-portugueses e muito particularmente em textos redigidos na Galiza (1). Apesar disso, também em textos localizados em Portugal, podem surgir, ainda que esporadicamente, algumas abonações desse tipo de conjuntivo (2), embora sejam mais frequentes as formas regulares paralelas às formas do verbo simples (3).

Infin. flex.: 5.ª: *proueerdeſ* (1312 O 63).

Venir (1262 C 2), *uíir* (1258 L 23; 1280 P 97, etc.), *uíjr* (1257 L 20; 1267 O 52; 1281 P 99; 1289 P 105; 1296 P 110; 1296 P 111; 1316 P 124; 1317 M 154, etc.), *víjr* (1434 C 17; 1289 P 105), *uíjnr* (1262 C 1), *vijnr* (1502 L 51) (4).

---

convive com aquele que veio a generalizar-se em português e em galego, ou seja, *visto*. Assim acontece nas *Cantigas de Santa Maria* e no texto de *A demanda do Santo Graal*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 314, s.u. *veer;* AUGUSTO MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário). Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 407, s.u. *veer*.

(1) Veja-se a documentação reunida por RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 1059 e 1060, s.u. *proueer*.

(2) Refira-se, por exemplo, a forma *proueã* registada num documento de 1298 do *Livro dos bens de D. João de Portel*. Cf. PEDRO A. DE AZEVEDO, *Livro dos bens de D. João de Portel*. Cartulário do século XIII. Edição do *Arquivo Histórico Português*, 1906-1910, p. LXXIX.

(3) A forma *provejã* surge, por exemplo, no *Virgeu de consolaçon*. Cf. ALBINO DE BEM VEIGA, *Virgeu de consolaçon*. Edição crítica de um texto arcaico inédito. Introdução, gramática, notas e glossário. Publicações da Universidade da Bahia, 1959, p. 107.

(4) Sobre a flexão de *vir*, veja-se JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 278, § 28; p. 311-312, § 42; p. 317-319, § 45; p. 339, § 46; E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 206-207, § 172; p. 241-242, § 203; JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 202, § 380, 16; p. 203, § 383; p. 206, § 388; p. 208, § 390; p. 209, § 393; p. 216, § 401, 4; p. 223, § 410; JOSEPH PIEL, *ob. cit.*, p. 12-14, § 11; p. 34, § 48; p. 42-43, § 55; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 146, § 104.

Foram as seguintes as formas que assinalei em toda a zona estudada: Pres. do ind.: 3.ª: *uẽ* (1286 L 28; 1287 O 57; 1322 P 129, etc.), *uen* (1310 L 34; 1292 O 59; 1317 P 125, etc.), *uem* (1283 L 27; 1310 L 34; 1280 P 97), *ven* (1434 C 17; 1414 L 42; 1274 O 53; 1419 P 134), *vem* (1472 DL 149), *ben* (1516 C 18); 6.ª: *ueem* (1282 C 6), *uéém* (1303 M 153), *vẽẽ* (1396 O 76), *uẽẽ* (1433 O 79), *ueẽ* (1325 P 130), *veẽ* (1475 L 49).

Imperf. do ind.: 6.ª: *uíjnham* (1315 DL 145).

Perf.: 3.ª: *uẽo* (1333 C 10; 1302 O 61); 6.ª: *veerom* (1265 C 3).

Mais-que-perf. do ind.: 3.ª: *uééra* (1331 M 156).

Condic.: 3.ª: *berria* (1414 L 42). Esta e outras formas do condicional e do futuro (cf. *verrei, verrás, verrá,* etc.), bastante documentadas durante o período arcaico, apresentam uma configuração muito particular, em virtude de determinadas transformações fonéticas operadas. A síncope da vogal pretónica resulta da perda do acento da forma do infinitivo que entrou na composição dos referidos tempos verbais. Posteriormente, ocorreu a assimilação do *n* ao *r* (1). Dado o carácter isolado dessas formas no conjunto da flexão do respectivo verbo, mais tarde a evolução da língua viria a criar novos tipos de futuro e condicional regulados pelo modelo do infinitivo.

Pres. do conj.: 3.ª: *ueĩa* (1296 P 110), *uena* (1281 L 26; 1298 L 29; 1310 L 35; 1285 DL 139, etc.), *vena* (1265 C 3; 1335 L 37; 1497 L 50), *ueña* (1300 C 8; 1310 L 34; 1314 O 65; 1317 P 125), *veña* (1306 L 31; 1316 L 36; 1404 L 38; 1414 L 42; 1475 L 48; 1475 L 49), *uenha* (1309 DL 142), *bena* (1474 L 47; 1500 O 90). É ainda de salientar a ocorrência do castelhanismo *venga* num documento galego de meados do século XV: 1453 L 45. Para as restantes pessoas merecem especial referência as formas seguintes: 4.ª: *uenamuſ* (1287 DL 140); 5.ª: *uenades* (1367 C 14); 6.ª: *ueñã* (1290 O 58), *venã* (1414 L 42).

Imperf. do conj.: 3.ª: *véeſſe* (1307 L 32).

Fut. do conj.: 3.ª: *véér* (1274 O 53; 1269 P 93; 1287 P 102; 1295 P 108, etc.), *uẽér* (1269 C 4), *uẽer* (1351 C 13; 1360 O 73, etc.), *uéér* (1282 C 6; 1333 C 10; 1258 L 22; 1278 L 25; 1281 L 26; 1283 L 27; 1274 O 53; 1302 O 61; 1282 P 100; 1302 P 120; 1302 P 122; 1318 P 127; 1303 M 153; 1331 M 157; 1334 M 158; 1334 M 159), *véér* (1327 M 155; 1299 P 115), *ueher* (1287 DL 140), *ueer* (1302 L 30; 1281 O 55; 1296 P 109; 1317 P 125; 1333 P 131, etc.), *veer* (1333 P 131; 1345 M 161; 1416 M 168), *ver* (1335 L 37), *vier* (1299 P 114),

---

(1) Sobre a explicação fonética deste tipo de futuro e condicional, veja-se J. Joaquim Nunes, *ob. cit.*, p. 318-319, § 45; E. B. Williams, *ob. cit.*, p. 207, § 172, 2; Joseph Huber, *ob. cit.*, p. 206, § 388; Joseph Piel, *ob. cit.*, p. 42-43, § 55. Recorde-se o que atrás (p. 840-841) foi dito a propósito de idêntica transformação operada nas perífrases que deram origem às formas do futuro e do condicional do verbo *tẽer*.

uieri (1258 L 23), *vier* (1299 P 114); 6.ª: *vẽerẽ* (1396 O 76), *uéérẽ* (1334 M 158; 1334 M 159), *ueerẽ* (1281 O 55; 1302 O 61), *veerẽ* (1404 M 165), *vieren* (1516 C 18; 1424 O 77), *vierẽ* (1405 L 39; 1453 L 45; 1473 O 80; 1500 O 90), *bierẽ* (1500 O 90), *byerẽ* (1500 O 90), *víjerem* (1484 DL 150).

Gerúndio: *víjdo* (1385 C 15).

Infin. flex.: 6.ª: *uyren* (1348 O 71).

Foram ainda assinaladas algumas formas correspondentes a vários compostos. Pertencem a *auíir* (1302 L 30), *auíjr* (1255 L 19; 1281 M 151) as formas flexionais a seguir indicadas: *aueo* (3.ª pes. do pret. perf.) (1317 P 125) (1), *aueher* (3.ª pes. do fut. do conj.) (1284 DL 138), *auyndo* (gerúndio) (1334 C 11), *auíjdos* (part. pas.) (1288 P 104).

Analogamente, referem-se a *conuyr* (1345 DL 146) as formas do presente do indicativo recolhidas: 1.ª: *cõueno* (1281 L 26); 3.ª: *conuẽ* (1333 C 10; 1306 L 31; 1307 L 32; 1308 L 33; 1310 L 34; 1404 L 38; 1405 L 39; 1317 P 125; 1407 P 133; 1287 DL 140; 1334 M 158; 1334 M 159; 1411 M 167, etc.), *cõuẽ* (1255 L 19; 1274 L 24; 1310 L 35; 1289 DL 141; 1327 M 155; 1404 M 165), *cõuem* (1296 P 109; 1289 DL 141; 1404 M 165; 1416 M 168), *conven* (1407 L 40; 1453 L 45; 1506 P 136), *conben* (1385 C 15; 1516 C 18), *comuem* (1448 DL 147), *combem* (1484 DL 150); 4.ª: *conuíjmoſ* (1282 C 7).

A um infinitivo [*devir*] corresponde a forma *devier* (1299 P 114) da terceira pessoa do singular do futuro do conjuntivo.

[*Ueſtir*]: Registou-se apenas a forma *ueſtia* da terceira pessoa do presente do conjuntivo num documento orensano dos últimos anos do século XIII, mais concretamente, no documento 1281 O 55. Em termos muito gerais, pode dizer-se que em galego-português o iode derivativo que aparecia na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do conjuntivo de verbos latinos da segunda e quarta conjugação e de alguns verbos da terceira, quando precedido de *c*, *d*, *l*, *n*, *t*, afectou essas consoantes, palatalizando-as (2). Mais concretamente, sempre que existia o grupo -tj-, o resultado foi uma africada pré-dorso-alveolar surda que acabou por converter-se em fricativa. Foi esse o tratamento do referido grupo em PETIO → *peço*; METIO → *meço*; SENTIO → arc. *senço*, etc. Além disso, há também que contar com alterações do vocalismo do radical, o que conduz à existência de alternâncias vocálicas no interior da flexão verbal. Esse

(1) A forma verbal referida aparece combinada com o pronome reflexo: *aueoſſe*.

(2) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 288-290, § 32, b; JOSEPH PIEL, *ob. cit.*, p. 17-22, §§ 17-25; p. 22-24, §§ 26 e 27; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 119-122, § 87, 1-2.

fenómeno é, por um lado, o resultado da inflexão do timbre do radical por influência da semivogal e, por outro, da acção da metafonia exercida por *-o* [u] (1). Acontece ainda que, nalguns casos, a analogia com as formas sem iode — e que eram a maioria — impediu que a semivogal exercesse a acção habitual sobre a consoante anterior. No caso concreto de UESTIO, pelo facto de o grupo -tj- estar precedido de sibilante, a sua evolução habitual conduziria a formas com uma configuração fonética muito distinta das restantes formas em que esse grupo não existia. Foi talvez esse facto que impediu o tratamento normal do referido grupo. Resultante da acção dos factores acima enunciados é a forma *visto* do português e do galego actuais.

Analogamente, também nas formas do conjuntivo a semivogal não palatalizou a consoante anterior, mas deve ter determinado, antes do seu desaparecimento, um primeiro grau de fechamento da vogal do radical. A forma *ueſtia*, registada no século XIII num dos documentos que estudei, deve interpretar-se como um arcaísmo ou mesmo como um latinismo. Revelam já a perda da semivogal as formas da terceira pessoa do presente do conjuntivo *uesta* e *vesta*, documentadas em antigos textos galego-portugueses (2). É de prever que em tais formas fosse [ę] o valor do grafema *e* do radical. O actual conjuntivo presente do galego e do português (*vista, vistas, vista*, etc.) resulta da propagação, por um processo morfológico, do timbre do radical da primeira pessoa do presente do indicativo.

10. *Preposições*

Neste parágrafo, assim como nos outros dois que se lhe seguem e que, no conjunto, dizem respeito às palavras invariáveis, em vez de um estudo exaustivo de toda a documentação recolhida, preferi fazer referência apenas àquelas formas cuja história oferece alguns aspectos interessantes dignos de serem realçados, ou que apresentam variantes pouco frequentes ou mesmo desconhecidas nos antigos textos galego-portugueses.

É muito complexa a história da preposição *até* em galego-português; não se pretende, neste momento, discutir o problema etimológico relativo

---

(1) Cf. J. MATTOSO CÂMARA JR., *História e estrutura da lingua portuguesa*. 2.ª ed., Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1976, p. 148-153. Veja-se também o que foi dito a propósito dos verbos *seguir* (p. 830-832) e *sentir* (p. 832-835).

(2) Cf. M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 109, s.u. *vestir;* BERTIL MALER, *Orto do Esposo*, vol. III, Stockholm (Acta Universitatis Stockholmiensis), 1964, p. 151, s.u. *uestir, uistir*.

a esta preposição, tema já amplamente tratado por vários autores (1), mas simplesmente reunir todas as variantes apresentadas pelos documentos estudados, fazendo-lhes alguns comentários oportunos.

A referida preposição aparece no período arcaico com múltiplas variantes (2), sendo, porém, a forma *ata* — que admitia uma dupla acentuação *(ata* e *atá)* — a mais frequente até ao século XVI. Os textos redigidos na Galiza, mais ricos em possibilidades expressivas, oferecem algumas variantes desconhecidas na área galego-portuguesa a sul do Minho (3); além disso, e pelo que se refere ao período moderno, no galego actual sobrevivem muitas dessas variantes (4), ao passo que no português literário, a partir do século XVI, as formas *ata, atá* vão-se arcaizando e generaliza-se a forma *até* (5). Contudo, nalguns falares regionais mantêm-se algumas das antigas variantes (6).

Nos textos que analisei, a forma *ata,* proveniente do árabe *hattā* (7), é, de longe, a mais frequente tanto na Galiza como em Portugal. Indicam-se algumas abonações: 1300 C 8; 1333 C 10, 1367 C 14, 1285 O 56, 1280 P 97, 1281 P 99, 1290 P 106, 1301 P 118, 1316 P 124, 1317 P 125, 1322 P 129, 1419 P 134, 1335 M 160, 1407 M 166, 1411 M 167, etc. Desde o século XIII que

---

(1) Para as principais teorias propostas sobre a origem dessa preposição, vejam-se, além dos manuais de gramática histórica do português, sobretudo os trabalhos seguintes: EERO K. NEUVONEN, *Los arabismos de las Cantigas de Santa Maria.* In: *Boletim de Filologia,* vol. XII, 1951, p. 318-320; J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana,* vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, p. 884-885, s.u. *hasta;* vol. IV, p. 1021; SERAFIM DA SILVA NETO, *História da preposição "até".* In: *Língua, cultura e civilização.* Rio de Janeiro (Livraria Académica), 1960, p. 174-191.

(2) Para o conhecimento de algumas dessas variantes, veja-se especialmente AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. Vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, s.u. *ata, ta, te, atro, tro;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, s.u. *atá, atēē, atēēs, atra;* AUGUSTO MAGNE, *A demanda do Santo Graal,* vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, s.u. *atá;* JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Textos arcaicos,* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970, p. 170, s.u. *atá* e *ataa; ateens; atra;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario). Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *ata, atēe, atēen, ateem.*

(3) Do conjunto de variantes adiante indicadas — *áata, ata, atra, atá, atee, atéém, atãe f, atroe f, fasta (faſta)* — só *ata* e *atra* ocorrem nos documentos portugueses que estudei.

(4) Cf. RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 200 e n. 191.

(5) SERAFIM DA SILVA NETO, *ob. cit.,* p. 175, n. 1. A forma *ata* sobrevive, porém, em galego, em mirandês e em asturiano.

(6) IDEM, *ibidem,* p. 191.

(7) J. COROMINAS, *ob. cit.,* vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, p. 884-885, s.u. *hasta.*

a mesma forma aparece associada a *que*, formando a locução conjuntiva temporal *ata que*: «*ata que* que o herdeyro ouuer quinze annos» (1450 L 44), «*ata que* eſte teſtamento ffor comprido» (1281 O 55), «*ata que* eu der a uoſ uno moyo de millo» (1267 P 91), «*ata que* o mũdo ſeia eſtauil» (1296 P 111), «que o teña Roy Garcia ꝛ penſe dellas *ata que* ffe caſe» (1325 P 130), «que tenadeſ adeãte eſteſ herdamẽtos depoys dos .XV. anos ſobreditos *ata que* ſeiadeſ entrego do mj̃guado que ſe perder» (1333 P 131), ete.

Esporádicas são as variantes *áata* (1290 P 106) e *atá* (1280 P 97: «deſte dia *atá* dez anos primeyros»). A grafia desta última forma não deixa qualquer dúvida sobre a acentuação na última sílaba; aliás, esse tipo de pronúncia é também atestado não só pela grafia *ataa*, muito corrente em antigos textos galego-portugueses, como sobretudo pela rima, numa estrofe das *Cantigas de Santa Maria*, com *já* e *alá* (1). Essa forma acentuada na última sílaba mantém-se ainda no galego actual (2) e no dialecto galego-português da região de Xalma (3).

Ocorre, além disso, a variante *atra*, com mais frequência nos documentos da Galiza do que nos redigidos em Portugal; é interessante comprovar que essa variante, bastante divulgada na Galiza, como pode deduzir-se através das abonações conhecidas nestes e noutros textos já anteriormente publicados (4), se usou também em Portugal, ainda que de forma verdadeiramente esporádica (5). Observe-se a ocorrência da referida forma nos seguintes documentos agora estudados: 1281 C 5, 1278 L 25, 1299 P 114, 1289

---

(1) Cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 9-10, s.u. *ata*; Afonso X, O Sábio, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. II, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1961, p. 262: «A filla enton lle disso: | «Con mia mão varri ja / a arca.» E diss'a madre: | «Ar yde pero alá.» / E foi e achou-a chẽa | de farynna ben ata / na cima, e deu-lles dela | quanto lles ouve mester.».

(2) Cf. Ricardo Carballo Calero, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 200, n. 191.

(3) Veja-se o trabalho de Clarinda de Azevedo Maia, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1977, p. 248.

(4) Veja-se a documentação reunida por Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *ata*. Muitos dos exemplos reunidos pelo Autor pertencem à colecção de *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI* organizada por Andrés Martínez Salazar. La Coruña (Imp. de la Casa de Misericordia), 1911.

(5) Um outro exemplo, com carácter totalmente isolado, é referido por Serafim da Silva Neto no artigo *História da preposição "até"* incluído em *Lingua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro (Livraria Académica), 1960, p. 181, n. 5. Trata-se da forma *atrááqui* registada num documento da Beira do ano de 1270.

DL 141. Associada a *que*, forma a locução conjuntiva temporal que limita a duração do verbo: «para conprir ȝ pagar eſte meu teſtamẽto per ellas *atra que* ſeia todo conprido ȝ pagado» (1299 P 114).

Esta forma parece resultar do cruzamento da primitiva forma *ata* com as formas da preposição com o mesmo valor provenientes de INTER, INTRO. Efectivamente, a área românica correspondente à preposição usada com o valor de 'até' e resultante de INTER, INTRO prolongou-se até à Península Ibérica. Além das formas do antigo francês e do antigo provençal, existem representantes daquela preposição latina em reto-romano e no logudorês (1). Embora nos actuais idiomas ibero-românicos a preposição *tro* com o sentido de 'até' se restrinja ao grupo navarro-aragonês (2), formas análogas existiram no antigo catalão, no castelhano antigo e noutras zonas do Ocidente peninsular, como em Leão e na Galiza (3). Pelo que se refere a esta última região, observe-se que nos documentos que analisei se registam dois exemplos da forma *atroeſ* em documentos do século XIII: «ſiga malditu ou maldita *atroeſ* la ſetima giarazũ» (1282 C 7), «damoſ a uoſ aquella erdade que chamã do Ual do Outeyro como departe pela eyra de Pedro Nepto *atroeſ* eſſo eydo de Pedro Nunez, deſ a quintáá do Outeyro *atroeſ* loſ marcoſ (...)» (1271 P 94). Eram já conhecidas anteriormente outras abonações desta forma e de outras idênticas com a mesma proveniência. Entre elas, podem citar-se *tro, atro, trões* (4) e outras variantes resultantes da combinação com a preposição *en* (cf. *atroen*) ou da ligação com a palavra que se lhe seguia: cf. *atroena:* «seya maldito *atroena* vij gearaçõ» (5).

Configuração distinta e provavelmente também distinta proveniência (6)

---

(1) IDEM, *ibidem*, p. 181, n. 5.

(2) Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 375-376, § 78, 2; p. 390, § 83, 4.

(3) IDEM, *ibidem*, p. 375-376, § 78, 2; p. 390, § 83, 4.

(4) Saliente-se que, mesmo nas *Cantigas de Santa Maria*, estão documentadas as formas *tro, atro* e *trões*. Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), s.u. *atro, tro, trões*.

(5) A forma acima assinalada corresponde a um documento galego da colecção de Martínez Salazar, mais concretamente, o doc. XXVII, do ano de 1274. A todas as variantes galegas citadas se faz referência nos trabalhos de RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, s.u. *até; La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *ata*.

(6) Serafim da Silva Neto no artigo citado na n. 1 da p. 856 é de opinião que as formas medievais galego-portuguesas *atẽes, atees, atẽ* não podem, de modo algum, filiar-se

têm as formas que, de modo esporádico, aparecem registadas nalguns documentos galegos do século XIII: *atee* (1292 O 59), *atéém* (1287 P 102: «quanto noſ auíæmoſ della Ribba de Carrualido *atéém* á Pedra d'Aſpẽteyra» e *atãeſ* (1289 P 105: «*atãeſ* la era deſta carta». Apesar do aspecto estranho desta última forma (1), são conhecidas outras abonações na fase antiga da língua, inclusive em textos literários (2).

Observe-se, finalmente, que em documentos galegos dos séculos XV e XVI aparecem alguns exemplos da forma de tipo castelhano: *fasta* (1516 C 18), *faſta* (1414 L 42; 1475 L 49; 1502 L 51) (3).

Em todos os documentos que estudei está praticamente generalizada a preposição *des* (ou a variande *deſ*) para significar o ponto de partida e refere-se tanto a lugar como a tempo. Resulta da combinação das preposições DE EX, conhecida em latim vulgar e no baixo latim peninsular (4). Segue-se a indicação de alguns dos exemplos recolhidos: *des* (1399 C 16: «*des* oje eſte dito dja»; 1296 P 111: «*des* aqui en deante»; 1325 P 130: «et

---

no árabe *hattā* (cf. p. 178 e segs.). Para essas formas propõe o Autor o étimo *AD TENES, resultante do cruzamento de TENUS com FINE, preposição usada no latim familiar com o sentido de 'até'. Opinião distinta é perfilhada por Corominas que aceita para a forma portuguesa *até* a mesma proveniência que para *ata* e *hasta* (esp.), ou seja, a forma árabe *hattā:* tratar-se-ia, simplesmente, de «una pronunciación cerrada de la *-à* arábiga». Em apoio da explicação defendida, aponta o Autor a grafia *haté* documentada no hispano-árabe e a antiga grafia castelhana *adte* (1050 e 1092) que, de acordo com a fonética histórica dessa língua em que -N- se mantém, não pode provir de AD TENUS. Veja-se J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *hasta*.

(1) SERAFIM DA SILVA NETO, *ob. cit.*, p. 186-187, interpreta a forma *atães* como resultante do cruzamento de *atá* com *atees*, forma também documentada no período medieval e que, segundo o Autor, é resultante de *AD TENES. Recorde-se, a propósito, o que foi dito na nota anterior. Nos aditamentos incluídos por Corominas no vol. IV do seu Dicionário, p. 1021, referem-se as variantes portuguesas antigas *atem, ataes, atens* e *atees*. A primeira das formas resultaria da contracção de *até em* ou *ata em;* as restantes formas devem ser o resultado da combinação *ata em* com *s* adverbial. Corominas continua a rejeitar qualquer tipo de relação das formas portuguesas com AD TENUS.

(2) *Atães que*, com valor de conjunção, aparece nas *Cantigas de Santa Maria:* «jouv'en terra ... *atães que* o angeo foi dali partido». Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário). Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 31, s.u. *ata*. Para outras abonações de *tães* ou *ataens* em antigos textos, veja-se SERAFIM DA SILVA NETO, *ob. cit.*, p. 187.

(3) Combinada com a conjunção *que*, forma a locução conjuntiva *faſta que*, usada num documento galego do século XV: «*faſta que* eſte meu teſtamẽto ſeja conprido» (1414 L 42).

(4) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *desde*.

des ali endeãte»; 1405 L 39: «ȝ as tire *des* donde jazẽ»), *deſ* (1262 C 2: «*deſ* aquel caſal»; 1281 C 5: «*deſ* oye eſte dia»; 1282 C 7: «*deſ* oge eſte dia»; 1300 C 8; 1278 L 25; 1281 L 26: «*deſ* aquelеſ outroſ uoſſoſ treſ caſareſ»; 1298 L 29; 1269 P 93; 1271 P 94: «*deſ* a quintáá do Outeyro»; 1281 P 99: «*deſ* dia de Sam Johane Babtiſta»; 1290 P 106; 1299 P 114; 1301 P 118; 1301 P 119; 1302 P 122; 1419 P 134; 1335 M 160: «*deſ* aqui adeante») (1). Esta forma, que ainda se empregava na linguagem literária portuguesa do século XVI (2), foi substituída pela forma *desde*, resultante da combinação da forma primitiva com a preposição *de*, por analogia com *antes de*, *depois de* (3). A forma mais antiga foi relegada para o domínio da linguagem popular. Também em galego se generalizou a forma resultante da aglutinação com *de*, sendo a primitiva forma apenas admissível no caso de *desque* (4).

Ao contrário do que aconteceu em castelhano, em que a forma resultante da aglutinação está já muito divulgada no século XII (5), em galego-português essa forma aparece documentada a partir do século XIV (6), mas generaliza-se apenas nos séculos seguintes. Na colecção de documentos agora publicados recolhe-se um exemplo da forma *deſde* (cf. «*deſde* oje eſte dia») num texto galego de meados do século XV: 1442 L 43.

A preposição proveniente do lat. INTER apresenta numerosas variantes. A par da forma *entre*, largamente atestada desde o século XIII até ao termo do período abrangido pelo presente estudo, ocorrem outras a que serão feitos alguns comentários. Em primeiro lugar, há que referir a ocorrência, em dois documentos galegos do século XIII, das formas *ĩtre* (1258 L 21) e *intre* (1283 L 27) com uma configuração muito próxima da preposição latina. Além disso, do mesmo modo que em documentos redigidos em Portugal

---

(1) No documento 1325 P 130 a forma *deſ* aparece combinada com *que*, formando a locução conjuntiva *deſ que*: «ȝ penſe dellas ata que ſſe caſe ȝ *deſ que* caſar fiquẽ as mynas fillas aa abbadeſſa ȝ o auer ȝ penſſe dellas».

(2) RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, s.u. *des*.

(3) IDEM, *ibidem*, vol. II, s.u. *desde*; M. SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 208.

(4) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *des*; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 200.

(5) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *desde*; MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 293.

(6) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *desde*. O Autor cita alguma documentação da forma *desde* a partir do século XIV.

é muito frequente a variante *antre*, que ainda hoje se mantém na linguagem popular portuguesa de várias regiões, assim nos documentos da Galiza encontra-se largamente representada a variante *ontre* e, de modo isolado, a forma *vntre* (1). Todas as abonações de *antre* foram recolhidas em documentos da zona portuguesa: 1315 DL 145, 1484 DL 150, 1281 M 152, 1303 M 153, 1335 M 160, 1404 M 165. A mesma forma aparece com elisão da vogal final em *d'antr'anbos* (1448 DL 147: «e ha hũu filho ou filha *d'antr'anbos*» (2). Foram abundantes os exemplos de *ontre* recolhidos em documentos galegos do século XIII aos fins do século XV: 1282 C 6, 1334 C 11, 1434 C 17, 1281 O 55, 1314 O 65, 1424 O 77, 1426 O 78, 1473 O 84, 1499 O 89, 1271 P 94, 1278 P 96, 1281 P 99, 1288 P 104, 1298 P 113, 1299 P 114, 1317 P 125, 1403 P 132. Assinale-se ainda a ocorrência da mesma forma num documento português localizado em Valença, junto da fronteira com a Galiza: 1411 M 167. A mesma variante da preposição ocorre ainda no topónimo *Ontranbaſ Agoaſ* (1287 P 103). A julgar pelo emprego frequente de *ontre* nos textos agora publicados, como pela abundante documentação conhecida relativamente a outros textos da Galiza (3), é de crer que se tratava de uma forma usada com grande vitalidade na linguagem falada da região durante o período medieval. Incomparavelmente mais rara era a variante *vntre* de que se recolheu apenas um exemplo num documento de meados do século XIII: 1262 C 2. O conhecimento de outros antigos textos da Galiza (4) parece permitir concluir que essa forma era de emprego muito mais reduzido na linguagem falada da região.

A par das formas de tipo galego-português, *ſem* (1320 P 128; 1448 DL 147; 1331 M 157, etc.), *ſſem* (1280 P 98), *ſen* (1282 C 6; 1310 L 34; 1335 L 37; 1410 L 41; 1414 L 42; 1450 L 44; 1287 P 103; 1333 P 131; 1401 M 163),

---

(1) É difícil explicar a alteração da forma *entre* em *ontre* e *untre*, atestadas não só em antigos textos galego-portugueses, sobretudo nos redigidos na Galiza, como também, ainda que de modo esporádico, em antigos documentos leoneses. (Sobre a ocorrência das variantes *ontre* e *untre* em antigos documentos leoneses, veja-se, por exemplo, E. STAAFF, *ob. cit.*, doc. II, 1185, p. 5: «*vntre* Castro nouo ȝ Merendela»; «suo orto que stetit *ontre* ela sua porta ȝ riio»). No *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, p. 62, s.u. *ontre*, Carolina Michaëlis pensa numa possível influência da preposição *contra*; Corominas, por sua vez, invoca a possibilidade de um «cruce con el gót. o suebo UNDAR, que además de 'debajo' significaban 'entre'»: cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *entre*.

(2) No original manuscrito aparece *dantranbos*.

(3) Cf. RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, s.u. *ontre*, *entre*.

(4) Num documento galego de 1275 incluído por Martínez Salazar na colecção de *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, p. 70, ocorre também a forma *untre*: «fazemos *untre* nos preyto et prazo forte et firme por senpre ualedeyro».

sen (1405 L 39), *ſſen* (1281 L 26; 1302 O 60), *ſſẽ* (1281 O 55), em documentos galegos de fins do século XV ou do século XVI aparece o castelhanismo *syn* (1499 O 89), *ſyn* (1506 P 136, 2v.).

11. *Advérbios e locuções adverbiais*

Nalguns documentos galegos que reuni e estudei aparecem vários exemplos do advérbio *afeſto* usado com o sentido de 'para cima, acima, em declive'; quando se refere a um rio ou ribeiro, o sentido do advérbio é mais propriamente o de 'em direcção à nascente' (1): «damoſ e outorgamoſ (...) a meadade do foro ⁊ da erdade de Camſeyda aſſy como ſe departe pelo foro da Cela e vay ferir áó rio do Mino ⁊ da outra parte como uay a agua de Toqueſ e intra áó rio do Mino e ĩde como ſe uay *afeſto* e uay ferir áó foro doſ Condeſ» (1283 L 27); «a noſa leyra do Uao commo ſe parte da de Pedro Martino ⁊ uay topar na caſa do molloyro ⁊ do outro cabo commo uay topar no rio do Bubal ⁊ do outro cabo commo uay topar pella rigeyra d'Anbaſmeſtas *afeſto* a outra carreyra que uay d'Anbaſmeſtas para o moyno» (1372 O 75); «eſte he o termino do Couto de Vina. Item primeyramẽte per la presa do moyno de Mãgoella et paſſaſſe deſſe cabo o rrio per hu chamã o Chaao (...) et outro cabo aaquella meeſma preſa a emproo per lo rrio et per lo peagoo *afeſto* pelas lauradas de Faramõtaaos et deſſi per tralo caſtro a que chamã do Carro Queymado (...)» (1473 O 83).

Além desta forma, surge também em antigo galego-português o adjectivo *enfesto* 'levantado, direito' (2) e a locução adverbial *a enfesto* 'para cima' usada sobretudo na expressão *ir a enfesto* (3).

---

(1) Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.* Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza, vol. I, Porto (Livraria Civilização), 1962, p. 486-487, s.u. *anfesto.* O advérbio parece designar o contrário da locução *a emproo* 'a jusante', adiante referida. Veja-se p. 872-873 do presente trabalho.

(2) Como adjectivo a forma aparece documentada várias vezes na *Crónica Gallega* contida nos manuscritos 8817 (ant. X-61) da Biblioteca Nacional de Madrid e 2497 da Biblioteca Universitária de Salamanca. Cf. Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla,* vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 536-537, s.u. *enfesta.* Também na *General Estoria* surge o adjectivo *enfesto:* «hũ cabrõ (...) que estaua *enfesto* dos péés de deante arrimado aa mata». Cf. *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV.* Ms. O.I.1 del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez-López. Universidad de Oviedo (Publicaciones de *Archivum*), 1963, p. 228. Também referido por Ramón Lorenzo, *ob. cit.*, vol. II, p. 537, s.u. *enfesta.*

(3) Da locução *a enfesto* há vários exemplos no *Livro dos bens de D. João de Portel* e um em *A demanda do Santo Graal.* Veja-se a documentação reunida por Ramón Lorenzo,

O étimo dessas formas parece ser o adjectivo latino INFESTUS 'hostil, dirigido contra alguém', que já em autores clássicos é aplicado às lanças ou outras armas em posição de ataque e aos estandartes do exército em marcha contra o inimigo, tomando, nessas construções, o sentido de 'levantado, erguido, direito' (1). A acepção românica está já presente em documentos latinos peninsulares, a partir do século x (2).

Com idênticas acepções, a palavra sobreviveu, em castelhano, desde o período medieval (cf. ant. *enfiesto*, mod. *enhiesto*) e em asturiano (cf. *infiestu* 'alto, elevado') (3). Além do léxico comum, também a toponímia peninsular, e muito particularmente a que corresponde à Galiza e às Astúrias, revela abundantes nomes de lugar com a mesma proveniência: *Infesta, Infiesto* (4).

---

ob. cit., vol. II, p. 537, s.u. *enfesta*. Da construção referida *ir a enfesto* resultou *ir a'nfesto*, que veio a transformar-se em *ir anfesto*, também documentada no antigo galego-português: num documento do *Livro dos bens de João de Portel* do ano 1256 regista-se a seguinte expressão: «quomodo per aquam ipsam de Moçaraua uadit *anfesto* usque ad semetipsam hereditatem» (p. 94). Também citado por RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 537, s.u. *enfesta*. No Tumbo de Lamego de 1346 regista-se também a mesma construção: «vaj por esse rio de Coira *anfesto* pela vêa d'agua». Citado por Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza, vol. I, Porto (Livraria Civilização), 1962, p. 486-487, s.u. *anfesto*. De acordo com a explicação proposta por Corominas no *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. II, s.u. *enhiesto*, foi a partir da expressão *ir anfesto* que se criou a construção *ir afesto*, ainda viva na zona de Entre-Douro-e-Minho: *an* foi sentida como variante de *en*, preposição incompatível com o emprego do verbo *ir*. Tal facto teria conduzido à expressão *ir afesto*.

(1) Essas expressões de carácter militar, como *infestis pilis, infestis signis* devem ter constituído o ponto de partida para a nova acepção que a palavra viria a adquirir nas línguas ibero-românicas. (Cf. VICENTE GARCÍA DE DIEGO, *Contribución al diccionario hispánico etimológico*. Anejo II da *Revista de Filología Española*, Madrid, 1943, p. 99, § 319). Expressões análogas são usadas no espanhol antigo: cf., por ex., *enfiestos los pendones* em J. Ruiz. A expressão *lanza enhiesta* manteve-se estereotipada para indicar o vencer qualquer tipo de resistência. (Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *enhiesto*).

(2) Num documento de 907 incluído nos *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, encontra-se a seguinte construção: «fer in illo ribolum et perget *infesto* pro ad nodares». Citado por RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 537, s.u. *enfesta*. Fray Martín Sarmiento refere também o emprego, em documentos latinos da Galiza, da locução *in infesta* com o sentido de 'caminhando para cima'. Cf. Fr. MARTÍN SARMIENTO, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio de J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 277.

(3) W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 4400 a; V. GARCÍA DE DIEGO, *ob. cit.*, p. 99, § 319; IDEM, *Diccionario etimológico español e hispánico*. Madrid (Editorial S.A.E.T.A.), 1954, p. 805, s.u. *infēstus*.

(4) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. II, p. 289, s.u. *enhiesto*. De modo isolado, surge *Anfesta*, perto de Calaf, na Catalunha. Formas toponímicas derivadas de *Infesto, Infesta*

Contudo, na toponímia portuguesa e, de modo muito especial, na que corresponde à metade setentrional do País, também se encontram bastante representados os topónimos *Infesta, Infesto* (1).

No que diz respeito aos advérbios locativos que indicam a proximidade em relação às pessoas gramaticais, coexistem no português e no galego actuais dois sistemas distintos, um bipartido e outro tripartido, conforme a oposição se faz entre dois ou entre três membros. Começando pelo português, encontra-se aí, por um lado, um sistema de dois membros, *cá* e *lá*, que exprimem respectivamente a proximidade ou o distanciamento relativamente ao sujeito falante, sem que se faça qualquer referência à posição do ouvinte, ou seja, à segunda pessoa gramatical; por outro lado, a par desse sistema, existe um outro, tripartido, cujas formas indicam lugares vizinhos das três pessoas gramaticais: *aqui, aí, ali*. As formas de um e outro sistema podem designar igualmente posição ou direcção; verifica-se, além disso, flutuação no emprego das formas dos dois tipos, ocorrendo frequentemente a substituição de umas por outras (2).

A situação do galego (3) é análoga à do português: também aí se verifica a coexistência de formas correspondentes a dois sistemas: um bipartido a que correspondem as formas *acá* e *alá* numas zonas e *acó* e *aló* noutras (4); e outro tripartido, em que a oposição se faz entre três formas correspondentes à proximidade relativamente às três pessoas gramaticais: *aquí* (com as variantes *eiquí, aiquí*), *ahí* (com a variante *ehí*) e *alí* (com a variante *elí*). A diferença entre os dois tipos de formas parece residir no facto de as formas *aquí,*

---

encontram-se também representadas na toponímia da Galiza: cf. *Enfestela* (Orense) e *Infistela* (Lugo). Veja-se V. García de Diego, *Contribución al diccionario hispánico etimológico*. Madrid, Anejo II da *Revista de Filología Española*, p. 99, § 319.

(1) Américo Costa, *Dicionário corográfico de Portugal continental e insular*, vol. VII, 1940, s.u. *Infesta, Infesto, Infestos*.

(2) Sobre a situação do português, veja-se J. Mattoso Câmara Jr., *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1976, p. 118-119.

(3) A propósito da situação do galego relativamente a alguns aspectos de carácter morfo-sintáctico de estes e outros advérbios, veja-se Antonio Santamarina, *El adverbio gallego. Estudio basado en el habla del Valle de Suarna (Fonsagrada, Lugo)*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 2, 1975, p. 59-106. O que se refere aos advérbios acima citados, ou seja, os advérbios locativos, encontra-se nas p. 60-63. Veja-se também Ricardo Carballo Calero, *ob. cit.*, p. 194-195; J. L. Couceiro, *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976, p. 132; Manuel Taboada, *El habla del Valle de Verín*. Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, p. 159-160.

(4) Falta um estudo da distribuição geográfica das formas *acá, alá* e *acó, aló* no galego actual.

aí, alí indicarem com precisão um local, ao passo que as formas do sistema bipartido o designam de modo vago (1).

Da análise dos documentos que reuni e estudei assim como do conhecimento de outros antigos textos galego-portugueses depreende-se que existia na língua correspondente a esse período uma situação idêntica à do português e do galego actuais. Os materiais agora recolhidos permitem concluir muito claramente que eram utilizados dois sistemas de advérbios locativos de estrutura idêntica aos que acima foram descritos para o galego e português actuais. Correspondem ao sistema tripartido as formas *aqui* (1414 L 42: «Item mãdo que digan dous trijntanarios et duσentas miſſas, a meatade *aqui* et a outra meatade en Ponferrada»; 1450 L 44: «et eſta carta fiσ eſcripujr en mjña preſença et puge *aqui* meu signal», etc.), *aquy* (1292 O 59: «outorgo per mỹ ȝ per meus bẽes a cõprir eſſto todo como *aquy* eſſtá eſſcrito»), *aquj* (1506 P 136: «preſente fuy ȝ o eſcripuj ȝ *aquj* meu nomme ȝ ſigno puſe», etc.); *ay* (1442 L 43; 1475 L 48, etc.), *y* (variante largamente documentada; citam-se apenas algumas localizações: 1281 C 5; 1282 C 7; 1300 C 8; 1399 C 16; 1258 L 21; 1453 L 45; 1473 O 84; 1316 P 124, etc.), *hi* (1313 DL 143; 1313 DL 144), *hj* (1280 P 97; 1345 M 161; 1348 M 162), *hij* (1448 DL 147; 1454 DL 148), *hy* (1281 M 152; 1317 M 154, etc.); *ali* (1281 O 55), *aly* (1414 L 42: «et de aqueles que *aly* foren a diσer as ditas miſſas et reſponſſos et proçiſſon», «cõ tal que ſejan logo tornados *aly*»). Além destas formas, ocorrem outras correspondentes a um sistema bipartido: *aaca* (1414 L 42) e *ala* (1500 O 90). Há, ainda, alguns indícios do emprego de *alo* (1414 L 42; 1302 O 60; 1333 O 68; 1334 M 158; 1407 M 166) e *allo* (1335 L 37). Pela análise dos contextos em que surgem essas formas, verifica-se que tanto eram usadas com verbos que exprimiam movimento para indicar direcção, como com verbos doutra natureza, para indicar simplesmente a situação: «ȝ fazerdeſ ſeruiço cada anno a don abbat dũa bõa porçalla ȝ de .X. ſſoldadas de pã, dũa balſa de uino e aoos hommeſ bõos da caſſa quando alo chegarẽ» (1302 O 60), «ȝ mãdou que o leuaſſen *alo* a ſſupultar» (1333 O 68), «et uos (...) que façades ſeruiço ao abbade do dito moſteyro cada que for *allo* a eſſa terra» (1335 L 37), «quando *alo* for o aminiſtrador» (1334 M 158), «et por que vaa en eſte anno agora para a vendima a Ponferrada cõ os meus albardõos ajudar a coller o vjño que *alo* ajo» (1414 L 42), «que cõpra ȝ faça *alo* foro ao dito cabjdóó» (1407 M 166), «et auedes a prouéér hũ dia de cada ano de comer ȝ de beuer ao noſo ouéȩ́al que *allo* andar ſegũdo que o prouéén en cada ũ dos outros noſos caſares que *allo* teemos aforados en eſa terra» (1335 L 37). Consideradas em conjunto, as formas do sistema bipartido parecem indicar a localização

(1) ANTONIO SANTAMARINA, *ob. cit.*, p. 61.

ou a direcção de modo mais vago do que as formas que correspondem ao sistema tripartido. Não se recolheu nenhum exemplo da forma paralela *acó*, documentada noutros textos galego-portugueses (1).

Note-se, ainda, o emprego do advérbio *alende* procedente do latim ILLĪNC 'de acolá, de lá'. A forma primitiva teria sido *alem*, conhecida através de numerosas variantes gráficas: *alen, alẽ, aalẽ, aalem* (2). Em virtude de esse advérbio aparecer frequentemente combinado com a preposição *de*, criou-se uma forma aglutinada *alende* (3), documentada em galego-português desde o século XIII, parecendo ter desaparecido da língua escrita por volta do século XV (4). Dessa forma recolheram-se alguns exemplos nos documentos que estudei: «doutro agro que iaz *alende* o rio» (1310 L 34), «ho terreo que jaz *alende* ho rrio» (1310 L 35). Cedo, porém, deve ter-se obliterado a consciência de que se tratava de uma forma aglutinada, uma vez que, desde o século XIII, surge em antigos textos galego-portugueses a forma *alende* seguida da preposição *de* (5). Dessa construção há também alguns exemplos nos documentos que reuni e estudei: «ꝛ mays tres voꝛes *aalende do* poſtromeyro de uos» (1407 P 133), «et mays *aalende das* ditas uozes vynte ꝛ noue annos» (1407 P 133).

Nos documentos estudados recolheram-se as formas *allur* e *alhur* com o valor de advérbios de lugar, indicando 'em outra parte, a outra parte, para outra parte': «ꝛ daſ mhas herdadeſ (....) aforadas como das que mãdo

---

(1) Veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *acó*.

(2) Cf. IDEM, *ibidem*, vol. II, s.u. *alem*. Baseando-se na opinião defendida por Corominas, rejeita o Autor a explicação de que a forma primitiva seria *alende*, proveniente de AD + ILLĬC + ĪNDE, etimologia defendida, aliás, por vários autores: cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 72 e 341. Segundo José Joaquim Nunes, a forma *além* teria provindo de *alende*, em virtude do uso proclítico desta forma.

(3) Para o castelhano *allende* defende idêntica explicação J. Corominas. De acordo com a opinião expressa pelo Autor, a forma originária teria sido *allén*, procedente de ILLĪNC. Da combinação daquela forma com a preposição *de* a que andava, em geral, associada, teria resultado *allende*. Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1954, s.u. *allá*.

(4) RAMÓN LORENZO, *ibidem*, vol. II, s.u. *alem*. Não só em português, mas também em galego, a palavra acabou por desaparecer da língua falada, apesar de alguns dicionários galegos a registarem.

(5) Na documentação reunida por RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, s.u. *alem*, surgem exemplos da combinação de *alende* com a preposição *de* a partir do século XIII. As abonações são, contudo, mais abundantes no que se refere aos séculos XIV e XV. Observe-se, a propósito, que as formas por mim recolhidas correspondem a documentos do século XV.

ao dito moeſteyro de San Johane de Poyo, commo daſ que mando *allur* para conprir ꝛ pagar eſte meu teſtamẽto» (1299 P 114), «tã bem na dita freiguiſſia de Santa Maria da Aueléeda como *alhur* hu quer; ꝛ uẽdouos o dito caſſal ſem nẽhũu encarrego» (1331 M 157). Desse advérbio são conhecidas frequentes abonações em antigos textos galego-portugueses (1). Apesar da grande vitalidade que a palavra parece ter tido durante o período arcaico, ela acaba por cair em desuso em português; no século XVI, Duarte Nunes de Leão, no capítulo XVII da *Origem da lingoa portvgvesa*, cita, como palavra antiga, a forma *alhures*, derivada de *alhur* por analogia com os advérbios terminados em -s (2). O galego actual mantém, contudo, a primitiva forma *allur* (3).

Quanto à origem deste advérbio, ele parece representar a forma *ALIOR, variante de ALIORSU- 'para outro lugar', criada por influência das designações locais INTERIORE, INFERIORE, SUPERIORE (4). O que, porém, não parece fácil detectar é se se trata de uma forma autóctone ou entrada na língua através do provençal *alhor* ou *alhors* (5). O certo, porém, é que a forma *alhor*, de configuração idêntica à do provençal, está documentada no período galego-português (6).

Juntamente com *como, commo*, as formas mais divulgadas tanto nos documentos de Portugal como da Galiza, surgem também as variantes *coma*

---

(1) Cf. AUGUSTO MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 66, s.u. *alhur*; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 4, s.u. *alhur*; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. III, Coimbra (Imprensa da Universidade), p. 582, s.u. *alhur*; M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 7, s.u. *alhur* e *alhor*; AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 15, s.u. *allur*; JOSÉ LUIS RODRÍGUEZ, *El cancionero de Joan Airas de Santiago*. Edición y estudio. Anexo 12 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidad de Santiago de Compostela, 1980, p. 331, s.u. *alhur*.

(2) DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza*. Nova edição, correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Typographia do Panorama), 1864, p. 70.

(3) RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 194.

(4) W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 343.

(5) No *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, p. 4, s.u. *alhur*, Carolina Michaëlis interpreta a forma como um provençalismo.

(6) Cf. M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português*. Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 7, s.u. *alhor*. De acordo com a interpretação do Autor, deve tratar-se de um provençalismo.

e *come:* «ꝛ ſe alguẽ ueer tanbem da noſſa parte *coma* da eſtrania (...)» (1296 P 109); «et o outro ſſeelo era *come* redondo» (1302 O 61); «tan bẽ d'auoenga *come* de conpra *come* de gaadia» (1287 P 102); «ꝛ dezia ꝛ defendia a todos aſſi aos lauradores *come* a carpenteyros, *come* a telheyros *come* a todolos moradores deſſe couto» (1315 DL 145). Da documentação até este momento conhecida parece poder concluir-se que a forma *coma* se usou, nos textos escritos, desde o século XIII até ao século XVI; actualmente essa forma pode encontrar-se, em português, mas apenas na linguagem popular (1); em galego, pelo contrário, ela tem muito maior vitalidade, podendo ocorrer mesmo na linguagem literária (2). De *come* são conhecidas algumas abonações em textos compreendidos entre o século XIII e o século XV (3).

Ao passo que a forma *como* representa o latim QUOMODO através das variantes do latim vulgar QUOMO ou COMO (4), *coma* resulta da combinação QUOMODO AC e *come* de QUOMODO ET (5).

Convém ainda aludir às formas adverbiais *enſembla* (1282 C 6: «*enſembla* cõ no conuento»), *enſenbra* (1269 P 92; 1271 P 94; 1280 P 97; 1296 P 110; 1296 P 111; 1299 P 115: «*enſenbra* conno conuẽto», *enſenbrra* (1296 P 109), *enſembra* (1299 P 116: «*enſembra* cono conuẽto do dito moeſteyru»; 1299 P 117), *enſſenbra* (1313 DL 143; 1313 DL 144), recolhidas em vários documentos dos séculos XIII e XIV. Idênticas variantes ocorrem em documentos sensivelmente da mesma época referentes tanto à Galiza como a Portugal (6). Desconheço, porém, o seu emprego em textos de carácter

---

(1) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 342, s.u. *como, cõmo, come;* CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 18-19. Além da forma galego-portuguesa, representam igualmente o resultado da evolução de QUOMODO AC as formas do provençal e do catalão. Veja-se RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 85.

(2) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 342, s.u. *como, cõmo, come.*

(3) IDEM, *ibidem,* vol. II, p. 342, s.u. *como, cõmo, come.*

(4) Atendendo a que, ao lado da forma *cõmo,* escrita, nos manuscritos da Idade Média, quase sempre com um til sobre a consoante *m,* surge também, algumas vezes, a forma não abreviada *commo,* Menéndez Pidal explica a consoante geminada como resultado de uma assimilação de *quom'do.* Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mío Cid.* Texto, gramática y vocabulario, 4.ª ed., vol. I, Madrid (Espasa-Calpe), 1964, p. 188.

(5) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 339, s.u. *como, cõmo, come;* CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 18.

(6) Cf. RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulario galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado).* Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 149, s.u. *ensembra.* Os exemplos reunidos pelo Autor foram extraídos do *Livro dos bens de D. João de Portel* (cartulário do século XIII), e das colecções de documentos

literário (1). A origem de tais formas adverbiais parece ser a forma INSĔMUL, variante do advérbio latino INSĬMUL 'ao mesmo tempo, juntamente com' (2); não me parece fácil afirmar se as referidas formas galego-portuguesas representam uma evolução auctóctone daquele advérbio latino (3), ou se terão entrado na língua através da forma francesa (4).

É de salientar o emprego de algumas formas de particípio presente com função adverbial; o seu valor é o de 'excepto, salvo'. Essas formas são *eyxente* (var. *enxente*), *ſaluante* (var. gráfica *saluante*), *ſaynte*, correspondentes aos infinitivos *exir* (var. *eyxir*) 'sair', *ſaluar* e *ſayr:* «(...) çinquo muyos ⁊ meo de çenteo per tallega de quatro çelamĩs a tallega *eyxente* o pã dos caſſares que é aynda por parar» (1315 O 66), «⁊ a meatade do meu auer mouil deſ u for ſoterrada uẽdao Roy Garcia que eu faço meu heree ⁊ deo por myna alma *enxente* os panos da cama que fiquẽ aas mynas fillas» (1325 P 130), «que nehũa perſõa leyga nẽ outra perſona nõ aja a dita hermjda nẽ as rendas dela, *saluante* o dito cabidoo» (1414 L 42), «vendo para ſenpre ⁊ firmemẽte ⁊ outorgo a uos dom Pedro Martins (...) quanta herdade ⁊ chantado ⁊ uoz ⁊ dereytura, caſas, viñas, cortes, çelleyros, bouças, deueſas, pumares, reſios ⁊ auer mouil ⁊ rayσ que ey ⁊ auer deuo de dereyto por parte de meu padre ⁊ de miña madre ⁊ de meus auoos (...), *ſaluante* ende o quiñõ da viña que teño aforada ⁊ o reſio» (1317 P 126) (5), «damoſ (...) o caſal que ey enna (....) fonte que iaz na fríjguiſia de Sam Fíjz de Çeleyros, o qual noſ téémoſ a foro ⁊ a renda do moeſteyro de Santa Maria de Melom, cada hu(.) cõ todas ſuas pertíjnçaſ, *ſaynte* o ſouto de Fonteeda que tẽ Johan Eſteuéézz a foro» (1301 P 118).

---

galegos organizadas por Andrés Martínez Salazar, Margot Sponer e Ferro Couselo, frequentemente citadas no decurso do presente trabalho.

(1) Num percurso mais ou menos rápido através de vários textos literários ou dos glossários que acompanham algumas edições, não encontrei nenhum exemplo dessas formas adverbiais.

(2) W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch.* 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 4465.

(3) Parecem inclinar-se para este tratamento JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 138, § 45 e p. 343, § 47 da *Morfologia* e JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 134, § 294.

(4) De acordo com a explicação proposta por Meyer-Lübke, a forma *ensembra* do português antigo e do antigo castelhano provém da forma francesa *ensemble* que, por sua vez, resulta da evolução histórica da forma latina INSĔMUL. A este propósito, veja-se W. MEYER-LÜBKE, *ob. cit.*, n.º 4465.

(5) A forma *salvante* ocorre também com função adverbial e com o mesmo valor em *A demanda do Santo Graal.* Veja-se A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal,* vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 351, s.u. *salvante.*

O advérbio de negação proveniente de NŬMQUAM oferece algumas variantes que, a julgar pela documentação recolhida, coexistiram durante o século XIII e primeiros anos do século XIV, tendo começado, desde então, a surgir exclusivamente formas idênticas às do português e do galego actuais. Assim, a par de *nõca* (1282 C 7), *nonca* (1301 P 119), *nũca f* (1283 L 27), registaram-se nos documentos analisados também as formas seguintes; *nũqua* (1292 O 59; 1269 P 92; 1278 P 96; 1317 M 154), *nunca* (1288 P 104), *nũca* (1333 C 10; 1351 C 13; 1434 C 17; 1283 L 27; 1414 L 42; 1281 P 99; 1288 P 104; 1317 P 126; 1333 P 131; 1331 M 156, etc.). As formas do primeiro tipo, ou seja, *nõca, nonca* que, embora raras, são conhecidas também através de outros textos antigos (1), representam a evolução regular da forma latina onde existia ŭ na sílaba tónica (2). Contudo, as formas mais frequentes em galego-português desde o período mais antigo apresentam vocalismo *u*. Não só esta forma, mas outras em que ŭ do latim estava seguido -NC- ou -NG- sofreram o mesmo tratamento (3).

Revela paragoge de *-s* adverbial, possivelmente em virtude da influência analógica de outros advérbios terminados em *-s*, a forma *nũca f* (4).

---

(1) Sobre algumas abonações dessa forma arcaica, veja-se Fr. J. DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza, vol. II, Porto (Livraria Civilização), 1966, p. 439, s.u. *nonca;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1977, p. 912, s.u. *nũca;* IDEM, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 260, s.u. *nunca;* JOSÉ JOAQUIM NUNES, *ob. cit.*, p. 342, n. 6. Durante o período abrangido pelo presente estudo, a forma *nonca* só muito esporadicamente surge em textos redigidos em Portugal, aparecendo com alguma frequência em textos da Galiza, pelo menos até ao século XV. Tal facto levou Huber (*ob. cit.*, p. 57, § 97, 4) a considerar a forma *nonca* como própria do "galego" antigo.

(2) Confirmam a continuidade desse tipo de vocalismo durante o período do chamado latim vulgar as formas do prov. ant. *nonca* e do fr. ant. *nonque*. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, p. 518 b, s.u. *no;* H. LAUSBERG, *Lingüística románica*. I. Fonética. Madrid (Editorial Gredos), 1965, p. 404, § 485.

(3) JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 57, § 97, 4. Na p. 53, § 89, 4 refere o Autor idêntica alteração de *e* para *i* condicionada pelo mesmo contexto. Williams refere, de modo mais explícito, o fechamento de [ǫ], quando seguido de [ŋk] ou [ŋg]: «V.L. tonic ǫ followed by [ŋk] or [ŋg] became *u: jũncum > junco; nũnquam > nunca*». Cf. E. B. WILLIAMS, *ob. cit.*, p. 39, § 38, 12.

(4) Veja-se E. B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*. 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1962, p. 112, § 116, 1; M. SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966, p. 195-196. Segundo o Autor, a paragoge de *-s* adverbial analógico devia corresponder, na fase antiga da língua, à linguagem popular, uma vez que de todas as formas conhecidas, apenas *antes* se implantou na linguagem literária e na linguagem corrente. A mesma influência analógica dos advér-

A forma *nũqua*, de que são conhecidas abonações idênticas em antigos textos castelhanos (1), deve interpretar-se como uma grafia latinizante.

Apenas acrescentarei aos comentários anteriormente feitos, uma referência a certas locuções adverbiais bastante interessantes e relativamente pouco conhecidas de outros textos medievais.

Em primeiro lugar, referirei a locução *apreſ de* registada num documento do século XIII, redigido em Portugal: «(...) doſ quaeſ praẓos eu, Sancha Eſteuayz, abbadeſſa dauãdita, deuo a téér hũu praẓo *apreſ de* mj e eu, dauãdito Gomez Periz, deuo a téér outro praẓo *apreſ de* mj» (1287 DL 140). Neste caso, a referida locução parece significar 'junto de', equivalendo a expressão *apreſ de mj* a 'comigo, em meu poder'. Embora pouco frequentes, a locução referida ou o advérbio *apres* nas suas acepções de lugar e tempo eram já conhecidos através de duas abonações, mas cronologicamente bastante posteriores: uma delas, apresentada por José Pedro Machado no *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, corresponde ao século XV: «e jaz sepultado em o seu moesteiro de Sam Denis d'Odiuellas, d'*aprés* da cidade de Lixboa (...)» (2); a outra pertence a um documento da Galiza do início do último quartel do século XIV (1375) e foi recolhida por Ramón Lorenzo no trabalho intitulado *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*: «et *apres* sua morte que fiquem ao dito cabidoo... *apres* ssua morte.... *apres* morte do postromeyro delles» (3). É provável que a referida forma fosse de emprego mais frequente do que a escassez de abonações galego-portuguesas parece sugerir; com efeito, embora sem indicar uma localização precisa, refere Fray Martín Sarmiento o emprego de *apres* com valor de advérbio de tempo na expressão «*apres miña morte*» em antigos documentos galegos anteriores ao ano de 1500 (4). Aliás, também em antigos textos castelhanos a referida forma aparece largamente documentada (5).

---

bios terminados em *-s* se exerceu no castelhano antigo em que se regista a forma *nunquas*. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 337.

(1) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, p. 517 b, s.u. *no*.

(2) JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ª ed., Lisboa (Editorial Confluência), 1967, p. 284, s.u. *apres*,

(3) RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 25, s.u. *apres*.

(4) Fr. MARTÍN SARMIENTO, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 272.

(5) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Cantar de Mío Cid*. Texto, gramática y vocabulario. 4.ª ed., vol. II, Madrid (Espasa-Calpe), 1969, p. 469-470; RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 85.

Comparando a forma *apres* registada em textos medievais do domínio linguístico galego-português ou castelhano com a forma latina APRĔSSU-, verifica-se que a perda da vogal final, sem deixar qualquer vestígio, numa e noutra área, assim como a ausência de ditongação de Ĕ na forma correspondente aos textos castelhanos, são fenómenos estranhos à fonética histórica dessas línguas. Tal como foi sugerido por Rafael Lapesa relativamente à mesma forma usada no *Fuero de Avilés* (1), parece ser de admitir uma origem ultra-pirenaica, francesa ou provençal, para as formas registadas em textos medievais dos referidos domínios hispânicos.

Uma outra locução registada num documento orensano do século XV é *a emproo:* «eſte he o termino do Couto de Vina. Item primeyramẽte per la presa do moyno de Mãgoella et paſſaſſe deſſe cabo o rrio per hu chamã o Chaao et paſſaſſe a Bjlino pello carrill de Rreuoreda (...) et outro cabo aaquella meeſma preſa *a emproo* per lo rrio et per lo peagoo afeſto pelas lauradas de Faramõtaaos (...)» (1473 O 83). O valor dessa locução adverbial coincide com o de outras variantes registadas em antigos textos galego-portugueses. Não só nas variantes até este momento conhecidas *(amproom, anproom, amproo, a peroom, anbróó)* (2) como na forma por mim recolhida, a locução adverbial serve «para precisar uma linha de demarcação caracterizada por águas correntes, indicando que esta segue um determinado ribeiro ou rio em sentido descendente, 'a jusante', em oposição a 'a montante'» (3). O mesmo valor se adapta à expressão com valor adverbial *in prono* registada em documentos em latim bárbaro, a partir do século IX: «et inde iuso a pauia *in prono*» (ano 883) (4); «et inde per petras maiores ipso fontano *in prono* usque in agra» (ano 906) (5). A origem da palavra, a partir da locução latina IN PRŌNO, confirma o significado de 'para baixo'.

---

(1) RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 85.

(2) Veja-se FR. J. DE SANTA ROSA DE VITERBO, *ob. cit.*, vol. I, 1962, p. 465-466, s.u. *ampron;* JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ª ed., Lisboa (Editorial Confluência), vol. I, 1967, p. 227, s.u. *ambróó;* JOSEPH M. PIEL, *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega. (Primeira Série)*. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1953, p. 32-34.

(3) JOSEPH PIEL, *ob. cit.*, p. 32.

(4) Citado por RAMÓN LORENZO, *Sobre cronologia do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968, p. 18, s.u. *ambroo*.

(5) Citado por JOSÉ PEDRO MACHADO, *ob. cit.*, p. 227, s.u. *ambróó*. Veja-se, além disso, VITERBO, *ob. cit.*, vol. I, p. 465-466, onde se refere também a variante *inplono* que ocorre em documentos em latim bárbaro: «et inde per rivolum de gallinas *inplono* usque ad illam

A forma agora registada nos documentos que analisei oferece, relativamente às restantes até este momento conhecidas, a particularidade de se manter mais próxima do étimo, uma vez que na sílaba inicial existe *em-* que representa o prefixo IN-. Idêntica configuração apresentam alguns topónimos portugueses antigos (cf. *Enproa, Enproas*) e modernos (cf. *Emproa, Quinta da Emproa*) (1). A evolução de *em-* para *am-* verificada nas formas medievais *amproom, amproo, ambróó* e outras atrás referidas observa-se também nalgumas formas da actual toponímia galega e portuguesa (2).

12. *Conjunções e locuções conjuntivas*

Num documento da Galiza dos fins do século XV, 1475 L 48, em que é claramente sensível a influência castelhana, registam-se as formas *aũn que, aũnque* com valor de conjunção concessiva, equivalente a 'ainda que, embora': «ꝛ que para senpre ja mays en voſa vida ꝛ morte ꝛ de voſos suçeſores nõ se deujda por herdeyros *aũn que* sejã moytos»; «en tal maneyra que as ditas bjnas nũca se partã nj̃ deuidan ꝛ senpre queden en hũa persona *aũnque* queden moytos herdeyros». Essas fqrmas devem interpretar-se como castelhanismos.

Possuía o antigo galego-português a locução *cada que* usada com o valor de 'cada vez que; sempre que' (3). Num dos documentos que estudei verifica-se também o seu emprego: «et que eſtes ditos meus herdeyros et o ſeu mays chegado deçendente de cada hũ deles hũ depus outro, poſſan eſcoller et preſentar et tomar os ditos clerigos por capelães quando et *cada que* ſe aconteçeren de ſe vacar as ditas capelanjas (...)» (1414 L 42).

---

pontem» (ano 1131). Além dos exemplos citados, todos eles correspondentes à zona portuguesa, refere também Fray Martín Sarmiento o emprego de *inprono* na acepção de 'caminhando para baixo' em escrituras latinas da Galiza. Cf. FR. MARTÍN SARMIENTO, *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973, p. 277.

(1) Informação colhida em JOSEPH M. PIEL, *ob. cit.*, p. 33. Aí se indica a localização dos topónimos modernos: *Emproa* pertence à freguesia de Gulpilhares, conc. de Gaia, e *Quinta da Emproa* é o nome de duas povoações, uma na frequesia de Cota, concelho de Viseu, e outra na freguesia de Covelo de Paivô, concelho de São Pedro do Sul.

(2) *Amprôa* é o nome de uma povoação da freguesia de Escariz, conc. de Vila Verde, e de outra na freguesia de Pousa, conc. de Barcelos. Também na toponímia galega ocorre a mesma forma na província de Pontevedra. Veja-se JOSEPH PIEL, *ob. cit.*, p. 33.

(3) Cf. JOSEPH HUBER, *ob. cit.*, p. 269-270, § 482; A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 113, s.u. *cada;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 48-49, s.u. *cada;* CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 15, s.u. *cada que*.

A introduzir uma oração consecutiva pode ocorrer a locução *como se* com o valor de 'de tal maneira que': «e a labredes et paredes ben *como se* as erdades dela nõ percã con mjngoa de labor e de von paramento» (1474 L 47).

A par de *enquanto* (1281 O 55, etc.) (1), *en quanto* (1287 P 102; 1290 P 106; 1322 P 129; 1407 P 133), *em quanto* (1448 DL 147), é muito frequente, nos textos que reuni e analisei, o emprego de outras formas com o mesmo valor. Trata-se de *mentre* (1292 O 59; 1372 O 75; 1396 O 76; 1290 P 106; 1454 DL 148), *mẽtre* (1285 O 56; 1360 O 73; 1290 P 106, etc.), *mentre que* (1320 P 128: «*mentre que* teuerdes o dito herdamẽto»), *mẽtre que* (1301 P 118: «damoſ elle a uoſ ȝ a toda uoſſa uoz *mẽtre que* noſ formoſ viuoſ»), *entramẽte* (1500 O 90: «ao qual daredes de comer ȝ de beber *entramẽte* eſtuber con bos a recadarlo»), *entramente* (1281 P 99: «ȝ iſto foſſe *entramente* aplouguеſſe ao abbade ȝ ao conuẽto»), *em mẽte* (1432 P 135: «et daredes o pã enna eyra et o vyño enna dorna per noſo moordomo ao qual proueredes de comer et de beber *em mẽte* coller os noſos dereytos»), *en mẽtre* (1407 P 133). A estas formas acrescente-se o castelhanismo *mjentra* registado num documento galego da segunda metade do século XV: 1453 L 45 (2).

Todas as formas citadas se relacionam mais ou menos directamente com DUM INTERIM, combinação bastante frequente no latim coloquial (3). Têm a mesma origem as formas do provençal e do francês antigo *dementres, endementres* e as formas do cast. antigo *domientre* e *demientre* e a do esp. actual *mientras* (4).

A forma *mentre* (var. *mẽtre*) provém de DŪM ĬNTĔRIM, através da forma *dementre*, bastante documentada durante o período arcaico (5). Aquela

---

(1) Para outra documentação medieval dessa forma, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 33, s.u. *en quanto, enquanto;* RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), p. 552, s.u. *en quanto*.

(2) *Mientre* foi a forma do castelhano antigo: é mesmo a forma mais frequente durante o período arcaico. «Por analogía de *fuera, contra, nunca, aína(s), certas, marras* y otros adverbios análogos, se pasó luego de *mientre* a *mientra* y *mientras*, que es la forma que acabó por predominar». Cf. J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, vol. III, Madrid (Editorial Gredos), 1954, p. 370 a, s.u. *mientras*.

(3) J. COROMINAS, *ibidem*, vol. III, p. 370 a e 370 b, s.u. *mientras*.

(4) Cf. W. MEYER-LÜBKE, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968, n.º 2794; J. COROMINAS, *ibidem*, vol. III, p. 369 b e 370 a, s.u. *mientras*.

(5) Veja-se a documentação reunida por RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II (Glosario), p. 432-433, s.u. *dementre que*. A forma mais antiga deve ter sido *domentre*, paralela, aliás, à forma do castelhano

forma, que ainda existia em português no século XV (1), acaba por desaparecer, totalmente substituída pela forma sinónima *enquanto*, que com ela coexistiu em época mais antiga. Diferente é, sob este aspecto, a situação do galego em que, a par de *encanto, en canto*, se mantêm as formas *mentres, mentras* (2).

De acordo com os elementos recolhidos nos textos que analisei e com outra documentação antiga conhecida, houve, no antigo galego-português, oscilação entre a construção *mentre* + verbo ou *mentre que* + verbo. Idêntica flutuação entre as duas construções existiu no espanhol, até ao Século de Ouro, acabando por predominar a construção sem *que* (3).

As formas *entramẽte* e *entramente* recolhidas nos textos estudados eram ainda utilizadas, por vezes, com *-s* adverbial analógico (cf. *entrementes, entramentes*), em autores da época clássica (4). Com valor adverbial equivalente a 'entretanto', a forma *entrementes* mantém-se ainda na variedade açoreana e noutras zonas dialectais portuguesas (5). Paralelas às formas galego-portuguesas citadas são as formas do catalão dialectal *entrementes*,

---

medieval *domientre*. A mudança de *do-* em *de-* deve-se à influência de outras palavras invariáveis começadas por *de-*: por ex., *debaixo, deante, depois*, etc. A perda da sílaba inicial explica-se provavelmente por analogia com outras formas compostas tais como *de-trás, de-baixo*, etc. O mesmo tipo de explicação é apresentado por Manuel Alvar e Bernard Pottier para a evolução das formas do castelhano antigo *domientre* > *demientre* e para a redução desta última forma a *mientre*. «Desde este *mientre*, con la *-a* de otros elementos de relación *(cerca, fuera)* pasó a *mientra* (documentado en el *Cid)*; por otra parte, la *-s* de partículas y adverbios *(mas, lejos, pues)* se generalizó a *mientre, -a* que pasaron a ser *mientres, -as*». Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 343-344. A citação encontra-se na p. 344.

(1) Ainda na *Crónica da Ordem dos Frades Menores* há abonações de *mentre, mentre que, mentres que, em mentre(s) que*. Informação colhida em RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 834, s.u. *mentre*. Veja-se também *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico, por José Joaquim Nunes. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, vol. II, p. 322-323, s.u. *mentre* ou *mentres*.

(2) RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 834, s.u. *mentre* e p. 552, s.u. *en quanto*.

(3) Somente nos casos em que quer exprimir-se uma oposição de ideias se usa *mientras que*. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. II, p. 370 a, s.u. *mientras*.

(4) Ainda no século XVI, Bernardim Ribeiro emprega *entrementes* e *entramentes*. No que se refere ao período arcaico, além dos exemplos por mim recolhidos, são conhecidas outras abonações. Com valor adverbial, equivalente a 'entretanto', em *A demanda do Santo Graal* ocorre *entramente*. Veja-se J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, p. 370 b, s.u. *mientras*; A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 188, s.u. *entramente*.

(5) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, p. 370 b, s.u. *mientras*; H. R. LANG, *Tradições populares açoreanas*. In: *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 53.

do esp. ant. *entramientre* e do francês antigo *entrementres* (1). No que se refere à explicação das referidas formas, elas podem resultar da reduplicação do latim vulgar INTERIM - INTERIM ou da combinação com a preposição *entre* (2).

Finalmente, resta fazer uma referência às formas *em mẽte, en mẽtre,* recolhidas em dois documentos galegos do século XV. Destas formas devem aproximar-se outras conhecidas de antigos textos galego-portugueses: *enmentre, emmentes* (3). Todas elas resultam da combinação da preposição *en* com o advérbio ou conjunção *mentre* (4).

Observa-se o emprego da forma *mais,* quer como advérbio, quer como conjunção adversativa. Com este último valor, foram encontrados exemplos entre o século XIII e o século XV: *mayf* (1262 C 2; 1290 O 58; 1299 P 115), *mays* (1344 C 12; 1399 C 16; 1296 P 111; 1302 P 122; 1419 P 134), *mais* (1450 L 44).

Em português a forma *mais* acabou por limitar-se ao emprego adverbial, assumindo a forma *mas,* resultante da anterior devido ao emprego em posição átona, a função de conjunção adversativa (5). Quanto ao galego actual, embora como advérbio se mantenha a forma *mais,* como conjunção usa-se *pero* ou a forma popular *pro,* que é um reflexo da primitiva pronúncia com acento na última sílaba (6).

No que se refere às formas que resultam da conjunção latina NEC, o confronto feito entre os documentos da Galiza e os da zona portuguesa

---

(1) J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, p. 370 b, s.u. *mientras.*

(2) Veja-se IDEM, *ibidem,* vol. III, p. 370 b, s.u. *mientras;* J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 345 e n. 2.

(3) Cf., por exemplo, *em-mentre* em *A demanda do Santo Graal.* Veja-se A. MAGNE, *ob. cit.*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional, 1944, p. 181, s.u. Para outras abonações, veja-se também RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 543, s.u. *enmentre.* A última forma acima citada, ou seja, *emmentes,* conserva-se ainda dialectalmente nos Açores, na Beira e em Trás-os-Montes.

(4) IDEM, *ibidem,* p. 543, s.u. *enmentre.*

(5) Desde o século XIII que a forma *mais* com o valor de conjunção adversativa começa a sofrer a concorrência de *mas.* Nas composições poéticas do *Cancioneiro da Ajuda,* embora predomine *mais,* surgem já bastantes exemplos de *mas.* Veja-se, a este propósito, CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXIII, 1920, p. 53, s.u. *mas;* A. MAGNE, *ob. cit.*, vol. III (Glossário), p. 244, s.u. *mais;* RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II, p. 821-824, mas principalmente p. 824, s.u. *mays.*

(6) RAMÓN LORENZO, *ibidem,* vol. II, p. 824, s.u. *mays.* Veja-se também o que será dito adiante, p. 879 e n. 2.

revela que existiu, já no período que nos ocupa, uma clara diferenciação regional no interior do domínio linguístico galego-português. Nos documentos galegos verifica-se uma oscilação entre dois tipos de formas: por um lado, *nẽ* (1367 C 14; 1399 C 16; 1335 L 37; 1414 L 42; 1459 L 46; 1312 O 63; 1322 O 67; 1269 P 92; 1271 P 95; 1278 P 96; 1280 P 97; 1289 P 105, etc.) e, por outro, *nj* (1516 C 18, etc.), *nj̃* (1282 C 7; 1434 C 17; 1450 L 44; 1475 L 48; 1475 L 49; 1502 L 51, etc.), *njn* (1516 C 18). É interessante salientar que essa flutuação se manifesta, por vezes, no interior do mesmo texto. Assim, no documento 1450 L 44 ocorrem na mesma frase *nẽ* e *nj̃*: «pero que a nõ poſan vender *nẽ* dar *nj̃* eallear»; «et prometemos ȝ outorgamos que nõ yremos *nẽ* paſaremos contra elo *nj̃* lo contradiremos en njhũa *nẽ* algũa maneyra (...)». Noutros documentos convivem as variantes *nj* e *njn*: «nõ viſto *nj* dado *nj* contado *njn* rresçebjdo» (1516 C 18).

Nos documentos redigidos em Portugal, são normais as formas *nẽ* (1284 DL 138; 1287 DL 140; 1313 DL 143; 1313 DL 144; 1315 DL 145; 1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149; 1327 M 155; 1331 M 156; 1331 M 157, etc.), *nen* (1284 DL 138, etc.), *nem* (1448 DL 147; 1454 DL 148; 1472 DL 149, etc.).

Comparando o estado linguístico dos documentos antigos que reuni e analisei com o português e o galego modernos, verifica-se que em português continua a viver a forma *nem*, ao passo que esta forma acabou por desaparecer no galego moderno, em que se generalizou *nin*, possivelmente devido à penetração do castelhano na Galiza (1).

No antigo galego-português, como, aliás, em textos medievais franceses e provençais, as formas provenientes do latim NEC, além de equivalerem a 'e não', 'também não', são igualmente usadas como simples copulativa 'e' ou como conjunção alternativa 'ou' (2). Embora, nos textos que analisei, o primeiro emprego seja mais frequente, não faltam também exemplos correspondentes aos outros valores: «ȝ deſ oge eſte dia a uoſ damoſ o ſenorio ȝ o podirio deſta ſobredita herdade ȝ todo omme *nj̃* muller de noſſa parte quer d'eſtráá que a uoſ o ſobredito herdamentu demãdar *nj̃* uoſ ſobre el contrariar (...) ſiga malditu ou maldita atroeſ la ſetima giarazũ (...)» (1282 C 7);

(1) IDEM, *ibidem*, vol. II, p. 895, s.u. *nen*.

(2) IDEM, *ibidem*, vol. II, p. 894, s.u. *nen*; A. MAGNE, *A demanda do Santo Graal*, vol. III (Glossário), Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944, p. 272, s.u. *nem*; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 59, s.u. *nen*; *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado. Anejo LXVIII da *Revista de Filologia Española*. Madrid, 1958, p. 21, n. 6. Em todos os textos citados há exemplos do emprego de formas provenientes de NEC com o valor de 'e' ou 'ou'.

«obligamos os beẽs do dito moeſteiro de vos fazermos de paz as ditas herdades enno dito prazo *nj̃* las tomar a vos por dar a outro por mays *nj̃* por menos durante os ditos doze annos» (1475 L 49).

A par da conjunção disjuntiva *ou*, a única representada nos documentos portugueses e também a mais corrente nos documentos redigidos na Galiza, surgem nestes últimos as formas *uel* e *o* com o mesmo valor. A primeira destas formas aparece registada no documento 1258 L 23, cujo escriba dá a impressão de estar acostumado a redigir documentos em latim. Por esse motivo, ser-se-ia levado a interpretá-la como um latinismo; contudo, pelo facto de a mesma conjunção aparecer nos cancioneiros profanos (1) e nas *Cantigas de Santa Maria* (2), ora em formas de exclamação ou de invocação e, portanto, de carácter mais ou menos estereotipado (3), ora com o valor de 'ou', 'pelo menos', 'também', não pode rejeitar-se a possibilidade de que tal forma fosse usada na linguagem da época.

A conjunção *o*, que aparece em documentos dos séculos XV e XVI (cf., por exemplo, 1499 O 89 e 1516 C 18), deve ser interpretada como um castelhanismo, resultante da penetração do castelhano na Galiza.

Como em todos os textos galego-portugueses medievais, é muito frequente a forma *pero*, simples ou combinada com *que (pero que)*. Resulta essa forma da locução do latim pós-clássico PER HOC 'por isto, portanto' (4). De acordo com a etimologia, o seu sentido primitivo era o de 'por isto, por isso', sendo equivalente a *porende, porém*. Empregada em frases negativas, essa forma tomou valor adversativo, que mais tarde se atenuou, tornando-se equivalente a *mais* 'mas'. Embora esses empregos sejam os mais correntes, aquela forma revela tendência para adquirir outros valores, como, por exemplo, o de conjunção concessiva, equivalente a "ainda que", "embora", ou o de conjunção causal, sinónima de "já que", "visto que", "uma vez que" (5).

---

(1) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956, p. 351 e n. 1; CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 92, s.u. *vel.*

(2) Veja-se AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, vol. IV (Glossário), 1972, p. 315, s.u. *vel.*

(3) Eram fórmulas do tipo "vel por Deus!", "vel por mesura!", "vel por Santa Maria". Cf. A. MAGNE, *ob. cit.*, vol. III, p. 288, s.u. *ou;* CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 92, s.u. *vel.*

(4) O composto PER HOC encontra-se registado em documentos hispânicos a partir do século VI, embora sem nunca ter atingido uma frequência muito elevada. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 323.

(5) Quanto aos valores da forma no antigo galego-português, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 67-68, s.u. *pero;* A. MAGNE, *ob. cit.*, vol. III (Glos-

De acordo com a etimologia, a forma teria inicialmente acentuação na última sílaba, tal como ainda acontece com o italiano, o catalão e o judeu-espanhol de Marrocos (1). A forma popular sincopada do galego actual *pro,* que coexiste com *pero,* reflecte ainda a acentuação etimológica; aliás, ainda no século XVI, Duarte Nunes de Leão, faz alusão a *peró* (2). Contudo, devido ao emprego frequentemente proclítico, o acento passou a incidir na primeira sílaba. É de crer que os dois tipos de acentuação tenham coexistido desde data remota. A grafia *peru* (1284 DL 138) permite concluir que já no séc. XIII o acento podia incidir na penúltima sílaba e que ao grafema *-o* podia corresponder o som [u]. Provavelmente, os dois tipos de acentuação corresponderiam a dois empregos possíveis da forma: ou em posição inicial e, portanto, proclítica, ou no interior da frase.

Apesar de muito frequente na fase antiga da língua, a forma acabou por cair em desuso em português, sendo totalmente substituída por *mas.* Embora no século XVI fosse ainda, por vezes, usada por alguns autores, na *Origem da lingoa portvgvesa,* Duarte Nunes de Leão considera-a palavra antiga (3). Pelo contrário, em galego, onde a forma *mais* com valor adversativo acabou por ser quase totalmente rejeitada (4), *pero* ou a variante popular sincopada *pro* tornaram-se de emprego mais ou menos geral (5).

E, para terminar, convém referir as formas recolhidas nos documentos que analisei e indicar a sua localização: *pero* (1258 L 21: «eu, Ffernam Nunez de San Cibrão, agrauado per graue ifirmidade, *pero* poderofo de meu fifo, fazo mia mãda (...)»; 1414 L 42: «(...) et jazendo doente de doença natural do corpo, *pero* cõ todo meu fifo et entendemento conprido»; 1450 L 44;

---

sário), p. 303-304, s.u. *pero;* AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1972, p. 272-273, s.u. *pero;* M. RODRIGUES LAPA, *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970, p. 77, s.u. *pero;* RAMÓN LORENZO, *ob. cit.,* vol. II, p. 999-1000, s.u. *pero.* Sobre a história da forma *pero* em espanhol, veja-se J. COROMINAS, *ob. cit.,* vol. III, p. 747 a, 747 b e 748 a, s.u., onde podem colher-se muitas informações relativas às outras línguas ibero-românicas.

(1) Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.,* vol. III, p. 747 b, 748 a, s.u. *pero.*

(2) DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e orthographia da lingoa portugueza.* Nova edição correcta e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Typographia do Panorama), 1864, p. 72, cap. XVII de *Origem da lingoa portvgvesa:* «De alguns vocabulos antigos Portugueses, que se achaõ em scripturas, & sua interpretaçaõ».

(3) IDEM, *ibidem,* p. 72.

(4) Conserva-se apenas nalgumas zonas sob a forma *mais* ou *má.* Veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común.* 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 205; RAMÓN LORENZO, *ob. cit.,* vol. II (Glosario), p. 1000, s.u. *pero.*

(5) RICARDO CARBALLO CALERO, *ob. cit.,* p. 205; RAMÓN LORENZO, *ob. cit.,* vol. II (Glosario), p. 1000, s.u. *pero.*

1281 O 55: «(...) jacendo de grande jnffirmedade ȝ *pero* con todo meu ſiſo»; 1302 O 61; 1348 O 71; 1348 O 72; 1299 P 114; 1325 P 130; 1333 P 131: «ȝ uos conpraſtef ſen engano a raȩon ȝ ſen malliȩia ȝ a meu placer *pero* per tal condiçon que (...)»; 1448 DL 147); *peru* (1284 DL 138: «e outroſſi meyadade de quãto outro herdamẽto noſ auemoſ nho julgado de Faria (...) e *peru* a dauãdita noſſa fila Steuaya Periz el mylhor poder auer». À semelhança do que acontece noutros antigos textos galego-portugueses (1), pode surgir também combinada com *que*, adquirindo o composto *pero que* um valor concessivo equivalente a 'embora', 'ainda que' (2). Regista-se, entre outros, nos documentos seguintes: 1281 L 26; 1405 L 39; 1450 L 44: «para que a aforen a quen quiſeren, *pero que* a nõ poſan vender»; 1313 DL 143; 1313 DL 144.

Quanto às outras conjunções, note-se o emprego bastante frequente de *segundo* e *segundo que* com o valor de 'conforme, consoante'. Proveniente da preposição latina SECUNDUM, inicialmente a forma foi usada apenas como preposição (3). Desse emprego encontram-se ainda alguns vestígios nos documentos galego-portugueses analisados: «*ſegundo* noſſa poſſe» (1299 P 117), «*ſegundo* o huſo da terra» (1301 P 118), «que uoſ que noſ prouééadeſ de comer ȝ de beuer ȝ de veſtir *ſecundo* noſa prouiſam» (1302 P 120), «ao qual provereys de comer e de vever comunal mẽte *segundo* uso, coſtumme da terra» (1499 O 89) (4). No período estudado, era, porém, já muito corrente o uso de *segundo* sozinho ou combinado com *que* (cf. *segundo que*) como conjunção modal. Seguem-se alguns exemplos recolhidos e respectiva localização: «que a ajan *ſegundo* dito he» (1450 L 44), «*segundo* dito he» (1475 L 49), «eſta dita herdade, *segundo* he declarada» (1453 L 45), «*segundo* eu soy obligado» (1497 L 50), «ȝ faredes os ſeus dereitos ao moordomo *ſegundo* foy ſempre cuſtume» (1334 O 69), «et daredes por dereytura *ſegundo* senpre derõ do dito lugar» (1473 O 87), «ovrigamos a nos e nosos vens e os vens do dito mosteyro *segundo* son a nos ovrigados» (1499 O 89), «*ſegũdo* é cõteudo en húúſ prazos» (1288 P 104), «*ſegũdo* ſſe enna dita ſentença contẽ»

---

(1) Para algumas abonações da locução conjuntiva *pero que* em antigos textos da Galiza e de Portugal, veja-se RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 999-1000, s.u. *pero*.

(2) *Pero que* surge também em castelhano antigo com o mesmo valor concessivo. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *ob. cit.*, p. 324; J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. III, p. 747 a e 747 b, s.u. *pero*.

(3) Também em antigo castelhano, a forma correspondente foi de início apenas preposição. Cf. J. COROMINAS, *ob. cit.*, vol. IV, p. 176 b, s.u. *seguir*.

(4) Para outra documentação medieval referente ao emprego de *segundo* como preposição, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 84, s.u.

(1316 P 124), «*ſegundo* auemos de cuſtume por nos ⁊ em nommj do dito moſteyro» (1403 P 132), «*ſegundo* ⁊ commo dito he» (1506 P 136), etc., «*ſſegũdo que* a mj̃ caerõ eſtas couſſas» (1351 C 13), «*ſegundo que* perteeſçe a meu eſtado» (1414 L 42), «*ſegũdo que* o avemos de vſo ⁊ de coſtume» (1450 L 44), «*segundo que* eu ſoy obligado» (1497 L 50), «*ſegũdo que* o eu teño» (1292 O 59), «*ſegundo que* o de nos teuo voſo padre» (1396 O 76), «oſ ſobreditoſ mongez fezeronoſ laurar ⁊ ſſemear *ſegũdo que* ſobredito é» (1287 P 103), «(...) que guardaſſe os béés da dita meyadade da jglleia ſobredita *ſegũdo que* o acuſtumarõ a ffazer per muytas uezes» (1290 P 106), «*segundo que* auemos de vso ⁊ de coſtume» (1407 P 133), «et *ſegundo que* todo tragya frey Johã em maao et em poſſe» (1432 P 135), «*ſegundo que* ſobre ſy eſtá valada ⁊ murada» (1506 P 136), «per ſom de cãpaam tanjuda *segũdo que* he de ſſeu cuſtume» (1407 M 166), etc. (1).

Nos documentos galegos, surgem ainda, durante os séculos XV e XVI, formas apocopadas, resultantes da penetração do castelhano na Galiza: «*segũd que* o el determjnar» (1450 L 44), «*ſegũd* ⁊ perlas condições que a vos dou» (1450 L 44), «*ſegund* por ante mj̃ paſou» (1502 L 51), «*ſegund que* por el ⁊ por nos outras en ſeu nome lo tragia» (1502 L 51), «*segũ* por ela pareſçia» (1450 L 44), «(...) poer la dita viña aos ditos quatro annos *segũ* dito he» (1459 L 46), «asy rreçebo de vos os ditos prior ⁊ frayres as ditas herdades *segũ* dito he» (1475 L 49), «(...) que ſe pagam duas fanegas de çenteyo *ſegum* as vos agora trages a jur» (1500 O 90), etc.; «(...) per la qual achamos seer aſi *segũ que* vos o dito Ares Gonçalues deseardes (...)» (1442 L 43), «por que eſtas couſas sejan mais çertas ⁊ firmes ⁊ valedeiras para ſenpre, *ſegũ que* dito he» (1450 L 44), «⁊ outorgamos todo *ſegũ que* dito he» (1450 L 44), «estando todos jũtos, *segũ que* avemos de uso ⁊ de cuſtume» (1459 L 46), «asy vos aforamos, como dito he, toda a nosa devesa de Yçã, *segũ que* ora jaσ en mõte» (1474 L 47), «(...) que ſerã tres mrs. *ſegun que* la nos lebamos paga por dia de Nabidade» (1500 O 90), «preſentes ⁊ juntos en noſo capitulo de dentro do dito mooſteyro por ſon de campãa tangida *ſegun que* o avemos de vſo ⁊ de coſtume» (1506 P 136), etc.

Merece ainda especial referência o emprego da forma *si* como conjunção condicional em documentos de meados do século XIII: «*si* alguẽ da noſſa parte ou da extraya contra eſte teſtamento que de boamente fezemos fazer ad britamento quiſer uíjnr, peyte áá uoz del Rey ⁊ aa uoſſa .C. morb. (...)» (1262 C 1); «*si* algũ omme aſſi da noſſa parte como da uoſſa

(1) Sobre outras abonações do emprego de *segundo* ou *segundo que* como conjunção, veja-se a documentação reunida por RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 1117, s.u.

como da eſtranea cõtra eſta carta de cõcanbiazõ quiſer uíjr, ſea maldito ꝛ quantu demãdar peite otro tanto ááquel a que demãdar dõ prelato (...)» (1257 L 20); «*si* algũ uieri de úa parte uel de autra a britar iſta carta, pete autra parte a que britar a carta XXX.ª ſoldos (...)» (1258 L 23). Esta forma deve, formalmente, ser interpretada como um latinismo idêntico a outros revelados pelos mesmos documentos; sobretudo nessa época, em que se iniciava a fixação gráfica em galego-português, deveria ser particularmente sensível a influência exercida pelo latim jurídico sobre os notários ou escribas que estavam familiarizados com essa tradição escrita.

Usava-se na língua arcaica a forma *todavia*, quer como advérbio, na acepção de 'sempre', 'constantemente', quer como conjunção, já na acepção moderna de 'contudo' (1). Parecem ainda apresentar a acepção etimológica os seguintes exemplos, embora se pressinta já um valor aproximado do actual: «outorgamos que peite por pẽna aa outra parte que o agardar ꝛ conplir mjll mrs.; ꝛ a pẽna pagada ou nõ, *toda bia* eſta carta de aforamẽto ꝛ as couſas en ela cõtiudas fiquen fjrmes ꝛ ballã en sua rreuor» (1407 P 133); «et a pena paga ou nõ, *todavya* eſte eſtormento ſeia fyrmy» (1432 P 135). Pelo contrário, em «(...) *toda via* que qual quer que aja as ditas herdades que pague o dito çenſſo do dito barril e medio de vjño ao dito moeſteyro (...)» (1450 L 44), a forma *toda via* é já utilizada claramente como conjunção, de valor equivalente a 'contudo'.

Provém da locução *toda via* em que o segundo elemento tinha o valor de 'modo, método' e é significativo que ainda em documentos do século XV os dois elementos possam aparecer separados.

(1) Veja-se A. MAGNE, *ob. cit.*, vol. III (Glossário), p. 391, s.u. *todavia*; RAMÓN LORENZO, *ob. cit.*, vol. II (Glosario), p. 1256, s.u. *todauia*.

Capítulo III

CONCLUSÕES

1. *A comunidade linguística galego-portuguesa.*

Em consequência da reforma administrativa de Augusto, o Noroeste hispânico, que abrangia a zona compreendida entre o Douro e o mar Cantábrico e que, a oriente, tinha como limite o rio Navia, foi separado da Lusitânia e integrado na Tarraconense, a antiga Hispania Citerior (1). No ano 216, é criada por Caracalla a Hispania Nova Citerior Antonina, que compreendia o Noroeste de Portugal, a Galiza, as Astúrias e parte da Cantábria (2); um pouco mais tarde, no fim do século III, o imperador Diocleciano fez da *Gallaecia* uma província autónoma que abrangia os territórios acabados de referir (3). A constituição da *Gallaecia* romana no Ocidente peninsular apoiava-se, porém, numa base étnica indígena: efectivamente, o Noroeste galego-asturiano, constituiu desde época pré-romana, uma nítida unidade cultural (4).

A situação periférica desta província, aliada à sua longa e persistente autonomia, fizeram com que, por um lado, aí perdurassem hábitos linguísticos pré-romanos e, por outro, que o latim resistisse às inovações, apresentando uma feição nitidamente conservadora (5).

---

(1) Emilio González López, *Historia de Galicia*. La Coruña (La Voz de Galicia), 1980, p. 35; Harri Meier, *Ensaios de filologia românica*. Lisboa (Edição da *Revista de Portugal*), 1948, p. 21.

(2) Emilio González López, *ob. cit.*, p. 35; Harri Meier, *ob. cit.*, p. 21 e p. 25; Idem, *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*. Separ. de *Biblos*, vol. XVIII, tomo II, 1943, p. 16.

(3) Emilio González López, *ob. cit.*, p. 35.

(4) Kurt Baldinger, *La formación de los dominios lingüísticos en la Peninsula Ibérica*. Madrid (Editorial Gredos), 1963, p. 145 e segs.

(5) Idem, *ob. cit.*, p. 151.

Em traços muito gerais, pode afirmar-se que o espaço linguístico onde virá a constituir-se o galego e o português se esboça no ocidente hispânico. já em época romana (1).

A autonomia idiomática e cultural desta região do Noroeste da Península acentua-se com o domínio suevo (2); a Galiza foi mesmo o núcleo do reino suevo (3).

Mais tarde, com as invasões dos Árabes no século VIII, verifica-se uma modificação da estrutura do Noroeste hispânico: entre as duas metades da antiga *Gallaecia* nasce o reino das Astúrias, o primeiro estado da Reconquista. A partir de então, as condições políticas e sociais da Reconquista determinam que as três regiões — a Galiza, as Astúrias e a Cantábria — sigam cada uma o seu destino próprio (4); é, portanto, durante esse período, que, no extremo ocidental, ao norte do Douro, a língua da Galiza e do Norte de Portugal adquire a sua fisionomia própria, distinta da dos vizinhos dialectos de Espanha.

Como aconteceu com todas as outras línguas românicas, o romance do extremo ocidental da Península Ibérica que, lenta e progressivamente, se ia distanciando do latim, foi inicialmente apenas língua falada; como língua escrita continuou a usar-se, durante séculos, o latim. Contudo, nos documentos em latim do século IX ao século XII — o chamado latim bárbaro — afloram algumas formas da língua falada da época que se vão infiltrando intensamente, as quais nos permitem, por vezes, datar alguns dos fenómenos mais expressivos da evolução do latim da *Gallaecia* ao galego-português. Essas infiltrações são, naturalmente, o resultado de uma situação de diglossia, caracterizada pelo uso dos dois idiomas, o romance do Noroeste hispânico e o latim, cada um com a sua função própria e bem determinada.

Porém, a partir de fins do século XII e dos primeiros anos do século XIII a evolução linguística tinha distanciado tão profundamente do latim a língua falada na região que os documentos públicos já não eram compreendidos pelo povo que, embora os não lesse, os ouvia ler aos escribas que fixavam por escrito, dando-lhes forma jurídica, os contratos, as doações, os testamen-

---

(1) PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (Presses Universitaires de France), 1980, p. 4.

(2) HARRI MEIER, *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*, atrás citado, p. 16; IDEM, *Ensaios de filologia românica*, atrás citado, p. 26.

(3) RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 447.

(4) HARRI MEIER, *Ensaios de filologia românica*, acima citado, p. 27; IDEM, *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*, atrás citado, p. 17-18.

tos, os actos de compra e venda, os arrendamentos, os actos de partilhas, etc. Tal situação acabaria por exigir o uso da língua vulgar em textos desse teor, surgindo, a partir de então, os primeiros documentos relativos ao domínio galego-português (1).

---

(1) Recorde-se, a propósito, que a data da redacção da *Notícia de torto*, conforme sugeriu Avelino de Jesus da Costa, depois de uma sólida e demorada investigação, se pode atribuir, com «relativa segurança», aos anos 1214-1216. (Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares), Coimbra, 1979, p. 294-300). Em 1214 se situa também o Testamento de Afonso II de que se descobriu recentemente, no arquivo do Cabido de Toledo, um outro exemplar, o que fora enviado ao arcebispo desta cidade. A descoberta deste manuscrito reveste-se de um interesse muito particular, entre outros aspectos de carácter gráfico e linguístico, pelo facto de pôr de parte qualquer suspeita quanto à autenticidade do exemplar de Lisboa, o único até então conhecido. (Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 307 e segs.).

Exceptuando estes dois documentos que, quanto à língua em que estão escritos, ficam completamente isolados no conjunto dos documentos privados e régios da época, só em meados do século XIII começam a surgir, tanto em Portugal como na Galiza, documentos em galego-português. No que se refere a Portugal, só a partir de 1255 aparecem documentos de carácter régio escritos em língua vulgar; depois do testamento de Afonso II, só a partir de 1255, começam a aparecer, na chancelaria de Afonso III, documentos escritos integralmente em português. (Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 309 e n. 114; LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 176). Conforme já foi observado por Lindley Cintra, deixando de lado a *Notícia de torto*, remontam ao ano de 1255 os mais antigos documentos notariais de carácter privado: desse ano é um documento de Arnoia (Minho). A partir de então, surgem progressivamente documentos escritos em português: de 1262 é um documento do Porto e de 1263 um documento de Chelas. No *Livro dos bens de D. João de Portel* o mais antigo documento em português está datado de 1257. (Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 188).

Algo de semelhante se passa relativamente à Galiza: os mais antigos documentos publicados são textos notariais de carácter privado que não remontam além de 1250. Em época ligeiramente anterior surgem documentos em que alternam partes escritas em latim e partes escritas em galego-português. Na edição apresentada no presente trabalho o mais antigo documento é de 1255, correspondente à província de Lugo (1255 L 19). As colecções de Margot Sponer, Martínez Salazar e Ferro Couselo, várias vezes citadas no decorrer deste trabalho, só publicam documentos em língua vulgar a partir dos primeiros anos da segunda metade do século XIII. Sobre a progressiva substituição, na Galiza, do emprego do latim pela língua vulgar, veja-se ANTONIO COUCEIRO FREIJOMIL, *El idioma gallego. Historia, gramática, literatura*. Barcelona (Casa Editorial Alberto Martín), 1935, p. 80-92 e 233 e A. LÓPEZ, *Estudios crítico-históricos de Galicia*. Santiago (Tip. de El Eco Francis-

Sensivelmente na mesma época surgem também as primeiras composições poéticas conservadas nos cancioneiros (1), as quais nem sempre foram escritas apenas por galegos e portugueses, uma vez que o chamado galego-português se tinha tornado linguagem poética de grande parte da Península Ibérica, exceptuando a zona oriental (2), mais estreitamente dependente da lírica occitânica.

A questão fundamental posta no início do presente trabalho consiste em tentar determinar até que ponto divergiam as variedades idiomáticas faladas a norte e a sul do Minho, quer durante o período de relativa unidade linguística, de que pode considerar-se como termo os meados do século XIV, quer nos séculos seguintes, em que devido a várias circunstâncias de carácter histórico e político, se acentuam as divergências, seguindo a língua da Galiza e de Portugal caminhos "históricos" em grande parte distintos, acabando por constituir duas línguas suficientemente diferenciadas, não só quanto a certos

---

cano), 1916, p. 25; e, em época recente, XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE, *O galego escrito, entre o latín e o castelán, no medievo*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 128-129. O Autor refere a ocorrência, em documentos escritos em latim a partir do século IX, de algumas formas, muito particularmente de topónimos e antropónimos, de tipo galego-português. Contudo, o mais antigo documento com algumas frases em galego-português é a doação de Petrus Cipriaes ao mosteiro de Samos do ano 1227. Não obstante, só em 1230, no litígio entre Munio Fernandes de Rodeiro e os vizinhos de Moreira, aparece um texto mais extenso em galego-português.

(1) Sobre as poesias dos mais antigos trovadores que subsistem nos cancioneiros, veja-se ÁLVARO J. DA COSTA PIMPÃO, *História da literatura portuguesa. Idade Média*. 2.ª edição revista. Coimbra (Atlântida), 1959, p. 109-113. Veja-se também *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, vol. II, Halle, 1904, p. 586-595, mas sobretudo p. 591-595 (Parte III. *Investigações biográficas, históricas e literárias. Os poetas do Cancioneiro da Ajuda*. Capítulo VII. *Noções gerais acerca dos trovadores*).

(2) Sobre a origem dos trovadores da lírica galego-portuguesa, vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: ÁLVARO J. DA COSTA PIMPÃO, *ob. cit.*, p. 113-118 e as notas das p. 124-129; *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, vol. II, Halle, 1904, sobretudo p. 604 e segs. (Parte III. *Investigações biográficas, históricas e literárias. Os poetas do Cancioneiro da Ajuda*); JOSÉ JOAQUIM NUNES, *A propósito da naturalidade dos trovadores galego-portugueses*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXVI, 1925-1927, p. 165-171, e a recente comunicação de ANNA FERRARI, ELSA GONÇALVES e MARIA ANA RAMOS, *Geografia da lírica galego-portuguesa*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 191-201.

aspectos de carácter fonético, mas também fonológico, morfológico, sintáctico e lexical, mas, ao mesmo tempo, estreitamente aparentadas (1).

A demorada análise linguística da fonética, da fonologia e da morfo-sintaxe e o estudo prévio de carácter scriptológico dos cento e sessenta e oito documentos incluídos na edição de textos agora publicada fornece-nos uma imagem bastante diferente da que se depreende da leitura das composições poéticas dos cancioneiros trovadorescos. Embora a referida edição constitua um "corpus" necessariamente limitado, pelo número de documentos que a integram, pela respectiva distribuição geográfica e cronológica, parece-me poder considerar-se suficientemente amplo para, com segurança, permitir

---

(1) O problema das relações entre o galego e o português na actualidade está, porém, longe de ser uma questão pacífica; muito ao contrário, trata-se de uma questão controversa e, por vezes, mesmo polémica ou até conflituosa. Não é minha intenção, neste momento, analisar ou discutir as diferentes atitudes tomadas relativamente a essa questão que envolve problemas muito complexos de carácter sócio-político e que tem implicações e consequências nalguns dos problemas linguísticos mais candentes do galego actual — o problema da normalização linguística e do estabelecimento de uma unidade idiomática no domínio da língua literária e a questão da normalização ortográfica. Para dar a estas questões uma solução adequada, é imprescindível chegar a uma definição do verdadeiro estatuto do galego relativamente ao português estabelecida com base em critérios exclusivamente linguísticos. A atitude científica que assenta na análise estrutural do galego e do português só permite considerá-los como duas línguas muito aparentadas, mas duas línguas, contudo, diferentes: elas oferecem uma situação muito particular, pois se situam, uma relativamente à outra, exactamente no limite onde começa o bilinguismo, sendo possível, por esse motivo, em determinadas circunstâncias, a intercompreensão entre os respectivos falantes. Nesta perspectiva, parece evidente que a normalização do galego tem quer ser feita a partir do galego e, paralelamente, o estabelecimento das suas características ortográficas deve basear-se no conhecimento da tradição gráfica do galego, desde a época medieval. Opinião idêntica, no que se refere às relações do galego com o português, foi defendida por Paul Teyssier na "Lição final" da sessão de encerramento do *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (Lisboa, 1983). Veja-se o vol. I das *Actas*, Lisboa (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), 1985, p. 45-55, mas sobretudo p. 50-51.

Sobre as principais diferenças entre o português e o galego moderno, poderá o leitor informar-se em RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. Vigo (Editorial Galaxia), 1970, 3.ª ed., p. 31-34; RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 155-175 e PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *ob. cit.*, vol. I, p. 105-122 *(Caracterización del gallego frente al portugués)*. Adiante, ao serem salientadas algumas diferenças entre a grafia dos textos da Galiza e de Portugal durante o período abrangido pelo presente trabalho (cf. p. 940-949), poder-se-á verificar como os sistemas gráficos das duas zonas não eram totalmente coincidentes. Além disso, algumas transformações fonológicas sofridas pelo galego fazem com que vários usos gráficos do português não se adaptem à fixação escrita da língua da Galiza.

tirar algumas conclusões sobre a língua da época. Aliás, a frequente comparação das características reveladas pelos documentos estudados com outros documentos da Galiza e de Portugal dá maior consistência à análise realizada, no que se refere ao estabelecimento de cronovariantes e de geovariantes.

Apesar de um certo formalismo que caracteriza a linguagem dos documentos notariais (1), a sua análise, em função do conhecimento e descrição do estado linguístico da época a que se referem, revelou-se incomparavelmente mais rica e eficaz do que o estudo das composições poéticas dos cancioneiros trovadorescos, que revelam uma linguagem relativamente unitária e onde as particularidades divergentes entre as duas variedades da área galego-portuguesa, situadas respectivamente a norte e a sul do Minho, assim como outras variantes diatópicas ou diastráticas aparecem quase totalmente neutralizadas. Efectivamente, a linguagem dos trovadores é, conforme foi salientado por Carolina Michaëlis, «um *português ilustre*, selecto, convencionalmente unitário e arcaico, mas perfeitamente orgânico e coerente (...)» (2). Era, pela sua própria natureza, uma linguagem literária, «estilizada, que pairava por cima das variações dialectais» (3).

Deve acrescentar-se ainda que, além da própria natureza da linguagem dos trovadores, provavelmente contribuiu também para a anulação de muitas variantes não só de carácter sincrónico, mas também diacrónico, o modo de constituição e de transmissão dos cancioneiros.

Perdido o primitivo cancioneiro integral, o arquétipo, os três códices trovadorescos que chegaram até nós — o do Cancioneiro da Ajuda (CA), o da Biblioteca Nacional (CBN) (antigo Colocci-Brancuti) e o do Cancioneiro da Vaticana (CV) — são cópias, as únicas que sobreviveram de todas as que eventualmente se realizaram no decorrer dos séculos XIII, XIV, XV e XVI (4),

---

(1) Recorde-se o que foi dito nas p. 303-304.

(2) *Concioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, vol. I, Halle, 1904, p. XVIII-XIX.

(3) M. RODRIGUES LAPA, *Lições de literatura portuguesa. Época medieval*. 7.ª edição, revista. Coimbra (Coimbra Editora), 1970, p. 215.

(4) Sobre as relações entre os códices sobreviventes e o arquétipo, assim como sobre a reconstituição dos estádios intermédios, os "codices interpositi", entre o arquétipo e os apógrafos italianos, veja-se o esquema proposto por GIUSEPPE TAVANI, *Poesia del duecento nella Penisola Iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*. Roma (Edizioni dell' Ateneo), 1969, p. 77-179. («La tradizione manoscritta»). Algumas objecções ao *stemma codicum* proposto por Tavani no que se refere às questões relativas aos estádios intermédios entre o códice arquétipo e as versões do CBN e CV foram apresentadas por JEAN-MARIE D'HEUR, *Sur la tradition manuscrite des chansonniers galiciens-portugais. Contribution à la "Bibliographie générale" et au "Corpus" des troubadours*. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, vol. VIII, 1974, p. 3-43, mas principalmente, p. 14-43 e ANNA FER-

mas que não devem ter sido muito numerosas. O importante a reter é que, tratando-se de cópias, os códices da poesia trovadoresca oferecem textos "retocados", onde, muito provavelmente, se introduziram alterações de carácter gráfico e até linguístico relativamente aos textos que lhes serviram de base. Não só devem ter-se anulado alguns efeitos provenientes da variação geográfica ou diastrática da língua, presentes nos textos que se copiavam, como, sobretudo, parece ter-se desfigurado a sua grafia, de acordo com a época e o local onde essas cópias foram realizadas. A esse propósito, recorde-se que o Cancioneiro da Ajuda, que representa uma cópia muito antiga, executada, com base no arquétipo, nos dois últimos decénios do século XIII, provavelmente na corte de Castela, difere, por algumas particularidades de carácter gráfico, sobretudo no que se refere à transcrição da nasal palatal e da lateral palatal, dos outros dois códices copiados em Itália, no primeiro quartel do século XVI, a partir de dois exemplares diferentes ou de um único manuscrito de confecção ibérica, proveniente, por sua vez, da cópia do arquétipo feita em Portugal em meados do século XIV (1).

A minuciosa análise linguística realizada ao longo do Capítulo II permite concluir que, não só em relação à língua das composições trovadorescas, mas também a textos escritos doutra natureza, como são, por exemplo, os documentos notariais, se aplica a designação de galego-português. Pode falar-se, realmente, de uma comunidade linguística no Noroeste de Portugal e na Galiza, o que, naturalmente, não implica uma unidade total, uma total uniformidade na língua das duas regiões (2). O essencial, porém, é que,

---

RARI, *Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cód. 10991: Colocci-Brancuti). Premesse codicologiche alla critica del testo. (Materiali e note problematiche)*. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, vol. XIV, 1979, p. 27-142, mas sobretudo p. 74-80. A propósito das relações entre o Cancioneiro da Ajuda e os apógrafos italianos, veja-se CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, vol. II, p. 180-288.

(1) Sobre essas duas possibilidades de interpretação, vejam-se os trabalhos de Giuseppe Tavani e de Anna Ferrari citados na nota anterior.

(2) O problema das relações entre a língua de Portugal e da Galiza, na época medieval, é um tema de que se tem ocupado, em vários dos seus trabalhos, o Professor Ramón Lorenzo da Universidade de Santiago de Compostela.

Nos trabalhos cronologicamente mais antigos, o Autor, embora pondo sempre a reserva de que só um estudo sistemático de documentos das duas zonas distribuídos segundo as diferentes regiões permitirá dar a solução definitiva a este problema, afirma ter existido sempre uma certa unidade, ainda que algumas diferenças, não muito acentuadas, se manifestem desde o início, entre os textos da Galiza e de Portugal. No artigo *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*, publicado em *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 156-157, afirma o Autor o seguinte: «¿ Cuándo comienzan las diferencias? En la época

se está em presença do mesmo sistema linguístico, embora ocorram algumas diferenças, não essenciais, não só entre a zona galega e a portuguesa, mas também no interior de cada uma das áreas. Contudo, algumas das características que começavam a afectar a variedade idiomática da Galiza, acabariam, com o tempo, por introduzir alterações estruturais no sistema fonológico ou nos paradigmas flexionais do substantivo. Entre as particularidades do primeiro tipo podem referir-se a confusão de sibilantes pré-dorso-alveolares, provenientes das antigas africadas, com as ápico-alveolares (cf. p. 446-450, 454-457) e o ensurdecimento de fricativas alveolares e pré-palatais (cf. p. 457-459, 464-468, 471-472 e 505-506) (1), fenómeno que conduziria, em galego, à neutralização da oposição surda/sonora nas séries consi-

---

arcaica no son muy grandes y desde siempre se reconoce una unidad (...). Y puesto que los textos medievales presentan una determinada unidad, se debería hablar de textos "gallego-portugueses" y no de textos "gallegos" o de textos "portugueses". Pero esto lleva a interpretaciones bastante unilaterales». São idênticas as afirmações expressas na Introdução ao vol. I de *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXVII-XXVIII.

Matizes um tanto diferentes se encontram no *Limiar* a AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vigo (Edicións Xerais de Galicia), tomo I, 1981, sobretudo p. 9-11: «¿ Podemos falar entón de comunidade lingüística? O certo é que, cando aparecen os gramáticos no séc. XVI, xa falan da separación entre Galicia e Portugal e limítanse a decir que "antigamente" a lingua era "case" a mesma, pero non falan dunha unidade total, porque nunca a houbo (...). O fundamental na Edade Media é a unidade, debido á evolución case idéntica do latín nos dous toros. Pero constantemente temos evolucións específicas dos textos galegos, que non se dan nunca, ou moi raras veces algunhas, nos textos portugueses. E estas evolucións específicas son as que conformaron, andando o tempo, a situación especial do galego moderno».

Na comunicação apresentada ao Colóquio de Tréveris (13-15 de Novembro de 1980), sobre *Proxecto dun dicionario histórico galego*, afirma o mesmo Autor que só relativamente à modalidade linguística em que estão expressas as cantigas trovadorescas se pode aplicar a designação de galego-português; relativamente a textos de outra natureza, haverá que falar, desde o século XIII, de textos galegos e de textos portugueses: «Hai que ser consecuentes coa realidade. E a realidade (...) é que, desde sempre, houbo unha separación entre o galego e o portugués e que desde o séc. XIII hai textos galegos e textos portugueses con diferencias». (Cf. RAMÓN LORENZO, *Proxecto dun dicionario histórico galego*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 113-120, mas principalmente p. 116.

E, finalmente, na Introdução ao texto da *Crónica Troyana*, ao referir que, com toda a segurança, pode afirmar-se que se trata de «un texto galego e non portugués», o Autor defende a tese de «que desde o comezo da literatura medieval hai unha dirección galega e unha dirección portuguesa, cunha serie de pequenas diferencias na fonética, na morfosintaxe e no léxico». Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*, atrás citada, p. 81.

(1) Veja-se também a referência feita adiante a estes fenómenos, § 2, p. 914-915.

deradas. Como exemplo do segundo tipo de fenómenos referirei os plurais de substantivos que, no singular, terminam em *-l* (por ex., em *-al*, e em *-ol*) e que, ao lado das formas comuns a toda a área galego-portuguesa, em *-aes*, *-oes*, começam a manifestar-se através de formas com assimilação das duas vogais em hiato que anunciam os resultados do galego moderno (cf. p. 659-660) (1). Analogamente, os substantivos resultantes da evolução histórica de formas latinas em -ONE, a par de resultados coincidentes com os de Portugal cujas formas terminavam em *-ões* (eventualmente sem representação gráfica da nasalidade), surgem, na Galiza, formas exclusivas dessa zona e que se aproximam das diferentes soluções do galego actual. Trata-se dos resultados *-õos*, *-õons*, *-ons*, por um lado, e de *-oos*, por outro, que, desde o início, parecem estar geograficamente condicionados (cf. p. 605 e segs. e 660-661) (2).

De qualquer forma, parece não poder contestar-se a existência, durante o período medieval, sobretudo durante os séculos XIII e XIV, de uma comunidade linguística, de uma unidade linguística fundamental, em toda a vasta zona do Noroeste peninsular que se estendia desde o Douro até ao mar Cantábrico. Isso não exclui, evidentemente, a existência de variações não só de natureza diatópica — entre as duas áreas situadas a norte e a sul do Minho, assim como no interior de cada uma das regiões —, como de carácter diastrático, umas e outras, aliás, inevitáveis em qualquer língua. De facto, qualquer comunidade linguística mais ou menos extensa se caracteriza por uma variabilidade idiomática mais ou menos acentuada, quer de tipo geográfico, quer de carácter sócio-cultural; o que parece, porém não ser real é a existência de uma comunidade sem variação.

Desde o início da tradição escrita em galego-português, verifica-se a existência, dentro de um sistema comum, de várias possibilidades, o que, aliás, sempre acontece na fase inicial, primitiva, de constituição de uma língua, antes de consumado o processo de sedimentação que conduzirá à formação de uma norma linguística. Os textos de Portugal e da Galiza não só espelham essa riqueza de possibilidades, muitas delas comuns às duas zonas, como, ao mesmo tempo, revelam, desde o século XIII — mas mais intensamente a partir do século XV —, a existência de traços distintos que anunciam algumas das diferenças mais expressivas entre o galego e o português (3).

---

(1) Voltarei a referir-me a este fenómeno no § 2, p. 916-917.

(2) Esse fenómeno será novamente referido adiante no § 2, p. 917-918 e p. 935.

(3) A análise agora realizada confirma as previsões feitas por Rudolf Rübecamp, em data já remota, na recensão crítica ao manual de Huber: «Se as investigações comparativas entre o antigo português e o antigo galego se basearem num maior número de monumentos literários e linguísticos, do que me foi possível no meu estudo, certamente ressaltará

2. *A linguagem dos documentos notariais da Galiza e de Portugal.*

a) Algumas tendências que dominam nos documentos da Galiza. Polimorfismo. Arcaísmo. Influência castelhana.

Apesar da unidade linguística essencial manifestada pelos documentos que foram objecto de uma minuciosa análise linguística, a linguagem dos documentos da Galiza revela algumas tendências e particularidades linguísticas que, desde o século XIII, caracterizavam essa zona e a distinguiam da vizinha região do Noroeste de Portugal.

Uma das tendências que, de modo singular, dominava nos documentos galegos é o acentuado polimorfismo (1), em contrate com a orientação para uma maior estabilidade e para uma relativa "nivelação" da linguagem dos documentos de Portugal. Ao percorrê-los, tem-se a sensação de que na língua desta região se estava a operar um processo de selecção das variantes correspondentes a diferentes possibilidades expressivas, o qual se traduzia na eliminação das formas mais arcaicas. A linguagem dos documentos de Portugal revela uma maior selecção das formas linguísticas utilizadas, facto que contrasta com a maior instabilidade e flutuação da zona galega.

Convém salientar que o polimorfismo caracteriza, de uma maneira geral, a língua dos documentos medievais e, muito particularmente, a língua dos documentos correspondentes ao período das origens (2). Porém, o que é interessante e singular na Galiza é que o fenómeno se manifesta em todas as épocas da história da língua, inclusive no galego actual, não só na

---

que, pelo menos desde o século XIII, o galego e o português manifestavam, por bastantes traços distintos, as suas próprias tendências na direcção dos idiomas modernos». Cf. Recensão crítica de Rudolf Rübecamp ao trabalho de JOSEPH HUBER, *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg (Carl Winter), 1933, 365 p. In: *Boletim de Filologia*, tomo III, (1934-1935), p. 188.

(1) Essa particularidade manifesta-se em todos os textos antigos escritos na Galiza. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXXV: «Lo propio de los textos gallegos es la tendencia para la variedad dentro de las normas generales gallego-portuguesas, porque falta una unidad lingüística impuesta por un centro irradiador». Veja-se, do mesmo Autor, o *Limiar* a AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vigo (Edicións Xerais de Galicia), vol. I, 1981, p. 12.

(2) Tenham-se presentes as observações de Menéndez Pidal sobre a coexistência de distintas variantes correspondentes a diferentes estados evolutivos do idioma no período das origens: a convivência, por vezes no interior do mesmo documento, dessas diferentes possibilidades revela «mejor que nada el estado de gran vacilación del idioma». Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6.ª ed. Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 519 das Conclusões.

língua falada (1), como na própria língua literária moderna (2). Tal fenómeno resulta do facto de nunca se ter constituído, na Galiza, uma norma linguística e de nunca se ter estabelecido a unidade idiomática da língua literária.

No que se refere ao período abrangido pelo presente estudo, a instabilidade da língua revela-se no grande número de variantes, das quais algumas representam soluções comuns a toda a área galego-portuguesa, sendo outras, pelo contrário, restritas aos documentos da Galiza. A propósito de vários fenómenos linguísticos estudados, salientou-se que as soluções e possibilidades expressivas são aí muito mais numerosas do que a sul do Minho.

A situação mais significativa, reveladora do estado de grande flutuação da língua, é a que diz respeito ao emprego pelo mesmo notário ou escriba, no interior do mesmo documento, de diferentes variantes de uma forma. Pode referir-se, a título de exemplo, a alternância entre *ferir* e *firir* no documento 1473 O 82 e a convivência, no documento 1281 O 55, de *Laurẽço* e *Lourenço*, de *Aurẽſe* e *Ourenſe*, de *fiz* a par de *ffige*, de *negúun* ao lado de *neúún*. Hesitação entre formas plenas e formas com apócope de *-e*, em palavras provenientes de étimos latinos terminados em -TE, é manifestada pelos notários dos documentos 1334 C 11 (cf. *uerdat*, *verdat* a par de *verdade*) e 1453 L 45 (cf. *herdat* a par de *herdade*). O documento 1414 L 42 revela oscilação entre *peñor* e *pinor*, *piñor*, estas últimas com alteração de *e* pretónico em *i* por influência da nasal palatal. O notário do documento 1302 O 61 regista, ora *ſſenllos*, *ſſenllias*, ora *ſſeñaſ*, *ſeñaſ* e no documento 1500 O 90 convivem as formas *çenteo* e *çenteyo*, esta última com desenvolvimento da semivogal anti-hiática.

---

(1) Num artigo intitulado *Galicia en la cartografía lingüística* publicado no vol. 1 da revista *Verba*, refere Manuel Alvar que a Galiza oferece um campo extraordinariamente propício e interessante para o estudo das relações entre língua e sociedade. Carecendo ainda o galego actual de uma norma linguística, os falantes em geral, mas muito particularmente os do nível popular, revelam, com uma frequência particularmente acentuada, diferentes realizações com carácter polimórfico. O polimorfismo é, sem dúvida, um dos problemas mais interessantes e característicos do galego actual, que põe ao investigador de dialectologia e sociolinguística problemas curiosos, embora complexos. Cf. MANUEL ALVAR, *Galicia en la cartografía lingüística*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. I, 1974, p. 61-62.

(2) RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), p. 166-171. Segundo refere o Autor, o acentuado polimorfismo da língua literária moderna é o «problema más candente del momento actual» (p. 166) que exige uma solução urgente e eficaz. Recorde-se, a esse propósito, o conteúdo da n. 1 da p. 887.

Idêntica convivência de variantes, umas mais antigas e outras mais recentes devidas à evolução da língua, pode observar-se no domínio da morfologia. As formas arcaicas do pronome possessivo *fou, fouf,* continuadoras do latim SŪUM SŪOS convivem no documento 1269 C 4 com a forma analógica *feuf.* Num documento do fim do século XV, 1499 O 89, coexistem dois tipos de formas para a segunda pessoa do plural: por um lado, as formas com sufixo número-pessoal *-des* (cf. *avedes*) e, por outro, as formas mais modernas com síncope de -d-, e onde, portanto, é *-is* o morfema de número e pessoa (cf. *aveys, fereys, tomareys, provereys*). Além desses dois tipos de variantes (cf. *ajades, faredes, teñades, benderedes,* etc., a par de *eſtaes, abeis*), o documento 1500 O 90 apresenta um terceiro tipo com crase das duas vogais postas em contacto após a síncope de *-d-*: *trages.* A coexistência dessas formas nos referidos documentos permite concluir que a linguagem das regiões em que esses documentos se situam assim como a linguagem dos notários que os fixaram por escrito se caracterizaria por um estado de flutuação entre os diferentes tipos de variantes indicadas.

A vacilação de género da forma *queyxume* no antigo galego-português permite que o mesmo notário a use como masculina e como feminina no interior do mesmo documento (cf. 1262 C 2).

A concorrência de um número mais acentuado de formas nos documentos da Galiza resulta, em grande parte, da conservação de resultados correspondentes a diferentes estados evolutivos da língua. Os notários ou escribas da zona portuguesa não utilizam muitas das variantes cronologicamente correspondentes a uma fase mais antiga, sendo, portanto, muito menos acentuada a alternância entre variantes fonéticas ou morfológicas. Daqui resulta também o maior arcaísmo da linguagem dos documentos da Galiza, por oposição à dos documentos da zona portuguesa, que, sob muitos aspectos, oferecem uma linguagem mais moderna. Parece, porém, poder admitir-se que, a sul do Minho, algumas formas evitadas na linguagem notarial continuavam a ser usadas na linguagem falada correspondente aos níveis sociolinguísticos mais baixos. Só desse modo se explica o aproveitamento que de algumas dessas particularidades fizeram, mais tarde, Gil Vicente e alguns autores da Escola Vicentina para caracterizar determinadas personagens, assim como a sobrevivência de muitas dessas características nos actuais falares populares. No que diz respeito às particularidades do primeiro tipo, poderá referir-se a ocorrência de descendentes de HEBDOMADA (cf. *domáá, domãa, domãaf, domãas* e o derivado *domaayros*) em documentos orensanos dos séculos XIII e XIV (cf. p. 632-633), ainda não eliminados pela forma proveniente da evolução de SEPTIMANA, *semana,* com tratamento de tipo castelhano do grupo *-pt'm-*. Perderam igualmente a vitalidade em época mais antiga em Portugal do que na Galiza os particípios passados em *-udo* de

verbos da segunda conjugação: ao passo que nos documentos galegos o emprego desse tipo de particípios se prolonga até ao termo do período abrangido pelo presente estudo, o primeiro quartel do século XVI, nos documentos portugueses as formas em *-udo* alternam, durante o século XV, com as formas em *-ido* que progressivamente se vão tornando mais frequentes (cf. p. 749-752).

Uma cronologia completamente diferente é oferecida pelos documentos de Galiza e de Portugal relativamente às formas verbais caracterizadas pelo sufixo número pessoal *-des*. Contrastando com a zona portuguesa, onde as formas terminadas em *-des* ocorrem em documentos situados entre o século XIII e o início do século XV, os textos galegos analisados oferecem abundante documentação desse tipo de formas desde o século XIII até ao termo do período abrangido pelo presente estudo, ou seja, o primeiro quartel do século XVI (cf. p. 734-738). A imagem oferecida pelos textos submetidos a análise é confirmada por outros textos de ambas as zonas e anuncia o diferente destino que essas formas verbais tiveram em português e em galego. Ao passo que em português, nos textos escritos e na língua literária comum o processo de substituição das formas terminadas em *-des* pelas mais modernas em *-is* já se encontrava consumado na primeira metade do século XV, na Galiza, essas formas estão ainda quase generalizadas no galego moderno, embora surjam também, com carácter opcional, formas contractas, análogas às do português, cujo morfema de número e pessoa é *-is*, e formas com crase das duas vogais postas em contacto após a síncope de *-d-* (cf.: *falás, falarés, falés*, etc.). Eliminadas, em Portugal, da língua literária e da própria linguagem corrente, no século XVI, as formas terminadas em *-des* tinham já uma sensível conotação sociolinguística: é, aliás, esse facto que explica o aproveitamento estilístico que dessa particularidade de carácter morfológico fez Gil Vicente para caracterizar determinado tipo de personagens, as "comadres" (cf. p. 735-737).

Arcaísmos ainda registados nalguns documentos galegos do século XIII são as formas do pronome possessivo *ſou, ſouſ* que ainda sobreviviam, a par das formas analógicas *seu, seus* que acabaram por generalizar-se (cf. p. 676-677). Formas similares, de claro sabor arcaico, sobreviveram até aos nossos dias nalguns falares populares correspondentes a uma zona particularmente conservadora como é a faixa fronteiriça de Trás-os-Montes (cf. p. 676, n. 1).

Devem considerar-se também como manifestações de arcaísmo os fenómenos seguintes: a sobrevivência, com carácter esporádico e passageiro, nalguns documentos orensanos e lucenses do século XIII ao século XV, de *ai*, etape correspondente a um estado linguístico muito arcaico do ditongo proveniente de *a* + *ŗ* (cf. p. 536-538); a conservação, em documentos do século XIII, e esporadicamente do século XIV, do ditongo análogo *au*, primário (cf. *Aurẽſe, Sam Laurẽcio, Laurẽ£o*, p. 548-549) ou secundário (cf. *autro*,

autra, autros, etc., p. 554-555); a conservação, em documentos do século XIII, das formas *jermau* e *germao* 'irmão', reveladoras da tendência de feição conservadora e arcaizante para manter a consoante inicial reforçada em pré-palatal sonora [ǧ] ou [ž] (cf. p. 615-617 e respectivas notas); a ocorrência, em documentos dos séculos XIII e XIV, das formas *nõca, nonca*, que representam a evolução regular da forma latina NŬMQUAM, onde existia ŭ na sílaba tónica (cf. p. 870); a coexistência das formas da primeira pessoa do singular do verbo *auer* com o mesmo tratamento das formas do presente do conjuntivo, *agio, aio, ayo, ajo*, a par das formas contractas *ey, ei, hey, hei* (cf. p. 770 e n. 3); e, finalmente, a conservação de *-s* quando a palavra é seguida das formas arcaicas do artigo definido *lo, la, los, las* (cf. p. 646-647).

A língua dos documentos da Galiza oferece, pois, quando comparada com a dos documentos da zona portuguesa, uma mais acentuada vacilação, a qual se manifesta na conservação de um grande número de variantes correspondentes, por vezes, a diversos estados de língua, e mantidas, nalguns casos, com carácter polimórfico. Além disso, sob muitos aspectos, parece apresentar uma feição mais arcaica, mais conservadora do que a língua dos documentos a sul do Minho. Isso não significa, porém, que a variedade da Galiza não revele, relativamente a algumas particularidades, uma evolução própria dentro do galego-português; há vestígios claros, de carácter fonético e morfológico, de uma evolução no sentido do galego moderno (1) e que correspondem a um distanciamento das soluções próprias do português.

Se é certo, porém, que, de uma maneira geral, os documentos analisados referentes à Galiza revelam um grande número de arcaísmos fonéticos e morfológicos não utilizados nos documentos de Portugal, é sobretudo a zona oriental, correspondente às províncias de Lugo e Orense, que se apresenta como a mais arcaizante das várias regiões galegas (2). Aliás, a análise da paisagem dialectal do galego actual confirma que ainda hoje a zona mais conservadora é a que corresponde à faixa oriental das duas províncias referidas, prolongando-se, já fora da Galiza, pela zona ocidental das Astúrias, Leão e Zamora; pelo contrário, a região inovadora por excelência corresponde à estreita faixa atlântica compreendida entre Finisterre e La Guardia (3).

---

(1) Veja-se o que será dito adiante nas p. 908-924.

(2) Adiante, na p. 934, far-se-á referência ao acentuado arcaísmo fonético dessa região.

(3) Cf. ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxía galega: historia e resultados*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 175. Conforme salienta o Autor da comunicação, entre

A linguagem dos documentos da Galiza apresenta, além disso, uma coloração especial, quando comparada com a dos documentos portugueses, em virtude da influência castelhana, esporádica e relativamente pouco sensível durante os séculos XIII e XIV, e intensa e acentuada nos séculos XV e XVI. No decorrer do Capítulo II, ao proceder à análise da fonética e da fonologia dos documentos publicados neste livro, referiu-se, frequentemente, que algumas formas registadas nos documentos da Galiza oferecem tratamentos fonéticos de tipo castelhano; paralelamente, ao proceder ao estudo da morfo-sintaxe, foram assinaladas algumas formas gramaticais — por exemplo, formas pronominais e formas verbais, além de preposições, advérbios e conjunções — tipicamente castelhanas.

São, com efeito, castelhanas as soluções fonéticas a seguir evidenciadas e de que se recolheram exemplos nos textos analisados: a monotongação dos ditongos decrescentes *ei* (cf. p. 535-536, p. 539-540, p. 544, p. 545 e p. 743) e *ou* (cf. p. 551-553 e p. 555); a ditongação de ę (<ĕ) da sílaba tónica, quando seguido de nasal homossilábica (cf. p. 511); a ditongação de ǫ (<ŏ) em *ue*, quando em sílaba tónica (cf. p. 512); a conservação de *-l-* (cf. p. 571-573) e *-n-* (cf. p. 580-581) intervocálicos; o desenvolvimento epentético de uma oclusiva bilabial sonora no interior do grupo secundário *m'n* em palavras que em latim terminavam em *-minem* (cf. p. 638); a conservação do grupo *-mi-* (por ex., *vendimja*, 1499 O 89; *uĩdimiar*, 1296 P 110; *vindimjado*, 1459 L 46, convivendo com as formas correspondentes de tipo galego-português, *vendima*, 1414 L 42; *vendemar*, 1287 O 57; *byndimar*, 1407 P 133) (cf. p. 515).

No domínio da morfologia, registam-se também alguns factos tipicamente castelhanos de que serão destacados os mais salientes: emprego das formas de artigo definido *el, la, los, las*, (cf. p. 645-646); ocorrência das formas de pronome pessoal *yo* (cf. p. 663), *ellos* (cf. p. 665-666), *nos outras, vos outros* e *uos outros* (cf. p. 664-665); uso das formas do pronome possessivo *mj, mif, ſu, ſus, la suya, nueſtra, nueſtro nueſtros* (cf. p. 678-679); o emprego, em textos de fins do século XV ou do século XVI, das formas do pronome demonstrativo *lo, las, los*, sobretudo quando seguidos do pronome relativo *que* ou da preposição *de* (cf. p. 690-691); utilização das formas do pronome relativo *el qual, lo qual, la qual, las quales* (cf. p. 697); emprego das formas do pronome indefinido do tipo *alguna, algunos* (cf. p. 699), *otros, las otras* e da forma

---

as duas zonas apontadas, a estreita faixa atlântica compreendida entre Finisterre e La Guardia e a zona oriental de Lugo e Orense que se prolonga pelas regiões ocidentais de Astúrias, Leão e Zamora, há uma gradação crescente do carácter inovador à medida que se avança para ocidente. Interessante é também a confirmação de que tem consistência a divisão entre galego ocidental e galego oriental, embora sem associar o traçado da fronteira a um fenómeno linguístico concreto.

híbrida, resultante da contaminação entre a forma galego-portuguesa e castelhana, *la outra* (cf. p. 707) e, finalmente, a ocorrência de alguns numerais de feição castelhana: *dos, doſ* (cf. p. 714), *veynte* (cf. p. 198) e *çien* (cf. p. 717). Observam-se também alguns factos devidos à penetração do castelhano na Galiza, no domínio dos paradigmas verbais. Trata-se, porém, do emprego de formas isoladas, paralelas às formas de tipo galego-português, funcionando como verdadeiras formas soltas, e não integradas na estrutura morfológica da língua falada na Galiza. Como factos mais expressivos podem destacar-se os seguintes: a forma *eſtó*, da primeira pessoa do singular do presente do indicativo de *eſtar*, que foi a forma normal no castelhano antigo, sendo somente substituída por *estoy*, a partir do século XVI (cf. p. 784-785); a forma *eſtuber*, da terceira pessoa do singular do futuro do conjuntivo do mesmo verbo (cf. p. 788); as formas *soy* (var. *ſoy*) (1.ª pes.) e *es* (3.ª pes.) do presente do indicativo do verbo *ſéer* (cf. p. 816 e 817); as formas *touer* (3.ª pes.) e *touerdes* (2.ª pes. do pl.) do futuro do conjuntivo do verbo *tẽer* (cf. p. 837-838); as formas *fiœ, fyze, fize* (1.ª pes.) e *fizo* (3.ª pes.) do pretérito perfeito do verbo *ffaçer* (variantes: *faƈer, façer, ffazer, fazer, faœr*) (cf. p. 793-794); a forma *puſe* da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do verbo *põer* (cf. p. 804); a forma *sepan* (var. *sepã*), da terceira pessoa do plural do presente do conjuntivo de *saber* (p. 811).

Registaram-se também alguns castelhanismos ao nível das palavras invariáveis: preposições (*faſta, fasta*, p. 859; *syn, ſyn*, p. 862); advérbios e locuções adverbiais (*entonçes*, p. 179; *ſyn enbargo*, p. 243; «*çerca da* dita villa», p. 243) e conjunções e locuções conjuntivas (*mjentra*, p. 874; *aũnque, aũn que* 'embora', p. 873; *o* 'ou', p. 878; *ſegum, ſegund, segũ, ſegũ, segũd que, segũ que* (e outras variantes), formas usadas com o valor de 'conforme, consoante', p. 881; *faſta que* 'até que', p. 859, n. 3).

Como sempre acontece em situação de contacto de línguas, o léxico é o domínio mais afectado pela penetração de elementos de origem castelhana; a quase totalidade dos vocábulos são substantivos, registando-se alguns escassos exemplos de adjectivos e verbos. Os castelhanismos léxicos distribuem-se por campos semânticos muito variados, mas a maior parte refere-se a designações de cargos e profissões, ou então trata-se de vocabulário de tipo religioso ou jurídico, não faltando, neste último caso, alguns vocábulos referentes ao próprio acto de realização do documento. Veremos, em seguida, como se distribuem, pelos diferentes campos semânticos, as formas consideradas castelhanismos e dentro de que limites cronológicos se situam:

Cargos e profissões: alcallde (1302 O 61), *adelãtado mayor* (1499 O 89), *escripuano* (1450 L 44), *eſcripuano* (1434 C 17; 1474 L 47), *eſcriuano* (1475 L 48), *escriuano* (1475 L 49), *mayordomo* (1258 L 23; 1499 O 89; 1500 O 90), *merino* (1258 L 23), *saſtre* (1475 L 49).

Vocabulário de carácter religioso: abbad (1453 L 45), *Arçobiſpo* (1506 P 136), *cabildo* (1500 O 90), *Dyos* (1281 L 26), *dia de Nabidade* (1500 O 90), *monesterio* (1453 L 45), *Obiſpo* (1302 O 61), *obiſpo* (1405 L 39; 1414 L 42 (1); 1442 L 43), *obiſpado* (1414 L 42), *obiſpal* (adj.: «meſſa *obiſpal*», 1414 L 42), *paſion* (1414 L 42), *Santo Domingo* (1475 L 48; 1475 L 49: «prior do moeſteiro de Santo Domingo», *Sãto Domingo* (1475 L 48).

Vocabulário jurídico (ou relacionado com o próprio acto de elaboração do documento): *abtorydad* (1497 L 50), *abtorjdad* (1506 P 136), *aforamjento* (1506 P 136), *apellaçiõ* (1290 P 106), *colgado* ('pendurado, pendente'. Refere-se ao selo com que se autentica o documento) (1307 L 32; 1308 L 33), *colgados* (1306 L 31), *condiçion* (1497 L 50), *condiçiõ* (1500 O 90), *cumutaçiõ* (1500 O 90), *deliberaçion* (1442 L 43), *firma* 'assinatura' (1500 O 90), *graçia* (1473 O 80), *graçias* (1473 O 80), *jnquiſiçion* (1442 L 43), *justiçia* (1473 O 80), *juſtiçia* (1499 O 89), *juſtiçias* (1475 L 48; 1475 L 49), *juyzio* (1475 L 48; 1500 O 90), *liçençia* (1442 L 43), *ljçẽçia* (1450 L 44), *licencya* (1419 P 134), *outorgamjento* (1506 P 136), *paramjento* (1506 P 136), *permutación* (1442 L 43) (2), *preſtamo* (1414 L 42), *rrenta* (1442 L 43; 1497 L 50) (3), *teſtigos* (1442 L 43; 1450 L 44; 1453 L 45; 1459 L 46; 1475 L 48; 1475 L 49; 1497 L 50; 1502 L 51; 1500 O 90; 1506 P 136), *teſtemonjo* (1475 L 49), *testymonyo* (1497 L 50), *teſtimonjo* (1506 P 136), *vendiçiõ* (1289 P 105), etc.

Menos numerosos são os castelhanismos dispersos por outros campos semânticos, tais como *Jullio* 'Julho' (1500 O 90), *vendimja* (1499 O 89), e *uĩdimiar* (1296 P 110) (4), *çiudade* (1414 L 42; 1500 O 90), *çiudad* (1500 O 90), etc.

Registaram-se também alguns adjectivos de origem castelhana, mas que, numericamente, se situam a grande distância dos substantivos: *çeujles* (1475 L 48; 1475 L 49), *firmada* 'assinada' (1287 P 102), *raconable* (1414 L 42), *segujentes* (1459 L 46), etc.

Formas híbridas resultantes da contaminação entre a forma castelhana e galego-portuguesa são as seguintes, registadas em textos dos séculos XV e XVI, escritos muito provavelmente por notários bilingues: *condiçones* (1453 L 45), *condiçiõos* (1497 L 50), *monesteyro* (1453 L 45) (5), *quiñjentos* (1506 P 136).

---

(1) A par de *obiſpo*, *obiſpado* e *obiſpal*, regista-se no mesmo documento a forma de tipo galego-português *biſpo*.

(2) No mesmo documento regista-se também a forma de tipo galego-português, *permutaçon*.

(3) Com esta forma convive, no documento 1442 L 43, a forma galego-portuguesa *rrenda*.

(4) Ocorre também o particípio passado *vindimjado* (1459 L 46).

(5) Sobre a configuração desta forma, recorde-se o que foi dito na p. 581.

Contrariamente ao que sucede com os documentos dos séculos XIII e XIV em que os castelhanismos têm um carácter esporádico e pouco frequente, os textos do século XV e sobretudo do século XVI não só revelam exemplos muito frequentes, como, em muitos casos, apresentam um tipo de linguagem notoriamente perturbada pelo bilinguismo. Não se trata simplesmente de elementos lexicais ou de carácter gramatical isolados em textos de inequívoco cariz galego-português, mas de orações ou frases — por vezes, de certa extensão — reveladoras de uma curiosa interferência entre galego-português e castelhano. A interferência entre os dois sistemas linguísticos atinge, por vezes, tal extensão que afecta a linguagem de todo o texto. Creio que podem considerar-se como os mais expressivos exemplares desse fenómeno os documentos 1516 C 18, 1497 L 50, 1502 L 51, 1499 O 89 e 1506 P 136, cujos notários eram certamente bilingues (1). O comportamento linguístico de cada um dos notários ou escribas destes e de outros documentos similares não parece permitir afirmar, com total segurança, qual seria a sua língua materna. Seria importante — mas é impossível nos limites do presente trabalho — obter uma série dados que nos permitissem traçar cuidadosamente o retrato socio-cultural de cada um dos escribas ou notários profundamente afectados pelo bilinguismo. Na impossibilidade de obter — dada a distância de séculos — todo um conjunto de elementos que, para o estudioso do fenómeno do bilinguismo numa perspectiva sociolinguística, seria hoje imprescindível, pelo menos ajudaria a explicar a conduta linguística dos escribas ou notários bilingues o conhecimento da sua procedência — galega ou castelhana — e as suas características culturais. O conhecimento da realidade histórica da Galiza, sobretudo durante os séculos XV e XVI, fornece-nos as coordenadas necessárias para poder afirmar que se tratava de um bilinguismo individual, não generalizado, praticado, em princípio, por elementos vindos de fora e, portanto, de procedência castelhana. O emprego, nos documentos, da língua oficial, do castelhano, põe, contudo, problemas de compreensão para os naturais da Galiza que os mandavam lavrar ou que estavam implicados, como uma das partes intervenientes nos processos jurídicos neles consignados. A esse propósito são bastante expressivos alguns testemunhos do século XVI, aliás pouco conhecidos, que referem a dificuldade, ou mesmo incapacidade, de compreensão do castelhano usado nos documentos (2).

---

(1) Poderá o leitor reler os referidos documentos à luz do problema do contacto de línguas e avaliar a extensão e amplitude da interferência entre galego-português e castelhano.

(2) Esses interessantes testemunhos foram referidos por XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE, *O galego escrito entre o latín e o castelán, no Medievo*. In: *Tradición, actualidade e futuro*

Em 1523, envia-se um parecer ao Imperador Carlos V «sobre la falta de seguridad en los testimonios de hidalguía, porque los documentos vienen escritos en castellano y esta lengua se conoce con dificultad» (1). Pode ainda referir-se o caso concreto de uma condessa de Altamira que se recusa a assinar um documento escrito em castelhano, porque desconhecia essa língua (2). E no fim do século XVI, mais concretamente no ano de 1597, entre as faltas apontadas pelo cabido de Santiago ao Arcebispo San Clemente sobre o mau governo da diocese censura-se o seguinte: «hemos visto que se dieron los mexores beneficios dellos no sólo a los de reinos extraños pero a los que penetibus (sic.) ignoraban la lengua gallega» (3).

Convém, contudo, esclarecer que o contacto entre o galego-português e o castelhano não se verificou na Galiza apenas nos séculos XV e XVI, em virtude de determinadas circunstâncias de carácter histórico e político. Efectivamente, a partir do século XV a pressão do castelhano na Galiza foi intensa e avassaladora; seria, porém, desconhecer a realidade histórico-linguística da Galiza não ter em conta que, desde o século XIII, se verifica a infiltração de castelhanismos na língua falada nessa região. Os documentos desse século e do século seguinte publicados no presente livro reflectem essa penetração de elementos castelhanos na língua da Galiza. A título de exemplo, podem referir-se os documentos seguintes, onde aparecem alguns castelhanismos, com carácter mais ou menos disperso e isolado: 1281 L 26 *(Dyos)*, 1298 L 29 *(çien)*, 1281 O 55 *(dof* 'dois', «por *mi* alma»), 1516 C 18 *(dos)*, 1290 O 58 *(enerro* 'Janeiro'), 1302 O 61 *(alcallde, Obiſpo, medio* 'meio'), 1289 P 105 *(Alffonſſo, quatroçiẽtaſ, vendiçiõ, veynte)* e 1290 P 106 *(apellaçiõ, veynte)*.

A diferente extensão e amplitude da interferência entre o galego-português e o castelhano na Galiza durante esses dois períodos encontra a sua justificação em circunstâncias históricas e políticas completamente distintas.

O declínio da cultura galega, que tivera o seu período de glória e esplendor sobretudo no tempo de Fernando II e Afonso IX (4), começa no tempo

---

do galego. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982. p. 129-130.

(1) IDEM, *ob. cit.*, p. 129.

(2) IDEM, *ob. cit.*, p. 129.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 129-130.

(4) Sobre o esplendor cultural da Galiza no tempo de Fernando II e Afonso IX, veja-se EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 204 e segs.; IDEM, *Historia de Gali-*

de Fernando III, O Santo, que reinou entre 1217 e 1252. A incorporação do reino da Galiza e de Leão no de Castela durante o reinado deste monarca (1) significa o fim da sua grandeza e esplendor político e cultural e marca o início da decadência da Galiza como povo autónomo e do declínio da cultura e da língua galega. Porém, essa integração dos reinos de Leão — de que a Galiza fazia parte — e Castela sob o signo castelhano não foi acompanhada de uma unificação cultural e, sob o ponto de vista linguístico, a Galiza, tão afim a Portugal, ficaria completamente deslocada. Desde que se verificou a integração do reino da Galiza e de Leão no de Castela, começa um longo processo de lenta castelhanização da Galiza (2). Ainda durante o reinado do Rei Santo, verifica-se a oficialização do castelhano, que é elevado à categoria de língua unificada de Leão e Castela (3). Em tais circunstâncias, é fácil compreender que, desde essa época, a língua da Galiza esteve em contacto com o castelhano, tendo-se verificado, a partir de então, a penetração de alguns castelhanismos. Desde o século XIII que os textos escritos na Galiza (4), incluindo os documentos notariais, revelam algumas formas de origem castelhana: é provável que algumas dessas formas tivessem carácter individual, mas outras oferecem uma certa regularidade, sinal de que se iam incorporando e generalizando na língua da Galiza.

Em época posterior, proporcionam-se outras circunstâncias que favorecem a pressão do castelhano sobre a língua da Galiza. A incorporação da

---

cia. La Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1980, sobretudo p. 98-100 (§22. «Grandeza y esplendor del reino de Galicia en los reinados de Fernando II y Alfonso IX»).

(1) IDEM, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 236 e segs., sobretudo p. 244; IDEM, *Historia de Galicia*. La Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1980, sobretudo p. 118-119.

(2) IDEM, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 257 e segs.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 260; IDEM, *Historia de Galicia*. La Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1980, p. 119. Veja-se também XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE, *ob. cit.*, p. 128. O autor refere a «precaria situación do galego documental "emparedado", combatido en dous frentes, asoballado dunha parte polo latín, que perdura no uso notarial, e doutra polo castelán, oficializado xa dende os tempos de San Fernando, que reinou entre o 1217 e o 1252».

(4) Não só os textos em prosa, mas as próprias *Cantigas de Santa Maria* revelam formas que são inequivocamente castelhanismos, usados, por vezes, paralelamente com as formas galego-portuguesas. Sobre a ocorrência de castelhanismos nas *Cantigas de Santa Maria*, veja-se, além das observações de Ramón Lorenzo no "Limiar" a *Afonso X, O Sábio, Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vigo (Edicións Xerais de Galicia), vol. I, 1981, p. 12, o artigo de *José Luís Rodríguez, Castelhanismos no galego-português de Afonso X, O Sábio*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVIII (= Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa, vol. I), 1983, p. 7-20.

Galiza a Castela acarretou também algumas modificações nas instituições representativas do povo e, de modo muito particular, nas Cortes. As primeiras Cortes reunidas na Europa foram as de 1188, convocadas por Afonso IX da Galiza e de Leão, a que assistiram os representantes das cidades galegas e leonesas, os quais se exprimiram respectivamente em galego-português e em leonês. O rei Fernando III respeitou a realização separada das Cortes de Castela, por um lado, e das da Galiza e Leão, por outro, utilizando-se como línguas parlamentares, nas primeiras, o castelhano e, nas segundas, o galego-português e o leonês. Contudo, alguns anos mais tarde, Afonso X extingue as Cortes galegas e leonesas e convoca conjuntamente as Cortes dos três reinos que quase sempre se reuniram numa cidade castelhana e esporadicamente em Leão, mas nunca na Galiza. A reunião das Cortes conjuntas tornou-se prática comum a partir de Fernando IV, tendo-se o castelhano tornado língua oficial das Cortes (1).

A situação da Galiza no século XIV, profundamente afectada pela crise económica, social e política decorrente da questão dinástica entre Pedro I (1350-1369) e Henrique II (1369-1379), favoreceu o estabelecimento na região de uma nova aristocracia, em grande parte não galega e alheia à realidade cultural e linguística da Galiza, o que, evidentemente, contribuiu para a imposição do castelhano e para a perda de consciência do carácter diferencial da língua local (2). Além disso, essa aristocracia, ao entrar em conflito com a Igreja e com o povo, inicia «o longo período da crise social galega do XIV e XV» (3), a qual «provocará o desmantelamento institucional que levarán a cabo os Reis Católicos» (4).

É sobretudo durante o reinado dos Reis Católicos (1474-1516), que estabelecem na Península Ibérica uma monarquia absoluta e conseguem a uni-

---

(1) Veja-se EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 310-312.

(2) Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*. A Coruña (Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa. "Colección Documentos Históricos"), 1985, p. 71: «Cando xorde a cuestión dinástica entre Pedro I (1350-1369) e Enrique II (1369-1379), os nobres galegos, en xeral, apoiaron a Pedro I na guerra civil, pero o triunfador foi Enrique II, que tomou boa conta e adoptou as medidas oportunas, eliminando ós nobres enemigos e establecendo unha nova aristocracia, moita dela procedente doutras terras e allea á realidade cultural diferencial do noso idioma».

(3) XOSÉ RAMÓN BARREIRO FERNÁNDEZ, *Sinais do acontecer histórico de Galicia*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 53.

(4) IDEM, *ibidem*, p. 53.

de Fernando III, O Santo, que reinou entre 1217 e 1252. A incorporação do reino da Galiza e de Leão no de Castela durante o reinado deste monarca (1) significa o fim da sua grandeza e esplendor político e cultural e marca o início da decadência da Galiza como povo autónomo e do declínio da cultura e da língua galega. Porém, essa integração dos reinos de Leão — de que a Galiza fazia parte — e Castela sob o signo castelhano não foi acompanhada de uma unificação cultural e, sob o ponto de vista linguístico, a Galiza, tão afim a Portugal, ficaria completamente deslocada. Desde que se verificou a integração do reino da Galiza e de Leão no de Castela, começa um longo processo de lenta castelhanização da Galiza (2). Ainda durante o reinado do Rei Santo, verifica-se a oficialização do castelhano, que é elevado à categoria de língua unificada de Leão e Castela (3). Em tais circunstâncias, é fácil compreender que, desde essa época, a língua da Galiza esteve em contacto com o castelhano, tendo-se verificado, a partir de então, a penetração de alguns castelhanismos. Desde o século XIII que os textos escritos na Galiza (4), incluindo os documentos notariais, revelam algumas formas de origem castelhana: é provável que algumas dessas formas tivessem carácter individual, mas outras oferecem uma certa regularidade, sinal de que se iam incorporando e generalizando na língua da Galiza.

Em época posterior, proporcionam-se outras circunstâncias que favorecem a pressão do castelhano sobre a língua da Galiza. A incorporação da

---

cia. La Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1980, sobretudo p. 98-100 (§22. «Grandeza y esplendor del reino de Galicia en los reinados de Fernando II y Alfonso IX»).

(1) IDEM, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 236 e segs., sobretudo p. 244; IDEM, *Historia de Galicia*. La Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1980, sobretudo p. 118-119.

(2) IDEM, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 257 e segs.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 260; IDEM, *Historia de Galicia*. La Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1980, p. 119. Veja-se também XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE, *ob. cit.*, p. 128. O autor refere a «precaria situación do galego documental "emparedado", combatido en dous frentes, asoballado dunha parte polo latín, que perdura no uso notarial, e doutra polo castelán, oficializado xa dende os tempos de San Fernando, que reinou entre o 1217 e o 1252».

(4) Não só os textos em prosa, mas as próprias *Cantigas de Santa Maria* revelam formas que são inequivocamente castelhanismos, usados, por vezes, paralelamente com as formas galego-portuguesas. Sobre a ocorrência de castelhanismos nas *Cantigas de Santa Maria*, veja-se, além das observações de Ramón Lorenzo no "Limiar" a *Afonso X, O Sábio, Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Vigo (Edicións Xerais de Galicia), vol. I, 1981, p. 12, o artigo de *José Luis Rodríguez, Castelhanismos no galego-português de Afonso X, O Sábio*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVIII (= Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa, vol. I), 1983, p. 7-20.

Galiza a Castela acarretou também algumas modificações nas instituições representativas do povo e, de modo muito particular, nas Cortes. As primeiras Cortes reunidas na Europa foram as de 1188, convocadas por Afonso IX da Galiza e de Leão, a que assistiram os representantes das cidades galegas e leonesas, os quais se exprimiram respectivamente em galego-português e em leonês. O rei Fernando III respeitou a realização separada das Cortes de Castela, por um lado, e das da Galiza e Leão, por outro, utilizando-se como línguas parlamentares, nas primeiras, o castelhano e, nas segundas, o galego-português e o leonês. Contudo, alguns anos mais tarde, Afonso X extingue as Cortes galegas e leonesas e convoca conjuntamente as Cortes dos três reinos que quase sempre se reuniram numa cidade castelhana e esporadicamente em Leão, mas nunca na Galiza. A reunião das Cortes conjuntas tornou-se prática comum a partir de Fernando IV, tendo-se o castelhano tornado língua oficial das Cortes (1).

A situação da Galiza no século XIV, profundamente afectada pela crise económica, social e política decorrente da questão dinástica entre Pedro I (1350-1369) e Henrique II (1369-1379), favoreceu o estabelecimento na região de uma nova aristocracia, em grande parte não galega e alheia à realidade cultural e linguística da Galiza, o que, evidentemente, contribuiu para a imposição do castelhano e para a perda de consciência do carácter diferencial da língua local (2). Além disso, essa aristocracia, ao entrar em conflito com a Igreja e com o povo, inicia «o longo período da crise social galega do XIV e XV» (3), a qual «provocará o desmantelamento institucional que levarán a cabo os Reis Católicos» (4).

É sobretudo durante o reinado dos Reis Católicos (1474-1516), que estabelecem na Península Ibérica uma monarquia absoluta e conseguem a uni-

---

(1) Veja-se EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 310-312.

(2) Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*. A Coruña (Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa. "Colección Documentos Históricos"), 1985, p. 71: «Cando xorde a cuestión dinástica entre Pedro I (1350-1369) e Enrique II (1369-1379), os nobres galegos, en xeral, apoiaron a Pedro I na guerra civil, pero o triunfador foi Enrique II, que tomou boa conta e adoptou as medidas oportunas, eliminando ós nobres enemigos e establecendo unha nova aristocracia, moita dela procedente doutras terras e allea á realidade cultural diferencial do noso idioma».

(3) XOSÉ RAMÓN BARREIRO FERNÁNDEZ, *Sinais do acontecer histórico de Galicia*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 53.

(4) IDEM, *ibidem*, p. 53.

ficação de todos os reinos peninsulares, excepto Portugal, que a Galiza (1) sofre uma série de pressões que, sob o ponto de vista linguístico, se revestem do mais alto significado. Para pôr em prática a sua política centralizadora (2), criaram os Reis Católicos, em 1480, a "Real Audiencia" (3), instituição não só de justiça, mas também de governo e administração, cujo Presidente era simultaneamente Governador e Capitão Geral e cujos regentes eram exclusivamente castelhanos (4). A legislação aplicada dependia da que vigorava em Castela (5). Mas não só se estabelece uma justiça e administração castelhanas como se tomam uma série de medidas que visavam a submissão da nobreza galega: procedeu-se à retirada compulsiva dos nobres galegos mais conhecidos pelo seu espírito de rebeldia que, ou passaram a residir na Corte, ou serviram os Reis Católicos na guerra contra os mouros de Granada (6). A reforma do clero secular traduz-se, sobretudo, em assegurar um episcopado não galego, quase exclusivamente castelhano (7), depois de os bispos nativos se terem visto forçados a exilar-se (8). A política centralizadora dos Reis Fernando e Isabel atingiu também as ordens religiosas (9): as medidas tomadas através da "Congregación de la Reforma" ou dos visi-

---

(1) EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Historia de Galicia*. La Coruña (La Voz de Galicia), 1980, p. 213.

(2) Sobre a política centralizadora dos Reis Católicos e as principais medidas tomadas relativamente à Galiza, vejam-se os trabalhos seguintes: EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Historia de Galicia*. La Coruña (La Voz de Galicia), 1980, p. 213-237; ANTONIO LÓPEZ FERREIRO, *Galicia en el último tercio del siglo XV*. 3.ª ed., correxida y presentada por Ramón Fernández-Pousa. Vigo (Faro de Vigo), 1968, p. 15 e segs.; BENITO VICETTO, *Historia del siglo XV en Galicia*. Buenos Aires (Editorial Nova), 1944, p. 160 e segs.; XOSÉ RAMÓN BARREIRO FERNÁNDEZ, *ob. cit.*, p. 53-54 e p. 63-64.

(3) Sobre a criação da "Real Audiencia de Galicia", veja-se ANTONIO GIL MERINO, *Notas históricas sobre la Real Audiencia en Galicia en la segunda mitad del siglo XVI y su traslado a La Coruña*. In: *Revista*. Instituto "José Cornide" de Estudios Coruñeses. Ano II, La Coruña, 1966, n.º 2, p. 19-37. A "Real Audiencia" foi criada por Cédula dos Reis Católicos expedida em Toledo em 3 de Agosto de 1480; em 1494, a sua criação foi confirmada pela Pragmática promulgada pelos Reis Católicos em Madrid.

(4) XOSÉ RAMÓN BARREIROS FERNÁNDEZ, *ob. cit.*, p. 63.

(5) ANTONIO GIL MERINO, *ob. cit.*, p. 21.

(6) ANTONIO LÓPEZ FERREIRO, *ob. cit.*, p. 118-120; EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *ob. cit.*, p. 232-233; (§101. «El éxodo gallego. La desgalleguización de Galicia por los Reyes Católicos»).

(7) XOSÉ RAMÓN BARREIRO FERNÁNDEZ, *ob. cit.*, p. 53.

(8) VICTORIA ARMESTO, *Galicia feudal*. Vigo (Editorial Galaxia), 1969, vol. II, p. 542.

(9) Sobre as medidas tomadas pelos Reis Católicos para a reforma das ordens religiosas, veja-se EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *ob. cit.*, p. 233-237 (§102. «La reforma de las órdenes religiosas y la supresión de los estudios de las órdenes de San Benito, del Cister y de Santo Domingo, en Santiago»); ANTONIO LÓPEZ FERREIRO, *ob. cit.*, p. 161 e segs. e sobretudo p. 171; XOSÉ RAMÓN BARREIRO FERNÁNDEZ, *ob. cit.*, p. 53.

tadores por eles enviados conduziram à paralização da vida intelectual nos conventos da Galiza, que ficaram transformados em «simples casas de recaudación de rentas, que iban a engrosar las casas centrales que estaban en Castilla» (1).

As consequências linguísticas desta política são evidentes e desfavoráveis à língua da Galiza que é relegada exclusivamente para meio de comunicação das camadas populares — camponeses, marinheiros, artesãos, etc. —, já que os elementos da nobreza que permaneceram, o clero nativo e a pequena burguesia, aprenderam o castelhano, a língua dos governantes (2). A partir desta época, é também progressivamente eliminada como língua escrita, uma vez que não só a documentação oficial, mas paulatinamente também a documentação notarial, passam a ser redigidas em castelhano (3). Os últimos documentos notariais conhecidos, escritos já não totalmente na língua da Galiza, mas reveladores de uma profunda interferência do castelhano, são um foro e uma licença do mosteiro de San Cloyo do Ribeiro de Avia, ambos datados de 1532 (4).

b) *Variação regional no interior da área linguística galego-portuguesa.*

Como acontece com qualquer língua, caracterizar-se-ia a comunidade linguística galego-portuguesa do período medieval por uma diversificação geográfica e sócio-cultural, conhecendo, além disso, a língua dessa época

---

(1) EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Historia de Galicia*. La Coruña (La Voz de Galicia), 1980, p. 234.

(2) Sobre o contacto entre galego e castelhano verificado na Galiza a partir dessa época e suas consequências linguísticas, vejam-se os trabalhos seguintes: CONSTANTINO GARCÍA, *Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano*. Separ. da *Revista Español de Lingüística*, ano 6, fasc. 2 (Julho-Dezembro de 1976), p. 327-343; *Pilar Vázquez Cuesta, Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano*. Separ. de *Actes du XIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes tenu à l'Université Laval (Québec, Canada), du 29 août au 5 septembre 1971*, vol. II, 1976, p. 443-455 e J. M. GARCÍA DE LA TORRE, *Castille et Galice. Interaction linguistique*. Amsterdam, 1965.

(3) Encontra-se, por vezes, nalguns autores a afirmação de que os Reis Católicos proibiram o uso do galego na documentação oficial e notarial. Desconhece-se, porém, qualquer decreto ou pragmática em que se faça essa proibição e se obriguem os notários ou escribas a redigirem os documentos em castelhano. O certo é que as medidas centralizadoras tomadas pelos Reis Católicos não só desmantelaram o sistema social e institucional em vigor, como contribuíram para a desgaleguização da Galiza em vários domínios, incluindo, evidentemente, o linguístico.

(4) Cf. XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE, *ob. cit.*, p. 129. Esses documentos são publicados por XESÚS FERRO COUSELO, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, vol. I, Vigo (Galaxia), 1967, p. 227-228.

também os efeitos de uma variação de tipo estilístico. Para os objectivos que me propus desenvolver, importa, neste momento, considerar o problema da variação regional no interior da área linguística galego-portuguesa e esclarecer até que ponto, para além de um certo formalismo característico da linguagem notarial, o demorado e sistemático estudo scriptológico e a análise filológica a que se procedeu deixam perceber os sintomas, os indícios dessa variação. Apesar de a linguagem notarial, pela sua própria natureza, e devido ao modo de elaboração dos documentos, ter conduzido, por vezes, à neutralização de várias formas, é significativo que a análise realizada permita concluir que, no interior de um sistema linguístico até certa época comum a toda a área linguística galego-portuguesa, havia lugar para a manifestação de particularidades de carácter fonético, morfo-sintáctico ou lexical, individualizadoras de sub-regiões com uma coloração dialectal própria. Foi possível verificar que, desde o século XIII — mas mais intensamente a partir do século XV —, a língua falada a norte e a sul do Minho apresentavam algumas particularidades características, que anunciam a futura evolução do galego e do português. Ainda que, neste momento, não se tenha ainda procedido à cartografação dos factos linguísticos que parecem definir sub-regiões, quer dentro da zona galega, quer no interior da zona do Noroeste português, é claro e inegável que alguns fenómenos se encontravam circunscritos a algumas zonas galegas ou portuguesas que adiante tentarei caracterizar. É indiscutível, porém, que a distinção mais clara, no que se refere à segmentação dialectal da área galego-portuguesa no período medieval, é a que se consegue perceber entre a língua falada a norte e a sul do Minho.

O problema das relações — afinidades e diferenças — entre a língua da Galiza e de Portugal durante o período medieval mereceu já anteriormente a atenção de vários estudiosos. Contudo, pode considerar-se verdadeiramente decisivo, no que diz respeito ao estabelecimento das diferenças entre a língua da Galiza e de Portugal no período arcaico, o trabalho de Rudolf Rübecamp, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria* (1). Nos resultados a que chegou o Autor se baseia Jorge Morais Barbosa no estudo sobre a

(1) O trabalho, intitulado *Die Sprache der altgalizischen Cantigas de Santa Maria von Alfonso el Sabio*, constituiu inicialmente uma dissertação de doutoramento apresentada, em Janeiro de 1930, à Faculdade de Letras da Universidade de Hamburgo. Desse trabalho — que faz a descrição completa da fonética e da morfologia da linguagem das Cantigas de ta Maria, comparando-a com a das composições trovadorescas dos séculos XIII e XIV e com a de alguns documentos galegos medievais — foi apenas publicado o capítulo correspondente ao hiato: *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio*. In: *Boletim de Filologia*, vol. I (1932-1933), p. 273-356. (Consultei sempre a separata, datada de 1933 e com paginação própria).

Crónica de Castela (ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid) (1) e Ramón Lorenzo na introdução à edição crítica da tradução galega da Crónica Geral e da Crónica de Castela (2), ao tentar esclarecer se se trata de um texto "galego" ou "português". Às divergências apontadas por Rübecamp acrescenta o Autor outras importantes particularidades diferenciadoras dos textos redigidos em Portugal ou na Galiza.

O estudo realizado ao longo do presente livro é de natureza diferente dos trabalhos anteriores, não só pelos materiais que lhe serviram de base como pela metodologia utilizada. Efectivamente, forneceram os materiais submetidos a análise documentos linguísticos, localizados em território correspondente às actuais quatro províncias galegas e às duas províncias do Noroeste de Portugal e situados cronologicamente entre 1255 e 1516. O estudo sistemático de carácter filológico, assim como o prévio exame scriptológico e a comparação dos resultados obtidos com os traços que hoje distinguem o galego e o português e com aqueles que são verdadeiramente importantes e decisivos para a actual dialectologia galega e portuguesa permitiram reunir algumas observações sobre a variação regional no interior da comunidade linguística galego-portuguesa, durante o período estudado. Foi possível determinar as particularidades de carácter fonético e morfo-sintáctico, nuns casos características dos documentos da Galiza, ou, noutros casos, típicas dos documentos redigidos em Portugal (3). Ao longo do

---

(1) JORGE DE MORAIS BARBOSA, *Crónica de Castela (ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid). Elementos para o estudo linguístico. Texto (Fernando I — Afonso VI). Glossário.* Dissertação de licenciatura em Filologia Românica (inédita), 3 vols., Lisboa, 1958. Em comunicação apresentada ao IX Congresso Internacional de Linguística Românica (Lisboa, 31 de Março a 4 de Abril de 1959), o mesmo Autor volta a ocupar-se do problema da língua da Crónica de Castela, tomando como ponto de partida, à semelhança do método seguido no trabalho anterior, os resultados a que chegara Rübecamp. Veja-se, do mesmo Autor, *La langue de la Chronique de Castille (ms. 8817 de la Bibliothèque Nationale de Madrid).* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. II (= *Boletim de Filologia*, vol. XIX, 1960), Lisboa, 1961, p. 151-158.

(2) RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de La Crónica General y de La Crónica de Castilla.* Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Vol. I, Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXVI-XXXVI.

(3) Na recensão crítica ao manual de Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, publicada no tomo III do *Boletim de Filologia* (1934-1935), p. 187-188, depois de salientar que «as diferenças [entre os textos da Galiza e de Portugal] são maiores do que geralmente se julga», Rübecamp faz as seguintes previsões: «Se as investigações comparativas entre o antigo português e o antigo galego se basearem num maior número de monumentos literários e linguísticos, do que me foi possível no meu estudo, certamente ressaltará que, pelo menos desde o século XIII, o galego e o português manifestavam, por bastantes traços distintos, as suas próprias tendências na direcção dos idiomas modernos».

extenso capítulo que consagrei ao estudo da fonética e da morfo-sintaxe estão dispersos abundantes informações sobre as particularidades que, no período abrangido pelo presente estudo, distinguiam os textos redigidos na Galiza dos escritos em Portugal.

Nas páginas que se seguem tentar-se-á sintetizar e organizar esses elementos, apresentando, em primeiro lugar, os resultados característicos dos documentos da Galiza.

No que diz respeito à fonética, são, no domínio do vocalismo, particularmente expressivos os seguintes traços de que, sempre que possível, se fornecem algumas observações relativas aos seus limites cronológicos e distribuição geográfica:

Assimilação de *a* pretónico ao timbre da vogal da sílaba seguinte, em geral tónica, com a qual se encontrava em hiato (cf. p. 338-339 e 530-531). As formas do tipo *eynda, ſeyr, seydas*, etc., alternam, desde o século XIII, com as formas gerais galego-portuguesas, não assimiladas (1).

Fechamento de *o* pretónico de palavras começadas por consoante, por influência assimilatória da semivogal *i̯* da sílaba seguinte (cf. *Nugeyra, Nugeyrina*, p. 402 e 533).

Harmonização vocálica de *e* pretónico não inicial absoluto ao timbre da vogal *i* da sílaba tónica (cf. *podirio, firir, mjdjda, diuia*, etc., p. 362-366 e p. 530-531). Paralelamente, *o* pretónico de palavras começadas por consoante, devido à acção assimilatória de *i* ou *u* da sílaba seguinte, em geral a tónica, transforma-se em *u* (cf. *custume, cumunal, puſſuya, ſuhia*, etc., p. 399-402 e p. 532-533). Embora o fenómeno também apareça registado nos documentos da região portuguesa, verifica-se com muito maior intensidade nos documentos redigidos na Galiza. Tal situação parece anunciar a futura evolução do português e do galego relativamente a esta particularidade de carácter fonético: no galego actual o fenómeno tem ainda grande vitalidade, ao passo que em português foram eliminados os seus efeitos, mantendo-se apenas alguns vestígios na linguagem popular de algumas regiões, muito particularmente no Sul do País, e no português do Brasil, mas aí como um «fenómeno essencial» do seu sistema fonológico (2).

Apócope de *-e* em palavras provenientes de formas latinas terminadas em -TE, manifestada em documentos das províncias de La Coruña, Lugo e Orense dos séculos XIV e XV. Embora as formas apocopadas do tipo *abbat*,

---

(1) Fenómeno já referido por RUDOLF RÜBECAMP, *A linguagem das Cantigas de Santa Maria*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1933, p. 75.

(2) Veja-se a nota 1 da p. 365.

autoridat, herdat não sejam muito frequentes, surgindo de forma mais ou menos isolada, e alternando, por vezes no interior do mesmo texto, com as formas em *-de*, é provável que o fenómeno tenha, na Galiza, carácter autóctone (cf. p. 432-437 e 524-525) (1).

No que se refere à evolução de -ŭLT- (cf., por ex., MŭLTU-), verifica-se na Galiza uma clara preferência pelas formas com *oi* [o̯i], tendo um carácter esporádico as formas com inflexão, que surgem, de modo muito pouco frequente, desde o século XIII. Pelo contrário, os documentos da zona portuguesa estudada revelam, desde o século XIII, uma clara propensão para as formas inflexionadas, tendo as formas com *oi* um carácter verdadeiramente excepcional (cf. p. 517-518 e 557-560). A situação revelada pelos documentos submetidos a análise anunciam, desde o século XIII, uma diferença que viria a consolidar-se entre o português e o galego: ao passo que em português se optou pelas formas inflexionadas, em galego predomina a solução *oi* (2). Embora dialectalmente existam formas idênticas às do português, no galego literário e na maior parte das variedades galegas são usuais as formas não inflexionadas (3).

Em virtude da coexistência verificada na Galiza, desde o século XIII, dos resultados *oi* e *ui* em formas com a proveniência indicada, ocorreu a generalização dessa alternância a palavras que originariamente tinham o ditongo *ui* formado por vocalização de *k* do grupo -KT-, precedido de *u* (< ŭ do latim clássico). A ocorrência dessa alternância entre *ui* e *oi* em formas do tipo *fruyta, fruito, luytoʃʃa*, por um lado, e *froyta, froyto, loytoʃʃa*, por outro, manifesta-se na Galiza, a partir do século XIII e verifica-se ainda no galego actual. Relativamente à zona portuguesa, ocorre sempre, neste tipo de formas, a conservação do primitivo ditongo *ui*, a não ser num documento localizado na faixa fronteiriça, zona que apresenta outras afini-

---

(1) Rübecamp refere também as formas apocopadas terminadas em -i, considerando que elas «caracterizam a direcção galega da evolução linguística», mas interpreta-as como castelhanismos. Veja-se RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 79. Sobre os dados por mim aduzidos que possibilitam interpretar o fenómeno como autóctone na Galiza, veja-se o que escrevi nas p. 434 e segs.

(2) Rübecamp refere este traço entre os que caracterizam a «evolução galega, em oposição à portuguesa». Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 78.

(3) Além da bibliografia citada nas p. 557, n. 3 e 558, n. 1 e 2, referem-se à distribuição, na Galiza, dos resultados *oi* e *ui* nos descendentes de MŭLTU-, ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxía galega: historia e resultados*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris (13 a 15 de Novembro de 1980). Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 168 e segs. e p. 178, 180, 181 e 184 e R. ÁLVAREZ, F. FERNÁNDEZ REY e XOSÉ XOVE FERNÁNDEZ, *Galego*. Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 235, mapa n.º 3.

dades de carácter linguístico e grafemático com a Galiza. Nesse documento (1416 M 168), regista-se, excepcionalmente, a forma *froytos* (1).

No que diz respeito à evolução de *a* + *ri*, verificam-se algumas particularidades que distinguem a linguagem dos documentos da Galiza, relativamente aos de Portugal. Em primeiro lugar, a sobrevivência do ditongo *ai*, correspondente a um estado linguístico muito arcaico, em documentos localizados nas duas províncias orientais, Lugo e Orense. A ocorrência dessa etape do ditongo regista-se não só em formas toponímicas, mas também em formas do léxico comum (cf. p. 536-538). Não pode deixar de estabelecer-se um paralelismo entre as formas registadas em documentos galegos medievais e outras análogas vivas nalgumas variedades actuais do galego, correspondentes a regiões particularmente conservadoras (cf. p. 537-538).

Diferentes são também os resultados da terminação -ARIU de palavras cultas, não tradicionais, nos documentos redigidos a norte e a sul do Minho (cf. p. 541-542). Nos documentos da região portuguesa predominam as formas com atracção da semivogal para junto da vogal da sílaba tónica (cf. por exemplo, *vigayro, jnuẽtayro*, etc.), mas está também bastante representado o resultado *-ario*. É este o resultado mais frequente na Galiza, encontrando-se o tratamento com atracção da semivogal apenas representado na parte meridional das províncias de Orense e Pontevedra, relativamente perto da fronteira com Portugal. Esporadicamente, verifica-se ainda nalguns documentos da Galiza um outro resultado com perda da semivogal do referido sufixo (cf. *ueſtiaro, viſtiaro*).

Ocorre, além disso, a conservação de *au* primário (cf. *Aurẽſe, Laurẽço, Sam Laurẽcio*) em documentos do século XIII redigidos na Galiza (cf. p. 548-550). Paralelamente, verifica-se também, durante o século XIII e esporadicamente na primeira metade do século seguinte, a conservação de *au* secundário em formas que representam a evolução do pronome latino ALTER, ALTĔRA, ALTĔRUM (cf. *autro, autra, autros*, etc.) (2). A quase totalidade dos exemplos

---

(1) Recorde-se o que foi dito nas p. 517-518 e 557-560. Entre os traços que «caracterizam a evolução galega, em oposição à portuguesa», Rübecamp refere a alternância entre *ui* e *oi* em formas que originariamente tinham [*u* + j]: «o derivado de [*u* + j] é não só *-ui-*, como nas *Cantigas*, mas também *-oi-*, que, no século XIII, se encontra com a mesma frequência que *-ui-*, nos séculos XIV-XV exclusivamente; no galego moderno *-oi-* e *-ui-*». Cf. R. RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 78.

(2) Rübecamp refere também, entre os «fenómenos que caracterizam a evolução galega, em oposição à portuguesa», a ocorrência, em documentos da Galiza, das formas do tipo *autro, autra*, mas considera que elas resultam da contracção de *a*, preposição ou artigo definido, com *outro, outra*. (Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 79). A análise de todos os contextos em que as formas pronominais referidas ocorrem nos documentos publicados no presente trabalho permitiu-me verificar que elas nem sempre são o resultado

foram recolhidos em documentos das duas províncias orientais, ou seja. Lugo e Orense, verificando-se somente de modo isolado a sua ocorrência fora dessa área (cf. p. 554-555 e 704-707).

Relativamente à evolução dos verbos LAUDARE e AUDIRE e das suas formas flexionais, verifica-se, desde época antiga, no interior do domínio linguístico galego-português, uma clara diferenciação regional relativamente à repartição dos diferentes resultados (cf. p. 550-551 e 797-798) (1). Nos documentos portugueses agora publicados, são normais as formas com ditongo *ou* e com *v* anti-hiático do tipo *llouuarã, ouuyr, ouuirẽ*, etc. Na Galiza, verifica-se, pelo contrário, uma evidente preferência pelas formas do tipo *oyrem, oyron, oydo*, que viriam a generalizar-se no galego moderno. É interessante ainda assinalar a sobrevivência das formas que representam o tratamento mais antigo com ditongo *ou*, anteriores ao desenvolvimento epentético de *v* anti-hiático, tais como *ouyrem, ouyrẽ*. As escassas abonações dessas primitivas formas registam-se nalguns documentos do século XIII e dos primeiros anos do século seguinte, localizados na área tudense, zona periférica, situada junto à fronteira com Portugal.

Localizam-se também na província de Pontevedra, parecendo representar um prolongamento da área portuguesa, algumas formas semelhantes às registadas nos documentos de Portugal com conservação do ditongo *ou* e com desenvolvimento da consoante anti-hiática (cf. *ouujrem, ouuyrẽ, ouuirẽ*). As formas que representam este tratamento sobreviveram no galego actual apenas em regiões confinantes com Portugal.

Em relação ao consonantismo, são significativos sob o ponto de vista da diferenciação regional entre as duas áreas do domínio galego-português. situadas respectivamente a norte e a sul do Minho, as seguintes particularidades:

No que diz respeito a palavras que representam étimos latinos com -L-, a par do tratamento tradicional, característico do galego-português, com síncope dessa consoante, os documentos da Galiza oferecem algumas formas com manutenção de *-l-* (cf. *mouilef, mouelles, folamente, folamẽte, uolũtade*, etc.). Se, em relação às formas registadas em documentos dos séculos XV e XVI, profundamente afectados pela influência castelhana, não surgem quais-

---

da contracção da preposição ou do artigo *a* com *outro, outra*. Tal circunstância, aliada a outros argumentos oportunamente invocados (cf. p. 705-706), levou-me a interpretar as formas referidas como arcaísmos.

(1) Ao analisar os resultados provenientes da comparação entre as Cantigas de Santa Maria e os cancioneiros profanos, Rübecamp refere que as formas do tipo *louvar* e *ouvir* se encontram apenas nos cancioneiros trovadorescos, embora a par de *loar, oir*, sendo, pelo contrário, deste último tipo as únicas formas registadas no cancioneiro mariano. Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 72.

quer dúvidas quanto à sua interpretação como castelhanismos, o mesmo não pode afirmar-se, com total segurança, relativamente a formas documentadas em textos mais antigos, a partir do século XIII. Quer se interpretem tais formas como o resultado da sobrevivência, na Galiza, de *-l-*, a par do resultado tipicamente galego-português, quer tais formas se tenham infiltrado nessa região, devido à influência castelhana que se fez sentir a partir do século XIII (1), o certo é que estamos em presença de uma particularidade que, já no período medieval, individualizava, dentro do domínio galego-português, a Galiza relativamente à zona portuguesa de Entre-Douro-e-Minho (cf. p. 571-573) (2).

Paralelamente, verifica-se também na Galiza a ocorrência de algumas formas com *-n-* (cf. p. 576-581 e 612-615).

É bastante claro o contraste manifestado, relativamente a esta particularidade, entre os documentos da Galiza e de Portugal analisados: ao passo que nestes últimos são verdadeiramente excepcionais as formas com *-n-* e correspondem a um período muito antigo em que *n* pode ser apenas um processo gráfico de representar a nasalidade da vogal que precedia *-n-* que se sincopou, na Galiza elas são relativamente frequentes e ultrapassam o século XIII, ocorrendo também durante os séculos XIV, XV e XVI. Durante este período parece clara a interpretação do grafema *n* como uma nasal alveolar e a maior parte das formas que revelam a sua conservação devem ser o resultado da influência do castelhano na Galiza (3).

São caracteristicamente galegas aquelas formas em que a nasalidade resultante da perda de -N- aparece transposta para depois da segunda vogal do hiato (cf. p. 325, 575-576, 836, 838 e 852): cf. *gáándo, geonlo∫, téénr, tyundo* 'tido', *vijnr, Graanda* (topónimo correspondente a *Granada*), etc. Este tratamento manifesta-se nos documentos sujeitos a análise a partir do século XIII até ao termo do período abrangido pelo presente estudo e encontra-se ainda representado no galego actual. Aí existem, nalguns casos, formas duplas com e sem nasal: *gando — gado, xionllo — xiollo, coenllo — coello,* etc.

Apresenta-se já como muito clara a repartição das variantes provenientes da evolução de derivados latinos com a terminação -UDINE (cf. p. 609-610): nos documentos de Portugal registam-se as terminações *-dõe-* (cf. *firmidõe*), *-doen* (cf. *firmydoen*), *-doe* (cf. *firmjdoe*) e *-dom* (cf. *firmidom*), anunciando já

---

(1) Sobre as circunstâncias que favoreceram a infiltração de castelhanismos na Galiza a partir do século XIII, recorde-se o que foi dito nas p. 901-905.

(2) Entre as particularidades resultantes da influência do castelhano na Galiza, e que caracterizariam «a direcção galega da evolução linguística», refere Rübecamp a conservação de *-n-* e *-l-*. A esse propósito, veja-se RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 79.

(3) Veja-se a nota anterior.

a terminação *-dão* do português actual. Aliás, a forma *firmidom*, registada no início do século XIV, prova que, desde essa época, tinha começado a verificar-se a analogia com os substantivos terminados em -õ < -ONE.

As formas registadas nos documentos da Galiza oferecem as terminações *-dũe*, (cf. *firmedũe*), *-due* (cf. *fermedue*), *-duy* (cf. *firmiduy*), antecedentes da terminação *-dume* do galego actual (1).

A evolução do grupo *g'l*, quando precedido de sílaba entravada por nasal (cf. o distributivo latino SINGŬLOS) oferece dois tipos de tratamento: ou a lateral palatal [l̡] ou a nasal palatal [ñ]. O primeiro resultado, cronologicamente o mais antigo, encontra-se representado apenas na Galiza (cf. *ſenllas, ſenllos, ſſenllos*, etc.), ao passo que em Portugal se registam apenas formas com nasal palatal, resultante da transformação da lateral palatal por influência da nasal anterior (cf. *ſenhos, senhos, ſſenhos*). Este tratamento encontra-se também representado em documentos localizados nas duas províncias galegas meridionais, ou seja, Orense e Pontevedra (cf. p. 627-628 e 722-723). A análise de um grande número de textos medievais confirma a imagem oferecida pelos documentos notariais agora estudados: os textos da Galiza caracterizam-se sobretudo pela ocorrência de *senllos*, embora surja também *seños*, ao passo que nos textos de Portugal se regista de modo habitual a forma *senhos* (2).

O tratamento do grupo -dj- oferece também algumas particularidades expressivas no que se refere às diferenças entre a linguagem dos documentos de Portugal e da Galiza. É exclusiva dos documentos galegos a conservação do referido grupo nalgumas formas, a partir do século XIII: *medio, medyos, medias*, etc. É provável que a penetração do castelhano na Galiza tenha contribuído para a fixação deste resultado (cf. p. 623). Uma outra solução também muito representada na Galiza e que é comum ao leonês e ao caste-

---

(1) Já anteriormente Ramón Lorenzo havia chamado a atenção para o facto de as terminações *-dõe* e *-dũe* assinalarem, desde o período medieval, uma diferenciação regional no interior do domínio linguístico galego-português. Segundo o Autor, a terminação *-dũe* é característica dos textos da Galiza, ao passo que *-dõe* surge em textos portugueses e galegos. (Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario, vol. 1, Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975, p. XXXIII). Recentemente, ao proceder ao estudo da língua da *Crónica Troyana*, afirma o Autor, com toda a segurança, que se trata de um texto escrito na Galiza: tanto na parte escrita por Fernão Martins como na que foi escrita por amanuenses seus se revela uma clara preferência pelos resultados típicos da Galiza. No que se refere aos resultados da terminação -UDINE, ocorre *firmedũe, seruidũe* na parte escrita por Fernão Martins, coincidindo a outra parte do texto com estes resultados: *çertedũe, seruidũe*. Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*. A Coruña (Fundación Pedro Barrié de La Maza, Conde de Fenosa), 1985, p. 90 e 128.

(2) Recorde-se o que foi dito na n. 6 das p. 627-628.

lhano consiste na supressão da semivogal do mesmo grupo: *mea* (s.f. e adj.), *meo*, «de *permeo*», *sea*, *ſéa*. Este tratamento só muito raramente ocorre em Portugal, onde o referido grupo está em geral representado por ỵ, resultado também conhecido na Galiza. A análise realizada revelou que algumas palavras tiveram na Galiza os três tratamentos: cf., por exemplo, *meya*, *meyo*, a par de *mea*, *meo* e de *medeo*, *medio*, *medias* (cf. p. 621-623).

No domínio das sibilantes, ressaltam ainda alguns fenómenos particularmente significativos. Em contraste com a zona do Noroeste português onde, de acordo com a análise grafemática realizada, se mantinha intacto o sistema de quatro sibilantes, duas ápico-alveolares e duas pré-dorso-alveolares, resultantes estas últimas da simplificação dos dois fonemas africados pré-dorso-alveolares surdo e sonoro, manifestam-se, na Galiza, desde o século XIII, indícios de confusões entre as sibilantes ápico-alveolares e pré-dorso-alveolares. Desse modo, formas que, de acordo com a sua proveniência etimológica, deveriam grafar-se com *ç*, *c* ou com algum dos grafemas equivalentes, aparecem com *s*, *ſ* ou *ſſ*: cf. *malljsja*, *uerſſas*, *eſpesjalmẽte*, *maldjsom*, *vendjsõ*, etc. Esporadicamente, surge também a grafia inversa de *ç* por *-ſ-* ou *-ſſ-*: *poſſiçoeſ* (cf. p. 446 e segs.).

Paralelamente, surgem também nos documentos galegos algumas confusões gráficas que denunciam a confusão entre /z/ e /ẓ/, quer em final de palavra, quer em posição intervocálica. Em formas em que originariamente existia /ẑ/ e onde, portanto, na grafia, se esperaria *z* ou algum dos grafemas equivalentes, surge *s* ou *ſ* (cf. *des* 'dez', *uoſ* 'voz', *Domingues*, etc.), não faltando também as grafias inversas de *-z* em vez de *-s* (cf. *mongez*, *mez* '*mês*', *trez*, etc.). Mais expressivos são ainda os exemplos de *-s-* por *-z-* em posição intervocálica (cf. *faser*, *uoses*, *disimo*, etc.) ou os casos inversos de *-z-* por *-s-* (cf. *diuizada*, *diuizado*) (cf. p. 454 e segs.).

É bastante claro e sugestivo o contraste manifestado pelos documentos da Galiza e de Portugal, no domínio das sibilantes e da sua representação gráfica, mesmo durante o período considerado de relativa unidade linguística. As confusões gráficas referidas para a Galiza, a partir do século XIII, têm que considerar-se como antecedentes remotos do "seseo" galego (1).

Finalmente, há também indícios gráficos claros e seguros de que, desde o século XIII, as fricativas alveolares e a pré-palatal sonora tinham começado a ser afectadas pelo ensurdecimento (cf. p. 457-459, 464-468, 471-472 e 505-506).

Iniciado no século XIII, o processo de neutralização da oposição surda/ /sonora no domínio das sibilantes alveolares e das fricativas pré-palatais

---

(1) Veja-se o artigo da Autora *Antecedentes medievais do "seseo" galego* a aparecer brevemente em *Homenaje a Zamora Vicente*.

acabará por consumar-se em toda a Galiza (1), originando uma das diferenças estruturais mais profundas entre o galego e o português (2).

Nos grupos consonânticos formados de oclusiva + *l* é frequente, em galego-português, a tendência, de carácter semi-culto, para substituir a lateral por vibrante (cf. p. 619-620). Documentou-se, pelo contrário, exclusivamente em textos da Galiza a tendência inversa, provavelmente devida a ultra-correcção, para substituir *r* por *l* quando em grupo com oclusiva: cf. *cliaredes* 'criareis', *conplastes* 'comprastes', *flayres* (por *frayres*), *floytos* (por *froytos*), *flaude* (por *fraude*), etc. (cf. p. 620). O fenómeno, que, a julgar pela sua documentação em textos das quatro províncias galegas e de épocas muito variadas, deve ter tido alguma implantação na Galiza, parece representar um prolongamento da área asturiana ocidental e leonesa, onde surge com alguma frequência.

Exclusiva da Galiza é igualmente a substituição de *b* por *l* no grupo secundário *b'd*, formado na evolução da forma latina DŬBĪTA-. O tratamento tipicamente galego-português desta e de outras formas idênticas que apresentavam a vogal postónica *i* precedida de oclusiva bilabial sonora *b* e seguida de oclusiva dental é o que se traduz na conservação da vogal postónica e na sonorização de -T-. Representa esse tratamento a forma *duuida*, registada no documento 1285 DL 139, e as formas *deuedas*, *diuedas*, *diuida*, *diujdas*, estas últimas resultantes da evolução de DĒBĪTA-. Apresentam, pelo contrário, o tratamento próprio do leonês, com substituição da primeira oclusiva do grupo *b'd* por *-l* (3), as formas *dulta* e *dulda*, registadas em documentos da Galiza, a partir do século XIII (cf. p. 630-631).

No domínio da morfo-sintaxe, registam-se também algumas diferenças entre a linguagem dos documentos galegos e portugueses, nuns casos porque na Galiza se mantêm formas que, a sul do Minho, haviam já sido eliminadas e

---

(1) Sobre a sobrevivência de vestígios das antigas sonoras numa região da Galiza meridional, a Limia, próxima da fronteira com Portugal, recorde-se o que foi dito na n. 3 da p. 459 e p. 506.

(2) Referem esse traço como um dos que hoje distinguem o galego e o português os seguintes autores: RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 161; RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 32; PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES DA LUZ, *Gramática portuguesa*. 3.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1971, p. 105-106.

(3) Sobre a ocorrência do fenómeno em leonês, desde época antiga, veja-se n. 2 da p. 631. À bibliografia aí referida acrescente-se o trabalho seguinte: THOMAS A. SEWARD, *The Peculiar Leonese Dialectal Forms* "dulda", "portalgo", "selmana", etc.: *a Problem in Diachronic Phonology*. In: *Hispanic Review*, vol. 44, 1976, p. 163-169.

superadas, tratando-se, portanto, de arcaísmos, noutros casos, porque na Galiza começavam a manifestar-se tratamentos divergentes dos que vigoravam em Portugal.

Contrariamente à situação revelada pelos documentos de Portugal em que, no âmbito do artigo definido, ocorrem apenas formas idênticas às actuais com perda de *l-* (cf. *o, ho, ha, os, as*), oferecem os documentos da Galiza, a par deste tipo de formas, indiscutivelmente as mais frequentes, alguns exemplos das formas mais antigas com *l-* conservado (cf. *lo, las, los, las*) (cf. p. 644-645). A fim de interpretar correctamente essas formas como arcaísmos, convém recordar a sua sobrevivência nalgumas cantigas de amigo, especialmente nas de sabor mais popular (1).

Em relação à flexão dos substantivos terminados em *-l*, registaram-se algumas particularidades bastante interessantes e que anunciam uma evolução divergente do galego e do português. A substantivos cujo singular terminava em *-al* correspondem, nos documentos de Portugal, sempre formas de plural em *-aes* (ou *-aef*), do tipo *cafaes, cafaef* (2). Apresentam também habitualmente esta configuração as formas de plural assinaladas nos documentos da Galiza submetidos a análise. A partir desse resultado comum, o português e o galego apresentarão tratamentos diferenciadores: em português, a referida terminação evoluirá para *-ais*, devido à transformação de *e* em semivogal; em galego, o tratamento mais representado era o que correspondia à assimilação das duas vogais da primitiva terminação (cf. *-aas*), mais tarde reduzidas por crase (cf. *-ás*); contudo, os plurais em *-les*, construídos sobre o singular ou devidos à influência castelhana, encontram-se actualmente muito divulgados. Subsistem também alguns plurais terminados em *-es* e, na zona do extremo oriental, está representada uma solução idêntica à do português, em *-is*. Os resultados da terminação do plural de palavras terminadas em *-l* constituem actualmente um fenómeno muito expressivo, tanto no que se refere à diferenciação do galego e do português (3), como para a própria dialectologia galega (4).

---

(1) Veja-se a n. 2 da p. 645.

(2) Sobre a ocorrência do adjectivo *jeeraas* 'gerais' num documento português localizado em Valença, junto à fronteira luso-galega (cf. 1411 M 167), veja-se o que será dito adiante, p. 929.

(3) No domínio da morfologia, Ramón Lorenzo aponta como traço diferenciador entre o galego e o português a formação do plural de palavras terminadas em *-l*. Cf. RAMÓN LORENZO, *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias*. In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 164.

(4) IDEM, *ibidem*, p. 164; RICARDO CARBALLO CALERO, *Sobre dialectos do galego*. In: *Grial*, n.º 23, 1969, sobretudo p. 11-12; R. ÁLVAREZ, F. FERNÁNDEZ REY e XOSÉ XOVE FER-

Oferecem os documentos estudados alguns elementos importantes sob o ponto de vista cronológico: durante os séculos XV e XVI surgem, em textos de várias regiões galegas, plurais em *-aas*, embora, de forma isolada e esporádica, aflorem vestígios desse resultado desde o século XIII, na província de Pontevedra. Representa, além disso, um indício de que a crase entre as duas vogais da terminação *-aas* já se estava a operar a forma *cabedaſ* registada, em fins do século XIII, num documento da mesma província (cf. p. 659-660) (1). A convivência dos diferentes resultados — *-aes*, *-aas* e *-as* — durante o período compreendido entre o século XIII e o século XV permite concluir a favor do carácter multissecular das inovações linguísticas e evidencia, além disso, que os três tipos de variantes tinham carácter facultativo.

Paralelamente, no que se refere aos plurais de palavras terminadas no singular em *-ol*, a par das formas comuns a toda a área galego-portuguesa, registam-se, na Galiza, a partir do século XIII, algumas formas que anunciam resultados típicos do galego: *lenzóoſ*, *fazeyróoſ*, etc. (cf. p. 660). Ainda que os exemplos desse tipo de plural, análogos aos do galego moderno, tenham carácter esporádico, é importante verificar que eles já se registam desde o século XIII.

No que se refere ao plural de substantivos que representam historicamente palavras latinas terminadas em -ONE, a par dos resultados comuns a toda a área galego-portuguesa, os documentos da Galiza oferecem, a partir do século XV, resultados muito peculiares que anunciam as diferentes soluções do galego actual (cf. p. 605-608 e 660-661) (2). Os dois tipos de variantes registadas — por um lado, *-õos*, *-õons*, *-ons* e, por outro, *-oos* —, ocorrem, nos documentos da Galiza, a partir do século XV, e parecem corresponder

---

NÁNDEZ, *Galego*. Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 236; ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxía galega: historia e resultados*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris (13 a 15 de Novembro de 1980). Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, sobretudo p. 169, 177 e 187.

(1) Rübecamp refere, entre os «fenómenos tipicamente galegos» que «aparecem exclusivamente nos séculos XIV-XVI», a terminação *-aas*, em vez da mais habitual *-aes*. Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 75.

(2) A análise por mim realizada ofereceu resultados coincidentes com os obtidos por Rübecamp a partir do estudo comparativo da linguagem das Cantigas de Santa Maria e de alguns documentos galegos. O Autor mostrou serem exclusivas dos documentos as terminações *-õos*, *-oõs* e *-oos*, que se situam cronologicamente durante os séculos XV e XVI, embora já no século XIV se encontrem alguns exemplos desse tipo de plural (Cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 75). Pelo facto de os documentos por mim estudados haverem sido classificados geograficamente, foi possível verificar que os dois tipos de variantes registadas — por um lado, *-õos*, *-õons* e *-ons* e, por outro, *-oos* — se encontravam, já nessa época, geograficamente condicionadas.

a áreas geográficas distintas que, *grosso modo*, se aproximam das actuais zonas de *-óŋs* e *-ós* (1).

Quanto aos pronomes, há também algumas diferenças bastante significativas entre a linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal. As formas do chamado pronome de identidade comuns a toda a área galego-portuguesa oferecem *e* na sílaba tónica (cf. *méésmo, meesmo, meesma, méésma*, etc.) e são o resultado da evolução histórica do étimo METIPSIMU-, através de um possível *MEDIPSIMU-. A par deste tipo de formas, oferecem os documentos da Galiza outras variantes não registadas nos documentos da região portuguesa: em primeiro lugar, uma forma com *-e* final e *i* na sílaba tónica, *míjsme*, resultante da evolução de *MEDĬPSĪMĪ, que teria sido corrente no latim vulgar da Península Ibérica. Resultam, muito provavelmente, do cruzamento entre os dois tipos anteriores, os únicos originários, as formas *méésme, meesme*, por um lado, e, por outro, algumas variantes com uma configuração idêntica às do castelhano (cf. *míjsmo, mijsmo, mjsmos, míisma/*, etc. Em face da divulgação que as formas deste último tipo apresentavam na Galiza, desde o século XIII, é provável que devam ser interpretadas como formas autóctones (cf. p. 691-692) (2).

É também diferente a situação linguística manifestada pelos documentos da Galiza e de Portugal quanto às formas do pronome indefinido provenientes da evolução de ALTĔRĪ (cf. p. 707-708). Contrastando com a linguagem dos documentos de Portugal, onde se regista sempre a forma moderna (cf. *outrẽ, outrem*), com nasalação da vogal final, provavelmente por influência analógica de outros pronomes tais como *quem, alguem, nẽguẽ*, os documentos da Galiza manifestam a conservação da forma primitiva *outri* e da forma intermédia *outre*. Formas análogas às da região portuguesa foram apenas assinaladas, desde o século XIII, em documentos da parte meridional da província de Pontevedra, que poderíamos designar de área tudense, região que apresenta, já nessa época, profundas afinidades com o Noroeste português.

Na morfologia verbal, reflectem também os documentos da Galiza algumas particularidades diferenciadoras relativamente aos documentos de

---

(1) Sobre os resultados de -ONES e sua importância para a dialectologia galega, veja-se RICARDO CARBALLO CALERO, *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Editorial Galaxia), 1970, p. 38-44, mais especificamente p. 41-42; IDEM, *Sobre os dialectos do galego*. In: *Grial*, n.º 23, 1969, sobretudo p. 11-12; ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxía galega: historia e resultados*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 160, 162, 166-167 e 169.

(2) Entre os traços que assinalam a «direcção galega da evolução linguística» aponta Rübecamp as formas *miismo, mismo* e *mysmo(s)*, mas interpreta-as inequivocamente como castelhanismos. Cf. R. RÜBECAMP. *ob. cit.*, p. 58 e 76.

Portugal. Já no período medieval não era totalmente coincidente a situação da língua correspondente às duas regiões da área galego-portuguesa, situadas respectivamente a norte e a sul do Minho, no que se refere ao enquadramento de alguns verbos que em latim pertenciam à terceira conjugação (cf. p. 723-731). Assim, ao passo que os descendentes de SCRĪBĔRE registados nos documentos de Portugal pertencem sempre à segunda conjugação em *-er*, na Galiza predominam as formas em *-ir*, sendo nas regiões correspondentes às actuais províncias de La Coruña, Lugo e Orense as únicas formas registadas. Em grande parte da província de Pontevedra encontram-se também formas em *-ir*, mas na zona sul-ocidental da província, relativamente perto da fronteira com Portugal — e, de modo isolado e excepcional, na própria cidade de Pontevedra —, foram assinaladas não só formas de infinitivo em *-er*, como as correspondentes formas flexionais (cf. p. 729-730 e 782-784).

Verifica-se, analogamente, na Galiza uma oscilação entre formas pertencentes à segunda e à terceira conjugações, no verbo que representa a evolução de RECĪPĔRE. Desde o período medieval que os textos portugueses revelam apenas formas correspondentes à segunda conjugação, ao passo que na Galiza conviviam formas pertencentes à conjugação em *-er* e em *-ir*, sendo provável que este último paradigma se deva à influência do castelhano (cf. p. 730-731). Aliás, tanto neste verbo como no anteriormente referido, o galego moderno fixou-se na conjugação em *-ir:* cf. *escribir, recebir*.

A primeira pessoa do pretérito perfeito dos verbos em *-er* e em *-ir* termina habitualmente em *-i*, em toda a área galego-portuguesa. Registam-se, porém, em documentos localizados um pouco por toda a Galiza, dos séculos XV e XVI, alguns exemplos de formas terminadas em nasal, tanto nos perfeitos fracos como nos perfeitos fortes (cf. *comjn, escrjbjn, eſcripuyn. eſcribyn. vendyn, fyzin*, etc.). De modo totalmente excepcional, esse tipo de perfeito regista-se já num documento do fim do século XIII (cf. p. 743-744 e 783) (1). No que se refere à cronologia e difusão do fenómeno, a análise dos documentos agora publicados permite afirmar que essa inovação tinha já começado a manifestar-se no século XIII, encontrando-se, nos séculos XV e XVI, bastante divulgada (2).

---

(1) Observe-se, a propósito, a ocorrência do fenómeno num documento localizado em Valença, na zona fronteiriça do Alto-Minho, região que apresenta, já no período medieval, profundas afinidades com a língua da Galiza. Recorde-se o que foi dito na p. 743.

(2) Como traço caracterizador da linguagem dos documentos relativamente à das Cantigas de Santa Maria e que assinalam «a evolução galega, em oposição à portuguesa», refere Rübecamp o exemplo isolado *fun* (1.ª pes. pret. perf.), correspondente à forma do galego moderno, registado num documento galego da segunda metade do século XIII. (Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 78 e 79). Sob o ponto de vista cronológico, não pode

Um outro traço de carácter morfológico muito importante que, no período medieval, permitia distinguir, com bastante clareza, os textos redigidos na Galiza e em Portugal é o que se refere à terceira pessoa do singular do pretérito perfeito forte. Nos documentos galegos analisados, a par de algumas formas em *-e* (cf. *ouue, ouve, prougue, teue*, etc.) e de algumas formas ocasionais com supressão da vogal final (cf. *fez, feσ, ffez*), são normais as formas com *-o* analógico (cf. *ouuo, eſteuo, fezo*, etc.). Na linguagem notarial da região portuguesa, este tipo de perfeitos não se encontra representado, a não ser num documento localizado em Valença, junto à fronteira com a Galiza (cf. p. 745-747) (1). A situação revelada pela análise dos documentos notariais anuncia já a evolução divergente e o distanciamento que sofreram o português e o galego: em português a terceira pessoa do pretérito perfeito forte termina em *-e* que, por vezes, se perdeu, ao passo que em galego são normais as formas em *-o*.

Os verbos cuja flexão oscilava, na Galiza, entre a conjugação em *-er* e em *-ir* (2) apresentam a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito fraco terminada, ora em *-io, -jo, -yo*, ora em *-eu, -eo* (cf. p. 744). Assim, pelo que diz respeito ao verbo resultante da evolução histórica de SCRĪBĔRE, registam-se, um pouco por toda a Galiza, formas terminadas em *-jo* ou *-yo*, mas na região do extremo sul-ocidental da província de Pontevedra, a área tudense, e excepcionalmente na própria cidade de Pontevedra, registou-se uma forma terminada em *-eu, eſcreueu*. Os dois tipos de variantes parecem corresponder já a áreas geográficas distintas. Um pouco diferente é a situação do verbo que representa a evolução histórica do verbo latino RECĪPĔRE: todas as formas recolhidas pertencem à metade oriental da Galiza, correspondente às províncias de Lugo e Orense, manifestando-se, dentro dessa área, a convivência das terminações *-eo, -eu* (cf. *reʒebeu, rreçebeo, reſçebeo*) e *-io, -yo* (cf. *reʒebio, reʒebyo*) (3).

É interessante verificar que não se encontraram vestígios de que a flutuação entre os dois tipos de formas da terceira pessoa dos pretéritos perfeitos fracos se tivesse já propagado analogicamente a verbos que pertenciam invaria-

---

deixar de aproximar-se esta forma do exemplo *ſcriuju*, por mim recolhido num documento publicado na edição apresentada neste livro.

(1) O estudo comparativo realizado por Rübecamp entre a linguagem dos documentos e das Cantigas de Santa Maria revelou que a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito forte terminada em *-o* «constitui a regra, desde a época mais antiga, nos documentos, mas, nas *Cantigas*, é muito menos frequente que as formas com *-e* ou sem vogal final *(disse, prougue, ouue; fez, quis, pos)*». Cf. R. RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 79.

(2) Veja-se, atrás, p. 729-731.

(3) Para uma localização mais rigorosa dessas formas, veja-se p. 731 e 744.

velmente à conjugação em *-er* e em *-ir* (1); essa ausência — que, em parte, pode explicar-se pelo escasso número de formas da terceira pessoa de pretéritos perfeitos registados, o que, aliás, é natural em textos de carácter notarial — é tanto mais surpreendente quanto, já em textos literários do século XIV, aparece frequentemente representada (2).

Nos documentos da região portuguesa, onde os verbos referidos, provenientes respectivamente da evolução de SCRĪBĔRE e RĔCĪPĔRE, pertencem sempre à segunda conjugação, não se registaram vestígios da oscilação assinalada para a Galiza, ocorrendo sempre as formas terminadas em *-eo* ou *-eu* (cf. p. 744).

A flexão de alguns verbos oferece também algumas particularidades interessantes sob o ponto de vista das divergências entre a linguagem dos documentos da Galiza relativamente aos de Portugal.

Registaram-se apenas em documentos galegos, para a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *auer*, as formas *agio, aio, ayo* e *ajo* que convivem com as formas contraídas, comuns a todo o galego-português, *ey, ei, hey, hei* e *hej* (cf. p. 770).

São também características da Galiza as seguintes particularidades relativas à flexão do verbo *dar:* a ocorrência, na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito, da forma *di* (e da variante gráfica *dy*), com vocalismo final analógico da mesma pessoa dos verbos regulares da segunda e terceira conjugação, que antecede e explica a forma *din* do galego moderno (cf. p. 776); a forma da terceira pessoa do singular do pretérito perfeito *dou* — provavelmente analógica com a terminação da mesma pessoa dos verbos regulares

---

(1) Os resultados da vogal temática na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da segunda e terceira conjugação (cf. *collío, colliu, colleo; partío, partiu, parteu*) é um importante traço de carácter morfológico para a classificação e delimitação dos dialectos galegos actuais. As formas terminadas em *-eu* tanto para os verbos em *-er* como para os verbos em *-ir* (cf. *colleu, parteu*) são hoje características da maior parte do galego ocidental; na região de Finisterre, no extremo ocidental, encontra-se na área setentrional *collío, partío* e na zona meridional, correspondente à península de Barbanza, *colleu, parteu*. Em grande parte do restante território galego vive *partiu, colleu*. Para uma delimitação mais rigorosa das diferentes áreas dialectais correspondentes aos diferentes resultados, veja-se ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxía galega: historia e resultados*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*, atrás citado, p. 172, 179, 180 e 181; R. ÁLVAREZ, F. FERNÁNDEZ REY e XOSÉ XOVE FERNÁNDEZ, *Galego*. Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fasc. 223, p. 237, mapa n.º 5; F. FERNÁNDEZ REY, *Bloques e áreas lingüísticas do galego moderno*. In: *Grial*, vol. XX, n.º 77, 1982, p. 273 e 284.

(2) A *Crónica Troyana* revela exemplos frequentes de verbos em *-ir* que, a par das formas etimológicas em *-io* (ou *-yo*), apresentam também formas em *-eu;* inversamente, regista-se também a convivência de formas em *-eu* e *-yo* (ou *-jo*) para os perfeitos de verbos da segunda conjugação. Cf. RAMÓN LORENZO, *Crónica Troyana*, atrás citada, p. 83-84 e 120-121.

da primeira conjugação —, registada em dois documentos localizados na Galiza ocidental, região onde ainda hoje se encontra viva (cf. p. 776-777); a existência, no presente do conjuntivo, de dois paradigmas flexionais, um correspondente às formas etimológicas (cf. *dé, demoſ, dedes, dem*, etc.), documentado em toda a Galiza, e outro de carácter analógico, representado por dois tipos de variantes (cf., por exemplo, *dea, deades, dean*, a par de *dia, diadeſ, diades, diã, diam*), e documentados de modo quase exclusivo nas duas províncias orientais, ou seja, Lugo e Orense, região que parece prolongar a zona leonesa e asturiana, onde existem desde o período medieval (cf. p. 777-780) (1).

As formas *eſléérdeſ, eſlleyto* correspondem a um infinitivo *eſleer*, que, dentro do domínio linguístico galego-português, é próprio dos textos redigidos na Galiza (2).

Exclusivas dos documentos galegos são igualmente algumas formas correspondentes à flexão de *eſtar*: em primeiro lugar, a forma da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito *eſterõ* e as formas similares do imperfeito do conjuntivo *eſteſe* e *eſteſſẽ* (cf. p. 785 e 787-788); por outro lado, à semelhança do que foi acima referido para o verbo *dar*, a existência de um duplo paradigma do presente do conjuntivo, um dos quais de carácter etimológico (cf. *ſte, eſté, eſtẽ*, etc.), representado em documentos localizados em toda a Galiza e comum também aos documentos de Portugal, e outro de carácter analógico e representado por dois tipos de variantes (cf. *eſtia, yſtia* e *eſtea, estea*), restrito à zona lucense e orensana (cf. p. 785-787) (3).

Na flexão do verbo *pedir*, ocorre apenas na Galiza a forma *pido*, a par das formas comuns a toda a área galego-portuguesa do tipo *peço*, em que o iode flexional palatalizou a consoante anterior, resultando, desse processo, a africada pré-dorso-alveolar surda, mais tarde convertida em fricativa. A evolução histórica do galego conduziria à eliminação deste último tipo de formas e à generalização da flexão *pido, pides, pide*, etc., e das formas idênticas do conjuntivo *pida, pidas, pida* (cf. p. 798-800).

---

(1) No minucioso estudo realizado por Rübecamp com base na comparação entre a linguagem das Cantigas de Santa Maria e a linguagem de alguns documentos medievais da Galiza foi possível verificar que, em contraste com as "Cantigas", onde se utilizam apenas as formas etimológicas, nos documentos convivem os dois modelos flexionais, o primitivo e o analógico. Cf. R. RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 78.

(2) Recorde-se o que foi dito na p. 784 e n. 1.

(3) Rübecamp, que refere, para o verbo *dar*, o paradigma de tipo analógico *dia, diades, diam* que convivia, na linguagem dos documentos galegos, com as formas etimológicas *dedes, den*, não faz qualquer alusão à existência, na flexão do verbo *estar*, de um duplo paradigma do presente do conjuntivo. Cf. R. RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 78.

São igualmente características dos documentos localizados na Galiza as formas *perda* (3.ª pes. do sing.) e *perga* (3.ª pes. do sing.), *pergã, pergan* (3.ª pes. do pl.) do presente do conjuntivo do verbo *perder*. As formas do segundo tipo são afins às que, desde o século XIII, se registam em escrituras asturianas (cf. p. 800-802).

Na flexão do presente do conjuntivo do verbo *saber*, a par das variantes comuns a toda a área galego-portuguesa, ocorrem outras restritas apenas aos documentos da Galiza: são desse tipo as formas *ſabean, sabeã, sabean, sabeam*, largamente documentadas durante o período estudado (cf. p. 810-811) e as formas de tipo castelhano, *sepã, sepan*, registadas durante os séculos XV e XVI (cf. p. 811) (1).

Os documentos da Galiza, a par das formas mais generalizadas, de configuração idêntica às que ainda hoje vivem em português e no galego comum, oferecem, desde meados do século XIII, formas de tipo castelhano-leonês (cf. *ſéa, ſea, ſſea, sea, ſeamos*). A linguagem dos documentos da Galiza anuncia já a situação do galego moderno onde, a par do paradigma genuinamente galego-português (cf. *sexa, sexas, sexa*, etc.), sobrevive, nalgumas variedades regionais, o conjuntivo do tipo *sea, seas, sea*, etc. (cf. p. 828-830).

São também exclusivas dos documentos da Galiza as formas em *-ov-* do futuro do conjuntivo de *téér* (2) (cf. *touer, touerdes*), que surgem esporadicamente durante os séculos XIV e XV, sendo as formas em *-ev-* (cf. *teuer, teueremoſ, teuerdes, teuerẽ*, etc.) comuns à linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal. A convivência, no pretérito perfeito e tempos afins, de formas em *-ev-* com outras em *-ov-*, menos frequentes, manifesta-se nos textos escritos na Galiza desde o século XIII (3), anunciando a situação do galego moderno, que se caracteriza por dois tipos de paradigmas, um de origem castelhana, e outro genuinamente galego-português (cf. p. 837-838 e 839-840) (4).

No domínio das palavras invariáveis, há também algumas formas características dos documentos da Galiza, não registadas em Portugal. Merecem uma especial referência as seguintes particularidades: o emprego da preposição *atroeſ* com o valor de 'até' (cf. p. 858); o uso das formas *ontre* e *vntre* como variantes da preposição *entre* (cf. p. 861) (5); a oscilação entre as formas

---

(1) Entre os castelhanismos frequentes nos documentos da Galiza, aponta Rübecamp a forma *sepan*. Cf. R. RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 79.

(2) Registou-se apenas a variante mais frequente do infinitivo. Para outras variantes, veja-se atrás, p. 836.

(3) Recorde-se o que foi dito na nota 1 da p. 840.

(4) Veja-se p. 840, n. 4.

(5) Observe-se, a propósito, a ocorrência de *ontre* num documento português localizado em Valença, junto à fronteira com a Galiza (cf. 1411 M 167). Os documentos loca-

conjuncionais *nẽ* e *nj*, *nj̃* e *njn* por oposição à região portuguesa, onde são normais as formas *nẽ*, *nen* e *nem* (cf. p. 876-877). Anuncia-se já, no que se refere às formas que resultam da evolução da conjunção latina NEC, a diferenciação que viria a consumar-se entre o galego e o português: na Galiza generalizou-se a forma *nin*, provavelmente devido à penetração do castelhano, ao passo que em português se mantém a forma *nem*.

A comparação da linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal revelou-se bastante eficaz no que se refere ao conhecimento da diferenciação regional existente no interior do domínio linguístico galego-português. A conclusão mais sugestiva é a de que quase todos os traços que representam uma evolução do galego no sentido do galego moderno, divergente, portanto, da do português, apresentam indícios nos textos escritos a partir do século XIII, tornando-se mais frequentes nos séculos seguintes, particularmente no decorrer do século XV. Neste século, a diferenciação entre a língua da Galiza e a de Portugal devia ser já bastante clara e sensível, uma vez que se verifica, relativamente a todas as características, uma intensificação da sua ocorrência, o que sugere uma maior vitalidade das mesmas na linguagem falada.

Menos esclarecedores sob esse aspecto, mas nem por isso menos importantes — já que permitem extrair outro tipo de conclusões —, são algumas particularidades manifestadas nos documentos da Galiza e não registadas nos de Portugal e que, em cada caso, merecem uma explicação particular. A análise e a consideração de tais particularidades deve, naturalmente, ser separada dos traços anteriormente aduzidos que não ocorrem nos documentos de Portugal, pelo facto de anunciarem uma evolução no sentido do galego moderno.

Nalguns casos, a diferença entre a linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal resulta do facto de os notários ou escribas da Galiza revelarem mais intensamente particularidades da língua falada da região do que os tabeliães de Portugal. Efectivamente, os documentos da região portuguesa deixam transparecer uma linguagem mais nivelada, aflorando neles muito menos particularidades regionais do que nos da região galega. Os notários portugueses dão a impressão de sofrerem a pressão de um tipo de linguagem que usufruía de maior prestígio e que os levava a evitar certos traços da linguagem falada da região. É provável que alguns deles conhecessem a linguagem utilizada na documentação dimanada da Chancelaria Real (1).

---

lizados na faixa fronteiriça do Alto-Minho revelam profundas afinidades com a linguagem dos documentos da Galiza. Veja-se o que sobre o assunto será dito nas p. 929-932.

(1) Aliás, é esse facto que explica que a inovação gráfica, que consistiu na utilização dos grafemas compostos *nh* e *lh* de origem provençal, introduzida na Chancelaria Real

Parece, além disso, provável que a situação sociolinguística de algumas particularidades fosse diferente na Galiza e na região do Noroeste de Portugal: para os notários que conheciam uma forma de linguagem mais prestigiada, certos traços da linguagem da região teriam já uma sensível conotação sociolinguística, sendo sentidos como demasiado regionais ou mesmo como populares, o que os levaria a evitar o seu emprego nos documentos que fixavam por escrito.

Da ausência de determinado tipo de particularidades em documentos da região portuguesa não pode concluir-se que elas não existiriam na região, durante o período estudado. Aliás, é significativo que alguns desses fenómenos ainda sejam hoje característicos da linguagem popular da região de Entre-Douro-e-Minho ou da linguagem popular portuguesa em geral. Não duvido de que determinados fenómenos, embora ausentes da linguagem dos documentos analisados, caracterizassem a linguagem da região. Entre esses fenómenos se incluem os seguintes: alteração de *e* pretónico, quando em contacto com consoante labial, numa vogal posterior *o* ou *u* (cf. p. 370-372 e 531); alteração de *o* pretónico em *e*, em virtude de fenómenos de tipo assimilatório ou dissimilatório (cf. p. 407); alternância entre os ditongos *ou* e *oi* (cf. p. 553 e 560-568), etc.

Noutros casos, através de testemunhos de vária ordem, é possível ter como segura a existência de determinadas particularidades na linguagem do Noroeste português. Entre elas se inclui a alternância dos ditongos *eu* e *ei* (cf. *ey* em vez de *eu*) que aparece registada na Galiza já no século XIII e de que não se encontra qualquer indício da sua existência nos documentos portugueses (cf. p. 545-547 e p. 663). No entanto, ainda no século XVIII, em 1728, Bluteau, no *Vocabulario de palavras e modos de falar do Minho e Beira*, publicado como apêndice ao tomo II do Suplemento do *Vocabulario portuguez e latino*, assinala as formas do pronome possessivo *mey* e *tey* por *meu* e *teu*, com idêntica alteração (1). Além disso, no século XVII, Faria e Sousa, natural do Minho, ouviu certamente nessa região as formas pronominais *mei* por *meu* e *ei* por *eu* que utiliza nas Éclogas de sabor rústico *Rustica* e *Montanha*, que o Autor situa no ambiente minhoto (2). Além disso, conforme salienta Paul Teyssier, «a pronúncia *mei migo* de que Gil Vicente nos oferece um único exemplo devia, pois, ser um traço rústico verdadeiro» (3).

---

no tempo de D. Afonso III, se tenha difundido rapidamente aos cartórios conventuais. Sobre esse assunto, recorde-se o que foi dito nas p. 492-493 e 500.

(1) Recorde-se o que foi dito nas p. 545-546 e n. 1 da p. 546.

(2) A esse propósito, veja-se o que foi dito nas p. 545-546.

(3) PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1959, p. 156. A citação foi traduzida do original francês.

Idêntica seria a situação da forma *fago* do presente do indicativo do verbo *fazer* e de formas idênticas do presente do conjuntivo do tipo *faga, fagades, fagan* (var. *fagã*), registadas nos documentos da Galiza e totalmente ausentes dos documentos da região portuguesa (cf. p. 789-792 e 794-796). No entanto, os depoimentos atrás (cf. p. 790) aduzidos de Faria e Sousa e de Bluteau atestam inequivocamente a sua sobrevivência na linguagem de Entre-Douro-e-Minho ainda nos séculos XVII e XVIII.

Uma explicação diferente é a que corresponde à alteração de *-o* em *-e*, manifestada nalgumas formas registadas em documentos da Galiza (cf. *dite* 'dito', *duple* 'duplo, dobro', *Pere* 'Pero', *mãde* (s. m.) 'mando, em vez de *mandado*', *malatef* 'malatos, leprosos', *Nune* 'Nuno', *tode* 'tudo', etc. (cf. p. 526). A alteração de *-o* em *-e* é um fenómeno estranho à fonética histórica galego-portuguesa, devendo as formas referidas ser interpretadas como o resultado da influência galo-românica, decorrente da intensa imigração ultra-pirenaica na Galiza (1).

---

(1) Embora se tenha verificado a afluência de colonos "francos" ao território português, nomeadamente à região de Entre-Douro-e-Minho, ela foi incomparavelmente mais intensa no Norte da Península Ibérica, incluindo a Galiza. Sobre a forte imigração provençal verificada nos séculos XI e XII, a qual deu origem à formação de intensos núcleos de população provençal no Norte da Península Ibérica, veja-se GUNNAR TILANDER, *Fuentes jurídicas*. In *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo II, Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1967, p. 454; RAFAEL LAPESA, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948, p. 9-12; IDEM, *Historia de la lengua española*. 7.ª ed., Madrid (Escelicer), 1968, p. 142-144; 9.ª ed., Madrid (Editorial Gredos), 1983, p. 197-201, mas sobretudo p. 197-198. Sobre o repovoamento do "caminho francês" levado a cabo a partir da segunda metade do século XI e sobre a fixação de colonos estrangeiros, sobretudo "francos", veja-se JOSÉ MARÍA LACARRA, *La repoblación del camino de Santiago*. In: *La reconquista española y la repoblación del país*. Conferencias del curso celebrado en Jaca en Agosto de 1947. Curso del Instituto de Estudios Pirenaicos. Zaragoza (C.S.I.C.), 1951, p. 223-232, sobretudo p. 226-228 e EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *Grandeza y decadencia del reino de Galicia. (Galicia y Portugal)*. Buenos Aires (Editorial Citania), 1957, p. 218 e segs. A afluência de estrangeiros e sobretudo de "francos" a Santiago foi particularmente intensa, sobretudo a partir do último terço do século XI em que começaram a prosperar as peregrinações ao túmulo do Apóstolo. Porém, essa afluência acentuou-se, quando, em finais desse século, D. Raimundo de Borgonha foi nomeado governador da Galiza: a partir desse momento, as relações da Galiza com a França tornaram-se muito intensas, tendo-se verificado a fixação de famílias inteiras em Santiago. No tempo de Gelmírez, consagrado bispo de Compostela em 1101, quando ainda a Galiza era governada por D. Raimundo e D.ª Urraca, a população estrangeira, muito particularmente o elemento "franco", atingiu a mais elevada percentagem; os cónegos "francos" constituíam a parte mais significativa do cabido compostelano. Sobre estes aspectos de carácter histórico, vejam-se, entre outros, os trabalhos seguintes: EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ, *ob. cit.*, p. 219 e segs. e p. 248; IDEM, *Historia de Galicia*. La Coruña (La Voz de Galicia), 1980, p. 103; *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vas-

No que se refere à diferenciação regional que, no período medieval, se verificava no interior do domínio linguístico galego-português, são também expressivas — ainda que menos numerosas — algumas particularidades que afloram nos documentos portugueses e que reflectem e anunciam uma evolução peculiar do português.

As terminações latinas átonas da terceira pessoa do plural, -ANT e -UNT, tiveram em galego e em português tratamentos distintos. Assim, ao passo que no galego moderno terminam respectivamente em *-on* e *-an* as formas verbais que em latim terminavam em -UNT e -ANT, em português as duas terminações confluíram em [ɐ̃ũ̯]. Constrastando com os documentos redigidos na Galiza, que revelam uma quase total concordância com as terminações etimológicas (1), os documentos redigidos em Portugal manifestam — sobretudo a partir dos séculos XIV e XV — alguns desvios em relação às primitivas terminações, o que prova que estavam já em curso algumas alterações tipicamente portuguesas. Pelo que diz respeito à terminação -ANT, começam a surgir durante o século XIV e, mais intensamente, durante o século XV, algumas faltas de concordância relativamente às terminações etimológicas: em vez das terminações *-ã*, *-an* ou *-am* que ocorrem regularmente durante o século XIII, surgem formas terminadas em *-õ* ou *-om* (cf. *chamõ, dauõ, obrigauom,* etc.). Quanto à terminação -UNT, em vez de *-õ*, *-om* e *-on*, generalizadas durante o século XIII e primeira metade do século XIV, ocorrem alguns exemplos de *-ã* e *-am*, esporadicamente desde fins do século XIII e, com alguma frequência, em documentos do século XV (cf. p. 738-742).

Reflectem um fenómeno da linguagem da região as formas *pom* 'pão' e *Vayrom* 'Vairão', registadas em dois documentos do século XV localizados em Vairão, na província do Douro Litoral (cf. p. 585-587). De acordo com a sua proveniência etimológica, essas formas deveriam terminar em *-ã*, *-an* ou *-am;* elas permitem afirmar que o fenómeno tipicamente minhoto da fusão de *-ã* < -ANE, de *-ão* < -ANU e de *-õ* < -ONE em *-õ* já se tinha começado a verificar na linguagem da região no século XV (2).

---

concelos, vol. II, Halle, 1904, sobretudo p. 807-814 (Parte III. Capítulo IX. *A Galiza, centro de cultura peninsular de 800 a 1135. Santiago de Compostela, foco onde desabrochou o lirismo popular galego-português*).

(1) Esporadicamente, encontram-se nalguns documentos redigidos na Galiza formas verbais de pretérito perfeito terminadas em *-ã*, *-an* e *-am*. Serão essas grafias o indício de que a tendência para igualar as terminações *-ã* e *-õ* — que não viria a consumar-se no galego moderno — também existiu na Galiza medieval?

(2) De modo totalmente isolado e excepcional regista-se, num documento galego do fim do século XV, a forma *escripuõ*, que parece comprovar que em período antigo a mesma tendência existiu na Galiza. Desconheço, porém, qualquer referência ao fenómeno no galego moderno. Recorde-se o que foi dito nas p. 585-586.

A par das particularidades linguísticas apontadas, verdadeiramente diferenciadoras entre as duas sub-regiões da área galego-portuguesa, situadas respectivamente entre o Douro e o Minho e entre este rio e o mar Cantábrico, os textos analisados revelam também alguns traços comuns a toda a região do Noroeste galego-português, mas verdadeiramente característicos dessa zona. Entre esses fenómenos se inclui a redução dos grupos *kụ* e *gụ* quando seguidos de *a*, em virtude da perda da semivogal velar (cf. p. 426-427; p. 429; p. 437-438 e p. 641-643): cf. *agardar, calquer, garda, garnjmento*, etc. As formas com os referidos grupos conservados devem interpretar-se como resultantes da pressão exercida pela tradição escrita. Os numerosos exemplos de grafias ultra-correctas do tipo *arqua, merquador, paguardes, porqua, quada* 'cada', *quafas*, etc., que surgem desde o século XIII, confirmam, indirectamente, que a perda da semivogal velar dos referidos grupos era um fenómeno muito frequente na linguagem falada da Galiza e do Noroeste de Portugal. Não pode deixar de aproximar-se esse tratamento do resultado que ainda hoje se mantém no galego e no falar minhoto.

O outro tratamento possível que afecta os grupos *qụ* e *gụ* quando, em inicial absoluto, vão seguidos de *a* átono e, excepcionalmente, de *a* tónico consiste na velarização de *a* sob a acção da semivogal posterior que, ao ser absorvida por aquela vogal, desaparece: cf. *contia, gornjçõ, quoréénta, cõto* 'quanto', etc. (cf. p. 643). O fenómeno mantém-se ainda na linguagem popular portuguesa de várias regiões, mas é sobretudo característico do falar minhoto. Relativamente à Galiza, através da consulta de algumas monografias dialectais, pude comprovar a sua existência apenas junto à fronteira com Portugal.

Um outro fenómeno que afectava conjuntamente todo o Noroeste galego-português — e que, além disso, era comum a toda a faixa setentrional da Península Ibérica — era a neutralização da oposição fonológica entre /b/ e /b̭/ (cf. p. 473 e segs.). Os indícios gráficos da confusão entre *b* e *v* ou *u* traduzem a perda de distinção fonológica entre /b/ e /b̭/, sendo mais frequentes nos documentos redigidos na Galiza e manifestando-se aí em textos mais antigos do que em Portugal.

Vimos atrás como a afirmação de uma unidade linguística essencial no Noroeste de Portugal e na Galiza não era incompatível com a variedade; e, ao longo de várias páginas, tentou pôr-se em relevo como, desde o início do período histórico, haveria uma distinção entre os falares das duas regiões situadas a norte e a sul do Minho, porventura mais nítida e acentuada do que os textos analisados deixam transparecer. Mas a análise realizada permitiu, além disso, esboçar algumas sub-regiões, caracterizadas, em maior ou menor amplitude, por traços individualizadores relativamente às regiões

mais extensas em que se inserem. Assim — e pelo que à região situada a sul do Minho diz respeito —, a zona que com mais clareza se destaca no interior da vasta região de Entre-Douro-e-Minho é a zona fronteiriça do Alto-Minho que, sob muitos aspectos, revela profundas afinidades com a Galiza. Observam-se, nessa zona, algumas particularidades linguísticas que foram atrás consideradas como típicas da Galiza (1): a assimilação de *a* pretónico ao timbre da vogal seguinte, em geral tónica, com a qual se encontrava em hiato (cf. *feydas*, 1401 M 163; 1401 M 164) (cf. p. 338-339); a generalização da alternância entre os ditongos *oi* e *ui* a formas que tinham originariamente *ui* (cf. *froytos*, 1416 M 168) (cf. p. 517-518 e 558-560); a terminação *-aam* (cf. *cãpaam*), análoga à registada na Galiza (cf. *irmáán*), as quais parecem anunciar a solução *-áŋ* do galego ocidental, que se prolonga até à zona alto-minhota (cf. 582-584); a ocorrência do apelido *Magallãas* (1407 M 166) ou *Magalhãas* (1411 M 167), análogo a formas galegas reveladoras da mesma solução, que antecede o resultado hoje próprio do galego atlântico (cf. p. 588-589); o plural terminado em *-aas* (cf. *jeeraas*, 1411 M 167) correspondente a um adjectivo terminado, no singular, em *-al* (cf. p. 659-660); a ocorrência de uma forma da primeira pessoa do perfeito fraco de um verbo em *-er* terminada em nasal (cf. *eſcrepuj̃*, 1407 M 166) (cf. p. 743-744 e p. 783); a terceira pessoa do pretérito perfeito forte terminada em *-o* (cf. *diſſo*, 1411 M 167) (cf. p. 745-747); a ocorrência da forma *ontre* 'entre' (1411 M 167), usada com grande vitalidade na Galiza durante o período medieval (cf. p. 861).

A afinidade entre a linguagem dos textos de Valença do Minho, situada na zona fronteiriça luso-galega, com a dos textos galegos foi já salientada por Avelino de Jesus da Costa no trabalho em que publica "Constituições, decretos, estatutos e provisões": «As Constituições de Valença do Minho e os textos complementares das mesmas ressentem-se da influência do galego, podendo algumas lições considerar-se escritas em galego-português, o que se justifica por serem de região fronteiriça» (2). Como em qualquer outra zona fronteiriça, na faixa do Alto-Minho contígua à Galiza, devido à vizinhança geográfica e aos contactos daí decorrentes entre as populações das duas regiões confinantes, aí teve lugar, ao longo dos séculos, o fenómeno do contacto de línguas. A região apresenta, porém, no que se refere a essa situação, características peculiares que convém pôr em relevo. No início do período histórico, a língua falada nas duas grandes zonas da área galego-portuguesa apresentava uma unidade fundamental, embora manifestasse matizes dialectais distintos, a norte e a sul do Minho. Contudo, a análise

(1) Recorde-se o que foi dito entre a p. 908-924.

(2) AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Constituições diocesanas portuguesas. (Séculos XIV e XV)*. Primeira Parte, p. 5. (Trabalho em publicação).

dos textos localizados na faixa fronteiriça alto-minhota e na área galega que podemos designar de área tudense, revelou que aí teria existido, desde o período medieval, um falar de características sensivelmente idênticas: conforme será adiante salientado (1), na zona galega fronteiriça estão documentadas particularidades afins às que caracterizavam a evolução linguística portuguesa e não registadas noutras regiões galegas (2); paralelamente, os documentos portugueses localizados na zona fronteiriça reflectem também alguns traços que, já nessa época, caracterizavam uma evolução linguística no sentido do galego e que não estão documentados em textos de outras regiões portuguesas. A evolução interna que, ao longo dos séculos, sofreriam a língua da Galiza e de Portugal contribuiu para acentuar as diferenças de tal modo que o galego e português actuais, pelas suas características fonéticas e estruturas fonológicas, pela sua morfologia e sintaxe e pelo seu vocabulário, constituem duas línguas suficientemente diferenciadas, ainda que ligadas por estreitos laços de parentesco. Todo o Noroeste português se apresenta, contudo, ainda actualmente como uma zona de grande personalidade dialectal, profundamente individualizada em relação às demais variedades regionais e à própria língua padrão, e se caracteriza, em grande parte, por vincadas afinidades com o galego. As afinidades são, porém, mais estreitas relativamente a todo o Alto-Minho, compreendido entre o Minho e o Lima (3), e, de modo muito particular, à zona fronteiriça alto-minhota.

Mas além da vizinhança geográfica desta região e da área galega tudense, contribuíram também para intensificar as relações e os contactos e para prolongar, até uma época relativamente tardia, o intenso intercâmbio entre as duas zonas, algumas circunstâncias de carácter histórico que serão a seguir referidas.

---

(1) Veja-se o que será dito na p. 933 e n. 2.

(2) Veja-se adiante, p. 933-934.

(3) É de ressaltar o interesse que, sob o ponto de vista do enquadramento no mapa dialectológico de Portugal e da transição para o galego, oferece a zona do Alto-Minho. Trata-se, a meu ver, de uma região que bem merecia ser objecto de um aprofundado estudo dialectal e sociolinguístico. Uma relativa individualidade é atribuída ao falar desta região pelos autores de *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental:* no interior do falar minhoto, destaca-se a sub-região dialectal alto-minhota, caracterizada por alguns traços peculiares. Cf. MANUEL DE PAIVA BOLÉO e MARIA HELENA SANTOS SILVA, *ob. cit.*, p. 94-97, mas sobretudo p. 96-97. Baseando-se apenas num traço fonético — a sobrevivência do antigo sistema de quatro sibilantes, duas pré-dorso-alveolares e duas ápico-alveolares —, Lindley Cintra isola o Alto-Minho relativamente à restante área do Noroeste português, mas engloba-o numa sub-região a que corresponde o grupo de "dialectos" do Alto-Minho e de Trás-os-Montes. Veja-se LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XXI (1964-1971), fascículos 1 e 2, Lisboa, 1971, sobretudo p. 109.

Os territórios do senhorio episcopal de Tuy estendiam-se, na Idade Média, até ao Lima: a diocese de Tuy tinha igrejas e terras dentro dos limites do território português, na região compreendida entre o Minho e o Lima (1). Paralelamente, acontecia também que os vizinhos de Valença possuíam terras no bispado de Tuy, além do rio Minho (2). Tal situação deu origem a renhidas e frequentes contendas até que em 1307 o rei D. Dinis de Portugal estabelece uma concórdia entre o bispo de Tuy e os moradores de Valença (3).

Em 1320, concede o Papa ao rei D. Dinis, pelo período de três anos, a décima de todas as rendas eclesiásticas do seu reino, a fim de subsidiar a guerra contra os mouros. Com essa finalidade, fez-se então um «Catálogo de todas as Igrejas, Commendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos annos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma d'elas» (4). Através desse documento, pode fazer-se uma ideia de todas as igrejas e da sua importância relativa, assim como de todos os direitos que o bispado de Tuy tinha a sul do Minho.

O cisma de Valença, iniciado em 1378 (5), e, segundo parece, fomentado pelos reis de Portugal, teve como consequência imediata a perda para a diocese de Tuy de todas as igrejas e terras que possuía entre o Minho e o Lima, as quais, em 1452, foram incorporadas, de modo definitivo, na diocese de Ceuta, por bulas do Papa Nicolau V, de 27 de Junho e de 5 de Agosto. Contudo, a Igreja de Tuy já tinha perdido de facto essas terras desde o ano em que começou o cisma (6). A dependência em que, até ao século XV, a região do Alto-Minho se manteve, sob o ponto de vista eclesiástico, relativamente à Igreja de Tuy, favoreceu e intensificou os contactos entre as populações galegas meridionais e as populações portuguesas da região com-

---

(1) Veja-se PASCUAL GALINDO ROMEO, *Tuy en la baja Edad Media. Siglos XII-XV*. Suplemento al tomo XXII de *España Sagrada* del P. Flórez. Zaragoza-Madrid, 1923, p. 19-27, 81-82 e 139-142. Nas p. 19 e segs. e 81 e segs. põe-se em relevo, com base em fontes históricas da época, como se constituiu e desenvolveu o senhorio episcopal de Tuy a sul do Minho.

(2) PASCUAL GALINDO ROMEO, *ob. cit.*, p. 81.

(3) IDEM, *ob. cit.*, p. 81.

(4) O documento, que corresponde ao ms. 179 da Biblioteca Nacional de Lisboa, é publicado na íntegra por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Coimbra, 1910, p. 611-705. Daí transcreve Pascual Galindo Romeo a relação das igrejas que formavam o bispado de Tuy a sul do rio Minho. Cf. PASCUAL GALINDO, *ob. cit.*, p. 139-142.

(5) Sobre a cisão do bispado de Tuy por ocasião do Cisma do Ocidente, veja-se PASCUAL GALINDO ROMEO, *ob. cit.*, p. 56 e segs.

(6) PASCUAL GALINDO ROMEO, *ob. cit.*, p. 82.

preendida entre o Minho e o Lima. Tal circunstância, aliada à situação fronteiriça da região, explica as profundas afinidades com o galego que o falar da região apresenta. É interessante que os documentos localizados nessa zona e situados cronologicamente no século XV deixem transparecer essas afinidades, manifestando particularidades que, na época, já eram típicas da Galiza.

Através da análise realizada, a zona que com mais clareza se destaca no Noroeste de Portugal é, sem dúvida, a zona fronteiriça do Alto-Minho. Na Galiza, onde os documentos parecem reflectir mais intensamente particularidades da linguagem falada, destacaram-se também alguns elementos comprovativos de uma sensível diversificação regional já durante o período abrangido pelo presente estudo. É evidente que não se pretende delimitar claramente determinadas sub-regiões galegas, mas apenas chamar a atenção para a singularidade de algumas zonas que, de acordo com o estudo realizado, tinham uma tonalidade dialectal característica e distinta da de outras zonas galegas. Uma região que se destaca com bastante individualidade é a que corresponde, *grosso modo*, à actual província de Pontevedra: aí se manifestam alguns tratamentos peculiares não registados noutras zonas galegas ou a ausência de certas formas reveladoras de uma evolução "galega" distinta da "portuguesa". São também mais profundas as afinidades com a linguagem dos documentos de Portugal. Entre os traços que parecem corresponder a essa região pode referir-se a passagem de [ǫ] a [u] na forma *nume*, largamente registada nessa província desde o século XIII ao século XV, e penetrando excepcionalmente no extremo sul-ocidental da província de Lugo (cf. 1278 L 25) (cf. p. 391-396). Verifica-se também nos documentos dessa província da Galiza ocidental a ausência de formas com apócope de *-e* representantes de étimos latinos terminados em -TE, como, por exemplo, *abbat*, *herdat*, etc., formas, aliás, registadas em documentos localizados no restante território galego, durante os séculos XIV e XV (cf. p. 432 e segs.).

Inserem-se entre as particularidades que, na Galiza, são exclusivas dessa região, alguns traços de carácter fonético ou morfológico afins aos que se assinalam nos documentos de Portugal. Entre as particularidades desse tipo referirei as seguintes: inflexão da vogal ę da sílaba tónica de proparoxítonos com *i* na sílaba postónica situado entre *v* e *d* (cf. *diuida*, p. 380 e 514); alteração de *a* da sílaba pretónica inicial, quando entravado por nasal, em *e* (cf. *emparar*, *enpare*, *enparada*, etc.) (p. 529); convivência, no que se refere às formas do pronome pessoal que representam o dativo latino ILLĪ ou ILLĪS, de formas com vocalismo final *-i* ou *-e*, em contraste com a situação revelada pelos documentos localizados nas outras regiões galegas, que apresentam sempre formas com vocalismo final *-e* (cf. p. 521-522 e 669-670).

No interior da área correspondente à actual província de Pontevedra, parecem esboçar-se ainda algumas sub-regiões, correspondentes a áreas menores, mas bastante individualizadas. Uma dessas áreas é a que corresponde à metade meridional da província, sensivelmente de Pontevedra para sul: as formas do pronome demonstrativo que representam a evolução das formas do neutro latino afectadas pela metafonia e, portanto, com *i* na sílaba tónica, delimitam uma zona compacta correspondente à metade meridional da província, região onde ainda actualmente se mantém esse tipo de formas pronominais (cf. p. 416 e segs.; 513 e segs.; 684-685 e 689-690) (1).

Destaca-se, além disso, como uma área bem individualizada a faixa meridional da província, situada junto à fronteira com Portugal, e muito particularmente a zona do extremo ocidental (2). De acordo com o estudo realizado, individualizam essa região as seguintes particularidades: convivência, no que se refere ao verbo que representa a evolução de SCRĪBĔRE, de formas correspondentes à flexão em *-er* e em *-ir*, sendo apenas deste último tipo as formas representadas no restante território galego (cf. p. 729-730 e p. 782-784) (3); conservação das formas que representam o resultado mais antigo da evolução de AUDIRE, com ditongo conservado, do tipo *ouyrem, ouyrẽ* (cf. p. 550-551 e p. 797-798); ocorrência, em documentos do século XIII e primeiros anos do século seguinte, de formas do mesmo verbo com conservação do ditongo e com desenvolvimento de *v* anti-hiático, tratamento que viria a tornar-se característico do português (cf. p. 550-551 e p. 797-798); convivência, no que se refere às formas que representam a evolução do dativo latino ALTĔRĪ, das formas *outre*, a mais representada na Galiza, e *outrẽ*, com

---

(1) Fora dessa área, as formas pronominais continuadoras do neutro latino encontram-se apenas esporadicamente em quatro documentos, dois dos quais localizados em Sobrado, na província de La Coruña, e os outros dois em Lorenzana, na província de Lugo. Há ainda actualmente uma região setentrional da Galiza, situada no norte da província de La Coruña e penetrando um pouco na de Lugo, onde se usa a forma *isto*, em vez de *esto*, mais generalizada na Galiza. Recorde-se o que foi dito na n. 2 da p. 419.

(2) É interessante salientar que, no actual mapa dialectológico da Galiza, se individualiza a região correspondente à faixa meridional da província de Pontevedra, designada por Fernández Rey de "área tudense", sobressaindo ainda dentro desta área, outra menor, a do "Baixo Miño» (Oia, A Guardia, O Rosal, Tomiño). Veja-se R. ÁLVAREZ BLANCO, F. FERNÁNDEZ REY e XOSÉ XOVE FERNÁNDEZ, *Galego*. Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega*, fascículo 223, p. 238 e p. 239, mapa n.º 5; ANTÓN SANTAMARINA, *Dialectoloxía galega: historia e resultados*. In: *Tradición, actualidade e futuro do galego*. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Conselleria de Cultura), 1982, p. 173 e 186.

(3) Excepcionalmente, regista-se também, num documento localizado em Pontevedra, uma forma flexional correspondente a um infinitivo em *-er*. Veja-se o que foi dito na p. 730.

nasalação da vogal final, provavelmente por influência de outros pronomes, tais como *quem, alguem, nẽguẽ*, tratamento que, já durante o período estudado, estava generalizado em Portugal (cf. p. 707-708); solução *-eu* de palavras que terminavam em latim em -ENU (cf. *terreu*, p. 593-595).

Noutros casos, parece esboçar-se uma zona fronteiriça mais ampla, correspondente à faixa meridional das províncias de Pontevedra e Orense: aí se encontram alguns fenómenos exclusivos dessa zona mas que, no entanto, são frequentes em Portugal. Uma das particularidades mais expressivas é a que se traduz na atracção da semivogal *i* para a sílaba tónica, em palavras cultas, não tradicionais, terminadas em latim em -ARIU. Contrastando com a linguagem dos documentos das restantes regiões galegas, onde se mantém como resultado mais frequente a terminação *-ario*, na zona fronteiriça referida registam-se as formas *ueſtiayro, vigayro, domaayros*, afins a outras similares registadas nos documentos redigidos em Portugal (cf. p. 541-542).

As duas províncias meridionais, ou seja, Orense e Pontevedra, oferecem, no que se refere a determinadas particularidades, tratamentos não documentados nos textos redigidos nas províncias de Lugo e La Coruña. Um dos traços a esse respeito mais sugestivos é o que se refere à evolução do grupo -g'l- do distributivo latino SINGŬLOS (cf. p. 627-628 e 722-723). Às formas em que o referido grupo está representado pela lateral palatal (cf. *ſenllas, ſenllos*, etc.), e que recobrem todo o território galego, sobrepõem-se, nas duas províncias meridionais, formas com nasal palatal (cf. *ſenos, ſeñaſ, ſſeñas*, etc.). Sob este aspecto, a referida região parece fazer a transição para a zona portuguesa, onde é característico esse resultado.

Finalmente, através do estudo analítico a que se procedeu, parece ainda perceber-se com certa clareza, no que se refere à variação regional no interior da Galiza durante o período medieval, uma divisão entre a Galiza oriental e a Galiza ocidental, embora sem poder precisar os limites entre as duas regiões. Caracteriza a linguagem dos documentos localizados nas duas províncias orientais, ou seja, Lugo e Orense, um mais acentuado arcaísmo, traduzido, por exemplo, na conservação do ditongo *ai*, proveniente de a + rį: cf. *ayra* 'eira', *Eſcaayro de Carríjs* (top.), *Lodaayro* (top.). A ocorrência desse ditongo em formas do léxico comum e da toponímia documentadas durante os séculos XIII, XIV e XV tem que interpretar-se como o resultado da conservação de um estado linguístico muito arcaico (cf. p. 536-537).

Noutros casos, a linguagem dos documentos lucenses e orensanos aparece matizada por particularidades afins ao leonês de que salientarei particularmente a ocorrência, desde o século XIII, de um paradigma do presente do conjuntivo de carácter analógico, cujas formas terminam em *-ea* ou *-ia*, tanto na flexão do verbo *dar* como *eſtar*. O paradigma que representa o resultado da evolução do conjuntivo latino dos verbos referidos (cf. *dé*,

demoſ, demos, dedes, dedeſ, dem; ſte, eſté, eſtey, eſtẽ, eſten) é o que se apresenta mais divulgado e corresponde a toda a Galiza; com esse paradigma, comum a todo o domínio galego-português, convive, nos documentos localizados nas províncias de Lugo e Orense, o de carácter analógico (cf. *dia, diadeſ, diades, diã, diam*, a par de *dea, deades, dean; eſtia, yſtia* e *eſtea, estea*), afim ao que, desde o período medieval, se encontra representado em leonês e asturiano (cf. p. 777-780 e 785-787).

A primitiva unidade que se verificava em toda a área galego-portuguesa no que se refere aos plurais de palavras que terminavam no singular em -ANE (1) e -ONE começa a apresentar alguns indícios de diferenciação, no primeiro caso, desde a segunda metade do século XIV e, no segundo, a partir do século XV (cf. p. 587-588 e p. 606-608).

No que diz respeito às formas do primeiro tipo, é comum a toda a área galego-portuguesa a solução *-ães* (var.: *ãeſ, -aes, -aeſ*); contudo, a partir da segunda metade do século XIV, registam-se em documentos das províncias de Lugo e Orense formas terminadas em *-áás* ou *-aas* (cf. *Ramiráás, Ramyraas, Goyaas*) que anunciam o resultado próprio do galego continental (no centro da Galiza) e do galego setentrional (entre as Rias Altas e a Meseta de Lugo).

Uma repartição dialectal distinta é sugerida, no que se refere aos plurais de palavras que representam étimos latinos terminados em -ONE, pelo aparecimento, a partir do século XV, de formas que anunciam algumas das soluções do galego actual. A localização dos documentos em que ocorrem as terminações *-õos, -õons* e *-ons*, por um lado, e *-oos*, por outro, parece permitir concluir que já existia uma distribuição geográfica dos dois tipos de variantes: as primeiras ocorrem em documentos das províncias de Pontevedra e Orense, penetrando na metade ocidental da província de Lugo; a terminação *-oos* corresponde a documentos da província de Lugo ou da parte setentrional da província de La Coruña, localizados, portanto, dentro da actual área de *-ós* (cf. p. 605-608 e 660-661).

3. *Sistemas de escrita regionais. Algumas diferenças entre a grafia dos documentos da Galiza e de Portugal.*

a) O problema das relações entre língua falada e língua dos textos não literários constitui o problema central, a verdadeira problemática da inves-

(1) O mesmo tratamento que os substantivos provenientes de étimos latinos terminados em -ANE tiveram alguns topónimos germânicos, provenientes do genitivo em -ANIS de primitivos antropónimos ou outros, mais recentes, que representam formas de plural com o sufixo -ANES de valor étnico. Veja-se o que foi dito nas p. 587-588.

tigação dos textos escritos da Idade Média. Desse modo, sempre que o filólogo aborda o estudo de textos medievais tem que defrontar-se, inevitavelmente, com a análise do material grafemático utilizado e da sua estrutura interna, a fim de depreender o sistema fonológico-fonético da língua da época. Impõe-se, portanto, como tarefa fundamental a descrição dos sistemas grafemáticos adoptados, a que anda associada a determinação das funções de cada grafema, o que conduz, logicamente, ao estabelecimento de relações entre os sistemas de grafemas e o sistema fonológico-fonético. Deverá, porém, o filólogo ter presente a relativa autonomia dos dois sistemas, uma vez que se situam em planos distintos; não obstante, a partir do conhecimento das tradições gráficas convencionais em vigor numa determinada época e também com base nas formas gráficas inovadoras em relação às convenções existentes, assim como naquelas grafias resultantes da tentativa de o escriba se adaptar à sua pronúncia ou à pronúncia da região, é possível extrair algumas informações de carácter linguístico.

A análise realizada revelou que cada documento não literário nunca é uma imagem fiel, nunca reproduz claramente a linguagem falada do notário ou escriba nem a linguagem da região, uma vez que aqueles obedeciam a convenções gráficas que, nessa época, estavam em vigor no *scriptorium* onde exerciam as suas funções. Foi, além disso, possível verificar que os grafemas que integravam os sistemas ortográficos convencionais seguidos em cada *scriptorium*, em parte, eram comuns a outras "escolas" notariais do Noroeste galego-português ou de outras regiões peninsulares. Além disso, sobre cada notário pesava, em diferentes graus, a tradição do latim jurídico, mais acentuada, obviamente, nos séculos XIII e XIV do que nos séculos seguintes, e que conduzia à adopção de grafias latinas ou latinizantes que contribuem para dar ao aspecto gráfico dos textos notariais um carácter arcaizante e artificial. No entanto, algumas dessas grafias herdadas da tradição gráfica do latim jurídico integraram-se nos sistemas ortográficos do período correspondente ao início da fixação gráfica em galego-português, não tendo, portanto, um carácter meramente individual. Desse modo, foram interpretados como resultantes da influência da grafia latina os grafemas *ni* ou *nj*, usados na Galiza, durante o século XIII e primeira metade do século XIV, para transcrever a nasal palatal /ñ/ (cf. p. 486-487), emprego também documentado em Portugal em textos notariais da primeira metade do século XIII, como, por exemplo, a *Noticia de torto* e o Testamento de Afonso II. A grafia mista *ñi*, registada em dois documentos galegos do século XIII, escritos por notários de diferente procedência, resulta do cruzamento entre a grafia *ñ*, muito frequente na Galiza, e *ni*, herdada da grafia latina (cf. p. 489). Ressalte-se também o emprego paralelo, durante o século XIII e excepcional-

mente em data posterior, da grafia *li* e suas variantes gráficas, *lj, ly, lli*, em documentos da Galiza (cf. p. 497-499); embora não registada em Portugal nos documentos agora publicados, essa grafia foi utilizada em documentos mais antigos, da primeira metade do século XIII e, no período das origens, foi conhecida em várias regiões peninsulares (cf. p. 498 e n. 2). Latinismos gráficos são também as formas com *gn* usado na transcrição da nasal alveolar em palavras provenientes de étimos latinos com -GN-: cf. *ſignal, ſſignal* (cf. p. 486). Latinismos (ou pseudo-latinismos) gráficos são as formas com *ti* ou *cti* do tipo *uendetion, condictiom*, documentadas durante o século XIII (cf. p. 443).

Observe-se ainda que, no início da fixação gráfica em galego-português, para a transcrição de sons novos não existentes em latim, como eram, por exemplo, as pré-palatais /š/, /ž/ e /č/, as africadas pré-dorso-alveolares surda e sonora /s̈/ e /z̈/, que viriam a transformar-se nas fricativas pré-dorso-alveolares /s/ e /z/, além da nasal palatal /ñ/ e da lateral palatal, /l̨/, não dispunham os escribas de grafemas que permitissem uma notação adequada: as letras do alfabeto latino eram insuficientes e imperfeitas para a transcrição desses sons. Os escribas fazem várias tentativas para os representar, e alguns dos caracteres e processos gráficos utilizados são reminiscências de grafias já usadas em formas romances que afloram em documentos em latim, no período das origens, sendo, em grande parte, esses hábitos gráficos comuns a outras zonas peninsulares (1).

Recordem-se, a título de exemplo, os grafemas compostos *gi, yy, yi* e *gh* usados apenas nos documentos do período mais antigo, ou seja, do século XIII e dos primeiros anos do século XIV, para a transcrição da pré-palatal sonora. Trata-se, em grande parte, de reminiscências de grafias do período anterior, comuns, aliás, a outras zonas da Península Ibérica (cf. p. 470).

Noutros casos, trata-se, mesmo, de caracteres gráficos e de usos próprios de tipos de escrita característicos de épocas anteriores. A esse propósito, é bastante expressiva não só a sobrevivência de ȩ visigótico, como o emprego simultâneo de *z* e de *ç*, tanto na transcrição da africada (ou fricativa) pré-dorso-alveolar surda como sonora; esse emprego deve ser interpretado como uma reminiscência da escrita visigótica (cf. p. 440-441, n. 6 da p. 441 e p. 452).

---

(1) Infelizmente, não dispomos, para a área galego-portuguesa, de um estudo análogo ao que Menéndez Pidal realizou para o espanhol, na época primitiva do idioma. Refiro-me, obviamente, à obra monumental *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*.

Nas páginas deste trabalho em que se procedeu à descrição dos sistemas de grafemas utilizados na representação desses sons, fez-se referência aos hábitos gráficos herdados das gerações anteriores. Assiste-se, assim, sobretudo durante o século XIII e, em parte, durante o século seguinte, à coexistência de um número bastante expressivo de grafemas equivalentes, utilizados para a transcrição de cada um dos sons; num ou noutro caso, manifestam-se também algumas grafias individuais resultantes da tentativa de o escriba representar com alguma aproximação algum dos sons referidos (1).

A consolidação dos diferentes hábitos gráficos adequados à transcrição desses sons nem sempre coincidiu nas diferentes regiões da área abrangida pelo presente estudo: no período mais remoto, ou seja, durante o século XIII, depara-se com hábitos gráficos mais semelhantes, em grande parte mesmo coincidentes; verifica-se, além disso, durante esse período, uma grande instabilidade dos sistemas grafemáticos, traduzida no grande número de grafemas equivalentes. Daí resultava a possibilidade de o mesmo escriba registar de modo diverso a mesma palavra no interior do mesmo documento ou em vários documentos. Num ou noutro caso, é possível que uma das grafias represente uma tentativa de, com alguma aproximação, representar a sua própria pronúncia; mas habitualmente essa intensa vacilação gráfica é o resultado das alternâncias grafemáticas permitidas pelo sistema ortográfico.

Comprova o carácter vacilante da tradição gráfica notarial da Galiza e do Noroeste de Portugal durante a Idade Média, mas de modo mais acentuado durante o século XIII, a coexistência, no interior do mesmo texto, de diferentes processos gráficos para a transcrição do mesmo som. Com carácter exemplificativo podem referir-se os documentos 1262 C 1, onde se empregam simultaneamente os grafemas *ñ, n,* e *gn,* e 1282 C 6, onde alternam *n, ñ* e *nn.*

Analogamente, a comparação de vários documentos escritos pelo mesmo notário revelou um uso alternado de diferentes grafemas equivalentes: a flutuação manifestada, no interior de um mesmo documento, reflecte-se igualmente em vários documentos registados pelo mesmo escriba. Essa oscilação entre processos gráficos equivalentes está bem patente nos documen-

---

(1) Resultam certamente de uma tentativa para representar o carácter africado da consoante pré-dorso-alveolar surda os grafemas compostos *cz* e *ſç*, registados cada um deles num documento da província de Pontevedra, respectivamente 1282 P 100 e 1299 P 114. Recorde-se o que, a propósito desses grafemas, foi dito nas p. 441-442.

Completamente esporádica e aparecendo apenas em dois documentos da autoria do mesmo tabelião é a grafia *gh* para representar a pré-palatal sonora: *Grangha* (1287 DL 140) e *oghe* (1289 DL 141). Trata-se, provavelmente, de uma grafia analógica com outros grafemas compostos usados para a representação de outras consoantes palatais, tais como a africada pré-palatal surda, a nasal palatal e a lateral palatal (cf. p. 470).

tos 1302 O 60, 1307 O 62, 1312 O 63 e 1313 O 64, todos eles escritos por frei João Lopes do mosteiro de Montederramo, ou nos documentos 1295 P 108, 1296 P 109, 1296 P 110, 1299 P 116, 1299 P 117, 1302 P 120, 1302 P 121 e 1302 P 122, lavrados por Pedro Martins, notário de Tebra, embora, a julgar pelo tipo de letra, nem todos tenham sido escritos pelo mesmo escriba.

A comparação de expedições duplas do mesmo documento permitiu também apreciar a intensa instabilidade da grafia: embora correspondentes a um período relativamente tardio, os primeiros anos do século XV, os documentos 1401 M 163 e 1401 M 164, que constituem duas expedições do mesmo documento elaboradas para cada uma das partes intervenientes, oferecem, além de algumas diferenças de carácter linguístico, numerosas variantes de carácter gráfico, resultantes das alternâncias grafemáticas permitidas pelo sistema gráfico em vigor no *scriptorium* donde provêm.

O carácter precário dos sistemas grafemáticos medievais manifesta-se na enorme instabilidade e vacilação gráfica, particularmente acentuada sobretudo durante o século XIII; alguns dos processos gráficos são eliminados no século XIV e outros no século XV. Além disso, a consolidação de diferentes hábitos e processos gráficos nem sempre foi coincidente nas várias regiões, conduzindo a distintos sistemas grafemáticos. Adiante, teremos oportunidade de estabelecer uma comparação entre a grafia dos documentos da Galiza e de Portugal e de assinalar, dentro de cada uma destas regiões, algumas particularidades de carácter grafemático peculiares de determinadas zonas.

A análise grafemática realizada não só permitiu conhecer as tradições gráficas convencionais do Noroeste de Portugal e da Galiza, como também tornou possível a reconstituição do sistema fonológico e a descrição da sua evolução orgânica. Para essa reconstrução foram extraordinariamente importantes os testemunhos gráficos referentes a formas inovadoras: a infiltração, nos sistemas grafemáticos descritos, de grafias inovadoras, individuais ou dialectais, denunciou, em muitos casos, alterações fonéticas que, com o tempo, viriam a transformar-se em mudanças estruturais. Nesse sentido foram particularmente úteis os testemunhos gráficos referentes à perda de oposição fonológica entre /b/ e /β/ (cf. p. 473-485), às confusões de sibilantes pré-dorso-alveolares surda e sonora, resultantes de antigas africadas, e das correspondentes ápico-alveolares (cf. p. 446-450 e 454-457) e ao ensurdecimento que afectou, na Galiza, a pré-palatal sonora (cf. p. 471-472) e as sibilantes sonoras (cf. p. 458-459 e 464-468).

Merece ainda ser sublinhado que os elementos agora recolhidos e analisados não só conduziram ao conhecimento e descrição das convenções ortográficas adoptadas na Galiza e no Noroeste de Portugal na linguagem notarial desde meados do século XIII ao século XVI, como nos permitem imaginar, com relativa aproximação, qual seria o aspecto gráfico dos manuscritos

ibéricos da poesia trovadoresca completamente desaparecidos, intermédios entre o arquétipo e os apógrafos italianos (1). A comparação entre as tradições gráficas agora descritas, relativas ao Noroeste peninsular, e a imagem gráfica das composições poéticas integradas nos códices italianos permite-nos avaliar a amplitude das transformações gráficas que teriam sofrido os textos das composições trovadorescas através das várias cópias realizadas. Aliás, o códice conhecido por Cancioneiro da Ajuda, cópia executada na Península Ibérica, provavelmente nos últimos dois decénios do século XIII, com base no arquétipo, distingue-se claramente dos códices italianos por vários aspectos de carácter gráfico (2).

A análise a que cada grafema utilizado foi submetido permitiu, além disso, formar uma ideia clara dos sistemas grafemáticos sucessivos e das relações de dependência de cada um relativamente ao anterior. Essa dimensão histórica, de evolução dos sistemas grafemáticos, poderá constituir a base para uma história da ortografia do galego e do português (3) e das suas variantes regionais.

Creio, além disso, ser evidente que o estudo grafemático-fonológico realizado e o estabelecimento a que se procedeu de relações com as modernas variedades dialectais da região abrangida pelo presente estudo contribuirá para renovar os estudos de fonética histórica assim como a história linguística do galego e do português.

b) Além dos aspectos referidos, o estudo realizado ofereceu também resultados claramente positivos no que se refere ao estabelecimento das diferenças de carácter gráfico entre os documentos redigidos na Galiza e em Portugal (4).

Quando, no século XIII, se iniciou a fixação gráfica em galego-português, tinham os escribas à sua disposição as letras do alfabeto latino. Em grande parte, os sons mantinham-se aparentemente idênticos aos do latim e, por isso, para a sua transcrição continuaram a usar-se, sem grande embaraço,

---

(1) Sobre as possíveis relações entre os códices italianos e o primitivo cancioneiro integral, o arquétipo, recordem-se as observações feitas nas p. 888-889.

(2) Recorde-se o que foi dito na p. 889.

(3) Penso que o recurso aos calculadores electrónicos se revelará extremamente útil e produtivo no aproveitamento dos materiais grafemáticos agora reunidos e analisados. Para uma história da ortografia do português e do galego, oferecerão os meios informáticos grandes vantagens no que se refere ao cálculo estatístico de cada um dos grafemas utilizados para a transcrição de um som ou fonema, à determinação das formas em que ocorrem e ao estabelecimento das zonas e dos períodos em que se manifestam nos textos escritos.

(4) Algumas considerações sobre a grafia de antigos documentos de Portugal e da Galiza são feitas por Pedro de Azevedo na nota *A respeito da antiga ortografia portuguesa* publicada na *Revista Lusitana*, vol. VI, 1900-1901, p. 261-268.

os mesmos signos gráficos; contudo, na evolução histórica do latim ao galego-português, haviam-se criado sons novos, em grande parte em consequência do fenómeno da palatalização, motivada por iode latino ou românico. Para a transcrição desses novos sons, não existentes em latim, e que eram fundamentalmente as consoantes palatais e as consoantes africadas, depararam os escribas com grandes dificuldades. Fizeram-se vários ensaios e tentativas, verificando-se, nestas séries de consoantes, as maiores vacilações grafemáticas e também as mais acentuadas divergências entre os processos gráficos que mais tarde vieram a consolidar-se na Galiza e em Portugal.

Os símbolos gráficos utilizados na transcrição destes sons constituíam um verdadeiro sistema de grafemas que, desde o século XIII, estaria sujeito a transformações nem sempre coincidentes na Galiza e em Portugal.

No início do período abrangido pelo presente estudo, ou seja, na segunda metade do século XIII e no princípio do século seguinte, verifica-se que as tradições gráficas notariais das duas grandes zonas da área galego-portuguesa não eram totalmente coincidentes. A ortografia dos documentos da Galiza revela afinidades mais profundas com documentos portugueses mais antigos, da primeira metade do século XIII — de que dispomos apenas do testamento de Afonso II e da *Noticia de torto* — ou do início da segunda metade desse século.

Na primitiva e remota época das origens do idioma, reflectida apenas nas formas românicas que afloram nos documentos em latim dos séculos IX-XII, as tradições gráficas da Galiza e do Noroeste de Portugal deviam ser praticamente coincidentes, uma vez que as duas regiões, integradas no reino de Leão, estavam sujeitas às mesmas correntes culturais (1). Tal conclusão parece poder inferir-se do facto de que, ainda em meados do século XIII, no essencial, não só era idêntica a grafia dos documentos da Galiza e de Portugal, como também não apresentava traços particulares diferenciadores relativamente à grafia de documentos castelhanos e leoneses (2). No fim do século XIII,

---

(1) Relativamente ao domínio galego-português, falta-nos, para o período das origens, um estudo linguístico e grafemático análogo ao que o grande Mestre da Filologia Espanhola realizou para o espanhol. Refiro-me, evidentemente, a *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, cuja primeira edição apareceu em 1926, mas de que posteriormente apareceram sucessivas edições refundidas e ampliadas. Um estudo desse tipo poderá vir a realizar-se com base na colecção de cerca de dois mil documentos da Galiza e da parte setentrional de Portugal, referentes ao período compreendido entre o século VIII e o século XI, a qual está a ser elaborada por Emilio Sáez e seus colaboradores. Veja-se a observação que a essa colecção de documentos galego-portugueses da Alta Idade Média foi feita na p. 478, n. 4.

(2) Cf. Luís F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*, atrás citado,

época a partir da qual foi possível, com base nos documentos publicados neste trabalho, dispor de materiais de carácter grafemático comparáveis, relativos à Galiza e a Portugal, os sistemas de grafemas utilizados para a representação de cada um dos fonemas das séries indicadas eram muito menos complexos a sul do Minho, apresentando um menor número de alternâncias grafemáticas, em virtude da eliminação, mais antiga do que na Galiza, de alguns processos gráficos equivalentes. Há grafemas que, desde o mais antigo documento português inserido na edição agora publicada, haviam já sido completamente eliminados, ao passo que na Galiza continuavam em vigor até ao fim do século XIII ou, de modo eventual e esporádico, ainda em documentos do século seguinte. Estão nessas circunstâncias os grafemas *li, lj, ly, lli,* usados para representar a lateral palatal, e *ni, nj* para a transcrição da nasal palatal (1). Completamente ausentes dos documentos portugueses agora publicados — de que o mais antigo remonta ao ano de 1281 —, foram esses grafemas utilizados em documentos portugueses da primeira metade do século XIII, concretamente na *Noticia de torto* e no Testamento de Afonso II. Também na transcrição de outros fonemas aparecem grafemas que foram assinalados exclusivamente em documentos da Galiza, mas que, no entanto, também foram utilizados em documentos de Portugal mais antigos do que os agora publicados, pelo facto de constituirem reminiscências da grafia do período das origens, comum a várias regiões peninsulares. O grafema *gi*, com o valor de [ǧ] (ou [ž] (2), sobrevivia ainda na Galiza em documentos do século XIII e do primeiro quartel do século XIV, ao passo que em Portugal se encontram apenas vestígios dessa grafia no início do século XIII: várias formas com *gi* (cf., por exemplo, *agia, agiam, beigio* 'beijo', *segia, segiam*) se registam no exemplar de Lisboa do Testamento de Afonso II, do ano de 1214. Indícios dessa grafia surgem também em documentos castelhanos, correspondentes ao período das origens, dos séculos XI e XII (3).

Em circunstâncias idênticas se encontram alguns dos grafemas compostos usados na transcrição da africada pré-dorso-alveolar surda. O grafema *cz*, registado apenas em várias formas de um documento da província de Pontevedra, datado de 1282, foi também utilizado em Portugal em época anterior, sendo conhecidos alguns exemplos num documento do mosteiro de Chelas,

---

p. 194. Sobre a grafia de documentos castelhanos e leoneses relativamente às consoantes palatais e às africadas, veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968, p. 47-70.

(1) Recorde-se o que foi dito nas p. 497-498 e 486-487.

(2) Recorde-se o que foi dito na p. 470.

(3) Veja-se R. MENÉNDEZ PIDAL, *ob. cit.*, p. 59.

de 1263, e, já em época mais recuada, nalguns documentos em latim bárbaro dos séculos X e XI (1). Do grafema *fç*, utilizado apenas num documento galego do fim do século XIII, são conhecidos também alguns raros exemplos, correspondentes a um período bastante antigo, noutras zonas peninsulares (2). Para representar o mesmo som (3) usou-se também na Galiza o grafema complexo *ci* que, embora desconhecido nos documentos portugueses agora publicados, foi também utilizado em Portugal: no início do século XIII, ele aparece registado várias vezes no Testamento de Afonso II (4).

Para o som [ñ], a par de outros grafemas equivalentes, usou-se na Galiza *gn*, durante o século XIII e primeiros anos do século seguinte. Essa grafia, que tinha como suporte a etimologia, é uma reminiscência da grafia do período das origens, durante o qual foi usada não só na Península Ibérica, mas também em textos correspondentes a outras línguas românicas (5). Conhecida em Portugal no início da segunda metade do século XIII, antes da generalização de *nh*, já não aparece registada nos documentos publicados neste trabalho (6).

A partir desse período inicial, que se caracterizava por uma grafia extraordinariamente vacilante, uma vez que para o mesmo som se usavam várias representações gráficas (7), os sistemas grafemáticos da Galiza e de Portugal evoluíram em direcções nem sempre coincidentes. A independência de Portugal e a incorporação da Galiza no reino de Castela (8) contribuíram para que as duas regiões ficassem sujeitas a diferentes correntes culturais. Na Galiza, a evolução dos sistemas grafemáticos conduz apenas à sua simplificação, através da eliminação de algumas alternâncias grafemáticas; no fim do século XV e nos primeiros anos do século XVI, os sistemas de grafemas aptos para a transcrição de cada um dos sons atrás referidos apresentavam-se já bastante simplificados. A sul do Minho, durante o período estudado, não só se verificou a eliminação de grafias equivalentes como também a adopção de sinais novos, o que conduziu a uma profunda alteração dos sistemas de grafemas usados nos *scriptoria* dessa região. Uma vez que a evolução dos primitivos sistemas grafemáticos se processou independente-

---

(1) Veja-se o que foi dito nas p. 441-442.

(2) Tenha-se presente o que foi dito na p. 442.

(3) Sobre a possibilidade de, nalguns casos, interpretar de outro modo o grafema *ci* registado em documentos da Galiza, veja-se o que foi dito nas p. 443-445.

(4) Veja-se o que, a esse propósito, foi dito na n. 3 das p. 445-446.

(5) Recorde-se o que foi dito na p. 489.

(6) Tenha-se presente o que foi dito na p. 489.

(7) Recorde-se o que, no Capítulo II. Parte I. B. Grafemas de referência consonântica, foi dito nas alíneas em que se trata da grafia dos fonemas palatais e das africadas pré-dorso-alveolares.

(8) Veja-se o que foi dito na p. 902.

mente nos *scriptoria* da Galiza e de Portugal (1), o aspecto gráfico dos documentos galegos e portugueses da mesma época nem sempre é coincidente. Relativamente aos documentos de Portugal, os da Galiza revelam uma grafia mais instável e mais arcaica; pelo contrário, aqueles oferecem uma grafia mais estabilizada, menos vacilante, devido à eliminação, desde época mais antiga, de alguns processos gráficos. A evolução dos sistemas de grafemas utilizados para a representação da nasal palatal e da lateral palatal (2) é, sob este e outros aspectos, bastante sugestiva e esclarecedora.

Uma profunda transformação da ortografia portuguesa motivada pela adopção dos grafemas compostos *nh* e *lh* para representar respectivamente a nasal palatal e a lateral palatal ocorreu no reinado de D. Afonso III, primeiro na Chancelaria Real e, progressivamente, por imitação desse emprego, nos *scriptoria* das várias regiões do País (3). Esta reforma ortográfica, que se traduzia na substituição dos antigos sistemas de grafemas utilizados na representação de cada um dos sons referidos pelos signos *nh* e *lh*, de origem provençal, teve como consequência o estabelecimento de uma distinção gráfica clara entre os textos redigidos na Galiza e em Portugal (4). Os antigos sistemas grafemáticos que até à data da adopção das novas grafias — possivelmente entre 1265 e 1275 (5) — estariam em vigor na Galiza e no Noroeste de Portugal eram, em grande parte, coincidentes com os que eram reflectidos pelos documentos castelhanos e leoneses. Esses sistemas que, além de alguns grafemas pouco frequentes ou de grafias herdadas do latim, tinham sobretudo como base o emprego dos signos *l* e *ll* para /l/ e *n*, *nn* ou a sua forma abreviada *ñ* para /ñ/, continuaram a sobreviver na Galiza, até ao termo do período abrangido pelo presente estudo, o início do século XVI. Após a eliminação de alguns processos gráficos equivalentes, os documentos

---

(1) No entanto, os documentos da parte meridional da província de Pontevedra e muito particularmente os que correspondem à zona do extremo sul-ocidental, revelam que os respectivos escribas conheciam determinados hábitos gráficos característicos de Portugal. Paralelamente, os documentos localizados na zona fronteiriça do Alto-Minho conservam, até bastante tarde, profundas afinidades com a grafia dos documentos galegos, oferecendo grande resistência a determinados usos gráficos adoptados em Portugal. Veja-se o que será dito adiante, p. 946-947.

(2) Para a descrição desses sistemas, veja-se o que foi dito atrás, p. 486-494 e p. 497-500.

(3) Sobre o processo de difusão e generalização das novas grafias *nh* e *lh*, primeiro nos documentos da Chancelaria de Afonso III — aproximadamente entre 1265 e 1275 — e depois, progressivamente nos documentos de várias zonas do País, veja-se Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 192-200.

(4) Tenham-se, contudo, presentes as observações feitas adiante, p. 948, sobre a penetração dessas grafias na parte meridional da província de Pontevedra.

(5) Veja-se Luís F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 191-193.

galegos do século XV reflectem um sistema grafemático muito simplificado, constituído pelos signos *l, ll* para representar a lateral palatal e por *n, nn* ou *ñ* para a notação da nasal palatal.

A adopção, em Portugal, na segunda metade do século XIII, das grafias *nh* e *lh* e a sua divulgação e aceitação nos *scriptoria* das várias regiões do País, levaram à coexistência destas com os antigos sistemas de grafemas. Comparando com outras zonas portuguesas, o Noroeste de Portugal parece ter oferecido maior resistência à aceitação e generalização das novas grafias (1). Embora desde os mais antigos documentos inseridos na edição apresentada neste trabalho — cf. 1281 M 151, 1281 M 152 e 1282 DL 137 —, se verifique o emprego das novas grafias com *h*, paralelamente continuaram a sobreviver os antigos sistemas, naturalmente simplificados, após a eliminação de algumas alternâncias grafemáticas. Assim, no que diz respeito à representação da nasal palatal, a par de *nh*, manifesta-se a sobrevivência do sistema composto por *n, nn* e *ñ:* de *n* há ainda exemplos em documentos da província do Douro Litoral dos finais do século XIII (1284 DL 138 e 1285 DL 139) e da primeira metade do século XIV (1345 DL 146), mas em documentos localizados em Valença, junto à fronteira com a Galiza (1407 M 166 e 1411 M 167), verifica-se a sobrevivência desse emprego ainda no século XV; *nn* ocorre ainda num documento do mosteiro de Vairão, lavrado pelo «publlico tabellion da Maya», mais concretamente 1284 DL 138; o emprego da grafia *ñ* prolongou-se até aos séculos XIV e XV (1327 M 155, 1401 M 163, 1401 M 164 e 1472 DL 149) em documentos de várias regiões, incluindo alguns localizados na zona fronteiriça luso-galega (2).

Paralelamente, para a lateral palatal, ocorrem ainda alguns exemplos esporádicos, em documentos do último quartel do século XIII, da grafia *l*, também adoptada em Portugal antes da introdução e generalização de *lh*. Em dois documentos do mosteiro de Vairão (1284 DL 138 e 1287 DL 140), ambos lavrados por «Pedro Periz, publlico tabellion da Maya», registam-se algumas formas com *l* e no documento 1281 M 151, localizado em Guimarães, na província do Minho, ocorre também um exemplo da mesma grafia (3). A grafia *ll*, do antigo sistema, sobrevive ainda nos primeiros anos do século XIII na província do Douro Litoral (cf. 1285 DL 139), mas na pro-

(1) Após uma sondagem feita através de documentos do século XIII de várias regiões de Portugal, Lindley Cintra salienta que os notários do Norte e, muito particularmente, do Noroeste revelam uma mais acentuada resistência às inovações gráficas da Chancelaria Real. Cf. IDEM, *ob. cit.*, p. 197-200 e 200-201.

(2) Sobre as formas em que ocorrem as grafias *n, nn* e *ñ* nos documentos referidos, veja-se p. 488-489.

(3) As formas reveladoras dessa grafia e respectiva localização foram apresentadas na p. 499.

víncia do Minho o seu emprego prolonga-se até uma época mais tardia: aparece ainda num documento datado de 1303 M 153, lavrado pelo «tabalion de Bragaa», mas continuava em vigor, no início do século XV, na zona fronteiriça do Alto-Minho (1).

A transição entre os antigos sistemas grafemáticos e as novas grafias fez-se com algumas hesitações e com visível insegurança por parte dos escribas que exerciam a sua actividade em cada *scriptorium* local ou regional. Há vários indícios reveladores de que os escribas não dominavam por completo as recentes grafias *nh* e *lh*. Um dos sintomas mais claros dessa falta de total domínio no uso dos novos grafemas é a vacilação, no interior do mesmo documento, entre os dois sistemas grafemáticos, o antigo e o recente. De acordo com os elementos reunidos, esse estado de flutuação entre os grafemas do sistema antigo e do recentemente adoptado reflecte-se, em geral, em documentos do final do século XIII (2), mas pode atingir, de modo esporádico, a primeira metade do século seguinte e prolongar-se, excepcionalmente, para além desse período. Uma situação bastante interessante, e a que adiante voltarei a fazer referência, é a que manifestam os documentos localizados na zona fronteiriça do Alto-Minho (1401 M 163, 1401 M 164, 1404 M 165, 1407 M 166, 1411 M 167 e 1416 M 168). Ainda no início do século XV se verificava a conservação dos antigos sistemas de grafemas usados para a notação da nasal palatal e da lateral palatal, a par das novas grafias *nh* e *lh*. Os escribas desta zona situada junto à fronteira com a Galiza, mais do que os de qualquer outra região do Noroeste português, revelam uma maior resistência na aceitação das inovações gráficas que tiveram o seu ponto de partida na Chancelaria Real e a conservação, até bastante tarde, de usos gráficos característicos de documentos portugueses de épocas mais remotas. Ajudam a explicar a conservação da grafia antiga até uma época tão tardia, além da situação periférica da região, afastada dos centros de cultura portuguesa e, muito particularmente, da influência centralizadora da corte e da Chancelaria Real, a vizinhança da Galiza e da cidade episcopal de Tuy

---

(1) A propósito das formas em que aparece a grafia *ll* como transcrição da lateral palatal, veja-se o que foi dito na p. 499.

(2) Os documentos 1284 DL 138 e 1287 DL 140 constituem exemplos expressivos da hesitação entre os antigos sistemas grafemáticos e as novas grafias *nh* e *lh*. No primeiro dos documentos referidos coexistem as grafias de tipo antigo *fila, enalehar, vinnas, vynnaſ, enpenorar* com as grafias modernas *melhor, molher, ſenhor;* no documento 1287 DL 140, a par de *uala*, surgem as formas *uelhuſ, filho, vinha,* «Ryba de *Pynhõ*» (top.). Prova de que estes grafemas eram ainda sentidos como recentes e utilizados com alguma insegurança é o seu emprego para a transcrição da nasal alveolar e da lateral alveolar. No primeiro dos documentos aparecem as grafias *todalhaſ, todolhoſ* e no segundo, *nho, nha, aquelho, todolhos, aquelhes* e *deſſa&elha.*

e a dependência, sob o ponto de vista eclesiástico, de todo o território de entre o Lima e o Minho, relativamente à diocese tudense (1).

Outras manifestações de que os signos gráficos *nh* e *lh* eram sentidos como recentes pelos escribas são, por um lado, a grafia mista *gnh* (1289 DL 141), resultante da contaminação entre um dos processos gráficos do antigo sistema, *gn*, e a nova grafia *nh* (2), e, por outro, o uso de *nh* e *lh* respectivamente para a notação da nasal alveolar (3) e da lateral alveolar (4).

No que diz respeito aos grafemas de referência vocálica, a situação é bastante distinta, uma vez que algumas das diferenças manifestadas no uso dos grafemas traduzem alterações de carácter fonético, as quais nem sempre são coincidentes na Galiza e em Portugal. Uma vez que, nesses casos, não se trata apenas de diferenças de carácter gráfico, mas linguístico, elas foram já objecto de algumas considerações anteriormente feitas (5).

A particularidade de carácter gráfico que, de modo mais claro e expressivo, se apresentou como característica dos documentos de Portugal foi a que se refere à notação da semivogal dos ditongos crescentes. Além dos grafemas *i, y* e *j*, comuns tanto aos documentos de Portugal como da Galiza, os documentos portugueses revelaram ainda o emprego, desde o século XIII, de *h* com o mesmo valor (cf. *termho, mha, sabbham*, etc.) (6).

Não obstante algumas diferenças assinaladas entre as tradições gráficas notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI, parece não ter existido, ao longo desse período, uma fronteira gráfica totalmente clara entre as duas grandes áreas do domínio linguístico galego-português.

---

(1) Recorde-se o que sobre essa grafia foi dito na p. 489.

(2) Sobre algumas formas gráficas em que *nh* é usado na transcrição da nasal alveolar e respectivas localizações, veja-se o que foi dito na p. 486.

(3) Veja-se o que nas p. 495-496 se disse sobre as formas com o grafema *lh*, usado com o valor de lateral alveolar.

(4) É interessante salientar o paralelismo entre as características da linguagem dos documentos da zona fronteiriça do Alto-Minho e as particularidades de carácter grafemático por eles reveladas. Tanto sob o ponto de vista linguístico como gráfico, os documentos dessa zona fronteiriça revelam, ainda no século XV, notórias afinidades com os documentos da Galiza.

(5) Veja-se o que, no Capítulo III consagrado às conclusões, § 2, b) (cf. p. 908-924), se disse sobre a variação regional no interior da área linguística galego-portuguesa e, muito particularmente, sobre os traços linguísticos que distinguiam as duas variedades, a norte e a sul do Minho.

(6) Recorde-se o que foi dito nas p. 423-424. Veja-se também o que será dito adiante, p. 948, sobre a infiltração desse uso do grafema *h* na parte meridional da província de Pontevedra.

Da leitura dos documentos do século XIII depreende-se que, no essencial, os sistemas grafemáticos de Portugal e da Galiza eram idênticos, embora não totalmente coincidentes; as divergências acentuam-se a partir do fim do século XIII e durante o século XIV. A Galiza e o Noroeste português ficam sujeitos à acção de diferentes correntes culturais e a evolução dos sistemas grafemáticos não se processou, nas duas regiões, de modo coincidente, nem, cronologicamente, segundo o mesmo ritmo, o que conduziu a sistemas mais diferenciados do que no início do período abrangido pelo presente estudo. Verifica-se, porém, que algumas inovações gráficas ocorridas em Portugal ou mesmo determinados usos característicos dos documentos portugueses ultrapassam a fronteira, penetrando na parte meridional da província de Pontevedra, na zona tudense, e apresentando, por vezes, algumas infiltrações esporádicas até à própria cidade de Pontevedra. A esse propósito, é expressivo o emprego da grafia *nh* para a notação da nasal palatal (cf. p. 490-492) e ainda a utilização de *nh* e *lh* respectivamente para a transcrição da nasal alveolar e da lateral alveolar (cf. p. 486 e p. 495), prova de que as grafias com *h* eram mal conhecidas e usadas de modo inadequado. Verifica-se, além disso, na mesma região, a ocorrência de *h* com o valor de semivogal anterior, fazendo parte de ditongos crescentes (cf. p. 423-424 e p. 947). No total, os documentos que revelam influência das tradições gráficas que estavam em vigor em Portugal são apenas quatro e correspondem a dois notários diferentes, um dos quais exercia a sua actividade em Tebra, na zona tudense, muito perto da fronteira com Portugal (cf. 1302 P 120 e 1302 P 122), e outro em Pontevedra (cf. 1298 P 113 e 1299 P 114). Os dois primeiros documentos provêm do mosteiro de Oya e os dois últimos do mosteiro de Poyo. A vizinhança geográfica com Portugal e os inevitáveis contactos e relações com a zona portuguesa situada entre o Minho e o Lima, até ao século XV dependente, sob o ponto de vista eclesiástico, da Igreja de Tuy, contribuem para explicar a infiltração desses processos gráficos nalgumas "escolas" notariais dessa região. Uma vez que apenas dois notários revelaram influência das tradições gráficas que, na época, já estavam em vigor em Portugal, seria altamente importante reconstituir o seu retrato social, sobretudo a partir de elementos relacionados com a sua procedência, viagens, contactos com Portugal e com documentos redigidos a sul do rio Minho, etc.

Os elementos atrás aduzidos relativamente a determinadas características dos documentos da zona portuguesa fronteiriça e o facto de alguns documentos da parte meridional da província de Pontevedra reflectirem uma tradição gráfica influenciada por convenções existentes em Portugal obrigam a considerar toda essa região situada aquém e além Minho como uma vasta zona de transição.

Apesar dos resultados a que a análise dos materiais grafemáticos contidos nos documentos agora publicados permitiu chegar, creio não terem sido esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento e de abordagem crítica dos mesmos.

O estudo realizado constitui uma contribuição — a juntar a outras experiências feitas relativamente aos antigos dialectos de algumas línguas românicas (1) — para o conhecimento das relações entre grafema e fonema na língua medieval. Creio, contudo, que é possível retomar os mesmos materiais e analisá-los em função do conhecimento e descrição do sistema ortográfico em vigor em cada *scriptorium* do Noroeste peninsular galego e português, de que procederam os documentos inseridos na colecção apresentada neste trabalho. Um estudo baseado na comparação sistemática de documentos fixados por escrito pelo mesmo escriba ou notário merece também um tratamento mais amplo do que foi possível neste trabalho.

Além disso, se é certo que, sob vários aspectos, o presente estudo constitui um ponto de chegada, uma vez que se trata da primeira contribuição, relativa ao domínio galego-português, no âmbito da scriptologia e da grafemática, ele vale também como ponto de referência para futuros trabalhos. Creio que seria sugestiva a comparação com os sistemas ortográficos adoptados em documentos redigidos noutras zonas portuguesas, concretamente no Centro e no Sul do País, assim como nos documentos da Chancelaria Real da mesma época.

Uma pesquisa de carácter grafemático-fonológico de alguns textos literários medievais da Galiza ou de Portugal e o seu cotejo com as tradições gráficas notariais em vigor nessas zonas poderá também oferecer resultados do mais alto interesse e, nalguns casos, sugerir a solução para alguns problemas de crítica textual.

4. *Valor dos documentos não literários como fontes de informação para o conhecimento da língua na Idade Média. Língua escrita dos documentos notariais e língua falada na região.*

No termo deste percurso feito através dos cento e sessenta e oito documentos da Galiza e do Noroeste de Portugal, cronologicamente seriados entre meados do século XIII e os primeiros anos do século XVI, é altura de concluir sobre o valor dos documentos linguísticos como fontes de informação para o conhecimento dos antigos estados de língua.

A análise realizada — que incidiu sobre os domínios da grafia, da foné-

(1) Veja-se o que sobre o assunto foi dito na Introdução, p. 11-17, e a bibliografia citada nessas páginas.

tica histórica e da morfo-sintaxe — permitiu concluir que, embora os documentos notariais de carácter particular não sejam um espelho fiel, uma reprodução da linguagem local, eles deixam transparecer certos factos da linguagem falada da época. Uma interpretação crítica desses documentos que se pretendeu o mais possível cuidada e rigorosa e que, além disso, se apoiou na convergência de vários métodos de análise, permitiu compreender a verdadeira natureza da língua escrita dos documentos não literários da Idade Média e manifestou ser impossível uma plena reconstrução dos estados pretéritos da língua. Tratando-se de uma linguagem escrita, e além disso, de carácter bastante artificial, a linguagem desses documentos medievais nunca reflecte fielmente a linguagem falada da época e da região a que se referem; apesar disso, pode considerar-se extraordinariamente importante o seu contributo para o conhecimento da língua durante o período medieval. O seu valor como fontes de informação para o conhecimento da língua na Idade Média é, contudo, bastante variável: cada documento deixa transparecer, em diferentes proporções, certos traços da linguagem falada, de acordo com determinadas circunstâncias que podem influenciar, de modo mais ou menos acentuado, a maneira como cada notário escreve. Podem considerar-se factores verdadeiramente decisivos a educação e o grau de cultura do notário ou do escriba e a época em que o documento foi escrito. Relativamente a este último aspecto, pude comprovar que os documentos do século XIII e do início do século XIV, devido à influência da tradição latina notarial e, também em virtude de uma menor diferenciação das variedades regionais compreendidas na área estudada, deixam transparecer menos traços da linguagem falada do que os correspondentes ao período posterior.

Se se abstrair das fórmulas jurídicas copiadas directamente de formulários, os documentos notariais oferecem materiais preciosos, sobretudo de carácter fonético e morfológico, que, quando interpretados com verdadeiro espírito crítico, podem fornecer esclarecimentos particularmente proveitosos sobre épocas passadas da língua. Apesar da relativa pobreza lexical, do estilo árido, relativamente uniforme e estereotipado, e de um certo formalismo, os documentos notariais de carácter particular oferecem grandes vantagens sobre os textos literários da mesma época (1). Ao longo das

---

(1) As vantagens que oferecem os documentos notariais, datados e localizados, sobre os textos literários foram já salientadas por CHARLES-THÉODORE GOSSEN, *La scripta des chartes picardes*. Separ. das Actas do Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge* (= *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962), p. 299.

Relativamente ao domínio galego-português, Paul Teyssier salientou também a superioridade dos documentos não literários relativamente às composições dos cancioneiros

páginas, talvez demasiado extensas, em que se procedeu à análise linguística dos materiais extraídos dos documentos publicados, foi possível comprovar que alguns dos traços mais característicos da evolução do galego relativamente ao português só aparecem registados em textos dessa natureza, não surgindo o mais pequeno indício nem nas Cantigas de Santa Maria (1), nem nas composições poéticas trovadorescas (2), nem em textos literários em prosa da mesma época.

Além disso, sempre que, como no presente trabalho, o "corpus" documental que oferece os materiais a analisar é suficientemente amplo e abarca documentos localizados num número expressivo de lugares distribuídos por um território relativamente extenso e, além disso, cronologicamente escalonados ao longo de vários séculos, então os documentos notariais revelam-se uma fonte preciosa para o estudo das variações da língua no espaço e no tempo. Apesar da dificuldade e da delicadeza exigidas pela análise efectuada, podem considerar-se muito positivos os resultados obtidos no que se refere ao conhecimento da variação regional no interior da área galego-portuguesa. As diferenças mais sensíveis que, com mais clareza, ressaltam da análise efectuada são as que se referem à distinção entre a língua da Galiza e de Portugal, embora também tenha sido possível chamar a atenção para algumas sub-regiões caracterizadas por uma coloração dialectal mais ou menos acentuada, sobretudo no interior da Galiza (3). É, porém, de prever que os resultados obtidos com documentos portugueses de várias regiões, submetidos a idênticos métodos de análise, sejam menos animadores

---

trovadorescos: «La langue de ces textes [officiels et privés], surtout pour ceux qui sont antérieurs à 1350, est plus spontanée et diversifiée que celle des *cancioneiros*». Cf. PAUL TEYSSIER, *Histoire de la langue portugaise*. Paris (Presses Universitaires de France), 1980, p. 29.

Apesar disso, as obras literárias, sobretudo as que são anteriores à invenção da imprensa, que representou um importante factor de fixação linguística, podem também ser estudadas como fontes para o estudo da língua. A esse propósito, veja-se o artigo de FRANCISCO LÓPEZ-ESTRADA, *Fuentes literarias*. In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo II, Madrid (C. S. I. C.), 1967, p. 379-392.

(1) Ao fazer o estudo da linguagem das Cantigas de Santa Maria e ao proceder à comparação com alguns documentos galegos então publicados, Rübecamp salientara já que «os documentos (...) manifestam ainda mais claramente do que as *Cantigas* a pura direcção galega da evolução linguística». Cf. RUDOLF RÜBECAMP, *ob. cit.*, p. 80.

(2) Está ainda por fazer a comparação sistemática da linguagem de documentos da Galiza e de Portugal com as composições dos cancioneiros trovadorescos, e, muito particularmente, com o Cancioneiro da Ajuda.

(3) Recorde-se o que, a propósito da variação regional no interior da comunidade linguística galego-portuguesa, foi dito nas p. 905-935.

e menos expressivos do que os que agora foi possível obter relativamente ao Noroeste português e à Galiza (1).

Quando analisados com sentido crítico e com um discernimento tal que leve a distinguir claramente o que é artificial e o que é reflexo da linguagem da época a que se referem, permitem ainda os documentos notariais observar a evolução orgânica da língua; pelo facto de se tratar de documentos datados, eles fornecem, em muitos casos, dados importantes para a cronologia de determinados fenómenos linguísticos, apresentando, por vezes, abonações muito anteriores às que até ao momento eram conhecidas. Os materiais fornecidos pelos documentos analisados permitem ainda acompanhar a evolução do galego-português no sentido do distanciamento entre o galego e o português; a maior parte dos traços mais expressivos que distinguem o galego do português reflecte-se já nos textos estudados. Foi ainda possível, nalguns casos, estabelecer a cronologia de alguns dos fenómenos mais significativos do galego relativamente ao português ou de certos traços importantes da dialectologia galega e do Noroeste português.

Embora o estudo linguístico que empreendi se tenha centrado apenas sobre os domínios da grafia, da fonética histórica e da morfo-sintaxe, não

---

(1) O português que, «como idioma nacional, se formou mais cedo que as outras línguas românicas», caracterizar-se-ia, já no período medieval, por uma «relativa unidade», sob o ponto de vista da diferenciação regional. (Cf. MANUEL DE PAIVA BOLÉO e MARIA HELENA SANTOS SILVA, *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental*. Separ. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 1 e 2, 1961), 1962, p. 87). Tal circunstância leva a supor que os documentos portugueses de várias regiões deixem transparecer um número relativamente pouco significativo de particularismos locais ou regionais, sendo estes, além disso, não muito expressivos. Por esse motivo, é provável que, em parte, sejam pertinentes as palavras que, há já bastantes anos, escreveu Paiva Boléo no trabalho *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas:* «Receio, no entanto, que esse estudo [o dos textos não literários da Idade Média], que oxalá alguém empreenda, por muito interessante que venha a ser, não traga resultados suficientemente seguros para se estabelecerem diferenciações, e isto por dois motivos: em primeiro lugar, porque havia, como ainda hoje, uma linguagem notarial, bastante uniforme; em segundo lugar, porque o escriba espelhava no documento mais a linguagem do seu mosteiro ou da "escola" notarial do que a língua viva da sua terra natal». (Cf. MANUEL DE PAIVA BOLÉO, *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*. Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XII, fasc. 1, 1951, p. 5, n. 6. O artigo foi publicado, com aditamentos, na colectânea do Autor *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1974, p. 185-250. A citação transcrita encontra-se na n. 1 das p. 192-193). Apesar disso, creio que seria altamente importante, não só para a história do português e dos falares portugueses da Idade Média, assim como para a história da ortografia portuguesa, que viesse a realizar-se um estudo de documentos linguísticos da parte central e meridional de Portugal, com uma metodologia idêntica à que foi seguida neste trabalho.

quereria terminar estas considerações sobre o valor linguístico dos documentos notariais sem fazer uma breve referência à importância que assumem para estudos de carácter lexical (1). É certo que os documentos notariais manejam um vocabulário relativamente reduzido. No entanto, se se eliminarem as fórmulas jurídicas constantemente repetidas, o vocabulário, ainda que relativamente escasso, pertence a uma terminologia viva, associada à vida quotidiana; alguns dos documentos oferecem mesmo interessantes e preciosos materiais sobretudo no domínio da vida agrícola e de acidentes do terreno e ainda nos campos semânticos dos objectos de uso doméstico, do vestuário e objectos de adorno pessoal. Tratando-se de elementos inseridos em documentos datados e localizados, eles podem contribuir para o estabelecimento da cronologia e da repartição geográfica de alguns tipos de carácter lexical. Algumas das formas registadas assumem ainda um interesse muito particular para a história do léxico galego-português, pelo facto de se tratar de formas até agora não registadas (2) nos glossários que acompanham

---

(1) À importância dos textos não literários para estudos de carácter lexical e muito particularmente para a história do vocabulário dos idiomas a que dizem respeito, referiram-se, entre outros, os seguintes autores: Mgr. Pierre Gardette que, em duas comunicações apresentadas ao Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge*, se ocupou da importância dos textos não literários relativos ao franco-provençal para estudos de carácter lexical, nomeadamente para a elaboração de glossários parciais, base indispensável para a constituição de um glossário geral do franco-provençal: (cf. *Les textes non littéraires et le vocabulaire francoprovençal*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962, p. 363-375 e *Projet d'un glossaire du vieux francoprovençal*. In: *ob. cit.*, p. 388-394. No mesmo Colóquio, Kurt Baldinger, através da análise do campo onomasiológico de "roturier", referiu-se à importância da língua dos documentos para a história do vocabulário galo-românico e para a história da língua francesa e dos seus dialectos: Cf. *L'importance de la langue des documents pour l'histoire du vocabulaire galloroman. (Le champ onomasiologique du* "roturier"). In: *ob. cit.*, p. 309-330.

O mesmo Autor, num artigo interessante e rico em sugestões, ocupara-se já anteriormente da importância dos documentos medievais e dos foros para a história do léxico da Gasconha e para a elaboração de um Atlas lexical medieval. O artigo intitulado *Problèmes en marge d'un vocabulaire de la Gascogne médiévale* foi publicado na *Revue de Linguistique Romane*, tomo XX, 1956, p. 66-106.

A importância e o alcance de formas registadas em documentos antigos da Peninsula Ibérica correspondentes ao período das origens para a distribuição lexical, em épocas passadas, foi salientada por Menéndez Pidal nos trabalhos seguintes: *El idioma español en sus primeros tiempos*. Madrid (Espasa-Calpe), 6.ª ed., 1964, p. 26-29 («Algo de geografía léxica»); *Orígenes del español*, atrás citado, p. 381-413 («Lexicografía»).

(2) Uma curiosa forma nessas circunstâncias é *ona* usada, no documento orensano 1367 O 74, na acepção de 'abadessa' e a que dediquei um breve artigo intitulado *"Ona", um arcaísmo galego-português. Breve contributo para o estudo das fórmulas de tratamento na*

edições de textos medievais da Galiza e de Portugal ou no *Elucidário* de Viterbo (1), ou por constituírem abonações mais antigas do que as que até ao momento eram conhecidas (2).

O aproveitamento dos materiais de carácter lexical através da elaboração de glossários parciais do galego-português representará uma etapa fundamental e imprescindível para a organização de um dicionário histórico do português e do galego que, desse modo, poderá vir a comportar o maior número possível de abonações rigorosamente datadas e localizadas (3).

---

língua medieval galego-portuguesa. Separ. de *Revista de Filologia Românica*, vol. II, 1984, p. 71-78.

(1) Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza. 2 vols., Porto e Lisboa (Livraria Civilização), 1962-1966.

(2) Representa uma preciosa contribuição para a cronologia do vocabulário galego-português o trabalho de Ramón Lorenzo várias vezes citado no decorrer deste trabalho: *Sobre cronología do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado)*. Vigo (Editorial Galaxia), 1968. A publicação de um grande número de documentos linguísticos rigorosamente seleccionados e submetidos também a uma imprescindível análise diplomática permite, nalguns casos, recuar as mais antigas atestações conhecidas de determinados vocábulos.

(3) Um dicionário histórico assim constituído poderá vir a ser o ponto de partida para numerosos estudos de carácter lexicológico que, conjugando a perspectiva histórica e estrutural, procedam à análise de determinados campos semânticos.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM, Richard, D. — *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat.* Paleographical Edition and Linguistic Study. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1938.

ABUÍN SOTO, M. — *El castellano hablado en las Rías Bajas.* In: *Archivum*, vol. XXI, 1971, p. 171-206.

AEBISCHER, Paul — *Granica "grange" et sa descendance dans les dialectes italiens et les langues de la Péninsule Ibérique.* In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 201-218.

Actes du XIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, tenu à l'Université de Laval (Québec, Canada) du 29 août au 5 septembre 1971, vol. II, Québec (Les Presses de l'Université Laval), 1976.

AFONSO X — *Fuero Real.* Edição, estudo, glossário e concordância da versão portuguesa por José de Azevedo Ferreira. Vol. I, Braga (Universidade do Minho. Centro de Estudos Portugueses), 1982. — Este volume, o único até ao momento publicado, consta de uma introdução e da edição do "Fuero Real".

AFONSO X, O SÁBIO — *Cantigas de Santa Maria.* Editadas por Walter Mettmann. 4 vols., Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1959, 1961, 1964 e 1972. Edição facsimilada publicada por Edicións Xerais de Galicia, 2 vols., Vigo, 1981. — Esta edição, feita com base na que fora publicada em Coimbra, apresenta um prefácio de Ramón Lorenzo (p. 1-13).

ALARCOS LLORACH, E. — *Algunas consideraciones sobre la evolución del consonantismo catalán.* In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e Historia"*, vol. II, Universidad de La Laguna (Canarias), 1958, p. 5-40.

ALARCOS LLORACH, E. — *Esbozo de una fonología diacrónica del español.* In: *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, tomo II, Madrid (C. S. I. C.), 1951, p. 9-39.

ALARCOS LLORACH, E. — *Fonología española.* 4.ª ed. aumentada e revista. Madrid (Editorial Gredos), 1968.

ALARCOS, LLORACH, E. — *Historia y estructura en los sistemas vocálicos hispanos.* In: *Estudis Romànics*, vol. VIII, 1961 (= *Estudis de llatí medieval i de filologia romànica.* Dedicats a la memoria de Lluís Nicolau d'Olwer, vol. I. Barcelona, 1961-1966), p. 105-116.

ALARCOS LLORACH, E. — *Les représentations graphiques du langage.* In: Le *Langage.* Encyclopédie de la Pléiade. Volume publié sous la direction d'André Martinet. Paris (Éditions Gallimard), 1968, p. 513-568.

ALARCOS LLORACH, E. — *Resultados de G^e,^i en la Península.* In: *Archivum*, vol. IV, 1954 (= *Miscelánea filológica en memoria de Amado Alonso)*, p. 330-342. — Incluído em

Introducción plural a la gramática histórica. Recopilación de Francisco Marcos Marín. Madrid (Editorial Cincel), 1983, p. 22-30.

ALI, M. Said — *Gramática histórica da língua portuguesa.* 6.ª ed., São Paulo (Edições Melhoramentos), 1966.

ALLIÈRES, Jacques — *Un exemple de polymorphisme phonétique: le polymorphisme de l'S implosif en gascon garonnais.* In: *Via Domitia*, vol. I, 1954, p. 70-103.

ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal.* 4 vols. Vol. I, 2.ª ed., Coimbra, 1930; vol. II, Coimbra, 1910.

ALONSO, Amado — *Castellano, español, idioma nacional. Historia espiritual de tres nombres.* 3.ª ed., Buenos Aires (Editorial Losada), 1958.

ALONSO, Amado — *De la pronunciación medieval a la moderna en español.* Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. 2 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1967 e 1969.

ALONSO, Amado — *Historia del "ceceo" y del "seseo" españoles.* In: *Thesaurus, Boletín del Instituto Caro y Cuervo*, vol. VII, 1951, p. 111-200. — O artigo foi reproduzido no trabalho do Autor, *De la pronunciación medieval a la moderna en español.* Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. Vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1969, cap. V, p. 47-144.

ALONSO, Dámaso — *B = V en la Península Ibérica.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 155-209. Incluído no vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)* das *Obras Completas.* Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 215-290.

ALONSO, Dámaso — *Dos palabras gallego-asturianas: gallego-asturiano* "bedro" *'estivada'*; gallego-asturiano "ozca" *'paso entre peñas'*. In: *Obras Completas*, vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)*, Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 477-493.

ALONSO, Dámaso — *Ensordecimiento en el Norte peninsular de alveolares y palatales fricativas.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 85-103. — Incluído no vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)* das *Obras Completas.* Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 121-146.

ALONSO, Dámaso — *"Junio" y "julio" entre Galicia y Asturias.* In: *Obras Completas*, vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)*, Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 389-415. — Inicialmente o artigo foi publicado na *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. I, fascículos 3-4, 1945, p. 428-454.

ALONSO, Dámaso — *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C. S. I. C.), 1962, p. 105-154. — O artigo foi incluído no vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)* das *Obras Completas.* Madrid (Editorial Gredos), 1972, p. 147-213.

ALONSO, Dámaso — *Sobre las soluciones peninsulares de los esdrújulos latinos.* In: *La fragmentación fonética peninsular.* Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica.* Madrid (C.S.I.C.), 1962, p. 55-59. — Incluído também no vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)* das *Obras Completas.* Madrid (Editorial Gredos) 1972, p. 83-89.

ALONSO, Dámaso e Valentín GARCÍA YEBRA — *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XVI, n.º 48, 1961, p. 43-79. — Incluído no vol. I *(Estudios Lingüísticos Peninsulares)* das *Obras Completas* do Autor, p. 315-357.

ALONSO GARROTE, Santiago — *El dialecto vulgar leonés hablado en Maragatería y tierra de Astorga. Notas gramaticales y vocabulario.* 2.ª ed., Madrid, 1947.

ALONSO MONTERO, Xesús — *Encuesta mundial sobre la lengua y la cultura gallegas y otras áreas conflictivas: Cataluña, Puerto Rico.* Madrid (Akal Editor), 1974.

ALONSO MONTERO, Xesús — *Ensayo de bilingüística. Galego e castelán frente a frente.* In: *Grial*, n.º 13, 1966, p. 314-333.

ALONSO MONTERO, Xexús — *O porvir da lingua galega.* Publicações do "Circulo de las Artes". Instituto de Estudios. Lugo, 1968.

ALVAR, Manuel — *Documentos de Jaca (1362-1502). Edición.* In: *Archivo* de *Filología Aragonesa*, vol. X-XI, 1958-1959, p. 327-366.

ALVAR, Manuel — *Documentos de Jaca (1362-1502). Estudio lingüístico.* In: *Archivo de Filología Aragonesa*, vol. X-XI, 1958-1959, p. 195-274.

ALVAR, Manuel — *El Fuero de Salamanca. Lingüística e historia.* Universidad de Granada, 1968.

ALVAR, Manuel — *Estudios sobre el dialecto aragonés en la Edad Media. I. Grafías navarro--aragonesas.* In: *Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos*, ano IX, n.º 27, 1953, p. 55-88.

ALVAR, Manuel — *Galicia en la cartografía lingüística.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 1, 1974, p. 54-62.

ALVAR, Manuel — *Grafía y fonética en el "Cancionero" de Estúñiga.* Separ. de *Archivo de Filología Aragonesa*, vol. XXVIII-XXIX. Zaragoza, [s.d.].

ALVAR, Manuel — *Lexicografía medieval: el peaje de Jaca de 1437.* In: *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, tomo II, Madrid (C.S.I.C.), 1951, p. 91-133.

ALVAR, Manuel — *Variedad y unidad del español. Estudios lingüísticos desde la historia*, Madrid (Editorial Prensa Española), 1969.

ALVAR, Manuel — *Vida de Santa María Egipciaca. Estudios. Vocabulario. Edición de los textos.* 2 vols., Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas). 1970 e 1972.

ALVAR, Manuel — ver: *Los fueros de Sepúlveda.*

ALVAR, Manuel e Bernard POTTIER — *Morfología histórica del español.* Madrid (Editorial Gredos), 1983.

ÁLVAREZ, Guzmán — *El habla de Babia y Laciana.* Anexo XLIX da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1949.

ÁLVAREZ BLANCO, Rosario — ver: *Galego.* Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega.*

ÁLVAREZ BLANCO, Rosario — ver: GARCÍA, Constantino.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso — *Cara unha caracterización da diglósia galega: historia e presente dunha dominación lingüística.* In: *Grial*, tomo XXI, n.º 79, 1983, p. 23-42. — Nas p. 41-42 cita-se bibliografia sobre o tema tratado.

ÁLVAREZ GIMÉNEZ, Emilio — *Biografía del R. P. Fray Martín Sarmiento y noticia de sus obras impresas y manuscritas.* Pontevedra (José Millán), 1884.

ÁLVAREZ GIMÉNEZ, Emilio — *Estudios sobre las faltas de lenguaje que se cometen en Galicia.* Pontevedra (Antúnez y C[ía]), 1875; 2.ª ed., *Los defectos de lenguaje en Galicia y la provincia de León. Estudio gramatical basado en la doctrina de la Academia y en el uso de los buenos escritores.* Pontevedra, 1890.

ÁLVAREZ GIMÉNEZ, Emilio — *Los defectos de lenguaje en Galicia y en la provincia de Léon. Estudio gramatical basado en la doctrina de la Academia y en el uso de los buenos escritores.* Pontevedra, 1890. Ver: *Estudios sobre las faltas de lenguaje que se cometen en Galicia.*

AMARAL, Ilídio do — *Galiza, Finisterra na Península Ibérica.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 65-73.

AMOR MEILÁN, Manuel — *El gallego que no se habla.* In: *Boletín de la Real Academia Gallega,* tomo XVI, 1926-1927, p. 25-32.

ANAYA SANTOS, Gonzalo — *La depresión cultural gallega.* Vigo (Editorial Galaxia), 1970.

ANDRÉS, María Soledad de — ver: *Crónica General de España de 1344.*

ARGOTE, Dom Jerónymo Contador de — *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina.* Lisboa Occidental (Na Officina da Musica), 1725.

ARMESTO, Victoria — *Galicia feudal.* 2 vols., Vigo (Editorial Galaxia), 1959.

ARTHUR, Ingrid — Recensão crítica a: Åke Grafström, *Étude sur la graphie des plus anciennes chartes languedociennes avec un essai d'interprétation phonétique.* In: *Studia Neophilologica,* vol. XXX, n.º 2, 1958, p. 283-287.

Atlas Lingüístico de la Península Ibérica. Vol. I (Fonética, 1). Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1962.

Atlas Lingüístico Gallego. Cuestionario. Departamento de Filología Románica. Santiago de Compostela, 1974.

A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI. Edición de Xesús Ferro Couselo. Tomo I. Terras de Ourense, vols. I e II. Vigo (Galaxia), 1967.

AVRAM, Andrei — *Sur quelques particularités des systèmes graphématiques.* In: *Cahiers de Linguistique Théorique et Appliquée,* vol. I, 1962, p. 9-16.

AZEVEDO, Celestino Monteiro Soares de — *Linguagem popular de Ervedosa do Douro.* In: *Revista Lusitana,* vol. XXVII, 1928-1929, p. 86-197.

AZEVEDO, Pedro de — *A respeito da antiga ortografia portuguesa.* In: *Revista Lusitana,* vol. VI, 1900-1901, p. 261-268.

AZEVEDO, Pedro de — *Documentos antigos da Beira. Cartório de Ferreira de Aves (Ferreira d'Aavres).* In: *Revista Lusitana,* vol. VII, 1902, p. 59-65 e vol. VIII, 1903--1905, p. 35-45.

AZEVEDO, Pedro de — *Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castelo Rodrigo).* In: *Revista Lusitana,* vol. XIII, 1910, p. 1-17.

AZEVEDO, Pedro de — *Documentos portugueses de Pendorada do século XIII.* In: *Revista Lusitana,* vol. XI, 1908, p. 79-95.

AZEVEDO, Pedro de — *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas.* In: *Revista Lusitana,* vol. IX, 1906, p. 259-276.

AZEVEDO, Pedro de — *Duas traduções portuguesas do século XIV: Um fragmento da versão das "Partidas de Castela".* In: *Revista Lusitana,* vol. XVI, 1913, p. 108-111.

AZEVEDO, Pedro de — *Nomes de pessoas e nomes de lugares.* In: *Revista Lusitana,* vol. VI, 1900-1901, p. 47-52.

AZEVEDO, Pedro de — *Testamento em português, de D. Afonso II (1214).* In: *Revista Lusitana,* vol. VIII, 1903-1905, p. 80-84.

AZEVEDO, Pedro de — *Três documentos em português antigo.* In: *Revista Lusitana,* vol. VII, 1902, p. 73-75.

AZEVEDO, Pedro de — *Urraca Machado, dóna de Chellas.* In: *Archivo Histórico Portuguez,* vol. III, 1905, p. 1-33.

AZEVEDO, Pedro de — ver: *Livro dos bens de D. João de Portel.*

AZEVEDO, Rui Pinto de — *Documentos medievais portugueses. Documentos particulares.* Vol. III (A.D. 1101-1115). Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1940.

AZEVEDO, Rui Pinto de — *Documentos medievais portugueses. Documentos régios.* Vol. I: *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques (A.D. 1095-1185).* Tomo I, Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1958; tomo II. Aditamentos, fontes e índices, referências a documentos perdidos e notas aos documentos do texto. Lisboa (Academia Portuguesa de História), 1962.

AZEVEDO, Rui de, Avelino de Jesus da COSTA e Marcelino Rodrigues PEREIRA — *Documentos de D. Sancho I (1174-1211).* Vol. I, Coimbra (Centro de História da Universidade de Coimbra), 1979.

BADÍA MARGARIT, A. — *Gramática histórica catalana,* Barcelona, 1951.

BALDINGER, Kurt — *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica.* Madrid (Editorial Gredos), 1962.

BALDINGER, Kurt — *La langue des documents en ancien gascon.* In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque International organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 63-79.

BALDINGER, Kurt — *L'importance de la langue des documents pour l'histoire du vocabulaire galloroman. (Le champ onomasiologique du "roturier").* In: *Revue de Linguistique Romane,* tomo XXVI, 1962, p. 309-330. Também incluído em *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque International organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 41-62.

BALDINGER, Kurt — *Problèmes en marge d'un vocabulaire de la Gascogne médiévale.* In: *Revue de Linguistique Romane,* tomo XX, n.os 77-78, 1956, p. 66-106.

BAPTISTA, João Maria (coadjuvado por João Justino Baptista de OLIVEIRA) — *Chorographia moderna do Reino de Portugal.* 7 vols., Lisboa (Tipografia da Academia Real das Ciências), 1874-1879.

BARBOSA, Jorge de Morais — *Crónica de Castela (ms. 8817 da Bibl. Nac. de Madrid). Elementos para o estudo linguístico. Texto (Fernando I — Afonso VI). Glossário.* Dissertação de licenciatura em Filologia Românica (inédita), 3 vols., Lisboa, 1958.

BARBOSA, Jorge de Morais — *Études de phonologie portugaise.* Lisboa (Junta de Investigações do Ultramar), 1965.

BARBOSA, Jorge de Morais — *La langue de la "Chronique de Castille" (ms. 8817 de la Bibliothèque Nationale de Madrid).* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. II (= *Boletim de Filologia,* vol. XIX), 1961, p. 151-158.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón — *Sinais do acontecer histórico de Galicia.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 49-64.

BARRETO, João Franco — *Ortografia da lingva portvgveza.* Lisboa (Na Officina de Ioam da Costa), 1671.

BARROS, Henrique da Gama — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV.* 2.ª ed., dirigida por Torquato de Sousa Soares. 11 vols., Lisboa (Livraria Sá da Costa), 1945-1954.

BARROS, Doutor João de — *Geografia d'Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes.* Porto (Biblioteca Pública Municipal do Porto), 1919.

BARROS, João de — *Diálogo em louvor da nossa linguagem.* Lettura critica dell'edizione del 1540 con una introduzione sur *La Questione della lingua in Portugallo* a cura di Luciana Stegagno Picchio. Roma (Istituto di Filologia Romanza dell'Università), 1959.

BARROS, João de — *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha.* Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1971.

Bases pra unificación das normas lingüísticas do galego. Resume dos seminarios celebrados na Universidade de Santiago de Compostela desde decembro de 1976 a xuño de 1977. Universidade de Santiago de Compostela (Ediciones Anaya), 1977.

Bases pra unificación das normas lingüísticas do galego. Resume dos seminarios celebrados no Instituto da Lingua Galega, desde decembro de 1976 a xuño de 1977. Universidade de Santiago de Compostela, 1980.

BASTARDAS PARERA, Juan — *Particularidades sintácticas del latin medieval. (Cartularios españoles de los siglos VIII al XI).* Barcelona, 1953.

BAZELL, C. E. — *The Grapheme.* In: *Litera. Studies in Language and Literature,* vol. 3, 1956, p. 43-46. Reedição em *Readings in Linguistics,* II. Chicago e London, 1966, p. 359-361.

BERMEJO, J. C., M. C. PALLARES, J. M. PÉREZ, E. PORTELA, J. M. VÁZQUEZ, R. VILLARES — *Historia de Galicia.* Madrid (Editorial Alhambra), 1980.

BLECUA, Alberto — *Manual de crítica textual.* Madrid (Editorial Castalia), 1983.

BLUTEAU, Rafael — *Suplemento ao vocabulario portuguez, e latino.* Lisboa Occidental (Na Patriarcal Officina da Musica), Ano de M.DCC.XXVIII.

BLUTEAU, Rafael — *Vocabulario de palavras e modos de falar do Minho e Beira, etc. cuja noticia naõ veyo a tempo de se lhe dar o seu lugar alfabetico neste Suplemento.* Incluído no vol. II do *Suplemento.* Lisboa Occidental (Na Patriarcal Officina da Musica), Ano de MDCCXXVIII. O *Vocabulario* foi mais tarde reproduzido por LEITE DE VASCONCELOS, *Opúsculos,* vol. II, Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 92 e segs. e por SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa.* 2.ª ed. aumentada, Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 553-555.

BOLÉO, Manuel de Paiva — *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas.* Separ. do *Boletim de Filologia,* tomo XII, 1951, p. 1-44. Acompanham o trabalho oito mapas com a distribuição de vários fenómenos fonéticos. — Incluído, com aditamentos, na colectânea do autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica,* vol. I, tomo I, Coimbra, 1974, p. 185-250.

BOLÉO, Manuel de Paiva — *Estudos de linguística portuguesa e românica.* Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. I, tomo I, 1974; tomo II, 1975.

BOLÉO, Manuel de Paiva — *Introdução ao estudo da filologia portuguesa.* Lisboa (Edição da "Revista de Portugal"), 1946.

BOLÉO, Manuel de Paiva — *Le matériel de l'I.L.B. et quelques études de comparaison avec l'"Atlas Lingüístico de la Península Ibérica" et l'"Atlas Prévio dos Falares Baianos".* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. XVII, tomos I e II, 1975-1976. Coimbra, 1976.

BOLÉO, Manuel de Paiva — *O estudo dos falares portugueses, antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua.* Separ. das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros,* vol. II. Lisboa, 1960. — Também incluído na citada colectânea, vol. I, tomo I. Coimbra, 1974, p. 289-307.

BOLÉO, Manuel de Paiva — *O interesse do material do I.L.B. para o estudo dos falares da fronteira galego-portuguesa.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 131-151.

BOLÉO, Manuel de Paiva — Nota bibliográfica a: Carl Theodor Gossen, *Französische Skriptasudien. Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters.* In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, 1972-1974, p. 610-612.

BOLÉO, Manuel de Paiva — Recensão crítica a: Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo.* Separ. do *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. I, n.º 2. Lisboa, 1960. — A recensão foi incluída na colectânea de trabalhos do Autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo II. Coimbra, 1975, p. 32-51.

BOLÉO, Manuel de Paiva — Recensão crítica a: *Orto do Esposo.* Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário por Bertil Maler. Separ. de *Studia Neophilologica*, vol. XXXVIII, n.º 1, 1966.

BOLÉO, Manuel de Paiva e Maria Helena Santos SILVA — *O "Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental".* Separ. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fasc. 1-2), 1962, p. 85-112. Incluído nos *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I, Coimbra, 1974, p. 309-352. — O trabalho é acompanhado de 4 mapas.

BÖRNER, Wolfgang — *La ortografía del español.* In: *Iberoromania.* Neue Folge, vol. 2, 1975, p. 5-31.

BÖRNER, Wolfgang — *Schriftstruktur und Lautstruktur. Studien zu altgalicischen Skripta.* Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1976.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Monsanto. Etnografia e linguagem.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1961.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — ver: BARROS, João de.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — ver: LEÃO, Duarte Nunes de.

BYNON, Theodora — *Lingüística histórica.* Madrid (Editorial Gredos), 1981. — Versão espanhola da obra publicada em Cambridge em 1977 com o título *Historical Linguistics.*

CÂMARA JR, J. Mattoso — *"Êle" comme un accusatif dans le portugais du Brésil.* In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e Historia"*, I. Canarias (Universidad de La Laguna), 1957, p. 39-46.

CÂMARA JR., J. Mattoso — *Estrutura da língua portuguesa.* 4.ª ed., Petrópolis, R.J. (Editora Vozes), 1973.

CÂMARA JR., J. Mattoso — *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1976.

CÂMARA JR., J. Mattoso — *Para o estudo da fonémica portuguesa.* Rio de Janeiro (Padrão, Livraria Editora), 1977.

CÂMARA JR., J. Mattoso — *Una alternancia portuguesa: fui: foi.* In: *Revista de Filología Hispánica*, vol. I, n.º 3, 1939, p. 257-261.

Cancioneira da Ajuda. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. 2 vols., Halle, 1904.

CANELLADA, María Josefa — *El bable de Cabranes.* Anexo XXXI da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1944.

CANO GONZÁLEZ, Ana María — *Algunos aspectos lingüísticos del habla de Somiedo. Revisión de los límites de los resultados del sufijo latino* -oriu / -oria *en una zona del dominio*

románico leonés. In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. II, 1976, p. 235-252.

CANO GONZÁLEZ, Ana María — *El habla de Somiedo (Occidente de Asturias)*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 173-299; vol. 5, 1978, p. 113-257.

Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses. 2.ª edição revista e acrescentada pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970.

CAPPELLI, Adriano — *Dizionario di abbreviature latine ed italiane usate nelle carte e codici specialmente del medio-evo riprodotte con oltre 14000 segni incisi*. Terza edizione riveduta e corretta. Milano (Ulrico Hoepli), 1929; sesta edizione corredata con 9 tavole fuori testo. Milano (Editore Ulrico Hoepli), 1979.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Gramática elemental del gallego común*. 3.ª ed., Vigo (Galaxia), 1970.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *La constitución del gallego como lengua escrita*. In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 1, 1974, p. 31-40.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Modalidades do galego*. In: *Sobre língua e literatura galega*. Vigo (Galaxia), 1971, p. 211-228.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *No galego de Rianxo esiste un xerundio flesional*. In: *Grial*, n.º 50, 1975, p. 497-499.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Novos testemunhos gráficos do galego decer 'dizer'*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 7, 1980, p. 203-207.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981. — Reúnem-se neste livro, revistos e actualizados, alguns artigos do Autor anteriormente publicados em várias revistas e jornais.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Sobre língua e literatura galega*. Vigo (Galaxia), 1971.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Sobre os dialectos do galego*. In: *Grial*, n.º 23, 1969, p. 1-15.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Testemunhos gráficos do galego* decer '*dizer*'. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 5, 1978, p. 101-111. — O artigo foi publicado, em versão portuguesa, no livro do Autor *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981, p. 139-147.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Xerundio galego con desinencias persoáis*. In: *Filología e didáctica hispánica*. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider. Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 29-31.

CARBALLO CALERO, Ricardo — *Um exemplo de gerúndio flexional*. Artigo incluído em *Problemas da língua galega*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1981, p. 129-133. — Nova versão do artigo acima citado *No galego de Rianxo esiste un xerundio flesional*.

CARMELO, Fr. Luís do Monte — *Compendio de orthographia*. Lisboa (Na Officina de António Rodrigues Galhardo), 1767.

CAROLUS-BARRÉ, L. — Recensão crítica a: Ch. Th. Gossen, *Petite grammaire de l'ancien picard*. In: *Romania*, vol. LXXIII, 1952, p. 109-118.

CARRÉ ALVARELLOS, F. — *Orixes da fala galega*. In: *Boletín de la Real Academia Gallega*, tomo XXVII, 1956, p. 59-65.

CARRÉ ALVARELLOS, Leandro — *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego*. Cuarta edizón, La Coruña (Editorial Moret), 1972.

CARRÉ ALVARELLOS, Leandro — *La geada en Galicia*. Separ. de *Douro Litoral*. Porto, 1956.

CARRO GARCÍA, Xesús — *A peregrinaxe ao Xacobe de Galicia*. Vigo (Galaxia), 1965.

CARRO GARCÍA, Jesús — ver: *Corónica de Santa María de Iria*.

CARTER, Henry Hare — *A Fourteenth-Century Latin-Old Portuguese Verb Dictionary*. In: *Romance Philology*, vol. VI, n.os 2 e 3, 1952-1953, p. 71-103.

CARTER, Henry Hare — *Paleographical Edition and Study of the Language of a Portion of Codex Alcobacensis 200*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1938.

CARTER, Henry Hare — *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*. Paleographical Edition with Introduction, Linguistic Study, Notes, Plates, & Glossary. Chapell Hill, The University of North Carolina Press, 1967.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Separ. de *Biblos*, vol. XXIX. Coimbra, 1953. — O trabalho é acompanhado de treze cartas.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Comentários às "Notas de paleontologia linguística" I e II de Helmut Lüdtke*. In: *Boletim de Filologia*, vol. 15 (1954-1955), p. 337-345. Há separata: Lisboa, 1955. — Incluído também na colectânea *Estudos linguísticos*, 1.º volume, 2.ª edição, Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 147-158.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Estudos linguísticos*, vol. I, Lisboa (Editorial Verbo), 1964; 2.ª edição, «acrescentada e completada com índices», Coimbra (Atlântida Editora), 1973; vol. II, Coimbra (Atlântida Editora), 1969; vol. III, Coimbra (Coimbra Editora), 1984.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Fonologia mirandesa*. I. Coimbra, 1958.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 1 e 2, 1961), 1962, p. 3-12.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas* e *e* o *em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, tomo I, 1962. Coimbra, 1962.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *O problema do género nos pronomes*. Separ. de *Biblos*, vol. XLI. Coimbra, 1973. — O artigo foi incluído na colectânea de *Estudos linguísticos*, vol. III. Coimbra (Coimbra Editora), 1984, p. 27-48.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — *Sobre a evolução de* LAUDARE > *louvar*, AUDIRE > *ouvir*. In: *Boletim de Filologia*, vol. XIV, 1953, p. 218-232. — Incluído na colectânea *Estudos linguísticos*, 1.º vol., 2.ª ed., Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 125-145.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de — Recensão crítica a: Heinrich Lausberg, *Lingüística românica*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, tomos I e II, 1969. Coimbra, 1971.

CASADO LOBATO, María Concepción — *El habla de la Cabrera Alta. Contribución al estudio del dialecto leonés*. Anexo XLIV da *Revista de Filología Española*. Madrid, 1948.

CASTELLANI, Arrigo — *L'ancien poitevin et le problème linguistique des Serments de Strasbourg*. In: *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal*. Paris (Editions Klincksieck), 1972, p. 387-428. — Na p. 425 publica-se o texto dos "Serments" e nas p. 426-428 apresenta-se a discussão que se seguiu à comunicação.

CASTELLANI, Arrigo — *Lingua parlata e lingua scritta nella Toscana medievale*. In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. I, 1978, p. 455-462.

CASTRO, Américo — ver: *Fueros leoneses*.

CASTRO, Ivo José de — Ver: CASTRO, Maria Helena Lopes de.

CASTRO, Ivo — ver: *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense*.

CASTRO, Maria Helena Lopes de, Isabel Vilares CEPEDA, Virgílio MADUREIRA, Ivo José de CASTRO — *Normas de transcrição para textos medievais portugueses.* In: *Boletim de Filologia*, vol. XXII (1964-1973), 1973, p. 417-425.

CATALÁN, Diego — *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía en Castilla y Portugal.* Madrid (Editorial Gredos), 1962.

CATALÁN, Diego — *El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas.* Separ. de *Romance Philology*, vol. X, n.º 2, Novembro de 1956 e vol. XI, n.º 2, Novembro de 1957.

CATALÁN, Diego — *El çeçeo-zezeo al comenzar la expansión atlántica de Castilla.* In: *Boletim de Filologia*, vol. XVI, 1956-1957, p. 306-334.

CATALÁN, Diego — *Ibero-romance.* In: *Current Trends in Linguistics*, vol. 9 *(Linguistics in Western Europe)*. The Hague e Paris (Mouton), 1972, p. 927-1106.

CATALÁN, Diego — *La escuela lingüística española y su concepción del lenguage.* Madrid (Editorial Gredos), 1955.

CATALÁN, Diego — ver: *Crónica General de España de 1344.*

CATALÁN, Diego e Álvaro GALMÉS — *La diptongación en leonés.* In: *Archivum*, tomo IV, 1954 (= *Miscelánea filológica en memoria de Amado Alonso*), p. 87-147.

Catálogo de la colección diplomática (sección XI). Archivo Regional de Galicia, La Coruña, 1946. — Exemplar dactilografado.

CAVACAS, Almeida — *A língua portuguesa e a sua metafonia.* Coimbra, 1920.

CEPEDA, Isabel Vilares — *A linguagem da "Imitação de Cristo". (Versão portuguesa de Fr. João Álvares).* Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1962.

CEPEDA, Isabel Vilares — ver: CASTRO, Maria Helena Lopes de.

CEPEDA, Isabel Vilares — Recensão crítica a: Albino de Bem Veiga, *Virgeu de Consolaçon.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, fascículos 3-4, 1961, p. 363-367.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Alguns estudos de fonética com base no Atlas linguístico da Península Ibérica.* In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro.* Rio de Janeiro, 1958, p. 186-195. — O artigo vai seguido do Parecer de Serafim da Silva Neto.

CINTRA, Luís F. Lindley — *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Áreas lexicais no território português.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XX, fascs. 3 e 4, 1961, p. 273-307.

CINTRA, Luís F. Lindley — *"Griséu", um moçarabismo algarvio.* Separ. de *Biblos*, vol. LVII (= Homenagem a M. Paiva Boléo), 1981.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Langue parlée et traditions écrites au moyen-âge.* Separ. de *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. I, 1978, p. 463-472.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie.* In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque international organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 169-187.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses.*

In: *Boletim de Filologia*, tomo XXII (1964-1971), fasciculos 1 e 2. Lisboa, 1971, p. 81-116.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La Noticia de torto. (Lecture critique, date et lieu de rédaction)*. In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de Lingvistică și Filologie Romanică*, vol. II, București, 1971, p. 161-174. — A leitura crítica do texto encontra-se nas p. 170-172.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle*. In: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Colloque international organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 188-206.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Os ditongos decrescentes* ou e ei: *esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1970, p. 115-134.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do "Liber Regum"*. In: *Bulletin Hispanique*, vol. LII, 1950, p. 27-40.

CINTRA, Luís F. Lindley — *Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais*. In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 1 e 2, 1961), Lisboa, 1962, p. 31-39.

CINTRA, Luís F. Lindley — ver: *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

CINTRA, Luís F. Lindley — ver: CUNHA, Celso.

CINTRA, Maria Adelaide Valle — *Bibliografia de textos medievais portugueses*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1960.

COELHO, Francisco Adolfo — *Teoria da conjugação em latim e português. (Estudo de gramática comparativa)*. Lisboa, 1870.

COELHO, Jacinto do Prado — *Para o estudo da pronúncia do português medieval*. In: *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. X, 1946, p. 217-221.

Colección de documentos históricos. Boletín de la Real Academia Gallega. Tomo I, La Coruña, 1915; tomo II, La Coruña, 1931.

Colección diplomática de Galicia Histórica. Ano I, Santiago, 1901.

CONCHA, Ignacio de la — *Consecuencias jurídicas, sociales y económicas de la reconquista y repoblación*. In: *La reconquista española y la repoblación del país*. Conferencias del Curso celebrado en Jaca en Agosto de 1947. Zaragoza (Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Medievales), 1951.

CORNU, J. — *Grammatik der portugiesischen Sprache*. 2.ª ed., Estrasburgo, 1906. Separ. de *Gröbers Grundriss der romanischen Philologie, I*.

CORNU, Jules — *Phonologie syntactique et mesure des mots*. Nogent-le-Retrou, 1883.

COROMINAS, J. — *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. 4 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1954, 1955, 1956, 1957.

COROMINAS, Joan e José A. PASCUAL — *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. 5 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1980, 1980, 1980, 1981, 1983.

Corónica de Santa María de Iria. (Códice gallego del siglo XV). Edición, prólogo, notas y glosario de Jesús Carro García. Anejo V de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1951.

CORREIA, João de Araújo — *Género e número do artigo definido*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXXIV, 1936, p. 293-294.

CORTESÃO, A. A. — *Onomástico medieval português*. Separ. de *O Archeólogo Português*. Lisboa (Imprensa Nacional), 1912.

CORTESÃO, A. A. — *Subsídios para um dicionário completo (histórico-etimológico) da língua portuguesa*. 2 vols., Coimbra (França Amado, Editor), 1900-1901.

CORTESÃO, Jaime — *Os factores demográficos na formação de Portugal*. Lisboa (Livros Horizonte), 1974.

COSERIU, Eugenio — *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*. Montevideo, 1958. (Reimpresión fotomecánica. Tübingen, 1969).

COSTA, Américo — *Dicionário corográfico de Portugal continental e insular*. 12 vols., Porto. 1929-1949.

COSTA, Avelino de Jesus da — *Bibliografia: Anuario de Estudios Medievales*. Instituto de Historia Medieval de España. Barcelona, 1964, vol. I. Separ. da *Revista de Guimarães*, vol. LXXV, 1965, p. 3-22.

COSTA, Avelino de Jesus da — *Calendário*. In: *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1975, p. 435-438.

COSTA, Avelino de Jesus da — *Constituições diocesanas portuguesas (séculos XIV-XV)*. Vol. I: Introdução, edição crítica e glossário. — O trabalho encontra-se em publicação e, até ao momento, foram apenas impressas 208 páginas.

COSTA, Avelino de Jesus da — *Fragmentos preciosos de códices medievais*. Braga (Edições Bracara Augusta), 1949.

COSTA, Avelino de Jesus da — *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Separ. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*. Braga, 1977.

COSTA, Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. 2 vols., Coimbra (Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos), 1959.

COSTA, Avelino de Jesus da — *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= *Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares*). Coimbra, 1979.

COSTA, Avelino de Jesus da — ver: AZEVEDO, Rui de.

COSTAS, Henrique — ver: MONTEAGUDO, Henrique.

COTARELO Y VALLEDOR, Armando — *El castellano en Galicia (notas y observaciones)*. In: *Boletín de la Real Academia Española*, tomo LXVI, 1927, p. 82-136.

COUCEIRO, J. L. — *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, 1976.

COUCEIRO FREIJOMIL, Antonio — *El idioma gallego. Historia, gramática, literatura*. Barcelona (Casa Editorial Alberto Martín), 1935.

CRESPO POZO, José Santiago — *Contribución a un vocabulario castellano-gallego*. (Con indicación de fuentes). Madrid, 1963.

Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285). Manuscrito do séc. XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico por José Joaquim Nunes. 2 vols., Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918.

Crónica General de España de 1344. Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso. Preparada por Diego Catalán y María Soledad de Andrés en el Seminario Menéndez Pidal de la Universidad de Madrid. Año de 1970. Vol. I, Madrid (Editorial Gredos), 1971.

Crónica Geral de Espanha. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. I (Introdução), Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1951; vol. II (Texto), Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1954; vol. III (Texto), Lisboa

Academia Portuguesa da História), 1961. Edição facsimilada publicada por Imprensa Nacional — Casa da Moeda: vol. I, 1983; vol. II, 1984; vol. III, 1984.

Crónica Troyana. Códice gallego del siglo XIV de la Biblioteca Nacional de Madrid. Con apuntes gramaticales y vocabulario por D. Manuel R. Rodríguez. Publícalo a expensas de la Excma. Diputación de esta provincia Andrés Martínez Salazar. 2 vols., La Coruña, 1900.

Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal. Edição crítica pelo Académico de número Carlos da Silva Tarouca. 3 vols., Lisboa, 1952-1953.

CUNHA, Celso Ferreira da — *À margem da poética trovadoresca. O regime dos encontros vocálicos interverbais.* Rio de Janeiro, 1950.

CUNHA, Celso Ferreira da — *Estudos de versificação portuguesa. (Séculos XIII a XVI).* Paris (Centro Cultural Português), 1982.

CUNHA, Celso — *Gramática do português contemporâneo.* 5.ª edição revista. Belo Horizonte (Editora Bernardo Álvares), 1975.

CUNHA, Celso Ferreira da — *Le polymorphisme du Portugais du Brésil et ses causes: le cas du /s/ implosif.* In: *Cultura Neolatina*, ano XXXIV, fasciculos 3-4, 1974, p. 327-335.

CUNHA, Celso — *Novas observações sobre o hiato na antiga versificação galego-portuguesa.* In: *Ibérida. Revista de Filologia*, n.º 4, Dezembro de 1960, p. 23-100.

CUNHA, Celso Ferreira da — *O Cancioneiro de João Zorro. Aspectos linguísticos. Texto crítico. Glossário.* Rio de Janeiro, 1949.

CUNHA, Celso — *Significância e movência na poesia trovadoresca. Questões de crítica textual.* Rio de Janeiro (Tempo Brasileiro), 1985.

CUNHA, Celso e Luís F. Lindley CINTRA — *Nova gramática do português contemporâneo.* Lisboa (Edições João Sá da Costa), 1984.

CUNHA, Rosalina Branca da Silva — *O estudo da paleografia e os métodos de transcrição, em Portugal.* In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. V, 1968, p. 221-223.

Current Trends in Linguistics, vol. 9 (Linguistics in Western Europe). The Hague e Paris (Mouton), 1972.

CUVEIRO PIÑOL, Juan — *El habla gallega, observaciones y datos sobre su origen y vicisitudes.* Pontevedra, 1861.

DANTÍN CERECEDA, Juan — *Regiones naturales de España*, vol. I, Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Instituto Juan Sebastián Elcano), 1942.

DAVID, Pierre — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle.* Coimbra, 1947.

DELGADO, M. Joaquim — *A linguagem popular do Baixo Alentejo.* Beja, 1951.

Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história. Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Vol. I (1147-1460). Lisboa (Edição do Instituto para a Alta Cultura), 1944.

D'HEUR, Jean-Marie — *Sur la tradition manuscrite des chansonniers galiciens-portugais. Contribution à la "Bibliographie générale" et au "Corpus" des Troubadours.* In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII, 1974, p. 3-43.

Dialectes (Les) de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal. Colloque organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université des Sciences Humaines de Strasbourg du 22 au 25 mai 1967. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Éditions Klincksieck), 1972.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva — *Sintaxe histórica portuguesa.* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970.

Dicionario corográfico, conforme al Nomenclátor de ciudades, villas, lugares, aldeas y otras entidades de población del Censo general de 1940. 4 vols., Madrid (Instituto Nacional de Estadística), s.d.

Dicionário de História de Portugal. Dirigido por Joel Serrão, 4 vols., Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971. — A obra foi reeditada em 6 vols., pela Livraria Figueirinhas, Porto, 1981.

Documentos del Archivo de la Catedral de Orense. Comisión Provincial de Monumentos de Orense. Orense, 1917.

Documentos del Cartulario del Monasterio de Celanova. Por Manuel Serrano y Sanz. Santander, 1921.

Documents linguistiques de la France. (Série française). Publiés par Jacques Monfrin avec le concours de Lucie Fossier. I. Chartes en langue française antérieures à 1271 conservées dans le département de la Haute-Marne. Volume préparé par Jean-Gabriel Gigot. Paris (Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique), 1974.

Documents linguistiques de la France. (Série française). Publiés par Jacques Monfrin avec le concours de Lucie Fossier. II. Chartes en langue française antérieures à 1271 conservées dans le département des Vosges. Volume préparé par Jean Lanher. Paris (Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique), 1975.

Documents linguistiques de la France. (Série francoprovençale). Publiés par l'Institut de Linguistique Romane de Lyon sous la direction de P. Gardette et de J. Monfrin. Documents Linguistiques du Forez (1260-1498) par Marguerite Gonon. Ouvrage publié avec le concours de la Fondation Georges Guichard .Paris (Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique), 1974.

Documents linguistiques de la France. (Série francoprovençale). Publiés par l'Institut de Linguistique Romane de Lyon sous la direction de P. Gardette et de J. Monfrin. Documents linguistiques du Lyonnais (1255-1425). Par Paulette Durdilly. Ouvrage publié avec le concours de la Fondation Georges Guichard. Paris (Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique), 1975.

DOMINCOVICH, Ruth — *Portuguese Orthography to 1500*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1948.

DUARTE, Maria Clementina dos Prazeres — *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*. Estudo baseado no inquérito linguístico por correspondência (1942), organizado por M. de Paiva Boléo. Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1950.

DUCAMIN, Jean — ver: RUIZ, Juan, Arcipreste de Hita.

DURDILLY, Paulette — ver: *Documents linguistiques de la France. (Série francoprovençale)*.

DURO PEÑA, Emilio — *El monasterio de San Pedro de Ramiranes*. In: *Archivos Leoneses. Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, ano XXV, n.º 49, 1971, p. 9-74.

DURO PEÑA, Emilio — *El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives*. In: *Archivos Leoneses. Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, ano XXI, 1967, p. 7-86. — Nas p. 57-86 publica-se uma colecção documental do referido mosteiro.

EBELING, Walter — *Landwirtschaftlichen Geräte im Osten der Provinz Lugo (Spanien). Sach- und wortkundliche Untersuchungen*. In: *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. V, fascículos 1-3, 1932, p. 50-151.

ECHAIDE, Ana María — *El género del sustantivo en español: evolución y estructura*. In: *Iberoromania*. Neue Folge, vol. I, fasc. I, 1969. p. 89-124.

ELIA, Sílvio — *A pronúncia quinhentista do português.* In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, p. 198-219.

Enciclopedia Lingüística Hispánica, dirigida por M. Alvar, A. Badía, R. de Balbín e Luís F. Lindley Cintra. 2 vols. e um suplemento. Madrid (C.S.I.C.), 1960, 1967 e 1962.

ENRÍQUEZ, María del Carmen — *Fonética y fonología del gallego de O Grove.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, vol. 3, 1976, p. 127-160.

ENRÍQUEZ, María del Carmen — *Léxico de O Grove.* Anejo 3 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1974.

ENTWISTLE, W. J. — *The Spanish Language together with Portuguese, Catalan and Basque.* London (Faber & Faber), 1965.

Estudios dedicados a Menéndez Pidal, vol. II, Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1951.

FAGAN, David — *Some Historical Parallels with Galician-portuguese Nasalization.* In: *Annali dell'Istituto Universitario Orientale. Sezione Romanza*, vol. XIV, fasc. 1, 1972, p. 19-44.

FERNANDES, Hirondino da Paixão — *O Parâmio. Contribuição para o estudo da linguagem e etnografia da região bragançana.* Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1961.

FERNÁNDEZ CATÓN, José María — *El Archivo del Hospital de los Reyes Católicos de Santiago de Compostela. Inventario de fondos. Santiago de Compostela* (Secretariado de Publicaciones de la Universidad), 1972.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, José Ramón — *El habla de Ancares (León). Estudio fonético, morfosintáctico y léxico.* Universidad de Oviedo, 1981.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, José Ramón — *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método "Palabras y Cosas".* Anejo 10 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1978.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, José Ramón — *La inflexión de / a / > / e / en el dominio iberorrománico.* In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. III, 1979, p. 157-177.

FERNÁNDEZ LLERA, Víctor — *Gramática y vocabulario del Fuero Juzgo.* Madrid (Imprenta Clásica Española), 1929.

FERNÁNDEZ REI, Francisco, Henrique MONTEAGUDO, Gonzalo NAVAZA BLANCO e M.ª Camiño NOIA CAMPOS — *Lingua galega.* Colectivo Seitura. Edicións Xerais de Galicia, 1985.

FERNÁNDEZ REI, Francisco — ver: GARCÍA, Constantino.

FERNÁNDEZ REY, Francisco — ver: *Galego.* Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega.*

FERNÁNDEZ-VILLAMIL, E. — *Juntas del Reino de Galicia. Historia de su nacimiento, actuaciones y extinción.* 3 tomos, Madrid, 1962.

FERRARI, Anna — *Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (cod. 10991: Colocci-Brancuti). Premesse codicologiche alla critica del testo. (Materiale e note problematiche):* In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIV, 1979, p. 27-142.

FERRARI, Anna, Elsa GONÇALVES e Maria Ana RAMOS — *Geografia da lírica galego-portuguesa.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 191-201.

FERREIRA, José de Azevedo — *Alphonse X, Primeyra Partida. Édition et étude.* Braga (Publicações do Instituto Nacional de Investigação Científica), 1980.

FERREIRA, José de Azevedo — *Les verbes "haber", "tener" et l'emploi de l'anaphorique "y" dans "Le Libro de los Gatos".* In: *Boletim de Filologia,* tomo XXVI, 1980-1981, p. 245-270.

FERREIRA, José de Azevedo — ver: AFONSO X.

FERREIRA, Pedro Augusto — *Diccionario d'apelidos portugueses.* Porto (Tipografia Mendonça), 1908.

FERRO COUSELO, Xesús — ver: *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI.*

FEYJÓ, João de Moraes Madureira — *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portuguesa.* Coimbra (Na Officina de Luis Secco Ferreira), 1739.

FIGUEIREDO, Cândido de — *Dicionário da lingua portuguesa.* 10.ª edição, 2 vols., Lisboa (Livraria Bertrand), 1949; 16.ª edição, 2 vols., Lisboa (Livraria Bertrand), 1981.

FILGUEIRA VALVERDE, José — *El primer vocabulario gallego y su colector, el bachiller Olea (c. 1536).* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos,* vol. VIII, 1947, p. 591-608.

FILGUEIRA VALVERDE, Xosé — *O galego escrito, entre o latín e o castelán, no medievo.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 127-130.

Filologia y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider. Editado por José Maria Navarro, Michael Studemund (Hamburgo), Hans-Josef Niederehe e Harald Haarmann (Treveris). Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975.

FIÚZA, Mário — ver: VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de.

FLÓREZ, Enrique — *España Sagrada.* Tomo XV. De la Provincia antigua de Galicia. Madrid (En la oficina de Antonio Marín) 1759, p. 31-51.

FORESTI, Fabio — *Il rapporto tra sistemi grafici e sistemi fonologici, con particolare riguardo all'italiano.* In: *Rivista Italiana di Dialettologia.* Scuola, Società, Territorio. Cooperativa Libraria Universitaria Editrice. Anno I, 1977, número único, p. 121-152.

FOSSIER, Lucie — ver: *Documents linguistiques de la France (Série Française).* I; II.

Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués. Edición y estudio por J. L. Pensado Tomé. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos,* 1962.

FRAGUAS FRAGUAS, Antonio — *Geografía de Galicia.* Santiago de Compostela. La Coruña (Editorial Moret), 1953.

Fuero (El) de Jaca. Edición crítica por Mauricio Molho. Zaragoza (Escuela de Estudios Medievales. Instituto de Estudios Pirenaicos. Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1964.

Fueros (Los) de Sepúlveda. Edición crítica y apéndice documental de Emilio Sáez. Estudio histórico jurídico, por Rafael Gibert. Estudio lingüístico y vocabulario, por Manuel Alvar. Los términos antiguos de Sepúlveda, por A. G. Ruiz-Zorrilla. Segovia, 1953.

Fueros leoneses de Zamora, Salamanca, Ledesma e Alba de Tormes. Edición y estudio de Américo Castro y Federico de Onís. I. Texto. Madrid (Centro de Estudios Históricos), 1916.

Galego. Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega,* tomo 14, fascículo 222-224, p. 222-255. — O artigo é da autoria de Rosario Álvarez Blanco, Francisco Fernández Rey e Xosé Xove Fernández.

Galicia. [Mapa na escala de 1/250.000]. Xunta de Galicia. Dirección General del Instituto Geográfico Nacional, 1984. — Acompanha o mapa um folheto de 79 pági-

nas intitulado *Toponimia de Galicia. Índice alfabético con clasificación de los topónimos.*

GALINDO ROMEO, Pascual — *Tuy en la baja Edad Media. Siglos XII-XIV.* [Suplemento al tomo XXII de la *España Sagrada* del P. Flórez]. Zaragoza, Madrid, 1923.

GALMÉS, Álvaro — ver: CATALÁN, Diego.

GALMÉS DE FUENTES, Álvaro — *Dialectología mozárabe.* Madrid (Editorial Gredos), 1983.

GALMÉS DE FUENTES, Álvaro — *El arcaismo fonológico de los dialectos del Norte portugués y su importancia para la lingüística románica general.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, vol. III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasciculos 1 e 2, 1961), Lisboa, 1962, p. 19-30.

GALMÉS DE FUENTES, Álvaro — *Las sibilantes en la Romania.* Madrid (Editorial Gredos), 1962.

GAMILLSCHEG, Ernst — *Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre.* Wien (Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften), 1913. (Cap. X. Das Verbalsystem des Ibero-Romanischen).

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de — *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da lingua portuguesa.* Edição fac-similada da 1.ª edição. Lisboa (Biblioteca Nacional), 1981.

GARCÍA, Constantino — *Actividades do Instituto da Lingua Galega.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 23-34.

GARCÍA, Constantino — *"Amanecer" en gallego.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 1, 1974, p. 150-158. — O artigo é acompanhado de seis mapas com a distribuição dos vários tipos lexicais e respectivas variantes fonéticas.

GARCÍA, Constantino. *Galego onte, galego hoxe.* Discurso inaugural lido na solemne apertura do curso académico 1977-78. Universidad de Santiago de Compostela. Publicado recentemente no trabalho do Autor *Temas de lingüística galega.* A Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1985, p. 35-108.

GARCÍA, Constantino — *Glosario de voces galegas de hoxe.* Anexo 27 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de Santiago de Compostela e Xunta de Galicia (Consellería da Presidencia), 1985.

GARCÍA, Constantino — *Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano.* Separ. da *Revista Española de Lingüística*, ano 6, fasc. 2 (Julho-Dezembro de 1976), p. 327-343. — O artigo foi publicado de novo, em versão galega, no trabalho do Autor *Temas de lingüística galega.* La Coruña. (Editorial La Voz de Galicia), 1985, p. 109-140.

GARCÍA, Constantino — *Léxico de la comarca compostelana.* Anejo 1 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1974.

GARCÍA, Constantino — *Os estudios dialectáis do galego.* In: *Grial*, vol. 62 (outubre, novembre, decembre, 1978), p. 458-464.

GARCÍA, Constantino — *Resultados del sufijo* -ANA *en gallego.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 2, 1975, p. 151-156.

GARCÍA GONZÁLEZ, Constantino — *Temas de lingüística galega.* A Coruña (Editorial La Voz de Galicia), 1985.

GARCÍA, Constantino, Antón SANTAMARINA, Rosario ÁLVAREZ BLANCO, Francisco FERNÁNDEZ REI, Manuel GONZÁLEZ GONZÁLEZ — *O Atlas Lingüístico Galego.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 4, 1977, p. 5-17.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente — *Contribución al diccionario hispánico etimológico.* Anejo II da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1943.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente — *Diccionario etimológico español e hispánico.* Madrid (Editorial S.A.E.T.A.), 1954.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente — *Elementos de gramática histórica gallega.* Burgos, 1909. — Foi recentemente publicada uma edição facsimilar como Anexo 23 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Santiago de Compostela, 1984.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente — *Manual de dialectología española.* Madrid (Ediciones Cultura Hispánica), 1959.

GARCÍA DE LA TORRE, J. M. — *Castille et Galice. Interaction linguistique.* Amsterdam, 1965.

GARCÍA DE LA TORRE, José Manuel — *Estudios sobre el gallego de Orense. Lenguaje y cultura del vino en el Ribero.* Tesis doctoral presentada a la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Madrid. Madrid, 1962. — Exemplar dactilografado.

GARCÍA VÁZQUEZ-QUEIPO, Antonio — *Enmienda de algunos vicios de locución a que propenden los naturales de Galicia.* Santiago (Impr. Paredes), 1884.

GARCÍA VILLADA, Zacarías — *Paleografía española.* 2 vols. I. Texto; II. Álbum. Madrid (Publicaciones de la *Revista de Filología Española*), 1923.

GARCÍA YEBRA, Valentín — ver: ALONSO, Dámaso.

GARDETTE, Pierre — *Le francoprovençal écrit en Lyonnais et en Forez au moyen âge.* In: *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal.* Colloque organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université des Sciences Humaines de Strasbourg du 22 au 25 mai 1967. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Éditions Klincksieck), 1972. — O trabalho tinha já sido publicado na *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, n.os 125-126, 1968, p. 70-99.

GARDETTE, Pierre — *Les textes non littéraires et le vocabulaire francoprovençal.* In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962, p. 363-375. — Também incluído em *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque International organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 97-109.

GARDETTE, Pierre — *Projet d'un glossaire du vieux franco-provençal.* In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962, p. 388-394. — Também incluído em *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.* Colloque International organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963, p. 122-128.

GARDETTE, Pierre — ver: *Documents linguistiques de la France. (Série francoprovençale).*

General Estoria. Versión gallega del siglo XIV. Ms. O.I. 1. del Escorial. Edición, introducción lingüística, notas y vocabulario de Ramón Martínez López. Oviedo (Publicaciones de *Archivum*), 1963.

GIBERT, Rafael — ver: *Los fueros de Sepúlveda.*

GIGOT, Jean-Gabriel — ver: *Documents linguistiques de la France. (Série française).* I.

GIL MERINO, Antonio — *Notas históricas sobre la Real Audiencia en Galicia en la segunda mitad del siglo XVI y su traslado a La Coruña.* In: *Revista.* Instituto "José Cornide" de Estudios Coruñeses, ano II, n.º 2, 1966, p. 19-37.

GIL SUÁREZ, Maria del Carmen — *El habla de Villardevós.* Tese de licenciatura (inédita) apresentada na Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 1969.

GIRY, A. — *Manuel de diplomatique. Diplômes et chartes. Chronologie technique. Éléments critiques et parties constitutives de la teneur des chartes. Les chancelleries. Les actes privés.* Paris (Librairie Hachette et Cie), 1894. — Há uma reedição de 1925. Servi-me da edição de 1894.

GLEASON, H. A. — *Introduction à la linguistique.* Paris (Librairie Larousse), 1969. — Versão francesa da segunda edição revista da obra *An Introduction to Descriptive Linguistics*, publicada em New York em 1967.

GONÇALVES, Elsa — ver: FERRARI, Anna.

GONDAR, Francisco G. — *O infinitivo conxugado en galego.* Anexo 13 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1978.

GONON, Marguerite — ver: *Documents linguistiques de la France. (Série francoprovençale).*

GONZÁLEZ, Julio — *Reconquista y repoblación de Castilla, León, Extremadura y Andalucía (siglos XI al XIII).* In: *La reconquista española y la repoblación del país.* Zaragoza (Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Medievales), 1951.

GONZÁLEZ DE ULLOA, D. Pedro — *Descripción de los Estados de la Casa de Monterrey en Galicia (1777).* Edición, prólogo y notas de José Ramón y Fernández Oxea. Anejo IV de *Cuadernos de Estudios Gallegos.* Santiago de Compostela, 1950.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Manuel — *O "Atlas Lingüístico Galego", un paso adiante nos estudios de lingüística galega.* In: *Grial*, vol. XXI, n.º 81, 1983, p. 267-286.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Manuel — ver: GARCÍA, Constantino.

GONZÁLEZ LÓPEZ, Emilio — *Grandeza y decadencia del Reino de Galicia.* Buenos Aires (Editorial Citania), 1957.

GONZÁLEZ LÓPEZ, Emilio — *Historia de Galicia.* La Coruña (La Voz de Galicia), 1980.

GOROSCH, Max — *El fuero de Teruel.* Stockholm (Leges Hispanicae Medii Aevi), 1950.

GOSSEN, Charles Théodore — *Considérations sur le franco-picard, langue littéraire du moyen âge.* In: *Les Dialectes Belgo-Romans*, tomo XIII, n.º 2, Julho-Dezembro de 1956, p. 97-121.

GOSSEN, Charles Théodore — *De l'histoire des langues écrites régionales du domaine d'oïl.* Separ. das Actas do Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge*, (= *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962).

GOSSEN, Charles Théodore — *Die Pikardie als Sprachlandschaft des Mittelalters, auf Grund der Urkunden.* Bienne, 1942.

GOSSEN, Charles Théodore — *Explication de quelques spécimens de scripta lorraine, picarde et normande.* Separ. das Actas do Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe de] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge* (= *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962).

GOSSEN, Carl Theodor — *Französische Skriptastudien. Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters.* Österreichische Akademie der Wissenschaften: Philosophisch-Historische Klasse. Sitzungsberichte, vol. 253. Graz, Wien e Köln (Hermann Böhlaus Nachf., Kommissionsverlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften), 1967.

GOSSEN, Charles Théodore — *Graphème et phonème: le problème central de l'étude des langues écrites du moyen âge.* In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, 1968, p. 1-16. — O trabalho foi apresentado inicialmente como comunicação ao Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie et de Littératures Romanes" de Estrasburgo, de 22 a 25 de Maio de 1967 [sob a epígrafe] *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal*, vindo, mais tarde, a ser incluído no volume das Actas: *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal.* Colloque organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université des Sciences Humaines de Strasbourg du 22 au 25 mai 1967. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Éditions Klincksieck), 1972.

GOSSEN, Charles Théodore — *La scripta des chartes picardes.* Separ. das Actas do Colóquio organizado pelo "Centre de Philologie Romane" de Estrasburgo, de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1961 [sob a epígrafe] *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du moyen âge* (= *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962).

GOSSEN, Charles Théodore — *L'interprétation des graphèmes et la phonétique historique de la langue française.* In: *Travaux de Linguistique et de Littérature*, vol. VI, 1968, p. 149-168.

GOSSEN, Charles Théodore — *Petite grammaire de l'ancien picard. Phonétique, morphologie, syntaxe. Anthologie et glossaire.* Paris (Librairie C. Klincksieck), 1951. Há uma segunda edição intitulada *Grammaire de l'ancien picard.* Paris (Bibliothèque française et romane publiée par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université de Strasbourg, Série A. Manuels et études linguistiques, 19), 1970. — A segunda edição refunde quase totalmente a primeira.

GRAFSTRÖM, Åke — *Étude sur la graphie des plus anciennes chartes languedociennes avec un essai d'interprétation phonétique.* Upsal, 1958. — Só me foi possível ler a recensão crítica de Ingrid Arthur em *Studia Neophilologica*, vol. XXX, n.º 2, 1958, p. 283-287.

GRANDA GUTIÉRREZ, Germán de — *Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés.* Con la colaboración de María Soledad Andrés Castellanos, María Carmen Díaz Castañón y Milagros Mozón Vázquez. In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, tomo II, Madrid (Editorial Gredos), 1960, p. 119-173.

GRANDA GUTIÉRREZ, Germán de — *Las vocales finales del dialecto leonés.* In: *Trabajos sobre el dominio románico leonés.* Madrid (Editorial Gredos), vol. II, 1960, p. 27-117.

GRANDGENT, C. H. — *Introducción al latín vulgar.* Traducción del inglés, adicionada por el autor, corregida y aumentada con notas, prólogo y una antología por Francisco de B. Moll. Madrid (Centro de Estudios Históricos), 1928.

GRIERA, A. — *Dominios adyacentes de la lingüística románica.* In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XVIII, n.os 69-70, 1954, p. 68-84.

HAADSMA, R. A. e J. NUCHELMANS — *Précis de latin vulgaire.* Groningen, 1963.

HAARMANN, Harald — ver: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.*

HAMMARSTRÖM, Göran — *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes.* In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXI, 1959, p. 5-18.

HAMMARSTRÖM, Göran — *Type et typème, graphe et graphème.* In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXVI, 1964, p. 322-340.

HAMPEJS, Zdeněk — *Alguns problemas do infinito conjugado no português.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, tomo I (= *Boletim de Filologia*, tomo XVIII, 1959), 1961, p. 177-194.

HAMPEJS, Zdeněk — *Nota sintáctico-estilística sobre o infinito flexionado português.* In: *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 5, tomos I e II, 1959-1960, p. 115-118.

HANSSEN, F. — *Estudios ortográficos sobre la Astronomía del rei D. Alfonso X.* Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*, vol. XCI (1895). Santiago de Chile, 1895.

HANSSEN, Federico — *Estudios sobre la conjugación leonesa.* Separ. de *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago de Chile, 1896.

HART JR., Thomas R. — *Notes on Sixteenth-century Portuguese Pronunciation.* In: *Word*, vol. XI, 1955, p. 404-415.

HASSELROT, Bengt — Recensão crítica a: Hans Gerd Schöneweiss, *Die Namen der Obstbäume in den romanischen Sprachen. Studien über ein Wortfeld.* In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, 1957, p. 346-349.

HEGYI, Ottomar — *Reflejos del multiculturalismo medieval: los tres alfabetos para la notación del iberorromance.* In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XXX, n.º 1, 1981, p. 92-103.

Historia de Galiza. Dirixida por R. Otero Pedrayo. 3 vols., Buenos Aires (Editorial Nós), 1962-1973.

HJELMSLEV, Louis — *Sistema lingüístico y cambio lingüístico.* Madrid (Editorial Gredos), 1976.

HOŘEJŠÍ, Vladimír — *Analyse structurale de l'orthographe française.* In: *Philologica Pragensia*, vol. V, fasc. 4, 1962, p. 225-236.

HOŘEJŠÍ, Vladimír — *Formes parlées, formes écrites et systèmes orthographiques.* In: *Folia Linguistica*, vol. V, 1971, p. 185-193.

HOUAISS, A. — *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca.* Rio de Janeiro, 1959.

HUBER, Joseph — *Altportugiesisches Elementarbuch.* Heidelberg (Carl Winters Universitätsbuchhandlung), 1933.

IGLESIA, Antonio de la — *El idioma gallego, su antigüedad y vida.* 3 tomos, La Coruña, 1883-1886.

I.L.B. *(Inquérito Linguístico Boléo).* — Respostas ao Inquérito linguístico por correspondência organizado por Manuel de Paiva Boléo em 1942 e posteriormente completado com inquéritos no terreno realizados por este professor e por alunos de Linguística Portuguesa. O material, que abrange mais de 3.000 inquéritos, muitos deles acompanhados de relatórios dactilografados, encontra-se no Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Introducción plural a la gramática histórica. Recopilación de Francisco Marcos Marín. Madrid (Editorial Cincel), 1983. — Reúnem-se neste volume alguns artigos de vários autores, na sua maior parte fundamentais no domínio da gramática histórica.

IORDAN, Iorgu e Maria MANOLIU — *Manual de lingüística románica.* Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. 2 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1972.

IRIA, Alberto — *Descobrimentos portugueses. O Algarve e os descobrimentos*, vol. II, tomos I e II. Lisboa (Edição do Instituto de Alta Cultura), 1956.

IRIA, Joaquim Alberto — *O Algarve e a Andaluzia no século XV em documentos para a sua história (1466-1480).* In: *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 23, tomo I, II Série, 1975, p. 9-84.

IVIĆ, Pavle — *On the Structure of Dialectal Differentiation.* In: *Word,* vol. XVIII, n.os 1-2, 1962 (= Linguistic Essays on the Occasion of the Ninth International Congress of Linguists. Cambridge, Massachusetts, August 23-31, 1962), p. 33-53.

JAKOBSON, Roman — *Principes de phonologie historique.* Publicado como apêndice ao trabalho de N. S. Trubetzkoy, *Principes de phonologie.* Paris (Éditions Klincksieck), 1976.

JIMÉNEZ GÓMEZ, Santiago — *Guia para el estudio de la edad media gallega (1100-1480).* Santiago de Compostela (Secretariado de Publicaciones de la Universidad), 1973.

JUCÁ (Filho), Cândido — *O factor psicológico na mutação vocálica portuguesa.* In: *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. I (= *Boletim de Filologia,* vol. XVIII, 1959), Lisboa, 1961, p. 143-162.

JUILLAND, Alphonse G. — *A Bibliography of Diachronic Phonemics.* In: *Word,* vol. IX (Including Supplement), 1953, p. 198-208.

JUNGEMANN, Fredrick H. — *La teoria del sustrato y los dialectos hispano-romances y gascones.* Madrid (Editorial Gredos), 1955.

KRÜGER, Fritz — *El dialecto de San Ciprián de Sanabria.* Monografía leonesa. Madrid, 1923.

KRÜGER, Fritz — *Mezcla de dialectos.* In: *Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal,* vol. II, Madrid, 1925, p. 121-166.

KRÜGER, Fritz — *Notas de dialectologia asturiana comparada.* Separ. do *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos,* n.º 30, 1957.

KRÜGER, Fritz — *Studien zur Lautgeschichte westspanischer Mundarten auf Grund von Untersuchungen an Ort und Stelle.* Hamburg, 1914.

LACARRA, José María — *La repoblación del camino de Santiago.* In: *La reconquista española y la repoblación del país.* Conferencias del curso celebrado en Jaca en Agosto de 1947. Curso del Instituto de Estudios Pirenaicos. Zaragoza (C.S.I.C.), 1951, p. 223-232.

LAGO GONZÁLEZ, Manuel — *Elogio de la lengua gallega.* Discurso en la sesión inaugural de la Academia Gallega. In: *Boletín de la Real Academia Gallega,* tomo I (2.ª ed.), p. 137-141.

LANG, Henry R. — *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal.* Halle, 1894.

LANG, Henry R. — *Tradições populares açoreanas.* In: *Revista Lusitana,* vol. 2, 1890-1892, p. 46-55.

LANHER, Jean — Ver: *Documents linguistiques de la France. (Série française).* II.

LANZA ÁLVAREZ, F. — *De los antiguos límites orientales de Galicia.* In: *Boletín de la Real Academia Gallega,* tomo XIX, 1930, p. 145-148.

LAPA, M. Rodrigues — *Estilística da língua portuguesa.* 8.ª edição, revista e acrescentada. (Coimbra Editora), 1975.

LAPA, M. Rodrigues — *Estudos galego-portugueses. Por uma Galiza renovada.* Lisboa (Sá da Costa Editora), 1979. — Reúnem-se neste volume os trabalhos dispersos do Autor sobre o problema do galego; somente um ou outro aparece agora publicado pela primeira vez.

LAPA, M. Rodrigues — *Lições de literatura portuguesa. Época medieval.* 7.ª edição, revista. Coimbra (Coimbra Editora), 1970.

LAPA, M. Rodrigues — *Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval.* Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1982.

LAPA, M. Rodrigues — *Princípios básicos para a criação de uma língua literária comum.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Conse-

lleria de Cultura), 1982, p. 235-248. — Publica-se apenas o texto do "Resumo" da comunicação enviado pelo Autor para incluir no "Programa" do Colóquio. Seguem-se as intervenções suscitadas pela comunicação.

LAPA, M. Rodrigues — *Vocabulário galego-português.* Extraído da edição crítica das "Cantigas d'escarnho e de mal dizer". [Vigo] (Editorial Galaxia), 1970.

LAPA, M. Rodrigues — ver: *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses.*

LAPA, M. Rodrigues — ver: *Livro de Falcoaria de Pero Menino.*

LAPESA, Rafael — *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1948. — Incluído na colectânea do Autor *Estudios de historia lingüística española.* Madrid (Paraninfo), 1985, p. 53-122.

LAPESA, Rafael — *Contienda de normas lingüísticas en el castellano alfonsí.* In: *Actas del Coloquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal (Madrid, 31 de marzo a 2 de abril de 1978).* Edición a cargo de Wido Hempel y Dietrich Briesemeister. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1982, p. 172-190. — O artigo foi incluído recentemente na colectânea do autor, *Estudios de historia lingüística española.* Madrid (Paraninfo), 1984, p. 209-225.

LAPESA, Rafael — *Del demostrativo al artículo.* In: *Nueva Revista de Filología Hispánica,* vol. XV, n.os 1 e 2, 1961 (= Homenaje a Alfonso Reyes), p. 23-44.

LAPESA, Rafael — *De nuevo sobre la apócope vocálica en castellano medieval.* In: *Nueva Revista de Filología Hispánica,* vol. XXIV, n.º 1, 1975, p. 13-23. — Incluído em *Estudios de historia lingüística española.* Madrid (Paraninfo), 1984, p. 198-208.

LAPESA, Rafael — *Estudios de historia lingüística española.* Madrid (Paraninfo), 1984. — Neste volume reúnem-se, com aditamentos e correcções, vários artigos do Autor aparecidos entre 1948 e 1983; entre outros, destacam-se os seguintes: *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés,* p. 53-122; *La apócope de la vocal en castellano antiguo. Intento de explicación histórica,* p. 167-197; *De nuevo sobre la apócope vocálica en castellano medieval,* p. 198-208; *Contienda de normas lingüísticas en el castellano alfonsí,* p. 209-225; *Sobre el ceceo y el seseo andaluces,* p. 249-266. Como o volume saiu a público quando o presente trabalho estava quase totalmente impresso, as citações feitas de vários artigos baseiam-se nas primitivas versões.

LAPESA, Rafael — *Historia de la lengua española.* 7.ª edição. Madrid (Escelicer), 1968; 9.ª ed., corrigida e aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1983.

LAPESA, Rafael — *La apócope de la vocal en castellano antiguo. Intento de explicación histórica.* In: *Estudios dedicados a Menéndez Pidal.* Madrid (C. S. I. C.), 1951, vol. II, p. 185-226. — Incluído no volume em que se reúnem trabalhos do Autor *Estudios de historia lingüística española.* Madrid (Paraninfo), 1985, p. 167-197.

LAPESA, Rafael — *Sobre el ceceo y el seseo andaluces.* In: *Miscelánea Homenaje a André Martinet "Estructuralismo e Historia".* I. Universidad de La Laguna (Canarias), 1957, p. 67-94. — Incluído no volume em que se reúnem trabalhos do Autor, *Estudios de historia lingüística española.* Madrid (Paraninfo), 1985, p. 249-266.

LAUSBERG, Heinrich — *Lingüística románica.* 2 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1965 e 1966.

LÁZARO CARRETER, Fernando — *Los orígenes de las lenguas gallega y portuguesa, según Feijoo y sus polemistas.* In: *Revista de Filología Española,* vol. XXXI, 1947, p. 140-154.

LEÃO, Duarte Nunes do — *Origem, e orthographia da lingoa portugueza.* Nova edição correcta, e emendada, conforme a de 1784. Lisboa (Typographia do Panorama), 1864.

LEÃO, Duarte Nunes de — *Ortografia e origem da língua portuguesa.* Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Imprensa Nacional — Casa da Moeda), 1983.

LECOY, Félix — *Note sur le vocabulaire dialectal ou régional dans les œuvres littéraires au moyen âge.* In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, n.os 125-126, 1968, p. 48-69. — Também publicado em *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal.* Paris (Éditions Klincksieck), 1972, p. 59-80.

LEHMANN, Winfred P. — *Introducción a la lingüística histórica.* Madrid (Editorial Gredos), 1969. — Tradução do original inglês *Historical Linguistics: an Introduction.* New York (Holt, Rinehart and Winston), 1962.

Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge. Colloque international organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Librairie C. Klincksieck), 1963.

LIDA DE MALKIEL, María Rosa — Recensão crítica a: Lucius-Gaston Moffat, *Considerations on the interchange of* -ou-, -oi- *in Portuguese.* In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. III, 1949, p. 83-84.

LIMA, Luís Caetano de — *Grammatica franceza ou arte para apprender o francez por meyo da lingua portugueza.* Lisboa Occidental (Na Officina da Congregação do Oratorio), 1733.

LIMA, Luís Caetano de — *Grammatica italiana e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza.* Lisboa (Na Officina de Joseph da Costa Coimbra), 1756.

LIMA, Luís Caetano de — *Orthographia da lingua portugueza.* Lisboa Occidental (Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca), 1736.

LIMA, Maria Alves — *Matosinhos. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XI, 1961 e XII, 1962-1963. Coimbra, 1963.

LINDSAY, W. M. — *The Latin Language.* Oxford, 1894.

Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta. Edição crítica acompanhada de notas e dum glossário por Joseph M. Piel. Lisboa (Livraria Bertrand), 1944.

Livro de Falcoaria de Pero Menino. Publicado com introdução, notas e glossário por Rodrigues Lapa. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1931.

Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII publicado por Pedro A. de Azevedo. Edição do "Archivo Histórico Portuguez", 1906-1910.

LLORENTE MALDONADO DE GUEVARA, Antonio — *Estudio sobre el habla de la Ribera (comarca salmantina ribereña del Duero).* Salamanca (C.S.I.C), 1947.

LOCKETT, Landon — *Uso do infinitivo num corpus de português coloquial brasileiro.* In: *Alfa*, n.º 15, 1969, p. 119-192.

LOMBARD, Alf — *Une classe spéciale de termes indéfinis dans les langues romanes.* In: *Studia Neophilologica*, vol. XI, n.os 1-3, 1938-1939, p. 186-209.

LOPES, David — *Textos em aljamia portuguesa. Estudo filológico e histórico.* Nova edição inteiramente refundida por David Lopes. Lisboa (Imprensa Nacional), 1940.

LÓPEZ, Atanasio — *Códice en gallego de la "Legenda Aurea" o "Flos Sanctorum".* In: *Boletín de la Real Academia Gallega*, vol. IX, 1916, p. 97-107, 121-132 e 145-147.

LÓPEZ, Atanasio — *Estudios crítico-históricos de Galicia.* Santiago de Compostela (Tip. de El Eco Franciscano), 1916.

LÓPEZ, Atanasio — *Gallego y portugués. (Observaciones sobre el códice gallego de la "Legenda Aurea").* In: *Boletín de la Real Academia Gallega,* vol. IX, 1915-1916, p. 145-147.

LÓPEZ, Atanasio — *Nuevos estudios crítico-históricos acerca de Galicia.* Editados con introducción y notas por el P. Lino Gómez Canedo, O.F.M. Madrid (C.S.I.C.: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos), 1947.

LÓPEZ-ESTRADA, Francisco — *Fuentes literarias.* In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica,* tomo II, Madrid (C.S.I.C.), 1967, p. 379-392.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio — *Fueros municipales de Santiago y de su tierra.* 2 tomos num vol.: tomo I, Santiago, 1895; tomo II, Santiago, 1896.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio — *Galicia en el último tercio del siglo XV.* 3.ª ed., correxida y presentada por D. Ramón Fernández-Pousa. Vigo (Faro de Vigo), 1968.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio — *Historia de la Santa A.M. Iglesia de Santiago de Compostela.* 11 vols., Santiago de Compostela, 1898-1911.

LORENZO VÁZQUEZ, Ramón — *Algunas consideraciones del léxico gallego medieval.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología,* vol. 1, 1974, p. 159-169.

LORENZO, Ramón — *Crónica Troyana.* A Coruña (Fundación Pedro Barrié de La Maza, conde de Fenosa. "Colección Documentos Históricos" disposta pola Real Academia Galega), 1985.

LORENZO, Ramón — *Gallego y portugués. Algunas semejanzas y diferencias.* In: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.* Hamburg (Editorial Helmut Buske), 1975, p. 155-175.

LORENZO, Ramón — *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla (S. XIV).* Extracto de la tesis doctoral del mismo título, redactada por Ramón Lorenzo Vázquez, bajo la dirección del Catedrático D. Dámaso Alonso. Universidad de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Sección de Filología Románica, 1966.

LORENZO, Ramón — *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla.* Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. 2 vols., Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975 e 1977.

LORENZO, Ramón — *Proxecto dun dicionario histórico galego.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo: Santiago de Compostela (Xunta de Galicia), 1982, p. 113-123.

LORENZO, Ramón — *Sobre cronología do vocabulário galego-português. (Anotações ao "Dicionário etimológico" de José Pedro Machado.* Vigo (Editorial Galaxia), 1968.

LORENZO, Ramón — Recensão crítica a: *Crónica Troyana. Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bibl. Nacional Madrid.* Edición crítica de Kelvin M. Parker. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía,* vol. 6, 1979, p. 375-414.

LOURO, José Inês — *Metafonia do* e *tónico em português. In: Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica,* vol. I, Lisboa, 1961 (= *Boletim de Filologia,* tomo XVIII, 1959), p. 105-113.

LOURO, José Inês — *Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão.* In: *Boletim de Filologia,* vol. XIII, 1952, p. 37-65.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel — *Características paleográficas de la escritura gótica gallega. Escritorios notariales compostelanos.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos,* tomo V, fascículo XV, 1950, p. 53-86.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel — *Para unas normas complementarias de transcripción de documentos en gallego.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo IV, 1949, p. 95-110.

LÜDTKE, Helmut — *Notas de paleontologia linguística:* 1. *A evolução do grupo* -NU̯- *latino;* 2. *A evolução do grupo* -LI̯- *em português;* 3. *Fazer/far-, dizer/dir- e a origem do futuro românico.* In: *Boletim de Filologia*, vol. XIV, 1953, p. 160-167, 314-317 e 317-321.

LÜDTKE, Helmut — *Tesi generali sui rapporti fra i sistemi orale e scritto del linguaggio.* In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. I, 1978, p. 433-443.

LUGRÍS FREIRE, M. — *Gramática do idioma galego.* 2.ª edición correxida e aumentada. A Cruña (Imprenta Moret), 1931.

LUZ, Maria Albertina Mendes da — ver: VÁZQUEZ CUESTA, Pilar.

LUZ, Marilina dos Santos — *Fórmulas de tratamento no português arcaico.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. VII, VIII e IX. Coimbra, 1958.

MAÇÃS, Delmira — Recensão crítica a: Wolf-Dieter Stempel, *Zur Frage des Geschlechts der romanischen Obstbaumnamen auf* -ARIUS. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XI, 1969, p. 541-545.

MACHADO, José Pedro Machado — *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* 2.ª ed., 3 vols. Lisboa (Editorial Confluência), 1967; 3.ª ed., 5 vols., Lisboa (Horizonte), 1977.

MACHADO, José Pedro — *O problema dialectológico do português arcaico e do aparecimento do idioma literário.* In: *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. VII, n.º 34, Julho de 1945, p. 155-160.

MACHADO, José Pedro — *Sobre dialectologia do português arcaico.* In: *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XV, n.º 83, Março de 1950, p. 85-89.

MACÍAS, Marcelo — *Galicia y el reino de los Suevos. (Versión castellana de las noticias contenidas en el "Cronicón" del Obispo Idacio, y de la "Historia de los suevos" de San Isidoro de Sevilla, con sendos estudios acerca de tan insignes varones y preciosos monumentos y numerosas notas y aclaraciones).* Orense, 1921.

MADOZ, Pascual — *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar.* 3.ª edição, 16 vols., Madrid, 1848-1850.

MADUREIRA, Virgílio — ver: CASTRO, Maria Helena Lopes de.

MAGNE, Augusto — *A Demanda do Santo Graal.* 3 vols., Rio de Janeiro (Imprensa Nacional), 1944.

MAGNE, Augusto — *Dicionario da lingua portuguesa, especialmente dos periodos medieval e clássico.* Rio de Janeiro, vol. I, 1950 (A-AF); vol. II-1, 1954 (AG-AL).

MAIA, Clarinda de Azevedo — *Antecedentes medievais do "seseo" galego.* — A aparecer brevemente em *Homenaje a Zamora Vicente.*

MAIA, Clarinda de Azevedo — *Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina* -ANA. Separ. de *Biblos*, vol. LVII (1981) (= Homenagem a M. Paiva Boléo). Coimbra, 1981.

MAIA, Clarinda de Azevedo — *"Ona", um arcaismo galego-português. Breve contributo para o estudo das fórmulas de tratamento na lingua medieval galego-portuguesa.* Separ. da *Revista de Filologia Románica*, vol. II, 1984.

MAIA, Clarinda de Azevedo — *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação).* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975. Coimbra, 1975.

MAIA, Clarinda de Azevedo — *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla.* Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia.* Coimbra, 1977.

MAIA, Clarinda de Azevedo — Recensão crítica a: Antonio Santamarina — *El verbo gallego*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975-1977, p. 619-620.

MAIA, Clarinda de Azevedo — Recensão crítica a: Constantino García, *Léxico de la comarca compostelana*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975-1977, p. 610-614.

MAIA, Clarinda de Azevedo — Recensão crítica a: Guillermo Rojo, *Perífrasis verbales en el gallego actual*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975-1977, p. 614-616.

MAIA, Clarinda de Azevedo — Recensão crítica a: María del Carmen Enríquez, *Léxico de O Grove*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975-1977, p. 616-619.

MAIA, Clarinda de Azevedo — Recensão crítica a: *Verba. Anuario Gallego de Filología*. Universidad de Santiago de Compostela, vol. I, 1974. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975-1977, p. 605-609.

MALER, Bertil — ver: *Orto do Esposo*.

MALKIEL, Jakov — *Old Spanish "nadi(e), otrie"*. In: *Hispanic Review*, vol. XIII, 1945, p. 204-230.

MALKIEL, Jakov — *The Etymology of Portuguese "iguaria"*. In: *Language*, vol. XX, 1944, p. 119-122.

MALKIEL, Jakov — *Un paradoxe dans le développement du groupe latin -SK- en ancien portugais*. In: *Travaux de Linguistique et de Littérature*, vol. VIII, 1, 1970, p. 141-153.

MALMBERG, Bertil — *Note sur l'articulation du* [s] *et le traitement de l'affriquée* [ts] *en roman occidental*. In: *Omagiu lui Iorgu Iordan*. Bucureşti (Editura Academiei Republicii Populare Romîne), 1958, p. 543-545.

MARCOS MARÍN, Francisco — ver: *Introducción plural a la gramática histórica*.

MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira — *A população portuguesa nos fins do século XIII*. In: *Ensaios de história medieval*. Lisboa (Portugalia Editora), 1965.

MARQUES, João Martins da Silva — *Estudos de paleografia portuguesa*. I. Lisboa, 1938.

MARQUES, João Martins da Silva — ver: *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*.

MARTINET, André — *Économie des changements phonétiques. Traité de phonologie diachronique*. Bern (Éditions A. Francke), 1955.

MARTINET, André — *Éléments de linguistique générale*. Paris (Librairie Armand Colin), 1967.

MARTINET, André — *Langue parlée et code écrit*. In: *De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue*. Publié sous la direction de Jeanne Martinet. Vendôme (Presses Universitaires de France), 1972, p. 77-87.

MARTINET, André — *Le parler et l'écrit*. In: *De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue*. Publié sous la direction de Jeanne Martinet. Vendôme (Presses Universitaires de France), 1972, p. 57-76.

MARTINET, André — *Structures en contact: le dévoisement des sifflantes en espagnol*. Incluído no livro *Économie des changements phonétiques. Traité de phonologie diachronique*. Berne (Éditions A. Francke), 1955, p. 297-325. — O artigo é uma versão «condensada e revista» do trabalho *The Unvoicing of Old Spanish Sibilants* publicado em *Romance Philology*, vol. V, 1951-1952, p. 133-156.

MARTÍNEZ-BARBEITO, Carlos — *Don José Cornide y su "Catálogo de palabras gallegas"*. In: *Boletín de la Real Academia Gallega*, tomo XXVII, 1956, p. 291-349. — O glossário figura entre as p. 309-349.

MARTÍNEZ LÓPEZ, Ramón — ver: *General Estoria*.

MARTÍNEZ SALAZAR, Andrés — *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI.* La Coruña (Imp. de La Casa de Misericordia), 1911.

MARTÍNEZ SALAZAR, Andrés — ver: *Crónica Troyana.*

MARTINS, Mário — *Fragmentos medievais portugueses.* In: *Brotéria*, vol. I, 1950, p. 403-414.

MATEUS, Maria Helena Mira — *Vida e feitos de Júlio César.* Edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de "*Li fet des romains*". 2 vols., Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 1970.

MATIAS, Maria de Fátima de Rezende Fernandes — *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença).* Dissertação de licenciatura. Coimbra, 1974. (Exemplar policopiado). — O trabalho foi publicado como separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVIII e XIX. Coimbra, 1984.

MATTOSO, José — ver: *Portvgaliae Monvmenta Historica.* Nova série.

MAURER JR., Theodoro Henrique — *A significação do emprego do infinito flexionado português para a solução do problema de sua origem.* In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica.* Rio de Janeiro, 1970, p. 213-222.

MAURER JR., Theodoro Henrique — *Dois problemas da língua portuguesa: o infinito pessoal e o pronome "se".* São Paulo (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), 1951.

MAURER, Theodoro — *O emprego do infinito pessoal e impessoal. (Princípios gerais).* In: *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 3, tomo I, Junho de 1957, p. 19-57.

MAURER JR., Theodoro Henrique — *O infinito flexionado português. (Estudo histórico-descritivo).* São Paulo (Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo), 1968.

MEIER, Harri — *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas.* Separ. de *Biblos*, vol. XVIII, 1943.

MEIER, Harri — *A evolução dos pretéritos fortes em português.* In: *Ensaios de filologia românica.* Lisboa (Edição da "Revista de Portugal"), 1948, p. 31-54.

MEIER, Harri — *A génese do infinito flexionado português.* In: *Miscelânea Adolfo Coelho* (= *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919)*, tomo II) (= *Boletim de Filologia*, tomo XI), 1950, p. 115-132.

MEIER, Harri — *Dezassete, diecisiete, dix-sept.* In: *Boletim de Filologia*, vol. IX, 1948, p. 287-292.

MEIER, Harri — *Ensaios de filologia românica.* Lisboa (Edição da "Revista de Portugal"), 1948.

MEIER, Harri — *La posición del gallego en la etimología románica.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 99-105.

MEIER, Harri — *Meu pai — O meu pai. O artigo antes do adjectivo possessivo + nome de parentesco na linguagem falada.* In: *Boletim de Filologia*, vol. IX, fasc. II, Lisboa, 1948, p. 175-190.

MEIER, Harri — *Notas críticas al D.E.C.H. de Corominas/Pascual.* Anexo 24 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1984.

MEIJIDE PARDO, Antonio — *La emigración gallega intrapeninsular en el siglo XVIII.* Madrid (C.S.I.C.), 1960.

MENDEZ FERRIN, X. L. — *Unidade lingüística galega.* In: *O porvir da lingua galega.* Publicações do "Círculo de las Artes". Instituto de Estudios. Lugo, 1968, p. 13-18.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Cantar de Mio Cid.* Texto, gramática y vocabulario. 3 vols., 4.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1964-1969.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Crestomatía del español medieval.* Acabada y revisada por Rafael Lapesa y María Soledad de Andrés. 2 vols., Madrid (Facultad de Filosofía y Letras. Seminario Menéndez Pidal), 1965-1966.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Documentos lingüísticos de España. I. Reino de Castilla.* Anexo LXXXIV da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1966.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *El dialecto leonés.* Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *El idioma español en sus primeros tiempos.* Sexta edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1964.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *El imperio hispánico y los cinco reinos. Dos épocas en la estructura política de España.* Madrid (Instituto de Estudios Políticos), 1950.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *El lenguaje del siglo XVI.* Incluído no volume *La lengua de Cristóbal Colón.* Madrid (Espasa-Calpe), 1942, p. 53-100.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Manual de gramática histórica española.* Décimotercera edición. Madrid (Espasa-Calpe), 1968.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Necesidad de una* z *especial para imprimir el castellano antiguo.* In: *Gutenberg,* vol. I, 1904, p. 9.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI.* 6.ª ed., Madrid (Espasa-Calpe), 1968.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *Pasiegos y vaqueiros. Dos cuestiones de geografía lingüística.* In: *Miscelánea Filológica en memoria de Amado Alonso* (= *Archivum,* vol. IV), 1954, p. 7-44.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — Recensão crítica a: Juan Ruiz, Arcipreste de Hita, *Libro de Buen Amor.* In: *Romania,* tomo XXX, 1901, p. 434-440.

METTMANN, Walter — ver: AFONSO X, O SÁBIO.

MEYER-LÜBKE, W. — *Grammaire des langues romanes.* Tradução francesa por Auguste Doutrepont e Georges Doutrepont. T. II: Morphologie. Paris (H. Welter, Éditeur), 1895.

MEYER-LÜBKE, W. — *Introducción al estudio de la lingüística romance.* Traducción, revisada por el autor, de la segunda edición alemana por Américo Castro. Madrid (Tipografía de la "Revista de Archivos"), 1914.

MEYER-LÜBKE, W. — *Romanisches Etymologisches Wörterbuch.* 4.ª ed., Heidelberg (Carl Winter Universitätsverlag), 1968.

MILLARES CARLO, Agustín — *Tratado de paleografía española.* 2.ª ed., 2 vols.: I. Texto; II. Láminas. Madrid (Librería y Casa Editorial Hernando, S.A.), 1932; 3.ª ed., 3 vols.: I. Texto; II. Láminas; III. Láminas. Madrid (Espasa-Calpe), 1983. — Embora o trabalho apareça publicado como uma terceira edição, o texto surge amplamente modificado; o que permanece da segunda edição é sobretudo o esquema geral da obra.

Milagres de Santiago. Edición y estudio por José L. Pensado. Anexo LXVIII da *Revista de Filología Española.* Madrid, 1958.

Miscelánea homenaje a André Martinet "Estructuralismo e Historia". I. Universidad de La Laguna (Canarias), 1957.

MOFFAT, Lucius-Gaston — *Considerations on the interchange of* -ou-, -oi- *in Portuguese.* In: *Mediaeval Studies in Honor of Jeremiah Dennis Matthias Ford.* Harvard (University Press), 1948, p. 161-173.

MOLHO, Maurice — *Le problème de l'infinitif en portugais.* In: *Bulletin Hispanique*, vol. LXI, n.º 1, 1959, p. 26-73.

MOLHO, Maurice — ver: *El fuero de Jaca.*

MOLL, Francisco de B. — *Gramática histórica catalana.* Madrid (Editorial Gredos), 1952.

MONFRIN, Jacques — *Le mode de tradition des actes écrits et les études de dialectologie.* In: *Revue de Linguistique Romane*, vol. XXXII, 1968, p. 17-47. Também publicado em: *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui. Domaines d'oïl et domaine franco-provençal.* Colloque organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université des Sciences Humaines de Strasbourg du 22 au 25 mai 1967. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris (Éditions Klincksieck), 1972.

MONFRIN, Jacques — ver: *Documents linguistiques de la France (Série Française).* I; II.

MONFRIN, Jacques — ver: *Documents linguistiques de la France (Série francoprovençale).*

MONTEAGUDO ROMERO, Henrique — *Aspectos sociolingüísticos do uso do galego, castelán e latín na Idade Media en Galicia.* In: *Revista de Administración Galega*, vol. 1, 1985, p. 85-108. — Deste artigo só tomei conhecimento quando o meu estudo estava quase totalmente impresso; por esse motivo não me foi possível aproveitar nada do seu conteúdo no § 2 do Capítulo III consagrado às Conclusões, sobretudo p. 897-905.

MONTEAGUDO, Henrique, Paulino NOVOS, Henrique COSTAS e Eloi RODRÍGUEZ — *Aspectos sociolingüísticos do bilingüismo en Galicia. Segundo os alumnos da 2.ª etapa de E.X.B.* Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Educación e Cultura), 1986.

MONTEAGUDO, Henrique — ver: FERNÁNDEZ REI, Francisco.

MONTERO DÍAZ, Santiago — *La colección diplomática de San Martín de Jubia (977-1199).* In: *Boletín de la Universidad de Santiago*, n.º 25, 1935, p. 3-156.

MORALEJO LASO, Abelardo — *Fontán, Fontao y otros derivados de "Fons" en la toponimia gallega.* In: *D. Domingo Fontán y su mapa de Galicia. (En el primer centenario de la publicación).* Anexo I de *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela, 1946, p. 159-172. — O artigo foi incluído na colectânea do autor *Toponimia gallega y leonesa.* Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, p. 85-98.

MORALEJO LASO, Abelardo — *Sobre grafía y pronunciación de los topónimos gallegos.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 11-34; vol. 4, 1977, p. 27-43. — O artigo foi incluído no volume em que se reúnem vários artigos do Autor, *Toponimia gallega y leonesa.* Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977, p. 273-336.

MORALEJO LASO, Abelardo — *Toponimia gallega y leonesa.* Santiago de Compostela (Editorial Pico Sacro), 1977.

MOREIRA, Júlio — *Estudos da língua portuguesa. Primeira Série: Subsídios para a sintaxe histórica e popular.* Segunda edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1922.

MORREALE, Margherita — *Para la transcripción de textos medievales: el problema llamado de la "unión y separación de palabras"* In: *Romanica*, vol. 8, 1975 (= *Estudios dedicados a Demetrio Gazdaru, IV)*, p. 49-74.

MUÑOZ Y RIVERO, Jesús — *Manual de paleografía y diplomática española de los siglos XII al XVII.* Segunda edición corregida y aumentada. Madrid (Daniel Jorro Editor), 1917.

MURGUÍA, Manuel — *Galicia.* Barcelona (Ed. Daniel Cortezo), 1888.

NASCENTES, Antenor — *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* Rio de Janeiro, 1932; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1955.

NAGEL, Rolf — *Die Orthographieregeln von Pêro de Magalhães de Gândavo.* Separ. de *Aufzätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. 9, 1969. Münster, 1972.

NARO, Anthony J. — *On the history of* e *and* o *in Portuguese.* In: *Language*, vol. 47, 1971, p. 615-645. O artigo foi reproduzido, em tradução portuguesa, sob o título *A história do* e *e do* o *em português. Um estudo de deriva linguística* na colectânea do autor *Estudos diacrónicos.* Petrópolis (Ed. Vozes), 1973, p. 9-51.

NAVARRO, José Maria — ver: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.*

NAVARRO, Tomás — *Documentos lingüísticos del Alto Aragón.* Syracuse, New York (Syracuse University Press), 1957.

NAVARRO TOMÁS, Tomás — *El perfecto de los verbos en -ar en aragonés antiguo. Observaciones sobre el valor dialectal de los documentos notariales.* In: *Revue de Dialectologie Romane*, vol. I, 1909, p. 110-121.

NAVAZA BLANCO, Gonzalo — ver: FERNÁNDEZ REI, Francisco.

NETO, Serafim da Silva — *A constituição do português como língua nacional.* Lisboa, 1961.

NETO, Serafim da Silva — *A língua portuguesa no Brasil.* Separ. da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXV. Lisboa, 1960.

NETO, Serafim da Silva — *Fontes do latim vulgar: o "Appendix Probi".* 3.ª edição revista e melhorada. Rio de Janeiro, 1956.

NETO, Serafim da Silva — *História da língua portuguesa.* Segunda edição aumentada. Apresentação do Professor Celso Cunha. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970.

NETO, Serafim da Silva — *História da preposição "até".* In: *Língua, cultura e civilização.* Rio de Janeiro (Livraria Académica), 1960, p. 174-191. — O artigo, que foi publicado inicialmente em *Etymologica, Walter von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag*, 1958, foi incluído, com alguns aditamentos, no volume *Língua, cultura e civilização.*

NETO, Serafim da Silva — *Língua, cultura e civilização.* Rio de Janeiro (Livraria Académica), 1960.

NETO, Serafim da Silva — *Textos medievais portugueses e seus problemas.* Rio de Janeiro (Casa de Rui Barbosa), 1956.

NEUVONEN, Eero K. — *Los arabismos de las Cantigas de Santa María.* In: *Boletim de Filologia*, vol. XII, 1951, p. 291-352.

NIEDEREHE, Hans-Josef — ver: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.*

NIEDERMANN, Max — *Précis de phonétique historique du latin.* 3ème édition revue et augmentée. Paris (C. Klincksieck), 1953.

NOIA CAMPOS, M.ª Camiño — ver: FERNÁNDEZ REI, Francisco.

Normas de transcripción y edición de textos y documentos. Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Medievales), 1944.

Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego. Real Academia Galega e Instituto da Lingua Galega. 5.ª edición, 1985.

Normativización da lingua galega. Segunda edición. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería da Presidencia), 1985.

NOVO, Paulino — ver: MONTEAGUDO, Henrique.

NUCHELMANS, J. — ver: HAADSMA, R. A.

NUNES, Eduardo Borges — *Abreviaturas paleográficas portuguesas.* 3.ª edição, Lisboa (Faculdade de Letras), 1981.

NUNES, Eduardo — *Álbum de paleografia portuguesa.* Vol. I, Lisboa (Instituto de Alta Cultura: Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1969.

NUNES, José Joaquim — *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses.* Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário. 3 vols., Coimbra (Imprensa da Universidade), 1926-1928.

NUNES, José Joaquim — *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia).* 5.ª edição, Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1956.

NUNES, José Joaquim — *Crestomatia arcaica. Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI.* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1959.

NUNES, José Joaquim — *Dialectos algarvios.* In: *Revista Lusitana,* vol. VII, 1902, p. 33-55, 104-125 e 244-264. — Em apêndice, o Autor transcreve um documento algarvio de 1450 e faz alguns comentários de carácter linguístico.

NUNES, José Joaquim — *Evolução da língua portuguesa, exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece.* Separ. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa,* vols. XIV-XVI, 1922-1926. Coimbra, 1926.

NUNES, José Joaquim — ver: *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285).*

OLIVEIRA, Fernão de — *Grammatica da lingoagem portuguesa.* 3.ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (Edição de José Fernandes Júnior), 1933.

OLIVEIRA, João Justino Baptista de — ver: BAPTISTA, João Maria.

ONÍS, Federico de — *Contribución al estudio del dialecto leonés. (Examen filológico de algunos documentos de la Catedral de Salamanca).* Salamanca, 1909.

ONÍS, Federico de — ver: *Fueros leoneses.*

Orto do Esposo. Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário por Bertil Maler. Vol. I. Texto crítico. Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Livro), 1956; vol. II. Comentário. Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Livro), 1956; vol. III. Correcções dos vols. I e II, estudo das fontes e do estado da língua, glossário, lista dos livros citados e índice geral. Stockholm, Göteborg, Uppsala (Almqvist & Wiksells), 1964.

OTERO, Aníbal — *Vocabulario de San Jorge de Piquín.* Anejo 8 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1977.

OTERO PEDRAYO, R. — ver: *Historia de Galiza.*

OTERO PEDRAYO, Ramón — *Historia de la cultura gallega.* Buenos Aires (Emecé), 1939.

PALLARES, M. C. — ver: BERMEJO, J. C.

PALLARES MENDES, María del Cármen e Ermelindo PORTELA SILVA — *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social.* Universidad de Santiago de Compostela, 1971.

PAR, A. — Qui *y* que *en la Península Ibérica.* In: *Revista de Filología Española,* vol. XIII, 1926, p. 337-349; vol. XVI, 1929, p. 1-34, 113-147; vol. XVIII, 1931, p. 225-234.

PARKER, Kelvin M. — *Vocabulario de la Crónica Troyana. (Manuscrito gallego del siglo XIV n.º 10.233 Bib. Nac. Madrid).* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1958.

PARKINSON, Stephen — *Os tabeliães, o seu título e os seus documentos.* In: *Boletim de Filologia,* tomo XXV, 1976-1979, p. 185-212.

PENA SEIJAS, Xesús — *Vida e fala de Guitiriz (Negradas).* Tese de licenciatura (inédita). Santiago de Compostela, 1970.

PENSADO RUIZ, Carmen — *El orden histórico de los procesos fonológicos.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1983.

PENSADO RUIZ, C. — ver: PENSADO, J. L.

PENSADO, José Luís — *Aspectos lingüísticos de la Compostela medieval.* Separ. de *Vox Romanica*, vol. 19, fasc. 2, 1961.

PENSADO, José Luís — *Comentario lingüístico a algunos documentos del monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives.* Separ. do *Boletín de la Real Academia Gallega*, n.º 351, 1969. La Coruña, 1970.

PENSADO, José Luís — *Contribución a la crítica de la lexicografía gallega. I. El Diccionario gallego-castellano de F. J. Rodríguez y su repercusión en la lexicografía gallega.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1976.

PENSADO, José Luís — *El elemento galaico en la lengua medieval asturiana.* Ayuntamiento de Oviedo, 1967. — O trabalho foi apresentado como comunicação ao "Symposium sobre cultura asturiana de la Alta Edad Media".

PENSADO, José Luís — *Estudios de lexicografía asturiana.* In: *Archivum*, vol. X, 1960, p. 53-120.

PENSADO TOMÉ, José Luís — *Estudios etimológicos galaico-portugueses.* Salamanca (Acta Salmanticensia), 1965.

PENSADO TOMÉ, José Luís — *Fray Martín Sarmiento: sus ideas lingüísticas.* Cuadernos de la Cátedra Feijoo, n.º 8. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Oviedo, 1960.

PENSADO, José Luís — *Interferencias estructurales castellano-gallegas: el problema de la geada y sus causas.* In: *Revista de Filología Española*, vol. LIII, 1970, cuadernos 1.º-4.º, p. 27-44.

PENSADO, José Luís — *La lexicología gallega en el siglo XVIII.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Conselleria de Cultura), 1982, p. 85-98.

PENSADO, José Luís — *Lexicografía dieciochesca española: las encuestas gallegas de Fr. Martín Sarmiento.* In: *Actes du XIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, tenu à l'Université Laval (Québec), du 29 août au 5 septembre 1971*, vol. I, p. 717-733.

PENSADO TOMÉ, José Luís — *Niso y nisal.* Separ. de *Revista.* Instituto "José Cornide" de Estudios Coruñeses, ano IV, núm. 4, 1968.

PENSADO, José Luís — *Notas etimológicas galaico-portuguesas.* In: *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, tomo XXXII, 1976, cuadernos 1.º, 2.º, 3.º y 4.º, p. 425-440.

PENSADO, José Luís — *Ordinales desconocidos del galaico-portugués.* In: *Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. 80, fascículos 3-4, 1964, p. 351-355.

PENSADO, José Luís — *Para la historia del posesivo en gallego y portugués. Formas extravagantes.* In: *Revista de Filología Románica*, vol. I, 1983, p. 185-191.

PENSADO, José Luís — *Perfiles románicos del léxico gallego.* In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 5, 1978, p. 63-91. — Nas p. 82-85 inclui-se um artigo sobre "Nuevos ordinales desconocidos en galaico-portugués".

PENSADO TOMÉ, José L. — *Un germanismo olvidado: gallego "escá" 'medida para granos'.* In: *Studia Philologica. Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso por sus amigos y discípulos con ocasión de su 60.º aniversario*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos), 1961, p. 577-589.

PENSADO, José Luís — *Un vocabulario gallego del siglo XIX.* Separ. de *Homaxe a Ramón Otero Pedrayo.* Vigo (Editorial Galaxia), 1958.

PENSADO TOMÉ, J. L. — ver: *Fragmento de un "Livro de Tristán" galaico-portugués.*

PENSADO, José L. — ver: *Miragres de Santiago.*

PENSADO, José Luís — ver: SARMIENTO, Fr. Martín.

PENSADO, José Luís — ver: *Vocabulario gallego del siglo XIX.*

PENSADO, J. L. e C. PENSADO RUIZ — *"Gueada" y "Geada" gallegas.* Anexo 21 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de Santiago de Compostela, 1983.

PEREIRA, A. Gomes — *Algumas expressões de Alfândega da Fé.* In: *Revista Lusitana,* vol. XIV, 1911, p. 299-301.

PEREIRA, A. Gomes — *Gramática e vocabulário de Fr. Pantaleão de Aveiro.* In: *Revista Lusitana,* vol. XVI, 1913, p. 81-100.

PEREIRA, A. Gomes — *Tradições populares e dialecto de Penedono.* In: *Revista Lusitana,* vol. XII, 1909, p. 298-316.

PEREIRA, A. Gomes — *Tradições populares e linguagem de Vila Real.* In: *Revista Lusitana,* vol. XI, 1908, p. 268-310.

PEREIRA, F. Alves — *Glossário dialectológico do Concelho dos Arcos de Valdevez (Alto-Minho).* In: *Revista Lusitana,* vol. XIX, 1916, p. 165-216; vol. XXXI, 1933, p. 292-300.

PEREIRA, Marcelino Rodrigues — ver: AZEVEDO, Rui de.

PEREIRA, Maria Palmira da Silva — *Fafe. Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vols. III, IV e V. Coimbra, 1952.

PÉREZ, J. M. — ver: BERMEJO, J. C.

Phrases, textes & ponctuation dans les manuscrits espagnols du moyen âge & dans les éditions de texte. Colloque organisé par le Séminaire d'Études Médiévales Hispaniques (Paris, 20-21 novembre 1981). Actes publiés par Jean Roudil (= *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale,* n.º 7 bis, extraordinaire, 1982). Paris (Klincksieck), 1982.

PICCHIO, Luciana Stegagno — ver: STEGAGNO PICCHIO, Luciana.

PIEL, Joseph M. — *A flexão verbal do português. (Estudo de morfologia histórica).* Separ. de *Biblos,* vol. XX, Coimbra, 1945.

PIEL, Joseph M. — *A propósito de um centenário: o "Onomástico" de Fr. Martín Sarmiento (1768).* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. XV, tomos I e II. Coimbra, 1969.

PIEL, Joseph M. — *Considerações sobre a metafonia portuguesa.* In: *Biblos,* vol. XVIII, 1942, p. 365-371.

PIEL, Joseph M. — *Da vocalização do "l" em português.* In: *Biblos,* vol. VIII, 1932, p. 95-101.

PIEL, Joseph M. — *Galicische Etymologien.* Separ. de *Romanica. Festschrift für Gerhard Rohlfs.* Halle (Veb Max Niemeyer Verlag), 1958.

PIEL, Joseph M. *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega.* Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1953.

PIEL, Joseph M. — *Nombres visigodos de proprietarios en la toponimia gallega.* In: *Homenaje a Fritz Krüger,* vol. II (Mendoza), 1954, p. 247-268.

PIEL, Joseph M. — *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa.* In: *Biblos,* vol. XXIII, 1947, p. 143-202 e 283-407.

PIEL, Joseph M. — *Notas de toponímia galega.* In: *Revista Portuguesa de Filologia,* vol. VI, tomos I e II, 1953-1955, p. 51-72.

PIEL, Joseph M. — *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa.* Separ. do *Boletim de Filologia,* vols. II-VII, 2 vols., 1937 e 1945.

PIEL, Joseph M. — *Semblanza toponímica de un ayuntamiento gallego: Fonsagrada.* In: *Studia Philologica. Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso por sus amigos y discípulos con ocasión de su 60.º aniversario*, vol. II, Madrid (Editorial Gredos). 1961, p. 599-608.

PIEL, Joseph M. — *Toponimia germánica.* In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo I (Antecedentes y Onomástica), Madrid (C.S.I.C.), 1960, p. 531-560.

PIEL, Joseph M. — *Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II. Coimbra, 1976.

PIEL, Joseph M. — ver: *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.*

PIEL, Joseph — ver: *Portvgaliæ Monvmenta Historica.* Nova série.

PIEL, Joseph M. — Recensão crítica a: Alonso Zamora Vicente, *La frontera de la geada.* In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 360-361.

PIEL, Joseph M. e Dieter KREMER — *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel.* Heidelberg (Carl Winter. Universitätsverlag), 1976.

PIMPÃO, Álvaro J. da Costa — *História da literatura portuguesa. Idade Média.* 2.ª edição, revista. Coimbra (Atlântida Editora), 1959.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa — ver: VICENTE, Gil.

PINTO, Adelina Angélica — *A africada č em português: estudo sincrónico e diacrónico.* Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, 1980-1981, p. 139-192.

PINTO, Adelina Angélica — *A neutralização da oposição fonológica v/b em português: estudo sincrónico e diacrónico.* Separ. de *Biblos*, vol. LVI (1980) (= Homenagem a Joaquim de Carvalho). Coimbra, 1980.

PINTO, Adelina Angélica — *Isófonas e isoléxicas portuguesas: perspectivas sincrónicas e diacrónicas.* (Com 27 mapas). Dissertação de licenciatura, Coimbra, 1973. — Exemplar policopiado.

PINTO, Adelina Angélica — *Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade).* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII, 1983.

PORTELA, E. — ver: BERMEJO, J. C.

PORTELA SILVA, Ermelindo — ver: PALLARES MENDES, María del Carmen.

PORTO DAPENA, Xosé Álvaro — *As vocaes átonas galegas* e, o, a *en contalto con labial.* In: *Grial*, n.º 19, 1968, p. 30-39.

PORTO DAPENA, José Álvaro — *El gallego hablado en la comarca ferrolana.* Anejo 9 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Santiago de Compostela, 1977.

Portvgaliæ Monvmenta Historica a sæcvlo octavo post Christvm vsque and qvintvmdecimvm ivssv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Nova série, vol. I: *Livros Velhos de Linhagens.* Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980; vol. II, 2 tomos: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* Edição crítica por José Mattoso. Lisboa (Publicações do II Centenário da Academia das Ciências), 1980.

POTTIER, Bernard — *Étude lexicologique sur les inventaires aragonais.* In: *Vox Romanica*, vol. X, 1948-1949, p. 87-219.

POTTIER, Bernard — *Introduction à l'étude linguistique de l'espagnol.* Paris (Ediciones Hispanoamericanas), 1972.

POTTIER, Bernard — *Lingüística moderna y filología hispánica.* Madrid (Editorial Gredos), 1968.

POTTIER, Bernard — *Portugués: "El-Rei".* In: *Lingüística moderna y filología hispánica.* Madrid (Editorial Gredos), 1968, p. 214-217.

POTTIER, Bernard — ver: ALVAR, Manuel.

PRIETO ALONSO, Domingo — *Algunhas hipóteses sobre a geada.* In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 7, 1980, p. 223-241.

PULGRAM, Ernst — *Graphic and Phonic Systems: Figurae and Signs.* In: *Word*, vol. XXI, n.º 2, 1965, p. 208-224.

PULGRAM, Ernst — *Phoneme and Grapheme: a Paralell.* In: *Word*, vol. VII, 1951, p. 15-20.

PUYOL, Julio — *Orígenes del reino de León y de sus instituciones políticas.* Madrid, 1926.

RAMOS, Gustavo Cordeiro — *Unidade indissolúvel da cultura galaico-lusa.* In: *Boletín de la Real Academia Gallega*, tomo XXVII, 1956, p. 85-90. — Trata-se do discurso pronunciado na celebração das bodas de ouro da Real Academia Galega.

RAMOS, Maria Ana — ver: FERRARI, Anna.

Reconquista (La) española y la repoblación del País. Conferencias del Curso celebrado en Jaca en Agosto de 1947. Curso del Instituto de Estudios Pirenaicos. Zaragoza (Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Medievales), 1951.

REIS, Pedro Batalha — *Morabitinos portugueses. Estudos de numismática medieval.* Lisboa, 1940. Publicado também nos *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. II, 1940, p. 197-322.

REMACLE, Louis — *Documents lexicaux extraits des archives scabinales de Roanne (La Gleize).* 1492-1794. Paris (Société d'Édition "Les Belles Lettres"), 1967.

REMACLE, Louis — *Documents lexicaux extraits des archives de Stoumont, Rahier et Francorchamps.* Paris (Société d'Édition "Les Belles Lettres"), 1972.

REMACLE, Louis — *Le problème de l'ancien wallon.* Liège (Faculté de Philosophie et Lettres), 1948.

RÉVAH, I. S. — *Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVIe-XVIIe siècles?* In: *Actas do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. I, p. 273-291.

RÉVAH, I. S. — *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours.* In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro.* Rio de Janeiro, 1958, p. 387-399.

RIBEIRO, Orlando — *A propósito de áreas lexicais no território português. (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento).* Separ. do *Boletim de Filologia*, tomo XXI. Lisboa, 1965.

RIBEIRO, Orlando — *Paisagens e poetas da Galiza.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Colóquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 75-82.

RISCO, Vicente — *Historia de Galicia.* Vigo (Galaxia), 1971.

RIVAS, Eligio — *La isoglosa Pacio/Pazo en Galicia.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 3, 1976, p. 357-364.

ROBERTS, Kimberley S. — *Orthography, Phonology and Word Study of the "Leal Conselheiro".* Philadelphia (University of Pennsylvania), 1940.

ROBI, Affonso — *O galego-português.* In: *Revista de Letras*, n.º 31, 1982, p. 3-9.

RODRIGUES, José Maria — *O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português.* In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VIII, 1913-1914, p. 72-93.

RODRIGUES, José Maria — *Sobre o uso do infinito impessoal e do pessoal em "Os Lusíadas".* In: *Boletim de Filologia*, tomo I, 1932-1933, p. 3-7 e 177-184; tomo II, 1933-1934, p. 1-2.

RODRÍGUEZ, Eloi — ver: MONTEAGUDO, Henrique.

RODRÍGUEZ, José Luís — *A propósito de la partícula "per", intensiva o perfectiva en la lengua medieval gallego-portuguesa.* In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 3, 1976, p. 295-308.

RODRIGUEZ, José Luis — *Castelhanismos no galego-português de Afonso X, O Sábio.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVIII (= Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa, vol. I), 1983, p. 7-20.

RODRÍGUEZ, José Luís — *El Cancionero de Joan Airas de Santiago. Edición y estudio.* Anexo 12 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1980.

R. RODRÍGUEZ, Manuel — ver: *Crónica Troyana.*

RODRÍGUEZ BLANCO, Ricardo — *Apuntes históricos de la Santa Iglesia Catedral, Ciudad y antigua Diócesis de Tuy.* Santiago, 1879.

RODRÍGUEZ-CASTELLANO, Lorenzo — *Aspectos del habla occidental.* Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1957.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Eladio — *Diccionario enciclopédico gallego-castellano.* 3 vols., Vigo (Editorial Galaxia), 1958, 1960 e 1961.

RODRÍGUEZ PAZOS, Manuel — *Episcopado gallego, a la luz de documentos romanos.* 3 vols., Madrid (C.S.I.C. Instituto Jerónimo Zurita), 1946.

ROHLFS, Gerhard — *Historische Grammatik der italienischen Sprache*, vol. II, 1949.

ROJO, Guillermo — *Perífrasis verbales en el gallego actual.* Anejo 2 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1974, p. 157-163.

RÓNAI, Paulo — *O infinitivo pessoal não é privilégio do português.* In: *Minerva. Revista da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa*, n.º 2, 1968, p. 133-136.

RONCAGLIA, Aurelio — *Principi e applicazioni di critica testuale.* (Anno Accademico 1974-75). Roma (Bulzoni Editore), 1975.

ROSEIRA, Abílio — *Documentos velhos brigantinos.* In: *Boletim de Filologia*, tomo III, 1934-1935, p. 153-165.

ROSETTI, A. — *Remarques sur l'interprétation des graphèmes dans les textes écrits.* In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXIX, n.ºs 155-156, 1975, p. 394-399.

ROSIELLO, Luigi — *Grafematica, fonematica e critica testuale.* In: *Lingua e Stile. Quaderni dell'Istituto di Glottologia dell'Università degli Studi di Bologna*, vol. 1, n.º 1, 1966, p. 63-78.

ROUDIL, Jean — *Édition de texte, analyse textuelle et ponctuation. (Brèves réflexions sur les écrits en prose).* In: *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, n.º 3, Março de 1978, p. 269-299.

ROUDIL, Jean — *El Fuero de Baeza.* Edición, estudio y vocabulario. La Haya (Publicaciones del Instituto de Estudios Hispánicos Portugueses e Iberoamericanos de la Universidad Estatal de Utrecht), 1962.

ROUDIL, Jean — *Los Fueros d'Alcaraz et d'Alarcon.* Édition synoptique avec les variantes du Fuero d'Alcazar. I. Introduction et texte. II. Glossaire, tableau de concordance et index. Paris (Klincksieck), 1968.

ROUDIL, Jean — ver: *Phrases, textes & ponctuation dans les manuscrits espagnols du moyen âge & dans les éditions de texte.*

RÜBECAMP, Rudolf — *A linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio.* In: *Boletim de Filologia*, vol. I, 1933, p. 273-356. — Foi consultada a separata, datada de 1933 e com paginação própria. Trata-se de um excerto do trabalho intitulado *Die Sprache der altgalizischen Cantigas de Santa Maria von Alfonso*

el Sabio, que constituiu inicialmente uma dissertação de doutoramento apresentada, em Janeiro de 1930, à Faculdade de Letras da Universidade de Hamburgo. Desse trabalho — que faz a descrição completa da fonética e da morfologia da linguagem das Cantigas de Santa Maria, comparando-a com a das composições trovadorescas dos séculos XIII e XIV e com a de alguns documentos galegos medievais — foi apenas publicado o capítulo correspondente ao hiato, com o título acima indicado.

RÜBECAMP, Rudolf — *Satzphonetische Erscheinungen aus den Cantigas de Santa Maria von Alfons dem Weisen.* In: *Homenaje a Fritz Krüger*, tomo II, Mendoza (Universidad Nacional de Cuyo), 1954, p. 283-303.

RÜBECAMP, Rudolf — Recensão crítica a: Joseph Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch.* In: *Boletim de Filologia*, tomo III, 1934-1935, p. 185-189.

RUIZ, Juan, Arcipreste de Hita — *Libro de Buen Amor.* Texte du XVIe siècle publié pour la première fois avec les leçons des trois manuscrits connus par Jean Ducamin, Agrégé de l'Université, Professeur au Collège de Castres. Toulouse, 1901.

RUIZ ALMANSA, Javier — *La población de Galicia (1500-1945). Según los documentos estadísticos y descriptivos de cada época.* Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Instituto "Balmes", de Sociología), 1948.

RUSSO, Harold J. — *Morphology and Syntax of the Leal Conselheiro.* Philadelphia (University of Pennsylvania), 1942.

RYCHNER, J. — *Remarques sur les introductions phonétiques aux éditions de textes en ancien français.* In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXIV, 1962, p. 6-21.

SABATINI, Francesco — *Lingua parlata, scripta e coscienza linguistica nelle origini romanze.* In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. I, 1978, p. 445-453.

SACO Y ARCE, Juan Antonio — *Gramática gallega.* 1.ª ed., Lugo, 1868; 2.ª ed., Orense (Gráficas Tanco), 1967.

SÁEZ, Emilio — *Documentos gallegos inéditos del período asturiano.* In: *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. XVIII, 1947, p. 399-431.

SÁEZ, Emilio — *Fuentes históricas.* In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo II, Madrid (C.S.I.C.), 1967, p. 393-466.

SÁEZ, Emilio — *Los documentos gallego-portugueses de la Alta Edad Media.* In: *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de Lingvistică și Filologie Romanică*, vol. II, București, 1971, p. 141-144.

SÁEZ, Emilio — *Nuevos documentos inéditos del reino de Asturias.* In: *Revista Portuguesa de História*, vol. III, 1947, p. 161-188.

SÁEZ, Emilio — ver: *Los fueros de Sepúlveda.*

SALVADO MARTÍNEZ, Vicente — *El Mariscal Don Suero Gomez de Sotomayor.* In: *El Museo de Pontevedra*, n.º 7, p. 121-135. — Nas páginas 130-135 transcrevem-se dois documentos do *Museo de Pontevedra*, respectivamente de 1445 e 1489, ambos escritos em galego-português, embora com influência castelhana.

SAMPAIO, Alberto — *As vilas do Norte de Portugal.* In: *Estudos históricos e económicos*, vol. I, Porto, 1923, p. 3-254.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio — *Orígenes de la nación española. El reino de Asturias.* Tomo I, Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1972.

SANCHIS GUARNER, M. — *El mozárabe peninsular.* In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid (C.S.I.C.), 1960, p. 293-342.

SANTAMARINA, Antón — *Contribución pra un estudio das particulas comparativas* que = ca, como — coma *en galego.* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 1, 1974, p. 16-30.

SANTAMARINA, Antón — *Dialectoloxia galega: historia e resultados.* In: *Tradición, actualidade e futuro do galego.* Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982, p. 153-187. — O trabalho é acompanhado de dez mapas.

SANTAMARINA, Antonio — *El adverbio gallego. Estudio basado en el habla del Valle de Suarna (Fonsagrada, Lugo).* In: *Verba. Anuario Gallego de Filología*, vol. 2, 1975, p. 59-106.

SANTAMARINA, Antonio — *El verbo gallego. Estudio basado en el habla del Valle del Suarna.* Anejo 4 de *Verba. Anuario Gallego de Filología.* Universidad de Santiago de Compostela, 1974.

SANTAMARINA, Antón — *Novas consideracións ó redor das orixes da geada.* In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxia*, vol. 7, 1980, p. 243-249.

SANTAMARINA, Antón — *Testos e noticia da fala de Negueira (Lugo).* In: *Verba. Anuario Gallego de Filologia*, vol. 2, 1975, p. 307-323.

SANTAMARINA, Antón — ver: GARCÍA, Constantino.

SANTOS, Camila Júlia Pereira dos — *Os falares portugueses nos séculos XVII e XVIII.* Dissertação de licenciatura (inédita), Coimbra, 1958.

SANTOS, Maria José de Moura — *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes.* Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967. — O trabalho é acompanhado de dezasseis mapas.

SAPIR, Edward — *El lenguaje. Introducción al estudio del habla.* México e Buenos Aires (Fondo de Cultura Económica), 1954, p. 169-195 (Cap. VII. El lenguaje como producto histórico: sus transformaciones); p. 196-218 (Cap. VIII. El lenguaje como producto histórico: sus leyes fonéticas).

SARAIVA, José — *A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses.* In: *Revista Portuguesa de História*, vol. II, 1943, p. 25-220.

SARAMANDU, Nicolae — *Aires phonologiques et zones dialectales de transition.* In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15--20 Aprile 1974)*, vol. II, 1976, p. 121-135.

SARMIENTO, Fray Martín — *Catálogo de voces y frases de la lengua gallega.* Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1973.

SARMIENTO, Fr. Martín — *Colección de voces y frases gallegas.* Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca (Acta Salmanticensia), 1970.

SARMIENTO, Fray Martín — *Estradas militares romanas de Braga a Astorga.* Manuscrito do Padre Martín Sarmiento conservado na Biblioteca da Real Academia de Historia de Madrid e apresentado por cópia à Academia Real das Ciências de Lisboa por Christovam Ayres. Lisboa, 1901.

SARMIENTO, Fray Martín — *Estudios sobre el origen y formación de la lengua gallega.* Buenos Aires (Ed. Nova), 1943.

SAUSSURE, Ferdinand de — *Cours de linguistique générale.* Édition critique par Rudolf Engler. Tomo I, Wiesbaden (Otto Harrassowitz), 1968.

SCHAFFER, Martha E. — *Portuguese* -idão, *Spanish* -(ed)umbre, *and their Romance Cognates. A critical Survey of a Century of Philological Gropings.* In: *Romance Philology*, vol. XXXV, n.º 1, 1981, p. 37-62.

SCHNEIDER, Hans — *Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense-Spanien).* Separ. de *Volkstum und Kultur der Romanen*, vol. XI, fascículos 1-2, 1938, p. 69-145 e 193-281.

SCHÖNEWEISS, Hans Gerd — *Die Namen der Obstbäume in den romanischen Sprachen. Studien über ein Wortfeld.* Köln (Kölner romanistische Arbeiten. Neue Folge. Heft 5), 1955.

SCHROTEN, J. — *Interpretación de la geada gallega.* In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía,* vol. 7, 1980, p. 209-222.

SCOLES, Emma — *Criteri ortografici nelle edizioni critiche di testi castigliani e teorie grafematiche.* In: *Studi di Letteratura Spagnola.* Roma, 1966, p. 9-24.

SERRA, Pedro Cunha — *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste Peninsular.* Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1967.

SERRANO Y SANZ, Manuel — ver: *Documentos del Cartulario del Monasterio de Celanova.*

SEWARD, Thomas A. — *The Peculiar Leonese Dialectal Forms* "dulda", "portalgo", "selmana", etc.: *a Problem in Diachronic Phonology.* In: *Hispanic Review,* vol. 44, 1976, p. 163-169.

SILVA, Maria Helena Santos — *Características fonéticas do falar minhoto.* In: *Boletim de Filologia,* tomo XX (1961), fascículos 3 e 4, 1962, p. 309-321.

SILVA, Maria Helena Santos — ver: BOLÉO, Manuel de Paiva.

SLETSJØE, Leif — *Dos fenómenos lingüísticos en la obra dramática de Gil Vicente.* (*Diptongo* oi *por* ou; *desinencia verbal* -ade.). In: *Romanistisches Jahrbuch,* vol. XVII, 1966, p. 301-322.

SLETSJØE, Leif — *Le développement de* l et n *en ancien portugais. Étude fondée sur les diplômes des Portugaliae Monumenta Historica.* Paris (Presses Universitaires d'Oslo), 1959.

SLETSJØE, Leif — *Nombre y lumbre — nome e lume. Las desinencias latinas* -men *y* -minem *en español y portugués.* In: *Zeitschrift für Romanische Philologie,* vol. LXXXII, fascículos 3-4, 1966, p. 275-297.

SOBERANAS, Amadeu-J. — *La version galaïco-portugaise de la "Suite du* Merlin". Transcription du fragment du XIVe siècle de la Bibliothèque de Catalogne, ms. 2434. In: *Vox Romanica,* vol. 38, 1979, p. 174-193.

SOUSA, Amélia da Conceição Inocêncio de — *Contribuição para uma monografia etnográfica, linguística e folclórica do concelho de Alfândega da Fé.* Dissertação de licenciatura (inédita). Coimbra, 1955.

SOUSA, Faria e — *Fuente de Aganipe,* Parte IV. Madrid, por Juan Sanchez, 1644.

SPONER, Margot — *Documentos antigos de Galicia.* In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura,* vol. VII, 1934, p. 113-192.

STAAFF, Erik — *Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle.* Uppsala e Leipzig, 1907.

STEGAGNO PICCHIO, Luciana — ver: BARROS, João de.

STEMPEL, Wolf-Dieter — *Zur Frage des Geschlechts der romanischen Obstbaumnamen auf* -ARIUS. Separ. de *Zeitschrift für Romanische Philologie,* vol. 75, fasc. 3 e 4, 1959, p. 234-268.

STEN, Holger — *Accusatif + infinitif et nominatif + infinitif.* In: *Boletim de Filologia,* vol. XII, p. 45-49.

STEN, Holger — *Les temps de l'infinitif portugais.* In: *Boletim de Filologia,* tomo XIV, 1953, p. 96-127.

STEN, Holger — *L'infinitivo impessoal et l'infinitivo pessoal en portugais moderne.* In: *Boletim de Filologia,* tomo XIII, 1952, p. 83-142 e 201-256.

STRAKA, Georges (ed.) — ver: *Les dialectes de France au moyen âge et aujourd'hui.*

STRAKA, Georges (ed.) — ver: *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge.*

STUDEMUND, Michael — ver: *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider.*

TABOADA, Manuel — *Afinidades lingüísticas galego-portuguesas na fronteira de Ourense (I): notas fonético-morfolóxicas sobre as nasais.* Separ. de *Senara. Revista de Filoloxía*, vol. I, 1979, p. 107-125.

TABOADA CID, Manuel — *El habla del Valle de Verín.* Extracto de la memoria presentada para optar al grado de Doctor en Filosofía y Letras, Sección de Filología Románica. Universidad de Santiago, Facultad de Filología, 1976.

TABOADA, Manuel — *El habla del Valle de Verín.* Anejo 15 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidad de Santiago de Compostela, 1979.

TAILHAN, P. Jules — *Riqueza histórica e lingüística de los Tumbos y Becerros.* In: *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. II, 1882, p. 379-386.

TAROUCA, Carlos da Silva — ver: *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal.*

TAVANI, Giuseppe — *Appunti sulla grafia e la pronuncia del portoghese medievale.* Separ. de *Convivium*, n.s. II, 1963.

TAVANI, Giuseppe — *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica. Problemi della lirica galego-portoghese.* Roma (Edizioni dell'Ateneo), 1969. — Foi consultada a 2.ª parte, intitulada *La tradizione manoscritta*, p. 77-179.

TEJADA SPINOLA, Francisco Elias de — *El reino de Galicia.* Vigo (Galaxia), 1966.

TESSIER, M. Georges — *Diplomatique.* In: *L'histoire et ses méthodes.* Encyclopédie de la Pléiade. Volume publié sous la direction de Charles Samaran. Paris (Librairie Gallimard), 1961, p. 633-676.

TESSIER, M. Georges — *La diplomatique.* 2.ª ed., Paris (P.U.F. Col. Que sais-je?), 1962.

TEYSSIER, Paul — *Histoire de la langue portugaise.* Paris (P.U.F.), 1980. — A tradução portuguesa, de Celso Cunha, publicada em 1982 pela Editora Sá da Costa, apresenta, em relação à versão original, algumas modificações e acrescentos: incluem-se algumas notas explicativas e indicações bibliográficas.

TEYSSIER, Paul — *La langue de Gil Vicente.* Paris (Librairie C. Klincksieck), 1959.

TEYSSIER, Paul — *La prononciation des voyelles portugaises au XVI*ème *siècle d'après le système orthographique de João de Barros.* Separ. de *Annali dell'Istituto Universitario Orientale. Sezione Romanza*, vol. VIII, 1, Janeiro de 1966. Napoli, 1966.

TEYSSIER, Paul — *Les textes en "aljamia" portugaise. Ce qu'ils nous apprennent sur la prononciation du portugais au début du XVI*e *siècle.* In: *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza (Napoli, 15-20 Aprile 1974)*, vol. V, p. 181-195.

TEYSSIER, Paul — *Manuel de langue portugaise.* Paris (Éditions Klincksieck), 1976.

TILANDER, Gunnar — *El fuero latino de Albarracín.* In: *Revista de Filología Española*, vol. XX, 1938, p. 278-287.

TILANDER, Gunnar — *Fuentes jurídicas.* In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. II, Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1967, p. 447-460.

TILANDER, Gunnar — *Los fueros de Aragón.* Según el Manuscrito 458 de la Biblioteca Nacional de Madrid. Lund (Acta Reg. Societatis Humaniorum Litterarum Lundensis), 1937. — O manuscrito é do século XIV e foi escrito em dialecto aragonês.

TILANDER, Gunnar — *Los fueros de la Novenera.* Stockholm (Leges Hispanicae Medii Aevi), 1951. — O manuscrito está escrito em dialecto navarro-aragonês e apresenta muitos traços característicos.

TILANDER, Gunnar — *Fueros aragoneses desconocidos promulgados a consecuencia de la gran peste de 1348.* Stockholm (Leges Hispanicae Medii Aevi), 1959.

TILANDER, Gunnar — *Porque* -am, -om *se tornaram* -ão *em português?* In: *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXIV, n.º 176, 1959, p. 292-303.

Toponimia de Galicia. Índice alfabético con clasificación de los topónimos — ver: *Galicia* [Mapa na escala de 1/250.000].

TORRES, Casimiro — *La Galicia romana y la Galicia actual.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo VIII, 1953, p. 371-395. — Este artigo trata, em parte, do mesmo tema que o artigo publicado no tomo IV da mesma Revista, a seguir indicado. Contudo, há que contar «con aportación de nuevos datos y esclarecimiento de los anteriores».

TORRES, Casimiro — *Límites geográficos de Galicia en los siglos IV y V.* In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo IV, 1949, p. 367-383.

Trabajos sobre el dominio románico leonés. Tomo I, dirigido por Álvaro Galmés de Fuentes e Diego Catalán Menéndez Pidal. Madrid, 1957; tomo II, dirigido por Álvaro Galmés de Fuentes. Madrid, 1960.

Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do Coloquio de Tréveris. Edición preparada por Dieter Kremer e Ramón Lorenzo. Santiago de Compostela (Xunta de Galicia. Consellería de Cultura), 1982.

TRUBETZKOY, N. S. — *Principes de phonologie.* Paris (Éditions Klincksieck), 1976.

ULDALL, H. J. — *Speech and Writing.* In: *Acta Linguistica*, tomo IV, 1944, p. 11-16. Reedição em *Readings in Linguistics II.* Chicago e London (The University of Chicago Press), 1966, p. 147-151.

VACHEK, Josef — *Somes Remarks on Writing and Phonetic Transcription.* In: *Acta Linguistica*, vol. V, 1945-1949, p. 86-93. Reedição em *Readings in Linguistics* II. Chicago e London (The University of Chicago Press), 1966, p. 152-157.

VALDÉS, Juan de — *Diálogo de la lengua.* Madrid (Espasa-Calpe), 1941. (Colección Austral, n.º 216).

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de — *Der "portugiesische" Infinitiv.* In: *Romanische Forschungen*, vol. VII, 1893, p. 49-122.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de — *Glossário do Cancioneiro da Ajuda.* In: *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, p. 1-95.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de — *Lições de filologia portuguesa*, segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913, seguidas das *Lições práticas de português arcaico.* Lisboa (Nova edição da *Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa)*, 1956.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de — *O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português.* In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XII, 1917-1918, p. 312-331.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de — ver: *Cancioneiro da Ajuda.*

VASCONCELOS, José Leite de — *Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significação, classificação e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos usados por nós desde a idade média até hoje.* Lisboa, 1928.

VASCONCELOS, José Leite de — *Breve estudo dos falares de Riodonor e Guadramil.* In: *Opúsculos*, vol. IV (Filologia. Parte II). Coimbra (Imprensa da Universidade), 1929, p. 739-790.

VASCONCELOS, José Leite de — *Dialectos interamnenses.* In: *Revista Lusitana*, vol. VIII, 1903-1905, p. 51-62.

VASCONCELOS, José Leite de — *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* Lisboa, 1901. Segunda edição com aditamentos e correcções do Autor, preparada com base no

exemplar conservado no Museu Etnológico "Dr. Leite de Vasconcelos" por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970.

VASCONCELOS, José Leite de — *Estudos de filologia galega.* (Publicação dum Ms. intitulado "Vozes gallegas"). In: *Revista Lusitana*, tomo VII, 1902, p. 198-229.

VASCONCELOS, José Leite de — *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, Lisboa, 1900; vol. II, Lisboa, 1901.

VASCONCELOS, José Leite de — *Etimologias portuguesas: trazer e traguer.* In: *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, p. 269-271.

VASCONCELOS, José Leite de — *Etnografia portuguesa.* 4 vols., Lisboa, 1933, 1936, 1942 e 1958.

VASCONCELOS, José Leite de — *Formas verbais arcaicas no Leal Conselheiro de el-rei D. Duarte.* Separ. de *Mélanges Chabaneau* (= vol. XXIII de *Romanische Forschungen*). Erlangen, 1906.

VASCONCELOS, José Leite de — *Lições de filologia portuguesa.* Quarta edição enriquecida com notas do Autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966.

VASCONCELOS, José Leite de — *Linguagem popular de Monção.* In: *Opúsculos*, vol. II (Dialectologia). Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 396-404.

VASCONCELOS, José Leite de — *Linguagem popular de Parada do Monte.* In: *Opúsculos*, vol. II (Dialectologia). Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 302-307.

VASCONCELOS, José Leite de — *Linguagem popular do concelho de Melgaço.* In: *Opúsculos*, vol. II (Dialectologia). Coimbra (Imprensa da Universidade), 1928, p. 307-363.

VASCONCELOS, José Leite de — *Notas filológicas*: 2. *Trager.* In: *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, p. 349.

VASCONCELOS, José Leite de — *Opúsculos*, vol. I (Filologia, I), Coimbra, 1928; vol. II (Dialectologia, I). Coimbra, 1928; vol. III (Onomatologia), Coimbra, 1931; vol. IV (Filologia, II), Coimbra, 1929.

VASCONCELOS, José Leite de — *Pronúncia galega.* In: *Revista Lusitana*, vol. I, 1887-1889, p. 381-382. — O artigo foi incluído nos *Opúsculos*, vol. IV, 1929, p. 665-666.

VASCONCELOS, José Leite de — *Textos arcaicos.* 5.ª ed., Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970.

VASCONCELOS, José Leite de — *Uma excursão a Castro Laboreiro.* In: *Revista Lusitana*, vol. XIX, 1916, p. 270-280.

VÁZQUEZ, J. M. — ver: BERMEJO, J. C.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — *Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano.* Separ. de *Actes du XIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes tenu à l'Université Laval (Québec, Canada)*, du 29 août au 5 septembre 1971, vol. II, 1976, p. 443-455.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e Maria Albertina Mendes da LUZ — *Gramática portuguesa.* Tercera edición corregida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. 2 vols., Madrid (Editorial Gredos), 1971.

VEIGA, Albino de Bem — *Virgeu de Consolaçon.* Edição crítica de um texto arcaico inédito. Introdução, gramática, notas e glossário. Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

VEIGA ARIAS, Amable — *Fonología gallega. Fonemática: el sistema vocálico.* In: *Grial*, n.º 10, 1965, p. 390-403.

VEIGA ARIAS, Amable — *Fonología gallega. Fonemática: el sistema consonántico, I.* In: *Grial*, n.º 21, 1968, p. 282-287.

VEIGA ARIAS, Amable — *Fonología gallega. Fonemática: el sistema consonántico. III.* In: *Grial*, n.º 32, 1971, p. 155-162.

VEIGA ARIAS, Amable — *Fonología gallega. Fonemática: el sistema consonántico. IV.* In: *Grial*, n.º 37, 1972, p. 281-291.

VENDRYES, Joseph — *Le langage. Introduction linguistique à l'histoire.* Paris (Éditions Albin Michel), 1968. — Na elaboração do presente trabalho interessaram sobretudo as p. 343-372 (Cinquième partie: L'écriture).

VERA, Álvaro Ferreira de — *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa. Com hum trattado de memoria artificial; outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina.* In: *Obras varias.* Lisboa (Per Mathias Rodriguez), 1631.

VERNEY, Luís António — *Verdadeiro método de estudar.* Edição organizada por António Salgado Junior. Vol. I (Estudos linguísticos), Lisboa (Livraria Sá da Costa Editora), 1949.

VIANA, A. R. Gonçalves — *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne.* 1.ª edição, Paris, 1883; 2.ª edição, separ. do *Boletim de Filologia*, tomo VII, fasc. 2, 1941.

VIANA, A. R. Gonçalves — *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros.* Lisboa (Imprensa Nacional), 1892.

VIANA, A. R. Gonçalves — *Fonologia histórica portuguesa.* I. *O s diferençado do ç ao sul do Tejo no século XII.* In: *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, p. 332-338.

VICENTE, Gil — *Obras completas.* Coordenação do texto, introdução, notas e glossário de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Porto (Livraria Civilização), 1962.

VICETTO, Benito — *Historia del siglo XV en Galicia.* Buenos Aires (Editorial Nova), 1944.

Vidas de santos de um manuscrito alcobacense. (*Colecção mística de Fr. Hilário da Lourinhã, Cod. Alc.* CCLXVI/ANTT 2274). Edição dirigida por Ivo Castro. Lisboa (Centro de Estudos Geográficos. Instituto Nacional de Investigação Científica), 1985.

VIDOS, B. E. — *Manual de lingüística románica.* Madrid (Aguilar), 1963.

VILLA-AMIL Y CASTRO, José — *Iglesias gallegas de la Edad Media.* Madrid (Imprenta de San Francisco de Sales), 1904.

VILLARES, R. — ver: BERMEJO, J. C.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de — *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.* Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza. 2 vols., Porto e Lisboa (Livraria Civilização), 1962 e 1966.

Vocabulario gallego del siglo XIX. Publicado por José Luís Pensado. In: *Homaxe a Ramón Otero Pedrayo.* Vigo (Galaxia), 1958.

WILLIAMS, Edwin B. — *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language.* 2.ª ed., Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1968.

WILLIAMS, Edwin B. — *The Portuguese Final* -ão. In: *Language*, vol. IX, 1933, p. 202-206.

WITTING, Claes — *Phone et phonème, graphe et graphème.* In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXII, 1960, p. 320-326.

XOVE FERNÁNDEZ, Xosé — ver: *Galego.* Artigo incluído na *Gran Enciclopedia Gallega.*

YNDURÁIN, Francisco — *Contribución al estudio del dialecto navarro-aragonés antiguo.* Zaragoza, 1945.

YNDURÁIN, Francisco — *Relaciones entre la Filología y la Historia.* In: *La reconquista española y la repoblación del país.* Conferencias del Curso celebrado en Jaca en

Agosto de 1947. Zaragoza (Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. Escuela de Estudios Medievales), 1951, p. 233-241.

ZAMORA VICENTE, Alonso — *De geografía dialectal:* -ao, -an *en gallego.* Separ. de *Nueva Revista de Filología Hispánica*, ano VII, 1953, n.os 1-2, p. 73-80. — Incluído recentemente no volume em que se reúnem os trabalhos dialectológicos do Autor, *Estudios de dialectología Hispánica.* Anexo 25 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Santiago de Compostela, 1986, p. 27-34.

ZAMORA VICENTE, Alonso — *Dialectología española.* Segunda edición muy aumentada. Madrid (Editorial Gredos), 1974.

ZAMORA VICENTE, Alonso — *Estudios de dialectología hispánica.* Anexo 25 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de Santiago de Compostela, 1986.

ZAMORA VICENTE, Alonso — *La frontera de la geada.* Separ. de *Homenaje a Fritz Krüger*, tomo I, Mendoza, 1952, p. 56-72. — Trabalho recentemente incluído no volume *Estudios de dialectología hispánica.* Anexo 25 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Santiago de Compostela, 1986, p. 11-25.

ZAMORA VICENTE, Alonso — *Geografía del seseo gallego.* Separ. de *Filología*, tomo III, n.os 1-2, 1951, p. 84-95. — Incluído recentemente no volume em que se reúnem os trabalhos dialectológicos do Autor, *Estudios de dialectología hispánica.* Anexo 25 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Santiago de Compostela, 1986, p. 1-10.

ZAMORA VICENTE, Alonso — *Los grupos* -uit-, -oit- *en gallego moderno. Su repartición geográfica.* In: *Boletim de Filologia*, tomo XXI, 1963, p. 57-68. — O artigo foi incluído no volume *Estudios de dialectología hispánica.* Anexo 25 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Santiago de Compostela, 1986, p. 35-44.

ZELLMER, Ernst — *Geschichte des konjugierten Infinitivs im älteren Portugiesisch.* II. Pössneck (Fr. Gerold Verlag), 1939.

REVISTAS (1)

Alfa. Marília.
Anais da Academia Portuguesa da História. Lisboa.
Anales de la Universidad de Chile. Santiago de Chile.
Annali dell'Istituto Universitario Orientale. Sezione Romanza. Napoli.
Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura. Barcelona.
Anuario de Estudios Medievales. Barcelona.
Anuario de Historia del Derecho Español. Madrid.
Archivo de Filología Aragonesa. Zaragoza.
Archivo Historico Portuguez. Lisboa.
Archivos Leoneses. Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales. León.
Archivum. Oviedo.
Arquivos do Centro Cultural Português. Paris.

---

(1) A indicação dos volumes e artigos consultados figura na bibliografia atrás apresentada.

Aufzätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte. Portugiesische Forschungen der Görres-gesellschaft. Münster.
Biblos. Coimbra.
Boletim da Segunda Classe. Academia Real das Ciéncias. Lisboa.
Boletim de Filologia. Lisboa.
Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
Boletín de la Real Academia de la Historia. Madrid.
Boletín de la Real Academia Española. Madrid.
Boletín de la Real Academia Gallega. La Coruña.
Boletín de la Universidad de Santiago. Santiago de Compostela.
Boletín del Instituto de Estudios Asturianos. Oviedo.
Brotéria. Lisboa.
Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes. Lisboa e Paris.
Bulletin Hispanique. Bordeaux.
Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale. Paris.
Cahiers de Linguistique Théorique et Appliquée. Bucureşti.
Convivium. Torino.
Cuadernos de Estudios Gallegos. Santiago de Compostela.
Cultura Neolatina. Modena (Itália).
Dialectes (Les) Belgo-Romans. Bruxelles.
Douro Litoral. Porto.
Estudis Romànics. Barcelona.
Folia Linguistica. Acta Societatis Linguisticae Europæ. The Hague (Holanda).
Galicia Histórica. Santiago de Compostela.
Grial. Vigo.
Gutenberg. Revista de las Artes Gráficas. Madrid.
Hispanic Review. Philadelphia.
Ibérida. Revista de Filologia. Rio de Janeiro.
Iberoromania. Neue Folge. München.
Language. Baltimore.
Lingua e Stile. Bologna.
Minerva. Paraná (Brasil).
Museo (El) de Pontevedra. Pontevedra.
Nueva Revista de Filología Hispánica. México.
Philologica Pragensia. Praha (Checoslováquia).
Pirineos. Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos. Zaragoza.
Quaderni dell'Istituto di Glottologia. Bologna.
Revista. Instituto "José Cornide" de Estudios Coruñeses. La Coruña.
Revista Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro.
Revista de Administración Galega. Santiago de Compostela. (O vol. I apareceu a público em Junho de 1985).
Revista de Dialectología y Tradiciones Populares. Madrid.
Revista de Filología Española. Madrid.
Revista de Filología Hispánica. Buenos Aires.
Revista de Filología Románica. Universidad Complutense de Madrid.
Revista de Guimarães. Guimarães.
Revista de Letras. Curitiba.
Revista Lusitana. Porto e Lisboa. Desta revista, fundada e dirigida por Leite de Vasconcelos, de que se publicaram trinta e oito volumes, o último dos quais em 1941,

saiu, em 1981, uma nova série, dirigida por Luís F. Lindley Cintra e editada pelo Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, de que estão publicados quatro volumes.

Revista de Portugal. Série A — Língua Portuguesa. Lisboa.

Revista Portuguesa de Filologia. Coimbra.

Revista Portuguesa de História. Coimbra.

Revue de Dialectologie Romane. Bruxelles.

Revue de Linguistique Romane. Strasbourg.

Rivista Italiana di Dialettologia. Bologna.

Romania. Paris.

Romance Philology. Berkeley e Los Angeles (E.U.A.).

Romanica. La Plata (Argentina).

Romanische Forschungen. Erlangen, Frankfurt am Main.

Romanistisches Jahrbuch. Hamburg.

Senara. Revista de Filoloxía. Vigo.

Studia Neophilologica. A Journal of Germanic and Romance Philology. Uppsala.

Thesaurus, Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Bogotá (Colômbia).

Travaux de Linguistique et de Littérature. Strasbourg.

Verba. Anuario Gallego de Filología. Santiago de Compostela. (A partir do vol. 5.º, passou a designar-se *Verba. Anuario Galego de Filoloxía).*

Via Domitia. Toulouse.

Volkstum und Kultur der Romanen. Hamburg.

Vox Romanica. Bern.

Word. Linguistic Circle of New York. New York.

Zeitschrift für Romanische Philologie. Tübingen.

(Página deixada propositadamente em branco)

CORRIGENDA

p. 158-160 e 160-161: os documentos n.ºs 71 e 72, localizados em "terra de Camba" deveriam figurar no grupo de documentos da Província de Pontevedra. Corrija-se, por esse motivo, a indicação fornecida na p. 160, l. 8-9: *Canba*, l. 26, refere-se à antiga jurisdição com esse nome situada na actual província de Pontevedra.

p. 164: o topónimo Ramirás ou Ramiranes citado refere-se a San Pedro de Ramiranes, no município de Ramiranes, partido judicial de Celanova, província de Orense.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

	Págs.
Prefácio	IX-XIV
Esclarecimentos prévios	XV
INTRODUÇÃO	1-17
CAPÍTULO I. EDIÇÃO DE ANTIGOS TEXTOS GALEGO-PORTUGUESES	19-295
1. Normas de transcrição	19-33
a) Indicações genéricas	21-24
b) Elementos de carácter paleográfico	24-29
c) Abreviaturas	29-32
d) Pontuação	32-33
e) Acentuação	33
2. Localização dos documentos	33-35
3. A presente edição	35-295
Galiza. Documentos 1-136	41-245
Província de La Coruña. Documentos 1-18	41-67
Província de Lugo. Documentos 19-51	68-127
Província de Orense. Documentos 52-90	128-180
Província de Pontevedra. Documentos 91-136	181-245
Portugal (região de Entre-Douro-e-Minho). Documentos 137-168	246-295
Província do Douro Litoral. Documentos 137-150	246-268
Província do Minho. Documentos 151-168	269-295
CAPÍTULO II. ESTUDO LINGUÍSTICO	297-882
Parte I. Fonética e fonologia	297-507
1. Grafemas e fonemas. Algumas considerações de carácter geral.	297-300
2. Grafemas e fonemas em textos da Galiza e de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Inventário dos grafemas utilizados	300-308
3. Tentativa de interpretação dos grafemas. Determinação do valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas	308-507
A. Grafemas de referência vocálica	310-427
a) Estudo de *A*	310-339
1. Em posição tónica	310-327
2. Em posição átona	327-339
b) Estudo de *E*	339-381
1. Em posição tónica	339-355
2. Em posição átona	355-381

Págs.

c) Estudo de *O* 382-420
1. Em posição tónica 382-396
2. Em posição átona 396-420
d) Estudo de *i, y, j* e *h* 421-424
e) Estudo de *u* e *v* 425-427

B. Grafemas de referência consonântica 427-507
a) Estudo dos grafemas que representam as oclusivas surdas (/p/, /t/, /k/) 428-431
b) Estudo dos grafemas que representam as oclusivas sonoras (/b/, /d/, /g/) 431-438
c) Estudo dos grafemas que representam as africadas e fricativas alveolares (/s̑ →/s/; /ž/ →/z/; /ʂ/ e /ʐ/) 438-468
d) Estudo dos grafemas que representam as africadas e fricativas pré-palatais /č/, /š/, e /ǧ/ →/ž/) 468-472
e) Estudo dos grafemas que representam a fricativa lábio-dental /f/ e a fricativa bilabial /ƀ/ 472-485
f) Estudo dos grafemas que representam as consoantes nasais (/m/, /n/ e /ñ/) 485-494
g) Estudo dos grafemas que representam as consoantes laterais (/l/; /ļ/) 494-500
h) Estudo dos grafemas que representam as consoantes vibrantes (/r/; /ř/) 500-501

4. Alterações ocorridas no sistema consonântico durante o período estudado 501-507

Parte II. Fonética histórica 508-643

Vocalismo 508-568
1. *ĕ* e *ŏ* latinos 508-512
2. *ē* e *ĭ* latinos 512-517
3. *ō* e *ŭ* latinos 517-519
4. Vogais finais 519-528
5. Vogais pretónicas 528-534
6. Os ditongos decrescentes *ei, ou, ǫi* e *ǫi* 534-568

Consonantismo 568-643
1. *-l-* e *-n-* intervocálicos 568-615
2. $g^{e,i}$ inicial 615-617
3. *pl, kl, fl* iniciais ou mediais 617-620
4. Grupo dį 620-623
5. Grupo -nį- 623-625
6. *-lį-, g'l* 625-628
7. Grupo -sį- 628-630
8. Grupos românicos *b'd, d'g* e *d'm* 630-633
9. Grupos *-kt-* e *-^{u}lt-* 633-635
10. Grupo *-gn-* 635-636
11. Palavras provenientes de étimos latinos terminados em *-minem* 636-640
12. Grupos *ku* e *gu* 641-643

Págs.

Parte III. Morfo-sintaxe 644-882

1. O artigo definido 644-651
2. O nome 652-662

A. Substantivo 652-661

B. Adjectivo 661-662

3. Pronomes pessoais 662-675
4. Pronomes possessivos 675-682
5. Pronomes demonstrativos 683-693
6. Pronomes relativos 693-697
7. Pronomes indefinidos 698-713
8. Numerais 713-723
9. Verbos 723-855

A. Considerações de carácter geral 723-769

a) Conjugações 723-731
b) Verbos incoativos 732
c) Apócope de *-e* 732-733
d) O sufixo *-des* da segunda pessoa do plural . . 734-738
e) As terminações da terceira pessoa do plural . . 738-742
f) O perfeito e tempos afins 742-749
g) O particípio passado 749-754
h) O infinitivo flexionado 754-769

B. Particularidades da flexão de alguns verbos . . . 769-855

10. Preposições 855-862
11. Advérbios e locuções adverbiais 862-873
12. Conjunções e locuções conjuntivas 873-882

Capítulo III. CONCLUSÕES 883-954

1. A comunidade linguística galego-portuguesa 883-891
2. A linguagem dos documentos notariais da Galiza e de Portugal 892-935

a) Algumas tendências que dominam nos documentos da Galiza. Polimorfismo. Arcaísmo. Influência castelhana. 892-905

b) Variação regional no interior da área linguística galego-portuguesa 905-935

3. Sistemas de escrita regionais. Algumas diferenças entre a grafia dos documentos da Galiza e de Portugal 935-949
4. Valor dos documentos não literários como fontes de informação para o conhecimento da língua na Idade Média. Língua escrita dos documentos notariais e língua falada na região 949-954

Bibliografia 955-1001

Addenda et Corrigenda 1003-1004

Índice Geral 1005-1007

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
· U C ·